08/12/2023

Número: **1022463-24.2023.8.11.0003**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
Órgão julgador: **4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS**
Última distribuição : **01/08/2023**
Valor da causa: **R$ 50.396.526,43**
Assuntos: **Revogação de atos praticados em prejuízo de credores e da massa**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
ROGERIO DE LELLIS PINTO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
	ROGERIO DE LELLIS PINTO (ADVOGADO(A))
MARCO ANTONIO DE MELLO (REPRESENTANTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO (REPRESENTANTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))
VERA LUCIA GALLO DE MELLO (REPRESENTANTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))
EDSON PINTO DE MELLO (REPRESENTANTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))
MARA VIOLIN DE MELLO (REPRESENTANTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))
SIDNEY PINTO DE MELLO (REPRESENTANTE)	

	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**
CREDORES (REPRESENTANTE)	
	RAFAEL VILELA BORGES (ADVOGADO(A)) **THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES (ADVOGADO(A))** **JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA (ADVOGADO(A))** **ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI (ADVOGADO(A))**

Outros participantes	
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)	
ROGERIO DE LELLIS PINTO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
	ROGERIO DE LELLIS PINTO (ADVOGADO(A))
~~**MT PERICIAS LTDA (LITISCONSORTES)**~~	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Movimento	Documento	Tipo
124895897	01/08/2023 15:03	Sem movimento	Petição Inicial	Petição Inicial
124897192	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 01 - DOCS PESSOAIS	Documento de comprovação
124897193	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 02 - PROCURAÇÃO - GRUPO MELLO	Procuração ou substabelecimento
124897196	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 03 - INSCRIÇÕES ESTADUAIS	Documento de comprovação
124897197	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 03.1 - NF EDSON	Documento de comprovação
124897199	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 03.1 - NF MARA	Documento de comprovação
124897201	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 03.1 - NF MARCO	Documento de comprovação
124897202	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 03.1 - NF RAFAEL	Documento de comprovação
124897204	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 03.1 - NF SIDNEY	Documento de comprovação
124897205	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 03.1 - NF VERA	Documento de comprovação
124897210	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 04 - INICIAL ARRESTO RBL	Documento de comprovação
124897212	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 05 - DECISÃO CAUTELAR AMERICANAS	Documento de comprovação
124897213	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 06 - DECISÃO CAUTELAR OI	Documento de comprovação
124897215	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 07 - DECISÃO GRUPO BRAKI	Documento de comprovação
124897217	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - CONTRATOS DE ARRENDAMENTO_compressed-otimizado_1	Documento de comprovação
124897219	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - CONTRATOS DE ARRENDAMENTO_compressed-otimizado_2	Documento de comprovação
124897220	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - CONTRATOS DE ARRENDAMENTO_compressed-otimizado_3	Documento de comprovação
124897224	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - CONTRATOS DE ARRENDAMENTO_compressed-otimizado_4	Documento de comprovação

124897227	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - CONTRATOS DE ARRENDAMENTO_compressed-otimizado_5	Documento de comprovação
124897228	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - CONTRATOS DE ARRENDAMENTO_compressed-otimizado_6	Documento de comprovação
124897233	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - CONTRATOS DE ARRENDAMENTO_compressed-otimizado_7	Documento de comprovação
124897235	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - MATRÍCULAS-otimizado_1	Documento de comprovação
124897236	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - MATRÍCULAS-otimizado_2	Documento de comprovação
124897238	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - MATRÍCULAS-otimizado_3	Documento de comprovação
124897239	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - MATRÍCULAS-otimizado_4	Documento de comprovação
124897240	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - MATRÍCULAS-otimizado_5	Documento de comprovação
124898042	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 08 - MATRÍCULAS-otimizado_6	Documento de comprovação
124898043	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 09 - DECISÃO STJ - COMPETENCIA - CC 147714	Documento de comprovação
124898060	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 11 - DECLARAÇÕES FALIMENTARES	Documento de comprovação
124898062	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 12 - LAUDOS FRUSTRAÇÃO SAFRA	Documento de comprovação
124898065	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 13 - RELAÇÃO DE CREDORES	Documento de comprovação
124898066	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 14 - RELAÇÃO DE EMPREGADOS	Documento de comprovação
124898068	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 15 - JUCEMAT	Documento de comprovação
124898075	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 17 - CERTIDÕES DE PROTESTO	Documento de comprovação
124898077	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 18 - CERTIDÕES FORUNS_compressed	Documento de comprovação
124898079	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 18 - DECLARAÇÕES DE AÇÕES	Documento de comprovação
124898081	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 18 - DECLARAÇÕES NEGATICAS DE AÇÕES TRABALHISTAS E PROCEDIMENTO ARBITRAL	Documento de comprovação
124898082	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 19 - RELATÓRIO DE PASSIVO FISCAL	Documento de comprovação
124898084	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 20 - RELAÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	Documento de comprovação
124898087	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 21 - DECISÃO RJ KONAGESKI	Documento de comprovação
124898089	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 22 - DECISÃO RAI USIMAT	Documento de comprovação
124898090	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 23 - CONTRATO CARGILL	Documento de comprovação
124898941	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 24 - ENDOSSO NOTA PROMISSÓRIA	Documento de comprovação
124918003	01/08/2023 16:03	Ato ordinatório praticado	Certidão	Certidão
124918006	01/08/2023 16:03	Juntada de Certidão	Certidão de inexistência de conexão, continência e prevenção (AUT)	Certidão de inexistência de conexão, continência e prevenção (AUT)
124918008	01/08/2023 16:04	Juntada de Certidão	Certidão de custas não pagas (AUT)	Certidão de custas não pagas (AUT)
124918029	01/08/2023 16:06	Juntada de Certidão	Certidão de redistribuição (AUT)	Certidão de redistribuição (AUT)
125014497	02/08/2023 15:44	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
125014507	02/08/2023 15:44	Sem movimento	CUSTAS CAUTELAR	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
125014509	02/08/2023 15:44	Sem movimento	CUSTAS CAUTELAR - comprovante	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
125663061	10/08/2023 20:09	Decisão Interlocutória de Mérito	Decisão	Decisão

125953013	14/08/2023 10:48	Juntada de Petição de manifestação	Manifestação	Manifestação
126145297	15/08/2023 16:36	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
126145300	15/08/2023 16:36	Sem movimento	Boleto Mandado Intimação Cargill	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
126145301	15/08/2023 16:36	Sem movimento	Boleto Mandado Intimação Cargill - COMPROVANTE	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
126152485	15/08/2023 17:10	Sem movimento	Petição	Petição
126168163	15/08/2023 18:27	Juntada de Ofício	Ofício	Ofício
126168174	15/08/2023 18:30	Ato ordinatório praticado	Comunicações	Comunicações
126171553	15/08/2023 18:43	Expedição de Mandado	Intimação	Intimação
126173854	15/08/2023 19:04	Expedição de Outros documentosDisponibilizado no DJ Eletrônico em 16/08/2023Publicado Intimação em 17/08/2023.	Intimação	Intimação
126316535	17/08/2023 09:17	Juntada de Petição de manifestação	Manifestação	Manifestação
126380513	17/08/2023 15:27	Juntada de Petição de diligência	Diligência	Diligência
126382957	17/08/2023 15:27	Sem movimento	1022463-24.2023	Devolução de mandado
126481724	18/08/2023 13:29	Juntada de comunicação entre instâncias	Comunicação entre instâncias	Comunicação entre instâncias
126597560	21/08/2023 08:53	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
126597561	21/08/2023 08:53	Sem movimento	02- Guia	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
126597564	21/08/2023 08:53	Sem movimento	03- Comprovantes	Documento de comprovação
126597565	21/08/2023 08:53	Sem movimento	04- Carta de Renuncia	Documento de comprovação
126597566	21/08/2023 08:53	Sem movimento	05- Decisão	Documento de comprovação
126597567	21/08/2023 08:53	Sem movimento	06- procuração grupo mello	Documento de comprovação
126597568	21/08/2023 08:53	Sem movimento	07- Atos constitutivos	Documento de comprovação
126597570	21/08/2023 08:53	Sem movimento	08- Procuração	Procuração
126597571	21/08/2023 08:53	Sem movimento	09- SUBSTABELECIMENTO	Substabelecimento
127164482	25/08/2023 11:15	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
127164485	25/08/2023 11:15	Sem movimento	Laudo Tecnico - Milho 2023 - Edson Pinto de Melo e outros - STA CRUZ XINGU	Outros documentos
127165243	25/08/2023 11:15	Sem movimento	DOCS ANEXOS - LAUDO TECNICO OK	Outros documentos
127253778	25/08/2023 18:21	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
127253782	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 01 - RESP 1800032 MT	Documento de comprovação
127253783	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 02 - RESP 1876697 MT	Documento de comprovação
127253784	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 03 - LIVRO CAIXA PRODUTOR RURAL - EDSON	Documento de comprovação
127253785	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 03 - LIVRO CAIXA PRODUTOR RURAL - MARA	Documento de comprovação
127253786	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 03 - LIVRO CAIXA PRODUTOR RURAL - MARCO	Documento de comprovação
127253787	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 03 - LIVRO CAIXA PRODUTOR RURAL - RAFAEL	Documento de comprovação
127253788	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 03 - LIVRO CAIXA PRODUTOR RURAL - SIDNEY	Documento de comprovação
127253790	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 03 - LIVRO CAIXA PRODUTOR RURAL - VERA	Documento de comprovação

127255342	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 04 - DOCS CONTABEIS - EDSON - BP - DRE - DRA - DFC	Documento de comprovação
127255343	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 04 - DOCS CONTABEIS - MARA - BP - DRE - DRA - DFC	Documento de comprovação
127255348	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 04 - DOCS CONTABEIS - MARCO - BP - DRE - DRA - DFC	Documento de comprovação
127255349	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 04 - DOCS CONTABEIS - RAFAEL - BP - DRE - DRA - DFC	Documento de comprovação
127255351	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 04 - DOCS CONTABEIS - SIDNEY - BP - DRE - DRA - DFC	Documento de comprovação
127255353	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 04 - DOCS CONTABEIS - VERA - BP - DRE - DRA - DFC	Documento de comprovação
127255359	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 04 - BALANÇO 2023	Documento de comprovação
127255360	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 04 - FLUXO DE CAIXA PROJETADO 2023-2024 GRUPO MELLO	Documento de comprovação
127255370	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 04 - GRUPO MELLO - DESCRIÇÃO DAS SOCIEDADES DE GRUPO SOCIETÁRIO	Documento de comprovação
127255371	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 05 - RELAÇÃO DE EMPREGADOS - RETIFICADA	Documento de comprovação
127255372	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 06 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	Documento de comprovação
127255375	25/08/2023 18:21	Sem movimento	DOC. 07 - ACÓRDÃO TJMT 1018220-80.2022	Documento de comprovação
127481946	29/08/2023 11:33	Juntada de Petição de petição de habilitação nos autos	Petição de habilitação nos autos	Petição de habilitação nos autos
127481947	29/08/2023 11:33	Sem movimento	Pet. habilitação	Parecer
127481948	29/08/2023 11:33	Sem movimento	[ASSINATURA]_-_SUBSTABELECIMENTO_Michele_JEO_	Substabelecimento
127481949	29/08/2023 11:33	Sem movimento	2023-06-15 - Rural Brasil Ltda. - 12ª ACS (Eleição Felipe e Axel, abertura Sorriso, Nova Mutum e alt	Procuração
127481950	29/08/2023 11:33	Sem movimento	Procuração Pública - Rural Brasil - Jurídico (2022.2)	Procuração
127481951	29/08/2023 11:33	Sem movimento	SUBS MICHELE - RURAL BRASIL LTDA	Substabelecimento
127786385	31/08/2023 13:46	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
127974099	01/09/2023 16:10	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
127974102	01/09/2023 16:10	Sem movimento	Doc. 01 - Contrato Social	Outros documentos
127974103	01/09/2023 16:10	Sem movimento	Doc. 02 - Procuração	Procuração
128001626	01/09/2023 18:08	Decisão Interlocutória de MéritoExpedição de Outros documentosExpedição de Outros documentosDisponibilizado no DJ Eletrônico em 04/09/2023Publicado Decisão em 05/09/2023.	Decisão	Decisão
128486123	08/09/2023 18:43	Juntada de Petição de embargos de declaração	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração
128486124	08/09/2023 18:43	Sem movimento	CONFISSÃO DE DIVIDA FERRARI	Documento de comprovação
128486125	08/09/2023 18:43	Sem movimento	EXEC FERRARI ZAGATO X GRUPO MELLO	Documento de comprovação

128873726	13/09/2023 14:20	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
128903515	13/09/2023 15:58	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
128903525	13/09/2023 15:58	Sem movimento	Doc. 01 - CPR 489-2022	Outros documentos
128903529	13/09/2023 15:58	Sem movimento	Doc. 02 - CPR 490-2022	Outros documentos
128903532	13/09/2023 15:58	Sem movimento	Doc. 03 - B3 490-2022 - Agua Boa	Outros documentos
128903535	13/09/2023 15:58	Sem movimento	Doc. 04 - B3 489-2022 - Agua Boa	Outros documentos
128988314	14/09/2023 11:56	Juntada de Petição de petição de habilitação nos autos	Petição de habilitação nos autos	Petição de habilitação nos autos
128988315	14/09/2023 11:56	Sem movimento	Anexo I. Procuração e substabelecimento	Procuração ou substabelecimento
129038808	14/09/2023 15:47	Juntada de comunicação entre instâncias	Comunicação entre instâncias	Comunicação entre instâncias
129104202	15/09/2023 09:52	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
129104216	15/09/2023 09:52	Sem movimento	TermoAcordo	Outros documentos
127250689	21/09/2023 15:08	Juntada de Petição de manifestação	Manifestação	Manifestação
129737628	21/09/2023 15:08	Sem movimento	DOC 01 - CONSULTA SERASA-SPC	Documento de comprovação
129737629	21/09/2023 15:08	Sem movimento	DOC 02 - PARTE COMPROVANTES DOS PEDIDOS SETEMBRO 2023 - FORNECEDORES - SAFRA SOJA 23 24	Documento de comprovação
129781450	21/09/2023 17:57	Ato ordinatório praticado	Comunicações	Comunicações
129782752	21/09/2023 18:05	Ato ordinatório praticado	Termo	Termo
129782769	21/09/2023 18:08	Expedição de Outros documentosDisponibilizado no DJ Eletrônico em 22/09/2023Publicado Intimação em 25/09/2023.	Intimação	Intimação
130701917	02/10/2023 14:37	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
130701922	02/10/2023 14:37	Sem movimento	E-mail de Rogerio Advocacia - RJ - Grupo Mello - Solicitação de Documentos	Documento de comprovação
130701926	02/10/2023 14:37	Sem movimento	CAIXA - EDSON	Documento de comprovação
130701929	02/10/2023 14:37	Sem movimento	CAIXA - MARA	Documento de comprovação
130703342	02/10/2023 14:37	Sem movimento	CAIXA - MARCO	Documento de comprovação
130703348	02/10/2023 14:37	Sem movimento	CAIXA - RAFAEL	Documento de comprovação
130703355	02/10/2023 14:37	Sem movimento	CAIXA - SIDNEY	Documento de comprovação
130703358	02/10/2023 14:37	Sem movimento	CAIXA - VERA	Documento de comprovação
130703361	02/10/2023 14:37	Sem movimento	PLANILHA CUSTOS SAFRA SOJA 23 24	Documento de comprovação
130704267	02/10/2023 14:37	Sem movimento	ORÇAMENTO PEDIDO DIESEL - GRUPO MELLO	Documento de comprovação
130704277	02/10/2023 14:37	Sem movimento	PEDIDO 000866 RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	Documento de comprovação
130704284	02/10/2023 14:37	Sem movimento	PEDIDO 000867 MARCO ANTONIO DE MELLO	Documento de comprovação
130704288	02/10/2023 14:37	Sem movimento	PEDIDOS INTEGRADA	Documento de comprovação
130958515	04/10/2023 16:19	Juntada de Petição de manifestação	Manifestação	Manifestação
131426089	09/10/2023 17:32	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição

131426792	09/10/2023 17:32	Sem movimento	Doc. 01 - Contrato Social Loyder	Outros documentos
131426796	09/10/2023 17:32	Sem movimento	Doc. 02 - Procuração Loyder	Procuração
131402335	11/10/2023 12:30	Decisão Interlocutória de MéritoExpedição de Outros documentosExpedição de Outros documentosDisponibilizado no DJ Eletrônico em 12/10/2023Publicado Decisão em 16/10/2023.	Decisão	Decisão
131622383	11/10/2023 13:38	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
131649049	11/10/2023 15:15	Juntada de Alvará	Alvará	Alvará
132180601	19/10/2023 08:40	Juntada de comunicação entre instâncias	Comunicação entre instâncias	Comunicação entre instâncias
132193612	19/10/2023 10:32	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
132193619	19/10/2023 10:32	Sem movimento	Decisão - Agravo	Outros documentos
132234014	19/10/2023 15:01	Proferido despacho de mero expedienteExpedição de Outros documentosExpedição de Outros documentosDisponibilizado no DJ Eletrônico em 20/10/2023Publicado Despacho em 23/10/2023.	Despacho	Despacho
132606617	24/10/2023 11:09	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
132606636	24/10/2023 11:21	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
132606637	24/10/2023 11:21	Sem movimento	LISTDA DE MAQUINÁRIOS	Documento de comprovação
132606638	24/10/2023 11:21	Sem movimento	LISTA DE VEÍCULOS	Documento de comprovação
132606639	24/10/2023 11:21	Sem movimento	IMAGENS MAQUINÁRIOS_compressed	Documento de comprovação
133078041	28/10/2023 08:59	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
133078042	28/10/2023 08:59	Sem movimento	1 - INICIAL DO PRJ - GRUPO MELLO ASS	Documento de comprovação
133078043	28/10/2023 08:59	Sem movimento	2 - LAUDO DE DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE ECONOMICA DEVEDORES MELLO	Documento de comprovação
133078044	28/10/2023 08:59	Sem movimento	3 - LAUDO ECONOMICO-FINANCEIRO DEVEDORES MELLO	Documento de comprovação
133078045	28/10/2023 08:59	Sem movimento	4 - LAUDO DE AVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO DEVEDORES MELLO	Documento de comprovação
133078046	28/10/2023 08:59	Sem movimento	5 - PAGAMENTO DOS CREDORES MELLO	Documento de comprovação
133078047	28/10/2023 08:59	Sem movimento	6 - RELAÇÃO DE BENS ATIVO IMOBILIZADO MELLO ASS	Documento de comprovação
133078048	28/10/2023 08:59	Sem movimento	AVALIAÇÃO_JD DIAMANTE_RUA RODOLPHO MAIBOM MOREIRA, 432 A	Documento de comprovação
133078049	28/10/2023 08:59	Sem movimento	AVALIAÇÃO_JD ORIENTAL_AV ALCEBÍADES DE PAULA NETO, 874	Documento de comprovação
133078050	28/10/2023 08:59	Sem movimento	AVALIAÇÃO_JD TÓQUIO_RUA POETISA CORA CORALINA, 320	Documento de comprovação
133078051	28/10/2023 08:59	Sem movimento	AVALIAÇÃO_PQ DAS PALMEIRAS_AV DAS PALMEIRAS, 98	Documento de comprovação

133078052	28/10/2023 08:59	Sem movimento	AVALIAÇÃO_PQ DAS PALMEIRAS_RUA CEREJEIRA, 132	Documento de comprovação
133078053	28/10/2023 08:59	Sem movimento	LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS - EDSON_ass	Documento de comprovação
133078054	28/10/2023 08:59	Sem movimento	Laudo de Avaliacao de imovel rural- Sidinei-1-Assinado	Documento de comprovação
133078055	28/10/2023 08:59	Sem movimento	Laudo de Avaliacao de imovel rural-Edson-Assinado	Documento de comprovação
133078056	28/10/2023 08:59	Sem movimento	Laudo de Avaliacao de imovel rural-Sidinei-Assinado	Documento de comprovação
133190849	30/10/2023 16:59	Juntada de Petição de manifestação	Manifestação	Manifestação
133194016	30/10/2023 16:59	Sem movimento	DOC 01 - CONTRATO DE PARCERIA AGRICOLA GIZELDA - VILA RICA - FAZ ATLANTA	Documento de comprovação
133194017	30/10/2023 16:59	Sem movimento	DOC 02 - Contrato VC soja Rafael p Mello x Cargill - Confresa	Documento de comprovação
133194019	30/10/2023 16:59	Sem movimento	DOC 03 - EXTRATO ENTRADA E SAIDA GRAOS RAFAEL - ARMAZEM VOLMIR VILA RICA - CARGILL	Documento de comprovação
133194020	30/10/2023 16:59	Sem movimento	DOC 03.1 - TICKET PESAGEM RAFAL - ATLANTA - VOLMIR	Documento de comprovação
133194021	30/10/2023 16:59	Sem movimento	DOC 04 - ORDEM DE CARREGAMENTO - CARGILL - RAFAEL MELO - VILA RICA - MT	Documento de comprovação
133196360	30/10/2023 16:59	Sem movimento	DOC 05 - CERTIDÃO NEGATIVA DE PENHOR E AF GRAOS COMARCA VILA RICA - RAFAEL MELLO	Documento de comprovação
133288100	31/10/2023 13:57	Juntada de Petição de manifestação	Manifestação	Manifestação
133298923	31/10/2023 14:41	Juntada de Petição de manifestação	Manifestação	Manifestação
134045592	09/11/2023 15:56	Expedição de Outros documentosDisponibilizado no DJ Eletrônico em 10/11/2023Publicado Intimação em 13/11/2023.	Intimação	Intimação
134045593	09/11/2023 15:56	Expedição de Outros documentosDisponibilizado no DJ Eletrônico em 10/11/2023Publicado Intimação em 13/11/2023.	Intimação	Intimação
134045594	09/11/2023 15:56	Expedição de Outros documentosDisponibilizado no DJ Eletrônico em 10/11/2023Publicado Intimação em 13/11/2023.	Intimação	Intimação
134077832	09/11/2023 18:18	Expedição de Outros documentosDisponibilizado no DJ Eletrônico em 13/11/2023Publicado Intimação em 14/11/2023.	Intimação	Intimação
134518944	16/11/2023 07:28	Juntada de Petição de manifestação	Manifestação	Manifestação
134518945	16/11/2023 07:28	Sem movimento	Publicacao_Site_Edital_RJ	Documento de comprovação
134657861	17/11/2023 08:30	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
134657862	17/11/2023 08:30	Sem movimento	EDITAL DEFERIMENTO G MELLO - DIARIO OFICIAL	Documento de comprovação
135549987	28/11/2023 15:46	Juntada de Petição de petição de habilitação nos autos	Petição de habilitação nos autos	Petição de habilitação nos autos

135551241	28/11/2023 15:46	Sem movimento	Estatututo Social - Ano 2023	Documento de Identificação
135551243	28/11/2023 15:46	Sem movimento	Certidão simplificada - 2023	Documento de Identificação
135551247	28/11/2023 15:46	Sem movimento	Procuração Pública Vilmar 2023	Procuração
135551255	28/11/2023 15:46	Sem movimento	Procuração BP	Procuração
135635318	29/11/2023 12:19	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
135635321	29/11/2023 12:19	Sem movimento	02- GUIA DP- 3470401288A	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
135635322	29/11/2023 12:19	Sem movimento	03- GUIA DP- 3470401288	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
135635323	29/11/2023 12:19	Sem movimento	04- COMPROVANTES DE PAGAMENTOS	Documento de comprovação
135678077	29/11/2023 15:23	Expedição de Outros documentosDisponibilizado no DJ Eletrônico em 30/11/2023Publicado Intimação em 01/12/2023.	Intimação	Intimação
135825744	30/11/2023 16:35	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
135825747	30/11/2023 16:35	Sem movimento	Objeção ao plano - Rural	Parecer
135825770	30/11/2023 16:39	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
135825774	30/11/2023 16:40	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
135825775	30/11/2023 16:40	Sem movimento	Objeção ao plano - Loyder	Parecer
135825789	30/11/2023 16:43	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
135828541	30/11/2023 16:43	Sem movimento	Objeção ao plano - Kimberlit - REV	Parecer

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

DISTRIBUIÇÃO URGENTE

RISCO DE DANO IRREPARÁVEL.

SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **MARA VIOLIN DE MELLO,** brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **EDSON PINTO DE MELO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

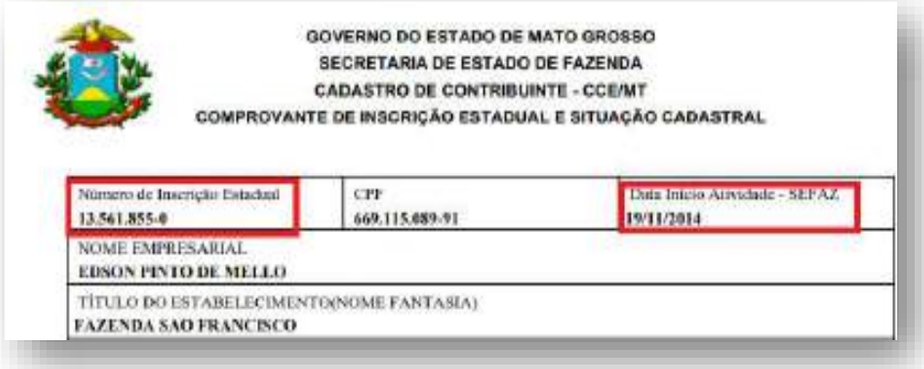
na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; e **MARCO ANTONIO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000 – **GRUPO MELLO (DOC. 01)**, vêm, por seus advogados **(DOC. 02)**, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos art. 189 e 6º, §12 da Lei nº 11.101/2005 e nos art. 305 e seguintes do CPC, requerer a prestação de **TUTELA CAUTELAR PREPARATÓRIA AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

I – DA MOTIVAÇÃO PRIMÁRIA ALMEJADA ATRAVÉS DA VIA DESTA CAUTELAR E NÃO DIRETAMENTE DA AÇÃO PRINCIPAL. (IMPOSSIBILIDADE MOMENTÂNEA)

1. *Ab initio*, destaca-se que pretendem os Requerentes promover a distribuição da ação de processamento da recuperação judicial em seu favor, já afirmando que preenche todos os requisitos legais exigidos e que, não o faz neste momento, dada a complexidade na confecção destes documentos e sua efetiva entrega, sem o eminente perigo de dano que correm, conforme veremos adiante.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

2. Posto isso, tratam-se os Requerentes de produtores rurais devidamente registrados na Junta Comercial de Mato Grosso, conforme atestam as certidões de regularidade JUCEMAT anexadas ao feito, para além, comprova o exercício através das inscrições estaduais emitidas pela SEFAZ/MT aos produtores rurais Requerentes, nas diversas Comarcas em que exercem a sua atividade, inscrições as quais acompanham a presente peça como prova do alegado, bem como das Notas Fiscais de venda de grãos, referente aos últimos anos de cada Requerente, colhidas por amostragem, senão vejamos **(Doc. 03 e DOC 03.1)**:

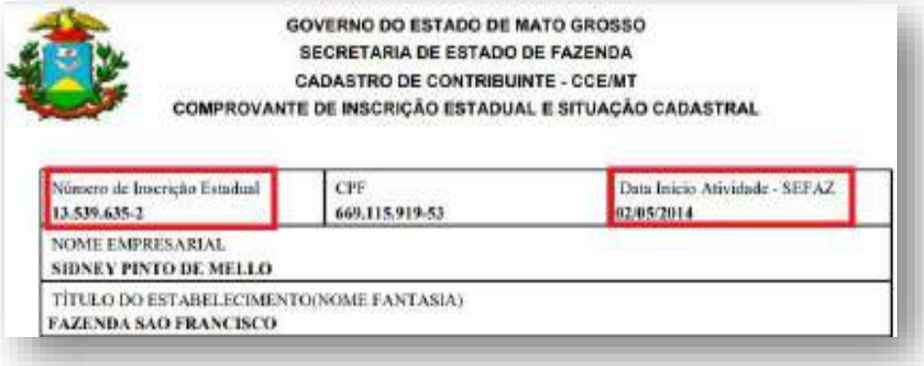


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.561.855-0	669.115.089-91	19/11/2014

NOME EMPRESARIAL
EDSON PINTO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO



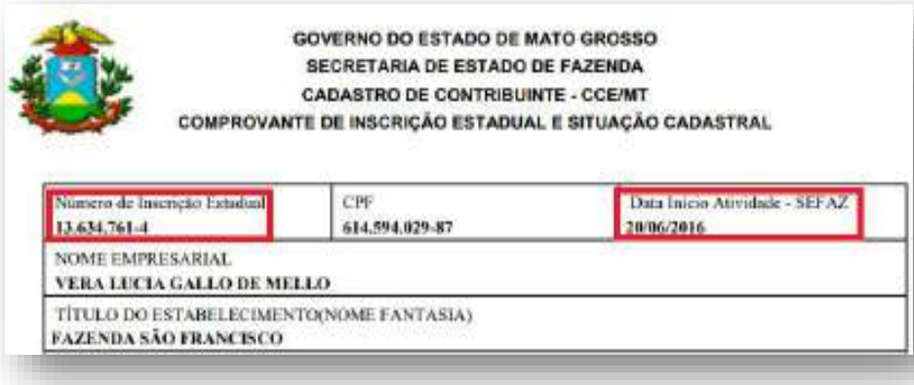
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.539.635-2	669.115.919-53	02/05/2014

NOME EMPRESARIAL
SIDNEY PINTO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

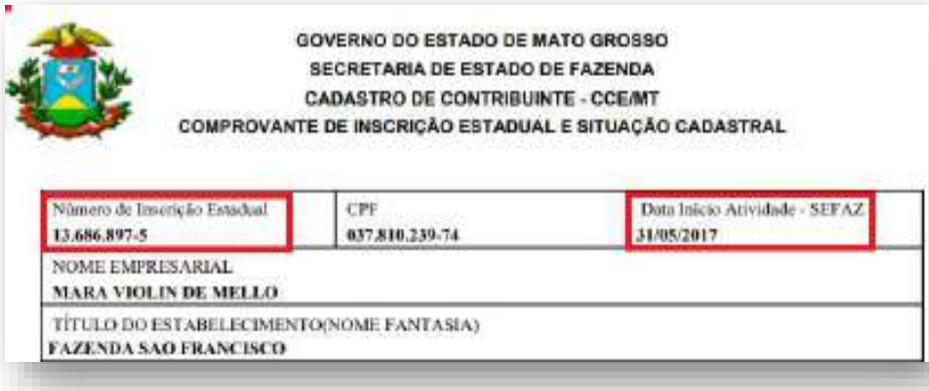


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.634.761-4	614.594.029-87	20/06/2016

NOME EMPRESARIAL
VERA LUCIA GALLO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SÃO FRANCISCO

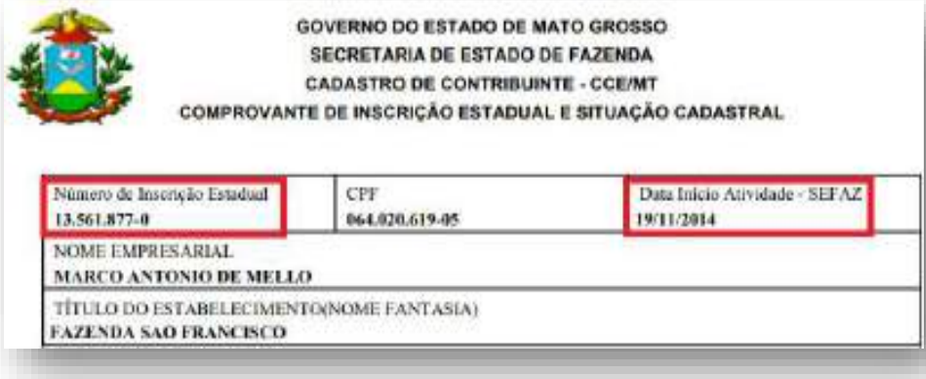


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.686.897-5	037.810.239-74	31/05/2017

NOME EMPRESARIAL
MARA VIOLIN DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO



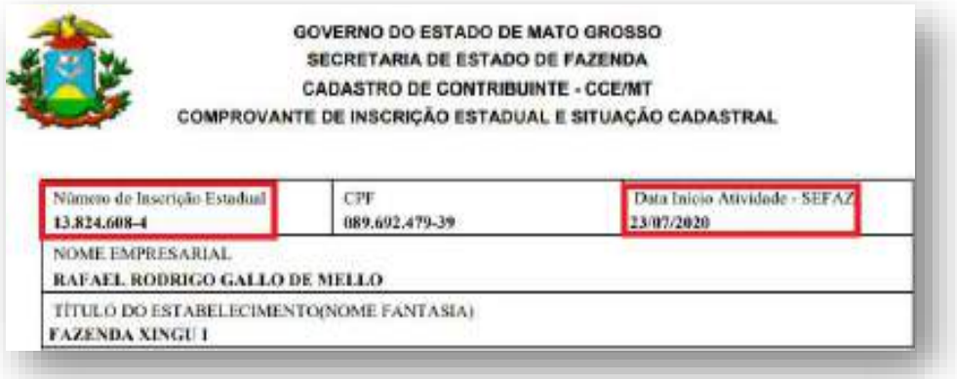
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.561.877-0	064.020.619-05	19/11/2014

NOME EMPRESARIAL
MARCO ANTONIO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.824.608-4	089.692.479-39	23/07/2020

NOME EMPRESARIAL
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA XINGU I

3. Assim, desde já informam os Requerentes que preenchem os requisitos legais exigidos e que neste apresentará o rol de documentos já levantados para dar robustez ao pedido e comprovar não apenas sua viabilidade, como a assertiva de que preenche tais requisitos.

II - DO CABIMENTO DO PRESENTE PEDIDO CAUTELAR.

4. Visando resguardar o resultado útil da recuperação judicial a ser ajuizada no prazo legal ao deferimento desta cautelar, é que se faz necessária e de extrema urgência a concessão do presente pedido de prestação de tutela cautelar em caráter antecedente a fim de garantir a preservação das atividades dos Requerentes.

5. Isso porque, é sabido que para preencher os requisitos legais no ato da propositura do pedido de recuperação judicial, se faz obrigatório a apresentação do rol de documentos (sem exceção) dispostos nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/2005.

6. Contudo, não tendo os Requerentes tempo hábil para a confecção e entrega de toda documentação exigida, mais precisamente quanto aos documentos contábeis e, ao passo que correm graves riscos de verem sua produção ser arrestada nesse ínterim, é que se fazem necessários o pedido e a concessão da presente medida.

7. O risco se dá pelo fato de já haver a distribuição e deferimento de ação de **TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

CAUTELAR DE ARRESTO COM PEDIDO LIMINAR promovida pela credora RURAL BRASIL LTDA, tombada pelo n.º 5425690-61.2023.8.09.0093 em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, a qual já possui deferimento para **(Doc. 04)**:

> "Isto posto, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar autorizando o arresto e remoção equivalente a 160.000 sacas de milho, de 60 kg cada, que estejam plantados nos locais mencionados e nas condições descritas na CPR.
>
> Autorizo, também, o arresto e remoção dos grãos depositados em silos bolsas, desde que comprovados que estejam em nome dos Requeridos.
>
> A imediata expedição, a ser cumprido via SISDIM/carta precatória, para a comarca de Vila Rica/MT (município de Sta. Cruz do Xingu/TO), para o cumprimento do arresto, devendo os armazéns mencionados na CPR conceder acesso ao Oficial de Justiça.
>
> Caso os grãos não estejam colhidos, AUTORIZO, desde já, a Requerente colher nas áreas ofertadas em garantia.
>
> A Autora ficará como depositária do bem arrestado, estando proibida de aliená-lo ou de dar qualquer outra destinação, sem autorização judicial.
>
> Autorizo o auxílio de força policial, caso seja necessário."

8. Vejamos que já havendo o deferimento de liminar para arrestar os grãos (milho) da atual safra a qual produziram os Requerentes, fato que, se consumado, impactará drasticamente no atual momento ao qual os Requerentes atravessam.

9. Assim, é plausível o cabimento desta medida para obstar os atos expropriatórios tomados pelos credores que já iniciaram a busca de satisfação de seus créditos face aos Requerentes que atravessam momentânea crise financeira e que necessitarão se socorrer das benesses da Lei 11.101/2005, muito em breve.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

10. No caso em comento, mencionada ação fora distribuída em 06/07/2023 sob segredo de justiça no TJGO e, através de pesquisa, diferentemente do que ocorre no TJMT, naquele sítio foi possível encontrar a distribuição, sem, contudo, se poder acessar os autos, senão com a apresentação de instrumento procuratório.

11. Nesse sentido, ao analisar o requerimento cautelar da credora Rural, aquele juízo deferiu liminar, autorizando mencionado arresto milionário que alcança de forma significante toda produção de grãos do grupo Requerente, quanto a safra de milho produzida pelos Requerentes junto ao ano de 2023.

12. Noutro giro, como se é de praxe no mercado, os credores costumam a incluir cláusulas contratuais que autorizam o vencimento antecipado de dívidas em casos de insolvência do devedor, caso em que as constrições no patrimônio dos Requerentes podem ser assim entendidas pelos credores, o que levará a uma corrida pelos bens dos Requerentes, o que não se pode admitir.

13. Diante do presente cenário é que se pleiteia a medida ora vindicada, posto que a produção da documentação legal exigida pela Lei 11.101/2005, mais precisamente os relatórios contábeis, em que pese já esteja em andamento, não ficarão prontos há tempo do requerimento da ação de recuperação judicial neste momento, sendo o ideal a propositura da presente cautelar preparatória, antecipando assim os efeitos da LRF, nos termos do art. 6º, § 12 da LRF e do art. 305 e seguintes do CPC.

14. Por vezes o judiciário já se deparou com casos análogos a este, onde medidas como a presente são comuns sempre que necessárias para auxiliar devedores empresários/sociedades a enfrentarem crises econômico-financeiras, **em situações emergenciais e atípicas**, quando o risco de dano grave ou de difícil reparação é iminente, sendo amplamente aceitas pelos Tribunais, vejamos:

> "(...) Trata-se de ação cautelar em caráter antecedente visando a antecipação dos efeitos do processamento de recuperação Judicial, com fulcro no art. 6°, § 12° da Lei

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

11.101/2005 c/c art. 300 e seguintes do Código de Processo Civil. (…) O art. 300 do CPC manda conceder a tutela de urgência quando evidente a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, podendo ser inaudita altera pars e desde que inocorra efeito irreversível. Já com vista ao disposto no art. 301, a providência assecuratória não precisa ser necessariamente a tipificada no articulado, ficando ao alvitre do magistrado exercer o poder geral de cautela e de efetivação, na forma dos artigos 297 e 536 do CPC. O art. 6º, § 12º, da Lei nº 11.101/2005, de seu lado, autoriza tutela liminar para antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial como forma de salvaguardar o devedor premido por requerimentos de falência, atos de constrição judicial, execuções, etc, devendo ser deferida em situações excepcionais, à luz do princípio da preservação da empresa economicamente viável. (…) O que sobreleva aqui considerar é que as requerentes, a princípio, realizam atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, qual prevista no art. 966 do Código Civil, podendo, portanto, requerer Recuperação Judicial para superação de crise econômico-financeira, com vistas à manutenção da fonte produtora, do emprego de seus trabalhadores e dos interesses dos investidores, de modo a prestigiar o princípio da preservação da empresa e sua função social. E o intuito da demanda ora proposta é justamente evitar que a empresa seja levada à bancarrota e os consumidores/investidores sejam prejudicados. Daí o fumus boni juris. (…). O periculum in mora decorre da existência de inúmeras demandas em execução e atos de constrição potencialmente capazes de comprometer higidez das empresas requerentes e, consequentemente, afetar os direitos dos credores. Pelo exposto, alvitro de deferir a tutela cautelar antecedente, nos termos do art. 6º, § 12º, da Lei nº 11.101/2005, para: 1- determinar a suspensão de todas as ações e execuções movidas contra as Requerentes, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos (art. 6º da Lei 11.101/2005), inclusive as oriundas de obrigações subsidiárias e/ou solidárias, até o ajuizamento do processo principal de Recuperação Judicial, que deverá ocorrer em até

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

> 30 (trinta) dias a contar da efetivação da presente, conforme previsão do artigo 308 do Código de Processo Civil; 2- determinar a suspensão de todas as constrições (penhoras, arrestos, sequestros e bloqueios judiciais) eventualmente existentes sobre os valores, bens, ativos, contas bancárias, corretoras de criptomoedas, dentre outros porventura existentes nos mais variados processos espalhados em todo o Brasil em que figurem como demandadas as Requerentes, transferindo-se os valores para o Juízo universal recuperacional para que, assim, possam vir a ser objeto do devido reembolso aos investidores/credores sem violação à par conditio creditorum; (…)"
>
> TJRJ, 5ª Vara Empresarial, Processo nº 0128941-91.2022.8.19.0001, Juíza de Direito Maria da Penha Nobre Mauro, proferida em 20.5.2022.

15. Consoante à jurisprudência acima mencionada também está a doutrina ao reconhecer o cabimento da medida cautelar para garantir a efetividade da tutela jurisdicional pretendida. Nesse sentido:

> "(...) Como se sabe, o direito material preservado na Lei n. 11.101/2005 é a preservação da empresa em crise que se demonstra viável, sendo que, para alcançar essa tutela prometida pelo direito material, o Judiciário deve lançar mão de todas as medidas processuais cabíveis. Nesse sentido, o que prevê o § 12° do art. 6° não representa absolutamente nenhuma novidade, uma vez que, por força do art. 189 da Lei n. 11.101/2005, sempre foi possível ao juízo da recuperação judicial utilizar de todas as medidas processuais cabíveis para garantir a tutela efetiva do direito a ser tutelado. No entanto, fato é que a positivação da possibilidade de utilização das tutelas provisórias para fins de antecipação de stay period certamente diminui a carga argumentativa necessária, tanto para os advogados (para justificar o pedido) como ao juízo (para conceder o pedido), trazendo maior segurança jurídica e maior facilidade."
>
> GONÇALVES, Thaís Dudeque. Comentário ao art. 6º, § 12º da Lei de Recuperação de Empresas e Falência. In: BONTEMPO,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

> Joana Gomes Baptista. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. Indaiatuba/SP: Editora Foco, 2022, p. 71.

16. Deste modo, não por outra razão é existência de disposição legal que corrobora com tal pedido, conforme disposição contida no **§12 do art. 6º da Lei 11.101/2005**, que assim rege:

> § 12. Observado o disposto no art. 300 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

17. Convém ainda salientar os grandiosos cases e que tiveram destaque no âmbito nacional, onde contaram com a proteção cautelar.

18. Veja que a tutela ora pretendida é exatamente o mesmo pedido feito pelo Grupo Americanas, ao qual fora deferido pelo MM. Juiz da 4ª Vara Empresarial da Comarca da capital do Rio de Janeiro/RJ, nos seguintes termos **(Doc. 05)**:

> "A Lei nº 14.112/2020, ao promover a atualização do microssistema insolvencial brasileiro, fez incluir o § 12 ao artigo 6º, disciplinando a possibilidade de antecipação total ou parcial dos efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial, em caráter cautelar, com vistas a resguardar o resultado útil do processo, quando demonstrados o perigo de dano irreparável e a existência de probabilidade de direito, a justificar o deferimento da medida.
>
> A possibilidade de imediata constrição de ativo relevante do devedor, por credores sujeitos à Recuperação Judicial, com possível comprometimento de sua restruturação, bem como, a demonstração dos requisitos do artigo 48 da LRE, em análise conjuntural, são suficientes para, em sede de cognição sumária, fundamentar o deferimento da pretensão.
>
> (...)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

> Pelo exposto, DEFIRO A TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE, nos termos do § 12, do art. 6º da Lei nº 11.101/2005, e, por consequente, determino:".

19. Da mesma forma decidiu o juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ ao receber o pedido de Tutela Cautelar Antecedente proposto pela Oi S.A., a saber **(Doc. 06)**:

> "A petição vestibular apresentada pelas devedoras, que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente, encontra-se minimamente fundamentada, com exposição sumária do direito que se objetiva assegurar, notadamente a garantia da preservação das atividades do Grupo
>
> Econômico Oi, resguardando o resultado útil do processo de recuperação judicial a ser ajuizado.
>
> (...)
>
> Destarte, tenho como legítimo o direito da devedora de buscar a preservação da integridade de seu patrimônio, através de medida cautelar preparatória, ao menos até o eventual deferimento do processamento do seu pedido de recuperação."

20. Em caso idêntico, este juízo também já apreciou o mesmo pedido nos autos n.º 1003325-71.2023.8.11.0003 do Grupo Braki, restando assim decidido (Doc. 07):

> "Destarte, diante da possibilidade de ser deferido o processamento da recuperação judicial dos requerentes, é de suma importância a adoção de medidas judiciais que possam SALVAGUARDAR O RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO, na perspectiva de que nada adiantaria a utilização do instituto legal se durante o lapso temporal necessário para a organização da sua apresentação não for evitado o risco de se comprometer a utilidade processual.
>
> Não é demais recapitular que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

> preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.
>
> (...)
>
> Feitas a todas essas considerações, sem mais delongas, diante da possibilidade de antecipação dos efeitos do *stay period*; diante da presença da probabilidade do direito invocado pelos requerentes; e diante da existência de risco ao resultado útil do processo **DETERMINO A SUSPENSÃO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO nº 1000101-84.2023.8.11.0049 em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Vila Rica/MT ficando, nestes autos, PROIBIDA A EXPROPRIAÇÃO DE VALORES E BENS DE PROPRIEDADE DOS REQUERENTES BRAKI NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA** (CNPJ 08.234.417/0001-20), **BRAKI AGROPECUÁRIA LTDA** (CNPJ 33.829.924/0001-54), **BRAKI FORRAGEIRAS LTDA** (CNPJ 34.846.852/0001-16), **BRAKI TRANSPORTES LTDA** (CNPJ 36.399.741/0001-34), **LENIRA CAVERZAN MOMO** (CPF 827.775.439-68) e **ISAIAS MOMO** (CPF 619.662.230-72) - até que seja deliberado acerca do processamento da recuperação judicial ou proferida outra decisão sobre o ponto.”

21. Não há outro caminho a traçar, senão este, posto que se cumprida a liminar deferida em favor do arresto manejado pela credora Rural Brasil, certo é que restarão inexistentes as chances de soerguimento do grupo Requerente e a manutenção de suas atividades, posto que todos os grãos desta safra são essenciais para a atividade agrícola desenvolvida por estes.

22. Por tal razão, o Grupo Mello, aqui Requerentes, pede e espera a prestação de tutela cautelar preparatória ao pedido de recuperação Judicial, nos termos da LRF, art. 189 e 6º, § 12 e CPC, art. 305 e seguintes, conforme os pedidos formulados na conclusão desta petição.

III – DA COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

23. Nos termos do artigo 3º da Lei 11.101/2005, que dispõe acerca da competência, necessário pontuar que: *"é competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil"*.

24. Contudo, cumpre registrar a RESOLUÇÃOTJ-MT/OE Nº 10 DE 30 DE JULHO DE 2020, que redefiniu a competência judiciária do Estado de Mato Grosso, concernentes às varas de recuperação judicial e falência.

25. Com isso, Excelentíssimo, tendo em vista a maior área de produção agrícola dos Requerentes estarem centralizadas nos municípios de **Campinápolis/MT (1.522 hectares), Santa Cruz do Xingu/MT (2.410 hectares) e Vila Rica (836,45 hectares)** - ambos municípios integrantes da competência regional de Rondonópolis-MT - bem como abriga uma pequena parte de sua atuação na Comarca de **Maringá/PR (184,07 hectares),** conforme contratos de arrendamento e matrículas anexas **(Doc. 08)** e, considerando a aprovação pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso a regionalização das Varas de Recuperação Judicial, que tem o objetivo de garantir a efetividade, celeridade e segurança jurídica ao tratamento do processo de recuperação judicial, extrajudicial e de falência, é competente para o processamento da presente Recuperação a Comarca de Rondonópolis/MT.

26. Vale dizer ainda que toda a concentração dos negócios, sede administrativa, financeira, contábil e decisória, sempre estiveram situadas na Comarca de Campinápolis/MT.

27. Isso porque Campinápolis/MT foi o primeiro local de plantio do grupo e foi naquela região que se estabeleceram em 2014, conforme histórico apresentado em cumprimento do inciso I do art. 51 da Lei 11.101/2005 disposto adiante.

28. Soma-se a tal fato que, conforme qualificação desta peça e registros na Junta Comercial apresentados e tópico anterior

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

e anexados **(Doc. 03)**, todo o Grupo Requerente reside e atua na região de Campinápolis, sendo ali seu principal estabelecimento.

29. Nesse sentido, o Supremo Tribunal de Justiça já decidiu que o juízo competente é aquele onde está concentrado o maior volume de negócios, vejamos **(Doc. 09)**:

> "CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO INTERNO. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 3º DA LEI N. 11.101/2005. 1. Nos termos do art. 3º da Lei n. 11.101/2005, o foro competente para o processamento da recuperação judicial e a decretação de falência é aquele onde se situe o principal estabelecimento da sociedade, assim considerado o local onde haja o maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresária sob o ponto de vista econômico. Precedentes. 2. No caso, ante as evidências apuradas pelo Juízo de Direito do Foro Central de São Paulo, o principal estabelecimento da recuperanda encontra-se em Cabo de Santo Agostinho/PE, onde situados seu polo industrial e seu centro administrativo e operacional, máxime tendo em vista o parecer apresentado pelo Ministério Público, segundo o qual o fato de que o sócio responsável por parte das decisões da empresa atua, por vezes, na cidade de São Paulo, não se revela suficiente, diante de todos os outros elementos, para afirmar que o "centro vital" da empresa estaria localizado na capital paulista. 3. Agravo interno não provido."

30. Deveras, então, sopesadas as circunstâncias fáticas atinentes ao presente processo, em que, apesar dos Requerentes exercerem suas atividades nas Comarcas de Campinápolis/MT (Polo IX – Região Leste – Barra do Garças), Santa Cruz do Xingu/MT e Vila Rica/MT(Polo XI – Região Nordeste - São Félix do Araguaia – Vila Rica), por força da RESOLUÇÃOTJ-MT/OE Nº 10 DE 30 DE JULHO DE 2020, deve ser declarada competência da Comarca de Rondonópolis/MT, tendo em vista a Resolução acima citada.

IV – DO LITISCONSÓRCIO ATIVO.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

31. De início cumpre esclarecer que no presente caso concreto, cristalino e evidente que tratam-se os Requerentes de um grupo familiar.

32. Os Srs. **Sidney** e **Mara** formam um casal, onde Sidney é irmão de **Edson**, que por sua vez é casado com **Vera** e desta relação possuem seus dois filhos **Rafael** e **Marco**.

33. Não apenas por isso, mas já de início é possível afirmar que os Requerentes integram um mesmo grupo econômico, no qual, a unidade processual ativa pode ser verificada pelos documentos pessoais aqui acostados, formando, portanto, além de um grupo empresarial, um grupo familiar.

34. Isso porque, os Requerentes exercem atividade rural conjuntamente e, sempre buscaram alcançar o mesmo objetivo econômico. Por outro lado, o processamento em separado das ações de cada um dos Requerentes, essencialmente interligados, comprometeria o soerguimento almejado.

35. Conforme se verifica inicialmente da documentação anexa, o que restará fortificado no decorrer do processamento do pedido de recuperação judicial (ação principal), os Requerentes são umbilicalmente interligados, seja na produção das áreas de colheita, seja na constituição de obrigações e/ou na qualidade de garantidores uns dos outros, assim como na atuação em conjunto no desenvolvimento da atividade rural.

36. Deveras, deve ser reconhecida a existência da presença do litisconsórcio ativo, conforme autoriza o Art. 113 do CPC, posto que há plena interdependência entre seus componentes, estabelecendo-se uma comunhão de direitos e obrigações, conexão pelo pedido e pela causa de pedir e afinidade de questões por ponto comum de fato e de direito, onde se faz plenamente possível a formação do litisconsórcio ativo.

37. Sobre a possibilidade de unificação do presente pedido, a doutrina do E. Ministro do STJ e doutrinador Luis Felipe Salomão,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

em obra em conjunto com o professor Paulo Penalva dos Santos, assim se posiciona:

> Vê-se, assim, a possibilidade de unificação, em um mesmo processo, dos pedidos de recuperação judicial, a princípio distintos, desde que os devedores participem de um mesmo grupo econômico, seja este de fato ou de direito. Trata-se de mecanismo que visa ao cumprimento do preceito do art. 47 da Lei 11.101/2005, qual seja a superação da crise econômico-financeira dos devedores. É indubitável que, nestes casos, a instrumentalidade do processo materializa-se no fenômeno do litisconsórcio ativo, sendo esta a melhor solução encontrada para a crise empresarial suportada em conjunto. (Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática. 3.ed. ver., atual. E ampl., Rio de Janeiro: Forense, 2017, pág. 379)

38. De igual forma a jurisprudência sobre a matéria, vejamos:

> RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO. PRODUTOR RURAL. Possibilidade. Documentos demonstrativos do efetivo exercício das atividades há mais de dois anos. Interpretação do art. 48 da Lei 11.101/2005, com a redação conferida pela Lei 12.873/2013. Grupo empresarial. Reconhecimento. Litisconsórcio ativo configurado. Decisão mantida. Recurso desprovido. (TJSP - AI: 21039486020198260000, Relator: Fortes Barbosa, 1ª. Câmara Reservada De Direito Empresarial DP: 16/07/2019)

> RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - DEFERIMENTO DE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL FORMULADO POR CASAL DE PESSOAS FÍSICAS - FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 48 E 51 DA LEI Nº 11.101/2005 - POSSIBILIDADE - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA REJEITADA - ALEGAÇÕES RECURSAIS DE "AUSÊNCIA DE EXPOSIÇÃO DAS CAUSAS CONCRETAS DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DO DEVEDOR E DAS RAZÕES DA CRISE ECONÔMICA - IRREGULARIDADE DA RELAÇÃO DE EMPREGADOS - SONEGAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS - MATÉRIAS A SEREM TRATADAS EM IMPUGNAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - VOTAÇÃO NÃO UNÂNIME - APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE JULGAMENTO DO

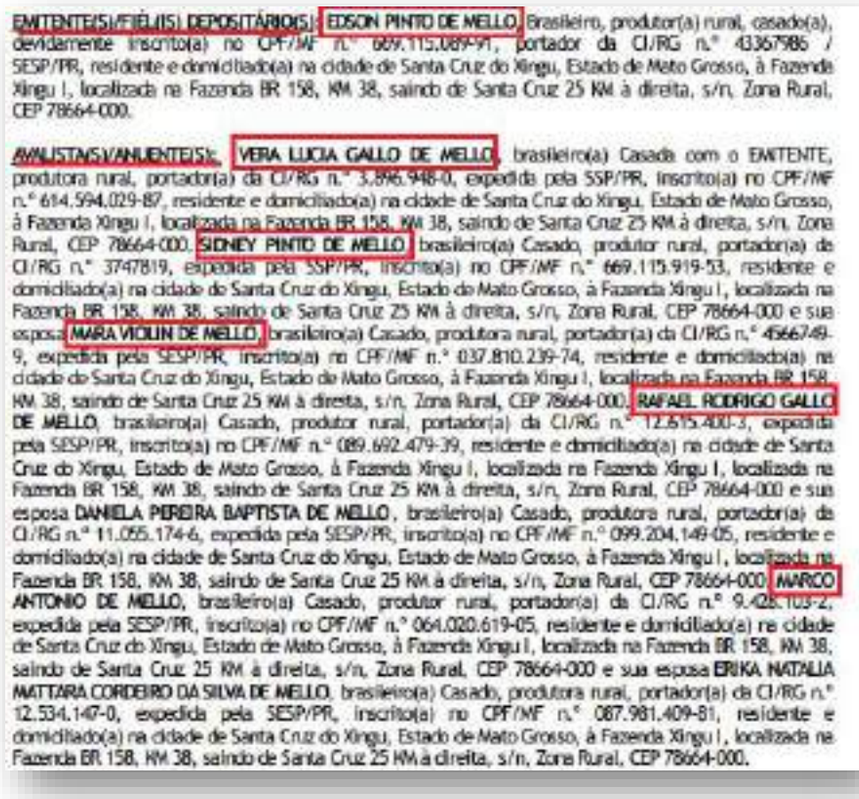
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

ART. 942, §3º, II, DO CPC/2015 - DESCABIMENTO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. "É possível a formação de litisconsórcio ativo nos pedidos de recuperação judicial, caso reste devidamente comprovada a existência de grupo econômico - seja de fato, seja de direito - entre as empresas (ou pessoas físicas) requerentes" (TJMG - 7ª Câm. Cível - RAI nº 1.40493.14.002702-9/002 - Rel. Des. Washington Ferreira - j. 10/11/2015). 2. Preenchidos os requisitos dos arts. 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005, deve ser deferido o pedido de recuperação judicial. 3. As questões atinentes a suposta irregularidades na apresentação de relação de credores, ativos financeiros e empregados devem ser tratadas em sede de impugnação, pelo que constituiria supressão de instância a manifestação, diretamente pelo Tribunal, sobre o tema em recurso manejado contra decisão deferitória do pedido recuperacional. 4. A técnica de julgamento instituída pelo art. 942, §3º, II, do CPC/2015 não se aplica a acórdão não unânime que ratifica decisão deferitória de pedido de recuperação judicial, porque não houve julgamento parcial do mérito da questão (TJMT 0149875-42.2015.8.11.0000, Relator: Sebastião Barbosa Farias, 1ª. Câmara De Direito Privado DJE 05/07/2016)

Recuperação judicial – Deferimento do processamento – Produtor rural – Possibilidade - Documentos demonstrativos do efetivo exercício das atividades há mais de dois anos – Interpretação do art. 48 da Lei 11.101/2005, com a redação conferida pela Lei 12.873/2013 – Consolidação substancial deferida – Grupo econômico de fato, confusão patrimonial e administração centralizada confessadas pelas recuperandas - Apresentação de um plano de recuperação único – Cabimento – Decisões mantidas – Recurso desprovido. (TJSP; AI 2141533-49.2019.8.26.0000; Fortes Barbosa; 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; DP: 30/10/2019)

39. Na prática, a título de exemplo, se ilustra o contrato objeto de arresto onde figuram todos os Requerentes aqui qualificados, senão vejamos:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46



EMITENTE(S)/FIÉIS(IS) DEPOSITÁRIOS(S): EDSON PINTO DE MELLO, Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.089-91, portador da CI/RG n.º 43367986 / SESP/PR, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000.

AVALISTAS/ANUENTE(S): VERA LUCIA GALLO DE MELLO, brasileiro(a) Casada com o EMITENTE, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 3.896.948-0, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 614.594.029-87, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000. SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtor rural, portador(a) da CI/RG n.º 3747819, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.919-53, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000 e sua esposa MARA VIOLIN DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 4566749-9, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 037.810.239-74, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000. RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtor rural, portador(a) da CI/RG n.º 12.615.400-3, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 089.692.479-39, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000 e sua esposa DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 11.055.174-6, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 099.204.149-05, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000. MARCO ANTONIO DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtor rural, portador(a) da CI/RG n.º 9.425.103-2, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 064.020.619-05, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000 e sua esposa ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 12.534.147-0, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 087.981.409-81, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000.

40. Assim, presente o litisconsórcio ativo se faz plenamente viável que esta cautelar seja requerida conjuntamente, para que consequentemente o pedido de processamento da recuperação judicial também seja feito em conjunto, em um único processo, o que não traz qualquer prejuízo aos credores.

41. Assim, preenchidos os requisitos estampados no Art. 133 do CPC, portanto, adequada formação do litisconsórcio ativo ao presente processo recuperacional.

IV.I - DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL.

42. Os Autores pessoas físicas, conforme já mencionado, desempenham atividade rural produtiva, como empresários rurais, concentrando a gestão do negócio, em sua maior parte na cidade de Santa Cruz do Xingu/MT, mas com áreas de plantio também localizadas em Vila Rica/MT, Campinápolis/MT (sendo esta seu principal

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

estabelecimento) e em Maringá/PR, de forma que praticamente todas as operações do Grupo Mello estão entrelaçadas, seja pela existência de fornecedores e clientes comuns, por aportes financeiros mútuos, seja por assunção de obrigações comuns cruzadas, como avais, fianças etc.

43. As atividades dos empresários rurais estão intimamente ligadas, pois fazem parte de um único ciclo produtivo, envolvendo a aquisição de insumos, produção de milho, soja, etc., tudo na estrutura organizacional já descrita e sob o mesmo controle.

44. Assim, os Autores administram em conjunto todas as atividades, ocorrendo conexão da causa de pedir e afinidade nas pretensões, já que, conforme dito em tópico anterior, trata-se de grupo familiar.

45. Diante deste cenário, não há outro caminho senão a formação do litisconsórcio ativo, porque somente dessa forma se irá proporcionar ao processo resultado útil, com menor esforço das partes e demais interessados, evitando-se, também, possíveis decisões contraditórias. **Sobretudo quando diante de um grupo econômico familiar de fato.**

46. Não faria sentido o presente pedido e o futuro pedido de Recuperação Judicial dos Requerentes ocorrerem separadamente, vez que, havendo feitos distintos, igualmente os reflexos estariam irradiados a cada Autor, por força da confirmada comunhão de interesses.

47. Essa situação somente resultaria maiores custos para as partes e o Judiciário, refletindo negativamente para todos os envolvidos na Recuperação Judicial, em especial os credores.

48. Posto isso, os Requerentes preenchem os requisitos dos artigos 69-G e 69-K da Lei 11.101/2005, que assim dispõe:

> Art. 69-G. Os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

> poderão requerer recuperação judicial sob consolidação processual.
>
> Art. 69-K. Em decorrência da consolidação substancial, ativos e passivos de devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor.

49. Assim, antes da vigência das alterações trazidas pela Lei 14.112/2020, a construção doutrinária conduziu a jurisprudência a admitir o litisconsórcio ativo na Recuperação Judicial, flexibilizando as regras a bem do prestígio dos princípios norteadores do instituto que busca a preservação da empresa.

50. Nesse sentido, Fábio Ulhôa Coelho assevera:

> "A lei não cuida da hipótese, mas tem sido admitido o litisconsórcio ativo na recuperação, desde que as sociedades empresárias requerentes integrem o mesmo grupo econômico, de fato ou de direito e atendam, obviamente, todos os requisitos legais de acesso à medida judicial." (Coelho, Fábio Ulhoa. Comentários à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, RT, 11ª Edição, 2016, p. 176)

51. Constituindo-se em grupo econômico, familiar e de fato, com todos os contornos fáticos e jurídicos que o caracterizam, não há óbice para apresentação de um único Plano de Recuperação Judicial futuramente, o que vem reiteradamente sendo admitido pelo judiciário, até porque essa modalidade orienta para a celeridade e economia processuais, dispensando aos credores de analisar duas peças que, em separado, trariam o mesmo resultado.

52. Sobre possibilidade desse único plano, Fábio Ulhôa Coelho esclarece que:

> "Em vista da inexistência de normas reguladoras do litisconsórcio ativo em recuperação judicial, quando admitido este, algumas questões se desdobram. Entre elas, a admissibilidade, ou não, de plano de recuperação consolidado, isto é, um único plano para todos os litisconsortes. E, mais uma vez, abrem-se duas alternativas: entender que a consolidação não é possível por falta de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

> precisão legal específica; ou admiti-la, reconhecendo na lei uma lacuna a ser superada por meio do princípio fundamental regente da recuperação judicial. E, aqui também, a solução mais adequada é reconhecer que o instituto da recuperação judicial é marcado pela flexibilidade. Para que possa atender às mais variadas situações da dinâmica realidade econômica contemporânea e possibilitar a superação de crises empresariais que inexoravelmente apresentam singularidades e especificidades, a recuperação judicial não pode ser rígida." (Coelho, Fábio Ulhôa. Comentários à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, RT, 11ª Edição, 2016, p. 177)

53. Assim, os Requerentes preenchem os requisitos exigidos pelo art. 69-G, vez que junta neste ato toda documentação individualizada, conforme veremos adiante.

54. Comunga deste entendimento, o Dr. Marcelo Sacramone, senão vejamos:

> "Como litisconsórcio ativo facultativo, portanto, exige-se na consolidação processual que todos os requisitos exigidos da LREF sejam preenchidos por cada um dos autores, os quais, ademais, deverão apresentar individualmente a documentação exigida no art. 51 dessa lei para se permitir a análise individualizada da crise e dos meios para seu soerguimento pelos seus respectivos credores." (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência, SaraivaJur, 2ª Edição, 2021, p. 380)

55. De outro norte, os Requerentes ainda preenchem os requisitos exigidos do art. 69-H da mesma Lei, uma vez que existem no presente caso a interconexão e a confusão entre ativos e passivos dos devedores, não sendo possível identificar sua titularidade.

56. Isso pode ser identificado em toda documentação que se está apresentando junto à inicial.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

57. Ainda, como dito, há a presença de garantia cruzada nas relações comerciais dos Requerentes, bem como a atuação conjunta no mercado entre os postulantes.

58. Trata-se tal fenômeno da consolidação substancial, cuja explicação simplificada e direta podemos encontrar na obra dos Drs. Daniel Carnio Costa e Alexandre Nasser Melo, a saber:

> "Em decorrência da consolidação substancial, os ativos e passivos dos devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor, visto que a autonomia patrimonial é afastada.
>
> Com isso, não faz sentido manter garantias fidejussórias e créditos detidos por um devedor em face de outro do mesmo grupo, razão pela qual essas garantias e créditos serão imediatamente extintos." (Costa e Melo, Daniel Carnio e Alexandre Nasser. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência, Juruá Editora, 1ª Edição, 2020, p. 198)

59. No mesmo sentido, o TJMT nos autos do Agravo de Instrumento n.º 1026354-67.2020.8.11.0000, em trâmite na 4ª Câmara de Direito Privado, assim decidiu:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PROCESSAMENTO - DEFERIMENTO - PRODUTORES RURAIS - INSCRIÇÃO NA JUNTA COMERCIAL - 02 ANOS - COMPROVAÇÃO DO EFETIVO EXCERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL EM PERÍODO ANTERIOR – LITISCONSÓRCIO ATIVO – PLANO ÚNICO – CONTAGEM DOS PRAZOS – DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO
>
> O produtor rural, após obter o registro e passar ao regime empresarial, obtém condição de procedibilidade para requerer recuperação judicial bastando que comprove, no momento do pedido de recuperação, que explora regularmente a atividade rural há mais de 02 anos. Nesse caso, pode computar, para efeito de perfazer os mais de dois anos exigidos na lei (art. 48, da Lei n. 11.101/2005), o período anterior ao registro, quando exercia regularmente sua atividade rural sob o regime do Código Civil.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

> Conquanto os autores, postulantes da recuperação judicial não ostentem a condição de casados, certo é que os documentos apresentados indicam a continuidade do grupo econômico, vale dizer, a intenção de manterem os negócios em parceria, próprio, no caso, da confusão patrimonial, daí porque, correto o reconhecimento do litisconsórcio ativo.
>
> De acordo com o art. 189 da Lei n. 11.101/2005, a regra de contagem dos prazos processuais em dias úteis, nos termos do art. 219 do CPC, continua aplicável aos processos de recuperação judicial, com exceção àqueles que ostentam natureza material e devem ser contados em dias corridos.
>
> (1026354-67.2020.8.11.0000 – QUARTA CAMARA DE DIREITO PRIVADO DO TJMT – REL. GUIOMAR TEODORO BORGES. – Publicada em 19.04.2021)

60. Destarte, havendo manifesta comunhão de interesses, inclusive entre os credores que serão beneficiados com o reconhecimento do grupo econômico de maneira voluntária, justifica-se amplamente a consolidação processual e substancial, de forma a permitir que num único feito seja apresentado, igualmente, um único plano consolidado quando da propositura da RJ (ação principal).

V – DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 11.101/2005 – NOVA REDAÇÃO TRAZIDA PELAS ALTERAÇÕES DA LEI 14.112/2020 – COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE POR MAIS DE 2 ANOS.

61. A nova redação da Lei 11.101/2005 incluiu o parágrafo 3º no artigo 48, disciplinando que:

> Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:
>
> I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;

III – não ter, há menos de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;

III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

§ 2º No caso de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no **caput** deste artigo por meio da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), **ou** por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir a ECF, entregue tempestivamente. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)

§ 3º Para a comprovação do prazo estabelecido no **caput** deste artigo, o cálculo do período de exercício de atividade rural por pessoa física é feito com base no Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir o LCDPR, e pela Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e balanço patrimonial, todos entregues tempestivamente. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

§ 4º Para efeito do disposto no § 3º deste artigo, no que diz respeito ao período em que não for exigível a entrega do LCDPR, admitir-se-á a entrega do livro-caixa utilizado para a elaboração da DIRPF. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

§ 5º Para os fins de atendimento ao disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, as informações contábeis relativas a receitas,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

> a bens, a despesas, a custos e a dívidas deverão estar organizadas de acordo com a legislação e com o padrão contábil da legislação correlata vigente, bem como guardar obediência ao regime de competência e de elaboração de balanço patrimonial por contador habilitado. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

62. Deste modo, consoante aos documentos que ora se apresenta, e diante da peculiaridade do caso em questão, os Requerentes deixam para apresentar seu livro caixa e balanços, quando da propositura da ação principal, posto que não houve tempo hábil para sua confecção, dado perigo de dano irreversível que ora se sofre, conforme vimos alhures, contudo, apresentando neste ato a Declaração do Imposto de Renda dos Requerentes, devendo os demais serem complementados no ato da apresentação da ação principal **(Doc. 10).**

63. Ainda, neste ato, os Requerentes apresentam Declaração Falimentar em cumprimento ao que dispõe o inciso I, do art. 48, com a declaração de não terem sido falidos. **(Doc. 11)**

64. Passo seguinte, em complementação a tais documentos, os Requerentes apresentam neste ato suas inscrições estaduais, preenchendo assim os requisitos exigidos pelo art. 48 da Lei 11.101/05, vez que exercem sua atividade rural há muito mais que os 02 (dois) anos exigidos por lei **(Doc. 03)**.

VI - DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 51 DA LEI 11.101/2005.

a) Inciso I - da exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira: abaixo descrição.

65. Em cumprimento ao requisito do Inciso I do art. 51 da Lei 11.101/2005, segue abaixo um breve histórico das razões que levaram os Requerentes a ingressarem com o presente pedido.

66. Tratam-se os Requerentes de grupo familiar de origem do estado do Paraná, onde desde 1975 os irmãos Sidney e Edson já

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

exerciam a atividade agrícola com o plantio de soja e milho na região de Maringá/PR.

67. Foi em Maringá/PR que constituíram suas famílias, onde Sidney se casou com Marra e Edson com vera, aqui também Requerentes. Da relação entre Edson e Vera, vieram os filhos Rafael e Marco que, se espelharam no pai e já na vida adulta também se enveredaram para o cultivo das commodities.

68. Desde sempre o grupo familiar maneja o plantio dos grãos conjuntamente, inicialmente, como dito no estado do Paraná e, com o passar dos anos, alçando voos maiores, através de arrendamento, **em 2014 iniciaram o cultivo também no Estado do Mato Grosso, na cidade de Campinápolis, cerca de 640 hectares.**

69. Quando chegaram naquela região identificaram a necessidade de preparar a terra e corrigir o solo, com isso, obtendo êxito, conseguiram em 2015 aumentar sua área de cultivo para cerca de 1.000 hectares.

70. Felizmente, foi uma época em que o clima era propício e permitiu que o Grupo Familiar fosse crescendo de maneira organizada, aproveitando para reinvestir os resultados na abertura/arrendamento de novas áreas.

71. Com o advento e disseminação da técnica do plantio direto, os Requerentes passaram a ter acesso a máquinas e implementos que possibilitaram incrementos significativos de produtividade, o que proporcionou um retorno econômico positivo sobre os investimentos e esforços realizados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46











72. Contudo, o produtor rural, nunca aguarda o caso fortuito/força maior, relacionado diretamente a sua produção, onde sua instabilidade impacta diretamente na produção agrícola de uma maneira geral, positiva ou negativamente, não sendo diferente com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

os Requerentes que, no decorrer dos anos, principalmente em 2015 sofreram com a seca da região e baixa produtividade daquele ano, entretanto, o novo prejuízo não será suportado nas presentes condições, sem que haja a intervenção legal apta a viabilizar a superação da crise ora instalada.

73. Não apenas isso, mas são vários os obstáculos sofridos pelo produtor rural que a cada fase da produção encontra um empecilho a vencer. No caso dos Requerentes, estes, em 2017 após a colheita de toda sua produção e armazenagem, sofreram com um arresto da safra daquele ano com os grãos ainda dentro do armazém, arresto este que não foi contra os Requerentes, mas sim em face do dono do armazém, onde por um equívoco o soja dos Requerentes que ali estavam também foram arrestados, causando enormes prejuízos em sua receita naquela ano em cerca de 24 mil sacas.

74. Com o decorrer dos anos, os Requerentes analisaram aquele solo em que atuavam e concluirão que na safrinha a região pecava numa produtividade satisfatória, sendo necessária a busca de uma área com mais índice pluviométrico.

75. Foi então que em 2020 encontraram uma área de cultivo para arrendamento na região de Santa Cruz do Xingu/MT, próximo a Vila Rica/MT, cuja área de 2.200 hectares necessitou de alto investimento, vez que em sua maioria estava abarrotada de vegetação prejudiciais a semeadura, que necessitavam de remoção para início dos trabalhos.

76. Na mesma época naquela região o armazém Indiana Agro (Recuperação Judicial – frustrada) também sofreu arresto ao qual parte da produção dos Requerentes, que ali estava depositada fora levada conjuntamente, ocasionando em prejuízos demasiados.

77. Como dito, entre uma safra e outra, todo e qualquer produtor rural encontra dificuldades que acabam por não produzir a contento, e isso não seria diferente com os Requerentes que, além dos arrestos de terceiros sofridos que acabaram por atingi-los, o

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

fator clima/tempo impacta de uma maneira ou outra na mencionada produção.

78. Nessa nova área de plantio, por exemplo, logo no primeiro ano, os Requerentes se depararam com fortes chuvas o que prejudicou sobremaneira a colheita dos grãos, contudo, em contrapartida, no segundo ano fez-se necessária a abertura do restante da área, aumentando assim o seu cultivo, passando de 1.000 hectares, para 2.000 hectares.

79. No mesmo ano fora adquirido pelos Requerentes novo arrendamento, desta vez em São Félix do Araguaia, cuja área total era de 1600 hectares, onde apenas 187 hectares eram de plantio consolidado. Ainda nesta área fora necessário á época se investir na infraestrutura da fazenda, seja nas casas, cantina, poço artesiano e barracão.

80. Mesmo com todo investindo e abrindo mais 330 hectares de sua capacidade, ainda assim a produção daquele ano não foi satisfatória, posto que o plantio se deu tardiamente, e ainda ocorreu o ataque de pragas, qual seja a mosca branca.

81. Somado a isso, nessa mesma área ainda ocorrera um desafio administrativo, posto que 1600 hectares possuía um embargo ambiental de 2013, fato que impediu a movimentação do cultivo, já que não se conseguia gerar a inscrição estadual, tampouco se emitir nota fiscal, o que inviabilizou o negócio, sendo necessário a entrega da área para terceiros.

82. Em 2022 com o fim do contrato de alguns arrendamentos (parte) em Campinápolis/MT, os proprietários pleitearam a área de volta, não renovando tais instrumentos e, na área ainda atuante, os Requerentes sofreram com as chuvas, perdendo a qualidade do grão produzido, onde a soma desses fatores levaram os requeres a atual crise que se enfrenta.

83. O fator clima ainda afetou os Requerentes em 2023, tendo em vista as chuvas que se deram na região do Xingu, o que

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

ocasionou a perda ao equivalente a 550 hectares de soja. Nesse ínterim, foi arrendado ainda outra área em Vila Rica de 760 hectares de pastagem, conseguindo abrir ainda mais 350 hectares.

84. Contudo, com o plantio tardio devido ao clima, sofreram ainda nesta área com o ataque da mosca branca e muitas chuvas na fase de colheita, o que ocasionou resultados deficitários para o grupo. Devido a seca, tanto em Campinápolis, quanto em Santa Cruz do Xingu, a produção da safrinha não se deu como planejada.

85. Por duas principais e inesperadas razões: a) a quebra da produtividade esperada, ocorrida por força de condições climáticas; b) a queda abrupta dos valores vinculados aos grãos que representa até o momento a cerca de 43% ante ao mesmo período do ano passado.


AGRONOTÍCIAS

Preço do milho em Mato Grosso acumula queda de 43% no semestre, constata instituto

31/07/2023 17:48

*https://www.sonoticias.com.br/agronoticias/preco-do-milho-em-mato-grosso-acumula-queda-de-43-no-semestre-constata-instituto/

86. Diante desse cenário, buscaram os Requerentes a renegociação de seus contratos, entretanto, esbarraram nas tentativas que restaram infrutíferas ao ponto de, conforme já informado nesta inicial, já haver pedido de arresto deferido em face do grupo familiar manejado pela credora Rural Brasil Ltda., visando o bloqueio de 160 mil sacas de milho da atual safra de milho.

87. **Tal fato, o reconhecimento da existência de caso fortuito/força maior, ocorrido nas áreas de cultivos do Grupo Requerente, foi inclusive objeto de reconhecimento pela credora Rural Brasil Ltda**, na ação cautelar n.º 5425690-61.2023.8.09.0093,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, ao destacar que, com o cumprimento do arresto já deferido, a credora não conseguiria arrestar a totalidade dos grãos ante a frustração da safra **(Doc. 04)**:

> Ademais, conforme laudo de monitoramento formalizado por prepostos da requerente, a produção de milho na lavoura será bem menor do que aquela prevista na CPR, de modo que, ainda que os requeridos colham toda a produção e a entreguem em favor da requerente, esta não irá receber aquilo que lhe é devido.

88. Não obstante, os próprios Requerentes promoveram a confecção de laudo complementar a da própria credora, a fim de constatar a frustração da presente safra que assim restou concluído (Doc. 12):

Município – Santa Cruz Xingu/MT

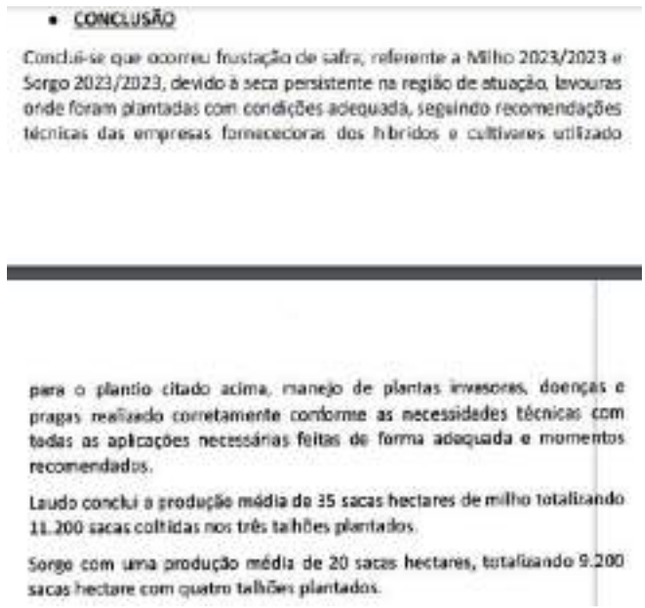
- **CONCLUSÃO**

Conclui-se que ocorreu frustação de safra, referente a Milho 2023/2023, devido à seca persistente na região de atuação, lavouras onde foram plantadas com condições adequada, seguindo recomendações técnicas das empresas fornecedoras dos híbridos utilizado para o plantio citado acima, manejo de plantas invasoras, doenças e pragas realizado corretamente conforme as necessidades técnicas com todas as aplicações necessárias feitas de forma adequada e momentos recomendados.

Laudo conclui a produção média de 40 sacas hectares totalizando 50.380,8 sacas totais.

Município – Campinápolis/MT

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46



- **CONCLUSÃO**

Conclui-se que ocorreu frustação de safra, referente a Milho 2023/2023 e Sorgo 2023/2023, devido à seca persistente na região de atuação, lavouras onde foram plantadas com condições adequada, seguindo recomendações técnicas das empresas fornecedoras dos híbridos e cultivares utilizado

para o plantio citado acima, manejo de plantas invasoras, doenças e pragas realizado corretamente conforme as necessidades técnicas com todas as aplicações necessárias feitas de forma adequada e momentos recomendados.

Laudo conclui a produção média de 35 sacas hectares de milho totalizando 11.200 sacas colhidas nos três talhões plantados.

Sorgo com uma produção média de 20 sacas hectares, totalizando 9.200 sacas hectare com quatro talhões plantados.

89. Certo é que atualmente os Requerentes cultivam grãos por cerca de **4.952 hectares** nas comarcas de Campinápolis/MT, Santa Cruz do Xingu/MT, Vila Rica/MT e Maringá/PR, sendo assim plenamente viáveis para superação da crise ora vivenciada.

RELAÇÃO DAS ÁREAS DE CULTIVO

FAZENDAS	COMARCA	MATRÍCULAS	HECTARE	AREA DE CULTIVO
Fazenda Xingu I, II, III, IV	Santa Cruz do Xingu/MT	6341	4.997,55	2.200
Fazenda Glorificada	Santa Cruz do Xingu/MT	8918/7636	351,03	210
Fazenda São Francisco	Campinápolis/MT	3	2539,3	825
Fazenda Vale do Piau	Campinápolis/MT	554	2612,1	282
Fazenda Boa Vista	Campinápolis/MT	230	2.757,30	415
Lotes Rurais 33, 34 e 32 A	Vila Rica/MT	8.062/8.063/8.917	255,02	88,6
Fazenda Atlanta	Vila Rica/MT	6385/6386	1.916,09	350
Fazenda Santiago	Vila Rica/MT	5484/5485	1.792,44	397,85
Sitio Pitanga	Maringá/PR	1615	24,2	24,2
Fazenda Santa Maria Goretti	Maringá/PR	1454	140,7	52,27
Gleba Ribeirão Maringá	Maringá/PR	6998	12,19	12,19
Gleba Ribeirão Maringá	Maringá/PR	8704/322/24475/347/399	82,28	70
Sitio 08 Irmãos	Maringá/PR	66	26,1	25,41
		TOTAL	17.506,34	4.952

90. Importante registrar, que os Requerentes em momento algum pretendem se esquivar de suas obrigações, mas sim, apoiados na Lei vigente, possibilitar que possam negociar de forma justa e conjunta sob o crivo do judiciário e o permissivo dos credores, **sem**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

que seja encerrada de forma abrupta as atividades que são desenvolvidas por mais de 40 (quarenta) anos.

91. Assim inegável a existência de um passivo que demonstra a crise econômico-financeira, que claramente coloca em risco a atividade econômica desenvolvida pelos Requerentes, necessitando se socorrer do Art. 47 da LRF.

92. Pelo exposto, imperioso é a necessidade dos Requerentes em se socorrerem do instituto da Recuperação Judicial, inicialmente através desta cautelar preparatória, a fim de que possam conjuntamente com seus credores, renegociar seu passivo, protegendo seu ativo até que possa entrar em acordo para assim se manter no mercado e consequentemente se restabelecer no atual cenário.

b) Inciso II – demonstrações contábeis: deixa de apresentar neste ato posto que será apresentada na ação principal.

c) Inciso III - a relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos: Doc. 13 – Em cumprimento ao que dispõe este inciso e ao que dispõe o art. 69-G, §1º ambos da Lei 11.101/2005.

d) a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento: Doc. 14.

e) certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores - Doc. 01 e Doc. 15

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

f) a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor - Doc. 10 – para cumprimento desta exigência, se junta o Imposto de Renda dos Requerentes.

g) os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras – Doc. 16

h) certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial – Doc. 17

i) a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados – Doc. 18 – Neste ato se junta tanto a declaração de ações assinada pelos Requerentes, quanto as certidões de ações extraídas dos fóruns competentes.

j) o relatório detalhado do passivo fiscal – Doc. 19

k) a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei – Doc. 20.

VII – DA NECESSIDADE URGENTE DO PEDIDO CAUTELAR – ARRESTO DA PRODUÇÃO TOTAL – DEFERIDO E COM CARTA PRECATÓRIA JÁ EXPEDIDA AO CUMPRIMENTO.

93. Depreende-se deste petitório que o intuito dos Requerentes ao pleitear a medida aqui pretendida nada mais é do que manter suas atividades seguras e preservadas, corroborado no princípio esculpido pelo art. 47 da Lei 11.101/2005, que assim rege:

> Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

> devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

94. Tal medida se faz necessária tendo em vista que os Requerentes se encontram ameaçados pelo eminente cumprimento da precatória expedida com a finalidade de arresto de mais de 160 mil sacas de milho produzidas pelos Requerentes e que estão no final de colheita, podendo ser encontradas no Armazém depositado por estes.

95. Não apenas por esta ação, mas todas as demais que virão no intuito de expropriar o patrimônio dos Requerentes ante o risco de insolvência que poderá ser vista com a indicação no rol destes a ser apresentado.

96. Assim, ante os elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano, é que se faz necessária e urgente o deferimento da cautelar pleiteada, para obstar momentaneamente, **credores que certamente moverão ações expropriatórias que poderão fulminar a atividade em dias, ou horas, como já é o caso da Rural Brasil Ltda.**

97. Para tanto, assim dispõe os arts. 300 e 303 do CPC:

> Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
>
> Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

98. Se coaduna com tais dispositivos, o disposto no §12 do art. 6º da Lei 11.101/2005, ao frisar que:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

> § 12. Observado o disposto no art. 300 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

99. Nesse sentido, de proêmio, é fato que se cumprida a precatória expedida não conseguirão os Requerentes se soerguerem mantendo suas atividades empresariais em pleno funcionamento, dado o esvaziamento do ativo circulante, qual seja os grãos que ocorrerá no arresto em caso de efetivo cumprimento.

100. Acredita-se que a medida em questão, apenas não fora cumprida até o momento, vez que a credora aguarda a finalização da colheita, **mas seus agentes já se encontram nas lavouras acompanhando o andamento da safra, que vem sendo armazenada no próprio campo.**

101. Tal fato, se consumado, impedirá o pedido de Recuperação Judicial a ser apresentado no prazo legal após o deferimento desta cautelar, se assim Vossa Excelência entender, já que não restará ativo capaz de alcançar o pretendido soerguimento e manutenção das atividades empresariais que buscam os Requerentes.

102. Para que não paire dúvidas, neste ato, os Requerentes juntam a maior parte da documentação exigida e que já se obteve êxito em levantar, declarando ainda que preenchem todos os requisitos legais exigidos pelo art. 48 da Lei 11.101/2005, conforme declarações e certidões que acompanham esta exordial.

103. Ainda, sendo os Requerentes produtores rurais, se adianta o fato de que tal direito, qual seja, de se requerer recuperação judicial, fora devidamente positivado com o advento da Lei 14.112/2020 e, diante da documentação já acostada, os Requerentes fazem jus ao pedido recuperacional, o que poderá ser analisado tanto agora, como na constatação prévia a ser designada após a distribuição da ação principal, como medida que já vem sendo adotada por este juízo em outras demandas.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

104. Além do mais, TODOS os Requerentes atuantes na atividade agrícola há décadas, estão devidamente inscritos na Junta Comercial, conforme inscrições anexadas a este petitório **(Doc. 03),** bem como inscritos por anos junto a SEFAZ/MT como produtores rurais, caso em que atendem a todos os requisitos legais exigidos da Lei 11.101/2005, o que será devidamente apresentado por completo quando da propositura da ação principal, qual seja a Recuperação Judicial.

105. Somado a isso, convém salientar o importante papel exercido por cada um deles no exercício de suas atividades, dado aos postos de trabalho que propiciam, bem como aos tributos gerados e arrecadados no Estado de Mato Grosso, se expandindo a nível nacional, posto que também atuam no Estado do Paraná, e que estão devidamente pagos, conforme Certidões de Negativa de Débito a esta juntadas.

106. Diante disso, é prudente que se garanta a manutenção da fonte produtora dos Requerentes, qual seja seu ativo, impedindo assim medidas constritivas capazes de esvaziar seu caixa e/ou impedir suas chances de soerguimento.

107. E tal pedido não se faz sem qualquer fundamentação, mas sim consubstanciado no que dispõe o art. 6º da Lei 11.101/2005, cujo dispositivo legal prevê a suspensão das ações em face dos devedores e que será devidamente aplicado tão logo seja possível a apresentação de toda a documentação exigida pela Lei 11.101/2005, dentro do prazo legal.

108. Não por outro motivo é que deve ser deferida a presente medida, a fim de salvaguardar as atividades dos Requerentes, manter os diversos empregos, resguardar o ativo e caixa dos Requerentes e, consequentemente, poder saldar suas dívidas em condições igualitárias com seus credores concursais e extraconcursais, tão logo seja possível, e porque não promover a proteção do interesse destes credores, dando a chance de se liquidar todo o passivo em aberto, e não apenas daquele que possuir uma garantia de bem essencial aos Requerentes.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

109. Cabe aqui ainda destacar que, tão logo seja cumprida a exigência legal com a distribuição da ação principal, este juízo, e nenhum outro, continuará a ser o competente para dirimir acerca do patrimônio dos Requerentes, seus bens de capital e bens essenciais às suas atividades.

110. Isso porque os Requerentes buscam garantir a utilidade da recuperação Judicial futuramente ajuizada com o fim de "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica." (art. 47)

111. Ao passo que o credor, no caso a Rural Brasil Ltda., já conseguiu processualmente que se restrinja os grãos dos Requerentes, arrestando-os, cuja garantia está atrelada a uma cédula que estará sujeita aos efeitos recuperacionais, posto que anterior à propositura da RJ, portanto, de modo que não há qualquer perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão liminar.

112. As constrições patrimoniais que estão em vias de acontecer colocam em risco a continuidade da operação dos Requerentes e, consequentemente, a própria utilidade do pedido principal de recuperação que será oportunamente apresentado, cujo objetivo é a preservação da atividade empresarial e o pagamento de credores em condições de isonomia (princípios basilares do direito recuperacional).

113. Nesse diapasão, a probabilidade do direito que se busca assegurar é evidente, principalmente porque os Requerentes preenchem todos os requisitos previstos na Lei nº 11.101/2005 para o pedido de recuperação judicial, na medida que a própria legislação recuperacional autoriza o manejo de medidas cautelares prévias a pedido de recuperação (art. 6º, §12 da Lei nº 11.101/2005).

114. A URGÊNCIA da tutela cautelar é impedir o prosseguimento de execuções que esvaziam recursos fundamentais à

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

operação dos Requerentes (perigo de dano), enquanto se prepara e enfrenta a complexidade atrelada à organização e preparação de um pedido de recuperação decorrente à atividade agrícola, posto que demanda mais tempo e atenção se comparada a qualquer outra atividade.

115. Na prática, tem-se a existência de arresto deferido através dos autos n.º 5425690-61.2023.8.09.0093 em trâmite na 1ª Vara Cível de Jataí/GO, cujo objeto são nada mais, nada menos do que 160 (cento e sessenta) mil sacas de milho e que já se expediu carta precatória para o seu devido cumprimento.

116. Destarte, o risco ao resultado útil do processo decorre da própria necessidade de que haja alguma atividade empresarial a ser resguardada com o pedido de Recuperação Judicial, o que, com as diversas constrições no patrimônio dos Requerentes, não será possível.

117. Para tanto, assim dispõe o art. 300 do CPC:

> Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

118. Nesse sentido, se faz necessário a aplicação no presente caso do Poder Geral de cautela ante o princípio esculpido pelo art. 47 da Lei 11.101/2005, a fim de que os credores se abstenham de proceder à constrição de quaisquer bens e produtos dos Requerentes até o ajuizamento da Recuperação Judicial.

119. Nessa toada, resta evidente que estão presentes os pressupostos autorizativos da tutela cautelar de urgência, sendo que o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*) está consubstanciado quando do tempo que se levará para a propositura da Recuperação Judicial pelos Requerentes, posto que os credores já estão promovendo o ajuizamento de Ações Executivas e obtendo ordens de constrições de bens essenciais à sua atividade empresarial em segredo de justiça e que só serão

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

percebidas no momento do efetivo arresto/apreensão de bens e grãos, ainda mais tendo em vista a atividade exercida pelas Requerentes.

120. No caso em concreto, é necessário que este juízo intervenha com o fim de determinar a suspensão da ação de arresto n.º 5425690-61.2023.8.09.0093 em trâmite na 1ª Vara Cível de Jataí/GO e, consequentemente que os grãos buscados fiquem na posse dos Requerentes, até ulterior deliberação deste juízo.

121. Em caso análogo, este D. Juízo decidiu por indeferir o pedido de arresto feito por credor nos autos da recuperação Judicial n.º 1005211-08.2023.8.11.0003 do Grupo Konageski e manter os grãos depositados em juízo, até ulterior decisão deste, vejamos (Doc. 21):

> "Entretanto, é valioso pontuar que, ao propor a recuperação judicial, o grupo recuperando inseriu nela o crédito em questão – de forma que poderá, ainda, apresentar eventual impugnação de crédito à lista de credores do Administrador Judicial, vindicando decisão do Juízo a respeito do ponto.
>
> Neste cerne, dada a urgência da medida vindicada e a complexidade da sua análise, tenho que a melhor cautela recomenda que, por ora, os grãos em questão sejam mantidos em depósito judicial – sem liberação para qualquer das partes: nem para a credora e nem para o grupo recuperando.
>
> Ante tal panorama, visando a garantia da efetividade do processo e do seu resultado útil, sem descurar da preservação do interesse defendido por ambas as partes (recuperando e credor), hei por bem em **indeferir o pedido de arresto e DETERMINAR O DEPÓSITO JUDICIAL DOS GRÃOS: 34.125 (trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco) sacas de milho plantados/colhidos na Fazenda Vargem Grande, Rodovia BR 70, Primavera do Leste/MT.**
>
> Deste modo, diante da notícia de que a colheita já está sendo realizada, **DETERMINO A INTIMAÇÃO DO GRUPO RECUPERANDO PARA QUE INDIQUEM, NO PRAZO DE 24 HORAS, ONDE ESTÃO DEPOSITADOS OS GRÃOS EM QUESTÃO.**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

> Desde já, **ADVIRTO O GRUPO RECUPERANDO QUE OS GRÃOS EM QUESTÃO SÃO OBJETO DE DEPÓSITO JUDICIAL e estão na posse do grupo recuperando tão somente na qualidade de FIÉIS DEPOSITÁRIOS, sendo que, para qualquer ato inerente aos grãos (remoção, alienação, etc) faz-se necessária a concessão de prévia e expressa ordem deste Juízo (podendo ser exigida a prestação de caução e o depósito judicial de valores).**
>
> Para o cumprimento célere e urgente da presente decisão, **DETERMINO A EXPEDIÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS**: mandados, cartas precatórias, ofícios, termos, etc. que deverão ser **CUMPRIDOS POR OFICIAL DE JUSTIÇA DE PLANTÃO** que, por ocasião do cumprimento, deverá também lavrar certidão de constatação do depósito dos grãos, com a tomada do compromisso do fiel depositário, que deverá bem guardar os grãos, nos exatos termos desta decisão."

122. Mencionada decisão foi objeto de Recurso de Agravo de Instrumento n.º 1016547-18.2023.8.11.0000 em trâmite na 2ª câmara de Direito privado do E. TJMT, onde seu efeito suspensivo foi indeferido pela Ilma. Relatora Des. Maria Helena G. Póvoas, nos seguintes termos **(Doc. 22)**:

> "Constata-se pela leitura do recurso interposto que a parte Agravante pugna pelo deferimento da tutela recursal para o fim de arresto de 34.125 (trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco) sacas de milho de 60 kg (sessenta quilogramas) cada.
>
> A medida postulada exige, para a sua concessão, a demonstração do risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação e da probabilidade de provimento do recurso, consoante preconiza o parágrafo único do art. 995 do CPC, *in verbis*:
>
> ***Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.***
>
> ***Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de***

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

Na espécie dos autos, atento ao expedido na exordial, ao exame da documentação acostada em juízo provisório e nos estritos limites da cognição sumária permitida a esta fase processual, verifico que, por ora, não resta configurado os pressupostos autorizativos para o deferimento em parte da tutela de urgência.

Como cediço, para o deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, a parte deve demonstrar, com clareza, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme preconiza o artigo 300 do CPC.

No presente caso, em princípio, nota-se que, pelo menos nesse momento, não há risco iminente à Agravante, haja vista que concluiu o magistrado pela determinação de depósito judicial dos produtos.

Portanto, da análise perfunctória, tem-se que a determinação proferida pelo Juízo *a quo,* não se vislumbra ao caso risco de irreversibilidade da decisão que se recorre, até mesmo porque o presente recurso tem sua tramitação célere.

Diante do exposto e da análise perfunctória dos fundamentos trazidos ao recurso, por ora, **INDEFIRO** o pedido de liminar postulada pela Agravante.”

123. Lado outro, acaso já se tenha efetivado e/ou iniciado o arresto, necessário determinar ainda que seja informado a quantidade total arrestada, onde se está localizada/depositada, complementando a ordem para que não se comercialize até ulterior deliberação deste juízo.

124. <u>A medida de urgência se faz necessária posto que acaso o arresto manejado reste exitoso em favor da credora, a maior parte da produção de milho desta safra, quase que em sua totalidade será</u>

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

expropriado, cão em que comprometerá fatalmente a continuidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo Requerente por mais de 40 anos.

125. Repise-se que a probabilidade do direito (*fumus boni iuris*) encontra-se assentada na utilidade do expediente em vista da eminente propositura da Recuperação Judicial pelos Requerentes, de sorte a implementar, por cautela, a antecipação da proteção dos ativos, exatamente como vem sendo decidido reiteradamente pelo Poder Judiciário em TODAS AS SUAS INSTÂNCIAS, inclusive no Superior Tribunal de Justiça, chancelando assim a existência dos requisitos previstos no art. 300 e seguintes do Código de Processo Civil para a concessão da tutela cautelar antecedente ora requerida.

VIII – DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DOS EFEITOS DA LIMINAR ANTES DA DETERMINAÇÃO DE CONSTATAÇÃO PRÉVIA – RISCO DE DANO ACASO ATRASE A CONCESSÃO DA MEDIDA AQUI REQUERIDA.

126. Excelência, como visto, o presente pedido é urgente e requer atenção e celeridade para que o direito aqui buscado não pereça com o atraso na prestação jurisdicional pretendida.

127. Isso porque, com o advento das alterações trazidas pela Lei 14.112/2020, pode o magistrado, **se assim entender necessário, determinar a constatação prévia, antes de se deferir a tutela pretendida.**

128. Contudo, no presente caso a tutela comporta deferimento antes mesmo da constatação prévia a ser realizada, dado o arresto já deferido e as vias de ser cumprido.

129. Em análise às recentes recuperações judiciais distribuídas, Vossa Excelência, acertadamente, vem determinando a constatação prévia e conjuntamente a isto antecipando os efeitos do stay period.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

130. No presente caso, ainda não se está distribuindo a RJ, ante a documentação necessária ainda estar sendo produzida para que seja entregue a contento da exigência legal imposta.

131. Assim, a determinação de constatação prévia defendida por este juízo, s.m.j., deve ser aplicada somente após a propositura da ação principal que, em suma, se verifica a constatação das atividades do Requerente e analisa a entrega de toda a documentação exigida, o que não está sendo feita neste momento, o que se justifica se tratar de medida cautelar e não a recuperação judicial de fato.

132. Dito isto, requer a concessão da medida cautelar pretendida neste momento e que a determinação, ou não, de constatação prévia seja dada apenas após a propositura da ação principal, onde constará naquela oportunidade apresentado todos os documentos legais exigidos para que a perícia possa ser realizada satisfatoriamente.

133. Lado outro, acaso não seja este o entendimento de Vossa Excelência e ainda assim já se determine a constatação prévia neste momento, subsidiariamente, requer seja concedida a tutela cautelar na forma requerida, **sugerindo seja determinada a constatação prévia em duas partes:** a primeira a ser de pronto realizada na forma do item "I":

I) para análise dos documentos já apresentados na forma da 11.101/2005, a constatação in loco da produção e atividade dos Requerentes, bem como para que seja parte constante da constatação prévia a análise de frustração de safra ou não (milho 23);

II) a segunda parte compreendendo a constatação e análise da documentação contábil que aportará aos autos junto ao pedido principal do processamento.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

IX – DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR DE ARRESTO COM PEDIDO LIMINAR N.º 5425690-61.2023.8.09.0093 EM TRÂMITE NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JATAÍ/GO.

134. Conforme anteriormente exposto, foi possível identificar a propositura da Ação n.º 5425690-61.2023.8.09.0093 em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, visando o arresto de 160 mil sacas de milho produzidos pelos Requerentes e que foi objeto de garantia na CPR n.º 817/2022 ali ajuizada.

135. Contudo, o bem ali garantido e as vias de ser arrestado, posto que o pedido foi deferido e já expedido carta precatória para determinado fim, é de extrema essencialidade para as atividades dos Requerentes, não sendo possível que se permita neste momento a sua excussão.

136. Isso porque trata-se os Requerentes de produtores rurais, cuja atividade é voltada unicamente para o plantio de grãos: soja e milho, onde tais commodities são sua única moeda de troca capaz de fazer seu negócio alavancar.

137. Assim, conforme amplamente demonstrado nestes autos, não é crível que se permita a prática de atos expropriatórios em face do patrimônio dos Requerentes sem colocar em risco toda a sua atividade, dado o objetivo final a esta medida ser a única possível no momento, qual seja a propositura de recuperação judicial.

138. Vale dizer que esta só não está se fazendo neste momento, tendo em vista a complexidade da documentação que se é exigida para sua propositura, cujo a qual se leva tempo.

139. Assim, nesse ínterim, se faz necessária a concessão da presente medida para que não se perca a finalidade do instituto da recuperação judicial (ação principal), vez que, se permitida a continuidade de demandas constritivas, atentará contra a preservação e manutenção das atividades dos devedores, onerando-o, atingindo inclusive os interesses dos demais credores.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

140. Dito isto, estar-se a se falar em 160 mil sacas de milho, volume bastante expressivo que, se permitido o seu arresto, os Requerentes certamente não conseguirão a finalidade pretendida pela recuperação judicial, posto que estará com seu caixa totalmente comprometido.

141. Nesse sentido, tem assentido a jurisprudência:

> AGRAVANTE (S): SINAGRO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S/A AGRAVADO (S): ADEMILSON ANTONIO DALMOLIN CUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO E M E N T A: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (COMPRA E VENDA DE SOJA) MOVIDA CONTRA O RECUPERANDO - **ABSTENÇÃO DA PRÁTICA DE ATOS DE CONSTRIÇÃO SOBRE BENS E VALORES DO RECUPERANDO - IMEDIATA DEVOLUÇÃO DA SOJA ARRESTADA AO RECUPERANDO** – ALEGAÇÃO DE CRÉDITO EXEQUENDO EXTRACONCURSAL E QUE O PRODUTO ARRESTADO NÃO É ESSENCIAL – DESACOLHIMENTO – CONTRATO EXEQUENDO FIRMADO ANTES DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO – CRÉDITO SUJEITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO - ARTS 49, CAPUT, E 67, CAPUT, AMBOS DA LEI N. 11.101/2005 – IMPOSSIBILIDADE DE TRATAMENTO DESIGUAL COM DEMAIS CREDORES – EXAME DA ESSENCIALIDADE DO PRODUTO QUE COMPETE AO JUÍZO UNIVERSAL – MANIFESTAÇÃO DO ADMINISTRADOR PELO RECONHECIMENTO DA ESSENCIALIDADE – PRODUÇÃO E VENDA DE SOJA QUE A ÚNICA FONTE DE RENDA DO RECUPERANDO – RECURSO DESPROVIDO. **Consoante o que dispõem os artigos 49, caput, e 67, caput, ambos da Lei n. 11.101/2005, o marco temporal relevante para a aferição da natureza do crédito exequendo – se concursal ou extraconcursal – será a data da constituição do crédito em si, ainda que o vencimento ocorra após o deferimento do processamento da recuperação. Se o contrato de compra e venda de soja em que se embasa a ação executiva foi firmado antes do deferimento da recuperação judicial do produtor executado, não há, em princípio, como livrá-lo dos efeitos da recuperação judicial, sob pena de se permitir um tratamento diferenciado ao exequente em detrimento dos demais credores.** Se, de acordo com a manifestação do administrador judicial, a soja cultivada e colhida pelo recuperando agravado é a base de sustentação de sua

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

atividade financeira e a principal moeda de troca capaz de fazer o seu negócio alavancar, evitando que vá à bancarrota, deve ser mantida a ordem de suspensão da execução e desconstituição do arresto do produto na execução de título extrajudicial embasada em contrato firmado antes do deferimento da recuperação judicial do executado.-

(TJ-MT 10073853320228110000 MT, Relator: MARILSEN ANDRADE ADDARIO, Data de Julgamento: 08/06/2022, Segunda Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/06/2022)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PROCESSAMENTO DEFERIDO - CÉDULA DE PRODUTOR RURAL - CRÉDITO FIDUCIÁRIO - GARANTIA - CANA-DE-AÇÚCAR - **BEM DE CAPITAL ESSENCIAL À ATIVIDADE DA EMPRESA DEVEDORA - PROIBIÇÃO DE RETIRADA DO ESTABELECIMENTO** - DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU CONFIRMADA. **Constatado que a cana-de-açúcar se enquadra no conceito de bem de capital essencial à atividade da empresa devedora, mantém-se a decisão de primeiro grau que proibiu sua retirada do estabelecimento, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei Federal nº 11.101/05. Recurso não provido**. V .V.: O despacho que ordena o processamento da recuperação judicial não se confunde com a decisão que concede a recuperação, sendo que a tramitação é deferida apenas com base na legitimidade ativa do requerente e a instrução dos autos nos termos da lei. Dessa forma, deve ser mantida a decisão que determinou o processamento da recuperação, considerando-se que a petição inicial foi instruída nos termos do artigo 51 da Lei n. 11.101/05 e que o pedido preenche os requisitos legais estabelecidos pelos artigos 47, 48 e 51 da mencionada legislação. Por sua vez, tendo em vista que o crédito do proprietário fiduciário não se submete aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do § 3º do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005, bem como que, a princípio, o bem alienado fiduciariamente não consiste em essencial para as atividades empresariais, devem as recuperandas ser proibidas de comercializar o subproduto decorrente do corte da cana-de-açúcar cultivada nas áreas especificadas nas Cédulas de Produto Rural n. SYCA 01/2020

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

> e SYCA 02/2020, até a apreciação da inclusão do crédito da recorrente no plano de recuperação judicial.
>
> (TJ-MG - AI: 10000211362835001 MG, Relator: Edilson Olímpio Fernandes, Data de Julgamento: 01/02/2022, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/02/2022)

142. Assim, imperioso que se defira a presente medida expedindo ofício em caráter de urgência ao 5425690-61.2023.8.09.0093 em trâmite na 1ª Vara Cível de Jataí/GO, para que seja sobrestado o arresto já deferido.

X - DA AUSÊNCIA DE RECEBÍVEIS PELA NEGATIVA DE PAGAMENTO PELA COMPRADORA DOS GRÃOS – SAFRA SOJA GRUPO MELLO – PELA MULTINACIONAL CARGIL – FATO QUE ONERA E ESVAZIA AINDA MAIS O CAIXA DOS REQUERENTES.

143. Excelência, agrava-se o fato acima narrado o caso que o Grupo Requerente também vem enfrentando conjuntamente ao eminente arresto a ser executado.

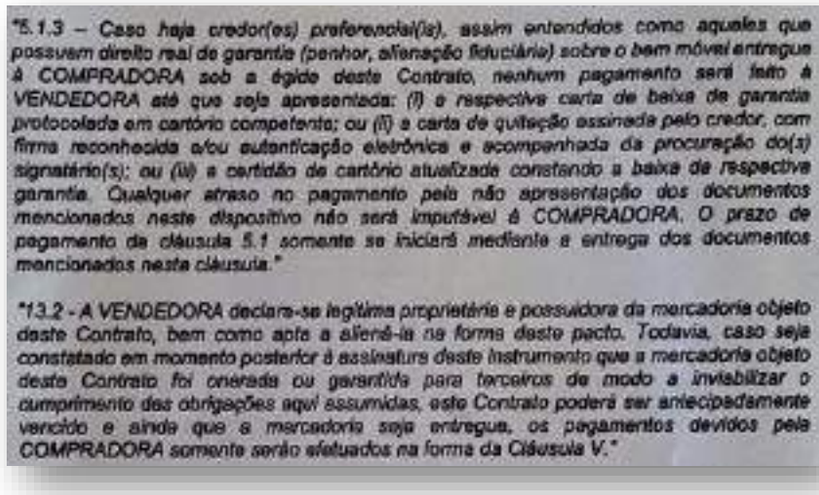
144. Isso porque em sua última produção de soja, o Requerente Rafael, integrante do Grupo Mello ora Requerente, vendeu na data de 03.05.23 à armazenadora de grãos Cargill Agrícola S.A. a quantidade de 14.300 sacas de soja, de 60kg cada (858.000 kg de soja), conforme Contrato de Compra e Venda nº 3470401288, ora anexado **(Doc. 23).**

145. Com a venda o requerente procedeu com a entrega exata do bem, mas contudo até a presente data não veio a contrapartida da transação.

146. Isso porque a Cargill agrícola se nega a efetuar o pagamento com o argumento de que o Sr. Rafael precisa apresentar toda documentação exigida para que então aquela empresa possa efetuar o pagamento do acordado.

147. Seu posicionamento se baseia em cláusula contratual nos seguintes termos:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46



"5.1.3 – Caso haja credor(es) preferencial(is), assim entendidos como aqueles que possuem direito real de garantia (penhor, alienação fiduciária) sobre o bem móvel entregue à COMPRADORA sob a égide deste Contrato, nenhum pagamento será feito à VENDEDORA até que seja apresentada: (i) a respectiva carta de baixa de garantia protocolada em cartório competente; ou (ii) a carta de quitação assinada pelo credor, com firma reconhecida e/ou autenticação eletrônica e acompanhada da procuração do(s) signatário(s); ou (iii) a certidão de cartório atualizada constando a baixa da respectiva garantia. Qualquer atraso no pagamento pela não apresentação dos documentos mencionados neste dispositivo não será imputável à COMPRADORA. O prazo de pagamento da cláusula 5.1 somente se iniciará mediante a entrega dos documentos mencionados nesta cláusula."

"13.2 - A VENDEDORA declara-se legítima proprietária e possuidora da mercadoria objeto deste Contrato, bem como apta a aliená-la na forma deste pacto. Todavia, caso seja constatado em momento posterior à assinatura deste instrumento que a mercadoria objeto deste Contrato foi onerada ou gravada para terceiros de modo a inviabilizar o cumprimento das obrigações aqui assumidas, este Contrato poderá ser antecipadamente vencido e ainda que a mercadoria seja entregue, os pagamentos devidos pela COMPRADORA somente serão efetuados na forma da Cláusula V."

148. Veja Excelência que tal postura e condição para que o pagamento não seja feito a seu tempo e modo não estão em consonância com o fiel cumprimento do contrato. **Sobretudo sob a ótica de que a empresa CARGIL não figura no rol de credores do Grupo Requerente, apenas retém o pagamento dos valores objetos de venda por um dos Requerentes.**

149. **O depósito vinculado a venda dos grãos em comento, não apresenta riscos irreversíveis a nenhuma das partes, senão ao próprio Grupo, vez que a providência que ora se requer é que os valores sejam aportados aos autos, ficando a cargo deste D juízo, reunindo demais informações, possa deliberar sobre a destinação.**

150. Além do que, a negativa de pagamento, é vinculada pela CARGIL em face da existência de penhor relacionado a credora dos Requerentes, arrolada no presente Rural Brasil, cujo penhor em questão restou novado por força de duplicatas emitidas e endossadas pela credora RURAL a terceiros **(DOC. 24)**, conforme restará demonstrado no decorrer do presente feito.

151. Ora, se o VENDEDOR entregou a coisa em sua totalidade, não há razão ao COMPRADOR deixar de efetuar o pagamento da quantia avençada, que perfaz o montante de R$ 1.644.500,00 (hum milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), ainda mais

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

quando ocorrida novação de dívida, oportunidade que deixou de existir o penhor outrora causa de "impedimento".

152. Desde modo, imperioso que a Compradora CARGILL AGRÍCOLA S.A. seja intimada/oficiada por força do que se passa no presente, a depositar nestes autos a quantia de R$ 1.644.500,00 (hum milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais) relativos à entrega da quantidade de 14.300 (quatorze mil e trezentas) sacas de soja, de 60kg cada (858.000 kg de soja), conforme Contrato de Compra e Venda nº 3470401288.

153. Não é crível que estando os Requerentes enfrentando uma atual crise momentânea, contudo superável, se permita que seu ativo seja impedido de entrar no caixa do grupo recuperando, seja por qual motivo for. **Não sendo forçoso ressaltar, que uma vez reconhecida a competência deste Juízo para deliberar sobre a expropriação de bens ou o levantamento de bens e valores pelos Requerentes, o aporte de valores aos autos é medida de extrema necessidade.**

154. Desde modo é que se faz imperioso requerer que Vossa Excelência também intervenha com o fim de que se determine à empresa Cargill Agrícola S.A., empresa com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, n.º 1240, Morumbi Corporate, Torre Diamond, 6º andar, São Paulo/SP através de sua filial localizada em Confresa/MT, à Avenida Brasil. Quadra 34, Lote 1-A, Jardim do Éden, CEP 78.652-000, inscrita sob o CNPJ n.º 60.498.606/0397-97, a depositar nestes autos a quantia devida em favor do Requente Rafael Mello o montante de R$ R$ 1.644.500,00 (hum milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), vinculados a venda dos grãos objeto do Contrato de Compra e Venda nº 3470401288, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa a ser aplicada por este juízo.

X - DO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

155. Desde modo é que se faz imperioso requerer que Vossa Excelência também intervenha com o fim de que se determine à empresa Cargill Agrícola S.A., empresa com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, n.º 1240, Morumbi Corporate, Torre Diamond, 6º andar, São Paulo/SP e filial localizada em Confresa/MT, à Avenida Brasil. Quadra 34, Lote 1-A, Jardim do Éden, CEP 78.652-000, inscrita sob o CNPJ n.º 60.498.606/0397-97, a depositar nestes autos a quantia devdida em favor do Requente Rafael Mello o montante de R$ R$ 1.644.500,00 (hum milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa a ser aplicada por este juízo.

156. Excelência, pela análise do caso em concreto e pela natureza da ação, os Requerentes concluem que o valor ideal à causa a ser atribuído é de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

157. Contudo, o mesmo será aditado quando da distribuição da ação principal, nos termos do §2º, do art. 308 do CPC.

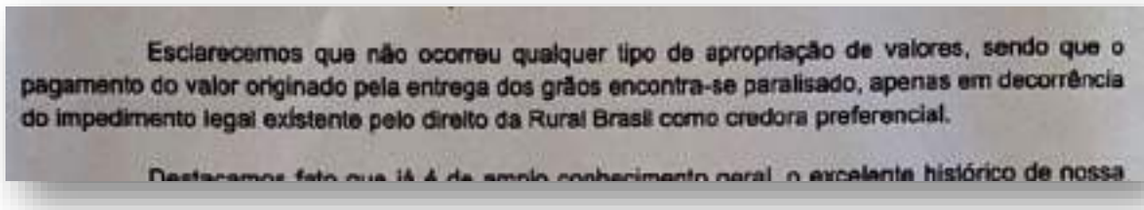
158. No tocante à natureza da ação, nesta não se verifica qualquer proveito econômico que se possa ser auferido, mas tão somente a proteção do resultado útil do processo principal a ser proposto no prazo legal, qual seja a recuperação judicial.

159. Nesse sentido:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. AÇÃO CAUTELAR DE ARRESTO. NATUREZA PREPARATÓRIA. IMPOSSIBILIDE DE AFERIÇÃO IMEDIATA DO PROVEITO ECONÔMICO PERQUIRIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. Cuidando-se de ação cautelar de arresto, de natureza preparatória, inexiste proveito econômico imediato a ser auferido, o qual será buscado na ação principal. Precedentes desta Corte e do Superior Tribunal de JustiçaAGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA.
>
> (TJ-RS - AI: 70066543661 RS, Relator: Dilso Domingos Pereira, Data de Julgamento: 18/09/2015, Vigésima Câmara Cível, Data de Publicação: 22/09/2015)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

160. Nesse sentido:


Esclarecemos que não ocorreu qualquer tipo de apropriação de valores, sendo que o pagamento do valor originado pela entrega dos grãos encontra-se paralisado, apenas em decorrência do impedimento legal existente pelo direito da Rural Brasil como credora preferencial.

Destacamos fato que já é de amplo conhecimento geral, o excelente histórico de nossa

161. Mesmo porque, nos termos do §5º do art. 51 da Lei 11.101/2005, o valor da causa da ação principal deve ser o mesmo atribuído ao passivo sujeito à recuperação judicial, caso em que deverá ser ajustado quando de sua propositura.

162. Destarte, requer seja deferida atribuição do valor da causa em R$ 100.000,00 (cem mil reais), o qual será devidamente recolhido assim que ocorrer a distribuição destes autos.

XI – SEGREDO DE JUSTIÇA.

163. Diante das peculiaridades do caso em questão e, preservando assim o resultado útil do processo, é imperioso que se mantenha o mesmo em segredo de justiça, até que sobrevenha decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial do Grupo Mello.

164. Isso porque são inúmeros credores que buscam a satisfação de seus créditos (de forma unitária) e que poderão promover atos (arrestos, bloqueios...) que prejudiquem ou impossibilitem o bom andamento do feito até que este juízo decida pelo deferimento aqui buscado.

165. Por tais razões é que o Grupo Requerente promoveu a distribuição da presente demanda em segredo de justiça e pleiteia neste momento a sua manutenção até a decisão de deferimento a ser proferida por este juízo.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

XII – DOS PEDIDOS.

166. Diante o exposto, com fundamento nos art. 189 e 6º, §12 da Lei nº 11.101/2005 e nos art. 305 e seguintes do CPC, requer o recebimento da presente ação, **EM CARÁTER DE URGÊNCIA**, **para conceder a tutela cautelar preparatória ao processo de recuperação judicial, objetivando a sobrestar os efeitos da decisão de deferimento da cautelar nos autos n.º 5425690-61.2023.8.09.0093 em trâmite na 1ª Vara Cível de Jataí/GO, expedindo-se ofício em caráter de urgência e aos juízos das cartas precatórias que forem distribuídas em decorrência da referida ação; determinando que os Requerentes permaneçam na posse dos grãos até ulterior deliberação deste juízo.**

167. Sejam sobrestados todo e qualquer ação e/ou execução que vise expropriar bens de capital e/ou essenciais às atividades do Grupo Requerente e que figuraram no rol de credores que aqui se apresenta parcialmente, face a créditos concursais ou extranconcursais; o que deverá ser previamente submetido a esse douto juízo, eis que o competente para dirimir acerca de tal matéria;

168. Como consequência do deferimento da medida cautelar, requer-se que a decisão sirva como ofício, para que os patronos dos Requerentes possam apresentar, extrajudicialmente, a credores e/ou nos processos judiciais em que forem autorizados bloqueios, arrestos, depósitos ou cauções, a fim de que possam providenciar a liberação destes ativos.

169. De outro norte, acaso não seja este o entendimento de Vossa Excelência e ainda assim já se determine a constatação prévia neste momento, subsidiariamente, requer seja concedida a tutela cautelar na forma requerida, **e sugerindo seja determinada a constatação prévia em duas partes:** a primeira a ser de pronto realizada na forma do item "I":

I) para análise dos documentos já apresentados na forma da 11.101/2005, a constatação in loco da produção e atividade dos Requerentes, bem como para que seja parte

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

constante da constatação prévia a análise de frustração de safra ou não (milho 23);

II) a segunda parte compreendendo a constatação e análise da documentação contábil que aportará aos autos junto ao pedido principal do processamento.

170. Não obstante é que se faz imperioso requerer que Vossa Excelência também intervenha com o fim de que se determine à empresa Cargill Agrícola S.A., empresa com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, n.º 1240, Morumbi Corporate, Torre Diamond, 6º andar, São Paulo/SP, **através de sua filial localizada em Confresa/MT, à Avenida Brasil, Quadra 34, Lote 1-A, Jardim do Éden, CEP 78.652-000, inscrita sob o CNPJ n.º 60.498.606/0397-97, a depositar nestes autos a quantia devida em favor do Requente Rafael Mello o montante de R$ R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), vinculados a venda dos grãos objeto do Contrato de Compra e Venda nº 3470401288**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa a ser aplicada por este juízo.

171. Ainda, assim que deferida a presente cautelar, o Grupo Mello ingressará com o pedido de processamento da ação de recuperação judicial em seu favor, no prazo de 30 dias, conforme disposição legal do art. 308 do CPC.

172. Por fim, requer que as intimações sejam publicadas sempre e somente em nome de PEDRO VINICIUS DOS REIS, advogado inscrito na OAB/MT 17.942 e OAB/MG 183.144, com endereço indicado ao rodapé, onde recebe as intimações de estilo.

173. Dá-se à causa o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) que será reajustado quando da propositura da ação principal.

Rondonópolis/MT, 01 de agosto de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

MURILO CASTRO DE MELO
OAB/MT 11.449

MILTON PEREIRA DA SILVA
OAB/MT 3239

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:05
Número do documento: 23080114564557900000120951309
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564557900000120951309
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:46

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

VALIS

NOME
SIDNEY PINTO DE MELLO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
3747819-9 SESP PR

CPF
669.115.919-53

DATA NASCIMENTO
01/04/1964

FILIAÇÃO
PAULO PINTO DE MELLO

ANA MEDEIROS DE MELLO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AC

Nº REGISTRO
03270886380

VALIDADE
09/07/2024

1ª HABILITAÇÃO
08/03/1983

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
18885314 53

OBSERVAÇÕES

VALIS

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MARINGA, PR

DATA EMISSÃO
23/07/2019

ASSINATURA DO EMISSOR

35652283850
PR916736766

PROIBIDO PLASTIFICAR
18885314 53

PARANÁ

CONTRAN

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48


ESTADO DO PARANÁ

MARA VIOLIN DE MELLO

CARTEIRA DE IDENTIDADE


MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

MARA VIOLIN DE MELLO

037810239-74

20/09/66


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

MARA VIOLIN

20/09/1966

0374 4075 0663

192

0209

MARINGÁ/PR

22/04/2013

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 037.810.239-74
REGISTRO GERAL 4.566.749-0
DATA DE EXPEDIÇÃO 30/08/2022
REGISTRO CIVIL
C.CAS=080275.01.55.1986.2.00028.176.0006370-47

POLEGAR DIREITO

MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR
ASSINATURA DO DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

NÃO PLASTIFIQUE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

MARA VIOLIN DE MELLO

SERPRO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/05/00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

FUNARPEN

SELO DIGITAL
F793y.sMqpR.RQTsI
TqasF.4zAHP
https://selo.funarpen.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Nome	CPF
SIDNEY PINTO DE MELLO ••	Sem Informação ••
MARA VIOLIN DE MELLO ••	Sem Informação ••

Matrícula

080275 01 55 1986 2 00028 176 0006370 47

Nomes completos de solteiro, datas de nascimento, naturalidade, nacionalidade e filiações dos cônjuges

SIDNEY PINTO DE MELLO, nascido aos 01 de abril de 1964, natural de Maringá-PR, de nacionalidade brasileira, solteiro, agricultor, filho de PAULO PINTO DE MELLO e de ANA MEDEIROS DE MELLO ••

MARA VIOLIN, nascida aos 20 de setembro de 1966, natural de Maringá-PR, de nacionalidade brasileira, solteira, do lar, filha de OSMAR VIOLIN e de ANTONIA FERRARI VIOLIN ••

Data do registro do casamento (por extenso)	Dia	Mês	Ano
Dezoito de setembro de um mil e novecentos e oitenta e seis ••	18	09	1986

Regime de bens do casamento

Comunhão Universal de Bens, consoante a Escritura de Pacto Antenupcial lavrada no livro 44, folha 37 do 4º Tabelionato de Notas e Registrado no 3º Registro de Imóveis, sob nº 4370, às fls. 046, do Livro 3-E-Auxiliar, desta Cidade ••

Nome que cada um dos cônjuges passou a utilizar (quando houver alteração)

MARA VIOLIN DE MELLO ••

Averbações/Anotações à acrescer

Casamento celebrado no Edifício do Fórum, perante a Juíza de Paz Sra Geny Correia de Melo. Ja Emolumentos: R$43,05 (VRC 175,00), Busca: R$9,84, Selo: R$2,98, FUNDEP: R$2,64, ISSQN: R$1,06. ••

Anotações de cadastro

Nada consta ••

Nome do Ofício
2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS

Oficial Registrador
Maria Regina Pereira Boeira

Município e Comarca / UF
Município e Comarca de Maringá - Estado do Paraná

Endereço
Avenida Prudente de Moraes, nº 228, Zona 07
CEP: 87.020-010 - Fone: (44) 3032-0101

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Maringá-PR, 24 de agosto de 2022.

Maria Andréa Gonçalves Strapazzón
Escrevente Juramentada

CARTÓRIO MARIA REGINA
2º REGISTRO CIVIL E
6º TABELIONATO DE NOTAS
Maria Regina Pereira Boeira
Titular

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: SIDNEY PINTO DE MELLO

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MTB2300127410

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	080			INSCRICAO
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

CAMPINAPOLIS
Local

13 Julho 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401189 em 13/07/2023 da Empresa SIDNEY PINTO DE MELLO, CNPJ 51416335000126 e protocolo 231161409 - 13/07/2023. Autenticação: 48CC7893E6F0969D2444C09CF219D5B2B809C53. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.140-9 e o código de segurança W5OJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/116.140-9	MTB2300127410	13/07/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
669.115.919-53	SIDNEY PINTO DE MELLO	13/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401189 em 13/07/2023 da Empresa SIDNEY PINTO DE MELLO, CNPJ 51416335000126 e protocolo 231161409 - 13/07/2023. Autenticação: 48CC7893E6F0969D2444C09CF219D5B2B809C53. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.140-9 e o código de segurança W5OJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

MINUTAS DE ATO CONSTITUTIVO

INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

SIDNEY PINTO DE MELLO

SIDNEY PINTO DE MELLO, nacionalidade BRASILEIRA, Casado, Comunhao Universal, nascido em 01/04/1964, nº do CPF: 669.115.919-53, identidade: 3747819-9, órgão expedidor: SESP-PR, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA, número SN, bairro ZONA RURAL, município CAMPINAPOLIS - MT, CEP: 78.630-000.

Resolve constituir-se como Empresário Individual, mediante as seguintes cláusulas: **(art. 968, I, do CC)**

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 968, II, DO CC)

Cláusula Primeira - O Empresário Individual adotará como nome empresarial a seguinte firma **SIDNEY PINTO DE MELLO.**

DO CAPITAL (ART. 968, III, DO CC)

Cláusula Segunda - O capital destacado em moeda corrente é de R$ 30.000,00 (TRINTA MIL reais).

Cláusula Terceira - O Empresário Individual terá sua sede no seguinte endereço: ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA, número SN, bairro ZONA RURAL, ANEXO: SAO FRANCISCO SALA B;, município CAMPINAPOLIS - MT, CEP: 78.630-000.

DO OBJETO (ART. 968, IV, DO CC)

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401189 em 13/07/2023 da Empresa SIDNEY PINTO DE MELLO, CNPJ 51416335000126 e protocolo 231161409 - 13/07/2023. Autenticação: 48CC7893E6F0969D2444C09CF219D5B2B809C53. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.140-9 e o código de segurança W5OJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Cláusula Quarta - O Empresário Individual terá por objeto o exercício da(s) seguinte(s) atividade(s) econômica(s): CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994)

Cláusula Quinta - O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no art.299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP)

Cláusula Sexta - O empresário declara que a atividade se enquadra em Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006 e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei **(art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006)**.

Cláusula Sétima - O empresário individual usará o nome fantasia SIDNEY PINTO DE MELLO

CAMPINAPOLIS, 13 de julho de 2023.

SIDNEY PINTO DE MELLO: Empresário

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401189 em 13/07/2023 da Empresa SIDNEY PINTO DE MELLO, CNPJ 51416335000126 e protocolo 231161409 - 13/07/2023. Autenticação: 48CC7893E6F0969D2444C09CF219D5B2B809C53. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.140-9 e o código de segurança W5OJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/116.140-9	MTB2300127410	13/07/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
669.115.919-53	SIDNEY PINTO DE MELLO	13/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401189 em 13/07/2023 da Empresa SIDNEY PINTO DE MELLO, CNPJ 51416335000126 e protocolo 231161409 - 13/07/2023. Autenticação: 48CC7893E6F0969D2444C09CF219D5B2B809C53. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.140-9 e o código de segurança W5OJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

A Secretaria Geral da JUCEMAT, no uso de suas atribuições de chancelar os instrumentos submetidos ao registro público de empresas, certifica, para fins de autenticidade, e, em atendimento ao disposto no ART. 1º, I DA LEI 8.934/1994, que o ato empresarial protocolado sob o número 23/116.140-9, em 13/07/2023 da empresa: SIDNEY PINTO DE MELLO, de NIRE 5110240118-9 , foi deferido digitalmente sob o número 51102401189, em 13/07/2023 , nos termos da medida provisória Nº 876, de 13 de março de 2019.

Assina o presente termo, mediante certificado digital, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
669.115.919-53	SIDNEY PINTO DE MELLO	13/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
669.115.919-53	SIDNEY PINTO DE MELLO	13/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994):

Documento assinado eletronicamente por Julio Frederico Muller Neto, Servidor(a) Público(a), em 13/07/2023, às 16:26.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 23/116.140-9.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401189 em 13/07/2023 da Empresa SIDNEY PINTO DE MELLO, CNPJ 51416335000126 e protocolo 231161409 - 13/07/2023. Autenticação: 48CC7893E6F0969D2444C09CF219D5B2B809C53. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.140-9 e o código de segurança W5OJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Cuiabá. quinta-feira, 13 de julho de 2023

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401189 em 13/07/2023 da Empresa SIDNEY PINTO DE MELLO, CNPJ 51416335000126 e protocolo 231161409 - 13/07/2023. Autenticação: 48CC7893E6F0969D2444C09CF219D5B2B809C53. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.140-9 e o código de segurança W5OJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.416.335/0001-26 **MATRIZ**		**13/07/2023**

NOME EMPRESARIAL
SIDNEY PINTO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SIDNEY PINTO DE MELLO	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
01.15-6-00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.11-3-02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
EST CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA	**SN**	**ANEXO SAO FRANCISCO SALA B**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.630-000	**ZONA RURAL**	**CAMPINAPOLIS**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@WELDESCHARLES.CNT.BR	**(66) 8141-4648/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**13/07/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/07/2023** às **17:27:36** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: MARA VIOLIN DE MELLO

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MTB2300127430

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	080			INSCRICAO
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

CAMPINAPOLIS
Local

14 Julho 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401367 em 14/07/2023 da Empresa MARA VIOLIN DE MELLO, CNPJ 51431235000179 e protocolo 231176325 - 14/07/2023. Autenticação: 78E63E14615F3BA04002C7515CCFC95B030D195. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/117.632-5 e o código de segurança 92tL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/117.632-5	MTB2300127430	14/07/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
037.810.239-74	MARA VIOLIN DE MELLO	14/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401367 em 14/07/2023 da Empresa MARA VIOLIN DE MELLO, CNPJ 51431235000179 e protocolo 231176325 - 14/07/2023. Autenticação: 78E63E14615F3BA04002C7515CCFC95B030D195. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/117.632-5 e o código de segurança 92tL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

MINUTAS DE ATO CONSTITUTIVO

INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

MARA VIOLIN DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO, nacionalidade BRASILEIRA, Casada, Comunhao Universal, nascido em 20/09/1966, nº do CPF: 037.810.239-74, identidade: 4.566.749-9, órgão expedidor: SESP-PR, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA, número SN, bairro ZONA RURAL, ANEXO: SAO FRANCISCO SALA G; município CAMPINAPOLIS - MT, CEP: 78.630-000.

Resolve constituir-se como Empresário Individual, mediante as seguintes cláusulas: **(art. 968, I, do CC)**

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 968, II, DO CC)

Cláusula Primeira - O Empresário Individual adotará como nome empresarial a seguinte firma **MARA VIOLIN DE MELLO.**

DO CAPITAL (ART. 968, III, DO CC)

Cláusula Segunda - O capital destacado em moeda corrente é de R$ 30.000,00 (TRINTA MIL reais).

Cláusula Terceira - O Empresário Individual terá sua sede no seguinte endereço: ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA, número SN, bairro ZONA RURAL, ANEXO: SAO FRANCISCO SALA G;, município CAMPINAPOLIS - MT, CEP: 78.630-000.

DO OBJETO (ART. 968, IV, DO CC)

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401367 em 14/07/2023 da Empresa MARA VIOLIN DE MELLO, CNPJ 51431235000179 e protocolo 231176325 - 14/07/2023. Autenticação: 78E63E14615F3BA04002C7515CCFC95B030D195. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/117.632-5 e o código de segurança 92tL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Cláusula Quarta - O Empresário Individual terá por objeto o exercício da(s) seguinte(s) atividade(s) econômica(s): CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994)

Cláusula Quinta - O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no art.299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP)

Cláusula Sexta - O empresário declara que a atividade se enquadra em Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006 e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei **(art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006)**.

Cláusula Sétima - O empresário individual usará o nome fantasia MARA VIOLIN DE MELLO

CAMPINAPOLIS, 14 de julho de 2023.

MARA VIOLIN DE MELLO: Empresário

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401367 em 14/07/2023 da Empresa MARA VIOLIN DE MELLO, CNPJ 51431235000179 e protocolo 231176325 - 14/07/2023. Autenticação: 78E63E14615F3BA04002C7515CCFC95B030D195. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/117.632-5 e o código de segurança 92tL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/117.632-5	MTB2300127430	14/07/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
037.810.239-74	MARA VIOLIN DE MELLO	14/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401367 em 14/07/2023 da Empresa MARA VIOLIN DE MELLO, CNPJ 51431235000179 e protocolo 231176325 - 14/07/2023. Autenticação: 78E63E14615F3BA04002C7515CCFC95B030D195. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/117.632-5 e o código de segurança 92tL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

A Secretaria Geral da JUCEMAT, no uso de suas atribuições de chancelar os instrumentos submetidos ao registro público de empresas, certifica, para fins de autenticidade, e, em atendimento ao disposto no ART. 1º, I DA LEI 8.934/1994, que o ato empresarial protocolado sob o número 23/117.632-5, em 14/07/2023 da empresa: MARA VIOLIN DE MELLO, de NIRE 5110240136-7 , foi deferido digitalmente sob o número 51102401367, em 14/07/2023 , nos termos da medida provisória Nº 876, de 13 de março de 2019.

Assina o presente termo, mediante certificado digital, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
037.810.239-74	MARA VIOLIN DE MELLO	14/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
037.810.239-74	MARA VIOLIN DE MELLO	14/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994):

Documento assinado eletronicamente por Julio Frederico Muller Neto, Servidor(a) Público(a), em 14/07/2023, às 16:39.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 23/117.632-5.

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Cuiabá. sexta-feira, 14 de julho de 2023

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401367 em 14/07/2023 da Empresa MARA VIOLIN DE MELLO, CNPJ 51431235000179 e protocolo 231176325 - 14/07/2023. Autenticação: 78E63E14615F3BA04002C7515CCFC95B030D195. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/117.632-5 e o código de segurança 92tL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.431.235/0001-79 **MATRIZ**		**14/07/2023**

NOME EMPRESARIAL
MARA VIOLIN DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
MARA VIOLIN DE MELLO	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
01.15-6-00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.11-3-02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
EST CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA	**SN**	**ANEXO SAO FRANCISCO SALA G**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.630-000	**ZONA RURAL**	**CAMPINAPOLIS**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@WELDESCHARLES.CNT.BR	**(66) 8141-4648/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**14/07/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/07/2023** às **17:39:43** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
EDSON PINTO DE MELLO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
4336798-6 SESP PR

CPF
669.115.089-91

DATA NASCIMENTO
04/05/1966

FILIAÇÃO
PAULO PINTO DE MELLO
ANA MEDEIROS DE MELLO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AC

Nº REGISTRO
03831770753

VALIDADE
10/06/2021

1ª HABILITAÇÃO
18/02/1986

VALID
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
13243413 99

OBSERVAÇÕES
A

Edson Pinto de Mello
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MARINGA, PR

DATA EMISSÃO
10/06/2016

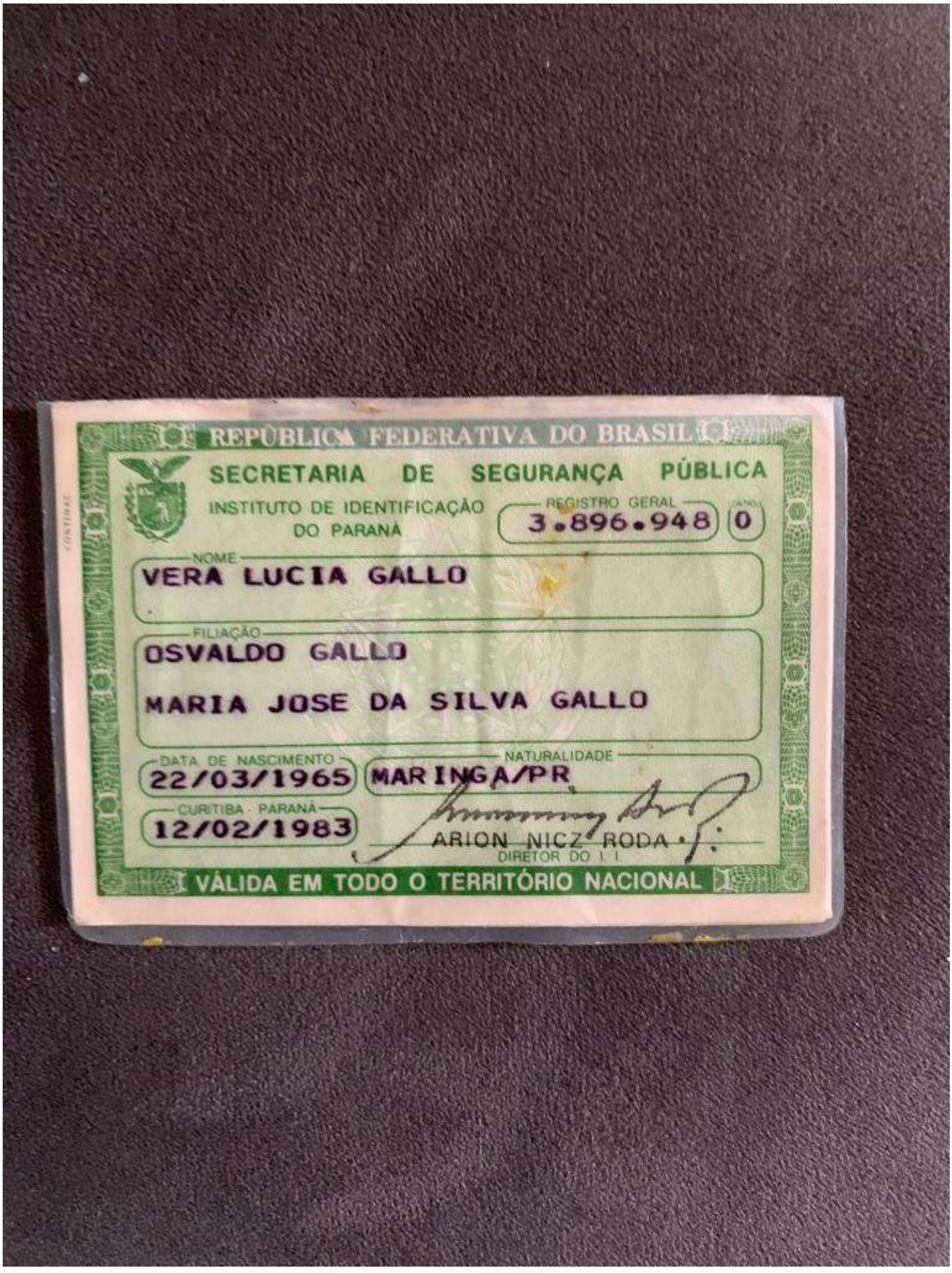
MARCOS JORGE RAAD
ASSINATURA DO EMISSOR

35954867144
PR910931308

DETRAN PR (PARANÁ)

PROIBIDO PLASTIFICAR
13243413 99

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

CÉDULA DE IDENTIDADE

CONTINUAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Vera Lúcia Gallo

ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

TALÃO N.o 115. 1a VIA PAGINA 08.-

MARIA REGINA PEREIRA BOEIRA
Oficial Vitalicio do Registro Civil
2.o OFI-IO
ROSELI DA SILVA TORAL
MARLENE VIEIRA
F. JURAMENTADA
MARINGÁ — PARANÁ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ

DISTRITO DA SÉDE DA COMARCA DE MARINGÁ
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
2.o OFÍCIO

MARIA REGINA PEREIRA BOEIRA

TITULAR
ROSELI DA SILVA TORAL
E
MARLENE VIEIRA
F. JURAMENTADAS

AV. PRUDENTE DE MORAES, 260 - ED. MARAMBAIA - FONE: 22.3022 - MARINGÁ - EST. DO PARANÁ

CASAMENTO N.o 11.408.-

CERTIFICO, que, às fls. 111 do livro B/45 de Registro de Casamento, foi lavrado.- hoje o assento de matrimônio de "EDSON PINTO DE MELLO".- com "VERA LÚCIA GALLO".- contraido perante o M. M. Juiz de Paz em exercício, Sra. Ruth Mizoguti de Oliveira.: e as testemunhas constantes no termo.- sendo ele nascido em esta Cidade(Reg.Nasc.nº69.335,às fls.169,do livro A/60,1ºofício).-, aos quatro(04).- de maio.- de 1.966.- (mil novecentos e sessenta e seis.-), de profissão agricultor.-, residente e domiciliado em este distrito, 2ªcirc.- filho de PAULO PINTO DE MELLO, agricultor e de dona ANA MEDEIROS DE MELLO, do lar, naturais do Estado de São Paulo, residentes e domiciliados neste distrito,2ªcirc.-

:::

Ela nascida em esta Cidade(Reg.Nasc.nº64.152,às fls.73,do livro A/56,1ºOficio).-, aos vinte e dois.- de março.- de 1.965.- (mil novecentos e sessenta e cinco.-), de profissão aux.radioterapia.-, residente e domiciliada em este distrito,2ªcirc.- filha de OSVALDO GALLO,vendedor e de dona MARIA JOSÉ DA SILVA GALLO, do lar,naturais do Estado de São Paulo, residentes e domiciliados neste distrito,2ªcirc.-

:::

A contraente passa assinar-se "VERA LÚCIA GALLO DE MELLO".-

foram apresentados os documentos exigidos pelo Art. 180 N.s 1,2,e4.- do Cód. Civil Brasileiro

OBSERVAÇÕES: Casamento realizado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens.-

:::

:

O referido é verdade e dou fé

Maringá, 20 de fevereiro.- de 19 93.-

Oficial
MARLENE VIEIRA
F. JURAMENTADA

FIRMA
TABELIÃO WALDILVAR C. GOMES
21.º OFÍCIO DE NOTAS
Travessa do Ouvidor, 21-B
RIO DE JANEIRO

Nº 373

FIRMA - São Paulo
Tabeliao José Cyrillo
Rua Boa de Paranapiacaba, 84-84

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: EDSON PINTO DE MELLO

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MTB2300126748

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	080			INSCRICAO
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

CAMPINAPOLIS
Local

12 Julho 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401006 em 12/07/2023 da Empresa EDSON PINTO DE MELLO, CNPJ 51400888000190 e protocolo 231146337 - 12/07/2023. Autenticação: E3A3D7500FDABFCA4F07D8CB51AA7D0D588E95. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/114.633-7 e o código de segurança xFBx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/114.633-7	MTB2300126748	12/07/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
669.115.089-91	EDSON PINTO DE MELLO	12/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401006 em 12/07/2023 da Empresa EDSON PINTO DE MELLO, CNPJ 51400888000190 e protocolo 231146337 - 12/07/2023. Autenticação: E3A3D7500FDABFCA4F07D8CB51AA7D0D588E95. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/114.633-7 e o código de segurança xFBx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

MINUTAS DE ATO CONSTITUTIVO

INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

EDSON PINTO DE MELLO

EDSON PINTO DE MELLO, nacionalidade BRASILEIRA, Casado, Comunhao Parcial, nascido em 04/05/1966, nº do CPF: 669.115.089-91, identidade: 4336798-6, órgão expedidor: SESP-PR, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA, número SN, bairro ZONA RURAL, município CAMPINAPOLIS - MT, CEP: 78.630-000.

Resolve constituir-se como Empresário Individual, mediante as seguintes cláusulas: **(art. 968, I, do CC)**

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 968, II, DO CC)

Cláusula Primeira - O Empresário Individual adotará como nome empresarial a seguinte firma **EDSON PINTO DE MELLO.**

DO CAPITAL (ART. 968, III, DO CC)

Cláusula Segunda - O capital destacado em moeda corrente é de R$ 30.000,00 (TRINTA MIL reais).

Cláusula Terceira - O Empresário Individual terá sua sede no seguinte endereço: ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUEDA, número SN, bairro ZONA RURAL, ANEXO: SAO FRANCISCO SALA A;, município CAMPINAPOLIS - MT, CEP: 78.630-000.

DO OBJETO (ART. 968, IV, DO CC)

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401006 em 12/07/2023 da Empresa EDSON PINTO DE MELLO, CNPJ 51400888000190 e protocolo 231146337 - 12/07/2023. Autenticação: E3A3D7500FDABFCA4F07D8CB51AA7D0D588E95. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/114.633-7 e o código de segurança xFBx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Cláusula Quarta - O Empresário Individual terá por objeto o exercício da(s) seguinte(s) atividade(s) econômica(s): CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994)

Cláusula Quinta - O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no art.299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP)

Cláusula Sexta - O empresário declara que a atividade se enquadra em Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006 e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei **(art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006)**.

Cláusula Sétima - O empresário individual usará o nome fantasia EDSON PINTO DE MELLO

CAMPINÁPOLIS, 12 de julho de 2023.

EDSON PINTO DE MELLO: Empresário

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401006 em 12/07/2023 da Empresa EDSON PINTO DE MELLO, CNPJ 51400888000190 e protocolo 231146337 - 12/07/2023. Autenticação: E3A3D7500FDABFCA4F07D8CB51AA7D0D588E95. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/114.633-7 e o código de segurança xFBx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/114.633-7	MTB2300126748	12/07/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
669.115.089-91	EDSON PINTO DE MELLO	12/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401006 em 12/07/2023 da Empresa EDSON PINTO DE MELLO, CNPJ 51400888000190 e protocolo 231146337 - 12/07/2023. Autenticação: E3A3D7500FDABFCA4F07D8CB51AA7D0D588E95. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/114.633-7 e o código de segurança xFBx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

A Secretaria Geral da JUCEMAT, no uso de suas atribuições de chancelar os instrumentos submetidos ao registro público de empresas, certifica, para fins de autenticidade, e, em atendimento ao disposto no ART. 1º, I DA LEI 8.934/1994, que o ato empresarial protocolado sob o número 23/114.633-7, em 12/07/2023 da empresa: EDSON PINTO DE MELLO, de NIRE 5110240100-6 , foi deferido digitalmente sob o número 51102401006, em 12/07/2023 , nos termos da medida provisória Nº 876, de 13 de março de 2019.

Assina o presente termo, mediante certificado digital, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
669.115.089-91	EDSON PINTO DE MELLO	12/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
669.115.089-91	EDSON PINTO DE MELLO	12/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994):

Documento assinado eletronicamente por Julio Frederico Muller Neto, Servidor(a) Público(a), em 12/07/2023, às 17:22.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 23/114.633-7.

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Cuiabá. quarta-feira, 12 de julho de 2023

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401006 em 12/07/2023 da Empresa EDSON PINTO DE MELLO, CNPJ 51400888000190 e protocolo 231146337 - 12/07/2023. Autenticação: E3A3D7500FDABFCA4F07D8CB51AA7D0D588E95. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/114.633-7 e o código de segurança xFBx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.400.888/0001-90 **MATRIZ**		**12/07/2023**

NOME EMPRESARIAL
EDSON PINTO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
EDSON PINTO DE MELLO	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
01.15-6-00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.11-3-02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
EST CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUEDA	**SN**	**ANEXO SAO FRANCISCO SALA A**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.630-000	**ZONA RURAL**	**CAMPINAPOLIS**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@WELDESCHARLES.CNT.BR	**(66) 8141-4648/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**12/07/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/07/2023** às **18:23:06** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: VERA LUCIA GALLO DE MELLO

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MTB2300127425

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	080			INSCRICAO
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

CAMPINAPOLIS
Local

14 Julho 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM

_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401235 em 14/07/2023 da Empresa VERA LUCIA GALLO DE MELLO, CNPJ 51420202000123 e protocolo 231165323 - 14/07/2023. Autenticação: BA61B4938E537DDF1FCBDDF6DEE3B34ED7841E2. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.532-3 e o código de segurança d0Gr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/116.532-3	MTB2300127425	14/07/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
614.594.029-87	VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401235 em 14/07/2023 da Empresa VERA LUCIA GALLO DE MELLO, CNPJ 51420202000123 e protocolo 231165323 - 14/07/2023. Autenticação: BA61B4938E537DDF1FCBDDF6DEE3B34ED7841E2. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.532-3 e o código de segurança d0Gr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

MINUTAS DE ATO CONSTITUTIVO

INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

VERA LUCIA GALLO DE MELLO, nacionalidade BRASILEIRA, Casada, Comunhao Parcial, nascido em 22/03/1965, nº do CPF: 614.594.029-87, identidade: 3.896.948-0, órgão expedidor: SSP-PR, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA, número SN, bairro ZONA RURAL, município CAMPINAPOLIS - MT, CEP: 78.630-000.

Resolve constituir-se como Empresário Individual, mediante as seguintes cláusulas: **(art. 968, I, do CC)**

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 968, II, DO CC)

Cláusula Primeira - O Empresário Individual adotará como nome empresarial a seguinte firma **VERA LUCIA GALLO DE MELLO.**

DO CAPITAL (ART. 968, III, DO CC)

Cláusula Segunda - O capital destacado em moeda corrente é de R$ 30.000,00 (TRINTA MIL reais).

Cláusula Terceira - O Empresário Individual terá sua sede no seguinte endereço: ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA, número SN, bairro ZONA RURAL, ANEXO: SAO FRANCISCO SALA F;, município CAMPINAPOLIS - MT, CEP: 78.630-000.

DO OBJETO (ART. 968, IV, DO CC)

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401235 em 14/07/2023 da Empresa VERA LUCIA GALLO DE MELLO, CNPJ 51420202000123 e protocolo 231165323 - 14/07/2023. Autenticação: BA61B4938E537DDF1FCBDDF6DEE3B34ED7841E2. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.532-3 e o código de segurança d0Gr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Cláusula Quarta - O Empresário Individual terá por objeto o exercício da(s) seguinte(s) atividade(s) econômica(s): CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994)

Cláusula Quinta - O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no art.299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP)

Cláusula Sexta - O empresário declara que a atividade se enquadra em Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006 e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei **(art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006)**.

Cláusula Sétima - O empresário individual usará o nome fantasia VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CAMPINAPOLIS, 13 de julho de 2023.

VERA LUCIA GALLO DE MELLO: Empresário

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401235 em 14/07/2023 da Empresa VERA LUCIA GALLO DE MELLO, CNPJ 51420202000123 e protocolo 231165323 - 14/07/2023. Autenticação: BA61B4938E537DDF1FCBDDF6DEE3B34ED7841E2. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.532-3 e o código de segurança d0Gr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/116.532-3	MTB2300127425	14/07/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
614.594.029-87	VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401235 em 14/07/2023 da Empresa VERA LUCIA GALLO DE MELLO, CNPJ 51420202000123 e protocolo 231165323 - 14/07/2023. Autenticação: BA61B4938E537DDF1FCBDDF6DEE3B34ED7841E2. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.532-3 e o código de segurança d0Gr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

A Secretaria Geral da JUCEMAT, no uso de suas atribuições de chancelar os instrumentos submetidos ao registro público de empresas, certifica, para fins de autenticidade, e, em atendimento ao disposto no ART. 1º, I DA LEI 8.934/1994, que o ato empresarial protocolado sob o número 23/116.532-3, em 14/07/2023 da empresa: VERA LUCIA GALLO DE MELLO, de NIRE 5110240123-5 , foi deferido digitalmente sob o número 51102401235, em 14/07/2023 , nos termos da medida provisória Nº 876, de 13 de março de 2019.

Assina o presente termo, mediante certificado digital, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
614.594.029-87	VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
614.594.029-87	VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994):

Documento assinado eletronicamente por Julio Frederico Muller Neto, Servidor(a) Público(a), em 14/07/2023, às 07:38.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 23/116.532-3.

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Cuiabá. sexta-feira, 14 de julho de 2023

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401235 em 14/07/2023 da Empresa VERA LUCIA GALLO DE MELLO, CNPJ 51420202000123 e protocolo 231165323 - 14/07/2023. Autenticação: BA61B4938E537DDF1FCBDDF6DEE3B34ED7841E2. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.532-3 e o código de segurança d0Gr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.420.202/0001-23 **MATRIZ**		**14/07/2023**

NOME EMPRESARIAL
VERA LUCIA GALLO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
01.15-6-00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.11-3-02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
EST CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA	**SN**	**ANEXO SAO FRANCISCO SALA F**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.630-000	**ZONA RURAL**	**CAMPINAPOLIS**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@WELDESCHARLES.CNT.BR	**(66) 8141-4648/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**14/07/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/07/2023** às **08:41:02** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

NOME
MARCO ANTONIO DE MELLO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
9428103-2 SESP PR

CPF
064.020.619-05

DATA NASCIMENTO
08/12/1987

FILIAÇÃO
SIDNEY PINTO DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
03820356321

VALIDADE
22/01/2026

1ª HABILITAÇÃO
29/03/2006

21818827762

OBSERVAÇÕES

Marco Antonio de Mello

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MARINGA, PR

DATA EMISSÃO
23/01/2021

ASSINATURA DO EMISSOR

40786056048
PR919440606

PARANÁ

21818827762

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: MARCO ANTONIO DE MELLO

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MTB2300127417

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	080			INSCRICAO
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

CAMPINAPOLIS
Local

13 Julho 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401219 em 13/07/2023 da Empresa MARCO ANTONIO DE MELLO, CNPJ 51416751000124 e protocolo 231162227 - 13/07/2023. Autenticação: 87CBF1DD61E2AD54C624F39D2FC6ADDB741. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.222-7 e o código de segurança Bfqt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/116.222-7	MTB2300127417	13/07/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
064.020.619-05	MARCO ANTONIO DE MELLO	13/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401219 em 13/07/2023 da Empresa MARCO ANTONIO DE MELLO, CNPJ 51416751000124 e protocolo 231162227 - 13/07/2023. Autenticação: 87CBF1DD61E2AD54C624F39D2FC6ADDB741. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.222-7 e o código de segurança Bfqt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

MINUTAS DE ATO CONSTITUTIVO

INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

MARCO ANTONIO DE MELLO

MARCO ANTONIO DE MELLO, nacionalidade BRASILEIRA, Solteiro, nascido em 08/12/1987, nº do CPF: 064.020.619-05, identidade: 9428103-2, órgão expedidor: SESP-PR, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA, número SN, bairro ZONA RURAL, município CAMPINAPOLIS - MT, CEP: 78.630-000.

Resolve constituir-se como Empresário Individual, mediante as seguintes cláusulas: **(art. 968, I, do CC)**

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 968, II, DO CC)

Cláusula Primeira - O Empresário Individual adotará como nome empresarial a seguinte firma **MARCO ANTONIO DE MELLO.**

DO CAPITAL (ART. 968, III, DO CC)

Cláusula Segunda - O capital destacado em moeda corrente é de R$ 30.000,00 (TRINTA MIL reais).

Cláusula Terceira - O Empresário Individual terá sua sede no seguinte endereço: ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA, número SN, bairro ZONA RURAL, ANEXO: SAO FRANCISCO SALA D;, município CAMPINAPOLIS - MT, CEP: 78.630-000.

DO OBJETO (ART. 968, IV, DO CC)

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401219 em 13/07/2023 da Empresa MARCO ANTONIO DE MELLO, CNPJ 51416751000124 e protocolo 231162227 - 13/07/2023. Autenticação: 87CBF1DD61E2AD54C624F39D2FC6ADDB741. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.222-7 e o código de segurança Bfqt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Cláusula Quarta - O Empresário Individual terá por objeto o exercício da(s) seguinte(s) atividade(s) econômica(s): CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994)

Cláusula Quinta - O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no art.299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP)

Cláusula Sexta - O empresário declara que a atividade se enquadra em Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006 e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei **(art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006)**.

Cláusula Sétima - O empresário individual usará o nome fantasia MARCO ANTONIO DE MELLO

CAMPINAPOLIS, 13 de julho de 2023.

MARCO ANTONIO DE MELLO: Empresário

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401219 em 13/07/2023 da Empresa MARCO ANTONIO DE MELLO, CNPJ 51416751000124 e protocolo 231162227 - 13/07/2023. Autenticação: 87CBF1DD61E2AD54C624F39D2FC6ADDB741. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.222-7 e o código de segurança Bfqt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/116.222-7	MTB2300127417	13/07/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
064.020.619-05	MARCO ANTONIO DE MELLO	13/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401219 em 13/07/2023 da Empresa MARCO ANTONIO DE MELLO, CNPJ 51416751000124 e protocolo 231162227 - 13/07/2023. Autenticação: 87CBF1DD61E2AD54C624F39D2FC6ADDB741. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.222-7 e o código de segurança Bfqt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

A Secretaria Geral da JUCEMAT, no uso de suas atribuições de chancelar os instrumentos submetidos ao registro público de empresas, certifica, para fins de autenticidade, e, em atendimento ao disposto no ART. 1º, I DA LEI 8.934/1994, que o ato empresarial protocolado sob o número 23/116.222-7, em 13/07/2023 da empresa: MARCO ANTONIO DE MELLO, de NIRE 5110240121-9 , foi deferido digitalmente sob o número 51102401219, em 13/07/2023 , nos termos da medida provisória Nº 876, de 13 de março de 2019.

Assina o presente termo, mediante certificado digital, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
064.020.619-05	MARCO ANTONIO DE MELLO	13/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
064.020.619-05	MARCO ANTONIO DE MELLO	13/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994):

Documento assinado eletronicamente por Julio Frederico Muller Neto, Servidor(a) Público(a), em 13/07/2023, às 16:53.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 23/116.222-7.

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Cuiabá. quinta-feira, 13 de julho de 2023

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401219 em 13/07/2023 da Empresa MARCO ANTONIO DE MELLO, CNPJ 51416751000124 e protocolo 231162227 - 13/07/2023. Autenticação: 87CBF1DD61E2AD54C624F39D2FC6ADDB741. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.222-7 e o código de segurança Bfqt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.416.751/0001-24 **MATRIZ**		**13/07/2023**

NOME EMPRESARIAL
MARCO ANTONIO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
MARCO ANTONIO DE MELLO	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
01.15-6-00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.11-3-02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
EST CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA	**SN**	**ANEXO SAO FRANCISCO SALA D**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.630-000	**ZONA RURAL**	**CAMPINAPOLIS**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@WELDESCHARLES.CNT.BR	**(66) 8141-4648/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**13/07/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/07/2023** às **17:53:39** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

1ª HABILITAÇÃO
13/06/2013



3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
21/02/1995 MARINGA/PR

4a DATA EMISSÃO
17/04/2023

4b VALIDADE
17/04/2033

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
12615400-3 SESP PR

4d CPF
089.692.479-39

5 Nº REGISTRO
05800355340

9 CAT. HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
EDSON PINTO DE MELLO

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

25875888841

9	10	11	12
ACC			
A		17/04/2033	
A1			
B		17/04/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ADRIANO MARCOS FURTADO
DIRETOR PRESIDENTE - PR

ASSINATURA DO EMISSOR

LOCAL
CURITIBA, PR

65896574140
PR923320669

PROIBIDO PLASTIFICAR

25875888841

PARANÁ

SENATRAN CON

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MTB2300127414

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	080			INSCRICAO
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

CAMPINAPOLIS
Local

13 Julho 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM

_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401201 em 13/07/2023 da Empresa RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, CNPJ 51416621000191 e protocolo 231162014 - 13/07/2023. Autenticação: DA7F70F8B9B67F8476884D9F2FCE34FEFCB5B1F0. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.201-4 e o código de segurança Pr0H Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/116.201-4	MTB2300127414	13/07/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
089.692.479-39	RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	13/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401201 em 13/07/2023 da Empresa RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, CNPJ 51416621000191 e protocolo 231162014 - 13/07/2023. Autenticação: DA7F70F8B9B67F8476884D9F2FCE34FEFCB5B1F0. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.201-4 e o código de segurança Pr0H Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

MINUTAS DE ATO CONSTITUTIVO

INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, nacionalidade BRASILEIRA, Solteiro, nascido em 21/02/1995, nº do CPF: 089.692.479-39, identidade: 12615400-3, órgão expedidor: SESP-PR, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA, número SN, bairro ZONA RURAL, município CAMPINAPOLIS - MT, CEP: 78.630-000.

Resolve constituir-se como Empresário Individual, mediante as seguintes cláusulas: **(art. 968, I, do CC)**

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 968, II, DO CC)

Cláusula Primeira - O Empresário Individual adotará como nome empresarial a seguinte firma **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO.**

DO CAPITAL (ART. 968, III, DO CC)

Cláusula Segunda - O capital destacado em moeda corrente é de R$ 30.000,00 (TRINTA MIL reais).

Cláusula Terceira - O Empresário Individual terá sua sede no seguinte endereço: ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA, número SN, bairro ZONA RURAL, ANEXO: SAO FRANCISCO SALA C;, município CAMPINAPOLIS - MT, CEP: 78.630-000.

DO OBJETO (ART. 968, IV, DO CC)

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401201 em 13/07/2023 da Empresa RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, CNPJ 51416621000191 e protocolo 231162014 - 13/07/2023. Autenticação: DA7F70F8B9B67F8476884D9F2FCE34FEFCB5B1F0. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.201-4 e o código de segurança Pr0H Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Cláusula Quarta - O Empresário Individual terá por objeto o exercício da(s) seguinte(s) atividade(s) econômica(s): CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994)

Cláusula Quinta - O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no art.299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP)

Cláusula Sexta - O empresário declara que a atividade se enquadra em Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006 e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei **(art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006)**.

Cláusula Sétima - O empresário individual usará o nome fantasia RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

CAMPINAPOLIS, 13 de julho de 2023.

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO: Empresário

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401201 em 13/07/2023 da Empresa RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, CNPJ 51416621000191 e protocolo 231162014 - 13/07/2023. Autenticação: DA7F70F8B9B67F8476884D9F2FCE34FEFCB5B1F0. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.201-4 e o código de segurança Pr0H Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/116.201-4	MTB2300127414	13/07/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
089.692.479-39	RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	13/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401201 em 13/07/2023 da Empresa RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, CNPJ 51416621000191 e protocolo 231162014 - 13/07/2023. Autenticação: DA7F70F8B9B67F8476884D9F2FCE34FEFCB5B1F0. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.201-4 e o código de segurança Pr0H Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

A Secretaria Geral da JUCEMAT, no uso de suas atribuições de chancelar os instrumentos submetidos ao registro público de empresas, certifica, para fins de autenticidade, e, em atendimento ao disposto no ART. 1º, I DA LEI 8.934/1994, que o ato empresarial protocolado sob o número 23/116.201-4, em 13/07/2023 da empresa: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, de NIRE 5110240120-1 , foi deferido digitalmente sob o número 51102401201, em 13/07/2023 , nos termos da medida provisória Nº 876, de 13 de março de 2019.

Assina o presente termo, mediante certificado digital, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
089.692.479-39	RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	13/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
089.692.479-39	RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	13/07/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994):

Documento assinado eletronicamente por Julio Frederico Muller Neto, Servidor(a) Público(a), em 13/07/2023, às 16:43.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 23/116.201-4.

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Cuiabá. quinta-feira, 13 de julho de 2023

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51102401201 em 13/07/2023 da Empresa RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, CNPJ 51416621000191 e protocolo 231162014 - 13/07/2023. Autenticação: DA7F70F8B9B67F8476884D9F2FCE34FEFCB5B1F0. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/116.201-4 e o código de segurança Pr0H Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.416.621/0001-91 **MATRIZ**		**13/07/2023**

NOME EMPRESARIAL
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
01.15-6-00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.11-3-02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
EST CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA	**SN**	**ANEXO SAO FRANCISCO SALA C**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.630-000	**ZONA RURAL**	**CAMPINAPOLIS**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@WELDESCHARLES.CNT.BR	**(66) 8141-4648/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**13/07/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/07/2023** às **17:44:23** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564658700000120952553
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564658700000120952553
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:48

PROCURAÇÃO

Outorgantes: **SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **MARA VIOLIN DE MELLO,** brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **EDSON PINTO DE MELO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; e **MARCO ANTONIO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000 – **GRUPO MELLO.**

Outorgados: **PEDRO VINICIUS DOS REIS**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MT 17.942 - com escritório profissional localizado na R. Treze de Maio, 950, Centro, Rondonópolis/MT, CEP 78700-160 e **MURILO CASTRO DE MELO**, advogado, casado, inscrito na OAB/MT sob o n. 11.449, murilo@murilocatsro.com, com escritório profissional situado na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, à Avenida Dr.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564898700000120952554
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564898700000120952554
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:49

Hélio Ribeiro, 525 – Ed. Helbor Dual Business, Salas 810, Alvorada, Cuiabá-MT, CEP: 78.048-250.

Poderes: Os amplos gerais e ilimitados poderes para representar e defender os interesses do outorgante, em juízo ou fora dele, requerer e assinar o que preciso for, receber intimações, fazer provas, propondo as ações necessárias à defesa de seus interesses e defendendo nas contrárias, recorrer de despachos e sentenças, inclusive para instância superior, que lhes é conferido com os poderes da cláusula *ad judicia*, e mais os de substabelecer, transigir, desistir, receber e dar quitação, assinar documentos, tomar todos os atos e medidas judiciais e extrajudiciais necessárias para comparecer em reunião, comitê, inclusive em assembleia de credores, incluindo poderes para manifestar, votar, propor, requerer, acordar e tudo o mais que se fizer necessário para o bom desempenho deste mandato, na esfera administrativa e judicial, podendo propor as ações necessárias à defesa de seus interesses e defendendo-os nas contrárias, tudo para o fiel cumprimento do presente mandato, **especialmente para a propositura de Cautelar preparatória ao processo de Recuperação Judicial, a ação prncipal desta e seus incidentes.**

Rondonópolis/MT, 30 de junho de 2023.

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.07.30 18:12:07 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.07.30 18:05:52 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.07.30 18:03:56 -03'00'

EDSON PINTO DE MELO

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.07.30 18:14:05 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2023.07.30 18:09:56 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2023.07.30 18:08:02 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564898700000120952554
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564898700000120952554
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:49

SUBSTABELECIMENTO

Eu, **PEDRO VINICIUS DOS REIS,** brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MT 17.942, com escritório profissional localizado na Rua 13 de maio, 950, Centro, Rondonópolis/MT, por este instrumento particular, substabeleço COM RESERVAS, os poderes da cláusula "Ad Judicia et extra" à **Dra. ROSANE SANTOS DA SILVA**, inscrita na OAB/MT sob nº 17.087, com escritório profissional localizado na Rua 13 de maio, 950, Centro, Rondonópolis/MT, os poderes que me foram outorgados por **SIDNEY PINTO DE MELLO**; **MARA VIOLIN DE MELLO**; **EDSON PINTO DE MELO**; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**; **MARCO ANTONIO DE MELLO**.

Rondonópolis/MT 01 de agosto de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS

Assinado de forma digital por PEDRO VINICIUS DOS REIS
Dados: 2023.08.01 14:19:27 -04'00'

PEDRO VINICIUS DOS REIS

OAB/MT 17.942

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.561.855-0	**669.115.089-91**	**19/11/2014**

NOME EMPRESARIAL
EDSON PINTO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
0115-6/00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
0111-3/02 - Cultivo de milho
0111-3/99 - Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZENDA FAZENDA ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM 35KM	**SN**	**FAZENDA SAO FRANCISCO**

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78630-000	**ZONA RURAL**	**CAMPINÁPOLIS**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
orgateco_contabilidade@hotmail.com	**(66) 3437-1328**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**17/05/2022**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

FORMA DE TRIBUTAÇÃO NA 1ª OPERAÇÃO
DIFERIMENTO

Emitido no dia 26/07/2023 às 12:10:44 (data e hora de Cuiabá)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564942400000120952557
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564942400000120952557
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.822.623-7	**669.115.089-91**	**10/07/2020**

NOME EMPRESARIAL
EDSON PINTO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA XINGU I

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
0115-6/00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
0111-3/02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZENDA BR158 KM 38 SAINDO DE SANTA CRUZ 25KM A DIREITA	**SN**	**FAZENDA SANTA CRUZ DO XINGU I**

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78664-000	**ZONA RURAL**	**SANTA CRUZ DO XINGU**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
orgateco_contabilidade@hotmail.com	**(66) 3437-1328**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**10/07/2020**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

FORMA DE TRIBUTAÇÃO NA 1ª OPERAÇÃO
DIFERIMENTO

Emitido no dia 26/07/2023 às 12:10:57 (data e hora de Cuiabá)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564942400000120952557
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564942400000120952557
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.941.240-9	**669.115.089-91**	**25/05/2022**

NOME EMPRESARIAL
EDSON PINTO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO RAFAEL

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
0115-6/00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
0111-3/02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZENDA A MARGEM DA BR 251 CAMPINAPOLIS MT A NOVA XAVANTINA MT POR 30KM A DIREITA	**SN**	**FAZENDA SAO RAFAEL**

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78690-000	**ZONA RURAL**	**NOVA XAVANTINA**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ORGATECO_CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM	**(66) 3437-1328**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**25/05/2022**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

FORMA DE TRIBUTAÇÃO NA 1ª OPERAÇÃO
DIFERIMENTO

Emitido no dia 26/07/2023 às 12:11:10 (data e hora de Cuiabá)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564942400000120952557
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564942400000120952557
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.686.897-5	**037.810.239-74**	**31/05/2017**

NOME EMPRESARIAL
MARA VIOLIN DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
0115-6/00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
0111-3/02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZENDA FAZENDA SAO FRANCISCO	**SN**	**ENFRENTE AO BAR DO ZUINO**

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78630-000	**ZONA RURAL**	**CAMPINÁPOLIS**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
orgateco_contabilidade@hotmail.com	**(66) 3437-1328**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**31/05/2017**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

FORMA DE TRIBUTAÇÃO NA 1ª OPERAÇÃO
DIFERIMENTO

Emitido no dia 28/07/2023 às 16:40:42 (data e hora de Cuiabá)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564942400000120952557
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564942400000120952557
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.561.877-0	**064.020.619-05**	**19/11/2014**

NOME EMPRESARIAL
MARCO ANTONIO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
0115-6/00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
0111-3/02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZENDA FAZENDA ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM 35KM	**SN**	**FAZENDA SAO FRANCISCO**

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78630-000	**ZONA RURAL**	**CAMPINÁPOLIS**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
orgateco_contabilidade@hotmail.com	**(66) 3437-1328**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**17/05/2022**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

FORMA DE TRIBUTAÇÃO NA 1ª OPERAÇÃO
DIFERIMENTO

Emitido no dia 26/07/2023 às 12:07:04 (data e hora de Cuiabá)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564942400000120952557
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564942400000120952557
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.829.586-7	**064.020.619-05**	**21/08/2020**

NOME EMPRESARIAL
MARCO ANTONIO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA XINGU I

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
0115-6/00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
0111-3/02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZENDA BR 158 KM 38 SAINDO DE SANTA CRUZ 25KM A DIREITA	**SN**	**FAZENDA XINGU I**

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78664-000	**ZONA RURAL**	**SANTA CRUZ DO XINGU**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
orgateco_contabilidade@hotmail.com	**(66) 3437-1328**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**21/08/2020**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

FORMA DE TRIBUTAÇÃO NA 1ª OPERAÇÃO
DIFERIMENTO

Emitido no dia 26/07/2023 às 12:07:31 (data e hora de Cuiabá)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564942400000120952557
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564942400000120952557
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.982.975-0	**089.692.479-39**	**14/02/2023**

NOME EMPRESARIAL
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA ATLANTA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
0115-6/00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
0111-3/02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZENDA ATLANTA	**SN**	**MT VILA RICA/ LAGO GRANDE A 70 KM**

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78645-000	**ZONA RURAL**	**VILA RICA**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
orgateco_contabilidade@hotmail.com	**(66) 3437-1328**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**14/02/2023**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

FORMA DE TRIBUTAÇÃO NA 1ª OPERAÇÃO
DIFERIMENTO

Emitido no dia 26/07/2023 às 12:05:51 (data e hora de Cuiabá)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564942400000120952557
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564942400000120952557
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.824.608-4	**089.692.479-39**	**23/07/2020**

NOME EMPRESARIAL
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA XINGU I

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
0115-6/00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
0111-3/02 - Cultivo de milho
0151-2/01 - Criação de bovinos para corte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZENDA XINGU I	**SN**	**M. DIREITA A 25 KM**

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78664-000	**ZONA RURAL**	**SANTA CRUZ DO XINGU**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
orgateco_contabilidade@hotmail.com	**(66) 3437-1328**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**05/07/2023**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

FORMA DE TRIBUTAÇÃO NA 1ª OPERAÇÃO
DIFERIMENTO

Emitido no dia 26/07/2023 às 12:05:35 (data e hora de Cuiabá)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564942400000120952557
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564942400000120952557
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.539.635-2	**669.115.919-53**	**02/05/2014**

NOME EMPRESARIAL
SIDNEY PINTO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
0115-6/00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
0111-3/02 - Cultivo de milho
0119-9/05 - Cultivo de feijão
0151-2/01 - Criação de bovinos para corte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZENDA ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM 30KM DA SEDE	**SN**	**FAZENDA SAO FRANCISCO**

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78630-000	**ZONA RURAL**	**CAMPINÁPOLIS**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
orgateco_contabilidade@hotmail.com	**(66) 3437-1328**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**17/05/2022**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

FORMA DE TRIBUTAÇÃO NA 1ª OPERAÇÃO
DIFERIMENTO

Emitido no dia 26/07/2023 às 12:09:41 (data e hora de Cuiabá)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564942400000120952557
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564942400000120952557
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.837.400-7	**669.115.919-53**	**09/10/2020**

NOME EMPRESARIAL
SIDNEY PINTO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA XINGU I

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
0115-6/00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
0111-3/02 - Cultivo de milho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZENDA BR 158KM 38 SAINDO DE SANTA CRUZ 25KM A DIREITA	**SN**	**FAZENDA XINGU 1**

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78664-000	**ZONA RURAL**	**SANTA CRUZ DO XINGU**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
orgateco_contabilidade@hotmail.com	**(66) 3437-1328**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**09/10/2020**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

FORMA DE TRIBUTAÇÃO NA 1ª OPERAÇÃO
DIFERIMENTO

Emitido no dia 26/07/2023 às 12:10:10 (data e hora de Cuiabá)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564942400000120952557
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564942400000120952557
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.634.761-4	**614.594.029-87**	**20/06/2016**

NOME EMPRESARIAL
VERA LUCIA GALLO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SÃO FRANCISCO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
0115-6/00 - Cultivo de soja

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
0111-3/02 - Cultivo de milho
0119-9/05 - Cultivo de feijão

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZENDA FAZENDA SÃO FRANCISCO	**S/N**	**ESTRADA QUE LIGA CAMPINAPOLIS A NOVO SÃO JOAQUIM A 30KM DA SEDE**

CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
78630-000	**ZONA RURAL**	**CAMPINÁPOLIS**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
orgateco_contabilidade@hotmail.com	**(66) 3437-1328**

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVO	**20/06/2016**

MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL

SIMPLES NACIONAL	MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
NÃO	**NÃO**
ULTRAPASSOU SUBLIMITE ESTADUAL	MEI CAMINHONEIRO
NÃO	**NÃO**

FORMA DE TRIBUTAÇÃO NA 1ª OPERAÇÃO
DIFERIMENTO

Emitido no dia 26/07/2023 às 12:08:46 (data e hora de Cuiabá)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114564942400000120952557
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114564942400000120952557
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

RECEBEMOS DE EDSON PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	N.º: 21 SÉRIE: 920

EDSON PINTO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

FAZENDA ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM 35KM, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000
Fone: (66) 3437-1328

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 21
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5120 0200 0669 1150 8991 5592 0000 0000 2115 5920 0212

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	*PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO*
VENDA	151200008168500 10/02/2020 10:18:20

INSCRIÇÃO ESTADUAL	*INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO*	*CNPJ/CPF*
135618550		669.115.089-91

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	*CNPJ/CPF*	*DATA DA EMISSÃO*
CARGILL AGRICOLA S A	60.498.706/0038-49	**10/02/2020**

ENDEREÇO	*BAIRRO/DISTRITO*	*CEP*	*DATA DE SAÍDA/ENTRADA*
ROD MT 240 ENTROCAMENTO COM A BR 158 SN	INDUSTRIAL		**10/02/2020**

MUNICÍPIO	*FONE/FAX*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*	*HORA DE SAÍDA*
AGUA BOA		MT	132063875	18:00:00

FATURA

VALOR POR EXTENSO
VINTE E SEIS MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	*VALOR DO ICMS*	*BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR TOTAL DOS PRODUTOS*
0,00	0,00	0,00	0,00	26.555,00

VALOR DO FRETE	*VALOR DO SEGURO*	*DESCONTO*	*OUTRAS DESPESAS*	*VALOR DO IPI*	*VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT*	*VALOR TOTAL DA NOTA*
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**26.555,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	*FRETE POR CONTA*	*CÓDIGO ANTT*	*PLACA DO VEÍCULO*	*UF*	*CNPJ/CPF*
VIDAL LOGISTICA E TRANSP LTDA	[1] DESTINATÁRIO (FOB)		ONK0245	MT	16.941.799/0001-50

ENDEREÇO	*MUNICÍPIO*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*
	RONDONOPOLIS	MT	

QUANTIDADE	*ESPÉCIE*	*MARCA*	*NUMERAÇÃO*	*PESO BRUTO*	*PESO LÍQUIDO*

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	22.600,0000	1,175000	26.555,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**	**BASE DE CÁLC. DO ISSQN**	**VALOR DO ISSQN**

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
FUNRURAL SERA RECOLHIDO PELO COMPRADORIAGRO/ FETHAB SERA RECOLHIDO PELO COMPRADORARMAZEM PARTICIPANTE, SENAR (0,2%): R$53,11, FUNRURAL (1,3%): R$345,22 FETHAB (1,858): R$699,85,CND EDSON:N 0027774957, CPD CARGILL: 0027771454, CTR: 1250401999, VALOR UNITARIO DA SACA R$: 70,50,"ICMS DIFERIDO CONF. ART. 573 A 586 DO RICMS/MT, DEC. 2.212/2014" MERCADORIA DEPOSITADA ECOLETADA NO EDIANE DE MIRANDA CASTRO DALCIN EIRELI (ELO ARMAZENS GERAIS), CNPJ: 27.885.848 /0001-00 , IE: 13.689.234-5 END: ROD. BR 158, KM 650,SN, ZONA RURAL, NOVA XAVANTINA-MT, CEP: 78.690-000, CPDN 0027771454CERTIDAO VALIDA ATE 06/03/2020, RESSALVADA EMISSAO DE NOVA CERTIDAO, NA HIPOTESEDE REGULARIZACAO DA PENDENCIA. NUMERO DE AUTENTICACAO: TMM9U9U2BAMB22TLCPEND N 0027774957CERTIDAO VALIDA ATE: 06/03/2020. FORNECIMENTO GRATUITO, SALVO QUANDO A IMPRESSAO FOREFETUADA POR UNIDADE FAZENDARIA, MEDIANTE REQUERIMENTO DO INTERESSADO NUMERO DEAUTENTICACAO: TMMAU9M2MLM7U2B9	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114565027500000120952558
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565027500000120952558
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

RECEBEMOS DE EDSON PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 106
SÉRIE: 920

EDSON PINTO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

FAZENDA ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM 35KM, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000
Fone: (66) 3437-1328

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 106
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5121 0200 0669 1150 8991 5592 0000 0001 0615 5920 1066

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
REMESSA ENTREGA FUTURA	151210007062313 04/02/2021 07:46:23

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
135618550		669.115.089-91

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
AGRICOLA FERRARI LTDA	91.748.483/0004-05	**04/02/2021**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
MT 326 KM 6 SN	ZONA RURAL	78640000	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
CANARANA		MT	137848226	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
CEM MIL REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**100.000,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	[9] Sem Transporte				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
200	GERGELIM	12074090	KG	041	5922	25.000,0000	4,000000	100.000,00					

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE EDSON PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	N.º: 110 SÉRIE: 920

EDSON PINTO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

FAZENDA ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM 35KM, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000
Fone: (66) 3437-1328

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 110
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5121 0200 0669 1150 8991 5592 0000 0001 1015 5920 1107

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	*PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO*
REMESSA PARA DEPOSITO	151210011878535 24/02/2021 10:14:20

INSCRIÇÃO ESTADUAL	*INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO*	*CNPJ/CPF*
135618550		669.115.089-91

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	*CNPJ/CPF*	*DATA DA EMISSÃO*
AGRICOLA ALVORADA S A	04.854.422/0022-00	**24/02/2021**

ENDEREÇO	*BAIRRO/DISTRITO*	*CEP*	*DATA DE SAÍDA/ENTRADA*
ROD BR 158, KM 649 SN	ZONA RURAL	78690000	

MUNICÍPIO	*FONE/FAX*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*	*HORA DE SAÍDA*
NOVA XAVANTINA		MT	138063486	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
SESSENTA E SEIS MIL E SEISCENTOS REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	*VALOR DO ICMS*	*BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR TOTAL DOS PRODUTOS*
0,00	0,00	0,00	0,00	66.600,00

VALOR DO FRETE	*VALOR DO SEGURO*	*DESCONTO*	*OUTRAS DESPESAS*	*VALOR DO IPI*	*VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT*	*VALOR TOTAL DA NOTA*
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**66.600,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	*FRETE POR CONTA*	*CÓDIGO ANTT*	*PLACA DO VEÍCULO*	*UF*	*CNPJ/CPF*
	[0] REMETENTE (CIF)				

ENDEREÇO	*MUNICÍPIO*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*

QUANTIDADE	*ESPÉCIE*	*MARCA*	*NUMERAÇÃO*	*PESO BRUTO*	*PESO LÍQUIDO*

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	041	5905	45.000,0000	1,480000	66.600,00					

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**	**BASE DE CÁLC. DO ISSQN**	**VALOR DO ISSQN**

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE EDSON PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 163
SÉRIE: 920

EDSON PINTO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

FAZENDA ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM 35KM, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000
Fone: (66) 3437-1328

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 163
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5121 0800 0669 1150 8991 5592 0000 0001 6315 5920 1633

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151210055334122 26/08/2021 13:58:21

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
135618550		669.115.089-91

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
COOPERATIVA DOS PRODUTORES - CAMPILEITE	03.967.595/0004-90	**26/08/2021**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
RODOVIA MT 251 SAIDA PARA NOVO S SN FABRICA DE	ZONA RURAL	78630000	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
CAMPINAPOLIS	6634671334	MT	134166558	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
QUATROCENTOS E SESSENTA E UM MIL E DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	461.224,20

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**461.224,20**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	[9] Sem Transporte				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
04	MILHO DEBULHADO	10059010	KG	051	5101	336.660,0000	1,370000	461.224,20		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE EDSON PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 198
SÉRIE: 920

EDSON PINTO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

FAZENDA ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM 35KM, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000
Fone: (66) 3437-1328

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 198
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5122 0200 0669 1150 8991 5592 0000 0001 9815 5920 1981

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151220010487655 14/02/2022 15:07:44

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
135618550		669.115.089-91

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
RURAL BRASIL S/A	14.947.900/0010-46	**14/02/2022**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
AVENIDA INDUSTRIAL SN	ZONA RURAL		

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
AGUA BOA		MT	136445950	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
NOVENTA MIL E QUINHENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	90.535,95

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**90.535,95**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	[0] REMETENTE (CIF)				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	45.000,0000	2,011910	90.535,95		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
CTR 9015ENTREGA DESTINADA BUNGE	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114565027500000120952558
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565027500000120952558
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:50

RECEBEMOS DE EDSON PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	N.º: 270 SÉRIE: 920

EDSON PINTO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

FAZENDA ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM 35KM, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000
Fone: (66) 3437-1328

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 270
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5122 0600 0669 1150 8991 5592 0000 0002 7015 5920 2707

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	*PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO*
VENDA	151220042741445 22/06/2022 09:42:29

INSCRIÇÃO ESTADUAL	*INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO*	*CNPJ/CPF*
135618550		669.115.089-91

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	*CNPJ/CPF*	*DATA DA EMISSÃO*
COOPERATIVA DOS PRODUTORES - CAMPILEITE	03.967.595/0004-90	**22/06/2022**

ENDEREÇO	*BAIRRO/DISTRITO*	*CEP*	*DATA DE SAÍDA/ENTRADA*
RODOVIA MT 251 SAIDA PARA NOVO S SN FABRICA DE	ZONA RURAL	78630000	

MUNICÍPIO	*FONE/FAX*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*	*HORA DE SAÍDA*
CAMPINAPOLIS	6634671334	MT	134166558	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
CENTO E VINTE MIL E NOVECENTOS E SESSENTA E UM REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	*VALOR DO ICMS*	*BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR TOTAL DOS PRODUTOS*
0,00	0,00	0,00	0,00	120.961,00

VALOR DO FRETE	*VALOR DO SEGURO*	*DESCONTO*	*OUTRAS DESPESAS*	*VALOR DO IPI*	*VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT*	*VALOR TOTAL DA NOTA*
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**120.961,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	*FRETE POR CONTA*	*CÓDIGO ANTT*	*PLACA DO VEÍCULO*	*UF*	*CNPJ/CPF*
	[9] Sem Transporte				

ENDEREÇO	*MUNICÍPIO*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*

QUANTIDADE	*ESPÉCIE*	*MARCA*	*NUMERAÇÃO*	*PESO BRUTO*	*PESO LÍQUIDO*

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
04	MILHO DEBULHADO	10059010	KG	051	5101	99.420,0000	1,216667	120.961,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**	**BASE DE CÁLC. DO ISSQN**	**VALOR DO ISSQN**

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE EDSON PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	N.º: 7 SÉRIE: 920

EDSON PINTO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

FAZENDA ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM 35KM, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000
Fone: (66) 3437-1328

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 7
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5120 0100 0669 1150 8991 5592 0000 0000 0715 5920 0074

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	*PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO*
VENDA	151200003715010 21/01/2020 09:47:32

INSCRIÇÃO ESTADUAL	*INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO*	*CNPJ/CPF*
135618550		669.115.089-91

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	*CNPJ/CPF*	*DATA DA EMISSÃO*
COOPERATIVA DOS PRODUTORES - CAMPILEITE	03.967.595/0004-90	**21/01/2020**

ENDEREÇO	*BAIRRO/DISTRITO*	*CEP*	*DATA DE SAÍDA/ENTRADA*
RODOVIA MT 251 SAIDA PARA NOVO S SN FABRICA DE	ZONA RURAL	78630000	**21/01/2020**

MUNICÍPIO	*FONE/FAX*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*	*HORA DE SAÍDA*
CAMPINAPOLIS	6634671334	MT	134166558	15:00:00

FATURA

VALOR POR EXTENSO
CENTO E SESSENTA MIL REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	*VALOR DO ICMS*	*BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR TOTAL DOS PRODUTOS*
0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00

VALOR DO FRETE	*VALOR DO SEGURO*	*DESCONTO*	*OUTRAS DESPESAS*	*VALOR DO IPI*	*VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT*	*VALOR TOTAL DA NOTA*
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**160.000,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	*FRETE POR CONTA*	*CÓDIGO ANTT*	*PLACA DO VEÍCULO*	*UF*	*CNPJ/CPF*
	[1] DESTINATÁRIO (FOB)				

ENDEREÇO	*MUNICÍPIO*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*

QUANTIDADE	*ESPÉCIE*	*MARCA*	*NUMERAÇÃO*	*PESO BRUTO*	*PESO LÍQUIDO*

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
04	MILHO DEBULHADO	10059010	KG	051	5101	24.000,0000	6,666667	160.000,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**	**BASE DE CÁLC. DO ISSQN**	**VALOR DO ISSQN**

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
CPEND N 0027593987CPEND N 0027451542	

RECEBEMOS DE MARA VIOLIN DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 8
SÉRIE: 920

MARA VIOLIN DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

fazenda sao francisco, sn,
zona rural
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 8
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5120 0200 0037 8102 3974 5592 0000 0000 0814 4920 0081

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151200010124989 18/02/2020 14:40:45

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
136868975		037.810.239-74

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA	77.294.254/0018-32	**18/02/2020**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
AV JULIO CAMPOS SN	CENTRO		

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
AGUA BOA		MT	131988689	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
CINQUENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	59.592,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**59.592,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
TRANSVAL TRANSPORTADORA VALMIR LTDA	[1] DESTINATÁRIO (FOB)		ONC1444	GO	57.700.916/0002-52

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
	BOM JARDIM DE GOIAS	GO	

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	49.660,0000	1,200000	59.592,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
FUNRURAL E RECOLHIDO PELO COMPRADORIAGRO/FETHAB SERAO RETIDOS E RECOLHIDOS PELOS ADQUIRENTE NA CONDICAO DE SUBSTITUICAO TRIBUTARIOSENAR (0,2%) R$: 119,18FUNRURAL (1,3%) R$: 774,70FETHAB (1,858): R$ 1.537,80CND MARA: CND N 0027873099CPEND AMAGGI: 0027864348CTR N 190101800259VALOR UNITARIO DA SACA R$: 72,00ARMAZEM PARTICIPANTE"ICMS DIFERIDO - ARTIGOS 573 A 586 DO RICMS/MT"MERCADORIA DEPOSITADA E COLETADA NO EDIANE DE MIRANDA CASTRO DALCIN EIRELI (ELO ARMAZENS GERAIS)CNPJ: 27.885.848/0001-00IE: 13.689.234-5END: ROD. BR 158, KM 650,SN, ZONA RURAL, NOVA XAVANTINA-MT, CEP: 78.690-000	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114565074500000120952560
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565074500000120952560
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:51

RECEBEMOS DE MARA VIOLIN DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 24
SÉRIE: 920

MARA VIOLIN DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

fazenda sao francisco, sn,
zona rural
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 24
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5120 1000 0037 8102 3974 5592 0000 0000 2414 4920 0242

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151200060330009 14/10/2020 08:24:45

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
136868975		037.810.239-74

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
COOPERATIVA DOS PRODUTORES - CAMPILEITE	03.967.595/0004-90	**14/10/2020**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
RODOVIA MT 251 SAIDA PARA NOVO S SN FABRICA DE	ZONA RURAL	78630000	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
CAMPINAPOLIS	6634671334	MT	134166558	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
DUZENTOS E OITENTA E SEIS MIL E QUATROCENTOS E SETENTA E UM REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	286.471,35

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**286.471,35**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	[9] Sem Transporte				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
04	MILHO DEBULHADO	10059010	KG	051	5101	343.767,0000	0,833330	286.471,35		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE MARA VIOLIN DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 37
SÉRIE: 920

MARA VIOLIN DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

fazenda sao francisco, sn,
zona rural
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 37
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5121 0400 0037 8102 3974 5592 0000 0000 3714 4920 0376

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151210024187471 19/04/2021 13:31:20

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
136868975		037.810.239-74

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA	77.294.254/0018-32	**19/04/2021**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
ROD MT 240 SN	ZONA RURAL		

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
AGUA BOA		MT	131988689	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
CINQUENTA E UM MIL E DUZENTOS REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	51.200,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**51.200,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	[1] DESTINATÁRIO (FOB)				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	40.960,0000	1,250000	51.200,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
FUNRURAL SERA RECOLHIDO PELO COMPRADOR IAGRO/FETHAB SERAO RETIDOS E RECOLHIDOS PELOS ADQUIRENTES NA CONDICAO DE SUBSTITUTO TRIBUTARIO SENAR (0,2%): R$ 102,40CND MARA VIOLIN DE MELLO: 0031946325 CERTIDAO VALIDA ATE: 18/05/2021.CPEND AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA: 0031757484 VAL: 28/04/2021CTR N 200101800042 VALOR UNITARIO DA SACA R$: 75,00 ARMAZEM PARTICIPANTE "ICMS DIFERIDO - ARTIGOS 573 A 586 DO RICMS/MT" MERCADORIA DEPOSITADA E COLETADA NO EDIANE DE MIRANDA CASTRO DALCIN EIRELI (ELO ARMAZENS GERAIS) CNPJ: 27.885.848/0001-00 IE: 13.689.234-5 END: ROD. BR 158, KM 650,SN, ZONA RURAL, NOVA XAVANTINA-MT, CEP: 78.690-000 TRANSPORTE PLACA KEY1612	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114565074500000120952560
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565074500000120952560
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:51

RECEBEMOS DE MARCO ANTONIO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 17
SÉRIE: 920

MARCO ANTONIO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

FAZENDA SAO FRANCISCO, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 17
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5120 0400 0064 0206 1905 5592 0000 0000 1713 3920 0177

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151200019826983 08/04/2020 09:31:55

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
135618770		064.020.619-05

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
BUNGE ALIMENTOS S,A	84.046.101/0558-42	**08/04/2020**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
AV: SENADOR VALDON VARJAO 6381 QUADRA 106 LOTE 14	JARDIM NOVA BARRA	78600000	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
BARRA DO GARCAS	6634111600	MT	133820971	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
DEZ MIL E NOVECENTOS E OITO REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	10.908,33

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**10.908,33**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
BUNGE ALIMENTOS S/A	[1] DESTINATÁRIO (FOB)		NWI4490	MT	84.046.101/0016-70

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
	RONDONOPOLIS	MT	

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	9.350,0000	1,166667	10.908,33		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
VALOR DA SACA: R$ 70,00 FUNRURAL SERA RECOLHIDO PELO COMPRADOR IAGRO/ FETHAB SERA RECOLHIDO PELO COMPRADOR ARMAZEM PARTICIPANTE SENAR (0,1%) R$:10,91DE ACORDO COM MP 932 PUBLICADA NO DIA 31 DE MARCO DE 2020 CND MARCO: 0028340295CND BUNGE: 0028236623MERCADORIA DEPOSITADA E COLETADA NO EDIANE DE MIRANDA CASTRO DALCIN EIRELI (ELO ARMAZENS GERAIS) CNPJ: 27.885.848/0001-00 IE: 13.689.234-5 END: ROD. BR 158, KM 650,SN, ZONA RURAL, NOVA XAVANTINA-MT, CEP: 78.690-000 CTR N 1000103002 "ICMS DIFERIDO - ARTIGOS 573 A 586 DO RICMS/MT"	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114565111900000120952562
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565111900000120952562
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:51

RECEBEMOS DE MARCO ANTONIO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 28
SÉRIE: 920

MARCO ANTONIO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

FAZENDA SAO FRANCISCO, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 28
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5120 1100 0064 0206 1905 5592 0000 0000 2813 3920 0288

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151200065768318 06/11/2020 14:05:52

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
135618770		064.020.619-05

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
COOPERATIVA DOS PRODUTORES - CAMPILEITE	03.967.595/0004-90	**06/11/2020**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
RODOVIA MT 251 SAIDA PARA NOVO S SN FABRICA DE	ZONA RURAL	78630000	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
CAMPINAPOLIS	6634671334	MT	134166558	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
CINQUENTA E DOIS MIL E CENTO E SESSENTA E TRES REAIS E DOZE CENTAVOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	52.163,12

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**52.163,12**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	[9] Sem Transporte				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
04	MILHO DEBULHADO	10059010	KG	051	5101	62.596,0000	0,833330	52.163,12		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE MARCO ANTONIO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 36
SÉRIE: 920

MARCO ANTONIO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

FAZENDA SAO FRANCISCO, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 36
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5121 0300 0064 0206 1905 5592 0000 0000 3613 3920 0367

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151210016333953 15/03/2021 08:57:56

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
135618770		064.020.619-05

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
ADRIANA SOUZA DE OLIVEIRA ARMAZENS LTDA	32.699.807/0001-50	**15/03/2021**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
ROD BR 158 KM 649 SN	ZONA RURAL		

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
NOVA XAVANTINA		MT	137555393	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	152.000,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**152.000,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	[1] DESTINATÁRIO (FOB)				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	60.000,0000	2,533333	152.000,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE MARCO ANTONIO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	N.º: 54 SÉRIE: 920

MARCO ANTONIO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

FAZENDA SAO FRANCISCO, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 54
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5122 0300 0064 0206 1905 5592 0000 0000 5413 3920 0545

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	*PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO*
VENDA	151220015294694 04/03/2022 15:51:49

INSCRIÇÃO ESTADUAL	*INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO*	*CNPJ/CPF*
135618770		064.020.619-05

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	*CNPJ/CPF*	*DATA DA EMISSÃO*
AGRICOLA ALVORADA S A	04.854.422/0022-00	**04/03/2022**

ENDEREÇO	*BAIRRO/DISTRITO*	*CEP*	*DATA DE SAÍDA/ENTRADA*
ROD BR 158, KM 649 SN	ZONA RURAL	78690000	

MUNICÍPIO	*FONE/FAX*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*	*HORA DE SAÍDA*
NOVA XAVANTINA		MT	138063486	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
CENTO E QUARENTA E OITO MIL E QUINHENTOS E VINTE REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	*VALOR DO ICMS*	*BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR TOTAL DOS PRODUTOS*
0,00	0,00	0,00	0,00	148.520,00

VALOR DO FRETE	*VALOR DO SEGURO*	*DESCONTO*	*OUTRAS DESPESAS*	*VALOR DO IPI*	*VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT*	*VALOR TOTAL DA NOTA*
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**148.520,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	*FRETE POR CONTA*	*CÓDIGO ANTT*	*PLACA DO VEÍCULO*	*UF*	*CNPJ/CPF*
	[0] REMETENTE (CIF)				

ENDEREÇO	*MUNICÍPIO*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*

QUANTIDADE	*ESPÉCIE*	*MARCA*	*NUMERAÇÃO*	*PESO BRUTO*	*PESO LÍQUIDO*

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	041	5905	47.000,0000	3,160000	148.520,00					

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**	**BASE DE CÁLC. DO ISSQN**	**VALOR DO ISSQN**

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114565111900000120952562
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565111900000120952562
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:51

RECEBEMOS DE RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 26
SÉRIE: 920

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM
35KM, sn,
zona rural
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 26
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5120 0400 0089 6924 7939 5592 0000 0000 2616 6920 0264

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151200019785857 08/04/2020 07:49:56

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
135618878		089.692.479-39

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
BUNGE ALIMENTOS S,A	84.046.101/0558-42	**07/04/2020**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
AV: SENADOR VALDON VARJAO 6381 QUADRA 106 LOTE 14	JARDIM NOVA BARRA	78600000	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
BARRA DO GARCAS	6634111600	MT	133820971	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
CINQUENTA MIL E CENTO E TRINTA E UM REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	50.131,67

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**50.131,67**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
BUNGE ALIMENTOS S/A	[1] DESTINATÁRIO (FOB)		OBH0875	MT	84.046.101/0016-70

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
	RONDONOPOLIS	MT	

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	42.970,0000	1,166667	50.131,67		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
VALOR DA SACA: R$ 70,00 FUNRURAL SERA RECOLHIDO PELO COMPRADOR IAGRO/ FETHAB SERA RECOLHIDO PELO COMPRADOR ARMAZEM PARTICIPANTE SENAR (0,1%) R$:50,13DE ACORDO COM MP 932 PUBLICADA NO DIA 31 DE MARCO DE 2020 CND RAFAEL: 0028334379CND BUNGE: 0028236623MERCADORIA DEPOSITADA E COLETADA NO EDIANE DE MIRANDA CASTRO DALCIN EIRELI (ELO ARMAZENS GERAIS) CNPJ: 27.885.848/0001-00 IE: 13.689.234-5 END: ROD. BR 158, KM 650,SN, ZONA RURAL, NOVA XAVANTINA-MT, CEP: 78.690-000 CTR N 1000102967 "ICMS DIFERIDO - ARTIGOS 573 A 586 DO RICMS/MT"	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114565152700000120952563
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565152700000120952563
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:51

RECEBEMOS DE RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 40
SÉRIE: 920

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM
35KM, sn,
zona rural
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 40
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5120 1100 0089 6924 7939 5592 0000 0000 4016 6920 0400

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	*PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO*
VENDA	151200065497972 05/11/2020 15:03:26

INSCRIÇÃO ESTADUAL	*INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO*	*CNPJ/CPF*
135618878		089.692.479-39

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	*CNPJ/CPF*	*DATA DA EMISSÃO*
COOPERATIVA DOS PRODUTORES - CAMPILEITE	03.967.595/0004-90	**05/11/2020**

ENDEREÇO	*BAIRRO/DISTRITO*	*CEP*	*DATA DE SAÍDA/ENTRADA*
RODOVIA MT 251 SAIDA PARA NOVO S SN FABRICA DE	ZONA RURAL	78630000	

MUNICÍPIO	*FONE/FAX*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*	*HORA DE SAÍDA*
CAMPINAPOLIS	6634671334	MT	134166558	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
CINQUENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS E QUARENTA REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	*VALOR DO ICMS*	*BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR TOTAL DOS PRODUTOS*
0,00	0,00	0,00	0,00	52.540,00

VALOR DO FRETE	*VALOR DO SEGURO*	*DESCONTO*	*OUTRAS DESPESAS*	*VALOR DO IPI*	*VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT*	*VALOR TOTAL DA NOTA*
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**52.540,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	*FRETE POR CONTA*	*CÓDIGO ANTT*	*PLACA DO VEÍCULO*	*UF*	*CNPJ/CPF*
	[1] DESTINATÁRIO (FOB)				

ENDEREÇO	*MUNICÍPIO*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*

QUANTIDADE	*ESPÉCIE*	*MARCA*	*NUMERAÇÃO*	*PESO BRUTO*	*PESO LÍQUIDO*

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
04	MILHO DEBULHADO	10059010	KG	051	5101	44.400,0000	1,183333	52.540,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**	**BASE DE CÁLC. DO ISSQN**	**VALOR DO ISSQN**

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 58
SÉRIE: 920

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM
35KM, sn,
zona rural
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 58
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5121 0300 0089 6924 7939 5592 0000 0000 5816 6920 0584

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151210015639587 11/03/2021 13:28:50

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
135618878		089.692.479-39

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
CARGILL AGRICOLA S A	60.498.706/0038-49	**11/03/2021**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
ROD MT 240 ENTROCAMENTO COM A BR 158 SN	INDUSTRIAL		

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
AGUA BOA		MT	132063875	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
SESSENTA E SETE MIL E QUINHENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	67.595,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**67.595,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	[1] DESTINATÁRIO (FOB)				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	49.160,0000	1,375000	67.595,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
FUNRURAL SERA RECOLHIDO EM FOLHA DE PAGAMENTO IAGRO/ FETHAB SERA RECOLHIDO PELO COMPRADOR ARMAZEM PARTICIPANTE SENAR (0,2%): R$ 135,19FETHAB (2,309): R$1.891,84CND RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:CND N 0031531100 CERTIDAO VALIDA ATE: 09/04/2021.CPD CARGILL AGRICOLA S/A: 0031356955 VAL: 26/03/2021CTR N 1250402187 VALOR UNITARIO DA SACA: R$ 82,50"ICMS DIFERIDO CONF. ART. 573 A 586 DO RICMS/MT, DEC. 2.212/2014"MERCADORIA DEPOSITADA E COLETADA NO EDIANE DE MIRANDA CASTRO DALCIN EIRELI (ELO ARMAZENS GERAIS)CNPJ: 27.885.848/0001-00IE: 13.689.234-5END: ROD. BR 158, KM 650,SN, ZONA RURAL, NOVA XAVANTINA-MT, CEP: 78.690-000TRANPORTE : ZAQUEU TRANSPORTES , MOTORISTA ,DANILO CARLOS RIBEIRO , CPF:03575625182, CAVALO OCU9421	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:07
Número do documento: 23080114565152700000120952563
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565152700000120952563
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:51

RECEBEMOS DE RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	N.º: 1 SÉRIE: 921

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

FAZENDA XINGU I, sn,
ZONA RURAL
Santa Cruz do Xingu - MT - CEP: 78664-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 1
SÉRIE 921
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5122 0500 0089 6924 7939 5592 1000 0000 0116 6921 0019

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	*PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO*
VENDA	151220033002738 16/05/2022 09:51:41

INSCRIÇÃO ESTADUAL	*INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO*	*CNPJ/CPF*
138246084		089.692.479-39

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	*CNPJ/CPF*	*DATA DA EMISSÃO*
BUNGE ALIMENTOS S,A	84.046.101/0477-42	**16/05/2022**

ENDEREÇO	*BAIRRO/DISTRITO*	*CEP*	*DATA DE SAÍDA/ENTRADA*
RODOVIA MT 430 SN	ZONA RURAL		

MUNICÍPIO	*FONE/FAX*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*	*HORA DE SAÍDA*
SANTA CRUZ DO XINGU		MT	132772361	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
VINTE E NOVE MIL E SETECENTOS E VINTE REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	*VALOR DO ICMS*	*BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR TOTAL DOS PRODUTOS*
0,00	0,00	0,00	0,00	29.720,00

VALOR DO FRETE	*VALOR DO SEGURO*	*DESCONTO*	*OUTRAS DESPESAS*	*VALOR DO IPI*	*VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT*	*VALOR TOTAL DA NOTA*
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**29.720,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	*FRETE POR CONTA*	*CÓDIGO ANTT*	*PLACA DO VEÍCULO*	*UF*	*CNPJ/CPF*
	[9] Sem Transporte				

ENDEREÇO	*MUNICÍPIO*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*

QUANTIDADE	*ESPÉCIE*	*MARCA*	*NUMERAÇÃO*	*PESO BRUTO*	*PESO LÍQUIDO*

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	29.720,0000	1,000000	29.720,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**	**BASE DE CÁLC. DO ISSQN**	**VALOR DO ISSQN**

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
COMPLEMENTO CONTRATO 1000203089	

RECEBEMOS DE SIDNEY PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 25
SÉRIE: 920

SIDNEY PINTO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

estrada campinapolis a novo sao joaquim 25 km , sn,
FAZENDA SAO FRANCISCO, ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000
Fone: (66) 8141-4648

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 25
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5120 0400 0669 1159 1953 5592 0000 0000 2515 5920 0257

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151200019460960 06/04/2020 13:49:47

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
135396352		669.115.919-53

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
BUNGE ALIMENTOS S,A	84.046.101/0558-42	**06/04/2020**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
AV: SENADOR VALDON VARJAO 6381 QUADRA 106 LOTE 14	JARDIM NOVA BARRA	78600000	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
BARRA DO GARCAS	6634111600	MT	133820971	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
DOZE MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	12.495,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**12.495,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
BUNGE ALIMENTOS S/A	[1] DESTINATÁRIO (FOB)		ONT0540	GO	84.046.101/0016-70

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
	RONDONOPOLIS	MT	

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	10.710,0000	1,166667	12.495,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
VALOR DA SACA: R$ 70,00FUNRURAL SERA RECOLHIDO PELO COMPRADOR (CONFORME A OPCAO DO PRODUTOR) IAGRO/ FETHAB SERA RECOLHIDO PELO COMPRADOR ARMAZEM PARTICIPANTE SENAR (0,1%) R$:12,50 DE ACORDO COM MP 932 PUBLICADA NO DIA 31 DE MARCO DE 2020 CND SIDNEY: 0028323004CND BUNGE: 0028236623MERCADORIA DEPOSITADA E COLETADA NO EDIANE DE MIRANDA CASTRO DALCIN EIRELI (ELO ARMAZENS GERAIS) CNPJ: 27.885.848/0001-00IE: 13.689.234-5END: ROD. BR 158, KM 650,SN, ZONA RURAL, NOVA XAVANTINA-MT, CEP: 78.690-000CTR N 1000103000 "ICMS DIFERIDO - ARTIGOS 573 A 586 DO RICMS/MT"	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:08
Número do documento: 23080114565217000000120952565
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565217000000120952565
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:52

RECEBEMOS DE SIDNEY PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	N.º: 87 SÉRIE: 920

SIDNEY PINTO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

estrada campinapolis a novo sao joaquim 25 km , sn,
FAZENDA SAO FRANCISCO, ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000
Fone: (66) 8141-4648

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 87
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5120 1200 0669 1159 1953 5592 0000 0000 8715 5920 0875

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	*PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO*
VENDA	151200073930357 11/12/2020 13:34:46

INSCRIÇÃO ESTADUAL	*INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO*	*CNPJ/CPF*
135396352		669.115.919-53

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	*CNPJ/CPF*	*DATA DA EMISSÃO*
COOPERATIVA DOS PRODUTORES - CAMPILEITE	03.967.595/0004-90	**11/12/2020**

ENDEREÇO	*BAIRRO/DISTRITO*	*CEP*	*DATA DE SAÍDA/ENTRADA*
RODOVIA MT 251 SAIDA PARA NOVO S SN FABRICA DE	ZONA RURAL	78630000	

MUNICÍPIO	*FONE/FAX*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*	*HORA DE SAÍDA*
CAMPINAPOLIS	6634671334	MT	134166558	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
TRINTA E UM MIL E TREZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	*VALOR DO ICMS*	*BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR TOTAL DOS PRODUTOS*
0,00	0,00	0,00	0,00	31.365,41

VALOR DO FRETE	*VALOR DO SEGURO*	*DESCONTO*	*OUTRAS DESPESAS*	*VALOR DO IPI*	*VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT*	*VALOR TOTAL DA NOTA*
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**31.365,41**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	*FRETE POR CONTA*	*CÓDIGO ANTT*	*PLACA DO VEÍCULO*	*UF*	*CNPJ/CPF*
	[1] DESTINATÁRIO (FOB)				

ENDEREÇO	*MUNICÍPIO*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*

QUANTIDADE	*ESPÉCIE*	*MARCA*	*NUMERAÇÃO*	*PESO BRUTO*	*PESO LÍQUIDO*

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
04	MILHO DEBULHADO	10059010	KG	040	5101	37.640,0000	0,833300	31.365,41					

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**	**BASE DE CÁLC. DO ISSQN**	**VALOR DO ISSQN**

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE SIDNEY PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 93
SÉRIE: 920

SIDNEY PINTO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

estrada campinapolis a novo sao joaquim 25 km , sn,
FAZENDA SAO FRANCISCO, ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000
Fone: (66) 8141-4648

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 93
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5121 0400 0669 1159 1953 5592 0000 0000 9315 5920 0933

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151210024101185 19/04/2021 09:09:13

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
135396352		669.115.919-53

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA	77.294.254/0018-32	**19/04/2021**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
ROD MT 240 SN	ZONA RURAL		

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
AGUA BOA		MT	131988689	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
CINQUENTA E OITO MIL E DUZENTOS REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	58.200,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**58.200,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	[1] DESTINATÁRIO (FOB)				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	46.560,0000	1,250000	58.200,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
FUNRURAL SERA RECOLHIDO EM FOLHA DE PAGAMENTO IAGRO/FETHAB SERAO RETIDOS E RECOLHIDOS PELOS ADQUIRENTES NA CONDICAO DE SUBSTITUTO TRIBUTARIO SENAR (0,2%): R$ 116,40CND SIDNEY PINTO DE MELLO: 0031941558 CERTIDAO VALIDA ATE: 18/05/2021.CPEND AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA: 0031757484 VAL: 28/04/2021CTR N 200101800048 VALOR UNITARIO DA SACA R$: 75,00 ARMAZEM PARTICIPANTE "ICMS DIFERIDO - ARTIGOS 573 A 586 DO RICMS/MT" MERCADORIA DEPOSITADA E COLETADA NO EDIANE DE MIRANDA CASTRO DALCIN EIRELI (ELO ARMAZENS GERAIS) CNPJ: 27.885.848/0001-00 IE: 13.689.234-5 END: ROD. BR 158, KM 650,SN, ZONA RURAL, NOVA XAVANTINA-MT, CEP: 78.690-000	

RECEBEMOS DE SIDNEY PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	N.º: 107 SÉRIE: 920

SIDNEY PINTO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

estrada campinapolis a novo sao joaquim 25 km , sn,
FAZENDA SAO FRANCISCO, ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000
Fone: (66) 8141-4648

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 107
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5121 0800 0669 1159 1953 5592 0000 0001 0715 5920 1079

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	*PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO*
VENDA	151210051554357 11/08/2021 12:34:58

INSCRIÇÃO ESTADUAL	*INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO*	*CNPJ/CPF*
135396352		669.115.919-53

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	*CNPJ/CPF*	*DATA DA EMISSÃO*
ESPOLIO ANTONIO OSCAR VIDEIRA	129.766.368-34	**11/08/2021**

ENDEREÇO	*BAIRRO/DISTRITO*	*CEP*	*DATA DE SAÍDA/ENTRADA*
FAZENDA SANTA JULIA SN	ZONA RURAL		

MUNICÍPIO	*FONE/FAX*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*	*HORA DE SAÍDA*
CAMPINAPOLIS		MT	132833174	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
DOIS MIL E QUATROCENTOS E DOZE REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	*VALOR DO ICMS*	*BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR TOTAL DOS PRODUTOS*
0,00	0,00	0,00	0,00	2.412,00

VALOR DO FRETE	*VALOR DO SEGURO*	*DESCONTO*	*OUTRAS DESPESAS*	*VALOR DO IPI*	*VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT*	*VALOR TOTAL DA NOTA*
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**2.412,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	*FRETE POR CONTA*	*CÓDIGO ANTT*	*PLACA DO VEÍCULO*	*UF*	*CNPJ/CPF*
	[1] DESTINATÁRIO (FOB)				

ENDEREÇO	*MUNICÍPIO*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*

QUANTIDADE	*ESPÉCIE*	*MARCA*	*NUMERAÇÃO*	*PESO BRUTO*	*PESO LÍQUIDO*

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
04	MILHO DEBULHADO	10059010	KG	051	5101	1.800,0000	1,340000	2.412,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**	**BASE DE CÁLC. DO ISSQN**	**VALOR DO ISSQN**

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE SIDNEY PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	N.º: 125 SÉRIE: 920

SIDNEY PINTO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

estrada campinapolis a novo sao joaquim 25 km , sn,
FAZENDA SAO FRANCISCO, ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000
Fone: (66) 8141-4648

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 125
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5122 0400 0669 1159 1953 5592 0000 0001 2515 5920 1252

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	*PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO*
VENDA	151220024845895 12/04/2022 09:12:48

INSCRIÇÃO ESTADUAL	*INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO*	*CNPJ/CPF*
135396352		669.115.919-53

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	*CNPJ/CPF*	*DATA DA EMISSÃO*
AGRICOLA ALVORADA S A	04.854.422/0022-00	**12/04/2022**

ENDEREÇO	*BAIRRO/DISTRITO*	*CEP*	*DATA DE SAÍDA/ENTRADA*
ROD BR 158, KM 649 SN	ZONA RURAL	78690000	

MUNICÍPIO	*FONE/FAX*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*	*HORA DE SAÍDA*
NOVA XAVANTINA		MT	138063486	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
CENTO E CINCO MIL E CENTO E DEZ REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	*VALOR DO ICMS*	*BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO*	*VALOR TOTAL DOS PRODUTOS*
0,00	0,00	0,00	0,00	105.110,00

VALOR DO FRETE	*VALOR DO SEGURO*	*DESCONTO*	*OUTRAS DESPESAS*	*VALOR DO IPI*	*VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT*	*VALOR TOTAL DA NOTA*
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**105.110,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	*FRETE POR CONTA*	*CÓDIGO ANTT*	*PLACA DO VEÍCULO*	*UF*	*CNPJ/CPF*
	[1] DESTINATÁRIO (FOB)				

ENDEREÇO	*MUNICÍPIO*	*UF*	*INSCRIÇÃO ESTADUAL*

QUANTIDADE	*ESPÉCIE*	*MARCA*	*NUMERAÇÃO*	*PESO BRUTO*	*PESO LÍQUIDO*

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	42.044,0000	2,500000	105.110,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS**	**BASE DE CÁLC. DO ISSQN**	**VALOR DO ISSQN**

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
RF AO CONTRATO 4600037151	

RECEBEMOS DE VERA LUCIA GALLO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 7
SÉRIE: 920

VERA LUCIA GALLO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

ESTRADA QUE LIGA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM A 30KM DA S, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 7
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5120 0200 0614 5940 2987 5592 0000 0000 0715 5920 0078

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151200010956287 21/02/2020 15:06:08

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
136347614		614.594.029-87

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA	77.294.254/0018-32	**21/02/2020**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
AV JULIO CAMPOS SN	CENTRO		**21/02/2020**

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
AGUA BOA		MT	131988689	18:00:00

FATURA

VALOR POR EXTENSO
SESSENTA E UM MIL E TRINTA E DOIS REAIS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	61.032,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**61.032,00**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
TRANSVAL TRANSPORTADORA VALMIR LTDA	[1] DESTINATÁRIO (FOB)		QTP2388	MT	57.700.916/0002-52

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
	BOM JARDIM DE GOIAS	GO	

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	50.860,0000	1,200000	61.032,00		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
FUNRURAL E RECOLHIDO PELO COMPRADORIAGRO/FETHAB SERAO RETIDOS E RECOLHIDOS PELOS ADQUIRENTE NA CONDICAO DE SUBSTITUICAO TRIBUTARIOSENAR (0,2%) R$: 122,06FUNRURAL (1,3%) R$: 793,42FETHAB (1,858): R$ 1.574,96CND VERA:N 0027910919CPEND AMAGGI: 0027864348CTR N 190101800258VALOR UNITARIO DA SACA R$: 72,00ARMAZEM PARTICIPANTE"ICMS DIFERIDO - ARTIGOS 573 A 586 DO RICMS/MT"MERCADORIA DEPOSITADA E COLETADA NO EDIANE DE MIRANDA CASTRO DALCIN EIRELI (ELO ARMAZENS GERAIS)CNPJ: 27.885.848/0001-00IE: 13.689.234-5END: ROD. BR 158, KM 650,SN, ZONA RURAL, NOVA XAVANTINA-MT, CEP: 78.690-000	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:08
Número do documento: 23080114565269100000120952566
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565269100000120952566
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:53

RECEBEMOS DE VERA LUCIA GALLO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 20
SÉRIE: 920

VERA LUCIA GALLO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

ESTRADA QUE LIGA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM A 30KM DA S, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 20
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5120 1100 0614 5940 2987 5592 0000 0000 2015 5920 0206

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151200065772910 06/11/2020 14:15:18

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
136347614		614.594.029-87

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
COOPERATIVA DOS PRODUTORES - CAMPILEITE	03.967.595/0004-90	**06/11/2020**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
RODOVIA MT 251 SAIDA PARA NOVO S SN FABRICA DE	ZONA RURAL	78630000	

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
CAMPINAPOLIS	6634671334	MT	134166558	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
TRINTA E NOVE MIL E TREZENTOS E VINTE REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	39.320,16

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**39.320,16**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	[1] DESTINATÁRIO (FOB)				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
04	MILHO DEBULHADO	10059010	KG	051	5101	79.035,5000	0,497500	39.320,16		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE VERA LUCIA GALLO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
N.º: 30
SÉRIE: 920

VERA LUCIA GALLO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO

ESTRADA QUE LIGA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM A 30KM DA S, SN,
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 30
SÉRIE 920
FOLHA 1 **DE** 1

CHAVE DE ACESSO DA NF-e
5121 0500 0614 5940 2987 5592 0000 0000 3015 5920 0303

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA	151210028075359 06/05/2021 08:06:24

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
136347614		614.594.029-87

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
AGROINDUSTRIAL CAMPO REAL LTDA	11.636.261/0002-08	**06/05/2021**

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DE SAÍDA/ENTRADA
ESTRADA R-4 LT.RURAL 179-A SN	ZONA RURAL		

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
QUERENCIA		MT	134528379	

FATURA

VALOR POR EXTENSO
DUZENTOS E SETENTA E SETE MIL E QUINHENTOS E TRINTA REAIS E SETENTA CENTAVOS

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	277.530,70

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS-Fonte: IBPT	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**277.530,70**

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	[9] Sem Transporte				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM	UNID	CST	CFOP	QUANT.	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	BC. ICMS	ALIQ. ICMS	VLR. ICMS	ALIQ. IPI	VLR. IPI
2	SOJA EM GRAOS	12019000	KG	051	5101	104.074,0000	2,666667	277.530,70		0,00			

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLC. DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
SOJA E ORIUNDA DEARMAZEM PARTICIPANTE MONSANTOCTR 642C/2021. ICMS DIFERIDO - ARTIGOS 573 A 586 ARTIGO 7 DO ANEXO VII DO DORICMS/MT. FUNRURAL 1,3% SENAR 0,2% IAGRO 1,15% FETHAB 20,00% SERARECOLHIDO PELO DESTINATARIO.REMETENTE CND N 0032121789CERTIDAO VALIDA ATE: 04/06/2021.FORNECIMENTO GRATUITONUMERO DE AUTENTICACAO: 2T92KA227K9MU2TBDESTINATARIO CPEND N0032038839NUMERO DE AUTENTICACAO:229TAAT277AKB2K2CERTIDAO VALIDA ATE: 27/05/2021	

Processo Nº: 5425690-61.2023.8.09.0093

1. Dados Processo

Juízo.....: Jataí - 1ª Vara Cível
Prioridade.....: Pedido de Tutela Provisória
Tipo Ação.....: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
Segredo de Justiça.....: SIM
Fase Processual.....: Conhecimento
Data recebimento.....: 06/07/2023 17:45:10
Valor da Causa.....: R$ 5.344.000,00

2. Partes Processos:

Polo Ativo
RURAL BRASIL LTDA

Polo Passivo
EDSON PINTO DE MELLO E OUTROS

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 1 : arrestoedsonreg.querencia.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Carvalho Oliveira Teles. Advogados

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO TITULAR DA ___ VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE JATAÍ, ESTADO DE GOIÁS.

URGENTE

PEDIDO LIMINAR

RURAL BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o número CNPJ sob nº 14.947.900/0001-55, situada na Av. Veriano de Oliveira Lima, 505, St. Santa Maria, Jataí-GO e filial localizada na cidade de Confresa-MT., devidamente representada, conforme atos constitutivos, vem à presença deste Juízo, por intermédio dos seus advogados que assinam ao final; cujo endereço profissional para fins de intimações encontra-se acostado ao rodapé desta exordial; com fundamento nos artigos 300 e ss. do Código de Processo Civil vigente, propor a presente **TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR DE ARRESTO COM PEDIDO LIMINAR** em desfavor de **EDSON PINTO DE MELO,** brasileiro, produtor rural, casado, portador da CI/RG 43367986-SESP/PR e inscrito no CPF/MF: 669.115.089-91, **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, produtora rural, casada, portadora da CI/RG 38969480-SSP/PR e inscrita no CPF/MF: 614.594.029-87, **SIDNEY PINTO DE MELO,** brasileiro, produtor rural, casado, portador da CI/RG 3747819-SSP/PR e inscrito no CPF/MF: 669.115.919-53, **MARIA VIOLIN DE MELLO**, brasileira, produtora rural, casada, portadora da CI/RG 45667499-SESP/PR e inscrita no CPF/MF: 037.810.239-74, **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO,** brasileiro, produtor rural, casado, portador da CI/RG 126154003-SESP/PR e inscrito no CPF/MF: 089.692.479-39, **DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO**, brasileira, produtora rural, casada, portadora da CI/RG 110551746-SESP/PR e inscrita no CPF/MF: 099.204.149-05, **MARCO ANTONIO DE MELO,** brasileiro, produtor rural, casado, portador da CI/RG 94281032-SESP/PR e inscrito no CPF/MF: 064.020.619-05 e **ÉRIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO**, brasileira, produtora rural, casada, portadora da CI/RG 125341470-SESP/PR e inscrita no CPF/MF: 087.981.409-81, todos residentes e domiciliados na Fazenda Xingu I, localizada na BR 158, KM 38, Saindo de Sta, Cruz do Xingu 25km a direita, zona rural, Santa Cruz do Xingu-MT, em virtude dos fundamentos a seguir mencionados.

1. DOS FATOS

Excelência, o primeiro requerido emitiu Cédula de Produto Rural 817/2022 em favor da autora, na qual restou estabelecido que deveria entregar à empresa requerente, **até o dia 30 de junho do presente ano (2023), o total de 9.600.000,00 kg (nove milhões e seiscentos mil quilos) de milho,**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109887685432563873867375428, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 1 : arrestoedsonreg.querencia.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Carvalho Oliveira Teles. Advogados

equivalentes a 160.000 (cento e sessenta mil) sacas de 60 kg de milho cada, safra 2023/2023, figurando os demais requeridos como avalistas.

Além do que, ditos grãos deveriam ser entregues em favor da requerente, na data do vencimento da obrigação, ou seja, **até o dia 30 de junho de 2023, nos armazéns da BUNGE ALIMENTOS LTDA, Inscrição Estadual 13.277.236-1, situado na cidade de Sta. Cruz do Xingu-MT, localizado, na Rodovia MT-430, KM 257, zona rural.**

Ademais, em garantia ao avençado, os requeridos ainda ofertaram, em penhor de primeiro grau, sem concorrência de terceiros, em favor da peticionante, o total de 9.600.000,00 kg (nove milhões e seiscentos mil quilos) de milho, equivalentes a 160.000 (cento e sessenta mil) sacas de 60 kg de milho cada, safra 2023/2023, de modo que a requerente é titular do direito real de garantia dos grãos.

Além disso, os Requeridos ao invés de entregar os grãos estão armazenando os mesmos em silos bolsas, vejamos:



(64) 3632-1067 | 3632-1084 Rua Castro Alves, 931 - Centro - Jataí - Goiás - CEP: 75.800-021
e-mail: contato@cotadvogados.com

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109887685432563873867375428, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 1 : arrestoedsonreg.querencia.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Carvalho Oliveira Teles. Advogados

Ademais, conforme laudo de monitoramento formalizado por prepostos da requerente, a produção de milho na lavoura será bem menor do que aquela prevista na CPR, de modo que, ainda que os requeridos colham toda a produção e a entreguem em favor da requerente, esta não irá receber aquilo que lhe é devido.

De modo que, caso haja desvio dos grãos, o prejuízo será maior ainda.

Frente ao exposto, Nobre Julgador, **considerando que que os requeridos já estão colhendo as áreas de penhor e tendo em vista que a dívida encontra-se vencida, e, uma vez que a requerente é titular de penhor de 1º grau, conforme consta no tópico "das garantias" da Cédula de Produto Rural, bem como na Certidão de Penhor ora acostada, saída outra não lhe resta senão interpor a presente medida judicial, a fim de resguardar seu direito de receber o pactuado, e arrestar a quantidade de grãos que lhe é devida**, sob pena de, não o fazendo, poderá sofrer com prejuízos irreparáveis, em caso de não entrega da mercadoria ou até mesmo a entrega para terceiros, contrariando o anteriormente avençado, materializado na Cédula de Produto Rural que segue acostada.

2. DO DIREITO

2.1. DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS – EFETIVAÇÃO MEDIANTE ARRESTO

Com a vigência do Novo Código de Processo Civil, extinguiu-se o livro que tratava do "Processo Cautelar" que vigorava no CPC/1973, e as tutelas assecuratórias, sejam elas de natureza antecipada ou incidentais, passaram a ser regidas pelo novo diploma legal, com base nos ditames dispostos no Livro V, da Parte Geral, da nossa lei instrumental civil.

De acordo com o disposto no Código de Processo Civil, as tutelas provisórias podem ser de evidência ou de urgência, sendo que esta última modalidade ainda pode ser dividida em sede de natureza antecipada, ou de natureza cautelar, que é o caso dos autos.

Nesses casos, em que se busca uma tutela de urgência, independente da modalidade, o autor deverá demonstrar alguns requisitos, a saber: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou resultado

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109887685432563873867375428, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 1 : arrestoedsonreg.querencia.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Carvalho Oliveira Teles. Advogados

útil do processo, conforme menciona o artigo 300 do Novo Código de Processo Civil.

Conforme mencionado alhures, resta evidente o preenchimento dos requisitos, vez que, nos termos da Cédula de Produto Rural ora acostada, a dívida é certa e líquida, e se encontra vencida, sendo que até o presente momento ainda não foi paga, o que demonstra a probabilidade do direito.

Cédula esta devidamente registrada nas entidades vinculadas ao Banco Central do Brasil, cumprindo aos requisitos da legislação de regência.

No mais, o perigo de dano ou resultado útil do processo também resta demonstrado, haja vista que os requeridos estão colhendo os grãos empenhados em primeiro grau em favor da credora e não entregando conforme avençado.

Logo, caso a medida não seja deferida, a requerente corre o risco de não receber a importância que lhe é devida, uma vez que o sorgo pode ser entregue a terceiro.

Digno de nota ainda que o artigo 301 do Código de Processo Civil argumenta que a tutela de urgência de natureza cautelar poderá ser efetivada mediante arresto, como é o caso dos autos.

Nesse sentido, os nossos Tribunais já vêm permitindo a concessão do arresto, a fim de assegurar o recebimento da importância devida, conforme julgados abaixo ementados:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR DE ARRESTO. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA LIMINAR. PARCELAMENTO DA DÍVIDA. INCURSÃO NO MÉRITO DA CAUSA SEM QUE ESTEJA PRONTA PARA JULGAMENTO. **1. O arresto constitui uma medida cautelar destinada a assegurar a efetiva satisfação do credor, que se vê ameaçado de não receber seu crédito em função da possibilidade de inexistência de bens do devedor quando do efetivo pagamento. 2. Havendo comprovação de situação de perigo que ponha em risco a efetividade do processo principal, e não apresentando a decisão agravada concessiva da liminar qualquer ilegalidade ou teratologia, há se ser mantida na íntegra.** 3. o pedido de

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109887685432563873867375428, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 1 : arrestoedsonreg.querencia.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Carvalho Oliveira Teles. Advogados

> parcelamento da dívida, este deve ser formulado no processo principal, com manifestação da parte agravada, por ser defeso a este Tribunal extrapolar o seu âmbito para análise de matéria estranha à insurgência, porquanto vedado ao juízo ad quem antecipar-se ao julgamento do mérito sem que a causa esteja madura. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (TJGO, AGRAVO DE INSTRUMENTO 97121-46.2016.8.09.0000, Rel. DES. ITAMAR DE LIMA, 3A CAMARA CIVEL, julgado em 07/06/2016, DJe 2048 de 16/06/2016)
>
> AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. **TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR. ARRESTO. REQUISISTOS PREENCHIDOS. DEFERIMENTO DA MEDIDA.** RECURSO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70068956283, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 09/06/2016)

Além do que, Excelência, alguns doutrinadores também argumentam que a medida de urgência somente poderá ser deferida se não houver perigo de irreversibilidade da determinação judicial.

Destaque-se, Nobre Julgador, que em caso de deferimento da tutela, e sendo arrestados os grãos mencionados anteriormente, referida mercadoria ficará depositada judicialmente em armazém, tendo a requerente a condição de depositária, e, em caso de insucesso do pedido principal, poderá ser devolvida em favor dos requeridos, o que demonstra a reversibilidade do pleito.

Além do que, é cediço o caráter sazonal da armazenagem de grãos, de modo que, caso não seja deferido o arresto *incontinenti*, e constritos os grãos, a credora corre o risco de não receber aquilo que lhe é devido.

Logo, percebe-se que os requisitos foram devidamente preenchidos, não havendo óbice à concessão da tutela de urgência pleiteada.

2.2. DA PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Nesse ato, Excelência, a fim de assegurar eventual ressarcimento de danos que porventura venham a ser causados aos requeridos,

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109887685432563873867375428, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 1 : arrestoedsonreg.querencia.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

a requerente junta aos autos caução idônea, por meio de nota promissória, emitida em favor dos demandados.

Com o intuito de comprovar a idoneidade da caução, também junta-se nesta oportunidade o último balanço financeiro da requerida, elaborado por uma das maiores empresas de auditoria independente do nosso planeta, que atesta a boa saúde financeira da empresa.

Ademais, em razão do caráter sigiloso do referido documento, justifica-se o cadastramento do presente feito em segredo de justiça.

Destarte, referida caução atende ao disposto no § 1º, do artigo 300, do Código de Processo Civil, assegurando o reparo de eventuais prejuízos, e reforçando a necessidade de deferimento da medida pleiteada.

2.3. DA CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR

Insta mencionar ainda, Nobre Magistrado, que as tutelas de urgência, conforme menciona o §2º, do artigo 300, do Código de Processo Civil, poderão ser concedidas liminarmente, ou seja, sem a oitiva da parte contrária; ou após a justificação prévia.

No caso em apreço, a tutela de urgência deverá ser concedida por meio de deferimento da medida liminar, Douto Julgador, sob pena de não haver resultado prático do provimento.

É cediço por todos que estamos em período de colheita de sorgo (safrinha), e, caso a medida não seja deferida, *incontinenti*, a requerente sofre o risco de não receber o *quantum* que lhe é devido, vez que, como dito alhures:

1. a obrigação já se encontra vencida;

2. os grãos não estão sendo depositados no armazém descrito na CPR;

3. a quantidade de milho produzida é bem inferior àquela prevista na CPR;

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109887685432563873867375428, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 1 : arrestoedsonreg.querencia.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidênc
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41
ia -> Tutela Cautelar Antecedente

Carvalho Oliveira Teles. Advogados

Logo, a medida liminar, concedendo a tutela de urgência, e, por consequência, determinando o arresto dos grãos se impõe, devendo ser deferida de imediato.

3. <u>DA LOCALIZAÇÃO DOS GRÃOS A SEREM ARRESTADOS – AUTORIZAÇÃO PARA COLHEITA POR PARTE DA REQUERENTE – AUTORIZAÇÃO PARA REMOÇÃO</u>

Excelência, os requeridos ainda deram em garantia ao cumprimento da cédula de produto rural, em primeiro grau, e sem concorrência de terceiros, o penhor rural de **<u>9.600.000,00 kg (nove milhões e seiscentos mil quilos) de milho, equivalentes a 160.000 (cento e sessenta mil) sacas de 60 kg de milho cada, safra 2023/2023</u>**, conforme consta na referida cédula.

<u>Logo, o arresto deverá se ater às lavouras ofertadas em garantia, bem como em relação aos grãos que já tenham sido colhidos, e que estejam depositados em armazéns da região onde o milho foi cultivado e nos silos bolsa.</u>

As lavouras a serem arrestadas foram plantadas nos seguintes imóveis rurais:

a) Fazenda Xingu II, *com área de plantio de 140,30 ha, produção estimada em 1.096.023,600 kg (um milhão noventa e seis mil vinte e três quilos e seiscentos gramas), de propriedade de CLAUDIA BARBOSA localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1° Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n°8.923, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.° 13.822.623-7.*
b) Fazenda Xingu III, *com área de plantio de 130,80 ha, produção estimada em 1.021.809,600 kg (um milhão vinte e um mil oitocentos e nove quilos e seiscentos gramas), de propriedade de LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ n° 981.128.801-15 e sua esposa LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ n° 032.007.351-39; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1° Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 8.924, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.° 13.822.623-7.*
c) Fazenda Xingu V, *com área de plantio de 197,00 ha, produção estimada em 1.538.964,00 kg (um milhão quinhentos e trinta e oito mil novecentos e sessenta e quatro quilos), de propriedade de CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, solteira, não*

(64) 3632-1067 | 3632-1084 Rua Castro Alves, 931 - Centro - Jataí - Goiás - CEP: 75.800-021
e-mail: contato@cotadvogados.com

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109887685432563873867375428, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 1 : arrestoedsonreg.querencia.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Carvalho Oliveira Teles. Advogados

convivente em união estável, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 696.194.501-59; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula nº 8.926, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.
d) Fazenda Xingu IV, *com área de plantio de 179,80 ha, produção estimada em 1.404.597,600 kg (um milhão quatrocentos e quatro mil quinhentos e noventa e sete quilos e seiscentos gramas), de propriedade de MARCIO MARBOSA DE MACEDO, casado sob regime da separação de bens, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 591.135.021-15; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula nº 8.925, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.*
e) Fazenda Xingu I, *com área de plantio de 580,90 ha, produção estimada em 4.538.605,200 kg (quatro milhões quinhentos e trinta e oito mil seiscentos e cinco quilos e duzentos gramas), de propriedade de MARCIO MARBOSA DE MACEDO, casado sob regime da separação de bens, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 591.135.021-15; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula nº 8.922, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.*

Logo, o oficial de justiça deverá arrestar a quantidade de grãos nas glebas mencionadas anteriormente, bem como aquele milho eventualmente colhido e que esteja depositado nos armazéns da região e nos silos bolsa.

Considerando ainda a necessidade do arresto em questão, Excelência, a requerente ainda pugna pela autorização da colheita dos grãos, caso necessário.

Por fim, Excelência, se faz necessário a autorização para remoção dos grãos, especialmente os depositados nos silos bolsa.

4. DOS PEDIDOS E DOS REQUERIMENTOS

Frente ao exposto, Nobre Magistrado, a parte autora pede e requer:

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109887685432563873867375428, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 1 : arrestoedsonreg.querencia.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

a) o deferimento da medida liminar, concedendo a tutela de urgência de natureza cautelar, determinando **o arresto de 9.600.000,00 kg (nove milhões e seiscentos mil quilos) de milho, equivalentes a 160.000 (cento e sessenta mil) sacas de 60 kg de milho cada, safra 2023/2023, nas condições descrita na cédula de produto rural que segue acostada – que estejam plantadas nos locais mencionados na cártula, bem como eventualmente depositadas nos armazéns da região e depositados nos silos bolsa, em nome dos requeridos, uma vez que os requeridos estão em plena colheita e vem desviando os grãos; além do que, a requerente possui penhor de primeiro grau da referida safra**, e, neste ato, ainda apresenta caução, a fim de garantir eventual prejuízo sofrido pelos requeridos;

a.1) **a expedição imediata, após o deferimento da medida liminar, de Carta Precatória para a comarca de *Vila Rica/MT* (município de Sta. Cruz do Xingu é Distrito Judiciário), para cumprimento da medida constritiva referente ao arresto dos grãos situados nas propriedades rurais mencionadas na cártula, e ainda, nos armazéns da região e depositados nos silos bolsa, determinando que os referidos armazéns concedam acesso ao oficial de justiça, aos seus arquivos digitais;**

a.2) autorizar a requerente a colher as áreas ofertadas em garantia, caso seja necessário;

a.3) autorizar ainda à requerente, a remoção dos grãos colhidos e depositados nos silos bolsas, a fim de que possa exercer o mister de depositária fiel dos grãos;

b) que seja observado o disposto no inciso I, do artigo 154, do Código de Processo Civil;

c) determinar o depósito dos grãos arrestados em favor da empresa requerente, que exercerá o mister de depositária do Juízo;

d) após o cumprimento da medida, determinar a citação dos requeridos, por oficial de justiça – concedendo as prerrogativas dispostas no §2º, do artigo 212, do Código de Processo Civil – para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentem defesa, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos mencionados nesta exordial, como bem dispõe o artigo 307 do Código de Processo Civil;

e) após o desenrolar do feito, confirmar por meio de sentença, o arresto deferido em sede liminar; condenando os requeridos aos

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109887685432563873867375428, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 1 : arrestoedsonreg.querencia.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Carvalho Oliveira Teles. Advogados

ônus da sucumbência, observando ainda o disposto no §2º, do artigo 85, do Código de Processo Civil;

f) na eventualidade deste Juízo entender que a tutela almejada possui natureza antecipatória, e não cautelar, que seja aplicada a fungibilidade prevista no parágrafo único do artigo 305 do Código de Processo Civil.

Desde já, a requerente informa que provará o alegado por todos os meios em direito admitidos, em especial, pela juntada da documentação que segue acostada, depoimento pessoal dos requeridos, testemunhas, inspeção judicial, e outras mais que se mostrarem necessárias.

Ademais, ainda informa que, com a efetivação da medida cautelar, irá aditar a exordial no prazo mencionado no artigo 308, do Código de Processo Civil, formulando o pedido principal em desfavor dos requeridos.

Dá a causa o valor de R$ 5.344.000,00 (cinco milhões e trezentos e quarenta e quatro mil) reais, considerando a cotação do milho ao preço de R$ 33,40 (trinta e três reais e quarenta centavos), para o município de Querência-MT.

Nestes termos,
pede e espera deferimento.

Jataí, 05 de julho de 2023.

Arthur Oliveira de Souza
OAB/GO nº. 41.809

Leonardo Medeiros Teles
OAB/GO nº. 28.781

Cássio Bruno Barroso
OAB/GO nº. 21.342

(64) 3632-1067 | 3632-1084 Rua Castro Alves, 931 - Centro - Jataí - Goiás - CEP: 75.800-021
e-mail: contato@cotadvogados.com

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109887685432563873867375428, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Peticão Enviada
Arquivo 2 : 2procuracao.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência - Tutela Cautelar Antecedente
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL

CARTÓRIO
2º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
7º TABELIONATO DE NOTAS
JULIÃO

Bel. Luiz Marcelo Rezende Julião
Titular
Rua Piauí, 399 Loja 11 - Centro
CEP 86010 420 - Fone: (43) 3344-0101
Londrina - Paraná
www.cartoriojuliao.com.br

Livro: 83-P | Folhas: 069/071 | Protocolo: 0006558/2022

PROCURAÇÃO QUE FAZ: RURAL BRASIL LTDA A FAVOR DE MARINA GODOY DA CUNHA ALVES, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:-

SAIBAM todos quanto este instrumento público de procuração virem que, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois (25/08/2022), nesta Cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial, na Rua Piauí, 399, loja 11, centro, compareceu como Outorgante:- **RURAL BRASIL LTDA., *e suas filiais constituídas nos termos do seu Contrato Social***, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 114, nº 41, Quadra 5, Lote 30-A, Galpão A, Setor Industrial, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, CEP 75802-2403, inscrita no CNPJ sob o nº 14.947.900/0001-55, neste ato, representada nos termos de seu referido Contrato Social Consolidado, conforme Certidão Simplificada expedida em data de 27/07/2022, pela Junta Comercial do Estado de Goiás, *por seus Diretores*, o Sr. **JOSE MAURÍCIO MORA PULITI**, brasileiro, divorciado, engenheiro, Carteira de identidade RG n.º 19388615 expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 246.535.668-28; e a Sra. **SHEILLA MARIA PEREIRA ALBUQUERQUE**, brasileira, casada, administradora de empresas, Carteira de identidade RG n.º 27.244.139-9 expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 153.935.658-28, ambos com endereço profissional na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010; reconhecida como a própria por mim, Adson Jeovani Freitas Santos, Titular, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E aí, pela Outorgante, foi-me dito que nomeia e constitui como sua procuradora:- **MARINA GODOY DA CUNHA ALVES**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 028.211.276-69 e na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás sob o n.º 38752A, com escritório profissional localizado na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010; a **quem confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para:** representar a Outorgante perante qualquer terceiros, juízo, órgãos e repartições públicas e privadas, federais, estaduais, municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, incluindo, mas sem limitação, Fóruns e Comarcas, Cortes de Conciliação, Núcleos de Autocomposição, Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC, Tribunais de Justiça da esfera Federal e esfera Estadual, Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Delegacias de Polícia Civil e Federal, Batalhão da Polícia Militar, Juntas Comerciais, Justiça Federal, Receita Federal do Brasil, Secretarias de Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério dos Transportes, Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT, Departamentos de Trânsito – DETRAN, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, Secretarias da Agricultura e Pecuária, Secretarias da

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109187665432563873867375426, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 2 : 2procuracao.pdf

Fazenda, Prefeituras Municipais, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Sindicatos em geral, Corpo de Bombeiros, Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA – MT), Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), Agências de Correios e Telégrafos, Cartórios Judiciais/Forenses, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Anexos, Cartórios de Tabelionato de Notas e Serviços Notariais, Cartórios de Protestos; tudo requerendo, em todos os Estados da Federação, em todos os graus de jurisdição, promovendo e assinando em defesa dos direitos e interesses da Outorgante e todos os poderes contidos na cláusula **"*ad judicia et extra*"**, nos termos do artigo 105 do Código de Processo Civil brasileiro, e mais os especiais para receber intimações e citações, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar termos de caução, prestar declarações, anuir, retirar e receber alvarás, fazer acordo, receber e dar quitação, contestar, reconvir, confessar, assinar termos, assinar carta de preposto, requerer medidas preventivas, variar de ação, recorrer, substabelecer, emitir notificação judicial e extrajudicial, constituir advogado, assinar e negociar contratos de honorários, outorgar procurações particulares, apresentar defesas, propor ações em geral, inclusive tutela provisória de urgência de natureza cautelar, pedidos liminares, execuções, ações monitórias, mandados de segurança, apresentar e retirar documentos; enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, **podendo substabelecer. A presente procuração ratifica os atos praticados pela outorgada no período de 18 de agosto de 2022 até a presente data.** *O presente instrumento de mandato tem validade de 12 (doze) meses contados da data de sua lavratura*. **Da Disponibilidade de Bens:** Foi realizada a prévia consulta a base de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, em nome da outogante, tendo o resultado **negativo**, conforme Relatório de Consulta de Indisponibilidade, Código HASH: 24fc.86ad.c271.a7a4.bf77 efe3 f658.91f1.d9bd.a2e1, emitido em data de 25/08/2022. Dispensadas as testemunhas instrumentárias a este ato em conformidade com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. Pela Outorgante, foi-me dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disse, do que dou fé. A pedido da parte, lavrei a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Eu, (a.), Andrei de Souza Brito, Auxiliar de Cartório, que a escrevi. Eu, Adson Jeovani Freitas Santos, Escrevente, que a fiz digitar, subscrevo, assino e dou fé. Selo Digital nº F694XuYqtyhNLa29RCNyA9HKU. Emolumentos: R$94,62(VRC 384,62), Funrejus: R$23,66, Selo: R$2,04, Outorgante/Outorgado Adicional: Não incide, FUNDEP: R$4,73, ISSQN: R$1,89. Total: R$126,94. Londrina-PR, 25 de agosto de 2022. (aa.) RURAL BRASIL LTDA, SHEILLA MARIA PEREIRA ALBUQUERQUE, diretora sem designação específica da Outorgante. RURAL BRASIL LTDA, JOSÉ MAURÍCIO MORA PULITI, Diretor Administrativo Financeiro da

Continua na Página 3

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109187665432563873867375426, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 2 : 2procuracao.pdf

Bel. Luiz Marcelo Rezende Julião
Titular
Rua Piauí, 399 - Loja 11 - Centro
CEP 86010-420 - Fone: (43) 3344 0101
Londrina Paraná
www.cartoriojuliao.com.br

Livro: 83-P Folhas: 069/071 Protocolo: 0006558/2022

Outorgante. Adson Jeovani Freitas Santos, Escrevente.Nada mais. **Trasladada em seguida**, era o que continha em referido ato, estando tudo conforme original. Eu, Adson Jeovani Freitas Santos, Escrevente, que a trasladei, conferi, subscrevo, assino e dou fé.

Londrina-PR, 25 de agosto de 2022

Adson Jeovani Freitas Santos
Escrevente

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F694X.uYqty.hNTa2
9RKXm.A9HKk--
https://selo.funarpen.com.br

CARTÓRIO JULIÃO
7º Tabelionato de Notas e 2º Registro Civil
Luiz Marcelo Rezende Julião
Rua Piauí, 399 - Loja 11
Londrina - Paraná - (43) 3344 0101

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109187665432563873867375426, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 3 : 18procuracaocorp.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

PROCURAÇÃO QUE FAZ: RURAL BRASIL LTDA A FAVOR DE ALEXANDRE CORDEIRO DA SILVA E OUTROS, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:-

SAIBAM todos quanto este instrumento público de procuração virem que, aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois (14/07/2022), nesta Cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial, na Rua Piauí, 399, loja 11, centro, compareceu como Outorgante: **RURAL BRASIL LTDA.**, e suas filiais constituídas nos termos do seu Contrato Social, com sede na Rua 114, nº 41, Quadra 5, Lote 30-A, Galpão A, Setor Industrial, CEP 75.802-240, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ/ME sob nº 14.947.900/0001-55, neste ato, representada nos termos de seu referido Contrato Social Consolidado, conforme Certidão Simplificada expedida em data de 30/06/2022, pela Junta Comercial do Estado de Goiás, por seu Diretor Administrativo Financeiro: **JOSE MAURÍCIO MORA PULITI**, brasileiro, divorciado, engenheiro, Carteira de identidade RG nº 19388615 expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 246.535.668-28; e sua Diretora sem designação específica: **SHEILLA MARIA PEREIRA ALBUQUERQUE**, brasileira, casada, administradora de empresas, Carteira de identidade RG nº 27.244.139-9 expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 153.935.658-28; ambos com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010; reconhecida como a própria por mim, Adson Jeovani Freitas Santos, Escrevente, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E aí, pela Outorgante, foi-me dito que nomeia e constitui como seus procuradores:- **GRUPO 1: 1. ALEXANDRE CORDEIRO DA SILVA**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 5002511-0 SESP/PR e inscrito no CPF/ME sob o nº 876.972.549-72; e **2. PAULO BOTELHO DE ALMEIDA PRADO NETO**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 27.124.503-7 SSP-SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 269.527.878-01; todos com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010; **GRUPO 2**: **1. GUSTAVO ALBIERI CALDERON**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG nº 5.804.957-3 SSP/PR e inscrito no CPF/ME sob o nº 023.786.029-52; **2. RONAN GUILHERME GIULIANGELI**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 10.687.167-1 SSP/PR e inscrito no CPF/ME sob o nº 073.338.139-16; **3. GUILHERME BADAUY LAURIA SILVA**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 1974546 SSP/GO e inscrito no CPF/ME sob o nº 691.952.181-49; **4. FELIPE NEUFELD**, brasileiro, casado, economista, portador da

Continua na Página 2

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109287605432563873867375420, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 3 : 18procuracaocorp.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

cédula de identidade RG nº 34151951 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 328.949.858-19 **5. ALEX RODRIGO KURIBARA**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da cédula de identidade RG nº 2.008.346-3 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 214.537.888-08; **6. MARIA PILAR VARELA SEPULVEDA**, chilena, casada, economista, portadora da cédula de identidade estrangeira RNE nº W188293-F e inscrita no CPF/ME sob o nº 192.208.058-63; **7. ALEXANDRE REIS SADDY**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 08738481-4 SEPC/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 015.812.047-79; todos com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010; **GRUPO 3: 1. ANGELO MARDEGAN**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG nº 3.483.397-4 SESP/PR e inscrito no CPF/ME sob o nº 505.548.759-34; e **2. HÉLIO ROMANO JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG nº 12499629 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 072.031.398-83; ambos com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010; **a quem confere poderes para: (A) Qualquer procurador, agindo isoladamente para**: representar as Outorgantes perante quaisquer órgãos e repartições públicas e privadas, federais, estaduais, municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, incluindo, mas sem limitação, Receita Federal do Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Serviço de Inspeção Federal – SIF, Ministério dos Transportes, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT, Departamentos de Transito – DETRAN, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, Secretarias da Agricultura, Secretarias da Fazenda, Secretarias de Meio Ambiente, Prefeituras Municipais, Corpo de Bombeiros, Cartórios de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e Anexos, de Notas e Serviços Notariais e de Protestos, podendo retirar alvarás, juntar, apresentar e retirar documentos e demais atos necessários, tudo requerendo, promovendo e assinando em defesa dos direitos e interesses das Outorgantes, **podendo substabelecer tais poderes através de instrumento particular de procuração**; **(B)** agindo: **i)** até **R$10.000.000,00 (dez milhões de reais)** dois procuradores em conjunto, devendo ao menos um deles ser do **GRUPO 1**, ou um procurador do **GRUPO 1** em conjunto com um diretor estatutário; **ii)** de **R$10.000.000,01 (dez milhões de reais e um centavo)** até **R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais)** dois procuradores do **GRUPO 1** em conjunto ou um procurador do **GRUPO 1** em conjunto com um procurador do **GRUPO 2**, ou um procurador do **GRUPO 1** em conjunto com um diretor estatutário; e **iii)** de **R$20.000.000,01 (vinte milhões de reais e um centavo)** até **R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais)** um procurador do **GRUPO 1** em conjunto com um diretor estatutário; **para**: (a) assinar instrumentos

Continua na Página 3

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109287605432563873867375420, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Peticão Enviada
Arquivo 3 : 18procuracaocorp.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

contratuais em geral em qualquer posição, seja contratante, contratada, interveniente etc. (p. exe. de compra e venda de produtos agrícolas e grãos, de prestação de serviços e financiamentos, de câmbio e derivativos, de empréstimos/financiamento com instituições financeiras ou correlatas nos termos da legislação vigente, swaps e demais instrumentos, de cadastro em bancos, de cessão e/ou desconto de duplicatas e cessão e/ou desconto de contratos de venda de insumos ou de barter, de seguros agrícolas e demais seguros em geral, etc.); (b) assinar e emitir títulos de crédito em geral e seus respectivos aditamentos, em qualquer posição, seja emitente, credora etc. (p. exe. cédulas/nota de crédito bancário, notas de crédito à exportação, cédulas de produto rural ("CPR"), notas promissórias); (c) assinar notificações, comunicados, declarações e autorizações em geral e receber documentos; (d) receber, dar quitação, transigir e firmar compromissos; (e) autorizar baixas e cancelamentos de CPR, hipotecas, alienação fiduciária, penhor agrícola e outras garantias reais e/ou fidejussórias; (f) assinar aditivos de CPR, em qualquer posição, seja credora, emitente etc.; (g) assinar cessões de créditos e cessões de direitos em geral, em qualquer posição, seja cedente, cessionária e/ou interveniente anuente; (h) assinar confissão de dívida, novação de dívida e/ou assunção de dívida como devedora, credora e/ou interveniente; (i) alienar, hipotecar, bem como firmar escritura pública e/ou instrumento particular de novação, confissão de dívida e/ou abertura de crédito com garantia hipotecária, com alienação fiduciária, com penhor, enfim, com qualquer garantia real e/ou fidejussória; (j) assinar guias, requerimentos, despachos e demais documentos; (k) prestar e assinar caução; (l) endossar, prestar aval, fiança e/ou qualquer outro tipo de garantia fidejussória; (m) exigir prestação de contas; enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, **sendo vedado o seu substabelecimento**. **O presente mandato terá validade de 01 (um) ano a contar desta data.** Dispensadas as testemunhas instrumentárias a este ato em conformidade com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. Pela Outorgante, foi-me dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disse, do que dou fé. A pedido da parte, lavrei a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Eu, (a.), Andrei de Souza Brito, Auxiliar de Cartório, que a escrevi. Eu, Adson Jeovani Freitas Santos, Escrevente, que a fiz digitar, subscrevo, assino e dou fé. Selo Digital nº F694XqaqtkZtWa2VXzfKejMFX. Emolumentos: R$94,62(VRC 384,62), Funrejus: R$29,81, Selo: R$2,04, Outorgante/Outorgado Adicional: R$24,60(VRC 100,00), FUNDEP: R$5,96, ISSQN: R$2,38. Total: R$159,41. Londrina-PR, 14 de julho de 2022. (aa.) RURAL BRASIL LTDA, SHEILLA MARIA PEREIRA ALBUQUERQUE, diretora sem designação especifica da Outorgante. RURAL BRASIL LTDA, JOSÉ MAURÍCIO MORA PULITI, Diretor Administrativo Financeiro da Outorgante. Adson Jeovani Freitas Santos, Escrevente.Nada mais. **Trasladada em seguida**, era o que continha em referido ato, estando tudo conforme original. Eu, Adson Jeovani Freitas Santos, Escrevente, que a trasladei, conferi, subscrevo, assino e dou fé.

Continua na Página 4

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109287605432563873867375420, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Peticão Enviada
Arquivo 3 : 18procuracaocorp.pdf

Bel. Luiz Marcelo Rezende Julião
Titular
Rua Piauí, 399 - Loja 11 - Centro
CEP 86010-420 - Fone: (43) 3344-0101
Londrina - Paraná
www.cartoriojuliao.com.br

Livro: 82-P Folhas: 051/054 Protocolo: 0005339/202

Londrina-PR, 14 de julho de 2022

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F694X.qaqtk.ZtHa2
VXMwI.ejMFr
https://selo.funarpen.com.br

Adson Jeovani Freitas Santos
Escrevente

CARTÓRIO JULIÃO
7º Tabelionato e 2º Registro Civil
Luiz Marcelo Rezende Julião
Rua Piauí, 399 Sala 11
MUNICÍPIO E COMARCA DE LONDRINA-PR

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:10
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109287605432563873867375420, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentação 1 - Petição Enviada
Assinado: DocuSign Envelope ID: 3CE8A1B2-2CAE-468E-91DB-0DE9F444D9C4
Arquivo 4 : 3subsmichele.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

AGROGALAXY

SUBSTABELECIMENTO

MARINA GODOY DA CUNHA ALVES, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o n.° 028.211.276-69 e na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás sob o n.° 38752A, com escritório profissional localizado na Rua T-37, esquina com a T-12, n° 35, 23° andar do condomínio comercial Connect Park Business, Setor Bueno, CEP 74230-025, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, substabelece, com reserva de poderes, os poderes que lhes foram conferidos pela **RURAL BRASIL S.A.,** e suas filiais constituídas nos termos do seu Estatuto Social, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º 14.947.900/0001-55, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Setor Santa Maria, CEP 75800-093, cidade de Jataí, Estado de Goiás.

SUBSTABELECIDO: MICHELE LIMA SOUZA, brasileira, casada, advogada, OAB/GO 47.001, com escritório profissional localizado na Rua T-37, esquina com a T-12, n° 35, 23° andar do condomínio comercial Connect Park Business, Setor Bueno, CEP 74230-025, cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

PODERES SUBSTABELECIDOS: representar a Outorgante perante qualquer terceiros, juízo, órgãos e repartições públicas e privadas, federais, estaduais, municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, incluindo, mas sem limitação, Fóruns e Comarcas, Cortes de Conciliação, Núcleos de Autocomposição, Centro Judiciário de Solução de Conflitos — CEJUSC, Tribunais de Justiça da esfera Federal e esfera Estadual, Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Delegacias de Polícia Civil e Federal, Batalhão da Polícia Militar, Juntas Comerciais, Justiça Federal, Receita Federal do Brasil, Secretarias de Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério dos Transportes, Agência Nacional dos Transportes Terrestres — ANTT, Departamentos de Transito — DETRAN, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — CREA, Secretarias da Agricultura e Pecuária, Secretarias da Fazenda, Prefeituras Municipais, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Sindicatos em geral, Corpo de Bombeiros, Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA — M T), Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), Agência de defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), Agências de Correios e Telégrafos, Cartórios Judiciais/Forenses, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Anexos, Cartórios de Tabelionato de Notas e Serviços Notariais, Cartórios de Protestos; tudo requerendo, em todos os Estados da Federação, em todos os graus de jurisdição, promovendo e assinando em defesa dos direitos e interesses da Outorgante e todos os poderes contidos na cláusula "ad judicia et extra", nos termos do artigo 105 do Código de Processo Civil brasileiro, e mais os especiais para receber intimações e citações, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar termos de caução, prestar declarações, anuir, retirar e receber alvarás, fazer acordo, receber e dar quitação, contestar, reconvir, confessar, assinar termos, assinar carta de preposto, requerer medidas preventivas, variar de ação, recorrer, substabelecer, emitir notificação judicial e extrajudicial, constituir advogado, assinar e negociar contratos de honorários, outorgar procurações particulares, apresentar defesas, propor ações em geral, inclusive tutela

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109387655432563873867375425, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentação 1 - Petição Enviada
Arquivo 4 : 3subsmichele.pdf
DocuSign Envelope ID: 30CEB71B-2CAE-468E-91DB-0DE9F444D9C4

provisória de urgência de natureza cautelar, pedidos liminares, execuções, ações monitórias, mandados de segurança, apresentar e retirar documentos; enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, podendo substabelecer.

O presente tem validade por prazo indeterminado, encerrando-se automaticamente tão logo a advogada procuradora deixe de ter vínculo com a Outorgante ou qualquer uma de suas empresas controladas direta ou indiretamente, bem como estiver usufruindo de licença de qualquer natureza.

Goiânia-GO, 03 de maio de 2023

MARINA GODOY DA CUNHA ALVES
OAB/GO nº 38752A

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109387655432563873867375425, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 50CEB7102CAE468E91DB0DE9F444D9C4
Status: Concluído
Assunto: Complete com a DocuSign: SUBS MICHELE - RURAL BRASIL LTDA.pdf
CPR ID:
Pipefy ID:
Siagri ID:
Tipo de Contrato:
Outros
Envelope fonte:
Documentar páginas: 2
Assinaturas: 1
Certificar páginas: 2
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Isabela Novais Farias de Souza
AV CIDADE JARDIM 803, ANDAR 6 CONJ 62
SALA 3B, ITAIM BIBI
SAO PAULO, 01453000
isabela.souza@agrogalaxy.com.br
Endereço IP: 165.1.157.45

Rastreamento de registros

Status: Original
03/05/2023 11:29:29
Portador: Isabela Novais Farias de Souza
isabela.souza@agrogalaxy.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Marina Godoy da Cunha Alves marina.alves@agrogalaxy.com.br AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla v5 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não disponível através da DocuSign	DocuSigned by: Marina Godoy da Cunha Alves 2E8FBDF40297445... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 208.127.24.49	Enviado: 03/05/2023 11:30:09 Visualizado: 05/05/2023 15:39:58 Assinado: 05/05/2023 15:40:30

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Isabela Novais Farias de Souza isabela.souza@agrogalaxy.com.br Estagiária jurídico Rural Brasil Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não disponível através da DocuSign	**Copiado**	Enviado: 03/05/2023 11:30:09 Reenviado: 05/05/2023 15:40:31 Visualizado: 05/05/2023 17:59:33

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	03/05/2023 11:30:09
Entrega certificada	Segurança verificada	05/05/2023 15:39:58
Assinatura concluída	Segurança verificada	05/05/2023 15:40:30
Concluído	Segurança verificada	05/05/2023 15:40:31

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109387655432563873867375425, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentação: 1 - Petição Juntada
Arquivo 5 : substabelecimentoedsonesidneyassinado.pdf
DocuSign Envelope ID: A2D38BB-9D98-4993-BD93-255DA9422F35

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

AGROGALAXY

SUBSTABELECIMENTO

MICHELE LIMA SOUZA, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 092.092.706-81 e na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás sob o n.º 47.001, com escritório profissional localizado na Rua T-37, esquina com a T-12, nº 35, 23º andar do condomínio comercial Connect Park Business, Setor Bueno, CEP 74230-025, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, substabelece, com reserva de poderes, os poderes que lhes foram conferidos pela **RURAL BRASIL LTDA** ("Outorgante"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita perante o CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0001-55, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, conforme abaixo.

ADVOGADOS SUBSTABELECIDOS: ARTHUR OLIVEIRA DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF/MF sob o n.º 031.032.651-66 e da Carteira de Identidade de número 41.809, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás, **LEONARDO MEDEIROS TELES**, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF/MF sob o n.º 979.340.111-72, e da Carteira de Identidade de número 28.781, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás, **CÁSSIO BRUNO BARROSO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Carteira de Identidade de número 21.342, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás, todos com escritório profissional à Rua Castro Alves, número 931, Centro, com telefone de número (64) 3632-1067, (64) 3632-1084, CEP: 75800-021, nesta cidade de Jataí, Estado de Goiás.

PODERES SUBSTABELECIDOS: poderes da cláusula "*ad judicia et extra*" para, agindo em conjunto ou isoladamente, independente da ordem de nomeação, representar a Outorgante perante a Justiça Comum, em quaisquer de suas Varas, Juizados Especiais Cíveis e/ou Tribunais Superiores, em todas as ações relacionadas a **EDSON PINTO DE MELLO e SIDNEY PINTO DE MELLO**, em que a Outorgante seja parte proponente, citada ou interessada, podendo, para tanto, propor ação, contestar, receber intimação, prestar depoimentos, fazer provas, arguir falsidade, confessar, transigir, renunciar, desistir, dar quitação. Enfim, podem os advogados substabelecidos praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, sempre no melhor interesse da Outorgante e em conformidade: (i) com a legislação aplicável; (ii) com o ato constitutivo da Outorgante; e (iii) com as políticas e normas internas da Outorgante, as quais os advogados substabelecidos conhecem e concordam, ficando exclusivamente responsáveis pelos atos praticados no âmbito do presente mandato, bem como por eventuais perdas e danos causados à Outorgante pelo uso indevido dos poderes ora substabelecidos. **É vedado o substabelecimento.**

As intimações deverão ocorrer em favor dos **SUBSTABELECIDOS**, sob pena de nulidade, nos termos do art. 272 do CPC.

O presente tem validade por prazo indeterminado, encerrando-se automaticamente tão logo a advogada procuradora deixe de ter vínculo com a Outorgante ou qualquer uma de suas empresas controladas direta ou indiretamente, bem como estiver usufruindo de licença de qualquer natureza.

Jataí, 05 de julho de 2023

MICHELE LIMA SOUZA
OAB/GO nº.47.001

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109687695432563873867375429, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: A706589B9D984993BD93255DA9422F35
Assunto: [URGENTE] Substabelecimento - Edson e Sidney.pdf
CPR ID:
Pipefy ID:
Siagri ID:
Tipo de Contrato:
Outros
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 2
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
Barbara Lopes Rodrigues
AV CIDADE JARDIM 803, ANDAR 6 CONJ 62
SALA 3B, ITAIM BIBI
SAO PAULO, 01453000
ext.barbara.lopes@agrogalaxy.com.br
Endereço IP: 177.96.162.57

Rastreamento de registros

Status: Original
06/07/2023 11:15:56

Portador: Barbara Lopes Rodrigues
ext.barbara.lopes@agrogalaxy.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Michele Lima Souza michele.souza@agrogalaxy.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5 CPF do signatário: 09209270681 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através do DocuSign	DocuSigned by: Michele Lima Souza 36B1B921A04743B... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 165.1.157.38	Enviado: 06/07/2023 11:16:44 Visualizado: 06/07/2023 13:58:16 Assinado: 06/07/2023 14:00:16

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	06/07/2023 11:16:44
Entrega certificada	Segurança verificada	06/07/2023 13:58:16
Assinatura concluída	Segurança verificada	06/07/2023 14:00:16
Concluído	Segurança verificada	06/07/2023 14:00:20

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

RURAL BRASIL S.A.

NIRE 52300019117

CNPJ 14.947.900/0001-55

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2021

1. **Data, Hora e Local**: No dia 17 de agosto de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Rural Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

2. **Convocação e Presença**: A convocação é dispensada nos termos do artigo 124, §4º da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura lançada no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes também, para fins do disposto nos artigos 134, parágrafo 1º, da Lei n.º 6.404/76, os Srs. Benildo de Carvalho Teles e Tomas Agustin Romero, membros do Conselho de Administração da Companhia e que presidem a presente assembleia, e o Sr. Luis Fernando de Souza Maranha, representante da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes.

3. **Mesa**: Presidente: Sr. Benildo Carvalho Teles; Secretário: Sr. Tomas Agustin Romero.

4. **Ordem do Dia (em Assembleia Ordinária)**: Deliberar sobre **i)** a prestação de contas dos administradores, exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2020; **ii)** a destinação do resultado do exercício; e **iii)** a fixação da remuneração global da administração da Companhia para o exercício social corrente.

5. **Publicações e Dispensas**: Os documentos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram publicados na edição do dia 09 de junho de 2021 no Diário Oficial do Estado de Goiás, nas páginas 57 e 58, e no Jornal O Popular, na edição de 09 de junho de 2021, na página 07, dispensando-se, assim, a publicação dos avisos de que trata o artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, inclusive, a acionista reconhece e está de acordo que a assembleia está sendo realizada fora do prazo previsto no artigo 132 da Lei n.º 6.404/76.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

6. **<u>Deliberações (em Assembleia Ordinária)</u>**: Pela unanimidade de votos, e sem ressalvas, a acionista titular da totalidade das ações representativas do capital social votante da Companhia aprovou as seguintes deliberações:

6.1. Autorizar a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130 e seus parágrafos da Lei n.º 6.404/76.

6.2. Aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, cujas cópias, aprovadas e rubricadas, ficam arquivadas na sede da Companhia.

6.3. Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, correspondente a R$70.813.548,69 (setenta milhões, oitocentos e treze mil, quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos), nos seguintes termos: (i) R$3.540.677,43 (três milhões, quinhentos e quarenta mil, seiscentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos) destinados à constituição da reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76; (ii) R$5.832.952,45 (cinco milhões, oitocentos e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia, sendo R$672.728,71 (seiscentos e setenta e dois mil, setecentos e vinte e oito reais e setenta e um centavos) a título de dividendos mínimos obrigatórios e R$5.160.223,74 (cinco milhões, cento e sessenta mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos) como dividendos adicionais; e (iii) R$61.439.918,81 (sessenta e um milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e dezoito reais e oitenta e um centavos) destinados a reserva de incentivos fiscais.

6.4. Consignar que os dividendos aprovados para distribuição aos então acionistas conforme o item 6.3 acima já foram integralmente pagos aos então acionistas de acordo com as respectivas preferências e participações, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de setembro de 2020, cuja ata foi arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Goiás sob o n.º 20201654326 em sessão de 05 de novembro de 2020, onde outorgaram expressamente à Companhia, de forma irrevogável e irretratável, a mais ampla, geral e plena quitação com relação aos valores a eles distribuídos, para nada mais reclamarem, a qualquer título e a qualquer tempo, com relação a referidos

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

montantes e a quaisquer montantes de dividendos referentes ao exercício social da Companhia apurado no período entre 1º de janeiro de 2020 a 30 de setembro de 2020, constantes do Balanço Patrimonial levantado em 30 de setembro de 2020.

6.5. Registrar que a instalação do conselho fiscal da Companhia não foi requerida pela acionista presente e que, portanto, o mesmo não será instalado até a assembleia geral ordinária a ser realizada em 2022 para deliberar sobre as contas dos administradores e demonstrações financeiras do exercício social corrente.

6.6. Aprovar o limite anual global da remuneração a ser paga aos administradores da Companhia, a partir da presente aprovação até a assembleia geral ordinária a ser realizada em 2022, conforme orçamento apresentado pela Diretoria da Companhia, o qual ficará arquivado na sede da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração definir os montantes individuais a serem atribuídos a cada administrador da Companhia.

7. **Ordem do Dia (em Assembleia Extraordinária)**: Deliberar sobre: **i)** a ratificação da abertura de filiais pela Companhia; **ii)** a renúncia dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **iii)** a extinção do Conselho de Administração da Companhia; **iv)** a transformação da Companhia em uma sociedade empresária limitada unipessoal; **v)** a renúncia dos diretores da Companhia; **vi)** a recondução e alteração do endereço da diretoria; **vii)** a eleição da nova administração da Companhia; **viii)** a aprovação do novo Contrato Social; e **ix)** a autorização para a administração da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações realizadas nesta ata.

8. **Deliberações (em Assembleia Extraordinária)**: Pela unanimidade de votos, e sem ressalvas, a acionista titular da totalidade das ações representativas do capital social votante da Companhia aprovou as seguintes deliberações:

8.1. Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 30 de outubro de 2020, às 10:30 horas, cuja ata foi arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Goiás sob o n.º 20201791412 em sessão de 14 de dezembro de 2020, ratificar a abertura, pela Companhia da:

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

i) **Filial 33**: localizada na cidade de **Formosa**, Estado de Goiás, na Rodovia BR 20, s/n, Quadra 302, Lote 08 e 09, Parque Lago, CEP 73.813-888, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52901040374 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0035-02, onde exerce as atividades de importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03); e

ii) **Filial 34**: localizada na cidade de **Uruaçu**, Estado de Goiás, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, s/n, Quadra U-1, Lote 10, 11, 12, 17, 18 e 19, Setor Sul II, CEP 76.400-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52901040366 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0036-85, onde exerce as atividades de importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias- primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03).

8.2. Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 06 de janeiro de 2021, às 10:30 horas, cuja ata foi arquivada perante a Junta Comercial do

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Estado de Goiás sob o n.º 52901044337 em sessão de 24 de fevereiro de 2021, ratificar a abertura, pela Companhia:

i) **Filial 35**: localizada na cidade de **Palmeiras de Goiás**, Estado de Goiás, na Rodovia GO-156, s/n, Km 0.5, Sentido Nazário, Chácara Córrego da Areia, Zona Rural, CEP 76.190-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52901044337 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0038-47, onde exerce as atividades de importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03); e

ii) **Filial 36**: localizada na cidade de **Uberlândia**, Estado de Minas Gerais, na Avenida Antônio Thomaz Ferreira de Rezende (Toninho Rezende), n.º 1.766, Quadra 06, Lote 02, América I (Loteamento), CEP 38.402-244, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 31920032317 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0037-66, onde exerce as atividades de importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; e

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03).

8.3. Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 17 de junho de 2021, às 10:30 horas, cuja ata foi arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Goiás sob o n.º 20215988230 em sessão de 24 de junho de 2021, ratificar a abertura, pela Companhia da **Filial 37**: localizada na cidade de **Presidente Dutra**, Estado do Maranhão, na Rodovia BR-226, s/n, Quadra 57, Lote 122, Vila Militar, CEP 65.760-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 21900592556 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0039-28, onde exerce as atividades de importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03).

8.4. Conhecer e aceitar, a partir da presente data, a renúncia dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: **Osmar Antoninho Bergamaschi**, **Sebastian Marcos Popik**, **Jorge Luis Ahumada**, **Tomas Agustin Romero**, **Benildo Carvalho Teles** e **Cláudio Augusto Diniz**, conforme **Anexos I, II, III, IV, V e VI** da presente ata.

8.5. Consignar a extinção, a partir da presente data, do Conselho de Administração da Companhia, passando a administração da Companhia a ser conduzida exclusivamente pela diretoria.

8.6. Aprovar a transformação da Companhia, de sociedade anônima, para sociedade empresária limitada unipessoal, com a adoção da denominação social de **RURAL BRASIL LTDA**., tendo como sócia única a **AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A**., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, inscrito no CNPJ/ME sob o n.º

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

21.240.146/0001-84 e no NIRE 35300489543, representada por seu Diretor Presidente **Welles Clóvis Pascoal**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG n.º 067598297 PC/MG e inscrito no CPF/ME sob n.º 263.295.496-72, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010; e, seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores **José Mauricio Mora Puliti**, brasileiro, divorciado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 19.388.615-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n.º 246.535.668-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010.

8.7. Em razão da transformação da Companhia, conforme mencionado acima, o seu capital social, subscrito e parcialmente integralizado, no valor de R$116.498.708,99 (cento e dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e oito reais e noventa e nove centavos) dividido em (a) 46.817.887 (quarenta e seis milhões, oitocentas e dezessete mil, oitocentas e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (b) 970.301 (novecentas e setenta mil, trezentas e uma) ações preferenciais classe "A", nominativas e sem valor nominal; (c) 727.725 (setecentas e vinte e sete mil, setecentas e vinte e cinco) ações preferenciais classe "C", nominativas e sem valor nominal; (d) 727.725 (setecentas e vinte e sete mil, setecentas e vinte e cinco) ações preferenciais classe "D", nominativas e sem valor nominal; (e) 363.863 (trezentas e sessenta e três mil, oitocentas e sessenta e três) ações preferenciais classe "F", nominativas e sem valor nominal; (f) 9.950 (nove mil, novecentas e cinquenta) ações preferenciais classe "I", nominativas e sem valor nominal; (g) 10.000 (dez mil) ações preferenciais classe "M", nominativas e sem valor nominal; e (h) 1.834.257 (um milhão, oitocentas e trinta e quatro mil, duzentas e cinquenta e sete) ações preferenciais classe "N", nominativas e sem valor nominal passará a ser R$116.498.708,00 (cento e dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e oito reais), desconsiderados os centavos, dividido em 116.498.708 (cento e dezesseis milhões, quatrocentas e noventa e oito mil, setecentas e oito) quotas, do valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, totalmente detidas pela **AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.,** estando R$102.926.851,49 (cento e dois milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos) totalmente integralizado e R$13.571.856,51 (treze milhões, quinhentos e setenta e um mil,

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos) a ser integralizado pela sócia única em moeda corrente nacional e/ou bens até 27 de maio de 2023.

8.8. Conhecer e aceitar o pedido de renúncia do: (a) Sr. **Angelo Mardegan** ao cargo de Diretor Comercial da Companhia; (b) Sr. **Vitor de Almeida Raposo** ao cargo de Diretor de Marketing da Companhia; e (c) do Sr. **Hélio Romano Junior** ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, conforme **Anexos VII, VIII e IX** a presente ata, acarretando no seu imediato desligamento da diretoria da Companhia a partir desta data.

8.9. Reconduzir e alterar o endereço: (a) do Sr. **Marco Antônio Almeida Teixeira**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4690579 SESP/MG e inscrito no CPF/ME sob o n.º 778.469.906-91, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor Presidente da Companhia; e do (b) Sr. **José Mauricio Mora Puliti**, brasileiro, divorciado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 19.388.615-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n.º 246.535.668-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Companhia; para mandatos por prazo indeterminado, até que venham a ser substituídos e/ou destituídos por deliberação da sócia única.

8.10. Eleger, para exercer a administração da Companhia em conjunto com **Marco Antônio Almeida Teixeira** e **José Mauricio Mora Puliti**: (a) o Sr. **Welles Clóvis Pascoal**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG n.º 067598297 PC/MG e inscrito no CPF/ME sob n.º 263.295.496-72, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; e (b) a Sra. **Sheilla Maria Pereira Albuquerque**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 27.244.139-9 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o n.º 153.935.658-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, para o cargo de Diretora sem designação

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

específica da Companhia; para mandatos por prazo indeterminado, até que venham a ser substituídos e/ou destituídos por deliberação da sócia única.

8.11. Em decorrência das deliberações acima, a administração da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: (a) o Sr. **Marco Antônio Almeida Teixeira**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4690579 SESP/MG e inscrito no CPF/ME sob o n.º 778.469.906-91, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) o Sr. **José Mauricio Mora Puliti**, brasileiro, divorciado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 19.388.615-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n.º 246.535.668-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Companhia; (c) o Sr. **Welles Clóvis Pascoal**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG n.º 067598297 PC/MG e inscrito no CPF/ME sob n.º 263.295.496-72, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; e (d) a Sra. **Sheilla Maria Pereira Albuquerque**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 27.244.139-9 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o n.º 153.935.658-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretora sem designação específica da Companhia.

8.12. Marco Antônio Almeida Teixeira, José Mauricio Mora Puliti, Welles Clóvis Pascoal e Sheilla Maria Pereira Albuquerque, assinam a presente ata manifestando concordância com as designações para os cargos e declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos para a investidura na diretoria da Companhia, não estando impedidos, por lei especial, para o exercício dos cargos para os quais foram eleitos, bem como que não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

8.13. Aprovar o texto do novo Contrato Social (**Anexo X** a presente ata), consolidando as deliberações tomadas acima que, doravante, passa a reger todos os direitos e obrigações da sócia única e da sociedade perante terceiros.

8.14. Consignar que a transformação da Companhia para sociedade empresária limitada unipessoal será uma continuação da sociedade anônima, sem a interrupção de sua existência legal.

8.15. Autorizar a administração da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações ora aprovadas.

9. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada pelos presentes.

Jataí, 17 de agosto de 2021.

[certifico que a presente confere com a original lavrada em livro próprio]

Mesa:

Benildo Carvalho Teles
Presidente

Tomas Agustin Romero
Secretário

Acionista presente:

AgroGalaxy Participações S.A.

Welles Clóvis Pascoal
Diretor Presidente

José Maurício Mora Puliti
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Continuação da página de assinaturas da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Rural Brasil S.A. realizada em 17 de agosto de 2021.

Diretores:

Marco Antônio Almeida Teixeira	**José Mauricio Mora Puliti**
Diretor Presidente	Diretor Administrativo Financeiro
Welles Clóvis Pascoal	**Sheilla Maria Pereira Albuquerque**
Diretor sem designação específica	Diretora sem designação específica

Advogada responsável:

_____

Marina Godoy da Cunha Alves
OAB/GO n.º 38.752A

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Anexo I

TERMO DE RENÚNCIA
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Osmar Antoninho Bergamaschi**, brasileiro, natural da cidade de Urupês, Estado de São Paulo, nascido em 06/11/1949, casado sob o regime da comunhão de bens, sociólogo, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.435.112-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 465.895.978-04, residente e domiciliado na Av. Parkinson n.º 35, apto. 301, bairro Alphaville, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06.465-136, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da **RURAL BRASIL S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, inscrita perante o CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0001-55, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCEG sob NIRE 52300019117.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na **RURAL BRASIL S.A.**, pelo o que dou à **RURAL BRASIL S.A**. e aos seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretratável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à **RURAL BRASIL S.A.**, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

Jataí, 17 de agosto de 2021.

_____

OSMAR ANTONINHO BERGAMASCHI

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Anexo II

TERMO DE RENÚNCIA
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Sebastian Marcos Popik**, argentino, natural da cidade de Buenos Aires, Argentina, nascido em 25/11/1971, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RNE n.º V340918-M, inscrito no CPF sob o n.º 228.485.358-73, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, n.º 803, 6º andar, conjunto 62, Itaim Bibi, CEP 01.453-000, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RURAL BRASIL S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, inscrita perante o CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0001-55, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCEG sob NIRE 52300019117.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na **RURAL BRASIL S.A.**, pelo o que dou à **RURAL BRASIL S.A**. e aos seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretratável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à **RURAL BRASIL S.A.**, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

Jataí, 17 de agosto de 2021.

_____

SEBASTIAN MARCOS POPIK

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Anexo III

TERMO DE RENÚNCIA
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Jorge Luis Ahumada**, argentino, natural da cidade de Buenos Aires, Argentina, nascido em 25/10/1976, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RNE n.º G212257-R CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF sob n.º 236.400.488-81, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, n.º 803, 6º andar, conjunto 62, Itaim Bibi, CEP 01.453-000, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RURAL BRASIL S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, inscrita perante o CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0001-55, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCEG sob NIRE 52300019117.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na **RURAL BRASIL S.A.**, pelo o que dou à **RURAL BRASIL S.A**. e aos seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretratável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à **RURAL BRASIL S.A.**, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

Jataí, 17 de agosto de 2021.

_____

JORGE LUIS AHUMADA

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Anexo IV

TERMO DE RENÚNCIA
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Tomas Agustin Romero**, argentino, natural da cidade de Buenos Aires, Argentina, nascido em 28/08/1981, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RNE n.º V820093-L (CGPI/DIREX/DPF), inscrito no CPF sob o n.º 235.466.338-22, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, n.º 803, 6º andar, Itaim Bibi, CEP 01.453-000, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RURAL BRASIL S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, inscrita perante o CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0001-55, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCEG sob NIRE 52300019117.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na **RURAL BRASIL S.A.**, pelo o que dou à **RURAL BRASIL S.A.** e aos seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretratável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à **RURAL BRASIL S.A.**, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

Jataí, 17 de agosto de 2021.

_____

TOMAS AGUSTIN ROMERO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Anexo V

TERMO DE RENÚNCIA
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Benildo Carvalho Teles**, brasileiro, natural de Bambuí, Estado de Minas Gerais, nascido em 16 de agosto de 1955, comerciante, casado sob o de regime de comunhão universal de bens, portador da Cédula de Identidade RG n.º M-1.398.111 SSP/MG e inscrito no CPF/ME sob o n.º 294.258.756-34, residente e domiciliado na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rua Riachuelo, n.º 3.669, Quadra 37-F, Lotes 8 e 9, Vila Fátima, CEP 75.803-050, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RURAL BRASIL S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, inscrita perante o CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0001-55, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCEG sob NIRE 52300019117.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na **RURAL BRASIL S.A.**, pelo o que dou à **RURAL BRASIL S.A**. e aos seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretratável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à **RURAL BRASIL S.A.**, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

Jataí, 17 de agosto de 2021.

_____

BENILDO CARVALHO TELES

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Anexo VI

TERMO DE RENÚNCIA
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Cláudio Augusto Diniz**, brasileiro, natural de Goiânia, Estado de Goiás, engenheiro agrônomo, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG n.º 321.165-SSP/GO e inscrito no CPF/ME sob o n.º 147.863.461-87, residente e domiciliado na Cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rua Napoleão Laureano, n.º 1198, Setor Oeste, CEP 75.804-083, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **RURAL BRASIL S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, inscrita perante o CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0001-55, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCEG sob NIRE 52300019117.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na **RURAL BRASIL S.A.**, pelo o que dou à **RURAL BRASIL S.A**. e aos seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretratável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à **RURAL BRASIL S.A.**, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

Jataí, 17 de agosto de 2021.

_____

CLÁUDIO AUGUSTO DINIZ

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Anexo VII

TERMO DE RENÚNCIA
AO CARGO DE DIRETOR DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Angelo Mardegan**, brasileiro, natural de Ibiporã, Estado do Paraná, nascido em 5 de julho de 1964, engenheiro agrônomo, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.483.397-4 SESP/PR e inscrito no CPF/ME sob o n.º 505.548.759-34, domiciliado na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua T-37, esquina com a T-12, n° 35, Lote 17/18, Quadra 123, Salas de n° 2301 a 2311 do 23º andar do Condomínio Comercial Connect Park Business, CEP 74230-025, Setor Bueno, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de Diretor Comercial da **RURAL BRASIL S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, inscrita perante o CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0001-55, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCEG sob NIRE 52300019117.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na Companhia, pelo o que dou a esta e a seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretratável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à Companhia, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

Jataí, 17 de agosto de 2021.

_____

ANGELO MARDEGAN

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Anexo VIII

TERMO DE RENÚNCIA
AO CARGO DE DIRETOR DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Vitor de Almeida Raposo**, brasileiro, natural de São Paulo, Estado do São Paulo, nascido em 30 de abril de 1972, separado judicialmente, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG n.º 21.615.698-1 2ª Via SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n.º 135.290.948-03, domiciliado na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua T-37, esquina com a T-12, n° 35, Lote 17/18, Quadra 123, Salas de n° 2301 a 2311 do 23º andar do Condomínio Comercial Connect Park Business, CEP 74230-025, Setor Bueno, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de Diretor de Marketing da **RURAL BRASIL S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, inscrita perante o CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0001-55, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCEG sob NIRE 52300019117.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na Companhia, pelo o que dou a esta e a seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretratável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à Companhia, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

Jataí, 17 de agosto de 2021.

_____

VITOR DE ALMEIDA RAPOSO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Anexo IX

TERMO DE RENÚNCIA
AO CARGO DE DIRETOR DA COMPANHIA

Por meio do presente instrumento, Eu, **Hélio Romano Junior**, brasileiro, natural de Piracicaba, Estado do São Paulo, nascido em 02 de setembro de 1963, engenheiro agrônomo, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG n.º 12499629 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n.º 072.031.398-83, domiciliado na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua T-37, esquina com a T-12, n° 35, Lote 17/18, Quadra 123, Salas de n° 2301 a 2311 do 23º andar do Condomínio Comercial Connect Park Business, CEP 74230-025, Setor Bueno, apresento minha **RENÚNCIA** ao cargo de Diretor sem designação específica da **RURAL BRASIL S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, inscrita perante o CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0001-55, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCEG sob NIRE 52300019117.

Declaro, igualmente, não existirem quaisquer obrigações pendentes em função do cargo por mim ocupado na Companhia, pelo o que dou a esta e a seus acionistas a mais plena, geral e irrevogável, irretratável, ampla, rasa e geral quitação para nada mais reclamar, receber ou repetir, por mim ou por meus sucessores, em virtude de qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente (a) à Companhia, (b) aos acionistas diretos ou indiretos, (c) às companhias e/ou sociedades por ela controladas, suas coligadas ou seus controladores, e (d) aos seus diretores, empregados ou mandatários.

Jataí, 17 de agosto de 2021.

_____

HÉLIO ROMANO JUNIOR

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

Anexo X

RURAL BRASIL LTDA.
NIRE 52300019117
CNPJ 14.947.900/0001-55

CONTRATO SOCIAL
(consolidado)

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito,

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 6º andar, conjunto 62, sala 3B, Itaim Bibi, CEP 01453-000, inscrito no CNPJ/ME sob o n.º 21.240.146/0001-84 e no NIRE 35300489543, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seu Diretor Presidente: **Welles Clóvis Pascoal**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG n.º 067598297 PC/MG e inscrito no CPF/ME sob n.º 263.295.496-72, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010; e, seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: **José Mauricio Mora Puliti**, brasileiro, divorciado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 19.388.615-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n.º 246.535.668-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010 ("**AGROGALAXY**"),

na condição de única sócia da **RURAL BRASIL S.A.**, sociedade limitada unipessoal, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, inscrita perante o CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0001-55, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCEG sob NIRE 52300019117, tendo o seu último Estatuto Social registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o n.º 52205228050 em 20 de outubro de 2020 ("Sociedade")

RESOLVE promover o presente Contrato Social da Sociedade, conforme cláusulas a seguir:

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO SOCIAL, LEI APLICÁVEL, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 1ª. A Sociedade é uma sociedade empresária limitada unipessoal denominada **RURAL BRASIL LTDA**. e é regida por este contrato social, pelas disposições da Lei n.º 10.406, de 10/01/2002, em especial pelo Capítulo IV do Subtítulo II do Livro II, "Do Direito de Empresa" e, em suas omissões, pela Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, e alterações posteriores ("Sociedade").

Cláusula 2ª. A Sociedade tem sua sede e foro na localizada na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, e pode, por deliberação tomada por sócia ou sócias titulares da maioria do capital social, abrir e fechar filiais e escritórios em qualquer localidade no país ou no exterior.

Parágrafo Único. A Sociedade possui as seguintes filiais:

(a) **Filial 1**: localizada na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rua 114, n.º 41, Quadra 5, Lote 30-A, Galpão A, Setor Industrial, CEP 75.802-240, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900628432 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0002-36, onde exerce a atividade de depósito de mercadorias próprias;

(b) **Filial 2**: localizada na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás, na Avenida Dr. Plinio Gayer, Quadra 48, Lote 18/19, n.º, Setor Nova Caiapônia, CEP 75.850-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900657068 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0003-17, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(c) **Filial 3**: localizada na cidade de Redenção, Estado do Pará, na Avenida Araguaia n.º 316, Bairro Jardim Cumaru, na cidade de Redenção, Estado do Pará, CEP 68.550-205, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 15900425272 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0005-89, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(d) **Filial 4**: localizada na cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso, na Rodovia MT 240, s/n, 7,2 Km da BR 158, Zona Rural, CEP 78.635-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900412854 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0006-60, onde exerce a atividade de armazém geral - emissão de warrant (CNAE 52.11-7/01);

(e) **Filial 5**: localizada na cidade de Mineiros, Estado de Goiás, na Rua 6, n.º 127, Setor São Bento, CEP 75.830-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900730547 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0016-31, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(f) **Filial 6**: localizada na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, na Rua Oliveira Cruvinel, n.º 30, Quadra 03, Lote 05 e 06, Bairro Primavera, CEP 75.904-438, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900733627 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0007-40, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(g) **Filial 7**: localizada na cidade de Canarana, Estado do Mato Grosso, na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 1.784, Lote 01-A, Setor Industrial, CEP 78.640-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428882 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0008-21, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(h) **Filial 8**: localizada na cidade de Gaúcha do Norte, Estado do Mato Grosso, na Rua Goiás, parte da Chácara 53, s/n, Zona Rural, CEP 78.875-000, inscrita no Registro de Empresas

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

sob o NIRE 51900428891 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0009-02, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(i) **Filial 9**: localizada na cidade de Água Boa, Estado do Mato Grosso, na Avenida Industrial, n.º 3.500, Quadra 5, Lote 1, Setor Industrial III, CEP 78.635-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428904 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0010-46, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(j) **Filial 10**: localizada na cidade de Querência, Estado do Mato Grosso, na Rua Honorato Rocha, s/n, Lotes 44 e 46, Quadra IC, Setor Industrial, CEP 78.643-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428912 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0011-27, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(k) **Filial 11**: localizada na cidade de São Felix do Araguaia, Estado do Mato Grosso, na BR 080, s/n, Lotes 6 e 7, Centro, Distrito de Espigão do Leste, CEP 78.670-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428921 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0012-08, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(l) **Filial 12**: localizada na cidade de Confresa, Estado do Mato Grosso, na Avenida Industrial, s/n, Lote 20, Quadra 9, bairro Residencial Babinski, CEP 78.652-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428939 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0013-99, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(m) **Filial 13**: localizada na cidade de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, na Rua Olivério Porta, n.º 2.748, Quadra 97, Lote 04A, Sala B, Bairro Primavera II, CEP 78.850-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428947 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0014-70, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(n) **Filial 14**: localizada na cidade de Querência, Estado do Mato Grosso, na Avenida Sul, s/n, Lotes 11 e 12, Quadra 29, Setor E, CEP 78.643-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428955 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0015-50, onde exerce a atividade de escritório administrativo;

(o) **Filial 15**: localizada na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rodovia BR 364, saída para Mineiros, s/n.º, km 203 a margem esquerda, Zona Rural, CEP 75.809-899, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900742154 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947900/0017-12, onde exerce as atividades de depósito de mercadorias próprias;

(p) **Filial 16**: localizada na cidade de Dom Eliseu, Estado do Pará, na Avenida JK, n.º 32-A, Centro, CEP 68.633-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 15900453811 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0018-01, onde exerce as atividades (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial,

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(q) **Filial 17**: localizada na cidade de Santana do Araguaia, Estado do Pará, na Rodovia BR 158, s/n.º, Chácara n.º 53, Loteamento Campo Alegre, CEP 68.560-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 15900457701 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0019-84, onde exerce as atividades (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(r) **Filial 18**: localizada na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins, na Avenida Bernardo Sayão, n.º 3042, Quadra 01, Lotes 3 e 4, Setor Jardim Brasília, CEP 77.700-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 17900161111 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0020-18, onde exerce as atividades (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(s) **Filial 19**: localizada na cidade de Jussara, Estado de Goiás, na Rua Bougainville, Quadra 01, Lote 03 s/n, Jardim das Mussaendas, CEP 76.270-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900942498 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0021-07, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(t) **Filial 20**: localizada na cidade de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás, na Avenida Onias Jose Borges, n.º. 1330, Quadra 02, Lote 01, Bairro Parque Industrial Ipeguary, CEP 75.920-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900942480 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0022-80, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

(u) **Filial 21**: localizada na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º. 507, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900952469 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0023-60, onde exerce as atividades de escritório administrativo;

(v) **Filial 22**: localizada na cidade de Paragominas, Estado de Pará, na Rodovia PA 256, Km 3, Quadra 01, Lote 03, Loteamento Amazônia Park, CEP 68.627-451, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 15900467544 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0025-22, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(w) **Filial 23**: localizada na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, na Avenida Santa Luzia, S/N, Distrito Sede, Setor Sub Centro, Quadra 198, Lote 0380, Unidade 001, CEP 65.930-000, registrado sob o NIRE 21900300881 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0024-41, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

(x) **Filial 24**: localizada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua T-37, esquina com a T-12, n.º 35, Lote 17/18, Quadra 123, salas de n.º 2301 a 2311 do 23º andar do Condomínio Comercial Connect Park Business, CEP 74.230-025, Setor Bueno, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900955905 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0026-03, onde exerce as atividades de escritório administrativo;

(y) **Filial 25**: localizada na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins, na Avenida Bernardo Sayão, s/n.º, bairro Setor Milena, Quadra 52, Lote 26, CEP 77.600-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 17900168115 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0027-94, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00), (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00), (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00), (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08), (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03), (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06), (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99), (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(z) **Filial 26**: localizada na cidade de Goiatuba, Estado do Goiás, na Rodovia GO-320, Jardim Santa Paula, s/n, Quadra 31, Lote 01, CEP 75.600-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900974055 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0028-75, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00), (ii) representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00), (iii) representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00), (iv) comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08), (v) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03), (vi) comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06), (vii) comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99), (viii) comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) e serviços de

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(aa) **Filial 27**: localizada na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins, em parte do Galpão 01, na Chácara Santo Antônio, s/n, BR-153, Km 675, gleba 7, 4ª etapa, Lote 35-C, zona rural, CEP 77.402-970, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 17900175481 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0029-56, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) o depósito de mercadorias próprias; (x) e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(bb) **Filial 28**: localizada na cidade de Paranatinga, Estado do Mato Grosso, na Rodovia MT – 130, n.º 1.283, Lote 07-B-5, Setor Industrial, CEP 78.870-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900491568 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0030-90, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) o depósito de mercadorias próprias; (x) e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(cc) **Filial 29**: localizada na cidade de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso, na Rua Waldir Rabelo, n.º 761, Setor Sul II, Quadra 55, Lote 04, Sala 03, CEP 78.600-000,

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900497124 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0031-70, onde exerce as atividades de serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(dd) **Filial 30**: localizada na cidade de Catalão, Estado de Goiás, na Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, n.º 2159, Quadra Única, Lote Único, Bairro Ipanema, CEP 75.705-220, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52901015337 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0032-51, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) o depósito de mercadorias próprias; e (x) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(ee) **Filial 31**: localizada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins, na Avenida Tocantins, s/n, Quadra 01, Lotes 06, 07, 24 e 25, Setor Jardim América, CEP 77.500-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 17900177742 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0033-32, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); (iii) a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) o depósito de mercadorias próprias; e (x) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

(ff) **Filial 32**: localizada na cidade de Rondon do Pará, Estado do Pará, na Rodovia BR 222, s/n, Setor 83, Quadra 25, Lote 25, Km 87, CEP 68.638-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 15902001135 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0034-13, onde exerce as atividades de (i) importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); (ii) a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); (iii) a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); (iv) o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); (v) o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); (vi) o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); (vii) o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); (viii) o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); (ix) o depósito de mercadorias próprias; e (x) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(gg) **Filial 33**: localizada na cidade de Formosa, Estado de Goiás, na Rodovia BR 20, s/n, Quadra 302, Lote 08 e 09, Parque Lago, CEP 73.813-888, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52901040374 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0035-02, onde exerce as atividades de importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(hh) **Filial 34**: localizada na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, s/n, Quadra U-1, Lote 10, 11, 12, 17, 18 e 19, Setor Sul II, CEP 76.400-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52901040366 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0036-85, onde exerce as atividades de importação, exportação e

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias- primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(ii) **Filial 35**: localizada na cidade de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás, na Rodovia GO-156, s/n, Km 0.5, Sentido Nazário, Chácara Córrego da Areia, Zona Rural, CEP 76.190-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52901044337 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0038-47, onde exerce as atividades de importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

(jj) **Filial 36**: localizada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Avenida Antônio Thomaz Ferreira de Rezende (Toninho Rezende), n.º 1.766, Quadra 06, Lote 02, América I (Loteamento), CEP 38.402-244, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 31920032317 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0037-66, onde exerce as atividades de importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:41

comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03); e

(kk) **Filial 37**: localizada na cidade de Presidente Dutra, Estado do Maranhão, na Rodovia BR-226, s/n, Quadra 57, Lote 122, Vila Militar, CEP 65.760-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 21900592556 e no CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0039-28, onde exerce as atividades de importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03).

Cláusula 3ª. A Sociedade tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II – OBJETO SOCIAL

Cláusula 4ª. A Sociedade tem por objeto social: a importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 4683-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); armazéns gerais - emissão de warrant (CNAE 52.11-7/01); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03); a produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto (CNAE 01.41-5/01); e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista (CNAE 6462-0/00).

CAPÍTULO III – CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª. O capital social, parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$116.498.708,00 (cento e dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e oito reais), dividido em 116.498.708 (cento e dezesseis milhões, quatrocentas e noventa e oito mil, setecentas e oito) quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada, todas de propriedade da sócia única **AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A**.

Parágrafo Primeiro. A responsabilidade da sócia única é, na forma da lei, restrita ao valor total do capital social.

Parágrafo Segundo. Do capital social da Sociedade, R$102.926.851,49 (cento e dois milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos) está totalmente integralizado e R$13.571.856,51 (treze milhões, quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos) será integralizado pela sócia única em moeda corrente nacional e/ou bens até 27 de maio de 2023.

Cláusula 6ª. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade.

Parágrafo Único. As deliberações sociais, sobre as matérias indicadas na lei e neste contrato social como sendo de competência dos sócios, serão tomadas pela sócia única.

Cláusula 7ª. A transferência ou a alienação, no todo ou em parte, de quotas do capital social a terceiros, será permitida.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

Cláusula 8ª. As quotas do capital social não poderão ser empenhadas ou oneradas sem a prévia e expressa anuência, por escrito, da sócia única. Qualquer transação efetuada com violação deste dispositivo será ineficaz perante a Sociedade.

CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 9ª. A Sociedade é administrada: **(i)** pelo Sr. **Marco Antônio Almeida Teixeira**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4690579 SESP/MG e inscrito no CPF/ME sob o n.º 778.469.906-91, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor Presidente da Sociedade; **(ii)** pelo Sr. **José Mauricio Mora Puliti**, brasileiro, divorciado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 19.388.615-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n.º 246.535.668-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Sociedade; **(iii)** pelo Sr. **Welles Clóvis Pascoal**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG n.º 067598297 PC/MG e inscrito no CPF/ME sob n.º 263.295.496-72, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor sem designação específica da Sociedade; e **(iv)** pela Sra. **Sheilla Maria Pereira Albuquerque**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 27.244.139-9 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o n.º 153.935.658-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretora sem designação específica da Sociedade.

Parágrafo Primeiro. Os Diretores permanecerão em seus cargos por prazo indeterminado, até que venham a ser substituídos e/ou destituídos por deliberação da sócia única.

Parágrafo Segundo. Os Diretores poderão receber uma remuneração a ser fixada por deliberação da sócia única.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

Cláusula 10ª. Observado o disposto nas Cláusulas 11ª e 12ª deste contrato social, os Diretores terão poderes para validamente representar e obrigar a Sociedade, para todos os fins.

Parágrafo Primeiro. A Sociedade será representada e obrigar-se-á:

(i) isoladamente, por qualquer Diretor ou procurador com poderes específicos, e desde que tais atos não se enquadrem nos itens (ii) a (iv) deste Parágrafo Primeiro da Cláusula 10ª, para agir em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias ou empresas públicas, incluindo, mas sem limitação, a Superintendência do Trabalho, a Caixa Econômica Federal, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o Serviço de Inspeção Federal - SIF, o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres - ANTT, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO, o Instituto Água e Terra – IAT, o Ministério da Defesa, o Exército Brasileiro, o Ministério da Fazenda, a Receita Federal do Brasil, as Secretarias da Agricultura dos Estados e do Distrito Federal, as Secretarias da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, as Secretarias dos Transportes dos Estados e do Distrito Federal, as Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal, os Departamentos de Transito - DETRAN dos Estados e do Distrito Federal, as Prefeituras Municipais, Corpo de Bombeiros e todos os demais órgãos e representações públicos federais, estaduais e municipais;

(ii) Por: (a) 2 (dois) Diretores; (b) ou 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; e (c) ou 2 (dois) procuradores com poderes específicos: (i) nos atos que não criem obrigações financeiras para a Sociedade; e (ii) em todos os atos que criem obrigações para a Sociedade ou desonerem terceiros de obrigações para com a Sociedade, em operações envolvendo o montante individual de até R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

(iii) Por: (a) 2 (dois) Diretores; e (b) ou 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos em todos os atos que criem obrigações para a Sociedade ou

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

desonerem terceiros de obrigações para com a Sociedade, em operações envolvendo o montante individual de R$20.000.000,01 (vinte milhões de reais e um centavo) até R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais); e

(iv) Por 2 (dois) Diretores em todos os atos que criem obrigações para a Sociedade ou desonerem terceiros de obrigações para com a Sociedade, em operações envolvendo o montante individual acima R$30.000.000,01 (trinta milhões de reais e um centavo).

Parágrafo Segundo. A Sociedade deverá outorgar procurações para sua representação mediante a assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto, devem especificar os poderes outorgados e devem ter o prazo de vigência de no máximo 1 (um) ano. Exceção às procurações com cláusula *Ad Judicia*, que poderão ser outorgadas por 1 (um) procurador com poderes específicos e poderão ter o prazo de vigência superior a 1 (um) ano.

Cláusula 11ª. A validade dos atos abaixo mencionados requer a aprovação prévia e expressa, por escrito, da sócia única:

(i) qualquer alteração do contrato social;

(ii) eleição e destituição dos membros da Diretoria, bem como definição do número de cargos a serem preenchidos;

(iii) fixação da remuneração global anual dos membros da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(iv) deliberação, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

(v) aumento ou redução do capital social;

(vi) início de qualquer processo voluntário de liquidação, falência ou recuperação judicial da Sociedade nos termos da Lei n.º 11.101/05;

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Peticão Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

(vii) dissolução da Sociedade, incluindo a escolha e contratação de liquidante, aprovação das contas correspondentes e cessação do estado de liquidação;

(viii) qualquer operação de cisão, incorporação, inclusive incorporação de ações ou fusão envolvendo a Sociedade, bem como a transformação da Sociedade em qualquer outro tipo societário;

(ix) resgate, amortização, desdobramento, grupamento ou bonificação de quotas.

(x) aprovar qualquer operação estranha ao objeto social da Sociedade;

(xi) aprovar a contratação e destituição dos auditores independentes da Sociedade;

(xii) aprovar as atribuições da área de auditoria interna da Sociedade; e

(xiii) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis da Sociedade, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Sociedade opera.

Cláusula 12.ª Quaisquer atos praticados pelos Diretores, procuradores ou empregados envolvendo obrigações relativas a operações e negócios estranhos ao objeto social, tais como a concessão de avais, garantias de terceiros ou qualquer outra forma de garantias em nome de terceiros que não ocorram no curso normal dos negócios, são expressamente proibidos e serão ineficazes perante a sociedade, salvo se expressamente autorizado, por escrito, pela sócia única.

CAPÍTULO V - DELIBERAÇÃO DA SÓCIA ÚNICA

Cláusula 13.ª Qualquer deliberação que demandar a manifestação da sócia única poderá ser tida como validamente tomada se expressa mediante instrumento escrito, por ela firmado.

Cláusula 14.ª Os documentos escritos contendo as decisões da sócia única em que sejam deliberadas a eleição de administradores, alterações do contrato social e demais matérias destinadas a produzir efeitos perante terceiros deverão ser apresentadas ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento, nos 30 (trinta) dias subsequente subscrição do documento.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO

Cláusula 15.ª O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaborados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras previstas em lei, as quais serão submetidas à apreciação da sócia única. O lucro então verificado terá a destinação determinada pela sócia única.

Parágrafo Primeiro. As Demonstrações Financeiras serão disponibilizadas à sócia única dentro de 10 (dez) dias após terem sido concluídas, prazo esse que não excederá a 30 de abril do exercício fiscal seguinte. A aprovação da sócia única às Demonstrações Financeiras poderá ser manifestada por instrumento escrito em separado ou pela aposição das suas assinaturas nos livros próprios.

Parágrafo Segundo. Por deliberação da sócia única, a Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período neles compreendido, podendo eventual lucro, por deliberação da sócia única, ser distribuídos ou capitalizado.

CAPÍTULO VII – CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 16.ª A Sociedade será dissolvida por deliberação da sócia única ou pela declaração de falência.

CAPÍTULO VIII – LIQUIDAÇÃO

Cláusula 17.ª No caso de liquidação da Sociedade, o procedimento estabelecido em lei será adotado e observado, com a nomeação, pela sócia única, de um ou mais liquidantes para operarem a Sociedade durante a liquidação.

CAPÍTULO IX – ALTERAÇÕES

Cláusula 18.ª Este contrato social poderá ser alterado, em qualquer de seus artigos e a

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : 5atosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

qualquer tempo, mediante deliberação da sócia única.

Cada um dos Srs., **Marco Antônio Almeida Teixeira, José Mauricio Mora Puliti, Welles Clóvis Pascoal e Sheilla Maria Pereira Albuquerque**, acima qualificados, declara, neste ato, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeçam de exercer as atividades de empresário, bem como a administração de sociedades empresárias, ou enquadrado em quaisquer das situações previstas no art. 1.011, parágrafo primeiro do Código Civil.

Jataí, 17 de agosto de 2021.

Sócia Única:

AgroGalaxy Participações S.A.

Welles Clóvis Pascoal
Diretor Presidente

José Maurício Mora Puliti
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Diretores:

Marco Antônio Almeida Teixeira
Diretor Presidente

José Mauricio Mora Puliti
Diretor Administrativo Financeiro

Welles Clóvis Pascoal
Diretor sem designação específica

Sheilla Maria Pereira Albuquerque
Diretora sem designação específica

Advogada responsável:

Marina Godoy da Cunha Alves
OAB/GO n.º 38.752A

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 6 : Patosconstitutivos.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa RURAL BRASIL LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02821127669	
07203139883	
13529094803	
14786346187	
15393565828	
22848535873	
23546633822	
23640048881	
24653566828	
26329549672	
29425875634	
46589597804	
50554875934	
77846990691	

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987625432563873867375422, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 7 : cpr.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

CÉDULA DE PRODUTO RURAL
N.º 817/2022

I. PREÂMBULO

EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S): EDSON PINTO DE MELLO, Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.089-91, portador da CI/RG n.º 43367986 / SESP/PR, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000.

AVALISTA(S)/ANUENTE(S): VERA LUCIA GALLO DE MELLO, brasileiro(a) Casada com o EMITENTE, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 3.896.948-0, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 614.594.029-87, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000. **SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro(a) Casado, produtor rural, portador(a) da CI/RG n.º 3747819, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.919-53, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000 e sua esposa **MARA VIOLIN DE MELLO**, brasileiro(a) Casado, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 4566749-9, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 037.810.239-74, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000. **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro(a) Casado, produtor rural, portador(a) da CI/RG n.º 12.615.400-3, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 089.692.479-39, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000 e sua esposa **DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO**, brasileiro(a) Casado, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 11.055.174-6, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 099.204.149-05, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000. **MARCO ANTONIO DE MELLO**, brasileiro(a) Casado, produtor rural, portador(a) da CI/RG n.º 9.428.103-2, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 064.020.619-05, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000 e sua esposa **ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO**, brasileiro(a) Casado, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 12.534.147-0, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 087.981.409-81, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000.

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2022.12.14 14:44:52 -03'00'

DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Assinado de forma digital por DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Dados: 2022.12.14 14:45:01 -03'00'

ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08798140981 Assinado de forma digital por ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08798140981 Dados: 2022.12.14 14:45:10 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2022.12.14 14:45:23 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2022.12.14 14:45:37 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969269247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969269247939 Dados: 2022.12.14 14:46:00 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2022.12.14 14:46:34 -03'00'

CREDORA: Rural Brasil Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.947.900/0013-99, localizada na Avenida Industrial, s/n, Lote 20, Quadra 9, Bairro residêncial Babinski, CEP 78.652-000, cidade de Confresa, Estado de Mato Grosso.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO:

1. **PRODUTO:** Milho em grãos, a granel, tipo exportação, conforme padrão ANEC.
2. **QUANTIDADE:** 9.600.000,00 Kg (nove milhões seiscentos mil quilos).
3. **SACAS:** 160.000 (cento e sessenta mil) sacas de Milho 60 Kg cada.
4. **SAFRAS:** 2023/2023.
5. **QUALIDADE (limites máximos de tolerância):** a) até 14,00% de Umidade; b) até 1,00% de Impurezas (Matérias Estranhas e/ou Impurezas); c) até 5,0% de grãos Avariados (com no máximo de 1% de Grãos Ardidos e/ou Queimados); e d) até 3,0% de grãos Quebrados.

LOCAL DE FORMAÇÃO DA LAVOURA:

a) Fazenda Xingu II, com área de plantio de 140,30 ha, produção estimada em 1.096.023,600 kg (um milhão noventa e seis mil vinte e três quilos e seiscentos gramas), de propriedade de CLAUDIA BARBOSA

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587645432563873867375424, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 7.cpr.pdf

SIDNEY PINTO DE MELLO:09691591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:09691591953 Dados: 2022.12.14 14:46:58 -03'00'
DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Assinado de forma digital por DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Dados: 2022.12.14 14:47:08 -03'00'
EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2022.12.14 14:47:24 -03'00'
ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:00879814981 Assinado de forma digital por ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:00879814981 Dados: 2022.12.14 14:47:51 -03'00'
MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2022.12.14 14:48:11 -03'00'
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2022.12.14 14:48:31 -03'00'
MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2022.12.14 14:48:50 -03'00'
VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2022.12.14 14:49:03 -03'00'

DE MACEDO, solteira, não convivente em união estável, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 696.194.501-59; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n°8.923, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.

b) Fazenda Xingu III, com área de plantio de 130,80 ha, produção estimada em 1.021.809,600 kg (um milhão vinte e um mil oitocentos e nove quilos e seiscentos gramas), de propriedade de LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 981.128.801-15 e sua esposa LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 032.007.351-39; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 8.924, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.

c) Fazenda Xingu V, com área de plantio de 197,00 ha, produção estimada em 1.538.964,00 kg (um milhão quinhentos e trinta e oito mil novecentos e sessenta e quatro quilos), de propriedade de CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, solteira, não convivente em união estável, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 696.194.501-59; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 8.926, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.

d) Fazenda Xingu IV, com área de plantio de 179,80 ha, produção estimada em 1.404.597,600 kg (um milhão quatrocentos e quatro mil quinhentos e noventa e sete quilos e seiscentos gramas), de propriedade de MARCIO MARBOSA DE MACEDO, casado sob regime da separação de bens, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 591.135.021-15; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 8.925, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.

e) Fazenda Xingu I, com área de plantio de 580,90 ha, produção estimada em 4.538.605,200 kg (quatro milhões quinhentos e trinta e oito mil seiscentos e cinco quilos e duzentos gramas), de propriedade de MARCIO MARBOSA DE MACEDO, casado sob regime da separação de bens, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 591.135.021-15; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 8.922, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.

DATA DE ENTREGA: 30/06/2023

LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA: Unidade de Recebimento ("Unidade de Recebimento") da BUNGE ALIMENTOS S/A, CNPJ / MF 84.046.101/0477-42, Inscrição Estadual n.º 13.277.236-1, localizada à Rodovia MT 430, KM 257, s/n, Zona Rural, cidade de Santa Cruz do Xingu, estado de Mato Grosso, ou em outro armazém e local que a **CREDORA** indicar, por sua conta e risco. As despesas de transporte dos produtos da lavoura até a Unidade de Recebimento indicada, incluído nestas as despesas de braçagem, seguro, descontos por umidade excessiva do produto, recepção, transgenia, etc., e tudo o mais que for cobrado pela Unidade de Recebimento e/ou armazém depositário, serão de responsabilidade do(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**.

GARANTIAS: Conforme descrita(s) e detalhada(s) no item **III. GARANTIAS.**

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587645432563873867375424, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 7 - cpr.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

II. DISPOSIÇÕES GERAIS

II.1. Pela presente CPR, emitida em conformidade com a Lei nº 8.929/94, com as modificações da Lei nº 10.200/2001 e da Lei 13.896/2020, bem como as demais legislações aplicadas subsidiariamente, o(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** obriga(m)-se a entregar à **CREDORA**, ou à sua ordem, o **PRODUTO** descrito no preâmbulo acima, conforme cláusulas e condições previstas na presente CPR.

II.2. O **PRODUTO** a ser entregue deverá ser classificado, no ato da entrega, de acordo com as técnicas, equipamentos e procedimentos de classificação utilizados pela **CREDORA** ou pela respectiva **Unidade de Recebimento**, devendo atingir os padrões mínimos de **QUALIDADE** indicados no Preâmbulo desta CPR.

II.2.1. Constatados desvios no padrão mínimo de qualidade compromissado, a **CREDORA** fica autorizada a proceder aos respectivos descontos de peso segundo a sua tabela ou, alternativamente e a seu critério exclusivo, recusar a o **PRODUTO**, total ou parcialmente.

II.2.2. O **PRODUTO** deverá ser entregue, em sua totalidade, conforme indicado no **LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA** definido no Preâmbulo desta CPR e nos termos do artigo 4º da Lei 8.929/1994.

II.3. O(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** declara(m) que, em se tratando de grãos geneticamente modificados, tem(têm) conhecimento que será(ão) de sua inteira responsabilidade o recolhimento prévio dos royalties porventura devidos aos detentores dos direitos sobre as sementes, em sua integralidade. Declara(m) ainda que o **PRODUTO** se encontra livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, de modo que o valor em sacas objeto desta CPR não poderá sofrer quaisquer tipos de descontos em virtude de recolhimento de royalties realizado por armazéns e ou *tradings* onde for feita a entrega do **PRODUTO**. Em ocorrendo a hipótese do caso anterior, o(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** se obriga(m) a entregar à **CREDORA** a quantidade de **PRODUTO** equivalente ao desconto realizado, sob pena de ser considerada a sua obrigação como não cumprida, com aplicação das multas previstas nesta CPR, sem prejuízo de apuração das perdas e danos causados.

II.3.1. Havendo necessidade de participação direta da **CREDORA** na colheita do **PRODUTO**, todas as despesas (administrativas, operacionais e financeiras) serão de responsabilidade exclusiva do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITARIO(S).** Todas as despesas eventualmente pagas pela **CREDORA** serão totalmente reembolsadas pelo(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** imediatamente após a apresentação, pela **CREDORA**, dos respectivos comprovantes de pagamento.

III. GARANTIAS

PENHOR - Em garantia do fiel e integral cumprimento desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** constitui(em), em favor da **CREDORA**, nos termos do artigo 1.438 e seguintes do Código Civil, da Lei nº 8.929/94 e da Lei n° 2.666/55, penhor agrícola em **PRIMEIRO GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, de 9.600.000,00 kg (nove milhões seiscentos mil quilos) de Milho em grãos, a granel, tipo exportação, conforme padrão ANEC (observados os limites máximos de tolerância indicados no preâmbulo), SAFRA 2023/2023 ("Bens Empenhados"), cultivados e, a serem colhidos, nas seguintes áreas:

a) Fazenda Xingu II, com área de plantio de 140,30 ha, produção estimada em 1.096.023,600 kg (um milhão noventa e seis mil vinte e três quilos e seiscentos gramas), de propriedade de CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, solteira, não convivente em união estável, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 696.194.501-59; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n°8.923, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.

b) Fazenda Xingu III, com área de plantio de 130,80 ha, produção estimada em 1.021.809,600 kg (um

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587645432563873867375424, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Peticão Enviada
Arquivo: cpr.pdf

MARA ... MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 ... SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 ... VERA LUCIA GALLO:61459402987 ... RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2022.12.14 14:56:35 -03'00'

milhão vinte e um mil oitocentos e nove quilos e seiscentos gramas), de propriedade de LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 981.128.801-15 e sua esposa LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 032.007.351-39; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 8.924, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.

c) Fazenda Xingu V, com área de plantio de 197,00 ha, produção estimada em 1.538.964,00 kg (um milhão quinhentos e trinta e oito mil novecentos e sessenta e quatro quilos), de propriedade de CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, solteira, não convivente em união estável, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 696.194.501-59; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 8.926, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.

d) Fazenda Xingu IV, com área de plantio de 179,80 ha, produção estimada em 1.404.597,600 kg (um milhão quatrocentos e quatro mil quinhentos e noventa e sete quilos e seiscentos gramas), de propriedade de MARCIO MARBOSA DE MACEDO, casado sob regime da separação de bens, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 591.135.021-15; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 8.925, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.

e) Fazenda Xingu I, com área de plantio de 580,90 ha, produção estimada em 4.538.605,200 kg (quatro milhões quinhentos e trinta e oito mil seiscentos e cinco quilos e duzentos gramas), de propriedade de MARCIO MARBOSA DE MACEDO, casado sob regime da separação de bens, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 591.135.021-15; localizada na Zona Rural, no município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 8.922, cedido ao Sr. EDSON PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.822.623-7.

I) O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**, neste ato, obriga(m)-se a assegurar à **CREDORA** e/ou aos seus representantes designados, a qualquer tempo, total e irrestrito acesso ao local onde estão cultivados, colhidos e armazenados os Bens Empenhados, com a finalidade de vistoriar e fiscalizar a condução dos Bens Empenhados, bem como verificar sua situação.
II) Fica a cargo da **CREDORA** realizar diretamente a colheita dos Bens Empenhados e/ou busca-lo anteriormente ao vencimento desta CPR, em quantidade necessária à cumprir o volume previsto nesta CPR, em caso descumprimento ou ameaça de descumprimento, pelo(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** das obrigações ora estabelecidas.
III) O(s)EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S) assume(m) a condição de fiel(éis) depositário(s) dos Bens Empenhados, na forma do disposto nos artigos 627 e seguintes do Código Civil e legislação complementar, respondendo pelos Bens Empenhados e respectivas despesas de conservação, até até a liquidação final, sendo vedada a alienação e ou gravame dos Bens Empenhados a terceiros, sem consentimento prévio e por escrito da CREDORA, sob pena de responder pelas cominações impostas ao depositário infiel.

AVAL - Comparecem ainda o(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)**, na presente CPR, acompanhado(s) de seu(s) respectivo(s) cônjuge(s), se for o caso, de forma irrevogável e irretratável, na condição de garantidor(es) solidário(s) e principal(is) pagador(es) de todas as obrigações, principais e acessórias, do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** perante a **CREDORA**, assinando a presente CPR, e declara(m) estar ciente(s) e autoriza(m) a outorga da presente garantia, declarando expressamente estarem de acordo e anuir com todos os termos, condições e responsabilidades que daí advir, sem a

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587645432563873867375424, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 7 : cpr.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

existência de qualquer benefício de ordem entre o(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)** e o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**, os quais o(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)** expressamente o renuncia(m).

I) O presente aval vigorará enquanto persistirem quaisquer obrigações ou responsabilidades do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** para com a **CREDORA**, ou quem de direito em decorrência desta CPR, inclusive no que se refere á eventual prorrogação do penhor constituído sobre o **PRODUTO** objeto desta CPR, e só se extinguirá depois do seu integral cumprimento.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

IV.1. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA(S)/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S), FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, afirmam e confirmam o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das garantias constituídas no âmbito desta CPR ou das demais garantias que vierem a sucedê-las e/ou complementá-las, conforme o caso, podendo a **CREDORA**, a seu exclusivo critério, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para os fins de liquidar a integralidade das obrigações ora pactuadas, sendo que, a excussão de uma das garantias não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se excutir as demais, independentemente de qualquer providência preliminar por parte da **CREDORA**, tais como aviso, protesto, notificação ou interpelação, de qualquer natureza.

IV.1.1. No caso de execução das garantias, caso o **PRODUTO** alcançado seja insuficiente à satisfação das obrigações constantes desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA/ANUENTE, GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S), FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, continuarão responsáveis pelo respectivo saldo remanescente.

IV.2. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**, e quando aplicável, **AVALISTA/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S), FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, reconhecem que a presente CPR constitue, para todos os fins de direito, título executivo extrajudicial.

IV.3. A presente CPR é emitida em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus respectivos sucessores e/ou herdeiros, a qualquer titulo que seja e para todos os fins e efeitos de direito, correndo por conta do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S),** bem como do(s) **AVALISTA/ANUENTE(S)** todos os riscos decorrentes de casos fortuitos e de força maior até a efetiva entrega do **PRODUTO** à **CREDORA**, no prazo e condições avençadas nesta CPR.

IV.4. O **PRODUTO** somente será considerado entregue depois de verificado o seu recebimento pelo armazém indicado pela **CREDORA** e em nome desta, livre e desembaraçado de qualquer ônus, gravames ou constrição legal e conforme qualidade e quantidade estabelecidas nesta CPR.

IV.5. No caso de inadimplência, fica convencionada a incidência dos seguintes encargos: (i) multa não compensatória de 20% (vinte por cento); (ii) juros de mora calculados de acordo com o artigo 406 do Código Civil, nunca inferiores a 1,0% (um por cento) ao mês; ambos a inicidirem sobre o saldo devedor da obrigação principal e devido até a efetiva liquidação da CPR; (iii) diferença de preço de fixação e "wash out" para os casos em que tenha havido o Hedge da operação; e (iv) honorários advocatícios desde já fixados em 20% (vinte por cento).

IV.5.1. Ainda, na hipótese de inadimplência por inexistência de **PRODUTOS** suficientes a garantir o cumprimento da obrigação *propter rem* ora pactuada, o saldo devedor que eventualmente persistir terá como garantia o penhor inicialmente instituído e abrangerá as safras imediatamente seguintes, nos termos das demais disposições desta CPR e do art. 1443 do Código Civil, renunciando expressamente o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** ao direito de constituir penhor preferencial com outro credor, prevalecendo a obrigação constituída nesta CPR em relação à qualquer outra em ordem de preferência, valendo a anuência do proprietário do imóvel em que constituído o penhor, como expressa concordância com tal ônus.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587645432563873867375424, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Peticão Enviada
Arquivo 7 : cpr.pdf

MARIA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARIA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2022.12.14 15:09:43 -03'00'
EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2022.12.14 15:10:04 -03'00'
SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2022.12.14 15:10:23 -03'00'
VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2022.12.14 15:10:42 -03'00'
DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Assinado de forma digital por DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Dados: 2022.12.14 15:11:05 -03'00'
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2022.12.14 15:11:26 -03'00'
ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08798140981 Assinado de forma digital por ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08798140981 Dados: 2022.12.14 15:12:14 -03'00'
MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2022.12.14 15:12:35 -03'00'

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

IV.6. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA/ANUENTE), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, declaram e garantem que: (i) todas as informações por eles prestadas à **CREDORA,** nesta CPR ou em qualquer outra oportunidade, são verídicas, completas, corretas e exatas; (ii) possuem todo o conhecimento, experiência, qualificação, mão de obra, infraestrutura, materiais, ferramentas e insumos necessários para a realização do objeto da presente CPR; (iii) obterão e manterão, às suas próprias custas e responsabilidades, nos prazos legais, todos os registros, licenças, autorizações, aprovações, alvarás, vistorias e outras exigências formuladas pelas autoridades competentes para a regulamentação de sua atividade, tais como entidades fiscalizadoras do exercício das profissões, Ministérios e Secretarias da Saúde, do Trabalho e do Meio Ambiente, Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, agências regulatórias, Banco Central do Brasil, órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, IBAMA, dentre outros; (iv) a atividade desenvolvida não poderá originar produtos de áreas desflorestadas após 07/2006, embargadas e/ou com qualquer tipo de restrição administrativa que recaia sobre a sua atividade e não utilizará como recurso trabalho forçado, análogo ao de escravo, ou mediante a utilização de trabalhadores com idade inferior à mínima legal, ressalvada a condição de aprendiz, ou ainda com violação às normas legais sobre salário mínimo, jornada de trabalho, dentre outras; (v) a emissão desta CPR, bem como o cumprimento das obrigações ora pactuadas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida; (vi) os termos desta CPR não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a capacidade do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** de cumprirem com as obrigações aqui estabelecidas; (vii) cumprem com as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, incluindo (a) a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, conforme alterada; (b) o Decreto nº 8.420/15, de 18 de março de 2015, conforme alterado; (c) a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada; (d) a Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, conforme alterada; (e) o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*; e (f) o *UK Bribery Act* de 2010.

IV.7. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA(S)/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, não poderão ceder quaisquer das obrigações descritas nesta CPR e/ou quaisquer garantias vinculadas a esta CPR e aos direitos creditórios dela decorrentes, sem a prévia e expressa autorização por escrito da **CREDORA.** Os **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e o(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)** autoriza(m), expressamente, a transferência da presente CPR por endosso pela **CREDORA** a terceiros, independentemente de qualquer comunicado, aviso ou notificação prévia, se comprometendo, inclusive, a firmar todo e qualquer documento que para tanto porventura se faça necessário.

IV.8. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente CPR. Dessa forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba à **CREDORA** em razão do inadimplemento do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e/ou **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)**, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

IV.9. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento.

IV.10. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** declara(m), neste ato, que as obrigações representadas pela CPR e pelos instrumentos a ela vinculados são compatíveis com a sua capacidade econômico-financeira, operacional e produtiva, de modo que as cláusulas desta CPR foram livremente ajustadas entre o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e a **CREDORA**, e não afetarão negativamente, ainda que potencialmente, a performance do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** no cumprimento destas disposições, não podendo o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** invocar(em), a qualquer tempo, e em virtude de acontecimentos extraordinários e/ou imprevisíveis, a caracterização de onerosidade excessiva no inadimplemento das prestações ora contratadas, disposta no

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587645432563873867375424, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 7 : cpr.pdf

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2022.12.14 15:12:59 -03'00'
ERIKA NATALIA RIBEIRA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08798140981 Assinado de forma digital por ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08798140981 Dados: 2022.12.14 15:13:20 -03'00'
DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Assinado de forma digital por DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Dados: 2022.12.14 15:13:42 -03'00'
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2022.12.14 15:14:03 -03'00'
EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2022.12.14 15:14:29 -03'00'
VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2022.12.14 15:14:50 -03'00'
SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2022.12.14 15:15:16 -03'00'
MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2022.12.14 15:15:42 -03'00'

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

artigo 478 do Código Civil.

IV.11. **DO VENCIMENTO ANTECIPADO:** A obrigação ora assumida pelo **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** vencer-se-á antecipadamente, tornando-se exigível pela sua totalidade, acrescida dos demais encargos previstos cedularmente, na ocorrência de qualquer uma das seguintes condições: (i) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, relacionada com esta CPR; (ii) protesto de títulos em valor individual ou agregado superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais); (iii) interrupção de suas atividades capaz de interferir na capacidade de cumprir com as obrigações previstas nesta CPR; (iv) se, durante a vigência desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA(S)/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S), FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL),** direta ou indiretamente, dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus sobre os bens e direitos objeto das garantias aqui constituídas, além dos previstos nesta CPR; (v) caso seja constatado qualquer vício, invalidade ou ineficácia na constituição de qualquer das garantias, observados eventuais prazos de cura, se houver; (vi) pedido ou decretação de insolvência civil, no caso de pessoas físicas, ou decretação de falência, pedido de autofalência, propositura de recuperação extrajudicial ou ingresso com requerimento de recuperação judicial, no caso de pessoas jurídicas e/ou produtor rural do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**, do(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)** e, quando aplicável, do(s) **GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**; (vii) desvio dos bens objeto das garantias constituídas nesta CPR; (viii) superveniência de fatos que possam alterar o direito da **CREDORA** sob o **PRODUTO**; (ix) violação de qualquer condição desta CPR; (x) falta de pagamento dos impostos que recaiam ou venham a recair sobre os bens objeto das garantias, em seus respectivos vencimentos; (xi) em caso de desapropriação, parcial ou total, por parte dos poderes públicos, dos bens objeto das garantias, desde que não haja substituição ou reforço da garantia, no prazo máximo de 05 (cinco) dias; e (xii) demais condições previstas em lei. Caso seja declarado o vencimento antecipado desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e **AVALISTA(S)** comprometem-se a arcar com todas eventuais despesas devidamente comprovadas para defesa dos interesses da **CREDORA**, incluindo honorários advocatícios desde já fixados em 20% (vinte por cento).

IV.12. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)** outorgam poderes especiais para que, com a apresentação desta CPR, a **CREDORA** ou seu preposto possa obter informações, extratos, junto a qualquer empresa, *trading company*, cooperativas e armazéns gerais, em relação ao cadastro e estoque de entrega de produtos dos **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e/ou **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)**.

IV.13. Todas as despesas incorridas no registro e aperfeiçoamento da CPR serão pagas pelo(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e, se eventualmente suportadas pela **CREDORA**, deverão ser reembolsadas imediatamente após a apresentação, pela **CREDORA**, dos respectivos comprovantes.

IV.14. Em respeito aos termos do inciso II, §5º do artigo 12 da Lei 8929/1994, bem como dos termos do § 1º, §5º e §6º do artigo 2º da Resolução CMN nº 4.870 de 27.11.2020, a presente CPR tem como valor referencial, para efeito de registro, a importância de R$ 9.920.000,0 (nove milhões novecentos e vinte mil reais) que é o resultado da multiplicação da quantidade do PRODUTO 160.000 (cento e sessenta mil sacas) pelo valor da saca R$ 62,00 (sessenta e dois reais), vigente na região do LOCAL DE FORMAÇÃO DA LAVOURA, no dia útil imediatamente anterior à data da emissão, apurado através de consulta realizada no site do Agrolink (www.agrolink.com.br).

IV.14.1. Não sendo possível verificar a cotação do preço da saca do PRODUTO de determinada região via site Agrolink, será considerada a cotação da saca de PRODUTO da praça mais próxima do LOCAL DE FORMAÇAO DA LAVOURA.

O(s) **EMITENTE(S)** da CPR declara que concorda com a forma de apuração de preço por meio do site da Agrolink, por atender que se trata de instituição que fornece informação idônea, de credibilidade do

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587645432563873867375424, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 1 : cpr.pdf

mercado, com fácil acesso público e com informações de preço periódico.

Declara também o(s) **EMITENTE(S)** que a **CREDORA** lhe concedeu a oportunidade de escolher outra instituição para apuração de preço. Além disso, o(s) **EMITENTE(S)** informa que a região indicada no site Agrolink (preço de milho da cidade de Querência, Estado de Mato Grosso) condiz com a região do local de formação de lavoura.

IV.15. O(s) **EMITENTE(S)** por meio desta, em caráter irretratável e irrevogável, se compromete a reembolsar/ressarcir todo e qualquer custo e/ou despesa que a **CREDORA** incorra para fins de registro, averbação, obtenção de certidão, e etc desta CPR, além de seus aditivos, endossos, baixas e etc, junto aos cartórios e demais entidades registradoras competentes, na data da entrega, ficando a critério da **CREDORA** compensar tais despesas com eventual crédito detido em face do(s) **EMITENTE(S)**, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais cabíveis, caso o(s) **EMITENTE(S)** se recuse(m) a proceder(em) o reembolso descrita nessa cláusula. O valor constante dos documentos comprobatórios emitidos pelos cartórios e entidades registradoras serão considerados, na data da entrega do PRODUTO, líquidos, certos e exigíveis.

IV.16. O(s) **EMITENTE(S)** autoriza(m), desde já, que as informações objeto desta CPR sejam disponibilizadas pela entidades registradoras para consultas por terceiros interessados, em atenção a Lei Geral de Proteção de Dados, nos termos do §1º do artigo 2º da Resolução do BCB nº 52 de 16.12.2020.

IV. 17. Fica eleito o foro da Comarca de Jataí, Estado de Goiás, ou o de local de formação da lavoura, a exclusivo critério da **CREDORA**, para dar solução a quaisquer questões decorrentes do cumprimento ou interpretação desta CPR, com renúncia expressa a todo e qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Confresa - MT, 8 de Dezembro de 2022

EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S):

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991

EDSON PINTO DE MELLO
CPF/CNPJ n.º 669.115.089-91 RG n.º 43367986 - SESP/PR
End: Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, na cidade de Santa Cruz do Xingu, estado de Mato Grosso, CEP:78664-000.

AVALISTA(S)/ANUENTE(S):

VERA LUCIA GALLO:61459402987

VERA LUCIA GALLO DE MELLO
CPF n.º 614.594.029-87 RG n.º 3.896.948-0 - SSP/PR
End: Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, na cidade de Santa Cruz do Xingu, estado de Mato Grosso, CEP:78664-000.

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587645432563873867375424, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 7 : cpr.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

AVALISTA(S)/ANUENTE(S):

SIDNEY PINTO DE MELLO
CPF n.° 665.949.539-53 RG n.° 3747819 - SSP/PR
End: Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, na cidade de Santa Cruz do Xingu, estado de Mato Grosso, CEP:78664-000.

AVALISTA(S)/ANUENTE(S):

MARA VIOLIN DE MELLO
CPF n.° 037.811.239-74 RG n.° 4566749-9 - SESP/PR
End: Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, na cidade de Santa Cruz do Xingu, estado de Mato Grosso, CEP:78664-000.

AVALISTA(S)/ANUENTE(S):

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
CPF n.° 089.692.479-39 RG n.° 12.615.400-3 - SESP/PR
End: Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, na cidade de Santa Cruz do Xingu, estado de Mato Grosso, CEP:78664-000.

AVALISTA(S)/ANUENTE(S):

DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO
CPF n.° 099.204.414-05 RG n.° 11.055.174-6 - SESP/PR
End: Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, na cidade de Santa Cruz do Xingu, estado de Mato Grosso, CEP:78664-000.

AVALISTA(S)/ANUENTE(S):

MARCO ANTONIO DE MELLO
CPF n.° 064.026.419-05 RG n.° 9.428.103-2 - SESP/PR
End: Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, na cidade de Santa Cruz do Xingu, estado de Mato Grosso, CEP:78664-000.

AVALISTA(S)/ANUENTE(S):

ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO
CPF n.° 037.981.409-81 RG n.° 12.534.147-0 - SESP/PR
End: Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, na cidade de Santa Cruz do Xingu, estado de Mato Grosso, CEP:78664-000.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587645432563873867375424, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 7 : cpr.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

1° OFICIO REGISTRO DE IMÓVEIS
TITULOS E DOCUMENTOS - COMARCA DE VILA RICA-MT
Rua Alvarenga Peixoto, Nr 111, Inconfidentes, Cx Postal 51 - CEP: 78645-000
Vila Rica-MT/Fone 3554-2669 / Whatsapp: (66) 3554-2669
email:cartoriovilarica@hotmail.com

REGISTRO AUXILIAR - LIVRO 03

Certifico e dou fé, que este documento eletrônico é parte integrante da CÉDULA DE PRODUTO RURAL - Nº 817/2022, assinada eletronicamente pelas partes, a qual foi emitido em Confresa-MT, em 08/12/2022, na qual figura como Devedor(a) EDSON PINTO DE MELLO e Credor(a) RURAL BRASIL S.A..

1° OFICIO REGISTRO DE IMÓVEIS - VILA RICA-MT
Renato Cunha Donato
Oficial Registrador

PROTOCOLADA sob nº 37147 em 16/12/2022, e REGISTRADA sob nº 11397, Livro 03 - Registro Auxiliar, em 21/12/2022.

SELO DE CONTROLE DIGITAL
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
ATO DE NOTAS E REGISTROS
Cod. Ato(s): 56
BVK 03521
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
RIVAEL FERNANDO CASALI:00896930190
00896930190
B73DAD40FCF99B54F42F7338F189C488S6DF
22/12/2022 10:11

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587645432563873867375424, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

À/ao RURAL BRASIL LTDA.

Ref.: Certidão de registro de ativo financeiro.

Em atendimento à solicitação recebida por meio eletrônico, e em conformidade com o disposto na Circular 3.743/15 do Banco Central do Brasil, em especial quanto à atividade de registro de ativo financeiro, a B3 S.A.-BRASIL, BOLSA, BALCÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 09.346.601/0001-25, certifica, por meio do presente instrumento, que no fechamento do dia 15/12/2022, consta registrado em nosso sistema o ativo financeiro descrito abaixo:

Status: Ativo
Código do IF: 22L01080369
Tipo Regime: REGISTRADO
Data de Registro: 14/12/2022
Data Emissão: 08/12/2022
Vencimento: 30/06/2023
Nome do Credor Original: Rural Brasil Ltda.
CPF/CNPJ do Credor Original: 14.947.900/0013-99
Nome do Detentor: RURAL BRASIL LTDA.
CPF/CNPJ do Detentor: 14.947.900/0013-99

Emitente
Nome/Razão Social: EDSON PINTO DE MELLO
CPF/CNPJ: 669.115.089-91

Documento assinado digitalmente, conforme M.P 2.200/01 e Artigo 11º da Lei Federal 11.419/06.
Certificados Digitais ICP-Brasil Compliance.

Praça Antonio Prado, 48 - 01010-901 - São Paulo, SP
Tel.: (11)2565-4000 - Fax: (11)2565-7737

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109787655432563873867375468, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 8: 03.pdf

Algoritmo: SHA-256 with RSA
Hash do documento original:
WKBtPbJi1K9lzagEoD-R9Q7xWlVvGTNUYeuLgu4jln0

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:11
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109787655432563873867375468, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

[B]	Consulta Característica de CPR	Ficha 1

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

Informações do Título

Tipo:	CPR		
Código IF:	22L01080369	Situação:	CONFIRMADO
Registrador/Emissor:	41984.40-8	Nome Simplificado do Registrador/Emissor:	RURALBRASIL
Conta do Agente de Pagamento:	41984.40-8	Conta Custodiante/Emissor:	41984.00-6
Código ISIN:		Tipo de CPR:	PRODUTO
Data de Emissão:	08/12/2022	Data de início de Rentabilidade:	08/12/2022
Data de Vencimento:	30/06/2023	Valor Unitário de Emissão:	9.920.000,00000000
Valor de (unitário):	9.920.000,00000000	Em:	08/12/2022
IF Inadimplente:	NÃO	Tipo de Emissão:	CARTULAR
Tipo de Regime:	REGISTRADO	Emissão Eletrônica/Digital:	NÃO
Código Interno:			
Data de Registro:	14/12/2022 15:13:03	Baixa automática no vencimento:	SIM
Descrição Adicional:			

Informações da Garantia

Tipo de Garantia:	Penhor	Garantia em processo de constituição?:	SIM
Garantidor:		CPF/CNPJ (Garantidor):	
Nome Simplificado do Garantidor:			
Descrição da garantia:	Penhor agrícola de 160000,00 sacas da Milho da Safra 2023/2023 equivalente a 9600000,00 kg.		

Informações de Garantia Adicional

Tipo de garantia:	Aval de Terceiros	Garantia em processo de constituição?:	SIM
Garantidor:		CPF/CNPJ Garantidor:	614.594.029-87
Nome Simplificado do Garantidor:			
Descrição da garantia:	Possui como avalista o Sr(a) VERA LUCIA GALLO DE MELLO, inscrito no CPF nº 61459402987,		

Informações de Garantia Adicional

Tipo de garantia:	Aval de Terceiros	Garantia em processo de constituição?:	SIM
Garantidor:		CPF/CNPJ Garantidor:	669.115.919-53
Nome Simplificado do Garantidor:			
Descrição da garantia:	Possui como avalista o Sr(a) SIDNEY PINTO DE MELLO, inscrito no CPF nº 66911591953,		

Informações de Garantia Adicional

Tipo de garantia:	Aval de Terceiros	Garantia em processo de constituição?:	SIM
Garantidor:		CPF/CNPJ Garantidor:	037.810.239-74
Nome Simplificado do Garantidor:			
Descrição da garantia:	Possui como avalista o Sr(a) MARA VIOLIN DE MELLO, inscrito no CPF nº 03781023974,		

Informações de Garantia Adicional

Tipo de garantia:	Aval de Terceiros	Garantia em processo de constituição?:	SIM
Garantidor:		CPF/CNPJ Garantidor:	089.692.479-39
Nome Simplificado do Garantidor:			
Descrição da garantia:	Possui como avalista o Sr(a) RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, inscrito no CPF nº 08969247939,		

Informações de Garantia Adicional

Tipo de garantia:	Aval de Terceiros	Garantia em processo de constituição?:	SIM
Garantidor:		CPF/CNPJ Garantidor:	099.204.149-05
Nome Simplificado do Garantidor:			
Descrição da garantia:	Possui como avalista o Sr(a) DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO, inscrito no CPF nº 09920414905,		

Informações de Garantia Adicional

Tipo de garantia:	Aval de Terceiros	Garantia em processo de constituição?:	SIM
Garantidor:		CPF/CNPJ Garantidor:	064.020.619-05
Nome Simplificado do Garantidor:			
Descrição da garantia:	Possui como avalista o Sr(a) MARCO ANTONIO DE MELLO, inscrito no CPF nº 06402061905,		

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109687605432563873867375463, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

Informações de Garantia Adicional

Tipo de garantia:	Aval de Terceiros	Garantia em processo de constituição?:	SIM
Garantidor:		CPF/CNPJ Garantidor:	087.981.409-81
Nome Simplificado do Garantidor:			
Descrição da garantia:	Possui como avalista o Sr(a) ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO, inscrito no CPF nº 08798140981,		

Dados da Emissão e Registro

Quantidade Emitida:	1	Quantidade Depositada:	1
Quantidade Resgatada:			

Valores Atualizados

Valor de (Base de Cálculo):	9.920.000,00000000	em:	08/12/2022
Valor Unitário de Emissão Atualizado:	9.920.000,00000000	em:	08/12/2022
Preço Unitário de Juros:	0,00000000	em:	08/12/2022
Preço Unitário Atualizado:	9.920.000,00000000	em:	08/12/2022
Valor Financeiro Atualizado:	9.920.000,00000000	em:	19/12/2022

Informações do Produto

Produto:	MILHO
Classe/Tipo/PH:	GRAOS
Safra:	2023/2023
Característica:	Milho em graos
Quantidade:	9.600.000
Unidade de Medida:	QUILO
Forma de Acondicionamento:	GRANEL
Situação:	A PRODUZIR
Produção:	PROPRIA

Informações do Credor

Nome (Credor Original):	Rural Brasil Ltda.
CPF/CNPJ (Credor Original):	14.947.900/0013-99

Informações de Local de Produção

Imóvel: Fazenda Xingu I

Informações de Local de Produção Adicional

Imóvel: Fazenda Xingu II

Informações de Local de Produção Adicional

Imóvel: Fazenda Xingu III

Informações de Local de Produção Adicional

Imóvel: Fazenda Xingu V

Informações de Local de Produção Adicional

Imóvel: Fazenda Xingu IV

Dados do Emitente

Nome:	EDSON PINTO DE MELLO
CPF/CNPJ:	669.115.089-91
Natureza (Emitente):	PF
UF:	MT
Município:	SANTA CRUZ DO XINGU

Dados da Entrega

Prazo do Documento em Dias:	197
Local:	BUNGE ALIMENTOS S/A
UF:	MT

Município: SANTA CRUZ DO XINGU

Crédito SCR/Recor/Sicor

Ativo Informado no SCR?:	NÃO
Detalhamento do Cliente(Responsável pelo Registro no SCR):	
Natureza do Cliente(Devedor):	
Código do Cliente(CPF/CNPJ do Devedor):	
Código do Contrato:	
Modalidade da Operação:	
Código Ref Bacen:	
Finalidade:	Custeio
IPOC:	

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109687605432563873867375463, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 10 : certidaodepenhor.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:42

Registro de Imóveis, Títulos e Documentos

Rua Alvarenga Peixoto n. 111 - Bairro Inconfidentes - CEP 78.645-000 - Fone (66) 3554-2669

Estado de Mato Grosso - Comarca de Vila Rica

Renato Cunha Donato - Oficial

C E R T I D Ã O * P O S I T I V A

C E R T I F I C O, a pedido verbal de pessoa interessada, que dando busca no arquivo deste Cartório de Registro Geral de Imóveis desta Comarca, no livro 03 de Registro Auxiliar PENHOR, desde 17.03.2004 data de instalação deste Ofício de Registros Públicos nele verifiquei CONSTAR como EMITENTE/DEVEDOR o Sr(a).

EDSON PINTO DE MELLO	**CULTURA:** **Milho**
C.P.F./C.N.P.J.: 669.115.089-91	**SAFRA:** **2023** **a** **2023**

Nº do Registro:- 11397 - **Data registro:-** 21/12/2022 **- Protocolo:-** 37147 **Título:-** CÉDULA DE PRODUTO RURAL - **Nº Título:-**817/2022 - **Emissão:** 08/12/2022 **Vencimento:-** 30/06/2023 - **Valor do Título:-** R$9.920.000,00 **- CREDORA:-** RURAL BRASIL S.A. Cidade**:-** - **CNPJ:-** 14.947.900/0013-99 **Endereço:-** Av. Industrial Qd. 09, Lt 20, s/n, Residencial Babinski, em Confresa-MT **Local de Emissão:**- Confresa-MT.

Bens Vinculados:

Em PENHOR AGRÍCOLA EM PRIMEIRO GRAU e sem concorrência de terceiros, 9,600.000,00 kg (equivalente a 160.000 sacas de 60 kg) de Milho em grãos, a granel, tipo exportação, conforme padrão ANEC, da safra 2022/2023. QUALIDADE: Até 14% de umidade; até 1% de impurezas (matérias estranhas e/ou impurezas); até 5% de grãos avariados (com máximo de 1% de grãos ardidos e queimados); até 3% de grãos quebrados. LOCAL E FORMAÇÃO DA LAVOURA: Fazenda Xingu II, objeto da matrícula nº. 8.923 deste Ofício, localizada na zona rural, município de Santa Cruz do Xingú, Comarca de Vila Rica-MT, com área de plantio de 140,30 ha, produção estimada em 1.096.023,600 kg, de propriedade de Claudia Barbosa de Macedo; Fazenda Xingu III, objeto da matrícula nº. 8.924 deste Ofício, localizada na zona rural, município de Santa Cruz do Xingú, Comarca de Vila Rica-MT, com área de plantio de 130,80 ha, produção estimada em 1.021.809,600 kg, de propriedade de Leonardo Barbosa de Macedo e Laisa Guimarães Perdomo de Macedo; Fazenda Xingu V, objeto da matrícula nº. 8.926 deste Ofício, localizada na zona rural, município de Santa Cruz do Xingú, Comarca de Vila Rica-MT, com área de plantio de 197,00 ha, produção estimada em 1.538.964,00 kg de propriedade de Claudia Barbosa de Macedo; Fazenda Xingu IV, objeto da matrícula nº. 8.925 deste Ofício, localizada na zona rural, município de Santa Cruz do Xingú, Comarca de Vila Rica-MT, com área de plantio de 179,80 ha, produção estimada em 1.404.597,600 kg, de propriedade de Márcio Barbosa de Macedo e Fazenda Xingú I, objeto da matrícula nº. 8.922 deste Ofício, localizada na zona rural, município de Santa Cruz do Xingú, Comarca de Vila Rica-MT, com área de plantio de 580,90 ha, produção estimada em 4.538.605,200 kg, de propriedade de Márcio Barbosa de Macedo. O emitente assume a condição de fiel depositário dos bens empenhados. AVAL: Comparecem ainda os Avalistas/Anuentes (acima citados), na presente CPR, acompanhados de seus respectivos cônjuges, se for o caso, de forma irrevogável e irretratável, na condição de garantidores solidários e principais pagadores de todas as obrigações, principais e acessórias, do emitente/fiel depositário perante a credora.

1º OFICIO REGISTRO DE IMÓVEIS TITULOS E DOCUMENTOS
COMARCA VILA RICA - MT
CAIXA POSTAL Nº 51 - FONE (66) 3554-2669
Renato Cunha Donato - Oficial

Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s): 8, 176
BVK 03538 Valor Selo R$51,40
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

O referido é verdade e dou fé.
Vila Rica - MT, 22 dezembro de 2022.

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
RIVAEL FERNANDO CASALI:00896930190
00896930190
B73DAD40FCF99B54F42F733BF189C4B856DF
22/12/2022 10:19
PARA CONFIRMAR A AUTENTICIDADE ACESSE:
https://assinaturadigital.iti.gov.br

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087675432563873867375461, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentação 1 - Petição Enviada
Arquivo 11 : notacaucao.pdf
DocuSign Envelope ID: F89D4F8-EC7D-4A5F-87D7-1EE37993D5F2

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:43

NOTA PROMISSÓRIA

Nº _____/2023 Vencimento: _____ de _____20___.

Valor: R$ 5.344.000,00

Aos _____ dias do mês _____ de do ano de _____, pagarei(remos) por esta única via de nota promissória ao PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS ou à sua ordem a quantia de *(cinco milhões e trezentos e quarenta e quatro mil reais)*, em moeda corrente deste país.

Local de Pagamento:_____

Data de missão:____/____/____



Emitente
Rural Brasil Ltda (CNPJ nº 14.497.900/0013-99)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087635432563873867375466, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:43

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F789D4F8EC7D4A5F87D71EE37993D5F2
Assunto: Caução-Edson Pinto de Mello, Caução-Sidney Pinto de Mello, Procuração ...
CPR ID:
Pipefy ID:
Siagri ID:
Tipo de Contrato:
Outros
Envelope fonte:
Documentar páginas: 4
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Assinaturas: 8
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
Barbara Lopes Rodrigues
AV CIDADE JARDIM 803, ANDAR 6 CONJ 62
SALA 3B, ITAIM BIBI
SAO PAULO, 01453000
ext.barbara.lopes@agrogalaxy.com.br
Endereço IP: 177.96.162.57

Rastreamento de registros

Status: Original
05/07/2023 18:15:44

Portador: Barbara Lopes Rodrigues
ext.barbara.lopes@agrogalaxy.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Alexandre Cordeiro da Silva alexandre.cordeiro@agrogalaxy.com.br Tesoureiro/Procurador Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SAFEWEB RFB v5 CPF do signatário: 87697254972 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 05/07/2023 18:26:22 ID: 0c7af316-0035-47ff-96fa-542ac8ed7078	DocuSigned by: Alexandre Cordeiro da Silva A83C8372263944C... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 165.1.157.44	Enviado: 05/07/2023 18:20:40 Visualizado: 05/07/2023 18:26:22 Assinado: 05/07/2023 19:07:49
Paulo Botelho de Almeida Prado Neto paulo.prado@agrogalaxy.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SAFEWEB RFB v5 CPF do signatário: 26952787801 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 15/08/2022 09:31:32 ID: 177720fc-ccb1-488a-8e24-92b1c2c23801	DocuSigned by: Paulo Botelho de Almeida Prado Neto 3AEDA16B5D4442B... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 165.1.157.51	Enviado: 05/07/2023 18:20:40 Visualizado: 05/07/2023 19:48:35 Assinado: 05/07/2023 19:49:01

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	**Status**	**Registro de hora e data**
Evento de entrega do agente	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega intermediários	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega certificados	**Status**	**Registro de hora e data**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087635432563873867375466, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:43

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos do tabelião	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos de resumo do envelope	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Envelope enviado	Com hash/criptografado	05/07/2023 18:20:40
Entrega certificada	Segurança verificada	05/07/2023 19:48:35
Assinatura concluída	Segurança verificada	05/07/2023 19:49:01
Concluído	Segurança verificada	05/07/2023 19:49:04
Eventos de pagamento	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087635432563873867375466, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 11 : notacaucao.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:43

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico criado em: 23/07/2021 14:57:09
Partes concordam em: Alexandre Cordeiro da Silva, Paulo Botelho de Almeida Prado Neto

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087635432563873867375466, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 11 : notacaucao.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:43

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: marina.alves@agrogalaxy.com.br

To advise AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at marina.alves@agrogalaxy.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to marina.alves@agrogalaxy.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087635432563873867375466, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 11 : notacaucao.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:43

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to marina.alves@agrogalaxy.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A. during the course of your relationship with AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A..

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087635432563873867375466, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentação 1 - Petição Enviada
Arquivo 12 : procuracaocaucao.pdf
DocuSign Envelope ID: F89D4F8-EC7D-4A5F-87D7-1EE37993D5F2

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência - Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:43

Carvalho Oliveira Teles. Advogados

PROCURAÇÃO.

****

****

OUTORGANTE:

****

****

RURAL BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o 14.947/900/0001-55, localizada na Avenida Veriano de Oliveira Lima, nº 505, Setor Santa Maria, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, com filial na cidade de Confresa, Mato Grosso, devidamente representada pelos seus representantes legais **ALEXANDRE CORDEIRO DA SILVA**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 5002511-0, expedida pela SESP/PR e, inscrito no CPF/MF sob o nº 876.972.549-71 e, **PAULO BOTELHO DE ALMEIDA PRADO NETO**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 27124503-7, expedida pela SSP-SP e, inscrito no CPF/MF sob o nº 269.527.878-01, todos com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP: 01451-010.

****

****

OUTORGADOS:

****

****

ARTHUR OLIVEIRA DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF (MF) sob o número 031.032.651-66 e da Carteira de Identidade de número 41.809, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás, **LEONARDO MEDEIROS TELES**, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF (MF) sob o número 979.340.111-72, e da Carteira de Identidade de número 28.781, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás, **CÁSSIO BRUNO BARROSO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Carteira de Identidade de número 21.342, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás, todos com escritório profissional à Rua Castro Alves, número 931, Centro, com telefone de número (064) 3632-1067 / (064) 3632-1084, CEP: 75.800-021, nesta cidade de Jataí, Estado de Goiás.

****

****

PODERES:

****

****

Confere-se aos **OUTORGADOS** o poder específico para assinar termo de caução, em cumprimento à decisão liminar proferida nos autos da **TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR DE ARRESTO COM PEDIDO LIMINAR** em desfavor **EDSON PINTO DE MELLO E OUTROS.**

****

****

Jataí/GO, 05 de julho de 2023.

RURAL BRASIL LTDA
14.947.900/0037-66

(64) 3632-1067 | 3632-1084 Rua Castro Alves, 931 - Centro - Jataí - Goiás - CEP: 75.800-021
e-mail: contato@cotadvogados.com

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109187685432563873867375460, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:43

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F789D4F8EC7D4A5F87D71EE37993D5F2
Status: Concluído
Assunto: Caução-Edson Pinto de Mello, Caução-Sidney Pinto de Mello, Procuração ...
CPR ID:
Pipefy ID:
Siagri ID:
Tipo de Contrato:
Outros
Envelope fonte:
Documentar páginas: 4
Assinaturas: 8
Certificar páginas: 5
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Barbara Lopes Rodrigues
AV CIDADE JARDIM 803, ANDAR 6 CONJ 62
SALA 3B, ITAIM BIBI
SAO PAULO, 01453000
ext.barbara.lopes@agrogalaxy.com.br
Endereço IP: 177.96.162.57

Rastreamento de registros

Status: Original
05/07/2023 18:15:44
Portador: Barbara Lopes Rodrigues
ext.barbara.lopes@agrogalaxy.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Alexandre Cordeiro da Silva alexandre.cordeiro@agrogalaxy.com.br Tesoureiro/Procurador Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SAFEWEB RFB v5 CPF do signatário: 87697254972 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 05/07/2023 18:26:22 ID: 0c7af316-0035-47ff-96fa-542ac8ed7078	DocuSigned by: Alexandre Cordeiro da Silva A83C8372263944C... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 165.1.157.44	Enviado: 05/07/2023 18:20:40 Visualizado: 05/07/2023 18:26:22 Assinado: 05/07/2023 19:07:49
Paulo Botelho de Almeida Prado Neto paulo.prado@agrogalaxy.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SAFEWEB RFB v5 CPF do signatário: 26952787801 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 15/08/2022 09:31:32 ID: 177720fc-ccb1-488a-8e24-92b1c2c23801	DocuSigned by: Paulo Botelho de Almeida Prado Neto 3AEDA16B5D4442B... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 165.1.157.51	Enviado: 05/07/2023 18:20:40 Visualizado: 05/07/2023 19:48:35 Assinado: 05/07/2023 19:49:01

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	**Status**	**Registro de hora e data**
Evento de entrega do agente	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega intermediários	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega certificados	**Status**	**Registro de hora e data**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109187685432563873867375460, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:43

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos do tabelião	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos de resumo do envelope	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Envelope enviado	Com hash/criptografado	05/07/2023 18:20:40
Entrega certificada	Segurança verificada	05/07/2023 19:48:35
Assinatura concluída	Segurança verificada	05/07/2023 19:49:01
Concluído	Segurança verificada	05/07/2023 19:49:04
Eventos de pagamento	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109187685432563873867375460, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 12 : procuracaocaucao.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:43

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109187685432563873867375460, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 12 : procuracaocaucao.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:43

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: marina.alves@agrogalaxy.com.br

To advise AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at marina.alves@agrogalaxy.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to marina.alves@agrogalaxy.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109187685432563873867375460, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 12 : procuracaocaucao.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:43

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to marina.alves@agrogalaxy.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A. during the course of your relationship with AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A..

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109187685432563873867375460, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 10pwvqpf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 7
Balanço Patrimonial Passivo 8
Demonstração do Resultado
Demonstração do Resultado Abrangente
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022
DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021
Demonstração de Valor Adicionado 8

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 9
Balanço Patrimonial Passivo 10
Demonstração do Resultado 11
Demonstração do Resultado Abrangente 12
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022 15
DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021 16
Demonstração de Valor Adicionado 17
Comentário do Desempenho 18
Notas Explicativas 37

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 106
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 107
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 108

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 18 : 18[0].pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	1.849.720	1.521.748
1.01	Ativo Circulante	391.546	181.001
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	387.486	179.261
1.01.06	Tributos a Recuperar	849	1.114
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	849	1.114
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.211	626
1.01.08.03	Outros	3.211	626
1.01.08.03.01	Outros créditos	3.211	626
1.02	Ativo Não Circulante	1.458.174	1.340.747
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.427	4.750
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	5.427	4.750
1.02.01.09.05	Mútuos com Partes Relacionadas	5.427	4.750
1.02.02	Investimentos	1.431.640	1.330.590
1.02.02.01	Participações Societárias	1.431.640	1.330.590
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.431.640	1.330.590
1.02.03	Imobilizado	681	714
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	681	714
1.02.04	Intangível	20.426	4.693
1.02.04.01	Intangíveis	20.426	4.693

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1095876654325638738673754...

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	1.849.720	1.521.748
2.01	Passivo Circulante	29.276	51.347
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.120	5.606
2.01.02	Fornecedores	395	1.151
2.01.03	Obrigações Fiscais	287	328
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	287	328
2.01.05	Outras Obrigações	24.474	44.262
2.01.05.02	Outros	24.474	44.262
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	137	28.105
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	1	0
2.01.05.02.06	Aquisição de participações societária a pagar	12.583	16.157
2.01.05.02.07	Adiantamentos de clientes	11.753	0
2.02	Passivo Não Circulante	538.393	11.657
2.02.02	Outras Obrigações	32.053	11.657
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	32.053	11.657
2.02.02.02	Outros	506.340	0
2.02.02.02.03	Obrigação por aquisição de investimentos	49.867	0
2.02.02.02.04	Obrigações por cessão de crédito	456.473	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.465.734	1.458.744
2.03.01	Capital Social Realizado	755.184	755.184
2.03.01.01	Capital Social Realizado	789.221	789.221
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	-34.037	-34.037
2.03.02	Reservas de Capital	490.944	490.944
2.03.04	Reservas de Lucros	-183.683	0
2.03.04.10	Prejuízo do período	-183.683	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	198.091	198.091
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	21.515	14.525

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela de Evidência
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	25.630	-175.848
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.625	-30.704
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	31.255	-145.144
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	25.630	-175.848
3.06	Resultado Financeiro	-1.272	-7.835
3.06.01	Receitas Financeiras	710	1.088
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.982	-8.923
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	24.358	-183.683
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0
3.08.02	Diferido	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.358	-183.683
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.358	-183.683
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0	0

Tutela Cautelar Antecedente

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	24.358	-183.683
4.03	Resultado Abrangente do Período	24.358	-183.683

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1095876654325638738673754...

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-16.132	-4.094
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-24.648	-12.815
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e da contribuição social	-183.683	763
6.01.01.02	Participação no resultado de controladas	145.144	-18.458
6.01.01.03	Plano de pagamento baseado em ações	6.990	4.880
6.01.01.04	Depreciação e amortização	645	0
6.01.01.05	Ajuste a valor presente	6.256	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.516	8.721
6.01.02.01	Impostos a recuperar	265	-391
6.01.02.02	Outros créditos	-1.219	-460
6.01.02.03	Fornecedores	-756	2.925
6.01.02.04	Impostos e contribuições a recolher	11.712	1.048
6.01.02.06	Obrigações trabalhistas e sociais	-1.486	5.599
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-224.544	-152.503
6.02.03	Aquisição de participação em controlada	-208.199	-143.796
6.02.04	Mútuo com partes relacionadas	0	-4.750
6.02.05	Aquisição de Intangível	-16.345	-3.957
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	448.901	343.310
6.03.01	Aumento de capital e reservas	0	340.203
6.03.03	Mútuo com partes relacionadas	20.396	3.107
6.03.04	Captações de recursos securitizados	456.473	0
6.03.05	Dividendos	-27.968	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	208.225	186.713
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	179.261	1.264
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	387.486	187.977

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros o Prejuíz Acumulad
5.01	Saldos Iniciais	789.221	471.432	198.091	
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	789.221	471.432	198.091	
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.990	0	
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.990	0	
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-183.6
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-183.6
5.07	Saldos Finais	789.221	478.422	198.091	-183.6

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuíz Acumulad
5.01	Saldos Iniciais	426.046	501.117	88.504	
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	426.046	501.117	88.504	
5.04	Transações de Capital com os Sócios	366.025	-36.966	19.354	
5.04.01	Aumentos de Capital	412.671	0	0	
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-46.646	0	0	
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.880	0	
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-36.737	0	
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	2.700	0	
5.04.06	Dividendos	0	0	19.354	
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	-7.809	0	
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7
5.07	Saldos Finais	792.071	464.151	107.858	7

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 18 : 1695002.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.279	-1.660
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.279	-1.660
7.03	Valor Adicionado Bruto	-13.279	-1.660
7.04	Retenções	-681	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-681	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-13.960	-1.660
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-144.416	20.066
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-145.144	18.458
7.06.02	Receitas Financeiras	728	1.608
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-158.376	18.406
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-158.376	18.406
7.08.01	Pessoal	13.819	16.675
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.300	11.186
7.08.01.02	Benefícios	6.483	5.474
7.08.01.03	F.G.T.S.	36	15
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.566	968
7.08.02.01	Federais	2.566	968
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.922	0
7.08.03.01	Juros	8.922	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-183.683	763
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-183.683	763

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1095766543...

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	8.705.722	6.774.910
1.01	Ativo Circulante	7.106.206	5.405.111
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	743.156	643.563
1.01.02	Aplicações Financeiras	52.014	112.398
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	24.726	71.548
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	27.288	40.850
1.01.03	Contas a Receber	3.316.724	2.640.037
1.01.03.01	Clientes	3.316.724	2.640.037
1.01.04	Estoques	2.390.181	1.635.752
1.01.06	Tributos a Recuperar	93.198	87.988
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	93.198	87.988
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	510.933	285.373
1.01.08.03	Outros	510.933	285.373
1.01.08.03.01	Outros créditos	72.133	26.318
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	76.374	32.402
1.01.08.03.04	Adiantamento a fornecedores	362.426	226.653
1.02	Ativo Não Circulante	1.599.516	1.369.799
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	279.208	209.486
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	47.113	48.751
1.02.01.04	Contas a Receber	44.545	58.379
1.02.01.04.01	Clientes	44.545	58.379
1.02.01.07	Tributos Diferidos	31.010	11.424
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.010	11.424
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	156.540	90.932
1.02.01.10.03	Títulos e valores mobiliários	79.562	46.351
1.02.01.10.04	Mútuos com partes relacionadas	5.427	5.625
1.02.01.10.05	Instrumentos financeiros derivativos	762	1.122
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	6.019	1.992
1.02.01.10.07	Impostos a recuperar	17.337	19.948
1.02.01.10.08	Outros Créditos	47.433	15.894
1.02.02	Investimentos	3.206	468
1.02.02.01	Participações Societárias	3.206	468
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	3.206	468
1.02.03	Imobilizado	153.355	129.197
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	153.355	129.197
1.02.04	Intangível	1.163.747	1.030.648
1.02.04.01	Intangíveis	1.163.747	1.030.648
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.044.995	912.542
1.02.04.01.02	Ativos de direito de uso	118.752	118.106

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1095876654325638738673754...

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	8.705.722	6.774.910
2.01	Passivo Circulante	6.115.124	4.860.330
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	115.545	83.371
2.01.02	Fornecedores	3.720.771	3.199.417
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.353.996	1.045.260
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.318.039	1.010.227
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	35.957	35.033
2.01.05	Outras Obrigações	924.812	532.282
2.01.05.02	Outros	924.812	532.282
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	137	28.105
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	27.089	11.495
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	18.725	2.040
2.01.05.02.08	Obrigações por cessão de crédito	165.510	209.957
2.01.05.02.09	Impostos e contribuições a recolher	12.363	7.872
2.01.05.02.10	Adiantamentos de clientes	688.405	256.656
2.01.05.02.11	Aquisição de participações societária a pagar	12.583	16.157
2.02	Passivo Não Circulante	1.292.997	440.392
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	593.542	345.224
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	516.984	267.428
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	76.558	77.796
2.02.02	Outras Obrigações	592.995	3.298
2.02.02.02	Outros	592.995	3.298
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	3.140	3.298
2.02.02.02.04	Fornecedores	5.611	0
2.02.02.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	3.785	0
2.02.02.02.06	Obrigações por cessão de crédito	528.156	0
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	2.436	0
2.02.02.02.08	Obrigação por aquisição de investimentos	49.867	0
2.02.03	Tributos Diferidos	91.644	90.315
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	91.644	90.315
2.02.04	Provisões	14.816	1.555
2.02.04.02	Outras Provisões	14.816	1.555
2.02.04.02.05	Provições para Contigências	14.816	1.555
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.297.601	1.474.188
2.03.01	Capital Social Realizado	755.184	755.184
2.03.01.01	Capital Social Realizado	789.221	789.221
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	-34.037	-34.037
2.03.02	Reservas de Capital	490.944	490.944
2.03.04	Reservas de Lucros	198.091	198.091
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-183.683	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	21.515	14.525
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	15.550	15.444

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.074.306	8.186.627
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.627.083	-7.280.579
3.03	Resultado Bruto	447.223	906.048
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-271.787	-661.256
3.04.01	Despesas com Vendas	-134.591	-314.881
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-130.536	-345.384
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.660	-1.091
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	175.436	244.792
3.06	Resultado Financeiro	-150.559	-458.856
3.06.01	Receitas Financeiras	0	0
3.06.01.01	Outras Receitas Financeiras	97.445	290.782
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	2.115	15.695
3.06.02	Despesas Financeiras	0	0
3.06.02.01	Outras Despesas Financeiras	-250.119	-763.233
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	24.877	-213.664
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	87	29.987
3.08.01	Corrente	-3.949	-7.562
3.08.02	Diferido	4.036	37.549
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.964	-183.577
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	24.964	-183.577
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	24.358	-183.683
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	606	106
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,15	-1,1
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,14	-1,1

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	24.964	-183.577
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	24.964	-183.577
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	24.358	-183.683
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	606	106

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1095766543...

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-295.186	-88.545
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	87.232	116.436
6.01.01.01	Prejuízo do período	-213.564	-778
6.01.01.02	Depreciação e amortização	81.177	50.696
6.01.01.05	Juros apropriados	180.964	60.636
6.01.01.06	Descontos, variações monetárias e cambiais, líquidos	2.794	5.337
6.01.01.07	Juros sobre arrendamento	18.994	11.563
6.01.01.08	Ajuste a valor presente do contas a receber	1.353	-8.869
6.01.01.11	Ajuste a valor justo de commodities	-20.872	19.326
6.01.01.12	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	57.528	17.954
6.01.01.13	Provisão para perda de estoque	-3.202	-355
6.01.01.14	Resultado de baixa e alienação de ativo imobilizado	-15.915	-918
6.01.01.15	Plano de pagamento baseado em ações	6.990	4.975
6.01.01.17	Ajuste a valor justo de contratos a termo	29.168	-14.672
6.01.01.18	Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos	-38.183	-28.459
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-382.418	-152.934
6.01.02.02	Contas a receber de clientes	-421.203	469.397
6.01.02.03	Estoques	-675.250	-648.087
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-2.255	32.911
6.01.02.05	Outros créditos	-67.027	-34.775
6.01.02.06	Fornecedores	452.444	-125.888
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	30.655	19.549
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	212	-5.359
6.01.02.09	Adiantamentos a fornecedores	-93.359	-170.168
6.01.02.10	Adiantamento de clientes e outros	393.365	309.486
6.01.03	Outros	-121.253	-52.047
6.01.03.01	Pagamento de juros sobre empréstimos (Nota 32)	-116.115	-51.694
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.138	-353
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-194.234	-65.266
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-43.173	-26.427
6.02.02	Aplicação financeira vinculada	62.022	10.976
6.02.03	Aquisição de intangível	-48.566	-14.477
6.02.05	Aquisição de participação em controlada	-155.681	-36.556
6.02.06	Recursos provenientes de alienação de imobilizado	24.177	3.340
6.02.07	Mútuo com partes relacionadas	198	-2.122
6.02.08	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-33.211	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	710.266	394.095
6.03.01	Aumento de capital e reservas	0	340.203
6.03.02	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-27.968	0
6.03.03	Captações de empréstimos e financiamentos e Debêntures	1.290.898	909.991
6.03.04	Amortização de principal de empréstimos e financiamentos e Debêntures	-954.927	-704.068
6.03.05	Pagamento de passivos de arrendamento	-47.759	-30.692
6.03.06	Amortização de recursos securitizados	284.512	-269.307
6.03.07	Captação de recursos securitizados	165.510	147.968
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	99.593	240.284

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 18 : 18pwvqpf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	643.563	301.106
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	743.156	541.390

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/202

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrim
5.01	Saldos Iniciais	789.221	471.432	198.091	0	0	
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	789.221	471.432	198.091	0	0	
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.990	0	0	0	
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.990	0	0	0	
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-183.683	0	
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-183.683	0	
5.07	Saldos Finais	789.221	478.422	198.091	-183.683	0	

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/202

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrim
5.01	Saldos Iniciais	426.046	501.117	88.504	0	0	
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	426.046	501.117	88.504	0	0	
5.04	Transações de Capital com os Sócios	366.025	-36.966	19.354	0	0	
5.04.01	Aumentos de Capital	412.671	0	0	0	0	
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-46.646	0	0	0	0	
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.880	0	0	0	
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-36.737	0	0	0	
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	2.700	0	0	0	
5.04.06	Dividendos	0	0	19.354	0	0	
5.04.08	Aquisição de participação adicional em controlada indireta	0	-7.809	0	0	0	
5.04.09	Aquisição de controle em nova subsidiária	0	0	0	0	0	
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	763	0	
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	763	0	
5.07	Saldos Finais	792.071	464.151	107.858	763	0	

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1095876654325638738673754...

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	8.126.393	4.062.903
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.183.921	4.081.714
7.01.02	Outras Receitas	-57.528	-18.811
7.01.02.01	Outras receitas	0	-857
7.01.02.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-57.528	-17.954
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.467.275	-3.761.256
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.308.554	-3.589.083
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-158.721	-172.173
7.03	Valor Adicionado Bruto	659.118	301.647
7.04	Retenções	-59.356	-50.696
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-59.356	-50.696
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	599.762	250.951
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	885.398	140.421
7.06.02	Receitas Financeiras	885.398	140.421
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.485.160	391.372
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.485.160	391.372
7.08.01	Pessoal	290.827	109.954
7.08.01.01	Remuneração Direta	239.706	85.869
7.08.01.02	Benefícios	39.180	18.843
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.941	5.242
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.227	34.894
7.08.02.01	Federais	-706	16.370
7.08.02.02	Estaduais	28.772	16.870
7.08.02.03	Municipais	1.161	1.654
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.348.683	245.103
7.08.03.01	Juros	1.343.814	242.798
7.08.03.02	Aluguéis	4.869	2.305
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-183.577	1.421
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-183.577	1.421

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1095766543...

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração AgroGalaxy | 3º Trimestre de 2022

Mensagem da administração

Somos um dos maiores grupos no setor de varejo de insumos agrícolas do Brasil, com presença consolidada no Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul, Sudoeste e Sudeste do Brasil. Operamos no varejo tradicional, no segmento de produção de sementes de soja e na comercialização de grãos, atendendo principalmente os produtores de grãos de soja, milho, café e trigo. Em 2021 realizamos as aquisições de duas empresas, a Boa Vista ("BV") em abril de 2021, localizada no Estado do Mato Grosso do Sul, e 80% do capital social da Ferrari Zagatto ("FV") em setembro de 2021, localizada no Estado do Paraná, complementando a área de atuação das nossas bandeiras atuais. Além da aquisição da participação remanescente de 30% do capital social da Campeã Agronegócios, antes detidos pelos acionistas não controladores. Em 10 de janeiro de 2022 concluímos a aquisição de 80% do capital social, da AgroCat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. ("AgroCat" ou "AC"), que opera no varejo de insumos agrícolas nos Estados do Mato Grosso e de Rondônia.

Destaques do trimestre

O 3T22 seguiu impactado pela volatilidade nos preços de *commodities* e insumos, especialmente dos defensivos e fertilizantes. A Companhia continuou a ser bem-sucedida em gerenciar suas estratégias de negociações e seguiu atendendo seus mais de 23 mil clientes, mantendo sua rentabilidade, faturando a carteira de pedidos e atendendo nossos clientes com confiabilidade.

É importante recordar que, pela sazonalidade inerente ao nosso negócio, o 3T concentra cerca de 27% do faturamento do ano fiscal, na média dos dois últimos anos. O 2S concentra mais de 70% da receita do ano, o que nos permitiu gerar lucro líquido de R$ 19,4 milhões no 3T, após prejuízo no 1S, como é usual em nosso negócio.

Inauguramos 5 lojas no trimestre, e 15 lojas que pretendemos abrir ainda em 2022 já possuem equipes gerando demanda, totalizando 20 em 2022. Embora as inaugurações das lojas tenham se concentrado no final do ano, os resultados já são obtidos anteriormente, como é típico da dinâmica do nosso negócio. Atingimos mais de 96% da meta de faturamento e pedidos nas novas lojas para 2022.

No 3T22, a receita líquida atingiu R$ 3,1 bilhões, crescimento de 67%. Destacamos o desempenho em insumos, que expandiu 72%, totalizando R$ 2,2 bilhões. O crescimento deu-se pelo incremento de 35% em preços, 12% em volume e 25% pela adição das aquisições de Ferrari Zagatto e Agrocat. O same store sales orgânico alcançou 45,8% no trimestre.

O Lucro Bruto foi de R$ 399 milhões, crescimento de 63% com margem de 13,0%. O EBITDA ajustado totalizou R$ 165 milhões (+41%), com margem de 5,4%. O Lucro Líquido somou R$ 19,4 milhões e o Retorno Sobre Capital Investido (ROIC) avançou 4,2 pontos percentuais e alcançou 23,0% em setembro. O resultado financeiro, como visto ao longo do ano, foi afetado pelo acentuado aumento da taxa Selic entre o 3T21 e o 3T22. Continuamos empenhados em projetos que visam a redução de capital de giro, como por exemplo, de melhoria da malha operacional.

Houve relevante impacto do aumento de preços vs. 3T21, tanto no segmento de defensivos quanto no segmento de fertilizantes que somado aos avanços na eficiência de nossas operações, levaram a importantes ganhos operacionais: a receita de insumos por CTV cresceu 38% e por cliente 69% no 3T22 comparado ao mesmo período do ano passado. As especialidades, segmento com maior margem bruta, evoluíram de 4,8% para 5,4% do mix de insumos. A carteira de pedidos também apresentou importante evolução: R$ 2,8 bilhões em setembro de 2022, avanço de 92% em comparação ao mesmo período de 2021

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 18 : 1 - Petição

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Destaques

Destaques Operacionais	set/22	set/21	Var. % set/22 x set/21	jun/22	Var. % set/22 x jun/22
# de lojas	**150**	126	19,0%	**145**	3,4%
# de inaugurações acumuladas no ano (orgânico)	**5**	13	-61,5%	**0**	n.m.
# de lojas adquiridas no ano (inorgânico)	**11**	20	-45,0%	**11**	-
# de consultores técnicos de venda (CTV)	**556**	466	19,3%	**541**	2,8%
# de silos	**28**	27	3,7%	**28**	-
recebimento de sacas acumulado no ano (milhões)	**27,2**	18,8	45,0%	**15,0**	81,3%
# unidades de beneficiamento de sementes*	**13**	8	62,5%	**13**	n.m.
# de clientes	**23.511**	22.999	2,2%	**22.989**	2,3%
Receita de insumos/cliente (R$ mil)	**94,8**	56,3	68,3%	**34,0**	179,0%
# colaboradores	**2.535**	2.073	22,3%	**2.569**	-1,3%

* 3 próprias e 10 toolings.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1095766543256387386737546

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Destaques Financeiros (R$ milhões)	3T22	3T21	Var. %	9M22	9M21	Var.%	LTM 3T22	LTM 3T21	Var.%
Receita líquida total	**3.074,3**	**1.844,8**	**66,6%**	**8.186,6**	**4.062,8**	**101,5%**	**10.704,4**	**5.588,7**	**91,5%**
Receita de insumos	2.229,6	1.295,8	72,1%	4.712,1	2.277,5	106,9%	6.846,1	3.652,0	87,5%
Receita de grãos	844,7	549,0	53,9%	3.474,6	1.785,3	94,6%	3.858,3	1.936,7	99,2%
Breakdown receita líquida	**3.074,3**	**1.844,8**	**66,6%**	**8.186,6**	**4.062,8**	**101,5%**	**10.704,4**	**5.588,7**	**91,5%**
Receita líquida orgânica	2.650,9	1.844,8	43,7%	6.707,3	4.062,8	65,1%	8.913,4	5.588,7	59,5%
Receita líquida M&A[1]	423,4	-	n.m.	1.479,3	-	n.m.	1.791,0	-	n.m.
Indicadores de crescimento									
Same Store Sales[2]	45,8%	45,5%	+0,3 p.p.	61,0%	35,1%	+25,9 p.p.	46,3%	24,3%	+22,0 p.p.
Variação volume orgânico [2]	11,8%	37,5%	-25,7 p.p.	15,9%	27,6%	-11,7 p.p.	20,8%	-	n.m.
Variação preço orgânico [2]	34,7%	30,6%	+4,1 p.p.	47,9%	21,2%	+26,7 p.p.	32,9%	-	n.m.
Adição inorgânico[1]	25,7%	27,2%	-1,5 p.p.	42,7%	15,4%	+27,3 p.p.	33,5%	-	n.m.
Receita de insumos/CTV[3]	3,7	2,7	37,8%	7,8	5,0	54,5%	12,0	8,4	42,7%
Receita Digital [4]									
Receita viabilizada por meios digitais	1.215,4	712,0	70,7%	2.100,5	1.188,5	76,7%	3.224,7	1.725,0	86,9%
% da Receita líquida de insumos total	54,5%	54,9%	-0,4 p.p.	44,6%	52,2%	-7,6 p.p.	47,1%	47,2%	-0,1 p.p.
% da Receita líquida de insumos orgânica	64,1%	63,8%	+0,3 p.p.	56,2%	57,6%	-1,4 p.p.	57,3%	50,2%	+7,1 p.p.
Lucro bruto ajustado[5]	**399,2**	**244,4**	**63,3%**	**916,0**	**474,9**	**92,9%**	**1.342,4**	**765,9**	**75,3%**
% receita líquida	13,0%	13,2%	-0,2 p.p.	11,2%	11,7%	-0,5 p.p.	12,5%	13,7%	-1,2 p.p.
Mg. de insumos	17,5%	17,9%	-0,4 p.p.	18,5%	18,3%	+0,2 p.p.	18,9%	18,9%	-0,0 p.p.
Mg. de grãos	1,1%	2,2%	-1,1 p.p.	1,2%	3,2%	-2,0 p.p.	1,3%	3,9%	-2,6 p.p.
EBITDA Ajustado[6]	**165,2**	**117,3**	**40,8%**	**351,7**	**148,4**	**137,0%**	**597,4**	**346,8**	**72,2%**
Margem EBITDA Ajustado	5,4%	6,4%	-1,0 p.p.	4,3%	3,7%	+0,6 p.p.	5,6%	6,2%	-0,6 p.p.
Lucro (prejuízo) Líquido Ajustado[6]	**19,4**	**57,0**	**-66,0%**	**-132,9**	**-8,1**	**1.536,6%**	**25,8**	**129,0**	**-80,0%**
Margem Lucro Ajustado	0,6%	3,1%	-2,5 p.p.	-1,6%	-0,2%	-1,4 p.p.	0,2%	2,3%	-2,1 p.p.
Dívida Líquida ajustada[7]	**-**	**-**	**-**	**-**		**-**	**1.621,5**	**709,4**	**128,6%**
(Div. Líq. ajustada/EBITDA ajustado LTM)[7]	-	-	-	-	-	-	2,7	2,1	+0,7 p.p.
ROIC [8]	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	-	**23,0%**	**18,8%**	**+4,2 p.p.**

1 Considera as receitas para Boa Vista (Jan-Mar), Ferrari Zagatto (Jan-Ago) e Agrocat (Jan-Dez) devido as datas de closing das operações (04/2021, 09/2021 e 01/2022 respectivamente).

2 Same Store Sales considera as vendas das lojas que estejam operando no 2º ano sem a Boa Vista, a Ferrari Zagatto e a Agrocat, bem como as informações de volume e preço.

3 Considera a média de CTVs nos períodos analisados e exclui os CTVs de Ferrari Zagatto e Agrocat no 3T21 e Boa Vista nso 9M22 e LTM3T22. Dado que passaram a ser consolidadas a partir de 1º de setembro de 2021, 1º de janeiro de 202 e 1º de abril 2021, respectivamente.

4 Plataforma digital iniciou em outubro de 2020. Considerando-se somente a receita organica o percentual de receita liquida é de 43%

5 Lucro bruto ajustado: desconsidera os ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities e considera os ganhos ou perdas com variação cambial ajustados no EBITDA para fins de apuração da margem.

6 EBITDA ajustado e Lucro ajustado: os ajustes realizados são demonstrados na tabela do Anexo II.

7 Dívida líquida ajustada: o ajuste realizado é demonstrado na seção de Estrutura de Capital.

8 Considera o EBIT ajustado, ou seja, excluindo o efeito das IFRS 16, amortização de mais valia (combinação de negócio) e IRPJ/CSLL e a Div. Líquida ajustada descrita no item acima. Não considera EBIT ajustado LTM das aquisições.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

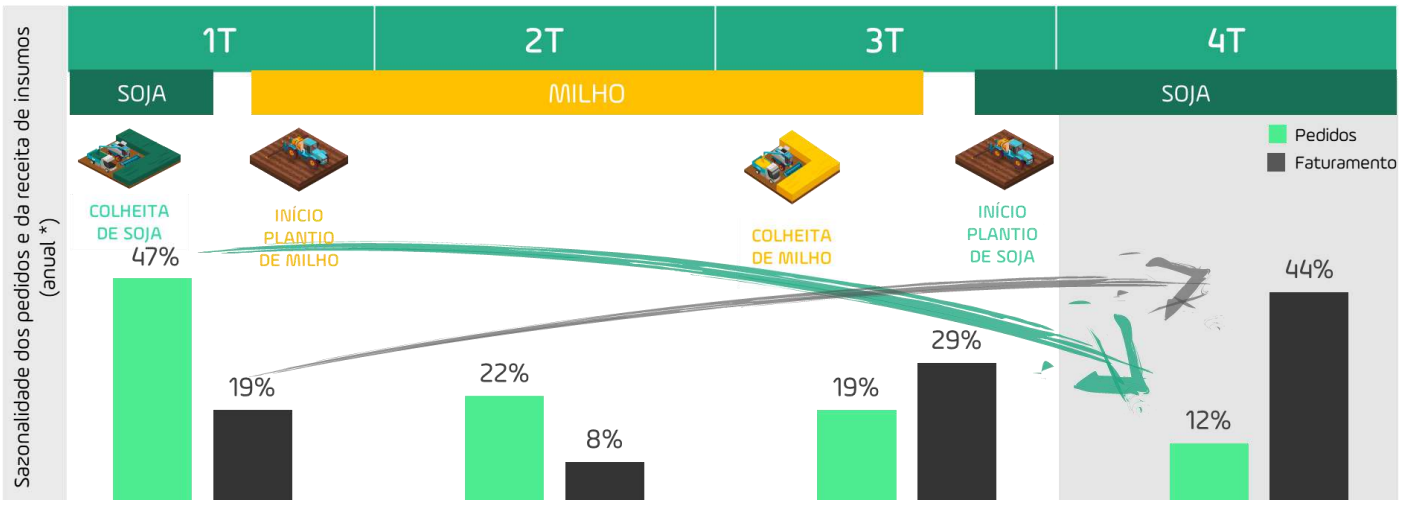
Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1 [illegible]

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Sazonalidade (Insumos)

O agronegócio apresenta sazonalidade relevante ao longo do ano, especialmente em razão dos ciclos da lavoura que dependem de condições climáticas específicas. O Brasil possui condições únicas de clima comparado com outros países produtores de *commodities* agrícolas, possibilitando o plantio de duas a três safras na mesma área por ano. A seguir pode-se observar a sazonalidade dos pedidos e do faturamento de insumos da Companhia:



** Referência de 2021, considerando faturamento de Boa Vista e Ferrari Zagatto ano cheio. Pode variar dependendo da região.*

Assim, considerando que as atividades dos clientes da Companhia estão diretamente relacionadas aos ciclos das lavouras e têm natureza sazonal, as receitas de insumos também apresentam sazonalidade pronunciada.

A sazonalidade das lavouras também implica a sazonalidade do lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social, o que pode causar um efeito sazonal relevante nos resultados operacionais apurados em trimestres diferentes do exercício social, conforme demonstrado acima.

Sazonalidade Histórica (Insumos)

A sazonalidade dos pedidos e faturamento de insumos da Companhia pode apresentar variações, de acordo com os períodos de plantio das diferentes culturas em cada ano.

Sazonalidade | Insumos		1T	2T	3T	4T
2020	Faturamento	16%	10%	24%	50%
	Pedidos	40%	30%	15%	15%
2021	Faturamento*	19%	8%	29%	44%
	Pedidos	47%	22%	19%	12%
Média	**Faturamento**	**18%**	**9%**	**27%**	**46%**
	Pedidos	**44%**	**26%**	**16%**	**14%**

* Considerando faturamento ano cheio de Boa Vista, Ferrari Zagatto

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1 - Inicial.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Ajustes nos resultados

A Companhia entende que o **EBITDA ajustado** representa de maneira mais próxima a geração de caixa operacional e, portanto, mede e avalia de forma mais assertiva a capacidade operacional. Os ajustes no EBITDA desconsideram: (i) ganhos ou perdas com variação no valor justo de *commodities,* uma vez que a marcação de valor justo no fechamento de cada exercício não afeta o caixa e não representam o resultado de compra e venda; (ii) variação cambial de operações de *hedge* realizadas com o propósito de proteção da receita ou do custo dos produtos; (iii) contraprestações pagas de arrendamento de imóveis (CPC 06(R2)/IFRS16) e receitas e/ou despesas não usuais *(como, por exemplo, crédito extemporâneo, consultoria de reestruturação, despesas compartilhadas, fees de consultoria e gastos com M&A, oferta pública, pagamento baseado em ações de controlada)*; (iv) itens não-recorrentes e; (v) itens que não impactam o caixa, em que a Margem EBITDA ajustada é calculada na razão do EBITDA ajustado sobre a receita operacional.

No **lucro líquido ajustado** são excluídos do cálculo: (i) os ganhos ou perdas com variação no valor justo de *commodities* e contratos a termos; (ii) variação cambial não liquidada (*accrual* e *MTM*); (iii) a amortização da mais valia na combinação de negócio; (iv) efeitos do CPC 06/IFRS 16 imóveis; (v) as despesas e receitas não recorrentes; e (vi) impactos de IR/CS diferidos e/ou créditos extemporâneos.

Para mais detalhes, vide apresentação de ajustes disponível no site de RI.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 18 : 1 - Inicial.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Breakdown da Receita Líquida

Destaques Financeiros (R$ milhões)	3T22	3T21	Var. %	9M22	9M21	Var.%	LTM 3T22	LTM 3T21	Var.%
Receita líquida total	**3.074,3**	**1.844,8**	**66,6%**	**8.186,6**	**4.062,8**	**101,5%**	**10.704,4**	**5.588,7**	**91,5%**
Receita líquida orgânica	2.650,9	1.844,8	43,7%	6.707,3	4.062,8	65,1%	8.913,4	5.588,7	59,5%
*Receita líquida M&A**	423,4	-	n.m.	1.479,3	-	n.m.	1.791,0	-	n.m.
Receita de insumos	**2.229,6**	**1.295,8**	**72,1%**	**4.712,1**	**2.277,5**	**106,9%**	**6.846,1**	**3.652,0**	**87,5%**
Receita de insumos orgânica	1.897,1	1.295,8	46,4%	3.740,1	2.277,5	64,2%	5.623,2	3.652,0	54,0%
*Receita de insumos M&A**	332,5	-	n.m.	971,9	-	n.m.	1.222,9	-	n.m.
Receita de grãos	**844,7**	**549,0**	**53,9%**	**3.474,6**	**1.785,3**	**94,6%**	**3.858,3**	**1.936,7**	**99,2%**
Receita de grãos orgânica	753,8	549,0	37,3%	2.967,2	1.785,3	66,2%	3.290,3	1.936,7	69,9%
*Receita de grãos M&A**	90,9	-	n.m.	507,4	-	n.m.	568,1	-	n.m.

** Considera as receitas para Boa Vista (Jan-Mar), Ferrari Zagatto (Jan-Ago) e Agrocat (Jan-Dez) devido as datas de closing das operações (04/2021, 09/2021 e 01/2022 respectivamente).*

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

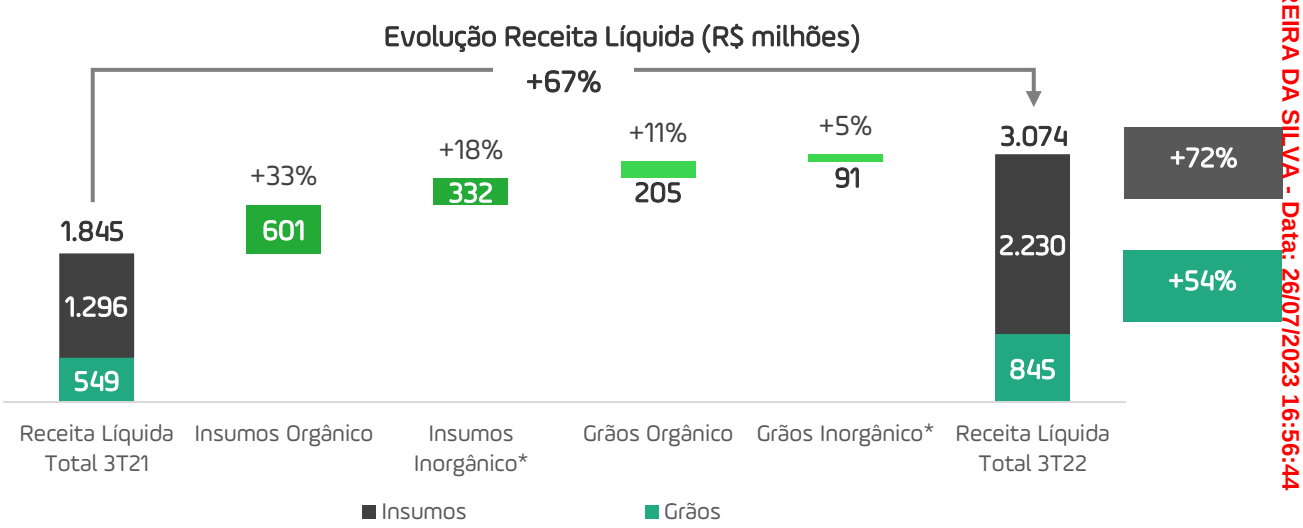
Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 18 : 1ºpwoqd

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Resultados 3T22 vs. 3T21

Receita Líquida



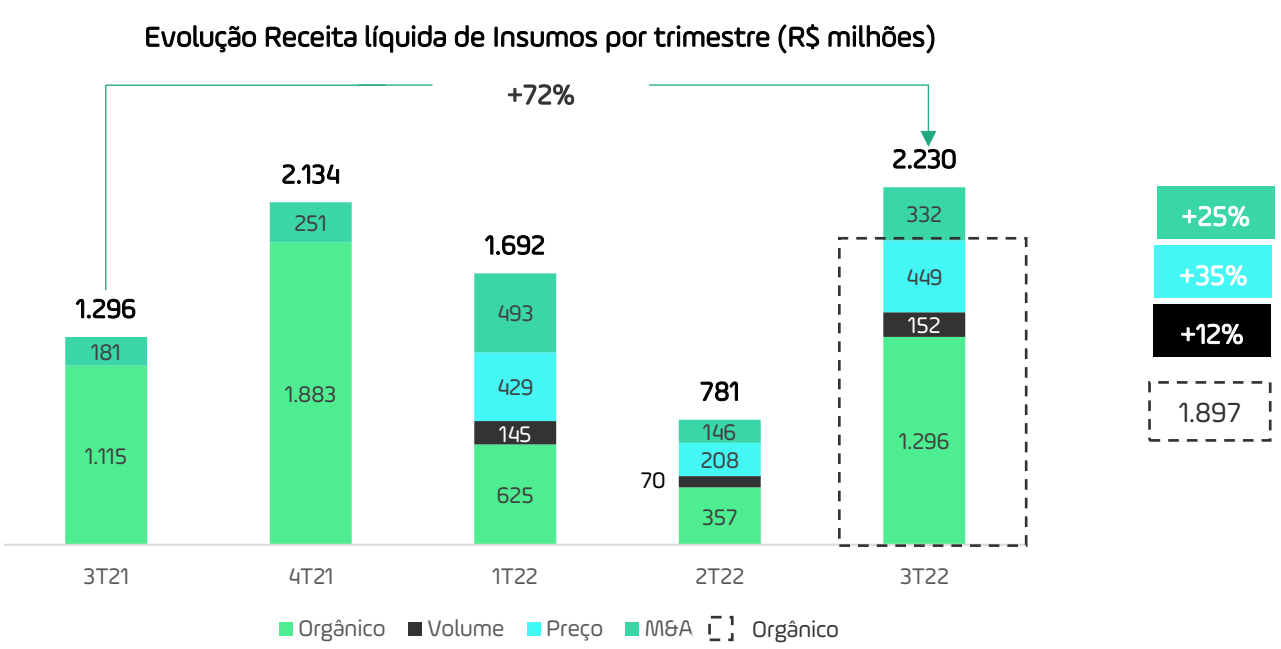
**Inclui Ferrari Zagatto e Agrocat*

A receita líquida do período 67%, alcançando R$ 3,1 bilhões. O segmento de insumos expandiu +72% e de grãos +54% vs. 3T21. A expansão da receita de insumos deveu-se a: 35% preço, 12% crescimento de volume e 25% como consequência da expansão inorgânica (Agrocat).

No 3T22, o *same store sales* foi de 45,8%, desconsiderando as lojas de Ferrari Zagatto e Agrocat.

A receita de grãos apresentou incremento de 54% devido ao significativo impacto dos preços das *commodities* entre os períodos.

No 3T22 houve aumento de receita de defensivos e fertilizantes, conforme demonstrado no histórico abaixo. O segmento de fertilizantes apresentou aumento de preços e queda de volumes:



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

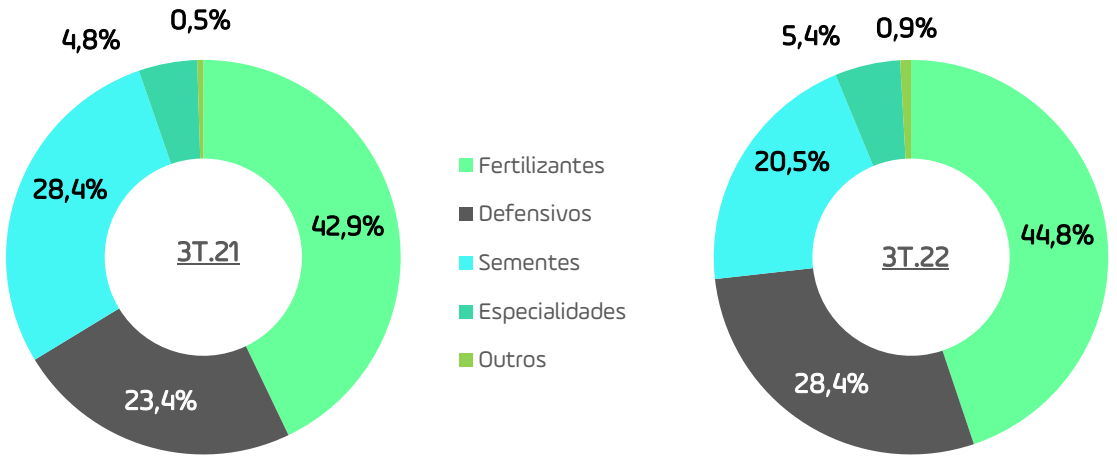
Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1epwo.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

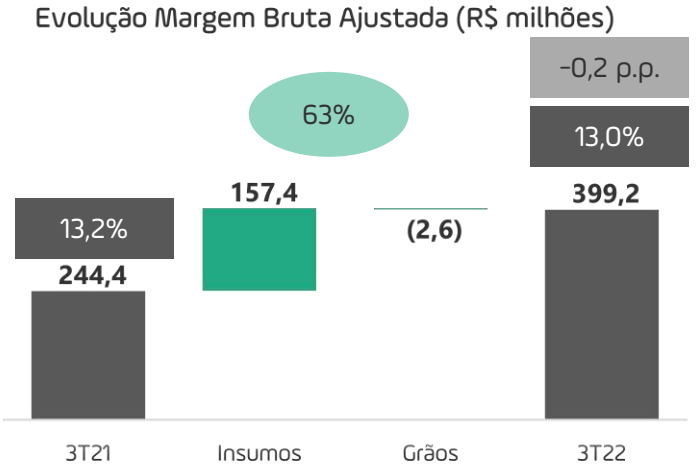
Os segmentos de defensivos e fertilizantes tiveram maior ganho de participação no mix de insumos do 3T22, devido ao aumento de preço nessas categorias contra o 3T21. Excluindo-se o efeito do preço, o mix de especialidades seria de 5,6% no 3T22, + 0,8 p.p. vs. 3T21.

Mix da receita líquida de insumos (%)



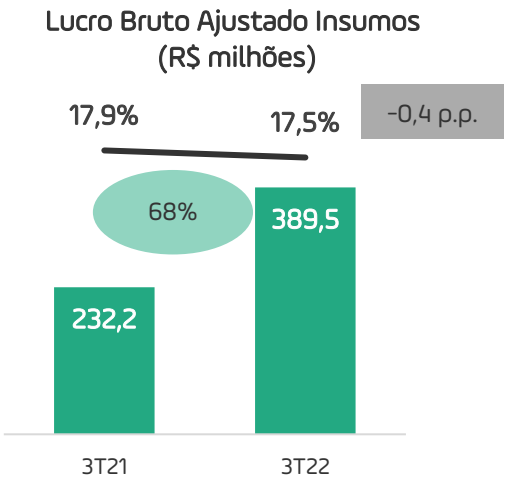
Lucro Bruto ajustado*

Evolução Margem Bruta Ajustada (R$ milhões)



O lucro bruto ajustado atingiu R$ 399 milhões no 3T22 vs. R$ 244 milhões no 3T21, com margem de 13,0% (-0,2 p.p.). O aumento de lucro bruto deveu-se à expansão no segmento de insumos e a leve queda de margem deu-se por conta do aumento do mix de fertilizantes e defensivos.

Lucro Bruto Ajustado Insumos (R$ milhões)



O lucro bruto ajustado de insumos atingiu R$ 390 milhões no 3T22, aumento de 68%, com margem de 17,5%, redução de 0,4 p.p. A variação deveu-se a aumento de participação de defensivos e fertilizantes, principalmente, que levaram à queda de margem.

* *Lucro bruto ajustado: desconsidera os ganhos ou perdas com variação no valor justo commodities e considera os ganhos ou perdas com variação cambial ajustados no EBITDA para i de apuração da margem.*

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

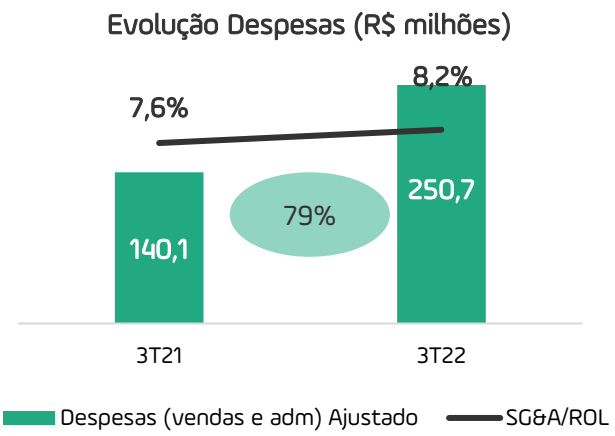
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 18 : 1opwoqd

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

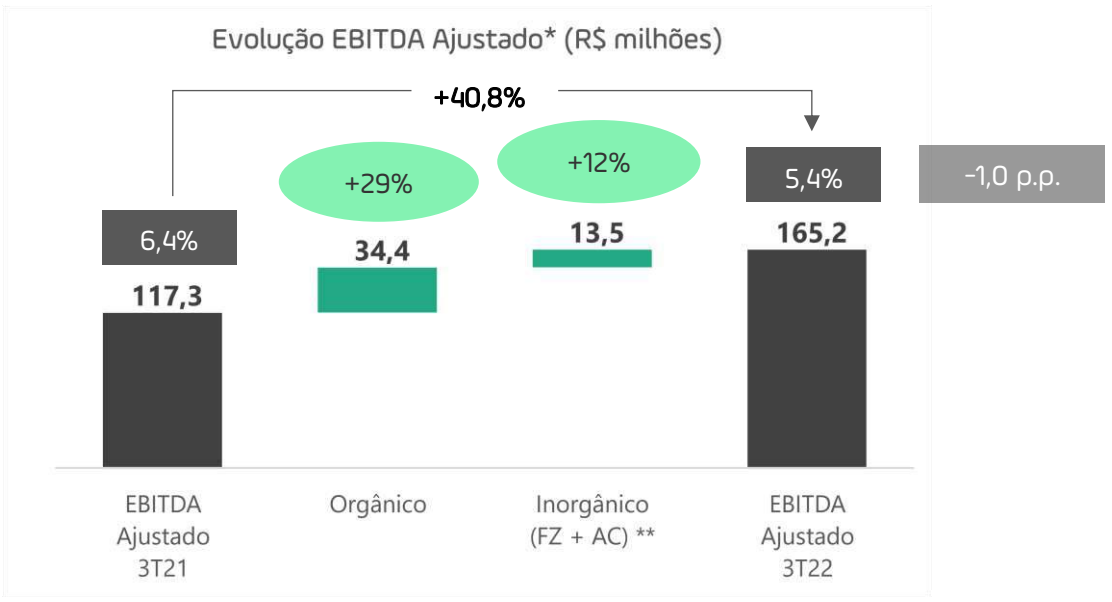
SG&A ajustado – Despesas com Vendas, Administrativas e Gerais



Houve acréscimo de R$ 110 milhões nas despesas, ou 79% em relação ao 3T21. Os aumentos estão alinhados às novas estruturas de 24 lojas (13 abertas e 11 adquiridas por M&As) entre os períodos comparados, equipe dedicada à implementação do Novo Modelo Operacional, reforço na estrutura de *backoffice*, tanto administrativo quanto comercial e aumento de despesas gerais pela estrutura de companhia de capital aberto e para suportar o crescimento da Companhia. Em percentual da receita líquida houve aumento de 0,6 p.p. O Novo Modelo Operacional visa trazer maior eficiência operacional e de estrutura de G&A e está previso para ser finalizado no 1S23.

EBITDA Ajustado*

(Em milhões de R$)	3T22	3T21	Var. %
EBITDA Ajustado	165,2	117,3	40,8%
Margem EBITDA Ajustado	5,4%	6,4%	-1,0 p.p.



*Conforme descrito no item de destaques.

** Ferrari Zagatto + Agrocat

O EBITDA ajustado atingiu R$ 165 milhões no 3T22, aumento de 41%. A margem EBITDA ajustada atingiu 5,4%, queda de 1,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior devido ao aumento de SG&A, conforme descrito na seção anterior.

As aquisições geraram um crescimento de R$ 13,5 milhões no EBITDA ajustado, ou 12%, no 3T22. O crescimento orgânico foi de R$ 34,4 milhões, ou 29%.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1095766543...

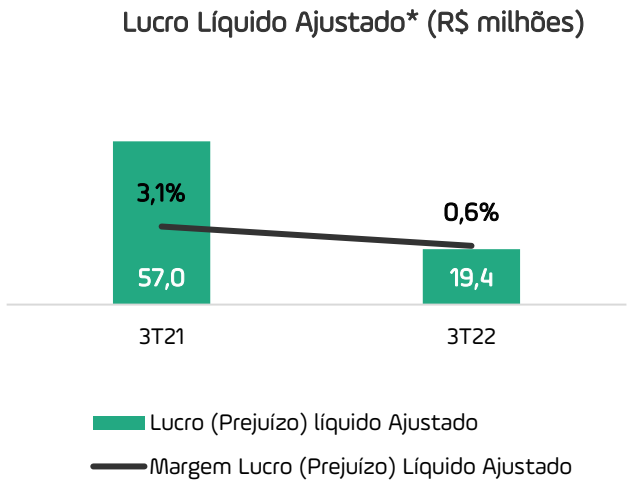
Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado*

Resumo Resultado do período (Em milhões de R$)	3T22	3T21	Var. %
Lucro Líquido do período Ajustado	19,4	57,0	-66,0%
% Margem Lucro Ajustado	0,6%	3,1%	-2,5 p.p.

*Conforme descrito no item de destaques.



O lucro líquido ajustado totalizou R$ 19 milhões, queda de 66%.

Houve relevante impacto do aumento da taxa Selic média de 4,9% a.a. no 3T21 para 13,5% a.a. no 3T22, que impactou negativamente o resultado financeiro, conforme descrito a seguir.

*Conforme descrito no item de destaques.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro Líquido Ajustado* Em R$ milhões	3T22	3T21	Variação Trimestre Var. $	Var. (%)
Ajuste a valor presente (a)	-122,4	-44,1	-78,3	177,5%
Juros sobre empréstimos e financiamento (b)	-68,4	-25,9	-42,5	163,9%
Juros passivos (CRA, juros renegociação ou atraso) (a)	-37,1	-14,3	-22,8	159,7%
Descontos concedidos e outras despesas (c)	-16,8	-0,7	-16,1	2.423,7%
Sub-total Despesas financeiras	**-244,7**	**-85,0**	**-159,7**	**188,0%**
Ajuste a valor presente (a)	66,7	21,2	45,5	214,1%
Juros ativos	14,9	7,0	7,9	112,3%
Descontos por antecipação de pagamentos	4,0	1,6	2,4	155,8%
Rendimento de aplicações e outras receitas financeiras	27,0	3,4	23,6	686,6%
Sub-total Receitas financeiras	**112,6**	**33,3**	**79,4**	**238,8%**
Resultado financeiro ajustado líquido	**-132,1**	**-51,7**	**-80,3**	**155,3%**

*Conforme descrito nos ajustes do lucro líquido do item de destaques.

As principais variações nas despesas financeiras foram:

I. aumento dos juros pagos a fornecedores por compras a prazo (AVP);

II. aumento de juros sobre operações de CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), Empréstimos e Financiamentos, devido à maior dívida bruta bem como impacto da taxa Selic, totalizando R$ 65,3 milhões de juros adicionais.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1opwoqpf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Nas receitas financeiras, destacam-se:

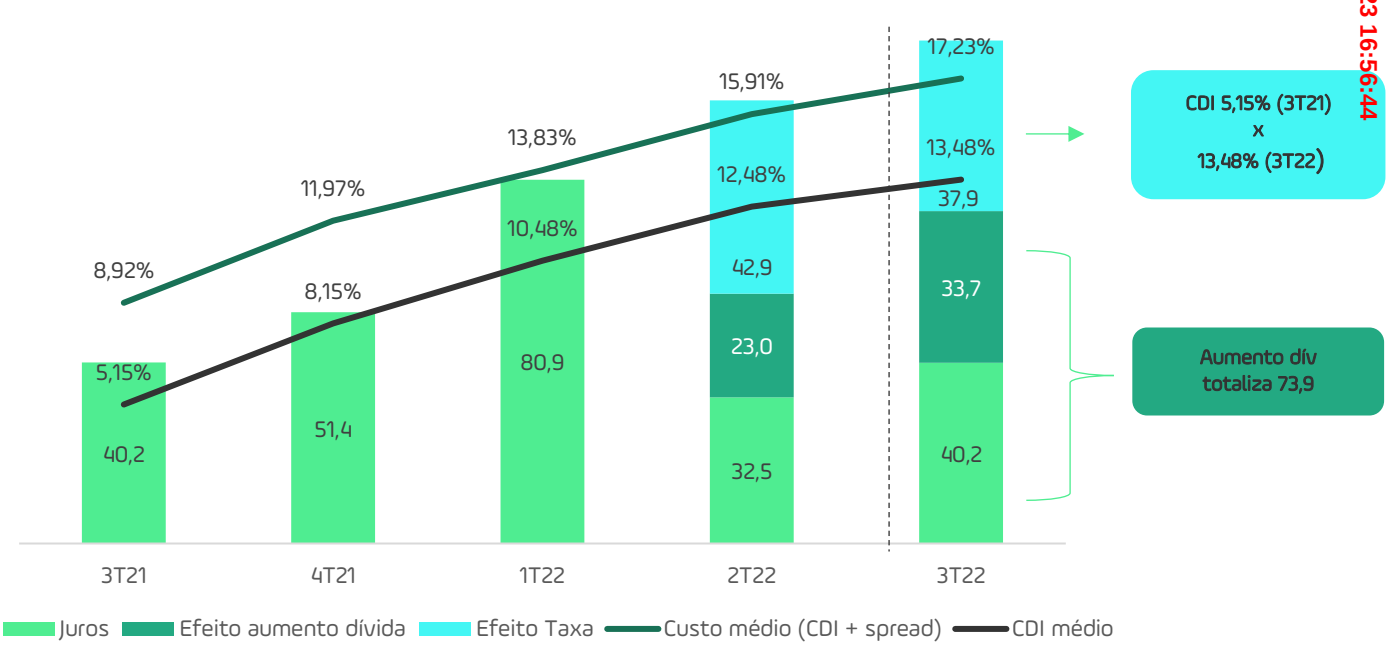
I. incremento dos recebimentos dos clientes (AVP) apesar da diminuição do prazo médio de pagamento;

II. aumento dos descontos obtidos com fornecedores em R$ 2,4 milhões; e

III. rendimento de aplicações financeiras, principalmente, sobre o caixa líquido e aumento da taxa Selic.

O aumento da Selic média impactou as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e CRAs, conforme abaixo. Houve, entretanto, manutenção no spread da dívida bancária de CDI + 3,65%. Ainda que tenha havido aumento no endividamento bruto entre o 3T21 e o 3T22, a relação dívida bruta/receita líquida total reduziu de 25% para 24% nos referidos períodos, respectivamente.

Juros sobre empréstimos e CRA (R$ mi)



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1opbwoqd

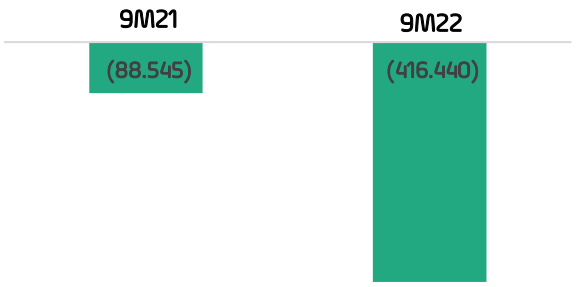
Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Investimentos (9M22)

Os investimentos operacionais em imobilizado, intangível (incluindo investimento na aquisição de empresas) somaram R$ 247,7 milhões, contra R$ 77,4 milhões comparado ao mesmo período do ano anterior. Os investimentos mais representativos nos 9M22 foram: (i) R$ 120 milhões de ágio e mais valia na aquisição da Agrocat; (ii) R$ 35 milhões na implantação de novo ERP sistemas de processos e softwares; (iii) R$ 19,5 milhões com IFRS 16 de imóveis arrendados; (iv) R$ 17,4 milhões em benfeitorias, instalações, máquinas e equipamentos em lojas; (v) R$ 13,2 milhões em hardware; (vi) R$ 6,4 milhões em plantas de sementes; (vii) R$ 6 milhões em desenvolvimento e investimentos em Digital; e (viii) R$ 2 milhões em melhorias e benfeitorias nos silos.

Geração Operacional de Caixa e Endividamento



Nos 9M22 houve geração operacional negativa de R$ 416,4 milhões vs. R$ 88,5 milhões negativo no 9M21. A variação deve-se, principalmente, a: (i) piora de R$ 183,6 milhões no capital de giro, como consequência do aumento de recebíveis; (ii) lucro líquido ajustado menor em R$ 29,2 milhões; (iii) piora em outros ativos e passivos em R$ 50,7 milhões; e (iv) aumento de juros pagos em R$ 64,4 milhões.

	3T22 LTM	3T21 LTM	Δ3T22x3T21	3T22 LTM ex-M&A	3T21 LTM ex-M&A	Δ3T21x3T22 Ex-M&A
Ativo						
Prazo Médio de Recebimento	91	161	-70	87	157	-70
Prazo Médio de Estocagem	110	132	-22	114	117	-3
Ciclo Operacional	200	292	-92	201	274	-73
Passivo						
Prazo Médio de Pagamento	134	175	-41	140	178	-38
Dias de Capital de Giro	66	117	-51	60	96	-36

O prazo médio do capital de giro passou de 117 dias no 3T21 (LTM) para 66 dias em 3T22 (LTM), redução de 51 dias. A redução nos dias de capital de giro ocorreu, principalmente, pela redução do prazo médio de recebimento sendo: a) aumento do faturamento em maior proporção que o contas a receber, com mais vendas à vista e; b) melhoria na gestão de estoques junto a fornecedores.

Perfil da Dívida e Estrutura de Capital

O endividamento bruto somado era de R$ 2,5 bi em 30 de setembro de 2022, considerando-se os CRAs da Companhia. O AgroGalaxy realizou em setembro de 2022, captação de R$ 500 milhões, por meio de emissão CRA lastreado em contratos de compra de grãos junto a produtores rurais. A operação está suportada por garantias de aval das empresas controladas pelo AgroGalaxy com prazo total de 5 anos e prazo médio de 3,5 anos.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

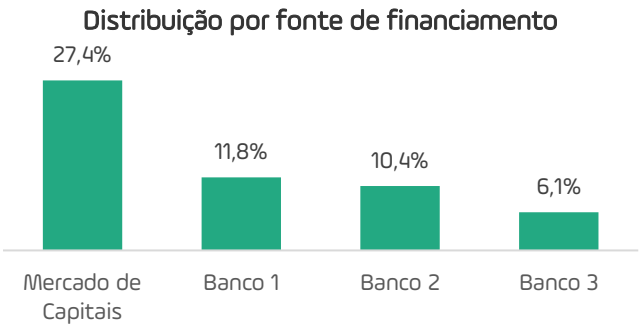
Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1695902.pdf

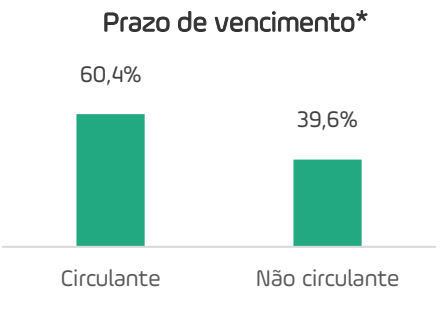
Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

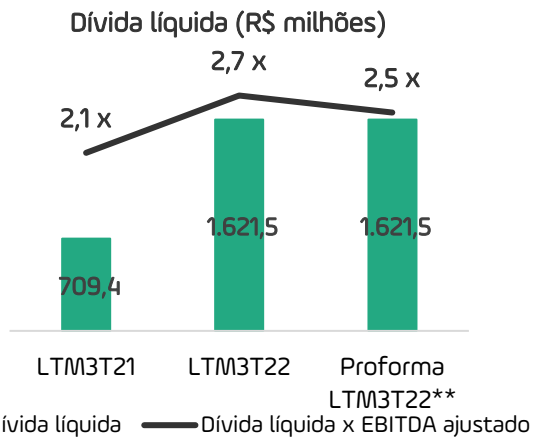
Comentário do Desempenho

A estrutura de captação faz parte da estratégia da Companhia de acessar o mercado de capitais buscando melhora do prazo de seu endividamento, bem como suportar o caixa da Companhia em seu plano de crescimento para os próximos períodos.

Na mesma data, o perfil e prazos de vencimento eram os seguintes:







A dívida líquida ajustada* totalizou R$ 1,6 bilhão em setembro de 2022, aumento de 129%. Houve entre os períodos desembolso de caixa referente à aquisição de participação na Agrocat e aumento nos preços dos insumos, com consequente incremento de volume de estoque pago.

A alavancagem considerando o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses findos em setembro passou de 2,1 vezes em 2021 para 2,7 vezes em 2022. A alavancagem proforma** era de 2,5 vezes no mesmo período de 2022. O aumento é consequência da sazonalidade de faturamento e maior concentração de geração no 4T.

** Dívida líquida ajustada, considerada empréstimos e financiamentos, deduzido do caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, bem como, obrigações com título securitizados CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio – que são classificadas como dívida no Passivo circulante e refere-se a operações de títulos de clientes colocados no mercado para financiar o produtor rural. Assim como há a obrigação do passivo quando da emissão dos títulos do CRA, a Companhia adquiriu títulos e valores mobiliários, classificados no ativo não circulante, como cotas subordinadas que suportarão possível títulos não quitados da obrigação registrada no passivo. Desta forma, estão demonstradas as duas pontas: ativa e passiva e passivo de arrendamento de veículos e outros (máquinas)*

Inadimplência

Parte representativa dos títulos vencidos, no montante aproximado de R$202 milhões, refere-se a saldos a receber pela venda de grãos para tradings, cuja liquidação pode acontecer em momentos diferentes daquele contratado quando do faturamento por razões inerentes a esse mercado, como prazos de embarque da Companhia e do próprio cliente. Os prazos inicialmente contratados de liquidação dessas operações não são ajustados nos controles da Companhia e não refletem esses efeitos.

A composição dos títulos atrasados também contém contas a receber pela venda de insumos, com grande concentração de vencimentos no final do mês de setembro. Para esses títulos, a administração verificou liquidação subsequente de R$ 216 milhões em outubro de 2022. Os demais títulos impactados pela quebra de safra verificadas em algumas regiões do Paraná, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais tiveram suas perdas estimadas consideradas no complemento de provisão realizado no trimestre.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

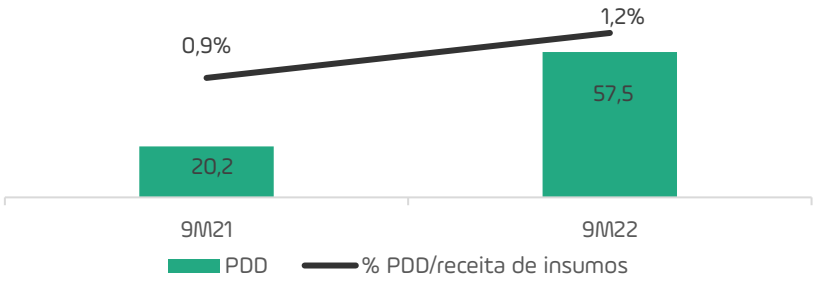
Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 18 : 1ºpwoqd

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

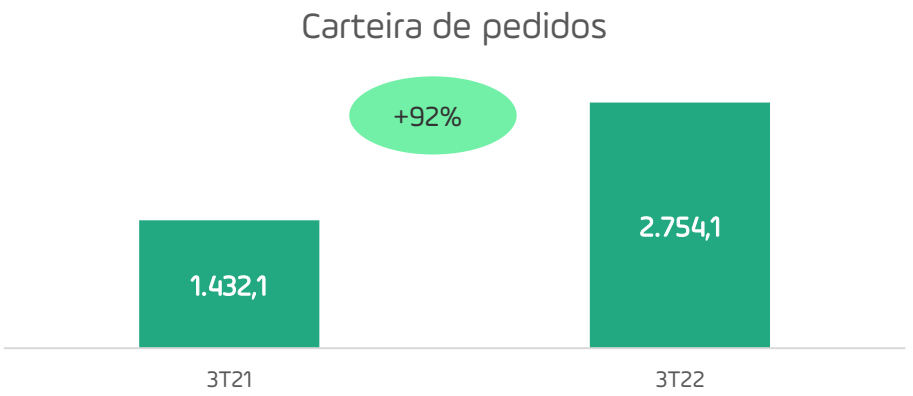
	30/09/2022	30/09/2021
A vencer	2.743.114	1.064.960
Entre 1 e 60 dias	413.927	496.547
Vencido de 61 a 180 dias	232.169	99.551
Entre 181 dias e 365 dias	56.930	52.112
Acima de 365 dias	130.646	81.524
(-) PCLD	-215.517	-128.157
Vencidos	618.154	601.577
Saldo	**3.361.268**	**1.666.537**

A relação provisão de devedores duvidosos (PDD) sobre a receita líquida de insumos da Companhia manteve-se próxima a 1%, conforme demonstrado abaixo:



Carteira de pedidos

Em setembro de 2022, a carteira de pedidos no portifólio somavam R$ 2,8 bi, *versus* R$ 1,4 bi em setembro de 2021, crescimento de 92%.



Plano de Expansão Orgânica 2022

Em 2022, houve a abertura de 5 lojas, permanecendo a previsão de abertura de mais 15, totalizando 20 em 2022. Todas as novas lojas já possuem localização definida e equipes gerando demanda. Mais de **96% da meta de receita e faturamento já foi atingida para essas novas lojas, ou R$ 251 milhões**. O resultado foi obtido pela estratégia da Companhia de alocar equipes gerando demanda em campo anteriormente às aberturas físicas.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1 - Inicial.pdf

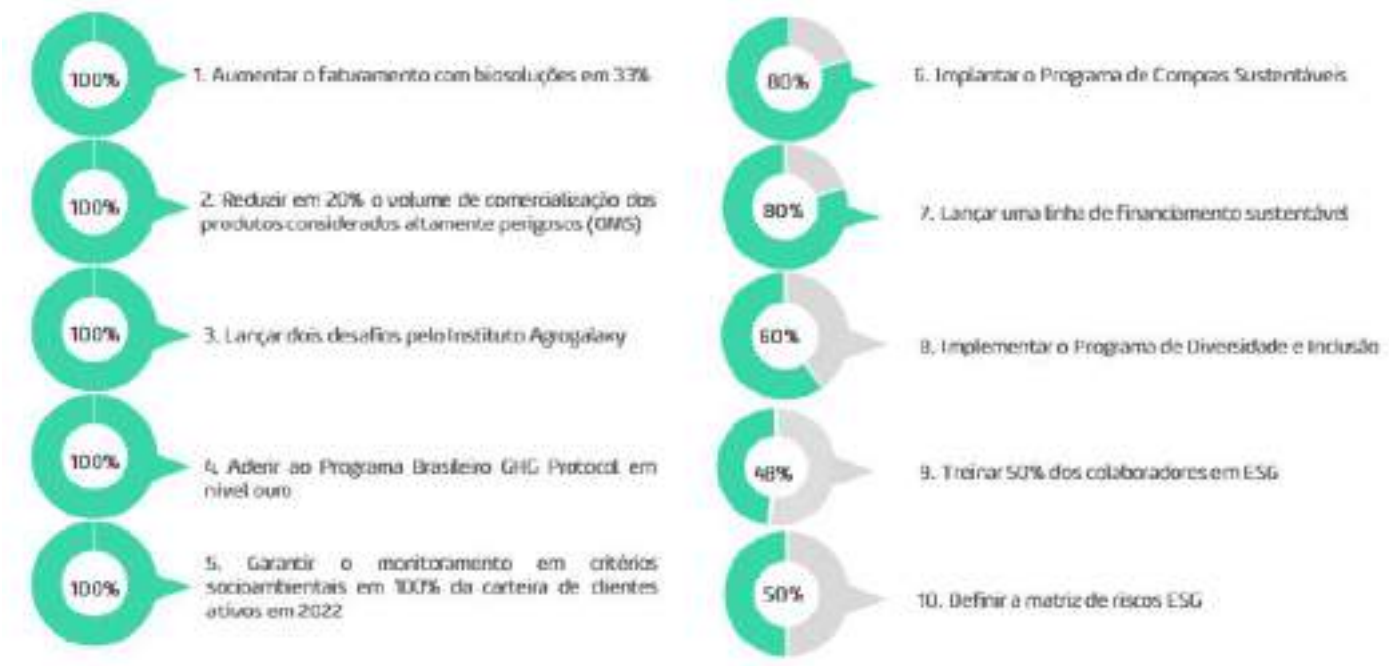
Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

ESG

Para o alcance do Posicionamento ESG, o AgroGalaxy divulga a evolução em cada trimestre das metas 2022 que estão relacionadas aos compromissos-chave e temas da materialidade. A seguir, são demonstrados a atualização do andamento das metas até 30 de setembro e os destaques do período.

Acompanhamento de metas 3T22:



Destaques ESG

O 3T22 foi marcado pela evolução das iniciativas para garantir o alcance das metas ESG até o final de 2022. Houve grandes avanços em todas as metas, com 100% de atingimento em metade dos compromissos assumidos para o ano.



Selo GHG Protocolo – Nível Ouro

A Companhia recebeu, em 17 de outubro de 2022, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocolo. A concessão ocorre a organizações que publicam o seu inventário de emissões de gases de efeito estufa completo (escopos 1 e 2 obrigatórios) e passam por uma auditoria de terceira parte, por firma acreditada, neste caso a BSI Brasil.

Programa de Compras Sustentáveis | Meta 6

Em 2022, o time de Suprimentos contou com apoio das áreas de ESG e Integridade para elaboração em conjunto de um plano de implementação do Programa de Compras Sustentáveis. O ponto de partida foi a discussão com os *heads* das áreas sobre a Matriz de Criticidade das categorias de Suprimentos Diretos, pois concentram a maior parte do faturamento com fornecedores da cia.

A partir da definição dos temas críticos para o negócio, tendo como referência a Materialidade e a Política de Responsabilidade Socioambiental, foram elaborados dois documentos estruturais para implementação do Programa de Compras Sustentáveis Agrogalaxy: A Política de Compras Sustentáveis e o Código de Conduta do Parceiro de Negócios. Os materiais direcionarão a atuação da área de Suprimentos em relação às questões socioambientais junto aos fornecedores, assim como a implementação de um novo fluxo de acompanhamento deste tema pelas áreas envolvidas. Estas diretrizes serão apresentadas no Comitê de Sustentabilidade que recomendará a aprovação pelo Conselho de Administração em dezembro de 2022.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1695902.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

O trabalho foi desenvolvido com o apoio externo da Gestão Origami, consultoria referência em Sustentabilidade Corporativa no Brasil, com os objetivos iniciais de: (a) clareza dos impactos socioambientais de suas grandes categorias de suprimentos; (b) clareza em relação ao potencial de risco de suas grandes categorias de suprimento; (c) ter uma política formal consolidando as práticas de compras sustentáveis; (d) ter um documento formalizando as expectativas de relacionamento com os seus fornecedores.

"Esses são os primeiros passos de um programa de compras sustentáveis. Enquanto a Política pautará a integração entre Suprimentos e Sustentabilidade, o Código de Conduta de Parceiros de Negócios trará as diretrizes não negociáveis que deverão ser respeitadas pelos nossos parceiros." Vinicius Barbosa, Gerente de Suprimentos Indiretos.

Programa Diversidade & Inclusão | Meta 8

Para assegurar a implementação de um Programa de Diversidade e Inclusão consistente, a área de Gente & Gestão da Companhia tem liderado uma série de iniciativas em interação com outras áreas.

No início do 2º semestre de 2022, foi validada a estratégia com o Comitê de Sustentabilidade. Iniciaram-se as capacitações e o letramento dos times de Recursos Humanos, Jurídico, Comunicações e ESG, que tem sido fundamentais para garantir ações conexas e consistentes. Foram tratados conteúdos como: cultura inclusiva, empatia, vieses inconscientes e afins, com o apoio de consultorias especializadas como a SSB Consultoria. A Diretoria Executiva também já foi capacitada nos temas, tomando decisões importantes para fortalecer uma cultura com foco em diversidade na empresa.

São destaques as seguintes iniciativas:

I. Incorporação de um processo de seleção robusto e às cegas que contribui para contratações que olham para os talentos aproveitando o melhor que a heterogeneidade proporciona, ou seja, que cada um possa ser 100% de si na empresa. Ainda sobre R&S, contamos com 2 consultorias especializadas na contratação de pessoas com deficiência em todo Brasil e mais uma consultoria, a Oportunidades Especiais, que capacita os gestores a cada nova contratação, viabilizando uma atuação cada vez mais inclusiva e assertiva.

II. Implementação e capacitação da comissão de diversidade, atualmente com 20 membros.

III. Definição do nome e marca do programa: SOMOS +, enfatizando que nosso mais é exatamente o que somos, o nosso melhor.

De forma pioneira, o AgroGalaxy conta com o apoio da Sondery, consultoria especializada em comunicação inclusiva para garantir a Acessibilidade Digital em todos os canais de comunicação da empresa, através de workshops com os times e análise técnica do site do Instituto AgroGalaxy com recomendações que serão colocadas em práticas ainda neste ano.

Além disso, o censo de diversidade que visa mapear todo o público de funcionários para direcionar as estratégias mais eficazes está em andamento.

Painéis temáticos, formação de toda a liderança, a implementação de grupos de afinidade e o lançamento da Política de Diversidade & Inclusão acontecem ainda em 2022. Tudo isso, apoiado pela nossa atuação em rede nas iniciativas do PACTO GLOBAL da ONU, onde temos aprendido com a experiência das outras empresas e conteúdo com a nossa participação na plataforma de Direitos Humanos.

"No AgroGalaxy, atuamos em tudo que fazemos com o olhar da Diversidade, Inclusão e Pertencimento. Nosso principal objetivo é que nossos funcionários sintam que podem ser 100% de si mesmos tanto em casa quanto no trabalho, por isso buscamos estratégias que influenciem nosso ambiente interno, as comunidades que estamos presentes e através de nossa atuação no dia a dia o pertencimento diverso e inclusivo seja reconhecido por todos." (Felipe Neufeld, Diretor de Gente & Gestão)

Em suma, diversidade é o compromisso da Companhia, contribuindo para uma sociedade em que o respeito a todos é vivido a todo momento.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1095766543...pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Digital

Desde 2020, o Agrogalaxy vem desenvolvendo e evoluindo em sua jornada omnicanal e de transformação digital, com foco no aumento da produtividade do CTV e na melhor prestação de serviços ao produtor. Como resultado desses esforços, a Companhia atingiu a marca de **R$ 3,2 bilhões em faturamento por meios digitais** nos 12 últimos meses até set/22 (+87% vs. LTM3T21).

Nesse período, foram realizadas mais de **37 mil interações com produtores** através dos meios digitais: **bot da GI, e-mail, sms e app**, auxiliando no suporte de campanhas, ações de incentivo, nas dúvidas dos clientes e na geração de oportunidades de negócios. A maior parte dessas interações são relacionadas a campanhas promocionais, comunicados, pesquisa de satisfação para conversão de venda, melhoria na prestação dos serviços e experiência do cliente. Somente em 2022, foram realizadas mais de mil interações por meios digitais de produtores com interesse em receber a oferta pelo CTV.

Desde o início de 2022, estruturamos campanhas *martech* (*marketing +tech*) para a oferta personalizada e automatizada de produtos e serviços aos nossos clientes por meio da Gi. O cliente é impactado pelos meios digitais, podendo manifestar interesse com apenas um clique e ser direcionado automaticamente para seu CTV.

Evolução digital:



Destaques Digital

O 3T22 foi marcado pela **consolidação da estrutura de digital**: equipe multidisciplinar nas diversas verticais, entrega de novas funcionalidades e de serviços. Foram finalizadas **8 novas funcionalidades no app**, atendendo mais de **6,7 mil produtores** cadastrados e **5,1 milhões de hectares mapeados**, com o aumento de 30% em acessos em relação ao 3T21 (26.595 vs. 34.709). Foi consolidada a vertical de serviços de agricultura digital, o **Agrokea** que, em 9 meses de operação, chegou em **103 mil hectares contratados**.

A implementação destas frentes digitais somente é possível com a execução disciplinada de inteligência de dados, como o modelo de recomendação de melhor oferta e o modelo de segmentação de clientes. Esses dois modelos trazem uma visão inteligente de quais produtos devem ser ofertados para cada cliente em período específico do ano, o que tem gerado um processo contínuo de oportunidades de automatização de jornadas on e offline, facilitando o dia a dia dos departamentos comercial e administrativo.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1695w.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Novas funcionalidades no app

O app do Agrogalaxy permite que o produtor acesse todas as soluções de agricultura digital (desenvolvimento da lavoura, imagens de satélite, informações de clima, planejamento da safra, pragas, entre outras) e informações de produtos/serviços Agrogalaxy. O CTV pode acompanhar remotamente o relacionamento e assistir o produtor no dia a dia da lavoura.

Houve relevante evolução na consulta do portfólio de produtos e lançamento de pedidos no app, possibilitando agilidade no campo e acesso às informações *just-in-time*. As negociações de Barter feitas pelo canal digital foram expandidas alcançando um total de 400 mil sacas em 2022.

Foi lançada, ainda, a funcionalidade de concessão e renovação de crédito para compra de insumos na jornada digital, com a criação de um modelo preditivo próprio para análise automática de crédito e um workflow de aprovação que atende as políticas de concessão de crédito vigentes.

Inovação

Em julho deste ano, teve início o primeiro programa de inovação Aberta da Agrogalaxy – o InovaGi em parceria com a AgTech Garage, com sede em Piracicaba. Nesse desafio, buscamos soluções para seis problemas de negócios: agricultura de precisão, IOT, Inteligência artificial com imagens de satélites, treinamentos, ERP da Lavoura, clipping de notícias.

Foram prospectadas mais de 80 startups, tendo sido selecionadas 20 para o Pitch Day, das quais 2 já estão em processo de contrato para parceria comercial para início em 2023.

Agrokea

No início de 2022 foi contratado time especializado em Agrokea para compor a equipe do time técnico comercial, garantindo a disponibilidade e atendimento todo Agrogalaxy. Em julho, o Agrokea iniciou as atividades da coleta de solo, folha e nematoide com equipes internas, reduzindo a utilização e a dependência de serviços terceirizados.

Desde o início da implantação da Agrokea, foram realizadas melhorias dentro da plataforma proprietária, principalmente, pelo desenvolvimento de novos cruzamentos de dados e otimização das rotinas de geoprocessamento. Dentro das atividades de geoprocessamento estão sendo implementadas melhorias que visam uma maior agilidade no processo e que permitem a escalabilidade de todo processo com o crescimento projetado de toda a estrutura.

Em maio deste ano, foram realizados testes com sensores de solo que possuem potencial para substituir a análise laboratorial tradicional, pois mapeiam os indicadores de fertilidade de solo baseados em medições de eletro condutividade aparente e liberam os resultados em até 48 horas na plataforma web. Esses equipamentos reduzirão o tempo de retorno dos resultados para os clientes. Também houve importantes avanços na análise de microbiológica do solo, com a qual o produtor conhece a microbiologia de sua propriedade, permitindo avaliar a saúde desse solo. Com esses resultados em mãos, o time Agrokea tem a capacidade plena de avaliar o que está de fato reduzindo a produtividade do cliente, com análise dos principais pilares da produção (químico, físico e biológico).

Redes Sociais

Os seguidores do AgroGalaxy no LinkedIn cresceram 185% de janeiro a setembro de 2022, alcançando 43.329 usuários na plataforma. Houve aumento de 159% no número de seguidores no Instagram, chegando a 9.140 seguidores no mesmo período, havendo mais de 2.000 publicações na rede com as hashtags da marca. Os dados das redes refletem a presença digital do AgroGalaxy enquanto marca, um panorama que fica claro com o nosso aumento de impressões em resultados de pesquisa google, de 33.120 mil para 205.249 mil impressões, aumento de 519% desde o início do ano, reflexo do trabalho constante de expansão e criação de novos canais e pontos de contato da marca com o público. No blog Universo AgroGalaxy houve acesso de 37mil usuários aos conteúdos gerados mensalmente.

Nos próximos meses, a Companhia fortalecerá ainda mais o seu posicionamento de marca nas mídias digitais, cada vez mais unificada e atendendo às necessidades de nossos seguidores.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 1 (1).pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Comentário do Desempenho

Reconhecimentos

Em agosto, o AgroGalaxy participou com o case *Experiência "Fígital" – Conectando Produtores e Agrônomos* no evento Smart Customer e conquistou o **troféu de prata**. Esta premiação representa o reconhecimento do mercado da estratégia de centralidade no cliente AgroGalaxy, um dos principais pilares da estratégia da Companhia. Nesta mesma edição, o **Agrokea**, conquistou o **troféu de ouro** na Premiação Smart Customer 2022, na categoria Inovação em Relacionamento.

"Após mais de 2 anos como diretora de transformação digital, posso me orgulhar de ter visto o AgroGalaxy nascer e se consolidar, entregando tantas conquistas na frente digital. Estamos na vanguarda do setor, com a potencialização do app, que possui diversas funcionalidades, atendendo de forma ágil e remota nossos CTVs e produtores; a criação da Agrokea, nossa vertical de agricultura digital, trazendo recomendações mais precisas ao dia a dia no produtor; entre outras digitalizações, como barter, seguros, crédito, NDVI histórico, calculadoras, pedido offline; implantação de martech; crescimento nas mídias sociais e a criação do nosso hub de inovação, o InovaGI. Seguiremos esta trilha com muita dedicação, tempo, forma e método sem perder o foco de levar a inteligência e a rapidez que os nossos produtores precisam para a sua melhor tomada de decisão." Maria Pilar Sepulveda, Diretora de Transformação Digital AgroGalaxy

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

AgroGalaxy Participações S.A.

Informações Trimestrais (ITR) em 30 de setembro de 2022 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

Índice

Balanço patrimonial		2
Demonstração do resultado		4
Demonstração do resultado abrangente		5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido		6
Demonstração dos fluxos de caixa		7
Demonstração do valor adicionado		8
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias		
1	Contexto operacional	9
2	Base de preparação	12
3	Resumo das políticas contábeis significativas	14
4	Estimativas contábeis e julgamentos críticos	17
5	Combinação de negócios e aquisição de controle em nova subsidiária	18
6	Gestão de risco financeiro (Consolidado)	20
7	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	28
8	Contas a receber de clientes (Consolidado)	29
9	Estoques (Consolidado)	30
10	Impostos a recuperar	31
11	Adiantamentos a fornecedores (Consolidado)	32
12	Investimentos (Controladora)	32
13	Imobilizado	36
14	Intangível	38
15	Ativos de direito de uso (Consolidado)	40
16	Fornecedores	41
17	Empréstimos e financiamentos (Consolidado)	41
18	Passivos de arrendamento (Consolidado)	42
19	Obrigações por cessão de créditos (Consolidado)	45
20	Obrigações sociais e trabalhistas	46
21	Adiantamentos de clientes (Consolidado)	46
22	Contingências (Consolidado)	46
23	Patrimônio líquido	47
24	Partes relacionadas (Consolidado)	50
25	Receita de contrato de clientes (Consolidado)	54
26	Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)	54
27	Despesas administrativas, com vendas e outras (receitas) e despesas, líquidas	55
28	Resultado financeiro	56
29	Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)	57
30	Informações por segmento (Consolidado)	60
31	Instrumentos financeiros (Consolidado)	61
32	Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)	66
33	Seguros	68
34	Compromissos	68

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

AgroGalaxy Participações S.A.

Balanço patrimonial em
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	387.486	179.261	743.156	643.563
Aplicações financeiras	7			52.014	112.398
Contas a receber de clientes	8			3.316.724	2.640.037
Estoques	9			2.390.181	1.635.752
Impostos a recuperar	10	849	1.114	93.198	87.988
Instrumentos financeiros derivativos	31			76.374	32.402
Adiantamentos a fornecedores	11			362.426	226.653
Outros créditos		3.211	626	72.133	26.318
Total do ativo circulante		391.546	181.001	7.106.206	5.405.111
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	7			47.113	48.751
Contas a receber de clientes	8			44.545	58.379
Títulos e valores mobiliários	19.1			79.562	46.351
Instrumentos financeiros derivativos	31			762	1.122
Impostos a recuperar	10			17.337	19.948
Depósitos judiciais	22			6.019	1.992
Mútuos com partes relacionadas	24	5.427	4.750	5.427	5.625
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29			31.010	11.424
Outros créditos				47.433	15.894
		5.427	4.750	279.208	209.486
Investimentos em controladas	12	1.431.640	1.330.590		
Outros investimentos				3.206	468
Imobilizado	13	681	714	153.355	129.197
Intangível	14	20.426	4.693	1.044.995	912.542
Ativos de direito de uso	15			118.752	118.106
Total do ativo não circulante		1.458.174	1.340.747	1.599.516	1.369.799
Total do ativo		1.849.720	1.521.748	8.705.722	6.774.910

(continua)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

AgroGalaxy Participações S.A.

Balanço patrimonial em
Em milhares de reais (continuação)

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**30 de setembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**	**30 de setembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
Circulante					
Fornecedores	16	395	1.151	3.720.771	3.199.417
Empréstimos e financiamentos	17			1.318.039	1.010.227
Passivo de arrendamento	18			35.957	35.033
Instrumentos financeiros derivativos	31			18.725	2.040
Obrigações por cessão de crédito	19			165.510	209.957
Obrigações sociais e trabalhistas	20	4.120	5.606	115.545	83.371
Impostos e contribuições a recolher		287	328	12.363	7.872
Adiantamentos de clientes	21	11.753		688.405	256.656
Aquisição de participações societária a pagar	14	12.583	16.157	12.583	16.157
Dividendos a pagar	23	137	28.105	137	28.105
Outras contas a pagar		1		27.089	11.495
Total do passivo circulante		29.276	51.347	6.115.124	4.860.330
Não circulante					
Fornecedores	16			5.611	
Empréstimos e financiamentos	17			516.984	267.428
Passivo de arrendamento	18			76.558	77.796
Instrumentos financeiros derivativos	31			3.785	
Obrigações por cessão de crédito	19	456.473		528.156	
Aquisição de participações societária a pagar	14	49.867		49.867	
Provisões para contingências	22			14.816	1.555
Mútuos com partes relacionadas	24	32.053	11.657		
Impostos e contribuições a recolher				3.140	3.298
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29			91.644	90.315
Outras contas a pagar				2.436	
Total do passivo não circulante		538.393	11.657	1.292.997	440.392
Total do passivo		567.669	63.004	7.408.121	5.300.722
Patrimônio líquido	23				
Capital social		789.221	789.221	789.221	789.221
Reservas de capital		490.944	490.944	490.944	490.944
Ações em tesouraria		(34.037)	(34.037)	(34.037)	(34.037)
Ajustes de avaliação patrimonial		21.515	14.525	21.515	14.525
Reserva de lucros		198.091	198.091	198.091	198.091
Prejuízos acumulados		(183.683)		(183.683)	
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.282.051	1.458.744	1.282.051	1.458.744
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores				15.550	15.444
Total do patrimônio líquido		1.282.051	1.458.744	1.297.601	1.474.188
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.849.720	1.521.748	8.705.722	6.774.910

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

AgroGalaxy Participações S.A.

Demonstração do resultado
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora				Consolidado			
	Notas	2022		2021		2022		2021	
		Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 Meses
Receita de contratos com clientes	25					3.074.306	8.186.627	1.844.784	4.062.801
Custos das mercadorias vendidas	26					(2.627.083)	(7.280.579)	(1.590.035)	(3.591.527)
Lucro bruto						447.223	906.048	254.749	471.274
Despesas com vendas	27					(134.591)	(314.481)	(61.968)	(151.145)
Despesas gerais e administrativas	27	(5.625)	(30.704)	(7.057)	(19.302)	(130.536)	(345.384)	(84.724)	(217.673)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	27			833		(6.660)	(1.691)	(931)	(857)
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	12	31.255	(145.144)	75.849	18.458				
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		25.630	(175.848)	69.625	(844)	175.436	244.492	107.126	101.599
Despesas financeiras	28	(1.981)	(8.922)	(31)	(51)	(250.119)	(763.933)	(87.306)	(286.418)
Receitas financeiras	28	710	1.088	1.658	1.658	97.445	290.782	33.252	140.421
Variação cambial e valor justo	28					2.115	15.095	22.663	43.620
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contrbuição social		24.358	(183.683)	71.252	763	24.877	(213.564)	75.735	(778)
Imposto de renda e contribuição social									
Imposto de renda e contribuição social correntes	29					(3.949)	(7.562)	(3.236)	(3.723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29			(283)		4.036	37.549	(190)	5.922
Lucro líquido (prejuízo) do período		24.358	(183.683)	70.969	763	24.964	(183.577)	72.308	1.421
Atribuível a									
Acionistas da Companhia						24.358	(183.683)	70.969	763
Participação de não controladores						606	106	1.339	658
						24.964	(183.577)	72.308	1.421
Lucro líquido básico (prejuízo) por ação (em reais)	23.7					0,15	(1,10)	0,42	0,01
Lucro líquido diluído (prejuízo) por ação (em reais)	23.7					0,14	(1,10)	0,41	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

AgroGalaxy Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	2022		2021		2022		2021	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Lucro líquido (prejuízo) do período	24.358	(183.683)	70.969	763	24.963	(183.577)	72.308	1.421
Outros resultados abrangentes								
Total do resultado abrangente do período	24.358	(183.683)	70.969	763	24.963	(183.577)	72.308	1.421
Atribuível a								
Acionistas da Companhia					24.358	(183.683)	70.969	763
Não controladores					605	106	1.339	658
					24.963	(183.577)	72.308	1.421

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

AgroGalaxy Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

		Atribuível aos acionistas da Contro								
		Capital social					Reserva de lucro			
	Nota	Capital social	Custo de emissão de ações	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de legal	Reserva de investimento	Prejuízos acumulados	
Em 01° de janeiro de 2021		**426.046**		**490.944**		**10.173**	**5.647**	**82.857**		**1.0**
Aumento de capital social	23.1	62.672			(36.737)					
Prejuízo do período									76	
Plano de opção de ações dos empregados	23.6					4.880				
Opções outorgadas em controladas	23.6									
Venda de ações em tesouraria	23.3				2.700					
Aumento de reserva mediante estorno de dividendos minímos obrigatórios	23.4							19.354		
Aquisição de participação adicional em controlada indireta	23.1					(7.809)				
Aquisição de controle em nova subsidiária	23.1									
Aumento de capital social mediante oferta publica de ações	23.1	349.999	(46.646)							3
Em 30 de setembro de 2021		**838.717**	**(46.646)**	**490.944**	**(34.037)**	**7.244**	**5.647**	**102.211**	**76**	**1.3**
Em 31 de dezembro de 2021		838.717	(49.496)	490.944	(34.037)	14.525	11.564	186.527		1.4
Prejuízo do período									(183.68	(1
Plano de opção de ações dos empregados	23.6					**6.990**				
Em 30 de setembro de 2022		838.717	(49.496)	490.944	(34.037)	21.515	11.564	186.527	(183.68	1.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas **Agrogalaxy Participações S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa
Período de nove meses findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(183.683)	763	(213.564)	(778)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	645		81.177	50.696
Ajuste a valor presente	6.256		1.353	(8.869)
Ajuste a valor presente arrendamentos			18.994	11.563
Resultado na venda de ativo imobilizado			(15.915)	(918)
Provisão de perda dos estoques			(3.202)	(355)
Resultado de equivalência patrimonial de controladas	145.144	(18.458)		
Variação no valor justo de commodities			(20.872)	19.326
Variação no valor justo dos contratos a termo			29.168	(14.672)
Instrumentos financeiros derivativos			(38.183)	(28.459)
Juros sobre empréstimos e financiamentos			180.964	60.636
Variação cambial empréstimos e financiamentos			2.794	5.337
Plano de pagamento baseado em ações	6.990	4.879	6.990	4.975
Perda no valor realizável de contas a receber			57.528	17.954
	(24.648)	(12.815)	87.232	116.437
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes			(421.203)	469.397
Estoques			(675.250)	(648.087)
Adiantamentos a fornecedores			(93.359)	(170.168)
Impostos a recuperar	265	(391)	(2.255)	32.911
Outros créditos	(1.220)	(460)	(67.027)	(34.775)
Fornecedores e outras contas a pagar	(756)	2.925	452.444	(125.888)
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.486)	5.599	30.655	19.549
Obrigações tributárias	11.712	1.048	212	(5.359)
Adiantamentos de clientes e outros passivos			393.365	309.486
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(16.132)	(4.095)	(295.186)	(36.498)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(5.138)	(353)
Juros pagos			(116.115)	(51.694)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(16.132)	(4.095)	(416.439)	(88.545)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados			(43.173)	(26.427)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado			24.177	3.340
Aquisição de investimento, líquido do caixa incorporado	(208.199)	(143.796)	(155.679)	(36.556)
Aplicação financeira			62.022	10.976
Aplicação em títulos e valores mobiliários			(33.211)	
Mútuo com partes relacionadas		(4.750)	198	(2.122)
Aquisição de intangível	(16.345)	(3.957)	(48.566)	(14.477)
Fluxo de caixa liquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(224.544)	(152.503)	(194.234)	(65.267)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos			1.290.898	909.991
Captações de recursos securitizados	456.473		165.510	147.968
Mútuo com partes relacionadas	20.396	3.107		
Liquidações de empréstimos e financiamentos			(954.927)	(704.068)
Liquidação de recursos securitizados			284.512	(269.307)
Aumento de Capital		340.203		340.203
Liquidação de passivos de arrendamento			(47.759)	(30.692)
Pagamento de dividendos	(27.968)		(27.968)	
Fluxo de caixa líquido gerados pelas atividades de financiamentos	448.901	343.310	710.266	394.096
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	208.225	186.713	99.593	240.284
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	179.261	1.264	643.563	301.106
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	387.486	187.977	743.156	541.390

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão presentadas na Nota 32 (c).

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

Agrogalaxy Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado
Período de nove meses findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			8.183.921	4.081.714
Outras receitas				(857)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(57.528)	(17.954)
			8.126.393	**4.062.902**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das mercadorias e serviços vendidos			(7.308.554)	(3.589.083)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(13.279)	(1.660)	(158.721)	(172.173)
	(13.279)	**(1.660)**	**(7.467.275)**	**(3.761.256)**
Valor adicionado bruto	**(13.279)**	**(1.660)**	**659.118**	**301.646**
Depreciação e amortização	(681)		(59.356)	(50.696)
Valor adicionado produzido pela entidade	**(13.960)**	**(1.660)**	**599.762**	**250.950**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras e variações cambiais		1.608	885.398	140.421
Resultado de equivalência patrimonial	(145.144)	18.458		
	(144.416)	**20.066**	**885.398**	**140.421**
Valor adicionado a distribuir	**(158.376)**	**18.406**	**1.485.160**	**391.372**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**13.819**	**16.675**	**290.827**	**109.954**
Remuneração direta	7.300	11.186	239.706	85.869
Benefícios	6.483	5.474	39.180	18.843
FGTS	36	14	11.941	5.242
Impostos, taxas e contribuições	**2.566**	**968**	**29.227**	**34.893**
Federais	2.566	968	(706)	16.370
Estaduais			28.772	16.870
Municipais			1.161	1.654
Remuneração de capitais de terceiros	**8.922**		**1.348.683**	**245.103**
Juros, variações cambiais e monetárias	8.922		1.343.814	242.798
Despesas de aluguéis e Arrendamento	0		4.869	2.305
Remuneração de capitais próprios	**(183.683)**	**763**	**(183.577)**	**1.421**
Resultado do período retido	(183.683)	763	(183.683)	763
Resultado atribuído para acionistas não controladores			106	658
Valor adicionado a ser distribuído	**(158.376)**	**18.406**	**1.485.160**	**391.372**

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Peticão Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A AgroGalaxy Participações S.A. (AgroGalaxy ou "Companhia" e quando em conjunto com suas controladas como o "Grupo"), constituída na forma de sociedade anônima e sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Em 30 de setembro de 2022, não há um acionista identificado como controlador e, dessa forma, configura-se o controle coletivo da Companhia conforme decisões por maioria em percentuais definidos em acordo de acionistas. Adicionalmente, em decorrência do Acordo de Acionistas celebrado em 30 de outubro de 2020, Agrofundo Brasil III Fundo de Investimento Participações Multiestratégia (“Agrofundo III”), Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento Participações Multiestratégia (“Agrofundo IV”), Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento Participações Multiestratégia (“Agrofundo V”) e Galaxy Agrobusiness IE (“Galaxy”) que, em conjunto, possuem, em 30 de setembro de 2022, ações representativas de 53,5% do capital social total e votante vinculado a tal acordo (2020 – 63,71%), e que estão organizados em um bloco de acionistas, os quais tem o poder de indicar a maioria dos membros do Conselho de Administração, sem contudo configurar controle conjunto nos termos do CPC 19 (R2)/ IFRS 11 Negócios em Conjunto.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia compreendem a Companhia e suas controladas diretas e indiretas (individualmente referidas como "entidades do Grupo”). O Grupo atua, primariamente, no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, bem como, em operar na comercialização e exportação de cereais (soja e milho), no armazenamento, beneficiamento e padronização destes cereais, além de participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola.

Em 2021 e em 2022, em linha com o plano de expansão de suas atividades, a Companhia tem adquirido o controle de novas empresas, bem como participação adicional em negócios já controlados, a saber:

- Em 1º de abril de 2021, a Companhia adquiriu 100% (cem por cento) das quotas do capital social da Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. (“Boa Vista”), que opera no varejo de insumos agrícolas no estado do Mato Grosso do Sul. O preço total da aquisição foi de R$ 47.066, e foi realizado da seguinte maneira: Pagamento de R$ 21.132, e cessão de participação na Companhia equivalente a 2,34% do total de ações do seu capital social naquela data, correspondente a R$ 25.934, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2021.

- Em 7 de abril de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Rural Brasil S.A. (“Rural Brasil”), adquiriu 30% (trinta por cento) do capital social total da Campeã Agronegócios S.A. (“Sementes Campeã”), passando a deter, indiretamente, a totalidade do capital social da Sementes Campeã. A aquisição envolveu o pagamento de R$ 12.300.

- Em 31 de agosto de 2021, a Companhia adquiriu 80% (oitenta por cento) do capital social da Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S.A. (“FZ” ou “Ferrari Zagatto”), que opera no varejo de insumos agrícolas no estado do Paraná. A aquisição envolveu a obrigação de pagamento de R$ 112.887.

- Em 26 de julho de 2021, a Companhia, realizou a oferta pública inicial de ações (IPO) na B3, nos termos da Instrução CVM 476, na qual apenas investidores qualificados e restritos participaram da oferta. Essa transação envolveu o aumento do capital social da Companhia no montante total de R$349.999 ao preço de R$ 13,75 por ação (“Preço por Ação”), mediante a emissão de 25.454.545 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações).

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Em 10 de janeiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de controle da Agrocat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. ("Agrocat"), sociedade limitada com sede na cidade de Tangará da Serra, Estado do Mato Grosso. A referida operação se caracteriza pela aquisição imediata de 80% (oitenta por cento) do capital social ("Participação Societária"), bem como o contrato de compra e venda determina que o vendedor tem o direito irrevogável e irretratável de vender para a Companhia os 20% remanescentes e a Companhia tem o direito de exercício de opção de compra, também irretratável e irrevogável, ambos sob a mesma condição e preço já determinado. Essa aquisição envolveu a obrigação de pagamento de R$ 248.236 (Nota 5.3).

Em 10 de novembro de 2022, a emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, responsável pela governança.

1.1 Efeitos do COVID-19 e suas variantes nas informações contábeis intermediárias

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020, que trata da orientação sobre a divulgação dos potenciais impactos do COVID-19 e suas variantes nas demonstrações financeiras, considerando os principais riscos e incertezas advindos desta análise e observadas as normas contábeis, a Companhia trabalhou, em especial na análise dos seguintes possíveis impactos:

a) Ações realizadas pela Companhia em função do COVID-19 e suas variantes e possíveis impactos nos seus controles internos;
b) Aumento do risco de perdas em ativos financeiros (CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros);
c) Valor realizável de estoques (CPC 16/ IFRS IAS2 – Estoques);
d) *Impairment* de ativos imobilizado e intangível (CPC 01/ IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos);
e) Impactos na receita do período e nas margens;
f) Análise de continuidade operacional da Companhia;
g) Fluxo de caixa, impactos no acesso ao crédito de empréstimos e financiamentos e *covenants*.

A Companhia, no resultado de suas análises, não identificou impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas nos períodos de 2022 e 2021. Neste sentido, é importante informar que as operações da Companhia e suas controladas estão sendo realizadas de acordo com um modelo de gestão de crise, o qual contempla o desenvolvimento de estratégias para que a Companhia possa atravessar esse período com o menor impacto negativo. A Companhia agiu e age com celeridade e assertividade na criação e manutenção de um Comitê, o qual ficou responsável pela elaboração e acompanhamento contínuo das ações de enfrentamento do COVID-19 e suas variantes, que visam a identificação de riscos e vulnerabilidades, além de estabelecer medidas de proteção, controle e contenção de eventual proliferação do COVID-19 e suas variantes no âmbito da Companhia e suas controladas.

A agricultura brasileira foi um dos setores menos afetados negativamente, uma vez considerada como atividade essencial e a população mundial precisa alimentar-se mesmo em face de desemprego e redução de renda. Especificamente no Brasil, considerado um dos maiores exportadores mundiais de grãos e demais produtos agrícolas, não ocorreram grandes alterações negativas nas tendências de demanda e oferta dos produtos em 2022 relacionado ao COVID-19 e suas variantes. Já os impactos da COVID-19 e suas variantes que impactaram setores específicos, não impactam os negócios da Companhia por não haver relação direta entre elas. Ainda assim, a pandemia do Covid-19 e suas variantes trouxeram muita incerteza e volatilidade ao mercado das commodities agrícolas.

A respeito dos compromissos firmes de venda para clientes, a Companhia não espera alterações negativas relevantes em sua composição, muito relacionado com a grande demanda por produtos agrícolas mencionada acima e visto que sua origem reside em uma forte correlação com a forma como as negociações são realizadas e os *players* escolhidos como parceiros comerciais, não tendo sido identificados, até o momento, dúvidas relacionadas a estes compromissos.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia tem atuado de maneira permanente na avaliação com seus parceiros nos temas relacionados as cadeias de fornecimento de insumos agrícolas e logística.

Adicionalmente, em momentos como esse, acentuam-se as preocupações com o caixa, a alavancagem financeira, a eficiência de custos e as dívidas sujeita à variação cambial e, nesse sentido, a Companhia está bem posicionada para ultrapassar os efeitos advindos da COVID-19 e suas variantes, sendo possível ressaltar também a política de gestão de riscos aplicada pela Companhia de forma consistente nos últimos anos. A liquidez de curto e longo prazo estão preservadas de modo que, mesmo se impactada por eventuais alterações em embarques e recebimentos, não afetem de forma relevante a posição financeira da Companhia. Nesse sentido, a Companhia não identificou riscos relevantes em relação à sua capacidade de continuar operando no período de doze meses após a data base dessas informações contábeis intermediárias.

Também na Companhia, o impacto do câmbio não afetará o caixa, já que a dívida em moeda estrangeira é imaterial. Consequentemente a administração entende que o “efeito câmbio” não afetou, até o momento de aprovação dessas informações contábeis intermediárias, a situação financeira da Companhia.

Por fim, não foram identificados eventos subsequentes relevantes a serem divulgados, relacionados a esse tema, conhecidos até o momento de aprovação dessas informações contábeis intermediárias e, dessa forma, julgamos como apropriado o pressuposto de continuidade operacional para a preparação dessas informações contábeis intermediárias.

1.2 Impactos climáticos nas operações da AgroGalaxy

Os negócios da Companhia são impactados por fatores climáticos, uma vez que condições adversas podem afetar as operações de seus clientes e impactar na demanda por produtos da Companhia. A dimensão de eventual impacto climático nas operações dos clientes, e consequentemente na Companhia, é incerto e pode variar conforme a localidade, bem como a sua severidade depende de respostas políticas, regulatórias, jurídicas, tecnológicas e de mercado. Em 30 de setembro de 2022, as informações contábeis intermediárias da Companhia não consideram qualquer efeito decorrente de impactos climáticos futuros.

1.3 Conflito Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022 iniciou-se o conflito armado da Rússia e Ucrânia, o qual pode resultar nos seguintes impactos nas operações da Companhia:

(i) Cadeia de Fertilizantes:

Conforme amplamente divulgado pelos veículos de imprensa, o Brasil, importa cerca de 20% do volume de fertilizantes utilizado, da Rússia. E este conflito e seus desdobramentos geopolíticos, continuam pressionando os preços de fertilizantes no mercado internacional, uma vez que a Rússia é um importante produtor de insumos para fertilizantes, como nitrato, fósforo e potássio mundial.

A Agrogalaxy vem monitorando constantemente os mercados e, através de ações estratégias busca minimizar possíveis impactos financeiros e riscos de ruptura no cumprimento de suas operações, fomentando alternativas viáveis para contornar eventual falta de algum insumo. Uma quantidade substancial desses fertilizantes já se encontra internalizada no Brasil para a produção da safra 22/23, a qual a Companhia já cumpriu com os pedidos de vendas que havia em carteira, e a parte que encontra-se negociados e/ou em negociação está garantido o abastecimento em sua totalidade (a ser plantada entre setembro e dezembro de 2022).

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

O risco ainda eminente é de ruptura na cadeia de suprimentos, visto que o preço (impacto) será refletido do outro lado no preço das commodities também (ex. soja e milho), com isso, o próprio Governo Federal, os fornecedores do segmento de fertilizantes e a Companhia vem trabalhando fortemente para achar outros parceiros que podem suportar essa demanda de volume.

(ii) Efeitos sobre as commodities:

Não obstante ao efeito dos fertilizantes, as commodities agrícolas também já tem um efeito no seu preço, que apresentou aumento, principalmente soja e milho, tanto no mercado externo quanto interno, com crescente nos preços futuros dessas commodities e possíveis impactos cambiais também.

Isso demonstra que o produtor rural, mesmo com falta de alguns produtos ou com preço mais elevado para custear a safra, terá condições de obter a rentabilidade necessária para sua operação e, consequentemente, sem grandes impactos nas operações do Grupo.

Em razão dos cenários ainda incertos e dos potenciais impactos na cadeia de suprimentos, bem como no preço final das commodities, a Administração entende não ser possível mensurar os efeitos desses eventos futuros nas suas operações.

2 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período findo em 30 de setembro de 2022, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Conforme descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas informações contábeis intermediárias - ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Dessa forma, estas informações intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação, métodos de cálculo e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, aprovadas em 25 de março de 2022, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações do Grupo desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações contábeis intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS’s não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas informações contábeis intermediárias, compreende a Diretoria da Companhia.

2.1 Alterações de normas novas que estão em vigor

As seguintes alterações estão em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022 e a sua adoção não teve impacto nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia:

• Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

• Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

• Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.

• Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual:

(i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

(ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

(iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

(iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

• Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

3 Resumo das políticas contábeis significativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão descritas na Nota 3 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos e exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. As informações financeiras da nova controlada AgroCat, adquirida em janeiro de 2022, fazem parte das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia em setembro de 2022, e foram preparadas com políticas e práticas contábeis uniformes às políticas do Grupo.

3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de setembro de 2022 e de 2021, e em 31 de dezembro de 2021, as informações contábeis intermediárias consolidadas e as demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias e as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, respectivamente, as quais foram consolidadas integralmente, a saber:

	Percentual de participação		
Controladas diretas:	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2021
Agro Control Participações S.A. (“Agro Control”)	100%	100%	100%
Rural Brasil Ltda. (“Rural Brasil”)	100%	100%	100%
Grão de Ouro Agronegócios Ltda. (“Grão de Ouro”)	100%	100%	100%
Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. (“Boa Vista”)	100%	100%	100%
AgroGalaxy Franchise Ltda. (“Franchise”)	100%	100%	100%
Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S.A. (“FZ” ou “FerrariZagatto”)	80%	80%	80%
Agrocat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda (“AC” ou “Agrocat”) (*)	100%		

	Percentual de participação		
Controladas indiretas:	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2021
Agrototal Holdings S.A. (“Agrototal”)	100%	100%	100%
Bussadori, Garcia & Cia Ltda. (“Agro100”)	100%	100%	100%
Agro Ferrari Produtos Agrícolas EIRELI (“AgroFerrari”)	100%	100%	100%
Campeã Agronegócio Ltda. (“Campeã” ou “Sementes Campeã”)	100%	100%	100%
Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda (“Insumos”)	100%	100%	100%

Conforme pode ser verificado acima, as informações financeiras intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, não contemplam a totalidade das empresas que compõem o Grupo em razão de as operações de aquisição do controle de algumas dessas empresas terem sido realizadas ao longo do exercício de 2021 e no primeiro trimestre de 2022 e, dessa forma, não são inteiramente comparáveis com as informações financeiras do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

As atividades desenvolvidas por cada uma das controladas da Companhia é como segue:

Agro Control - A Agro Control é uma ‘Holding’, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista. Em 30 de setembro de 2022 e 2021, é a controladora direta da Agrototal.

Agrototal - A Agrototal é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Londrina - Paraná, e tem por objeto social a participação, como sócia, acionista, beneficiária, ou de outra forma legalmente admissível, do capital social de outras sociedades ou empreendimentos, bem como da administração ou gestão de empresas de qualquer natureza, de seus próprios bens de renda, móveis e imóveis. Em 30 de setembro de 2022 e 2021, é a controladora direta das sociedades Agro100 e AgroFerrari.

Agro 100 - A Agro 100 é uma sociedade limitada, sediada em Londrina - Paraná, e tem por objeto social comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários (commodities agrícolas), sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços fitossanitários (vendas aplicadas e tratamentos de sementes), reembalador de sementes (soja, trigo e milho), remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito, locação de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas de carga e produção agrícola.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

AgroGalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

AgroFerrari - A AgroFerrari é uma sociedade limitada EIRELI, sediada em Santa Cruz do Rio Pardo – São Paulo, e tem por objeto social comércio e representação de insumos agrícolas, sementes, corretivos de solo, fertilizantes, defensivos e maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, prestação de serviços e de transporte rodoviários e carga, exceto produtos perigosos.

Rural Brasil - A Rural Brasil é uma sociedade limitada, sediada em Jataí – Goiás, tem por objeto a comercialização de defensivos agrícolas, sementes, adubos granulados, fertilizantes foliar e grãos, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, bem como atua no armazenamento, beneficiamento, padronização e comercialização de cereais (soja e milho). Em 30 de setembro de 2022 e 2021, é a controladora direta da Campeã.

Campeã - A Campeã é uma sociedade limitada, com sede no município de Agua Fria de Goiás – Goiás, e tem por objeto social (a) a produção, beneficiamento, armazenamento, reembalamento, esmagamento de grãos e depósito de mercadorias para terceiros; e (b) o comércio atacadista e varejista de sementes em geral, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo e matérias-primas agrícolas.

Grão de Ouro - A Grão de Ouro é uma sociedade limitada, sediada em Passos – Minas Gerais, e tem por objeto social o comércio atacadista e varejista de insumos agrícolas, fertilizantes, sementes, defensivos, rações balanceadas, concentrados, cereais, máquinas agrícolas e produtos agropecuários em geral, recomendação técnica de produtos agrícolas e prescrição de receitas agronômica e representação comercial e prestação de serviços relacionados com a atividade de commodities. A Grão de Ouro controla a empresa Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. ("GDO Insumos" e, em conjunto com a Grão de Ouro, constituem o "Grupo Grão de Ouro").

Boa Vista - A Boa Vista é uma sociedade limitada, sediada em Maracaju – Mato Grosso do Sul, e tem por objeto social comércio e representação de insumos agrícolas, sementes, corretivos de solo, fertilizantes, defensivos e maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais e assistência técnicas agrícolas.

Franchise - A Franchise é uma sociedade limitada constituída em 28 de abril de 2021, e tem por objeto o gerenciamento de franquias e rede de negócios, compreendendo a venda ou licenciamento de franquias, licenciamento de marcas, gestão de recursos de terceiros e gestão em serviços do agronegócio.

Ferrari Zagatto - A Ferrari Zagatto é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Maringá – Paraná, e tem por objeto social comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários (commodities agrícolas), sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito e locação de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros.

Agrocat - A Agrocat é uma sociedade limitada, com sede na cidade de Tangará da Serra, Estado do Mato Grosso, e tem por objeto social comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários (commodities agrícolas), sementes, rações, maquinários e implementos agrícolas, representações comerciais, assistência técnicas agrícolas, remessa e ou recebimento de produtos agrícolas em consignação e ou para depósito.

(*) A aquisição da Agrocat foi de 80% na data de fechamento, em 10 de janeiro de 2022, com opção de compra para a Companhia e de venda para os vendedores dos 20% restantes (*put e call*) e com valores já determinados, portanto, foi reconhecido 100% da participação na empresa investida (Nota 5.3).

b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é revista e mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

4 Estimativas contábeis e julgamentos críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As divulgações relacionadas aos benefícios fiscais de ICMS, descritas em (a) abaixo, foram atualizadas considerando as manifestações das autoridades fiscais em 2022, sem qualquer alteração na conclusão da administração sobre o referido tema.

As demais divulgações realizadas na Nota 4 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021 permanecem válidas e sem alterações quando aos impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) Benefícios fiscais de ICMS

As controladas da Companhia possuem incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais de São Paulo, Goiás, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Após a publicação da Lei Complementar nº 160/2017 que alterou a Lei nº 12.973/2014, os governos estaduais celebraram o Convênio ICMS 190/2018, remitindo e anistiando os créditos tributários do ICMS decorrentes dos benefícios fiscais desse imposto, instituídos por legislação estadual publicada até 8 de agosto de 2017, em desacordo com a Constituição Federal, desde que referidos poderes tributantes cumpram determinadas exigências, nos prazos determinados.

Nesse cenário, no período findo de 30 de setembro de 2022 e durante o exercício de 2021, apesar de estar sendo realizado os trabalhos de levantamento dos créditos extemporâneos de IRPJ e da CSLL considerando o efeito retroativo de 5 anos, não foram reconhecidos nos resultados das controladas da Companhia qualquer valor relacionado a esse tema. Está previsto para o decorrer do exercício de 2022 a conclusão do levantamento dos créditos extemporâneos de IRPJ e da CSLL de controladas e suas respectivas contabilizações no resultado, caso seja apurado créditos.

Esse montante reflete o efeito tributário da exclusão da subvenção no ICMS na apuração do IRPJ/CSLL dessas controladas. Os valores que constituem esse crédito fiscal são referentes às receitas decorrentes da redução da base de cálculo do ICMS nos estados de São Paulo, Goiás, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais decorrentes da aplicação do Convênio ICMS 100/97, o qual reduz ou isenta valores referentes ao ICMS para insumos agrícolas. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o valor apurado das saídas em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

Apesar de as autoridades fiscais terem se pronunciado novamente em junho de 2021, sobre a apuração do valor a ser considerado como subvenção, deixando a entender que o valor do benefício a ser deduzido da base de cálculo dos tributos sobre o lucro está limitada ao valor que seria arrecadado regularmente, a Administração, com o apoio de seus consultores tributários, mantém o seu entendimento quanto a metodologia de cálculo do benefício e está acompanhando atentamente a evolução das discussões sobre esse tema.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 6 de maio de 2022, o Grupo atualizou sua documentação a respeito da opinião de seus consultores tributários sobre o tema e concluiu que as suas chances de êxito, no caso de eventual questionamento e discussão do tema junto às autoridades competentes se mantêm superiores à 50%, sem alterações para a opinião obtida anteriormente quando da preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A administração avaliou as informações disponíveis no mercado e com base nas discussões realizadas junto aos seus assessores tributários, concluiu não haver qualquer evento que pudesse alterar o resultado de sua avaliação anterior, para a data base de 30 de setembro de 2022. Nesse contexto, em atendimento às práticas contábeis aplicáveis, mais notadamente o CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro e interpretações relacionadas (ICPC 22/ IFRIC 23) não há qualquer provisão constituída para perda constituída para esse assunto.

Nos termos do parágrafo 3º, do artigo 19 da Lei 12.973/2014, o montante dessa subvenção deverá ser destinado para a rubrica "Reserva de incentivo fiscal" quando houver lucro suficiente em cada empresa. Adicionalmente, nos termos da legislação vigente, esses incentivos fiscais deverão compor a base de cálculo dos tributos sobre o lucro quando da sua distribuição aos acionistas das controladas, mesmo que isso ocorra na forma de devolução do capital social constituído com essa reserva. Em 30 de setembro de 2022 o saldo da reserva para incentivos fiscais nas controladas é no montante consolidado de R$ 396.311 (R$ 367.155 em 2021), e o montante de benefício fiscal apurado e ainda não destinado à referida reserva por não haver lucros suficientes para essa destinação é no montante consolidado de R$ 1.171.031 (R$ 793.414 em 2021).

No caso de distribuição de dividendos, os mesmos, serão levados a tributação, conforme estabelecem as normas fiscais e, em 30 de setembro de 2022, foram estimados em R$ 134.746 (R$ 124.833 em 2021) calculados sobre o valor total do benefício fiscal já tomado pelas controladas da Companhia.

5 Aquisição de controle em nova subsidiária

As aquisições de controle realizadas pela Companhia ao longo do exercício de 2021 e no primeiro trimestre de 2022 estão descritas a seguir.

5.1 Aquisição de controle na Boa Vista

Em 1º de abril de 2021, a Companhia adquiriu 100% (cem por cento) das quotas do capital social da Boa Vista, que opera no varejo de insumos agrícolas no estado do Mato Grosso do Sul. Os destalhes da aquisição estão descritos na Nota 5.2 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021.

5.2 Aquisição de controle na Ferrari Zagatto

Em 31 de agosto de 2021, a Companhia adquiriu 80% (oitenta por cento) do capital social da Ferrari Zagatto, que opera no varejo de insumos agrícolas no estado do Paraná. Os destalhes da aquisição estão descritos na Nota 5.3 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021.

5.3 Aquisição de controle na Agrocat

Em 10 de janeiro de 2022, a Companhia adquiriu o controle da Agrocat, que opera no varejo de insumos agrícolas no estado do Mato Grosso, com a aquisição imediata de 80% (oitenta por cento) do capital social da entidade e opção de compra dos 20% restantes, os quais foram considerados uma obrigação contratual da Companhia, conforme mencionado na Nota 1. A aquisição envolveu o pagamento de R$ 248.236 (saldo atualizado em aberto no passivo de R$ 62.450 em 30 de setembro de 2022, sendo R$ 12.583 no passivo circulante e R$ 49.867 no passivo não circulante).

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo do acordo da contraprestação paga foi estimado aplicando-se o método da lucratividade (*income approach*) e está classificado como nível 3 da hierarquia do valor justo. As principais premissas não observáveis no cálculo do valor justo são:

Premissa	AgroCat
Período de avaliação	10 anos
Taxa média de crescimento anual da vendas no período	10,3%
Margem de lucro bruto	10,6%
Margem de EBITDA	5,7%
Taxa crescimento na perpetuidade	4,3%
Taxa de desconto nominal	14,8%

Para as taxas de descontos nominal, a Administração, considerou a inflação anual média esperada para o período de projeção de 2,01% a.a. para inflação dos Estados Unidos (Fonte Investing) e de 3,54% a.a. para o Brasil (Fonte: Banco Central – Boletim Focus).

A alocação do valor justo aos ativos e passivos da companhia adquirida foi efetuada conforme demonstrativo a seguir:

Ativos	10 de janeiro de 2022	PASSIVOS	10 de janeiro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa	34.909	Fornecedores	(288.433)
Contas a receber de clientes	396.687	Empréstimos e financiamentos	(182.965)
Estoques	165.362	Obrigações sociais e trabalhistas	(1.519)
Impostos a recuperar	344	Impostos e contribuições a recolher	(1.696)
Adiantamento a fornecedores	42.414	Adiantamentos de clientes	(38.385)
Instrumentos financeiros e derivativos	14.365	Passivo de arrendamento mercantil	(998)
Outros créditos	11.577	Outras contas a pagar	(13.344)
Total ativo circulante	665.658	**Total do passivo circulante**	(527.340)
		Empréstimos e financiamentos	(4.714)
Contas a receber de clientes	1.498	Passivo de arrendamento	(1.760)
Ativo não circulante mantido para venda	1.593	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.800)
Depósitos judiciais	3.831	Tributos e contribuições diferidos combinação de negócios	(16.492)
Outros investimentos	91		
Direito de uso	2.599		
Imobilizado	6.073		
Step up relacionamento com clientes	30.184		
Total do ativo não circulante	45.869		
Total de ativos identificáveis, líquidos	**158.421**	**Total passivo não circulante**	(25.766)
Total dos ativos			711.527
Total dos passivos			(553.106)
Total dos ativos e passivos, líquidos			**158.421**
100% dos ativos e passivos, líquidos			158.421
Valor pago na aquisição de 100% do capital da Companhia			(248.236)
Ágio apurado na aquisição de 100% do capital da Companhia			**(89.815)**

Como resultado da combinação de negócios, espera-se que a AgroGalaxy aumente a sua presença no mercado do Mato Grosso.

O montante de R$ 89.815 refere-se a 100% do ágio apurado nessa aquisição, e foi atribuído a rentabilidade futura decorrente das economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo. A administração não tem a intenção de utilizar o ágio reconhecido como despesa dedutível para fins de imposto de renda.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis correspondente aos 100% de participação foi de R$ 30.184 referente ao valor justo da carteira de clientes, estimado com base na observação da recorrência de transações dos três anos anteriores e R$ 18.321 do valor justo dos estoques. Na avaliação da carteira de clientes, foi considerada taxa de mortalidade (*churn rate*) aplicada no horizonte de projeção nominal de 10,3 % a.a. e taxa de desconto nominal de 14,8% a.a. A vida útil econômica estimada para esse ativo foi de 10 anos. Considerando que não há um planejamento tributário que permita da utilização do benefício tributário sobre a amortização deste ativo, a administração constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R$ 16.492, sobre valor justo alocado para esses ativos.

A Administração não identificou outros ativos intangíveis elegíveis e relevantes para alocação do preço da combinação de negócios referente a essa transação.

O resumo da alocação do valor da contraprestação da combinação de negócios está apresentado a seguir:

Alocação	AgroCat
Mais valia dos estoques	18.321
Valor justo da carteira clientes	30.184
Subtotal mais valia	48.505
Efeito tributário	(16.492)
Patrimônio líquido	126.408
Valor pago	(248.236)
Ágio	89.815

Conforme descrito na Nota 1, a aquisição de controle da Agrocat se caracteriza pela aquisição imediata de 80% (oitenta por cento) do capital social (“Participação Societária”), com opções de venda e de compra, para o exercício do comprador e da Companhia, respectivamente, para os 20% remanescentes. A diretoria da Companhia avaliou os aspectos contábeis para o registro dessa operação e, considerando que a IFRS 3 / CPC 15 – Combinação de Negócios não fornece orientação específica sobre o registro dessas opções, a administração considerou o IFRS 10 / CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, IAS 32 / CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 39 / CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Como resultado dessa avaliação, a administração concluiu que a operação resultou em uma transferência de riscos e benefícios das ações da Agrocat para a Companhia, a partir da data em que o contrato foi assinado e, portanto, reconheceu o equivalente a 100% de participação na empresa investida, reconhecendo obrigação de pagamento de R$ 248.236.

6 Gestão de risco financeiro (Consolidado)

6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Nos termos dessas práticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas pelo Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	*Swaps* de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das commodities	Estoques, e operações comerciais atreladas a commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Contratos de futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ *ratings*
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxas de juros

O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Durante o período findo em 30 de setembro de 2022, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólar estadunidense.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(ii) Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar estadunidense.
A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da Tesouraria do Grupo.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O Grupo usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política do Grupo, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

O Grupo estabelece que os contratos de compra e venda devem apresentar ganho ou perda equivalentes a fim de criar um hedge natural em suas operações, com a finalidade de minimizar os impactos de alterações da moeda, podemos observar que em 30 de setembro de 2022 o Grupo possuía USD 11.620 mil de saldo em contas a receber e contratos de operações, USD 10.060 mil a pagar a fornecedores referentes a operações com moeda estrangeira, e USD 116.239 mil de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Nessas situações, quando existem essas diferenças entre contas a receber e contas a pagar o Grupo realiza contratos de *swap* e *Non-Deliverable Forward* ("NDF") com o intuito de equilibrar essas variações. Em 30 de setembro de 2022 a diferença resultante desses contratos e das proteções gerou uma perda de R$ 790 (perda de R$ 5.771 em 30 de setembro de 2021). Já para as captações em moeda estrangeira o Grupo realiza contratos de *swap* para proteção da variação da moeda.

O Grupo utiliza variadas ferramentas para mitigar os riscos inerentes a exposições cambiais do negócio. No quadro abaixo, demonstraremos a exposição líquida em moeda estrangeiras (em milhares):

	(milhares de USD)	
	30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	(116.239)	(43.299)
Contratos de compra em Dólar	(8.280)	(69.649)
Contrato SWAP cambiais	116.239	43.299
Contrato a termo NDFs de compra		28.941
Contrato a termo NDFs de venda	(1.240)	(9.251)
Contratos de venda em Dólar	8.280	35.166
Contratos Exportação	1.050	9.262
	(190)	(5.531)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Risco de preço

No curso normal de suas operações, as controladas da Companhia efetuam negociações de permuta vinculada a preço de *commodities*, principalmente soja, trigo e milho.

Os preços da soja e do milho estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, do rendimento de safra, dos custos com transporte, dos custos de armazenagem, da política agrícola do governo, das taxas de câmbio e dos preços dessas commodities no mercado internacional, entre outros fatores.

É prática da administração do Grupo proteger-se da exposição a variações de preço das commodities por meio de contratos de venda de grãos futuro junto a *tradings* de *commodities*, vinculando o preço dos grãos que serão recebidos dos clientes em tais contratos de venda.

Para mitigar estes riscos, é realizado o monitoramento dos mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se aos movimentos dos preços. Abaixo segue resumo das exposições das commodities no Grupo no período findo em 30 de setembro de 2022, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (contratos de compra e vendas no mercado futuro) (em toneladas):

	30 de setembro de 2022					31 de dezembro de 2021			
Posições / Produtos	**Soja**	**Milho**	**Trigo**	**Arroz**	**Café**	**Soja**	**Milho**	**Trigo**	**Café**
Estoque físico	24.378	211.834	14.800			57.894	121.820	4.951	
Posições de vendas a fixar	119.809	129.106		732		387	35.002		
Posições de compras a fixar	(163.100)	(240.389)	(6.888)			(103.274)	(161.542)	(9.887)	
Posição Física	(18.913)	100.549	7.912	732		(44.993)	(4.720)	(4.936)	
Contratos de compra	279.723	90.373	2.370		4.048	407.764	190.788	1.548	2.454
Contratos de venda	(260.963)	(191.718)	(8.303)		(4.083)	(387.836)	(185.495)	(6.795)	(2.566)
Posição Contratos Futuros	18.760	(101.345)	(5.933)		(35)	19.928	5.293	(4.247)	(112)
Saldo líquido	(153)	(796)	1.979	732	(35)	(25.065)	573	(8.183)	(112)

A política de gestão adotada pela Companhia estabelece diretrizes para a proteção de riscos nas oscilações de preços de *commodities* e as exposições de cada *commodity* foram determinadas analisando a demanda, expectativa de produção anual de grãos, recebimento, armazenamento e as estratégias comerciais tendo em vista o custo/oportunidade a que o mercado apresentava à época. Em caso de descumprimento dos limites de exposição estabelecidos pela política, a Administração tem o prazo de 5 dias para restabelecer o reenquadramento.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Contas a receber de clientes

O Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. As perdas esperadas são calculadas em, aproximadamente, 1,0% (1,0% em 2021) do faturamento anual de insumos e não há perda esperada para as operações de grãos, em razão do perfil de clientes com as quais o Grupo opera.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, o Grupo concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos. As formas de mensuração das perdas podem ser resumidas a seguir:

- As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de recebimentos de vendas durante um período de 60 meses antes do encerramento do exercício em análise, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período, que suporta todo o ciclo de safra e renegociações que ocorrem, bem como, histórico da carteira dos mesmos clientes. Pela característica do negócio, as taxas de perdas históricas incorporam os efeitos causados pelos fatores externos, sejam eles causados por sinistro (desastre natural na lavoura) ou por super safras (volume de produção excedente do estimado por hectare para aquela safra). As taxas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

- Em cada data base é avaliado o risco de não recebimento de clientes vencidos, principalmente acima de 180 dias, safra seguinte, através de uma análise individual da carteira, considerando o rating de crédito deste cliente, garantias disponíveis, renegociação e capacidade de pagamento, baseado no rating atual, consultas atualizadas de restrição de crédito e histórico do cliente.

Em resumo, as perdas de crédito são contabilizadas levando como fator o risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda aplicado sobre o faturamento do período, com isso, gerando, na visão da Administração, a provisão necessária para cobrir eventuais perdas passadas e futuras.

O *aging* dos títulos vencidos e a vencer pode ser demonstrado a seguir:

	30/09/2022	31/12/2021
A vencer	2.743.114	2.556.678
Vencidos		
Entre 1 e 60 dias (*)	413.928	78.289
Vencido de 61 a 180 dias (*)	232.169	79.712
Entre 181 dias e 365 dias	56.930	12.499
Acima de 365 dias	130.646	128.241
(-) PCLD	(215.517)	(157.004)
	618.155	141.738
	3.361.269	2.698.416

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Refere-se substancialmente a títulos vencidos entre março a setembro que tem sua liquidação nos meses subsequentes, quando da colheita e/ou das fixações de preço dos produtores pela venda de grãos, além de operações com trading que necessita das documentações e fixações concluídas para recebimento e baixa e, portanto, no julgamento da administração, não representam alteração do risco de perda no momento de preparação dessas informações contábeis intermediárias.

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	30/09/2022	30/09/2021
Saldo anterior	(157.004)	(110.203)
Estorno/ recebimento do período	742	4.721
Constituição do período	(59.256)	(22.715)
	(215.517)	(128.197)

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros, a identificação, pela administração, da incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo.

(c) Risco de liquidez (Consolidado)

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	30/09/2022		31/12/2021	
	Menos de um ano	Acima de um ano	Menos de um ano	Acima de um ano
Fornecedores e outras contas a pagar	3.754.960	25.235	3.395.974	
Empréstimos e financiamentos	1.483.495	592.917	1.137.043	306.707
Obrigações por cessão de recebíveis	194.307	620.049	232.479	
Passivos de arrendamento	39.257	124.069	38.523	122.743
Outras contas a pagar	46.813	2.436	27.652	
	5.518.833	1.364.707	4.831.671	429.450

Os valores exigíveis acima de um ano têm a sua exigibilidade em até 8 anos, conforme idade de vencimento divulgada nas Notas 17 e 18.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

6.2 Gestão de capital (Consolidado)

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A estratégia do Grupo, é a de manter o índice de alavancagem financeira entre 25% e 50%, em razão da aquisição da Agrocat e da necessidade de capital de giro pela sazonalidade do negócio, estendendo assim a alavancagem com o pagamento da aquisição e a dívida entrante na consolidação do balanço. Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	1.835.023	1.277.655
Passivos de arrendamento (nota 18)	112.515	112.829
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(743.156)	(643.563)
Aplicações financeiras (nota 7)	(99.126)	(161.149)
Títulos e valores mobiliários (nota 19.1)	(79.562)	(46.351)
Dívida líquida	1.025.694	539.421
Total do patrimônio líquido	1.297.601	1.474.188
Capital total	2.323.295	2.013.609
Índice de alavancagem financeira - %	44%	27%

As Obrigações por cessão de créditos (Nota 19) não estão sendo consideradas, nesta análise, como parte da dívida líquida do Grupo, uma vez que serão liquidadas com os recebíveis securitizados, sem a expectativa de desembolso para o Grupo.

6.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo apresenta os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 -informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os instrumentos financeiros são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

Os ativos e passivos do Grupo, mensurados ao valor justo em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 são:

i) Contas a receber originadas em operações de *barter* R$ 147.692 (R$ 255.839 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 8), classificada no Nível 2 da hierarquia do valor justo;

ii) Estoques adquiridos de terceiros e recebidos em operações de *barter* de R$ 433.503 (R$ 302.374 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 9), classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo;

iii) Contas a pagar (fornecedores) pela compra de commodities agrícolas a fixar de R$ 750.890 (R$ 504.738 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 9), classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo;

iv) Instrumentos financeiros derivativos cambiais líquidos passivo de R$ 96.692 (líquidos ativo de R$ 538 em 31 de dezembro de 2021), classificado no Nível 2 da hierarquia do valor justo, (Nota 31.2); e

v) Instrumentos financeiros derivativos contratos à termo líquido ativo R$ 37.872 (líquido ativo R$ 30.947 em 31 de dezembro de 2021).

Não houve transferência entre os níveis durante o período findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Nos referidos período e exercício, o Grupo não possuía instrumentos financeiros mensurados ao valor justo classificados nos níveis 1 e 3.

Nível 2

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

A determinação do valor justo (“*fair value”)* dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras (para os derivativos) e preço cotado em mercado ativo das *commodities* com as quais trabalha (no caso de ativos e passivos liquidados em commodities), utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e conta corrente	1.588	51.107	124.816	300.690
Aplicações financeiras (i)	385.898	128.154	618.340	342.872
	387.486	179.261	743.156	643.563
Aplicações Financeiras (ii)			74.401	89.601
Direito sobre prêmios pagos (iii)			24.726	71.548
Circulante	387.486		52.014	112.398
Não circulante			47.113	48.751

(i) Essas aplicações financeiras são representadas substancialmente pelas modalidades denominadas de compromissadas e Certificado de Depósitos Bancário (CDB), possuem remuneração atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por taxas entre 78,5% a 103% (70% a 103% em 2021) do CDI. As aplicações são feitas em bancos considerados de primeira linha e o seu valor contábil se aproxima do valor justo dessas aplicações. O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional, sendo prontamente conversíveis em caixa, com insignificante risco de mudança de valor;

(ii) Referem-se a aplicações financeiras cujo prazo de vencimento para resgate supera 90 dias da data da aplicação e, portanto, não são classificadas como equivalentes de caixa. Essas aplicações financeiras são mantidas em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, renumerados por taxas de 98% a 103% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI (2021 – 100% a 104% do CDI). As referidas aplicações são garantias dadas de empréstimos e financiamentos e reciprocidade com vencimento para resgate; e

(iii) Referem-se a aplicações denominadas direitos sobre prêmios pagos. Essas aplicações são ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e sua remuneração corresponde a taxa de 90% a 103,75% do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI (2021 – 103,75% do CDI). As referidas aplicações são garantias dadas em operações de créditos e seu resgate ocorrerá em até seis meses a contar da data de aplicação.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	30/09/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes nacionais	2.559.557	2.316.496
Contas a receber partes relacionadas (nota 24.1)	12.543	16.538
Títulos securitizados - CRA (i)	814.356	229.592
Outras contas a receber	42.638	36.954
Transações de Barter (ii)	147.692	255.839
(-) Provisão para perda em recebíveis	(215.517)	(157.004)
	3.361.269	2.698.415
Circulante	3.316.724	2.640.037
Não circulante	44.545	58.379

(i) O Grupo realiza cessão de recebíveis em operações de securitização e emissão de CRA. O passivo resultante dessas operações está registrado como Obrigações por cessão de crédito (Nota 19). Dessa forma, em 30 de setembro de 2022, o Grupo possuía duplicatas a receber nos montantes de R$ 814.356 cedidos para a liquidação dessas obrigações (R$ 229.592 em 31 de dezembro de 2021) que foram cedidos para a obtenção de créditos, nessa modalidade.

(ii) As contas a receber compreendem o montante de R$ 147.692 (R$ 255.839 em 31 de dezembro de 2021), são originadas em operações na modalidade *barter*. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (*commodities* agrícolas) em substituição do pagamento efetivo de caixa. Essas contas a receber são inicialmente reconhecidos e posteriormente mensurados pelo valor determinado na data da transação, o valor justo das *commodities* agrícolas é tratado como um instrumento financeiro derivativo (contrato a termo), conforme descrito na Nota 4.2 (a) às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A comercialização de insumos para o recebimento em *commodities* agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos do Grupo, para a consecução de sua atividade principal de comercialização de *commodities* agrícolas.

O prazo médio das contas a receber do Grupo para o segmento insumos é de 188 dias (182 em 31 de dezembro de 2021). Quando aplicável, as contas a receber são ajustadas ao seu valor presente pelo prazo de cada operação a taxa de juros mensal média de 1,2% a partir de 30 de setembro de 2022 anterior à 0,8% (0,8% em 31 de dezembro de 2021). Já o prazo médio do contas a receber do Grupo para o segmento de grãos é de 82 dias (32 em 31 de dezembro de 2021).

A composição por ano de vencimento das contas a receber de clientes e a movimentação da provisão para perdas constituída está apresentada na Nota 6.1 (b).

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Em 30 de setembro de 2022, as contas a receber de clientes do Grupo no valor de R$ 618.154 (R$ 141.738 em 31 de dezembro de 2021) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas no segmento de insumos estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos, vinculados à área de risco e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

Este objetivo é alcançado pela Administração das controladas por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). Os recebíveis das controladas são originados nas suas operações de venda de grãos e ao varejo ao produtor rural de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo *ticket* médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a presença de instrumento de garantia, tais como CPR, hipotecas, fianças e alienação fiduciária.

9 Estoques (Consolidado)

	30/09/2022	31/12/2021
Defensivos	1.348.686	935.095
Sementes	224.650	132.233
Fertilizantes	207.146	145.898
Especialidades (i)	146.751	116.191
Grãos	433.502	302.374
Outros	29.446	3.960
	2.390.181	1.635.752

(i) Especialidades: Compreendem os subgrupos foliares, adubos biológicos e inoculantes.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R$ 7.275.119 (R$ 3.589.459 em 30 de setembro de 2021).

A Diretoria estima que a realização dos estoques ocorra em prazo inferior a um ano, por isso a totalidade do saldo está registrado no ativo circulante.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques em 31 de dezembro é demonstrada a seguir:

	30/09/2022	30/09/2021
Saldo inicial	(8.673)	(2.641)
Estorno/ baixa	1.240	
Constituição do período	(636)	355
Saldo final	(8.069)	(2.286)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estes produtos estão sendo negociados para sua devolução/descarte junto aos fornecedores.
As cotações médias utilizadas para a valorização dos estoques de commodities na data das informações contábeis intermediárias findas em 30 de setembro de 2022 e das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021 foram obtidas por meio de fontes públicas independentes, e são como segue:

	30/09/2022			31/12/2021		
	Valor total em reais (R$)	Sacas (*)	Valor da Saca de 60kg em reais (R$)	Valor total em reais (R$)	Sacas (*)	Valor da Saca de 60kg em reais (R$)
Soja	100.873	547	184	112.719	653	173
Milho	306.712	3.530	87	181.089	2.030	89
Trigo	25.917	246,994	105	8.565	83	103,80
	433.502	4.325		302.374	2.766	

(*) Em milhares de sacas de 60 kg.
Os níveis de exposição da Companhia aos riscos de mercado relacionados às cotações das referidas *commodities* estão divulgados na Nota 31.

10 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
ICMS a recuperar (i)			18.090	21.586
PIS e COFINS a recuperar (ii)			44.864	35.146
IRPJ e CSLL a recuperar (iii)		49	37.982	45.506
Outros impostos a recuperar	849	1.065	9.600	5.699
	849	1.114	110.535	107.936
Circulante	849	1.114	93.198	87.988
Não circulante			17.337	19.948

(i) O saldo de ICMS acumulado refere-se substancialmente a operações de compras de fora do estado, principalmente no Estado de São Paulo, Paraná, Goiás e Minas Gerais. Como parte das ações de realização destes créditos estão sendo tomadas as seguintes medidas: a) aquisição de insumos no próprio estado de comercialização (origem) e; b) compras junto a fornecedores, no qual será utilizado como forma de pagamento os créditos de ICMS acumulados de São Paulo. Até 30 de setembro de 2022 existe um saldo homologado disponível de R$ 1.040. Adicionalmente, em março de 2021 houve alteração no convênio 100/97 que rege a tributação de ICMS para os estados, passando a tributar as vendas de fertilizantes dentro dos estados (venda estadual), em 1% à partir de 2022, e acrescendo 1 p.p. a cada ano até chegar em 4% em 2025.

(ii) Os créditos de Pis/Cofins na sua essência vem da tomada de créditos sobre aquisição de insumos e de serviços utilizados para comercialização das mercadorias.

(iii) Créditos extemporâneos de IRPJ/CSLL apurados e reconhecidos, nos termos previstos Lei Complementar nº 160/2017 que alterou a Lei nº 12.973/2014. O montante registrado no ativo não circulante é decorrente de sua expectativa de realização de 3 anos.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo quadro com a expectativa de realização dos créditos tributários não circulantes:

	30/09/2022	31/12/2021
2023	6.666	9.277
2024	7.446	7.446
2025	3.225	3.225
Total	**17.337**	**19.948**
IRPJ/CSLL	1.184	1.184
ICMS	14.807	17.418
Outros	1.346	1.346
Total	**17.337**	**19.948**

11 Adiantamentos a fornecedores (Consolidado)

	30/09/2022	30/12/2021
Adiantamentos a fornecedores mercado interno	358.602	223.608
Adiantamentos a partes relacionadas (nota 24.1)	1.015	
Outros adiantamentos	2.808	3.045
	362.426	226.653

Referem-se, substancialmente, a adiantamentos para aquisição futura de estoques, principalmente de fertilizantes e sementes de soja, dentro do curso normal dos negócios. A Administração prevê que os valores sejam realizados em menos de um ano.

12 Investimentos (Controladora)

12.1 Composição dos saldos da controladora

	Participação no capital %		Patrimônio líquido		Resultado do período	
Controlada	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021
AgroControl	100,00%	100,00%	325.044	383.733	(56.646)	(4.599)
Rural Brasil	100,00%	100,00%	187.692	235.891	(48.291)	12.886
Grão de Ouro	100,00%	100,00%	44.468	88.983	(44.515)	(23.039)
Boa Vista	100,00%	100,00%	9.951	(2.235)	13.086	13.862
Agrogalaxy Franchise	100,00%	100,00%	131	110	[illegible]	
Ferrari Zagatto	80,00%	80,00%	42.822	39.360	3.460	4.762
AgroCat (iii)	100,00%		141.755		15.347	

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Participação no capital %		Investimento	
Controlada	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Investimento			325.044	383.733
AgroControl Participações S.A.	100%	100%	**325.044**	**383.733**
Investimento			187.601	235.891
Mais valia			58.203	64.844
Ágio			260.267	260.267
Rural Brasil Ltda.	100%	100%	**506.071**	**561.002**
Investimento			44.468	88.983
Mais valia			22.136	24.536
Ágio			67.025	67.025
Grão de Ouro Agronegócios Ltda.	100%	100%	**133.630**	**180.544**
Investimento			10.851	(2.235)
Mais valia			22.122	24.059
Ágio			65.076	65.076
Boa Vista Com. Prod. Agropecuários Lt	100%	100%	**98.049**	**86.900**
Investimento			130	110
Agrogalaxy Franchise Ltda.	100%	100%	**130**	**110**
Investimento			34.256	31.488
Mais valia			27.937	30.287
Ágio			56.525	56.525
Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S	80%	80%	**118.719**	**118.300**
Investimento			141.755	
Mais valia			18.427	
Ágio			89.815	
Agrocat (iii)	100%		**249.997**	
			1.431.640	**1.330.590**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2 Informações financeiras das controladas

	Controladas diretas							Controladas indiretas		
	Agro Control	Boa Vista (i)	Agrogalaxy Franchise	Ferrari Zagatto (ii)	Rural Brasil	AgroCat (II)	Grão de Ouro	Agrototal	Agro 100	Agro Fer
Ativo										
Circulante	3.669	437.185	161	525.749	2.441.952	711.948	660.531	389	2.837.868	3
Não circulante	304.638	22.768		76.983	293.971	76.872	30.841	188.688	490.836	
Total do ativo	308.307	460.954	161	602.732	2.735.922	788.820	715.371	189.076	3.038.704	3
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante	2.043	434.396	31	486.503	2.258.760	617.507	398.863	8.977	2.660.492	3
Não circulante	1.220	13.707		80.867	309.070	26.758	142.040		265.205	
Patrimônio líquido	305.044	12.851	130	35.362	167.692	144.555	44.468	180.100	113.007	
Total do passivo e patrimônio líquido	308.307	460.954	161	602.732	2.735.922	788.820	715.371	189.076	3.038.704	3
Receita líquida		426.974	18	262.708	2.242.664	862.853	405.122		2.260.127	3
Lucro líquido (prejuízo) do período	(16.646)	13.086	(1)	3.460	(48.660)	12.347	(44.512)	(10.860)	(46.961)	

	Controladas diretas					Controladas indiretas		
	Agro Control	Rural Brasil	Grão de Ouro	Boa Vista	Ferrari Zagatto	Agrototal	Agro 100	Agro Fer
Ativo								
Circulante	1.420	505.059	110	494.759	2.232.076	639.971	448	1.733.248	29
Não circulante	385.710	5.815		59.694	184.391	91.897	239.648	194.330	16
Total do ativo	387.130	400.874	110	554.452	2.416.467	731.868	240.097	1.947.578	315
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante		378.587		432.337	2.041.814	557.208	5.077	1.660.511	244
Não circulante	2.207	24.521		62.756	128.762	65.676		126.046	2
Patrimônio líquido	384.733	(2.235)	110	59.360	245.891	88.983	235.020	157.995	67
Total do passivo e patrimônio líquido	387.130	400.874	110	554.452	2.416.467	731.867	240.097	1.947.572	315
Receita líquida		281.810		263.033	2.433.750	496.006		2.607.224	305
Lucro líquido do exercício	40.865	42.007		11.268	62.625	12.008	40.865	30.231	26

	Controladas diretas					Controladas indiretas		
	Agro Control	Rural Brasil	Grão de Ouro	Boa Vista	Ferrari Zagatto	Agrototal	Agro 100	Agro Fer
Receita líquida		1.378.984	249.603	146.341	85.284		1.921.877	176
Lucro líquido (prejuízo) do período	(4.190)	12.886	(23.032)	37.918	4.762	(4.190)	250	

(i) A controlada Boa Vista foi adquirida em 1º de abril de 2021 e, portanto, o resultado apurado para o período comparativo (1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021).

(ii) A controlada Ferrari Zagatto foi adquirida em 31 de agosto de 2021 e, portanto, o resultado apurado para o período corres setembro de 2021 compreende somente 1 mês (setembro).

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) O contrato de aquisição prevê a transferência das quotas de capital social em dois momentos, sendo o primeiro em 10 de janeiro de 2022 correspondente a 80% (oitenta por cento) do capital social da Agrocat, e os 20% adicionais são obrigações constituídas para datas futuras, conforme determinado em contrato de compra e venda de participação firmado entre a Companhia e os antigos controladores. O controle da Agrocat foi adquirido em 10 de janeiro de 2022, por isso, o resultado apurado refere-se ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2022.

A Administração entende que as atividades do Grupo são iguais em todas as suas controladas diretas e indiretas, e que o lucro bruto, margem, despesas, resultado financeiro e impostos, são similares tomadas as proporções de cada controlada, portanto a administração julga que a apresentação apenas da receita líquida e lucro (prejuízo) do período de cada uma das empresas já fornece todas as informações relevantes para os usuários das suas informações financeiras intermediárias.

12.3 Movimentação dos investimentos nos exercícios:

Em 1º de janeiro de 2021		1.033.180
Resultado de equivalência patrimonial		18.458
Aquisição de controlada direta	(ii)	160.495
Opções outorgadas em controladas	(i)	96
Aquisição de controlada indireta	(iii)	(7.809)
Em 30 de setembro de 2021		1.204.420
Resultado de equivalência patrimonial		122.882
Aquisição de controlada direta	(ii)	95
Aquisição de controlada indireta	(iii)	3.190
Em 31 de dezembro de 2021		1.330.590
Em 1º de janeiro de 2022		1.330.590
Resultado de equivalência patrimonial		(145.144)
Aquisição de controlada direta	(iv)	248.236
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios		(2.043)
Em 30 de setembro de 2022		1.431.640

(i) Reflexo das opções outorgadas em controladas, conforme descrito na Nota 23.6.1

(ii) Em 1º de abril de 2021, a Companhia adquiriu 100% das quotas da Boa Vista por R$ 47.066 e, em 31 de agosto de 2021, a Companhia adquiriu 80% do capital social da Ferrari Zagatto por R$ 112.887.

(iii) Em 7 de abril de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Rural Brasil S.A. (“Rural Brasil”), adquiriu 30% (trinta por cento) do capital social total da Sementes Campeã, passando a deter, indiretamente, a totalidade do seu capital social. A aquisição envolveu o pagamento de R$ 12.300 e o montante de R$ 4.521 refere-se ao valor excedente decorrente do preço de compra do investimento que foi classificado em ajuste de avaliação patrimonial, conforme Nota 23.1.

(iv) Em 10 de janeiro de 2022, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Agrocat por R$ 248.236, sendo 80% na data de aquisição e 20% a ser adquirido subsequentemente (10% em até 30 meses e 10% em até 60 meses).

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

13.1 Controladora

O saldo de imobilizado na Controladora refere-se à benfeitorias realizadas no novo escritório da Companhia e aos móveis e uten
total foi de R$ 774 e depreciação acumulada de R$ 94.

13.2 Consolidado

(+) Custo	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferencia	cont
Terrenos	1.765	450				
Veículos	40.968	1.541	(1.632)			
Máquinas e equipamentos	36.059	6.403	(4.303)			
Móveis e utensílios	12.639	2.178	(292)			
Computadores e periféricos	14.801	13.230	(69)			
Edificações, instalações e benfeitorias	74.125	17.413	(934)		1.146	
Imobilizado em andamento	1.665	1.631	(978)		(1.146)	
Consórcio em andamento	252	152	(5)			
Outros	3.950	176				
Total	**186.223**	**43.173**	**(8.214)**			

(-) Depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferencia	cont
Veículos	(21.068)		674	(5.554)		
Máquinas e equipamentos	(10.754)		19	(2.730)		
Móveis e utensílios	(2.879)		129	(1.482)		
Computadores e periféricos	(7.396)		(532)	(3.230)		
Edificações, instalações e benfeitorias	(12.081)		(338)	(3.683)		
Outros	(2.847)			(148)		
Total	**(57.026)**		**(48)**	**(16.827)**		

(=) Saldo residual, líquido	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferencia	cont
Terrenos	1.765	450				
Veículos	19.900	1.541	(958)	(5.554)		
Máquinas e equipamentos	25.305	6.403	(4.284)	(2.730)		
Móveis e utensílios	9.759	2.178	(163)	(1.482)		
Computadores e periféricos	7.405	13.230	(601)	(3.230)		
Edificações, instalações e benfeitorias	62.044	17.413	(1.272)	(3.683)	1.146	
Imobilizado em andamento	1.665	1.631			(1.146)	
Consórcio em andamento	252	152				
Outros	1.103	176		(148)		
Total	**129.197**	**43.173**	**(8.262)**	**(16.827)**		

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(+) Custo	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Aquisição de controlada (Nota 5)	30/09/2021
Terrenos	1.762	3				1.765
Veículos	28.493	7.077	(1.622)		1.115	35.063
Máquinas e equipamentos	27.314	3.724	(2.383)		2.881	31.536
Móveis e utensílios	6.494	1.574	(7)		738	8.798
Computadores e periféricos	7.731	1.995	(89)		1.316	10.953
Edificações, Instalações e benfeitorias	54.499	11.428	(204)		3.119	68.841
Imobilizado em andamento	1.349	37			66	1.452
Consórcio em andamento	148	39			33	221
Outros	3.331	550			73	3.954
Total	131.120	26.427	(4.306)		9.341	162.583

(-) Depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Aquisição de controlada (Nota 5)	30/09/2021
Veículos	(13.695)		941	(3.587)		(16.342)
Máquinas e equipamentos	(5.412)		756	(2.483)		(7.139)
Móveis e utensílios	(1.833)		8	(971)		(2.796)
Computadores e periféricos	(3.739)		17	(783)		(4.505)
Edificações, Instalações e benfeitorias	(6.044)		163	(4.076)		(9.958)
Outros	(2.762)			(258)		(3.019)
Total	(33.485)		1.884	(12.159)		(43.759)

(=) Saldo residual, líquido	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Aquisição de controlada (Nota 5)	30/09/2021
Terrenos	1.762	3				1.765
Veículos	14.797	7.077	(681)	(3.587)	1.115	18.721
Máquinas e equipamentos	21.902	3.724	(1.627)	(2.483)	2.881	24.397
Móveis e utensílios	4.661	1.574	0	(971)	738	6.002
Computadores e periféricos	3.992	1.995	(72)	(783)	1.316	6.449
Edificações, Instalações e benfeitorias	48.455	11.428	(42)	(4.076)	3.119	58.884
Imobilizado em andamento	1.349	37			66	1.452
Consórcio em andamento	148	39			33	221
Outros	570	550		(258)	73	935
Total	97.636	26.427	(2.422)	(12.159)	9.341	118.824

As transferências referem-se principalmente a bens em andamento que quando concluídos suas construções, instalações ou montagem são transferidos para os grupos operacionais, bem como, no caso de reclassificação entre grupos, por realocação do bem ou equipamento.

13.3 Garantias

Nas datas de levantamento das informações contábeis intermediárias, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários, atrelados ao seu próprio financiamento conforme demonstrado na Nota 17, totalizando R$ 5.149 em 30 de setembro de 2022 (R$ 5.149 em 31 dezembro de 2021).

13.4 Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

Ao final de cada período de reporte anual, a administração avalia se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e, para o período findo em 30 de setembro de 2022, a despeito do prejuízo apurado, que está aderente à sazonalidade dos negócios do Grupo, não foi identificado qualquer indício. Mesmo que não seja identificado indícios que o ativo possa ter sofrido desvalorização em períodos de reportes intermediários, a administração conduz o teste anual de *impairment* em data próxima ao encerramento do exercício social.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

14 Intangível

14.1 Controladora

O saldo de intangível na controladora refere-se à aquisição de software. O custo total foi de R$ 16.345 e depreciação acumulada de R$ 612. Os investimentos realizados fazem parte dos planos do Grupo para consolidar sua participação em meios digitais e implantação de um novo sistema integrado de gestão (sigla em inglês “ERP”).

14.2 Consolidado

	31/12/2021	Adição	Amortização	30/09/2022
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i) e (ii)	601.624	89.815		691.439
Carteira de clientes (i) e (ii)	321.943	30.184		352.127
Software	65.582	48.566		114.148
Marcas, patentes e outros	2.322			2.322
Custo	991.471	168.565		1.160.036
Carteira de clientes (i) e (ii)	(68.044)		(26.141)	(94.185)
Software	(10.861)		(9.971)	(20.832)
Marcas, patentes e outros	(25)			(25)
Amortização	(78.930)		(36.112)	(115.042)
Valor residual	912.542	168.565	(36.112)	1.044.994

(i) Adição de ágio e carteira de clientes reconhecidos em 2021 referem-se a:

- Em 1º de abril de 2021, a Companhia adquiriu 100% (cem por cento) das quotas do capital social da Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. (“Boa Vista”), que opera no varejo de insumos agrícolas no estado do Mato Grosso do Sul (controlada direta, conforme descrito na nota 5.2), mediante desembolso financeiro pela Companhia, e pela troca de ações da Companhia e da controlada, os quais R$ 65.076 foram atribuídos ao ágio gerado na aquisição de negócios com base na expectativa de rentabilidade futura, R$ 39.127 atribuído a carteira de clientes, com vida útil econômica estimada em 11 anos, e R$ 531 atribuído aos estoques.

  Em 30 de setembro de 2022 não há saldos a serem quitados referente à aquisição da Boa Vista (Em 31 de dezembro de 2021 - R$ 10.157).

- Em 31 de agosto de 2021, a Companhia adquiriu 80% (oitenta por cento) do capital social da Ferrari Zagatto, que opera no varejo de insumos agrícolas no estado do Paraná (controlada direta, conforme descrito na nota 5.3), mediante desembolso financeiro da Companhia pela aquisição de 80% do capital social, gerou um ágio com base na expectativa de rentabilidade futura de R$ 56.525 correspondente a 80% da alocação, e R$ 47.472 correspondente a 80% (R$ 59.339 - 100%) atribuído a carteira de clientes, com vida útil econômica estimada em 10 anos, e R$ 3.874 correspondente a 80% (R$ 4.843 – 100%) atribuído aos estoques.

  Em 30 de setembro de 2022 não há saldos a serem quitados referente à aquisição da Ferrari Zagatto. (Em 31 de dezembro de 2021 - R$ 6.000)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- A aquisição da participação de não controladores da Sementes Campeã, (controlada indireta, conforme descrito na nota 12), obtida mediante desembolso financeiro da Rural Brasil, controlada direta da Companhia, pela aquisição de 30% do capital social, gerou R$ 4.673 correspondente a 30% atribuído a carteira de clientes, com vida útil econômica estimada em 7 anos, e R$ 626 correspondente a 30% atribuído aos estoques. A transação gerou um valor excedente decorrente do preço de compra do investimento que foi classificado em ajuste de avaliação patrimonial.

(ii) Adição de ágio e carteira de clientes reconhecidos em 2022 refere-se a:

- Em 10 de janeiro de 2022, a Companhia adquiriu 80% (oitenta por cento) do capital social da Agrocat e os 20% restantes a serem concluídos em até 30 e 60 meses. A investida opera no varejo de insumos agrícolas no estado do Mato Grosso (controlada direta, conforme descrito na nota 5.3), mediante desembolso financeiro da Companhia pela aquisição de 100% do capital social, gerou um ágio com base na expectativa de rentabilidade futura de R$ 89.815, R$ 30.184 atribuído a carteira de clientes, com vida útil econômica estimada em 10 anos, e R$ 18.321 atribuído aos estoques.

  Em 30 de setembro de 2022, o saldo de aquisição societária a pagar atualizado e registrado no passivo circulante era de R$ 62.450, sendo R$ 9.878 no passivo circulante e R$ 52.572 no passivo não circulante.

Abaixo quadro demonstrando os custos dos intangíveis originados das aquisições de controle em subsidiárias, conforme Nota 5 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 para as aquisições ocorridas no exercício de 2021, e na Nota 5 dessas informações financeiras intermediárias para as aquisições ocorridas em 2022:

	Ágio	Carteira de clientes	Total
Total em 31 de dezembro de 2021	601.624	321.943	923.567
Aquisição de controlada direta	89.815	30.184	119.999
Total em 30 de junho de 2022	**691.439**	**352.127**	**1.043.566**

Teste anual de *impairment* do ágio

De acordo com o CPC 01 (IAS 36) – Redução ao valor recuperável dos ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a teste de perda ao valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

O ágio e os ativos de vida útil indefinida são submetidos a teste de perda ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes de perda ao valor recuperável são realizados considerando como data base sempre um dos últimos dois meses de cada ano. No caso de data base anterior a dezembro a administração revisa o teste para ver se houve mudanças nas condições estabelecidas para o teste na data base anterior.

A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades geradoras de caixa (“UGCs”) que correspondem aos menores grupo de ativo geradores de fluxo de caixa claramente independentes daqueles gerados por outra UGCs. Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, a administração avaliou e concluiu que cada segmento de suas controladas diretas corresponde à uma UGC.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dessa forma, em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a alocação do ágio por UGC esta segregada da seguinte forma:

Alocação	2022	2021
UGC Agrototal - grãos	15.424	15.424
UGC Agrototal - insumos	137.308	137.308
UGC Rural Brasil - grãos	3.106	3.106
UGC Rural Brasil - insumos	257.160	257.160
UGC Grão de Ouro - insumos	67.025	67.025
UGC Boa Vista - insumos	65.076	65.076
UGC Ferrari Zagatto - grãos	3.819	3.819
UGC Ferrari Zagatto - insumos	52.706	52.706
UGC Agrocat - insumos	89.815	
	691.439	601.624

Administração avaliou as operações das UGCs no período findo em 30 de setembro de 2022 e concluiu que não houve mudança substancial nas operações das controladas desde a avaliação realizada pela administração, com o apoio de consultores externos independentes, para a data base de 31 de dezembro de 2021, que levassem o Grupo a formalizar uma nova avaliação de *impairment* sobre o ágio.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor a recuperável calculado com base no valor em uso de cada UGC ultrapassou o valor contábil e a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso que foram estimadas pela Diretoria executiva, com base em informações de mercado e de fontes internas, para refletir as condições econômicas atuais estão descritas na nota 14.2 das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021.

O prejuízo apresentado no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2022 está de acordo com as projeções orçamentárias da Diretoria para o período, as quais consideram a sazonalidade do negócio intrinsicamente associada ao período de safra. Com base nas projeções orçamentarias e histórico das operações em anos anteriores, a Diretoria espera reverter o prejuízo nos próximos meses desse exercício, não havendo, portanto, qualquer indicação de que o valor contábil dos ativos possa não ser recuperado.

Desta maneira a administração não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda (*impairment*) nos períodos sob análise.

15 Ativos de direito de uso (Consolidado)

	Saldo em 1º de janeiro de 2022	Adições	Baixa	Amortização	Aquisição de controlada (nota 5)	Saldo em 30/09/2022
Imóveis	144.556	26.677	(3.873)		2.143	169.504
Veículos	21.558	2.798	(2.681)		1.158	22.833
Informática	2.170	57	(28)			2.199
Outros	9.533	2.103	(826)			10.809
Custo	177.818	31.635	(7.408)		3.302	205.345
Imóveis	(50.108)		1.170	(21.538)	(393)	(70.869)
Veículos	(6.561)		649	(4.998)	(309)	(11.219)
Informática	(2.166)			(214)		(2.380)
Outros	(877)		240	(1.488)		(2.125)
Amortização	(59.712)		2.059	(28.238)	(702)	(86.593)
Valor residual	118.106	31.635	(5.349)	(28.238)	2.599	118.752

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

A Companhia em plena conformidade com o CPC 06(R2)/ IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu direito de uso e passivo de arrendamento, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontadas, conforme determinado pela norma.

16 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores de mercadorias			2.623.239	2.449.372
Fornecedores de mercadorias em moeda estrangeira			234.082	155.894
Fornecedores de grãos			750.890	504.738
Fornecedores - partes relacionadas (nota 24.2)			33.463	18.757
Fornecedores de serviços e demais produtos	395	1.151	84.708	70.656
	395	1.151	3.726.382	3.199.417
Circulante	395	1.151	3.704.997	3.199.417
Não circulante			21.385	

O saldo a pagar para os fornecedores de grãos está, em sua maioria, atrelado à variação do valor justo das *commodities* agrícolas com que o Grupo opera.

O saldo a pagar para os fornecedores de serviços e demais produtos na controladora refere-se ao desenvolvimento de software, conforme estratégia da companhia para aumentar sua participação em meios digitais e auditoria e consultoria jurídica.

Conforme determina a norma contábil, as compras a prazo são descontadas a valor presente, conforme prazo negociado com cada fornecedor, considerando uma taxa mensal média de 1,5% (1,5% em 2021).

17 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade	Data do último Vencimento	Taxa de juros média a.a.	30/09/2022	31/12/2021
Nota de crédito a exportação – NCE	20/05/2025	17,53% a.a - 136,36% do CDI (2,88% à CDI+5,12%)	488.400	304.542
Cédula de crédito à exportação – CCE	15/07/2025	17,51% a.a - 149,17% do CDI (0,23% à CDI + 6,40%)	513.422	325.850
Cédula de crédito bancário – CCB	15/02/2031	17,19% a.a - 181% do CDI (2,0% à CDI + 6,8%)	647.011	527.855
Capital de giro - moeda estrangeira	22/11/2024	3,87% a.a - 146,60% do CDI (6,8% à CDI+4,58%)	72.069	104.618
Crédito Direto ao Consumidor - CDC	01/07/2026	9,38% a.a - 13,30% a.a (9,3% à 12,5%)	815	1.390
Financiamento para garantia de preços ao produtor - FGPP	26/07/2024	16,96% a.a (7,50%)	40.073	13.341
Finame e Leasing	17/10/2022	5,10% a.a (8,73%)	3	59
Cédula de Produtor Rural Financeira - CPRF	15/06/2023	CDI + 3,11% a.a	73.231	
			1.835.023	1.277.655
Circulante			1.318.039	1.010.227
Não circulante			516.984	267.428
			1.835.023	1.277.655

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cronograma dos vencimentos dos empréstimos e financiamentos classificados no não circulante é demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	30/09/2022	31/12/2021
2023	289.976	243.618
2024	169.261	23.810
Acima de 2024	57.747	
	516.984	267.428

17.1 Compromissos ("*covenants*")

As controladas Agro100, AgroFerrari, Sementes Campeã, Ferrari Zagatto, Agrocat e Grão de Ouro Agronegócios e Rural Brasil possuem contratos com *covenants* que exigem o cumprimento de dois índices financeiros, são eles: (i) índice de liquidez corrente igual ou superior a 1.0x; e (ii) endividamento líquido, inferior ou igual a 3.0x. Esses índices são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de cada ano, os quais foram atendidos pelas controladas, sem qualquer exceção, em 31 de dezembro de 2021.

17.2 Garantias

As garantias cedidas em contratos de empréstimos e financiamento são apresentadas a seguir:

	30/09/2022	31/12/2021
Alienação fiduciária	226.679	66.278
Avais dos sócios	252.518	86.772
Hipoteca	169.687	
Colateral	56.362	57.369
Penhor / Estoques	160.365	156.885
Cessão fiduciária / Duplicatas	187.281	169.098
	1.052.891	536.402

18 Passivos de arrendamento (Consolidado)

O Grupo reconhece os contratos de arrendamento ao valor presente das obrigações contratuais.

	30/09/2022	31/12/2021
Imóveis	99.677	95.034
Veículos	8.942	12.155
Outros	3.895	5.639
	112.515	112.829
Passivo circulante	35.957	35.033
Passivo não circulante	76.558	77.796

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos possuem em média de 3 à 8 anos de prazos remanescentes e os pagamentos são realizados em prestações mensais.

A Companhia, em plena conformidade com as determinações do CPC 06 / IFRS 16 para a mensuração e na remensuração de seu direito de uso e passivo de arrendamento, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontadas, conforme vedação imposta pela norma.

A movimentação dos passivos de arrendamento, estão apresentadas na Nota 32.b).

Os saldos estimados de arrendamento a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	30/09/2022	31/12/2021
2023	4.419	19.309
2024	15.396	14.374
2025	19.571	20.280
Após 2025	37.172	23.834
	76.558	77.796

No quadro abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

		30/09/2022		31/12/2021	
		Valor nominal	Valor descontado	Valor nominal	Valor descontado
Contraprestações do arrendamento		163.327	112.515	116.319	112.829
Não passível de tomada de crédito	(i)	97.001	66.703	88.735	85.928
Passível de tomada de crédito		66.325	45.812	27.585	26.901
Pis/cofins potencial (9,25%)		(6.135)	(4.238)	(2.552)	(2.488)
		157.191	108.277	113.768	110.341

(i) Em conformidade com a legislação tributária vigente no Brasil, a diretoria da Companhia, junto com seus assessores tributários, entendem que há arrendamentos que não dão direito a crédito de Pis/Cofins e, por isso, apresenta de forma segregada a parcela potencial para a tomada de crédito sobre o total dos passivos de contratos de arrendamento.

A Companhia calculou suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Vigência dos contratos	30/09/2022 Taxa incremental	31/12/2021 Taxa incremental
2 anos	9,70%	9,02%
3 anos	10,00%	9,65%
4 anos	10,31%	10,46%
5 anos	10,63%	10,71%

Adicionalmente, em atendimento ao Oficio Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e os períodos futuros utilizando o fluxo

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

						Consolidado
	30/09/2022	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Ativo direito de uso						
IFRS 16	118.752	109.340	81.102	50.864	24.606	
Ofício CVM	129.593	117.894	87.370	56.846	26.300	
	9,1%	7,8%	7,7%	7,5%	6,9%	0,0%
Passivo de arrendamento						
IFRS 16	112.515	83.585	84.095	66.863	41.284	
Ofício CVM	129.493	99.064	99.653	79.674	49.236	
	15,1%	18,5%	18,5%	19,2%	19,3%	0,0%
Despesa com depreciação						
IFRS 16	(28.238)	(9.413)	(28.238)	(28.238)	(28.238)	(24.626)
Ofício CVM	(30.524)	(11.699)	(30.524)	(30.524)	(30.524)	(26.300)
	8,1%	24,3%	8,1%	8,1%	8,1%	6,9%
Despesa financeira						
IFRS 16	(12.999)	(10.327)	(7.672)	(7.719)	(6.157)	(3.789)
Ofício CVM	(14.470)	(11.496)	(8.540)	(8.592)	(6.852)	(4.218)
	11,3%	11,3%	11,3%	11,3%	11,3%	11,3%

	IFRS 16/ CPC 06 (R2)	Ofício CVM
Despesa com Depreciação	(146.990)	(160.117)
Despesa Financeira	(48.644)	(54.147)
	(195.634)	(214.264)

As comparações nas rubricas do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas estão apresentadas a seguir:

	31/12/2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Ativo direito de uso						
IFRS 16	118.106	92.942	66.200	44.831	29.449	
Ofício CVM	131.621	104.803	76.405	53.381	36.344	
	11,44%	12,76%	15,42%	19,07%	23,41%	
Passivo de arrendamento						
IFRS 16	112.829	89.605	73.084	60.258	35.709	
Ofício CVM	126.032	102.627	85.124	70.778	42.312	
	11,70%	14,53%	16,47%	17,46%	18,49%	
Despesa com depreciação						
IFRS 16	(22.290)	(25.164)	(26.742)	(21.369)	(15.382)	(29.449)
Ofício CVM	(23.945)	(26.819)	(28.397)	(23.024)	(17.037)	(36.344)
	7,43%	6,58%	6,19%	7,75%	10,76%	23,41%
Despesa financeira						
IFRS 16	(17.830)	(15.299)	(13.943)	(9.853)	(7.447)	(1.894)
Ofício CVM	(19.916)	(17.089)	(15.575)	(11.006)	(8.319)	(2.116)
	11,70%	11,70%	11,70%	11,70%	11,70%	11,70%

	IFRS 16/ CPC 06 (R2)	Ofício CVM
Despesa com Depreciação	(140.396)	(155.566)
Despesa Financeira	(66.266)	(74.021)
	(206.662)	(229.587)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Obrigações por cessão de créditos (Consolidado)

Modalidade / Securitizadora	Data do último Vencimento	Taxa de juros média a.a.	30/09/2022	31/12/2021
CRA / Vert XP Investimentos S.A.	30/04/2024	158% - CDI (137% a 211% CDI)	74.487	39.942
CRA / Vert/Gaia Securitizadora	30/09/2022	(149% a 189% CDI)		80.977
CRA / Gaia Agro Securitizadora S.A.	30/04/2024	97% - CDI (100% CDI)	131.193	101.088
CRA / Opeia	28/07/2025	142% - CDI	88.455	
CRA / Vert 79º BTG Pactual	30/09/2027	146% - CDI	520.220	
			814.356	222.007
Despesas com colocação de títulos				
CRA / Vert XP Investimentos S.A.			(12.012)	(7.226)
CRA / Vert/Gaia Securitizadora				(2.773)
CRA / Gaia Agro Securitizadora S.A.			(28.159)	(2.051)
CRA / Opeia			(16.773)	
CRA / Vert 79º BTG Pactual			(63.747)	
			693.666	209.957
Passivo circulante			165.510	209.957
Passivo não circulante			528.156	

Essa obrigações por cessão de crédito, originadas na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são classificadas como dívida no passivo circulante, a fim de manter a comparabilidade com seu respectivo lastro, ou seja, os direitos creditórios sobre as Contas a receber que foram cedidos na operação (Nota 8). A Companhia possui a opção assegurada em contrato de promover a revolvência dos saldos de curto prazo até a liquidação da operação do CRA (data do último vencimento), através de encontro de contas, o qual ocorrerá conforme os prazos descritos acima. Dessa forma, a liquidação dessas operações não deverão resultar em saída de caixa futuro.

As operações de CRA tem renovações semestrais a partir de cada vencimento de safra normalmente em 30 de abril e 30 de setembro de cada ano. O AgroGalaxy realizou em setembro de 2022, captação de R$ 500.000 através de um CRA lastreado em contratos de compra de grãos junto a produtores rurais, a operação está suportada por garantias de aval das empresas controladas pela Holding AgroGalaxy e tendo prazo total de 5 anos, com prazo médio de 3,5 anos.

A estrutura de captação faz parte da estratégia da companhia de acessar o mercado de capitais buscando melhora do prazo de seu endividamento, bem como suportar o caixa da companhia em seu plano de crescimento para os próximos períodos.

19.1 Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Em 30 de setembro de 2022, os títulos e valores mobiliários classificados no ativo não circulante são no montante de R$ 79.562 (R$ 46.351 em 31 de dezembro de 2021). Esses títulos adquiridos nas operações de emissão de CRA, correspondentes às quotas subordinadas contribuídas, de titularidade das controladas, nas referidas operações.

Estes títulos são adquiridos para garantir eventuais riscos de crédito à securitizadora, os quais encontra-se classificado como títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento no ativo não circulante.

De acordo com a estrutura financeira da referida emissão, cabe ao CRA subordinado a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedida, limitadas entre 15% a 20% do valor de emissão, de acordo com os contratos de CRA. Para a operação contratada junto o BTG Pactual, não incide essa mesma exigência de aplicação como garantia.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a administração do Grupo não estimou incorrer em perdas significativas relacionadas a não liquidez dos títulos cedidos em garantia, haja vista os procedimentos de avaliação de crédito do Grupo, bem como a possibilidade de substituição dos recebíveis securitizados no caso de eventual evento futuro.

20 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Provisão para férias e encargos sobre férias			23.875	20.386
Provisão para décimo terceiro salário			12.620	174
Provisão para comissões, bônus e PPR (programa participação nos resultados)	3.935	5.474	57.313	48.995
Salários à pagar			2.731	184
INSS a recolher	184	125	10.844	5.053
FGTS a recolher	1		2.675	1.626
Outras obrigações trabalhistas		7	5.487	6.952
	4.120	5.606	115.545	83.371

21 Adiantamentos de clientes (Consolidado)

	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamentos de clientes mercado interno	688.405	256.656
	688.405	256.656

Esses adiantamentos são passivos de contratos com clientes, e referem-se a adiantamentos recebidos de produtores rurais e *trading companies* para a aquisição de insumos e de grãos (operações não fixadas), respectivamente.

Os adiantamentos de clientes existentes em 30 de setembro de 2022, deverão gerar receita ao longo do exercício de 2022, são realizados em caixa e não tem risco de perda de margem, pois refere-se ao pagamento dos contratos, principalmente relacionados ao embarque de grãos, ou por antecipação de clientes de insumos.

22 Contingências (Consolidado)

Em 30 de setembro de 2022, o montante provisionado foi de R$ 14.815 referente a ações de natureza cível e trabalhista. A Companhia e o Grupo não mantêm outros processos classificados como provável perda. Do montante provisionado em 30 de setembro de 2022, R$ 13.528 é oriundo do saldo patrimonial incorporado na aquisição da Agrocat.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos no curso normal de seus negócios e com base em parecer dos assessores jurídicos do Grupo, as ações com possibilidade possível de perda totalizam R$ 65.643 em 30 de setembro de 2022 (R$ 30.867 em 31 de dezembro de 2021) referente as ações cíveis, trabalhistas e tributárias.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelas Companhia e suas controladas têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não eram conhecidas ações de vulto formalizadas contra a Companhia e suas controladas que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

	30/09/2022	31/12/2021
Número de ações em unidades	170.824.989	170.824.989
Capital social	789.221	789.221

Principais mutações do patrimônio líquido:

a) Aumento de capital decorrente do exercício de compra de ações outorgadas no âmbito do primeiro programa de pagamento baseado em ações:

Em 10 de fevereiro de 2021, foi aprovado o aumento do capital da Companhia no valor total de R$ 36.737, passando de R$ 426.046 para R$ 462.783, decorrente do exercício de compra de ações outorgadas no âmbito do primeiro programa, com a consequente emissão de 3.640.339 (três milhões, seiscentos e quarenta mil, trezentas e noventa e nove) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Compra pela Companhia das ações outorgadas no âmbito do primeiro programa e mantidas em tesouraria:

Em 10 de março de 2021, foi aprovado o exercício da Opção de Compra da Companhia, conforme prevista na Cláusula 5.3 do Programa, do total de 3.640.399 (três milhões, seiscentas e quarenta mil, trezentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturarias e sem valor nominal, ao preço de R$ 10,09 (dez reais e nove centavos) por ação, mediante a aquisição das ações dos beneficiários do Programa para permanência em tesouraria, conforme Nota 23.3.

c) Em 1º de abril de 2021, foram emitidas 3.401.521 (três milhões, quatrocentas e um mil, quinhentas e vinte um) novas ações no montante de R$ 25.934, as quais foram utilizadas na troca de ações da aquisição da controlada Boa Vista (Nota 5.2).

d) Em reunião do Conselho de administração realizado no dia 22 de julho de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia decorrente da oferta pública inicial de ações (IPO) ocorrida em 26 de julho de 2021. A transação envolveu o aumento do capital social da Companhia no montante total de R$ 349.999 ao preço de R$ 13,75 por ação (“Preço por Ação”), mediante emissão de 25.454.545 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”).

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são de 170.824.989, totalizando R$ 789.220 (R$ 838.716 deduzido de R$ 49.496 de gastos com a emissão de ações).

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.2 Reserva de capital social

Refere-se a ágio na emissão de ações pagos pelos acionistas da Companhia em 30 de outubro de 2020, o qual trouxe o reflexo da incorporação pela combinação de negócios.

23.3 Ações em tesouraria

Em 10 de março de 2021, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a recompra pela Companhia de 3.640.399 (três milhões, seiscentos e quarenta mil, trezentas e noventa e nove) das ações dos beneficiários do Programa de compra de ações outorgadas. Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Em 1º de abril de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinário, foi aprovada a venda de 244.720 (duzentos e quarenta e quatro mil, setecentas e vinte) ações em tesouraria no montante R$ 2.700, remanescendo 3.395.679 (três milhões, trezentas e noventa e cinco mil, seiscentas e setenta e nove) ações em tesouraria.

23.4 Reserva de lucros

A Companhia destina 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal, conforme previsto pela legislação societária. Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar e reserva de investimento, que compreendem o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

A Companhia constituiu reserva de lucros, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de junho de 2021, mediante a versão da totalidade dos dividendos mínimos obrigatórios deliberados no exercício findo 31 de dezembro de 2020, e que estavam classificados no passivo circulante da Companhia, no montante de R$ 19.354.

A reserva foi aprovada e constituída em linha com a estratégia da Administração para investimentos relacionados a expansão, através da abertura de novas lojas, investimento em participação nas vendas por meios digitais e aquisições e incorporações de novas empresas. Conforme previsto no Artigo 29, parágrafo 2 do Estatuto da Companhia, até 75% (setenta e cinco por cento) poderá ser retido com base em orçamento de capital, nos termos do art. 196 da Lei das S.A., e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021, foram constituídos R$ 5.917 referente a reserva legal do exercício de 2021 e a destinação de R$ 84.316 do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 após as deduções previstas para a reserva de investimentos, conforme prevê o estatuto social da Companhia e foram aprovadas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022.

23.5 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após a dedução de 5% para constituição da reserva legal, conforme definido no Estatuto Social. Para o exercício de 2021 foram provisionados o montante de R$ 28.105 de dividendos mínimos obrigatório (R$ 19.354 em 2020).

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Dos dividendos mínimo obrigatório referente a exercício findo em 2021 foram aprovados a sua distribuição, conforme Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022. O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 5 de julho de 2022.

23.6 Ajustes de avaliação patrimonial

Incluem o resultado de transações realizadas entre a Companhia e os sócios não controladores da Rural Brasil e Agrototal entre 2017 e 2019, bem como o resultado do reconhecimento do Plano de Compra de Ações ("Plano") das controladas Rural Brasil, Agrototal e Grão de Ouro, reconhecido de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia.

Em abril de 2021, houve a aquisição de participação adicional indireta na controlada Sementes Campeã, e o valor de R$ 4.521 refere-se ao valor excedente decorrente do preço de compra do investimento, conforme Nota 12.3 (iii).

23.6.1 Pagamento baseado em ações

a) Plano de opções de ações na Controladora (Companhia)

Em 10 de fevereiro de 2021, foi outorgado aos beneficiários o 1º programa do plano de pagamento baseado em ações, com base nas ações aprovadas em 17 de dezembro de 2020, de 3.446.761 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo qual, aprovados pelo Conselho de Administração. Em decorrência da suspenção do evento de liquidez em março de 2021, foi aprovada a recompra destas ações por parte da Companhia para a manutenção em tesouraria e, consequentemente nenhuma das opções do programa foi exercida, de fato, até 30 de setembro de 2022, sendo mantidos os direitos originais de seus beneficiários.
O objetivo do Plano consiste em: (i) estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades das controladas do Grupo; (ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços com os interesses da Companhia e de suas afiliadas; e (iii) incentivar a permanência dos Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços nas controladas da Companhia.
Em 28 de setembro de 2021, foi aprovado o 2º programa do plano de ações, em 6.609.100 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Este programa foi outorgado em novembro e dezembro de 2021, de forma retroativa a 28 de setembro de 2021, como total de 2.560.243 ações outorgadas.

Ações incluídas no plano da controladora

As opções de compra de Ações outorgadas segundo o Plano (“Opções”) poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade de distribuição de dividendo fixo anual no valor de R$ 0,01 (um centavo de real) por ação (“Ações”) que não exceda o montante máximo e cumulativo 6% do total de Ações. Para fins do limite estabelecido, deverão ser computadas todas as Opções já outorgadas no âmbito do plano, exercida ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas antes de serem exercidas, sendo que as opções outorgadas com base em planos anteriores, vigentes ou não, não serão computadas para efeito do limite estabelecido.

Os acionistas, nos termos do artigo 171, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, não terão direito de preferência na aquisição ou exercício das Opções.

As Ações resultantes do exercício das Ações outorgadas segundo Plano conferirão aos seus titulares os direitos previstos na legislação aplicável e no estatuo social da Companhia.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outorgas realizadas na controladora

		Quantidade de Ações						
Companhia	Programa	Total do Programa	Total Outorgada	Data Exercício limite	Data Outorga	Valor Total Opções	Valor Reconhecido Resultado	Valor Reserva
AgroGalaxy	1	3.446.761	3.446.761	Jan/27	Jan/21	11.762	(7.004)	7.004
AgroGalaxy	2	2.560.243	2.560.243	Set/22, Set/23 e Set/24	Set/21	12.947	(8.860)	8.860
		6.007.004	6.007.004			24.709	(15.864)	15.864

O total das despesas reconhecidos no resultado de 30 de setembro de 2022 foi de R$ 7.943 e, consequentemente, no patrimônio líquido que totaliza R$ 15.864 em 30 de setembro de 2022.

O total da reserva de capital na Companhia, considerando o plano de opções da Companhia e reflexo de suas controladas, totalizou, em 30 de setembro de 2022, 24.340 (R$ 15.636 em 2021).

23.7 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Em 30 de setembro de 2022 e em 2021 existiam instrumentos com potencial diluidor, originados no programa de pagamento baseado em ações.

	30 de setembro de 2022		30 de setembro de 2021	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Lucro atribuível (prejuízo) aos acionistas controladores	24.963	(183.683)	70.969	763
Quantidade de ações ordinárias no início do exercício (*)	167.429	167.429	138.329	138.329
Média ponderada das ações ordinárias no período (*)	167.429	167.429	170.825	150.376
Lucro líquido básico (prejuízo) por ação (em reais)	0,15	(1,10)	0,42	0,01
Média ponderada das ações ordinárias no período (*)	167.429	167.429	170.825	150.376
Opções de compra de ações (Nota 23.6.1) (*)	6.007	6.007	3.447	3.447
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (*)	173.436	173.436	174.272	153.823
Lucro líquido diluído (prejuízo) por ação (em reais)	0,14	(1,10)	0,41	0,00

(*) em milhares de ações

24 Partes relacionadas (Consolidado)

No decorrer de suas operações, direitos e obrigações são contraídas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. As transações comerciais, tais como compra e venda de mercadorias entre partes relacionadas, são realizadas em condições similares com partes não relacionadas. As operações financeiras com partes relacionadas decorrentes de transações de mútuo entre, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, são realizadas em condições específicas, sendo que não há cobrança de juros ou de prazo definido para pagamento nessas operações. A Administração

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

considera como partes relacionadas: (i) os acionistas que detenham influência significativa e/ou exerça função na administração da Companhia e seus familiares próximos; (ii) membros do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas; e (iii) empresas que sejam membros do mesmo grupo econômico ou que estejam sob controle de um acionista ou membro da administração identificados no item (i) ou (ii). Os saldos de transações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo.

24.1 Ativos com partes relacionadas

Contas a receber com partes relacionadas:

		30/09/2022	31/12/2021
Pessoa Física	(i)	12.348	16.528
GB2 Empreendimentos Ltda.	(ii)	186	
Fortgreen – Comercial Agrícola Ltda.	(ii)	9	11
Total nas contas a receber (nota 8)		12.543	16.538

(i) Refere-se a valores à receber de pessoas físicas, conforme determina CPC 05/IAS 24 , que participam diretamente da administração da Companhia ou suas controladas, com cargo de direção ou conselheiro, e representam em sua essência valores de venda de insumos agrícolas à vencer, os quais possuem condições similares à de outros clientes.

(ii) Refere-se a revenda de insumos agrícolas em condições e prazos similares a de mercado.

Mútuo e outras contas a receber com partes relacionadas:

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Pessoa Física	(i)	4.750	4.750	7.415	5.625
Total em mútuos com partes relacionadas (nota 24)		4.750	4.750	7.415	5.625

(i) A Companhia mantém mútuo ativo com pessoa física o qual não incide encargos financeiros, com previsão de liquidação até 1º de abril de 2023.

Adiantamento à fornecedores com partes relacionadas

	30/09/2022
GB2 Empreendimentos Ltda.	1.000
Fortgreen – Comercial Agrícola Ltda.	15
Total adiantamento a fornecedores (nota 11)	1.015

Em 31 de dezembro de 2021 não havia saldos em aberto de adiantamento à fornecedores.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 Passivos com partes relacionadas

Fornecedores com partes relacionadas

		30/09/2022	31/12/2021
Pessoa Física	(i)	3.920	434
Gb2 Empreendimentos Ltda	(iii)	814	
Gb5 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	(iii)	5.575	
FZ Administração de Bens Ltda	(iii)	18.081	
Fortgreen – Comercial Agrícola Ltda.	(ii)	5.073	18.323
Total em fornecedores (Nota 16)		33.463	18.757

(i) Valores a pagar sobre aquisição de commodities (grãos fixados).
(ii) Refere-se a compra de insumos agrícolas em condições e prazos similares a de mercado.
(iii) Referem-se, substancialmente, a aluguel de imóveis, transporte e assessoria técnica. As condições e prazos estão estipuladas em contrato e seguem o acordado entre as partes.

Adiantamentos de clientes com partes relacionadas

	30/09/2022
Pessoa Física	39
Total em adiantamentos de clientes (Nota 21)	39

Em 31 de dezembro de 2021 não havia saldos em aberto de adiantamento de clientes.

Dividendos a pagar (Controladora):

Em 30 de setembro de 2022 o saldo registrado em dividendos a pagar no passivo no montante de R$ 137 (R$ 28.105 em 31 de dezembro de 2021) corresponde a parcela em dos dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Companhia. O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 05 de julho de 2022.

Mútuo a pagar (Controladora):

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia mantém mútuo passivo no montante de R$ 32.053 (R$ 11.657 em 31 de dezembro de 2021) que se referem substancialmente aos pagamentos efetuados por suas controladas na contratação de serviços especializados para o processo da “Oferta pública inicial de ações” (Sigla em inglês “IPO”) e para pagamento de aquisição de participação em controlada. Não há a incidência de juros e o vencimento será em 1º de janeiro de 2023, podendo ser prorrogado.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.3 Vendas para partes relacionadas

		30/09/2022	30/09/2021
Pessoa Física	(i)	15.658	18.838
GB2 Empreendimentos Ltda.	(ii)		46
Fortgreen – Comercial Agrícola Ltda.	(ii)	23	
Total de vendas para partes relacionadas		15.681	18.884

(i) Referem-se, principalmente, a vendas de insumos agrícolas (fertilizantes, defensivos, sementes e especialidades), os prazos e condições comerciais são acordados entre as partes seguindo as condições de mercado.

(ii) Refere-se a revenda de insumos agrícolas em condições e prazos similares a de mercado.

24.4 Compras de partes relacionadas

		30/09/2022	30/09/2021
Pessoa Física	(i)	25.675	30.003
GB2 Empreendimentos Ltda.	(ii)	22.682	16.753
GB5 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(ii)	7.985	6.604
Ricolog Transbordo e Multimodal S.A.	(iii)		1.171
V S Ribeiro Eireli	(iv)		753
Fortgreen – Comercial Agrícola Ltda.	(v)	9.881	
Total de compras para partes relacionadas		66.223	17.239

(i) Referem-se, substancialmente, a aquisição de *commodities* agrícolas, com prazos e condições comerciais de mercado.

(ii) Referem-se, substancialmente, a aluguel de imóveis, transporte e assessoria técnica. As condições e prazos estão estipuladas em contrato e seguem o acordado entre as partes.

(iii) Refere-se a serviços de transbordo e logística de terminal ferroviário, para transporte de commodities agrícolas, com prazos e condições comerciais estabelecidas em contrato, condizentes com mercado.

(iv) Refere-se a prestação de serviços de assinatura, monitoramento e assistência técnica ao sistema GeoData.

(v) Refere-se a compra de insumos agrícolas para revenda, conforte prazo e condições acordado entre as partes, em consonância com o estabelecido com outros fornecedores.

24.5 Remuneração do pessoal chave da administração

No período findo em 30 de setembro de 2022, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas, composta por Conselheiros e Diretores Estatutários, por serviços na qualidade de administradores foi no montante de R$ 20.249 (R$ 10.522 em 30 de setembro de 2021). Além da remuneração direta, ainda houve o reconhecimento pelo valor justo do 1º e 2º programa de incentivos de longo prazo, denominadas stock options. Esses programas foram outorgados em 2021 (1º programa em janeiro de 2021 e o 2º programa em setembro de 2021) e estão contidos no montante acima informado.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades administrativas da Companhia é realizada por administradores alocados nas controladas, sem o repasse de custos para a controladora.

25 Receita de contrato de clientes (Consolidado)

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

		30 de setembro de 2022		30 de setembro de 2021	
		Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Venda de grãos mercado interno		423.413	1.890.920	272.049	879.389
Venda de grãos mercado externo		425.827	1.584.004	275.927	901.280
Prestação de serviços		3.415	9.649	4.205	5.004
Venda de mercadorias mercado interno		2.240.242	4.744.936	1.302.272	2.296.041
Total da Receita Bruta		3.092.897	8.229.509	1.854.453	4.081.714
Receita Bruta		3.092.897	8.229.509	1.854.453	4.081.714
Menos:					
Impostos sobre receita	(i)	(18.591)	(42.882)	(9.669)	(18.913)
Total da receita operacional líquida		3.074.306	8.186.627	1.844.784	4.062.801

(i) As revendas de insumos agropecuários possuem base de cálculo do ICMS reduzida nas saídas dos insumos agropecuários, bem como, alíquota zero de Pis/Cofins sobre a maioria dos insumos agrícolas. O benefício fiscal relativo a subvenção, foi de R$ 302.478 no período findo em 30 de setembro de 2022 (R$ 199.344 em 30 de setembro de 2021), reduzindo assim os impostos sobre receita.

A apresentação da receita de forma desagregada por segmento, conforme requerido pelo IFRS15/ CPC47 Receita de contrato com clientes, pode ser vista na Nota 30 - Informações por segmento.

26 Custos das mercadorias vendidas (Consolidado)

	30 de setembro de 2022		30 de setembro de 2021	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Custo das mercadorias vendidas - commodities	581.158	3.080.412	524.687	1.707.402
Custo das mercadorias vendidas - insumos agrícolas	2.018.047	4.048.016	1.043.551	1.807.823
Custo dos serviços prestados	3.602	5.460	641	2.068
Custo de fretes	44.588	118.696	16.418	54.909
Valor justo commodities (i)	(20.313)	27.994	4.739	19.326
	2.627.083	7.280.579	1.590.036	3.591.528

(i) A variação no valor justo de *commodities* refere-se basicamente à valorização/(desvalorização) dos estoques de *commodities* ágricolas ao valor de mercado. Cabe lembrar que para fazer frente as oscilações de estoque e de fornecedores há contratos de compra e venda futuros (contratos a termos) que suas oscialações são reconhecidas no resultado financeiro (Nota 28), conforme divulgado em política contábil da Companhia.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Peticão Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Despesas administrativas, com vendas e outras (receitas) e despesas, líquidas

		Controladora			
		30 de setembro de 2022		30 de setembro de 2021	
		Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Gastos com pessoal (-) despesas compartilhadas	(i)	(1.442)	9.351	5.371	13.534
Pagamento baseado em ações de controladas	(i)	2.249	6.990		
Pró-labore		2.391	7.043	1.480	4.284
Serviços de terceiros	(i)	1.730	4.356		1.173
Outras		472	2.289	(627)	311
Depreciação e amortização		226	676		
		5.625	30.704	6.224	19.302
Despesas administrativas		5.625	30.704	7.057	19.302
Outras receitas operacionais líquidas				(833)	
		5.625	30.704	6.224	19.302

	Consolidado			
	30 de setembro de 2022		30 de setembro de 2021	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Gastos com pessoal e terceiros	117.184	304.938	71.571	180.164
Depreciação e amortização	31.398	81.177	18.323	50.696
Provisões para perdas com recebíveis	27.688	57.528	7.607	17.954
Serviços de terceiros	9.025	45.721	10.614	35.683
Comissões	26.249	35.723	6.752	13.380
Gastos com frota	7.403	26.530	8.902	19.586
Serviços de consultoria para atividades não recorrentes	793	793	1	1
Outras	20.882	23.832	7.006	10.527
Manutenção e conservação	5.056	12.804	425	3.980
Despesas compartilhadas	4.221	4.221		
Baixa de recebíveis incobráveis	1.625	11.107	2.502	1.235
Despesas tributárias	6.309	10.096		437
Gastos com armazenagem	4.357	9.126	2.773	7.763
Água, energia e telefone	3.048	9.058	2.095	5.904
Pró-labore	2.708	8.213	2.573	6.908
Pagamento baseado em ações de controladas	2.249	6.990		
Propaganda e publicidade	2.118	6.927	2.721	7.417
Aluguéis	1.997	4.901		
Material de uso e consumo	575	4.273	4.846	6.782
Despesas com alimentação	1.731	4.113	(966)	2.176
Gastos com classificação de grãos	607	1.172		
Reversão de provisões para contingências	(50)	(50)		
Indenizações e seguros recebidos	(124)	(1.569)		
Crédito fiscal extemporâneo	(523)	(2.426)		
Reversão de provisões para perda de estoques	(4.081)	(3.202)		
Resultado líquido na venda de ativo imobilizado	(659)	(440)	(122)	(918)
	271.787	661.556	147.623	369.675
Despesas com vendas	134.591	314.481	84.724	217.673
Despesas administrativas	130.536	345.384	61.968	151.145
Outras receitas operacionais líquidas	6.660	1.691	931	857
	271.787	661.556	147.623	369.675

(i) Nos montantes acima, estão contidas despesas (receitas) que são julgadas como não usuais pela administração, haja vista sua natureza, nas atividades operacionais normais de cada período.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Resultado financeiro

	Consolidado			
	30 de setembro de 2022		30 de setembro de 2021	
	Trimestre	9 meses	Trimestre	9 meses
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamento	(68.419)	(180.964)	(25.924)	(60.636)
Juros passivos com fornecedores e outros passivos	(37.121)	(110.310)	(14.295)	(36.741)
Descontos concedidos a clientes	(11.531)	(31.664)	(9.474)	(13.549)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(121.722)	(405.478)	(42.147)	(158.235)
Ajuste a valor presente arrendamento	(5.995)	(18.994)	(4.274)	(11.563)
Outras despesas financeiras	(5.252)	(16.523)	8.809	(5.694)
	(250.040)	**(763.933)**	**(87.305)**	**(286.419)**
Receitas financeiras				
Descontos por antecipação de pagamentos	4.003	15.639	1.565	5.224
Ajuste a valor presente de clientes	66.735	206.711	21.246	100.697
Juros ativos sobre clientes e outros ativos	14.864	39.534	7.001	29.777
Rendimentos de aplicações financeiras	11.791	28.791	3.436	4.663
Outras receitas financeiras	53	107	2	60
	97.446	**290.782**	**33.251**	**140.421**
Variação cambial e valor justo				
Variação cambial passiva	(55.040)	(159.539)	(30.876)	(121.704)
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(132.765)	(420.342)	(71.563)	(305.565)
Variação cambial ativa	57.453	182.929	17.593	130.595
Valor justo contrato a termo - commodities receita	2.539	20.872	13.063	46.162
Instrumentos financeiros derivativos ativos	129.847	391.174	94.446	294.133
	2.034	**15.095**	**22.663**	**43.620**
Resultado financeiro	**(150.560)**	**(458.056)**	**(31.391)**	**(102.378)**

A Companhia possui políticas aprovadas pelo Conselho de Administração para a gestão de risco relacionados ao câmbio, taxa de juros, volatilidade no preço das commodities, crédito e de liquidez, conforme mencionado na nota explicativa 6.1. Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 30 de setembro de 2022 e em dezembro de 2021 dos riscos para demonstrar o impacto em possíveis cenários às posições tomadas pelo Grupo, conforme divulgado na nota explicativa 31.4.

O resultado financeiro líquido da controladora em 30 de setembro de 2022 trata-se de despesas financeiras no montante de R$7.834 (R$1.607 em 30 de setembro de 2021, trata-se de receitas financeiras), representado substancialmente por correção monetária sobre os valores a pagar pela aquisição da AgroCat.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Imposto de renda e contribuição social

29.1 Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Resultado antes dos impostos	(183.683)	763	(213.564)	(778)
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos vigentes (34%)	62.452	(259)	72.612	264
Equivalência patrimonial	(49.349)	6.276		
Diferença de alíquota - presumido				1.290
Subvenção governamental (nota 4.1 (d))			80.512	67.777
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativo, não constituido (i)	(13.103)	(6.017)	(120.302)	(70.312)
Adições e exclusões permanentes			(253)	
Outros			(2.582)	3.180
Tributos no resultado			29.987	2.199
Corrente			(7.562)	(3.723)
Diferido			37.549	5.922
Tributos no resultado			29.987	2.199
Alíquotas efetivas	0%	0%	-14%	-283%

(i) A Companhia e suas controladas não constituiram o imposto de renda e a contribuição social sobre o prejuízo fiscal devido a: a) controladora: Não ter expectativa de lucro tributável futuro; b) Controladas: Ao benefício resultante da publicação da Lei Complementar nº 160/2017 que alterou a Lei nº 12.973/2014, o qual os governos estaduais celebraram o Convênio ICMS 190/2018, remitindo e anistiando os créditos tributários do ICMS decorrentes dos benefícios fiscais desse imposto, instituídos por legislação estadual publicada até 8 de agosto de 2017, em desacordo com a Constituição Federal. Desta maneira, quando houver lucro tributável, as controladas irão absorver o montante total ou parcial de benefício fiscal apurado no montante somado de R$ 406.773 e ainda não destinado à reserva para incentivos fiscais.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a movimentação dos saldos de tributos diferidos no consolidado é como segue:

				30/09/2022
	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecido no resultado	Aquisição de controlada (i)	Valor líquido
Mais valia sobre ativo imobilizado e intangível	(89.230)	2.477	(16.492)	(103.245)
Valor justo contratos a termo commodities	(15.586)	(43.162)		(58.748)
Provisão para comissões	5.892	(377)		5.515
Provisão de perda nos estoques	5.131	(1.123)		4.008
Complemento de preço de compra	3.762			3.762
Complemento de preço de venda	(2.212)	(18.976)		(21.188)
Provisão de contingências	322	(200)		122
Provisão para royalties	(216)	7.561		7.345
Provisão de sobra técnica	(5.434)	572		(4.862)
Provisões para perda em recebíveis	57.531	11.065		68.596
Variações cambiais não realizadas	(794)	10.073	(7.631)	1.648
Ajuste dos estoques a valor justo	(22.802)	(58.361)		(81.163)
Valor justo de fornecedor a fixar	15.744	101.893		117.637
Juros ativos provisionados	(4.144)	(5.983)		(10.127)
Provisão de variação de Hedge/Swap	816	1.162		1.978
Ajuste a valor presente	(17.621)	23.390	(1.387)	4.382
Provisões comerciais e contas a pagar	(10.253)	6.823	55	(3.375)
Provisão de bônus	1.136	2.221	4.262	7.619
Prejuízo fiscal apurado	879	199		1.078
Provisão cut-off		456		456
Outros	(1.811)	(2.162)	1.902	(2.072)
Imposto líquido ativo (passivo)	(78.891)	37.549	(19.292)	(60.634)
Imposto ativo	11.424			31.010
Imposto passivo	(90.315)			(91.644)

(i) A Companhia adquiriu, em 10 de janeiro de 2022, quotas do capital social da Agrocat Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda (“Agrocat”), conforme divulgado na Nota 5.

Conforme elencados na Nota 29.1 (i), dado a exclusão das subvenções, a administração entende que os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de suas controladas, em 30 de setembro de 2022 no montante de R$ 523.802 (R$ 407.471 em 31 de dezembro de 2021), não possuem, nesse momento, expectativa de realização, e por isso, não foi constituído impostos diferidos sobre os mesmos.

A Administração da Companhia estima que a realização dos impostos diferidos se dê pelo histórico de rentabilidade de cada uma de suas controladas, devendo ocorrer o mesmo em até 5 anos, pois refere-se principalmente sobre diferenças temporárias, variações no valor justo de derivativos e provisões de fornecedores de commodities, que serão compensadas por diferenças temporárias passivas e base tributárias.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 13 : 19pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

30 Informações por segmento (Consolidado)

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

O Comitê Executivo, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio sob perspectiva de produto. Na visão do Grupo, os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração.

Segmentos:

i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que o Grupo transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.

ii) Grãos de soja e milho: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de "Barter" O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

O Comitê Executivo avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no EBITDA ajustado. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizadas sobre instrumentos financeiros. Despesas de vendas e administrativas não alocadas diretamente a UGC são consideradas como "não reportado", pois atendem todas as unidades do Grupo. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, a qual gerencia a posição de caixa do Grupo.

	Grãos		Insumos		Não reportado		Total	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita líquida	3.474.598	1.765.360	4.712.053	2.977.540			8.186.651	4.742.900
Custo	(3.444.103)	(1.734.564)	(3.836.456)	(2.836.942)			(7.280.559)	(4.571.506)
Lucro Bruto	**30.495**	**30.677**	**875.594**	**140.597**			**906.092**	**171.273**
Depreciação e amortização	(4.545)	(3.714)	(87.028)	(35.857)	(5.999)	(5.444)	(77.872)	(51.603)
Despesas de Vendas	(10.809)	(1.437)	(301.870)	(143.983)		(1.174)	(312.681)	(146.656)
Despesas Administrativas e Gerais	(14.029)	(15.500)	(160.199)	(118.381)	(81.754)	(58.468)	(267.782)	(184.849)
Outras receitas operacionais líquidas	1.302	1	(3.708)	(1.443)	711	368	(1.695)	(1.074)
Resultado Financeiro, líquido	81.761	23.770	(438.509)	(96.412)	(102.463)	(20.708)	(458.251)	(103.350)
Resultado antes dos impostos	**70.925**	**47.087**	**(94.110)**	**(55.752)**	**(190.417)**	**(74.600)**	**(213.602)**	**(183.265)**
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(12.851)	(13.419)	47.603	(2.034)	14.210	13.311	49.962	(2.142)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**58.074**	**34.669**	**(86.439)**	**(57.641)**	**(176.441)**	**(54.489)**	**(163.774)**	**(185.461)**
Resultado reportável	**(5.988)**	**33.058**	**409.185**	**157.017**	**(82.032)**	**(37.754)**	**321.165**	**152.321**
(+/-) Valor justo commodities	10.794	19.316					10.794	19.316
(+) EBITDA ex Insumos	111.108	(8.714)	(7.669)	(13.063)	(473)	(711)	(96.033)	(22.487)
(+/-) Variação cambial operacional	11.967	(10.098)	(3.634)	(3.633)			(3.633)	(13.671)
(+/-) Receita e despesas não recorrentes	15		4.553	477	9.841	10.779	14.409	11.256
Resultado reportável ajustado	**(3.020)**	**31.668**	**402.384**	**140.798**	**(72.664)**	**(27.686)**	**326.802**	**144.780**
Margem resultado reportável ajustado %	**-0,1%**	**1,8%**	**8,5%**	**6,2%**				

O resultado reportável ajustado é elaborado com base nos critérios definidos pela Administração que consideram efeitos de gastos não recorrentes, assim como os efeitos de pagamentos relacionados aos arrendamentos de imóveis, variação cambial operacional e valor justo de commodities.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:12
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109587665432563873867375469, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 14 : 20pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações divulgadas no quadro da nota explicativa refletem a forma de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais pelo Comitê executivo estão consistentes com as demais informações das informações contábeis intermediárias e das demonstrações financeiras anual.

Os principais ativos e passivos operacionais da Companhia foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração o desempenho de cada setor em relação ao desempenho total, assim essa alocação pode variar de um período para outro. Os ativos e passivos dos segmentos reportáveis podem ser assim resumidos:

	Grãos		Insumos		Não reportado		Total	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativo								
Contas a receber de clientes	980.244	190.222	1.577.350	2.506.921	6.674	882	2.564.268	2.698.026
Estoques	498.551	697.803	1.836.450	1.337.417	360	721	2.335.181	2.035.941
Adiantamentos a fornecedores	71.551	14.840	267.745	211.814	5.281		344.426	226.653
Impostos a recuperar	13.491	13.333	83.178	93.499	1.443	1.114	118.532	107.946
Instrumentos financeiros	58.232	35.869	18.900	(164)	-		77.132	35.705
Títulos e valores mobiliários			80.549	49.331	13.213		79.580	49.331
Ativos de direito de uso	30.857	31.731	56.060	66.384	7.323		118.730	118.116
Imobilizado	31.203	23.406	97.305	89.056	2.000	714	130.508	113.176
Intangível	3.834	3.870	249.022	904.178	790.948	4.695	1.044.805	912.744
Imposto de renda e contribuição social diferidos			23.482	9.957	10.919	1.867	34.401	11.824
Total dos ativos alocados	**1.795.970**	**932.446**	**4.258.241**	**5.274.963**	**843.014**	**9.899**	**7.897.225**	**6.317.508**
Caixa e equivalente de caixa					743.456	849.963	743.456	849.963
Aplicações financeiras					99.227	181.149	99.227	181.149
Outros ativos	278	964	80.258		51.603	52.238	132.139	53.202
Demais ativos não alocáveis	**278**	**964**			**894.286**	**1.083.350**	**974.822**	**1.084.314**
Total do ativo	**1.796.248**	**933.410**	**4.338.499**	**5.274.963**	**1.737.300**	**1.093.249**	**8.872.047**	**7.401.822**
Passivo								
Fornecedores e outras contas a pagar	1.003.810	465.508	1.685.959	1.750.758	14.189	1.151	2.703.960	2.216.417
Adiantamento de clientes	104.181	18.720	554.124	187.884			658.305	206.606
Passivo de arrendamento	34.870	32.047	50.550	52.782	7.571		92.991	84.829
Obrigações por cessão de crédito			691.686	109.967			691.686	109.967
Obrigações sociais e trabalhistas	21.748	11.844	82.014	69.352	11.813	3.106	115.575	84.302
Impostos e contribuições a recolher	1.574	784	13.641	10.057	288	308	15.503	11.149
Instrumentos financeiros	350	1.427	16.574	509			16.510	1.936
Imposto de renda e contribuição social diferidos			89.237	96.215	11.308		31.544	96.215
Total dos passivos alocados	**1.238.230**	**330.430**	**3.183.685**	**3.400.430**	**49.363**	**1.265**	**4.466.284**	**3.963.733**
Imposto de renda e contribuição social diferidos					1.830.403	1.477.455	1.830.403	1.477.455
Patrimônio líquido					1.957.601	1.471.188	1.957.601	1.471.188
Outros passivos	30.600	33		10.693	74.300	40.634	104.900	51.360
Demais passivos não alocáveis	**30.600**	**33**		**10.693**	**3.862.304**	**2.788.447**	**3.892.904**	**2.799.173**

O Grupo atua na comercialização no mercado interno e no mercado externo. As comercializações no mercado externo correspondem tanto à vendas diretas, quanto para as vendas com a finalidade específica de exportação para comerciais exportadoras sediadas no Brasil. As comercializações estão assim representadas (receita bruta):

	30 de setembro de 2022		30 de setembro de 2021	
	Trimestre	9 Meses	Trimestre	9 Meses
Bangladesh		2.027		18.124
Brasil	2.667.070	6.645.504	198.151	3.341.672
China	1.851	103.953	77.776	206.264
Coreia do Sul	5.877	28.192		
Emirados Árabes Unidos		6.189		
Paquistão		2.606		
Tailândia		1.128		15.171
Taiwan				15.664
Vietnã				1.163
Vendas para o mercado externo (i)	418.099	1.439.909	1.650.631	644.893
	3.092.897	8.229.509	1.926.558	4.242.952

(i) Vendas com a finalidade específica de exportação para comerciais exportadoras sediadas no Brasil, os quais estão categorizadas para o mercado externo.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:13
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987605432563873867375498, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 14 : 20pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de setembro de 2022 e de 2021, o Grupo não possui clientes individualmente ou como grupo econômico representativos, isso pelas características do setor e do mercado de atuação.

Em conexão ao plano de investimentos no Grupo com a finalidade de expandir o *market share* e manter seus parceiros recorrentes, há investimentos em expansão, transformação digital, reformulação e preparação de lojas já existentem com a nova marca ("*Brand*"), o qual as adições de ativos imobilizado e intangível estão assim divididos por segmento:

	30/09/2022	30/09/2021
Grãos	2.037	2.334
Insumos	82.578	56.228
	84.616	58.562

31 Instrumentos financeiros (Consolidado)

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As atividades do Grupo o expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Sendo que tais riscos são mitigados pela gerência e diretoria do Grupo, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos que no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Grupo. Sendo que a tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e pelo Grupo e suas classificações estão demonstrados abaixo.

		Controladora		Consolidado	
Ativos		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		387.486	179.261	743.156	643.563
Aplicações financeiras				74.401	89.601
Contas a receber de clientes	(i)		625	3.213.577	2.442.577
Outros créditos	(ii)	3.210	4.750	72.133	26.318
Mútuo partes relacionadas		5.427		5.427	5.625
Títulos e valores mobiliários				79.562	46.351
		396.123	184.636	4.188.256	3.254.035
Valor justo através do resultado					
Contratos a termo - commodities					
Direito sobre prêmios pagos				24.726	71.548
Instrumentos financeiros derivativos				77.136	33.524
				101.862	105.072
		396.123	184.636	4.290.118	3.359.107

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:13
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987605432563873867375498, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 14 : 20pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Não considera o valor a receber nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

(ii) Não considera ativos não monetários, tais como adiantamentos, os quais serão liquidados mediante o recebimento de ativos não financeiros.

		Controladora		Consolidado	
Passivos		**30/09/2022**	**31/12/2021**	**30/09/2022**	**31/12/2021**
Custo amortizado					
Fornecedores	(i)	395	1.151	2.803.929	2.845.091
Empréstimos e financiamentos				1.835.023	1.277.655
Obrigações com títulos securitizados		456.473		693.666	209.957
Dividendos a pagar				137	28.105
Aquisição de participação societária a pagar		12.583	16.157	12.583	16.157
Passivos de arrendamento				112.515	112.829
Mútuo partes relacionadas		32.053	11.657		
Outras contas a pagar	(iii)			27.089	11.495
		501.504	28.965	5.484.942	4.501.289
Valor justo através do resultado					
Fornecedores	(ii)			922.453	354.326
Instrumentos financeiros derivativos				22.510	1.046
Contratos a termo - commodities					994
				944.963	356.366
		501.504	28.965	6.429.905	4.857.655

(i) Não considera o valor a pagar nas operações de barter, os quais serão liquidados mediante o pagamento de passivos não financeiros.

(ii) Fornecedores e outras contas a pagar à valor justo através do resultado representa valores a pagar que oscilam conforme a variação do preço das commodities (soja, milho, trigo e café).

(iii) Não considera passivos não monetários, tais como adiantamentos, os quais serão liquidados mediante o pagamento de passivos não financeiros.

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores - Decorrem diretamente das operações o Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e desconsiderando instrumentos não financeiros como “barter”.

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Contratos a termo financeiro - cambiais/ commodities - Valores referentes ao valor justo de operações de termo de moeda futuro junto a instituições financeiras, bem como, de contratos de venda futura de grãos no mercado a termo.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:13
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987605432563873867375498, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 14 : 20pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Obrigações por cessão de créditos - Contratações realizadas junto a empresa Securitizadora (desconto de títulos), registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Títulos e valores mobiliários – Aplicações em cotas de capital secundárias em Fundo de Investimento em títulos do Agronegócio - CRA.

Outros créditos – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa.

Mútuo com partes relacionadas – Saldo decorrentes de outras transações com partes relacionadas.

Passivos de arrendamento – Substancialmente se referem aos aluguéis de imóveis.

Outras contas a pagar – saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos. O Grupo vem implementando e aprimorando os controles internos para identificar e mensurar os efeitos das transações com as *tradings* e com as instituições financeiras, para que tais transações sejam capturadas, reconhecidas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em quaisquer outros ativos de risco.

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

31.1 Contratos a termo - commodities

Os valores classificados como contratos a termo de *commodities* referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* através de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes (geralmente tradings).

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias especificas de avaliações, trazidas a valor presente. (Metodologia descrita na nota explicativa 6).

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras.

	31/12/2021
Ganho em contratos de compra e venda futura de commodities (i)	31.940
Perda em contratos de compra e venda futura de commodities (i)	(994)
	30.947

(i) Compra e venda futura de *commodities*: Referem-se aos resultados estimados nas datas bases de elaboração das demonstrações financeiras com a realização de contratos a termo junto a produtores rurais (compra) e clientes (venda) de *commodities*.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:13
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987605432563873867375498, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 14 : 20pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

As compras ocorrem em duas modalidades:

- **Trocas / operações de barter** – Operações de fornecimento e financiamento de insumos agrícolas ao produtor rural prazo safra, com garantia de recebimento através de CPR; e
- **Preço fixo** – Operações de compra direta no campo através da oferta de preços para entrega em data futura com garantia contratual de recebimento.

O resultado líquido desses contratos deve ser analisado em conjunto com o resultado obtido com a valorização dos estoques de commodities agrícolas (Nota 26 (i)).

31.2 Contratos a termo – cambiais

Os valores classificados como contratos a termo cambiais referem-se ao valor justo de operações de câmbio para proteção das exposições.

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras.

	30/09/2022	31/12/2021
Ganho em contratos a termo - cambiais	77.136	1.584
Perdas em contratos a termo - cambiais	(22.510)	(1.046)
	54.626	538

31.3 Posição líquida dos contratos a termo

	30/09/2022	31/12/2021
Ganho em contratos de compra e venda futura de commodities (i)		31.940
Ganho em contratos a termo - cambiais (ii)	77.136	1.584
	77.136	33.524
Perda em contratos de compra e venda futura de commodities (i)		(994)
Perdas em contratos a termo - cambiais (ii)	(22.510)	(1.046)
	(22.510)	(2.040)

(i) Calculado considerando o preço de liquidação do mercado físico a vista, considerando que essas operações são liquidadas com a entrega (venda) ou recebimento (compra) das commodities negociadas.

(ii) Calculado conforme critério adotado para instrumentos financeiros classificados no Nível 2

31.4 Análises de sensibilidade

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 30 de setembro de 2022 para os significativos identificados como significativos: preço das commodities, taxas cambiais e taxas de juros.

As simulações foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários às posições tomadas pelo Grupo.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:13
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987605432563873867375498, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 14 : 20pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como cenários foram utilizados um aumento da cotação do mercado na data base de 30 de setembro de 2022 de 5%, 25% e de 50%, respectivamente, no caso análise das variações nos preços das commodities e no caso das taxas cambiais, sendo que essas variações foram definidas com base no histórico de mercado e nas projeções realizadas pela Administração em relação às exposições assumidas.

Abaixo, demonstramos os reflexos financeiros para cada risco:

(a) Variações nos preços das commodities

Posição	Toneladas	Posição	Risco Atual	Mercado Atual	+5% Aumento		+25% Aumento		+50% Aumento	
				Cotação	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Soja	423.910	Comprada	1.307.055	185,00	194,25	(65.353)	231,25	(326.764)	277,50	(653.528)
Soja	(422.063)	Vendida	(1.336.532)	190,00	199,50	66.827	237,50	334.133	285,00	668.266
Milho	431.302	Comprada	603.823	84,00	88,20	(30.191)	105,00	(150.956)	126,00	(301.912)
Milho	(432.108)	Vendida	(619.354)	86,00	90,30	30.968	107,50	154.839	129,00	309.677
Trigo	17.189	Comprada	30.081	105,00	110,25	(1.504)	131,25	(7.520)	157,50	(15.041)
Trigo	(15.191)	Vendida	(28.103)	111,00	116,55	1.405	138,75	7.026	166,50	14.052
Arroz	731	Comprada	1.096	90,00	94,50	(55)	112,50	(274)	135,00	(548)
Café	4.248	Comprada	87.796	1.240,05	1.302,05	(4.390)	1.550,06	(21.949)	1.860,08	(43.898)
Café	(4.285)	Vendida	(88.519)	1.240,05	1.302,05	4.426	1.550,06	22.130	1.860,08	44.259
Exposição liquida			(42.657)			2.133		10.664		21.328

De acordo com sua política de gerenciamento de riscos de mercado, o Grupo compra e vende posições futuras de mercadoria para se proteger do risco de preço de mercado uma vez que os grãos têm seus preços referenciados nas cotações da BM&F e CBOT.

(b) Variações nas taxas cambiais

Posição	Risco	Saldo Nacional	Saldo Fechamento	Mercado Atual	+5% Aumento		+25% Aumento		+50% Aumento	
				Cotação	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Câmbio / USD	(116.234)	(608.860)	5,24	5,50	30.443	6,55	151.215	7,86	304.430
Contratos de compra em Dólar	Câmbio / USD	(8.280)	(43.371)	5,24	5,50	2.169	6,55	10.843	7,86	21.685
Contrato SWAP cambial	Câmbio / USD	116.239	608.860	5,24	5,50	(30.443)	6,55	(151.215)	7,86	(304.430)
Contrato a termo NDF de venda	Câmbio / USD	(1.240)	(6.485)	5,24	5,50	325	6,55	1.623	7,86	3.248
Contratos de venda em Dólar	Câmbio / USD	8.280	43.371	5,24	5,50	(2.169)	6,55	(10.843)	7,86	(21.685)
Contratos Exportação	Câmbio / USD	1.050	5.500	5,24	5,50	(275)	6,55	(1.375)	7,86	(2.750)
Antecipação de Contrato de Câmbio (ACC)	Câmbio / USD	-	-	5,24	5,50	-	6,55	-	7,86	-
Exposição liquida		(190)	(995)			50		249		498

(c) Variações nas taxas de juros

Posição	Risco	Saldo Nacional	Saldo Fechamento	Mercado Atual	+5% Aumento		+25% Aumento		+50% Aumento	
				Cotação	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros pós	701.640	891.447	12,75%	13,4%	(4.475)	15,9%	(22.369)	19,1%	(44.730)
Contrato SWAP CDI	Taxa de juros pós	(28.876)	(275.435)	12,75%	13,4%	184	15,9%	920	19,1%	1.841
		672.763	616.012			(4.289)		(21.449)		(42.889)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:13
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987605432563873867375498, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 14 : 20pwc.pdf

Notas Explicativas

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (Consolidado)

a) Reconciliação da dívida líquida

	30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	1.835.023	1.277.655
Passivos de arrendamento (nota 18)	112.515	112.829
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(743.156)	(643.563)
Aplicações financeiras (nota 7)	(99.127)	(161.149)
Dívida líquida	1.105.255	585.772

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:13
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987605432563873867375498, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 14 : 20pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Agrogalaxy Participações S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação da dívida líquida

	Empréstimos bancários	Arrendamento	Total dívida	Aplicações financeiras	eq
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	**1.277.655**	**112.829**	**1.390.484**	**(161.149)**	
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Obtenção de empréstimos	1.290.898		1.290.898		
Pagamento de empréstimos	(954.927)		(954.927)		
Pagamento de juros	(116.115)		(116.115)		
Variações monetárias/cambiais	2.794		2.794		
Caixa e equivalente de caixa gerado				62.022	
Pagamento de parcela de arrendamento		(47.759)	(47.759)		
Outras	(238)		(238)		
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Aquisição/novos arrendamentos		25.072	25.072		
Atualização contratual		6.189	6.189		
Baixa de contrato de arrendamento		(5.568)	(5.568)		
Juros provisionados	180.964	18.994	199.958		
Aquisição de controlada (Nota 5)	153.992	2.758	156.750		
Dívida líquida em 30 de setembro de 2022	**1.835.023**	**112.515**	**1.947.538**	**(99.127)**	

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:13
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987605432563873867375498, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 14 : 20pwc.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

c) Transação não caixa

As operações de reconhecimento dos arrendamentos com base no CPC 06 (R2)/ IFRS 16 nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 2021, são no montante de R$ 35.998 e de R$ 14.197, respectivamente, não tiveram valores desembolsados de caixa.

Em 10 de janeiro de 2022, a Companhia adquiriu o controle da Agrocat, em 30 de setembro de 2022 o montante de R$ 62.450 está em aberto no passivo, sendo R$ 12.583 no passivo circulante e R$ 49.867 no passivo não circulante. Em 1º de abril e em 31 de agosto de 2021, a Companhia adquiriu 100% (cem por cento) das quotas do capital social da Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. (“Boa Vista”) e 80% (oitenta por cento) do capital social da Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S.A, respectivamente, conforme divulgado nas Nota 5 o qual contempla as movimentações que não impactaram o caixa.

33 Seguros

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas têm programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração (informação não revisada) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Natureza	Consolidado
Patrimonial e Estoques	404.079
Veículos	7.425
Ambiental e Transporte	53.500
D&O	50.000
Veículos	100% Tabela FIPE

34 Compromissos

O Grupo estabelece compromissos diversos no curso normal dos negócios. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

(a) Contratos de compra e contratos de venda de insumos agrícolas:

O Grupo celebra contratos de compra de insumos agrícolas com o objetivo de comercializá-los (revender) para seus clientes, que por sua vez possuem contratos de venda de insumos agrícolas.

(b) Contratos de compra de grãos (“originação”) e contratos de venda de grãos:

O Grupo celebra contratos de compra (“originação”) e de *barter* de commodities agrícolas com o objetivo de comercializá-las para seus clientes, substancialmente *trading companies*, que por sua vez possuem contratos de venda. Abaixo contém os volumes (em toneladas) contratados:

	30 de junho de 2022				31 de dezembro de 2021			
Posições / Produtos	Soja	Milho	Trigo	Café	Soja	Milho	Trigo	Café
Contratos de compra	393.309	276.582	1.057	5.053	427.764	190.788		2.454
Contratos de venda	(384.795)	(276.696)	(1.259)	(5.142)	(387.836)	(185.495)	(5.795)	(2.566)
Posição Contratos Futuros	8.514	(114)	(202)	(89)	39.928	5.293	(4.247)	(112)

* * *

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:13
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987605432563873867375498, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 14 : 20[illegible]pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
AgroGalaxy Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AgroGalaxy Participações S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 14 de novembro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luis Fernando de Souza Maranha
Contador CRC 1SP201527/O-5

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:13
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987605432563873867375498, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 14 : 20[illegible]pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Nos termos do Inciso VI do Artigo 27 da resolução CVM n° 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da AgroGalaxy Participações S.A. declara que o
conjunto das informações contábeis intermediárias ("informações trimestrais") do período de três e nove meses findo em 30 de setembro de
2022 foram por nós preparadas, revisadas, discutidas e que não existe nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional aqueles já descritos nas Notas Explicativas das Informações Contábeis Intermediárias.

São Paulo, 10 de novembro de 2022.
AgroGalaxy Participações S.A.
A Diretoria

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:13
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987605432563873867375498, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 14 : 20[illegible]pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:44

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o
relatório sobre a revisão de informações trimestrais dos auditores independentes e com as informações contábeis intermediárias relativas ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

São Paulo, 14 de novembro de 2022.
AgroGalaxy Participações S.A.
A Diretoria

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:13
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109987605432563873867375498, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 15 : monitoramento.pdf



Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:45
-> Tutela Cautelar Antecedente

Relatório Nº 817/2022
Cultura: Milho

Contratante: Rural Brasil Ltda.
Emitente(s): Edson Pinto de Mello
Propriedade: Fazenda Xingu I e outras
Matrícula(s): 8.922, 8.923, 8.924, 8.925 e 8.926
Município: Santa Cruz do Xingu/MT

Objetivo da auditoria (Raio X)

Localizar e identificar áreas com cultivo, confeccionar parecer técnico das lavouras inspecionadas e elaborar relatório de desenvolvimento da cultura e potencial em área de garantia.

RESUMO DE AUDITORIA			
CPR, Nº 817/2022	**INFORMADO EM CPR**	**MONITORADO A CAMPO**	**PORCENTAGEM DIVERGENTE (INFORMADO CPR X MONITORADO)**
Área (ha)	1.228,80	1.355,39	-10,30% (Maior)
Penhor/Produtividade (kg)	9.600.000,00	5.052.780,00	-47,36% (Menor)
Penhor/Produtividade (SC)	160.000,00	84.212,92	
Previsão de início de colheita	**Colheita em Andamento**		
***Parecer RHD AGRO**	**Área desconforme**		
Justificativa	**Produção não cobre o penhor em CPR**		

*Verde (Área conforme) - Produtividade igual ou superior ao penhor.
*Amarelo (Área em atenção) - Produtividade menor que o penhor em até 15%.
*Vermelho (Área desconforme) - Produtividade menor que 85% do penhor.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:14
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087605432563873867375497, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 15 : monitoramento.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:45

1 - Informações da área auditada:

• **Informações Técnicas e Agronômicas.**

Nos dias **30/06/2023 e 01/07/2023,** conforme solicitação da credora Rural Brasil Ltda., realizamos vistoria (Raio X) na área de garantia da **CPR 817/2022**, denominada Fazenda Xingu I, Fazenda Xingu II, Fazenda Xingu III, Fazenda Xingu IV, Fazenda Xingu V, registrada em cartório sob as matrículas 8.922, 8.923, 8.924, 8.925 e 8.926 do emitente/devedor Edson Pinto de Mello localizada no município de Santa Cruz do Xingu/MT.

Durante a vistoria, foram inspecionados 1.355,39 hectares referentes aos talhões 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 da propriedade. Nos talhões 1, 2 e 13, 3, 4, 5, 6, 7, 11 e 12 foram plantados milho, e nesses, os talhões 1, 2 e 13, e 11 foram totalmente colhidos , área total de 327,02 hectares, os que não foram colhidos estavam no estádio R6. Nos talhões 8 e 9 não foram cultivados, e no talhão 10 foi semeado milheto. Nas áreas cultivadas com milho que resta a ser colhida estimasse uma produtividade esperada de 72,26 sacas por hectares. A colheita do milho já estava em andamento no talhão 3, aproximadamente 30% do mesmo. O milho colhido estava sendo armazenado em Silos bolsas na fazenda, sendo no total três silos bolsas, cada um com 60 metros de comprimento. Considerando cada metro de silo bolsa ter 55 sacas de milho, no total os três silos bolsas possuem um volume estimado de 9.900 sacas de milho de 60 kg (594.000 kg de milho).

Ressaltamos que as atividades de colheita estão em andamento na propriedade e os mesmo estão sendo armazenados em silos bolsa, conforme registro fotográfico, não foi identificado saída de caminhões no período de 30/06 a 03/07/23. O Volume total estimado de 84.212,92 sacas de 60 kg de milho está sendo computado levando em consideração o volume colhido armazenado nos 3 silos bolsa somado ao volume em grãos que resta a ser colhido, não sendo suficiente para pagamento do penhor em CPR.

• **Informações de produtividade estimada.**

As áreas de garantias monitoradas foram apresentadas através das coordenadas geográficas em croqui anexo em CPR, fato que possibilitou a localização exata da área a ser acompanhada informada em **CPR, N° 817/2022**. Desta forma, foram auditados um total de **1.355,39 hectares que foram cultivados com produto de interesse (milho) dentro da garantia no qual resta a ser colhido 1.028,37 hectares com produto.** Com base no levantamento realizado, a lavoura poderá expressar potencial produtivo médio de **72,26 sacas de milho por hectares**. **Sendo assim, estimamos que a lavoura atinja produtividade total nos 1.028,37 hectares de milho dentro da garantia, de 4.458.780,00 quilogramas de milho em grão (74.312,92 sacas de 60 kg cada), que somado ao volume armazenado nos 03 silos bolsa é equivalente a 5.052.780,00 kg de milho (84.212,92 sacas de 60 kg) estimativa de produtividade inferior ao penhor em CPR.**

Vale ressaltar que a estimativa de produtividade pode ser consideravelmente afetada a depender do clima, que ocasiona perda por aviaria no campo.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:14
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087605432563873867375497, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 15 : monitoramento.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:45

2 - Tabela demonstrativa de produtividade esperada

Talhão	Área medida (ha)	Cultura/Obs	Variedade	Data de plantio	Esp. (cm)	Estande Pl/m	Fenologia	Prod. (Sc/ha)	Sacas 60 Kg	Ton
1	159,00	Milho	Bravante	01/02/2023	30	50	Colhido	0	0,00	0,00
2 e 13	116,70	Milho	Bravante	01/02/2023	23	50	Colhido	0	0,00	0,00
3	196,72	Milho	Bravante	01/02/2023	16	50	R6	80	15.737,60	944,26
4	47,94	Milho	Bravante	01/02/2023	30	50	R6	65	3.116,10	186,97
5	278,12	Milho	Bravante	01/02/2023	17	50	R6	80	22.249,92	1.335,00
6	23,09	Milho	Bravante	01/02/2023	30	50	R6	80	1.846,80	110,81
7	404,28	Milho	Bravante	01/02/2023	17	50	R6	65	26.278,20	1.576,69
8	74,76	Não Cultivado	-	-	-	-	-	0	0,00	0,00
9	191,45	Não Cultivado	-	-	-	-	-	0	0,00	0,00
10	76,27	Milheto	-	-	-	-	-	0	0,00	0,00
11	51,32	Milho	Bravante	01/02/2023	24	50	Colhido	0	0,00	0,00
12	78,22	Milho	Bravante	01/02/2023	13	50	R6	65	5.084,30	305,06
Milho	**1.028,37**	**Produtividade média estimada em área medida**						**72,26**	**74.312,92**	**4.458,78**
Milho colhido	**327,02**									
Total	**1.697,87**									

2.1 - Volume estimado em Silo bolsa

Silo bolsa	Tamanho (Metros)	Volume estimado (Sc)	Volume estimado (kg)
Silo bolsa 1	60	3300	198000
Silo bolsa 2	60	3300	198000
Silo bolsa 3	60	3300	198000
Total		9900	594000

3 - Tabela demonstrativa de área colhida

Controle de área colhida				
Talhão	**Área (ha)**	**% Área colhida**	**Área colhida (ha)**	**Área a colher (ha)**
1	159,00	**100,00%**	159,00	0,00
2 e 13	116,70	**100,00%**	116,70	0,00
3	196,72	**30,00%**	59,02	137,70
4	47,94	**0,00%**	0,00	47,94
5	278,12	**0,00%**	0,00	278,12
6	23,09	**0,00%**	0,00	23,09
7	404,28	**0,00%**	0,00	404,28
11	51,32	**100,00%**	51,32	0,00
12	78,22	**0,00%**	0,00	78,22
Total	**1.355,39**	**28%**	**386,04**	**969,35**

Talhão Finalizado
Talhão em andamento
Talhão à colher

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:14
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087605432563873867375497, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 15 : monitoramento.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:45

4 - Relatório Fotográfico - Fazenda Xingu I e outras- Santa Cruz do Xingu/MT



Foto 01 Placa de entrada da propriedade Fazenda Xingu- 30/06/2023;



Foto 02 Colheita período da manhã– C1 para armazenar no silo bolsa –30/06/2023;



Foto 03 Colheita período da manhã– C1 para armazenar no silo bolsa –30/06/2023;



Foto 04 Colheita período da manhã– C2 para armazenar no silo bolsa –01/07/2023;



Foto 05 Talhão 01-Colhido –30/06/2023;



Foto 06 Silo Bolsa presente no TH 01– 60 metros –30/06/2023;

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:14
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087605432563873867375497, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 15 : monitoramento.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:45

4 - Relatório Fotográfico - Fazenda Xingu I e outras- Santa Cruz do Xingu/MT



Foto 07 Talhão 02-Colhido –01/07/2023;



Foto 08 Talhão 03– Milho –01/07/2023;



Foto 09 Talhão 03– Milho –01/07/2023;



Foto 10 Talhão 03– Milho –01/07/2023;



Foto 11 Talhão 04– Milho –01/07/2023;



Foto 12 Talhão 04– Milho –01/07/2023;

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:14
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087605432563873867375497, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 15 : monitoramento.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:45

4 - Relatório Fotográfico - Fazenda Xingu I e outras- Santa Cruz do Xingu/MT



Foto 13 Talhão 04– Milho –01/07/2023;



Foto 14 Talhão 05 Milho –01/07/2023;



Foto 15 Talhão 05– Milho –01/07/2023;



Foto 16 Talhão 05– Milho –01/07/2023;



Foto 17 Talhão 06– Milho –01/07/2023;



Foto 18 Talhão 06– Milho –01/07/2023;

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:14
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087605432563873867375497, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:09
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 15 : monitoramento.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:45

4 - Relatório Fotográfico - Fazenda Xingu I e outras- Santa Cruz do Xingu/MT



Foto 19 Talhão 07– Milho –01/07/2023;



Foto 20 Talhão 07– Milho –01/07/2023;



Foto 21 Talhão 07– Milho –01/07/2023;



Foto 22 Talhão 08– não cultivada–30/06/2023;



Foto 23 Talhão 09– Não cultivada –01/07/2023;



Foto 24 Talhão 10 Milheto –01/07/2023;

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:14
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087605432563873867375497, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 15 : monitoramento.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:45

4 - Relatório Fotográfico - Fazenda Xingu I e outras- Santa Cruz do Xingu/MT



Foto 25 Talhão 11– Milho colhido –30/06/2023;



Foto 26 Silo Bolsa presente no TH 11 –30/06/2023;



Foto 27 Talhão 12– Milho –01/07/2023;



Foto 28 Talhão 12– Milho –30/06/2023;



Foto 29 Talhão 12– Milho –01/07/2023;



Foto 30 Colheita em andamento –03/07/2023;

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:14
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087605432563873867375497, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

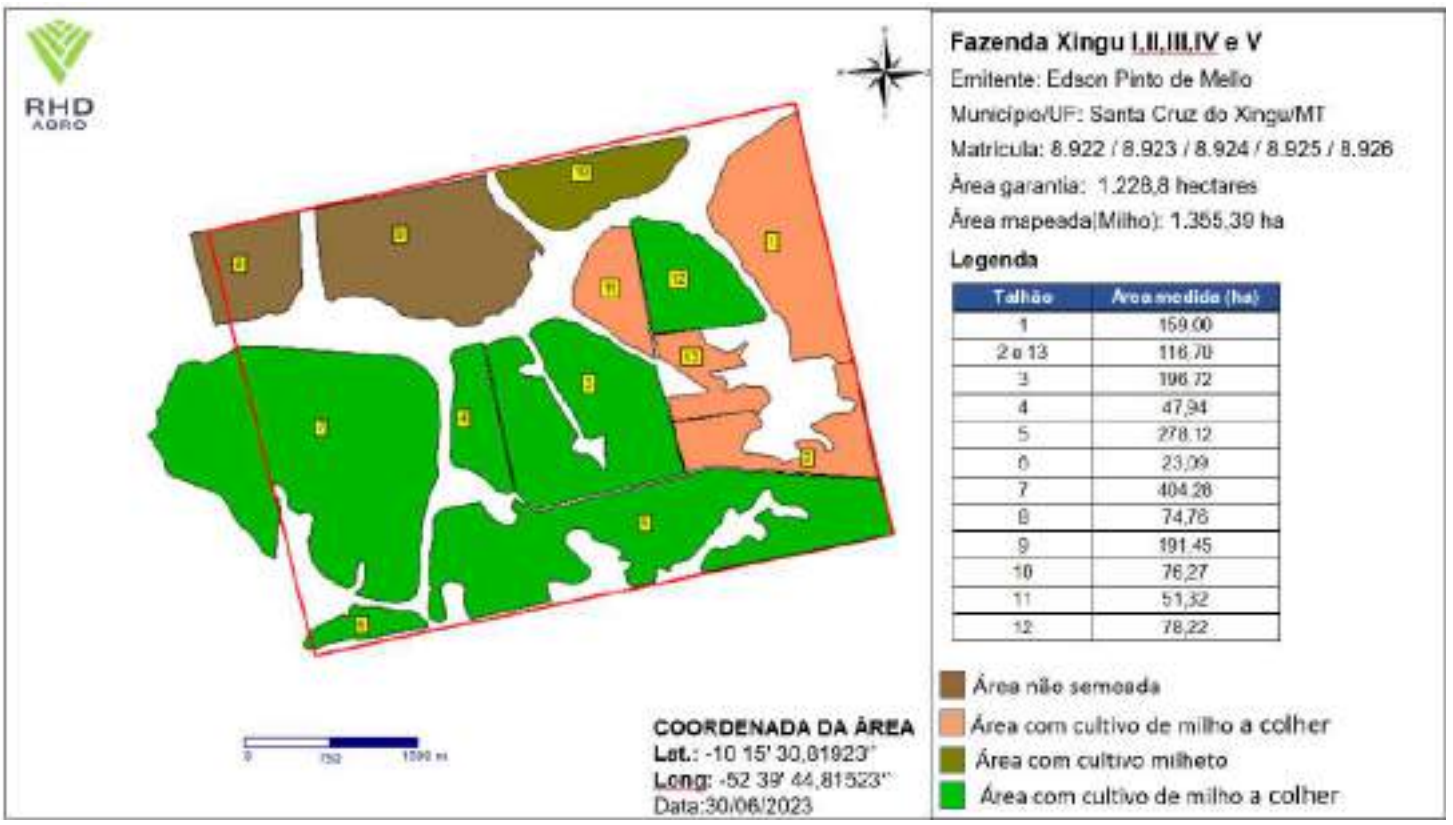
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 15 : monitoramento.pdf



Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:45

5 - Croqui - 5 - Croqui - Fazenda Xingu I e outras- Santa Cruz do Xingu/MT



Observações sobre área: As matrículas 8.922, 8.923, 8.924, 8.925 e 8.926 denominada Fazenda Xingu I e outras apresentas croqui anexo em CPRs e coordenadas georreferenciadas, possibilitando a sua localização exata.

Edvandson D. de A. Rosa

Edvandson Daniel
Engenheiro Agrônomo - CREA MT 031777

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:14
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087605432563873867375497, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Peticão Enviada
Arquivo 16 : guiainicialarrestoruralxedsonpintodemellosafrinhareg.querencia.pdf

cobrança CAIXA

Beneficiário
GOIAS TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE G

CPF/CNPJ
02.292.266/0001-80

Endereço do Beneficiário
ASSIS CHATEAUBRIAND,195,-SETOR OESTE/GOIANIA

UF GO

CEP 74130-011

Pagador
RURAL BRASIL LTDA

CPF/CNPJ
14.947.900/0013-99

Endereço do Pagador
,,-/

UF

CEP 00000-000

Sacador/Beneficiário Final

CPF/CNPJ

Instruções (Texto de Responsabilidade do Beneficiário)
NAO RECEBER APOS 1 DIAS DE ATRASO
Consulte os itens da cobranca em
https://projudi.tjgo.jus.br/GerarBoleto
e informe a guia N. 4989763-2/50
Sem vinculo com Processo
NAO RECEBER EM CHEQUE

Data Documento	Dt. de Processamento	Num. Documento	Aceite	Carteira	Espécie
04/07/2023	04/07/2023	04989763250	NAO	RG	OUT

Ag./Cod. Beneficiário	Nosso Número	Valor do Documento	Vencimento
2535/0892651	14049897632500000-1	R$ 96.097,37	25/07/2023

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala:0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
www.caixa.gov.br

Autenticação Meânica - Recibo do Pagador

CAIXA | 104-0 | 10498.92654 14049.189740 63250.000005 1 94220009609737

Local de Pagamento
PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE

Vencimento 25/07/2023

Beneficiário GOIAS TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE G 02.292.266/0001-80
ASSIS CHATEAUBRIAND,195,-SETOR OESTE/GOIANIA GO 74130-011

Ag./Cod. Beneficiário 2535/0892651

Data do Documento	Num. Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número
04/07/2023	04989763250	OUT	NAO	04/07/2023	14049897632500000-1

Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Qtde. Moeda	Valor	(=) Valor do Documento
	RG	R$			R$ 96.097,37

Instruções (Texto de responsabilidade do Beneficiário)
NAO RECEBER APOS 1 DIAS DE ATRASO
Consulte os itens da cobranca em
https://projudi.tjgo.jus.br/GerarBoleto
e informe a guia N. 4989763-2/50
Sem vinculo com Processo
NAO RECEBER EM CHEQUE

(-) Desconto
(-) Outras Deduções/Abatimento
(+) Mora/Multa/Juros
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Pagador: RURAL BRASIL LTDA CPF/CNPJ: 14.947.900/0013-99
Endereço: ,,-/ UF: CEP: 00000-000
Beneficiário Final: CPF/CNPJ:

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:14
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109487685432563873867375495, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:45

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 1 : Petição Enviada
Arquivo 17 : guiainicialarrestoruralxedsonpintodemellosafrinhareg.querenciapgto.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:46

Santander

PAGAMENTO A FORNECEDORES
Comprovante de Pagamento de Títulos

Emissão 2ª Via

No. compromisso banco	No. compromisso cliente	Data do Crédito	Valor
1001265000200015	AAAAIFBY	06/07/2023	96.097,37

Convênio
0033-3171-004901555138

Data da Solicitação
06/07/2023

Agência/Conta Corrente
3171 / 000130014265

Nome/Razão Social do Pagador Original
RURAL BRASIL LTDA

CPF/CNPJ do Pagador Original
14.947.900/0013-99

Nome/Razão Social do Beneficiário Original
GOIAS TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE G

CPF/CNPJ do Beneficiário Original
02.292.266/0001-80

Nome/Razão Social do Pagador Efetivo
RURAL BRASIL LTDA

CPF/CNPJ do Pagador Efetivo
14.947.900/0001-55

Instituição Financeira Favorecida
104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Código de Barras
10498.92654.14049.189740.63250.000005.1.94220009609737

Valor Nominal	Desc. / Abat.	Juros	Valor a Pagar
96.097,37	0,00	0,00	96.097,37

Tipo de Serviço
Pagamento Fornecedor

Complemento do Tipo de Serviço

Autenticação Bancária
F996C78591674CABEC4F22E

Central de Atendimento Santander Empresarial

4004-2125 (Regiões Metropolitanas)
0800-726-2125 (Demais Localidades)
0800 723 5007 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)

SAC - Atendimento 24h por dia, todos os dias.

0800 762 7777
0800 771 0401 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)

Ouvidoria - Das 9h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado.

0800 726 0322
0800 771 0301 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 06/07/2023 17:45:14
Assinado por CASSIO BRUNO BARROSO:55432247372
Localizar pelo código: 109087665432563873867375418, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

Processo Distribuído

1. A movimentação: (Processo Distribuído - Jataí - 1ª Vara Cível (Normal) - Distribuído para: SERGIO BRITO TEIXEIRA E SILVA) do dia 06/07/2023 17:45:14 não possui "Arquivos".

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

Autos Conclusos

1. A movimentação: (Autos Conclusos) do dia 06/07/2023 17:45:14 não possui "Arquivos".

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 4 : Certidão Expedida
Arquivo 1 : online.html

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMARCA DE JATAÍ
Fórum - Avenida Norte, nº 1612, Qd.33 - Porta do Sol 1ª Etapa FONE: (064) 3632-3387, Jataí-Go, CEP 75.805-902
Jataí - 1ª Vara Cível

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que em cumprimento ao Provimento 26/2018, art. 1º, III, e Código de Normas e Procedimentos Judicial:

1) em consulta ao sistema PROJUDI e SPG, verifiquei a inexistência de outra(s) ação(ões) envolvendo as mesmas partes e o mesmo objeto.

2) verifiquei que o procurador do autor constante na inicial, dr.Cássio Bruno Barroso OAB-GO nº 21.342, assinou eletronicamente a petição.

3) A procuração foi anexada no evento 1.

4) as custas iniciais foram recolhidas.

Jataí/Go,7 de julho de 2023.

MARIA LUISA ALVES DA SILVA
Analista Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2023 12:23:36
Assinado por MARIA LUISA ALVES DA SILVA
Localizar pelo código: 109687695432563873867290865, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Comarca de Jataí

1ª Vara Cível

(cartciv1jatai@tjgo.jus.br ou gab1varcivjatai@tjgo.jus.br)

PROCESSO: 5425690-61.2023.8.09.0093

REQUERENTE / EXEQUENTE / EMBARGANTE: RURAL BRASIL LTDA

REQUERIDO(A) / EXECUTADO(A) / EMBARGADO(A): EDSON PINTO DE MELLO E OUTROS

DECISÃO

Cuida-se de **TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR DE ARRESTO COM PEDIDO LIMINAR,** ajuizada por **RURAL BRASIL LTDA** em face de **VERA LUCIA GALLO DE MELLO, SIDNEY PINTO DE MELO, MARIA VIOLIN DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO, MARCO ANTÔNIO DE MELO e ERIKA NATÁLIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO,** qualificados.

A Requerente sustenta que, conforme Cédula de Produto Rural nº 817/2022, ficou estabelecido que os Requeridos deveriam entregar até o dia 30 de junho desse ano (2023) o total de 9.600.000,00 kg de milho, equivalentes a 160.000 sacas de 60 kg de milho cada, da safra de 2023/2023.

Informa que os Requeridos não entregaram os grãos e estão armazenando-os em silos bolsas.

Em razão disso, pede, a título de tutela de urgência, o arresto de 160.000 sacas de milho, de 60 kg cada, nas condições descritas na CPR, que estejam plantados nos locais mencionados na cártula, bem como eventualmente depositados nos armazéns da região e em silos bolsas, desde que estejam em nome dos Requeridos; expedição de carta precatória para a comarca de Vila Rica/MT para o cumprimento da medida, determinando que os armazéns constados na cédula concedam acesso ao Oficial de Justiça; a autorização para colher nas áreas ofertadas, caso seja necessário; e, a remoção dos grãos colhidos e depositados nos silos bolsas.

Pois bem.

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

No sistema de justiça e em diversas situações, há casos em que exigem uma atuação mais rápida do Estado, ou seja, são circunstâncias em que a efetividade da tutela jurisdicional está ligada a celeridade.

A tutela provisória, como o próprio nome já diz, é utilizada em caráter provisório, para dar maior celeridade ao processo, ajudando a contornar ou reduzir as injustiças causas pela morosidade do nosso sistema.

Seu objetivo é assegurar ou proteger um direito em situação de urgência ou evidência, antes da sentença.

Nos termos do artigo 294, do Código de Processo Civil, a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, mais, consoante § único, a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

In casu, trata-se de tutela provisória de urgência cautelar em caráter antecedente. A tutela cautelar possui caráter meramente conservativo, protetivo.

Por sua vez, o artigo 300, do estatuto citado, estabelece que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil de processo.

Já, o artigo 305, do Código Processo Civil, dispõe que a petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

O deferimento da medida ocorre para evitar um dano irreparável ou de difícil reparação, ou seja, há a necessidade de que haja uma situação de perigo, de emergência.

Além disso, é utilizada para impossibilitar a consumação ou mesmo o agravamento do dano.

A tutela de urgência tem como requisitos a evidência da probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Na presente, a Autora relata que os Requeridos assumiram a obrigação de entregar determinada quantidade de grãos, no dia 30/06/2023, e não o fizeram.

A cédula de produto rural nº 817/2022 demonstra que, realmente, os Requeridos assumiram o compromisso narrado na exordial e deram em garantia, de penhor cedular, a quantidade de 9.600.000,00 kg de milho, equivalentes a 160.000 sacas de 60 kg de milho cada.

A certidão expedida pelo Registro de Imóveis comprova que a cédula de produto rural foi registrada.

Desse modo, os documentos juntados e os fatos narrados na exordial, principalmente a cédula de produto rural vencida e a possibilidade de desvio e alienação dos grãos, demonstram a urgência da medida e o risco ao resultado útil do processo.

Isto posto, **DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar autorizando o arresto e remoção equivalente a 160.000 sacas de milho, de 60 kg cada, que estejam plantados nos locais mencionados e nas condições descritas na CPR.**

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

Autorizo, também, o arresto e remoção dos grãos depositados em silos bolsas, desde que comprovados que estejam em nome dos Requeridos.

A imediata expedição, a ser cumprido via SISDIM/carta precatória, para a comarca de Vila Rica/MT (município de Sta. Cruz do Xingu/TO), para o cumprimento do arresto, devendo os armazéns mencionados na CPR conceder acesso ao Oficial de Justiça.

Caso os grãos não estejam colhidos, AUTORIZO, desde já, a Requerente colher nas áreas ofertadas em garantia.

A Autora ficará como depositária do bem arrestado, estando proibida de aliená-lo ou de dar qualquer outra destinação, sem autorização judicial.

Autorizo o auxílio de força policial, caso seja necessário.

Cite-se, nos moldes dos artigos 306 e 307, do CPC.

Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pela Requerente, no prazo de trinta dias, nos mesmos autos, nos termos do artigo 308, do CPC.

Ressalta-se que cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente se a Requerente não deduzir o pedido principal no prazo legal e não for efetivada dentro de trinta dias.

Defiro os benefícios previstos no artigo 212, do CPC.

Proceda-se com as providências necessárias.

Intimem-se. Cumpra-se.

Jataí/GO, 7 de julho de 2023.

Bruna de Oliveira Farias

Juíza de Direito em Substituição

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2023 14:39:17
Assinado por BRUNA DE OLIVEIRA FARIAS
Localizar pelo código: 109587695432563873867212112, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

Intimação Efetivada

1. A movimentação: (Intimação Efetivada - Disponibilizada no primeiro e publicada no segundo dia útil (Lei 11.419/2006, art. 4º, §§ 3º e 4º) - Adv(s). de RURAL BRASIL LTDA - Polo Ativo (Referente à Mov. Decisão -> Concessão -> Liminar - 07/07/2023 14:39:17)) do dia 07/07/2023 15:32:31 não possui "Arquivos".

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIAS
COMARCA DE JATAÍ
Fórum - Avenida Norte, nº 1612, Qd. 33 - Portal do Sol 1ª Etapa, Jataí-GO - CEP 75.805-902
1ª Vara Cível

CARTA PRECATÓRIA

TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR E CITAÇÃO

Protocolo número: 5425690-61.2023.8.09.0093
Natureza: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
Requerente: RURAL BRASIL LTDA
Requerido(a): EDSON PINTO DE MELLO - CPF: 669.115.089- 91
Requerido(a): VERA LUCIA GALLO DE MELLO - CPF: 614.594.029-87
Requerido(a): SIDNEY PINTO DE MELO - CPF: 669.115.919-53
Requerido(a): MARIA VIOLIN DE MELLO - CPF: 037.810.239-74
Requerido(a): RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - CPF: 089.692.479- 39
Requerido(a): DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO - CPF: 099.204.149-05
Requerido(a): MARCO ANTONIO DE MELO - CPF: 064.020.619-05
Requerido(a): e ÉRIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO - CPF: 087.981.409-81
Endereço dos requeridos: Fazenda Xingu I, localizada na BR 158, KM 38, Saindo de Sta, Cruz do Xingu 25km a direita, zona rural, Santa Cruz do Xingu-MT
Valor da Causa: R$ 5.344.000,00
Juiz: SERGIO BRITO TEIXEIRA E SILVA

JUÍZO DEPRECANTE: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE JATAÍ - GO

JUÍZO DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE VILA RICA - MT

DEPRECA-SE à Vossa Excelência que seja procedida nessa Comarca ao cumprimento da tutela provisória de urgência de natureza cautelar e após, efetue a CITAÇÃO do(s) Requerido(s), acima qualificado(s) ,para os termos da ação acima especificada, cuja a cópia da inicial segue anexa, bem como da decisão, convocando(os) para integrar a relação processual para, no prazo de 05 dias, contestarem o pedido e indicarem as provas que pretendem produzir, adevertindo-os de que, não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos, caso em que o juiz decidirá dentro de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 307, do CPC.

TUTELA CONCEDIDA: arresto e remoção equivalente a 160.000 sacas de milho, de 60 kg cada, que estejam plantados nos locais mencionados e nas condições descritas na CPR mencionada na petição inicial. Autorizado, também, o arresto e remoção dos grãos depositados em silos bolsas, desde que comprovados que estejam em nome dos Requeridos. Fica determinado aos armazéns mencionados na CPR que concedam acesso ao Oficial de Justiça. Caso os grãos não estejam colhidos, fica autorizado,

desde já, a Requerente realizar a colheita nas áreas ofertadas em garantia. A Autora ficará como depositária do bem arrestado, estando proibida de aliená-lo ou de dar qualquer outra destinação, sem autorização judicial. Fica autorizado o auxílio de força policial, caso seja necessário. Deferidos os benefícios previstos no artigo 212, do CPC.

Despacho: segue anexo por cópia

Jataí, 7 de julho de 2023.

BRUNA DE OLIVEIRA FARIAS
JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2023 16:48:41
Assinado por BRUNA DE OLIVEIRA FARIAS
Localizar pelo código: 109787605432563873867672904, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

Intimação Efetivada

1. A movimentação: (Intimação Efetivada - Disponibilizada no primeiro e publicada no segundo dia útil (Lei 11.419/2006, art. 4º, §§ 3º e 4º) - Adv(s). de RURAL BRASIL LTDA - Polo Ativo (Referente à Mov. Carta Precatória Expedida - 07/07/2023 16:48:41)) do dia 07/07/2023 17:11:02 não possui "Arquivos".

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

Jataí - 1ª Vara Cível
AVENIDA NORTE, 1612, RESIDENCIAL PORTAL DO SOL- (64) 3632-3387,JATAÍ - GO - cep 75805902

ATO ORDINATÓRIO

CÓDIGO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DO FORO JUDICIAL

Art. 130. O Analista Judiciário ou outro servidor da serventia devidamente autorizado deverá praticar os atos cartorários de impulso oficial e de regularização do trâmite processual, que independam de despacho da autoridade judicial, tais como: judicial.

01-( )Dê-se vista dos autos à parte ( )autora/ ( )ré / ( ) Ministério Público, para requerer o que entender pertinente.(II)

02-( )Forneça o interessado, no prazo de 05(cinco) dias, novo endereço da parte_____, face à certidão/carta devolvida de evento_____ (VI, VII);

03-( ) Recolha a parte ( ) autora / ( ) ré - as custas _____, no prazo de 05 (cinco) dias;

04-( ) Intime-se o autor/exequente via diário de justiça para promover o andamento do feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção;

04.A - ( ) Intime-se o autor/exequente via diário de justiça para promover o andamento do feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento (cumprimento de sentença);

05- ( ) Intime-se o autor/exequente via diário de justiça para promover o andamento do feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Ressalta-se que no prazo retromencionado, deverá o exequente indicar a providência apta ao prosseguimento da execução, não sendo suficiente para esse fim mero pedido de vista dos autos ou novo requerimento de suspensão, nos termos do artigo 1° § 2º do Provimento nº 19 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Goiás. Ressalta-se que o prazo de um ano, previsto no artigo 921, do CPC, já transcorreu.

06-( ) Intime-se o autor, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento no feito, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de extinção (XLVIII);

07-( ) Se tratando o processo de autos sem réu citado, intime-se o autor por meio de edital para dar seguimento ao feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção- (XLVIII, a);

08-( ) Tendo em vista que a intimação pessoal do autor foi frustrada, renove-se a intimação para promover o seguimento do feito, na pessoa de seu advogado-(XV);

09-( ) Manifeste(m)-se a(s) parte: ( ) autora / ( )ré, sobre: ( )petição/ ( )documentos/ ( ) ofício de evento_____, no prazo de _____dias;

10-( )Remetam-se os autos à Contadoria: (x) Para cálculos das custas: ( )finais /( ) locomoção/ ( )iniciais- (XV);

11-( )Suspenda-se o curso do processo pelo prazo de _____- (até 15 dias - II e XIII);

12-( )Oficie-se ao Juízo deprecado solicitando-se informações acerca do cumprimento da precatória expedida evento_____ (XLIV);

13-( ) Manifeste-se a parte: ( ) autora / ( ) requerida, sobre a carta precatória devolvida no evento_____;

14-( ) Manifeste-se a parte ( ) autora /( ) requerida: acerca da correspondência devolvida evento _____;

15-( ) Reitere(m)-se o(s) ofício(s) de evento ____, solicitando resposta no prazo de 05 dias (XLVII);

16-( ) Manifeste-se o autor sobre a ( ) reconvenção / ( ) embargos monitórios / ( ) impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias.

17-( ) Dê-se vista como requer a parte _____, no prazo de 05 dias (ART. 130, II)

18-( ) Ouçam-se as partes para se manifestarem sobre o laudo evento _____de , no prazo de 15(quinze) dias;

19-( ) Intime-se as partes para especificarem as provas a serem produzidas, evidenciando a necessidade das mesmas para o deslinde da questão, no prazo de 15 (quinze) dias (XXV);

20-( ) Intime-se o credor para apresentar nos autos o demonstrativo descriminado e atualizado do crédito nos termos do artigo 524, *caput* do NCPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2023 17:12:16
Assinado por KELLY ALBOY MONARO INACIO MOURA
Localizar pelo código: 109787685432563873867638283, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

21-( ) Fica a parte _____ intimada acerca da expedição da Carta Precatória de evento _____, providenciando o seu cumprimento, e para no prazo de 15 dias comprovar protocolamento no Juízo Deprecado-(XLVI);

22-( ) Fica o/a advogado(a) Dr. _____, OAB-UF nº, intimado (a) para procedera devolução dos autos na secretaria no prazo de 03 (três)dias, nos termos do art. 234, § 2º, da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), sob pena de possibilidade da perda ao direito de vista dos autos fora do cartório, multa correspondente à metade do salário-mínimo e de incorrer nas penas do art. 356 do Código Penal Brasileiro (crime por sonegação de autos)-(arts. 111, 112).

23-( ) Oficie-se o Juízo deprecante solicitando a documentação faltante. (XXXIX,a)

24-( ) Dilate-se o prazo para o _____manifestar por _____dias (XIII).

25-( ) Recolha a parte ( ) autora / ( ) ré - as custas de **ATOS DE PESQUISA para os sistemas ( ) RENAJUD, ( ) INFOJUD, ( ) SISBAJUD, ( ) SIEL, ( ) SERASAJUD ( )SNIPER**, no prazo de 05 (cinco) dias. Informo que a guia poderá ser emitida através do Menu: **Opções do Processo//Guias// Guia de Serviço// Tabela IX- Atos dos Porterios dos Auditórios- Regimento 16- Taxas de Serviço// 16.II- Translados, desarquivamento dos autos e outras certidões**; Ressalta-se que a cobrança será devida para cada um dos trabalhos a serem executados e para cada parte, nos termos do Provimento 19/2018 da CGJ, artigo 8º.

26-( ) Recolha a parte ( ) autora / ( ) ré - as custas de **ATOS DE CONSTRIÇÃO para o sistema SISBAJUD**, no prazo de 05 (cinco) dias. Informo que a guia poderá ser emitida através do Menu: **Opções do Processo//Guias// Guia de Serviço// Tabela IX- Atos dos Porterios dos Auditórios- Regimento 16- Taxas de Serviço// 16.VIII- Pela emissão dos atos de constrição por ato expedido**.

27-( ) Recolha a parte ( ) autora / ( ) ré - as custas pelo cumprimento da ordem de citação, intimação e notificação por **MEIO ELETRÔNICO (WHATSAPP), por pessoa,** no prazo de 05 (cinco) dias. Informo que a guia poderá ser emitida através do Menu: **Opções do Processo//Guias// Guia de Serviço// Tabela XI- pelo cumprimento da ordem citação, intimação e notificação por meio eletrônico, por pessoa**.

28- (x) Fica a parte autora intimada a encaminhar a CP ao destino, comprovando seu protocolo nos autos.

Certifico que, foi(ram) assinalado(s) o(s) seguinte(s) item(s): _28_____.

Jataí,7 de julho de 2023

KELLY ALBOY MONARO INACIO MOURA
Analista Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 07/07/2023 17:12:16
Assinado por KELLY ALBOY MONARO INACIO MOURA
Localizar pelo código: 109787685432563873867638283, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:47

Intimação Efetivada

1. A movimentação: (Intimação Efetivada - Disponibilizada no primeiro e publicada no segundo dia útil (Lei 11.419/2006, art. 4º, §§ 3º e 4º) - Adv(s). de RURAL BRASIL LTDA - Polo Ativo (Referente à Mov. Ato Ordinatório (CNJ:11383) -)) do dia 07/07/2023 17:12:16 não possui "Arquivos".

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 11 : Juntada -> Petição
Arquivo 1 : peticaodejuntadadeprocuracaoedsonjataigo.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:48

AO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS.

Proc: 5425690-61.2023.8.09.0093

EDSON PINTO DE MELLO, já qualificado, por seu advogado, mandato junto, nos autos da TUTELA PROVISÓRIA, que lhe promove **RURAL BRASIL LTDA**, vem mui respeitosamente à presença desse Juízo, requerer juntada da PROCURAÇÃO em anexo, bem como sua HABILITAÇÃO nos autos, tornando-o disponível para a VISUALIZAÇÃO do mesmo através do sistema eletrônico.

Requer, ainda, que as publicações/intimações sejam feitas em nome do advogado substabelecido, **sob pena de nulidade. S.T.J – AginREsp 1685309/MT.**

Pelo deferimento

Jataí/GO, data do protocolo.

Milton Pereira da Silva

OAB/MT 32.397

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 26/07/2023 16:33:46
Assinado por MILTON PEREIRA DA SILVA
Localizar pelo código: 109387695432563873860297902, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

Processo: 5425690-61.2023.8.09.0093
Movimentacao 11 : Juntada -> Petição
Arquivo 2 : procuracaoedsonxadv.milton.pdf

Valor: R$ 5.344.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência -> Tutela Cautelar Antecedente
JATAÍ - 1ª VARA CÍVEL
Usuário: MILTON PEREIRA DA SILVA - Data: 26/07/2023 16:56:48

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ***EDSON PINTO DE MELLO***, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob nº 669.115.089-91 e portador do RG nº 4336798-6-SESP-PR, residentes e domiciliado na Estrada Romeira, Lote 3-D-3 e Lote 3-D-4, Gleba Ribeirão Atlantique, Zona Rural, Maringá-PR, CEP: 87001-970.

OUTORGADO: ***MILTON PEREIRA DA SILVA***, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MT sob nº 32397, endereço eletrônico miltonqpereira@gmail.com, com escritório profissional situado na Rua Bogotá, 402, Jardim das Américas, CEP 78060-594,Cuiabá/MT.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Cuiabá/MT, 25 de julho de 2023.

EDSON PINTO DE MELLO
CPF nº 669.115.089-91

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 26/07/2023 16:33:46
Assinado por MILTON PEREIRA DA SILVA
Localizar pelo código: 109087695432563873860297904, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565308700000120952571
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565308700000120952571
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:55

07/02/2023

Número: **0803087-20.2023.8.19.0001**

Classe: **TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE**
Órgão julgador: **4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital**
Última distribuição : **12/01/2023**
Valor da causa: **R$ 500.000,00**
Assuntos: **Recuperação extrajudicial**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
AMERICANAS S.A (REQUERENTE)	RHAYSSA ANTINARELLI CARDOSO CAMPOS (ADVOGADO) PATRICIA FERES TRIELLI (ADVOGADO) FELIPE DE OLIVEIRA GONCALVES (ADVOGADO) FELIPE VIEIRA DE ARAUJO CORREA (ADVOGADO) ANA TEREZA BASILIO (ADVOGADO) JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO (ADVOGADO) GABRIEL PINA RIBEIRO (ADVOGADO) CLEBER FELIPE LOPES GALHARDI (ADVOGADO) RAFAELLI MOREIRA CESAR (ADVOGADO)
AMERICANAS S.A. (REQUERIDO)	FATIMA CRISTINA SANTOS FERREIRA (ADVOGADO) SERGIO ZVEITER (ADVOGADO) BRUNO GALVÃO SOUZA PINTO DE REZENDE (ADVOGADO) MARCELO AUGUSTO NUNES FERREIRA (ADVOGADO) RENAN SOARES CORTAZIO (ADVOGADO)

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42086539	14/01/2023 15:45	Decisão	Decisão

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca da Capital

4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital

Palácio da Justiça, Avenida Erasmo Braga 115, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20020-903

DECISÃO

Processo: 0803087-20.2023.8.19.0001

Classe: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

REQUERENTE: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

REQUERIDO: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

Trata-se de Tutela de Urgência Cautelar em caráter antecedente, preparatória de processo de Recuperação Judicial, com fundamento nos artigos 189 e § 12º do art. 6º da Lei 11.101/05, formulado por AMERICANAS S/A. (CNPJ 00.776.574/0006-60); sediada nesta Cidade do Rio de Janeiro; BW2 DIGITAL LUX S.À.R.L e JSM GLOBAL S.À.R.L, ambas sediadas em Luxemburgo, requerentes em conjunto, como GRUPO AMERICANAS.

Aduzem, em apertada síntese, tratar-se de grupo empresarial transnacional, de matriz societária brasileira e empresas operacionais estrangeiras, reunindo esforço para consecução de atividades do conglomerado nacionalmente conhecido por sua atuação no setor de varejo, com mais de 3.600 estabelecimentos comerciais espalhados pelo país, 146 mil acionistas, responsável pela geração de mais de 100.000 (cem mil) empregos diretos e indiretos e recolhimento anual de cerca de R$ 2 bilhões em tributos.

As Requerentes reclamam tutela de urgência, com vistas a resguardar o resultado útil de futuro processo Recuperacional, pretendendo conferir tratamento jurídico à crise experimentada pelas sociedades e evitar iminente dano irreparável.

Isso porque, como é de conhecimento público dada a extensa divulgação jornalística em mídia escrita e televisionada, foi disponibilizado pela Companhia fato relevante noticiando a existência de inconsistências contábeis referentes aos exercícios anteriores, incluindo o ano de 2022, em montante aproximado de R$ 20 bilhões.

Essas inconsistências, na avaliação das Requerentes, exigirão reajustes nos lançamentos da Companhia, o que poderá impactar nos resultados finais divulgados nos respectivos exercícios anteriores, com alteração do grau de endividamento da empresa e/ou volume de capital de giro, implicando, por via reflexa, no descumprimento de “ *covenants* financeiros” previstos em contratos, inclusive estrangeiros, acarretando o vencimento antecipado e imediato de dívidas em montante aproximado de R$ 40 bilhões.

As Requerentes noticiam que praticamente todos os contratos financeiros firmados pelo Grupo Empresarial possuem cláusulas de vencimento antecipado, o que justifica o risco de insolvência das sociedades, na medida em que, segundo

afirmam, as instituições financeiras podem se apropriar de valores existentes em contas correntes e de investimentos, de forma administrativa, em razão das cláusulas contratuais, para compensação dos seus créditos, inviabilizando o exercício da atividade empresarial.

Noticiam ainda as Requerentes, tanto em sede de petição inicial, como em petição protocolizada na data de hoje, que alguns credores já estão promovendo notificação da Companhia, para declarar o vencimento antecipado das obrigações, com constrição de recursos da companhia em montante superior a R$ 1,2 bilhão de reais, promovida pelo Banco BTG Pactual.

Assim, pugnam pelo recebimento da cautelar antecedente, e, em caráter de urgência, seja concedida a tutela para (a) sobrestar os efeitos de toda e qualquer cláusula que imponha vencimento antecipado das dívidas das Requerentes, em razão do "fato relevante" divulgado em 11.01.2023 e seus desdobramentos; (b) suspender a exigibilidade de todas as obrigações relativas aos instrumentos financeiros celebrados entre as Requerentes e as instituições relacionadas no anexo 11 da petição inicial, e todas as entidades de seus grupos econômicos e eventuais sucessores/cessionários a qualquer título, que constituem créditos sujeitos a um eventual processo recuperacional, inclusive nas obrigações em que as Requerentes figurem como avalistas; (c) suspender os efeitos do inadimplemento, inclusive, para reconhecimento de mora; de qualquer direito de compensação contratual; e de eventual pretensão de liquidação de operação com derivativos; (d) suspensão de qualquer arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição sobre os bens, derivados de demandas judiciais ou extrajudiciais, sem a prévia análise deste Juízo Recuperacional; (e) preservação de todos os contratos necessários à operação do Grupo Americanas, inclusive linhas de crédito e fornecimento; (f) imediata restituição de todo e qualquer valor que os credores eventualmente tiverem compensado, retido e/ou se apropriado, em virtude do fato relevante veiculado ao mercado em 11.1.2023 e seus desdobramentos; (g) suspensão de qualquer determinação de registros em cadastros de inadimplentes referentes a créditos sujeitos ao processo de recuperação principal.

É O RELATÓRIO DO NECESSÁRIO, DECIDO.

Analisando as questões trazidas pelas Requerentes, em cotejo com os documentos que instruem a inicial e petição protocolizada nesta data, o pleito cautelar merece acolhimento.

A Lei nº 14.112/2020, ao promover a atualização do microssistema insolvencial brasileiro, fez incluir o § 12 ao artigo 6º, disciplinando a possibilidade de antecipação total ou parcial dos efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial, em caráter cautelar, com vistas a resguardar o resultado útil do processo, quando demonstrados o perigo de dano irreparável e a existência de probabilidade de direito, a justificar o deferimento da medida.

A possibilidade de imediata constrição de ativo relevante do devedor, por credores sujeitos à Recuperação Judicial, com possível comprometimento de sua restruturação, bem como, a demonstração dos requisitos do artigo 48 da LRE, em análise conjuntural, são suficientes para, em sede de cognição sumária, fundamentar o deferimento da pretensão.

Ao que se extrai das questões trazidas pelas Requerentes, as constatações de inconsistências nos lançamentos contábeis da Companhia, na ordem de R$ 20 bilhões, acabaram por exigir uma reanálise das demonstrações, que, ao fim, poderão resultar em alterações nas contas/resultados finais dos exercícios impactados pelas inconsistências.

Em consequência, eventuais alterações poderão repercutir no grau de endividamento da empresa e no capital de giro mínimo, exigidos em contratos financeiros, inclusive internacionais, acarretando o descumprimento de cláusulas de "

covenants financeiros" e "cross-default", culminando no vencimento antecipado de dívidas da ordem de R$ 40 bilhões.

Em complemento ao justificado receio da Companhia, de que os credores pudessem promover a execução administrativa destes contratos, já na data de hoje (13/01/2023), as Requerentes já noticiam constrições em suas contas correntes/investimentos, na ordem de R$ 1,2 bilhão, decorrente de compensação operada por credor financeiro, com fundamento na inconsistência dos seus lançamentos contábeis noticiada no mercado.

Ante a instantaneidade dos efeitos deletérios desta situação fática, na medida em que o fato relevante foi apresentado ao mercado em 11.01.2023 e as constrições já estão sendo efetivadas na data de hoje, 13.01.2023, é plenamente justificável o deferimento da medida, com vistas a evitar o exaurimento de todos os ativos da Companhia, por credores altamente qualificados, em detrimento dos demais credores, e, principalmente, da própria manutenção da atividade econômica.

Como se sabe, a espinha dorsal do microssistema de recuperação judicial reside no princípio da preservação da empresa e sua função social, com esteio no artigo 47 da LRE, de forma que a relevância da atividade econômica desempenhada pelas Requerentes é facilmente identificada nos expressivos números englobados pelo Grupo Empresarial, com operação em diversos canais no mercado, com geração de mais de 100.000 (cem mil) empregos diretos e indiretos; manutenção de 3.600 estabelecimentos espalhados por todo o país; mais de 146 mil acionistas e recolhimento anual de cerca de R$ 2 bilhões de reais em tributos, garantindo a circulação de riquezas e desenvolvimento social.

Em complemento, o fumus boni iuris também resta demonstrado, em sede de cognição sumária, ante às declarações lançadas na petição inicial, que deverão ser devidamente instrumentalizadas quando do futuro aditamento da petição inicial para a análise do processamento da Recuperação Judicial.

O litisconsórcio ativo vem fundamentado na existência de um complexo empresarial, com sociedades economicamente interligadas e funções que reciprocamente se direcionam para a execução dos interesses do Grupo, sendo a 1ª Requerente a sociedade operacional, de reconhecimento nacional, e as 2ª e 3ª sociedades estrangeiras, veículos de captação de investimentos no exterior, voltados para o financiamento de atividades no Brasil, o que faz incidir o disposto no art. 69-G na LRE, recentemente incluído pela Lei nº 14.112/2002, que possibilita o processamento de recuperação judicial de devedores que integrem grupo econômico sob controle comum, cuja prática já se verificava na jurisprudência antes mesmo da alteração legislativa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO. HOLDING PURA. LEGITIMIDADE. - Pleito de reforma da decisão que admitiu o processamento de requerimento de recuperação judicial de empresas do mesmo grupo econômico, em litisconsórcio ativo. - Requer a extinção do processo, sem resolução de mérito, ao menos em relação à 2ª Agravada, alegando que a mesma não seria elegível à Recuperação Judicial, por tratar-se de holding pura, que não tem outro propósito senão participar de outras sociedades, não desenvolvendo atividade empresária. - Inicialmente, é importante destacar que a lei de regência não faz distinção entre a holding pura (não operacional) e a mista, pois nos termos do art. 1º da Lei 11.101/05 aplica-se a Lei de Recuperação ao empresário e à sociedade empresária, conceito amplo no qual se inserem as duas holdings agravadas, por força do disposto no art. 982, p.u. do Código Civil, visto que se tratam de sociedades por ações. - Ademais, trata-se de pedido de recuperação judicial de um grupo econômico, de modo que a inclusão das holdings no feito, a princípio, decorre do estado de crise que afeta o grupo como um todo, nele se incluindo as sociedades controladoras. - Por fim, as empresas

agravadas não se inserem em nenhuma das vedações previstas no art. 2º, da Lei 11.101/05, salientando-se, ainda, que as empresas do grupo que desenvolvem atividade fim, de exploração das linhas de transmissão de energia elétrica, foram excluídas do requerimento de recuperação em razão da vedação legal expressa no art. 18 da Lei nº 12.767/2012, caso contrário também poderiam ter sido incluídas no pedido de recuperação judicial. DESPROVIMENTO DO RECURSO. (TJ-RJ - AI: 00207558420168190000 RIO DE JANEIRO CAPITAL 5 VARA EMPRESARIAL, Relator: CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 26/07/2016, VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/08/2016)

Do mesmo modo, resta demonstrada a competência deste Juízo para análise do pedido cautelar antecedente de Recuperação Judicial, uma vez que a LRE fixou em seu artigo 3º como critério para definição da competência jurisdicional, o juízo do local principal estabelecimento do devedor, que, por interpretação doutrinária e jurisprudencial, se caracteriza pelo local de onde são emanadas as deliberações/rumos da atividade empresária, suas decisões estratégias, comerciais, financeiras, operacionais, mesmo que diversa do local aportado em seus documentos sociais.

Neste sentido é a jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL AJUIZADO NA COMARCA DE CATALÃO/GO POR GRUPO DE DIFERENTES EMPRESAS. ALEGAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO. DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA A COMARCA DE MONTE CARMELO/MG. FORO DO LOCAL DO PRINCIPAL ESTABELECIMENTO DO DEVEDOR. ARTIGO 3º DA LEI 11.101/05. PRECEDENTES. 1. Trata-se de conflito de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA DE MONTE CARMELO - MG em face do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, nos autos de pedido de recuperação judicial formulado por quatro empresas, em litisconsórcio ativo, com a particularidade de que cada uma delas explora atividade empresária diversa e de forma autônoma, inclusive com estabelecimentos próprios. 2. (...). 3. O art. 3º da Lei n. 11.101/05, ao repetir com pequenas modificações o revogado artigo 7º do Decreto-Lei 7.661/45, estabelece que o Juízo do local do principal estabelecimento do devedor é o competente para processar e julgar pedido de recuperação judicial. 4. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, respaldada em entendimento firmado há muito anos no Supremo Tribunal Federal e na própria Corte, assentou clássica lição acerca da interpretação da expressão "principal estabelecimento do devedor" constante da mencionada norma, afirmando ser "o local onde a 'atividade se mantém centralizada', não sendo, de outra parte, 'aquele a que os estatutos conferem o título principal, mas o que forma o corpo vivo, o centro vital das principais atividades do devedor'." (CC 32.988/RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 04/02/2002). 5. Precedentes do STJ no mesmo sentido (REsp 1.006.093/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 16/10/2014; CC 37.736/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJ de 16/08/2004; e CC 1.930/SP, Rel. Min. ATHOS CARNEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, DJ de 25/11/1991). (...) 8. Conflito conhecido para declarar a competência do juízo da 2ª Vara da Comarca de Monte Carmelo/MG. (STJ - CC: 146579 MG 2016/0125849-7, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 09/11/2016, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 11/11/2016)

Como se observa da petição inicial e dos documentos que a instrui, o principal estabelecimento do Grupo Empresarial é a sede social localizada nesta Cidade, onde trabalham os principais executivos do Grupo Americanas, onde se situa o escritório administrativo da holding e de onde emanam as decisões estratégicas sobre as atividades desenvolvidas pelas Requerentes e demais companhias do grupo.

Em que pese o fato de a 2ª e 3ª Requerentes possuírem endereço social em Luxemburgo, ao que se extrai de tudo que

nos autos consta, a execução e cumprimento dos contratos/financiamentos estrangeiros são realizados através da geração de fluxo de caixa do Grupo Americanas no Brasil, já que, como declarado, a Companhia não opera fora do território nacional.

Antes mesmo da alteração legislativa trazida pela Lei nº 14.112/2020, que disciplinou a matéria de insolvência transnacional no Brasil, incorporando o modelo da UNCITRAL - United Nations Commission on International Trade Law – a jurisprudência deste Tribunal de Justiça já admitia a possibilidade de processamento da Recuperação Judicial de sociedade estrangeira com litisconsórcio ativo de grupo empresarial brasileiro, ante a observância do princípio da preservação da empresa, de sua função social e estímulo à atividade econômica:

Agravo de Instrumento. Direito Empresarial. Recuperação Judicial de Empresas. Pretensão recursal à reforma da decisão que deferiu, somente, o processamento do requerimento das sociedades empresárias com sede no Brasil e, rejeitou o pleito formulado pelas empresas sediadas na Áustria. Indeferimento da recuperação conjunta das empresas que não atende às finalidades da Recuperação Judicial, que são a preservação da empresa, de sua função social e, de estimulo à atividade econômica, de acordo com o artigo 47, da Lei nº 11.101/2005. As empresas SETE HOLDING, SETE INTERNATIONAL ONE e TWO constituem-se em braços do Grupo SETE no exterior e, embora não exerçam qualquer atividade operacional autônoma, vinculam-se à sociedade controladora brasileira para emissão de títulos e otimização de eventual estrutura de garantias na contratação de financiamento, sendo que como as sociedades brasileiras SETE INVESTIMENTOS I e SETE INVESTIMENTOS II foram criadas como veículos da SETE BRASIL para a implementação do "Projeto Sondas. Portanto, constituem-se em subsidiárias que apenas integram a estrutura de financiamento de sua controladora nacional, emitindo títulos e otimizando eventuais garantias na contratação de financiamento, o que configura a existência de um grupo único em proveito de uma única atividade empresarial, de execução do "Projeto Sondas" que visa à retirada de óleo armazenado na camada do pré-sal. Normas do Código de Processo Civil em vigor que se aplicam subsidiariamente, aos processos regidos pela lei falimentar, na forma do art. 189, da LFRJ. Litisconsórcio ativo que pode facilitar o acordo entre as recuperandas e seus credores, possibilitando a superação da crise econômica da atividade empresarial, de forma célere e eficaz (art. 46, do CPC/1973; art. 113, do NCPC). Competência da jurisdição brasileira que obedece às normas dos artigos 21, II e 22, III, do Novo CPC (Lei 13.105/2015), vez que o grupo empresarial está sediado no país e, o plano de recuperação deverá aqui ser cumprido, de modo que o processamento conjunto tem base em nosso ordenamento jurídico, apesar da lacuna existente na legislação específica. Inocorrência de violação à soberania da Justiça austríaca, porquanto a jurisdição brasileira se restringe aos bens sediados em território nacional, assim como aos créditos sujeitos à recuperação judicial em território nacional. Por sua vez, o artigo 24, do NCPC, prevê que a ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta que o judiciário brasileiro conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil. Ausência de regulamentação por parte da Lei nº 11.101/05, quanto ao processamento da recuperação judicial de grupos transnacionais, que não tem por consequência jurídica a impossibilidade total de ser aplicada a tais grupos que busquem a proteção recuperacional, diante da inexistência de vedação expressa nesse sentido. Disposição contida no art. 3º da Lei 11.101/05, segundo a qual, é competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil. Subsidiárias estrangeiras integrantes do mesmo grupo econômico da SETE BRASIL, que possuem como principal estabelecimento, o mesmo local onde esta última se situa, nesta cidade do Rio de Janeiro. Possibilidade de solução da controvérsia, por seu reconhecido relevante interesse social, sanando-se a lacuna legislativa, utilizando-se a equidade como justa forma de se aplicar o direito, de modo, a suplementar-se a lei e,

preencher os vazios nela encontrados, para não prejudicar os casos específicos que ela não abrange. Precedente jurisprudencial deste Tribunal no sentido da possibilidade de processamento da recuperação judicial de empresas estrangeiras integrantes do mesmo grupo econômico de empresas brasileiras. Confirmação da antecipação da tutela recursal. Provimento do recurso. Julgado prejudicado o Agravo interno interposto pela credora e interessada SEAWORTHY INVESTIMENT GMBH ("Seaworthy"). (0034120-11.2016.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO. Des(a). CARLOS EDUARDO MOREIRA DA SILVA - Julgamento: 07/02/2017 - VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL)

Pelo exposto, DEFIRO A TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE, nos termos do § 12, do art. 6º da Lei nº 11.101/2005, e, por consequente, determino:

(i) o sobrestamento dos efeitos de toda e qualquer cláusula que imponha vencimento antecipado das dívidas das Requerentes, em razão do “fato de relevante” divulgado em 11.01.2023 e seus desdobramentos;

(ii) a sustação da exigibilidade de todas as obrigações relativas aos instrumentos financeiros celebrados entre as Requerentes e as instituições relacionadas no anexo 11 da petição inicial, e todas as entidades de seus grupos econômicos e eventuais sucessores/cessionários a qualquer título, que constituem créditos sujeitos a um eventual processo recuperacional, inclusive nas obrigações em que as Requerentes figurem como avalistas;

(iii) a sustação dos efeitos do inadimplemento, inclusive, para reconhecimento de mora; de qualquer direito de compensação contratual; e de eventual pretensão de liquidação de operação com derivativos;

(iv) a sustação de qualquer arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição sobre os bens, derivados de demandas judiciais ou extrajudiciais, sem a prévia análise deste Juízo Recuperacional;

(v) a preservação de todos os contratos necessários à operação do Grupo Americanas, inclusive linhas de crédito e fornecimento;

(vi) a imediata restituição de todo e qualquer valor que os credores eventualmente tiverem compensado, retido e/ou se apropriado, em virtude do fato relevante veiculado ao mercado em 11/01/2023 e seus desdobramentos;

(vii) a suspensão de qualquer determinação de registros em cadastros de inadimplentes referentes a créditos sujeitos ao processo de recuperação principal.

(viii) autorizar que esta decisão sirva de ofício, para que seja apresentada pelas Requerentes, de forma judicial e/ou extrajudicial, a credores, órgãos, instituições e interessados, bem como a processos judiciais em que forem deferidos/efetivados bloqueios, arrestos, depósitos ou cauções, para fins de obstar as constrições e efetivar a liberação destes ativos., incluindo-se nesta ordem, o credor Banco BTG Pactual, ante a operação de compensação/resgate realizado pela instituição financeira, noticiada pelas Requerentes na data de hoje.

(ix) Defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que as Requerentes W2 DIGITAL LUX S.À.R.L e JSM GLOBAL S.À.R.L, apresentem atos constitutivos e instrumentos de representação, na forma do § 1º do art. 104 do CPC.

(x) Considerando a gravidade e relevância econômica e de mercado, nos fatos narrados na petição inicial, bem como no fato relevante apresentado pela Companhia, que acarreta invariavelmente crise de confiança e reflexo sistemático da toda a cadeia produtiva de uma das maiores varejistas do país, nomeio Administrador Judicial para funcionar neste feito já durante o período da cautelar, com vistas a garantir a ampla e irrestrita apuração de eventual elemento que possa

obstar ou contribuir para a futura análise de pedido de recuperação judicial. Para tanto, nomeio em Administração Judicial una e conjunta, a empresa especializada Preserva-Ação Administração Judicial, na pessoa de seu sócio administrador Bruno Rezende – OAB/RJ 124.405, com sede na Avenida Rio Branco nº 116 – 15º andar – Centro – Rio de Janeiro – site: www.psvar.com.br e o Escritório de Advocacia Zveiter, com sede na avenida Presidente Antônio Carlos nº 51, 19º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, na pessoa do advogado Sergio Zveiter, OAB/RJ nº 36.501, site: www.zveiter.com.br/, que deverão ser intimados para assinatura de termo de compromisso e apresentação de seus currículos para ampla publicidade.

A Administração Judicial, em observância às disposições da Lei nº 11.101/2005, deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, relatório circunstanciado e pormenorizado das atividades das Requerentes, as providências que estão sendo implementadas pelo "comitê independente do Grupo Americanas"; mas não se limitando a estas, a fim de franquear aos credores e demais interessados, o acesso às informações relevantes à matéria.

Deverão os administradores das Requerentes e empresas de auditoria e/ou correlatadas, franquear toda e qualquer informação requerida pela Administração Judicial, com vistas a elaboração do referido relatório.

(xi) Apresentem as Requerentes, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos, o pedido de recuperação judicial, na forma do inciso I do § 1º do art. 303 c/c 308 do Código de Processo Civil, sob pena de perda imediata da eficácia da medida cautelar ora deferida, independentemente de intimação.

Tendo em vista o deferimento da tutela de urgência, retire-se o sigilo do processo. Intimem-se as requerentes por seus patronos.

Por fim, determino que a Administração Judicial divulgue cópia desta decisão e peças relevantes do processo em seus sítios eletrônicos.

RIO DE JANEIRO, 14 de janeiro de 2023.

PAULO ASSED ESTEFAN
Juiz Titular

02/02/2023

Número: **0809863-36.2023.8.19.0001**

Classe: **TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE**
Órgão julgador: **7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital**
Última distribuição : **31/01/2023**
Valor da causa: **R$ 500.000,00**
Assuntos: **Recuperação Judicial**
Segredo de justiça? **SIM**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
Em segredo de justiça (REQUERENTE)	**ANA TEREZA BASILIO (ADVOGADO)** **SERGIO RICARDO SAVI FERREIRA (ADVOGADO)** **VICTOR MARTINS BALDI (ADVOGADO)** **LUIS FELIPE SALOMAO FILHO (ADVOGADO)** **GABRIEL PINA RIBEIRO (ADVOGADO)**
Em segredo de justiça (REQUERIDO)	

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
44532251	02/02/2023 23:03	Decisão	Decisão

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca da Capital

7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital

Palácio da Justiça, Avenida Erasmo Braga 115, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20020-903

DECISÃO

Processo: 0809863-36.2023.8.19.0001

Classe: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

REQUERENTE: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

REQUERIDO: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

Cuida-se de pedido de Tutela de Urgência Antecipada, requerida, em caráter antecedente à formulação do pedido de processamento de Recuperação Judicial, proposto por **OI S.A**., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070; **PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V**., pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, com sede em Delflandlaan 1 (Queens Tower), 1062 EA, Amsterdam, Holanda, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro; e **OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A**., pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, inscrita no CNPJ sob o nº 16.770.090/0001-30, com sede em Delflandlaan 1 (Queens Tower), 1062 EA, Amsterdam, Holanda, e principal estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro, com fundamento nos arts. 189 e 6º, § 12 da Lei n.º 11.101/2005 e nos arts. 305 e seguintes do CPC.

Descrevem, em apertada síntese, que acabaram de sair do maior processo de recuperação judicial da história do país, cujo resultado foi fundamental para preservar as atividades do “Grupo OI”, o que culminou com a manutenção de dezenas de milhares de empregos, viabilizou a reestruturação de seus negócios e aprimorou sua estrutura de capital.

Apontam a competência, por prevenção, deste Juízo para apreciação do pleito, declinando que a 1ª RJ não teve o trânsito em julgado de sua sentença de encerramento, o que vincula o juízo a este novo pedido, bem como em razão da distribuição de um pedido falimentar – processo 0213353-57.2019.8.19.0001 –, cujo objeto, apesar elidido, ainda não fora julgado, condição que atrai a prevenção na forma da Lei.

Pugnam pela nova formulação em conjunto do pedido pelas requerentes, em litisconsórcio, ao argumento de que tal condição já fora objeto de análise quando da apreciação do pedido de processamento formulado na 1ª RJ distribuída, sendo naquela oportunidade reconhecida a competência desta Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com fulcro do art. 3º da Lei 11.101/2005, para processar a recuperação judicial do GRUPO OI, do qual as requerentes ainda são partes integrantes, da mesma forma que, naquela oportunidade, igualmente fora reconhecida a competência para processar o pedido formulado pela PTIF e OI Coop, mesmo ambas sendo sediadas fora do país.

No tocante à situação econômico-financeira, afirmam que apesar do inquestionável sucesso da 1ª RJ, que permitiu a redução substancial do seu endividamento total, a estrutura de capital da Companhia continua insustentável, diante de aproximadamente 29 bilhões apenas em dívidas financeiras, com os ECAs *holders, bondholders*, e Bancos Nacionais, sendo que metade desse valor está vinculado à moeda norte-americana que é suscetível à majoração em razão de flutuações cambiais.

Aliado a isto, argumentam que em razão do ambiente regulatório adotado na 1ª RJ, algumas premissas adotadas no PRJ não se concretizaram por razões alheias ao controle da Companhia, especialmente no que tange às iniciativas para adaptação das concessões da telefonia fixa, cujo objeto obsoleto e de elevadíssima carga regulatória, continua a demandar o dispêndio de elevados recursos que as Requerentes estimavam não mais ter.

Apontam diversos fatores para atual crise financeira, em destaque, a demora no fechamento das operações de vendas das UPI's, o que levou à necessidade do direcionamento do seu caixa para pesados e indispensáveis investimentos a fim de manter o seu nível de operação e posterior emissão de *bonds* para captação de capital; adesão maciça dos investidores com relação à opção mandatária da recompra dos *bonds* lançados; distorções das previsões que serviram de base do APRJ, em razão da crise provocada pela pandemia da Covid 19, que alteraram em demasia os indicadores econômicos, aliado ao aumento substancial do valor da moeda norte-americana; perda de 4% dos clientes da telefonia fixa entre os anos de 2020 e 2022 e divergência no fechamento de preço da venda da UPI Ativos Móveis, que gerou a suspensão da entrada de R$ 1,7 bilhão no seu CaixExpõem que antes de recorrer novamente ao presente instituto jurídico, investiram tempo e dinheiro nos últimos meses, na tentativa de chegar a um acordo extrajudicial com seus principais credores financeiros – *Bondholders, ECAs holders* e Bancos Nacionais, com vista a melhorar seu perfil de endividamento, o que, até o presente momento, não foi possível de ser alcançado.

Diante deste cenário, declinam que o não pagamento de mais de R$ 600 milhões que vencem em 5.2.2023, dentre os quais mais de USD 82 milhões devidos a títulos de juros para os *Bondholders*, acarretará no vencimento antecipado de quase a totalidade da dívida financeira acima apontada, por conta das cláusulas de vencimento antecipado e cruzado previstos em seus contratos financeiros.

Consideram, destarte, não terem alternativa, senão recorrer à antecipação cautelar parcial dos efeitos da decisão de processamento da nova recuperação judicial para proteger seus ativos, sua operação e os empregos de seus milhares de colaboradores, medida que vêm sendo amplamente concedida a partir das alterações na Lei 11.101/2005, introduzidas pela Lei 14.112/2020.

Reverberam estar mantido o preenchimento de todos os requisitos legais exigidos no art. 48 da Lei 11.101/2005, para legitimação do novo pedido de processamento da recuperação judicial, em especial, no que tange ao contido no inciso II, uma vez que, no momento do ajuizamento da emenda à inicial, já terão decorridos 05 anos desde a concessão da 1ª RJ, ocorrida em 5.2.2018.

Afirmam desempenhar um papel de destaque na economia nacional, com a geração de milhares de empregos diretos e indiretos, sendo que a falência da Companhia deixaria desemparados, aproximadamente, 62 mil colaboradores diretos e indiretos do Grupo Oi, assim como impactaria de forma substancial a economia nacional, tendo em vista que as sociedades do grupo recolheram o montante aproximado de R$ 2,85 bilhões em tributos apenas no exercício de 2022, e que, sua eventual saída do mercado afetaria o consumo de internet, telefonia e serviços de telecomunicações para milhões de pessoas, milhares de empresas e entidades públicas e privadas, impactando diretamente o acesso à informação e à comunicação.

Sustentam os fundamentos para concessão da tutela requerida na necessidade da preservação emergencial de suas atividades empresariais de forma a permitir a nova etapa de sua reestruturação em processo de recuperação judicial, conforme prevê o art. 47 da LFRE, diante da iminente cobrança de centena de milhões de dólares norte-americanos nos próximos dias, o que expõem as Requerentes a um cenário pré-falimentar, em razão não só da falta de caixa para quitar a dívida, como pelo risco de vencimentos antecipados e cruzados de mais de R$ 29 bilhões, decorrente dos instrumentos financeiros pactuados com os *bonhdhordes, ECAs holders* e Bancos Nacionais, o que caracteriza as figuras do *fumus boni iuris* e o *periculum in mora.*

Assim, pleiteiam em sede de Tutela de Urgência de caráter antecedente, i) seja determinada a suspensão ***(a)*** da exigibilidade de todas as obrigações relativas aos instrumentos celebrados com as respectivas instituições elencadas, exemplificadamente, na lista anexa (doc. 16) e todas as entidades de seus grupos econômicos (e seus sucessores e cessionários a qualquer título), que constituem créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial principal, nos termos da LRF, mas sem a eles se limitar, devendo a suspensão ser estendida a todos os demais instrumentos vinculados às instituições elencadas no doc. 16 e todas as entidades de seus grupos econômicos (e seus sucessores e

cessionários a qualquer título), bem como a quaisquer instrumentos que possam ser declarados rescindidos e/ou vencidos antecipadamente na data deste pedido, ***(b)*** dos efeitos do inadimplemento, inclusive, para reconhecimento de mora, e ***(c)*** de eventuais pretensões de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão, compensação e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das Requerentes, oriundas de demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como a execução e cobrança de valores de titularidade das Requerentes, que estejam provisoriamente na titularidade de terceiros, especialmente aqueles relacionados ao pagamento dos juros aos *bondholders* qualificados na forma do PRJ, e à Fundação Atlântico de Seguridade Social, também nos termos PRJ, devidos em 6.2.2023; ii) sejam sustados os efeitos de toda e qualquer cláusula que, em razão deste pedido cautelar preparatório de recuperação, do futuro pedido de recuperação judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise, (a) imponha o vencimento antecipado das dívidas e/ou dos contratos celebrados pelas Requerentes, e/ou (b) autorize a suspensão e/ou a rescisão de contratos com fornecedores de produtos e serviços essenciais para o Grupo Oi, determinando-se que os fornecedores de produtos e serviços essenciais não alterem unilateralmente os volumes de produtos e/ou serviços fornecidos tão somente em razão deste pedido cautelar, do futuro pedido de recuperação judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise; e iii) seja mantida a ordem determinada, por esse juízo da 7ª Vara Empresarial, nos autos da 1ª RJ, quanto ao Ato Concertado, para que permaneça em vigor a decisão de fls. 527.093/527.113 dos autos da 1ª RJ, de modo que, em relação à garantia de Execuções Fiscais, por qualquer juízo Federal ou Estadual do país, para os créditos de até R$ 20.000,00, poderão ser realizadas penhoras *online* nas contas indicadas na sentença de encerramento da 1ª RJ,30 e para os créditos de valor igual ou superior a R$ 20.000,00, a penhora deverá recair sobre os bens não comprometidos pelo PRJ e APRJ, listados às fls. 525.721/526.997 dos autos da 1ª RJ (doc. 17), a critério do juízo da execução.

Buscam, ainda, seja desde já conferida a dispensa da apresentação das certidões negativas em qualquer circunstância, inclusive para que exerçam suas atividades e para que obtenham benefícios fiscais.

É o relatório.

Em primeiro plano, é preciso considerar que embora tenha ocorrido o encerramento da Recuperação Judicial do Grupo OI, por meio de sentença proferida em 14.12.2022, nos autos do processo 0203711-65.2016.8.19.2006, em que figuraram, como Recuperandas, as três sociedades empresárias que formulam o presente pedido, seus efeitos ainda não foram estabilizados pelo trânsito em julgado.

Tal ressalva é relevante pois, em decisão recente, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que, enquanto não transitada em julgado a decisão que encerra a recuperação judicial, subsiste a competência do juízo recuperacional para a administração do patrimônio da recuperanda.

> "AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ATOS EXPROPRIATÓRIOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA DE ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO INTERNO PROVIDO. 1. "**Segundo orientação jurisprudencial firmada por esta Corte Superior de Justiça, enquanto não transitada em julgado a decisão que encerra a recuperação judicial, subsiste a competência do juízo da recuperação judicial para a administração do patrimônio da empresa recuperanda**" (AgInt no REsp 1.668.877/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe de 15/03/2019). 2. Agravo interno provido para dar parcial provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem. (AgInt no REsp n. 1.879.502/DF, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 8/3/2021, DJe de

26/3/2021.)".

Neste contexto, se ainda subsiste sobre este juízo a competência para administração do patrimônio das Requerentes, ainda que a primeira recuperação judicial interposta esteja encerrada, não menos há de se considerar que ainda persiste a necessidade de que seja observada a regra de prevenção contida § 8º do art. 6º da Lei 11.101/2005.

> "Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:
>
> § 8º **A distribuição do pedido de falência ou de recuperação judicial ou a homologação de recuperação extrajudicial previne a jurisdição para qualquer outro pedido de falência, de recuperação judicial ou de homologação de recuperação extrajudicial relativo ao mesmo devedor** ."

Ademais, como bem exposto pelas requerentes na petição inicial, há requerimento de falência distribuido por credor, cujo procedimento ainda tramita perante esse Juízo (processo nº 0213353-57.2019.8.19.0001), o que reforça a prevenção adiante reconhecida, à luz do supracitado dispositivo.

É, portanto, irrefutável a prevenção deste juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer deste novo pedido de processamento da recuperação das requerentes OI S.A., PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

Ultrapassada a questão da competência, ressalto que a análise nesta sede de pedido de prestação de tutela de urgência, deve ser feita à luz da antecipação parcial dos efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial, na medida em que, em conformidade com o atual direito positivado, o juízo recuperacional competente pode antecipar total ou parcialmente os efeitos do referido provimento, e daí se extrai a juridicidade do presente pedido exordial, em que se busca a prestação de tutela de urgência cautelar em caráter antecedente preparatória de processo de recuperação judicial.

A petição vestibular apresentada pelas devedoras, que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente, encontra-se minimamente fundamentada, com exposição sumária do direito que se objetiva assegurar, notadamente a garantia da preservação das atividades do Grupo Econômico Oi, resguardando o resultado útil do processo de recuperação judicial a ser ajuizado.

Destarte, tenho como legítimo o direito da devedora de buscar a preservação da integridade de seu patrimônio, através de medida cautelar preparatória, ao menos até o eventual deferimento do processamento do seu pedido de recuperação.

É público e notório que as requerentes ingressaram e obtiveram a concessão de sua recuperação judicial neste juízo, a qual hoje se encontra encerrada, sem, porém, estar transitada julgado.

Naquela oportunidade foram enfrentadas diversas questões processuais inéditas no sistema jurídico do procedimento de recuperação judicial, em decorrência da vacância da lei, que hoje não mais persistem, visto as consideráveis modificações legislativas introduzidas na Lei 11.101/2005, pela Lei 14.112/2020.

Neste contexto, atualmente está devidamente positivada a questão como a consolidação processual e da consolidação substancial, prevista no art. 69-G e ss. da LRJ, que viabiliza o pedido conjunto da recuperação por parte de empresas que fazem parte de um grupo econômico, seja de fato ou direito, como aqui resta demonstrado pelas Requerentes.

No que tange à formulação do pedido por parte de sociedades empresárias estrangeiras, mantém-se firme o

posicionamento deste juízo adotado no primeiro requerimento de recuperação judicial, quando foi concedido o processamento e posterior recuperação judicial das empresas estrangeiras, com base na aplicação da Lei UNCITRAL, sendo que, atualmente, a própria Lei 11.101/2005, em seu artigo 167-a e seguintes, já consagra o instituto da insolvência transnacional.

Configurados os requisitos de legitimidade e interesse processual, no tocante aos aspectos processuais exigidos no art. 48 da Lei 11.101/2005, as requerentes, em cotejo com os documentos que instruem a inicial, também demonstram a probabilidade do pedido, inclusive no que diz respeito à condição prevista no II, que diz:

> "**Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:**
>
> **II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;**

Isto porque, o requerimento em análise visa somente a antecipação parcial dos efeitos do deferimento de processamento da recuperação judicial, com vista a garantir resultado útil do futuro processo, cuja apresentação formal da petição inicial na forma do art. 51 da Lei deverá ser formulada no prazo a ser estabelecido pelo juízo, o que ocorrerá após a ultrapassagem do quinquênio legal, que se exaure no próximo dia 05/02/2023, haja vista que a concessão da primeira recuperação deu-se por decisão proferida no dia 05/02/2018.

O que se exige do devedor é o regular exercício de suas atividades há mais de dois anos, **e que não tenha, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial**. A concessão da RJ do Grupo Oi ocorreu, como dito, em 05/02/2018, em procedimento ainda sem trânsito em julgado, sendo induvidoso que a provável distribuição da nova recuperação judicial somente ocorra quando já transcorridos mais do que 5 (cinco) anos desde a mencionada decisão de concessão.

Vale ressaltar que o pedido formulado pelas requerentes pretende a produção dos seus efeitos a partir de 05/02/2023, data em que, findo o prazo de cinco anos, configurar-se-ão os requisitos legais para o deferimento do processamento da segunda recuperação judicial, não havendo óbice, pois, para a antecipação postulada.

Ademais, como se não bastasse a literalidade da lei, eventual interpretação contrária fulcrada na falta de especificidade dos termos do quinquênio legal, já estaria de plano fulminada pela imperiosidade de se adotar a interpretação mais favorável à empresa, em prestígio ao princípio maior insculpido em lei, que é o da mantença da atividade empresarial, razão pela qual torna-se cabível ao Grupo Oi formular pedido de tutela antecedente preparatório de novo processo de recuperação judicial, desde que os efeitos operem a partir de 05/02/2023.

Com efeito, dentro da análise perfunctória que demanda o presente pedido e, levando em conta que as mesmas requerentes anteriormente demonstraram todos os requisitos autorizativos para concessão do deferimento do pedido de recuperação judicial, considero que há evidente probabilidade do direito pretendido, o que autoriza a antecipação dos efeitos do deferimento do pedido de processamento, com base no § 12 do art. 6º da Lei 11.101/2005.

Relembre-se que o processo de Recuperação Judicial do Grupo Oi tornou-se um marco histórico para o direito falimentar brasileiro, conforme amplamente conhecido e divulgado no mundo jurídico e empresarial, e consagrou indelevelmente, na prática, o princípio da preservação da empresa em sua integralidade, na medida em que a Companhia, um dos maiores grupos empresariais de nossa economia, manteve-se como geradora de milhares de empregos e permaneceu adimplente com o pagamento de cifras bilionárias de impostos para os cofres públicos.

A devedora, que teve que se reestruturar por completo para pagar 35 mil credores e 25 bilhões de dívida, no decorrer de um magnânimo processo de recuperação judicial - inaugurado em meados de 2016, e encerrado no final de 2022 - se depara hoje com um cenário atípico, que traz um novo desafio para todos os *players* envolvidos no processo de

soerguimento do Conglomerado. Isso porque, inobstante a substancial redução do seu bilionário endividamento, corolário do primitivo processo recuperacional, alguns fatores setoriais e imprevisíveis voltam a ameaçar os ativos e a impactante operação da empresa, diante de uma relevante dívida financeira cujo vencimento se aproxima.

Há indícios de que a Concessionária – que além das medidas ajustadas no plano de recuperação, também socorreu-se do mercado para captar vultosos recursos para cumprir suas obrigações e manter a operação de ativos – ainda enfrenta hoje os efeitos de uma elevada e desproporcional carga no ambiente regulatório que, aliada à inocorrência de premissas previstas como solução de mercado, forçam-na a buscar uma nova solução para dar continuidade à sua restruturação operacional.

As evidências apresentadas revelam que a empresa enfrenta fatores como a instabilidade de indicadores econômicos, inesperada valorização da moeda norte-americana que corrige as obrigações assumidas, aumento inflacionário, crise mundial decorrente dos efeitos deletérios da epidemia de Covid-19, demora no fechamento das operações de vendas das UPI's, e prazo exíguo para negociação da dívida com os credores financeiros. O risco se robustece a partir do momento em que se vislumbra a possibilidade de que medidas executórias – incluindo falimentares - e aplicação de cláusulas penais contratuais, como as do vencimento antecipado das obrigações e também rescisão de contratos de prestação de serviços a ente públicos e privados, poderão inviabilizar qualquer possibilidade das Requerentes em dar sequência ao seu atual plano estratégico e estrutural, devidamente aprovado em duas assembleias de credores realizadas na 1ª RJ.

Todos esses fatores podem impactar diretamente no caixa da Companhia, daí porque há forte probabilidade de que a preservação da empresa requerente ainda depende de um ajuste organizado em sua estrutura de capital, dentro do devido processo legal.

De qualquer sorte, o cenário econômico desfavorável não impede que a devedora demonstre, no momento processual adequado, sua viabilidade econômica, fundamental para o êxito do seu ulterior processo de soerguimento, na medida em que já há demonstrativo de i) redução de despesas operacionais, ii) elevada receita líquida, notadamente no último trimestre do ano de 2022, e iii) atuação estratégica em serviços digitais e de banda larga de qualidade.

É cediço por todos que a Lei 11.101/2005 inovou o conceito da atividade empresarial, descrevendo-a como sendo uma fonte produtora, geradora de empregos e riquezas, que há de ser preservada, eis que desenvolve relevante função social. Daniel Carnio Costa, em artigo publicado na internet em 24 de outubro de 2017, intitulado "*O critério tetrafásico de controle judicial do plano de recuperação judicial*", preconiza que "*é importante entender como funciona o mecanismo da recuperação judicial de empresas. Trata-se de instrumento criado pelo sistema de insolvência empresarial para ajudar a empresa viável, mas em crise, a superar esse momento de dificuldade e manter a sua atividade e todos os benefícios dela decorrentes, ou seja, os postos de trabalho, a renda dos trabalhadores, a circulação de bens, produtos, serviços, riquezas em geral e o recolhimento de tributos. No modelo brasileiro inaugurado pela lei 11.101/05, o Poder Judiciário deve ajudar as empresas a superar o momento de crise através da criação, no bojo da recuperação judicial, de um ambiente de negociação equilibrada entre credores e devedores, a fim de que os agentes de mercado possam ajustar um plano de recuperação que atenta minimamente aos interesses da maioria dos credores e, ao mesmo tempo, viabilize a manutenção das atividades da empresa com a preservação dos empregos, dos tributos, da circulação dos produtos, serviços e das riquezas em geral*."

Presentes os requisitos legais, o pleito de tutela de urgência merece amparo do Judiciário.

Isso posto, **DECLARO A COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO DA 7ª VARA EMPRESARIAL** pela prevenção**,** nos termos do §8 do art. 6º da Lei 11.101/2005 e **CONCEDO TUTELA PARA ANTECIPAR PARCIALMENTE OS EFEITOS DA DECISÃO QUE DEFERE O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL** das Requerentes **OI S.A**., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43; **PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V**., pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda; e **OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A**., pessoa jurídica de direito privado constituída de acordo com as Leis da Holanda, inscrita no CNPJ sob o nº 16.770.090/0001-30, com fundamento nos arts. 189 e 6º, § 12; 52, II da Lei n.º 11.101/2005 e nos arts. 305 e seguintes do CPC, e também com base no poder geral de cautela previsto no art. 297 do CPC, visto que presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, e determino:

i) a suspensão **(a)** da exigibilidade de todas as obrigações relativas aos instrumentos celebrados com as instituições elencadas, exemplificadamente, na lista anexada à exordial, e todas as entidades de seus grupos econômicos (e seus sucessores e cessionários a qualquer título), que constituem créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial principal, nos termos da LRF, mas sem a eles se limitar, devendo a suspensão ser estendida a todos os demais instrumentos vinculados às instituições elencadas no anexo e todas as entidades de seus grupos econômicos (e seus sucessores e cessionários a qualquer título), bem como a quaisquer instrumentos que possam ser declarados rescindidos e/ou vencidos antecipadamente na data deste pedido, **(b)** dos efeitos do inadimplemento, inclusive, para reconhecimento de mora, e **(c)** de eventuais pretensões de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão, compensação e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das Requerentes, oriundas de demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como a execução e cobrança de valores de titularidade das Requerentes, que estejam provisoriamente na titularidade de terceiros, especialmente aqueles relacionados ao pagamento dos juros aos *bondholders* qualificados na forma do PRJ, e à Fundação Atlântico de Seguridade Social, também nos termos PRJ, devidos em 6.2.2023;

ii) a sustação dos efeitos de toda e qualquer cláusula que, em razão deste pedido cautelar preparatório de recuperação, do futuro pedido de recuperação judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise, **(a)** imponha o vencimento antecipado das dívidas e/ou dos contratos celebrados pelas Requerentes, e/ou **(b)** autorize a suspensão e/ou a rescisão de contratos com fornecedores de produtos e serviços essenciais para o Grupo Oi, determinando-se que os fornecedores de produtos e serviços essenciais não alterem unilateralmente os volumes de produtos e/ou serviços fornecidos tão somente em razão deste pedido cautelar, do futuro pedido de recuperação judicial e/ou das circunstâncias inerentes ao seu estado de crise;

iii) determinar a dispensa da apresentação de certidões negativas em qualquer circunstância, inclusive para que as Requerentes exerçam suas atividades e para que obtenham benefícios fiscais.

iv) considerando a antecipação dos efeitos da decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial, nomeio como administrador judicial, WALD ADMINISTRAÇÃO DE FALÊNCIAS E EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL LTDA., CNPJ N. 35.814.140/0001-88, representada por Arnoldo Wald Filho, OAB/RJ 58.789 e Adriana Campos Conrado Zamponi, OAB/RJ 92.831, localizada na Rua General Venâncio Flores, nº 305/10º andar, Leblon, contato@ajwald.com.br, e K2 CONSULTORIA ECONÔMICA, CNPJ 03.916.857/0001-44, representada por João Ricardo Uchoa Viana, com sede na Rua Primeiro de Março, 23, 14º andar, Centro, RJ, joao.ricardo@k2consultoria.com , para os fins do art. 22, I e II, que, em 48 horas, juntarão nestes autos digitais o termo de compromisso devidamente subscrito, pena de substituição (arts. 33 e 34), nos termos do art. 21, parágrafo único, da Lei 11.101/05, ficando autorizada a intimação via e-mail institucional.

No que tange à medida que visa o controle das constrições oriundas das Execuções Fiscais, considero que sua análise deve ser feita no bojo da apreciação de mérito do pedido de processamento, visto que seus efeitos são consectários do próprio deferimento do pedido.

Como forma de economia processual, decreto que a apresentação direta da cópia da presente decisão servirá como ofício, para que os patronos das Requerentes possam comprovar o teor do presente *decisum*, extrajudicialmente, junto à credores, aos competentes órgãos públicos, às pessoas físicas e jurídicas com quem mantêm contratos e/ou nos processos judiciais em que forem autorizados bloqueios, arrestos, depósitos ou cauções, a fim de que possam providenciar a liberação destes ativos.

Anote-se o nome dos patronos das requerentes conforme requerido.

Apresentem as requerentes, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos, o pedido de recuperação judicial, devidamente instruído na forma do art. 51 da Lei 11.101/2005, a teor da norma prevista no art. 303, I do CPC, sob pena de perda imediata da eficácia da antecipação dos efeitos do deferimento de processamento da recuperação judicial, bem como das medidas liminares concedidas, independentemente de intimação.

No mais, diante do disposto no art. 5º, LX da C.F, e 189 do CPC, o segredo de justiça é considerado uma exceção ao sistema constitucional e processual, que claramente adotam a regra da publicidade dos atos administrativos e

processuais. Não há dúvida que o princípio da transparência e publicidade, junto ao da preservação da empresa, devem sempre predominar nos procedimentos de Recuperação Judicial, pois esses processos devem ser transparentes, já que importam em custos tanto para os credores como para a empresa em crise, sendo de vital importância a disponibilização de informações claras e precisas acerca do real estado da recuperanda para a correta tomada de decisão daqueles que irão participar do processo coletivo. No entanto, considero regular ter havido a distribuição do presente pedido em segredo de justiça, haja vista a peculiaridade da situação experimentada pelas Requerentes diante da volatilidade do mercado em torno de suas ações.

De outro ponto, diante do lançamento da presente decisão, considero não haver mais necessidade para manutenção do processamento em segredo de justiça, devendo o feito agora tramitar com total transparência e publicidade, de forma a atender aos referidos princípios legais. Assim, determino seja levantado o segredo de Justiça junto ao R. A.

Publique-se e dê-se imediata vista ao Ministério Público.

Cumpra-se.

RIO DE JANEIRO, 2 de fevereiro de 2023.

FERNANDO CESAR FERREIRA VIANA
Juiz Titular

31/07/2023

Número: **1003325-71.2023.8.11.0003**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
Órgão julgador: **4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS**
Última distribuição : **13/02/2023**
Valor da causa: **R$ 54.085.516,56**
Assuntos: **Recuperação judicial e Falência**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
ISAIAS MOMO (REPRESENTANTE)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) **EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A))** **EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))**
LENIRA CAVERZAN MOMO (REPRESENTANTE)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) **EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A))** **EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))**
BRAKI TRANSPORTES LTDA (REPRESENTANTE)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) **EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A))** **EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))**
BRAKI FORRAGEIRAS LTDA (REPRESENTANTE)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) **EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A))** **EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))**
BRAKI AGROPECUARIA EIRELI (REPRESENTANTE)	

	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A)) EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))
NUTRICAO ANIMAL SANTA FE LTDA (REPRESENTANTE)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A)) EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))
EX LEGE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA - ME (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
	BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA (ADVOGADO(A))
CREDORES (REPRESENTANTE)	
	LUIZA EMILIA GUIMARAES DE QUEIROS (ADVOGADO(A)) EDUARDO ALVES MARÇAL (ADVOGADO(A)) RENATO TENORIO ALVES (ADVOGADO(A)) AQUILES PINHEIRO DA MOTA (ADVOGADO(A)) ALEKISSANDRA STEFANY BERTOLDO MORES ALVES (ADVOGADO(A)) EMERSON MATEUS DIAS (ADVOGADO(A)) ELISANGELA HASSE (ADVOGADO(A)) SERGIO ROBERTO JUNQUEIRA ZOCCOLI FILHO (ADVOGADO(A)) EMERSON CASTRO CORREIA (ADVOGADO(A)) MILENA PIRAGINE (ADVOGADO(A)) ANA CLAUDIA MACCARI (ADVOGADO(A)) ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI (ADVOGADO(A)) JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA (ADVOGADO(A))

Outros participantes	
MUNICIPIO DE VILA RICA (TERCEIRO INTERESSADO)	
MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS (TERCEIRO INTERESSADO)	
FAZENDA NACIONAL (TERCEIRO INTERESSADO)	
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)	
MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA (TERCEIRO INTERESSADO)	
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)	
EX LEGE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA - ME (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
	BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA (ADVOGADO(A))

Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Movimento	Documento	Tipo

119995095	07/06/2023 15:46	Decisão Interlocutória de MéritoExpedição de Outros documentosExpedição de Outros documentosDisponibilizado no DJ Eletrônico em 08/06/2023Publicado Decisão em 12/06/2023.	Decisão	Decisão

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS

DECISÃO

Processo: 1003325-71.2023.8.11.0003.

REPRESENTANTE: NUTRICAO ANIMAL SANTA FE LTDA, BRAKI AGROPECUARIA EIRELI, BRAKI FORRAGEIRAS LTDA, BRAKI TRANSPORTES LTDA, LENIRA CAVERZAN MOMO, ISAIAS MOMO

REPRESENTANTE: CREDORES
ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: EX LEGE ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA - ME

Vistos em correição interna,

Em razão de tratar-se de uma Vara com competência regional para processar e julgar os feitos de Recuperação Judicial (Resolução 10/2020 TJ/MT).

Colhe-se dos autos que, em decisão de Id. 110098945, esse Juízo determinou a suspensão da Ação de Execução 1000101-84.2023.8.11.0049, que tramita na 2ª Vara Cível de Vila Rica/MT, proposta pela credora GIRA em face dos recuperandos.

Com a ordem de suspensão do trâmite processual, restou vedada, ainda, a efetivação da

expropriação de bens e valores dos recuperandos.

E, desta forma, o arresto que estava sendo cumprido em favor da credora exequente foi também suspenso.

Posteriormente, em decisão de Id. 111362262, esse Juízo acolheu os Embargos de Declaração da credora GIRA e complementou a decisão proferida – ordenando o depósito judicial dos grãos liberados do arresto.

Assim, restou delineado o seguinte panorama: o objeto do arresto eram 107.100 sacas de soja; 4.636 sacas de soja já haviam sido arrestadas pela credora GIRA; 102.464 sacas de soja foram liberadas do arresto e ficaram na posse dos recuperandos, mas depositadas judicialmente nestes autos.

O que os recuperandos pretendem, agora, é a autorização judicial para alienarem parte das 102.464 sacas de soja que foram liberadas do arresto e estão depositadas judicialmente (até a venda atingir o montante de R$ 4.104.771,12).

Para tanto, expuseram as razões consignadas na petição de Id. 115115386, de onde se extrai, em apertadíssimo resumo, que necessitam de tais valores para darem continuidade ao desenvolvimento da atividade empresarial durante o processo de soerguimento (Id. 115115386).

Instado a se manifestar, o Administrador Judicial opinou pelo deferimento do pedido

formulado, com a condição de substituição do bem em garantia, a fim de que o grupo recuperando possa obter fluxo de caixa necessário para o soerguimento da atividade empresarial - Id. 118952918.

A credora GIRA, beneficiária do arresto que restou suspenso e deu origem ao depósito das sojas que o grupo recuperando pretende alienar, atravessou petição em Id. 119558412 – manifestando concordância com a venda do produto (em razão de ser bem perecível e de custoso armazenamento) e discordância quanto à liberação dos valores obtidos com a alienação para o grupo recuperando (por que existe discussão relativa à extraconcursalidade das CPRs que tem por objeto o produto a ser alienado, e que uma das conclusões possíveis de tal debate é que o produto ou o resultado da venda sejam destinados à credora GIRA).

DECIDO.

Pois bem. Nos termos do relato supra, que já adoto como razões iniciais de decidir, tem-se que pende a discussão, no cenário processual, acerca da concursalidade/extraconcursalidade do crédito da credora GIRA, que deu azo ao arresto transformado em depósito judicial das sacas de soja que são objeto do presente pedido de alienação.

Como já relatado em outras oportunidades, o grupo recuperando arrolou o crédito da GIRA no seu processo de recuperação judicial; mas a credora, por sua vez, defende a extraconcursalidade do mesmo, alegando que a Cédula de Produto Rural (CPR) decorre de operação Barter.

Por ora, o panorama dos autos é que o crédito da GIRA está incluído no processo de recuperação judicial – uma vez que inserido na lista de credores do Administrador Judicial.

Contudo, está em curso o prazo para a apresentação de impugnações à lista de credores – e,

como já adiantou a credora, certamente o incidente será proposto e, então, a questão da extraconcursalidade do crédito deverá ser enfrentada na via processual própria.

Ademais, é valioso consignar que os grãos em questão haviam sido dados em garantia à credora, por liberalidade do grupo recuperando – o que evidencia que, agora, não é cabível a alegação de que esses mesmos grãos (que foram dados em penhor/garantia) são necessários para ser gerar fluxo de caixa da empresa.

Quando celebrou o negócio, e deu os grãos em garantia da dívida, certamente o grupo recuperando possuía outras fontes financeiras em vistas, de onde extrair o fluxo de caixa necessário para manter a sua atividade empresarial – pois tinha plena ciência de que o destino destes grãos seria, inevitavelmente, o pagamento da garantia ao credor.

Isto posto, tem-se que o fato do grupo recuperando, agora, estar em processo de recuperação judicial, não é suficiente, por si só, para afastar essa premissa; de modo que a obtenção do alegado fluxo de caixa deverá ser encontrada com a adoção de outras medidas, que não o esvaziamento da garantia de um crédito que, até agora, não se sabe se é concursal ou não.

Valioso repisar que o depósito judicial dos grãos foi ordenado para salvaguardar o direito de todos os sujeitos processuais envolvidos.

Atente-se para o trecho da decisão de Id. 111362262:

> *"(...)*
>
> *E, nessa linha de desenvolvimento, é que entende-se que a razão acompanha a embargante, ao menos de modo parcial – uma vez que, de fato, a decisão proferida poderá ser complementada para melhor expressar a cautela judiciária e, de igual modo, assegurar a preservação dos direitos e interesses de todos os agentes processuais envolvidos.*

No ponto, é compreensível a preocupação da embargante, quando invoca da possibilidade de irreversibilidade da decisão embargada, afirmando que não pode ser concedido aos devedores a oportunidade de dar aos produtos liberados de constrição destino diverso do cumprimento de suas obrigações.

Rememoro que o objetivo deste Juízo, ao proferir a decisão embargada, centrou-se na preocupação em proteger o patrimônio dos requerentes para garantir o resultado útil do processo de recuperação judicial vindouro – de modo que os grãos que seriam arrestados possam ser preservados para futura aplicação no desenvolvimento da atividade empresarial durante o processo de soerguimento.

(...)".

Dito isso, tem-se que, prioritariamente, há que ser deferido o pedido de venda dos grãos depositados judicialmente – uma vez que, conforme a concordância expressa da credora GIRA, o produto é perecível e os custos de armazenagem são altos, de forma que a medida em questão será benéfica para todos os envolvidos.

Ante tal, **AUTORIZO A VENDA DA TOTALIDADE DA SOJA DEPOSITADA JUDICIALMENTE NESTES AUTOS**.

No que concerne à destinação dos valores auferidos com a venda, **DETERMINO O DEPÓSITO DA INTEGRALIDADE DO PRODUTO OBTIDO COM A ALIENAÇÃO DA SOJA DEPOSITADA JUDICIALMENTE EM CONTA JUDICIAL VINCULADA AO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Todo o procedimento de venda poderá ser acompanhado pela credora GIRA, bem como por outros credores arrolados no feito recuperacional, dada a necessária transparência dos atos processuais.

Deverá o Administrador Judicial, dentro do cumprimento dos devedores que lhe na lei de regência lhe impõe, conduzir pessoalmente todo o processo de venda dos grãos depositados

judicialmente; fiscalizando todos os atos praticados; dirimindo quaisquer dúvidas e/ou controvérsias porventura estabelecidas entre os devedores e os credores, no que tange ao preço de venda do produto; acompanhando para quem a venda foi feita e como decorreu a alienação; acautelar que a totalidade do valor auferido com a venda está sendo depositado judicialmente.

Ressalto, no ponto, que a decisão acerca de substituição de garantia e/ou do levantamento (total ou parcial) dos valores que serão obtidos com a venda dos grãos e depositados em conta judicial vinculada a esses autos serão tomadas em momento processual futuro e oportuno.

No mais, atente-se, a Serventia Judicial, para o cumprimento da integralidade da decisão judicial anteriormente proferida (especialmente o item 02); bem como para o teor da manifestação do Administrador Judicial, de Id. 119589743.

Intimem-se a todos desta decisão.

Notifique-se o Ministério Público.

Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.

Juiz(a) de Direito

CONTRATO AGRÁRIO DE PARCERIA AGRÍCOLA

Pelo presente **CONTRATO AGRÁRIO DE PARCERIA AGRÍCOLA** têm as partes abaixo qualificadas, como justo e contratado as condições dispostas nas cláusulas seguintes:

I. DAS PARTES:

De um lado:

JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do R.G. nº 728.970/SSP-GO, inscrito no CPF sob o nº 160.869.021-00, residente e domiciliado na Rua Quatro, s/nº, Lt. 13, Qd. 25, Santa Cruz do Xingu - MT, doravante denominado simplesmente **OUTORGANTE.**

RENATA SANTOS RIBEIRO, brasileira, casada, empresária, portadora do R.G. n. 2972911/SSP-GO, residente e domiciliada na Rua Quatro, s/nº, Lt. 13, Qd. 25, Santa Cruz do Xingu - MT, doravante denominada simplesmente **CONJUGE ANUENTE**

De outro lado:

EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 4336798-6/SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 669.115.089-91, residente e domiciliado na Av. Alcebiades de Paula Neto, nº 874, Casa 01, Jardim Oriental, Maringá - PR;

SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 3737819-9/SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 669.115.919-53, residente e domiciliado na Av. Das Palmeiras, nº 98, Bairro Condon, Maringá - PR;

MARCO ANTÔNIO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 9428103-2/SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 064.020.619-05, residente e domiciliado na Av. Das Palmeiras, nº 98, Bairro Condon, Maringá - PR e;

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 12615400-3/SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 089.692.479-39, residente e domiciliado na Av. Alcebiades de Paula Neto, nº 874, Casa 01, Jardim Oriental, Maringá - PR, doravante conjuntamente denominados simplesmente **OUTORGADOS.**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

II. DOS IMÓVEIS OBJETO DA PARCERIA:

CLÁUSULA 1ª: O **OUTORGANTE** é legítimo proprietário e possuidor dos imóveis rurais assim discriminados:

a) **FAZENDA SANTIAGO**, com área total de 981,4321 has (novecentos e oitenta e um hectares, quarenta e três ares e vinte e um centiares), situado na Zona Rural do Município de Santa Cruz do Xingu, MT, registrado sob a matrícula n. 5.484 do Cartório do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica, MT.
b) **FAZENDA SANTIAGO**, com área total de 811,0183 has (oitocentos e onze hectares, um ares e oitenta e três centiares), situado na Zona Rural do Município de Santa Cruz do Xingu, MT, registrado sob a matrícula n. 5.485 do Cartório do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica, MT.

CLÁUSULA 2ª: Constitui objeto do presente Contrato de Parceria Agrícola a soma das áreas cultiváveis correspondentes as áreas acima descritas, que somam **397,85 has (trezentos e noventa e sete hectares e oitenta e cinco ares)**, que são cedidas em parceria para plantio de safras verão e safrinhas de inverno.

PARÁGRAFO 1º: Ao final do plantio de 2023/2024, as partes providenciarão a medição definitiva da área plantada, oportunidade em que será celebrado um aditivo para re-ratificar o tamanho da área entregue em parceria.

PARÁGRAFO 2º: Fica expressamente excluída do presente contrato toda e qualquer área, benfeitoria, casas, currais, remangas, barracões, poços, traçado de estradas e cercas, serventias, servidão, acesos, represas, áreas de preservação ambiental, reserva legal, sede, retiros, áreas que não seja possível o plantio, vias de circulação dentro da propriedade, enfim, todo e qualquer bem, superfície e equipamento que guarnece e contemple a propriedade, os quais ficarão na posse do **OUTORGANTE,** mantendo-se a parceria exclusivamente na área de efetivo plantio de grãos.

PARÁGRAFO 3º: Após o advento da colheita da safrinha (safra de inverto) os **OUTORGADOS** obrigam-se a disponibilizar ao **OUTORGANTE**, no mínimo 60% (sessenta por cento) da área objeto da parceria em palhada para o gado a ser desocupado pelo **OUTORGANTE** antes do início do plantio da safra seguinte.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

III. DA VIGÊNCIA:

CLÁUSULA 3ª: O prazo de duração do presente contrato é de 05 (cinco) safras, tendo início em 14/06/2023 e término em 30/06/2028, ocasião em que os **OUTORGADOS** se comprometem a devolver a área objeto deste contrato, independente de qualquer medida judicial ou extrajudicial[1], com valor mínimo de saturação por base V% 65, aferido mediante média geral de análises de solo, com grid de no mínimo 50 hectares por amostra.

IV. DA DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO DA PARCERIA:

CLÁUSULA 4ª: A quota que o **OUTORGANTE** terá direito a título de participação na partilha dos frutos resultantes da produção agrícola, nos termos da letra "b" do inc. VI do art. 96 da Lei 4.504/64, será de 25% (vinte e cinco por cento) do total da produção, sendo o pagamento feito mediante depósito da parte que tocar ao **OUTORGANTE**, em armazém a ser por esta indicado com antecedência de 10 (dez) dias da colheita, guiada mediante Nota Fiscal de Produtor Rural emitida pelo **OUTORGANTE,** completamente livre de frete, em distância máxima de ida de 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros de raio do imóvel, classificada como **soja padrão CONCEX** (com até 14% de umidade, base de 1%, não ultrapassando o máximo de 2% de impurezas, máximo de 8% de avariados, estes com até 5% de ardidos, máximo de 10% de grãos verdes e de 30% de grãos quebrados).

PARÁGRAFO 1º: A participação da produção a ser depositada em favor do **OUTORGANTE** deverá ser a primeira da colheita da safra, independentemente de outros compromissos assumidos pelos **OUTORGADOS**, inclusive CPR's incidentes sobre a produção, de forma que o atraso no depósito das sacas de soja acarretará aos **OUTORGADOS** a incidência de multa diária de 0,33% sobre o total de sacas que deveriam ser depositadas, contados da data de vencimento ou da data prevista para o adiantamento, até o efetivo depósito.

[1] APELAÇÃO CÍVEL – RECURSO ADESIVO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA – CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA – RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA – IMPOSSIBILIDADE — DESNECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA COM ANTECEDÊNCIA DE SEIS MESES – DESNECESSÁRIA - CONTRATO COM PRAZO DETERMINADO – ART. 96, II DA LEI 4.504/64 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MAJORADOS – REGRA PREVISTA NO ART. 85, §2 DA LEI 13.105/2015 – RECURSO DE ANDRÉ MARASCHIN DESPROVIDO – RECURSO DE CESAR AUGUSTO SAGBONI XAVIER PROVIDO. Havendo prazo determinado no contrato de parceria agrícola não se aplica a regra do art. 95, IV, mas sim a norma prevista no art. 96, II, todos da Lei 4.504/64, a qual não estabelece a necessidade de notificação prévia no prazo de 6 (seis) meses. Não sendo respeitados os critérios e limites estabelecidos no art. 85 do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), na fixação dos honorários advocatícios estes devem ser majorados. (Ap 11205/2016, DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 19/04/2016, Publicado no DJE 27/04/2016 - TJMT)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

PARÁGRAFO 2º: A partir do terceiro mês seguinte à inadimplência, poderá o **OUTORGANTE**, a seu exclusivo critério, considerar rescindido o contrato, requerendo judicialmente a participação devida, situação esta que acarretará aos **OUTORGADOS** o pagamento da multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total restante do contrato (valor inadimplido agregado às prestações futuras), sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

PARÁGRAFO 3º: A concessão de prazo pelo **OUTORGANTE** aos **OUTORGADOS**, para o adimplemento de suas obrigações, não importará em alteração contratual, mas simples liberalidade concedida a uma das partes.

PARÁGRAFO 4º: Os **OUTORGADOS**, durante o plantio das safras contratadas, poderão plantar soja convencional ou transgênica, contudo, caso opte pela segunda, assumirá os *royalties* devidos sobre a parte do **OUTORGANTE,** devendo transferi-los com antecedência mínima de 10 (dez) dias junto ao armazém que receberá o produto, sob as mesmas penas dos parágrafos 1º e 2º desta cláusula.

PARÁGRAFO 5º: Havendo disponibilidade técnica para o plantio de toda a área, mas deixando os **OUTORGADOS** de fazerem o plantio, inclusive por ausência de drenos, estes ficarão responsáveis pelo pagamento da participação convencionada, como se a área plantada estivesse.

CLÁUSULA 5ª: Os **OUTORGADOS** obrigam-se, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei 4.504/64, a efetuarem em favor do **OUTORGANTE,** adiantamentos em grãos equivalente a 17 (dezessete) sacos de soja por hectare sobre o total da área de cultivo, decorrente da participação deste na parceria nas seguintes datas: 30/03/2024, 30/03/2025, 30/03/2026, 30/03/2027 e 30/02/2028;

PARÁGRAFO ÚNICO: As sacas de soja a serem adiantadas serão de 60 quilos cada, com local de entrega e padrão definidos no caput da cláusula quarta.

CLÁUSULA 6ª: Fica instituído um bônus por adimplemento, ficando os **OUTORGADOS** exonerados de qualquer pagamento adicional pela parceria convencionada, caso cumpra regularmente os depósitos dos adiantamentos na forma e prazos estabelecidos neste contrato.

CLÁUSULA 7ª: O percentual de participação do **OUTORGANTE** na parceria, definido na cláusula quarta, não poderá ser inferior aos adiantamentos descritos na cláusula quinta;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

VII. DAS CLÁUSULAS GERAIS:

CLÁUSULA 8ª: Aos **OUTORGADOS** fica garantido, em igualdade de condições com terceiros, a preferência para firmar novo contrato de parceria ao termino da vigência do presente ou na aquisição do imóvel, nos termos do inc. II do art. 96 da Lei 4.504/64.

CLÁUSULA 9ª: Fica expressamente vedada a transferência do presente instrumento, de forma onerosa ou gratuita, bem como a celebração de instrumento independente.

PARÁGRAFO ÚNICO: O **OUTORGANTE** poderá promover venda antecipada de soja (soja verde), que mediante comunicação aos **OUTORGADOS,** entregarão a correspondente parte do produto diretamente ao comprador.

CLÁUSULA 10ª: A qualquer tempo poderá o **OUTORGANTE** vistoriar e medir a área objeto da parceria, independentemente de prévio agendamento ou comunicado, a fim de verificar o efetivo cumprimento deste instrumento, preservação de seu patrimônio.

CLÁUSULA 11ª: As Partes reconhecem que o presente contrato não guarda qualquer semelhança com o contrato de Arrendamento Rural previsto no art. 95 da Lei 4.504/64, tendo em vista a assunção, pelo **OUTORGANTE,** dos riscos da produção, em especial a variação cambial, a qual o produto da parceria tem vinculação, variação do preço do mercado interno e externo, tendo em vista o recebimento exclusivo em produto, nunca em valores monetários, bem como a falta de disponibilização de armazéns e escoamento precário das rodovias do Estado de localização dos imóveis.

CLÁUSULA 12ª: Dos trabalhos próprios e de terceiros executados na parceria ou na terceirização dos serviços de preparo de solo, plantio e colheita, caberá toda responsabilidade aos **OUTORGADOS**, ficando exonerado de responsabilidade o **OUTORGANTE** e a propriedade por eventuais direitos reclamados, quer sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais ou acidentais, podendo o **OUTORGANTE** exercer o direito de regresso em face dos **OUTORGADOS**, bem assim exigir a apresentação de todos os documentos que demonstrem a regularidade da parceria e dos empregados.

CLÁUSULA 13ª: Na exploração da área objeto deste contrato, os **OUTORGADOS** deverão obedecer às leis, regulamentos, portarias, normas técnicas e ambientais,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

visando à conservação dos recursos naturais e a proteção social e econômica, conforme o artigo 13 do decreto no 59.566/66, artigos 93 a 96 da Lei 4.504/64 e artigo 13 da Lei 4.947/66, promovendo ainda medidas de conservação do solo, rios, lagos, nascentes, mata ciliar, reserva legal, área de preservação permanente e ao combate da erosão, construção de curvas de nível, respondendo como exclusivo responsável pelos danos que resultem do uso inadequado, imperícia, imprudência ou negligência durante a utilização de herbicidas, agrotóxicos, defensivos, inseticidas ou fungicidas na exploração da terra perante os Órgãos de Fiscalização, o **OUTORGANTE** ou terceiros, assumindo todos e quaisquer ônus decorrentes, bem como deverão promover a conservação das estradas internas e de acesso à propriedade que serão utilizadas pelos **OUTORGADOS** para operação e escoamento da produção. Qualquer autuação ou responsabilização efetuada pelos órgãos de fiscalização e licenciamento em desfavor do **OUTORGANTE** deverão ser liquidados e regularizados pelos **OUTORGADOS** no prazo de 72 (setenta e duas) horas contados da ciência, sob pela de serem realizados pelo **OUTORGANTE,** garantido o direito de regresso e incidência de multa específica de 20% sobre o valor da produção anual por evento não atendido.

CLÁUSULA 14ª: Toda parceria deverá ser explorada mediante prévia autorização do órgão licenciador, mediante regularização de eventual passivo, inclusive embargos pelos **OUTORGADOS,** obrigando-se o **OUTORGANTE,** mediante solicitação expressa, os documentos necessários e de sua responsabilidade ou titularidade, para que estes promovam os requerimentos legais exigidos para todas as fazes de exploração do imóvel, ás suas próprias expensas.

CLÁUSULA 15ª: Os **OUTORGADOS** serão os únicos responsáveis e garantidores de eventual penhor das lavouras que venham a ser formadas no imóvel acima descrito, junto à instituições financeiras, de crédito, tradings e afins.

CLÁUSULA 16ª: O **OUTORGANTE** obriga-se a assinar anualmente uma Carta de Anuência para que os **OUTORGADOS** possam financiar as lavouras objeto deste contrato junto a instituições bancárias e tradings, obedecida a preferência estabelecida no parágrafo primeiro da cláusula quarta e constando referida ressalva.

PARÁGRAFO ÚNICO: A obrigação contida nesta cláusula cessará caso os **OUTORGADOS** estejam inadimplentes com qualquer termo do contrato.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

CLÁUSULA 17ª: As cercas de divisa, bem como os marcos de demarcação[2] e georreferenciamento, deverão ser conservados pelos **OUTORGADOS**, mediante a feitura de aceiros e manutenções, comprometendo-se ainda em zelar pelo bom interesse de conservação do imóvel. Havendo a necessidade de substituição de postes ou arames das cercas, o material será de responsabilidade do **OUTORGANTE,** caso seja exclusivamente decorrente do desgaste do tempo, que os fornecerá, mediante solicitação expressa e efetiva constatação da necessidade.

CLÁUSULA 18ª: Caberá aos **OUTORGADOS**, durante o período de vigência do presente contrato, defender a posse do imóvel, na medida de suas forças, protegendo-o de invasão, turbação, esbulho ou usurpação, não podendo suprimir ou deslocar marco ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, devendo notificar o **OUTORGANTE** de qualquer fato superveniente à firmatura do presente contrato.

CLÁUSULA 19ª: Os **OUTORGADOS** poderão edificar benfeitorias na área, mediante expressa autorização do **OUTORGANTE**, porém não terão direito à indenização das benfeitorias úteis, necessárias ou voluptuárias feitas no imóvel, tampouco gozará do direito de retenção previsto no parágrafo único do art. 571 do Código Civil.

CLÁUSULA 20ª: Todos os impostos, tributos, emolumentos, taxas e cobranças decorrentes da execução do presente contrato é de responsabilidade exclusiva dos **OUTORGADOS**, com exceção do ITR e CCIR do imóvel que fica a cargo do **OUTORGANTE.**

CLÁUSULA 21ª: A rescisão unilateral do contrato pelo **OUTORGANTE**, opera-se na hipótese de descumprimento de qualquer cláusula deste contrato;

CLÁUSULA 22ª: O presente instrumento é celebrado de forma irretratável e irrevogável, dando as partes por boas firmes e valiosas todas suas cláusulas, que deverão ser cumpridas não só pelos contratantes como também, caso necessário, por seus herdeiros e sucessores a que título for, na forma em que foram instituídas.

CLÁUSULA 23ª: No caso de falecimento de qualquer das partes contratantes, este contrato não se rescindirá,

[2] Art. 161 - Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:
Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

ficando seus herdeiros e/ou sucessores com a obrigação de cumpri-lo até seu final, assumindo todos os direitos e obrigações aqui pactuados.

CLÁUSULA 24ª: Qualquer alteração no presente instrumento, ou nova convenção, deverá ser realizada por meio de instrumento escrito.

CLÁUSULA 25ª: As PARTES aceitam e concordam que este contrato seja firmado eletronicamente, em conformidade com o disposto no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24.08.2001.

VIII. DO FORO:

CLÁUSULA 26ª: Para garantia de seus direitos, elegem o foro de situação do imóvel, para dirimir dúvidas e questões oriundas do presente.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Goiânia, 15 de junho de 2023.

JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO:16086902100 Assinado de forma digital por JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO:16086902100 Dados: 2023.07.04 14:15:24 -03'00'

JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO
OUTORGANTE

RENATA SANTOS RIBEIRO:70904740110 Assinado de forma digital por RENATA SANTOS RIBEIRO:70904740110 Dados: 2023.07.04 17:47:22 -03'00'

RENATA SANTOS RIBEIRO
CONJUGE ANUENTE

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.07.04 09:05:34 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO
OUTORGADO

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.07.04 09:06:32 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO
OUTORGADO

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2023.07.04 09:06:00 -03'00'

MARCO ANTÔNIO DE MELLO
OUTORGADO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2023.07.04 09:06:49 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
OUTORGADO

gov.br Documento assinado digitalmente ROSANA FRANCO DA COSTA RODRIGUES Data: 04/07/2023 13:52:39-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

A S

gov.br Documento assinado digitalmente VIRGINIA AYALA DOMINGOS GONCALVES Data: 04/07/2023 14:37:40-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome
CPF/MF

Nome
CPF/MF

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

CONTRATO AGRÁRIO DE PARCERIA AGRÍCOLA

Pelo presente **CONTRATO AGRÁRIO DE PARCERIA AGRÍCOLA** têm as partes abaixo qualificadas, como justo e contratado as condições dispostas nas cláusulas seguintes:

I. DAS PARTES:

De um lado:

THIAGO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO, brasileiro, união estável, sob o regime da total separação de bens, produtor rural, portador do R.G. nº 4195258/DGPC-GO, inscrito no CPF sob o nº 965.775.171-34, residente e domiciliado na Rua Antônio Joaquim de Andrade, n. 23, Qd. 12, Lt. 04, Bairro Chico Junqueira, Quirinópolis – GO, doravante denominado simplesmente **OUTORGANTE.**

De outro lado:

EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 4336798-6/SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 669.115.089-91, residente e domiciliado na Av. Alcebiades de Paula Neto, nº 874, Casa 01, Jardim Oriental, Maringá - PR;

SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 3737819-9/SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 669.115.919-53, residente e domiciliado na Av. Das Palmeiras, nº 98, Bairro Condon, Maringá - PR;

MARCO ANTÔNIO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 9428103-2/SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 064.020.619-05, residente e domiciliado na Av. Das Palmeiras, nº 98, Bairro Condon, Maringá - PR e;

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 12615400-3/SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 089.692.479-39, residente e domiciliado na Av. Alcebiades de Paula Neto, nº 874, Casa 01, Jardim Oriental, Maringá - PR, doravante conjuntamente denominados simplesmente **OUTORGADOS.**

II. DOS IMÓVEIS OBJETO DA PARCERIA:

CLÁUSULA 1ª: O **OUTORGANTE** é legítimo proprietário e possuidor dos imóveis rurais assim discriminados:

a) **LOTE RURAL REMANESCENTE 32**, com área total de 50,2706 has (cinquenta hectares, vinte e sete ares,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

e seis centiares), situado na Zona Rural do Município de Santa Cruz do Xingu, MT, registrado sob a matrícula n. 8.918 do Cartório do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica, MT.

b) **FAZENDA GLORIFICADA I**, com área total de 101,29 has (cento e um hectares e vinte e nove ares), situado na Zona Rural do Município de Santa Cruz do Xingu, MT, registrado sob a matrícula n. 7.636 do Cartório do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica, MT.

c) **FAZENDA GLORIFICADA II**, com área total de 150,00 has (cento e cinquenta hectares), situado na Zona Rural do Município de Santa Cruz do Xingu, MT, dentro dos limites da Fazenda Rio Vermelho.

d) **FAZENDA GLORIFICADA III**, com área total de 49,4734 has (quarenta e nove hectares, quarenta e seta ares e trinta e quatro centiares), situado na Zona Rural do Município de Santa Cruz do Xingu, MT, dentro dos limites da Fazenda Rio Vermelho.

CLÁUSULA 2ª: Constitui objeto do presente Contrato de Parceria Agrícola a soma das áreas cultiváveis correspondentes as áreas acima descritas, que somam **209,60 has (duzentos e nove hectares e sessenta ares)**, que são cedidas em parceria para plantio de safras verão e safrinhas de inverno.

PARÁGRAFO 1º: Ao final do plantio de 2023/2024, as partes providenciarão a medição definitiva da área plantada, oportunidade em que será celebrado um aditivo para re-ratificar o tamanho da área entregue em parceria.

PARÁGRAFO 2º: Fica expressamente excluída do presente contrato toda e qualquer área, benfeitoria, casas, currais, remangas, barracões, poços, traçado de estradas e cercas, serventias, servidão, acesos, represas, áreas de preservação ambiental, reserva legal, sede, retiros, áreas que não seja possível o plantio, vias de circulação dentro da propriedade, enfim, todo e qualquer bem, superfície e equipamento que guarnece e contemple a propriedade, os quais ficarão na posse do **OUTORGANTE,** mantendo-se a parceria exclusivamente na área de efetivo plantio de grãos.

PARÁGRAFO 3º: Após o advento da colheita da safrinha (safra de inverto) os **OUTORGADOS** obrigam-se a disponibilizar ao **OUTORGANTE**, a totalidade da área objeto da parceria em palhada para o gado a ser

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

desocupado pelo **OUTORGANTE** antes do início do plantio da safra seguinte.

III. DA VIGÊNCIA:

CLÁUSULA 3ª: O prazo de duração do presente contrato é de 05 (cinco) safras, tendo início em 14/06/2023 e término em 30/06/2028, ocasião em que os **OUTORGADOS** se comprometem a devolver a área objeto deste contrato, independente de qualquer medida judicial ou extrajudicial[1], com valor mínimo de saturação por base V% 65, aferido mediante média geral de análises de solo, com grid de no mínimo 50 hectares por amostra.

IV. DA DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO DA PARCERIA:

CLÁUSULA 4ª: A quota que o **OUTORGANTE** terá direito a título de participação na partilha dos frutos resultantes da produção agrícola, nos termos da letra "b" do inc. VI do art. 96 da Lei 4.504/64, será de 25% (vinte e cinco por cento) do total da produção, sendo o pagamento feito mediante depósito da parte que tocar ao **OUTORGANTE**, em armazém a ser por esta indicado com antecedência de 10 (dez) dias da colheita, guiada mediante Nota Fiscal de Produtor Rural emitida pelo **OUTORGANTE,** completamente livre de frete, em distância máxima de ida de 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros de raio do imóvel, classificada como **soja padrão CONCEX** (com até 14% de umidade, base de 1%, não ultrapassando o máximo de 2% de impurezas, máximo de 8% de avariados, estes com até 5% de ardidos, máximo de 10% de grãos verdes e de 30% de grãos quebrados).

PARÁGRAFO 1º: A participação da produção a ser depositada em favor do **OUTORGANTE** deverá ser a primeira da colheita da safra, independentemente de outros compromissos assumidos pelos **OUTORGADOS**, inclusive CPR's incidentes sobre a produção, de forma que o atraso no depósito das sacas de soja acarretará aos **OUTORGADOS** a incidência de multa diária de 0,33% sobre o total de sacas que deveriam ser depositadas, contados da data de

[1] APELAÇÃO CÍVEL – RECURSO ADESIVO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA – CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA – RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA – IMPOSSIBILIDADE –– DESNECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA COM ANTECEDÊNCIA DE SEIS MESES – DESNECESSÁRIA - CONTRATO COM PRAZO DETERMINADO – ART. 96, II DA LEI 4.504/64 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MAJORADOS – REGRA PREVISTA NO ART. 85, §2 DA LEI 13.105/2015 – RECURSO DE ANDRÉ MARASCHIN DESPROVIDO – RECURSO DE CESAR AUGUSTO SAGBONI XAVIER PROVIDO. Havendo prazo determinado no contrato de parceria agrícola não se aplica a regra do art. 95, IV, mas sim a norma prevista no art. 96, II, todos da Lei 4.504/64, a qual não estabelece a necessidade de notificação prévia no prazo de 6 (seis) meses. Não sendo respeitados os critérios e limites estabelecidos no art. 85 do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), na fixação dos honorários advocatícios estes devem ser majorados. (Ap 11205/2016, DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 19/04/2016, Publicado no DJE 27/04/2016 - TJMT)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

vencimento ou da data prevista para o adiantamento, até o efetivo depósito.

PARÁGRAFO 2º: A partir do terceiro mês seguinte à inadimplência, poderá o **OUTORGANTE**, a seu exclusivo critério, considerar rescindido o contrato, requerendo judicialmente a participação devida, situação esta que acarretará aos **OUTORGADOS** o pagamento da multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total restante do contrato (valor inadimplido agregado às prestações futuras), sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

PARÁGRAFO 3º: A concessão de prazo pelo **OUTORGANTE** aos **OUTORGADOS**, para o adimplemento de suas obrigações, não importará em alteração contratual, mas simples liberalidade concedida a uma das partes.

PARÁGRAFO 4º: Os **OUTORGADOS**, durante o plantio das safras contratadas, poderão plantar soja convencional ou transgênica, contudo, caso opte pela segunda, assumirá os *royalties* devidos sobre a parte do **OUTORGANTE,** devendo transferi-los com antecedência mínima de 10 (dez) dias junto ao armazém que receberá o produto, sob as mesmas penas dos parágrafos 1º e 2º desta cláusula.

PARÁGRAFO 5º: Havendo disponibilidade técnica para o plantio de toda a área, mas deixando os **OUTORGADOS** de fazerem o plantio, inclusive por ausência de drenos, estes ficarão responsáveis pelo pagamento da participação convencionada, como se a área plantada estivesse.

CLÁUSULA 5ª: Os **OUTORGADOS** obrigam-se, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei 4.504/64, a efetuarem em favor do **OUTORGANTE,** adiantamentos em grãos equivalente a 17 (dezessete) sacos de soja por hectare sobre o total da área de cultivo, decorrente da participação deste na parceria nas seguintes datas: 30/03/2024, 30/03/2025, 30/03/2026, 30/03/2027 e 30/02/2028;

PARÁGRAFO ÚNICO: As sacas de soja a serem adiantadas serão de 60 quilos cada, com local de entrega e padrão definidos no caput da cláusula quarta.

CLÁUSULA 6ª: Fica instituído um bônus por adimplemento, ficando os **OUTORGADOS** exonerados de qualquer pagamento adicional pela parceria convencionada, caso cumpra regularmente os depósitos dos adiantamentos na forma e prazos estabelecidos neste contrato.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

CLÁUSULA 7ª: O percentual de participação do **OUTORGANTE** na parceria, definido na cláusula quarta, não poderá ser inferior aos adiantamentos descritos na cláusula quinta;

VII. DAS CLÁUSULAS GERAIS:

CLÁUSULA 8ª: Aos **OUTORGADOS** fica garantido, em igualdade de condições com terceiros, a preferência para firmar novo contrato de parceria ao termino da vigência do presente ou na aquisição do imóvel, nos termos do inc. II do art. 96 da Lei 4.504/64.

CLÁUSULA 9ª: Fica expressamente vedada a transferência do presente instrumento, de forma onerosa ou gratuita, bem como a celebração de instrumento independente.

PARÁGRAFO ÚNICO: O **OUTORGANTE** poderá promover venda antecipada de soja (soja verde), que mediante comunicação aos **OUTORGADOS,** entregarão a correspondente parte do produto diretamente ao comprador.

CLÁUSULA 10ª: A qualquer tempo poderá o **OUTORGANTE** vistoriar e medir a área objeto da parceria, independentemente de prévio agendamento ou comunicado, a fim de verificar o efetivo cumprimento deste instrumento, preservação de seu patrimônio.

CLÁUSULA 11ª: As Partes reconhecem que o presente contrato não guarda qualquer semelhança com o contrato de Arrendamento Rural previsto no art. 95 da Lei 4.504/64, tendo em vista a assunção, pelo **OUTORGANTE,** dos riscos da produção, em especial a variação cambial, a qual o produto da parceria tem vinculação, variação do preço do mercado interno e externo, tendo em vista o recebimento exclusivo em produto, nunca em valores monetários, bem como a falta de disponibilização de armazéns e escoamento precário das rodovias do Estado de localização dos imóveis.

CLÁUSULA 12ª: Dos trabalhos próprios e de terceiros executados na parceria ou na terceirização dos serviços de preparo de solo, plantio e colheita, caberá toda responsabilidade aos **OUTORGADOS**, ficando exonerado de responsabilidade o **OUTORGANTE** e a propriedade por eventuais direitos reclamados, quer sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais ou acidentais, podendo o **OUTORGANTE** exercer o direito de regresso em face dos **OUTORGADOS**, bem assim exigir a apresentação de todos os documentos que demonstrem a regularidade da parceria e dos empregados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

CLÁUSULA 13ª: Na exploração da área objeto deste contrato, os **OUTORGADOS** deverão obedecer às leis, regulamentos, portarias, normas técnicas e ambientais, visando à conservação dos recursos naturais e a proteção social e econômica, conforme o artigo 13 do decreto no 59.566/66, artigos 93 a 96 da Lei 4.504/64 e artigo 13 da Lei 4.947/66, promovendo ainda medidas de conservação do solo, rios, lagos, nascentes, mata ciliar, reserva legal, área de preservação permanente e ao combate da erosão, construção de curvas de nível, respondendo como exclusivo responsável pelos danos que resultem do uso inadequado, imperícia, imprudência ou negligência durante a utilização de herbicidas, agrotóxicos, defensivos, inseticidas ou fungicidas na exploração da terra perante os Órgãos de Fiscalização, o **OUTORGANTE** ou terceiros, assumindo todos e quaisquer ônus decorrentes, bem como deverão promover a conservação das estradas internas e de acesso à propriedade que serão utilizadas pelos **OUTORGADOS** para operação e escoamento da produção. Qualquer autuação ou responsabilização efetuada pelos órgãos de fiscalização e licenciamento em desfavor do **OUTORGANTE** deverão ser liquidados e regularizados pelos **OUTORGADOS** no prazo de 72 (setenta e duas) horas contados da ciência, sob pela de serem realizados pelo **OUTORGANTE,** garantido o direito de regresso e incidência de multa específica de 20% sobre o valor da produção anual por evento não atendido.

CLÁUSULA 14ª: Toda parceria deverá ser explorada mediante prévia autorização do órgão licenciador, mediante regularização de eventual passivo, inclusive embargos pelos **OUTORGADOS,** obrigando-se o **OUTORGANTE,** mediante solicitação expressa, os documentos necessários e de sua responsabilidade ou titularidade, para que estes promovam os requerimentos legais exigidos para todas as fazes de exploração do imóvel, ás suas próprias expensas.

CLÁUSULA 15ª: Os **OUTORGADOS** serão os únicos responsáveis e garantidores de eventual penhor das lavouras que venham a ser formadas no imóvel acima descrito, junto à instituições financeiras, de crédito, tradings e afins.

CLÁUSULA 16ª: O **OUTORGANTE** obriga-se a assinar anualmente uma Carta de Anuência para que os **OUTORGADOS** possam financiar as lavouras objeto deste contrato junto a instituições bancárias e tradings, obedecida a preferência estabelecida no parágrafo primeiro da cláusula quarta e constando referida ressalva.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

PARÁGRAFO ÚNICO: A obrigação contida nesta cláusula cessará caso os **OUTORGADOS** estejam inadimplentes com qualquer termo do contrato.

CLÁUSULA 17ª: As cercas de divisa, bem como os marcos de demarcação[2] e georreferenciamento, deverão ser conservados pelos **OUTORGADOS**, mediante a feitura de aceiros e manutenções, comprometendo-se ainda em zelar pelo bom interesse de conservação do imóvel. Havendo a necessidade de substituição de postes ou arames das cercas, o material será de responsabilidade do **OUTORGANTE,** caso seja exclusivamente decorrente do desgaste do tempo, que os fornecerá, mediante solicitação expressa e efetiva constatação da necessidade.

CLÁUSULA 18ª: Caberá aos **OUTORGADOS**, durante o período de vigência do presente contrato, defender a posse do imóvel, na medida de suas forças, protegendo-o de invasão, turbação, esbulho ou usurpação, não podendo suprimir ou deslocar marco ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, devendo notificar o **OUTORGANTE** de qualquer fato superveniente à firmatura do presente contrato.

CLÁUSULA 19ª: Os **OUTORGADOS** poderão edificar benfeitorias na área, mediante expressa autorização do **OUTORGANTE**, porém não terão direito à indenização das benfeitorias úteis, necessárias ou voluptuárias feitas no imóvel, tampouco gozará do direito de retenção previsto no parágrafo único do art. 571 do Código Civil.

CLÁUSULA 20ª: Todos os impostos, tributos, emolumentos, taxas e cobranças decorrentes da execução do presente contrato é de responsabilidade exclusiva dos **OUTORGADOS**, com exceção do ITR e CCIR do imóvel que fica a cargo do **OUTORGANTE.**

CLÁUSULA 21ª: A rescisão unilateral do contrato pelo **OUTORGANTE**, opera-se na hipótese de descumprimento de qualquer cláusula deste contrato;

CLÁUSULA 22ª: O presente instrumento é celebrado de forma irretratável e irrevogável, dando as partes por boas firmes e valiosas todas suas cláusulas, que deverão ser cumpridas não só pelos contratantes como também,

[2] Art. 161 - Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:
Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

caso necessário, por seus herdeiros e sucessores a que título for, na forma em que foram instituídas.

CLÁUSULA 23ª: No caso de falecimento de qualquer das partes contratantes, este contrato não se rescindirá, ficando seus herdeiros e/ou sucessores com a obrigação de cumpri-lo até seu final, assumindo todos os direitos e obrigações aqui pactuados.

CLÁUSULA 24ª: Qualquer alteração no presente instrumento, ou nova convenção, deverá ser realizada por meio de instrumento escrito.

CLÁUSULA 25ª: As PARTES aceitam e concordam que este contrato seja firmado eletronicamente, em conformidade com o disposto no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24.08.2001.

VIII. DO FORO:

CLÁUSULA 26ª: Para garantia de seus direitos, elegem o foro de situação do imóvel, para dirimir dúvidas e questões oriundas do presente.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Goiânia, 15 de junho de 2023.

THIAGO GERVASIO PINTO RIBEIRO:96577517134 Assinado de forma digital por THIAGO GERVASIO PINTO RIBEIRO:96577517134 Dados: 2023.07.04 14:29:45 -03'00'

THIAGO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO
OUTORGANTE

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.07.04 09:08:15 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO
OUTORGADO

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.07.04 09:07:52 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO
OUTORGADO

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2023.07.04 09:08:31 -03'00'

MARCO ANTÔNIO DE MELLO
OUTORGADO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2023.07.04 09:07:37 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
OUTORGADO

T E S T E M U N H A S

gov.br Documento assinado digitalmente ROSANA FRANCO DA COSTA RODRIGUES Data: 04/07/2023 13:52:59-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome
CPF/MF

gov.br Documento assinado digitalmente VIRGINIA AYALA DOMINGOS GONCALVES Data: 04/07/2023 14:30:59-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome
CPF/MF

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

CONTRATO AGRÁRIO DE PARCERIA AGRÍCOLA

Pelo presente **CONTRATO AGRÁRIO DE PARCERIA AGRÍCOLA** têm as partes abaixo qualificadas, como justo e contratado as condições dispostas nas cláusulas seguintes:

I. DAS PARTES:

De um lado:

SANDRA CAMPOS GERVASIO, brasileira, divorciada, servidora pública, portadora do R.G. nº 194101-9/DGPC-GO, inscrita no CPF sob o nº 409.362.281-72, residente e domiciliada na Rua Nilda Maia, n. 113, Residencial Morumbi, Quirinópolis - GO, doravante denominada simplesmente **OUTORGANTE.**

De outro lado:

EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 4336798-6/SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 669.115.089-91, residente e domiciliado na Av. Alcebiades de Paula Neto, nº 874, Casa 01, Jardim Oriental, Maringá - PR;

SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 3737819-9/SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 669.115.919-53, residente e domiciliado na Av. Das Palmeiras, nº 98, Bairro Condon, Maringá - PR;

MARCO ANTÔNIO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 9428103-2/SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 064.020.619-05, residente e domiciliado na Av. Das Palmeiras, nº 98, Bairro Condon, Maringá - PR e;

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 12615400-3/SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 089.692.479-39, residente e domiciliado na Av. Alcebiades de Paula Neto, nº 874, Casa 01, Jardim Oriental, Maringá - PR, doravante conjuntamente denominados simplesmente **OUTORGADOS.**

II. DOS IMÓVEIS OBJETO DA PARCERIA:

CLÁUSULA 1ª: A **OUTORGANTE** é legítima proprietária e possuidora dos imóveis rurais assim discriminados:

a) **LOTE RURAL 33**, com área total de 102,3963 has (cento e nove hectares, trinta e nove ares e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

sessenta e três centiares), situado na Zona Rural do Município de Santa Cruz do Xingu, MT, registrado sob a matrícula n. 8.062 do Cartório do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica, MT.

b) **LOTE RURAL 34**, com área total de 101,8510 has (cento e um hectares, oitenta e cinco ares e dez centiares), situado na Zona Rural do Município de Santa Cruz do Xingu, MT, registrado sob a matrícula n. 8.063 do Cartório do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica, MT.

c) **LOTE RURAL 32 A**, com área total de 50,7878 has (cinquenta hectares, setenta e três ares e setenta e três centiares), situado na Zona Rural do Município de Santa Cruz do Xingu, MT, registrado sob a matrícula n. 8.917 do Cartório do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica, MT.

CLÁUSULA 2ª: Constitui objeto do presente Contrato de Parceria Agrícola a soma das áreas cultiváveis correspondentes as áreas acima descritas, que somam **88,60 has (oitenta e oito hectares e sessenta ares)**, que são cedidas em parceria para plantio de safras verão e safrinhas de inverno.

PARÁGRAFO 1º: Ao final do plantio de 2023/2024, as partes providenciarão a medição definitiva da área plantada, oportunidade em que será celebrado um aditivo para re-ratificar o tamanho da área entregue em parceria.

PARÁGRAFO 2º: Fica expressamente excluída do presente contrato toda e qualquer área, benfeitoria, casas, currais, remangas, barracões, poços, traçado de estradas e cercas, serventias, servidão, acesos, represas, áreas de preservação ambiental, reserva legal, sede, retiros, áreas que não seja possível o plantio, vias de circulação dentro da propriedade, enfim, todo e qualquer bem, superfície e equipamento que guarnece e contemple a propriedade, os quais ficarão na posse da **OUTORGANTE,** mantendo-se a parceria exclusivamente na área de efetivo plantio de grãos.

PARÁGRAFO 3º: Após o advento da colheita da safrinha (safra de inverto) os **OUTORGADOS** obrigam-se a disponibilizar ao **OUTORGANTE**, a totalidade da área objeto da parceria em palhada para o gado a ser desocupado pelo **OUTORGANTE** antes do início do plantio da safra seguinte.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

III. DA VIGÊNCIA:

CLÁUSULA 3ª: O prazo de duração do presente contrato é de 05 (cinco) safras, tendo início em 14/06/2023 e término em 30/06/2028, ocasião em que os **OUTORGADOS** se comprometem a devolver a área objeto deste contrato, independente de qualquer medida judicial ou extrajudicial[1], com valor mínimo de saturação por base V% 65, aferido mediante média geral de análises de solo, com grid de no mínimo 50 hectares por amostra.

IV. DA DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO DA PARCERIA:

CLÁUSULA 4ª: A quota que a **OUTORGANTE** terá direito a título de participação na partilha dos frutos resultantes da produção agrícola, nos termos da letra "b" do inc. VI do art. 96 da Lei 4.504/64, será de 25% (vinte e cinco por cento) do total da produção, sendo o pagamento feito mediante depósito da parte que tocar a **OUTORGANTE**, em armazém a ser por esta indicado com antecedência de 10 (dez) dias da colheita, guiada mediante Nota Fiscal de Produtor Rural emitida pela **OUTORGANTE,** completamente livre de frete, em distância máxima de ida de 250 (duzentos e cinquenta) quilômetros de raio do imóvel, classificada como **soja padrão CONCEX** (com até 14% de umidade, base de 1%, não ultrapassando o máximo de 2% de impurezas, máximo de 8% de avariados, estes com até 5% de ardidos, máximo de 10% de grãos verdes e de 30% de grãos quebrados).

PARÁGRAFO 1º: A participação da produção a ser depositada em favor da **OUTORGANTE** deverá ser a primeira da colheita da safra, independentemente de outros compromissos assumidos pelos **OUTORGADOS**, inclusive CPR's incidentes sobre a produção, de forma que o atraso no depósito das sacas de soja acarretará aos **OUTORGADOS** a incidência de multa diária de 0,33% sobre o total de sacas que deveriam ser depositadas, contados da data de vencimento ou da data prevista para o adiantamento, até o efetivo depósito.

[1] APELAÇÃO CÍVEL – RECURSO ADESIVO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA – CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA – RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA – IMPOSSIBILIDADE — DESNECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA COM ANTECEDÊNCIA DE SEIS MESES – DESNECESSÁRIA - CONTRATO COM PRAZO DETERMINADO – ART. 96, II DA LEI 4.504/64 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – MAJORADOS – REGRA PREVISTA NO ART. 85, §2 DA LEI 13.105/2015 – RECURSO DE ANDRÉ MARASCHIN DESPROVIDO – RECURSO DE CESAR AUGUSTO SAGBONI XAVIER PROVIDO. Havendo prazo determinado no contrato de parceria agrícola não se aplica a regra do art. 95, IV, mas sim a norma prevista no art. 96, II, todos da Lei 4.504/64, a qual não estabelece a necessidade de notificação prévia no prazo de 6 (seis) meses. Não sendo respeitados os critérios e limites estabelecidos no art. 85 do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), na fixação dos honorários advocatícios estes devem ser majorados. (Ap 11205/2016, DES. SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 19/04/2016, Publicado no DJE 27/04/2016 - TJMT)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

PARÁGRAFO 2º: A partir do terceiro mês seguinte à inadimplência, poderá a **OUTORGANTE**, a seu exclusivo critério, considerar rescindido o contrato, requerendo judicialmente a participação devida, situação esta que acarretará aos **OUTORGADOS** o pagamento da multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total restante do contrato (valor inadimplido agregado às prestações futuras), sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

PARÁGRAFO 3º: A concessão de prazo pela **OUTORGANTE** aos **OUTORGADOS**, para o adimplemento de suas obrigações, não importará em alteração contratual, mas simples liberalidade concedida a uma das partes.

PARÁGRAFO 4º: Os **OUTORGADOS**, durante o plantio das safras contratadas, poderão plantar soja convencional ou transgênica, contudo, caso opte pela segunda, assumirá os *royalties* devidos sobre a parte da **OUTORGANTE,** devendo transferi-los com antecedência mínima de 10 (dez) dias junto ao armazém que receberá o produto, sob as mesmas penas dos parágrafos 1º e 2º desta cláusula.

PARÁGRAFO 5º: Havendo disponibilidade técnica para o plantio de toda a área, mas deixando os **OUTORGADOS** de fazerem o plantio, inclusive por ausência de drenos, estes ficarão responsáveis pelo pagamento da participação convencionada, como se a área plantada estivesse.

CLÁUSULA 5ª: Os **OUTORGADOS** obrigam-se, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei 4.504/64, a efetuarem em favor da **OUTORGANTE,** adiantamentos em grãos equivalente a 17 (dezessete) sacos de soja por hectare sobre o total da área de cultivo, decorrente da participação deste na parceria nas seguintes datas: 30/03/2024, 30/03/2025, 30/03/2026, 30/03/2027 e 30/02/2028;

PARÁGRAFO ÚNICO: As sacas de soja a serem adiantadas serão de 60 quilos cada, com local de entrega e padrão definidos no caput da cláusula quarta.

CLÁUSULA 6ª: Fica instituído um bônus por adimplemento, ficando os **OUTORGADOS** exonerados de qualquer pagamento adicional pela parceria convencionada, caso cumpra regularmente os depósitos dos adiantamentos na forma e prazos estabelecidos neste contrato.

CLÁUSULA 7ª: O percentual de participação da **OUTORGANTE** na parceria, definido na cláusula quarta, não poderá ser inferior aos adiantamentos descritos na cláusula quinta;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

VII. DAS CLÁUSULAS GERAIS:

CLÁUSULA 8ª: Aos **OUTORGADOS** fica garantido, em igualdade de condições com terceiros, a preferência para firmar novo contrato de parceria ao termino da vigência do presente ou na aquisição do imóvel, nos termos do inc. II do art. 96 da Lei 4.504/64.

CLÁUSULA 9ª: Fica expressamente vedada a transferência do presente instrumento, de forma onerosa ou gratuita, bem como a celebração de instrumento independente.

PARÁGRAFO ÚNICO: O **OUTORGANTE** poderá promover venda antecipada de soja (soja verde), que mediante comunicação aos **OUTORGADOS,** entregarão a correspondente parte do produto diretamente ao comprador.

CLÁUSULA 10ª: A qualquer tempo poderá a **OUTORGANTE** vistoriar e medir a área objeto da parceria, independentemente de prévio agendamento ou comunicado, a fim de verificar o efetivo cumprimento deste instrumento, preservação de seu patrimônio.

CLÁUSULA 11ª: As Partes reconhecem que o presente contrato não guarda qualquer semelhança com o contrato de Arrendamento Rural previsto no art. 95 da Lei 4.504/64, tendo em vista a assunção, pela **OUTORGANTE,** dos riscos da produção, em especial a variação cambial, a qual o produto da parceria tem vinculação, variação do preço do mercado interno e externo, tendo em vista o recebimento exclusivo em produto, nunca em valores monetários, bem como a falta de disponibilização de armazéns e escoamento precário das rodovias do Estado de localização dos imóveis.

CLÁUSULA 12ª: Dos trabalhos próprios e de terceiros executados na parceria ou na terceirização dos serviços de preparo de solo, plantio e colheita, caberá toda responsabilidade aos **OUTORGADOS**, ficando exonerado de responsabilidade a **OUTORGANTE** e a propriedade por eventuais direitos reclamados, quer sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais ou acidentais, podendo a **OUTORGANTE** exercer o direito de regresso em face dos **OUTORGADOS**, bem assim exigir a apresentação de todos os documentos que demonstrem a regularidade da parceria e dos empregados.

CLÁUSULA 13ª: Na exploração da área objeto deste contrato, os **OUTORGADOS** deverão obedecer às leis, regulamentos, portarias, normas técnicas e ambientais,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

visando à conservação dos recursos naturais e a proteção social e econômica, conforme o artigo 13 do decreto no 59.566/66, artigos 93 a 96 da Lei 4.504/64 e artigo 13 da Lei 4.947/66, promovendo ainda medidas de conservação do solo, rios, lagos, nascentes, mata ciliar, reserva legal, área de preservação permanente e ao combate da erosão, construção de curvas de nível, respondendo como exclusivo responsável pelos danos que resultem do uso inadequado, imperícia, imprudência ou negligência durante a utilização de herbicidas, agrotóxicos, defensivos, inseticidas ou fungicidas na exploração da terra perante os Órgãos de Fiscalização, a **OUTORGANTE** ou terceiros, assumindo todos e quaisquer ônus decorrentes, bem como deverão promover a conservação das estradas internas e de acesso à propriedade que serão utilizadas pelos **OUTORGADOS** para operação e escoamento da produção. Qualquer autuação ou responsabilização efetuada pelos órgãos de fiscalização e licenciamento em desfavor da **OUTORGANTE** deverão ser liquidados e regularizados pelos **OUTORGADOS** no prazo de 72 (setenta e duas) horas contados da ciência, sob pela de serem realizados pela **OUTORGANTE,** garantido o direito de regresso e incidência de multa específica de 20% sobre o valor da produção anual por evento não atendido.

CLÁUSULA 14ª: Toda parceria deverá ser explorada mediante prévia autorização do órgão licenciador, mediante regularização de eventual passivo, inclusive embargos pelos **OUTORGADOS,** obrigando-se o **OUTORGANTE,** mediante solicitação expressa, os documentos necessários e de sua responsabilidade ou titularidade, para que estes promovam os requerimentos legais exigidos para todas as fazes de exploração do imóvel, ás suas próprias expensas.

CLÁUSULA 15ª: Os **OUTORGADOS** serão os únicos responsáveis e garantidores de eventual penhor das lavouras que venham a ser formadas no imóvel acima descrito, junto à instituições financeiras, de crédito, tradings e afins.

CLÁUSULA 16ª: A **OUTORGANTE** obriga-se a assinar anualmente uma Carta de Anuência para que os **OUTORGADOS** possam financiar as lavouras objeto deste contrato junto a instituições bancárias e tradings, obedecida a preferência estabelecida no parágrafo primeiro da cláusula quarta e constando referida ressalva.

PARÁGRAFO ÚNICO: A obrigação contida nesta cláusula cessará caso os **OUTORGADOS** estejam inadimplentes com qualquer termo do contrato.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

CLÁUSULA 17ª: As cercas de divisa, bem como os marcos de demarcação[2] e georreferenciamento, deverão ser conservados pelos **OUTORGADOS**, mediante a feitura de aceiros e manutenções, comprometendo-se ainda em zelar pelo bom interesse de conservação do imóvel. Havendo a necessidade de substituição de postes ou arames das cercas, o material será de responsabilidade da **OUTORGANTE,** caso seja exclusivamente decorrente do desgaste do tempo, que os fornecerá, mediante solicitação expressa e efetiva constatação da necessidade.

CLÁUSULA 18ª: Caberá aos **OUTORGADOS**, durante o período de vigência do presente contrato, defender a posse do imóvel, na medida de suas forças, protegendo-o de invasão, turbação, esbulho ou usurpação, não podendo suprimir ou deslocar marco ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, devendo notificar a **OUTORGANTE** de qualquer fato superveniente à firmatura do presente contrato.

CLÁUSULA 19ª: Os **OUTORGADOS** poderão edificar benfeitorias na área, mediante expressa autorização da **OUTORGANTE**, porém não terão direito à indenização das benfeitorias úteis, necessárias ou voluptuárias feitas no imóvel, tampouco gozará do direito de retenção previsto no parágrafo único do art. 571 do Código Civil.

CLÁUSULA 20ª: Todos os impostos, tributos, emolumentos, taxas e cobranças decorrentes da execução do presente contrato é de responsabilidade exclusiva dos **OUTORGADOS**, com exceção do ITR e CCIR do imóvel que fica a cargo da **OUTORGANTE.**

CLÁUSULA 21ª: A rescisão unilateral do contrato pela **OUTORGANTE**, opera-se na hipótese de descumprimento de qualquer cláusula deste contrato;

CLÁUSULA 22ª: O presente instrumento é celebrado de forma irretratável e irrevogável, dando as partes por boas firmes e valiosas todas suas cláusulas, que deverão ser cumpridas não só pelos contratantes como também, caso necessário, por seus herdeiros e sucessores a que título for, na forma em que foram instituídas.

CLÁUSULA 23ª: No caso de falecimento de qualquer das partes contratantes, este contrato não se rescindirá,

[2] Art. 161 - Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:
Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

ficando seus herdeiros e/ou sucessores com a obrigação de cumpri-lo até seu final, assumindo todos os direitos e obrigações aqui pactuados.

CLÁUSULA 24ª: Qualquer alteração no presente instrumento, ou nova convenção, deverá ser realizada por meio de instrumento escrito.

CLÁUSULA 25ª: As PARTES aceitam e concordam que este contrato seja firmado eletronicamente, em conformidade com o disposto no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24.08.2001.

VIII. DO FORO:

CLÁUSULA 26ª: Para garantia de seus direitos, elegem o foro de situação do imóvel, para dirimir dúvidas e questões oriundas do presente.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Goiânia, 15 de junho de 2023.

SANDRA CAMPOS GERVASIO:40936228172 Assinado de forma digital por SANDRA CAMPOS GERVASIO:40936228172 Dados: 2023.07.04 14:23:32 -03'00'

SANDRA CAMPOS GERVASIO
OUTORGANTE

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.07.04 09:09:10 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO
OUTORGADO

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.07.04 09:09:38 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO
OUTORGADO

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2023.07.04 09:09:27 -03'00'

MARCO ANTÔNIO DE MELLO
OUTORGADO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2023.07.04 09:09:52 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
OUTORGADO

gov.br Documento assinado digitalmente ROSANA FRANCO DA COSTA RODRIGUES Data: 04/07/2023 13:52:19-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome
CPF/MF

gov.br Documento assinado digitalmente VIRGINIA AYALA DOMINGOS GONCALVES Data: 04/07/2023 14:26:24-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome
CPF/MF

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

ARRENDAMENTO DE TERRAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

Por este instrumento particular de **CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA** que entre si fazem, as partes **SÉRGIO DE MELO E SOUZA**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.494.606-SSP/SP, CPF nº 958.465.578-72, e sua esposa **ALINE BARBOSA SOUZA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 13.664.325-5 – SSP/SP, CPF 074.694.428-47, casados no regime de comunhão universal de bens, ambos residentes e domiciliados na Rua Carlos Roberto Rey, nº 20, Bairro Alphaville, CEP 16.016-636, em Araçatuba/SP, a seguir denominados **ARRENDADORES**; e, do outro lado **SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.747.819-9 - SSP/SP, CPF nº 669.115.919-53, e sua esposa **MARA VIOLIN DE MELLO**, brasileira, casada, agricultora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.566.749-9, CPF nº 037.810.239-74, casados no regime de comunhão universal de bens, ambos residentes e domiciliados na Avenida das Palmeiras nº 98, CEP 87.023.160, Maringá/PR; **EDSON PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 433.679 86, CPF nº 669.115.089-91, e sua esposa **VERA LÚCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 389.694.80, CPF nº 614.594..029-87, casados no regime de comunhão parcial de bens, ambos residentes e domiciliados na Estrada Lombo, Lote 21 A – Zona Rural, em Maringá/PR; a seguir denominados **ARRENDATÁRIOS E INTERVENIENTES GARANTIDORES**, firmam o presente contrato de arrendamento que será regido pelo que está expresso nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os **ARRENDADORES** são legítimos possuidores e proprietários de um imóvel rural, conhecido e denominado por **FAZENDA SÃO FRANCISCO**, no município de **CAMPINÁPOLIS**, Estado de **MATO GROSSO**, com uma área total de **2.584,28,30 ha** (dois mil, quinhentos e oitenta e quatro hectares, vinte e oito ares e trinta centiares), conforme matrícula nº 2.939, ficha 01, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campinápolis – MT,

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.06.21 10:24:38 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.06.21 10:25:08 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.06.21 10:24:52 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.06.21 10:25:27 -03'00'

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

devidamente cadastrado no INCRA, sob nº 950076417602-8 e, através deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os **ARRENDADORES** arrendam aos **ARRENDATÁRIOS** uma gleba de terra da área destacada da matrícula acima mencionada, de **65 ha** (sessenta e cinco) hectares, da referida **FAZENDA SÃO FRANCISCO**, cuja delimitações são descritas no mapa anexo, que passa a fazer parte integrante e indissociável ao presente contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato de **ARRENDAMENTO** é celebrado pelo prazo de **01 (um)** ano, a iniciar-se em **31 de março de 2.023, com término no dia 30 de março de 2.024**, podendo ser prorrogado, se assim acordarem as partes, através de interpelação, pelo menos com 90 (noventa) dias de antecedência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os **ARRENDATÁRIOS**, na eventualidade de não renovarem o contrato de arrendamento, deverão restituir a gleba arrendada completamente desocupada procedendo ao levantamento de todas as benfeitorias que eventualmente tenham realizados, bem como os eventuais bens cedidos pelos **ARRENDADORES**, salvo a manutenção das cercas que deverão ficar fincadas na área objeto do contrato.

A prorrogação ou renovação do presente contrato será regulada pelo Estatuto da Terra e pelo Decreto nº 59.666/66 e legislações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - Os arrendatários utilizarão a área arrendada do imóvel, em sua totalidade, com a atividade de **exploração agrícola**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os **ARRENDATÁRIOS** farão a correção do PH da terra, para produção da lavoura e plantações, manutenção e colheita, responsabilizando-se por conta e risco, evitando-se acontecimentos como a erosão. Portanto, objetivando-se a utilização máxima do solo, visando, contudo a sua conservação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na data da verificação do termo do contrato, ou seja, no dia 30 de março de 2024, ou então quando do término da

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.06.21 10:25:44 -03'00'

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.06.21 10:26:16 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.06.21 10:26:03 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.06.21 10:26:47 -03'00'

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

colheita dessa safra, os **ARRENDATÁRIOS** **não** poderão efetuar o plantio da safra de verão do respectivo ano, podendo, contudo, ultimar (completar) a colheita remanescente do ano.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em contrapartida à utilização da área, os **ARRENDATÁRIOS** se obrigam ao seguinte **pagamento** em favor dos **ARRENDADORES** na forma a seguir:

a) **11 (Onze)** sacas de soja de 60 kg por hectare, referente a safra **2023/2024**, a serem entregues até o dia 30 de março de 2024;

PARÁGRAFO QUARTO - Para efeitos da totalidade de renda que deverá ser paga pelos **ARRENDATÁRIOS,** deverá ser observada a totalidade de hectares objeto do arrendamento, independentemente da quantidade de hectares plantados.

PARÁGRAFO QUINTO - É de responsabilidade dos **ARRENDATÁRIOS** o pagamento de todos os impostos e contribuições legais que venham a recair sobre o imóvel (**ITR, CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, CCIR e LUZ –ENERGIA ELÉTRICA**), além de todos os salários e despesas dos funcionários contratados durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento da renda mencionada no Parágrafo Terceiro da Cláusula Terceira, deverá ser transportado pelos **ARRENDATÁRIOS** e depositado em local escolhido pelos **ARRENDADORES,** que se comprometem a informar aos **ARRENDATÁRIOS** o local com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUINTA - O produto será entregue em sacas de 60 kg (sessenta quilos), soja tipo indústria, e deverá atender às porcentagens qualitativas de, no máximo, 14% (quatorze por cento) de umidade, 1% (um por cento) de impureza e 8% (oito por cento) de ardidos e/ou avariados.

CLÁUSULA SEXTA - É obrigatória a utilização de insumos, adubos e defensivos na área plantada, de acordo com a lei vigente.

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.06.21 10:27:03 -03'00'

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.06.21 10:27:38 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.06.21 10:27:19 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.06.21 10:27:57 -03'00'

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

CLÁUSULA SÉTIMA – Com o advento do prazo estabelecido no *caput* da cláusula terceira e parágrafos, o contrato se dará por automaticamente rescindido, independentemente de prévia notificação ou interpelação dos **ARRENDATÁRIOS**, sendo que a negativa na restituição da posse constituir-se-á em esbulho possessório;

CLÁUSULA OITAVA - Ao final do termo previsto na Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro, os **ARRENDATÁRIOS** se obrigam a restituir imediatamente a posse do imóvel, levantando todas as benfeitorias, nos termos expressos do Parágrafo Único da Cláusula Nona, parágrafo único, sob pena de incorrer em esbulho possessório e sujeitar-se às medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA NONA: Havendo inadimplência dos **ARRENDATÁRIOS**, que se verificará pela falta de pagamento das rendas ou violação de quaisquer das obrigações neste ato assumidas, os **ARRENDADORES** notificar-lhes-ão extrajudicialmente para purgar a mora no prazo de 5 (cinco) dias, sem o que operar-se-á de pleno direito a rescisão do contrato, perdendo os **ARRENDATÁRIOS** de imediato a posse do imóvel arrendado, como também quaisquer parcelas pagas por conta do preço pactuado até à época do inadimplemento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A realização de qualquer benfeitoria na área ora arrendada, seja necessária, útil ou voluptuária, só poderá ser feita com a expressa anuência dos **ARRENDADORES,** comprometendo-se os **ARRENDATÁRIOS** a levantá-las no termo final do contrato, sendo que, em relação às benfeitorias em que porventura não seja possível o levantamento, os **ARRENDATÁRIOS**, neste ato, declaram sua expressa e irrevogável renúncia ao direito de indenização, não lhes cabendo direito de retenção do imóvel, que deverá ser restituído imediatamente ao final do termo previsto neste instrumento, ou então, em caso de infração contratual, haverá configuração de esbulho possessório.

CLÁUSULA DEZ - Os **ARRENDATÁRIOS** obrigam-se a observarem as normas técnicas de profissionais habilitados, visando a conservação do solo e o combate à erosão, utilizando-se de técnicas de plantio, aplicação de fertilizantes, adubos e corretivos, de sorte a impedir o esgotamento do solo.

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.06.21 10:28:30 -03'00'

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.06.21 10:29:11 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.06.21 10:28:48 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.06.21 10:29:39 -03'00'

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

CLÁUSULA ONZE - Na área arrendada só poderão ser cultivados grãos de soja, milho, algodão ou outra cultura que seja do interesse dos **ARRENDATÁRIOS**, observada a necessidade de preservação do solo, bem como utilização dos meios adequados para o cultivo.

CLÁUSULA DOZE - Os **ARRENDATÁRIOS**, assumem a total responsabilidade pelas consequências caso utilize sementes transgênicas, sendo os únicos responsáveis pela sua utilização, obrigando-se a respeitar todos os diplomas legais que tratam da matéria, inclusive suspendendo o seu uso em caso de lei proibitiva, sendo que os **ARRENDADORES** não responderão, sob qualquer aspecto, por eventuais ônus em decorrência do plantio nessas condições.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na eventualidade de falecimento de qualquer um dos **ARRENDATÁRIOS**, os demais assumirão os deveres obrigacionais contratados, ou na impossibilidade, seus sucessores legais.

CLÁUSULA TREZE - Os **ARRENDATÁRIOS** se obrigam a manter o imóvel como se seu fosse, em especial as cercas lindeiras limpas e aceradas e as estradas de acesso ao local conservada.

CLÁUSULA QUATORZE - A gleba arrendada estará sujeita a vistoria por parte dos **ARRENDADORES** ou seus prepostos**,** que poderão fiscalizá-la, a qualquer tempo, para verificação quanto à sua utilização para os fins especificados neste contrato, independentemente de prévia notificação ou autorização.

CLÁUSULA QUINZE - Na exploração das atividades agrícolas na área arrendada, não responderão os **ARRENDADORES,** em hipótese alguma, pelas relações trabalhistas correspondentes, que ficarão a cargo e comando dos **ARRENDATÁRIOS** com exclusividade.

CLÁUSULA DEZESSEIS - Caso venham os **ARRENDADORES** responderem por relações trabalhistas, deverão os **ARRENDATÁRIOS** indenizá-lo na totalidade das quantias despendidas, inclusive com relação a honorários advocatícios e despesas processuais.

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.06.21 10:29:59 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.06.21 10:30:08 -03'00'

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.06.21 10:31:35 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.06.21 10:30:49 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.06.21 10:31:13 -03'00'

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

CLÁUSULA DEZESSETE - Ficam os **ARRENDATÁRIOS** e seus funcionários autorizados a circularem na área comum da **FAZENDA SÃO FRANCISCO** para a realização dos serviços, ou seja, na estrada de acesso à área arrendada, ressalvando, contudo, a proibição de interferência na administração e uso da parte do imóvel que não engloba os fins do presente contrato.

CLÁUSULA DEZOITO - Os **ARRENDATÁRIOS** ficarão responsáveis por qualquer dano na área, inclusive praticado por seus funcionários, inclusive em caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA DEZENOVE - O(s) aparelho(s) pulverizador(es) a ser(em) utilizado(s) pelos **ARRENDATÁRIOS** não poderão captar água dos recursos naturais existentes na propriedade objeto do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a captação da água será utilizada uma carreta tanque, sendo que o manuseio dos venenos nunca poderão ser feito perto da sede ou dos mananciais de água da Fazenda, ou, ainda, dos rios, córregos e nascentes da propriedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O abastecimento dos pulverizadores com veneno deverá ser feito exclusivamente na área objeto do contrato de arrendamento ora celebrado, sob pena de infração contratual e rescisão, independente de prévia notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA VINTE - Eventuais encargos tributários ou multas, elaborados por todos os órgãos da administração pública Estadual ou Federal que vierem a incidir sobre a área objeto do contrato, a partir da data de sua assinatura e subsequente transferência de posse, em especial do **IBAMA**, serão de responsabilidade exclusiva dos **ARRENDATÁRIOS**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso venham os **ARRENDADORES** responderem por tais encargos, sejam de natureza tributária, seja de origem ambiental, incluindo-se multas, deverão os **ARRENDATÁRIOS** indenizá-los na totalidade das quantias despendidas, inclusive com relação a honorários advocatícios e despesas processuais.

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.06.21 10:31:55 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.06.21 10:32:16 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.06.21 10:32:42 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.06.21 10:33:09 -03'00'

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os **ARRENDATÁRIOS** se comprometem a respeitar as áreas de reserva legal e preservação permanente **(APP)** devidamente demarcadas na área objeto do contrato, nos termos da legislação vigente, bem como se comprometem a não realizar nesses locais qualquer forma de plantação ou exploração de atividade econômica, sob pena de responder pelos danos que causarem, sem prejuízo da imediata rescisão do contrato, e do pagamento das multas que recair sobre o imóvel.

CLÁUSULA VINTE E UM - Os **ARRENDADORES**, neste ato, declaram que a propriedade encontra-se em situação regular no que diz respeito às obrigações trabalhistas, previdenciárias e impostos federais, estaduais, bem como ambientais.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - Fica terminantemente proibido aos **ARRENDATÁRIOS** transferirem, cederem ou subarrendarem o presente contrato, bem como emprestarem o imóvel ou parte dele, sem prévio e expresso consentimento dos **ARRENDADORES**, além de ser vedada a mudança de destinação do bem.

PARÁGRAFO ÚNICO - A violação desta cláusula importará na imediata rescisão do contrato, com o consequente despejo dos **ARRENDATÁRIOS.**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS - Fica vedada aos **ARRENDATÁRIOS** a criação de animais domésticos, tais como galinhas, vacas, porcos, ainda que sejam mantidos cercados.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO - Os **ARRENDATÁRIOS** não poderão utilizarem-se de qualquer imóvel ou alojamento da propriedade fora da área objeto de arrendamento para sua residência, sendo que deverão tomar as providências cabíveis para tanto, sem que isso incorra em qualquer despesa para o **ARRENDADORES**, observado, ainda, no que diz respeito às benfeitorias, o disposto pelo parágrafo único da **CLÁUSULA NONA.**

CLÁUSULA VINTE E CINCO - Os **ARRENDATÁRIOS** declaram expressamente que têm conhecimento de que a área objeto do presente contrato

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.06.21 10:33:37 -03'00'
MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.06.21 10:34:26 -03'00'
EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.06.21 10:34:01 -03'00'
VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.06.21 10:34:55 -03'00'

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

necessita de correção de solo, recuperação de erosões e realização de curvas de nível, e demais atos que se façam necessários para o início da atividade agrícola, que serão realizadas sem ônus para os **ARRENDADORES**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em virtude da previsão do *caput* desta cláusula, os **ARRENDATÁRIOS** declaram e reiteram expressamente que nada tem a exigirem dos **ARRENDADORES** pelos investimentos que serão feitos no solo da propriedade.

CLÁUSULA VINTE E SEIS - Ficam os **ARRENDATÁRIOS** autorizados a darem em penhor a produção relativa a 65 ha. (sessenta e cinco), conforme previsto na Cláusula Segunda, desde que não comprometa o pagamento das rendas, ora pactuadas, em consonância com o Parágrafo Quarto da Cláusula Terceira e Parágrafo Terceiro da mesma cláusula, referente aos itens de “a” à “f”, sendo que os **ARRENDADORES** se comprometem a fornecer carta de anuência para financiamento da safra pelo prazo do contrato, somente ao Banco do Brasil S/A, à Cargill Agrícola S/A, à ADM, ou à Bünge, desde que os **ARRENDATÁRIOS** comprovem o pagamento das dívidas em relação ao ano anterior, apresentando, para tanto, a respectiva certidão negativa de penhor, e estejam em dia com o pagamento das rendas convencionadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes convencionam que os **ARRENDADORES** darão anuência somente para uma das empresas mencionadas no *caput* desta cláusula, a ser escolhida pelos **ARRENDATÁRIOS**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os **ARRENDADORES** declaram que **não** será instituída **HIPOTECA** sobre o imóvel objeto do presente contrato.

CLÁUSULA VINTE E SETE - A garantia do pagamento será efetuada com base nas safras independentemente se colhidas ou não. O não pagamento nas datas previstas, importarão em ação judicial para recebimento do exposto no contrato, arcando os **ARRENDATÁRIOS** por todas as despesas que vierem a causar, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 827, 880, 854 e 835 do Código Civil Brasileiro.

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.06.21 10:35:17 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.06.21 10:36:12 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.06.21 10:35:41 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.06.21 10:36:40 -03'00'

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

CLÁUSULA VINTE E OITO - Qualquer infração contratual por parte dos **ARRENDATÁRIOS** obrigar-lhes-ão a pagarem, a título de multa, o correspondente a 25% (vinte cinco por cento) sobre o valor total do contrato, reservando-se os **ARRENDADORES** a utilizar-se das medidas judiciais cabíveis, além de honorários advocatícios calculados em 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA VINTE E NOVE - Por valor total do contrato entende-se a soma de todas as rendas a serem pagas no período de duração da avença, a ser convertido pelo preço da soja na data em que ocorreu a violação contratual.

CLÁUSULA TRINTA - Os **ARRENDATÁRIOS** ficam obrigados a procederem à abertura de inscrição estadual junto ao órgão competente, sendo a retirada de produtos obrigatória para essa inscrição.

CLÁUSULA TRINTA E UM - Por ocasião do término do contrato, os **ARRENDATÁRIOS** se obrigam a darem baixa na inscrição estadual aberta para exploração da área arrendada no prazo de 10 (dez) dias da desocupação, sob pena de infração contratual.

CLÁUSULA TRINTA E DOIS - Os **ARRENDADORES** declaram que estão em dia com as contribuições sociais e previdenciárias referentes ao imóvel.

CLÁUSULA TRINTA E TRÊS - Fica estabelecido entre as partes que os **ARRENDATÁRIOS** ingressarão na posse da gleba arrendada apenas a partir de 31 de março de 2024

CLÁUSULA TRINTA E QUATRO - Poderão os **ARRENDATÁRIOS** após as assinaturas do presente, a iniciarem os preparativos das referidas áreas.

CLÁUSULA TRINTA E CINCO - O presente contrato não se rescindirá por morte de qualquer uma das partes contratantes, ficando seus herdeiros ou sucessores a qualquer título, obrigados a cumpri-lo em todas as suas cláusulas e condições e é intransferível, salvo anuência expressa dos contratantes, respeitado o Parágrafo Primeiro da Cláusula Doze, sendo assim o presente contrato é irrevogável e irretratável para ambas as partes, incluindo-se os herdeiros ou

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.06.21 10:37:05 -03'00'

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.06.21 10:37:58 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.06.21 10:37:32 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.06.21 10:38:32 -03'00'

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

sucessores, no caso de falecimento de qualquer dos contratantes, obrigando-se ao total cumprimento das cláusulas ora pactuadas.

CLÁUSULA TRINTA E SEIS - Fica eleito o foro da Comarca de **ARAÇATUBA/SP**, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato, não obstante a idoneidade e sinceridade de propósitos de ambas as partes.

E assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento, perante duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma.

Araçatuba – SP, 31 de março de 2023.

ARRENDADORES:

_____

SÉRGIO DE MELO E SOUZA

_____

ALINE BARBOSA SOUZA

ARRENDATÁRIOS:

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.06.21 10:23:29 -03'00'

_____

SIDNEY PINTO DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.06.21 10:23:42 -03'00'

_____

MARA VIOLIN DE MELLO

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.06.21 10:23:56 -03'00'

_____

EDSON PINTO DE MELLO

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.06.21 10:24:16 -03'00'

_____

VERA LÚCIA GALLO DE MELLO

TESTEMUNHA:

_____

Nome: RICARDO BARBOSA SOUZA

RG: 44.949.940-6 CPF: 388.299.098-82

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Pelo presente instrumento particular de Parceria Agropecuária, de um lado, n qualidade de **CEDENTES**, os senhores e senhora; **MARCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado, agropecuarista, devidamente inscrito no CPF sob nº 591.135.021-15, portador da cédula de identidade nº 3.265.353 SSP/GO Residente e domiciliado rua N, sn, Quadra 22 Lote 829, parque Solar do Agreste Rio Verde – GO, representado por sua procuradora, **CRISTINA MARI BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, viúva, agropecuarista, portadora do RG sob n. 746528-SSP/GO, e CPF n.º 340.633.661-20, residente e domiciliada na Emíl da Silveira Leão, QD: 08, LT 117 a 123, Residencial Interlagos, Rio Verde - GO **CLÁUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agropecuarista, inscrit no CPF/MF sob o nº 696.194.501-59, residente e domiciliada na Rua Filadélf Cruvinel, quadra 16, lote 12, Setor Vitória Régia, na cidade de Rio Verde – GO **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado, pecuarista, inscrito n CPF/MF sob o nº 981.128.801-15, residente e domiciliado na Rua I, quadra 0 lote 165 – Solar do Agreste, na cidade de Rio Verde – GO– centro, nesta cidad de Rio Verde – Estado de Goiás; e de outro lado, na qualidade de **CESSIONARIO com fração de utilização sobre a área no valor de 16,66% cada um** , o senhores senhoras, **SIDNEY PINTO DE MELLO**, BRASILEIRO, AGROPECUARISTA PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG: N°3.747.819-9 SSP/P CPF:669.115.919-53, CASADO EM COMUNHAO UNIVERSAL DE BENS COM MAR VIOLIN DE MELLO, DOMOCILIADO NA AVENIDA DAS PALMEIRAS N°9 CEP:87.023.160, MARINGA, ESTADO DO PARANA, **MARA VIOLIN DE MELL** AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CEDULA DE IDENTIDADE RG: N° 4.566.749 - JSP/PR, CPF:037.810.239-74, CASADA EM COMUNHAO UNIVERSAL DE BEN COM SIDNEY PINTO DE MELLO, RESIDENTES E DOMOCILIADOS NA AVENID DAS PALMEIRAS N°98, CEP:87.023.160 MARINGÁ, ESTADO DO PARANA; **MARC ANTONIO DE MELLO**,BRASILEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CEDU DE IDENTIDADE RG:N°9.428.103-2-SSP/PR, CPF:064.020.619-05,CASADO E REGIME DE COMUNHAO PARCIAL DE BENS COM **ERIKA NATALIA MATTAR CORDEIRO DA SILVA DE MELLO**, BRASILEIRA, DO LAR, PORTADORA D CEDULA DE IDENTIDADE RG:N°12.534.147-0-SSP/PR, CPF N° 087.981.409-8 RESIDENTES E DOMICILIADOS NA AVENIDA DAS PALMEIRAS N°98, CE 87.023.160, MARINGA — ESTADO DO PARANA; **EDSON PINTO DE MELL** BRASILEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDAD RG:N°433.798.6 - SSP/PR, CPF N° 669.115.089-91, CASADO EM REGIME D COMUNHAO PARCIAL DE BENS COM VERA LUCIA GALLO DE MELL RESIDENTES E DOMICILIADOS NA ESTRADA LOMBO, LOTE 21-A-ZONA RURA MARINGA-PR; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, BRASILEIRA, AGROPECUARIST PORTADORA DA CEDULA DE IDENTIDADE RG: N° 3.896.948-0 — SSP/PR, CPF 614.594.029-87, CASADA EM REGIME DE COMUNHAO PARCIAL COM EDSO PINTO DE MELLO, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA ESTRADA LOMBO, LOTE 2 A-ZONA RURAL, MARINGA-PR; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELL** BRASILEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG 12.615.400- 3,SSP/PR, CPF: 089.692.479-39, CASADO EM REGIME DE COMUNHA PARCIAL DE BENS COM **DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO**, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG Nº 11.055.174-9 SSP/PR, E CPF 099.204.149-0 RESIDENTE E DOMICILIADO NA ESTRADA LOMBO,LOTE 21-A ZON RURAL,MARINGA-PR.

Têm entre si contratada o presente contrato de arrendamento, nos termos condições a seguir estipulados.

Rafael Daniela Mara Erika

1

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

IMÓVEL:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PARCEIRO OUTORGANTE é legitimos possuidores dos seguintes imóveis com área total de **2.705,76 hectares**, originarias da **MATRICULA Nº 6.341**, conforme escrituras separadas abaixo;

1) Um imóvel rural consistente de uma área total de 318,00 hectares, do imóvel denominado "**FAZENDA XINGU VII**", localizado no município de Santa Cruz do Xingu – MT, sendo proprietário o senhor **MARCIO BARBOSA DE MACEDO.**
2) Um imóvel rural consistente de uma área total de 310,00 hectares, do imóvel denominado "**FAZENDA XINGU IV**", localizado no município de Santa Cruz do Xingu – MT, sendo proprietário o senhor **MARCIO BARBOSA DE MACEDO.**
3) Um imóvel rural consistente de uma área total de 908,87 hectares, do imóvel denominado "**FAZENDA XINGU I**", localizado no município de Santa Cruz do Xingu – MT, sendo proprietário o senhor **MARCIO BARBOSA DE MACEDO.**
4) Um imóvel rural consistente de uma área total de 300,00 hectares, do imóvel denominado "**FAZENDA XINGU V**", localizado no município de Santa Cruz do Xingu – MT, sendo proprietário o senhor **CLAUDIA BARBOS DE MACEDO.**
5) Um imóvel rural consistente de uma área total de 287,15 hectares, do imóvel denominado "**FAZENDA XINGU II**", localizado no município de Santa Cruz do Xingu – MT, sendo proprietário o senhor **CLAUDIA BARBOS DE MACEDO.**
6) Um imóvel rural consistente de uma área total de 263,74 hectares, do imóvel denominado "**FAZENDA XINGU III**", localizado no município de Santa Cruz do Xingu – MT, sendo proprietário o senhor **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO.**
7) Um imóvel rural consistente de uma área total de 318,00 hectares, do imóvel denominado "**FAZENDA XINGU VI**", localizado no município de Santa Cruz do Xingu – MT, sendo proprietário o senhor **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO.**

Parágrafo Único:

PARTE DO IMÓVEL QUE ENTREGA – OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – Da área total descrita nas clausula PRIMEIRA deste contrato os CEDENTES cede aos CESSIONARIOS a quantidade de ***2.200,00*** **hectares**, do imóvel acima descrito , para realizar atividades agricolas.

DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA – Não haverá pagamento pelo arrendamento , outro sim caberá a preservação e manutenção das benfeitorias existentes , pelos CESSIONARIOS acima qualificados .

2

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – A administração da parceria é de exclusiva competência dos **CESSIONAROS**, ficando o mesmo responsável por todos os ônus dai decorrentes.

PRAZO

CLÁUSULA QUINTA – O prazo de vigência do presente contrato é de 11(Onze) anos, consecutivos e ininterruptos, INICIANDO a partir da data da assinatura do presente (02 de junho de 2020), FINDANDO em 30 DE JULHO DE 2031; ratificando então, qualquer outro prazo que tenha sido estipulado em contrato anterior.

SUCESSORES

CLÁUSULA SEXTA – Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer titulo, ficando o presente instrumento pactuado com as cláusulas de irretratabilidade e irrevogabilidade.

FORO

CLÁUSULA SETIMA – As partes elegem o foro da comarca de Rio Verde/GO, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, com expressa exclusão de qualquer outro, por privilegiado que seja.

Nestes termos, de acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de testemunhas que a seguir também assinam.

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

Rio Verde/GO, 02 de junho de 2020

OUTORGANTES:

CRISTINA MARIA BARBOSA DE MACEDO

P.P.

LEONARDO BARBOSA DE MACEDO

CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

PARCEIROS OUTORGADOS:

SIDNEY PINTO DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO

MARCO ANTONIO DE MELLO

ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO

EDSON PINTO DE MELLO

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO

TESTEMUNHAS:

NOME
:RG:4650796
CPF:022 092 901-71

NOME
:RG:
CPF:

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO

Selo FvOdr.A%23q.IvnQo, Controle: kpeem.p3Da3. Consulte em http://funarpen.com.br. Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de SIDNEY PINTO DE MELLO , MARA VIOLIN DE MELLO , ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO , EDSON PINTO DE MELLO , VERA LÚCIA GALLO DE MELLO , RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO e DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO . *F88Y88JJ-7478A-10* 01[illegible] Dou fé. Maringá, 18/08/2020. Emolumentos: R$58,87, (VRC 43,80), Selo Balcão: R$0,80 Funrejus: R$14,7[illegible] FADEP:R$[illegible] ISS: R$1,18. Em Test° da Verdade.

Fabio Terassani de Oliveira
Escrevente Juramentado

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO

Selo GvDaD.Jnkt3.Ivair, Controle: yGHuf.abFkU. Consulte em http://funarpen.com.br. Reconheço por SEMELHANÇA a firma de MARCO ANTONIO DE MELLO . *F79DI385-82957[illegible] 0109* Dou fé. Maringá, 18/08/2020. Emolumentos: R$[illegible] (VRC 43,80), Selo Balcão: R$0,80 Funrejus: R$[illegible] FADEP:R$0,42 ISS: R$0,17. Em Test° da Verdade.

Bianca Cristina Fernandes da Silva - Escrevente Juramentada

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO
TABELIONATO DE NOTAS E REG. CIVIL
CARTÓRIO FLORIANO
FONE (44) 3224-1182
Av. Brasil, 7346 – Maringá - PR

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57



0102200621011500946010 3, 0102200621011500946010 4
- Consulte em https://extrato.ddrjal.tjgo.jus.br/extrato
Reconheço por Semelhança a assinatura de CRISTINA MARIA BARBOSA DE MACEDO e CLAUDIA BARBOSA DE [illegible]
fls. *DSG*FEDEGLAM-145GB-9** Emolumentos: 7,13,66; ISS: R1,93,12
Rio Verde, 22 de junho de 2023.
Em Test°
Danilo Santana Garcia Estrevanne Hilario

0102200621011500946010 5 - Consulte em
https://extrato.ddrjal.tjgo.jus.br/extrato
Reconheço por Verdadeira a assinatura de LEONARDO BARBOSA DE MACÊDO. Doc fls. *DSG*FEDEGLAM-CVQ-671664-16* Emolumentos: R$4,57, Fundos Estaduais: R$ 1,93; ISS: R$0,23
Rio Verde, 22 de junho de 2023
Em Test°
Danilo Santana Garcia Estrevanne Hilario

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

REGISTRO DE TÍTULOS
525618
MARINGÁ - PR

ARRENDAMENTO DE TERRAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

Por este instrumento particular de **CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA** que entre si fazem, as partes **SÉRGIO DE MELO E SOUZA**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.494.606-SSP/SP, CPF nº 958.465.578-72, e sua esposa **ALINE BARBOSA SOUZA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 13.664.325-5 – SSP/SP, CPF 074.694.428-47, casados no regime de comunhão universal de bens, ambos residentes e domiciliados na Rua Carlos Roberto Rey, nº 20, Bairro Alphaville, CEP 16.016-636, em Araçatuba/SP, a seguir denominados **ARRENDADORES**; e, do outro lado **SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.747.819-9 - SSP/SP, CPF nº 669.115.919-53, e sua esposa **MARA VIOLIN DE MELLO**, brasileira, casada, agricultora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.566.749-9, CPF nº 037.810.239-74, casados no regime de comunhão universal de bens, ambos residentes e domiciliados na Avenida das Palmeiras nº 98, CEP 87.023.160, Maringá/PR; **MARCO ANTÔNIO DE MELLO**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.428.103-2, CPF nº 064.020.619-05, e sua esposa **ÉRIKA NATÁLIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO**, brasileira, do lar, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 12.534.147-0, CPF nº 087.981.409-81, casados em regime de comunhão parcial de bens, ambos residentes e domiciliados na Avenida das Palmeiras nº 98, CEP 87.023.160, em Maringá/PR; **EDSON PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 433.679 86, CPF nº 669.115.089-91, e sua esposa **VERA LÚCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 389.694.80, CPF nº 614.594..029-87, casados no regime de comunhão parcial de bens, ambos residentes e domiciliados na Estrada Lombo, Lote 21 A – Zona Rural, em Maringá/PR; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO,** brasileiro, casado, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.615.400-3, CPF nº 089.692.479-39, e sua esposa **DANIELA PEREIRA BAPTISTA SILVA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº

Mara Érika Daniela

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

REGISTRO DE TÍTULOS
525618

11.055.174-6 SSP/PR, CPF nº 099.204.149-05, casados em regime de comunhão parcial de bens, ambos residentes e domiciliados na Estrada Lombo, Lote 21 A – Zona Rural, Maringá/PR; a seguir denominados **ARRENDATÁRIOS E INTERVENIENTES GARANTIDORES**, firmam o presente contrato de arrendamento que será regido pelo que está expresso nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Os **ARRENDADORES** são legítimos possuidores e proprietários de um imóvel rural, conhecido e denominado por **FAZENDA SÃO FRANCISCO**, no município de **CAMPINÁPOLIS**, Estado de **MATO GROSSO**, com uma área total de **2.584,28,30 ha** (dois mil, quinhentos e oitenta e quatro hectares, vinte e oito ares e trinta centiares), conforme matrícula nº 2.939, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campinápolis – MT, devidamente cadastrado no INCRA, sob nº 950.076.417.602-8 e, através deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - Os **ARRENDADORES** arrendam aos **ARRENDATÁRIOS** uma gleba de terra da área destacada da matrícula acima mencionada, de **360 ha** (trezentos e sessenta) hectares, da referida **FAZENDA SÃO FRANCISCO**, cuja delimitações são descritas no mapa anexo, que passa a fazer parte integrante e indissociável ao presente contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato de **ARRENDAMENTO** é celebrado pelo prazo de **05 (cinco)** anos, a iniciar-se em **31 de março de 2.022, com término no dia 30 de março de 2.027**, podendo ser prorrogado, se assim acordarem as partes, através de interpelação, pelo menos com 90 (noventa) dias de antecedência.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

Registro de Imóveis
525618

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os **ARRENDATÁRIOS**, na eventualidade de não renovarem o contrato de arrendamento, deverão restituir a gleba arrendada completamente desocupada procedendo ao levantamento de todas as benfeitorias que eventualmente tenham realizados, bem como os eventuais bens cedidos pelos **ARRENDADORES**, salvo a manutenção das cercas que deverão ficar fincadas na área objeto do contrato.

A prorrogação ou renovação do presente contrato será regulada pelo Estatuto da Terra e pelo Decreto nº 59.666/66 e legislações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - Os arrendatários utilizarão a área arrendada do imóvel, em sua totalidade, com a atividade de **exploração agrícola**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os **ARRENDATÁRIOS** farão a correção do PH da terra, para produção da lavoura e plantações, manutenção e colheita, responsabilizando-se por conta e risco, evitando-se acontecimentos como a erosão. Portanto, objetivando-se a utilização máxima do solo, visando, contudo, a sua conservação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na data da verificação do termo do contrato, ou seja, no dia 30 de março de 2027, ou então quando do término da colheita dessa safra, os **ARRENDATÁRIOS** **não** poderão efetuar o plantio da safra de verão do respectivo ano, podendo, contudo, ultimar (completar) a colheita remanescente do ano.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em contrapartida à utilização da área, os **ARRENDATÁRIOS** se obrigam aos seguintes **pagamentos** em favor dos **ARRENDADORES** na forma a seguir:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

REGISTRO DE IMÓVEIS
525618

a) **11 (Onze)** sacas de soja de 60 kg por hectare, referente a safra **2022/2023**, a serem entregues até o dia 15 de abril de 2023;

b) **11 (Onze)** sacas de soja de 60 kg por hectare, referente a safra **2023/2024**, a serem entregues até o dia 15 de abril de 2024;

c) **11 (Onze)** sacas de soja de 60 kg por hectare, referente a safra **2024/2025**, a serem entregues até o dia 15 de abril de 2025;

d) **12 (Doze)** sacas de soja de 60 kg por hectare, referente a safra **2025/2026**, a serem entregues até o dia 15 de abril de 2026;

e) **12 (Doze)** sacas de soja de 60 kg por hectare, referente a safra **2026/2027**, a serem entregues até o dia 15 de abril de 2027.

PARÁGRAFO QUARTO - Para efeitos da totalidade de renda que deverá ser paga pelos **ARRENDATÁRIOS**, deverá ser observada a totalidade de hectares objeto do arrendamento, independentemente da quantidade de hectares plantados.

PARÁGRAFO QUINTO - É de responsabilidade dos **ARRENDATÁRIOS** o pagamento de todos os impostos e contribuições legais que venham a recair sobre o imóvel (**ITR, CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, CCIR e LUZ – ENERGIA ELÉTRICA**), além de todos os salários e despesas dos funcionários contratados durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento da renda mencionada no Parágrafo Terceiro da Cláusula Terceira, deverá ser transportado pelos **ARRENDATÁRIOS** e depositado em local escolhido pelos **ARRENDADORES**, que

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
525618

se comprometem a informar aos **ARRENDATÁRIOS** o local com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUINTA - O produto será entregue em sacas de 60 kg (sessenta quilos), soja tipo indústria, e deverá atender às porcentagens qualitativas de, no máximo, 14% (quatorze por cento) de umidade, 1% (um por cento) de impureza e 8% (oito por cento) de ardidos e/ou avariados.

CLÁUSULA SEXTA - É obrigatória a utilização de insumos, adubos e defensivos na área plantada, de acordo com a lei vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – Com o advento do prazo estabelecido no *caput* da cláusula terceira e parágrafos, o contrato se dará por automaticamente rescindido, independentemente de prévia notificação ou interpelação dos **ARRENDATÁRIOS**, sendo que a negativa na restituição da posse constituir-se-á em esbulho possessório;

CLÁUSULA OITAVA - Ao final do termo previsto na Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro, os **ARRENDATÁRIOS** se obrigam a restituir imediatamente a posse do imóvel, levantando todas as benfeitorias, nos termos expressos do Parágrafo Único da Cláusula Nona, parágrafo único, sob pena de incorrer em esbulho possessório e sujeitar-se às medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA NONA - Havendo inadimplência dos **ARRENDATÁRIOS**, que se verificará pela falta de pagamento das rendas ou violação de quaisquer das obrigações neste ato assumidas, os **ARRENDADORES** notificar-lhes-ão extrajudicialmente para purgar a mora no prazo de 5 (cinco) dias, sem o que operar-se-á de pleno direito a rescisão do contrato, perdendo os **ARRENDATÁRIOS** de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

REGISTRO DE TÍTULOS
525618

imediato a posse do imóvel arrendado, como também quaisquer parcelas pagas por conta do preço pactuado até à época do inadimplemento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A realização de qualquer benfeitoria na área ora arrendada, seja necessária, útil ou voluptuária, só poderá ser feita com a expressa anuência dos **ARRENDADORES**, comprometendo-se os **ARRENDATÁRIOS** a levantá-las no termo final do contrato, sendo que, em relação às benfeitorias em que porventura não seja possível o levantamento, os **ARRENDATÁRIOS**, neste ato, declaram sua expressa e irrevogável renúncia ao direito de indenização, não lhes cabendo direito de retenção do imóvel, que deverá ser restituído imediatamente ao final do termo previsto neste instrumento, ou então, em caso de infração contratual, haverá configuração de esbulho possessório.

CLÁUSULA DEZ - Os **ARRENDATÁRIOS** obrigam-se a observarem as normas técnicas de profissionais habilitados, visando a conservação do solo e o combate à erosão, utilizando-se de técnicas de plantio, aplicação de fertilizantes, adubos e corretivos, de sorte a impedir o esgotamento do solo.

CLÁUSULA ONZE - Na área arrendada só poderão ser cultivados grãos de soja, milho, algodão ou outra cultura que seja do interesse dos **ARRENDATÁRIOS**, observada a necessidade de preservação do solo, bem como utilização dos meios adequados para o cultivo.

CLÁUSULA DOZE - Os **ARRENDATÁRIOS**, assumem a total responsabilidade pelas consequências caso utilize sementes transgênicas, sendo os únicos responsáveis pela sua utilização, obrigando-se a respeitar todos os diplomas legais que tratam da matéria, inclusive suspendendo o seu uso em caso de lei proibitiva, sendo que os **ARRENDADORES** não responderão, sob qualquer aspecto, por eventuais ônus em decorrência do plantio nessas condições.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

REGISTRO DE IMÓVEIS
525618

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na eventualidade de falecimento de qualquer um dos **ARRENDATÁRIOS**, os demais assumirão os deveres obrigacionais contratados, ou na impossibilidade, seus sucessores legais.

CLÁUSULA TREZE - Os **ARRENDATÁRIOS** se obrigam a manter o imóvel como se seu fosse, em especial as cercas lindeiras limpas e aceradas e as estradas de acesso ao local conservada.

CLÁUSULA QUATORZE - A gleba arrendada estará sujeita a vistoria por parte dos **ARRENDADORES** ou seus prepostos, que poderão fiscalizá-la, a qualquer tempo, para verificação quanto à sua utilização para os fins especificados neste contrato, independentemente de prévia notificação ou autorização.

CLÁUSULA QUINZE - Na exploração das atividades agrícolas na área arrendada, não responderão os **ARRENDADORES**, em hipótese alguma, pelas relações trabalhistas correspondentes, que ficarão a cargo e comando dos **ARRENDATÁRIOS** com exclusividade.

CLÁUSULA DEZESSEIS - Caso venham os **ARRENDADORES** responderem por relações trabalhistas, deverão os **ARRENDATÁRIOS** indenizá-lo na totalidade das quantias despendidas, inclusive com relação a honorários advocatícios e despesas processuais.

CLÁUSULA DEZESSETE - Ficam os **ARRENDATÁRIOS** e seus funcionários autorizados a circularem na área comum da **FAZENDA SÃO FRANCISCO** para a realização dos serviços, ou seja, na estrada de acesso à área arrendada,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

REGISTRO DE TÍTULOS
525618

ressalvando, contudo, a proibição de interferência na administração e uso da parte do imóvel que não engloba os fins do presente contrato.

CLÁUSULA DEZOITO - Os **ARRENDATÁRIOS** ficarão responsáveis por qualquer dano na área, inclusive praticado por seus funcionários, inclusive em caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA DEZENOVE - O(s) aparelho(s) pulverizador(es) a ser(em) utilizado(s) pelos **ARRENDATÁRIOS** não poderão captar água dos recursos naturais existentes na propriedade objeto do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a captação da água será utilizada uma carreta tanque, sendo que o manuseio dos venenos nunca poderão ser feito perto da sede ou dos mananciais de água da Fazenda, ou, ainda, dos rios, córregos e nascentes da propriedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O abastecimento dos pulverizadores com veneno deverá ser feito exclusivamente na área objeto do contrato de arrendamento ora celebrado, sob pena de infração contratual e rescisão, independente de prévia notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA VINTE - Eventuais encargos tributários ou multas, elaborados por todos os órgãos da administração pública Estadual ou Federal que vierem a incidir sobre a área objeto do contrato, a partir da data de sua assinatura e subsequente transferência de posse, em especial do **IBAMA**, serão de responsabilidade exclusiva dos **ARRENDATÁRIOS**.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:10
Número do documento: 23080114565661100000120952578
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565661100000120952578
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:57

REGISTRO DE TÍTULOS
525618

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso venham os **ARRENDADORES** responderem por tais encargos, sejam de natureza tributária, seja de origem ambiental, incluindo-se multas, deverão os **ARRENDATÁRIOS** indenizá-los na totalidade das quantias despendidas, inclusive com relação a honorários advocatícios e despesas processuais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os **ARRENDATÁRIOS** se comprometem a respeitar as áreas de reserva legal e preservação permanente **(APP)** devidamente demarcadas na área objeto do contrato, nos termos da legislação vigente, bem como se comprometem a não realizar nesses locais qualquer forma de plantação ou exploração de atividade econômica, sob pena de responder pelos danos que causarem, sem prejuízo da imediata rescisão do contrato, e do pagamento das multas que recair sobre o imóvel.

CLÁUSULA VINTE E UM - Os **ARRENDADORES**, neste ato, declaram que a propriedade encontra-se em situação regular no que diz respeito às obrigações trabalhistas, previdenciárias e impostos federais, estaduais, bem como ambientais.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - Fica terminantemente proibido aos **ARRENDATÁRIOS** transferirem, cederem ou subarrendarem o presente contrato, bem como emprestarem o imóvel ou parte dele, sem prévio e expresso consentimento dos **ARRENDADORES**, além de ser vedada a mudança de destinação do bem.

PARÁGRAFO ÚNICO - A violação desta cláusula importará na imediata rescisão do contrato, com o consequente despejo dos **ARRENDATÁRIOS**.

9

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS
525618

CLÁUSULA VINTE E TRÊS - Fica vedada aos **ARRENDATÁRIOS** a criação de animais domésticos, tais como galinhas, vacas, porcos, ainda que sejam mantidos cercados.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO - Os **ARRENDATÁRIOS** não poderão utilizarem-se de qualquer imóvel ou alojamento da propriedade fora da área objeto de arrendamento para sua residência, sendo que deverão tomar as providências cabíveis para tanto, sem que isso incorra em qualquer despesa para o **ARRENDADORES**, observado, ainda, no que diz respeito às benfeitorias, o disposto pelo parágrafo único da **CLÁUSULA NONA.**

CLÁUSULA VINTE E CINCO - Os **ARRENDATÁRIOS** declaram expressamente que têm conhecimento de que a área objeto do presente contrato necessita de correção de solo, recuperação de erosões e realização de curvas de nível, e demais atos que se façam necessários para o início da atividade agrícola, que serão realizadas sem ônus para os **ARRENDADORES**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em virtude da previsão do *caput* desta cláusula, os **ARRENDATÁRIOS** declaram e reiteram expressamente que nada tem a exigirem dos **ARRENDADORES** pelos investimentos que serão feitos no solo da propriedade.

CLÁUSULA VINTE E SEIS - Ficam os **ARRENDATÁRIOS** autorizados a darem em penhor a produção relativa a 360 ha. (trezentos e sessenta hectares), conforme previsto na Cláusula Segunda, desde que não comprometa o pagamento das rendas, ora pactuadas, em consonância com o Parágrafo Quarto da Cláusula Terceira e Parágrafo Terceiro da mesma cláusula, referente aos itens de "a" à "e", sendo que os **ARRENDADORES** se comprometem a fornecer carta de anuência

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS
525618
MAPIRA - ES

para financiamento da safra pelo prazo do contrato, somente ao Banco do Brasil S/A, à Cargill Agrícola S/A, à ADM, ou à Bünge, desde que os **ARRENDATÁRIOS** comprovem o pagamento das dívidas em relação ao ano anterior, apresentando, para tanto, a respectiva certidão negativa de penhor, e estejam em dia com o pagamento das rendas convencionadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes convencionam que os **ARRENDADORES** darão anuência somente para uma das financiadoras mencionadas no *caput* desta cláusula, a ser escolhida pelos **ARRENDATÁRIOS**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os **ARRENDADORES** declaram que **não** será instituída **HIPOTECA** sobre o imóvel objeto do presente contrato.

CLÁUSULA VINTE E SETE - A garantia do pagamento será efetuada com base nas safras independentemente se colhidas ou não. O não pagamento nas datas previstas, importarão em ação judicial para recebimento do exposto no contrato, arcando os **ARRENDATÁRIOS** por todas as despesas que vierem a causar, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 827, 880, 854 e 835 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA VINTE E OITO - Qualquer infração contratual por parte dos **ARRENDATÁRIOS** obrigar-lhes-ão a pagarem, a título de multa, o correspondente a 25% (vinte cinco por cento) sobre o valor total do contrato, reservando-se os **ARRENDADORES** a utilizar-se das medidas judiciais cabíveis, além de honorários advocatícios calculados em 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS
525618

CLÁUSULA VINTE E NOVE - Por valor total do contrato entende-se a soma de todas as rendas a serem pagas no período de duração da avença, a ser convertido pelo preço da soja na data em que ocorreu a violação contratual.

CLÁUSULA TRINTA - Os **ARRENDATÁRIOS** ficam obrigados a procederem à abertura de inscrição estadual junto ao órgão competente, sendo a retirada de produtos obrigatória para essa inscrição.

CLÁUSULA TRINTA E UM - Por ocasião do término do contrato, os **ARRENDATÁRIOS** se obrigam a darem baixa na inscrição estadual aberta para exploração da área arrendada no prazo de 10 (dez) dias da desocupação, sob pena de infração contratual.

CLÁUSULA TRINTA E DOIS - Os **ARRENDADORES** declaram que estão em dia com as contribuições sociais e previdenciárias referentes ao imóvel.

CLÁUSULA TRINTA E TRÊS - Fica estabelecido entre as partes que os **ARRENDATÁRIOS** ingressarão na posse da gleba arrendada apenas a partir de 31 de março de 2022, e caso houver desistência do negócio por parte destes, antes da posse, responderão pela quantidade de 2.000 (duas mil) sacas de soja de 60 (sessenta) kg.

CLÁUSULA TRINTA E QUATRO - Poderão os **ARRENDATÁRIOS** após as assinaturas do presente, a iniciarem os preparativos das referidas áreas.

CLÁUSULA TRINTA E CINCO - O presente contrato não se rescindirá por morte de qualquer uma das partes contratantes, ficando seus herdeiros ou sucessores a qualquer título, obrigados a cumpri-lo em todas as suas cláusulas e condições e é intransferível, salvo anuência expressa dos contratantes.

Maria Érika. 12 Mauro

Vera Daniela Daiane

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS
525618

respeitado o Parágrafo Primeiro da Cláusula Doze, sendo assim o presente contrato é irrevogável e irretratável para ambas as partes, incluindo-se os herdeiros ou sucessores, no caso de falecimento de qualquer dos contratantes, obrigando-se ao total cumprimento das cláusulas ora pactuadas.

CLÁUSULA TRINTA E SEIS - Fica eleito o foro da Comarca de **ARAÇATUBA/SP**, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato, não obstante a idoneidade e sinceridade de propósitos de ambas as partes.

E assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento, perante duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma.

Araçatuba – SP, 22 de junho de 2021.

2.º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE ARAÇATUBA
Oficial: JOÃO BRAZ FERRER
Rua Carlos Gomes, 58 - Centro - CEP 16.010-210 - Fone: (18) 3623-4811

RECONHECO por SEMELHANÇA C/ VALOR DECLARADO 2 firmas
ALINE BARBOSA SOUZA E SERGIO DE MELO E SOUZA
Araçatuba, 12 de julho de 2021.
Em test. da verdade. Pz: 5
JORGE LUIS NOGUEIRA SALESSE - ESCREVENTE
Vlr:R$ 21,04./C:3008671 Selo(s): 0049AA-149299

C20049AA0149299

ARRENDADORES:

SÉRGIO DE MELO E SOUZA

ALINE BARBOSA SOUZA

ARRENDATÁRIOS:

SIDNEY PINTO DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO

6.º TABELIONATO DE NOTAS

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MARINGÁ

Selo Digital nº 01879310AA00000054121215. Consulte em http://tjonline.pr.gov.br/consulta
Reconheço por **Semelhança** as assinaturas de **SIDNEY PINTO DE MELLO, MARA VIOLIN DE MELLO.** Dou fé. "3069 "7475B"
Maringá/PR, **05 de julho de 2021**
Em test. da verdade
LIDIANA ROSA CUNHA PEREIRA Escrevente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

EDSON PINTO DE MELLO

VERA LÚCIA GALLO DE MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

DANIELA PEREIRA BAPTISTA SILVA

MARCON ANTÔNIO DE MELLO

ÉRICA NATÁLIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELO

TESTEMUNHAS:

Nome: RICARDO BARBOSA SOUZA

RG: 44.949.940-6

CPF: 388.299.098-82

Nome: OLÍMPIA SOUZA DE PAULA

RG: 46.286.696-6

CPF: 392.280.408-07

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MARINGÁ

Selo Digital nº 1187934CV4A000000541232I0, Consulte em http://kosus.funarpen.com.br/consulta
Reconheço por Semelhança as assinaturas de **EDSON PINTO DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO.** Dou fé. "1i089 "1449996"
Maringá/PR, **05 de julho de 2021**
Em Testº da Verdade
JULIANA ROSA CUNHA PEREIRA Escrevente

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MARINGÁ

Selo Digital nº 1187934CV4A000000541162II, Consulte em http://kosus.funarpen.com.br/consulta
Reconheço por Semelhança as assinaturas de **DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO e ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO.** Dou fé. "0069 "1479285"
Maringá/PR, **05 de julho de 2021**
Em Testº da Verdade
Juliana Rosa Cunha Pereira
Escrevente Juramentada

05 JUL 2021

2.º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE ARAÇATUBA - SP.
Oficial: JOÃO BRAZ FERRER

RECONHEÇO por SEMELHANÇA c/ VALOR DECLARADO 2 (firma(s) de(l)
OLIMPIA SOUZA DE PAULA E RICARDO BARBOSA SOUZA.
Araçatuba, 12 de julho de 2021.
Em test. da verdade. P:
JORGE LUIS [illegible] SALESSE - ESCREVENTE
Vlr:R$ 21,04. C:1068645 Selo(s): 0[illegible]

112458
C20049AA0149294

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - MARINGÁ - PR
Atila Brandi de Oliveira - Agente Delegado
Av. XV de Novembro, 331 (44) 3029-9453

PROTOCOLADO E REGISTRADO
LIVRO B - DIGITALIZADO
Nº 525.618
Maringá-PR, 09 de agosto de 2021

Cyliele T.E.N. de Oliveira
Esc. Autorizada

Selo Digital-1812086CV[illegible]122221V
Valide o Selo Digital em http://www.funarpen.com.br

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - MARINGÁ - PR
Atila Brandi de Oliveira - Agente Delegado
Av. XV de Novembro, 331 (44) 3029-9453

REGISTRO PARA FINS DE GUARDA E CONSERVAÇÃO, NÃO PRODUZINDO OS EFEITOS DE COMPETÊNCIA DO REGISTRO DE IMÓVEIS.

Lei nº 6.015/73-Art.127-VII e Código de Normas CGJ, Art. 435-VII

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492.675
MARINGÁ - PR

ARRENDAMENTO DE TERRAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRICOLA

POR ESTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, QUE ENTRE SI FAZEM, AS PARTES, **SERGIO DE MELO E SOUZA**, BRASILEIRO, CASADO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 6.494.606 – SSP/SP, CPF: Nº 958.465.578-72, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA CARLOS GOMES Nº 416, APTO 14, BAIRRO CENTRO, CEP:16.010-310, COMARCA DE ARAÇATUBA – SP, **Sra. ALINE BARBOSA SOUZA**, BRASILEIRA CASADA, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CEDULA DE IDENTIDADE RG: Nº13.6643255 - SSP/SP, CPF:074.694.428 47, REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA CARLOS GOMES Nº416,APTO 14, BAIRRO CENTRO, CEP:16.010-310, ARAÇATUBA – ESTADO DE SÃO PAULO, A SEGUIR DENOMINADOS **ARRENDADORES**. E, DO OUTRO LADO OS SENHORES E SENHORAS, **SIDNEY PINTO DE MELLO**, BRASILEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº3.747.013-9 – SSP/PR, CPF:669.115.919-53,CASADO EM COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS COM **MARA** VIOLIN DE MELLO, DOMOCILIADO NA AVENIDA DAS PALMEIRAS Nº98, CEP:87.023.160, MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28 % SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **MARA VIOLIN DE MELLO**, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 4.566.749-9 – SSP/PR, CPF:037,819.239-74, CASADA EM COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS COM SIDNEY PINTO DE MELLO, RESIDENTES E DOMOCILIADOS NA AVENIDA DAS PALMEIRAS Nº98, CEP:87.023.160, MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,30% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **MARCO ANTÔNIO DE MELLO**,BRASILEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG:Nº9.428.103 2-SSP/PR, CPF:064.020.619-05,CASADO EM REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS COM ERIKA NATÁLIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO, BRASILEIRA,DO LAR, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG:Nº12.534.147-0-SSP/PR, CPF Nº 087.981.409-81, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA AVENIDA DAS PALMEIRAS Nº98, CEP 87.023.160, MARINGÁ – ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **EDSON PINTO DE MELLO**, BRASILEIRO, AGROPECUARISTA,PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG:Nº433.679.86 – SSP/PR, CPF Nº 669.115.089-91, CASADO EM REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS COM VERA LÚCIA GALLO DE MELLO, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA ESTRADA LOMBO, LOTE 21-A-ZONA RURAL, MARINGÁ-PR, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **VERA LÚCIA GALLO DE MELLO**, BRASILEIRA, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 389.694-80 – SSP/PR, CPF Nº 614.594.029-87, CASADA EM REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL COM EDSON PINTO DE MELLO, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA ESTRADA LOMBO, LOTE 21-A-ZONA RURAL, MARINGÁ-PR, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG Nº 12.615.400-3,SSP/PR, CPF: 989.692.479-39, RESIDENTE E DOMICILIADO NA ESTRADA LOMBO,LOTE 21-A ZONA RURAL,MARINGÁ-PR, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28 % SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO E O SENHOR **PAULO PINTO DE MELLO NETO**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG: Nº11.001.448-1 SSP/PR, CPF: Nº 084.709.739-09, RESIDENTE E DOMICILIADO NA AVENIDA DAS PALMEIRAS 98, CEP 87.023.160, MARINGA – ESTADO DO PARANA, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO, A SEGUIR DENOMINADOS **ARRENDATÁRIOS E INTERVENIENTES GARANTIDORES**, FIRMAM O PRESENTE CONTRATO DE ARRENDAMENTO QUE SERÁ REGIDO PELO QUE ESTÁ EXPRESSO NAS CLÁUSULAS A SEGUIR:

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS ARAÇATUBA
15057
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
MARINGÁ - PR

CLÁUSULA PRIMEIRA: OS **ARRENDADORES** SÃO LEGITIMOS POSSUIDORES E PROPRIETÁRIOS DE UM IMOVEL RURAL, CONHECIDO E DENOMINADO POR **FAZENDA SÃO FRANCISCO** NO MUNICÍPIO DE **CAMPINÁPOLIS, ESTADO DO MATO GROSSO,** COM **UMA AREA DE 2.539,30. 43 HA** (DOIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E NOVE HECTARES, TRINTA ARES E QUARENTE E TRÊS CENTIARES). CONFORME **MATRICULA Nº 1.140,** FICHA 01, DO CARTORIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPINÁPOLIS-MT-1º OFICIO, DEVIDAMENTE CADASTRADO NO **INCRA, SOB Nº 950.076.417.602-8** E ATRAVÉS DE INSTRUMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA: OS **ARRENDADORES** ARRENDAM AOS **ARRENDATÁRIOS UMA GLEBA DE TERRAS DA ÁREA DESTACADA DA MATRÍCULA ACIMA MENCIONADA, DE 50,00 (CINQUENTA) HECTARES, DENOMINADA FAZENDA SÃO FRANCISCO.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O PRESENTE CONTRATO DE **ARRENDAMENTO** É CELEBRADO PELO POR UM **PERIODO QUE SE INICIA EM 15 DE MAIO DE 2018, COM TÉRMINO NO DIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 2026,** PODENDO SER PRORROGADO, SE ASSIM ACORDAREM AS PARTES, ATRAVES **DE INTERRELAÇÃO** PELO MENOS COM 90(NOVENTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA.

PARAGRÁFO SEGUNDO: OS **ARRENDATÁRIOS,** NA EVENTUALIDADE DE NÃO RENOVAREM O CONTRATO DE ARRENDAMENTO, DEVERÃO RESTITUIR A GLEBA ARRENDADA COMPLETAMENTE DESOCUPADA PROCEDENDO AO LEVANTAMENTO DE TODAS AS BENFEITORIAS QUE EVENTUALMENTE TENHAM REALISADOS, BEM COMO OS EVENTUAIS BENS CEDIDOS PELOS **ARRENDADORES,** SALVO A MANUNTENÇÃO DAS CERCAS QUE DEVERÃO FICAR FINCADAS NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO.

ESTE CONTRATO ASSEGURA A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, EM OBSERVÂNCIA AS NORMAS DO Art. 13, II, III, IV, V e VI do DECRETO Nº 59.566/66.

ESTE CONTRATO ASSEGURA A PROTEÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS ARRENDATÁRIOS, EM OBSERVÂNCIA ÀS NORMAS DO Art. 13, VII do DECRETO Nº 59.566/66.

A PRORROGAÇÃO OU RENOVAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO SERÁ REGULADA PELO ESTATUTO DE TERRA E PELO DECRETO Nº 59.566/66 E LEGISLAÇÃO POSTERIOR.

CLÁUSULA TERCEIRA: OS **ARRENDATÁRIOS** UTILIZARÃO O IMÓVEL ARRENDADO, EM SUA TOTALIDADE, COM A ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO AGRICOLA.

PARAGRÁFO PRIMEIRO: OS **ARRENDATÁRIOS** FARÃO A CORREÇÃO DO PH DA TERRA, PARA PRODUÇÃO DA LAVOURA E PLANTAÇÃO, MANUNTENÇÃO E COLHEITA, RESPONSABILIZANDO-SE POR CONTA E RISCO, EVITANDO-SE ACONTECIMENTOS COMO A EROSÃO. PORTANTO, OBJETIVANDO-SE A UTILIZAÇÃO MÁXIMA DO SOLO, VISANDO CONTUDO À SUA CONSERVAÇÃO.

PARAGRÁFO SEGUNDO: NA DATA DE VERIFICAÇÃO DO TERMO DO CONTRATO, OU SEJA, NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2026, OS **ARRENDATÁRIOS** NÃO PODERÃO EFETUAR O PLANTIO DA SAFRA DE VERÃO DO RESPECTIVO ANO, PODENDO CONTUDO, ULTIMAR (COMPLETAR) COLHEITA REMANESCENTE DO ANO.

RTD ARAÇATUBA
DOCUMENTO DIGITALIZADO
15 05 77

PARAGRÁFO TERCEIRO: EM CONTRAPARTIDA À UTILIZAÇÃO DA ÁREA, OS ARRENDATÁRIOS SE OBRIGAM AOS SEGUINTES PAGAMENTOS EM FAVOR DOS ARRENDADORES NA FORMA A SEGUIR:

A) 4(QUATRO) SACAS DE SOJAS DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTES A SAFRA 2018/2019, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2019;

B) 6(SEIS) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2019/2020, SEREM ENTREGUES ATÉ DO DIA 15 DE ABRIL DE 2020;

C) 7(SETE) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2020/2021, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL 2021;

D) 8(OITO) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2021/2022, A SEREM ENTREGUE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2022;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
MARINGÁ - PR

E) 9(NOVE) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2022/2023, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2023;

F) 10(DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2023/2024, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2024;

G) 10(DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA DE 2024/2025, A SEREM ENTREGUE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2025;

H) 10(DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2025/2026, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2026.

PARAGRÁFO QUARTO: PARA EFEITOS DA TOTALIDADE DE RENDA QUE DEVERÃO SER PAGAS PELOS ARRENDATÁRIOS SERÃO OBSERVADAS A TOTALIDADE DE HECTARES OBJETO DO **ARRENDAMENTO**, INDEPENDENTE DA QUANTIDADE DE HECTARES PLANTADOS.

PARAGRÁFO QUINTO: É DE RESPONSABILIDADE DOS **ARRENDATÁRIOS** O PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES LEGAIS QUE VENHAM A RECAIR SOBRE O IMÓVEL (ITR, CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, CCIR E LUZ – ENERGIA ELÉTRICA), ALÉM DE TODOS OS SALÁRIOS E DESPESAS DOS FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS DURANTE A VIGÊNCIA DESTE CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA: O PAGAMENTO DAS RENDAS MENCIONADAS ACIMA DEVERÁ SER DEPOSITADO EM LOCAL ESCOLHIDO PELOS **ARRENDADORES**, QUE SE COMPROMETEM A INFORMAR AOS ARRENDATÁRIOS, O LOCAL COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30(TRINTA) DIAS.

CLÁUSULA QUINTA: O PRODUTO SERÁ ENTREGUE EM SACAS DE 60 Kg (SESSENTA QUILOS) SOJA TIPO INDÚSTRIA E DEVERÁ ATENDER AS PORCENTAGENS QUALITATIVAS DE, NO MÁXIMO, 14% (QUATORZE POR CENTO) DE UMIDADE, 1% (UM POR CENTO) DE IMPUREZA E 8% (OITO POR CENTO) DE ARDIDOS E/OU AVARIADOS.

CLÁUSULA SEXTA: É OBRIGATÓRIA A UTILIZAÇÃO DE INSUMOS, ADUBOS E DEFENSIVOS NA ÁREA PLANTADA DE ACORDO COM A LEI VIGENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA: CON O ADVENTO DO PRAZO ESTABELECIDO DO *CAPUT* DA CLAUSULA TERCEIRA E PARAGRÁFOS, O CONTRATO SE DARÁ POR RESCINDIDO AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO OU INTERPELAÇÃO DOS **ARRENDATÁRIOS**. SENDO QUE A NEGATIVA NA RESTITUIÇÃO DA POSSE CONSTITUIR-SE-Á EM ESBULHO POSSESSÓRIO.

CLÁUSULA OITAVA: AO FINAL DO TERMO PREVISTO NO *CAPUT* DA CLÁUSULA SEGUNDA, OS **ARRENDATÁRIOS** SE OBRIGAM A RESTITUIR IMEDIATAMENTE A POSSE DO IMÓVEL LEVANTANDO TODAS AS BENFEITORIAS, NOS TERMOS EXPRESSOS DO PARAGRÁFO ÚNICO DA CLÁUSULA 3ª, PARAGRÁFO ÚNICO, SOB PENA DE INCORRER EM ESBULHO POSSESSÓRIO A SUJEITAR-SE ÀS MEDIAS JUDICIAIS CABIVEIS.

CLÁUSULA NONA: HAVENDO INADIMPLÊNCIA DOS **ARRENDATÁRIOS**, QUE SE VERIFICARÁ PELA FALTA DE PAGAMENTO DAS RENDAS OU VIOLAÇÃO DE QUAISQUER DAS OBRIGAÇÕES NESTE ATO ASSUMIDAS, OS **ARRENDADORES** NOTIFICAR-LHES-ÃO EXTRAJUDICIALMENTE PARA PURGAR A MORA NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, SEM O QUE OPERAR-SE-Á DE PLENO DIREITO A RESCISÃO DO CONTRATO, PERDENDO OS **ARRENDATÁRIOS** DE IMEDIATO A POSSE DO IMÓVEL ARRENDADO, COMO TAMBEM QUAISQUER PARCELAS PAGAS POR CONTA DO PREÇO PACTUADO ATÉ À ÉPOCA DO INADIMPLEMENTO.

RTD ARAÇATUBA
DOCUMENTO DIGITALIZADO
150577

PARÁGRAFO ÚNICO: A REALIZAÇÃO DE QUALQUER BENFEITORIA NA ÁREA ORA ARRENDADA, SEJA NECESSÁRIA, ÚTIL OU VOLUPTUÁRIA, SÓ PODERÁ SER FEITA COM A EXPRESSA ANUÊNCIA DO **ARRENDADOR**, COMPROMETENDO-SE OS **ARRENDATÁRIOS** A LEVANTÁ-LAS NO TERMO FINAL DO CONTRATO, SENDO QUE, EM RELAÇÃO ÀS BENFEITORIAS EM QUE PORVENTURA NÃO SEJA POSSIVEL O LEVANTAMENTO, OS **ARRENDATÁRIOS**, NESTE ATO, **DECLARAM** SUA EXPRESSA E IRREVOGÁVEL RENÚNCIA AO DIREITO DE INDENIZAÇÃO, NÃO LHES CABENDO DIREITO DE RETENÇÃO DO IMÓVEL, QUE DEVERÁ SER RESTITUÍDO INCONTINENTI AO FINAL DO TERMO PREVISTO NESTE INSTRUMENTO OU **ENTÃO EM** CASO DA [illegible] CONTRATUAL SOB PENA DE CONFIGURAÇÃO DE ESBULHO POSSESSÓRIO.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
MARINGÁ - PR

CLÁUSULA DÉCIMA. OS **ARRENDATÁRIOS** OBRIGAM-SE A OBSERVAREM AS NORMAS TÉCNICAS DE PROFISSIONAIS HABILITADOS, VISANDO A CONSERVAÇÃO DO SOLO E O COMBATE À EROSÃO, UTILIZANDO-SE DE TÉCNICAS DE PLANTIO, APLICAÇÃO DE **FERTILIZANTES**, ADUBOS E CORRETIVOS, DE SORTE A IMPEDIR O ESGOTAMENTO DO SOLO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: NA ÁREA **ARRENDADA** SÓ PODERÃO SER CULTIVADOS GÃOS DE SOJA, MILHO, ALGODÃO OU OUTRA CULTURA QUE SEJA DO INTERESSE DOS **ARRENDATÁRIOS**, OBSERVADA A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO SOLO, BEM COMO UTILIZAÇÃO DOS MEIOS ADEQUADOS PARA CULTIVO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS ARRENDATÁRIOS ASSUMEM A TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS CONSEQUÊNCIAS CASO UTILIZE SEMENTES TRANSGÊNICAS, SENDO OS ÚNICOS RESPONSÁVEIS PELA SUA UTILIZAÇÃO, OBRIGANDO-SE A RESPEITAR TODOS OS DIPLOMAS LEGAIS QUE TRATAM DA MATÉRIA, INCLUSIVE SUSPENDENDO SEU USO EM CASO DE LEI PROIBITIVA. SENDO QUE OS ARRENDADORES NÃO RESPONDERÃO, SOB QUALQUER ASPECTO, POR EVENTUAIS ÔNUS EM DECORRÊNCIA DO PLANTIO NESSAS CONDIÇÕES.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: NA EVENTUALIDADE DE FALECIMENTO DE QUALQUER UM DOS **ARRENDATÁRIOS**, OS DEMAIS ASSUMIRÃO OS DEVERES OBRIGACIONAIS CONTRATADOS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: OS **ARRENDATÁRIOS SE** OBRIGAM A MANTER O IMÓVEL COMO SE FOSSEM SEU, **EM** ESPECIAL AS CERCAS LINDEIRAS LIMPAS E ROÇADAS E AS ESTRADAS DE ACESSO AO LOCAL CONSERVADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A GLEBA **ARRENDADA** ESTARÁ SUJEITA A VISTORIA POR PARTE DOS **ARRENDADORES** OU SEUS PREPOSTOS, QUE PODERÃO FISCALIZÁ-LA, A QUALQUER TEMPO, PARA VERIFICAÇÃO QUANTO A SUA UTILIZAÇÃO PARA OS FINS ESPECIFICADOS NESTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO OU AUTORIZAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: NA EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA ÁREA **ARRENDADA**, NÃO RESPONDERÃO OS **ARRENDADORES EM HIPÓTESE ALGUMA PELAS** RELAÇÕES TRABALHISTAS CORRESPONDENTES, QUE FICARÃO A CARGO E COMANDO DOS **ARRENDATÁRIOS** COM EXCLUSIVIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CASO VENHA O **ARRENDADOR** RESPONDER POR RELAÇÕES TRABALHISTAS, DEVERÃO, OS ARRENDATÁRIOS, INDENIZÁ-LO NA TOTALIDADE DAS QUANTIAS DESPENDIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO A HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DESPESAS PROCESSUAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FICAM OS **ARRENDATÁRIOS** E SEUS FUNCIONÁRIOS AUTORIZADOS A CIRCULAREM NA ÁREA DA FAZENDA SÃO FRANCISCO PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, OU SEJA, NA ESTRADA DE ACESSO À ÁREA ARRENDADA RESSALVANDO, CONTUDO, A PROIBIÇÃO DE INTERFERÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO E USO DA PARTE DO IMÓVEL QUE NÃO ENGLOBA OS FINS DO PRESENTE CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: OS **ARRENDATÁRIOS** FICARÃO RESPONSÁVEIS POR QUALQUER DANO NA ÁREA, INCLUSIVE OS PRATICADOS POR SEUS FUNCIONÁRIOS E/OU ATÉ MESMO EM CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

RTD ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O(S) APARELHO(S) PULVERIZADOR(ES) A SER(EM) UTILIZADO(S) PELOS **ARRENDATÁRIOS** NÃO PODERÃO CAPTAR ÁGUA DOS RECURSOS NATURAIS EXISTENTES NA PROPRIEDADE OBJETO DO CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: PARA A CAPTAÇÃO DA ÁGUA SERÁ UTILIZADA UMA CARRETA TANQUE, SENDO QUE O MANUSEIO DOS VENENOS NUNCA PODERÁ SER FEITO PERTO DA SEDE OU DOS MANANCIAIS DE ÁGUA DA FAZENDA OU AINDA DOS RIOS, CÓRREGOS E NASCENTES DA PROPRIEDADE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O ABASTECIMENTO DOS PULVERIZADORES COM VENENO DEVERÁ SER FEITO EXCLUSIVAMENTE NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO DE **ARRENDAMENTO** ORA CELEBRADO, SOBPENA DE INFRAÇÃO CONTRATUAL E RESCISÃO INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
MARINGÁ - PR

CLÁUSULA VIGÉSIMA: EVENTUAIS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS OU MULTAS, ELABORADOS POR TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESTADUAL OU FEDERAL QUE VIEREM A INCIDIR SOBRE A ÁREA OBJETO DO CONTRATO, A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA E SUBSEQUENTE TRANFERÊNCIA DE POSSE, EM ESPECIAL DO IBAMA, SERÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS **ARRENDATÁRIOS.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: CASO VENHA O **ARRENDADOR** RESPONDER POR TAIS ENCARGOS, SEJAM DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, SEJA DA ORIGEM AMBIENTAL, INCLUINDO-SE MULTAS, DEVERÃO OS **ARRENDATÁRIOS** INDENIZA-LO NA TOTALIDADE DAS QUANTIAS DESPENDIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DESPESAS PROCESSUAIS.

PARÁGRAFO SEGUNDO: OS **ARRENDATÁRIOS** SE COMPROMETEM A RESPEITAR AS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DEVIDAMENTE DEMARCADAS NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO, NOS TERMOS DE LEGISLAÇÃO VIGENTE, BEM COMO SE COMPROMETEM A NÃO REALIZAR, NESSES LOCAIS, QUALQUER FORMA DE PLANTAÇÃO OU EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA, SOB **PENA** DE RESPONDER PELOS DANOS QUE CAUSAREM SEM PREJUIZO A IMEDIATA RESCISÃO DO CONTRATO E DO PAGAMENTO DAS MULTAS QUE RECAIR SOBRE O IMÓVEL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: OS ARRENDADORES, **NESTE** ATO, DECLARAM QUE A PROPRIEDADE ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO REGULAR NO QUE DIZ RESPEITO ÀS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDÊNCIARIAS E IMPOSTOS FEDERAIS, ESTADUAIS, INCLUSIVE AMBIENTAIS (IBAMA).

CLÁUSUA VIGÉSIMA SEGUNDA: FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDO AOS ARRENDATARIOS TRASNFERIREM, CEDEREM OU SUBARRENDAREM O PRESENTE CONTRATO BEM COMO EMPRESTAREM O IMÓVEL OU PARTE DELE, SEM PRÉVIO E EXPRESSO CONSENTIMENTO DOS **ARRENDADORES**, ALÉM DE SER VEDADA A MUDANÇA DE DESTINAÇÃO DO BEM.

PARÁGRAFO ÚNICO: A VIOLAÇÃO DESTA CLÁUSULA IMPORTARÁ NA IMEDIATA RESCISÃO DO CONTRATO, COM O CONSEQUENTE DESPEJO DOS **ARRENDATÁRIOS.**

CLAÚSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: FICA VEDADA AOS **ARRENDATÁRIOS** A CRIAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, TAIS COMO GALINHAS, VACAS, PORCOS, AINDA QUE SEJAM MANTIDOS CERCADOS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: OS **ARRENDATÁRIOS** NÃO PODERÃO UTILIZAREM-SE DE QUALQUER IMÓVEL OU ALOJAMENTO DA PROPRIEDADE FORA DA AREA OBJETO DE ARRENDAMENTO PARA SUA RESIDÊNCIA, SENDO QUE DEVERÃO TOMAR AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA TANTO, SEM QUE ISSO INCORRA EM QUALQUER DESPESA PARA OS ARRENDADORES, OBSERVADO AINDA NO QUE DIZ RESPEITO ÀS BENFEITORIAS, O DISPOSTO PELO PARAGRAFO ÚNICO DA CLÁUSULA NONA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: OS **ARRENDATÁRIOS** DECLARAM EXPRESSAMENTE QUE TÊM CONHECIMENTO DE QUE A ÁREA OBJETO DO PRESENTE CONTRATO NECESSITA DE CORREÇÃO DE SOLO, RECUPERAÇÃO DE EROSÕES E REALIZAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL E DEMAIS ATOS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS PARA INÍCIO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA QUE SERÃO REALIZADAS SEM ÔNUS PARA ARRENDADORES.

RTD ARAÇATUBA
DOCUMENTO DIGITALIZADO
15 0577

PARÁGRAFO ÚNICO: EM VIRTUDE DE PREVISÃO DO CAPUT DESTA CLÁUSULA OS ARRENDATÁRIOS DECLARAM E RELEITAM EXPRESSAMENTE QUE NADA TÊM A EXIGIREM DOS ARRENDADORES PELOS INVESTIMENTOS QUE SERÃO FEITOS NO SOLO DE PROPRIEDADE.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
MARINGÁ - PR

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: FICAM OS ARRENDATÁRIOS AUTORIZADOS A DAREM EM PENHOR A PRODUÇÃO RELATIVA A 50,00 HA (CINQUENTA HECTARES), CONFORME PREVISTO NA CLÁUSULA 02, DESDE QUE NÃO COMPROMETA O PAGAMENTO DAS RENDAS ORA PACTUADO. NO PARÁGRAFO QUARTO DA CLÁUSULA 3ª PARAGRAFO 3º, REFERENTE AOS ITENS DE "A" A "H". OS ARRENDANTES, OBRIGAM-SE DESDE JÁ CEDER ANUÊNCIA AOS ARRENDATÁRIOS PELO PRAZO DE DURAÇÃO DESTE CONTRATO, SOMENTE AO BANCO DO BRASIL S/A, PARA QUE ESTE EFETUE FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO "FIXO E SEMI FIXO" E/OU CUSTEIO AGRÍCOLA, CORRETIVO PARA O SOLO, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, MODERINFRA, MODERAGRO, FINAME, MODERFROTA, ABC (AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO), INVESTIMENTO E/OU CUSTEIO FINANCIÁVEIS PELO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO OESTE (FCO),NOS SEGUINTES TERMOS:

Ao

Banco do Brasil S.A.

Agência Estilo/Maringá-PR
Sr. Gerente Geral,

1. Autorizo(amos), também, o(s) aludido(s) senhor(es) a oferecer, em garantia de financiamentos a ele(s) concedidos por esse Banco, durante toda a sua vigência (safra(s) 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025, 2025/2026, , a totalidade da produção a ser auferida por conta do(s) empreendimento(s) financiado(s) no referido imóvel, bem como os materiais agrários, benfeitorias e semoventes de sua propriedade ali localizados.

2. Estou(amos) ciente(s) de que o penhor dos produtos dados em garantia em cada safra, previstos no item precedente, valerá pelo prazo da respectiva obrigação garantida, em conformidade com o artigo 1.439 do Novo Código Civil (Lei 10.406, de 10.01.2002).

3. Autorizo(amos) ainda referido(s) arrendatário(s) (ou o que for) a destinar, prioritariamente, sob renúncia plena de todos os direitos sobre os bens, o produto oriundo da venda da produção financiada, e/ou de bens vinculados, à liquidação dos respectivos débitos contraídos, antes mesmo do pagamento do Arrendamento a que fará(emos) jus a título de arrendamento.

4. Declaro(amos) ciente(s) do direito que assiste esse Banco de fiscalizar os empreendimentos financiados e vistoriar, por conseguinte, os bens vinculados, localizados na mencionada propriedade, concordando que dito bens ali permaneçam até a final liquidação das dívidas pertinentes, mantendo-se essa condição mesmo no caso de alienação do imóvel.

5. "O presente contrato é irrevogável e irretratável para ambas as partes, incluindo-se os herdeiros ou sucessores, no caso de falecimento de qualquer dos contratantes, obrigando-se agora ao total cumprimento das cláusulas ora pactuadas."

Validade desta autorização: 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

RTD ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
MARINGÁ - PR

Referente ao roteiro e coordenadas do imóvel, objeto deste contrato:

Roteiro de Acesso:

ESTANDO NA CIDADE DE CAMPINAPOLIS-MT APÓS O PARQUE DE EXPOSIÇÕES, SEGUIR ATÉ COMEÇAR A MT 251, SEGUIR ATÉ O KM 56, A ONDE TERÁ UMA BIFURCAÇÃO, VIRARA DIREITA NO SENTIDO A NOVO SÃO JOAQUIM E SEGUIR POR MAIS 14 KM ESTARA CHEGANDO NA FAZENDA SÃO FRANCISCO (DE FRONTE À UMA VENDA.



COORDENADAS DO PERÍMETRO DA ÁREA:

RTD ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
497675
MARINGÁ - PR

PONTOS	SUL	OESTE
P1	14º 40' 41,87622"	52º 53' 39,57092"
P2	14º 41' 11,64230"	52º 53' 28,94165"
P3	14º 41' 21,06380"	52º 53' 49,35063"
P4	14º 41' 01,56874"	52º 53' 52,46799"

PARÁGRAFO PRIMEIRO: OS ARRENDADORES DECLARAM QUE NÃO SERÁ INSTITUÍDA HIPOTECA SOBRE O IMÓVEL OBJETO DO PRESENTE CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: A GARANTIA DO PAGAMENTO SERÁ EFETUADA COM BASE NAS SAFRAS, INDEPENDENTEMENTE SE COLHIDAS OU NÃO. O NÃO PAGAMENTO NAS DATAS PREVISTAS IMPORTARÁ EM AÇÃO JUDICIAL PARA O RECEBIMENTO DO EXPOSTO NO CONTRATO, ARCANDO OS ARRENDATÁRIOS POR TODAS AS DESPESAS QUE VIEREM A CAUSAR, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE AOS BENEFÍCIOS DOS ARTIGOS 627, 880, 884 E 935, DO CÓDIGO CÍVIL BRASILEIRO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: QUALQUER INFRAÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DOS ARRENDATÁRIOS OBRIGAR-LHES-ÃO A PAGAREM, A TÍTULO DE MULTA, O CORRESPONDENTE A 25% (VINTE CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO, RESERVANDO-SE OS ARRENDADORES A UTILIZAR-SE DAS MEDIDAS JUDICIAIS CABÍVEIS, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CALCULADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: POR VALOR TOTAL DO CONTRATO ENTENDE-SE A SOMA DE TODAS AS RENDAS A SEREM PAGAS NO PERÍODO DE DURAÇÃO DA AVENÇA, A SER CONVERTIDO PELO PREÇO EM SOJA NA DATA EM QUE OCORRER A VIOLAÇÃO CONTRATUAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: OS ARRENDATÁRIOS FICAM OBRIGADOS A PROCEDEREM À ABERTURA DE INSCRIÇÃO ESTADUAL JUNTO AO ÓRGÃO COMPETENTE, SENDO A RETIRADA DE PRODUTOS OBRIGATÓRIA PARA ESSA INSCRIÇÃO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: POR OCASIÃO DO TÉRMINO DO CONTRATO OS ARRENDATÁRIOS SE OBRIGAM A DAREM BAIXA NA INSCRIÇÃO ESTADUAL ABERTA PARA EXPLORAÇÃO DA ÁREA ARRENDADA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS DA DESOCUPAÇÃO, SOB PENA DE INFRAÇÃO CONTRATUAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: OS ARRENDADORES DECLARAM QUE ESTÃO EM DIA COM AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS REFERENTES AO IMÓVEL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: FICA ESTABELECIDO ENTRE AS PARTES QUE OS ARRENDATÁRIOS INGRESSARÃO NA POSSE DA GLEBA ARRENDADA **A PARTIR DE 15 DE MAIO DE 2018.** EM CASO HOUVER DESISTÊNCIA DO NEGÓCIO POR PARTE DESTES **ANTES DA POSSE,** RESPONDERÃO PELA QUANTIDADE DE 1.000 SACAS DE SOJA DE 60 KG.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: PODERÃO OS ARRENDATÁRIOS APÓS AS ASSINATURAS DO PRESENTE, A INICIAREM OS PREPARATIVOS DAS REFERIDAS ÁREAS.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: O PRESENTE CONTRATO NÃO SE RESCINDIRÁ POR MORTE DE QUALQUER UMA DAS PARTES CONTRATANTES, FICANDO SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES A QUALQUER TÍTULO, OBRIGADO A CUMPRÍ-LO EM TODAS AS SUAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES E É INTRANSFERÍVEL, SALVO ANUÊNCIA EXPRESSA DOS CONTRATANTES, RESPEITADA O PARÁGRAFO PRIMEIRO DA CLÁUSULA DÉCIMA, PARÁGRAFO PRIMEIRO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: FICA ELEITO O FORO DA COMARCA DE ARAÇATUBA-SP, PARA DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS ORIUNDAS DESTE CONTRATO, NÃO OBSTANTE A IDONEIDADE E SINCERIDADE DE PROPÓSITOS DE AMBAS AS PARTES.

RTD ARAÇATUBA
DOCUMENTO DIGITALIZADO
150577

E ASSIM, POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO, PERANTE DUAS TESTEMUNHAS, EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA.

ARAÇATUBA-SP, 15 de Maio de 2018.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
MARINGÁ - PR

ARRENDADORES:

SERGIO DE MELO E SOUZA

ALINE BARBOSA SOUZA

ARRENDATÁRIOS:

SIDNEY PINTO DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO

EDSON PINTO DE MELLO

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

MARCO ANTONIO DE MELLO

PAULO PINTO DE MELLO NETO

ERIKA NATÁLIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO

RTD ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

TESTEMUNHAS:

2.º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE ARAÇATUBA - SP

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO
TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - MARINGÁ - PR
Av. XV de Novembro, 331 (44) 3029-9453

PROTOCOLADO E REGISTRADO
LIVRO B - DIGITALIZADO
Nº 492.675
Maringá-PR, 02 de outubro de 2018.

Alexandre Xavier Tamarozzi
Esc. Autorizado

Selo Digital [illegible]
Valide o Selo Digital em http://www.funarpen.com.br

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MARINGÁ - PR

Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Araçatuba - SP
Marcelo Augusto Santiano de Melo
oficial

Prenotado sob n. **97861** em 20/09/2018
Registrado e microfilmado em
26/09/2018 no Livro B
sob o n. **160577**

José Roberto Malfara Junior
Escrevente Autorizado

Total de custas **$1,23**

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Marcelo Augusto Santiano de Melo
OFICIAL

Rua Torres Homem,136 - Araçatuba - SP cep: 16010-360
fone: (18) 3609-9290

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO DE DOCUMENTOS
ANEXO

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS

COMARCA DE MARINGÁ - PR
Maria Regina Pereira Boeira
TITULAR
AV. [illegible] MORAES 228 ZONA 07 FONE (44) 3227 3022 / 3023-3029 MARINGÁ PR

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
MARINGÁ - PR

Protocolo 6448 Livro 109-P Folha 175/176

CARTÓRIO MARIA REGINA
Maria Regina Pereira Boeira
Titular
FONE/FAX (44) 3227-3022 3023-3029

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: MARCO ANTONIO DE MELLO E SUA MULHER E OUTRO A FAVOR DE EDSON PINTO DE MELLO, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:

S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze (09/09/2014), nesta Cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial compareceram, como Outorgantes: **MARCO ANTONIO DE MELLO**, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.428.103-2-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 064.020.619-05, e sua mulher **ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO**, estudante, portadora da Carteira de Identidade RG nº 12.534.147-0-SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 087.981.409-81; ambos brasileiros, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, aos 06/04/2013, residentes e domiciliados na Avenida das Palmeiras, nº 98 – Parque das Palmeiras, nesta cidade; e, **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, solteiro, maior, nascido aos 21/12/1995, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.615.400-3-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 089.092.479-39, residente e domiciliado na Estrada Lombo - Lote nº 21-A - Zona Rural, nesta cidade; os presentes, juridicamente capazes, reconhecidos e identificados como os próprios por mim Maria Regina Pereira Boeira, Titular, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E, pelos Outorgantes, me foi dito que, por este instrumento e nos melhores termos de direito, nomeiam e constituem seu bastante procurador: **EDSON PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.356.798-6-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 669.115.089-91, residente e domiciliado na Estrada Lombo - Lote nº 21-A - Zona Rural, nesta cidade; a quem conferem amplos, gerais e ilimitados poderes abrir, movimentar e encerrar contas correntes e aplicações, mesmo de poupança, em quaisquer estabelecimentos bancários ou de crédito, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal - CEF, Banco ABN Amro Real S/A, Banco Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo, Banco Santander (Brasil) S/A, Banco Mercantil do Brasil S/A, Banco Cooperativo Sicredi S/A, Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB, em especial junto ao Banco do Brasil S/A., agência 3284-0, conta corrente nº 35.667-0, de titularidade de MARCO ANTONIO DE MELLO; e, agência 3513-2, conta corrente nº 43210-5, de titularidade de RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO; podendo requisitar, reconhecer e retirar saldos; extratos e talões de cheque; emitir, assinar, aceitar, receber, resgatar, endossar, sacar, descontar, cauccionar, reformar, registrar e protestar cheques, ordens de pagamento, letras de câmbio, duplicatas, faturas, notas promissórias e demais títulos de crédito; dar ordens e contra ordens; fazer cadastramento ou recadastramento; requerer a confecção ou cancelamento e ainda autorizar a retirada de cartões magnéticos ou de crédito, inclusive para movimentação bancária; fazer transferência de valores, criar, modificar ou bloquear senhas; fazer saques e retiradas, assinando o respectivo comprovante ou recibo; autorizar débitos e créditos, manuais ou automáticos; aceitar e assinar os contratos de abertura, elevação ou redução de limite de crédito, com todas as cláusulas e condições de estilo; movimentar as contas por qualquer meio, inclusive por meio eletrônico, requerer e autorizar qualquer modalidade de aplicação, retirar e representar cheques devolvidos, por qualquer que seja o motivo; receber correspondências bancárias, requerer, propalar, alegar, juntar, apresentar, desempenhar, protocolar, preencher e assinar documentos, inclusive

 Selo nº 1er.DLN6f.LaBG-WZvH.aSeA Consulte em http://funarpen.com.br

RTD ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO TIT. DOC. MARINGÁ
ANEXO

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS

COMARCA DE MARINGÁ - PR
Maria Regina Pereira Boeira
TITULAR
Av. [redacted] MORAES, 220 - ZONA 07 - FONE (44) 3027-3002 - 87020-002 - MARINGÁ - PR

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
029 2013 MARINGÁ PR
MARINGÁ - PR

Protocolo 6448 Livro 109-P Folha 175/176

formulários, guias, declarações, autorizações e requerimentos; prestar declarações e esclarecimentos; assinar aditivos de instrumentos de créditos; enfim, praticar, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, **sendo vedado o seu substabelecimento. Os outorgantes declaram que assumem toda a responsabilidade civil e penal, pelos documentos apresentados e pelas declarações aqui prestadas.** Pelos Outorgantes, me foi dito, finalmente, que aceitam esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disseram do que dou fé. A pedido, lavrei-lhes, a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorgam, aceitam e assinam, dispensando a presença das testemunhas instrumentárias neste ato, conforme faculta o CN 11.2.18, da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Registrada no Livro de Protocolo Geral sob nº 00006448/2014, nesta data. Eu, (a.), Maria Regina Pereira Boeira, Titular, que a digitei, conferi, subscrevo, dou fé e assino. Emolumentos : R$60,38 (VRC 384,62), Selo: R$0,47. JHC2. Selo Digital " n6fer.DLN8f.Lm8bS, Controle: 0nIvN.aSeA. Maringá-PR, 09 de setembro de 2014. (as.) MARCO ANTONIO DE MELLO, Outorgante. ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO, Outorgante. RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, Outorgante. Maria Regina Pereira Boeira, Titular. Nada mais. Trasladado em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, _____ Maria Regina Pereira Boeira, Titular, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testemunho _____ da verdade.

Maringá-PR, 09 de setembro de 2014.

CARTÓRIO MARIA REGINA
Maria Regina Pereira Boeira
Titular

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
n6fer.DLN8f.Lm8bS
Controle:
0nIvN.aSeA
Consulte este selo em
http://funarpen.com.br

Thaise Elliot Salvador
Escrevente Autorizado

Página 2 Selo n6fer.DLN8f.Lm8bS-0nIvN.aSeA Consulte em http://funarpen.com.br Última Página

RTD ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:11
Número do documento: 23080114565762600000120952580
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565762600000120952580
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:56:59

REGISTRO TIT. DOC. MARINGÁ
ANEXO

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO
MARIA REGINA

COMARCA DE MARINGÁ
Maria Regina Pereira Boeira
TITULAR
AV. PREFEITO ARGEMIRO, 226 - ZONA 07 - FONE (44) 3227-3022 - 3028-3022 - MARINGÁ - PR

Registro de Títulos e Documentos
492675
MARINGÁ - PR

Protocolo 111 | Livro 105-P | Folha 075/076

CARTÓRIO MARIA REGINA
2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
Maria Regina Pereira Boeira
Titular
Av. Prudente Morais, 250 - Maringá - PR
FONES: (44) 3227-3022 - 3028-3022

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: SIDNEY PINTO DE MELLO E SUA MULHER A FAVOR DE EDSON PINTO DE MELLO, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:

S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze (10/06/2014), nesta Cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial compareceram, como Outorgantes: **SIDNEY PINTO DE MELLO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.747.819-9/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 669.115.919-53 e sua mulher **MARA VIOLIN DE MELLO**, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 03185309557-DETRAN/PR, na qual consta Carteira de Identidade RG nº 4.566.749-9-SESP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 037.810.239-74, ambos brasileiros, agricultores, casados sob o regime de comunhão universal de bens, aos 18/09/1986, conforme Escritura Pública de Pacto Antenupcial registrada sob nº 4370, do Livro 3-E, do 3º Ofício de Registro de Imóveis, desta Comarca, residentes e domiciliados na Avenida das Palmeiras, nº 98 - Apartamento 01 - Parque Palmeiras, nesta cidade; os presentes, juridicamente capazes, reconhecidos e identificados como os próprios por mim Maria Regina Pereira Boeira, Titular, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E, pelos Outorgantes, me foi dito que, por este instrumento e nos melhores termos de direito, nomeiam e constituem seu bastante procurador: **EDSON PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.336.798-6/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 669.115.089-91, residente e domiciliado na Estrada Lombo, lote 21-A, Zona Rural, nesta cidade; a quem conferem amplos, gerais e ilimitados poderes para abrir, movimentar e encerrar contas correntes e aplicações, mesmo de poupança, em quaisquer estabelecimentos bancários ou de crédito, inclusive junto ao Banco do Brasil S.A., Banco Cooperativa Sicredi S.A., Caixa Econômica Federal - CEF, Banco ABN Amro Real S/A, Banco Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo, Banco Santander (Brasil) S/A, Banco Mercantil do Brasil S/A, Banco Cooperativo do Brasil s/A - BANCOOB, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB, em especial junto ao Banco do Brasil S.A., agência sob nº 3512-2, conta corrente sob nº 28.750-4, e, Banco Cooperativo Sicredi S/A, agência sob nº 0718, conta corrente sob nº 07857-3; podendo requisitar, reconhecer e retirar saldos; extratos e talões de cheque; emitir, assinar, aceitar, receber, resgatar, endossar, sacar, descontar, caucionar, reformar, repisitar e protestar cheques, ordens de pagamento, letras de câmbio, duplicatas, faturas, notas promissórias e demais títulos de crédito; dar ordens e contra ordens; fazer cadastramento ou recadastramento; requerer a conferção ou cancelamento e ainda autorizar a retirada de cartões magnéticos ou de crédito, inclusive para movimentação bancária; fazer transferência de valores, criar, modificar ou bloquear senhas; fazer saques e retiradas, assinando o respectivo comprovante ou recibo; autorizar debitos e créditos, manuais ou automáticos; aceitar e assinar os contratos de abertura, elevação ou redução de limite de crédito, com todas as cláusulas e condições de estilo, dar penhor em garantia, dar hipoteca em garantia; movimentar as contas por qualquer meio, inclusive por meio eletrônico, requerer e autorizar qualquer modalidade de aplicação; retirar e representar cheques devolvidos, por qualquer que seja o motivo, receber correspondências bancárias, [illegible] promover, alegar, juntar, apresentar, desembaraçar, protocolar, preencher e assinar documentos, inclusive formulários, guias, declarações, autorizações e requerimentos, prestar declarações e esclarecimentos, enfim, praticar, todos os demais atos necessários e

RTD ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO TD. EOC. MARINGÁ
ANEXO

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO
MARIA REGINA

COMARCA DE MARINGÁ
Maria Regina Pereira Boeira
TITULAR
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 220 - ZONA 07 - FONE (44) 3227-3022 3026-3023 - MARINGÁ - PR

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
MARINGÁ - PR

Protocolo 4111 Livro 105-P Folha 075/076

indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, **sendo vedado o seu substabelecimento. Os outorgantes declaram que assumem toda a responsabilidade civil e penal, pelos documentos apresentados e pelas declarações aqui prestadas.** Pelos Outorgantes, me foi dito, finalmente, que aceitam esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disseram do que dou fé. A pedido, lavrei-lhes, a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorgam, aceitam e assinam,dispensando a presença das testemunhas instrumentárias neste ato, conforme faculta o CN 11 2.18, da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Registrada no Livro de Protocolo Geral sob nº 000411/2014, nesta data. Eu, (a), Maria Regina Pereira Boeira, Titular, que a digitei, conferi, subscrevo, dou fé e assino. Emolumentos R$60,38 (VRC 364,62), Selo: R$0,47. TFS. Selo Digital º GVfer.DL8ge.xjORq, Controle: SkgWK.1YUF. Maringá-PR, 10 de junho de 2014. (as.) SIDNEY PINTO DE MELLO, Outorgante. MARA VIOLIN DE MELLO, Outorgante Maria Regina Pereira Boeira, Titular. Nada mais. Trasladado em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, _____ Maria Regina Pereira Boeira, Titular, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testemunho _____ da verdade.

Maringá-PR, 10 de junho de 2014.

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
GVfer.DL8ge.xjORq
Controle:
SkgWK.1YUF
Consulte este selo em
http://funarpen.com.br

Maria Regina Pereira Boeira
Titular

Tânia Elisa Salvador
Escrevente Juramentada

CARTÓRIO MARIA REGINA
2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
Maria Regina Pereira Boeira
Titular
Av. Prudente de Moraes, 350 - Maringá - PR
FONES: (44) 3227-3022 • 3028-3022

RTD ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675

REGISTRO TÍT. DOC. IMPRENSA ANEXO

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS

COMARCA DE MARINGÁ - PR
Maria Regina Pereira Bosco
TITULAR

Acolhido conforme [illegible]

Livro 146-P Folha 119/120

Protocolo 3709

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: VERA LUCIA GALLO DE MELLO A FAVOR DE EDSON PINTO DE MELLO, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:

S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete (17/05/2017), na Cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial compareceu, como Outorgante: **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, casada, agricultora, portadora da Carteira de Identidade RG nº 3.896.948-0-SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 614.594.029-87, residente e domiciliada na Estrada Lombo, Lote 21-A, Zona Rural, na cidade de Maringá-PR; a presente, juridicamente capaz, reconhecida e identificada como a própria por mim Maria Regina Pereira Bosco, Titular, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E, pela Outorgante, me foi dito que, por este instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador: **EDSON PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.336.798-6-SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 669.115.089-91, residente e domiciliado na Estrada Lombo, lote 21-A, Zona Rural, na cidade de Maringá-PR; a quem confere amplos, gerais e ilimitados poderes para abrir, movimentar e encerrar contas correntes e aplicações, mesmo de poupança, em quaisquer estabelecimentos bancários ou de crédito, inclusive junto ao Banco do Brasil S.A., Banco Cooperativa Sicredi S.A., Caixa Econômica Federal - CEF, Banco ABN Amro Real S/A, Banco Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo, Banco Santander (Brasil) S/A, Banco Mercantil do Brasil S/A, Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB, em especial junto ao Banco do Brasil S.A., agência sob nº 3512-2, conta corrente sob nº 36.396-0; podendo requisitar, reconhecer e retirar saldos; extratos e talões de cheque; emitir, assinar, aceitar, receber, resgatar, endossar, sacar, descontar, cancionar, reformar, registrar e protestar cheques, ordens de pagamento, letras de câmbio, duplicatas, faturas, notas promissórias e demais títulos de crédito; dar ordens e contra ordens; fazer cadastramento ou recadastramento; requerer a confecção ou cancelamento e ainda autorizar a retirada de cartões magnéticos ou de crédito, inclusive para movimentação bancária; fazer transferência de valores, criar, modificar ou bloquear senhas; fazer saques e retiradas, assinando o respectivo comprovante ou recibo; autorizar débitos e créditos, manuais ou automáticos; aceitar e assinar os contratos de abertura, elevação ou redução de limite de crédito, com todas as cláusulas e condições de estilo, dar penhor em garantia, dar hipoteca em garantia; movimentar as contas por qualquer meio, inclusive por meio eletrônico, requerer e autorizar qualquer modalidade de aplicação; retirar e representar cheques devolvidos, por qualquer que seja o motivo; receber correspondências bancárias, requerer, promover, alegar, juntar, apresentar, desentranhar, protocolar, preencher e assinar documentos, inclusive formulários, guias, declarações, autorizações e requerimentos; prestar declarações e esclarecimentos, enfim, praticar, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, sendo vedado o seu substabelecimento. A outorgante declara que assume toda a responsabilidade civil e penal, pelos documentos apresentados e pelas declarações aqui prestadas. Pela Outorgante, me foi dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disse do que dou fé. A pedido, lavrei-lhe, a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina, dispensando a presença das testemunhas instrumentárias neste ato, conforme faculta o artigo 684 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. Registrado no Livro de Protocolo Geral sob nº 0003709/2017, nesta data. Eu, (a), Eliane Cristina Castro,

Página 1 Selo (a) [illegible] Continua na Página 2

RTO ARAÇATUBA
15 05 17
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
497675

REGISTRO DE DOC. MARINGÁ
ANEXO

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS

COMARCA DE MARINGÁ - PR
Maria Regina Pereira Boeira
TITULAR

AV. PRESIDENTE DE MOR[illegible] - ZONA 07 - FONE (44) 3227-3022 - 3026-3022 - MARINGÁ - PR - WWW.CARTORIOMARIAREGINA.COM.BR

Protocolo 3709 Livro 156-P Folha 119[illegible]

Escrevente que a digitei e conferi. Eu, (a.), Maria Regina Pereira Boeira, Titular, subscrevo, dou fé e assino. Emolumentos : R$71,82 (VRC 394,62), Selo: R$0,75, Funrejus: R$17,96. ECC. Selo Digital º k8IXP.G8hhe.ARWHH, Controle: G3yAm.GLrxO. Maringá-PR, 17 de maio de 2017. (as.) VERA LUCIA GALLO DE MELLO, Outorgante. Maria Regina Pereira Boeira, Titular. Nada mais. Trasladada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, _____ Maria Regina Pereira Boeira, Titular, que a digitei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testemunho _____ da verdade.

Maringá-PR, 17 de maio de 2017.

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
k8IXP.G8hhe.ARWHH
Controle:
G3yAm.GLrxO
Consulte este selo em
www.funarpen.com.br

Maria Regina Pereira Boeira
Titular

Eliane Cristina Castro
Escrevente Juramentada

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
Maria Regina Pereira Boeira
Titular
Av. Presidente Getúlio Vargas, 228 - Maringá-PR
FONES (44) 3227-3022 / 3026-3022

Acolhido conforme NI 417-2.
Conferida Assinatura do tabelião
17/05/2017

RTD ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
REGISTRO TIT. DOC. MARINGÁ ANEXO

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO
COMARCA DE MARINGÁ/PR
TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Thaís Helena Oliveira Carvajal Mendes
Tabeliã e Registradora

LIVRO 08 TOM P

FOLHA 159(160)

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ PAULO PINTO DE MELLO NETO A FAVOR DE EDSON PINTO DE MELLO, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:

SAIBAM todos quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, (08/09/2015), neste Distrito Judiciário de Floriano, Município e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, nesta Serventia localizada na Avenida Brasil nº 7.346, compareceu perante mim, Tabeliã que esta subscreve, devidamente documentado e, juridicamente capacitado, do que dou fé, como **OUTORGANTE: PAULO PINTO DE MELLO NETO**, brasileiro, solteiro, conforme declarou, maior e capaz, estudante, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 05220315366/DETRAN/PR, onde consta a Cédula de Identidade RG. sob nº 11.001.448-1/SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 084.709.739-08, residente e domiciliado na Avenida das Palmeiras, nº 96, Parque das Palmeiras, Maringá-PR, o presente reconhecido como o próprio, por mim, conforme os documentos que me foram apresentados, de cuja capacidade reconheço e dou fé. E então, pelo Outorgante, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seu bastante **PROCURADOR: EDSON PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG. sob nº 4.336.798-6/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 669.115.089-91, residente e domiciliado na Estrada Lombo, Lote 21-A, Fazenda Maria Goreti, Maringá-PR, a quem confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para representá-lo perante quaisquer agências bancárias, instituições financeiras e/ou cooperativas de crédito, especialmente junto ao Banco do Brasil S/A., referente à conta corrente nº 34.913-5, da agência 3512-2, desta cidade, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Itaú Unibanco S/A., Banco Bradesco S/A., HSBC Bank Brasil S/A. – Banco Múltiplo, Banco Santander S/A., Banco Safra S/A., Cooperativa de Crédito de Livre Admissão União Paraná/São Paulo – SICREDI UNIÃO PR/SP, e Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá – SICOOB METROPOLITANO, e nestas abrir, movimentar e encerrar contas bancárias já existentes ou que vierem a ser criadas, tanto contas correntes como contas poupanças, inclusive os fundos de aplicação; podendo para tanto, nomeado procurador, solicitar saldos e extratos; conferir saldos e juros; requisitar talonários de cheques, podendo inclusive, emitir, assinar, aceitar, receber, resgatar, endossar, sacar, cancelar, registrar, sustar, baixar e protestar cheques, ordens de pagamento, letras de câmbio, duplicatas, faturas, notas promissórias e demais espécies de título de crédito; retirar e representar cheques devolvidos, solicitar e retirar cartões magnéticos ou de crédito, podendo movimentar as contas por qualquer meio eletrônico; solicitar ordens e contra-ordens de pagamentos; realizar transferências eletrônicas na modalidade TED- Transferência Eletrônica Disponível ou DOC – Documento de Crédito; fazer aplicações e solicitar resgates de importâncias monetárias; assinar cédulas de crédito bancário de qualquer

Av. Brasil, 7.346, Zona 66 – Maringá/PR – CEP 87.015-000 – Telefone (44) 3226-1182 – cartorio@servicodistritaldefloriano.com.br

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO – CARTÓRIO – Avenida Brasil, 7346 - Maringá - PR

AUTÊNTICO o presente fotocópia que confere com o original apresentado nesta Serventia. "GB4C0E42403C75" 0072". Dou fé. Maringá, Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze(08/09/2015). Emolumentos: R$3,84 (VRC 20,08); Selo Pmaringa: R$0,68; Funrejus: R$0,84. Selo lançado na última folha. Em Test.º

Rosangela Aparecida da Silva – Escrevente Autorizada

RTO ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
MARINGÁ - PR

REGISTRO TIT. DOC. MARINGÁ
ANEXO

natureza, com todas as cláusulas e condições que convencionar, inclusive aditamentos, retificações e ratificações contratuais; *efetuar empréstimos e financiamentos; avalizar e prestar fiança, a favor de terceiros ou do próprio Outorgado*; fazer cadastramentos e recadastramentos; escolher, alterar, desbloquear e impostar senhas; fazer saques e retiradas; autorizar débitos ou créditos; assinar guias, formulários, contratos, renovações e aditivos contratuais, inclusive os de abertura, elevação ou redução de limite de crédito, com suas cláusulas e condições de estilo; juntar e desentranhar documentos; representar perante operadoras de cartão de crédito; receber correspondências bancárias; representar perante quaisquer terceiros, relativamente às contas bancárias de sua titularidade, junto às Instituições Bancárias; podendo ainda, juntar e apresentar documentos, prestar declarações e esclarecimentos, cumprir exigências e formalidades, assinar termos, formulários, requerimentos, requerer, declarar, alegar, solicitar e assinar tudo o que for necessário; podendo praticar, enfim, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato. **DA POSSIBILIDADE DE SUBSTABELECIMENTO**: É expressamente **VEDADO O SUBSTABELECIMENTO** do presente instrumento. **DO PRAZO DE VIGÊNCIA**: Prazo indeterminado. **DAS DECLARAÇÕES**: *O Outorgante declara: a) que assume toda a responsabilidade civil e criminal pelos documentos apresentados bem como pela veracidade das declarações aqui prestadas, ciente de que qualquer declaração falsa importa nas sanções previstas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, de modo a isentar esta Serventia de qualquer responsabilidade disso decorrente; b) que conferiu e corrigiu os poderes, qualificação do mandatário, objeto, prazo, possibilidade ou vedação de substabelecimento e todas as demais cláusulas principais e acessórias, estando tudo em conformidade com a sua solicitação, responsabilizando-se por qualquer equívoco, tendo sido alertado de que não serão corrigidos erros materiais neste ato, decorrentes de declarações do mesmo.* **CERTIFICA A TABELIÃ: a) que o procurador mandatário ao utilizar este instrumento deverá se pautar em posturas de probidade, correção e boa-fé, sendo que o mesmo responderá por eventuais faltas ou excessos cometidos na forma prevista no Código Civil Brasileiro; b) que foi(ram) feita(s) a(s) emissão(ões) do(s) Relatório(s) de Consulta de Indisponibilidade de Bens em nome do Outorgante, com resultado(s) negativo(s), sob o(s) Código(s) HASH: 8b6d.b2b5.ad6.9b23.a4bb.6c56.21d1.2080.4765.2e5c, expedida(s) eletronicamente via *Internet* pela Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, em data de 08/09/2015.** Pelo Outorgante, me foi dito finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos. Assim o disse, do que dou fé. A pedido do Outorgante, lavrei a presente procuração que depois de lida e achada em tudo conforme outorga, aceita e assina, perante mim, do que dou fé. Fica dispensada a presença de testemunhas em conformidade com o artigo 684, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. Guia de Recolhimento do FUNREJUS sob nº 24000000000897942-5, provando o

Página 1 de 2 - Selo Digital nº [illegible] - Consulta em http://[illegible]

Cartório de Notas e Protesto
SERVIÇO DISTRITAL
CARTÓRIO
Av. Brasil, 7346 - Maringá - PR

RTD ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675

REGISTRO TÍT. DOC. MARINGÁ
ANEXO

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO
COMARCA DE MARINGÁ-PR
TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Thaís Helena Oliveira Carvajal Mendes
Tabeliã e Registradora

LIVRO 601-E FOLHA 168/169

recolhimento da quantia de R$ 16,06. Protocolado sob nº: 0001526 em data de 08/09/2015, Eu, (a.) Nádia Harumi Matsuda, Escrevente Juramentada, que a digitei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso. Emolumentos: R$64,23, (VRC 384,62). Selo Funarpen: R$0,69, Funrejus: R$16,06. Selo Digital nº QpDNr.DbiTk.2w7nJ, Controle: OkGhD.hDoZ. (as.) PAULO PINTO DE MELLO NETO, Outorgante. Nádia Harumi Matsuda, Escrevente Juramentada. Nada mais. Trasladada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, _____, Escrevente Juramentada, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Test° _____ da Verdade.

_____
Nádia Harumi Matsuda
Escrevente Juramentada

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
QpDNr.DbiTk.2w7nJ
Controle:
OkGhD.hDoZ

RTD ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Página 1 Selo Digital QpDNr.DbiTk.2w7nJ Consulte em https://funarpen.com.br Última Página

Av. Brasil, 2.344, 22ºAnd. - Maringá/PR - CEP 87.013-230 - Telefax: (44) 3224-1182 - www.cnb.com.br

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

AUTÊNTICO o presente traslado que confere com o original ao qual me reporto. Selo(s) Digital(is) nº(s) CG22RQF0-424050-3d, 6dTE-345. Maringá - PR. Dou fé. Maringá, Aos oito dias do mês de setembro do ano de Dois mil e quinze(08/09/2015). Emolumentos: R$3,34 (VRC 20,86), Selo Funarpen: R$0,69, Funrejus: R$0,84. Em Test° 72 da Verdade.

Rosangela Aparecida da Silva - Escrevente Juramentada

SELO DIGITAL DE NOTAS
CG22RQF0

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
492675
MARINGÁ - PR

REGISTRO TIT. DOC. MARINGÁ
ANEXO

EM
BRANCO

RTD ARAÇATUBA
150577
DOCUMENTO DIGITALIZADO

EM
BRANCO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
473412
MARINGÁ - PR

ARRENDAMENTO DE TERRAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRICOLA

POR ESTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, QUE ENTRE SI FAZEM, AS PARTES,

CLÉIA DALVA SOUZA PARREIRA, BRASILEIRA, CASADA, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 10.731.041 – SSP/SP, CPF: Nº 203.172.248-40, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA HERMILIO MAGALHÃES, 68, APTO 21, BAIRRO CENTRO, CEP: 16.010-490, COMARCA DE ARAÇATUBA – SP; **MAURIDIS PARREIRA PIMENTA**, BRASILEIRO, CASADO, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº M-321.009 – SSP/MG, CPF: Nº 802.519.276-49, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA HERMILIO MAGALHÃES, 68, APTO 21, BAIRRO CENTRO, CEP: 16.010-490, ARAÇATUBA – ESTADO DE SÃO PAULO, A SEGUIR DENOMINADOS **ARRENDADORES**, E, DO OUTRO LADO OS SENHORES E SENHORAS, **SIDNEY PINTO DE MELLO**, BRASILEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº3.747.819-9 – SSP/PR, CPF:669.115.919-53,CASADO EM COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS COM MARA VIOLIN DE MELLO, DOMOCILIADO NA AVENIDA DAS PALMEIRAS Nº98, CEP:87.023.160, MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28 % SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **MARA VIOLIN DE MELLO**, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 1.566.749-9 – SSP/PR, CPF:037.810.239-74, CASADA EM COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS COM SIDNEY PINTO DE MELLO, RESIDENTES E DOMOCILIADOS NA AVENIDA DAS PALMEIRAS Nº98, CEP:87.023.160, MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ. TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,30% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONCRATO; **MARCO ANTÔNIO DE MELLO**,BRASILEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG:Nº9.428.103-2-SSP/PR, CPF:064.020.619-05,CASADO EM REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS COM ÉRIKA NATÁLIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO, BRASILEIRA,DO LAR, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG:Nº12.534.147-0-SSP/PR, CPF Nº 087.981.409-81, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA AVENIDA DAS PALMEIRAS Nº98, CEP 87.023.160, MARINGÁ – ESTADO DO PARANÁ. TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **EDSON PINTO DE MELLO**, BRASILEIRO, AGROPECUARISTA,PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG:Nº433.673.86 – SSP/PR, CPF Nº 669.115.089-91, CASADO EM REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS COM VERA LÚCIA GALLO DE MELLO, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA ESTRADA LOMBO, LOTE 21-A-ZONA RURAL, MARINGÁ-PR, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **VERA LÚCIA GALLO DE MELLO**, BRASILEIRA, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 389.694-80 – SSP/PR, CPF Nº 614.594.029-87, CASADA EM REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL COM EDSON PINTO DE MELLO, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA ESTRADA LOMBO, LOTE 21-A-ZONA RURAL, MARINGÁ-PR, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,30% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG Nº 12.615.400-3,SSP/PR, CPF: 089.692.479-39, RESIDENTE E DOMICILIADO NA ESTRADA LOMBO,LOTE 21-A ZONA RURAL,MARINGÁ-PR, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28 % SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO E o SENHOR **PAULO PINTO DE MELLO NETO**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG: Nº11.991.449-1 SSP/PR, CPF: Nº 084.709.739-08, RESIDENTE E DOMICILIADO NA AVENIDA DAS PALMEIRAS 98, CEP 87.023.160, MARINGA – ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO, A SEGUIR DENOMINADOS **ARRENDATÁRIOS E INTERVENIENTES GARANTIDORES**, FIRMAM O PRESENCE CONTRATO DE ARRENDAMENTO QUE SERÁ REGIDO PELO QUE ESTÁ EXPRESSO NAS CLÁUSULAS A SEGUIR:

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
473412
MARINGÁ -PR

CLÁUSULA PRIMEIRA: OS **ARRENDADORES** SÃO LEGITIMOS POSSUIDORES E PROPRIETÁRIOS DE UM IMOVEL RURAL, CONHECIDO E DENOMINADO POR **FAZENDA VALE DO PIAU** NO MUNICÍPIO DE **CAMPINÁPOLIS, ESTADO DO MATO GROSSO**, COM UMA AREA **DE 2.612,10 HA** (DOIS MIL, SEISCENTOS **E** DOZE HECTARES, DEZ ARES), CONFORME **MATRICULA Nº 554**, FICHA 01, DO CARTORIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAMPINÁPOLIS-MT-1º OFICIO, DEVIDAMENTE CADASTRADO NO **INCRA**, **SOB Nº 901.121.107.638-5** E ATRAVÉS DE INSTRUMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA: OS **ARRENDADORES** ARRENDAM AOS **ARRENDATÁRIOS UMA GLEBA DE TERRAS DA ÁREA DESTACADA DA MATRÍCULA ACIMA MENCIONADA, DE 114,00 (CENTO E QUATORZE) HECTARES, DENOMINADA FAZENDA VALE DO PIAU.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O PRESENTE CONTRATO DE **ARRENDAMENTO** É CELEBRADO PELO POR **UM PERIODO QUE SE INICIA EM 13 DE ABRIL DE 2017, COM TÉRMINO NO DIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025**, PODENDO SER PRORROGADO, SE ASSIM ACORDAREM AS PARTES, ATRAVÉS DE INTERRELAÇÃO PELO MENOS COM 90(NOVENTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA.

PARAGRÁFO SEGUNDO: OS **ARRENDATÁRIOS**, NA EVENTUALIDADE DE NÃO RENOVAREM O CONTRATO DE ARRENDAMENTO, DEVERÃO RESTITUIR A GLEBA ARRENDADA COMPLETAMENTE DESOCUPADA PROCEDENDO AO LEVANTAMENTO DE TODAS AS BENFEITORIAS QUE EVENTUALMENTE TENHAM REALIZADOS, BEM COMO OS EVENTUAIS BENS CEDIDOS PELOS **ARRENDADORES**, SALVO A MANUNTENÇÃO DAS CERCAS QUE DEVERÃO FICAR FINCADAS NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO.

ESTE CONTRATO ASSEGURA A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, EM OBSERVÂNCIA AS NORMAS DO Art. 13, II, III, IV, V e VI do DECRETO nº 59.566/66.

ESTE CONTRATO ASSEGURA A PROTEÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS ARRENDATÁRIOS, EM OBSERVÂNCIA ÀS NORMAS DO Art. 13, VII do DECRETO Nº 59.566/66.

A PRORROGAÇÃO OU RENOVAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO SERÁ REGULADA PELO ESTATUTO DE TERRA E PELO DECRETO Nº 59.666/66 E LEGISLAÇÃO POSTERIOR.

CLÁUSULA TERCEIRA: OS **ARRENDATÁRIOS** UTILIZARÃO O IMÓVEL ARRENDADO, EM SUA TOTALIDADE, COM A ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA.

PARAGRÁFO PRIMEIRO: OS **ARRENDATÁRIOS** FARÃO A CORREÇÃO DO PH DA TERRA, PARA PRODUÇÃO DA LAVOURA E PLANTAÇÃO, MANUNTENÇÃO E COLHEITA, RESPONSABILIZANDO-SE POR CONTA E RISCO, EVITANDO-SE ACONTECIMENTOS COMO A EROSÃO. PORTANTO, OBJETIVANDO-SE A UTILIZAÇÃO MÁXIMA DO SOLO, VISANDO CONTUDO A SUA CONSERVAÇÃO.

PARAGRÁFO SEGUNDO: NA DATA DE VERIFICAÇÃO DO TERMO DO CONTRATO, OU SEJA, NO DIA **30 DE DEZEMBRO DE 2025**, OS **ARRENDATÁRIOS** NÃO PODERÃO EFETUAR O PLANTIO DA SAFRA DE VERÃO DO RESPECTIVO ANO, PODENDO CONTUDO, ULTIMAR (COMPLEIAR) A **COLHEITA REMANESCENTE** DO ANO.

PARAGRÁFO TERCEIRO: EM CONTRAPARTIDA À UTILIZAÇÃO DA ÁREA, OS ARRENDATÁRIOS SE OBRIGAM AOS SEGUINTES PAGAMENTOS EM FAVOR DOS ARRENDADORES NA FORMA A SEGUIR:

A) 4(QUATRO) SACAS DE SOJAS DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTES A SAFRA 2017/2018, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2018;

B) 6(SEIS) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2018/2019, A SEREM ENTREGUES ATÉ DO DIA 15 DE ABRIL DE 2019;

C) 7(SETE) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTES A SAFRA 2019/2020, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL 2020;

D) 8(OITO) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2020/2021, A SEREM ENTREGUE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2021;

E) 9(NOVE) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2021/2022,A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2022;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE ARAÇATUBA - ESTADO
Registrado em microfilme sob nº

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
473412
MARINGÁ - PR

F) 10(DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2022/2023, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2023;

G)10(DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA DE 2023/2024, A SEREM ENTREGUE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2024;

H)10(DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2024/2025, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2025.

PARAGRÁFO QUARTO: PARA EFITOS DA TOTALIDADE DE RENDA QUE DEVESÃO SER PAGAS PELOS ARRENDATÁRIOS SERÃO OBSERVADAS A TOTALIDADE DE HECTARES OBJETO DO ARRENDAMENTO, INDEPENDENTE DA QUANTIDADE DE HECTARES PLANTADOS.

PARAGRÁFO QUINTO: É DE RESPONSABILIDADE DOS **ARRENDATÁRIOS** O PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES LEGAIS QUE VENHAM A RECAIR SOBRE O IMÓVEL (ITR, CONTRIBUIÇÃO **SINDICAL**, CCIR E LUZ – ENERGIA ELÉTRICA), ALÉM DE TODOS OS SALARIOS E DESPESAS DOS FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS DURANTE A VIGÊNCIA DESTE CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA: O PAGAMENTO DAS RENDAS MENCIONADAS ACIMA DEVERÁ SER DEPOSITADO EM LOCAL ESCOLHIDO PELOS **ARRENDADORES**, QUE SE COMPROMETEM A INFORMAR AOS ARRENDATÁRIOS, O LOCAL COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30(TRINTA) DIAS.

CLÁUSULA QUINTA: O PRODUTO SERÁ ENTREGUE EM SACAS DE 60 Kg (SESSENTA QUILOS) SOJA TIPO INDÚSTRIA E DEVERÁ ATENDER AS PORCENTAGENS QUALITATIVAS DE, NO MÁXIMO, 14% (QUATORZE POR CENTO) DE UMIDADE, 1% (UM POR CENTO) DE IMPUREZA E 8% (OITO POR CENTO) DE ARDIDOS E/OU AVARIADOS.

CLÁUSULA SEXTA: É OBRIGATÓRIA A UTILIZAÇÃO DE INSUMOS, ADUBOS E DEFENSIVOS NA ÁREA PLANTADA DE ACORDO COM A LEI VIGENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA: COM O ADVENTO DO PRAZO ESTABELECIDO DO CAPUT DA CLÁUSULA TERCEIRA E PARAGRÁFOS, O CONTRATO SE DARÁ POR RESCINDIDO AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO OU INTERPELAÇÃO DOS **ARRENDATÁRIOS**, SENDO QUE A NEGATIVA NA RESTITUIÇÃO DA POSSE CONSTITUIR-SE-Á EM ESBULHO POSSESSÓRIO.

CLÁUSULA OITAVA: AO FINAL DO TERMO PREVISTO NO *CAPUT* DA CLÁUSULA SEGUNDA, OS **ARRENDATÁRIOS** SE OBRIGAM A RESTITUIR IMEDIATAMENTE A POSSE DO IMÓVEL LEVANTANDO TODAS AS BENFEITORIAS, NOS TERMOS EXPRESSOS DO PARAGRÁFO ÚNICO DA CLÁUSULA 03, PARAGRÁFO ÚNICO, SOB PENA DE INCORRER EM ESBULHO POSSESSÓRIO A SUJEITAR-SE ÁS MEDIAS JUDICIAIS CABIVEIS.

CLÁUSULA NONA: HAVENDO INADIMPLÊNCIA DOS **ARRENDATÁRIOS**, QUE SE VERIFICARÁ PELA FALTA DE PAGAMENTO DAS RENDAS OU VIOLAÇÃO DE QUAISQUER DAS OBRIGAÇÕES NESTE ATO ASSUMIDAS, OS **ARRENDADORES** NOTIFICAR-LHES-ÃO EXTRAJUDICIALMENTE PARA PURGAR A MORA NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, SEM O QUE OPERAR-SE-Á DE PLENO DIREITO A RESCISÃO DO CONTRATO, PRENDO OS **ARRENDATÁRIOS** DE IMEDIATO A POSSE DO IMÓVEL ARRENDADO, COMO TAMBEM QUAISQUER PARCELAS PAGAS POR CONTA DO PREÇO PACTUADO ATÉ Á ÉPOCA DO INADIMPLEMENTO.

PARÁGRAFO ÚNICO: A REALIZAÇÃO DE QUALQUER BENFEITORIA NA ÁREA ORA ARRENDADA, SEJA NECESSÁRIA, ÚTIL OU VOLUPTUÁRIA, SÓ PODERÁ SER FEITA COM A EXPRESSA ANUÊNCIA DO **ARRENDADOR**, COMPROMETENDO-SE OS **ARRENDATÁRIOS** A LEVANTÁ-LAS NO TERMO FINAL DO CONTRATO, SENDO QUE, EM RELAÇÃO ÀS BENFEITORIAS EM QUE PORVENTURA NÃO SEJA POSSIVEL O LEVANTAMENTO, OS **ARRENDATÁRIOS**, NESTE ATO, DECLARAM SUA EXPRESSA E IRREVOGÁVEL RENÚNCIA AO DIREITO DE INDENIZAÇÃO, NÃO LHES CABENDO DIREITO DE RETENÇÃO DO IMÓVEL, QUE DEVERÁ SER RESTITUÍDO **INCONTINENTI** AO FINAL DO TERMO PREVISTO NESTE INSTRUMENTO OU ENTÃO EM CASO DA INFRAÇÃO CONTRATUAL SOB PENA DE CONFIGURAÇÃO DE ESBULHO POSSESSÓRIO.

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº
147744

CLÁUSULA DÉCIMA: OS **ARRENDATÁRIOS** OBRIGAM-SE A OBSERVAREM AS NORMAS TÉCNICAS DE PROFISSIONAIS HABILITADOS, VISANDO A CONSERVAÇÃO DO SOLO E O COMBATE Á

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
473412
MARINGÁ - PR

EROSÃO, UTILIZANDO-SE DE TÉCNICAS DE PLANTIO, APLICAÇÃO DE FERTILIZANTES, ADUBOS E CORRETIVOS, DE SORTE A IMPEDIR O ESGOTAMENTO DO SOLO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: NA ÁREA ARRENDADA SÓ PODERÃO SER CULTIVADOS GÃOS DE SOJA, MILHO, ALGODÃO OU OUTRA CULTURA QUE SEJA DO INTERESSE DOS ARRENDATÁRIOS, OBSERVADA A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO SOLO, BEM COMO UTILIZAÇÃO DOS MEIOS ADEQUADOS PARA CULTIVO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS ARRENDATÁRIOS ASSUMEM A TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS CONSEQUÊNCIAS CASO UTILIZE SEMENTES TRANSGÊNICAS, SENDO OS ÚNICOS RESPONSÁVEIS PELA SUA UTILIZAÇÃO, OBRIGANDO-SE A RESPEITAR TODOS OS DIPLOMAS LEGAIS QUE TRATAM DA MATÉRIA, INCLUSIVE SUSPENDENDO SEU USO EM CASO DE LEI PROIBITIVA, SENDO QUE OS ARRENDADORES NÃO RESPONDERÃO, SOB QUALQUER ASPECTO, POR EVENTUAIS ÔNUS EM DECORRÊNCIA DO PLANTIO NESSAS CONDIÇÕES.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: NA EVENTUALIDADE DE FALECIMENTO DE QUALQUER UM DOS ARRENDATÁRIOS, OS DEMAIS ASSUMIRÃO OS DEVERES OBRIGACIONAIS CONTRATADOS.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA: OS ARRENDATÁRIOS SE OBRIGAM A MANTER O IMOVEL COMO SE FOSSEM SEU, EM ESPECIAL AS CERCAS LINDEIRAS LIMPAS E ACEGADAS E AS ESTRADAS DE ACESSO AO LOCAL CONSERVADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A GLEBA **ARRENDADA** ESTARÁ SUJEITA A VISTORIA POR PARTE DOS **ARRENDADORES** OU SEUS PREPOSTOS, QUE PODERÃO FISCALIZÁ-LA, A QUALQUER TEMPO, PARA VERIFICAÇÃO QUANTO A SUA UTILIZAÇÃO PARA OS FINS ESPECIFICADOS NESTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO OU AUTORIZAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: NA EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA ÁREA **ARRENDADA**, NÃO RESPONDERÃO OS **ARRENDADORES EM HIPÓTESE ALGUMA** PELAS RELAÇÕES TRABALHISTAS CORRESPONDENTES, QUE FICARÃO A CARGO E COMANDO DOS **ARRENDATÁRIOS** COM EXCLUSIVIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CASO VENHA O **ARRENDADOR** RESPONDER POR RELAÇÕES TRABALHISTAS, DEVERÃO, OS ARRENDATÁRIOS, INDENIZÁ-LO NA TOTALIDADE DAS QUANTIAS DESPENDIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO A HONORÁRIOS ADVOCATICIOS E DESPESAS PROCESSUAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FICAM OS **ARRENDATÁRIOS** E SEUS FUNCIONÁRIOS AUTORIZADOS A CIRCULAREM NA ÁREA DA FAZENDA SÃO FRANCISCO PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, OU SEJA, NA ESTRADA DE ACESSO À ÁREA ARRENDADA RESSALVANDO, CONTUDO, A PROIBIÇÃO DE INTERFERÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO E USO DA PARTE DO IMÓVEL QUE NÃO ENGLOBA OS FINS DO PRESENTE CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: OS **ARRENDATÁRIOS** FICARÃO RESPONSÁVEIS POR QUALQUER DANO NA ÁREA, INCLUSIVE OS PRATICADOS POR SEUS FUNCIONÁRIOS E/OU ATE MESMO EM CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O(S) APARELHO(S) PULVERIZADOR(ES) A SER(EM) UTILIZADO(S) PELOS **ARRENDATÁRIOS** NÃO PODERÃO CAPTAR ÁGUA DOS RECURSOS NATURAIS EXISTENTES NA PROPRIEDADE OBJETO DO CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: PARA A CAPTAÇÃO DA ÁGUA SERÁ UTILIZADA UMA CARRETA TANQUE, SENDO QUE O MANUSEIO DOS VENENOS NUNCA PODERÁ SER FEITO PERTO DA SEDE OU DOS MANANCIAIS DE ÁGUA DA FAZENDA OU AINDA DOS RIOS, CÓRREGOS E NASCENTES DA PROPRIEDADE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O ABASTECIMENTO DOS PULVERIZADORES COM VENENO DEVERÁ SER FEITO EXCLUSIVAMENTE NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO DE **ARRENDAMENTO** ORA CELEBRADO, SOBPENA DE INFRAÇÃO CONTRATUAL E RESCISÃO INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 167744

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
473412
MARINGÁ -PR

CLÁUSULA VIGÉSSIMA: EVENTUAIS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS OU MULTAS, ELABORADOS POR TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESTADUAL OU FEDERAL QUE VIEREM A INCIDIR SOBRE A ÁREA OBJETO DO CONTRATO, A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA E SUBSEQUENTE TRANSFERÊNCIA DE POSSE, EM ESPECIAL DO IBAMA, SERÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS **ARRENDATÁRIOS**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: CASO VENHA O **ARRENDADOR** RESPONDER POR TAIS ENCARGOS, SEJAM DE NATUREZA TRIBUTÁRIA,SEJA DE ORIGEM AMBIENTAL, INCLUINDO-SE MULTAS, DEVERÃO OS **ARRENDATÁRIOS** INDENIZA-LO NA TOTALIDADE DAS QUANTIAS DESPENDIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DESPESAS PROCESSUAIS.

PARÁGRAFO SEGUNDO: OS **ARRENDATÁRIOS** SE COMPROMETEM A RESPEITAR AS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DEVIDAMENTE DEMARCADAS NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO, NOS TERMOS DE LEGISLAÇÃO VIGENTE, BEM COMO SE COMPROMETEM A NÃO REALIZAR, NESSES LOCAIS, QUALQUER FORMA DE PLANTAÇÃO OU EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA, SOB PENA DE RESPONDER PELOS DANOS QUE CAUSAREM SEM PREJUÍZO A IMEDIATA RESCISÃO DO CONTRATO E DO PAGAMENTO DAS MULTAS QUE RECAIR SOBRE O IMÓVEL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: OS ARRENDADORES, NESTE ATO, **DECLARAM** QUE A PROPRIEDADE ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO REGULAR NO QUE DIZ RESPEITO ÀS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E IMPOSTOS FEDERAIS, ESTADUAIS, INCLUSIVE AMBIENTAIS (IBAMA).

CLÁUSUA VIGÉSIMA SEGUNDA: FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDO AOS ARRENDATÁRIOS TRANSFERIREM, CEDEREM OU SUBARRENDAREM O PRESENTE CONTRATO BEM COMO EMPRESTAREM O IMÓVEL OU PARTE DELE, SEM PRÉVIO E EXPRESSO CONSENTIMENTO DOS **ARRENDADORES**, ALÉM DO SER VEDADA A MUDANÇA DE DESTINAÇÃO DO BEM.

PARÁGRAFO ÚNICO: A VIOLAÇÃO DESTA CLAÚSULA IMPORTARÁ NA IMEDIATA RESCISÃO DO CONTRATO, COM O CONSEQUENTE DESPEJO DOS **ARRENDATÁRIOS**.

CLAÚSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: FICA VEDADA AOS **ARRENDATÁRIOS** A CRIAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, TAIS COMO GALINHAS, VACAS, PORCOS, AINDA QUE SEJAM MANTIDOS CERCADOS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: OS **ARRENDATÁRIOS** NÃO PODERÃO UTILIZAREM-SE DE QUALQUER IMÓVEL OU ALOJAMENTO DA PROPRIEDADE FORA DA ÁREA OBJETO DE ARRENDAMENTO PARA SUA RESIDÊNCIA, SENDO QUE DEVERÃO TOMAR AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA TANTO, SEM QUE ISSO IMPORTE EM QUALQUER DESPESA PARA OS ARRENDADORES, OBSERVADO AINDA NO QUE DIZ RESPEITO ÀS BENFEITORIAS, O DISPOSTO PELO PARÁGRAFO ÚNICO DA CLÁUSULA NONA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: OS **ARRENDATÁRIOS DECLARAM** EXPRESSAMENTE QUE TÊM CONHECIMENTO DE QUE A ÁREA OBJETO DO PRESENTE CONTRATO NECESSITA DE CORREÇÃO DE SOLO, RECUPERAÇÃO DE EROSÕES E REALIZAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL E DEMAIS ATOS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS PARA INÍCIO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA QUE SERÃO REALIZADAS SEM ÔNUS PARA ARRENDADORES.

PARÁGRAFO ÚNICO: EM VIRTUDE DE PREVISÃO DO CAPUT DESTA CLÁUSULA OS ARRENDATÁRIOS DECLARAM E RELEITAM EXPRESSAMENTE QUE NADA TÊM A EXIGIREM DOS ARRENDADORES PELOS INVESTIMENTOS QUE SERÃO FEITOS NO SOLO DE PROPRIEDADE.

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURIDICA, COMERCIO
DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 147744

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
473412
MARINGÁ - PR

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: FICAM OS ARRENDATÁRIOS AUTORIZADOS A DAREM EM PENHOR A PRODUÇÃO RELATIVA A 114,00 HA (CENTO E QUATORZE HECTARES), CONFORME PREVISTO NA CLÁUSULA 02. DESDE QUE NÃO COMPROMETA O PAGAMENTO DAS RENDAS ORA PACTUADO. NO PARÁGRAFO QUARTO DA CLÁUSULA 3º PARÁGRAFO 3º, REFERENTE AOS ÍTENS DE "A" A "H", OS ARRENDANTES, OBRIGAM-SE DESDE JÁ CEDER ANUÊNCIA AOS ARRENDATÁRIOS PELO PRAZO DE DURAÇÃO DESTE CONTRATO, SOMENTE AO BANCO DO BRASIL S/A, PARA QUE ESTE EXECUTE FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO "FIXO E SEMI FIXO" E/OU CUSTEIO AGRÍCOLA, CORRETIVO PARA O SOLO, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, MODERINFRA, MODERAGRO, FINAME, MODERFROTA, ABC (AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO), INVESTIMENTO E/OU CUSTEIO FINANCIÁVEIS PELO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO OESTE (FCO).NOS SEGUINTES TERMOS:

Ao

Banco do Brasil S.A.

Agência Cidade Verde/Maringá-PR
Sr. Gerente Geral,

1. Autorizo(amos), também, o(s) aludido(s) senhor(es) a oferecer, em garantia de financiamentos a ele(s) concedidos por esse Banco, durante toda a sua vigência (safra(s): 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025, a totalidade da produção a ser auferida por conta do(s) empreendimento(s) financiado(s) no referido imóvel, bem como os materiais agrários, benfeitorias e semoventes de sua propriedade ali localizados.

2. Estou(amos) ciente(s) de que o penhor dos produtos dados em garantia em cada safra, previstos no item precedente, valerá pelo prazo da respectiva obrigação garantida, em conformidade com o artigo 1.439 do Novo Código Civil (Lei 10.406, de 10.01.2002).

3. Autorizo(amos) ainda referido(s) arrendatário(s) (ou o que for) a destinar, prioritariamente, sob penúncia plena de todos os direitos sobre os bens, o produto oriundo da venda da produção financiada, e/ou de bens vinculados, à liquidação dos respectivos débitos contraídos, antes mesmo do pagamento do Arrendamento a que fará(mos) jus a título de arrendamento.

4. Declaro(amos) ciente(s) do direito que assiste esse Banco de fiscalizar os empreendimentos financiados e vistoriar, por conseguinte, os bens vinculados, localizados na mencionada propriedade, concordando que ditos bens ali permaneçam até a final liquidação das dívidas pertinentes, mantendo-se essa condição mesmo no caso de alienação do imóvel.

5. "O presente contrato é irrevogável e irretratável para ambas as partes, incluindo-se os herdeiros ou sucessores, no caso de falecimento de qualquer dos contratantes, obrigando-se estes ao total cumprimento das cláusulas ora pactuadas."

Validade desta autorização: 30 DE DEZEMBRO DE 2025.

DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 167744

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
473412
MARINGÁ - PR

PARÁGRAFO PRIMEIRO: OS ARRENDADORES DECLARAM QUE NÃO SERÁ INSTITUÍDA HIPOTECA SOBRE O IMÓVEL OBJETO DO PRESENTE CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: A GARANTIA DO PAGAMENTO SERÁ EFETUADA COM BASE NAS SAFRAS, INDEPENDENTEMENTE SE COLHIDAS OU NÃO, O NÃO PAGAMENTO NAS DATAS PREVISTAS IMPORTARA EM AÇÃO JUDICIAL PARA O RECEBIMENTO DO EXPOSTO NO CONTRATO, ARCANDO OS ARRENDATÁRIOS POR TODAS AS DESPESAS QUE VIEREM A CAUSAR, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE AOS BENEFICIOS DOS ARTIGOS 827, 880, 851 E 935, DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA OITAVA: QUALQUER INFRAÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DOS ARRENDATARIOS OBRIGAR-LHES-ÃO A PAGAREM, A TÍTULO DE MULTA, O CORRESPONDENTE A 25% (VINTE CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO, RESERVANDO-SE OS ARRENDADORES A UTILIZAR-SE DAS MEDIDAS JUDICIAIS CABÍVEIS, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATICIOS CALCULADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: POR VALOR TOTAL DO CONTRATO ENTENDE-SE A SOMA DE TODAS AS RENDAS A SEREM PAGAS NO PERÍODO DE DURAÇÃO DA AVENÇA, A SER CONVERTIDO PELO PREÇO DA SOJA NA DATA EM QUE OCORRER A VIOLAÇÃO CONTRATUAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: OS ARRENDATÁRIOS FICAM OBRIGADOS A PROCEDEREM À ABERTURA DE INSCRIÇÃO ESTADUAL JUNTO AO ÓRGÃO COMPETENTE, SENDO A RETIRADA DE PRODUTOS OBRIGATÓRIA PARA ESSA INSCRIÇÃO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: POR OCASIÃO DO TÉRMINO DO CONTRATO OS ARRENDATÁRIOS SE OBRIGAM A DAREM BAIXA NA INSCRIÇÃO ESTADUAL ABERTA PARA EXPLORAÇÃO DA ÁREA ARRENDADA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS DA DESOCUPAÇÃO, SOB PENA DE INFRAÇÃO CONTRATUAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: OS ARRENDADORES DECLARAM QUE ESTÃO EM DIA COM AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS REFERENTES AO IMÓVEL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: FICA ESTABELECIDO ENTRE AS PARTES QUE OS ARRENDATÁRIOS INGRESSARÃO NA POSSE DA GLEBA ARRENDADA APENAS A PARTIR DE **15 DE ABRIL DE 2017** E CASO HOUVER DESISTÊNCIA DO NEGÓCIO POR PARTE DESTES ANTES DA POSSE, RESPONDERÃO PELA QUANTIDADE DE 2.000(DUAS MIL) SACAS DE SOJA DE 60(SESSENTA)Kg.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: PODERÃO OS ARRENDATÁRIOS APÓS AS ASSINATURAS DO PRESENTE, A INICIAREM OS PREPARATIVOS DAS REFERIDAS ÁREAS, PORÉM DEVERÃO PRESERVAR AS PASTAGENS E DIVISÓRIAS ATÉ O INICIO DE 30 DE JUNHO DE 2017.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: O PRESENTE CONTRATO NÃO SE RESCINDIRÁ POR MORTE DE QUALQUER UNA DAS PARTES CONTRATANTES, FICANDO SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES A QUALQUER TÍTULO, OBRIGADO A CUMPRÍ-LO EM TODAS AS SUAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES E É INTRANSFERÍVEL, SALVO ANUÊNCIA EXPRESSA DOS CONTRATANTES, RESPEITADA O PARÁGRAFO PRIMEIRO DA CLÁUSULA DÉCIMA, PARÁGRAFO PRIMEIRO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: FICA ELEITO O FORO DA COMARCA DE ARAÇATUBA-SP, PARA DIRIMIR QUAISQUER DUVIDAS ORIUNDAS DESTE CONTRATO, NÃO OBSTANTE A IDONEIDADE E SINCERIDADE DE PROPÓSITOS DE AMBAS AS PARTES.

E ASSIM, POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO, PERANTE DUAS TESTEMUNHAS, EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA.

ARAÇATUBA-SP, 10 de Abril de 2017.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, COMARCA
DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 147744

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

CONTRATO ARRENDAMENTO FAZENDA VALE DO PIAU – MATRICULA 554

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
473412
MARINGÁ - PR

ARRENDADORES:

CLÉIA DALVA SOUSA BARREIRA

MAURIDIS BARREIRA PIMENTA

ARRENDATÁRIOS:

SIDNEY PINTO DE MELLO

NARA VIOLIN DE MELLO

EDSON PINTO DE MELLO

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

MARIO ANTONIO DE MELLO

PAULO PINTO DE MELLO NETO

ERIKA NATÁLIA MATTANA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO

TESTEMUNHAS:

2º REGISTRO CÍVEL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MARINGÁ
Maria Regina Pereira Soares
TITULAR

Reconhecido por semelhança as assinaturas de EDSON PINTO DE MELLO e VERA LUCIA GALLO DE MELLO
Em Testemunho da verdade

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - ARAÇATUBA

RECONHECO por SEMELHANÇA (a) VALOR DECLARADO 1 firma(s) de:
CLEIA DALVA SOUZA BARREIRA
Araçatuba, 20 de abril de 2017
Em test. da verdade.
Custas R$ 7,00

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - ARAÇATUBA

RECONHECO por SEMELHANÇA (a) VALOR DECLARADO 1 firma(s) de:
MAURIDIS PARREIRA PIMENTA
Araçatuba, 24 de abril de 2017
Em test. da verdade.
Custas R$ 7,00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 147744

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - MARINGÁ - PR
Av. XV de Novembro,331 (44) 3029-9453

PROTOCOLADO E REGISTRADO
LIVRO B - DIGITALIZADO
Nº 473.412
Maringá-PR, 12 de maio de 2017

Cybele T.B.M. de Oliveira
Esc. Autorizada
Selo Digital: gOiet.CbyTN.3qUip Controle: nDEBc.sICH
Valide o Selo Digital em http://www.funarpen.com.br

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MARINGÁ - PR

Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Araçatuba - SP
Marcelo Augusto Santana de Melo
oficial

Certifico e dou fé que a presente cópia confere com o original Prenotado sob o nº **94881** em 24/04/2017
Registrado em microfilme em 04/05/2017 sob o nº **147744**

José Roberto Pallare Junior
Escrevente Autorizado

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS ARAÇATUBA-SP Marcelo Augusto Santana de Melo OFICIAL

Total de custas **1.476,48**

Rua Tomaz Homem nº 135 Araçatuba – SP cep: 16010-360
fone: (18) 3622-7770

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:12
Número do documento: 23080114565915600000120952581
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114565915600000120952581
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:00

REG. TIT. DOC. MARINGÁ
ANEXO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
03412
MARINGÁ - PR

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO
COMARCA DE MARINGÁ/PR
TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Thaís Helena Oliveira Carvalho Mendes
Tabeliã e Registradora

LIVRO 00193-P

FOLHA 153/154

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ PAULO PINTO DE MELLO NETO A FAVOR DE EDSON PINTO DE MELLO, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:

SAIBAM todos quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, (08/09/2015), neste Distrito Judiciário de Floriano, Município e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, nesta Serventia localizada na Avenida Brasil nº 7.346, compareceu perante mim, Tabeliã que esta subscreve, devidamente documentado e juridicamente capacitado, do que dou fé, como **OUTORGANTE: PAULO PINTO DE MELLO NETO**, brasileiro, solteiro, conforme declarou, maior e capaz, estudante, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 05220315366/DETRAN/PR, onde consta a Cédula de Identidade RG. sob nº 11.001.448-1/SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 084.709.739-08, residente e domiciliado na Avenida das Palmeiras, nº 98, Parque das Palmeiras, Maringá-PR. A presente reconhecido como o próprio, por mim, conforme os documentos que me foram apresentados, de cuja capacidade reconheço e dou fé. E então, pelo Outorgante, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seu bastante **PROCURADOR: EDSON PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 4.336.795-6/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 669.115.089-91, residente e domiciliado na Estrada Lombo, Lote 21-A, Fazenda Maria Gorete, Maringá-PR, a quem confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para representá-lo perante quaisquer agências bancárias, instituições financeiras e/ou cooperativas de crédito, especialmente junto ao Banco do Brasil S/A., referente à conta corrente nº 34.913-5, da agência 3512-2, desta cidade, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Itaú Unibanco S/A., Banco Bradesco S/A., HSBC Bank Brasil S/A. – Banco Múltiplo, Banco Santander S/A., Banco Safra S/A., Cooperativa de Crédito de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - SICREDI UNIÃO PR/SP, e Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá - SICOOB METROPOLITANO, e nestas abrir, movimentar e encerrar contas bancárias já existentes ou que vierem a ser criadas, tanto contas correntes como contas poupanças, inclusive os fundos de aplicação, podendo para tanto, nomeado procurador, solicitar saldos e extratos, conferir saldos e juros; requisitar talonários de cheques, podendo inclusive, emitir, assinar, aceitar, receber, resgatar, endossar, sacar, caucionar, registrar, sustar, baixar e protestar cheques, ordens de pagamento, letras de câmbio, duplicatas, faturas, notas promissórias e demais espécies de título de crédito; retirar e representar cheques devolvidos, solicitar e retirar cartões magnéticos ou de crédito, podendo movimentar as contas por qualquer meio eletrônico; solicitar ordens e contra-ordens de pagamentos; realizar transferências eletrônicas na modalidade TED - Transferência Eletrônica Disponível ou DOC - Documento de Crédito; fazer aplicações e solicitar resgates de importâncias monetárias; assinar cédulas de crédito bancário de qualquer

Av. Brasil nº 346, Zona 06 - Maringá/PR – CEP 87.013-230 – Tel/Fax: (44) 3224-1182 – tabeliaflorianoregistro@hotmail.com
VALIDO COM RECONHECIMENTO FACIAL E CERTIFICADO ADVERTÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL: ESTE DOCUMENTO...

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado sob nº 147713

1º TABELIONATO DE NOTAS VIDE VERSO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

natureza, com todas as cláusulas e condições que convencionar, inclusive aditamentos, retificações e ratificações contratuais; *efetuar empréstimos e financiamentos; avalizar e prestar fiança, a favor de terceiros ou do próprio Outorgado*; fazer cadastramentos e recadastramentos; escolher, alterar, desbloquear e imprimir senhas; fazer saques e retiradas; autorizar débitos ou créditos; assinar guias, formulários, contratos, renovações e aditivos contratuais, inclusive os de abertura, elevação ou redução de limite de crédito, com suas cláusulas e condições de estilo; juntar e desentranhar documentos; representar perante operadoras de cartão de crédito; receber correspondências bancárias, representar perante quaisquer terceiros, relativamente às contas bancárias de sua titularidade, junto às Instituições Bancárias, podendo ainda, juntar e apresentar documentos, prestar declarações e esclarecimentos, cumprir exigências e formalidades, assinar termos, formulários, requerimentos, requerer, declarar, alegar, solicitar e assinar tudo o que for necessário; podendo praticar, enfim, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato. **DA POSSIBILIDADE DE SUBSTABELECIMENTO**: É expressamente **VEDADO O SUBSTABELECIMENTO** do presente instrumento. **DO PRAZO DE VIGÊNCIA**: Prazo indeterminado. **DAS DECLARAÇÕES**: *O Outorgante declara: a) que assume toda a responsabilidade civil e criminal pelos documentos apresentados bem como pela veracidade das declarações aqui prestadas, ciente de que qualquer declaração falsa importa nas sanções previstas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, de modo a isentar esta Serventia de qualquer responsabilidade disto decorrente; b) que conferiu e corrigiu os poderes, qualificação do mandatário, objeto, prazo, possibilidade ou vedação de substabelecimento e todas as demais cláusulas principais e adjacentes, estando tudo em conformidade com a sua solicitação, responsabilizando-se por qualquer equívoco, tendo sido alertado de que não serão corrigidos erros materiais nesse ato, decorrentes de declarações do mesmo.* **CERTIFICA A TABELIÃ**: **a) que o procurador mandatário ao utilizar este instrumento deverá se pautar em postulados de probidade, correção e boa-fé, sendo que o mesmo responderá por eventuais faltas ou excessos cometidos na forma prevista no Código Civil Brasileiro; b) que foi(ram) feita(s) a(s) emissão(ões) do(s) Relatório(s) de Consulta de Indisponibilidade de Bens em nome do Outorgante, com resultado(s) negativo(s), sob o(s) Código(s) HASH: 8b6d.b2b8.aad6.0b23.a4bb.6e56.21d1.2030.4765.2e8e, expedida(s) eletronicamente via *internet* pela Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, em data de 08/09/2015.** Pelo Outorgante, me foi dito finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos. Assim o disse, do que dou fé. A pedido do Outorgante, lavrei a presente procuração que depois de lida e achada em tudo conforme outorga, aceita e assina, perante mim, do que dou fé. Fica dispensada a presença de testemunhas em conformidade com o artigo 684, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. Guia de Recolhimento do FUNREJUS sob nº 24000000000897942-5, provando o

Selo gerado pelo sistema. Para conferir acesse o site http://tjpr.jus.br/selos-digitais

2º REGISTRO CIVIL E Nº E TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MARINGÁ
Maria Regina Pereira Rocha
Tabeliã

Autentico a presente fotocópia, por conferir com original que me foi apresentado em seu VERSO e ANVERSO. Dou fé.
0111 - Maringá/PR, 17 de abril de 2017.

Lenir Blasques de Souza
Escrevente Juramentada

O selo de autenticidade foi aposto na última folha deste documento
Selo: Registro: 19402

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

REG. TIT. DOC. MARINGÁ
ANEXO

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO
COMARCA DE MARINGÁ/PR
TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Thaís Helena Oliveira Carvajal Mendes
Tabeliã e Registradora

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
23412
MARINGÁ - PR

LIVRO 00123-P FOLHA 159 verso

recolhimento da quantia de R$ 16,06. Protocolado sob nº: 0001526 em data de 08/09/2015, Eu, (a.) Nádia Harumi Matsuda, Escrevente Juramentada, que a digitei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso. Emolumentos: R$64,23, (VRC 384,62). Selo Funarpen: R$0,69, Funrejus: R$16,06. Selo Digital nº QpDNr.DhiTk.zw7nJ, Controle: Ok6hD.hDoZ. (aa.) PAULO PINTO DE MELLO NETO, Outorgante. Nádia Harumi Matsuda, Escrevente Juramentada. Nada mais. Trasladada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, _____, Escrevente Juramentada, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Test[illegible] da Verdade.

Nádia Harumi Matsuda
Escrevente Juramentada

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
QpDNr.DhiTk.zw7nJ
Controle:
Ok6hD.hDoZ
Consulte este selo em
www.funarpen.com.br

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO
COMARCA DE MARINGÁ - PR

TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
COMARCA DE MARINGÁ
Thaís Helena Oliveira Carvajal Mendes
Tabeliã e Registradora

Autêntico é a presente fotocópia, por conferir com o original que me foi apresentado em seu ANVERSO. Dou fé. 0111
Maringá/PR, 17 de abril de 2017.

Lohir Blasques de Souza
Escrevente Juramentada

FL-005183

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 117713

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

REC TE 000 Manual
ANEXO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
73412
MARINGÁ - PR

Reconheço a(s) firma(s) de: MARIA REGINA
Maria Regina Pereira Boeira
Tabeliã
Av. Prudente de Morais, 228 - Maringá - PR
FONES: (44) 3227-3021 / 3029-3023

Livro 109-P Folha 175/176

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: MARCO ANTONIO DE MELLO E SUA MULHER E OUTRO A FAVOR DE EDSON PINTO DE MELLO, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:

S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze (09/09/2014), nesta Cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial compareceram, como Outorgantes: **MARCO ANTONIO DE MELLO**, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.428.103-2-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 064.020.619-05, e sua mulher **ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO**, estudante, portadora da Carteira de Identidade RG nº 12.534.147-0-SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 087.981.409-81; ambos brasileiros, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, aos 06/04/2013, residentes e domiciliados na Avenida das Palmeiras, nº 98 - Parque das Palmeiras, nesta cidade; e, **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, solteiro, maior, nascido aos 21/12/1995, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.615.400-3-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 089.692.479-39, residente e domiciliado na Estrada Lombo - Lote nº 21-A - Zona Rural, nesta cidade; os presentes, juridicamente capazes, reconhecidos e identificados como os próprios por mim Maria Regina Pereira Boeira, Titular, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E, pelos Outorgantes, me foi dito que, por este instrumento e nos melhores termos de direito, nomeiam e constituem seu bastante procurador: **EDSON PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.336.798-6-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 669.115.089-91, residente e domiciliado na Estrada Lombo - Lote nº 21-A - Zona Rural, nesta cidade; a quem conferem amplos, gerais e ilimitados poderes abrir, movimentar e encerrar contas correntes e aplicações, mesmo de poupança, em quaisquer estabelecimentos bancários ou de crédito, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal - CEF, Banco ABN Amro Real S/A, Banco Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo, Banco Santander (Brasil) S/A, Banco Mercantil do Brasil S/A, Banco Cooperativo Sicredi S/A, Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB, em especial junto ao Banco do Brasil S/A, agência 3284-0, conta corrente nº 35.667-0, de titularidade de MARCO ANTONIO DE MELLO; e, agência 3512-2, conta corrente nº 43210-5, de titularidade de RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO; podendo requisitar, reconhecer e retirar saldos; extratos e talões de cheque; emitir, assinar, aceitar, receber, resgatar, endossar, sacar, descontar, cauccionar, reformar, registrar e protestar cheques, ordens de pagamento, letras de câmbio, duplicatas, faturas, notas promissórias e demais títulos de crédito; dar ordens e contra ordens, fazer cadastramento ou recadastramento; requerer a confecção ou cancelamento e ainda autorizar a retirada de cartões magnéticos ou de crédito, inclusive para movimentação bancária; fazer transferência de valores, criar, modificar ou bloquear senhas; fazer saques e retiradas, assinando o respectivo comprovante ou recibo; autorizar débitos e créditos, manuais ou automáticos; aceitar e assinar os contratos de abertura, elevação ou redução de limite de crédito, com todas as cláusulas e condições de estilo; movimentar as contas por qualquer meio, inclusive por meio eletrônico, requerer e autorizar qualquer modalidade de aplicação, retirar e representar cheques devolvidos, por qualquer que seja o motivo; receber correspondências bancárias, requerer, promover, alegar, juntar, apresentar, desentranhar, protocolar, preencher e assinar documentos, inclusive

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 14743

VIDE VERSO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

ANEXO

Protocolo 6448 Livro 109-P Folha 175:176

formulários, guias, declarações, autorizações e requerimentos; prestar declarações e esclarecimentos; assinar aditivos de instrumentos de créditos; enfim, praticar, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, sendo vedado o seu substabelecimento. Os outorgantes declaram que assumem toda a responsabilidade civil e penal, pelos documentos apresentados e pelas declarações aqui prestadas. Pelos Outorgantes, me foi dito, finalmente, que aceitam esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disseram do que dou fé. A pedido, lavrei-lhes, a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorgam, aceitam e assinam, dispensando a presença das testemunhas instrumentárias deste ato, conforme faculta o CN 11.2.18, da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Registrada no Livro de Protocolo Geral sob nº 0006448/2014, nesta data. Eu, (a.), Maria Regina Pereira Boeira, Titular, que a digitei, conferi, subscrevo, dou fé e assino. Emolumentos : R$60,38 (VRC 384,62), Selo: R$0,47. JHCZ. Selo Digital : n6fer.DLN8f.Lm8bS, Controle: 0nlvN.a5eA. Maringá-PR, 09 de setembro de 2014. (aa.) MARCO ANTONIO DE MELLO, Outorgante. ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO, Outorgante. RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, Outorgante. Maria Regina Pereira Boeira, Titular. Nada mais. Trasladada em seguida confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, Maria Regina Pereira Boeira, Titular, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Testemunho _____ da verdade.

Maringá-PR, 09 de setembro de 2014.

Maria Regina Pereira Boeira
Titular

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
n6fer.DLN8f.Lm8bS
Controle:
0nlvN.a5eA
Consulte este selo em
http://funarpen.com.br

CARTÓRIO MARIA REGINA PEREIRA BOEIRA
Maria Regina Pereira Boeira
Titular
Av. [illegible], 220 - Maringá - PR
FONE (44) 3227-3022 - 3028-3022

Thaisa Elloá Salvador
Escrevente Juramentada

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MARINGÁ
Maria Regina Pereira Boeira
TITULAR

Autêntico o presente fotocópia, por conferir com original que me foi apresentado em 1 (um) Anverso. Dou fé. 0111
Maringá-PR, 17 de abril de 2017

Lenir Stacciolli de Souza
Escrevente Juramentada

Selo: AC005182

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 147763

Página 2 Selo n6fer.DLN8f.Lm8bS-0nlvN.a5eA Consulte em http://funarpen.com.br Última Página

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4 3412
MARINGÁ - PR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
473412
MARINGÁ -PR

REG. TIT. DOC. MARINGÁ
ANEXO

Protocolo
MARIA REGINA
CARTÓRIO MARIA REGINA
REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
Maria Regina
Titular
Av. Prudente de Morais, 7-07 - Maringá - PR
FONES. (44) 3227-3022 - 3028-3022

Livro 105-P Folha 075/076

Certifico a pedido verbal de parte interessada que revendo os livros deste Serviço Notarial, dentre eles o Livro nº **00105-P**, às Folhas **075/076**, verifiquei constar a **Procuração** do seguinte teor:-

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: SIDNEY PINTO DE MELLO E SUA MULHER A FAVOR DE EDSON PINTO DE MELLO, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:

S A I B A M quantos este Público Instrumento de Procuração bastante virem que, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze (10/06/2014), nesta Cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial compareceram, como Outorgantes: **SIDNEY PINTO DE MELLO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.747.819-9/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 669.115.919-53 e sua mulher **MARA VIOLIN DE MELLO**, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 03185309357-DETRAN/PR, na qual consta Carteira de Identidade RG nº 4.566.749-9-SESP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 037.810.239-74; ambos brasileiros, agricultores, casados sob o regime de comunhão universal de bens, aos 18/09/1986, conforme Escritura Pública de Pacto Antenupcial registrada sob nº 4370, do Livro 3-E, do 3º Ofício de Registro de Imóveis, desta Comarca, residentes e domiciliados na Avenida das Palmeiras, nº 98 - Apartamento 01 - Parque Palmeiras, nesta cidade; os presentes, juridicamente capazes, reconhecidos e identificados como os próprios por mim Maria Regina Pereira Boeira, Titular, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E, pelos Outorgantes, me foi dito que, por este instrumento e nos melhores termos de direito, nomeiam e constituem seu bastante procurador: **EDSON PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.336.798-6/SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº 669.115.089-91, residente e domiciliado na Estrada Lombo, lote 21-A, Zona Rural, nesta cidade; a quem conferem amplos, gerais e ilimitados poderes para abrir, movimentar e encerrar contas correntes e aplicações, mesmo de poupança, em quaisquer estabelecimentos bancários ou de crédito, inclusive junto ao Banco do Brasil S.A., Banco Cooperativo Sicredi S.A., Caixa Econômica Federal - CEF, Banco ABN Amro Real S/A, Banco Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo, Banco Santander (Brasil) S/A, Banco Mercantil do Brasil S/A, Banco Cooperativo do Brasil s/A - BANCOOB, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB, em especial junto ao Banco do Brasil S.A., agência sob nº 3512-2, conta corrente sob nº 28.750-4, e, Banco Cooperativo Sicredi S/A, agência sob nº 0718, conta corrente sob nº 07857-3; podendo requisitar, reconhecer e retirar saldos; extratos e talões de cheque; emitir, assinar, aceitar, receber, resgatar, endossar, sacar, descontar, cancionar, reformar, registrar e protestar cheques, ordens de pagamento, letras de câmbio, duplicatas, faturas, notas promissórias e demais títulos de crédito; dar ordens e contra ordens; fazer cadastramento ou recadastramento; requerer a confecção ou cancelamento e ainda autorizar a retirada de cartões magnéticos ou de crédito, inclusive para movimentação bancária; fazer transferência de valores, criar, modificar ou bloquear senhas; fazer saques e retiradas, assinando o respectivo comprovante ou recibo; autorizar débitos e créditos, manuais ou automáticos; aceitar e assinar os contratos de abertura, elevação ou redução de limite de crédito, com todas as cláusulas e condições de estilo, dar penhor em garantia, dar hipoteca em garantia; movimentar as contas por qualquer meio, inclusive por meio eletrônico, requerer e autorizar qualquer modalidade de aplicação; retirar e representar cheques devolvidos, por qualquer que seja o motivo, receber correspondências bancárias, requerer, promover, alegar, juntar, apresentar, desentranhar, protocolar, preencher e assinar documentos, inclusive formulários, guias, declarações, autorizações e requerimentos;

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 177143

6º TABELIONATO DE NOTAS
MAIOR VALOR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
473412
MARINGÁ - PR

REG. TIT. DOC. MARINGÁ
ANEXO

Protocolo 4111 Livro 105-P Folha 075/038

prestar declarações e esclarecimentos, enfim, praticar, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, sendo vedado o seu substabelecimento. **Os outorgantes declaram que assumem toda a responsabilidade civil e penal, pelos documentos apresentados e pelas declarações aqui prestadas.** Pelos Outorgantes, me foi dito, finalmente, que aceitam esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disseram do que dou fé. A pedido, lavrei-lhes, a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorgam, aceitam e assinam,dispensando a presença das testemunhas instrumentárias neste ato, conforme faculta o CN 11.2.18, da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Registrada no Livro de Protocolo Geral sob nº 4111/2014, nesta data. Eu, (a.), Maria Regina Pereira Boeira, Titular, que a digitei, conferi, subscrevo, dou fé e assino. Emolumentos : R$60,38 (VRC 384,62), Selo: R$0,47. TES. Selo Digital º GVfer.DL8ge.xjORq, Controle: SkgWK.IYUF. Maringá-PR. 10 de junho de 2014. (aa.) SIDNEY PINTO DE MELLO, Outorgante. MARA VIOLIN DE MELLO, Outorgante. Maria Regina Pereira Boeira, Titular. Trasladada por Certidão, era o que se continha em referido ato, está tudo conforme ao seu próprio original. Eu, Maria Regina Pereira Boeira, Titular, que a digitei, conferi, subscrevo, dou fé e assino, dou fé e assino a presente.

O referido é verdade e dou fé.

Em Test.º da Verdade

Maringá-PR, 02 de junho de 2016

Maria Regina Pereira Boeira
Titular

FUNARPEN
SELO DIGITAL Nº
yebcr.DQ1QQ.xC7Rq
Controle:
S3g1f.hDsZ
Consulte este selo em
http://funarpen.com.br

Eliane Cristina Castro
Escrevente Juramentada

CARTÓRIO MARIA REGINA
6º TABELIONATO DE NOTAS

Maria Regina Pereira Boeira
Titular

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
Maria Regina Pereira Boeira
Titular

Autentico o presente fotocópia, por conferir com original que me foi apresentado em seu ANVERSO Dou fé 0111
Maringá/PR, 17 de abril de 2017.

Lenir Blasques de Souza
Escrevente Juramentada

FLC05191

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA COMARCA
DE MARINGÁ - PARANÁ
1677 03
Averbação em arquivamento sob nº

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458758
MARINGÁ - PR

ARRENDAMENTO DE TERRAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRICOLA

POR ESTE INSTROMENTO PARTICULAR DE **CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA**, QUE ENTRE SI FAZEM, AS PARTES,

CLÉIA DALVA SOUZA FARREIRA, BRASILEIRA, CASADA, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CEDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 10.731.041 - SSP/SP, CPF: Nº 203.172.248-40, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA HERMILIO MAGALHÃES, 68, APTO 21, BAIRRO CENTRO, CEP: 16.010-430, COMARCA DE ARAÇATUBA - SP; **MAURIDIS FARREIRA PIMENTA**, BRASILEIRO, CASADO, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº M-321.009 - SSP/MG, CPF: Nº 602.519.276-49, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA HERMILIO MAGALHÃES, 68, APTO 21, BAIRRO CENTRO, CEP: 16.010-430, ARAÇATUBA - ESTADO DE SÃO PAULO, A SEGUIR DENOMINADOS **ARRENDADORES**, E, DO OUTRO LADO OS SENHORES E SENHORAS, **SIDNEY PINTO DE MELLO**, BRASILEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 3.747.610-9 - SSP/PR, CPF:669.115.319-53,CASADO EM COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, DOMICILIADO NA AVENIDA DAS PALMEIRAS Nº98, CEP:87.023.160, MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28 % SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **MARA VIOLIN DE MELLO**, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 4.566.749-9 - SSP/PR, CPF:087.810.239-74, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA AVENIDA DAS PALMEIRAS Nº98, CEP:87.023.160, MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMOVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **MARCO ANTÔNIO DE MELLO**,BRASILEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG:Nº9.428.103-0-SSP/PR, CPF:060.020.619-05,CASADO EM REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS COM ÉRIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO, BRASILEIRA,DO LAR, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG:Nº12.534.147-0-SSP/PR, CPF Nº 087.981.409-61, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA AVENIDA DAS PALMEIRAS Nº98, CEP 87.023.160, MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **EDSON PINTO DE MELLO**, BRASILEIRO, AGROPECUARISTA,PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG:Nº433.6.9.86 - SSP/PR, CPF Nº 669.115.089-91, CASADO EM REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA ESTRADA LOMBO, LOTE 21-A-ZONA RURAL, MARINGÁ PR, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **VERA LÚCIA GALLO DE MELLO**, BRASILEIRA, AGROPECUARISTA, PORTADOPA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 389.094-80 - SSP/PR, CPF Nº 614.594.029-87, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA ESTRADA LOMBO, LOTE 21-A-ZONA RURAL, MARINGÁ-PR, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,30% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG Nº 12.615.400-3.SSP/PR, CPF: 089.692.479-39, RESIDENTE E DOMICILIADO NA ESTRADA LOMBO,LOTE 21-A ZONA RURAL,MARINGÁ-PR, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28 % SOBRE O IMOVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO E O SENHOR **PAULO PINTO DE MELLO NETO**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº11.091.448-1 SSP/PR, CPF: Nº 004.709.739-08, RESIDENTE E DOMICILIADO NA AVENIDA DAS PALMEIRAS 98, CEP 87.023.160, MARINGA - ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO, A SEGUIR DENOMINADOS **ARRENDATÁRIOS E INTERVENIENTES GARANTIDORES**. FIRMAM O PRESENTE CONTRATO DE ARRENDAMENTO QUE SERÁ REGIDO PELO QUE ESTÁ EXPRESSO NAS CLÁUSULAS A SEGUIR:

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 14604

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 14-0-446-0

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458758
MARINGÁ - PR

CLÁUSULA PRIMEIRA: OS **ARRENDADORES** SÃO LEGITIMOS POSSUIDORES E PROPRIETARIOS DE UM IMOVEL RURAL, CONHECIDO E DENOMINADO POR **FAZENDA VALE DO PIAU** NO MUNICIPIO DE **CAMPINAPOLIS, ESTADO DO MATO GROSSO**, COM UMA AREA **DE 2.612,10 HA** (DOIS MIL, SEISCENTOS E DOZE HECTARES, DEZ ARES), CONFORME **MATRICULA Nº 554**, FICHA 01, DO CARTORIO DO REGISTRO DE IMOVEIS DA COMARCA DE CAMPINÁPOLIS-MT-1º OFICIO, DEVIDAMENTE CADASTRADO NO **INCRA, SOB Nº 901.121.107.638-5** E ATRAVES DE INSTRUMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA: OS **ARRENDADORES** ARRENDAM AOS **ARRENDATÁRIOS UMA GLEBA DE TERRAS DA ÁREA DESTACADA DA MATRÍCULA ACIMA MENCIONADA, DE 78 (SETENTA E OITO) HECTARES, DENOMINADA FAZENDA VALE DO PIAU.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O PRESENTE CONTRATO DE **ARRENDAMENTO** E CELEBRADO PELO POR UM PERIODO QUE SE INICIA **EM 30 DE MARÇO DE 2016, COM TÉRMINO NO DIA DE 30 DE MARÇO DE 2024**, PODENDO SER PRORROGADO, SE ASSIM ACORDAREM AS PARTES, ATRAVÉS DE INTERRELAÇÃO PELO MENOS COM 90(NOVENTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA.

PARAGRÁFO SEGUNDO: OS **ARRENDATÁRIOS**, NA EVENTUALIDADE DE NÃO RENOVAREM O CONTRATO DE ARRENDAMENTO, DEVERÃO RESTITUIR A GLEBA ARRENDADA COMPLETAMENTE DESOCUPADA PROCEDENDO AO LEVANTAMENTO DE TODAS AS BENFEITORIAS QUE EVENTUALMENTE TENHAM REALIZADOS, BEM COMO OS EVENTUAIS DANS CAUSADOS PELOS **ARRENDADORES**, SALVO A MANUTENÇÃO DAS CERCAS QUE DEVERÃO FICAR FINCADAS NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO.

ESTE CONTRATO ASSEGURA A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, EM OBSERVÂNCIA AS NORMAS DO Art. 13, II, III, IV, V e VI do DECRETO nº 59.566/66.

ESTE CONTRATO ASSEGURA A PROTEÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS ARRENDATÁRIOS, EM OBSERVÂNCIA AS NORMAS DO Art. 13, VII do DECRETO Nº 59.566/66.

A PRORROGAÇÃO OU RENOVAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO SERA REGULADA PELO ESTATUTO DE TERRA E PELO DECRETO Nº **59.566/66** E LEGISLAÇÃO POSTERIOR.

CLÁUSULA TERCEIRA: OS **ARRENDATÁRIOS** UTILIZARÃO O IMÓVEL ARRENDADO, EM SUA TOTALIDADE, COM A ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA.

PARAGRÁFO PRIMEIRO: OS **ARRENDATÁRIOS** FARÃO A CORREÇÃO DO PH DA TERRA, PARA PRODUÇÃO DA LAVOURA E PLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E COLHEITA, RESPONSABILIZANDO-SE POR CONTA E RISCO, EVITANDO-SE ACONTECIMENTOS COMO A EROSÃO. PORTANTO, OBJETIVANDO-SE A UTILIZAÇÃO MÁXIMA DO SOLO, VISANDO CONTUDO A SUA CONSERVAÇÃO.

PARAGRÁFO SEGUNDO: NA DATA DE VERIFICAÇÃO DO TERMO DO CONTRATO, OU SEJA, NO DIA **30 DE MARÇO DE 2024**, OS **ARRENDATÁRIOS** NÃO PODERÃO EFETUAR O PLANTIO DA SAFRA DE VERÃO DO RESPECTIVO ANO, PODENDO CONTUDO, ULTIMAR (COMPLETAR) A COLHEITA REMANESCENTE DO ANO.

PARAGRÁFO TERCEIRO: EM CONTRAPARTIDA À UTILIZAÇÃO DA ÁREA, OS ARRENDATARIOS SE OBRIGAM AOS SEGUINTES PAGAMENTOS EM FAVOR DOS ARRENDADORES NA FORMA A SEGUIR:

A)4(QUATRO) SACAS DE SOJAS DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTES A SAFRA 2015/2016, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2017;

B)5(CINCO) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2016/2017, A SEREM ENTREGUES ATÉ DO DIA 15 DE ABRIL DE 2018;

C) 6(SEIS) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2017/2018, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL 2019;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458758
MARINGÁ - PR

D) 7(SETE) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2018/2019, A SEREM ENTREGUE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2020;

E) 8(OITO) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2019/2020, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2021;

F) 9(NOVE) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2020/2021, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2022;

G) 10(DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA DE 2021/2022, A SEREM ENTREGUE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2023;

H) 10(DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2022/2023, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2024.

PARAGRÁFO QUARTO: PARA EFEITOS DA TOTALIDADE DE RENDA QUE DEVERÃO SER PAGAS PELOS ARRENDATÁRIOS SERÃO OBSERVADAS A TOTALIDADE DE HECTARES OBJETO DO **ARRENDAMENTO**, INDEPENDENTE DA QUANTIDADE DE HECTARES PLANTADOS.

PARAGRÁFO QUINTO: É DE RESPONSABILIDADE DOS **ARRENDATÁRIOS** O PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES LEGAIS QUE VENHAM A RECAIR SOBRE O IMÓVEL (ITR, CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, CCIR E LUZ – ENERGIA ELETRICA), ALÉM DE TODOS OS SALARIOS E DESPESAS DOS FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS DURANTE A VIGÊNCIA DESTE CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA: O PAGAMENTO DAS **RENDAS** MENCIONADAS ACIMA DEVERÁ SER DEPOSITADO EM LOCAL ESCOLHIDO PELOS **ARRENDADORES**, QUE SE COMPROMETEM A INFORMAR AOS ARRENDATÁRIOS, O LOCAL COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30(TRINTA) DIAS.

CLÁUSULA QUINTA: O PRODUTO SERÁ ENTREGUE EM SACAS DE 60 Kg (SESSENTA QUILOS) SOJA TIPO INDUSTRIA E DEVERA ATENDER AS PORCENTAGENS QUALITATIVAS DE, NO MÁXIMO, 14% (QUATORZE POR CENTO) DE UMIDADE, 1% (UM POR CENTO) DE IMPUREZA E 8% (OITO POR CENTO) DE ARDIDOS E/OU AVARIADOS.

CLÁUSULA SEXTA: É OBRIGATÓRIA A UTILIZAÇÃO DE INSUMOS, ADUBOS E DEFENSIVOS NA ÁREA PLANTADA DE ACORDO COM A LEI VIGENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA: COM O ADVENTO DO PRAZO ESTABELECIDO DO *CAPUT* DA CLAUSULA TERCEIRA E PARAGRAFOS, O CONTRATO SE DARA POR RESCINDIDO AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DE PREVIA NOTIFICAÇÃO OU INTERPELAÇÃO DOS **ARRENDATÁRIOS**, SENDO QUE A NEGATIVA NA RESTITUIÇÃO DA POSSE CONSTITUIR-SE-Á EM ESBULHO POSSESSÓRIO.

CLÁUSULA OITAVA: AO FINAL DO TERMO PREVISTO NO *CAPUT* DA CLÁUSULA SEGUNDA, OS **ARRENDATÁRIOS** SE OBRIGAM A RESTITUIR IMEDIATAMENTE A POSSE DO IMOVEL LEVANTANDO TODAS AS BENFEITORIAS, NOS TERMOS EXPRESSOS DO PARAGRÁFO ÚNICO DA CLAUSULA 9ª, PARAGRÁFO ÚNICO, SOB PENA DE INCORRER EM ESBULHO POSSESSÓRIO A SUJEITAR-SE ÀS MEDIAS JUDICIAIS CABIVEIS.

CLÁUSULA NONA: HAVENDO INADIMPLÊNCIA DOS **ARRENDATÁRIOS**, QUE SE VERIFICARA PELA FALTA DE PAGAMENTO DAS RENDAS OU VIOLAÇÃO DE QUAISQUER DAS OBRIGAÇÕES NESTE ATO ASSUMIDAS, OS **ARRENDADORES** NOTIFICAR-LHES-ÃO EXTRAJUDICIALMENTE PARA PURGAR A MORA NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, SEM O QUE OPERAR-SE-Á DE PLENO DIREITO A RESCISÃO DO CONTRATO, PERDENDO OS **ARRENDATARIOS** DE IMEDIATO A POSSE DO IMOVEL ARRENDADO, COMO TAMBEM QUAISQUER PARCELAS PAGAS POR CONTA DO PREÇO FACTUADO ATE A ÉPOCA DO INADIMPLEMENTO.

PARÁGRAFO ÚNICO: A REALIZAÇÃO DE QUALQUER BENFEITORIA NA AREA ORA ARRENDADA, SEJA NECESSÁRIA, ÚTIL OU VOLUPTUARIA, SÓ PODERÁ SER FEITA COM A EXPRESSA ANUÊNCIA DO **ARRENDADOR**, COMPROMETENDO-SE OS **ARRENDATÁRIOS** A LEVANTÁ-LAS NO TERMO FINAL DO CONTRATO, SENDO QUE, EM RELAÇÃO AS BENFEITORIAS EM QUE PORVENTURA NÃO SEJA POSSIVEL O **LEVANTAMENTO**, OS **ARRENDATÁRIOS**, NESTE ATO, DECLARAM SUA EXPRESSA E IRREVOGÁVEL RENÚNCIA AO DIREITO DE INDENIZAÇÃO, NÃO LHES CABENDO DIREITO DE RETENÇÃO DO IMÓVEL, QUE DEVERÁ SER RESTITUÍDO INCONTINENTI AO FINAL DO TERMO PREVISTO NESTE INSTRUMENTO OU ENTÃO EM CASO DA INFRAÇÃO CONTRATUAL SOB PENA DE CONFIGURAÇÃO DE ESBULHO POSSESSÓRIO.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado sob o nº 146044

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
459758
MARINGÁ - PR

CLÁUSULA DÉCIMA: OS **ARRENDATÁRIOS** OBRIGAM-SE A OBSERVAREM AS NORMAS TÉCNICAS DE PROFISSIONAIS HABILITADOS, VISANDO À CONSERVAÇÃO DO SOLO E O COMBATE À EROSÃO, UTILIZANDO-SE DE TÉCNICAS DE PLANTIO, APLICAÇÃO DE FERTILIZANTES, ADUBOS E CORRETIVOS, **DE** SORTE A IMPEDIR O ESGOTAMENTO DO SOLO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: NA ÁREA **ARRENDADA** SÓ PODERÃO SER CULTIVADOS GRÃOS DE SOJA, MILHO, ALGODÃO OU OUTRA CULTURA QUE SEJA DO INTERESSE DOS **ARRENDATÁRIOS**, OBSERVADA A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO SOLO, BEM COMO UTILIZAÇÃO DOS MEIOS ADEQUADOS PARA CULTIVO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS ARRENDATÁRIOS ASSUMEM A TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS CONSEQUÊNCIAS CASO UTILIZE SEMENTES TRANSGÊNICAS, SENDO OS ÚNICOS RESPONSÁVEIS PELA SUA UTILIZAÇÃO, OBRIGANDO-SE A RESPEITAR TODOS OS DIPLOMAS LEGAIS QUE TRATAM DA MATÉRIA, INCLUSIVE SUSPENDENDO SEU USO EM CASO DE LEI PROIBITIVA. SENDO QUE OS ARRENDADORES NÃO RESPONDERÃO, SOB QUALQUER ASPECTO, POR EVENTUAIS ÔNUS EM DECORRÊNCIA DO PLANTIO NESSAS CONDIÇÕES.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: NA EVENTUALIDADE DO FALECIMENTO DE QUALQUER UM DOS **ARRENDATÁRIOS**, OS DEMAIS ASSUMIRÃO OS DEVERES OBRIGACIONAIS CONTRATADOS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: OS ARRENDATÁRIOS SE OBRIGAM A MANTER O IMÓVEL COMO SE POSSEM SEU, EM ESPECIAL AS CERCAS LINDEIRAS LIMPAS E ACEIRADAS E AS ESTRADAS DE ACESSO AO LOCAL CONSERVADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A GLEBA **ARRENDADA** ESTARÁ SUJEITA A VISTORIA POR PARTE DOS **ARRENDADORES** OU SEUS PREPOSTOS, QUE PODERÃO FISCALIZÁ-LA, A QUALQUER TEMPO, PARA VERIFICAÇÃO QUANTO A SUA UTILIZAÇÃO PARA OS FINS ESPECIFICADOS NESTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO OU AUTORIZAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: NA EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA ÁREA **ARRENDADA**, NÃO RESPONDERÃO OS ARRENDADORES EM HIPÓTESE ALGUMA PELAS RELAÇÕES TRABALHISTAS CORRESPONDENTES, QUE FICARÃO A CARGO E COMANDO DOS **ARRENDATÁRIOS** COM EXCLUSIVIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CASO VENHA O **ARRENDADOR** RESPONDER POR RELAÇÕES TRABALHISTAS, DEVERÃO, OS ARRENDATÁRIOS, INDENIZÁ-LO NA TOTALIDADE DAS QUANTIAS DESPENDIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO A HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DESPESAS PROCESSUAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FICAM OS **ARRENDATÁRIOS** E SEUS FUNCIONÁRIOS AUTORIZADOS A CIRCULAREM NA ÁREA DA FAZENDA SÃO FRANCISCO PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, OU SEJA, NA ESTRADA DE ACESSO À ÁREA ARRENDADA RESSALVANDO, CONTUDO, A PROIBIÇÃO DE INTERFERÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO E USO DA PARTE DO IMÓVEL QUE NÃO ENGLOBA OS FINS DO PRESENTE CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: OS **ARRENDATÁRIOS** FICARÃO RESPONSÁVEIS POR QUALQUER DANO NA ÁREA, INCLUSIVE OS PRATICADOS POR SEUS FUNCIONÁRIOS E/OU ATÉ MESMO EM CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O(S) APARELHO(S) PULVERIZADOR(ES) A SER(EM) UTILIZADO(S) PELOS **ARRENDATÁRIOS** NÃO PODERÃO CAPTAR ÁGUA DOS RECURSOS NATURAIS EXISTENTES NA PROPRIEDADE OBJETO DO CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: PARA A CAPTAÇÃO DA ÁGUA SERÁ UTILIZADA UMA CARRETA TANQUE, SENDO QUE O MANUSEIO DOS VENENOS NUNCA PODERÁ SER FEITO PERTO DA SEDE OU DOS MANANCIAIS DE ÁGUA DA FAZENDA OU AINDA DOS RIOS, CÓRREGOS E NASCENTES DA PROPRIEDADE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O ABASTECIMENTO DOS PULVERIZADORES COM VENENO DEVERÁ SER FEITO EXCLUSIVAMENTE NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO DE **ARRENDAMENTO** ORA CELEBRADO, SOBRENA DE INFRAÇÃO CONTRATUAL E RESCISÃO INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 146019

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458758
MARINGÁ - PR

CLÁUSULA VIGÉSSIMA: EVENTUAIS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS OU MULTAS, ELABORADOS POR TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESTADUAL OU FEDERAL QUE VIEREM A INCIDIR SOBRE A ÁREA OBJETO DO CONTRATO, A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA E SUBSEQUENTE TRANFERÊNCIA DE POSSE, EM ESPECIAL DO IBAMA, SERÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS **ARRENDATÁRIOS.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: CASO VENHA O **ARRENDADOR** RESPONDER POR TAIS ENCARGOS, SEJAM DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, SEJA DA ORIGEM AMBIENTAL, INCLUINDO-SE MULTAS, DEVERÃO OS **ARRENDATÁRIOS** INDENIZÁ-LO NA TOTALIDADE DAS QUANTIAS DESPENDIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DESPESAS PROCESSUAIS.

PARÁGRAFO SEGUNDO: OS **ARRENDATÁRIOS** SE COMPROMETEM A RESPEITAR AS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DEVIDAMENTE DEMARCADAS NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO, NOS TERMOS DE LEGISLAÇÃO VIGENTE, BEM COMO SE COMPROMETEM A NÃO REALIZAR, NESSES LOCAIS, QUALQUER FORMA DE PLANTAÇÃO OU EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA, SOB PENA DE RESPONDER PELOS DANOS QUE CAUSAREM SEM PREJUÍZO A IMEDIATA RESCISÃO DO CONTRATO E DO PAGAMENTO DAS MULTAS QUE RECAIR SOBRE O IMÓVEL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: OS ARRENDADORES, NESTE ATO, DECLARAM QUE A PROPRIEDADE ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO REGULAR NO QUE DIZ RESPEITO AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E IMPOSTOS FEDERAIS, ESTADUAIS, INCLUSIVE AMBIENTAIS (IBAMA).

CLÁUSDA VIGÉSIMA SEGUNDA: FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDO AOS ARRENDATÁRIOS TRASNFERIREM, CEDEREM OU SUBARRENDAREM O PRESENTE CONTRATO BEM COMO EMPRESTAREM O IMÓVEL OU PARTE DELE, SEM PRÉVIO E EXPRESSO CONSENTIMENTO DOS **ARRENDADORES**, ALÉM DE SER VEDADA A MUDANÇA DE DESTINAÇÃO DO BEM.

PARÁGRAFO ÚNICO: A VIOLAÇÃO DESTA CLAÚSULA IMPORTARÁ NA IMEDIATA RESCISÃO DO CONTRATO, COM O CONSEQUENTE DESEJO DOS **ARRENDATÁRIOS**.

CLAÚSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: FICA VEDADA AOS **ARRENDATÁRIOS** A CRIAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, TAIS COMO GALINHAS, VACAS, PORCOS, AINDA QUE SEJAM MANTIDOS CERCADOS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. OS **ARRENDATÁRIOS** NÃO PODERÃO UTILIZAREM-SE DE QUALQUER IMÓVEL OU ALOJAMENTO DA PROPRIEDADE FORA DA ÁREA OBJETO DE ARRENDAMENTO PARA SUA RESIDÊNCIA, SENDO QUE DEVERÃO TOMAR AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA TANTO, SEM QUE ISSO INCORRA EM QUALQUER DESPESA PARA OS ARRENDADORES, OBSERVADO AINDA NO QUE DIZ RESPEITO ÀS BENFEITORIAS, O DISPOSTO PELO PARÁGRAFO ÚNICO DA CLAUSULA NONA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: OS **ARRENDATÁRIOS** DECLARAM EXPRESSAMENTE QUE TÊM CONHECIMENTO DE QUE A ÁREA OBJETO DO PRESENTE CONTRATO NECESSITA DE CORREÇÃO DE SOLO, RECUPERAÇÃO DE EROSÕES E REALIZAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL E DEMAIS ATOS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS PARA INÍCIO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA QUE SERÃO REALIZADAS SEM ÔNUS PARA ARRENDADORES.

PARÁGRAFO ÚNICO: EM VIRTUDE DE PREVISÃO DO CAPUT DESTA CLÁUSULA OS ARRENDATÁRIOS DECLARAM E PLEITAM EXPRESSAMENTE QUE NADA TEM A EXIGIREM DOS ARRENDADORES PELOS INVESTIMENTOS QUE SERÃO FEITOS NO SOLO DE PROPRIEDADE.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 146040

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458758
MARINGÁ - PR

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: FICAM OS ARRENDATÁRIOS AUTORIZADOS A DAREM EM PENHOR A PRODUÇÃO RELATIVA A 79 HA (SETENTA E OITO HECTARES), CONFORME PREVISTO NA CLÁUSULA 02, DESDE QUE NÃO COMPROMETA O PAGAMENTO DAS RENDAS ORA PACTUADO. NO PARÁGRAFO QUARTO DA CLÁUSULA 3º PARÁGRAFO 3º, REFERENTE AOS ITENS DE "A" A "H". OS ARRENDANTES, OBRIGAM-SE DESDE JÁ CEDER ANUÊNCIA AOS ARRENDATÁRIOS PELO PRAZO DE DURAÇÃO DESTE CONTRATO, SOMENTE AO BANCO DO BRASIL S/A, PARA QUE ESTE EXECUTE FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO "FIXO E SEMI FIXO" E/OU CUSTEIO AGRÍCOLA, CORRETIVO PARA O SOLO, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, MODERINFRA, MODERAGRO, FINAME, MODERFROTA, ABC (AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO), INVESTIMENTO E/OU CUSTEIO FINANCIAVEIS PELO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO OESTE (FCO), NOS SEGUINTES TERMOS.

Ao

Banco do Brasil S.A.

Agência Cidade Verde/Maringá-PR
Sr. Gerente Geral,

1. Autorizo(amos), também, o(s) aludido(s) penhor(es) a oferecer, em garantia de financiamentos a ele(s) concedidos por esse Banco, durante toda a sua vigência (safra(s): 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023, 2023/2024, bem como a imediatamente seguinte), a totalidade da produção a ser auferida por conta do(s) empreendimento(s) financiado(s) no referido imóvel, bem como os materiais agrários, benfeitorias e semoventes de sua propriedade ali localizados.

2. Estou(amos) ciente(s) de que o penhor dos produtos dados em garantia em cada safra, previstos no item precedente, valerá pelo prazo da respectiva obrigação garantida, em conformidade com o artigo 1.430 do Novo Código Civil (Lei nº 406, de 10.01.2002).

3. Autorizo(amos) ainda referido(s) arrendatário(s) (ou o que for) a destinar, prioritariamente, sob renúncia plena de todos os direitos sobre os bens, o produto oriundo da venda da produção financiada, e/ou de bens vinculados, à liquidação dos respectivos débitos contraídos, antes mesmo do pagamento do Arrendamento a que fare(mos) jus a título de arrendamento.

4. Declaro(amos) ciente(s) do direito que assista esse Banco de fiscalizar os empreendimentos financiados e vistoriar, por conseguinte, os bens vinculados, localizados na mencionada propriedade, concordando que ditos bens ali permaneçam até a final liquidação das dívidas pertinentes, mantendo-se essa condição mesmo no caso de alienação do imóvel.

5. "O presente contrato é irrevogável e irretratável para ambas as partes, incluindo-se os herdeiros ou sucessores, no caso de falecimento de qualquer dos contratantes, obrigando-se estes ao total cumprimento das cláusulas ora pactuadas."

Validade desta autorização: 30 de março de 2024.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Averbado em microfilme sob nº 146041

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458758
ARAÇATUBA - SP

PARÁGRAFO PRIMEIRO: OS ARRENDADORES DECLARAM QUE NÃO SERÁ INSTITUÍDA HIPOTECA SOBRE O IMÓVEL OBJETO DO PRESENTE CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: A GARANTIA DO PAGAMENTO SERÁ EFETUADA COM BASE NAS SAFRAS, INDEPENDENTEMENTE SE COLHIDAS OU NÃO. O NÃO PAGAMENTO NAS DATAS PREVISTAS IMPORTARÁ EM AÇÃO JUDICIAL PARA O RECEBIMENTO DO EXPOSTO NO CONTRATO, ARCANDO OS ARRENDATÁRIOS POR TODAS AS DESPESAS QUE VIERAM A CAUSAR, RENUNCIANTO EXPRESSAMENTE AOS BENEFÍCIOS DOS ARTIGOS 827, 880, 884 E 933, DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA OITAVA: QUALQUER INFRAÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DOS ARRENDATÁRIOS OBRIGAR-LHES-ÃO A PAGAREM, A TÍTULO DE MULTA, O CORRESPONDENTE A 25% (VINTE CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO, RESERVANDO-SE OS ARRENDADORES A UTILIZAR-SE DAS MEDIDAS JUDICIAIS CABÍVEIS, ALEM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CALCULADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: POR VALOR TOTAL DO CONTRATO ENTENDE-SE A SOMA DE TODAS AS RENDAS A SEREM PAGAS NO PERÍODO DE DURAÇÃO DA AVENÇA, A SER CONVERTIDO PELO PREÇO DA SOJA NA DATA EM QUE OCORREU A VIOLAÇÃO CONTRATUAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: OS ARRENDATÁRIOS FICAM OBRIGADOS A PROCEDEREM À ABERTURA DE INSCRIÇÃO ESTADUAL JUNTO AO ÓRGÃO COMPETENTE, SENDO A RETIRADA DE PRODUTOS OBRIGATÓRIA PARA ESSA INSCRIÇÃO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: POR OCASIÃO DO TÉRMINO DO CONTRATO OS ARRENDATARIOS SE OBRIGAM A DAREM BAIXA NA INSCRIÇÃO ESTADUAL ABERTA PARA EXPLORAÇÃO DA ÁREA ARRENDADA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS DA DESOCUPAÇÃO, SOB PENA DE INFRAÇÃO CONTRATUAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: OS ARRENDADORES DECLARAM QUE ESTÃO EM DIA COM AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS REFERENTES AO IMÓVEL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA. FICA ESTABELECIDO ENTRE AS PARTES QUE OS ARRENDATÁRIOS INGRESSARÃO NA POSSE DA GLEBA ARRENDADA APENAS A PARTIR DE 30 DE MARÇO DE 2016 E CASO HOUVER DESISTÊNCIA DO NEGÓCIO POR PARTE DESTES ANTES DA POSSE, RESPONDERÃO PELA QUANTIDADE DE 2.000(DUAS MIL) SACAS DE SOJA DE 60(SESSENTA)Kg.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: PODERÃO OS ARRENDATÁRIOS APÓS AS ASSINATURAS DO PRESENTE, JÁ INICIAREM OS PREPARATIVOS DAS REFERIDAS ÁREAS, PORÉM DEVERÃO PRESERVAR AS PASTAGENS E DIVISÓRIAS ATÉ O INICIO DE 30 DE MARÇO DE 2016.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: O PRESENTE CONTRATO NÃO SE RESCINDIRÁ POR MORTE DE QUALQUER UMA DAS PARTES CONTRATANTES, FICANDO SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES A QUALQUER TÍTULO, OBRIGADO A CUMPRI-LO EM TODAS AS SUAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES E É INTRANSFERÍVEL, SALVO ANUÊNCIA EXPRESSA DOS CONTRATANTES, RESPEITADA O PARAGRAFO PRIMEIRO DA CLÁUSULA DÉCIMA, PARAFRAFO PRIMEIRO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: FICA ELEITO O FORO DA COMARCA DE **ARAÇATUBA-SP**, PARA DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS ORIUNDAS DESTE CONTRATO, NÃO OBSTANTE A IDONEIDADE E SINCERIDADE DE PROPÓSITOS DE AMBAS AS PARTES.

E ASSIM, POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO, PERANTE DUAS TESTEMUNHAS, EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA.

ARAÇATUBA-SP, 30 de Março de 2016.

ARRENDADORES:

CLÉIA LUCIA SOUSA PAREIRA

MAURICIO PAREIRA PIMENTA

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 458758

ETIQUETA DE REC. DE FIRMA NO VERSO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Araçatuba - SP
Marcelo Augusto Santiana de Melo
Oficial

Prenotado sob n. **83109** em 30/05/2016
Registrado e microfilmado em 30/05/2016
sob o n **146040**

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS ARAÇATUBA-SP Marcelo Augusto Santana de Melo OFICIAL

José Roberto Malfara Junior
Escrevente Autorizado

Total de custas **81,22**

Rua Torres Homem nº 136 Araçatuba - SP cep: 16010-360
fone: (18) 3622-7776



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458756
MARINGÁ - PR

ARRENDATÁRIOS:

SIDNEY PINTO DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO

EDSON PINTO DE MELLO

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

MARCO ANTÔNIO DE MELLO

PAULO PINTO DE MELLO NETO

ERIKA NATÁLIA MATTARA CORREIRO DA SILVA DE MELLO

TESTEMUNHAS:

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MARINGÁ
Maria Regina Pereira Bueno
TITULAR

Reconheço por Semelhança as assinaturas de SIDNEY PINTO DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, PAULO PINTO DE MELLO NETO, MARA VIOLIN DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO e MARCO ANTÔNIO DE MELLO. Dou fé.
Em Test. da verdade
Maringá/PR, 17 de Julho de 2016.
Maria Paula Alves Capucidade
Escrevente Autorizada

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MARINGÁ
Maria Regina Pereira Bueno
TITULAR

Reconheço por Semelhança a assinatura de ERIKA NATALIA MATTARA CORREIRO DA SILVA DE MELLO. Dou fé.
Em Test. da verdade
Maringá/PR, 17 de Julho de 2016

MARIA REGINA 6º OFÍCIO DE NOTAS
3028-3022
MARINGÁ - PR

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 116010

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

501457

CONTRATO II DE ARRENDAMENTO PARA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

POR ESTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE ARRENDAMENTO RURAL PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, QUE ENTRE SI FAZEM AS PARTES, **SILVIO DE MELO E SOUZA**, BRASILEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG 6.259.578-7, SSP/SP, CPF 923.310.768-04, E SUA ESPOSA, **ADRIANA DE PAULA MORAES E SOUZA**, BRASILEIRA, COMERCIANTE, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG 7.852.311-4, SSP/SP, CPF 104.966.348-95, CASADOS PELO REGIME DA COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA RUA CÂNDIDO PORTINARI, 235, BAIRRO JARDIM NOVA YORK, ARAÇATUBA/SP, CEP 16.018-220, A SEGUIR DENOMINADOS **ARRENDADORES**, E, DO OUTRO LADO, EM PRIMEIRO, **SIDNEY PINTO DE MELLO**, BRASILEIRO, CASADO, AGRICULTOR, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE 3.747.819-9, SSP/PR, CPF 669.115.919-53, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA RUA VEREADOR JOAQUIM PEREIRA DE CASTRO, 450, TERREO, VILA SANTO ANTONIO, MARINGA/PR; **MARA VIOLIN DE MELLO**, AGRICULTORA, CASADA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG 4.566.749-9, SSP/PR, CPF 037.810.239-74, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA RUA VEREADOR JOAQUIM PEREIRA DE CASTRO, 450, TERREO, VILA SANTO ANTONIO, MARINGA/PR; **EDSON PINTO DE MELLO**, BRASILEIRO, CASADO, AGRICULTOR, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG 4.336.798-6, SSP/PR, CPF 669.115.089-91, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA RUA VEREADOR JOAQUIM PEREIRA DE CASTRO, 450, TERREO, VILA SANTO ANTONIO, MARINGA/PR; **VERA LÚCIA GALLO DE MELLO**, BRASILEIRA, CASADA, AGRICULTOR, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG 3.896.948-0, SSP/PR, CPF 614.594.029-87, RESIDENTE NA RUA VEREADOR JOAQUIM PEREIRA CASTRO, 450, TERREO, VILA SANTO ANTONIO, MARINGÁ-PR, SOBRE A AREA OBJETO DESTE CONTRATO A SEGUIR DENOMINADOS **ARRENDATÁRIOS** E INTERVENIENTES GARANTIDORES, FIRMAM O PRESENTE CONTRATO DE ARRENDAMENTO QUE SERÁ REGIDO PELO QUE ESTÁ EXPRESSO NAS CLÁUSULAS A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OS ARRENDADORES SÃO LEGÍTIMOS POSSUIDORES E PROPRIETÁRIOS DE UM IMÓVEL RURAL, CONHECIDO E DENOMINADO POR FAZENDA BOA VISTA NO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS/MT, COM UMA ÁREA DE 2.757,30 HA, CONFORME MATRÍCULA 230, FICHA 01, DO CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPINÁPOLIS/MT, LIVRO 2, REGISTRO GERAL, DEVIDAMENTE CADASTRADO NO INCRA, SOB NÚMERO 9011211076202, E ATRAVÉS DE INSTRUMENTO.

RTD ARAÇATUBA
151976
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570074300000120953485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570074300000120953485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:02

501457

CLÁUSULA SEGUNDA: OS ARRENDADORES ARRENDAM AOS ARRENDATÁRIOS UMA ÁREA DE TERRAS, DE 120 HA, DESTACADA DA MATRÍCULA ACIMA MENCIONADA, DENOMINADA FAZENDA BOA VISTA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O PRESENTE CONTRATO DE ARRENDAMENTO É CELEBRADO PELO PRAZO DE 08 ANOS, A INICIAR-SE EM 01 DE JUNHO DE 2019, COM TÉRMINO NO DIA 31 DE MAIO DE 2027.

PARÁGRAFO SEGUNDO: OS ARRENDATÁRIOS, NA EVENTUALIDADE DE NÃO RENOVAREM O CONTRATO DE ARRENDAMENTO, POR DESINTERESSE PRÓPRIO OU DOS ARRENDADORES, DEVERÃO RESTITUIR A GLEBA ARRENDADA COMPLETAMENTE DESOCUPADA PROCEDENDO AO LEVANTAMENTO DE TODAS AS BENFEITORIAS QUE EVENTUALMENTE TENHAM SIDO REALIZADAS, BEM COMO OS EVENTUAIS BENS CEDIDOS PELOS ARRENDADORES, SALVO A MANUTENÇÃO DAS CERCAS QUE DEVERÃO FICAR FINCADAS NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA: OS ARRENDATÁRIOS UTILIZARÃO A ÁREA ARRENDADA, EM SUA TOTALIDADE E EXCLUSIVAMENTE COM A ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, SENDO VEDADA A EXPLORAÇÃO PECUÁRIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: OS ARRENDATÁRIOS FARÃO A CORREÇÃO DO PH DA TERRA E DOS NÍVEIS DE FÓSFORO, PARA PRODUÇÃO DA LAVOURA E PLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E COLHEITA, RESPONSABILIZANDO-SE POR CONTA E RISCO, EVITANDO-SE ACONTECIMENTOS COMO A EROSÃO, DISSEMINAÇÃO DE PRAGAS, PORTANTO, OBJETIVANDO-SE A UTILIZAÇÃO MÁXIMA DO SOLO, CONTUDO EVITANDO SUA DEGRADAÇÃO, E A NÃO CORREÇÃO DO SOLO SERÁ MOTIVO PARA O ROMPIMENTO DESTE CONTRATO, NÃO CABENDO NESTE CASO NENHUMA INDENIZAÇÃO AOS ARRENDATÁRIOS, CABENDO AOS ARRENDADORES A QUALQUER TEMPO FAZER A ANALISE DO SOLO PARA VERIFICAR O SEU NIVEL DE PH, QUE NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 4,5, E FERTILIDADE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: NA DATA DE VERIFICAÇÃO DO TERMO DO CONTRATO, OU SEJA, NO DIA 31 DE MAIO DE 2027, OU ENTÃO QUANDO DO TÉRMINO DA COLHEITA DESTA SAFRA, OS ARRENDATÁRIOS NÃO PODERÃO EFETUAR O PLANTIO DA SAFRA DE VERÃO 2027/2028.

PARÁGRAFO TERCEIRO: EM CONTRAPARTIDA À UTILIZAÇÃO DA ÁREA, OS ARRENDATÁRIOS SE OBRIGAM AOS SEGUINTES PAGAMENTOS EM FAVOR DOS ARRENDADORES NA FORMA A SEGUIR:

A) 04 (QUATRO) SACAS DE SOJA DE 60 KG, POR HECTARE, REFERENTE À SAFRA 2019/2020, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2020;
B) 06 (SEIS) SACAS DE SOJA DE 60 KG, POR HECTARE, REFERENTE À SAFRA 2020/2021, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2021;

RTD ARAÇATUBA
151976
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

501457

C) 07 (SETE) SACAS DE SOJA DE 60 KG, POR HECTARE, REFERENTE À SAFRA 2021/2022, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2022;
D) 08 (OITO) SACAS DE SOJA DE 60 KG, POR HECTARE, REFERENTE À SAFRA 2022/2023, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2023;
E) 09 (NOVE) SACAS DE SOJA DE 60 KG, POR HECTARE, REFERENTE À SAFRA 2023/2024, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2024;
F) 10 (DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 KG, POR HECTARE, REFERENTE À SAFRA 2024/2025, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2025;
G) 10 (DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 KG, POR HECTARE, REFERENTE À SAFRA 2025/2026, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2026;
H) 10 (DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 KG, POR HECTARE, REFERENTE À SAFRA 2026/2027, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2027.

PARÁGRAFO QUARTO: PARA EFEITOS DA TOTALIDADE DE RENDA QUE DEVERÃO SER PAGAS PELOS ARRENDATÁRIOS SERÃO OBSERVADAS A TOTALIDADE DE HECTARES OBJETO DO ARRENDAMENTO, INDEPENDENTEMENTE DA ÁREA PLANTADA.

PARÁGRAFO QUINTO: É DE RESPONSABILIDADE DOS ARRENDATÁRIOS O PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES LEGAIS QUE VENHAM A INCIDIR SOBRE A PRODUÇÃO, ALÉM DE TODOS OS SALÁRIOS E DESPESAS DOS FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS DURANTE A VIGÊNCIA DESTE CONTRATO.

PARÁGRAFO SEXTO: É DE RESPONSABILIDADE DOS ARRENDADORES O PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES LEGAIS QUE VENHAM A RECAIR SOBRE O IMÓVEL (ITR, CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, CCIR) MESMO SOBRE A ÁREA ARRENDADA.

CLÁUSULA QUARTA: OS PAGAMENTOS DAS RENDAS MENCIONADAS ACIMA DEVERÃO SER DEPOSITADOS EM LOCAL ESCOLHIDO PELOS ARRENDADORES, QUE SE COMPROMETEM A INFORMAR AOS ARRENDATÁRIOS, O LOCAL COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS.

CLÁUSULA QUINTA: O PRODUTO DA RENDA SERÁ ENTREGUE EM SACAS DE 60 KG (SESSENTA QUILOS), SOJA TIPO INDÚSTRIA E DEVERÁ ATENDER ÀS PORCENTAGENS QUALITATIVAS DE NO MÁXIMO 14% (QUATORZE POR CENTO) DE UMIDADE, 1% (UM POR CENTO) DE IMPUREZA E 8% (OITO POR CENTO) DE ARDIDOS E/OU AVARIADOS.

CLÁUSULA SEXTA: É OBRIGATÓRIA A UTILIZAÇÃO DE INSUMOS, ADUBOS E DEFENSIVOS NA ÁREA PLANTADA DE ACORDO COM A LEI VIGENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA: COM O ADVENTO DO PRAZO ESTABELECIDO DO *CAPUT* DA CLÁUSULA SEGUNDA E PARÁGRAFOS, O CONTRATO SE DARÁ POR AUTOMATICAMENTE RESCINDIDO INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO OU INTERPELAÇÃO DOS ARRENDATÁRIOS, SENDO QUE A NEGATIVA NA RESTITUIÇÃO DA POSSE CONSTITUIR-SE-Á EM ESBULHO POSSESSÓRIO.

RTD ARAÇATUBA
151976
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
501457

CLÁUSULA OITAVA: AO FINAL DO TERMO PREVISTO NO *CAPUT* DA CLÁUSULA SEGUNDA, OS ARRENDATÁRIOS SE OBRIGAM A RESTITUIR IMEDIATAMENTE A POSSE DO IMÓVEL LEVANTANDO TODAS AS BENFEITORIAS, NOS TERMOS EXPRESSOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DA CLÁUSULA NONA, PARÁGRAFO ÚNICO, SOB PENA, DE INCORRER EM ESBULHO POSSESSÓRIO A SUJEITAR-SE ÀS MEDIDAS JUDICIAIS CABÍVEIS.

CLÁUSULA NONA: HAVENDO INADIMPLÊNCIA DOS ARRENDATÁRIOS, QUE SE VERIFICARÁ PELA FALTA DE PAGAMENTO DAS RENDAS OU VIOLAÇÃO DE QUAISQUER DAS OBRIGAÇÕES NESTE ASSUMIDAS, OS ARRENDADORES NOTIFICAR-LHES-ÃO EXTRAJUDICIALMENTE PARA PURGAR A MORA NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SEM O QUE OPERAR-SE-Á DE PLENO DIREITO A RESCISÃO DO CONTRATO, PERDENDO OS ARRENDATÁRIOS DE IMEDIATO A POSSE DA ÁREA ARRENDADA, COMO TAMBÉM QUAISQUER PARCELAS PAGAS POR CONTA DO PREÇO PACTUADO ATÉ A ÉPOCA DO INADIMPLEMENTO.

PARÁGRAFO ÚNICO: A REALIZAÇÃO DE QUALQUER BENFEITORIA NA ÁREA ORA ARRENDADA, SEJA NECESSÁRIA, ÚTIL OU VOLUPTUÁRIA, SÓ PODERÁ SER FEITA COM A EXPRESSA ANUÊNCIA DOS ARRENDADORES, COMPROMETENDENTO-SE OS ARRENDATÁRIOS A LEVANTÁ-LAS NO TERMO FINAL DO CONTRATO, SENDO QUE, EM RELAÇÃO ÁS BENFEITORIAS EM QUE POR VENTURA NÃO SEJA POSSÍVEL O LEVANTAMENTO, OS ARRENDATÁRIOS, NESTE ATO, DECLARAM SUA EXPRESSA E IRREVOGÁVEL RENUNCIA AO DIREITO DE INDENIZAÇÃO, NÃO LHES CABENDO DIREITO DE RETENÇÃO DO IMÓVEL, QUE DEVERÁ SER RESTITUÍDO INCONTINENTI AO FINAL DO TERMO PREVISTO NESTE INSTRUMENTO OU ENTÃO EM CASO DA INFRAÇÃO CONTRATUAL, SOB PENA, DE CONFIGURAÇÃO DE ESBULHO POSSESSÓRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA: OS ARRENDATÁRIOS OBRIGAM-SE A OBSERVAREM AS NORMAS TÉCNICAS DE PROFISSIONAIS HABILITADOS, VISANDO A CONSERVAÇÃO DO SOLO, UTILIZANDO-SE DE TÉCNICAS DE PLANTIO, APLICAÇÃO DE FERTILIZANTES, ADUBOS E CORRETIVOS, DE SORTE A IMPEDIR O ESGOTAMENTO DO SOLO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: NA ÁREA ARRENDADA SÓ PODERÃO SER CULTIVADOS GRÃOS DE SOJA, MILHO, OU FEIJÃO, OU OUTRA CULTURA QUE SEJA DO INTERÊSSE DOS ARRENDATÁRIOS E QUE CONTE COM A CONCORDÂNCIA DOS ARRENDADORES, OBSERVADA A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO SOLO, BEM COMO UTILIZAÇÃO DOS MEIOS ADEQUADOS PARA CULTIVO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS ARRENDATÁRIOS ASSUMEM A TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS CONSEQUÊNCIAS CASO UTILIZE SEMENTES TRANSGÊNICAS, SENDO OS ÚNICOS RESPONSÁVEIS PELA SUA UTILIZAÇÃO, OBRIGANDO-SE A RESPEITAR TODOS OS DIPLOMAS LEGAIS QUE TRATAM A MATÉRIA, INCLUSIVE SUSPENDENDO O SEU USO EM CASO DE LEI PROIBITIVA, SENDO QUE OS ARRENDADORES NÃO

RTD ARAÇATUBA
151976
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
501457
BARRETOS - SP

RESPONDERÃO, SOB QUAISQUER ASPECTOS, POR EVENTUAIS ÔNUS EM DECORRÊNCIA DO PLANTIO NESSAS CONDIÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO: NA EVENTUALIDADE DE FALECIMENTO DE QUALQUER UM DOS ARRENDATÁRIOS, OS DEMAIS ASSUMIRÃO OS DEVERES OBRIGACIONAIS CONTRATADOS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: OS ARRENDATÁRIOS SE OBRIGAM A MANTER O IMÓVEL COMO SEU FOSSE, EM ESPECIAL AS CERCAS LINDEIRAS LIMPAS E ACERADAS E AS ESTRADAS DE ACESSO AO LOCAL CONSERVADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A ÁREA OBJETO DESTE CONTRATO ESTARÁ SUJEITA A VISTORIA POR PARTE DOS ARRENDADORES OU SEUS PREPOSTOS, QUE PODERÃO FISCALIZÁ-LA A QUALQUER TEMPO, PARA VERIFICAÇÃO QUANTO À SUA UTILIZAÇÃO PARA FINS ESPECIFICADOS NESTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO OU AUTORIZAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: NA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA ÁREA ARRENDADA, NÃO RESPONDERÃO OS ARRENDADORES EM HIPÓTESE ALGUMA PELAS RELAÇÕES TRABALHISTAS CORRESPONDENTES, QUE FICARÃO A CARGO E COMANDO DOS ARRENDATÁRIOS COM EXCLUSIVIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CASO VENHA OS ARRENDADORES RESPONDEREM POR RELAÇÕES TRABALHISTAS, ALEM DE TEREM ESSE CONTRATO RESCINDIDO, DEVERÃO OS ARRENDATÁRIOS INDENIZÁ-LOS NA TOTALIDADE DAS QUANTIAS DISPENDIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO A HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DESPESAS PROCESSUAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FICAM OS ARRENDATÁRIOS E SEUS FUNCIONÁRIOS AUTORIZADOS A CIRCULAREM NA ÁREA DA FAZENDA BOA VISTA PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, OU SEJA, NA ESTRADA DE ACESSO À ÁREA ARRENDADA RESSALVANDO CONTUDO, A PROIBIÇÃO DE INTERFERÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO E USO DA PARTE DO IMÓVEL QUE NÃO ENGLOBA OS FINS DO PRESENTE CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: OS ARRENDATÁRIOS FICARÃO RESPONSÁVEIS POR QUALQUER DANO NA ÁREA, INCLUSIVE PRATICADO POR SEUS FUNCIONÁRIOS, INCLUSIVE EM CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: OS APARELHOS PULVERIZADORES A SEREM UTILIZADOS PELOS ARRENDATÁRIOS NÃO PODERÃO CAPTAR ÁGUA DOS RECURSOS NATURAIS EXISTENTES NA PROPRIEDADE OBJETO DO CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SERÁ UTILIZADA UMA CARRETA TANQUE, SENDO QUE OS MANUSEIOS DOS VENENOS NUNCA PODERÃO SER FEITOS

RTD ARAÇATUBA
151976
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
501457
MARINÓPOLIS - SP

PERTO DA SEDE OU DOS MANANCIAIS DE ÁGUA DA FAZENDA OU AINDA DOS RIOS, CÓRREGOS E NASCENTES DA PROPRIEDADE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O ABASTECIMENTO DOS PULVERIZADORES COM VENENO DEVERÁ SER FEITO EXCLUSIVAMENTE NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO ORA CELEBRADO, SOB PENA DE INFRAÇÃO CONTRATUAL E RESCISÃO INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: EVENTUAIS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS OU MULTAS, ELABORADOS POR QUALQUER ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESTADUAL OU FEDERAL QUE VIEREM A INCIDIR SOBRE A ÁREA OBJETO DO CONTRATO, A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA, EM ESPECIAL DO IBAMA, SERÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS ARRENDATÁRIOS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: CASO VENHA OS ARRENDADORES RESPONDER POR TAIS ENCARGOS, SEJAM DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, SEJA DE ORIGEM AMBIENTAL, INCLUINDO-SE MULTAS, DEVERÃO OS ARRENDATÁRIOS INDENIZÁ-LOS NA TOTALIDADE DAS QUANTIAS DISPENDIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO A HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DESPESAS PROCESSUAIS.

PARÁGRAFO SEGUNDO: OS ARRENDATÁRIOS SE COMPROMETEM A RESPEITAR AS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DEVIDAMENTE DEMARCADAS NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, BEM COMO SE COMPROMETEM A NÃO REALIZAR, NESSES LOCAIS QUALQUER FORMA DE ATIVIDADE ECONÔMICA, SOB PENA, DE RESPONDER PELOS DANOS QUE CAUSAR SEM PREJUÍZO A IMEDIATA RESCISÃO, E DO PAGAMENTO DAS MULTAS QUE RECAIR SOBRE A ÁREA OBJETO DESTE CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: OS ARRENDADORES, NESTE ATO, DECLARAM QUE A PROPRIEDADE ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO REGULAR NO QUE DIZ RESPEITO ÀS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E IMPOSTOS FEDERAIS, ESTADUAIS, INCLUSIVE AMBIENTAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDO AOS ARRENDATÁRIOS TRANSFERIREM, CEDEREM OU SUBARRENDAREM O PRESENTE CONTRATO BEM COMO EMPRESTAREM O IMÓVEL OU PARTE DELE, SEM PRÉVIO E EXPRESSO CONSENTIMENTO DOS ARRENDADORES, ALÉM DE SER VEDADA A MUDANÇA DE DESTINAÇÃO DO BEM.

PARÁGRAFO ÚNICO: A VIOLAÇÃO DESTA CLÁUSULA IMPORTARÁ NA IMEDIATA RESCISÃO DO CONTRATO, COM O CONSEQUENTE DESPEJO DOS ARRENDATÁRIOS.

RTD ARAÇATUBA
151976
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
501457

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: FICA VEDADA AOS ARRENDATÁRIOS A CRIAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, TAIS COMO GALINHAS, VACAS, PORCOS, AINDA QUE SEJAM MANTIDOS CERCADOS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: OS ARRENDATÁRIOS NÃO PODERÃO UTILIZAREM-SE DE QUALQUER PARTE DO IMÓVEL OU DA PROPRIEDADE FORA DA AREA OBJETO DE ARRENDAMENTO PARA ALOJAMENTO OU PARA SUA RESIDÊNCIA, SENDO QUE DEVERÃO TOMAR AS PROVIDENCIAS CABÍVEIS PARA TANTO, SEM QUE ISSO INCORRA EM QUALQUER DESPESA PARA OS ARRENDADORES, OBSERVADO AINDA NO QUE DIZ RESPEITO ÁS BENFEITORIAS, O DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DA CLÁUSULA NONA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: OS ARRENDATÁRIOS DECLARAM EXPRESSAMENTE QUE TEM CONHECIMENTO DE QUE A ÁREA OBJETO DO PRESENTE CONTRATO NECESSITA DE CORREÇÃO DE SOLO, RECUPERAÇÃO DE EROSÕES E REALIZAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL E DEMAIS ATOS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS PARA O INÍCIO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA QUE SERÃO REALIZADAS SEM ÔNUS PARA OS ARRENDADORES.

PARÁGRAFO ÚNICO: EM VIRTUDE DE PREVISÃO DO *CAPUT* DESTA CLÁUSULA, OS ARRENDATÁRIOS DECLARAM EXPRESSAMENTE QUE NADA TEM A EXIGIREM DOS ARRENDADORES PELOS INVESTIMENTOS QUE SERÃO FEITOS NO SOLO DA PROPRIEDADE, A NÃO SEREM AQUELES PREVISTOS NA CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA, PARÁGRAFO PRIMEIRO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: FICAM OS ARRENDATÁRIOS AUTORIZADOS A DAREM EM PENHOR A PRODUÇÃO RELATIVA A 120 HECTARES, CONFORME ESTÁ PREVISTO NA CLÁUSULA 02, DESDE QUE, NÃO COMPROMETA O PAGAMENTO DAS RENDAS ORA PACTUADAS NO PARÁGRAFO QUINTO DA CLÁUSULA TERCEIRA, REFERENTE AOS ITENS DE "A" ATÉ "H". OS ARRENDADORES OBRIGAM-SE DESDE JÁ CEDER ANUÊNCIA AOS ARRENDATÁRIOS PELO PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO, AO BANCO DO BRASIL S/A, PARA QUE ESTE EXECUTE FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO "FIXO" E "SEMI FIXO" E/OU CUSTEIO AGRÍCOLA, CORRETIVO PARA SOLO, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, MODERINFRA, MODERAGRO, FINAME, MODERFROTA, ABC (AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO), INVESTIMENTO E/OU CUSTEIO FINANCIÁVEIS PELO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO OESTE (FCO), NOS SEGUINTES TERMOS:

RTD ARAÇATUBA
151976
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
501457
MARINGÁ - PR

AO

BANCO DO BRASIL S/A

AGENCIA ESTILO/MARINGA – PR

SR GERENTE GERAL

A- AUTORIZAMOS, TAMBÉM, OS ALUDIDOS SENHORES ARRENDATÁRIOS A OFERECEREM, DURANTE A VIGÊNCIA DESTE CONTRATO, EM GARANTIA DE FINANCIAMENTO A ELES CONCEDIDA POR ESSE BANCO, NAS SAFRAS 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025, 2025/2026 E 2026/2027, A TOTALIDADE DA PRODUÇÃO A SER AUFERIDA POR CONTA DO EMPREENDIMENTO FINANCIADO NO REFERIDO IMÓVEL, BEM COMO, OS MATERIAIS AGRÁRIOS, BENFEITORIAS E SEMOVENTES DOS ARRENDATÁRIOS DA PROPRIEDADE ALI LOCALIZADOS.

B- ESTAMOS CIENTES DE QUE O PENHOR DOS PRODUTOS DADOS EM GARANTIA EM CADA SAFRA, PREVISTO NO ITEM PRECEDENTE, VALERÁ PELO PRAZO DA RESPECTIVA OBRIGAÇÃO GARANTIDA, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 1.439 DO NOVO CÓDIGO CIVIL (LEI 10.406 DE 10.01.2002).

C- AUTORIZAMOS AINDA OS REFERIDOS ARRENDATÁRIOS A DESTINAR PRIORITARIAMENTE, SOB RENÚNCIA PLENA, DE TODOS OS DIREITOS SOBRE OS BENS, O PRODUTO ORIUNDO DA VENDA DA PRODUÇÃO FINANCIADA, E/OU DE BENS VINCULADOS, A LIQUIDAÇÃO DOS RESPECTIVOS DÉBITOS CONTRAÍDOS ANTES MESMO DO PAGAMENTO DE PORCENTAGEM SOBRE A PRODUTIVIDADE QUE FAREMOS JUS A TÍTULO DE ARRENDAMENTO.

D- DECLARAMOS QUE ESTAMOS CIENTE DO DIREITO QUE ASSISTE A ESSE BANCO DE FISCALIZAR OS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS E VISTORIAR, POR CONSEGUINTE OS BENS VINCULADOS, LOCALIZADOS NA MENCIONADA PROPRIEDADE, CONCORDANDO QUE DITOS BENS DOS ARRENDATÁRIOS ALI PERMANEÇAM ATÉ O ENCERRAMENTO DESTE CONTRATO, MESMO QUE ESTE CONTRATO VENHA A SER PRORROGADO.

E- O PRESENTE CONTRATO É IRREVOGÁVEL E IRRETRATÁVEL PARA AMBAS AS PARTES, INCLUINDO-SE OS HERDEIROS OU SUCESSORES, NO CASO DE FALECIMENTO DE QUALQUER DOS CONTRATANTES, OBRIGANDO-SE ESTES AO TOTAL CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS ORA PACTUADAS.

F-

VALIDADE DESTA AUTORIZAÇÃO; 31 DE MAIO DE 2027.

RTD ARAÇATUBA
151976
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
501457
BARRAS - PI

PARÁGRAFO ÚNICO: OS ARRENDADORES DECLARAM QUE EM HIPÓTESE NENHUMA SERÁ INSTITUÍDA HIPOTECA SOBRE O IMÓVEL OBJETO DO PRESENTE CONTRATO.

*ESTE CONTRATO ASSEGURA A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, EM OBSERVÂNCIA AS NORMAS DO Art. 13, II, III, IV, V e VI do DECRETO nº 59.566/66.

*ESTE CONTRATO ASSEGURA A PROTEÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS ARRENDATÁRIOS, EM OBSERVÂNCIA ÀS NORMAS DO Art. 13, VII do DECRETO Nº 59.566/66.

*A PRORROGAÇÃO OU RENOVAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO SERÁ REGULADA PELO ESTATUTO DE TERRA E PELO DECRETO Nº 59.666/66 E LEGISLAÇÃO POSTERIOR.

Referente ao roteiro e coordenadas do imóvel, objeto deste contrato:

Roteiro de Acesso:

Referente ao roteiro e coordenadas do imóvel, objeto deste contrato:

Roteiro de Acesso:

SAINDO DE CAMPINAPOLIS-MT INDO PARA NOVA XAVANTINA PELA BR251, APÓS PERCORRER 12KM DEIXAR A BR E ENTRAR A DIREITA EM UMA ESTRADA DE TERRA. NA ESTRADA DE TERRA IR POR MAIS 11,00 KM INDO SENTIDO A NOVA SÃO JOAQUIM-MT, A FAZENDA FICA DO LADO ESQUERDO DA ESTRADA.



RTD ARAÇATUBA
151976
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
501457

PONTO	SUL	OESTE
P1	14º 40' 30,26848"	52º 53' 05,32104"
P2	14º 40' 20,85800"	52º 52' 34,20227"
P3	14º 40' 40,66086"	52º 52' 37,29218"
P4	14º 41' 29,88647"	52º 52' 38,15735"
P5	14º 41' 45,10597"	52º 52' 33,08990"
P6	14º 41' 37,08939"	52º 53' 05,77423"
P7	14º 40' 47,79510"	52º 53' 00,59692"

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: A GARANTIA DO PAGAMENTO DE FINANCIAMENTO DA LAVOURA NA ÁREA OBJETO DESTE CONTRATO, SERÁ EFETUADA COM BASE NAS SAFRAS, INDEPENDENTEMENTE SE COLHIDAS OU NÃO. O NÃO PAGAMENTO NAS DATAS PREVISTAS, IMPORTARÃO EM AÇÃO JUDICIAL PARA RECEBIMENTO DO EXPOSTO NO CONTRATO, ARCANDO OS ARRENDATÁRIOS POR TODAS AS DESPESAS QUE VIEREM A CAUSAR RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE AOS BENEFÍCIOS DOS ARTIGOS 827, 880, 854 E 835 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: QUALQUER INFRAÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DOS ARRENDATÁRIOS OBRIGAR-LHES-ÃO A PAGAREM, A TÍTULO DE MULTA, O CORRESPONDENTE A 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO, RESERVANDO-SE OS ARRENDADORES A UTILIZAREM DAS MEDIDAS JUDICIAIS CABÍVEIS, ALÉM DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, CALCULADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: POR VALOR TOTAL DO CONTRATO ENTENDE-SE A SOMA DE TODAS AS RENDAS A SEREM PAGAS NO PERÍODO DE DURAÇÃO DA AVENÇA, A SER CONVERTIDO PELO PREÇO DA SOJA NA DATA EM QUE OCORREU A VIOLAÇÃO CONTRATUAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: OS ARRENDATÁRIOS FICAM OBRIGADOS A INSERIREM A AREA OBJETO DESSE CONTRATO NA INSCRIÇÃO ESTADUAL JÁ EXISTENTE NA FAZENDA BOA VISTA, SENDO A RETIRADA DE PRODUTOS OBRIGATÓRIA PARA ESSA INSCRIÇÃO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: POR OCASIÃO DO TÉRMINO DO CONTRATO OS ARRENDATÁRIOS SE OBRIGAM A DAREM BAIXA NA INSCRIÇÃO ESTADUAL ABERTA PARA A EXPLORAÇÃO DA ÁREA ARRENDADA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS DA DESOCUPAÇÃO, SOB PENA, DE INFRAÇÃO CONTRATUAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: É GARANTIDO AOS ARRENDADORES, A RESCISÃO UNILATERAL DESTE CONTRATO DE ARRENDAMENTO, E A CONSEQUENTE RETOMADA, PLENA E DEFINITIVA, DA ÁREA OBJETO DESTE CONTRATO, NO CASO DE VENDA DA FAZENDA BOA VISTA, OU DE OUTROS FATORES ALHEIOS OU NÃO À SUA VONTADE.

RTD ARAÇATUBA
151976
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
501457
MACAUBAL - SP

PARÁGRAFO PRIMEIRO: CASO OCORRA O ENCERRAMENTO DESTE CONTRATO MOTIVADO PELA CLÁUSULA ANTERIOR, FICA ESTIPULADA UMA INDENIZAÇÃO DE R$ 150.000,00, A SER PAGA AOS ARRENDATÁRIOS, CORRESPONDENTE AOS INVESTIMENTOS EM CORREÇÃO DO SOLO E ADUBAÇÃO. ESTE VALOR SOFRERÁ UMA DIMINUIÇÃO, DE 12% AO ANO, POR CADA ANO TRANSCORRIDO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O ENCERRAMENTO UNILATERAL DESTE CONTRATO POR PARTE DOS ARRENDADORES SE DARÁ POR UMA NOTIFICAÇÀO AOS ARRENDATÁRIOS COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES PARA DESOCUPAR A ÁREA, SENDO ASSEGURADO AOS ARRENDATÁRIOS A COLHEITA DA SAFRA EM CURSO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: NO CASO DE VENDA OU PROMESSA DE VENDA, OS ARRENDATÁRIOS NÃO TERÃO DIREITO DE PREFERÊNCIA, AO QUAL RENUNCIAM EXPRESSAMENTE, EM CARÁTER IRREVOGÁVEL E IRRETRATÁVEL, TANTO EM RELAÇÃO À ÁREA OBJETO DESTE CONTRATO, COMO EM RELAÇÃO À TOTALIDADE DA ÁREA DA FAZENDA BOA VISTA, FICANDO DESDE JÁ DISPENSADOS OS ARRENDADORES, EM QUALQUER HIPÓTESE, DA EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: OS ARRENDADORES DECLARAM QUE ESTÃO EM DIA COM AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS REFERENTES AO IMÓVEL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: FICA ESTABELECIDO ENTRE AS PARTES QUE OS ARRENDATÁRIOS INGRESSARÃO NA POSSE DA ÁREA OBJETO DESTE CONTRATO APENAS A PARTIR DE 01 DE JUNHO DE 2019, QUANDO PODERÃO INICIAREM OS PREPARATIVOS PARA O PLANTIO DA SAFRA.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: O PRESENTE CONTRATO NÃO SE RESCINDIRÁ POR MORTE DE QUALQUER UMA DAS PARTES CONTRATANTES, FICANDO SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES A QUALQUER TÍTULO, OBRIGADO A CUMPRÍ-LO EM TODAS AS SUAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES E É INTRANSFERÍVEL, SALVO ANUÊNCIA EXPRESSA DOS ARRENDADORES, OBRIGANDO-SE AMBAS AS PARTES, INCLUINDO OS HERDEIROS E SUCESSORES, AO TOTAL CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS ORA PACTUADAS.

E ASSIM, POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO, PERANTE DUAS TESTEMUNHAS, EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, ELEGENDO O FORO DE ARAÇATUBA PARA DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS ORIUNDAS DESTE CONTRATO, POR MAIS PRIVILEGIADO QUE OUTRO POSSA SER.

ARAÇATUBA, 16 DE ABRIL DE 2.019.

RTD ARAÇATUBA
151976
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
501457
MARINGÁ - PR

ARRENDADORES:

SILVIO DE MELO E SOUZA

ADRIANA DE PAULA MORAES E SOUZA

ARRENDATÁRIOS:

SIDNEY PINTO DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO

EDSON PINTO DE MELLO

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

TESTEMUNHAS:

SANDRA VALERIA DE PADUA SUYAMA

ROBYSON ZANCHETA

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MARINGÁ

Selo Digital nº xPv4J.ok9OR.23nHj-2kGIm.yjGhv. Valide em: http://funarpen.com.br
Reconheço por Semelhança as assinaturas de SIDNEY PINTO DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, MARA VIOLIN DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO. Sob fé. "0015 "74/92". Maringá/PR, 21 de maio de 2019
Em Test° da Verdade
Marcos Paulo Alves Capuchinho Escrevente Juramentado

3º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE ARAÇATUBA
Orestes Mendes Filho
Tabelião
Rua Tiradentes, 548 - Araçatuba - SP

RECONHECO POR SEMELHANÇA C/ VALOR DECLARADO 2 ASSINATURA(S) de: ADRIANA DE PAULA MORAES E SOUZA E SILVIO DE MELO E SOUZA
Araçatuba/SP, 24 de maio de 2019.
Em test. _____ da verdade. P: 455 Op. Beatriz
Nilson Sampaio - Escrevente
Vlr:R$ 19,20, C:959264 Selo(s): 163054-CAA

RTD ARAÇATUBA
151976
DOCUMENTO DIGITALIZADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - MARINGÁ - PR
Alcir Ricardo de Oliveira - Agente Delegado
Av. XV de Novembro, 331 (44) 3029-9453

Emolumentos	198.26
Funrejus	9.43
Distribuidor	9.18
Funarpen	1.17
Microfilme	0.07
ISS	7.94
PMDEP	9.84
Total R$	229.89
VRC	1.000,00

PROTOCOLADO E REGISTRADO
LIVRO B - DIGITALIZADO
Nº 501.457
Maringá-PR, 04 de junho de 2019

Alexandre Xavier Cavalcante
Esc. Juramentado

Selo Digital-VtfDq.GeifA.JTeHn, Controle: K2Fq5-ejxus
Valide o Selo Digital em http://www.funarpen.com.br

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS MARINGÁ - PR

Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Araçatuba - SP
Marcelo Augusto Santana de Melo
oficial

Certifico e dou fé que a presente cópia confere com o original. Prenotado sob n. **99347** em 24/05/2019
Registrado em microfilme em 28/05/2019 sob o n. **151976**

José Roberto Malfara Junior
Escrevente Autorizado

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS ARAÇATUBA-SP
Marcelo Augusto Santana de Melo
OFICIAL

Total de custas **94,18**

Rua Torres Homem,135 - Araçatuba - SP cep: 16010-360
fone: (18) 3609-9290

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458757
MARINGÁ - PR

ARRENDAMENTO DE TERRAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

POR ESTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE **CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL PARA FINS DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA**, QUE ENTRE SI FAZEM, AS PARTES, **SERGIO DE MELO E SOUZA**, BRASILEIRO, CASADO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 6.494.606 – SSP/SP, CPF: Nº 958.465.578-72, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA CARLOS GOMES Nº 416, APTO 14, BAIRRO CENTRO, CEP:16.010-310, COMARCA DE ARAÇATUBA – SP. **Srª. ALINE BARBOSA SOUZA**, BRASILEIRA CASADA, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº13.664.265 – SSP/SP, CPF:074.694.428-47, REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA CARLOS GOMES Nº416,APTO 14, BAIRRO CENTRO, CEP.16.010 310, ARAÇAIUBA – ESTADO DE SÃO PAULO, A SEGUIR DENOMINADOS **ARRENDADORES**, E, DO OUTRO LADO OS SENHORES E SENHORAS, **SIDNEY PINTO DE MELLO**, BRASILEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº3.747.819-9 – SSP/PR, CPF:669.115.919-53,CASADO EM COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, DOMICILIADO NA AVENIDA DAS PALMEIRAS Nº98, CEP:87.023.160, MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28 % SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **MARA VIOLIN DE MELLO**, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 4.566.749-9 – SSP/PR, CPF:037.810.239-74, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA AVENIDA DAS PALMEIRAS Nº98, CEP:87.023.160, MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,30% SOBRE O IMOVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **MARCO ANTÔNIO DE MELLO**,BRASILEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG:Nº9.428.103-2-SSP/PR, CPF:064.020.619-05,CASADO EM REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS COM ERIKA NATÁLIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO, BRASILEIRA,DO LAR, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG:Nº12.534.147-0-SSP/PR, CPF Nº 087.981.409-81, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA AVENIDA DAS PALMEIRAS Nº98, CEP 87.023.160, MARINGÁ – ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMOVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **EDSON PINTO DE MELLO**, BRASILEIRO, AGROPECUARISTA,PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG:Nº433.679.86 – SSP/PR, CPF Nº 669.115.089-91, CASADO EM REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA ESTRADA LOMBO, LOTE 21-A-ZONA RURAL, MARINGÁ-PR, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **VERA LÚCIA GALLO DE MELLO**, BRASILEIRA, AGROPECUARISTA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG: Nº 399.694-80 – SSP/PR, CPF Nº 514.594.029-47, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA ESTRADA LOMBO, LOTE 21-A-ZONA RURAL, MARINGÁ-PR, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,30% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG Nº 12.615.400-3,SSP/PR, CPF: 089.692.479-39, RESIDENTE E DOMICILIADO NA ESTRADA LOMBO,LOTE 21-A ZONA RURAL,MARINGÁ-PR, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28 % SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO E O SENHOR **PAULO PINTO DE MELLO NETO**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGROPECUARISTA, PORTADOR DA CEDULA DE IDENTIDADE RG: Nº11.091.448-1 SSP/PR, CPF: Nº 084.709.739-08, RESIDENTE E DOMICILIADO NA AVENIDA DAS PALMEIRAS 98, CEP 87.023.160, MARINGÁ – ESTADO DO PARANÁ, TENDO PARTICIPAÇÃO DE 14,28% SOBRE O IMÓVEL INSTRUMENTO DESTE CONTRATO, A SEGUIR DENOMINADOS **ARRENDATÁRIOS E INTERVENIENTES GARANTIDORES**, FIRMAM O PRESENTE CONTRATO DE ARRENDAMENTO QUE SERÁ REGIDO PELO QUE ESTÁ EXPRESSO NAS CLÁUSULAS A SEGUIR:

Maria Amélia de Mello

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 146039

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458757
MARINGÁ - PR

CLÁUSULA PRIMEIRA: OS **ARRENDADORES** SÃO LEGITIMOS POSSUIDORES E PROPRIETÁRIOS DE UM IMOVEL RURAL, CONHECIDO E DENOMINADO POR **FAZENDA SÃO FRANCISCO** NO MUNICÍPIO **DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DO MATO GROSSO,** COM UMA AREA **DE 2.539,30,** 49 HA (DOIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E NOVE HECTARES, TRINTA ARES E QUARENTE E TRÊS CENTIARES), CONFORME **MATRICULA Nº 1.1140,** FICHA 01, DO CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DA COMARCA DE CAMPINÁPOLIS-MT-1º OFICIO, DEVIDAMENTE CADASTRADO NO **INCRA, SOB Nº 950.076.417.602-8** E ATRAVES DE INSTRUMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA: OS **ARRENDADORES** ARRENDAM AOS **ARRENDATÁRIOS UMA GLEBA DE TERRAS DA ÁREA DESTACADA DA MATRÍCULA ACIMA MENCIONADA, DE 150 (CENTO E CINQUETNA) HECTARES, DENOMINADA FAZENDA SÃO FRANCISCO.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O PRESENTE CONTRATO DE **ARRENDAMENTO** É CELEBRADO PELO POR UM PERIODO QUE SE INICIA **EM 30 DE MARÇO DE 2016, COM TÉRMINO NO DIA DE 30 DE MARÇO DE 2024,** PODENDO SER PRORROGADO, SE ASSIM ACORDAREM AS PARTES, ATRAVÉS DE INTERRELAÇÃC PELO MENOS COM 90(NOVENTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA.

PARAGRÁFO SEGUNDO: OS **ARRENDATÁRIOS,** NA EVENTUALIDADE DE NÃO RENOVAREM O CONTRATO DE ARRENDAMENTO, DEVERÃO RESTITUIR A GLEBA ARRENDADA COMPLETAMENTE DESOCUPADA PROCEDENDO AO LEVANTAMENTO DE TODAS AS BENFEITORIAS QUE EVENTUALMENTE TENHAM REALIZADOS, BEM COMO OS EVENTUAIS BENS CEDIDOS PELOS **ARRENDADORES,** SALVO A MANUNTENÇÃO DAS CERCAS QUE DEVERÃO FICAR ENCRAVADAS NA ÁREA OBJETO DO CONTRATO.

ESTE CONTRATO ASSEGURA A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, EM OBSERVÂNCIA AS NORMAS DO Art. 13, II, III, IV, V e VI do DECRETO nº 59.566/66.

ESTE CONTRATO ASSEGURA A PROTEÇÃO SOCIAL E ECONÔNICA DOS ARRENDATÁRIOS, EM OBSERVÂNCIA ÀS NORMAS DO Art. 13, VII do DECRETO Nº 59.566/66.

A PRORROGAÇÃO OU RENOVAÇÃC DO PRESENCE CONTRATO SERÁ REGULADA PELO ESTATUTO DE TERRA E PELO DECRETO Nº 59.666/66 E LEGISLAÇÃO POSTERIOR.

CLAUSULA TERCEIRA: OS **ARRENDATARIOS** UTILIZARÃO O IMOVEL ARRENDADO, EM SUA TOTALIDADE, COM A ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA.

PARAGRÁFO PRIMEIRO: OS **ARRENDATÁRIOS** FARÃO A CORREÇÃO DO PH DA TERRA, PARA PROPOÇÃO DA LAVOURA E PLANTAÇÃO, MANUNTENÇÃO E COLHEITA, RESPONSABILIZANDO-SE POR CONTA E RISCO, EVITANDO-SE ACONTECIMENTOS COMO A EROSÃO. PORTANTO, OBJETIVANDO-SE A UTILIZAÇÃO MÁXIMA DO SOLO, VISANDO CONTUDO A SUA CONSERVAÇÃC.

PARAGRÁFO SEGUNDO: NA DATA DE VERIFICAÇÃO DO TERMO DO CONTRATO, OU SEJA, NO DIA **30 DE MARÇO DE 2024,** OS **ARRENDATÁRIOS** NÃO PODERÃO EFETUAR O PLANTIO DA SAFRA DE VERÃO DO RESPECTIVO ANO, PODENDO CONTUDO, ULTIMAR (COMPLETAR) A COLHEITA REMANESCENTE DO ANO.

PARAGRÁFO TERCEIRO: EM CONTRAPARTIDA À UTILIZAÇÃC DA ÁREA, OS ARRENDATÁRIOS SE OBRIGAM AOS SEGUINTES PAGAMENTOS EM FAVOR DOS ARRENDADORES NA FORMA A SEGUIR.

A) 5(CINCO) SACAS DE SOJAS DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTES A SAFRA 2015/2016, A SEREM ENTREGUES ATE O DIA 15 DE ABRIL DE 2017;

B) 6(SEIS) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENCE A SAFRA 2016/2017, A SEREM ENTREGUES ATÉ DO DIA 15 DE ABRIL DE 2018;

C) 7(SETE) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2017/2018, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL 2019;

D) 8(OITO) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2018/2019, A SEREM ENTREGUE ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2020.

Maria Druli de Mello

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 16.0.19

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458757
MARINGÁ - PR

E: 9(NOVE) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2019/2020, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2021;

F: 10(DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2020/2021, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2022;

G: 10(DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA DE 2021/2022, A SEREM ENTREGUE ATE O DIA 15 DE ABRIL DE 2023;

H: 10(DEZ) SACAS DE SOJA DE 60 Kg POR HECTARE, REFERENTE A SAFRA 2022/2023, A SEREM ENTREGUES ATÉ O DIA 15 DE ABRIL DE 2024.

PARAGRÁFO QUARTO: PARA EFEITOS DA TOTALIDADE DE RENDA QUE DEVERÃO SER PAGAS PELOS ARRENDATÁRIOS SERÃO OBSERVADAS A TOTALIDADE DE HECTARES OBJETO DO **ARRENDAMENTO**, INDEPENDENTE DA QUANTIDADE DE HECTARES PLANTADOS.

PARAGRÁFO QUINTO: É DE RESPONSABILIDADE DOS **ARRENDATÁRIOS** O PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES LEGAIS QUE VENHAM A RECAIR SOBRE O IMÓVEL (ITR, CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, ICIR E UNI – ENERGIA ELÉTRICA), ALÉM DE TODOS OS SALARIOS E DESPESAS DOS FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS DURANTE A VIGÊNCIA DESTE CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA: O PAGAMENTO DAS RENDAS MENCIONADAS ACIMA DEVERÁ SER DEPOSITADO EM LOCAL ESCOLHIDO PELOS **ARRENDADORES**, QUE SE COMPROMETEM A INFORMAR AOS ARRENDATÁRIOS, O LOCAL COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 30(TRINTA) DIAS.

CLÁUSULA QUINTA: O PRODUTO SERÁ ENTREGUE EM SACAS DE 60 Kg (SESSENTA QUILOS) SOJA TIPO INDUSTRIA E DEVERÁ ATENDER AS PORCENTAGENS QUALITATIVAS DE, NO MÁXIMO, 14% (QUATORZE POR CENTO) DE UMIDADE, 1% (UM POR CENTO) DE IMPUREZA E 8% (OITO POR CENTO) DE ARDIDOS E/OU AVARIADOS.

CLÁUSULA SEXTA: É OBRIGATORIA A UTILIZAÇÃO DE INSUMOS, ADUBOS E DEFENSIVOS NA ÁREA PLANTADA DE ACORDO COM A LEI VIGENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA: COM O ADVENTO DO PRAZO ESTABELECIDO DO CAPUT DA CLÁUSULA TERCEIRA E PARAGRÁFOS, O CONTRATO SE DARÁ POR RESCINDIDO AUTOMATICAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO OU INTERPELAÇÃO DOS **ARRENDATÁRIOS**, SENDO QUE A NEGATIVA NA RESTITUIÇÃO DA POSSE CONSTITUIR-SE-Á EM ESBULHO POSSESSÓRIO.

CLAUSULA OITAVA: AO FINAL DO TERMO PREVISTO NO CAPUT DA CLÁUSULA SEGUNDA, OS **ARRENDATÁRIOS** SE OBRIGAM A RESTITUIR INEDIATAMENTE A POSSE DO IMÓVEL LEVANTANDO TODAS AS BENFEITORIAS, NOS TERMOS EXTRESSOS DO PARAGRAFO ÚNICO DA CLÁUSULA 09, PARAGRÁFO UNICO, SOB PENA DE INCORRER EM ESBULHO POSSESSÓRIO E SUJEITAR-SE AS MEDIAS JUDICIAIS CABIVEIS.

CLÁUSULA NONA: HAVENDO INADIMPLÊNCIA DOS **ARRENDATÁRIOS**, QUE SE VERIFICARÁ PELA FALTA DE PAGAMENTO DAS RENDAS OU VIOLAÇÃO DE QUAISQUER DAS OBRIGAÇÕES NESTE ATO ASSUMIDAS, OS **ARRENDADORES** NOTIFICAR-LHES-ÃO EXTRAJUDICIALMENTE PARA PURGAR A MORA NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, SEM O QUE OPERAR-SE-Á DE PLENO DIREITO A RESCISÃO DO CONTRATO, PERDENDO OS **ARRENDATÁRIOS** DE IMEDIATO A POSSE DO IMOVEL ARRENDADO, COMO TAMBEM QUAISQUER PARCELAS PAGAS POR CONTA DO PREÇO PACTUADO ATÉ A ÉPOCA DO INADIMPLEMENTO.

PARÁGRAFO ÚNICO: A REALIZAÇÃO DE QUALQUER BENFEITORIA NA ÁREA ORA ARRENDADA, SEJA NECESSÁRIA, ÚTIL OU VOLUPTUÁRIA, SÓ PODERÁ SER FEITA COM A EXPRESSA ANUÊNCIA DO **ARRENDADOR**, COMPROMETENDO-SE OS **ARRENDATÁRIOS** A LEVANTA-LAS NO TERMO FINAL DO CONTRATO, SENDO QUE, EM RELAÇÃO ÀS BENFEITORIAS EM QUE PORVENTURA NÃO SEJA POSSIVEL O LEVANTAMENTO, OS **ARRENDATÁRIOS**, NESTE ATO, DECLARAM SUA EXPRESSA E IRREVOGAVEL RENÚNCIA AO DIREITO DE INDENIZAÇÃO, NÃO LHES CABENDO DIREITO DE RETENÇÃO DO IMOVEL, QUE DEVERA SER RESTITUÍDO INCONTINENTI AO FINAL DO TERMO PREVISTO NESTE INSTRUMENTO OU ENTÃO EM CASO DA INFRAÇÃO CONTRATUAL SOB PENA DE CONFIGURAÇÃO DE ESBULHO POSSESSÓRIO.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 1160 28

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:13
Número do documento: 23080114570271600000120953487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570271600000120953487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:03

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458757
ARAÇATUBA - SP

CLÁUSULA DÉCIMA: OS **ARRENDATÁRIOS** OBRIGAM-SE A OBSERVAREM AS NORMAS TÉCNICAS DE PROFISSIONAIS HABILITADOS, VISANDO A CONSERVAÇÃO DO SOLO E O COMBATE Á EROSÃO, UTILIZANDO-SE DE TÉCNICAS DE PLANTIO, APLICAÇÃO DE FERTILIZANTES, ADUBOS E CORRETIVOS, DE SORTE A IMPEDIR O ESGOTAMENTO DO SOLO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: NA ÁREA **ARRENDADA** SÓ PODERÃO SER CULTIVADOS GRÃOS DE SOJA, MILHO, ALGODÃO OU OUTRA CULTURA QUE SEJA DO INTERESSE DOS **ARRENDATÁRIOS**, OBSERVADA A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO SOLO, BEM COMO UTILIZAÇÃO DOS MEIOS ADEQUADOS PARA CULTIVO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS ARRENDATÁRIOS ASSUMEM A TOTAL RESPONSABILIDADE PELAS CONSEQUÊNCIAS CASO UTILIZE SEMENTES TRANSGÊNICAS, SENDO OS ÚNICOS RESPONSAVEIS PELA SUA UTILIZAÇÃO, OBRIGANDO-SE A RESPEITAR TODOS OS DIPLOMAS LEGAIS QUE TRATAM DA MATERIA, INCLUSIVE SUSPENDENDO SEU USO EM CASO DE LEI PROIBITIVA, SENDO QUE OS ARRENDADORES NÃO RESPONDERÃO, SOB QUALQUER ASPECTO, POR EVENTUAIS ÔNUS EM DECORRÊNCIA DO PLANTIO NESSAS CONDIÇÕES.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: NA EVENTUALIDADE DE FALECIMENTO DE QUALQUER UM DOS **ARRENDATÁRIOS**, OS **DEMAIS** ASSUMIRÃO OS DEVERES OBRIGACIONAIS CONTRATADOS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: OS ARRENDATARIOS SE OBRIGAM A MANTER O IMÓVEL COMO SE FOSSEM SEU, EM ESPECIAL AS CERCAS LINDEIRAS LIMPAS E ACERADAS E AS ESTRADAS DE ACESSO AO TOTAL CONSERVADA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A GLEBA **ARRENDADA** ESTARÁ SUJEITA A VISTORIA POR PARTE DOS **ARRENDADORES** OU SEUS PREPOSTOS, QUE PODERÃO FISCALIZÁ-LA, A QUALQUER TEMPO, PARA VERIFICAÇÃO QUANTO A SUA UTILIZAÇÃO PARA OS FINS ESPECIFICADOS NESTE CONTRATO, **INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO OU AUTORIZAÇÃO.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: NA EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS NA ÁREA **ARRENDADA**, NÃO RESPONDERÃO OS ARRENDADORES EM HIPÓTESE ALGUMA PELAS RELAÇÕES TRABALHISTAS CORRESPONDENTES, QUE FICARÃO A CARGO E COMANDO DOS **ARRENDATÁRIOS** COM EXCLUSIVIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CASO VENHA O **ARRENDADOR** RESPONDER POR RELAÇÕES TRABALHISTAS, DEVERÃO, OS ARRENDATÁRIOS, INDENIZÁ-LO NA TOTALIDADE DAS QUANTIAS DESPENDIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO A HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DESPESAS PROCESSUAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. FICAM OS **ARRENDATÁRIOS** E SEUS FUNCIONÁRIOS AUTORIZADOS A CIRCULAREM NA ÁREA DA FAZENDA SÃO FRANCISCO PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, OU SEJA, NA ESTRADA DE ACESSO Á ÁREA ARRENDADA RESSALVANDO, CONTUDO, A PROIBIÇÃO DE INTERFERÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO E USO DA PARTE DO IMÓVEL QUE NÃO ENGLOBA OS FINS DO PRESENTE CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: OS **ARRENDATÁRIOS** FICARÃO RESPONSAVEIS POR QUALQUER DANO NA AREA, INCLUSIVE OS PRATICADOS POR SEUS FUNCIONÁRIOS E/OU ATE MESMO EM CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O(S) APARELHO(S) PULVERIZADOR(ES) A SER(EM) UTILIZADO(S) PELOS **ARRENDATÁRIOS** NÃO PODERÃO CAPTAR AGUA DOS RECURSOS NATURAIS EXISTENTES NA PROPRIEDADE OBJETO DO CONTRATO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: PARA A CAPTAÇÃO DA AGUA SERÁ UTILIZADA UMA CARRETA TANQUE, SENDO QUE O MANUSEIO DOS VENENOS NUNCA PODERÁ SER FEITO PERTO DA SEDE OU DOS MANANCIAIS DE ÁGUA DA FAZENDA OU AINDA DOS RIOS, CÓRREGOS E NASCENTES DA PROPRIEDADE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O ABASTECIMENTO DOS PULVERIZADORES COM VENENO DEVERA SER FEITO EXCLUSIVAMENTE NA AREA OBJETO DO CONTRATO DE **ARRENDAMENTO** ORA CELEBRADO, SOBPENA DE INFRAÇÃO CONTRATUAL E RESCISÃO INDEPENDENTEMENTE DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL.

Maria Inês de Mello

Rafael

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 146039

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458757
MARINGÁ - PR

CLÁUSULA VIGÉSSIMA: EVENTUAIS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS OU MULTAS, ELABORADOS POR TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESTADUAL OU FEDERAL QUE VIEREM A INCIDIR SOBRE A ÁREA OBJETO DO CONTRATO, A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA E SUBSEQUENTE TRANSFERÊNCIA DE POSSE, EM ESPECIAL DO IBAMA, SERÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS **ARRENDATÁRIOS**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: CASO VENHA O **ARRENDADOR** RESPONDER POR TAIS ENCARGOS, SEJAM DE NATUREZA TRIBUTARIA,SEJA DA ORIGEM AMBIENTAL, INCLUINDO-SE MULTAS, LEVARÃO OS **ARRENDATÁRIOS** INDENIZA-LO NA TOTALIDADE DAS QUANTIAS DESPENDIDAS, INCLUSIVE COM RELAÇÃO HONORÁRIOS ADVOCATICIOS E DESPESAS PROCESSUAIS.

PARÁGRAFO SEGUNDO: OS **ARRENDATÁRIOS** SE COMPROMETEM A RESPEITAR AS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DEVIDAMENTE DEMARCADAS NA AREA OBJETO DO CONTRATO, NOS TERMOS DE LEGISLAÇÃO VIGENTE, BEM COMO SE COMPROMETEM A NÃO REALIZAR, NESSES LOCAIS, QUALQUER FORMA DE PLANTAÇÃO OU EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA, SOB PENA DE RESPONDER PELOS DANOS QUE CAUSAREM SEM PREJUIZO A IMDEIATA RESCISÃO DO CONTRATO E DO PAGAMENTO DAS MULTAS QUE RECAIR SOBRE O IMÓVEL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: OS ARRENDADORES, NESTE ATO, DECLARAM QUE A PROPRIEDADE ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO REGULAR NO QUE DIZ RESPEITO AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E IMPOSTOS FEDERAIS, ESTADUAIS, INCLUSIVE AMBIENTAIS (IBAMA).

CLÁUSUA VIGÉSIMA SEGUNDA: FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDO AOS ARRENDATÁRIOS TRASNFERIREM, CEDEREM OU SUBARRENDAREM O PRESENTE CONTRATO BEM COMO EMPRESTAREM O IMÓVEL OU PARTE DELE, SEM PREVIO E EXPRESSO CONSENTIMENTO DOS **ARRENDADORES**, ALÉM DE SER VEDADA A MUDANÇA DE DESTINAÇÃO DO BEM.

PARÁGRAFO ÚNICO: A VIOLAÇÃO DESTA CLAUSULA IMPORTARÁ NA IMDIATA RESCISÃO DO CONTRATO, COM O CONSEQUENTE DESPEJO DOS **ARRENDATÁRIOS**.

CLAÚSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: FICA VEDADA AOS **ARRENDATÁRIOS** A CRIAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS, TAIS COMO GALINHAS, VACAS, PORCOS, AINDA QUE SEJAM MANTIDOS CERCADOS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: OS **ARRENDATÁRIOS** NÃO PODERÃO UTILIZAREM-SE DE QUALQUER INOVEL OU ALOJAMENTO DA PROPRIEDADE FORA DA ÁREA OBJETO DE ARRENDAMENTO PARA SUA RESIDÊNCIA, SENDO QUE DEVERÃO TOMAR AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA TANTO, SEM QUE ISSO INCORRA EM QUALQUER DESPESA PARA OS ARRENDADORES, OBSERVADO AINDA NO QUE DIZ RESPEITO AS BENFEITORIAS, O DISPOSTO PELO PARÁGRAFO ÚNICO DA CLAUSULA RONA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: OS **ARRENDATÁRIOS** DECLARAM EXPRESSAMENTE QUE TÊM CONHECIMENTO DE QUE A ÁREA OBJETO DO PRESENTE CONTRATO NECESSITA DE CORREÇÃO DE SOLO, RECUPERAÇÃO DE EROSÕES E REALIZAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL E DEMAIS ATOS QUE SE FAÇAM NECESSÁRIOS PARA INÍCIO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA QUE SERÃO REALIZADAS SEM ÔNUS PARA ARRENDADORES.

PARÁGRAFO UNICO: EM VIRTUDE DE PREVISÃO DO CAPUT DESTA CLÁUSULA OS ARRENDATÁRIOS DECLARAM E RELEITAM EXPRESSAMNTE QUE NADA TÊM A EXIGIREM DOS ARRENDADORES PELOS INVESTIMENTOS QUE SERÃO FEITOS NO SOLO DE PROPRIEDADE.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 146039

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458757
MARINGÁ - PR

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA. FICAM OS ARRENDATÁRIOS AUTORIZADOS A COLHER EM TERMOS A PRODUÇÃO RELATIVA A 150 HA (CENTO E CINQUENTA HECTARES), CONFORME PREVISTO NA CLÁUSULA 02, DESDE QUE NÃO COMPROMETA O PAGAMENTO DAS RENDAS ORA PACTUADO. NO PARÁGRAFO QUARTO DA CLÁUSULA 3ª PARÁGRAFO 3º, REFERENTE AOS ÍTENS DE "A" A "H". OS ARRENDANTES, OBRIGAM-SE DESDE JÁ CEDER ANUENCIA AOS ARRENDATÁRIOS PELO PRAZO DE DURAÇÃO DESTE CONTRATO, SOMENTE AO BANCO DO BRASIL S/A, PARA QUE ESTE EXECUTE FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO "FIXO E SEMI FIXO" E/OU CUSTEIO AGRICOLA, CORRETIVO PARA O SOLO, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS, MODERINFRA, MODERAGRO, FINAME, MODERFROTA, ABC (AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO), INVESTIMENTO E/OU CUSTEIO FINANCIÁVEIS PELO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO OESTE (FCO), NOS SEGUINTES TERMOS:

Ao

Banco do Brasil S.A.

Agencia Cidade Verde/Maringá-PR
Sr. Gerente Geral,

1. Autor.izo(amos), também, o(s) alugado(s) senhor(es) a oferecer, em garantia do financiamentos a ele(s) concedidos por esse Banco, durante toda a sua vigência (safra(s) 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023, 2023/2024, bem como a imediatamente seguinte), a totalidade da produção a ser auferida por conta do(s) empreendimento(s) financiado(s) no referido imóvel, bem como os materiais agrários, benfeitorias e semoventes de sua propriedade ali localizados.

2. Estou(amos) ciente(s) de que o penhor dos produtos dados em garantia em cada safra, previstos no item precedente, valerá pelo prazo da respectiva obrigação garantida, em conformidade com o artigo 1.439 do Novo Código Civil (Lei 10.406, de 10.01.2002).

3. Autorizo(amos) ainda referido(s) arrendatário(s) (ou o que for) a destinar, prioritariamente, sob renuncia plena de todos os direitos sobre os bens, o produto oriundo da venda da produção financiada, e/ou de bens vinculados, à liquidação dos respectivos débitos contraídos, antes mesmo do pagamento do Arrendamento a que fará(mos) jus a título de arrendamento.

4. Declaro(amos) ciente(s) do direito que assiste esse Banco de fiscalizar os empreendimentos financiados e vistoriar, por conseguinte, os bens vinculados, localizados na mencionada propriedade, concordando que ditos bens ali permaneçam até a final liquidação das dívidas pertinentes, mantendo-se essa condição mesmo no caso de alienação do imóvel.

5. "O presente contrato é irrevogável e irretratável para ambas as partes, incluindo-se os herdeiros ou sucessores, no caso de falecimento de qualquer dos contratantes, obrigando-se estes ao total cumprimento das cláusulas ora pactuadas."

Validade desta autorização: 30 de março de 2024.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 146039

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458757
MARINGÁ - PR

PARAGRAFO PRIMEIRO: OS ARRENDADORES DECLARAM QUE NÃO SERA INSTITUÍDA HIPOTECA SOBRE O IMÓVEL OBJETO DO PRESENTE CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: A GARANTIA DO PAGAMENTO SERA EFETUADA COM BASE NAS SAFRAS, INDEPENDENTEMENTE SE COLHIDAS OU NÃO. O NÃO PAGAMENTO NAS DATAS PREVISTAS IMPORTARA EM AÇÃO JUDICIAL PARA O RECEBIMENTO DO EXPOSTO NO CONTRATO, ARCANDO OS ARRENDATÁRIOS POR TODAS AS DESPESAS QUE VIEREM A CAUSAR, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE AOS BENEFICIOS DOS ARTIGOS 837, 838, 854 E 835, DO CÓDIGO CÍVIL BRASILEIRO.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA OITAVA: QUALQUER INFRAÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DOS ARRENDATÁRIOS OBRIGAR-LHES-ÃO A PAGAPEM, A TÍTULO DE MULTA, O CORRESPONDENTE A 25% (VINTE CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO, RESERVANDO-SE OS ARRENDADORES A UTILIZAR SE DAS MEDIDAS JUDICIAIS CABÍVEIS, ALEM DE HONORÁRIOS ADVOCATTICIOS CALCULADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: POR VALOR TOTAL DO CONTRATO ENTENDE-SE A SOMA DE TODAS AS ARROBAS A SEREM PAGAS NO PERÍODO DE DURAÇÃO DA AVENÇA, A SER CONVERTIDO PELO PREÇO DA SOJA NA DATA EM QUE OCORREU A VIOLAÇÃO CONTRATUAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: OS ARRENDATARIOS FICAM OBRIGADOS A PROCEDEREM A ABERTURA DE INSCRIÇÃO ESTADUAL JUNTO AO ÓRGÃO COMPETENTE, SENDO A RETIRADA DE PRODUTOS OBRIGATORIA PARA ESSA INSCRIÇÃO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: POR OCASIÃO DO TÉRMINO DO CONTRATO OS ARRENDATÁRIOS SE OBRIGAM A DAREM BAIXA NA INSCRIÇÃO ESTADUAL ABERTA PARA EXPLORAÇÃO DA ÁREA ARRENDADA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS DA DESOCUPAÇÃO, SOB PENA DE INFRAÇÃO CONTRATUAL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: OS ARRENDADORES DECLARAM QUE ESTÃO EM DIA COM AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS REFERENTES AO IMÓVEL.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: FICA ESTABELECIDO ENTRE AS PARTES QUE OS ARRENDATARIOS INGRESSARÃO NA POSSE DA GLEBA ARRENDADA APENAS A PARTIR DE **30 DE MARÇO DE 2016** E CASO HOUVER RESISTÊNCIA DO NEGÓCIO POR PARTE DESTES ANTES DA POSSE, RESPONDERÃO PELA QUANTIDADE DE 2.000(DUAS MIL) SACAS DE SOJA DE 60(SESSENTA)Kg.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: PODERÃO OS ARRENDATÁRIOS APÓS AS ASSINATURAS DO PRESENTE, A INICIAREM OS PREPARATIVOS DAS REFERIDAS ÁREAS, PORÉM DEVERÃO PRESERVAR AS PASTAGENS E DIVISORIAS ATÉ O INICIO DE 30 DE MARÇO DE 2016.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: O PRESENTE CONTRATO NÃO SE RESCINDIRÁ POR MORTE DE QUALQUER UMA DAS PARTES CONTRATANTES, FICANDO SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES A QUALQUER TÍTULO, OBRIGADO A CUMPRÍ-LO EM TODAS AS SUAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES E É INTRANSFERÍVEL, SALVO ANUÊNCIA EXPRESSA DOS CONTRATANTES, RESSALVADA O PARÁGRAFO PRIMEIRO DA CLÁUSULA DÉCIMA, PARÁGRAFO PRIMEIRO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: FICA ELEITO O FORO DA COMARCA DE **ARAÇATUBA-SP**, PARA DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS ORIUNDAS DESTE CONTRATO, NÃO OBSTANTE A IDONEIDADE E SINCERIDADE DE PROPÓSITOS DE AMBAS AS PARTES.

E ASSIM, POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO, PERANTE DUAS TESTEMUNHAS, EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA.

ARAÇATUBA-SP, 30 de Março de 2016.

ARRENDADORES:

SERGIO DE MELO E SOUSA

ALINE BARBOSA SOUZA

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 1-458757

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Araçatuba - SP
Marcelo Augusto Santana de Melo
oficial

Protocolado sob nº 83108 em 20/05/2016
Registrado e microfilmado em 30/05/2016 sob o nº 146039

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS ARAÇATUBA-SP
Marcelo Augusto Santana de Melo
OFICIAL

José Roberto Malfara Junior
Escrevente Autorizado

Total de custas 81,22

Rua Torres Homem nº 135 Araçatuba - SP cep: 16010-360
fone: (18) 3622-7775





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
458757
MARINGÁ - PR

ARRENDATÁRIOS:

SIDNEY PINTO DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO

EDSON PINTO DE MELLO

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

MARCO ANTÔNIO DE MELLO

PAULO PINTO DE MELLO NETO

ERIKA NATÁLIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO

TESTEMUNHAS:

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MARINGÁ
Maria Regina Pereira Bueno
TABELIÃ

Selo [illegible] Reconheço por Semelhança as assinaturas de SIDNEY PINTO DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, PAULO PINTO DE MELLO NETO, MARA VIOLIN DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO e MARCO ANTÔNIO DE MELLO. Dou fé. Selo [illegible] Maringá/PR, 17 de maio de 2022. Em Testemunho da Verdade

Marcos Paulo Alves Capobianco
Escrevente Autorizado

MARIA REGINA 6º OFÍCIO DE NOTAS 3028-3022 MARINGÁ-PR

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE MARINGÁ
Maria Regina Pereira Bueno
TABELIÃ

Selo [illegible] Reconheço por Semelhança a assinatura de ERIKA NATÁLIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO. Dou fé. Selo [illegible] Maringá/PR, 17 de maio de 2022. Em Testemunho da Verdade

Marcos Paulo Alves Capobianco
Escrevente Autorizado

MARIA REGINA 6º OFÍCIO DE NOTAS 3028-3022 MARINGÁ-PR

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA COMARCA DE ARAÇATUBA - SÃO PAULO
Registrado em microfilme sob nº 146039

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - MARINGÁ - PR
(44) 3029-9953

PROTOCOLADO E REGISTRADO
LIVRO B - DIGITALIZADO
Nº 468.757
Maringá-PR, 06 de março de 2018
Alexandre Xavier Cavalcante
Esc. Autorizado

Selo Digital AWIQA.tyOYc.HxNUp, Controle: DjTmq.a7xC
Consulte em http://www.funarpen.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL

Pelo presente instrumento particular, de um lado **2M LOTEADORA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 30.841.139/0001-29, com sede na Avenida Mandacaru, nº 3247, Jardim Paris III, na cidade de Maringá, estado do Paraná, neste ato representada por seu Administrador **MAGNO SANDRO MERLOS**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.126.791-1 SESP/PR, inscrito no CPF nº 023.931.059-48, residente e domiciliado na Avenida Américo Belay, 1.103 – casa 59 – Cond. Res. Imperial Q 110 L 14, na cidade de Maringá/Pr, doravante denominado simplesmente **ARRENDADOR.**

EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, agricultor, inscrito no CPF nº 669.115.089-91, RG nº 4.336.798-6, residente e domiciliado na Rua Joaquim Pereira de Castro, 450, Vila Santo Antônio, na Cidade de Maringá/PR e **SIDNEY PINDO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade RG nº 4.747.819-9-SSP/SP, CPF nº 669.115.919-53, residente e domiciliado na Avenida das Palmeiras, nº 98, CEP 87.023-160, Maringá/Pr, doravante denominados simplesmente **ARRENDATÁRIOS.**

Cláusula Primeira – Os Arrendadores são os legítimos proprietários de um imóvel rural, denominado Lote de terras sob nº 59-A (cinquenta e nove – A), com área de 5,00 alqueires paulistas, ou seja, 12,19 hectares, iguais a 121.000,00 metros quadrados, situado na GLEBA RIBEIRÃO MARINGÁ, deste município e comarca, no município de Maringá, Estado do Paraná, conforme transcrição do Registro de Imóveis 3º Ofício de Maringá/PR, matrícula nº 6.998, registrado na data de 03/08/2018, registrado no Cadastro de Imóveis Rurais do Incra sob o nº 715.107.018-066-2, que o cede em arrendamento aos Arrendatários nos termos que adiante seguem. Há de mencionar, que o presente contrato de arrendamento apenas transfere a posse direta do bem, para fins de **PLANTIO DE SOJA E MILHO**, RESERVA-SE PARA SI ARRENDADORES A PROPRIEDADE DO BEM OBJETO DESTE CONTRATO.

Parágrafo Primeiro: O imóvel ora descrito, planta 4 alqueires paulistas.

Cláusula Segunda – O prazo de vigência do presente contrato é de 02 anos, com início em 21 de agosto de 2022 e tendo final em 21 de agosto de 2024. Data esta em que os arrendatários deverão entregar as terras, tendo em vista o fim da colheita da última safra de milho, objeto deste contrato. Tendo a sua renovação de forma automática por mais um ano.

Cláusula Terceira – A renda a ser paga neste arrendamento fica estabelecida livremente entre as partes, da seguinte forma:

SAFRA	2022 / 2024
SOJA	4 alqueires x 55 sacas por alqueire – totalizando o valor de 220 sacas de soja.

Os arrendatários irão depositar em nome dos Arrendadores a quantia de 220 sacas de soja que serão depositados na Cooperativa Cocamar, em nome dos Arrendadores na época da colheita, em meados de março de 2023.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

Parágrafo Primeiro: AS REFERIDAS SACAS DEVERÃO SER DEPOSITADAS EM NOME DOS ARRENDADORES, NA COOPERATIVA COCAMAR, INDEPENDENTEMENTE DE INFORTÚNIOS DA NATUREZA, DIGA-SE, SECA, GEADA, GRANIZO, EXCESSO DE CHUVA, DOENÇAS, ENTRE OUTROS.

OU SEJA, O PAGAMENTO DAS CITADAS SACAS INDEPENDE DE TER OU NÃO TER PRODUÇÃO, O VALOR É FIXO.

Parágrafo Segundo – As citadas sacas deverão ser depositadas na Cooperativa Cocamar, logo após a colheita de cada safra, em nome dos Arrendadores, sob pena de incorrer em mora, com multa de 20%. Cada saca deverá conter 60 quilos.

Cláusula Quarta – Os arrendatários, não poderão transferir o presente contrato, subarrendar, ceder ou emprestar o imóvel ou parte dele.

Cláusula Quinta – Os arrendatários comprometem-se em conservar a propriedade rural como a recebeu, respondendo pelos prejuízos que decorrerem da má conservação.

Parágrafo Primeiro: A falta de cuidado com a área por parte dos arrendatários, seja através da falta de curvas de níveis, falta de adubação e correção da terra, ausência de veneno para controle de pragas e mato, configuram em hipóteses de rescisão contratual, passível de cobrança de multa por descumprimento contratual e perdas e danos.

Cláusula Sexta – OS ARRENDATÁRIOS NÃO TERÃO DIREITO DE PREFERÊNCIA CASO OS ARRENDADORES VENDAM O IMÓVEL RURAL, OBJETO DESTE CONTRATO.

Parágrafo Primeiro: Os arrendatários detém plena ciência, que área se destina a loteamento urbano, posto assim, e em caso de necessidade devido as obras no local, este poderá ser rescindido, indenizando os subarrendatários de possíveis perdas e danos.

Cláusula Sétima – Todos os custos decorrentes do plantio e colheita da soja e do milho são de única responsabilidade dos arrendatários.

Cláusula Oitava – Os arrendatários não poderão rescindir o presente contrato, antes do seu término, diga-se, 21/08/2024, sob de incorrer em multa de 220 sacas de soja.

Cláusula Nona – Após o término do presente contrato, o Arrendatário decidirá acerca de sua prorrogação ou não, sendo esta decisão de única autonomia do Arrendatário, não sendo obrigado por nenhuma circunstância a renovar o presente contrato.

Cláusula Décima – O contratante que inadimplir qualquer das cláusulas deste contato dará lugar à rescisão do mesmo, ficando a parte inadimplente na obrigação de indenizar as perdas e danos à outra parte, além de multa contratual de 300 sacas de soja.

Cláusula Décima Primeira – Os arrendatários deverão obedecer às normas técnicas de plantio, visando à conservação do solo e combate de erosão, através de curvas de nível, aplicação de adubos, etc.; impedindo assim o esgotamento do solo.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

Cláusula Décima Segunda – Findo o prazo estipulado na sua Cláusula Segunda, sem que ocorre renovação, os arrendatários restituirão o imóvel imediatamente, independentemente de aviso ou notificação, em perfeito estado de conservação, indenizando o Arrendatário e Arrendadores de qualquer dano que por ventura tenha ocorrido.

Cláusula Décima Terceira – Elegem as partes o foro da comarca de Maringá/PR para que se dirimam as controvérsias oriundas deste instrumento.

Cláusula Décima Quarta – E por estarem às partes acordes, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que se cumpram os seus termos, inclusive por seus herdeiros e sucessores, seja a que título for.

Maringá-Pr, 21 de Agosto de 2022.

EDSON PINTO DE MELLO
ARRENDATÁRIO

SIDNEY PINTO DE MELLO
ARRENDATÁRIO

2M LOTEADORA
MAGNO SANDRO MERLOS
ARRENDADOR

TESTEMUNHAS

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO

Selo: FM3KLsqtazIA0daF7mLUQv9. http://selo.funarpen.com.br/consulta
Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de MAGNO SANDRO MERLOS e EDSON PINTO DE MELLO (por duas vezes). Dou fé. Maringá, 16/02/2023. Emol.: R$32,19(VRC 43,60), Funrejus R$8,04, Selo: Isento, FUNDEP: R$1,62, ISSQN: R$0,64. Total: R$42,49. Em Test° _____ da Verdade.
Everson Moraes Silva - Escrevente Juramentado

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO
TABELIONATO DE NOTAS E REG. CIVIL
CARTÓRIO FLORIANO
FONE (44) 3224-1182
Av. Brasil, 7346 – Maringá – PR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

CONTRATO PARTICULAR DE ARRENDAMENTO AGRÍCOLA

Que entre si fazem, de um lado o **Sra. NILZA ODETE CASAROTTO VICENTIN,** brasileira, casada com Algacir Guilherme Vicentin, sob regime de comunhão parcial de bens, do lar, inscrita no CPF 022.015.849-58 e portadora do RG 6.674.905-3 SSP/PR, residente e domiciliados em Maringá-PR; **Sr. ALGACIR GUILHERME VICENTIN,** brasileiro, casado com Nilza Odete Casarotto Vicentin, sob regime de comunhão parcial de bens, agricultor, inscrito no CPF 328.386.709-72 e portador do RG 3.444.967-8 SSP/PR; **Sr. VALDIR ANTONIO CASAROTTO,** brasileiro, casado com Maria Aparecida Garcia Casarotto, sob regime de comunhão universal de bens, agricultor, inscrito no CPF 236.396.369-53 e portador do RG 985.106-SSP/PR, residente e domiciliados em Maringá-PR; **Sr. ADEMIR BRAZ CASAROTTO,** brasileiro, casado com Ivanilde Mari Casarotto, sob o regime de comunhão universal de bens, agricultor, inscrito no CPF 188.602.229-15 e portador do RG 1.128.475 – SSP/PR, residente e domiciliados em Maringá-PR, devido ao seu falecimento representado neta data pela viúva meeira sra. Ivanilde Mari Casarotto, portadora do CPF 044.331.369-56, RG 6.109.406-7-SSP/PR e sua herdeira filha Sra. Joice Mari Casarotto, portadora do CPF 044.331.379-28 e RG 8.903.534-1-SSP/PR; **sr. WILSON LUIZ CASAROTTO**, brasileiro, casado com Sueli de Fatima Naressi Casarotto, sob regime de comunhão universal de bens, agricultor, inscrito no CPF 276.075.509-68 e portador do RG 1.352.896-SSP/PR, residentes e domiciliados em Maringá-PR denominado simplesmente de **PROPRIETÁRIOS/ARRENDADORES, Sr. GERALDO CASAROTTO,** brasileiro, casado com Joana Castilho Casarotto sob regime de comunhão universal de bens, aposentado inscrito no CPF 108.200.009-49 e portador do RG 302.314 – SSP/PR demonizando simplesmente de **USUFRUTUÁRIO/ARRENDADOR** e do outro lado: **Sr. SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 669.115.919-53 , RG 3.747.819-9 – SSP/PR, residentes e domiciliados em Maringá-PR ; **Sr. MARCO ANTÔNIO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portado do CPF 064.020.619-05 e RG 9.428.103-2-SSP/PR residentes e domiciliados em Maringá-PR; **Sr. EDSON PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 669.115.089-91, RG 433.679.86 – SSP/PR, residentes e domiciliados em Maringá-PR; **Sr. RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, , brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 089.692.479-39, RG 12.615.400-3-SSP/PR, residentes e domiciliados em Maringá-PR denominados simplesmente **ARRENDATÁRIOS,** fazem entre si o contrato de Arrendamento regido pelas cláusulas a seguir:

Geraldo Joana

Viúva Ivanilde
Valdir Joice
Maria
Sueli

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

CLÁUSULA PRIMEIRA

Que o **ARRENDADORES** são os legítimos proprietários de uma área de terras denominadas:

1- Lote de terras sob nº 48, parte do mesmo, INCRA sob nº 715.107.009.806-0 e matrícula sob nº 8704, na data de 16/07/1986 do Registro de Imóvel 3º Oficio e Comarca de Maringá-PR, situado na GLEBA RIBEIRÃO MARINGÁ, localizado no município de Maringá-PR, com a área total de 21,78 hectares.
2- Lote de terras sob nº 48-A, INCRA sob nº 715.107.009.806-0 e matrícula sob nº 322, na data de 16/07/1986 do Registro de Imóvel 3º Ofício e Comarca de Maringá-PR, situado na GLEBA MARINGÁ, localizado no município de Maringá-PR, com a área total de 19,36 hectares.
3- Lote de terras sob nº 48-B, INCRA sob nº 715.107.016.233-8 e matrícula sob nº 24.475, na data de 11/06/2012 do Registro de Imóvel 3º Ofício e Comarca de Maringá-PR, situado na GLEBA MARINGÁ, localizado no município de Maringá-PR, com a área total de 16,94 hectares.
4- Lote de terras sob nº 60, INCRA sob nº 715.107.007.447-1 e matrícula sob nº 347, na data de 01/07/1986 do Registro de Imóvel 3º Ofício e Comarca de Maringá-PR, situado na GLEBA MARINGÁ, localizado no município de Maringá-PR, com a área total de 16,94 hectares.
5- Lote de terras sob nº 60-A, INCRA sob nº 715.107.001.058-9 e matrícula sob nº 399, na data de 01/07/1989 do Registro de Imóvel 3º Ofício e Comarca de Maringá-PR, situado na GLEBA RIBEIRÃO MARINGÁ, localizado no município de Maringá-PR, com a área total de 7,26 hectares.

Ao total as matrículas sumarizam uma área de 82,28 hectares. Por meio deste contrato os **ARRENDADORES** sedem o direito de exploração aos **ARRENDATÁRIOS,** uma área de 70,00 hectares.

CLÁUSULA SEGUNDA

Que por força deste contrato, os **ARRENDADORES,** arrendam ao **ARRENDATÁRIOS** a área do imóvel rural descrito na cláusula primeira, destinada exclusivamente ao plantio de **MILHO SAFRINHA / MILHO SAFRINHA CONSORCIADO COM BRAQUIARIA / SOJA / TRIGO / TRITICALE / SORGO / AVEIA.**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo de duração do presente contrato 05 (CINCO) anos e 01 (UM) mes, tendo inicio em 01 de Setembro de 2021 e término em 01 de Outubro de 2026. Data em que o ARRENDATÁRIOS restituirão o imóvel, se não houver interesse de renovação.

CLÁUSULA QUARTA

OS **ARRENDATÁRIOS** pagarão anualmente aos **ARRENDADORES:**

SAFRA DE VERÃO: 1.591 sacas de 60 kg de SOJA este livre de descontos de umidade, impureza e royalties.

SAFRA DE INVERNO: 579 sacas de 60 kg de Milho este libre de descontos de umidade, impureza e royalties.

CLÁUSULA QUINTA

Na exploração da área arrendada, toda a despesa decorrente com preparo de terras, sementes, plantios, capinas, adubos, calcário, inseticidas, fungicidas, plantação, formação da lavoura, colheita e transporte será por conta exclusiva dos **ARRENDATÁRIOS.**

CLÁSUSULA SEXTA

OS **ARRENDATÁRIOS** não poderão vender, ceder, transferir, sublocar no todo ou parte este contrato de arrendamento, sem ausência expressa do **ARRENDADORES.**

CLÁUSULA SETIMA

Fica ressalvado aos **ARRENDATÁRIOS** que farão o plantio, formação, colheita das lavouras de SAFRA DE VERÃO E INVERNO com recursos próprios ou financiados. Desde já os Arrendatários estão autorizados pelos Arrendadores a realizarem financiamento em instituições financeiras para custear as culturas a serem exploradas como também investimentos que os arrendatários julgarem necessários. Em caso de financiamento rural fica expressa a proibição de vincular o imóvel objeto deste contrato como garantia hipotecaria.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

CLÁUSULA OITAVA

O local a ser depositado o produto a ser pago pelo contrato de arrendamento conforme clausula quarta aos **ARRENDADORES**, será definida antecedente a realização da colheita, pelos mesmo.

CLÁUSULA NONA

O presente contrato se incidirá de pleno direito, ocorrendo qualquer dos casos enumerados no Art. 26 e seus incisos e parágrafos únicos do Decreto Lei n°59.566 de 14/11/1960.

CLÁUSULA DÉCIMA

Obrigam-se as partes por si, seus herdeiros ou sucessores legais a cumprirem as cláusulas e condições firmadas neste instrumento.

CLÁSUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Fica eleito o foro da comarca de Maringá-PR, dispensando qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para que nele sejam dirimidas todas e quaisquer questões oriundas destes, durante a vigência do presente contrato.

E por estarem juntos e contratados, datam e assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam os mesmos efeitos jurídicos, na presença de duas testemunhas idôneas que também assinam.

Maringá-PR, 01 de Setembro de 2021.

ARRENDADORES

GERALDO CASAROTTO

JOANA CASTILHO CASAROTTO

NILZA ODETE CASAROTTO VICENTIN

ALGACIR GUILHERME VICENTIN

VALDIR ANTONIO CASAROTTO

MARIA APARECIDA GARCIA CASAROTTO

ADEMIR BRAZ CASAROTTO
(Representada pela Sra. Ivanilde Mari Casarotto)

IVANILDE MARI CASAROTTO

ADEMIR BRAZ CASAROTTO
(Representado pela Sra. Joice Mari Casarotto)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

WILSON LUIZ CASAROTTO

SUELI DE FATIMA NARESSI CASAROTTO

ARRENDATÁRIOS:

SIDNEY PINTO DE MELLO

EDSON PINTO DE MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

MARCO ANTÔNIO DE MELLO

TESTEMUNHA

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO

Selo [illegible] http://selo.funarpen.com.br/consulta

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de SIDNEY PINTO DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO (por duas vezes) e RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO. Dou fé. Maringá, 17/09/2021. Emol.: R$37,84(VRC 43,60), Funrejus: R$9,48, Selo: R$3,60, FUNDEP: R$1,88, ISSQN: R$0,76. Total: R$53,56. Em Test°_____ da Verdade.

Sansio Fernandes dos Reis Anselmio - Escrevente Juramentado

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO

Selo [illegible] http://selo.funarpen.com.br/consulta

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de WILSON LUIZ CASAROTTO e SUELI DE FATIMA NARESSI CASAROTTO. Dou fé. Maringá, 28/09/2021. Emol.: R$(8,92(VRC 43,60), Funrejus: R$4,74, Selo: R$1,80, FUNDEP: R$0,94, ISSQN: R$0,38. Total: R$26,78. Em Test°_____ da Verdade.

Rosangela Aparecida da Silva - Escrevente Juramentada

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

CONTRATO PARTICULAR DE ARRENDAMENTO RURAL

Pelo presente instrumento de Contrato de Arrendamento Rural de um lado: **GENTIL BRANDOLIN**, brasileiro, agricultor, portador da cédula de identidade civil RG nº 368.009 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 011.546.059-49, residente e domiciliado na Avenida São João, nº 266, Centro, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, por si e representando os demais proprietários constantes da matrícula nº 066 do imóvel, qualificados no instrumento de procuração particular em anexo, que passa a fazer parte integrante deste contrato, doravante denominados de **PROPRIETÁRIO ARRENDANTE**; e, de outro lado: **EDSON PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Fazenda Santa Maria Goretti, Estrada Lombo, Lote 21-A, Zonal Rural, na cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG sob nº 4.336.798-6 SSP-PR, e inscrito no CPF sob nº 669.115.089-91; **SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Fazenda Santa Maria Goretti, Estrada Lombo, Lote 21-A, Zonal Rural, na cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG sob nº 3.747.819-9 - SSP/SP, CPF nº 669.115.919-53; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Fazenda Santa Maria Goretti, Estrada Lombo, Lote 21-A, Zonal Rural, na cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG sob nº 12.615.400-3 - SSP/SP, CPF nº 089.692.479-39; **MARCO ANTONIO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Fazenda Santa Maria Goretti, Estrada Lombo, Lote 21-A, Zonal Rural, na cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG sob nº 9.428.103-2 - SSP/SP, CPF nº 064.020.619-05 doravante denominado simplesmente **ARRENDATÁRIOS**, tem entre si justo e contratado a exploração de área rural agrícola, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente instrumento particular, a cessão em arrendamento rural de área para plantio denominado de lote de terras rural sob nº 51, "Sítio 08 Irmãos", com área total de 10,80 alqueires paulistas, ou ainda, 26,10 hectares, situado na Gleba Ribeirão Maringá, município e comarca de Maringá, Estado do Paraná, cadastrado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sob nº 715107.020621-1, e junto a Secretaria da Receita Federal sob nº 0845566-0, contendo área de preservação ambiental com nascente de água e ribeirão, de propriedade dos PROPRIETÁRIO ARRENDANTE, conforme R-11-66 de 19/03/1985, objeto da matrícula nº 066 do

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

3° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA: O ARRENDATÁRIO declara haver recebido do PROPRIETÁRIO ARRENDANTE a área descrita na cláusula primeira supra com o solo em perfeito estado de conservação e próprio para cultivo, comprometendo-se a explorá-lo exclusivamente com atividade agrícola, para plantio de grãos, tais como, soja e milho como cultura de verão, trigo, milho e/ou outros como cultura de inverno, sendo que a área explorada corresponde a 10,50 alqueires, ou seja, 25,41 hectares.

CLÁUSULA TERCEIRA: Este contrato de arrendamento rural tera como data de inicio em 18 de julho de 2022, e data fim da vigência do mesmo até 30 de Setembro de 2025.

CLÁUSULA QUARTA: Expirado o prazo estipulado na cláusula terceira do presente instrumento, e não vindo a ser firmada expressamente sua renovação, o ARRENDATÁRIO restituirá imediatamente o imóvel explorado, independentemente de aviso ou notificação, ao PROPRIETÁRIO ARRENDANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo a devolução da área arrendada ao término do contrato ou, ainda, em qualquer época, esta deverá ser restituida no mesmo estado em que as recebeu, obrigando-se, para tanto, o ARRENDATÁRIO, apresentar análise do solo no final do arrendamento, indicando sua preservação e em condições de receber novas culturas, sob pena de responder por eventuais danos que porventura tenha dado causa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todas as benfeitorias assentadas pelo ARRENDATÁRIO ao imóvel objeto do presente instrumento, a este ficarão incorporadas, não lhe cabendo restituição ou indenização na sua extinção.

CLÁUSULA QUINTA: A título de participação no arrendamento, objeto do presente instrumento, o ARRENDATÁRIO pagará anualmente ao PROPRIETÁRIO ARRENDANTE, o equivalente a 510 (Quinhentos e Dez) sacas de soja de 60 (sessenta), por ano até o fim da data deste contrato, sendo que o ARRENDATÁRIO se compromete em entregar as partes correspondentes ao PROPRIETÁRIO ARRENDANTE, secos, colhidos, livres de quaisquer ônus ou impurezas, e depositados no local de comercialização indicado pelo mesmo.

Em safra de inverno os Arrendatários fica livre de pagamento e renda pela exploração do imovel objeto deste contrato.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

Em caso de venda do imovel objeto dete contrato por parte do PROPRIETARIO ARRENDANTE, desde que seja comunicado os ARRENDATÁRIOS por um prazo de 30 dias antecedente ao plantio da cultura a ser cultviada este contrato tera seu encerramento sem ônus para o PROPRIETPARIO ARRENDANTE. Em casa de venda do imovel objeto deste contrato seja realizada em periodo que o imovel esteja cultivado com qualquer cultura pelos ARRENDATÁRIOS os futuros compradores terão que respeitar o periodo necessário para os ARRENDATÁRIOS atuais possam realizar a devida colheita da cultura intalada.

CLÁUSULA SEXTA: Correção por conta do ARRENDATÁRIOS todas as despesas de custeio e manutenção do solo, responsabilizando-se, ainda, pelas despesas com mão de obra aplicada no cultivo, encargos sociais e previdenciários incidentes e eventuais ônus impostos pelas autoridades trabalhistas e tributárias, quer sejam elas advindas de trabalhadores avulsos ou fixos, ou ainda, membros da família, isentando, desde já, o PROPRIETÁRIO ARRENDANTE de quaisquer responsabilidades quanto a tal inadimplência.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os impostos que venham a recair sobre o imóvel rural são de responsabilidade exclusiva das PROPRIETÁRIAS ARRENDANTES.

CLÁUSULA SÉTIMA: A área explorada corresponde a 10,50 alqueires, ou seja, 25,41 hectares, entretanto o ARRENDATÁRIOS fica obrigado a conservar a totalidade da área efetivamente arrendada, bem como, quanto ao manancial de água, da área de preservação ambiental e das benfeitorias por ventura nela existentes, sob pena de responder pelos danos causados.

CLÁUSULA OITAVA: Fica obrigado o ARRENDATÁRIO na conservação da área explorada, objeto do presente instrumento, nos casos de ocorrência de erosões em decorrência de precipitações atmosféricas (enxurradas, chuvas, entre outras), devendo executar todos e quaisquer serviços para a manutenção do solo, sempre sob orientação técnica capacitada, implantando curvas de nível, terraços e caixas d'águas, se necessário, ou dar a devida manutenção naquelas já existentes.

CLÁUSULA NONA: Fica vedado o subarrendamento, venda ou cessão, objeto do presente instrumento, salvo se autorizado expressamente em instrumento próprio, pelas PROPRIETÁRIAS ARRENDANTES.

CLÁUSULA DÉCIMA: OS ARRENDATÁRIOS poderão financiar o plantio junto a instituições de crédito do país, desde que não recaiam ou venham recair penhores ou hipotecas sobre o imóvel objeto deste arrendamento.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: OS ARRENDATÁRIOS gozará de preferência em igualdade de condições em relação a terceiros na hipótese do PROPRIETÁRIO ARRENDANTE virem oferecer a venda o imóvel objeto do presente instrumento, entretanto, caso renuncie o direito de preferência, o presente contrato não cessará, perdurando até seu vencimento e/ou até a última colheita existente por ocasião do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: No caso de falecimento de qualquer das partes, ficarão seus herdeiros e sucessores subrrogados e responsáveis pelo fiel cumprimento do presente instrumento até que se opere o vencimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente instrumento obedecerá, no que couber, as disposiços contidas no Estatuto da Terra e seu regulamento através da Lei n° 4504 de 30/11/1964 e do Código Civil Brasileiro, que rege a presente relação contratual, as quais se obrigam as partes a respeitarem, além das demais legislações a ele inerentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Elegem as partes o Foro da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, em detrimento a qualquer outro por mais privilegiados que venha ser, para dirimir as questões emergentes do presente instrumento.

E, por assim terem justo e contratado, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, cumprindo-o e fazendo cumprir pó si, seus herdeiros e sucessores.

Astorga - PR, 18 de Julho de 2022.

CARTÓRIO FLORIANO

GENTIL BRANDOLIN E IRMÃOS
CPF/MF sob o n° 011.546.059-49
PROPRIETÁRIO ARRENDANTE

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

EDSON PINTO DE MELLO
CPF: 669.115.089-91
ARRENDATÁRIO

SIDNEY PINTO DE MELLO
CPF: 669.115.919-53
ARRENDATARIO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
CPF: 089.692.479-39
ARRENDATÁRIO

MARCO ANTONIO DE MELLO
CPF: 064.020.619-05
ARRENDATARIO

Testemunhas:

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO

Selo: [illegible] http://selo.funarpen.com.br/consulta

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de EDSON PINTO DE MELLO (por quatro vezes). Dou fé. Maringá, 18/07/2022. Emol.: R$42,92(VRC 43,60), Funrejus: R$10,72, Selo: R$4,08, FUNDEP: R$2,16, ISSQN: R$0,84. Total: R$60,72. Em Test° R da Verdade.

Rosangela Aparecida da Silva - Escrevente Juramentada

SERVIÇO DISTRITAL DE FLORIANO
CARTÓRIO FLORIANO
FONE (44) 3224-1152
Av. Brasil, 7346 – Maringá - PR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570382300000120953488
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570382300000120953488
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

CONTRATO PARTICULAR DE PARCERIA AGRICOLA

Que entre si fazem, de um lado como PARCEIRO-OUTORGANTE o **Sr.PAULO PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF: 108.468.599-04, residente e domiciliado em Maringá-PR e de outro lado como PARCEIROS-OUTORGADOS o **Sr.EDSON PINTO DE MELLO**, sua esposa **a Sra. VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, brasileiros, casados, agricultores, ele portador do CPF:669.115.089-91 e o **Sr. RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, solteiro, agricultor, CPF: 089.692.479-39 todos residentes e domiciliados na cidade de Maringá-PR, regendo-se este contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - O PARCEIRO-OUTORGANTE sendo LEGÍTIMO/PROPRIETÁRIO do IMOVEL denominado de FAZENDA SANTA MARIA GORETTI, possuindo área de 140,70 hectares ou ainda 58,14 alqueires, que englobam os lotes: **Lote N° 18** da Gleba Atlantique, com área de 7,5 alqueires paulistas, ou sejam 18,15 hectares, sob matricula **N° 1.454** registrada em 01/07/1979; **Lote N° 18-A e 19** da gleba do ribeirão Atlantique, com área de 14,10 alqueires paulistas, ou sejam 34,12 hectares, sob matricula **N° 3.965** registrada em 01/07/1981 e ambos os lotes localizados no Município e comarca de Maringá, Estado do Paraná, INCRA N° 715.107.010.936-4. Por força do presente e na melhor forma de direito, contrata os PARCEIROS - OUTORGADOS para o tratamento, zelo e exploração de uma área 21,60 alqueires paulista ou sejam 52,27 hectares, do imóvel acima descrito comprometendo os PARCEIROS - OUTORGADOS ao seguinte:

a) - Conservar as caixas d'água limpas, assim como os esgotos e carregadores de serventia da propriedade em bom estado;
b) - Conservar as benfeitorias a seu cargo;
c) - Conservar as curvas de nível e terraços existentes na propriedade;
d) - Manter fechadas as criações, afim de não prejudicar a sua lavoura e a dos vizinhos;
e) - Entregar no deste, a área de terras que explora e as benfeitorias a seu cargo, em perfeito estado de conservação.

SEGUNDA - o presente contrato é feito por 04 (quatro) anos, iniciando -se em 14/08/2020 e terminando em 31/03/2024.

TERCEIRA - OS PARCEIROS - OUTORGADOS poderão plantar na área instrumento deste contrato as culturas: Soja, Milho, Trigo, Aveia, Triticale, Canola, Braquiária ou qualquer espécie vegetal cultivável.

QUARTA - Os cereais produzidos serão divididos entre as partes da seguinte forma:

a) - Safra de verão: - 30% (trinta por cento) para o PARCEIRO - OUTORGANTE e 70% (setenta por cento) para os PARCEIROS - OUTORGADOS;
b) - Safra de Inverno: toda a produção pertencerá aos PARCEIROS - OUTORGADOS.

QUINTA - A divisão da produção colhida, conforme estabelecida na clausula quarta será feita no ato da colheita;

SEXTA - O preparo da terra, fertilizantes, defensivos, sementes, plantio, tratos culturais, colheita e mão de obra será de responsabilidade exclusiva dos PARCEIROS - OUTORGADOS.

SETIMA - Todas as benfeitorias que vierem a serem construídas na propriedade, úteis e necessárias, em função do presente contrato com recursos próprios dos PARCEIROS - OUTORGADOS, serão ao final do presente indenizadas ou retiradas da propriedade.

OITAVA - Ao final do presente contrato os PARCEIROS - OUTORGADOS, terão preferência para afirmar novo contrato, nos termos do artigo 96,11 da lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 e artigo 22 do decreto N°. 59.566 de 14 de novembro de 1966.

Paulo

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570503600000120953493
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570503600000120953493
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

NONA – Aplica-se ao presente contrato as normas contidas no Estatuto da terra, instituído pela lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, regulamentada pelo decreto nº 59.566 de 14 de novembro de 1966.

DECIMA – Os PARCEIROS – OUTORGADOS, não poderão ceder o presente contrato, no todo ou em parcela a outros, sem o expresso e por escrito consentimento do PARCEIRO- OUTORGANTE, assim como, este não poderá desfazer-se do usufruto sem reservar os direitos dos PARCEIROS- OUTORGADOS.

DECIMA PRIMEIRA – Na exploração do imóvel cedido em parceria devem, os PARCEIROS – OUTORGADOS, obedecerem as normas técnicas a serem fornecidas pelo PARCEIRO-OUTORGANTE, visando a conservação do solo e o combate a erosão, através de curva de nível e outra técnicas que impeçam o esgotamento do solo.

DECIMA SEGUNDA – O presente contrato vigorará, ainda por morte de quaisquer dos contraentes, ficando os herdeiros ou sucessores obrigados ao cumprimento, até seu final vencimento.

DECIMA TERCEIRA – Os PARCEIROS- OUTORGADOS ficam com a expressa anuência do PARCEIRO – OUTORGANTE, para efeitos de pleitear financiamento agrícola ,quando os bancos julgarem necessários, autorizando a dar em penhor a totalidade de safra relativa a todo o período que compreende o presente contrato,bem como, com o produto oriundo da totalidade da colheita apenhada,promover a liquidação de financiamentos eventualmente feitos.

DECIMA QUARTA – Fica eleito o Foro da Comarca de Maringá, deste Estado para dirimir as causas que porventura surjam do presente, cabendo à custa a parte culpada.

E por estarem certos e devidamente combinados, assinam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma,para um só eleito,depois de lido e achado conforme,e o fazem presente suas testemunhas.

Maringá, 14 de Agosto de 2020.

PARCEIRO – OUTORGANTE:

PAULO PINTO DE MELLO

PARCEIRO – OUTORGADO:

EDSON PINTO DE MELLO

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

TESTEMUNHAS:

2º REGISTRO CIVIL E 6º TABELIONATO DE NOTAS

Selo Digital nº tNHJr ywnD.2vBvs-T4HZ2.3vnZb, Valide em http://funarpen.com.br

Reconheço por Semelhança as assinaturas de **PAULO PINTO DE MELLO e EDSON PINTO DE MELLO (por três vezes).**

Dou fé. 7112 *13/2333* Maringá/PR, **31 de agosto de 2020.**

Em Test[illegible] Da Verdade

Lenir Blasques de Souza do Amaral Escrevente Juramentada

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570503600000120953493
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570503600000120953493
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA

PARCEIRA OUTORGANTE: **GIZELDA JUNQUEIRA GOUVEIA**, brasileira, viúva, pecuarista, portadora da cédula de identidade R.G. nº 1061928 SSP/MG e CPF nº 433.109.821-49 e CNH 00546515675 DETRAN/MT, filha de Anizio Vilela Junqueira e Hilda Vilela Cunha, residente e domiciliada à Rua T-49, nº 925, Ed. Alamandas, apto. 1004, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP 74210-200, neste ato representada por seu procurador legal: **EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA,** brasileiro, agropecuarista, casado, portador da cédula de identidade R.G. nº 1.585.818 SSP/GO e CPF nº 439.930.951-20, filho de Eduardo Assunção Gouveia e Gizelda Junqueira Gouveia, residente e domiciliado à Rua C-238, nº 195, Qd.554, Lt.2 a 5, Celebrate Vaca Brava, Apto. 2502, Jardim América, Goiânia-GO, CEP 74.290-150, celular: (62) 9 99760933, usuário do e-mail: eduardojg21@hotmail.com, vide escritura pública de procuração lavrada em 08/08/2019 perante o 1º Tabelionato de notas denominado de Cartório João Teixeira, às fls. 0156 do Livro 1733.

PARCEIROS OUTORGADOS: **SIDNEY PINTO DE MELO**, brasileiro, estado civil casado, profissional liberal, portador do RG sob nº 3747819-9, órgão expedidor SESP/PR, inscrito no CPF nº 669.115.919-53, residente e domiciliado na Rua Joaquim Pereira de Castro, nº 450, Bairro Vila Santo Antônio, Maringá-PR, CEP: 87030-170, celular: (44) 9 9872-0457, usuário do e-mail: pbmdaniela@gmail.com; **EDSON PINTO DE MELO**, brasileiro, estado civil casado, profissional liberal, portador do RG sob nº 43336798-6, órgão expedidor SESP/PR, inscrito no CPF nº 669.115.089-91, residente e domiciliado na Rua Joaquim Pereira de Castro, nº 450, Bairro Vila Santo Antônio, Maringá-PR, CEP: 87030-170, celular: (44) 9 9851-6443, usuário do e-mail: pbmdaniela@gmail.com; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELO**, brasileiro, estado civil casado, profissional liberal, portador do RG sob nº 12615400-3, órgão expedidor SESP/PR, inscrito no CPF nº 089.692.479-39, residente e domiciliado na Rua Joaquim Pereira de Castro, nº 450, Bairro Vila Santo Antônio, Maringá-PR, CEP: 87030-170, celular: (44) 9 9859-5501, usuário do e-mail: pbmdaniela@gmail.com; e **MARCO ANTÔNIO DE MELO**, brasileiro, estado civil casado, profissional liberal, portador do RG sob nº 9428103-2, órgão expedidor SESP/PR, inscrito no CPF nº 064.020.619-05, residente e domiciliado na Av. Das Palmeiras, nº 98, Parque das Palmeiras, Maringá-PR, CEP: 87023-160, celular: (44) 9 9810-2721, usuário do e-mail: pbmdaniela@gmail.com;

Neste diapasão, os contratantes, sob assistência jurídica consensual, firmam o presente CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA, onde têm justo e reciprocamente aceito e fixado as cláusulas e condições a seguir delineadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: A PARCEIRA OUTORGANTE é legítima proprietária e possuidora das propriedades rurais abaixo discriminadas:

- FAZENDA ATLANTA III com área total de 552,1921 hectares, situada no Município e Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, devidamente matriculada sob nº 6.385, perante o Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica-MT, com os seguintes limites e confrontações: seguintes limites e confrontações: "Partindo do vértice BM6-M-0191, de coordenadas N 8.880.789,780 e E 530.088,149, segue numa distância de 4.159,05m, no azimute de 90°08'56"S, confrontando com a Fazenda Rancho Imperial, até o vértice BM6-M-0188, de coordenadas N 8.880.778,977 e E 534.247,184, deste segue numa distância de 1.326,66m, no azimute de 179°54'06", confrontando com a Fazenda Floresta, até o vértice BM6-M- 0262, de coordenadas N 8.879.455,319 e E 534.249,457, deste segue numa distância de 4.137,116m, no azimute de 269°56'24", confrontando com a Area Remanescente da Fazenda Querença, até o vértice BM6-M-2026, de coordenadas N 8.879.451,015 e E 530.112,343, deste segue numa distância de 1.345,20m, no azimute de 358°57'53", confrontando com a Fazenda Jussara, até o vértice BM6-M-0191, ponto inicial desta descrição", código do imóvel rural nº 950.041.156.167-0, NIRF nº 6.898.963-6, cadastrada no INCRA conforme Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR nº 46162392220.

- FAZENDA ATLANTA (atualmente em nome de seu falecido esposo Eduardo Assunção Gouveia), com área total de 1.363,9047 hectares, situada no Município e Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, devidamente matriculada sob nº 6.386, perante o Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica-MT, com os seguintes limites e confrontações: seguintes limites e confrontações: "Partindo do vértice BM6-M-2026, de coordenadas N 8.879.451,015 e E 530.112,343, segue numa distância de 4.137,116m, no azimute de 89°56'24"S, confrontando com a Área desmembrada Fazenda Querência, até o vértice BM6-M-0262, de coordenadas N 8.879.455,319 e E 534.249,457, segue numa distância de 99,93m, no azimute de 179°55'32", confrontando com a Fazenda Floresta, até o vértice BM6-M- 0261, de coordenadas N 8.879.355,393 e E 534.249,587, segue numa distância de 3.186,06m, no azimute de 179°54'42", confrontando com a Fazenda

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Floresta, até o vértice BM6M-0187, de coordenadas N 8.876.169,339 e E 534.254,496, segue numa distância de 4.082,20m, no azimute de 269°01'30", confrontando com a Fazenda Chaparral, até o vértice BM6-M-0002, de coordenadas N 8.876.099.876 e E 530.172.891, segue numa distância de 3.345,48m, confrontando com a Fazenda Jussara até o vértice BM6-M-2026, ponto inicial desta descrição", código do imóvel rural nº 950.041.156.167-0, NIRF nº 6.898.963-6, cadastrada no INCRA conforme Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR nº 42330083215.

1.1 : Constitui objeto do Contrato a utilização das Áreas discriminadas no caput desta cláusula, pelos Parceiros Outorgados em regime de parceria agrícola, para que nela cultivem exclusivamente culturas, comprometendo-se a utilizar as áreas objeto do presente contrato para o fim exclusivo de exploração de lavoura temporária, respeitando sempre as melhores práticas agrícolas, ficando sob suas responsabilidades todos os trabalhos necessários ao plantio e conservação do solo, e sua restituição ao término deste contrato de parceria em perfeitas condições de estrutura, qualidade do solo, da terra e de todos os itens que forem cedidos pela Parceira Outorgante aos Parceiros Outorgados em decorrência do presente contrato.

1.2 : Fica expresso que as exigências previstas pelo Código Florestal e demais normas de caráter ambiental, em especial à cobertura vegetal dos imóveis, solos, faixas de mananciais, deverão ser criteriosamente observadas pelos Parceiros Outorgados, ficando expresso que sua não observância e mantença, constituirá causa de rescisão do presente instrumento, bem como que eventuais multas ou quaisquer problemas/danos causados serão de responsabilidade única e exclusiva dos Parceiros Outorgados, inclusive no que se refere a reparação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, DESPESAS E TRIBUTOS: O pagamento da parceria será realizado anualmente, após o vencimento do ano agrícola, com o plantio e colheita da soja por hectares, cujo pagamento corresponderá ao equivalente, em reais, porém serão entregues em sacas de soja com 60 kg cada, limpas e secas, por hectare plantado, com data limite para o pagamento até o dia 15 (quinze) do mês de abril de cada ano, respectivamente. Os frutos serão pagos e reajustados na seguinte proporção e evolução:

No primeiro ano agrícola – carência;
07 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do segundo ano agrícola;
09 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do terceiro ano agrícola;
12 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do quarto ano agrícola;
13 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do quinto ano agrícola;
13 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do sexto ano agrícola;
14 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do sétimo ano agrícola;
14 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do oitavo ano agrícola;
14 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do nono ano agrícola;
14 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do décimo ano agrícola.

2.1 : A primeira soja colhida de cada ano agrícola será destinada para a renda das propriedades rurais, para fins de pagamento da parceria agrícola, as quais serão entregues na proporção devida e diretamente em nome da Parceira Outorgante.

2.2 : O primeiro pagamento em soja ocorrerá após o término do segundo ano agrícola, ou seja, após colheita da soja que for plantada no ano de 2023.

2.3 : O pagamento será realizado por meio de sacas de soja de 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem entregues a Parceira Outorgante ou a terceiros devidamente autorizados por esta.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

2.4 : Os Parceiros Outorgados serão responsáveis por todos os custos com as sacas colhidas até a entrega dos grãos em sua totalidade para a Parceira Outorgante como pagamento pela parceria proveniente deste contrato, devendo ser custeado inclusive, todo e qualquer gasto referente as despesas com transporte desde a lavoura até o Armazém respectivo indicado pela Parceira Outorgante, bem como a classificação dos grãos. Os royalties devem ser repassados a Parceira Outorgante na mesma quantidade dos grãos que serão entregues como forma de pagamento, tendo em vista que a sua cobrança ocorreu no ato da compra da semente certificada em momento anterior.

2.5 : A Parceira Outorgante deverá realizar o pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) do referido imóvel, durante todo o período deste contrato, inclusive os demais impostos e taxas incidentes no imóvel rural.

2.6 : Correrá por conta exclusiva dos Parceiros Outorgados, todos os materiais, sementes, insumos e tudo o mais que for necessário para o cultivo ou exploração das áreas rurais, sendo que os mesmos inclusive assumem o compromisso de repassar a Parceira Outorgante os royalties na exata quantidade dos grãos que serão utilizados para pagamento.

2.7 : A administração dos serviços e serem executados nos imóveis objeto deste contrato será de inteira responsabilidade dos Parceiros Outorgados, assim como a contratação de pessoal para auxiliá-los na execução do trabalho, assumindo, isoladamente, com exclusão expressa da responsabilidade solidária ou subsidiária da Parceira Outorgante, as responsabilidades de natureza ambiental, civil, trabalhista, criminal, previdenciária e tributária decorrentes da contratação de pessoal para realização dos trabalhos de qualquer natureza nos imóveis objeto deste contrato, cabendo aos Parceiros Outorgados pagarem os salários e demais encargos trabalhistas devidos aos empregados, dispensá-los, indenizá-los, etc., bem como o ressarcimento dos danos materiais ou morais que venham a ser causados pela ação ou omissão desse pessoal, durante a realização de qualquer trabalho nas áreas objeto deste contrato.

2.8 : As partes declaram que inexiste vínculo laboral e ou empresarial entre si, bem como os Parceiros Outorgados declaram que são responsáveis, única e exclusivamente, por todos os seus colaboradores, prepostos e prestadores de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DO CONTRATO: O prazo do presente contrato é de 10 (dez) anos, contados a partir da data da assinatura deste contrato, encerrando-se no último dia do mês em que restar concluída a colheita da safra correspondente ao ano de 2033.

3.1 : Caso os Parceiros Outorgados queiram iniciar qualquer cultura no intervalo do último ano agrícola, cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo da presente parceria, deverão ajustar, previamente com a Parceira Outorgante seu interesse ou não, bem como a forma de pagamento proporcional ao uso da terra por esse prazo excedente.

CLÁUSULA QUARTA - DA MEDIÇÃO DA ÁREA PLANTADA: Fica acordado que para apuração do total da aréa plantada, no final do ano de 2023, as partes, em conjunto entrarão em acordo para a medição, de uma forma que favoreça ambas as partes.

4.1 : Na exploração da área objeto deste contrato devem ser obedecidas as normas técnicas com vistas à conservação do solo, aplicação de fertilizantes e de adubos, plantio em rotação de cultura, dentro das normas que impeçam o esgotamento do solo.

4.2 : Obrigam-se os Parceiros Outorgados a observarem as normas ambientais, preservando os recursos naturais das propriedades objeto deste contrato, as áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, vedada a utilização destas últimas mesmo mediante manejo sustentado.

4.3 : Os Parceiros Outorgados se responsabilizam em zelar pela limpeza e conservação das áreas objeto deste contrato, vedadas quaisquer alterações nos imóveis sem a prévia e expressa autorização da Parceira Outorgante.

4.4 : Os Parceiros Outorgados obrigam-se por si e sua família, a respeitar toda legislação, normas e regulamentos municipais, estaduais e federais, principalmente a legislação ambiental em geral, ficando responsáveis por eventuais danos materiais, morais ou extrapatrimoniais a que derem causa.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

4.5 : Os materiais utilizados para plantação, manutenção e colheita correrão por conta e risco dos Parceiros Outorgados, os quais possuem total liberdade para utilizar os maquinários e demais métodos que lhe forem pertinentes para abertura e preparação das áreas objeto desta parceria. O objetivo maior, portanto, é a utilização máxima do solo, visando, contudo, a sua conservação em respeito as regras do Estatuto da Terra, bem como as normas protetivas que dele promanam;

4.6 : É de responsabilidade exclusiva dos Parceiros Outorgados, a contratação, se necessária, de pessoas para exercer as atividades agrícolas, devendo seguir rigorosamente as normas e leis trabalhistas, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido para o encerramento deste contrato.

4.7 : Os Parceiros Outorgados responsabilizam-se integralmente pelas obrigações cíveis e trabalhistas de funcionários e prestadores de serviços que contratarem para a exploração deste plantio, bem como se responsabilizam integralmente pelo pagamento de qualquer encargo que dispender na exploração do imóvel, ou em desfavor de terceiros, isentando totalmente a Parceira Outorgante de qualquer ônus.

4.8 : Os Parceiros Outorgados serão responsáveis por qualquer prejuízo resultante do uso predatório, culposo ou doloso, quer em relação à área cultivada, quer em relação às benfeitorias, equipamentos, máquinas, instrumentos de trabalho e quaisquer outros bens a ele cedidos pela Parceira Outorgante.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS OUTORGADOS:

Salvo expressamente acordado em sentido contrário neste Contrato, os Parceiros Outorgados serão responsáveis por todas as atividades relacionadas ao preparo, adequação, cultivo e colheita das Culturas nas Áreas e arcarão com todos os custos e despesas relacionadas com essas atividades, as quais incluem, mas não se limitam a:

(i) aquisição, manutenção e reparo de máquinas agrícolas;
(ii) identificação das variedades, as épocas e as condições mercadológicas apropriadas para a implantação das Culturas.
(iii) aquisição e transporte de todos os insumos necessários, inclusive fertilizantes, sementes, combustíveis, defensivos;
(iv) aplicação de corretivos agrícolas, tais como calcário agrícola, adubos químicos e adubos orgânicos, necessários para a conveniente correção de acidez e fertilidade do solo das Áreas, toda vez que as análises de terra assim indicarem;
(v) aquisição e transporte dos corretivos agrícolas mencionados no item (iv) acima até o local da lavoura;
(vi) demais serviços (inclusive de frete e limpeza) necessários à condução do preparo, cultivo e colheita das Culturas cultivadas nas Áreas;
(vii) administração integral do programa de ocupação agrícola das Áreas;
(viii) realização de análises de solo das Áreas em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato e em seguida anualmente, sempre após o término de cada colheita;
(ix) remessa das amostras e exames laboratoriais relacionados com às análises de solo realizadas nos termos do item (viii) acima;
(x) contratação, manutenção, remuneração e dispensa de todo e qualquer tipo de mão de obra (empregada ou terceirizada), incluindo acessórias técnicas e agronômicas, responsabilizando-se por todas elas, com isenção total da Parceira Outorgante;
(xi) recolhimento de todos os encargos trabalhistas e previdenciários referentes as pessoas físicas e/ou jurídicas contratadas nos termos do item (x) acima, inclusive as despesas de rescisão e indenizações; (xii) contratação de responsável técnico e da correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica perante o CREA-MT sempre que legalmente exigível para o preparo, cultivo e/ou colheita da Culturas cultivadas nas Áreas;
(xiii) contratação e manutenção de vigilância sobre as Áreas, zelando por ela como se suas fossem e impedindo que pessoas estranhas venham a entrar e circular em seu interior e/ou nela praticar tipo de caça ou de pesca;
(xiv) imediata comunicação às autoridades competentes sobre qualquer invasão ou transgressão de terceiros nas Áreas;
(xv) conservação das cercas de arame que delimitem e projetam as Áreas;
(xvi) observância, quando aplicável, das práticas agrícolas admitidas para os vários tipos de exportação intensiva e extensiva para as diversas zonas típicas do país; e

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

(xvii) administração de todos os procedimentos utilizados no preparo, cultivo e colheita das Culturas cultivadas na Área para que estes promovam resultados produtivos.

5.1-Obrigações relacionadas a órgãos governamentais. Se obrigam a registrarem junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (ou a qualquer outro órgão por ele indicado ou que venha a substitui-lo em suas atividades) todos os insumos, fertilizantes e defensivos que utilizar nas Áreas. Deverão também apresentar cópias dessas notas fiscais sempre que solicitados pela Parceiro Outorgante para fins de fiscalizações e cumprimento de exigências de órgãos governamentais.

5.2-Obrigações quanto ao uso específico das Áreas. Deverão utilizar as Áreas exclusivamente para o cultivo das Culturas, devendo tal utilização ser realizadas de acordo com a melhor técnica disponível e as normas aplicáveis e cultivos desta natureza. Para tanto, deverão obrigatoriamente realizar as Medidas de Adequação necessárias e indispensáveis.

5.3-Obrigações quanto á preservação das Áreas. Se comprometem a utilizar as Áreas em rigorosa conformidade com a legislação ambiental vigente, conservando os recursos naturais nela existente.

5.4- Se comprometem a conservar intacta e sem intervenção mecânica, manual ou química as áreas definidas e delimitas nos termos da legislação ambiental aplicável como Área de Reserva Legal, Área de Preservação e área de proteção de entorno das nascentes dos rios e córregos existentes nas Áreas.

5.5-Deverão preparar, cultivar e conservar adequadamente as Áreas, utilizando para tanto o manejo e as operações moto-mecânicas que mantenham as condições físicas estruturais das Áreas e que implementem sua capacidade produtiva.

5.6-Na utilização das Áreas, deverão evitar ao máximo a compactação e erosão e visar a limpeza, uniformização e nivelamento do solo.

5.7-Deverão construir e manter todas as obras de proteção contra erosão necessárias e conservação no solo. As obras mencionadas deverão ser realizadas e mantidas de acordo com o projeto técnico elaborado por engenheiro qualificado contratado pelos Parceiros Outorgados, que também será responsável por todos os custos e despesas relacionados com esta contratação.

5.8-Objetivando a utilização racional das Áreas e a manutenção da sua produtividade, se comprometem a não utilizar nas Áreas nenhuma prática cultural predatória e/ou substância poluentes que degredem a natureza.

5.9-Obrigações especificas quanto á mão de Obra utilizada nas Áreas. Deverão comunicar a toda mão de obra por contratada (empregada ou terceirizada, incluindo acessórias técnicas e agronômicas) os termos e condições deste Contrato que sejam aplicáveis e/ou que impactem as atividades por realizadas por tal mão de obra.

5.10-Responderão por toda e qualquer perda ou dano sofrido pela Parceiro Outorgante em decorrência de suas ações ou omissões, ou de terceiros por eles contratados, em especial, mas não limitados, aos terceiros que não foram informados pelos Parceiros Outorgados dos termos desse Contrato.

5.11-Os Parceiros Outorgados, neste ato, isentam e exoneraram a Parceira Outorgante de qualquer responsabilidade relacionada a cobranças ou demandas de natureza ambiental, trabalhista, previdenciária, tributária, cível, criminal e/ou administrativas feita por empregados, e/ou Terceirizados ou qualquer outro terceiro a qualquer título contratado pelos Parceiros Outorgados, concordando e se obrigando a indenizar a Parceira Outorgante por qualquer perda ou dano por eles sofrido em decorrência de tais cobranças ou demandas.

5.12-Obrigações quanto a entrega de comunicações recebidas. Deverão entregar imediatamente a Parceira Outorgante quaisquer citações, multas ou notificações relacionadas aos Imóveis ou Áreas pelas autoridades Públicas.

5.13-Vedação a cessão e sub-parceria sem autorização prévia. Sem autorização prévia por escrito da Parceira Outorgante ao Parceiros Outorgados, estes não poderão transferir ou ceder total ou parcialmente este Contrato nem subparceirar, ceder ou emprestar as Áreas a qualquer título.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570503600000120953493
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570503600000120953493
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

5.14-Responsabilidade por descumprimento contatual. Os Parceiros Outorgados serão responsáveis pelas perdas e danos de qualquer natureza porventura causados a Parceira Outorgante ou a terceiros em decorrência de suas ações e/ou omissões em descumprimento as obrigações assumidas neste Contrato, devendo indenizar a Parceiro Outorgante por quaisquer perdas e danos por ela sofrido em decorrência de tais ações e/ou omissões.

5.15- A responsabilidade dos Parceiros Outorgados é sem prejuízo das responsabilidades civis, ambientais, penais ou administrativas previstas em lei e inclui, mas não se limita a acidentes, infrações, multas, penalidades, danos ambientais, danos materiais, danos morais, danos diretos, danos indiretos, lucros cessantes, perdas e danos de qualquer outra natureza.

5.16- Servir-se do imóvel para os usos convencionados ou presumidos, conforme as suas naturezas e circunstâncias, bem como tratá-lo com o mesmo cuidado como se seu fossem;

5.17- Pagar pontualmente o preço da parceria pelo modo, prazos e locais ajustados;

5.18- Levar ao conhecimento imediato da Parceira Outorgante, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, eventual turbação de terceiros e todas as intimações ou avisos de autoridades públicas recebidas nas áreas objeto deste contrato;

5.19- Restituir os imóveis, ao final do contrato, no estado em que o recebeu, com exceção das áreas que foram abertas para o plantio, somente não respondendo por deteriorações ou prejuízos a que não deram causa;

5.20- Ao final do contrato, devolver todos os bens que guarnecem as propriedades rurais objeto deste contrato de parceria, todos em perfeito estado de conservação, inclusive com pinturas novas, comprometendo-se a promover a manutenção de todos os bens, zelando como se seus fossem;

5.21- Realizar a imediata reparação dos danos verificados ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, familiares, visitantes ou prepostos;

5.22- Fazer nos imóveis, durante a vigência do contrato, as benfeitorias úteis e necessárias, inclusive para a preservação dos recursos naturais dos imóveis objeto deste contrato;

5.23- Não renunciar aos direitos ou vantagens previstos no Estatuto da Terra e seu Regulamento.

5.24- Zelar e cuidar das terras, sobretudo com a aplicação de fertilizantes e utilização de técnicas modernas de cultivo e investimento em calcário, adubo e demais nutrientes, evitando o esgotamento do solo;

5.25- Tomar as providências cabíveis junto às concessionárias de serviços públicos, dentro de 30 dias contados da assinatura do presente contrato, a fim de transferir para o seu nome as contas de consumo de água, luz e internet;

5.26- Usar a terra em conformidade com as normas técnicas, de modo a impedir a erosão do solo, curva de nível; empregando materiais e insumos que não degradem sua qualidade, observando as normas de segurança estabelecidas para o uso de agrotóxicos, o que não poderá deixar na lavoura, ou em qualquer parte das Fazendas, frascos ou resíduos de defensivos, e aquelas destinadas ao controle de pragas, arcando com as penalidades impostas pelas autoridades competentes por descumprimento de tais normas;

5.27- Promover a limpeza das áreas, arrancar tocos, controle de erosão, preparo do solo, plantio, manejo com defensivos, transporte da safra, etc;

5.28- Os Parceiros Outorgados deverão ainda respeitar e cumprir integralmente as leis, normas e portarias do Ministério do Trabalho e todas as suas normativas, comprometendo-se a fornecer aos seus colaboradores os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), isentando a Parceira Outorgante e suas propriedades ora entregues em parceria de quaisquer responsabilidades ou ônus oriundo do não cumprimento exposto nesta

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

cláusula, bem como em relação a qualquer dano ou processo administrativo ou judicial relacionado as áreas objeto deste contrato;

5.29- Os Parceiros Outorgados estão expressamente proibidos de cultivar qualquer espécie considerada ilícita no Brasil, como também, estão proibidos de utilizar qualquer produto químico não autorizado nas lavouras brasileiras;

5.30- É expressamente proibido aos Parceiros Outorgados, ou qualquer colaborador deles, a caça, pesca e garimpo dentro da propriedade, além, da proibição do acesso de pessoas sem autorização;

5.31- Deverão manter os lixos em locais seguros conforme normas da propriedade, não podendo deixar exposto, devendo manter sempre depositado no local estipulado pela Parceria Outorgante;

5.32- Fica expressamente proibido o manejo de semoventes nos imóveis objeto deste contrato, salvo caso haja expresso e formal termo aditivo a ser celebrado e assinado entre as partes;

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARCEIRA OUTORGANTE:

6.1- Entregar aos Parceiros Outorgados os imóveis rurais objeto da parceria, com suas pertenças, em estado de servir ao uso a que se destina;

6.2- Garantir aos Parceiros Outorgados, durante o tempo do contrato, o uso e gozo pacífico do imóvel;

6.3- Responder pelos seus vícios, ou defeitos, anteriores ao contrato de parceria;

6.4- É vedado a Parceira Outorgante exigir dos Parceiros Outorgados:

I - A prestação de serviço gratuito;
II - A exclusividade da venda da colheita, com exceção da primeira colheita que serão destinadas a Parceira Outorgante na quantidade devida;
III - A obrigatoriedade do beneficiamento da produção em seu estabelecimento;
IV - A obrigatoriedade da aquisição de gêneros e utilidades em seus armazéns ou barracões;
V - A aceitação de pagamento em "ordens", "vales", ou outras formas regionais substitutivas da moeda.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS BENFEITORIAS: Os Parceiros Outorgados poderão edificar no imóvel as benfeitorias úteis e necessárias, dependendo as voluptuárias de expresso consentimento por escrito da Parceira Outorgante.

7.1 : As benfeitorias que forem realizadas no imóvel rural objeto deste contrato, podem ser voluptuárias úteis ou necessárias, assim conceituadas:

I - voluptuárias, as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do imóvel rural, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor;
II - úteis, as que aumentam ou facilitam o uso do imóvel rural;
III - necessárias, as que tem por fim conservar o imóvel rural ou evitar que se deteriore e as que decorram de cumprimento das normas estabelecidas neste Regulamento para a conservação de recursos naturais.

7.2 : Todas as benfeitorias que forem realizadas nos imóveis se incorporarão imediatamente aos imóveis, não podendo os Parceiros Outorgados pleitearem qualquer indenização, salvo caso a Parceira Outorgante expresse formalmente seu desinteresse nas eventuais benfeitorias realizadas, oportunidade em que somente assim, os Parceiros Outorgados poderão fazer a retirada de tais benfeitorias.

CLÁUSULA OITAVA – DO DIREITO DE RENOVAÇÃO: Os Parceiros Outorgados, em igualdade de condições com estranhos, terão preferência à renovação da parceria caso estejam adimplentes com o presente contrato, devendo a Parceira Outorgante, comunicar eventual interesse de outros parceiros até o vencimento deste contrato, por meio de e-mail ou carta informando das propostas existentes.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

CLÁUSULA NONA – DO DIREITO DE PREEMPÇÃO/PREFERÊNCIA: No caso de venda dos imóveis objeto desta parceria, caso estejam adimplentes com o presente contrato, os Parceiros Outorgados estes terão preferência para adquiri-lo em igualdade de condições com terceiros, devendo a Parceira Outorgante dar conhecimento da venda aos Parceiros Outorgados, por meio do envio de notificação por e-mail ou correios (nos endereços descritos no preâmbulo deste contrato) a fim de que estes possam exercitar o direito de preferência, devendo os Parceiros Outorgados responder a notificação no prazo comum de até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento.

9.1 : Em caso de inércia ou ausência de resposta por parte de qualquer dos Parceiros Outorgados, será considerado como desinteresse destes na compra dos imóveis, desobrigando a Parceira Outorgante de qualquer incumbência referente ao direito de preferência ventilado nesta cláusula.

9.2 : Se os imóveis rurais em venda estiverem sendo explorados por mais de um Parceiro Outorgando, o direito de preferência só poderá ser exercido para a aquisição total da área constante das matrículas dos imóveis.

9.3 : Verificada a venda do imóvel a terceiros, tal situação não implicará na rescisão do presente contrato, o qual prevalecerá até a data ajustada para o seu término, o mesmo ocorrendo no caso de extinção ou dissolução de qualquer das partes contratantes, hipótese está em que o contrato persistirá entre seus sucessores.

9.4 : O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade, não se limitando, mas incluindo, venda por decisão judicial; quaisquer formas de realização de garantia, inclusive mediante leilão extrajudicial; permuta; doações; integralização de capital; cisão; fusão; incorporação.

9.5 : A venda do imóvel ou a imposição de ônus real, não interrompe a vigência dos contratos de parceria ficando o adquirente sub-rogado nos direitos e obrigações do vendedor, ou seja, o novo comprador é obrigado a respeitar este contrato de parceria rural até o seu término.

9.6 : Se a Parceira Outorgante reintegrar a posse do imóvel antes do final da colheita, os Parceiros Outorgados devem ser indenizados na exata proporção das perdas e danos a serem calculados na data dos fatos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ATRASO NO PAGAMENTO EM GRÃOS: Caso ocorra atraso injustificado no pagamento da parceria, os Parceiros Outorgados incorrerão em juros de mora de 1% (um por cento) ao mês de atraso, bem como a incidência de multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do pagamento pendente, além de juros legais e atualização calculada pela média verificada entre o IGP-M e o INPC sobre o valor devido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL: Em não ocorrendo o pagamento dos grãos no prazo e nem tampouco nas condições exigidas, nos termos em que foram combinados anteriormente, a Parceira Outorgante promoverá, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aviso ou notificação, a rescisão deste instrumento, cumulado com o direito de pleitear indenização por perdas e danos, lucros cessantes e demais prejuízos, devendo os Parceiros Outorgados promover a imediata desocupação dos imóveis objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO: O inadimplemento das obrigações assumidas pelos Parceiros Outorgados dará a Parceira Outorgante o direito de rescindir imediatamente este Contrato, assim como o inadimplemento das obrigações assumidas pela Parceira Outorgante dará aos Parceiros Outorgados o direito de rescindir imediatamente este Contrato.

12.1- Adicionalmente , este Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

(I) pelo término do prazo estabelecido neste contrato;

(II) pela aquisição da área pelos Parceiros Outorgados;

(III) pelo distrato;

(IV) pela resolução ou extinção do direito da Parceira Outorgante sobre a área;

(V) por sentença judicial irrecorrível;

(VI) pela perda do imóvel ou da área;

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

(VII) pela desapropriação, parcial ou total, dos Imóveis ou das Áreas; ou (VIII) pelo descumprimento contratual por qualquer das partes;

(IX) por qualquer outra causa prevista em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUCESSÃO: O contrato é celebrado consensualmente em caráter irretratável e irrevogável, renunciando os contratantes, expressamente, à faculdade de arrependimento, obrigando as partes por si, seus herdeiros e sucessores, nada mais podendo postular após o devido pagamento, seja no presente ou futuramente, em juízo ou fora dele, com fulcro contratual ou extracontratual, relativamente a diferenças, direitos, obrigações, despesas, danos materiais, danos corporais, morais ou psicológicos, lucros cessantes, multa e honorários advocatícios, inclusive sucumbenciais, renunciando expressamente a qualquer pretensão em relação a um dos contratantes, dando a mais ampla quitação com relação aos grãos supracitados, após o pagamento e cumprimento de todas as cláusulas elencadas.

13.1 : O presente contrato vigorará mesmo que ocorra a morte/extinção ou interdição de qualquer das partes, devendo ser cumprido e respeitado por seus herdeiros ou sucessores a qualquer título, até o efetivo término contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS: Pelo presente instrumento, a Parceira Outorgante autoriza os Parceiros Outorgados, a darem em penhor agrícola ou outro que julgar conveniente, perante entidades financeiras, as lavouras efetuadas sobre os imóveis objeto desta parceria e, tão somente a elas, podendo essas entidades fazerem, livremente, as vistorias e levantamentos que julgarem necessárias.

14.1 : A Parceira Outorgante, para fins de financiamento agrícola a ser solicitado pelos Parceiros Outorgados junto as instituições financeiras ou a qualquer outro estabelecimento oficial de crédito, comprometem-se a assinar, em favor dos Parceiros Outorgados, a indispensável Carta de Anuência, ficando expressamente convencionado que tais entidades creditícias terão, sobre a safra produzida, que respeitar prioritariamente o pagamento da presente parceria.

14.2 : No caso de desapropriação parcial do imóvel rural, fica assegurado aos Parceiros Outorgados o direito à redução proporcional da renda ou o de rescindir o contrato.

14.3 : A Parceira Outorgante permite, expressamente, que os Parceiros Outorgados tenham livre acesso aos imóveis objeto deste contrato, durante a vigência do contrato, com máquinas, tratores, equipamentos rurais, materiais e pessoal técnico para a lavoura, assim como é facultado a Parceira Outorgante vistoriar os imóveis objeto deste contrato, sempre que julgarem necessário ou conveniente, por si ou por pessoas por elas indicadas.

14.4 : É permitido aos Parceiros Outorgados a colocação de placas, bandeiras, cartazes, painéis, antenas, ou quaisquer outras, nas áreas objeto deste contrato, sem a prévia e expressa autorização da Parceira Outorgante, desde que não prejudique a qualidade dos imóveis.

14.5 : Quando da desocupação e entrega das glebas, os Parceiros Outorgados liquidarão a parceria e deverão apresentar os comprovantes de que estão completamente quitadas todas as despesas que deram causa.

14.6 : Ao final do contrato, os atuais Parceiros Outorgados deverão permitir ao futuro parceiro, o qual ingressará no imóvel após a sua desocupação, que pratique todos os atos necessários à realização dos trabalhos preparatórios para o ano seguinte.

14.7 : Da mesma forma, o novo parceiro deverá permitir que os antigos parceiros outorgados, o qual está deixando a posse, realize todos os meios indispensáveis à finalização e retirada da sua colheita.

14.8 : Ambas as partes se responsabilizam, após a assinatura deste instrumento, pela comunicação recíproca sobre eventuais mudanças de endereço, e-mail ou contato telefônico, mantendo a boa-fé contratual, a fim de esclarecer todo e qualquer questionamento relacionado ao objeto deste contrato, sem nenhum empecilho, e sem faltar com a verdade.

14.9 : Os Parceiros Outorgados declaram que se responsabilizam pelo cumprimento de todas as leis, regulamentos e atos normativos pertinentes à proteção ambiental, inclusive às áreas destinadas as licenças necessárias para o pleno desenvolvimento de suas atividades bem como se obrigam a adotarem todas as medidas agrícolas, sem qualquer agressão, perigo ou risco ao meio-ambiente, assumindo expressamente todos os ônus ou sanções que decorram de eventuais infrações dessa natureza.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

14.10 : Qualquer acordo realizado entre as partes quanto ao cumprimento, omissão ou alteração de qualquer cláusula do presente contrato, deve ser realizado mediante termo aditivo e por escrito na presença de duas testemunhas, o qual constituirá mera tolerância e não importará em alteração ou modificação das cláusulas contratuais.

14.11 : Este contrato se reveste da condição de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil, inclusive, a parte causadora responderá por perdas e danos, devendo custear honorários advocatícios e custas processuais, caso seja necessária qualquer interposição judicial para resolver o conflito criado após o descumprimento.

14.12 : Os Parceiros Outorgados se comprometem a firmar apólice de seguro, ANUALMENTE, para garantir o pagamento da parceria a Parceira Outorgante, sendo que o referido seguro deverá compreender valor suficiente para pagamento da parceria, bem como cobrir também caso de problemas com a safra, seja no plantio, seja na colheita, decorrente de causas naturais ou não, decorrente de caso fortuito ou não, devendo os Parceiros Outorgados comprovarem a contratação apresentando cópia da apólice de seguro e respectivos comprovantes de pagamento a serem enviados para o endereço de e-mail (eduardojg21@hotmail.com);

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca de Vila Rica- MT, para dirimir eventuais divergências deste instrumento, sem privilégio a qualquer outro, seja qual for o motivo.

E por assim estarem justas e contratadas, declaram-se cientes e esclarecidas quanto ao teor das cláusulas deste instrumento, firmando-o em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produzam os devidos e legais efeitos.

Vila Rica-MT, 12 de julho de 2022.

GIZELDA JUNQUEIRA GOUVEIA
Parceira Outorgante
p.p Eduardo Junqueira Gouveia

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2022.07.14 15:53:[illegible]

SIDNEY PINTO DE MELO
Parceiro Outorgado

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2022.07.14 15:54:03 -03'00'

EDSON PINTO DE MELO
Parceiro Outorgado

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061995 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061995 Dados: 2022.07.14 15:54:20 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELO
Parceiro Outorgado

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2022.07.14 15:54:31 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELO
Parceiro Outorgado

Testemunhas:

1ª _____

Nome:
CPF:

2ª _____

Nome:
CPF:

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570503600000120953493
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570503600000120953493
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0364-D6BE-466F-E4F2 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0364-D6BE-466F-E4F2

Hash do Documento

6D5147C181510E06A71CEE107E7C294112D173C5EFC105749EDEE1BDD3B3E21F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/07/2022 é(são) :

- EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA - 439.930.951-20 em 13/07/2022 17:10 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

RF AGRO

CONTRATO DE SUBARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL

Pelo presente instrumento particular, de um lado **ALTINO FAVORETO**, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade RG nº 5.528-20, inscrito no CPF nº 024.725.899-72, e **MARIA APARECIDA ROSA FAVORETO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 1.512.440 SSPR, inscrita no CPF nº 959.319.299-91, ambos residentes e domiciliados na Rua Visconde de Mauá, 338, Jardim Alvorada, na Cidade de Maringá/PR, doravante denominados simplesmente **ARRENDADORES**.

ROBISON ALEXANDRE FAVORETO, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identidade RG nº 6.928.402-7, inscrito no CPF nº 027.031.369-94, residente e domiciliado na Rua Visconde de Mauá, nº 338, Jardim Alvorada, CEP nº 87035-030, na cidade de Maringá/Paraná, doravante denominado simplesmente **ARRENDATÁRIO.**

E de outro lado **EDSON PINTO DE MELO,** brasileiro, agricultor, inscrito no CPF nº 669.115.089.91, RG nº4.336.798-6, residente e domiciliado na Rua Joaquim Pereira de Castro, 450, Vila Santo Antonio, na Cidade de Maringá/PR, sendo proprietário de terras do lote nº 21 A na Estrada Lombo, doravante denominado simplesmente **SUBARRENDATÁRIO**.

Resolvem nesta data, ajustar entre si **CONTRATO DE SUBARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL**, que se regerá pelas condições estipuladas nas seguintes cláusulas:

I - Cláusula Primeira: Os Arrendadores são os legítimos proprietários de um imóvel rural, denominado Sítio Pitanga, situado na Gleba Maringá, no município de Maringá, Estado do

Rua Campos Sales, nº 848, Zona 07, Maringá/PR
Telefone: (44) 3267-5401, (44) 9719-1484, (44) 9809-8127.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570503600000120953493
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570503600000120953493
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

Paraná, lote nº 50, com 10 alqueires paulistas, conforme transcrição do Registro de Imóveis 3º Ofício de Maringá/PR, de matrícula nº 1615, registrado no Cadastro de Imóveis Rurais do Incra sob o nº 715.107.016.098-0, em 31/10/1984, que o cede em arrendamento ao Arrendatário, e este por sua vez o cede aos Subarrendatários, nos termos que adiante seguem.

Parágrafo Primeiro: Há de mencionar, que o presente contrato de subarrendamento apenas transfere a posse direta do bem, para fins de **PLANTIO DE SOJA E MILHO**, RESERVA-SE PARA SI OS ARRENDADORES A PROPRIEDADE DO BEM OBJETO DESTE CONTRATO.

Parágrafo Segundo: O imóvel ora descrito, planta 10 alqueires paulistas.

II - Cláusula Segunda: O prazo de vigência do presente contrato é de 1 ano, com início em 30/08/2022 e tendo final em 30/08/2023, data está em que o Subarrendatário deverá entregar as terras, tendo em vista o fim da colheita da última safra de milho, objeto deste contrato.

Parágrafo Único: a rescisão do presente contrato, opera-se de pronto ao final de seu prazo, independentemente de prévia notificação.

III - Cláusula Terceira: A renda a ser paga neste subarrendamento fica estabelecida livremente entre as partes, da seguinte forma:

	1º Ano Safra - 2022/2023
SOJA	10 alqueires x 60 sacas de soja por alqueire – totalizando o valor de 600 sacas de soja

Rua Campos Salcs, nº 848, Zona 07, Maringá/PR
Telefone: (44) 3267-5401, (44) 9719-1484, (44) 9809-8127.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570503600000120953493
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570503600000120953493
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

MILHO	10 alqueires x 20 sacas de milho por alqueire – totalizando o valor de 200 sacas de milho

Parágrafo Primeiro: O Subarrendatário se compromete na data de assinatura do presente contrato, a transferir a quantia de 200 sacas de soja, em nome dos Arrendadores.

Parágrafo Segundo: As outras 400 sacas de soja, serão depositadas na Cooperativa Cocamar, pelo Subarrendatário em nome dos Arrendadores na época da colheita, em meados de março de 2023.

Parágrafo Terceiro: Já as sacas de milho, diga-se 200 sacas de 60 Kg cada, serão depositadas na Cooperativa Cocamar, pelo Subarrendatário, em nome dos Arrendadores, em meados de julho de 2023.

Parágrafo Quarto: AS REFERIDAS SACAS, TODAS DE 60KG, DEVERÃO SER DEPOSITADAS EM NOME DOS ARRENDADORES PELO SUBARRENDATÁRIO, NA COOPERATIVA COCAMAR, TOTALMENTE LIVRE DE ROYALTIES, UMIDADE, IMPUREZAS E FRETE; INDEPENDENTEMENTE DE INFORTÚNIOS DA NATUREZA, DIGA-SE, SECA, GEADA, GRANIZO, EXCESSO DE CHUVA, DOENÇAS ENTRE OUTROS. **OU SEJA, O PAGAMENTO DAS CITADAS SACAS INDEPENDE DE TER OU NÃO TER PRODUÇÃO, O VALOR É FIXO.**

Parágrafo Quinto: As citadas sacas deveram ser depositadas na Cooperativa Cocamar, nas datas acordadas, em nome dos Arrendadores, sob pena de incorrer o Subarrendatário em mora, com multa de 20%.

Rua Campos Sales, nº 848, Zona 07, Maringá/PR
Telefone: (44) 3267-5401, (44) 9719-1484, (44) 9809-8127.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570503600000120953493
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570503600000120953493
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

Parágrafo Sexto: Todos os termos do presente contrato, deverão ser tratados entre o Arrendatário e o Subarrendatário, sendo o Arrendatário responsável pela administração da área, todavia os referidos pagamentos descritos na Cláusula Terceira, serão pagos pelo Subarrendatário diretamente aos Arrendadores.

IV - Cláusula Quarta: O Subarrendatário não poderá transferir o presente contrato, subarrendar, ceder ou emprestar o imóvel ou parte dele.

V - Cláusula Quinta: O Subarrendatário compromete-se em conservar a propriedade rural como a recebeu, respondendo pelos prejuízos que decorrerem da má conservação.

Parágrafo Primeiro: O Subarrendatário realizará o plantio de soja e de milho, visando sempre aumentar a conservação ambiental, observando e respeitando a legislação agrária e ambiental vigente, inclusive responsabilizando-se, com exclusividade, por infração/penalidade que eventualmente seja constata/aplicada pelos órgãos competentes, decorrentes de sua atividade, durante o lapso do presente contrato.

Parágrafo Segundo: A falta de cuidado com a área por parte do Subarrendatário, seja através da falta de curvas de níveis, falta de adubação e correção da terra, ausência de defensivo agrícola para controle de pragas e mato, configuram hipóteses de rescisão contratual, passível de cobrança de multa por descumprimento contratual e perdas e danos.

VI - Cláusula Sexta - O Subarrendatário manifesta sua plena ciência, que a área se destina a loteamento urbano, eis que, já está dentro da Cidade de Maringá, posto assim, o presente contrato não se prorrogará automaticamente, e em caso de

Rua Campos Sales, nº 848, Zona 07, Maringá/PR
Telefone: (44) 3267-5401, (44) 9719-1484, (44) 9809-8127.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570503600000120953493
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570503600000120953493
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

necessidade devido as obras no local, este poderá ser rescindido, sem a incidência de multa, apenas se respeitando a colheita da safra plantada.

VII - Cláusula Sétima – Todos os custos decorrentes do plantio e colheita da soja e do milho são de única responsabilidade do Subarrendatário.

VIII - Cláusula Oitava – O Subarrendatário não poderá rescindir o presente contrato, antes de seu término, diga-se, **30/08/2023,** sob de incorrer em multa de 250 sacas de soja.

IX - Cláusula Nona – Após o término do presente contrato, o Arrendatário e os Arrendadores decidirão acerca de sua prorrogação ou não, sendo esta decisão de única autonomia do Arrendatário e Arrendadores, não sendo obrigado por nenhuma circunstância a renovar o presente contrato com o Subarrendatário.

X - Cláusula Décima - O contratante que inadimplir qualquer das cláusulas deste contrato dará lugar à rescisão do mesmo, ficando a parte inadimplente na obrigação de indenizar as perdas e danos à outra parte, além de multa contratual de 300 sacas de soja.

XI - Cláusula Décima Primeira – O Subarrendatário deverá obedecer às normas técnicas de plantio, visando à conservação do solo e combate de erosão, através de curvas de nível, aplicação de adubos, etc.; impedindo assim o esgotamento do solo.

XII - Cláusula Décima Segunda - Findo o prazo estipulado na cláusula segunda, sem que ocorra renovação, o Subarrendatário restituirá o imóvel imediatamente, independentemente de aviso

Rua Campos Sales, nº 848, Zona 07, Maringá/PR
Telefone: (44) 3267-5401, (44) 9719-1484, (44) 9809-8127.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570503600000120953493
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570503600000120953493
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

ou notificação, em perfeito estado de conservação, indenizando os Arrendadores de qualquer dano que porventura tenha ocorrido.

XIII - Cláusula Décima Terceira - Elegem as partes o foro da comarca de Maringá/PR para que se dirimam as controvérsias oriundas deste instrumento.

XIV - Cláusula Décima Quarta - E por estarem às partes acordes, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que se cumpram os seus termos, inclusive por seus herdeiros e sucessores, seja a que título for.

Maringá, 20 de julho de 2023.

CARTÓRIO FLORIANO

EDSON PINTO DE MELO – SUBARRENDATÁRIO

ROBISON ALEXANDRE FAVORETO - ARRENDATÁRIO

CARTÓRIO FLORIANO

ALTINO FAVORETO - ARRENDADOR

CARTÓRIO FLORIANO

MARIA APARECIDA ROSA FAVORETO - ARRENDADORA

Testemunhas:

1ª - _____ 2ª - _____

Rua Campos Sales, nº 848, Zona 07, Maringá/PR
Telefone: (44) 3267-5401, (44) 9719-1484, (44) 9809-8127.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:14
Número do documento: 23080114570503600000120953493
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570503600000120953493
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:05

Matrícula Nº	Ficha
230	1

Data da Matrícula

21 de dezembro de 2007

1º OFÍCIO - CAMPINÁPOLIS - MT

LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

Paulo Rogério Soares Valente
Registrador

IMÓVEL: Uma área de terras situada no município e comarca de Campinápolis, MT com a superfície de **2.757,30,37ha (dois mil, setecentos e cinqüenta e sete hectares, trinta ares e trinta e sete centiares)**, com a denominação de **"FAZENDA BOA VISTA"**, desmembrada de uma área maior de 9.671 hectares, denominada Esquecido, dentro dos seguintes limites e confrontações: Partindo de um marco de nº 6-A, cravado na divisa com terras do lote nº 01, da Fazenda Rio Noidori (Agro Pastoril Vale do Piau) e na divisa com terras de Benedita Rosa da Costa, segue confrontando com Benedita Rosa da Costa com o rumo 23°30'SW e com 9.767,30 metros até o marco nº M-07, cravado a 1.220,00 metros da margem esquerda do Rio Noidori; daí segue o Rio Noidori acima com a distância de 1.270,00 metros em dois alinhamentos até o marco nº 4-J, cravado a 88,00 metros da margem do Rio Noidori e na divisa com terras do lote nº 03, da Fazenda Noidori (Agropecuária Colorado Ltda); daí segue confrontando com o lote nº 03, com os seguintes rumos e distâncias: 21°38'50"NE e com 2.510,68 metros até o marco nº 4-I; 26°22'36"NW e com 2.765,29 metros até o marco nº 4-H; 04°09'50"NE e com 1.249,00 metros até o marco nº 4-G, cravado na ponta de uma cabeceira sem nome; daí segue pela margem direita desta cabeceira, à jusante por diversos rumos e com a distância total de 1.369,00 metros ao marco nº 4-F, cravado na mesma margem desta cabeceira, servindo a referida cabeceira como divisa natural com o lote nº 03; daí, atravessando esta cabeceira e segue confrontando-se com o lote nº 03 da Fazenda Rio Noidori com os seguintes rumos e distâncias: 87°20'NW e com 52,00 metros até o marco nº 4-E; 02°40'27"NE e com 397,80 metros até o marco nº 4-D; 10°29'11"NE e com 394,40 metros até o marco nº 4-C, cravado na foz desta cabeceira sem nome com um córrego maior; daí segue pela margem direita deste córrego maior, à jusante, por diversos rumos e com distância total de 595,42 metros até o marco nº 4-B, cravado na mesma margem deste córrego, servindo o mesmo como divisa natural com o lote nº 03; daí atravessa o referido córrego e segue confrontando com o lote nº 03, com o rumo 22°38'59"NE e com 988,32 metros até o marco nº 4-A, cravado na divisa com terras do lote nº 01 da Fazenda Rio Noidori; daí segue confrontando com o lote nº 01 com o rumo 72°20'12"SE e com 4.021,99 metros até o marco nº 6-A, onde teve início este caminhamento. LIMITES: NORTE - lote nº 01 da Fazenda Rio Noidori; SUL - Rio Noidori; LESTE - Benedita Rosa da Costa, Agropecuária Rio Noidori S/A; e OESTE- lote nº 03 da Fazenda Rio Noidori, tudo conforme consta do memorial descritivo. **O imóvel objeto desta matrícula pertence aos proprietários abaixo relacionados, na proporção de 97% (noventa e sete por cento) para Silvio de Melo e Souza e 3% (três por cento) para Adriana de Paula Moraes e Souza.** O imóvel está cadastrado no INCRA sob nº 901121107620 2, área total 2.757,3 hectares, módulo 800, nº de módulos 34,47 e FMP 4,0 hectares. **PROPRIETÁRIOS: SÍLVIO DE MELO E SOUZA,** pecuarista, CI/RG nº 6.259.578-SSP/SP e CPF nº 923.310.768-04 e sua mulher **ADRIANA DE PAULA MORAES E SOUZA,** comerciante, CI/RG nº 7.852.311-SSP/SP, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados na Rua Cândido Portinari, nº 235, na cidade de Araçatuba, SP. **PROCEDÊNCIA:** R.05-M-388, do livro 02, em 26 de janeiro de 1998, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Xavantina, MT. Dou fé. Protocolo nº 234 Emolumentos: R$ 35,60.

O Oficial,

AV.01-M-230

DATA: 21.12.2007.

Procede-se esta averbação para constar **que parte do imóvel objeto da matrícula acima, correspondente à área de 827.19.22 hectares (oitocentos e vinte e sete hectares, dezenove ares e vinte e dois centiares) de terras, está hipotecado ao BANCO BRADESCO S/A., agência de Araçatuba, SP, em hipoteca de primeiro grau e sem concorrência de terceiros**, pelo valor de R$ 150.000,00, com vencimento final para 15 de maio de 2008, conforme R.06-M-388, do livro 02, em 24 de junho de 2003, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Xavantina, MT, em 17 de dezembro de 2007, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 234; Emolumentos: R$ 7,10.

O Oficial,

AV.02-M-230

DATA: 21.12.2007.

Procede-se esta averbação para constar **que parte do imóvel objeto da matrícula acima, correspondente à**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

área de 827.19.22 hectares (oitocentos e vinte e sete hectares, dezenove ares e vinte e dois centiares) de terras, está hipotecado ao BANCO BRADESCO S/A., agência de Araçatuba, SP, em hipoteca de segundo grau e sem concorrência de terceiros, pelo valor de R$ 200.000,00, com vencimento final para 15 de outubro de 2009, conforme R.07-M-388, do livro 02, em 05 de novembro de 2004, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Xavantina, MT, em 17 de dezembro de 2007, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 234; Emolumentos: R$ 7,10.

O Oficial,

Av.03-M-230
DATA: 21.12.2007.

Procede-se esta averbação **para constar que de conformidade com o Termo de Responsabilidade e Preservação de Floresta** datado de 21 de julho de 1986, firmado entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a proprietária do imóvel Agropecuária Boa Vista Ltda. **a floresta ou forma de vegetação existente com a área de 1.378,65,36 hectares, relativos a 50% do total da propriedade, que é de 2.757,30,73 hectares, fica gravada como de utilização limitada,** não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração, a não ser mediante autorização do IBDF, conforme AV.02-M-388, do livro 02, em 22 de julho de 1986, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Xavantina, MT, em 17 de dezembro de 2007, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº234; Emolumentos: R$ 7,10.

O Oficial,

Av.04-M-230
DATA: 21.12.2007.

Procede-se esta averbação **para constar que de conformidade com o Termo de Retificação datado de 21 de julho de 1996, celebrado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e a Agropecuária Boa Vista Ltda., representada na forma mencionada no referido instrumento, com o advento desta Alteração, fica retificado o Termo celebrado entre as partes em 21/07/86, objeto da AV.02-M-388, ficando assim a área de 2.205.84.58 hectares, equivalente a 80% do total da propriedade passível de exploração e não 50% como anteriormente,** conforme AV.03-M-388, do livro 02, em 21 de julho de 1996, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Nova Xavantina, MT, em 17 de dezembro de 2007, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 234; Emolumentos: R$ 7,10

O Oficial,

Av.05-M-230
DATA: 21.12.2007

Procede-se esta averbação **para constar que de conformidade com o Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, datado de 21 de julho de 1996, celebrado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e a Agropecuária Boa Vista Ltda., a floresta ou forma de vegetação existente, com a área de 551.46,15 hectares, não inferior a 20% do total da propriedade que é de 2.757.30,73 hectares, fica gravada como de Utilização Limitada,** não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração, sem autorização do IBAMA, conforme AV.04-M-388, do livro 02, em 21 de julho de 1996, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Xavantina, MT, em 17 de dezembro de 2007, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 234; Emolumentos: R$ 7,10.

O Oficial,

AV.06-M-230
DATA: 21.12.2007.

Procede-se esta averbação para constar a **cadeia dominial** do imóvel objeto da matrícula acima, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Xavantina, MT, em 17 de dezembro de 2007, a saber: a) Que os proprietários adquiriram o imóvel acima, em virtude de distrato social, dissolução, liquidação e extinção da Agropecuaria Boa Vista Ltda-ME, conforme R.05-M-388, do livro 02, em 26 de janeiro de 1998; b) Que a Agropecuária Boa Vista Ltda-ME adquiriu dito imóvel em virtude de cisão total da Nativa Agropecuária S/A., que lhe transferiu o patrimônio, conforme R.01-M-388, do livro 02, em 14 de julho de 1986, ambos da Serventia acima mencionada, anteriormente matriculado sob nº 20.525, do

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

livro 02, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Barra do Garças, MT, como se vê do documento arquivado neste Ofício. Dou fé. Protocolo nº 234. Emolumentos: R$ 7,10.
O Oficial.

AV.07-M-230.
DATA: 14 de outubro de 2008.
Procede-se esta averbação para constar que foram apresentados **os comprovantes de pagamentos do ITR nos exercícios de 2004/2008, bem como uma via do CCIR, exercícios 2003/2005,** nos termos dos documentos arquivados nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 648. Emolumentos: R$ 7,10.
O Escrevente Autorizado.

AV.08-M-230.
Data: 08 de junho de 2022.
Procede-se a esta averbação, **para constar a existência do Penhor Cedular de 1º Grau, e sem concorrência de terceiros, objeto do registro 4.443 do livro 03-Auxiliar,** desta data, cujos bens encontram-se localizados no imóvel, objeto desta matrícula, nos termos do artigo 167, II, 34, 34.1 e 34.2, da Lei 6.015/73, com redação pela MP 1.085, de 27 de dezembro de 2021, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 11.636. Emolumentos: R$ 16,50.
O Oficial Substº.,

AV.09-M-230.
Data: 30 de setembro de 2022.
Procede-se a esta averbação, **para constar a existência do Penhor Cedular de 1º Grau e sem concorrência de terceiros, objeto do registro 4.612, do livro 03-Auxiliar,** desta data, cujas **lavouras** conduzidas no imóvel, objeto desta matrícula, nos termos do artigo 167, II, 34, da Lei 6.015/73, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 12.065. Emolumentos: R$ 16,50.
O Oficial.

AV.10-M-230.
Data: 21 de março de 2023.
Procede-se a esta averbação para constar a existência do **Penhor Cedular de 1º Grau e sem concorrência de terceiros, objeto do registro 4.786, do livro 03-Auxiliar,** desta data, cujos **semoventes** estão localizados no imóvel, objeto desta matrícula, nos termos do artigo 167, II, 34, da Lei 6.015/73, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 12.503. Emolumentos: R$ 17,50.
O Oficial.

CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE CAMPINÁPOLIS-MT
Serviço de Registro de Imóveis - Títulos e Documentos
Av. Nego Carrin, 940, Centro, Campinápolis, MT

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR - DIGITAL

Certifico para os devidos fins, que esta cópia reprográfica, contém o inteiro teor da matrícula nº 230, do livro 02 e tem a validade de Certidão (por 30 dias). Selo Digital: BVK 15175. Data: 25 de julho de 2023. 12:18:18. ASSINADA DIGITALMENTE POR Paulo Rogério Soares Valente - Oficial Registrador.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

SELO DE CONTROLE DIGITAL

Cod.Ato(s): 176, 177
BVK 15175 R$ 31,20

Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
PAULO ROGERIO SOARES VALENTE:19056974653
19056974653
FC357DA1C5EF918C1EE43D7741080A755DE0
25/07/2023 12:18

Matrícula Nº	Ficha
554	1

Data da Matrícula
23 de outubro de 2008

1º OFÍCIO - CAMPINÁPOLIS - MT
LIVRO 02 - REGISTRO GERAL
Paulo Rogério Soares Valente
Registrador

IMÓVEL: Uma área de terras situada no município e comarca de Campinápolis, MT, com a superfície de **2.612.16,83ha. (dois mil, seiscentos e doze hectares, dezesseis ares e oitenta e três centiares)**, denominada **"FAZENDA VALE DO PIAU"**, desmembrada de uma área maior de 9.671ha, denominada Esquecido, dentro dos seguintes limites e confrontações: Partindo de um marco de nº M-04, cravado na divisa com terras de Selmo e Sérgio de Mello e Souza e com terras do lote nº 03 da Fazenda Rio Noidori (Agropecuária Colorado Ltda.), segue confrontando com terras de Braz Soares Filho com o rumo 23°30'NE e com a distância de 4.802,87 metros, até o marco nº M-05, cravado na divisa com terras de Joaquim Messias; daí segue confrontando com Joaquim Messias com o rumo 74°25'SE e com 5.050,00 metros, até o marco nº M-06, cravado na divisa com terras de Benedita Rosa da Costa; daí, segue confrontando com Benedita Rosa da Costa com o rumo 23°30'SW e com 3.937,70 metros até o marco nº 06-A, cravado na divisa com terras do lote nº 02 da Fazenda Rio Noidori (Agropecuária Boa Vista Ltda.); daí segue confrontando com o lote nº 02 com o rumo 72°20'12"NW e com 4.021,99 metros até o marco nº 04-A, cravado na divisa com terras do lote nº 03 da Fazenda Rio Noidori; daí segue confrontando com o lote nº 3 com o rumo 40°00'NW e com 1.120,00 metros, até o marco nº M-04, onde teve início este caminhamento. Limites: Norte - Joaquim Messias; Sul - lote nº 02 e lote nº 03 da Fazenda Rio Noidori; Leste - Benedita Rosa da Costa e Oeste - Braz Soares Filho, tudo conforme consta do memorial descritivo e planta constantes da cisão total. O imóvel está cadastrado no INCRA sob nº 901.121.107.638-5, área total 2.612.10.00ha, módulo 80.0ha, nº de módulos 32,6512 e FMP 4.00,00ha, em nome da proprietária. Foram apresentados e ficam nesta Serventia arquivados, os comprovantes de pagamentos do ITR nos últimos cinco anos (2004/2008), bem como uma via do CCIR, exercícios 2003/2005. **PROPRIETÁRIA: CLEIA DALVA SOUZA PARREIRA**, pecuarista, CI/RG nº 10 731.041-SSP/SP e CPF nº. 203.172.248-40 e **Dr. MAURÍDIS PARREIRA PIMENTA**, veterinário, CI/RG nº. M-321.009-SSP/MG e CPF nº 802.519.278-49, ambos brasileiros, casados sob o regime de comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados na Fazenda Vale do Piau, no município de Campinápolis, MT. **PROCEDÊNCIA:** R.02-M-389, do livro 02, em 07 de janeiro de 1994, no Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Nova Xavantina, MT. Dou fé. Protocolo nº 663. Emolumentos: **R$ 35,60.**
O Escrevente Autorizado.

AV.01-M-554.
DATA: 23 de outubro de 2008.
Procede-se esta averbação para constar que o imóvel objeto da matrícula acima, pertence aos proprietários, nas seguintes proporções: **A CLEIA DALVA SOUZA PARREIRA, toca a parte ideal correspondente a 99% (noventa e nove por cento) do imóvel e ao proprietário Dr. MAURÍDIS PARREIRA PIMENTA, cabe a parte ideal correspondente a 1% (um por cento) do mesmo imóvel.** Dou fé. Protocolo nº 663. Emolumentos: R$ 7,10.
O Escrevente Autorizado.

AV.02-M-554.
DATA: 23 de outubro de 2008.
Procede-se esta averbação para constar que o imóvel objeto da matrícula acima, está hipotecado ao BANCO DO BRASIL SA., em **hipoteca cedular de primeiro grau** e sem concorrência de terceiros, pelo valor de **R$** 108.000,00, com vencimento final para 01 de dezembro de 2008, através da Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº 21/97165-X, de 01 de abril de 2003, conforme R.03-M-389, do livro 02, em 01 de abril de 2003, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Nova Xavantina, MT, em 22 de outubro de 2008, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 663. Emolumentos: R$ 7,10.
O Escrevente Autorizado.

AV.03-M-554.
DATA: 23 de outubro de 2008.
Procede-se esta averbação para constar que o imóvel objeto da matrícula acima, está hipotecado ao BANCO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

DO BRASIL SA., em **hipoteca cedular de segundo grau** e sem concorrência de terceiros, pelo valor de R$ 60.000,00, com vencimento final para 02 de dezembro de 2005, através da Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº 21/90318-2, de 03 de dezembro de 2004, conforme R.04-M-389, do livro 02, em 06 de dezembro de 2004, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Nova Xavantina, MT, em 22 de outubro de 2008, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 663. Emolumentos: R$ 7,10.
O Escrevente Autorizado,

AV.04-M-554.
DATA: 23 de outubro de 2008.
Procede-se esta averbação para constar que o imóvel objeto da matrícula acima, está hipotecado ao BANCO DO BRASIL SA., em **hipoteca cedular de terceiro grau** e sem concorrência de terceiros, pelo valor de R$ 75.078,00, com vencimento final para 01 de novembro de 2011, através da Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº 40/00143-1, de 23 de novembro de 2005, conforme R.05-M-389, do livro 02, em 25 de novembro de 2005, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Nova Xavantina, MT, em 22 de outubro de 2008, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 663. Emolumentos: R$ 7,10.
O Escrevente Autorizado,

AV.05-M-554.
DATA: 23 de outubro de 2008.
Procede-se esta averbação para constar que de conformidade com o TERMO DE RESPONSABILIDADE E PRESERVAÇÃO DE FLORESTA de 24 de maio de 1991, celebrado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e a Agro Pastoril Vale do Piau, foi feita averbação para constar que a FLORESTA OU FORMA DE VEGETAÇÃO existente na área de 522,43,36ha, relativos a 20% do total da propriedade que é de 2,612.16,83ha, ficou GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração a não ser mediante autorização expressa do IBAMA, ficando verdada a alteração da área destinada a **RESERVA LEGAL**, nos casos de transmissão a qualquer título ou desmembramento desta, conforme AV.01-M-389, do livro 02, em 17 de junho de 1991, no Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Nova Xavantina, MT, em 22 de outubro de 2008, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 663. Emolumentos: R$ 7,10.
O Escrevente Autorizado.

AV.06-M-554.
DATA: 23 de outubro de 2008.
Procede-se esta averbação para constar a **cadeia dominial** do imóvel objeto da matrícula acima, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Nova Xavantina, MT, em 22 de outubro de 2008, a saber: a) Que os proprietários adquiriram o imóvel acima de Agro Pastoril Vale do Piau Ltda-ME, conforme R 02-M-389, do livro 02, em 07 de janeiro de 1994; e b) Que Agro Pastoril Vale do Piau Ltda-ME adquiriu dito imóvel da Nativa Agropecuária S/A, conforme R.01-M-389, do livro 02, em 14 de julho de 1986; e c) Que a Nativa Agropecuária S/A, adquiriu referido imóvel conforme matrícula nº 389, do livro 02, em 14 de julho de 1986, todos da Serventia acima mencionada, procedente da matrícula nº 20.525, do livro 02, no Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Barra do Garças, MT, como se vê do documento arquivado neste Ofício. Dou fé. Protocolo nº 663. Emolumentos. R$ 7,10.
O Escrevente Autorizado,

R.07-M-554.
Data: 16 de junho de 2014.
Emitente Hipotecante: MAURÍDIS PARREIRA PIMENTA, já qualificado. **Interveniente Garantidora: CLEIA DALVA SOUZA PARREIRA**, já qualificada. **Credor: Banco Santander (Brasil) S.A.**, por sua agência da Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, Vila Olimpia, São Paulo, SP, CNPJ 90.400.888/0001-42, ou à sua ordem. **Imóvel:** Em **hipoteca cedular de quarto grau** e sem concorrência de terceiros, o imóvel retro descrito e caracterizado. **Título:** Hipoteca cedular. **Forma do Título:** Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº 302700302641, emitida em Araçatuba, SP. **Valor do Financiamento:** R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). **Condições da Hipoteca:** Obriga-se o emitente a pagar ao credor, para amortização da dívida, 04 (quatro) parcelas mensais e sucessivas, a saber: Em 27.05.2015: 62.500,00; 27.05.2016: 62,500.00; 27.05.2017: 62.500,00; 27.05.2018: 62,500,00. Taxa de juros: 4,50% (quatro vírgula

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

cinquenta por cento) ao ano. Outros encargos são os constantes da cédula, que se acha registrada sob nº 1.822, do livro 03-Auxiliar, deste Ofício. **Obs:** Foram apresentadas e ficam arquivadas nesta Serventia uma certidão negativa de débitos relativos ao imposto sobre a propriedade territorial rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal em 16.06.2014, com validade até 13.12.2014, **NIRF: 3.157.039-9,** bem como uma via do CCIR, exercícios 2006/2009, em nome de Cleia Dalva Souza Parreira e outro. Dou fé. Protocolo nº 4.819. Emolumentos: R$ 54,20.
O Oficial.

AV.08-M-554.
Data: 28 de agosto de 2017.
Procede-se a esta averbação para constar a **baixa das hipotecas, objeto da AV.02, AV.03 e AV.04 desta matrícula**, nos termos da autorização firmada pelo credor Banco do Brasil S.A., agência de Campinápolis, MT, em 12 de maio de 2.017, como se vê do documento arquivado neste Ofício. Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 36,90.
O Oficial.

AV.09-M-554.
Data: 28 de agosto de 2017.
Procede-se a esta averbação, a requerimento, para constar o **GEORREFERENCIAMENTO DO IMÓVEL,** objeto desta matrícula, que foi seccionado em duas áreas em virtude de estrada municipal e ficou com uma área de **1.828.09,68ha (mil, oitocentos e vinte e oito hectares, nove ares e sessenta e oito centiares) e perímetro de 19.092,13m** e outra de **829.97,86ha (oitocentos e vinte e nove hectares, noventa e sete ares e oitenta e seis centiares) e perímetro 14.050,45m,** conforme **CERTIFICAÇÃO 131.508.000.005-64,** expedida em 07 de agosto de 2015 pelo INCRA, sendo responsável técnico pelos trabalhos Antenor José Geraldi, Engenheiro Florestal, CREA 0600822791, credenciado no INCRA sob o código ANP, que recolheu a ART 682.330, constando da certificação que a poligonal que define os limites do imóvel rural desta matrícula **não se sobrepõe, na data da certificação, a nenhuma outra poligonal constante do cadastro georreferenciado do INCRA**, na forma do memorial descritivo e planta certificados, com os perímetros deles constantes a serem descritos na matrícula a ser aberta e das declarações de reconhecimento de limites, nos termos dos documentos arquivados nesta Serventia. **Observações:** Foram apresentadas e ficam neste Ofício arquivadas declarações expressas firmadas pelos confrontantes que os limites divisórios foram respeitados, Certidão Negativa de Débitos relativos ao ITR expedida em 28.08.2017 e uma cópia do CCIR, exercícios 2015/2016. Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 12,30.
O Oficial.

AV.10-M-554.
Data: 28 de agosto de 2017.
Procede-se a esta averbação, a requerimento, para constar que em virtude do georreferenciamento mencionado na AV.09 acima, **foi aberta a matrícula nº 2.962, do livro 02, para o imóvel georreferenciado, com área de 1.828.09,68ha, denominada Fazenda Vale do Piau.** Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 12,30.
O Oficial.

AV.11-M-554.
Data: 28 de agosto de 2017.
Procede-se a esta averbação, a requerimento, para constar que em virtude do georreferenciamento mencionado na AV.09 acima, **foi aberta a matrícula nº 2.963, do livro 02, para o imóvel georreferenciado, com área de 829.97,86ha, denominada Fazenda Vale do Piau I.** Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 12,30.
O Oficial.

AV.12-M-554.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

Data: 28 de agosto de 2017.
Procede-se a esta averbação, a requerimento, para constar que em virtude da abertura das matrículas mencionadas nas AV.10 e AV.11 para as áreas georreferenciadas, **fica ENCERRADA esta matrícula.** Dou fé.
Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 12,30.
O Oficial.

CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE CAMPINÁPOLIS-MT
Serviço de Registro de Imóveis - Títulos e Documentos
Av. Nego Carrin, 940, Centro, Campinápolis, MT

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR - DIGITAL

Certifico para os devidos fins, que esta cópia reprográfica, contém o inteiro teor da matrícula nº 554, do livro 02 e tem a validade de Certidão (por 30 dias). Selo Digital: BVK 15172. Data: 25 de julho de 2023. 11:58:33. ASSINADA DIGITALMENTE POR Paulo Rogério Soares Valente - Oficial Registrador.

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
PAULO ROGERIO SOARES VALENTE:19056974653
19056974653
FC357DA1C5EF918C1EE43D774108DA755DE0
25/07/2023 11:58

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

SELO DE CONTROLE DIGITAL

Cod.Ato(s): 176, 177
BVK 15172 R$ 36,90

Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

Matrícula Nº	Ficha
1140	1

Data da Matrícula
21 de outubro de 2010

1º OFÍCIO - CAMPINÁPOLIS - MT

LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

Paulo Rogério Soares Valente
Registrador

IMÓVEL: Uma área de terras situada no município e comarca de Campinápolis, MT, com a superfície de **2.539,30,43ha (dois mil, quinhentos e trinta e nove hectares, trinta ares e quarenta e três centiares)**, denominada **"FAZENDA SÃO FRANCISCO"**, com as seguintes medidas e confrontações: Partindo do marco 02-A, cravado na margem da Estrada que liga Campinápolis à Novo São Joaquim e na divisa com terras da área "B" da Fazenda Colorado e de propriedade de Selmo de Melo e Souza, segue por esta margem da Estrada, no sentido a Campinápolis com os seguintes rumos e distâncias: 79°21'08"NE e com 107,60 metros; 66°59'31"NE e com 161,04 metros; 35°25'44"NE e com 338,57 metros; 65°22'39"NE e com 159,25 metros; 79°02'36"NE e com 200,04 metros; 86°26'26"NE e com 150,09 metros; 77°21'57"NE e com 256,61 metros; 48°17'23"NE e com 176,35 metros; 78°16'56"NE e com 158,48 metros; 44°21'39"NE e com 392,05 metros; 47°31'25"NE e com 698,76 metros; 54°23'46"NE e com 207,12 metros até o marco nº 03, cravado na mesma margem da Estrada e na divisa com terras de Adauto de Freitas, servindo a referida Estrada neste trecho como divisa natural com terras de José Eduardo R. Rezende e outro; daí, segue pela mesma margem desta Estrada no sentido a Campinápolis, com os seguintes rumos e distâncias: 08°40'38"NE e com 1.466,76 metros; 24°28'23"NE e com 595,20 metros; 30°51'03"NE e com 94,07 metros; 72°40'49"NE e com 60,76 metros; 80°16'53"SE e com 846,03 metros; 74°41'39"SE e com 109,16 metros; 69°23'13"SE e com 124,76 metros; 67°58'54"SE e com 992,70 metros; 73°36'34"SE e com 118,96 metros; 83°25'47"SE e com 199,35 metros; 88°42'24"NE e com 987,45 metros até o marco nº 04, cravado na divisa com terras da Agropecuária Vale do Piau, servindo a Estrada neste trecho como divisa natural com terras de Adauto de Freitas, de Mauro Prudente e de Braz Soares Filho; daí segue confrontando com Agropecuária Vale do Piau com o rumo 30°00'SE e com a distância de 1.120,00 metros até o marco nº 05, cravado na divisa com terras da Agropecuária Boa Vista; daí segue confrontando com a Agropecuária Boa Vista, com o rumo 22°39'59"SW e com a distância de 988,32 metros até o marco nº 06, cravado na margem direita de um Córrego; daí, segue pela margem direita deste córrego, à montante, por diversos rumos e com a distância total de 595,42 metros até o marco nº 07, cravado na foz deste córrego com uma pequena Cabeceira, servindo este córrego, neste trecho, como divisa natural com terras da Agropecuária Boa Vista; daí, segue confrontando com a Agropecuária Boa Vista com os seguintes rumos e distâncias: 10°29'11"SW e com 394,40 metros; 02°40'27"SW e com 397,80 metros; 87°20'SE e com 52,00 metros até o marco nº 08, cravado na margem direita desta pequena Cabeceira; daí segue pela margem direita desta Cabeceira, à montante, por diversos rumos e com a distância total de 1.369,00 metros até o marco nº 09, cravado na ponta desta Cabeceira, servindo a referida Cabeceira como divisa natural com terras de Agropecuária Boa Vista; daí segue confrontando com a Agropecuária Boa Vista com os seguintes rumos e distâncias: 04°09'50"SW e com 1.249,00 metros; 26°22'36"SE e com 2.765,29 metros até o marco nº 09-A, cravado na divisa com terras da Área "B" da Fazenda Colorado e de propriedade de Selmo de Melo e Souza; daí, segue confrontando com a área de Selmo de Melo e Souza com os seguintes rumos e distâncias: 63°01'15"NW e com 1.495,96 metros; 00°54'06"NE e com 1.046,04 metros; 11°26'59"NW e com 412,27 metros; 28°42'58"NW e com 682,84 metros; 72°35'55"NW e com 730,75 metros; 78°38'20"SW e com 933,36 metros; 52°55'16"NW e com 1.142,96 metros; 64°02'23"NW e com 411,87 metros; 20°03'42"NW e com 528,00 metros; 64°12'35"NW e com 493,45 metros até o marco nº 02-A, onde teve início este caminhamento. Limites: Norte: Mauro Prudente, Braz Soares Filho; Sul: Área "B" da Fazenda Colorado de Selmo de Melo e Souza; Leste: Agropecuária Vale do Piau, Agropecuária Boa Vista e Oeste: José Eduardo R. Rezende e outro, Adauto de Freitas, tudo conforme memorial descritivo e planta levantados pelo Agrimensor Dr. José Francisco de Castro Freitas, CREA 34.715/TD-SP – Visto /MT nº 1.439 e MS nº 1.673. O imóvel está cadastrado no INCRA sob nº 901.024.788.899-1, área total 4.301,5ha e 901.121.107.360-2, área total 777,6ha. **PROPRIETÁRIOS: SÉRGIO DE MELO E SOUZA,** pecuarista, CI/RG nº 6.494.606-SSP/SP e CPF nº 958.465.578-72 e sua mulher **ALINE BARBOSA SOUZA,** do lar, CI/RG nº 13.664.325-5-SSP/SP e CPF nº 074.694.428-47, ambos brasileiros, casados, residentes na Rua Martins Fontes, nº 406, aptº 012, em Araçatuba, SP. **PROCEDÊNCIA:** R.01-M-10.498, do livro 02, em 26 de agosto de 1994, no Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Nova Xavantina, MT. **ÔNUS:** O imóvel está livre de ônus reais, legais ou convencionais, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pela Serventia acima mencionada, em 20 de outubro de 2010, como se vê do documento arquivado neste Ofício. Dou fé. Protocolo nº 1.943. Emolumentos: R$ 42,30. O Oficial Substº.,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

AV.01-M-1.140.
DATA: 21 de outubro de 2010.
Procede-se esta averbação para constar que na AV.04-M-387, que deu origem à matrícula nº 14.496, ambas do livro 02, e esta por sua vez à matrícula nº 10.498, do livro 02, no Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Nova Xavantina, MT, consta o **Termo de Responsabilidade e Preservação de Floresta** celebrado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e a Agropecuária Colorado Ltda., no qual ficou constando que a Floresta ou Forma de Vegetação existente na área de 860.30,48ha, relativos a 20% do total da propriedade que é de 4.301.52,44ha, ficou gravada como de utilização limitada, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração a não ser mediante autorização expressa do IBAMA, vedada a alteração da área destinada a **RESERVA LEGAL**, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento desta, conforme AV.02-M-10.498, do livro 02, em 03 de julho de 2009, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Nova Xavantina, MT, em 20 de outubro de 2010, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 1.943. Emolumentos: R$ 8,40.
O Oficial Substº.

AV.02-M-1.140.
DATA: 21 de outubro de 2010.
Procede-se esta averbação para constar a **cadeia dominial** do imóvel objeto desta matrícula, nos termos da certidão de inteiro teor expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Nova Xavantina, MT, em 20 de outubro de 2010, a saber: a) Que os proprietários adquiriram o imóvel em virtude de extinção de condomínio de imóvel rural celebrada entre os proprietários e Selmo de Melo e Souza e sua mulher, conforme R.01-M-10.498, do livro 02, em 26 de agosto de 1994 b) Que os proprietários e Selmo de Melo e Souza e sua mulher adquiriram o imóvel anteriormente, conforme matrícula nº 10.498, do livro 02, em 26 de agosto de 1994, procedente da matrícula nº 10.496, do livro 02, na Serventia acima mencionada, como se vê do documento arquivado neste Ofício. Dou fé. Protocolo nº 1.943. Emolumentos: R$ 8,40.
O Oficial Substº.

AV.03-M-1.140.
Data: 12 de julho de 2016.
Procede-se a esta averbação para constar o **GEORREFERENCIAMENTO DO IMÓVEL**, objeto desta matrícula, que ficou com a superfície de **2.584.28,30ha (dois mil, quinhentos e oitenta e quatro hectares, vinte e oito ares e trinta centiares)** e perímetro de **25.474,57m**, conforme **CERTIFICAÇÃO 131.306.000.213-85**, expedida em 13 de junho de 2013 pelo INCRA, sendo responsável técnico pelos trabalhos o Engenheiro Florestal Antenor José Geraldi, CREA 600822791-Visto 2762-VD, credenciado no INCRA sob o código ANP. que recolheu a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART 33M 275451, constando da certificação que a poligonal que define os limites do imóvel rural desta matrícula **não se sobrepõe, na data da certificação, a nenhuma outra poligonal constante do cadastro georreferenciado do INCRA**, na forma do memorial descritivo e planta certificados, com os perímetros deles constantes a serem descritos na matrícula a ser aberta e das declarações de reconhecimento de limites, nos termos dos documentos arquivados nesta Serventia. **Observações**: Os proprietários atribuíram o valor de R$ 1.022.000,00 (um milhão e vinte e dois mil reais) ao imóvel no requerimento de averbação do georreferenciamento. Foram apresentadas declarações expressas firmadas pelos confrontantes do imóvel que os limites divisórios foram respeitados, uma Certidão Negativa de Débitos relativos ao ITR, **NIRF 1.340.352-4** e uma cópia do CCIR, exercícios 2015/2016, que ficam arquivados neste Ofício. Dou fé. Protocolo nº 6.880. Emolumentos: R$ 3.852,90.
O Oficial

AV.04-M-1.140.
Data: 12 de julho de 2016.
Procede-se a esta averbação, a requerimento, para constar que em virtude do georreferenciamento mencionado na AV.03 acima, **foi aberta a matrícula nº 2.939, do livro 02, para o imóvel georreferenciado**. Dou fé. Protocolo nº 6.880. Emolumentos: R$ 12,30.
O Oficial

AV.05-M-1.140.
Data: 12 de julho de 2016.
Procede-se a esta averbação, a requerimento, para constar que em virtude da abertura da matrícula mencionada

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

Matrícula Nº	Ficha
1140	2

Data da Matrícula

21 de outubro de 2010

1° OFÍCIO - CAMPINÁPOLIS - MT

LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

Paulo Rogério Soares Valente
Registrador

na AV.04 para a área georreferenciada, fica **ENCERRADA** a presente matrícula. Dou fé. Protocolo nº 6.880. Emolumentos: R$ 12,30.

O Oficial.

CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE CAMPINÁPOLIS-MT

Serviço de Registro de Imóveis - Títulos e Documentos
Av. Nego Carrin, 940, Centro, Campinápolis, MT

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR - DIGITAL

Certifico para os devidos fins, que esta cópia reprográfica, contém o inteiro teor da matrícula nº 1140, do livro 02 e tem a validade de Certidão (por 30 dias). Selo Digital: BVK 15170. Data: 25 de julho de 2023. 11:55:48. ASSINADA DIGITALMENTE POR Paulo Rogério Soares Valente - Oficial Registrador.

ASSINADOR DIGITAL

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

PAULO ROGERIO SOARES VALENTE:19056974653
19056974653
FC357DA1C5EF918C1EE43D774108DA755D80

25/07/2023 11:55

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

SELO DE CONTROLE DIGITAL

Cod.Ato(s): 176, 177
BVK 15170 R$ 31,20

Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

Matrícula Nº	Ficha
2939	1

Data da Matrícula

12 de julho de 2017

1º OFÍCIO - CAMPINÁPOLIS - MT

LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

Paulo Rogério Soares Valente
Registrador

Imóvel: Uma área de terras situada no município e comarca de Campinápolis, MT, com a superfície de **2.584.28,30ha (dois mil, quinhentos e oitenta e quatro hectares, vinte e oito ares e trinta centiares)** e perímetro de **25.474,57m**, denominada **"FAZENDA SÃO FRANCISCO"**, dentro dos seguintes limites e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ANP-M-0086, de coordenadas N=8.378.756,543m e E=296.722,442m situado do lado direito no limite da faixa de domínio da rodovia estadual MT-110, sentido Novo São Joaquim para Campinápolis e no limite da Fazenda Vale do Piau, matrícula nº 389, código INCRA 901.121.107.638-5, de propriedade de Mauridis Parreira Pimenta e Cléia Dalva de Souza Parreira; deste, segue confrontando com Fazenda Vale do Piau, com o seguinte azimute e distância: 124°26'21" e 1.119,70m até o vértice ANP-M-0087, de coordenadas N=8.378.123,316m e E=297.645,893m; deste, segue confrontando com Fazenda Boa Vista, matrícula nº 388, código INCRA: 901.121.107.620-2, de propriedade de Sílvio de Melo e Souza e Adriana de Paula Moraes de Souza com os seguintes azimutes e distâncias: 187°01'14" e 1.005,01m até o vértice ANP-M-0088, de coordenadas N=8.377.125,842m e E=297.523,056m, situado no lado direito à jusante de um córrego; 224°21'37" e 244,52m até o vértice ANP-M-0089, de coordenadas N=8.376.951,019m e E=297.352,094m; 255°02'20" e 244,18m até o vértice ANP-M-0090, de coordenadas N=8.376.887,981m e E=297.116,194m; 215°47'20" e 116,09m até o vértice ANP-M-0091, de coordenadas N=8.376.793,808m e E=297.048,302m; 174°48'17" e 401,11m até o vértice ANP-M-0092, de coordenadas N=8.376.394.350m e E=297.084,622m; 167°12'01" e 398,48m até o vértice ANP-M-0093, de coordenadas N=8.376.005,775m e E=297.172,902m; 93°00'40" e 51,84m até o vértice ANP-M-0094, de coordenadas N=8.376.003,052m e E=297.224,666m, situado no lado direito a jusante de um córrego, segue pela margem direita a montante deste córrego com os azimutes e distâncias: 187°45'47" e 353,04m até o vértice ANP-M-0095, de coordenadas N=8.375.653,244m e E=297.176,978m; 189°07'43" e 323,14m até o vértice ANP-P-0212, de coordenadas N=8.375.334,192m e E=297.125,710m; 191°35'00" e 476,31m até o vértice ANP-P-0213, de coordenadas N=8.374.867,586m e E=297.030,071m; 203°36'12" e 205,31m até o vértice ANP-M-0096, de coordenadas N= 8.374.679,453m e E=296.947.865m, situado na cabeceira deste córrego; segue confrontando com a Fazenda Boa Vista com os azimutes e distâncias: 168°36'07" e 1.250,37m até o vértice ANP-M-0097, de coordenadas N=8.373.453.745m e E=297.194,967m; 158°18'16" e 2.786,41m até o vértice ANP-M-0098, de coordenadas N=8.370.864,720m e E=298.225,036m; 187°33'17" e 39,80m até o vértice ANP-M-0080, de coordenadas N=8.370.825,263m e E=298.219.803m; deste, segue confrontando com Fazenda Colorado, matrícula nº 10.497, código INCRA 901.024.788.899-1, de propriedade de Selmo de Melo e Souza e Rivânia Antunes de Oliveira e Souza com os seguintes azimutes e distâncias: 281°48'38" e 1.501,72m até o vértice ANP-M-0079, de coordenadas N=8.371.132,630m e E=296.749,870m; 345°42'04" e 1.045,96m até o vértice ANP-M-0078, de coordenadas N=8.372.146,185m e E=296.491,538m; 356°19'30" e 412,25m até o vértice ANP-M-0077, de coordenadas N=8.372.557,584m e E=296.465,115m; 315°57'25" e 237,89m até o vértice ANP-M-0076, de coordenadas N=8.372.728,583m e E=296.299,734m; 315°57'38" e 446,29m até o vértice ANP-M-0075, de coordenadas N=8.373.049,400m e E=295.989,497m; 272°08'35" e 724,52m até o vértice ANP-M-0074, de coordenadas N=8.373.076,494m e E=295.265,483m; 243°23'33" e 932,25m até o vértice ANP-M-0073, de coordenadas N=8.372.658,960m e E=294.431.960m; 291°42'34" e 1.143,74m até o vértice ANP-M-0072, de coordenadas N=8.373.082,029m e E=293.369,341m; 280°35'49" e 412,74m até o vértice ANP-M-0071, de coordenadas N=8.373.157,930m e E=292.963,645m; 324°26'15" e 523,24m até o vértice ANP-M-0070, de coordenadas N=8.373.583,574m e E=292.659,334m; 280°21'13" e 488,94m até o vértice ANP-M-0069, de coordenadas N=8.373.671,449m e E=292.178,354m, situado do lado direito no limite da faixa de domínio da rodovia estadual MT 110, sentido Novo São Joaquim para Campinápolis; deste, segue confrontando com MT-110, sentido Novo São Joaquim para Campinápolis com os seguintes azimutes e distâncias: 44°51'51" e 39,69m até o vértice ANP-P-0214, de coordenadas N=8.373.699,584m e E=292.206,356m; 38°37'03" e 154,05m até o vértice ANP-P-0215, de coordenadas N=8.373.819,951m e E=292.302,504m; 24°39'05" e 166,61m até o vértice ANP-P-0216, de coordenadas N=8.373.971,376m e E=292.371,996m; 18°05'09" e 219,71m até o vértice ANP-P-0217 de coordenadas N=8.374.180,228m e E=292.440.202m; 28°56'41" e 174,25m até o vértice ANP-P-0218, de coordenadas N=8.374.332,715m e E=292.524,535m; 42°09'07" e 152,62m até o vértice ANP-P-0219, de coordenadas N=8.374.445,865m e E=292.626,960m; 51°38'04" e 205,77m até o

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

vértice ANP-P-0220, de coordenadas N=8.374.573,584m e E=292.788,300m; 42°23'34" e 259,72m até o vértice ANP-P-0221, de coordenadas N=8.374.765,395m e E=292.963,404m; 18°36'32" e 197,84m até o vértice ANP-P-0222, de coordenadas N=8.374.952,892m e E=293.026,536m; 38°43'12" e 90,38m até o vértice ANP-P-0223, de coordenadas N=8.375.023,404m e E=293.083,067m; 30°22'43" e 36,37m até o vértice ANP-P-0224, de coordenadas N=8.375.054,781m e E=293.101,460m; 14°17'01" e 160,14m até o vértice ANP-P-0225, de coordenadas N=8.375.209,973m e E=293.140,971m; 6°19'02" e 191,50m até o vértice ANP-P-0226, de coordenadas N=8.375.400,307m e E=293.162,042m; 13°06'14" e 347,58m até o vértice ANP-P-0227, de coordenadas N=8.375.738,841m e E=293.240,845m; 13°01'01" e 277,57m até o vértice ANP-P-0228, de coordenadas N=8.376.009,275m e E=293.303,364m; 11°02'58" e 159,59m até o vértice ANP-P-0229, de coordenadas N=8.376.165,904m e E=293.333,950m; 20°22'39" e 164,79m até o vértice ANP-P-0230, de coordenadas N=8.376.320,379m e E=293.391,330m; 11°19'40" e 20,02m até o vértice ANP-P-0231, de coordenadas N=8.376.340,007m e E=293.395,262m; 353°28'19" e 696,98m até o vértice ANP-P-0232, de coordenadas N=8.377.032,464m e E=293.316,022m; 353°30'19" e 762,90m até o vértice ANP-P-0233, de coordenadas N=8.377.790,467m e E=293.229,728m; 9°03'12" e 363,31m até o vértice ANP-P-0234, de coordenadas N=8.378.149,249m e E=293.286,895m; 9°41'09" e 282,98m até o vértice ANP-P-0235, de coordenadas N=8.378.428,199m e E=293.334,506m; 40°00'41" e 63,63m até o vértice ANP-P-0236, de coordenadas N=8.378.476,934m e E=293.375,416m; 83°59'21" e 952,66m até o vértice ANP-P-0237, de coordenadas N=8.378.576,691m e E=294.322,838m; 96°33'49" e 157,24m até o vértice ANP-P-0238, de coordenadas N=8.378.558.718m e E=294.479,043m; 96°37'59" e 619,57m até o vértice ANP-P-0239, de coordenadas N=8.378.487,151m e E=295.094,465m; 96°13'30" e 337,50m até o vértice ANP-P-0240, de coordenadas N=8.378.450,554m e E=295.429,975m; 95°45'22" e 29,44m até o vértice ANP-P-0241, de coordenadas N=8.378.447,601m e E=295.459,270m; 89°48'25" e 106,86m até o vértice ANP-P-0242, de coordenadas N=8.378.447,961m e E=295.566,134m; 82°17'20" e 138,62m até o vértice ANP-P-0243, de coordenadas N=8.378.466,560m e E=295.703,497m; 77°16'30" e 135,74m até o vértice ANP-P-0244, de coordenadas N=8.378.496,460m e E=295.835,905m; 71°17'36" e 71,99m até o vértice ANP-P-0245, de coordenadas N=8.378.519,550m e E=295.904,095m; 73°11'27" e 283,67m até o vértice ANP-P-0246, de coordenadas N=8.378.601,585m e E=296.175,649m; 73°10'30" e 300,13m até o vértice ANP-P-0247, de coordenadas N=8.378.688,459m e E=296.462,935m; 75°17'57" e 268,29m até o vértice ANP-M-0086, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro a partir do vértice geodésico do marco do IBGE 91.205 de Nova Xavantina, MT, de coordenadas E=354.786,601m e N=8.374.768,938m e do marco do IBGE 91.190, de Canarana, MT, de coordenadas E=362.495,545m e N=8.499.471,674m e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51°00', WGr, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes, distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Tudo conforme planta e memorial descritivo elaborados pelo Engenheiro Florestal Antenor José Geraldi, CREA 0600822791-Visto 2762-VD, credenciado no INCRA sob o código ANP, que recolheu a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART 33M 275451. Imóvel cadastrado no INCRA/SNCR sob nº **950.076.417.602-8**, área total: 2.539,30ha; nº de Módulos Fiscais: 31,7412; FMP: 4,0ha. **NIRF 1.340.352-4. Proprietários: SÉRGIO DE MELO E SOUZA,** pecuarista, CI-RG 6.494.606-X- 2ª Via SSP-SP e CPF 958.465.578-72 e sua esposa **Aline Barbosa Souza,** do lar, CI-RG 13.664.325-S- 2ª Via SSP-SP e CPF 074.694.428-47, brasileiros, casados sob o regime de comunhão universal de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes na Rua Carlos Gomes, 416, Centro, em Araçatuba, SP, CEP 16.010-310. **Procedência:** AV.04-M-1.140, do livro 02, deste Ofício, em 12 de julho de 2017. **Ônus:** O imóvel está livre de ônus reais, legais e convencionais, nos termos da matrícula mencionada. Dou fé. Protocolo nº 6.880. Emolumentos: R$ 63,00.

O Oficial

AV.01-M-2.939.

Data: 12 de julho de 2017.

Procede-se a esta averbação para constar que o imóvel, objeto desta matrícula, foi georreferenciado conforme **CERTIFICAÇÃO 131.306.000.213-85,** expedida em 13 de junho de 2013 pelo INCRA, constando da certificação que a poligonal que define os limites do imóvel rural desta matrícula **não se sobrepõe, na data da certificação, a nenhuma outra poligonal constante do cadastro georreferenciado do INCRA**, na forma do memorial descritivo e planta devidamente certificados e dos demais documentos arquivados nesta Serventia, conforme AV.03-M-1.140, do livro 02, desta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 6.880. Emolumentos: R$ 12,30.

O Oficial

AV.02-M-2.939.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

Data: 12 de julho de 2017.
Procede-se a esta averbação para constar que de conformidade com o **Termo de Responsabilidade e Preservação de Floresta** celebrado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o proprietário anterior ficou constando que a Floresta ou Forma de Vegetação existente na área de 860.30,48ha. **relativos a 20% do total da propriedade,** que era de 4.301.52.44ha, ficou gravada como de utilização limitada, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração a não ser mediante autorização expressa do IBAMA. vedada a alteração da área destinada a **RESERVA LEGAL**, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento. conforme AV.01-M-1.140, do livro 02, em 21 de outubro de 2010, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 6.880. Emolumentos: R$ 12,30.
O Oficial

AV.03-M-2.939.
Data: 12 de julho de 2017.
Procede-se a esta averbação para constar a **cadeia dominial** do imóvel, objeto desta matrícula, nos termos da matrícula nº 1.140, do livro 02, desta Serventia e das certidões de cadeia dominial expedidas pelos Serviços de Registro de Imóveis das comarcas de Nova Xavantina, MT, em 08 de junho de 2017 e de Barra do Garças, MT, em 09 de junho de 2017, a saber: a) Que os proprietários adquiriram o imóvel, objeto desta matrícula, em virtude de georreferenciamento, conforme AV.03-M-1.140, do livro 02, em 12 de julho de 2017, tendo adquirido o imóvel, objeto da matrícula nº 1.140, do livro 02, desta Serventia, por transferência de circunscrição. conforme matrícula nº 10.498, do livro 02, do Serviço de Registro de Imóveis de Nova Xavantina. MT. tendo adquirido o imóvel. por divisão amigável, entre Sérgio de Melo e Souza. sua esposa Aline Barbosa Souza e Selmo de Melo e Souza, sua esposa Rivânia Antunes de Oliveira e Souza conforme R.01-M-10.498, do livro 02, em 26 de agosto de 1994; b) Que Sergio de Melo e Souza, sua esposa Aline Barbosa Souza e Selmo de Melo e Souza, sua esposa Rivânia Antunes de Oliveira e Souza adquiriram o imóvel, anteriormente com a área de 4.755.13,59ha, em condominio, conforme matrícula nº 10.496. do livro 02, em 26 de agosto de 1.994, por unificação das matrículas nº 2.093 e 387, ambas do livro 02, da seguinte forma: b.1) uma área de 777.66,81ha adquirida por doação de Francisco Morais de Souza e sua mulher Nancy Melo Souza e Sílvio de melo e Souza e sua mulher Adriana de Paula Moraes de Souza, conforme R.01-M-2.093, do livro 02, em 27 de novembro de 1.986: Que Francisco Morais de Souza e sua mulher Nancy Melo Souza e Sílvio de Melo e Souza e sua mulher Adriana de Paula Moraes de Souza adquiriram o imóvel, conforme matrícula nº 2.093, do livro 02, em 27 de novembro de 1.986, por transferência de circunscrição, procedente da matrícula nº 22.604, do livro 02, do Serviço de Registro de Imóveis de Barra do Garças, MT, tendo adquirido o imóvel de Braz Soares Filho, sua mulher e outros, conforme R.01-M-22.604, do livro 02, em 13 de março de 1.984; Que Braz Soares Filho, sua mulher e outros adquiriram o imóvel em virtude de divisão amigável conforme R.01-M-10.616, do livro 02, em 19 de outubro de 1.979, tendo adquirido anteriormente o mesmo em virtude de unificação, conforme matrícula nº 10.612, do livro 02, em 19 de outubro de 1.979, da seguinte forma: 1) do Banco Intercontinental de Investimentos S.A, conforme R.03-M-2.993, do livro 02, em 14 de dezembro de 1.976; Que o Banco Intercontinental de Investimentos S.A., adquiriu de Nativa Industrial Ltda., conforme R.02-M-2.993, do livro 02, em 14 de dezembro de 1.976; Que Nativa Industrial Ltda., adquiriu de Nativa Construções Elétricas S.A., conforme R.01-M-2.993, do livro 02, em 14 de dezembro de 1.976; Que Nativa Construções Elétricas S.A., adquiriu de Antonieta Reis Coelho, conforme matrícula nº 2.993, do livro 02, em 14 de dezembro de 1.976, procedente da transcrição nº 12.906, do livro 3-U, em 17 de julho de 1.969 e que Antonieta Reis Coelho adquiriu o imóvel do Estado de Mato Grosso, conforme Título Definitivo expedido pelo DTC, em 09 de setembro de 1.960, devidamente transcrito sob o nº 3.637, do livro 3-E, em 30 de setembro de 1.960; 2) do Banco Intercontinental de Investimentos S.A., conforme R.03-M-2.991, do livro 02, em 14 de dezembro de 1.976; que o Banco Intercontinental de Investimentos S.A., adquiriu de Nativa Industrial Ltda., conforme R.02-M-2.991, do livro 02, em 14 de dezembro de 1.976; Que Nativa Industrial Ltda., adquiriu de Nativa Construções Elétricas S.A., conforme R.01-M-2.991, do livro 02, em 14 de dezembro de 1.976; Que Nativa Construções Elétricas S.A., adquiriu de Izidro Agostinho Gai e sua mulher,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

conforme matrícula nº 2.991, do livro 02, em 14 de dezembro de 1.976, procedente da transcrição nº 12.740, do livro 3-U, em 14 de abril de 1.969; Que Izidro Agostinho Gai adquiriu de Antônio Nassar e sua mulher, conforme transcrição nº 1.457, do livro 3-C, em 06 de julho de 1.956 e que Antônio Nassar e sua mulher adquiriram o imóvel do Estado de Mato Grosso, conforme Título Definitivo expedido pelo DTC, em 24 de janeiro de 1.956, devidamente transcrito sob o nº 1.189, do livro 3-C, em 30 de janeiro de 1.956; b.2) A área de 3.977.46,78ha foi adquirida de Agropecuária Colorado Ltda-ME, por Distrato Social, conforme R.05-M-387, do livro 02, em 07 de janeiro de 1.994 e que Agropecuária Colorado Ltda-ME adquiriu o imóvel por incorporação feita por Nativa Agropecuária S.A., conforme R.01-M-387, do livro 02, em 14 de julho de 1.986, anteriormente matriculada sob o nº 20.525, do livro 02; Que Nativa Agropecuária S.A., adquiriu o imóvel de Otacílio José dos Santos, Enercina Maria dos Santos, Ely Modesto Curvo e Maria Iris Morbeck Curvo, conforme matrícula nº 20.525, do livro 02, em 28 de janeiro de 1.983, procedente da transcrição nº 12.334, do livro 3-T; Que Otacílio José dos Santos, Enercina Maria dos Santos, Ely Modesto Curvo e Maria Iris Morbeck Curvo adquiriram o imóvel da seguinte forma: b.2.1) Que Enercina Maria dos Santos adquiriu de Antônio de Carvalho, conforme transcrição nº 10.980, do livro 3-P, folha 222, em 12 de dezembro de 1.966; b.2.2) Que Otacílio José dos Santos adquiriu de Antônio de Carvalho, conforme transcrição nº 10.981, do livro 3-P, folha 223, em 12 de dezembro de 1.966; b.2.3) Que Otacílio José dos Santos e Ely Modesto Curvo adquiriram de Antônio de Carvalho, conforme transcrição nº 10.982, do livro 3-P, folha 223, em 12 de dezembro de 1.966; b.2.4) Que Ely Modesto Curvo adquiriu de Antônio de Carvalho, conforme transcrição nº 10.983, do livro 3-P, folha 223, em 12 de dezembro de 1.966; b.2.5) Que Maria Iris Morbeck Curvo adquiriu de Antônio de Carvalho conforme transcrição nº 10.985, do livro 3-P, folha 224, em 12 de dezembro de 1.966; c) Que Antônio de Carvalho adquiriu o imóvel do Estado de Mato Grosso, conforme Título Definitivo expedido pelo DTC, em 17 de novembro de 1.955, devidamente transcrito sob o nº 1.127, do livro 3-C, folha 150, em 29 de novembro de 1.955, todos do Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Barra do Garças, MT, como se vê dos documentos arquivados neste Ofício. Dou fé. Protocolo nº 6.880. Emolumentos: R$ 12,30.
O Oficial.

AV.04-M-2.939.
Data: 19 de outubro de 2022.
Procede-se a esta averbação, **para constar a existência do Penhor Cedular de 1º e 2º Grau e sem concorrência de terceiros, objeto do registro 4.626, do livro 03-Auxiliar,** desta data, cujas **lavouras** são conduzidas no imóvel, objeto desta matrícula, nos termos do artigo 167, II, 34, da Lei 6.015/73, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 12.106. Emolumentos: R$ 16,50.
O Oficial.

AV.05-M-2.939.
Data: 07 de fevereiro de 2023.
Procede-se a esta averbação, **para constar a existência do Penhor Cedular de 1º Grau e sem concorrência de terceiros, objeto do registro 4.752, do livro 03-Auxiliar,** desta data, cujas **lavouras** serão conduzidas no imóvel, objeto desta matrícula, nos termos do artigo 167, II, 34, da Lei 6.015/73, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 12.395. Emolumentos: R$ 17,50.
O Oficial Substº.,

CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE CAMPINÁPOLIS-MT
Serviço de Registro de Imóveis - Títulos e Documentos
Av. Nego Carrin, 940, Centro, Campinápolis, MT

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR - DIGITAL

Certifico para os devidos fins, que esta cópia reprográfica, contém o inteiro teor da matrícula nº 2939, do livro 02 e tem a validade de Certidão (por 30 dias). Selo Digital: BVK 15171. Data: 25 de julho de 2023. 11:57:11. ASSINADA DIGITALMENTE POR Paulo Rogério Soares Valente - Oficial Registrador.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

SELO DE CONTROLE DIGITAL

Cod.Ato(s): 176, 177
BVK 15171 R$ 36,90

Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
PAULO ROGERIO SOARES VALENTE:19056974653
19056974653
FC357DA1C5EF918C1EE43D7741080A755DE0
25/07/2023 11:56

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

Matrícula Nº	Ficha
2962	1

Data da Matrícula

28 de agosto de 2017

1º OFÍCIO - CAMPINÁPOLIS - MT

LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

Paulo Rogério Soares Valente
Registrador

Imóvel: Uma área de terras situada no município e comarca de Campinápolis, MT, com a superfície de **1.828.09,68ha (mil, oitocentos e vinte e oito hectares, nove ares e sessenta e oito centiares)** e perímetro de **19.092,13m**, denominada **"FAZENDA VALE DO PIAU"**, que encontra-se dentro dos seguintes limites e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ANP-M-0199, de coordenadas N 8.383.476,898m e E 297.726,099m; situado no limite com a propriedade de Luiz Carmo Souza Prudente; deste, segue confrontando com a Fazenda Malhete com o seguinte azimute e distância: 94°57'48" e 1.888,63m até o vértice ANP-M-0200, de coordenadas N 8.383.313,500m e E 299.607,650m; situado na margem direita a jusante do Córrego Piau, deste, atravessa o córrego com o seguinte azimute e distância: 92°42'31" e 10,60m até o vértice ANP-M-0201, de coordenadas N 8.383.312,999m e E 299.618,242m; situado no limite com a Fazenda Estância Sombra do Bacuri, matrícula nº 13.252, código do INCRA nº 950.033.350.338-2, de propriedade de Saul dos Reis Camargo e Maria Inês da Silva Camargo e na margem do lado esquerdo a jusante do Córrego Piau: deste, segue confrontando com a Fazenda Estância Sombra do Bacuri, com o seguinte azimute e distância: 94°43'16" e 364,58m até o vértice ANP-M-0460, de coordenadas N 8.383.282,992m e E 299.981.587m; situado no limite com a Fazenda Dois Irmãos, matrícula nº R-40.2339, código do INCRA 901.300.100.315-9, de propriedade de Signar Jamil Berto; deste, segue confrontando com a Fazenda Dois Irmãos atravessando o Córrego Xavante e atravessando também um pequeno córrego com o seguinte azimute e distância: 95°07'18" e 2.972,05m até o vértice ANP-M-0204, de coordenadas N 8.383.017,669m e E 300.941,770m; situado no limite com a Fazenda Andradina, matrícula nº 25.361, Código Incra 901.121.107.255-0, de propriedade de Lázaro Caetano da Silva e Izabel Bueno da Silva: deste, segue confrontando com a Fazenda Andradina, atravessando o Córrego Piau com o seguinte azimute e distância: 194°12'24" e 2.684,29m até o vértice ANP-M-0205, de coordenadas N 8.380.415,470m e E 302.282.988m; situado do lado direito no limite da faixa de domínio da Rodovia Estadual MT 110, sentido Campinápolis para Novo São Joaquim; deste, segue confrontando com a Rodovia MT 110, com os seguintes azimutes e distâncias: 271°38'45" e 973,87m até o vértice ANP-P-0432, de coordenadas N 8.380.443,443m e E 301.309,517m; 264°27'31" e 196,10m até o vértice ANP-P-0499, de coordenadas N 8.380.424,506m e E 301.114,331m; 257°22'16" e 301,36m até o vértice ANP-P-0498, de coordenadas N 8.380.358,618m e E 300.820,262m; 256°30'26" e 42,99m até o vértice ANP-P-0497, de coordenadas N 8.380.348.588m e E 300.778,461m; 253°23'59" e 129,82m até o vértice ANP-P-0496, de coordenadas N 8.380.311,498m e E 300.654,048m; 246°10'23" e 269,95m até o vértice ANP-P-0495, de coordenadas N 8.380.202,445m e E 300.407,105m; 240°21'28" e 364,61m até o vértice ANP-P-0494, de coordenadas N 8.380.022,117m e E 300.090,216m; 238°38'11" e 210,28m até o vértice ANP-P-0493, de coordenadas N 8.379.912,674m e E 299.910,664m; 226°31'26" e 138,60m até o vértice ANP-P-0492, de coordenadas N 8.379.817,309m e E 299.810,086m; 211°38'23" e 257,53m até o vértice ANP-P-0491, de coordenadas N 8.379.598,060m e E 299.674,993m; 224°31'41" e 423,53m até o vértice ANP-P-0490, de coordenadas N 8.379.296.120m e E 299.377,988m; 271°51'01" e 124,15m até o vértice ANP-P-0489, de coordenadas N 8.379.300,345m e E 299.253,914m; 282°15'20" e 133,39m até o vértice ANP-P-0488, de coordenadas N 8.379.328,660m e E 299.123,563m; 281°13'29" e 140,70m até o vértice ANP-P-0487, de coordenadas N 8.379.356,049m e E 298.985,553m; 259°34'41" e 152,57m até o vértice ANP-P-0486, de coordenadas N 8.379.328,450m e E 298.835,503m; 244°26'25" e 213,81m até o vértice ANP-P-0485, de coordenadas N 8.379.236,204m e E 298.642,622m; 270°12'09" e 217,70m até o vértice ANP-P-0484, de coordenadas N 8.379.236,973m e E 298.424,922m; 9°22'44" e 3,96m até o vértice ANP-P-0483, de coordenadas N 8.379.240,878m e E 298.425,567m; 311°26'12" e 10,27m até o vértice ANP-P-0482, de coordenadas N 8.379.247,677m e E 298.417,865m; 309°11'34" e 52,14m até o vértice ANP-P-0481, de coordenadas N 8.379.280,626m e E 298.377,455m; 314°46'26" e 102,44m até o vértice ANP-P-0480, de coordenadas N 8.379.352,778m e E 298.304,731m; 312°00'51" e 239,48m até o vértice ANP-P-0479, de coordenadas N 8.379.513,065m e E 298.126,802m; 283°00'18" e 156,50m até o vértice ANP-P-0478, de coordenadas N 8.379.548,283m e E 297.974,318m; 280°20'29" e 103,78m até o vértice ANP-P-0477, de coordenadas N 8.379.566,913m e E 297.872.224m; 277°03'56" e 47,81m até o vértice ANP-P-0476, de coordenadas N 8.379.572,794m e E 297.824,776m; 241°48'20" e 183,25m até o vértice ANP-P-0475, de coordenadas N 8.379.486,216m e E 297.663,271m; 242°41'41" e 21,15m até o vértice ANP-P-0474, de coordenadas N 8.379.476,515m e E

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

297.644,480m; 244°33'10" e 109,34m até o vértice ANP-P-0473, de coordenadas N 8.379.429,535m e E 297.545,750m; 242°47'12" e 10,63m até o vértice ANP-P-0472, de coordenadas N 8.379.429,535m e E 297.545,750m; 242°47'12" e 10,63m até o vértice ANP-P-0472, de coordenadas N 8.379.424,673m e E 297.536,295m; 239°31'31" e 155,57m até o vértice ANP-P-0471, de coordenadas N 8.379.345,775m e E 297.402,217m; 231°30'24" e 10,70m até o vértice ANP-P-0470, de coordenadas N 8.379.339,118m e E 297.393,846m; 231°56'39" e 229,55m até o vértice ANP-P-0469, de coordenadas N 8.379.197,619m e E 297.213,098m; 235°39'01" e 93,32m até o vértice ANP-P-0468, de coordenadas N 8.379.144,964m e E 297.136,052m; 233°31'23" e 15,57m até o vértice ANP-P-0467, de coordenadas N 8.379.135,709m e E 297.123,534m; 215°34'14" e 5,05m até o vértice ANP-P-0466, de coordenadas N 8.379.131,598m e E 297.120,594m; 210°22'14" e 208,16m até o vértice ANP-P-0465, de coordenadas N 8.378.952,005m e E 297.015,351m; 217°07'00" e 10,45m até o vértice ANP-P-0464, de coordenadas N 8.378.943,672m e E 297.009,045m; 231°34'00" e 10,78m até o vértice ANP-P-0463, de coordenadas N 8.378.936,969m e E 297.000,598m; 236°58'26" e 30,76m até o vértice ANP-P-0462, de coordenadas N 8.378.920,206m e E 296.974,811m; 240°26'36" e 157,90m até o vértice ANP-P-0461, de coordenadas N 8.378.842.317m e E 296.837,460m; 244°06'56" e 120,38m até o vértice ANP-P-0208, de coordenadas N 8.378.789,765m e E 296.729,158m; situado no limite com a Fazenda Estrela Dalva, matrícula nº 23.707, código do INCRA 901.300.100.749-9, de propriedade de José Corrêa Borges e Neusa Maria de Lima Borges; deste, segue confrontando com a Fazenda Estrela Dalva com os seguintes azimute e distância: 11°42'05" e 2.349,13m até o vértice ANP-M-0209, de coordenadas N 8.381.090,073m e E 297.205,586m, situado no limite com a Fazenda Gramado, matrícula nº 8.717, código do INCRA 901.075.085.294-5, de propriedade de Márcio José Xavier Fernandes e Adriana Regina Gonçalves Corrêa Fernandes, deste, segue confrontando com a Fazenda Gramado com o seguinte azimute e distância: 12°31'56" e 1.410,47m até o vértice ANP-M-0210, de coordenadas N 8.382.466,935m e E 297.511,643m, situado na margem direita a jusante do Córrego Piaba, deste, atravessa o córrego com o seguinte azimute e distância: 13°18'18" e 32,38m até o vértice ANP-M-0211, de coordenadas N 8.382.498,447m e E 297.519,095m, situado na margem esquerda, a jusante, do Córrego Piaba e com a divisa da Fazenda Primavera, matrícula nº 11.324, código do INCRA 901.300.101.583-1, de propriedade de Avenor Baltazar Cardoso e Luzia Helena de Oliveira Cardoso, deste, segue confrontando com a Fazenda Primavera com o seguinte azimute e distância: 11°58'02" e 623,98m até o vértice ANP-M-0212, de coordenadas N 8.383.108,864m e E 297.648.479m, situado no limite da divisa da Fazenda Tubiatã II, matrícula nº 404, código do INCRA 901.121.108.693-3, de propriedade de Luiz Carmo Souza Prudente e Outros, deste, segue confrontando com a Fazenda Providência com o seguinte azimute e distância: 11°54'34" e 376,13m até o vértice ANP-M-0199, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes, distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Tudo conforme planta e memorial descritivo elaborados pelo Engenheiro Florestal Antenor José Geraldi, CREA 0600822791, credenciado no INCRA sob o código ANP, ART 682.330. Imóvel cadastrado no INCRA/SNCR sob o nº 901.121.107.638-5, área total: 2.612,1000ha; Nº de Módulos Fiscais: 32,6512; FMP: 4,00ha. **NIRF 3.157.039-9. Proprietários: CLÉIA DALVA SOUZA PARREIRA**, pecuarista, CI-RG 10.731.041-SSP-SP e CPF 203.172.248-40, na proporção de 99% (noventa e nove por cento) e **Maurídis Parreira Pimenta**, veterinário, CI-RG M-321.009-SSP-MG e CPF 802.519.278-49, na proporção de 1% (um por cento), brasileiros, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes na Fazenda Vale do Piau, em Campinápolis, MT. **Procedência:** AV 10-M-554, do livro 02, deste Ofício, em 28 de agosto de 2017. Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 63,90.

O Oficial

AV.01-M-2.962.

Data: 28 de agosto de 2017.

Procede-se a esta averbação para constar que o imóvel, objeto desta matrícula, foi georreferenciado conforme **CERTIFICAÇÃO 131.508.000.005-64,** expedida em 07 de agosto de 2015 pelo INCRA, constando da certificação que a poligonal que define os limites do imóvel rural desta matrícula **não se sobrepõe, na data da certificação, a nenhuma outra poligonal constante do cadastro georreferenciado do INCRA**, na forma do memorial descritivo e planta devidamente certificados e dos demais documentos arquivados nesta Serventia. **Observações:** Foi atribuído pelos proprietários o valor de R$ 5.225.000,00 (cinco milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais) ao imóvel na Declaração do ITR, exercício 2016. Foram apresentadas e ficam neste Ofício arquivadas declarações expressas firmadas pelos confrontantes que os limites divisórios foram respeitados, Certidão Negativa de Débitos relativos ao ITR, expedida em 28.08.2017 e uma cópia do CCIR, exercícios

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

2015/2016. Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 3.852,90.
O Oficial

AV.02-M-2.962.
Data: 28 de agosto de 2017.
Procede-se a esta averbação para constar que o imóvel, objeto desta matrícula, está hipotecado ao **Banco Santander (Brasil) S.A.**, por sua agência na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CNPJ 90.400.888/0001-42, ou à sua ordem, nos termos da Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº 302700302641, emitida em Araçatuba, SP, em 27 de maio de 2014, em **hipoteca cedular de quarto grau** e sem concorrência de terceiros, no valor de **R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, a juros de 4,50% ao ano. **Condições:** Obriga-se o emitente a pagar ao credor, para amortização da dívida, 04 (quatro) parcelas mensais e sucessivas, a saber: em 27.05.2015: R$ 62.500,00; 27.05.2016: R$ 62,500,00; 27.05.2017: R$ 62,500,00 e em 27.05.2018: R$ 62.500,00. A Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária acha-se registrada sob nº **1.822, do livro 3-Auxiliar,** desta Serventia, conforme R.07-M-554, do livro 02, em 16 de junho de 2014, como se vê do documento arquivado neste Ofício. Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 12,30.
O Oficial

AV.03-M-2.962.
Data: 28 de agosto de 2017.
Procede-se a esta averbação para constar que, de conformidade com o **Termo de Responsabilidade e Preservação de Floresta**, de 24 de maio de 1.991, firmado entre Agro Pastoril Vale do Piau Ltda e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis foi feita averbação para constar que a Floresta ou Forma de Vegetação existente na área de 522.43,36ha, **relativos a 20% do total da propriedade** que era de 2.612.16,83ha ficou "**Gravada como de Utilização Limitada**", não podendo nela ser feita qualquer tipo de exploração a não ser mediante a autorização expressa do IBAMA, ficando vedada a alteração da **área destinada a Reserva Legal,** nos casos de transmissão a qualquer título ou desmembramento desta, conforme AV.05-M-554, em 23 de outubro de 2008, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 12,30.
O Oficial

AV.04-M-2.962.
Data: 28 de agosto de 2017.
Procede-se a esta averbação para constar a **cadeia dominial** do imóvel, objeto desta matrícula, nos termos da matrícula nº 554, do livro 02, desta Serventia e das certidões de cadeia dominial expedidas pelos Serviços de Registro de Imóveis das comarcas de Nova Xavantina, MT, em 23 de agosto de 2016 e de Barra do Garças, MT, em 07 de junho de 2016, a saber: a) Que os proprietários adquiriram o imóvel, objeto desta matrícula, em virtude de georreferenciamento, conforme AV.10-M-554, do livro 02, em 28 de agosto de 2017, tendo adquirido o imóvel conforme matrícula nº 554, do livro 02, em 23 de outubro de 2008, neste Ofício, procedente da matrícula nº 389, do Serviço de Registro de Imóveis de Nova Xavantina, MT, tendo adquirido o imóvel com área de 2.612,1683ha desmembrada de uma área maior com 9.671ha de Agro Pastoril Vale do Piau Ltda-ME, conforme R.02-M-389, do livro 02, em 07 de janeiro de 1.994; b) Que Agro Pastoril Vale do Piau Ltda-ME adquiriu o imóvel com área de 9.671ha de Nativa Agropecuária S.A, conforme R.01-M-389, do livro 02, em 14 de julho de 1.986, anteriormente registrado sob o nº 20.525, do livro 02, no Serviço de Registro de Imóveis de Barra do Garças, MT; c) Que Nativa Agropecuária S.A adquiriu o imóvel por compra feita a Otacílio José dos Santos e Enercina Maria dos Santos, Ely Modesto Curvo e Maria Íris Morbeck Curvo, conforme matrícula nº 20.525, do livro 02, em 28 de janeiro de 1.983, anteriormente transcrita sob o nº 12.334, do livro 3-T; d) Que Otacílio José dos Santos e Enercina Maria dos Santos, Ely Modesto Curvo e Maria Iris Morbeck Curvo adquiriram o imóvel da seguinte forma: d.1) Enercina Maria dos Santos adquiriu o imóvel por compra feita a Antônio de Carvalho conforme transcrição nº 10.980, do livro 3-P, fls. 222, em 12 de dezembro de 1.966; d.2) Otacílio José dos Santos adquiriu o imóvel por compra feita a Antônio de Carvalho conforme

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

transcrição nº 10.981, do livro 3-P, fls. 223, em 12 de dezembro de 1.966; d.3) Otacílio José dos Santos e Ely Modesto Curvo adquiriram o imóvel por compra feita a Antônio de Carvalho, conforme transcrição nº 10.982, do livro 3-P, fls. 223, em 12 de dezembro de 1.966; d.4) Ely Modesto Curvo adquiriu o imóvel por compra feita a Antônio de Carvalho conforme transcrição nº 10.983, do livro 3-P, fls. 223, em 12 de dezembro de 1.966; d.5) Maria Iris Morbeck Curvo adquiriu o imóvel por compra feita a Antônio de Carvalho, conforme transcrição nº 10.985, do livro 3-P, fls. 224, em 12 de dezembro de 1.966; e) Que Antônio de Carvalho adquiriu o imóvel por compra feita ao Estado de Mato Grosso, conforme Título Definitivo expedido pelo DTC, em 17 de novembro de 1.955, devidamente transcrito sob o nº 1.127, do livro 3-C, fls. 150, em 29 de dezembro de 1.955, todos do Serviço de Registro de Imóveis de Barra do Garças, MT, como se vê dos documentos arquivados neste Ofício. Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 12,30.

O Oficial,

CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE CAMPINÁPOLIS-MT

Serviço de Registro de Imóveis - Títulos e Documentos
Av. Nego Carrin, 940, Centro, Campinápolis, MT

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR - DIGITAL

Certifico para os devidos fins, que esta cópia reprográfica, contém o inteiro teor da matrícula nº 2962, do livro 02 e tem a validade de Certidão (por 30 dias). Selo Digital: BVK 15173. Data: 25 de julho de 2023. 12:00:00. ASSINADA DIGITALMENTE POR Paulo Rogério Soares Valente - Oficial Registrador.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

SELO DE CONTROLE DIGITAL

Cod.Ato(s): 176, 177
BVK 15173 R$ 36,90

Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

PAULO ROGERIO SOARES VALENTE:19056974653
19056974653
FC357DA1C5EF918C1EE43D7741080A755DE0

25/07/2023 11:50

Matrícula Nº	Ficha
2963	1

Data da Matrícula
28 de agosto de 2017

1º OFÍCIO – CAMPINÁPOLIS – MT
LIVRO 02 – REGISTRO GERAL
Paulo Rogério Soares Valente
Registrador

Imóvel: Uma área de terras situada no município e comarca de Campinápolis, MT, com a superfície de **829.97,86ha (oitocentos e vinte e nove hectares, noventa e sete ares e oitenta e seis centiares)** e perímetro **14.050,45m**, denominada **"FAZENDA VALE DO PIAU I"**, cuja área encontra-se dentro dos seguintes limites e confrontações: Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice ANP-M-0433, de coordenadas N 8.380.418,298m e E 301.302,191m; situado do lado direito no limite da faixa de domínio da Rodovia Estadual MT 110, sentido Campinápolis para Novo São Joaquim com o seguinte azimute e distância: 91°48,30" e 974,76m até o vértice ANP-M-0206, de coordenadas N 8.380.387,540m e E 302.276,467m; situado no limite com a Fazenda Andradina, matricula nº 25,361, código INCRA nº 901.121.107.255-0, de propriedade de Lázaro Caetano da Silva e Izabel Bueno da Silva; deste, segue confrontando com a Fazenda Andradina, com os seguintes azimutes e distâncias: 91°48'30" e 974,76m até o Vértice ANP-M-0206, de coordenadas N 8.380.387,540m e E 302.276.467m; situado no limite com a Fazenda Andradina; matrícula nº 25,361, código INCRA nº 901.121.107.255-0, de propriedade de Lázaro Caetano da Silva e Izabel Bueno da Silva; deste, segue confrontando com a Fazenda Andradina, com o seguinte azimute e distância: 193°50'15" e 2.493,06m até o vértice ANP-M-0207, de coordenadas N 8.377.966,831m e E 301.680,202m; situado no limite com a Fazenda Boa Vista; matrícula nº 388 código INCRA nº 901.121.107.620-2, de propriedade de Silvio de Melo e Souza e Adriana de Paula Moraes de Souza; deste, segue confrontando com a Fazenda Boa Vista com o seguinte azimute e distância: 272°13'17" e 4.037,34m até o vértice ANP-M-0087, de coordenadas N 8.378.123,302m e E 297.645,890m; situado no limite com a Fazenda São Francisco; matricula nº 10.498 código INCRA nº 901.121.107.360-2, de propriedade de Sérgio de Melo e Souza e Aline Barbosa Souza; deste, segue confrontando com a Fazenda São Francisco, com o seguinte azimute e distância: 304°26'20" e 1.119,71m até o vértice ANP-M-0086, de coordenadas N 8.378.756,528m e E 296.722,429m; situado do lado esquerdo no limite da faixa de domínio da rodovia estadual MT 110, sentido Campinápolis para Novo São Joaquim; deste, segue confrontando com a MT 110, sentido Campinápolis para Novo São Joaquim com os seguintes azimutes e distâncias: 61°18'22" e 336,15m até o vértice ANP-P-0460, de coordenadas N 8.378.917,926m e E 297.017,301m; 36°54'37" e 286,41m até o vértice ANP-P-0459, de coordenadas N 8.379.146,933m e E 297.189,309m; 53°29'36" e 399,36m até o vértice ANP-P-0458, de coordenadas N 8.379.384,521m e E 297.510,312m; 63°12'35" e 338.04m até o vértice ANP-P-0457, de coordenadas N 8.379.536,883m e E 297.812,066m; 78°46'11" e 51,01m até o vértice ANP-P-0456, de coordenadas N 8.379.546,817m e E 297.862,098m; 103°56'04" e 268,86m até o vértice ANP-P-0455 de coordenadas N 8.379.482,072m e E 298.123,047m; 133°03'54" e 209,73m até o vértice ANP-P-0454, de coordenadas N 8.379.338,862m e E 298.276,272m; 132°57'24" e 200,77m até o vértice ANP-P-0453, de coordenadas N 8.379.202,050m e E 298.423,208m; 87°43'21" e 209,18m até o vértice ANP-P-0452, de coordenadas N 8.379.210,363m e E 298.632,222m; 83°27'44" e 32,26m até o vértice ANP-P-0451, de coordenadas N 8.379.214,036m e E 298.664,271m; 70°19'27" e 303,35m até o vértice ANP-P-0450, de coordenadas N 8.379.316.175m e E 298.949,913m; 100°07'17" e 171,06m até o vértice ANP-P-0449, de coordenadas N 8.379.286,114m e E 299.118,311m; 100°03'02" e 109,80m até o vértice ANP-P-0448, de coordenadas N 8.379.266,952m e E 299.226,427m; 100°07'32" e 167,34m até o vértice ANP-P-0447, de coordenadas N 8.379.237,533m e E 299.391,161m; 46°24'05" e 185,75m até o vértice ANP-P-0446, de coordenadas N 8.379.365,627m e E 299.525,679m; 46°13'39" e 66,51m até o vértice ANP-P-0445, de coordenadas N 8.379.411,638m e E 299.573,705m; 44°20'24" e 16,51m até o vértice ANP-P-0444, de coordenadas N 8.379.423,446m e E 299.585,244m; 37°50'37" e 165.93m até o vértice ANP-P-0443, de coordenadas N 8.379.554,477m e E 299.687,042m; 30°30'59" e 104.48m até o vértice ANP-P-0442, de coordenadas N 8.379.644,486m e E 299.740,096m; 35°30'09" e 14,62m até o vértice ANP-P-0441, de coordenadas N 8.379.656,386m e E 299.748,585m; 30°25'13" e 151,54m até o vértice ANP-P-0440, de coordenadas N 8.379.787,065m e E 299.825,316m; 42°08'55" e 117,98m até o vértice ANP-P-0439, de coordenadas N 8.379.874,539m e E 299.904,490m; 58°29'17" e 385,80m até o vértice ANP-P-0438, de coordenadas N 8.380.076,188m e E 300.233,396m; 61°30'11" e 212.22m até o vértice ANP-P-0437, de coordenadas N 8.380.177,442m e E 300.419,907m; 66°21'15" e 266,43m até o vértice ANP-P-0436, de coordenadas N 8.380.284,301m e E 300.663,966m; 69°00'24" e 83,89m até o vértice ANP-P-0435, de coordenadas N 8.380.314,357m e E 300.742,292m; 76°59'24" e 384,09m até o vértice ANP-P-0434, de coordenadas N

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

8.380.400,824m e E 301.116.521m; 84°37'25" e 186,49m até o vértice ANP-P-0433, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso - 22, tendo como DATUM o SAD-69. Todos os azimutes, distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Tudo conforme planta e memorial descritivo elaborados pelo Engenheiro Florestal Antenor José Geraldi, CREA 0600822791, credenciado no INCRA sob o código ANP, ART 682.330. Imóvel cadastrado no INCRA/SNCR sob nº 901.121.107.638-5, área total: 2.612,1000ha; Nº de Módulos Fiscais: 32,6512; FMP: 4,00ha. **NIRF 3.157.039-9. Proprietários: CLÉIA DALVA SOUZA PARREIRA,** pecuarista, CI-RG 10.731.041-SSP-SP e CPF 203.172.248-40, na proporção de 99% (noventa e nove por cento) e **MAURÍDIS PARREIRA PIMENTA,** veterinário, CI-RG M-321.009-SSP-MG e CPF 802.519.278-49, na proporção de 1% (um por cento), brasileiros, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes na Fazenda Vale do Piau, em Campinápolis, MT. **Procedência:** AV.11-M-554, do livro 02, deste Ofício, em 28 de agosto de 2017. Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 63,00.
O Oficial

AV.01-M-2.963.
Data: 28 de agosto de 2017.
Procede-se a esta averbação para constar que o imóvel, objeto desta matrícula, foi georreferenciado conforme **CERTIFICAÇÃO 131.508.000.005-64**, expedida em 07 de agosto de 2015 pelo INCRA, constando da certificação que a poligonal que define os limites do imóvel rural desta matrícula **não se sobrepõe, na data da certificação, a nenhuma outra poligonal constante do cadastro georreferenciado do INCRA**, na forma do memorial descritivo e planta devidamente certificados e dos demais documentos arquivados nesta Serventia. **Observações**: Foi atribuído pelos proprietários o valor de R$ 2.375.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais) ao imóvel na Declaração do ITR, exercício 2016. Foram apresentadas e ficam neste Ofício arquivadas declarações expressas firmadas pelos confrontantes que os limites divisórios foram respeitados. Certidão Negativa de Débitos relativos ao ITR, expedida em 28.08.2017 e uma cópia do CCIR, exercícios 2015/2016. Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 3.852,90.
O Oficial

AV.02-M-2.963.
Data: 28 de agosto de 2017.
Procede-se a esta averbação para constar que o imóvel, objeto desta matrícula, está hipotecado ao **Banco Santander (Brasil) S.A.,** por sua agência Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CNPJ 90.400.888/0001-42, ou à sua ordem, nos termos da Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº 302700302641, emitida em Araçatuba, SP, em 27 de maio de 2014, em **hipoteca cedular de quarto grau** e sem concorrência de terceiros, no **valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais),** a juros de 4,50% ao ano. **Condições:** Obriga-se o emitente a pagar ao credor, para amortização da dívida, 04 (quatro) parcelas mensais e sucessivas, a saber: em 27.05.2015: R$ 62.500,00; 27.05.2016: R$ 62,500,00; 27.05.2017: R$ 62,500,00 e em 27.05.2018: R$ 62,500,00. A Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária acha-se registrada sob nº **1.822, do livro 3-Auxiliar,** desta Serventia, conforme R.07-M-554, do livro 02, em 16 de junho de 2014, como se vê do documento arquivado neste Ofício. Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 12,30.
O Oficial

AV.03-M-2.963.
Data: 28 de agosto de 2017.
Procede-se a esta averbação para constar que, de conformidade com o **Termo de Responsabilidade e Preservação de Floresta**, de 24 de maio de 1.991, firmado entre Agro Pastoril Vale do Piau Ltda e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis **foi feita** averbação para constar que a Floresta ou Forma de Vegetação existente na área de 522.43.36ha, **relativos a 20% do total da propriedade** que era de 2.612.16,83ha ficou **"Gravada como de Utilização Limitada"**, não podendo nela ser feita qualquer tipo de exploração a não ser mediante a autorização expressa do IBAMA, ficando vedada a alteração da **área destinada a Reserva Legal,** nos casos de transmissão a qualquer título ou desmembramento desta, conforme AV.05-M-554, em 23 de outubro de 2008, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 12,30.
O Oficial

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

AV.04-M-2.963.
Data: 28 de agosto de 2017.
Procede-se a esta averbação para constar a **cadeia dominial** do imóvel, objeto desta matrícula, nos termos da matrícula nº 554, do livro 02, desta Serventia e das certidões de cadeia dominial expedidas pelos Serviços de Registro de Imóveis das comarcas de Nova Xavantina, MT, em 23 de agosto de 2016 e de Barra do Garças, MT, em 07 de junho de 2016, a saber: a) Que os proprietários adquiriram o imóvel, objeto desta matrícula, em virtude de georreferenciamento, conforme AV.10-M-554, do livro 02, em 28 de agosto de 2017, tendo adquirido o imóvel conforme matrícula nº 554, do livro 02, em 23 de outubro de 2008, neste Ofício, procedente da matrícula nº 389, do Serviço de Registro de Imóveis de Nova Xavantina, MT, tendo adquirido o imóvel com área de 2.612,1683ha desmembrada de uma área maior com 9.671ha de Agro Pastoril Vale do Piau Ltda-ME, conforme R.02-M-389, do livro 02, em 07 de janeiro de 1.994; b) Que Agro Pastoril Vale do Piau Ltda-ME adquiriu o imóvel com área de 9.671ha de Nativa Agropecuária S.A, conforme R.01-M-389, do livro 02, em 14 de julho de 1.986, anteriormente registrado sob o nº 20.525, do livro 02, no Serviço de Registro de Imóveis de Barra do Garças, MT; c) Que Nativa Agropecuária S.A adquiriu o imóvel por compra feita a Otacílio José dos Santos e Enercina Maria dos Santos, Ely Modesto Curvo e Maria Iris Morbeck Curvo, conforme matrícula nº 20.525, do livro 02, em 28 de janeiro de 1.983, anteriormente transcrita sob o nº 12.334, do livro 3-T; d) Que Otacílio José dos Santos e Enercina Maria dos Santos, Ely Modesto Curvo e Maria Iris Morbeck Curvo adquiriram o imóvel da seguinte forma: d.1) Enercina Maria dos Santos adquiriu o imóvel por compra feita a Antônio de Carvalho conforme transcrição nº 10.980, do livro 3-P, fls. 222, em 12 de dezembro de 1.966; d.2) Otacílio José dos Santos adquiriu o imóvel por compra feita a Antônio de Carvalho conforme transcrição nº 10.981, do livro 3-P, fls. 223, em 12 de dezembro de 1.966; d.3) Otacílio José dos Santos e Ely Modesto Curvo adquiriram o imóvel por compra feita a Antônio de Carvalho, conforme transcrição nº 10.982, do livro 3-P, fls. 223, em 12 de dezembro de 1.966; d.4) Ely Modesto Curvo adquiriu o imóvel por compra feita a Antônio de Carvalho conforme transcrição nº 10.983, do livro 3-P, fls. 223, em 12 de dezembro de 1.966; d.5) Maria Iris Morbeck Curvo adquiriu o imóvel por compra feita a Antônio de Carvalho, conforme transcrição nº 10.985, do livro 3-P, fls. 224, em 12 de dezembro de 1.966; e) Que Antônio de Carvalho adquiriu o imóvel por compra feita ao Estado de Mato Grosso, conforme Título Definitivo expedido pelo DTC, em 17 de novembro de 1.955, devidamente transcrito sob o nº 1.127, do livro 3-C, fls. 150, em 29 de dezembro de 1.955, todos do Serviço de Registro de Imóveis de Barra do Garças, MT, como se vê dos documentos arquivados neste Ofício. Dou fé. Protocolo nº 6.786. Emolumentos: R$ 12,30.
O Oficial

AV.05-M-2.963.
Data: 12 de agosto de 2020.
Procede-se a esta averbação para constar a **baixa da hipoteca, objeto da AV.02 desta matrícula,** nos termos da autorização firmada pelo credor Banco Santander (Brasil) S.A., agência de São Paulo, SP, em 06 de agosto de 2020, representado por Carlos Eduardo Ogusu, brasileiro, divorciado, bancário, CPF 098.991.408-99 e Edvaldo José da Silva Filho, brasileiro, casado, bancário, CPF 135.814.418-45, conforme certidão da procuração emitida pelo Nono Tabelião de Notas da comarca de São Paulo, SP, no livro 11.057, folha nº 139, em 28 de maio de 2020, como se vê do documento arquivado neste Ofício. Dou fé. Protocolo nº 9.566. Emolumentos: R$ 14,20.
O Oficial

R.06-M-2.963.
Data: 12 de agosto de 2020.
Emitente Hipotecante: CLEIA DALVA DE SOUZA, já qualificado, representada por Maurídis Parreira Pimenta, já qualificado, conforme procuração lavrada no Cartório do Segundo Ofício, Registro Civil e Tabelionato da comarca de Campinápolis, MT, no livro 23, folha 176, em 29 de outubro de 2019. **Outorga Marital: Maurídis Parreira Pimenta,** já qualificado. **Credor: BANCO BRADESCO S.A.,** instituição financeira de direito

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

privado, com sede na Cidade de Deus, em Osasco, SP, CNPJ 60.746.948/0001-12 ou à sua ordem. **Imóvel:** Em **hipoteca cedular de primeiro grau** e sem concorrência de terceiros o imóvel retro descrito e caracterizado. **Título:** Hipoteca Cedular. **Forma do Título:** Cédula Rural Hipotecária nº 0386415, emitida em Campinápolis, MT, em 22 de julho de 2020. **Valor do Financiamento Hipotecário:** R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). **Condições da Hipoteca:** Forma de Pagamento: Em três vezes, em 06.07.2021: R$ 100.000,00; em 06.07.2022: R$ 100.000,00 e em 06.07.2023: R$ 100.000,00. Vencimento em 22 de julho de 2023. Os juros são devidos à taxa de 6,0% (seis) pontos percentuais ao ano, equivalentes a 0,487% ao mês. Outros encargos e condições são os constantes da cédula registrada sob o nº **3.807, do livro 3-Auxiliar**, nesta Serventia. **Observações:** Foram emitidas e ficam arquivadas neste Ofício a Certidão Negativa de Débitos relativos ao ITR, **NIRF 3.157.039-9,** emitida nesta data, bem como o CCIR, exercício 2019. Dou fé. Protocolo nº 9.567. Emolumentos: R$ 121,20.
O Oficial.

AV.07-M-2.963.
Data: 30 de setembro de 2022.
Procede-se a esta averbação, **para constar a existência do Penhor Cedular de 1º Grau e sem concorrência de terceiros, objeto do registro 4.612, do livro 03-Auxiliar,** desta data, cujas **lavouras** conduzidas no imóvel, objeto desta matrícula, nos termos do artigo 167, II, 34, da Lei 6.015/73, como se vê do documento arquivado nesta Serventia. Dou fé. Protocolo nº 12.065. Emolumentos: R$ 16,50.
O Oficial.

CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE CAMPINÁPOLIS-MT
Serviço de Registro de Imóveis - Títulos e Documentos
Av. Nego Carrin, 940, Centro, Campinápolis, MT

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR - DIGITAL

Certifico para os devidos fins, que esta cópia reprográfica, contém o inteiro teor da matrícula nº 2963, do livro 02 e tem a validade de Certidão (por 30 dias). Selo Digital: BVK 15174. Data: 25 de julho de 2023. 12:01:19. ASSINADA DIGITALMENTE POR Paulo Rogério Soares Valente - Oficial Registrador.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

SELO DE CONTROLE DIGITAL

Cod.Ato(s): 176, 177
BVK 15174 R$ 36,90

Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
PAULO ROGERIO SOARES VALENTE:19056974653
19056974653
FC357DA1C5EF918C1EE43D774108DA755DE0
25/07/2023 12:01

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
5.484	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2660 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, Parcela 1, situado no município de Santa Cruz do Xingú, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA SANTIAGO"**, com a área de **981,4321 ha (Novecentos e oitenta e um hectares, quarenta e três ares e vinte e um centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 13.916,98 metros. "Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice AFK-M-0266, de coordenadas N 8.877.701,984m e E 326.258,686m, situado no limite comum com a Fazenda Rio Xingu e o Lote 08; deste, segue confrontando com o Lote 08, de Corebrasa Colonização e Representações do Brasil S/A, Código INCRA: 950.041.654.850-7, com os seguintes azimute e distância: 167°34'43" e 1.943,85 m até o vértice AFK-M-0267, de coordenadas N 8.875.803,631m e E 326.676,809m, situado no limite da faixa de domínio da estrada municipal; deste, segue confrontando com a referida estrada municipal no sentido para Fazenda Nossa Senhora de Fátima, com os seguintes azimutes e distâncias: 257°40'16" e 497,53 m até o vértice AFK-M-0268, de coordenadas N 8.875.697,396m e E 326.190,750m; 257°04'48" e 1.989,58 m até o vértice AFK-M-0278, de coordenadas N 8.875.252,545m e E 324.251,542m; 257°38'33" e 2.015,98 m até o vértice AFK-M-0274, de coordenadas N 8.874.821,108m e E 322.282,270m; 257°04'14" e 502,04 m até o vértice AFK-M-0275, de coordenadas N 8.874.708,776m e E 321.792,958m; deste, segue confrontando com a Fazenda Pedreira Lote 20, de Corebrasa Colonização e Representações do Brasil S/A, Código INCRA: 901.059.014.125-7, Matrícula nº 8.556 (RGI de São Félix do Araguaia), com os seguintes azimute e distância: 347°56'54" e 1.975,69 m até o vértice AFK-M-0276, de coordenadas N 8.876.640,917m e E 321.380,444m; deste, segue confrontando com a Fazenda Rio Xingu, de Geraldo Paulo Nardelli, Código INCRA: 901.059.013.269-0, Matrícula nº 6.838 (RGI de São Félix do Araguaia), com os seguintes azimutes e distâncias: 77°38'18" e 2.616,95 m até o vértice AFK-M-0277, de coordenadas N 8.877.201,164m e E 323.936,722m, 77°49'42" e 2.375,36 m até o vértice AFK-M-0266, vértice inicial da descrição deste perímetro". Todas as coordenadas acima descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir dos marcos geodésicos do IBGE localizados em SÃO JOSÉ DO XINGU (SAT-91211) e CONFRESA (SAT-91194), de coordenadas N 8.805.003,969 m, E 309.239,522 m e N 8.824.401,702 m, E 438.315,592 m respectivamente, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central 51°00' WGr., Fuso 22, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Heber Garcia Nunes, Engº Agrônomo, CREA-MT 4.346/D - Cód. Cred/Incra: AFK, todos contendo a Certificação do INCRA nº 131111000110-90 emitida em 23 de novembro de 2011, vinculado a ART nr. 028.0.018.212, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO**, brasileiro, agropecuarista, separado judicialmente, inscrito no CPF/MF: 160.869.021-00 e portador da Carteira de Identidade RG nº 728.970-SSP/GO, residente e domiciliado à Av. D. Pedro I nº 186, centro, em Quirinópolis-GO. CCIR 2006/2007/2008/2009 2ª via; Denominação do Imóvel Fazenda Santiago; Localização Linha Santa Cruz II, Município de Santa Cruz do Xingú-MT; Código do Imóvel n. **930.334.037.354-0**; Módulo Rural 30,0019 ha.; n. de Módulos Rurais 60,01; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 22,5051; FMP 4,00 ha.; área: 1.800,4149 ha.; Detentor: Jair Silverio Pinto Ribeiro, brasileiro, código da pessoa 02.048.550-6. Número do Imóvel na Receita Federal: **4.323.484-4**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 617 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 13.162 de 23.05.2012. Emolumentos: R$ 47,90. **Vila Rica, 22 de junho de 2012**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-01-5.484 - (Termo de Preservação Florestal) - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-617** de 29.10.2004 do livro 02 desta serventia, onde consta que nos termos da **AV-04-11.516** de 09.05.95 do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: conforme Termo de Responsabilidade e Preservação de Floresta, datado de 24.04.95, firmado pelo Sr. **JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO**, acima citado e qualificado, e pelo **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS** - Superintendência Regional em Mato Grosso em que o mesmo declarou, perante **AUTORIDADE FLORESTAL**, que a **"FLORESTA OU FORMA DE VEGETAÇÃO"** existente na área de **892,2883 ha**, relativos a **50%** da propriedade in

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
5.484	1-v	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

que é de 1.784,5766 ha, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração a não ser mediante **AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO IBAMA**, fica **VEDADA** a alteração da área destinada a **RESERVA LEGAL**, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento desta, comprometendo-se por si, seus herdeiros e sucessores a fazer o presente gravame sempre bom, firme e valioso. Vila Rica, 22 de junho de 2012. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

AV-02-5.484 - (HIPOTECA DE 2º GRAU) - Consta no **R-03-617** datado de 04.11.2004 do livro 02 desta serventia que: Conforme **ESCRITURA PÚBLICA DE HIPOTECA** lavrada em 28.10.2004, às fls. 55/56 no livro nº 2 do 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Confresa-MT, o emitente devedor, Sr. **JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO**, acima citado e qualificado, deu à **BUNGE ALIMENTOS S/A**, pessoa jurídica de direito privada, estabelecida no município de Gaspar-SC a Rodovia Jorge Lacerda, Km 20, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.046.101/0001-93, no ato da escritura representada por seus procuradores Sr. Igor Melk Marques Oliveira, brasileiro, industriário, solteiro, inscrito no CPF/MF: 834.536.521-34 e portador da Carteira de Identidade RG nº 1.158.271-5-SSP/MT, residente e domiciliado no Município de Canarana-MT, conforme procuração lavrada às fls. 33, livro 282 no Cartório de Blumenau-SC; e Celso Jose Trento, brasileiro, solteiro, industriário, inscrito no CPF/MF: 458.381.601-44 e portador da Carteira de Identidade RG nº 700.761-SSP/MT, residente e domiciliado em Bunge Alimentos S/A Porto Alegre do Norte-MT, conforme procuração lavrada às fls. 112, livro 281 no Cartório de Blumenau-SC em data de 24.03.2004, em **HIPOTECA DE 2º GRAU**, sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, tendo em vista que comercializam cereais entre si e que, em conseqüência desses negócios, podem ser feitos pagamentos antecipados em relação a entrega dos respectivos cereais, os outorgantes devedores deram em garantia ao cumprimento das obrigações já assumidas ou que vierem a ser assumidas nessas operações de compra e venda, tanto em relação a entrega do porduto, como em relação as demais obrigações, tais como, multas, despesas processuais, honorários advocatícios, etc, e para efeitos legais as partes atribuiram a presente hipoteca o valor de **R$ 3.568.000,00** (Três milhões, quinhentos e sessenta e oito mil reais) correspondendo ao valor do imóvel, nesta data, nos termos do art. 818 do Código Civil Brasileiro. **PRAZO DA HIPOTECA:** a presente hipoteca é dada pelo **prazo de 06 (seis) anos**, a contar desta data, e seus efeitos perdurarão até a liquidação total das obrigações do outorgante devedore com a outorgada credora, se estes o solicitarem, a outorgada credora deverá conceder-lhe autorização para cancelamento desta hipoteca. Demais condições: as contantes na escritura publica aqui arquivada. Vila Rica, 22 de junho de 2012. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-5.484 - GEORREFERENCIAMENTO DESTE IMÓVEL - Certifico que na **AV-06-617** deste ofício, que o imóvel objeto daquela matrícula (617) foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21/11/2011 conforme Certificação nº 131111000110-90** datada de 23.11.2011 emitida pelo Sr. Dario Ipojucan Venceslau - Membro do Comitê Responsável pela Análise Técnica - Ordem de Serviço SR-13(MT) G/Nº 222/2011 de 16 de setembro de 2011 - Código de Credenciamento junto ao INCRA - ABO, e Sr. Genuino Magalhães Soriano - Presidente do Comitê Regional de Certificação - Ordem de Serviço SR-13(MT) G/Nº 222/2011 de 16 de setembro de 2011 - Código de Credenciamento junto ao INCRA - ADZ (Processo INCRA nº **54240.005889/2005-31**). Vila Rica, 22 de junho de 2012. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

AV-04-5.484 - Protocolo nº 19.590 de 14.09.2015 - **Baixa da hipoteca cedular em 2º grau** - Conforme autorização do credor **BUNGE ALIMENTOS S/A**, firmada por Fábio Aparecido da Silva Rego Santos e Francisco Gonzales de Vargas (representantes do credor), datada de 08.09.2015, devidamente assinada e com firma reconhecida, arquivada neste ofício, dou **baixa na ESCRITURA PÚBLICA DE**

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
		COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO
		Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669
5.484	2	Renato Cunha Donato - Oficial
		LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

HIPOTECA registrada sob n. **R-03-617** e atualmente **AV-02-5.484** desta matrícula. Emolumentos: R$ 11,10. Vila Rica, 16 de setembro de 2015. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

R-05-5.484 - Protocolo nº 20.120 de 13.01.2016 - **HIPOTECA CEDULAR EM 1º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **B51230498-8**, emitida em Vila Rica-MT (praça de pagamento), em 11.01.2016, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 13.01.2016, sob n. **7.127**, o Sr. **JULIO FLAVIO GERVASIO PINTO RIBEIRO**, brasileiro, divorciado, produtor agropecuário, inscrito no CPF/MF: 016.025.751-42, residente e domiciliado à Rua Dezessete, s/n, em Santa Cruz do Xingú-MT, **na qualidade de Emitente; JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO** (acima qualificado) e **RENATA SANTOS**, inscrita no CPF/MF: 709.047.401-10, **na qualidade de INTERVENIENTES GARANTIDORES**, deram à credora **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO ARAGUAIA E XINGÚ - SICREDI ARAXINGÚ**, estabelecida na Av. Parana, 168, na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.021.064/0001-28, por sua Unidade de Atendimento em Santa Cruz do Xingú-MT, em **HIPOTECA CEDULAR EM 1º GRAU**, sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 50.000,00** (Cinquenta Mil Reais), destinados à **Crédito Bancário**, com vencimento para **05.01.2017; forma de pagamento:** em 01 (uma) única parcela na data do vencimento do título, a juros de **27,272519% ao ano e/ou 2,030000% ao mês**. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2010/2011/2012/2013/2014**; Denominação do Imóvel Fazenda Santiago; Localização Linha Santa Cruz II, Município de Santa Cruz do Xingú-MT; Código do Imóvel n. **930.334.037.354-0**; Módulo Rural 30,0019 ha.; n. de Módulos Rurais 60,01; Módulo Fiscal (nada consta) ha.; n. de Módulos Fiscais: 22,5051; FMP 4,00 ha.; área: 1.800,4149 ha.; Detentor: Jair Silvério Pinto Ribeiro, brasileiro, CPF/MF: 160.869.021-00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 15.10.2015 e válida até 12.04.2016, com o Número do Imóvel na Receita Federal NIRF: **4.323.484-4**; c) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida aos 14.10.2015 e válida até 11.04.2016 em nome de Júlio Flávio Gervásio Pinto Ribeiro e Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida aos 11.11.2015 e válida até 09.05.2016, em nome de Jair Silvério Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 57,60. Vila Rica, 13 de janeiro de 2016. Eu, _____ Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.

R-06-5.484 - Protocolo nº 20.121 de 13.01.2016 - **HIPOTECA CEDULAR EM 2º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **B51230495-3**, emitida em Vila Rica-MT (praça de pagamento), em 11.01.2016, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 13.01.2016, sob n. **7.128**, o Sr. **JULIO FLAVIO GERVASIO PINTO RIBEIRO**, brasileiro, divorciado, produtor agropecuário, inscrito no CPF/MF: 016.025.751-42, residente e domiciliado à Rua Dezessete, s/n, em Santa Cruz do Xingú-MT, **na qualidade de Emitente; JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO** (acima qualificado) e **RENATA SANTOS**, inscrita no CPF/MF: 709.047.401-10, **na qualidade de INTERVENIENTES GARANTIDORES**, deram à credora **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO ARAGUAIA E XINGÚ - SICREDI ARAXINGÚ**, estabelecida na Av. Parana, 168, na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.021.064/0001-28, por sua Unidade de Atendimento em Santa Cruz do Xingú-MT, em **HIPOTECA CEDULAR EM 2º GRAU**, sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 80.000,00** (Oitenta Mil Reais), destinados à **Limite de Crédito**, com vencimento para **05.01.2017; forma de pagamento:** em 01 (uma) única parcela na data do vencimento do título. **Juros**: **a taxa de juros será fixada a cada liberação de desconto.** Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2010/2011/2012/2013/2014**; (acima citado); b) Certidão

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570568500000120953495
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570568500000120953495
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:06

Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, (acima citada); c) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida aos 14.10.2015 e válida até 11.04.2016 em nome de Júlio Flávio Gervásio Pinto Ribeiro e Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida aos 11.11.2015 e válida até 09.05.2016, em nome de Jair Silvério Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 57,60. Vila Rica, 13 de janeiro de 2016. Eu, _____ Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-07-5.484 - Protocolo nº 20.936 de 27.06.2016 - **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** - Conforme **CEDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **B61230265-0**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT (praça de pagamento), em 22.06.2016, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 27.06.2016, sob n. **7.376,** o Sr. **JULIO FLAVIO GERVASIO PINTO RIBEIRO,** brasileiro, divorciado, produtor agropecuário, inscrito no CPF/MF: 016.025.751-42, residente e domiciliado à Rua Dezessete, s/n, em Santa Cruz do Xingú-MT, **na qualidade de Emitente; JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO** (acima qualificado) e **RENATA SANTOS,** inscrita no CPF/MF: 709.047.401-10, **na qualidade de INTERVENIENTES GARANTIDORES,** deram à credora **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO ARAGUAIA E XINGÚ - SICREDI ARAXINGÚ,** estabelecida na Av. Parana, 168, na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.021.064/0001-28, por sua Unidade de Atendimento em Santa Cruz do Xingú-MT, em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU,** sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 100.000,00** (Cem Mil Reais), destinados à **Crédito Bancário**, com vencimento para **16.06.2018**; **forma de pagamento:** em 02 (duas) parcelas, a primeira vencendo em 16.06.2017 e a última na data de vencimento do título, à **Juros** de **28,324300% ao ano (2,100000% ao mês).** Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2010/2011/2012/2013/2014**; (acima citado); b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal, aos 27.06.2016 e válida até 24.12.2016, com o Número do Imóvel na Receita Federal NIRF: **4.323.484-4**; c) Declaração do Sr. Júlio Flavio Gervásio Pinto Ribeiro, datada de 24.06.2016, com firma reconhecida, que sob as Penas da Lei não é contribuinte da Previdência Social, como empregador individual pessoa física e que não mantem a seu serviço segurados empregados ou trabalhadores avulsos. Emolumentos: R$ 57,60. Vila Rica, 27 de junho de 2016. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-08-5.484 - Protocolo nº 26.136 de 17.12.2018 - **Baixa da hipoteca cedular em 1º grau** - Conforme autorização da credora, firmada por Renato Schvingel (Gerente de Agência) e Diogo Francisco da Silva (Gerente Adm. Financeiro), datada de 05.12.2018, devidamente assinada e com firma reconhecida, arquivada neste ofício, dou **baixa na CCB** nº **B51230498-8**, registrada sob n. **R-05-5.484** desta matrícula. Emolumentos: R$ 13,38. Vila Rica, 19 de dezembro de 2018. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-09-5.484 - Protocolo nº 26.137 de 17.12.2018 - **Baixa da hipoteca cedular em 2º grau** - Conforme autorização da credora, firmada por Renato Schvingel (Gerente de Agência) e Diogo Francisco da Silva (Gerente Adm. Financeiro), datada de 05.12.2018, devidamente assinada e com firma reconhecida, arquivada neste ofício, dou **baixa na CCB** nº **B51230495-3**, registrada sob n. **R-06-5.484** desta matrícula. Emolumentos: R$ 13,38. Vila Rica, 19 de dezembro de 2018. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-5.484 - Protocolo nº 26.138 de 17.12.2018 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme autorização da credora, firmada por Renato Schvingel (Gerente de Agência) e Diogo Francisco

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570696600000120953496
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570696600000120953496
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:07

da Silva (Gerente Adm. Financeiro), datada de 05.12.2018, devidamente assinada e com firma reconhecida, arquivada neste ofício, dou **baixa na CCB nº B61230265-0**, registrada sob n. **R-07-5.484** desta matrícula. Emolumentos: R$ 13,38. Vila Rica, 19 de dezembro de 2018. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-11-5.484 - Protocolo nº 26.490 de 28.02.2019 - **CASAMENTO** - Conforme artigo 59 da Lei 10.931/2004 e artigo 213 inciso I, alínea g da Lei 6.015/73, e da fotocópia da Certidão de Casamento sob nº. 338, do Livro 03, as Folhas 038, do Cartório de Registro Civil da Cidade de São José do Xingú-MT, realizado em **23.02.2009**, sob o regime de **COMUNHÃO PARCIAL DE BENS**, que **Jair Silvério Pinto Ribeiro**, contraiu matrimônio com RENATA SANTOS, e que a mesma passou a assinar **RENATA SANTOS RIBEIRO**. Emolumentos: R$ 13,38. Vila Rica, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-12-5.484 - Protocolo nº 26.490 de 28.02.2019 - **Inclusão do nº CPF e RG da Esposa** - Conforme artigo 59 da Lei 10.931/2004 e artigo 213 inciso I, alínea g da Lei 6.015/73 e mediante fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação nr. 1109727888 nº de registro 00573084476, apresentada, faço a presente averbação para constar que a esposa do proprietário do imóvel desta matrícula a Sra **Renata Santos Ribeiro**, está inscrita no CPF/MF: **709.047.401-10** e portadora da Carteira de Identidade RG nº **2972911 SSP/GO**, brasileira, filha de Hildio Alves dos Santos e Cidislene Freitas dos Santos. Emolumentos: R$ 13,38. Vila Rica, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-13-5.484 - Protocolo nº 26.490 de 28.02.2019 - **HIPOTECA CEDULAR EM 1º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA** nº **B91220152-3**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT (Praça de Pagamento), em 28.02.2019, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 28.02.2019, sob n. **8.916**, o Sr. **JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO** (acima qualificado), **na qualidade de Emitente** e **RENATA SANTOS RIBEIRO**, inscrita no CPF/MF: 709.047.401-10, **na qualidade de Interveniente Garantidora**, deram à credora **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGÚ - SICREDI ARAXINGÚ,** estabelecida na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.021.064/0001-28, (Unidade de Atendimento Santa Cruz do Xingú-MT), em **HIPOTECA CEDULAR EM 1º GRAU,** sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 650.000,00** (Seiscentos e Cinquenta Mil Reais), destinados à Investimentos - Aquisição de 500 bovinos fêmeas nelore de 12 a 24 meses, com vencimento para **20.02.2024**; **forma de pagamento:** em 05 (cinco) parcelas anuais e sucessivas, acrescidas dos encargos financeiros e demais acessórios ajustados no título, vencendo a primeira em 20.02.2020 e a última na data de vencimento do título. à **Juros** de **0,897220% ao mês (11,480000% ao ano)**. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2018** Denominação do Imóvel Fazenda Santiago; Localização Linha Santa Cruz II, Município de Santa Cruz do Xingú-MT; Código do Imóvel n. **930.334.037.354-0**; Módulo Rural 30,0019 ha.; n. de Módulos Rurais 60,01; Módulo Fiscal (nada consta) ha.; n. de Módulos Fiscais: 22,5051; FMP 4,00 ha.; área: 1.800,4149 ha.; Detentor: Jair Silvério Pinto Ribeiro, (acima citado); b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 16.01.2019 e válida até 15.07.2019, com o Número do Imóvel na Receita Federal **NIRF: 4.323.484-4**; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 16.01.2019 e válida até 15.07.2019. Emolumentos: R$ 69,73. Vila Rica, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570696600000120953496
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570696600000120953496
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:07

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
5.484	3-v	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

R-14-5.484 - Protocolo nº 26.575 de 21.03.2019 - **HIPOTECA CEDULAR EM 2º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **B91230164-1**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT (Praça de Pagamento), em 06.03.2019, o Sr. **JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO, na qualidade de Emitente** e **RENATA SANTOS RIBEIRO, na qualidade de Interveniente Garantidora**, (acima citados e qualificados), deram à credora **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGÚ - SICREDI ARAXINGÚ,** estabelecida na Av. Paraná, nº. 168, Centro, na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.021.064/0001-28, (Unidade de Atendimento Santa Cruz do Xingú-MT), em **HIPOTECA CEDULAR EM 2º GRAU,** sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula e suas benfeitorias, em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 100.000,00** (Cem Mil Reais), destinados à Crédito Bancário, com vencimento para **28.02.2020**; **forma de pagamento:** em 01 (uma) única parcela na data de vencimento do título, à **Juros** de **44,445985% ao ano (3,111900% ao mês) + CDI**. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2018** (acima citado); b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal (acima citado); c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal (acima citado). Emolumentos: R$ 1.156,09. Vila Rica, 21 de março de 2019. Eu, _____ Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-15-5.484 - Protocolo nº 26.576 de 21.03.2019 - **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA** nº **B91220188-4**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT (Praça de Pagamento), em 13.03.2019, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 21.03.2019, sob n. **8.929**, o Sr. **JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO, na qualidade de Emitente** e **RENATA SANTOS RIBEIRO, na qualidade de Interveniente Garantidora**, (acima citados e qualificados), deram à credora **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGÚ - SICREDI ARAXINGÚ,** estabelecida na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.021.064/0001-28, (Unidade de Atendimento Santa Cruz do Xingú-MT), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU,** sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula e suas benfeitorias, em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 287.848,75** (Duzentos e Oitenta e Sete Mil, Oitocentos e Quarenta e Oito Reais e Setenta e Cinco Centavos), destinados à Investimentos - Aquisição de 125 bovinos machos de 24 a 36 meses, com vencimento para **15.11.2020**; **forma de pagamento:** em 01 (uma) única parcela na data de vencimento do título (100.0000%), acrescida dos encargos financeiros e demais acessórios ajustados no título, à **Juros** de **6,0% ao ano + CDI**. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2018** (acima citado); b) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal (acima citado); c) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal (acima citado). Emolumentos: R$ 72,10. Vila Rica, 21 de março de 2019. Eu, _____ Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-16-5.484 - Protocolo nº 27.400 de 08.08.2019 - **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **B91220742-4**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT (Praça de Pagamento), em 07.08.2019, o Sr. **JULIO FLAVIO GERVASIO PINTO RIBEIRO**, brasileiro, casado, produtor agropecuário, inscrito no CPF/MF: 016.025.751-42 e portador da Carteira de Identidade RG nº. 4195257 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Dezessete, s/n, Bairro Eldorado em Santa Cruz do Xingú-MT, **na qualidade de Emitente**; **JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO** (acima citado e qualificado), **na qualidade de Avalista/Interveniente Garantidor** e **RENATA SANTOS RIBEIRO** (acima citada e qualificada), **na qualidade de Anuente/Interveniente Garantidora**, deram à

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570696600000120953496
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570696600000120953496
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:07

credora **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGÚ - SICREDI ARAXINGÚ**, estabelecida na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.021.064/0001-28, por sua Unidade de Atendimento Santa Cruz do Xingú-MT, em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU**, sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula e suas benfeitorias (Avaliada em R$ 9.747.865,00), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 813.948,48** (Oitocentos e Treze Mil, Novecentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta e Oito Centavos), destinados à Investimentos - Aquisição de 400 bovinos fêmeas e 40 bovinos machos com idade de 8/24 meses para recria/engorda, com vencimento para **03.08.2021**; **Forma de Pagamento:** em 02 (duas) parcelas anuais, vencendo a primeira em 03.08.2020 (50.0000%) e a última na data de vencimento do título (100.0000%), acrescida dos encargos financeiros e demais acessórios ajustados no título, à **Juros** de **1,5% ao ano + CDI**. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2018** (acima citado); b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 15.07.2019 e válida até 11.01.2020, com o Número do Imóvel na Receita Federal **NIRF: 4.323.484-4**; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 01.08.2019 e válida até 28.01.2020, em nome de Julio Flávio Gervasio Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 1.445,00. Vila Rica, 08 de agosto de 2019. Eu, Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-17-5.484 - Protocolo nº 29.406 de 05.06.2020 - **HIPOTECA CEDULAR EM 5º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **C01220452-4**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT (Praça de Pagamento), em 03.06.2020, o Sr. **JULIO FLAVIO GERVASIO PINTO RIBEIRO**, brasileiro, casado, produtor agropecuário, inscrito no CPF/MF: 016.025.751-42 e portador da Carteira de Identidade RG nº. 4195257 SSP/MT, residente e domiciliado à Av. Marechal Rondon, s/n, centro, em Santa Cruz do Xingú-MT, **na qualidade de Emitente**; **JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO** e **RENATA SANTOS RIBEIRO**, (acima citados e qualificados), **na qualidade de Intervenientes Garantidores**, deram à credora **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGÚ - SICREDI ARAXINGÚ**, estabelecida na Av. Paraná, nº. 168, na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.021.064/0001-28, (Unidade de Atendimento Santa Cruz do Xingú-MT), em **HIPOTECA CEDULAR EM 5º GRAU**, e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, com todos os acessórios, existentes ou que vierem a ser construídos no imóvel na vigência deste título (Avaliada em R$ 9.747.865,00), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 1.500.000,00** (Um Milhão e Quinhentos Mil Reais), destinados à Investimentos para aquisição de semoventes fêmeas nelore de 12 a 24 meses, com vencimento para **02.06.2025**; **Forma de Pagamento:** em 05 (cinco) parcelas anuais, vencendo a primeira em 02.06.2021 (20.0000%) e a última na data de vencimento do título (100.0000%), acrescida dos encargos financeiros e demais acessórios ajustados no título, à juros de **6,0% ao ano + CDI**. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2019** Denominação do Imóvel Fazenda Santiago; Localização Linha Santa Cruz II, Município de Santa Cruz do Xingú-MT; Código do Imóvel n. **930.334.037.354-0**; Módulo Rural 49,2381 ha.; n. de Módulos Rurais 15,84; Módulo Fiscal 80,00 ha.; n. de Módulos Fiscais: 12,2679; FMP 4,00 ha.; área: 981,4321 ha.; Declarante: Jair Silvério Pinto Ribeiro; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 05.06.2020 e válida até 02.12.2020, com o Número do Imóvel na Receita Federal **NIRF: 4.323.484-4**; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 05.06.2020 e válida até 02.12.2020, em nome de Julio Flávio Gervasio Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 1.491,50. Vila Rica, 05 de junho de 2020. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-18-5.484 - Protocolo nº 29.927 de 18.08.2020 - **HIPOTECA CEDULAR EM 6º GRAU** - Conforme

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570696600000120953496
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570696600000120953496
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:07

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL
5.484	4-v	

CÉDULA DE PRODUTO RURAL COM LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA nº **C01220621-7**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT (Praça de Pagamento), em 03.08.2020, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 18.08.2020, sob nº **9.782**, o Sr. **JULIO FLAVIO GERVASIO PINTO RIBEIRO**, brasileiro, casado, produtor agropecuário, inscrito no CPF/MF: 016.025.751-42 e portador da Carteira de Identidade RG nº. 4195257 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Dezessete, s/n, bairro Eldorado, em Santa Cruz do Xingú-MT, **na qualidade de Emitente**; **JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO** e **RENATA SANTOS RIBEIRO**, (acima citados e qualificados), **na qualidade de Intervenientes Garantidores**, deram à credora **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGÚ - SICREDI ARAXINGÚ**, estabelecida na Av. Paraná, nº. 168, na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.021.064/0001-28, (Unidade de Atendimento Santa Cruz do Xingú-MT), em **HIPOTECA CEDULAR EM 6º GRAU**, e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, com todos os acessórios, existentes ou que vierem a ser construídos no imóvel na vigência deste título (Avaliada em R$ 10.791.025,00), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 600.280,00** (Seiscentos Mil, Duzentos e Oitenta Reais), destinados à Bovinos - Vaca Gorda abatida (peso morto), compreendendo exclusivamente bovinos fêmeas com peso vivo individual mínimo de 480 Kg, Safra: 2020/2021, Quantidade: 3.490 arrobas, Preço Unitário: R$ 172,00, Valor: R$ 600.280,00, com vencimento para **24.07.2022**; **Forma de Pagamento:** em uma (uma) parcela, na data do vencimento do título, à juros de **8,100000% ao ano**. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2019** acima citado; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal, acima citada; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal, acima citada, em nome de Julio Flávio Gervásio Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 74,40. Vila Rica, 18 de agosto de 2020. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

R-19-5.484 - Protocolo nº 29.928 de 18.08.2020 - **HIPOTECA CEDULAR EM 7º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **C01220660-8**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT (Praça de Pagamento), em 12.08.2020, o Sr. **JULIO FLAVIO GERVASIO PINTO RIBEIRO**, brasileiro, casado, produtor agropecuário, inscrito no CPF/MF: 016.025.751-42 e portador da Carteira de Identidade RG nº. 4195257 SSP/MT, residente e domiciliado à Av. Marechal Rondon, s/n, centro, em Santa Cruz do Xingú-MT, **na qualidade de Emitente**; **JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO** e **RENATA SANTOS RIBEIRO**, (acima citados e qualificados), **na qualidade de Intervenientes Garantidores**, deram à credora **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGÚ - SICREDI ARAXINGÚ**, estabelecida na Av. Paraná, nº. 168, na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.021.064/0001-28, (Unidade de Atendimento Santa Cruz do Xingú-MT), em **HIPOTECA CEDULAR EM 7º GRAU**, e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, com todos os acessórios, existentes ou que vierem a ser construídos no imóvel na vigência deste título (Avaliada em R$ 10.791.025,00), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 460.000,00** (Quatrocentos e Sessenta Mil Reais), destinados à Investimentos para aquisição de 210 semoventes fêmeas nelore de 18 a 36 meses, com vencimento para **10.08.2025**; **Forma de Pagamento:** em 05 (cinco) parcelas anuais, vencendo a primeira em 10.08.2021 (20.0000%); 10.08.2022 (25.0000%); 10.08.2023 (33.3333%); 10.08.2024 (50.0000%) e a última na data de vencimento do título (100.0000%), acrescida dos encargos financeiros e demais acessórios ajustados no título, à juros de **11,69% ao ano + TR**. Encargos moratórios de 1,00% ao mês, capitalizados mensalmente. Multa de 2,00%. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2019** acima citado; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal, acima citada; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal, acima citada, em nome de Julio Flávio Gervásio Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 1.491,50. Vila Rica, 18 de agosto de

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570696600000120953496
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570696600000120953496
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:07

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
5.484	5	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2569 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

2020. Eu, [redacted] Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-20-5.484 - Protocolo nº 29.929 de 18.08.2020 - **HIPOTECA CEDULAR EM 8º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE PRODUTO RURAL COM LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA** nº **C01220656-0**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT (Praça de Pagamento), em 12.08.2020, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 18.08.2020, sob nº **9.783,** o Sr. **JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO, na qualidade de Emitente** e **RENATA SANTOS RIBEIRO**, **na qualidade de Interveniente Garantidora,** (acima citados e qualificados), deram à credora **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGÚ - SICREDI ARAXINGÚ**, estabelecida na Av. Paraná, nº. 168, na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.021.064/0001-28, (Unidade de Atendimento Santa Cruz do Xingú-MT), em **HIPOTECA CEDULAR EM 8º GRAU**, e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, com todos os acessórios, existentes ou que vierem a ser construídos no imóvel na vigência deste título (Avaliada em R$ 10.791.025,00), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 500.004,00** (Quinhentos Mil, Quatro Reais), destinados à Bovinos - Vaca Gorda abatida (peso morto), compreendendo exclusivamente bovinos fêmeas com peso vivo individual mínimo de 480 Kg, Safra: 2020/2021, Quantidade: 2.907 arrobas, Preço Unitário: R$ 172,00, Valor: R$ 500.004,00, com vencimento para **02.08.2022**; **Forma de Pagamento:** em uma (uma) parcela, na data do vencimento do título (preço unitário x quantidade), à juros de **8,100000% ao ano**. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2019** acima citado; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal, acima citada; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal, emitida aos 06.08.2020 e válida até 02.02.2021, em nome de Jair Silvério Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 74,40. Vila Rica, 18 de agosto de 2020. Eu, [redacted] Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-21-5.484 - Protocolo nº 36.743 de 08.11.2022 - **ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** - Conforme **INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE LIMITE DE CRÉDITO, NOS TERMOS DA LEI Nº. 13.476, DE 2017, COM PACTO ADJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEL PARA GARANTIA DE OBRIGAÇÕES "EM SER" E FUTURAS**, (**Assinado Digitalmente**) emitido em Santa Cruz do Xingú-MT (Praça de Pagamento), em 18.10.2022, o Sr. **JULIO FLAVIO GERVASIO PINTO RIBEIRO**, brasileiro, casado, produtor agropecuário, inscrito no CPF/MF: 016.025.751-42, residente e domiciliado à Av. Marechal Rondon, s/n, centro, em Santa Cruz do Xingú-MT, **na qualidade de Devedor**; **JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO** (acima citado e qualificado), **na qualidade de Devedor/Devedor Fiduciante** e **RENATA SANTOS RIBEIRO**, (acima citada e qualificada), **na qualidade de Cônjuge do Devedor Fiduciante**, deram à credora **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGÚ - SICREDI ARAXINGÚ**, estabelecida na Av. Paraná, nº. 168, na cidade de Canarana-MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.021.064/0001-28, (Unidade de Atendimento Santa Cruz do Xingú-MT), em **ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (cedendo e transferindo ao credor, a propriedade fiduciária e a posse indireta do imóvel)**, a totalidade do imóvel da presente matrícula, com todas as acessões, melhoramentos, construções e instalações que lhe forem acrescidas na vigência do título, em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 15.000.000,00** (Quinze Milhões de Reais), destinados à Limite de Crédito, com prazo do limite de 1800 dias, com vencimento para **18.10.2027**; **Forma de Pagamento**: O devedor deverá pagar o saldo devedor do limite de crédito, nas datas de vencimento de cada Operação Financeira Derivada, acrescido dos encargos nela estabelecidos e nos limites do contrato. **Juros:** Serão determinados a cada saque do Limite, de acordo com o pactuado nas operações derivadas. Encargos Moratórios: Serão aqueles ajustados a remunerar o credor, acrescido de 1% ao mês ou 12,68% ao ano. Multa: 2,0% sobre o total do débito apurado, incluído o principal, encargos reembolsos e outras verbas

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570696600000120953496
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570696600000120953496
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:07

convencionadas no título. Taxas das Operações Derivadas: a) Taxa Mínima: 3% ao ano; b) Taxa Máxima: 5% ao mês. **Avaliação do imóvel para fins de garantia e venda em Público Leilão**: R$ 34.752.315,00 (Trinta e Quatro Milhões, Setecentos e Cinquenta e Dois Mil, Trezentos e Quinze Reais). **Prazo de Intimação e Purgação da Mora**: Decorrido o prazo de carência de 15 (quinze) dias, conforme estabelecido no Parágrafo segundo o artigo 26 da Lei 9.514/97, contados do vencimento da prestação em atraso, o credor, ou seu cessionário, poderá, a qualquer tempo, iniciar o procedimento de intimação e, mesmo que não concretizada, o devedor que pretender purgar a mora deverá fazê-lo com o pagamento das prestações vencidas e não pagas e as que se vencerem no curso da intimação, com todos os encargos previstos neste título. A mora do devedor será comprovada mediante intimação com prazo de 15 (quinze) dias para sua purgação. Além dos empréstimos e financiamentos tomados pelo devedor a partir da assinatura deste contrato, serão consideradas Operações Financeiras Derivadas firmadas entre o Credor e o Devedor e, portanto, abrangidas pelas obrigações e garantias constituídas neste contrato, os seguintes empréstimos e financiamento firmados antes da assinatura deste Contrato pelo Credor e pelo Devedor: Número: B91220152-3; Instrumento: Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária; Valor Principal: R$ 650.000,00; Vencimento Final: 20.04.2024; Taxa de Juros: 11,48% a.a.; Número: C21220617-2; Instrumento: Cédula de Produto Rural; Valor Principal: R$ 1.500.000,00; Vencimento Final: 11.08.2025; Taxa de Juros: 4,11% a.a e Número: C01220452-4; Instrumento: Cédula de Crédito Bancário; Valor Principal: R$ 1.500.000,00; Vencimento Final: 02.06.2025; Taxa de Juros: 6% a.a. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2022** Denominação do Imóvel Fazenda Santiago; Localização Linha Santa Cruz II, Município de Santa Cruz do Xingú-MT; Código do Imóvel n. **930.334.037.354-0**; Módulo Rural 49,2381 ha.; n. de Módulos Rurais 15,84; Módulo Fiscal 80,00 ha.; n. de Módulos Fiscais: 12,2679; FMP 4,00 ha.; área: 981,4321 ha.; Declarante: Jair Silvério Pinto Ribeiro, inscrito no CPF/MF: 160.869.021-00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 07.11.2022 e válida até 06.05.2023, com o Nº. do Imóvel - **NIRF: 4.323.484-4**; c) Certidões Negativas de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas pela Secretaria da Receita Federal aos 04.10.2022 e válida até 02.04.2023, em nome de Julio Flávio Gervásio Pinto Ribeiro e aos 07.11.2022 e válida até 06.05.2023 em nome de Jair Silvério Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 5.223,30. Vila Rica, 05 de dezembro de 2022. Eu, [illegible] Grécia Marun Dias Cazarin, Escrevente Substituta, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-22-5.484 - Protocolo nº 38.319 de 20.04.2023 - **Penhor Máquina** - Para as finalidades do artigo nº. 167, II, 34, da Lei nº. 6.015/73, com redação dada pela Lei nº. 14.382 de 27.06.2022, procede-se a presente averbação para constar que nesta data foi efetuado o registro sob nº **R-11.590 do Livro 03 - Registro Auxiliar** deste Ofício, de penhor de máquina (01 Trator Agrícola de Rodas CASEIH, MAGNUM 290, ANO 2023) de bens localizados no imóvel objeto da presente matrícula. Emolumentos: R $ 17,50. Vila Rica, 26 de abril de 2023. Eu, [illegible] Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-23-5.484 - Protocolo nº 38.886 de 23.06.2023 - **Penhor Máquina** - Para as finalidades do artigo nº. 167, II, 34, da Lei nº. 6.015/73, com redação dada pela Lei nº. 14.382 de 27.06.2022, procede-se a presente averbação para constar que nesta data foi efetuado o registro sob nº **R-11.726 do Livro 03 - Registro Auxiliar** deste Ofício, de penhor de máquina (01 Plataforma para corte de milho, Marca: vence tudo; Modelo: bocuda 08; Ano de Fabricação: 2023; Código CFI: 1279602) de bens localizados no imóvel objeto da presente matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 28 de junho de 2023. Eu, [illegible] Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **6484**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé. Vila Rica-MT, 20 de julho de 2023. Emitido por LUCAS as 09:21:04

Lucas Rafael Rauber
Escrevente-Substituto

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 12164 - R$ 71,10
Consulte: http://www.tjmt.jus.br/selos

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: 276

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570696600000120953496
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570696600000120953496
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:07

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
5.485	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, Parcela 2, situado no município de Santa Cruz do Xingú, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA SANTIAGO"**, com a área de **811,0183 ha (Oitocentos e onze hectares, um are e oitenta e três centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 12.050,47 metros. "Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice AFK-M-0269, de coordenadas N 8.875.677,270m e E 326.195,148m, situado no limite da faixa de domínio da estrada municipal em comum com o Lote 34; deste, segue confrontando com o Lote 34, de Armindo Walk, Código INCRA: 901.059.012.505-7, Matrícula nº 8.879 (RGI de São Félix do Araguaia), com os seguintes azimute e distância: 167°52'52" e 2.051,24 m até o vértice AFK-M-0270, de coordenadas N 8.873.671,747m e E 326.625,783m; deste, segue confrontando com a Fazenda Bonanza, de Francisco Inocêncio da Costa, Código INCRA: 901.105.111.201-0, Matrículas nºs 805, 806 e 731 (RGI de Vila Rica), com os seguintes azimutes e distâncias: 257°54'29" e 2.038,45 m até o vértice AFK-M-0271, de coordenadas N 8.873.244,732m e E 324.632,560m, 257°55'26" e 1.002,14 m até o vértice AFK-M-0279, de coordenadas N 8.873.035,075m e E 323.652,601m; deste, segue confrontando com a Fazenda São Bento, de Osmar Lopes da Costa, Código INCRA: 930.334.037.842-9, Matrícula nº 11.515 (RGI de São Félix do Araguaia), com os seguintes azimute e distância: 259°24'04" e 964,88 m até o vértice AFK-M-0272, de coordenadas N 8.872.857,602m e E 322.704,178m; deste, segue confrontando com a Fazenda Savela, de Analiria Savela, Código INCRA: 901.130.189.600-4, Matrícula nº 8.869 (RGI de São Félix do Araguaia), com os seguintes azimute e distância: 347°52'15" e 1.988,08 m até o vértice AFK-M-0273, de coordenadas N 8.874.801,305m e E 322.286,454m, situado no limite da faixa de domínio da estrada municipal; deste, segue confrontando com a referida estrada municipal no sentido para a cidade de Santa Cruz do Xingu, com os seguintes azimutes e distâncias: 77°37'01" e 2.018,24 m até o vértice AFK-P-0900, de coordenadas N 8.875.234,107m e E 324.257,746m; 77°06'57" e 1.987,44 m até o vértice AFK-M-0269, vértice inicial da descrição deste perímetro". Todas as coordenadas acima descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir dos marcos geodésicos do IBGE localizados em SÃO JOSÉ DO XINGU (SAT-91211) e CONFRESA (SAT-91194), de coordenadas N 8.805.003,969 m, E 309.239,522 m e N 8.824.401,702 m, E 438.315,592 m, respectivamente, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central 51°00' WGr., Fuso 22, tendo como datum o SAD-69. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Heber Garcia Nunes, Engº Agrônomo, CREA-MT 4.346/D - Cód. Cred/Incra: AFK, todos contendo a Certificação do INCRA nº 131111000110-90 emitida em 23 de novembro de 2011, vinculado a ART nr. 02B.0.018.212, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO**, brasileiro, agropecuarista, separado judicialmente, inscrito no CPF/MF: 160.869.021-00 e portador da Carteira de Identidade RG nº 728.970-SSP/GO, residente e domiciliado à Av. D. Pedro I nº 186, centro, em Quirinópolis-GO. CCIR 2006/2007/2008/2009 2ª via; Denominação do Imóvel Fazenda Santiago; Localização Linha Santa Cruz II, Município de Santa Cruz do Xingú-MT; Código do Imóvel n. **930.334.037.354-0**; Módulo Rural 30,0019 ha.; n. de Módulos Rurais 60,01; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 22,5051; FMP 4,00 ha.; área: 1.800,4149 ha.; Detentor: Jair Silverio Pinto Ribeiro, brasileiro, código da pessoa 02.048.550-6. Número do Imóvel na Receita Federal: **4.323.484-4**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 617 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 13.162 de 23.05.2012. Emolumentos: R$ 47,90. **Vila Rica, 22 de junho de 2012**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-01-5.485 - **(Termo de Preservação Florestal)** - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-617** de 29.10.2004 do livro 02 desta serventia, onde consta que nos termos da **AV-04-11.516** de 09.05.95 do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: conforme Termo de Responsabilidade e Preservação de Floresta, datado de 24.04.95, firmado pelo Sr. **JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO**, acima citado e qualificado, e pelo **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS** - Superintendência Regional em Mato Grosso em que o mesmo declarou, perante **AUTORIDADE FLORESTAL**, que a **"FLORESTA OU FORMA DE VEGETAÇÃO"** existente na área de **892,2883 ha**, relativos a **50%** da propriedade

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570696600000120953496
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570696600000120953496
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:07

que é de 1.784,5766 ha, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração a não ser mediante **AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO IBAMA**, fica **VEDADA** a alteração da área destinada a **RESERVA LEGAL**, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento desta, comprometendo-se por si, seus herdeiros e sucessores a fazer o presente gravame sempre bom, firme e valioso. Vila Rica, 22 de junho de 2012. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

AV-02-5.485 - **(HIPOTECA CEDULAR EM 1º GRAU)** - Consta na **AV-02-617** datada de 29.10.2004 do livro 02 desta serventia que: a totalidade do imóvel objeto desta matrícula encontra-se onerado, **em hipoteca cedular de 1º grau**, nos termos do **R.10-11.516** de 10.02.2004 do livro 02 e registrada no Livro 03 de Registro Auxiliar sob o nº **8.548** do CRI de São Felix do Araguaia, conforme **CRH 200305077**, emitida em Quirinópolis-GO, aos 29.12.2003, o Sr. **JAIR SILVÉRIO PINTO RIBEIRO**, (já citado e qualificado), **na qualidade de emitente** e **ODILSON ABADIO DE RESENDE**, casado, inscrito no CPF/MF 603.329.487-49 e portador da Carteira de Identidade RG nº 860028 SSP-GO, residente e domiciliado na Rua Adolfo J. D. Abadia nº 74, Edif. e do Sul, **na qualidade de Avalista**, deram em favor do **BANCO BRADESCO S/A** (Ag. de Quirinópolis-GO), CNPJ/MF: 60.746.948/0001-12, em garantia da dívida no valor de **R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)**, com vencimento para **15.12.2008**, a juros de **8,75%** ao ano, tudo conforme certidão expedida por aquele Ofício registral, arquivada nesta serventia. Vila Rica, 22 de junho de 2012. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

AV-03-5.485 - **(HIPOTECA DE 2º GRAU)** - Consta no **R-03-617** datado de 04.11.2004 do livro 02 desta serventia que: Conforme **ESCRITURA PÚBLICA DE HIPOTECA** lavrada em 28.10.2004, às fls. 55/56 no livro nº 2 do 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Confresa-MT, o emitente devedor, Sr. **JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO**, acima citado e qualificado, deu à **BUNGE ALIMENTOS S/A**, pessoa jurídica de direito privada, estabelecida no município de Gaspar-SC a Rodovia Jorge Lacerda, Km 20, inscrita no CNPJ/MF sob nº 84.046.101/0001-93, no ato da escritura representada por seus procuradores Sr. Igor Melk Marques Oliveira, brasileiro, industriário, solteiro, inscrito no CPF/MF: 834.536.521-34 e portador da Carteira de Identidade RG nº 1.158.271-5-SSP/MT, residente e domiciliado no Município de Canarana-MT, conforme procuração lavrada às fls. 33, livro 282 no Cartório de Blumenau-SC; e Celso Jose Trento, brasileiro, solteiro, industriário, inscrito no CPF/MF: 458.781.601-44 e portador da Carteira de Identidade RG nº 700.761-SSP/MT, residente e domiciliado em Bunge Alimentos S/A Porto Alegre do Norte-MT, conforme procuração lavrada às fls. 112, livro 281 no Cartório de Blumenau-SC em data de 24.03.2004, em **HIPOTECA DE 2º GRAU**, sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, tendo em vista que comercializam cereais entre si e que, em conseqüência desses negócios, podem ser feitos pagamentos antecipados em relação a entrega dos respectivos cereais, os outorgantes devedores deram em garantia ao cumprimento das obrigações já assumidas ou que vierem a ser assumidas nessas operações de compra e venda, tanto em relação a entrega do porduto, como em relação as demais obrigações, tais como, multas, despesas processuais, honorários advocatícios, etc, e para efeitos legais as partes atribuiram a presente hipoteca o valor de **R$ 3.568.000,00** (Três milhões, quinhentos e sessenta e oito mil reais) correspondendo ao valor do imóvel, nesta data, nos termos do art. 818 do Código Civil Brasileiro. **PRAZO DA HIPOTECA:** a presente hipoteca é dada pelo **prazo de 06 (seis) anos**, a contar desta data, e seus efeitos perdurarão até a liquidação total das obrigações do outorgante devedore com a outorgada credora, se estes o solicitarem, a outorgada credora deverá conceder-lhe autorização para concelamento desta hipoteca. Demais condições: as constantes na escritura publica aqui arquivada. Vila Rica, 22 de junho de 2012. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-04-5.485 - **(Retificação Hipoteca Cedular em 1º grau)** - Consta na **AV-04-617** datada de 26.04.2007 do livro 02 desta serventia que: Conforme artigo 213 da Lei 6.015/73, e em atendimento ao

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570696600000120953496
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570696600000120953496
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:07

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
5.485	2	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

Ofício 111/2007 datado de 18.04.07 do CRI de São Félix do Araguaia-MT, e cópia autenticada do título, faço a presente averbação para constar que na **CRH 200305077** descrita na **AV-02** desta, originária do R.10-11.516 do CRI de São Félix do Araguaia-MT, onde consta "...a totalidade do imóvel objeto desta matrícula encontra-se onerado..." **retifico** o registro para constar corretamente que: "...**a parte ideal de 793,52 ha do imóvel** objeto desta matrícula encontra-se onerado, em hipoteca cedular de 1º grau," e não a totalidade do imóvel como constou. Vila Rica, 22 de junho de 2012. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

AV-05-5.485 - GEORREFERENCIAMENTO DESTE IMÓVEL - Certifico que na **AV-06-617** deste ofício, que o imóvel objeto daquela matrícula (617) foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21/11/2011 conforme Certificação nº 131111000110-90** datada de 23.11.2011 emitida pelo Sr. Dario Ipojucan Venceslau - Membro do Comitê Responsável pela Análise Técnica - Ordem de Serviço SR-13(MT) G/Nº 222/2011 de 16 de setembro de 2011 - Código de Credenciamento junto ao INCRA - ABO, e Sr. Genuino Magalhães Soriano - Presidente do Comitê Regional de Certificação - Ordem de Serviço SR-13(MT) G/Nº 222/2011 de 16 de setembro de 2011 - Código de Credenciamento junto ao INCRA - ABZ (Processo INCRA nº **54240.005889/2005-31**). Vila Rica, 22 de junho de 2012. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

AV-06-5.485 - Protocolo nº 26.741 de 23.04.2019 - **Baixa da Hipoteca 2º grau** - Conforme autorização do credor, BUNGE ALIMENTOS S/A, datada de 27.02.2019, firmada por Sandro Wilsmann e Vania Leticia de Araujo Ressurreição (Representantes do Credor), devidamente assinada e com firma reconhecida, arquivada neste ofício, dou **baixa na Escritura Pública de Hipoteca** lavrada em 28.10.2004, às fls. 55/56 no livro nº 2 do 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Confresa-MT, registrada sob **R-03-617** matrícula anterior e respectivamente **AV-03-5.485** desta matrícula. Emolumentos: R$ 13,80. Vila Rica, 24 de abril de 2019. Eu, _____ Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-5.485 - Protocolo nº 28.709 de 18.02.2020 - **Baixa da Hipoteca 1º grau** - Conforme autorização do credor, BANCO BRADESCO S/A, datada de 14.02.2020, firmada por Wekixley da Silva Fernandes e Gabriela Cristina Gomes Rocha (Representantes do Credor), devidamente assinada e com firma reconhecida, arquivada neste ofício, dou **baixa na CRH** nº. **200305077**, averbada sob **AV-02-617** e aditivo **AV-04-617** matrícula anterior e respectivamente **AV-02-5.485** e aditivo **AV-04-5.485** desta matrícula. Emolumentos: R$ 14,20. Vila Rica, 19 de fevereiro de 2020. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

AV-08-5.485 - Protocolo nº 28.937 de 17.03.2020 - **CASAMENTO** - Conforme artigo 59 da Lei 10.931/2004 e artigo 213 inciso I, alínea g da Lei 6.015/73, e da fotocópia da Certidão de Casamento sob nº. 338, do Livro 03, as Folhas 038, do Cartório de Registro Civil da Cidade de São José do Xingú-MT, realizado em **23.02.2009**, sob o regime de **COMUNHÃO PARCIAL DE BENS**, que **Jair Silvério Pinto Ribeiro**, contraiu matrimônio com RENATA SANTOS, e que a mesma passou a assinar **RENATA SANTOS RIBEIRO**. Emolumentos: R$ 14,20. Vila Rica, 19 de março de 2020. Eu, _____ Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-09-5.485 - Protocolo nº 28.937 de 17.03.2020 - **Inclusão do nº CPF e RG da Esposa** - Conforme artigo 59 da Lei 10.931/2004 e artigo 213 inciso I, alínea g da Lei 6.015/73 e mediante fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação nr. 1109727888 nº de registro 00573084476, apresentada, faço a presente averbação para constar que a esposa do proprietário do imóvel desta matrícula a Sra **Renata Santos Ribeiro**, está inscrita no CPF/MF: **709.047.401-10** e portadora da Carteira de Identidade RG nº **2972911 SSP/GO**, brasileira, filha de Hildio Alves dos Santos e Cidislene Freitas dos

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570696600000120953496
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570696600000120953496
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:07

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
5.485	2-v	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

Santos. Emolumentos: R$ 14,20. Vila Rica, 19 de março de 2020. Eu, Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

R-10-5.485 - Protocolo nº 28.937 de 17.03.2020 - **HIPOTECA CEDULAR EM 1º GRAU** - Conforme **CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA Nº 365600303318**, emitida em Rio Verde-GO (Praça de Pagamento) aos 11.03.2020, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 19.03.2020, sob nº **9.510**, o Sr. **JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO, na qualidade de Emitente/Fiel Depositário/Anuente**; **RENATA SANTOS RIBEIRO**, **na qualidade de Avalista** (acima citados e qualificados); **JULIO FLAVIO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO**, inscrito no CPF/MF sob nº. 016.025.751-42, **na qualidade de Avalista**; deram ao credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, com sede à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, Bloco A, Vila Olímpia, em São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42, por sua Agência em Rio Verde-GO, em **HIPOTECA CEDULAR EM 1º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, (avaliado em R$ 8.921.200,80), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 595.000,00** (Quinhentos e Noventa e Cinco Mil Reais), destinados à Custeio Pecuário - Bovinocultura - Carne, com vencimento para **05.03.2021**. **Forma de Pagamento**: em 01 (uma) única parcela na data de vencimento do título, a juros de **6,00% ao ano**. IOF: 0,3800%. Juros Moratórios: 1,00% ao mês. Multa: 2,00%. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2019**, Denominação do Imóvel Fazenda Santiago; Localização Lote Rural Parcela 2, Zona Rural, no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **951.064.279.439-7**; Módulo Rural 70,0201 ha; n. de Módulos Rurais 5,87; Módulo Fiscal 80,00 ha; n. de Módulos Fiscais: 10,1377; FMP 4,00 ha.; área: 811,0183 ha.; Declarante: Jair Silvério Pinto Ribeiro; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitido pela Secretaria da Receita Federal aos 03.03.2020 e válida até 30.08.2020, com o Número do Imóvel na Receita Federal **NIRF: 4.323.484-4**; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 03.03.2020 e válida até 30.08.2020. Emolumentos: R$ 74,40. Vila Rica, 19 de março de 2020. Eu, Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

R-11-5.485 - Protocolo nº 29.740 de 22.07.2020 - **HIPOTECA CEDULAR EM 2º GRAU** - Conforme **CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA Nº 365600303741**, emitida em Rio Verde-GO (Praça de Pagamento) aos 14.07.2020, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.07.2020, sob nº **9.732**, o Sr. **JULIO FLAVIO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO,** brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 016.025.751-42 e portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 04628102901 DETRAN-MT, residente e domiciliado à Avenida Marechal Rondon, s/n, Qd. 27, Lote 03, centro, na cidade de Santa Cruz do Xingú-MT, **na qualidade de Emitente/Fiel Depositário**; **JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO**, **na qualidade de Avalista/Interveniente Garantidor**; **RENATA SANTOS RIBEIRO**, **na qualidade de Anuente** (acima citados e qualificados); deram ao credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, com sede à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, Bloco A, Vila Olímpia, em São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42, por sua agência em Rio Verde-GO, em **HIPOTECA CEDULAR EM 2º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, (avaliado em R$ 6.666.109,80), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 1.700.000,00** (Hum milhão e setecentos mil reais), destinados à Custeio Pecuário - Bovinos - Aquisição e Manutenção de Animais, com vencimento para **04.07.2022**. **Forma de Pagamento**: em 01 (uma) única parcela na data de vencimento do título, a juros de **6,00% ao ano**. Juros Moratórios: 1,00% ao mês. Multa: 2,00%. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2019**, acima citado; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitido pela Secretaria da Receita Federal, emitida aos 21.07.2020 e válida até 17.01.2021, com o Número do Imóvel na Receita Federal **NIRF: 4.323.484-4**; c) Certidão Negativa de

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570696600000120953496
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570696600000120953496
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:07

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
5.485	3	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2689 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 21.07.2020 e válida até 17.01.2021. Emolumentos: R$ 74,40. Vila Rica, 22 de Julho de 2020. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.-

R-12-5.485 - Protocolo nº 30.254 de 29.09.2020 - **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO nº. 60268140-01 e INSTRUMENTO DE ADITAMENTO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**, emitidos em Santa Cruz do Xingú-MT (Praça de Pagamento) aos 18.09.2020, o Sr. **JULIO FLAVIO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**; **JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO**, **na qualidade de Avalista/Hipotecante/Cônjuge** e **RENATA SANTOS RIBEIRO**, **na qualidade de Cônjuge/Hipotecante** (acima citados e qualificados), deram ao credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, com sede à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, Bloco A, Vila Olímpia, em São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42, por sua Unidade de Atendimento em Santa Cruz do Xingú-MT, em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, (Avaliado em R$ 6.666.109,80), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 1.400.000,00** (Hum Milhão e Quatrocentos Mil Reais), destinados à Recuperação de 455,00 ha de pastagem (Distribuição de Calcário, Adubo Super Simples, Incorporação dos Insumos (Gradagem), Grade Niveladora, Distribuição de Sementes e Recuperação de 4Km de Cercas), com vencimento para **15.10.2027**. **Forma de Pagamento**: em 84 (oitenta e quatro) meses, de periodicidade anual, vencendo a primeira parcela em 15.10.2021 e a única na data de vencimento do título, a juros de **6,00% ao ano**. Juros Moratórios: 1,00% ao mês ou fração. Multa Moratória: 2,00%. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2020**, Denominação do Imóvel Fazenda Santiago; Localização Lote Rural Parcela 2, Zona Rural, no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **951.064.279.439-7**; Módulo Rural 70,0201 ha; n. de Módulos Rurais 5,87; Módulo Fiscal 80,00 ha; n. de Módulos Fiscais: 10,1377; FMP 4,00 ha.; área: 811,0183 ha.; Declarante: Jair Silvério Pinto Ribeiro; b) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 28.09.2020 e válida até 27.03.2021, com o Número do Imóvel na Receita Federal **NIRF: 4.323.484-4**; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 28.08.2020 e válida até 24.02.2021, em nome de Julio Flávio Gervasio Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 1.491,50. Vila Rica, 29 de setembro de 2020. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-13-5.485 - Protocolo nº 31.710 de 04.05.2021 - **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** - Conforme **CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA nº. 365600304535**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT aos 29.04.2021, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 04.05.2021, sob nº **10.207**, o Sr. **JULIO FLAVIO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**; **JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO**, **na qualidade de Avalista/Garantidor**; **RENATA SANTOS RIBEIRO**, **na qualidade de Cônjuge do Avalista** (acima citados e qualificados) e **ROBERTA ROSA BORGES**, inscrita no CPF/MF sob nº. 026.016.371-61, **na qualidade de Avalista**, deram ao credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, com sede à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 2.041 e 2.235, em São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42, por sua Unidade de Atendimento em Santa Cruz do Xingú-MT, em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, (Avaliado em R$ 6.666.109,80), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 1.300.000,00** (Um Milhão e Trezentos Mil Reais), destinados à Bovinos - Aquisição e Manutenção de Animais - safra 2020/2021, com vencimento para **19.04.2023**. **Forma de Pagamento**: em 01 (uma) única parcela, na data de vencimento do título, a juros taxa pré-fixada de **6,00% ao ano**. IOF: 0,3800%. Juros Moratórios: 1,00% ao mês ou fração, calculados sobre a importância em atraso. Multa Não Compensatória: 2,00%. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2020** (acima citado); b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 04.05.2021 e válida até 31.10.2021, com o nº. do Imóvel - **NIRF: 4.323.484-4**; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 12.03.2021 e válida até 08.09.2021, em nome de Julio Flavio Gervasio Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 78,30. Vila Rica, 04 de maio de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.---

R-14-5.485 - Protocolo nº 32.310 de 08.07.2021 - **HIPOTECA CEDULAR EM 5º GRAU** - Conforme **CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA nº. 365600305043**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT aos 30.06.2021, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 09.07.2021, sob nº **10.310**, o Sr. **JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO**, **na qualidade de Emitente/Cônjuge do Avalista/Depositário**; **RENATA SANTOS RIBEIRO**, **na qualidade de Avalista** (acima citados e qualificados); **JULIO FLAVIO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO**, inscrito no CPF/MF sob nº. 016.025.751-42, **na qualidade de Avalista e ROBERTA ROSA BORGES**, inscrita no CPF/MF sob nº. 026.016.371-61, **na qualidade de Cônjuge do Avalista**, deram ao credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, com sede à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 2.041 e 2.235, em São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42, por sua Unidade de Atendimento em Santa Cruz do Xingú-MT, em **HIPOTECA CEDULAR EM 5º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, (Avaliado em R$ 8.502.418,95), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 1.000.000,00** (Um Milhão de Reais), destinados à Bovinos - Aquisição e Manutenção de Animais - safra 2020/2021, com vencimento para **20.06.2023**. **Forma de Pagamento**: em 01 (uma) única parcela, na data de vencimento do título, a juros taxa pré-fixada de **5,00% ao ano**. IOF: 0,3800%. Juros Moratórios: 1,00% ao mês ou fração, calculados sobre a importância em atraso. Multa Não Compensatória: 2,00%. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2020** (acima citado); b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 04.05.2021 e válida até 31.10.2021, com o nº. do Imóvel - **NIRF: 4.323.484-4**; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 08.07.2021 e válida até 04.01.2022, em nome de Jair Silvério Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 78,30. Vila Rica, 09 de julho de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

R-15-5.485 - Protocolo nº 33.925 de 07.01.2022 - **HIPOTECA CEDULAR EM 6º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE PRODUTO RURAL COM LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA nº. 365600305620**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT, aos 17.12.2021, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 07.01.2022, sob nº **10.702**, o Sr. **JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO**, **na qualidade de Emitente/Cônjuge do Avalista/Garantidor/Depositário**; **RENATA SANTOS RIBEIRO**, **na qualidade de Avalista/Garantidora** (acima citados e qualificados); **JULIO FLAVIO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO**, inscrito no CPF/MF sob nº. 016.025.751-42, **na qualidade de Avalista**, deram ao credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, com sede à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 2.041 e 2.235, em São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42, em **HIPOTECA CEDULAR EM 6º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, (Avaliado em R$ 14.048.146,40), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 449.995,50** (Quatrocentos e Quarenta e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Cinquenta Centavos), destinados à Soja em Grãos (2.710,00 sacas com 60 Kg); Preço do Produto: R$ 166,05, conforme indicador CEPEA. **SAFRA:** 2021/2022, com vencimento para **03.02.2023**. **Forma de Pagamento**: em 01 (uma) única parcela em 03.02.2023, no valor principal de R$ 449.995,50. Local e Condições de Entrega (Financeira): Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 2041 e 2235, Vila Olímpia, Bloco A - CEP: 04543-011, São Paulo-SP, mediante débito em conta corrente nº. 020020585 de titularidade do cliente mantida na agência nº. 3656 do banco, a Juros Taxa Préfixada de **16,74% ao ano**. Juros Moratórios:

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

1,00% ao mês e Multa Moratória Convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2,00%, ambos calculados sobre o montante devido e não pago, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2021**, Denominação do Imóvel Fazenda Santiago; Localização Lote Rural Parcela 2, Zona Rural, no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **951.064.279.439-7**; Módulo Rural 70,0201 ha; n. de Módulos Rurais 5,87; Módulo Fiscal 80,00 ha; n. de Módulos Fiscais: 10,1377; FMP 4.00 ha.; área: 811,0183 ha.; Declarante: Jair Silvério Pinto Ribeiro; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 07.01.2022 e válida até 06.07.2022, com o nº. Imóvel - **NIRF: 4.323.484-4**; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 07.01.2022 e válida até 06.07.2022, em nome de Jair Silvério Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 86,90. Vila Rica, 07 de janeiro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-16-5.485 - Protocolo nº 33.927 de 07.01.2022 - **HIPOTECA CEDULAR EM 7º GRAU** - Conforme **CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA nº. 365600305647**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT (Praça de Pagamento) aos 23.12.2021, o Sr. **JULIO FLÁVIO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**; **JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO**, **na qualidade de Avalista/Garantidor**; **RENATA SANTOS RIBEIRO**, **na qualidade de Anuente/Garantidora** (acima citados e qualificados) e **ROBERTA ROSA BORGES**, inscrita no CPF/MF sob nº. 026.016.371-61, **na qualidade de Avalista**, deram ao credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, com sede à Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, nº. 2.041 e 2.235, em São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42, em **HIPOTECA CEDULAR EM 7º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, (Avaliado em R$ 14.048.146,40), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 1.200.000,00** (Um Milhão e Duzentos Mil Reais), destinados à Investimento Agrícola - Serviço Prof.Tec/Correção Intensiva do Solo - Fazenda Santiago (Mat. 5.484); Área Beneficiada: 267,00 Ha, com vencimento para **29.11.2028**. **Forma de Pagamento**: em 07 (sete) parcelas anuais e sucessivas, vencíveis em 01.12.2022 (R$ 249.410,52); 01.12.2023 (R$ 217.389,17); 02.12.2024 (R$ 189.336,30); 01.12.2025 (R$ 165.089,87); 30.11.2026 (R$ 143.948,42); 30.11.2027 (R$ 125.467,15) e a última na data de vencimento do título (R$ 109.358,57), mediante débito em conta corrente nº. 010999903 de titularidade do cliente mantida na agência nº. 3656 do banco, a Juros Taxa Pré-fixada de **14,73% ao ano**. IOF: 0,3800%. Juros Moratórios: 1,00% ao mês, calculados sobre a importância em atraso, acrescido da multa. Multa Não Compensatória: 2,00%. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2021** (acima citado); b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, (acima citado); c) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 13.12.2021 e válida até 11.06.2022, em nome de Julio Flávio Gervasio Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 1.741,10. Vila Rica, 07 de janeiro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

R-17-5.485 - Protocolo nº 35.018 de 27.05.2022 - **HIPOTECA CEDULAR EM 8º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE PRODUTO RURAL COM LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA nº. 365600305981**, emitida em Confresa-MT, aos 17.05.2022, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 30.05.2022, sob nº **10.913** Sra. **ROBERTA ROSA BORGES**, brasileira, casada, agropecuarista, inscrita no CPF/MF sob nº 026.016.371-61 e portadora da CNH/DETRAN/MT nº 05295280445, residente e domiciliada a Avenida Progresso, s/n, Qd. 08, Lote 10, Jardim Vitoria, **na qualidade de Emitente/Garantidora/Depositário; JULIO FLÁVIO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO**, (acima citado e qualificado) **na qualidade de Avalista, JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO** e **RENATA SANTOS RIBEIRO**, **na qualidade de Garantidores** (acima citados e qualificados), deram ao credor **BANCO**

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
5.485	4-v	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

SANTANDER (BRASIL) S.A., com sede à Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, nº. 2.041 e 2.235, em São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42, em **HIPOTECA CEDULAR EM 8º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, (Avaliado em R$ 14.048.146,40), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 200.000,00** (Duzentos Mil Reais), destinados à Bovinos - Quantidade/Unidade: 625,00 Arrobas; Descrição (Tipo/Qualidade): Bovino/Pastagem; Preço do Produto R$ 320,00 conforme indicador SCOT Consultoria; Local de Desenvolvimento do Produto: Fazenda Santiago, em Santa Cruz do Xingú/MT, matrícula nr. 5.484; Praça de Pagamento: 3656/Rio Verde/GO, com vencimento para **23.06.2023**. **Forma de Pagamento**: em 01 (uma) única parcela na data de vencimento do título, no valor de R$ 200.000,00, a Juros Taxa Pré-fixada de **18,32% ao ano**. Juros Moratórios: 1,00% ao mês. Multa Moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2,00%, ambos calculados sobre o montante devido e não pago, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2021** (acima citado); b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, (acima citado); c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 06.04.2022 e válida até 03.10.2022, em nome de Roberta Rosa Borges. Emolumentos: R$ 86,90. Vila Rica, 30 de maio de 2022. Eu, _____ Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-18-5.485 - Protocolo nº 35.192 de 23.06.2022 - **HIPOTECA CEDULAR EM 9º GRAU** - Conforme **CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA nº. 365600306139**, emitida em Confresa-MT, aos 08.06.2022, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 24.06.2022, sob nº **10.962**, a Sra. **ROBERTA ROSA BORGES,** brasileira, casada, agropecuarista, inscrita no CPF/MF sob nº 026.016.371-61 e portadora da CNH/DETRAN/MT nº 05295280445, residente e domiciliada à Avenida Progresso, s/n, Qd. 08, Lote 10, Jardim Vitoria, **na qualidade de Emitente/Depositário/ Cônjuge do Avalista**; **JULIO FLÁVIO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO**, (acima citado e qualificado) **na qualidade de Avalista**; **JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO** e **RENATA SANTOS RIBEIRO**, **na qualidade de Garantidores** (acima citados e qualificados), deram ao credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, com sede à Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, nº. 2.041 e 2.235, em São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42, em **HIPOTECA CEDULAR EM 9º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, (Avaliado em R$ 14.048.146,40), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 200.000,00** (Duzentos Mil Reais), destinados à Custeio Pecuário - Bovinos - Aquisição e Manutenção de Animais, com vencimento para **15.05.2024**. **Forma de Pagamento**: em 01 (uma) única parcela em 15.05.2024, no valor principal de R$ 200.000,00, mediante débito em conta corrente nº. 020274416 de titularidade do cliente mantida na agência nº. 3656 do banco, a Juros Taxa Pré-fixada de **5,50% ao ano**. IOF: 0,3800%. Juros Moratórios: 1,00% ao mês e Multa Não Compensatória de 2,00%, estes calculados sobre a importância em atraso, acrescido da multa. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2021** (acima citado); b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, (acima citado); c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, (acima citado). Emolumentos: R$ 86,90. Vila Rica, 24 de junho de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

R-19-5.485 - Protocolo nº 35.929 de 30.08.2022 - **HIPOTECA CEDULAR EM 10º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE PRODUTO RURAL COM LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA nº. 365600306511**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT, aos 24.08.2022, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 31.08.2022, sob nº **11.150**, o Sr. **JULIO FLÁVIO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente/Garantidor/Depositário**; **JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO**, **na qualidade de Avalista/Garantidor; RENATA SANTOS RIBEIRO**, **na qualidade de**

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
5.485	5	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

Cônjuge do Avalista/Garantidora (acima citados e qualificados) e **ROBERTA ROSA BORGES**, inscrita no CPF/MF sob nº. 026.016.371-61, **na qualidade de Avalista**, deram ao credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, com sede à Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, nº. 2.041 e 2.235, em São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42, em **HIPOTECA CEDULAR EM 10º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, (Avaliado em R$ 14.048.146,40), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 1.799.926,00** (Um Milhão, Setecentos e Noventa e Nove Mil, Novecentos e Vinte e Seis Reais), destinados à Bovinos - 5.678,00/Arrobas - Bovino - Pastagem, Safra 2023/2023; Preço do Produto: R$ 317,00 conforme indicador CEPEA, com Local e Condições de Entrega (Financeira): Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, nº. 2.041 e 2.235, Vila Olímpia, Bloco A, na cidade de São Paulo-SP (sede do Banco), com vencimento para **09.08.2024**. **Forma de Pagamento**: em 02 (duas) parcelas anuais e sucessivas, no valor nominal de R$ 899.963,00 cada uma, vencendo a primeira em 10.08.2023 e a última na data de 09.08.2024, mediante débito em conta corrente nº. 010999903 de titularidade do cliente mantida na agência nº. 3656 do banco, a Juros Taxa Pré-fixada de **17,34% ao ano.** Juros de Mora: 1% ao mês e Multa Moratório Convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2%, ambos calculados sobre o montante devido e não pago, deste a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. **Praça de Pagamento:** 3656/Rio Verde-GO. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2021** (acima citado); b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 30.08.2022 e válida até 26.02.2023, com o nº. Imóvel - **NIRF: 4.323.484-4**; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 30.08.2022 e válida até 26.02.2023, em nome de Julio Flávio Gervasio Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 86,90. Vila Rica, 31 de agosto de 2022. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-20-5.485 - Protocolo nº 37.437 de 25.01.2023 - **Baixa da Hipoteca Cedular em 1º grau** - Conforme autorização do credor, BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, assinado digitalmente por Fernando dos Santos Lucas (Representante do Credor), datada de 24.01.2023, arquivada neste ofício, dou **baixa na CRPH** nº **365600303318**, registrada sob n. **R-10-5.485** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 31 de janeiro de 2023. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-21-5.485 - Protocolo nº 37.438 de 25.01.2023 - **Baixa da Hipoteca Cedular em 2º grau** - Conforme autorização do credor, BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, assinado digitalmente por Fernando dos Santos Lucas (Representante do Credor), datada de 24.01.2023, arquivada neste ofício, dou **baixa na CRPH** nº **365600303741**, registrada sob n. **R-11-5.485** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 31 de janeiro de 2023. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-22-5.485 - Protocolo nº 38.323 de 20.04.2023 - **HIPOTECA CEDULAR EM 9º GRAU** - Conforme **CÉDULA DE PRODUTO RURAL COM LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA nº. 365600307178**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT, aos 05.04.2023, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 28.04.2023, sob nº **11.596**, o Sr. **JULIO FLÁVIO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente/Garantidor/Depositário; JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO, na qualidade de Avalista/Garantidor/Cônjuge do Avalista; RENATA SANTOS RIBEIRO, na qualidade de Avalista/Cônjuge do Avalista/Garantidora** (acima citados e qualificados) e **ROBERTA ROSA BORGES**, inscrita no CPF/MF sob nº. 026.016.371-61, **na qualidade de Avalista**, deram ao credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, com sede à Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, nº. 2.041 e 2.235, em São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42, em **HIPOTECA CEDULAR EM 9º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

presente matrícula, (Avaliado em R$ 18.010.183,00), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 729.980,80** (Setecentos e Vinte e Nove Mil, Novecentos e Oitenta Reais e Oitenta Centavos), destinados à Soja em Grãos (4.768,00 sacas com 60 Kg); Safra: 2023/2024; Preço do Produto: R$ 153,10, acordado entre as partes, com Local e Condições de Entrega (Financeira): Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 2.041 e 2.235, Vila Olímpia, Bloco A, na cidade de São Paulo-SP (sede do Banco), com vencimento para **29.05.2024**. **Forma de Pagamento**: em 01 (uma) parcela, no valor nominal de R$ 729.980,80, na data de vencimento do título, mediante débito em conta corrente nº. 010999903 de titularidade do cliente mantida na agência nº. 3656 do banco, a Juros Taxa Prefixada de **17,36% ao ano**. Juros de Mora: 1% ao mês e Multa Moratório Convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2%, ambos calculados sobre o montante devido e não pago, deste a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. **Praça de Pagamento:** 3656/Rio Verde-GO. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2022** Denominação do Imóvel Fazenda Santiago; Localização Lote Rural Parcela 2, Zona Rural, no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **951.064.279.439-7**; Módulo Rural 70,0201 ha; n. de Módulos Rurais 5,87; Módulo Fiscal 80,00 ha; n. de Módulos Fiscais: 10,1377; FMP 4,00 ha.; área: 811,0183 ha.; Declarante: Jair Silvério Pinto Ribeiro; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 31.03.2023 e válida até 27.09.2023, com o nº. Imóvel - **NIRF: 4.323.484-4**; c) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 06.04.2023 e válida até 03.10.2023, em nome de Julio Flávio Gervasio Pinto Ribeiro. Emolumentos: R$ 92,10. Vila Rica, 28 de abril de 2023. Eu, _____ Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

R-23-5.485 - Protocolo nº 38.831 de 19.06.2023 - **HIPOTECA CEDULAR EM 10º GRAU** - Conforme **CEDULA DE PRODUTO RURAL COM LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA nº. 365600307445**, emitida em Santa Cruz do Xingú-MT, aos 10.05.2023, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 19.06.2023, sob nº **11.697**, o Sr. **JULIO FLÁVIO GERVÁSIO PINTO RIBEIRO**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente/Fiel Depositário/Cônjuge do Avalista**; **JAIR SILVERIO PINTO RIBEIRO**, **na qualidade de Avalista/Interveniente Garantidor**; **RENATA SANTOS RIBEIRO**, **na qualidade de Cônjuge do Avalista/Interveniente Garantidora** (acima citados e qualificados) e **ROBERTA ROSA BORGES**, inscrita no CPF/MF sob nº. 026.016.371-61, **na qualidade de Avalista**, deram ao credor **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, com sede à Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, nº. 2.041 e 2.235, em São Paulo-SP, inscrito no CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42, em **HIPOTECA CEDULAR EM 10º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, (Avaliado em R$ 18.010.183,00), em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 1.099.905,15** (Um Milhão, Noventa e Nove Mil, Novecentos e Cinco Reais e Quinze Centavos), destinados à Soja (7.979,00 sacas com 60 Kg); Safra: 2022/2023; Preço do Produto: R$ 137,85, acordado entre as partes; Local e Condições de Entrega (Financeira): Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 2.041 e 2.235, Vila Olímpia, Bloco A, na cidade de São Paulo-SP (sede do Banco), com vencimento para **03.05.2024**. **Forma de Pagamento**: em 01 (uma) parcela, no valor nominal de R$ 1.099.905,15, na data de vencimento do título, mediante débito em conta corrente nº. 010999903 de titularidade do cliente mantida na agência nº. 3656 do banco, a Juros Taxa Prefixada de **17,90% ao ano**. Juros de Mora: 1% ao mês e Multa Moratório Convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2%, ambos calculados sobre o montante devido e não pago, deste a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. **Praça de Pagamento:** 3656/Rio Verde-GO. Foi ofertado em penhor agrícola a quantidade de 478,74 Toneladas de Soja - Safra 2023/2024 (localizadas no imóvel objeto da presente matrícula deste Ofício). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2022** (acima

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

Matricula	Ficha	CNM:063362.2.0005485-06 1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000, Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL
5.485	6	

citado); b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, (acima citado); c) Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, (acima citado). Emolumentos: R$ 92,10. Vila Rica, 19 de junho de 2023. Eu, (Márcia Soares Araújo Oliveira) Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **5485**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT, 20 de julho de 2023. Emitido por LUCAS as 09:22:06

Lucas Rafael Rauber
Escrevente Substituto

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 12165 - R$ 76,80
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

Selo de Controle Digital Poder Judiciário - MT Código da Serventia: 276

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL
6.385	1	

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, desmembrado da Fazenda Querença, situado neste município e Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, com a área de **555,00 ha (Quinhentos e cinquenta e cinco hectares)**, com os seguintes limites e confrontações: "Partindo do vértice BM6-M-0191, de coordenadas N 8.880.789,780 e E 530.088,149, segue numa distância de 4.159,05m, no azimute de 90º08'56"S, confrontando com a Fazenda Rancho Imperial, até o vértice BM6-M-0188, de coordenadas N 8.880.778,977 e E 534.247,184, deste segue numa distância de 1.326,66m, no azimute de 179º54'06", confrontando com a Fazenda Floresta, até o vértice BM6-M-0262, de coordenadas N 8.879.455,319 e E 534.249,457, deste segue numa distância de 4.137,116m, no azimute de 269º56'24", confrontando com a Área Remanescente da Fazenda Querença, até o vértice BM6-M-2026, de coordenadas N 8.879.451,015 e E 530.112,343, deste segue numa distância de 1.345,20m, no azimute de 358º57'53", confrontando com a Fazenda Jussara, até o vértice BM6-M-0191, ponto inicial desta descrição". Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Clóvis Inácio Preussler - Engº Agrimensor - Tecgº em Const. Civil - CREA 4668D - MT/PA - INCRA BM6, vinculado a ART nr. 1902197, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIA: ENADIA ERILDA DOS SANTOS**, brasileira, viúva, do lar, filha de Sebastião Teixeira Sobrinho, e de Maria Abadia Teixeira, inscrita no CPF/MF: 081.753.811-91 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 437706 DGPC/GO 2ª via, expedida em 08.02.95, residente e domiciliada à Av. Rio Grande do Norte, nº 381, na cidade de Iporá-GO. CCIR 2006/2007/2008/2009 2ª via; Denominação do Imóvel Fazenda Querencia; Localização Colonia Brasil, no Município de Vila Rica-MT; Código do Imóvel n. **950.041.156.167-0**; Módulo Rural 38,1984 ha.; n. de Módulos Rurais 25,08; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 23,9503; FMP 4,00 ha.; área: 1.916,0272 ha.; Detentor: Enadia Erilda dos Santos, brasileira, código da pessoa 05.513.593-5. Número do Imóvel da Receita Federal: **6.898.963-6.** **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 2.732 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 17.299 de 03.06.2014. Emolumentos: R$ 53,30. **Vila Rica, 04 de julho de 2014.** Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-01-6.385 - (Termo de Preservação Florestal) - Certifico que consta na **AV-01-2.732** de 13.09.2006 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **AV-01-370** deste ofício, o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da Certidão nº **01-14.543** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: à margem da matrícula 14.499 consta uma certidão de nº 01 no teor seguinte: conforme o requerimento citado na AV.04, e Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, datado de 03.05.99, o (antigo proprietário) Sr. **PAULO ROBERTO PARANAÍBA FRANCO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, inscrito no CPF/MF: 446.372.096-68 e portador do RG nº M-2.334.185-SSP/MG, residente e domiciliado em Santa Vitória-MG, assumiu, perante o **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS** - Superintendência Regional em Mato Grosso, IBAMA, a responsabilidade de efetuar a presente averbação à margem desta matrícula, do presente termo, acompanhando de mapa ou croqui, delimitando a área preservada que a **"FLORESTA OU FORMA DE VEGETAÇÃO"** existente na área de **655,05 ha**, relativos a **50%** da propriedade, compreendida nos limites mencionados na AV.04, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem **AUTORIZAÇÃO DO IBAMA**". Vila Rica, 04 de julho de 2014. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-------

AV-02-6.385 - (Termo de Preservação Florestal) - Certifico que consta na **AV-02-2.732** de 13.09.2006 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **AV-02-370** deste ofício, o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da Certidão nº **02-14.543** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: à margem da matrícula 14.499, consta uma averbação de nº 02, no teor seguinte: conforme o requerimento citado na AV.02, e Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, datado de 03.05.99, o Sr. **PAULO ROBERTO PARANAÍBA FRANCO**, anteriormente citado e qualificado, assume, perante o **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS** - Superintendência Regional em Mato

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

Grosso - IBAMA, a responsabilidade de efetuar a presente averbação à margem desta matrícula, do presente termo, acompanhando mapa ou croqui, delimitando a área preservada, que a **"FLORESTA OU FORMA DE VEGETAÇÃO"** existente na área de **1.382,085 ha**, relativos a **50%** da propriedade, compreendida nos limites mencionados na AV.02, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem **AUTORIZAÇÃO DO IBAMA**, em 27.06.03". Vila Rica, 04 de julho de 2014. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-6.385 - (Termo de Preservação Florestal) - Certifico que consta na **AV-03-2.732** de 13.09.2006 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **AV-03-370** deste ofício, o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da Certidão nº **03-14.543** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: à margem da matrícula 14.499 consta uma averbação de nº 02, no teor seguinte: Atendendo o requerimento, datado de 08.07.99, com firma reconhecida de Fátima Maria Camargo e Termo de Responsabilidade de Manutenção da Floresta Manejada, datado de 03.05.99, o Sr. **PAULO ROBERTO PARANAÍBA FRANCO**, anteriormente citado e qualificado, declara, perante as autoridades competentes, tendo em vista o que dispõe as legislações florestal e ambiental vigentes, que a **"FLORESTA OU FORMA DE VEGETAÇÃO"** existente na área de **1.441,9355 ha**, parte de uma área maior que constitui a propriedade de 2.883,87 ha, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feita somente a Exploração florestal sob a forma de manejo florestal sustentável, desde que autorizada pelo IBAMA, comprometendo-se por si, seus herdeiros e sucessores a fazer o presente gravame sempre bom, firme e valioso. **LIMITES DA ÁREA MANEJA - ÁREA: 1.441,935 ha**. Partindo do marco de concreto nº 3, cravado na divisa da fazenda Jurema e terras de quem de direito, distante 3.131,00 metros a oeste das coordenadas geográficas norte 10º10' Oeste 50º40'; deste ponto, segue com o rumo leste verdadeiro 90º00'E, confrontando ao norte com terras de quem de direito, com a distância de 3.131,00 metros até encontrar o marco nº 4, na divisa da fazenda Guaxupé. Do marco nº 4, deflete novamente a direita e segue o rumo sul, confrontando a leste com a fazenda Guaxupé, com a distância de 6.405,92 metros, até encontrar o marco nº 4.1. Do marco nº 4.1, segue o rumo oeste verdadeiro 90º00'W, confrontando ao sul com terras remanescentes da fazenda Jandira, com a distância de 2.000,00 metros até encontrar o marco nº 4.2; deste marco deflete a direita e segue o rumo norte verdadeiro confrontando a oeste com terras remanescentes da Fazenda Jandira, com a distância de 4.984,47 metros, até o marco nº 4.3; do marco nº 4.3, segue o rumo oeste verdadeiro 90º00'W, confrontando ao sul com terras remanescentes da fazenda Jandira, com a distância de 1.131,00 metros, até encontrar o marco nº 4.41, na divisa com a fazenda Jurema. Deste marco deflete à direita e segue o rumo norte verdadeiro, confrontando a oeste com a fazenda Jurema, com a distância de 1.421,45 metros, até encontrar o marco nº 3, ponto em que teve início esta descrição, em 27.06.03". Vila Rica, 04 de julho de 2014. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-04-6.385 - GEORREFERENCIAMENTO - Conforme consta na **AV-04-2.732** de 13.09.2006 do livro 02 desta serventia que: Certifico que na **AV-06-370** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente georreferenciado de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002 alterado pelo Decreto 5.570/05 conforme Certificação nº 13.06.02.000144-84** datada de 24.02.06 emitida pelo Sr. Gilson Alvaro Machado - Técnico de Grau Médio em Agrimensura CREA nº 1214-MT -Código de Credenciamento Junto ao INCRA - AJX - Ordem de Serviço SR 13 (MT) G/Nº 206/2003 de 29.12.03, **com dispensa de nova certificação**, em conformidade com os pareceres proferidos pelo MM Des. Corregedor-Geral da Justiça, Orlando de Almeida Perri, aos 07/01/2009, nos autos das CONSULTAS sob nºs 81 e 82/2008, e pelo MM Des. Corregedor-Geral da Justiça, Manoel Ornellas de Almeida, aos 22/04/2009, nos autos da Consulta nº 06/2009-DOF, com o seguinte teor: ***"Não deve ser exigido novo georreferenciamento certificado pelo INCRA nos casos dos novos desmembramentos de imóveis que já tenham sido georreferenciados."*, vez que a descrição do imóvel objeto da matrícula anterior, sob**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

nº 2.732, Livro 2, de 13/09/2006, da qual foi desmembrada o imóvel objeto desta matrícula, foi obtida pelo memorial descritivo e planta georreferenciados. Vila Rica, 04 de julho de 2014. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-05-6.385 - Protocolo nº 17.299 de 03.06.2014 - **VENDA** - TRANSMITENTE: ENADIA ERILDA DOS SANTOS, acima citada e qualificada. **ADQUIRENTE: GISELDA JUNQUEIRA GOUVEIA**, brasileira, pecuarista, filha de Anizio Vilela Gouveia e Hilda Vilela Cunha, inscrita no CPF/MF: 433.109.821-49 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 1.061.928 SSP/MG, expedida em 29/12/1970, casada sob o regime de Comunhão Universal de Bens, antes da vigência da Lei nº 6.515/77 com, **EDUARDO ASSUNÇÃO GOUVEIA**, brasileiro, pecuarista, filho de Hildo Alves Gouveia e Guiomar Assunção Gouveia, inscrito no CPF/MF: 010.160.596-04 e portador da Carteira de Identidade RG nº 568.038 SSP/MG, expedida em 17/01/1952, residentes e domiciliados à Rua 04, nº 361, Setor Norte, nesta cidade de Vila Rica-MT; no ato da escritura representada por seu cônjuge, nos termos da Procuração lavrada no Primeiro Tabelionato de Notas de Goiânia, no livro nº 1512, às fls. 056/057, em data de 20/05/2014, arquivada no 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Vila Rica-MT. **FORMA DO TÍTULO**: Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 28/05/2014, às fls. 76/77, do Livro nº 64 do 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Vila Rica-MT, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR**: R$ 436.934,62 (Quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos), dada plena e geral quitação. **CONDIÇÕES**: As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração da vendedora de que sob as penas da Lei, embora sendo proprietária rural, não é responsável pelo recolhimento de contribuições a Previdência Social Rural, não estando assim obrigada a apresentação da CND do INSS, nos termos do Dec. Lei nº 1.958/82 e suas alterações posteriores. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) Certidão Negativa de Ônus; b) Certidão Negativa da Fazenda Pública Estadual nº 0011822241; c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 47939021/2014; d) Certidão Negativa de Feitos Ajuizados nº 1142896; e) Guia do ITBI nº 38/2014, com avaliação do imóvel em R$ 436.940,00, e a apuração do imposto em R$ 8.738,80; f) **CCIR** 2006/2007/2008/2009 2ª via; Denominação do Imóvel Fazenda Querencia; Localização Colonia Brasil, no Município de Vila Rica-MT; Código do Imóvel n. **950.041.156.167-0**; Módulo Rural 38,1984 ha.; n. de Módulos Rurais 25,08; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 23,9503; FMP 4,00 ha.; área: 1.916,0272 ha.; Detentor: Enadia Erilda dos Santos, brasileira, código da pessoa 05.513.593-5; g) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal às 14:25:11 do dia 26/08/2014, válida até 22/11/2014, código de controle da certidão: B4A6.ACBD.A859.4162, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **6.898.963-6**. Foram apresentadas no ato deste registro: a) **CCIR** 2006/2007/2008/2009 2ª via, acima citado; b) CND Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, acima citada. Emitida a DOI. Emolumentos: R$ 3.259,90. Vila Rica, 04 de julho de 2014. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-6.385 - Protocolo nº 17.299 de 03.06.2014 - **DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL** - Certifico que o imóvel objeto desta matrícula passa a denominar-se **"FAZENDA ATLANTA III"**, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada às fls. 76/77, do Livro nº 64 em 28/05/2014, do 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Vila Rica-MT. Emolumentos: R$ 10,50. Vila Rica, 04 de julho de 2014. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-6.385 - Protocolo nº 18.392 de 16.12.2014 - **ESCRITURA DE ADITAMENTO** - Conforme Escritura de Aditamento, lavrada às fls. 102/103, do Livro nº 66 em 12/12/2014 do 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Vila Rica-MT, de um lado como outorgante vendedora, **ENADIA ERILDA DOS SANTOS**, acima citada e qualificada; no ato da escritura representada por, Darly Ferreira de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

Souza, brasileiro, casado, auxiliar de escritório, inscrito no CPF/MF: 005.660.881-00 e portador da CI/RG nº 633.443 SSP/TO, residente e domiciliado à Rua Curitiba, nº 512, Bairro Bela Vista, nesta cidade de Vila Rica-MT; nos termos da Procuração lavrada no 2º Serviço Notarial e Registral de Ipora-GO, no livro nº 86, às fls. 105 em 09/12/2014, arquivada no 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Vila Rica-MT; de outro lado como outorgados compradores, **GISELDA JUNQUEIRA GOUVEIA**, e seu cônjuge **EDUARDO ASSUNÇÃO GOUVEIA**, acima citados e qualificados. E pelos mesmos foi dito que através da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada no 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Vila Rica-MT, no livro nº 64, às fls. 76/77, em data de 28/05/2014, registrada sob R-05-6.385, a outorgante vendeu a primeira outorgada a totalidade do imóvel objeto desta matrícula, **pelo valor de R$ 436.934,62** (Quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos). Que na mencionada escritura fora omitido o valor da terra nua e das benfeitorias e o parcelamento do preço da venda, razão pela qual e na forma legal, vem aditar a mencionada escritura para constar: **1)- que o preço da venda da primeira outorgada, Giselda Junqueira Gouveia, no valor de R$ 436.934,62 (Quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos), correspondente a terra nua o valor de R$ 166.500,00 (Cento e sessenta e seis mil e quinhentos reais) e as benfeitorias o valor de R$ 270.434,62 (Duzentos e setenta mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos), pagos em três (03) parcelas iguais de R$ 145.644,87 (Cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), no ato da escritura de compra e venda; R$ 145.644,87 (Cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), no dia 28 de maio de 2015; e R$ 145.644,87 (Cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), no dia 28 de maio de 2016**; ficando a mesma escritura aditada e ratificada em todas suas demais condições para produzir seus efeitos legais e de direito. Emolumentos: R$ 54,20. Vila Rica, 23 de dezembro de 2014. Eu, _____ Raimundo Vilmar Barros Carvalho, Substituto, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-08-6.385 - Protocolo nº 22.181 de 02.03.2017 - **HIPOTECA CEDULAR EM 1º GRAU** - Conforme **CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA nº 40/03596-4**, emitida em Vila Rica-MT (praça de pagamento), aos 23.02.2017, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 03.03.2017, sob n. **7.793**, a Sra. **GISELDA JUNQUEIRA GOUVEIA, na qualidade de Emitente e EDUARDO ASSUNÇÃO GOUVEIA, na qualidade de Garantidor Hipotecário/Anuente**, (acima citados e qualificados), deram ao credor **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/3528-96 (Agência Vila Rica-MT), em **HIPOTECA CEDULAR EM 1º GRAU**, sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, com todas as benfeitorias, construções, maquinária fixa ou presa ao solo e instalações já existentes, bem como as que porventura vierem a ser implantadas na vigência do financiamento, em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 171.574,26** (Cento e Setenta e Um Mil, Quinhentos e Setenta e Quatro Reais e Vinte e Seis Centavos), destinados à Custeio Pecuário - Corte - Cria/Recria/Engorda - Extensivo, com vencimento para **28.01.2018; forma de pagamento:** em 28.01.2018, o valor correspondente ao saldo devedor do cido financiado, a juros de **8,5%** ao ano. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2015/2016;** Denominação do Imóvel Fazenda Atlanta III; Localização Estrada Canta Galo 70 Km do município de Vila Rica-MT; Código do Imóvel n. **999.920.048.917-9**; Módulo Rural 70,0525 ha; nº de Módulos Rurais 5,71; Módulo Fiscal 80,0 ha; n. de Módulos Fiscais: 6,9375, FMP: 4,00 ha; área: 555,00 ha; Detentor: Giselda Junqueira Gouveia, inscrita no CPF/MF: 433.109.821-49 (acima citada); b) CND Relativos ao ITR, emitida pela SRF aos 02.03.2017 e válida até 29.08.2017, com o número do Imóvel na Receita Federal **NIRF: 6.898.963-6**; c) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela SRF, aos 02.03.2017 e válida até 29.08.2017. Emolumentos: R$ 64,10. Vila Rica, 03 de março de 2017. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi. -----

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
6.385	3	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

AV-09-6.385 - Protocolo nº 25.785 de 19.10.2018 - **Baixa da hipoteca cedular em 1º grau** - Conforme autorização do credor **BANCO DO BRASIL S.A**, firmada por Douglas Marques Araújo (Gerente de Relacionamento), datada de 15.10.2018, devidamente assinada e com firma reconhecida, arquivada neste ofício, dou **baixa na CRH nº 40/03596-4** registrada sob n. **R-08-6.385** desta matrícula. Emolumentos: R$ 13,38. Vila Rica, 19 de outubro de 2018. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-10-6.385 - Protocolo nº 25.786 de 19.10.2018 - **HIPOTECA CEDULAR EM 1º GRAU** - Conforme **CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA nº 40/04042-9**, emitida em Vila Rica-MT (praça de pagamento), aos 15.10.2018, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 19.10.2018, sob n. **8.735**, a Sra. **GISELDA JUNQUEIRA GOUVEIA, na qualidade de Emitente e EDUARDO ASSUNÇÃO GOUVEIA, na qualidade de Garantidor Hipotecário/Anuente,** (acima citados e qualificados), deram ao credor **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, com sede em Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/3528-96, por sua Agência em Vila Rica-MT, em **HIPOTECA CEDULAR EM 1º GRAU**, sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 201.282,40** (Duzentos e Um Mil, Duzentos e Oitenta e Dois Reais e Quarenta Centavos), destinados à Custeio Pecuário - Bovinocultura - Corte - Cria, com vencimento para **28.09.2020; forma de pagamento:** em 28.09.2020, o valor correspondente ao saldo devedor do ciclo financiado, acrescido dos encargos financeiros pactuados, a juros de **6%** ao ano. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2017**, Denominação do Imóvel Fazenda **Atlanta III**; Localização Estrada Canta Galo 70 Km do município de Vila Rica-MT; município de Vila Rica-MT; Código do Imóvel n. **999.920.048.917-9**; Módulo Rural 70,0525; nº de Módulos Rurais 5,71; Módulo Fiscal 80,0 ha; n. de Módulos Fiscais: 6,9375, FMP: 4,00 ha; área: 555,00 ha; Detentor: Giselda Junqueira Gouveia, brasileira, CPF: 433.109.821-49; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 19.10.2018 e válida até 17.04.2019, com o Número do Imóvel na Receita Federal **NIRF: 8.478.801-1**; c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal, aos 19.10.2018 e válida até 17.04.2019. Emolumentos: R$ 69,73. Vila Rica, 19 de outubro de 2018. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-11-6.385 - Protocolo nº 26.185 de 21.12.2018 - **HIPOTECA CEDULAR EM 2º GRAU** - Conforme **CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA nº 40/04104-2**, emitida em Vila Rica-MT (praça de pagamento), aos 19.12.2018, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 26.12.2018, sob n. **8.844**, o Sr. **EDUARDO ASSUNÇÃO GOUVEIA, na qualidade de Emitente** e **GISELDA JUNQUEIRA GOUVEIA, na qualidade de Garantidora Hipotecária/Anuente,** (acima citados e qualificados), deram ao credor **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, com sede em Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/3528-96, por sua Agência em Vila Rica-MT, em **HIPOTECA CEDULAR EM 2º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia do pagamento total de uma dívida de **R$ 450.377,77** (Quatrocentos e Cinquenta Mil, Trezentos e Setenta e Sete Reais e Setenta e Sete Centavos), destinados à Custeio Pecuário, com vencimento para **14.12.2019; forma de pagamento:** em 14.12.2019, o valor correspondente ao saldo devedor do ciclo financiado, acrescido dos encargos financeiros pactuados, a juros de **8,5%** ao ano. Consta na cédula declaração do emitente que sob as penas da Lei, não é responsável direto pelo recolhimento de contribuições sobre a sua produção para a Previdência Social, eis que não comercializa seus produtos no varejo a consumidor pessoa física ou a adquirente domiciliado no exterior e, ainda, a outro produtor rural pessoa física ou segurado especial e que não possui trabalhadores a seu serviço. Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral. Foram apresentadas neste ato: a) **CCIR 2018**,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL
6.385	3-v	

Denominação do Imóvel Fazenda Atlanta III; Localização Estrada Canta Galo 70 Km do município de Vila Rica-MT, município de Vila Rica-MT; Código do Imóvel n. **999.920.048.917-9**; Módulo Rural 70,0525; nº de Módulos Rurais 5,71; Módulo Fiscal 80,0 ha; n.º de Módulos Fiscais: 6,9375, FMP: 4,00 ha; área: 555,00 ha; Detentor: Giselda Junqueira Gouveia, brasileira, CPF: 433.109.821-49; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal aos 19.10.2018 e válida até 17.04.2019, com o Número do Imóvel na Receita Federal **NIRF: 8.478.801-1**. Emolumentos: R$ 69,73. Vila Rica, 26 de dezembro de 2018. Eu, Márcia Soares Araújo Oliveira, Escrevente Substituta, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Oficio Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matricula nº **6385**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 26 de janeiro de 2023. Emitido por GRÉCIA as 10:31:13.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BVK 05238 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
GRECIA MARIN DIAS CAZARIN:71841164100
71841164100
CD1FF5D8DAF0E930FFB0D723596694 23E995
26/01/2023 10:30

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
6.386	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 61 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2889 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, remanescente da Fazenda Querença, situado neste município e Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, com a área de **1.361,0272 ha (Um mil, trezentos e sessenta e um hectares, dois ares e setenta e dois centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: "Partindo do vértice BM6-M-2026, de coordenadas N 8.879.451,015 e E 530.112,343, segue numa distância de 4.137,116 m, no azimute de 89°56'24"S, confrontando com a área desmembrada da Fazenda Querença, até o vértice BM6-M-0262, de coordenadas N 8.879.455,319 e E 534.249,457, segue numa distância de 99,93m, no azimute de 179°55'32", confrontando com a Fazenda Floresta, até o vértice BM6-M-0261, de coordenadas N 8.879.355,393 e E 534.249,587, segue numa distância de 3.186,06m, no azimute de 179°54'42", confrontando com a Fazenda Floresta, até o vértice BM6-M-0187, de coordenadas N 8.876.169,339 e E 534.254,498, segue numa distância de 4.082,20m, no azimute de 269°01'30", confrontando com a Fazenda Chaparral, até o vértice BM6-M-0002, de coordenadas N 8.876.099,870 e E 530.172,891, segue numa distância de 3.345,48m, confrontando com a Fazenda Jussara, até o vértice BM6-M-2026, ponto inicial desta descrição". Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Clóvis Inácio Preussler - Engº Agrimensor - Tecgº em Const. Civil - CREA 4668D - MT/PA - INCRA BM6, vinculado a ART nr. 1902197, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIA: ENADIA ERILDA DOS SANTOS**, brasileira, viúva, do lar, filha de Sebastião Teixeira Sobrinho, e de Maria Abadia Teixeira, inscrita no CPF/MF: 081.753.811-91 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 437706 DGPC/GO 2ª via, expedida em 06.02.95, residente e domiciliada à Av. Rio Grande do Norte, nº 381, na cidade de Iporá-GO. CCIR 2006/2007/2008/2009 2ª via; Denominação do Imóvel Fazenda Querencia; Localização Colonia Brasil, no Município de Vila Rica-MT; Código do Imóvel n. **950.041.156.167-0**; Módulo Rural 38,1984 ha.; n. de Módulos Rurais 25.08; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 23,9503; FMP 4,00 ha.; área: 1.916,0272 ha.; Detentor: Enadia Erilda dos Santos, brasileira, código da pessoa 05.513.593-5. Número do Imóvel da Receita Federal: **6.898.963-6. NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR:** Matrícula nº 2.732 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 17.299 de 03.06.2014. Emolumentos: R$ 53,30. **Vila Rica, 04 de julho de 2014**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-01-6.386 - (Termo de Preservação Florestal) - Certifico que consta na **AV-01-2.732** de 13.09.2006 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **AV-01-370** deste ofício, o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da Certidão nº **01-14.543** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: à margem da matrícula 14.499 consta uma certidão de nº 01 no teor seguinte: conforme o requerimento citado na AV.04, e Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, datado de 03.05.99, o (antigo proprietário) Sr. **PAULO ROBERTO PARANAÍBA FRANCO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, inscrito no CPF/MF: 446.372.096-68 e portador do RG nº M-2.334.185-SSP/MG, residente e domiciliado em Santa Vitória-MG, assumiu, perante o **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS** - Superintendência Regional em Mato Grosso, IBAMA, a responsabilidade de efetuar a presente averbação à margem desta matrícula, do presente termo, acompanhando de mapa ou croqui, delimitando a área preservada que a **"FLORESTA OU FORMA DE VEGETAÇÃO"** existente na área de **655,05 ha**, relativos a **50%** da propriedade, compreendida nos limites mencionados na AV.04, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem **AUTORIZAÇÃO DO IBAMA**". Vila Rica, 03 de julho de 2014. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-------

AV-02-6.386 - (Termo de Preservação Florestal) - Certifico que consta na **AV-02-2.732** de 13.09.2006 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **AV-02-370** deste ofício, o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da Certidão nº **02-14.543** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: à margem da matrícula 14.499, consta uma averbação de nº 02, no teor seguinte: conforme o requerimento citado na AV.02, e Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, datado de 03.05.99, o Sr. **PAULO ROBERTO PARANAÍBA FRANCO**,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

anteriormente citado e qualificado, assume, perante o **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS** - Superintendência Regional em Mato Grosso - IBAMA, a responsabilidade de efetuar a presente averbação à margem desta matrícula, do presente termo, acompanhando mapa ou croqui, delimitando a área preservada, que a **"FLORESTA OU FORMA DE VEGETAÇÃO"** existente na área de **1.382,085 ha**, relativos a **50%** da propriedade, compreendida nos limites mencionados na AV.02, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem **AUTORIZAÇÃO DO IBAMA**, em 27.06.03". Vila Rica, 04 de julho de 2014. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-6.386 - **(Termo de Preservação Florestal)** - Certifico que consta na **AV-03-2.732** de 13.09.2006 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **AV-03-370** deste ofício, o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da Certidão nº **03-14.543** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: à margem da matrícula 14.499 consta uma averbação de nº 02, no teor seguinte: Atendendo o requerimento, datado de 08.07.99, com firma reconhecida de Fátima Maria Camargo e Termo de Responsabilidade de Manutenção da Floresta Manejada, datado de 03.05.99, o Sr. **PAULO ROBERTO PARANAÍBA FRANCO**, anteriormente citado e qualificado, declara, perante as autoridades competentes, tendo em vista o que dispõe as legislações florestal e ambiental vigentes, que a **"FLORESTA OU FORMA DE VEGETAÇÃO"** existente na área de **1.441,9355 ha**, parte de uma área maior que constitui a propriedade de 2.883,87 ha, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feita somente a Exploração florestal sob a forma de manejo florestal sustentável, desde que autorizada pelo IBAMA, comprometendo-se por si, seus herdeiros e sucessores a fazer o presente gravame sempre bom, firme e valioso. **LIMITES DA ÁREA MANEJA - ÁREA: 1.441,935 ha.** Partindo do marco de concreto nº 3, cravado na divisa da fazenda Jurema e terras de quem de direito, distante 3.131,00 metros a oeste das coordenadas geográficas norte 10º10' Oeste 50º40'; deste ponto, segue com o rumo leste verdadeiro 90º00'E, confrontando ao norte com terras de quem de direito, com a distância de 3.131,00 metros até encontrar o marco nº 4, na divisa da fazenda Guaxupé. Do marco nº 4, deflete novamente a direita e segue o rumo sul, confrontando a leste com a fazenda Guaxupé, com a distância de 6.405,92 metros, até encontrar o marco nº 4.1. Do marco nº 4.1, segue o rumo oeste verdadeiro 90º00'W, confrontando ao sul com terras remanescentes da fazenda Jandira, com a distância de 2.000,00 metros até encontrar o marco nº 4.2; deste marco deflete a direita e segue o rumo norte verdadeiro confrontando a oeste com terras remanescentes da Fazenda Jandira, com a distância de 4.984,47 metros, até o marco nº 4.3; do marco nº 4.3, segue o rumo oeste verdadeiro 90º00'W, confrontando ao sul com terras remanescentes da fazenda Jandira, com a distância de 1.131,00 metros, até encontrar o marco nº 4.41, na divisa com a fazenda Jurema. Deste marco deflete à direita e segue o rumo norte verdadeiro, confrontando a oeste com a fazenda Jurema, com a distância de 1.421,45 metros, até encontrar o marco nº 3, ponto em que teve início esta descrição, em 27.06.03". Vila Rica, 04 de julho de 2014. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-04-6.386 - **GEORREFERENCIAMENTO** - Conforme consta na **AV-04-2.732** de 13.09.2006 do livro 02 desta serventia que: Certifico que na **AV-06-370** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente georreferenciado de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002 alterado pelo Decreto 5.570/05 conforme Certificação nº 13.06.02.000144-84** datada de 24.02.06 emitida pelo Sr. Gilson Alvaro Machado - Técnico de Grau Médio em Agrimensura CREA nº 1214-MT -Código de Credenciamento Junto ao INCRA - AJX - Ordem de Serviço SR 13 (MT) G/Nº 206/2003 de 29.12.03, **com dispensa de nova certificação**, em conformidade com os pareceres proferidos pelo MM Des. Corregedor-Geral da Justiça, Orlando de Almeida Perri, aos 07/01/2009, nos autos das CONSULTAS sob nºs 81 e 82/2008, e pelo MM Des. Corregedor-Geral da Justiça, Manoel Ornellas de Almeida, aos 22/04/2009, nos autos da Consulta nº 06/2009-DOF, com o seguinte teor: ***"Não deve ser exigido novo georreferenciamento***

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

certificado pelo INCRA nos casos dos novos desmembramentos de imóveis que já tenham sido georreferenciados.", vez que a descrição do imóvel objeto da matrícula anterior, sob nº 2.732, Livro 2, de 13/09/2096, da qual foi desmembrada o imóvel objeto desta matrícula, foi obtida pelo memorial descritivo e planta georreferenciados. Vila Rica, 04 de julho de 2014. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-05-6.386 - Protocolo nº 17.917 de 11.09.2014 - **VENDA** - TRANSMITENTE: ENADIA ERILDA DOS SANTOS, acima citada e qualificada. **ADQUIRENTE: EDUARDO ASSUNÇÃO GOUVEIA**, brasileiro, pecuarista, filho de Hildo Alves Gouveia e Guiomar Assunção Gouveia, inscrito no CPF/MF: 010.160.596-04 e portador da Carteira de Identidade RG nº 568.038 SSP/MG, expedida em 17/01/1952, casado sob o regime de Comunhão Universal de Bens, antes da vigência da Lei nº 6.515/77 com, **GISELDA JUNQUEIRA GOUVEIA**, brasileira, pecuarista, filha de Anízio Vilela Gouveia e Hilda Vilela Cunha, inscrita no CPF/MF: 433.109.821-49 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 1.061.928 SSP/MG, expedida em 29/12/1970, residentes e domiciliados à Rua 04, nº 361, Setor Norte, nesta cidade de Vila Rica-MT. **FORMA DO TÍTULO**: Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 28/05/2014, às fls. 78/79, do Livro nº 64 do 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Vila Rica-MT, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR**: R$ 872.359,57 (Oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), dada plena e geral quitação. **CONDIÇÕES**: As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração da vendedora de que sob as penas da Lei, embora sendo proprietária rural, não é responsável pelo recolhimento de contribuições a Previdência Social Rural, não estando assim obrigada a apresentação da CND do INSS, nos termos do Dec. Lei nº 1.958/82 e suas alterações posteriores, e ainda que o outorgado comprador tem conhecimento do Termo de Preservação de Floresta averbado na AV-01; AV-02 e AV-03-6.386 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) Certidão Negativa de Ônus; b) Certidão Negativa da Fazenda Pública Estadual nº 0011822241; c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 47939021/2014; d) Certidão Negativa de Feitos Ajuizados nº 1142896; e) Guia do ITBI nº 106/2014, com avaliação do imóvel em R$ 1.071.500,00, e a apuração do Imposto em R$ 21.430,00; f) **CCIR** 2006/2007/2008/2009 2ª via; Denominação do Imóvel Fazenda Querencia; Localização Colonia Brasil, no Município de Vila Rica-MT; Código do Imóvel n. **950.041.156.167-0**; Módulo Rural 38,1984 ha.; n. de Módulos Rurais 25,08; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 23,9503; FMP 4,00 ha.; área: 1.916,0272 ha.; Detentor: Enadia Erilda dos Santos, brasileira, código da pessoa 05.513.593-5; g) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal às 14:25:11 do dia 26/08/2014, válida até 22/11/2014, código de controle da certidão: B4A6.ACBD.A859.4162, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **6.898.963-6**. Foram apresentadas no ato deste registro: a) **CCIR** 2006/2007/2008/2009 2ª via, (acima citado); b) CND Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, (acima citada). Emitida a DOI. Emolumentos: R$ 3.259,90. Vila Rica, 25 de setembro de 2014. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-6.386 - Protocolo nº 17.917 de 11.09.2014 - **DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL** - Certifico que o imóvel objeto desta matrícula passa a denominar-se "**FAZENDA ATLANTA**", nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada às fls. 78/79, do Livro nº 64 em 28/05/2014, do 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Vila Rica-MT. Emolumentos: R$ 10,50. Vila Rica, 25 de setembro de 2014. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-6.386 - Protocolo nº 18.392 de 16.12.2014 - **ESCRITURA DE ADITAMENTO** - Conforme Escritura de Aditamento, lavrada às fls. 102/103, do Livro nº 66 em 12/12/2014 do 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Vila Rica-MT, de um lado como outorgante vendedora, **ENADIA ERILDA DOS SANTOS**, acima citada e qualificada; no ato da escritura representada por, Darly Ferreira de Souza, brasileiro, casado, auxiliar de escritório, inscrito no CPF/MF: 005.660.881-00 e portador da

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
6.386	2-v	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

CI/RG nº 633.443 SSP/TO, residente e domiciliado à Rua Curitiba, nº 512, Bairro Bela Vista, nesta cidade de Vila Rica-MT; nos termos da Procuração lavrada no 2º Serviço Notarial e Registral de Iporá-GO, no livro nº 86, às fls. 105 em 09/12/2014, arquivada no 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Vila Rica-MT; de outro lado como outorgados compradores, **EDUARDO ASSUNÇÃO GOUVEIA**, e sua cônjuge **GISELDA JUNQUEIRA GOUVEIA**, acima citados e qualificados. E pelos mesmos foi dito que através da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada no 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Vila Rica-MT, no livro nº 64, às fls. 78/79, em data de 28/05/2014, registrada sob R-05-6.386, a outorgante vendeu ao primeiro outorgado a totalidade do imóvel objeto desta matrícula, **pelo valor de R$ 872.359,57** (Oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos). Que na mencionada escritura fora omitido o valor da terra nua e das benfeitorias e o parcelamento do preço da venda, razão pela qual e na forma legal, vem aditar a mencionada escritura para constar: **1)- que o preço da venda do primeiro outorgado, Eduardo Assunção Gouveia, no valor de R$ 872.359,57 (Oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), é correspondente a terra nua o valor de R$ 408.300,00 (Quatrocentos e oito mil e trezentos reais) e para as benfeitorias o valor de R$ 464.059,57 (Quatrocentos e sessenta e quatro mil, cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), pagos em três (03) parcelas iguais de R$ 290.786,52 (Duzentos e noventa mil, setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), no ato da escritura de compra e venda; R$ 290.786,52 (Duzentos e noventa mil, setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), no dia 28 de maio de 2015; e R$ 290.786,52 (Duzentos e noventa mil, setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), no dia 28 de maio de 2016**; ficando a mesma escritura aditada e ratificada em todas suas demais condições para produzir seus efeitos legais e de direito. Emolumentos: R$ 54,20. Vila Rica, 23 de dezembro de 2014. Eu, _____ Raimundo Vilmar Barros Carvalho, Substituto, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-08-6.386 - Protocolo nº 36.906 de 24.11.2022 - **EXISTÊNCIA DE INQUÉRITO CIVIL** - Conforme Ofício nº 693/2022/PJVR/MP, datado de 23/11/2022 e Portaria de instauração do **Inquérito Civil SIMP nº 001719-096/2022**, determinado pelo Dr. Jacques de Barros Lopes - Promotor de Justiça da Comarca de Vila Rica, e subscrito por Clodoaldo Anjos de Souza - Técnico Administrativo, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso - Promotoria de Justiça da Comarca de Vila Rica-MT, requisitando a averbação nesta matrícula de propriedade de EDUARDO ASSUNÇÃO GOUVEIA, (acima citado e qualificado), a existência do Supramencionado Inquérito Civil e conforme Relatório Técnico sobre Desmatamento nº 00173/2022: "para publicitação desta investigação em virtude da necessidade de que terceiros interessados tomem conhecimento dos fatos, posto que eventual sucessão poderá gerar responsabilidade na medida em que o dano ambiental gera obrigação *propter rem*, evitando-se assim, lesões a terceiros." (**1-** Relatório Técnico sobre Desmatamento nº 00173/2022 de 21.09.2022, com a seguinte conclusão: **1.1-** Houve desmatamento no imóvel rural objeto deste Relatório Técnico após 22/07/2008; **1.2-** Foi verificado que o imóvel rural possui 285,5022 ha de área rural consolidada conforme base de referência da SEMA; **1.3**- Não foram encontradas na base da SEMA autorizações de desmatamento, termos de embargo ou autos de infração emitidos para a área desmatada mapeada pelo PRODES; e **1.4-** Conforme demonstrado no histórico de imagens orbitais, o desmatamento foi quantificado pelo PRODES no ano de 2011 (234,2432 ha); no ano de 2014 (25,2493 ha); e no ano de 2015 (26,8359 ha), totalizando **286,4284 ha**, equivalente a 20,98% da área do imóvel rural. Assim, considerando que o imóvel rural apresenta cobertura de floresta na Amazônia Legal, cuja área de reserva legal equivale a 80% da área do imóvel rural, e que 285,5022 ha são área rural consolidada, verificou-se que, em tese, 286,4284 ha foram desmatados dentro da área de reserva legal.) Emolumentos: nihil. Vila Rica, 01 de dezembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **6386**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT, 26 de janeiro de 2023. Emitido por GRÉCIA, as 10:32:52.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BVK 05239 - R$ 36,90
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
GRECIA MARIN DIAS CAZARIN:71841164100
71841164100
CD1F508DA8E930FF80D7235966923E995
26/01/2023 10:32

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:15
Número do documento: 23080114570793600000120953498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570793600000120953498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:08

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.062	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado "**EMPREENDIMENTO SANTA CRUZ II - LOTE 33**", com a área de **102,3963 ha (Cento e dois hectares, trinta e nove ares e sessenta e três centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 5.100,58 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice AIH-M-8201, Longitude: -52°34'40,938", Latitude: -10°09'56,596" e Altitude: 315,211 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 8479 (atual 7610)/Empreendimentos Santa Cruz do Xingu II - Lote 32, Espólio de Marina Glauce Torres de Carvalho no azimute 168°20' e distância de 2.050,62 m até o vértice BM6-M-0649, Longitude: -52°34'27,331", Latitude: -10°11'01,959" e Altitude: 315,211 m, deste segue confrontando com CNS: 06.542-5/Mat. 1990 (atual 6895)/Fazenda Bonanza, Francisco Inocêncio da Costa no azimute 258°18' e distância de 497,00 m até o vértice BM6-M-0648, Longitude: -52°34'43,320", Latitude: -10°11'05,236" e Altitude: 309,918 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 8879 (atual 7606)/Empreendimentos Santa Cruz do Xingu II - Lote 34, Frida Dickmann Hasse no azimute 348°13' e distância de 2.051,49 m até o vértice AIH-M-8233, Longitude: -52° 34'57,076", Latitude: -10°09'59,874" e Altitude: 309,918 m, deste segue confrontando com Estrada de Servidão no azimute 78°24' e distância de 501,48 m até o vértice AIH-M-8201, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação d826725a-9b35-4b50-83df-976f739f0ad3. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Auro Lúcio Rodrigues Ribeiro - Engº Agrimensor - CREA 5810/MT - Código de credenciamento: AIH, vinculado a ART nº 2087429, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIA: FRIDA DICKMANN HASSE**, brasileira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 054.636.549-30 e portadora da CI/RG nº 4036704544 SSP/RS, casada sob o regime de Comunhão Universal de Bens, em 29/06/1985 com **OSMILDO HASSE**, brasileiro, agricultor, filho de Otto Hasse e Losila Loni Wolf Hasse, inscrito no CPF/MF: 454.704.560-72 e portador da CI/RG nº 303159818 SESP/RS, residentes e domiciliados na localidade denominada Gamelinhas, município de Tenente Portela/RS. **CCIR 2018**; Denominação do Imóvel Lote 33/34; Localização Empreendimento Santa Cruz II, município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **951.064.162.361-00**; Módulo Rural 70,1831 ha; nº de Módulos Rurais 1,77; Módulo Fiscal 80,0 ha; n. de Módulos Fiscais: 2,5531, FMP: 4,00 ha; área: 204,2473 ha; Declarante: Frida Dickmann Hasse, brasileira, CPF: 054.636.549-30. Número do Imóvel da Receita Federal: **6.933.473-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 7.605 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 26.657 de 04.04.2019. Emolumentos: R$ 70,90. **Vila Rica, 18 de abril de 2019**. Eu, _____ - Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-01-8.062 - (Pacto Antenupcial) - Certifico que consta na **AV-04-7.605** de 18.04.2019 do livro 02 desta serventia que: Conforme artigo 59 da Lei 10.931/2004 e artigo 213 inciso I, alínea g da Lei 6.015/73 e mediante Certidão de Registro Auxiliar da Escritura Pública de Pacto Antenupcial lavrada em 12/06/1985, às fls. 36v, do livro nº 10 de Contratos, sob nº 2461096/85, no Tabelionato da cidade e Comarca de Tenente Portela/RS e registrado sob o nº **21.260** do Lvº 03 em data de 09.01.2019 no Serviço de Registro de Imóveis de Tenente Portela/RS, faço a presente averbação para constar que o Sr. **Osmildo Hasse**, e sua mulher **Frida Dickmann Hasse**, acima citados e qualificados, casaram pelo regime de **COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS**, "para que haja a comunicabilidade de todos os seus bens, havidos antes e após o casamento sejam eles quais forem e tenham o valor e a origem que tiverem e em qualquer tempo ou época". Demais condições as constantes na Certidão do Registro. Vila Rica, 18 de abril de 2019. Eu, _____ - Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.062 - GEORREFERENCIAMENTO DESTE IMÓVEL - Certifico que na **AV-05-7.605** deste m

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

ofício, que o imóvel objeto daquela matrícula (7.605) foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº d826725a-9b35-4b50-83df-976f739f0ad3** datada de 24/11/2014 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 18 de abril de 2019. Eu, ... Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

R-03-8.062 - Protocolo nº 34.650 de 12.04.2022 - **VENDA** - TRANSMITENTES: FRIDA DICKMANN HASSE e seu cônjuge OSMILDO HASSE, (acima citados e qualificados). **ADQUIRENTE: SANDRA CAMPOS GERVASIO**, brasileira, divorciada, não convive em união estável, servidora pública, natural de Uberlândia/MG, nascida aos 22/02/1962, filha de Jose Gervasio Mamede e Ana Dias Campos Mamede, inscrita no CPF/MF: 409.362.281-72 e portadora da CI/RG nº 194101-9 2ª via DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Nilda Maia, nº 113, Residencial Morumbi, na cidade de Quirinópolis/GO; no ato da escritura representada por seu procurador Júlio Flávio Gervásio Pinto Ribeiro, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, natural de Quirinópolis/GO, filho de Jair Silvério Pinto Ribeiro e Sandra Campos Gervasio Ribeiro, inscrito no CPF/MF: 016.025.751-42 e portadora da CI/RG nº 4195257 SSP/GO, expedida em 19/12/2007, residente e domiciliado à Avenida Marechal Rondon, s/nº, Quadra 27, Lote 03, Centro, na cidade de Santa Cruz do Xingú/MT, lavrada no 2º Tabelionato de Notas, Protesto de Títulos, Registro Títulos e Documentos, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na cidade de Quirinópolis/GO, no Livro 0212, Folhas 20/20v, aos 21/07/2021, cujo traslado ficou arquivado no 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica-MT. **FORMA DO TÍTULO**: Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 21/07/2021, às fls. 146/151 do Livro nº 08 do 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica-MT, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula, juntamente com o lote objeto da matrícula nº 8.063 desta serventia. **VALOR**: R$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), juntamente com o lote objeto da matrícula nº 8.063 desta serventia, que foi vendido em 16/10/2019, e que será pago em 3 parcelas da seguinte forma: **a)** 1ª parcela no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) paga no dia 15/04/2021, na qual os outorgantes vendedores dão plena e geral quitação; **b)** 2ª parcela no valor de R $ 200.000,00 (duzentos mil reais) a ser paga até o dia 15/04/2022; **c)** 3ª parcela no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a ser paga até o dia 15/04/2023, mediante depósito ou transferência na conta corrente nº 24.495-5 da agência nº 0710 do Banco Cooperativo Sicredi, de titularidade de OSMILDO HASSE. **CONDIÇÕES**: As constantes no título. Consta na escritura declaração dos outorgantes vendedores que sob as penas da lei, não são responsáveis direto pelo recolhimento à Previdência Social Rural, não estando portanto inclusos nas exigências da Lei 8.212 DE 24/07/91, e sua alterações posteriores para apresentação da CND do INSS, e que a outorgada compradora dispensou a apresentação das Certidões da PGE/SEFAZ/MT em nome dos outorgantes vendedores. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) Certidão de Matrícula Atualizada, emitida em 19/07/2021; b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 13281235/2021 e 13281247/2021, expedidas em 22/04/2021; c) CCIR 2021, código do imóvel: 951.064.162.361-0, nº de autenticidade: 09660.10450.11735.04189; d) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, NIRF: 6.933.473-0, código de controle da certidão: C859.53F9.8397.835A, emitida em 20/07/2021 às 10:41:10; e) Certidões de Ações Cíveis e Criminais nº 6095459 e 6095464, emitidas em 21/07/2021. Foram apresentadas no ato deste registro: a) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Lote 33/34, Localização Empreendimento Santa Cruz II, município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **951.064.162.361-0**; Módulo Rural 70,1831 ha; nº de Módulos Rurais 1,77; Módulo Fiscal 80,00 ha; n. de Módulos Fiscais: 2,5531, FMP: 4,00 ha; área: 204,2473 ha; Declarante: Frida Dickmann Hasse, brasileira, CPF: 054.636.549-30; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 03:15:07 do dia 17/11/2021, válida até 16/05/2022, código de controle da certidão: 5715.66FE.FDE6.2990, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**):

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.062	2	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

6.933.473-0; c) Guia do ITBI nº 175/2021, com avaliação em R$ 325.989,37, e apuração do imposto em R$ 6.556,18. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF dos outorgantes, gerando o código HASH: a2a1.9e41.adb6.4408.4d6f.dbe4.7160.b454.d794.4bb5 e 784f.c5e0.e919.c25e.0baf.58f0.d632.935b.6fb1.e3f0. Emolumentos: R$ 5.223,30. Vila Rica, 26 de abril de 2022. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-04-8.062 - Protocolo nº 34.650 de 12.04.2022 - **(CONDIÇÃO RESOLUTIVA)** - Conforme Escritura Pública citada no **R-03** supra, as partes acordam, que a presente venda é feita com a **Cláusula Resolutiva Expressa**, e fica ainda convencionado entre as partes que o débito no valor de **R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)**, juntamente com o lote objeto da matricula nº 8.063 desta serventia, fica vinculado à presente escritura à título pro solvendo, que será pago em 02 (duas) parcelas: **b)** 2ª parcela no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a ser paga até o dia 15/04/2022; **c)** 3ª parcela no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a ser paga até o dia 15/04/2023, mediante depósito ou transferência na conta corrente nº 24.495-5 da agência nº 0710 do Banco Cooperativo Sicredi, de titularidade de OSMILDO HASSE, e caso não venha ocorrer os pagamentos de qualquer parcela nos prazos estipulados, ficam os outorgantes vendedores responsáveis com o direito de pleitear rescisão da escritura, de forma que a compradora perderá os valores descritos nas parcelas, devendo a posse e propriedade deste imóvel retornar imediatamente aos vendedores. Em caso de inadimplemento de qualquer uma das parcelas restarão automaticamente vencidas as demais futuras, incidindo sobre o saldo devedor multa de 2% (dois por cento) além de cláusula penal de 10% (dez por cento) sobre o valor da venda, por opção dos vendedores". Emolumentos: R$ 5.223,30. Vila Rica, 26 de abril de 2022. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **8062**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referendo é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT, 20 de julho de 2023. Emitido por LUCAS as 09:19:30.

Lucas Rafael Rauber
Escrevente Substituto

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 12162 - R$ 31,20
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

Selo de Controle Digital Poder Judiciário - MT Código da Serventia: 276

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.063	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"EMPREENDIMENTO SANTA CRUZ II - LOTE 34"**, com a área de **101,8510 ha (Cento e um hectares, oitenta e cinco ares e dez centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 5.095,85 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice AIH-M-8233, Longitude: -52°34'57,076", Latitude: -10°09'59,874" e Altitude: 309,918 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 10131 (atual 7605)/Empreendimento Santa Cruz do Xingu II - Lote 33 no azimute 168°13' e distância de 2.051,49 m até o vértice BM6-M-0648, Longitude: -52° 34'43,320", Latitude: -10°11'05,236" e Altitude: 309,918 m, deste segue confrontando com CNS: 06.542-5/Mat. 1990 (atual 6895)/Fazenda Bonanza, Francisco Inocêncio da Costa no azimute 258°02' e distância de 495,37 m até o vértice AFK-M-0270, Longitude: -52°34'59,240", Latitude: -10°11'08,578" e Altitude: 309,918 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 617 (atual 5484 e 5485)/Fazenda Santiago, Jair Silvério Pinto Ribeiro no azimute 348°09' e distância de 2.051,40 m até o vértice AFK-M-0269, Longitude: -52°35'13,066", Latitude: -10°10'03,234" e Altitude: 309,918 m, deste segue confrontando com Estrada de Servidão no azimute 78°01' e distância de 497,60 m até o vértice AIH-M-8233, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação 145588af-ac40-48c6-88c4-c883fb6cd6f5. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Auro Lúcio Rodrigues Ribeiro - Engº Agrimensor - CREA 5810/MT - Código de credenciamento: AIH, vinculado a ART nº 2087433, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIA: FRIDA DICKMANN HASSE**, brasileira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 054.636.549-30 e portadora da CI/RG nº 4036704544 SSP/RS, casada sob o regime de Comunhão Universal de Bens, em 29/06/1985 com **OSMILDO HASSE**, brasileiro, agricultor, filho de Otto Hasse e Losila Loni Wolf Hasse, inscrito no CPF/MF: 454.704.560-72 e portador da CI/RG nº 303159818 SESP/RS, residentes e domiciliados na localidade denominada Gamelinhas, município de Tenente Portela/RS. **CCIR 2018**; Denominação do Imóvel Lote 33/34; Localização Empreendimento Santa Cruz II, município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **951.064.162.361-00**; Módulo Rural 70,1831 ha; nº de Módulos Rurais 1,77; Módulo Fiscal 80,0 ha; n. de Módulos Fiscais: 2,5531; FMP: 4,00 ha; área: 204,2473 ha; Declarante: Frida Dickmann Hasse, brasileira, CPF: 054.636.549-30. Número do Imóvel da Receita Federal: **6.933.473-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 7.606 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 26.659 de 04/04/2019. Emolumentos: R$ 70,90. **Vila Rica, 18 de abril de 2019**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, confen e subscrevi.----

AV-01-8.063 - (Pacto Antenupcial) - Certifico que consta na **AV-06-7.606** de 18.04.2019 do livro 02 desta serventia que: Conforme artigo 59 da Lei 10.931/2004 e artigo 213 inciso I, alínea g da Lei 6.015/73 e mediante Certidão de Registro Auxiliar da Escritura Pública de Pacto Antenupcial lavrada em 12/06/1985, às fls. 36v, do livro nº 10 de Contratos, sob nº 2461096/85, no Tabelionato da cidade e Comarca de Tenente Portela/RS e registrado sob o nº **21.260** do Lvº 03 em data de 09.01.2019 no Serviço de Registro de Imóveis de Tenente Portela/RS, faço a presente averbação para constar que o Sr. **Osmildo Hasse**, e sua mulher **Frida Dickmann Hasse**, acima citados e qualificados, casaram pelo regime de **COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS**, "para que haja a comunicabilidade de todos os seus bens, havidos antes e após o casamento sejam eles quais forem e tenham o valor e a origem que tiverem e em qualquer tempo ou época". Demais condições as constantes na Certidão do Registro. Vila Rica, 18 de abril de 2019. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----

AV-02-8.063 - GEORREFERENCIAMENTO DESTE IMÓVEL - Certifico que na **AV-07-7.606** deste

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

ofício, que o imóvel objeto daquela matrícula (7.606) foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº 145588af-ac40-48c6-88c4-c883fb6cd6f5** datada de 24/11/2014 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 18 de abril de 2019. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

R-03-8.063 - Protocolo nº 34.650 de 12.04.2022 - **VENDA** - TRANSMITENTES: FRIDA DICKMANN HASSE e seu cônjuge OSMILDO HASSE, (acima citados e qualificados). **ADQUIRENTE: SANDRA CAMPOS GERVASIO**, brasileira, divorciada, não convive em união estável, servidora pública, natural de Uberlândia/MG, nascida aos 22/02/1962, filha de Jose Gervasio Mamede e Ana Dias Campos Mamede, inscrita no CPF/MF: 409.362.281-72 e portadora da CI/RG nº 194101-9 2ª via DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Nilda Maia, nº 113, Residencial Morumbi, na cidade de Quirinópolis/GO; no ato da escritura representada por seu procurador Júllo Flávio Gervásio Pinto Ribeiro, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, natural de Quirinópolis/GO, filho de Jair Silvério Pinto Ribeiro e Sandra Campos Gervasio Ribeiro, inscrito no CPF/MF: 016.025.751-42 e portadora da CI/RG nº 4195257 SSP/GO, expedida em 19/12/2007, residente e domiciliado à Avenida Marechal Rondon, s/nº, Quadra 27, Lote 03, Centro, na cidade de Santa Cruz do Xingú/MT, lavrada no 2º Tabelionato de Notas, Protesto de Títulos, Registro Títulos e Documentos, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na cidade de Quirinópolis/GO, no Livro 0212, Folhas 20/20v, aos 21/07/2021, cujo traslado ficou arquivado no 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica-MT. **FORMA DO TÍTULO**: Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 21/07/2021, às fls. 146/151 do Livro nº 08 do 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica-MT, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula, juntamente com o lote objeto da matrícula nº 8.062 desta serventia. **VALOR**: R$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), juntamente com o lote objeto da matrícula nº 8.062 desta serventia, que foi vendido em 16/10/2019, e que será pago em 3 parcelas da seguinte forma: **a)** 1ª parcela no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) paga no dia 15/04/2021, na qual os outorgantes vendedores dão plena e geral quitação; **b)** 2ª parcela no valor de R $ 200.000,00 (duzentos mil reais) a ser paga até o dia 15/04/2022; **c)** 3ª parcela no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a ser paga até o dia 15/04/2023, mediante depósito ou transferência na conta corrente nº 24.495-5 da agência nº 0710 do Banco Cooperativo Sicredi, de titularidade de OSMILDO HASSE. **CONDIÇÕES**: As constantes no título. Consta na escritura declaração dos outorgantes vendedores que sob as penas da lei, não são responsáveis direto pelo recolhimento à Previdência Social Rural, não estando portanto inclusos nas exigências da Lei 8.212 DE 24/07/91, e sua alterações posteriores para apresentação da CND do INSS, e que a outorgada compradora dispensou a apresentação das Certidões da PGE/SEFAZ/MT em nome dos outorgantes vendedores. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) Certidão da Matrícula Atualizada, emitida em 19/07/2021; b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 13281235/2021 e 13281247/2021, expedidas em 22/04/2021; c) CCIR 2021, código do imóvel: 951.064.162.361-0, nº de autenticidade: 09660.10450.11735.04189; d) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, NIRF: 6.933.473-0, código de controle da certidão: C859.53F9.8397.835A, emitida em 20/07/2021 às 10:41:10; e) Certidões de Ações Cíveis e Criminais nº 6095459 e 6095464, emitidas em 21/07/2021. Foram apresentadas no ato deste registro: a) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Lote 33/34, Localização Empreendimento Santa Cruz II, município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **951.064.162.361-0**; Módulo Rural 70,1831 ha; nº de Módulos Rurais 1,77; Módulo Fiscal 80,00 ha; n. de Módulos Fiscais: 2,5531, FMP: 4,00 ha; área: 204,2473 ha; Declarante: Frida Dickmann Hasse, brasileira, CPF: 054.636.549-30; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 03:15:07 do dia 17/11/2021, válida até 16/05/2022, código de controle da certidão: 5715.66FE.FDE6.2990, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**):

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.063	2	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

6.933.473-0; c) Guia do ITBI nº 174/2021, com avaliação em R$ 304.602,37, e apuração do imposto em R$ 6.128,44. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF dos outorgantes, gerando o código HASH: a2a1.9e41.adb6.4408.4d6f.dbe4.7160.b454.d794.4bb5 e 784f.c5e0.6919.c25e.0baf.58f0.d63c.935b.6fb1.e3f0. Emolumentos: R$ 5.223,30. Vila Rica, 26 de abril de 2022. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-04-8.063 - Protocolo nº 34.650 de 12.04.2022 - **(CONDIÇÃO RESOLUTIVA)** - Conforme Escritura Pública citada no **R-03** supra, as partes acordam, que a presente venda é feita com a **Cláusula Resolutiva Expressa**, e fica ainda convencionado entre as partes que o débito no valor de **R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)**, juntamente com o lote objeto da matrícula nº 8.062 desta serventia, fica vinculado à presente escritura à título pro solvendo, que será pago em 02 (duas) parcelas: **b)** 2ª parcela no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a ser paga até o dia 15/04/2022; **c)** 3ª parcela no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a ser pago até o dia 15/04/2023, mediante depósito ou transferência na conta corrente nº 24.495-5 da agência nº 0710 do Banco Cooperativo Sicredi, de titularidade de OSMILDO HASSE, e caso não venha ocorrer os pagamentos de qualquer parcela nos prazos estipulados, ficam os outorgantes vendedores responsáveis com o direito de pleitear rescisão da escritura, de forma que a compradora perderá os valores descrito nas parcelas, devendo a posse e propriedade deste imóvel retornar imediatamente aos vendedores. Em caso de inadimplemento de qualquer uma das parcelas restarão automaticamente vencidas as demais futuras, incidindo sobre o saldo devedor multa de 2% (dois por cento) além de cláusula penal de 10% (dez por cento) sobre o valor da venda, por opção dos vendedores". Emolumentos: R$ 5.223,30. Vila Rica, 26 de abril de 2022. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **8063**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé. Vila Rica-MT, 20 de julho de 2023. Emitido por LUCAS, as 09:17:23.

Lucas Rafael Rauber
Escrevente Substituto

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 12160 - R$ 31,20
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

Selo de Controle Digital Poder Judiciário - MT Código da Serventia: 276

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.917	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, desmembrado do lote nº 32, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, com a área de **50,7878 ha (Cinquenta hectares, setenta e oito ares e setenta e oito centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 3.041,84 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice WWCW-M-0900, Longitude: -52°34'18,326", Latitude: -10°10'25,848" e Altitude: 321,399 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 7609/EMPREENDIMENTOS SANTA CRUZ DO XINGU II - LOTE 31 no azimute 168°03' e distância de 1.026,46 m até o vértice BM6-M-0650, Longitude: -52°34'11,353", Latitude: -10°10'58,533" e Altitude: 321,399 m, deste segue confrontando com CNS: 06.542-5/Mat. 1990 (atual 8713)/FAZ. BONANZA no azimute 257°47' e distância de 497,65 m até o vértice BM6-M-0649, Longitude: -52°34'27,331", Latitude: -10°11'01,959" e Altitude: 315,211 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 8062/EMPREENDIMENTOS SANTA CRUZ DO XINGU II - LOTE 33 no azimute 348°20' e distância de 1.025,13 m até o vértice WWCW-M-0901, Longitude: -52°34'34,133", Latitude: -10°10'29,283" e Altitude: 315,211 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 7610/DESMEMBRAMENTO EMPR. STA. CRUZ DO XINGU II - LOTE 32 no azimute 77°37' e distância de 492,60 m até o vértice WWCW-M-0900, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação 4089e313-9e33-47f1-8d8f-27f0933bdd5c. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Marco Aurelio Santos Oliveira - Técnico Agrimensor - CREA 2513140508/SC - Código de credenciamento: WWCW, vinculado a ART nº BR20200785475, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: GUILHERME TORRES DE CARVALHO**, brasileiro, empresário e agropecuarista, divorciado, nascido aos 15/02/1961, inscrito no CPF/MF: 293.048.141-20 e portador da CI/RG nº 6.245.776 SSP/SP, convivente em união estável com **MARIA CECÍLIA FERREIRA DA SILVA**, brasileira, empresária, divorciada, inscrita no CPF/MF: 068.013.538-37 e portadora da CI/RG nº 8.471.529-7 SSP/SP, residentes e domiciliados à Rua Banibas, nº 263, 45º Subdistrito, Bairro Alto dos Pinheiros, São Paulo-SP. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Lote Rural nº 32; Localização Projeto Santa Cruz II Gleba II, no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **999.970.575.321-0**; Módulo Rural 30,0527 ha; n. de Módulos Rurais 2,69; Módulo Fiscal 80,00 ha; n. de Módulos Fiscais: 1,2633; FMP 4,00 ha.; área: 101,0618 ha.; Declarante: Guilherme Torres de Carvalho, brasileiro, CPF: 293.048.141-20. Número do Imóvel da Receita Federal: **9.077.665-8**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 7.610 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.862 de 18.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 07 de janeiro de 2021**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-01-8.917 - (INCOMUNICABILIDADE e IMPENHORABILIDADE) - Certifico que consta na **AV-05-7.610** de 01.12.2017 do livro 02 desta serventia que: Conforme consta no item VIII - Testamenteiro e Inventariante (fls. 31/32) do Termo de Primeiras Declarações e Partilha, de fls. 16/37, dos autos supra, consta que a testamentária, Marina Glauce Torres de Carvalho, no Testamento lavrado às fls. 234/236 do Livro de Notas nº 858, do Vigésimo Quinto Tabelionato de Notas da Comarca de São Paulo (Tabelionato Milani), deixou a totalidade de seus bens em partes iguais aos seus cinco filhos, com as cláusulas vitalícias de **INCOMUNICABILIDADE e IMPENHORABILIDADE**, extensivas aos frutos e rendimentos. Vila Rica, 07 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.917 - GEORREFERENCIAMENTO - Certifico que conforme consta na **AV-06-7.610** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002**.

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.917	1-v	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº 4089e313-9e33-47f1-8d8f-27f0933bdd5c datada de 06/11/2020 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 07 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-03-8.917 - Protocolo nº 30.862 de 18.12.2020 - **VENDA** - TRANSMITENTE: GUILHERME TORRES DE CARVALHO, (acima citado e qualificado); no ato da escritura representado por seu procurador Ricardo Torres de Andrade Carvalho, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.858.470-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF: 593.266.898-91, residente e domiciliado no lote 05, quadra 08, Centro, na cidade de Santa Cruz do Xingú-MT, nos termos da Procuração lavrada no livro nº 117, folhas nº 224, em 18/08/2020, no Tabelionato Bentes do 2º Ofício da Comarca de Santarém/PA, cujo traslado foi conferido e arquivado no 5º Serviço Notarial e Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá-MT. **ADQUIRENTE: SANDRA CAMPOS GERVASIO**, brasileira, servidora pública aposentada, divorciada, natural de Uberlândia/MG, nascida aos 22/02/1962, filha de Jose Gervasio Mamede e Ana Dias Campos Mamede, inscrita no CPF/MF: 409.362.281-72 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 1941019-2 PC/GO, expedida em 18/02/2003 2ª via, residente e domiciliada à Rua Nilda Maia, nº 113, Residencial Morumbi, na cidade de Quirinópolis/GO, CEP: 75.860-000, no ato da escritura representada por sua procuradora Fabiane Vieira Lopes, brasileira, divorciada, professora, nascida em 14/11/1978, filha de José da Silveira Lopes e Geone Vieira Lopes, portadora da Carteira Nacional de Habilitação DETRAN/MT nº 02167680988, emitida em 20/06/2017, onde consta o RG: 11265205 SJ/MT e CPF/MF: 691.126.301-87, residente e domiciliada à Av. José Monteiro de Figueiredo, nº 271, Ed. Romano, Apto 101, Bairro Duque de Caxias, em Cuiabá-MT (com endereço eletrônico: fabilopes0908@gmail.com), nos termos da Procuração lavrada no livro 31, folhas 178/179, em 04/08/2020, no Cartório Aparecida Maciel Claro do Município de Quirinópolis/GO, cujo traslado ficou arquivado no 5º Serviço Notarial e Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá-MT. **FORMA DO TÍTULO**: Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 28/08/2020, às fls. 36/38v, do Livro nº 243 do 5º Serviço Notarial e Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá-MT. **VALOR**: R$ 90.000,00 (Noventa mil reais), pago em moeda corrente, dada plena e geral quitação. **CONDIÇÕES**: As constantes no título. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) Guia de Informação do ITBI DAM nº 67, emitido pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingú-MT, avaliado em R$ 88.751,85, e apuração do imposto em R$ 1.804,31; b) Certidão de Inteiro Teor, Ônus e Ações Reais, Pessoais e Reipersecutórias da matrícula nº 7.610 emitida por esta serventia; c) CCIR 2020, quitado; d) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União de Imóvel Rural - NIRF: 9.077.665-8, emitida em 13/08/2020, às 14:13:44, com validade até 09/02/2021, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, código de controle da certidão: B37A.BF1F.BB03.1689; e) Certidão Negativa de Débito do IBAMA nº 13944947, emitida em 13/08/2020, com validade até 12/09/2020; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 10162462, expedida em 30/04/2020, às 14:49:48 pelo Poder Judiciário Justiça do Trabalho, válida até 26/10/2020; g) Certidão Negativa de Débitos da PGE/SEFAZ/MT nº 0028788708, emitida em 18/06/2020, às 18:11:36, com validade por 90 dias; h) Certidão Negativa de Distribuição de ações criminais e cíveis do 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso nº 5248338, emitida em 15/08/2020; i) Certidão Negativa de Distribuição - Segundo Grau - Ações e execuções cíveis e criminais nº 4716630, emitida em 15/08/2020; j) Certidão Negativa de instrumentos de protesto da Comarca de Vila Rica-MT, código da certidão: 1704455.VAR.08-5, emitida em 17/08/2020 pelo 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil de Vila Rica-MT; l) Certidão Negativa de Débitos do Contribuinte nº 0093/2020, emitida em 18/06/2020, às 16:29 pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingú-MT, válida até 17/09/2020. Foram apresentadas no ato deste registro: a) **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Lote Rural nº 32; Localização Projeto Santa Cruz II Gleba II, no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **999.970.575.321-0**; Módulo Rural 30,0527 ha; n. de Módulos Rurais 2,69; Módulo Fiscal 80,00 ha; n. de Módulos Fiscais: 1,2633; FMP 4,00 ha.; área: 101,0618 ha.; Declarante: Guilherme Torres de Carvalho, brasileiro, CPF: 293.048.141-20; b) Certidão Negativa de Débitos

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.917	2	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal às 11:24:04 do dia 20/10/2020, válida até 18/04/2021, código de controle da certidão: E8E2.2FA8.73B9.FDAC, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **9.077.665-8**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: cd7d.3159.0634.38d2.7554.000d.2cf1.4fa5.d4d4.1f89. Emolumentos: R$ 2.012,40. Vila Rica, 07 de Janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **8917**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé. Vila Rica-MT, 20 de julho de 2023. Emitido por LUCAS, as 09:18:38

Lucas Rafael Rauber
Escrevente Substituto

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 12161 - R$ 31,20
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código do Serventia: 276

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.918	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, remanescente do lote nº 32, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, com a área de **50,2706 ha (Cinquenta hectares, vinte e sete ares e seis centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 3.031,73 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice AIH-M-8202, Longitude: -52°34'25,295", Latitude: -10°09'53,178" e Altitude: 321,399 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 7609/EMPREENDIMENTOS SANTA CRUZ DO XINGU II - LOTE 31 no azimute 168°03' e distância de 1.026,01 m até o vértice WWCW-M-0900, Longitude: -52°34'18,326", Latitude: -10°10'25,848" e Altitude: 321,399 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 7610/REMANESCENTE EMPR. STA. CRUZ DO XINGU II - LOTE 32 no azimute 257°37' e distância de 492,60 m até o vértice WWCW-M-0901, Longitude: -52°34'34,133", Latitude: -10°10'29,283" e Altitude: 315,211 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 8062/EMPREENDIMENTOS SANTA CRUZ DO XINGU II - LOTE 33 no azimute 348°20' e distância de 1.025,49 m até o vértice AIH-M-8201, Longitude: -52°34'40,938", Latitude: -10°09'56,596" e Altitude: 315,211 m, deste segue confrontando com ESTRADA DE SERVIDÃO COLETORA I no azimute 77°33' e distância de 487,63 m até o vértice AIH-M-8202, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação 8f6677fc-edb3-43e2-9241-2d951be2d44c. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Marco Aurelio Santos Oliveira - Técnico Agrimensor - CREA 2513140508/SC - Código de credenciamento: WWCW, vinculado a ART nº BR20200785475, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: GUILHERME TORRES DE CARVALHO**, brasileiro, empresário e agropecuarista, divorciado, nascido aos 15/02/1961, inscrito no CPF/MF: 293.048.141-20 e portador da CI/RG nº 6.245.776 SSP/SP, convivente em união estável com **MARIA CECÍLIA FERREIRA DA SILVA**, brasileira, empresária, divorciada, inscrita no CPF/MF: 068.013.538-37 e portadora da CI/RG nº 8.471.529-7 SSP/SP, residentes e domiciliados à Rua Banibas, nº 263, 45º Subdistrito, Bairro Alto dos Pinheiros, São Paulo-SP. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Lote Rural nº 32; Localização Projeto Santa Cruz II Gleba II, no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **999.970.575.321-0**; Módulo Rural 30,0527 ha; n. de Módulos Rurais 2,69; Módulo Fiscal 80,00 ha; n. de Módulos Fiscais: 1,2633; FMP 4,00 ha.; área: 101,0618 ha.; Declarante: Guilherme Torres de Carvalho, brasileiro, CPF: 293.048.141-20. Número do Imóvel da Receita Federal: **9.077.665-8**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 7.610 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.862 de 18.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 07 de janeiro de 2021**. Eu, _____. Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-01-8.918 - (INCOMUNICABILIDADE e IMPENHORABILIDADE) - Certifico que consta na **AV-05-7.610** de 01.12.2017 do livro 02 desta serventia que: Conforme consta no item VIII - Testamenteiro e Inventariante (fls. 31/32) do Termo de Primeiras Declarações e Partilha, de fls. 16/37, dos autos supra, consta que a testamentária, Marina Glauce Torres de Carvalho, no Testamento lavrado às fls. 234/236 do Livro de Notas nº 858, do Vigésimo Quinto Tabelionato de Notas da Comarca de São Paulo (Tabelionato Miani), deixou a totalidade de seus bens em partes iguais aos seus cinco filhos, com as cláusulas vitalícias de **INCOMUNICABILIDADE e IMPENHORABILIDADE**, extensivas aos frutos e rendimentos. Vila Rica, 07 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.918 - GEORREFERENCIAMENTO - Certifico que conforme consta na **AV-07-7.610** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de**

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.918	1-v	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

~~21.11.2011~~ conforme **Certificação nº 8f6677fc-edb3-43e2-9241-2d951be2d44c** datada de 06/11/2020 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 07 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-03-8.918 - Protocolo nº 31.340 de 09.03.2021 - **VENDA** - TRANSMITENTE: GUILHERME TORRES DE CARVALHO, (acima citado e qualificado), no ato da escritura representado por seu procurador Ricardo Torres de Andrade Carvalho, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.858.470-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF: 593.266.898-91, residente e domiciliado no lote 05, quadra 08, Centro, na cidade de Santa Cruz do Xingú-MT, nos termos da Procuração lavrada no livro nº 117, folhas nº 224, em 18/08/2020, no Tabelionato Bentes do 2º Ofício da Comarca de Santarém/PA, cujo traslado foi conferido e ficou arquivado no 5º Serviço Notarial e Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá-MT. **ADQUIRENTE: ILBERTO ADÃO KEDING**, brasileiro, pecuarista, natural de Erechim/RS, nascido aos 07/06/1984, inscrito no CPF/MF: 024.003.750-20 e portador da CI/RG nº 1010034658 SSP/RS, expedida em 19/06/1987, casado aos 14/07/1973, com **EVANI LEONILDA KEDING**, brasileira, agricultora, natural de Erechim/RS, nascida em 10/12/1953, inscrita no CPF/MF: 705.057.131-87 e portadora da CI/RG nº 1049012774 SSP/RS, residentes e domiciliados no Lote 127 do Empreendimento Santa Cruz II, zona rural, no município de Santa Cruz do Xingu-MT; no ato da escritura representado por sua procuradora Fabiane Vieira Lopes, brasileira, divorciada, professora, inscrita no CPF/MF: 691.126.301-87 e portadora da CI/RG nº 1126520 SSP/MT, residente e domiciliada à Av. José Monteiro de Figueiredo, 721, Edifício Romano, Apto 101, D. de Caxias, em Cuiabá-MT (e-mail: fabilopes0906@gmail.com), nos termos da Procuração lavrada no livro 14, fls. 19/21, em 21/07/2020, no 2º Tabelionato de Notas e Registro Civil, Município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica-MT, cujo traslado conferido e ficou arquivado no 5º Serviço Notarial e Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá-MT. **FORMA DO TÍTULO**: Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/02/2021, às fls. 153/154v, do Livro nº 250 do 5º Serviço Notarial e Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá-MT. **VALOR**: R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), pago em moeda corrente, dada plena e geral quitação. **CONDIÇÕES**: As constantes no título. Consta na Escritura declaração que as partes dispensam as demais certidões e assumem, sob as penas da lei, total responsabilidade por todas as obrigações que dispõe a Lei 7.433 de 18/12/85, regulamentada pelo Decreto nº 93.240 de 09.09.86. Foram apresentados no ato da Escritura Pública: a) Comprovante do pagamento do ITBI - DAM nº 2501, com avaliação em R$ 136.989,38, e apuração do imposto em R$ 2.767,57, emitido pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingú-MT; b) Certidão de Inteiro Teor, Ônus e Ações Reais, Pessoais e Reipersecutórias da matrícula nº 8.918 emitida por esta serventia; c) CCIR 2020, quitado; d) CND Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União de Imóvel Rural - NIRF: 9.077.665-8, emitida em 13/08/2021, às 09:15:01, com validade até 24/07/2021, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, código de controle da certidão: F257.047E.8678.D6C4; e) Certidão Negativa de Débito do IBAMA nº 15941908, emitida em 24/02/2021, com validade até 26/03/2021; f) CND Trabalhistas nº 549822/2021, emitida em 11/01/2021, pelo Poder Judiciário Justiça do Trabalho, com validade até 09/07/2021. Foram apresentadas no ato deste registro: a) **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Lote Rural nº 32 - Remanescente; Localização Projeto Santa Cruz II Gleba II, no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **999.970.575.321-0**; Módulo Rural 46,1198 ha; n. de Módulos Rurais 1,09; Módulo Fiscal 80,00 ha; n. de Módulos Fiscais: 0,6284; FMP 4,00 ha.; área: 50,2706 ha.; Declarante: Guilherme Torres de Carvalho, brasileiro, CPF: 293.048.141-20; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal às 09:15:01 do dia 25/01/2021, válida até 24/07/2021, código de controle da certidão: F257.047E.8678.D6C4, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **9.077.665-8**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: 5eff.3e85.f286.0fb8.aa57.b90c.59ef.6daa.6471.3f30. Emolumentos: R$ 3.058,30. Vila Rica, 17 de março de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, o fiz digitar, conferi e subscrevi.----

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **8918**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referendo é Verdade e dou Fé. Vila Rica-MT, 20 de julho de 2023. Emitido por LUCAS, as 09:20:13.

Lucas Rafael Rauber
Escrevente Substituto

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176
BXG 12163 - R$ 25,50
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: 276

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
6.922	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3564-2689 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU I"**, com a área de **908,9552 ha (Novecentos e oito hectares, noventa e cinco ares e cinquenta e dois centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 12.571,78 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice A2T-M-0242, Longitude: -52°38'49,949", Latitude: -10°14'08,666" e Altitude: 297,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 13640 (atual 2978)/Fazenda São Judas Tadeu II no azimute 167°39' e distância de 4.049,20 m até o vértice A2T-M-0192, Longitude: -52°38'21,491", Latitude: -10°16'17,399" e Altitude: 309,30 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 11778 (atual 2987)/Fazenda São Judas Tadeu no azimute 254°53' e distância de 29,95 m até o vértice A2T-M-0193, Longitude: -52°38'22,441", Latitude: -10°16'17,653" e Altitude: 309,01 m, deste segue no azimute 258°01' e distância de 2.240,48 m até o vértice F2P-M-3127, Longitude: -52°39'34,463", Latitude: 10°16'32,784" e Altitude: 299,26 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat 6341/Fazenda Xingú II no azimute 347°42' e distância de 3.984,81 m até o vértice F2P-M-3126, Longitude: -52°40'02,333", Latitude: -10°14'26,068" e Altitude: 306,03 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 12370 (atual 5942)/Fazenda Rio Vermelho no azimute 77°53' e distância de 800,30 m até o vértice AAQ-M-0168, Longitude: -52°39'36,622", Latitude: -10°14'20,601" e Altitude. 292,38 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6161/Fazenda São Bento no azimute 75° 31' e distância de 1.467,04 m até o vértice A2T-M-0242, ponto inicial desta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação 2269e766-9484-4061-a552-246c02195b48. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 120804545B/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado à ART nº 2709442, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021**. Eu, ... Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-01-6.922 - **(Termo de Preservação Florestal)** - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezence Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEM**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

29,29%), com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.922 - (HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU) - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-8.922 - (HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU) - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX-20/28569-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de R$ 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

AV-04-8.922 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0** (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 a **dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.922 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). **FINALIDADE** - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 a **dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.922 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de 08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS COMPRADORES: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua 1, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-8.922 - **GEORREFERENCIAMENTO** - Certifico que conforme consta na **AV-14-6.341** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21,11.2011 conforme Certificação nº 2269e766-9484-4061-a552-246c02195b48** datada de 22/04/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

R-08-8.922 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula**. Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.922 - Protocolo nº 33.665 de 07.12.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE**: MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF: 519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 17 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emília da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/nº, Apto 1701, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO. **ANUENTES:** CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO; e LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO:** Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 053/055, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 23/09/2021, às fls. 005/006, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR:** R$ 1.679.509,96 (Um milhão, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e nove reais e noventa e seis centavos), sendo de terra nua R$ 1.209.247,17 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 470.262,79, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES:** As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que o outorgado comprador tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.922 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.922; e da penhora registrada sob R-06-8.922 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 28,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2MUF5M9K, emitida via internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570888400000120953499
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570888400000120953499
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:09

MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 172/2021, com avaliação do imóvel em R$ 3.295.599,45, e apuração do imposto em R$ 65.948,38; h) **CCIR 2021;** Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3;** Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: a40b.a365.d67b.a50e.2101.1dad.654e.4052.6036.8219. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 21 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.922 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.922** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-

AV-11-8.922 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.922** e **AV-05-8.922** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **8922**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS. as 16:22:27.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11930 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
8D221498FF988B30C948FF2E19888EC8B3FBDF0
14/07/2023 16:18

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.923	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL,** situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU II"**, com a área de **287,1511 ha (Duzentos e oitenta e sete hectares, quinze ares e onze centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 9.409,58 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice F2P-M-3126, Longitude: -52°40'02,333", Latitude: -10°14'26,068" e Altitude: 306,03 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú I no azimute 167°42' e distância de 3.984,81 m até o vértice F2P-M-3127, Longitude: -52°39'34,463", Latitude: -10°16'32,784" e Altitude: 299,26 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 11778 (atual 2987)/Fazenda São Judas Tadeu no azimute 258°03' e distância de 696,60 m até o vértice F2P-M-3129, Longitude: -52°39'56,859", Latitude: -10° 16'37,476" e Altitude: 294,05 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú III no azimute 347°00' e distância de 3.983,14 m até o vértice F2P-M-3128, Longitude: -52° 40'26,268", Latitude: -10°14'31,158" e Altitude: 303,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 12370 (atual 5942)/Fazenda Rio Vermelho no azimute 77°53' e distância de 745,04 m até o vértice F2P-M-3126, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação f3e160b2-80fc-4546-83b4-1c24e3cacacf. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 1208045458/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado a ART nº 2709445, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020;** Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3;** Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0. NÚMERO DO REGISTRO-ANTERIOR**: Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-01-8.923 - (Termo de Preservação Florestal) - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezence Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEM**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta 29,29%)**, com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.923 - (HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU) - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-8.923 - (HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU) - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX-20/28569-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de R$ 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + **100%** do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-04-8.923 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0** (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.923	2	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3564-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 a **dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.923 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 a **dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.923 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de 08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS COMPRADORES: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de Imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-8.923 - GEORREFERENCIAMENTO - Certifico que conforme consta na **AV-15-6.341** deste ofício, que o imóve objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº f3e160b2-80fc-4546-83b4-1c24e3cacacf** datada de 12/06/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.923 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula**. Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.923 - Protocolo nº 33.666 de 07.12.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE**: MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF: 519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 17 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO, no ato da Escritura Pública de Compra e Venda representada por Márcio Barbosa de Macedo, acima qualificado, por procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 000139-P, Folha 195/198 no dia 08.02.2017. **ANUENTES**: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emilia da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/nº, Apto 1701, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO; e LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO**: Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 056/058, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/09/2021, às fls. 007/008, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR**: R$ 530.627,36 (Quinhentos e trinta mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos), sendo de terra nua R$ 382.051,70 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 148.575,66, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES**: As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que a outorgada compradora tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.923 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.923; e da penhora registrada sob R-08-8.923 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 28,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2MUF5M9K, emitida via internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 171/2021, com avaliação do imóvel em R$ 1.056.282,23, e apuração do imposto em R$ 21.162,03; h) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: a40b.a365.d67b.a50e.2101.1dad.654e.4052.6036.8219. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 21 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.923 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.923** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-11-8.923 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.923** e **AV-05-8.923** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matricula n° **8923**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS. as 16:24:24.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11931 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
8D221498FF0BB3DC94FF2E19B88EC883FBDFD
14/07/2023 16:20

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
		COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO
		Caixa Postal 51 - Cep 78 645-000 Fone (66) 3554-2669
		Renato Cunha Donato - Oficial
8.924	1	LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU III"**, com a área de **263,7419 ha (Duzentos e sessenta e três hectares, setenta e quatro ares e dezenove centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 9.289,98 metros. "Inicia-se a descrição deste Imóvel no vértice F2P-M-3128, Longitude: -52°40'26,268", Latitude: -10°14'31,158" e Altitude: 303,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú II no azimute 167°00' e distância de 3.983,14 m até o vértice F2P-M-3129, Longitude: -52°39'56,859", Latitude: -10°16'37,476" e Altitude: 294,05 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 11778 (atual 2987)/Fazenda São Judas Tadeu no azimute 257°58' e distância de 657,42 m até o vértice F2P-M-3131, Longitude: -52° 40'17,989", Latitude: -10°16'41,931" e Altitude: 324,08 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú IV no azimute 346°52' e distância de 3.982,20 m até o vértice F2P-M-3130. Longitude: -52°40'47,704", Latitude: -10°14'35,715" e Altitude: 319,50 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 12370 (atual 5942)/Fazenda Rio Vermelho no azimute 77°53' e distância de 667,23 m até o vértice F2P-M-3128, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação d198ace7-8d33-43ef-96f6-2624a8ec7e46. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 1208045458/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado a ART nº 2709446, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR:** Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-01-8.924 - (Termo de Preservação Florestal) - o Imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-8.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezende Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEM**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta 29,29%)**, com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.924 - (HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU) - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-8.924 - (HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU) - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX-20/28569-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de R$ 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.-------

AV-04-8.924 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0** (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados),

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.924	2	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e acicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.924 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cécula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.924 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de 08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS COMPRADORES: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-07-8.924 - **GEORREFERENCIAMENTO** - Certifico que conforme consta na **AV-16-6.341** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº d198ace7-8d33-43ef-96f6-2624a8ec7e46** datada de 22/04/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

R-08-8.924 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula**. Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

R-09-8.924 - Protocolo nº 33.369 de 03.11.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE: MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF: 519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 127 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO**, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, (acima citado e qualificado); nos termos da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017 (nos termos do inciso I, do artigo 1.659, do Código Civil, que o preço de aquisição do imóvel constante da Escritura de Compra e Venda decorre de sub-rogação de bem particular pertencente somente a ele, proveniente de recursos exclusivos seus adquiridos através de cessão de direitos hereditários, conforme escritura pública de cessão e transferência de direitos hereditários, lavrada em 2.12.2006, no Livro 66-TD, fls. 20/22, do Cartório do2º Ofício de Notas da Cidade de Rio Verde-GO, de modo que a propriedade é unicamente sua, não se comunicando com a sua esposa, a qual compareceu no instrumento, como anuente, para declarar que concorda com a referida cláusula em todos seus termos). **ANUENTES:** CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliado à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO; e MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emília da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/n, Apto 7101, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO**: Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 059/061, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; Escritura Pública de Rerratificação e Aditamento, lavrada em 07/11/2019, às fls. 194/196, do Livro nº 263-D, do Tabelionato Borges Alves da Comarca de Caiapônia-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/09/2021, às fls. 009/010, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR**: R$ 487.367,78 (Quatrocentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos), sendo de terra nua R$ 350.904,80 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 136.462,98, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES:** As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que o outorgado comprador tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.924 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.924; e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

da penhora registrada sob R-08-8.924 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 28,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA scb o nº YG1GDCXD2MJF5M9K, emitida via internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 153/2021, com avaliação do imóvel em R$ 1.017.624,46, e apuração do imposto em R$ 20.352,49; h) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: aec9.75d7.ef11.5994.4475.8c86.a12a.2a26.85cb.1dde. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 02 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.924 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.924** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-11-8.924 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.924** e **AV-05-8.924** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **8924**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS as 16:27:03.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11933 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
8D221498FF98B30C94FF2E19B88EC8B3FBDF0
14/07/2023 16:22

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.925	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78 645-000 Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU IV"**, com a **área de 310,0178 ha (Trezentos e dez hectares, um are e setenta e oito centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 9.525,32 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice F2P-M-3130, Longitude: -52°40'47,704", Latitude: -10°14'35,715" e Altitude: 319,50 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 6341/Fazenda Xingú III no azimute 166°52' e distância de 3.982,20 m até o vértice F2P-M-3131, Longitude: -52°40'17,989", Latitude: -10°16'41,931" e Altitude: 324,08 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 11778 (atual 2987)/Fazenda São Judas Tadeu no azimute 258°02' e distância de 558,66 m até o vértice A2T-M-0537, Longitude: -52°40'35,949", Latitude: -10° 16'45,700" e Altitude: 323,09 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 8662 e 10030 (atual 3077 e 3076)/Fazenda Nossa Senhora Aparecida no azimute 256°42' e distância de 199,48 m até o vértice F2P-M-3133, Longitude: -52°40'42,329", Latitude: -10°16'47,192" e Altitude: 324,03 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú V no azimute 346°17' e distância de 3.985,75 m até o vértice F2P-M-3132, Longitude: -52°41'13,380", Latitude: -10°14'41,173" e Altitude: 304,01 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 12370 (atual 5912)/Fazenda Rio Vermelho no azimute 77°53' e distância de 799,24 m até o vértice F2P-M-3130, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Pulssant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação c9049dcf-43ad-458e-99ee-2af7f6b5d281. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 1208045458/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado a ART nº 2709452, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: **R$ 73,20**. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.---------

AV-01-8.925 - (Termo de Preservação Florestal) - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezende Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEM**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta 29,29%)**, com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

UTILIZAÇÃO LIMITADA, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.925 - **(HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU)** - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-8.925 - **(HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU)** - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX-20/28569-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de R$ 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-04-8.925 - **(ADITIVO)** - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0 (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS**: Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.925 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS**: Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.925 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de 08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial
8.925	2-V	LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

COMPRADORES: **MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste 8, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-8.925 - **GEORREFERENCIAMENTO** - Certifico que conforme consta na **AV-17-6.341** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº c9049dcf-43ad-458e-99ee-2af7f6b5d281** datada de 22/04/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.------

R-08-8.925 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, **Processo nº 5278884-96.2017.8.09.0051**; **Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula**. Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.925 - Protocolo nº 33.667 de 07.12.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE:** MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 17 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emília da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/nº, Apto 1701, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO. **ANUENTES:** CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO; e LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO:** Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 062/064, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/09/2021, às fls. 011/012, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR:** R$ 572.852,10 (Quinhentos e setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e dez centavos), sendo de terra nua R$ 412.453,51 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 160.398,59, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES:** As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que o outorgado comprador tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.925 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.925; e da penhora registrada sob R-08-8.925 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 28,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2MJF5M9K, emitida via internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

Matricula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.925	3-v	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 170/2021, com avaliação do Imóvel em R$ 1.171.668,70, e apuração do Imposto em **R$ 23.469,76**; h) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: a40b.a365.d67b.a50e.2101.1dad.654e.4052.6036.8219. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 21 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.925 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.925** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-11-8.925 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.925** e **AV-05-8.925** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matricula nº **8925**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS. as 16:28:07.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11935 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
80221498FF98B30C94FF2E19B88EC883F8040
14/07/2023 16:23

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.926	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU V"**, com a área de **300,0163 ha (Trezentos hectares, um are e sessenta e três centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 9.489,48 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice F2P-M-3132, Longitude: -52°41'13,380", Latitude: -10°14'41,173" e Altitude: 304,01 m, deste segue confrontando com: CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú IV no azimute 166°17' e distância de 3.985,75 m até o vértice F2P-M-3133, Longitude: -52°40'42,329", Latitude: -10°16'47,192" e Altitude: 324,03 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 8662 e 10020 (atual 3077 e 3076)/Fazenda Nossa Senhora Aparecida no azimute 256°43' e distância de 757,88 m até o vértice F2P-M-3135, Longitude: -52°41'06,568", Latitude: -10°16'52,858" e Altitude: 316,50 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú VI no azimute 346°28' e distância de 4.000,87 m até o vértice F2P-M-3134, Longitude: -52°41'37,315", Latitude: -10°14'46,260" e Altitude: 313,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 12370 (atual 5942)/Fazenda Rio Vermelho no azimute 77°53' e distância de 744,99 m até o vértice F2P-M-3132, ponto inicia desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação cd471f97-8801-4e0c-8127-a45a2e66337e. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 1209045458/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado a ART nº 2709454, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel **Fazenda Xingu**; Localização BR 158 Km 38 sando de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-01-8.926 - (Termo de Preservação Florestal) - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezende Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEM**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta 29,29%)**, com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

Matrícula	Ficha
8.926	1-v

1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO
Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2669
Renato Cunha Donato - Oficial
LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-02-8.926 - (HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU) - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-03-8.926 - (HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU) - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX 20/28560-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de **R$** 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-04-8.926 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0** (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.926	2	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78 645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.926 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.926 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de 08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS COMPRADORES: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a serem pagos até o dia 19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-8.926 - GEORREFERENCIAMENTO - Certifico que conforme consta na **AV-18-6.341** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº cd471f97-8801-4e0c-8127-a45a2a66337e** datada de 22/04/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.------

R-08-8.926 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051; Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula**. Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.926 - Protocolo nº 33.668 de 07.12.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE**: MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF: 519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 17 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO, no ato da Escritura Pública de Compra e Venda representada por Márcio Barbosa de Macedo, acima qualificado, por procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 000139-P, Folha 195/198 no dia 08.02.2017. **ANUENTES:** MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emília da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/nº, Apto 1701, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO; e LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO:** Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 065/067, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/09/2021, às fls. 013/014, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR:** R$ 554.373,00 (Quinhentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e setenta e três reais), sendo de terra nua R$ 399.148,56 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 155.224,44, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES:** As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que a outorgada compradora tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.926 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.926; e da penhora registrada sob R-08-8.926 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 28,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2MJF5M9K, emitida via internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:16
Número do documento: 23080114570988900000120953500
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114570988900000120953500
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:10

de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 168/2021, com avaliação do imóvel em R$ 1.160.452,43, e apuração do imposto em R$ 23.245,44; h) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: a40b.a365.d67b.a50e.2101.1dad.654e.4052.6036.8219. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 21 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.926 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.926** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-11-8.926 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.926** e **AV-05-8.926** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matricula n° **8926**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS. as 16:29:11.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11936 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
8D221498FF98B30C94FF2E19B8BEC8B3FBDF0
14/07/2023 16:24

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571078400000120953502
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571078400000120953502
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:11

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.927	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2869 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU VI"**, com a área de **318,3742 ha (Trezentos e dezoito hectares, trinta e sete ares e quarenta e dois centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 10.058,38 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice F2P-M-3134, Longitude: -52°41'37,315", Latitude: -10°14'46,260" e Altitude: 313,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú V no azimute 166°28' e distância de 4.000,87 m até o vértice F2P-M-3135, Longitude: -52°41'06,568", Latitude: -10°16'52,858" e Altitude: 316,50 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 8662 e 10020 (atual 3077 e 3076)/Fazenda Nossa Senhora Aparecida no azimute 256°42' e distância de 1.175,84 m até o vértice F2P-M-3136, Longitude: -52°41'44,174", Latitude: -10°17'01,653" e Altitude: 314,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú VII no azimute 346°39' e distância de 2.374,22 m até o vértice F2P-M-3137, Longitude: -52°42'02,169", Latitude: -10°15'46,467" e Altitude: 293,04 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú no azimute 58°20' e distância de 1.081,79 m até o vértice F2P-M-3139, Longitude: -52°41'31,911", Latitude: 10°15'27,989" e Altitude: 295,56 m, deste segue no azimute 346°35' e distância de 1.288,46 m até o vértice F2P-M 3138, Longitude: -52°41'41,723", Latitude: -10°14'47,197" e Altitude: 313,08 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 12370 (atual 5942)/Fazenda Rio Vermelho no azimute 77°53' e distância de 137,21 m até o vértice F2P-M-3134, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas carteslanas locals referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant) Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas carteslanas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação 1d235806-cdd9-4987-ba56-fa1c4a2f0425. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 120804545B/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado a ART nº 2709456, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021.** Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-01-8.927 - (Termo de Preservação Florestal) - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezende Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEM**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571078400000120953502
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571078400000120953502
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:11

29,29%), com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.927 - (HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU) - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO nº 20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-8.927 - (HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU) - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO nº 20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX-20/28569-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de R$ 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.-------

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571078400000120953502
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571078400000120953502
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:11

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.927	2	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2668 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

AV-04-8.927 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0** (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS**: Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.927 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS**: Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.927 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571078400000120953502
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571078400000120953502
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:11

Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de 08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS COMPRADORES: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Chuvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a serem pagos até o dia 19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-07-8.927 - GEORREFERENCIAMENTO - Certifico que conforme consta na **AV-19-6.341** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº 1d235806-cdd9-4987-ba56-fa1c4a2f0425** datada de 12/06/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

R-08-8.927 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, **da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, Processo nº 5278884-96.2017.8.09.0051; Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula.** Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

R-09-8.927 - Protocolo nº 33.373 de 03.11.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE**: MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571078400000120953502
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571078400000120953502
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:11

escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF: 519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 127 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO**, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, (acima citado e qualificado); nos termos da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017 (nos termos do inciso I, do artigo 1.659, do Código Civil, que o preço de aquisição do imóvel constante da Escritura de Compra e Venda decorre de sub-rogação de bem particular pertencente somente a ele, proveniente de recursos exclusivos seus adquiridos através de cessão de direitos hereditários, conforme escritura pública de cessão e transferência de direitos hereditários, lavrada em 2.12.2006, no Livro 66-TD, fls. 20/22, do Cartório do2º Ofício de Notas da Cidade de Rio Verde-GO, de modo que a propriedade é unicamente sua, não se comunicando com a sua esposa, a qual compareceu no instrumento, como anuente, para declarar que concorda com a referida cláusula em todos seus termos). **ANUENTES:** MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emilia da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/n, Apto 7101, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO; e CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO:** Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 068/070, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; Escritura Pública de Rerratificação e Aditamento, lavrada em 07/11/2019, às fls. 197/198, do Livro nº 263-D, do Tabelionato Borges Alves da Comarca de Caiapônia-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/09/2021, às fls. 015/016, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR:** R$ 587.635,38 (Quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos), sendo de terra nua R$ 423.097,47 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 164.537,91, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES:** As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571078400000120953502
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571078400000120953502
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:11

de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que o outorgado comprador tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.927 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.927; e da penhora registrada sob R-08-8.927 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 28,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2MJF5M9K, emitida via internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; c) Certidão Positive Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 152/2021, com avaliação do imóvel em R$ 1.236.460,37, e apuração do imposto em R$ 24.729,21; h) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: aec9.75d7.ef11.5994.4475.8c86.a12a.2a26.85db.1dec. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 02 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.927 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.927** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-11-8.927 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.927** e **AV-05-8.927** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **8927**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS. as 16:30:15.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11937 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
SD221498FF98B30C94FF2E19BB8EC8B38BDF0
14/07/2023 16:26

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571078400000120953502
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571078400000120953502
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:11

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.928	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU VII"**, com a área de **318,0759 ha (Trezentos e dezoito hectares, sete ares e cinquenta e nove centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 7.824,70 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice F2P-M-3137, Longitude: -52°42'02,169", Latitude: -10°15'46,467" e Altitude: 293,04 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú VI no azimute 166°39' e distância de 2.374,22 m até o vértice F2P-M-3136, Longitude: -52°41'44,174", Latitude: -10°17'01,653" e Altitude: 314,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 8662 e 10020 (atual 3077 e 3076)/Fazenda Fazenda Nossa Senhora Aparecida no azimute 256°42' e distância de 1.919,58 m até o vértice F2P-M-3140, Longitude: -52°42'45,568", Latitude: -10°17'16,009" e Altitude: 294,00 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú no azimute 03°22' e distância de 878,80 m até o vértice F2P-M-3142, Longitude: -52°42'43,864", Latitude: -10°16'47,458" e Altitude: 292,08 m, deste segue no azimute 50°12' e distância de 472,90 m até o vértice F2P-M-3141, Longitude: -52°42'31,924", Latitude: -10°16'37,607" e Altitude: 293,50 m, deste segue no azimute 351°32' e distância de 962,90 m até o vértice F2P-M-3143, Longitude: -52°42'36,576", Latitude: -10°16'06,609" e Altitude: 295,53 m, deste segue no azimute 59°24' e distância de 1.216,32 m até o vértice F2P-M-3137, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação 2c91e9da-2957-4e5b-a7bc-d0c61a93d7cc. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 1208045458/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado a ART nº 2709457, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-01-8.928 - (Termo de Preservação Florestal) - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezende Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEN**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta 29,29%)**, com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571078400000120953502
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571078400000120953502
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:11

legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.928 - (HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU) - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-8.928 - (HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU) - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX-20/28569-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de R$ 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-04-8.928 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571078400000120953502
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571078400000120953502
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:11

serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0** (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.928 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citacos e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.928 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571078400000120953502
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571078400000120953502
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:11

08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS COMPRADORES: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-8.928 - GEORREFERENCIAMENTO - Certifico que conforme consta na **AV-20-6.341** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº 2c91e9da-2957-4e5b-a7bc-d0c61a93d7oc** datada de 22/04/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.------

R-08-8.928 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula**. Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.928 - Protocolo nº 33.669 de 07.12.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE**: MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571078400000120953502
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571078400000120953502
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:11

total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF: 519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 17 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emília da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/nº, Apto 1701, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO. **ANUENTES**: CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO; e LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO**: Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 071/073, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/09/2021, às fls. 017/018, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR**: R$ 587.635,38 (Quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos), sendo de terra nua R$ 423.097,47 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 164.537,91, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES**: As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que o outorgado comprador tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.928 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.928; e da penhora registrada sob R-08-8.928 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 26,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2M0F5M9K, emitida via Internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571078400000120953502
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571078400000120953502
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:11

Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 167/2021, com avaliação do imóvel em R$ 1.225.366,88, e apuração do imposto em R$ 24.543,73; h) **CCIR 2021;** Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: a40b.a365.d67b.a50e.2101.1dad.654e.4052.6036.8219. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 21 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.928 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.928** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-11-8.928 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353,** averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.928** e **AV-05-8.928** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matricula nº **8928**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS. as 16:31:24.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11938 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
BD221498FF98B30C94FF2E19B88EC8B3FBDF0
14/07/2023 16:27

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 147.714 - SP (2016/0190631-3)

RELATOR	**:**	**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
SUSCITANTE	:	JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTERES.	:	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A
INTERES.	:	WIND POWER ENERGIA S/A
INTERES.	:	INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 3º DA LEI N. 11.101/2005.

1. Nos termos do art. 3º da Lei n. 11.101/2005, o foro competente para o processamento da recuperação judicial e a decretação de falência é aquele onde se situe o principal estabelecimento da sociedade, assim considerado o local onde haja o maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresária sob o ponto de vista econômico. Precedentes.

2. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho/PE.

DECISÃO

1. Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo, em processo de recuperação judicial de Wind Power Energia S.A., cujo deferimento se deu em 12/12/2014 pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, tendo também sido realizada a assembleia geral de credores (fls. 1-6).

Noticia que, em sede de agravo de instrumento, interposto pelo credor Banco Industrial e Comercial S.A., o Tribunal estadual reformou decisão em que o Juízo da 1ª Vara Cível de Cabo de Santo Agostinho afirmou a sua competência para julgar o presente feito, decidindo pela competência do Juízo da Comarca de São Paulo, e remetendo-lhe os autos.

O acórdão recebeu a seguinte ementa:

> DIREITO PROCESSUAL CIVIL E LEGISLAÇÃO ESPECIFICA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL REQUERIDA PELA ENTIDADE DEVEDORA EM RESPOSTA A PEDIDO DE FALÊNCIA. DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA A JUíZO DE COMARCA DESTE ESTADO, PERANTE O QUAL TRAMITA OUTROS PEDIDOS DE FALÊNCIA EM FACE DA MESMA ENTIDADE DEVEDORA, E QUE RECONHECEU SUA PREVENÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO LIMINAR, NO QUAL SE SUSCITA A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO DA COMARCA LOCAL, AO FUNDAMENTO PRINCIPAL DE A ENTIDADE DEVEDORA SER

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571154400000120953503
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571154400000120953503
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:12

> CONTROLADA POR GRUPO EMPRESARIAL SEDIADO NO FORO DO ESTADO DE SÃO PAULO, REPUTADO O COMPETENTE POR SER NELE ONDE SE LOCALIZA O PRINCIPAL ESTABELECIMENTO DO DEVEDOR. CONCESSÃO DA LIMINAR SUSPENDENDO A DECISÃO QUE RECONHECEU A PREVENÇÃO DO JUÍZO LOCAL PARA JULGAR O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO, SEM PREJUÍZO DOS ATOS PRATICADOS. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO POR-SOCIEDADE EMPRESÁRIA INSCRITA NO QUADRO GERAL DE CREDORES, ADUZINDO RISCO DE LESÃO EM SEU DESFAVOR, EM DECORRÊNCIA DO DECURSO DO PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES DESTINADA A DELIBERAR SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO APRESENTADO PELA DEVEDORA, E DEFENDENDO A COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO DA COMARCA LOCAL PARA JULGAR O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO NO SENTIDO DE PERMITIR A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE CREDORES, EM RAZÃO DA SOBERANIA DA DECISÃO ASSEMBLEAR EM RELAÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO, RESERVANDO-SE A DECISÃO FINAL SOBRE A COMPETÊNCIA DO JUÍZO QUE IRÁ JULGAR O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO QUANDO DO JULGAMENTO COLEGIADO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, APÓS A OUVIDA DO MINISTÉRIO PUBLICO AINDA NÃO PROMOVIDA. DECISÃO UNÂNIME.

Assevera o Juízo suscitante que o escritório da recuperanda localizado em São Paulo tem a finalidade exclusiva de atender obra específica e determinada também localizada em São Paulo, denominada Colider, sendo certo que o polo industrial e o centro administrativo e operacional de todas as suas atividades encontra-se em Cabo de Santo Agostinho.

Assim, nos termos do art. 3º da Lei n. 11.101/2005, que determina a competência absoluta do Juízo do local do principal estabelecimento do devedor, declarou-se incompetente para o julgamento da demanda, suscitando o presente conflito de competência.

O Juízo suscitado prestou informações às fls. 72-94.

O Ministério Público opina pela declaração da competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de Cabo de Santo Agostinho/PE, nos seguintes termos (fls. 96-101):

> CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO COMPETENTE. PLURALIDADE DE SEDES. DISCUSSÃO ACERCA DO PRINCIPAL ESTABELECIMENTO. VOLUME DE NEGÓCIOS. CENTRO DE DECISÕES. CONVENIÊNCIA PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE.
> 1. O art. 3º da Lei n. 11.101/05 estabelece que o juízo do local do principal estabelecimento do devedor é absolutamente competente para decretar a falência, homologar o plano de recuperação extrajudicial ou deferir a recuperação.
> 2. Debruçando-se sobre tal diretriz normativa, o Superior Tribunal de Justiça há muito firmou entendimento no sentido de que o principal estabelecimento do devedor se situa onde se encontra o maior volume de negócios e concentra-se a gestão da sociedade.
> 3. Pela competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de Cabo de Santo Agostinho-PE.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571154400000120953503
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571154400000120953503
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:12

É o relatório.

2. Consoante se depreende dos autos, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco reformou a decisão do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, que aceitara a competência para processar e julgar a recuperação judicial da sociedade Wind Power Energia S.A., aos seguintes fundamentos (fls. 8-22):

> Aduz o agravante que a decisão agravada ratificou a competência para processar e julgar a recuperação judicial em juízo absolutamente incompetente, sem considerar que o centro das atividades da agravada, de onde emanam as ordens e instruções administrativas, se localiza na Comarca de São Paulo, Capital.
> Para tanto, alega que o Diretor Presidente da Wind Power Energia S/A (WPE), Luis Enrique Pescarmona e Lucas Enrique Pescarmona, denominado de Diretor da Companhia, fazem parte do órgão deliberativo da agravada, a qual, por sua vez, faz parte do Grupo Econômico da Indústria Energética Pescarmona S/A - IMPSA, sociedade argentina fundada em 1907.
> Nos autos constam informações de que a agravada era controlada pela empresa denominada Inverall S/A que, por sua vez, era controlada pela IMPSA - Indústrias Metalúrgicas Pescarmona S.A.I.C y F, ambas sediadas na Argentina.
> Em dezembro de 2011, a IMPSA incorporou integralmente a Inverall SW/A, passando a ser controladora direta da Companhia, conforme notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (fls. 87 e 141).
> O agravante juntou cópias de cartões pessoais de dois diretores da controladora, com logo da IMPSA, constando endereços na Comarca de São Paulo, Capital (fls. 687).
> A Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, informa que os dois acionistas acima referidos foram reeleitos para os mesmos cargos (fls. 488 a 490), com mandatos de até 3 (três) anos, por força do disposto no artigo 15, da Ata de Assembléia Geral de Constituição da Wind Power Energia S/A, realizada em 11 de dezembro de 2006 (fls. 503 a 513).
> [...]
> **Considerando-se que a IMPSA é a controladora direta da Wind Power Energia S/A, entende-se que há o domínio de uma sociedade sobre a outra, ou seja, no órgão deliberativo da agravada participam os acionistas majoritários e controladores da sociedade em recuperação judicial.**
> **[...]**
> **Nos autos, constata-se a prática de importantes atos administrativos pelo diretor presidente da IMPSA e da WPE, dentre os quais a assinatura da procuração judicial da Wind Power Energia S/A para que os advogados promovessem o pedido de recuperação judicial, em data de 03.12.2014** (fls. 76).
> [...]
> Em seu requerimento de recuperação judicial a WPE não omite que se trata de uma empresa integrante do grupo econômico Indústrias Metalúrgicas Pescarmona S/A - IMPSA, que é líder no mercado de energia [...]

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571154400000120953503
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571154400000120953503
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:12

[...]
[...] **o diretor presidente da IMPSA é também o diretor presidente da agravada,** conforme consta da Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014 [...]
E na ata da assembléia geral extraordinária realizada em 30/4/2014, **restou aprovado que a sociedade ficará validamente obrigada e representada, em juízo e fora dele e perante terceiros pela assinatura isolada do diretor presidente, Luis Enrique Pescarmona ou do diretor, sem designação específica, Lucas Enrique Pescarmona, para a prática ed quaisquer atos e operações em nome da sociedade** (fls. 489).
[...]
Com base na ata acima referida, nas informações por segmento, os auditores independentes revelam que o diretor geral da Companhia, Luis Enrique Pescarmona, é o profissional responsável pelo gerenciamento dos negócios abaixo descritos (fls. 395).
- venda e construção de aerogeradores;
- venda de geradores hidráulicos;
- serviços EPC (Engineering procurement and construction).
[...]
Na resposta ao agravo de instrumento, a própria agravada informa sobre a existência do escritório da WPE, localizado em São Paulo, onde trabalham 34 (trinta e quatro) funcionários (fls. 778 a 782). Nesse escritório, a toda evidência, são tomadas as decisões administrativas e economicamente mais relevantes, considerando que compete ao diretor presidente da WPE, Luis Enrique Pescarmona, o gerenciamento dos negócios de venda e construção de aerogeradores, venda de geradores hidraúlicos e serviços EPC (Engineering procurement and construction).
[...]
Segundo a ata da assembléia realizada em 30/4/2014, o diretor presidente, Luis Enrique Pescarmona e o diretor sem designação específica, Lucas Enrique Pescarmona, residem na cidade do Rio de Janeiro/RJ (fls. 488), mas têm escritório na cidade de São Paulo/SP.
[...]
Na recuperação judicial o devedor ou seus administradores são mantidos na condução da atividade empresarial, sob fiscalização do Comitê, se houver, e do administrador judicial (artigo 64, da Lei nº 11.101, de 09/02/2005).
Por esse motivo, **a unidade fabril da WPE localizada na Comarca de Cabo de Santo Agostinho/PE, como lá não se encontram diretores com poderes gerenciais, não pode ser considerada o principal estabelecimento do devedor. O principal estabelecimento do devedor se encontra no Estado de São Paulo, onde funciona o escritório da WPE, sob o comando do diretor presidente, Luis Enrique Pescarmona.**
A unidade de fabricação localizada no Cabo de Santo Agostinho/PE não é a sede administrativa da Companhia. O centro administrativo-decisório se localiza na cidade de São Paulo, capital, que não se confunde com a sede contratual, situada no Estado de Pernambuco. A administração é exercida apenas pelo diretor presidente e outro de sua família, ambos residentes na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com escritório comercial da WPE situado a cidade

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571154400000120953503
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571154400000120953503
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:12

> **de São Paulo, Capital.**
> **Resta comprovado nos autos, ademais, a ausência de maior importância**
> **econômica da unidade fabril da WPE, localizada em Pernambuco, cujos diretores não têm função específica e nem poderes para representar a Companhia, exceto mediante prévia e expressa aprovação por escrito dos acionistas representando a maioria absoluta do capital social (fls. 489).**
> [...]
> Por oportuno, em anexo da Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18/03/2014, consta o Estatuto Social da WPE com a criação de uma filial na Rua Samuel Morse, nhº 134, 13º andar, Brooklin (CEP º 045760-060 - São Paulo - SP), destinada ao funcionamento do escritório comercial da sociedade (fls. 514 a 525).

3. Cinge-se a controvérsia, portanto, à definição do juízo competente para o processamento da recuperação judicial da referida sociedade empresária, tendo em vista o critério estabelecido no art. 3º da Lei n. 11.101/2005:

> Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência **o juízo do local do principal estabelecimento do devedor** ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

A jurisprudência desta Corte, sob a égide da antiga Lei Falimentar, sempre foi firme sobre a interpretação a ser conferida à expressão "principal estabelecimento" (CC 37.736/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 16/8/2004):

> Processo civil. Competência. Conflito positivo. Pedidos de falência e de concordata preventiva. Principal estabelecimento. Centro das atividades. Competência absoluta. Prevenção. Juízo incompetente. Sentença de declaração de falência prolatada por juízo diverso daquele em que estava sendo processada a concordata. Pedido de falência embasado em título quirografário anterior ao deferimento da concordata. Nulidade da sentença.
> **O juízo competente para processar e julgar pedido de falência e, por conseguinte, de concordata é o da comarca onde se encontra "o centro vital das principais atividades do devedor", conforme o disposto no art. 7º da Lei de Falências (Decreto-Lei n. 7.661/45) e o firme entendimento do Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema.**
> A competência do juízo falimentar é absoluta.
> A prevenção prevista no § 1º do art. 202 da Lei de Falências incide tão-somente na hipótese em que é competente o juízo tido por prevento.
> Constatado que a falência foi declarada pelo juízo suscitado enquanto processada a concordata em outro juízo e, ainda, que o título quirografário que embasou o pedido de falência era anterior ao deferimento da concordata, impõe-se anular essa sentença que declarou a falência.
> Conflito conhecido, declarada a competência do Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Manaus – AM, anulados os atos decisórios praticados pelo Juízo de Direito da 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo – SP e a sentença de declaração de falência proferida pelo Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Manaus – AM.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571154400000120953503
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571154400000120953503
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:12

Nessa ordem de idéias, tem-se que o foro competente para a recuperação e decretação de falência será o do maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresária sob o ponto de vista econômico.

Essa é também a lição de Fábio Ulhoa Coelho:

> A competência para apreciação do processo de falência e de recuperação judicial, bem como de seus incidentes, é do juízo do *principal estabelecimento* do devedor no Brasil (LF, art. 3º). [...] Por principal estabelecimento entende-se não a sede estatutária ou contratual da sociedade empresária devedora, a que vem mencionada no respectivo ato constitutivo, nem o estabelecimento maior física ou administrativamente falando (cf. Requião, 1975, 1:81). **Principal estabelecimento, para fins de definição da competência para o direito falimentar, é aquele em que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa; é o mais importante *do ponto de vista econômico*.** O juiz do local onde se encontra tal estabelecimento é o competente para o processo falimentar, porque estará mais próximo aos bens, à contabilidade e aos credores da sociedade falida. Por outro lado, se a lei reputasse competente o juiz da sede estatutária ou contratual, esse critério poderia dificultar a instauração do concurso de credores, porque a devedora, antevendo a possibilidade de falir, poderia alterar, por simples ato registrário, o local a que se deveriam dirigir os credores para pedir a falência dela" (Curso de Direito Comercial. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, vol. 3, pp. 273/274).

Na mesma linha, à guisa de exemplo, mais recente precedente desta Casa:

> PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL AJUIZADO NO DISTRITO FEDERAL. DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA O RIO DE JANEIRO - RJ. PRINCIPAL ESTABELECIMENTO. ARTS. 3º E 6º, § 8º, DA LEI N. 11.101/2005. VIOLAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. INDISPONIBILIDADE DE BENS E INATIVIDADE DA EMPRESA. POSTERIOR MODIFICAÇÃO DA SEDE NO CONTRATO SOCIAL. QUADRO FÁTICO IMUTÁVEL NA INSTÂNCIA ESPECIAL. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.
> [...]
> 2. **A qualificação de principal estabelecimento, referido no art. 3º da Lei n. 11.101/2005, revela uma situação fática vinculada à apuração do local onde exercidas as atividades mais importantes da empresa, não se confundindo, necessariamente, com o endereço da sede, formalmente constante do estatuto social e objeto de alteração no presente caso.**
> 3. Tornados os bens indisponíveis e encerradas as atividades da empresa cuja recuperação é postulada, firma-se como competente o juízo do último local em que se situava o principal estabelecimento, de forma a proteger o direito dos credores e a tornar menos complexa a atividade do Poder Judiciário, orientação que se concilia com o espírito da norma legal.
> 4. Concretamente, conforme apurado nas instâncias ordinárias, o principal estabelecimento da recorrente, antes da inatividade, localizava-se no Rio de Janeiro - RJ, onde foram propostas inúmeras ações na Justiça comum e na Justiça Federal, entre elas até mesmo um pedido de falência, segundo a

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571154400000120953503
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571154400000120953503
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:12

> recorrente, em 2004, razão pela qual a prevenção do referido foro permanece intacta.
> 5. Recurso especial improvido.
> (REsp 1006093/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/05/2014, DJe 16/10/2014)

4. No caso concreto, nenhuma divergência há, entre os juízos conflitantes, acerca da melhor interpretação para a expressão "principal estabelecimento", citada no mencionado dispositivo legal, mas tão somente com relação ao aspecto fático da apuração do local onde exercidas as atividades mais importantes da empresa.

O Tribunal pernambucano, nos autos do agravo de instrumento, considerou que o centro econômico da sociedade recuperanda estaria localizado na capital de São Paulo, uma vez que nesta cidade funcionaria o escritório do diretor presidente, a quem caberia administrar e tomar as decisões relativas à empresa, além de constar, no estatuto social da empresa, a criação de uma filial destinada ao funcionamento de escritório comercial nessa mesma cidade.

Em sentido diverso, o representante judicial da Wind Power Energia S.A., assim se manifestou naqueles autos, por ocasião da sustentação oral, consoante notas taquigráficas constantes das fls. 32-34:

> [...] nesse local, nesse ambiente se encontram três dos maiores credores da WIND POWER, melhor dizendo, quatro deles, sendo que três desses credores concordam que a recuperação judicial se dê no **Cabo de Santo Agostinho, local onde existe a fábrica dessa empresa.** Não se entende os motivos por que o BicBanco pretende esse deslocamento para a cidade de São Paulo, até mesmo porque pela jurisprudência do STJ, com certeza chegando até São Paulo esse processo vai ser devolvido para o Recife.
> [...]
> Então, adotando como fundamento apenas o fato de que os dois diretores da WPE possuem endereço comercial em São Paulo, o BicBanco pede o deslocamento da competência para processar e julgar a recuperação judicial na comarca de São Paulo.
> [...]
> **Com efeito, estão localizados no Cabo de Santo Agostinho o centro decisório das atividades da recuperanda, praticamente a totalidade dos seus funcionários, incluindo gerentes e diretores, inclusive alguns gerentes são argentinos e hoje me dia moram em Recife, sua fábrica onde é exercida a principal atividade da empresa e sede estabelecida no contrato social.**
> **[...]**
> Portanto, a alegação de que a presidência de onde emana todas as ordens, instruções, diretrizes, conclames financeiros, recursos humanos está concentrado na Comarca de São Paulo por meio de estabelecimento comercial de seus diretores não procede. Assim, **além de haver diretores situados também na sede social da recuperanda, todas as assembleias gerais extraordinárias são realizadas no Cabo de Santo Agostinho. Em síntese, na cidade pernambucana são tomadas as mais importantes decisões comerciais da empresa.**
> Por outro lado, como bem destacou o eminente Desembargador Relator, **como demonstra a lista de empregados da recuperanda apresentada com pedido de recuperação, o escritório comercial de São Paulo tem**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571154400000120953503
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571154400000120953503
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:12

> **apenas 34 funcionários, ao passo que os funcionários na cidade do Cabo e Santo Agostinho, que abriga desde engenheiros, técnicos que montam equipamentos; há diretores administrativos**, como eu já ressaltei.

O Juízo paulista, ora suscitante, ao receber os autos, determinou ao administrador judicial da recuperanda a realização de diligência para aferir a existência e o funcionamento de estabelecimento empresarial naquela comarca, assim consignando na petição que instrui o presente conflito de competência (fls. 2-5):

> Segundo consta da diligência realizada pelo administrador judicial, em petição encartada às fls. 6.308/6.046 dos autos, **o escritório mencionado pela recuperanda como centro de suas atividades administrativas encontrava-se fechado. Por informações por ela prestadas ao administrador judicial, há na Comarca de São Paulo, um escritório em funcionamento, suja finalidade exclusiva é o atendimento de obra específica da recuperanda, de denominação COLIDER, localizada na Avenida Gastão Vidigal, 1132, bloco b, sala 201, Vila Leopoldina, CEP 05314-000.**
> Desse modo, **segundo constatação do administrador judicial, apenas parcela de atividade da recuperanda é atendida na Comarca de São Paulo, cuja atividade administrativa serve a propósito específico e determinado.**
> **Já em Cabo de Santo Agostinho é que se encontra o polo industrial da recuperanda, bem como o centro administrativo e operacional e todas as atividades por ela empreendidas.**
> [...]
> Logo, do quanto apurado pela diligência realizada, foi possível aferir que o local no qual a recuperanda possui maior volume de negócios, em níveis administrativos, operacionais e industriais é o da sede da pessoa jurídica na Comarca de Cabo de Santo Agostinho, no estado de Pernambuco [...]

De fato, extrai-se da manifestação do administrador judicial que (fls. 52-53):

> A devedora afirmou, que a despeito do escritório localizado em São Paulo ter fechado, a empresa possui funcionários trabalhando em escritório que funciona com o fim específico e exclusivo para atendimento da obra COLIDER, localizado na Av. Gastão Vidigal, 1132, bloco b, sala 201, Vila Leopoldina, CEP 05314-000.
> De posse do endereço, este auxiliar se dirigiu ao referido escritório, na Vila Leopoldina. Na portaria, a sala 201 foi identificada como sendo da IMPSA ou Wind Power.
> Na referida sala, fui recebido pelo Sr. Ademir Predasoli, especialista em planejamento, que confirmou os nomes de outras 4 pessoas informadas pela devedora que estariam lotadas no endereço.
> **Segundo o Sr. Ademir, a função do escritório é acompanhar a fabricação e coordenar a logística de entrega dos equipamentos que estão sendo produzidos por fornecedores diversos para o projeto COLIDER, na cidade do mesmo nome no Mato Grosso, de propriedade da COPEL.**

Com efeito, as constatações ultimadas pelo Juízo suscitante com base nas diligências efetuadas pelo administrador judicial, antes de se basearem somente na

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571154400000120953503
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571154400000120953503
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:12

interpretação de documentos, fundam-se em fatos, ao que tudo indica, irretorquíveis, porquanto verificados *in loco.*

Assim, ante as evidências, é forçoso concluir que o principal estabelecimento da recuperanda encontra-se em Cabo de Santo Agostinho/PE, onde situados seu polo industrial e seu centro administrativo e operacional.

O Ministério Público corrobora tal entendimento, acrescentando que (fls. 100-101):

> Podem ser extraídas dos autos, aliás, informações de que lá foram feitos investimentos superiores a 300 (trezentos) milhões de reais em duas fábricas e os contratos, que já atingiram a marca dos 5 (cinco) bilhões de reais, são, em sua maioria, referentes a atividades desenvolvidas nas regiões norte e nordeste – como descrito no plano de recuperação judicial.
> Demais disso, as fábricas de Cabo de Santo Agostinho-PE já chegaram a gerar mais de 1.100 (mil e cem) empregos diretos, sendo os trabalhadores os primeiros da lista de credores e com participação garantida na composição e deliberações da assembleia geral, na forma do art. 41 da Lei de Recuperação e Falência. Nesse contexto, impõe-se reconhecer que o processamento da recuperação judicial no juízo suscitante, configuraria evidente fator a dificultar a participação dos trabalhadores afetados por todo o processo recuperacional.
> Desta feita, a alegação de que o sócio responsável por parte das decisões da empresa atua, por vezes, na cidade de São Paulo não se revela suficiente, diante de todos os outros elementos, para afirmar que o "centro vital" da empresa estaria localizado na capital paulista.

5. Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho/PE para o processamento da recuperação judicial da sociedade Wind Power Energia S.A..

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 10 de outubro de 2016.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
Relator

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:17
Número do documento: 23080114571154400000120953503
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571154400000120953503
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:12

DECLARAÇÃO

(Art.48 da Lei n.º 11.101/2005)

EDSON PINTO DE MELO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, **DECLARA**, nos termos do art. 48 da Lei N.º 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005 que Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária não ser falido; não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial e não ter obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial, além de não ter sido condenados ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei 11.101/2005.

Campinápolis/MT, 29 de julho de 2023.

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991

Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.07.30 18:02:34 -03'00'

EDSON PINTO DE MELO

DECLARAÇÃO

(Art.48 da Lei n.º 11.101/2005)

MARA VIOLIN DE MELLO, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, **DECLARA**, nos termos do art. 48 da Lei N.º 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005 que Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária não ser falido; não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial e não ter obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial, além de não ter sido condenados ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei 11.101/2005.

Campinápolis/MT, 29 de julho de 2023.

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974

Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.07.30 18:04:46 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

DECLARAÇÃO

(Art.48 da Lei n.º 11.101/2005)

MARCO ANTONIO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, **DECLARA**, nos termos do art. 48 da Lei N.º 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005 que Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária não ser falido; não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial e não ter obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial, além de não ter sido condenados ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei 11.101/2005.

Campinápolis/MT, 29 de julho de 2023.

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905

Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.07.30 18:06:44 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO

DECLARAÇÃO

(Art.48 da Lei n.º 11.101/2005)

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, **DECLARA**, nos termos do art. 48 da Lei N.º 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005 que Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária não ser falido; não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial e não ter obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial, além de não ter sido condenados ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei 11.101/2005.

Campinápolis/MT, 29 de julho de 2023.

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939

Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.07.30 18:08:54 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

DECLARAÇÃO

(Art.48 da Lei n.º 11.101/2005)

SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000**, DECLARA**, nos termos do art. 48 da Lei N.º 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005 que Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária não ser falido; não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial e não ter obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial, além de não ter sido condenados ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei 11.101/2005.

Campinápolis/MT, 30 de julho de 2023.

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953

Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.07.30 18:10:57 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

DECLARAÇÃO

(Art.48 da Lei n.º 11.101/2005)

VERA LUCIA GALLO DE MELLO, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000 GLEBA ATLANTIQUE, Zona Rural, nº 20-21, Maringá – PR, CEP 87.001-970, **DECLARA**, nos termos do art. 48 da Lei N.º 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005 que Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária não ser falido; não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial e não ter obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial, além de não ter sido condenados ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei 11.101/2005.

Campinápolis/MT, 30 de julho de 2023.

VERA LUCIA GALLO:61459402987

Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.07.30 18:13:03 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Laudo Agronômico Perda Produtividade

- **IDENTIFICAÇÃO**

Produtor – Edson Pinto Mello

CPF – 669.115.089-91

Município – Santa Cruz Xingu/MT

Evento Ocorrência – Estiagem Prolongada

Data de Ocorrência – 20/04/2023 a 15/05/2023

Culturas Afetadas – Milho (Zea mays)

Data de elaboração – 27/07/2023

- **OBJETIVO DO LAUDO**

Determinar perdas ocasionadas pelo baixo índice de chuvas ocorrida na região cultivada.

Ocorrendo uma baixa produtividade

Média de produtividade entre os talhões 01 a 08 onde foram plantadas está com 42 sacas hectare onde terá uma produtividade total de 50.380,8 sacas, produtividade da qual está abaixo do esperado devido as condições climáticas. Importante salientar que os manejos foram realizados de acordo com as recomendações e as necessidades ao longo do ciclo da cultura implantada Milho (Zea Mays)

Manejo realizado com adubação de plantio utilizando 320kg de formulado 30-00-20 após germinação, planta em estágio fenológico em R2 foi realizada adubação por cobertura utilizando 160kg do formulado 11-52-00.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571547200000120953521
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571547200000120953521
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:16

- **FOTOS DA ÁREA LAUDADA**




quinta-feira, 27 de julho de 2023 17:42:40







Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571547200000120953521
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571547200000120953521
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:16


quinta-feira, 27 de julho de 2023 18:01:52
S 10° 16' 12.084", W 52° 40' 55.073"


quinta-feira, 27 de julho de 2023 18:02:03


quinta-feira, 27 de julho de 2023 18:10:12
S 10° 15' 8.375", W 52° 39' 32.324"



- **CROQUI ÁREA LAUDADA**



- **EXECUTANTE**

Empresa – INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

Técnico Responsável - David Castanho Filho

UF-CREA – PR-173978/D

- **FINALIDADE DA VISTORIA**

Laudo de frustação de safra, perda de produtividade

- **DADOS DA OPERAÇÃO**

Área laudada – 1.228,8 hectares

Área Total Mapeada – 1.355,4 hectares

Imóvel da Localização – Talhão 1 a 07, 11, 12, 13 (milho)

Imóvel da Localização – Talhão 08 a 10 sem presença de híbridos milho

Talhão	hectares
1	159
2	116,7
3	196,72
4	47,94
5	278,12
6	23,09
7	404,28
8	74,76
9	191,45
10	76,27
11	51,32
12	78,22
13	116,7

TOTAL – 1.355,39

Área garantida – 1.228,8

Coordenadas Geográficas – lat: 10^{0} 16^{l} 11.786^{ll} Long: 52^{0} 40^{l} 44.762^{ll}

- **<u>AVALIAÇÃO</u>**

Sistema de Plantio – DIRETO

Híbridos Utilizados – B2800PWU / B2620PWU / B2063PWU

Condição de Plantio: Adequado

Zoneamento Agrícola – Observado

Ocorrência de Eventos Adversos – sim

Estande – Adequado

Erosão – Ausente

Pragas – Ausente

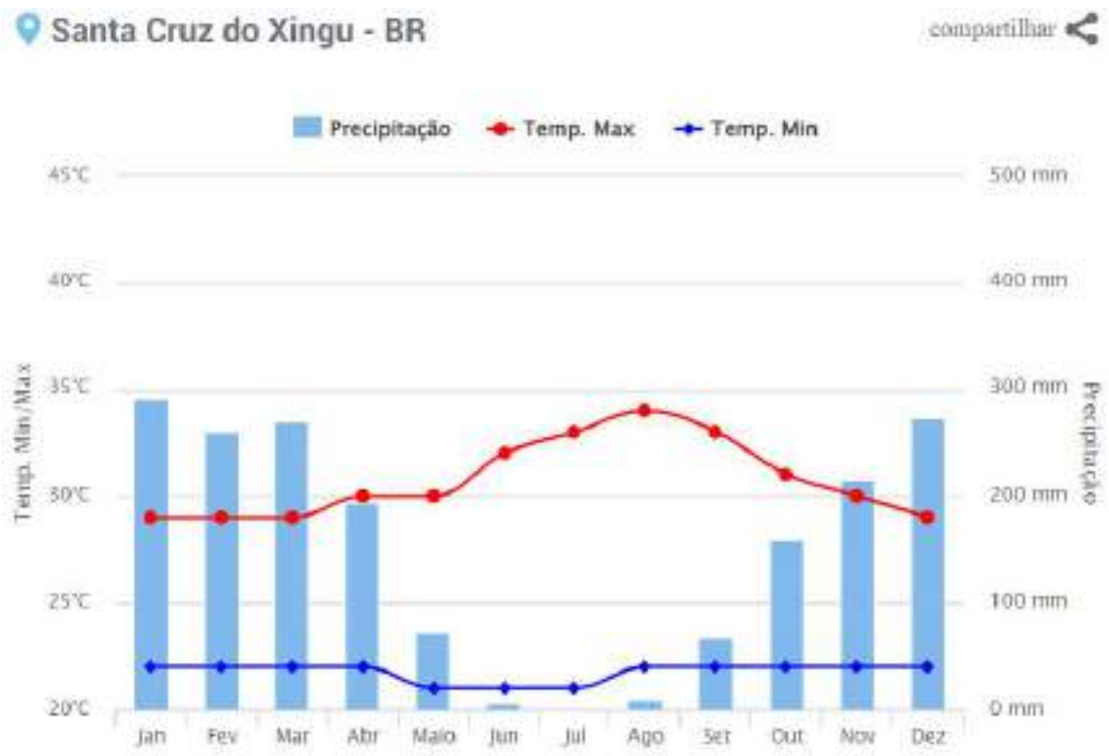
Doenças – Ausente/Moderada

- **<u>SITUAÇÃO CLIMATICA</u>**

A região agrícola onde está implantada a área laudada sofreu uma estiagem persistente no decorrer da safra monitorada, estiagem ela que é de suma importância para a entrega da produtividade esperada.

Observamos uma diminuição severa das chuvas no mês de Abril, da qual comprometeu significativamente a produção da lavoura implantada.

Ouve chuvas irregulares onde somou para o mal desempenho da lavoura



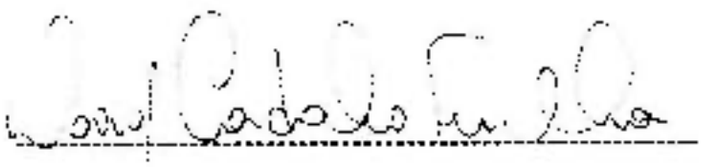
Fonte: Clima Tempo

- **CONCLUSÃO**

Conclui-se que ocorreu frustação de safra, referente a Milho 2023/2023, devido à seca persistente na região de atuação, lavouras onde foram plantadas com condições adequada, seguindo recomendações técnicas das empresas fornecedoras dos híbridos utilizado para o plantio citado acima, manejo de plantas invasoras, doenças e pragas realizado corretamente conforme as necessidades técnicas com todas as aplicações necessárias feitas de forma adequada e momentos recomendados.

Laudo conclui a produção média de 40 sacas hectares totalizando 50.380,8 sacas totais.

Responsável Técnico



David Castanho Filho
Engenheiro Agrônomo
CREA/PR: 173978/D

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571547200000120953521
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571547200000120953521
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:16

Laudo Agronômico Perda Produtividade

- **IDENTIFICAÇÃO**

Produtor – Sidney Pinto Mello

CPF – 669.115.919-53

Município – Campinápolis/MT

Evento Ocorrência – Estiagem Prolongada

Data de Ocorrência – 20/04/2023 a 15/05/2023

Culturas Afetadas – Milho (Zea mays), Sorgo (Sorghum bicolor)

Data de elaboração – 27/07/2023

- **OBJETIVO DO LAUDO**

Determinar perdas ocasionadas pelo baixo índice de chuvas ocorrida na região cultivada.

Ocorrendo uma baixa produtividade

Média de produtividade entre os talhões 01, 02 e 03 onde foram plantadas, está com 35 sacas hectare onde terá uma produtividade total de 11.200 sacas, produtividade da qual está abaixo do esperado devido as condições climáticas. Importante salientar que os manejos foram realizados de acordo com as recomendações e as necessidades ao longo do ciclo da cultura implantada Milho (Zea Mays)

Áreas que foram plantadas Sorgo (Sorghun bicolor), referente aos talhões 01 a 04 totalizando 460 hectares, também seguem com baixa produtividade devido a ocorrência da seca, talhões apresentaram uma produtividade média de 20 sacas hectares totalizando 9.200 sacas.

Manejo realizado adequadamente, trabalhando com 160kg de fertilizante de base, com o formulado 11-52-00, após germinação e condições climáticas e de umidade adequado, buscando o estágio fenológico de R2 foi realizado a adubação via cobertura com o fertilizante 30-00-20.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571547200000120953521
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571547200000120953521
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:16

As aplicações foram realizadas sempre que necessário e obedecendo as recomendações técnicas.

- **FOTOS DA ÁREA LAUDADA**

SORGO (SORGHUM BICOLOR).













MILHO (ZEA MAYS).



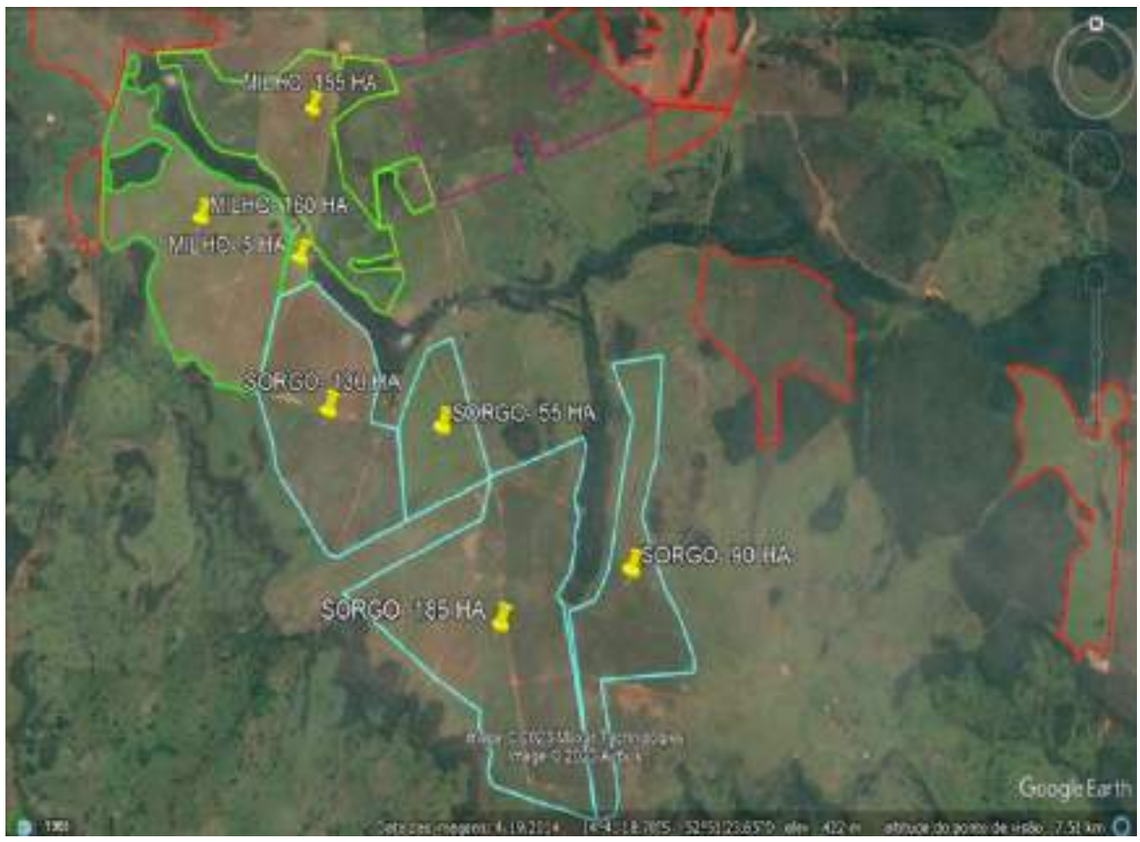








CROQUI DA AREA LAUDADA



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571547200000120953521
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571547200000120953521
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:16

- **EXECUTANTE**

Empresa – INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

Técnico Responsável - David Castanho Filho

UF-CREA – PR-173978/D

- **FINALIDADE DA VISTORIA**

Laudo de frustação de safra, perda de produtividade

- **DADOS DA OPERAÇÃO**

Área laudada – MILHO com 320 hectares (Talhões 1, 2, 3)

Talhão 1 – 155 hectares
Talhão 2 – 160 hectares
Talhão 3 – 5 hectares

Área laudada – Sorgo com 460 hectares (Talhões 4, 5, 6, 7)

Talhão 4 – 130 hectares
Talhão 5 – 55 hectares
Talhão 6 – 185 hectares
Talhão 7 – 90 hectares

- **AVALIAÇÃO**

Sistema de Plantio – DIRETO

Híbridos Utilizados – Milho B2620PWU

Cultivar Sorgo – 1G100 / NUGRAIN250

Condição de Plantio: Adequado

Zoneamento Agrícola – Observado

Ocorrência de Eventos Adversos – sim

Estande – Adequado

Erosão – Ausente

Pragas – Ausente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571547200000120953521
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571547200000120953521
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:16

Doenças – Ausente/Moderada

- **SITUAÇÃO CLIMATICA**

A região agrícola de Campinápolis/MT onde está implantada a área laudada sofreu uma estiagem persistente no decorrer da safra monitorada, estiagem ela que é de suma importância para a entrega da produtividade esperada.

Observamos uma diminuição severa das chuvas no mês de Abril, da qual comprometeu significativamente a produção da lavoura implantada, uma maior intensidade da estiagem nos meses Maio, Junho e Julho.

Ouve chuvas irregulares onde somou para o mal desempenho da lavoura.



Fonte: Clima Tempo

- **CONCLUSÃO**

Conclui-se que ocorreu frustação de safra, referente a Milho 2023/2023 e Sorgo 2023/2023, devido à seca persistente na região de atuação, lavouras onde foram plantadas com condições adequada, seguindo recomendações técnicas das empresas fornecedoras dos híbridos e cultivares utilizado

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571547200000120953521
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571547200000120953521
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:16

para o plantio citado acima, manejo de plantas invasoras, doenças e pragas realizado corretamente conforme as necessidades técnicas com todas as aplicações necessárias feitas de forma adequada e momentos recomendados.

Laudo conclui a produção média de 35 sacas hectares de milho totalizando 11.200 sacas colhidas nos três talhões plantados.

Sorgo com uma produção média de 20 sacas hectares, totalizando 9.200 sacas hectare com quatro talhões plantados.

Responsável Técnico



David Castanho Filho
Engenheiro Agrônomo
CREA/PR: 173978/D

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571547200000120953521
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571547200000120953521
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:16

RELAÇÃO DE CREDORES									
DEVEDOR	**NOME**	**ENDEREÇO**	**CPF/CNPJ**	**EMAIL**	**NATUREZA**	**ORIGEM**	**CLASSIFICAÇÃO**	**VALOR**	**REGIME DE VENCIMENTO**
EDSON/	**LAVORO AGRO HOLDING S.A.**	Av. Industrial, 1700, Agua Boa/MT - CEP: 78635-000 /AV DR CARDOSO DE MELO VILA OLIMPIA/SÃO PAULO/SP CEP 04.548-005	27.490.581/0001-43	*atendimento@lavoroagro.com / JURIDICO@LAVOROAGRO.COM*	DUPLICATA	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFÁRIO	R$ 1.027.783,71	ANUAL
EDSON/	**AGROAMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S/A**	Avenida Tenente Coronel Duarte, 1777, Porto, Cuiabá/MT - CEP: 78025-085 /78.015-500	13.563.680/0001-01	contabil@agroamazonia.com	DUPLICATA	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFARIO	R$ 2.000.090,00	ANUAL
SIDNEI/	**AGROAMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S/A**	Avenida Tenente Coronel Duarte, 1777, Porto, Cuiabá/MT - CEP: 78025-085 /78.015-500	13.563.680/0001-01	*contabil@agroamazonia.com*	DUPLICATA	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFARIO	R$ 210.577,00	ANUAL
EDSON/	**RURAL BRASIL LTDA**	Avenida Industrial - Setor Babinski, **Confresa** - MT - CEP: 78652-000 /Setor Industrial- R 114, Jataí/GO - CEP 75.802-240	14.947.900/0001-55	*pablo.leles@ruralempresas.com.br / SEBASTIAOCOSTA@VERTEXCON.COM.BR*	DUPLICATAS MILHO	COMPRA DE INSUMOS	GARANTIA REAL	R$ 7.665.114,34	ANUAL
EDSON/	**RURAL BRASIL LTDA**	Avenida Industrial, 3500, Setor Industrial, Agua Boa/MT - CEP: 78635-000 /AV DOUTOR LAMARTINE PINTO DE AVELAR, CATALÃO /GO, CEP 75.705-220	14.947.900/0032-51	*pablo.leles@ruralempresas.com.br /SEBASTIAOCOSTA@VERTEXCON.COM.BR*	DUPLICATAS MILHO	COMPRA DE INSUMOS	GARANTIA REAL	R$ 41.190,00	ANUAL
MARCO/	**RURAL BRASIL LTDA -FILIAL**	Avenida Industrial, 3500, Setor Industrial, Agua Boa/MT - CEP: 78635-000 /AV DOUTOR LAMARTINE PINTO DE AVELAR, CATALÃO /GO, CEP 75.705-220	14.947.900/0032-51	*pablo.leles@ruralempresas.com.br /SEBASTIAOCOSTA@VERTEXCON.COM.BR*	DUPLICATAS MILHO	COMPRA DE INSUMOS	GARANTIA REAL	R$ 39.006,00	ANUAL
RAFAEL/	**RURAL BRASIL LTDA-FILIAL**	Avenida Industrial, 3500, Setor Industrial, Agua Boa/MT - CEP: 78635-000 /AV DOUTOR LAMARTINE PINTO DE AVELAR, CATALÃO /GO, CEP 75.705-220	14.947.900/0032-51	*pablo.leles@ruralempresas.com.br /SEBASTIAOCOSTA@VERTEXCON.COM.BR*	DUPLICATAS MILHO	COMPRA DE INSUMOS	GARANTIA REAL	R$ 36.800,00	ANUAL
SIDNEI/	**RURAL BRASIL LTDA-FILIAL**	Avenida Industrial, 3500, Setor Industrial, Agua Boa/MT - CEP: 78635- /AV DOUTOR LAMARTINE PINTO DE AVELAR, CATALÃO /GO, CEP 75.705-220	14.947.900/0032-51	*pablo.leles@ruralempresas.com.br /SEBASTIAOCOSTA@VERTEXCON.COM.BR*	DUPLICATAS MILHO	COMPRA DE INSUMOS	GARANTIA REAL	R$ 1.321.427,00	ANUAL
EDSON/	**INDUSTRIA QUIMICA KIMBERLIT LTDA-MATRIZ**	Rod. Assis Chateaubriand - Olímpia, SP - CEP: 15400-000 /CEP: 15.409-899	61.167.060/0001-98	*contato@essere.group /CONTROLADORIA@KIMBERLIT.COM.BR*	NOTA FISCAL	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFARIO	R$ 115.735,50	ANUAL
SIDNEY/	**INDUSTRIA QUIMICA KIMBERLIT LTDA - MATRIZ**	Rod. Assis Chateaubriand - Olímpia, SP - CEP: 15400-000 /CEP: 15.409-899	61.167.060/0001-98	*contato@essere.group /CONTROLADORIA@KIMBERLIT.COM.BR*	NOTA FISCAL	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFÁRIO	R$ 233.411,25	ANUAL
EDSON/	**LOYDER INDUSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA-MATRIZ**	Rod. Assis Chateaubriand km 144,5 - , Olímpia - SP - CEP: 15400-000 /CEP: 15.409-899	09.183.308/0001-94	*contato@loyder.com.br /CONTROLADORIA@KIMBERLIT.COM*	NOTA FISCAL	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFARIO	R$ 74.750,00	ANUAL
SIDNEY/	**LOYDER INDUSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA -MATRIZ**	Rod. Assis Chateaubriand km 144,5 - , Olímpia - SP - CEP: 15400-000 / CEP: 15.409-899	09.183.308/0001-94	*contato@loyder.com.br /CONTROLADORIA@KIMBERLIT.COM*	NOTA FISCAL	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFARIO	R$ 133.900,00	ANUAL
EDSON/	**CAMAGRIL LTDA**	Rod, PR-317, 2353 - Parque Industrial, Maringá - PR - CEP: 87065-005	76.075.118/0005-40	*recepcao@camagril.com.br*	DUPLICATA	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFARIO	R$ 768.898,15	ANUAL
SIDNEY/	**CAMAGRIL LTDA**	Rod, PR-317, 2353 - Parque Industrial, Maringá - PR - CEP: 87065-005	76.075.118/0005-40	*recepcao@camagril.com.br*	DUPLICATA	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFARIO	R$ 124.327,24	ANUAL
EDSON/	**CAMAGRIL II**	Rod, PR-317, 2353 - Parque Industrial, Maringá - PR - CEP: 87065-005	76.075.118/0005-40	*recepcao@camagril.com.br*	DUPLICATA	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFARIO	R$ 33.757,27	ANUAL
EDSON/	**XINGU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA**	Av. Industrial, 440 - Industrial, Água Boa - MT - CEP: 78635-000	21.174.220/0001-01	*xingumaquinas@xingumaquinas.com /AMAURISALVIANO@GMAIL.COM*	NOTA FISCAL	COMPRA	QUIROGRAFÁRIO	R$ 124.067,12	ANUAL
EDSON/	**BANCO DO BRASIL S/A**	Av. Mandacaru, Vila Santa Izabel, Maringá/PR - CEP: 87080-000 /AV DUQUE DE CAXIAS -CEP 87.013-180	00.000.000/0352-20	*DIJUR@**BB**.COM.BR. /AGE0352@BB.COM.BR*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 5.000.000,00	ANUAL
SIDNEY/	**BANCO DO BRASIL S/A**	Av. Mandacaru, Vila Santa Izabel, Maringá/PR - CEP: 87080-000 /AV DUQUE DE CAXIAS -CEP 87.013-180	00.000.000/0352-20	*DIJUR@**BB**.COM.BR. / AGE0352@BB.COM.BR*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 620.000,00	ANUAL
MARA/	**BANCO DO BRASIL S/A**	Av. Mandacaru, Vila Santa Izabel, Maringá/PR - CEP: 87080-000 /AV DUQUE DE CAXIAS -CEP 87.013-180	00.000.000/0352-20	*DIJUR@**BB**.COM.BR. / AGE0352@BB.COM.BR*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 3.000.000,00	ANUAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571682400000120953523
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571682400000120953523
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:17

VERA/	**BANCO DO BRASIL S/A**	Av. Mandacaru, Vila Santa Izabel, Maringá/PR - CEP: 87080-000/AV DUQUE DE CAXIAS -CEP 87.013-180	00.000.000/0352-20	*DIJUR@**BB**.COM.BR.. / AGE0352@BB.COM.BR*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 3.000.000,00	ANUAL
MARCO/	**BANCO DO BRASIL S/A**	Av. Mandacaru, Vila Santa Izabel, Maringá/PR - CEP: 87080-00/AV DUQUE DE CAXIAS -CEP 87.013-180	00.000.000/0352-20	*DIJUR@**BB**.COM.BR. / AGE0352@BB.COM.BR*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 510.000,00	ANUAL
RAFAEL/	**BANCO DO BRASIL S/A**	Av. Mandacaru, Vila Santa Izabel, Maringá/PR - CEP: 87080-000/AV DUQUE DE CAXIAS -CEP 87.013-180	00.000.000/0352-20	*DIJUR@**BB**.COM.BR./ AGE0352@BB.COM.BR*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 430.000,00	ANUAL
PAULO/	**BANCO DO BRASIL S/A**	Av. Mandacaru, Vila Santa Izabel, Maringá/PR - CEP: 87080-000/AV DUQUE DE CAXIAS -CEP 87.013-180	00.000.000/0352-20	*DIJUR@**BB**.COM.BR./ AGE0352@BB.COM.BR*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 555.000,00	ANUAL
EDSON/	**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**	R. Santos Dumont, 2881, Maringá/PR - CEP: 87013-050 /ST BANCARIO SUL QUADRA 04,BRASILIA/DF - CEP 70.092-900	00.360.305/0001-04	*a0395pr@mail.caixa*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 4.227.662,50	ANUAL
EDSON/	**COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGU - SICREDI ARAXINGU-FILIAL**	Av. Júlio Campos - Centro, Água Boa - MT - CEP: 78635-000	33.021.064/0015-23	*coop0230_comunicacao@sicredi.com.br / COOP0806_ADMINISTRATIVO@SICREDI.COM.BR*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 173.500,00	ANUAL
SIDNEY/	**SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL**	Av. Júlio Campos - Centro, Água Boa - MT - CEP: 78635-000	33.021.064/0015-23	*coop0230_comunicacao@sicredi.com.br /COOP0806_ADMINISTRATIVO@SICREDI.COM.BR*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 379.800,00	ANUAL
RAFAEL/	**SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL**	Av. Júlio Campos - Centro, Água Boa - MT - CEP: 78635-000	33.021.064/0015-23	*coop0230_comunicacao@sicredi.com.br /COOP0806_ADMINISTRATIVO@SICREDI.COM.BR*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 581.924,00	ANUAL
MARCO/	**SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL**	Av. Júlio Campos - Centro, Água Boa - MT - CEP: 78635-000	33.021.064/0015-23	*coop0230_comunicacao@sicredi.com.br*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 376.348,00	ANUAL
PAULO/	**SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL**	Av. Júlio Campos - Centro, Água Boa - MT - CEP: 78635-000	33.021.064/0015-23	*coop0230_comunicacao@sicredi.com.br*	CONTRATO	EMPRÉSTIMO	GARANTIA REAL	R$ 357.600,00	ANUAL
EDOSN/OUTROS	**FERRARI ZAGATTO COM. DE INSUMOS S/A**	Av. Marcelo Messias Busiquia, 197 – P. Industrial II, Maringá - PR - CEP: 87065-006	80.798.499/0001-63	*guilherme.andreussi@agfertipol.com.br*	CONFISSÃO DE DÍVIDA	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFARIO	R$ 240.016,53	ANUAL
SIDNEY/	**BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.- MATRIZ**	Av. Juscelino Kubitschek 2041, Torre D, 13 and. Sal. 13 São Paulo/SP - CEP: 04543-011/R SOLEDADE,PORTO ALEGRE/RS -CEP:90.470-340	05.040.481/0001-82	*central@dllgroup.com/FISCALPOA@DLLGROUP.COM*	CONTRATO	FINANCIAMENTO	GARANTIA REAL	R$ 736.068,85	ANUAL
EDSON/	**BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.- MATRIZ**	Av. Juscelino Kubitschek 2041, Torre D, 13 and. Sal. 13 São Paulo/SP - CEP: 04543-011//R SOLEDADE,PORTO ALEGRE/RS -CEP:90.470-340	05.040.481/0001-82	*central@dllgroup.com /FISCALPOA@DLLGROUP.COM*	CONTRATO	FINANCIAMENTO	GARANTIA REAL	R$ 4.909.815,07	ANUAL
EDSON/	**BANCO CNH - INDUSTRIAL CAPITAL S/A**	Av. Juscelino Kubitschek, 11825 - Cidade Industrial, Curitiba - PR - CEP: 81270-200	02.992.446/0001-75	*ouvidoria.bancocnh@cnhind.com /BCNHIACCOUNTING@CNHIND.COM*	CONTRATO	FINANCIAMENTO	GARANTIA REAL	R$ 1.634.089,64	ANUAL
MARCO/	**RURAL BRASIL LTDA - ENDOSSADA A INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA (FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS)- NP - 495/2023**	Rua 114, n° 41, Setor Industrial, Jataí/GO - CEP: 75802-240 /CEP:75.800-093	14.947.900/0002-36	*contato@hedgeinvest.com.br/SEBASTIAOCOSTA@VERTEXCON.COM.BR*	NOTA PROMISSÓRIA	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	QUIROGRAFARIO	R$ 2.500.000,00	ANUAL
SIDNEY/	**RURAL BRASIL LTDA - ENDOSSADA A INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA (FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS)- NP - 552/2023**	Rua 114, n° 41, Setor Industrial, Jataí/GO - CEP: 75802-240 /CEP:75.800-093	14.947.900/0002-36	*contato@hedgeinvest.com.br / SEBASTIAOCOSTA@VERTEXCON.COM.BR*	NOTA PROMISSÓRIA	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	QUIROGRAFARIO	R$ 2.500.000,00	ANUAL
EDSON/	**RURAL BRASIL LTDA - ENDOSSADA A INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA (FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS)- NP - 554/2023**	Rua 114, n° 41, Setor Industrial, Jataí/GO - CEP: 75802-240 /CEP:75.800-093	14.947.900/0002-36	*contato@hedgeinvest.com.br / SEBASTIAOCOSTA@VERTEXCON.COM.BR*	NOTA PROMISSÓRIA	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	QUIROGRAFARIO	R$ 2.500.000,00	ANUAL
RAFAEL/	**AGRO OESTE COMERCIAL LTDA**	Rua Sessenta e Oito, 232, Setor Oeste, Vila Rica - MT - CEP: 78645-000	15.004.997/0003-97	agrozanini@terra.com.br	NOTA FISCAL	COMPRA DE PEÇAS	QUIROGRAFARIO	R$ 42.000,00	ANUAL
EDSON/	**NEW AGRO - MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA**	Av. Paranavaí, 1633 - Parque Industrial Bandeirantes, Maringá - PR - CEP: 87065-005	02.213.491/0001-84	contato@newagro.com.br	CHEQUES	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFÁRIO	R$ 442.800,00	ANUAL
EDSON/	**COOCAMAR - COOPERATIVA DE CAFEICULTORES E AGROPECUARISTAS DE MARINGA - LTDA.**	Rodovia PR - 317, Km 390, saída para Campo Mourão, Parque Industrial, Maringá - PR - CEP: 87065-005	02.213.491/0001-84	contabil@coocamar.com.br	DUPLICATA	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFARIO	R$ 1.115.790,59	ANUAL

SIDNEY/	**COOCAMAR - COOPERATIVA DE CAFEICULTORES E AGROPECUARISTAS DE MARINGA - LTDA.**	Rodovia PR - 317, Km 390, saída para Campo Mourão, Parque Industrial, Maringá - PR - CEP: 87065-005	02.213.491/0001-84	contabil@coocamar.com.br	DUPLICATA	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFARIO	R$ 466.203,67	ANUAL
RAFAEL/	**CB AGRÍCOLA - CONFRESA - CADORE BIDOIA & CIA LTDA**	Avenida Brasil, BR 158, esq. c/ Rua Mato Grosso s/n 35 lt 26, Confresa - MT - CEP 78.652-000	26.552.687/0013-03	confresa@cbagricola.com.br	NOTA FISCAL	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFARIO	R$ 7.000,00	ANUAL
RAFAEL/	**INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS VALENÇA LTDA**	Rodovia RJ 145, 22540, Santa Terezinha, Valença - RJ - CEP: 78928-000 / CEP: 27.600-000	11.387.944/0001-80	departamentofiscal@celsojacob.com	NOTA FISCAL	COMPRA DE INSUMOS	QUIROGRAFÁRIO	R$ 60.000,00	ANUAL
MARCO	**ALBENIRI ALVES DE ALMEIDA**	rua orodil juvencio de paula , bairro uniao , campinapolis mt cep 78630000	86940899120	66-996994358	FUNCIONÁRIO	SALÁRIO	TRABALHISTA	R$ 8.306,00	MENSAL
MARCO	**SAMUEL CAETANO ROSA DE OLIVERA**	FAZENDA SÃO FRANCISCO CAMPINAPOLIS MT CEP 78630000	5408945162	*66-984134324*	FUNCIONÁRIO	SALÁRIO	TRABALHISTA	R$ 7.587,00	MENSAL
MARCO	**CARLOS HENRIQUE CARVALHO LIMA**	rua orodil juvencio de paula , bairro uniao , campinapolis mt cep 78630000	6309855107	carvalholimacarloshenrique@gmail.com	FUNCIONÁRIO	SALÁRIO	TRABALHISTA	R$ 6.920,00	MENSAL
EDSON	**JULIA BARROS CASTRO**	FAZENDA SÃO FRANCISCO CAMPINAPOLIS MT CEP 78630000	4355017125	juliabarroscastro95@gmail.com	FUNCIONÁRIO	SALÁRIO	TRABALHISTA	R$ 5.302,00	MENSAL
EDSON	**GLENIO JUNIOR VIEIRA MARQUES**	FAZENDA XINGU , SANTA CRUZ DO XINGU MT , CEP 78664000	73690597153	glenovieira77@gmail.com	FUNCIONÁRIO	SALÁRIO	TRABALHISTA	R$ 8.836,00	MENSAL
RAFAEL	**ANA ALICE GOMES DA SILVA**	R.I 50 , JOAO PAULO II , CEP 68637000 , IPIXUNA DO PARA - PA	3685848283	analice8964@gmail.com	FUNCIONÁRIO	SALÁRIO	TRABALHISTA	R$ 4.055,00	MENSAL
RAFAEL	**RONALDO DA SILVA ALMEIDA**	SANTA DO ARAGUAIA -PA , BAIRRO COMERCIAL , RUA HELIO MAGDALENO	4186843597	ronaldo.almeirda2607@gmail.com	FUNCIONÁRIO	SALÁRIO	TRABALHISTA	R$ 7.387,00	MENSAL
RAFAEL	**CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA ALVES**	FAZENDA VILA RICA MT , CEP 78645000	82236470100	carlosrobertoalmeirda014@gmail.com	FUNCIONÁRIO	SALÁRIO	TRABALHISTA	R$ 6.720,00	MENSAL
RAFAEL	**SAMYLLA MARTINS DEMELLAS**	FAZENDA VILA RICA MT , CEP 78645000	5851779101	ingriddemellas@gmail.com	FUNCIONÁRIO	SALÁRIO	TRABALHISTA	R$ 4.436,00	MENSAL
SIDNEY	**DIOGO MOREIRA SOUZ**	RUA RIO GRANDE DO NORTE , SETOR UNIAO 1530 , CAMPINAPOLIS MT CEP 78630000	6787453159	66-992576909	FUNCIONÁRIO	SALÁRIO	TRABALHISTA	R$ 8.311,00	MENSAL
SIDNEY	**DAVI PRUDENTE MOREIRA**	R.I 50 , JOAO PAULO II , CEP 68637000 , IPIXUNA DO PARA - PA	3855526290	prudentemoreiradavi@gmail.com	FUNCIONÁRIO	SALÁRIO	TRABALHISTA	R$ 7.613,00	MENSAL
EDSON	**GRAVENE E PEREIRA LTDA -ME**	RUA GUATAMBU ,N° 9 ,PORTAL DO PIRAPO,IGUARACU/PR	15.293.389/0001-88	**GPTORNEARIA@HOTMAIL.COM**	NOTA FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	ME E EPP	R$ 2.000,00	MENSAL
SIDNEY	**AUTO CENTER SILVA LTDA -ME**	RUA ALMERINDA SILVEIRA COELHO,MARINGA/PR, CEP: 87.035-497	05.936.432/0001-22	**KELLYDOSSANTOSSILVA@GMAIL.COM**	NOTA FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	ME E EPP	R$ 1.200,00	MENSAL
SIDNEY	**AUTO ELETRICA SOUZA -ME**	RUA VICENTE JOSE DE OLIVEIRA,CAMPINAPOLIS/MT,CEP:78.630-000	12.701.809/000120	**SOMBRA.EDSON@GMAIL.COM**	NOTA FISCAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	ME E EPP	R$ 1.400,00	MENSAL
TOTAL								**R$ 50.396.526,43**	

RELAÇÃO INTEGRAL DE FUNCIONÁRIOS - GRUPO MELLO

EMPREGADOR	FUNCIONÁRIO	ADMISSÃO	FUNÇÃO	SALÁRIO MENSAL	13º SALÁRIO	FÉRIAS /PROPORCIONAL	AVISO	VALOR TOTAL
MARCO	ALBENIRI ALVES DE ALMEIDA	01/12/2021	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.400	R$ 1.400	R$ 1.866,00	R$ 2.640	R$ 8.306,00
MARCO	SAMUEL CAETANO ROSA DE OLIVERA	01/10/2021	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.000	R$ 1.166	R$ 2.221,00	R$ 2.200	R$ 7.587,00
MARCO	CARLOS HENRIQUE CARVALHO LIMA	01/12/2021	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.000	R$ 1.166	R$ 1.554,00	R$ 2.200	R$ 6.920,00
EDSON	JULIA BARROS CASTRO	01/08/2022	COZINHEIRA	R$ 1.320	R$ 770	**R$ 1.760,00**	R$ 1.452	R$ 5.302,00
EDSON	GLENIO JUNIOR VIEIRA MARQUES	01/07/2022	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.200	R$ 1.283	**R$ 2.933,00**	R$ 2.420	R$ 8.836,00
EDSON	MAURÍLIO GONCALVES PEREIRA	02/05/2016	TRABALHADOR RURAL	R$ 2.170,00	R$ 1.446,66	R$ 3.857,77	R$ 1.519,00	R$ 8.993,43
RAFAEL	ANA ALICE GOMES DA SILVA	01/03/2021	COZINHEIRA	R$ 1.320	R$ 550	R$ 733,00	R$ 1.452	R$ 4.055,00
RAFAEL	RONALDO DA SILVA ALMEIDA	01/09/2022	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.000	R$ 1.166	R$ 1.721,00	R$ 2.000	R$ 7.387,00
RAFAEL	CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA ALVES	01/03/2023	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.000	R$ 1.166	R$ 1.554,00	R$ 2.000	R$ 6.720,00
RAFAEL	SAMYLLA MARTINS DEMELLAS	01/03/2023	COZINHEIRA	R$ 1.320	R$ 770	R$ 1.026,00	R$ 1.320	R$ 4.436,00
SIDNEY	DIOGO MOREIRA SOUZ	01/01/2018	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.210	R$ 1.289	R$ 1.718,00	R$ 3.094	R$ 8.311,00
SIDNEY	DAVI PRUDENTE MOREIRA	01/01/2021	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.200	R$ 1.283	R$ 1.710,00	R$ 2.420	R$ 7.613,00
SIDNEY	ALEXANDRE FRANISCO DE OLIVEIRA	05/01/2021	TRABALHADOR RURAL	R$ 2.370,00	R$ 1.382,50	R$ 1.843,33	R$ 474,00	R$ 6.069,83
							TOTAL	**R$ 84.466,43**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571731300000120953524
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571731300000120953524
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:17

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: SIDNEY PINTO DE MELLO

Natureza Jurídica: EMPRESARIO

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5110240118-9	51.416.335/0001-26	13/07/2023	13/07/2023

Endereço Completo:

ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA SN ANEXO: SAO FRANCISCO SALA B; - BAIRRO ZONA RURAL CEP 78630-000 - CAMPINAPOLIS/MT

Objeto Social:

CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.

Capital: R$ 30.000,00

TRINTA MIL REAIS

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

EMPRESA PEQUENO PORTE
(Lei Complementar nº123/06)

Status: xxxxxxx

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 13/07/2023

Número: 51102401189

Ato 080 - INSCRICAO

Evento(s) 316 - ENQUADRAMENTO DE EPP

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço

Nome do Empresário: SIDNEY PINTO DE MELLO

Nome Social: SIDNEY PINTO DE MELLO

Identidade: 3747819-9

CPF: 669.115.919-53

Estado Civil: Casado

Regime de Bens: Comunhao Universal

NADA MAIS#

Cuiabá, 28 de Julho de 2023 16:48

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (http://www.jucemat.mt.gov.br/) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000683064 e visualize a certidão)

23/125.606-0

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571788100000120953526
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571788100000120953526
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:18

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

Natureza Jurídica: EMPRESARIO

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5110240120-1	51.416.621/0001-91	13/07/2023	13/07/2023

Endereço Completo:

ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA SN ANEXO: SAO FRANCISCO SALA C; - BAIRRO ZONA RURAL CEP 78630-000 - CAMPINAPOLIS/MT

Objeto Social:

CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.

Capital: R$ 30.000,00

TRINTA MIL REAIS

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

EMPRESA PEQUENO PORTE
(Lei Complementar nº123/06)

Status: xxxxxxx

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 13/07/2023

Número: 51102401201

Ato 080 - INSCRICAO

Evento(s) 316 - ENQUADRAMENTO DE EPP

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço

Nome do Empresário: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

Identidade: 12615400-3

CPF: 089.692.479-39

Estado Civil: Solteiro

Regime de Bens: xxxxxxx

NADA MAIS#

Cuiabá, 28 de Julho de 2023 16:47

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (http://www.jucemat.mt.gov.br/) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000683053 e visualize a certidão)

23/125.603-5

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571788100000120953526
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571788100000120953526
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:18

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: MARCO ANTONIO DE MELLO

Natureza Jurídica: EMPRESARIO

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5110240121-9	51.416.751/0001-24	13/07/2023	13/07/2023

Endereço Completo:

ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA SN ANEXO: SAO FRANCISCO SALA D; - BAIRRO ZONA RURAL CEP 78630-000 - CAMPINAPOLIS/MT

Objeto Social:

CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.

Capital: R$ 30.000,00

TRINTA MIL REAIS

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

EMPRESA PEQUENO PORTE
(Lei Complementar nº123/06)

Status: xxxxxxx

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 13/07/2023

Número: 51102401219

Ato 080 - INSCRICAO

Evento(s) 316 - ENQUADRAMENTO DE EPP

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço

Nome do Empresário: MARCO ANTONIO DE MELLO

Identidade: 9428103-2

CPF: 064.020.619-05

Estado Civil: Solteiro

Regime de Bens: xxxxxxx

NADA MAIS#

Cuiabá, 28 de Julho de 2023 16:46

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (http://www.jucemat.mt.gov.br/) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000683021 e visualize a certidão)

23/125.602-7

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571788100000120953526
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571788100000120953526
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:18

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: MARA VIOLIN DE MELLO

Natureza Jurídica: EMPRESARIO

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5110240136-7	51.431.235/0001-79	14/07/2023	14/07/2023

Endereço Completo:

ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA SN ANEXO: SAO FRANCISCO SALA G; - BAIRRO ZONA RURAL CEP 78630-000 - CAMPINAPOLIS/MT

Objeto Social:

CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.

Capital: R$ 30.000,00

TRINTA MIL REAIS

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

EMPRESA PEQUENO PORTE
(Lei Complementar nº123/06)

Status: xxxxxxx

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 14/07/2023

Número: 51102401367

Ato 080 - INSCRICAO

Evento(s) 316 - ENQUADRAMENTO DE EPP

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço

Nome do Empresário: MARA VIOLIN DE MELLO

Identidade: 4.566.749-9

CPF: 037.810.239-74

Estado Civil: Casado

Regime de Bens: Comunhao Universal

NADA MAIS#

Cuiabá, 28 de Julho de 2023 16:46

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (http://www.jucemat.mt.gov.br/) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000683009 e visualize a certidão)

23/125.601-9

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571788100000120953526
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571788100000120953526
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:18

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: EDSON PINTO DE MELLO

Natureza Jurídica: EMPRESARIO

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5110240100-6	51.400.888/0001-90	12/07/2023	12/07/2023

Endereço Completo:

ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUEDA SN ANEXO: SAO FRANCISCO SALA A; - BAIRRO ZONA RURAL CEP 78630-000 - CAMPINAPOLIS/MT

Objeto Social:

CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.

Capital: R$ 30.000,00

TRINTA MIL REAIS

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

EMPRESA PEQUENO PORTE
(Lei Complementar nº123/06)

Status: xxxxxxx

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 12/07/2023

Número: 51102401006

Ato 080 - INSCRICAO

Evento(s) 316 - ENQUADRAMENTO DE EPP

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço

Nome do Empresário: EDSON PINTO DE MELLO

Identidade: 4336798-6

CPF: 669.115.089-91

Estado Civil: Casado

Regime de Bens: Comunhao Parcial

NADA MAIS#

Cuiabá, 28 de Julho de 2023 16:45

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (http://www.jucemat.mt.gov.br/) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000682976 e visualize a certidão)

23/125.600-1

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571788100000120953526
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571788100000120953526
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:18

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Natureza Jurídica: EMPRESARIO

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5110240123-5	51.420.202/0001-23	14/07/2023	13/07/2023

Endereço Completo:

ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA SN ANEXO: SAO FRANCISCO SALA F; - BAIRRO ZONA RURAL CEP 78630-000 - CAMPINAPOLIS/MT

Objeto Social:

CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.

Capital: R$ 30.000,00

TRINTA MIL REAIS

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

EMPRESA PEQUENO PORTE
(Lei Complementar nº123/06)

Status: xxxxxxx

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 14/07/2023

Número: 51102401235

Ato 080 - INSCRICAO

Evento(s) 316 - ENQUADRAMENTO DE EPP

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço

Nome do Empresário: VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Identidade: 3.896.948-0

CPF: 614.594.029-87

Estado Civil: Casado

Regime de Bens: Comunhao Parcial

NADA MAIS#

Cuiabá, 28 de Julho de 2023 16:49

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (http://www.jucemat.mt.gov.br/) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000683109 e visualize a certidão)

23/125.610-8

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:18
Número do documento: 23080114571788100000120953526
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571788100000120953526
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:18

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

Av. Perimetral Sul , Nº 552 - Bairro Inconfidentes - Vila Rica-MT - 78645-000 - (066) 3554-1331**

Maria de Nazaret de Souza Pires
Tabelião(ã)

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada que revendo neste Cartório, os livros de registro de Instrumentos de Protestos desta Comarca, verifiquei constar a inexistência de títulos protestados desde Abril 2004. ate a presente data em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nomes(s) de:

MARA VIOLIN DE MELLO
C.P.F./C.N.P.J nº: 037.810.239-74

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Vila Rica/MT, 25/07/2023.

MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187

Assinado digitalmente por MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB , OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.25 12:19:18-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Maria de Nazaret de Souza Pires
Oficial

CÓDIGO CERTIDÃO:

2505182.VAR.07-1

Emolumentos:R$47,30 **Selo Digital: BXP 70648** **Codigo TJ:83**

Qualquer emenda ou rasura nesta certidão é considerada como indício de adulteração

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

Av. Perimetral Sul , Nº 552 - Bairro Inconfidentes - Vila Rica-MT - 78645-000 - (0**66) 3554-1331

Maria de Nazaret de Souza Pires

Tabelião (ã)

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido da parte interessada, que revendo neste Cartório os livros de Registro de Instrumentos de Protesto de Títulos desta Comarca, constatei contra:

SIDNEY PINTO DE MELLO
C.P.F. / C.N.P.J.: **669.115.919-53**

O(s) Protesto(s) abaixo relacionado(s) neste último(s):

Instrumento: 34444 Livro: 173 Folhas: 43 Data Protesto: 19/01/2023 Protocolo: 63549
Espécie: DUPLICATA MERCANTIL POR IND Valor Protestado: R$39.587,06 Vencimento: 06/10/2022
No. do título: 7324 Endosso: M Apresentante: BANCO DO BRASIL SA
Cedente: POSTO BEGE LTDA Sacador: POSTO BEGE LTDA

Instrumento: 34445 Livro: 173 Folhas: 44 Data Protesto: 19/01/2023 Protocolo: 63548
Espécie: DUPLICATA MERCANTIL POR IND Valor Protestado: R$8.041,00 Vencimento: 14/11/2022
No. do título: 7625 Endosso: M Apresentante: BANCO DO BRASIL SA
Cedente: POSTO BEGE LTDA Sacador: POSTO BEGE LTDA

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Vila Rica - MT, 25/07/2023.

MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187

Assinado digitalmente por MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.25 12:24:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Maria de Nazaret de Souza Pires
Oficial

Selo Digital: BXP 70647

Certidão:	R$47,30
Acrescer por folha:	R$0,00
Valor Total::	R$47,30

CÓDIGO CERTIDÃO:
2505184.VAR.07-1

"Qualquer emenda ou rasura nesta Certidão, será considerado indício de adulteração."
"Caso precise, comprove a AUTENTICIDADE desta certidão pelo telefone (66)3554-1331."

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:19
Número do documento: 23080114571905300000120954483
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571905300000120954483
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:20

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

Av. Perimetral Sul , Nº 552 - Bairro Inconfidentes - Vila Rica-MT - 78645-000 - (066) 3554-1331**

Maria de Nazaret de Souza Pires
Tabelião(ã)

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada que revendo neste Cartório, os livros de registro de Instrumentos de Protestos desta Comarca, verifiquei constar a inexistência de títulos protestados desde Abril 2004. ate a presente data em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nomes(s) de:

VERA LUCIA GALLO
C.P.F./C.N.P.J nº: 614.594.029-87

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Vila Rica/MT, 25/07/2023.

MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187

Assinado digitalmente por MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.25 12:19:56-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Maria de Nazaret de Souza Pires
Oficial

CÓDIGO CERTIDÃO:

2505183.VAR.07-1

Emolumentos:R$47,30 **Selo Digital: BXP 70649** **Codigo TJ:83**

Qualquer emenda ou rasura nesta certidão é considerada como indício de adulteração

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

Av. Perimetral Sul , Nº 552 - Bairro Inconfidentes - Vila Rica-MT - 78645-000 - (066) 3554-1331**

Maria de Nazaret de Souza Pires
Tabelião(ã)

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada que revendo neste Cartório, os livros de registro de Instrumentos de Protestos desta Comarca, verifiquei constar a inexistência de títulos protestados desde Abril 2004. ate a presente data em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nomes(s) de:

EDSON PINTO DE MELLO
C.P.F./C.N.P.J nº: 669.115.089-91

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Vila Rica/MT, 25/07/2023.

MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187

Assinado digitalmente por MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.25 12:18:32-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Maria de Nazaret de Souza Pires
Oficial

CÓDIGO CERTIDÃO:

2505180.VAR.07-1

Emolumentos:R$47,30 **Selo Digital: BXP 70646** **Codigo TJ:83**

Qualquer emenda ou rasura nesta certidão é considerada como indício de adulteração

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

Av. Perimetral Sul , Nº 552 - Bairro Inconfidentes - Vila Rica-MT - 78645-000 - (066) 3554-1331**

Maria de Nazaret de Souza Pires
Tabelião(ã)

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada que revendo neste Cartório, os livros de registro de Instrumentos de Protestos desta Comarca, verifiquei constar a inexistência de títulos protestados desde Abril 2004. ate a presente data em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nomes(s) de:

MARCO ANTONIO DE MELLO
C.P.F./C.N.P.J nº: 064.020.619-05

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Vila Rica/MT, 25/07/2023.

MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187

Assinado digitalmente por MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.25 12:17:19-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Maria de Nazaret de Souza Pires
Oficial

CÓDIGO CERTIDÃO:

2505178.VAR.07-1

Emolumentos:R$47,30 **Selo Digital: BXP 70644** **Codigo TJ:83**

Qualquer emenda ou rasura nesta certidão é considerada como indício de adulteração

Rua Vereador Amélio Ribeiro, Centro, CAMPINÁPOLIS-MT - Fone (00) 0000-0000
cartorio2oficiocampinapolis@gmail.com
CNPJ: 50.547.857/0001-02
Marcos Roberto Haddad Camolesi
Oficial

Ordem de Serviço: 10146

Certidão Negativa

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo o acervo desde Cartório de Títulos, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Títulos protestados no período de **5** anos em face de:

EDSON PINTO DE MELLO

Inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 51.400.888/0001-90

O referido é verdade, e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código da Serventia: 113

Selo de Controle Digital
Cód. do(s) Ato(s): 83(1)
Nr. Selo BWX26496 **R$ 47,30**

Consulte: www.tjmt.jus.br/selos/

Selo de Controle Digital

CAMPINÁPOLIS-MT, 27 de julho de 2023

Marcos Roberto Haddad Camolesi
Tabelião Interino

30011

Rua Vereador Amélio Ribeiro, Centro, CAMPINÁPOLIS-MT - Fone (00) 0000-0000
cartorio2oficiocampinapolis@gmail.com
CNPJ: 50.547.857/0001-02
Marcos Roberto Haddad Camolesi
Oficial

Ordem de Serviço: 9961

Certidão Negativa

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo o acervo desde Cartório de Títulos, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Títulos protestados no período de **5** anos em face de:

EDSON PINTO DE MELLO

Inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 669.115.089-91

O referido é verdade, e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código da Serventia: 113

Selo de Controle Digital
Cód. do(s) Ato(s): 83(1)

Nr. Selo BWX26459 **R$ 47,30**

Consulte: www.tjmt.jus.br/selos/

Selo de Controle Digital

CAMPINÁPOLIS-MT, 21 de julho de 2023

Marcos Roberto Haddad Camolesi
Tabelião Interino

MARCOS ROBERTO HADDAD CAMOLESI

29567

Rua Vereador Amélio Ribeiro, Centro, CAMPINÁPOLIS-MT - Fone (00) 0000-0000
cartorio2oficiocampinapolis@gmail.com
CNPJ: 50.547.857/0001-02
Marcos Roberto Haddad Camolesi
Oficial

Ordem de Serviço: 10151

Certidão Negativa

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo o acervo desde Cartório de Títulos, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Títulos protestados no período de **5** anos em face de:

MARA VIOLIN DE MELLO

Inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 51.431.235/0001-79

O referido é verdade, e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código da Serventia: 113

Selo de Controle Digital
Cód. do(s) Ato(s): 83(1)
Nr. Selo BWX26501 **R$ 47,30**

Consulte: www.tjmt.jus.br/selos/

Selo de Controle Digital

CAMPINÁPOLIS-MT, 27 de julho de 2023

Marcos Roberto Haddad Camolesi
Tabelião Interino

MARCOS ROBERTO HADDAD CAMOLESI

30016

Rua Vereador Amélio Ribeiro, Centro, CAMPINÁPOLIS-MT - Fone (00) 0000-0000
cartorio2oficiocampinapolis@gmail.com
CNPJ: 50.547.857/0001-02
Marcos Roberto Haddad Camolesi
Oficial

Ordem de Serviço: 9965

Certidão Negativa

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo o acervo desde Cartório de Títulos, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Títulos protestados no período de **5** anos em face de:

MARA VIOLIN DE MELLO

Inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 037.810.239-74

O referido é verdade, e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código da Serventia: 113

Selo de Controle Digital
Cód. do(s) Ato(s): 83(1)
Nr. Selo BWX26462 **R$ 47,30**

Consulte: www.tjmt.jus.br/selos/

Selo de Controle Digital

CAMPINÁPOLIS-MT, 21 de julho de 2023

Marcos Roberto Haddad Camolesi
Tabelião Interino

MARCOS ROBERTO HADDAD CAMOLESI

29571

Rua Vereador Amélio Ribeiro, Centro, CAMPINÁPOLIS-MT - Fone (00) 0000-0000
cartorio2oficiocampinapolis@gmail.com
CNPJ: 50.547.857/0001-02
Marcos Roberto Haddad Camolesi
Oficial

Ordem de Serviço: 10149

Certidão Negativa

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo o acervo desde Cartório de Títulos, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Títulos protestados no período de **5** anos em face de:

MARCO ANTONIO DE MELLO

Inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 51.416.751/0001-24

O referido é verdade, e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código da Serventia: 113

Selo de Controle Digital
Cód. do(s) Ato(s): 83(1)
Nr. Selo BWX26499 **R$ 47,30**

Consulte: www.tjmt.jus.br/selos/

Selo de Controle Digital

CAMPINÁPOLIS-MT, 27 de julho de 2023

Marcos Roberto Haddad Camolesi
Tabelião Interino

30014

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:19
Número do documento: 23080114571905300000120954483
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571905300000120954483
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:20

Rua Vereador Amélio Ribeiro, Centro, CAMPINÁPOLIS-MT - Fone (00) 0000-0000
cartorio2oficiocampinapolis@gmail.com
CNPJ: 50.547.857/0001-02
Marcos Roberto Haddad Camolesi
Oficial

Ordem de Serviço: 9962

Certidão Negativa

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo o acervo desde Cartório de Títulos, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Títulos protestados no período de **5** anos em face de:

MARCO ANTONIO DE MELLO

Inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 064.020.619-05

O referido é verdade, e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código da Serventia: 113

Selo de Controle Digital
Cód. do(s) Ato(s): 83(1)

Nr. Selo BWX26460 **R$ 47,30**

Consulte: www.tjmt.jus.br/selos/

Selo de Controle Digital

CAMPINÁPOLIS-MT, 21 de julho de 2023

Marcos Roberto Haddad Camolesi
Tabeliã Interina

MARCOS ROBERTO HADDAD CAMOLESI

29568

Rua Vereador Amélio Ribeiro, Centro, CAMPINÁPOLIS-MT - Fone (00) 0000-0000
cartorio2oficiocampinapolis@gmail.com
CNPJ: 50.547.857/0001-02
Marcos Roberto Haddad Camolesi
Oficial

Ordem de Serviço: 10148

Certidão Negativa

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo o acervo desde Cartório de Títulos, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Títulos protestados no período de **5** anos em face de:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

Inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 51.416.621/0001-91

O referido é verdade, e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código da Serventia: 113

Selo de Controle Digital
Cód. do(s) Ato(s): 83(1)
Nr. Selo BWX26498 **R$ 47,30**

Consulte: www.tjmt.jus.br/selos/

Selo de Controle Digital

CAMPINÁPOLIS-MT, 27 de julho de 2023

Marcos Roberto Haddad Camolesi
Tabelião Interino

MARCOS ROBERTO HADDAD CAMOLESI

30013

Rua Vereador Amélio Ribeiro, Centro, CAMPINÁPOLIS-MT - Fone (00) 0000-0000
cartorio2oficiocampinapolis@gmail.com
CNPJ: 50.547.857/0001-02
Marcos Roberto Haddad Camolesi
Oficial

Ordem de Serviço: 9967

Certidão Negativa

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo o acervo desde Cartório de Títulos, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Títulos protestados no período de **5** anos em face de:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

Inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 089.692.479 -39

O referido é verdade, e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código da Serventia: 113

Selo de Controle Digital
Cód. do(s) Ato(s): 83(1)

Nr. Selo BWX26464 **R$ 47,30**

Consulte: www.tjmt.jus.br/selos/

Selo de Controle Digital

CAMPINÁPOLIS-MT, 21 de julho de 2023

Marcos Roberto Haddad Camolesi
Tabelião Interino

MARCOS ROBERTO HADDAD CAMOLESI

29573

Rua Vereador Amélio Ribeiro, Centro, CAMPINÁPOLIS-MT - Fone (00) 0000-0000
cartorio2oficiocampinapolis@gmail.com
CNPJ: 50.547.857/0001-02
Marcos Roberto Haddad Camolesi
Oficial

Ordem de Serviço: 10147

Certidão Negativa

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo o acervo desde Cartório de Títulos, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Títulos protestados no período de **5** anos em face de:

SIDNEY PINTO DE MELLO

Inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 51.416.335/0001-26

O referido é verdade, e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código da Serventia: 113

Selo de Controle Digital
Cód. do(s) Ato(s): 83(1)
Nr. Selo BWX26497 **R$ 47,30**

Consulte: www.tjmt.jus.br/selos/

Selo de Controle Digital

CAMPINÁPOLIS-MT, 27 de julho de 2023

Marcos Roberto Haddad Camolesi
Tabelião Interino

MARCOS ROBERTO HADDAD CAMOLESI

30012

Rua Vereador Amélio Ribeiro, Centro, CAMPINÁPOLIS-MT - Fone (00) 0000-0000
cartorio2oficiocampinapolis@gmail.com
CNPJ: 50.547.857/0001-02
Marcos Roberto Haddad Camolesi
Oficial

Ordem de Serviço: 9963

Certidão Negativa

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo o acervo desde Cartório de Títulos, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Títulos protestados no período de **5** anos em face de:

SIDNEY PINTO DE MELLO

Inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 669.115.919-53

O referido é verdade, e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código da Serventia: 113

Selo de Controle Digital
Cód. do(s) Ato(s): 83(1)
Nr. Selo BWX26461 **R$ 47,30**

Consulte: www.tjmt.jus.br/selos/

Selo de Controle Digital

CAMPINÁPOLIS-MT, 21 de julho de 2023

Marcos Roberto Haddad Camolesi
Tabelião Interino

MARCOS ROBERTO HADDAD CAMOLESI

29569

Rua Vereador Amélio Ribeiro, Centro, CAMPINÁPOLIS-MT - Fone (00) 0000-0000
cartorio2oficiocampinapolis@gmail.com
CNPJ: 50.547.857/0001-02
Marcos Roberto Haddad Camolesi
Oficial

Ordem de Serviço: 10150

Certidão Negativa

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo o acervo desde Cartório de Títulos, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Títulos protestados no período de **5** anos em face de:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 51.420.202/0001-23

O referido é verdade, e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código da Serventia: 113

Selo de Controle Digital
Cód. do(s) Ato(s): 83(1)
Nr. Selo BWX26500 **R$ 47,30**

Consulte: www.tjmt.jus.br/selos/

Selo de Controle Digital

CAMPINÁPOLIS-MT, 27 de julho de 2023

Marcos Roberto Haddad Camolesi
Tabelião Interino

30015

Rua Vereador Amélio Ribeiro, Centro, CAMPINÁPOLIS-MT - Fone (00) 0000-0000
cartorio2oficiocampinapolis@gmail.com
CNPJ: 50.547.857/0001-02
Marcos Roberto Haddad Camolesi
Oficial

Ordem de Serviço: 9966

Certidão Negativa

CERTIFICO E DOU FÉ, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo o acervo desde Cartório de Títulos, constatei a **INEXISTÊNCIA** de Títulos protestados no período de **5** anos em face de:

VERA LUCIA GALLO

Inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 614.594.029 -87

O referido é verdade, e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de CAMPINÁPOLIS, Estado de Mato Grosso.

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código da Serventia: 113

Selo de Controle Digital
Cód. do(s) Ato(s): 83(1)

Nr. Selo BWX26463 **R$ 47,30**

Consulte: www.tjmt.jus.br/selos/

Selo de Controle Digital

CAMPINÁPOLIS-MT, 21 de julho de 2023

Marcos Roberto Haddad Camolesi
Tabelião Interino

MARCOS ROBERTO HADDAD CAMOLESI

29572

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

Av. Perimetral Sul , Nº 552 - Bairro Inconfidentes - Vila Rica-MT - 78645-000 - (066) 3554-1331**

Maria de Nazaret de Souza Pires
Tabelião(ã)

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada que revendo neste Cartório, os livros de registro de Instrumentos de Protestos desta Comarca, verifiquei constar a inexistência de títulos protestados desde Abril 2004. ate a presente data em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nomes(s) de:

MARCO ANTONIO DE MELLO
C.P.F./C.N.P.J nº: 064.020.619-05

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Vila Rica/MT, 25/07/2023.

MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187

Assinado digitalmente por MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.25 12:17:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Maria de Nazaret de Souza Pires
Oficial

CÓDIGO CERTIDÃO:

2505178.VAR.07-1

Emolumentos:R$47,30 **Selo Digital: BXP 70644** **Codigo TJ:83**

Qualquer emenda ou rasura nesta certidão é considerada como indício de adulteração

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá/PR
1º TABELIONATO DE PROTESTO
Tabelião de Protesto: Alexandre Scigliano Valerio
Av Joao Paulino Vieira Filho, 625 - Sala 108 - 1º Andar - Torre II - CENTRO
EMPRESARIAL NEW TOWER PLAZA - CEP: 87.020-015 - FONE: 4432203500 | E-mail:
contato@1protestomaringa.com.br | Site: www.1protestomaringa.com.br

---

C E R T I D Ã O N E G A T I V A

CERTIFICO, a pedido, que revendo os livros de registro de protesto existentes neste Ofício, no período correspondente aos últimos DEZ ANOS******, NÃO encontrei qualquer título protestado em que figure(em) como devedor(es):

EDSON PINTO DE MELLO**********
****
CNPJ: 51.400.888/0001-90**********

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 26 de julho de 2023

LORENA FELCHAK ROGAL

Assinado de forma digital por LORENA FELCHAK ROGAL
Dados: 2023.07.26 08:20:58 -03'00'

COTA:			
Certidão: R$	17,22	ISS.....: R$	0,34
Busca...: R$	0,00	FADEP...: R$	0,86
Funrejus: R$	4,31	Total...: R$	23,73
Funarpen: R$	1,00	GMS - 2651	

F U N A R P E N

SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFTP1.sqkso.F4bWt
-QPhhr.F788
https://selo.funarpen.com.br/

As buscas são restritas ao CPF ou CNPJ informado; as buscas pelo CPF não abrangem nenhum CNPJ (inclusive MEI) e vice-versa; as buscas pelo CNPJ são feitas exclusivamente pelo número "raiz".

Certidão assinada eletronicamente pelo(a) ESCREVENTE AUTORIZADA acima indicado(a) . A assinatura eletrônica tem validade legal nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001, em especial art. 10, "caput" e § 1º . Sua autenticidade deve ser conferida exclusivamente em meio eletrônico, através do site "verificador.iti.gov .br" ou de um programa (software) adequado.

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá/PR
1º TABELIONATO DE PROTESTO
Tabelião de Protesto: Alexandre Scigliano Valerio
Av Joao Paulino Vieira Filho, 625 - Sala 108 - 1º Andar - Torre II - CENTRO
EMPRESARIAL NEW TOWER PLAZA - CEP: 87.020-015 - FONE: 4432203500 | E-mail:
contato@1protestomaringa.com.br | Site: www.1protestomaringa.com.br

C E R T I D Ã O N E G A T I V A

CERTIFICO, a pedido, que revendo os livros de registro de protesto existentes neste Ofício, no período correspondente aos últimos DEZ ANOS******, NÃO encontrei qualquer título protestado em que figure(em) como devedor(es):

EDSON PINTO DE MELLO**********
****
CPF: 669.115.089-91**********

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 21 de julho de 2023

LORENA FELCHAK ROGAL

Assinado de forma digital por LORENA FELCHAK ROGAL
Dados: 2023.07.21 16:09:31 -03'00'

COTA:			
Certidão: R$	17,22	ISS.....: R$	0,34
Busca...: R$	0,00	FADEP...: R$	0,86
Funrejus: R$	4,31	Total...: R$	23,73
Funarpen: R$	1,00	LF - 2605	

F U N A R P E N

SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFTP1.UqAIo.dnbTy
-Dz7hd.F788
https://selo.funarpen.com.br/

As buscas são restritas ao CPF ou CNPJ informado; as buscas pelo CPF não abrangem nenhum CNPJ (inclusive MEI) e vice-versa; as buscas pelo CNPJ são feitas exclusivamente pelo número "raiz".

Certidão assinada eletronicamente pelo(a) ESCREVENTE AUTORIZADA acima indicado(a) . A assinatura eletrônica tem validade legal nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001, em especial art. 10, "caput" e § 1º . Sua autenticidade deve ser conferida exclusivamente em meio eletrônico, através do site "verificador.iti.gov .br" ou de um programa (software) adequado.

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá/PR
1º TABELIONATO DE PROTESTO
Tabelião de Protesto: Alexandre Scigliano Valerio
Av Joao Paulino Vieira Filho, 625 - Sala 108 - 1º Andar - Torre II - CENTRO
EMPRESARIAL NEW TOWER PLAZA - CEP: 87.020-015 - FONE: 4432203500 | E-mail:
contato@1protestomaringa.com.br | Site: www.1protestomaringa.com.br

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO, a pedido, que revendo os livros de registro de protesto existentes neste Ofício, no período correspondente aos últimos DEZ ANOS******, NÃO encontrei qualquer título protestado em que figure(em) como devedor(es):

MARA VIOLIN DE MELLO**********
****
CNPJ: 51.431.235/0001-79**********

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 26 de julho de 2023

LORENA FELCHAK ROGAL

Assinado de forma digital por LORENA FELCHAK ROGAL
Dados: 2023.07.26 08:20:18 -03'00'

COTA:			
Certidão: R$	17,22	ISS.....: R$	0,34
Busca...: R$	0,00	FADEP...: R$	0,86
Funrejus: R$	4,31	Total...: R$	23,73
Funarpen: R$	1,00	GMS - 2645	

F U N A R P E N

SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFTP1.sqtso.F4bWt
-ZPdhr.F788
https://selo.funarpen.com.br/

As buscas são restritas ao CPF ou CNPJ informado; as buscas pelo CPF não abrangem nenhum CNPJ (inclusive MEI) e vice-versa; as buscas pelo CNPJ são feitas exclusivamente pelo número "raiz".

Certidão assinada eletronicamente pelo(a) ESCREVENTE AUTORIZADA acima indicado(a) . A assinatura eletrônica tem validade legal nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001, em especial art. 10, "caput" e § 1º . Sua autenticidade deve ser conferida exclusivamente em meio eletrônico, através do site "verificador.iti.gov .br" ou de um programa (software) adequado.

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá/PR
1º TABELIONATO DE PROTESTO
Tabelião de Protesto: Alexandre Scigliano Valerio
Av Joao Paulino Vieira Filho, 625 - Sala 108 - 1º Andar - Torre II - CENTRO
EMPRESARIAL NEW TOWER PLAZA - CEP: 87.020-015 - FONE: 4432203500 | E-mail:
contato@1protestomaringa.com.br | Site: www.1protestomaringa.com.br

C E R T I D Ã O N E G A T I V A

CERTIFICO, a pedido, que revendo os livros de registro de protesto existentes neste Ofício, no período correspondente aos últimos DEZ ANOS******, NÃO encontrei qualquer título protestado em que figure(em) como devedor(es):

MARA VIOLIN DE MELLO**********
****
CPF: 037.810.239-74**********

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 21 de julho de 2023

LORENA FELCHAK ROGAL

Assinado de forma digital por LORENA FELCHAK ROGAL
Dados: 2023.07.21 16:09:41 -03'00'

COTA:			
Certidão: R$	17,22	ISS.....: R$	0,34
Busca...: R$	0,00	FADEP...: R$	0,86
Funrejus: R$	4,31	Total...: R$	23,73
Funarpen: R$	1,00	LF - 2607	

F U N A R P E N

SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFTP1.UqRIo.dnbTy
-Gz2hd.F788
https://selo.funarpen.com.br/

As buscas são restritas ao CPF ou CNPJ informado; as buscas pelo CPF não abrangem nenhum CNPJ (inclusive MEI) e vice-versa; as buscas pelo CNPJ são feitas exclusivamente pelo número "raiz".

Certidão assinada eletronicamente pelo(a) ESCREVENTE AUTORIZADA acima indicado(a) . A assinatura eletrônica tem validade legal nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001, em especial art. 10, "caput" e § 1º . Sua autenticidade deve ser conferida exclusivamente em meio eletrônico, através do site "verificador.iti.gov .br" ou de um programa (software) adequado.

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá/PR
1º TABELIONATO DE PROTESTO
Tabelião de Protesto: Alexandre Scigliano Valerio
Av Joao Paulino Vieira Filho, 625 - Sala 108 - 1º Andar - Torre II - CENTRO
EMPRESARIAL NEW TOWER PLAZA - CEP: 87.020-015 - FONE: 4432203500 | E-mail:
contato@1protestomaringa.com.br | Site: www.1protestomaringa.com.br

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO, a pedido, que revendo os livros de registro de protesto existentes neste Ofício, no período correspondente aos últimos DEZ ANOS******, NÃO encontrei qualquer título protestado em que figure(em) como devedor(es):

MARCO ANTONIO DE MELLO**********
****
CNPJ: 51.416.751/0001-24**********

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 26 de julho de 2023

LORENA FELCHAK ROGAL

Assinado de forma digital por LORENA FELCHAK ROGAL
Dados: 2023.07.26 08:20:43 -03'00'

COTA:			
Certidão: R$	17,22	ISS.....: R$	0,34
Busca...: R$	0,00	FADEP...: R$	0,86
Funrejus: R$	4,31	Total...: R$	23,73
Funarpen: R$	1,00	GMS - 2648	

F U N A R P E N

SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFTP1.sqXso.F4bWt
-LP4hr.F788
https://selo.funarpen.com.br/

As buscas são restritas ao CPF ou CNPJ informado; as buscas pelo CPF não abrangem nenhum CNPJ (inclusive MEI) e vice-versa; as buscas pelo CNPJ são feitas exclusivamente pelo número "raiz".

Certidão assinada eletronicamente pelo(a) ESCREVENTE AUTORIZADA acima indicado(a) . A assinatura eletrônica tem validade legal nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001, em especial art. 10, "caput" e § 1º . Sua autenticidade deve ser conferida exclusivamente em meio eletrônico, através do site "verificador.iti.gov .br" ou de um programa (software) adequado.

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá/PR
1º TABELIONATO DE PROTESTO
Tabelião de Protesto: Alexandre Scigliano Valerio
Av Joao Paulino Vieira Filho, 625 - Sala 108 - 1º Andar - Torre II - CENTRO
EMPRESARIAL NEW TOWER PLAZA - CEP: 87.020-015 - FONE: 4432203500 | E-mail:
contato@1protestomaringa.com.br | Site: www.1protestomaringa.com.br

---

C E R T I D Ã O N E G A T I V A

CERTIFICO, a pedido, que revendo os livros de registro de protesto existentes neste Ofício, no período correspondente aos últimos DEZ ANOS******, NÃO encontrei qualquer título protestado em que figure(em) como devedor(es):
MARCO ANTONIO DE MELLO**********
****
CPF: 064.020.619-05**********

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 21 de julho de 2023

LORENA FELCHAK ROGAL

Assinado de forma digital por LORENA FELCHAK ROGAL
Dados: 2023.07.21 16:09:52 -03'00'

COTA:

Certidão: R$	17,22	ISS.....: R$	0,34
Busca...: R$	0,00	FADEP...: R$	0,86
Funrejus: R$	4,31	Total...: R$	23,73
Funarpen: R$	1,00	LF - 2609	

F U N A R P E N

SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFTP1.UqWIo.dnbTy-kzXhd.F788
https://selo.funarpen.com.br/

As buscas são restritas ao CPF ou CNPJ informado; as buscas pelo CPF não abrangem nenhum CNPJ (inclusive MEI) e vice-versa; as buscas pelo CNPJ são feitas exclusivamente pelo número "raiz".

Certidão assinada eletronicamente pelo(a) ESCREVENTE AUTORIZADA acima indicado(a) . A assinatura eletrônica tem validade legal nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001, em especial art. 10, "caput" e § 1º . Sua autenticidade deve ser conferida exclusivamente em meio eletrônico, através do site "verificador.iti.gov .br" ou de um programa (software) adequado.

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá/PR
1º TABELIONATO DE PROTESTO
Tabelião de Protesto: Alexandre Scigliano Valerio
Av Joao Paulino Vieira Filho, 625 - Sala 108 - 1º Andar - Torre II - CENTRO
EMPRESARIAL NEW TOWER PLAZA - CEP: 87.020-015 - FONE: 4432203500 | E-mail:
contato@1protestomaringa.com.br | Site: www.1protestomaringa.com.br

---

C E R T I D Ã O N E G A T I V A

CERTIFICO, a pedido, que revendo os livros de registro de protesto existentes neste Ofício, no período correspondente aos últimos DEZ ANOS******, NÃO encontrei qualquer título protestado em que figure(em) como devedor(es):

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**********
****
CPF: 089.692.479-39**********

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 21 de julho de 2023

LORENA FELCHAK ROGAL

Assinado de forma digital por LORENA FELCHAK ROGAL
Dados: 2023.07.21 16:09:23 -03'00'

COTA:			
Certidão: R$	17,22	ISS.....: R$	0,34
Busca...: R$	0,00	FADEP...: R$	0,86
Funrejus: R$	4,31	Total...: R$	23,73
Funarpen: R$	1,00	LF - 2604	

F U N A R P E N

SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFTP1.UqUIo.dnbTy-Rzzhd.F788
https://selo.funarpen.com.br/

As buscas são restritas ao CPF ou CNPJ informado; as buscas pelo CPF não abrangem nenhum CNPJ (inclusive MEI) e vice-versa; as buscas pelo CNPJ são feitas exclusivamente pelo número "raiz".

Certidão assinada eletronicamente pelo(a) ESCREVENTE AUTORIZADA acima indicado(a) . A assinatura eletrônica tem validade legal nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001, em especial art. 10, "caput" e § 1º . Sua autenticidade deve ser conferida exclusivamente em meio eletrônico, através do site "verificador.iti.gov .br" ou de um programa (software) adequado.

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá/PR
1º TABELIONATO DE PROTESTO
Tabelião de Protesto: Alexandre Scigliano Valerio
Av Joao Paulino Vieira Filho, 625 - Sala 108 - 1º Andar - Torre II - CENTRO
EMPRESARIAL NEW TOWER PLAZA - CEP: 87.020-015 - FONE: 4432203500 | E-mail:
contato@1protestomaringa.com.br | Site: www.1protestomaringa.com.br

---

C E R T I D Ã O N E G A T I V A

CERTIFICO, a pedido, que revendo os livros de registro de protesto existentes neste Ofício, no período correspondente aos últimos DEZ ANOS******, NÃO encontrei qualquer título protestado em que figure(em) como devedor(es):

SIDNEY PINTO DE MELLO**********
****
CNPJ: 51.416.335/0001-26**********

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 26 de julho de 2023

LORENA FELCHAK ROGAL

Assinado de forma digital por LORENA FELCHAK ROGAL
Dados: 2023.07.26 08:20:53 -03'00'

COTA:

Certidão: R$	17,22	ISS.....: R$	0,34
Busca...: R$	0,00	FADEP...: R$	0,86
Funrejus: R$	4,31	Total...: R$	23,73
Funarpen: R$	1,00	GMS - 2650	

F U N A R P E N

SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFTP1.sqUso.F4bWt
-TPWhr.F788
https://selo.funarpen.com.br/

As buscas são restritas ao CPF ou CNPJ informado; as buscas pelo CPF não abrangem nenhum CNPJ (inclusive MEI) e vice-versa; as buscas pelo CNPJ são feitas exclusivamente pelo número "raiz".

Certidão assinada eletronicamente pelo(a) ESCREVENTE AUTORIZADA acima indicado(a) . A assinatura eletrônica tem validade legal nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001, em especial art. 10, "caput" e § 1º . Sua autenticidade deve ser conferida exclusivamente em meio eletrônico, através do site "verificador.iti.gov .br" ou de um programa (software) adequado.

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá/PR
1º TABELIONATO DE PROTESTO
Tabelião de Protesto: Alexandre Scigliano Valerio
Av Joao Paulino Vieira Filho, 625 - Sala 108 - 1º Andar - Torre II - CENTRO
EMPRESARIAL NEW TOWER PLAZA - CEP: 87.020-015 - FONE: 4432203500 | E-mail:
contato@1protestomaringa.com.br | Site: www.1protestomaringa.com.br

C E R T I D Ã O N E G A T I V A

CERTIFICO, a pedido, que revendo os livros de registro de protesto existentes neste Ofício, no período correspondente aos últimos DEZ ANOS******, NÃO encontrei qualquer título protestado em que figure(em) como devedor(es):

SIDNEY PINTO DE MELLO**********
****
CPF: 669.115.919-53**********

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 21 de julho de 2023

LORENA FELCHAK ROGAL

Assinado de forma digital por LORENA FELCHAK ROGAL
Dados: 2023.07.21 16:09:36 -03'00'

COTA:			
Certidão: R$	17,22	ISS.....: R$	0,34
Busca...: R$	0,00	FADEP...: R$	0,86
Funrejus: R$	4,31	Total...: R$	23,73
Funarpen: R$	1,00	LF - 2606	

F U N A R P E N

SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFTP1.UqqIo.dnbTy
-7zLhd.F788
https://selo.funarpen.com.br/

As buscas são restritas ao CPF ou CNPJ informado; as buscas pelo CPF não abrangem nenhum CNPJ (inclusive MEI) e vice-versa; as buscas pelo CNPJ são feitas exclusivamente pelo número "raiz".

Certidão assinada eletronicamente pelo(a) ESCREVENTE AUTORIZADA acima indicado(a) . A assinatura eletrônica tem validade legal nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001, em especial art. 10, "caput" e § 1º . Sua autenticidade deve ser conferida exclusivamente em meio eletrônico, através do site "verificador.iti.gov .br" ou de um programa (software) adequado.

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá/PR
1º TABELIONATO DE PROTESTO
Tabelião de Protesto: Alexandre Scigliano Valerio
Av Joao Paulino Vieira Filho, 625 - Sala 108 - 1º Andar - Torre II - CENTRO
EMPRESARIAL NEW TOWER PLAZA - CEP: 87.020-015 - FONE: 4432203500 | E-mail:
contato@1protestomaringa.com.br | Site: www.1protestomaringa.com.br

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO, a pedido, que revendo os livros de registro de protesto existentes neste Ofício, no período correspondente aos últimos DEZ ANOS******, NÃO encontrei qualquer título protestado em que figure(em) como devedor(es):

VERA LUCIA GALLO**********
****
CPF: 614.594.029-87**********

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 21 de julho de 2023

LORENA FELCHAK ROGAL

Assinado de forma digital por LORENA FELCHAK ROGAL
Dados: 2023.07.21 16:09:46 -03'00'

COTA:			
Certidão: R$	17,22	ISS.....: R$	0,34
Busca...: R$	0,00	FADEP...: R$	0,86
Funrejus: R$	4,31	Total...: R$	23,73
Funarpen: R$	1,00	LF - 2608	

F U N A R P E N

SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFTP1.UqkIo.dnbTy-OzUhd.F788
https://selo.funarpen.com.br/

As buscas são restritas ao CPF ou CNPJ informado; as buscas pelo CPF não abrangem nenhum CNPJ (inclusive MEI) e vice-versa; as buscas pelo CNPJ são feitas exclusivamente pelo número "raiz".

Certidão assinada eletronicamente pelo(a) ESCREVENTE AUTORIZADA acima indicado(a) . A assinatura eletrônica tem validade legal nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001, em especial art. 10, "caput" e § 1º . Sua autenticidade deve ser conferida exclusivamente em meio eletrônico, através do site "verificador.iti.gov .br" ou de um programa (software) adequado.

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

Av. Perimetral Sul , Nº 552 - Bairro Inconfidentes - Vila Rica-MT - 78645-000 - (066) 3554-1331**

Maria de Nazaret de Souza Pires
Tabelião(ã)

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada que revendo neste Cartório, os livros de registro de Instrumentos de Protestos desta Comarca, verifiquei constar a inexistência de títulos protestados desde Abril 2004. ate a presente data em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nomes(s) de:

EDSON PINTO DE MELLO
C.P.F./C.N.P.J nº: 51.400.888/0001-90

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Vila Rica/MT, 26/07/2023.

MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187

Assinado digitalmente por MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.26 14:07:19-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Maria de Nazaret de Souza Pires
Oficial

CÓDIGO CERTIDÃO:

2605192.VAR.07-7

Emolumentos:R$47,30 **Selo Digital: BXP 70753** **Codigo TJ:83**

Qualquer emenda ou rasura nesta certidão é considerada como indício de adulteração

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

Av. Perimetral Sul , Nº 552 - Bairro Inconfidentes - Vila Rica-MT - 78645-000 - (066) 3554-1331**

Maria de Nazaret de Souza Pires
Tabelião(ã)

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada que revendo neste Cartório, os livros de registro de Instrumentos de Protestos desta Comarca, verifiquei constar a inexistência de títulos protestados desde Abril 2004. ate a presente data em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nomes(s) de:

MARA VIOLIN DE MELLO
C.P.F./C.N.P.J nº: 51.431.235/0001-79

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Vila Rica/MT, 26/07/2023.

MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187

Assinado digitalmente por MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.26 14:11:25-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Maria de Nazaret de Souza Pires
Oficial

CÓDIGO CERTIDÃO:

2605186.VAR.07-7

Emolumentos:R$47,30 **Selo Digital: BXP 70746** **Codigo TJ:83**

Qualquer emenda ou rasura nesta certidão é considerada como indício de adulteração

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

Av. Perimetral Sul , Nº 552 - Bairro Inconfidentes - Vila Rica-MT - 78645-000 - (066) 3554-1331**

Maria de Nazaret de Souza Pires
Tabelião(ã)

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada que revendo neste Cartório, os livros de registro de Instrumentos de Protestos desta Comarca, verifiquei constar a inexistência de títulos protestados desde Abril 2004. ate a presente data em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nomes(s) de:

MARCO ANTONIO DE MELLO
C.P.F./C.N.P.J nº: 51.416.751/0001-24

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Vila Rica/MT, 26/07/2023.

MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187

Assinado digitalmente por MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.26 14:10:33-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Maria de Nazaret de Souza Pires
Oficial

CÓDIGO CERTIDÃO:

2605189.VAR.07-7

Emolumentos:R$47,30 **Selo Digital: BXP 70750** **Codigo TJ:83**

Qualquer emenda ou rasura nesta certidão é considerada como indício de adulteração

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

Av. Perimetral Sul , Nº 552 - Bairro Inconfidentes - Vila Rica-MT - 78645-000 - (066) 3554-1331**

Maria de Nazaret de Souza Pires
Tabelião(ã)

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada que revendo neste Cartório, os livros de registro de Instrumentos de Protestos desta Comarca, verifiquei constar a inexistência de títulos protestados desde Abril 2004. ate a presente data em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nomes(s) de:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
C.P.F./C.N.P.J nº: 51.416.621/0001-91

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Vila Rica/MT, 26/07/2023.

MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187

Assinado digitalmente por MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.26 14:09:41-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Maria de Nazaret de Souza Pires
Oficial

CÓDIGO CERTIDÃO:

2605190.VAR.07-7

Emolumentos:R$47,30 **Selo Digital: BXP 70751** **Codigo TJ:83**

Qualquer emenda ou rasura nesta certidão é considerada como indício de adulteração

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

Av. Perimetral Sul , Nº 552 - Bairro Inconfidentes - Vila Rica-MT - 78645-000 - (066) 3554-1331**

Maria de Nazaret de Souza Pires
Tabelião(ã)

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada que revendo neste Cartório, os livros de registro de Instrumentos de Protestos desta Comarca, verifiquei constar a inexistência de títulos protestados desde Abril 2004. ate a presente data em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nomes(s) de:

SIDNEY PINTO DE MELLO
C.P.F./C.N.P.J nº: 51.416.335/0001-26

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Vila Rica/MT, 26/07/2023.

MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187

Assinado digitalmente por MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e -CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.26 14:08:59-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Maria de Nazaret de Souza Pires
Oficial

CÓDIGO CERTIDÃO:

2605191.VAR.07-7

Emolumentos:R$47,30 **Selo Digital: BXP 70752** **Codigo TJ:83**

Qualquer emenda ou rasura nesta certidão é considerada como indício de adulteração

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

Av. Perimetral Sul , Nº 552 - Bairro Inconfidentes - Vila Rica-MT - 78645-000 - (066) 3554-1331**

Maria de Nazaret de Souza Pires
Tabelião(ã)

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de parte interessada que revendo neste Cartório, os livros de registro de Instrumentos de Protestos desta Comarca, verifiquei constar a inexistência de títulos protestados desde Abril 2004. ate a presente data em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nomes(s) de:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO
C.P.F./C.N.P.J nº: 51.420.202/0001-23

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Vila Rica/MT, 26/07/2023.

MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187

Assinado digitalmente por MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12073743000170, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARIA DE NAZARET DE SOUSA PIRES:13854313187
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2023.07.26 14:10:54-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Maria de Nazaret de Souza Pires
Oficial

CÓDIGO CERTIDÃO:

2605187.VAR.07-7

Emolumentos:R$47,30 **Selo Digital: BXP 70748** **Codigo TJ:83**

Qualquer emenda ou rasura nesta certidão é considerada como indício de adulteração

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8410978

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **RÉU**, referentes à **AÇÕES CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 24/07/2023, em DESFAVOR de:

EDSON PINTO DE MELLO
CPF 669.115.089-91
Data de nascimento: 04/05/1966
Filiação: ANA MEDEIROS DE MELLO

Observações:

a. As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos criminais cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

f. Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

Emitida em 24/07/2023, às 08:55h.

Documento selado eletronicamente sob o número BYA20785.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8410961

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **RÉU**, referentes à **AÇÕES CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 24/07/2023, em DESFAVOR de:

MARA VIOLIN DE MELLO
CPF 037.810.239-74
Data de nascimento: 20/09/1966
Filiação: ANTONIA FERRARI VIOLIN

Observações:

a. As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos criminais cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

f. Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

Emitida em 24/07/2023, às 08:51h.

Documento selado eletronicamente sob o número BYA20770.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8411016

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **RÉU**, referentes à **AÇÕES CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 24/07/2023, em DESFAVOR de:

MARCO ANTONIO DE MELLO
CPF 064.020.619-05
Data de nascimento: 08/12/1987
Filiação: MARA VIOLIN DE MELLO

Observações:

a. As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos criminais cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

f. Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

Emitida em 24/07/2023, às 09:00h.

Documento selado eletronicamente sob o número BYA20817.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8411004

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **RÉU**, referentes à **AÇÕES CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 24/07/2023, em DESFAVOR de:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
CPF 089.692.479-39
Data de nascimento: 21/02/1995
Filiação: VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Observações:

a. As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos criminais cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

f. Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

Emitida em 24/07/2023, às 08:59h.

Documento selado eletronicamente sob o número BYA20808.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8410954

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **RÉU**, referentes à **AÇÕES CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 24/07/2023, em DESFAVOR de:

SIDNEY PINTO DE MELLO
CPF 669.115.919-53
Data de nascimento: 01/04/1964
Filiação: ANA MEDEIROS DE MELLO

Observações:

a. As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos criminais cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

f. Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

Emitida em 24/07/2023, às 08:50h.

Documento selado eletronicamente sob o número BYA20764.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8410984

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **RÉU**, referentes à **AÇÕES CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 24/07/2023, em DESFAVOR de:

VERA LUCIA GALLO
CPF 614.594.029-87
Data de nascimento: 22/03/1965
Filiação: MARIA JOSE DA SILVA GALLO

Observações:

a. As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos criminais cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

f. Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

Emitida em 24/07/2023, às 08:56h.

Documento selado eletronicamente sob o número BYA20791.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 30098054/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, e CONSIDERANDO a relação de matriz e filiais, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

EDSON PINTO DE MELLO

OU

CNPJ n. 51.400.888/0001-90

Certidão emitida em 27/07/2023, às 09:14:31 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 27/07/2023, às 05:14:11;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 27/07/2023, às 05:14:11.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30098054

Código de Validação: BD2D 637E 251B F99D 8BB7 232E 2528 D4AC

Data da Atualização: 27/07/2023, às 05:14:11

27/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 30022314/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

EDSON PINTO DE MELLO

OU

CPF n. 669.115.089-91

Certidão emitida em 24/07/2023, às 10:35:29 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 24/07/2023, às 05:00:34;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 24/07/2023, às 05:00:34.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30022314

Código de Validação: A292 935D A4F1 0568 82C5 1141 B966 5D74

Data da Atualização: 24/07/2023, às 05:00:34

24/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 30098155/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, e CONSIDERANDO a relação de matriz e filiais, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MARA VIOLIN DE MELLO

OU

CNPJ n. 51.431.235/0001-79

Certidão emitida em 27/07/2023, às 09:16:40 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 27/07/2023, às 05:14:11;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 27/07/2023, às 05:14:11.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30098155

Código de Validação: 2FB5 E9F1 F7D5 2AF3 35C7 5739 B721 6711

Data da Atualização: 27/07/2023, às 05:14:11

27/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 30022215/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MARA VIOLIN DE MELLO

OU

CPF n. 037.810.239-74

Certidão emitida em 24/07/2023, às 10:32:36 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 24/07/2023, às 05:00:34;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 24/07/2023, às 05:00:34.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30022215

Código de Validação: B265 5FB5 F114 CCC9 A639 B192 0A25 9755

Data da Atualização: 24/07/2023, às 05:00:34

24/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 30098270/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MARCO ANTONIO DE MELLO

OU

CNPJ n. 51.416.751/0001-24

Certidão emitida em 27/07/2023, às 09:18:29 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 27/07/2023, às 05:14:11;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 27/07/2023, às 05:14:11.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30098270

Código de Validação: 3BE0 222A 72F3 C468 3B41 EEB5 672A 985E

Data da Atualização: 27/07/2023, às 05:14:11

27/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 30023096/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MARCO ANTONIO DE MELLO

OU

CPF n. 064.020.619-05

Certidão emitida em 24/07/2023, às 10:55:24 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 24/07/2023, às 05:00:34;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 24/07/2023, às 05:00:34.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30023096

Código de Validação: 0D9C B19B 9DB4 573F 7735 8E36 A9F3 F77B

Data da Atualização: 24/07/2023, às 05:00:34

24/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 30098427/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, e CONSIDERANDO a relação de matriz e filiais, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

OU

CNPJ n. 51.416.621/0001-91

Certidão emitida em 27/07/2023, às 09:20:26 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 27/07/2023, às 05:14:11;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 27/07/2023, às 05:14:11.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30098427

Código de Validação: A68E 98C4 D563 2E86 393C 1C30 98C9 D790

Data da Atualização: 27/07/2023, às 05:14:11

27/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 30022983/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

OU

CPF n. 089.692.479-39

Certidão emitida em 24/07/2023, às 10:53:17 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 24/07/2023, às 05:00:34;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 24/07/2023, às 05:00:34.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30022983

Código de Validação: 165D 7903 1D7B F0BD 7620 339E 8AEA B31D

Data da Atualização: 24/07/2023, às 05:00:34

24/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 30098575/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, e CONSIDERANDO a relação de matriz e filiais, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

SIDNEY PINTO DE MELLO

OU

CNPJ n. 51.416.335/0001-26

Certidão emitida em 27/07/2023, às 09:22:15 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 27/07/2023, às 05:14:11;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 27/07/2023, às 05:14:11.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30098575

Código de Validação: B460 DDF2 73C1 96F1 B982 656E 4E91 21D8

Data da Atualização: 27/07/2023, às 05:14:11

27/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 30022178/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

SIDNEY PINTO DE MELLO

OU

CPF n. 669.115.919-53

Certidão emitida em 24/07/2023, às 10:31:38 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 24/07/2023, às 05:00:34;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 24/07/2023, às 05:00:34.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30022178

Código de Validação: 9B3C 6EB1 765E 6FB0 6C40 5224 E2F5 B1A3

Data da Atualização: 24/07/2023, às 05:00:34

24/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 30098753/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, e CONSIDERANDO a relação de matriz e filiais, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

OU

CNPJ n. 51.420.202/0001-23

Certidão emitida em 27/07/2023, às 09:24:39 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 27/07/2023, às 05:14:11;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 27/07/2023, às 05:14:11.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30098753

Código de Validação: F9F9 BACD 79DB F2C2 47D0 F9BF F155 0849

Data da Atualização: 27/07/2023, às 05:14:11

27/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 30022562/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

OU

CPF n. 614.594.029-87

Certidão emitida em 24/07/2023, às 10:41:59 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 24/07/2023, às 05:00:34;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 24/07/2023, às 05:00:34.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30022562

Código de Validação: 89EE 5605 7C01 1FB7 2882 4B3D 6701 3E29

Data da Atualização: 24/07/2023, às 05:00:34

24/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

30098113/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, e CONSIDERANDO a relação de matriz e filiais, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

EDSON PINTO DE MELLO

OU

CNPJ n. 51.400.888/0001-90

Certidão emitida em 27/07/2023, às 09:15:39 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 27/07/2023, às 05:14:11;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 27/07/2023, às 05:14:11.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30098113

Código de Validação: DE12 4BE6 C90F 8EF8 3066 E371 535E CAD9

Data da Atualização: 27/07/2023, às 05:14:11

27/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

30022358/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

EDSON PINTO DE MELLO

OU

CPF n. 669.115.089-91

Certidão emitida em 24/07/2023, às 10:36:29 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 24/07/2023, às 05:00:34;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 24/07/2023, às 05:00:34.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30022358

Código de Validação: 13F5 AD12 6EB3 0099 0F93 E2B9 BF92 6D31

Data da Atualização: 24/07/2023, às 05:00:34

24/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

30098201/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, e CONSIDERANDO a relação de matriz e filiais, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

MARA VIOLIN DE MELLO

OU

CNPJ n. 51.431.235/0001-79

Certidão emitida em 27/07/2023, às 09:17:32 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 27/07/2023, às 05:14:11;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 27/07/2023, às 05:14:11.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30098201

Código de Validação: 4A2E 877E 0DEF C2F7 A53C 97FD C531 E8E0

Data da Atualização: 27/07/2023, às 05:14:11

27/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 30022262/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

MARA VIOLIN DE MELLO

OU

CPF n. 037.810.239-74

Certidão emitida em 24/07/2023, às 10:33:44 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 24/07/2023, às 05:00:34;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 24/07/2023, às 05:00:34.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30022262

Código de Validação: 415D 2EAB 9908 BD72 453C AF83 70F4 E642

Data da Atualização: 24/07/2023, às 05:00:34

24/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 30098330/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, e CONSIDERANDO a relação de matriz e filiais, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

MARCO ANTONIO DE MELLO

OU

CNPJ n. 51.416.751/0001-24

Certidão emitida em 27/07/2023, às 09:19:22 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 27/07/2023, às 05:14:11;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 27/07/2023, às 05:14:11.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30098330

Código de Validação: 7C73 1543 965B D4C5 D5CF EBF0 B938 B2A3

Data da Atualização: 27/07/2023, às 05:14:11

27/07/2023

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 30023207/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

MARCO ANTONIO DE MELLO

OU

CPF n. 064.020.619-05

Certidão emitida em 24/07/2023, às 10:58:00 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 24/07/2023, às 05:00:34;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 24/07/2023, às 05:00:34.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30023207

Código de Validação: 2D26 27C3 CC21 6CB0 F4F7 ED9B C6B0 6CC5

Data da Atualização: 24/07/2023, às 05:00:34

24/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 30098521/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, e CONSIDERANDO a relação de matriz e filiais, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

OU

CNPJ n. 51.416.621/0001-91

Certidão emitida em 27/07/2023, às 09:21:13 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 27/07/2023, às 05:14:11;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 27/07/2023, às 05:14:11.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30098521

Código de Validação: F13F 45E2 BE89 81FC 7DC2 86FE AAE9 4C34

Data da Atualização: 27/07/2023, às 05:14:11

27/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 30023033/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

OU

CPF n. 089.692.479-39

Certidão emitida em 24/07/2023, às 10:54:13 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 24/07/2023, às 05:00:34;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 24/07/2023, às 05:00:34.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30023033

Código de Validação: 8D84 46E8 153E E27E 0766 496D 3196 F955

Data da Atualização: 24/07/2023, às 05:00:34

24/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 30098622/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, e CONSIDERANDO a relação de matriz e filiais, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

SIDNEY PINTO DE MELLO

OU

CNPJ n. 51.416.335/0001-26

Certidão emitida em 27/07/2023, às 09:23:03 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 27/07/2023, às 05:14:11;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 27/07/2023, às 05:14:11.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30098622

Código de Validação: 0FD8 59D1 2913 7768 1B65 61C5 CC9E 9A49

Data da Atualização: 27/07/2023, às 05:14:11

27/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 30022153/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

SIDNEY PINTO DE MELLO

OU

CPF n. 669.115.919-53

Certidão emitida em 24/07/2023, às 10:30:57 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 24/07/2023, às 05:00:34;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 24/07/2023, às 05:00:34.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30022153

Código de Validação: 1CD2 E24F 3D06 20E0 E3B6 B7CD 38FF 3414

Data da Atualização: 24/07/2023, às 05:00:34

24/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

30098836/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, e CONSIDERANDO a relação de matriz e filiais, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

OU

CNPJ n. 51.420.202/0001-23

Certidão emitida em 27/07/2023, às 09:25:35 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 27/07/2023, às 05:14:11;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 27/07/2023, às 05:14:11.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão:	30098836
Código de Validação:	B659 1B77 5A01 7DDC 7A66 1A34 FA11 F3B8
Data da Atualização:	27/07/2023, às 05:14:11

27/07/2023

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 30022612/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

OU

CPF n. 614.594.029-87

Certidão emitida em 24/07/2023, às 10:43:21 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 24/07/2023, às 05:00:34;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual e Processual) até 24/07/2023, às 05:00:34.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 30022612

Código de Validação: F356 EF9D 147D 59F2 583A E150 9FD0 D2D9

Data da Atualização: 24/07/2023, às 05:00:34

24/07/2023

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

7842031

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

EDSON PINTO DE MELLO
OU
CNPJ n. 51400888/0001-90

Certidão emitida em: 27/07/2023 às 09:29:43 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 26/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 27/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 27/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 26/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 26/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7842031
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 33606025

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

7800249

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

EDSON PINTO DE MELLO
OU
CPF n. 669.115.089/91

Certidão emitida em: 24/07/2023 às 11:19:49 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 24/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 24/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 23/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7800249
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 2369498018

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

7842071

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MARA VIOLIN DE MELLO
OU
CNPJ n. 51431235/0001-79

Certidão emitida em: 27/07/2023 às 09:31:41 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 26/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 27/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 27/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 26/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 26/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7842071
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 1618565656

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

7800199

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MARA VIOLIN DE MELLO
OU
CPF n. 037.810.239/74

Certidão emitida em: 24/07/2023 às 11:17:47 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 24/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 24/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 23/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7800199
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 936133582

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

7800680

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MARCO ANTONIO DE MELLO
OU
CPF n. 064.020.619/05

Qualificado com o(s) seguinte(s) dado(s):
Nascimento: **08/12/1987**
Mãe: **MARA VIOLIN DE MELLO**

Certidão emitida em: 24/07/2023 às 13:18:18 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 24/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 24/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 23/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7800680
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 3034003507

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

7842117

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
OU
CNPJ n. 51416621/0001-91

Certidão emitida em: 27/07/2023 às 09:34:10 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 26/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 27/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 27/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 26/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 26/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7842117
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 2086189478

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

7800417

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
OU
CPF n. 089.692.479/39

Certidão emitida em: 24/07/2023 às 11:27:28 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 24/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 24/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 23/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7800417
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 65323800

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

7842304

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

SIDNEY PINTO DE MELLO
OU
CNPJ n. 51416335/0001-26

Certidão emitida em: 27/07/2023 às 09:44:46 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 26/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 27/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 27/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 26/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 26/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7842304
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 4044337057

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

7799985

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

SIDNEY PINTO DE MELLO
OU
CPF n. 669.115.919/53

Certidão emitida em: 24/07/2023 às 11:07:45 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 24/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 24/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 23/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7799985
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 2092552427

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

7842321

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO
OU
CNPJ n. 51420202/0001-23

Certidão emitida em: 27/07/2023 às 09:45:57 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 26/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 27/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 27/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 26/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 26/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7842321
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 141173711

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

7800387

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO
OU
CPF n. 614.594.029/87

Certidão emitida em: 24/07/2023 às 11:26:03 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 24/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 24/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 23/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7800387
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 530718750

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

7842059

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

EDSON PINTO DE MELLO
OU
CNPJ n. 51400888/0001-90

Certidão emitida em: 27/07/2023 às 09:30:58 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 26/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 27/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 27/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 26/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 26/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7842059
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 1426299519

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

7800284

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

EDSON PINTO DE MELLO
OU
CPF n. 669.115.089/91

Certidão emitida em: 24/07/2023 às 11:21:07 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 24/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 24/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 23/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7800284
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 3221786865

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

7842087

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

MARA VIOLIN DE MELLO
OU
CNPJ n. 51431235/0001-79

Certidão emitida em: 27/07/2023 às 09:32:35 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 26/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 27/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 27/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 26/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 26/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7842087
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 1256081310

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

7800160

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

MARA VIOLIN DE MELLO
OU
CPF n. 037.810.239/74

Certidão emitida em: 24/07/2023 às 11:15:24 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 24/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 24/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 23/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7800160
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 1367265638

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

7800721

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

MARCO ANTONIO DE MELLO
OU
CPF n. 064.020.619/05

Qualificado com o(s) seguinte(s) dado(s):
Nascimento: **08/12/1987**
Mãe: **MARA VIOLIN DE MELLO**

Certidão emitida em: 24/07/2023 às 13:18:29 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 24/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 24/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 23/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7800721
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 2165944920

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

7842285

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
OU
CNPJ n. 51416621/0001-91

Certidão emitida em: 27/07/2023 às 09:43:58 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 26/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 27/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 27/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 26/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 26/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7842285
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 3026114896

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

7800433

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
OU
CPF n. 089.692.479/39

Certidão emitida em: 24/07/2023 às 11:28:11 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 24/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 24/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 23/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7800433
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 4020805274

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

7842307

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

SIDNEY PINTO DE MELLO
OU
CNPJ n. 51416335/0001-26

Certidão emitida em: 27/07/2023 às 09:45:16 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 26/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 27/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 27/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 26/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 26/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7842307
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 3363242721

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

7800091

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

SIDNEY PINTO DE MELLO
OU
CPF n. 669.115.919/53

Certidão emitida em: 24/07/2023 às 11:12:16 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 24/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 24/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 23/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7800091
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 3282102328

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

7842337

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO
OU
CNPJ n. 51420202/0001-23

Certidão emitida em: 27/07/2023 às 09:46:37 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 26/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 27/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 27/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 26/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 26/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 26/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7842337
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 1496900927

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

7800298

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM,** até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO
OU
CPF n. 614.594.029/87

Certidão emitida em: 24/07/2023 às 11:21:56 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO endereço http://www.trf4.jus.br/autenticidade, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:00
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 23/07/2023 às 20:00
JF Paraná (Processo Eletrônico) até 24/07/2023 às 03:30
JF Paraná (Processo Papel) até 24/07/2023 às 01:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 22:30
JF Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 23/07/2023 às 22:30
JF Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 23/07/2023 às 20:10
JF Santa Catarina (Processo Papel) até 23/07/2023 às 21:00

f) Certidão unificada do 1º e 2º graus da Justiça Federal da 4ª Região.

NÚMERO DE CONTROLE: 7800298
CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 4252078296

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8427712

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CRIMINAIS E CÍVEIS, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

EDSON PINTO DE MELLO
CNPJ 51.400.888/0001-90

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por Josefa Maria Felix de Aquino, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Campinápolis - SDCR , dia 27/07/2023, às 16:31h

Documento selado eletronicamente sob o número BWP55650.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8426034

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

EDSON PINTO DE MELLO
CNPJ 51.400.888/0001-90

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por WELLINGTON DE PAULA, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Vila Rica - SDCR, dia 27/07/2023, às 12:47h

Documento selado eletronicamente sob o número BXT42841.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8426034

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

EDSON PINTO DE MELLO
CNPJ 51.400.888/0001-90

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por WELLINGTON DE PAULA, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Vila Rica - SDCR, dia 27/07/2023, às 12:47h

Documento selado eletronicamente sob o número BXT42841.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8410975

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS, NADA CONSTA**, até a data de 24/07/2023, em DESFAVOR de:

EDSON PINTO DE MELLO
CPF 669.115.089-91
Data de nascimento: 04/05/1966
Filiação: ANA MEDEIROS DE MELLO

Observações:

a. As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cíveis cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

f. Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

Emitida em 24/07/2023, às 08:54h.

Documento selado eletronicamente sob o número BYA20782.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8428039

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

MARA VIOLIN DE MELLO
CNPJ 51.431.235/0001-79

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por Josefa Maria Felix de Aquino, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Campinápolis - SDCR , dia 27/07/2023, às 17:17h

Documento selado eletronicamente sob o número BWP55651.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8426036

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

MARA VIOLIN DE MELLO
CNPJ 51.431.235/0001-79

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por WELLINGTON DE PAULA, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Vila Rica - SDCR, dia 27/07/2023, às 12:48h

Documento selado eletronicamente sob o número BXT42842.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8410963

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS, NADA CONSTA**, até a data de 24/07/2023, em DESFAVOR de:

MARA VIOLIN DE MELLO
CPF 037.810.239-74
Data de nascimento: 20/09/1966
Filiação: ANTONIA FERRARI VIOLIN

Observações:

a. As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cíveis cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

f. Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

Emitida em 24/07/2023, às 08:52h.

Documento selado eletronicamente sob o número BYA20772.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU
Nº: 8428079

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

MARCO ANTONIO DE MELLO
CNPJ 51.416.751/0001-24

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por Josefa Maria Felix de Aquino, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Campinápolis - SDCR , dia 27/07/2023, às 17:25h

Documento selado eletronicamente sob o número BWP55652.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8426038

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

MARCO ANTONIO DE MELLO
CNPJ 51.416.751/0001-24

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por WELLINGTON DE PAULA, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Vila Rica - SDCR, dia 27/07/2023, às 12:49h

Documento selado eletronicamente sob o número BXT42843.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8411021

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS, NADA CONSTA**, até a data de 24/07/2023, em DESFAVOR de:

MARCO ANTONIO DE MELLO
CPF 064.020.619-05
Data de nascimento: 08/12/1987
Filiação: MARA VIOLIN DE MELLO

Observações:

a. As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cíveis cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

f. Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

Emitida em 24/07/2023, às 09:01h.

Documento selado eletronicamente sob o número BYA20822.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8428098

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
CNPJ 51.416.621/0001-91

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por Josefa Maria Felix de Aquino, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Campinápolis - SDCR , dia 27/07/2023, às 17:29h

Documento selado eletronicamente sob o número BWP55653.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8426043

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
CNPJ 51.416.621/0001-91

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por WELLINGTON DE PAULA, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Vila Rica - SDCR, dia 27/07/2023, às 12:50h

Documento selado eletronicamente sob o número BXT42844.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8428098

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
CNPJ 51.416.621/0001-91

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por Josefa Maria Felix de Aquino, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Campinápolis - SDCR , dia 27/07/2023, às 17:29h

Documento selado eletronicamente sob o número BWP55653.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8410998

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS, NADA CONSTA**, até a data de 24/07/2023, em DESFAVOR de:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
CPF 089.692.479-39
Data de nascimento: 21/02/1995
Filiação: VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Observações:

a. As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cíveis cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

f. Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

Emitida em 24/07/2023, às 08:58h.

Documento selado eletronicamente sob o número BYA20803.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8428125

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

SIDNEY PINTO DE MELLO
CNPJ 51.416.335/0001-26

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por Josefa Maria Felix de Aquino, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Campinápolis - SDCR , dia 27/07/2023, às 17:33h

Documento selado eletronicamente sob o número BWP55654.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8426056

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

SIDNEY PINTO DE MELLO
CNPJ 51.416.335/0001-26

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por WELLINGTON DE PAULA, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Vila Rica - SDCR, dia 27/07/2023, às 12:51h

Documento selado eletronicamente sob o número BXT42845.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8410935

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS, NADA CONSTA**, até a data de 24/07/2023, em DESFAVOR de:

SIDNEY PINTO DE MELLO
CPF 669.115.919-53
Data de nascimento: 01/04/1964
Filiação: ANA MEDEIROS DE MELLO

Observações:

a. As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cíveis cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

f. Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

Emitida em 24/07/2023, às 08:48h.

Documento selado eletronicamente sob o número BYA20747.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8426077

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO
CNPJ 51.420.202/0001-23

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por WELLINGTON DE PAULA, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Vila Rica - SDCR, dia 27/07/2023, às 12:57h

Documento selado eletronicamente sob o número BXT42846.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8426077

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há **5 ANOS**, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **AUTOR E RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS E CRIMINAIS DE EXECUÇÃO PENAL, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM E AÇÕES PENAIS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NADA CONSTA**, até a data de 27/07/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO
CNPJ 51.420.202/0001-23

Observações:

a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

Certidão emitida por WELLINGTON DE PAULA, lotado na Central de Distribuição - Comarca de Vila Rica - SDCR, dia 27/07/2023, às 12:57h

Documento selado eletronicamente sob o número BXT42846.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8410989

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, nos processos **EM ANDAMENTO**, como **RÉU**, referentes à **AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DIREITOS REAIS, NADA CONSTA**, até a data de 24/07/2023, em DESFAVOR de:

VERA LUCIA GALLO
CPF 614.594.029-87
Data de nascimento: 22/03/1965
Filiação: MARIA JOSE DA SILVA GALLO

Observações:

a. As informações do nome e CPF acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CPF e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

c. A consulta abrange todos os processos cíveis cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;

e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.

f. Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 24/2019-CGJ.

Emitida em 24/07/2023, às 08:57h.

Documento selado eletronicamente sob o número BYA20795.
As informações deste selo poderão ser consultadas no link: http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/conselodigitalexterno.aspx.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

P O D E R J U D I C I Á R I O

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871
Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

C E R T I D Ã O P O S I T I V A

Número: 202307261255568708371

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço http://www.distribuidormaringa.com.br

** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS e CRIMINAIS, nele existentes, nos mesmos constatou as seguintes ações distribuídas, em andamento contra:

EDSON PINTO DE MELLO

CNPJ: 51.400.888/0001-90

Ações Distribuídas

Distrib: 5.074 **Data:** 18/05/2022 **Autor:** DANIEL MARQUES DE LIMA **NU: 0009554-18.2022.8.16.0017**
Natureza da Ação: DANO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 18/05/22 **Autos:** 0/0 **CNPJ:669.115.089-91** **Vara: 2ª VCL**
Origem:

Distrib: 5.097 **Data:** 18/05/2022 **Autor:** JOSE GABRIEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA **NU: 0009577-61.2022.8.16.0017**
Natureza da Ação: DANO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 18/05/22 **Autos:** 0/0 **CNPJ:669.115.089-91** **Vara: 3ª VCL**
Origem:

Distrib: 8.172 **Data:** 12/07/2023 **Autor:** FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA **NU: 0015161-75.2023.8.16.0017**
Natureza da Ação: EXECUCAO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 12/07/23 **Autos:** 0/0 **CNPJ:669.115.089-91** **Vara: 4ª VCL**
Origem:

Observações:

As buscas da referida certidão não abrange as execuções do SEEU conforme determinado no Art.121 item II do Codigo de Normas da CGJ/TJPR

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 38,15 = 155 VRC - R$ 0,76 - ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, quarta-feira, 26 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

P O D E R J U D I C I Á R I O

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871
Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

C E R T I D Ã O P O S I T I V A

Número: 202307261517251408374

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço http://www.distribuidormaringa.com.br

** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS e CRIMINAIS, nele existentes, nos mesmos constatou as seguintes ações distribuídas, em andamento contra:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CNPJ: 51.420.202/0001-23

Ações Distribuídas

Distrib: 8.172 **Data:** 12/07/2023 **Autor:** FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA **NU: 0015161-75.2023.8.16.0017**
Natureza da Ação: EXECUCAO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 12/07/23 **Autos:** 0/0 **CNPJ:614.594.029-87** **Vara: 4ª VCL**
Origem:

Observações:

As buscas da referida certidão não abrange as execuções do SEEU conforme determinado no Art.121 item II do Codigo de Normas da CGJ/TJPR

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 38,15 = 155 VRC - R$ 0,76 - ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, quarta-feira, 26 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

P O D E R J U D I C I Á R I O

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871
Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

C E R T I D Ã O P O S I T I V A

Número: 202307251649391850777

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço http://www.distribuidormaringa.com.br

** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS e CRIMINAIS, nele existentes, nos mesmos constatou as seguintes ações distribuídas, em andamento contra:

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91 **RG: 43367986**

Filiação: paulo pinto de mello **ana medeiros de mello**

Ações Distribuídas

Distrib: 5.074 **Data:** 18/05/2022 **Autor:** DANIEL MARQUES DE LIMA **NU: 0009554-18.2022.8.16.0017**
Natureza da Ação: DANO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 18/05/22 **Autos:** 0/0 **CPF:669.115.089-91** **Vara: 2ª VCL**
Origem:

Distrib: 5.097 **Data:** 18/05/2022 **Autor:** JOSE GABRIEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA **NU: 0009577-61.2022.8.16.0017**
Natureza da Ação: DANO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 18/05/22 **Autos:** 0/0 **CPF:669.115.089-91** **Vara: 3ª VCL**
Origem:

Distrib: 8.172 **Data:** 12/07/2023 **Autor:** FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA **NU: 0015161-75.2023.8.16.0017**
Natureza da Ação: EXECUCAO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 12/07/23 **Autos:** 0/0 **CPF:669.115.089-91** **Vara: 4ª VCL**
Origem:

Observações:

As buscas da referida certidão não abrange as execuções do SEEU conforme determinado no Art.121 item II do Codigo de Normas da CGJ/TJPR

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 38,15 = 155 VRC - R$ 0,76 - ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, terça-feira, 25 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

P O D E R J U D I C I Á R I O

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871
Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

C E R T I D Ã O P O S I T I V A

Número: 202307251647162571896

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço http://www.distribuidormaringa.com.br

** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS e CRIMINAIS, nele existentes, nos mesmos constatou as seguintes ações distribuídas, em andamento contra:

MARCO ANTONIO DE MELLO

CPF: 064.020.619-05 **RG: 9.428.103-2** **PR**

Filiação: sidney pinto de mello **mara violin de mello**

Ações Distribuídas

Distrib: 8.172 **Data:** 12/07/2023 **Autor:** FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA **NU: 0015161-75.2023.8.16.0017**
Natureza da Ação: EXECUCAO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 12/07/23 **Autos:** 0/0 **CPF:064.020.619-05** **Vara: 4ª VCL**
Origem:

Observações:

As buscas da referida certidão não abrange as execuções do SEEU conforme determinado no Art.121 item II do Codigo de Normas da CGJ/TJPR

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 38,15 = 155 VRC - R$ 0,76 - ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, terça-feira, 25 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

P O D E R J U D I C I Á R I O

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871
Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

C E R T I D Ã O P O S I T I V A

Número: 202307251651558550777

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço http://www.distribuidormaringa.com.br

** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS e CRIMINAIS, nele existentes, nos mesmos constatou as seguintes ações distribuídas, em andamento contra:

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87 **RG: 38969480**

Filiação: osvaldo gallo **maria jose da silva gallo**

Ações Distribuídas

Distrib: 8.172 **Data:** 12/07/2023 **Autor:** FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA **NU: 0015161-75.2023.8.16.0017**
Natureza da Ação: EXECUCAO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 12/07/23 **Autos:** 0/0 **CPF:614.594.029-87** **Vara: 4ª VCL**
Origem:

Observações:

As buscas da referida certidão não abrange as execuções do SEEU conforme determinado no Art.121 item II do Codigo de Normas da CGJ/TJPR

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 38,15 = 155 VRC - R$ 0,76 - ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, terça-feira, 25 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

P O D E R J U D I C I Á R I O

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871
Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

C E R T I D Ã O P O S I T I V A

Número: 202307261306513108372

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço http://www.distribuidormaringa.com.br

** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS e CRIMINAIS, nele existentes, nos mesmos constatou as seguintes ações distribuídas, em andamento contra:

MARCO ANTONIO DE MELLO

CNPJ: 51.416.751/0001-24

Ações Distribuídas

Distrib: 8.172 **Data:** 12/07/2023 **Autor:** FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA **NU: 0015161-75.2023.8.16.0017**
Natureza da Ação: EXECUCAO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 12/07/23 **Autos:** 0/0 **CNPJ:064.020.619-05** **Vara: 4ª VCL**
Origem:

Observações:

As buscas da referida certidão não abrange as execuções do SEEU conforme determinado no Art.121 item II do Codigo de Normas da CGJ/TJPR

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 38,15 = 155 VRC - R$ 0,76 - ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, quarta-feira, 26 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

P O D E R J U D I C I Á R I O

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871
Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

C E R T I D Ã O P O S I T I V A

Número: 202307261510177808374

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço http://www.distribuidormaringa.com.br

** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS e CRIMINAIS, nele existentes, nos mesmos constatou as seguintes ações distribuídas, em andamento contra:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

CNPJ: 51.416.621/0001-91

Ações Distribuídas

Distrib: 8.172 **Data:** 12/07/2023 **Autor:** FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA **NU: 0015161-75.2023.8.16.0017**
Natureza da Ação: EXECUCAO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 12/07/23 **Autos:** 0/0 **CNPJ:089.692.479-39** **Vara: 4ª VCL**
Origem:

Observações:
Não Há.

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 38,15 = 155 VRC - R$ 0,76 - ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, quarta-feira, 26 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

P O D E R J U D I C I Á R I O

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871
Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

C E R T I D Ã O P O S I T I V A

Número: 202307261519371508375

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço http://www.distribuidormaringa.com.br

** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS e CRIMINAIS, nele existentes, nos mesmos constatou as seguintes ações distribuídas, em andamento contra:

SIDNEY PINTO DE MELLO

CNPJ: 51.416.335/0001-26

Ações Distribuídas

Distrib: 8.172 **Data:** 12/07/2023 **Autor:** FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA **NU: 0015161-75.2023.8.16.0017**
Natureza da Ação: EXECUCAO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 12/07/23 **Autos:** 0/0 **CNPJ:669.115.919-53** **Vara: 4ª VCL**
Origem:

Observações:

As buscas da referida certidão não abrange as execuções do SEEU conforme determinado no Art.121 item II do Codigo de Normas da CGJ/TJPR

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 38,15 = 155 VRC - R$ 0,76 - ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, quarta-feira, 26 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

P O D E R J U D I C I Á R I O

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871
Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

C E R T I D Ã O P O S I T I V A

Número: 202307261301097608371

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço http://www.distribuidormaringa.com.br

** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS e CRIMINAIS, nele existentes, nos mesmos constatou as seguintes ações distribuídas, em andamento contra:

MARA VIOLIN DE MELLO

CNPJ: 51.431.235/0001-79

Ações Distribuídas

Distrib: 8.172 **Data:** 12/07/2023 **Autor:** FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA **NU: 0015161-75.2023.8.16.0017**
Natureza da Ação: EXECUCAO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 12/07/23 **Autos:** 0/0 **CNPJ:037.810.239-74** **Vara: 4ª VCL**
Origem:

Observações:

As buscas da referida certidão não abrange as execuções do SEEU conforme determinado no Art.121 item II do Codigo de Normas da CGJ/TJPR

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 38,15 = 155 VRC - R$ 0,76 - ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, quarta-feira, 26 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

P O D E R J U D I C I Á R I O

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871
Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

C E R T I D Ã O P O S I T I V A

Número: 202307251532581150776

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço http://www.distribuidormaringa.com.br

** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS e CRIMINAIS, nele existentes, nos mesmos constatou as seguintes ações distribuídas, em andamento contra:

SIDNEY PINTO DE MELLO		
CPF: 669.115.919-53	**RG: 3747819-9**	**PR**
Filiação:		

Ações Distribuídas

Distrib: 8.172 **Data:** 12/07/2023 **Autor:** FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA **NU: 0015161-75.2023.8.16.0017**
Natureza da Ação: EXECUCAO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 12/07/23 **Autos:** 0/0 **CPF:669.115.919-53** **Vara: 4ª VCL**
Origem:

Observações:
As buscas da referida certidão não abrange as execuções do SEEU conforme determinado no Art.121 item II do Codigo de Normas da CGJ/TJPR

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 38,15 = 155 VRC - R$ 0,76 - ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, terça-feira, 25 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

P O D E R J U D I C I Á R I O

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871
Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

C E R T I D Ã O P O S I T I V A

Número: 202307251653511250776

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço http://www.distribuidormaringa.com.br

** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS e CRIMINAIS, nele existentes, nos mesmos constatou as seguintes ações distribuídas, em andamento contra:

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74 **RG: 45667499**

Filiação: osmar violin **antonia ferrari violin**

Ações Distribuídas

Distrib: 8.172 **Data:** 12/07/2023 **Autor:** FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA **NU: 0015161-75.2023.8.16.0017**
Natureza da Ação: EXECUCAO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 12/07/23 **Autos:** 0/0 **CPF:037.810.239-74** **Vara: 4ª VCL**
Origem:

Observações:

As buscas da referida certidão não abrange as execuções do SEEU conforme determinado no Art.121 item II do Codigo de Normas da CGJ/TJPR

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 38,15 = 155 VRC - R$ 0,76 - ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, terça-feira, 25 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

P O D E R J U D I C I Á R I O

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871
Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

C E R T I D Ã O P O S I T I V A

Número: 202307251656180208254

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço http://www.distribuidormaringa.com.br

** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, CRIMINAIS e JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS e CRIMINAIS, nele existentes, nos mesmos constatou as seguintes ações distribuídas, em andamento contra:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

CPF: 089.692.479-39 **RG: 12615400-3**

Filiação: edson pinto de mello **vera lucia gallo de mello**

Ações Distribuídas

Distrib: 8.172 **Data:** 12/07/2023 **Autor:** FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA **NU: 0015161-75.2023.8.16.0017**
Natureza da Ação: EXECUCAO
Fase: DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA **Data:** 12/07/23 **Autos:** 0/0 **CPF:089.692.479-39** **Vara: 4ª VCL**
Origem:

Observações:

As buscas da referida certidão não abrange as execuções do SEEU conforme determinado no Art.121 item II do Codigo de Normas da CGJ/TJPR

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****
***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R$ 38,15 = 155 VRC - R$ 0,76 - ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, terça-feira, 25 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Processo Judicial Eletrônico - PJe

Código de verificação: 22.593.773.408

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Processo Judicial Eletrônico - PJe, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 51.400.888

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 37538362/2023 e pelo CNPJ 51.400.888/0001-90, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), homologação da transação extrajudicial (HTE), monitória (Monito), notificação (Notif), petição cível (PetCiv), protesto (Protes), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), cautelar inominada (CauInom), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
5. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt23.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 27/07/2023 às 08:56

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Processo Judicial Eletrônico - PJe

Código de verificação: 22.201.380.329

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Processo Judicial Eletrônico - PJe, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 669.115.089-91

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 36710511/2023 e pelo CPF 669.115.089-91, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), homologação da transação extrajudicial (HTE), monitória (Monito), notificação (Notif), petição cível (PetCiv), protesto (Protes), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), cautelar inominada (CauInom), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
5. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt23.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 24/07/2023 às 13:51

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Processo Judicial Eletrônico - PJe

Código de verificação: 22.593.832.024

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Processo Judicial Eletrônico - PJe, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 51.431.235

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 37538501/2023 e pelo CNPJ 51.431.235/0001-79, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), homologação da transação extrajudicial (HTE), monitória (Monito), notificação (Notif), petição cível (PetCiv), protesto (Protes), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), cautelar inominada (CauInom), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
5. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt23.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 27/07/2023 às 08:56

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Processo Judicial Eletrônico - PJe

Código de verificação: 22.201.219.353

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Processo Judicial Eletrônico - PJe, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 037.810.239-74

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 36709969/2023 e pelo CPF 037.810.239-74, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), homologação da transação extrajudicial (HTE), monitória (Monito), notificação (Notif), petição cível (PetCiv), protesto (Protes), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), cautelar inominada (CauInom), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
5. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt23.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 24/07/2023 às 13:49

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Processo Judicial Eletrônico - PJe

Código de verificação: 22.593.927.782

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Processo Judicial Eletrônico - PJe, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 51.416.751

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 37538805/2023 e pelo CNPJ 51.416.751/0001-24, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), homologação da transação extrajudicial (HTE), monitória (Monito), notificação (Notif), petição cível (PetCiv), protesto (Protes), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), cautelar inominada (CauInom), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
5. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt23.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 27/07/2023 às 08:57

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Processo Judicial Eletrônico - PJe

Código de verificação: 22.208.281.695

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Processo Judicial Eletrônico - PJe, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 064.020.619-05

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 36727315/2023 e pelo CPF 064.020.619-05, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), homologação da transação extrajudicial (HTE), monitória (Monito), notificação (Notif), petição cível (PetCiv), protesto (Protes), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), cautelar inominada (CauInom), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
5. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt23.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 24/07/2023 às 14:45

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Processo Judicial Eletrônico - PJe

Código de verificação: 22.594.114.457

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Processo Judicial Eletrônico - PJe, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 51.416.621

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 37539212/2023 e pelo CNPJ 51.416.621/0001-91, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), homologação da transação extrajudicial (HTE), monitória (Monito), notificação (Notif), petição cível (PetCiv), protesto (Protes), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), cautelar inominada (CauInom), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
5. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt23.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 27/07/2023 às 08:58

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Processo Judicial Eletrônico - PJe

Código de verificação: 22.208.270.870

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Processo Judicial Eletrônico - PJe, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 089.692.479-39

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 36727103/2023 e pelo CPF 089.692.479-39, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), homologação da transação extrajudicial (HTE), monitória (Monito), notificação (Notif), petição cível (PetCiv), protesto (Protes), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), cautelar inominada (CauInom), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
5. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt23.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 24/07/2023 às 14:44

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Processo Judicial Eletrônico - PJe

Código de verificação: 22.594.389.460

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Processo Judicial Eletrônico - PJe, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 51.416.335

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 37539591/2023 e pelo CNPJ 51.416.335/0001-26, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), homologação da transação extrajudicial (HTE), monitória (Monito), notificação (Notif), petição cível (PetCiv), protesto (Protes), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), cautelar inominada (CauInom), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
5. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt23.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 27/07/2023 às 09:00

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Processo Judicial Eletrônico - PJe

Código de verificação: 22.200.785.034

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Processo Judicial Eletrônico - PJe, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 669.115.919-53

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 36709281/2023 e pelo CPF 669.115.919-53, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), homologação da transação extrajudicial (HTE), monitória (Monito), notificação (Notif), petição cível (PetCiv), protesto (Protes), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), cautelar inominada (CauInom), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
5. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt23.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 24/07/2023 às 13:46

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Processo Judicial Eletrônico - PJe

Código de verificação: 22.594.461.697

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Processo Judicial Eletrônico - PJe, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 51.420.202

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 37540350/2023 e pelo CNPJ 51.420.202/0001-23, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), homologação da transação extrajudicial (HTE), monitória (Monito), notificação (Notif), petição cível (PetCiv), protesto (Protes), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), cautelar inominada (CauInom), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
5. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt23.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 27/07/2023 às 09:01

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Processo Judicial Eletrônico - PJe

Código de verificação: 22.201.435.308

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Processo Judicial Eletrônico - PJe, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 614.594.029-87

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 36710721/2023 e pelo CPF 614.594.029-87, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos físicos, nem processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), homologação da transação extrajudicial (HTE), monitória (Monito), notificação (Notif), petição cível (PetCiv), protesto (Protes), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), cautelar inominada (CauInom), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), habeas data cível (HDCiv), mandado de segurança cível (MSCiv), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
5. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt23.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 24/07/2023 às 13:52

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Código de verificação: 33.405.634.776

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 51.400.888

Observações:

1. Por problemas técnicos, esta certidão não contempla os débitos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que podem ser consultados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao
2. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), carta de ordem cível (CartOrdCiv), carta precatória cível (CartPrecCiv), carta rogatória cível (RogatoCiv), cautelar inominada (CauInom), caução (Cauçao), consignação em pagamento (ConPag), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), embargos de declaração cível (EDCiv), embargos de terceiro cível (ETCiv), embargos infringentes na execução fiscal (EIfEFis), embargos à adjudicação (EAdj), embargos à arrematação (EArr), embargos à execução (EE), exceção de incompetência (ExcInc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de falsidade (IncFal), incidente de falsidade (IncFal), inquérito para apuração de falta grave (IAFG), interdito proibitório (Interdito), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), prestação de contas - oferecidas (PrCoOf), procedimento conciliatório (PCon), produção antecipada da prova (PAP), recurso de julgamento parcial (RJParc), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), restauração de autos (ResAutCrim), seqüestro (Seques), seqüestro (Seques), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), carta precatória cível (CartPrecCiv), cautelar inominada (CauInom), conflito de competência cível (CCCiv), correição parcial ou reclamação correicional (CorPar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de impedimento (ExcImpedi), exceção de suspeição (ExcSusp), exceção de suspeição (ExcSuspei), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), outros procedimentos (OutPro), pedido de mediação pré-processual (PMPP), pedido de providências (PP), pedido de revisão do valor da causa (PRVC), petição cível (PetCiv), processo administrativo (PA), processo administrativo disciplinar em face de magistrado (PADMag), processo cautelar (ProcCau), processo de conhecimento (ProcCon), processo de execução (ProcExe), protesto (Protes), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RD), recurso administrativo (RecAdm), recursos (Rec), recursos (Rec), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt9.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 27/07/2023 às 10:09

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Código de verificação: 33.057.288.211

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 669.115.089-91

Observações:

1. Por problemas técnicos, esta certidão não contempla os débitos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que podem ser consultados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao
2. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), carta de ordem cível (CartOrdCiv), carta precatória cível (CartPrecCiv), carta rogatória cível (RogatoCiv), cautelar inominada (CauInom), caução (Cauçao), consignação em pagamento (ConPag), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), embargos de declaração cível (EDCiv), embargos de terceiro cível (ETCiv), embargos infringentes na execução fiscal (EIfEFis), embargos à adjudicação (EAdj), embargos à arrematação (EArr), embargos à execução (EE), exceção de incompetência (ExcInc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de falsidade (IncFal), incidente de falsidade (IncFal), inquérito para apuração de falta grave (IAFG), interdito proibitório (Interdito), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), prestação de contas - oferecidas (PrCoOf), procedimento conciliatório (PCon), produção antecipada da prova (PAP), recurso de julgamento parcial (RJParc), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), restauração de autos (ResAutCrim), seqüestro (Seques), seqüestro (Seques), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), carta precatória cível (CartPrecCiv), cautelar inominada (CauInom), conflito de competência cível (CCCiv), correição parcial ou reclamação correicional (CorPar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de impedimento (ExcImpedi), exceção de suspeição (ExcSusp), exceção de suspeição (ExcSuspei), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), outros procedimentos (OutPro), pedido de mediação pré-processual (PMPP), pedido de providências (PP), pedido de revisão do valor da causa (PRVC), petição cível (PetCiv), processo administrativo (PA), processo administrativo disciplinar em face de magistrado (PADMag), processo cautelar (ProcCau), processo de conhecimento (ProcCon), processo de execução (ProcExe), protesto (Protes), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RD), recurso administrativo (RecAdm), recursos (Rec), recursos (Rec), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt9.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 24/07/2023 às 15:39

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Código de verificação: 33.405.699.028

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 51.431.235

Observações:

1. Por problemas técnicos, esta certidão não contempla os débitos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que podem ser consultados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao
2. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), carta de ordem cível (CartOrdCiv), carta precatória cível (CartPrecCiv), carta rogatória cível (RogatoCiv), cautelar inominada (CauInom), caução (Cauçao), consignação em pagamento (ConPag), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), embargos de declaração cível (EDCiv), embargos de terceiro cível (ETCiv), embargos infringentes na execução fiscal (EIfEFis), embargos à adjudicação (EAdj), embargos à arrematação (EArr), embargos à execução (EE), exceção de incompetência (ExcInc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de falsidade (IncFal), incidente de falsidade (IncFal), inquérito para apuração de falta grave (IAFG), interdito proibitório (Interdito), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), prestação de contas - oferecidas (PrCoOf), procedimento conciliatório (PCon), produção antecipada da prova (PAP), recurso de julgamento parcial (RJParc), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), restauração de autos (ResAutCrim), seqüestro (Seques), seqüestro (Seques), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), carta precatória cível (CartPrecCiv), cautelar inominada (CauInom), conflito de competência cível (CCCiv), correição parcial ou reclamação correicional (CorPar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de impedimento (ExcImpedi), exceção de suspeição (ExcSusp), exceção de suspeição (ExcSuspei), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), outros procedimentos (OutPro), pedido de mediação pré-processual (PMPP), pedido de providências (PP), pedido de revisão do valor da causa (PRVC), petição cível (PetCiv), processo administrativo (PA), processo administrativo disciplinar em face de magistrado (PADMag), processo cautelar (ProcCau), processo de conhecimento (ProcCon), processo de execução (ProcExe), protesto (Protes), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RD), recurso administrativo (RecAdm), recursos (Rec), recursos (Rec), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt9.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 27/07/2023 às 10:09

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Código de verificação: 33.057.006.515

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 037.810.239-74

Observações:

1. Por problemas técnicos, esta certidão não contempla os débitos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que podem ser consultados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao
2. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), carta de ordem cível (CartOrdCiv), carta precatória cível (CartPrecCiv), carta rogatória cível (RogatoCiv), cautelar inominada (CauInom), caução (Cauçao), consignação em pagamento (ConPag), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), embargos de declaração cível (EDCiv), embargos de terceiro cível (ETCiv), embargos infringentes na execução fiscal (EIfEFis), embargos à adjudicação (EAdj), embargos à arrematação (EArr), embargos à execução (EE), exceção de incompetência (ExcInc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de falsidade (IncFal), incidente de falsidade (IncFal), inquérito para apuração de falta grave (IAFG), interdito proibitório (Interdito), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), prestação de contas - oferecidas (PrCoOf), procedimento conciliatório (PCon), produção antecipada da prova (PAP), recurso de julgamento parcial (RJParc), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), restauração de autos (ResAutCrim), seqüestro (Seques), seqüestro (Seques), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), carta precatória cível (CartPrecCiv), cautelar inominada (CauInom), conflito de competência cível (CCCiv), correição parcial ou reclamação correicional (CorPar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de impedimento (ExcImpedi), exceção de suspeição (ExcSusp), exceção de suspeição (ExcSuspei), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), outros procedimentos (OutPro), pedido de mediação pré-processual (PMPP), pedido de providências (PP), pedido de revisão do valor da causa (PRVC), petição cível (PetCiv), processo administrativo (PA), processo administrativo disciplinar em face de magistrado (PADMag), processo cautelar (ProcCau), processo de conhecimento (ProcCon), processo de execução (ProcExe), protesto (Protes), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RD), recurso administrativo (RecAdm), recursos (Rec), recursos (Rec), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt9.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 24/07/2023 às 15:38

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Código de verificação: 33.405.757.551

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 51.416.751

Observações:

1. Por problemas técnicos, esta certidão não contempla os débitos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que podem ser consultados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao
2. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), carta de ordem cível (CartOrdCiv), carta precatória cível (CartPrecCiv), carta rogatória cível (RogatoCiv), cautelar inominada (CauInom), caução (Cauçao), consignação em pagamento (ConPag), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), embargos de declaração cível (EDCiv), embargos de terceiro cível (ETCiv), embargos infringentes na execução fiscal (EIfEFis), embargos à adjudicação (EAdj), embargos à arrematação (EArr), embargos à execução (EE), exceção de incompetência (ExcInc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de falsidade (IncFal), incidente de falsidade (IncFal), inquérito para apuração de falta grave (IAFG), interdito proibitório (Interdito), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), prestação de contas - oferecidas (PrCoOf), procedimento conciliatório (PCon), produção antecipada da prova (PAP), recurso de julgamento parcial (RJParc), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), restauração de autos (ResAutCrim), seqüestro (Seques), seqüestro (Seques), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), carta precatória cível (CartPrecCiv), cautelar inominada (CauInom), conflito de competência cível (CCCiv), correição parcial ou reclamação correicional (CorPar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de impedimento (ExcImpedi), exceção de suspeição (ExcSusp), exceção de suspeição (ExcSuspei), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), outros procedimentos (OutPro), pedido de mediação pré-processual (PMPP), pedido de providências (PP), pedido de revisão do valor da causa (PRVC), petição cível (PetCiv), processo administrativo (PA), processo administrativo disciplinar em face de magistrado (PADMag), processo cautelar (ProcCau), processo de conhecimento (ProcCon), processo de execução (ProcExe), protesto (Protes), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RD), recurso administrativo (RecAdm), recursos (Rec), recursos (Rec), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt9.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 27/07/2023 às 10:10

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Código de verificação: 33.057.881.634

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 064.020.619-05

Observações:

1. Por problemas técnicos, esta certidão não contempla os débitos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que podem ser consultados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao
2. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), carta de ordem cível (CartOrdCiv), carta precatória cível (CartPrecCiv), carta rogatória cível (RogatoCiv), cautelar inominada (CauInom), caução (Cauçao), consignação em pagamento (ConPag), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), embargos de declaração cível (EDCiv), embargos de terceiro cível (ETCiv), embargos infringentes na execução fiscal (EIfEFis), embargos à adjudicação (EAdj), embargos à arrematação (EArr), embargos à execução (EE), exceção de incompetência (ExcInc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de falsidade (IncFal), incidente de falsidade (IncFal), inquérito para apuração de falta grave (IAFG), interdito proibitório (Interdito), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), prestação de contas - oferecidas (PrCoOf), procedimento conciliatório (PCon), produção antecipada da prova (PAP), recurso de julgamento parcial (RJParc), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), restauração de autos (ResAutCrim), seqüestro (Seques), seqüestro (Seques), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), carta precatória cível (CartPrecCiv), cautelar inominada (CauInom), conflito de competência cível (CCCiv), correição parcial ou reclamação correicional (CorPar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de impedimento (ExcImpedi), exceção de suspeição (ExcSusp), exceção de suspeição (ExcSuspei), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), outros procedimentos (OutPro), pedido de mediação pré-processual (PMPP), pedido de providências (PP), pedido de revisão do valor da causa (PRVC), petição cível (PetCiv), processo administrativo (PA), processo administrativo disciplinar em face de magistrado (PADMag), processo cautelar (ProcCau), processo de conhecimento (ProcCon), processo de execução (ProcExe), protesto (Protes), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RD), recurso administrativo (RecAdm), recursos (Rec), recursos (Rec), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt9.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 24/07/2023 às 15:42

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Código de verificação: 33.405.829.069

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 51.416.621

Observações:

1. Por problemas técnicos, esta certidão não contempla os débitos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que podem ser consultados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao
2. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), carta de ordem cível (CartOrdCiv), carta precatória cível (CartPrecCiv), carta rogatória cível (RogatoCiv), cautelar inominada (CauInom), caução (Cauçao), consignação em pagamento (ConPag), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), embargos de declaração cível (EDCiv), embargos de terceiro cível (ETCiv), embargos infringentes na execução fiscal (EIfEFis), embargos à adjudicação (EAdj), embargos à arrematação (EArr), embargos à execução (EE), exceção de incompetência (ExcInc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de falsidade (IncFal), incidente de falsidade (IncFal), inquérito para apuração de falta grave (IAFG), interdito proibitório (Interdito), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), prestação de contas - oferecidas (PrCoOf), procedimento conciliatório (PCon), produção antecipada da prova (PAP), recurso de julgamento parcial (RJParc), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), restauração de autos (ResAutCrim), seqüestro (Seques), seqüestro (Seques), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), carta precatória cível (CartPrecCiv), cautelar inominada (CauInom), conflito de competência cível (CCCiv), correição parcial ou reclamação correicional (CorPar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de impedimento (ExcImpedi), exceção de suspeição (ExcSusp), exceção de suspeição (ExcSuspei), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), outros procedimentos (OutPro), pedido de mediação pré-processual (PMPP), pedido de providências (PP), pedido de revisão do valor da causa (PRVC), petição cível (PetCiv), processo administrativo (PA), processo administrativo disciplinar em face de magistrado (PADMag), processo cautelar (ProcCau), processo de conhecimento (ProcCon), processo de execução (ProcExe), protesto (Protes), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RD), recurso administrativo (RecAdm), recursos (Rec), recursos (Rec), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt9.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 27/07/2023 às 10:11

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Código de verificação: 33.057.633.916

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 089.692.479-39

Observações:

1. Por problemas técnicos, esta certidão não contempla os débitos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que podem ser consultados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao
2. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), carta de ordem cível (CartOrdCiv), carta precatória cível (CartPrecCiv), carta rogatória cível (RogatoCiv), cautelar inominada (CauInom), caução (Cauçao), consignação em pagamento (ConPag), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), embargos de declaração cível (EDCiv), embargos de terceiro cível (ETCiv), embargos infringentes na execução fiscal (EIfEFis), embargos à adjudicação (EAdj), embargos à arrematação (EArr), embargos à execução (EE), exceção de incompetência (ExcInc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de falsidade (IncFal), incidente de falsidade (IncFal), inquérito para apuração de falta grave (IAFG), interdito proibitório (Interdito), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), prestação de contas - oferecidas (PrCoOf), procedimento conciliatório (PCon), produção antecipada da prova (PAP), recurso de julgamento parcial (RJParc), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), restauração de autos (ResAutCrim), seqüestro (Seques), seqüestro (Seques), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), carta precatória cível (CartPrecCiv), cautelar inominada (CauInom), conflito de competência cível (CCCiv), correição parcial ou reclamação correicional (CorPar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de impedimento (ExcImpedi), exceção de suspeição (ExcSusp), exceção de suspeição (ExcSuspei), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), outros procedimentos (OutPro), pedido de mediação pré-processual (PMPP), pedido de providências (PP), pedido de revisão do valor da causa (PRVC), petição cível (PetCiv), processo administrativo (PA), processo administrativo disciplinar em face de magistrado (PADMag), processo cautelar (ProcCau), processo de conhecimento (ProcCon), processo de execução (ProcExe), protesto (Protes), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RD), recurso administrativo (RecAdm), recursos (Rec), recursos (Rec), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt9.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 24/07/2023 às 15:41

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Código de verificação: 33.405.931.208

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 51.416.335

Observações:

1. Por problemas técnicos, esta certidão não contempla os débitos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que podem ser consultados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao
2. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), carta de ordem cível (CartOrdCiv), carta precatória cível (CartPrecCiv), carta rogatória cível (RogatoCiv), cautelar inominada (CauInom), caução (Cauçao), consignação em pagamento (ConPag), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), embargos de declaração cível (EDCiv), embargos de terceiro cível (ETCiv), embargos infringentes na execução fiscal (EIfEFis), embargos à adjudicação (EAdj), embargos à arrematação (EArr), embargos à execução (EE), exceção de incompetência (ExcInc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de falsidade (IncFal), incidente de falsidade (IncFal), inquérito para apuração de falta grave (IAFG), interdito proibitório (Interdito), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), prestação de contas - oferecidas (PrCoOf), procedimento conciliatório (PCon), produção antecipada da prova (PAP), recurso de julgamento parcial (RJParc), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), restauração de autos (ResAutCrim), seqüestro (Seques), seqüestro (Seques), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), carta precatória cível (CartPrecCiv), cautelar inominada (CauInom), conflito de competência cível (CCCiv), correição parcial ou reclamação correicional (CorPar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de impedimento (ExcImpedi), exceção de suspeição (ExcSusp), exceção de suspeição (ExcSuspei), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), outros procedimentos (OutPro), pedido de mediação pré-processual (PMPP), pedido de providências (PP), pedido de revisão do valor da causa (PRVC), petição cível (PetCiv), processo administrativo (PA), processo administrativo disciplinar em face de magistrado (PADMag), processo cautelar (ProcCau), processo de conhecimento (ProcCon), processo de execução (ProcExe), protesto (Protes), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RD), recurso administrativo (RecAdm), recursos (Rec), recursos (Rec), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt9.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 27/07/2023 às 10:12

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Código de verificação: 33.056.739.855

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 669.115.919-53

Observações:

1. Por problemas técnicos, esta certidão não contempla os débitos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que podem ser consultados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao
2. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), carta de ordem cível (CartOrdCiv), carta precatória cível (CartPrecCiv), carta rogatória cível (RogatoCiv), cautelar inominada (CauInom), caução (Cauçao), consignação em pagamento (ConPag), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), embargos de declaração cível (EDCiv), embargos de terceiro cível (ETCiv), embargos infringentes na execução fiscal (EIfEFis), embargos à adjudicação (EAdj), embargos à arrematação (EArr), embargos à execução (EE), exceção de incompetência (ExcInc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de falsidade (IncFal), incidente de falsidade (IncFal), inquérito para apuração de falta grave (IAFG), interdito proibitório (Interdito), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), prestação de contas - oferecidas (PrCoOf), procedimento conciliatório (PCon), produção antecipada da prova (PAP), recurso de julgamento parcial (RJParc), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), restauração de autos (ResAutCrim), seqüestro (Seques), seqüestro (Seques), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), carta precatória cível (CartPrecCiv), cautelar inominada (CauInom), conflito de competência cível (CCCiv), correição parcial ou reclamação correicional (CorPar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de impedimento (ExcImpedi), exceção de suspeição (ExcSusp), exceção de suspeição (ExcSuspei), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), outros procedimentos (OutPro), pedido de mediação pré-processual (PMPP), pedido de providências (PP), pedido de revisão do valor da causa (PRVC), petição cível (PetCiv), processo administrativo (PA), processo administrativo disciplinar em face de magistrado (PADMag), processo cautelar (ProcCau), processo de conhecimento (ProcCon), processo de execução (ProcExe), protesto (Protes), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RD), recurso administrativo (RecAdm), recursos (Rec), recursos (Rec), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt9.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 24/07/2023 às 15:37

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Código de verificação: 33.406.039.422

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa jurídica, de direito público ou privado, identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

Raiz do CNPJ pesquisado: 51.420.202

Observações:

1. Por problemas técnicos, esta certidão não contempla os débitos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que podem ser consultados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao
2. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), carta de ordem cível (CartOrdCiv), carta precatória cível (CartPrecCiv), carta rogatória cível (RogatoCiv), cautelar inominada (CauInom), caução (Cauçao), consignação em pagamento (ConPag), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), embargos de declaração cível (EDCiv), embargos de terceiro cível (ETCiv), embargos infringentes na execução fiscal (EIfEFis), embargos à adjudicação (EAdj), embargos à arrematação (EArr), embargos à execução (EE), exceção de incompetência (ExcInc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de falsidade (IncFal), incidente de falsidade (IncFal), inquérito para apuração de falta grave (IAFG), interdito proibitório (Interdito), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), prestação de contas - oferecidas (PrCoOf), procedimento conciliatório (PCon), produção antecipada da prova (PAP), recurso de julgamento parcial (RJParc), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), restauração de autos (ResAutCrim), seqüestro (Seques), seqüestro (Seques), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), carta precatória cível (CartPrecCiv), cautelar inominada (CauInom), conflito de competência cível (CCCiv), correição parcial ou reclamação correicional (CorPar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de impedimento (ExcImpedi), exceção de suspeição (ExcSusp), exceção de suspeição (ExcSuspei), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), outros procedimentos (OutPro), pedido de mediação pré-processual (PMPP), pedido de providências (PP), pedido de revisão do valor da causa (PRVC), petição cível (PetCiv), processo administrativo (PA), processo administrativo disciplinar em face de magistrado (PADMag), processo cautelar (ProcCau), processo de conhecimento (ProcCon), processo de execução (ProcExe), protesto (Protes), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RD), recurso administrativo (RecAdm), recursos (Rec), recursos (Rec), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir da raiz do CNPJ informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt9.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 27/07/2023 às 10:12

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Código de verificação: 33.057.430.629

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 614.594.029-87

Observações:

1. Por problemas técnicos, esta certidão não contempla os débitos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que podem ser consultados no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao
2. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), carta de ordem cível (CartOrdCiv), carta precatória cível (CartPrecCiv), carta rogatória cível (RogatoCiv), cautelar inominada (CauInom), caução (Cauçao), consignação em pagamento (ConPag), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento provisório de sentença (CumPrSe), embargos de declaração cível (EDCiv), embargos de terceiro cível (ETCiv), embargos infringentes na execução fiscal (EIfEFis), embargos à adjudicação (EAdj), embargos à arrematação (EArr), embargos à execução (EE), exceção de incompetência (ExcInc), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução fiscal (ExFis), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de falsidade (IncFal), incidente de falsidade (IncFal), inquérito para apuração de falta grave (IAFG), interdito proibitório (Interdito), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), prestação de contas - oferecidas (PrCoOf), procedimento conciliatório (PCon), produção antecipada da prova (PAP), recurso de julgamento parcial (RJParc), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), restauração de autos (ResAutCrim), seqüestro (Seques), seqüestro (Seques), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
4. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), carta precatória cível (CartPrecCiv), cautelar inominada (CauInom), conflito de competência cível (CCCiv), correição parcial ou reclamação correicional (CorPar), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de impedimento (ExcImpedi), exceção de suspeição (ExcSusp), exceção de suspeição (ExcSuspei), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de assunção de competência (IAC), incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), outros procedimentos (OutPro), pedido de mediação pré-processual (PMPP), pedido de providências (PP), pedido de revisão do valor da causa (PRVC), petição cível (PetCiv), processo administrativo (PA), processo administrativo disciplinar em face de magistrado (PADMag), processo cautelar (ProcCau), processo de conhecimento (ProcCon), processo de execução (ProcExe), protesto (Protes), reclamação (Rcl), reclamação disciplinar (RD), recurso administrativo (RecAdm), recursos (Rec), recursos (Rec), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar e de sentença (SLS), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt9.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 24/07/2023 às 15:40

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:20
Número do documento: 23080114572015200000120954485
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572015200000120954485
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

DECLARAÇÃO

(ART.51, INCISO IX DA LEI 11.101/2005)

EDSON PINTO DE MELO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, **DECLARA, NOS TERMOS DO ART. 51, INCISO IX, DA LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 A RELAÇÃO, SUBSCRITA PELAS DEVEDORAS, DE TODAS AS AÇÕES JUDICIAIS EM QUE ESTE FIGURE COMO PARTE, INCLUSIVE AS DE NATUREZA TRABALHISTA, COM A ESTIMATIVA DOS RESPECTIVOS VALORES DEMANDADOS:**

Nº PROCESSO	PARTES	LOCAL DE TRAMITE	VALOR DA AÇÃO	TIPO DE AÇÃO
1000345-24.2023.8.11.0110	POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO X JOSE EDUARDO RODRIGUES REZENDE; FERNANDO RODRIGUES REZENDE, OUTROS INTERESSADOS:MARCOS ANTONIO BATISTA DA SILVA JUSTINO; SAMUEL CAETANO ROSA DE OLIVEIRA E EDSON PINTO DE MELLO	VARA ÚNICA DE CAMPINÁPOLIS	R$ 0,00	INQUÉRITO POLICIAL
0015161-75.2023.8.16.0017	FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA X DANIELA PEREIRA BAPTISTA SILVA; EDSON PINTO DE MELLO; ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO; MARA VIOLIN DE MELLO MARCO ANTONIO DE MELLO; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO; SIDNEI PINTO DE MELLO VERA LUCIA GALLO	4ª Vara Cível de Maringá	R$ 218.171,51	AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572136700000120954487
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572136700000120954487
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:21

5425690-61.2023.8.09.0093	EDSON PINTO DE MELO	1ª VARA CÍVEL - JATAÍ	SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
0019857-28.2021.8.16.0017	EDSON PINTO DE MELLO X BANCO DO BRASIL S/A	1ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ	R$ 1.000,00	PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS
0009554-18.2022.8.16.0017	DANIEL MARQUES DE LIMA X EDSON PINTO DE MELLO E MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	2ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ	R$ 197.272,00	PROCEDIMENTO COMUM – ACIDENTE DE TRÂNSITO
0009577-61.2022.8.16.0017	JOSÉ GABRIEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA XEDSON PINTO DE MELLO E MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	3ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ	R$ 87.272,00	PROCEDIMENTO COMUM – ACIDENTE DE TRÂNSITO

CAMPINÁPOLIS-MT, 29 DE JULHO DE 2023.

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991

Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.07.30 18:02:05 -03'00'

EDSON PINTO DE MELO

DECLARAÇÃO

(ART.51, INCISO IX DA LEI 11.101/2005)

MARA VIOLIN DE MELLO, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, **DECLARA, NOS TERMOS DO ART. 51, INCISO IX, DA LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 A RELAÇÃO, SUBSCRITA PELAS DEVEDORAS, DE TODAS AS AÇÕES JUDICIAIS EM QUE ESTE FIGURE COMO PARTE, INCLUSIVE AS DE NATUREZA TRABALHISTA, COM A ESTIMATIVA DOS RESPECTIVOS VALORES DEMANDADOS:**

CAMPINÁPOIS-MT, 28 DE JULHO DE 2023.

Nº PROCESSO	PARTES	LOCAL DE TRAMITE	VALOR DA AÇÃO	TIPO DE AÇÃO
0019862-50.2021.8.16.0017	ANTONIA FERRARI VIOLIN X MARA VIOLIN DE MELLO MARISA VIOLIN CICERI OSMIR VIOLIN	2ª Vara de Família e Sucessões de Maringá	R$ 2.540.213,50	INVENTÁRIO E PARTILHA
0015161-75.2023.8.16.0017	FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA X DANIELA PEREIRA BAPTISTA SILVA; EDSON PINTO DE MELLO; ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO; MARA VIOLIN DE MELLO MARCO ANTONIO DE MELLO; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO; SIDNEI PINTO DE MELLO VERA LUCIA GALLO	4ª Vara Cível de Maringá	R$ 218.171,51	AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA
5425690-61.2023.8.09.0093	EDSON PINTO DE MELO X RBL	1ª VARA CÍVEL - JATAÍ	SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.07.30 18:04:26 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

DECLARAÇÃO

(ART.51, INCISO IX DA LEI 11.101/2005)

MARCO ANTONIO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, **DECLARA, NOS TERMOS DO ART. 51, INCISO IX, DA LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 A RELAÇÃO, SUBSCRITA PELAS DEVEDORAS, DE TODAS AS AÇÕES JUDICIAIS EM QUE ESTE FIGURE COMO PARTE, INCLUSIVE AS DE NATUREZA TRABALHISTA, COM A ESTIMATIVA DOS RESPECTIVOS VALORES DEMANDADOS:**

Nº PROCESSO	PARTES	LOCAL DE TRAMITE	VALOR DA AÇÃO	TIPO DE AÇÃO
0015161-75.2023.8.16.0017	FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA X DANIELA PEREIRA BAPTISTA SILVA; EDSON PINTO DE MELLO; ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO; MARA VIOLIN DE MELLO MARCO ANTONIO DE MELLO; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO; SIDNEI PINTO DE MELLO VERA LUCIA GALLO	4ª Vara Cível de Maringá	R$ 218.171,51	AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA
5425690-61.2023.8.09.0093	EDSON PINTO DE MELO	1ª VARA CÍVEL - JATAÍ	SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

CAMPINÁPOLIS-MT, 29 DE JULHO DE 2023.

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2023.07.30 18:06:25 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO

DECLARAÇÃO

(ART.51, INCISO IX DA LEI 11.101/2005)

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, **DECLARA, NOS TERMOS DO ART. 51, INCISO IX, DA LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 A RELAÇÃO, SUBSCRITA PELAS DEVEDORAS, DE TODAS AS AÇÕES JUDICIAIS EM QUE ESTE FIGURE COMO PARTE, INCLUSIVE AS DE NATUREZA TRABALHISTA, COM A ESTIMATIVA DOS RESPECTIVOS VALORES DEMANDADOS:**

Nº PROCESSO	PARTES	LOCAL DE TRAMITE	VALOR DA AÇÃO	TIPO DE AÇÃO
0015161-75.2023.8.16.0017	FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA X DANIELA PEREIRA BAPTISTA SILVA; EDSON PINTO DE MELLO; ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO; MARA VIOLIN DE MELLO MARCO ANTONIO DE MELLO; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO; SIDNEI PINTO DE MELLO VERA LUCIA GALLO	4ª Vara Cível de Maringá	R$ 218.171,51	AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA
5425690-61.2023.8.09.0093	EDSON PINTO DE MELO	1ª VARA CÍVEL - JATAÍ	SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

CAMPINÁPOLIS-MT, 29 DE JULHO DE 2023.

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939

Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.07.30 18:08:32 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

DECLARAÇÃO

(ART.51, INCISO IX DA LEI 11.101/2005)

SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, **DECLARA, NOS TERMOS DO ART. 51, INCISO IX, DA LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 A RELAÇÃO, SUBSCRITA PELAS DEVEDORAS, DE TODAS AS AÇÕES JUDICIAIS EM QUE ESTE FIGURE COMO PARTE, INCLUSIVE AS DE NATUREZA TRABALHISTA, COM A ESTIMATIVA DOS RESPECTIVOS VALORES DEMANDADOS:**

CAMPINÁPOLIS-MT, 29 DE JULHO DE 2023.

Nº PROCESSO	PARTES	LOCAL DE TRAMITE	VALOR DA AÇÃO	TIPO DE AÇÃO
0019862-50.2021.8.16.0017	SIDNEI PINTO DE MELLO X BANCO DO BRASIL S/A	5ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ	R$ 1.100,00	AÇÃO AUTÔNOMA DE PRODUÇÃO DE PROVA ANTECIPADA
0015161-75.2023.8.16.0017	FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA X DANIELA PEREIRA BAPTISTA SILVA; EDSON PINTO DE MELLO; ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO; MARA VIOLIN DE MELLO MARCO ANTONIO DE MELLO; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO; SIDNEI PINTO DE MELLO VERA LUCIA GALLO	4ª Vara Cível de Maringá	R$ 218.171,51	AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA
5425690-61.2023.8.09.0093	EDSON PINTO DE MELO	1ª VARA CÍVEL - JATAÍ	SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.07.30 18:10:35 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

DECLARAÇÃO

(ART.51, INCISO IX DA LEI 11.101/2005)

VERA LUCIA GALLO DE MELLO, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, **DECLARA, NOS TERMOS DO ART. 51, INCISO IX, DA LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 A RELAÇÃO, SUBSCRITA PELAS DEVEDORAS, DE TODAS AS AÇÕES JUDICIAIS EM QUE ESTE FIGURE COMO PARTE, INCLUSIVE AS DE NATUREZA TRABALHISTA, COM A ESTIMATIVA DOS RESPECTIVOS VALORES DEMANDADOS:**

Nº PROCESSO	PARTES	LOCAL DE TRAMITE	VALOR DA AÇÃO	TIPO DE AÇÃO
0015161-75.2023.8.16.0017	FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA X DANIELA PEREIRA BAPTISTA SILVA; EDSON PINTO DE MELLO; ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO; MARA VIOLIN DE MELLO MARCO ANTONIO DE MELLO; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO; SIDNEI PINTO DE MELLO VERA LUCIA GALLO	4ª Vara Cível de Maringá	R$ 218.171,51	AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA
5425690-61.2023.8.09.0093	EDSON PINTO DE MELO	1ª VARA CÍVEL - JATAÍ	SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

CAMPINÁPOLIS-MT, 28 DE JULHO DE 2023.

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.07.30 18:12:44 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PROCEDIMENTO ARBITRAL

EDSON PINTO DE MELO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, DECLARA, nos termos do inciso IX, do art. 51 da Lei N.º 11.101/2005 que Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária não possuir nenhum procedimento arbitral e nenhuma ação trabalhista em tramite até a presente data, o que a dispensa de listagem detalhada do mesmo.

Campinápolis/MT, 28 de julho de 2023.

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991

Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.07.30 18:03:01 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572187000000120954489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572187000000120954489
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PROCEDIMENTO ARBITRAL

MARA VIOLIN DE MELLO, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, DECLARA, nos termos do inciso IX, do art. 51 da Lei N.º 11.101/2005 que Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência da empresária e da sociedade empresária não possuir nenhum procedimento arbitral e nenhuma ação trabalhista em tramite até a presente data, o que a dispensa de listagem detalhada do mesmo.

Campinápolis/MT, 30 de julho de 2023.

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974

Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.07.30 18:05:08 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PROCEDIMENTO ARBITRAL

MARCO ANTONIO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, DECLARA, nos termos do inciso IX, do art. 51 da Lei N.º 11.101/2005 que Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária não possuir nenhum procedimento arbitral e nenhuma ação trabalhista em tramite até a presente data, o que a dispensa de listagem detalhada do mesmo.

Campinápolis/MT, 30 de julho de 2023.

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905

Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.07.30 18:07:04 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PROCEDIMENTO ARBITRAL

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, DECLARA, nos termos do inciso IX, do art. 51 da Lei N.º 11.101/2005 que Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária não possuir nenhum procedimento arbitral e nenhuma ação trabalhista em tramite até a presente data, o que a dispensa de listagem detalhada do mesmo.

Campinápolis/MT, 30 de julho de 2023.

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939

Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.07.30 18:09:14 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PROCEDIMENTO ARBITRAL

SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, DECLARA, nos termos do inciso IX, do art. 51 da Lei N.º 11.101/2005 que Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária não possuir nenhum procedimento arbitral e nenhuma ação trabalhista em tramite até a presente data, o que a dispensa de listagem detalhada do mesmo.

Campinápolis/MT, 30 de julho de 2023.

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953

Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.07.30 18:11:20 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PROCEDIMENTO ARBITRAL

VERA LUCIA GALLO DE MELLO, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, DECLARA, nos termos do inciso IX, do art. 51 da Lei N.º 11.101/2005 que Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência da empresária e da sociedade empresária não possuir nenhum procedimento arbitral e nenhuma ação trabalhista em tramite até a presente data, o que a dispensa de listagem detalhada do mesmo.

Campinápolis/MT, 30 de julho de 2023.

VERA LUCIA GALLO:61459402987

Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.07.30 18:13:22 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0045126045

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **27/07/2023** Hora da emissão: **09:53:24**

Nome/denominação do sujeito passivo: **Contribuinte não consta no Cadastro de Contribuinte da SEFAZ e PGE do Estado de Mato Grosso**
CNPJ: **51.400.888/0001-90**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **24/09/2023.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2TUUBBB2U79292LA**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0045125995

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **27/07/2023** Hora da emissão: **09:51:58**

Nome/denominação do sujeito passivo: **EDSON PINTO DE MELLO E OUTROS**
CPF: **669.115.089-91**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **24/09/2023.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2TUU7BK2U797U2UT**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0045125948

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **27/07/2023** Hora da emissão: **09:50:40**

Nome/denominação do sujeito passivo: **Contribuinte não consta no Cadastro de Contribuinte da SEFAZ e PGE do Estado de Mato Grosso**
CNPJ: **51.431.235/0001-79**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **24/09/2023.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2TUUBB22K797B2U2**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0045125916

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **27/07/2023** Hora da emissão: **09:49:39**

Nome/denominação do sujeito passivo: **MARA VIOLIN DE MELLO**
CPF: **037.810.239-74**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **24/09/2023.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2TUBTB72L797A2U7**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CND Nº 0045126277

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **27/07/2023** Hora da emissão: **10:00:20**

Nome/denominação do sujeito passivo: **Contribuinte não consta no Cadastro de Contribuinte da SEFAZ e PGE do Estado de Mato Grosso**
CNPJ: **51.416.751/0001-24**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **24/09/2023.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **TTU2MB22M29992L2**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0045126252

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **27/07/2023** Hora da emissão: **09:59:19**

Nome/denominação do sujeito passivo: **MARCO ANTONIO DE MELLO**
CPF: **064.020.619-05**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **24/09/2023.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2TUUUB729799T2L7**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0045126206

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **27/07/2023** Hora da emissão: **09:58:03**

Nome/denominação do sujeito passivo: **Contribuinte não consta no Cadastro de Contribuinte da SEFAZ e PGE do Estado de Mato Grosso**
CNPJ: **51.416.621/0001-91**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **24/09/2023.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2TUU2BA2L79922LK**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0045126163

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **27/07/2023** Hora da emissão: **09:56:58**

Nome/denominação do sujeito passivo: **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**
CPF: **089.692.479-39**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **24/09/2023.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2TUULBK2A79TU2LL**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CND Nº 0045125860

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **27/07/2023** Hora da emissão: **09:47:47**

Nome/denominação do sujeito passivo: **Contribuinte não consta no Cadastro de Contribuinte da SEFAZ e PGE do Estado de Mato Grosso**
CNPJ: **51.416.335/0001-26**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **24/09/2023.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2TUBLBM2279KB2UM**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0045125567

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **27/07/2023** Hora da emissão: **09:38:37**

Nome/denominação do sujeito passivo: **SIDNEY PINTO DE MELLO**
CPF: **669.115.919-53**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **24/09/2023.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2TUALBM2M79UA2UK**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0045126130

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **27/07/2023** Hora da emissão: **09:55:50**

Nome/denominação do sujeito passivo: **Contribuinte não consta no Cadastro de Contribuinte da SEFAZ e PGE do Estado de Mato Grosso**
CNPJ: **51.420.202/0001-23**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **24/09/2023.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2TUUAB22279TU2LU**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0045126097

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **27/07/2023** Hora da emissão: **09:54:46**

Nome/denominação do sujeito passivo: **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**
CPF: **614.594.029-87**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **24/09/2023.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2TUU7BL2M792B2LB**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031183000-87

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **51.400.888/0001-90**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/11/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031183043-44

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **51.416.751/0001-24**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/11/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031182734-49

Certidão fornecida para o CPF/MF: **037.810.239-74**
Nome: **CPF NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/11/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031183022-74

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **51.431.235/0001-79**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/11/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (27/07/2023 11:18:39)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031182969-95

Certidão fornecida para o CPF/MF: **064.020.619-05**
Nome: **MARCO ANTONIO DE MELLO**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/11/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (27/07/2023 11:16:10)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031183069-00

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **51.416.621/0001-91**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/11/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031182917-19

Certidão fornecida para o CPF/MF: **089.692.479-39**
Nome: **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/11/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (27/07/2023 11:14:01)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031183105-09

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **51.416.335/0001-26**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/11/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031182714-96

Certidão fornecida para o CPF/MF: **669.115.919-53**
Nome: **SIDNEY PINTO DE MELLO**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/11/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (27/07/2023 11:03:51)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031183138-40

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **51.420.202/0001-23**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/11/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031182893-25

Certidão fornecida para o CPF/MF: **614.594.029-87**
Nome: **CPF NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/11/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (27/07/2023 11:12:35)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EDSON PINTO DE MELLO
CNPJ: 51.400.888/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:31:34 do dia 27/07/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/01/2024.
Código de controle da certidão: **D559.87F8.202E.5FBF**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MARA VIOLIN DE MELLO
CNPJ: 51.431.235/0001-79

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:33:04 do dia 27/07/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/01/2024.
Código de controle da certidão: **1495.4079.A5D0.C4A0**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MARCO ANTONIO DE MELLO
CNPJ: 51.416.751/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:35:39 do dia 27/07/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/01/2024.
Código de controle da certidão: **FBFB.0BCA.869E.E735**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
CNPJ: 51.416.621/0001-91

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:34:07 do dia 27/07/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/01/2024.
Código de controle da certidão: **0054.7EBF.BFFD.65F0**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SIDNEY PINTO DE MELLO
CNPJ: 51.416.335/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:34:45 do dia 27/07/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/01/2024.
Código de controle da certidão: **EDBB.96DE.9F32.963E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: VERA LUCIA GALLO DE MELLO
CNPJ: 51.420.202/0001-23

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:35:15 do dia 27/07/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/01/2024.
Código de controle da certidão: **0ABF.A209.F4BA.B99A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Quadro de Pendências

Origem das Pendências		Quantidade	Valor em reais
IPVA-Exercício/Parcelamento	Total	1	276,75
	- Suspenso	0	0,00
	- Parcelamento em atraso	0	0,00
Total		1	276,75

Detalhamento das Pendências

IPVA - Detalhamento

Ord	Tipo	Refer	Renavam	Responsável	Situação	Principal	Atl-Principal	Multa	Atl-Multa	Juros	Total
1	Exerc.	2023	921160258	Proprietário		234,48	0,00	23,44	0,09	18,88	276,75

Quadro de Pendências - Totalização

Tipo	Quantidade	Principal	Atl-Principal	Multa	Atl-Multa	Juros	Total
IPVA-Exercício/Parcelamento	1	234,48	0,00	23,44	0,09	18,88	276,75
Total	1	234,48	0,00	23,44	0,09	18,88	276,75

Voltar | Expandir | Ocultar | Imprimir | Nova Consulta

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572243500000120954490
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572243500000120954490
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:22

ART. 51, INCISO XI - RELAÇÃO DE BENS MOVEIS - EDSON

IDENTIFICAÇÃO	MODELO	ANO	COR	RENAVAN	VALOR	STATUS
14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/26 LINHAS					R$ 81.100,30	FINANCIADO
14,28% ARADO RECERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50 MM	MARCA TUTU MARCHESAN	2020/2020			R$ 16.000,00	FINANCIADO
14,28% BOMBA HIDRO LINDE HPV-75 02 MF32		2020			R$ 3.515,05	FINANCIADO
14,28% CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 57.400,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 75.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% CABECALHO PATA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	MARCA PLANTICENTER	2020			R$ 5.214,28	FINANCIADO
14,28% CAMINHÃO	FORD CARGO 1933	2013	PRATA		R$ 16.285,71	QUITADO
CAMINHÃO	MERCEDES 1113		VERMELHO			QUITADO
14,28% CAMIONETE	CHEVROLET S10 LT	2019/2020	PRATA	1219988046	R$ 18.000,00	FINANCIADO
14,28% CAMIONETE	ESP/ABER/C DUP, DIESEL	2019/2020		1219988771	R$ 20.857,14	FINANCIADO
14,28% CAMIONETE	CHEVROLET S10 LT	2019/2020	PRATA	1219988380	R$ 18.000,00	FINANCIADO
14,28% CAMIONETE	CHEVROLET S10 LT	2021/2022		1272044804	R$ 30.785,71	FINANCIADO
14,28% CARRETA AG MT					R$ 10.404,00	QUITADO
14,28% CARRETA AGRICOLA GRANELEIRA	MARCA BECKER	2020/2020			R$ 68.000,00	ALIENADA A ADM BB CONSORCIOS
14,28% CARRETA AGRICOLA GRANELEIRA	MARCA BECKER	2021/2021			R$ 121.500,00	FINANCIADO
14,28% CARRETA GRANELEIRA 15000	MARCA BECKER	2021			R$ 121.500,00	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% CARRETA GRANELEIRA 15000	MARCA BECKER	2021			R$ 115.608,57	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% COLHEITADEIRA MF 4690 G EXTRA T3 MOD MF 4690	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 603.500,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER 3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529 + PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES SERIE 9695521052	MASSEY FERGUSON	2018			R$ 147.428,57	FINANCIADO
14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON		2020			R$ 3.455,95	CONSÓRCIO
14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON		2021			R$ 3.52,86	CONSÓRCIO
14,28% DE UMA BAMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF 32		2020			R$ 3.515,05	FINANCIADO
14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	FORN	2014				FINANCIADO
14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	FORN	2020			R$ 16.207,14	FINANCIADO
14,28% DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	MARCA JAN	2021/2021			R$ 20.000,00	FINANCIADO
14,28% KIT TANDEM P/ 22 LINHAS + KIT TANDEM P / 26 LINHAS					R$ 17.900,00	FINANCIADO
14,28% KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS + KIT TANDEM P /26 LINHAS					R$ 17.142,86	FINANCIADO
14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/26 LINHAS					R$ 72.000,00	FINANCIADO
14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/26 LINHAS					R$ 72.000,00	FINANCIADO
14,28% PA CARREGADEIRA W20E CAB DIESEL					R$ 165.000,00	QUITADO
14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA PLT 2300 DE 2,3 MTS + 14,28% PLAINA CARREGADORA AGRICOLA PCS 1100, ADPTADOR VALTRA BH 140 A 180 4X4 S-701, BOMBA TRATOR, SUPORTE AGRIC. P/ BIG BAG COMPLETO	MARCA TUTU MARCHESAN	2020/2021			R$ 6.114,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 426.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 459.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 363.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS	MODELO TERRACUS 1300				R$ 32.535,71	FINANCIADO
14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	MODELO TERRACUS 1300	2020			R$ 32.535,71	FINANCIADO
14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 426.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS						FINANCIADO
14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS						FINANCIADO
14,28% PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES CARACOL	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 106.500,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLATAFORMA CORTE MILHO	MARCA VENCE TUDO SERIE 01091	2021/2021			R$ 205.700,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLATAFORMA DE CORTE MILHO 20 LINHAS	MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS, MARCA VENCE TUDO	2020			R$ 24.285,71	FINANCIADO
14,28% PLATAFORMA MILHO MF 3011 L	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 137.505,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500L	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 1.150.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	NEW HOLLAND	2022	AZUL		R$ 1.867.000,00	FINANCIAMENTO BANCO DO BRASIL
14,28% TRATOR AGRICOLA	MOD TL 5.000, MARCA NEW HOLLAND				R$ 280.000,00	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	NEW HOLLAND	2022	AZUL		R$ 1.034.000,00	FINANCIMENTO BB
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA MF 7316K	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 457.000,00	ALIENADA CONSORCIO MASSEY FERGUSON

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572297800000120954492
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572297800000120954492
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:23

14,28% TRATOR AGRICOLA MF7722	MASSEY FERGUSON	2022			R$ 728.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% UM DISTRIB. SPANDER 8.0	HIDRA EXATA				R$ 90.000,00	FINANCIADO
14.28% PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	NEW HOLLAND				R$ 135.714,28	FINANCIADO
50% DE UM TRATOR	NEW HOLLAND 7630				R$ 84.000,00	FINANCIADO PELO SICREDI
50% LAMINA DIANTEIRA COMPLETA LDA 2400 S/SAPATA	TUTU MARCHESAN				R$ 1.500,00	FINANCIADO
50% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	MOD, TERRACUS, CFE NF 32752 FORN				R$ 67.260,00	FINANCIADO
50% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	MOD, TERRACUS, CFE NF 32747 FORN				R$ 67.260,00	FINANCIADO
50% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA 13 LINHAS	MOD TERRACUS	2016			R$ 80.000,00	FINANCIADO
50% TANQUE COMBUSTÍVEL 10.000 LITROS	NF 761 FORN	2014			R$ 3.850,00	QUITADO
50% TRATOR	MASSEY FERGUSON,				R$ 80.000,00	FINANCIADO
50% UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO DE MAQUINAS	MOD TANDEM				R$ 11.500,00	FINANCIADO
50% UM LANCER MAGNO 10.000	FORN				R$ 21.900,00	FINANCIADO
50% UM LANCER ORGANICO 12.000	FORN				R$ 21.900,00	FINANCIADO
50% UM MTSB 1060 03 CX 2L 1P MONOF	FORN				R$ 3.050,00	FINANCIADO
50% PULVERIZADOR SPRAYER	NEW HOLLAND DIESEL		AZUL		R$ 125.000,00	FINANCIADO
50% UM TRATOR AGRICOLA NETRATOR	NEW HOLLAND		AZUL		R$ 75.000,00	FINACIADO
50% UMA BAMBA CENTR. AUTOESCORVANTE GASOLINA5.5 + BAMBA ELÉTRICA 230VP DIESEL MEDIDO 4M MANG + TORNO BANCADA LINHA NOBRE PROFISSIONAL 8 CFE NF 35066 FORN.	SOLDAMEX COM. MAQUINAS E EQUIP. LTDA	2014			R$ 1.727,00	QUITADO
GASTOS CONSTRUÇÃO SEDE - CASA					R$ 129.407,13	
GRADE ARADORA INTERMEDIARIA	MARCA TATU CHASSI 0791/14201	2002				FINANCIADO
TRATOR	MOD 6610	1985				QUITADO
14,28% TRATOR AGRICOLA	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND				R$ 280.000,00	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% BAZUCA 12000 LITROS	JAN					FINANCIADO
14,28% BAZUCA 20000 LITROS	JAN					FINANCIADO
TRATOR 7630	NEW HOLLANDO					QUITADO
TANQUE DE ÁGUA 10 MIL LITROS						QUITADO
CARRO FIAT STRADA 1.4		2014				QUITADO
GRADE NIVELADORA						QUITADO
PÁ CARREGADEIRA FIETALES 12B						QUITADO
TRATOR FORD 6630	FORD CARGO					QUITADO
TRATOR VALTRA BH 185						QUITADO
GRADE INTERMEDIÁRIA						QUITADO
PLAINA NIVELADORA						QUITADO
CAMINHÃO SCANIA 360 TANQUE						QUITADO
COLHEITADEIRA VALTRA BC8800						QUITADO
CAMIONETE S10 COLINA	2006	2006				QUITADO
CARRO FIAT STRADA 1.4		2012				QUITADO
CAMINHÃO CAÇAMBA MERCEDES 2013						QUITADO
TRATOR BH 180 VALTRA						QUITADO
TRATOR 650 MASSEY FERGUSSON						QUITADO
GRADE INTERMEDIÁRIA						QUITADO
PÉ CARREGADEIRA KOMATSU WA200						QUITADO
EMBUTIDORA SILO BOLSA						QUITADO
DESIMBUTIDORA SILO BOLSA						QUITADO

ART. 51, INCISO XI - RELAÇÃO DE BENS IMOVEIS - EDSON

IDENTIFICAÇÃO	MATRICULA	DIMENSÃO	VALOR	STATUS
6,25% DE UM IMÓVEL - RESIDENCIA HERANÇA PAI	27974	250,2 M²		QUITADO
CASA	31321	162.0 M²	R$ 150.000,00	QUITADO
CASA	88024	180,6 M²	R$ 100.000,00	QUITADO
50% DE UM TERRENO		400,0 M²	R$ 102.000,00	QUITADO
6,873% DE UM LOTE - HERANÇA	1638		R$ 4.879,32	QUITADO
6,873% LOTE DE TERRAS - HERANÇA	465		R$ 2.439,64	QUITADO
6,873% LOTE 21- A GLEBA MARINGA/PR- HERANÇA	2		R$ 4.879,28	QUITADO
6,873% LOTES 18,20,21 - HERANÇA PAI	463,464 E 1454	46,2 ha	R$ 29.719,79	QUITADO
6,873% LOTE 18/A, 19/A MARINGA/PR - HERANÇA	3965	34,1 há	R$12.508,95	QUITADO
6,25% AREA PRESERVAÇÃO IMÓVEL TORRES OU CAPÃO GRANDE - HERANÇA PAI	6470	1.862,0 há	R$8.803,06	QUITADO

LOTE DE TERRAS CIDADE DE XAVANTINA-MT	5866	208,2 M²	R$441.000,00	QUITADO
50% DO INICIO DE UMA CONTRUÇÃO SOBRADO		400,00 M²	R$205.832,80	QUITADO
14,28% LOTE 3-D-3 E 3-D-4, GLEBA ATLANTIQUE, MARINGA-PR		24 HA		QUITADO
FAZENDA SÃO RAFAEL NOVA XAVANTINA- MT		208 HA		QUITADO
50% DE UM TERRENO SITO NO JD. ORIENTAL, LOTE 14, QUADRA 83, 400 M2 (TOTAL) EM MARINGA-PR, LOTEADORA SANTA ALICE, SENDO UMA ENTRADA R$ 5.1 OO,OO + 120PARCELAS R$ 807,50		400,00 M²	102000	QUITADO

ART. 51, INCISO XI - RELAÇÃO DE BENS MOVEIS - MARA

IDENTIFICAÇÃO	MODELO	ANO	COR	RENAVAN	VALOR	STATUS
14,28 % CAMIONETE	CHEVROLET S/10	2021/2022	PRATA		R$ 215.500,00	FINANCIADO PELO SICREDI
14,28 COSORCIO MASSEY FERGUSSON					R$ 3.352,86	CONSÓRCIO
14,28 PULVERIZADOR	NEW HOLLAND				R$ 135.714,28	FINAME BANCO CNH INDUSTRIAL
14,28% ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS	MARCA TUTU MARCHESAN				R$ 2.842,86	FINANCIADO
14,28% BOMBA HIDRO LINDE HPV-75 02 MF32		2020			R$ 3.515,05	FINANCIADO
14,28% CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	MARCA PLATICENTER				R$ 5.214,28	FINANCIADO BANCO LADE LADEN BRASIL S A
14,28% CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	MARCA PLATICENTER				R$ 8.200,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	MARCA PLATICENTER				R$ 10.714,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% CAMINHÃO	FORD CARGO	2021/2022			R$ 16.285,71	QUITADO
14,28% CAMIONETE	CHEVROLET S/10	2019/2020			R$ 18.000,00	FINANCIADO
14,28% CARRETA AG MT					R$ 14.343,43	
14,28% CARRETA AGRIC. GRANELEIRA	MARCA BECKER	2020			R$ 9.714,29	ALIENADA A ADM BB CONSORCIOS
14,28% CARRETA AGRIC. GRANELEIRA	MARCA BECKER	2021			R$ 17.357,14	FINANCIADO
14,28% CARRETA GRANELEIRA 15000	MARCA BECKER	2021			R$ 17.357,14	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% CARRETA GRANELEIRA 15000	MARCA BECKER	2021			R$ 16.515,51	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION					R$ 2.985,71	FINANCIADO
14,28% COLHEITADEIRA	MASSEY FERGUSON	2021			R$ 86.214,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% COLHEITADEIRA + PLATAFORMA DE CORTE DRAPER	MASSEY FERGUSON				R$ 147.428,57	FINANCIADO BANCO LADE LADEN BRASIL S A
14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON					R$ 3.455,95	CONSÓRCIO
14,28% DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	MARCA JAN	2021			R$ 2.857,14	FINANCIADO
14,28% DISTRIBUIDOR SPANDER 8.0 HIDRA EXATA					R$ 12.857,14	FINANCIADO
14,28% KIT TANDEM P/ 22 LINHAS					R$ 17.900,00	FINANCIADO
14,28% KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P 26 LINHAS					R$ 17.142,86	FINANCIADO
14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS					R$ 10.285,71	FINANCIADO
14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS					R$ 11.585,76	FINANCIADO
14,28% PA CARREGADEIRA W20E CAB DIESEL					R$ 23.571,43	FINANCIADO
14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA	MARCA TUTU MARCHESAN				R$ 6.114,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA	MODELO TERRACUS				R$ 32.535,71	FINANCIADO BANCO LADE LADEN BRASIL S A
14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO	TERRACUS	2021			R$ 60.942,86	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA TERRACUS	MARCA PLATICENTER	2021			R$ 51.857,14	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLATADEIRA TERRACUS	MARCA PLATICENTER				R$ 65.571,43	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 426.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 459.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 363.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS	MODELO TERRACUS 1300				R$ 32.535,71	FINANCIADO
14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	MODELO TERRACUS 1300	2020			R$ 32.535,71	FINANCIADO
14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 426.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS						FINANCIADO
14,28% PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES	MARCA MASSEY FERGUSSON				R$ 15.214,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLATAFORMA CORTE MILHO	MARCA VENCE TUDO	2021			R$ 29.385,71	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLATAFORMA DE CORTE MILHO	MARCA VENCE TUDO				R$ 24.285,71	FINANCIADO
14,28% PLATAFORMA MILHO MF	MARCA MASSEY FERGUSON	2021			R$ 19.643,57	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500L	MARCA MASSEY FERGUSON	2021			R$ 164.285,71	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	NEW HOLLAND	2022			R$ 266.714,29	FINANCIADO
14,28% SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS					R$ 16.207,14	FINAME BANCO CNH INDUSTRIAL
14,28% TRA AGRICOLA	MF 7316K MASSEY FERGUSON				R$ 62.285,71	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% TRATOR	NEW HOLLAND	2020			R$ 72.142,85	FINAME BANCO CNH INDUSTRIAL
14,28% TRATOR AGRICOLA MF7722	MASSEY FERGUSON	2022			R$ 104.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% TRATOR AGRICOLA MOD TL 5000	MARCA NEW HOLLAND				R$ 40.000,00	FINANCIADO

14,28% TRATOR AGRICOLA PNEUS	NEW HOLLAND	2022	AZUL		R$ 147.714,29	FINANCIAMENTO BB OP
14,28% TRATOR AGRICOLA	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND				R$ 280.000,00	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% BAZUCA 12000 LITROS	JAN					FINANCIADO
14,28% BAZUCA 20000 LITROS	JAN					FINANCIADO
14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	FORN	2014				FINANCIADO

ART. 51, INCISO XI - RELAÇÃO DE BENS IMOVEIS - MARA

IDENTIFICAÇÃO	MATRICULA	DIMENSÃO	VALOR	STATUS
14,28% LOTE 3-D-3 E 3-D-4, GLEBA ATLANTIQUE, MARINGA-PR		24 HA		QUITADO

ART. 51, INCISO XI - RELAÇÃO DE BENS MOVEIS - MARCO

IDENTIFICAÇÃO	MODELO	ANO	COR	RENAVAN		
14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON		2020			R$ 30.785,71	FINANCIADO PELO SICREDI
14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON		2021			R$ 3.455,95	FINANCIADO
14,28% DE UM ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50MM	MARCA TATUL MARCHESAN	2020/2020			R$ 62.285,71	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINA TANDEM 13.000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$65.571 ,43	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	MARCA PLANTICENTER	2020			R$ 32.535,71	FINANCIADO BANCO LADE LADEN BRASIL S.A
14,28% DE UM CAMINHAO	FORD CARGO	2013			R$ 41.000,00	FINANCIADO
14,28% DE UM DISTRIB. SPANDER 8.0 HIDRA EXATA					R$ 14.343,43	FINANCIADO
14,28% DE UM DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	MARCA JAN	2021/2021			R$ 2.842,86	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TANDEM P/ 22 LINHAS,+ UM KIT TANDEM P/ 26 LINHAS					R$ 10.285,71	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS, + UM KIT TS 650 TANDEM P/ 26 LINHAS,					R$ 17.900,00	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS					R$ 164.285,71	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS					R$ 12.857,14	FINANCIADO
14,28% DE UM PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500C	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 2.857,14	FINANCIADO
14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPE IDO	NEW HOLLAND	2022	AZUL		R$ 11.585,76	FINANCIADO
14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO N3500, SERIE S352NH00049,	NEW HOLLAND				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% DE UM TRATOR AGRICOL DE PNEUS	NEW HOLLAND	2022	AZUL		R$ 266.714,29	FINNCIADO BB
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE RODAS 260, SERIE T230C401675	NEW HOLLAND T7	2020			R$ 16.207,14	FINANCIADO
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF 7316K	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 6.114,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF7722	MARCA MASSEY FERGUSON	2022			R$ 16.515,51	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MOD TL 5.000	NEW HOLLAND				R$ 17.142,86	FINANCIADO
14,28% DE UMA BOMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF32		2020			R$ 5.214,28	FINANCIADO 2908463 NO BANCO LADE LADEN BRASIL S.A
14,28% DE UMA CARRETA AG M					R$ 23.571 ,43	FINANCIADO
14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-12000),MARCA BECKER, SERIE 72889, KIT MULTIPLO MULTIUSO, TUBO INOX, EMBREAGEM C/ CONTROLE REMOTO,KIT LONA FACIL (GRANELEIRO + TUBO) CFE NF 163841	MARCA BECKER	2020			R$ 3.352,86	FINANCIADO
14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-15000),MULTIUSO, TUBO INOX, EMBREAGEM C/ CONTROLE REMOTO,KIT LONA FACIL (GRANELEIRO + TUBO)	MARCA BECKER	2021/2021			R$ 9.714,29	ALIENADA A ADM BB CONSORCIOS
14,28% DE UMA CARRETA GRANELARA 15000	MARCA BECKER	2021/2021			R$ 147.714,29	FINNCIADO BB
14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	MARCA BECKER	2021			R$ 17.357,14	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% DE UMA CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION					R$ 51.857,14	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 4690 G EXTRA T31 MOD. MF 4690	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 29.385,71	ALIENADA BANCO LAGE

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572297800000120954492
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572297800000120954492
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:23

14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529, E UM PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES, SERIE 969552105	MASSEY FERGUSON	2018/2018			R$ 18.000,00	FINANCIADO
14,28% DE UMA PA CARREGADEIRA	W20E CAB, DIESEL, CASE MOTOR 36489778				R$ 40.000,00	QUITADO
14,28% DE UMA PLANTADEi DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 19.643,57	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 60.942,86	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 2.985,71	
14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO D RETO DE GRAOS ARTICULADA	MARCA PLANTICENTER,	2020			R$ 24.285,71	FINANCIADO
14,28% PLATADEIRA TERRACUS	MARCA PLATICENTER				R$ 65.571,43	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER				R$ 426.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER				R$ 459.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER				R$ 363.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS	MODELO TERRACUS 1300				R$ 32.535,71	FINANCIADO
14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	MODELO TERRACUS 1300	2020			R$ 32.535,71	FINANCIADO
14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 426.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES, CORTE CARACOL	MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 17.357,14	FINANCIADO
14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE MILHO	MARCA VENCE TUDO	2021			R$ 15.214,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLATAFORMA DE CORTE MILHOàO HAS,	MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS, MARCA VENCE TUDO, SERIE	2020/2020			R$ 147.428,57	FINANCIADO
14,28% DE UMA PLATAFORMA MILHO	MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 86.214,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS		2020			R$ 16.285,71	PAGAMENTO EM SOJA 2019 E 2020
14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA PTL 2300bE h,3MTS, MARCA + 142,8% PLAINA CARREGADEIRA AGRICOLA pcs 1100 VALTRA BH 140 A 180 4X4 S-701 , BOMBA TRATOR, SUPORTE AGRIC. P/ BIG-BAG COMPLETO,	TATU MARCHESAN				R$ 10.714,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% UMA CAMIONETE	CHEVROLET S/10	2019/2020		RENAVAM 01219	R$ 20.857,14	FINANCIADO
14,28% UMA CAMIONETE	CHEVROLET S/10	2021/2022			R$ 3.515,05	FINANCIADO
14,28% UMA CAMIONETE/ABER/C. DUP, PRATA, PLACA BDU-7G25	CHEVROLET S/10	2019/2020	PRATA		R$ 135.714,28	FINANCIADO
UM AUTOMOVEL TOYOTA/ETIOS/HB	TOYOTA/ETIOS/HB	2015/2016			**VALOR**	**STATUS**
14,28% TRATOR AGRICOLA	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND				R$ 280.000,00	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% BAZUCA 12000 LITROS	JAN					FINANCIADO
14,28% BAZUCA 20000 LITROS	JAN					FINANCIADO
14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	FORN	2014				FINANCIADO

ART. 51, INCISO XI - RELAÇÃO DE BENS IMOVEIS - MARCO

IDENTIFICAÇÃO	MATRICULA	DIMENSÃO	VALOR	STATUS
UMA CASA SITO NA RUA CORA CORALINA, 320, PQ AVENIDA MARINGA-PR			############	QUITADA
14,28% LOTE 3-D-3 E 3-D-4, GLEBA ATLANTIQUE, MARINGA-PR		24 HA		QUITADA

ART. 51, INCISO XI - RELAÇÃO DE BENS MOVEIS - RAFAEL

IDENTIFICAÇÃO	MODELO	ANO	COR	RENAVAN		

14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON		2020			R$ 30.785,71	FINANCIADO PELO SICREDI
14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON		2021			R$ 3.455,95	CONSÓCIO
14,28% DE UM ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50MM	MARCA TATUL MARCHESAN	2020/2020			R$ 6.114,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	MARCA PLANTICENTER				R$ 2.985,71	FINANCIADO
14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	MARCA PLANTICENTER				R$ 8.200,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	MARCA PLANTICENTER				R$ 32.535,71	FINANCIADO
14,28% DE UM CAMINHAO, FORD/CARGO 1933	FORD CARGO 1933	2013			**VALOR**	**STATUS**
14,28% DE UM DISTRIB. SPANDER 8.0 HIDRA EXATA,					R$ 14.343,43	FINANCIADO
14,28% DE UM DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	MARCA JAN	2021/2021			R$ 2.842,86	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TANDEM P/ 22 LINHAS, KIT TANDEM P/ 26 LINHAS,					R$ 10.285,71	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHASv + UM KIT TS 650 TANDEM P/ 26 LINH					R$ 17.900,00	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHA					R$ 266.714,29	FINANCIAMENTO BB OP
14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS,					R$ 2.857,14	FINANCIADO
14,28% DE UM PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500L	MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 62.285,71	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% DE UM PULVERIZADOR AUT PÂOPELIDO	NEW HOLLAND	2022	AZUL		R$ 147.714,29	FINANCIAMENTO BB OP
14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	NEW HOLLAND				R$ 16.207,14	FINAME BANCO CNH INDUSTRIAL
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	NEW HOLLAND	2022			R$ 17.142,86	FINANCIADO
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND	2020			R$ 147.428,57	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF 7316K	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 65.571 ,43	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF7722	MARCA MASSEY FERGUSON	2022			R$ 16.515,51	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MOD TL 5.000,	NEW HOLLAND				R$ 164.285,71	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA BOMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF32		2020/2020			R$ 5.214,28	FINANCIADO
14,28% DE UMA CARRETA AG MT,					R$ 23.571 ,43	FINANCIADO
14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-12000)	MARCA BECKER	2020/2020			R$ 3.352,86	FINANCIADO
14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-15000)	MARCA BECKER	2021			R$ 9.714,29	ALIENADA A ADM BB CONSORCIOS
14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	MARCA BECKER	2021			R$ 11.585,76	FINANCIADO
14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	MARCA BECKER	2021			R$ 17.357,14	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% DE UMA CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION					R$ 19.643,57	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 4690 G EXTRA T3, MOD. MF 4690	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 17.357,14	FINANCIADO
14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529, E UMA PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES, SERIE 9695521052	MARCA MASSEY FERGUSON	2018/2018			R$ 18.000,00	FINANCIAOD
14,28% DE UMA PA CARREGADEIRA W20E CAB, DIESEL					R$ 40.000,00	QUITADO
14,28% DE UMA PLANTADEI DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 51.857,14	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 86.214,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 60.942,86	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTO IRETO DE GRAOS ARTICULADA	MARCA PLANTICENTER				R$ 24.285,71	FINANANCIADO
14,28% DE UMA PLANTADEi DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 19.643,57	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 60.942,86	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 2.985,71	
14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO D RETO DE GRAOS ARTICULADA	MARCA PLANTICENTER,	2020			R$ 24.285,71	FINANCIADO
14,28% PLATADEIRA TERRACUS	MARCA PLATICENTER				R$ 65.571,43	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER				R$ 426.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER				R$ 459.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES, CORT CARACOL	MARCA MASSEY FERGUSON				R$ 12.857,14	FINANCIADO
14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE MILHO	MARCA VENCE TUDO	2021/2021			R$ 15.214,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLATAFORMA DE CORTE MILHO 20 LiNHAS, MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS	MARCA VENCE TUDO				R$ 72.142,85	FINAME BANCO CNH INDUSTRIAL
14,28% DE UMA PLATAFORMA MILHO MÊ 38111	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 29.385,71	ALIENADA BANCO LAGE

14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS		2020			R$ 16.285,71	FINANCIADO
14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA PTL 2300 DE 2,3MTS, MARCA TATU MARCHESAN, SERIE 0106060057-OQI 37, ANO 2020, SEM RODA, CFE NF 165964 FORN. CAMAGRIL , EM 15/06/2021 , POR R$ 3.900,00 - UTILIZADAS COMO DESPESA + 14,28% PLAINA CARREGADEIRA AGRICOLA PCS 1 100, MARCA TATU MARCHESAN, SERIE OI 06110410-19, ANO 2021 , ADAPTADOR VALTRA BH 140 A 180 4X4 S-701, BOMBA TRATOR, SUPORTE AGRIC. P/ BIG-BAG COMPLET					R$ 10.714,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% UMA CAMIONETE	CHEVROLET S/10	2019/2020			R$ 135.714,28	FINAME BANCO CNH INDUSTRIAL
14,28% UMA CAMIONETE	DUP DIESEL	2019/2020			R$ 18.000,00	FINANCIADO
14,28% UMA CAMIONETE	CHEVROLET S/10	2021/2022		RENAVAM 01272	R$ 3.515,05	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND				R$ 280.000,00	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% BAZUCA 12000 LITROS	JAN					FINANCIADO
14,28% BAZUCA 20000 LITROS	JAN					FINANCIADO
14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	FORN	2014				FINANCIADO

ART. 51, INCISO XI - RELAÇÃO DE BENS IMOVEIS - RAFAEL

IDENTIFICAÇÃO	MATRICULA	DIMENSÃO	VALOR	STATUS
14,28% LOTE 3-D-3 E 3-D-4, GLEBA ATLANTIQUE, MARINGA-PR		24 HA		QUITADO

ART. 51, INCISO XI - RELAÇÃO DE BENS MOVEIS - SIDNEY

IDENTIFICAÇÃO	MODELO	ANO	COR	RENAVAN	VALOR	STATUS
14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON		2020			R$ 3.455,95	CONSÓRCIO
14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON		2021			R$ 3.352,86	CONSÓRCIO
14,28% DE UM ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50MM	MARCA TATUL MARCHESAN	2020/2020			R$ 2.842,86	FINANCIADO
14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENfrOMAQUlNAS TANDEM 13.000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 8.200,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 10.714,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	MARCA PLANTICENTER	2020/2020			R$ 5.214,28	FINAME 2908465 NO BANCO LADE LADEN BRASIL S.A
14,28% DE UM CAMINHAO	FORD CARGO 1933	2013			R$ 16.285,71	QUITADO
14,28% DE UM DISTRIB. SPANDER 8.0 HIDRA EXATA					R$ 12.857,14	FINANCIADO
14,28% DE UM DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	MARCA JAN	2021/2021			R$ 2.857,14	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TANDEM P/ 22 LINHAS, POR R$ 62.263,38 + U KIT TANDEM P/ 26 LINHAS,					R$ 17.900,00	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS, UM KIT TS 650 TANDEM P/ 26 LINHA					R$ 17.142,86	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS					R$ 11.585,76	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS,					R$ 10.285,71	FINANCIADO
14,28% DE UM PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500C	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 164.285,71	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	NEW HOLLAND				R$ 135.714,28	FINAME BANCO CNH INDUSTRIAL
14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	NEW HOLLAND	2022			R$ 266.714,29	FINANCIAMENTO BB OP
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	NEW HOLLAND	2022			R$ 147.714,29	FINANCIAMENTO BB OP
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND	2020			R$ 72.142,85	FINAME BANCO CNH INDUSTRIAL
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF 7316K,	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 62.285,71	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF7722	MARCA MASSEY FERGUSON	2022			R$ 104.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLAMOD TL 5.000 HOLLAND,	NEW HOLLAND				R$ 40.000,00	FINANCIADO
14,28% DE UMA BOMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF32		2020/2020			R$ 3.515,05	FINANCIADO
14,28% DE UMA CARRETA AG M					R$ 14.343,43	FINANCIADO
14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA	MARCA BECKER	2021/2021			R$ 17.357,14	FINANCIADO

14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-12000)	MARCA BECKER	2020/2020			R$ 9.714,29	ALIENADA A ADM BB CONSORCIOS
14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	MARCA BECKER	2021			R$ 17.357,14	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	MARCA BECKER	2021			R$ 16.515,51	ALIENADA CONSORCIO MASSEY FERGUSON
14,28% DE UMA CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION					R$ 2.985,71	FINANCIADO
14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529, E UMA PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES, SERIE 9695521052	MARCA MASSEY FERGUSON	2018/2018			R$ 147.428,57	FINAME BANCO LAGE LADE
14,28% DE UMA PA CARRÉGAbElAA W20E CAB, DIESEL, CASE MOTOR 3648977					R$ 23.571 ,43	QUITADO
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 60.942,86	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 51.857,14	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER				R$ 65.571 ,43	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO DE GRAOS ARTICULADA, MODELO TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2020/2020			R$ 32.535,71	FINANCIADO BANCO LADE LADEN BRASIL S.A
14,28% DE UMA PLANTADEi DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 19.643,57	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 60.942,86	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 2.985,71	
14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO D RETO DE GRAOS ARTICULADA	MARCA PLANTICENTER,	2020			R$ 24.285,71	FINANCIADO
14,28% PLATADEIRA TERRACUS	MARCA PLATICENTER				R$ 65.571,43	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER				R$ 426.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER				R$ 459.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE MF 20 PES, CORTE CARACOL	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 15.214,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTEMILHO, MARCA VENCE TUDO					R$ 29.385,71	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLATAFORMA DE CORTE MILHO 20 LINHAS,MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS	MARCA VENCE TUDO				R$ 24.285,71	FINANCIADO
14,28% DE UMA PLATAFORMA MILHO MF 301 IL	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 19.643,57	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS		2020			R$ 16.207,14	FINAME BANCO CNH INDUSTRIAL
14,28% PLAINA TRASERA LARGA PTL 2300 DE 2,3MTS, + 14,28% PLANA CARREGADEIRA AGRICOLA PCS 1 100,	MARCA TUTU MARCHESAN				R$ 6.114,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% UMA CAMIONETE	CHEVROLET S10 LT	2019/2020	PRATA		R$ 18.000,00	FINANCIADO
14,28% UMA CAMIONETE	CHEVROLET S10 LT	2022			R$ 18.000,00	FINANCIADO
14,28% UMA CAMIONETE	CHEVROLET S10 LT	2021/2022			R$ 30.785,71	FINANCIADO PELO SICREDI
14,28% UMA CAMIONETE ESP/ABER/C. DUP, DIESE		2022			R$ 20.857,14	FINANCIADO
4,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 4690 G EXTRA T3	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 86.214,29	ALIENADA BANCO LAGE
50% DE UM TRATOR	NEW HOLLAND				R$ 42.000,00	FINANCIADO PELO SICREDI
50% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRAOS ARTICULADA	MOD TERRACUS 13 LINHAS, C/ CX UNICA SEMENTE/PIPOQUEIRA				R$ 80.000,00	FINAME
50% TRATOR	MARCA MASSEY FERGUSON				R$ 80.000,00	FINANCIADO
50% UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO DE MAQUINAS MOD TANDEM,					R$ 11.500,00	FINANCIADO
50% UM LANCER ORGANICO 12.000					R$ 21.900,00	FINANCIADO
50% UM MTSB 1060 03 CX 2L IP MONOÈSERIE 10969					R$ 3.050,00	FINANCIADO
50% UM TANQUE COMBUSTIVEL 10.000 LITROS					R$ 3.850,00	QUITADO
50% UM TRATOR AGRICOLA NETRATOR AGRICOLA	NEW HOLLAND				R$ 75.000,00	FINANCIADO
50% UMA BOMBA CENTR. AUTOESCORVANTE GASOLINA 5.5 CVZB502 + BOMBA ELETRICA 230 V P/ DIESEL C/ MEDIDOR 4M MANG + TORNO BANCADA LINHA NOBRE PROFISSIONAL 8					R$ 1.727,00	QUITADO
50% UMA LAMINA DIANTEIRA COMPLETA LDA 2400 SISAPATA PCA 800/1100	MARCA TATU MARCHESAN, MOD GEN	2014			R$ 1.500,00	FINANCIADO
50% UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRAOS ARTICULADA, MOD TERRACUS					R$ 67.260,00	FINANCIADO
50% UMA PULVERIZADCR SPRAYER NEW HOLLAND IESEL, AZUL					R$ 125.000,00	FINANCIADO
ADQ. EM 09/09/2011 50 % DE UMA COLHEITADEIRA AGRICOLA M LO MF 5650 GKC GT, ANO 2011 + PLATAFORMA DE CORTE MASSEY FERGUSON SERIE 550F325347	MARCA MASSEY FERGUSON	2011				FINAME BANCO DO BRASIL

ADQ. EM 27/09/2011 50% UMA PLANTADEIRA AGRICOLA, MOD MF 509 M 459, 9 LAMINAS RODADA	MARCA MASSEY FERGUSON	2010				FINAME BANCO DO BRASIL
M CAMINHAO 1113, ANO 76, PLACAS A1U-9020, ADQ EM 08/99, MINHA PARTE 50%.						QUITADO
UM GUINCHO AGRICOLA TRASEIRO GIRATORIO, MATAO, GATER	RL 2000 C/ VALVULA E GANCHO, ANO 2007, SERIE: 00221	2007				QUITADO
UM TRATOR AGRICOLA	NEW HOLLAND, MOD. 7630 T.R.D., ANO 02, ADO. EM 02					QUITADO
14,28% TRATOR AGRICOLA	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND				R$ 280.000,00	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$ 72.142,85	FINANCIADO
14,28% BAZUCA 12000 LITROS	JAN					FINANCIADO
14,28% BAZUCA 20000 LITROS	JAN					FINANCIADO
14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	FORN	2014				FINANCIADO
50% UM LANCER MAGNO 10.000	FORN				R$ 21.900,00	FINANCIADO

ART. 51, INCISO XI - RELAÇÃO DE BENS IMOVEIS - SIDNEY

IDENTIFICAÇÃO	MATRICULA	DIMENSÃO	VALOR	STATUS
14,28% LOTE 3-D-3 E 3-D-4, GLEBA ATLANTIQUE, MARINGA-PR		24 HA		QUITADO
6,25% DO UM IMOVEL SITO DATA 08-8, MARINGA-PR—CONTENDO UMA RESIDENCIAC/ 180 M2 - HERAN A P	27974	250,2 M²		QUITADO
TERRENO SITO AV. DAS PALMEIRAS, NO 98, PQ. DAS PALMEIRAS, EM MARINGA-PR POR R$ 190.000,00 + GASTOS C/ BENFEITORIAS NO VALOR R .608,OO	12239	300,00 M²	234608	QUITADO
50% DE UM TERRENO SITO NO JD. ORIENTAL, LOTE 14, QUADRA 83, 400 M2 (TOTAL) EM MARINGA-PR, LOTEADORA SANTA ALICE, SENDO UMA ENTRADA R$ 5.1 OO,OO + 120PARCELAS R$ 807,50		400,00 M²	102000	QUITADO
6,873% DO LOTE 21 -C, COM 10.0 ALQ, EM MARINGA-PR - FAZENDA SANTA MARIA GORETE - HERANCA PA	1638			QUITADO
6,873% DO LOTE TERRAS N. 21-B, GLEBA MARINGA-PR (MATRICULA ANTERIOR 1 91 REG. IMOVEIS) - HERANCA PAI	465	12,1 HA		QUITADO
6,873% DO LOTE 2 A, NA GLEBA ATLANTIQUE, MARINGA-PR (MATRICULA ANTERIOR 2933 NO 1 REG. IMOVEIS) - HERANCA	2	24,2 HA		QUITADO
6,873% DOS LOTES 18, 20, 21, GLEBA ATLANTIQUE, COM 46,2 HA., EM MARINGA-PR - FAZENDA SANTA MARIA GORETE (ESCRITURA LT 18 EM 07/05/1979+ ESCRITURA LT 20 EM 01/12/1967 + LT 21 EM 24/10/1967) (AREAS LOTE 20 15,972 HA + LOTE 21 12,1 HA + LOTE 18 18,15 HA) (MATRICULA LT 21 N. 464 + MATRICULA LT 20 N. 463 + MATRICULA LT 18 N. 1454, NO 30 OF.IMOVEIS MARINGA-PR) - MATRICULA ANTERIOR LT 20 8151 ELT-HERANÇA PAI	463, 464 E 1454	46,2 HA	29719,79	QUITADO
6,873% DO LOTE 18/A, 19/A, MARINGA-PR, COM 14,1 ALQ OU 34,122 HA. - FAZENDA SANTA MARIA GORETE - HERANCB PAI	3965	34,1 HA	12508,95	QUITADO
6,25% AREA PRESERVACAO SITUADA IMOVEL TORRES OU CAPAO GRANDE - HERANCA PAI (DIVERSAS AREAS	6470	1.862,0 ha	8803,06	QUITADO
100% DO LOTE 30-4, COM 5,0 ALQ. OU 12,1 HA, MARINGA-PR		12, 1 HA	R$ 26.941 ,20	QUITADO
50% IMOVEL EM MARINGA-PR, LOTE 3-D-3, GLEBA RIBEIRAO ATLANTIQUE, COM 6,05 SUA PARTE	952	12,1 HA	23472	QUITADO
50% DO INICIO DE UMA CONSTRUCAO SOBRADO (COMERCI RESIDENCIAL) NO TERRENO DO JD. ORIENTAL, LOTE 14, QUADRA 83, EM MARINGA-PR, SENDO GASTO NO ANO 2 R$ 107.093,20 (SUA PARTE) + GASTOS EM 2021 R$ 70.000,00. (EMPRESTIMO SICREDI) + 10.951,25 JUROS EM 2021 'JUROS EM 2022 R$ R$ 17.788,35		400,00 M²	205832,8	QUITADO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572297800000120954492
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572297800000120954492
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:23

ART. 51, INCISO XI - RELAÇÃO DE BENS MOVEIS - VERA

IDENTIFICAÇÃO	MODELO	ANO	COR	RENAVAN	VALOR	STATUS
14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON		2021			R$ 3.352,86	
14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON		2020			R$ 3.455,95	
14,28% DE UM ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50MM	TUTU MARCHESAN	2020/2020			R$ 2.842,86	FINANCIADO
14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINA TANDEM 13.000	MARCA PLANTICENTER				R$ 10.714,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	MARCA PLANTICENTER				R$ 8.200,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM CABECALHO PAR AC LAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	MARCA PLANTICENTER				R$ 5.214,28	FINANCIADO BANCO LADE LADEN BRASIL S.A
14,28% DE UM CAMINHAO	FORD CARGO 1933	2013			R$ 16.285,71	PAGAMENTO EM SOJA 2019 E 2020
14,28% DE UM DISTRIB. SPANDER 8.0 HIDRA EXATA					R$ 12.857,14	FINANCIADO
14,28% DE UM DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	MARCA JAN				R$ 2.857,14	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TANDEM P/ 22 LINHAS, POR R$ 62.263,38 + UM KIT TANDEM P/ 26 LINHAS,					R$ 17.900,00	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS,+ UM KIT TS 650 TANDEM P/ 26 LINHA					R$ 17.142,86	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS					R$ 11.585,76	FINANCIADO
14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS,					R$ 10.285,71	FINANCIADO
14,28% DE UM PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500C	MARCA MASSEY FERGUSON				R$ 164.285,71	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	NEW HOLLAND				R$ 135.714,28	FINAME BANCO CNH INDUSTRIAL
14,28% DE UM PULVERIZADORAU ROPELIDO	NEW HOLLAND	2022			R$ 266.714,29	FINANCIAMENTO BB OP
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	NEW HOLLAND	2022			R$ 147.714,29	FINANCIAMENTO BB OP
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE RODAS NEW HOLLAND T7	NEW HOLLAND	2020			R$ 72.142,85	FINAME BANCO CNH INDUSTRIAL
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF 7316K857, ANO 2021/202	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$ 62.285,71	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF7722	MARCA MASSEY FERGUSON	2022			R$ 104.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MOD TL 5.000	NEW HOLLAND				R$ 40.000,00	FINANCIADO
14,28% DE UMA BOMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF32		2020/2020			R$ 3.515,05	
14,28% DE UMA CARRETA AG MT					R$ 14.343,43	FINANCIADO
14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-12000)	MARCA BECKER	2020/2020			R$ 9.714,29	ALIENADA A ADM BB CONSORCIOS
14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-15000)	MARCA BECKER	2021/2021			R$ 17.357,14	
14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	MARCA BECKER				R$ 17.357,14	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	MARCA BECKER				R$ 16.515,51	ALIENADA CONS. MASSEY FERGUSON
14,28% DE UMA CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION,					R$ 2.985,71	
14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 4690 G E T MOD. MF4690	MARCA MASSEY FERGUSON				R$ 86.214,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529, POR R$ 825.600,00 (TOTAL) E UMA PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES, SERIE 9695521052, POR R$ 206.400,00 (TOTAL)	MARCA MASSEY FERGUSON	2018/2018			R$ 147.428,57	FINAME BANCO LAGE LADE
14,28% DE UMA PA CARREGADEIRA W20E CAB, DIESEL					R$ 23.571 ,43	QUITADO
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER				R$ 60.942,86	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER				R$ 51.857,14	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER				R$ 65.571 ,43	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO DE GRA ARTICULADA, MODELO TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER				R$ 32.535,71	FINANCIADO BANCO LADE LADEN BRASIL S.A
14,28% DE UMA PLANTADEí DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 19.643,57	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 60.942,86	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER	2021/2021			R$ 2.985,71	
14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO D RETO DE GRAOS ARTICULADA	MARCA PLANTICENTER,	2020			R$ 24.285,71	FINANCIADO
14,28% PLATADEIRA TERRACUS	MARCA PLATICENTER				R$ 65.571,43	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MARCA PLANTICENTER				R$ 426.000,00	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MARCA PLANTICENTER				R$ 459.000,00	ALIENADA BANCO LAGE

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572297800000120954492
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572297800000120954492
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:23

14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES, CORTE CARACOL	MARCA MASSEY FERGUSON				R$	15.214,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE MILHO		2021/2021			R$	29.385,71	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA PLATAFORMA DE CORTE MILHO 20 LINHAS, MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS	MARCA VENCE TUDO				R$	24.285,71	
14,28% DE UMA PLATAFORMA MILHÕ MF 301 IL	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021			R$	19.643,57	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS		2020			R$	16.207,14	FINAME BANCO CNH INDUSTRIAL
14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA PTL 2300bE h,3MTS,	TUTU MARCHESAN				R$	6.114,29	ALIENADA BANCO LAGE
14,28% UMA CAMIONETE	CHEVROLET S10 LT	2022/2022			R$	30.785,71	FINANCIADO PELO SICREDI
14,28% UMA CAMIONETE	DUP DIESEL	2019/2020			R$	20.857,14	
14,28% UMA CAMIONETE	CHEVROLET S/10	2019/2020			R$	18.000,00	
14,28% UMA CAMIONETE	CHEVROLET S10 LT	2019/2020			R$	18.000,00	
14,28% TRATOR AGRICOLA	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND				R$	280.000,00	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$	72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$	72.142,85	FINANCIADO
14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	NEW HOLLAND T7 260				R$	72.142,85	FINANCIADO
14,28% BAZUCA 12000 LITROS	JAN						FINANCIADO
14,28% BAZUCA 20000 LITROS	JAN						FINANCIADO
14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	FORN	2014					FINANCIADO

ART. 51, INCISO XI - RELAÇÃO DE BENS IMOVEIS - VERA				
IDENTIFICAÇÃO	**MATRICULA**	**DIMENSÃO**	**VALOR**	**STATUS**
14,28% LOTE 3-D-3 E 3-D-4, GLEBA ATLANTIQUE, MARINGA-PR		24 HA		

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:21
Número do documento: 23080114572297800000120954492
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572297800000120954492
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:23

01/08/2023

Número: **1005211-08.2023.8.11.0003**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
Órgão julgador: **4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS**
Última distribuição : **07/03/2023**
Valor da causa: **R$ 45.336.554,75**
Assuntos: **Concurso de Credores**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
AGROPECUARIA KONAGESKI LTDA - ME (AUTOR)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A)) EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))
JESSICA CAROLINA KONAGESKI (AUTOR)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A)) EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))
MARCELO ANDRE KONAGESKI (AUTOR)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A)) EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))
CASSEMIRO KONAGESKI (AUTOR)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A)) EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))
MPB ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
	JUDSON GOMES DA SILVA BASTOS (ADVOGADO(A))

CREDORES (REU)	
	RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA (ADVOGADO(A)) FERNANDO DENIS MARTINS (ADVOGADO(A)) BRUNO BOTTO PORTUGAL NOGARA (ADVOGADO(A)) KARINE FAGUNDES GARCIA DUARTE ALVES PINTO (ADVOGADO(A)) MARCELO AUGUSTO ALMEIDA GOMES (ADVOGADO(A)) CARLOS ARAUZ FILHO (ADVOGADO(A)) JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO (ADVOGADO(A)) EDERSON SANTOS NEVES (ADVOGADO(A)) FERNANDO HACKMANN RODRIGUES (ADVOGADO(A)) CRISTINA YOSHIDA (ADVOGADO(A)) LUIS ARMANDO SILVA MAGGIONI (ADVOGADO(A)) EMERSON CASTRO CORREIA (ADVOGADO(A)) MILENA PIRAGINE (ADVOGADO(A)) PEDRO CONDE ELIAS VICENTINI (ADVOGADO(A)) PABLO DOTTO (ADVOGADO(A)) PAULO RICARDO FARIA DE SANT ANNA (ADVOGADO(A)) JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA (ADVOGADO(A)) THIAGO SOARES GERBASI (ADVOGADO(A)) NANCY GOMBOSSY DE MELO FRANCO (ADVOGADO(A)) PLINIA CAMPOS RIBEIRO (ADVOGADO(A)) ELIZETE RAMALHO GERINO (ADVOGADO(A)) DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO (ADVOGADO(A)) JULIO CHRISTIAN LAURE (ADVOGADO(A)) CELSO UMBERTO LUCHESI (ADVOGADO(A)) EDUARDO SILVA GATTI (ADVOGADO(A)) JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES (ADVOGADO(A)) JAMES LEONARDO PARENTE DE AVILA (ADVOGADO(A)) ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI (ADVOGADO(A)) EDUARDO ALVES MARÇAL (ADVOGADO(A)) WILLIAN SCHOLL (ADVOGADO(A))

Outros participantes	
FAZENDA NACIONAL (TERCEIRO INTERESSADO)	
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)	
MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE (TERCEIRO INTERESSADO)	
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)	

Documentos				
Id.	**Data da Assinatura**	**Movimento**	**Documento**	**Tipo**
122789756	10/07/2023 20:03	Publicado Decisão em 12/07/2023.Disponibilizado no DJ Eletrônico em 11/07/2023Expedição de Outros documentosExpedição de Outros documentosDecisão Interlocutória de Mérito	Decisão	Decisão

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS

DECISÃO

Processo: 1005211-08.2023.8.11.0003.

AUTOR: CASSEMIRO KONAGESKI, MARCELO ANDRE KONAGESKI, JESSICA CAROLINA KONAGESKI, AGROPECUARIA KONAGESKI LTDA - ME

REU: CREDORES
ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: MPB ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA.

Vistos e examinados.

01 - PEDIDO DO GRUPO RECUPERANDO - LIBERAÇÃO DE VALORES DEPOSITADOS EM JUÍZO:

Aportou ao feito depósito judicial no valor de R$ 2.129.058,44. 02, efetivado pela empresa CARGILL, que afirmou que os valores são referentes a contratos de compra e venda de soja fixados com a recuperanda Jessica Carolina Konageski e datados entre 07/02/2023 e 03/03/2023.

O grupo recuperando requereu o levantamento dos valores depositados – Id. 122035826.

O Administrador Judicial manifestou-se pelo acolhimento do pedido – asseverando que *"o valor em discussão, ora depositado em juízo, decorre da alienação de parte da produção de 2022/2023, e, de acordo com as informações obtidas pelo Grupo, é ativo essencial para continuidade e desenvolvimento das suas atividades. Deste modo, não se opõe ao pedido do Grupo Recuperando de ids. 116156633 e 120260472, para o levantamento dos valores depositados pela Cargill (id. 121159482), condicionado à prestação de contas de sua utilização à Administração Judicial"* – Id. 121699244.

DECIDO.

Pois bem. Como se sabe, e inclusive já assentado em decisões anteriores, proferidas nestes autos, estando o grupo recuperando em procedimento recuperacional, deve passar ao crivo deste Juízo da recuperação judicial todas as decisões que envolvem o patrimônio do grupo: bens e valores.

Essa competência é atribuída pelo legislador com vistas, precipuamente, a ser possível o amplo exercício do controle do ato de fiscalização das atividades econômicas e negociais que são empreendidas por aqueles que estão prosseguindo no desenvolvimento empresarial sob o manto dos benefícios do uso do instituto da recuperação judicial.

Isso porque, sem sombra de dúvidas, é sabido que o procedimento da recuperação judicial proporciona inúmeras vantagens ao devedor que a ele se submete – entretanto, não descuidou o legislador, igualmente, de proteger e zelar pelos interesses dos credores, o que é feito através de variadas determinações legais, dentre elas a previsão de ampla fiscalização da empresa recuperanda.

Nesse contexto, ao juiz condutor do feito recuperacional cumpre a meticulosa tarefa de equilibrar as decisões judiciais entre essas duas premissas – colaborar com o devedor no seu processo de soerguimento, sem descurar da proteção dos interesses da coletividade de

credores. E mais: primando, sempre, pela preservação da empresa.

Norteado por tais diretrizes, tenho que o pedido ora formulado pelo grupo recuperando não comporta acolhimento neste momento processual.

Isso porque, o valor depositado trata-se de quantia significativa e, estando o grupo recuperando em processo de recuperação judicial, todos os atos praticados deverão ser orientados pela prévia demonstração da real necessidade e possibilidade de ampla fiscalização pelo Juízo, através do Administrador Judicial, bem como pelos credores concursais.

Na hipótese, tem-se que o Administrador Judicial já informou que o valor depositado decorre da alienação de parte da produção de 2022/2023; e seria um “ativo essencial para continuidade e desenvolvimento das suas atividades”.

Entretanto, tal afirmação se revela demasiadamente genérica – sendo insuficiente para assegurar a necessária transparência nas relações negociais da empresa em recuperação judicial.

É importante destacar, mais uma vez, que uma das principais tarefas a serem cumpridas na condução do processo recuperacional é assegurar a incolumidade do patrimônio social, acompanhando e fiscalizando diuturnamente as operações do devedor.

Nessa toada, o levantamento dos valores depositados em Juízo deve estar condicionado à comprovação de sua destinação, com a apresentação de documentos (orçamentos, planejamentos, contabilidades, etc) que sejam incontestes em demonstrar a real necessidade do levantamento de cada quantia em dinheiro solicitada – a fim de que seja assegurada a ampla transparência dos atos do grupo recuperando, para a possibilidade do exercício da fiscalização pelo Administrador Judicial e pela coletividade de credores.

Por esta razão, dada a ausência de tal demonstração documental nos autos, o pedido do grupo recuperando, neste momento processual, não comporta acolhimento.

Não é demais relembrar que, até a última decisão judicial proferida, o cenário do processo descortinava uma noticiada inércia do grupo recuperando em atender às solicitações do Administrador Judicial – configurando deflagrada omissão de informações à Administração Judicial, e inadimplência no pagamento de seus honorários.

Portanto, neste panorama, ante a ausência de comprovação da alegada essencialidade dos valores depositados judicialmente para a continuidade do desenvolvimento das atividades empresariais, por ora, **INDEFIRO O PEDIDO** determinando que os valores continuem depositados na conta judicial vinculada a este processo.

02 - PEDIDO DE TUTELA CAUTELAR DE ARRESTO FORMULADO PELA CREDORA USIMAT DESTILARIA DE ÁLCOOL LTDA – IDS. 118932344, 122484906 E 122454307:

Vindicou a credora o deferimento de tutela cautelar de arresto de 34.125 (trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco) sacas de milho que estão plantados (ou foram colhidos) na Fazenda Vargem Grande, de propriedade do grupo recuperando - correspondentes a integralidade dos objetos da Cédula de Produto Rural nº 290522F349.

Instado a se manifestar, o Administrador Judicial esclareceu os fatos envolvendo o pleito – e se manifestou pelo indeferimento da tutela (Id. 119895289).

O grupo recuperando atravessou petição pugnando pelo indeferimento do pedido da credora,

sob a alegação de que o processo executivo e a ordem de arresto já foram suspensos pelo Juízo Titular do feito – Id. 122637434.

DECIDO.

Colhe-se dos autos que a credora USIMAT DESTILARIA DE ÁLCOOL LTDA A) requer que seja deferida tutela cautelar de arresto de 34.125 (trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco) sacas de milho objeto de plantação na Fazenda Vargem Grande, de propriedade do grupo recuperando.

A quantia de grãos, segundo informa, corresponderia à integralidade da dívida constante da Cédula de Produto Rural nº 290522F349, que foi emitida na data de 13/09/2022, pelo recuperando MARCELO ANDRÉ KONAGESKI e está próxima de se vencer, sem qualquer início de entrega do produto.

Primeiramente é importante considerar que, como bem asseverou o Administrador Judicial, a credora vindicou a concessão de cautelar de arresto através de uma simples petição, acostada ao processo de recuperação judicial – de modo que seu pedido, em tese, sequer comportaria apreciação nestes autos, sendo a via processual eleita totalmente inadequada para ser alcançada a pretensão.

Veja-se que a credora não informou a existência de eventual ação de execução autônoma, com a finalidade de executar o contrato garantido por cláusula de alienação fiduciária – e não existe, no seio da lei aplicável a este feito (Lei 11.101/2005) qualquer previsão jurídica atinente à tutela de urgência, notadamente para os credores concursais; e, muito menos, possibilidade legal do credor executar o recuperando no bojo do feito recuperatório.

Além disso, os recuperandos manifestaram sobre a existência de feito executivo – mas já informaram a suspensão do seu trâmite, bem como da ordem de arresto.

De mais a mais, por economia processual, já adentrando ao mérito do pedido formulado, é valioso consignar que a Cédula de Produto Rural nº 290522F349, objeto do pedido formulado, foi excluída da relação de credores do Administrador Judicial – com fundamento no art. 49, §3° da Lei 11.101/2005 (credor proprietário fiduciário de bem móvel).

Lado outro, o Administrador Judicial foi firme em assentar que *"o arresto da quantidade de 34.125 sacas de milho corresponderia a 19,78% da colheita total projetada de milho para a safra de 2023, o que implicaria numa redução do faturamento em 18,28% (-R$ 1.194.375,00) e no resultado projetado em 89,59% (de R$ 888,75/ha para R$ 92,50/ha), com base na cotação recente da saca de milho"*.

Pois bem. De proêmio, é preciso ter em conta que os grãos em questão haviam sido dados em garantia à credora, por liberalidade do grupo recuperando – o que evidencia que, agora, não é cabível a alegação de que esses mesmos grãos (que foram dados em penhor/garantia) são necessários para ser gerar fluxo de caixa da empresa.

Isso porque, quando celebrou o negócio, e deu os grãos em garantia da dívida, certamente o grupo recuperando possuía outras fontes financeiras em vistas, de onde extrair o fluxo de caixa necessário para manter a sua atividade empresarial – pois tinha plena ciência de que o destino destes grãos seria, inevitavelmente, o pagamento da garantia ao credor.

Neste panorama, tem-se que o fato do grupo recuperando, agora, estar em processo de recuperação judicial, não é suficiente, por si só, para afastar essa premissa; de modo que a obtenção do alegado fluxo de caixa deverá ser encontrada com a adoção de outras medidas, que não o esvaziamento da garantia de um crédito que, até agora, é considerando extraconcursal (pois foi excluído da lista de credores apresentada pelo Administrador Judicial).

Entretanto, é valioso pontuar que, ao propor a recuperação judicial, o grupo recuperando

inseriu nela o crédito em questão – de forma que poderá, ainda, apresentar eventual impugnação de crédito à lista de credores do Administrador Judicial, vindicando decisão do Juízo a respeito do ponto.

Neste cerne, dada a urgência da medida vindicada e a complexidade da sua análise, tenho que a melhor cautela recomenda que, por ora, os grãos em questão sejam mantidos em depósito judicial – sem liberação para qualquer das partes: nem para a credora e nem para o grupo recuperando.

Ante tal panorama, visando a garantia da efetividade do processo e do seu resultado útil, sem descurar da preservação do interesse defendido por ambas as partes (recuperando e credor), hei por bem em **indeferir o pedido de arresto e DETERMINAR O DEPÓSITO JUDICIAL DOS GRÃOS: 34.125 (trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco) sacas de milho plantados/colhidos na Fazenda Vargem Grande, Rodovia BR 70, Primavera do Leste/MT.**

-

Deste modo, diante da notícia de que a colheita já está sendo realizada, **DETERMINO A INTIMAÇÃO DO GRUPO RECUPERANDO PARA QUE INDIQUEM, NO PRAZO DE 24 HORAS, ONDE ESTÃO DEPOSITADOS OS GRÃOS EM QUESTÃO**.

Desde já, **ADVIRTO O GRUPO RECUPERANDO QUE OS GRÃOS EM QUESTÃO SÃO OBJETO DE DEPÓSITO JUDICIAL e estão na posse do grupo recuperando tão somente na qualidade de FIÉIS DEPOSITÁRIOS, sendo que, para qualquer ato inerente aos grãos (remoção, alienação, etc) faz-se necessária a concessão de prévia e expressa ordem deste Juízo (podendo ser exigida a prestação de caução e o depósito judicial de valores).**

Para o cumprimento célere e urgente da presente decisão, **DETERMINO A EXPEDIÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS**: mandados, cartas precatórias, ofícios, termos, etc. que deverão ser **CUMPRIDOS POR OFICIAL DE**

JUSTIÇA DE PLANTÃO que, por ocasião do cumprimento, deverá também lavrar certidão de constatação do depósito dos grãos, com a tomada do compromisso do fiel depositário, que deverá bem guardar os grãos, nos exatos termos desta decisão.

-

-

03 – PROSSEGUIMETNO DO CURSO PROCESSUAL:

Tem-se da decisão anteriormente proferida que este Juízo assinalou o momento de ser convocada a AGC.

No entanto, haviam providências a ser adotadas nos autos pelo grupo recuperando – razão pela qual determinou-se a intimação do mesmo para apresentar ao Administrador Judicial todos os documentos que foram apontados pelo mesmo; bem como regularizar o pagamento dos honorários do Auxiliar do Juízo.

Em Id. 121699244 o Administrador Judicial informou que *"em relação às inconsistências contábeis iniciais, os demonstrativos mensais e demais documentos, serão objeto do relatório mensal a ser protocolado (RMA) e noticiado nestes autos. Bem como, cumpre informar que foi realizado acordo com o Grupo Recuperando referente aos honorários da Administração Judicial"*.

Sendo assim, **CONVOCO A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES**, determinando a intimação do Administrador Judicial para indicar as datas e demais dados necessários para a expedição do edital de convocação.

Adote-se, a Serventia Judicial, todas as providencias prévias que se fizerem necessárias para a realização do conclave.

Intimem-se a todos desta decisão.

Notifique-se o Ministério Público.

Cumpra-se.

-

Juiz(a) de Direito

01/08/2023

Número: **1005211-08.2023.8.11.0003**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
Órgão julgador: **4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS**
Última distribuição : **07/03/2023**
Valor da causa: **R$ 45.336.554,75**
Assuntos: **Concurso de Credores**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
AGROPECUARIA KONAGESKI LTDA - ME (AUTOR)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A)) EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))
JESSICA CAROLINA KONAGESKI (AUTOR)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A)) EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))
MARCELO ANDRE KONAGESKI (AUTOR)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A)) EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))
CASSEMIRO KONAGESKI (AUTOR)	
	ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA (ADVOGADO(A)) EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO(A)) EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS (ADVOGADO(A))
MPB ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
	JUDSON GOMES DA SILVA BASTOS (ADVOGADO(A))

CREDORES (REU)	
	RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA (ADVOGADO(A)) FERNANDO DENIS MARTINS (ADVOGADO(A)) BRUNO BOTTO PORTUGAL NOGARA (ADVOGADO(A)) KARINE FAGUNDES GARCIA DUARTE ALVES PINTO (ADVOGADO(A)) MARCELO AUGUSTO ALMEIDA GOMES (ADVOGADO(A)) CARLOS ARAUZ FILHO (ADVOGADO(A)) JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO (ADVOGADO(A)) EDERSON SANTOS NEVES (ADVOGADO(A)) FERNANDO HACKMANN RODRIGUES (ADVOGADO(A)) CRISTINA YOSHIDA (ADVOGADO(A)) LUIS ARMANDO SILVA MAGGIONI (ADVOGADO(A)) EMERSON CASTRO CORREIA (ADVOGADO(A)) MILENA PIRAGINE (ADVOGADO(A)) PEDRO CONDE ELIAS VICENTINI (ADVOGADO(A)) PABLO DOTTO (ADVOGADO(A)) PAULO RICARDO FARIA DE SANT ANNA (ADVOGADO(A)) JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA (ADVOGADO(A)) THIAGO SOARES GERBASI (ADVOGADO(A)) NANCY GOMBOSSY DE MELO FRANCO (ADVOGADO(A)) PLINIA CAMPOS RIBEIRO (ADVOGADO(A)) ELIZETE RAMALHO GERINO (ADVOGADO(A)) DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO (ADVOGADO(A)) JULIO CHRISTIAN LAURE (ADVOGADO(A)) CELSO UMBERTO LUCHESI (ADVOGADO(A)) EDUARDO SILVA GATTI (ADVOGADO(A)) JOSE EDUARDO POLISEL GONCALVES (ADVOGADO(A)) JAMES LEONARDO PARENTE DE AVILA (ADVOGADO(A)) ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI (ADVOGADO(A)) EDUARDO ALVES MARÇAL (ADVOGADO(A)) WILLIAN SCHOLL (ADVOGADO(A))

Outros participantes	
FAZENDA NACIONAL (TERCEIRO INTERESSADO)	
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)	
MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE (TERCEIRO INTERESSADO)	
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)	

Documentos				
Id.	**Data da Assinatura**	**Movimento**	**Documento**	**Tipo**
124070865	24/07/2023 12:51	Juntada de comunicação entre instâncias	Comunicação entre instâncias	Comunicação entre instâncias

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

PROCESSO Nº 1016547-18.2023.8.11.0000

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) 1016547-18.2023.8.11.0000

AGRAVANTE: USIMAT DESTILARIA DE ALCOOL LTDA

AGRAVADO: MARCELO ANDRE KONAGESKI, CASSEMIRO KONAGESKI, JESSICA CAROLINA KONAGESKI, AGROPECUARIA KONAGESKI LTDA

Vistos.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por **USIMAT DESTILARIA DE ÁLCOOL LTDA -** Id-175644693 contra decisão proferida pelo MMº. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis/MT, que em sede de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** n.º 1005211-08.2023.8.11.0003, proposta por **MARCELO ANDRÉ KONAGESKI – AGROPECUÁRIA KONAGESKI E OUTROS,** ***indeferiu o pedido de realização de arresto do produto objeto de alienação e determinou o depósito do produto objeto da Cédula de Produto Rural.***

Aduz em síntese, no dia 13/092022 o Recuperando **MARCELO ANDRÉ KONAGESKI**, emitiu em favor da **USIMAT DESTILARIA DE ÁLCOOL LTDA**, ora Requerente a **CPR – CÉDULA DE PRODUTO RURAL Nº 290522F349**, que foi emitida como contraprestação pela compra de adubo adquiridos junto a **Sipal Indústria e Comércio Ltda** conforme Notas Fiscais em anexo, que totalizam um débito no valor total

Este documento foi gerado pelo usuário 069.***.***-26 em 01/08/2023 08:08:29
Número do documento: 23080114571339000000120957496
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114571339000000120957496
Assinado eletronicamente por: ROSANA SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 08:08:34
ROSANA SANTOS DA SILVA - 24/07/2023 12:51:53

de **R$ 1.985.593,95** (um milhão novecentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos).

A CPR prevê a entrega da quantia de **2.047.500 kg** (dois milhões, quarenta e sete mil e quinhentos quilogramas) **sacas de GRÃOS de MILHO**, sendo o local da lavoura e da entrega na Cidade de Primavera do Leste/MT.

A CPR em questão é título de crédito que representa obrigação de entregar grãos, especificada no PREÂMBULO da CÉDULA DE PRODUTO RURAL – CPR nº 290522F349 a quantidade de 2.047.500 kg (dois milhões, quarenta e sete mil e quinhentos quilogramas) de milho, pelo valor da saca de R$ 54,85 (cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) nos termos do art. 4º da lei 8.929.

Em garantia ao cumprimento da CÉDULA DE PRODUTO RURAL – CPR nº 290522F349, o Réu alienou fiduciariamente 34.125 (trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco) sacas de MILHO, conforme estipulado nas cláusulas 2.4 e seguintes da CPR.

A data de vencimento estipulada na CÉDULA DE PRODUTO RURAL – CPR nº 290522F349, está e vias de se encerrar e até a presente data não houve o início da entrega do produto, qual seja, a entrega de 34.125 sacas de MILHO, safra 2023/2023, conforme consta do PREÂMBULO e nos termos da cláusula 2.4.

Visto que a Cédula de Produto Rural não adimplida, a Agravante requereu ao juízo recuperacional a realização do arresto do produto objeto da alienação. Todavia, o pedido foi indeferido pelo juízo recuperacional que determinou o depósito do produto objeto da Cédula de Produto Rural.

Asseveram que, nos termos da Lei 11.105/2005, em seu art. 49, § 3º, as obrigações que decorrem de Alienação Fiduciária, não se submetem aos efeitos da Recuperação Judicial, bem como a Cédula de Produto Rural, foi emitida como contraprestação pela compra de Insumos Agrícolas, ou seja, um contrato de troca.

Outrossim, o bem objeto do presente pedido é milho em grãos, ou seja, produto final, não se trata de bem essencial a manutenção da atividade agrícola do Recuperando, sendo dessa forma passível de medidas expropriatórias, bem como trata-se de coisa fungível, passíveis de deterioração e desvalorização.

Ao final, pugna pelo deferimento da tutela em sede recursal, para determinar o arresto de 34.125 (trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco) sacas de milho de

60kg (sessenta quilogramas) cada.

É o relatório.

Passo ao exame da liminar.

Entendo pelo recebimento do Recurso, tendo em vista o cumprimento de seus requisitos intrínsecos (cabimento, legitimidade e interesse e inexistência de fato extintivo de poder recorrer ou de fato impeditivo do julgamento do recurso) e extrínsecos (tempestividade, regularidade formal e preparo), o primeiro referindo-se à própria existência do direito de recorrer e o segundo ao regular exercício desse direito.

Por tempestivo e próprio **recebo** o recurso na forma do art. 1.015, inc. I c/c art. 1.017, ambos do CPC.

Constata-se pela leitura do recurso interposto que a parte Agravante pugna pelo deferimento da tutela recursal para o fim de arresto de 34.125 (trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco) sacas de milho de 60 kg (sessenta quilogramas) cada.

A medida postulada exige, para a sua concessão, a demonstração do risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação e da probabilidade de provimento do recurso, consoante preconiza o parágrafo único do art. 995 do CPC, *in verbis*:

> ***Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.***
>
> ***Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.***

Na espécie dos autos, atento ao expedido na exordial, ao exame da documentação acostada em juízo provisório e nos estritos limites da cognição sumária permitida a esta fase processual, verifico que, por ora, não resta configurado os pressupostos autorizativos para o deferimento em parte da tutela de urgência.

Como cediço, para o deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, a parte deve demonstrar, com clareza, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme preconiza o artigo 300 do CPC.

No presente caso, em princípio, nota-se que, pelo menos nesse momento, não há risco iminente à Agravante, haja vista que concluiu o magistrado pela determinação de depósito judicial dos produtos.

Portanto, da análise perfunctória, tem-se que a determinação proferida pelo Juízo *a quo*, não se vislumbra ao caso risco de irreversibilidade da decisão que se recorre, até mesmo porque o presente recurso tem sua tramitação célere.

Diante do exposto e da análise perfunctória dos fundamentos trazidos ao recurso, por ora, **INDEFIRO** o pedido de liminar postulada pela Agravante.

Intime-se a parte Agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, onde poderá juntar a documentação que entender conveniente, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 20 de julho de 2023.

Desa. Maria Helena G. Póvoas,

Relatora .

I

24 de julho de 2023.

ERICA RONDON CERQUEIRA CALDAS

Diretor de Secretaria

DocuSign Envelope ID: E3898C5F-68C4-4DE4-A1B1-6BAE9C88DC68

CONTRATO DE COMPRA E VENDA	CONTRATO n.º 3470401288	DATA 03/05/23	FILIAL DE COMPRA CONFRESA - FBZ	PÁGINA 1

COMPRADORA: CARGILL AGRICOLA S.A.
ENDEREÇO..: AV BRASIL QD 34 LT 1A NSN - JARDIM DO EDEN MUNICÍPIO: CONFRESA
ESTADO....: MT CNPJ Nº: 60498706039797 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 134814436
E-MAIL....: caique_pinheiro@cargill.com

VENDEDORA.: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
ENDEREÇO..: FAZ ESTR CAMPINAPOLIS A NOVO S NSN - ZONA RURAL TELEFONE: 44 996266443
MUNICIPIO.: CAMPINAPOLIS UF: MT CEP: 78630000
CNPJ/CPF..: 08969247939 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 135618878
E-MAIL....: pbmdaniela@gmail.com

I - OBJETO:

MERCADORIA/PRODUTO..: SOJA EM GRÃOS A GRANEL TIPO DE CONTRATO: PREÇO FIXO
QUANTIDADE EM KGS...: 858.000 Kg. SAFRA.....: 2022/2023
QUANTIDADE EM
SACAS DE 60 KG, CADA: 14.300,00 Sacas.

II - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

PREÇO POR SACA DE 60 Kg: R$ 115,00 COM ICMS DIFERIDO
DATA/FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Cláusula IV e V

III - OUTROS DADOS DA MERCADORIA

QUALIDADE PADRÃO.....: Umidade até 14%, 1% de impurezas, 8% de avariados totais, 8% de grãos verdes e 30% de grãos quebrados. A classificação será efetuada a cada carga recebida.

PRAZO DE ENTREGA.....: Inicia-se em 03/05/23, sendo O prazo final para disponibilização no LOCAL DE RETIRADA até 20/05/23. Caso a colheita ocorra antes da DATA DE INICIO, ficará a critério exclusivo da COMPRADORA o recebimento antecipado do Produto, observada a cláusula 3.1.

LOCAL DE RETIRADA.....: Armazém de VOLMIR VANCIN, situado na FAZENDA TRES IRMAOS, município de VILA RICA, Estado: MT.

ACONDICIONAMENTO.....: A GRANEL.

MODALIDADE DE ENTREGA.....: SOBRE O VEÍCULO DO TRANSPORTADOR

FRETE A PARTIR DO LOCAL
DE RETIRADA POR CONTA DA.....: COMPRADORA

LOCAL CONFERÊNCIA PESO/QUALIDADE.: Origem/Origem

LOCAL DE FORMAÇÃO DA LAVOURA.....: QUAISQUER ÁREAS DE CULTIVO DA VENDEDORA

DESPESAS DO CARREGAMENTO.....: POR CONTA DA VENDEDORA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:22
Número do documento: 23080114572448300000120954497
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572448300000120954497
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:25

EMITIR NOTA FISCAL PARA.....: CARGILL AGRÍCOLA S/A
Endereço: AV BRASIL QD 34 LT 1A NSN - JARDIM DO EDEN
Município: CONFRESA - UF: MT
CNPJ/MF: 60498706039797
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 134814436

3.1 DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA DA MERCADORIA

a) A mercadoria objeto deste contrato deverá ser disponibilizado pela VENDEDORA para retirada pela COMPRADORA na localidade mencionada no campo "LOCAL DE RETIRADA" até a data limite constante do "PRAZO DE ENTREGA" acima especificado, ficando certo e ajustado que a COMPRADORA poderá proceder à retirada a partir das primeiras cargas de PRODUTO depositadas no "LOCAL DE RETIRADA", a partir do início da colheita. A inobservância desta obrigação implicará no vencimento antecipado deste Contrato, ficando a VENDEDORA sujeita a medidas de constrição caso fique constatado que a colheita teve início e não foram destinadas as primeiras cargas à COMPRADORA.

i. Para fins de constatação do início da colheita, as partes concordam que o simples registro de atos de colheita através de fotografias datadas e com coordenadas geográficas compatíveis com quaisquer áreas de plantio da VENDEDORA serão suficientes para determinar o marco de início da exigibilidade da obrigação de entrega dos grãos, sendo certo que a inadimplência desta obrigação ensejará o vencimento antecipado do contrato independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial por parte da COMPRADORA. Caso ocorra a hipótese tratada nesta cláusula, a VENDENDORA estará sujeita a medidas de constrição para cumprimento forçado da obrigação assumida por força deste Contrato.

b) TRANSPORTE: O preço indicado na Cláusula II acima (ou aquele que vier a ser fixado pelas partes) compreende o valor total, fixo eirreajustável pela compra da totalidade de mercadoria objeto deste contrato e a COMPRADORA será integralmente responsável pelos riscos, custos e execução, por conta própria ou terceiro por si contratado, do transporte da mercadoria desde a sua origem até o "destino final" indicado acima, sendo vedada a cobrança de custos adicionais à COMPRADORA.
c) DA EFETIVA ENTREGA DO BEM: A tradição (entrega) da mercadoria, para os fins e efeitos deste contrato, bem como para delimitar e apurar responsabilidade das partes envolvidas, somente será considerada perfeita e acabada com a efetiva retirada, pela COMPRADORA, da totalidade do volume adquirido dentro do prazo ora estipulado e devidamente classificada, assim entendido como o momento em que todo o volume da mercadoria objeto deste contrato estiver disponível no armazém indicado na Cláusula III e dentro do padrão de qualidade mencionado no mesmo dispositivo contratual.

i. Fica certo e ajustado que a efetiva entrega do bem mencionada acima será automaticamente revogada na hipótese de, por qualquer motivo e em qualquer momento, a COMPRADORA sofrer constrição e/ou for compelida a abdicar de qualquer volume que tenha recebido da VENDEDORA, seja em caráter definitivo ou provisório.

ii. Ocorrendo a hipótese do item "c) i." acima, a COMPRADORA se tornará credora da VENDEDORA pelo volume total de produto efetivamente constrito, ficando a VENDEDORA obrigada a repor imediatamente (em até 05 dias úteis a contar da data da realização do ato de constrição) o referido volume, sem qualquer custo adicional à COMPRADORA.

iii. Caso a VENDEDORA descumpra a obrigação de repor o volume de produto constrito, caberá à COMPRADORA o direito de buscar tutela judicial específica para entrega do volume de produto objeto deste Contrato suficiente para o total adimplemento deste pacto, cabendo-lhe ainda a possibilidade de requerer tal tutela em caráter de urgência ou de evidência.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:22
Número do documento: 23080114572448300000120954497
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572448300000120954497
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:25

iv. Na hipótese de descumprimento da obrigação de reposição mencionada no item "c) ii." supra e/ou de não haver produto livre e desonerado para cumprimento da obrigação de entrega, quer este fato seja constatado antes ou depois de ajuizada medida judicial pela COMPRADORA, a VENDEDORA será considerado inadimplente independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação (judicial ou extrajudicial) e estará sujeito ao pagamento das penalidades, indenizações e sanções estipuladas neste instrumento, bem como a devolução de eventuais valores recebidos da COMPRADORA, devidamente corrigidos.

d) DA RECUSA NA ENTREGA DO BEM: A recusa da VENDEDORA em disponibilizar o volume de produto na forma ora estabelecida implicará a sua inadimplência e ocasionará o vencimento antecipado deste instrumento, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação (judicial ou extrajudicial), sujeitando a VENDEDORA a todas as penas e sanções previstas neste instrumento para a hipótese de inadimplência, conferindo à COMPRADORA o direito de tomar todas as medidas que entender cabíveis para o pleno cumprimento do previsto neste instrumento.

i. Para fins de enquadramento no conceito de "RECUSA NA ENTREGA DO BEM", considerar-se-á, dentre outras hipóteses, a simples falta de entrega das primeiras cargas de produto no "LOCAL DE RETIRADA", observado o que dispõe o item "a) i" supra, sendo desnecessário qualquer prévio aviso, notificação ou interpelação (judicial ou extrajudicial) por parte da COMPRADORA para o vencimento antecipado e exigibilidade do cumprimento deste Contrato.

e) A COMPRADORA comprovará a exportação do produto objeto deste Contrato nos termos previstos pela legislação vigente e desde que este Contrato tenha finalidade específica de exportação.

IV - CONDIÇOES DO PREÇO

4.1 O preço ajustado entre as partes é fixo, irretratável e irreajustável e não está sujeito a qualquer tipo de revisão, a teor do que dispõe a cláusula 4.3 e seguintes.

4.2 - A contribuição previdenciária devida será descontada do preço pela COMPRADORA e por ela recolhida, usando o mesmo tratamento para eventuais outros tributos que atribuam à COMPRADORA, a figura de substituta tributária, ou a sua responsabilidade pelo recolhimento, exceto o ICMS.
Será descontado também do preço a ser pago pela COMPRADORA o valor de eventual tributo, fundo ou qualquer outra cobrança exigida pelo Estado que onere as operações de mercado interno ou destinadas para o exterior realizadas pela COMPRADORA.

4.3 Dada a modalidade de preço fixo, irretratável e irreajustável deste instrumento, as partes estabelecem que nenhuma revisão no preço será feita, seja para mais ou para menos, reconhecendo e declarando expressamente que as obrigações assumidas por força deste Contrato estão em perfeito equilíbrio econômico e foram contraídas após mútua negociação e conforme os valores vigentes a epoca do fechamento do negocio, representando beneficios para ambas.

4.3.1 - Em função do previsto neste instrumento, as partes ao concretizarem a presente negociação reconhecem que, dentre outros fatores, a desvalorização da moeda nacional ou estrangeira, a majoração ou criação de novos tributos (com exceção dos tributos, fundos ou demais cobranças exigidas pelo poder público que onerem a operação da COMPRADORA, conforme já citado em CONDIÇÕES DO PREÇO neste Contrato), oscilação nas bolsas nacionais e internacionais de mercadorias, intempéries climáticas, pragas, não constituem fatores caracterizadores de acontecimentos extraordinários, imprevisíveis, caso fortuito e/ou de força maior capazes de ensejar qualquer revisão das condições aqui contratadas, assumindo as partes que quaisquer modificações de vantagens e/ou desvantagens decorrentes de tais fatores fazem parte da natureza da operação e do risco do negócio.

4.4 - A VENDEDORA declara, outrossim, ter conhecimento de que a COMPRADORA é uma

DocuSign Envelope ID: E3898C5F-68C4-4DE4-A1B1-6BAE9C88DC68

empresa esmagadora e comercializadora de grãos e que a mercadoria objeto deste contrato faz parte de uma programação de volumes que já possui destino comprometido, de modo que a sua inadimplência (seja total ou parcial) representará prejuízos e descumprimentos, por parte da COMPRADORA, de compromissos assumidos com terceiros.

V - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O valor total deste Contrato será obtido através da multiplicação do valor fixado na Clausula II pelo volume de produto efetivamente entregue nos moldes e condições aqui estipulados.
O valor devido à VENDEDORA será pago em até 03 (três) dias úteis após a entrega total da mercadoria, ficando certo que os valores aqui estipulados são brutos e sobre eles serão feitas deduções de descontos de qualidade, bem como dos tributos e contribuições legais incidentes, caso a responsabilidade pelos recolhimentos de tais verbas sejam da COMPRADORA.

5.1.1 Fica certo e ajustado que caso ocorra a entrega ou disponibilização da totalidade de volume de produto de forma antecipada, isto é, antes do previsto no PRAZO DE ENTREGA, o prazo de pagamento de 03 (três) dias úteis estipulado na cláusula 5.1. será contado a partir da DATA DE INÍCIO do PRAZO DE ENTREGA.

5.1.2 O pagamento das quantias acima mencionadas será efetuado através de crédito direto na conta corrente bancária de titularidade da VENDEDORA, a ser por ela indicada em momento oportuno.
Havendo penhor de safra vinculado à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA efetivamente registrado no cartório competente, o pagamento será feito em conta corrente vinculada àquela instituição, servindo o comprovante de depósito como recibo suficiente para a quitação da quantia paga.

i. A VENDEDORA está ciente de que a COMPRADORA necessita realizar cadastro dos seus dados para a realização do pagamento dentro do prazo estipulado, razão pela qual fica certo e ajustado que a ausência de informações ou documentos solicitados para a realização de tal cadastro, inclusive obrigações fiscais da operação, automaticamente prorrogarão o prazo para pagamento. Qualquer atraso no pagamento pela não apresentação dos documentos mencionados neste dispositivo não será imputável à COMPRADORA.

5.1.3 Caso haja credor(es) preferencial(is), assim entendidos como aqueles que possuam direito real de garantia (penhor, alienação fiduciária) sobre o bem móvel entregue à COMPRADORA sob a égide deste Contrato, nenhum pagamento será feito à VENDEDORA até que seja apresentada: (i) a respectiva carta de baixa de garantia protocolada em cartório competente; ou (ii) a carta de quitação assinada pelo credor, com firma reconhecida e/ou autenticação eletrônica e acompanhada da procuração do(s) signatário(s); ou (iii) a certidão de cartório atualizada constando a baixa da respectiva garantia. Qualquer atraso no pagamento pela não apresentação dos documentos mencionados neste dispositivo não será imputável à COMPRADORA. O prazo de pagamento da cláusula 5.1 somente se iniciará mediante a entrega dos documentos mencionados nesta cláusula.

5.2 Caso a COMPRADORA, sem justo motivo, deixe de efetuar o pagamento na forma ajustada entre as partes após a entrega efetiva da mercadoria (nos moldes do item “c” da Cláusula 3.1), o valor principal deverá ser acrescido de juros moratórios de 1% (hum por cento) ao mês, até a data em que o pagamento for realizado. Os juros não incidirão se as partes acordarem pela prorrogação da data de pagamento.

5.3 Pago o valor previsto neste instrumento, em tempo e forma pactuados, a VENDEDORA confere à COMPRADORA, de forma automática e independentemente de qualquer outra formalidade, a mais plena, geral e irrevogável quitação por todas as obrigações assumidas quanto ao pagamento do preço, para nada mais reclamar, a qualquer título que seja, servindo o comprovante de depósito bancário como prova suficiente de quitação.

VI - QUALIDADE DA MERCADORIA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:22
Número do documento: 23080114572448300000120954497
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572448300000120954497
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:25

6.1 A totalidade de mercadoria entregue deverá obedecer aos critérios e conceitos definidos pelas Instruções Normativas MAPA nº 11 de 15/05/2007 (D.O.U. 16/05/2007) e nº 37 de 27/07/2007 (D.O.U. 30/07/2007) no tocante à sua qualidade.

6.2 Caso a mercadoria não apresente a qualidade no padrão previsto neste instrumento e na legislação específica aplicável, a COMPRADORA poderá, a seu exclusivo critério: (i) recusar o recebimento, hipótese em que a VENDEDORA ficará obrigada a substituir integralmente o volume por outro que atenda os critérios aqui estabelecidos; ou (ii) aceitar o volume entregue, procedendo os descontos conforme a tabela de descontos acordada entre as partes cujos termos serão afixados no local de entrega do produto.

6.3 Não será aceita pela COMPRADORA a mercadoria que contenha qualquer um dos seguintes contaminantes, em qualquer nível de contaminação:
a) mistura com grãos tratados quimicamente (sementes), de qualquer espécie vegetal;
b) mamona (Ricinus communis);
c) sorgo halepense (Sorghum halepense);
d) outras sementes com efeito tóxico;
e) algodão;
f) resíduos de agrotóxicos de qualquer tipo, inclusive resíduo de paraquat, tudo conforme a legislação;
g) insetos vivos de armazenagem;
h) mofo ou qualquer outra característica (odor, aspecto visual) que torne a mercadoria inapta à sua finalidade.

6.4 A VENDEDORA declara que possui conhecimento técnico suficiente para a atividade agrícola e obriga-se a usar, no cultivo da soja objeto desse Contrato, somente os insumos e defensivos agrícolas que forem aprovados pelo Ministério da Agricultura e demais órgãos competentes, na forma, dosagem e tempo de carência recomendados por referidos órgãos.

6.5 A VENDEDORA declara-se ciente que a COMPRADORA é uma empresa que zela pelo cumprimento das normas de segurança alimentar dos seus produtos e em razão disso, reconhece a sua exclusiva responsabilidade pelo cultivo da mercadoria para que atinja os padrões de qualidades estipulados neste Contrato e na legislação aplicável, isentando a COMPRADORA de qualquer responsabilidade solidária e obrigando-se a reparar qualquer dano (material, moral, ambiental ou de outra natureza) eventualmente causado à COMPRADORA ou terceiros em virtude do não atendimento das obrigações deste instrumento e/ou da legislação vigente.

VII - VENDA DE SOJA COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS (OGM)

7.1 Caso sejam constatadas soja contendo organismos geneticamente modificados (OGM) de eventos transgênicos na mercadoria entregue, a COMPRADORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitá-los desde que tais eventos transgênicos estejam aprovados na forma da lei para uso agrícola no Brasil e nos mercados consumidores no exterior.

7.2 Na hipótese de ser identificado organismo geneticamente modificado, a VENDEDORA declara-se ciente de sua obrigação de pagar o valor devido pelo uso de tal tecnologia, de acordo com as regras previstas nas políticas estabelecidas pelas empresas detentoras do direito de propriedade intelectual.

VIII - INADIMPLÊNCIA DA VENDEDORA

8.1 - Na falta de entrega, parcial ou total, da mercadoria objeto deste Contrato dentro das bases e condições aqui ajustadas, bem como nas hipóteses de vencimento antecipado e descumprimentos específicos de outras obrigações aqui firmadas, ficará determinado o inadimplemento e evidenciada

de pleno direito a mora por parte da VENDEDORA, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação (judicial ou extrajudicial), ensejando à COMPRADORA o direito e integrais prerrogativas de adotar imediatamente e a seu critério todas as medidas judiciais cabíveis para o recebimento da quantidade e volume de produto não entregue pela VENDEDORA.

8.1.1 - A inadimplência (total ou parcial) da VENDEDORA que ensejar a propositura de medidas judiciais ou extrajudiciais para forçar o cumprimento deste Contrato, seja com relação à obrigação de entrega de produto, seja com relação à obrigação de pagar indenizações e penalidades contratuais, deverá ser calculada acrescendo-se juros moratórios "pro-rata tempore" à taxa de 1% (um por cento) ao mês, que serão acrescidos à quantidade de produto não entregue pela VENDEDORA ou ao montante total devido a título de indenização e penalidades. A VENDEDORA desde já renuncia a qualquer revisão ou questionamento deste critério de cálculo, admitindo-os como de sua plena conveniência e adequação.

8.2 - Fica certo e ajustado que a COMPRADORA possui interesse primordial no cumprimento da obrigação de entrega do produto objeto deste Contrato, a teor do disposto na 4.4, porém caso não seja possível o seu cumprimento, o que não se admitirá de plano nas hipótese listadas na Cláusula 4.3.1, a VENDEDORA estará sujeita ainda ao pagamento de indenizações e penalidades a seguir descritos:

a) Diferencial de Mercado: verba de cunho indenizatório, que visa recompor as perdas e danos incorridas em razão da inadimplência, cujo cálculo para apuração é: a diferença apurada entre (i) o preço do volume total de produto não entregue adotando-se por base o preço da Cláusula II, e (ii) o preço atual do volume total de produto não entregue.

a)1. Para apuração do preço atual do volume não entregue, conforme item “a) (ii)” acima, adotar-se-á o valor de saca de soja disponível, vigente e praticado na praça da cidade do Local de Entrega ou da região mais próxima na ausência do primeiro (“Índice de Preço”) divulgado pelo Agrolink (https://www.agrolink.com.br/cotacoes/) ou outro canal de consulta pública, no primeiro dia útil posterior ao término do PRAZO DE ENTREGA ou da antecipação do vencimento ou no primeiro dia útil posterior em que tal Índice de Preço estiver disponível.

b) Multa penal: multa não compensatória, no percentual de 20% (vinte por cento) do valor total deste Contrato, que será devida em qualquer hipótese de inadimplemento pela VENDEDORA. Considerando o caráter não compensatório, a multa penal será devida cumulativamente ao diferencial de mercado, caso não seja entregue o volume total de produto conforme este Contrato.

c) Em caso de inadimplência da VENDEDORA que decorra especificamente do descumprimento de obrigações socioambientais e/ou trabalhistas, ela (VENDEDORA) estará sujeita à multa penal cumulativa e não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, a qual será devida de imediato,facultado à COMPRADORA o direito de considerar este instrumento rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação (judicial ou extrajudicial).

8.3 - Declaram neste ato as partes a sua plena ciência e inequívoca concordância, de que as obrigações, penalidades e sanções ora capituladas não descaracterizam e tampouco afastam o caráter de absoluta irrevogabilidade e irretratabilidade deste Contrato.

8.4 - Na hipótese de inadimplência (total ou parcial) por parte da VENDEDORA e houver ocorrido antecipação de pagamento deste Contrato pela COMPRADORA, seja via adiantamento financeiro ou mediante entrega de insumos agrícolas (como por exemplo em operações de “barter”), além do pagamento das penalidades e indenizações incidentes, a VENDEDORA deverá restituir as quantias recebidas antecipadamente corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 1% (hum por cento) ao mês, juros estes que deverão ser contabilizados desde a data do desembolso ou do faturamento dos insumos agrícolas e até a sua efetiva restituição à COMPRADORA.

8.4.1 - Quando o adiantamento tiver sido efetuado mediante entrega de insumos, o valor a ser restituído será calculado de acordo com o preço atual do mesmo insumo em questão ao tempo da inadimplência, praticado pela fabricante na praça do local em que foi entregue/retirado, incluindoos custos de frete (se houver) e juros de 1% (hum por cento) ao mês, contabilizados desde a data da entrega dos insumos agrícolase até o efetivo pagamento à COMPRADORA.

IX - MORATÓRIA DA SOJA – APLICÁVEL SOMENTE AOS PRODUTORES NO BIOMA AMAZÔNIA

9.1 - A VENDEDORA declara ter conhecimento da Declaração de Moratória da Soja feita pelas Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE e Associação Nacional dos Exportadores de Cereais - ANEC.

9.2 - Tendo em vista que a COMPRADORA integra o quadro associativo da ABIOVE e da ANEC e, portanto, também aderiu à Moratória da Soja, a VENDEDORA declara para todos os fins de direito que a soja a ser cultivada para o cumprimento deste contrato não será plantada em áreas que foram desflorestadas dentro do Bioma Amazônia a partir de 22 de julho de 2008, assumindo toda a responsabilidade por acompanhar a lavoura e certificar a origem regular da mercadoria.

9.3 - Em caso de descumprimento do previsto nesta cláusula, a COMPRADORA não receberá ou devolverá a mercadoria, arcando a VENDEDORA com as despesas de transporte e remoção respectivas, bem como a COMPRADORA considerará a VENDEDORA inadimplente em relação à sua obrigação de entrega da mercadoria, aplicando as sanções previstas neste instrumento.

X - CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

10.1 - A VENDEDORA declara que está dando integral cumprimento à legislação ambiental aplicável à sua atividade, bem como declara estar em situação regular e de conformidade perante os órgãos ambientais, possuindo as licenças e demais atos autorizativos aplicáveis à sua atividade vigentes, concedendo desde logo à COMPRADORA o direito de vistoriar a qualquer tempo, durante a vigência deste Contrato, o imóvel de situação da produção contratada, mediante combinação prévia de dia e hora.

10.1.1 - Sem prejuízo da obrigação da VENDEDORA de manter suas atividades em conformidade com a legislação ambiental durante toda a vigência do presente Contrato, em atenção à Cláusula acima a VENDEDORA disponibilizará à COMPRADORA no ato de assinatura deste Contrato cópia do comprovante de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural ou Planta Cadastral do imóvel gerada pelo SIGEF/INCRA. Na impossibilidade justificada de entregar os referidos documentos, compromete-se a VENDEDORA a apresentar as coordenadas geográficas do local de produção.

10.2 - A VENDEDORA declara para todos os fins e efeitos de direito que sua lavoura não foi produzida em área de Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, Unidades de Conservação ou suas zonas de amortecimento, reservas indígenas, assentamentos ou áreas que tenham qualquer tipo de proteção especial ou restrição pela legislação ambiental em vigor.

10.3 - A VENDEDORA também declara que a lavoura não foi produzida em áreas desmatadas irregularmente, considerando-se irregular toda e qualquer supressão ou conversão que não tenha sido expressamente autorizada pelo órgão ambiental, bem como declara que a lavoura não foi produzida em áreas embargadas por ordem administrativa ou judicial, e que adota medidas e procedimentos cabíveis a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente. A VENDEDORA se compromete a apresentar as autorizações de supressão vegetal, ou qualquer outro documento referente à regularidade do imóvel ou produção dos grãos solicitado pela COMPRADORA.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:22
Número do documento: 23080114572448300000120954497
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572448300000120954497
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:25

10.3.1 - Na hipótese de a VENDEDORA não ser o responsável pelo plantio, desenvolvimento e colheita da lavoura, tais como Comerciantes, Revendas e Cooperativas, ela (VENDEDORA) se responsabiliza pela rastreabilidade e monitoramento de seus fornecedores, garantindo o cumprimento das obrigações de cunho ambiental e social assumidas no presente instrumento.

10.4 - Caso, a qualquer tempo, sejam identificadas irregularidades, embargos ou quaisquer outras restrições ambientais na lavoura da VENDEDORA, a COMPRADORA, a seu exclusivo critério, tem o direito de não receber ou devolver a mercadoria, arcando a VENDEDORA com as respectivas despesas de transporte e remoção, bem como a COMPRADORA considerará a VENDEDORA inadimplente em relação à sua obrigação de entrega da mercadoria, aplicando as sanções previstas neste instrumento.

10.5 - O dispositivo acima aplica-se a todas as lavouras de titularidade da VENDEDORA, de seu cônjuge, de ascendentes ou descendentes com parentesco até 5º grau ou de empresas e parceiros que possam desenvolver negócios com a VENDEDORA.

10.6 - A VENDEDORA compromete-se a informar a COMPRADORA, em até 2 (dois) dias úteis a contar de sua ciência, caso venha a ter conhecimento de qualquer irregularidade, embargo ou restrição em lavoura de sua titularidade, de ascendentes ou descendentes com parentesco até 5º grau ou de empresas e parceiros que possam desenvolver negócios com a VENDEDORA, apresentando de imediato os documentos correlatos ao fato informado.

10.7 - Na hipótese do embargo identificado ser parcial, afetando apenas parte do imóvel da VENDEDORA, de seu cônjuge, de ascendentes ou descendentes com parentesco até 5º grau ou de parceiros de negócios que possam abrigar a formação da lavoura a VENDEDORA deverá disponibilizar à COMPRADORA documento oficial emitido pelo órgão ambiental ou laudo técnico assinado por profissional habilitado contendo a delimitação precisa do polígono da área embargada, comprometendo-se a cessar de imediato eventual produção já existente na área embargada, não realizando novos plantios, bem como a, em nenhuma hipótese, misturar a produção proveniente das áreas não comprometidas pelo embargo, produzindo evidências documentais acerca do cumprimento do embargo.

10.7.1 - A COMPRADORA, a seu exclusivo critério, tendo em vista o permissivo contido no art. 15-A do Decreto Federal nº 6.514/2008, poderá realizar o monitoramento da colheita e da área de produção, cabendo à VENDEDORA franquear todas as informações necessárias para essa diligência, notadamente no que se refere ao período previsto para a colheita, bem como conceder o livre acesso da VENDEDORA e/ou seus prepostos devidamente identificados ao imóvel e eventuais instalações acessórias (armazéns, e etc.) para a realização do monitoramento.

10.7.2 - Como alternativa ao monitoramento descrito na Cláusula acima, a VENDEDORA poderá obter certidão junto ao órgão ambiental federal, estadual ou municipal atestando que o embargo está sendo respeitado e que a produção de grãos ocorre fora da área embargada. Para fins do presente Contrato, a referida certidão deverá ser renovada a cada 90 (noventa) dias.

10.7.3 - Havendo justo receio quanto à origem dos grãos, a COMPRADORA, a seu exclusivo critério, tem o direito de devolver a mercadoria, arcando a VENDEDORA com as respectivas despesas de transporte e remoção, bem como a COMPRADORA considerará a VENDEDORA inadimplente em relação à sua obrigação de entrega da mercadoria, aplicando as sanções previstas neste instrumento.

10.8 - Na eventualidade de ocorrer invasão de terceiros no imóvel rural, a VENDEDORA se compromete a informar de imediato o fato à COMPRADORA, sem prejuízo da obrigatória comunicação aos órgãos ambientais, bem como se compromete a não utilizar a terra invadida ou queimada para o plantio do produto objeto deste Contrato, devendo apresentar à COMPRADORA evidências da ocorrência da invasão, da delimitação da área impactada e das medidas adotadas para

solucioná-la.

10.9 - Quaisquer danos ambientais, inclusive os decorrentes de caso fortuito e força maior, relacionados direta ou indiretamente às atividades e operações da VENDEDORA, são de responsabilidade exclusiva da VENDEDORA, a qual se obriga a manter a COMPRADORA isenta de qualquer responsabilidade, devendo indenizá-la por todo e qualquer custo, despesa, multa, indenização e/ou prejuízo decorrentes dos referidos danos ambientais, sem prejuízo do exercício do direito de regresso da COMPRADORA para reaver eventual importância despendida ou paga no cumprimento de obrigação de responsabilidade da VENDEDORA.

10.10 - A VENDEDORA se compromete a, sempre que solicitado pela COMPRADORA, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação, apresentar informações fidedignas sobre a área de cultivo dos grãos objeto deste Contrato, incluindo (mas não se limitando a) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), número no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e/ou coordenadas geográficas.

XI - PROTOCOLO VERDE DOS GRÃOS DO PARÁ - APLICÁVEL SOMENTE AOS PRODUTORES NO PARÁ

11.1 A VENDEDORA declara ter conhecimento do Protocolo Verde dos Grãos do Pará, compromisso assinado pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais ABIOVE, pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais ANEC e outras entidades representativas do setor produtivo com o Governo do Estado do Pará, Ministério do Meio Ambiente e o Ministério Público Federal.

11.2 Tendo em vista que a COMPRADORA integra o quadro associativo da ABIOVE e da ANEC, e portanto, também aderiu ao Protocolo Verde dos Grãos, a VENDEDORA declara para todos os fins de direito que cumpre os seguintes critérios socioambientais descritos nas diretrizes do compromisso:

a. estar inscrito no Cadastro Ambiental Rural (SiCAR);
b. emitir Nota Fiscal para seus produtos;
c. não figurar nas listas de áreas embargadas divulgadas pelo IBAMA e pela SEMAS/PA (LDI - Lista do Desmatamento Ilegal do Estado do Pará);
d. não figurar na lista de trabalho degradante ou análogo a escravo da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia;
e. não ter realizado abertura de área detectada pelos dados oficiais do sistema PRODES/INPE em seus imóveis a partir de 22.07.2008, exceto quando autorizada pelo órgão ambiental competente

11.3 A VENDEDORA também declara que o imóvel rural de procedência da produção objeto deste Contrato não é objeto de Ação Civil Pública envolvendo a reparação/indenização por dano ambiental movida pelo Ministério Público Federal e/ou demais órgãos legitimados.

11.4 - Caso seja identificada no monitoramento realizado no âmbito do Programa de Cálculo do Desflorestamento na Amazônia Brasileira (PRODES/INPE) a abertura de área no imóvel da VENDEDORA ou de quaisquer das pessoas listadas na Cláusula 10.5, caberá à VENDEDORA comprovar à COMPRADORA a regularidade ambiental da área de produção, no prazo de 10 (dez) dias contados da comunicação do fato por qualquer das partes, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. cópia da autorização para supressão de vegetação (ASV) emitida pelo órgão ambiental competente para o desmatamento detectado via PRODES/INPE; ou
b. cópia de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado e comprovante de recolhimento (DAE) da indenização por dano ambiental (relativo ao desmatamento verificado pelo PRODES/INPE); ou
c. cópia da decisão favorável, nos casos de contestação deferida no antigo sistema SIGAM (relativo ao desmatamento verificado pelo PRODES/INPE); ou
d. comprovar que o imóvel já está em processo de regularização perante o Portal de Adequação Ambiental da SEMAS/PA (relativo ao desmatamento verificado pelo PRODES/INPE).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:22
Número do documento: 23080114572448300000120954497
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572448300000120954497
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:25

11.5 - A não comprovação ou a comprovação insuficiente da regularidade ambiental do desmatamento eventualmente detectado via monitoramento PRODES/INPE autoriza a COMPRADORA a considerar a VENDEDORA inadimplente em relação à sua obrigação de entrega da mercadoria, aplicando-se as sanções previstas neste instrumento, especialmente no tocante à Cláusula VIII.

XII - DOS COMPROMISSOS ÉTICOS

12.1 - A VENDEDORA se compromete a não utilizar, em qualquer das atividades relacionadas à execução deste Contrato, mão-de-obra infantil, ou em condição análoga à escrava bem como a não adotar práticas que configurem trabalho degradante, devendo continuamente observar a legislação e as normas de segurança aplicáveis às referidas atividades, bem como se compromete a adotar e exigir postura semelhante em todos os acordos ou contratos firmados com seus fornecedores e prestadores de serviços.

12.2 - A VENDEDORA se compromete a prover condições de trabalho seguras, tratar seus trabalhadores com dignidade e respeito, agir de forma íntegra e ética, conduzindo suas atividades de modo a respeitar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente, conforme estabelecido na Carta Internacional dos Direitos Humanos, na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, e no Decreto nº 9.571/2018 e demais legislações aplicáveis.

12.3 - A VENDEDORA deve respeitar a Constituição Federal e toda a legislação trabalhista, inclusive os direitos de seus colaboradores de se associarem livremente, afiliar-se a sindicatos de trabalhadores, e associações, de envolverem-se em negociações coletivas, receberem todos os benefícios previstos em lei e instrumentos coletivos, inclusive descanso intra e interjornada e o descanso semanal e não exceder a jornada de trabalho legal, comprometendo-se a não praticar atos quaisquer atos de violência que visem ao impedimento de tais direitos.

12.4 - A VENDEDORA se compromete, ainda, a respeitar direitos de crianças e adolescentes, exigindo dos seus fornecedores e parceiros comerciais ações preventivas e reparatórias para evitar riscos, impactos e violações a direitos de crianças e adolescentes, e combatendo, em todas as suas atividades, operações e relações comerciais a prática do trabalho infantil e análogo à escravidão e não mantendo relações comerciais (seja de subcontratação ou aquisição de bens e serviços) com empresas e pessoas listadas nos cadastro de responsabilidade socioambiental, como, por exemplo, o "Cadastro de Empregadores que tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas à de Escravo".

12.5 - A VENDEDORA declara e se compromete a garantir que a produção de grãos objeto do presente contrato será proveniente de área que se encontra regular do ponto de vista fundiário, sobre a qual o produtor tenha legítimo domínio e posse plena, mansa e pacífica, com os respectivos direitos reais reconhecidos e consolidados na forma da legislação vigente, não sendo a posse da área objeto de litígio em curso na esfera administrativa ou judicial ou fruto de esbulho, invasão ou qualquer outro tipo de ato de violência ou de lesão a direitos de terceiros sobre o imóvel.

12.6 - A não observância dos compromissos assumidos nas Cláusulas acima poderá ensejar a rescisão imediata do presente instrumento, além da aplicação das penalidades aqui previstas, sem prejuízo da indenização por eventuais perdas e danos patrimoniais e extrapatrimoniais a que tiver dado causa à Compradora em virtude das referidas condutas impróprias.

XIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL: As partes reconhecem, de modo irrevogável e

irretratável, a plena certeza, liquidez e exigibilidade deste instrumento a teor do que dispõe o Art. 784, inciso III do Código de Processo Civil, tanto quanto à obrigação principal quanto às obrigações acessórias de caráter penal, sancionatório e indenizatório estipuladas neste instrumento.

13.2 - A VENDEDORA declara-se legítima proprietária e possuidora da mercadoria objeto deste Contrato, bem como apta a aliená-la na forma deste pacto. Todavia, caso seja constatado em momento posterior à assinatura deste instrumento que a mercadoria objeto deste Contrato foi onerada ou garantida para terceiros de modo a inviabilizar o cumprimento das obrigações aqui assumidas, este Contrato poderá ser antecipadamente vencido e ainda que a mercadoria seja entregue, os pagamentos devidos pela COMPRADORA somente serão efetuados na forma da Cláusula V.

13.2.1 - A previsão acima se aplica também caso a mercadoria adquirida pela COMPRADORA seja entregue a terceiros, tais como, mas não limitado, a cooperativas, cerealistas ou semelhantes.

13.3 - Caso a VENDEDORA tenha mais de um contrato de compra e venda de soja em grãos com a COMPRADORA da mesma safra, tendo em vista que a compra e venda de grãos faz parte de uma programação de volume de grãos da COMPRADORA, a teor do disposto na Cláusula 4.4, e que todas as contratações atendem completamente os anseios comerciais de ambas as partes, a COMPRADORA fica autorizada a alocar as entregas de volumes em quaisquer dos contratos vigentes.

13.4 - Uma vez cumpridas integralmente as obrigações assumidas pela VENDEDORA, obriga-se a COMPRADORA a promover a liberação das garantias eventualmente prestadas pela VENDEDORA e/ou seus garantidores, restituindo-lhes os títulos entregues.

13.5 - O presente contrato é irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

13.6 - COMPENSAÇÃO: Caso a VENDEDORA possua débitos com a COMPRADORA oriundo deste Contrato ou de outras relações, fica expressamente autorizada a compensação de referidos débitos com os créditos que forem gerados por força deste Contrato ou de outros.

13.7 - Fica permitido o acesso da COMPRADORA, por conta própria ou através de terceiros, às lavouras de posse e/ou propriedade da VENDEDORA, com o objetivo de inspecioná-las e fiscalizá-las, podendo inclusive tirar fotografias e/ou firmar laudos e caso seja solicitada a assinatura da VENDEDORA, este desde já se compromete a fornecê-la. A constatação de qualquer desfalque, total ou parcial, sujeita a VENDEDORA ao disposto neste instrumento quanto a inadimplência, conferindo à COMPRADORA o direito de vencer antecipadamente o Contrato e tomar todas as medidas que entender cabíveis para o cumprimento forçado do previsto neste instrumento, independentemente de qualquer aviso, interpelação (judicial ou extrajudicial) e/ou notificação.
Fica a COMPRADORA também irrecusavelmente autorizada pela VENDEDORA, a tratar os dados pessoais da VENDEDORA, incluindo seu compartilhamento com os terceiros usados pela COMPRADORA para fazer as inspeções, fiscalizações e/ou monitoramentos mencionados neste Contrato, com a finalidade de conferir o cumprimento do Contrato pela VENDEDORA, ficando entendido que o tratamento de tais dados pessoais pela COMPRADORA e/ou pelos terceiros usados pela COMPRADORA deve ser realizado em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (doravante, "Lei de Proteção de Dados") e o Aviso de Informações Comerciais dos fornecedores e/ou clientes da COMPRADORA, que pode ser consultado no seguinte link: https://www.cargill.com/page/business-notice-pt-br.

13.7.1 - PROVAS PARA EMBASAMENTO DE MEDIDAS DE URGÊNCIA: Conservando a boa-fé e lealdade negocial mútuas, além do respeito pela distribuição do ônus da prova nos termos da legislação processual civil vigente, as partes acordam que na hipótese de qualquer dos contratantes oferecer resistência em produzir (ou permitir a produção) de prova material para embasar medidas de urgência (tal como mas não limitada à hipótese da Cláusula 3.1, item "a" e subitem

"i") especialmente com a finalidade de alienação do bem objeto deste Contrato a terceiros ("desvio de safra"), as partes declaram e aceitam que o simples registro fotográfico ou através de vídeos, preferencialmente datados e com coordenadas geográficas compatíveis com quaisquer áreas de plantio da VENDEDORA, tirados ainda que extra-porteiras (do lado de fora das fazendas) servirão como prova suficiente de desvio de safra e intenção de inadimplência, apto a ensejar o vencimento antecipado deste Contrato e a exigibilidade das obrigações assumidas.

13.8 - A VENDEDORA se obriga a reembolsar completamente a COMPRADORA por todas as multas, juros, cláusula penal e eventuais indenizações de qualquer natureza, decorrentes do inadimplemento ou vencimento antecipado do presente Contrato, bem como todas as custas e despesas judiciais e extrajudiciais em que a COMPRADORA incorra para a cobrança/execução do presente Contrato, incluindo honorários advocatícios contratuais, sucumbenciais e honorários periciais.

13.9 - A VENDEDORA obriga-se a não ceder, sob qualquer forma, os direitos do presente contrato, em especial os creditórios, sem anuência prévia e escrita da COMPRADORA, exceto se o cessionário for empresa pertencente ao grupo econômico da COMPRADORA.

13.10 - A VENDEDORA declara conhecer o Código de Conduta do Fornecedor da CARGILL, disponível no link www.cargill.com/supplier-code, e se obriga a cumpri-lo integralmente.

13.11 - Se a VENDEDORA tiver acesso a quaisquer Dados Pessoais, ela terá as obrigações estabelecidas nesta Cláusula com relação aos Dados Pessoais, além das obrigações estabelecidas na cláusula de confidencialidade aqui prevista. Na medida em que as obrigações nesta Cláusula entrem em conflito com aquelas estabelecidas na cláusula de confidencialidade deste Contrato, as obrigações estabelecidas nesta Cláusula prevalecerão.

13.12 - OBRIGAÇÕES GERAIS DE PRIVACIDADE: Na medida em que for aplicável, a VENDEDORA deverá sempre cumprir com todas as obrigações que lhe são aplicáveis de acordo com toda a legislação de proteção de dados aplicável em relação a todos os dados pessoais que são processados por ela, aos quais tem acesso no curso de cumprir suas obrigações sob este Contrato, inclusive (i) mantendo um registro ou notificação válida e atualizada nos termos da legislação de proteção de dados, (ii) cumprindo toda a legislação de proteção de dados aplicável aos fluxos de dados transfronteiriços de dados pessoais e medidas de segurança exigidas para dados pessoais, e (iii) manter medidas técnicas, organizacionais, administrativas, físicas e de segurança adequadas para proteger a confidencialidade dos dados pessoais. A VENDEDORA não deve usar dados pessoais para qualquer outra finalidade que não seja o cumprimento das obrigações da VENDEDORA nos termos deste Contrato.
A VENDEDORA e o pessoal da VENDEDORA não devem processar, transferir, divulgar, transmitir ou disseminar dados pessoais, sem a aprovação prévia e por escrito da COMPRADORA. A VENDEDORA deve tomar as medidas apropriadas para fazer com que seu Pessoal que tenha acesso aos dados pessoais seja avisado dos termos desta Cláusula e treinado em relação ao manuseio desses dados pessoais. A VENDEDORA será responsável por qualquer falha de seu Pessoal em cumprir as obrigações da VENDEDORA, conforme estabelecido nesta Cláusula.

A VENDEDORA irá proporcionar plena cooperação e assistência à COMPRADORA quando solicitado para que a COMPRADORA possa cumprir suas obrigações decorrentes da Lei de Proteção de Dados, inclusive em relação a registros e arquivamentos, segurança dos dados, notificações de incidentes de dados, relatórios de impacto de proteção de dados, consulta prévia a autoridades de proteção de dados, qualquer requerimento, notificação ou investigação recebida de uma autoridade de proteção de dados, além do atendimento aos direitos dos titulares de dados e quaisquer outras cláusulas ou acordos requeridos pela COMPRADORA diante desse Contrato.
Sem custo adicional, a VENDEDORA disponibilizará à COMPRADORA todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei de Proteção de Dados e

permitir e contribuir com auditorias, incluindo inspeções físicas nos estabelecimentos da VENDEDORA, realizadas pela COMPRADORA ou seus representantes.

13.13 - Dados europeus: Salvo acordo em contrário, a VENDEDORA processará e armazenará todos os dados pessoais no (i) Brasil, (ii) na jurisdição em que o titular dos dados reside (ou, no caso de um titular de dados que resida na Àrea Económica Europeia, no Área Económica Europeia) ou (iii) as jurisdições estabelecidas na Declaração de Trabalho aplicável e não devem transferir, processar ou manter dados pessoais em qualquer outra jurisdição, sem o consentimento prévio da COMPRADORA. A VENDEDORA não deve transferir dados pessoais de um país do Espaço Econômico Europeu para países considerados pela União Europeia como não tendo proteção adequada, sem primeiro garantir que as cláusulas contratuais padrão aprovadas pela Comissão Europeia, como cláusulas contratuais padrão para a transferência de dados pessoais para processadores em países terceiros, nos termos da Diretiva, existe entre o Afiliado da COMPRADORA que é o exportador e o importador de dados (conforme esses termos são definidos pela Diretiva). Se solicitado pela COMPRADORA, a VENDEDORA celebrará um contrato de proteção de dados com a COMPRADORA, de forma aceitável pela COMPRADORA, e alterará o Contrato conforme necessário para cumprir com as novas leis. As Partes reconhecem que, para os fins da Diretiva, a VENDEDORA atuará como um processador de dados em relação a todos os dados pessoais que acessa sob este Contrato, que a COMPRADORA é o controlador de dados em relação a esses dados pessoais e que a VENDEDORA agirá de acordo com as instruções da COMPRADORA em relação a esses dados pessoais.
A VENDEDORA deverá notificar prontamente a COMPRADORA caso acredite que qualquer uso de Dados Pessoais contemplado neste Contrato possa caracterizar sua atuação como "controlador". Se a VENDEDORA considerar que é necessário tratar os Dados Pessoais de forma diferente da especificada acima em decorrência de lei ou regulamento brasileiro aplicável, a VENDEDORA notificará a COMPRADORA por escrito antes de qualquer tratamento, a menos que a lei proíba tal notificação por motivos de interesse público. A VENDEDORA não executará suas obrigações sob este Contrato de forma que a COMPRADORA viole suas obrigações sob a Lei Geral de Proteção de Dados.

13.14 - Informações de saúde protegidas: Se a VENDEDORA ou o Pessoal da VENDEDORA tiver acesso a "informações de saúde protegidas", a VENDEDORA assinará um Contrato de Parceiro de Negócios de uma forma aceitável pela COMPRADORA. A VENDEDORA deve cumprir os termos desse Contrato de Parceiro de Negócios na execução dos Serviços aplicáveis.

13.15 - Divulgação ou acesso não autorizado: Se a VENDEDORA tiver conhecimento de qualquer divulgação não autorizada ou acesso a dados pessoais, a VENDEDORA deverá: (i) relatar rapidamente (e em qualquer caso dentro de 24 horas) tal divulgação não autorizada ou acesso à COMPRADORA; (ii) mitigar, na medida do possível, quaisquer efeitos nocivos de tal divulgação ou acesso; e (iii) cooperar com a COMPRADORA no fornecimento de quaisquer avisos que julgar apropriados. Se qualquer divulgação ou acesso não autorizado a dados pessoais for atribuível a uma violação da VENDEDORA ou de seu pessoal das obrigações da VENDEDORA nos termos deste Contrato, a VENDEDORA arcará (A) com os custos incorridos pela VENDEDORA no cumprimento de suas obrigações legais relacionadas a essa violação, e (B) além de quaisquer outros danos pelos quais a VENDEDORA possa ser responsabilizada nos termos deste Contrato, os seguintes custos incorridos pela COMPRADORA em resposta a essa violação, na medida do aplicável: (1) o custo de notificação às pessoas afetadas (2) o custo de fornecer aviso a agências governamentais, agências de crédito e / ou outras entidades necessárias, (3) o custo de fornecer às pessoas afetadas serviços de monitoramento de crédito por um período especifico que não exceda doze (12) meses, na medida em que o incidente pode levar a um comprometimento do crédito ou da capacidade creditícia do titular dos dados, (4) suporte de call center para esses indivíduos afetados por um período específico que não exceda trinta (30) dias e (5) o custo de quaisquer medidas exigidas pela lei aplicável.

13.16 - FORO DE ELEIÇÃO: Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo/SP (Fórum Central) para dirimir quaisquer dúvidas eventualmente oriundas deste Contrato.

13.17 - CONSENTIMENTO E EFEITO LEGAL DA ASSINATURA ELETRÔNICA: As Partes acordam expressamente que poderão optar por assinar este Contrato, através de seus representantes legais e na presença de 2 (duas) testemunhas, por meio de assinatura eletrônica em qualquer dispositivo eletrônico (portátil ou outro) e reconhecem que ele deve ser legalmente vinculadoàs Partes como uma assinatura manuscrita. A versão eletrônica do Contrato assinado eletronicamente, caso seja essa a opção das Partes, será considerada o Contrato original firmado. Todas as cópias impressas dessa versão eletrônica serão consideradas "originais duplicados" do Contrato firmado.

13.18 - Todos os avisos, reclamações, notificações ou quaisquer comunicações que se façam necessários entre as partes em decorrência deste instrumento contratual, inclusive citação e intimação judicial, poderão ser efetivados por meio de (a) correspondência entregue pessoalmente ou postada com aviso de recebimento (para os endereços constantes do preâmbulo deste instrumento); ou (b) correio eletrônico para os destinatários abaixo indicados:

COMPRADORA: Cargill Agrícola S/A E-mail: caique_pinheiro@cargill.com	VENDEDORA: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO E-mail: pbmdaniela@gmail.com

13.18.1 - Fica expressamente autorizado pelas partes o envio de documentos para os endereços eletrônicos (e-mail) acima indicados com a finalidade de formalizar comunicações, tratativas, declarações e outros ajustes sob a égide da relação contratual aqui estabelecida.

13.18.2 - Fica certo e ajustado que os endereços eletrônicos acima declarados são verdadeiros e de titularidade de cada declarante, ficando cada parte integralmente responsável, sob as pena da lei, pelas manifestações de vontade que partirem de tais endereços eletrônicos.

E, por estarem assim firmes e contratados, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente na folha de assinaturas, ou em via expressa impressa em 2 (duas) vias, conforme for vontade das partes, na presença de 2 (duas) testemunhas, para que opere todos os efeitos legais.

CONFRESA - MT, 4 de Maio de 2023.

_____

CARGILL AGRICOLA S/A
COMPRADORA

_____

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
VENDEDOR

TESTEMUNHAS:

_____

Nome:
CPF/MF:

_____

Nome:
CPF/MF:

CONFRESA – MT 06/07/2023

À
Rafael Rodrigo Gallo de Mello - (CPF nº 089.692.479-39)
Endereço: FAZ ESTR CAMPINAPOLIS A NOVO S NSN
Município: CAMPINAPOLIS
CEP: 78630000

RESPOSTA À NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL.

Ref.: Contrato e Compra e Venda de Grãos de Soja nº 3470401288.

Prezado Senhor,

CARGILL AGRÍCOLA S/A, empresa com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, n. 1240 - Morumbi Corporate - Torre Diamond - 6º Andar, São Paulo/SP e filial localizada em Confresa/MT, à Av. Brasil, Quadra 34, Lote 1-A, Jardim do Eden, CEP: 78652-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.498.706/0397-97, doravante denominada "CARGILL" e representada, neste ato, por seus representantes legais, vem através da presente **CONTRANOTIFICAR** V. Sa. pelas razões de fato e direito que passa a expor:

I – SÍNTESE DA NOTIFICAÇÃO

A Cargill recebeu Notificação Extrajudicial de V.Sa., na qual menciona que em 03/05/2023 celebrou com nossa empresa o Contrato de Compra e Venda nº 3470401288 ("Contrato"), objetivando a comercialização de 858.000 kg (oitocentos e cinquenta e oito mil quilos) de soja em grãos, volume correspondente a 60 sacas de 60 kg cada, ao preço de R$ 115,00 (cento e quinze reais) por saca.

V. Sa. informa que o volume total de grãos contratado foi entregue à Cargill no dia 29/05/2023 e que, portanto, o pagamento do crédito gerado em seu favor deveria ter sido feito pela Cargill em até 3 (três) dias após referida entrega.

Alega que até o momento a Cargill não procedeu com o pagamento à V.Sa. e que as razões apontadas por nossa empresa para a retenção do pagamento não seriam plausíveis, ainda que amparadas por cláusulas do contrato.

Ao final, relaciona normas dos âmbitos civil e criminal ao caso e solicita que a Cargill proceda com o pagamento de R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais) na conta de vossa titularidade.

II – DAS RAZÕES DE FATO E DE DIREITO

Feita a síntese dos termos da Notificação, cumpre à Cargill esclarecer a real situação fática e de direito conforme segue abaixo.

De fato, o Contrato supramencionado foi celebrado entre as partes, através do qual V.Sa. se comprometeu a disponibilizar 858.000 kg de soja no período de 03/05/2023 até 20/05/2023, sendo

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:22
Número do documento: 23080114572448300000120954497
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572448300000120954497
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:25

Cargill

que em contrapartida a Cargill se comprometeu a pagar o valor correspondente, nos termos e condições previstos no Contrato.

Cumpre esclarecer que após conferência sobre a regularidade da mercadoria entregue, a Cargill constatou a existência de penhores agrícolas de primeiro grau sem concorrência de terceiros em favor da empresa Rural Brasil S.A sobre volume de grãos de soja da safra 2022/2023, provenientes de fazendas localizadas no município de Campinápolis-MT, Maringá-PR e Araçatuba-SP.

Nesse sentido, reforçamos as cláusulas 5.1.3 e 13.2 do contrato que inclusive foram mencionadas por V.Sa. na notificação:

> *"5.1.3 – Caso haja credor(es) preferencial(is), assim entendidos como aqueles que possuam direito real de garantia (penhor, alienação fiduciária) sobre o bem móvel entregue à COMPRADORA sob a égide deste Contrato, nenhum pagamento será feito à VENDEDORA até que seja apresentada: (i) a respectiva carta de baixa de garantia protocolada em cartório competente; ou (ii) a carta de quitação assinada pelo credor, com firma reconhecida e/ou autenticação eletrônica e acompanhada da procuração do(s) signatário(s); ou (iii) a certidão de cartório atualizada constando a baixa da respectiva garantia. Qualquer atraso no pagamento pela não apresentação dos documentos mencionados neste dispositivo não será imputável à COMPRADORA. O prazo de pagamento da cláusula 5.1 somente se iniciará mediante a entrega dos documentos mencionados nesta cláusula."*

> *"13.2 - A VENDEDORA declara-se legítima proprietária e possuidora da mercadoria objeto deste Contrato, bem como apta a aliená-la na forma deste pacto. Todavia, caso seja constatado em momento posterior à assinatura deste instrumento que a mercadoria objeto deste Contrato foi onerada ou garantida para terceiros de modo a inviabilizar o cumprimento das obrigações aqui assumidas, este Contrato poderá ser antecipadamente vencido e ainda que a mercadoria seja entregue, os pagamentos devidos pela COMPRADORA somente serão efetuados na forma da Cláusula V."*

Ao contrário do que V.Sa. alega, referidas cláusulas estão vinculadas às condições para efetivação do pagamento após a entrega da mercadoria e não às condições para formalização do contrato.

Como já é de seu conhecimento, quando da formalização do negócio não houve indicação da área específica da qual o produto seria originado, ficando sob responsabilidade de V.Sa. honrar com as obrigações assumidas perante a Cargill e perante terceiros, sem que estas estejam em detrimento.

Assim, o contrato indica que os grãos podem ser oriundos de quaisquer áreas de cultivo do vendedor, exceto se de áreas em que há penhor cedular registrado, conforme cláusulas acima com as quais o senhor anuiu.

Ademais, embora no contrato não haja especificação quanto a área de cultivo da qual os grãos são provenientes, o endereço vinculado à V.Sa. em nossos cadastros e que está indicado no contrato, na Nota Fiscal e em vossa Inscrição Estadual, está localizado em Campinápolis-MT, município em que há penhores registrados em favor da Rural Brasil.

Assim, não temos nenhuma evidência de que a mercadoria seja proveniente de área diversa da área de penhor, de modo que assim que constatada a manutenção das garantias em favor da Rural Brasil, a Cargill solicitou à V. Sa. a comprovação de que os grãos que nos foram entregues

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:22
Número do documento: 23080114572448300000120954497
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572448300000120954497
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:25

não eram provenientes de referidas áreas, o que não foi apresentado, ainda que fosse ônus que lhe cabia.

Com efeito, foi solicitada à credora pignoratícia (Rural Brasil), a liberação dos penhores para pagamento direto à V. Sa., ou caso o débito já tivesse sido quitado, o termo de quitação para solicitação da baixa da garantia, o que também não foi atendido sob a alegação de existência de débito de V.Sa. junto a credora.

Diante da falta de liberação ou da baixa dos penhores, a Cargill solicitou à V.Sa. que fosse firmado termo de autorização para que o crédito junto a Cargill pela entrega dos grãos fosse destinado à Rural Brasil através de pagamento financeiro à mesma, com o que V. Sa. não está de acordo e foi confirmado através da notificação extrajudicial que estamos respondendo através da presente.

Esclarecemos que não ocorreu qualquer tipo de apropriação de valores, sendo que o pagamento do valor originado pela entrega dos grãos encontra-se paralisado, apenas em decorrência do impedimento legal existente pelo direito da Rural Brasil como credora preferencial.

Destacamos fato que já é de amplo conhecimento geral, o excelente histórico de nossa empresa que possui total comprometimento no cumprimento de seus contratos, o que não foi diferente para o presente caso.

Cumpre frisar que desde que verificado o impedimento previsto nas cláusulas 5.1.3 e 13.2 do contrato, a Cargill dotada de boa-fé desde vem buscando soluções amigáveis junto a V.Sa., bem como junto à credora preferencial para que o crédito financeiro seja direcionado em conformidade com a lei e com os termos pactuados.

III – <u>CONCLUSÃO</u>

Diante do exposto, restam demonstrados os justos motivos que ocasionam na retenção do pagamento, o que está contratualmente previsto e que impede qualquer imputação de penalidade à Cargill por atraso.

Conforme pactuado com V.Sa., ainda que a mercadoria tenha sido entregue, em razão da existência de garantia para terceiro, o prazo para pagamento somente se inicia mediante a liberação da garantia ou se comprovada a sua baixa.

A Cargill destaca que respeita o direito de terceiros e refuta qualquer prática atentatória à lei e ao fiel cumprimento de pactos contratuais.

Por fim, nos colocamos à disposição para que a situação seja resolvida o mais rápido possível e em conformidade com a lei.

Sendo o que nos cumpria no momento, subscrevemo-nos.

GILMAR OTTO KLOSS:01027823009 — Digitally signed by GILMAR OTTO KLOSS:01027823009 Date: 2023.07.07 11:13:03 -03'00'

LINCOLN ANDREW MARIANTE:01601864124 — Assinado de forma digital por LINCOLN ANDREW MARIANTE:01601864124 Dados: 2023.07.06 15:36:22 -03'00'

CARGILL AGRÍCOLA S.A.

Rafael Rodrigo de Mello
089.692.479-39

11/07/2023

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:22
Número do documento: 23080114572448300000120954497
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572448300000120954497
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:25

NOTA PROMISSÓRIA N° 495/2023

Valor:	R$ *2.500.000,00* (*dois milhões e quinhentos mil reais)*
Praça de Pagamento:	MARINGÁ/PR
Data de Vencimento:	30/04/2024
Endosso:	Esta Nota Promissória é emitida pelo Emitente ao Rural Brasil Ltda que a endossará ao Fundo para vinculação como direito creditório.

Mediante apresentação da presente **NOTA PROMISSÓRIA**, Marco Antonio De Mello, inscrito no CPF/ME ou CNPJ/ME sob o nº 064.020.619-05, residente e domiciliado/com sede em Avenida Das Palmeiras, Nº98 - Ap 0001 Qd44 Lt06, Parque Palmeiras, Maringá/PR, CEP 87023-160 ("Emitente"), **pagará incondicionalmente na Data de Vencimento acima indicada** ao **DISTRIBUIDOR**, Rural Brasil Ltda, inscrito no CPF/ME ou CNPJ/ME sob nº 14.947.900/0001-55, residente e domiciliado/com sede em Rua 114, Nº41 - Quadra5 Lote 30-A Galpaoa, Setor Industrial, Jataí/GO, CEP 75802-240, neste ato devidamente representado nos termos de seus atos societários, se aplicável ("Distribuidor", ou qualquer terceiro a quem seja endossada, cedida ou transferida esta Nota Promissória, o "Credor") ou à sua ordem, em moeda corrente nacional, o **Valor** acima indicado. A Emitente, por este ato, renuncia a toda e qualquer formalidade relacionada ao pagamento dos valores devidos pela Emitente, tal como pedido de protesto, notificação ou aviso de qualquer natureza com relação a esta Nota Promissória.

O Emitente desde já anui e concorda, de forma irrevogável e irretratável, com o endosso Nota Promissória pelo Distribuidor ao **INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/ME sob o nº 43.616.501/0001-00 ("Fundo").

Sem prejuízo do disposto acima, esta Nota Promissória poderá ser apresentada a protesto, pelo Credor, nos termos da legislação aplicável.

Esta Nota Promissória é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

MARINGÁ/PR, 18 de maio de 2023.

Emitente

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905

Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.05.19 13:36:32 -03'00'

Marco Antonio De Mello

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:22
Número do documento: 23080114572552900000120954498
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080114572552900000120954498
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 01/08/2023 14:57:25

CIRCULAÇÃO E ENDOSSO

Esta Nota Promissória circulará por meio de endosso completo, nos termos dos artigos 8º e 56 do Decreto n.º 2.044, de 31 de dezembro de 1908, conforme em vigor, e do artigo 13 do Anexo I da Convenção para Adoção de uma Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Comerciais, promulgada pelo Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966.

Rural Brasil Ltda, inscrito no CPF/ME ou CNPJ/ME sob nº 14.947.900/0001-55, residente e domiciliado/com sede em Rua 114, Nº41 - Quadra5 Lote 30-A Galpaoa, Setor Industrial, Jataí/GO, CEP 75802-240, neste ato devidamente representado nos termos de seus atos societários, se aplicável, abaixo assinada, na forma do art. 10 da Lei n° 8.929/94, **ENDOSSA**, neste ato, para todos os fins de direito, em caráter irrevogável e irretratável, a titularidade da presente Nota Promissória n° 495/2023, ao **INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/ME sob o nº 43.616.501/0001-00 ("Fundo"), registrado na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Lei 14.130, de 29 de março de 2021.

NOTA PROMISSÓRIA N° 552/2023

Valor:	R$ *2.500.000,00* (*dois milhões e quinhentos mil reais)*
Praça de Pagamento:	MARINGÁ/PR
Data de Vencimento:	30/04/2024
Endosso:	Esta Nota Promissória é emitida pelo Emitente ao Rural Brasil Ltda que a endossará ao Fundo para vinculação como direito creditório.

Mediante apresentação da presente **NOTA PROMISSÓRIA**, Sidney Pinto De Mello, inscrito no CPF/ME ou CNPJ/ME sob o nº 669.115.919-53, residente e domiciliado/com sede em Av das Palmeiras, 98 Ap 0001 Qd 44 Lt 06, Maringá/PR, CEP 87023-160 ("Emitente"), **pagará incondicionalmente na Data de Vencimento acima indicada** ao **DISTRIBUIDOR**, Rural Brasil Ltda, inscrito no CPF/ME ou CNPJ/ME sob nº 14.947.900/0001-55, residente e domiciliado/com sede em Rua 114, Nº41 - Quadra5 Lote 30-A Galpaoa, Setor Industrial, Jataí/GO, CEP 75802-240, neste ato devidamente representado nos termos de seus atos societários, se aplicável ("Distribuidor", ou qualquer terceiro a quem seja endossada, cedida ou transferida esta Nota Promissória, o "Credor") ou à sua ordem, em moeda corrente nacional, o **Valor** acima indicado. A Emitente, por este ato, renuncia a toda e qualquer formalidade relacionada ao pagamento dos valores devidos pela Emitente, tal como pedido de protesto, notificação ou aviso de qualquer natureza com relação a esta Nota Promissória.

O Emitente desde já anui e concorda, de forma irrevogável e irretratável, com o endosso Nota Promissória pelo Distribuidor ao **INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/ME sob o nº 43.616.501/0001-00 ("Fundo").

Sem prejuízo do disposto acima, esta Nota Promissória poderá ser apresentada a protesto, pelo Credor, nos termos da legislação aplicável.

Esta Nota Promissória é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

MARINGÁ/PR, 23 de maio de 2023.

Emitente

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953

Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.05.29 09:37:22 -03'00'

Sidney Pinto De Mello

CIRCULAÇÃO E ENDOSSO

Esta Nota Promissória circulará por meio de endosso completo, nos termos dos artigos 8º e 56 do Decreto n.º 2.044, de 31 de dezembro de 1908, conforme em vigor, e do artigo 13 do Anexo I da Convenção para Adoção de uma Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Comerciais, promulgada pelo Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966.

Rural Brasil Ltda, inscrito no CPF/ME ou CNPJ/ME sob nº 14.947.900/0001-55, residente e domiciliado/com sede em Rua 114, Nº41 - Quadra5 Lote 30-A Galpaoa, Setor Industrial, Jataí/GO, CEP 75802-240, neste ato devidamente representado nos termos de seus atos societários, se aplicável, abaixo assinada, na forma do art. 10 da Lei n° 8.929/94, **ENDOSSA**, neste ato, para todos os fins de direito, em caráter irrevogável e irretratável, a titularidade da presente Nota Promissória n° 552/2023, ao **INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/ME sob o nº 43.616.501/0001-00 ("Fundo"), registrado na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Lei 14.130, de 29 de março de 2021.

NOTA PROMISSÓRIA N° 554/2023

Valor:	R$ *2.500.000,00* (*dois milhões e quinhentos mil reais)*
Praça de Pagamento:	MARINGÁ/PR
Data de Vencimento:	30/04/2024
Endosso:	Esta Nota Promissória é emitida pelo Emitente ao Rural Brasil Ltda que a endossará ao Fundo para vinculação como direito creditório.

Mediante apresentação da presente **NOTA PROMISSÓRIA**, Edson Pinto De Mello, inscrito no CPF/ME ou CNPJ/ME sob o nº 669.115.089-91, residente e domiciliado/com sede em Est Lombo - Lt21 A, Corrego Lombo, Maringá/PR, CEP 87109-899 ("Emitente"), **pagará incondicionalmente na Data de Vencimento acima indicada** ao **DISTRIBUIDOR**, Rural Brasil Ltda, inscrito no CPF/ME ou CNPJ/ME sob nº 14.947.900/0001-55, residente e domiciliado/com sede em Rua 114, Nº41 - Quadra5 Lote 30-A Galpaoa, Setor Industrial, Jataí/GO, CEP 75802-240, neste ato devidamente representado nos termos de seus atos societários, se aplicável ("Distribuidor", ou qualquer terceiro a quem seja endossada, cedida ou transferida esta Nota Promissória, o "Credor") ou à sua ordem, em moeda corrente nacional, o **Valor** acima indicado. A Emitente, por este ato, renuncia a toda e qualquer formalidade relacionada ao pagamento dos valores devidos pela Emitente, tal como pedido de protesto, notificação ou aviso de qualquer natureza com relação a esta Nota Promissória.

O Emitente desde já anui e concorda, de forma irrevogável e irretratável, com o endosso Nota Promissória pelo Distribuidor ao **INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/ME sob o nº 43.616.501/0001-00 ("Fundo").

Sem prejuízo do disposto acima, esta Nota Promissória poderá ser apresentada a protesto, pelo Credor, nos termos da legislação aplicável.

Esta Nota Promissória é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

MARINGÁ/PR, 23 de maio de 2023.

Emitente

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991

Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.05.29 09:38:08 -03'00'

Edson Pinto De Mello

CIRCULAÇÃO E ENDOSSO

Esta Nota Promissória circulará por meio de endosso completo, nos termos dos artigos 8º e 56 do Decreto n.º 2.044, de 31 de dezembro de 1908, conforme em vigor, e do artigo 13 do Anexo I da Convenção para Adoção de uma Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Comerciais, promulgada pelo Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966.

Rural Brasil Ltda, inscrito no CPF/ME ou CNPJ/ME sob nº 14.947.900/0001-55, residente e domiciliado/com sede em Rua 114, Nº41 - Quadra5 Lote 30-A Galpaoa, Setor Industrial, Jataí/GO, CEP 75802-240, neste ato devidamente representado nos termos de seus atos societários, se aplicável, abaixo assinada, na forma do art. 10 da Lei n° 8.929/94, **ENDOSSA**, neste ato, para todos os fins de direito, em caráter irrevogável e irretratável, a titularidade da presente Nota Promissória n° 554/2023, ao **INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/ME sob o nº 43.616.501/0001-00 ("Fundo"), registrado na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Lei 14.130, de 29 de março de 2021.

Certifico que o Processo nº 1022463-24.2023.8.11.0003 – Classe: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134) - foi distribuído automaticamente no sistema PJE, nos termos da Resolução 185/2013-CNJ, ao Órgão Julgador 1ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS.

Certidão de consulta negativa

Processo n. 1022463-24.2023.8.11.0003

Certifico que, após pesquisa realizada nos dados processuais disponíveis nos sistemas gerenciadores de processos, não foram encontrados processos com elementos identificadores semelhantes aos dados processuais desta ação.

De acordo com a Resolução n. 185/2013-CNJ, cabe ao magistrado analisar a existência ou não de prevenção, conexão ou continência.

RONDONÓPOLIS, 1 de agosto de 2023.

LIDIANE DA CRUZ GARCIA

Central de Controle de Qualidade de Dados Processuais

Certidão de custas não pagas

Processo n. 1022463-24.2023.8.11.0003

Certifico que as custas processuais não foram recolhidas.

RONDONÓPOLIS, 1 de agosto de 2023.

LIDIANE DA CRUZ GARCIA

Central de Controle de Qualidade de Dados Processuais

Certidão de redistribuição

Processo n. 1022463-24.2023.8.11.0003

Certifico que redistribui este processo ao Órgão Julgador competente para julgamento da matéria, conforme o quadro de competências da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, em cumprimento à Portaria n. 113/2020-CGJ.

RONDONÓPOLIS, 1 de agosto de 2023.

LIDIANE DA CRUZ GARCIA

Central de Controle de Qualidade de Dados Processuais

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

PROCESSO N.º 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, requerer a juntada da guia de custas e o seu comprovante devidamente recolhida, bem como requerer, **em caráter de urgência**, a análise dos pedidos encartados na inicial e o regular prosseguimento do feito.

Outrossim, requer que todas as intimações sejam feitas em nome do Dr. Pedro Vinicius dos Reis, OAB/MT 17.942, sob pena de nulidade.

Termos em que, pede deferimento.

Rondonópolis/MT, 02 de agosto de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:22
Número do documento: 23080215435987500000121065289
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080215435987500000121065289
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 02/08/2023 15:44:00

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE APOIO AO JUDICÍARIO "FUNAJURIS"

PAGAMENTO VIA PIX

1. Acesse seu Internet Banking ou App de pagamentos;
2. Escolha pagar via PIX (Ler QRCode);
3. Escaneie o código ao lado ou cole o código abaixo;
4. Confirme as informações e finalize o pagamento;
5. Aguarde a confirmação;

PIX copia e cola

00020101021226900014br.gov.bcb.pix2568qrcodepix.bb.com.br/pix/v2/cobv/81db45c9-8cf3-428f-8976-01534a67a279520400005303986540730000.005802BR5925FUNDO DE APOIO AO JUDICIA6006CUIABA62070503***6304A2A7

PIX

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE APOIO AO JUDICÍARIO "FUNAJURIS"

Guia de Recolhimento Nº 38418

Nº Código de Barras: 00190.00009 02800.586006 02533.102170 9 94310000300000

Discriminação

Distribuição - Outros | **Nº Único da Guia: 38418.303.08.2023-0** **Nosso Número: 28005860002533102**

Dados do Processo
Ação: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE; Número Único: 1022463-24.2023.8.11.0003; Classe Processual: 12134 - TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE; Vara: 124 - 1ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS; Valor da Causa: R$100.000,00;

Ação: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE; Número Único: 1022463-24.2023.8.11.0003; Classe Processual: 12134 - TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE; Vara: 124 - 1ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS; Valor da Causa: R$100.000,00;

Dados das Partes
Processo em segredo de Justiça!

Comarca: 303 - Rondonópolis

Receita(s):
3 - Custas Judiciais R$2.000,00
1 - Taxa Judiciária R$1.000,00

Data de Validade: 03/08/2023
Data de Expedição 01/08/2023

Obs:

Pagante: SIDNEY PINTO DE MELLO - **CPF/CNPJ:** 669.115.919-53

Valor a Recolher
R$3.000,00

Valor da Receita: Três mil reais

Autenticação Mecânica:

VIA PARTE

Banco do Brasil | 001-9 | 00190.00009 02800.586006 02533.102170 9 94310000300000

Local de Pagamento: Pagável em qualquer agência bancária até o vencimento.						Vencimento: 03/08/2023
Cedente: FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO - FUNAJURIS - CNPJ: 01.872.837/0001-93						Agência / Código Cedente: 3834-2 / 4064-9
Data Documento: 01/08/2023			Nº do documento: 38418	Espécie Doc: REC	Aceite: Não	Data do Processamento:	Nosso Número: 28005860002533102
Nº da Conta/Respons.	Carteira: 17	Espécie: R$	Quantidade: 0		Valor: R$3.000,00	(=) Valor do Documento: R$3.000,00

Instruções:
Não receber após a data de vencimento Receber este titulo somente no valor integral.

(-) Desconto/Abatimento: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(-) Outras Deduções: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(+) Mora/Multa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(+) Outros Acréscimos: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(=) Valor Cobrado: R$3.000,00

Não receber após a data de vencimento Receber este titulo somente no valor integral.

Sacado:
SIDNEY PINTO DE MELLO - **CPF/CNPJ:** 669.115.919-53

Sacador/Avalista Código de Baixa

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:22
Número do documento: 23080215440012800000121065299
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23080215440012800000121065299
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 02/08/2023 15:44:00

Associado: EDSON PINTO DE MELLO
Cooperativa: 0718
Conta Corrente: 07818-2

Boletos

Cooperativa Origem:	0718
Conta Origem:	07818-2
CPF/CNPJ Pagador Efetivo:	669.115.089-91
Instituição Emissora:	BCO DO BRASIL S A
Razão Social Beneficiário:	CUIABA FUNDO DE APOIO AO JUDICIARIO FUNAJURIS
Nome Fantasia Beneficiário:	CUIABA FUNDO DE APOIO AO JUDICIARIO FUNA
CPF/CNPJ Beneficiário:	01.872.837/0001-93
Nome Pagador:	SIDNEY PINTO DE MELLO
CPF/CNPJ Pagador:	669.115.919-53
Nome Sacador/Avalista:	FUNDO DE APOIO AO JUDICIARIO . FUNAJURIS . CNPJ. 0
CPF/CNPJ Sacador/Avalista:	01.872.837/0001-93
Número de Controle:	1924489323
Código de Barras:	00190000090280058600602533102170994310000300000
Data de Vencimento:	03/08/2023
Data da Transação:	02/08/2023
Hora da Transação:	16:20
Data do Pagamento:	02/08/2023
Valor do Título (R$):	3.000,00
Valor do Desconto (R$):	0,00
Valor do Juros/Mora (R$):	0,00
Valor da Multa (R$):	0,00
Valor do Abatimento (R$):	0,00
Valor Pago (R$):	3.000,00
Descrição do Pagamento:	
Autenticação Eletrônica:	78B9.1AAA.F5DD.52BA.731F.A404.68D.

* A transação acima foi realizada via Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.
* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.
* Os pagamentos realizados aos sábados, domingos e feriados serão processados com a data contábil do próximo dia útil.
* Em caso de agendamento, a efetivação da transação ocorrerá mediante disponibilidade de limite, saldo e demais requisitos do serviço. Acompanhe sua conta e sempre confira a execução dos agendamentos na data programada.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800 724 4770 (Demais Regiões)
SAC 0800 724 7220 - Ouvidoria 0800 646 2519
Atendimento aos deficientes auditivos ou de fala 0800 724 0525

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS

DECISÃO

Processo: 1022463-24.2023.8.11.0003.

REQUERENTE: SIDNEY PINTO DE MELLO, MARA VIOLIN DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO

REQUERIDO: CREDORES

Vistos e examinados.

SIDNEY PINTO DE MELLO, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual portador do CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26; **MARA VIOLIN DE MELLO**, produtora rural inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual portador do CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79; **EDSON PINTO DE MELO**, produtor rural, inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, portador do CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, produtora rural inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, portadora do CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de

Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, portador do CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91; e **MARCO ANTONIO DE MELLO**, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual portador do CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24 – todos integrantes do **GRUPO MELLO** de Campinápolis/MT - ingressaram com a presente **TUTELA CAUTELAR PREPARATÓRIA AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Relatou o grupo requerente, em breve resumo, que são produtores rurais inscritos na Junta Comercial há mais de 02 (anos), desenvolvendo sua atividade na cidade de Campinápolis/MT; e que, em razão das graves crises recorrentes nos últimos anos, suportaram prejuízos que desencadearam no enfrentamento de dificuldades econômicas graves, impedindo um pronto soerguimento e tornando dificultoso em demasia o prosseguimento das suas atividades empresariais sem um auxílio.

Aduziu que, neste cenário, estão se preparando para fazer uso do instituto da Recuperação Judicial; mas que, em virtude do avanço das cobranças, não possuem tempo hábil para a confecção e entrega de toda documentação exigida (especialmente quanto aos documentos contábeis), ao passo que correm graves riscos de verem a quase totalidade da sua produção ser arrestada nesse interregno temporal – razão pela qual necessitam de medida antecipatória, destinada à preservação de suas atividades empresariais, até que logrem êxito em reunir toda a documentação necessária para a apresentação do pedido de recuperação judicial.

Invocou a presença da verossimilhança do direito alegado, afirmando que preenchem todos os requisitos para requerer a Recuperação Judicial; e do perigo de dano, alegando que, caso a tutela cautelar não seja deferida, o patrimônio dos requerentes poderá ser esvaziado a tal ponto que o pedido de recuperação judicial já não terá mais utilidade processual.

Requereu, assim, a concessão de tutela antecipada para: “sobrestar os efeitos da decisão de deferimento da cautelar nos autos n.º 5425690-61.2023.8.09.0093 em trâmite na 1ª Vara Cível de Jataí/GO, expedindo-se ofício em caráter de urgência e aos juízos das cartas precatórias que forem distribuídas em decorrência da referida ação; determinando que os Requerentes permaneçam na posse dos grãos até ulterior deliberação deste juízo”.

Pugnou, também, para que sejam sobrestadas as ações e execuções que visem expropriar bens de propriedade do grupo requerente, que sejam essenciais ao desenvolvimento de suas atividades.

Vindicou, ainda, que seja determinado à empresa Cargill Agrícola S.A., que deposite nestes autos a quantia devida em favor do requerente Rafael Mello - R$ R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), referente a venda dos grãos objeto do Contrato de Compra e Venda nº 3470401288, no prazo de 48 horas e sob pena de multa.

Vieram-me os autos conclusos.

DECIDO.

DAS CUSTAS PROCESSUAIS

As custas processuais, considerando o valor dado à causa para fins fiscais, já foram recolhidas – conforme certidão e comprovante trazidos aos autos.

No entanto, considerando que o pedido é preparatório, quando interposto o pedido principal, as custas deverão ser complementadas, conforme o valor que será dado à ação recuperacional.

E, para tal momento, desde já, autorizo o pagamento das custas processuais remanescentes de forma parcelada, em até 06 prestações, como permite o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

DA CONSTATAÇÃO PRÉVIA

Pois bem. De proêmio, é imperioso fazer alusão às recentes deliberações que foram proferidas por este Juízo, destacando a necessidade da realização da Constatação Prévia antes da tomada da decisão acerca do deferimento do processamento dos novos pedidos de recuperação judicial; e, além disso, de conjugar estas decisões com o pedido ora formulado, cujo intento é a antecipação dos efeitos da blindagem, a fim de preservar o patrimônio dos requerentes e assegurar a efetividade do processo a ser futuramente iniciado – cito, a título de exemplo, os Processos 1010664-81.2023.8.11.0003 e 1011327-30.2023.8.11.0003.

Pertinente consignar que, diante desse posicionamento jurisdicional, este Juízo já consignou, em decisões proferidas em processos anteriores, que o pedido cautelar antecedente e preparatório ao pedido de recuperação judicial deve ser tratado de maneira semelhante ao pedido recuperacional, propriamente dito.

Isso porque, como se sabe, a principal função do pedido cautelar preparatório antecedente é a antecipação dos efeitos da blindagem, até que o pedido de recuperação seja preparado.

Outrossim, a decisão que se busca com a sua propositura tem efeitos tão grandes e impactantes quanto a deliberação que irá futuramente deferir o processamento da recuperação judicial – visto que antecipa a blindagem, ao menos de forma parcial (dado que a concessão não pode ser total, sob pena de ter caráter satisfativo, e não cautelar).

Sendo assim, este Juízo já assentou, em decisões anteriormente proferidas, que: "se a constatação prévia é instrumento de acentuada importância a ser empregado nos pedidos de recuperação judicial, também será relevante a adoção de prática de investigação semelhante, quando o pedido for de cautelar antecedente preparatório" – pois aqui, neste último caso, a pretensão é obter os efeitos da blindagem de modo antecipado, quando o pedido recuperacional sequer foi proposto, o que demanda uma cautela ainda maior por parte do Juízo condutor do feito.

Portanto, o que se expõe com esse introito, é que este Juízo utiliza a ferramenta da CONSTATAÇÃO PRÉVIA, como regra, em todos os pedidos de recuperação judicial e, de modo similar, também deve ser utilizada a mesma ferramenta em todos os pedidos cautelares preparatórios – dado que a intenção direta e imediata de ambos os pleitos é obter o mesmo efeito: a blindagem (um de forma parcial e outro de forma total), que sempre demanda uma séria investigação sobre os requerentes.

Feitas tais considerações, prossigo com o enfrentamento do pedido específico do requerente e a exposição dos motivos da decisão a ser tomada.

DA CONSTATAÇÃO PRÉVIA

Como se sabe, o instituto da Recuperação Judicial destina-se às empresas/ empresários que se encontrem experimentando momento de instabilidade financeira transitória, mas que tenham condições de gerar benefícios econômicos e sociais no exercício de sua atividade empresarial.

Consiste em mecanismo judicial legislativamente elaborado para permitir a reorganização econômica, administrativa e financeira de uma empresa, com a intermediação da Justiça, evitando-se a sua falência.

Trata-se, em arremate, de ferramenta talhada para ser utilizada por empresas em crise e com viabilidade econômica.

Outrossim, para que se possa deliberar, com atino, acerca de um pedido acautelatório e antecipado dos efeitos que poderão ser obtidos em um pedido recuperacional que ainda será proposto, é de suma necessidade que o Juízo tenha segurança jurídica suficiente para aferir a real conveniência do provimento.

A conjuntura atual do nosso País, delineada por todos os canais de comunicação, tem sido cotidianamente representada pela expressão “insegurança jurídica”; e, sem sombra de dúvidas, o aumento nos pedidos de recuperação judicial e a alteração consubstancial das características desses novos processos tem fonte firme nessa preposição.

Todavia, essa “insegurança” que tem dado causa ao surgimento de um maior número de pedidos recuperacionais e com traços noveis, não pode ser alongada a ponto de invadir o procedimento e enraizar-se no interior do processo de recuperação judicial – é preciso, diante do novo cenário, uma atuação ainda mais firme do Poder Judiciário no controle do uso do instituto consagrado pela Lei 11.101/2005.

Assim, os processos de recuperação e os acautelatórios que lhe antecedem devem ter o seu processamento e julgamento com a adoção de procedimentos prévios ao exame do feito - haja vista a novel realidade que ora se apresenta, sendo de rigor que o Juízo se posicione de forma diferenciada, com o fito de acautelar o direito e os interesses de todos os envolvidos, inclusive o social, através da observação afincada do poder geral de cautela na condução dos feitos.

Como cediço, é de grandiosa relevância a decisão a ser tomada nos pedidos acautelatórios onde se busca, antes mesmo da propositura do pedido de recuperação judicial, a antecipação dos seus efeitos - sendo imperiosa uma atuação que obste o acolhimento de pedidos antecedentes formulados por empresas inviáveis, inexistentes, desativadas ou que não reúnam condições de alcançar os benefícios sociais almejados pela lei.

Justifica-se, portanto, que concomitantemente ao pedido cautelar, seja iniciada a realização de uma CONSTATAÇÃO PRÉVIA, a partir de um estudo dirigido sobre o grupo requerente, com a efetivação de uma verificação sumária da correspondência mínima existente entre os dados apresentados por ele e a sua realidade fática, a fim de serem preservados os interesses de todos os envolvidos.

Ante todo o exposto, desde já, **DETERMINO A REALIZAÇÃO DE CONSTATAÇÃO PRÉVIA** sobre o grupo requerente; que, em se tratando de pedido antecedente e preparatório ao pedido de recuperação judicial, deverá ser realizada em DUAS ETAPAS:

PRIMEIRA ETAPA – No prazo de 05 dias deverá a Auxiliar do Juízo apresentar laudo referente à análise dos documentos já apresentados; constatação *in loco* da produção e atividade dos requerentes; fornecimento de todos os dados relevantes e informações que forem possível ser extraídas neste período preparatório do pedido de recuperação judicial; e

SEGUNDA ETAPA – Após ser formulado o pedido de recuperação judicial, antes mesmo dos autos virem à conclusão, no prazo de 05 dias, deverá a Auxiliar do Juízo apresentar laudo final da constatação prévia iniciada, abrangendo a constatação e análise da documentação contábil e a averiguação do preenchimento dos requisitos legais para o deferimento do processamento da recuperação judicial.

Nomeio para realização dessa constatação prévia a empresa MT PERÍCIAS, neste ato representada pelo Dr. Thiago Taveira, devidamente cadastrada no banco de peritos deste Juízo, determinando a sua imediata intimação para que apresente proposta de honorários, no prazo de 48 horas.

Quanto aos honorários periciais, registro que o entendimento perfilhado por este Juízo, seja nos processos de recuperação judicial ou nos feitos de rito ordinário que tramitam nesta Vara, sempre foi no sentido de que a proposta de honorários dos Auxiliares do Juízo deve ser apresentada pelo próprio expert.

Isso porque, é incontestável que a nomeação de um Auxiliar do Juízo (Administrador Judicial, médico perito, interventor judicial, etc) sempre é fincada na premissa da necessidade da prestação de um trabalho intelectual e técnico sobre o qual o Juízo não possui conhecimento específico – justamente por isso ocorre a nomeação do expert.

Nessa toada, tem-se que não cabe ao Juízo, então, pelo menos num primeiro momento, atribuir um valor certo e definido para o trabalho a ser prestado – haja vista ser incontestável que é somente o perito quem terá a noção completa da dimensão do labor e dos esforços que deverão ser dispensados no cumprimento do encargo que lhe é confiado; e, portanto, é justo que seja ele próprio que formule e apresente a sua proposta de honorários.

É por esta razão que, em todos os processos recuperacionais e cíveis comuns que tramitam nesta vara, quando nomeado algum Auxiliar do Juízo, sempre é determinada a sua intimação para que apresente a sua proposta de honorários.

Ressalto, todavia, que não é fato isolado a ocorrência de alguma parte do processo não concordar com o valor da proposta de honorários apresentada pelo Auxiliar do Juízo – ocorrendo, então, muitas vezes, a intervenção do Juízo, para equilibrar os interesses e, a partir das manifestações dos envolvidos na questão, fixar os honorários do expert.

Nesta toada, tem-se que, da mesma forma como ocorre nos processos cíveis comuns, caso as requerentes venham a discordar da proposta de honorários do perito ora nomeado, poderão as mesmas apresentar suas razões nos autos, provocando a manifestação do Juízo para equalizar os interesses, a partir da análise da proposta apresentada e das razões do inconformismo expresso.

A lei processual civil (aplicável, em caráter subsidiário, aos processos de recuperação judicial, é clara em sua previsão:

Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.
(...)
§ 2º Ciente da nomeação, ***o perito apresentará*** *em 5 (cinco) dias:*
I - ***proposta de honorários****;*
II - currículo, com comprovação de especialização;
III - contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.
(...)

§ 3º As partes serão intimadas da proposta de honorários para, querendo, manifestar-se no prazo comum de 5 (cinco) dias, ***após o que o juiz arbitrará o valor****...*

Dito isto, **DETERMINO** a imediata intimação da empresa de perícias nomeada para que apresente proposta de honorários, no prazo de 48 horas.

Na sequência, intimem-se os requerentes para efetuarem o depósito dos honorários; ou, não havendo concordância, apresentem impugnação à proposta.

Efetuado o depósito (em conta judicial ou diretamente na conta da empresa), intime-se o profissional ora nomeado para que inicie os seus trabalhos, que deverá aportar ao feito nos prazos anteriormente mencionados.

Caso seja apresentada impugnação à proposta de honorários, tornem conclusos imediatamente.

DA TUTELA CAUTELAR ANTECIPATÓRIA:

Conforme se colhe do relato supra, cuida-se de pedido onde o grupo requerente pleiteia, em efeitos práticos, a concessão de antecipação dos efeitos do *stay period*, em caráter cautelar e de urgência - com a consequente suspensão de todas as execuções ajuizadas contra os requerentes, bem como a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os seus bens, até que prepare o pedido de recuperação judicial que intenciona protocolar no prazo legal.

Extrai-se da inicial e os documentos que a instruem que os requerentes são produtores rurais devidamente inscritos na Junta Comercial, e encontram-se em momento de crise econômica, razão pela qual intencionam lançar mão do instituto da recuperação judicial, com o fito de empreender um processo de soerguimento e preservar a atividade empresarial que desenvolvem há longos anos.

Como se sabe, ao formular o pedido recuperacional e eventualmente sendo deferido o processamento da recuperação judicial, o grupo requerente consequentemente terá o seu patrimônio protegido pela blindagem, reflexo lógico que decorre da própria autorização de processamento.

Ocorre que, segundo relata o grupo requerente, enquanto está transcorrendo o lapso temporal

necessário para que os atos preparatórios para a apresentação do pedido de recuperação judicial sejam efetivados (reunião de documentação contábil, elaboração de peças, etc), alguns de seus credores tem se adiantado no ajuizamento de ações executivas individuais, com vistas a receberem seus créditos de forma antecipada – e, em tal contexto, o grupo requerente corre o risco de ter o seu patrimônio esvaziado com o pagamento de alguns credores, em detrimento de todos os demais que ainda devem receber seus créditos e em prejuízo total à qualquer possibilidade de continuidade da atividade empresarial e superação da crise enfrentada.

As afirmações do grupo requerente, sem sombra de dúvidas, delineiam um panorama de agravamento brutal da crise enfrentada e estancamento da possibilidade de soerguimento e continuidade do desenvolvimento da atividade empresarial.

Assim, esboçado o cenário em que atualmente estão inseridos os requerentes, e já enfrentando a questão abordada na petição em voga, tenho que o pedido formulado comporta acolhimento, haja vista as razões que seguem.

Inicialmente é importante enfatizar que, pelo que se colhe dos documentos que os requerentes já conseguiram apresentar nestes autos, tudo indica que, de fato, os produtores rurais preenchem os pressupostos necessários para o deferimento do processamento da recuperação judicial – de modo que, tão logo seja protocolado o pedido principal, estando tudo regular, a recuperação judicial terá o seu processamento deferido e o processo seguirá o curso regular.

Destarte, diante da possibilidade de ser deferido o processamento da recuperação judicial do grupo requerente, é de suma importância a adoção de medidas judiciais que possam

SALVAGUARDAR O RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, na perspectiva de que nada adiantaria a utilização do instituto legal se durante o lapso temporal necessário para a organização da sua apresentação não for evitado o risco de se comprometer a utilidade processual.

Não é demais recapitular que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Trata-se do princípio da preservação da empresa, norte maioral da Lei de Recuperação Judicial, contido em seu art. 47; que conduz para a ideia de que todas as medidas legais pertinentes à contribuição judicial para o alcance desse objetivo devem ser adotadas pelo julgador condutor do processo.

E, neste cenário, uma dessas medidas legais é justamente a possibilidade de concessão de tutela provisória para antecipar os efeitos do período de blindagem antes do deferimento do processamento da recuperação judicial da empresa e/ou produtor rural, expressamente prevista na Lei 11.101/05.

Leia-se:

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

(...)

§ 12. Observado o disposto no art. 300 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Resta legalmente expressa, pois, a possibilidade de, nos moldes do artigo 300 do Código de Processo Civil, serem antecipados, total ou parcialmente, os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial.

Colaciono o disposto no artigo 300 do CPC:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1 º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

No presente caso, entendo pela notória PROBABILIDADE DO DIREITO INVOCADO, haja vista a vasta documentação apresentada pelo grupo requerente – que aponta para o preenchimento dos requisitos legais para o deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial, ao menos neste momento de juízo de cognição sumária.

Posto isto, em que pese a necessidade de uma averiguação mais técnica, e a extração de mais elementos concretos que atestem a regularidade da documentação apresentada pelo grupo requerente, diante do arcabouço documental já presente nos autos, é inegável a existência da probabilidade do direito perseguido pelo grupo requerente, que requer apenas uma complementação técnica e mais ampla.

Lado outro, vislumbra-se também a presença inarredável do PERIGO DE DANO, não só ao grupo requerente e à atividade empresarial que desenvolve, mas, principalmente, ao resultado útil do processo, como já mencionado em linhas anteriores, bem como à proteção da coletividade de credores (de forma conjunta, e não individual).

É inconteste que o produtor rural em crise não poderá aguardar o lapso temporal necessário para a preparação da formulação do seu pedido de recuperação judicial e a posterior análise pelo Juízo, sem que os parcos ativos dos quais dispõe para dar prossecução ao desenvolvimento da sua atividade empresarial sejam protegidos e salvaguardados, para que ao menos tenha chance de renegociar suas dívidas com o auxílio do Poder Judiciário e o bom uso do instituto da recuperação judicial.

Em outras palavras, permitir a livre expropriação do patrimônio do devedor, durante o tempo de preparação para a interposição do processo, é atitude que vai de encontro ao princípio basilar da lei falimentar: o princípio da preservação da empresa, o qual aponta que o objetivo da recuperação judicial é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor.

Nesse âmbito, imperioso se revela o acolhimento do pedido do grupo requerente, para que

sejam antecipados os efeitos da blindagem.

Pertinente registrar a existência de precedente, em decisão similar, proferida pela MM. Juíza Dra. Maria da Penha Nobre Mauro, Titular da 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, nos autos do pedido de recuperação judicial formulado pela Associação Sociedade Brasileira de Instrução e pelo Instituto Cândido Mendes (Processo nº 0093754-90.2020.8.19.0001), que, a partir da análise do contexto histórico, da função social e da adequação do ordenamento jurídico à concepção moderna da atividade empresarial, deferiu a tutela provisória de urgência para antecipar os efeitos do *stay period*, a contar do protocolo da petição inicial.

Consigno, ainda, que este Juízo já proferiu decisão similar, nos autos da Recuperação Judicial nº 1007082-44.2021.8.11.0003 do Produtor Rural ADEMILSON ANTONIO DALMOLIN, onde deferida tutela que antecipou os efeitos da blindagem até a realização da perícia prévia (Id. 66179407 de 08/10/2021).

Referida decisão foi mantida em grau recursal (RAI 1007385-33.2022.8.11.0000), tendo a D. Relatora, Desembargadora MARILSEN ANDRADE ADDARIO asseverado que:

(...)

A privação de um grande volume do produto como pretende a agravante representará um considerável desfalque na contabilidade do agravado.

Com isso, verifica-se que a decisão recorrida não incorre em qualquer desacerto, devendo, pois, ser mantida em sua integralidade.

E, ainda, antes mesmo que a possibilidade da concessão da medida fosse prevista de modo expresso em lei, já no ano de 2015, orientado pela necessidade de se salvaguardar o princípio da preservação da empresa e elevar a importância do instituto da recuperação judicial para a contribuição da Justiça como o setor empresarial, este Juízo proferiu decisão exatamente similar a esta, onde antecipou os efeitos da blindagem ao produtor rural ALEXANDRE AUGUSTIN, protegendo o patrimônio do devedor durante o lapso temporal que o mesmo necessitava para preparar o seu pedido de recuperação judicial (Processo nº 14639-12.2015.8.11.0003).

Embora aquela decisão tenha sido atacada por aguerrido recurso de agravo de instrumento (RAI nº 143858/2015), onde se bradou que a decisão era ilegal, equivocada e não expressava Justiça ao caso concreto, o Egrégio Tribunal de Justiça indeferiu o pedido de efeito ativo ao recurso, mantendo a eficácia da decisão que determinou a abstenção de medidas constritivas sobre o patrimônio daqueles devedores.

Na mesma trilha, este Juízo também deferiu o “PEDIDO DE TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE PREPARATÓRIA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL” formulado pelo GRUPO BOM JESUS no ano de 2016 (Processo nº 1000232-47.2016.8.11.0003), enfatizando “que há nítido interesse público na preservação dos ativos das futuras recuperandas, haja vista que a dissipação dos mesmos em benefício de poucos credores causará inegáveis prejuízos à coletividade de credores, muitos dos quais dependem diretamente da existência destes ativos para o percebimento de créditos, inclusive de natureza alimentar”.

As duas decisões em questão eram totalmente inovadoras naquela época, foram alvo de vários recursos, mas ambas foram mantidas em todas as Instâncias Superiores onde foram objeto de revisão – o que confirma o acerto com que agiu este Juízo ao voltar seus olhos para

a proteção da efetividade do processo recuperacional; a elevação da disseminação da grandiosa importância do instituto da recuperação judicial; e a homenagem ao princípio da preservação da empresa.

Por fim, recentemente este Juízo deferiu igual medida antecipatória no Processo de Recuperação Judicial do GRUPO BRAKI (Processo 1003325-71.2023.8.11.0003) - sem reforma pela Instância Superior (RAI 1005648-58.2023).

Feitas a todas essas considerações, sem mais delongas, diante da possibilidade de antecipação dos efeitos do *stay period*; diante da presença da probabilidade do direito invocado pelos requerentes; e diante da existência de risco ao resultado útil do processo **DETERMINO A SUSPENSÃO DA DECISÃO CAUTELAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 5425690-61.2023.8.09.0093, EM TRÂMITE NA 1ª VARA CÍVEL DE JATAÍ/GO - FICANDO, NAQUELES AUTOS, PROIBIDA A EXPROPRIAÇÃO DE VALORES E BENS DE PROPRIEDADE DOS REQUERENTES** - até que seja deliberado acerca do processamento da recuperação judicial ou proferida outra decisão sobre o ponto.

Registro, por oportuno, que **a presente decisão poderá vir a ser estendida para outras ações executivas que tenham sido propostas em face dos requerentes**; **todavia, cada caso deverá ser oportunamente analisado e deliberado**, uma vez que a antecipação total dos efeitos da blindagem é medida que só pode ser alcançada com o eventual deferimento do processamento da recuperação judicial – não podendo a presente cautelar ter fim satisfativo.

Em prosseguimento, é valioso frisar que, como sempre, ao mesmo tempo em que elege a importância do princípio da preservação da empresa como norte das decisões a serem

proferidas, a atuação deste Juízo igualmente volta seus olhos para a garantia dos direitos da coletividade de credores – visando salvaguardar os interesses de todos os envolvidos: devedores e credores.

E, nessa linha de desenvolvimento, POR CAUTELA, visando assegurar a eventual irreversibilidade da decisão, é preciso que a proteção dos bens e valores concedida ao devedor também será estendida aos seus credores - de modo que os grãos liberados da constrição não tenham destino diverso do cumprimento das suas obrigações que serão insertas no futuro processo de recuperação judicial.

Rememoro que o objetivo deste Juízo, ao proteger o grupo requerente das constrições emanadas de execuções individuais, centra-se na preocupação em proteger o patrimônio do devedor para garantir o resultado útil do processo de recuperação judicial vindouro – de modo que os grãos que seriam constritos em prol de um único credor possam ser preservados para futura aplicação no desenvolvimento da atividade empresarial durante o processo de soerguimento e pagamento de toda uma coletividade de credores.

Sendo assim, para que o objetivo do Juízo seja atingido de modo completo, visando a garantia da efetividade do processo e do seu resultado útil, sem descurar da preservação do interesse dos credores, **DETERMINO O DEPÓSITO JUDICIAL DOS GRÃOS LIBERADOS DA CAUTELAR DEFERIDA** no processo supra indicado.

Deste modo, **DETERMINO A INTIMAÇÃO DOS REQUERENTES PARA QUE INDIQUEM, NO PRAZO DE 24 HORAS, ONDE ESTÃO DEPOSITADOS OS GRÃOS EM QUESTÃO (ou onde estão plantados e onde serão depositados, caso a colheita esteja pendente).**

Desde já, **ADVIRTO OS REQUERENTES QUE OS GRÃOS EM QUESTÃO SÃO OBJETO DE DEPÓSITO JUDICIAL e os requerentes estão na posse dos mesmos tão somente na qualidade de FIEL DEPOSITÁRIO, sendo que, para qualquer ato inerente aos grãos (remoção, alienação, etc) faz-se necessária a concessão de prévia e expressa ordem deste Juízo (podendo ser exigida a prestação de caução e o depósito judicial de valores).**

Norteado pelas mesmas razões e princípios invocados, acolho o pedido dos requerentes, e **DETERMINO a intimação da empresa Cargill Agrícola S.A**., para que, no prazo de 05 dias, deposite em conta judicial vinculada a estes autos a quantia devida em favor do requerente Rafael Mello - R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), em razão da noticiada venda dos grãos objeto do Contrato de Compra e Venda nº 3470401288.

Para o cumprimento célere e urgente da presente decisão, **DETERMINO A EXPEDIÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS**: mandados, cartas precatórias, ofícios, termos, etc. que deverão ser **CUMPRIDOS POR OFICIAL DE JUSTIÇA DE PLANTÃO.**

Observe, o grupo requerente, o prazo improrrogável de 15 DIAS para a apresentação do pedido principal- contados em dias corridos, nos exatos ditames do artigo 189, §1º, inciso I da Lei 11.101/2005.

Intimem-se a todos desta decisão.

Notifique-se o Ministério Público, para que tome ciência desta decisão e, querendo, formule os requerimentos que entender pertinentes.

Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.

Juiz(a) de Direito

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT

PROCESSO N.º: 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, em cumprimento a decisão de ID. 125663061, expor e requerer o quanto segue.

Excelência, nos termos da decisão de *ID. 125663061*, fora determinado *"**O DEPÓSITO JUDICIAL DOS GRÃOS LIBERADOS DA CAUTELAR DEFERIDA",*** determinando em seguida a *"**A INTIMAÇÃO DOS REQUERENTES PARA QUE INDIQUEM, NO PRAZO DE 24 HORAS, ONDE ESTÃO DEPOSITADOS OS GRÃOS EM QUESTÃO (ou onde estão plantados e onde serão depositados, caso a colheita esteja pendente).***

Diante do exposto em cumprimento, informam os Autores que,

a) quanto a colheita da área vinculada a Faz. Xingu na cidade de Santa Cruz do Xingu-MT objetos da cautelar de arresto *(5425690-61.2023.8.09.0093 – 1º VC de Jatai - GO)* suspensa por este D. Juízo, informam que os grãos objetos da colheita estão sendo depositados em **"silos bolsa"** e armazenados no próprio campo conforme noticiado (*ID. 124897210 fls.3*) – para tanto informam o endereço completo da área de colheita em questão - ***Fazenda Xingu I, localizada na BR 158, KM 38, Saindo de Sta. Cruz do Xingu 25km a direita, zona rural, Santa Cruz do Xingu-MT).***

Termos em que, pede deferimento.

Rondonópolis/MT, 14 de agosto de 2023

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Rua Treze de Maio, 950 - Centro
Telefone: (66) 3421-6739
Rondonópolis - MT

Rua Francisco Deslandes, 971, Sala 311, Anchieta
Telefone: (31) 3284-0948
Belo Horizonte - MG

www.pedroreisadvogados.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:23
Número do documento: 23081410484726200000121969137
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081410484726200000121969137
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 14/08/2023 10:48:48

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

PROCESSO N.º 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, requerer a juntada do recolhimento da diligência do oficial de justiça, para expedição de mandado a ser cumprido em Confresa/MT, conforme determinação judicial e endereço destacado na inicial:

> Norteado pelas mesmas razões e principios invocados, acolho o pedido dos requerentes, e **DETERMINO a intimação da empresa Cargill Agricola S.A**., para que, no prazo de 05 dias, deposite em conta judicial vinculada a estes autos a quantia devida em favor do requerente Rafael Mello - R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), em razão da noticiada venda dos grãos objeto do Contrato de Compra e Venda nº 3470401288.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:23
Número do documento: 23081516360687900000122153191
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081516360687900000122153191
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 15/08/2023 16:36:08

170. Não obstante é que se faz imperioso requerer que Vossa Excelência também intervenha com o fim de que se determine à empresa Cargill Agricola S.A., empresa com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, n.º 1240, Morumbi Corporate, Torre Diamond, 6º andar, São Paulo/SP, **através de sua filial localizada em Confresa/MT, à Avenida Brasil, Quadra 34, Lote 1-A, Jardim do Éden, CEP 78.652-000, inscrita sob o CNPJ n.º 60.498.606/0397-97, a depositar nestes autos a quantia devida em favor do Requente Rafael Mello o montante de R$ R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), vinculados a venda dos grãos objeto do Contrato de Compra e Venda nº 3470401288**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa a ser aplicada por este juízo.

Outrossim, requer que todas as intimações sejam feitas em nome do Dr. Pedro Vinicius dos Reis, OAB/MT 17.942, sob pena de nulidade.

Termos em que, pede deferimento.

Rondonópolis/MT, 15 de agosto de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:23
Número do documento: 23081516360687900000122153191
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081516360687900000122153191
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 15/08/2023 16:36:08

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE APOIO AO JUDICÍARIO "FUNAJURIS"

Guia de Recolhimento Nº 58465

Nº Código de Barras: 00190.00009 03157.460001 00486.991177 7 94480000041686

Discriminação
Diligência | **Nº Único da Guia: 58465.152.08.2023-0**

Nosso Número: 31574600000486991

Dados do Processo
Número Unico: 1022463-24.2023.8.11.0003
Zoneamentos: Horário Normal

Cidade	Bairro	Valor	Quantidade	Total
Confresa	Centro	R$414,00	1	R$414,00

Dados das Partes
Processo em segredo de Justiça!

Comarca: 152 - Porto Alegre do Norte

Receita(s):
7 - Diligência R$416,86

Data de Validade: 20/08/2023
Data de Expedição 15/08/2023

Obs: Acrescido valor de R$2,86 conforme Art. 4º §1º do Provimento Nº 14/2016 - CGJ.

Pagante: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - **CPF/CNPJ:** 089.692.479-39

Valor a Recolher
R$416,86

Valor da Receita: Quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos

Autenticação Mecânica:

VIA PROCESSO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE APOIO AO JUDICÍARIO "FUNAJURIS"

Guia de Recolhimento Nº 58465

Nº Código de Barras: 00190.00009 03157.460001 00486.991177 7 94480000041686

Discriminação
Diligência | **Nº Único da Guia: 58465.152.08.2023-0**

Nosso Número: 31574600000486991

Dados do Processo
Número Unico: 1022463-24.2023.8.11.0003
Zoneamentos: Horário Normal

Cidade	Bairro	Valor	Quantidade	Total
Confresa	Centro	R$414,00	1	R$414,00

Dados das Partes
Processo em segredo de Justiça!

Comarca: 152 - Porto Alegre do Norte

Receita(s):
7 - Diligência R$416,86

Data de Validade: 20/08/2023
Data de Expedição 15/08/2023

Obs: Acrescido valor de R$2,86 conforme Art. 4º §1º do Provimento Nº 14/2016 - CGJ.

Pagante: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - **CPF/CNPJ:** 089.692.479-39

Valor a Recolher
R$416,86

Valor da Receita: Quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos

Autenticação Mecânica:

VIA PARTE

Banco do Brasil | 001-9 | 00190.00009 03157.460001 00486.991177 7 94480000041686

Local de Pagamento: Pagável em qualquer agência bancária até o vencimento.						Vencimento: 20/08/2023
Cedente: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 03.535.606/0077-18						Agência / Código Cedente: 3834-2 / 6976-0
Data Documento: 15/08/2023			Nº do documento: 58465	Espécie Doc: REC	Aceite: Não	Data do Processamento	Nosso Número: 31574600000486991
Nº da Conta/Respons.	Carteira: 17	Espécie: R$	Quantidade: 0		Valor: R$416,86	(=) Valor do Documento: R$416,86
Instruções: Não receber após a data de vencimento Receber este titulo somente no valor integral.						(-) Desconto/Abatimento: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (-) Outras Deduções: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (+) Mora/Multa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (+) Outros Acréscimos: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (=) Valor Cobrado: R$416,86
Não receber após a data de vencimento				Receber este titulo somente no valor integral.		
Sacado: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - **CPF/CNPJ:** 089.692.479-39						
Sacador/Avalista						Código de Baixa

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:23
Número do documento: 23081516360819200000122153194
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081516360819200000122153194
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 15/08/2023 16:36:08

Recomendamos a impressão desse Comprovante.
Para tanto, utilize a opção de impressão de seu browser.

bradesco

Comprovante de Pagamento
Boleto de Cobrança
Data: 15/08/2023

Nome do Banco Destinatário:	*BANCO DO BRASIL S.A.*		
Número de Identificação:	*00190.00009 03157.460001 00486.991177 7 94480000041686*		
Razão Social Beneficiário:	*TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GR*		
Nome Beneficiário:	*FORUM DA COMARCA DE CUIABA*		
CPF/CNPJ Beneficiário:	*003.535.606/0077-18*		
Razão Social Beneficiário Final:			
CNPJ/CPF Beneficiário Final:			
Instituição Recebedora:	*237*		
Nome Pagador:	*RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO*		
CPF/CNPJ Pagador:	*089.692.479-39*		
Data de Vencimento:	*20/08/2023*		
Valor:	*416,86*	**Multa:**	*0,00*
Desconto:	*0,00*	**Juros:**	*0,00*
Abatimento:	*0,00*	**Valor do Pagamento:**	*416,86*
Bonificação:	*0,00*		
Data do Pagamento:	*15/08/2023*	**Hora:**	*17:26:10*
Descrição do Pagamento:	*Mandado mello - cargill*		
Debitado da:	*Conta-Corrente*		

A transação acima foi realizada através do(a) BRADESCO CELULAR, dentro das condições especificadas.
O lançamento consta no extrato do(a) cliente *PEDRO VINICIUS DOS REIS* , CPF *030.185.071-26* , Agência *252* - Conta *227555* , da data de pagamento, sob o número de protocolo *0000533.*

Banco Bradesco S.A.
http://www.bradesco.com.br

AUTENTICAÇÃO

```
g8GnmjDB RPaNtevc Eud7o@2U yeMPfxxT ktsffSiR 5OypZhTO O?Wziw6P WDr2qJeH
6jPVpg9@ tsxNC?pS XHr6uaXR BDKfD?fz rcITka?a Rnaey8XL LY3WkFxw EWxCLvFK
6YN2DmJI wt2Ve9Q2 bZngf3di SrHfq?TE fWBKVYhA pU6SCv9G 15310203 05034071
```

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:23
Número do documento: 23081516360882300000122153195
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081516360882300000122153195
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 15/08/2023 16:36:09

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª (QUARTA) VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO

Processo: 1022463-24.2023.8.11.0003

MT PERÍCIAS LTDA. pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 41.190.673/0001-39, com sede na Av. Brasília, nº 1.192, sala 03, bairro Jardim das Américas, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, CEP 78.060-601, telefone (65) 98413-1059, e ainda, com endereço eletrônico mtpericias1@gmail.com, onde poderão ser dirigidas as intimações de estilo, neste ato representada pelo seu sócio proprietário **TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA**, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

Considerando, Decisão de ID 125663061:

> **"Nomeio para realização dessa constatação prévia a empresa MT PERÍCIAS, neste ato representada pelo Dr. Thiago Taveira,** devidamente cadastrada no banco de peritos deste Juízo, determinando a sua imediata intimação para que apresente proposta de honorários, no prazo de 48 horas. "

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:23
Número do documento: 23081517100124800000122160461
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081517100124800000122160461
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 15/08/2023 17:10:02

Considerando que, a determinação para realização da Constatação Prévia seja realizada em duas etapas, assim a serem cumpridas:

> PRIMEIRA ETAPA – No prazo de 05 dias deverá a Auxiliar do Juízo apresentar laudo referente à análise dos documentos já apresentados; constatação in loco da produção e atividade dos requerentes; fornecimento de todos os dados relevantes e informações que forem possível ser extraídas neste período preparatório do pedido de recuperação judicial; e
>
> SEGUNDA ETAPA – Após ser formulado o pedido de recuperação judicial, antes mesmo dos autos virem à conclusão, no prazo de 05 dias, deverá a Auxiliar do Juízo apresentar laudo final da constatação prévia iniciada, abrangendo a constatação e análise da documentação contábil e a averiguação do preenchimento dos requisitos legais para o deferimento do processamento da recuperação judicial.

MT PERÍCIAS agradece a V. Excelência pela confiança em nós depositada, e manifesta pela aceitação da nomeação para realização de perícia prévia.

Portanto, diante da complexidade do caso em tela, as horas técnicas despendidas para realização do trabalho, bem como as diligências necessárias para a execução da perícia, propomos que os nossos honorários periciais sejam arbitrados no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Diante do exposto, requer a V. Excelência:

a) Em caso de aceite da proposta de honorários ora apresentada, seja depositado a quantia correspondente a 50% (cinquenta por cento) do

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:23
Número do documento: 23081517100124800000122160461
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081517100124800000122160461
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 15/08/2023 17:10:02

valor dos honorários periciais, qual seja, R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), na conta corrente abaixo indicada, para dar início aos trabalhos;

b) Que todas publicações e notificações referentes ao processo em epígrafe, sejam realizados em nome do Dr. Tiago de Oliveira Taveira, OAB/MT 17899/O.

Nestes termos

P. Deferimento

De Cuiabá, para Rondonópolis 15 de agosto de 2023.

MT PERÍCIAS

CNPJ. 41.190.673/0001-39

Banco Nu Pagamento S.A (0260)
Agência 0001
Conta Corrente 34769085-9
Pix (CNPJ). 41.190673/0001-39
Titularidade MT PERICIAS

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:23
Número do documento: 23081517100124800000122160461
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081517100124800000122160461
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 15/08/2023 17:10:02

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS

E REGIONALIZADA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

Ofício n.º 299/2023.

Rondonópolis , 15 de agosto de 2023

Referência: Processo: 1022463-24.2023.8.11.0003

Espécie: [Revogação de atos praticados em prejuízo de credores e da massa]
AUTORES: SIDNEY PINTO DE MELLO, MARA VIOLIN DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO

RÉU: CREDORES

Senhor(a) Juiz(a):

De ordem superior encaminho decisão proferia no dia 10/08/2023, id. 125663061 nos autos supra que determina a suspensão da decisão cautelar deferida nos autos do processo n. 5425690-61.2023.8.09.0093, em trâmite nesse r. juízo da 1ª Vara Cível de Jataí-GO, ficando proibida a expropriação de valores e bens de propriedade dos requerentes.

Respeitosamente,

Thais Muti de Oliveira

Gestora Judiciária

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:23
Número do documento: 23081518273238500000122176183
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081518273238500000122176183
Assinado eletronicamente por: THAIS MUTI DE OLIVEIRA - 15/08/2023 18:27:32

AO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DE JATAÍ-GO

SEDE DO 4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS E INFORMAÇÕES: - TELEFONE: (66) 34106100

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 15/08/2023 ?s 18:30

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 81120238702378
Documento: 1022463-24.2023.8.11.0003--oficio.pdf
Remetente: SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL - RONDONÓPOLIS (THAIS MUTI DE OLIVEIRA)
Destinatário: 1ª Vara Cível, Infância e Juventude - Jataí (TJGO)
Data de Envio: 15/08/2023 18:29:28
Assunto: De ordem superior encaminho ofício 299/2023 e decisão para conhecimento e providências.

Código de rastreabilidade: 81120238702379
Documento: 1022463-24.2023.8.11.0003-decisao.pdf
Remetente: SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL - RONDONÓPOLIS (THAIS MUTI DE OLIVEIRA)
Destinatário: 1ª Vara Cível, Infância e Juventude - Jataí (TJGO)
Data de Envio: 15/08/2023 18:29:28
Assunto: De ordem superior encaminho ofício 299/2023 e decisão para conhecimento e providências.

Imprimir

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:23
Número do documento: 23081518303832200000122176193
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081518303832200000122176193
Assinado eletronicamente por: THAIS MUTI DE OLIVEIRA - 15/08/2023 18:30:38

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COMARCA DE RONDONÓPOLIS
4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS
RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 2.299, TELEFONE: (65) 3410-6100, JARDIM GUANABARA, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Oficial de Justiça: PLANTONISTA **Diligência: ID. 126145300**

EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RENAN CARLOS LEAO PEREIRA DO NASCIMENTO

PROCESSO n. 1022463-24.2023.8.11.0003	Valor da causa: R$ 100.000,00
ESPÉCIE: [Revogação de atos praticados em prejuízo de credores e da massa]->TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)	
POLO ATIVO: Nome: SIDNEY PINTO DE MELLO **Endereço: FAZ SÃO FRANCISCO, SN, ZONA RURAL, CAMPINÁPOLIS - MT - CEP: 78630-000** **Nome: MARA VIOLIN DE MELLO** **Endereço: FAZ SÃO FRANCISCO, SN, ZONA RURAL, CAMPINÁPOLIS - MT - CEP: 78630-000** **Nome: EDSON PINTO DE MELLO** **Endereço: FAZ SÃO FRANCISCO, SN, ZONA RURAL, CAMPINÁPOLIS - MT - CEP: 78630-000** **Nome: VERA LUCIA GALLO DE MELLO** **Endereço: FAZ SÃO FRANCISCO, SN, ZONA RURAL, CAMPINÁPOLIS - MT - CEP: 78630-000** **Nome: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO** **Endereço: FAZ SÃO FRANCISCO, SN, ZONA RURAL, CAMPINÁPOLIS - MT - CEP: 78630-000** **Nome: MARCO ANTONIO DE MELLO** **Endereço: FAZ SÃO FRANCISCO, SN, ZONA RURAL, CAMPINÁPOLIS - MT - CEP: 78630-000**	
POLO PASSIVO: Nome: CREDORES Endereço: , S/N, PORTO ALEGRE DO NORTE - MT - CEP: 78655-000	

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA CARGIL AGRÍCOLA S.A. , NO ENDEREÇO AVENIDA BRASIL, QUADRA 34, LOTE 1-A, JARDI DO ÉDEN, CEP. 78.652-000 PARA CUMPRIR A TUTELA CAUTELAR CONCEDIDA, NOS TERMOS SEGUINTES:

"DETERMINO a intimação da empresa Cargill Agrícola S.A., para que, no prazo de 05 dias, deposite em conta judicial vinculada a estes autos a quantia devida em favor do requerente Rafael Mello - R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscento s e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), em razão da noticiada venda dos grãos objeto do Contrato de Compra e Venda nº 3470401288."

ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias.

RONDONÓPOLIS, 15 de agosto de 2023.

(*Assinado Digitalmente*)
Gestor(a) Judiciário(a)
Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço

https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos **TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006**.

INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet.

No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE.
No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE.
Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema.
ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). **2)** Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA, EM 24H (VINTE E QUATRO HORAS) REALIZAR O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, NA IMPORTÂNCIA DE R$35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS), CONFORME MANIFSTAÇÃO DE ID. 126152485.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT

PROCESSO N.º: 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, em cumprimento a decisão de ID. 125663061, expor e requerer o quanto segue.

Excelência, em atendimento a intimação de ID.126173854, informa que apesar do equívoco quanto a forma de pagamento entre a proposta (ID 12615285) e a intimação, informa o aceite quanto ao valor proposto, e ainda, que a empresa nomeada para realização da perícia já foi contactada pelos Requerentes, através de seus procuradores, tendo as partes alcançado consenso no que se refere a forma de pagamento, momento em que se deu início a realização dos trabalhos.

Termos em que, pede deferimento.

Rondonópolis/MT, 17 de agosto de 2023

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:24
Número do documento: 23081709173042700000122317171
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081709173042700000122317171
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 17/08/2023 09:17:31

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

Processo n. 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO - CPF: 669.115.919-53 (REQUERENTE), MARA VIOLIN DE MELLO - CPF: 037.810.239-74 (REQUERENTE), EDSON PINTO DE MELLO - CPF: 669.115.089-91 (REQUERENTE), VERA LUCIA GALLO DE MELLO - CPF: 614.594.029-87 (REQUERENTE), RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - CPF: 089.692.479-39 (REQUERENTE), MARCO ANTONIO DE MELLO - CPF: 064.020.619-05 (REQUERENTE)

CREDORES (REQUERIDO)

CERTIDÃO POSITIVA

Diligência e Entrega de Mandados de Intimação, Citação, Notificação

.Certifico e dou fé que, no dia 16.08.2023, em cumprimento à ordem de intimação expedida pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Rondonópolis -MT, dirigi-me ao endereço constante no mandado e intimei **CARGIL AGRÍCOLA S.A.** na pessoa de **Jucileia J. Brito, inscrita no CPF n° 039.102.751-41**, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, deposite em conta judicial vinculada a estes autos a quantia devida em favor do requerente Rafael Mello a quantia de R$ 1.644.500,00, em razão da noticiada venda dos grãos. Após a leitura do mandado, a intimada aceitou a cópia que lhe foi oferecida e, em seguida, exarou ciência no mandado.

Porto Alegre do Norte/MT, 17 de agosto de 2023.

NATALIE CIPRIANO TOLEDO

Oficial de Justiça

SEDE DO E INFORMAÇÕES: - TELEFONE:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COMARCA DE RONDONÓPOLIS
4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS
RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 2.299, TELEFONE: (65) 3410-6100, JARDIM GUANABARA,
RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100

PJe

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Oficial de Justiça: PLANTONISTA Diligência: ID. 126145309

EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM (ª)JUIZ(A) DE DIREITO RENAN CARLOS LEÃO PEREIRA DO NASCIMENTO

PROCESSO n. 1022463-24.2023.8.11.0003	Valor da causa: R$ 100.000,00
ESPÉCIE: [Revogação de atos praticados em prejuízo de credores e da massa]->TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)	
POLO ATIVO: Nome: SIDNEY PINTO DE MELLO **Endereço: FAZ SÃO FRANCISCO, SN, ZONA RURAL, CAMPINÁPOLIS - MT - CEP: 78630-000** **Nome: MARA VIOLIN DE MELLO** **Endereço: FAZ SÃO FRANCISCO, SN, ZONA RURAL, CAMPINÁPOLIS - MT - CEP: 78630-000** **Nome: EDSON PINTO DE MELLO** **Endereço: FAZ SÃO FRANCISCO, SN, ZONA RURAL, CAMPINÁPOLIS - MT - CEP: 78630-000** **Nome: VERA LUCIA GALLO DE MELLO** **Endereço: FAZ SÃO FRANCISCO, SN, ZONA RURAL, CAMPINÁPOLIS - MT - CEP: 78630-000** **Nome: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO** **Endereço: FAZ SÃO FRANCISCO, SN, ZONA RURAL, CAMPINÁPOLIS - MT - CEP: 78630-000** **Nome: MARCO ANTONIO DE MELLO** **Endereço: FAZ SÃO FRANCISCO, SN, ZONA RURAL, CAMPINÁPOLIS - MT - CEP: 78630-000**	
POLO PASSIVO: Nome: CREDORES Endereço: , S/N, PORTO ALEGRE DO NORTE - MT - CEP: 78655-000	

FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA CARGIL AGRÍCOLA S.A. , NO ENDEREÇO AVENIDA BRASIL, QUADRA 34, LOTE 1-A, JARDI DO ÉDEN, CEP. 78.652-000 PARA CUMPRIR A TUTELA CAUTELAR CONCEDIDA, NOS TERMOS SEGUINTES:

"**DETERMINO a intimação da empresa Cargill Agrícola S.A.**., para que, no prazo de 05 dias, deposite em conta judicial vinculada a estes autos a quantia devida em favor do requerente Rafael Mello - R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscento s e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), em razão da noticiada venda dos grãos objeto do Contrato de Compra e Venda nº 3470401288."

ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias.

RONDONÓPOLIS, 15 de agosto de 2023

(Assinado Digitalmente)
Gestor(a) Judiciário(a)
Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema Pje - Processo Judicial Eletrônico, no endereço

Este documento foi gerado pelo usuário 991.***.***-49 em 15/08/2023 18:57:02
Número do documento: 23081518405026000000122176222
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081518405026000000122176222
Assinado eletronicamente por: THAIS MUTI DE OLIVEIRA - 15/08/2023 18:43:50
SIGILOSO

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:24
Número do documento: 23081715275145400000122379615
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081715275145400000122379615
Assinado eletronicamente por: NATALIE CIPRIANO TOLEDO - 17/08/2023 15:27:51

https://pe.tjmt.jus.br nos **TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006**

INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço 2: https://tj.jus.br/home, pelo seu navegador de internet

No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE.

No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE.

Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como providenciar o seu cadastramento no sistema.

ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados (Art. 21 da Resolução nº 05/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!/suporte.

Recebido
16/08/2023
Lucidéia J. Brito
039 108 751 42

Este documento foi gerado pelo usuário 391.***.***-49 em 15/08/2023 18:57:02
Número do documento: 23081518439028600000122176222
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081518439028600000122176222
Assinado eletronicamente por: THAIS MUTI DE OLIVEIRA - 15/08/2023 18:49:00

SIGILOSO

Num. 126171553 - Pág. 2

Digitalizado com CamScanner

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:24
Número do documento: 23081715275145400000122379615
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081715275145400000122379615
Assinado eletronicamente por: NATALIE CIPRIANO TOLEDO - 17/08/2023 15:27:51

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

Por ordem, encaminho LIMINAR DEFERIDA

PROCESSO Nº 1018995-61.2023.8.11.0000

Vistos.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo RURAL BRASIL S. A. Id-178972691 contra decisão proferida pelo MMº. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis/MT, que em sede de TUTELA CAUTELAR PREPARATÓRIA AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL n.º 1022463-24.2023.8.11.0003, proposta por EDSON PINTO DE MELLO E OUTROS, concluiu por deferir o pedido liminar para o fim obstar o seguimento dos cumprimentos das ordens de sequestros em face do Agravado, sendo essas:

I) Ação de Tutela Provisória de Urgência de Natureza Cautelar de Arresto com Pedido Liminar, processo nº 5425690- 61.2023.8.09.0093, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, que a Agravante/Exequente buscava o sequestro da quantidade de 160.000 (cento e sessenta mil) sacas de milho de 60kg (sessenta quilos) da Safra 2023/2023, objeto da CPR nº 817/2022;

II) Ação Tutela Provisória de Urgência de Natureza Cautelar de Arresto com Pedido Liminar 5427449-60.2023.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, em que a Agravante/Exequente buscava o sequestro da quantidade de 40.345 (quarenta mil, trezentos e quarenta e cinco) sacas de 60kg (sessenta quilos) sacas de milho, Safra 2023/2023, objeto da CPR nº 12/2023.

Assevera que na referida decisão, o Juízo a quo determinou que o produto que venha a ser colhido pelos Agravados nas áreas continuem em depósito judicial sem indicar, todavia, quais seriam as consequências para o descumprimento dessa decisão.

Alga o Agravante que fomentou a lavoura da safrinha de milho 2023/2023 dos Agravados através do fornecimento de insumos agrícolas em operação de Barter que se configurou pela obrigação de entrega pelo Agravado, até o dia 30 de junho do presente ano (2023), o total de 9.600.000,00 kg (nove milhões e seiscentos mil quilos) de milho, equivalentes a 160.000 (cento e sessenta mil) sacas de 60 kg de milho cada, safra 2023/2023, obrigação essa representada pela Cédula de Produto Rural 817/2022, devidamente registrada perante a B3 – Brasil – Bolsa – Balcão, em atendimento a Lei da CPR.

Além dessa obrigação, foi emitida a Cédula de Produto Rural nº 12/2023, onde o Agravado também se comprometeu a entregar, até o dia 05 de junho de 2023, o total de 2.420.700,00 kg (dois milhões, quatrocentos e vinte mil e setecentos quilos) de milho, equivalentes à 40.345 (quarenta mil, trezentos e quarenta e cinco) sacas de 60kg de milho cada, safra 2023/2023, que também foi devidamente registrada perante a B3 – Brasil – Bolsa – Balcão, em atendimento a Lei da CPR. 13. As CPR's nºs 817/2022 e 12/2023 foram devidamente registradas perante o Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos de Vila Rica/MT e Campinápolis/MT, respectivamente.

Configurada a operação de Barter, já que os Agravados se comprometeram a entregar determinado volume de sacas de milho, obrigações que estão refletidas nas Cédulas de Produto Rural de milho em contraprestação ao fornecimento de insumos realizado pela Agravante.

Assevera que, constatado o descumprimento da promessa de entrega decorrente de Barter e representada por ambas as CPR's, a Agravante iniciou, separadamente duas demandas: i) Ação de Tutela Provisória de Utgência de Natureza Cautelar de Arresto com Pedido de Liminar n. 5425690-61.2023.8.11.0093 e ii) Tutela Provisória de Urgência de Natureza Cautelar de Arresto com Pedido Liminar n. 5427449-60.2023.8.09.0093, nas quais em ambas a Agravada buscava o sequestro da quantidade de produto pactuado com os Agravados.

Ocorre que a Agravante foi surpreendida com decisão ora Agravada, que deferiu a tutela cautelar antecedente, com o efeito de suspender as execuções e constrições incidentes sobre bens dos Embargados, de modo a obstar o seguimento do cumprimento da ordem de sequestro determinada em ambas as ações ajuizadas pela Exequente.

Todavia, afirma que a decisão Agravada não pode servir para suspender as demandas judiciais que tem como objeto a CPR que tem como finalidade o cumprimento de operação de Barter (troca de insumos e dinheiro por produtos rurais), por se tratar claramente de crédito não sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, sob pena de infringir a legislação específica que trata do assunto, razão pela qual deve a decisão ser reformada, até porque os Agravados estão em plena colheita do milho que deveriam ser entregues em favor do Agravante.

Sustenta que referida operação Barter se trata de crédito extraconcursal, não se sujeitando ao processo de recuperação judicial, ex vi do que determina a regra do art. 11 da Lei n. 8.929/94, alterada pela Lei n. 14.112/2020.

Ao final, pugna pelo recebimento do recurso com a atribuição do efeito suspensivo ao mesmo, para o fim de suspender a decisão recorrida.

É o relatório.

Não é de se olvidar que a operação de Barter consiste em uma negociação realizada entre produtores rurais e empresas de insumo, ou cooperativas de crédito rural. O que se faz, comumente, é o pagamento dos insumos com o produto a ser futuramente colhido pela propriedade rural.

Via de regra, não há intermediação monetária e o acordo é realizado no momento em que o produtor recebe o insumo, mas pode se dar até antes da colheita, contudo, para o credor se resguardar, será emitida pelo devedor Cédula de Produto Rural (CPR) visando garantir toda a operação.

Ocorre que, com a recente reforma da Lei de Recuperação e Falências ocorrida em 2020, destacou-se a alteração do artigo 11 da Lei 8.929/04.

Referido artigo passou a prever que os créditos que têm origem em operação de Barter são extraconcursais, estando, portanto, expressamente excluídos dos efeitos da recuperação judicial. Confira:

"Art. 11. Nao se sujeitarao aos efeitos da recuperação judicial os créditos e as garantias cedulares

vinculados à CPR com liquidação física, em caso de antecipação parcial ou integral do preço, ou, ainda, representativa de operação de troca por insumos (barter), subsistindo ao credor o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente da cédula ou de qualquer terceiro, salvo motivo de caso fortuito ou força maior que comprovadamente impeça o cumprimento parcial ou total da entrega do produto. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020). Grifei.

Vale lembrar que a de Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/05) prevê dois tipos de créditos quando da decretação da recuperação judicial de uma empresa: (i) extraconcursais e (ii) concursais. Os primeiros estão excluídos dos efeitos da recuperação judicial, ou seja, os detentores de créditos extraconcursais não participam do concurso de credores e podem seguir com suas execuções e atos expropriatórios em face do devedor. Em outras palavras: o crédito oriundo de CPR passou a gozar de privilégios, assim como créditos oriundos de alienação fiduciária, facilitando a recuperação desse crédito por quem o detém.

Portanto, se os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR, representativa de operação de troca de produtos por insumos, denominada Barter, estão excluídos dos efeitos da recuperação judicial por força de lei, bem como por se tratar de créditos

extraconcursais, resta maculada por completo a liminar concedida na origem, diante da ausência da probabilidade do direito.

Todavia, vale salientar ainda que Lei nº 11.101/05, também prevê o chamado “stay period”, quando há a suspensão das ações e execuções movidas contra a empresa que tem seu pedido de recuperação judicial aceito, o que permite a proteção do patrimônio empresarial e a reorganização das finanças e dos negócios.

Contudo, mesmo nesse período do “stay period”, é importante verificar se o produto agrícola se enquadrada como bem de capital essencial a justificar a liminar concedida.

Muito embora a Lei de Falências e Recuperação de Empresas privilegie os devedores em recuperação judicial no sentido de manterem em suas posses os denominados “bens de capital” (parte final do § 3º do art.49 da Lei nº 11.101/2005), não permitindo durante o prazo do stay period (§ 4º do art.6º), venda e retirada se considerados essenciais, certo é que o Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento de que os produtos agrícolas não poderão ser considerados como bens de capital essenciais à atividade empresarial.

Aliás, em voto paradigma do STJ, consideram-se bens de capital aqueles que integram a cadeia produtiva da empresa em recuperação, tais como: máquinas, veículos, equipamentos e instalações da sociedade empresária, que não é o caso dos autos. Confira:

“RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRODUTORES RURAIS. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/15. SÚMULA 284/STF. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. BEM DE CAPITAL. CLASSIFICAÇÃO QUE NÃO ABRANGE O PRODUTO FINAL DA ATIVIDADE EMPRESÁRIA. RESTRIÇÃO DA PARTE FINAL DO ART. 49, § 3º, DA LEI 11.101/05. INAPLICABILIDADE À HIPÓTESE DOS AUTOS. 1. Ação

ajuizada em 17/2/2020. Recurso especial interposto em 18/12/2020. Autos conclusos ao Gabinete em 26/1/2022. 2. O propósito recursal consiste em definir se produtos agrícolas (soja e milho) podem ser classificados como bens de capital essenciais à atividade empresarial - circunstância apta a atrair a aplicação da norma contida na parte final do § 3º do art. 49 da Lei 11.101/05 - e se é possível ao juízo da recuperação judicial autorizar o descumprimento de contratos firmados pelos devedores. 3. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso quanto ao ponto. Incidência da Súmula 284/STF. 4. Cumpre registrar, outrossim, que não há ofensa

ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. 5. Não houve manifestação, no acórdão recorrido, acerca da alegada autorização para descumprimento dos contratos celebrados entre o recorrente e os recorridos. A ausência de prequestionamento impede o exame da insurgência. 6. Mesmo que se pudesse ultrapassar referido óbice, a questão a ser analisada exigiria que esta Corte se debruçasse sobre fatos, provas e cláusulas contratuais, circunstância vedada em sede de recurso especial. Incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ. 7. Bem de capital é aquele utilizado no processo de produção (veículos, silos, geradores, prensas, colheitadeiras, tratores etc.), não se enquadrando em seu conceito o objeto comercializado pelo empresário. Doutrina. 8. Se determinado bem não puder ser classificado como bem de capital, ao juízo da recuperação não é dado fazer nenhuma inferência quanto à sua essencialidade para fins de aplicação da ressalva contida na parte final do § 3º

do art. 49 da Lei 11.101/05. Precedente. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO.” (STJ, REsp n. 1.991.989/MA, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/5/2022, DJe de 5/5/2022)

Como se denota, o Superior Tribunal de Justiça, considerou que bem de capital essencial é aquele utilizado no processo de produção e que esteja na posse direta da recuperanda a exemplo: imóveis veículos, silos, geradores, prensas, colheitadeiras, tratores etc., não se enquadrando neste conceito o produto comercializado pelo empresário

Assim sendo, se os produtos agrícolas não são classificados como bens de capital essenciais à atividade empresarial, estes não poderiam ser retidos e muito menos impedir o credor em prosseguir na execução e arresto de bens que garantem seu crédito, ainda que estivéssemos durante o “stay period”, o que também macula a liminar na origem.

Ademais, os danos de difícil reparação se mostram em sentido inverso, já que a decisão singular não exigiu contracautela necessária para garantir eventuais prejuízos.

Se não fosse o bastante, presente o perigo de irreversibilidade da medida deferida em sede cautelar antecedente, pois o milho que é objeto do arresto trata de produto rural de fácil comercialização, perecível e sazonal que de uma hora para outra pode ter a sua produção escoada sem que a agravante consiga uma ordem judicial capaz de impedir que isso ocorra, principalmente no caso, onde o juiz singular determinou que os bens fosse depositados nas mãos dos agravados, sem, no entanto, definir quais seriam as consequências para o descumprimento de tal depósito.

Aliás, a situação pode ser mais grave ainda, principalmente se a futura ação de recuperação judicial for indeferida pela ausência dos requisitos legais.

Diante do exposto e da análise perfunctória dos fundamentos trazidos ao recurso, DEFIRO o pedido de liminar postulado no presente recurso, para suspender os efeitos da liminar concedida até o julgamento do mérito recursal.

Comunique-se o Juízo de origem.

Intime-se a parte Agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, onde poderá juntar a documentação que entender conveniente, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC/15.

Após, colha-se o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, datado e assinado digitalmente.-

Desa. Marilsen Andrade Addario,

Relatora em substituição legal.

18 de agosto de 2023.

ANA CRISTINA INFANTINO ALVES DE OLIVEIRA

Diretor de Secretaria

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/ MT

Processo nº: 1022463-24.2023.8.11.0003
Requerentes: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO e OUTROS.
Requeridos: OS MESMOS.

CARGILL AGRÍCOLA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 60.498.706/0001-57, com sede na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº. 1.240, Torre Diamond, 6º ao 9º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e filial localizada na cidade de Confresa, Estado do Mato Grosso, ("CARGILL") por seu procurador que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atendimento à Decisão proferida nos autos, datada de 10 de agosto de 2023, manifestar o que segue.

No dia 11 de agosto de 2023 o procurador dos Requentes enviou à Cargill referida decisão, solicitando o cumprimento da mesma por seus termos.

A decisão determina a intimação da Cargill para que no prazo de 05 dias, deposite em conta judicial vinculada a estes autos a quantia devida em favor do requerente Rafael Mello, no montante de R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais) que foi apontado pelo mesmo, em razão da venda de 858.000 kg de soja em grãos, objeto do Contrato de Compra e venda n° 3470401288 ("CONTRATO") que firmou com a nossa empresa.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que do volume total contratado, o requerente Rafael Mello entregou à Cargill o volume parcial de 848.986 kg de soja, pelo preço de R$ 115,00 cada saca de 60 kg, o que gerou um montante financeiro de R$ 1.627.223,17 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e três reais e dezessete centavos).

Cumpre esclarecer que a quantia supramencionada se trata de valor bruto, sobre o qual devem incidir os devidos descontos legais e contratuais referentes à tributos e royalties.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:24
Número do documento: 23082108531069900000122587791
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082108531069900000122587791
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 21/08/2023 08:53:11

Deste modo, do valor total bruto proveniente do Contrato, foram aplicados os devidos descontos relativos a Funtural, Fethab e Royalties, originando crédito em favor do produtor Rafael Mello no valor total líquido de R$ 1.556.645,99. Abaixo, segue tabela com discriminação e detalhamento dos valores:

Contrato	Volume	Preço saca de 60 kg	Valor total bruto	Desconto Funrural/Senar	Desconto Fethab	Desconto Royalties	Valor líquido
3470401288	848.986 kg	R$ 115,00	R$ 1.627.223,17	R$ 3.254,45	R$ 41.252,23	R$ 26.070,50	**R$ 1.556.645,99**

Com efeito, em cumprimento à decisão proferida nestes autos, a Cargill informa que realizou depósito judicial no valor de R$ 1.556.645,99 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos), correspondente ao crédito que o Requerente possuía perante a Cargill, conforme guia e comprovante de pagamento anexos.

Por fim, informamos que em nome de referido produtor, não há mais nenhum crédito ou contratos a serem cumpridos com nossa empresa.

Sendo o que nos cumpria para o momento, renovamos nossos protestos de estima e elevada consideração e subscrevemo-nos.

São Paulo/ SP, 21 de agosto de 2023.

Atenciosamente,

CARGILL AGRÍCOLA S.A.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: S P D M

Réu: C

1º Grau Comarca De Rondonópoli - Comarca De Rondonópolis -

Processo: 10224632420238110003 - ID 081240000014560499

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciario>Guia Dep. Judicial

Texto de Responsabilidade do Depositante: Valor referente a

venda dos graos objeto do Contrato de Compra e Venda

Recibo do Pagador

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585014 13471.139173 1 94770155664599**

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
CARGILL AGRICOLA S A CNPJ: 60.498.706/0001-57
TRIBUNAL DE JUSTICA. MT - PROCESSO: 10224632420238110003 - 03535606000110, 1º Grau Comarca De Rondonópoli - Comarca De Rondonópolis -

Beneficiário Final
TRIBUNAL DE JUSTICA. MT - 03535606000110

Nosso-Número	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(=) Valor Pago
28365850113471139	81240000014560499	18/09/2023	1.556.645,99	1.556.645,99

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço
BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585014 13471.139173 1 94770155664599**

Local de Pagamento
PAGAR PREFERENCIALMENTE NOS CANAIS DE AUTOATENDIMENTO DO BANCO DO BRASIL

Data de Vencimento
18/09/2023

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ
BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Data do Documento	Nr. Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento	Nosso-Número
17/08/2023	81240000014560499	ND	N	17/08/2023	28365850113471139

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	(Valor	(=) Valor do Documento
81240000014560499	17	R$			1.556.645,99

Informações de Responsabilidade do Beneficiário
GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081240000014560499 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br, opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(=) Valor Cobrado
1.556.645,99

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
CARGILL AGRICOLA S A CNPJ: 60.498.706/0001-57
TRIBUNAL DE JUSTICA. MT - PROCESSO: 10224632420238110003 - 03535606000110, 1º Grau Comarca De Rondonópoli - Comarca De Rondonópolis -

Código de Baixa
Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

Beneficiário Final
TRIBUNAL DE JUSTICA. MT - 03535606000110

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:25
Número do documento: 23082108531165400000122587792
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082108531165400000122587792
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 21/08/2023 08:53:12

J.P.Morgan

Payments and Transfers

Receipt

Printed on: 18/08/2023 10:40:55 **From:** 18/08/2023 **to** 18/08/2023

Company CARGILL AGRICO 1004

3rd PARTY PAYMENTS - BOLETO

Receiving Institution	Banco J.P. Morgan S/A
Issuing Institution	BANCO DO BRASIL S.A.
Account - Contract ID	Conta Corrente 01.1.03809-8 - Conv 7790 - CARGILL AGRICO 1004
Payment Type	Boleto
Payment line	00190.00009.02836.585014.13471.139173.1.94770155664599
Document Number	0007683200000025

Original Beneficiary

Name	BANCO DO BRASIL S.A. . SETOR PUBLICO RJ
CNPJ / CPF (Tax ID)	490695

Sacador Avalista

Name	TRIBUNAL DE JUSTICA. MT
CNPJ / CPF (Tax ID)	3535606000110

Payer

Name	CARGILL CASA
CNPJ / CPF (Tax ID)	60.498.706/0001-57

Final Payer

CNPJ / CPF (Tax ID)	60.498.706/0001-57
Maturity Date	18/09/2023
Amount	R$ 1.556.645,99
Penalty	R$ 0,00
Interest	R$ 0,00
Discount	R$ 0,00
Rebate	R$ 0,00

Payment Amount	**R$ 1.556.645,99**
Status	Liquidado
Payment Date/Hour	18/08/2023 10:40
Payment in cash	No
Bank authentication	16870285

If you need additional information, please reach out to our Client Service team on the +55 (11) 4950-3304
Ombudsman J.P. Morgan: 0800-7700847 / ouvidoria.jp.morgan@jpmorgan.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:25
Número do documento: 23082108531252800000122587795
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082108531252800000122587795
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 21/08/2023 08:53:13

São Paulo, 01 de junho de 2023

À
Cargill Agrícola S.A., suas subsidiárias e sociedades internacionais que compõe o grupo
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 6º ao 9º andares - Condomínio Morumbi Corporate Towers – Torre Diamond
Vila São Francisco - CEP: 04711-130 - São Paulo/SP

Ref.: Carta de Renúncia

Prezados Senhores,

Por meio deste instrumento eu, RAPHAEL NEVES DIAS, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 29.100.811-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 216.182.398-13, venho formalizar meu pedido de renúncia aos cargos de administração, que são por mim exercidos, nas sociedades do grupo econômico da Cargill Agrícola S.A. ("Cargill") as quais seguem listados:

(i) Cargo de Diretor na sociedade Black River Brasil Gestora de Recursos Ltda., com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Edifício Morumbi Corporate Tower - Torre Diamond, sito à Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 6º andar, Sala 6.16, Vila São Francisco, CEP: 0471 -130, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.267.194/0001-60;

(ii) Cargo de Diretor na sociedade Cargill Agrícola S.A., com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Edifício Morumbi Corporate Tower - Torre Diamond, sito à Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 6º ao 9º andares, Vila São Francisco, CEP: 04711-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.498.706/0001-57;

(iii) Cargo de Diretor na sociedade Cargill Alimentos Ltda, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, na Rua Roupen Tilkian, nº 77, Distrito Industrial Hermelindo Ruete de Oliveira, Barão Ataliba Nogueira. CEP 13986-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.961.898/0001-27;

(iv) Cargo de Diretor na sociedade Cargill Alimentos Completos Ltda, com sede no município de Toledo, Estado do Paraná, na Rua PR-182, S/N, Jardim Porto Alegre, CEP 85906-300., inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.478.658/0001-81;

(v) Cargo de Diretor na sociedade Cargill Brasil Participações Ltda., com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Edifício Morumbi Corporate Tower - Torre Diamond, sito à Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 8º andar, Sala 8.04, Vila São Francisco, CEP: 04711-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.377.926/0001-78;

(vi) Cargo de Diretor na sociedade Cargill Agro Ltda., com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Edifício Morumbi Corporate Tower - Torre Diamond, sito à Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 8º andar, Sala 8.09, Vila São Francisco, CEP: 04711-130, Sala 8.09, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.169.389/0001-60;

(vii) Cargo de Diretor na sociedade Cargill Comercializadora de Energia Ltda., com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Edifício Morumbi Corporate Tower - Torre Diamond, sito à Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 8° andar, Sala 8.07, Vila São Francisco, CEP: 04711-130 , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.333.323/0001-09;

(viii) Cargo de Diretor na sociedade estrangeira Cargill Agrícola Nassau Ltd., com sede na Suite 2-7, International Building,West Mall, Freeport, Bahamas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.117.961/0001-20;

(ix) Cargo de Diretor na sociedade Cargill Nutrição Animal Ltda., com sede no município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, na Avenida Rudolf Streit, 55, Sala 1, Centro, CEP: 13660-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.391.178/0001-36;

(x) Cargo de Diretor na sociedade Cargill Participações Ltda., com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Edifício Morumbi Corporate Tower - Torre Diamond, sito à Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 8° andar, Sala 8.03, Vila São Francisco, CEP: 04711-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 65.074.841/0001-99;

(xi) Cargo de Diretor na sociedade Cargill Prolease Locação de Bens Ltda, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Edifício Morumbi Corporate Tower - Torre Diamond, sito à Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 8° andar, Sala 7.11, Vila São Francisco, CEP: 04711-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.648.802/0001-75;

(xii) Cargo de Diretor na CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Edifício Morumbi Corporate Tower - Torre Diamond, sito à Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 6° andar, Vila São Francisco, CEP: 04711-130, inscrita no CNPJ/MF sob n. 58.926.825/0001-11;

(xiii) Cargo de Diretor na sociedade CASA & BSL Ltda, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Edifício Morumbi Corporate Tower - Torre Diamond, sito à Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 8° andar, Sala 8.03, Vila São Francisco CEP: 04711-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.502.545/0001-50;

(xiv) Cargo de Diretor na Fundação Cargill, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Edifício Morumbi Corporate Tower - Torre Diamond, sito à Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 8° andar, Sala 9 18, Vila São Francisco, CEP: 04711-130, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.829.928/0001-96;

(xv) Cargo de Diretor na sociedade Innovatti Industria e Comércio de Ésteres Sintéticos Ltda., com sede no município de Mairinque, Estado de São Paulo, sito à Av. Antônio de Oliveira Santos, s/nº, Distrito Industrial, CEP: 18120-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.096.144/0001-70;

(xvi) Cargo de Diretor na sociedade Cargill Specialties Confinamento e Comércio Bovino Ltda., com sede no município de Monte Alegre de Minas, Fazenda Vargem Grande, SN, Zona Rural, CEP: 38475-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.371.734/0001-75;

(xvii) Procurador na AGX Brasil LLC., sociedade estrangeira devidamente constituída e organizada de acordo com a Legislação do Estado de Delaware, Estados Unidos da America, com sede em 15407 McGinty Road West, Wayzata, Minnesota, inscrita na República Federativa do Brasil sob o CNPJ/MF sob o nº 07.012.613/0001-98;

(xviii) Procurador na Agri Holding INC., sociedade estrangeira devidamente constituída e organizada de acordo com a Legislação do Estado de Delaware, Estados Unidos da America, com sede em Suite 1244, 300, Delaware Avenue, Wilmington, U.S.A., inscrita na República Federativa do Brasil sob o CNPJ/MF sob o nº 07.011.788/0001-80;

(xix) Procurador Black River Asset Management Holdings LLC, sociedade estrangeira devidamente constituída e organizada de acordo com a Legislação do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em Corporation Trust Center, 1209 Orange Street, Wilmington, inscrita perante a República Federativa do Brasil sob CNPJ/MF nº 07.305.355/0001-38;

(xx) Procurador na Black River Asset Management Holdings 2 LLC sociedade estrangeira devidamente constituída e organizada de acordo com a Legislação do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em Corporation Trust Center, 1209 Orange Street, New Castle, Wilmington, CEP: 19801 inscrita perante a República Federativa do Brasil sob CNPJ/MF nº 12.151.618/0001-31;

(xxi) Procurador na Cargill Incorporated, sociedade estrangeira devidamente constituída e organizada de acordo com a Legislação do Estado de Delaware, U.S.A., com sede em 15407 McGinty Road West, Minnetonka, 55391 CZ, Estados Unidos da América, inscrita na República Federativa do Brasil sob o CNPJ/MF sob o nº 05.524.387/0001-07;

(xxii) Procurador na Cargill International Inc, sociedade estrangeira devidamente constituída e organizada de acordo com a Legislação do Estado de Delaware, U.S.A., com sede em 15407 McGinty Road West, Minnetonka, 55391 CZ, Estados Unidos da América, inscrita na República Federativa do Brasil sob o CNPJ/MF sob o nº 11.954.342/0001-67.

(xxiii) Procurador na Cargill International Luxembourg 1 S.à.r.l., sociedade estrangeira devidamente constituída e organizada de acordo com a Legislação de Luxemburgo, com sede na 26, Boulevard Royal (8th floor), Luxembourg, CEP: L-2449, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.939.037/0001-04

(xxiv) Procurador na Cargill International Luxembourg 2 S.à.r.l., sociedade estrangeira devidamente constituída e organizada de acordo com a Legislação de Luxemburgo, com sede na 26, Boulevard Royal (8th floor), Luxembourg, CEP: L-2449, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.996.862/0001-23;

(xxv) Procurador, na Cargill International Luxembourg 3 S.à.r.l., sociedade estrangeira devidamente constituída e organizada de acordo com a Legislação de Luxemburgo, com sede em 26, Boulevard Royal (8th floor), Luxembourg, L-2449, inscrita perante a República Federativa do Brasil sob CNPJ/MF nº 11.939.038/0001-40;

(xxvi) Procurador, na Cargill International Luxembourg 9 S.à.r.l sociedade estrangeira devidamente constituída e organizada de acordo com a Legislação de Luxemburgo, com sede em 26, Boulevard Royal (8th floor), Luxembourg, inscrita perante a República Federativa do Brasil sob CNPJ/MF nº 17.248.371/0001-90;

(xxvii) Procurador, na Cargill International Luxembourg 23 S.à.r.l sociedade estrangeira devidamente constituída e organizada de acordo com a Legislação de Luxemburgo, com sede em 26, Boulevard Royal (8th floor), Luxembourg, L-2449, inscrita perante a República Federativa do Brasil sob CNPJ/MF nº 26.758.725/0001-37.

Os efeitos de minha renúncia são eficazes a partir de 01 de junho de 2023.

Ademais, outorgo à Cargill Agrícola S.A., suas subsidiárias e Sociedades Internacionais as quais integram seu grupo econômico, a mais plena, ampla, rasa, irrevogável e irretratável quitação, para dela nada mais exigir em razão do exercício do cargo de Presidente do Conselho Deliberativo, seja a que título e natureza for.

Atenciosamente,

RAPHAEL NEVES DIAS

11/08/2023

Número: **1022463-24.2023.8.11.0003**

Classe: **TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE**
Órgão julgador: **4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS**
Última distribuição : **01/08/2023**
Valor da causa: **R$ 100.000,00**
Assuntos: **Revogação de atos praticados em prejuízo de credores e da massa**
Nível de Sigilo: **1 (Segredo de Justiça)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
MARCO ANTONIO DE MELLO (REQUERENTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO (REQUERENTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**
VERA LUCIA GALLO DE MELLO (REQUERENTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**
EDSON PINTO DE MELLO (REQUERENTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**
MARA VIOLIN DE MELLO (REQUERENTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**
SIDNEY PINTO DE MELLO (REQUERENTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**

CREDORES (REQUERIDO)	

Documentos				
Id.	**Data da Assinatura**	**Movimento**	**Documento**	**Tipo**
125663061	10/08/2023 20:09	Decisão Interlocutória de Mérito	Decisão	Decisão

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS

DECISÃO

Processo: 1022463-24.2023.8.11.0003.

REQUERENTE: SIDNEY PINTO DE MELLO, MARA VIOLIN DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO

REQUERIDO: CREDORES

Vistos e examinados.

SIDNEY PINTO DE MELLO, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual portador do CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26; **MARA VIOLIN DE MELLO**, produtora rural inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual portador do CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79; **EDSON PINTO DE MELO**, produtor rural, inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, portador do CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, produtora rural inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, portadora do CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de

Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, portador do CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91; e **MARCO ANTONIO DE MELLO**, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual portador do CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24 – todos integrantes do **GRUPO MELLO** de Campinápolis/MT - ingressaram com a presente **TUTELA CAUTELAR PREPARATÓRIA AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Relatou o grupo requerente, em breve resumo, que são produtores rurais inscritos na Junta Comercial há mais de 02 (anos), desenvolvendo sua atividade na cidade de Campinápolis/MT; e que, em razão das graves crises recorrentes nos últimos anos, suportaram prejuízos que desencadearam no enfrentamento de dificuldades econômicas graves, impedindo um pronto soerguimento e tornando dificultoso em demasia o prosseguimento das suas atividades empresariais sem um auxílio.

Aduziu que, neste cenário, estão se preparando para fazer uso do instituto da Recuperação Judicial; mas que, em virtude do avanço das cobranças, não possuem tempo hábil para a confecção e entrega de toda documentação exigida (especialmente quanto aos documentos contábeis), ao passo que correm graves riscos de verem a quase totalidade da sua produção ser arrestada nesse interregno temporal – razão pela qual necessitam de medida antecipatória, destinada à preservação de suas atividades empresariais, até que logrem êxito em reunir toda a documentação necessária para a apresentação do pedido de recuperação judicial.

Invocou a presença da verossimilhança do direito alegado, afirmando que preenchem todos os requisitos para requerer a Recuperação Judicial; e do perigo de dano, alegando que, caso a tutela cautelar não seja deferida, o patrimônio dos requerentes poderá ser esvaziado a tal ponto que o pedido de recuperação judicial já não terá mais utilidade processual.

Requereu, assim, a concessão de tutela antecipada para: “sobrestar os efeitos da decisão de deferimento da cautelar nos autos n.º 5425690-61.2023.8.09.0093 em trâmite na 1ª Vara Cível de Jataí/GO, expedindo-se ofício em caráter de urgência e aos juízos das cartas precatórias que forem distribuídas em decorrência da referida ação; determinando que os Requerentes permaneçam na posse dos grãos até ulterior deliberação deste juízo”.

Pugnou, também, para que sejam sobrestadas as ações e execuções que visem expropriar bens de propriedade do grupo requerente, que sejam essenciais ao desenvolvimento de suas atividades.

Vindicou, ainda, que seja determinado à empresa Cargill Agrícola S.A., que deposite nestes autos a quantia devida em favor do requerente Rafael Mello - R$ R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), referente a venda dos grãos objeto do Contrato de Compra e Venda nº 3470401288, no prazo de 48 horas e sob pena de multa.

Vieram-me os autos conclusos.

DECIDO.

DAS CUSTAS PROCESSUAIS

As custas processuais, considerando o valor dado à causa para fins fiscais, já foram recolhidas – conforme certidão e comprovante trazidos aos autos.

No entanto, considerando que o pedido é preparatório, quando interposto o pedido principal, as custas deverão ser complementadas, conforme o valor que será dado à ação recuperacional.

E, para tal momento, desde já, autorizo o pagamento das custas processuais remanescentes de forma parcelada, em até 06 prestações, como permite o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

DA CONSTATAÇÃO PRÉVIA

Pois bem. De proêmio, é imperioso fazer alusão às recentes deliberações que foram proferidas por este Juízo, destacando a necessidade da realização da Constatação Prévia antes da tomada da decisão acerca do deferimento do processamento dos novos pedidos de recuperação judicial; e, além disso, de conjugar estas decisões com o pedido ora formulado, cujo intento é a antecipação dos efeitos da blindagem, a fim de preservar o patrimônio dos requerentes e assegurar a efetividade do processo a ser futuramente iniciado – cito, a título de exemplo, os Processos 1010664-81.2023.8.11.0003 e 1011327-30.2023.8.11.0003.

Pertinente consignar que, diante desse posicionamento jurisdicional, este Juízo já consignou, em decisões proferidas em processos anteriores, que o pedido cautelar antecedente e preparatório ao pedido de recuperação judicial deve ser tratado de maneira semelhante ao pedido recuperacional, propriamente dito.

Isso porque, como se sabe, a principal função do pedido cautelar preparatório antecedente é a antecipação dos efeitos da blindagem, até que o pedido de recuperação seja preparado.

Outrossim, a decisão que se busca com a sua propositura tem efeitos tão grandes e impactantes quanto a deliberação que irá futuramente deferir o processamento da recuperação judicial – visto que antecipa a blindagem, ao menos de forma parcial (dado que a concessão não pode ser total, sob pena de ter caráter satisfativo, e não cautelar).

Sendo assim, este Juízo já assentou, em decisões anteriormente proferidas, que: "se a constatação prévia é instrumento de acentuada importância a ser empregado nos pedidos de recuperação judicial, também será relevante a adoção de prática de investigação semelhante, quando o pedido for de cautelar antecedente preparatório" – pois aqui, neste último caso, a pretensão é obter os efeitos da blindagem de modo antecipado, quando o pedido recuperacional sequer foi proposto, o que demanda uma cautela ainda maior por parte do Juízo condutor do feito.

Portanto, o que se expõe com esse introito, é que este Juízo utiliza a ferramenta da CONSTATAÇÃO PRÉVIA, como regra, em todos os pedidos de recuperação judicial e, de modo similar, também deve ser utilizada a mesma ferramenta em todos os pedidos cautelares preparatórios – dado que a intenção direta e imediata de ambos os pleitos é obter o mesmo efeito: a blindagem (um de forma parcial e outro de forma total), que sempre demanda uma séria investigação sobre os requerentes.

Feitas tais considerações, prossigo com o enfrentamento do pedido específico do requerente e a exposição dos motivos da decisão a ser tomada.

DA CONSTATAÇÃO PRÉVIA

Como se sabe, o instituto da Recuperação Judicial destina-se às empresas/ empresários que se encontrem experimentando momento de instabilidade financeira transitória, mas que tenham condições de gerar benefícios econômicos e sociais no exercício de sua atividade empresarial.

Consiste em mecanismo judicial legislativamente elaborado para permitir a reorganização econômica, administrativa e financeira de uma empresa, com a intermediação da Justiça, evitando-se a sua falência.

Trata-se, em arremate, de ferramenta talhada para ser utilizada por empresas em crise e com viabilidade econômica.

Outrossim, para que se possa deliberar, com atino, acerca de um pedido acautelatório e antecipado dos efeitos que poderão ser obtidos em um pedido recuperacional que ainda será proposto, é de suma necessidade que o Juízo tenha segurança jurídica suficiente para aferir a real conveniência do provimento.

A conjuntura atual do nosso País, delineada por todos os canais de comunicação, tem sido cotidianamente representada pela expressão “insegurança jurídica”; e, sem sombra de dúvidas, o aumento nos pedidos de recuperação judicial e a alteração consubstancial das características desses novos processos tem fonte firme nessa preposição.

Todavia, essa “insegurança” que tem dado causa ao surgimento de um maior número de pedidos recuperacionais e com traços noveis, não pode ser alongada a ponto de invadir o procedimento e enraizar-se no interior do processo de recuperação judicial – é preciso, diante do novo cenário, uma atuação ainda mais firme do Poder Judiciário no controle do uso do instituto consagrado pela Lei 11.101/2005.

Assim, os processos de recuperação e os acautelatórios que lhe antecedem devem ter o seu processamento e julgamento com a adoção de procedimentos prévios ao exame do feito - haja vista a novel realidade que ora se apresenta, sendo de rigor que o Juízo se posicione de forma diferenciada, com o fito de acautelar o direito e os interesses de todos os envolvidos, inclusive o social, através da observação afincada do poder geral de cautela na condução dos feitos.

Como cediço, é de grandiosa relevância a decisão a ser tomada nos pedidos acautelatórios onde se busca, antes mesmo da propositura do pedido de recuperação judicial, a antecipação dos seus efeitos - sendo imperiosa uma atuação que obste o acolhimento de pedidos antecedentes formulados por empresas inviáveis, inexistentes, desativadas ou que não reúnam condições de alcançar os benefícios sociais almejados pela lei.

Justifica-se, portanto, que concomitantemente ao pedido cautelar, seja iniciada a realização de uma CONSTATAÇÃO PRÉVIA, a partir de um estudo dirigido sobre o grupo requerente, com a efetivação de uma verificação sumária da correspondência mínima existente entre os dados apresentados por ele e a sua realidade fática, a fim de serem preservados os interesses de todos os envolvidos.

Ante todo o exposto, desde já, **DETERMINO A REALIZAÇÃO DE CONSTATAÇÃO PRÉVIA** sobre o grupo requerente; que, em se tratando de pedido antecedente e preparatório ao pedido de recuperação judicial, deverá ser realizada em DUAS ETAPAS:

PRIMEIRA ETAPA – No prazo de 05 dias deverá a Auxiliar do Juízo apresentar laudo referente à análise dos documentos já apresentados; constatação *in loco* da produção e atividade dos requerentes; fornecimento de todos os dados relevantes e informações que forem possível ser extraídas neste período preparatório do pedido de recuperação judicial; e

SEGUNDA ETAPA – Após ser formulado o pedido de recuperação judicial, antes mesmo dos autos virem à conclusão, no prazo de 05 dias, deverá a Auxiliar do Juízo apresentar laudo final da constatação prévia iniciada, abrangendo a constatação e análise da documentação contábil e a averiguação do preenchimento dos requisitos legais para o deferimento do processamento da recuperação judicial.

Nomeio para realização dessa constatação prévia a empresa MT PERÍCIAS, neste ato representada pelo Dr. Thiago Taveira, devidamente cadastrada no banco de peritos deste Juízo, determinando a sua imediata intimação para que apresente proposta de honorários, no prazo de 48 horas.

Quanto aos honorários periciais, registro que o entendimento perfilhado por este Juízo, seja nos processos de recuperação judicial ou nos feitos de rito ordinário que tramitam nesta Vara, sempre foi no sentido de que a proposta de honorários dos Auxiliares do Juízo deve ser apresentada pelo próprio expert.

Isso porque, é incontestável que a nomeação de um Auxiliar do Juízo (Administrador Judicial, médico perito, interventor judicial, etc) sempre é fincada na premissa da necessidade da prestação de um trabalho intelectual e técnico sobre o qual o Juízo não possui conhecimento específico – justamente por isso ocorre a nomeação do expert.

Nessa toada, tem-se que não cabe ao Juízo, então, pelo menos num primeiro momento, atribuir um valor certo e definido para o trabalho a ser prestado – haja vista ser incontestável que é somente o perito quem terá a noção completa da dimensão do labor e dos esforços que deverão ser dispensados no cumprimento do encargo que lhe é confiado; e, portanto, é justo que seja ele próprio que formule e apresente a sua proposta de honorários.

É por esta razão que, em todos os processos recuperacionais e cíveis comuns que tramitam nesta vara, quando nomeado algum Auxiliar do Juízo, sempre é determinada a sua intimação para que apresente a sua proposta de honorários.

Ressalto, todavia, que não é fato isolado a ocorrência de alguma parte do processo não concordar com o valor da proposta de honorários apresentada pelo Auxiliar do Juízo – ocorrendo, então, muitas vezes, a intervenção do Juízo, para equilibrar os interesses e, a partir das manifestações dos envolvidos na questão, fixar os honorários do expert.

Nesta toada, tem-se que, da mesma forma como ocorre nos processos cíveis comuns, caso as requerentes venham a discordar da proposta de honorários do perito ora nomeado, poderão as mesmas apresentar suas razões nos autos, provocando a manifestação do Juízo para equalizar os interesses, a partir da análise da proposta apresentada e das razões do inconformismo expresso.

A lei processual civil (aplicável, em caráter subsidiário, aos processos de recuperação judicial, é clara em sua previsão:

Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.
(...)
§ 2º Ciente da nomeação, ***o perito apresentará*** *em 5 (cinco) dias:*
I - ***proposta de honorários****;*
II - currículo, com comprovação de especialização;
III - contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.
(...)

§ 3º As partes serão intimadas da proposta de honorários para, querendo, manifestar-se no prazo comum de 5 (cinco) dias, ***após o que o juiz arbitrará o valor****...*

Dito isto, **DETERMINO** a imediata intimação da empresa de perícias nomeada para que apresente proposta de honorários, no prazo de 48 horas.

Na sequência, intimem-se os requerentes para efetuarem o depósito dos honorários; ou, não havendo concordância, apresentem impugnação à proposta.

Efetuado o depósito (em conta judicial ou diretamente na conta da empresa), intime-se o profissional ora nomeado para que inicie os seus trabalhos, que deverá aportar ao feito nos prazos anteriormente mencionados.

Caso seja apresentada impugnação à proposta de honorários, tornem conclusos imediatamente.

DA TUTELA CAUTELAR ANTECIPATÓRIA:

Conforme se colhe do relato supra, cuida-se de pedido onde o grupo requerente pleiteia, em efeitos práticos, a concessão de antecipação dos efeitos do *stay period*, em caráter cautelar e de urgência - com a consequente suspensão de todas as execuções ajuizadas contra os requerentes, bem como a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os seus bens, até que prepare o pedido de recuperação judicial que intenciona protocolar no prazo legal.

Extrai-se da inicial e os documentos que a instruem que os requerentes são produtores rurais devidamente inscritos na Junta Comercial, e encontram-se em momento de crise econômica, razão pela qual intencionam lançar mão do instituto da recuperação judicial, com o fito de empreender um processo de soerguimento e preservar a atividade empresarial que desenvolvem há longos anos.

Como se sabe, ao formular o pedido recuperacional e eventualmente sendo deferido o processamento da recuperação judicial, o grupo requerente consequentemente terá o seu patrimônio protegido pela blindagem, reflexo lógico que decorre da própria autorização de processamento.

Ocorre que, segundo relata o grupo requerente, enquanto está transcorrendo o lapso temporal

necessário para que os atos preparatórios para a apresentação do pedido de recuperação judicial sejam efetivados (reunião de documentação contábil, elaboração de peças, etc), alguns de seus credores tem se adiantado no ajuizamento de ações executivas individuais, com vistas a receberem seus créditos de forma antecipada – e, em tal contexto, o grupo requerente corre o risco de ter o seu patrimônio esvaziado com o pagamento de alguns credores, em detrimento de todos os demais que ainda devem receber seus créditos e em prejuízo total à qualquer possibilidade de continuidade da atividade empresarial e superação da crise enfrentada.

As afirmações do grupo requerente, sem sombra de dúvidas, delineiam um panorama de agravamento brutal da crise enfrentada e estancamento da possibilidade de soerguimento e continuidade do desenvolvimento da atividade empresarial.

Assim, esboçado o cenário em que atualmente estão inseridos os requerentes, e já enfrentando a questão abordada na petição em voga, tenho que o pedido formulado comporta acolhimento, haja vista as razões que seguem.

Inicialmente é importante enfatizar que, pelo que se colhe dos documentos que os requerentes já conseguiram apresentar nestes autos, tudo indica que, de fato, os produtores rurais preenchem os pressupostos necessários para o deferimento do processamento da recuperação judicial – de modo que, tão logo seja protocolado o pedido principal, estando tudo regular, a recuperação judicial terá o seu processamento deferido e o processo seguirá o curso regular.

Destarte, diante da possibilidade de ser deferido o processamento da recuperação judicial do grupo requerente, é de suma importância a adoção de medidas judiciais que possam

SALVAGUARDAR O RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, na perspectiva de que nada adiantaria a utilização do instituto legal se durante o lapso temporal necessário para a organização da sua apresentação não for evitado o risco de se comprometer a utilidade processual.

Não é demais recapitular que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Trata-se do princípio da preservação da empresa, norte maioral da Lei de Recuperação Judicial, contido em seu art. 47; que conduz para a ideia de que todas as medidas legais pertinentes à contribuição judicial para o alcance desse objetivo devem ser adotadas pelo julgador condutor do processo.

E, neste cenário, uma dessas medidas legais é justamente a possibilidade de concessão de tutela provisória para antecipar os efeitos do período de blindagem antes do deferimento do processamento da recuperação judicial da empresa e/ou produtor rural, expressamente prevista na Lei 11.101/05.

Leia-se:

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

(...)

§ 12. Observado o disposto no art. 300 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), o juiz poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Resta legalmente expressa, pois, a possibilidade de, nos moldes do artigo 300 do Código de Processo Civil, serem antecipados, total ou parcialmente, os efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial.

Colaciono o disposto no artigo 300 do CPC:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1 º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

No presente caso, entendo pela notória PROBABILIDADE DO DIREITO INVOCADO, haja vista a vasta documentação apresentada pelo grupo requerente – que aponta para o preenchimento dos requisitos legais para o deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial, ao menos neste momento de juízo de cognição sumária.

Posto isto, em que pese a necessidade de uma averiguação mais técnica, e a extração de mais elementos concretos que atestem a regularidade da documentação apresentada pelo grupo requerente, diante do arcabouço documental já presente nos autos, é inegável a existência da probabilidade do direito perseguido pelo grupo requerente, que requer apenas uma complementação técnica e mais ampla.

Lado outro, vislumbra-se também a presença inarredável do PERIGO DE DANO, não só ao grupo requerente e à atividade empresarial que desenvolve, mas, principalmente, ao resultado útil do processo, como já mencionado em linhas anteriores, bem como à proteção da coletividade de credores (de forma conjunta, e não individual).

É inconteste que o produtor rural em crise não poderá aguardar o lapso temporal necessário para a preparação da formulação do seu pedido de recuperação judicial e a posterior análise pelo Juízo, sem que os parcos ativos dos quais dispõe para dar prossecução ao desenvolvimento da sua atividade empresarial sejam protegidos e salvaguardados, para que ao menos tenha chance de renegociar suas dívidas com o auxílio do Poder Judiciário e o bom uso do instituto da recuperação judicial.

Em outras palavras, permitir a livre expropriação do patrimônio do devedor, durante o tempo de preparação para a interposição do processo, é atitude que vai de encontro ao princípio basilar da lei falimentar: o princípio da preservação da empresa, o qual aponta que o objetivo da recuperação judicial é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor.

Nesse âmbito, imperioso se revela o acolhimento do pedido do grupo requerente, para que

sejam antecipados os efeitos da blindagem.

Pertinente registrar a existência de precedente, em decisão similar, proferida pela MM. Juíza Dra. Maria da Penha Nobre Mauro, Titular da 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, nos autos do pedido de recuperação judicial formulado pela Associação Sociedade Brasileira de Instrução e pelo Instituto Cândido Mendes (Processo nº 0093754-90.2020.8.19.0001), que, a partir da análise do contexto histórico, da função social e da adequação do ordenamento jurídico à concepção moderna da atividade empresarial, deferiu a tutela provisória de urgência para antecipar os efeitos do *stay period*, a contar do protocolo da petição inicial.

Consigno, ainda, que este Juízo já proferiu decisão similar, nos autos da Recuperação Judicial nº 1007082-44.2021.8.11.0003 do Produtor Rural ADEMILSON ANTONIO DALMOLIN, onde deferida tutela que antecipou os efeitos da blindagem até a realização da perícia prévia (Id. 66179407 de 08/10/2021).

Referida decisão foi mantida em grau recursal (RAI 1007385-33.2022.8.11.0000), tendo a D. Relatora, Desembargadora MARILSEN ANDRADE ADDARIO asseverado que:

(...)

A privação de um grande volume do produto como pretende a agravante representará um considerável desfalque na contabilidade do agravado.

Com isso, verifica-se que a decisão recorrida não incorre em qualquer desacerto, devendo, pois, ser mantida em sua integralidade.

E, ainda, antes mesmo que a possibilidade da concessão da medida fosse prevista de modo expresso em lei, já no ano de 2015, orientado pela necessidade de se salvaguardar o princípio da preservação da empresa e elevar a importância do instituto da recuperação judicial para a contribuição da Justiça como o setor empresarial, este Juízo proferiu decisão exatamente similar a esta, onde antecipou os efeitos da blindagem ao produtor rural ALEXANDRE AUGUSTIN, protegendo o patrimônio do devedor durante o lapso temporal que o mesmo necessitava para preparar o seu pedido de recuperação judicial (Processo nº 14639-12.2015.8.11.0003).

Embora aquela decisão tenha sido atacada por aguerrido recurso de agravo de instrumento (RAI nº 143858/2015), onde se bradou que a decisão era ilegal, equivocada e não expressava Justiça ao caso concreto, o Egrégio Tribunal de Justiça indeferiu o pedido de efeito ativo ao recurso, mantendo a eficácia da decisão que determinou a abstenção de medidas constritivas sobre o patrimônio daqueles devedores.

Na mesma trilha, este Juízo também deferiu o “PEDIDO DE TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE PREPARATÓRIA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL” formulado pelo GRUPO BOM JESUS no ano de 2016 (Processo nº 1000232-47.2016.8.11.0003), enfatizando “que há nítido interesse público na preservação dos ativos das futuras recuperandas, haja vista que a dissipação dos mesmos em benefício de poucos credores causará inegáveis prejuízos à coletividade de credores, muitos dos quais dependem diretamente da existência destes ativos para o percebimento de créditos, inclusive de natureza alimentar”.

As duas decisões em questão eram totalmente inovadoras naquela época, foram alvo de vários recursos, mas ambas foram mantidas em todas as Instâncias Superiores onde foram objeto de revisão – o que confirma o acerto com que agiu este Juízo ao voltar seus olhos para

a proteção da efetividade do processo recuperacional; a elevação da disseminação da grandiosa importância do instituto da recuperação judicial; e a homenagem ao princípio da preservação da empresa.

Por fim, recentemente este Juízo deferiu igual medida antecipatória no Processo de Recuperação Judicial do GRUPO BRAKI (Processo 1003325-71.2023.8.11.0003) - sem reforma pela Instância Superior (RAI 1005648-58.2023).

Feitas a todas essas considerações, sem mais delongas, diante da possibilidade de antecipação dos efeitos do *stay period*; diante da presença da probabilidade do direito invocado pelos requerentes; e diante da existência de risco ao resultado útil do processo **DETERMINO A SUSPENSÃO DA DECISÃO CAUTELAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 5425690-61.2023.8.09.0093, EM TRÂMITE NA 1ª VARA CÍVEL DE JATAÍ/GO - FICANDO, NAQUELES AUTOS, PROIBIDA A EXPROPRIAÇÃO DE VALORES E BENS DE PROPRIEDADE DOS REQUERENTES** - até que seja deliberado acerca do processamento da recuperação judicial ou proferida outra decisão sobre o ponto.

Registro, por oportuno, que **a presente decisão poderá vir a ser estendida para outras ações executivas que tenham sido propostas em face dos requerentes**; **todavia, cada caso deverá ser oportunamente analisado e deliberado**, uma vez que a antecipação total dos efeitos da blindagem é medida que só pode ser alcançada com o eventual deferimento do processamento da recuperação judicial – não podendo a presente cautelar ter fim satisfativo.

Em prosseguimento, é valioso frisar que, como sempre, ao mesmo tempo em que elege a importância do princípio da preservação da empresa como norte das decisões a serem

proferidas, a atuação deste Juízo igualmente volta seus olhos para a garantia dos direitos da coletividade de credores – visando salvaguardar os interesses de todos os envolvidos: devedores e credores.

E, nessa linha de desenvolvimento, POR CAUTELA, visando assegurar a eventual irreversibilidade da decisão, é preciso que a proteção dos bens e valores concedida ao devedor também será estendida aos seus credores - de modo que os grãos liberados da constrição não tenham destino diverso do cumprimento das suas obrigações que serão insertas no futuro processo de recuperação judicial.

Rememoro que o objetivo deste Juízo, ao proteger o grupo requerente das constrições emanadas de execuções individuais, centra-se na preocupação em proteger o patrimônio do devedor para garantir o resultado útil do processo de recuperação judicial vindouro – de modo que os grãos que seriam constritos em prol de um único credor possam ser preservados para futura aplicação no desenvolvimento da atividade empresarial durante o processo de soerguimento e pagamento de toda uma coletividade de credores.

Sendo assim, para que o objetivo do Juízo seja atingido de modo completo, visando a garantia da efetividade do processo e do seu resultado útil, sem descurar da preservação do interesse dos credores, **DETERMINO O DEPÓSITO JUDICIAL DOS GRÃOS LIBERADOS DA CAUTELAR DEFERIDA** no processo supra indicado.

Deste modo, **DETERMINO A INTIMAÇÃO DOS REQUERENTES PARA QUE INDIQUEM, NO PRAZO DE 24 HORAS, ONDE ESTÃO DEPOSITADOS OS GRÃOS EM QUESTÃO (ou onde estão plantados e onde serão depositados, caso a colheita esteja pendente).**

Desde já, **ADVIRTO OS REQUERENTES QUE OS GRÃOS EM QUESTÃO SÃO OBJETO DE DEPÓSITO JUDICIAL e os requerentes estão na posse dos mesmos tão somente na qualidade de FIEL DEPOSITÁRIO, sendo que, para qualquer ato inerente aos grãos (remoção, alienação, etc) faz-se necessária a concessão de prévia e expressa ordem deste Juízo (podendo ser exigida a prestação de caução e o depósito judicial de valores).**

Norteado pelas mesmas razões e princípios invocados, acolho o pedido dos requerentes, e **DETERMINO a intimação da empresa Cargill Agrícola S.A**., para que, no prazo de 05 dias, deposite em conta judicial vinculada a estes autos a quantia devida em favor do requerente Rafael Mello - R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), em razão da noticiada venda dos grãos objeto do Contrato de Compra e Venda nº 3470401288.

Para o cumprimento célere e urgente da presente decisão, **DETERMINO A EXPEDIÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS**: mandados, cartas precatórias, ofícios, termos, etc. que deverão ser **CUMPRIDOS POR OFICIAL DE JUSTIÇA DE PLANTÃO.**

Observe, o grupo requerente, o prazo improrrogável de 15 DIAS para a apresentação do pedido principal- contados em dias corridos, nos exatos ditames do artigo 189, §1º, inciso I da Lei 11.101/2005.

Intimem-se a todos desta decisão.

Notifique-se o Ministério Público, para que tome ciência desta decisão e, querendo, formule os requerimentos que entender pertinentes.

Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.

Juiz(a) de Direito

11/08/2023

Número: **1022463-24.2023.8.11.0003**

Classe: **TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE**
Órgão julgador: **4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS**
Última distribuição : **01/08/2023**
Valor da causa: **R$ 100.000,00**
Assuntos: **Revogação de atos praticados em prejuízo de credores e da massa**
Nível de Sigilo: **1 (Segredo de Justiça)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
MARCO ANTONIO DE MELLO (REQUERENTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO (REQUERENTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**
VERA LUCIA GALLO DE MELLO (REQUERENTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**
EDSON PINTO DE MELLO (REQUERENTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**
MARA VIOLIN DE MELLO (REQUERENTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**
SIDNEY PINTO DE MELLO (REQUERENTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO(A)) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO(A))**

CREDORES (REQUERIDO)	

Documentos				
Id.	**Data da Assinatura**	**Movimento**	**Documento**	**Tipo**
124897193	01/08/2023 15:03	Sem movimento	DOC. 02 - PROCURAÇÃO - GRUPO MELLO	Procuração ou substabelecimento

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:25
Número do documento: 23082108531524300000122587798
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082108531524300000122587798
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 21/08/2023 08:53:16

PROCURAÇÃO

Outorgantes: **SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **MARA VIOLIN DE MELLO,** brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **EDSON PINTO DE MELO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; e **MARCO ANTONIO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000 – **GRUPO MELLO.**

Outorgados: **PEDRO VINICIUS DOS REIS**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MT 17.942 - com escritório profissional localizado na R. Treze de Maio, 950, Centro, Rondonópolis/MT, CEP 78700-160 e **MURILO CASTRO DE MELO**, advogado, casado, inscrito na OAB/MT sob o n. 11.449, murilo@murilocatsro.com, com escritório profissional situado na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, à Avenida Dr.

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 18/08/2023 14:30:25
Número do documento: 23081814561498700000120982798
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081814561498700000120982798
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE SIQUEIRA LIMA - 21/08/2023 08:53:16
SIGILOSO

Hélio Ribeiro, 525 – Ed. Helbor Dual Business, Salas 810, Alvorada, Cuiabá-MT, CEP: 78.048-250.

Poderes: Os amplos gerais e ilimitados poderes para representar e defender os interesses do outorgante, em juízo ou fora dele, requerer e assinar o que preciso for, receber intimações, fazer provas, propondo as ações necessárias à defesa de seus interesses e defendendo nas contrárias, recorrer de despachos e sentenças, inclusive para instância superior, que lhes é conferido com os poderes da cláusula *ad judicia*, e mais os de substabelecer, transigir, desistir, receber e dar quitação, assinar documentos, tomar todos os atos e medidas judiciais e extrajudiciais necessárias para comparecer em reunião, comitê, inclusive em assembleia de credores, incluindo poderes para manifestar, votar, propor, requerer, acordar e tudo o mais que se fizer necessário para o bom desempenho deste mandato, na esfera administrativa e judicial, podendo propor as ações necessárias à defesa de seus interesses e defendendo-os nas contrárias, tudo para o fiel cumprimento do presente mandato, **especialmente para a propositura de Cautelar preparatória ao processo de Recuperação Judicial, a ação prncipal desta e seus incidentes.**

Rondonópolis/MT, 30 de junho de 2023.

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.07.30 18:12:07 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.07.30 18:05:52 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.07.30 18:03:56 -03'00'

EDSON PINTO DE MELO

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.07.30 18:14:05 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.07.30 18:09:56 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.07.30 18:08:02 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO,

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 21/08/2023 14:30:25
Número do documento: 23082108561492370000012098279 8
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082108561492370000012098279 8
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA E SILVA - 21/08/2023 08:53:16

SIGILOSO

SUBSTABELECIMENTO

Eu, **PEDRO VINICIUS DOS REIS,** brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MT 17.942, com escritório profissional localizado na Rua 13 de maio, 950, Centro, Rondonópolis/MT, por este instrumento particular, substabeleço COM RESERVAS, os poderes da cláusula "Ad Judicia et extra" à **Dra. ROSANE SANTOS DA SILVA**, inscrita na OAB/MT sob nº 17.087, com escritório profissional localizado na Rua 13 de maio, 950, Centro, Rondonópolis/MT, os poderes que me foram outorgados por **SIDNEY PINTO DE MELLO**; **MARA VIOLIN DE MELLO**; **EDSON PINTO DE MELO**; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**; **MARCO ANTONIO DE MELLO**.

Rondonópolis/MT 01 de agosto de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS

Assinado de forma digital por PEDRO VINICIUS DOS REIS
Dados: 2023.08.01 14:19:27 -04'00'

PEDRO VINICIUS DOS REIS

OAB/MT 17.942

DocuSign Envelope ID: AC1E5135-93D0-4B2B-AE44-8E4C7E9F041F

JUCESP
25 04 23

CARGILL AGRÍCOLA S.A.
CNPJ nº 60.498.706/0001-57
NIRE 35.300.020.464

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 20 (vinte) dias do mês de março de 2023, às 11h00min, na sede da **CARGILL AGRÍCOLA S.A.**, sociedade por ações de direito privado, regulamente inscrita perante o Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas da Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob nº 60.498.706/0001-57 e atos de constituição devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o N.I.R.E. nº 35.300.020.464, com sede na cidade e Estado de São Paulo, no Condomínio Morumbi Corporate Towers – Torre Diamond, sito à Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240, 6º ao 9º andar, Vila São Francisco, CEP: 04711-130 ("Companhia").

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação prévia, de acordo com o § 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), em razão da presença dos Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme Livro de Presença de Acionistas e Lista de Presença dos Acionistas, ambos arquivados na sede da Companhia.

3. MESA: Presidente: **Paulo Humberto Alves de Sousa**; Secretária: **Andrea Wanderley dos Anjos Rosati**.

4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) a eleição de membro da Diretoria da Companhia; (ii) autorizar que os membros da administração da Companhia tomem todas as medidas necessárias a efetivação das deliberações ora aprovadas.

5. DELIBERAÇÕES: As acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia aprovaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, o quanto segue:

Eleição de Diretor da Companhia

5.1. A eleição da Sra. **Sandra Milena Munoz Acosta**, colombiana, casada sob o regime de comunhão universal de bens, administradora, portadora do Registro Nacional de Estrangeiro ("RNE") nº F558874A, inscrita no CPF sob o nº 717.459.091-84, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Joaquim José Esteves, 60, Condomínio Chácara Santa Elena - Edifício Santa Rita – apto 41, CEP 04740-900, com endereço comercial na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240, 8º andar, Vila São Francisco, CEP: 04711-130, para o cargo de Diretora sem designação específica da Companhia.

5.1.1. A Diretora ora eleita toma posse por meio da assinatura do termo de posse anexo ao presente instrumento (Anexo I), tendo sido lavrado no respectivo Livro, conforme previsto pela Lei das S.A. e Estatuto Social da Companhia, para um mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, e declara não estar impedida, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenada

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082108531615400000122587799
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082108531615400000122587799
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 21/08/2023 08:53:17

DocuSign Envelope ID: AC1E5135-93D0-4B2B-AE[illegible]E9F041F

JUCESP
25 04 23

ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as formas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

5.1.2. Em virtude da aprovação acima, as sócias deixam consignado que a Diretoria atual compõe-se da seguinte forma:

- Diretor Presidente: **Paulo Humberto Alves de Sousa**;
- Diretora sem designação específica: **Andrea Wanderley dos Anjos Rosati**;
- Diretor sem designação específica: **Laerte Nogueira Porto Moraes;**
- Diretor sem designação específica: **Raphael Neves Dias; e,**
- Diretora sem designação específica: **Sandra Milena Munoz Acosta**.

5.2. Os acionistas autorizam a administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos, bem como a assinar todos e quaisquer documentos necessários para implementar e efetivar as deliberações ora aprovadas pelas sócias.

6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Declarou então o Sr. Presidente que, em face das deliberações ora tomadas, seriam adotadas todas as providencias necessárias para que efetivassem as medidas acima perante os órgãos competentes e a terceiros. A seguir o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém a pedisse e nada mais houvesse a tratar, foi encerrada reunião e lavrada essa ata que, após lida, conferida e aprovada, foi assinada pelas acionistas. São Paulo, 20 de março de 2023. Mesa: Paulo Humberto Alves de Sousa (Presidente); Andrea Wanderley dos Anjos Rosati (Secretária). Acionistas: P.p Cargill International Luxembourg 9 S.á.r.l, neste ato representada, por sua procuradora Sra. Andrea Wanderley dos Anjos Rosati. Cargill Alimentos Ltda., neste ato representada por seus Diretores, Srs. Paulo Humberto Alves de Sousa e Andrea Wanderley dos Anjos Rosati.

Certifico que este é cópia autêntica, extraída de livro próprio.

São Paulo, 20 de março de 2023.

Mesa:

DocuSigned by:
Paulo Humberto Alves de Sousa
Paulo Humberto Alves de Sousa
Presidente

DocuSigned by:
Andrea Wanderley dos Anjos Rosati
Andrea Wanderley dos Anjos Rosati
Secretária

JUCESP
05
25 ABR 2023

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
GISELA SIMIEMA DESCHEN
SECRETÁRIA GERAL
159.201/23-8
JUCESP

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082108531615400000122587799
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082108531615400000122587799
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 21/08/2023 08:53:17

DocuSign Envelope ID: AC1E5135-93D0-4B2B-AE[illegible]

JUCESP
25 04 23

CARGILL AGRÍCOLA S.A.
CNPJ nº 60.498.706/0001-57
NIRE 35.300.020.464

ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2023

TERMO DE POSSE

Para os efeitos do artigo 149 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), mediante a assinatura do presente TERMO, fica investida, no cargo de Diretora sem designação específica, a Sra. **Sandra Milena Munoz Acosta**, colombiana, casada sob o regime de comunhão universal de bens, administradora, portadora do Registro Nacional de Estrangeiro ("RNE") nº F558874A, inscrita no CPF sob o nº 717.459.091-84, residente e domiciliada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Joaquim José Esteves, 60, Condomínio Chácara Santa Elena - Edifício Santa Rita – apto 41, CEP 04740-900, que recebe intimações e citações no escritório localizado na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240, 8° andar, Vila São Francisco, CEP: 04711-130, e que foi eleita pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2023.

Declara, ainda, estar ciente de todos os deveres e responsabilidades a que está sujeita, nos termos da LSA e legislação em vigor, manifestando, sob as penas da lei, não estar impedida, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenada ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as formas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

São Paulo, 20 de março de 2023.

Sandra Milena Munoz Acosta

Sandra Milena Munoz Acosta

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082108531615400000122587799
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082108531615400000122587799
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 21/08/2023 08:53:17

TJ/SP
25 04 23

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: AC1E513583D04B2BAE443E4C7E9F041F
Assunto: Complete com a DocuSign: CASA AGE 2023_03_21 (Eleição Diretora Sandra) v. Junta.pdf
Envelope fonte:
Documentar páginas: 3
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Assinaturas: 3
Rubrica: 0

Status: Concluído

Remetente do envelope:
Isabel Caribe Junqueira Netto
AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 1726 - ANDAR 4 CONJ ES 41/42/43/44 VILA NOVA CONCEICAO
SP, SP 04543-000
ijunqueira@btlaw.com.br
Endereço IP: 191.9.90.119

Rastreamento de registros

Status: Original
21/03/2023 10:14:15

Portador: Isabel Caribe Junqueira Netto
ijunqueira@btlaw.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Andrea Wanderley dos Anjos Rosati andrea_anjos@cargill.com Director Cargill Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Andrea Wanderley dos Anjos Rosati Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 161.69.101.54	Enviado: 21/03/2023 10:15:32 Reenviado: 22/03/2023 07:19:23 Visualizado: 22/03/2023 08:45:52 Assinado: 22/03/2023 08:46:00
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 22/03/2023 08:45:52 ID: a8b5b64b-fc27-45b4-a828-58abe30459ba		
Paulo Humberto Alves de Sousa paulo_sousa@cargill.com CASC SA GROUP LEADER Cargill Agricola SA Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Paulo Humberto Alves de Sousa Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 161.69.101.128	Enviado: 21/03/2023 10:15:34 Visualizado: 21/03/2023 12:15:12 Assinado: 21/03/2023 12:15:18
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 28/06/2022 08:00:13 ID: 0a464d5f-ac84-4bf9-9db6-5421062d167a		
Sandra Milena Munoz Acosta Sandra_Munoz@cargill.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Sandra Milena Munoz Acosta Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 161.69.101.128	Enviado: 21/03/2023 10:15:35 Reenviado: 22/03/2023 07:19:23 Reenviado: 23/03/2023 06:50:35 Visualizado: 23/03/2023 06:57:30 Assinado: 23/03/2023 06:58:55
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 23/03/2023 06:57:30 ID: 2ef16c96-7734-4389-b2ae-b2a5ec17af68		

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	**Status**	**Registro de hora e data**
Evento de entrega do agente	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega intermediários	**Status**	**Registro de hora e data**

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Equipe Societário BTLaw societario@btlaw.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não disponível através da DocuSign	Copiado	Enviado: 21/03/2023 10:15:33
Ingrid Silva I_silva@cargill.com Cargill Agrícola S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não disponível através da DocuSign	Copiado	Enviado: 21/03/2023 10:15:33
Marcia Rodrigues Marcia_Rodrigues@cargill.com Cargill Legal – Brazil Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não disponível através da DocuSign	Copiado	Enviado: 21/03/2023 10:15:33
Maria do Carmo Araujo mariadocarmo_araujo@cargill.com Executive Assitant Cargill Agrícola S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não disponível através da DocuSign	Copiado	Enviado: 21/03/2023 10:15:34

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	21/03/2023 10:15:35
Entrega certificada	Segurança verificada	23/03/2023 06:57:30
Assinatura concluída	Segurança verificada	23/03/2023 06:58:55
Concluído	Segurança verificada	23/03/2023 06:58:55

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico criado em: 25/04/2020 11:22:41
Partes concordam em: Andrea Wanderley dos Anjos Morais, Paulo Humberto Alves de Sousa, Sandra Milena Munoz Acosta

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, BARCELLOS, TUCUNDUVA - ADVOGADOS. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

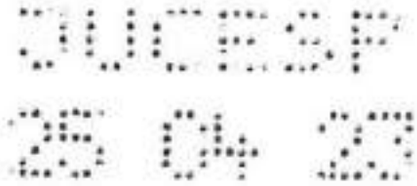
If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082108531615400000122587799
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082108531615400000122587799
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 21/08/2023 08:53:17



Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact BARCELLOS, TUCUNDUVA - ADVOGADOS.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: suporte@btlaw.com.br

To advise BARCELLOS, TUCUNDUVA - ADVOGADOS. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at suporte@btlaw.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from BARCELLOS, TUCUNDUVA - ADVOGADOS.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to suporte@btlaw.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with BARCELLOS, TUCUNDUVA - ADVOGADOS.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to suporte@btlaw.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify BARCELLOS, TUCUNDUVA - ADVOGADOS. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by BARCELLOS, TUCUNDUVA - ADVOGADOS. during the course of your relationship with BARCELLOS, TUCUNDUVA - ADVOGADOS..

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082108531615400000122587799
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082108531615400000122587799
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 21/08/2023 08:53:17

PROCURAÇÃO

Aos dez (10) dias de **junho**, de **dois mil e vinte e dois (2022),** em São Paulo, perante mim, Escrevente Autorizado do 20° notário, em diligência, na Avenida Dr. Chucri Zaidan nº 1.240 - 6º ao 9º andar, Torre Diamond, Condomínio Morumbi Corporate Towers, bairro de Santo Amaro, compareceu como outorgante: **CARGILL AGRÍCOLA S.A**., com sede nesta Capital, situada na Avenida Dr. Chucri Zaidan nº 1.240 - 6º ao 9º andar, Torre Diamond, Condomínio Morumbi Corporate Towers, bairro de Santo Amaro, inscrita no CNPJ sob n° 60.498.706/0001-57, NIRE 35300020464, com seu Estatuto Social consolidado aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada 30/04/2021, cuja ata encontra-se registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob n° 434.460/21-7, em 03/09/2021, da qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 10.06.2022.278.10; neste ato, nos termos do artigo 12º - parágrafo primeiro de seu referido estatuto social consolidado, representada por dois de seus Diretores Srs. PAULO HUMBERTO ALVES DE SOUSA, brasileiro, casado, zootecnista, RG nº 52.228.873-X SSP/SP, CPF nº 661.200.636-68; ANDREA WANDERLEY DOS ANJOS ROSATI, brasileira, casada, advogada, RG nº 05250119-19 SSP/BA, CPF nº 641.418.455-15; LAERTE NOGUEIRA PORTO MORAES, brasileiro, casado, veterinário, RG nº 17.186.235-1 SSP/SP, CPF nº 134.490.618-44; AUGUSTO JOSÉ LEMOS, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 12.682.547-6 SSP/SP, CPF nº 167.527.788-50 e RAPHAEL NEVES DIAS, brasileiro, casado, contador, RG nº 29.100.811-2 SSP/SP, CPF nº 216.182.398-13, todos residentes nesta Capital, com escritório comercial no endereço da outorgada, os quatro primeiros reeleitos através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2021 acima mencionada; os representantes legais da mesma, declaram ainda não existir nenhuma alteração estatutária da outorgada posterior aos seus atos societários acima mencionados; por mim identificados conforme documentação acima referida e a mim ora exibida, do que dou fé. Então, por ela Outorgante na forma como vem representada, me foi dito que por este instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **1) ANDREIA LIMA DE DEUS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 190.866 e CPF/MF sob o nº 270.915.648-20; **2) AMANDA CRISTINA DE CAMPOS DOMINGUES**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 339.586 e CPF/MF sob o nº 365.515.828-93; **3) CAMILLA ALVES YGESCA RODRIGUES**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 358.681 e CPF/MF sob o nº 404.909.688-99; **4) DANIEL SANCHES PIRES BUENO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 399.630 e CPF/MF sob o nº 430.781.648-02; **5) DÉBORA CRISTINA DOS SANTOS CABRINI**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 271.311 e CPF/MF sob o nº 299.499.058-00; **6) DIEGO HENRIQUE TREMONTI**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 344.197 e CPF/MF sob o nº 376.449.998-25; **7) EILA CRISTINA MOTA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 206.997 e CPF/MF sob o nº 252.760.408-00; **8) ERICA LEMOS MAGALHÃES**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 343.119 e CPF/MF sob o nº 339.157.058-02; **9) ERIKA HELOISA DE ALMEIDA SANTANA,** brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 256.462 e CPF/MF sob o nº 221.803.178-

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082108531740500000122587801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082108531740500000122587801
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 21/08/2023 08:53:18

75; **10) ERIKA FRANCIS DE OLIVEIRA ISHIDA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 184.079 e CPF/MF sob o nº 275.779.898-78; **11) ERIKA MARA RODRIGUES CIAMBRA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 263.392 e CPF/MF sob o nº 220.437.748-16; **12) FERNANDA BOTTURA CASELLA CHISCO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 182.422 e CPF/MF sob o nº 279.003.778-75; **13) GABRIELA CONTE VIOTTO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no OAB/SP sob o nº 310.844 e CPF/MF sob o nº 352.339.808-86; **14) GIOVANNA BERGAMO DE ANGELIS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 405.908 e CPF/MF sob o nº 433.346.168-51; **15) GUSTAVO HENRIQUE BRITO DOS SANTOS**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 180.384 e CPF/MF sob o nº 257.442.948-64; **16) GRAZIELA FARIA DE JESUS ROSATI**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 291.809 e CPF/MF sob o nº 339.161.988-07; **17) LETÍCIA DE MOURA TOLEDO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 337.941 e CPF/MF sob o nº 370.174.518-80; **18) LETÍCIA DOS SANTOS DE JESUS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 387.147 e CPF/MF sob o nº 407.114.748-26; **19) LUANA MURINELLI BASTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 331.062 e CPF/MF sob o nº 359.337.228-20; **20) MAIARA BATALINI DE MACEDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 327.193 e CPF/MF sob o nº 085.959.626-50; **21) MARCELO PERI**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 272.155 e CPF/MF sob o nº 327.887.108-10; **22) MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA MACIEL**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 351.233 e CPF/MF sob o nº 403.983.008-36; **23) MAURÍCIO MANILE**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP 136.850 e CPF/MF sob o nº 124.975.718-56; **24) MEG CHRISTINY FERREIRA CIRILO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 180.867 e CPF/MF sob o nº 031.452.005-85; **25) RAFAEL BASILE YARYD**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 235.653 e CPF/MF sob o nº 301.560.988-22 e **26) SANDRA FRANCISCO DA SILVA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 110.617 e CPF/MF sob o nº 113.830.088-84, todos com escritório na Av. Dr. Chucri Zaidan nº 1240 - 6º andar - Vila São Francisco; aos quais confere os poderes da cláusula ***"ad-judicia et extra"***, para: **1) <u>em conjunto de 2 (dois), independentemente da ordem de nomeação,</u>** representá-la e negociar em seu nome propostas de honorários advocatícios, firmarem os respectivos instrumentos particulares de contrato de prestação de serviços advocatícios; representar a Outorgante em assembleia geral de credores. **2) I<u>soladamente e independentemente da ordem de nomeação</u>**, representá-la em qualquer município ou comarca do território nacional, perante quaisquer órgãos federais, estaduais ou municipais, autarquias e cartórios, bem como em Juízo ou fora dele, para o foro em geral, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, em processos físicos ou processos eletrônicos, podendo, receber intimações e/ou citações, por via física e/ou eletrônica, requerer medidas preventivas e preparatórias, arguir exceções de qualquer natureza, recorrer de qualquer despacho, sentença ou decisão, confessar, desistir ou variar de ação, transigir, firmar compromissos, termos e declarações, fazer acordos e conciliações, participar, votar e discutir Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, receber e dar quitação, inclusive requerer a decretação de falência de devedora e mais os de nomear prepostos, acordar, transigir, desistir, dar e receber quitação, prestar declarações, depoimento pessoal, firmar termos e compromissos, notificar, recorrer e requerer perante qualquer Instância, Juízo, Órgão ou Tribunal, promover os registros e

averbações pertinentes nos órgãos competentes, bem como representá-la perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas em todo o TERRITÓRIO NACIONAL, incluindo as Secretarias Fazendárias Municipais e Estaduais e a Receita Federal, podendo firmar termos, declarações, requerimentos de qualquer natureza, podendo efetuar solicitações, receber e dar quitação de restituições financeiras, solicitar e retirar certidões, fazer retificações ou ratificações, providenciar registros ou inscrições junto às repartições públicas, que se façam necessários à abertura e funcionamento de estabelecimentos da Outorgante ou efetuar baixas nos referidos registros e inscrições, acompanhar processos administrativos de quaisquer natureza, cumprindo exigências e tomando quaisquer providências necessárias aos referidos processos, representar a Outorgante perante as Varas do Trabalho, Delegacias Regionais do Trabalho, providenciar o cancelamento de protesto de títulos de crédito perante quaisquer Cartórios de Protesto de Letras e Títulos em todo o Território Nacional, podendo prestar declarações, apresentar documentos, cumprir exigências, requerer certidões, praticar, enfim, todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, **inclusive substabelecer a quem convier, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais poderes**. De como assim o disse dou fé pediu e lhe lavrei o presente instrumento, que feito e lhe sendo lido em voz alta, pausada e clara, foi achado conforme, outorga aceita e assina. Oficial/Tabelião(ã): R$ 121,98; Estado: R$ 34,68; Secretaria da Fazenda: R$ 23,72; Ministério Público: R$ 5,86; Registro Civil: R$ 6,42; Tribunal de Justiça: R$ 8,38; Santa Casa: R$ 1,22; Município (ISS): R$ 2,60; Total: R$ 204,86 De tudo dou fé. Eu (**JOSÉ ROBERTO PAULO**), Escrevente Autorizado, lavrei. Eu, (**CESAR EMANOEL ARAUJO SANTOS**), Substituto Legal do Tabelião subscrevi e assino. Devidamente assinada pelos dois comparecentes a este ato **ANDREA WANDERLEY DOS ANJOS ROSATI** e **RAPHAEL NEVES DIAS.** Eu, _____ (**CESAR EMANOEL ARAUJO SANTOS**), Substituto Legal do Tabelião, conferi e subscrevi, dou fé e assino em público e raso este traslado, que é cópia fiel da original lançados às páginas 217 a 219 do livro 1729.

Selo digital n°: 1122841TR0000000036201228 - Valor R$: R$ 0,00
1122841PR0000000035028225 - Valor R$: R$ 204,86

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br.

Assinado digitalmente por:
CESAR EMANOEL ARAUJO SANTOS
CPF: 309.035.968-57
Certificado emitido por AC VALID RFB v5
Data: 28/06/2022 12:08:23 -03:00

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço com reservas de poderes aos advogados MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS, brasileiro, casado, inscrito na OAB/MG sob o n° 1.623-A, e KARINA PERISSINOTTO RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita na OAB/MG sob o n° 106.561, ambos com escritório profissional localizado Rua Nicomedes Alves dos Santos, nº 1762, Altamira, Uberlândia/MG, todos os poderes a mim outorgados por CARGILL AGRÍCOLA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.498.706/0001-57 especificamente para peticionar nos autos do processo nº: 1022463-24.2023.8.11.0003 movido por SIDNEY PINTO DE MELLO e outros (5), que tramita junto à 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT, dando o bom e fiel cumprimento ao presente mandato.

São Paulo, 18 de agosto de 2023

AMANDA CRISTINA DE CAMPOS DOMINGUES
OAB/SP n° 339.586

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082108531857900000122587802
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082108531857900000122587802
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 21/08/2023 08:53:19

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª (QUARTA) VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO

AUTOS DO PROCESSO N.º 1022463-24.2023.8.11.0003
REQUERENTES: SIDNEY PINTO DE MELLO; MARA VIOLIN DE MELLO; EDSON PINTO DE MELO; VERA LUCIA GALLO DE MELLO; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO; MARCO ANTONIO DE MELLO – **GRUPO MELLO**
REQUERIDOS: CREDORES

TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/MT 17899, devidamente inscrito no CPF sob o n.º 928.202.391-53, com endereço eletrônico advogadootaveira@gmail.com e telefone para contato (65) 98413-1059, representante legal da empresa **MT PERÍCIAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 41.190.673/0001-39, com sede na Av. Brasília, nº 1.192, sala 03, bairro Jardim das Américas, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, CEP 78.060-601, telefone (65) 98413-1059, e ainda, com endereço eletrônico mtpericias1@gmail.com, onde poderão ser dirigidas as intimações de estilo**,** na qualidade de perito técnico nomeado por este juízo em decisão de ID 125663061, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar **LAUDO DE CONSTATAÇÃO PRÉVIA – PRIMEIRA ETAPA**, realizado nestes autos que visa a propositura da Ação de Recuperação Judicial do GRUPO MELLO, consubstanciado na documentação ofertada nos autos, bem como através da diligência realizada no endereço dos Requerentes, conforme passa a expor:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

1. INTRODUÇÃO – A PERÍCIA PRÉVIA À LUZ DA LEI 11.101/2005 E SUAS ALTERAÇÕES

A Lei 11.101/2005, tem como seu princípio mor o texto legal regido pelo art. 47, qual seja, viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, preservando a empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Tal regramento sofreu recentes alterações significativas com o advento da Lei 14.112/2020, dentre elas a realização de PERÍCIA PRÉVIA, a critério do juiz, antes do deferimento do processamento da Recuperação Judicial – art. 51-A, senão vejamos:

> Art. 51-A. Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, poderá o juiz, quando reputar necessário, nomear profissional de sua confiança, com capacidade técnica e idoneidade, para promover a constatação exclusivamente das reais condições de funcionamento da requerente e da regularidade e da completude da documentação apresentada com a petição inicial. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Assim, extrai-se do mencionado texto legal que trata-se o caso de uma faculdade do juízo determinar ou não a constatação prévia ao deferimento do processamento da recuperação judicial, cujo principal objetivo se reside em: (i) constatar as reais condições de funcionamento da empresa requerente e (ii) analisar a regularidade e completude da documentação acostada com a inicial do pedido recuperacional.

Para tanto, necessário se faz a identificação real da condição da empresa em crise para que o remédio legal buscado seja dado com a correta aplicação, não sendo este concedido a empresas inviáveis, as quais não se enquadrem no que dispõe o mencionado art. 47.

Consoante a isto, foi que o Conselho nacional de Justiça lançou a Recomendação 103 em 23.08.2021, que assim orientou:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

> Art. 1º Recomendar a todos os magistrados e magistradas das varas, especializadas ou não, onde tramitam processos de recuperação judicial que, nos casos em que for determinada a constatação prévia da regularidade dos documentos que instruem a inicial do pedido de recuperação, determinem ao profissional nomeado que:
> I – informe se a devedora atende aos requisitos do art. 48 da Lei nº 11.101/2005;
> II – informe se a petição inicial foi instruída com os documentos previstos no art. 51 do mesmo diploma legal, bem como com a documentação mencionada no § 3º ou no § 4º do art. 48 do mesmo dispositivo legal na hipótese se recuperação de produtor rural;
> III – apresente formulário conforme anexo I, devendo o formulário ser segregado por devedor na hipótese de consolidação substancial; e
> IV – informe se a relação de credores contém as informações mencionadas no art. 3º desta Recomendação e, na sua ausência, apresentar relação de credores na forma do modelo constante do Anexo II desta Recomendação.

Deste modo, o presente trabalho consiste basicamente em: "*analisar os documentos que instruem a petição inicial e fazer a constatação das reais condições de funcionamento da empresa in loco, ou seja, no estabelecimento empresarial onde opera a devedora.* " (COSTA e FAZAN, Daniel Carnio e Eliza; Constatação Prévia em Processos de Recuperação Judicial de Empresas; O Modelo de Suficiência Recuperacional (MSR). Pag. 43; Editora Juruá; 2019)

Contudo, conforme determinado pelo MM. Magistrado, este trabalho consiste em 2 etapas, onde a primeira, a qual se apresenta, assim restou determinado:

> ***"PRIMEIRA ETAPA – No prazo de 05 dias deverá a Auxiliar do Juízo apresentar laudo referente à análise dos documentos já apresentados; constatação in loco da produção e atividade dos requerentes; fornecimento de todos os dados relevantes e informações que forem***

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

possíveis ser extraídas neste período preparatório do pedido de recuperação judicial. "

Nesse sentido, passaremos a apresentar detalhadamente o que se pode levantar na análise documental até então apresentada, somada a constatação *in loco* da produção e atividade dos Requerentes, candidatos à recuperandos.

2. DO BREVE HISTÓRICO PROCESSUAL APRESENTADO PELOS REQUERENTES

Trata-se de pedido cautelar preparatório para a propositura de Recuperação Judicial formulado pelo Grupo Mello, grupo este familiar composto pelos seguintes integrantes: SIDNEY PINTO DE MELLO; MARA VIOLIN DE MELLO; EDSON PINTO DE MELO; VERA LUCIA GALLO DE MELLO; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO; MARCO ANTONIO DE MELLO.

Consoante ao que dispõe o inciso I, do art. 51 da Lei 11.101/2005, os Requerentes expuseram na inicial cautelar as causas concretas da situação patrimonial e das razões da crise econômico-financeira vivenciada atualmente, nos seguintes termos:

Que tratam-se os Requerentes de grupo familiar de origem do estado do Paraná, onde desde 1975 os irmãos Sidney e Edson já exerciam a atividade agrícola com o plantio de soja e milho na região de Maringá/PR.

Que foi em Maringá/PR que constituíram suas famílias, onde Sidney Pinto de Mello se casou com Mara Violin de Mello e Edson Pinto de Mello com Vera Lucia Gallo de Mello, aqui também Requerentes. Da relação entre Edson e Vera, vieram os filhos Rafael Rodrigo Gallo de Mello e Marco Antonio de Mello que, se espelharam no pai e já na vida adulta também se enveredaram para o cultivo das commodities.

Que desde sempre o grupo familiar maneja o plantio dos grãos conjuntamente. Inicialmente, como dito no estado do Paraná e, com o passar dos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

anos, alçando voos maiores, através de arrendamento. Em 2014 iniciaram o cultivo também no Estado do Mato Grosso, na cidade de Campinápolis, cerca de 640 hectares.

Que quando chegaram naquela região identificaram a necessidade de preparar a terra e corrigir o solo, com isso, obtendo êxito, conseguiram em 2015 aumentar sua área de cultivo para cerca de 1.000 hectares.

Que felizmente, foi uma época em que o clima era propício e permitiu que o Grupo Familiar fosse crescendo de maneira organizada, aproveitando para reinvestir os resultados na abertura/arrendamento de novas áreas.

Que com o advento e disseminação da técnica do plantio direto, os Requerentes passaram a ter acesso a máquinas e implementos que possibilitaram incrementos significativos de produtividade, o que proporcionou um retorno econômico positivo sobre os investimentos e esforços realizados.

Que, contudo, o produtor rural, nunca aguarda o caso fortuito/força maior, relacionado diretamente a sua produção, onde sua instabilidade impacta diretamente na produção agrícola de uma maneira geral, positiva ou negativamente, não sendo diferente com os Requerentes que, no decorrer dos anos, principalmente em 2015 sofreram com a seca da região e baixa produtividade daquele ano, entretanto, o novo prejuízo não será suportado nas presentes condições, sem que haja a intervenção legal apta a viabilizar a superação da crise ora instalada.

Que não apenas isso, mas são vários os obstáculos sofridos pelo produtor rural que a cada fase da produção encontra um empecilho a vencer. No caso dos Requerentes, estes, em 2017 após a colheita de toda sua produção e armazenagem, sofreram com um arresto da safra daquele ano com os grãos ainda dentro do armazém, arresto este que não foi contra os Requerentes, mas sim em face do dono do armazém, onde por um equívoco, a soja dos Requerentes que ali

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

estavam também foram arrestados, causando enormes prejuízos em sua receita naquele ano, em cerca de 24 mil sacas.

Que com o decorrer dos anos, os Requerentes analisaram aquele solo em que atuavam e concluíram que na safrinha a região pecava numa produtividade satisfatória, sendo necessária a busca de uma área com mais índice pluviométrico.

Que foi então, que em 2020 encontraram uma área de cultivo para arrendamento na região de Santa Cruz do Xingu/MT, próximo a Vila Rica/MT, cuja área de 2.200 hectares necessitou de alto investimento, vez que em sua maioria estava abarrotada de vegetação prejudiciais a semeadura, que necessitavam de remoção para início dos trabalhos.

Que na mesma época, naquela região, o armazém Indiana Agro (Recuperação Judicial – frustrada) também sofreu arresto, ao qual parte da produção dos Requerentes que ali estava depositada fora levada conjuntamente, ocasionando em prejuízos demasiados.

Que como dito, entre uma safra e outra, todo e qualquer produtor rural encontra dificuldades que acabam por não produzir a contento, e isso não seria diferente com os Requerentes que, além dos arrestos de terceiros sofridos que acabaram por atingi-los, o fator clima/tempo impacta de uma maneira ou outra na mencionada produção.

Que nessa nova área de plantio, por exemplo, logo no primeiro ano, os Requerentes se depararam com fortes chuvas o que prejudicou sobremaneira a colheita dos grãos, contudo, em contrapartida, no segundo ano fez-se necessária a abertura do restante da área, aumentando assim o seu cultivo, passando de 1.000 hectares, para 2.000 hectares.

Que no mesmo ano, fora adquirido pelos Requerentes novo arrendamento, desta vez em São Félix do Araguaia/MT, cuja área total era de 1.600 hectares, onde apenas 187 hectares eram de plantio consolidado. Ainda

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

nesta área, fora necessário a época, se investir na infraestrutura da fazenda, seja nas casas, cantina, poço artesiano e barracão.

Que mesmo com todo investindo e abrindo mais 330 hectares de sua capacidade, ainda assim a produção daquele ano não foi satisfatória, posto que o plantio se deu tardiamente, e ainda ocorreu o ataque de pragas, qual seja a mosca branca.

Que somado a isso, nessa mesma área ainda ocorrera um desafio administrativo, posto que 1.600 hectares possuía um embargo ambiental de 2013, fato que impediu a movimentação do cultivo, já que não se conseguia gerar a inscrição estadual, tampouco se emitir nota fiscal, o que inviabilizou o negócio, sendo necessário a entrega da área para terceiros.

Que em 2022, com o fim do contrato de alguns arrendamentos (parte) em Campinápolis/MT, os proprietários pleitearam a área de volta, não renovando tais instrumentos e, na área ainda atuante, os Requerentes sofreram com as chuvas, perdendo a qualidade do grão produzido, onde a soma desses fatores levaram os Requerentes a atual crise que se enfrenta.

Que o fator clima ainda afetou os Requerentes em 2023, tendo em vista as chuvas que se deram na região do Xingu, o que ocasionou a perda ao equivalente a 550 hectares de soja. Nesse ínterim, foi arrendado ainda outra área em Vila Rica de 760 hectares de pastagem, conseguindo abrir ainda mais 350 hectares.

Que, contudo, com o plantio tardio devido ao clima, sofreram ainda nesta área com o ataque da mosca branca e muitas chuvas na fase de colheita, o que ocasionou resultados deficitários para o grupo. Devido a seca, tanto em Campinápolis, quanto em Santa Cruz do Xingu, a produção da safrinha não se deu como planejada.

Que por duas principais e inesperadas razões: a) a queda da produtividade esperada, ocorrida por força de condições climáticas; b) a queda

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

abrupta dos valores vinculados aos grãos, que representa até o momento, cerca de 43% ante ao mesmo período do ano passado.

Que diante desse cenário, buscaram os Requerentes a renegociação de seus contratos, entretanto, esbarraram nas tentativas que restaram infrutíferas ao ponto de, conforme informado na inicial, já haver pedido de arresto deferido em face do grupo familiar manejado pela credora Rural Brasil Ltda., visando o bloqueio de 160 mil sacas de milho da atual safra de milho.

Que tal fato, o reconhecimento da existência de caso fortuito/força maior, ocorrido nas áreas de cultivos do grupo Requerente, foi inclusive objeto de reconhecimento pela credora Rural Brasil Ltda na ação cautelar n.º em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, ao destacar que, com o cumprimento do arresto já deferido, a credora não conseguiria arrestar a totalidade dos grãos ante a frustração da safra.

Que os próprios Requerentes promoveram a confecção de laudo complementar, a da própria credora, a fim de constatar a frustração da presente safra que assim restou concluído.

Que atualmente, os Requerentes cultivam grãos por cerca de 4.952 hectares nas comarcas de Campinápolis/MT, Santa Cruz do Xingu/MT, Vila Rica/MT e Maringá/PR, sendo assim plenamente viáveis para superação da crise ora vivenciada.

Que os Requerentes, em momento algum pretendem se esquivar de suas obrigações, mas sim, apoiados na Lei vigente, possibilitar que possam negociar de forma justa e conjunta sob o crivo do judiciário e o permissivo dos credores, sem que seja encerrada de forma abrupta as atividades que são desenvolvidas por mais de 40 (quarenta) anos.

Que é inegável a existência de um passivo que demonstra a crise econômico-financeira, e que claramente coloca em risco a atividade econômica desenvolvida pelos Requerentes, necessitando se socorrer do Art. 47 da LRF.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

Passo seguinte, tem-se que o pedido de Tutela Cautelar Antecedente Preparatória para Recuperação Judicial, foi protocolizado junto a este juízo na data de 01 de agosto de 2023 com inúmeros documentos acostados com a inicial, em ID 124895897 e seguintes.

Ao final, em ID 125663061, este juízo nos intimou para realização de PERÍCIA PRÉVIA em duas etapas, conforme faculta o art. 51-A, da Lei nº 11.101/2005, que se passa a discriminar adiante conforme determinado.

3. DA COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO PARA PROCESSAR O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DOS REQUERENTES A SER PROPOSTO

Consoante a lei de regência, a competência para processar e julgar os pedidos de recuperação judicial, é o juízo do local do principal estabelecimento do devedor, nos seguintes termos:

> Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

Somado a tal fato que, especialmente para os casos que tramitam no Estado de Mato Grosso, há uma Resolução específica lançada em 2020 que redefiniu sua competência judiciária, regionalizando as Varas competentes para processar e julgar tais demandas, são elas: CUIABÁ, SINOP E RONDONÓPOLIS.

Dito isto, extrai-se da documentação que acompanha a inicial da Cautelar Preparatória, que os Requerentes se encontram estabelecidos:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

INICIAL – ID 124895897

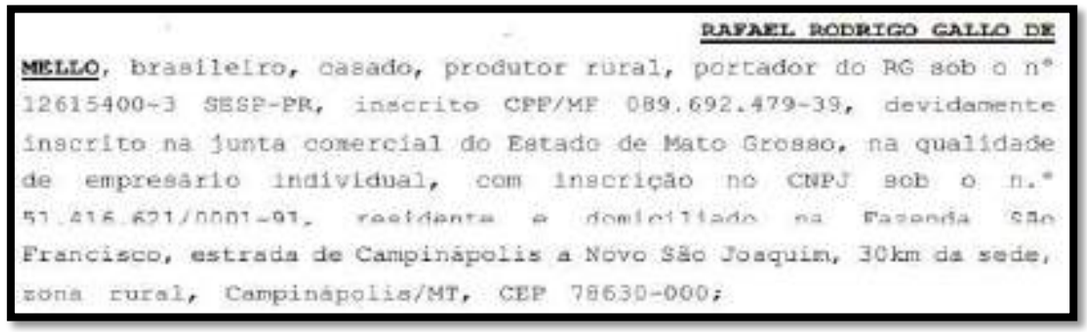
SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000;

MARA VIOLIN DE MELLO, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000;

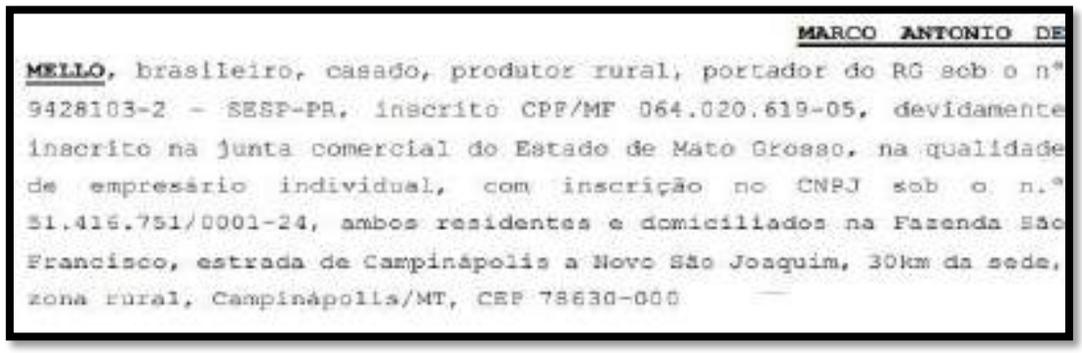
EDSON PINTO DE MELO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000;

VERA LUCIA GALLO DE MELLO, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53



RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000;



MARCO ANTONIO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 - SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000

Veja que não apenas a qualificação constante na inicial dos Requerentes, se enquadram na competência do juízo onde se encontra distribuído o pedido cautelar preparatório, mas também todos os cartões CNPJ e inscrições estaduais individuais apresentadas condizem com a Comarca indicada como sendo seu principal estabelecimento, qual seja Campinápolis/MT.

Portanto, da documentação apresentada, bem como do histórico apresentado pelos Requerentes, pode-se extrair-se que os mesmos exercem suas atividades nas Comarcas de Campinápolis/MT, Santa Cruz do Xingu/MT, Vila Rica/MT e Maringá/PR, sendo certo que seu principal estabelecimento situa-se em Campinápolis/MT.

Na cidade de Campinápolis – MT, estão reunidos além da sede constante dos registros na Junta Comercial de Mato Grosso; boa parte das propriedades rurais exploradas; a administração financeira, e gestão contábil do Grupo Requerente, constatando-se como principal estabelecimento do Grupo Devedor.

Partindo desta premissa e, consoante ao que dispõe a RESOLUÇÃOTJ-MT/OE Nº 10 DE 30 DE JULHO DE 2020, é de rigor que a

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

comarca competente para tramitar o futuro pedido de recuperação judicial, assim como a presente cautelar preparatória é a Comarca de Rondonópolis/MT, sendo este juízo o único competente para processar e julgar o presente feito.

4. DA QUALIFICAÇÃO DOS REQUERENTES – POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL A PRODUTORES RURAIS

Conforme anteriormente exposto, tratam-se os Requerentes de 6 (seis) pessoas físicas, todos produtores rurais e que formam o Grupo Mello, Grupo Familiar que atuam nas comarcas de Campinápolis/MT, Santa Cruz do Xingu/MT, Vila Rica/MT e Maringá/PR conjuntamente.

Em análise à documentação que acompanhou a inicial, assim pode-se constatar:

SIDNEY PINTO DE MELLO – EMPRESÁRIO RURAL:

- **Dados pessoais:** SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000.
- **Objeto social:** Cultivo de soja e cultivo de milho – ID 124898068.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53



Nome Empresarial: SIDNEY PINTO DE MELLO			
Natureza Jurídica: EMPRESARIO			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE 5110240118-9	CNPJ 51.416.335/0001-26	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 13/07/2023	Data de Início de Atividade 13/07/2023
Endereço Completo: ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA SN ANEXO: SAO FRANCISCO SALA B - BAIRRO ZONA RURAL CEP 78630-000 - CAMPINAPOLIS/MT			
Objeto Social: CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.			
Capital: R$ 30.000,00 TRINTA MIL REAIS		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte EMPRESA PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/06)	
Status: xxxxxx	Situação: ATIVA		

MARA VIOLIN DE MELLO – EMPRESÁRIA RURAL:

- **Dados pessoais:** MARA VIOLIN DE MELLO, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000.
- **Objeto social:** Cultivo de soja e cultivo de milho – ID 124898068.



Nome Empresarial: MARA VIOLIN DE MELLO			
Natureza Jurídica: EMPRESARIO			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE 5110240136-7	CNPJ 51.431.235/0001-79	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 14/07/2023	Data de Início de Atividade 14/07/2023
Endereço Completo: ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA SN ANEXO: SAO FRANCISCO SALA G - BAIRRO ZONA RURAL CEP 78630-000 - CAMPINAPOLIS/MT			
Objeto Social: CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.			
Capital: R$ 30.000,00 TRINTA MIL REAIS		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte EMPRESA PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/06)	
Status: xxxxxx	Situação: ATIVA		

EDSON PINTO DE MELO – EMPRESÁRIO RURAL:

- **Dados pessoais:** EDSON PINTO DE MELO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000.

- **Objeto social:** Cultivo de soja e cultivo de milho – ID 124898068.



Nome Empresarial: EDSON PINTO DE MELLO			
Natureza Jurídica: EMPRESARIO			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5110240100-6	51.400.888/0001-90	12/07/2023	12/07/2023
Endereço Completo: ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUEDA SN ANEXO: SAO FRANCISCO SALA A; - BAIRRO ZONA RURAL CEP 78630-000 - CAMPINAPOLIS/MT			
Objeto Social: CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.			
Capital: R$ 30.000,00 TRINTA MIL REAIS		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: EMPRESA PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/06)	
Status: xxxxxx		Situação: ATIVA	

VERA LUCIA GALLO DE MELLO – EMPRESÁRIA RURAL:

- **Dados pessoais:** VERA LUCIA GALLO DE MELLO, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000.

- **Objeto social:** Cultivo de soja e cultivo de milho – ID 124898068.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53



Nome Empresarial: VERA LUCIA GALLO DE MELLO			
Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5110240123-5	51.420.202/0001-23	14/07/2023	13/07/2023
Endereço Completo: ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA SN ANEXO: SAO FRANCISCO SALA F; - BAIRRO ZONA RURAL CEP 78630-000 - CAMPINAPOLIS/MT			
Objeto Social: CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.			
Capital: R$ 30.000,00 TRINTA MIL REAIS		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: EMPRESA PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/06)	
Status: xxxxxxx		Situação: ATIVA	

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO – EMPRESÁRIO RURAL:

- **Dados pessoais:** RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000.
- **Objeto social:** Cultivo de soja e cultivo de milho – ID 124898068.



Nome Empresarial: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO			
Natureza Jurídica: EMPRESARIO			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5110240120-1	51.416.621/0001-91	13/07/2023	13/07/2023
Endereço Completo: ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA SN ANEXO: SAO FRANCISCO SALA C; - BAIRRO ZONA RURAL CEP 78630-000 - CAMPINAPOLIS/MT			
Objeto Social: CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.			
Capital: R$ 30.000,00 TRINTA MIL REAIS		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: EMPRESA PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/06)	
Status: xxxxxxx		Situação: ATIVA	

MARCO ANTONIO DE MELLO – EMPRESÁRIO RURAL:

- **Dados pessoais:** MARCO ANTONIO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000.

- **Objeto social:** Cultivo de soja e cultivo de milho – ID 124898068.



Nome Empresarial: MARCO ANTONIO DE MELLO			
Natureza Jurídica: EMPRESARIO			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE 51102460121-9	CNPJ 51.416.751/0001-24	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 13/07/2023	Data de Início de Atividade 13/07/2023
Endereço Completo: ESTRADA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM POR 20KM ENTRADA A ESQUERDA SN ANEXO: SAO FRANCISCO SALA D; - BAIRRO ZONA RURAL CEP 78630-000 - CAMPINAPOLIS/MT			
Objeto Social: CULTIVO DE SOJA E CULTIVO DE MILHO.			
Capital: R$ 30.000,00 TRINTA MIL REAIS		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte EMPRESA PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/06)	
Status: xxxxxxx	Situação: ATIVA		

Veja que todos os Requerentes estão devidamente cadastrados na Junta Comercial, bem como exercem há mais de dois anos atividades rurais, conforme se apresenta abaixo seus cartões CNPJ extraídos de sua petição inicial, e anexados ao ID 124897192, vejamos:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual 13.561.855-0	CPF 669.115.089-91	Data Início Atividade - SEFAZ 19/11/2014
NOME EMPRESARIAL EDSON PINTO DE MELLO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA) FAZENDA SAO FRANCISCO		

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.539.635-2	669.115.919-53	02/05/2014

NOME EMPRESARIAL
SIDNEY PINTO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.634.761-4	614.594.029-87	20/06/2016

NOME EMPRESARIAL
VERA LUCIA GALLO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SÃO FRANCISCO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.686.897-5	037.810.239-74	31/05/2017

NOME EMPRESARIAL
MARA VIOLIN DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.561.877-0	064.020.619-05	19/11/2014

NOME EMPRESARIAL
MARCO ANTONIO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.824.608-4	089.692.479-39	23/07/2020

NOME EMPRESARIAL
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA XINGU I

Diante o exposto e, de acordo com o que dispõe a Lei 11.101/2005, passaremos a verificação do preenchimento dos requisitos legais exigidos.

5. DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEI 11.101/2005.

5.1. Dos Requisitos Dispostos no Art. 48 da Lei 11.101/2005.

Dispõe o art. 48 da Lei 11.101/2005 a seguinte redação:

> Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:
> I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;
> II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;
> III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
> IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.
> § 1º A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente. (Renumerado pela Lei nº 12.873, de 2013)
> § 2º No caso de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no **caput** deste artigo por meio da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), ou por meio de obrigação legal de registros

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

> contábeis que venha a substituir a ECF, entregue tempestivamente. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> § 3º Para a comprovação do prazo estabelecido no **caput** deste artigo, o cálculo do período de exercício de atividade rural por pessoa física é feito com base no Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir o LCDPR, e pela Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e balanço patrimonial, todos entregues tempestivamente. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> § 4º Para efeito do disposto no § 3º deste artigo, no que diz respeito ao período em que não for exigível a entrega do LCDPR, admitir-se-á a entrega do livro-caixa utilizado para a elaboração da DIRPF. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> § 5º Para os fins de atendimento ao disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, as informações contábeis relativas a receitas, a bens, a despesas, a custos e a dívidas deverão estar organizadas de acordo com a legislação e com o padrão contábil da legislação correlata vigente, bem como guardar obediência ao regime de competência e de elaboração de balanço patrimonial por contador habilitado. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Destarte, para cumprimento do exigido por Lei, no que tange aos incisos dispostos no art. 48 da LRF, os Requerentes apresentaram Declaração Falimentar e Certidão Falimentar emitida pelos Tribunais de Mato Grosso e Paraná, estados os quais exercem suas atividades, restando assim superada tal questão.

Contudo, quanto aos parágrafos do art. 48 que exigem documentos contábeis relativos à atividade rural, estes não foram apresentados, fato devidamente informado pelos Requerentes na sua inicial, o que inclusive os motivou pela propositura de cautelar preparatória e não da Ação de Recuperação Judicial diretamente, ressaltando ainda que, mesmo diante da ausência de tais documentos, o Imposto de Renda de todos os Requerentes restou apresentado em ID 124898046 (em segredo de justiça - encaminhado por e-mail ao perito).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

LEI 11.101/2005	LISTA DE DOCUMENTOS	ID
Art. 48 e incisos	DECLARAÇÃO FALIMENTAR	124898060
Art. 48 e incisos	CERTIDÃO FALIMENTAR	124898077
Art. 48, §3º	IMPOSTO DE RENDA	124898046

Diante o exposto, a análise aprofundada de todos os documentos se dará quando da apresentação do pedido principal que deve, obrigatoriamente, estar munida de todos os documentos que ainda restam pendentes para o preenchimento dos requisitos necessários para o deferimento do pedido.

5.2. Dos Requisitos Exigidos no Art. 51 da Lei 11.101/2005

Ainda, dispõe o art. 51 da Lei 11.101/2005, *in verbis*:

> Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:
> I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;
> II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:
> a) balanço patrimonial;
> b) demonstração de resultados acumulados;
> c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
> d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;
> e) descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito; (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> III - a relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos; (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;
V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;
VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;
VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;
VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;
IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados; (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
X - o relatório detalhado do passivo fiscal; e (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
XI - a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
(...)
§ 4º Na hipótese de o ajuizamento da recuperação judicial ocorrer antes da data final de entrega do balanço correspondente ao exercício anterior, o devedor apresentará balanço prévio e juntará o balanço definitivo no prazo da lei societária aplicável.

Assim, em cumprimento ao que dispõe referido artigo, os Requerentes apresentaram os seguintes documentos:

LEI 11.101/2005	LISTA DE DOCUMENTOS	ID
ART. 51, INCISO I	EXPOSIÇÃO DA CRISE	PETIÇÃO INICIAL - 124895897
ART. 51, INCISO II	DOCUMENTOS CONTÁBEIS	
	BALANÇO E DRE 2020	SEGUNDA ETAPA A SER ANALISADA
	BALANÇO E DRE 2021	SEGUNDA ETAPA A SER ANALISADA
	BALANÇO E DRE 2022	SEGUNDA ETAPA A SER ANALISADA
	DRA 2020, 2021, 2022	SEGUNDA ETAPA A SER ANALISADA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

LEI 11.101/2005	LISTA DE DOCUMENTOS	ID
	FLUXO DE CAIXA 2020, 2021, 2022	SEGUNDA ETAPA A SER ANALISADA
	FLUXO DE CAIXA PROJETADO	SEGUNDA ETAPA A SER ANALISADA
	DESCRIÇÃO DA SOCIEDADE	SEGUNDA ETAPA A SER ANALISADA
ART. 51, INCISO III	RELAÇÃO NOMINAL DOS CREDORES	124898065
ART. 51, INCISO IV	RELAÇÃO INTEGRAL DOS EMPREGADOS	124898066
ART. 51, INCISO V	CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO DEVEDOR E ATOS CONSTITUTIVOS	124898068 E 124897192
ART. 51, INCISO VI	RELAÇÃO DE BENS PARRTICULARES DOS SÓCIOS - APRESENTARAM O IMPOSTO DE RENDA DOS SÓCIOS	124898046 - EM SEGREDO DE JUSTIÇA - ENCAMINHADO POR EMAIL AO PERITO
ART. 51, INCISO VII	EXTRATOS ATUALIZADOS DAS CONTAS BANCÁRIAS	124898069 – EM SEGREDO DE JUSTIÇA – ENCAMINHADO POR EMAIL AO PERITO
ART. 51, INCISO VIII	CERTIDÕES DOS CARTÓRIOS DE PROTESTO NO DOMICILIO DO DEVEDOR E FILIAL	124898075
ART. 51, INCISO IX	RELAÇÃO SUBSCRITA DE AÇÕES JUDICIAIS E PROCEDIMENTOS ARBITRAIS, INCLUSIVE TRABALHISTA	
	DECLARAÇÃO DE AÇÕES	124898081
	CERTIDÕES FORUNS	124898077
	DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PROCEDIMENTO ARBITRAL	124898081
ART. 51, INCISO X	RELATÓRIO DETALHADO DO PASSIVO FISCAL	124898082
ART. 51, INCISO XI	RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	RELAÇÃO DE ATIVOS NÃO CIRCULANTE	124898084
ART. 51, §4º	BALANCETE DE JANEIRO A ABRIL 2023	SEGUNDA ETAPA A SER ANALISADA

Em análise superficial, constata-se que os Requerentes apresentaram boa parte da documentação legal exigida, restando pendente todos os relatórios que dizem respeito à contabilidade do Grupo Mello, sendo que, conforme decisão tal análise será realizada junto a segunda etapa.

Assim, para uma análise mais aprofundada do caso em comento, e a completude das condições física e documentais apresentadas, e as que futuramente serão quando do pedido principal, tal análise será feita na segunda fase da constatação prévia determinada, assim como previsto na decisão proferida em **ID. 125663061**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

6. DA CONSTATAÇÃO *IN LOCO* – VERIFICAÇÃO DAS REAIS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO GRUPO REQUERENTE

De antemão, traz-se a informação noticiada pelo grupo requerente em sua inicial no tocante às áreas de cultivo, que se ilustrou da seguinte forma – ID 124895897 – LINHA 89, PG. 32:

RELAÇÃO DAS ÁREAS DE CULTIVO				
FAZENDAS	COMARCA	MATRÍCULAS	HECTARE	AREA DE CULTIVO
Fazenda Xingu I, II, III, IV	Santa Cruz do Xingu/MT	6341	4.997,59	2.200
Fazenda Glorificada	Santa Cruz do Xingu/MT	8918/7636	351,03	210
Fazenda São Francisco	Campinápolis/MT	3	2539,3	825
Fazenda Vale do Piau	Campinápolis/MT	554	2612,1	282
Fazenda Boa Vista	Campinápolis/MT	230	2.757,30	415
Lotes Rurais 33, 34 e 32 A	Vila Rica/MT	8.062/8.063/8.917	255,02	88,6
Fazenda Atlanta	Vila Rica/MT	6385/6386	1.916,09	350
Fazenda Santiago	Vila Rica/MT	5484/5485	1.792,44	397,85
Sitio Pitanga	Maringá/PR	1615	24,2	24,2
Fazenda Santa Maria Goretti	Maringá/PR	1454	140,7	52,27
Gleba Ribeirão Maringá	Maringá/PR	6998	12,19	12,19
Gleba Ribeirão Maringá	Maringá/PR	8704/322/24475/347/399	82,28	70
Sitio 08 Irmãos	Maringá/PR	66	26,1	25,41
		TOTAL	17.506,34	4.952

Contudo, ao se realizar a constatação *in loco* das propriedades de cultivo do grupo requerente, verificou-se que equivocadamente o grupo recuperando indicou os Lotes Rurais 33, 34 e 32 A e Fazenda Santiago como sendo de Vila Rica/MT, quando na verdade tais imóveis estão situados em Santa Cruz do Xingu/MT.

Traz-se ainda ao conhecimento de Vossa Excelência, que a Fazenda Atlanta, situada em Vila Rica/MT, em que pese estar arrendada aos requerentes, somente foi objeto de cultivo na safra soja, não sendo cultivado milho no presente ano.

Ainda, foi necessário incluir no rol de áreas rurais exploradas pelos Requerentes, a denominada Sítio Centenário localizado na comarca de Maringá-PR.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

Portanto, após a retificação e inclusão, foi possível regularizar o quadro demonstrativo das áreas rurais exploradas pelo Grupo Requerente, ficando assim demonstrado:

RELAÇÃO DAS ÁREAS DE CULTIVO - RETIFICAÇÃO PERÍCIA				
FAZENDAS	**COMARCA**	**MATRÍCULAS**	**HECTARE**	**AREA DE CULTIVO**
Fazenda Xingu I, II, III, IV	Santa Cruz do Xingu/MT	6341	4.997,59	2.200
Fazenda Glorificada	Santa Cruz do Xingu/MT	8918/7636	351,03	210
Fazenda São Francisco	Campinápolis/MT	3	2539,3	825
Fazenda Vale do Piau	Campinápolis/MT	554	2612,1	282
Fazenda Boa Vista	Campinápolis/MT	230	2.757,30	415
Lotes Rurais 33, 34 e 32 A	Santa Cruz do Xingu/MT (retificado)	8.062/8.063/8.917	255,02	88,6
Fazenda Atlanta	Vila Rica/MT	6385/6386	1.916,09	350
Fazenda Santiago	Santa Cruz do Xingu/MT (retificado)	5484/5485	1.792,44	397,85
Sítio Pitanga	Maringá/PR	1615	24,2	24,2
Fazenda Santa Maria Goretti	Maringá/PR (retificado)	1454	140,7	109
Gleba Ribeirão Maringá	Maringá/PR	6998	12,19	12,19
Gleba Ribeirão Maringá	Maringá/PR (retificado)	8704/322/24475/347/399	199,11	169,4
Sítio Centenário	Maringá/PR (incluído)	139/140	72,6	53,4
Sítio 08 Irmãos	Maringá/PR	66	26,1	25,41
		TOTAL	**17.695,77**	**5.162**

Passo seguinte Excelência, para averiguar as condições do estabelecimento e funcionamento do grupo Requerente, este perito esteve presente em seu estabelecimento principal e nos demais indicados na inicial e, pode-se averiguar que é inconteste que o Grupo Mello, conjuntamente, se encontra em pleno funcionamento.

FAZENDAS EM CAMPINÁPOLIS/MT:

Na data de 18.08.2023, dirigi-me ao endereço do Grupo Requerente em Campinápolis/MT, em endereço descrito na qualificação da inicial e, chegando lá, fui recepcionado pelo advogado dos interessados conjuntamente ao Sr. Rafael, aqui Requerente, que me acompanhou na vistoria realizada nas dependências da **Fazenda Boa Vista**:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53










Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53








Conforme imagens ilustrativas, pode-se constatar uma área de plantio considerável, onde o que ali fora plantado, já se encontra totalmente colhido, tendo sido finalizada em meados de julho/2023.

Em Campinápolis/MT, através de arrendamento, os requerentes exploram suas atividades nas fazendas: São Francisco; Vale do Piau e Boa Vista.

Para a produção da safra de milho, apurou-se que naquela região foi cultivado cerca de 320 hectares de milho, cuja produção girou em torno de 38 (trinta e oito) sacas de milho por hectare.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

Nesta safra de 2023, foram exploradas ainda cerca de 450 hectares, onde a colheita já está finalizada com resultado equivalente a 26 sacas de sorgo por hectare.

Esclarecendo que, na safrinha (milho/sorgo) a área de cultivo total é reduzida a metade, quando comparada ao cultivo da soja.

Registra-se que conforme informado a colheita da safra em questão, se encerrou entre os dias 15 e 20 de julho de 2023.

FAZENDAS EM SANTA CRUZ DO XINGU/MT:

Posteriormente, no dia seguinte, nos dirigimos para as dependências das fazendas situadas em **Santa Cruz do Xingu/MT**, cujas imagens seguem abaixo:





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53











Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53









Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53













Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

Em companhia de um dos Requerentes, o Sr. Rafael nos mostrou as lavouras recém colhidas, sua produção armazenada em silos bolsa, conforme imagens acima ilustradas e informou que a produção de 2023 não fora satisfatória como se planejava, havendo uma quebra de safra neste ano.

Dos 2.200 hectares de cultivo na área total (soja), somente foi objeto de cultivo na cultura milho, 1.650 hectares.

A produção das fazendas situadas em Santa Cruz do Xingu/MT, foi o equivalente a 24 silos, com capacidade em torno de 3 mil sacas de milho cada, sendo que uma delas possui apenas 50% da capacidade total.

Diante disso, apenas nas fazendas do Xingu foi possível apurar a produção aproximada de 70 mil sacas de milho, cuja colheita do último talhão restou finalizada em 19/08/2023.



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

FAZENDAS EM MARINGÁ/PR:

Lado outro, foi requerido documentos aptos a atestar a produção atrelada as lavouras estabelecidas na Comarca de **Maringá/PR**.

Conforme análise obtida da inicial da cautelar, e confirmadas pelos requerentes, naquela Comarca os Requerentes exploram suas atividades nas Fazendas: Sitio Pitanga; Santa Maria Goretti; Gleba Ribeirão Maringá e; Sítio 08 irmãos e Sitio Centenário.

Colheita da safra de milho, iniciada há poucos dias, onde segundo informado se colheu até a presente data apenas 70 hectares da produção, total de 390 hectares objetos de cultivo.





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53









Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53









Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53











Em todas as visitas técnicas, foi possível obter informações e se comprovar das razões que levaram os Requerentes a crise. Numa das visitas em Mato Grosso, há informações de credores acompanhando a colheita já na tentativa de satisfazer o crédito garantido em seu contrato, fato que ora se relata,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:26
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

apenas a título de informação, posto que não é este o trabalho que se prestou esta constatação em primeira etapa.

Já quanto ao quadro de funcionários do Grupo Requerente, foi possível constatar que atualmente existem 14 colaboradores diretos, conforme quadro abaixo – (tendo sido desligado um colaborador e contratado outros dois no presente mês). Informando os Requerentes que na safrinha (milho/sorgo) o número de colaboradores é reduzido diante da área menor de cultivo para o grão safrinha em questão.

EMPREGADOR	COMARCA	FUNCIONÁRIO	ADMISSÃO	FUNÇÃO
MARCO	CANARANA/MT	ALBERINI ALVES DE ALMEIDA	01/12/2021	OPERADOR DE MAQUINAS
MARCO	CANARANA/MT	CARLOS HENRIQUE CARVALHO LIMA	01/12/2021	OPERADOR DE MAQUINAS
EDSON	SANTA CRUZ DO XINGU/MT	JULIA BARROS CASTRO	01/08/2022	COZINHEIRA
EDSON	SANTA CRUZ DO XINGU/MT	GLENIO JUNIOR VIEIRA MARQUES	01/07/2022	OPERADOR DE MAQUINAS
EDSON	MARINGÁ/PR	MAURILIO GONCALVES PEREIRA	02/05/2016	TRABALHADOR RURAL
RAFAEL	SANTA CRUZ DO XINGU/MT	MAURICIO RICARDO BRANDÃO	01/08/2023	OPERADOR DE MAQUINAS
RAFAEL	SANTA CRUZ DO XINGU/MT	JEFFERSON MENDES BARBOSA	01/08/2023	OPERADOR DE MAQUINAS
RAFAEL	SANTA CRUZ DO XINGU/MT	ANA ALICE GOMES DA SILVA	01/03/2021	COZINHEIRA
RAFAEL	SANTA CRUZ DO XINGU/MT	RONALDO DA SILVA ALMEIDA	01/09/2022	OPERADOR DE MAQUINAS
RAFAEL	SANTA CRUZ DO XINGU/MT	CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA ALVES	01/03/2023	OPERADOR DE MÁQUINAS
RAFAEL	SANTA CRUZ DO XINGU/MT	SAMYLLA MARTINS DEMELLAS	01/03/2023	COZINHEIRA
SIDNEY	SANTA CRUZ DO XINGU/MT	DIOGO MOREIRA SOUZ	01/01/2018	OPERADOR DE MAQUINAS
SIDNEY	SANTA CRUZ DO XINGU/MT	DAVI PRUDENTE MOREIRA	01/01/2021	OPERADOR DE MAQUINAS
SIDNEY	MARINGÁ/PR	ALEXANDRE FRANCISCO DE OLIVEIRA	05/01/2021	TRABALHADOR RURAL

Sendo assim, posso concluir que existe atividade real e potencial em todas as áreas indicadas na inicial pelos Requerentes, estando todos em plena atividade, onde parte de suas áreas já restou finalizada a colheita do milho e, em Maringá/PR, a colheita se deu início recentemente.

Esclarece desde já, que a análise aprofundada da documentação apresentada, será efetuada na SEGUNDA ETAPA da constatação prévia, conforme determinado por este MM. Magistrado, e já nos colocando a disposição para eventuais dúvidas/esclarecimento quanto ao trabalho realizado.

7. LAUDO DE CONSTATAÇÃO PERDAS/QUEBRA DE SAFRA

Parte constante dos pedidos do Grupo Requerente, junto a ação Cautelar Preparatória de Recuperação Judicial, foi o requerimento de constatação

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

(parágrafo 133 de ID. 124895897) com fito de se realizar análise de frustração ou não da safra de milho 2023.

Esclarecendo que, para atendimento ao requerimento do Grupo Requerente, foi necessário a contratação de terceiro, profissional Engenheiro Agrônomo, devidamente inscrito no CREA/MT, a fim de realizar o trabalho em questão, tendo como resultado o laudo de constatação de quebra de safra, que acompanha como parte integrante da constatação prévia nesta primeira etapa. ANEXO.

Esclarecendo que, a realização do laudo teve como objeto o cultivo do milho (safrinha) junto as áreas localizadas em Santa Cruz do Xingu – MT, Faz. Xingu de I a VII - não sendo possível a realização junto as áreas de Campinápolis-MT, vez que a colheita já havia se encerrado em meados de julho/23. Já quanto a área localizada em Maringá/PR não foi possível a realização do laudo, tendo em vista que a colheita ainda se encontra em fase prematura.

8. CONCLUSÃO

Diante toda a narrativa aqui aduzida, dentro dos limites e determinações contidas na **PRIMEIRA ETAPA DA CONSTATAÇÃO PRÉVIA**, foi possível concluir que:

1. Pela regularidade da documentação até então acostadas aos autos, restando devidamente comprovada a existência de atividade sobre a qual os Requerentes buscam o seguimento, sendo esta, plenamente capaz de ocasionar os benefícios a que se refere o art. 47 da Lei 11.101/2005, posto que se tratam de produtores rurais atuantes em considerável área de plantio, gerando empregos e produzindo riquezas;

2. Há longa experiência no negócio por parte dos devedores; Inconteste que há funcionamento na sede da Requerente e que esta atendeu a

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

todos os requisitos legais exigidos, com a apresentação da documentação imposta pela lei, até o presente momento conforme quadro descrito tópico 5.

Sem mais, para o momento, são essas as constatações prévias por mim realizadas nesta primeira etapa, aguardando a apresentação da documentação contábil para análise quanto aos requisitos e realização da segunda etapa, conforme decisão de ID 12566361.

Cuiabá/MT, 25 de agosto de 2023.

TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA
OAB/MT 17.899

MT PERÍCIAS
CNPJ. 41.190.673/0001-39

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155151400000123130801
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155151400000123130801
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:53

Nº DO LAUDO, 012/2023.

LAUDO TÉCNICO.

1.0. INTERESSADO:

Edson Pinto de Melo e Outros.
CPF nº: 669.115.089-91.

2.0. ARRENDATÁRIO (A):

Edson Pinto de Melo e Outros.

3.0. OBJETIVO DO LAUDO:

3.1. DENOMINAÇÃO: Fazenda Xingu.

3.2. ÁREAS DE PLANTIO: 1.650,00 ha.

3.3. DOCUMENTAÇÕES DE POSSE:

Matrículas.	Denominação.	Área (Ha).	CRI.
8.922	Fazenda Xingu I	908,95	Santa Cruz do Xingu/MT.
8.923	Fazenda Xingu II	287,15	Santa Cruz do Xingu/MT.
8.924	Fazenda Xingu III	263,74	Santa Cruz do Xingu/MT.
8.925	Fazenda Xingu IV	310,01	Santa Cruz do Xingu/MT.
8.926	Fazenda Xingu V	300,01	Santa Cruz do Xingu/MT.
8.927	Fazenda Xingu VI	318,37	Santa Cruz do Xingu/MT.
8.928	Fazenda Xingu VII	318,07	Santa Cruz do Xingu/MT.

3.4. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO:

Conforme verificado na vistoria a campo, os bens em questão correspondem à documentação e local apresentado. (certidões em anexo 1).

4.0. OBJETIVO DO LAUDO:

Quantificar perdas ocasionadas pela insuficiência de água para as plantas de milho realizarem processos metabólicos necessários à absorção dos nutrientes fundamentais para obtenção de uma produtividade adequada para a fertilização efetuada, conforme veremos nos tratos culturais que foram adotados na cultura do milho segunda safra 2023, na Fazenda Xingu, localizada no município de Santa Cruz do Xingu/MT, que tem como arrendatário o senhor Edson Pinto de Melo e Outros.

SOLOPLANTA CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. CGC: 01.300.990/0001-46.
AV. AMAZONAS 2279 S, MENINO DEUS, LUCAS DO RIO VERDE-MT.
FONE: (65) 3549-1236 E-MAIL: SPLANTA@SOLOPLANTA.COM.BR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

5.0. NÍVEL DE PRECISÃO:

Aplicação das normas técnicas ABNT – 14.653/2004. Associação Brasileira de Normas Técnicas.

6.0. VISTORIA:

6.1 CARACTERIZAÇÕES DA REGIÃO:

6.1.1. ASPECTOS EDAFOCLIMÁTICOS:

6.1.1.1. RELEVO:

Plano, Chapada dos Parecis, coberturas não dobradas do Fanerozóico, bacia quaternária do Xingú.

6.1.1.2. VEGETAÇÃO:

De acordo com o Projeto RADAM-BRASIL, na carta Cuiabá- folha SD-21, a vegetação natural da região é do tipo SAVANA, que compreende as várias formações herbáceas da zona neotropical, intercaladas por pequenas plantas lenhosas, até arbóreas, em geral serpenteadas de floresta de galeria.

6.1.1.3. SOLOS:

Predominam na região solos Latossólicos, com textura arenosa, permeáveis, profundos, bem drenados e com baixa fertilidade natural.

6.1.1.4. OCUPAÇÃO:

Predomina a ocupação com agropecuária, mas com a especificidade da modalidade **agrícola.**

6.1.1.5. CLIMA:

Segundo Koppen, o clima da região é classificado como Tropical AW-Equatorial quente e úmido, com temperatura média anual em torno de 20 a 26°C. Existem períodos bem definidos com estação seca (maio/setembro) e chuvosa (outubro/abril). Precipitação média anual de 1.800/2.000mm. Esse tipo de clima é favorável para a exploração agrícola com culturas de verão (Arroz, Soja, Milho, Algodão).

6.2. CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS OBJETO DO LAUDO:

6.2.1. IDENTIFICAÇÃO:

Fazendas Xingu, de I à VII.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

6.2.2. LOCALIZAÇÃO:

Município de Santa Cruz do Xingu/MT.

6.2.3. ACESSO:

6.2.3.1. ROTEIRO:

De Santa Cruz do Xingu/MT sentido Santo Antônio do Fontoura/MT por 30 km, toma a direita por mais 20 km até a propriedade. Anexo 2.

6.2.3.2. DISTÂNCIAS:

A propriedade está localizada a uma distância de 50 km da sede do município de Santa Cruz do Xingu/MT.

6.2.3.3. CONFRONTAÇÕES:

Os imóveis confrontam-se: ao Norte, Sul, Leste e Oeste, conforme certidões, anexo 1.

6.2.3.4. USO ATUAL DO SOLO, FAZENDA XINGU:

DISCRIMINAÇÃO.	ÁREA (há).
Pastagens	0,00
Culturas temporárias	0,00
Área cultivada	1.650,00.
Mata/Reserva	1.056,30
TOTAL	**2.706,30.**

7.0. GRAU DE FUNDAMENTAÇÃO E PRECISÃO:

A quantificação das perdas na cultura do milho que ocorreu na propriedade citada, deriva da insuficiência de água durante o ciclo da cultura registrada na região, conforme dados pluviométricos da estação localizada na Fazenda São Francisco próxima da Fazenda Xingu. Estes dados foram coletados desta fazenda em função de não possuir na Fazenda ora mencionada. Os dados pluviométricos será objeto conclusivo para este laudo. A baixíssima produtividade obtida na Fazenda Xingu, ficará de fácil compreensão com a observação da quantidade total de chuvas ocorridas no decorrer do ciclo da cultura, como veremos posteriormente.

7. BAIXAS PRODUTIVIDADES OCASIONADAS PELA FALTA DE ÁGUA NA CULTURA DO MILHO:

Precisamos entender as etapas de desenvolvimento da cultura do milho para podermos fazer uma análise mais precisa dos eventos ocorridos nessa segunda safra de 2023, na propriedade do senhor Edson Pinto de Melo e Ouitros.

A vida de qualquer espécie vegetal é determinada por uma sequência de episódios chamados de fases fenológicas. Em cada uma dessas fases ocorre a definição de um fator importante e que, no conjunto, é o responsável pela produtividade final da cultura.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

O desenvolvimento de uma planta está baseado no equilíbrio entre o que chamamos de relação Fonte e Dreno. Em um determinado momento uma mesma estrutura vegetal pode cumprir o papel de fonte, mas em outro pode ser dreno. A grosso modo, as folhas são as principais fontes e as espigas, os principais drenos.

As primeiras estruturas vegetais dependem da reserva contida nas sementes. Assim que as raízes começam a absorver água e nutrientes do solo e as primeiras folhas surgem e começam a fazer fotossíntese, ocorre a produção de substâncias necessárias para o desenvolvimento das próximas estruturas e para o acúmulo de reservas temporárias, que podem ser utilizadas em situações de estresse.

Em todas as espécies, a produtividade é resultante da combinação dos componentes do rendimento. Na cultura do milho, a produtividade é o resultado da combinação de três componentes do rendimento: número de espigas por unidade de área, número de grãos por espiga e peso do grão. O número de espigas por área é determinado pela população final de plantas, enquanto o número de grãos é o resultado do número e do comprimento das fileiras e o peso é diretamente relacionado com a produção de fotoassimilados e a eficiência do enchimento dos grãos.

O fato mais importante de tudo isso é que cada um desses componentes é determinado em diferentes fases de desenvolvimento da planta e, por isso, cada fase é importante e desempenha papel vital na produtividade. O conhecimento a cerca do momento em que os componentes de rendimento são definidos e quais são os fatores que podem afetá-los é um aspecto importante e que deve ser observado pelo produtor, para que este possa definir com segurança quais são as práticas de manejo mais adequadas para a sua situação e, assim, fazer com que cada componente possa expressar o seu máximo potencial e alcançar a maior produtividade.

7.1.1. A ESPIGA COMO FERRAMENTA NA DETERMINAÇÃO DO ESTRESSE.

Geralmente o número de estruturas com o potencial de produzir grãos é maior do que a planta consegue suportar. A planta ajusta os componentes de rendimento de acordo com os estresses ambientais e de manejo que ocorrem durante o desenvolvimento da cultura.

A planta tem o potencial de produzir mais grãos do que os que são colhidos. Por exemplo, uma planta de milho produz cerca de 6 ou mais primórdios de espigas, mas apenas uma ou, no máximo, duas irão se desenvolver completamente, formando espigas definitivas.

Se a espiga for analisada com um microscópio logo antes do pendoamento, pode se observar até 60 óvulos em uma linha. Contudo, o número de grãos que serão completamente desenvolvidos é, geralmente, em torno de 30 a 45. Da mesma forma, o peso do grão também é afetado por estresses sofridos pela planta durante seu desenvolvimento.

Atualmente, com a prática de monitoramento remoto, a produtividade de uma lavoura pode ser estabelecida com maior precisão. Porém, não sabemos qual dos componentes foi afetado e em que grau. Entretanto, o conjunto de informações da área e, principalmente, **a** análise detalhada da espiga pelo seu número de fileiras, comprimento, peso de grãos, além do

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

número de espigas por área são fortes ferramentas para que se determine a intensidade e a fase do estresse.

A determinação da intensidade, tipo e época de ocorrência do estresse auxiliará produtores e técnicos a identificarem as possíveis falhas e/ou causas que interferiram na redução da produtividade e, assim, decidirem para a próxima safra, com maior precisão, as mudanças necessárias no manejo da cultura.

A natureza influencia em grandes proporções o crescimento e a produtividade de uma lavoura de milho. Contudo, o produtor de milho pode manipular o meio ambiente com operações de manejo, que incluem seleção do híbrido adequado, manejo do solo, rotação de culturas, época de plantio, adubação, irrigação e controle de pragas. Um produtor que entende como o milho cresce e se desenvolve, irá compreender a importância de se utilizar práticas de produção no momento correto para assegurar altas produtividades e maior rentabilidade.

7.1.2. DETERMINAÇÃO DO NÚMERO POTENCIAL DE ESPIGAS POR ÁREA.

Um dos principais componentes do rendimento é o número de espigas viáveis finais por área e que está diretamente ligado à população final de plantas. O estabelecimento da população de plantas, e consequente número de espigas finais por área, ocorrem nas primeiras fases do desenvolvimento da cultura, entre VE e V4.

7.1.3. DETERMINAÇÃO DO NÚMERO DE FILEIRAS POR ESPIGAS.

A partir da fase V5, o ponto de crescimento já se encontra acima da superfície do solo e a planta inicia um processo de rápido desenvolvimento do colmo. É a partir dessa fase que a planta de milho começa a definir o número de fileiras por espiga e, dependendo do ciclo de crescimento da planta, a definição do número de fileiras pode se estender até o estádio V12. Mas, normalmente, esse componente já está definido em V8.

Enquanto o meristema apical estiver presente, novas fileiras de óvulos ainda estarão sendo formadas na espiga. A definição do número total de fileiras se dá com a formação de fileiras únicas ao longo da espiga, que irão se dividir em pares. É por isso que as espigas de milho sempre têm um número par de fileiras.

O nó de formação da espiga primária, espiga que será colhida, pode variar do nó 12 ao nó 14. Geralmente, híbridos precoces irão produzir a espiga primária em nós mais baixos do que híbridos tardios. O nó, no qual a espiga primária é produzida, serve como referência para saber-se quando foi a formação do número de fileiras. Para determinar-se o momento exato da definição do número de fileiras, basta verificar-se o nó de formação da espiga e subtrair-se 7. Assim, caso a espiga tenha se formado no nó 14, a definição do número de fileiras se deu no estádio V7. É importante observar que, o que consideramos como o primeiro nó acima do solo, na verdade, pode ser o sexto ou sétimo nó, pois existem nós abaixo do solo.

Se um híbrido possui como padrão 14 ou 16 fileiras e um elevado percentual de espigas tiver com 10 ou 12 fileiras, isso é sinal de que algum tipo de estresse ocorreu no momento da definição do número de fileiras na planta, isto é, entre V5 e V8. Essa informação é muito importante para que o produtor possa acessar exatamente o momento e o tipo de estresse que

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

ocorreu através do histórico climático ou das práticas agrícolas que ele realizou durante o ciclo da planta e, assim, verificar o que aconteceu durante esse período.

A menor disponibilidade de água, nutrientes, principalmente nitrogênio, e aplicações em época inadequada de alguns herbicidas podem reduzir a multiplicação dos óvulos e gerar espigas com menor número de fileiras. A água e os nutrientes, em especial o nitrogênio, são componentes importantes dentro do processo de crescimento das plantas, pois desempenham importantes papéis dentro dos processos vitais, em especial, o de multiplicação e, principalmente, de expansão celular.

7.1.4. DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE ÓVULOS OU GRÃO POR FILEIRA.

O número máximo de óvulos que uma espiga irá produzir será determinado mais ou menos quatro estádios vegetativos após a definição do número de fileiras. Isso irá ocorrer entre V9 e V12, podendo se estender até a polinização. Quando o tecido meristemático não estiver mais presente na espiga, o número total de óvulos a ser produzido por aquela espiga já estará definido. Se nesse estádio a espiga tiver o número adequado de fileiras, mas for mais curta do que o normal, isso significa que algum tipo de estresse ocorreu no momento da definição do número de óvulos por fileira.

Os óvulos próximos à base da espiga irão se desenvolver primeiro e novos óvulos vão sendo formados no sentido da base para a ponta da espiga. É nesse momento que o número de grãos na fileira será definido. Se todos os recursos forem adequados como água, nutrientes e temperatura, todos os óvulos se desenvolverão o suficiente para produzir estigmas receptivos ao grão de pólen.

Se recursos como água, luz e nutrientes forem limitados, alguns óvulos serão sacrificados pela planta, assegurando, assim, o desenvolvimento adequado dos óvulos remanescentes. Os óvulos que serão sacrificados irão depender do tipo, duração e intensidade do estresse. Se o estresse ocorrido for de longa duração e geral, os óvulos sacrificados serão os da ponta da espiga, resultando em óvulos viáveis apenas na base da espiga. É provável que os óvulos mais próximos à base da espiga, sejam os óvulos que irão permanecer viáveis, uma vez que eles se desenvolvem primeiro por estarem mais próximos da fonte de nutrientes e, por isso, gastam menos energia no processo. Contudo, se o estresse for de curta duração, mas muito intenso, os óvulos sacrificados poderão estar localizados em qualquer posição na espiga.

Além da redução do número de óvulos na espiga causada pelos fatores de estresse, em alguns casos pode haver uma combinação entre a genética do híbrido e estresses ambientais, que resultam em espigas anormais como, por exemplo, é o caso das espigas latas de cerveja e do skilballing, termo em inglês que significa estigma enrolado (silk - estigma ou cabelo do milho - e balling, em forma de bola ou embolado).

Esses eventos são relativamente raros e não se sabe exatamente o que causa a diminuição do número de óvulos nesses casos e, por isso, são chamados de síndromes. Ainda não se conseguiu rastrear ou reproduzir esses acontecimentos. Existem casos em que tais espigas aparecem em apenas partes da lavoura, sem qualquer razão aparente. Como essas síndromes são atribuídas a interações entre o genótipo e o ambiente ou manejo, torna-se cada vez mais importante que produtores e nós técnicos se atentem para observar um número cada vez maior de ensaios dentro do seu ambiente ou região.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

É possível diferenciar, contudo, as espigas latinhas de cerveja das espigas em que ocorreu o silkballing. O silkballing é causado por uma desorientação dos estigmas durante a polinização, em que os estigmas crescem em várias direções dentro da palha, dando um aspecto embolado e permanecem dentro da palha, afixados nos óvulos. Já nas espigas latinhas de cerveja a espiga é curta, arredondada nas extremidades, abauladas em seu contorno, dando o aspecto de lata de cerveja e não apresentam estigmas dentro da palha fixados aos óvulos.

7.1.5. ESTRESSE AMBIENTAL DURANTE A POLINIZAÇÃO.

Existem dois processos básicos que devem ser concluídos para que a polinização ocorra com sucesso. Primeiro, grãos de pólen viáveis devem atingir ou pousar nos tricomas ou pêlos dos estigmas receptivos. Segundo, os estigmas devem sustentar a formação do tubo polínico para permitir que os gametas masculinos se fundam com os gametas femininos no interior do óvulo e, assim, realizem a polinização.

A maioria dos grãos de pólen é liberada pelas Anteras no meio da manhã, quando a temperatura está amena e a umidade relativa do ar é baixa. Para o pólen ser liberado, há a necessidade de que as anteras se abram. A liberação de pólen é dificultada sob condições de dias nublados com elevada umidade relativa do ar. Os grãos de pólen podem tornar-se inviáveis em apenas alguns minutos, caso a temperatura do ar esteja muito alta - aproximadamente 40 ºC -, e haja estresse por deficiência de água. Quando liberados, os grãos de pólen contém, aproximadamente, 80% de água. Quando o teor de água baixa para 40% ou menos, os grãos de pólen morrem.

Se a umidade do solo for adequada e a planta de milho transpirar rápido o suficiente para suprir a quantidade de água que o grão de pólen necessitar, o pólen permanecerá viável tempo suficiente para ser liberado e completar o processo de fertilização. Contudo, se o suprimento de água for inadequado, o pólen morrerá prematuramente e não completará o processo de fertilização.

A segunda fase de uma polinização é a formação do tubo polínico e o depósito de gametas masculinos no interior do óvulo. Esse processo irá depender da parte feminina da planta, uma vez que são os estigmas que fornecem os nutrientes necessários para a formação do tubo polínico.

Dependendo da disponibilidade de água e das condições ambientais, pode levar de algumas horas até aproximadamente um dia para que o tubo polínico cresça até os óvulos. Quando a planta de milho estiver sob estresse de seca, o crescimento do tubo polínico é mais lento e o potencial para uma fertilização bem sucedida diminui.

Estresses ambientais durante a polinização podem causar reduções significativas no rendimento de grãos. Aproximadamente 85% da produtividade estão relacionados ao número de grãos produzidos por hectare e apenas 15% estão relacionados ao peso dos grãos na colheita. É, por isso, que se considera essa fase como a fase crítica da cultura do milho.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

Plantas de milho que estejam crescendo sob estresse durante a polinização, produzem espigas com partes dos sabugos vazios devido à má fertilização dos óvulos. Esses óvulos começam a se desintegrar e desaparecem antes que a espiga atinja a maturidade fisiológica.

7.1.6. ESTRESSE DURANTE O ENCHIMENTO DOS ÓRGÃOS.

O período desde a polinização até a maturação fisiológica dura por volta de oito semanas. Após a fertilização adequada, o enchimento do grão se dá em duas fases.

Durante as três primeiras semanas, as células embrionárias passam por um processo de divisão e diferenciação para produzir os tecidos necessários à formação do embrião da planta de milho, que estará contido dentro da semente. As outras semanas são dedicadas, principalmente, à produção de amido e à deposição de tecido de reserva para manter o crescimento da nova planta.

Neste momento, todos os grãos estão fixos ao sabugo e irão competir por água e nutrientes para completar o seu desenvolvimento. Os grãos mais próximos da base da espiga irão se desenvolver mais cedo do que os grãos da ponta, uma vez que se encontram mais próximos às fontes de nutrientes.

Quando houver a presença de algum fator de estresse, a espiga geralmente sacrificará os grãos da ponta em favor dos grãos da base. Dependendo da severidade do estresse, a presença de grãos chochos na ponta da espiga irá continuar até o ponto em que ela tiver a habilidade de fornecer as quantidades de água e nutrientes adequadas para a manutenção do grão.

A posição dos grãos no sabugo é uma evidência da época da ocorrência do estresse. Se uma porção do sabugo estiver vazia, sem a evidência da formação de grãos viáveis, o estresse aconteceu durante ou antes da polinização. Se o sabugo tiver grãos muito pequenos ou chochos, o estresse aconteceu durante o processo de enchimento de grãos. Se os grãos da ponta da espiga não foram abortados, mas sofreram uma diminuição no peso, o estresse ocorreu somente durante a última parte do enchimento de grãos.

O milho expressa alta sensibilidade à estiagem, logo a ocorrência de períodos com redução do aporte hídrico às plantas em períodos críticos do desenvolvimento da cultura, florescimento à maturação fisiológica, pode ocasionar redução direta no rendimento final (BERGAMASCHI, et al., 2004). Causando por exemplo a redução do número de grãos por espiga, este comportamento acarreta em redução gradual do rendimento final de grãos. A deficiência hídrica antecedendo a emissão das anteras pode resultar em redução de 50% no rendimento de grãos e em pleno florescimento ocasiona queda de 20% a 50% em período de 2 a 8 dias, respectivamente (PEGORARE et al., 2009).

A cultura do milho necessita para obter rendimento máximo aproximadamente 650 mm de água (BERGAMASCHI et al., 2001) durante seu ciclo pode variar de 110 a 140 dias em híbridos com ciclo médio. Durante o florescimento a cultura demanda cerca de 7 mm diários de água disponível no solo. ALBUQUERQUE (2010), afirma sobre o período crítico que compreende o embonecamento, em caso de ocorrência de estresse hídrico antes dessa fase pode ser

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

observado reduções de rendimento de 20 a 30%, durante o embonecamento ocorre redução de 40 a 50% e após ocorre reduções de 10 a 20%.

Maiores efeitos sobre o rendimento da cultura são evidenciados nas fases de polinização, formação do zigoto e enchimento de grãos, o estresse hídrico neste período é mais danoso à cultura, pois as plantas apresentam elevada transpiração decorrente da máxima expansão da área foliar que ocorre nesse período.

Fisiologicamente a cultura expressa rotas metabólicas tipo C4, sendo altamente dependente da arquitetura e expansão foliar, com capacidade de maximizar a interceptação da radiação fotossinteticamente ativa, estes parâmetros em equilíbrio proporcionam a cultura grande rendimento final de grãos, o sucesso deste processo só é possível na ausência de deficiência hídrica (BERGAMASCHI et al., 2004).

A presença de níveis adequados de água no período que se entende do pendoamento ao início do enchimento de grãos proporciona aumento da produtividade do milho, sendo, portanto, o déficit de água limitante ao rendimento do milho. Ainda, o estresse hídrico no pendoamento, especialmente no florescimento e maturação da planta de milho, ocasiona decréscimos na produção de grãos.

A água disponível no solo às plantas de milho tem relação com seus diferentes estádios fenológicos, sendo o período compreendido entre a pré-florada, pendoamento e maturação dos grãos da espiga os mais críticos para uma deficiência hídrica.

Tempo seco na época do florescimento é prejudicial porque o cabelo da boneca seca e pode não conter umidade suficiente para suportar a germinação do pólen e o crescimento do tubo polínico até o ovário. Dois dias de estresse hídrico no florescimento diminuem o rendimento em mais de 20%.

Durante a floração, 4 a 8 dias de seca diminuem a produção em mais de 50%. O efeito do estresse hídrico sobre o crescimento da planta será diretamente no alongamento celular, enquanto a divisão celular não é tão afetada. Isso equivale dizer que a planta, mesmo sob condições de falta de água, continua sua divisão celular, porém o alongamento é reduzido ou até paralisado, dependendo da duração e da intensidade do estresse.

Submetida a déficit hídrico, as plantas fecham estômatos, eliminam mecanismo de resfriamento e aumentam a temperatura da folha, afetando a respiração. Com isso, vai haver maior consumo de reservas, o que vai reduzir não só o crescimento como a produção de matéria seca de uma maneira geral.

A redução na fotossíntese se dá por: fechamento estomático e diminuição da área foliar. Plantas em condições de estresse hídrico passam mais tempo respirando do que fotossintetizando. Água é de fundamental importância, porém sua falta é o fator mais inibidor da produção, após a luz: se não tem água, não tem fotossíntese.

A compreensão das exigências climáticas do milho ao longo de seu desenvolvimento é um fator imprescindível quando se pensa em altas produtividades.

SOLOPLANTA CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. CGC: 01.300.990/0001-46.
AV. AMAZONAS 2279 S, MENINO DEUS, LUCAS DO RIO VERDE-MT.
FONE: (65) 3549-1236 E-MAIL: SPLANTA@SOLOPLANTA.COM.BR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

Um dos fatores mais limitantes à produtividade da lavoura de milho é o déficit hídrico, o qual pode causar perdas na ordem de até 50%. Entretanto, condições de temperatura/calor também tem influência significativa quando se pensa em rendimento de grãos deste cereal.

Logo, para melhor compreender as fases em que esta cultura tem maiores exigências climática, é preciso entender sua fisiologia.

7.2. ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO E EXIGÊNCIAS CLIMÁTICAS.

→Germinação/Emergência: Temperatura e umidade adequadas favorecem o processo germinativo, dando início à formação de uma planta jovem. Temperatura de 18°C após a semeadura permite que de 3 a 5 dias ocorra a germinação, para isso é necessário que a semeadura seja feita sob-boas condições de umidade.

→V4 – Milho com quatro folhas desenvolvidas: Nessa fase ocorre à definição do potencial produtivo da lavoura, é muito importante se atentar ao controle de plantas daninhas e pragas. Outro ponto importante é a realização da adubação nitrogenada.

→VT – Etapa de pendoamento: Nesta fase, ocorrência de altas temperaturas, aliadas à baixa disponibilidade hídrica, luminosidade e deficiência nutricional, podem antecipar de forma expressiva a emissão do pendão, bem como maturação dos grãos de pólen antes que a espiga esteja apta a desenvolver suas funções, ou seja, pode ocorrer falta de sincronismo entre a emissão dos órgãos feminino e masculino.

→R1 – Período de florescimento e polinização: As condições favoráveis nesta etapa são: temperatura entre 16-35°C e umidade relativa superior a 65%. Umidade relativa abaixo de 50% e temperatura superior a 35°C podem reduzir a viabilidade dos grãos de pólen, reduzindo a fecundação e consequentemente a produtividade.

→R2 – Grãos leitosos a R5 Grãos duros: Nesta etapa, a ocorrência de período nublado, deficiência hídrica, redução de área foliar por ataque de pragas e doenças e desequilíbrio nutricional, reduzirão consideravelmente a taxa de acúmulo de matéria seca nos grãos, reduzindo o peso dos mesmos e produtividade.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

7.3. DADOS METEREOLÓGICOS ESTAÇÃO DA FAZENDA SÃO FRANCISCO.

estação=	Fazenda São Francisco.
município=	
latitude=	
longitude=	
altitude=	

JANEIRO 2023

Data:	Temp. min.	Temp. média	Temp. máx.	Precipitação:
1/1/2023				
2/1/2023				35
3/1/2023				65
4/1/2023				70
5/1/2023				
6/1/2023				90
7/1/2023				
8/1/2023				
9/1/2023				72
10/1/2023				
11/1/2023				4
12/1/2023				20
13/1/2023				
14/1/2023				
15/1/2023				
16/1/2023				
17/1/2023				
18/1/2023				
19/1/2023				
20/1/2023				
21/1/2023				38
22/1/2023				
23/1/2023				
24/1/2023				36
25/1/2023				22
26/1/2023				25
27/1/2023				
28/1/2023		**Início do plantio**		**28**
29/1/2023				

SOLOPLANTA CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. CGC: 01.300.990/0001-46.
AV. AMAZONAS 2279 S, MENINO DEUS, LUCAS DO RIO VERDE-MT.
FONE: (65) 3549-1236 E-MAIL: SPLANTA@SOLOPLANTA.COM.BR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

30/1/2023				12
31/1/202				
Média:				
			Total:	**517**

FEVEREIRO 2023

Data:	Temp. min.	Temp. média	Temp. máx.	Precipitação:
1/2/2023				
2/2/2023				
3/2/2023				12
4/2/2023				
5/2/2023				
6/2/2023				
7/2/2023				
8/2/2023				25
9/2/2023				
10/2/2023				
11/2/2023				
12/2/2023				
13/2/2023				
14/2/2023				
15/2/2023				
16/2/2023				8
17/2/2023				
18/2/2023				3
19/2/2023				
20/2/2023				45
21/2/2023				3
22/2/2023				8
23/2/2023				
24/2/2023				
25/2/2023				
26/2/2023				
27/2/2023				
28/2/2023				
Média:				
			Total:	**104**

SOLOPLANTA CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. CGC: 01.300.990/0001-46.
AV. AMAZONAS 2279 S, MENINO DEUS, LUCAS DO RIO VERDE-MT.
FONE: (65) 3549-1236 E-MAIL: SPLANTA@SOLOPLANTA.COM.BR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

MARÇO 2023

Data:	Temp. min.	Temp. média	Temp. máx.	Precipitação:
1/3/2023				
2/3/2023				
3/3/2023				3
4/3/2023				
5/3/2023				
6/3/2023				
7/3/2023				
8/3/2023				3
9/3/2023				6
10/3/2023		Término do plantio		14
11/3/2023				
12/3/2023				
13/3/2023				
14/3/2023				42
15/3/2023				6
16/3/2023				19
17/3/2023				
18/3/2023				
19/3/2023				40
20/3/2023				5
21/3/2023				
22/3/2023				
23/3/2023				18
24/3/2023				
25/3/2023				
26/3/2023				
27/3/2023				
28/3/2023				
29/3/2023				
30/3/2023				
31/3/2023				
Média:				
			Total:	**156**

SOLOPLANTA CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. CGC: 01.300.990/0001-46.
AV. AMAZONAS 2279 S, MENINO DEUS, LUCAS DO RIO VERDE-MT.
FONE: (65) 3549-1236 E-MAIL: SPLANTA@SOLOPLANTA.COM.BR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

ABRIL 2023

Data:	Temp. min.	Temp. média	Temp. máx.	Precipitação:
1/4/2023				
2/4/2023				
3/4/2023				
4/4/2023				9
5/4/2023				
6/4/2023				3
7/4/2023				8
8/4/2023				
9/4/2023				
10/4/2023				
11/4/2023				
12/4/2023				8
13/4/2023				
14/4/2023				
15/4/2023				
16/4/2023				
17/4/2023				
18/4/2023				
19/4/2023				
20/4/2023				6
21/4/2023				
22/4/2023				
23/4/2023				
24/4/2023				
25/4/2023				
26/4/2023				
27/4/2023				
28/4/2023				
29/4/2023				
30/4/2023				
Média:				
			Total:	**34**

SOLOPLANTA CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. CGC: 01.300.990/0001-46.
AV. AMAZONAS 2279 S, MENINO DEUS, LUCAS DO RIO VERDE-MT.
FONE: (65) 3549-1236 E-MAIL: SPLANTA@SOLOPLANTA.COM.BR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

MAIO 2023

Data:	Temp. min.	Temp. média	Temp. máx.	Precipitação:
1/5/2023				
2/5/2023				
3/5/2023				
4/5/2023				
5/5/2023				
6/5/2023				
7/5/2023				
8/5/2023				
9/5/2023				
10/5/2023				
11/5/2023				
12/5/2023				3
13/5/2023				
14/5/2023				
15/5/2023				
16/5/2023				
17/5/2023				
18/5/2023				
19/5/2023				
20/5/2023				
21/5/2023				
22/5/2023				
23/5/2023				
24/5/2023				
25/5/2023				
26/5/2023				
27/5/2023				
28/5/2023				
29/5/2023				
30/5/2023				
31/5/2023				
Média:				
			Total:	**3**

Obs: Mês de Maio correu somente uma chuva de 3 mm na propriedade.

TOTAL DE CHUVA NO CICLO DA CULTURA DO MILHO FOI DE, 482 MM.

SOLOPLANTA CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. CGC: 01.300.990/0001-46.
AV. AMAZONAS 2279 S, MENINO DEUS, LUCAS DO RIO VERDE-MT.
FONE: (65) 3549-1236 E-MAIL: SPLANTA@SOLOPLANTA.COM.BR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

8.0. DA CONSTATAÇÃO: A propriedade, Fazenda Xingu, foi cultivada com a cultura do milho em uma área de 1.650,00 há, no entanto em 1.300,00 há a lavoura foi duramente castigada pela falta de água, ocasionando um perda substancial de produção como demonstrarei posteriormente. Os insumos para a realização do plantio, foram adquiridos da Empresa Rural Brasil Ltda.

Os tratos culturais adotados e materiais cultivados seguem a abaixo:

→**Datas de plantio:** 28/01/2023 à 10/03/2023.

→**Adubação:** 1º) 11-52-00 =160 kg/ha. (17,6 Kg/há de N e 83,2 kg/há de P2O5),
2º) 30-00-20 =330 kg/há. (99 Kg/há de N e 66 kg/há de K2O).

→**Híbridos Plantados:** B2800VYHR,
B2360PWU,
B2620PWU.

→**População final dos materiais:** 60.000 plantas.

Obs: Notas fiscais de aquisição das sementes, em anexo 3.

→**Dessecação:** 2,0 kg/ha Ridover WG;
0,5% Óleo Mineral.
2,0 l/há de Atrazina.

→**Tratamento de Semente:** Semente tratada da sementeira.

→**Controle de Pragas:** 0,2 l/há Hero;
0,6 l/há Talismã;
0,5 % Óleo.
1,0 kg/há Perito;
0,8 l/há Biokato.

OBS: Controle efetuado 5 vezes.

→**Controle de Doenças:** 0,25 l/há de Abacus;
0,5 l/há Helmstar Plus;
0,6 l/há Aproach Power;
0,5 % l/há Mees.

OBS: Controle efetuado 3 vezes.

A adubação utilizada nas Fazendas, no que se refere a Nitrogênio e Potássio, elementos de extrema importância para obtenção de altas produtividades. O N (Nitrogênio) utilizado foi de 116,6 kg/há e K2O (Potássio), 66 kg/há e 83,2 kg/há de P2O5. Segundo Embrapa – Empresa

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

Brasileira de Pesquisa Agropecuária são necessários para cada tonelada de grãos de milho produzidos, 23 kg/há de N e 20 Kg/há de K2O. Para este elemento, consideramos uma reciclagem entorno de 40 kg/há, portanto, somados com 66 kg/há disponibilizados através da adubação química, totaliza 106 kg/há do elemento. Calcula se que a fixação biológica de Nitrogênio pela da soja, deixe um residual no solo em torno de 35 a 45 kg de N/há. A mineralização libera em média 20 kg de N para cada 1% de matéria orgânica do solo.

Em solos com 3% de matéria orgânica (30 g/kg), seriam liberados 60 kg/há de Nitrogênio. Assim, em média, solos agrícolas bem corrigidos podem fornecer cerca de 100 kg de N/há para a cultura do milho safrinha em sucessão com a soja. Desta maneira estas quantidades satisfazem a necessidade da expectativa de produtividade do produtor que era de 7,20 toneladas de grãos por hectare.

8.1. PRODUÇÃO TOTAL DA FAZENDA XINGU.

A Fazenda Xingu concluiu a colheita do milho, e o produto está armazenado em silos bolsas em uma quantidade de 24 unidades, na área de 1.650,00 há, porém na área que referimos, item 8.0. DA CONSTATAÇÃO, 1.300,00 há, produziu 18 silos bolsas. Cada unidade irá conter aproximadamente 3.000 sacas de 60 quilos cada. Desta forma terá aproximadamente 54.000,00 mil sacas de milho, se dividirmos por 1.300,00 has resultará em uma produtividade média de 41,53 sacas por hectare.

Após conhecermos as fases de desenvolvimento da cultura, bem como as fases de desenvolvimento mais críticas com relação à falta de água da cultura do milho, e as precipitações ocorridas durante o ciclo, que verifica - se através de informações obtidas da estação da Fazenda São Francisco, próxima da Fazenda Xingu no município Campinápolis/MT, é possível comprovar a baixa produtividade sem dificuldades. A quantidade de precipitações ocorridas durante o ciclo da cultura foi de 482 mm, segundo (BERGAMASCHI et al., 2001), a cultura do milho necessita de 650 mm para que a planta possa expressar sem máximo potencial produtivo portanto, esse déficit hídrico robusto ocasionou perda de produtividade bastante considerável.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

9.0. IMAGENS DAS PLANTAS DE MILHO NA FAZENDA XINGU:



Imagem 01- Fazenda Xingu



Imagem 02- Fazenda Xingu

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54



Imagem 03- Fazenda Xingu



Imagem 04- Fazenda Xingu

SOLOPLANTA CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. CGC: 01.300.990/0001-46.
AV. AMAZONAS 2279 S, MENINO DEUS, LUCAS DO RIO VERDE-MT.
FONE: (65) 3549-1236 E-MAIL: SPLANTA@SOLOPLANTA.COM.BR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54



Imagem 05- Fazenda Xingu



Imagem 06- Fazenda Xingu

SOLOPLANTA CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. CGC: 01.300.990/0001-46.
AV. AMAZONAS 2279 S, MENINO DEUS, LUCAS DO RIO VERDE-MT.
FONE: (65) 3549-1236 E-MAIL: SPLANTA@SOLOPLANTA.COM.BR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54



Imagem 07- Fazenda Xingu



Imagem 08- Fazenda Xingu

SOLOPLANTA CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. CGC: 01.300.990/0001-46.
AV. AMAZONAS 2279 S, MENINO DEUS, LUCAS DO RIO VERDE-MT.
FONE: (65) 3549-1236 E-MAIL: SPLANTA@SOLOPLANTA.COM.BR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54



Imagem 09- Fazenda Xingu



Imagem 10- Fazenda Xingu

SOLOPLANTA CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. CGC: 01.300.990/0001-46.
AV. AMAZONAS 2279 S, MENINO DEUS, LUCAS DO RIO VERDE-MT.
FONE: (65) 3549-1236 E-MAIL: SPLANTA@SOLOPLANTA.COM.BR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54



Imagem 11- Fazenda Xingu



Imagem 12- Fazenda Xingu

SOLOPLANTA CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. CGC: 01.300.990/0001-46.
AV. AMAZONAS 2279 S, MENINO DEUS, LUCAS DO RIO VERDE-MT.
FONE: (65) 3549-1236 E-MAIL: SPLANTA@SOLOPLANTA.COM.BR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54



Imagem 13- Fazenda Xingu

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

10.0. CONCLUSÕES:

1º). Fazenda Xingu iniciou o plantio no dia 28/01/2023 e concluiu no dia 10/03/2023. O acumulado de água na propriedade foi de 482 mm durante todo o ciclo da cultura como pode-se perceber no item 7.3. Dados meteorológicos da estação Campinápolis/MT da Fazenda São Francisco. Segundo (BERGAMASCHI et al., 2001), a cultura do milho necessita para obter rendimento máximo aproximadamente 650 mm de água e uma média diária de 7 mm bem distribuídos no decorrer de seu ciclo portanto existe uma déficit de 168 mm, que foram suficientes para ocasionar a perda de produtividade mencionada, ou seja, a produtividade média da Fazenda foi de 41,53 sacas de milho de 60 quilogramas cada.

QUADRO DEMOSNTRATIVO DE PRODUÇÃO DA FAZENDA XINGU:

FAZENDA.	ÁREA (há)	PRODUTIVIDADE POR HECTARE (SC).	PRODUÇÃO TOTAL (SC).
Xingu	1.300,00	41,53	54.000,00
Xingu	350,00	51,42	18.000,00

2º). O produto colhido encontra-se depositado em Silos bolsas e tem capacidade aproximadamente de 3.000 sacas de 60 kg cada portanto, o volume total colhido só será possível quantificar com a retirada do produto dos silos e a pesagem propriamente dita.

11.1. DATA DO LAUDO: 22 de agosto 2023.

11.2. LOCAL E DATA: Lucas do Rio Verde/MT, 22 de agosto 2023.

11.3. RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Washington Luiz Mayer.
Engenheiro Agrônomo.
CREA/MT: 7.135/D.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155325900000123130803
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155325900000123130803
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:54

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
6.922	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3564-2689 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU I"**, com a área de **908,9552 ha (Novecentos e oito hectares, noventa e cinco ares e cinquenta e dois centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 12.571,78 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice A2T-M-0242, Longitude: -52°38'49,949", Latitude: -10°14'08,666" e Altitude: 297,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 13640 (atual 2978)/Fazenda São Judas Tadeu II no azimute 167°39' e distância de 4.049,20 m até o vértice A2T-M-0192, Longitude: -52°38'21,491", Latitude: -10°16'17,399" e Altitude: 309,30 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 11778 (atual 2987)/Fazenda São Judas Tadeu no azimute 254°53' e distância de 29,95 m até o vértice A2T-M-0193, Longitude: -52°38'22,441", Latitude: -10°16'17,653" e Altitude: 309,01 m, deste segue no azimute 258°01' e distância de 2.240,48 m até o vértice F2P-M-3127, Longitude: -52°39'34,463", Latitude: 10°16'32,784" e Altitude: 299,26 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat 6341/Fazenda Xingú II no azimute 347°42' e distância de 3.984,81 m até o vértice F2P-M-3126, Longitude: -52°40'02,333", Latitude: -10°14'26,068" e Altitude: 306,03 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 12370 (atual 5942)/Fazenda Rio Vermelho no azimute 77°53' e distância de 800,30 m até o vértice AAQ-M-0168, Longitude: -52°39'36,622", Latitude: -10°14'20,601" e Altitude. 292,38 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6161/Fazenda São Bento no azimute 75° 31' e distância de 1.467,04 m até o vértice A2T-M-0242, ponto Inicial desta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação 2269e766-9484-4061-a552-246c02195b48. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 120804545B/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado à ART nº 2709442, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-01-6.922 - **(Termo de Preservação Florestal)** - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezence Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEM**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

29,29%), com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.922 - (HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU) - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-8.922 - (HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU) - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX-20/28569-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de R$ 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

AV-04-8.922 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0** (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 a **dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.922 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). **FINALIDADE** - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 a **dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.922 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de 08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS COMPRADORES: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua 1, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-8.922 - **GEORREFERENCIAMENTO** - Certifico que conforme consta na **AV-14-6.341** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21,11.2011 conforme Certificação nº 2269e766-9484-4061-a552-246c02195b48** datada de 22/04/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-----

R-08-8.922 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula**. Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.922 - Protocolo nº 33.665 de 07.12.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE**: MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF: 519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 17 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emília da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/nº, Apto 1701, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO. **ANUENTES:** CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO; e LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO:** Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 053/055, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 23/09/2021, às fls. 005/006, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR:** R$ 1.679.509,96 (Um milhão, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e nove reais e noventa e seis centavos), sendo de terra nua R$ 1.209.247,17 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 470.262,79, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES:** As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que o outorgado comprador tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.922 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.922; e da penhora registrada sob R-08-8.922 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 28,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2MUF5M9K, emitida via internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 172/2021, com avaliação do imóvel em R$ 3.295.599,45, e apuração do imposto em R$ 65.948,38; h) **CCIR 2021;** Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3;** Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: a40b.a365.d67b.a50e.2101.1dad.654e.4052.6036.8219. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 21 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.922 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.922** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.-

AV-11-8.922 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.922** e **AV-05-8.922** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **8922**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS. as 16:22:27.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11930 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
8D221498FF988B30C94FF2E19B8BEC8B3FBDF0
14/07/2023 16:18

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.923	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL,** situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU II"**, com a área de **287,1511 ha (Duzentos e oitenta e sete hectares, quinze ares e onze centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 9.409,58 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice F2P-M-3126, Longitude: -52°40'02,333", Latitude: -10°14'26,068" e Altitude: 306,03 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú I no azimute 167°42' e distância de 3.984,81 m até o vértice F2P-M-3127, Longitude: -52°39'34,463", Latitude: -10°16'32,784" e Altitude: 299,26 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 11778 (atual 2987)/Fazenda São Judas Tadeu no azimute 258°03' e distância de 696,60 m até o vértice F2P-M-3129, Longitude: -52°39'56,859", Latitude: -10° 16'37,476" e Altitude: 294,05 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú III no azimute 347°00' e distância de 3.983,14 m até o vértice F2P-M-3128, Longitude: -52° 40'26,268", Latitude: -10°14'31,158" e Altitude: 303,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 12370 (atual 5942)/Fazenda Rio Vermelho no azimute 77°53' e distância de 745,04 m até o vértice F2P-M-3126, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação f3e160b2-80fc-4546-83b4-1c24e3cacacf. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 1208045458/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado a ART nº 2709445, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020;** Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3;** Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0. NÚMERO DO REGISTRO-ANTERIOR**: Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-01-8.923 - (Termo de Preservação Florestal) - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezence Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEM**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta 29,29%)**, com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.923 - (HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU) - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-8.923 - (HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU) - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX-20/28569-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de R$ 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + **100%** do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-04-8.923 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0** (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.923	2	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3564-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 a **dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.923 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 a **dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.923 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de 08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS COMPRADORES: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-8.923 - GEORREFERENCIAMENTO - Certifico que conforme consta na **AV-15-6.341** deste ofício, que o imóve objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº f3e160b2-80fc-4546-83b4-1c24e3cacacf** datada de 12/06/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.923 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula**. Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.923 - Protocolo nº 33.666 de 07.12.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE**: MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF: 519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 17 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO, no ato da Escritura Pública de Compra e Venda representada por Márcio Barbosa de Macedo, acima qualificado, por procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 000139-P, Folha 195/198 no dia 08.02.2017. **ANUENTES**: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emilia da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/nº, Apto 1701, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO; e LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO**: Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 056/058, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/09/2021, às fls. 007/008, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR**: R$ 530.627,36 (Quinhentos e trinta mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos), sendo de terra nua R$ 382.051,70 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 148.575,66, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES**: As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que a outorgada compradora tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.923 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.923; e da penhora registrada sob R-08-8.923 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 28,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2MUF5M9K, emitida via internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 171/2021, com avaliação do imóvel em R$ 1.056.282,23, e apuração do imposto em R$ 21.162,03; h) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: a40b.a365.d67b.a50e.2101.1dad.654e.4052.6036.8219. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 21 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.923 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.923** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-11-8.923 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.923** e **AV-05-8.923** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matricula n° **8923**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS. as 16:24:24.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11931 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
8D221498FF0BB3DC94FF2E19B88EC883FBDFD
14/07/2023 16:20

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
		COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO
		Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2669
		Renato Cunha Donato - Oficial
8.924	1	LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU III"**, com a área de **263,7419 ha (Duzentos e sessenta e três hectares, setenta e quatro ares e dezenove centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 9.289,98 metros. "Inicia-se a descrição deste Imóvel no vértice F2P-M-3128, Longitude: -52°40'26,268", Latitude: -10°14'31,158" e Altitude: 303,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú II no azimute 167°00' e distância de 3.983,14 m até o vértice F2P-M-3129, Longitude: -52°39'56,859", Latitude: -10°16'37,476" e Altitude: 294,05 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 11778 (atual 2987)/Fazenda São Judas Tadeu no azimute 257°58' e distância de 657,42 m até o vértice F2P-M-3131, Longitude: -52° 40'17,989", Latitude: -10°16'41,931" e Altitude: 324,08 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú IV no azimute 346°52' e distância de 3.982,20 m até o vértice F2P-M-3130. Longitude: -52°40'47,704", Latitude: -10°14'35,715" e Altitude: 319,50 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 12370 (atual 5942)/Fazenda Rio Vermelho no azimute 77°53' e distância de 667,23 m até o vértice F2P-M-3128, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação d198ace7-8d33-43ef-96f6-2624a8ec7e46. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 1208045458/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado a ART nº 2709446, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR:** Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-01-8.924 - (Termo de Preservação Florestal) - o Imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-8.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezende Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEM**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta 29,29%)**, com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.924 - (HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU) - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-8.924 - (HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU) - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX-20/28569-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de R$ 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-04-8.924 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0** (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados),

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.924	2	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e acicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.924 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cécula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.924 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de 08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS COMPRADORES: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-8.924 - **GEORREFERENCIAMENTO** - Certifico que conforme consta na **AV-16-6.341** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº d198ace7-8d33-43ef-96f6-2624a8ec7e46** datada de 22/04/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.------

R-08-8.924 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula**. Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.924 - Protocolo nº 33.369 de 03.11.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE: MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF: 519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 127 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO**, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, (acima citado e qualificado); nos termos da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017 (nos termos do inciso I, do artigo 1.659, do Código Civil, que o preço de aquisição do imóvel constante da Escritura de Compra e Venda decorre de sub-rogação de bem particular pertencente somente a ele, proveniente de recursos exclusivos seus adquiridos através de cessão de direitos hereditários, conforme escritura pública de cessão e transferência de direitos hereditários, lavrada em 2.12.2006, no Livro 66-TD, fls. 20/22, do Cartório do2º Ofício de Notas da Cidade de Rio Verde-GO, de modo que a propriedade é unicamente sua, não se comunicando com a sua esposa, a qual compareceu no instrumento, como anuente, para declarar que concorda com a referida cláusula em todos seus termos). **ANUENTES:** CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliado à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO; e MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emília da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/n, Apto 7101, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO**: Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 059/061, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Araguanças-GO; Escritura Pública de Rerratificação e Aditamento, lavrada em 07/11/2019, às fls. 194/196, do Livro nº 263-D, do Tabelionato Borges Alves da Comarca de Caiapônia-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/09/2021, às fls. 009/010, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR**: R$ 487.367,78 (Quatrocentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos), sendo de terra nua R$ 350.904,80 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 136.462,98, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES:** As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que o outorgado comprador tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.924 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.924; e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

da penhora registrada sob R-08-8.924 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 28,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2MJF5M9K, emitida via internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 153/2021, com avaliação do imóvel em R$ 1.017.624,46, e apuração do imposto em R$ 20.352,49; h) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: aec9.75d7.ef11.5994.4475.8c86.a12a.2a26.85cb.1dde. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 02 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.924 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.924** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-11-8.924 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.924** e **AV-05-8.924** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **8924**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS as 16:27:03.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11933 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
8D221498FF98B3DC94FF2E19B88EC8B3FBDF0
14/07/2023 16:22

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.925	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78 645-000 Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU IV"**, com a **área de 310,0178 ha (Trezentos e dez hectares, um are e setenta e oito centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 9.525,32 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice F2P-M-3130, Longitude: -52°40'47,704", Latitude: -10°14'35,715" e Altitude: 319,50 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 6341/Fazenda Xingú III no azimute 166°52' e distância de 3.982,20 m até o vértice F2P-M-3131, Longitude: -52°40'17,989", Latitude: -10°16'41,931" e Altitude: 324,08 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 11778 (atual 2987)/Fazenda São Judas Tadeu no azimute 258°02' e distância de 558,66 m até o vértice A2T-M-0537, Longitude: -52°40'35,949", Latitude: -10° 16'45,700" e Altitude: 323,09 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 8662 e 10030 (atual 3077 e 3076)/Fazenda Nossa Senhora Aparecida no azimute 256°42' e distância de 199,48 m até o vértice F2P-M-3133, Longitude: -52°40'42,329", Latitude: -10°16'47,192" e Altitude: 324,03 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú V no azimute 346°17' e distância de 3.985,75 m até o vértice F2P-M-3132, Longitude: -52°41'13,380", Latitude: -10°14'41,173" e Altitude: 304,01 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 12370 (atual 5912)/Fazenda Rio Vermelho no azimute 77°53' e distância de 799,24 m até o vértice F2P-M-3130, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Pulssant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação c9049dcf-43ad-458e-99ee-2af7f6b5d281. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 1208045458/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado a ART nº 2709452, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: **R$ 73,20**. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--------

AV-01-8.925 - (Termo de Preservação Florestal) - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezende Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEM**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta 29,29%)**, com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

UTILIZAÇÃO LIMITADA, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.925 - **(HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU)** - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-8.925 - **(HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU)** - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX-20/28569-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de R$ 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-04-8.925 - **(ADITIVO)** - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0 (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de **R$ 179.624,14**, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS**: Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.925 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS**: Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.925 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de 08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

COMPRADORES: **MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste 8, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-8.925 - **GEORREFERENCIAMENTO** - Certifico que conforme consta na **AV-17-6.341** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº c9049dcf-43ad-458e-99ee-2af7f6b5d281** datada de 22/04/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.------

R-08-8.925 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, **Processo nº 5278884-96.2017.8.09.0051**; **Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula**. Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.925 - Protocolo nº 33.667 de 07.12.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE:** MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 17 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emília da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/nº, Apto 1701, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO. **ANUENTES:** CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO; e LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO:** Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 062/064, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/09/2021, às fls. 011/012, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR:** R$ 572.852,10 (Quinhentos e setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e dez centavos), sendo de terra nua R$ 412.453,51 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 160.398,59, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES:** As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que o outorgado comprador tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.925 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.925; e da penhora registrada sob R-08-8.925 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 28,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2MJF5M9K, emitida via internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 170/2021, com avaliação do Imóvel em R$ 1.171.668,70, e apuração do Imposto em R$ 23.469,76; h) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: a40b.a365.d67b.a50e.2101.1dad.654e.4052.6036.8219. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 21 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.925 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.925** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-11-8.925 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.925** e **AV-05-8.925** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matricula nº **8925**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS. as 16:28:07.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11935 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
80221498FF98B30C94FF2E19B88EC883F8D6D
14/07/2023 16:23

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.926	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU V"**, com a área de **300,0163 ha (Trezentos hectares, um are e sessenta e três centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 9.489,48 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice F2P-M-3132, Longitude: -52°41'13,380", Latitude: -10°14'41,173" e Altitude: 304,01 m, deste segue confrontando com: CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú IV no azimute 166°17' e distância de 3.985,75 m até o vértice F2P-M-3133, Longitude: -52°40'42,329", Latitude: -10°16'47,192" e Altitude: 324,03 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 8662 e 10020 (atual 3077 e 3076)/Fazenda Nossa Senhora Aparecida no azimute 256°43' e distância de 757,88 m até o vértice F2P-M-3135, Longitude: -52°41'06,568", Latitude: -10°16'52,858" e Altitude: 316,50 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú VI no azimute 346°28' e distância de 4.000,87 m até o vértice F2P-M-3134, Longitude: -52°41'37,315", Latitude: -10°14'46,260" e Altitude: 313,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 12370 (atual 5942)/Fazenda Rio Vermelho no azimute 77°53' e distância de 744,99 m até o vértice F2P-M-3132, ponto inicia desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação cd471f97-8801-4e0c-8127-a45a2e66337e. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 1209045458/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado a ART nº 2709454, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel **Fazenda Xingu**; Localização BR 158 Km 38 sando de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-01-8.926 - (Termo de Preservação Florestal) - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezende Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEM**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta 29,29%)**, com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

Matrícula	Ficha
8.926	1-v

1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO
Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2669
Renato Cunha Donato - Oficial
LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-02-8.926 - **(HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU)** - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-03-8.926 - **(HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU)** - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX 20/28560-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de **R$** 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-04-8.926 - **(ADITIVO)** - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0** (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.926	2	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78 645-000. Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.926 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.926 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de 08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS COMPRADORES: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a serem pagos até o dia 19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-8.926 - GEORREFERENCIAMENTO - Certifico que conforme consta na **AV-18-6.341** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº cd471f97-8801-4e0c-8127-a45a2a66337e** datada de 22/04/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.------

R-08-8.926 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051; Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula**. Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.926 - Protocolo nº 33.668 de 07.12.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE**: MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF: 519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 17 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO, no ato da Escritura Pública de Compra e Venda representada por Márcio Barbosa de Macedo, acima qualificado, por procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 000139-P, Folha 195/198 no dia 08.02.2017. **ANUENTES:** MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emília da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/nº, Apto 1701, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO; e LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO:** Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 065/067, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/09/2021, às fls. 013/014, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR:** R$ 554.373,00 (Quinhentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e setenta e três reais), sendo de terra nua R$ 399.148,56 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 155.224,44, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES:** As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que a outorgada compradora tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.926 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.926; e da penhora registrada sob R-08-8.926 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 28,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2MJF5M9K, emitida via internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:27
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 168/2021, com avaliação do imóvel em R$ 1.160.452,43, e apuração do imposto em R$ 23.245,44; h) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: a40b.a365.d67b.a50e.2101.1dad.654e.4052.6036.8219. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 21 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.926 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.926** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-11-8.926 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.926** e **AV-05-8.926** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matricula n° **8926**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS. as 16:29:11.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11936 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
8D221498FF98B30C94FF2E19B8BEC8B3FBDF0
14/07/2023 16:24

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.927	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2869 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU VI"**, com a área de **318,3742 ha (Trezentos e dezoito hectares, trinta e sete ares e quarenta e dois centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 10.058,38 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice F2P-M-3134, Longitude: -52°41'37,315", Latitude: -10°14'46,260" e Altitude: 313,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú V no azimute 166°28' e distância de 4.000,87 m até o vértice F2P-M-3135, Longitude: -52°41'06,568", Latitude: -10°16'52,858" e Altitude: 316,50 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 8662 e 10020 (atual 3077 e 3076)/Fazenda Nossa Senhora Aparecida no azimute 256°42' e distância de 1.175,84 m até o vértice F2P-M-3136, Longitude: -52°41'44,174", Latitude: -10°17'01,653" e Altitude: 314,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú VII no azimute 346°39' e distância de 2.374,22 m até o vértice F2P-M-3137, Longitude: -52°42'02,169", Latitude: -10°15'46,467" e Altitude: 293,04 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú no azimute 58°20' e distância de 1.081,79 m até o vértice F2P-M-3139, Longitude: -52°41'31,911", Latitude: 10°15'27,989" e Altitude: 295,56 m, deste segue no azimute 346°35' e distância de 1.288,46 m até o vértice F2P-M 3138, Longitude: -52°41'41,723", Latitude: -10°14'47,197" e Altitude: 313,08 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 12370 (atual 5942)/Fazenda Rio Vermelho no azimute 77°53' e distância de 137,21 m até o vértice F2P-M-3134, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant) Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação 1d235806-cdd9-4987-ba56-fa1c4a2f0425. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 120804545B/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado a ART nº 2709456, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021.** Eu, [redacted] Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-01-8.927 - (Termo de Preservação Florestal) - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezende Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEM**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

29,29%), com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.927 - (HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU) - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO nº 20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-8.927 - (HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU) - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO nº 20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX-20/28569-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de R$ 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.-------

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
		COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO
		Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000. Fone (66) 3554-2668
8.927	2	Renato Cunha Donato - Oficial
		LIVRO 02 - REGISTRO GERAL

AV-04-8.927 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0** (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador bem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS**: Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.927 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador bem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS**: Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.927 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de 08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS COMPRADORES: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Chuvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a serem pagos até o dia 19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-07-8.927 - GEORREFERENCIAMENTO - Certifico que conforme consta na **AV-19-6.341** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº 1d235806-cdd9-4987-ba56-fa1c4a2f0425** datada de 12/06/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

R-08-8.927 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da **Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, Processo nº 5278884-96.2017.8.09.0051; Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula.** Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

R-09-8.927 - Protocolo nº 33.373 de 03.11.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE**: MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF: 519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 127 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO**, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, (acima citado e qualificado); nos termos da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017 (nos termos do inciso I, do artigo 1.659, do Código Civil, que o preço de aquisição do imóvel constante da Escritura de Compra e Venda decorre de sub-rogação de bem particular pertencente somente a ele, proveniente de recursos exclusivos seus adquiridos através de cessão de direitos hereditários, conforme escritura pública de cessão e transferência de direitos hereditários, lavrada em 2.12.2006, no Livro 66-TD, fls. 20/22, do Cartório do2º Ofício de Notas da Cidade de Rio Verde-GO, de modo que a propriedade é unicamente sua, não se comunicando com a sua esposa, a qual compareceu no instrumento, como anuente, para declarar que concorda com a referida cláusula em todos seus termos). **ANUENTES:** MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emilia da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/n, Apto 7101, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO; e CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO:** Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 068/070, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; Escritura Pública de Rerratificação e Aditamento, lavrada em 07/11/2019, às fls. 197/198, do Livro nº 263-D, do Tabelionato Borges Alves da Comarca de Caiapônia-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/09/2021, às fls. 015/016, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR:** R$ 587.635,38 (Quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos), sendo de terra nua R$ 423.097,47 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 164.537,91, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES:** As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que o outorgado comprador tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.927 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.927; e da penhora registrada sob R-08-8.927 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 28,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2MJF5M9K, emitida via internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 152/2021, com avaliação do imóvel em R$ 1.236.460,37, e apuração do imposto em R$ 24.729,21; h) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: aec9.75d7.ef11.5994.4475.8c86.a12a.2a26.85db.1dec. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 02 de dezembro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.927 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.927** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-11-8.927 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.927** e **AV-05-8.927** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matrícula nº **8927**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS. as 16:30:15.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11937 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
8D221498FF98B30C94FF2E19BB8EC8B3BDF0
14/07/2023 16:26

Matrícula	Ficha	1º OFÍCIO - REGISTRO DE IMÓVEIS
8.928	1	COMARCA DE VILA RICA - ESTADO DE MATO GROSSO Caixa Postal 51 - Cep 78.645-000 Fone (66) 3554-2669 Renato Cunha Donato - Oficial **LIVRO 02 - REGISTRO GERAL**

IMÓVEL: Um **LOTE RURAL**, situado no município de Santa Cruz do Xingu, Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, denominado **"FAZENDA XINGU VII"**, com a área de **318,0759 ha (Trezentos e dezoito hectares, sete ares e cinquenta e nove centiares)**, com os seguintes limites e confrontações: Perímetro: 7.824,70 metros. "Inicia-se a descrição deste imóvel no vértice F2P-M-3137, Longitude: -52°42'02,169", Latitude: -10°15'46,467" e Altitude: 293,04 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú VI no azimute 166°39' e distância de 2.374,22 m até o vértice F2P-M-3136, Longitude: -52°41'44,174", Latitude: -10°17'01,653" e Altitude: 314,02 m, deste segue confrontando com CNS: 06.357-8/Mat. 8662 e 10020 (atual 3077 e 3076)/Fazenda Fazenda Nossa Senhora Aparecida no azimute 256°42' e distância de 1.919,58 m até o vértice F2P-M-3140, Longitude: -52°42'45,568", Latitude: -10°17'16,009" e Altitude: 294,00 m, deste segue confrontando com CNS: 06.336-2/Mat. 6341/Fazenda Xingú no azimute 03°22' e distância de 878,80 m até o vértice F2P-M-3142, Longitude: -52°42'43,864", Latitude: -10°16'47,458" e Altitude: 292,08 m, deste segue no azimute 50°12' e distância de 472,90 m até o vértice F2P-M-3141, Longitude: -52°42'31,924", Latitude: -10°16'37,607" e Altitude: 293,50 m, deste segue no azimute 351°32' e distância de 962,90 m até o vértice F2P-M-3143, Longitude: -52°42'36,576", Latitude: -10°16'06,609" e Altitude: 295,53 m, deste segue no azimute 59°24' e distância de 1.216,32 m até o vértice F2P-M-3137, ponto inicial desta descrição". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo referência o SIRGAS2000. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocêntricas. Imóvel georreferenciado e certificado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme certificação 2c91e9da-2957-4e5b-a7bc-d0c61a93d7cc. Tudo conforme mapa e memorial descritivo, firmados por Cristiano Seibel Dalla Costta - Engenheiro Ambiental e Sanitarista - CREA 1208045458/MT - Código de credenciamento: F2P, vinculado a ART nº 2709457, devidamente quitada. **PROPRIETÁRIO: MILTON RODRIGUES FERNANDES**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF: 194.561.748-91 e portador da Carteira de Identidade RG nº 8.167.910 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua T38, quadra 116, lote 12, Setor Bueno, em Goiânia-GO. **CCIR 2020**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91. Número do Imóvel da Receita Federal: **2.868.227-0**. **NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR**: Matrícula nº 6.341 livro 2 deste 1º Ofício de Registro de Imóveis. Protocolo nº 30.904 de 23.12.2020. Emolumentos: R$ 73,20. **Vila Rica, 13 de janeiro de 2021**. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.

AV-01-8.928 - (Termo de Preservação Florestal) - o imóvel objeto desta matrícula encontra-se gravado nos termos da **AV-01-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que, nos termos da **AV-02-353** de 02.07.2004 do livro 02 desta serventia que, consta na **AV.11-7.787** do livro 02 do CRI de São Felix do Araguaia, consta averbação que: Atendendo requerimento, datado de 20.12.03, com firma reconhecida de Aldo Roberto Rezende Rodrigues, fazemos a presente, para constar, que conforme Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, **nº 01085/2003 - processo nº 6146/2003 - data 23.10.2003** - aos 17.11.2003, firmado pelo Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES** (acima citado e qualificado) em que o mesmo assumiu, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA**, a responsabilidade de efetuar a presente averbação, deste termo, acompanhado de **CARTA IMAGEN**, georeferenciada, delimitando a área de **RESERVA LEGAL**, preservada à margem desta matrícula, tendo em vista o que o parágrafo 4º do artigo 16 da Lei 4.771, de 15.09.1965, alterado pela MP - 1.956-50, de 26.05.2000. Em atendimento a tais dispositivos, as formas de vegetação existentes na propriedade **(transição 70,71% - floresta 29,29%)**, com área de **2.975,8273 ha**, igual a **59,56%** da propriedade referente a área de reserva

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

legal, compreendida nos limites da **CARTA IMAGEM** no verso, fica **GRAVADA COMO DE UTILIZAÇÃO LIMITADA**, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração sem autorização do órgão competente. Tudo conforme certidão emitida por aquela serventia, aqui arquivada. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-02-8.928 - (HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU) (ATUALMENTE 1º GRAU) - Conforme consta na **AV-04-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-09-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00792-2**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.20111, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.222**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 3º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 536.549,25** (Quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67890-X (EX-40/00442-2); Saldo Total da Dívida: R$ 536.549,25, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 05 (cinco) parcelas anuais no valor de R$ 107.309,85 cada uma, acrescida de encargos básicos e adicionais, a primeira vencendo em 30.07.2012 e a última na data de vencimento do título, acrescidas de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-03-8.928 - (HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU) (ATUALMENTE 2º GRAU) - Conforme consta na **AV-05-6.341** de 14.05.2014 do livro 02 desta serventia que: Certifico que consta no **R-10-353** de 22.08.2011 do livro 02 desta serventia que: "Conforme **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** nº **20/00793-0**, emitida em Goiânia-GO (praça de pagamento), em 25.05.2011, registrada no **Livro 03**, deste 1º Ofício de Vila Rica-MT, aos 22.08.2011, sob nº **4.223**, o Sr. **MILTON RODRIGUES FERNANDES**, (acima citado e qualificado), **na qualidade de Emitente**, deu ao credor **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, por sua Gerência de Reestruturação de Ativos Operacionais em Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF: 00.000.000/4276-59 (agência de Goiânia-GO), em **HIPOTECA CEDULAR EM 4º GRAU** e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel da presente matrícula, em garantia de pagamento de uma dívida de **R$ 179.624,14** (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), destinados à Refinanciamento: a) com a intenção de novar, concernente às operação de crédito contratadas anteriormente com o Banco do Brasil, a seguir indicadas: Linha de Crédito: CRPH; Contrato nº: 14/67814-4 (EX-20/28569-8); Saldo Total da Dívida: R$ 179.624,14, com vencimento para **10.07.2016**, forma de pagamento: em 06 (seis) parcelas anuais, a primeira no valor de R$ 34.400,00 com vencimento em 30.07.2011; a segunda até a quarta no valor de R$ 29.044,83 e a última no valor de R$ 29.044,82 com vencimento na data do título, cada parcela acrescida de encargos básicos e adicionais, a juros de **6,168%** ao ano (0,500% ao mês) + 100% do IRP (Índice de Remuneração Básica das Cadernetas de Poupança). Demais condições: as constantes na cédula, cuja via não negociável fica arquivada neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-04-8.928 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-10-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00793-0** (17/14393-4), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citados e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00793-0 (17/14393-4), no valor de R$ 179.624,14, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-05-6.341** desta matrícula (R-10-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.223 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 99.477,98 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 49.738,99 e em 10.07.2016 o valor de R$ 49.738,99**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-05-8.928 - (ADITIVO) - Certifico que consta na **AV-11-6.341** de 23.12.2014 do livro 02 desta serventia que: "Tendo em vista o **ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 20/00792-2** (17/14392-6), FINANCIADO - **MILTON RODRIGUES FERNANDES**; e FINANCIADOR - **BANCO DO BRASIL S.A.** - (acima citacos e qualificados). FINALIDADE - O presente Instrumento tem por objetivo retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, a Cédula de Crédito Bancário nº 20/00792-2 (17/14392-6), no valor de R$ 536.549,25, emitida pelo FINANCIADO em 25.05.2011, a favor do FINANCIADOR, com vencimento em 10.07.2016, garantida por penhor e hipoteca cedular, averbada sob **AV-04-6.341** desta matrícula (R-09-353 Lv 02 matrícula anterior) e sob nº 4.222 ficha 01 do livro 03 de Registro Auxiliar, em 22.08.2011. **PRAZO DE VENCIMENTO:** O Financiado e o Financiador tem justo e acordado, no ato do aditivo, manter a data de vencimento ora aditado. **AJUSTE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS:** Achando-se em 19.11.2014 **a dívida em R$ 356.255,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Sete Centavos)**, aí compreendidos os encargos básicos e adicionais, bem como outras despesas, as partes têm justo e acordado alterar o cronograma de reposição das parcelas, a seguir descrito: **em 30.07.2015 o valor de R$ 178.127,78 e em 10.07.2016 o valor de R$ 178.127,79**. Cada parcela será acrescida de encargos básicos e adicionais integrais apurados no período, de forma que o pagamento da última prestação, em 10.07.2016, ocorra a liquidação da dívida. Demais condições: as constantes na via do aditivo arquivado nesta serventia". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____ Renato Cunha Donato, Oficial, que a fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-06-8.928 - (Promessa de Compra e Venda) - Certifico que consta no **R-13-3.641** de 20.10.2020 do livro 02 desta serventia que: "Conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, firmado em Rio Verde/GO, em 14/02/2014; e Aditivo ao Contrato de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Rural, datado de 05/10/2020, o proprietário **PROMITENTE VENDEDOR:** MILTON RODRIGUES FERNANDES, (acima citado e qualificado); no ato do aditivo representado por seu procurador, Sr. Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, Quadra 22, Lote 829, Parque Solar do Agreste, Rio Verde/GO; nos termos da Certidão da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas do Município e Comarca de Rio Verde/GO, no Livro 139-P, Folhas 195/198, datada de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

08/02/2017, **prometeu vender o imóvel objeto desta matrícula** aos **PROMISSÁRIOS COMPRADORES: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde/GO; **LEONARDO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, com **LAISA GUIMARÃES PERDOMO**, brasileira, do lar, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Solar do Agreste, Rio Verde/GO; e **CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Lt. 12, Qd. 16, Setor Vitória Régia, Rio Verde/GO, pelo preço de **R$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), sendo R$ 7.200.000,00 para terra nua e R$ 2.800.000,00 para benfeitorias consistente em melhoramento de solo que serão pagos da seguinte forma: **Primeira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **19 de fevereiro de 2014 (19/02/2014)** na seguinte conta corrente: Banco do Brasil, Agência: 1126-6, Conta Corrente nº 6.753-9, em nome de Luciene Conceição de Sousa Rodrigues Fernandes; **Segunda parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2014 (20/03/2014)**; **Terceira parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2015 (20/03/2015)**; **Quarta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2016 (20/03/2016)**; **Quinta parcela: R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** a serem pagos até o dia **20 de março de 2017 (20/03/2017)**. De cada parcela acima deverá ser observado que 28% (vinte e oito por cento) do valor da parcela se refere a benfeitorias e 72% (setenta e dois por cento) se referem a terra nua. Vincula-se o pagamento constante na quarta parcela prevista para 20/03/2014, à apresentação pelo PROMITENTE VENDEDOR da certidão de localização do imóvel expedida pelo INTERMAT. **Demais condições:** as constantes no instrumento particular de promessa de compra e venda de imóvel rural, arquivado neste ofício registral". Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-07-8.928 - GEORREFERENCIAMENTO - Certifico que conforme consta na **AV-20-6.341** deste ofício, que o imóvel objeto desta matrícula foi devidamente **georreferenciado** de acordo com as exigências da Lei 10.267/2001 e **atendeu o disposto no artigo 9º do Decreto 4.449/2002, alterado pelo Decreto nº 5.570 de 31/10/2005, alterado pelo Decreto nº 7.620 de 21.11.2011 conforme Certificação nº 2c91e9da-2957-4e5b-a7bc-d0c61a93d7oc** datada de 22/04/2019 emitida pelo **SIGEF** de acordo com a Lei 6.015/73. Vila Rica, 13 de janeiro de 2021. Eu, _____, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.------

R-08-8.928 - Protocolo nº 31.636 de 26.04.2021 - **PENHORA** - Mediante Ofício nº 613/2021, datado de 22/04/2021, e Termo de Penhora, datado de 22/04/2021, assinados digitalmente pelo MMº Juiz de Direito, Drº Avenir Passo de Oliveira, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO, Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Ação:** Processo Cível e do Trabalho/Processo de Execução/Execução Fiscal; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91; **Valor do Débito:** R$ 8.279.793,95. Fica **PENHORADO a totalidade do imóvel objeto da presente matrícula**. Emolumentos: nihil. Vila Rica, 18 de maio de 2021. Eu, _____, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

R-09-8.928 - Protocolo nº 33.669 de 07.12.2021 - **VENDA** - **TRANSMITENTE**: MILTON RODRIGUES FERNANDES (portador da CI/RG nº 3571164 SSP/GO 2ª via), acima citado e qualificado; no ato da escritura representado por Márcio Barbosa de Macedo, brasileiro, casado sob o regime de separação

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

total de bens, agropecuarista, portador da CI/RG nº 3265353 SSP/MG 2ª via e inscrito no CPF/MF: 519.135.021-15, residente e domiciliado à Rua N, s/nº, Qd. 22, Lt. 829, Parque Solar do Agreste B, Rio Verde-GO, conforme Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 00139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017; e no ato da escritura de re-ratificação representado por seu procurador Leonardo Barbosa de Macedo, (abaixo qualificado); nos termos do Substabelecimento lavrado no 2º Serviço Notarial e Registral de Água Boa-MT, no Livro 127, Folhas 17 e vº em 06/11/2019; da Procuração lavrada no Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Rio Verde-GO, Livro 139-P, Folhas 195/198, em 08/02/2017. **ADQUIRENTE: MÁRCIO BARBOSA DE MACEDO**, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 20/02/1973 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 591.135.021-15 e portador da CI/RG nº 3265353 SSP/GO 2ª via, casado sob o regime de Separação de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com RAPHAELA MAFFEI GAGLIARDI DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 30/05/1981 em São José do Rio Preto/SP, filha de Sebastião Gagliardi Neto e Livia Cornelia Maffei Gagliardi, inscrita no CPF/MF: 955.089.451-72 e portadora da CI/RG nº 4426570 SSP/GO 2ª via, residentes e domiciliados à Rua Emília da Silveira Leão, Qd. 08, Lt. 117, s/nº, Apto 1701, Edifício Manhattan Residence, Residencial Interlagos, na cidade de Rio Verde-GO. **ANUENTES**: CLAUDIA BARBOSA DE MACEDO, brasileira, maior, capaz, solteira, agricultora, nascida aos 25/01/1975 em Rio Verde/GO, filha de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrita no CPF/MF: 696.194.501-59 e portadora da CI/RG nº 3300659 DGPC/GO, residente e domiciliada à Rua Filadelfo Cruvinel, Qd. 16, Lt. 12, Vitória Régia, Rio Verde-GO; e LEONARDO BARBOSA DE MACEDO, brasileiro, agropecuarista, nascido aos 12/03/1983 em Rio Verde/GO, filho de Jeronimo Cruvinel de Macedo e Cristina Maria Barbosa de Macedo, inscrito no CPF/MF: 981.128.801-15 e portador da CI/RG nº 4039890 DGPC/GO, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, com LAISA GUIMARÃES PERDOMO DE MACEDO, brasileira, empresária, nascida aos 26/03/1992 em Rio Verde/GO, filha de Paulo Soares Perdomo e Olga Cruvinel Guimarães Perdomo, inscrita no CPF/MF: 032.007.351-39 e portadora da CI/RG nº 5374655 SSP/GO, residentes e domiciliados à Rua I, Qd. 05, Lt. 165, Parque Solar do Agreste, Rio Verde-GO. **FORMA DO TÍTULO**: Por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 14/03/2017, às fls. 071/073, do Livro nº 55, do Cartório do 1º Ofício - Registro de Imóveis e Anexos, Pessoas Jurídica, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato de Notas de Baliza, Comarca de Aragarças-GO; e Escritura Pública de Re-Ratificação de Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 24/09/2021, às fls. 017/018, do Livro nº 34, do Serviço Notarial de Riverlândia, Município e Comarca de Rio Verde-GO, onde foi adquirido a totalidade do imóvel objeto desta matrícula. **VALOR**: R$ 587.635,38 (Quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos), sendo de terra nua R$ 423.097,47 e de benfeitorias e melhoramentos R$ 164.537,91, Pagamentos Fevereiro de 2014, Março de 2014, Março de 2015, Março de 2016 e Março de 2017, dada plena, geral e irrevogável quitação. **CONDIÇÕES**: As constantes no título. Consta na Escritura Pública declaração do outorgante vendedor de que sob as penas da Lei não é responsável direto pelo recolhimento de Contribuições à Previdência Social Rural, não estando incluso nas exigências da Lei nº 8.212/91 e posteriores alterações, para a apresentação da Certidão Negativa de Débito com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, consta na escritura pública de re-ratificação que o outorgado comprador tem ciência do Termo de Preservação de Floresta firmado com o IBAMA averbado na AV-01-8.928 desta matrícula, das hipotecas e aditivos averbados sob AV-02; AV-03; AV-04 e AV-05-8.928; e da penhora registrada sob R-08-8.928 desta matrícula. Foram apresentadas no ato da Escritura Pública: a) CCIR 2015/2016; Código do Imóvel Rural: 901.024.053.015-3, Área total: 4.997,5971 ha, Módulo Rural: 70,5925; Nº Módulos Rurais: 26,64, Nº Módulos fiscais: 62,4699; FMP: 4,00; b) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/NIRF: 2.868.227-0, emitida no dia 13/03/2017, válida até 09/09/2017; c) Certidão Negativa de Embargo - IBAMA sob o nº YG1GDCXD2M0F5M9K, emitida via Internet em 13/03/2017, validade até 12/04/2017, em nome de Milton Rodrigues Fernandes. Foram apresentadas no ato deste registro: a) Certidão Positiva de Feitos Ajuizados nº 6442182, emitida em 17/11/2021 pelo Cartório Distribuidor desta Comarca de Vila Rica-MT; b) Certidão Positiva Judicial Cível, emitida em 19/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

Goiânia-GO; c) Certidão Positiva Criminal, emitida em 18/11/2021 pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia-GO; d) Certidão Positiva da SEFAZ/GO nº 29797377, emitida em 16/11/2021; e) Certidão Negativa de Débitos da PGE e SEFAZ/MT nº 0034243861, emitida em 16/11/2021, válida até 15/12/2021; f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 53999678/2021, expedida em 16/11/2021, válida até 14/05/2022; g) Guia de Informações do ITBI nº 167/2021, com avaliação do imóvel em R$ 1.225.366,88, e apuração do imposto em R$ 24.543,73; h) **CCIR 2021**; Denominação do Imóvel Fazenda Xingu; Localização BR 158 Km 38 saindo de Santa Cruz 25 Km a Dir., no Município de Santa Cruz do Xingu-MT; Código do Imóvel n. **901.024.053.015-3**; Módulo Rural 70,5925 ha.; n. de Módulos Rurais 28,64; Módulo Fiscal 80,0 ha.; n. de Módulos Fiscais: 62,4699; FMP 4,00 ha.; área: 4.997,5971 ha.; Declarante: Milton Rodrigues Fernandes, brasileiro, CPF: 194.561.748-91; i) CND Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:12:47 do dia 30/11/2021, válida até 29/05/2022, código de controle da certidão: B56A.786E.017D.3CE5, com o nº do Imóvel na Receita Federal (**NIRF**): **2.868.227-0**. Emitida a DOI. Foi realizado consulta na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, onde verificou-se não existir nenhum registro para o CPF do outorgante, gerando o código HASH: a40b.a365.d67b.a50e.2101.1dad.654e.4052.6036.8219. Emolumentos: R$ 4.707,40. Vila Rica, 21 de dezembro de 2021. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

AV-10-8.928 - Protocolo nº 35.975 de 05.09.2022 - **Levantamento de Penhora** - Conforme Ofício nº 3047/2022, datado de 01/09/2022 e Decisão datada de 31/08/2022, assinados digitalmente pelo MM. Juiz de Direito em Substituição, Dr. Wilton Muller Salomão, da Terceira Vara da Fazenda Pública Estadual da Comarca de Goiânia-GO; Processo nº **5278884-96.2017.8.09.0051**; **Exequente:** ESTADO DE GOIÁS, CNPJ: 01.409.655/0001-80; **Executados:** MOTIVA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS EIRE, CNPJ: 01.537.313/0001-46; e MILTON RODRIGUES FERNANDES, CPF: 194.561.748-91, procedo a **baixa/LEVANTAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R-08-8.928** desta matrícula. Emolumentos: R$ 16,50. Vila Rica, 22 de setembro de 2022. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.--

AV-11-8.928 - Protocolo nº 37.784 de 08.03.2023 - **Baixa da hipoteca cedular em 3º grau** - Conforme Ofício nº 67/2023, datado de 06/03/2023, assinado digitalmente e determinado pela MM.ª Juíza de Direito - Drª Simone Monteiro, da 1ª UPJ das Varas Cíveis de Goiânia-GO, arquivado neste ofício, dou **baixa na hipoteca da CCB nº 20/00792-2, registrada sob R-09-353**, averbada sob **AV-04-6.341** deste Ofício, **AV-02-8.928** e **AV-05-8.928** desta matrícula. Emolumentos: R$ 17,50. Vila Rica, 14 de março de 2023. Eu, Renato Cunha Donato, Oficial, que o fiz digitar, conferi e subscrevi.----------

1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Vila Rica- MT.

CERTIDÃO

Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel da Matricula nº **8928**, e tem valor de certidão, conforme o disposto no art. 19 §1 da Lei 6.015 e art. 41 da Lei 8.935/94. O referido é Verdade e dou Fé, Vila Rica-MT. 14 de julho de 2023. Emitido por LUCAS. as 16:31:24.

Poder Judiciario do Estado de Mato Grosso
Atos de Notas e Registro
Código do Cartório: **276**
Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s):176, 177
BXG 11938 - R$ 48,30
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
LUCAS RAFAEL RAUBER:02686778164
02686778164
8D221498FF98B30C94FF2E19B88EC883FBDF0
14/07/2023 16:27



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

Instruções de Impressão
Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).
Utilize folha A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) - Corte na linha indicada

Recibo do Pagador

CAIXA | 104-0 | 10492.41811 00000.100040 00116.422148 4 94630000025459

Beneficiário: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO		Agência / Código do Beneficiário: 1895/241810-0	Espécie: R$	Quantidade: 1	Carteira / Nosso número: 14000000001184221-7
Número do documento: 1155684	CPF/CNPJ: 03471158000138	Vencimento: 04/09/2023			Valor documento: R$154,59
(+) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado

Pagador
WASHINGTON LUIZ MAYER CPF: 469.798.400-63
AV TOCANTINS, 150
CENTRO - Lucas do Rio Verde/MT - CEP: 78455-000

Instruções
Não receber após vencimento!
Cobrança(s) :

Identificação para pagamento ART: 1001535 (Não corresponde ao nº da ART)
Contratante: Edson Pinto de Melo CPF/CNPJ: 668.115.089-91

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

CAIXA | 104-0 | 10492.41811 00000.100040 00116.422148 4 94630000025459

Local de pagamento: PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE					Vencimento: 04/09/2023
Beneficiário: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO					Agência / Código Beneficiário: 1895/241810-0
Data do documento: 23/08/2023	Nº documento: 1155684	Espécie doc.: DM	Aceite: N	Data processamento: 23/08/2023	Carteira / Nosso número: 14000000001184221-7
Uso do banco	Carteira: RG	Espécie: R$	Quantidade: 1	(x) Valor	(=) Valor documento: R$154,59

Instruções (Texto de responsabilidade do beneficiário)
Não receber após vencimento!
Cobrança(s) :

Identificação para pagamento ART: 1001535 (Não corresponde ao nº da ART)
Contratante: Edson Pinto de Melo CPF/CNPJ: 668.115.089-91

(+) Desconto / Abatimento
(-) Outras deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros acréscimos
(=) Valor cobrado

Pagador
WASHINGTON LUIZ MAYER CPF: 469.798.400-63
AV TOCANTINS, 150
CENTRO - Lucas do Rio Verde/MT - CEP: 78455-000

Cód. baixa

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação

Corte na linha pontilhada

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082511155466200000123130810
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082511155466200000123130810
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 25/08/2023 11:15:56

23/08/2023 - BANCO DO BRASIL - 15:27:23
404304043 0002

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: CIRIANE MARA REMOR
AGENCIA: 4043-6 CONTA: 34.877-5
==========
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10492418110000010004000116422148494630000025459
BENEFICIARIO:
CONSELHO REGIONAL ENGENHARIA E
NOME FANTASIA:
CONSELHO REGIONAL ENGENHARIA E AGRO
CNPJ: 03.471.158/0001-38
BENEFICIARIO FINAL:
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E A
CNPJ: 03.471.158/0001-38
PAGADOR:
WASHINGTON LUIZ MAYER
CPF: 469.798.400-53

NR. DOCUMENTO 82.301
DATA DE VENCIMENTO 04/09/2023
DATA DO PAGAMENTO 23/08/2023
VALOR DO DOCUMENTO 254,59
VALOR COBRADO 254,59
==========
NR.AUTENTICACAO B.118.434.D0D.67F.BE7
==========
Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades.
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de
produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais
habituais agencia, SAC e demais canais de
atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes,cancelamento de cartao,
outros produtos e servicos de Ouvidoria.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

PROCESSO N.º 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO; **MARA VIOLIN DE MELLO**; **EDSON PINTO DE MELO**; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**,; e **MARCO ANTONIO DE MELLO** – **GRUPO MELLO (ID 124897192)**, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vêm, por seus advogados **(ID 124897193)**, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 47 e seguintes da Lei n. 11.101/2005 c/c as alterações trazidas pela Lei 14.112/2020, emendar a ação de tutela cautelar antecedente e formular o presente **PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, pelas seguintes razões fáticas e jurídicas a seguir expostas:

I – DA COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO.

1. Conforme já explanado na inicial da cautelar apresentada, à outro juízo não compete a tramitação do presente pedido, senão este.

2. Isso porque, nos termos do artigo 3º da Lei 11.101/2005, que dispõe acerca da competência, necessário pontuar que: "*é competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil”.

3. Contudo, cumpre registrar a RESOLUÇÃOTJ-MT/OE Nº 10 DE 30 DE JULHO DE 2020, que redefiniu a competência judiciária do Estado de Mato Grosso, concernentes às varas de recuperação judicial e falência.

4. Com isso, Excelentíssimo, tendo em vista a maior área de produção agrícola dos Requerentes estarem centralizadas nos municípios de **Campinápolis/MT (1.522 hectares), Santa Cruz do Xingu/MT (2.896 hectares) e Vila Rica (350 hectares)** - todos municípios integrantes da competência regional de Rondonópolis-MT - bem como abriga uma pequena parte de sua atuação na Comarca de **Maringá/PR (393,60 hectares),** conforme contratos de arrendamento e matrículas anexas **(ID 124897217 a 124898042)** e, considerando a aprovação pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso a regionalização das Varas de Recuperação Judicial, que tem o objetivo de garantir a efetividade, celeridade e segurança jurídica ao tratamento do processo de recuperação judicial, extrajudicial e de falência, é competente para o processamento da presente Recuperação a Comarca de Rondonópolis/MT.

5. Este ponto merece uma atenção vez que o volume de hectares aqui indicados divergem da inicialmente apresentada (para maior), e que diante do erro material constatado, fora retificado no quadro doravante exposto.

6. Vale dizer ainda que toda a concentração dos negócios, sede administrativa, financeira, contábil e decisória, sempre estiveram situadas na Comarca de Campinápolis/MT.

7. Isso porque Campinápolis/MT foi o primeiro local de plantio do grupo e foi naquela região que se estabeleceram em 2014, conforme histórico apresentado em cumprimento do inciso I do art. 51 da Lei 11.101/2005 disposto adiante.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

8. Soma-se a tal fato que, conforme qualificação desta peça e registros na Junta Comercial apresentados e tópico anterior e anexados **(ID 124898068),** todo o Grupo Requerente reside e atua na região de Campinápolis, sendo ali seu principal estabelecimento.

9. Nesse sentido, o Supremo Tribunal de Justiça já decidiu que o juízo competente é aquele onde está concentrado o maior volume de negócios, vejamos **(ID 124898043):**

> "CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO INTERNO. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 3º DA LEI N. 11.101/2005. 1. Nos termos do art. 3º da Lei n. 11.101/2005, o foro competente para o processamento da recuperação judicial e a decretação de falência é aquele onde se situe o principal estabelecimento da sociedade, assim considerado o local onde haja o maior volume de negócios, ou seja, o local mais importante da atividade empresária sob o ponto de vista econômico. Precedentes. 2. No caso, ante as evidências apuradas pelo Juízo de Direito do Foro Central de São Paulo, o principal estabelecimento da recuperanda encontra-se em Cabo de Santo Agostinho/PE, onde situados seu polo industrial e seu centro administrativo e operacional, máxime tendo em vista o parecer apresentado pelo Ministério Público, segundo o qual o fato de que o sócio responsável por parte das decisões da empresa atua, por vezes, na cidade de São Paulo, não se revela suficiente, diante de todos os outros elementos, para afirmar que o "centro vital" da empresa estaria localizado na capital paulista. 3. Agravo interno não provido."

10. Deveras, então, sopesadas as circunstâncias fáticas atinentes ao presente processo, em que, apesar dos Requerentes exercerem suas atividades nas Comarcas de Campinápolis/MT (Polo IX – Região Leste – Barra do Garças), Santa Cruz do Xingu/MT e Vila Rica/MT(Polo XI – Região Nordeste - São Félix do Araguaia – Vila Rica), por força da RESOLUÇÃOTJ-MT/OE Nº 10 DE 30 DE JULHO DE 2020, deve ser declarada competência da Comarca de Rondonópolis/MT, tendo em vista a Resolução acima citada.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

II – DO LITISCONSÓRCIO ATIVO.

11. Como já discorrido na inicial, é nítido e evidente que tratam-se os Requerentes de um grupo familiar.

12. Os Srs. **Sidney** e **Mara** formam um casal, onde Sidney é irmão de **Edson**, que por sua vez é casado com **Vera** e desta relação possuem seus dois filhos **Rafael** e **Marco**.

13. Não apenas por isso, mas já de início é possível afirmar que os Requerentes integram um mesmo grupo econômico, no qual, a unidade processual ativa pode ser verificada pelos documentos pessoais aqui acostados, formando, portanto, além de um grupo empresarial, um grupo familiar.

14. Isso porque, os Requerentes exercem atividade rural conjuntamente e, sempre buscaram alcançar o mesmo objetivo econômico. Por outro lado, o processamento em separado das ações de cada um dos Requerentes, essencialmente interligados, comprometeria o soerguimento almejado.

15. Conforme se verifica em todo contexto aqui já apresentado, os Requerentes são umbilicalmente interligados, seja na produção das áreas de colheita, seja na constituição de obrigações e/ou na qualidade de garantidores uns dos outros, assim como na atuação em conjunto no desenvolvimento da atividade rural.

16. Deveras, deve ser reconhecida a existência da presença do litisconsórcio ativo, conforme autoriza o Art. 113 do CPC, posto que há plena interdependência entre seus componentes, estabelecendo-se uma comunhão de direitos e obrigações, conexão pelo pedido e pela causa de pedir e afinidade de questões por ponto comum de fato e de direito, onde se faz plenamente possível a formação do litisconsórcio ativo.

17. Sobre a possibilidade de unificação do presente pedido, a doutrina do E. Ministro do STJ e doutrinador Luis Felipe Salomão, em obra em conjunto com o professor Paulo Penalva dos Santos, assim se posiciona:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

> Vê-se, assim, a possibilidade de unificação, em um mesmo processo, dos pedidos de recuperação judicial, a princípio distintos, desde que os devedores participem de um mesmo grupo econômico, seja este de fato ou de direito. Trata-se de mecanismo que visa ao cumprimento do preceito do art. 47 da Lei 11.101/2005, qual seja a superação da crise econômico-financeira dos devedores. É indubitável que, nestes casos, a instrumentalidade do processo materializa-se no fenômeno do litisconsórcio ativo, sendo esta a melhor solução encontrada para a crise empresarial suportada em conjunto. (Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática. 3.ed. ver., atual. E ampl., Rio de Janeiro: Forense, 2017, pág. 379)

18. De igual forma a jurisprudência sobre a matéria, vejamos:

> RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO. PRODUTOR RURAL. Possibilidade. Documentos demonstrativos do efetivo exercício das atividades há mais de dois anos. Interpretação do art. 48 da Lei 11.101/2005, com a redação conferida pela Lei 12.873/2013. Grupo empresarial. Reconhecimento. Litisconsórcio ativo configurado. Decisão mantida. Recurso desprovido. (TJSP - AI: 21039486020198260000, Relator: Fortes Barbosa, 1ª. Câmara Reservada De Direito Empresarial DP: 16/07/2019)

> RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - DEFERIMENTO DE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL FORMULADO POR CASAL DE PESSOAS FÍSICAS - FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 48 E 51 DA LEI Nº 11.101/2005 - POSSIBILIDADE - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA REJEITADA - ALEGAÇÕES RECURSAIS DE "AUSÊNCIA DE EXPOSIÇÃO DAS CAUSAS CONCRETAS DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DO DEVEDOR E DAS RAZÕES DA CRISE ECONÔMICA - IRREGULARIDADE DA RELAÇÃO DE EMPREGADOS - SONEGAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS - MATÉRIAS A SEREM TRATADAS EM IMPUGNAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - VOTAÇÃO NÃO UNÂNIME - APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE JULGAMENTO DO ART. 942, §3º, II, DO CPC/2015 - DESCABIMENTO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. "É possível a formação de litisconsórcio ativo nos pedidos de recuperação judicial,

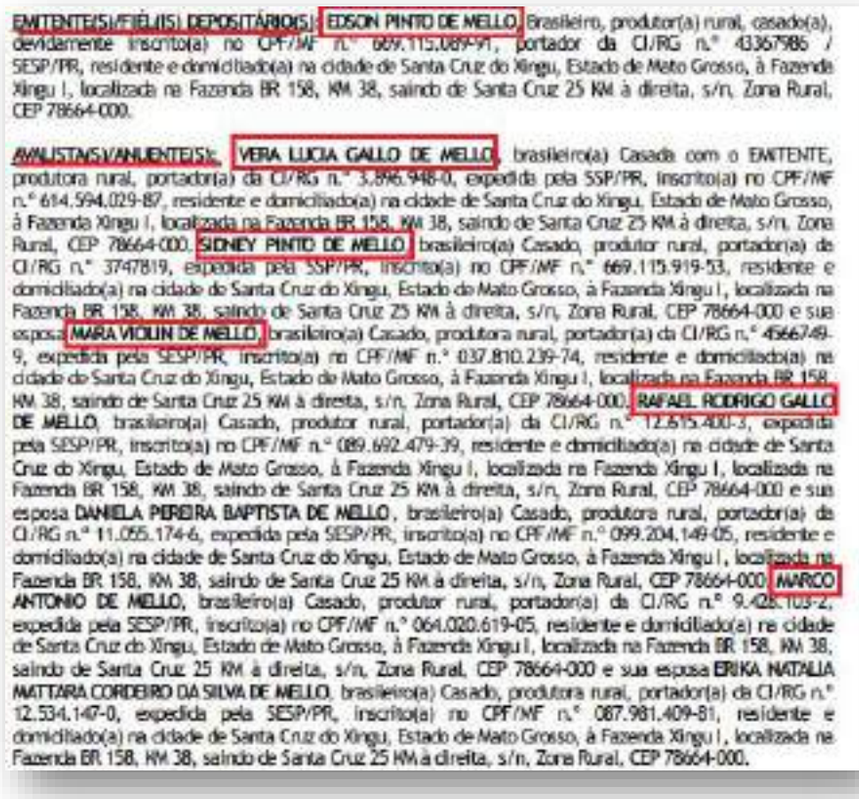
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

caso reste devidamente comprovada a existência de grupo econômico - seja de fato, seja de direito - entre as empresas (ou pessoas físicas) requerentes" (TJMG - 7ª Câm. Cível - RAI nº 1.40493.14.002702-9/002 - Rel. Des. Washington Ferreira - j. 10/11/2015). 2. Preenchidos os requisitos dos arts. 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005, deve ser deferido o pedido de recuperação judicial. 3. As questões atinentes a suposta irregularidades na apresentação de relação de credores, ativos financeiros e empregados devem ser tratadas em sede de impugnação, pelo que constituiria supressão de instância a manifestação, diretamente pelo Tribunal, sobre o tema em recurso manejado contra decisão deferitória do pedido recuperacional. 4. A técnica de julgamento instituída pelo art. 942, §3º, II, do CPC/2015 não se aplica a acórdão não unânime que ratifica decisão deferitória de pedido de recuperação judicial, porque não houve julgamento parcial do mérito da questão (TJMT 0149875-42.2015.8.11.0000, Relator: Sebastião Barbosa Farias, 1ª. Câmara De Direito Privado DJE 05/07/2016)

Recuperação judicial – Deferimento do processamento – Produtor rural – Possibilidade - Documentos demonstrativos do efetivo exercício das atividades há mais de dois anos – Interpretação do art. 48 da Lei 11.101/2005, com a redação conferida pela Lei 12.873/2013 – Consolidação substancial deferida – Grupo econômico de fato, confusão patrimonial e administração centralizada confessadas pelas recuperandas - Apresentação de um plano de recuperação único – Cabimento – Decisões mantidas – Recurso desprovido. (TJSP; AI 2141533-49.2019.8.26.0000; Fortes Barbosa; 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; DP: 30/10/2019)

19. Na prática, a título de exemplo, se ilustra o contrato objeto de arresto onde figuram todos os Requerentes aqui qualificados, senão vejamos:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17



EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S): EDSON PINTO DE MELLO, Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.089-91, portador da CI/RG n.º 43367986 / SESP/PR, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000.

AVALISTAS/ANUENTE(S): VERA LUCIA GALLO DE MELLO, brasileiro(a) Casada com o EMITENTE, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 3.896.948-0, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 614.594.029-87, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000. SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtor rural, portador(a) da CI/RG n.º 3747819, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.919-53, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000 e sua esposa MARA VIOLIN DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 4566749-9, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 037.810.239-74, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000. RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtor rural, portador(a) da CI/RG n.º 12.615.400-3, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 089.692.479-39, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000 e sua esposa DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 11.055.174-6, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 099.204.149-05, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000. MARCO ANTONIO DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtor rural, portador(a) da CI/RG n.º 9.425.103-2, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 064.020.619-05, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000 e sua esposa ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 12.534.147-0, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 087.981.409-81, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000.

20. Assim, presente o litisconsórcio ativo se faz plenamente viável que o pedido de processamento da presente recuperação judicial seja requerida conjuntamente, em um único processo, o que não traz qualquer prejuízo aos credores.

21. Assim, preenchidos os requisitos estampados no Art. 133 do CPC, portanto, adequada formação do litisconsórcio ativo ao presente processo recuperacional.

II.I - DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL.

22. Os Autores pessoas físicas, conforme já mencionado, desempenham atividade rural produtiva, como empresários rurais, concentrando a gestão do negócio, em sua maior parte na cidade de Santa Cruz do Xingu/MT, mas com áreas de plantio também localizadas em Vila Rica/MT (aqui ainda não iniciado sua exploração), Campinápolis/MT (sendo esta seu principal estabelecimento) e em

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

Maringá/PR, de forma que praticamente todas as operações do Grupo Mello estão entrelaçadas, seja pela existência de fornecedores e clientes comuns, por aportes financeiros mútuos, seja por assunção de obrigações comuns cruzadas, como avais, fianças etc.

23. As atividades dos empresários rurais estão intimamente ligadas, pois fazem parte de um único ciclo produtivo, envolvendo a aquisição de insumos, produção de milho, soja, etc., tudo na estrutura organizacional já descrita e sob o mesmo controle.

24. Assim, os Autores administram em conjunto todas as atividades, ocorrendo conexão da causa de pedir e afinidade nas pretensões, já que, conforme dito em tópico anterior, trata-se de grupo familiar.

25. Diante deste cenário, não há outro caminho senão a formação do litisconsórcio ativo, porque somente dessa forma se irá proporcionar ao processo resultado útil, com menor esforço das partes e demais interessados, evitando-se, também, possíveis decisões contraditórias. **Sobretudo quando diante de um grupo econômico familiar de fato.**

26. Não faria sentido o presente pedido e o futuro pedido de Recuperação Judicial dos Requerentes ocorrerem separadamente, vez que, havendo feitos distintos, igualmente os reflexos estariam irradiados a cada Autor, por força da confirmada comunhão de interesses.

27. Essa situação somente resultaria maiores custos para as partes e o Judiciário, refletindo negativamente para todos os envolvidos na Recuperação Judicial, em especial os credores.

28. Posto isso, os Requerentes preenchem os requisitos dos artigos 69-G e 69-K da Lei 11.101/2005, que assim dispõe:

> Art. 69-G. Os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum poderão requerer recuperação judicial sob consolidação processual.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

> Art. 69-K. Em decorrência da consolidação substancial, ativos e passivos de devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor.

29. Assim, antes da vigência das alterações trazidas pela Lei 14.112/2020, a construção doutrinária conduziu a jurisprudência a admitir o litisconsórcio ativo na Recuperação Judicial, flexibilizando as regras a bem do prestígio dos princípios norteadores do instituto que busca a preservação da empresa.

30. Nesse sentido, Fábio Ulhôa Coelho assevera:

> "A lei não cuida da hipótese, mas tem sido admitido o litisconsórcio ativo na recuperação, desde que as sociedades empresárias requerentes integrem o mesmo grupo econômico, de fato ou de direito e atendam, obviamente, todos os requisitos legais de acesso à medida judicial." (Coelho, Fábio Ulhoa. Comentários à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, RT, 11ª Edição, 2016, p. 176)

31. Constituindo-se em grupo econômico, familiar e de fato, com todos os contornos fáticos e jurídicos que o caracterizam, não há óbice para apresentação de um único Plano de Recuperação Judicial futuramente, o que vem reiteradamente sendo admitido pelo judiciário, até porque essa modalidade orienta para a celeridade e economia processuais, dispensando aos credores de analisar duas peças que, em separado, trariam o mesmo resultado.

32. Sobre possibilidade desse único plano, Fábio Ulhôa Coelho esclarece que:

> "Em vista da inexistência de normas reguladoras do litisconsórcio ativo em recuperação judicial, quando admitido este, algumas questões se desdobram. Entre elas, a admissibilidade, ou não, de plano de recuperação consolidado, isto é, um único plano para todos os litisconsortes. E, mais uma vez, abrem-se duas alternativas: entender que a consolidação não é possível por falta de precisão legal específica; ou admiti-la, reconhecendo na lei uma lacuna a ser superada por meio do princípio fundamental

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

> regente da recuperação judicial. E, aqui também, a solução mais adequada é reconhecer que o instituto da recuperação judicial é marcado pela flexibilidade. Para que possa atender às mais variadas situações da dinâmica realidade econômica contemporânea e possibilitar a superação de crises empresariais que inexoravelmente apresentam singularidades e especificidades, a recuperação judicial não pode ser rígida." (Coelho, Fábio Ulhôa. Comentários à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, RT, 11ª Edição, 2016, p. 177)

33. Assim, os Requerentes preenchem os requisitos exigidos pelo art. 69-G, vez que junta neste ato toda documentação individualizada, conforme veremos adiante.

34. Comunga deste entendimento, o Dr. Marcelo Sacramone, senão vejamos:

> "Como litisconsórcio ativo facultativo, portanto, exige-se na consolidação processual que todos os requisitos exigidos da LREF sejam preenchidos por cada um dos autores, os quais, ademais, deverão apresentar individualmente a documentação exigida no art. 51 dessa lei para se permitir a análise individualizada da crise e dos meios para seu soerguimento pelos seus respectivos credores." (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência, SaraivaJur, 2ª Edição, 2021, p. 380)

35. De outro norte, os Requerentes ainda preenchem os requisitos exigidos do art. 69-H da mesma Lei, uma vez que existem no presente caso a interconexão e a confusão entre ativos e passivos dos devedores, não sendo possível identificar sua titularidade.

36. Isso pode ser identificado em toda documentação que foi apresentada junto à inicial e que se complementa agora.

37. Ainda, como dito, há a presença de garantia cruzada nas relações comerciais dos Requerentes, bem como a atuação conjunta no mercado entre os postulantes.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

38. Trata-se tal fenômeno da consolidação substancial, cuja explicação simplificada e direta podemos encontrar na obra dos Drs. Daniel Carnio Costa e Alexandre Nasser Melo, a saber:

> "Em decorrência da consolidação substancial, os ativos e passivos dos devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor, visto que a autonomia patrimonial é afastada.
>
> Com isso, não faz sentido manter garantias fidejussórias e créditos detidos por um devedor em face de outro do mesmo grupo, razão pela qual essas garantias e créditos serão imediatamente extintos." (Costa e Melo, Daniel Carnio e Alexandre Nasser. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência, Juruá Editora, 1ª Edição, 2020, p. 198)

39. No mesmo sentido, o TJMT nos autos do Agravo de Instrumento n.º 1026354-67.2020.8.11.0000, em trâmite na 4ª Câmara de Direito Privado, assim decidiu:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PROCESSAMENTO - DEFERIMENTO - PRODUTORES RURAIS - INSCRIÇÃO NA JUNTA COMERCIAL - 02 ANOS - COMPROVAÇÃO DO EFETIVO EXCERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL EM PERÍODO ANTERIOR – LITISCONSÓRCIO ATIVO – PLANO ÚNICO – CONTAGEM DOS PRAZOS – DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO
>
> O produtor rural, após obter o registro e passar ao regime empresarial, obtém condição de procedibilidade para requerer recuperação judicial bastando que comprove, no momento do pedido de recuperação, que explora regularmente a atividade rural há mais de 02 anos. Nesse caso, pode computar, para efeito de perfazer os mais de dois anos exigidos na lei (art. 48, da Lei n. 11.101/2005), o período anterior ao registro, quando exercia regularmente sua atividade rural sob o regime do Código Civil.
>
> Conquanto os autores, postulantes da recuperação judicial não ostentem a condição de casados, certo é que os documentos apresentados indicam a continuidade do grupo econômico, vale dizer, a intenção de manterem os negócios em parceria,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

> próprio, no caso, da confusão patrimonial, daí porque, correto o reconhecimento do litisconsórcio ativo.
>
> De acordo com o art. 189 da Lei n. 11.101/2005, a regra de contagem dos prazos processuais em dias úteis, nos termos do art. 219 do CPC, continua aplicável aos processos de recuperação judicial, com exceção àqueles que ostentam natureza material e devem ser contados em dias corridos.
>
> (1026354-67.2020.8.11.0000 – QUARTA CAMARA DE DIREITO PRIVADO DO TJMT – REL. GUIOMAR TEODORO BORGES. – Publicada em 19.04.2021)

40. Destarte, havendo manifesta comunhão de interesses, inclusive entre os credores que serão beneficiados com o reconhecimento do grupo econômico de maneira voluntária, justifica-se amplamente a consolidação processual e substancial, de forma a permitir que num único feito seja apresentado, igualmente, um único plano consolidado.

III – RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL - POSSIBILIDADE INICIALMENTE RECONHECIDA PELO STJ E POSTERIORMENTE FIXADA PELA NOVA REDAÇÃO TRAZIDA ATRAVÉS DA LEI 14.112/2020, CUJA VIGÊNCIA SE INICIOU EM 23.01.2021.

41. Durante anos, após longa discussão acerca da possibilidade ou não da pessoa física na qualidade de produtor rural poder ou não requerer em juízo sua recuperação judicial, no final do ano de 2019, nos autos do Resp 1800032/MT de Relatoria do Ministro MARCO BUZZI, pela primeira vez fora reconhecida tal possibilidade, onde a discussão sempre se deu em torno da comprovação da atividade por no mínimo 2 (dois) anos, vejamos **(Doc. 01)**:

> *RECURSO ESPECIAL. CIVIL E EMPRESARIAL. EMPRESÁRIO RURAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REGULARIDADE DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL ANTERIOR AO REGISTRO DO EMPREENDEDOR (CÓDIGO CIVIL, ARTS. 966, 967, 968, 970 E 971). EFEITOS EX TUNC DA INSCRIÇÃO DO PRODUTOR RURAL. PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005,*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

ART. 48). CÔMPUTO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL ANTERIOR AO REGISTRO. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. O produtor rural, por não ser empresário sujeito a registro, está em situação regular, mesmo ao exercer atividade econômica agrícola antes de sua inscrição, por ser esta para ele facultativa. 2. Conforme os arts. 966, 967, 968, 970 e 971 do Código Civil, com a inscrição, fica o produtor rural equiparado ao empresário comum, mas com direito a "tratamento favorecido, diferenciado e simplificado (...), quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes". 3. Assim, os efeitos decorrentes da inscrição são distintos para as duas espécies de empresário: o sujeito a registro e o não sujeito a registro. Para o empreendedor rural, o registro, por ser facultativo, apenas o transfere do regime do Código Civil para o regime empresarial, com o efeito constitutivo de "equipará-lo, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro", sendo tal efeito constitutivo apto a retroagir (ex tunc), pois a condição regular de empresário já existia antes mesmo do registro. Já para o empresário comum, o registro, por ser obrigatório, somente pode operar efeitos prospectivos, ex nunc, pois apenas com o registro é que ingressa na regularidade e se constitui efetivamente, validamente, empresário. 4. ***Após obter o registro e passar ao regime empresarial, fazendo jus a tratamento diferenciado, simplificado e favorecido quanto à inscrição e aos efeitos desta decorrentes (CC, arts. 970 e 971), adquire o produtor rural a condição de procedibilidade para requerer recuperação judicial, com base no art. 48 da Lei 11.101/2005 (LRF), bastando que comprove, no momento do pedido, que explora regularmente a atividade rural há mais de 2 (dois) anos****. Pode, portanto, para perfazer o tempo exigido por lei, computar aquele período anterior ao registro, pois tratava-se, mesmo então, de exercício regular da atividade empresarial****. 5. Pelas mesmas razões, não se pode distinguir o regime jurídico aplicável às obrigações anteriores ou posteriores à inscrição do empresário rural que vem a pedir recuperação judicial, ficando também abrangidas na recuperação aquelas obrigações e dívidas anteriormente contraídas e ainda não adimplidas. 6. Recurso especial provido, com deferimento do processamento da recuperação judicial dos recorrentes. (STJ Recurso Especial Nº 1.800.032 - MT (2019/0050498-5) Rel: Ministro Marco Buzzi DJ: 05/11/2019)*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

42. Após, na mesma toada, o STJ continuou com o mesmo entendimento, pois, em meados de 2020 referida Corte lançou julgado narrando acerca de que a ausência de registro na Junta Comercial do empresário, no período anterior ao pedido, não elimina a atividade empresária desempenhada, com fundamento nos Arts. 966, 970 e 971 do Código Civil c/c com os Arts. 48 e 51 da Lei 11.101/2005, além da abrangência de inserção na Recuperação Judicial dos créditos de produtores rurais EXISTENTES ANTES DE SEU REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL, uma vez que facultado por lei e realizado, em muitos casos, apenas para possibilidade do ajuizamento do pedido de soerguimento - **Recurso Especial 1876697/MT (Doc. 02)**.

> *RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL EFETUADO POR EMPRESÁRIO INDIVIDUAL RURAL QUE EXERCE PROFISSIONALMENTE A ATIVIDADE AGRÍCOLA ORGANIZADA HÁ MAIS DE DOIS ANOS, ENCONTRANDO-SE, PORÉM, INSCRITO HÁ MENOS DE DOIS ANOS NA JUNTA COMERCIAL. DEFERIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 48 DA LRF. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Controverte-se no presente recurso especial acerca da aplicabilidade do requisito temporal de 2 (dois) anos de exercício regular da atividade empresarial, estabelecido no art. 48 da Lei n. 11.101/2005, para fins de deferimento do processamento da recuperação judicial requerido por empresário individual rural que exerce profissionalmente a atividade agrícola organizada há mais de 2 (dois) anos, encontrando-se, porém, inscrito há menos de 2 (dois) anos na Junta Comercial. 2. Com esteio na Teoria da Empresa, em tese, qualquer atividade econômica organizada profissionalmente submete-se às regras e princípios do Direito Empresarial, salvo previsão legal específica, como são os casos dos profissionais intelectuais, das sociedades simples, das cooperativas e do exercente de atividade econômica rural, cada qual com tratamento legal próprio. Insere-se na ressalva legal, portanto, o exercente de atividade econômica rural, o qual possui a faculdade, o direito subjetivo de se submeter, ou não, ao regime jurídico empresarial. 3. A constituição do empresário rural dá-se a partir do exercício profissional da atividade econômica rural organizada para a produção e circulação de bens ou de serviços, sendo irrelevante, à sua caracterização, a efetivação de sua inscrição na Junta Comercial. Todavia, sua submissão ao regime empresarial*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

apresenta-se como faculdade, que será exercida, caso assim repute conveniente, por meio da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis. 3.1 Tal como se dá com o empresário comum, a inscrição do produtor rural na Junta Comercial não o transforma em empresário. Perfilha-se o entendimento de que, também no caso do empresário rural, a inscrição assume natureza meramente declaratória, a autorizar, tecnicamente, a produção de efeitos retroativos (ex tunc). 3.2 A própria redação do art. 971 do Código Civil traz, em si, a assertiva de que o empresário rural poderá proceder à inscrição. Ou seja, antes mesmo do ato registral, a qualificação jurídica de empresário - que decorre do modo profissional pelo qual a atividade econômica é exercida - já se faz presente. Desse modo, a inscrição do empresário rural na Junta Comercial apenas declara, formaliza a qualificação jurídica de empresário, presente em momento anterior ao registro. Exercida a faculdade de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, o empresário rural, por deliberação própria e voluntária, passa a se submeter ao regime jurídico empresarial. 4. A finalidade do registro para o empresário rural, difere, claramente, daquela emanada da inscrição para o empresário comum. Para o empresário comum, a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, que tem condão de declarar a qualidade jurídica de empresário, apresenta-se obrigatória e se destina a conferir-lhe status de regularidade. De modo diverso, para o empresário rural, a inscrição, que também se reveste de natureza declaratória, constitui mera faculdade e tem por escopo precípuo submeter o empresário, segundo a sua vontade, ao regime jurídico empresarial. 4.1 O empresário rural que objetiva se valer dos benefícios do processo recuperacional, instituto próprio do regime jurídico empresarial, há de proceder à inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, não porque o registro o transforma em empresário, mas sim porque, ao assim proceder, passou a voluntariamente se submeter ao aludido regime jurídico. A inscrição, sob esta perspectiva, assume a condição de procedibilidade ao pedido de recuperação judicial, como bem reconheceu esta Terceira Turma, por ocasião do julgamento do REsp 1.193.115/MT, e agora, mais recentemente, a Quarta Turma do STJ (no REsp 1.800.032/MT) assim compreendeu. 4.2 ***A inscrição, por ser meramente opcional, não se destina a conferir ao empresário rural o status de regularidade, simplesmente porque este já se***

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

> ***encontra em situação absolutamente regular, mostrando-se, por isso, descabida qualquer interpretação tendente a penalizá-lo por, eventualmente, não proceder ao registro, possibilidade que a própria lei lhe franqueou. Portanto, a situação jurídica do empresário rural, mesmo antes de optar por se inscrever na Junta comercial, já ostenta status de regularidade****. 5. Especificamente quanto à inscrição no Registro Público das Empresas Mercantis, para o empresário comum, o art. 967 do Código Civil determina a obrigatoriedade da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade. Será irregular, assim, o exercício profissional da atividade econômica, sem a observância de exigência legal afeta à inscrição. Por consequência, para o empresário comum, o prazo mínimo de 2 (dois) anos deve ser contado, necessariamente, da consecução do registro. Diversamente, o empresário rural exerce profissional e regularmente sua atividade econômica independentemente de sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis. Mesmo antes de proceder ao registro, atua em absoluta conformidade com a lei, na medida em que a inscrição, ao empresário rural, apresenta-se como faculdade - de se submeter ao regime jurídico empresarial. 6.* ***Ainda que relevante para viabilizar o pedido de recuperação judicial, como instituto próprio do regime empresarial, o registro é absolutamente desnecessário para que o empresário rural demonstre a regularidade (em conformidade com a lei) do exercício profissional de sua atividade agropecuária pelo biênio mínimo, podendo ser comprovado por outras formas admitidas em direito e, principalmente, levando-se em conta período anterior à inscrição****. 7. Recurso especial provido. (STJ* ***REsp 1876697/MT****, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO Aurélio Bellizze, 3ª. Turma, DJe* ***22/10/2020****)*

43. Portanto, os ministros do STJ ao julgarem os recursos interpostos por produtores rurais, que pretendiam o requerimento ativo do pedido de recuperação judicial, decidiram, que o cumprimento do art. 48 da Lei 11.101/05 (biênio de atividade), que versa sobre a legitimação para propositura da recuperação judicial, pode ser conferido por outros meios e não somente pela inscrição na Junta Comercial.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

44. De outra banda, recentemente, o CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL, durante a III Jornada de Direito Comercial, de coordenação geral da E. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, coordenação científica geral do E. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Ministro Ruy Rosado de Aguiar e Professora Ana Frazão, e quanto a matéria aqui em discussão a comissão de trabalho de CRISE DA EMPRESA: FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO, da qual teve como presidente o E. Ministro Luis Felipe Salomão, com coordenação científica de Paulo Penalva Santos, Relatores Ivo Waisberg e Juliana Bumachar e Secretário Márcio Souza Guimarães, aprovou entre os enunciados levados a discussão, um do qual guarda relação direta com o presente caso concreto, vejamos:

> ***ENUNCIADO 96*** *– A recuperação judicial do empresário rural, pessoa natural ou jurídica, sujeita todos os créditos existentes na data do pedido, inclusive os anteriores à data da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.*

45. Assim, ultrapassados tais fatos processuais discutidos em todo território brasileiro e colocando uma pá de cal sobre o tema, eis que, em 23.01.2021, as alterações trazidas pela Lei 14.112/2020, chancelou a possibilidade do produtor rural requerer em juízo sua recuperação judicial, independente da data de seu registro na junta, desde que a comprovação de sua atividade se de por outros documentos, consoante ao que dispõe o § 3º do art. 48 da Lei 11.101/2005.

46. Deste modo, a seguir, passaremos a expor todo o rol documental que comprovam que os requerentes preenchem todos os requisitos exigidos pela Lei 11.101/2005.

IV – DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 48 DA LEI 11.101/2005 – NOVA REDAÇÃO TRAZIDA PELAS ALTERAÇÕES DA LEI 14.112/2020 – COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE POR MAIS DE 2 ANOS.

47. A nova redação da Lei 11.101/2005 incluiu o parágrafo 3º no artigo 48, disciplinando que:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;

II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;

III – não ter, há menos de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;

III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

§ 2º No caso de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no **caput** deste artigo por meio da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), **ou** por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir a ECF, entregue tempestivamente. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)

§ 3º Para a comprovação do prazo estabelecido no **caput** deste artigo, o cálculo do período de exercício de atividade rural por pessoa física é feito com base no Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir o LCDPR, e pela Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e balanço patrimonial, todos entregues tempestivamente. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

> § 4º Para efeito do disposto no § 3º deste artigo, no que diz respeito ao período em que não for exigível a entrega do LCDPR, admitir-se-á a entrega do livro-caixa utilizado para a elaboração da DIRPF. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
>
> § 5º Para os fins de atendimento ao disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, as informações contábeis relativas a receitas, a bens, a despesas, a custos e a dívidas deverão estar organizadas de acordo com a legislação e com o padrão contábil da legislação correlata vigente, bem como guardar obediência ao regime de competência e de elaboração de balanço patrimonial por contador habilitado. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

48. Deste modo, consoante aos documentos que ora se apresenta, resta evidente a comprovação da atividade do produtor rural, cuja juntada se faz do Livro Caixa **(DOC. 03)**, Declaração do Imposto de Renda **(ID 124898046)** e Balanço Patrimonial **(Doc. 04).**

49. Isso porque, tratam-se os Requerentes de produtores rurais devidamente registrados na Junta Comercial de Mato Grosso, conforme atestam as certidões de regularidade JUCEMAT anexadas ao feito (ID 124898068), para além, comprova o exercício através das inscrições estaduais emitidas pela SEFAZ/MT aos produtores rurais Requerentes, nas diversas Comarcas em que exercem a sua atividade, inscrições as quais acompanharam a inicial de cautelar em ID já indicado como prova do alegado, bem como das Notas Fiscais de venda de grãos, referente aos últimos anos de cada Requerente, colhidas por amostragem, senão vejamos **(124897197 a 124897205)**:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

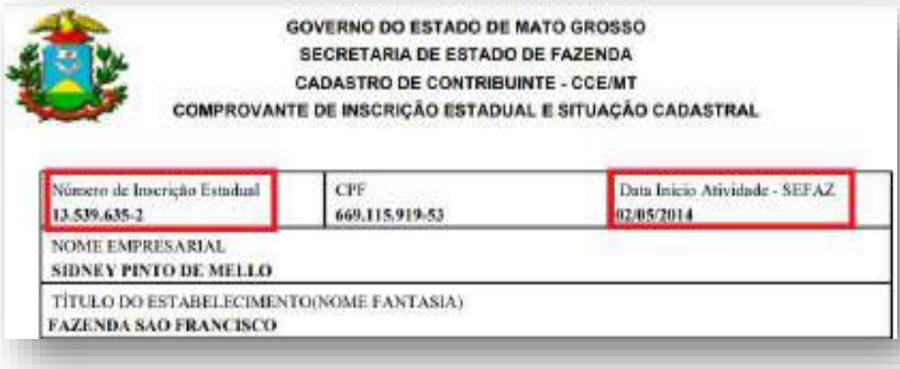


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.561.855-0	669.115.089-91	19/11/2014

NOME EMPRESARIAL
EDSON PINTO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO

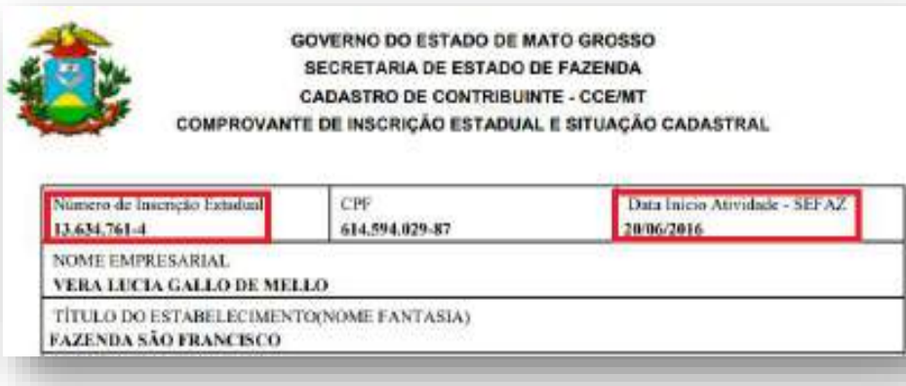


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.539.635-2	669.115.919-53	02/05/2014

NOME EMPRESARIAL
SIDNEY PINTO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO



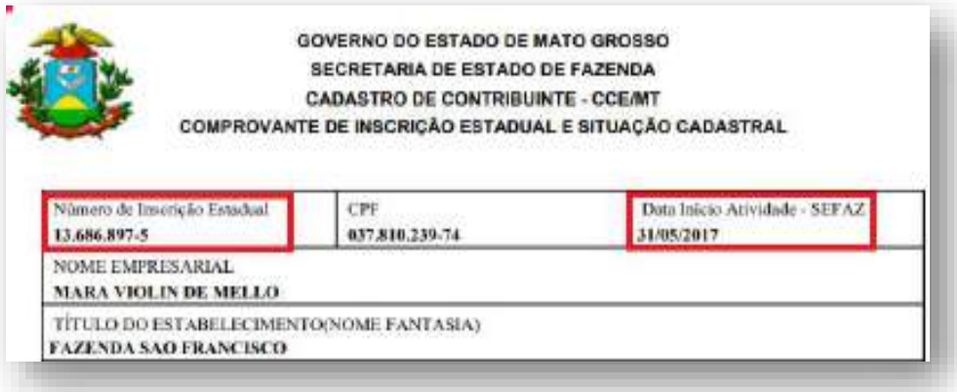
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.634.761-4	614.594.029-87	20/06/2016

NOME EMPRESARIAL
VERA LUCIA GALLO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SÃO FRANCISCO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

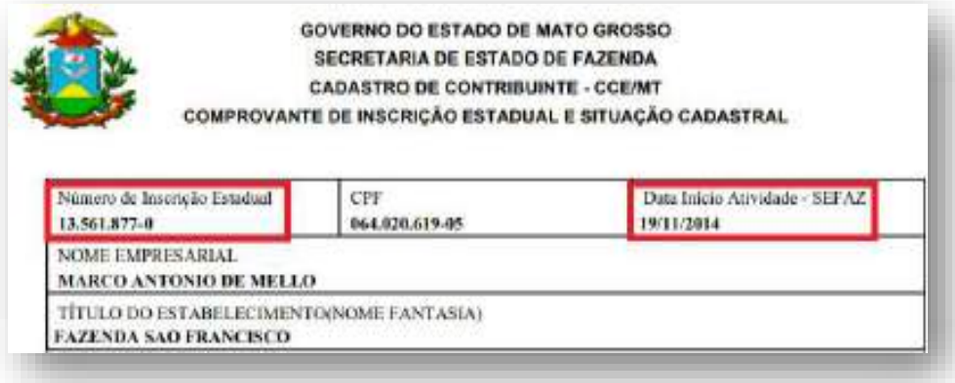


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.686.897-5	037.810.239-74	31/05/2017

NOME EMPRESARIAL
MARA VIOLIN DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO

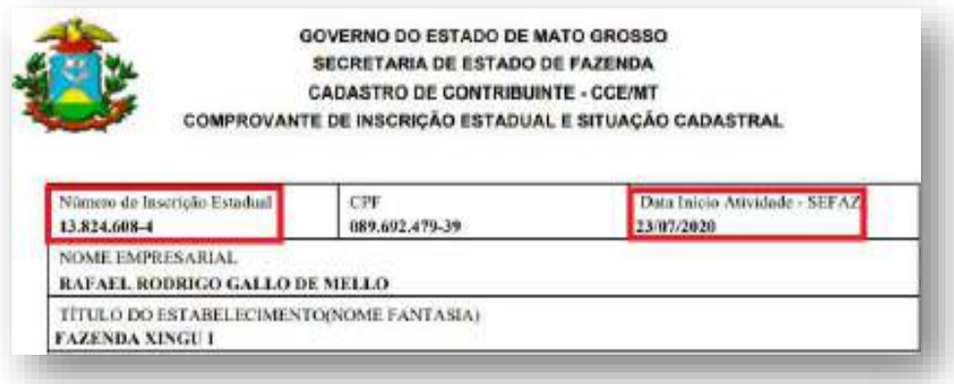


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.561.877-0	064.020.619-05	19/11/2014

NOME EMPRESARIAL
MARCO ANTONIO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA SAO FRANCISCO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE - CCE/MT
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E SITUAÇÃO CADASTRAL

Número de Inscrição Estadual	CPF	Data Início Atividade - SEFAZ
13.824.608-4	089.692.479-39	23/07/2020

NOME EMPRESARIAL
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO(NOME FANTASIA)
FAZENDA XINGU I

50. Assim, desde já informam os Requerentes que preenchem os requisitos legais exigidos e que neste ato se apresenta o rol de documentos já levantados e em complementação aos que acompanharam a inicial da cautelar antecedente, para dar robustez ao pedido e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

comprovar não apenas sua viabilidade, como a assertiva de que preenche tais requisitos.

51. Ainda, desde a cautelar antecedente, os requerentes já apresentaram Declaração Falimentar em cumprimento ao que dispõe o inciso I, do art. 48, com a declaração de não terem sido falidos. **(ID 124898060)**

52. Passo seguinte, em complementação a tais documentos, os Requerentes ainda já apresentaram suas inscrições estaduais, preenchendo assim os requisitos exigidos pelo art. 48 da Lei 11.101/05, vez que exercem sua atividade rural há muito mais que os 02 (dois) anos exigidos por lei **(ID 124897196)**.

V - DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 51 DA LEI 11.101/2005.

a) Inciso I - da exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira: abaixo descrição.

53. Em cumprimento ao requisito do Inciso I do art. 51 da Lei 11.101/2005, segue abaixo um breve histórico das razões que levaram os Requerentes a ingressarem com o presente pedido.

54. Tratam-se os Requerentes de grupo familiar de origem do estado do Paraná, onde desde 1975 os irmãos Sidney e Edson já exerciam a atividade agrícola com o plantio de soja e milho na região de Maringá/PR.

55. Foi em Maringá/PR que constituíram suas famílias, onde Sidney se casou com Mara e Edson com Vera, aqui também Requerentes. Da relação entre Edson e Vera, vieram os filhos Rafael e Marco que, se espelharam no pai e, já na vida adulta, também se enveredaram para o cultivo das *commodities*.

56. Desde sempre o grupo familiar maneja o plantio dos grãos conjuntamente, inicialmente, como dito no estado do Paraná e,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

com o passar dos anos, alçando voos maiores, através de arrendamento, onde **em 2014 iniciaram o cultivo também no Estado do Mato Grosso, na cidade de Campinápolis, cerca de 640 hectares.**

57. Quando chegaram naquela região identificaram a necessidade de preparar a terra e corrigir o solo, com isso, obtendo êxito, conseguiram em 2015 aumentar sua área de cultivo para cerca de 1.000 hectares.

58. Felizmente, foi uma época em que o clima era propício e permitiu que o Grupo Familiar fosse crescendo de maneira organizada, aproveitando para reinvestir os resultados na abertura/arrendamento de novas áreas.

59. Com o advento e disseminação da técnica do plantio direto, os Requerentes passaram a ter acesso a máquinas e implementos que possibilitaram incrementos significativos de produtividade, o que proporcionou um retorno econômico positivo sobre os investimentos e esforços realizados.









Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17



60. Contudo, o produtor rural, nunca aguarda o caso fortuito/força maior, relacionado diretamente a sua produção, onde sua instabilidade impacta diretamente na produção agrícola de uma maneira geral, positiva ou negativamente, não sendo diferente com os Requerentes que, no decorrer dos anos, principalmente em 2015 sofreram com a seca da região e baixa produtividade daquele ano, entretanto, o novo prejuízo não será suportado nas presentes condições, sem que haja a intervenção legal apta a viabilizar a superação da crise ora instalada.

61. Não apenas isso, mas são vários os obstáculos sofridos pelo produtor rural que a cada fase da produção encontra um empecilho a vencer. No caso dos Requerentes, estes, em 2017 após a colheita de toda sua produção e armazenagem, sofreram com um arresto da safra daquele ano com os grãos ainda dentro do armazém, arresto este que não foi contra os Requerentes, mas sim em face do dono do armazém, onde por um equívoco o soja dos Requerentes que ali estavam também foram arrestados, causando enormes prejuízos em sua receita naquela ano em cerca de 24 mil sacas.

62. Com o decorrer dos anos, os Requerentes analisaram aquele solo em que atuavam e concluirão que na safrinha a região

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

pecava numa produtividade satisfatória, sendo necessária a busca de uma área com mais índice pluviométrico.

63. Foi então que em 2020 encontraram uma área de cultivo para arrendamento na região de Santa Cruz do Xingu/MT, próximo a Vila Rica/MT, cuja área de 2.200 hectares necessitou de alto investimento, vez que em sua maioria estava abarrotada de vegetação prejudiciais a semeadura, que necessitavam de remoção para início dos trabalhos.

64. Na mesma época naquela região o armazém Indiana Agro (Recuperação Judicial – frustrada) também sofreu arresto ao qual parte da produção dos Requerentes, que ali estava depositada fora levada conjuntamente, ocasionando em prejuízos demasiados.

65. Como dito, entre uma safra e outra, todo e qualquer produtor rural encontra dificuldades que acabam por não produzir a contento, e isso não seria diferente com os Requerentes que, além dos arrestos de terceiros sofridos que acabaram por atingi-los, o fator clima/tempo impacta de uma maneira ou outra na mencionada produção.

66. Nessa nova área de plantio, por exemplo, logo no primeiro ano, os Requerentes se depararam com fortes chuvas o que prejudicou sobremaneira a colheita dos grãos, contudo, em contrapartida, no segundo ano fez-se necessária a abertura do restante da área, aumentando assim o seu cultivo, passando de 1.000 hectares, para 2.000 hectares.

67. No mesmo ano fora adquirido pelos Requerentes novo arrendamento, desta vez em São Félix do Araguaia, cuja área total era de 1600 hectares, onde apenas 187 hectares eram de plantio consolidado. Ainda nesta área fora necessário á época se investir na infraestrutura da fazenda, seja nas casas, cantina, poço artesiano e barracão.

68. Mesmo com todo investindo e abrindo mais 330 hectares de sua capacidade, ainda assim a produção daquele ano não foi

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

satisfatória, posto que o plantio se deu tardiamente, e ainda ocorreu o ataque de pragas, qual seja a mosca branca.

69. Somado a isso, nessa mesma área ainda ocorrera um desafio administrativo, posto que 1600 hectares possuía um embargo ambiental de 2013, fato que impediu a movimentação do cultivo, já que não se conseguia gerar a inscrição estadual, tampouco se emitir nota fiscal, o que inviabilizou o negócio, sendo necessário a entrega da área para terceiros.

70. Em 2022 com o fim do contrato de alguns arrendamentos (parte) em Campinápolis/MT, os proprietários pleitearam a área de volta, não renovando tais instrumentos e, na área ainda atuante, os Requerentes sofreram com as chuvas, perdendo a qualidade do grão produzido, onde a soma desses fatores levaram os requeres a atual crise que se enfrenta.

71. O fator clima ainda afetou os Requerentes em 2023, tendo em vista as chuvas que se deram na região do Xingu, o que ocasionou a perda ao equivalente a 550 hectares de soja. Nesse ínterim, foi arrendado ainda outra área em Vila Rica de 760 hectares de pastagem, conseguindo abrir ainda mais 350 hectares.

72. Contudo, com o plantio tardio devido ao clima, sofreram ainda nesta área com o ataque da mosca branca e muitas chuvas na fase de colheita, o que ocasionou resultados deficitários para o grupo. Devido a seca, tanto em Campinápolis, quanto em Santa Cruz do Xingu, a produção da safrinha não se deu como planejada.

73. Por duas principais e inesperadas razões: a) a quebra da produtividade esperada, ocorrida por força de condições climáticas; b) a queda abrupta dos valores vinculados aos grãos que representa até o momento a cerca de 43% ante ao mesmo período do ano passado.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

AGRONOTÍCIAS

Preço do milho em Mato Grosso acumula queda de 43% no semestre, constata instituto

31/07/2023 17:48

*https://www.sonoticias.com.br/agronoticias/preco-do-milho-em-mato-grosso-acumula-queda-de-43-no-semestre-constata-instituto/

74. Diante desse cenário, buscaram os Requerentes a renegociação de seus contratos, entretanto, esbarraram nas tentativas que restaram infrutíferas ao ponto de, conforme já informado nesta inicial, já haver pedido de arresto deferido em face do grupo familiar manejado pela credora Rural Brasil Ltda., visando o bloqueio de 160 mil sacas de milho da atual safra de milho.

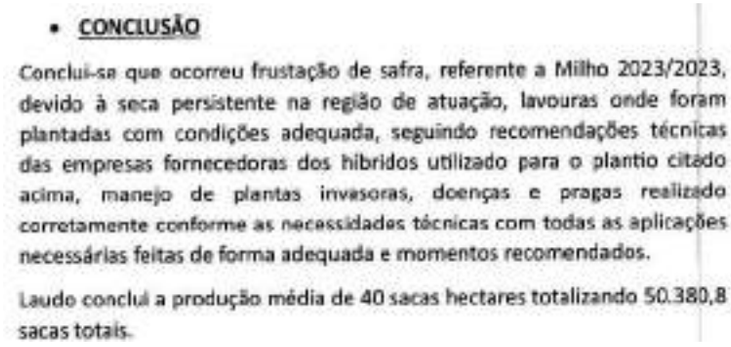
75. **Tal fato, o reconhecimento da existência de caso fortuito/força maior, ocorrido nas áreas de cultivos do Grupo Requerente, foi inclusive objeto de reconhecimento pela credora Rural Brasil Ltda**, na ação cautelar n.º 5425690-61.2023.8.09.0093, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, ao destacar que, com o cumprimento do arresto já deferido, a credora não conseguiria arrestar a totalidade dos grãos ante a frustração da safra **(ID 124897210)**:

> Ademais, conforme laudo de monitoramento formalizado por prepostos da requerente, a produção de milho na lavoura será bem menor do que aquela prevista na CPR, de modo que, ainda que os requeridos colham toda a produção e a entreguem em favor da requerente, esta não irá receber aquilo que lhe é devido.

76. Não obstante, os próprios Requerentes promoveram a confecção de laudo complementar a da própria credora, a fim de constatar a frustração da presente safra que assim restou concluído (ID 124898062):

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

Município – Santa Cruz Xingu/MT

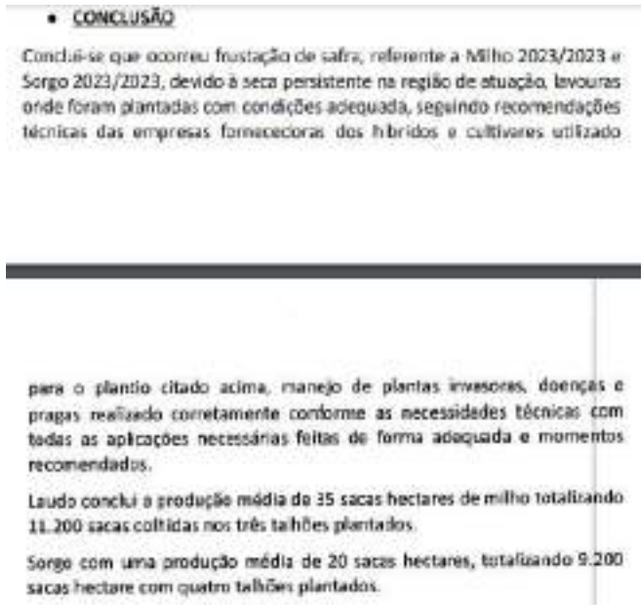


- **CONCLUSÃO**

Conclui-se que ocorreu frustação de safra, referente a Milho 2023/2023, devido à seca persistente na região de atuação, lavouras onde foram plantadas com condições adequada, seguindo recomendações técnicas das empresas fornecedoras dos híbridos utilizado para o plantio citado acima, manejo de plantas invasoras, doenças e pragas realizado corretamente conforme as necessidades técnicas com todas as aplicações necessárias feitas de forma adequada e momentos recomendados.

Laudo conclui a produção média de 40 sacas hectares totalizando 50.380,8 sacas totais.

Município – Campinápolis/MT



- **CONCLUSÃO**

Conclui-se que ocorreu frustação de safra, referente a Milho 2023/2023 e Sorgo 2023/2023, devido à seca persistente na região de atuação, lavouras onde foram plantadas com condições adequada, seguindo recomendações técnicas das empresas fornecedoras dos híbridos e cultivares utilizado para o plantio citado acima, manejo de plantas invasoras, doenças e pragas realizado corretamente conforme as necessidades técnicas com todas as aplicações necessárias feitas de forma adequada e momentos recomendados.

Laudo conclui a produção média de 35 sacas hectares de milho totalizando 11.200 sacas colhidas nos três talhões plantados.

Sorgo com uma produção média de 20 sacas hectares, totalizando 9.200 sacas hectare com quatro talhões plantados.

77. Não apenas isso, mas nesse ínterim, após a propositura da cautelar antecedente, foi possível constatar a existência de outra Ação de Arresto movida pela mesma credora Rural Brasil Ltda. tombada sob o n.º 5427449-60.2023.8.09.0093 em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, conforme já informado nestes autos em **ID 125908891**.

78. Certo é que atualmente os Requerentes cultivam grãos por cerca de **5.162 hectares (safra soja)** nas Comarcas de Campinápolis/MT, Santa Cruz do Xingu/MT, Vila Rica/MT e Maringá/PR, sendo assim plenamente viáveis para superação da crise ora

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

vivenciada, conforme ilustração abaixo retificada, conforme se extrai do laudo da constatação prévia, em sua primeira fase.

79. Importante destacar que inicialmente a quantidade de hectares mencionada para exploração foi menor do que a realmente foi apurada e que equivocadamente constou na inicial da cautelar, o que desde já se retifica, com a seguinte ilustração:

RELAÇÃO DAS ÁREAS DE CULTIVO				
FAZENDAS	COMARCA	MATRÍCULAS	HECTARE	AREA DE CULTIVO
Fazenda Xingu I, II, III, IV	Santa Cruz do Xingu/MT	6341	4.997,55	2.200
Fazenda Glorificada	Santa Cruz do Xingu/MT	8918/7636	351,03	210
Fazenda São Francisco	Campinápolis/MT	3	2539,3	825
Fazenda Vale do Piau	Campinápolis/MT	554	2612,1	282
Fazenda Boa Vista	Campinápolis/MT	230	2.757,30	415
Lotes Rurais 33, 34 e 32 A	Santa Cruz do Xingu/MT	8.062/8.063/8.917	255,02	88,6
Fazenda Atlanta	Vila Rica/MT	6385/6386	1.916,09	350
Fazenda Santiago	Santa Cruz do Xingu/MT	5484/5485	1.792,44	397,85
Sitio Pitanga	Maringá/PR	1615	24,2	24,2
Fazenda Santa Maria Goretti	Maringá/PR	1454	140,7	109
Gleba Ribeirão Maringá	Maringá/PR	6998	12,19	12,19
Gleba Ribeirão Maringá	Maringá/PR	8704/322/24475/347/399	199,11	169,4
Sitio Centenário	Maringá/PR	139/140	72,6	53,4
Sitio 08 Irmãos	Maringá/PR	66	26,1	25,41
		TOTAL	17.695,77	5.162

80. Importante registrar, que os Requerentes em momento algum pretendem se esquivar de suas obrigações, mas sim, apoiados na Lei vigente, possibilitar que possam negociar de forma justa e conjunta sob o crivo do judiciário e o permissivo dos credores, **sem que seja encerrada de forma abrupta as atividades que são desenvolvidas por mais de 40 (quarenta) anos.**

81. Assim inegável a existência de um passivo que demonstra a crise econômico-financeira, que claramente coloca em risco a atividade econômica desenvolvida pelos Requerentes, necessitando se socorrer do Art. 47 da LRF.

82. Pelo exposto, imperioso é a necessidade dos Requerentes em se socorrerem do instituto da Recuperação Judicial, a fim de que possam conjuntamente com seus credores, renegociar seu passivo, protegendo seu ativo até que possa entrar em acordo para assim se manter no mercado e consequentemente se restabelecer no atual cenário.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

b) **Inciso II – demonstrações contábeis: (DOC. 04).**

c) **Inciso III - a relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos: ID 124898065** – Em cumprimento ao que dispõe este inciso e ao que dispõe o art. 69-G, §1º ambos da Lei 11.101/2005.

d) **a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento:** DOC. 04 – junta-se nova lista, posto que equivocadamente 2 funcionários ficaram de fora da listagem apresentada em ID 124898066, o que se requer a substituição.

e) **certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores –** ID 124898068 e ID 124897192

f) **a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor –** ID 124898046 – para cumprimento desta exigência, se junta o Imposto de Renda dos Requerentes.

g) **os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras –** ID 124898069

h) **certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial –** ID 124898075

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

i) a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados – ID 124898077, 124898079, 124898081 – Neste ato se junta tanto a declaração de ações assinada pelos Requerentes, quanto as certidões de ações extraídas dos fóruns competentes.

j) o relatório detalhado do passivo fiscal – ID 124898082

k) a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei – ID 124898084.

VI - MEDIDAS URGENTES NECESSÁRIAS A PERMITIR AS OPERAÇÕES REGULARES DOS REQUERENTES – ATÉ DELIBERAÇÃO DOS CREDORES.

83. Uma vez cumprido os requisitos elencados pela Lei 11.101/2205, o deferimento do processamento da presente recuperação judicial é medida necessária.

84. Além do deferimento, outras medidas devem ser concedidas por este D. Juízo, a fim de que possa oportunizar o fortalecimento da restruturação a ser perseguida nestes autos.

85. A própria LRF estipula que, atendida a exigência no que tange à apresentação da documentação, o Juiz deferirá o processamento da recuperação e ordenará a suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas em desfavor dos Requerentes (inciso III do artigo 52, Lei 11.101/2005).

86. Necessária se faz a suspensão da exigibilidade dos créditos anteriores ao presente pedido, na forma do Art. 49 da LRF.

87. A fim de evitar o agravamento da crise econômico-financeira em que se encontram os Requerentes, não menos importante

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

é a necessidade de preservar seu ativo no presente momento, até que seja dada a oportunidade de levar a efeito a aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

VII – FATO NOVO – DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE ENSEJA NOVA DECISÃO ACERCA DOS GRÃOS OBJETO DE GARANTIAS ESSENCIAIS AO PROSSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES DOS REQUERENTES.

88. A fim de evitar o agravamento da crise econômico-financeira em que se encontram os Requerentes, não menos importante é a necessidade de preservar seu ativo no presente momento, até que seja dada a oportunidade de levar a efeito a aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

89. Excelência, diante de toda narrativa já exposta nestes autos, resta cristalino o fato de que deve este juízo deferir o pedido de processamento de recuperação judicial em favor dos Requerentes, eis que estes preencheram todos os requisitos legais exigidos.

90. Nesse ínterim, como se pode levar certo tempo para apurar toda a quantidade de bens/grãos/imóveis/maquinários que de fato são imprescindíveis às atividades dos Requerentes até a finalização do parecer da Administração Judicial, é de rigor que DE OFÍCIO, este juízo, assim como fez na decisão que deferiu a cautelar antecedente, determine que os grãos e outros bens imprescindíveis às atividades do Grupo Mello, estejam sob sua guarda, depositados neste juízo: **"até que seja deliberado acerca do processamento da recuperação judicial"**, vejamos:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

Feitas a todas essas considerações, sem mais delongas, diante da possibilidade de antecipação dos efeitos do *stay period*; diante da presença da probabilidade do direito invocado pelos requerentes; e diante da existência de risco ao resultado útil do processo **DETERMINO A SUSPENSÃO DA DECISÃO CAUTELAR DEFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 5425690-61.2023.8.09.0093, EM TRÂMITE NA 1ª VARA CÍVEL DE JATAÍ/GO - FICANDO, NAQUELES AUTOS, PROIBIDA A EXPROPRIAÇÃO DE VALORES E BENS DE PROPRIEDADE DOS REQUERENTES** - até que seja deliberado acerca do processamento da recuperação judicial ou proferida outra decisão sobre o ponto.

91. De antemão, tão logo entenda este D. Juízo pelo deferimento do pedido de processamento da ação de recuperação judicial dos Requerentes que aqui se faz, tratando-se de nova decisão, sob a ótica da completude da documentação e do processamento recuperacional, na forma da decisão anteriormente proferida em sede cautelar, restará perdido o objeto buscado nos autos do Agravo de Recurso de Instrumento n.º 1018995-61.2023.8.11.0000 em tramite na 2ª Câmara de Direito Privado do TJMT, frente ao deferimento aqui decidido e não mais cautelar, isso porque conforme constou da decisão liminar outrora deferida, o risco apontado residiria na probabilidade de indeferimento do processamento do presente pedido, que uma vez entendendo este D. Juízo pelo deferimento do processamento, restará ultrapasso o risco, perdendo objeto em face da nova decisão, nos termos da jurisprudência do E. TJ-MT.

Aliás, a situação pode ser mais grave ainda, principalmente se a futura ação de recuperação judicial for indeferida pela ausência dos requisitos legais.

92. O necessário restabelecimento da suspensão do arresto em curso, jamais colocará em risco os credores, posto que todo o controle e gerenciamento, alienação deverá para anteriormente pelo crivo deste juízo, assim como já determinado em outra oportunidade, devendo ser determinada a suspensão dos atos de constrição ocorridos nas ações 5425690-61.2023.8.09.0093, em trâmite na 1ª Vara Cível da

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

Comarca de Jataí/GO, e 5427449-60.2023.8.09.0093 em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, até ulterior deliberação, e após manifestação da Administração Judicial a ser nomeada, em caso de deferimento do processamento do presente pedido, tudo nos termos da jurisprudência do E. TJMT.

VIII - OUTRAS MEDIDAS URGENTES PARA MANUTENÇÃO DE BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EM POSSE DOS REQUERENTES – DA QUEBRA DE SAFRA E DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 1018995-61.2023.8.11.0000 EM TRÂMITE NA 2ª CAMARA DE DIREITO PRIVADO DO TJMT INTERPOSTO PELA CREDORA RURAL BRASIL LTDA E O ACORDÃO RETIRADO DO RAI 1018220-80.2022.8.11.0000 – TAMBÉM DA 2ª CAMARA DE DIREITO PRIVADO DO TJMT

93. De outra banda, necessário se faz seja deferido de plano na decisão que deferir o processamento da recuperação, medida que impeça a retirada de bens essenciais à atividade dos Requerentes pelo prazo de 180 dias, conforme previsto no art. 49, parágrafo 3º da Lei 11.101/2005, que no presente caso concreto tratam-se dos bens imóveis e móveis relacionados a atividade rural, dos quais são a única fonte de receita dos Requerentes, estes dos quais encontram-se listados junto ao **(ID 124898084).**

94. Não apenas isto, mas toda a safra de milho/soja produzida em 2023 necessita permanecer na posse dos Requerentes, ainda que depositada judicialmente como restou determinado na decisão que deferiu a cautelar antecedente em ID 179109173.

95. Em que pese a credora Rural Brasil Ltda, tenha interposto recurso de agravo de instrumento no TJMT, o qual obteve a concessão de efeito suspensivo, suas razões de agravo está arraigada de omissões as quais induziram aquele juízo em erro, e que os Requerentes buscam sua reanálise através de embargos de declaração **(Doc. 05)**.

96. Isso porque, a credora Rural Brasil, **até a presente data**, sequer se habilitou nestes autos, a fim de obter conhecimento

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

das razões iniciais e documentos (dezenas) que levaram a decisão aqui proferida, não levando ao conhecimento do Tribunal *ad quem* o conteúdo da inicial da cautelar destes autos.

97. Omitiu as razões do pleito dos Requerentes perante este juízo, juntou documentos extraídos de outros autos (os arrestos por ela manejados), razões estas que ensejaram o deferimento da cautelar aqui concedida e que se faz necessária ser mantida.

98. Tanto é verdade que um dos arrestos sequer ainda foi objeto de análise por este juízo – autos n.º 5427449-60.2023.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, caso em que, SEQUER FOI OBJETO DE SUSPENSÃO POR ESTE JUÍZO NA DECISÃO QUE DEFERIU A CAUTELAR ANTECEDENTE PREPARATÓRIA DE RJ.

99. Dito isso Excelência, o recurso da credora em questão basicamente foi fundamentado pelo que dispõe o art. 11 da Lei 8.929/04, através da redação dada pela Lei 14.112/20:

> "Art. 11. Não se sujeitarão aos efeitos da recuperação judicial os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR com liquidação física, em caso de antecipação parcial ou integral do preço, ou, ainda, representativa de operação de troca por insumos (barter), subsistindo ao credor o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente da cédula ou de qualquer terceiro, salvo motivo de caso fortuito ou força maior que comprovadamente impeça o cumprimento parcial ou total da entrega do produto. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)

100. Diante de tal dispositivo, a credora Rural Brasil discorreu, em suma, que seu crédito por ter garantia em CPR física, não se submeteria aos efeitos da recuperação judicial pretendida, o que fez com que o Tribunal ad quem "abraçasse a causa" deferindo efeito suspensivo ao referido recurso, indo de encontro até mesmo à outras decisões proferidas por aquela mesma Câmara, como restou discorrido em sede de Aclaratórios.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

101. Entretanto, acabou por induzir o E. Tribunal em erro, considerando que sequer este juízo havia decidido sobre a essencialidade ou não dos grãos naquele momento, entendendo tão somente pela medida cautelar a fim de impedir o desfazimento, mantendo apenas os Requerentes como depositários.

102. Isso porque, nos termos da jurisprudência do TJ-MT, sendo o crédito concursal ou extraconcursal, o crédito da credora Rural Brasil Ltda jamais poderia ter sido objeto de análise neste momento processual eis que via eleita inadequada.

103. Lado outro, ainda sobre as omissões realizadas pela credora/Agravante em sede de Agravo de Instrumento, deixou de mencionar em suas razões fator crucial para se determinar em momento oportuno a concursalidade ou não de seu crédito, qual seja o fato da ocorrência de QUEBRA DE SAFRA JÁ MENCIONADA E COMPROVADA NA INICIAL DA CAUTELAR DESTES AUTOS.

104. Contudo, o número de grãos ali garantidos e perseguidos pela credora não reflete a realidade da safra de milho deste ano a qual os Requerentes realizaram como resultado da colheita.

105. Como dito no histórico acima e na inicial da cautelar destes autos, mencionado fato é de ciência inclusive da credora, que mencionou tal quebra em sua inicial de arresto:

> **Ademais, conforme laudo de monitoramento formalizado por prepostos da requerente, a produção de milho na lavoura será bem menor do que aquela prevista na CPR, de modo que, ainda que os requeridos colham toda a produção e a entreguem em favor da requerente, esta não irá receber aquilo que lhe é devido.**

106. Isso por que os mesmos eram sabedores de que a safra da qual advém a garantia outrora ofertada, teve como fator climático adverso, ocasionado a SIGNIFICANTE QUEBRA DE SAFRA, fato claramente descrito na cautelar de arresto movida pela credora no TJGO, aqui já anexada em ID 124897210.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

107. Ora Excelências, a CPR sendo garantida outrora pela quantia de 160.000 (cento e sessenta mil) sacas de milho em determinada área, ao final da colheita produziu menos da metade – 79.416 sacas na área objeto – o que demonstra de forma incontroversa EVIDENTE A QUEBRA - como informado pela credora nas razões recursais (parágrafo 19), vejamos:

> Realizamos o monitoramento da propriedade no dia **13/08/23** no período diurno. Foi verificado atividade de colheita no talhão 6 e houve enchimento do silo bolsa nº 25. O volume estimado presente nos silos bolsas era de 4.765.000,00 kg (79.416,67,00 sacas de 60 kg de milho).

108. Lado outro, os Requerentes, tendo conhecimento da quebra de safra, trouxe a estes autos logo na inicial laudo comprovando o alegado (ID 124898062), laudo ao qual complementou as informações dadas pela credora em sua inicial de arresto – repita-se: OMITIDO AO TRIBUNAL *AD QUEM!*

109. Deste modo, como reconhecido pela credora em questão, a colheita dos grãos até então realizada não é capaz de liquidar *in totum* o crédito em questão, dada a quebra de safra que por condições adversas ocorrera naquela região.

110. Nesse sentido, arguir que a CPR física não se submete aos efeitos recuperacionais, consoante ao que dispõe o art. 11 da Lei 8.929/94, tem impedido que os Requerentes possam comprovar no Tribunal *ad quem* a exceção constante da parte final do dispositivo legal supracitado:

> Art. 11. Não se sujeitarão aos efeitos da recuperação judicial os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR com liquidação física, em caso de antecipação parcial ou integral do preço, ou, ainda, representativa de operação de troca por insumos (barter), subsistindo ao credor o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente da cédula ou de qualquer terceiro, **salvo motivo de caso**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

fortuito ou força maior que comprovadamente impeça o cumprimento parcial ou total da entrega do produto.

111. Ora, por motivos alheios à vontade dos Requerentes, o arresto, se assim for permitido, jamais satisfaria a integralidade dos títulos pertencentes à credora Rural Brasil, afastando assim a extraconcursalidade do crédito perseguido.

112. Tal instrução com fito de apuração comprobatória deverá ser realizada nestes autos, após angularização processual, sobre o crivo da ampla defesa e contraditório das partes e de todos interessados.

113. Ainda que assim não fosse, havendo quebra de safra e, devidamente constatado tal assertiva, o credor deixará de ser extraconcursal, para se submeter aos efeitos da Lei 11.101/2005, ante a parte final disposta no art. 11 da Lei 8929/94 vista alhures.

114. Somado a isso, pende a análise da constatação prévia determinada nestes autos em duas etapas onde deverá constatar o que aqui está sendo abordado.

115. Fato é que se faz necessária a concessão da medida, posto que, assim que reconhecido que os Requerentes preenchem todos os requisitos legais exigidos para o deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial, tal crédito será discutido em momento oportuno.

116. Uma vez deferido o processamento do pedido de Recuperação Judicial, afasta-se a situação elencada na decisão do RAI que atacou a decisão cautelar, vez que os requisitos restaram então preenchidos, vejamos:

Aliás, a situação pode ser mais grave ainda, principalmente se a futura ação de recuperação judicial for indeferida pela ausência dos requisitos legais.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

117. Assim sendo Excelência, sendo deferido o presente pedido e devidamente reconhecida a quebra de safra demonstrada, não há porque tais grãos sejam mantidos depositados nestes autos, conforme inicialmente determinado, até que sobrevenha nova decisão acerca do assunto, inclusive sobre a concursalidade ou não de qualquer crédito constante da lista de credores, ora apresentada.

118. Para isso, nos termos da mais recente jurisprudência do E. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em julgado proferido pela 2º Câmara de Direito Privado, julgado em 26.04.2023 (*mesma câmara preventa ao julgamento do presente feito),* nos autos do RAI 1018220-80.2022.8.11.0000, contra decisão proferida por este Juízo em outro feito recuperacional, restou decidido de forma unânime, que a essencialidade e concursalidade deve ser verificada caso a caso, vejamos:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DECISÃO QUE RESTABELECEU A ANTERIOR E DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO DOS AGRAVADOS, **BEM COMO PROIBIU A EXPROPRIAÇÃO DE VALORES E BENS, CUJA ESSENCIALIDADE SERÁ ANALISADA CASO A CASO – QUESTÃO DE ESSENCIALIDADE E DE CONCURSALIDADE QUE NÃO FOI ANALISADA PELO JUÍZO RECUPERACIONAL** – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – DECISÃO MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
>
> O recurso não comporta provimento, pois a discussão sobre a concursalidade do crédito e essencialidade do objeto de garantia ainda pende de posicionamento pelo juízo universal.
>
> Por conseguinte, a antecipação de qualquer pronunciamento a respeito do tema configura nítida supressão de instância, retirando das partes o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, que foi garantido pelo juízo de piso na parte final da decisão interlocutória recorrida.
>
> O art. 8º e ss da Lei 11.101/2005 estabelece o procedimento escorreito para resolução da divergência, motivo pelo qual sua supressão implicaria violação reflexa à garantia do devido processual, insculpido no art. 5º, LIV, da CF/88.
>
> Assim, afigura-se prematuro e violador do princípio do duplo grau de jurisdição incursionar nas providências a serem adotadas após o encerramento do "stay period", vez que não há posicionamento sobre tal questão conferido pelo juiz natural da causa e, durante o

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

processamento do pedido recuperacional, podem surgir fatos e/ou argumentos que viabilizem o imediato encerramento ou prorrogação da blindagem.

(N.U 1018220-80.2022.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO DE MORAES FILHO, Segunda Câmara de Direito Privado, Julgado em 26/04/2023, Publicado no DJE 28/04/2023) (DOC 06)

115. **E assim nos termos do recentíssimo julgado em questão, requer seja, em caso de deferimento do presente processamento, determinado a Administração Judicial nomeada, a realização de documento que ateste ou não a essencialidade dos grãos objeto de produção pelos Requerentes no corrente ano, especialmente junto a safra de milho 2023, ainda que pendente de julgamento nestes autos sobre a concursalidade ou não de crédito até a data da distribuição da presente, nos termos do julgado de número 1018220-80.2022.8.11.0000 do E. TJ-MT da 2º Câmara de Direito Privado, julgado em 26.04.2023**

IX - DA ESSENCIALIDADE DOS GRÃOS AO PROSSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES DOS DEVEDORES – COMPETÊNCIA DO JUÍZO RJ – AINDA QUE EXTRACONCURSAL.

116. Excelência, não é forçoso novamente expor, que a ordem de arresto proferida pelos juízos individuais, já suspensas em sede de cautelar antecedente preparatória a este pedido, representa um verdadeiro congelamento de quase totalidade da produção agrícola dos Requerentes – e que se mantida, contraria os princípios norteadores a os dispositivos contidos na Lei 11.101/2005, sobretudo quanto ao elencado pelo Art. 47 da LRF - vez que atacam a totalidade do resultado do trabalho (colheita dos grãos) dos quais são imprescindíveis para manutenção da atividade desempenhada.

117. Vejamos que a essencialidade de grãos, como sustentação da atividade de produtores rurais como os Requerentes, sendo reconhecida como principal moeda de troca capaz de alavancar a atividade, evitando que ocorra a bancarrota, já foi reconhecida pelo

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

TJMT, onde em recurso tramitado na Câmara preventa a estes autos assim decidiu:

> "Se, de acordo com a manifestação do administrador judicial, a **soja cultivada e colhida pelo recuperando agravado é a base de sustentação de sua atividade financeira e a principal moeda de troca capaz de fazer o seu negócio alavancar, evitando que vá à bancarrota**, deve ser mantida a ordem de suspensão da execução e desconstituição do arresto do produto na execução de título extrajudicial embasada em contrato firmado antes do deferimento da recuperação judicial do executado.-
>
> **(TJ-MT 10073853320228110000 MT, relator: MARILSEN ANDRADE ADDARIO, data de julgamento: 8/6/2022, 2ª Câmara de Direito Privado, data de publicação: 16/6/2022)"**

118. Não questionando no presente momento a sujeição ou não de qualquer crédito aos efeitos da recuperação judicial, o fato que não poderá ser desconsiderado por este juízo, é que segundo entendimento consolidado e recente do Superior Tribunal de Justiça, somente será possível o ato de constrição, quando estes não recaiam sobre medidas que não causarão impacto ao sucesso do procedimento recuperacional, o que não é o caso em questão, onde uma única credora – RURAL BRASIL LTDA. – poderá obter a totalidade dos resultados da safra de milho dos Requerentes, ainda que tendo havido a QUEBRA DE SAFRA.

> 4. O acórdão do Tribunal paulista está de acordo com a jurisprudência da Segunda Seção de que o crédito **extraconcursal não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial, mas o juízo universal deverá exercer controle sobre os atos de constrição do patrimônio, que analisará a essencialidade do bem para o soerguimento da empresa.**
>
> **(AgInt no CC n. 183.978/RJ, relator Ministro Moura Ribeiro, Segunda Seção, julgado em 8/3/2023, DJe de 11/5/2023.)**

119. Nesse contexto, não existem dúvidas acerca do quão prejudicial é o prosseguimento dos arrestos perseguidos, indo de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

encontro ao objetivo principal da tentativa de soerguer a atividade dos Requerentes, desempenhadas por quase 50 (cinquenta) anos.

X - DO VALOR DA CAUSA E RECOLHIMENTO DAS CUSTAS JUDICIAIS.

120. Excelência, no presente momento impossível calcular o proveito econômico a ser obtido com o presente feito, vez que a questão deve ser analisada posteriormente após o crivo dos credores.

121. Diante do exposto, esclarecendo que quanto ao pedido de Recuperação Judicial - (no estado de MT), requer na forma do Art. 468, § 6 e 7§ da CNGC DO TJMT, seja concedido o parcelamento das custas judicias em 6 (seis) parcelas mensais.

122. Tal fato já foi reconhecido por este juízo em sede de deferimento da cautelar antecedente e o que se requer é a reiteração de tal determinação para que as custas sejam devidamente atualizadas e parceladas, conforme acima exposto.

XI – CONCLUSÃO.

123. Assim sendo Excelência, tem-se por atendido o quanto dispõe o Art. 319 do NCPC, aplicado a norma por força do Art. 189 da Lei. 11.101/2005, assim bem como os requisitos elencados nos Art. 48 e 51 da Lei especial de Recuperação e Falência. Passando a requerer respeitosamente à Vossa Excelência.

XII - DOS REQUERIMENTOS.

124. Diante do exposto, requer seja deferido o processamento do presente pedido de recuperação judicial em favor dos Requerentes listados no preâmbulo da presente peça e da inicial da cautelar antecedente em conjunto face ao grupo econômico e familiar descrito no presente, reconhecendo para aplicação a consolidação processual

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

e substancial apontada alhures, nomeando administrador judicial na forma do Art. 21 e 24 da Lei Recuperacional.

125. Em seguida, requer seja ordenada a suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas contra os requerentes, bem como a suspensão de todas as ações e execuções dos credores particulares dos sócios das mesmas, por força do que dispõe o § 4º e § 5º do artigo 6º da Lei n. 11.101/2005.

126. Em seguida, requer seja ordenada a suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas contra os requerentes, bem como a suspensão de todas as ações por força do que dispõe o § 4º e § 5º do artigo 6º da Lei n. 11.101/2005.

127. **De forma específica requer seja determinada a suspensão dos atos de constrição ocorridos nas ações 5425690-61.2023.8.09.0093, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, e 5427449-60.2023.8.09.0093 em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, até ulterior deliberação**, e após manifestação da Administração Judicial a ser nomeada nestes autos. Ao tempo da deliberação deste Juízo, acaso já efetivado ou parcialmente efetivado o arresto em comento, requer seja determinando a credora em questão a impossibilidade de desfazimento dos grãos sem autorização deste D. Juízo, até ulterior deliberação, devendo informar a totalidade dos grãos arrestados, bem como a localização da armazenagem.

128. **Requer nos termos do recentíssimo julgado pelo E. TJ-MT, seja, em caso de deferimento do presente processamento, determinado a Administração Judicial nomeada, a realização de documento que ateste ou não a essencialidade dos grãos objeto de produção pelos Requerentes no corrente ano, especialmente junto a safra de milho 2023, ainda que pendente de julgamento nestes autos sobre a concursalidade ou não de crédito até a data da distribuição da presente, nos termos do julgado de número 1018220-80.2022.8.11.0000 do E. TJ-MT da 2º Câmara de Direito Privado, julgado em 26.04.2023 e, nesse ínterim, se mantenham os grãos**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

depositados nestes atos, assim como na decisão que deferiu a cautelar antecedente.

129. Não menos importante, requer seja determinado o impedimento de desfazimento de qualquer bem essencial às atividades dos Requerentes, em especial, o sobrestamento de qualquer ato expropriatório ou que retire da posse dos devedores, bens, GRÃOS e equipamentos essenciais às suas atividades enquanto durar a presente Ação, ou período em que estiver vigente o *stay period*, como medida de evitar a retirada de seus principais ativos, (entre eles grãos e maquinários) dos quais estão diretamente ligados ao objeto de produção rural dos Requerentes.

130. Ato seguinte, requer seja oficiada a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso para que efetuem a anotação nos atos constitutivos dos requerentes para que seja anotada a expressão EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

131. Para que seja ampla a publicidade destes autos, requer a intimação do r. representante do Ministério Público, oficiando a Fazenda Pública Estadual, Municipal e Federal, bem como que seja determinada à expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei n. 11.101/2005.

132. Outrossim, requer seja reiterado o deferimento na forma do Art. 98 § 6º do CPC c/c art. 468, § 6 e 7§ da CNGC DO TJMT, acerca do parcelamento das custas judiciais em 06 (seis) parcelas mensais.

133. Por fim, requer que as intimações sejam publicadas sempre e somente em nome de PEDRO VINICIUS DOS REIS, advogado inscrito na OAB/MT 17.942 e OAB/MG 183.144, com endereço indicado ao rodapé, onde recebe as intimações de estilo.

134. Atribui-se à causa o valor de **R$ 50.396.526,43** (cinquenta milhões, trezentos e noventa e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e quarenta e três centavos), consoante ao que dispõe o §5º da Lei 11.101/2005.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

Nesses termos, pedem deferimento.

Rondonópolis/MT, 25 de agosto de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

MURILO CASTRO DE MELO
OAB/MT 11.449

MILTON PEREIRA DA SILVA
OAB/MT 3.239

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211582500000123217587
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211582500000123217587
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:17

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.032 - MT (2019/0050498-5)

RELATOR	**:**	**MINISTRO MARCO BUZZI**
R.P/ACÓRDÃO	**:**	**MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE	:	JOSE PUPIN AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE	:	VERA LUCIA CAMARGO PUPIN - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS	:	ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS E OUTRO(S) - DF006811 OCTÁVIO LOPES SANTOS TEIXEIRA BRILHANTE USTRA - SP196524 MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO - DF018958 LIGIA CARDOSO VALENTE - SP298337 CAMILA SOMADOSSI GONÇALVES DA SILVA - SP277622 LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS E OUTRO(S) - RS053731 ANA CAROLINA BUENO DO VALE - SP387110 YURI GALLINARI DE MORAIS E OUTRO(S) - SP363150
RECORRIDO	:	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS	:	CRISTIANO KINCHESCKI E OUTRO(S) - DF034951 BRUNO RAMOS DOMBROSKI E OUTRO(S) - RJ173725
INTERES.	:	ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA S.A.
INTERES.	:	ADAMA BRASIL S/A
INTERES.	:	BANCO JOHN DEERE S.A
INTERES.	:	BAYER S/A
INTERES.	:	COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE
INTERES.	:	WIDAL & MARCHIORETTO LTDA
INTERES.	:	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
INTERES.	:	SEMPRE SEMENTES EIRELI
INTERES.	:	METROPOLITAN LIFE INSURANCE COMPANY
INTERES.	:	LUXEMBOURG BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES.	:	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA E OUTRO(S) - PR021731 RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979 ANDRESSA SANTORO ANGELO FIGUEIREDO DE SOUSA E SILVA E OUTRO(S) - SP273067
INTERES.	:	SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO - SP100060 FREDERICO PRICE GRECHI - RJ097685

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E EMPRESARIAL. EMPRESÁRIO RURAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REGULARIDADE DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL ANTERIOR AO REGISTRO DO EMPREENDEDOR (CÓDIGO CIVIL, ARTS. 966, 967, 968, 970 E 971). EFEITOS *EX TUNC* DA INSCRIÇÃO DO PRODUTOR RURAL. PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005, ART. 48). CÔMPUTO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

ANTERIOR AO REGISTRO. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. O produtor rural, por não ser empresário sujeito a registro, está em situação regular, mesmo ao exercer atividade econômica agrícola antes de sua inscrição, por ser esta para ele facultativa.

2. Conforme os arts. 966, 967, 968, 970 e 971 do Código Civil, com a inscrição, fica o produtor rural equiparado ao empresário comum, mas com direito a *"tratamento favorecido, diferenciado e simplificado (...), quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes"*.

3. Assim, *os efeitos decorrentes da inscrição* são distintos para as duas espécies de empresário: o sujeito a registro e o não sujeito a registro. Para o empreendedor rural, o registro, por ser facultativo, apenas o transfere do regime do Código Civil para o regime empresarial, com o efeito constitutivo de *"equipará-lo, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro"*, sendo tal efeito constitutivo apto a retroagir (*ex tunc)*, pois a condição regular de empresário já existia antes mesmo do registro. Já para o empresário comum, o registro, por ser obrigatório, somente pode operar efeitos prospectivos, *ex nunc*, pois apenas com o registro é que ingressa na regularidade e se constitui efetivamente, validamente, empresário.

4. Após obter o registro e passar ao regime empresarial, fazendo jus a tratamento diferenciado, simplificado e favorecido quanto à inscrição e aos efeitos desta decorrentes (CC, arts. 970 e 971), adquire o produtor rural a condição de procedibilidade para requerer recuperação judicial, com base no art. 48 da Lei 11.101/2005 (LRF), bastando que comprove, no momento do pedido, que explora regularmente a atividade rural há mais de 2 (dois) anos. Pode, portanto, para perfazer o tempo exigido por lei, computar aquele período anterior ao registro, pois tratava-se, mesmo então, de exercício regular da atividade empresarial.

5. Pelas mesmas razões, não se pode distinguir o regime jurídico aplicável às obrigações anteriores ou posteriores à inscrição do empresário rural que vem a pedir recuperação judicial, ficando também abrangidas na recuperação aquelas obrigações e dívidas anteriormente contraídas e ainda não adimplidas.

6. Recurso especial provido, com deferimento do processamento da recuperação judicial dos recorrentes.

ACÓRDÃO

Após o voto-vista do Ministro Luis Felipe Salomão dando provimento ao recurso especial, acompanhando a divergência, e o voto da Ministra Maria Isabel Gallotti negando provimento ao recurso especial, acompanhando o relator, e o voto do Ministro Antonio Carlos Ferreira no sentido da divergência, a Quarta Turma, por maioria, decide dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto divergente do Ministro Raul Araújo. Vencidos o relator e a Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 05 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO **RAUL ARAÚJO**
Relator

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
QUARTA TURMA

Número Registro: 2019/0050498-5 **PROCESSO ELETRÔNICO** **REsp 1.800.032 / MT**

Números Origem: 10126379020178110000 76125720178110051

PAUTA: 30/05/2019 JULGADO: 30/05/2019

Relator
Exmo. Sr. Ministro **MARCO BUZZI**

Presidente da Sessão
Exmo. Sr. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Subprocuradora-Geral da República
Exma. Sra. Dra. DENISE VINCI TULIO

Secretária
Dra. TERESA HELENA DA ROCHA BASEVI

AUTUAÇÃO

RECORRENTE	:	JOSE PUPIN AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE	:	VERA LUCIA CAMARGO PUPIN - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS	:	ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS E OUTRO(S) - DF006811
		OCTÁVIO LOPES SANTOS TEIXEIRA BRILHANTE USTRA - SP196524
		LIGIA CARDOSO VALENTE - SP298337
		CAMILA SOMADOSSI GONÇALVES DA SILVA - SP277622
		LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS E OUTRO(S) - RS053731
		ANA CAROLINA BUENO DO VALE - SP387110
		YURI GALLINARI DE MORAIS E OUTRO(S) - SP363150
RECORRIDO	:	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS	:	CRISTIANO KINCHESCKI E OUTRO(S) - DF034951
		BRUNO RAMOS DOMBROSKI E OUTRO(S) - RJ173725
INTERES.	:	ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA S.A
INTERES.	:	ADAMA BRASIL S/A
INTERES.	:	BANCO JOHN DEERE S.A
INTERES.	:	BAYER S/A
INTERES.	:	COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE
INTERES.	:	WIDAL & MARCHIORETTO LTDA
INTERES.	:	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
INTERES.	:	SEMPRE SEMENTES EIRELI
INTERES.	:	METROPOLITAN LIFE INSURANCE COMPANY
INTERES.	:	LUXEMBOURG BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES.	:	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADO	:	RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Contratos Bancários

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado para a próxima sessão por indicação do Sr. Ministro Relator

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.032 - MT (2019/0050498-5)

RELATOR	**:**	**MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE	:	JOSE PUPIN AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE	:	VERA LUCIA CAMARGO PUPIN - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS	:	ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS E OUTRO(S) - DF006811 OCTÁVIO LOPES SANTOS TEIXEIRA BRILHANTE USTRA - SP196524 MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO - DF018958 LIGIA CARDOSO VALENTE - SP298337 CAMILA SOMADOSSI GONÇALVES DA SILVA - SP277622 LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS E OUTRO(S) - RS053731 ANA CAROLINA BUENO DO VALE - SP387110 YURI GALLINARI DE MORAIS E OUTRO(S) - SP363150
RECORRIDO	:	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS	:	CRISTIANO KINCHESCKI E OUTRO(S) - DF034951 BRUNO RAMOS DOMBROSKI E OUTRO(S) - RJ173725
INTERES.	:	ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA S.A
INTERES.	:	ADAMA BRASIL S/A
INTERES.	:	BANCO JOHN DEERE S.A
INTERES.	:	BAYER S/A
INTERES.	:	COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE
INTERES.	:	WIDAL & MARCHIORETTO LTDA
INTERES.	:	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
INTERES.	:	SEMPRE SEMENTES EIRELI
INTERES.	:	METROPOLITAN LIFE INSURANCE COMPANY
INTERES.	:	LUXEMBOURG BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES.	:	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA E OUTRO(S) - PR021731 RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979 ANDRESSA SANTORO ANGELO FIGUEIREDO DE SOUSA E SILVA E OUTRO(S) - SP273067
INTERES.	:	SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO - SP100060 FREDERICO PRICE GRECHI - RJ097685

VOTO VENCEDOR

O SENHOR MINISTRO RAUL ARAÚJO:

Senhor Presidente, quero cumprimentar os ilustres advogados pela qualidade das sustentações orais produzidas e o eminente Relator, **Ministro MARCO BUZZI**, pela densidade do voto que nos traz, bastante esclarecedor sobre o tema.

Todavia, após refletir durante a sessão de julgamento, peço vênia para divergir do

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

voto do ilustrado Relator, em razão da interpretação que extraio da legislação aplicável.

Diz o Código Civil – e isso é um conceito, também, científico: *"Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens e serviços"* (CC/2002, art. 966).

Esse é um conceito econômico que a lei civil adota. Como sabemos, a atividade econômica abrange as atividades de produção, consumo, circulação e distribuição de bens e serviços, ou seja, de riqueza. A exceção estabelecida também na lei civil fica apenas para quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística.

Diz mais o Código Civil: *"É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade"* (CC/2002, art. 967).

Desse modo, a pessoa, normalmente, antes de iniciar a atividade de produção ou circulação de bens e serviços, deve obter regular inscrição no registro competente, pois, do contrário, estará em situação irregular. A inscrição, que é obrigatória para o empresário comum, é feita nos termos do art. 968 do Código Civil.

Portanto, em regra, se alguém passa a exercer atividade econômica antes da inscrição obrigatória, estará em situação irregular.

Sucede que, a par disso, a Lei civil estabelece norma específica para o caso do empresário rural. Dispõe expressamente o art. 970 do Código Civil: *"A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes"*.

E essa é uma distinção essencial para a compreensão do problema que temos a elucidar neste julgamento.

Basta ver, na sequência, o teor do art. 971 do Código Civil, que diz: *"O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro"*.

Trata-se, portanto, de conferir tratamento favorecido ao empresário rural, não sujeito a registro, em relação ao empresário comum, que a lei denomina de *"empresário sujeito a registro"*. Por esse motivo é que o art. 971 dispensa o empresário rural daquela inscrição que é obrigatória para o empresário comum, estabelecendo que aquele (o rural) *"**pode** requerer*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

inscrição" nos termos do art. 968. Ora, se pode ele requerer inscrição, significa que o empreendedor rural, diferentemente do empreendedor econômico comum, não está obrigado a requerer inscrição antes de empreender. Desse modo, o empreendedor rural, inscrito ou não, está sempre em situação regular; não existe situação irregular para este, mesmo ao exercer atividade econômica agrícola antes de sua inscrição, por ser esta facultativa.

Por isso, se exerce atividade de produção de bens agrícolas, esteja inscrito ou não, estará em situação regular, justamente porque poderia se inscrever ou não.

O que muda, então, com a inscrição do produtor rural? Somente o regime jurídico ao qual estará vinculado: o regime do próprio Código Civil, enquanto não inscrito; ou o regime empresarial, após o registro.

Assim, se quiser obter melhores favores no ordenamento jurídico, o empresário rural se inscreve e passa ao regime empresarial; senão, pode permanecer no regime jurídico do Código Civil. Mas, inscrito ou não, estará sempre em situação regular, o que não acontece com o empresário comum, *"empresário sujeito a registro"*, cuja inscrição é obrigatória para só então obter situação regular e se enquadrar no regime empresarial. Do contrário, estará em situação irregular, atuando à margem da lei.

Assim, *os efeitos decorrentes da inscrição* são distintos para as duas espécies de empresário: o sujeito a registro e o não sujeito a registro. Para o empreendedor rural, o registro, por ser facultativo, tem o efeito constitutivo de *equipará-lo, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro,* sendo tal efeito apto a retroagir (*ex tunc)*, pois a condição regular de empresário já existia antes mesmo do registro. Já para o empresário comum, o registro, por ser obrigatório, somente pode operar efeitos prospectivos, *ex nunc*, pois apenas com o registro é que ingressa na regularidade e se constitui efetivamente, validamente, empresário.

O registro do produtor rural, portanto, apenas o transfere do regime do Código Civil para o regime empresarial, com efeito *ex tunc*, pois não o transforma em empresário regular, condição que já antes ostentava apenas em decorrência do anterior exercício da atividade econômica rural. Assim, a qualidade de empresário rural regular já se fazia presente desde o início do exercício profissional de sua atividade, sendo irrelevante, para fins de regularização, a efetivação da inscrição na Junta Comercial, pois não estava sujeito a registro.

Então, o produtor rural é regido pelo Código Civil, enquanto não registrado e, querendo, passa ao regime jurídico empresarial, após a inscrição facultativa.

E esse é um importante incentivo ao produtor rural, do qual o voto do eminente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Relator, invocando a melhor doutrina acerca do tema, também nos fala. Há, assim, na lei, apenas a indução, o incentivo para que o produtor rural faça sua inscrição. Mas, se opta por não fazer o registro, está regular e apenas fica no regime do Código Civil. Não há problema algum.

Nessa linha de raciocínio, tem-se que a inscrição do produtor rural na Junta Comercial, ao invés de torná-lo empresário, que já era, apenas acarreta sua sujeição ao regime empresarial, de onde colherá benefícios acessíveis àqueles que se registram na forma preconizada no art. 968 do Código Civil. A inscrição, então, apenas confere ao produtor rural uma nova condição regular, dando maior publicidade e formalidade aos atos do empresário, agora enquadrado no regime empresarial.

Nesse caso, a Lei diz que o empreendedor rural *pode requerer inscrição como empresário*. Com isso, ele fica equiparado, para todos os efeitos, ao empresário comum, fazendo jus aos benefícios inerentes ao regime respectivo. Então, o empreendedor rural estará sempre regular e, por isso, o efeito constitutivo de sua nova condição após sua inscrição opera *ex tunc*, diferentemente do empresário comum, que só pode iniciar suas atividades após obter a inscrição obrigatória, a qual somente opera efeito constitutivo *ex nunc*, isto é, dali para frente. Mas o empresário rural não: como está sempre em situação regular, esteja ou não inscrito no registro mercantil, obtém, com a inscrição, o efeito *ex tunc*, que não está ao alcance do empresário comum. Recordo o que diz o art. 970 do Código Civil: *"A lei assegurará* ***tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural*** *e ao pequeno empresário,* ***quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.***"

Então, indaga-se: se tem o empresário rural direito a tratamento diferenciado, simplificado e favorecido quanto à inscrição e aos efeitos desta decorrentes, seria para receber um tratamento igual ao comum; ou um tratamento que, de fato, o coloque em uma situação mais confortável, mais vantajosa e diferenciada? Parece-me que a resposta vem com a lógica contida na própria indagação.

Ficará o empreendedor rural equiparado ao *empresário sujeito a registro* em condições iguais às que tocariam a este? Não, porque os arts. 970 e 971 do Código dizem que fica equiparado ao empresário comum, mas com direito a ***"tratamento favorecido, diferenciado e simplificado (...)***, ***quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes***".

Sob a ótica da recuperação judicial, o art. 48 da Lei 11.101/2005 expõe as condições de admissibilidade ao requerimento da recuperação judicial, nos seguintes termos:

> *"Art. 48.* ***Poderá requerer recuperação judicial o devedor*** *que, no momento do pedido, exerça* ***regularmente*** *suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

(...)."

Aplicando-se a norma acima ao produtor rural, tem-se que, após obter o registro e passar ao regime empresarial, fazendo jus a tratamento diferenciado, simplificado e favorecido quanto à inscrição e aos efeitos desta decorrentes (CC, arts. 970 e 971), obtém condição de procedibilidade para requerer recuperação judicial bastando que comprove, no momento do pedido de recuperação, que explora regularmente a atividade rural há mais de 2 (dois) anos. Pode, portanto, computar, para efeito de perfazer os mais de dois anos exigidos por lei, aquele período anterior ao registro, quando exercia regularmente sua atividade rural sob o regime do Código Civil. Note-se que, aqui, o exercício regular de suas atividades comporta o cômputo do período anterior ao registro, pois, como se viu, tratava-se, mesmo então, de exercício regular da atividade.

Para melhor distinguir, cabe lembrar: o empresário comum é que somente exerce regularmente a atividade empresarial após a inscrição, pois não goza de tratamento diferenciado, simplificado e favorecido quanto à inscrição e aos efeitos desta decorrentes.

Assim, apesar da necessidade do prévio registro como produtor rural para a efetivação do pedido de recuperação, instituto próprio do regime empresarial (LRF, art. 48), não há óbice ao cômputo do período anterior ao registro, somado ao posterior, para perfazimento do total de mais de dois anos de regular exercício da atividade empresarial. Afinal, o citado art. 48 exige, como condição para o pedido de recuperação judicial, apenas que o empresário exerça sua atividade de forma regular pelo período mínimo de mais de 2 (dois) anos. E sucede que, mesmo sem o registro, mesmo antes da inscrição, o produtor rural, se empreendia, já exercia regularmente sua atividade profissional organizada para a produção de bens e serviços, ou seja, já era empresário regular, embora sob o regime civil.

Desse modo, embora deva haver o registro empresarial anterior ao pedido de recuperação judicial, a comprovação da regularidade do exercício da atividade econômica rural pelo biênio mínimo pode ser aferida não somente a partir da existência de registro do empresário, mas também desde a época antecedente à inscrição.

A distinção está em que: quem tinha obrigação de se inscrever estava, antes, em situação irregular; já quem tinha a faculdade de se registrar estava, mesmo antes, em situação regular.

Assim, não se pode tratar da mesma forma que um empresário comum o empresário rural após sua inscrição, pois a lei assegura a este tratamento favorecido, simplificado e diferenciado, quanto à inscrição e aos efeitos desta decorrentes. Favorecido, simplificado e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

diferenciado em relação a quem? - indaga-se. Por óbvio que em relação ao empresário comum. O tratamento diferenciado e mais benéfico, portanto, é assegurado ao empresário rural ou empreendedor rural.

Prosseguindo... Como o empresário rural, cuja inscrição é facultativa, está sempre em situação regular, mesmo antes do registro, fazendo jus a tratamento diferenciado, simplificado e favorecido quanto à inscrição e aos efeitos desta decorrentes, tem-se que, após a inscrição do produtor rural, a lei não distingue o regime jurídico aplicável às obrigações anteriores ou posteriores à inscrição do empresário rural que vem a pedir recuperação judicial. Ao pedir recuperação judicial, também ficam abrangidas aquelas obrigações e dívidas anteriormente por ele contraídas e ainda não adimplidas.

Em suma, o produtor rural, após registro, tem direito de requerer a recuperação judicial regulada pela Lei 11.101/2005, desde que exerça há mais de dois anos sua atividade. Como condição para o requerimento da recuperação judicial pelo produtor rural, exige-se sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, condicionada à comprovação de exercício da atividade rural há mais de 2 (dois) anos, mesmo que anteriormente à data do registro. Assim, comprovado o exercício da atividade econômica rural pelo prazo mínimo exigido no art. 48 da Lei 11.101/2005, sujeitam-se à recuperação os créditos constituídos e pendentes que decorram da atividade empresarial.

Na hipótese, houve um empréstimo superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e, por óbvio, o banco não poderia presumir estar lidando com pequeno produtor rural, mas, sim, com um típico empresário. Ninguém pede e obtém R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para empréstimo pessoal. Empréstimo pessoal seria para compra de automóvel, de imóvel residencial ou outro bem de uso próprio. Na espécie, tem-se um empréstimo vultuoso, típico de atividade empresarial, de produção e circulação de riqueza.

Nessa linha, partindo das mesmas considerações que nos traz o eminente Relator acerca da legislação posta, visitando o mesmo direito positivo, portanto, extraio conclusão inversa daquela apresentada por Sua Excelência, que nos traz um precioso voto ornado da melhor doutrina, a qual também se aplica às minhas reflexões, com a devida vênia. Para chegar à conclusão que exponho, não me afasto daquilo que dizem a lei e a doutrina. Ao contrário. Contudo, extraio da Lei e das mesmas citações manejadas habilmente pelo eminente Relator compreensão diversa, à qual também se aplicam aquelas mesmas preciosas considerações doutrinárias que nos traz em seu magnífico voto.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Não me afasto daquelas premissas, somente sou conduzido a uma compreensão diferente, porque entendo que o Código Civil, a legislação nacional, levando em conta a importância, a relevância do setor econômico agrícola para o País, confere um tratamento diferenciado e favorecido para o empreendedor rural, que pode ser regido pelo Código Civil ou pelo regime empresarial, mas, em ambos os casos, está em situação regular.

E a lei dispõe expressamente acerca das vantagens que aufere com o registro o produtor rural, enfatizando sempre que o tratamento favorável, diferenciado e simplificado é em relação à inscrição e a seus efeitos.

Com essas considerações, pedindo a mais respeitosa vênia ao eminente Ministro Relator, a quem cumprimento pelo voto profundo e bem elaborado, divirjo de Sua Excelência para **dar provimento ao recurso especial**, assim como o fez a r. decisão de primeiro grau que deferiu o processamento da recuperação judicial dos recorrentes.

É como voto.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.032 - MT (2019/0050498-5)

RELATOR	**:**	**MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE	:	JOSE PUPIN AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE	:	VERA LUCIA CAMARGO PUPIN - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS	:	ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS E OUTRO(S) - DF006811 OCTÁVIO LOPES SANTOS TEIXEIRA BRILHANTE USTRA - SP196524 MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO - DF018958 LIGIA CARDOSO VALENTE - SP298337 CAMILA SOMADOSSI GONÇALVES DA SILVA - SP277622 LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS E OUTRO(S) - RS053731 ANA CAROLINA BUENO DO VALE - SP387110 YURI GALLINARI DE MORAIS E OUTRO(S) - SP363150
RECORRIDO	:	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS	:	CRISTIANO KINCHESCKI E OUTRO(S) - DF034951 BRUNO RAMOS DOMBROSKI E OUTRO(S) - RJ173725
INTERES.	:	ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA S.A
INTERES.	:	ADAMA BRASIL S/A
INTERES.	:	BANCO JOHN DEERE S.A
INTERES.	:	BAYER S/A
INTERES.	:	COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE
INTERES.	:	WIDAL & MARCHIORETTO LTDA
INTERES.	:	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
INTERES.	:	SEMPRE SEMENTES EIRELI
INTERES.	:	METROPOLITAN LIFE INSURANCE COMPANY
INTERES.	:	LUXEMBOURG BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES.	:	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA E OUTRO(S) - PR021731 RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979 ANDRESSA SANTORO ANGELO FIGUEIREDO DE SOUSA E SILVA E OUTRO(S) - SP273067
INTERES.	:	SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO - SP100060 FREDERICO PRICE GRECHI - RJ097685

RELATÓRIO

EXMO. SR. MINISTRO MARCO BUZZI:

Trata-se de recurso especial, interposto por JOSÉ PUPIN AGROPECUÁRIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e VERA LÚCIA CAMARGO PUPIN - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado (fls. 646/663, e-STJ):

> AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – CRÉDITO – ANTERIORIDADE – NÃO SUJEIÇÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – CRÉDITO CONSTITUÍDO E VENCIDO ANTES DO REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL, QUANDO A ATIVIDADE ECONÔMICA RURAL ERA REGULAR, MAS NÃO ESTAVA, AINDA, SOB O REGIME JURÍDICO EMPRESARIAL POR EQUIPARAÇÃO – DECISÃO REFORMADA – RECURSO PROVIDO.
> É admissível a formação do litisconsórcio ativo, se evidenciado a existência de grupo econômico e certa simbiose patrimonial entre as pessoas jurídicas, notadamente se o processamento separado das ações de recuperação de cada uma das sociedades, essencialmente interligadas, pode comprometer o soerguimento do grupo.
> O deferimento da recuperação judicial pressupõe a comprovação da qualidade de empresário, mediante a juntada de certidão de inscrição na Junta Comercial, por período superior a dois anos.
> Não se submete aos efeitos da recuperação judicial o crédito constituído sob o regime não empresarial.
> Como o deferimento do processamento da recuperação judicial não atinge o direito material dos credores, não há falar em exclusão dos débitos, devendo ser mantidos, por conseguinte, os registros do nome do devedor nos bancos de dados e cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, assim como nos tabelionatos de protestos.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Consoante se depreende dos autos, na origem, a Corte Estadual, ao dar provimento ao agravo de instrumento da casa bancária, reformou a decisão do juízo recuperacional (fls. 58/64, e-STJ) e, por consequência, excluiu dos efeitos suspensivos da recuperação judicial os créditos tomados pelos ora recorrentes, os quais foram obtidos enquanto produtores rurais, em momento anterior ao registro na junta comercial na categoria diferenciada de empresários individuais.

Restou, no ponto, asseverado pelo Tribunal local que (fl. 657, e-STJ):

> Sopesadas as circunstâncias, não se afigura razoável que um crédito analisado e concedido à produtor rural (não empresário) possa se sujeitar aos efeitos da recuperação judicial somente porque se registrou para ser equiparado a empresário em momento posterior. O que não se mostra razoável, portanto, é que o devedor possa se valer, cumulativamente e no mesmo período, do que há de conveniente no regime pretérito (vantagens do regime não empresarial) e atual (recuperação judicial, exclusiva do regime jurídico empresarial art. 1º da Lei nº 11.101/05, ainda que por equiparação), porquanto acaba por criar um terceiro regime não previsto em lei e fora do espectro de avaliação de credores, que sequer cogitavam, na ocasião, da possibilidade de ter seu crédito sujeito a relevantes alterações.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Nas razões do recurso especial (fls. 736/806, e-STJ), os recorrentes apontam, além de dissídio jurisprudencial, violação, pelo aresto estadual, aos artigos 11, 489, IV, e 1.022, II e III, do Código de Processo Civil; 45, 971, 967, 970 e 971, do Código Civil; e 6°, § 4°, 47, 49 e 190, da Lei n.º 11.101/2005.

Sustentam, em suma, **preliminarmente**, omissão/contradição do acórdão ora recorrido (arts. 489 e 1.022 do NCPC), porquanto, embora a Corte Estadual tenha reconhecido que na sociedade empresária individual exista confusão patrimonial entre a pessoa do titular e o estabelecimento empresarial, negou-lhes o benefício do sobrestamento das execuções individuais.

Defendem, **no mérito**, que: **a**) a inscrição do produtor rural na junta comercial para fins de registro como empresário individual, possui natureza declaratória (**art. 971 do CC/02**), o que teria o condão de impossibilitar a "*atribuição de tratamento diferenciado entre os créditos constituídos anteriormente ao registro para o fim de excluí-los do procedimento de recuperação judicial*" (fl. 784, e-STJ); e, **b**) o benefício da recuperação judicial, ante a conjugação dos arts. 47 e 190 da Lei n.º 11.101/2005, é extensível aos recorrentes, porquanto são empresários individuais, cuja responsabilidade patrimonial é ilimitada.

Contrarrazões (fls. 938/953, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 954/956, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte Superior de Justiça.

Instada a se manifestar, a Subprocuradoria-Geral da República opinou pelo **não provimento** do reclamo, em parecer assim ementado (fls. 1.028/1.039, e-STJ):

> RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EXERCENTE DE ATIVIDADE ECONÔMICA RURAL. REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL. FACULDADE PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE, MAS EXIGÊNCIA PARA A SUBMISSÃO AO REGIME EMPRESARIAL. NATUREZA JURÍDICA CONSTITUTIVA. INVIABILIDADE DE SUBMISSÃO AO REGIME JURÍDICO DA FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DOS CRÉDITOS CONSTITUÍDOS ANTES DO REGISTRO.
> - Parecer pelo não provimento do recurso especial.

Posteriormente, foi **indeferida**, às fls. 1.153/1.154 (e-STJ), a participação no feito do BANCO BRADESCO S/A, na qualidade de assistente simples, ao fundamento de que "*o mero interesse econômico, moral ou corporativo, no desfecho de demanda em que se discute tese cujo êxito não lhe aproveita em concreto, não fundamenta o*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

pedido de admissão de assistente simples" (**EREsp 1351256/PR**, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/12/2014, DJe 19/12/2014).

Foram **deferidas**, respectivamente, às fls. 1.151/1.152 e 1.348/1.349 (e-STJ), **as participações da Federação Brasileira dos Bancos - FEBRABAN e da Sociedade Nacional da Agricultura** na qualidade de *amici curiae*, porquanto ambas entidades possuem representatividade nacional e pertinência temática com a questão ora discutida, nos termos do que, aliás, restou decido na deliberação havida no julgamento do **REsp 1251331/RS** (Rel.ª Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 24/10/2013).

E, por fim, foi **indeferido** o pedido formulado Instituto de Direito de Recuperação de Empresas - IDRE, por não se tratar de entidade com representação nacional.

É o relatório.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.032 - MT (2019/0050498-5)

EMENTA

RECURSO ESPECIAL - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PRODUTORES RURAIS - PESSOAS FÍSICAS - REGISTRO, APÓS ANOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE AGRÍCOLA, EM JUNTA COMERCIAL COMO EMPRESÁRIOS - NATUREZA CONSTITUTIVA DO ATO - EFEITOS PROSPECTIVOS - INCOMUNICABILIDADE DAS DÍVIDAS ANTERIORMENTE ASSUMIDAS COMO PESSOA FÍSICA AO BENEFÍCIO DO SOBRESTAMENTO DAS EXECUÇÕES PREVISTO NA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O produtor rural, cuja inscrição é facultativa, ao optar pelo assentamento de sua atividade junto ao Registro Público de Empresas Mercantis, passa a ser considerado legalmente empresário, alterando a partir deste ato seu *status* perante o ordenamento jurídico. Logo, sua inscrição deve ser considerada como constitutiva e não meramente declaratória.

2. O registro do empresário rural na junta comercial tem feição constitutiva e não declaratória, inviabilizando que os efeitos da recuperação judicial alcancem os créditos constituídos antes da mencionada inscrição, nos exatos termos do art. 971 do Código Civil.

3. A situação fática e jurídica do devedor ao assumir obrigações não pode ser considerada elemento irrelevante, posto que define, entre outros fatores, os contornos nos quais será operada a exigibilidade dos compromissos eventualmente inadimplidos, constituindo-se em verdadeiro registro permanente, memória paramétrica do quanto foi legal e validamente pactuado, circunstância central a ser considerada pelo Poder Judiciário, sob pena deste último disseminar insegurança jurídica e protagonizar solução, para a lide, diversa daquela preconizada nas leis e nos próprios ajustes firmados pelas partes, mormente quando chamado a intervir nas relações socioeconômicas.

4. A distinção de regimes e efeitos jurídicos para os negócios jurídicos é própria e comum em nosso sistema legal, motivo pelo qual é adequado o trato diferenciado de débitos pactuados em tempo e circunstâncias diversos (art. 422 do CC/02).

5. Recurso especial desprovido.

VOTO-VENCIDO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

EXMO. SR. MINISTRO MARCO BUZZI (Relator):

Eminentes pares, a hipótese, submetida ao crivo desta Quarta Turma do STJ, possui especial relevância ante a necessidade de uma resposta do Poder Judiciário capaz de trazer à idênticas controvérsias relacionadas ao agronegócio brasileiro uma previsibilidade e solução.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. Inicialmente, quanto à apontada violação dos artigos 489 e 1.022 do NCPC, não assiste razão aos recorrentes, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia, não havendo que se falar em contradição do acórdão estadual ora recorrido que, embora tenha reconhecido que "*é o registro que declara a condição de empresário*", não acolheu o pedido de sobrestamento das execuções de débitos pretéritos ao ato de inscrição na junta comercial. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1073969/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 21/03/2018 e AgInt no AREsp 961.120/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017.

2. Quanto ao mérito, cumpre destacar que, para verificar a possibilidade ou não de comunicabilidade de dívidas contraídas em momentos e regimes jurídicos distintos (produtor rural x empresário), como na hipótese, afigura-se necessário discorrer sobre a índole do ato de registro empresarial na junta comercial, pois a resolução da controvérsia perpassa pelo exame desta questão, visto que, ao se definir a natureza jurídica do ato, se declaratória ou constitutiva, estabelecem-se os seus efeitos jurídicos: se *ex nunc* ou prospectivos (ato constitutivo) ou *ex tunc* ou retroativo (ato declaratório).

2.1. Da natureza do ato jurídico do registro de empresário rural e os aspectos legais e econômicos quanto à sua opção.

Como é por demais sabido, a Lei n.º 11.101/2005 ao disciplinar a recuperação judicial, limitou o campo de atuação deste instituto, restringindo-o expressamente ao empresário e à sociedade empresária que cumpram os requisitos previstos nos artigos 48 e 51 da referida legislação.

Dispõe o art. 1º da Lei n.º 11.101/2005:

> Art. 1º Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor.

O conceito de empresário e sociedade empresária, de natureza civilista, é disciplinado, sobretudo, pelo art. 982 do Código Civil, ao condicionar o reconhecimento de sua regularidade ao registro em junta comercial, em estrita observância ao disposto no art. 967 do CC/2002:

> Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

No caso do produtor rural que prefira não adotar a forma de empresário, conforme destaca RICARDO FIÚZA, o agricultor atuará pessoalmente no desenvolvimento de sua atividade, permanecendo vinculado a regime jurídico próprio, como pessoa física, também para os efeitos das legislações tributária, trabalhista e previdenciária, **além de responder de forma ilimitada e direta com seu patrimônio pessoal pelas obrigações contraídas em razão do exercício de sua atividade** (*In* FIÚZA, Ricardo; DA SILVA, Regina Beatriz. Código civil comentado. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008).

O tratamento empresarial somente lhe será estendido se, facultativamente, optar pela inscrição junto ao Registro Público de Empresas Mercantis, momento a partir do qual passa a ser considerado juridicamente empresário, alterando seu *status.* Por isso, deve ser reputada sua inscrição como de natureza **constitutiva** e não apenas declaratória, conforme disciplina o art. 971 do Código Civil:

> Art. 971. O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, **depois de inscrito**, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

Neste contexto, não é possível ignorar, à luz do ordenamento jurídico vigente, que o agricultor somente será equiparado, para os efeitos legais, à figura de empresário, em atendimento às formalidades contidas no art. 968 do Código Civil, se requerer sua inscrição na Junta Comercial. **Caso não o faça, por sua livre escolha, estará submetido ao regime jurídico comum do Código Civil** e, ainda que exerça atividade rural com proveito econômico, **não será considerado empresário (arts. 971 e 984 do CC/02)**. Repetiu, portanto, o Código Civil de 2002 o mesmo tratamento anteriormente aplicado aos ruralistas pelo Código Civil de 1916 e pelo Código Comercial

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

de 1850.

Idêntica conclusão é lecionada e defendida pelo professor FÁBIO ULHOA COELHO (**In**: *Manual de Direito Comercial*. São Paulo: Editora Saraiva, 2007, p. 18/19):

> Atento a esta realidade, o Código Civil de 2002 reservou para o exercente de atividade rural um tratamento específico (art. 971). Se ele requerer sua inscrição no registro das empresas (Junta Comercial), será considerado empresário e submeter-se-á às normas de Direito Comercial. Esta deve ser a opção do agronegócio. Caso, porém, não requeira a inscrição neste registro, não se considera empresário e seu regime será o do Direito Civil.

Vale destacar, portanto, que nenhum esforço de interpretação da lei é necessário fazer para passar a considerar o agricultor como empresário, pois já existe há um bom tempo legislação no Brasil que permite tal convolação, desde que tal opção, por ato de vontade, seja feita pelo próprio interessado.

Não há novidade nisso e sequer ausência de norma autorizadora para tanto, ficando o ato constitutivo à mercê única e exclusivamente da vontade e da iniciativa do próprio interessado, o qual, contudo, ao fazer a opção, haverá de se submeter ao regime, sim, estatuído em lei, sem pretender criar parâmetros exclusivos e especialmente favoráveis aos seus interesses, de modo diferenciado daqueles que a norma, não omissa e sem lacuna, estabelece.

O produtor rural, cuja inscrição é facultativa, ao optar pelo assentamento de sua atividade junto ao Registro Público de Empresas Mercantis, passa a ser considerado legalmente empresário, alterando **a partir deste ato** seu *status* perante o ordenamento jurídico. Logo, sua inscrição deve ser considerada como **constitutiva** e não meramente declaratória, nos termos do **Enunciado n.º 202**, do Conselho da Justiça Federal, aprovado na lll Jornada de Direito Civil ("*O registro do empresário ou sociedade rural na Junta Comercial é facultativo e de* ***natureza constitutiva****, sujeitando-o ao regime jurídico empresarial*").

Por sua vez, o artigo 48, *caput,* da Lei de Recuperação de Empresas, além de expressamente proibir o instituto da recuperação judicial aos empresários irregulares, **fixa um período mínimo para conferir àqueles que exercem regularmente a atividade de fomento econômico** as benesses decorrentes do ato de inscrição.

Em síntese, ainda que o empresário irregular tenha contraído os mais vultosos empréstimos, superiores, inclusive, à média daqueles comumente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

destinados ao setor empresarial, assim o fez por sua manifesta vontade, e nem por isso deixou de ser pessoa física.

É, em conclusão, o que restou decidido no julgamento do REsp n.º 1.193.115/MT, pela Terceira Turma do STJ, tendo o Ministro Sidnei Beneti, relator para o acórdão, expressamente consignado em seu voto que "*é condição necessária à abertura do acesso à via jurídica da recuperação judicial, instituto privativo do devedor, a comprovação de que este exerce* ***regularmente*** *suas atividades há mais de dois anos*", isto porque "***não se trata de instituto franqueado a todo e qualquer devedor em situação de desequilíbrio financeiro***" (**REsp 1193115/MT**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 07/10/2013).

Em face dessas exigências e amparando-se na interpretação literal e sistemática dos referidos normativos, pode-se concluir que estão impedidos de requerer a recuperação judicial os denominados empresários irregulares ou simplesmente produtores rurais, mesmo que desempenhem suas atividades há mais de dois anos, em razão do caráter **constitutivo** do aludido registro na Junta Comercial.

Nesse diapasão, é a lição do professor SÉRGIO CAMPINHO, a qual, entretanto, faz referência precisa e irreparável ao tema crucial do debate ora em foco:

> Mesmo que há mais de dois anos viesse de fato exercendo sua atividade econômica em moldes empresariais, somente poderá fazer uso do pedido de recuperação judicial se o seu registro na Junta Comercial distar de mais de dois anos, sem o que não estaria atendida a condição legal do exercício regular da atividade. (CAMPINHO, Sérgio. *Falência e recuperação de empresas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 127)

Tem-se, portanto, que a pretensão ora formulada não possui respaldo no sistema jurídico vigente, porquanto objetiva transmudar em lícito o que, secularmente, desde o Código de Bevilácqua (art. 130 do CC/16: "*Não vale o ato, que deixar de revestir a forma especial, determinada em lei*"), não encontra amparo na lei, porque o direito, enquanto instrumento de estabilização das relações sociais, deve obrigatoriamente conformar as expectativas individuais ao regramento normativo geral positivado, evitando-se, assim, surpresas capazes de provocar em outros sistemas correlatos, como o das finanças, o do comércio, o da indústria, e mesmo aquele do próprio agronegócio, a corrosão dos pressupostos previamente consolidados, semeando a insegurança jurídica.

Deve também ser evidenciado, na hipótese, que os recorrentes, em

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

especial, dado o ramo da atividade econômica que exploram, tinham o pleno conhecimento de como o sistema financeiro agrícola privilegia os produtores rurais em detrimento dos empresários, tanto é que desde o início de suas atividades se valiam das vantagens bancárias (juros menores e prazos maiores) ao preferirem a condição de agricultores a de empreendedores. Isto porque, o programa de crédito rural, fomentado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES e instituído pela Lei n.º 8.171/1991, oferece aos produtores créditos em condições especiais de pagamento e menores juros, diferentemente do que ocorre em relação aos empréstimos e financiamentos semelhantes no mercado financeiro.

Outrossim, cumpre rememorar que o produtor rural possui diversos outros benefícios diferenciados do empresário, podendo-se ainda citar melhores condições **fiscais** (regime tributário diferenciado ao aplicado às empresas - **REsp 195.997/RS**, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/02/2005, DJ 21/03/2005), **previdenciárias** (visto que várias contribuições de cunho previdenciário exigidas aos empresários não são extensíveis às pessoas físicas que empregam, vide, por exemplo, **REsp 1.503.711/RS**, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 24/03/2015) e também **formais** (pois os agricultores e pecuaristas não têm a obrigação de levar a público os balanços financeiros e os livros contábeis que, para os empresários, devem se tornar disponíveis e arquivados com o registro em junta comercial).

Assim, é certo que a modificação, pela via judicial, do tratamento jurídico a ser dado aos compromissos assumidos por um dos sujeitos da relação material, redundará em graves consequências nos ajustes onerosos anteriormente celebrados ante terceiros, de modo que, no presente caso, não se pode olvidar a relevância e a intensidade da interação entre o Direito e a Economia, cuja relação adota a perspectiva de que as partes contratantes participam de trocas mutuamente vantajosas, celebradas sob o pálio das leis que ao tempo regiam o comportamento dos indivíduos, dando respaldo às decisões então adotadas, tudo segundo o logicamente previsível ante o ordenamento então legitimamente estabelecido, com reflexos não só no sistema jurídico mas também financeiro.

Logo, firmada a premissa básica de que o registro efetuado para aquisição da qualidade de empresário na junta comercial é um ato jurídico constitutivo, passa-se, a seguir, à análise de seu desdobramento consequencial.

Com efeito, o elemento econômico é argumento relevante no regime legal do

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

produtor rural, não podendo pois, de forma alguma, ser ignorado. Assim, além da estabilidade das relações jurídicas, convencionadas sob a égide da lei do seu tempo, não há como ignorar os múltiplos fatores positivos auridos pelos agricultores, quando da celebração dos contratos que ao advento dos seus ajustamentos, de forma notória, importavam em menor onerosidade aos rurícolas.

Cabe, portanto, nesta hipótese, ao Poder Judiciário, atento a seu papel de garantidor das políticas públicas traçadas pelo sistema, não ignorar os reflexos de suas decisões, porquanto a economia nacional somente poderá ser fruto de investimentos sólidos e recorrentes quando as instituições estatais conferirem credibilidade e segurança jurídica ao universo da contratualidade.

RICHARD POSNER, professor da Escola de Direito de Chicago e juiz da Corte de Apelação da 7.ª Região (*U.S. Court of Appeals for the Seventh Circuit*) em sua obra **Fronteiras da Teoria do Direito** (São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011), ao justificar a teoria da análise econômica do direito, plenamente aplicável ao presente caso, utiliza-se da comparação entre "*lei*" e "*custo da conduta individual*", pois "*a economia não pode se organizar em torno de critérios exclusivamente voluntaristas*" (*opus cit.*, p. 102).

Sua explicação parte, para tanto, da premissa de que as normas jurídicas, já conhecidas por todos, criam por assim dizer "*preços implícitos*" (custos às escolhas) para os vários comportamentos sociais previsíveis e possíveis perante o ordenamento legal (lícitos ou ilícitos). A partir da norma prévia conhecida e aplicável, como se fosse um "*preço*" a ser cobrado por uma "*conduta escolhida*", os indivíduos se conduzem na dinâmica das relações privadas, posicionando-se, exemplificadamente, como se fossem consumidores diante de produtos a serem escolhidos em uma prateleira, de modo a maximizarem os seus próprios interesses quando manifestam a sua escolha, aceitando, por conseguinte, os seus efeitos, pagando, assim, o seu "*preço*".

Nesse sentido, como esclarece DOUGLAS CAMARINHA GONZALES, "*as consequências das normas jurídicas podem ser analisadas como respostas a esses 'preços' implícitos, criados pelas normas*" (*in*: **O argumento econômico na análise judicial**. Revista Brasileira de Direito Comercial - número 23, jun/jul. 2018).

Logo, quando na exploração de uma atividade agrícola, o indivíduo escolhe livre e voluntariamente ser um produtor rural e não um empresário, exercendo, assim, um direito potestativo assegurado por lei e colhe, em decorrência de sua condição junto ao mercado financeiro, a garantia de acesso a empréstimos em condições favoráveis,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

deve, em contrapartida, também se responsabilizar pelos ônus já conhecidos de suas escolhas.

Isso porque, como é sabido, as atividades empresariais são essencialmente dotadas de elevado risco, o que implica limitação nas fontes de financiamento pelos investidores que, de todas as formas lícitas, procuram minimizá-los.

Dessa forma, como as sociedades empresárias regularmente constituídas são protegidas pelo processo de recuperação judicial, onde se restringe sensivelmente a satisfação das dívidas contraídas pelos devedores inadimplentes, os credores, previamente cientes de como opera o sistema jurídico, em acoplamento estrutural com o sistema econômico, cobram taxas de juros mais elevadas do que aquelas disponíveis para os produtores rurais, cujo empréstimo é sempre caucionado por garantias reais, privilegiando-se, portanto, a solvência dos créditos a eles fornecidos.

A alteração interpretativa do regime jurídico atualmente vigente deve ocorrer no parlamento, dada a sua amplitude e consequências no sistema financeiro, evitando-se sobressaltos a nossa atualmente combalida economia nacional, uma vez que não se restringe à mera mudança jurisprudencial no campo jurídico, pois, indubitavelmente, poderá produzir efeitos nefastos à regulação econômica dos empréstimos bancários aos produtores rurais de menor porte e familiares.

Assim, somente por mudança legislativa, cujo processo de deliberação paulatino, franqueia a todos os envolvidos e afetados participação legitimadora, esta situação poderá ser juridicamente conformada pelo parlamento, permitindo-se sobretudo ao sistema bancário e aos tomadores rurais de empréstimo sua adaptação a esta possível nova realidade, de forma a dar continuidade a uma política pública consciente e efetiva de fomento de investimento aos produtores rurais.

Vale frisar, neste ponto, que se encontra atualmente em trâmite na Câmara dos Deputados o **Projeto de Lei n.º 6.279/2013**, de relatoria do então Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS), propondo a alteração do art. 48 da Lei n.º 11.101/2005 para incluir o produtor rural no rol dos legitimados para requerer a recuperação judicial, excetuando-lhe o cumprimento do requisito temporal, cujo cômputo se dá a partir do seu registro na Junta Comercial.

Verifica-se, assim, que a atual exclusão do benefício do processo de soerguimento empresarial ao explorador agrícola é reconhecida pelo próprio legislador, no exercício de sua interpretação autêntica, ao expressamente asseverar, na exposição de motivos do citado projeto, que:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> "**[...] não há uma solução jurídica para a crise do produtor rural, que contenha caráter preventivo e recuperatório (apenas a insolvência civil, contida no art. 748, CPC, que visa, precipuamente, à liquidação das dívidas, sem compromisso com a salvaguarda do devedor e a continuidade do negócio).**
> **Por outro lado, o ingresso do produtor no regime jurídico empresarial – que lhe permitiria a utilização da recuperação judicial na forma que hoje está inscrita na Lei 11.101-2005 – facultado pelo art. 971, do Código Civil, além de não ter se popularizado entre os agricultores, condiciona a recuperação judicial ao registro prévio perante a Junta Comercial, pelo prazo de dois anos.**

A propósito, em que pese a existência de projeto de lei, não há que se falar em lacuna na legislação que trata do assunto ora em evidência, uma vez que não há falha alguma no regramento de condutas. Na hipótese, a omissão foi dos próprios interessados que deixaram de fazer o registro na junta comercial quando constataram que o volume de seus negócios se tornou vultoso. Ora, conforme está na atual norma de regência, caso o agricultor comum almeje obter a categoria de empresário rural, basta que proceda ao seu registro, nos moldes do art. 971 do Código Civil.

Constata-se, ainda, como último ato do referido rito de produção legislativa, ter sido acolhido pela Comissão de Finanças e Tributação - CFT **parecer pela rejeição** do referido projeto de lei.

Em sua manifestação contrária à aprovação do PL, disponível no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, a relatora da CFT, Deputada Federal Simone Morgado (PMDB/PA), expressamente afirmou que:

> "O argumento da Proposição é que o produtor rural é impedido de recorrer à recuperação judicial pela necessidade de inscrição na Junta Comercial. Ora, se o produtor sequer consegue se inscrever na Junta Comercial, será que poderia manejar um processo de recuperação judicial?
> Penso que não. O processo de recuperação judicial é complexo, envolvendo a participação de advogados, economistas e contadores. Se o produtor dispõe desses recursos, com certeza terá recorrido ao regime comercial ordinário. O pequeno produtor que sequer está inscrito no Registro de Empresas, portanto, pouco poderá se utilizar desse mecanismo.
> Ainda do ponto de vista prático, a formulação de um plano de recuperação judicial requer estudo da contabilidade do empresário e identificação de seus credores. O produtor pessoa física, ao menos em tese, não tem qualquer escrituração contábil. Se tiver, mais uma vez, ressalto, provavelmente estará inscrito no Registro Público de Empresas. Destarte, o objetivo tanto da proposição quanto de seu substitutivo,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> embora de inegável nobreza, não terá efeitos concretos em benefício dos produtores rurais.
> **A meu ver, o movimento não deve ser no sentido de inserir o produtor rural não empresário no sistema de direito empresarial. O movimento correto, a nosso ver, é estimular a inscrição do produtor rural no Registro Público de Empresas, o que importa em profissionalização da atividade e segurança para o próprio agricultor.**
> **Eminentes Pares, devemos notar a clareza do sistema hoje vigente. A recuperação judicial é instrumento de direito empresarial, não civil. Cabe ao empresário. Criar exceções em um sistema claríssimo tal qual este importa em criar complexidade que em nada contribuirá aos pretensos beneficiários. Na verdade, o aumento da complexidade do sistema jurídico empresarial somente cria confusão e insegurança.**
> O Substitutivo também carece dos mesmos problemas que impedem a aprovação do Projeto principal.
> Em face do exposto, voto pela não implicação do Projeto de Lei nº 6.279, de 2013, bem como do Substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária. **No mérito, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.279, de 2013**, bem como do Substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.
> Sala da Comissão, em 3 de novembro de 2015."

Não há, portanto, que se falar sequer em aplicação *lege ferenda*, pois a última e decisiva deliberação do Poder Legislativo, no presente caso, é no sentido da rejeição do projeto de lei e da impossibilidade normativa de igualar o produtor rural ao empresário individual, mormente quando a regra vigente sobre o tema oportuniza ao agricultor alçar à categoria de empresário rural, bastando para tanto que adote a providência contida em lei.

Assim sendo, repisa-se, o registro efetuado para aquisição da qualidade de empresário na junta comercial é um ato jurídico constitutivo, possuindo, no ordenamento econômico-jurídico, nuances que não podem ser desprezadas, pois são proposições umbilicalmente interligadas. Sem olvidar, outrossim, que o acesso à categoria de empresário rural depende exclusivamente de um ato volitivo a ser praticado pelo próprio interessado, no momento em que ele assim o desejar.

2.2. O tratamento diferenciado de dívidas contraídas em regimes jurídicos distintos e a inaplicabilidade, na hipótese, do art. 190 da Lei de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Recuperação Judicial.

Não é possível olvidar que as relações econômicas, firmadas por contratos no âmbito da vida civil, em qualquer sistema legal minimamente estruturado, por mais precária que seja sua organização, guardam profunda vinculação à segurança jurídica, de modo que qualquer ajuste privado, não importa se vultoso ou não, somente é firmado, à luz da boa-fé objetiva, ante o prévio conhecimento, pelos envolvidos, das premissas fáticas e normativas aplicáveis ao respectivo pacto negocial, de forma a minorar o risco a ele inerente (interesse privado) e, coletivamente, fomentar o incremento da economia de uma sociedade (interesse público).

O negócio jurídico é texto e principalmente contexto.

Nesse sentido, aliás, é a lição de PAULO LOBO sobre as relações contratuais:

> "As circunstâncias que envolveram e envolvem o negócio jurídico devem ser consideradas na interpretação deste: as negociações preliminares, a habitualidade de negócios, a compreensão que a comunidade empresta a certas atitudes negociais, **as manifestações havidas anteriormente e durante a execução do negócio, os comportamentos das partes durante a execução, o significado correto das palavras empregadas, o lugar, o tempo, o modelo das normas dispositivas aplicáveis** e a mudança objetiva de circunstâncias. **Deve ser levado em conta, principalmente, o significado que corresponde ao uso do tráfico jurídico, não só em relação às partes, mas também nos setores e ramos dos respectivos negócios.**
> A boa-fé objetiva, além de princípio fundamental do direito civil, é regra de interpretação do negócio jurídico volitivo ou não volitivo. Como princípio, é norma cogente que se incorpora ao negócio jurídico, tendo como consequência a nulidade de qualquer estipulação das partes que a contrarie. Como regra de interpretação, infunde em todas as estipulações das pares o sentido que melhor realize os deveres de lealdade, de probidade, de correção, de confiança. No CC, à regra geral de boa-fé objetiva na interpretação dos negócios jurídicos, prevista no art. 113, agrega-se a do art. 422, concernente aos contratos. Também o art. 187 considera ilícito o exercício do direito - inclusive derivado do negócio jurídico - que contrarie a boa-fé."
> (LOBO, Paulo. *Direito Civil: volume 1: arte geral*. São Paulo; Saraiva, 2019, p. 283 - grifei)

Idêntica orientação é afirmada por ANTÔNIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO:

> "*In concreto*, o negócio jurídico é todo fato jurídico consistente em declaração de vontade, **a que todo o ordenamento jurídico atribui os efeitos designados como queridos, respeitados os pressupostos de existência, validade e eficácia impostos pela**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> **norma jurídica que sobre ele incide**."
> (AZEVEDO, Antônio Junqueira. *Negócio jurídico. Existência, validade e eficácia*. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 16)

Não se pode, portanto, atropelar ou ignorar, ao simples alvedrio da situação, a **segurança jurídica** das relações contemporâneas, visto que esse princípio primordial abarca importância capital e norteadora de toda ordem jurídica, pois, em seu fim, **deve conformar as normas legais para viabilizar a previsibilidade das tratativas cotidianas firmadas pelos particulares**, de forma que, como elemento essencial do Estado Democrático de Direito, o corolário da segurança jurídica não deve somente garantir direitos, mas garanti-los com **estabilidade** e **durabilidade**.

O respeito à lei posta, como acento tônico do princípio da segurança jurídica, resulta na construção e na manutenção de realidades normativas, cuja eficácia perante toda a coletividade deriva da circunstância de o Direito proteger materialmente, no âmbito das relações sociais, o ato jurídico perfeito (art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal), pois, como bem leciona J.J. CANOTILHO, **a segurança jurídica orienta a realização do direito**, dando aos indivíduos previsibilidade em relação aos efeitos jurídicos dos atos praticados no seio da vida social:

> "Os indivíduos têm o direito de poder contar com o fato de que aos seus atos ou às decisões públicas concernentes a seus direitos, posições ou relações jurídicas fundadas sobre normas jurídicas válidas e em vigor, se vinculem os efeitos previstos e assinados por estas mesmas normas" (CANOTILHO, J.J. GOMES. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Coimbra: Editora Almedina, 2002, p. 250)

Em idêntico sentido, é o posicionamento doutrinário adotado por HUMBERTO THEODORO JÚNIOR:

> "Isso porque a segurança jurídica não é outra coisa senão a possibilidade reconhecida pelo operador econômico, fiscal, e por todos os jurisdicionados, de um meio jurídico seguro, posto ao abrigo das áleas e reviravoltas eventualmente ocorridas nas regras do ordenamento jurídico. Em outros termos, o legislador deve estabelecer e manter regras segundo as quais o particular, ao praticar atos jurídicos, possa se comportar com previsão de seus efeitos e com confiança naquilo que o ordenamento lhe proporcionou." (THEODORO JR, Humberto. *A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica*. Revista de Doutrina da 4.ª Região. Porto Alegre, n.º 14, setembro de 2006)

Tanto é verdade que a **Lei n.º 13.655/2018**, ao alterar a Lei de Introdução às

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Normas do Direito Brasileiro - LINDB, expressamente realçou a importância e a observância deste corolário basilar no âmbito das decisões administrativas e judiciais, ao dispor claramente na redação prevista no artigo 20 da LINDB que **não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas desta deliberação**, *in verbis*:

> Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

A solução da controvérsia, inclusive, prescinde de interpretação elastecida da legislação de regência (art. 971 e 984 do Código Civil), a ensejar postura proativa do Judiciário em interferir nas relações privadas e na política pública aplicada aos agricultores. Isso porque, como restou anteriormente afirmado não há lacuna legal, porquanto lhes é facultada, **desde o início de suas atividades**, a escolha do regime jurídico que regrará as suas condutas, não cabendo ao Poder Judiciário, ao admitir valores jurídicos abstratos, ignorar os efeitos e as consequências reais de eventual deliberação, data máxima vênia, *contra legem*.

Outrossim, o caso não enseja a aplicação do disposto no art. 190 da Lei de Recuperação Judicial e Falências, *in verbis*:

> Art. 190. Todas as vezes que esta Lei se referir a devedor ou falido, compreender-se-á que a disposição também se aplica aos **sócios** ilimitadamente responsáveis.

Em primeiro lugar, observa-se da análise literal do dispositivo que o legislador ordinário, ao firmar a vontade da lei traduzida na dicção da regra em comento, foi expresso ao limitar o benefício da recuperação judicial às sociedades em nome coletivo em que o sócio tenha responsabilidade ilimitada, pois, a rigor, na empresa individual **não existe** sociedade.

O Poder Legislativo, se assim o quisesse, teria sido claro ao estender o benefício ao empresário e não ao sócio, isso porque a empresa pode ser exercida por uma ou várias pessoas, enquanto que a sociedade é uma pessoa jurídica distinta dos sócios e coletiva em sua composição. Interpretação em contrário é manifestamente *contra legem*, pois dá, ao núcleo do dispositivo legal, ideia nele não contida, literalmente.

A doutrina, igualmente, dialoga nesse sentido.

FÁBIO ULHÔA COELHO, ao comentar o aludido artigo, explica que:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> Esse dispositivo tem sua aplicação restrita às sociedades empresárias de tipo menor: em nome coletivo, comandita simples e comandita por ações. Somente nelas há sócio ilimitadamente responsável pelas obrigações sociais. (COELHO, Fábio Ulhôa. *Comentários à nova Lei de Falências e de recuperação de empresas*. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 416)

Relativamente ao artigo em comento, pode-se indagar: seriam os empresários individuais sócios de responsabilidade ilimitada?

A resposta é **negativa**, conforme a lição de FRAN MARTINS, nas atuais palavras de Carlos Henrique Abrão:

> **183. Os Sócios de Responsabilidade Ilimitada são Empresários?**
> Tem-se debatido, na doutrina brasileira, sobre se os sócios de responsabilidade ilimitada são ou não empresários. A questão parece não oferecer dúvidas, em face do Direito Positivo brasileiro: **a responsabilidade *ilimitada* que os sócios assumem em algumas sociedades são apenas uma garantia dada aos terceiros para maior segurança destes**, garantia que é feita de forma *subsidiária*, o que mostra o seu caráter secundário. Primacialmente, como condição essencial à existência de todas as sociedades, os sócios se comprometem a concorrer para o capital das mesmas com uma importância em dinheiro ou bens avaliáveis em dinheiro. **A obrigação de responder ilimitadamente pelos compromissos sociais é uma obrigação *subsidiária*, estranha à obrigação principal, e como tal não serve para dar ao sócio a qualidade de comerciante.**
> **Em nosso Direito, não podem os sócios que assumem responsabilidade ilimitada pelas obrigações sociais ser considerados empresários; empresários serão as sociedades, pessoas jurídicas de Direito Privado, com patrimônio autônomo, próprio e independente do patrimônio dos sócios e, por tal razão, com nome, domicílio, nacionalidade e capacidade de exercer direitos diversos dos sócios**. (MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial - atualizador: Carlos Henrique Abrão. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 178)

Destaque-se, a propósito, que a proteção da empresa individual e a forma de superar eventual crise financeira por ela vivenciada não está no "*malabarismo interpretativo*" que os recorrentes aqui pretendem.

Como é sabido, a preocupação com a proteção do patrimônio pessoal do empresário individual e a sua incomunicabilidade foram objeto de tratamento específico pelo legislador, o qual, desde a publicação da **Lei n.º 12.441/2011**, afastou definitivamente essa distorção, ao permitir a constituição da empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI.

Consoante se vê, há quase uma década, o nosso regime jurídico determina a limitação patrimonial ao empresário individual, pois a parte de seus bens que não foi

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

destinada à exploração do novo negócio fica protegida da ação dos credores da empresa unipessoal.

No caso em debate, não há como ignorar que os recorrentes procuraram, deliberadamente, na posterior constituição da qualidade de empresários individuais se furtar das dívidas pessoalmente assumidas, pois, solenemente, dispensaram a proteção legal há muito existente para distinção dos patrimônios da empresa e do seu titular.

Na constituição da empresa, **os insurgentes agiram contrariamente ao estatuído na lógica e na vontade da lei de regência**, porquanto a limitação da responsabilidade sempre foi um desejo almejado pelos que praticam atividade econômica, uma vez que o objetivo de exercer negócio empresarial em regime de responsabilidade limitada tem estado presente normativamente em diversos ordenamentos atuais**.**

Aos recorrentes, resta tão-somente o processo de insolvência civil, o qual, todavia, lhes afigura mais nocivo.

Na insolvência civil, regulada pelo Código de Processo Civil de 1973, os devedores têm legitimidade para requerê-la judicialmente, sendo apenas excluídos, da arrecadação e expropriação de bens, aqueles que se apresentarem absolutamente impenhoráveis, assegurado o mínimo existencial à vida digna.

Os recorrentes, na verdade, queriam e querem - isso é assumido expressamente por eles - a confusão premeditada do patrimônio, dada a prejudicialidade da insolvência civil aos seus anseios, para assim, mediante a costura de tópicos contidos em julgados dispersos, chegarem à criativa solução a qual afasta o que, desde de sempre, é por demais conhecido e replicado: a inaplicabilidade do regramento recuperacional aos empréstimos bancários rurais.

Isso é dito com fundamento na própria história deste caso em específico, pois, em 2015, consoante se depreende do acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento n.º 132588/2015, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (disponível no respectivo sítio eletrônico), os recorrentes, quando da primeira tentativa frustrada, formularam pedido de recuperação judicial **exatamente 04 (quatro) dias depois** de terem efetuado a inscrição como empresários na junta comercial.

É uma idealização que vai de encontro ao próprio sistema de concessão de crédito: a constituição de uma empresa unipessoal de responsabilidade ilimitada para se furtar voluntariamente do pagamento de dívidas pessoais anteriormente contraídas,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

como, no caso dos autos, almejam os produtores rurais para, assim, encontrar no Estado-Juiz a chancela da inadimplência.

Por conseguinte, a incomunicabilidade de tratamento de dívidas assumidas em regimes jurídicos distintos, além de lógica, baseia-se umbilicalmente, no caso, no caráter constitutivo da inscrição no registro público de empresas mercantis, ante a impossibilidade de conceder efeitos retroativos. Isso porque, como restou anteriormente asseverado, a personalidade jurídica do produtor rural enquanto empresário apenas surge quando do implemento desta inscrição, sendo evidente que os atos (contratos) praticados enquanto pessoa física (um não empresário, que não pode se submeter a uma recuperação judicial) não podem ficar sujeitos ao processo recuperatório.

Aliás, a distinção de regimes e efeitos para os negócios jurídicos é próprio e comum em nosso sistema legal, pois, vale rememorar que mesmo a Lei n.º 11.101/2005, incessantemente invocada pelos recorrentes, estabelece tratamentos díspares entre as dívidas contraídas pelos empresários que dela se socorrem, **diferenciando o trato dos débitos consoante o tempo em que foram assumidos**. Com efeito, se contraídos antes do deferimento do beneplácito legal são concursais e, em contraposição, se arcados posteriormente ao deferimento do processo de soerguimento são extraconcursais, estando, portanto, descobertos do manto protetivo da suspensão das ações executivas.

Trata-se, em sua lógica, simplesmente do respeito ao princípio da boa-fé objetiva contratual, previsto no art. 422 do Código Civil, *in verbis*:

> Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

Nesse sentido, é a lição tecida por BERTRAND WANDERER:

> O respeito à boa-fé objetiva, tratada, no ordenamento jurídico brasileiro no art. 422 do Código Civil de 2002, consiste em um dever de conduta que obriga as partes a terem comportamento compatível com os fins econômicos e sociais pretendidos objetivamente pelo negócio celebrado, além da recíproca cooperação, com consideração aos interesses comuns. Dito de outro modo, impõe-se às partes o dever de agir de acordo com os padrões socialmente reconhecidos de lisura e lealdade, de forma a não defraudar a confiança e legítima expectativa da contraparte. (WANDERER, Bertrand. Lesão e onerosidade excessiva nos contratos empresariais. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 93)

A situação fático-jurídica do devedor no momento em que assume uma

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

obrigação, portanto, não pode de forma alguma ser ignorada e é de suma importância no âmbito do direito das obrigações e dos contratos, porquanto **está permanentemente gravada no pacto negocial**, como um verdadeiro registro de memória das condições que envolveram o ajuste, de modo que não pode ser desconsiderada pelo Poder Judiciário, mormente quando chamado a intervir nas relações socioeconômicas.

Assim, como bem restou consignado pelo Tribunal de origem, a interpretação harmônica do alcance do art. 49 da Lei n.º 11.101/05, à luz das peculiaridades do tratamento especial dado à atividade rural, evidencia que **podem ser incluídos na recuperação judicial do empresário rural somente aqueles débitos tomados dentro do regime empresarial, vale dizer, contraídos após o registro (do produtor rural) perante a Junta Comercial, porquanto é neste momento que é dado conhecimento a todos e, em especial, a quem negocia, acerca da opção pela alteração do regime jurídico feita pelo tomador, seja de capital ou de bens e serviços**.

Tem-se como inviável, portanto, que os recorrentes obtenham da justiça a chancela das vantagens inerentes aos dois regimes, pois além de terem auferido todos os benefícios da informalidade do produtor rural (atuante na vida civil como pessoa física), agora, posteriormente, **com a constituição mediante o registro mercantil de pessoa jurídica empresária**, pretendem sujeitar terceiros com quem contrataram, em seu regime anterior, a um processo concursal típico empresarial, qual seja, o da recuperação judicial.

Vale dizer, querem o "*melhor dos dois mundos*".

Repisa-se, por fim, que, ante a natureza constitutiva do ato de inscrição da junta comercial, a mudança para o regime jurídico de direito empresarial opera apenas efeitos *ex nunc*, não podendo, portanto, retroagir para afetar situações pretéritas, consolidadas e constituídas sob regime jurídico diverso e também regrado pelo nosso direito civil. De fato, não seria lógico e sequer permitido no ordenamento jurídico vigente que os contratantes, notadamente aqueles que se tornaram credores de uma pessoa física, repentinamente, em gritante violação ao princípio da boa-fé contratual e da segurança jurídica das relações privadas, tenham seus créditos incluídos em processo recuperacional em razão de posterior transformação (constituição) do ruralista em pessoa jurídica empresarial.

Por oportuno, cumpre destacar que os precedentes desta Corte, citados

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

pelos insurgentes nas razões do recurso especial, não conduzem à conclusão por eles almejada.

Com efeito, não se ignora que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, **em casos específicos de execuções - sem relação com recuperação judicial -** e, ressalte-se, **objetivando assegurar a satisfação da pretensão do credor**, tem considerado existir confusão patrimonial entre a empresa individual e a pessoa física de seu titular.

Ocorre que, como dito, essa construção jurisprudencial visa **salvaguardar os interesses dos credores/exequentes**, mormente como restou deliberado no **REsp 1.355.000/SP**, desta relatoria, no qual se admitiu que o patrimônio do titular da empresa individual - **cuja ma-fé restou reconhecida** - fosse atingido para responder pelas dívidas contraídas por empresa desprovida de capital e bens próprios (**REsp 1355000/SP**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 10/11/2016).

Por sua vez, a Terceira Turma, no julgamento do **REsp n.º 594.932/RO** (Rel. Ministra Nancy Andrighi), reconheceu a unicidade do patrimônio da empresa e de seu titular para anular, em favor da cônjuge do empresário individual, casada em regime de comunhão universal de bens, a doação de um imóvel dado a terceiro, sem o seu conhecimento e concordância.

Transcreve-se, para melhor esclarecer as razões da relatora, o seguinte excerto do voto condutor: "*entendo que o acórdão rescindendo violou literal disposição de lei (art. 235, IV), ao considerar válida doação de imóvel (único patrimônio da família, conforme sentença de fls. 164), com a dispensa da imprescindível outorga uxória*". Houve, para tanto, nesse caso específico, **o reconhecimento de uma lesão** na conduta do empresário que indevida e ilegitimamente violou o direito patrimonial de sua mulher, casada em regime universal de bens.

Não é por acaso – vale dizer – que o contexto fático em que se fixaram tais precedentes revela, senão má-fé por parte do devedor, alguma lesão em prejuízo do credor ou de terceiros. Categorias jurídicas como *responsabilidade ilimitada* ou *confusão patrimonial* possuem, em essência, o propósito de salvaguardar a pretensão executiva, isto é, garantir a satisfação do crédito contra subterfúgios ou estratégias desleais eventualmente utilizadas pelo devedor. Daí o motivo pelo qual não se pode admitir que tais precedentes sejam colocados, agora, a serviço do devedor, para que, com base na respectiva *ratio decidendi*, estenda-se indevidamente o manto da

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

recuperação judicial a alcançar dívidas que foram contraídas por pessoa física, sem perspectiva da sistemática recuperacional e suas proteções, porquanto pertinentes, como cediço, à sociedade empresária.

Em outras palavras, ao se socorrerem destes julgados, os recorrentes demonstram, dada as suas inadequações, que pretendem a subversão de valores declarados na jurisprudência desta Corte, relativos à superação da má-fé dos devedores, a fim de afastar a justa pretensão de seus credores.

Concluindo, como restou expressamente asseverado pelo parecer ministerial (fl. 1.036, e-STJ), "*ao contrário do que sustentam os recorrentes, o registro do empresário rural na junta comercial assume inequívoca feição constitutiva e não declaratória, o que, evidentemente, inviabiliza que os efeitos da recuperação judicial alcancem os créditos constituídos antes do mencionado registro*".

3. Assinale-se, por fim, que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exauriente exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional. Nesse sentido: REsp 1659616/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 12/09/2017; AgRg no AREsp 278.133/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/09/2014, DJe 24/09/2014; AgRg no AREsp 344.860/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2013, DJe 27/09/2013; AgRg no Ag 1126375/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2012, DJe 13/04/2012; dentre outros.

4. Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso especial.

É como voto.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
QUARTA TURMA

Número Registro: 2019/0050498-5 **PROCESSO ELETRÔNICO** **REsp 1.800.032 / MT**

Números Origem: 10126379020178110000 76125720178110051

PAUTA: 30/05/2019 JULGADO: 04/06/2019

Relator
Exmo. Sr. Ministro **MARCO BUZZI**

Presidente da Sessão
Exmo. Sr. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Subprocuradora-Geral da República
Exma. Sra. Dra. SOLANGE MENDES DE SOUZA

Secretária
Dra. TERESA HELENA DA ROCHA BASEVI

AUTUAÇÃO

RECORRENTE	:	JOSE PUPIN AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE	:	VERA LUCIA CAMARGO PUPIN - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS	:	ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS E OUTRO(S) - DF006811
		OCTÁVIO LOPES SANTOS TEIXEIRA BRILHANTE USTRA - SP196524
		LIGIA CARDOSO VALENTE - SP298337
		CAMILA SOMADOSSI GONÇALVES DA SILVA - SP277622
		LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS E OUTRO(S) - RS053731
		ANA CAROLINA BUENO DO VALE - SP387110
		YURI GALLINARI DE MORAIS E OUTRO(S) - SP363150
RECORRIDO	:	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS	:	CRISTIANO KINCHESCKI E OUTRO(S) - DF034951
		BRUNO RAMOS DOMBROSKI E OUTRO(S) - RJ173725
INTERES.	:	ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA S.A
INTERES.	:	ADAMA BRASIL S/A
INTERES.	:	BANCO JOHN DEERE S.A
INTERES.	:	BAYER S/A
INTERES.	:	COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE
INTERES.	:	WIDAL & MARCHIORETTO LTDA
INTERES.	:	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
INTERES.	:	SEMPRE SEMENTES EIRELI
INTERES.	:	METROPOLITAN LIFE INSURANCE COMPANY
INTERES.	:	LUXEMBOURG BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES.	:	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADO	:	RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979
INTERES.	:	SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO - SP100060
		FREDERICO PRICE GRECHI - RJ097685

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Contratos Bancários

SUSTENTAÇÃO ORAL

Dr(a). MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO, pela parte RECORRENTE: JOSE PUPIN AGROPECUARIA
Dr(a). MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO, pela parte RECORRENTE: VERA LUCIA CAMARGO PUPIN
Dr(a). CRISTIANO KINCHESCKI, pela parte RECORRIDA: BANCO DO BRASIL SA
Dr(a). CRISTIANO KINCHESCKI, pela parte RECORRIDA: BANCO DO BRASIL SA
Dr(a). RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES, pela parte INTERES.: FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS
Dr(a). ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO, pela parte INTERES.: SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Após o voto do relator negando provimento ao recurso especial e o voto do Ministro Raul Araújo, dando provimento ao recurso especial, divergindo do relator, PEDIU VISTA o Ministro Luis Felipe Salomão.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
QUARTA TURMA

Número Registro: 2019/0050498-5 **PROCESSO ELETRÔNICO** **REsp 1.800.032 / MT**

Números Origem: 10126379020178110000 76125720178110051

PAUTA: 30/05/2019 JULGADO: 17/09/2019

Relator
Exmo. Sr. Ministro **MARCO BUZZI**

Presidente da Sessão
Exmo. Sr. Ministro MARCO BUZZI

Subprocurador-Geral da República
Exmo. Sr. Dr. ANTÔNIO CARLOS SIMÕES MARTINS SOARES

Secretária
Dra. TERESA HELENA DA ROCHA BASEVI

AUTUAÇÃO

RECORRENTE	:	JOSE PUPIN AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE	:	VERA LUCIA CAMARGO PUPIN - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS	:	ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS E OUTRO(S) - DF006811
		OCTÁVIO LOPES SANTOS TEIXEIRA BRILHANTE USTRA - SP196524
		LIGIA CARDOSO VALENTE - SP298337
		CAMILA SOMADOSSI GONÇALVES DA SILVA - SP277622
		LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS E OUTRO(S) - RS053731
		ANA CAROLINA BUENO DO VALE - SP387110
		YURI GALLINARI DE MORAIS E OUTRO(S) - SP363150
RECORRIDO	:	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS	:	CRISTIANO KINCHESCKI E OUTRO(S) - DF034951
		BRUNO RAMOS DOMBROSKI E OUTRO(S) - RJ173725
INTERES.	:	ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA S.A
INTERES.	:	ADAMA BRASIL S/A
INTERES.	:	BANCO JOHN DEERE S.A
INTERES.	:	BAYER S/A
INTERES.	:	COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE
INTERES.	:	WIDAL & MARCHIORETTO LTDA
INTERES.	:	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
INTERES.	:	SEMPRE SEMENTES EIRELI
INTERES.	:	METROPOLITAN LIFE INSURANCE COMPANY
INTERES.	:	LUXEMBOURG BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES.	:	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADO	:	RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979
INTERES.	:	SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO - SP100060
		FREDERICO PRICE GRECHI - RJ097685

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Contratos Bancários

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Quarta Turma, por unanimidade, acolheu requerimento de prorrogação de prazo de pedido de vista, nos termos da solicitação do Sr. Ministro Luis Felipe Salomão.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.032 - MT (2019/0050498-5)

VOTO

A EXMA. SRA. MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI: Sr. Presidente, peço a máxima vênia à divergência para aderir ao voto de Vossa Excelência.

A Lei 11.101/2005 é clara ao estabelecer que a recuperação é possível para empresário e para sociedade empresária. No tocante a ser empresário, o Código Civil, art. 967, estabelece que é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede antes do início da sua atividade, ou seja, é necessário o registro prévio ao início de sua atividade para que seja um empresário regular.

A Lei de Recuperação Judicial somente se abriga empresários regulares. Pode haver empresa irregular, não havendo esse registro, mas essa empresa irregular, não há dúvidas, não se beneficiará da recuperação judicial. Isso é a regra geral. Não sendo empresa inscrita no Registro de Empresas Mercantis, em regra, não se considerará possível a recuperação judicial.

A característica do caso ora em debate é que se trata de atividade rural. Em se tratando de atividade rural, o Código Civil deu disciplina diferente. O próprio Código exige a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis. Nesse registro, devem ser cumpridas várias exigências, uma delas é a indicação do capital afetado à atividade empresarial. Isso dá publicidade a todos aqueles que venham a contratar com a empresa, no caso das empresas em geral. Sendo atividade rural, o mesmo Código Civil faz uma exceção ao estabelecer no art. 971:

> "O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro."

Ou seja, realmente, não se pode dizer que o agricultor que, valendo-se de direito previsto no Código Civil, de uma distinção em relação à regra geral, exerce sua atividade sem registro esteja em situação irregular. A meu ver, a melhor interpretação é aquela que o entende como um produtor rural que prefere se manter dentro das regras de Direito Civil, e não das regras de Direito Empresarial. Não que ele esteja irregular. Deixo bem claro que não está em situação irregular. Naturalmente, em sua atividade, haverá um componente de empresa com intuito de lucro, mas a lei lhe dá duas opções.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Sua atividade, sem dúvida, tem um conteúdo material de empresa. Se não houvesse essa possibilidade do art. 971, seria obrigado ao registro e, não fazendo o registro, estaria em condição irregular, mas ele entende, porque examinou o sistema jurídico vigente, as regras tributárias, previdenciárias, administrativas, que, na situação dele, é mais interessante ser um produtor rural sem registro e, portanto, embora não irregular, não ter o estatuto de uma empresa no sentido formal.

Entendo que, para requerer recuperação judicial, é necessária a formalização como empresa, seja porque o registro formal de empresa é exigido pelo art. 967 como regra geral, seja porque, no caso do empresário rural, ele tem essa opção de ser um produtor regido pelas regras gerais de Direito não empresarial ou de ser um produtor regido pelas regras de Direito Empresarial.

Penso que a lei é clara ao dizer que ele pode ficar na situação de não ser registrado como empresário – uma situação lícita, que lhe dará direito a certo estatuto tributário, previdenciário, administrativo –, mas, nesse caso, não será tratado no âmbito, a meu ver, do Direito Empresarial para efeito de requerer recuperação judicial - que é um instituto voltado a uma atividade empresarial formal - porque aqueles que exercem uma empresa em sentido material, sem dúvida, mas de maneira informal, não têm direito à recuperação judicial.

Penso que, se optou por exercer sua atividade, durante anos, sem registro como empresário rural, ele deve colher os bônus e os ônus dessa circunstância; portanto, a partir do momento em que requereu o registro como empresário rural, ele se transformou numa pessoa jurídica com uma limitação de um patrimônio, que é o capital dessa pessoa jurídica, afetado a essa atividade empresarial, agora de maneira formal. A meu ver, com a máxima vênia da divergência, não há como invocar retroativamente em face dos credores que contrataram com ele como pessoa física a nova situação de empresário formal.

Considero que não deve o credor ficar à mercê de uma opção futura do devedor, que poderá eventualmente optar por se registrar e submeter aquela obrigação a uma limitação de patrimônio de uma pessoa jurídica que ainda não fora constituída e registrada. Isso implicaria retroação do ato de opção para alterar a substância de todos os negócios jurídicos que foram celebrados antes de ele decidir obter o registro como produtor rural.

Penso também, data vênia, que não teria objetividade, não conferiria a necessária segurança jurídica ao sistema, a jurisprudência, com a devida vênia, que entendesse que isso se aplica só para grandes produtores e que os pequenos produtores não estariam no âmbito do precedente que está sendo discutido agora pela Quarta Turma. Isso porque a lei não estabelece esse critério de que produtores acima

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

de determinado patrimônio ou negócios jurídicos celebrados por produtores abaixo ou acima de determinado valor poderiam ou não ser enquadrados como atividade empresarial.

Há possibilidade de vários empréstimos menores, cuja soma pode vir a alcançar expressivo valor.

No meu entender, quando o Código Civil estabelece que o produtor rural pode optar por exercer sua atividade com ou sem registro, a lei confere um critério objetivo, um direito ao produtor rural de trabalhar sem registro ou com registro, independentemente do vulto de seus negócios. Não cabe a quem com ele negocia imaginar se, no futuro, contrairá novos empréstimos, se construirá um grande patrimônio ou não para, a depender do que acontecerá com ele e suas opções, no futuro, ser enquadrado como credor de uma empresa rural ou permanecer como credor de um empréstimo concedido a uma pessoa física.

Portanto, peço a máxima vênia à divergência, para acompanhar o voto de Vossa Excelência.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.032 - MT (2019/0050498-5)

RELATOR	**:**	**MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE	:	JOSE PUPIN AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE	:	VERA LUCIA CAMARGO PUPIN - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS	:	ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS E OUTRO(S) - DF006811 OCTÁVIO LOPES SANTOS TEIXEIRA BRILHANTE USTRA - SP196524 MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO - DF018958 LIGIA CARDOSO VALENTE - SP298337 CAMILA SOMADOSSI GONÇALVES DA SILVA - SP277622 LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS E OUTRO(S) - RS053731 ANA CAROLINA BUENO DO VALE - SP387110 YURI GALLINARI DE MORAIS E OUTRO(S) - SP363150
RECORRIDO	:	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS	:	CRISTIANO KINCHESCKI E OUTRO(S) - DF034951 BRUNO RAMOS DOMBROSKI E OUTRO(S) - RJ173725
INTERES.	:	ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA S.A
INTERES.	:	ADAMA BRASIL S/A
INTERES.	:	BANCO JOHN DEERE S.A
INTERES.	:	BAYER S/A
INTERES.	:	COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE
INTERES.	:	WIDAL & MARCHIORETTO LTDA
INTERES.	:	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
INTERES.	:	SEMPRE SEMENTES EIRELI
INTERES.	:	METROPOLITAN LIFE INSURANCE COMPANY
INTERES.	:	LUXEMBOURG BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES.	:	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA E OUTRO(S) - PR021731 RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979 ANDRESSA SANTORO ANGELO FIGUEIREDO DE SOUSA E SILVA E OUTRO(S) - SP273067
INTERES.	:	SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO - SP100060 FREDERICO PRICE GRECHI - RJ097685

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA: Senhor Presidente, o tema é bastante instigante e os votos são muito bem fundamentados.

O voto primoroso oferecido pelo em. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO convenceu-me plenamente quanto à melhor solução jurídica para o caso.

O empresário rural pertence a uma categoria peculiar, que recebe tratamento diferenciado por parte do legislador. Parece-me que, por conta desse tratamento díspar, a inscrição do empresário rural não implica a segregação patrimonial. O patrimônio continua sendo único. Não há distinção entre o patrimônio da "pessoa física" e o da "pessoa jurídica". Não há patrimônio afetado ao capital social para constituir uma

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

pessoa jurídica. Nesse particular, lembro jurisprudência desta Casa:

> RECURSO ESPECIAL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - INTEGRAÇÃO DO POLO PASSIVO PELOS SÓCIOS - PENHORA DE BENS DE FIRMA INDIVIDUAL DE TITULARIDADE DO EXECUTADO - TRIBUNAL A QUO QUE DEFERIU A PENHORA LIMITADA A TRINTA POR CENTO DOS BENS - IRRESIGNAÇÃO DO EXEQUENTE.
> Hipótese: Impossibilidade de conferir proteção a bens atribuídos a firma individual por meio de parâmetro percentual.
> (...)
> **2. A empresa individual é mera ficção jurídica que permite à pessoa natural atuar no mercado com vantagens próprias da pessoa jurídica, sem que a titularidade implique distinção patrimonial entre o empresário individual e a pessoa natural titular da firma individual. Precedentes.**
> (...)
> (REsp 1355000/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 10/11/2016)

> CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO. GARANTIA HIPOTECÁRIA. EMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS EM RECUPERAÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. ATOS EXPROPRIATÓRIOS
> 1. A controvérsia gira em torno de definir o juízo competente para promover os atos expropriatórios decorrentes de garantia hipotecária prestada por empresário individual em recuperação judicial em contrato de adiantamento de câmbio.
> **2. O empresário individual é a pessoa física que exerce atividade empresária em seu próprio nome, respondendo com seu patrimônio pessoal pelos riscos da atividade.**
> (...)
> (CC 155.390/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/11/2018, DJe 05/12/2018)

Ademais, todas as operações de empréstimo e financiamento de que trata a controvérsia dos autos, tomadas pelo empresário, tiveram como destino a atividade econômica organizada de produção rural e, sobretudo, agrícola. Desde sempre.

Por isso, a cisão dos créditos anteriores, no caso concreto – e tenho a impressão de que no mais das vezes –, inviabilizaria a recuperação judicial. Na prática seria negar ao empresário rural, regularmente inscrito no registro de empresas mercantis, um direito assegurado por lei. .

E, com a devida vênia, a pretensão do recorrente de forma alguma pode ser qualificada como deslealdade processual ou má-fé.

Por tudo isso, mais uma vez pedindo vênia ao em. Ministro Relator e a em. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, e cumprimentando mais uma vez o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO pelo voto primoroso e os demais Ministros pela qualidade dos debates, acompanho a divergência.

É como voto.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.032 - MT (2019/0050498-5)

RELATOR	**:**	**MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE	:	JOSE PUPIN AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE	:	VERA LUCIA CAMARGO PUPIN - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS	:	ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS E OUTRO(S) - DF006811 OCTÁVIO LOPES SANTOS TEIXEIRA BRILHANTE USTRA - SP196524 MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO - DF018958 LIGIA CARDOSO VALENTE - SP298337 CAMILA SOMADOSSI GONÇALVES DA SILVA - SP277622 LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS E OUTRO(S) - RS053731 ANA CAROLINA BUENO DO VALE - SP387110 YURI GALLINARI DE MORAIS E OUTRO(S) - SP363150
RECORRIDO	:	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS	:	CRISTIANO KINCHESCKI E OUTRO(S) - DF034951 BRUNO RAMOS DOMBROSKI E OUTRO(S) - RJ173725
INTERES.	:	ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA S.A.
INTERES.	:	ADAMA BRASIL S/A
INTERES.	:	BANCO JOHN DEERE S.A
INTERES.	:	BAYER S/A
INTERES.	:	COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE
INTERES.	:	WIDAL & MARCHIORETTO LTDA
INTERES.	:	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
INTERES.	:	SEMPRE SEMENTES EIRELI
INTERES.	:	METROPOLITAN LIFE INSURANCE COMPANY
INTERES.	:	LUXEMBOURG BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES.	:	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA E OUTRO(S) - PR021731 RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979 ANDRESSA SANTORO ANGELO FIGUEIREDO DE SOUSA E SILVA E OUTRO(S) - SP273067
INTERES.	:	SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO - SP100060 FREDERICO PRICE GRECHI - RJ097685

VOTO-VISTA

O SENHOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO:

1. BANCO DO BRASIL S/A interpôs agravo de instrumento em face de decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial proposta pelos agravados, JOSÉ PUPIN AGROPECUÁRIA e VERA LÚCIA CAMARGO PUPIN.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Aduziu que, nos termos do art. 48 da Lei n. 11.101/2005, o requisito temporal para o requerimento da recuperação judicial é o exercício regular da atividade empresária há pelo menos dois anos, que deve ser respeitado, igualmente, pelos empresários rurais. Afirmou a natureza constitutiva do registro exigido, e que somente a partir daí o requerente ostentaráia a condição de empresário. Concluiu pela impossibilidade dos agravados beneficiarem-se da recuperação judicial em relação às operações realizadas antes de registrarem-se na Junta Comercial.

Analisado o recurso, a Corte matogrossense deu provimento ao agravo de instrumento para afastar dos efeitos da recuperação judicial os créditos constituídos antes da inscrição como empresários na Junta Comercial, conforme ementado (fl. 663):

> AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – CRÉDITO – ANTERIORIDADE – NÃO SUJEIÇÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – CRÉDITO CONSTITUÍDO E VENCIDO ANTES DO REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL, QUANDO A ATIVIDADE ECONÔMICA RURAL ERA REGULAR, MAS NÃO ESTAVA, AINDA, SOB O REGIME JURÍDICO EMPRESARIAL POR EQUIPARAÇÃO – DECISÃO REFORMADA – RECURSO PROVIDO.
> É admissível a formação do litisconsórcio ativo, se evidenciado a existência de grupo econômico e certa simbiose patrimonial entre as pessoas jurídicas, notadamente se o processamento separado das ações de recuperação de cada uma das sociedades, essencialmente interligadas, pode comprometer o soerguimento do grupo. O deferimento da recuperação judicial pressupõe a comprovação da qualidade de empresário, mediante a juntada de certidão de inscrição na Junta Comercial, por período superior a dois anos.
> Não se submete aos efeitos da recuperação judicial o crédito constituído sob o regime não empresarial.
> Como o deferimento do processamento da recuperação judicial não atinge o direito material dos credores, não há falar em exclusão dos débitos, devendo ser mantidos, por conseguinte, os registros do nome do devedor nos bancos de dados e cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, assim como nos tabelionatos de protestos.

Banco do Brasil S/A (fls. 674-676) e José Pupin Agropecuária e Vera Lúcia Camargo Pupin (fls. 681-699) apresentaram embargos de declaração, sendo ambos os recursos rejeitados, conforme se observa da ementa do acórdão (fl. 734):

> EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE - PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE - RECURSOS DESPROVIDOS, O recurso de embargos de declaração, cuja missão E completar o acórdão embargado por meio de sua função integrativa, tem por objeto sanar eventual omissão, obscuridade ou contradição, caso ocorra, e não propriamente a modificação do julgado.

Interposto recurso especial por JOSÉ PUPIN AGROPECUÁRIA - em recuperação judicial - e VERA LÚCIA CAMARGO PUPIN - em recuperação judicial, com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, os recorrentes alegam violação aos arts. 11, 489, IV, e 1.022, II e III, do Código de Processo Civil; arts. 45, 971, 967, 970 e 971 do Código Civil; e 6°, § 4°, 47, 49 e 190 da Lei n. 11.101/2005.

Alegam, em síntese, que a inscrição do produtor rural na Junta Comercial como empresário individual possui natureza declaratória e, portanto, a recuperação judicial deveria operar normalmente seus efeitos, sendo inviável a atribuição de tratamento diferenciado aos créditos constituídos anteriormente ao registro para o fim de excluí-los do procedimento de recuperação judicial (fl. 784)

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 938-953.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso, nos termos da seguinte ementa (fls. 1028-1039):

> RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EXERCENTE DE ATIVIDADE ECONÔMICA RURAL. REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL. FACULDADE PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE, MAS EXIGÊNCIA PARA A SUBMISSÃO AO REGIME EMPRESARIAL. NATUREZA JURÍDICA CONSTITUTIVA. INVIABILIDADE DE SUBMISSÃO AO REGIME JURÍDICO DA FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DOS CRÉDITOS CONSTITUÍDOS ANTES DO REGISTRO.
> - Parecer pelo não provimento do recurso especial.

Foram protocolados pedidos de intervenção no feito, na qualidade de *amicus curiae* formulados por Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN (fls. 1064-1136), Sociedade Nacional de Agricultura - SNA (fls. 1161-1231), Banco Bradesco S/A (fls. 1139-1149), Instituto de Direito de Recuperação de Empresas - IDRE (fls. 1353-1471), Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE (fls. 1484-1641) e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (fls. 1661-1765). A FEBRABAN e SNA tiveram o pleito parcialmente deferidos para, na qualidade de *amicus curiae*, apresentarem memoriais

Na sessão de julgamento realizada em 4/6/2019, o eminente relator apresentou judicioso voto, negando provimento ao recurso especial. Entendeu Sua Excelência, em suma, pela natureza constitutiva do ato de inscrição na Junta Comercial e que "a mudança para o regime jurídico de direito empresarial opera apenas efeitos *ex nunc*, não podendo, portanto, retroagir para afetar situações pretéritas, consolidadas e constituídas sob regime jurídico diverso". Concluiu que "não seria lógico e sequer permitido no ordenamento jurídico vigente que os contratantes, notadamente aqueles que se tornaram credores de uma pessoa física, repentinamente, em gritante violação ao princípio da boa-fé contratual e da segurança jurídica das relações privadas, tenham seus créditos incluídos em processo recuperacional em razão de posterior transformação (constituição) do ruralista em pessoa jurídica empresarial".

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Na sequência do julgamento, o ilustre Ministro Raul Araújo, divergindo do relator, deu provimento ao recurso especial, para afirmar como adequada a interpretação que reconhece a impossibilidade de distinguir do regime jurídico dos débitos anteriores e posteriores à inscrição do empresário rural que pede recuperação judicial, devendo, assim, ser abrangidas as obrigações e dívidas anteriormente por ele contraídas. Sustentou, nesse rumo, em apertada síntese, que a "legislação nacional, levando em conta a importância, a relevância desse setor econômico para o País, deu um tratamento diferenciado para o empreendedor rural, que pode ser um produtor rural regido pelo Código Civil ou pode ser um empresário rural regido pelo regime empresarial, mas em ambos os casos está em situação regular".

Na ocasião, para realizar estudo mais alentado da questão, pedi vista dos autos.

É o relatório complementar.

2. A principal questão dos autos consiste em determinar o marco temporal definidor dos créditos que serão submetidos aos efeitos da recuperação judicial, quando processada em favor de produtor rural que exerce atividade empresária.

A resposta a essa questão percorrerá inevitavelmente a análise da natureza jurídica do ato de inscrição na Junta Comercial pelo empresário.

No que respeita ao ponto, o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso decidiu (fls. 656-660):

> No que tange a anterioridade dos créditos, é bem verdade que o Banco do Brasil não colacionou quais seriam os créditos que foram contraídos pelas pessoas físicas dos agravados que, segundo alega, são anteriores ao registro dos agravados como empresários rurais na Junta Comercial.
> Ocorre que é preciso estabelecer um marco, porquanto a decisão recorrida deferiu o processamento da recuperação judicial sem se atentar ao tema em exame.
> No caso em exame, realmente a constituição e o vencimento dos créditos antecedem ao próprio registro dos agravados como empresários perante a Junta Comercial, que se aperfeiçoou em AGOSTO/2015.
> **Sabe-se que ao conceder crédito em favor de empresário individual, o credor tem conhecimento acerca do regime jurídico que incide sobre referida relação jurídica, bem assim os riscos inerentes ao negócio pactuado. De modo que se o regime for empresarial, referido crédito pode ser passível de eventual recuperação judicial e falência, o que naturalmente afeta os parâmetros da negociação e condições incidentes sobre o negócio.**
> **Nos termos do disposto nos artigos 968, 971 e seguintes do Código Civil, apenas a partir da data em que os produtores rurais se inscrevem na Junta Comercial é que se torna possível aceitar o ingresso no regime legal de empresário, porquanto natureza constitutiva) que dá publicidade, garantia, segurança e é o registro**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

que declara a condição de empresário (eficácia aos atos jurídicos praticados por determinada pessoa física.
Conclui-se, portanto, que a alteração do regime jurídico que incide sobre os direitos e obrigações do empresário rural está intimamente ligada ao registro do produtor rural no Registro Público de Empresas Mercantis.
Dito isto, para efeito de análise dos débitos de que são titulares os agravados, entende-se que a opção de se inscrever não pode ter efeitos retroativos para atingir a esfera de direitos de credores que concederam o crédito em período anterior à inscrição como empresário individual.
Ainda que a base principiológica da lei 11.101/2005 seja de fomentar a solidariedade entre os agentes econômicos (credores e devedores), em busca de um benefício de uma maior produção de bens e serviços, geração de empregos, etc, não menos verdade que a recuperação judicial muitas vezes impõe severos gravames aos credores, mesmo àqueles que eventualmente tenham ficado vencidos na assembleia geral de credores e que, em virtude da técnica do (art. 58, § 1º, da Lei nº cram down 11.101/05), por ex., tornam-se vinculados ao plano aprovado.
Até mesmo importa notar que certas categorias de crédito, mesmo constituídas na vigência de regular registro, não se submetem aos efeitos da Recuperação Judicial, salvo, naturalmente, no que tange à eventual hipótese de essencialidade, assim como regra o artigo 49, §3º da Lei de Recuperação Judicial.
Sopesadas as circunstâncias, não se afigura razoável que um crédito analisado e concedido à produtor rural (não empresário) possa se sujeitar aos efeitos da recuperação judicial somente porque se registrou para ser equiparado a empresário em momento posterior.
O que não se mostra razoável, portanto, é que o devedor possa se valer, cumulativamente e no mesmo período, do que há de conveniente no regime pretérito (vantagens do regime não empresarial) e atual (recuperação judicial, exclusiva do regime jurídico empresarial art. 1º da Lei nº 11.101/05, ainda que por equiparação), porquanto acaba por criar um terceiro regime não previsto em lei e fora do espectro de avaliação de credores, que sequer cogitavam, na ocasião, da possibilidade de ter seu crédito sujeito a relevantes alterações.
Realça-se que não se quer dizer, com isso, que o patrimônio da pessoa física e do empresário individual se distinguem, porquanto, o registro da empresa individual, incluído aí a de produtor rural, não cria uma nova personalidade, distinta da pessoa física, nem separa patrimônios.
A distinção que se faz aqui não é, portanto, patrimonial, mas sim quanto ao regime jurídico a que se submete aquele que exerce atividade rural no momento da constituição do crédito, para fins de concursalidade ou não.
(...)
A interpretação harmônica do alcance do art. 49 da Lei nº 11.101/05, à luz das peculiaridades do tratamento especial dado à atividade rural, evidencia que podem ser incluídos na recuperação judicial do empresário rural somente aqueles débitos tomados dentro do regime empresarial, vale dizer, contraídos após o registro (do produtor rural) perante a Junta Comercial, porquanto é neste momento que é dado a quem negocia, conhecimento acerca da opção pela alteração do regime jurídico feita pelo tomador, seja de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> **capital ou de bens e serviços.**
> Ora, o credor que contrata com um empresário sabe, ou intui saber, qual é o regime jurídico que baliza sobre aquela relação jurídica. Assim, se o regime incidente for o empresarial, é de se prever a possibilidade de sujeição do crédito a eventual recuperação judicial ou falência. Entretanto, quem contrata com um não empresário acredita, pessoa física, pelo princípio da confiança legítima, que o negócio que realizou, não está sujeito ao regime empresarial e, por consequência, não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial.
> É dizer, se os agravados, desde a concessão dos créditos, já estivessem inscritos na Junta Comercial, o recorrente poderia, pelo menos em tese, ter analisado doutra forma, na sua estratégia comercial, a conveniência ou não da concessão do crédito, ou alterado, eventualmente, as condições, quanto, por exemplo, à garantias e taxas de juros, de acordo com o que se espera desse ou daquele regime jurídico que pode afetar a relação jurídica negocial.
> **Assim, conclui-se que os efeitos da recuperação não alcança os créditos regularmente constituídos (no caso, até mesmo vencidos e renegociados) antes da inscrição da pessoa física como empresário individual na Junta Comercial.**
> (...)
> Por demais reconhecida a importância da atividade agrícola na economia brasileira, sobretudo nas últimas décadas, inclusive com significativo peso na balança comercial.
> Mas, se de um lado isso é verdade, de outro não se pode olvidar como de menor relevância, aporte de capital, de crédito, de fornecedor de insumos, bens e serviços, enfim, enquanto suporte e mesmo sucesso do chamado "agronegócio".
> Dada a relevância aqui posta é que precisa-se buscar um equilíbrio nessa relação que se dá, no plano jurídico, com a garantia da estabilidade e previsibilidade das relações jurídicas estabelecidas.
> Portanto, a recuperação judicial não atingirá os créditos constituídos pelas empresas individuais . antes da inscrição na Junta Comercial.
> (...)
> Posto isso, dá-se provimento ao recurso interposto por para afastar os créditos da agravante do Banco do Brasil S.A., do âmbito dos efeitos da recuperação judicial dos agravados, constituídos antes da inscrição dos mesmos como empresários na Junta Comercial, bem assim reformar a r. decisão para afastar a determinação de suspensão dos efeitos dos protestos e eventuais registros nos órgãos de proteção ao crédito.

Na origem, José Pupin Agropecuária e Vera Lúcia Camargo Pupin propuseram ação de recuperação judicial na Comarca de Campo Verde - Mato Grosso.

Os devedores em recuperação são produtores de algodão, e, apesar de não haver menção nas decisões de origem sobre os números que caracterizariam o tamanho do negócio gerido pelos recorrentes, há na rede mundial de computadores inúmeros artigos de jornais e de periódicos ligados ao agronegócio, que atestam a expressiva envergadura da empresa que administram, com enorme geração de empregos e diversas atividades diretas e indiretas dependentes do cultivo do algodoeiro.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Outrossim, impende anotar ainda que o algodão está entre as mais importantes culturas de fibras do mundo. Todos os anos, uma média de 35 milhões de hectares de algodão são plantados em todo o planeta. A demanda mundial tem aumentado gradativamente desde a década de 1950, com um crescimento anual médio de 2%. O comércio de algodão em todo o mundo movimenta anualmente cerca de US$ 12 bilhões e envolve mais de 350 milhões de pessoas em sua produção, desde as fazendas até a logística, descaroçamento, processamento e embalagem (https://www.abrapa.com.br/Paginas/Dados/Algod%C3%A3o%20no%20Brasil.aspx)

Os dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa apontam que o Brasil é quinto maior produtor mundial de algodão e em 2019 conquistou o segundo lugar no ranking de maiores exportadores mundiais da pluma. Com três recordes registrados nesta safra, o Brasil atingiu um novo patamar no mercado internacional, passando a Índia, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

Além do mais, as perspectivas da cultura para os próximos anos são promissoras. “Do lado da demanda, a elevação da renda e da população, principalmente na Ásia, e a tendência mundial de consumo de produtos naturais, em substituição aos materiais plásticos sintéticos, impulsionarão o consumo das fibras naturais. Do lado da oferta, o Brasil dispõe de terra e tecnologia para atender ao aumento do consumo mundial de algodão. A qualidade do produto, os avanços nos métodos para controle de pragas e doenças tropicais, a obtenção de variedades mais produtivas, o desenvolvimento de sistemas eficientes de produção e a destacada organização da cadeia produtiva dos produtores brasileiros de algodão são fatores decisivos para a conquista dos mercados nacional e internacional”. Segundo a Embrapa, entre os principais exportadores, o Brasil é o único país que pode crescer em produtividade e em área plantada, assumindo um papel cada vez mais importante no mercado mundial de algodão.

O algodão é a quarta cultura mais importante da agricultura brasileira, depois da soja, cana de açúcar e milho. No ano passado, o Valor Bruto da Produção (VBP) foi de R$ 34,95 bilhões, o que representa 9,10% em relação ao VBP das culturas. Nos últimos três anos, a cultura teve um desempenho espetacular, crescendo 131%. Atualmente, a produção da pluma **concentra-se em Mato Grosso**, com 64% do VBP, e 25% no Oeste da Bahia, totalizando quase 90% do valor recebido pelos produtores. Nos últimos 10 anos, a produtividade média cresceu creca de 20%, atingindo o patamar 1.700 kg/ha nas duas últimas safras. (https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/43931817/aumento-da-producao-de-algodao-no-brasil-traz-novos-desafios-para-a-pesquisa-aponta-documento-da-embrapa).

Ainda, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

fevereiro deste ano divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a safra de algodão em 2019 será 13% maior do que em 2018, com 5,6 milhões de toneladas. Essa previsão de produção é o recorde da série histórica do IBGE.

Como dito, o maior produtor nacional de algodão é o Mato Grosso, seguido pela produção da Bahia, Minas Gerais e Goiás. A estimativa é que o Estado colha 3,7 milhões de toneladas de algodão este ano, representando 67,2% de toda a produção nacional.(https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Algodao/noticia/2019/03/globo-rural-safra-de-algodao-em-2019-sera-recorde-130-maior-do-que-em-2018-diz-ibge.html)

De acordo com dados da Bolsa Brasileira de Mercadorias – BBM, tabulados pelo Cepea, ao menos 42,1% da safra brasileira 2018/19 (estimada em 2,691 milhões de toneladas pela Conab), teria sido comercializada até o dia 30 de setembro. Em Mato Grosso, segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária - IMEA, informações divulgadas no último dia 9 apontam que já teriam sido comercializadas 80,54% da produção do Estado, estimada em 1,846 milhão de toneladas. Nos registros da BBM são contabilizados negócios equivalentes a 33,1% da produção mato-grossense até dia 30 de setembro. (https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0038823001570196641.pdf)

3. Após registrar os contornos fáticos e os desdobramentos possíveis da questão principal, passo ao voto.

Primeiramente, acompanhando em parte o voto do eminente relator, não vislumbro a alegada omissão do acórdão recorrido. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

4. Importa lembrar também, ainda no início, que a controvérsia sob análise, se não a mesma, em muito se identifica com a tese que se pretendeu afetar ao rito dos recursos repetitivos, no do julgamento do REsp n. 1.684.994/MT, cuja proposta fora negada.

O eminente Ministro Marco Aurélio Bellizze, naquela oportunidade, definiu com precisão a tese que seria investigada: "definição quanto à aplicabilidade do requisito legal de dois anos de constituição regular, para fins de deferimento de recuperação judicial requerida por empresário individual rural (produtor rural pessoa física), que exerce atividade empresarial há mais de dois anos, porém inscrito há menos de dois anos na junta comercial".

A egrégia Segunda Seção apenas desacolheu a proposta de julgamento nas condições especiais impostas pelo art. 543-C do CPC/1973 para salvaguardar a segurança jurídica, que recomenda a afetação ao rito dos recursos repetitivos os temas que já tenham sido objeto de jurisprudência consolidada no âmbito das Turmas.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Entretanto, já na ocasião, em sintonia com o cuidadoso Ministro Marco Buzzi, também relator naquela empreitada, ressaltei a imensa importância da matéria para o país, dada a destacada contribuição do setor agrícola para a economia, assim como o fizeram os demais Ministros da Seção de Direito Privado.

5. Em cumprimento ao que foi deliberado, a Quarta Turma retoma a análise da questão.

É bem de ver que a recuperação judicial de empresas, fruto da Lei n. 11.101, de 2005, é instrumento jurisdicional de superação da crise econômico-financeira da atividade empresarial sustentável. Revela-se, outrossim, como organismo viabilizador do desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, na medida em que promove a continuidade da atividade de exploração econômica, preservando a empresa com potencial de realização.

Assim, como se tem sido dito e repetido, o valor primordial a ser protegido por esse instituto é o da ordem econômica, bastando analisar os meios de recuperação da empresa legalmente previstos (como, por exemplo, nos incisos III, IV, V, XIII e XIV do art. 50 da Lei de Falência) para perceber que, em alguns casos, o interesse individual do empresário é até mesmo sacrificado, em deferência à salvaguarda da empresa como unidade econômica de inegável utilidade social. Confira-se o acórdão do julgamento lembrado:

> DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POSTERIOR AO PEDIDO. NÃO SUJEIÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO E A SEUS EFEITOS. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO NO JUÍZO COMUM. RESSALVA QUANTO A ATOS DE ALIENAÇÃO OU CONSTRIÇÃO PATRIMONIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.
> 1. Os créditos constituídos depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial estão excluídos do plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005). Isso porque, "se assim não fosse, o devedor não conseguiria mais acesso nenhum a crédito comercial ou bancário, inviabilizando-se o objetivo da recuperação" (COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p.
> 191).
> 2. Nesse diapasão, devem-se privilegiar os trabalhadores e os investidores que, durante a crise econômico-financeira, assumiram os riscos e proveram a recuperanda, viabilizando a continuidade de sua atividade empresarial, sempre tendo em mente que a notícia da crise acarreta inadvertidamente a retração do mercado para a sociedade em declínio.
> 3. Todavia, tal raciocínio deve ser aplicado apenas a credores que efetivamente contribuíram para o soerguimento da empresa recuperanda no período posterior ao pedido de recuperação judicial - notadamente os credores negociais, fornecedores e trabalhadores. Não é o caso, por exemplo, de credores de honorários advocatícios de sucumbência, que são resultantes de processos nos quais a empresa em recuperação ficou vencida. A bem da verdade, são créditos oriundos de trabalhos prestados

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> em desfavor da empresa, os quais, muito embora de elevadíssima virtude, não se equiparam - ao menos para o propósito de soerguimento empresarial - a credores negociais ou trabalhistas.
> 4. Com efeito, embora o crédito de honorários advocatícios sucumbenciais surgido posteriormente ao pedido de recuperação não possa integrar o plano, pois vulnera a literalidade da Lei n. 11.101/2005, há de ser usado o mesmo raciocínio que guia o art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005, segundo o qual mesmo os credores cujos créditos não se sujeitam ao plano de recuperação não podem expropriar bens essenciais à atividade empresarial, na mesma linha do que entendia a jurisprudência quanto ao crédito fiscal, antes do advento da Lei n. 13.043/2014.
> 5. Assim, tal crédito não se sujeita ao plano de recuperação e as execuções prosseguem, mas o juízo universal deve exercer o controle sobre atos de constrição ou expropriação patrimonial, aquilatando a essencialidade do bem à atividade empresarial.
> 6. Recurso especial parcialmente provido.
> *(REsp 1298670/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 26/06/2015)*

Cumpre sublinhar, ademais, que a Lei n. 11.101/2005 qualifica-se como norma-programa, tendo em vista sua considerável carga principiológica, lente pela qual devem ser interpretados seus dispositivos. A evidência dessa constatação está em seu art. 47, parâmetro a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, nos seguintes termos:

> **Art. 47.** A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Com efeito, a hermenêutica conferida à Lei, no particular relativo à recuperação judicial, deve sempre se manter fiel aos propósitos do instituto, negando qualquer interpretação que inviabilize o soerguimento da empresa economicamente viável, que não atende, ademais, ao interesse legítimo dos credores.

É, portanto, manifesto que a legislação tem por escopo a organização da atividade não apenas para proporcionar ao empresário o acesso ao lucro, mas pretende a distribuição de riqueza, a manutenção de empregos, a produção e circulação de mercadorias, bens e serviços, a geração de tributos, a redução de preços pelo equilíbrio mercadológico, o abastecimento contínuo na proporção da demanda social de toda a coletividade.

A empresa em crise não abastece o mercado de consumo, não fomenta a economia, a livre iniciativa e a concorrência; não gera empregos que dignifiquem as pessoas, que dependem da manutenção da fonte produtora; não tem giro de capital e, portanto, não acumula riquezas; não devolve investimentos sociais; não produz balanço social; não investe em recuperação de meio ambiente; não promove educação; não propaga ética; não reflete o

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

standard comportamental necessário (Simão Filho, A.; Pellin, D. *Nova empresarialidade aplicada à recuperação judicial de empresas. Revista Paradigma*, n.18, 2011. Recuperado de http://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/41).

Em linha com tal entendimento, o legislador, ao criar o instituto da recuperação, em substituição à concordata, expandindo o conceito da empresa por um cenário exógeno, cria um novo paradigma, cujos alicerces sustentam a nova teoria da preservação da unidade produtiva, em razão da *função social metaindividual*, preocupada não só com os aspectos da eficiência econômica, mas, primordialmente, com a dimensão social dessa preservação. (PERIN JUNIOR, Elcio. *Curso de direito falimentar e recuperação de empresas*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 357).

Portanto, a função social vai referir-se à **funcionalização da empresa** no mercado em que atua, numa análise tanto jurídica como econômica. Relaciona-se ao agir social de empresários, sem qualquer pretensão de substituir a responsabilidade social derivada da ética empresarial, mas, sim, de firmar o compromisso com os direitos daquele que está ligado, de alguma forma, à empresa: fornecedores, **agentes financiadores**, empregados, consumidores. (OLIVEIRA, Francisco Cardozo; BUZZI, Gabriela Cristine. *Função social da empresa no Brasil no contexto de globalização econômica: Luta por reconhecimento de direitos e mercado*. Revista Brasileira de Direito Empresarial. e-ISSN: 2526-0235. Brasília. v. 2. n. 1. Jan/Jul 2016, p.206).

No ponto, Daniela Menengoti Gonçalves, em sua tese de doutorado, acomodou o *movimento de funcionalização* no chamado *Direito ao Desenvolvimento Humano*, que se verifica na preocupação não apenas com a efetividade econômica, mas também com o bem-estar da sociedade, interessando, dessa forma, aos estudos não apenas da economia, como também das ciências humanas, entre elas o Direito, preocupado com as garantias individuais e coletivas, voltado à consciência contemporânea de direito universal. (RIBEIRO, Daniela Menengoti Gonçalves. *O direito ao desenvolvimento e sua recepção pelo ordenamento jurídico interno como direitos humanos: uma abordagem a partir da teoria econômica humanista e da universalização do direito*. Tese (Doutorado em Direito), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.<*http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15279*>.Acesso: 30/11/2019).

6. Diante desse cenário de preservação da unidade empresarial, a legislação, de maneira coerente, conferiu legitimidade ativa para o requerimento da recuperação judicial ao **titular da atividade empresária em crise** econômico-financeira, seja ele empresário individual ou sociedade empresária, mais recentemente, também aplicável à empresa individual de responsabilidade limitada, instituída pela Lei n. 12.441/2011 que introduziu o art.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

980-A ao Código Civil de 2002.

Na lição de Carvalho de Mendonça, "empresa é a organização técnico-econômica que se propõe a produzir mediante a combinação dos diversos elementos, natureza, trabalho e capital, bens ou serviços destinados à troca (venda), com esperança de realizar lucros, correndo os riscos por conta do empresário, isto é, daquele que reúne, coordena e dirige esses elementos sob sua responsabilidade" (*Tratado de Direito Comercial brasileiro.* livro II, v. II. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1933, p. 492).

No mesmo rumo são as ponderações feitas por Gustavo Tepedino e Maria Celina Bodin de Moraes, no sentido de que a caracterização da empresa pressupõe o **exercício de atividade econômica** organizada, prescindindo da constituição societária. "Somente com o **início efetivo da atividade** pela sociedade em questão afigura-se possível atribuir-lhe a qualidade de sociedade *empresária" (Código Civil interpretado conforme a Constituição da República.* v. III. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, p. 6)

O Código Civil de 2002 sistematizou o Direito de Empresa em seus arts. 966 e seguintes, definindo *empresa* a partir do conceito de *empresário*, adotando como critério de identificação a **forma de organização** dos fatores de produção para o exercício da atividade econômica, superando, dessa maneira a teoria dos atos de comércio de origem francesa. Nos moldes da teoria da empresa, a atividade típica de empresário não se define por sua natureza, mas pela forma com que é explorada. (COELHO, Fábio Ulhoa. *ParecerIBTDPJBrasil.*Disponível:http://www.irtdpjbrasil.com.br/NEWSITE/parecerfabio.htm. Acesso: 1/11/2019).

Preceitua o diploma material civil:

> **Art. 966.** Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
> **Parágrafo único.** Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

Com efeito, observa-se que o exercício profissional da atividade econômica é associado à habitualidade, pessoalidade e à sua organização, à forma com que é praticada.

De fato, a atividade empresária é aquela que promove a circulação de bens e serviços, com geração de receitas, passível de valoração econômica junto ao mercado e apta a gerar lucros.

Noutro ponto, o Código Civil previu, em seu art. 967, a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis e, a partir dessa previsão, a doutrina pôs-se a investigar a **natureza** daquele ato, se *constitutivo* da condição de empresário ou se

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

declaratório, uma vez que, na definição exposta no art. 966 o objeto de identificação eleito fora a **atividade** exercida desacompanhada da formalidade inscricional.

> **Art. 967.** É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

Acerca da questão, Ricardo Fiuza e Newton De Lucca esclarecem que o Registro apenas *declara* a condição de empresário individual, tornando-o regular, mas não o transforma em empresário. "Para que alguém se constitua empresário, perante a lei, deverá exercer, necessariamente, a atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, na definição do art. 966 do Código Civil". E concluem:

> É de afastar-se, de uma vez por todas, o equívoco cometido por alguns no sentido de que haveria um efeito constitutivo - e não apenas declaratório - no ato da inscrição do empresário. Nada mais inexato. **Muito tempo antes do Código Civil de 2002 e na vigência do Código Comercial de 1850, o Supremo Tribunal Federal proclamara, com inteiro acerto, que a matrícula, isto é, o registro, não tem o condão, por si só, de efetivar a qualidade do comerciante** (RE 37.099, *in Revista Trimestral de Jurisprudência, 5/222),* sendo que tal situação não foi modificada com o advento do atual Código Civil. Tal equívoco conceitual terá decorrido, muito provavelmente, por conta da legislação tributária que impôs ao comerciante individual um critério de lançamento de imposto similar ao que se previa para as pessoas jurídicas, sugerindo a errônea ideia de que ele seria, também, uma pessoa jurídica. Mas somente para efeitos fiscais - e não ontologicamente falando - é que o comerciante era equiparado à pessoa jurídica.
> (Vários autores. Coord. *DA SILVA,* Regina Beatriz Tavares. *Código Civil comentado.* 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 1012-1013)

Do julgamento referido pelos autores, realizado pela Primeira Turma do STF, em 1958, sob a Presidência do eminente Ministro Luiz Gallotti, extrai-se a seguinte ementa:

> Art. 9º do Cód. Com. A matrícula, por si só não efetiva a qualidade de comerciante.
> *(RE 37099, Relator(a): Min. CÂNDIDO MOTTA, Primeira Turma, julgado em 27/01/1958, DJ 16-05-1958)*

Nesse mesmo rumo são os ensinamentos de Rubens Requião, segundo o qual o registro dos atos empresariais não é constitutivo de direitos e a inscrição por si só, da firma individual ou contrato social não assegura a qualidade de empresário. (*Direito Comercial*. v.1. 31. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012).

Na doutrina, destaco uma vez mais a lição de Tepedino, para quem o registro dos atos constitutivos na Junta Comercial assumiria dupla função: constitutiva e declaratória:

> Por um lado, possui natureza constitutiva da pessoa jurídica, ou seja, estabelece o momento a partir do qual a sociedade assume personalidade jurídica distinta das pessoas dos sócios, bem como adquire patrimônio

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> próprio e distinto daqueles de seus sócios. **Por outro, afigura-se declaratória da condição de empresária.** Se, contudo, apesar de registrada, a sociedade jamais iniciar a exploração da empresa declarada como objeto, mantém-se a personalidade jurídica, porque a sociedade existe de direito, mas sem gozar da condição jurídica de empresária, ante a ausência do elemento fático essencial à sua caracterização.
> *(*TEPEDINO, Gustavo. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República.* v. III. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, p. 13)

Por fim, há de se referenciar o Enunciado n. 198, aprovado na III Jornada de Direito Civil realizada pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, que informa:

> **A inscrição do empresário na Junta Comercial não é requisito para a sua caracterização, admitindo-se o exercício da empresa sem tal providência**. O empresário irregular reúne os requisitos do art. 966, sujeitando-se às normas do Código Civil e da legislação comercial, salvo naquilo em que forem incompatíveis com a sua condição ou diante de expressa disposição em contrário.

7. Na linha da doutrina, esta egrégia Turma já afirmou a natureza declaratória atribuída ao registro efetivado pelo empresário na Junta Comercial.

Naquela oportunidade, o ilustre Ministro Raul Araújo ponderou, nos termos do Código Civil de 2002, que se considera empresária a pessoa jurídica que **exerce profissionalmente atividade econômica** organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços e observou o seguinte, embora com ressalva ao produtor rural, tema não desenvolvido na oportunidade:

> **Como se observa na norma, não há exigência formal para que se reconheça determinada pessoa física ou jurídica como empresário. Não se exige que realize o prévio arquivamento de seus atos constitutivos na Junta Comercial. Assim, o registro não tem natureza constitutiva (exceção para o empresário rural), mas simplesmente declaratória.**
> (...)

Abaixo a ementa do acórdão:

> RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 48, CAPUT, DA LEI 11.101/2005. DEVEDOR. EXERCÍCIO REGULAR DAS ATIVIDADES HÁ MAIS DE DOIS ANOS. MUDANÇA DE RAMO. ILEGITIMIDADE ATIVA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
> 1. O exercício regular de atividade empresária reclama inscrição da pessoa física ou jurídica no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial). Trata-se de critério de ordem formal.
> 2. Assim, para fins de identificar 'o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades', a que alude o *caput* do art. 48 da Lei 11.101/2005, basta a comprovação da inscrição no Registro de Empresas,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> mediante a apresentação de certidão atualizada.
> 3. Porém, para o processamento da recuperação judicial, a Lei, em seu art. 48, não exige somente a regularidade no exercício da atividade, mas também o exercício por mais de dois anos, devendo-se entender tratar-se da prática, no lapso temporal, da mesma atividade (ou de correlata) que se pretende recuperar.
> 4. Reconhecida a ilegitimidade ativa do devedor para o pedido de recuperação judicial, extingue-se o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC.
> 5. Recurso especial parcialmente provido.
> *(REsp 1478001/ES, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 19/11/2015)*

Diante desse contexto, acredito ser este o momento adequado para abordar a questão não investigada no julgamento do recurso capixaba destacado, qual seja a **natureza da inscrição**, quando o empresário em foco for **produtor rural** e, assim, desvendar os efeitos que dessa definição surgirão.

Nessa linha, após estudo aprofundado da matéria, penso ser inadequado dar tratamento distinto à natureza jurídica da inscrição feita pelo produtor rural.

Com efeito, a meu ver, a qualidade de empresário rural também se verificará, nos termos da teoria da empresa, diante da comprovação do exercício profissional da atividade econômica rural organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, sendo igualmente irrelevante, para tanto, a efetivação da inscrição na Junta Comercial, ato formal condicionante de outros procedimentos.

Destarte, como pontuou o Ministro Raul Araújo, ao proferir voto divergente na sessão que inaugurou o julgamento do recurso ora analisado, a inscrição no Registro Público será, tão somente, **condição para a obtenção de melhores favores do ordenamento jurídico**. Nesses termos, asseverou o voto divergente:

> Ora, se ele pode requerer inscrição, significa que o empreendedor rural, diferente do empreendedor econômico comum, está sempre em situação regular; não tem situação irregular. Se ele exerce atividade de produção de bens agrícolas, esteja inscrito ou não, tem situação regular, porque pode se inscrever ou não. Quando é que ele se inscreve? Se ele quiser obter melhores favores do ordenamento jurídico, ele se inscreve. Se não, se ele se contenta com o regime jurídico comum do Código Civil, não se inscreve. Mas ele está sempre regular, o que não acontece com o empresário comum, com o empreendedor comum, cuja inscrição é obrigatória para ele estar regular. Do contrário, ele está irregular.
> *(Fonte: Notas Taquigráficas, Sessão de Julgamento, Quarta Turma, 4/6/2019)*

Na trilha desse raciocínio, entendo que a inscrição do produtor rural na Junta Comercial, ao invés de "transformá-lo" em empresário, acarreta sua sujeição ao regime empresarial, descortinando-se, então, uma série de benefícios e ônus de titularidade apenas

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

daqueles que se registram na forma preconizada no art. 968, do CC/2002.

Tanto parece ser essa a melhor compreensão da questão que o art. 971 do diploma material civil, ao tratar da inscrição do sujeito que pratica atividade rural, já o nomeia *empresário.* Confira-se:

> **Art. 971.** O **empresário**, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

Nessa mesma toada, a doutrina de Gilberto Assunção e Roberto Epifânio Tomaz preceitua ser "o registro apenas uma exigência formal, e não deve prevalecer sobre os pressupostos materiais, pois o conceito de empresário rural está fixado pelo art. 966 do CC/2002. A inscrição é apenas uma formalidade, com o objetivo de tornar público os atos do empresário. Nada mais que isto. Logo, tal inscrição é de natureza declaratória, e não constitutiva" (*A possibilidade da recuperação judicial do produtor rural.* Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n. 1, p. 865-885. 1º Trimestre de 2013. Disponível em: *www.univali.br/ricc* – ISSN 2236-5044. Acesso em: 31/10/2019).

8. Em outro ângulo, uma vez demonstrados os elementos caracterizadores e indispensáveis à conceituação da atividade empresarial, volta-se a atenção à Lei n. 11.101/2005, especificamente ao art. 48, que expõe as **condições de admissibilidade ao requerimento da recuperação judicial**, conforme abaixo transcrito:

> **Art. 48.** Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:
> (...)

Com efeito, tenho que, quanto ao produtor rural, a condição de procedibilidade da recuperação judicial estará satisfeita sempre que realizado o registro na forma da lei e comprovada a exploração da atividade rural de forma empresarial por mais de 2 (dois) anos.

Quanto a esse segundo ponto, apesar da necessidade do registro para a efetivação do pedido de recuperação, não parece haver nenhuma exigência legal para que tal ato registral tivesse ocorrido há dois anos.

É que, como visto, o registro permite apenas que às atividades do produtor rural incidam as normas previstas pelo direito empresarial. Todavia, desde antes do registro, e mesmo sem ele, o produtor rural que exerce atividade profissional organizada para a produção de bens e serviços já é empresário.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Nessa linha, reitero que não há na Lei exigência temporal em relação ao registro do empresário. O art. 48 apenas exige como condição do pedido de recuperação que o empresário **exerça sua atividade de forma regular por pelo menos 2 (dois) anos**. Sabe-se, assim, que o registro é condição de regularidade para todos os demais empresários, mas não para o empresário individual, como declara o artigo 971 do Código Civil, reproduzido anteriormente.

Aliás, conforme elucida Fábio Ulhoa Coelho, um período mínimo de exploração de atividade econômica por parte do requerente da recuperação judicial precisou ser estipulado, porque o legislador considerou não consolidada a importância, da empresa que atua há menos de dois anos, para economia local, regional ou nacional. (COELHO Fábio Ulhoa. *Comentários à Lei de Falências e de recuperação de empresas.* 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 169).

O argumento é coerente. A consolidação de uma empresa não ocorre do dia para a noite. A conquista da clientela, a fixação do ponto comercial, o desenvolvimento de uma técnica, entre outros, são fatores construídos com o tempo de atuação da empresa, ou seja, o que a lei busca é assegurar a aplicação do instituto para empresas já consolidadas no mercado. Portanto, nessa linha, e a *contrario sensu*, comprovada, por quaisquer meios, o exercício consolidado da atividade pelo período determinado pela lei, comprovada estará a importância daquela empresa rural, habilitando-se ao deferimento do processamento da recuperação.

Antonio Carlos Pôrto e Nora Raquel concordam que, conforme se verifica no conceito de atividade rural e, sobretudo, de produtor rural, ainda que não inscrito no registro mercantil, não há dúvidas de que esse pratica, de fato, atos de empresa, notadamente quando exerce atividade rurícola conjugada com operações negociais, com a finalidade de obter lucro, situação que, indiscutivelmente, configura o gerenciamento de célula empresarial, sendo o registro condição para processamento do pedido de recuperação. (GONÇALVES, Antonio Carlos Pôrto. *Economia Empresarial.* Série Gestão Empresarial. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012).

Com efeito, para doutrinadores como os citados acima, o produtor rural que fez a opção pelo registro mercantil há menos de dois anos, antes do ajuizamento da recuperação judicial, pode demonstrar, por outros meios, o exercício do ofício rural no período exigido pela norma.

Destarte, deve, sim, haver o registro empresarial anterior à impetração da recuperação judicial.

Contudo, a comprovação da regularidade da atividade empresarial pelo biênio mínimo estabelecido no *caput* do art. 48 da Lei n. 11.101/05 deve ser aferida pela constatação

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

da manutenção e continuidade do exercício profissional (critério material), e não somente pela prova da existência de registro do empresário ou ente empresarial por aquele lapso temporal (critério formal).

No rumo desse entendimento, está o PL n. 6.279/2013 (relatoria do Deputado Federal Jerônimo Goergen - PP/RS. Atualmente na CCJ da Câmara dos Deputados), que propõe seja feita a comprovação do exercício da atividade pelo produtor rural não registrado por meio de simples **declaração de imposto de renda**. Ou seja, o Projeto de Lei assume viés ainda mais ampliativo, se comparado à interpretação ora proposta, permitindo a recuperação do produtor rural pessoa física.

Também está em tramitação o PL n. 7.158/2017 (relatoria do Deputado Federal Eduardo da Fonte - PP/PE, apensado ao PL 6279/2013. Atualmente na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, propõe a inclusão do § 2° ao art. 48, para que a pessoa jurídica ou física comprove o exercício de sua atividade por meio da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ; pela Carteira de Produtor Rural ou inscrição na Secretaria da Fazenda da respectiva unidade da Federação, exigindo-se que o requerente exerça regularmente suas atividades há pelo menos 1 (um) ano.

Abaixo, confira-se o teor das propostas mencionadas:

> **PL n. 6.279/2013, Câmara dos Deputados:**
> **Art. 48.** Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:
> (...)
> § 2º. **Tratando-se de exercício de atividade rural, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo com a declaração de imposto de renda.**
>
> **PL n. 7.158/2017, Câmara dos Deputados:**
> **Art. 48. (...)**
> § 2º. Tratando-se de exercício de atividade rural por pessoa jurídica ou pessoa física, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no *caput* deste artigo por meio da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ que tenha sido entregue tempestivamente, ou pela Carteira de Produtor Rural ou da inscrição na Secretaria da Fazenda da respectiva unidade da Federação, **exigindo-se que o requerente exerça regularmente suas atividades há pelo menos 1 (um) ano.**

A título de informação acerca das propostas legislativas sobre o tema, cumpre mencionar, a tramitação no Senado Federal, do PLS n. 624/2015 , de autoria do Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), que altera a Lei n. 11.101/2005, a fim de estabelecer que os produtores rurais inadimplentes possam vir a se beneficiar da referida lei. O projeto encontra-se, desde de 4/11/2019, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, após realização de Audiência Pública, em 15/10/2019, que contou com a participação do eminente

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Ministro Paulo Dias de Moura Ribeiro.

Ressalte-se a importância da colaboração dada por renomados estudiosos do Direito Comercial que, em junho deste ano (7/6/2019), reuniram-se na III Jornada de Direito Comercial e aprovaram os seguintes enunciados referentes à questão em debate.

> **CRISE DA EMPRESA: FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO**
>
> **ENUNCIADO 96** – A recuperação judicial do empresário rural, pessoa natural ou jurídica, sujeita todos os créditos existentes na data do pedido, inclusive os anteriores à data da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
> **Justificativa**: O art. 48, caput, da Lei n. 11.101/2005, não exige, como requisito para a impetração da Recuperação Judicial, a inscrição na Junta Comercial pelo prazo de dois anos, mas apenas que o devedor, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de dois anos. Por sua vez, o inc. V do art. 51 da mesma lei exige a comprovação de regularidade na Junta Comercial, mas não se refere a qualquer prazo. O art. 971 do Código Civil preceitua como facultativo, ao empresário rural, o registro na Junta Comercial, após o qual ficará equiparado ao empresário sujeito ao registro. Portanto, a atividade do empresário rural pode se configurar regular mesmo sem o registro na Junta Comercial. Nesse sentido, o empresário rural não necessita estar registrado na Junta Comercial há mais de dois anos para impetrar recuperação judicial
>
> **ENUNCIADO 97** – O produtor rural, pessoa natural ou jurídica, na ocasião do pedido de recuperação judicial, não precisa estar inscrito há mais de dois anos no Registro Público de Empresas Mercantis, bastando a demonstração de exercício de atividade rural por esse período e a comprovação da inscrição anterior ao pedido.
> **Justificativa**: Fábio Ulhoa Coelho, em parecer sobre o tema, afirma que "considerar que a lei exige do produtor rural que explore a sua atividade e também esteja registrado na Junta Comercial há pelo menos dois anos é relegar à letra morta o § 2º do art. 48 da LRE" (COELHO, Fábio Ulhoa. Parecer proferido nos autos do processo 3067-12.2015.811.0051-97136, Comarca de Campo Verde, Estado do Mato Grosso. 13 de outubro de 2015. Fls. 776). Destaca-se, ainda, que o TJSP manifestou-se pela admissão de qualquer documento para fins comprobatórios do efetivo e regular exercício da atividade pelo biênio legal (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Agravo de Instrumento 2006737-58.2018.8.26.0000; Relator (a): Alexandre Lazzarini; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro Central Cível - 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais; Data do Julgamento: 9/5/2018; Data de Registro: 11/5/2018). Assim, a prova do requisito temporal de dois anos não exige do produtor rural (seja pessoa física ou jurídica) que este esteja inscrito na Junta Comercial por prazo superior a um biênio, mas, tão somente, que o esteja na data do ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial.

Somando-se àqueles que entendem ser o registro condição para a recuperação, sem qualquer exigência de prazo, Manoel Justino Bezerra Filho em recente artigo publicado sobre a matéria, ponderou:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> **É curioso que a recuperação no agronegócio vem sofrendo resistências, que aos poucos, felizmente, vão sendo afastadas. O primeiro óbice consistia no entendimento segundo o qual o produtor rural não empresário (e que se torna empresário por simples manifestação de vontade na forma do art. 971 do CC), só poderia pedir recuperação se estivesse inscrito na Junta Comercial há mais de 2 anos, exigência do art. 48, I, da Lei 11.101/2005, a LREF. Este óbice já foi afastado, pois o que a lei exige no referido art. 48 é o exercício de dois anos de regular atividade e não, dois anos de inscrição na Junta Comercial. Este óbice surgiu porque houve uma certa confusão com a lei anterior, o Decreto-Lei 7.661/1945, que exigia, em seu art.158, a prova de "exercer regularmente o comércio há mais de dois anos", enquanto a lei atual exige "exercer regularmente suas atividades". O produtor rural não inscrito na Junta, por óbvio, exerce regularmente suas atividades e pode pedir recuperação com inscrição inferior a 2 anos.** Neste sentido: AI 2.037.064-59.2013.8.26.0000 – TJSP; AI – CV nº 1.0000.17.026108-5/001 – TJMG; AI 2.048.349-10.2017.8.26.0000 – TJSP; AI 2.251.128-51.2017.8.26.0000 – TJSP; ARESP 896.041 – STJ – (decisão monocrática do Min. Marco Aurélio Bellizzze) – j. em 12.5.2016; REsp 1.478.001 – STJ – Rel. Min. Raul Araújo; REsp 1.193.115-MT- Rel. Min. Sidnei Beneti – (Este julgado não exige o exercício por dois anos após a inscrição, exige apenas que a inscrição seja anterior ao ajuizamento do pedido de recuperação).
> *(http://jornaladvogado.com.br/a-recuperacao-judicial-do-empresario-rural-manoel-justino-bezerra-filho/)*

9. Portanto, uma vez constatada a crise econômico-financeira da empresa, é salutar que o processo decisório acerca da utilização da recuperação judicial para superação da conjuntura seja o mais técnico e objetivo possível, ponderando-se aspectos econômico-financeiros, contábeis, mas também mercadológicos, negociais e reputacionais.

Nessa linha, revelou-se a Lei n. 11.101/2005, que não se limitou à superação pontual da deficiência da legislação revogada, introduzindo como paradigma a *satisfação* dos direitos dos credores pela forma mais eficiente possível.

Diante desse cenário, a efetivação das normas da recuperação de empresa previstas na Lei n. 11.101/2005 exige análise objetiva, como dito, considerando os reflexos que essa recuperação terá na economia, servindo a aplicação do Direito não somente à regulação de seu funcionamento, mas, sobretudo, para colocá-lo a serviço da sociedade.

Nessa ordem de ideias, é objeto de estudo particular da Análise Econômica do Direito o reconhecimento de que as leis são *incentivos de mudança* do comportamento dos agentes e não apenas provedoras de justiça, cuja premissa é a de que a legislação e **a interpretação que lhe é conferida** constituem-se como preços implícitos, que servem de instrumentos para atingir objetivos de políticas públicas.

Dessa forma, a interpretação de institutos jurídicos e textos normativos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

impactam e geram consequências comportamentais, devendo ser realizada com responsabilidade e em consonância com os anseios que se pretendia fossem atendidos no momento da elaboração da norma.

Na trilha desse entendimento, é que, mais uma vez, importa lembrar que a Lei n. 11.101/2005 nasceu da **necessidade de evitar que a crise de uma empresa acarretasse efeitos drásticos sobre sua rede de credores, fornecedores e parceiros comerciais, protegendo o crédito**. É consenso entre os estudiosos do tema que o Decreto-Lei n. 7.661/1945 não acompanhou as transformações do cenário econômico, empresarial e falimentar. A antiga lei de Falências não ajudava os credores que não conseguiam receber os créditos e também não atendia o devedor que via o patrimônio que restava da sua atividade empresarial deteriorar-se em processos morosos, conforme analisado em artigo científico de autoria de Oksandro Gonçalves e Cristina Almendanha. (*Análise econômica do direito e a suspensão das ações e execuções em face da empresa em recuperação judicial: instrumento para o desenvolvimento.* Revista de Direito Empresaria. Belo Horizonte, ano 10, n. 2, maio/ago. 2013, p. 4 . Disponível:<*http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdiCntd=96852*>.Acesso:1/11/2019).

Com efeito, à época do Decreto de 1945, considerava-se que o estado falimentar decorria da impossibilidade do devedor cumprir as obrigações financeiras assumidas, ensejando a intervenção do Estado para que o patrimônio do devedor fosse liquidado, de modo a obter recursos para quitação dos débitos segundo uma ordem classificatória previamente estabelecida "com o fim de dividi-lo em partes iguais por todos aqueles que tenham direito (*par conditio creditorum*)". (LACERDA, José Cândido Sampaio de. *Manual de direito falimentar*. 14. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999, p. 30-31).

Nesse sentido, conforme analisou José Xavier Carvalho, a repulsa pelo devedor em crise era tamanha que sua figura era relacionada à fraude, e parte da doutrina defendia que o maior escopo da lei era eliminar as empresas econômica e financeiramente arruinadas, em razão das perturbações e perigos que poderiam causar ao mercado, ao afetar a higidez de outros organismos (*Tratado de direito comercial brasileiro.* Campinas: Bookseller, 2004. v. 5, t. I , p. 37).

É que naquele período, os procedimentos legais relativos à solução da insolvência das empresas eram essencialmente liquidatários e resolutórios.Vale dizer, para a satisfação dos créditos, se fosse preciso, chegar-se-ia à liquidação da sociedade com o desaparecimento da unidade produtiva.

Todavia, hoje, o interesse do Estado na conservação da empresa adquire indubitável relevo, dada a dimensão da empresa - pela sua importância quantitativa e qualitativa. Agora, conforme destaca a professora Doutora mineira Maria Celeste Guimarães,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

ao interesse público, entendido como o interesse do Estado, acrescentou-se um novo: o interesse dos trabalhadores que fazem parte da empresa. O interesse social, referenciado alhures, adquire progressiva importância e obriga a empresa a uma revisão do seu *status quo*, na medida em que, direta ou indiretamente, condiciona-lhe a solução da crise econômica da empresa. (GUIMARÃES, Maria Celeste Morais. *Entraves à eficácia da Lei de recuperação de empresas em crise. Como superá-los?* Revista da Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, n. 50, jan./ jul. 2007a, p. 269).

O professor da Universidade de São Paulo Fábio Konder Comparato já salientava a incongruência das regras anteriores diante da necessidade de um modelo que fosse então pautado no efetivo desenvolvimento econômico, de modo a considerar a empresa e sua realidade fática, tendo como parâmetro não apenas a pessoa do empresário, mas analisando-a como centro de múltiplos interesses, dos empregadores, dos sócios capitalistas, dos credores, do Fisco, da região onde atua e do mercado em geral. (*Aspectos jurídicos da macro- empresa*. São Paulo: RT, 1970, p. 102)

Ademais, vale sempre destacar que a insolvência é um risco inerente ao exercício da economia de mercado, um ônus a ser suportado por todos aqueles que participam da atividade econômica, seja o devedor insolvente, sejam seus credores.

No ponto, vale conferir as abalizadas ponderações de Manoel Justino Bezerra Filho, em artigo já citado neste voto, argumentando em sentido contrário aos que defendem o impedimento da recuperação para o produtor rural, sob a alegação de que o benefício surpreenderia seus credores:

> Adotado tal entendimento e admitida a recuperação judicial para empresário rural registrado há menos de dois anos, outro óbice surgiu, pois entendeu-se que não estavam submetidos à recuperação os débitos constituídos anteriormente à inscrição do produtor na Junta Comercial. **O fundamento de tal corrente era o fato de não poder admitir-se que o credor fosse surpreendido com a nova condição do devedor, ou seja: o banco havia emprestado a uma pessoa física (que não poderia pedir recuperação judicial) e agora via-se envolvido em uma recuperação. No entanto, e sempre mantido o respeito à corrente contrária, tal argumento não parece que possa se sustentar. Ninguém pode alegar desconhecimento da lei e o Código Civil, de 2002, em seu art. 971, criou uma situação absolutamente nova, ou seja, admitiu que o produtor rural, por simples manifestação de vontade unilateral, passasse à condição de empresário "... caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro". Ora, o empresário que está sujeito a registro na forma do art. 967 pode pedir recuperação judicial e sujeitar à recuperação todos os seus credores, razão pela qual o empresário constituído na forma do art. 971 também tem este direito. Por outro lado, por conhecer o art. 971 do CC., qualquer pessoa ou, qualquer instituição financeira sabe**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> **que aquele produtor rural pode tornar-se, de um momento para outro e por manifestação unilateral de vontade, um empresário equiparado "... para todos os efeitos..." a qualquer outro empresário que se constituiu na forma do art. 967**. **Portanto, não se pode falar em surpresa.**
> (*http://jornaladvogado.com.br/a-recuperacao-judicial-do-empresario-rural-manoel-justino-bezerra-filho/*)

No rumo dessas ideias, tendo em vista a alteração do tratamento legal dispensado às empresas em crise, a interpretação dos dispositivos da Lei n. 11.101/2005 que se afasta da noção de repúdio e punição à crise e aproxima-se da ideia de preservação da empresa - a bem do interesse da coletividade, a fim de cumprir-se o objetivo constitucional de promoção do desenvolvimento nacional e regional -, parece ser a mais adequada a criar os incentivos esperados.

10. Por fim, é preciso mencionar, acerca da jurisprudência sobre o tema em debate, o julgamento realizado pela Terceira Turma desta Corte, no Resp n. **1.193.115/MT,** em que ficou relator para o acórdão o eminente Ministro Sidney Beneti.

Naquela feita, a controvérsia foi nesses termos identificada pela relatora do recurso, Ministra Nancy Andrigui: "estabelecer se a **inscrição** no Registro Público de Empresas Mercantis é condição imprescindível para concessão do benefício da recuperação judicial a produtores rurais".

Conforme se percebe, aquela Turma de Direito Privado debruçou-se, na oportunidade, sobre controvérsia mais limitada, quando comparada à que nos detivemos na análise deste recurso. Com efeito, lá discutia-se a necessidade do **registro para o pedido de recuperação,** pressuposto que, inclusive, reconhece-se, neste voto, como devido.

Nessa linha, pontuou a ilustre Ministra relatora: "O ponto central da controvérsia, diante desse quadro, é analisar se há possibilidade de o produtor rural, mesmo não inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis à época do pedido, obter a concessão de sua recuperação judicial". E concluiu: a inscrição do empresário rural no Registro de Empresas não é obrigatória, de modo que o exercício de suas atividades não pode ser tido por irregular em virtude, unicamente, da inexistência de registro.

Ademais, analisando o voto vencedor divergente, percebe-se que sua posição não contradiz os fundamentos e a inteligência que se apresenta neste voto, tendo em vista o enfoque dado à necessidade de inscrição, sem análise detida da forma e tempo de comprovação do exercício da atividade empresária:

> Essa **comprovação documental é essencial**, para o caso específico da recuperação judicial, à caracterização legal do estado de comerciante. É certo que o exercício da atividade empresarial pode realizar-se sem a inscrição do empresário na Junta Comercial (Enunciado 198 da III "Jornada

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

de Direito Civil", do CEJ – Centro de Estudos da Justiça Federal), o que é pacífico à luz de centenária doutrina do Direito Comercial (exposta já pelos clássicos, cf. ALFREDO ROCCO, CESARE VIVANTE, WALDEMAR FERREIRA, JOÃO EUNÁPIO BORGES, RUBENS REQUIÃO, FRANZEN DE LIMA e outros). Mas da generalidade dessa qualificação como empresário não se extrai a qualificação especial para o pleito de recuperação judicial, ante a expressa disposição legal constante da Lei de Recuperações.
(...)
De qualquer forma, a inscrição no registro de comércio exige-se, necessariamente, antes do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, não havendo como suprir-se pela inscrição posterior, como no caso, em que, como constante do Acórdão recorrido, veio, essa inscrição, a dar-se 55 dias após o ingresso do pedido de recuperação em Juízo.
(...)
9.- **Não se está, no caso presente, enfrentando jurisdicionalmente a aplicabilidade, ou não, da Lei de Recuperação Judicial ao produtor rural, via de reestruturação econômico-financeira que, antes do Cód. Civil de 2002 e da Lei de Recuperação Judicial e Falências, era interditada ao rurícola (REsp 24.172/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JR, lembrado pelo voto da e. Relatora).**
No caso apenas se reafirma exigência de inscrição na Junta Comercial – não substituída por inscrição ou registro em órgão público diverso – para o acesso à recuperação judicial.

Abaixo, a ementa do acórdão:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE EMPRESÁRIO POR MAIS DE 2 ANOS. NECESSIDADE DE JUNTADA DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE REGISTRO COMERCIAL. DOCUMENTO SUBSTANCIAL. INSUFICIÊNCIA DA INVOCAÇÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL. INSUFICIÊNCIA DE REGISTRO REALIZADO 55 DIAS APÓS O AJUIZAMENTO. POSSIBILIDADE OU NÃO DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESÁRIO RURAL NÃO ENFRENTADA NO JULGAMENTO.
1.- O deferimento da recuperação judicial pressupõe a comprovação documental da qualidade de empresário, mediante a juntada com a petição inicial, ou em prazo concedido nos termos do CPC 284, de certidão de inscrição na Junta Comercial, realizada antes do ingresso do pedido em Juízo, comprovando o exercício das atividades por mais de dois anos, inadmissível a inscrição posterior ao ajuizamento. Não enfrentada, no julgamento, questão relativa às condições de admissibilidade ou não de pedido de recuperação judicial rural.
2.- Recurso Especial improvido quanto ao pleito de recuperação.
(REsp 1193115/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 07/10/2013)

11. Neste passo, permito-me algumas ponderações acerca de um dos pontos apresentados como defesa pelo ora recorrido e por outras instituições financeiras.

O conhecido argumento "terrorista" (com matérias em jornais e consultoriass contratadas especialmente para esta finalidade), no sentido de que o reconhecimento do

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

direito aos produtores rurais de requerer a recuperação judicial da empresa pode impactar negativamente o mercado de crédito , em apertada síntese porque as condições contratuais para obtenção de financiamentos para o produtor pessoa física são absolutamente diferentes das que aproveitam às pessoas jurídicas.

É bem de ver, no entanto, que tal afirmação demandaria estudo complexo e realizado realmente de maneira imparcial, além do que fere princípios comezinhos de procedimentos conhecidos pelas intituições de crédito, tais como a "avaliação criteriosa de risco" em cada crédito concedido, bem assim a existência de garantias para os contratos, tão necessárias para o Banco, o que faria ruir qualquer tentativa de intimidar esta Corte com o argumento de que o mercado reagiria com aumento das taxas.

Aliás, a exigência de garantias para o oferecimento do crédito pelas instituições financeiras ocorre em cumprimento de normativos do Banco Central do Brasil, que determina, por exemplo, que as instituições financeiras devem classificar as operações de crédito em detrimento do risco atribuído, variando de 0% para o nível de menor risco (AA), até 100% para o nível de maior risco (H) (Resolução n. 2.682/1999). Quanto às exigências específicas de garantias em operações de crédito, a Resolução n. 3.258/2005 manteve a proibição das instituições financeiras realizarem operações que não atendam aos princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos (Resolução no 2.682/1999.. <*www5.bcb.gov.br/normativos/*).

Os bancos classificam os riscos das operações, levando em conta quatro aspectos: a) risco do cliente, que indica a capacidade de endividamento atual; b) risco do projeto: indica a capacidade projetada do cliente; c) risco da proposta: avalia o objetivo, finalidade, valor e prazo do crédito e sua adequação; d) ponderação das garantias: a qualidade (valor e liquidez) que as garantias possuem para efeito de execução. (*http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/que-garantias-a-empresa-deve-apresentar-para-obter-credito,559d6354c2985410VgnVCM1000003b74010aRCRD*).

Em regra, as instituições financeiras, em média, solicitam algo em torno de 130% em garantias, sobre o valor do financiamento. Ao conceder linhas de crédito, os Bancos irão observar a finalidade do empréstimo tomado. O plano de investimento será incluído nas negociações do valor concedido, que deve atender às necessidades do tomador, sejam elas de expansão produtiva, investimento tecnológico, delineando com a máxima exatidão qual a espécie de contratante requer o crédito. (*Diagnóstico da oferta e da demanda de serviços financeiros. In*: SANTOS, Carlos Alberto *et al*. (Orgs.). *O sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas*. Cap. 1. Brasília: Sebrae, 2004)

Conforme se percebe das diretrizes traçadas pelo próprio Banco Central do Brasil, a investigação acerca da viabilidade econômica do tomador de crédito é capaz de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

revelar à instituição financeira a forma com que a atividade produtiva é exercida pelo requerente do financiamento, determinando as diretrizes da contratação, por meio da identificação de um produtor empresário, ainda que não haja formalização desta condição no registro competente.

Por derradeiro, relembre-se que, caso seus clientes não possuam a integralidade dos colaterais exigidos, às instituições financeiras é permitido valerem-se de garantias extraordinárias, tais como o Fundo de Aval (FAMPE), Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC), Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (Funproger) e Associação de Garantia de Crédito (AGC). (ZICA, Roberto Marinho Figueiroa, Zica, MARTINS, Henrique Cordeiro. *op. cit.*).

Por fim, importante deixar registrado como ponto de equilíbrio, é claro que se houver fraude comprovada na obtenção do empréstimo, se preenchidos os requisitos para a anulação do negócio jurídico (vg, mediante simulação ou em fraude contra credores - artigos 104 e seguintes do Código Civil), poderá o concedente ajuizar a demanda cabível, com a consequente restrição posterior à concessão da recuperação judicial do devedor.

12. Em resumo, segundo penso: a) - o produtor rural **que exerce atividade empresária** é sujeito de direito da recuperação judicial regulada pela Lei n. 11.101/2005; b) é condição para o requerimento da recuperação judicial pelo produtor rural a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, observadas as formalidades do art. 968 e seus parágrafos; c) a aprovação do requerimento de recuperação judicial pelo produtor rural está condicionada à comprovação de exercício da atividade rural há mais de (2) dois anos, por quaisquer formas admitidas em direito (art. 48, Lei n. 11.101/2005), a exemplo do § 2º do art. 48, da Lei n. 11.101/2005, que já prevê a DIPJ (que não existe mais, como principal instrumento de prestação de contas ao Fisco, o produtor pode se valer, ainda, da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), criada pela Instrução Normativa 1.422/2013, da Receita Federal); d) comprovado o exercício da atividade pelo prazo mínimo exigido pelo art. 48 (Lei n. 11.101/2005), sujeitam-se à recuperação os créditos constituídos, que decorram de atividades empresariais.

13. Ante o exposto, acompanhando a divergência inaugurada pelo douto Ministro Raul Araújo, com o acréscimo desSes fundamentos, dou provimento ao recurso especial para restabelecer, na íntegra, a decisão de primeiro grau, que deferiu o processamento da recuperação judicial dos recorrentes.

É o voto.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
QUARTA TURMA

Número Registro: 2019/0050498-5 **PROCESSO ELETRÔNICO** **REsp 1.800.032 / MT**

Números Origem: 10126379020178110000 76125720178110051

PAUTA: 05/11/2019 JULGADO: 05/11/2019

Relator
Exmo. Sr. Ministro **MARCO BUZZI**

Relator para Acórdão
Exmo. Sr. Ministro **RAUL ARAÚJO**

Presidente da Sessão
Exmo. Sr. Ministro MARCO BUZZI

Subprocuradora-Geral da República
Exma. Sra. Dra. ELIANE DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA RECENA

Secretária
Dra. TERESA HELENA DA ROCHA BASEVI

AUTUAÇÃO

RECORRENTE	:	JOSE PUPIN AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
RECORRENTE	:	VERA LUCIA CAMARGO PUPIN - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS	:	ANNA MARIA DA TRINDADE DOS REIS E OUTRO(S) - DF006811
		OCTÁVIO LOPES SANTOS TEIXEIRA BRILHANTE USTRA - SP196524
		MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO - DF018958
		LIGIA CARDOSO VALENTE - SP298337
		CAMILA SOMADOSSI GONÇALVES DA SILVA - SP277622
		LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS E OUTRO(S) - RS053731
		ANA CAROLINA BUENO DO VALE - SP387110
		YURI GALLINARI DE MORAIS E OUTRO(S) - SP363150
RECORRIDO	:	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS	:	CRISTIANO KINCHESCKI E OUTRO(S) - DF034951
		BRUNO RAMOS DOMBROSKI E OUTRO(S) - RJ173725
INTERES.	:	ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA S.A
INTERES.	:	ADAMA BRASIL S/A
INTERES.	:	BANCO JOHN DEERE S.A
INTERES.	:	BAYER S/A
INTERES.	:	COOPERATIVA DOS COTONICULTORES DE CAMPO VERDE
INTERES.	:	WIDAL & MARCHIORETTO LTDA
INTERES.	:	SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
INTERES.	:	SEMPRE SEMENTES EIRELI
INTERES.	:	METROPOLITAN LIFE INSURANCE COMPANY
INTERES.	:	LUXEMBOURG BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES.	:	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - "AMICUS CURIAE"

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

ADVOGADOS	:	JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA E OUTRO(S) - PR021731 RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979 ANDRESSA SANTORO ANGELO FIGUEIREDO DE SOUSA E SILVA E OUTRO(S) - SP273067
INTERES.	:	SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS	:	ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA COELHO - SP100060 FREDERICO PRICE GRECHI - RJ097685

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Contratos Bancários

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Após o voto-vista do Ministro Luis Felipe Salomão dando provimento ao recurso especial, acompanhando a divergência, e o voto da Ministra Maria Isabel Gallotti negando provimento ao recurso especial, acompanhando o relator, e o voto do Ministro Antonio Carlos Ferreira no sentido da divergência, a Quarta Turma, por maioria, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto divergente do Ministro Raul Araújo, que lavrará o acórdão. Vencidos o relator e a Ministra Maria Isabel Gallotti.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211738100000123217589
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211738100000123217589
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

RECURSO ESPECIAL Nº 1.876.697 - MT (2020/0125828-4)

RELATOR	**:**	**MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
R.P/ACÓRDÃO	**:**	**MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE	:	CLOVIS ANTONIO CENEDESE
ADVOGADOS	:	EUCLIDES RIBEIRO S JUNIOR - MT005222 EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - MT007680 ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA - MT015836 LIZA KEYKO UEMURA - MT021557
RECORRIDO	:	NÃO CONSTA
INTERES.	:	FIAGRIL LTDA
ADVOGADOS	:	CARLOS MACEDO BARROS - DF050253 ELIANA CALMON ALVES E OUTRO(S) - DF046625 ROGERIO FRANÇA ATHAYDE DE ALMEIDA - DF058809 ERIC DINIZ CASIMIRO - DF063071 RENATO CALMON ALVES BERNARDO DA CUNHA - DF019863

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL EFETUADO POR EMPRESÁRIO INDIVIDUAL RURAL QUE EXERCE PROFISSIONALMENTE A ATIVIDADE AGRÍCOLA ORGANIZADA HÁ MAIS DE DOIS ANOS, ENCONTRANDO-SE, PORÉM, INSCRITO HÁ MENOS DE DOIS ANOS NA JUNTA COMERCIAL. DEFERIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 48 DA LRF. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Controverte-se no presente recurso especial acerca da aplicabilidade do requisito temporal de 2 (dois) anos de exercício regular da atividade empresarial, estabelecido no art. 48 da Lei n. 11.101/2005, para fins de deferimento do processamento da recuperação judicial requerido por empresário individual rural que exerce profissionalmente a atividade agrícola organizada há mais de 2 (dois) anos, encontrando-se, porém, inscrito há menos de 2 (dois) anos na Junta Comercial.

2. Com esteio na Teoria da Empresa, em tese, qualquer atividade econômica organizada profissionalmente submete-se às regras e princípios do Direito Empresarial, salvo previsão legal específica**,** como são os casos dos profissionais intelectuais, das sociedades simples, das cooperativas e do exercente de atividade econômica rural, cada qual com tratamento legal próprio. Insere-se na ressalva legal, portanto, o exercente de atividade econômica rural, o qual possui a faculdade, o direito subjetivo de se submeter, ou não, ao regime jurídico empresarial.

3. A constituição do empresário rural dá-se a partir do exercício profissional da atividade econômica rural organizada para a produção e circulação de bens ou de serviços, sendo irrelevante, à sua caracterização, a efetivação de sua inscrição na Junta Comercial. Todavia, sua submissão ao regime empresarial apresenta-se como faculdade, que será exercida, caso assim repute conveniente, por meio da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.

3.1 Tal como se dá com o empresário comum, a inscrição do produtor rural na Junta Comercial não o transforma em empresário. Perfilha-se o entendimento de que, também no caso do empresário rural, a inscrição assume natureza meramente declaratória, a autorizar, tecnicamente, a produção de efeitos retroativos (*ex tunc*).

3.2 A própria redação do art. 971 do Código Civil traz, em si, a assertiva de que o empresário rural poderá proceder à inscrição. Ou seja, antes mesmo do ato registral, a qualificação jurídica de empresário – que decorre do modo profissional pelo qual a atividade econômica é exercida – já se faz presente. Desse modo, a inscrição do empresário rural na Junta Comercial apenas declara, formaliza a qualificação jurídica de empresário, presente em momento anterior ao registro. Exercida a faculdade de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, o empresário rural, por deliberação própria e voluntária, passa a se

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

submeter ao regime jurídico empresarial.
4. A finalidade do registro para o empresário rural, difere, claramente, daquela emanada da inscrição para o empresário comum. Para o empresário comum, a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, que tem condão de **declarar** a qualidade jurídica de empresário, apresenta-se obrigatória e se destina a conferir-lhe *status* de regularidade. De modo diverso, para o empresário rural, a inscrição, que também se reveste de natureza declaratória, constitui mera faculdade e tem por escopo precípuo submeter o empresário, segundo a sua vontade, ao regime jurídico empresarial.
4.1 O empresário rural que objetiva se valer dos benefícios do processo recuperacional, instituto próprio do regime jurídico empresarial, há de proceder à inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, não porque o registro o transforma em empresário, mas sim porque, ao assim proceder, passou a voluntariamente se submeter ao aludido regime jurídico. A inscrição, sob esta perspectiva, assume a condição de procedibilidade ao pedido de recuperação judicial, como bem reconheceu esta Terceira Turma, por ocasião do julgamento do REsp 1.193.115/MT, e agora, mais recentemente, a Quarta Turma do STJ (no REsp 1.800.032/MT) assim compreendeu.
4.2 A inscrição, por ser meramente opcional, não se destina a conferir ao empresário rural o *status* de regularidade, simplesmente porque este já se encontra em situação absolutamente regular, mostrando-se, por isso, descabida qualquer interpretação tendente a penalizá-lo por, eventualmente, não proceder ao registro, possibilidade que a própria lei lhe franqueou. Portanto, a situação jurídica do empresário rural, mesmo antes de optar por se inscrever na Junta comercial, já ostenta *status* de regularidade.
5. Especificamente quanto à inscrição no Registro Público das Empresas Mercantis, para o empresário comum, o art. 967 do Código Civil determina a obrigatoriedade da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade. Será irregular, assim, o exercício profissional da atividade econômica, sem a observância de exigência legal afeta à inscrição. Por consequência, para o empresário comum, o prazo mínimo de 2 (dois) anos deve ser contado, necessariamente, da consecução do registro. Diversamente, o empresário rural exerce profissional e regularmente sua atividade econômica independentemente de sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis. Mesmo antes de proceder ao registro, atua em absoluta conformidade com a lei, na medida em que a inscrição, ao empresário rural, apresenta-se como faculdade – de se submeter ao regime jurídico empresarial.
6. Ainda que relevante para viabilizar o pedido de recuperação judicial, como instituto próprio do regime empresarial, o registro é absolutamente desnecessário para que o empresário rural demonstre a regularidade (em conformidade com a lei) do exercício profissional de sua atividade agropecuária pelo biênio mínimo, podendo ser comprovado por outras formas admitidas em direito e, principalmente, levando-se em conta período anterior à inscrição.
7. Recurso especial provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por maioria, dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze, que lavrará o acórdão.

Votou vencido o Sr. Ministro Relator Ricardo Villas Bôas Cueva.

Votaram com o Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze os Srs. Ministros Moura Ribeiro, Nancy Andrighi e Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente).

Brasília, 06 de outubro de 2020 (data do julgamento).

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator p/Acórdão

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

RECURSO ESPECIAL Nº 1.876.697 - MT (2020/0125828-4)

RELATOR	:	MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
RECORRENTE	:	CLOVIS ANTONIO CENEDESE
ADVOGADOS	:	EUCLIDES RIBEIRO S JUNIOR - MT005222 EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - MT007680 ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA - MT015836 LIZA KEYKO UEMURA - MT021557
RECORRIDO	:	NÃO CONSTA
INTERES.	:	FIAGRIL LTDA
ADVOGADOS	:	CARLOS MACEDO BARROS - DF050253 ELIANA CALMON ALVES E OUTRO(S) - DF046625 ROGERIO FRANÇA ATHAYDE DE ALMEIDA - DF058809 ERIC DINIZ CASIMIRO - DF063071 RENATO CALMON ALVES BERNARDO DA CUNHA - DF019863

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA: Trata-se de recurso especial interposto por CLOVIS ANTONIO CENEDESE, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado:

> *"RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - INDEFERIMENTO - REQUISITO TEMPORAL NÃO PREENCHIDO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Não bastasse a expressa determinação da lei de recuperação judicial, esta mesma Câmara em casos semelhantes assentou o entendimento de que, a condição da qualidade de empresário para efeitos da recuperação judicial, pressupõe a inscrição na Junta Comercial por período superior a dois anos"* (fl. 1.505, e-STJ).

No recurso especial, o recorrente aponta violação dos artigos 1º, 2º, 48, § 2º e 51 da Lei nº 11.101/2005 e 966, 970 e 971 do Código Civil, bem como dissídio jurisprudencial em relação ao REsp nº 1.800.032/MT e a acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - AI nº 2205990-27.2018.8.26.0000.

Afirma que, conforme a definição do Estatuto da Terra, empresa rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore economicamente e racionalmente imóvel rural, dentro da condição de rendimento econômico.

Considera que o art. 4º do Estatuto da Terra *dialoga muito bem* com o artigo 966 do Código Civil, para quem empresário é aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens e ou de serviços.

Conclui que esses 2 (dois) dispositivos legais são suficientes para qualificar o produtor rural como agente titular de atividade empresária o que lhe autoriza, nos termos do art.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

1º da Lei nº 11.101/2005, a requerer o benefício da recuperação judicial.

Acrescenta, ainda, que o produtor rural não está relacionado nos dispositivos legais que apontam quais agentes estão excluídos do regime da recuperação.

Em vista disso, assevera que não há para o produtor rural nenhuma exigência especial para demonstrar a atividade empresária, já que sempre foi tratado como empresa rural.

Adverte, então, que

> *"(...) a tese de 'surpresa' pelo registro para a finalidade exclusiva de atendimento do art. 51 da Lei 11.101/05 jamais pode ser utilizada como instrumento para afastar o pedido recuperacional deduzido pelo produtor rural. Afinal, 'ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece'. E os credores, Excelência, se não sabem, tinham o dever de saber que os produtores rurais como Alessandro e Alessandra Nicoli sempre foram considerados - pela própria Lei - Empresas Rurais e poderiam postular pedido recuperacional desde o início da vigência da lei 11.101/2005"* (fl. 1.560, e-STJ).

O recorrente lembra, ainda, que a própria lei garante ao produtor rural tratamento favorecido, diferenciado e simplificado. Assim, o fato de obter financiamentos com juros mais baixos, ou outras vantagens, não obsta que também se beneficie da recuperação judicial.

O ato de inscrição do empresário rural no Registro Público de Empresas Mercantis, segundo entende, é facultativo e tem natureza meramente declaratória, devendo seus efeitos retroagirem à data em que teve início a atividade rural.

Conclui, assim, que o biênio exigido pelo artigo 48 da Lei nº 11.101/2005 não deve ser contado da data do registro na Junta Comercial mas, sim, observar o tempo de efetivo exercício da atividade rural. Com isso, para o deferimento da recuperação judicial do produtor rural basta que, no momento do protocolo do pedido, tenha realizado o registro na Junta Comercial e comprove por outros meios o exercício da atividade rural por mais de 2 (dois) anos.

Destaca que na hipótese dos autos foi realizada perícia prévia, ficando demonstrado o exercício da atividade rural pelo biênio exigido por lei.

Faz referência aos Enunciados 96 e 97 da III Jornada de Direito Comercial e a julgados desta Corte e de Tribunais estaduais, buscando demonstrar a preponderância de sua tese. Ressalta, além disso, que as doutrinas de Fábio Ulhoa Coelho, Manoel Justino Bezerra Filho e Alfredo de Assis subsidiam seus argumentos.

Pondera que a recuperação judicial não parte da intenção de inadimplir contratos, mas de impor limites a todos os *players*, de modo a ajustar o pagamento das obrigações conforme a capacidade do devedor, levando em conta a viabilidade de seu negócio.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Requer a antecipação dos efeitos da tutela recursal para determinar a suspensão de quaisquer atos constritivos perpetrados pelos credores nos juízos executivos e a devolução dos bens já eventualmente arrestados. Ressalta que nas execuções em andamento já foram deferidas medidas expropriatórias, que colocam em risco ativos essenciais para o prosseguimento de sua atividade. Destaca que os prejuízos já alcançam R$ 144.000.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões de reais).

Ao final, requer que o recurso especial seja provido para determinar ao Juízo de primeiro grau que processe o pedido de recuperação judicial, afastando a exigência de 2 (dois) anos de inscrição na Junta Comercial.

A Subprocuradoria-Geral da República opina pelo conhecimento e provimento do recurso especial em parecer assim sintetizado:

> *"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BIÊNIO EXIGIDO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES PELO EMPRESÁRIO RURAL. REGISTRO FACULTATIVO. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DESDE QUE COMPROVADO O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EMPRESARIAL RURAL.*
> *PARECER PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL"* (fl. 2.262, e-STJ).

É o relatório.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

VOTO-VENCIDO

O EXMO. SR. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA (Relator): O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Cinge-se a controvérsia a definir se o produtor rural somente adquire o direito aos benefícios da recuperação judicial se estiver inscrito no Registro Público de Empresas há pelo menos 2 (dois) anos.

A irresignação não merece acolhida.

1. Breve histórico

Trata-se na origem de pedido de recuperação judicial ajuizado por CLOVIS ANTÔNIO CENEDESE na qualidade de empresário rural, produtor de grãos em Mato Grosso, em 10.2.2020. O autor descreve na inicial a grave crise financeira que enfrenta, situação que, segundo afirma, vem se agravando desde a safra de 2015/2016.

O Juízo de primeiro grau, com base na Recomendação CNJ nº 57/2019, determinou a realização de perícia prévia para constatar as condições de funcionamento da atividade e a regularidade da documentação apresentada (fls. 591/620, e-STJ).

Em sequência foi indeferido o pedido de recuperação judicial, esposando o magistrado de piso a seguinte fundamentação:

> *"(...)*
> *Em exame aos documentos apresentados com a peça inicial, ratificados pelo relatório de constatação prévia, verifica-se que Clóvis Antônio Cenedese (CNPJ 36.270.774/001-80; NIRE 5110225925-1) encontra-se devidamente registrado como empresário rural individual desde 05/02/2020, isto é, há apenas cinco dias antes da distribuição da presente ação.*
> *Nesse ponto, e com o devido respeito às decisões em sentido oposto, impende destacar que me filio ao entendimento doutrinário e jurisprudencial quanto à natureza constitutiva do registro para produtores rurais (art. 971 CC c.c. Enunciado 202 CJF - Jornada de Direito Civil) para o fim de equipará-los à condição de empresários, de tal modo que somente após a regular e efetiva inscrição perante a Junta Comercial é que se inicia a contagem do biênio legal exigido pelo artigo 48 da Lei 11.101/05"* (fls. 710/711, e-STJ).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

A apelação interposta foi julgada improcedente, sobrevindo o presente recurso especial.

2. O financiamento rural

De início, importante registrar que a forma de financiamento do agronegócio é objeto de permanente atenção do Estado.

Dito isso, necessário esclarecer que o crédito rural, entendido como um mecanismo de concessão de crédito à agropecuária a taxas de juros e condições de pagamento diferenciadas, é um dos alicerces da política agrícola brasileira e constitui um dos principais instrumentos de apoio ao setor.

O processo de institucionalização do crédito rural teve início no Império, quando foi criado o penhor agrícola, em 1885. Depois vieram o penhor rural e a cédula de crédito pignoratícia e, posteriormente, em 1937 foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, fornecendo crédito a juros e prazos favoráveis. Em 1965, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR (Lei nº 4.829/1965).

Nas décadas de 1960 e 1970, o governo interveio fortemente no setor agrícola, fornecendo crédito a taxa de juros subsidiadas, o que trouxe modernização e articulação para toda a cadeia produtiva do agronegócio, assim como para as atividades que gravitavam em torno dela.

Em 1967, resolução do Conselho Monetário Nacional tornou obrigatório o direcionamento de 10% (dez por cento) dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola.

Em 1980, diante das dificuldades no cenário econômico, o governo deixou de ser o principal fornecedor do crédito rural, ampliando-se a atuação dos agentes privados. De fato, a preponderância do Tesouro Nacional como fonte dos recursos destinados ao crédito rural mostrou-se um mecanismo extremamente oneroso aos cofres públicos.

A Caderneta de Poupança Rural, criada em 1986 e inicialmente operada apenas por bancos oficiais, estendeu-se aos bancos cooperativos, comerciais e bancos múltiplos, sendo que a obrigatoriedade de aplicação em crédito rural alcançou 70% (setenta por cento) dos depósitos na poupança rural.

Na década de 1990, com a reestruturação da economia, a liberalização do

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

comércio e a desregulamentação do mercado, os subsídios foram sendo eliminados, reduzindo-se o volume de crédito, que deu lugar a programas de sustentação de preços e garantia de renda aos produtores.

Assim, a participação do Tesouro Nacional diminuiu com o passar do tempo, dando lugar aos recursos obrigatórios oriundos dos bancos, passando o Estado a atuar preponderantemente como agente regulador e estimulador e não mais como provedor direto de recursos.

Até 1994, o financiamento do agronegócio dependia fortemente dos recursos oficiais e o governo interferia diretamente no mercado por meio da Política de Preços Mínimos. Segundo a Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil

> *"(...) Essa fase culminou com um grande descompasso entre o custo do financiamento (indexado) e o preço dos produtos agropecuários. Nesse contexto, o sistema financeiro reduziu sua atuação no crédito rural em razão do elevado risco da atividade"* (Revista de Política Agrícola. Acesso: https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/587/pdf)

Buscando reverter essa situação, diante da redução das fontes oficiais, foram criadas novas linhas de crédito e modalidades alternativas no intuito de ampliar a participação dos agentes privados no financiamento do setor agrícola, de que são exemplos a CPR (viabiliza ao produtor a comercialização antecipada de sua safra), criada em 1994 e os títulos de crédito próprios do agronegócio.

A CPR física pode ser emitida pelo produtor que vende parte de sua produção antecipadamente em troca de dinheiro ou insumos para a produção. Posteriormente (no ano 2000) foi criada a CPR financeira em que o pagamento se dá com o valor da venda da produção e não mais com o produto, o que aumentou o interesse no título.

Ao mesmo tempo, a participação do BNDES no financiamento das atividades agrícolas foi incrementada por meio de operações, como o Finame Rural, e a criação de diversos programas de investimento e linhas específicas de financiamento.

Ademais, buscando atender a demandas sociais e ambientais, foram instituídos diversos programas, tais como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa) e Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

Apesar disso, os anos 1990 foram marcados pela crise do endividamento,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

decorrente da alta das taxas de juros somada ao câmbio valorizado no início do Plano Real, culminando com um amplo programa de renegociação, com a securitização da dívida de modo a permitir o acesso ao crédito dos produtores endividados, a desindexação dos encargos financeiros e o estímulo aos financiamentos privados.

Essas medidas beneficiaram principalmente os grandes devedores, sendo que 73.95% (setenta e três inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do valor dos contratos repactuados correspondiam a dívidas superiores a R$ 1 milhão (um milhão de reais), de responsabilidade de apenas 9% (nove por cento) dos beneficiários desses programas (Evolução da Política de Crédito Rural Brasileira. Embrapa: 2010)

A partir de 1995, o crédito rural voltou a crescer, mas o Tesouro Nacional deixou de alocar recursos próprios para fornecer empréstimos agrícolas, passando a investir na equalização das taxas de juros, isto é, em repor ao sistema bancário a diferença entre os juros que pretendiam receber nas operações de crédito rural e aqueles efetivamente pagos pelos produtores (fixados no SNCR), estimulando os bancos a conceder crédito ao agronegócio.

Nos anos 2000, os programas do BNDES para aumentar a eficiência operacional e facilitar a efetiva aplicação de recursos foram ampliados, criando-se, então, o que se denominou de "família" de programas do BNDES, com taxas de juros fixas e longo prazo para amortização.

A partir de 2003 os recursos oficiais foram direcionados prioritariamente para a agricultura familiar (Pronaf), buscando dar suporte aos pequenos produtores (agricultor familiar e empreendedor familiar rural).

Foram criados títulos de crédito rural, buscando atrair poupança interna e externa para complementar o crédito rural oficial, de modo a financiar as operações de produção, processamento e comercialização das cadeias produtivas do agronegócio nacional.

A Lei nº 11.076/2004 criou os seguintes mecanismos de financiamento do agronegócio: o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA (representa a promessa de entrega da mercadoria depositada em armazéns) e o Warrant Agropecuário - WA (confere direito de penhor sobre a mercadoria descrita na CDA). Além disso, também foram criados títulos que podem ser securitizados com a emissão de novos títulos, de que são exemplos: o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA (pode ser emitido por cooperativa ou entidade não financeira que seja fornecedora de insumos ou financiadora do custeio aos produtores, com recebimento no momento da colheita), a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA (emissão

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

exclusiva do sistema financeiro) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA (emitidas por uma empresa de securitização).

Esses mecanismos mostram o aumento da integração entre o agronegócio e o mercado financeiro e de capitais e o esforço do governo em repassar o financiamento do custeio de *commodities* para o mercado.

As garantias tradicionais (penhor, hipoteca e aval de terceiros) vão sendo aos poucos substituídas por novos mecanismos mitigadores de riscos como o compartilhamento de riscos com terceiros, os convênios de integração, os negócios com mercados futuros e opções, os prêmios governamentais, os seguros rurais (os próprios produtores se associam em cooperativas para garantirem a safra) e os seguros garantia.

De acordo com balanço feito pelo Banco do Brasil no ano de 2004, o agronegócio se modernizou e os produtores passaram a atuar em toda a cadeia produtiva, estando assim delineado o perfil do financiamento da produção nacional naquele momento:

> *"(...) Em números redondos, o Crédito Rural é responsável por 30% da demanda de crédito anual. Outros 30% são atendidos pelas vendas antecipadas - inclusive Cédula de Produto Rural (CPR), trocas de produtos por insumos ou adiantamento de fornecedores e os restantes 40% são provenientes de recursos próprios dos produtores. Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Marketing Rural (ABMR) (2004), mais de 80% dos produtores rurais utilizam recursos próprios na atividade, mesmo que parcialmente, e 37% utilizam recursos do Crédito Rural.*
>
> *As fontes de recursos para o crédito rural podem ser classificadas em três grupamentos, conforme sua origem:*
>
> *1. Recursos controlados (taxas controladas pelo governo):*
> *- Da exigibilidade dos depósitos à vista.*
> *- Os obrigatórios da Poupança Rural, equalizáveis.*
> *- Do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), equalizáveis.*
> *- Do Tesouro Nacional.*
> *2. Recursos não controlados (taxas livres):*
> *- Os obrigatórios da Poupança Rural, não equalizáveis.*
> *- Da poupança rural de aplicação livre.*
> *- Recursos externos.*
> *3. Fundos e Programas (principais):*
> *- Do BNDES.*
> *- Dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO); do Nordeste (FDE) e do Norte (FNO).*
> *- Do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)"* (Revista de Política Agrícola. Acesso: https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/587/pdf)

A Embrapa, em documento intitulado "Evolução da Política de Crédito Rural Brasileira", traça o seguinte panorama das mudanças no crédito rural até 2010:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> *"(...)*
>
> *Ocorreram mudanças significativas em termos de fonte de recursos. Com o advento do plano Real e a estabilização monetária, as exigibilidades bancárias ganharam importância crescente, ao mesmo tempo em que a participação do governo foi minimizada.*
>
> *A participação do setor privado no financiamento das atividades agropecuárias também tem sido estimulada. A criação da CPR e dos títulos específicos para o agronegócio - CDA, WA, CDCA, LCA, CRA e NCA - constituem avanços importantes.*
>
> *A despeito da sua relativa perda de importância - atualmente cerca de 70% do capital de giro necessário ao custeio da produção vegetal e animal provem de recursos próprios dos produtores e dos demais agentes do agronegócio (BRASIL, 2003) - o crédito rural ainda é um instrumento fundamental para o setor agropecuário nacional, já que pode auxiliar em seu crescimento e desenvolvimento socieconômico".* (Fonte: Evolução da Política de Crédito Rural Brasileira. Simone Yuri Ramos e Geraldo Bueno Martha Junior. Acesso: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77790/1/doc-292.pdf).

Conclui-se, portanto, que a política agrícola na fase atual mostra uma divisão entre a agropecuária comercial, para a qual se estabelecem novos instrumentos privados de financiamento e a redução de subvenções, e a agropecuária familiar, que continua operando com os instrumentos tradicionais de política agrícola subvencionada.

3. O contrato de crédito agrícola

O contrato de crédito agrícola é o meio pelo qual são alocados recursos para o financiamento da atividade do agronegócio.

O que se verifica, atualmente, é um crescente papel dos elos da cadeia produtiva em seu financiamento, que se dá por meio das relações comerciais dos produtores com as indústrias de insumos, cooperativas, tradings, armazenadores, corretores, indústrias processadoras e canais de distribuição por meio de contratos.

Vale citar, para destacar a interdependência entre os agentes da cadeia produtiva, trecho do estudo "Crédito Agrícola no Brasil: Uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos", que quanto à produção de soja afirma:

> *"(...)*
>
> *A CPR permite a realização de diversas operações de crédito: i) antecipação de recursos com bancos; ii) antecipação de recursos com tradings, cooperativas e agro indústrias; iii) antecipação de recursos para compra de insumos; iv) como lastro de operações de compra e venda com os diversos agentes da cadeia agroindustrial. Todas essas modalidades conferiram ao contrato dinamismo, a ponto de criar um ambiente propício a transações complexas envolvendo bi ou multi-dependência entre os agentes. Além disso,*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> *a inter-relação entre os agentes conduz ao compartilhamento do risco e à redução de assimetria informacional dada a sinergia na troca de informações entre os agentes credores a respeito da capacidade de pagamento do agricultor.*
>
> *A dependência é gerada à medida que os agentes da cadeia da soja assumem compromissos no mercado internacional para fornecimento da matéria prima ou ainda quando as empresas de insumos atrelam suas vendas a operações conjuntas com tradings e agroindústrias. Além disso, quando os agentes captam recursos no mercado interno ou externo para praticar os financiamentos de curto prazo com os produtores, observa-se um comprometimento com agentes financeiros internos e externos"* (ALMEIDA, Luciana Florência de, ZYLBERSZTAJN, Décio. Crédito Agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos. Internext - Revista Eletrônica de Negócios Internacionais, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 267-287, ago/dez. 2008 - grifou-se)

É nesse complexo universo do financiamento agrícola que está inserida a presente discussão, objeto de dissenso na comunidade jurídica e de forte preocupação entre os agentes econômicos.

A razão disso foi bem resumida pela Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso na decisão que admitiu o recurso especial:

> *"(...)*
>
> *Imperioso ressaltar que a discussão travada nos autos possui grande relevância econômica e jurídica para o Estado de Mato Grosso, uma vez que a recuperação judicial do produtor rural pessoa física pode mudar a forma como os contratos de financiamento relacionados à produção das culturas aqui desenvolvidas são realizados entre os financiadores e os produtores"* (fl. 2.251, e-STJ - grifou-se).

4. A recuperação judicial do produtor rural

De acordo com o artigo 966 do Código Civil, considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens e serviços. O empresário deve se inscrever no Registro Público de Empresas Mercantis antes do início de sua atividade para que essa seja considerada regular.

No que respeita ao produtor rural, a lei permite que ele opte pelo regime empresarial, requerendo sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

Assim, cabe ao produtor rural que exerce atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens e serviços escolher, diante das vantagens de cada regime, entre o civil e o empresarial, aquele que melhor atende seus interesses.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

A questão que se põe a debate, então, é definir se o produtor rural que optou por sua inscrição na Junta Comercial e, portanto, escolheu se submeter ao regime empresarial, precisa comprovar, para obtenção dos benefícios da recuperação judicial, o exercício regular da sua atividade por 2 (dois) anos a contar da data do registro ou pode utilizar período pretérito, no qual já exercia a atividade rural regularmente.

O artigo 48 da Lei nº 11.101/2005 tem a seguinte redação:

> *Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:*
> *I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;*
> *II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;*
> *III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*
>
> *IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.*
> *§ 1º A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente. (Renumerado pela Lei nº 12.873, de 2013)*
> *§ 2º Tratando-se de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo por meio da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ que tenha sido entregue tempestivamente. (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013)*

A definição de quem é o devedor está no art. 1º da Lei nº 11.101/2005, que trata do empresário e da sociedade empresária. Assim, a exigência contida no *"caput"* do artigo 48 seria assim traduzida: Poderá requerer a recuperação judicial o empresário que, no momento do pedido, exerça regularmente sua atividade há mais de 2 (dois) anos.

Esse cenário legislativo deu ensejo a duas linhas de interpretação que podem ser assim resumidas:

(i) O registro do produtor rural tem natureza declaratória - isso significa que, uma vez realizado o registro, ele apenas declara uma situação preexistente (efeito *ex tunc*). Assim, o tempo de atividade rural anterior ao registro pode ser aproveitado para todos os fins, inclusive o pedido de recuperação judicial. Acrescente-se, ainda, que a atividade do produtor rural, diversamente do que ocorre com os demais empresários, é considerada regular

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

independentemente do registro. Logo, como o art. 48 da Lei nº 11.101/2005 fala em mais de 2 (dois) anos de atividade regular, pode ser considerado todo o tempo da atividade rural para o preenchimento desse requisito.

Esse entendimento prevaleceu no recente julgamento do REsp nº 1.800.032/MT, pela Quarta Turma desta Corte, com a ressalva do Ministro Raul Araújo, relator para o acórdão, que entendeu que o registro tem natureza constitutiva, mas, ainda assim, possui efeitos *ex tunc*.

(ii) O registro do produtor rural tem natureza constitutiva - isso significa que somente com o registro o produtor rural passa a ser considerado empresário, isto é, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário registrado (efeito ex nunc). Assim, como o art. 48 da Lei nº 11.101/2005 fala em mais de 2 (dois) anos de atividade regular do devedor empresário, somente pode ser considerado o tempo a partir do registro.

Apesar das duas linhas de interpretação estarem assentadas em argumentação consistente, somente aquela que considera ter o registro natureza constitutiva atende aos princípios da segurança jurídica e da proteção ao crédito.

Com efeito, o ordenamento jurídico dispensa tratamento privilegiado ao produtor rural, permitindo que ele, diante da importância da atividade que exerce, escolha entre o regime civil e o regime empresarial, sopesando os benefícios de cada um.

Na hipótese de optar por desenvolver sua atividade econômica como pessoa física irá ser regulado por normas tributárias, previdenciárias e trabalhistas específicas, além de ter acesso a linhas de crédito próprias, respondendo com o seu patrimônio pessoal pelas dívidas contraídas. Diante disso, no momento da concessão do crédito, as condições analisadas são aquelas próprias da pessoa física, sendo determinantes para a fixação dos juros e para a exigência de garantias.

A pretensão de contrair a dívida como pessoa física e pagar como pessoa jurídica em recuperação judicial põe em risco toda a estrutura de relações travadas entre os elos interdependentes da cadeia produtiva do agronegócio, pois retira a segurança que subsidia essas relações.

Prejudica, ainda, todos os demais produtores que não optaram pelo regime empresarial, especialmente aqueles que não tem acesso ao crédito subsidiado e passarão a ser avaliados como pessoas jurídicas para o fim de concessão de empréstimos. Ficam comprometidas, também, as garantias prestadas pelo produtor rural pessoa física (aval, fiança)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

a empréstimos tomados por outras pessoas físicas e por pessoas jurídicas.

É oportuno lembrar que o financiamento privado do agronegócio, diante de limitação do investimento público, tem sido estimulado e depende, para se desenvolver, de patamares seguros e relações estáveis.

Vale destacar, no ponto, que o princípio de proteção do crédito é um dos pilares do Direito Empresarial, como explica Marlon Tomazette:

> *"(...)*
> *Há, ainda, a proteção do crédito como princípio específico do direito empresarial. O crédito é um elemento essencial para o exercício da atividade empresarial e como tal deve ser protegido, de modo que os responsáveis pela concessão do crédito continuem a concedê-lo, permitindo o desenvolvimento das atividades empresariais. Todo empresário necessita de crédito e trabalha com operações de crédito, logo é fundamental proteger crédito, para permitir o melhor desenvolvimento da atividade empresarial. O direito empresarial 'não protege o crédito por uma questão de afirmação de valores liberais, para legitimar a supremacia do mais forte sobre o mais fraco, mas sim ser esse mesmo crédito um pilar de sustentação do mercado, indispensável à sua preservação"* (Curso de Direito Empresarial. Vol. 1. Teoria Geral e Direito Societário. pág. 60 - grifou-se)

O resultado de se admitir a mudança repentina de regime para os produtores rurais será a alteração das regras de financiamento entre os agentes da cadeia produtiva, como advertiu a Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

De fato, não se trata de um argumento retórico. A recente Lei nº 13.986/2020, chamada Lei do Agro, foi editada buscando flexibilizar o acesso ao crédito e incentivar o investimento estrangeiro. No entanto, já traz mecanismos buscando proteger o credor de eventual recuperação judicial do produtor, como se observa no artigo "Impactos da nova Lei do Agro sobre o crédito rural e processos de recuperação judicial":

> *"Durante a tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional, era nítida a preocupação com a adequação à realidade do mercado, e implementação de medidas que flexibilizem o acesso ao crédito pelo produtor rural.*
> *Contudo, há quem defenda que a nova lei é considerada ' Lei dos Credores do Agro", ao passo que autoriza a constituição de alienação fiduciária sobre imóvel rural quando da emissão da Cédula de Produto Rural (CPR), bem como a constituição do patrimônio rural de afetação para a emissão de Cédula Imobiliária Rural (CIR), inclusive em favor de credores estrangeiros, trazendo maior garantia às instituições financeiras e as tradings, que se utilizam destes instrumentos para concessão do crédito e, também pelas mudanças relacionadas à recuperação judicial.*
> *A recuperação judicial, por sua vez, é um mecanismo jurídico que visa propiciar a reestruturação da empresa com problemas financeiros, evitando a*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

falência, em primazia do princípio da preservação da empresa, insculpido no art. 47 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Cabe ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça admitiu a recuperação judicial do produtor rural, no julgamento do Recurso Especial nº 1.800.032/MT, em novembro do ano passado, independentemente de inscrição na Junta Comercial pelo período de dois anos, uma vez comprovado o exercício da atividade rural por igual período.

Desta forma, a recuperação judicial dos produtores rurais passou a ser uma realidade, tendo implicado o aumento do número de pedidos de recuperação judicial por produtores de todo o país, acarretando um aumento do lobby em favor das tradings do agronegócio, no sentido de neutralizar os riscos eventualmente suportados em razão da medida.

(...)

Nesse sentido, as garantias previstas na Lei do Agro aumentam a exposição do patrimônio do produtor rural, pois são medidas mais agressivas que não deixam alternativas em caso de inadimplência, senão a perda do bem imóvel, ou de sua parcela garantidora, independente de caso fortuito ou força maior (frustrações de safra em decorrência de adversidades climáticas), sendo permitido ao credor realizar a transferência da propriedade diretamente em cartório.

Desta forma, será necessária maior cautela do produtor rural na tomada de crédito a fim de que não seja colocado nas mãos do credor todo o seu patrimônio, o que, a longo prazo, poderá acarretar um grave problema até mesmo à soberania nacional, com a transferência do agronegócio para as mãos dos investidores estrangeiros" (acesso: https://jus.com.br/artigos/83166/a-lei-do-agro-e-os-impactos-na-recuperacao-judicial-do-produtor-rural)

É preciso esclarecer que o artigo 970 do Código Civil, ao dispor que a lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e seus efeitos, está tratando das formalidades do artigo 968, bem como da adaptação do novo empresário às exigências legais daí decorrentes, como de escrituração e elaboração de demonstrações contábeis.

O tratamento favorecido de que fala a lei não pode ser estendido ao ponto de se concluir que é possível computar o prazo em que o produtor não era empresário para obter benefício próprio do regime empresarial. A vingar esse entendimento, de que os regimes são cambiáveis e devem ser interpretados de forma favorável ao produtor, seria possível chegar à inusitada conclusão que o produtor rural não precisaria atender às exigências do artigo 51 da LRF, que trata dos documentos necessários para a concessão do processamento do pedido de recuperação.

Vale lembrar que o artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dispõe que não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem considerar as consequências práticas da decisão.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

É oportuno registrar, ainda, que o artigo 48, § 2º, da Lei nº 11.101/2005 se dirige ao produtor rural que atua como pessoa jurídica, podendo se tratar, inclusive, daquele que há mais de 2 (dois) anos estava inscrito na Junta Comercial. Assim, dentre o tratamento favorecido que decorre da inscrição está inserida a comprovação do exercício da atividade empresarial com a apresentação da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ.

De fato, todas as pessoas jurídicas de direito privado são obrigadas à apresentação da DIPJ, não sendo possível extrair da norma o alcance pretendido pelos recorrentes.

5. Da função dos registros públicos

O fato de o exercício da atividade rural ser regular mesmo antes do registro não significa que houve o exercício de atividade empresarial regular, seja porque o exercício regular da atividade empresarial depende da inscrição, a partir de quando será exigida a satisfação de diversas condições e deveres instrumentais, seja porque somente o registro obriga terceiros.

Com efeito, uma das principais funções dos registros públicos é dar publicidade dos atos a terceiros, garantindo a segurança das relações jurídicas.

A maior parte dos atos não depende de registro para garantir sua eficácia, mas não podem ser opostos a terceiros, sem a devida publicidade.

Nessa linha:

> *"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. EXCLUSÃO DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO. REGISTRO EM CARTÓRIO DO CONTRATO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.*
> *1. Consoante o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, é desnecessário o registro em cartório do contrato de alienação fiduciária para que o crédito a ele correspondente seja excluído dos efeitos da recuperação judicial, visto que 'o registro se impõe como requisito tão somente para fins de publicidade, ou seja, para que a reserva de domínio seja oponível a terceiros que possam ser prejudicados diretamente pela ausência de conhecimento da existência de tal cláusula' (REsp 1.829.641/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe de 05/09/2019).*
> *2. Desnecessidade, no caso, de se aguardar o julgamento do REsp 1.629.470/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, tendo em vista que, na sessão do dia 11 de dezembro de 2019, a Segunda Seção, por maioria, na questão prejudicial destacada, dispensou a necessidade do registro.*
> *3. As questões relativas à existência, na situação concreta, de contratos que não*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

possuem alienação fiduciária, e à alegada essencialidade dos bens para a atividade empresarial, não podem ser examinadas nesta via especial, devendo ser previamente submetidas à consideração das instâncias ordinárias.
4. Agravo interno a que se nega provimento."
(AgInt nos EDcl no REsp 1.621.369/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 10/3/2020, DJe 31/3/2020 - grifou-se)

"RECURSO ESPECIAL. HIPOTECA. GARANTIA REAL EM CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL EMITIDA POR SOCIEDADE EMPRESÁRIA DOS PROPRIETÁRIOS. OPONIBILIDADE DE IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA. INVIABILIDADE. DOAÇÃO DE IMÓVEL. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE. REGISTRO DO TÍTULO TRANSLATIVO NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS. NECESSIDADE. HIPOTECA. FUNÇÃO DE GARANTIR A DÍVIDA. ATRIBUTO. SEQUELA. ANTERIOR DOAÇÃO DO BEM HIPOTECADO EM PARTILHA DE BENS, SEM AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA DO IMÓVEL. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO CREDOR COM GARANTIA REAL.
1. Os proprietários do bem - genitores dos autores da ação - deram aval em cédula de crédito comercial emitida por sociedade empresária de que são sócios, o que atrai a incidência do art. 3º, V, da Lei n. 8.009/1990, que estabelece que a impenhorabilidade do bem de família não é oponível para a execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.
2. Enquanto a relação obrigacional tem por objeto comportamento consistente na entrega da prestação, o direito real de propriedade que recai sobre bem imóvel poderá formar-se pelo registro do título translativo no cartório de imóveis, tendo como objeto a própria coisa. Há um discrime entre os momentos do nascimento das obrigações de dar e sua fase de adimplemento, ou de direito das coisas, exigindo-se providência suplementar, antes da qual o adquirente é mero credor do alienante.
3. A doutrina especializada realça que a publicidade do registro cartorário visa dar efetividade à confiança e à segurança jurídica, induzindo a circulação de riqueza, fluidez ao crédito e ao comércio, por meio da informação que fornece aos terceiros de boa-fé a respeito dos direitos relacionados com o bem que se registra, em especial quando não possuem manifestação possessória, a exemplo das hipotecas e dos ônus relativos aos imóveis.
4. A hipoteca é direito real de garantia por meio do qual o devedor permanece com o domínio e a posse. Mas, em caso de inadimplência ou perecimento da coisa, o credor tem a faculdade de promover a venda judicial do bem, recebendo o produto até o valor total do crédito, com preferência. Com efeito, o art. 1.419 do CC estabelece que, nas dívidas garantidas por hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação.
5. Pela característica de sequela, assegura-se ao titular do direito real perseguir a coisa em poder de quem esteja, sendo indiferente qualquer ato translativo da propriedade. A proibição de alienação do imóvel hipotecado é nula, conforme o art. 1.475 do CC, justamente porque o credor hipotecário, titular da garantia real, possui a faculdade de perseguir o bem, penhorá-lo, alienálo judicialmente, sem que o novo titular da propriedade oponha óbice algum a sua pretensão.
6. A doação efetuada, em partilha decorrente de separação judicial, pelos genitores dos autores antes mesmo de o imóvel ser hipotecado, por não ter sido registrada no cartório de registro de imóveis, gera efeitos obrigacionais apenas para os alienantes (doadores) e para os donatários, de modo que não torna ineficaz nem inválida a hipoteca dada a terceiro de boa-fé pelos efetivos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

proprietários.
7. Recurso especial não provido.
(REsp 1.358..062/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2019, DJe 3/9/2019 - grifou-se)

"RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CRÉDITO. CONSTITUIÇÃO A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO. REGISTRO. PUBLICIDADE PERANTE TERCEIROS. FINALIDADE ALCANÇADA. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.
1. A questão posta está em definir se o contrato de cessão fiduciária sobre títulos de crédito, para ser oponível a terceiros, deve, necessariamente, ser registrado no domicílio das partes contratantes (do devedor fiduciante e também do credor fiduciário), com esteio no art. 131 da Lei de Registros Públicos.
1.1 Na espécie, considerando-se que os subjacentes embargos de terceiro voltam-se contra a penhora realizada em 8/4/2009, que recaiu sobre valor, objeto de título de crédito (Certificado de Depósito Bancário), cedido fiduciariamente ao banco embargante por meio de contrato registrado, primeiro, no domicílio do devedor fiduciante em 2/12/2008 e, após, no domicílio do credor fiduciário em 9/12/2008 , dúvidas não restam de que a exigência contida no art. 131 da Lei de Registros Públicos, caso se entenda aplicável à hipótese dos autos, estaria devidamente cumprida, o que ensejaria, por si, a procedência dos embargos de terceiro. 2. A propriedade fiduciária encontra-se devidamente constituída a partir de sua contratação, afigurando-se absolutamente válida e eficaz entre as partes. Essa garantia, "para valer contra terceiros", ou seja, para ser oponível contra terceiros, deve ser registrada. A esse propósito, não se antevê, na lei especial que rege o contrato de cessão fiduciária de títulos de crédito, ao menos expressamente, nenhuma exigência de que o registro, para atingir a sua finalidade publicista, seja efetuado no domicílio de ambos os contratantes, tal como dispõe o art. 131 da Lei de Registros Públicos.
3. A aplicação subsidiária da Lei de Registros Públicos, especificamente do art. 131, ao contrato de cessão fiduciária de títulos de crédito, caso admitida, não pode se revestir de mera formalidade, devendo-se reconhecer o pleno atendimento da norma se a finalidade publicista do registro foi efetivamente alcançada, o que se verificou, na espécie, a partir do registro efetuado no domicilio do devedor fiduciante com quem o banco recorrente estabeleceu relação jurídica.
3.1 A exigência do duplo registro tem por propósito conferir publicidade ao respectivo ato negocial, presumindo o conhecimento de todos. Para tanto, o registro há de ser feito no domicílio de ambas as partes contratantes, quando diversos, conforme dispõe o art. 131 da Lei de Registros Públicos, justamente para que terceiros que tenham ou possam vir a ter relação jurídica com os contratantes não aleguem desconhecimento do referido negócio, sendo este a eles oponível.
3.2 Na espécie, o contrato de cessão fiduciária de título de crédito estabelecido entre Banco Citibank S.A. (credor fiduciário) e Cereagro S.A. (devedor fiduciante), para ser oponível ao Banco Industrial do Brasil S.A. que ostenta a condição de credor da Cereagro S.A. , haveria de ser registrado no domicílio da Cereagro, o que ocorreu, incontroversamente, antes da constrição judicial impugnada via embargos de terceiro. O caráter publicista do registro, por meio do qual a lei presume o conhecimento, foi alcançado, sendo certo que ao Banco Industrial do Brasil S.A., na condição de credor da Cereagro, não se impõe a obrigação de consultar cartórios outros que não o do domicílio da pessoa com quem

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

efetivamente travou relação jurídica.
4. Recurso especial improvido."
(REsp 1.432.665/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 27/9/2018 - grifou-se)

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE NULIDADE DE ESCRITURA PÚBLICA C.C. CANCELAMENTO DE REGISTRO DE IMÓVEIS. 1. ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ADQUIRIDOS DURANTE A CONSTÂNCIA DA UNIÃO ESTÁVEL. ANUÊNCIA DO OUTRO CONVIVENTE. OBSERVÂNCIA. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 1.647, I, E 1.725 DO CÓDIGO CIVIL. 2. NEGÓCIO JURÍDICO REALIZADO SEM A AUTORIZAÇÃO DE UM DOS COMPANHEIROS. NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DO TERCEIRO DE BOA-FÉ EM RAZÃO DA INFORMALIDADE INERENTE AO INSTITUTO DA UNIÃO ESTÁVEL. 3. CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE CONTRATO DE CONVIVÊNCIA REGISTRADO EM CARTÓRIO, BEM COMO DE COMPROVAÇÃO DA MÁ-FÉ DOS ADQUIRENTES. MANUTENÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS QUE SE IMPÕE, ASSEGURANDO-SE, CONTUDO, À AUTORA O DIREITO DE PLEITEAR PERDAS E DANOS EM AÇÃO PRÓPRIA. 4. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.
1. Revela-se indispensável a autorização de ambos os conviventes para alienação de bens imóveis adquiridos durante a constância da união estável, considerando o que preceitua o art. 5º da Lei n. 9.278/1996, que estabelece que os referidos bens pertencem a ambos, em condomínio e em partes iguais, bem como em razão da aplicação das regras do regime de comunhão parcial de bens, dentre as quais se insere a da outorga conjugal, a teor do que dispõem os arts. 1.647, I, e 1.725, ambos do Código Civil, garantindo-se, assim, a proteção do patrimônio da respectiva entidade familiar.
2. Não obstante a necessidade de outorga convivencial, diante das peculiaridades próprias do instituto da união estável, deve-se observar a necessidade de proteção do terceiro de boa-fé, porquanto, ao contrário do que ocorre no regime jurídico do casamento, em que se tem um ato formal (cartorário) e solene, o qual confere ampla publicidade acerca do estado civil dos contratantes, na união estável há preponderantemente uma informalidade no vínculo entre os conviventes, que não exige qualquer documento, caracterizando-se apenas pela convivência pública, contínua e duradoura.
3. Na hipótese dos autos, não havia registro imobiliário em que inscritos os imóveis objetos de alienação em relação à copropriedade ou à existência de união estável, tampouco qualquer prova de má-fé dos adquirentes dos bens, circunstância que impõe o reconhecimento da validade dos negócios jurídicos celebrados, a fim de proteger o terceiro de boa-fé, assegurando-se à autora/recorrente o direito de buscar as perdas e danos na ação de dissolução de união estável c.c partilha, a qual já foi, inclusive, ajuizada.
4. Recurso especial desprovido."
(REsp 1.592.072/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 18/12/2017 - grifou-se)

"PROCESSO CIVIL. PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS. INVENTÁRIO. EMBARGOS DE TERCEIRO. HERDEIRO. CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS. AUSÊNCIA DE REGISTRO. INOPONIBILIDADE A TERCEIROS.
1. Os arts. 129, nº 9, e 130 da Lei de Registros Públicos exige o registro de qualquer ato de cessão de direitos em Cartório de Títulos e Documentos da residência de todas as partes envolvidas no negócio jurídico, para sua

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

validade perante terceiros.
2. A mera lavratura de escritura de cessão de direitos hereditários, em comarca diversa da do domicílio das partes ou do processamento do inventário, não supre o requisito de publicidade do ato.
3. Recurso especial improvido."
(REsp 1.102.437/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/10/2010, DJe 15/2/2011)

"ALÍNEA "A" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL - PROCESSO DE EXECUÇÃO - INCLUSÃO DA FASE EXECUTIVA NOS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA - CITAÇÃO AINDA NÃO OCORRIDA - IRRELEVÂNCIA - NECESSIDADE DO REGISTRO DA INFORMAÇÃO - PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS - EFETIVIDADE DO PROCESSO DE EXECUÇÃO POR ESTA MEDIDA, AINDA QUE EM GRAU MÍNIMO - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, PROVIDO.
1. Não se conhece do recurso especial por alegação de ofensa à Constituição Federal. Ao STJ, em sede de recurso especial arraigado na alínea "a", cabe tão-somente analisar questão relativa à violação ou negativa de vigência de tratado ou lei federal. Leitura da literalidade do art. 105, III, a, da Constituição Federal.
2. Inexiste razão suficiente para se poder negar a inclusão da informação dos registros cartorários sobre o início da fase executiva do processo, bem como o nome do Executado, tão-somente porque a citação ainda não ocorreu.
3. A efetividade do processo e da própria jurisdição deve ser lembrada pelo STJ e, ainda que em grau mínimo, a inclusão da informação nos registros cartorário sobre existência da execução é dotada de efetividade e respeita o princípio da publicidade dos atos processuais, dando conta a terceiros interessados da situação da empresa Recorrida, podendo ser requerida com base no art. 615, III, do CPC.
4. Existindo título executivo judicial, não pairam mais dúvidas de que o Réu passa a ser devedor e a execução é "processo de credor".
5. Os registros do distribuidor dos Foros têm que primar pela veracidade das informações, dado o caráter público dos atos processuais. Ao juiz incumbe, por ofício próprio, fiscalizar essa veracidade.
Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido."
(REsp 547.317/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/9/2006, DJ 18/10/2006 - grifou-se)

"PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS. AVERBAÇÃO NO REGISTRO IMÓVEIS. ADMISSIBILIDADE. PODER GERAL DE CAUTELA DO JUIZ.
- "A averbação, no Cartório de Registro de Imóveis, de protesto contra alienação de bem, está dentro do poder geral de cautela do juiz (art. 798, CPC) e se justifica pela necessidade de dar conhecimento do protesto a terceiros, prevenindo litígios e prejuízos para eventuais adquirentes" (REsp n. 146.942-SP).
Embargos de divergência conhecidos e rejeitados.
(EREsp 440.837/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Rel. p/ Acórdão Ministro BARROS MONTEIRO, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/8/2006, DJ 28/5/2007 - grifou-se)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Veja que é da tradição do nosso Direito garantir ao terceiro que ele não será atingido por atos que não foram levados a registro, tendo em vista deles não ter conhecimento. Vale destacar que mesmo os atos declaratórios somente obrigam terceiros quando registrados, como no caso da alienação fiduciária em garantia.

Nos termos do artigo 1º, I, da Lei nº 8.934/1994, o Registro Público de Empresas Mercantis tem como finalidade dar garantia, publicidade e segurança aos atos jurídicos das empresas mercantis. Esses atos podem ser conhecidos por terceiros mediante consulta aos assentamentos e extração de certidões (art. 29).

Dentre os atos abrangidos pelo registro está o arquivamento de documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas individuais (art. 32, II, "a").

A partir da inscrição do empresário é aberto um registro no qual serão averbadas todas as modificações que lhe digam respeito. Em relação ao empresário individual, serão averbadas para conhecimento público todas as alterações que possam implicar na modificação de seu patrimônio, como o casamento, os pactos e declarações antenupciais, os títulos de doação, herança e bens gravados com cláusula de inalienabilidade e incomunicabilidade (artigos 979 e 980 do Código Civil).

Essa determinação tem como finalidade dar conhecimento a terceiros de que: (i) estão contratando com um empresário e (ii) qual é a situação de seu patrimônio no momento do ajuste. A ausência do registro tem como consequência a inoponibilidade a terceiros dos atos não registrados, sob pena de se prestigiar a má-fé nas relações jurídicas. Eis o que dispõe o artigo 1.154 do Código Civil:

> *Art. 1.154. O ato sujeito a registro, ressalvadas disposições especiais da lei, não pode, antes do cumprimento das respectivas formalidades, ser oposto a terceiro, salvo prova de que este o conhecia.*
>
> *Parágrafo único. O terceiro não pode alegar ignorância, desde que cumpridas as referidas formalidades.*

Duas conclusões podem ser tiradas desse fato.

Em primeiro lugar, a condição de empresário somente poderá ser oposta a quem com ele contrata se, no momento do ajuste, já havia sido realizado o registro.

Em segundo, apesar de o empresário individual rural continuar respondendo com o seu patrimônio pessoal pelas dívidas contraídas, esse patrimônio não é imutável e, na condição de empresário, nasce o dever de informar terceiros

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

acerca de suas oscilações, dando subsídios para a tomada de decisões.

Nesse contexto, se na data da contratação inexistia registro do produtor rural na Junta Comercial, ele não pode opor a condição de empresário e, portanto, a própria recuperação judicial, a terceiros que desconheciam essa situação.

É exatamente por isso que os créditos existentes na data do pedido, mas resultantes de contratação realizada pela pessoa física, não serão alcançados pela recuperação judicial.

Ademais, não parece que o fato de o patrimônio pessoal do empresário individual continuar a responder por suas dívidas seja suficiente para evidenciar a inexistência de prejuízo ou de surpresa com a adoção do regime empresarial, pois antes da inscrição não havia o dever de publicidade dos atos relativos a seu patrimônio.

É preciso frisar que a ausência de surpresa e prejuízo é alcançada com a publicidade dos atos registrais, a partir de quando os contratantes irão escolher se travam ou não relações jurídicas e em que condições elas irão ser firmadas.

Transcreve-se, no ponto, trecho do voto vencido proferido pela Ministra Isabel Gallotti no julgamento do REsp nº 1.800.032/MT:

> *"(...)*
> *Penso que, se optou por exercer sua atividade, durante anos, sem registro como empresário rural, ele deve colher os bônus e os ônus dessa circunstância; portanto, a partir do momento em que requereu o registro como empresário rural, ele se transformou numa pessoa jurídica com uma limitação de um patrimônio, que é o capital dessa pessoa jurídica, afetado a essa atividade empresarial, agora de maneira formal. A meu ver, com a máxima vênia da divergência, não há como invocar retroativamente em face dos credores que contrataram com ele como pessoa física a nova situação de empresário formal.*
> *Considero que não deve o credor ficar à mercê de uma opção futura do devedor, que poderá eventualmente optar por se registrar e submeter aquela obrigação a uma limitação de patrimônio de uma pessoa jurídica que ainda não fora constituída e registrada. Isso implicaria retroação do ato de opção para alterar a substância de todos os negócios jurídicos que foram celebrados antes de ele decidir obter o registro como produtor rural"* (grifou-se).

6. Da segurança jurídica

É oportuno registrar que a recuperação judicial é garantida aos produtores rurais pela lei, mas desde que cumpram seus requisitos e firmem suas

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

relações jurídicas indicando que optaram pelo regime empresarial, para que o ambiente negocial seja favorecido com a transparência e a boa-fé.

Vale transcrever, no ponto, a lição de Judith Martins-Costa sobre o alcance da boa-fé na atividade empresarial

> *"(...)*
> *Assim, devendo ser concretizada em imediata ligação com os usos do tráfico e com o ambiente de mercado, neste campo adquire o princípio da boa-fé tons e cores modulados por uma paleta de significações advindas do viés confiança em seus matizes: a confiança como confiabilidade ou credibilidade (valorizando-se a posição do agente, isto é, o investimento de confiança daquele que recebe determinada ação ou declaração bem como, por exemplo, a posição de autoridade do emissor da declaração); e a confiança como previsibilidade necessária para o cálculo do investidor, sócio, ou empresário para poder mensurar o risco, apresentando-se especialmente, então, como elemento de segurança jurídica. A confiança é, como bem aponta Anna Lygia Costa Rego, elemento no processo decisório do investidor, espinha dorsal das transações econômicas tanto em seu viés de credibilidade quanto em suas repercussões na segurança das transações".* (A boa-fé no direito privado: critérios para a sua aplicação. 2ª ed. E-book. São Paulo: Saraiva Educação, 2018 - grifou-se).

Não se desconhece a dificuldade pela qual passa o setor do agronegócio, enfrentando uma forte alta no endividamento. Contudo, a resposta para esse problema não passa pela criação de insegurança jurídica, nem tampouco pela desestruturação do sistema com a elevação dos encargos para todos os envolvidos.

A solução deve ser construída a partir de políticas públicas, da oitiva dos diversos *players*, com medidas claras para todos aqueles que compõem a cadeia produtiva do agronegócio. Caso se opte por estender a recuperação judicial para o produtor rural com o simples registro, essa mudança deve vir pela via legislativa, com o devido prazo para que o sistema se adapte, como bem pontuou o Ministro Marco Buzzi no voto que proferiu no julgamento do REsp 1.800.032/MT:

> *"(...)*
> *A alteração interpretativa do regime jurídico atualmente vigente deve ocorrer no parlamento, dada a sua amplitude e consequências no sistema financeiro, evitando-se sobressaltos a nossa atualmente combalida economia nacional, uma vez que não se restringe à mera mudança jurisprudencial no campo jurídico, pois, indubitavelmente, poderá produzir efeitos nefastos à regulação econômica dos empréstimos bancários aos produtores rurais de menor porte e familiares.*
> *Assim, somente por mudança legislativa, cujo processo de deliberação paulatino, franqueia a todos os envolvidos e afetados*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> *participação legitimadora, esta situação poderá ser juridicamente conformada pelo parlamento, permitindo-se sobretudo ao sistema bancário e aos tomadores rurais de empréstimo sua adaptação a esta possível nova realidade, de forma a dar continuidade a uma política pública consciente e efetiva de fomento de investimento aos produtores rurais"* (grifou-se).

Cumpre assinalar, por fim, que o dissídio jurisprudencial está caracterizado mas, pelas razões acima expostas, conclui-se que não deve prevalecer o entendimento esposado nos acórdãos paradigmas.

7. Do caso concreto

Na hipótese dos autos, verifica-se que o recorrente obteve o registro em 5.2.2020, 5 (cinco) dias antes de ingressar com o pedido de recuperação judicial.

Nesse contexto, não preenche o requisito temporal de 2 (dois) anos de exercício regular de atividade como empresário de que trata o artigo 48 da Lei nº 11.101/2005.

8. Do dispositivo

Ante o exposto, conheço do recurso especial para negar-lhe provimento.

É o voto.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

RECURSO ESPECIAL Nº 1.876.697 - MT (2020/0125828-4)

VOTO-VENCEDOR

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE:

Controverte-se no presente recurso especial acerca da aplicabilidade do requisito temporal de 2 (dois) anos de exercício regular da atividade empresarial, estabelecido no art. 48 da Lei n. 11.101/2005, para fins de deferimento do processamento da recuperação judicial requerido por empresário individual rural que exerce profissionalmente a atividade agrícola organizada há mais de 2 (dois) anos, encontrando-se, porém, inscrito há menos de 2 (dois) anos na Junta comercial.

Impende registrar, de início, que, sobre esta específica questão, a Terceira Turma do STJ não chegou a firmar um posicionamento, sobretudo por ocasião do julgamento do multicitado REsp 1.193.115/MT (Rel. Ministra Nancy Andrighi, rel. p/ acórdão Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 20/08/2013, DJe 07/10/2013).

Nesse julgado – e os Ministros que dele participaram podem melhor afirmar –, a discussão ali travada, conforme bem delimitou a relatora, Ministra Nancy Andrighi, na ocasião, cingiu-se a analisar "a possibilidade de o produtor rural, mesmo não inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis à época do pedido, obter a concessão de sua recuperação judicial".

O voto condutor, proferido pelo Ministro Sidnei Beneti, seguido pelos Ministros João Otávio de Noronha, Paulo de Tarso Sanseverino e Ricardo Villas Bôas Cueva, concluiu, **na extensão da controvérsia acima delimitada**, pela indispensabilidade da inscrição na Junta Comercial do produtor rural para requerer o pedido de recuperação judicial.

Essa é a conclusão que, claramente, se verifica dos contornos gizados no voto condutor, em destaque:

> **Essa comprovação documental [da condição de comerciante] é essencial, para o caso específico da recuperação judicial, à caracterização legal do estado de comerciante. É certo que o exercício da atividade empresarial pode realizar-se sem a inscrição do empresário na Junta Comercial [...] Mas da generalidade dessa qualificação como empresário não se**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> **extrai a qualificação especial para o pleito de recuperação judicial, ante a expressa disposição legal constante da Lei de Recuperações.**
> [...]
> 6.- É condição necessária à abertura do acesso à via jurídica da recuperação judicial, instituto privativo do devedor, a comprovação de que este exerce regularmente suas atividades há mais de dois anos. Não se trata de instituto franqueado a todo e qualquer devedor em situação de desequilíbrio financeiro.
> MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO, com a clareza e a maestria de sempre, bem ressalta a necessidade de juntada de certidão da Junta Comercial, para o processamento do pedido de recuperação judicial, assinalando, quanto à exigência legal de exercício (Lei 11.101/2005, art. 48): "a prova de tal exigência é de extrema simplicidade, bastando juntar certidão da Junta Comercial, comprovando a regularidade da empresa. Caso não esteja regularmente registrada na Junta Comercial, não poderá pleitear a recuperação, e, se pleiteá-la, o juiz deve conceder o prazo do art. 284 do CPC para ser sanada a irregularidade em dez dias, sob pena de indeferimento da inicial" ("Lei de Recuperação de Empresas e Falência", S. Paulo, Revista dos Tribunais, 7ª ed., 2011, p. 134).
> **A jurisprudência, é certo, já dispensou a exigência de comprovação documental, inscrição na Junta Comercial durante todo o período mínimo de dois anos, mas jamais dispensou a exigência legal de comprovação da documental da condição de comerciante, documento esse que constitui documento substancial que necessariamente deve vir com a petição inicial ou no prazo de aditamento da inicial (CPC, art. 284).**
> **De qualquer forma, a inscrição no registro de comércio exige-se, necessariamente, antes do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, não havendo como suprir-se pela inscrição posterior, como no caso, em que, como constante do Acórdão recorrido, veio, essa inscrição, a dar-se 55 dias após o ingresso do pedido de recuperação em Juízo.**
> **[...]**
> **9.- Não se está, no caso presente, enfrentando jurisdicionalmente a aplicabilidade, ou não, da Lei de Recuperação Judicial ao produtor rural,** via de reestruturação econômico-financeira que, antes do Cód. Civil de 2002 e da Lei de Recuperação Judicial e Falências, era interditada ao rurícola (REsp 24.172/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JR, lembrado pelo voto da E. Relatora).
> **No caso apenas se reafirma exigência de inscrição na Junta Comercial – não substituída por inscrição ou registro em órgão público diverso – para o acesso à recuperação judicial.**

Como se constata, não houve, naquela oportunidade, nenhuma deliberação da Terceira Turma do STJ sobre o requisito afeto à exigência de exercício regular da atividade empresarial pelo período de 2 (dois) anos, estabelecido no art. 48 da Lei n.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

11.101/2005, especificamente se este interregno haveria de ser contado a partir da inscrição do produtor rural no Registro Público de Empresas Mercantis ou se a demonstração de exercício regular da atividade empresarial pelo produtor rural pelo aludido tempo seria independente do registro.

Cumpre ressalvar que, sobre esta questão, a Segunda Seção do STJ, após reconhecer a indiscutível relevância da matéria, considerada a destacada contribuição do setor agrícola para a economia do País, desacolheu a proposta de afetação para julgamento de recurso especial sob o rito dos repetitivos, sob o desígnio da segurança jurídica, na medida em que a definição da tese vinculante há de representar o entendimento jurisprudencial consolidado no âmbito das Turmas integrantes da Seção de Direito Privado, as quais, até aquela oportunidade, não haviam se manifestado – *ut* ProAfR no REsp 1.684.994/MT, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 28/11/2017, DJe 05/12/2017.

Em 5/11/2019, a matéria em comento foi, pela primeira vez, enfrentada por esta Corte de Justiça, tendo a Quarta Turma, por maioria de votos, adotado o entendimento de que, "embora deva haver o registro empresarial anterior ao pedido de recuperação judicial, a comprovação da regularidade do exercício da atividade econômica rural pelo biênio mínimo pode ser aferida não somente a partir da existência de registro do empresário, mas também a época antecedente à inscrição".

A ementa do julgado ficou assim conformada (sem grifos no original):

> RECURSO ESPECIAL. CIVIL E EMPRESARIAL. EMPRESÁRIO RURAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REGULARIDADE DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL ANTERIOR AO REGISTRO DO EMPREENDEDOR (CÓDIGO CIVIL, ARTS. 966, 967, 968, 970 E 971). EFEITOS EX TUNC DA INSCRIÇÃO DO PRODUTOR RURAL.
> PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI 11.101/2005, ART. 48). CÔMPUTO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL ANTERIOR AO REGISTRO. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.
> **1. O produtor rural, por não ser empresário sujeito a registro, está em situação regular, mesmo ao exercer atividade econômica agrícola antes de sua inscrição, por ser esta para ele facultativa.**
> 2. Conforme os arts. 966, 967, 968, 970 e 971 do Código Civil, com a inscrição, fica o produtor rural equiparado ao empresário comum, mas com direito a "tratamento favorecido, diferenciado e simplificado (...), quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes".
> **3. Assim, os efeitos decorrentes da inscrição são distintos para as duas espécies de empresário: o sujeito a registro e o não**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> **sujeito a registro. Para o empreendedor rural, o registro, por ser facultativo, apenas o transfere do regime do Código Civil para o regime empresarial, com o efeito constitutivo de "equipará-lo, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro", sendo tal efeito constitutivo apto a retroagir (*ex tunc*), pois a condição regular de empresário já existia antes mesmo do registro.** Já para o empresário comum, o registro, por ser obrigatório, somente pode operar efeitos prospectivos, ex nunc, pois apenas com o registro é que ingressa na regularidade e se constitui efetivamente, validamente, empresário.
> **4. Após obter o registro e passar ao regime empresarial, fazendo jus a tratamento diferenciado, simplificado e favorecido quanto à inscrição e aos efeitos desta decorrentes (CC, arts. 970 e 971), adquire o produtor rural a condição de procedibilidade para requerer recuperação judicial, com base no art. 48 da Lei 11.101/2005 (LRF), bastando que comprove, no momento do pedido, que explora regularmente a atividade rural há mais de 2 (dois) anos. Pode, portanto, para perfazer o tempo exigido por lei, computar aquele período anterior ao registro, pois tratava-se, mesmo então, de exercício regular da atividade empresarial.**
> **5. Pelas mesmas razões, não se pode distinguir o regime jurídico aplicável às obrigações anteriores ou posteriores à inscrição do empresário rural que vem a pedir recuperação judicial, ficando também abrangidas na recuperação aquelas obrigações e dívidas anteriormente contraídas e ainda não adimplidas.**
> 6. Recurso especial provido, com deferimento do processamento da recuperação judicial dos recorrentes.
> (REsp 1.800.032/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 10/02/2020)

Nesse contexto, inexistindo, até o presente momento, deliberação da Terceira Turma sobre a matéria, reputo oportuno submetê-la a este Colegiado.

De antemão, consigno a minha inteira adesão ao posicionamento prevalecente adotado no âmbito da Quarta Turma do STJ, pelos fundamentos que se passam a expor – que apenas dissuade, conceitualmente, acerca da natureza jurídica da inscrição do empresário rural na Junta Comercial propugnada pelo voto condutor exarado pelo Ministro Raul Araújo, segundo a qual seria constitutiva, mas em tudo concordante com o desfecho e consectários ali reconhecidos).

Para o deslinde da controvérsia, mostra-se de suma relevância bem delinear o particular tratamento legal ofertado ao empresário rural, no que toca à sua constituição, analisando-se, no ponto, a natureza, finalidade e implicações da inscrição no Registro

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Público de Empresas Mercantis, bem como a abrangência do requisito temporal estabelecido no art. 48 da LRF, compreendido como condição de admissibilidade ao requerimento de recuperação judicial.

Registre-se, de plano, que o âmbito de incidência do regime jurídico empresarial é delimitado pela Teoria da Empresa, utilizando-se, como critério material definidor, a atividade econômica exercida empresarialmente. Em tese, qualquer atividade econômica organizada profissionalmente – com as ressalvas legais específicas – submetem-se às regras e princípios do Direito Empresarial.

O Código Civil, justamente com esteio na Teoria da Empresa, conceituou, em seu art. 966, o empresário – gênero do qual são espécies o empresário individual e a sociedade empresarial – como o agente que "exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviço", tendo por objetivo a obtenção de lucro.

Nestes termos*:*

> Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
> Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

De tal definição, depreende-se que a caracterização da figura do empresário demanda a reunião de elementos atinentes **ao modo como** ele exerce sua atividade econômica.

A esse propósito, veja-se que o desenvolvimento da atividade econômica pelo empresário dá-se de forma profissional, o que implica habitualidade em seu desempenho, demandando-lhe conhecimento de uma área específica (*know how*, ainda que por extensão – habilidade adquirida pela experiência, saber prático), retirando, do lucro obtido, sua remuneração. Para tanto, o empresário, no exercício dessa atividade econômica, articula os fatores de produção (capital, insumo, mão de obra e tecnologia) e de circulação de bens ou serviços, com o claro propósito de obter lucro, assumindo, por outro lado, todos os riscos do negócio daí advindos.

Por conseguinte, a qualificação jurídica de empresário decorre do efetivo

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

exercício profissional de sua atividade econômica, o que, por si, é suficiente para constituí-lo e caracterizá-lo como tal, a atrair, pois, a incidência do regime jurídico empresarial.

O art. 967 do Código Civil, por sua vez, preceitua ser "obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade".

Trata-se de exigência legal destinada a impor ao empresário que promova, antes mesmo do início do exercício profissional de sua atividade econômica, a sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a fim de enquadrá-lo em situação de regularidade. O registro confere personalidade jurídica ao empresário individual distinta da pessoa física que exerce a atividade, ou, no caso de sociedade empresarial, diversa dos sócios que a integram.

Na hipótese de o empresário iniciar o exercício profissional de sua atividade econômica, sem observar a exigência legal de providenciar seu registro na Junta Comercial do Estado, encontrar-se-á em situação de irregularidade, devendo, pois, arcar com as consequências legais de seu proceder. Esta circunstância, porém, não implica a exclusão do empresário – que já ostenta esta qualificação – do regime jurídico empresarial.

Veja-se, a esse propósito, que o Código Civil, ao tratar do Direito de Empresa, estabeleceu a responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios pelas obrigações sociais assumidas por sociedade empresarial sem personalidade jurídica (art. 990). Em relação ao empresário individual, como o patrimônio empresarial confunde-se com o patrimônio pessoal do instituidor, ele responde direta e ilimitadamente com todos os seus bens pelas dívidas assumidas no exercício de sua atividade econômica, a dispensar regramento específico para esse propósito.

Em ambos os casos, a situação irregular do empresário, decorrente do não cumprimento da exigência legal de registro, enseja consequências legais, mas não o exclui do regime próprio de empresário.

Saliente-se, aliás, que, entre as consequências legais decorrentes do descumprimento da exigência legal do registro está justamente a vedação do empresário irregular de requerer pedido de recuperação judicial. O art. 48 da Lei n. 11.101/2005 – que,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

será adiante, objeto de análise mais aprofundada – preceitua que o empresário, para fazer jus aos benefícios do processo recuperacional, deve **exercer regularmente** suas atividades há mais de 2 (dois) anos. O exercício regular da atividade econômica, para o empresário individual (comum) ou para a sociedade empresarial (comum), pressupõe, como visto, a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis. Logo, para estes, o pedido de recuperação judicial somente é possível após o interregno de 2 (dois) anos, contados de sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a satisfazer o requisito temporal de **exercício regular** da atividade econômica.

Ressai claro, portanto, que a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis não promove a constituição do empresário, tampouco é definidor, por si, da incidência do regime jurídico empresarial. Possui, sim, o condão de **declarar** a qualidade jurídica de empresário, conferindo-lhe *status* de regularidade.

Na oportunidade, transcreve-se o teor dos enunciados n. 198 e 199, aprovados na Jornada de Direito Civil III, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal:

> Enunciado n. 198. A inscrição do empresário na Junta Comercial não é requisito para a sua caracterização, admitindo-se o exercício da empresa sem tal providência. O empresário irregular reúne os requisitos do art. 966, sujeitando-se às normas do Código Civil e da legislação comercial, **salvo naquilo em que forem incompatíveis com a sua condição ou diante de expressa disposição em contrário**.
>
> Enunciado n. 199. A inscrição do empresário ou sociedade empresária é requisito delineador de sua regularidade, e não de sua caracterização.

Em relação ao empresário rural, o Código Civil, atento às particularidades desse segmento econômico, conferiu-lhe tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, **quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes**, nos seguintes moldes:

> Art. 970. **A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.**

Como assentado inicialmente, com esteio na Teoria da Empresa, em tese, qualquer atividade econômica organizada profissionalmente submete-se às regras e princípios do Direito Empresarial, **salvo previsão legal específica,** como são os casos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

dos profissionais intelectuais, das sociedades simples, das cooperativas e do exercente de atividade econômica rural, cada qual com tratamento legal próprio.

Insere-se na ressalva legal, assim, o exercente de atividade econômica rural, **o qual possui a faculdade, o direito subjetivo de se submeter, ou não, ao regime jurídico empresarial.**

Esta conclusão é perfeitamente extraída do art. 971 do Código Civil, *in verbis:*

> Art. 971. **O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode**, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, **requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis** da respectiva sede, **caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.**

Pode-se afirmar, assim – ainda segundo a Teoria da Empresa –, que a constituição do empresário rural dá-se a partir do exercício profissional da atividade econômica rural organizada para a produção e circulação de bens ou de serviços, sendo irrelevante, para à sua caracterização, a efetivação de sua inscrição na Junta Comercial. Todavia, sua submissão ao regime empresarial apresenta-se como faculdade, que será exercida, caso assim repute conveniente, por meio da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.

Tal como se dá com o empresário comum, a inscrição do produtor rural na Junta Comercial não o transforma em empresário. Perfilho o entendimento de que, também no caso do empresário rural, a inscrição assume natureza meramente declaratória, a autorizar, tecnicamente, a produção de efeitos retroativos (*ex tunc*).

A própria redação do dispositivo legal acima transcrito traz, em si, a assertiva de que o empresário rural poderá proceder à inscrição. Ou seja, antes mesmo do ato registral, a qualificação jurídica de empresário – que decorre do modo profissional pelo qual a atividade econômica é exercida – já se faz presente.

Dessa maneira, a inscrição do empresário rural na Junta Comercial apenas declara, formaliza a qualificação jurídica de empresário, presente em momento anterior ao registro. Exercida a faculdade de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, o empresário rural, por deliberação própria e voluntária, passa a se submeter ao regime jurídico empresarial.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Como se pode constatar, a finalidade do registro para o empresário rural, difere, claramente, daquela emanada da inscrição para o empresário comum.

Para o empresário comum, a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, que tem condão de **declarar** a qualidade jurídica de empresário, apresenta-se obrigatória e se destina a conferir-lhe *status* de regularidade.

De modo diverso, para o empresário rural, a inscrição, que também se reveste de natureza declaratória, constitui mera faculdade e tem por escopo precípuo submeter o empresário, segundo a sua vontade, ao regime jurídico empresarial.

Consigna-se, assim, que o empresário rural que pretenda se valer dos benefícios do processo recuperacional, instituto próprio do regime jurídico empresarial, há de proceder à inscrição Registro Público de Empresas Mercantis, **não porque** o registro o transforma em empresário, mas sim porque, ao fazer assim, passou a, voluntariamente, se submeter ao aludido regime jurídico.

A inscrição, sob esta perspectiva, assume a condição de procedibilidade ao pedido de recuperação judicial, como bem reconheceu esta Terceira Turma, por ocasião do julgamento do REsp 1.193.115/MT, e agora, mais recentemente, a Quarta Turma do STJ (no REsp 1.800.032/MT) assim compreendeu.

Ainda no tocante à finalidade, a inscrição, por ser meramente opcional, não se destina a conferir ao empresário rural o *status* de regularidade, simplesmente porque este já se encontra em situação absolutamente regular, mostrando-se, por isso, descabida qualquer interpretação tendente a penalizá-lo por, eventualmente, não proceder ao registro, possibilidade que a própria lei lhe franqueou.

À vista disso, a situação jurídica do empresário rural, mesmo antes de optar por se inscrever na Junta comercial, já ostenta *status* de regularidade.

Esta conclusão mostra-se de suma importância para aferir a abrangência do requisito temporal estabelecido no art. 48 da LRF, compreendido como condição de admissibilidade ao requerimento de recuperação judicial.

Dispõe o dispositivo legal em comento:

> Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, **exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos** e que atenda aos seguintes requisitos,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

> cumulativamente:
> [...]
> § 2º Tratando-se de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no *caput* deste artigo por meio da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ que tenha sido entregue tempestivamente. (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013)

Como se constata, a lei de regência exige, para o deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial, que o empresário tenha exercido **regularmente** sua atividade econômica por, pelo menos, 2 (dois) anos.

Trata-se, pois, de período mínimo no qual o legislador reputou necessário para que a atividade econômica, exercida profissionalmente, tenha, em tese, adquirido relevância social, a fazer jus ao amparo proporcionado pelo processo recuperacional.

Para esse propósito, exige-se, pelo biênio mínimo, o exercício regular da atividade econômica, compreeendido como aquele desenvolvido em absoluta conformidade com a lei.

Especificamente quanto à inscrição no Registro Público das Empresas Mercantis, para o empresário comum, o art. 967 do Código Civil determina a obrigatoriedade da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade. Será irregular, assim, o exercício profissional da atividade econômica, sem a observância de exigência legal afeta à inscrição. Por consequência, para o empresário comum, o prazo mínimo de 2 (dois) anos deve ser contado, necessariamente, da consecução do registro.

Diversamente, o empresário rural exerce profissional e regularmente sua atividade econômica independentemente de sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis. Mesmo antes de proceder ao registro, atua em absoluta conformidade com a lei, na medida em que a inscrição, ao empresário rural, apresenta-se como faculdade – de se submeter ao regime jurídico empresarial.

Assim, ainda que relevante para viabilizar o pedido de recuperação judicial, como instituto próprio do regime empresarial, o registro é absolutamente desnecessário para que o empresário rural demonstre a regularidade (em conformidade com a lei) do exercício profissional de sua atividade agropecuária, podendo ser comprovado por outras formas admitidas em direito e, principalmente, levando-se em conta período anterior à

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

inscrição.

Nessa linha de compreensão, cita-se o escólio de Manoel Justino Bezerra Filho:

> **O melhor entendimento é aquele que aceita a soma dos anos anteriores à inscrição, durante os quais houve comprovadamente a atividade rural de que fala o art. 971 do CC, para que se tenha por completado o período de dois anos.** [...] a razão que impede a concessão de recuperação judicial para empresário com menos de dois anos - ou seja, inabilidade tão acentuada que em tão pouco tempo leve à situação de crise a desaguar no pedido de recuperação - aqui não ocorre. No campo da realidade fática, este empresário rural já preencheu prazo superior a dois anos anos no exercício da atividade, a qual não sofreu qualquer mudança no mundo real, pois apenas houve mudança na conceituação jurídica da mesma atividade, de civil para empresária, que decorreu da inscrição efetuada. Não haveria assim razão para impedir a concessão do pedido de recuperação pelo óbice do art. 48. Insista-se neste ponto que é fundamental para o exame, ou seja: **a atividade já estava sendo "regularmente" exercida por prazo superior a dois anos. A inscrição na Junta Comercial não é elemento regularizador da atividade, é apenas elemento de mudança da conceituação da atividade, que e era civil e passa a ser empresária. A natureza jurídica da inscrição não é constitutiva, é meramente declaratória, incindindo sobre a atividade que já configurava como regular exercício.** Acresça-se ainda que o art. 48 não exige "atividade empresarial" por mais de dois anos, e sim que "exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos. (*in Lei de Recuperação de Empresas e Falência*. 13ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2018. p. 169)

O entendimento também foi sintetizado no enunciado n. 97, entre os aprovados na Jornada de Direito Comercial III, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal:

> Enunciado 97 – O produtor rural, pessoa natural ou jurídica, na ocasião do pedido de recuperação judicial, não precisa estar inscrito há mais de dois anos no Registro Público de Empresas Mercantis, bastando a demonstração de exercício de atividade rural por esse período e a comprovação da inscrição anterior ao pedido.

Cabe destacar, ainda, que a interpretação ora adotada, foi, de certo modo, corroborada pela Lei n. 12.873/2013, que incluiu o § 2º do art. 48 da LRF, para preceituar que, em se tratando de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, a comprovação do biênio mínimo de exercício regular da atividade pode se dar por meio da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ que tenha sido entregue

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

tempestivamente.

Conquanto o dispositivo legal tenha se referido apenas à sociedade empresarial rural, não se antevê razão jurídica idônea para não se aplicar ao empresário (individual) rural, que, por meio de Escrituração Contábil Fiscal, criada pela Instrução Normativa 1.422/2013 da Receita Federal, poderá, entre outros meios de prova, comprovar o exercício profissional e regular da atividade agropecuária.

Conforme demonstrado, a lei conferiu tratamento diferenciado, simplificado e benéfico ao empresário rural, não distinguindo, como seria de rigor, se constituído individualmente ou se em sociedade empresarial, sendo certo que, para ambos, o exercício regular (em conformidade com a lei) da atividade agropecuária independe do registro.

Assim, mesmo que o legislador tenha perdido a oportunidade de esclarecer o alcance da norma, em detrimento da melhor técnica legislativa, de modo algum se afigura possível conferir interpretação restritiva para abarcar apenas a sociedade empresarial rural.

Deve-se rechaçar, ainda, a costumeira argumentação expendida de que o pedido de recuperação judicial entabulado pelo exercente (profissional) de atividade agrícola frustraria a legítima expectativa de seus credores, que imaginavam entabular relação jurídica eminentemente civil, não podendo, por isso, submeter seus créditos ao concurso recuperacional.

O argumento é retórico e, como tal, não procede.

Isso porque os credores, ao estabelecerem relação jurídica com o exercente profissional de atividade agropecuária, sabem, ou deveriam saber, que o ajuste contratual entabulado dá-se com um empresário rural, cujo conceito, como visto, relaciona-se com o modo profissional pelo qual exerce sua atividade econômica organizada, e não com a existência de prévio registro na Junta Comercial.

Não há, nesse contexto, nenhuma surpresa para o contratante, sobretudo quando o ajuste contratual destina-se diretamente ao implemento da atividade rural.

A lei, de conhecimento geral, confere ao empresário rural, a qualquer tempo, a possibilidade de exercer o direito subjetivo de se submeter ao regime jurídico

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

empresarial, por meio da consecução de sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.

Desse modo, não há, para o contratante, expectativa, ao menos legítima, de manter o regime civil, se o ordenamento confere a prerrogativa de escolha, a qualquer tempo, do regime jurídico empresarial pelo empresário rural, conferindo-lhe tratamento favorecido e diferenciado.

Exercida a faculdade de se submeter ao regime jurídico empresarial – o que se dá por meio da inscrição –, o superveniente pedido de recuperação judicial efetuado pelo empresário rural, caso deferido seu processamento, **há de abarcar todos créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, nos expressos termos do art. 49, *caput*, da Lei n. 11.101/2005.**

Revela-se, desse modo, sem nenhum respaldo legal a pretensão subsidiária de a recuperação judicial, em tal situação, abranger apenas os créditos posteriores ao registro do empresário rural na Junta Comercial, marco não eleito pela lei para divisar os créditos sujeitos à recuperação judicial do devedor.

Afinal, se ao empresário comum não se faz tal distinção, inexiste razão jurídica idônea para assim proceder em relação ao empresário rural, que atua regularmente antes mesmo da consecução do registro e que possui, por expressa determinação legal, tratamento favorecido e diferenciado.

Oportuna, mais uma vez, a menção à colaboração de renomados especialistas na Jornada de Direito Comercial III, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, que aprovaram o enunciado n. 96, com o seguinte teor:

> A recuperação judicial do empresário rural, pessoa natural ou jurídica, sujeita todos os créditos existentes na data do pedido, inclusive os anteriores à data da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.

Deve-se consignar, ainda, que o patrimônio do empresário rural, seja ele constituído individualmente, seja em sociedade empresarial, responsável pela quitação dos débitos assumidos, é exatamente o mesmo empenhado pelo devedor por ocasião da celebração do negócio jurídico, a evidenciar, também, sob esse aspecto, a ausência de prejuízo ou surpresa para os credores.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Se a contratação deu-se com o empresário individual, o patrimônio empresarial confunde-se com o patrimônio pessoal do instituidor, respondendo direta e ilimitadamente com todos os seus bens pelas dívidas assumidas no exercício de sua atividade econômica.

Nesse sentido, cita-se:

> Processual civil. Recurso especial. Ação rescisória. Agravo retido. Inviabilidade. Embargos de declaração. Não demonstração da omissão, contradição ou obscuridade. Patrimônio do empresário individual e da pessoa física. Doação. Invalidade. Ausência de outorga uxória. Erro de fato. Tema controvertido. Violação a literal disposição de lei.
> [...]
> **- Empresário individual é a própria pessoa física ou natural, respondendo os seus bens pelas obrigações que assumiu, quer civis quer comerciais.**
> - Indispensável a outorga uxória para efeitos de doação, considerando que o patrimônio da empresa individual e da pessoa física, nada mais são que a mesma realidade. Inválido, portanto, o negócio jurídico celebrado.
> Recurso parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.
> (RESP 594.832/RO, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 28/06/2005, DJ 01/08/2005, p. 443). E ainda: CC 155.294/RS, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 28/11/2018, DJe 05/12/2018; REsp 1.355.000/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 20/10/2016, Dje 10/11/2016).

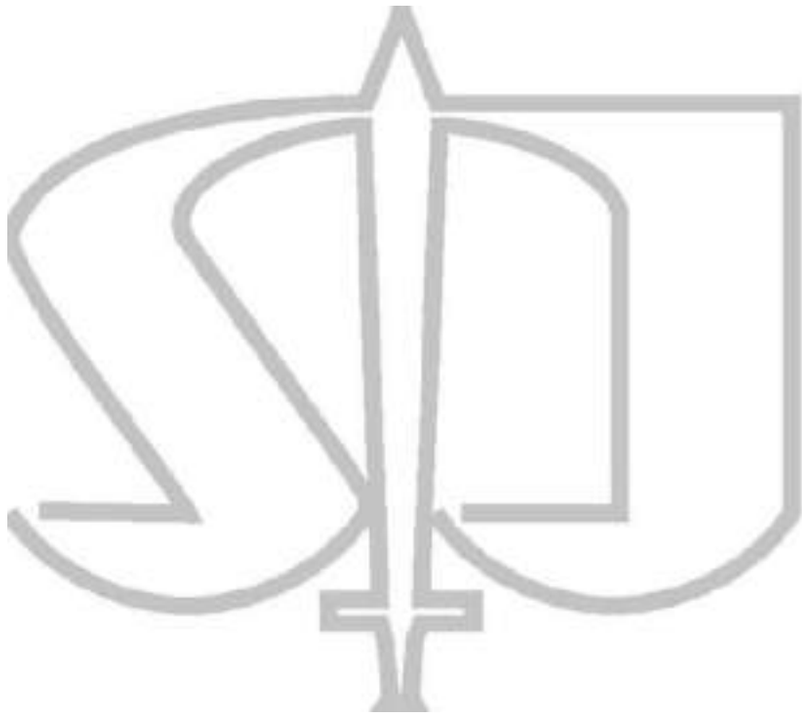
Na hipótese dos autos, verifica-se que as instâncias ordinárias, de modo uníssono, apartaram-se da exegese ora propugnada, reconhecendo, diversamente, que o prazo de 2 (dois) anos de atividade agropecuária haveria de ser contado a partir da inscrição do produtor rural na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (no caso, efetivada dias antes do pedido de recuperação judicial), razão pela qual indeferiram o pedido de recuperação judicial feito pelo ora recorrente, sem nenhuma análise quanto à documentação apresentada, destinada a demonstrar o exercido **regular** e profissionalmente, por mais de 2 (dois) anos, da atividade agropecuária.

Nesse cenário, portanto, mostra-se indispensável o retorno dos autos à origem a fim de que o Juízo *a quo*, a partir da documentação apresentada e nos termos da fundamentação delineada no presente voto, analise se o produtor rural requerente exerce regular e profissionalmente, por mais de 2 (dois) anos, a atividade agropecuária, a satisfazer a condição de admissibilidade estabelecida no art. 48, *caput,* da Lei n. 11.101/2005.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Em arremate, na esteira dos fundamentos acima delineado, dou provimento ao recurso especial para, reconhecendo que o requisito temporal do art. 48 da LRF não é contado a partir do registro, determinar o retorno dos autos à origem a fim de que se analise, a partir da documentação apresentada, se o requerente comprovou o desempenho de atividade empresarial por dois anos, a subsidiar seu pedido de recuperação judicial, nos termos da fundamentação supra.

É o voto.



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA TURMA

Número Registro: 2020/0125828-4 **PROCESSO ELETRÔNICO** **REsp 1.876.697 / MT**

Número Origem: 10007481420208110040

PAUTA: 06/10/2020 JULGADO: 06/10/2020

Relator
Exmo. Sr. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**

Relator para Acórdão
Exmo. Sr. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**

Presidente da Sessão
Exmo. Sr. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Subprocurador-Geral da República
Exmo. Sr. Dr. DURVAL TADEU GUIMARÃES

Secretária
Bela. MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE	:	CLOVIS ANTONIO CENEDESE
ADVOGADOS	:	EUCLIDES RIBEIRO S JUNIOR - MT005222
		EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - MT007680
		ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA - MT015836
		LIZA KEYKO UEMURA - MT021557
RECORRIDO	:	NÃO CONSTA
INTERES.	:	FIAGRIL LTDA
ADVOGADOS	:	CARLOS MACEDO BARROS - DF050253
		ELIANA CALMON ALVES E OUTRO(S) - DF046625
		ROGERIO FRANÇA ATHAYDE DE ALMEIDA - DF058809
		ERIC DINIZ CASIMIRO - DF063071
		RENATO CALMON ALVES BERNARDO DA CUNHA - DF019863

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Empresas - Recuperação judicial e Falência - Autofalência

SUSTENTAÇÃO ORAL

Dr. ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA, pela parte RECORRENTE: CLOVIS ANTONIO CENEDESE

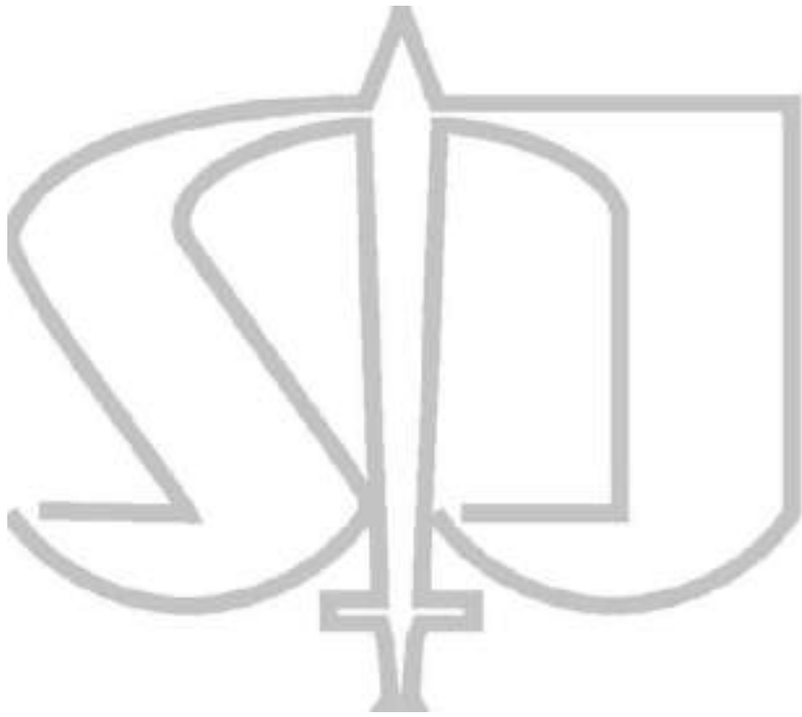
CERTIDÃO

Certifico que a egrégia TERCEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Terceira Turma, por maioria, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze, que lavrará o acórdão. Votou vencido o Sr. Ministro Relator

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

Ricardo Villas Bôas Cueva. Votaram com o Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze os Srs. Ministros Moura Ribeiro, Nancy Andrighi e Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente).



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:28
Número do documento: 23082518211826700000123217590
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211826700000123217590
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:18

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
02/01/2020	1088	8	0,07	REFERENTE IOF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/01/2020	8	444	6.246,50	REFERENTE LIBERACAO CREDITO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/01/2020	1088	8	23,74	REFERENTE IOF ADICIONAL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/01/2020	326	8	2,50	REFERENTE SEGURO PRESTAMISTA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/01/2020	1089	8	54,21	REFERENTE MYLENA SCHARLA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/01/2020	1090	8	148,20	REFERENTE MASTER GENKO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/01/2020	1088	8	1,41	REFERENTE IOF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/01/2020	373	8	3,36	REFERENTE JUROS CH ESPECIAL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/01/2020	1089	8	260,10	REFERENTE DEB CONVENIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/01/2020	1090	8	186,01	REFERENTE SUPERMERCADO BOM DIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/01/2020	1089	8	37,73	REFERENTE DEBITO CONVENIO ICATU	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/01/2020	1089	8	32,39	REFERENTE DEBITO CONVENIO ICATU	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/01/2020	1089	8	204,53	REFERENTE DEBITO CONVENIO ICATU	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/01/2020	1091	8	6,32	REFERENTE DEB CONV ASSISTENCIA MI	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/01/2020	1091	8	6,32	REFERENTE DEB CONV ASSISTENCIA MI	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/01/2020	1094	8	269,50	REFERENTE POSTO MANGUEIRA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/01/2020	11	8	100,00	REFERENTE APLICACAO POUPANCA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/01/2020	11	8	200,00	REFERENTE APL POUPANCA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/01/2020	1089	8	73,37	REFERENTE DEBITO CONVENIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/01/2020	1089	8	801,64	REFERENTE DEBITO CONVENIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/01/2020	1093	8	284,18	REFERENTE FARMACIA SAO PAULO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/01/2020	1110	5	20.000,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/01/2020	8	444	895,00	REFERENTE CHEQUE 24H	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/01/2020	8	444	810,00	REFERENTE CHEQUE 24H	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/01/2020	1090	8	346,75	REFERENTE SUPERMERCADO BOM DIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/01/2020	1089	8	56,16	REFERENTE DEBITO CONVENIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/01/2020	1089	8	211,77	REFERENTE DEBITO CONVENIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/01/2020	5	408	160.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/01/2020	1110	5	27.000,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/01/2020	1089	8	304,78	REFERENTE DEBITO CONVENIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/01/2020	326	8	90,65	REFERENTE SEGURO PRESTAMISTA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/01/2020	1090	8	93,86	REFERENTE SUPERMERCADO BOM DIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/01/2020	1089	8	166,54	REFERENTE DEBITO CONVENIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/01/2020	1089	8	146,85	REFERENTE DEBITO CONVENIO ICATU	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/01/2020	1089	8	146,85	REFERENTE DEBITO CONVENIO ICATU	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/01/2020	1094	8	34,99	REFERENTE PAGTO FATURA MASTER	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/01/2020	326	8	60,21	REFERENTE SEGURO PRESTAMISTA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/01/2020	1110	5	26.678,20	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/01/2020	1089	8	134,46	REFERENTE DEBITO CONVENIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/02/2020	1110	5	216.270,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/02/2020	5	408	60.442,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/02/2020	5	408	45.590,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/02/2020	5	408	58.491,50	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/02/2020	5	1110	11.167,58	REFERENTE SQ CAIXA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/02/2020	5	408	44.039,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/02/2020	5	408	57.175,50	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:29
Número do documento: 23082518211886000000123217591
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211886000000123217591
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:19

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
10/02/2020	5	408	60.207,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/02/2020	5	408	26.555,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/02/2020	5	408	13.887,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/02/2020	5	408	62.776,65	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/02/2020	5	408	38.060,66	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2020	1110	5	337.921,48	REFERENTE CARGILL AGRIC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/02/2020	5	1110	4.724,11	REFERENTE BB CRED VEICULO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/02/2020	1110	5	50.002,08	REFERENTE COCAMAR COOP	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/02/2020	5	408	451,83	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/02/2020	5	408	37.660,48	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/02/2020	5	408	2.188,91	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/02/2020	5	408	10.982,94	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/02/2020	5	408	67.076,36	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/02/2020	5	408	49.388,05	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2020	1110	5	16.309,83	REFERENTE COOP AGROINDUSTRIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/03/2020	1110	5	111.742,27	REFERENTE INDIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/03/2020	5	1110	1.500,00	REFERENTE SQ CX	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/03/2020	5	408	20.370,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/03/2020	5	408	53.193,75	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/03/2020	5	408	38.936,25	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/03/2020	5	408	79.999,99	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2020	5	1110	6.000,00	REFERENTE SQ CX	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/03/2020	1110	5	16.769,39	REFERENTE COCAMAR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/03/2020	5	408	15.243,50	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/03/2020	5	408	2.929,73	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/03/2020	5	408	5.670,27	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/03/2020	5	408	1.956,50	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/03/2020	5	408	62.554,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/03/2020	5	408	62.653,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/03/2020	5	408	38.973,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/03/2020	5	408	62.012,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/03/2020	5	408	29.082,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/03/2020	5	408	385.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/03/2020	1110	5	369.853,38	REFERENTE SIPAL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/03/2020	1110	5	355.159,00	REFERENTE CARGILL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/03/2020	417	5	779,47	DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS NESTA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/04/2020	5	408	55.451,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/04/2020	5	408	58.870,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/04/2020	5	408	57.890,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/04/2020	5	408	58.053,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/04/2020	5	408	57.610,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/04/2020	5	408	56.326,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/04/2020	5	408	5.798,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/04/2020	1110	5	92.963,30	REFERENTE ASO CORRETORA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/04/2020	1110	5	335.650,00	REFERENTE ASO CORRETORA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/04/2020	1110	5	335.808,39	REFERENTE BUNGE ALIMENTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/04/2020	5	1110	52.095,14	REFERENTE SQ CX	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:29
Número do documento: 23082518211886000000123217591
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211886000000123217591
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:19

EDSON PINTO DE MELLO
C.P.F.: 669.115.089-91
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020

Emissão: 23/08/2023
Hora: 15:56:46

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
30/04/2020	5	1110	1.000,00	REFERENTE SQ CX	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/04/2020	5	408	58.466,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/05/2020	1110	5	287.272,02	REFERENTE ASO CORRETORA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/05/2020	1110	5	1.500,00	REFERENTE SUELY	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/05/2020	5	408	18.800,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/05/2020	1110	5	56.332,49	REFERENTE AMAGGI EXPORTADORA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/06/2020	5	119	400.000,00	VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/06/2020	5	408	65.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/06/2020	5	408	19.400,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/06/2020	5	1110	4.724,11	REFERENTE CRED VEICULO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/06/2020	5	408	73.300,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/06/2020	5	408	40.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/06/2020	1110	5	1.500,00	REFERENTE ENTRADAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/07/2020	5	408	7.466,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/07/2020	5	408	28.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/07/2020	5	408	17.500,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/07/2020	5	408	1.222,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/07/2020	5	408	28.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/07/2020	5	408	28.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/07/2020	5	408	28.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/07/2020	5	408	28.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/07/2020	5	408	28.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/07/2020	5	408	16.333,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/07/2020	5	408	16.333,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/07/2020	5	408	16.333,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/07/2020	5	408	23.531,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/07/2020	5	408	23.531,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/07/2020	1110	5	15.660,00	REFERENTE RESCEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/07/2020	5	408	6.790,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/08/2020	1110	5	931.360,46	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/09/2020	5	408	23.385,60	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2020	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2020	5	408	60.000,01	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/09/2020	5	408	27.806,68	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/09/2020	5	408	14.755,53	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/09/2020	5	408	22.699,25	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/09/2020	5	408	14.300,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/09/2020	5	408	42.400,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/09/2020	1110	5	217.053,58	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/10/2020	5	408	22.499,91	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/10/2020	5	408	22.499,91	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/10/2020	5	408	22.499,91	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/10/2020	5	408	22.499,91	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/10/2020	5	408	17.471,07	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/10/2020	5	408	38.542,93	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/10/2020	5	408	240.495,70	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/10/2020	5	470	58.400,00	DEVOLUÇÃO DE COMPRAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:29
Número do documento: 23082518211886000000123217591
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211886000000123217591
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:19

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
30/10/2020	1110	5	7.486,90	REFERENTE RECBTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/10/2020	1110	5	625.000,00	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/11/2020	5	408	53.108,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/11/2020	5	408	19.738,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/11/2020	5	408	30.233,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/11/2020	5	408	29.820,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/11/2020	5	408	53.084,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/11/2020	5	1110	4.877,71	REFERENTE CRED VEICULO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/11/2020	5	408	51.262,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/11/2020	5	408	26.316,15	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/11/2020	5	408	2.221,46	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/11/2020	5	408	301,05	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/11/2020	5	408	312,48	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/11/2020	1110	5	420.024,96	REFERENTE RECBTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/12/2020	5	408	751,45	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2020	1110	5	227.916,48	REFERENTE RECBTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2020	5	1102	73.000,00	REFERENTE RAFAEL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2020	5	1113	48.286,00	REFERENTE MARCO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2020	5	1117	22.000,00	REFERENTE MARA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2020	5	1116	869.088,20	REFERENTE TRANSF CONTAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	**5.059.376,21**
Total de créditos:	**5.108.503,13**
Número de lançamentos:	**160**

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:29
Número do documento: 23082518211886000000123217591
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211886000000123217591
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:19

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
27/01/2021	1110	5	1.298,57	REFERENTE RECBOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/01/2021	1110	5	30.520,00	REFERENTE RECEBTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/02/2021	5	408	100.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/02/2021	1110	5	253.520,00	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/03/2021	5	408	59.943,37	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/03/2021	5	408	63.193,26	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/03/2021	5	408	22.056,63	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/03/2021	5	408	21.806,75	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/03/2021	5	408	70.637,55	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/03/2021	5	408	23.256,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/03/2021	5	408	108.005,25	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/03/2021	5	408	68.255,60	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/03/2021	5	408	833,22	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/03/2021	5	408	50.773,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/03/2021	5	408	69.066,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/03/2021	5	408	68.453,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/03/2021	5	408	66.560,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/03/2021	5	408	67.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/03/2021	5	408	68.186,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/03/2021	5	408	9.040,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/03/2021	5	408	2.258,56	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/03/2021	5	408	2.609,22	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/03/2021	5	408	2.970,87	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/03/2021	1110	5	148.075,00	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/04/2021	5	408	744.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/04/2021	1110	5	431.254,85	REFERENTE RECBTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/05/2021	5	408	45.230,40	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/05/2021	5	408	201.716,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/05/2021	5	408	27,87	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/05/2021	5	408	26.821,34	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/05/2021	1110	5	1.068.116,93	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/06/2021	1110	5	472.610,04	REFERENTE RECEBTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/07/2021	5	408	3.696,86	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/07/2021	5	408	1.928,32	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/07/2021	5	408	70.606,50	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/07/2021	1110	5	235.304,27	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/08/2021	5	408	121.745,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/08/2021	5	408	121.745,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/08/2021	5	408	100.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/08/2021	5	408	11.624,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/08/2021	5	408	69.044,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2021	5	408	526,57	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2021	5	408	527,97	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2021	5	408	527,97	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/08/2021	5	408	461.224,20	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2021	5	408	52.256,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:29
Número do documento: 23082518211886000000123217591
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211886000000123217591
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:19

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
31/08/2021	1110	5	2.054.198,06	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/09/2021	5	408	1.924,42	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/09/2021	1110	5	1.049.097,20	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/10/2021	5	408	1.069,06	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/10/2021	1110	5	605.499,37	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/12/2021	5	408	40.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/12/2021	5	408	10.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2021	1110	5	457.500,00	REFERENTE RECEB DIVERSOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2021	5	1102	14.000,00	REFERENTE RAFAEL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2021	5	1114	97.524,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2021	5	1117	220.800,00	REFERENTE MARA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2021	5	57	3.415.297,73	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	298	5	19.763,76	REFERENTE PROV SALARIOS 2021	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	187	5	18.116,78	REFERENTE PGTO DE SALARIOS 2021	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	301	5	767,62	REFERENTE PRO 13 SALARIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	187	5	767,17	REFERENTE PGTO 13 SALARIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	6.779.690,16
Total de créditos:	6.846.409,62
Número de lançamentos:	62

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:29
Número do documento: 23082518211886000000123217591
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211886000000123217591
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:19

EDSON PINTO DE MELLO
C.P.F.: 669.115.089-91
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

Emissão: 24/08/2023
Hora: 18:21:23

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
05/01/2022	187	5	1.646,98	REFERENTE PGTO SALARIO 12 2021	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/01/2022	5	408	1.167.076,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/01/2022	5	408	142.200,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/01/2022	5	408	142.200,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/01/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/01/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/01/2022	5	408	83.995,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/01/2022	5	408	98.125,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/01/2022	5	408	133.083,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/01/2022	1110	5	516.397,10	REFERENTE RECBTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/02/2022	1110	5	1.215.758,20	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/03/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:29
Número do documento: 23082518211886000000123217591
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211886000000123217591
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:19

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
10/03/2022	1110	5	1.520.293,19	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/03/2022	5	408	84.875,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/03/2022	5	408	77.600,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/03/2022	5	408	133.375,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/03/2022	5	408	109.125,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/03/2022	5	408	64.381,12	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/03/2022	5	408	113.806,35	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/03/2022	5	408	26.901,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/03/2022	5	408	25.889,85	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/03/2022	5	408	74.440,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/03/2022	5	408	66.393,03	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/03/2022	5	408	90.535,95	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/03/2022	5	408	58.144,20	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/03/2022	5	408	327.154,39	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/04/2022	5	408	56.601,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/04/2022	5	408	79.748,55	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/04/2022	5	408	88.211,56	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/04/2022	5	408	101.752,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/04/2022	5	408	41.461,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/04/2022	5	408	16.786,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/04/2022	5	408	81.164,75	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/04/2022	5	408	79.224,75	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/04/2022	5	408	125.872,05	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/04/2022	5	408	115.476,07	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/04/2022	5	408	84.586,43	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/04/2022	5	408	141.775,20	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/04/2022	5	408	30.483,75	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2022	5	408	44.930,25	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/04/2022	5	408	1.080.407,30	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/04/2022	5	1107	5.654,23	DEVOLUÇÃO DE COMPRAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/04/2022	5	408	37.734,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/04/2022	5	408	59.420,68	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/04/2022	5	408	58.018,05	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/04/2022	5	408	54.400,22	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/04/2022	417	5	99.762,18	DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS NESTA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/04/2022	417	5	23.701,28	DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS NESTA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/04/2022	417	5	66.850,71	DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS NESTA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/04/2022	1110	5	1.111.416,52	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/05/2022	5	408	70.777,20	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/05/2022	1110	5	1.074.899,26	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/06/2022	5	408	377.972,40	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/06/2022	5	408	120.961,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/06/2022	5	408	82.728,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/06/2022	5	408	69.388,85	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/06/2022	5	9	5.000,00	REFERENTE SQ CARTAO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/06/2022	5	9	3.000,00	REFERENTE SQ CARTAO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/06/2022	5	408	69.388,85	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

EDSON PINTO DE MELLO
C.P.F.: 669.115.089-91
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

Emissão: 24/08/2023
Hora: 18:21:23

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
29/06/2022	5	408	110.692,09	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/06/2022	5	408	31.591,56	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/06/2022	5	408	36.268,05	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/06/2022	5	408	33.266,87	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/06/2022	5	408	35.417,20	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/06/2022	5	408	35.927,71	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/06/2022	1110	5	1.484.000,00	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/07/2022	5	408	40.261,13	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/07/2022	5	408	35.261,59	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/07/2022	5	408	38.203,62	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/07/2022	5	408	35.476,35	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/07/2022	5	408	35.910,42	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/07/2022	5	408	35.548,24	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/07/2022	5	408	40.006,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/07/2022	5	408	36.000,51	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/07/2022	5	408	35.367,15	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/07/2022	5	408	39.369,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/07/2022	5	408	35.692,02	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/07/2022	5	408	29.210,16	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/07/2022	5	408	31.523,52	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/07/2022	5	408	36.047,76	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/07/2022	5	408	32.597,04	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/07/2022	5	408	30.931,32	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/07/2022	5	408	37.038,12	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/07/2022	5	408	31.283,28	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/07/2022	5	408	31.701,60	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/07/2022	5	408	32.498,76	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/07/2022	5	408	32.282,04	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/07/2022	5	408	37.656,36	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/07/2022	5	408	201.716,56	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/07/2022	5	408	15,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/07/2022	5	408	443.540,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/07/2022	5	408	252.310,63	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/07/2022	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/07/2022	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/07/2022	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/07/2022	1110	5	1.102.614,01	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/08/2022	5	408	3.750,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/08/2022	5	408	40.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/08/2022	5	408	40.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/08/2022	5	408	40.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2022	5	408	23.002,50	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2022	5	408	356.272,50	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2022	5	408	36.965,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2022	5	408	14.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2022	5	408	22.013,75	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2022	5	408	20.555,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:29
Número do documento: 23082518211886000000123217591
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211886000000123217591
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:19

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
30/08/2022	5	408	19.708,75	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2022	5	408	39.508,75	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/08/2022	1110	5	852.037,79	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/09/2022	1110	5	756.500,81	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/10/2022	5	408	21.416,80	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/10/2022	1110	5	95.000,00	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/11/2022	5	1107	177.600,00	DEVOLUÇÃO DE COMPRAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/11/2022	5	408	1.797,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/11/2022	5	408	2.961,70	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/11/2022	5	408	6.363,19	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/11/2022	5	408	1.000.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/12/2022	5	408	1.067,16	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/12/2022	5	408	463,10	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/12/2022	5	408	2.109,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/12/2022	5	408	11.926,97	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2022	1111	5	190.706,49	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2022	11	5	3.922,62	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2022	5	1102	6.760,00	REFERENTE RAFAEL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	298	5	60.060,06	REFERENTE PROV SALARIOS 2022	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	187	5	58.244,08	REFERENTE PGTO SALARIOS 2022	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	EDSON PINTO DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	13.382.249,58
Total de créditos:	10.233.811,28
Número de lançamentos:	160

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:29
Número do documento: 23082518211886000000123217591
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518211886000000123217591
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:19

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
10/01/2020	1099	8	223,63	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/01/2020	358	8	254,56	REFERENTE SEG VIDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/01/2020	8	11	478,19	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/01/2020	374	8	9,18	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/01/2020	8	11	9,18	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/01/2020	372	8	93,55	REFERENTE TARIFA PCTE DE SERVICOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/01/2020	8	11	93,55	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/01/2020	1094	8	3,00	REFERENTE PAGTO CARTAO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/01/2020	8	11	3,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/02/2020	374	8	0,36	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/02/2020	8	11	0,36	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/02/2020	1099	8	222,51	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/02/2020	358	8	254,56	REFERENTE SEGURO DE VIDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/02/2020	8	11	477,07	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/02/2020	5	408	59.592,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/02/2020	5	408	60.168,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/02/2020	5	408	60.792,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/02/2020	5	408	59.496,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/02/2020	5	408	47.688,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/02/2020	5	408	59.472,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/02/2020	5	408	12.792,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/02/2020	372	8	93,55	REFERENTE TARIF PACOTE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/02/2020	8	11	93,55	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/02/2020	1094	8	128,00	REFERENTE PGTO CARTAO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/02/2020	8	11	128,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/03/2020	1093	8	222,63	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/03/2020	8	1096	148.465,71	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/03/2020	506	8	7.298,35	REFERENTE PGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/03/2020	506	8	8.800,00	REFERENTE PAGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/03/2020	506	8	1.256,61	REFERENTE PGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/03/2020	506	8	2.378,75	REFERENTE PAGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/03/2020	11	8	128.333,97	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/03/2020	506	8	5.000,00	REFERENTE TRASNF ENVIADA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/03/2020	8	11	5.000,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/03/2020	506	8	2.400,00	REFERENTE PAGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/03/2020	506	8	2.597,99	REFERENTE PAGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/03/2020	506	8	7.000,00	REFERENTE TED TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/03/2020	8	11	12.035,99	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/03/2020	1101	8	4.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/03/2020	506	8	8.013,60	REFERENTE PAGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/03/2020	8	11	12.684,61	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/03/2020	8	5	345.308,38	REFERENTE REC FORNECEDOR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/03/2020	8	5	345.308,38	REFERENTE REC FORNECEDOR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/03/2020	506	8	5.000,00	REFERENTE TRANSF ENVIADA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/03/2020	1101	8	10.000,00	REFERENTE SIDENY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/03/2020	506	8	48.999,99	REFERENTE PAGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:30
Número do documento: 23082518212012200000123217592
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212012200000123217592
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:21

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
30/03/2020	506	8	1.203,53	REFERENTE PAGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/03/2020	11	8	279.353,74	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/03/2020	1094	8	1.635,53	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/04/2020	506	8	15.000,00	REFERENTE PAGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/04/2020	506	8	11.250,00	REFERENTE PAGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/04/2020	506	8	15.000,00	REFERENTE PAGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/04/2020	8	11	41.250,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/04/2020	1102	8	3.000,00	REFERENTE RAFAEL RODRIGO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/04/2020	506	8	30.000,00	REFERENTE TED TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/04/2020	8	11	33.000,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/04/2020	506	8	39.050,00	REFERENTE ALBERNI ALVES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/04/2020	8	11	39.050,00	REFERENTE RESG APL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/04/2020	1101	8	25.000,00	REFERENTE SIDENY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/04/2020	1101	8	25.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/04/2020	1099	8	223,86	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/04/2020	8	11	50.478,42	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/04/2020	506	8	41.285,04	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/04/2020	8	11	41.285,04	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/04/2020	1096	8	175.331,47	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/04/2020	8	11	175.331,47	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/04/2020	8	1096	175.331,47	REFERENTE ESTORNO DEBITO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/04/2020	11	8	172.237,92	APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/04/2020	1110	8	28.000,00	REFERENTE MARCO ANTONIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/04/2020	506	8	10.000,00	REFERENTE DANIEL DA SILVA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/04/2020	8	11	38.003,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/04/2020	1094	8	3.351,11	REFERENTE RESG APL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/05/2020	506	8	5.000,00	REFERENTE JOAQUIM B SILVA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/05/2020	506	8	8.442,00	REFERENTE LEANDRO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/05/2020	8	11	13.442,00	REFERENTE RESGATE FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/05/2020	506	8	2.100,00	REFERENTE DIOGO MOREIRA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/05/2020	506	8	1.300,00	REFERENTE ADRIANO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/05/2020	506	8	2.280,00	REFERENTE TIAGO SILVA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/05/2020	8	11	5.840,00	REFERENTE TIAGO SILVA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2020	506	8	50.135,09	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2020	506	8	1.152,00	REFERENTE PAGTO BOL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2020	1096	8	223,26	REFERENTE BB CONSORRCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2020	8	11	51.803,35	REFERENTE RESG FUND	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2020	11	8	51.803,35	REFERENTE ESTORNO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2020	8	11	51.764,91	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2020	506	8	3.350,00	REFERENTE RESVEST BRAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2020	506	8	5.000,00	REFERENTE PAGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2020	8	11	8.350,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/05/2020	506	8	47.500,00	REFERENTE PEDRO PEREIRA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/05/2020	8	11	47.500,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/05/2020	1094	8	414,56	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/06/2020	1096	8	9.868,04	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/06/2020	8	11	6.868,04	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:30
Número do documento: 23082518212012200000123217592
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212012200000123217592
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:21

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
05/06/2020	8	5	27.000,00	REFERENTE TRANSF REC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/06/2020	8	5	27.000,00	REFERENTE TRANSF REC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/06/2020	1096	8	20.607,70	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/06/2020	11	8	3.392,30	REFERENTE APL FUND	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/06/2020	1099	8	227,13	REFERENTE BB CONSOSRCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/06/2020	8	11	227,13	REFERENTE RESG FUND	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/07/2020	8	5	14.000,00	REFERENTE SELMO DE MELO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/07/2020	8	5	14.000,00	REFERENTE SELMO DE MELO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/07/2020	11	8	14.500,00	REFERENTE APL FUND	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/07/2020	1099	8	227,04	REFERENTE ADM CONS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/07/2020	506	8	1.500,00	REFERENTE EVERTON CARVAJAL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/07/2020	8	11	1.500,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/07/2020	506	8	3.080,00	REFERENTE F G DE MENEZ	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/07/2020	8	11	3.080,00	REFERENTE RESG APL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/07/2020	506	8	1.831,17	REFERENTE XINGU MAQ AGRICOLAS LTI	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/07/2020	8	11	1.831,17	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/07/2020	506	8	4.880,00	REFERENTE J A BATISTA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/07/2020	8	11	4.880,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/07/2020	8	5	281.563,33	REFERENTE SEBATIAO EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/07/2020	8	5	281.563,33	REFERENTE SEBATIAO EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/07/2020	11	8	281.563,33	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/07/2020	506	8	2.110,00	REFERENTE EDILSO ROMANO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/07/2020	8	11	2.110,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/07/2020	8	11	727,04	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/08/2020	506	8	14.800,00	REFERENTE POSTO BEGE LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/08/2020	8	11	15.580,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/08/2020	506	8	5.000,00	REFERENTE VILSON GOBO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/08/2020	8	11	5.000,00	REFERENTE RESG FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/08/2020	1096	8	28.565,98	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/08/2020	506	8	4.000,00	REFERENTE VILSON GOBO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/08/2020	8	11	32.565,98	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/08/2020	506	8	2.500,00	REFERENTE EYDER RAFAEL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/08/2020	506	8	2.100,00	REFERENTE DIOGO MOREIRA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/08/2020	8	11	4.945,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/08/2020	1099	8	233,45	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/08/2020	506	8	3.132,16	REFERENTE CAMPINAPOLIS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/08/2020	506	8	1.300,00	REFERENTE ADRIANO ROBERTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/08/2020	8	11	4.432,16	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/08/2020	506	8	11.150,00	REFERENTE POSTO BEGE LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/08/2020	8	11	11.150,00	REFERENTE RESG FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/08/2020	506	8	2.240,00	REFERENTE CERAMICA CONQUISTA LTD	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/08/2020	8	11	2.343,47	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/08/2020	8	1096	576.845,00	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/08/2020	11	8	573.726,78	REFERENTE BB LP REF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/08/2020	1096	8	3.118,22	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/08/2020	506	8	2.000,00	REFERENTE EYDER RAFAEL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/08/2020	506	8	11.660,00	REFERENTE G L BILL E CIA LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:30
Número do documento: 23082518212012200000123217592
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212012200000123217592
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:21

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
17/08/2020	8	11	13.660,00	REFERENTE RESGATE FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/08/2020	506	8	14.800,00	REFERENTE POSTO BEGE LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/08/2020	506	8	5.823,00	REFERENTE FLAVIA AMORIM	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/08/2020	8	11	20.623,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/08/2020	506	8	3.000,00	REFERENTE EYDER	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/08/2020	506	8	1.800,00	REFERENTE CERAMICA CONQUISTA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/08/2020	8	11	5.674,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/08/2020	506	8	2.000,00	REFERENTE EYDER	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/08/2020	506	8	5.000,00	REFERENTE EDITH CARDOSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/08/2020	8	11	7.000,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2020	506	8	14.800,00	REFERENTE POSTO BEGE LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2020	506	8	6.890,00	REFERENTE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2020	506	8	2.597,99	REFERENTE SANTA ALICE LOTEADORA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2020	506	8	11.842,50	REFERENTE G L BILL E CIA LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2020	8	11	36.174,99	REFERENTE RESG FND	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/08/2020	8	11	88.000,00	REFERENTE BB REF LP	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/08/2020	506	8	208.000,00	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/08/2020	8	11	120.000,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/08/2020	8	11	270.000,00	REFERENTE RESG BB REF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/08/2020	506	8	270.000,00	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/08/2020	1094	8	1.913,52	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/09/2020	8	11	216.006,90	REFERENTE RESG BB REF LP	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/09/2020	506	8	212.000,00	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/09/2020	11	8	4.006,90	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2020	506	8	4.642,53	REFERENTE TRANSF ENVIADA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2020	8	11	4.642,53	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/09/2020	1099	8	236,50	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/09/2020	8	11	578,47	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/09/2020	1094	8	341,97	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/10/2020	8	5	100.000,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/10/2020	8	5	100.000,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/10/2020	11	8	100.000,00	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/10/2020	506	8	46.800,00	REFERENTE TRANSF ENVIADA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/10/2020	8	11	46.800,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/10/2020	506	8	2.000,00	REFERENTE TATIANE SOUZA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/10/2020	506	8	5.000,00	REFERENTE HELIO A BEZERR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/10/2020	8	11	7.592,08	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/10/2020	8	5	375.000,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/10/2020	8	5	375.000,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/10/2020	11	8	375.000,00	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/10/2020	5	408	286.471,35	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/10/2020	8	506	39.110,00	REFERENTE TED DEVOLVIDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/10/2020	506	8	290.000,00	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/10/2020	506	8	84.280,00	REFERENTE VALLOURA AGRO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/10/2020	506	8	39.110,00	REFERENTE NATA CASSIMIRO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/10/2020	506	8	1.225,00	REFERENTE NEW AGRO AGRICOLA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/10/2020	358	8	3.453,86	REFERENTE SOMPO SEGUROS SA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:30
Número do documento: 23082518212012200000123217592
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212012200000123217592
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:21

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
15/10/2020	8	11	379.208,86	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/10/2020	506	8	1.127,81	REFERENTE COMAGRIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/10/2020	506	8	7.150,00	REFERENTE TATIANE LURDES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/10/2020	8	11	9.057,81	REFERENTE RESG FNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/10/2020	506	8	3.000,00	REFERENTE HELIO A BEZERR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/10/2020	506	8	3.200,00	REFERENTE LUIZ FERNANDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/10/2020	1111	8	20.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/10/2020	8	11	26.200,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/10/2020	506	8	2.905,21	REFERENTE SAFRAMAX INDUSTRIAL LTI	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/10/2020	506	8	2.857,79	REFERENTE SANTA ALICE LOTEADORA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/10/2020	8	11	5.763,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/10/2020	1094	8	1.622,08	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/11/2020	8	1101	15.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/11/2020	11	8	15.000,00	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/11/2020	5	408	29.701,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/11/2020	5	408	30.033,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/11/2020	358	8	12.469,05	REFERENTE SEGURO PERSONALIZADO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/11/2020	8	11	12.469,05	REFERENTE RESG FNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/11/2020	5	408	12.803,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/11/2020	1099	8	244,44	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/11/2020	8	11	244,44	REFERENTE RESG FNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2020	1099	8	254,65	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2020	358	8	341,93	REFERENTE SEGURO VIDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2020	8	11	596,58	REFERENTE RESG APL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/12/2020	372	8	93,55	REFERENTE TARIF BANCARIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/12/2020	8	11	93,55	REFERENTE RESG FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/12/2020	1093	8	114,00	REFERENTE FARMACIA PLANALTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/12/2020	8	11	114,00	REFERENTE RESG FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2020	5	1101	49.000,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2020	5	1102	3.000,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2020	5	1111	20.000,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2020	5	1110	28.000,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2020	5	57	323.862,02	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	5.236.336,54
Total de créditos:	5.236.336,54
Número de lançamentos:	220

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
11/01/2021	1099	8	253,34	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/01/2021	358	8	341,93	REFERENTE SEGURO DE VIDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/01/2021	8	11	595,27	REFERENTE RESGATE APL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/01/2021	372	8	93,55	SERVIÇO TOMADO NESTA DATA TARIF I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/01/2021	8	11	93,55	COMPRAS DE MERCADORIAS NESTA DA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/01/2021	1094	8	133,50	REFERENTE PLATINUN ESTILO VISA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/01/2021	8	11	133,50	REFERENTE RESGATE FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/02/2021	1099	8	253,85	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/02/2021	8	11	39,03	REFERENTE RESGATE FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/02/2021	8	1111	1.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/02/2021	11	8	785,18	REFERENTE APL FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/02/2021	372	8	93,55	REFERENTE TARIF SERV	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/02/2021	8	11	93,55	REFERENTE RESG APL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/02/2021	1094	8	3,00	REFERENTE PAGTO CARTAO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/02/2021	8	11	3,00	REFERENTE RESG FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/03/2021	8	11	5.000,00	REFERENTE BRASIL CAPITALIZACAO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/03/2021	11	8	5.000,00	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/03/2021	506	8	1.300,00	REFERENTE ADRIANO ROBERT	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/03/2021	8	11	1.300,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	1110	8	1.200,00	REFERENTE MARCO ANTONIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	8	11	1.200,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/03/2021	5	408	68.640,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/03/2021	5	408	420.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/03/2021	506	8	1.000,00	REFERENTE LUCIANA SILVA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/03/2021	8	11	1.000,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/04/2021	8	5	402.153,00	REFERENTE CARGILL AGRICOLA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/04/2021	8	5	402.153,00	REFERENTE CARGILL AGRICOLA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/04/2021	506	8	23.400,00	REFERENTE JOSE DE ALMEIDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/04/2021	1111	8	40.000,00	REFERENTE EDSON P MELLO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/04/2021	11	8	338.753,00	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2021	506	8	192.718,11	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2021	8	11	192.718,11	REFERENTE RESG APL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/04/2021	506	8	7.138,63	REFERENTE ADELIA F CUNHA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/04/2021	506	8	1.000,00	REFERENTE FERNANDO BRANDAO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/04/2021	1102	8	3.000,00	REFERENTE RAFAEL RODRIGO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/04/2021	8	11	11.138,63	REFERENTE RESG FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/04/2021	506	8	5.000,00	REFERENTE EDIVALDO SUNIGA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/04/2021	1101	8	30.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/04/2021	1101	8	13.095,32	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/04/2021	1099	8	263,06	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/04/2021	8	11	50.413,88	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/04/2021	506	8	41.482,20	REFERENTE MARCON E TISOT	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/04/2021	8	11	41.482,20	REFERENTE RESGATE FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/04/2021	358	8	17.473,55	REFERENTE NEWE SEGUROS SA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/04/2021	8	11	17.473,55	REFERENTE RESG FUNDOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/04/2021	5	408	51.200,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
19/04/2021	5	408	63.525,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/04/2021	5	408	59.925,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/04/2021	5	408	61.250,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/04/2021	5	408	62.575,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/04/2021	5	408	63.700,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/04/2021	5	408	12.825,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/04/2021	506	8	1.664,00	REFERENTE CAMPO VALE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/04/2021	8	11	1.664,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/04/2021	506	8	5.000,00	REFERENTE EDIVALDO SUNIGA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/04/2021	506	8	7.100,00	REFERENTE APARECIDA DE FATIMA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/04/2021	506	8	11.000,00	REFERENTE TATIANE LURDES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/04/2021	8	11	23.207,12	REFERENTE RESG FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/04/2021	8	5	357.828,39	REFERENTE AMAGGI EXPORTADORA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/04/2021	8	5	357.828,39	REFERENTE AMAGGI EXPORTADORA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/04/2021	11	8	357.828,39	REFERENTE APL FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/04/2021	1094	8	2.162,62	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/05/2021	506	8	70.000,00	REFERENTE ROBERTO FREIRE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/05/2021	8	11	70.000,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/05/2021	506	8	256.525,34	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/05/2021	506	8	13.897,00	REFERENTE DIVINO CHARLES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/05/2021	506	8	14.887,00	REFERENTE DIOGO MOREIRA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/05/2021	8	11	285.309,34	REFERENTE RESGATE FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2021	8	1111	81.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2021	506	8	80.337,90	REFERENTE VAMOS MAQUINAS E EQUIF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2021	8	1111	12.800,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/05/2021	506	8	12.666,66	REFERENTE ELETROLUZ	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2021	8	1111	50.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2021	506	8	50.000,00	REFERENTE TIC RIBEIRO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/05/2021	8	1101	150.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/05/2021	506	8	36.120,00	REFERENTE INDUSTRIA QUIMICA KIMBI	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/05/2021	506	8	18.606,00	REFERENTE INDUSTRIA KIMBELIT	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/05/2021	11	8	95.271,00	REFERENTE APL FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/05/2021	506	8	7.488,58	REFERENTE YSABELLA SAMELLA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/05/2021	1102	8	5.000,00	REFERENTE RAFAEL GALLO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/05/2021	8	11	12.488,58	REFERENTE RESGATE FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/05/2021	506	8	72.240,00	REFERENTE IND QUIMICA KIMBERLIT	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/05/2021	361	8	10.095,55	REFERENTE SISCONTABILIDADE E ASSI	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/05/2021	8	11	82.335,55	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/05/2021	1094	8	798,44	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/06/2021	1096	8	6.746,07	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/06/2021	8	11	3.746,07	REFERENTE RESG FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/06/2021	8	1101	16.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/06/2021	506	8	10.000,00	REFERENTE CLAURENI PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/06/2021	1096	8	6.000,00	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/06/2021	8	1101	5.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/06/2021	8	1101	20.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/06/2021	1096	8	19.724,66	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
07/06/2021	11	8	2.275,34	REFERENTE APLICACAO FDOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/06/2021	8	1101	50.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/06/2021	1099	8	33.359,89	REFERENTE .CONS NAC MASSEY FERGS(	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/06/2021	11	8	16.640,11	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/07/2021	8	1111	10.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/07/2021	8	1111	12.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/07/2021	1096	8	39.417,25	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/07/2021	8	11	17.430,12	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/07/2021	1088	8	12,87	REFERENTE IOF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/07/2021	8	1111	7.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/07/2021	11	8	6.729,05	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/07/2021	1099	8	270,95	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/07/2021	506	8	6.473,79	REFERENTE PAGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/07/2021	8	11	6.473,79	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/08/2021	8	1100	18.000,00	REFERENTE PAULO PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/08/2021	11	8	18.000,00	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/08/2021	506	8	1.300,00	REFERENTE ADRIANO ROBERTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/08/2021	506	8	2.037,30	REFERENTE XINGU MAQUINAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/08/2021	358	8	4.895,77	REFERENTE ALLIANZ SEGUROS SA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/08/2021	8	11	6.933,07	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2021	8	1111	40.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2021	506	8	4.006,51	REFERENTE FAIRFAX BRASIL SEGUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2021	506	8	1.020,00	REFERENTE M DA ROSA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2021	506	8	2.857,79	REFERENTE SANTA ALICE LOTEADORA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2021	11	8	32.112,70	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/08/2021	506	8	10.000,00	REFERENTE ROBERTO BREITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/08/2021	8	11	10.000,00	REFERENTE RESGATE FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2021	8	1096	127.000,00	REFERENTE CRED AUTOMATICO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2021	506	8	127.000,00	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2021	506	8	2.000,00	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2021	1101	8	5.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2021	506	8	20.000,00	REFERENTE CLAURENI PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2021	506	8	1.782,95	REFERENTE M DA ROSA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2021	506	8	2.950,00	REFERENTE ROSEANE OLIVEIRA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2021	8	11	31.732,95	REFERENTE RESGATE FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/08/2021	8	11	1.297,00	REFERENTE RESG	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/09/2021	1099	8	287,05	REFERENTE BB ADMIN CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/09/2021	8	5	3.643,00	REFERENTE DIVINO CHARLES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/09/2021	8	5	3.643,00	REFERENTE DIVINO CHARLES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/09/2021	11	8	3.643,00	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/09/2021	506	8	1.800,28	REFERENTE CAMAGRIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/09/2021	8	11	1.800,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/09/2021	8	11	287,33	REFERENTE RESG	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/10/2021	1099	8	286,69	REFERENTE BB ADM	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/10/2021	8	1102	40.000,00	REFERENTE RAFAEL RODRIGO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/10/2021	506	8	40.000,00	REFERENTE ANDRE HENRIQUE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/10/2021	8	1102	18.000,00	REFERENTE RAFAEL RODRIGO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
20/10/2021	506	8	16.260,00	REFERENTE RONALDO SILVA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/10/2021	11	8	1.646,45	REFERENTE APL EM FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/10/2021	8	5	88.978,92	REFERENTE RECEBIMENTO BBCPR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/10/2021	8	5	88.978,92	REFERENTE RECEBIMENTO BBCPR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/10/2021	11	8	88.534,03	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/10/2021	506	8	47.241,02	REFERENTE POSTO BEGE LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/10/2021	506	8	4.132,05	REFERENTE XINGU MAQUINAS AGRICOl	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/10/2021	506	8	11.389,52	REFERENTE GARRA PNEUS LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/10/2021	506	8	13.008,00	REFERENTE DIVINO CHARLES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/10/2021	8	11	75.773,59	REFERENTE RESG FNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/10/2021	506	8	1.803,00	REFERENTE DIESEL TRATOR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/10/2021	8	11	1.803,00	REFERENTE RESGATE FNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/10/2021	1096	8	5.695,79	REFERENTE PAGTO CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/10/2021	8	11	6.077,18	REFERENTE RESGATE FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/10/2021	1094	8	636,14	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/11/2021	506	8	1.500,00	REFERENTE MONICA FERREIRA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/11/2021	8	11	2.193,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/11/2021	1111	8	3.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/11/2021	8	11	3.000,00	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/11/2021	8	1101	50.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/11/2021	506	8	33.300,00	REFERENTE MUNDIAL ROLAMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/11/2021	506	8	11.066,67	REFERENTE SOLO RICO AGROCIENCIAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/11/2021	506	8	2.380,00	REFERENTE CAMAGRIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/11/2021	11	8	2.964,19	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/11/2021	8	1101	15.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/11/2021	1111	8	10.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/11/2021	11	8	5.000,00	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/11/2021	8	1101	10.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/11/2021	506	8	7.000,00	REFERENTE ANDRE HENRIQUE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/11/2021	506	8	3.300,00	REFERENTE VINICIUS VERTUAN	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/11/2021	1102	8	3.000,00	REFERENTE RAFAEL RODRIGO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/11/2021	506	8	4.132,05	REFERENTE XINGU MAQUINAS AGRICOl	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/11/2021	506	8	1.800,00	REFERENTE AUTO ELETRICA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/11/2021	8	11	9.025,60	REFERENTE RESG FNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/11/2021	8	5	100.000,00	REFERENTE ADRIANA SOUZA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/11/2021	8	5	100.000,00	REFERENTE ADRIANA SOUZA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/11/2021	1111	8	15.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/11/2021	1110	8	55.000,00	REFERENTE MARCO ANTONIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/11/2021	506	8	1.722,51	REFERENTE DIVINO MARCIANO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/11/2021	358	8	1.530,82	REFERENTE SOMPO SEGUROS SA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/11/2021	11	8	26.272,32	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/11/2021	8	11	100.000,00	REFERENTE ADRIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/11/2021	506	8	1.500,00	REFERENTE TEM MAGAZINE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/11/2021	506	8	5.435,30	REFERENTE TRIMBLE BRASIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/11/2021	1111	8	25.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/11/2021	506	8	1.079,44	REFERENTE MATAO AGRICOLA LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/11/2021	11	8	66.275,01	REFERENTE APL FNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
24/11/2021	1110	8	11.000,00	REFERENTE MARCO ANTONIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/11/2021	506	8	3.143,57	REFERENTE SANTA ALICE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/11/2021	506	8	4.390,39	REFERENTE XINGU MAQUINAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/11/2021	506	8	3.093,34	REFERENTE XINGU MAQUINAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/11/2021	506	8	2.000,00	REFERENTE SERGIO RODRIGO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/11/2021	506	8	25.000,00	REFERENTE ERICA LEMES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/11/2021	506	8	5.000,00	REFERENTE BRUNO OLIVEIRA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/11/2021	8	11	53.630,30	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/11/2021	8	5	50.000,00	REFERENTE ADRIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/11/2021	8	5	50.000,00	REFERENTE ADRIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/11/2021	1102	8	3.000,00	REFERENTE RAFAEL RODRIGO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/11/2021	506	8	4.000,00	REFERENTE VILSON GOBO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/11/2021	506	8	1.500,00	REFERENTE THIAGO HENRIQUE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/11/2021	506	8	1.000,00	REFERENTE JEFERSON MENDES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/11/2021	506	8	2.000,00	REFERENTE CLEUDSON JUNIOR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/11/2021	506	8	1.500,00	REFERENTE PAMELA CRISTINA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/11/2021	506	8	2.000,00	REFERENTE GRACIELE TOSTA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/11/2021	506	8	62.000,00	REFERENTE POSTO BEGE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/11/2021	8	11	27.300,00	REFERENTE RESGATE FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/11/2021	1111	8	3.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/11/2021	1102	8	2.000,00	REFERENTE RAFAEL RODRIGO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/11/2021	1096	8	5.695,79	REFERENTE PAGTO CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/11/2021	8	11	12.020,79	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/11/2021	8	5	100.000,00	REFERENTE ADRIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/11/2021	8	5	100.000,00	REFERENTE ADRIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/11/2021	1111	8	15.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/11/2021	506	8	20.000,00	REFERENTE CLAURINI PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/11/2021	506	8	25.000,00	REFERENTE MAKINI TERRAPLANAGEM	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/11/2021	11	8	38.815,40	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/11/2021	1094	8	4.772,89	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/12/2021	506	8	2.215,00	REFERENTE PGTO BOLETO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/12/2021	506	8	10.000,00	REFERENTE ANDRE HENRIQUE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/12/2021	361	8	6.560,42	REFERENTE SISCONTABILIDADES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/12/2021	8	11	18.775,42	REFERENTE RESGATE FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/12/2021	1102	8	6.000,00	REFERENTE RAFAEL RODRIGO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/12/2021	1111	8	5.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/12/2021	1111	8	7.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/12/2021	8	11	18.357,50	REFERENTE RESG FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/12/2021	8	5	150.000,00	REFERENTE ADRIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/12/2021	8	5	150.000,00	REFERENTE ADRIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/12/2021	506	8	1.236,00	REFERENTE CADORE BIDOIA E CIA LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/12/2021	506	8	1.914,84	REFERENTE MATAO AGRICOLA LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/12/2021	506	8	1.100,00	REFERENTE CAMAGRIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/12/2021	506	8	2.560,00	REFERENTE ANDREELSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/12/2021	506	8	31.088,00	REFERENTE ADAIR HENRIQUE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/12/2021	506	8	5.400,00	REFERENTE WISLEY	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/12/2021	506	8	30.000,00	REFERENTE GS ENGENHARIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
03/12/2021	506	8	24.656,00	REFERENTE DIVINO CHARLES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/12/2021	506	8	1.962,00	REFERENTE VANDERLEY ARAUJO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/12/2021	11	8	48.602,51	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/12/2021	1111	8	20.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/12/2021	1100	8	6.000,00	REFERENTE PAULO PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/12/2021	1100	8	6.500,00	REFERENTE PAULO PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/12/2021	506	8	2.021,00	REFERENTE JOSE FELIPE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/12/2021	1111	8	15.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/12/2021	8	11	50.571,00	REFERENTE RESGATE APL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2021	8	1111	50.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2021	506	8	3.200,00	REFERENTE DAVI PRUDENTE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2021	506	8	31.101,83	REFERENTE POSTO BEGE LTD	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2021	506	8	2.904,53	REFERENTE XINGU MAQUINAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2021	506	8	2.266,78	REFERENTE CAMPO VALE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2021	358	8	1.023,60	REFERENTE ALLIANZ SEGUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2021	506	8	1.054,34	REFERENTE DIVINO MARCIANO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2021	506	8	3.600,00	REFERENTE ALBERNI	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2021	8	11	1.736,13	REFERENTE APL FUNDOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/12/2021	8	1111	90.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/12/2021	1105	8	39.000,00	REFERENTE VERA LUCIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/12/2021	506	8	43.066,66	REFERENTE MUNDIAL ROLAMENTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/12/2021	506	8	5.415,76	REFERENTE XINGU MAQUINAS AGRICOL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/12/2021	11	8	1.917,68	REFERENTE APL FNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/12/2021	8	1102	7.000,00	REFERENTE RAFAEL RODRIGO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/12/2021	1096	8	5.695,79	REFERENTE CDC ELETRONICO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/12/2021	11	8	1.301,21	REFERENTE APL FUNDOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/12/2021	1094	8	10.076,10	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	5	1105	39.000,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	5	1110	67.200,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	5	57	282.763,31	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	4.642.659,32
Total de créditos:	4.642.659,32
Número de lançamentos:	264

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
10/01/2022	1099	8	294,64	REFERENTE CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/01/2022	8	11	251,86	REFERENTE RESG	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/01/2022	506	8	3.000,00	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/01/2022	506	8	1.097,50	REFERENTE DIVINO MARCIANO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/01/2022	8	11	4.097,50	REFERENTE REG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/01/2022	506	8	2.000,00	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/01/2022	506	8	5.687,07	REFERENTE XINGU MAQUINAS AGRICOL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/01/2022	1099	8	1.815,07	REFERENTE MASSEY FERGSON ADM CO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/01/2022	1099	8	1.815,07	REFERENTE MASSEY FERGSON ADM CO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/01/2022	506	8	1.385,10	REFERENTE M R SIQUEIRA COIMBRA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/01/2022	506	8	1.151,44	REFERENTE XINGU MAQUINAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/01/2022	8	1111	14.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/01/2022	1096	8	5.695,79	REFERENTE PAGTO CDC ELETRONICO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/02/2022	8	1111	8.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/02/2022	11	8	2.329,60	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/02/2022	8	1111	10.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/02/2022	506	8	3.200,00	REFERENTE LUCIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/02/2022	506	8	2.400,00	REFERENTE FERNANDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/02/2022	11	8	4.400,00	REFERENTE APL FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/02/2022	8	1111	50.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/02/2022	506	8	50.000,00	REFERENTE VANDERLEY	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	506	8	1.104,03	REFERENTE POSTO BEGE LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	506	8	5.984,10	REFERENTE XINGU MAQUINAS AGRICOL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/02/2022	8	11	6.289,41	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/02/2022	8	1111	65.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/02/2022	506	8	2.436,00	REFERENTE AGIVA MAQUINAS AGRICOL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/02/2022	11	8	61.765,28	REFERENTE APL FNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/02/2022	506	8	8.000,00	REFERENTE ANDRESSA LIMA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/02/2022	506	8	15.000,00	REFERENTE VILMA SANTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/02/2022	506	8	5.000,00	REFERENTE MAC CONSTRUCOES E LOC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/02/2022	506	8	2.000,00	REFERENTE GUILHERME CRISLLEY	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/02/2022	1111	8	20.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/02/2022	8	11	50.093,55	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/02/2022	506	8	5.000,00	REFERENTE WISLLEY	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/02/2022	8	11	5.500,00	REFERENTE RESG FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/02/2022	8	1111	30.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/02/2022	506	8	25.000,00	REFERENTE ERICA LEMES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/02/2022	11	8	4.820,00	REFERENTE APL FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/02/2022	1094	8	851,63	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/03/2022	506	8	2.200,00	REFERENTE MARCOS ANTONIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/03/2022	1096	8	5.695,79	REFERENTE CDC EMP ELETR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/03/2022	8	11	7.899,84	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/03/2022	506	8	7.500,00	REFERENTE MARIANA DE REZENDE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/03/2022	8	11	2.898,93	REFERENTE RESG FUNDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/03/2022	8	1111	5.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/03/2022	506	8	19.000,00	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
25/03/2022	8	1111	26.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/03/2022	506	8	25.000,00	REFERENTE ALEX SANDRO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/03/2022	1096	8	1.356,71	REFERENTE CDC ELETRONICO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/03/2022	1094	8	1.046,27	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/04/2022	1099	8	311,29	REFERENTE BB ADM CONS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/04/2022	374	8	1.057,25	REFERENTE COBRANCA DE JUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/04/2022	8	1111	25.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/04/2022	1096	8	4.152,72	REFERENTE CDC ELETRONICO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/04/2022	1099	8	311,29	REFERENTE BB ADM CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/04/2022	506	8	5.000,00	REFERENTE T I C RIBEIRO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/04/2022	506	8	1.700,00	REFERENTE LIDIA CRISTINA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/04/2022	506	8	3.000,00	REFERENTE DANIEL MARQUES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/04/2022	506	8	1.782,96	REFERENTE XINGU MAQUINAS AGRICOL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/04/2022	1102	8	2.000,00	REFERENTE RAFAEL RODRIGO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/04/2022	506	8	5.000,00	REFERENTE T I C RIBEIRO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/04/2022	1094	8	684,49	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/05/2022	8	1105	25.000,00	REFERENTE VERA LUCIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/05/2022	1096	8	5.415,65	REFERENTE CDC ELETRONICO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/05/2022	1111	8	4.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	8	1096	251.901,84	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	506	8	3.200,00	REFERENTE LUCIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	1111	8	10.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	1111	8	10.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	506	8	1.300,00	REFERENTE ADRIANO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	1096	8	2.216,73	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	506	8	130.000,00	REFERENTE COCAMAR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	312	8	34.150,00	REFERENTE TRANSPORTADORA VALE D	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	506	8	2.200,00	REFERENTE TATIANE SOUZA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	506	8	1.800,00	REFERENTE CARLOS HENRIQUE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	506	8	2.200,00	REFERENTE VINICIUS GALLO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	506	8	2.000,00	REFERENTE DAVI PRUDENTE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	1099	8	323,26	REFERENTE BB ADM CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	374	8	838,37	REFERENTE COB JUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/05/2022	11	8	46.323,70	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2022	506	8	5.800,00	REFERENTE CHARLES BENTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2022	506	8	1.450,00	REFERENTE CHARLES BENTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2022	506	8	1.500,00	REFERENTE VALDINO FERNANDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2022	350	8	2.735,25	REFERENTE PARANA SEFA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2022	506	8	1.520,00	REFERENTE NASCIMENTO LOPES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2022	1102	8	2.000,00	REFERENTE RAFAEL GALLO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/05/2022	8	11	16.468,25	REFERENTE RESG BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2022	8	1105	100.000,00	REFERENTE VERA LUCIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2022	1096	8	6,84	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2022	1096	8	101.499,80	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2022	8	11	1.506,63	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/05/2022	506	8	1.508,16	REFERENTE PONTOCOR COM	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/05/2022	365	8	3.656,32	REFERENTE CARTORIO PRIMEIRO OFIC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:31
Número do documento: 23082518212012200000123217592
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212012200000123217592
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:21

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
18/05/2022	8	11	5.164,68	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	8	5	60.000,00	REFERENTE COCAMAR MARINGA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	8	5	60.000,00	REFERENTE COCAMAR MARINGA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	8	1096	866.847,27	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	8	1096	733.142,34	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	506	8	1.604.700,00	REFERENTE SERGIO DE MELO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	1105	8	10.000,00	REFERENTE VERA LUCIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	1105	8	25.000,00	REFERENTE VERA LUCIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	1096	8	7.628,25	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	1096	8	6.451,65	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	506	8	22.000,00	REFERENTE FERNANDO BRANDAO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	1112	8	24.000,00	REFERENTE OUROCAP PU	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	8	11	23.086,44	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/05/2022	1096	8	2.190,54	REFERENTE CDC ELETRONICO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/05/2022	8	1111	22.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/05/2022	1096	8	3.586,97	REFERENTE CDC ELETRONICO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/05/2022	1094	8	328,99	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/06/2022	374	8	588,31	REFERENTE COB JUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/06/2022	1111	8	14.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/06/2022	8	1111	120.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/06/2022	1105	8	53.000,00	REFERENTE VERA LUCIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/06/2022	506	8	50.000,00	REFERENTE BANCO DE LAGE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/06/2022	506	8	15.000,00	REFERENTE EDIVALDO MIGUEL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/06/2022	8	1111	10.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/06/2022	8	1102	10.000,00	REFERENTE RAFAEL RODRIGO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/06/2022	11	8	5.291,86	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/06/2022	8	1111	25.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/06/2022	506	8	4.000,00	REFERENTE VILSON GOBO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/06/2022	11	8	20.090,80	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/06/2022	1096	8	5.695,79	REFERENTE CDC EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/06/2022	8	11	5.695,79	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/06/2022	506	8	4.219,00	REFERENTE WISLLEY AUGUSTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/06/2022	506	8	1.485,00	REFERENTE GIRASSOL MERCADO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/06/2022	8	11	5.704,00	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/06/2022	1094	8	4.615,99	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/07/2022	1096	8	33.913,46	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/07/2022	8	11	13.983,15	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/07/2022	374	8	872,87	REFERENTE COB JUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/07/2022	8	1110	20.000,00	REFERENTE MARCO ANTONIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/07/2022	1096	8	10.103,15	REFERENTE MARCO ANTONIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/07/2022	1099	8	334,87	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/07/2022	8	1101	90.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/07/2022	1105	8	75.000,00	REFERENTE VERA LUCIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/07/2022	11	8	3.586,21	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/07/2022	506	8	5.000,00	REFERENTE EDIVALDO MIGUEL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/07/2022	8	11	3.586,22	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/07/2022	1111	8	10.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
29/07/2022	1096	8	5.695,79	REFERENTE CDC ELETRONICO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/07/2022	1094	8	477,59	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/08/2022	374	8	1.118,12	REFERENTE COB JUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/08/2022	8	1111	60.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/08/2022	8	1111	10.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/08/2022	506	8	39.666,00	REFERENTE AIVALTON BARBO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/08/2022	361	8	7.703,45	REFERENTE SISCONTABILIDADE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/08/2022	11	8	3.581,90	REFERENTE SISCONTABILIDADE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/08/2022	506	8	10.000,00	REFERENTE VILSON GOBO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/08/2022	1110	8	5.000,00	REFERENTE MARCO ANTONIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/08/2022	8	11	3.581,91	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/08/2022	506	8	5.000,00	REFERENTE EDIVALDO MIGUEL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2022	8	1101	18.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/08/2022	11	8	1.299,01	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/08/2022	8	1111	50.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/08/2022	1105	8	51.000,00	REFERENTE VERA LUCIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/08/2022	1096	8	5.695,79	REFERENTE CDC EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/08/2022	8	11	1.299,03	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/08/2022	358	8	2.745,81	REFERENTE HDI SEGUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/08/2022	1094	8	798,87	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/09/2022	1110	8	1.000,00	REFERENTE MARCO ANTONIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/09/2022	506	8	3.697,02	REFERENTE GIRASSOL MERCADO DE PE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/09/2022	506	8	4.343,58	REFERENTE WG AGRICULTURE LTDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	8	1101	50.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	1105	8	15.000,00	REFERENTE VERA LUCIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	506	8	3.700,00	REFERENTE ALBERNI	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	506	8	2.000,00	REFERENTE CARLOS HENRIQUE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	506	8	1.500,00	REFERENTE JULIA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	506	8	2.200,00	REFERENTE GLENO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	506	8	2.200,00	REFERENTE JEFERSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	506	8	1.500,00	REFERENTE MAURICIO RICARDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	506	8	1.590,00	REFERENTE MAT CONSTRUCAO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	11	8	2.993,00	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/09/2022	506	8	10.000,00	REFERENTE EDIVALDO SILVA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/09/2022	8	11	2.993,04	REFERENTE BB RENDE FACIL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/09/2022	506	8	8.000,00	REFERENTE FERNANDO BRANDAO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/09/2022	506	8	2.000,00	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/09/2022	1096	8	1.399,47	REFERENTE CDC ELETRONICO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/09/2022	1094	8	1.727,40	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/10/2022	374	8	1.077,63	REFERENTE COBRANCA JUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/10/2022	1096	8	99.843,20	REFERENTE BB CPR CEDULA DE PROD R	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/10/2022	8	1096	99.843,20	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/10/2022	1096	8	102.035,11	REFERENTE BB CPR CEDULA DE PROD R	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/10/2022	8	1096	102.035,11	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/10/2022	1096	8	102.100,18	REFERENTE BB CPR CEDULA DE PROD R	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
18/10/2022	8	1096	102.100,18	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/10/2022	1096	8	102.165,26	REFERENTE BB CPR CEDULA DE PROD R	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
19/10/2022	8	1096	102.165,26	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/10/2022	1096	8	102.230,35	REFERENTE BB CPR CEDULA DE PROD R	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/10/2022	8	1096	102.230,35	REFERENTE ESTORNO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/10/2022	1096	8	102.295,48	REFERENTE BB CPR CEDULA DE PRODU	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/10/2022	8	1096	102.295,48	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/10/2022	1096	8	102.490,97	REFERENTE BB CPR CEDULA DE PRODU	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/10/2022	8	1096	102.490,97	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/10/2022	1096	8	102.556,17	REFERENTE BB CPR CEDULA DE PRODU	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/10/2022	8	1096	102.556,17	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/10/2022	1096	8	102.621,40	REFERENTE BB CPR CEDULA DE PRODU	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/10/2022	8	1096	102.621,40	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/10/2022	1096	8	102.686,65	REFERENTE BB CPR CEDUL PROD R	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/10/2022	8	1096	102.686,66	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDUL PI	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/10/2022	1096	8	102.751,91	REFERENTE BB CPR CEDUL PROD R	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/10/2022	8	1096	102.751,91	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDUL PI	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/10/2022	1096	8	102.947,84	REFERENTE BB CPR CEDUL PROD R	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/10/2022	8	1096	102.947,84	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDUL PI	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/10/2022	1094	8	140,24	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/11/2022	1096	8	103.013,34	REFERENTE BB CPR CEDULA DE CREDIT	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/11/2022	8	1096	103.013,04	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/11/2022	1096	8	103.144,44	REFERENTE BB CPR CEDULA DE CREDIT	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/11/2022	8	1096	103.144,44	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/11/2022	1096	8	103.210,01	REFERENTE BB CPR CEDULA DE CREDIT	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/11/2022	8	1096	103.210,01	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/11/2022	1096	8	103.406,85	REFERENTE BB CPR CEDULA DE CREDIT	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/11/2022	8	1096	103.406,85	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/11/2022	1096	8	103.472,52	REFERENTE BB CPR CEDULA DE CREDIT	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/11/2022	8	1096	103.472,52	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/11/2022	1096	8	103.538,20	REFERENTE BB CPR CEDULA DE CREDIT	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/11/2022	8	1096	103.538,20	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/11/2022	1096	8	103.603,88	REFERENTE BB CPR CEDULA DE CREDIT	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/11/2022	8	1096	103.603,88	REFERENTE ESTORNO BB CPR CEDULA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/11/2022	374	8	1.734,42	REFERENTE COM JRS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/11/2022	1096	8	103.669,61	REFERENTE BB CPR CED PROD R	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
11/11/2022	8	1096	103.669,61	REFERENTE ESTORNO BB CPR CED PRO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/11/2022	1094	8	57,43	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/12/2022	8	5	23.400,46	REFERENTE BRASILEG COMP DE SEGUR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/12/2022	8	5	23.400,46	REFERENTE BRASILEG COMP DE SEGUR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/12/2022	1099	8	350,28	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/12/2022	1099	8	346,79	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/12/2022	1096	8	17.009,89	REFERENTE PAGTO CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/12/2022	1099	8	336,91	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/12/2022	374	8	1.557,47	REFERENTE COB JUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/12/2022	374	8	384,64	REFERENTE COB JUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2022	1094	8	404,47	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	5	1105	104.000,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	11	5	99.827,65	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:31
Número do documento: 23082518212012200000123217592
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212012200000123217592
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:21

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
31/12/2022	5	57	79.228,11	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARA VIOLIN DE MELLO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	5.175.403,33
Total de créditos:	5.195.403,33
Número de lançamentos:	235

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:31
Número do documento: 23082518212012200000123217592
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212012200000123217592
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:21

MARCO ANTONIO DE MELLO
C.P.F.: 064.020.619-05
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020
CONSOLIDADO (Empresas: 92,100)

Página: 1/1
Emissão: 23/08/2023
Hora: 16:53:41

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
08/04/2020	5	408	50.225,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2020	5	408	58.426,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2020	5	408	59.850,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2020	5	408	58.730,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2020	5	408	55.626,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2020	5	408	56.233,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2020	5	408	10.908,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2020	5	408	34.080,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2020	5	408	49.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2020	5	408	65.173,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2020	5	408	67.680,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2020	5	408	23.146,67	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/04/2020	9	5	335.808,39	REFERENTE BUNGE ALIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/06/2020	58	5	9.672,72	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	
22/07/2020	5	408	23.905,80	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/09/2020	5	408	33.017,47	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2020	58	5	2.071,44	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	
10/09/2020	58	5	4.511,70	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	
11/09/2020	55	5	2.786,58	COMPRAS DE MERCADORIAS NESTA DAT	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	
21/09/2020	9	5	34.700,00	REFERENTE COCAMAR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/09/2020	5	408	32.184,17	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/10/2020	58	5	21.987,00	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	
09/10/2020	55	5	271,30	COMPRAS DE MERCADORIAS NESTA DAT	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	
14/10/2020	5	408	176.605,13	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/10/2020	9	5	165.000,00	REFERENTE DEP CH	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/10/2020	9	5	106.000,00	REFERENTE DEP CH	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/11/2020	5	408	52.163,12	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/11/2020	5	408	52.163,12	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/11/2020	5	408	52.163,12	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/11/2020	9	5	62.000,00	REFERENTE DEP CH	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/12/2020	9	5	1.243,18	REFERENTE DEP	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2020	5	1101	18.152,20	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2020	506	5	64.515,41	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	1.030.354,13
Total de créditos:	810.567,72
Número de lançamentos:	33

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:31
Número do documento: 23082518212159300000123217593
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212159300000123217593
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:22

MARCO ANTONIO DE MELLO
C.P.F.: 064.020.619-05
Período: 01/01/2021 - 31/12/2021
CONSOLIDADO (Empresas: 92,100)

Emissão: 23/08/2023
Hora: 16:54:14

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
20/01/2021	57	5	7.470,00		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
20/02/2021	57	5	1.450,00		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	AGUA BOA PECAS E IMPLE	
24/02/2021	57	5	14.400,00		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	AGRICOLA ALVORADA S.A.	
15/03/2021	5	408	152.000,00		Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	ADRIANA SOUZA DE OLIVE	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/03/2021	5	408	84.500,00		Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	CARGILL AGRICOLA S A	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/03/2021	5	408	86.000,00		Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	CARGILL AGRICOLA S A	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/03/2021	5	408	450.000,00		Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	CARGILL AGRICOLA S A	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/04/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	BUNGE ALIMENTOS S/A	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/04/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	BUNGE ALIMENTOS S/A	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/04/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	BUNGE ALIMENTOS S/A	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/04/2021	5	408	45.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	BUNGE ALIMENTOS S/A	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/04/2021	5	408	30.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	BUNGE ALIMENTOS S/A	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/04/2021	9	5	603.093,20	REFERENTE CARGILL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELL	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/04/2021	1112	5	79.000,00	REFERENTE MARCO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELL	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/05/2021	5	408	889.424,11		Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	AGROINDUSTRIAL CAMPO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/05/2021	9	5	874.807,84	REFERENTE AGROINDUSTRIAL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELL	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/05/2021	58	5	14.124,12	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
15/06/2021	9	5	439.819,71	REFERENTE BUNGE ALIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELL	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/08/2021	9	5	5.467,99	REFERENTE COCAMAR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELL	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/09/2021	57	5	34.080,50		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
04/10/2021	57	5	1.430,00		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
04/10/2021	57	5	24.388,00		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
04/10/2021	57	5	13.704,00		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
08/10/2021	57	5	21.653,00		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
09/10/2021	57	5	41.939,75		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
21/10/2021	58	5	10.491,20	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
06/11/2021	57	5	38.034,00		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
13/11/2021	57	5	16.200,00		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
22/11/2021	58	5	513,60	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
24/11/2021	57	5	90.859,00		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
25/11/2021	58	5	1.552,75	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
25/11/2021	55	5	8.136,15	COMPRAS DE MERCADORIAS NESTA DAT	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
25/11/2021	55	5	792,70	COMPRAS DE MERCADORIAS NESTA DAT	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
07/12/2021	57	5	8.100,00		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
16/12/2021	57	5	9.720,00		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
21/12/2021	57	5	35.181,12		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
22/12/2021	57	5	9.225,41		Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	RURAL BRASIL S.A.	
30/12/2021	58	5	3.522,59	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
31/12/2021	11	5	80.577,31	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELL	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	5	57	605.191,72	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELL	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	2.522.115,83
Total de créditos:	2.489.733,94
Número de lançamentos:	40

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:31
Número do documento: 23082518212159300000123217593
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212159300000123217593
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:22

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
24/01/2022	5	408	56.880,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/01/2022	5	408	56.880,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/01/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/01/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/01/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/01/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/01/2022	58	5	3.939,22	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	
04/03/2022	5	408	107.440,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/03/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/03/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/03/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/03/2022	5	408	107.440,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/03/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/03/2022	5	408	104.280,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/03/2022	5	408	110.600,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/04/2022	5	408	104.280,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/04/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/04/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/04/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/04/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/04/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/04/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/04/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/04/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/04/2022	5	408	63.200,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
13/05/2022	417	5	356.443,64	DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS NESTA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/05/2022	5	408	198.768,62	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/05/2022	5	408	7.380,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/05/2022	5	408	21.100,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/05/2022	417	5	64.770,80	DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS NESTA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/05/2022	417	5	33.962,10	DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS NESTA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/05/2022	9	5	925.157,91	REFERENTE BUNGE ALIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/05/2022	9	5	157.010,68	REFERENTE BUNGE ALIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/06/2022	9	5	134.715,17	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/07/2022	1094	8	3.005,47	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/09/2022	9	5	25.007,27	REFERENTE DEP	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/11/2022	55	5	1.748,98	COMPRAS DE MERCADORIAS NESTA DA	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	
31/12/2022	5	408	117.395,30	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	506	5	1.000.124,36	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	MARCO ANTONIO DE MELI	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	2.768.363,92
Total de créditos:	2.705.885,60
Número de lançamentos:	39

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
C.P.F.: 089.692.479-39
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020
CONSOLIDADO (Empresas: 94,97)

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
15/01/2020	58	5	517,55	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
15/01/2020	58	5	103,51	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
24/01/2020	55	5	3.963,07	COMPRAS DE MERCADORIAS NESTA DA	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
30/03/2020	9	5	80.000,00	REFERENTE CH LIQ	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/04/2020	9	5	335.808,39	REFERENTE BUNGE ALIMENTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/05/2020	9	5	144.567,13	REFERENTE ASO CORRETORA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/06/2020	58	5	19.345,44	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
15/06/2020	9	5	884.933,07	REFERENTE ASO CORRETORA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/09/2020	9	5	182.000,00	REFERENTE CH LIQ	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2020	58	5	3.210,80	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
10/09/2020	58	5	1.321,92	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
10/09/2020	58	5	6.316,38	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
11/09/2020	55	5	3.768,57	COMPRAS DE MERCADORIAS NESTA DA	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
28/09/2020	9	5	50.000,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/09/2020	9	5	23.814,86	REFERENTE COCAMAR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/10/2020	58	5	29.316,00	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
09/10/2020	55	5	406,95	COMPRAS DE MERCADORIAS NESTA DA	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
14/10/2020	9	5	375.000,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/12/2020	58	5	797,58	COMPRAS PARA USO E CONSUMO	Despesa de Custeio e investime	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA A	
31/12/2020	5	408	58.193,99	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DATA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2020	5	1101	239.700,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2020	5	1114	1.037.064,66	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2020	5	408	790.080,94	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	2.125.039,59
Total de créditos:	2.145.191,22
Número de lançamentos:	23

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:32
Número do documento: 23082518212227100000123217594
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212227100000123217594
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:22

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
11/02/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/02/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/02/2021	5	408	30.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/02/2021	5	408	30.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/02/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/02/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/02/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	5	408	30.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	5	408	30.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	5	408	45.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	5	408	30.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/03/2021	5	408	45.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/03/2021	9	5	149.700,00	REFERENTE ADRIANA S	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/03/2021	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/03/2021	5	408	30.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/03/2021	5	408	45.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/04/2021	9	5	173.040,00	REFERENTE ADRIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/04/2021	9	5	480.153,59	REFERENTE CARGILL AGRIC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/04/2021	9	5	878.868,77	REFERENTE BUNGE ALIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/04/2021	9	5	5.960,07	REFERENTE ADRIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/05/2021	5	408	33.310,58	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/05/2021	9	5	307.946,18	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/06/2021	9	5	252.878,70	REFERENTE BUNGE ALIMENTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/07/2021	8	1110	40.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/07/2021	5	408	80.982,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/09/2021	9	5	241.374,50	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/10/2021	9	5	651.100,50	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/12/2021	9	5	180.065,90	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	5	408	5.548,40	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	5	408	111.228,54	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	5	1105	58.000,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	5	8	40.000,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	5	8	40.000,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	5	9	117.821,92	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	5	506	752.662,29	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2021	5	408	1.152.240,84	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:32
Número do documento: 23082518212227100000123217594
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212227100000123217594
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:22

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural

Total de débitos:	3.426.794,57
Total de créditos:	3.361.088,21
Número de lançamentos:	42

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:32
Número do documento: 23082518212227100000123217594
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212227100000123217594
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:22

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
20/01/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/01/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/01/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/01/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/01/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/02/2022	5	408	101.120,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/02/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/02/2022	5	408	116.920,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/03/2022	9	5	27.740,68	REFERENTE COCAMAR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/05/2022	5	408	29.720,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/05/2022	417	5	74.298,84	DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS NESTA I	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/06/2022	9	5	60.967,49	REFERENTE BUNGE ALIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	5	1112	1.000,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	9	5	117.821,92	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	1099	5	57.404,13	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	506	5	557.146,94	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	RAFAEL RODRIGO GALLO I	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	918.680,00
Total de créditos:	895.380,00
Número de lançamentos:	16

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:32
Número do documento: 23082518212227100000123217594
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212227100000123217594
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:22

SIDNEY PINTO DE MELLO
C.P.F.: 669.115.919-53
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
31/01/2020	9	5	25.532,32	REFERENTE RECEBTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/03/2020	5	408	90.268,51	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/03/2020	5	408	80.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/03/2020	5	408	49.731,49	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/04/2020	9	5	36.274,23	REFERENTE ASO CORRETORA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/04/2020	9	5	335.808,39	REFERENTE BUGE ALIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/07/2020	9	5	8.960,00	REFERENTE RECBOTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
26/08/2020	9	5	561.000,00	REFERENTE RECBO CH	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/09/2020	9	5	218.000,00	REFERENTE DEP CH	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2020	5	408	11.285,33	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2020	5	408	25.544,66	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2020	5	408	60.000,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2020	5	408	23.170,00	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/09/2020	9	5	72.256,15	REFERENTE REC FORNECDOR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/09/2020	5	408	52.000,01	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	FAZENDA SAO FRANCISCO
23/09/2020	5	408	34.827,87	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/10/2020	5	408	57.680,01	VENDAS DE MERCADORIAS NESTA DAT/	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	COCAMAR COOPERATIVA /	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/11/2020	9	5	205.170,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/11/2020	9	5	100.000,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2020	5	1110	1.944.158,88	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	2.428.666,76
Total de créditos:	1.563.001,09
Número de lançamentos:	20

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:32
Número do documento: 23082518212290400000123217595
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212290400000123217595
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:23

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
07/04/2021	9	5	407.613,00	REFERENTE CARGILL AGRIC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/04/2021	9	5	373.500,00	REFERENTE ADRIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/04/2021	9	5	362.703,38	REFERENTE AMAGGI EXP	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/04/2021	9	5	12.000,00	REFERENTE ADRIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/05/2021	9	5	345.617,48	REFERENTE AGROINDUSTRIAL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/05/2021	9	5	400.000,00	REFERENTE LUIZ FERNANDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/06/2021	9	5	437.301,76	REFERENTE BUNGE ALIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/06/2021	1109	5	300.000,00	REFERENTE DEP CH	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/07/2021	9	5	134.440,24	REFERENTE INTEGRADA COOP	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/07/2021	1109	5	132.565,24	REFERENTE APL FDO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/08/2021	9	5	430.458,50	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/10/2021	1104	8	60.000,00	REFERENTE EDSON PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/10/2021	9	5	146.381,21	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/11/2021	9	5	418.580,79	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2021	5	408	4.799.350,18	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2021	298	5	22.212,00	REFERENTE PROV SALARIOS 2021	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2021	187	5	20.415,50	REFERENTE PGTO SALARIOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2021	5	1110	182.456,23	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos: **4.981.806,41**
Total de créditos: **4.003.789,10**
Número de lançamentos: **18**

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:32
Número do documento: 23082518212290400000123217595
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212290400000123217595
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:23

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
05/01/2022	9	5	1.855,15	REFERENTE COOP AGROIND	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/01/2022	187	5	1.980,63	REFERENTE SALARIO MES 12 2021	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/02/2022	9	5	481.546,00	REFERENTE BUNGE ALIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/03/2022	9	5	309.545,03	REFERENTE BUNGE ALIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/04/2022	9	5	435.182,91	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/06/2022	9	5	191.597,60	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/07/2022	9	5	900.139,00	REFERENTE RECEBIMENTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/08/2022	9	5	1.036.455,73	REFERENTE RECBTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/09/2022	9	5	623.668,00	REFERENTE RCBTOS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2022	5	1110	86.085,66	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2022	5	1105	169.000,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2022	5	408	59.353,75	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2022	5	408	5.227.791,83	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	298	5	24.689,29	REFERENTE PROV SALARIOS 2022	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	187	5	22.708,66	REFERENTE PGTO SALARIOS 2022	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	SIDNEY PINTO DE MELO	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	5.542.231,24
Total de créditos:	4.029.368,00
Número de lançamentos:	15

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:32
Número do documento: 23082518212290400000123217595
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212290400000123217595
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:23

VERA LUCIA GALLO DE MELLO
C.P.F.: 614.594.029-87
Período: 01/01/2020 - 31/12/2020

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
10/01/2020	1099	8	229,87	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/01/2020	1099	8	234,17	REFERENTE BB CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/01/2020	358	8	186,73	REFERENTE SEGURO DE VIDA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/01/2020	8	1114	1.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/02/2020	1099	8	233,11	REFERENTE BB CONS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/02/2020	1099	8	233,00	REFERENTE BB CONS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
27/02/2020	8	1114	1.500,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/03/2020	1099	8	232,75	REFERENTE CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/03/2020	1099	8	233,13	REFERENTE CONSORCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/03/2020	8	1114	1.500,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/03/2020	8	408	345.308,38	REFERENTE AMAGGI EXPORTADORA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/04/2020	506	8	162.500,00	REFERENTE PGTO FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2020	358	8	20.458,03	REFERENTE INDIANA SEGUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/05/2020	426	8	15.480,00	REFERENTE ICMS SEFAZ	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/05/2020	506	8	80.000,00	REFERENTE PGTO FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/06/2020	8	408	32.000,00	REFERENTE X TRANSPORTADORA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/06/2020	1094	8	2.500,00	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/07/2020	8	408	32.000,00	REFERENTE NICOLINA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/07/2020	506	8	63.000,00	REFERENTE PGTO FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/08/2020	8	1116	336.334,00	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/08/2020	1116	8	1.952,42	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/08/2020	506	8	3.000,00	REFERENTE PGTO FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/08/2020	1094	8	2.505,00	REFERENTE DESP DIV	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/09/2020	506	8	188.000,00	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/09/2020	506	8	120.000,00	REFERENTE PGTO FONE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/09/2020	1116	8	103.355,75	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/09/2020	8	408	100.000,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/09/2020	426	8	1.701,75	REFERENTE ICMS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/10/2020	8	408	475.000,00	REFERENTE CAMPILEITE	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/10/2020	1116	8	302.545,21	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/10/2020	506	8	162.912,00	REFERENTE PGTO FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/11/2020	8	1114	10.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/11/2020	506	8	18.000,00	REFERENTE PGTO FORNEC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/12/2020	8	1101	10.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/12/2020	506	8	8.400,00	REFERENTE JRS COMERCIO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/12/2020	1111	8	86.749,46	REFERENTE APL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	1.344.642,38
Total de créditos:	1.344.642,38
Número de lançamentos:	36

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:32
Número do documento: 23082518212351900000123217597
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212351900000123217597
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:24

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
25/01/2021	8	1111	650,00	REFERENTE RESG APL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
25/01/2021	1094	8	6.000,00	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/02/2021	8	1116	60.000,00	REFERENTE BB CRED AUT	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/02/2021	1101	8	6.000,00	REFERENTE SIDNEY PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/02/2021	506	8	51.000,00	REFERENTE FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/02/2021	8	1111	46.000,00	REFERENTE RESG APL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/03/2021	8	1102	1.000,00	REFERENTE RAFAEL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/03/2021	1094	8	1.600,00	REFERENTE DESP DIVERSAS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/04/2021	8	408	402.153,00	REFERENTE CARGILL AGRIC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/04/2021	506	8	140.117,72	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/04/2021	506	8	200.000,00	REFERENTE CH COMP	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
09/04/2021	506	8	32.500,00	REFERENTE FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/05/2021	8	408	269.362,03	REFERENTE AGRO INDUSTRIAL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/05/2021	506	8	191.240,00	REFERENTE CH AVULSO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/05/2021	506	8	53.000,00	REFERENTE FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/06/2021	8	1111	6.033,92	REFERENTE RESG	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/06/2021	1116	8	4.968,90	REFERENTE CED	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/07/2021	8	1101	8.000,00	REFERENTE SIDNEY	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/07/2021	506	8	17.000,00	REFERENTE PGTO FONEC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
30/07/2021	1116	8	4.968,90	REFERENTE CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/08/2021	8	1114	6.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/08/2021	1116	8	4.968,90	REFERENTE CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
06/09/2021	8	1100	65.000,00	REFERENTE PAULO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/09/2021	1116	8	17.999,22	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/09/2021	1116	8	78.590,82	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/09/2021	8	1114	222.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/09/2021	506	8	283.489,78	REFERENTE FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/10/2021	8	1102	5.000,00	REFERENTE RAFAEL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
22/10/2021	8	1116	88.978,92	REFERENTE RECBIM RBCPR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/10/2021	8	1100	31.000,00	REFERENTE PAULO PINTO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/10/2021	506	8	83.869,18	REFERENTE FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/11/2021	1114	8	10.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/11/2021	506	8	61.488,16	REFERENTE FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/11/2021	8	1116	64.000,00	REFERENTE CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/12/2021	8	1114	12.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/12/2021	8	1117	39.000,00	REFERENTE MARA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/12/2021	1101	8	10.000,00	REFERENTE SIDNEY	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/12/2021	506	8	65.000,00	REFERENTE PGTO FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/12/2021	1111	8	2.376,29	REFERENTE APL	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	1.326.177,87
Total de créditos:	1.326.177,87
Número de lançamentos:	39

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:32
Número do documento: 23082518212351900000123217597
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212351900000123217597
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:24

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
07/01/2022	8	1101	5.000,00	REFERENTE SIDNEY	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/01/2022	8	1114	14.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/01/2022	1099	8	14.526,38	REFERENTE MASSEY FERGUSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/01/2022	1099	8	8.634,95	REFERENTE MASSEY FERGUSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/01/2022	506	8	18.500,00	REFERENTE PGTO FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/02/2022	1100	8	11.000,00	REFERENTE PAULO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/02/2022	1116	8	4.683,58	REFERENTE CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/02/2022	8	1101	30.000,00	REFERENTE SIDNEY	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
24/02/2022	506	8	47.500,00	REFERENTE PGTO FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
28/02/2022	8	1114	83.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/03/2022	1114	8	18.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/03/2022	8	1115	11.512,41	REFERENTE BB CARTA DE CREDITO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/03/2022	506	8	54.952,70	REFERENTE FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/04/2022	1114	8	55.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/04/2022	1116	8	4.333,73	REFERENTE CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/04/2022	1116	8	4.539,66	REFERENTE CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/04/2022	506	8	25.000,00	REFERENTE PGTO FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/04/2022	374	8	1.594,05	REFERENTE COB JUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
29/04/2022	8	408	615.000,00	REFERENTE ADRIANA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/05/2022	1114	8	130.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
02/05/2022	1100	8	30.000,00	REFERENTE PAULO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/05/2022	374	8	2.691,74	REFERENTE COB JUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2022	8	1116	564.819,91	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2022	1114	8	45.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2022	1101	8	32.000,00	REFERENTE SIDNEY	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
12/05/2022	1117	8	100.000,00	REFERENTE MARA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/05/2022	1099	8	5.532,05	REFERENTE MASSEY FERGUSSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/05/2022	1099	8	5.532,05	REFERENTE MASSEY FERGUSSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
16/05/2022	1099	8	5.070,00	REFERENTE MASSEY FERGUSSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	8	1116	607.110,45	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	506	8	1.153.730,76	REFERENTE PGTO FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	8	1117	35.000,00	REFERENTE MARA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
19/05/2022	1116	8	11.437,30	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/06/2022	8	1114	50.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/06/2022	8	1117	53.000,00	REFERENTE MARA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/06/2022	506	8	125.627,07	REFERENTE FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
20/06/2022	1116	8	9.182,75	REFERENTE CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
04/07/2022	8	1114	253.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/07/2022	8	1117	75.000,00	REFERENTE MARA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/07/2022	1099	8	1.997,06	REFERENTE ADM CONS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
21/07/2022	506	8	233.594,19	REFERENTE FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/08/2022	374	8	1.099,87	REFERENTE COB JURS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/08/2022	1116	8	18.365,50	REFERENTE CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/08/2022	506	8	182.339,87	REFERENTE FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/08/2022	1101	8	35.000,00	REFERENTE SIDNEY	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
17/08/2022	8	1114	147.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO

Sistema licenciado para UELDER GONCALVES GONDIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:32
Número do documento: 23082518212351900000123217597
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212351900000123217597
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:24

LANÇAMENTOS LCDPR

Data	D	C	Valor	Histórico	Tipo de Lançamento	Tipo de Doc.	Participante	Imóvel Rural
29/08/2022	8	1117	51.000,00	REFERENTE MARA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/09/2022	374	8	2.593,15	REFERENTE COB JRS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	8	1117	15.000,00	REFERENTE MARA	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	1116	8	9.182,75	REFERENTE CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
08/09/2022	8	1114	275.000,00	REFERENTE EDSON	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/09/2022	1116	8	8.135,12	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/09/2022	1116	8	81.163,90	REFERENTE EMPRESTIMO	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
15/09/2022	506	8	143.751,26	REFERENTE FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
03/10/2022	1088	8	212,97	REFERENTE IOF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/10/2022	374	8	2.636,13	REFERENTE COB JUROS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/10/2022	506	8	12.000,00	REFERENTE FORNECEDORES	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
10/10/2022	1116	8	4.207,02	REFERENTE CDC	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
14/10/2022	1116	8	3.277,96	REFERENTE CPR	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/11/2022	1088	8	208,89	REFERENTE IOF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
07/11/2022	374	8	3.429,85	REFERENTE COB JRS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
01/12/2022	1088	8	131,78	REFERENTE IOF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
05/12/2022	374	8	3.612,88	REFERENTE COB JURS	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	8	1101	30.000,00	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO
31/12/2022	506	8	295.817,25	REFERENTE TRANSF	Receita da Atividade Rural	Nota Fiscal	VERA LUCIA GALLO DE ME	FAZENDA SAO FRANCISCO

Total de débitos:	**2.914.442,77**
Total de créditos:	**2.966.826,17**
Número de lançamentos:	**65**

Empresa: **EDSON PINTO DE MELLO**
C.P.F.: 669.115.089-91
Balanço encerrado em: 31/12/2020

Folha: 0001
Emissão: 21/08/2023
Hora: 16:35:34

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**3.064.600,37D**
ATIVO CIRCULANTE	**2.218.615,50D**
DISPONÍVEL	**16.807,80D**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**13.507,80D**
BANCO SICRED	13.507,80D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**3.300,00D**
APLICACAO BANCO SICREDI	3.300,00D
OUTROS CRÉDITOS	**1.200,00D**
BANCOS CONTA VINCULADA	**1.200,00D**
CAPITAL INTEGRALIZADO BANCO SICRED	1.200,00D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**71.778,69D**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS REND. PREFIXADOS	**71.778,69D**
FINAME RURAL INVESTIMENTO	71.778,69D
ESTOQUE	**2.128.829,01D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**2.128.829,01D**
ESTOQUE DE MERCADORIAS EM ARMAZEM	2.128.829,01D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**845.984,87D**
IMOBILIZADO	**845.984,87D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**939.158,60D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	939.158,60D
VEÍCULOS	**113.714,28D**
VEÍCULOS	113.714,28D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**3.686,56D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	3.686,56D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**210.574,57C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	187.831,72C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	22.742,85C
PASSIVO	**3.064.600,37C**
PASSIVO CIRCULANTE	**3.790.734,62C**
FORNECEDORES	**3.168.981,03C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**3.168.981,03C**
FORNECEDORES DIVERSOS	3.168.981,03C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**621.753,59C**
CONTAS CORRENTES	**233.389,00C**
PAULO PINTO DE MELLO	47.543,00C
SIDNEY PINTO DE MELLO	59.070,00C
VERA LUCIA GALO DE MELLO	37.300,00C
EDSON PINTO DE MELLO	89.476,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**388.364,59C**
CREDITOS BANCO SICREDI	388.364,59C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**726.134,25D**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**726.134,25D**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**2.179.007,13D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	2.179.007,13D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**1.452.872,88C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.452.872,88C

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.24 17:26:02 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:27:22 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**3.640.127,65D**
ATIVO CIRCULANTE	**2.037.770,72D**
DISPONÍVEL	**64.795,71D**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**60.446,73D**
BANCO SICRED	3.521,34D
BANCO DO BRASIL SA	56.925,39D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**4.348,98D**
APLICACAO BANCO SICREDI	4.348,98D
OUTROS CRÉDITOS	**3.165,52D**
BANCOS CONTA VINCULADA	**3.165,52D**
CAPITAL INTEGRALIZADO BANCO SICRED	3.165,52D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**137.723,84D**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS REND. PREFIXADOS	**137.723,84D**
FINAME RURAL INVESTIMENTO	137.723,84D
ESTOQUE	**1.832.085,65D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**1.832.085,65D**
ESTOQUE DE MERCADORIAS EM ARMAZEM	1.463.278,25D
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	368.807,40D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.602.356,93D**
IMOBILIZADO	**1.602.356,93D**
IMÓVEIS	**129.407,13D**
IMOVEIS	129.407,13D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**1.989.767,59D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.989.767,59D
VEÍCULOS	**103.928,56D**
VEÍCULOS	103.928,56D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**13.383,72D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	13.383,72D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**634.130,07C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE EDIFÍCIOS	5.176,28C
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	585.425,23C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	43.528,56C
PASSIVO	**3.640.127,65C**
PASSIVO CIRCULANTE	**7.778.398,88C**
FORNECEDORES	**6.859.508,95C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**6.859.508,95C**
FORNECEDORES DIVERSOS	6.859.508,95C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	**2.363,73C**
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	**1.647,43C**
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	1.647,43C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**716,30C**
INSS A RECOLHER	569,74C
FGTS A RECOLHER	146,56C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**916.526,20C**
CONTAS CORRENTES	**385.398,00C**
PAULO PINTO DE MELLO	45.543,00C
SIDNEY PINTO DE MELLO	34.555,00C
ANTONIO DE MELLO	20.000,00C
VERA LUCIA GALO DE MELLO	300,00C
MARCO ANTONIO DE MELLO	285.000,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**531.128,20C**
CREDITOS BANCO SICREDI	531.128,20C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.138.271,23D**

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
LUCROS OU PREJUÍZOS	**4.138.271,23D**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**6.761.374,51D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	6.761.374,51D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**2.623.103,28C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.623.103,28C

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.08.24 17:25:12 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.24 17:24:32 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**8.362.758,07D**
ATIVO CIRCULANTE	**6.608.030,93D**
DISPONÍVEL	**3.239.660,66D**
CAIXA	**3.182.624,79D**
CAIXA GERAL	3.182.624,79D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**43.899,58C**
BANCO SICRED	2.131,60D
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	914,25D
BANCO DO BRASIL SA	46.945,43C
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**100.935,45D**
APLICACAO BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	100.935,45D
OUTROS CRÉDITOS	**4.165,52D**
BANCOS CONTA VINCULADA	**4.165,52D**
CAPITAL INTEGRALIZADO BANCO SICRED	4.165,52D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**145.923,84D**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS REND. PREFIXADOS	**145.923,84D**
FINAME RURAL INVESTIMENTO	137.723,84D
CAPITALIZACAO CAIXA E FEDERAL	8.200,00D
ESTOQUE	**3.218.280,91D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**3.218.280,91D**
ESTOQUE DE MERCADORIAS EM ARMAZEM	2.836.473,51D
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	381.807,40D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.754.727,14D**
IMOBILIZADO	**1.754.727,14D**
IMÓVEIS	**129.407,13D**
IMOVEIS	129.407,13D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**2.698.368,87D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.698.368,87D
VEÍCULOS	**103.928,56D**
VEÍCULOS	103.928,56D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**22.788,41D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	22.788,41D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**1.199.765,83C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE EDIFÍCIOS	10.352,56C
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	1.125.099,00C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	64.314,27C
PASSIVO	**8.362.758,07C**
PASSIVO CIRCULANTE	**5.284.905,56C**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	**3.051,42C**
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	**1.816,43C**
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	1.816,43C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**1.234,99C**
INSS A RECOLHER	992,59C
FGTS A RECOLHER	242,40C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**5.281.854,14C**
CONTAS CORRENTES	**526.198,00C**
PAULO PINTO DE MELLO	47.543,00C
SIDNEY PINTO DE MELLO	173.355,00C
ANTONIO DE MELLO	20.000,00C
VERA LUCIA GALO DE MELLO	300,00C
MARCO ANTONIO DE MELLO	285.000,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**4.755.656,14C**
CREDITOS BANCO SICREDI	544.058,76C

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
CREDITOS BANCO CAIXA E FEDERAL	4.211.597,38C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.077.852,51C**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**3.077.852,51C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**253.852,05D**
LUCROS ACUMULADOS	6.507.522,46C
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	6.761.374,51D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**3.331.704,56C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.331.704,56C

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.08.24 17:22:59 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.24 17:23:26 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2020

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.179.007,13)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ganhos originados no exercício	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(2.179.007,13)

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.25 10:42:31 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.25 10:42:08 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2021

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(4.582.367,38)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ganhos originados no exercício	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(4.582.367,38)

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.25 10:43:02 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO
CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.25 10:43:36 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2022

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.507.522,46
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ganhos originados no exercício	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	6.507.522,46

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.25 10:50:39 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.25 10:50:03 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Empresa: **EDSON PINTO DE MELLO**
C.P.F.: 669.115.089-91

Folha: 0001
Número livro: 0001
Emissão: 21/08/2023
Hora: 16:39:43

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**3.494.561,86**
VENDA DE MERCADORIAS	3.494.561,86
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(779,47)**
(-) DEVOLUÇÃO DE VENDA DE MERCADORIAS	(779,47)
CUSTOS	**(4.695.451,09)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(4.606.912,60)
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA CUSTEIO AGRICOLA	(331.155,78)
SEMENTES	(1.886.211,72)
CUSTO DE PRODUCAO	2.128.829,01
RECEITA LÍQUIDA	**(1.201.668,70)**
LUCRO BRUTO	**(1.201.668,70)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.040.122,26)**
DESPESAS COM VENDAS	**(828.979,79)**
TELEFONE	(2.453,48)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(210.574,57)
SEGURO PRESTAMISTA	(1.864,20)
DEBITO CONVENIO	(6.171,83)
DESPESAS SUPERMERCADO	(13.172,04)
DEBITO CONVENIO ASSISTENCIA MEDICA	(4.591,84)
FARMACIA	(2.274,10)
DESPESAS DIVERSAS	(587.877,73)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(211.142,47)**
PRÓ-LABORE	(91.000,00)
ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS	(81.869,96)
ENERGIA ELÉTRICA	(801,64)
SEGUROS	(33.916,88)
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(1.302,57)
DESPESAS CARTORARIAS LEGAIS E JUDICIAIS	(1.565,90)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(3,36)
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(36,37)
IOF	(645,79)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	**62.783,83**
ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS	62.783,83
RESULTADO OPERACIONAL	**(2.179.007,13)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(2.179.007,13)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(2.179.007,13)**

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.24 17:29:36 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:29:17 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:33
Número do documento: 23082518212427100000123217599
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212427100000123217599
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:25

Empresa: **EDSON PINTO DE MELLO**
C.P.F.: 669.115.089-91

Folha: 0001
Número livro: 0001
Emissão: 21/08/2023
Hora: 16:44:31

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**3.032.068,43**
VENDA DE MERCADORIAS	3.032.068,43
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(42.156,25)**
(-) ICMS	(42.156,25)
CUSTOS	**(6.294.210,15)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(6.451.980,80)
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA CUSTEIO AGRICOLA	(419.091,27)
ADUBOS E FERILIZANTES	(595.466,45)
SEMENTES	(2.003.052,45)
CUSTO DE PRODUCAO	3.175.380,82
RECEITA LÍQUIDA	**(3.304.297,97)**
LUCRO BRUTO	**(3.304.297,97)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.278.069,41)**
DESPESAS COM VENDAS	**(1.223.696,12)**
SALÁRIOS E ORDENADOS	(19.763,76)
13º SALÁRIO	(767,62)
INSS	(6.836,88)
FGTS	(1.758,72)
TELEFONE	(3.249,81)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(423.555,50)
SEGURO PRESTAMISTA	(2.301,39)
DESPESAS SUPERMERCADO	(9.560,87)
DEBITO CONVENIO ASSISTENCIA MEDICA	(161,98)
FARMACIA	(2.850,82)
DESPESAS DIVERSAS	(752.888,77)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(54.373,29)**
TAXAS DIVERSAS	(4.414,15)
SEGUROS	(43.552,70)
TARIFAS BANCARIAS	(13,00)
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(100,80)
IOF	(6.292,64)
RESULTADO OPERACIONAL	**(4.582.367,38)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(4.582.367,38)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(4.582.367,38)**

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.24 17:30:16 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:30:36 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:33
Número do documento: 23082518212427100000123217599
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212427100000123217599
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:25

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**13.184.235,35**
VENDA DE MERCADORIAS	13.184.235,35
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(190.314,17)**
(-) DEVOLUÇÃO DE VENDA DE MERCADORIAS	(190.314,17)
CUSTOS	**(5.647.060,55)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(6.083.081,71)
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA CUSTEIO AGRICOLA	(83.841,30)
ADUBOS E FERILIZANTES	183.254,23
SEMENTES	(1.049.587,03)
CUSTO DE PRODUCAO	1.386.195,26
RECEITA LÍQUIDA	**7.346.860,63**
LUCRO BRUTO	**7.346.860,63**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(832.594,24)**
DESPESAS COM VENDAS	**(781.799,11)**
SALÁRIOS E ORDENADOS	(60.060,06)
INSS	(18.086,74)
FGTS	(3.979,50)
TELEFONE	(1.916,21)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(565.635,76)
SEGURO PRESTAMISTA	(1.514,32)
DESPESAS SUPERMERCADO	(4.501,02)
DEBITO CONVENIO ASSISTENCIA MEDICA	(198,48)
FARMACIA	(6.453,91)
DESPESAS DIVERSAS	(119.453,11)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(50.795,13)**
PRÓ-LABORE	(20.000,00)
SEGUROS	(22.538,85)
TARIFAS BANCARIAS	(230,45)
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(7.388,20)
IOF	(637,63)
RESULTADO OPERACIONAL	**6.514.266,39**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**6.514.266,39**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**6.514.266,39**

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.24 17:31:26 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:31:05 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:33
Número do documento: 23082518212427100000123217599
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212427100000123217599
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:25

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Resultado do Período	**(2.179.007,13)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(2.179.007,13)**

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.24 17:34:02 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:34:48 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(2.666.551,79)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(2.666.551,79)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(2.666.551,79)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.666.551,79)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	400.000,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	400.000,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(2.266.551,79)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	0,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	13.507,80

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.08.24 17:40:03 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.24 17:39:36 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Resultado do Período	**(4.582.367,38)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(4.582.367,38)**

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.24 17:36:45 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:37:26 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(5.345.527,26)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(5.345.527,26)
Tributos pagos	(42.156,25)
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(5.387.683,51)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(5.387.683,51)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(5.387.683,51)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	13.507,80
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	60.446,73

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.24 17:41:53 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:41:33 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Resultado do Período	**0,00**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**0,00**

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.24 17:36:00 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:35:40 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(10.071.760,40)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(10.071.760,40)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(10.071.760,40)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(10.071.760,40)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(10.071.760,40)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	60.446,73
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	3.137.810,96

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.24 17:40:41 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.089-91

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:41:03 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Empresa: **MARA VIOLIN DE MELLO**
C.P.F.: 037.810.239-74
Balanço encerrado em: 31/12/2020

Folha: 0001
Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:46:47

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**1.037.727,98D**
ATIVO CIRCULANTE	**534.485,61D**
DISPONÍVEL	**3.077,35D**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**3.077,35D**
POUPANÇA BANCO DO BRASIL	3.077,35D
ESTOQUE	**531.408,26D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**531.408,26D**
ESTOQUE DE MERCADORIAS EM ARMAZEM	531.408,26D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**503.242,37D**
IMOBILIZADO	**503.242,37D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**569.579,30D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	569.579,30D
VEÍCULOS	**56.857,14D**
VEÍCULOS	56.857,14D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**2.093,21D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	2.093,21D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**125.287,28C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	113.915,86C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	11.371,42C
PASSIVO	**1.037.727,98C**
PASSIVO CIRCULANTE	**905.372,27C**
FORNECEDORES	**242.444,76C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**242.444,76C**
FORNECEDORES DIVERSOS	242.444,76C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**662.927,51C**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**662.927,51C**
CREDITOS BANCO DO BRASIL	662.927,51C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**132.355,71C**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**132.355,71C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**494.080,73D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	494.080,73D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**626.436,44C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	626.436,44C

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.24 18:04:46 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:04:22 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Empresa: **MARA VIOLIN DE MELLO**
C.P.F.: 037.810.239-74
Balanço encerrado em: 31/12/2021

Folha: 0001
Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:47:54

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**2.068.515,06D**
ATIVO CIRCULANTE	**992.486,17D**
DISPONÍVEL	**96.208,78C**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**96.208,78C**
POUPANÇA BANCO DO BRASIL	96.208,78C
ESTOQUE	**1.088.694,95D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**1.088.694,95D**
ESTOQUE DE MERCADORIAS EM ARMAZEM	1.088.694,95D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.076.028,89D**
IMOBILIZADO	**1.076.028,89D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**1.351.380,59D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.351.380,59D
VEÍCULOS	**103.928,56D**
VEÍCULOS	103.928,56D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**37.068,04D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	37.068,04D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**416.348,30C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	384.191,17C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	32.157,13C
PASSIVO	**2.068.515,06C**
PASSIVO CIRCULANTE	**1.381.207,59C**
FORNECEDORES	**168.050,75C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**168.050,75C**
FORNECEDORES DIVERSOS	168.050,75C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**1.213.156,84C**
CONTAS CORRENTES	**512.204,68C**
PAULO PINTO DE MELLO	5.500,00C
SIDNEY PINTO DE MELLO	267.904,68C
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	43.000,00C
EDSON PINTO DE MELLO	195.800,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**700.952,16C**
CREDITOS BANCO DO BRASIL	700.952,16C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**687.307,47C**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**687.307,47C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**768.001,68D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	768.001,68D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**1.455.309,15C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.455.309,15C

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.24 18:05:26 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:06:23 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**2.655.954,40D**
ATIVO CIRCULANTE	**1.297.866,84D**
DISPONÍVEL	**20.000,00C**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**20.000,00C**
BANCO DO BRASIL	20.000,00C
OUTROS CRÉDITOS	**24.000,00D**
BANCOS CONTA VINCULADA	**24.000,00D**
TITULOS DE CAPITALIZACAO BANCO DO BRASIL	24.000,00D
ESTOQUE	**1.293.866,84D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**1.293.866,84D**
ESTOQUE DE MERCADORIAS EM ARMAZEM	1.293.866,84D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.358.087,56D**
IMOBILIZADO	**1.358.087,56D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**2.059.981,87D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.059.981,87D
VEÍCULOS	**103.928,56D**
VEÍCULOS	103.928,56D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**43.307,51D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	43.307,51D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**849.130,38C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	796.187,54C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	52.942,84C
PASSIVO	**2.655.954,40C**
PASSIVO CIRCULANTE	**3.580.433,59C**
FORNECEDORES	**100.796,37C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**100.796,37C**
FORNECEDORES DIVERSOS	100.796,37C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**3.479.637,22C**
CONTAS CORRENTES	**1.152.204,68C**
PAULO PINTO DE MELLO	5.500,00C
SIDNEY PINTO DE MELLO	425.904,68C
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	49.000,00C
MARCO ANTONIO DE MELLO	14.000,00C
EDSON PINTO DE MELLO	657.800,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**2.327.432,54C**
CREDITOS BANCO DO BRASIL	2.327.432,54C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**924.479,19D**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**924.479,19D**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**3.088.389,62D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	3.088.389,62D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**2.163.910,43C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.163.910,43C

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.08.24 18:05:55 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.24 18:06:38 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2020

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(494.080,73)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(494.080,73)

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.25 10:52:13 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.25 10:51:46 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2021

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(273.920,95)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(273.920,95)

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.25 10:52:51 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.25 10:53:30 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2022

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.320.387,94)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(2.320.387,94)

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.25 10:54:40 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.25 10:54:10 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**719.009,69**
VENDA DE MERCADORIAS	719.009,69
CUSTOS	**(1.060.992,59)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(1.064.585,02)
SEMENTES	(851.677,85)
CUSTO DE PRODUCAO	855.270,28
RECEITA LÍQUIDA	**(341.982,90)**
LUCRO BRUTO	**(341.982,90)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(152.097,83)**
DESPESAS COM VENDAS	**(135.033,68)**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(125.287,28)
FARMACIA	(336,63)
DESPESAS DIVERSAS	(9.409,77)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(17.064,15)**
SEGUROS	(16.773,96)
TARIFAS BANCARIAS	(280,65)
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(9,54)
RESULTADO OPERACIONAL	**(494.080,73)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(494.080,73)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(494.080,73)**

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.24 18:11:37 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:10:23 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:34
Número do documento: 23082518212527200000123217600
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212527200000123217600
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:26

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**863.640,00**
VENDA DE MERCADORIAS	863.640,00
CUSTOS	**(785.795,63)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(794.155,63)
SEMENTES	(831.690,00)
CUSTO DE PRODUCAO	840.050,00
RECEITA LÍQUIDA	**77.844,37**
LUCRO BRUTO	**77.844,37**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(351.765,32)**
DESPESAS COM VENDAS	**(309.643,71)**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(291.061,02)
DESPESAS DIVERSAS	(18.582,69)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(42.121,61)**
SEGUROS	(25.265,67)
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(16.655,97)
TARIFAS BANCARIAS	(187,10)
IOF	(12,87)
RESULTADO OPERACIONAL	**(273.920,95)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(273.920,95)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(273.920,95)**

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.24 18:11:52 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:10:44 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:34
Número do documento: 23082518212527200000123217600
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212527200000123217600
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:26

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	Saldo Atual
CUSTOS	**(1.816.252,58)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(2.100.652,58)
CUSTO DE PRODUCAO	284.400,00
RECEITA LÍQUIDA	**(1.816.252,58)**
LUCRO BRUTO	**(1.816.252,58)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(504.135,36)**
DESPESAS COM VENDAS	**(478.065,45)**
FRETES E CARRETOS	(34.150,00)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(432.782,08)
DESPESAS DIVERSAS	(11.133,37)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(26.069,91)**
TAXAS DIVERSAS	(2.735,25)
SEGUROS	(2.745,81)
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(7.703,45)
DESPESAS CARTORARIAS LEGAIS E JUDICIAIS	(3.656,32)
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(9.229,08)
RESULTADO OPERACIONAL	**(2.320.387,94)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(2.320.387,94)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(2.320.387,94)**

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.08.24 18:12:09 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.24 18:11:11 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:34
Número do documento: 23082518212527200000123217600
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212527200000123217600
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:26

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Resultado do Período	**(494.080,73)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(494.080,73)**

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.24 18:18:07 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:19:18 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(1.673.818,11)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(1.673.818,11)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(1.673.818,11)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.673.818,11)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(1.673.818,11)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	0,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	0,00

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974

Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.24 18:23:44 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194

Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:21:52 -03'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Resultado do Período	(273.920,95)
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	0,00
Resultado na venda de ativo permanente	0,00
Equivalência patrimonial	0,00
Juros recebidos	0,00
Juros pagos	0,00
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	0,00
(Aumento) Redução nos estoques	0,00
Aumento nas despesas antecipadas	0,00
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	0,00
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	0,00
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	0,00
Aumento (Redução) na provisão para contingências	0,00
Total dos ajustes	0,00
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	(273.920,95)

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.24 18:18:33 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:19:34 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(1.700.239,64)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(1.700.239,64)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(1.700.239,64)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.700.239,64)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(1.700.239,64)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	0,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	0,00

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.24 18:23:26 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:22:22 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Resultado do Período	**(2.320.387,94)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(2.320.387,94)**

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.24 18:18:55 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:19:52 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(2.167.906,96)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(2.167.906,96)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(2.167.906,96)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.167.906,96)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Redução nas Disponibilidades	(2.167.906,96)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	0,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	(20.000,00)

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.24 18:23:10 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO

CPF: 037.810.239-74

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:22:47 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Empresa: **MARCO ANTONIO DE MELLO**
C.P.F.: 064.020.619-05
Balanço encerrado em: 31/12/2020

Folha: 0001
Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:25:08

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**1.080.246,03D**
ATIVO CIRCULANTE	**654.297,21D**
DISPONÍVEL	**897,71D**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**897,71D**
BANCO SICRED	897,71D
ESTOQUE	**653.399,50D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**653.399,50D**
ESTOQUE DE MERCADORIAS EM ARMAZEM	653.399,50D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**425.948,82D**
IMOBILIZADO	**425.948,82D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**469.579,30D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	469.579,30D
VEÍCULOS	**56.857,18D**
VEÍCULOS	56.857,18D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**4.799,63D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	4.799,63D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**105.287,29C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	93.915,86C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	11.371,43C
PASSIVO	**1.080.246,03C**
PASSIVO CIRCULANTE	**924.679,57C**
FORNECEDORES	**852.455,93C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**852.455,93C**
FORNECEDORES DIVERSOS	852.455,93C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**72.223,64C**
CONTAS CORRENTES	**96.286,00C**
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	19.000,00C
EDSON PINTO DE MELLO	49.286,00C
MARA LUCIA VIOLIN DE MELLO	28.000,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**24.062,36D**
CREDITOS BANCO SICREDI	24.062,27D
CREDITOS BANCO DO BRASIL	0,09D
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**155.566,46C**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**155.566,46C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**370.870,02D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	370.870,02D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**526.436,48C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	526.436,48C

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.08.24 18:32:54 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO

CPF: 064.020.619-05

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:31:34 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Empresa: **MARCO ANTONIO DE MELLO**
C.P.F.: 064.020.619-05
Balanço encerrado em: 31/12/2021

Folha: 0001
Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:28:01

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**1.487.479,81D**
ATIVO CIRCULANTE	**418.054,32D**
DISPONÍVEL	**931,76D**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**931,76D**
BANCO SICRED	931,76D
ESTOQUE	**417.122,56D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**417.122,56D**
ESTOQUE DE MERCADORIAS EM ARMAZEM	417.122,56D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.069.425,49D**
IMOBILIZADO	**1.069.425,49D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**1.351.380,59D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.351.380,59D
VEÍCULOS	**103.928,56D**
VEÍCULOS	103.928,56D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**10.465,45D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	10.465,45D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**396.349,11C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	364.191,97C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	32.157,14C
PASSIVO	**1.487.479,81C**
PASSIVO CIRCULANTE	**498.230,22C**
FORNECEDORES	**14.196,00C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**14.196,00C**
FORNECEDORES DIVERSOS	14.196,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**484.034,22C**
CONTAS CORRENTES	**37.286,81C**
PAULO PINTO DE MELLO	78.339,19D
SIDNEY PINTO DE MELLO	72.700,00C
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	91.700,00D
EDSON PINTO DE MELLO	39.426,00C
MARA LUCIA VIOLIN DE MELLO	95.200,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**446.747,41C**
CREDITOS BANCO SICREDI	195.227,28C
CREDITOS BANCO DO BRASIL	251.520,13C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**989.249,59C**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**989.249,59C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**466.059,56D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	466.059,56D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**1.455.309,15C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.455.309,15C

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.08.24 18:33:15 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO

CPF: 064.020.619-05

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:32:04 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:34
Número do documento: 23082518212632400000123217605
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212632400000123217605
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:27

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**1.750.081,96D**
ATIVO CIRCULANTE	**400.529,41D**
DISPONÍVEL	**16.593,15C**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**22.693,15C**
BANCO SICRED	4,72D
BANCO DO BRASIL	22.697,87C
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**6.100,00D**
POUPANCA E APLICACAO BANCO SICREDI	6.100,00D
ESTOQUE	**417.122,56D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**417.122,56D**
ESTOQUE DE MERCADORIAS EM ARMAZEM	417.122,56D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.349.552,55D**
IMOBILIZADO	**1.349.552,55D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**2.059.981,87D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.059.981,87D
VEÍCULOS	**103.928,56D**
VEÍCULOS	103.928,56D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**14.773,31D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	14.773,31D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**829.131,19C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	776.188,34C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	52.942,85C
PASSIVO	**1.750.081,96C**
PASSIVO CIRCULANTE	**708.674,39C**
FORNECEDORES	**202.437,70C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**202.437,70C**
FORNECEDORES DIVERSOS	202.437,70C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**506.236,69C**
CONTAS CORRENTES	**270.377,74C**
SIDNEY PINTO DE MELLO	76.251,74C
VERA LUCIA GALO DE MELLO	30.000,00C
EDSON PINTO DE MELLO	82.926,00C
MARA LUCIA VIOLIN DE MELLO	81.200,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**235.858,95C**
CREDITOS BANCO SICREDI	70.447,76C
CREDITOS BANCO DO BRASIL	165.411,19C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.041.407,57C**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**1.041.407,57C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**1.122.502,86D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.122.502,86D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**2.163.910,43C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.163.910,43C

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2023.08.24 18:33:35 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO

CPF: 064.020.619-05

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.24 18:32:26 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2020

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(370.870,02)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(370.870,02)

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2023.08.25 10:57:16 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO

CPF: 064.020.619-05

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.25 10:56:41 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2021

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(95.189,54)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(95.189,54)

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2023.08.25 10:57:55 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO

CPF: 064.020.619-05

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.25 10:58:28 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2022

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(656.443,30)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(656.443,30)

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.08.25 10:59:51 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO

CPF: 064.020.619-05

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.25 10:59:17 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Empresa: **MARCO ANTONIO DE MELLO**
C.P.F.: 064.020.619-05

Folha: 0001

Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:23:48

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**1.012.201,93**
VENDA DE MERCADORIAS	1.012.201,93
CUSTOS	**(1.218.209,04)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(1.140.881,67)
ADUBOS E FERILIZANTES	(38.242,86)
SEMENTES	(692.484,01)
CUSTO DE PRODUCAO	653.399,50
RECEITA LÍQUIDA	**(206.007,11)**
LUCRO BRUTO	**(206.007,11)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(164.862,91)**
DESPESAS COM VENDAS	**(160.290,10)**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(105.287,29)
DESPESAS DIVERSAS	(55.002,81)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(4.572,81)**
PRÓ-LABORE	(2.000,00)
SEGUROS	(2.572,81)
RESULTADO OPERACIONAL	**(370.870,02)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(370.870,02)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(370.870,02)**

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.08.24 18:28:31 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO

CPF: 064.020.619-05

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:29:44 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:34
Número do documento: 23082518212632400000123217605
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212632400000123217605
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:27

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**1.916.924,11**
VENDA DE MERCADORIAS	1.916.924,11
CUSTOS	**(1.640.573,21)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(1.610.368,95)
ADUBOS E FERILIZANTES	(30.204,26)
RECEITA LÍQUIDA	**276.350,90**
LUCRO BRUTO	**276.350,90**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(371.540,44)**
DESPESAS COM VENDAS	**(361.545,92)**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(291.061,82)
DESPESAS SUPERMERCADO	(1.138,21)
DESPESAS DIVERSAS	(69.345,89)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(9.994,52)**
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	1.080,00
IPVA	(1.173,88)
TAXAS DIVERSAS	(3.142,71)
IOF	(6.757,93)
RESULTADO OPERACIONAL	**(95.189,54)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(95.189,54)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(95.189,54)**

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2023.08.24 18:28:57 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO

CPF: 064.020.619-05

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.24 18:30:03 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:34
Número do documento: 23082518212632400000123217605
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212632400000123217605
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:27

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**2.768.363,92**
VENDA DE MERCADORIAS	2.768.363,92
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(455.176,54)**
(-) DEVOLUÇÃO DE VENDA DE MERCADORIAS	(455.176,54)
CUSTOS	**(2.186.394,52)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(2.056.194,34)
ADUBOS E FERILIZANTES	(3.939,22)
SEMENTES	(126.260,96)
RECEITA LÍQUIDA	**126.792,86**
LUCRO BRUTO	**126.792,86**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(783.236,16)**
DESPESAS COM VENDAS	**(775.542,52)**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(432.782,08)
DESPESAS SUPERMERCADO	(3.679,06)
DESPESAS DIVERSAS	(339.081,38)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(7.693,64)**
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(7.563,42)
IOF	(130,22)
RESULTADO OPERACIONAL	**(656.443,30)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(656.443,30)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(656.443,30)**

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2023.08.24 18:29:21 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO

CPF: 064.020.619-05

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.24 18:30:19 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:34
Número do documento: 23082518212632400000123217605
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212632400000123217605
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:27

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Resultado do Período	**(370.870,02)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(370.870,02)**

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.08.24 18:34:56 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:36:56 -03'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(139.995,21)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(139.995,21)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(139.995,21)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(139.995,21)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(139.995,21)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	0,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	897,71

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.08.24 18:40:23 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:40:01 -03'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Resultado do Período	**(95.189,54)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(95.189,54)**

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.08.24 18:35:26 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:37:15 -03'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(2.478.833,14)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(2.478.833,14)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(2.478.833,14)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.478.833,14)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(2.478.833,14)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	897,71
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	931,76

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.08.24 18:40:36 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:39:37 -03'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Resultado do Período	**(656.443,30)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(656.443,30)**

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.08.24 18:36:20 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:37:30 -03'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(1.998.152,82)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(1.998.152,82)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(1.998.152,82)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.998.152,82)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Redução nas Disponibilidades	(1.998.152,82)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	931,76
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	(22.693,15)

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.08.24 18:40:50 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:39:16 -03'00'

Empresa: **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO** | **Folha:** 0001
C.P.F.: 089.692.479-39 | **Emissão:** 21/08/2023
Balanço encerrado em: 31/12/2020 | **Hora:** 17:12:34

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**615.954,73D**
ATIVO CIRCULANTE	**194.805,57D**
DISPONÍVEL	**194.805,57D**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**1.543,77D**
BANCO SICRED	1.543,77D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**193.261,80D**
POUPANCA E APLICACAO BANDO DO BRASIL	193.261,80D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**421.149,16D**
IMOBILIZADO	**421.149,16D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**469.579,30D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	469.579,30D
VEÍCULOS	**56.857,14D**
VEÍCULOS	56.857,14D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**105.287,28C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	93.915,86C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	11.371,42C
PASSIVO	**615.954,73C**
PASSIVO CIRCULANTE	**1.205.231,67C**
FORNECEDORES	**892.722,67C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**892.722,67C**
FORNECEDORES DIVERSOS	892.722,67C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**312.509,00C**
CONTAS CORRENTES	**37.500,00C**
EDSON PINTO DE MELLO	37.500,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**275.009,00C**
CREDITOS BANCO SICREDI	275.009,00C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**589.276,94D**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**589.276,94D**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**1.115.713,38D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.115.713,38D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**526.436,44C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	526.436,44C

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.08.24 19:08:08 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

CPF: 089.692.479-39

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 19:06:08 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Empresa: **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO** | Folha: 0001
C.P.F.: 089.692.479-39 | Emissão: 21/08/2023
Balanço encerrado em: 31/12/2021 | Hora: 17:16:58

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**1.524.799,01D**
ATIVO CIRCULANTE	**365.759,29D**
DISPONÍVEL	**200.279,29D**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**8.377,48D**
BANCO SICRED	8.377,48D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**191.901,81D**
POUPANCA E APLICACOES BANCO SICREDI	398,83C
POUPANCA E APLICACAO BANDO DO BRASIL	192.300,64D
ESTOQUE	**165.480,00D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**165.480,00D**
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	165.480,00D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.159.039,72D**
IMOBILIZADO	**1.159.039,72D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**1.351.380,59D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.351.380,59D
VEÍCULOS	**103.928,56D**
VEÍCULOS	103.928,56D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**100.079,67D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	100.079,67D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**396.349,10C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	364.191,97C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	32.157,13C
PASSIVO	**1.524.799,01C**
PASSIVO CIRCULANTE	**1.249.863,40C**
FORNECEDORES	**368.120,40C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**368.120,40C**
FORNECEDORES DIVERSOS	368.120,40C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**881.743,00C**
CONTAS CORRENTES	**367.337,00C**
PAULO PINTO DE MELLO	55.000,00C
SIDNEY PINTO DE MELLO	111.637,00C
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	10.000,00C
EDSON PINTO DE MELLO	54.000,00C
MARCO ANTONIO DE MELLO	131.700,00C
MARA VIOLIN DE MELLO	5.000,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**514.406,00C**
CREDITOS BANCO SICREDI	312.494,18C
CREDITOS BANCO DO BRASIL	201.911,82C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**274.935,61C**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**274.935,61C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**1.180.373,54D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.180.373,54D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**1.455.309,15C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.455.309,15C

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.08.24 19:08:45 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

CPF: 089.692.479-39

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 19:09:37 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Empresa: **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO** | **Folha:** 0001
C.P.F.: 089.692.479-39 | Emissão: 21/08/2023
Balanço encerrado em: 31/12/2022 | Hora: 17:18:36

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**1.644.673,98D**
ATIVO CIRCULANTE	**152.410,93D**
DISPONÍVEL	**13.069,07C**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**27.075,24C**
BANCO SICRED	2.207,67D
BANCO DO BRASIL	29.282,91C
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**14.006,17D**
POUPANCA E APLICACOES BANCO SICREDI	14.006,17D
ESTOQUE	**165.480,00D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**165.480,00D**
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	165.480,00D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.492.263,05D**
IMOBILIZADO	**1.492.263,05D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**2.059.981,87D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.059.981,87D
VEÍCULOS	**103.928,56D**
VEÍCULOS	103.928,56D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**157.483,80D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	157.483,80D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**829.131,18C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	776.188,34C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	52.942,84C
PASSIVO	**1.644.673,98C**
PASSIVO CIRCULANTE	**1.978.119,02C**
FORNECEDORES	**540.047,83C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**540.047,83C**
FORNECEDORES DIVERSOS	540.047,83C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**1.438.071,19C**
CONTAS CORRENTES	**1.035.637,00C**
PAULO PINTO DE MELLO	55.000,00C
SIDNEY PINTO DE MELLO	526.937,00C
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14.000,00C
VERA LUCIA GALO DE MELLO	35.000,00C
EDSON PINTO DE MELLO	266.000,00C
MARCO ANTONIO DE MELLO	138.700,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**402.434,19C**
CREDITOS BANCO SICREDI	282.190,88C
CREDITOS BANCO DO BRASIL	120.243,31C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**333.445,04D**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**333.445,04D**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**2.497.355,47D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	2.497.355,47D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**2.163.910,43C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.163.910,43C

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.08.24 19:11:02 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

CPF: 089.692.479-39

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 19:10:13 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2021

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(64.660,16)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(64.660,16)

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.08.25 11:01:49 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

CPF: 089.692.479-39

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.25 11:02:21 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Empresa: **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**
C.P.F.: 089.692.479-39

Folha: 0001
Número livro: 0002
Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:14:19

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**848.274,93**
VENDA DE MERCADORIAS	848.274,93
CUSTOS	**(1.798.505,82)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(346.154,82)
ADUBOS E FERILIZANTES	(60.929,18)
SEMENTES	(1.391.421,82)
RECEITA LÍQUIDA	**(950.230,89)**
LUCRO BRUTO	**(950.230,89)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(165.482,49)**
DESPESAS COM VENDAS	**(161.137,08)**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(105.287,28)
DESPESAS SUPERMERCADO	(2.514,29)
DESPESAS DIVERSAS	(53.335,51)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(4.345,41)**
SEGUROS	(4.345,41)
RESULTADO OPERACIONAL	**(1.115.713,38)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(1.115.713,38)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(1.115.713,38)**

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.08.24 19:11:53 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

CPF: 089.692.479-39

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 19:12:37 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:35
Número do documento: 23082518212744000000123217606
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212744000000123217606
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:28

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**2.418.310,36**
VENDA DE MERCADORIAS	2.418.310,36
CUSTOS	**(2.091.159,36)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(1.327.667,67)
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA CUSTEIO AGRICOLA	(82.900,00)
SEMENTES	(846.071,69)
CUSTO DE PRODUCAO	165.480,00
RECEITA LÍQUIDA	**327.151,00**
LUCRO BRUTO	**327.151,00**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(391.811,16)**
DESPESAS COM VENDAS	**(381.027,59)**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(291.061,82)
DESPESAS SUPERMERCADO	(1.394,17)
DESPESAS DIVERSAS	(88.571,60)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(10.783,57)**
SEGUROS	(1.641,03)
IOF	(9.142,54)
RESULTADO OPERACIONAL	**(64.660,16)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(64.660,16)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(64.660,16)**

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.08.24 19:14:01 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

CPF: 089.692.479-39

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 19:14:46 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:35
Número do documento: 23082518212744000000123217606
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212744000000123217606
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:28

Empresa: **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**
C.P.F.: 089.692.479-39

Folha: 0001
Número livro: 0002
Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:19:44

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**917.680,00**
VENDA DE MERCADORIAS	917.680,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(74.298,84)**
(-) DEVOLUÇÃO DE VENDA DE MERCADORIAS	(74.298,84)
CUSTOS	**(1.603.979,97)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(1.268.443,44)
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA CUSTEIO AGRICOLA	(335.536,53)
RECEITA LÍQUIDA	**(760.598,81)**
LUCRO BRUTO	**(760.598,81)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(556.383,12)**
DESPESAS COM VENDAS	**(540.903,81)**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(432.782,08)
DESPESAS SUPERMERCADO	(1.150,00)
DESPESAS DIVERSAS	(106.971,73)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(15.479,31)**
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(11.501,72)
IOF	(3.977,59)
RESULTADO OPERACIONAL	**(1.316.981,93)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(1.316.981,93)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(1.316.981,93)**

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.08.24 19:16:15 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

CPF: 089.692.479-39

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 19:15:23 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:35
Número do documento: 23082518212744000000123217606
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212744000000123217606
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:28

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Resultado do Período	**(1.115.713,38)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(1.115.713,38)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(906.609,34)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(906.609,34)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(906.609,34)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(906.609,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(906.609,34)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	0,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	1.543,77

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.08.24 19:17:05 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 19:18:01 -03'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Resultado do Período	**(64.660,16)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(64.660,16)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(2.781.241,63)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(2.781.241,63)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(2.781.241,63)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.781.241,63)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(2.781.241,63)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	1.543,77
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	8.377,48

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939

Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.08.24 19:19:28 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194

Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 19:18:41 -03'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Resultado do Período	**(1.316.981,93)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(1.316.981,93)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(1.316.151,90)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(1.316.151,90)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(1.316.151,90)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.316.151,90)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Redução nas Disponibilidades	(1.316.151,90)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	8.377,48
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	(27.075,24)

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.08.24 19:24:08 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 19:22:34 -03'00'

Empresa: **SIDNEY PINTO DE MELLO**
C.P.F.: 669.115.919-53
Balanço encerrado em: 31/12/2020

Folha: 0001
Emissão: 21/08/2023
Hora: 16:56:50

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**1.114.165,05D**
ATIVO CIRCULANTE	**252.664,83D**
DISPONÍVEL	**252.664,83D**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**28.839,14D**
BANCO SICREDI	28.839,14D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**223.825,69D**
CONTA APLICACAO E POUPANÇA BANCO SICREDI	80.000,00D
CONTA APLICACAO E POUPANCA BANDO DO BRASIL	143.825,69D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**861.500,22D**
IMOBILIZADO	**861.500,22D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**939.158,60D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	939.158,60D
VEÍCULOS	**113.714,28D**
VEÍCULOS	113.714,28D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**19.204,91D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	19.204,91D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**210.577,57C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	187.831,72C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	22.745,85C
PASSIVO	**1.114.165,05C**
PASSIVO CIRCULANTE	**937.296,96C**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**937.296,96C**
CONTAS CORRENTES	**815.060,00C**
PAULO PINTO DE MELLO	124.300,00C
SIDNEY PINTO DE MELLO	132.330,00C
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	269.000,00C
EDSON PINTO DE MELLO	55.430,00C
MARA VIOLIN DE MELLO	87.000,00C
PEDRO RAFAEL PRIMO	65.000,00C
MARCO ANTONIO DE MELLO	17.000,00C
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	65.000,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**122.236,96C**
CREDITOS BANCO SICREDI	12.085,93C
CREDITOS BANCO DO BRASIL	110.151,03C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**176.868,09C**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**176.868,09C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**876.004,79D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	876.004,79D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**1.052.872,88C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.052.872,88C

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.08.24 18:42:25 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.919-53

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:39:58 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**2.194.128,46D**
ATIVO CIRCULANTE	**723.021,66D**
DISPONÍVEL	**363.141,76D**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**27.606,41D**
BANCO SICREDI	27.606,41D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**335.535,35D**
CONTA APLICACAO E POUPANÇA BANCO SICREDI	3.342,82D
CONTA APLICACAO E POUPANCA BANDO DO BRASIL	332.192,53D
CLIENTES	**6.510,71D**
DUPLICATAS A RECEBER	**6.510,71D**
CLIENTES DIVERSOS	6.510,71D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**353.369,19D**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS REND. PREFIXADOS	**353.369,19D**
MULTIPLIKE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS	353.369,19D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.471.106,80D**
IMOBILIZADO	**1.471.106,80D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**1.981.653,30D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.981.653,30D
VEÍCULOS	**73.143,15D**
VEÍCULOS	73.143,15D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**37.847,15D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	37.847,15D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**621.536,80C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	584.162,38C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	37.374,42C
PASSIVO	**2.194.128,46C**
PASSIVO CIRCULANTE	**1.627.672,36C**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	**2.634,00C**
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	**1.796,50C**
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	1.796,50C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**837,50C**
INSS A RECOLHER	677,50C
FGTS A RECOLHER	160,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**1.625.038,36C**
CONTAS CORRENTES	**1.184.573,00C**
PAULO PINTO DE MELLO	94.300,00C
SIDNEY PINTO DE MELLO	22.330,00C
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	235.863,00C
ANTONIO DE MELLO	4.850,00C
EDSON PINTO DE MELLO	333.930,00C
MARA VIOLIN DE MELLO	22.000,00C
PEDRO RAFAEL PRIMO	65.000,00C
MARCO ANTONIO DE MELLO	248.800,00C
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	105.000,00C
SERGIO DE MELO	52.500,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**440.465,36C**
CREDITOS BANCO SICREDI	440.465,36C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**566.456,10C**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**566.456,10C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**1.488.340,35D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.488.340,35D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**2.054.796,45C**

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.054.796,45C

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.08.24 18:43:13 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.919-53

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.24 18:44:06 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Empresa: **SIDNEY PINTO DE MELLO** | Folha: 0001
C.P.F.: 669.115.919-53 | Emissão: 21/08/2023
Balanço encerrado em: 31/12/2022 | Hora: 17:06:44

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**2.460.053,58D**
ATIVO CIRCULANTE	**688.540,68D**
DISPONÍVEL	**328.660,78D**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**9.674,57C**
BANCO SICREDI	9.674,57C
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**338.335,35D**
CONTA APLICACAO E POUPANÇA BANCO SICREDI	6.142,82D
CONTA APLICACAO E POUPANCA BANDO DO BRASIL	332.192,53D
CLIENTES	**6.510,71D**
DUPLICATAS A RECEBER	**6.510,71D**
CLIENTES DIVERSOS	6.510,71D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**353.369,19D**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS REND. PREFIXADOS	**353.369,19D**
MULTIPLIKE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS	353.369,19D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.771.512,90D**
IMOBILIZADO	**1.771.512,90D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**2.690.254,58D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.690.254,58D
VEÍCULOS	**73.143,15D**
VEÍCULOS	73.143,15D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**182.331,45D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	182.331,45D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**1.174.216,28C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	1.122.213,29C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	52.002,99C
PASSIVO	**2.460.053,58C**
PASSIVO CIRCULANTE	**2.202.819,04C**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	**2.719,85C**
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	**1.796,50C**
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	1.796,50C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**923,35C**
INSS A RECOLHER	746,95C
FGTS A RECOLHER	176,40C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**2.200.099,19C**
CONTAS CORRENTES	**1.802.326,61C**
PAULO PINTO DE MELLO	86.719,85C
SIDNEY PINTO DE MELLO	154.330,00C
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	142.063,00C
ANTONIO DE MELLO	4.850,00C
EDSON PINTO DE MELLO	844.430,00C
PEDRO RAFAEL PRIMO	65.000,00C
MARCO ANTONIO DE MELLO	258.433,76C
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	194.000,00C
SERGIO DE MELO	52.500,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**397.772,58C**
CREDITOS BANCO SICREDI	397.772,58C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**257.234,54C**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**257.234,54C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**2.506.163,19D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	2.506.163,19D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**2.763.397,73C**

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	**2.763.397,73C**

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.08.24 18:45:36 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.919-53

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.24 18:44:54 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2020

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(876.004,79)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(876.004,79)

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.08.25 11:05:18 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.919-53

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.25 11:04:38 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2021

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(612.335,56)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(612.335,56)

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.08.25 11:05:51 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.919-53

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.25 11:06:36 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2022

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.017.822,84)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(1.017.822,84)

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.08.25 11:07:53 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.919-53

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.25 11:07:20 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Empresa: **SIDNEY PINTO DE MELLO**
C.P.F.: 669.115.919-53

Folha: 0001
Número livro: 0002
Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:02:56

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**484.507,88**
VENDA DE MERCADORIAS	484.507,88
CUSTOS	**(922.447,77)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(922.447,77)
RECEITA LÍQUIDA	**(437.939,89)**
LUCRO BRUTO	**(437.939,89)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(438.064,90)**
DESPESAS COM VENDAS	**(385.766,12)**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(210.577,57)
DESPESAS SUPERMERCADO	(7.436,37)
DESPESAS DIVERSAS	(167.752,18)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(52.298,78)**
PRÓ-LABORE	(9.000,00)
TAXAS DIVERSAS	(8.499,25)
SEGUROS	(34.799,53)
RESULTADO OPERACIONAL	**(876.004,79)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(876.004,79)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(876.004,79)**

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.08.24 18:46:30 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.919-53

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:47:17 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:35
Número do documento: 23082518212833600000123217608
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212833600000123217608
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:29

Empresa: **SIDNEY PINTO DE MELLO**
C.P.F.: 669.115.919-53

Folha: 0001
Número livro: 0002
Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:04:50

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**4.799.350,18**
VENDA DE MERCADORIAS	4.799.350,18
CUSTOS	**(4.482.427,34)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(4.482.427,34)
RECEITA LÍQUIDA	**316.922,84**
LUCRO BRUTO	**316.922,84**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(929.258,40)**
DESPESAS COM VENDAS	**(860.381,13)**
SALÁRIOS E ORDENADOS	(22.212,00)
INSS	(8.738,10)
FGTS	(1.984,00)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(410.959,23)
DESPESAS SUPERMERCADO	(16.896,28)
DESPESAS DIVERSAS	(399.591,52)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(68.877,27)**
PRÓ-LABORE	(43.000,00)
SEGUROS	(10.126,42)
DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS	(4.799,30)
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(1.811,44)
IOF	(9.140,11)
RESULTADO OPERACIONAL	**(612.335,56)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(612.335,56)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(612.335,56)**

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.08.24 18:50:21 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.919-53

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:49:29 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:35
Número do documento: 23082518212833600000123217608
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212833600000123217608
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:29

Empresa: **SIDNEY PINTO DE MELLO**
C.P.F.: 669.115.919-53

Folha: 0001
Número livro: 0002
Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:08:01

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**5.287.145,58**
VENDA DE MERCADORIAS	5.287.145,58
CUSTOS	**(4.890.848,39)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(4.890.434,19)
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA CUSTEIO AGRICOLA	(414,20)
RECEITA LÍQUIDA	**396.297,19**
LUCRO BRUTO	**396.297,19**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.414.120,03)**
DESPESAS COM VENDAS	**(1.271.253,50)**
SALÁRIOS E ORDENADOS	(24.689,29)
INSS	(9.710,35)
FGTS	(2.204,96)
FRETES E CARRETOS	(231.360,65)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(552.679,48)
DESPESAS SUPERMERCADO	(38.919,05)
DEBITO CONVENIO ASSISTENCIA MEDICA	(6.503,51)
FARMACIA	(1.378,72)
DESPESAS DIVERSAS	(403.807,49)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(142.866,53)**
PRÓ-LABORE	(26.000,00)
TAXAS DIVERSAS	(79.828,38)
SEGUROS	(17.831,63)
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(19.206,52)
RESULTADO OPERACIONAL	**(1.017.822,84)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(1.017.822,84)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(1.017.822,84)**

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.08.24 18:51:31 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO

CPF: 669.115.919-53

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:54:38 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:35
Número do documento: 23082518212833600000123217608
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212833600000123217608
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:29

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Resultado do Período	**(876.004,79)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(876.004,79)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(922.447,77)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(922.447,77)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(922.447,77)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(922.447,77)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(922.447,77)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	0,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	28.839,14

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.08.24 18:57:21 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:56:07 -03'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Resultado do Período	**(612.335,56)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(612.335,56)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	(6.510,71)
Valores pagos a fornecedores	(4.512.727,44)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(4.519.238,15)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(4.519.238,15)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.519.238,15)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Redução nas Disponibilidades	(4.519.238,15)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	28.839,14
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	27.606,41

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.08.24 18:58:00 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:58:58 -03'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Resultado do Período	**(1.017.822,84)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(1.017.822,84)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(4.927.367,14)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(4.927.367,14)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(4.927.367,14)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.927.367,14)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Redução nas Disponibilidades	(4.927.367,14)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	27.606,41
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	(9.674,57)

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.08.24 19:01:19 -03'00'

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 18:59:53 -03'00'

Empresa: **VERA LUCIA GALLO DE MELLO** | Folha: 0001
C.P.F.: 614.594.029-87 | Emissão: 21/08/2023
Balanço encerrado em: 31/12/2020 | Hora: 17:35:46

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**509.294,65D**
ATIVO CIRCULANTE	**86.749,46D**
DISPONÍVEL	**86.749,46D**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**86.749,46D**
APLICACAO BANCO DO BRASIL	86.749,46D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**422.545,19D**
IMOBILIZADO	**422.545,19D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**469.579,30D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	469.579,30D
VEÍCULOS	**56.857,14D**
VEÍCULOS	56.857,14D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**1.396,03D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	1.396,03D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**105.287,28C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	93.915,86C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	11.371,42C
PASSIVO	**509.294,65C**
PASSIVO CIRCULANTE	**161.398,11C**
FORNECEDORES	**137.398,11C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**137.398,11C**
FORNECEDORES DIVERSOS	137.398,11C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**24.000,00C**
CONTAS CORRENTES	**24.000,00C**
SIDNEY PINTO DE MELLO	10.000,00C
EDSON PINTO DE MELLO	14.000,00C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**347.896,54C**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**347.896,54C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**178.539,90D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	178.539,90D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**526.436,44C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	526.436,44C

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.08.24 16:50:27 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.24 16:52:19 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:36
Número do documento: 23082518212924900000123217610
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212924900000123217610
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:30

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**1.096.797,91D**
ATIVO CIRCULANTE	**36.441,83D**
DISPONÍVEL	**36.441,83D**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**36.441,83D**
APLICACAO BANCO DO BRASIL	36.441,83D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.060.356,08D**
IMOBILIZADO	**1.060.356,08D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**1.351.380,59D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.351.380,59D
VEÍCULOS	**103.928,56D**
VEÍCULOS	103.928,56D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**1.396,03D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	1.396,03D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**396.349,10C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	364.191,97C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	32.157,13C
PASSIVO	**1.096.797,91C**
PASSIVO CIRCULANTE	**652.285,57C**
FORNECEDORES	**163.803,39C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**163.803,39C**
FORNECEDORES DIVERSOS	163.803,39C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**488.482,18C**
CONTAS CORRENTES	**387.000,00C**
PAULO PINTO DE MELLO	96.000,00C
SIDNEY PINTO DE MELLO	2.000,00C
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	6.000,00C
EDSON PINTO DE MELLO	244.000,00C
MARA VIOLIN DE MELLO	39.000,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**101.482,18C**
CREDITO BANCO DO BRASIL	101.482,18C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**444.512,34C**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**444.512,34C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**1.010.796,81D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.010.796,81D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**1.455.309,15C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.455.309,15C

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.08.24 16:54:33 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 16:53:50 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	**1.325.084,37D**
ATIVO CIRCULANTE	**52.383,40C**
DISPONÍVEL	**52.383,40C**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**52.383,40C**
BANCO DO BRASIL	52.383,40C
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**1.377.467,77D**
IMOBILIZADO	**1.377.467,77D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**2.059.981,87D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.059.981,87D
VEÍCULOS	**103.928,56D**
VEÍCULOS	103.928,56D
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**42.688,52D**
CONSORCIO NAO CONTEMPLADO	42.688,52D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**829.131,18C**
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	776.188,34C
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	52.942,84C
PASSIVO	**1.325.084,37C**
PASSIVO CIRCULANTE	**2.203.084,26C**
FORNECEDORES	**29.668,58C**
FORNECEDORES NACIONAIS	**29.668,58C**
FORNECEDORES DIVERSOS	29.668,58C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**2.173.415,68C**
CONTAS CORRENTES	**1.047.000,00C**
PAULO PINTO DE MELLO	55.000,00C
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	6.000,00C
EDSON PINTO DE MELLO	818.000,00C
MARA VIOLIN DE MELLO	168.000,00C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**1.126.415,68C**
CREDITO VEICULO BANDO DO BRASIL	11.512,41C
CREDITO BANCO DO BRASIL	1.114.903,27C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**877.999,89D**
LUCROS OU PREJUÍZOS	**877.999,89D**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**3.041.910,32D**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	3.041.910,32D
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	**2.163.910,43C**
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.163.910,43C

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.08.24 16:55:54 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.24 16:57:21 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2020

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(178.539,90)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(178.539,90)

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.08.25 11:10:19 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.25 11:09:50 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2021

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(832.256,91)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(832.256,91)

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.08.25 11:10:54 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194 Dados: 2023.08.25 11:11:23 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2022

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.031.113,51)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	0,00
"Hedges" de fluxo de caixa	0,00
Ajustes de reclassificações para valores reconhecidos no res	0,00
Outros Resultados	0,00
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(2.031.113,51)

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.08.25 11:12:22 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.25 11:11:54 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Empresa: **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**
C.P.F.: 614.594.029-87

Folha: 0001
Número livro: 0001
Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:39:39

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**984.308,38**
VENDA DE MERCADORIAS	984.308,38
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(17.181,75)**
(-) ICMS	(17.181,75)
CUSTOS	**(1.014.729,49)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(943.210,11)
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA CUSTEIO AGRICOLA	(71.519,38)
RECEITA LÍQUIDA	**(47.602,86)**
LUCRO BRUTO	**(47.602,86)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(130.937,04)**
DESPESAS COM VENDAS	**(110.292,28)**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(105.287,28)
DESPESAS DIVERSAS	(5.005,00)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(20.644,76)**
SEGUROS	(20.644,76)
RESULTADO OPERACIONAL	**(178.539,90)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(178.539,90)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(178.539,90)**

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.08.24 17:00:00 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:00:42 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:36
Número do documento: 23082518212924900000123217610
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212924900000123217610
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:30

Empresa: **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**
C.P.F.: 614.594.029-87

Folha: 0001
Número livro: 0001
Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:40:19

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**671.515,03**
VENDA DE MERCADORIAS	671.515,03
CUSTOS	**(1.205.110,12)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(1.205.110,12)
RECEITA LÍQUIDA	**(533.595,09)**
LUCRO BRUTO	**(533.595,09)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(298.661,82)**
DESPESAS COM VENDAS	**(298.661,82)**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(291.061,82)
DESPESAS DIVERSAS	(7.600,00)
RESULTADO OPERACIONAL	**(832.256,91)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(832.256,91)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(832.256,91)**

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.08.24 17:02:40 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:01:28 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:36
Número do documento: 23082518212924900000123217610
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212924900000123217610
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:30

Empresa: **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**
C.P.F.: 614.594.029-87

Folha: 0001
Número livro: 0001
Emissão: 21/08/2023
Hora: 17:38:58

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	Saldo Atual
RECEITA BRUTA	**615.000,00**
VENDA DE MERCADORIAS	615.000,00
CUSTOS	**(2.195.120,12)**
COMPRA DE MERCADORIAS PARA CUSTEIO	(2.195.120,12)
RECEITA LÍQUIDA	**(1.580.120,12)**
LUCRO BRUTO	**(1.580.120,12)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(450.993,39)**
DESPESAS COM VENDAS	**(432.782,08)**
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(432.782,08)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(18.211,31)**
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(17.657,67)
IOF	(553,64)
RESULTADO OPERACIONAL	**(2.031.113,51)**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**(2.031.113,51)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(2.031.113,51)**

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.08.24 17:03:43 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:05:07 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:36
Número do documento: 23082518212924900000123217610
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518212924900000123217610
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:30

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Resultado do Período	(178.539,90)
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	0,00
Resultado na venda de ativo permanente	0,00
Equivalência patrimonial	0,00
Juros recebidos	0,00
Juros pagos	0,00
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	0,00
(Aumento) Redução nos estoques	0,00
Aumento nas despesas antecipadas	0,00
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	0,00
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	0,00
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	0,00
Aumento (Redução) na provisão para contingências	0,00
Total dos ajustes	0,00
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	(178.539,90)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(805.812,00)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(805.812,00)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(805.812,00)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(805.812,00)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(805.812,00)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	0,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	0,00

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.08.24 17:27:37 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:25:52 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Resultado do Período	(832.256,91)
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	0,00
Resultado na venda de ativo permanente	0,00
Equivalência patrimonial	0,00
Juros recebidos	0,00
Juros pagos	0,00
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	0,00
(Aumento) Redução nos estoques	0,00
Aumento nas despesas antecipadas	0,00
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	0,00
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	0,00
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	0,00
Aumento (Redução) na provisão para contingências	0,00
Total dos ajustes	0,00
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	(832.256,91)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(1.178.704,84)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(1.178.704,84)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(1.178.704,84)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.178.704,84)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Aumento nas Disponibilidades	(1.178.704,84)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	0,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	0,00

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.08.24 17:29:31 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:31:01 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Resultado do Período	**(2.031.113,51)**
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO COM O VALOR DAS DISPONIBILIDADES GERADAS (AP	
Depreciação e amortização	**0,00**
Resultado na venda de ativo permanente	**0,00**
Equivalência patrimonial	**0,00**
Juros recebidos	**0,00**
Juros pagos	**0,00**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	
(Aumento) Redução em contas a receber	**0,00**
(Aumento) Redução nos estoques	**0,00**
Aumento nas despesas antecipadas	**0,00**
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para créditos duvidosos	**0,00**
Aumento (Redução) em salários e encargos e pagar	**0,00**
Aumento (Redução) na provisão para contingências	**0,00**
Total dos ajustes	**0,00**
Disponibilidade líquidas aplicada nas atividades operacionais	**(2.031.113,51)**

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Valores Recebidos de Clientes	0,00
Valores pagos a fornecedores	(2.292.813,10)
Valores pagos a empregados	0,00
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(2.292.813,10)
Tributos pagos	0,00
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(2.292.813,10)
Recebimento por indenização de seguros	0,00
Recebimentos de lucros e dividendos	0,00
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	0,00
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.292.813,10)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Compras de imobilizado	0,00
Aquisição de ações/cotas	0,00
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	0,00
Juros recebidos de empréstimos	0,00
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	0,00
Pagamentos de lucros e dividendos	0,00
Empréstimos tomados	0,00
Pagamentos de empréstimos/Debêntures	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00
Redução nas Disponibilidades	(2.292.813,10)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	0,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	(52.383,40)

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.08.24 17:33:23 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

CPF: 614.594.029-87

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.24 17:32:10 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM
Reg. no CRC - MT sob o No. GO-022374/O-4
CPF: 013.144.891-94

GRUPO MELLO - PRODUTORES RURAIS

ESDON PINTO DE MELLO, CPF 669.115.089-91
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, CPF 089.692.471-39
MARCO ANTONIO DE MELLO, CPF 064..020.619-05
SIDNEY PINTO DE MELLO, CPF 669.115.919-53
MARA VIOLIN DE MELLO, CPF 037.810.239-74
VERA LUCIA GALLO DE MELLO, CPF 614.594.029-87

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 25/08/2023

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E BANCOS		-44.274,67
SALDO BLOQUEADO JUDICIAL		1.556.645,99
ESTOQUES - MILHO		2.450.000,00
	total do ativo circulante	**3.962.371,32**
INVESTIMENTOS		
COTA CAPITAL, APLICAÇÕES E CONSÓRCIOS		986.835,52
IMOBILIZADO		
BENS EM OPERAÇÕES - VALOR DE AQUISIÇÃO		19.570.860,28
AJUSTE AO VALOR JUSTO		0,00
	total ativo não circulante	**20.557.695,80**
TOTAL DO ATIVO		**24.520.067,12**

PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		
GARANTIA REAL		35.835.361,18
QUIROGRAFÁRIO		14.481.091,50
ME-EPP		4.600,0
TRABALHISTA		75.473,00
	total do passivo circulante	**50.396.526,43**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PREJUÍZOS RESULTADOS ACUMULADOS		12.510.173,51
SUPERVINIÊNCIA ATIVA (PASSIVA)		0,00
	total patrimônio líquido	**12.510.173,51**
TOTAL DO PASSIVO		**62.906.699,94**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO
LEVANTADA EM 25/08/2023

CONTAS	VALOR
RECEITA LÍQUIDA BRUTA	27.964.476,30
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	4.007.583,12
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**23.956.893,18**

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
LEVANTADA EM 25/08/2023

CONTAS	VALOR
SALDO INICIAL DE CAIXA EM 01/01/2023	
ENTRADAS DE CAIXA	
SAÍDAS DE CAIXA	
SALDO FINAL DE CAIXA EM 28/02/2023	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO
LEVANTADA EM 25/08/2023

CONTAS	VALOR
RESULTADOS ACUMULADOS EM 31/12/2022	-12.510.173,51
RESULTADO DE 01/01/2023 A 25/08/2023	23.956.893,18
RESULTADO ACUMULADOS EM 28/02/2023	**11.446.719,67**

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 — Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2023.08.25 14:39:18 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 — Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.08.25 14:39:38 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 — Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.08.25 14:40:00 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 — Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2023.08.25 14:40:24 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 — Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.08.25 14:40:47 -03'00'

VERA LUCIA GALLO:61459402987 — Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.08.25 14:41:09 -03'00'

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:36
Número do documento: 23082518213012500000123217616
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518213012500000123217616
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:30

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL - PROJEÇÃO PARA O PERÍODO DE 2023 A 2034															
GRUPO MELLO															
EDSON PINTO DE MELLO, CPF: 669.115.089-91							SIDNEY PINTO DE MELLO, CPF: 669.115.919-53								
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, CPF: 089.692.471-39							MARA VIOLIN DE MELLO, CPF: 037.810.239-74								
MARCO ANTONIO DE MELLO, CPF: 064.020.619-05							VERA LUCIA GALLO DE MELLO, CPF: 614.594.029-87								
CONSOLIDADO															
HISTÓRICO		**agosto-23**	**setembro-23**	**outubro-23**	**novembro-23**	**dezembro-23**	**janeiro-24**	**fevereiro-24**	**março-24**	**abril-24**	**maio-24**	**junho-24**	**julho-24**	**agosto-24**	**TOTAL**
SALDO INICIAL DE CAIXA		**1.512.371**	**2.636.559**	**-39.574**	**-2.715.707**	**-5.391.841**	**-8.067.974**	**-11.970.321**	**-9.934.667**	**-4.098.692**	**672.928**	**5.444.549**	**10.216.170**	**16.214.006**	**-5.522.193**
ENTRADAS OPERACIONAIS		**1.226.214**	**1.226.214**	**1.226.214**	**1.226.214**	**1.226.214**	**0**	**5.938.002**	**5.938.002**	**5.938.002**	**5.938.002**	**5.938.002**	**7.164.216**	**1.226.214**	**44.211.509**
TOTAL DE RECEITAS		1.226.214	1.226.214	1.226.214	1.226.214	1.226.214	0	5.938.002	5.938.002	5.938.002	5.938.002	5.938.002	7.164.216	1.226.214	**44.211.509**
	MILHO	1.226.214	1.226.214	1.226.214	1.226.214	1.226.214							1.226.214	1.226.214	**8.583.500**
	SOJA							5.938.002	5.938.002	5.938.002	5.938.002	5.938.002	5.938.002		**35.628.009**
SAÍDAS OPERACIONAIS		**102.027**	**3.902.348**	**3.902.348**	**3.902.348**	**3.902.348**	**3.902.348**	**3.902.348**	**102.027**	**1.166.381**	**1.166.381**	**1.166.381**	**1.166.381**	**1.166.381**	**29.450.041**
DESPESAS - CUSTEIOS		102.027	3.902.348	3.902.348	3.902.348	3.902.348	3.902.348	3.902.348	102.027	1.166.381	1.166.381	1.166.381	1.166.381	1.166.381	**29.450.041**
	MILHO									1.064.354	1.064.354	1.064.354	1.064.354	1.064.354	**5.321.770**
	SOJA		3.800.321	3.800.321	3.800.321	3.800.321	3.800.321	3.800.321							**22.801.926**
DESPESAS OPERACIONAIS		102.027	102.027	102.027	102.027	102.027	102.027	102.027	102.027	102.027	102.027	102.027	102.027	102.027	**1.326.345**
GERAÇÃO DE CAIXA DA OPERAÇÃO		**1.124.188**	**-2.676.133**	**-2.676.133**	**-2.676.133**	**-2.676.133**	**-3.902.348**	**2.035.654**	**5.835.975**	**4.771.621**	**4.771.621**	**4.771.621**	**5.997.835**	**59.834**	**14.761.468**
SALDO FINAL DO CAIXA		**2.636.559**	**-39.574**	**-2.715.707**	**-5.391.841**	**-8.067.974**	**-11.970.321**	**-9.934.667**	**-4.098.692**	**672.928**	**5.444.549**	**10.216.170**	**16.214.006**	**16.273.839**	**9.239.275**

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.08.25 15:19:30 -03'00'

GRUPO MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Assinado de forma digital por UELDER GONCALVES GONDIM:01314489194
Dados: 2023.08.25 15:19:03 -03'00'

UELDER GONÇALVES GONDIM

Contador: CRC/MT GO-022374/O-4

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.08.25 15:20:01 -03'00'

GRUPO MELLO

SIDNEY PINTO DE MELLO

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.08.25 15:21:57 -03'00'

GRUPO MELLO

MARCO ANTONIO DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.08.25 15:20:39 -03'00'

GRUPO MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.08.25 15:22:32 -03'00'

GRUPO MELLO

EDSON PINTO DE MELLO

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.08.25 15:21:16 -03'00'

GRUPO MELLO

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:36
Número do documento: 23082518213075900000123217617
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518213075900000123217617
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:31

DESCRIÇÃO DAS SOCIEDADES DE GRUPO SOCIETÁRIO

Em cumprimento ao que dispõe a alínea "e", do inciso II, do art. 51 da Lei 11.101/2005, incluído pela Lei 14.112/2020, **SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **MARA VIOLIN DE MELLO,** brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **EDSON PINTO DE MELO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:36
Número do documento: 23082518213139600000123217624
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518213139600000123217624
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:31

na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; e **MARCO ANTONIO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000 – todos integrantes do **GRUPO MELLO**, apresentam abaixo a descrição das sociedades de grupo, interligadas entre si.

Isso porque as atividades de cada produtor rural estão voltadas para o segmento principal, qual seja, o cultivo de commodities, adepender de cada ciclo, atividades estas interdependentes e coligadas entre si, contudo, possuindo cada produtor rural seu descritivo abaixo e consoante a ampla narrativa e comprovação documental acostada na inicial comprobatória de grupo econômico, bem como consolidação processual e substancial que o caso exige:

NOME EMPRESARIAL: EDSON PINTO DE MELLO
NOME FANTASIA: EDSON PINTO DE MELLO

SÓCIO	QUOTAS	PERCENTUAL	EM REAIS
EDSON PINTO DE MELLO	30.000	100%	R$ 30.000,00
TOTAIS	**30.000**	**100%**	**R$ 30.000,00**

NOME EMPRESARIAL: MARA VIOLIN DE MELLO
NOME FANTASIA: MARA VIOLIN DE MELLO

SÓCIO	QUOTAS	PERCENTUAL	EM REAIS
MARA VIOLIN DE MELLO	30.000	100%	R$ 30.000,00
TOTAIS	**30.000**	**100%**	**R$ 30.000,00**

NOME EMPRESARIAL: MARCO ANTÔNIO DE MELLO
NOME FANTASIA: MARCO ANTÔNIO DE MELLO

SÓCIO	QUOTAS	PERCENTUAL	EM REAIS
MARCO ANTÔNIO DE MELLO	30.000	100%	R$ 30.000,00
TOTAIS	**30.000**	**100%**	**R$ 30.000,00**

NOME EMPRESARIAL: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
NOME FANTASIA: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

SÓCIO	QUOTAS	PERCENTUAL	EM REAIS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	30.000	100%	R$ 30.000,00
TOTAIS	**30.000**	**100%**	**R$ 30.000,00**

NOME EMPRESARIAL: SIDNEY PINTO DE MELLO
NOME FANTASIA: SIDNEY PINTO DE MELLO

SÓCIO	QUOTAS	PERCENTUAL	EM REAIS
SIDNEY PINTO DE MELLO	30.000	100%	R$ 30.000,00
TOTAIS	**30.000**	**100%**	**R$ 30.000,00**

NOME EMPRESARIAL: VERA LUCIA GALLO DE MELLO
NOME FANTASIA: VERA LUCIA GALLO DE MELLO

SÓCIO	QUOTAS	PERCENTUAL	EM REAIS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	30.000	100%	R$ 30.000,00
TOTAIS	**30.000**	**100%**	**R$ 30.000,00**

SIDNEY PINTO DE MELLO

MARA VIOLIN DE MELLO

EDSON PINTO DE MELO

VERA LUCIA GALLO DE MELLO

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

MARCO ANTONIO DE MELLO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:36
Número do documento: 23082518213139600000123217624
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518213139600000123217624
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:31

RELAÇÃO INTEGRAL DE FUNCIONÁRIOS - GRUPO MELLO

EMPREGADOR	FUNCIONÁRIO	ADMISSÃO	FUNÇÃO	SALÁRIO MENSAL	13° SALÁRIO	FÉRIAS /PROPORCIONAL	AVISO	VALOR TOTAL
MARCO	ALBENIRI ALVES DE ALMEIDA	01/12/2021	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.400,00	R$ 1.400,00	R$ 1.866,00	R$ 2.640,00	R$ 8.306,00
MARCO	CARLOS HENRIQUE CARVALHO LIMA	01/12/2021	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.000,00	R$ 1.166,00	R$ 1.554,00	R$ 2.200,00	R$ 6.920,00
EDSON	JULIA BARROS CASTRO	01/08/2022	COZINHEIRA	R$ 1.320,00	R$ 770,00	**R$ 1.760,00**	R$ 1.452,00	R$ 5.302,00
EDSON	GLENIO JUNIOR VIEIRA MARQUES	01/07/2022	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.200,00	R$ 1.283,00	**R$ 2.933,00**	R$ 2.420,00	R$ 8.836,00
EDSON	MAURÍLIO GONCALVES PEREIRA	02/05/2016	TRABALHADOR RURAL	R$ 2.170,00	R$ 1.446,66	R$ 3.857,77	R$ 1.519,00	R$ 8.993,43
RAFAEL	MAURÍCIO RICARDO BRANDÃO	01/08/2023	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.000,00	-	-	-	R$ 2.000,00
RAFAEL	JEFFERSON MENDES BARBOSA	01/08/2023	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.000,00	-	-	-	R$ 2.000,00
RAFAEL	ANA ALICE GOMES DA SILVA	01/03/2021	COZINHEIRA	R$ 1.320,00	R$ 550,00	R$ 733,00	R$ 1.452,00	R$ 4.055,00
RAFAEL	RONALDO DA SILVA ALMEIDA	01/09/2022	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.000,00	R$ 1.166,00	R$ 1.721,00	R$ 2.000,00	R$ 7.387,00
RAFAEL	CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA ALVES	01/03/2023	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.000,00	R$ 1.166,00	R$ 1.554,00	R$ 2.000,00	R$ 6.720,00
RAFAEL	SAMYLLA MARTINS DEMELLAS	01/03/2023	COZINHEIRA	R$ 1.320,00	R$ 770,00	R$ 1.026,00	R$ 1.320,00	R$ 4.436,00
SIDNEY	DIOGO MOREIRA SOUZ	01/01/2018	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.210,00	R$ 1.289,00	R$ 1.718,00	R$ 3.094,00	R$ 8.311,00
SIDNEY	DAVI PRUDENTE MOREIRA	01/01/2021	OPERADOR DE MAQUINAS	R$ 2.200,00	R$ 1.283,00	R$ 1.710,00	R$ 2.420,00	R$ 7.613,00
SIDNEY	ALEXANDRE FRANCISCO DE OLIVEIRA	05/01/2021	TRABALHADOR RURAL	R$ 2.370,00	R$ 1.382,50	R$ 1.843,33	R$ 474,00	R$ 6.069,83
							TOTAL	**R$ 80.879,43**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:37
Número do documento: 23082518213192700000123217625
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082518213192700000123217625
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 18:21:32

24/08/2023

Número: **1018995-61.2023.8.11.0000**

Classe: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL**
Órgão julgador colegiado: **Segunda Câmara de Direito Privado**
Órgão julgador: **GABINETE - DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS**
Última distribuição : **16/08/2023**
Valor da causa: **R$ 7.142.000,00**
Processo referência: **1022463-24.2023.8.11.0003**
Assuntos: **Cédula de Produto Rural, Concurso de Credores**
Objeto do processo: **RAI C/ PEDIDO DE LIMINAR - TUTELA CAUTELAR PREPARATÓRIA AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 1022463-24.2023.8.11.0003, da 4ª Vara Civel de Rondonópolis - Pedido: suspensão da decisão do Juízo da 1ª Vara Cível de Jataí/GO, que determinou o o arresto e remoção equivalente a 160.000 sacas de milho, de 60 kg cada.**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
MARCO ANTONIO DE MELLO (EMBARGANTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO)**
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO (EMBARGANTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO)**
VERA LUCIA GALLO DE MELLO (EMBARGANTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO)**
EDSON PINTO DE MELLO (EMBARGANTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO)**

MARA VIOLIN DE MELLO (EMBARGANTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO)**
SIDNEY PINTO DE MELLO (EMBARGANTE)	
	PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO) **ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO)**
RURAL BRASIL S.A. (EMBARGADO)	
	JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA (ADVOGADO)

Outros participantes	
MT PERICIAS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Movimento	Documento	Tipo
179480155	21/08/2023 15:25	Juntada de Petição de embargos de declaração	Embargos de Declaração - URGENTE EFEITO SUSPENSIVO	Embargos de Declaração

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA DESEMBARGADORA RELATORA DO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 1018995-61.2023.8.11.0000 EM TRÂMITE NA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGREGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

RISCO DE QUEBRA – ESVAZIAMENTO TOTALIDADE PRODUÇÃO SAFRA – RJ

"4. O acórdão do Tribunal paulista está de acordo com a jurisprudência da Segunda Seção de que o crédito extraconcursal não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial, mas o juízo universal deverá exercer controle sobre os atos de constrição do patrimônio, que analisará a essencialidade do bem para o soerguimento da empresa. (AgInt no CC n. 183.978/RJ, relator Ministro Moura Ribeiro, Segunda Seção, julgado em 8/3/2023, DJe de 11/5/2023.) (g.n)"

PROCESSO N.º 1018995-61.2023.8.11.0000

SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **MARA VIOLIN DE MELLO,** brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de

Este documento foi gerado pelo usuário 069.***.***-26 em 28/08/2023 15:34:20
Número do documento: 23082515243252800001273176084
https://pje2jm.tjmt.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252800001273176084
Assinado eletronicamente por: PEDRO REIS DOS SANTOS JUNIOR - 25/08/2023 15:24:38

Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **EDSON PINTO DE MELO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; e **MARCO ANTONIO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, com supedâneo no artigo 1.022 e seguintes, opor tempestivamente os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO**, em face da decisão liminar de ID 179109173 para, assim, eliminar a omissão nela contida, consoante as razões abaixo explicitadas.

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:34:20
Número do documento: 23082515243252800001273176084
https://pje2jrmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252800001273176084
Assinado eletronicamente por: PEDRO REIS DOS SANTOS JUNIOR - 25/08/2023 15:24:38

I – DO CABIMENTO DESTE RECURSO EM FACE DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA.

As disposições do NCPC, especialmente na parte que trata da fase recursal, não deixam qualquer dúvida quanto à pertinência da oposição dos Embargos de Declaração em face de qualquer decisão.

Nesse passo, urge evidenciar a regra processual na sua íntegra:

> Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

Com efeito, oportunas são as lições de Guilherme Rizzo Amaral, *in verbis*: "*Não havia dúvida na sistemática anterior quanto ao cabimento de embargos de declaração contra qualquer decisão judicial, colegiada ou monocrática (decisão interlocutória, sentença, decisão de relator ou membro de órgão fracionário de tribunal, decisão do presidente ou vice-presidente do tribunal etc.), passando a prevê-lo de forma expressa o atual CPC.*". (In, Comentários às alterações do novo CPC. São Paulo: Ed. RT, 2006. P. 556).

No mesmo sentido professa Alexandre Freitas Câmara que: "*Os embargos de declaração são cabíveis contra qualquer provimento judicial de conteúdo decisório: sentenças, acórdãos e, apesar do silencio da lei, decisões interlocutórias*" (In, Lições de Direito Processual Civil. São Paulo: RT, 2015, p. 1038).

Nesse compasso, inexiste dúvida quanto a viabilidade do presente recurso, uma vez que a decisão embargada, *data vênia*, foi omissa no ponto a seguir demonstrado.

A respeito do tema, pelo brilhantismo que contém, vale a pena rememorar os ensinamentos do Professor Luiz Orione Neto, para quem:

> "Em relação aos vícios da contradição e da omissão, afigura-se-nos plenamente cabível a natureza infringente dos embargos de declaração, conforme ressaltou julgado do TJRJ, *in verbis*: '*Quando os embargos de declaração forem acolhidos para corrigir omissão ou*

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-26 em 24/08/2023 15:34:30
Número do documento: 23082515243252800001273176084
https://pje2jrmjusbr443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252800001273176084
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DOS REIS - 25/08/2023 15:24:38

> *suprir contradição, podem ter efeitos modificativos do julgado"* (Recursos Cíveis, saraiva: 200 1791091739, 3 ed., p. 395).

O Colendo Superior Tribunal de Justiça, guardião máximo da interpretação das normas infraconstitucionais, também compartilha do mesmo entendimento, senão vejamos:

> "Segundo a moldura do cânon inscrito no art. 535, do CPC, os embargos de declaração consubstanciam instrumento processual destinado a expungir do julgamento obscuridades ou contradições, ou ainda para suprir omissão sobre cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, sendo possível a concessão de efeito modificativo quando em decorrência dos citados defeitos". (STJ. EDclResp 240.846/RS, 6.ª Turma, rel. Min. Vicente Leal, j. 23.5.2000, DJ 12.6.2000, p. 148).

Assim inexiste dúvida quanto a viabilidade do presente instrumento processual e espera a embargante que esse juízo encontre a relevância da argumentação para fins de sanar a omissão na decisão embargada.

II – DA TEMPESTIVIDADE.

Esclarecido o cabimento deste recurso, convém demonstrar a sua tempestividade. Pois bem, conforme se infere da decisão de ID 179109173, a mesma fora disponibilizada no TJMT-DJEN, na data de 21.08.2023 e publicado no dia 22.08.2023.

Assim, o prazo da ora embargante começou a fluir no próximo dia útil subsequente, e considerando que o prazo para oposição dos aclaratórios são de 05 (cinco) dias úteis, tem-se que o prazo fatal para oposição destes Embargos de Declaração se findará no dia 29.08.2023. Portanto, tempestivo o presente recurso.

III – DO MÉRITO.

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:37:20
Número do documento: 23082515243252800001273176084
https://pje2jtmt.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252800001273176084
Assinado eletronicamente por: REGIANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 15:24:38

III.I - DA OMISSÃO PROPOSITAL DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS DA CAUTELAR PREPARATÓRIA DE RECUPERAÇÃO JUDCIAL NA TENTATIVA DE INDUZIR ESTE E. TRIBUNAL EM ERRO.

Excelência, primeiramente é preciso informar neste RAI, que a Embargada sequer se interessou em saber as razões que levaram o pedido contido nos autos de piso, tão pouco o que levou a decisão objeto de agravo.

Isso porque, a Embargada **SEQUER se habilitou nos autos de origem,** a fim de obter conhecimento das razões iniciais e documentos (dezenas) que levaram a decisão atacada – **não por outra razão deixou de trazer ao conhecimento deste E. Tribunal o próprio pedido INICIAL!**

Prova disso é que a procuração apresentada pela Embargada utilizada como procuração dos Embargantes/Agravados, foi retirada da ação de arresto em trâmite junto ao TJ-GO, e não do caderno processual de origem, conforme consta do registro de autenticidade do ID. 178972697.

Assim, ao omitir deste recurso as razões do pedido preparatório de Recuperação Judicial dos Embargantes, a Embargada induziu em erro a análise deste E. Tribunal quanto as razões que fizeram decidir pelo juízo *a quo* na decisão agravada.

Outro ponto que induziu este E. Tribunal em erro, foi o fato da Embargada indicar a necessidade de suspensão da Ação de Tutela Provisória de Urgência de Natureza Cautelar de Arresto com Pedido Liminar 5427449-60.2023.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, que **SEQUER FOI OBJETO DE APONTAMENTO NA INICIAL DO PEDIDO PREPARATÓRIO DE RJ (omitido pela credora) - e por consequente, SEQUER FOI OBJETO DE SUSPENSÃO PELO JUÍZO DE PISO NA DECISÃO AGRAVADA.**

Assim claramente induzindo em erro, fez com que este E. Tribunal, suspendesse ordem que sequer havia sido apreciada pelo Juízo *a quo,* fazendo ocorrer a irregularidade processual de supressão de instância, fazendo nascer a contradição apontada.

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-26 em 28/08/2023 15:34:20
Número do documento: 23082515243252600001273176084
https://pje2jtmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252600001273176084
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DA SILVA - 25/08/2023 15:24:38

E por essa razão, é que apontando os vícios ensejadores do manejo dos Embargos de Declaração passa a expor, aclarar e requerer, como medida da mais inteira JUSTIÇA, sob pena de se inviabilizar o soerguimento das atividades de produção rural dos Embargantes que são exercidas há mais de 50 (cinquenta) anos.

III.II – DA QUEBRA DE SAFRA EXPRESSAMENTE RECONHECIDA PELA CREDORA EMBARGADA EM SEDE DE SUAS CAUTELARES DE ARRESTO – FATO OMITIDO NAS RAZÕES RECUSAIS.

Excelências, em que pese os argumentos narrados pela Embargada que corroboraram com o deferimento da liminar pretendida em sede de efeito suspensivo, alguns detalhes foram omitidos deste Juízo, como dito, a fim de induzi-lo em erro.

Isso porque trata-se o crédito em questão de:

- 9.600.000,00 kg (nove milhões e seiscentos mil quilos) de milho, equivalentes a 160.000 (cento e sessenta mil) sacas de 60 kg de milho cada, safra 2023/2023, obrigação representada pela Cédula de Produto Rural 817/2022, em Vila Rica/MT;

Contudo, o número de grãos ali garantidos e perseguidos pela Embargada não reflete a realidade da safra de milho deste ano a qual os Embargantes realizaram como resultado da colheita.

Tal fato, mesmo de ciência pela Embargada, foi omitido perante este E. Tribunal, isso por que os mesmos eram sabedores de que a safra da qual advém a garantia outrora ofertada, teve como fator climático adverso, ocasionado a **SIGNIFICANTE QUEBRA DE SAFRA**, fato claramente descrito na cautelar de arresto movida pela Embargada no TJGO, a saber (Doc. 01 - 5425690-61.2023.8.09.0093:

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:34:20
Número do documento: 23082515243252600001273176084
https://pje2jrmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252600001273176084
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DA SILVA - 25/08/2023 15:24:38

> Ademais, conforme laudo de monitoramento formalizado por prepostos da requerente, a produção de milho na lavoura será bem menor do que aquela prevista na CPR, de modo que, ainda que os requeridos colham toda a produção e a entreguem em favor da requerente, esta não irá receber aquilo que lhe é devido.

Ora Excelências, a CPR sendo garantida outrora pela quantia de 160.000 (cento e sessenta mil) sacas de milho em determinada área, ao final da colheita produziu menos da metade – 79.416 sacas na área objeto – o que demonstra de forma incontroversa EVIDENTE A QUEBRA - como informado pela Embargada nas razões recursais (parágrafo 19), vejamos:

> Realizamos o monitoramento da propriedade no dia **13/08/23** no período diurno. Foi verificado atividade de colheita no talhão 6 e houve enchimento do silo bolsa nº 25. O volume estimado presente nos silos bolsas era de 4.765.000,00 kg (79.416,67,00 sacas de 60 kg de milho).

Não obstante, os próprios Embargantes promoveram a confeção de laudo complementar ao da própria Embargada, que fora anexado junto ao pedido inicial da cautelar preparatória de RJ (*omitido nas razões recursais*), **a fim de constatar também a frustração da presente safra, portanto incontroverso o fato em questão (Doc. 02).**

Dito isto Excelências, como reconhecido pela própria embargada, a colheita dos grãos até então realizada não é capaz de liquidar *in totum* o crédito em questão, dada a quebra de safra que por condições adversas ocorrera naquela região.

Nesse sentido, arguir que a CPR física não se submete aos efeitos recuperacionais, consoante ao que dispõe o art. 11 da Lei 8.929/94, impede que os Embargantes possam comprovar a exceção constante da parte final do dispositivo legal supracitado:

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:34:20
Número do documento: 23082515243252800001273276084
https://pje2jrmjusbr443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252800001273276084
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DOS REIS - 25/08/2023 15:24:38

> Art. 11. Não se sujeitarão aos efeitos da recuperação judicial os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR com liquidação física, em caso de antecipação parcial ou integral do preço, ou, ainda, representativa de operação de troca por insumos (**barter**), subsistindo ao credor o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente da cédula ou de qualquer terceiro, **salvo motivo de caso fortuito ou força maior que comprovadamente impeça o cumprimento parcial ou total da entrega do produto**.

Ora, por motivos alheios à vontade dos Embargantes, o arresto, se assim for permitido, jamais satisfaria a integralidade dos títulos pertencentes à Embargada, afastando assim a extraconcursalidade do crédito perseguido.

Tal instrução com fito de apuração comprobatória deverá ser realizada nos autos de piso, após angularização processual, sobre o crivo da ampla defesa e contraditório das partes e de todos interessados.

Lado outro, havendo quebra de safra e, devidamente constatado tal assertiva, o credor deixará de ser extraconcursal, para se submeter aos efeitos da Lei 11.101/2005, ante a parte final disposta no art. 11 da Lei 8929/94.

Ainda que assim não fosse, seria prematuro manter a liminar deferida neste recurso, **sem antes da análise feita na constatação prévia,** seja sobre a essencialidade dos bens, seja sobre a quebra da safra.

Mesmo porque o MM. Juízo de piso determinou que os grãos fossem depositados em juízo e, apenas após tais análises é que se decidiria o destino destes grãos, logo, não haverá perigo de dano algum o Agravante aguardar tal momento, **como bem já decidiu esta E. Segunda Câmara de Direito Privado, em recentes recursos que tratam da idêntica matéria aqui exposta, conforme adiante exposto.**

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-26 em 28/08/2023 15:34:30
Número do documento: 23082515243252600001273176084
https://pje2jrmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252600001273176084
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DA SILVA - 25/08/2023 15:24:38

III.III - DA ESSENCIALIDADE DOS GRÃOS AO PROSSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES DOS DEVEDORES – COMPETÊNCIA DO JUÍZO RJ – AINDA QUE EXTRACONCURSAL.

Excelência, não é forçoso novamente expor, que a ordem de arresto proferida pelos juízos individuais, suspensas pela decisão agravada, **representa um verdadeiro congelamento de quase totalidade da produção agrícola dos Embargantes** – e que se mantida, contraria os princípios norteadores a os dispositivos contidos na Lei 11.101/2005, sobretudo **quanto ao elencado pelo Art. 47 da LRF -** vez que atacam a totalidade do resultado do trabalho (colheita dos grãos) dos quais são imprescindíveis para manutenção da atividade desempenhada.

Vejamos que a essencialidade de grãos, como sustentação da atividade de produtores rurais como os Embargantes, sendo reconhecida como principal moeda de troca capaz de alavancar a atividade, evitando que ocorra a bancarrota, **já foi reconhecida por este E. Tribunal**, inclusive por esta **E. Segunda Câmara de Direito Privado**, que assim decidiu:

> *"Se, de acordo com a manifestação do administrador judicial, a soja cultivada e colhida pelo recuperando agravado é a base de sustentação de sua atividade financeira e a principal moeda de troca capaz de fazer o seu negócio alavancar, evitando que vá à bancarrota, deve ser mantida a ordem de suspensão da execução e desconstituição do arresto do produto na execução de título extrajudicial embasada em contrato firmado antes do deferimento da recuperação judicial do executado.- (**TJ-MT 10073853320228110000 MT, relator: MARILSEN ANDRADE ADDARIO, data de julgamento: 8/6/2022, 2ª Câmara de Direito Privado, data de publicação: 16/6/2022)"***

Não questionando no presente momento a sujeição ou não do crédito em questão aos efeitos da recuperação judicial, o fato que não poderá ser desconsiderado por este E. Tribunal, é que segundo entendimento consolidado e recente do Superior Tribunal de Justiça, somente será possível o ato de constrição, quando estes não recaiam sobre medidas que não causaram impacto ao sucesso do procedimento recuperacional, o que não é o caso em questão, onde uma única credora – Embargada – poderá obter a totalidade dos resultados da safra de milho dos Embargante.

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:34:30
Número do documento: 23082515243252800001273176084
https://pje2jrmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252800001273176084
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DOS REIS - 25/08/2023 15:24:38
Num. 127246875 - Pág. 11

> ***"4. O acórdão do Tribunal paulista está de acordo com a jurisprudência da Segunda Seção de que o crédito extraconcursal não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial, mas o juízo universal deverá exercer controle sobre os atos de constrição do patrimônio, que analisará a essencialidade do bem para o soerguimento da empresa. (AgInt no CC n. 183.978/RJ, relator Ministro Moura Ribeiro, Segunda Seção, julgado em 8/3/2023, DJe de 11/5/2023.) (g.n)"***

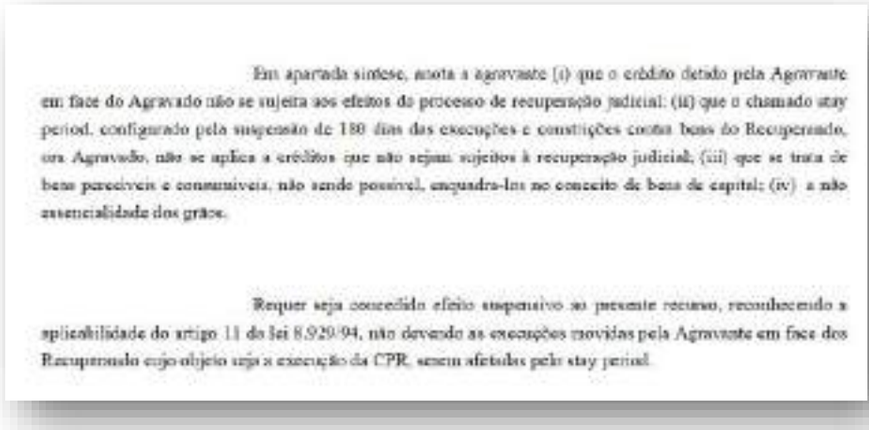
Nesse contexto, não existem dúvidas acerca do quão prejudicial é o prosseguimento dos arrestos mantidos pela decisão embargada, indo de encontro ao objetivo principal da tentativa de soerguer a atividade dos Embargantes, desempenhadas por quase 50 (cinquenta) anos.

III.IV - DAS DECISÕES ANTERIORMENTE PROFERIDAS PELA EXMA. DESA. RELATORA E PELA E. SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO - EM RECURSOS RETIRADOS DE CASOS ANÁLOGOS E QUE CONFLITAM COM A DECISÃO EMBARGADA.

Excelências, importante apontar para o teor das recentes decisões proferidas por este E. Tribunal de Justiça, advindas desta **E. Segunda Câmara de Direito Privado**, quando tratando de casos análogos ao aqui discutido no presente recurso decidiu de forma contrária a decisão embargada.

Vejamos que nos autos do **RAI nº 1015464-64.2023.8.11.0000**, de Relatoria do E. Des. Sebastião de Moraes Filho, onde se discute de forma inicial a impossibilidade de **desfazimento de grãos objetos de CPR em desfavor de produtores rurais – em recuperação judicial,** onde a credora ataca decisão proferida pelo juízo recuperacional – **cuja tese é idêntica a utilizada no presente RAI**, foi proferida decisão no dia **26.07.2023**, **no sentido de INDEFERIR a liminar vindicada de suspensão da decisão proferida em primeiro grau, vejamos (DOC 03):**

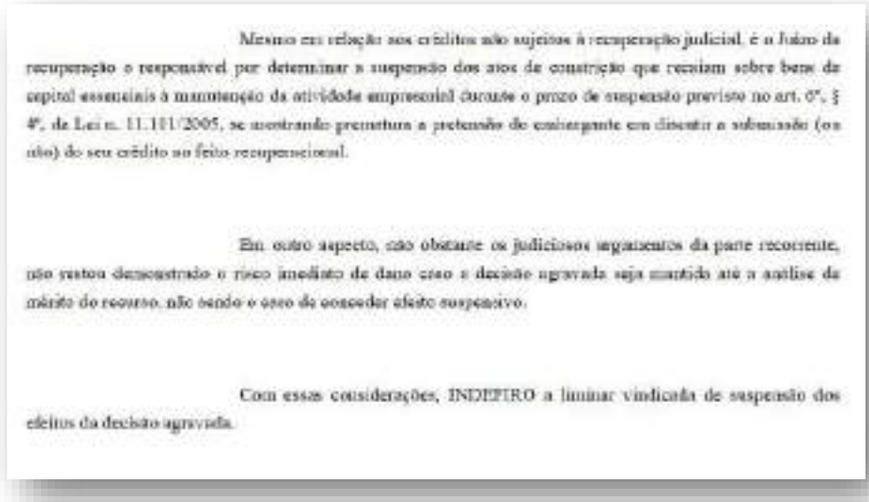
Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:34:30
Número do documento: 23082515243252800001273176084
https://pje2jrmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252800001273176084
Assinado eletronicamente por: PEDRO REIS DOS SANTOS JUNIOR - 25/08/2023 15:24:38



Em apartada síntese, aponta a agravante (i) que o crédito detido pela Agravante em face do Agravado não se sujeita aos efeitos do processo de recuperação judicial; (ii) que o chamado stay period, configurado pela suspensão de 180 dias das execuções e constrições contra bens do Recuperando, ora Agravado, não se aplica a créditos que não sejam sujeitos à recuperação judicial; (iii) que se trata de bens perecíveis e consumíveis, não sendo possível, enquadra-los no conceito de bens de capital; (iv) a não essencialidade dos grãos.

Requer seja concedido efeito suspensivo ao presente recurso, reconhecendo a aplicabilidade do artigo 11 da lei 8.929/94, não devendo as execuções movidas pela Agravante em face dos Recuperando cujo objeto seja a execução da CPR, serem afetadas pelo stay period.

[...]



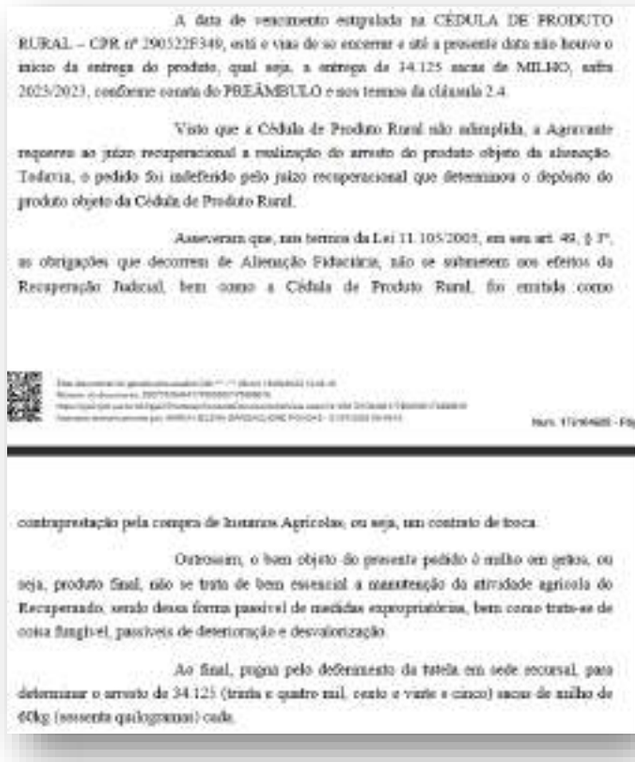
Mesmo em relação aos créditos não sujeitos à recuperação judicial, é o Juízo da recuperação o responsável por determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005, se mostrando prematura a pretensão do exequente em discutir a submissão (ou não) do seu crédito ao feito recuperacional.

Em outro aspecto, não obstante os judiciosos argumentos da parte recorrente, não restou demonstrado o risco imediato de dano caso a decisão agravada seja mantida até a análise do mérito do recurso, não sendo o caso de conceder efeito suspensivo.

Com essas considerações, INDEFIRO a liminar vindicada de suspensão dos efeitos da decisão agravada.

Não foi outro o recentíssimo entendimento adotado também em Recurso de Agravo de Instrumento, advindo desta **E. Segunda Câmara de Direito Privado, de Relatoria da E. Desa. Maria Helena Gargaglione Povoas,** nos autos do **RAI nº 1016547-18.2023.8.11.0000**, onde as razões recursais da credora, tratam de forma especifica quanto **desfazimento de grãos objetos de CPR em desfavor de produtores rurais – em recuperação judicial,** fora proferida decisão no dia 21.07.23, **no sentido de INDEFERIR a liminar vindicada de suspensão da decisão proferida em primeiro grau, vejamos (DOC 04):**

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 08/08/2023 15:37:20
Número do documento: 23082515243252600000127316686
https://pje2jrmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252600000127316686
Assinado eletronicamente por: RESAO E SANTOS ADVOGADOS ASSOCIADOS - 25/08/2023 15:24:38



A data de vencimento estipulada na CÉDULA DE PRODUTO RURAL – CPR nº 2905228349, está e vias de se encerrar e até a presente data não houve o início da entrega do produto, qual seja, a entrega de 34.125 sacas de MILHO, safra 2023/2023, conforme consta do PREÂMBULO e nos termos da cláusula 2.4.

Visto que a Cédula de Produto Rural não adimplida, a Agravante requereu ao juízo recuperacional a realização do arresto do produto objeto da alienação. Todavia, o pedido foi indeferido pelo juízo recuperacional que determinou o depósito do produto objeto da Cédula de Produto Rural.

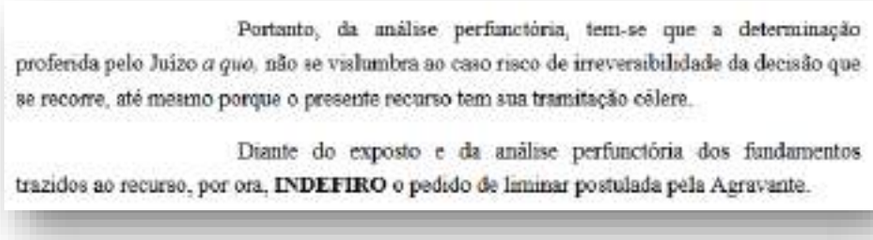
Asseveram que, nos termos da Lei 11.105/2005, em seu art. 49, § 3º, as obrigações que decorrem de Alienação Fiduciária, não se submetem aos efeitos da Recuperação Judicial, bem como a Cédula de Produto Rural, foi emitida como

contraprestação pela compra de Insumos Agrícolas, ou seja, um contrato de troca.

Outrossim, o bem objeto do presente pedido é milho em grãos, ou seja, produto final, não se trata de bem essencial a manutenção da atividade agrícola do Recuperando, sendo dessa forma passível de medidas expropriatórias, bem como trata-se de coisa fungível, passíveis de deterioração e desvalorização.

Ao final, pugna pelo deferimento da tutela em sede recursal, para determinar o arresto de 34.125 (trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco) sacas de milho de 60kg (sessenta quilogramas) cada.

[...]



Portanto, da análise perfunctória, tem-se que a determinação profenda pelo Juízo *a quo*, não se vislumbra ao caso risco de irreversibilidade da decisão que se recorre, até mesmo porque o presente recurso tem sua tramitação célere.

Diante do exposto e da análise perfunctória dos fundamentos trazidos ao recurso, por ora, **INDEFIRO** o pedido de liminar postulada pela Agravante.

Por fim, em sede de **CAUTELAR ANTECEDENTE PREPATÓRIA DE RJ**, proferida pelo mesmo Juízo da 4º Vara Cível de Rondonópolis – MT, onde figuram no **polo ativo produtores rurais**, **cujo teor decisório é semelhante ao do atacado no presente RAI**, tendo o recurso tombado sob o número **1009792-75.2023.8.11.0000,** de Relatoria do **E. Des. Sebastião de Moraes Filho**, desta **E. Segunda Câmara de Direito Privado**, entendeu por manter a decisão até ulterior deliberação de mérito, dando interpretação contrária a contida na decisão Embargada, vejamos **(DOC 02)**:

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:34:30
Número do documento: 23082515243252600000127236084
https://pje2jtmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252600000127236084
Assinado eletronicamente por: RESIANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 15:24:38

Nesse contexto, em uma análise sumária e não exauriente sobre o tema verifico que está demonstrada a probabilidade ou a verossimilhança do direito invocado pelo requerente/agravado porquanto atende, em princípio, os requisitos do art. 48 da Lei 11.101/05 para requerimento oportuno da Recuperação Judicial, como demonstram os documentos que instruem os autos, requisitos, evidentemente, que serão mais bem analisados e fiscalizados quando do ajuizamento oportuno da Recuperação judicial.

Da mesma forma, está demonstrada a urgência do requerimento, assim como o perigo de dano imediato, porquanto já há ordem judicial de sequestro de grãos de propriedade do requerente deferida no processo nº 5019113- 40.2023.8.13.0702 (em trâmite na 3ª vara cível da comarca de Uberlândia/MG), constrição que, caso realizado, significará risco para o resultado útil da oportuna Recuperação Judicial, e risco o direito dos credores, sendo que a liberação pura e simples dos grãos, pode se tornar irreversível em caso de utilização sem critério pela agravante.

Por outro lado, as medidas pleiteadas pela agravante, se afiguram reversíveis, não ocorrendo a hipótese vedada pelo § 3º do referido art. 300 do CPC, mormente porque o magistrado de piso determinou o depósito judicial dos grãos liberados do sequestro, com ressalva de que para qualquer ato inerente aos grãos (remoção, alienação, etc), haverá a necessidade da concessão de prévia e expressa ordem daquele Juizo (podendo ser exigida a prestação de caução e o depósito judicial de valores).

Anota-se, por fim, que se mostra prematura a discussão a respeito da extraconcursalidade do crédito, devendo a questão ser levada ao juizo de origem, em tempo e modo adequado, antes de ser enfrentada por esse tribunal, sob pena de supressão de instância.

Com essas considerações, INDEFIRO a liminar.

Excelências, como bem reconhecido nas recentíssimas decisões apontadas, o **DANO IRREVERSÍVEL** atende aos devedores no estado de pré insolvência, e não ao credor empresa de **GRANDE PORTE** nesse momento.

Basta para tanto a análise dos recentíssimos precedentes desta E. Segunda Câmara de Direito Privado. **Para então dar o mesmo tratamento aos ora Embargantes, como medida de se evitar o prejuízo maior, a quebra da atividade desempenhada.**

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:34:30
Número do documento: 23082515243252800001273176086
https://pje2jtmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252800001273176086
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DA SILVA - 25/08/2023 15:24:38

Ao contrário a atividade desempenhada pelos Embargantes, por quase 5 (cinco) DÉCADAS, poderá ser extinta em pouco tempo, acaso mantida a decisão embargada.

A manutenção da decisão agravada, não traz qualquer prejuízo a Embargada.

A uma porque não fora determinada a realização ou comercialização de qualquer quantia de grãos, o que ficou condicionado ao prosseguimento da ação principal e ainda a AUTORIZAÇÃO DO JUÍZO *A QUO*, e a duas, porque a questão da submissão ou não ao crédito da credora aos efeitos ou não da recuperação judicial demandará análise posterior, em oportunidade própria e ao crivo do contraditório e da ampla defesa.

Como bem já decidido por esta E. Segunda Câmara de Direito Privado, retirado do recente RAI mencionado anteriormente:

> Por outro lado, as medidas pleiteadas pela agravante, se afiguram reversíveis, não ocorrendo a hipótese vedada pelo § 3º do referido art. 300 do CPC, mormente porque o magistrado de piso determinou o depósito judicial dos grãos liberados do sequestro, com ressalva de que para qualquer ato inerente aos grãos (remoção, alienação, etc), haverá a necessidade da concessão de prévia e expressa ordem daquele Juizo (podendo ser exigida a prestação de caução e o depósito judicial de valores).

De outra banda, como exposto alhures, os devedores estão sendo impedidos de ao menos (nesse cenário) comprovar a quebra de safra que os levaram ao estado de insolvência, fato este reconhecido pela própria credora quando apresentado o pedido de arresto (DOC 05), e que poderia levar ao enquadramento da exceção contida na parte final do dispositivo do Art. 11 da Lei 8.929/04, através da redação dada pela Lei 14.112/20:

> *"Art. 11. Nao se sujeitarão aos efeitos da recuperação judicial os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR com liquidação física, em caso de antecipação parcial ou integral do preço, ou, ainda, representativa de operação de troca por insumos (barter), subsistindo*

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:34:20
Número do documento: 23082515243252800001273176084
https://pje2jrmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252800001273176084
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DA SILVA - 25/08/2023 15:24:38

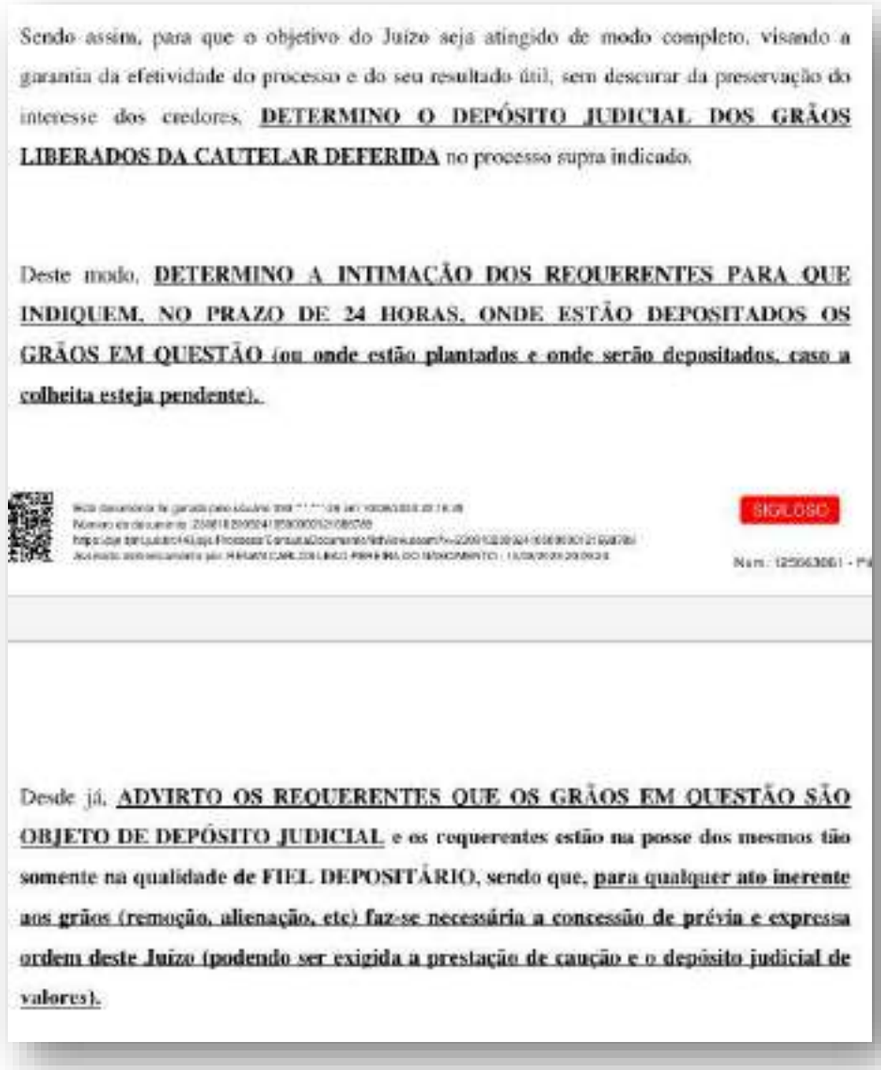
> *ao credor o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente da cédula ou de qualquer terceiro,* ***salvo motivo de caso fortuito ou força maior que comprovadamente impeça o cumprimento parcial ou total da entrega do produto. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (g.n)***

Ora, acaso cumprido o arresto por força da liminar deferida nestes autos que suspendeu o arresto outrora, sendo os grãos comercializados ou ocultados pela credora, estaríamos diante da eminente quebra dos Embargantes, que conforme narrado na inicial de tutela cautelar antecedente **(que sequer aportou aos autos pela credora), tiveram como razão principal ao estado de pré insolvência a quebra de safra em que se pretende reverter através do socorro ao Poder Judiciário.**

Importante ressaltar que conforme narrado, decidido e comprovado nos autos de piso, inclusive por expresso conhecimento da credora, OS DEVEDORES estão armazenando os grãos (milho) em silos bolsas, no próprio campo de cultivo, ou seja na própria área rural, e por força da decisão agravada **APENAS PERMANECEM NA CONDIÇÃO DE FIEL DEPOSITÁRIO DOS GRÃOS OBJETOS DE COLHEITA.**

Não há qualquer dano a parte credora, na manutenção dos grãos até ulterior deliberação, seja do juízo de primeiro grau, seja deste E. Tribunal, isso porque conforme restou expressamente contido na decisão atacada, por cautela, o juízo *a quo* determinou o deposito judicial dos grãos mantendo os devedores como FIEL DEPOSITÁRIO, tão somente:

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-26 em 08/08/2023 15:34:20
Número do documento: 23082515243252600001273176086
https://pje2jrmjusbr443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252600001273176086
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DOS REIS - 25/08/2023 15:24:38



Sendo assim, para que o objetivo do Juízo seja atingido de modo completo, visando a garantia da efetividade do processo e do seu resultado útil, sem descurar da preservação do interesse dos credores, **DETERMINO O DEPÓSITO JUDICIAL DOS GRÃOS LIBERADOS DA CAUTELAR DEFERIDA** no processo supra indicado.

Deste modo, **DETERMINO A INTIMAÇÃO DOS REQUERENTES PARA QUE INDIQUEM, NO PRAZO DE 24 HORAS, ONDE ESTÃO DEPOSITADOS OS GRÃOS EM QUESTÃO (ou onde estão plantados e onde serão depositados, caso a colheita esteja pendente).**

SIGILOSO

Desde já, **ADVIRTO OS REQUERENTES QUE OS GRÃOS EM QUESTÃO SÃO OBJETO DE DEPÓSITO JUDICIAL e os requerentes estão na posse dos mesmos tão somente na qualidade de FIEL DEPOSITÁRIO, sendo que, para qualquer ato inerente aos grãos (remoção, alienação, etc) faz-se necessária a concessão de prévia e expressa ordem deste Juízo (podendo ser exigida a prestação de caução e o depósito judicial de valores).**

III.V - DA NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DA DECISÃO EMBARGADA PELO RELATOR, DIANTE DA PROBABILIDADE DE PROVIMENTO E, DO EMINENTE RISCO DE DANO GRAVE E DE IRREVERSÍVEL REPARAÇÃO.

Excelência, conforme narrado alhures, restou omissa a decisão Embargada, ao deixar de analisar o fundamento utilizado pelo Juízo de primeiro grau, quanto a reconhecida essencialidade dos grãos ao prosseguimento das atividades dos devedores.

Isso porque, ao deixar de analisar tal fundamentação, a decisão embargada desconsiderou a mais recente orientação do Superior Tribunal de Justiça, que a fim de salvaguardar o resultado útil

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:24:30
Número do documento: 23082515243252600000127327686
https://pje2jrmjusbr443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252600000127327686
Assinado eletronicamente por: RENATO VASCONCELOS REVA - 25/08/2023 15:24:38

dos processos de recuperação judicial, **orienta a concentração da decisão sobre atos de constrição patrimonial dos devedores, ainda que, o credor ostente crédito de natureza extraconcursal, vejamos**:

> *PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO DE CRÉDITO EXTRACONCURSAL. INEXISTÊNCIA DE DECISÕES CONFLITANTES DOS JUÍZOS SUSCITADOS. ALEGADA INVASÃO DE COMPETÊNCIA CIRCUNSCRITA AO PLANO DA POSSIBILIDADE FUTURA. MANTIDA A DECISÃO AGRAVADA QUE NÃO CONHECEU DO CONFLITO. AGRAVO NÃO PROVIDO.*
>
> *1. A existência do conflito de competência pressupõe controvérsia sobre a extensão da jurisdição em determinado caso, o que não ocorre quando cada juízo está atuando em sua própria esfera de competência.*
>
> *2. Na hipótese dos autos os juízos suscitados informaram que, diante do processo de recuperação judicial, os atos de expropriação de bens da empresa recuperanda serão dirigidos ao juízo do soerguimento.*
>
> *3. Não ficou configurado o conflito diante da atuação dos juízos suscitados em sua própria esfera de competência, uma vez que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reformou a decisão do Juízo de Direito da 11ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP para determinar que os atos de constrição dos ativos da sociedade recuperanda devem ser submetidos ao crivo do juízo universal.*
>
> ***4. O acórdão do Tribunal paulista está de acordo com a jurisprudência da Segunda Seção de que o crédito extraconcursal não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial, mas o juízo universal deverá exercer controle sobre os atos de constrição do patrimônio, que analisará a essencialidade do bem para o soerguimento da empresa.***
>
> *5. Não existe a figura da instauração de conflito de competência preventivo, com o propósito de evitar futuras discussões jurídicas.*
>
> *6. Agravo interno não provido.*
>
> ***(AgInt no CC n. 183.978/RJ, relator Ministro Moura Ribeiro, Segunda Seção, julgado em 8/3/2023, DJe de 11/5/2023.) (g.n)***

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:34:20
Número do documento: 23082515243252600000127376084
https://pje2jrmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252600000127376084
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DA SILVA - 25/08/2023 15:24:38

Ora Excelências, se a decisão embargada foi omissa ao decidir sobre a essencialidade, uma vez sanado o vício apontado, é consequência lógica a reversão da medida liminar concedida.

De outro ponto, a decisão embargada desconsiderou o que fora expostos nos autos de piso *(por certo uma vez que a própria credora deixou de trazer os documentos aptos a esclarecer o que se passa),* vez que conforme exposto, os devedores estão sendo impedidos de ao menos (nesse cenário) comprovar a quebra de safra que os levaram ao estado de insolvência, fato este reconhecido pela própria credora quando aprestado o pedido de arresto **(DOC 01)**, e que poderia levar ao enquadramento da exceção contida na parte final do dispositivo do Art. 11 da Lei 8.929/04, através da redação dada pela Lei 14.112/20.

E nesse sentido, não há outra alternativa apta a salvaguardar a continuidade das atividades dos devedores, senão este D. Juízo, melhor avaliando os fatos e documentos que ora se juntam, atribua o efeito suspensivo em face da decisão embargada, nos termos do § 1º do Art. 1.026 do CPC, vejamos:

> Art. 1.026. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
>
> ***§ 1º A eficácia da decisão monocrática ou colegiada poderá ser suspensa pelo respectivo juiz ou relator se demonstrada a probabilidade de provimento do recurso ou, sendo relevante a fundamentação, se houver risco de dano grave ou de difícil reparação***

As constrições patrimoniais que estão em vias de acontecer colocam em risco a continuidade da operação dos Embargantes e, consequentemente, a própria utilidade do pedido principal de recuperação que será oportunamente apresentado, cujo objetivo é a preservação da atividade empresarial e o pagamento de credores em condições de isonomia (princípios basilares do direito recuperacional).

Prova disso é que o juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, ao ter ciência do efeito suspensivo aqui deferido, ja determinou o prosseguimento do arresto nos autos 5425690-61 (Doc. 07), vejamos:

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:34:20
Número do documento: 23082515243252800001273176086
https://pje2jtmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252800001273176086
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DA SILVA - 25/08/2023 15:24:38

DESPACHO:

Verifica-se que o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso suspendeu a decisão liminar proferida nos autos da ação de recuperação judicial (processo nº 1022463-24.2023.8.11.0003).

Assim, determino o cumprimento da liminar de movimentação nº 5.

Proceda-se com as providências necessárias.

Intimem-se. Cumpra-se.

Jataí/GO, 18 de agosto de 2023.

Sérgio Brito Teixeira e Silva

Juiz de Direito da 1ª Vara Cível

Nesse diapasão, a probabilidade do direito que se busca assegurar é evidente, principalmente porque os Embargantes preenchem todos os requisitos previstos na Lei nº 11.101/2005 para o pedido de recuperação judicial, na medida que a própria legislação recuperacional autoriza o manejo de medidas cautelares prévias a pedido de recuperação (art. 6º, §12 da Lei nº 11.101/2005).

Na prática, tem-se a existência de arresto deferido através dos autos n.º 5425690-61.2023.8.09.0093 em trâmite na 1ª Vara Cível de Jataí/GO, cujo objeto são nada mais, nada menos do que 160 (cento e sessenta) mil sacas de milho, e 5427449-60.2023.8.09.0093 **(Doc. 06)**, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, em que a Embargada busca o sequestro da quantidade de 40.345 - **o que representa a totalidade de 200.345 (Duzentos mil trezentos e quarenta e cinco) sacas de milho, ou seja quase toda produção da safra de milho 2023 de todos Embargantes.**

Destarte, o risco ao resultado útil do processo decorre da própria necessidade de que haja alguma atividade empresarial a ser resguardada com o pedido de Recuperação Judicial, o que, com as diversas constrições no patrimônio dos Embargantes, não será possível.

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:34:30
Número do documento: 23082515243252600000127316686
https://pje2jtmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252600000127316686
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DA SILVA - 25/08/2023 15:24:38

IV – DA ALEGADA EXTRACONCURSALIDADE DO CRÉDITO E POSSÍVEL INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Excelência, a ínfima possibilidade de terem os Embargantes o seu pedido de recuperação judicial indeferido pelo magistrado de piso é mínima, frente a amplitude de documentação já demonstrada e que a cautelar só se fez necessária para que se houvesse tempo hábil para a confecção dos relatórios contábeis e ao mesmo tempo o risco de ações como estas movidas pela Embargada a fim de expropriar bens essenciais, em detrimento do prosseguimento das atividades.

Nesse ponto cabe salientar que, o atual momento não é o ideal para se discutir submissão ou não de crédito aos efeitos da Lei 11.101/2005, ainda que se tenha deferido a cautelar preparatória.

Entretanto cauteloso observar que tal medida só foi necessária ante as ações expropriatórias movidas por referida credora.

Ademais, munido da competência que lhe compete, somado ao zelo do que ali está sendo processado e que o mesmo decidiu que os grãos objeto do arresto manejado pela Embargada deveriam ser depositados judicialmente, sob a guarda judicial até que aquele juízo decida a quem deva pertencer, ato coberto pelo manto da competência e viés atrativa que lhe possui ante a possibilidade de deferimento da futura recuperação judicial que li tramitará.

Por tal razão, e por toda argumentação trazida neste petitório, é que a decisão agravada deve ser mantida incólume, devendo este juízo revogar a liminar anteriormente deferida, ante o risco aqui demonstrado.

V - DOS PEDIDOS

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 28/08/2023 15:34:20
Número do documento: 23082515243252800001273176084
https://pje2jrmjusbr443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252800001273176084
Assinado eletronicamente por: RENATO BASTOS DOS REIS - 25/08/2023 15:24:38

Diante do exposto, requer respeitosamente a Vossa Excelência, o recebimento do presente Embargos de Declaração, conferindo-lhe o efeito suspensivo de que trata o Artigo 1.026, em seu § 1º do CPC, para suspender/revogar a liminar deferida em sede da decisão Embargada, considerando a nítida existência de risco de dano grave ou de difícil/irreversível reparação, bem como apoiado nos recentíssimos precedentes advindos dos recursos de número **1015464-64.2023.8.11.0000 e 1016547-18.2023.8.11.0000, 1009792-75.2023.8.11.0000**, todos desta **E. Segunda Câmara de Direito Privado,** que tiveram indeferidos os efeitos pretendidos em casos análogos, como se requer ao presente.

Sob pena de inviabilizar de forma absoluta o prosseguimento da tentativa de soerguimento das atividades desempenhadas pela Família de Produtores Rurais, cuja atividade é desempenhada por quase 50 (cinquenta) anos de história e trabalho.

No mérito, após a regular angularização processual, sejam conhecidos e provido os presentes recurso, a fim de sanar as omissões apontadas, bem como aclarar contradição, para após, atribuindo efeito infringentes, a consequente revogação da decisão Embargada, mantendo assim a decisão proferida em primeiro grau objeto de agravo até decisão de mérito do presente RAI, como medida da mais ampla JUSTIÇA.

Outrossim, requer que todas as intimações sejam feitas em nome do Dr. Pedro Vinicius dos Reis, OAB/MT 17.942, sob pena de nulidade.

Termos em que, pede deferimento

Cuiabá/MT 21 de agosto de 2023

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Este documento foi gerado pelo usuário 089.***.***-28 em 21/08/2023 15:24:30
Número do documento: 23082515243252600001273176084
https://pje2jtmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082515243252600001273176084
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 25/08/2023 15:24:38

24/08/2023

Número: **1018220-80.2022.8.11.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
Órgão julgador colegiado: **Segunda Câmara de Direito Privado**
Órgão julgador: **CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E ARQUIVAMENTO**
Última distribuição : **08/09/2022**
Valor da causa: **R$ 60.210.583,16**
Processo referência: **1012946-29.2022.8.11.0003**
Assuntos: **Concurso de Credores, Liminar**
Objeto do processo: **AGRAVO DE INSTRUMENTO C/C PEDIDO DE LIMINAR - Ação de Recuperação Judicial n. 1012946-29.2022.8.11.0003, da 4ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis - Objeto: Agrava da decisão que deferiu, novamente, o processamento da Recuperação Judicial dos agravados, ratificando a proibição de expropriação de bens e valores de propriedade dos agravados.**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO (AGRAVANTE)	
	MARCELO ZANDONADI (ADVOGADO) **RENATO OLIVO DE SOUZA (ADVOGADO)**
CERIELEN SILVA BUSANELLO (AGRAVADO)	
	JOAQUIM FELIPE SPADONI (ADVOGADO)
NEDIO BUSANELLO (AGRAVADO)	
	JOAQUIM FELIPE SPADONI (ADVOGADO)
PRISCILA DE SOUZA BATISTA BUSANELLO (AGRAVADO)	
	JOAQUIM FELIPE SPADONI (ADVOGADO)
MARCIO BUSANELLO (AGRAVADO)	
	JOAQUIM FELIPE SPADONI (ADVOGADO)
LURDES BUSANELLO (AGRAVADO)	

	JOAQUIM FELIPE SPADONI (ADVOGADO)
BENIGNO ALCIDES BUSANELLO (AGRAVADO)	
	JOAQUIM FELIPE SPADONI (ADVOGADO)

Outros participantes	
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Movimento	Documento	Tipo
166722650	28/04/2023 12:12	Conhecido o recurso de COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO - CNPJ: 11.407.499/0001-72 (AGRAVANTE) e não-provido	Acórdão	Acórdão

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Número Único: 1018220-80.2022.8.11.0000
Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Assunto: [Concurso de Credores, Liminar]
Relator: Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO

Turma Julgadora: *[DES(A). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, DES(A). MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS, DES(A). MARILSEN ANDRADE ADDARIO]*

Parte(s):
[RENATO OLIVO DE SOUZA - CPF: 542.854.709-00 (ADVOGADO), JOAQUIM FELIPE SPADONI - CPF: 797.300.601-00 (ADVOGADO), MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ: 14.921.092/0001-57 (CUSTOS LEGIS), MARCELO ZANDONADI - CPF: 058.861.998-10 (ADVOGADO), COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO - CNPJ: 11.407.499/0001-72 (AGRAVANTE), BENIGNO ALCIDES BUSANELLO - CPF: 148.904.969-04 (AGRAVADO), LURDES BUSANELLO - CPF: 840.864.831-49 (AGRAVADO), MARCIO BUSANELLO - CPF: 005.373.151-44 (AGRAVADO), PRISCILA DE SOUZA BATISTA BUSANELLO - CPF: 024.923.351-78 (AGRAVADO), NEDIO BUSANELLO - CPF: 830.318.041-04 (AGRAVADO), CERIELEN SILVA BUSANELLO - CPF: 902.674.941-49 (AGRAVADO)]

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, a SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a). SEBASTIAO DE MORAES FILHO, por meio da Turma Julgadora, proferiu a seguinte decisão: **RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME.**

E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DECISÃO QUE RESTABELECEU A ANTERIOR E DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO DOS AGRAVADOS, BEM COMO PROIBIU A EXPROPRIAÇÃO DE VALORES E BENS, CUJA ESSENCIALIDADE SERÁ ANALISADA CASO A CASO – QUESTÃO DE ESSENCIALIDADE E DE CONCURSALIDADE QUE NÃO FOI ANALISADA PELO JUÍZO RECUPERACIONAL – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – DECISÃO MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

O recurso não comporta provimento, pois a discussão sobre a concursalidade do crédito e essencialidade do objeto de garantia ainda pende de posicionamento pelo juízo universal.

Por conseguinte, a antecipação de qualquer pronunciamento a respeito do tema configura nítida supressão de instância, retirando das partes o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, que foi garantido pelo juízo de piso na parte final da decisão interlocutória recorrida.

O art. 8º e ss da Lei 11.101/2005 estabelece o procedimento escorreito para resolução da divergência, motivo pelo qual sua supressão implicaria violação reflexa à garantia do devido processual, insculpido no art. 5º, LIV, da CF/88.

Assim, afigura-se prematuro e violador do princípio do duplo grau de jurisdição incursionar nas providências a serem adotadas após o encerramento do “stay period”, vez que não há posicionamento sobre tal questão conferido pelo juiz natural da causa e, durante o processamento do pedido recuperacional, podem surgir fatos e/ou argumentos que viabilizem o imediato encerramento ou prorrogação da blindagem.

R E L A T Ó R I O

Egrégia Câmara,

Trata-se de Recurso de agravo de instrumento, com pedido de liminar, interposto por COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO contra a decisão proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis/MT, nos autos da Recuperação Judicial nº 1012946-29.2022.8.11.0003, que restabeleceu a decisão antes proferida e deferiu o processamento da recuperação judicial dos agravados; determinou o seu regular prosseguimento, com o cumprimento de todas as determinações constantes da decisão de Id. 86456356 – 01/06/2022, bem ainda confirmou a decisão de Id. 90443316 – 20/07/2022, que antecipou os feitos do stay period, proibindo a expropriação de valores e bens de propriedade dos requerentes, registrando que o caráter de essencialidade será analisado caso a caso.

Em suas razões, alega a Agravante que firmou com os agravados o Instrumento Particular de Compra e Venda o Trator Agrícola, marca John Deere, modelo 7225J, ano de fabricação 2016, o qual estipula na cláusula quinta que o negócio jurídico pactuado foi feito com reserva de domínio, nos termos do artigo 521, do Código Civil.

Aduz que, em razão da inadimplência contratual dos agravados e a fim de cumprir as formalidades legais, protestou o contrato no cartório competente, constituindo os agravados em mora, na forma determinada pelo artigo 525, do Código Civil, passando, então, a ter o direito de recuperar a posse do bem, conforme autoriza a segunda parte do artigo 526, do Código Civil.

Invoca as determinações legais cabíveis, notadamente às constantes na Lei de Recuperação e Falência, como o artigo 49, §3º, que dispõe que o crédito, gravado com reserva de domínio, não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais.

Destaca a ausência de prova realizada pelos agravados, quanto a qualquer tipo de essencialidade de qualquer tipo de bem.

Ressalta que, sendo a relação jurídica baseada em contrato com cláusula de reserva de domínio, o crédito dele decorrente, não se sujeita às questões atinentes à recuperação judicial.

Requer a concessão da medida liminar para atribuir efeito suspensivo ao presente recurso para determinar unicamente a reintegração do Trator Agrícola, marca John Deere, modelo 6125J, ano de fabricação 2016, chassis nº 1BM6125JKGD402330 em favor da agravante.

No mérito, requer seja dado provimento ao recurso para, reformando a decisão agravada, reintegrar a agravante definitivamente na posse do referido Trator Agrícola.

O pedido de efeito suspensivo foi deferido (ID 143362692).

Contraminuta da parte agravada (ID 145549678).

Interposto Agravo Interno (ID 145549681), este foi julgado prejudicado ante o exercício do juízo de retratação que revogou o efeito suspensivo concedido (ID 153342198).

Em seu Parecer, a d. Procuradoria Geral da Justiça opinou pelo desprovimento do agravo (ID 160000695).

É o relatório.

V O T O R E L A T O R

Egrégia Câmara,

A Agravante COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO busca a reforma da decisão proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis-MT, nos autos da Recuperação Judicial nº 1012946-29.2022.8.11.0003, que restabeleceu a decisão antes proferida e deferiu o processamento da recuperação judicial dos agravados; determinou o seu regular prosseguimento, com o cumprimento de todas as determinações constantes da decisão de Id. 86456356 – 01/06/2022, bem ainda confirmou a decisão de Id. 90443316 – 20/07/2022, que antecipou os feitos do stay period, proibindo a expropriação de valores e bens de propriedade dos requerentes, registrando que o caráter de essencialidade será analisado caso a caso.

Pois bem.

Em que pese a irresignação da Agravante, o recurso não comporta provimento.

Isso porque a discussão sobre a concursalidade do crédito e essencialidade do objeto de garantia ainda pende de posicionamento pelo juízo universal.

Por conseguinte, a antecipação de qualquer pronunciamento a respeito do tema configura nítida supressão de instância, retirando das partes o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, que foi garantido pelo juízo de piso na parte final da decisão interlocutória recorrida:

> "Ante tal contexto, considerando todo o exposto, RESTABELEÇO a decisão antes proferida e DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL de BENIGNO ALCIDES BUSANELLO - CPF n. 148.904.969-04; LURDES BUSANELLO - CPF n. 840.864.831-49; MARCIO BUSANELLO - CPF n. 005.373.151- 44; PRISCILA DE SOUZA BATISTA BUSANELLO - CPF n. 024.923.351-78; NEDIO BUSANELLO - CPF n. 830.318.041-04; e CERIELEN SILVA BUSANELLO - CPF n. 902.674.941-49.
>
> DETERMINO o regular prosseguimento do processo de recuperação judicial, com o cumprimento de todas as determinações constantes da decisão de Id. 86456356 – 01/06/2022. CONFIRMO a decisão de Id. 90443316 – 20/07/2022, que antecipou os feitos do stay period, PROIBINDO A EXPROPRIAÇÃO DE VALORES E BENS DE PROPRIEDADE DOS REQUERENTES, registrando que o caráter de essencialidade será analisado caso a caso.
>
> Expeça-se novo edital de processamento.
>
> Intimem-se a todos esta decisão.
>
> Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo." (ID 142906655)

Isso porque o art. 8º e seguintes da Lei 11.101/2005 estabelece o procedimento escorreito para resolução dessa divergência, motivo pelo qual sua supressão implicaria violação reflexa à garantia do devido processual, insculpido no art. 5º, LIV, da CF/88.

Aliás, a divergência em questão não afeta os efeitos inerentes à decisão concessiva do período de blindagem (stay period), cuja medida concedida à parte recuperanda visa exatamente à proteção do patrimônio empresarial, reorganização das finanças e dos negócios (artigo art. 6º, §4º c/c art. 49, §3º, da Lei de Recuperação Judicial).

Por sua vez, a ordem não significa nem importa, ao menos nesse momento, em submissão dos créditos em qualquer classe de credores e aos demais efeitos impostos pelo plano de recuperação judicial, conforme vem decidindo este egrégio Tribunal de Justiça:

> "AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – CRÉDITO ARROLADO NA CLASSE DE CREDORES COM GARANTIA REAL – IMPOSSIBILIDADE – CRÉDITO QUE NÃO SE SUBMETE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DECISÃO MANTIDA – TESE RELATIVA À NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA QUANTO À ESSENCIALIDADE DE OUTRO BEM – INDEVIDA INOVAÇÃO RECURSAL – NÃO CONHECIMENTO NO PONTO – CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NESTA, DESPROVIDO. A lei de regência é clara ao dispor que, os créditos garantidos por alienação fiduciária, não se sujeitam à recuperação judicial, tendo em conta sua natureza extraconcursal. Acerca da essencialidade dos bens para o soerguimento das empresas recuperada, verifica-se da parte final do artigo 49, §3º, da Lei nº 11.101/2005, que a única hipótese de manutenção dos bens se dará dentro do período de blindagem (stay period), sem que isso importe, como cediço, em submissão dos créditos em qualquer classe de

credores, e aos demais efeitos impostos pelo plano de recuperação judicial (TJMT. N.U 1014648-58.2018.8.11.0000, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 17/04/2019, publicado no DJE 23/04/2019). Não se conhece, exceto se de ordem pública, de questão suscitada somente no Tribunal, por se tratar de inovação recursal e implicar em supressão de instância (TJMT. N.U 1016158-38.2020.8.11.0000, Des. Rubens De Oliveira Santos Filho, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 28/10/2020, publicado no DJE 03/11/2020).” (N.U 1003565-40.2021.8.11.0000, Rel.: DES. DIRCEU DOS SANTOS, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 11/05/2022, Publicado no DJE 17/05/2022)

Como bem ressaltou a d. Procuradoria-Geral da Justiça, em parecer da lavra da Excelentíssima Procuradora de Justiça NAUME DENISE NUNES ROCHA MÜLLER, “a essencialidade e a concursalidade devem ser examinadas no juízo recuperacional, eis que é o competente para fazê-lo.”

Assim, afigura-se como prematuro e violador do princípio do duplo grau de jurisdição incursionar nas providências as serem adotadas após o encerramento do “stay period”, vez que não há posicionamento sobre tal questão conferido pelo juiz natural da causa e, durante o processamento do pedido recuperacional, podem surgir fatos e/ou argumentos que viabilizem o imediato encerramento ou prorrogação da blindagem.

Com estas considerações, **CONHEÇO** do recurso de agravo de instrumento, mas, no mérito, em consonância com o Parecer Ministerial, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

É como voto.

Data da sessão: Cuiabá-MT, 26/04/2023

Petição em PDF.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (MT):

Recuperação Judicial

Processo autuado sob n° 1022463-24.2023.8.11.0003

RURAL BRASIL S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.236.287/0001-16, sediada na Avenida Veriano de Oliveira Lima, nº 505, Setor Santa Maria, CEP: 75.800-093, cidade de Jataí, Estado de Goiás (Doc. 01 – Contrato Social), vem, por intermédio de seus advogados (Doc. 02 – Substabelecimento), na qualidade de credora interessada nos autos da Recuperação Judicial proposta por **EDSON PINTO DE MELLO** e **OUTROS**, à presença de Vossa Excelência, requerer o seu cadastramento aos autos, bem como o de seus patronos.

Assim, pleiteia-se que sejam realizadas, sob **pena de nulidade**, todas as publicações inerentes a presente ação em nome dos Drs. **JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA, OAB/SP 27.141** e **OAB/PR 59.228** e **ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI, OAB/SP 198.905**, ambos com escritório profissional localizado na Alameda Santos, n° 2.335, 10ª andar – Cerqueira César, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme prevê o § 2º, do artigo 272, do Código de Processo Civil.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:37
Número do documento: 23082911334845000000123436888
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334845000000123436888
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:48

Neste termos,

Pede deferimento.

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI

OAB/SP 198.905

JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA

OAB/SP 27.141

Alameda Santos, nº 2.335 – 10º Andar – Cerqueira César
CEP: 01419-101 – São Paulo-SP
Telefone: (11) 3062-9031

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:37
Número do documento: 23082911334845000000123436888
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334845000000123436888
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:48

DocuSign Envelope ID: 6FE061C1-D909-4D53-9776-6075E94D1AE0

AGROGALAXY

SUBSTABELECIMENTO

MICHELE LIMA SOUZA, brasileira, casada, advogada, OAB/GO 47.001, com escritório profissional localizado na Rua T-37, esquina com a T-12, n° 35, 23° andar do condomínio comercial Connect Park Business, Setor Bueno, CEP 74230-025, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, substabelece, com reserva de poderes, os poderes que lhes foram substabelecidos pela **RURAL BRASIL LTDA** ("Outorgante"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita perante o CNPJ/ME sob o n.º 14.947.900/0001-55, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Quadra 9, Lote 34-A, Setor Santa Maria, CEP 75.800-093, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, conforme abaixo.

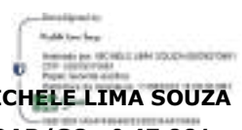
ADVOGADOS SUBSTABELECIDOS: Drs. **JOSÉ ERCILIO DE OLIVEIRA**, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº. 27.141, OAB/MT 99.77-A, OAB/GO 24.058-A, OAB/BA 22.852, OAB/MG 106.189, OAB/PR 59.228 e OAB/MS 15.158; **ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI**, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº. 198.905; **CLÁUDIA CRISTINA DE OLIVEIRA**, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº. 200.841; **DEA JULIANA DE OLIVEIRA**, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº. 206.930; **PAULO ROBERTO ANDRIOLO**, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 173.475; **JOSÉ MÁRIO DE GRANO ALONSO**, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº 389.947; **GIANPIERO SILVA DAVID**, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 167.615; **VALESKA FERNANDES LUCHHI**, advogada, inscrita na OAB/SP 357.495; **ISABELLE FERNANDES DE OLIVEIRA**, advogada, inscrita na OAB/SP 452.736, **FELIPE MEIRELES RACHID**, advogado, inscrito na OAB/SP 450.211 e **FERNANDA SFAIR RODRIGUES**, advogada, inscrita na OAB/SP 491.695, todos os membros da **J. ERCILIO DE OLIVEIRA-ADVOGADOS**, sociedade de advogados, inscrita no CNPJ Nº 06.000.800/0001-99, nº de registro 7867, com endereço na Alameda Santos, nº 2.335, 10º andar, Bairro Cerqueira César, CEP 01.419-101, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone de contato (11) 3062-9031 e **TIAGO BUENO DA SILVA**, advogado inscrito na OAB/MT n° 18.226-O, com escritório profissional situado na Avenida Cuiabá, nº 1.900, Bairro Primavera II, CEP 78.850-000, Município de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, telefone de contato (66) 3498-4395.

PODERES SUBSTABELECIDOS: poderes da cláusula "*ad judicia et extra*" para, agindo em conjunto ou isoladamente, independente da ordem de nomeação, representar a Outorgante perante a Justiça Comum, em quaisquer de suas Varas, Juizados Especiais Cíveis e/ou Tribunais Superiores, em todas as ações relacionadas ao processo nº **1022463-24.2023.8.11.0003**, em trâmite na **4ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis** ou correlata, em que a Outorgante seja parte proponente, citada ou interessada, podendo, para tanto, propor ação, contestar, receber intimação, prestar depoimentos, fazer provas, arguir falsidade, confessar, transigir, renunciar, desistir, dar quitação. Enfim, podem os advogados substabelecidos praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, sempre no melhor interesse da Outorgante e em conformidade: (i) com a legislação aplicável; (ii) com o ato constitutivo da Outorgante; e (iii) com as políticas e normas internas da Outorgante, as quais os advogados substabelecidos conhecem e concordam, ficando exclusivamente responsáveis pelos atos praticados no âmbito do presente mandato, bem como por eventuais perdas e danos causados à Outorgante pelo uso indevido dos poderes ora substabelecidos. **É vedado o substabelecimento.**

As intimações deverão ocorrer em favor dos **SUBSTABELECIDOS**, sob pena de nulidade, nos termos do art. 272 do CPC.

O presente tem validade por prazo indeterminado, encerrando-se automaticamente tão logo a advogada procuradora deixe de ter vínculo com a Outorgante ou qualquer uma de suas empresas controladas direta ou indiretamente, bem como estiver usufruindo de licença de qualquer natureza.

Jataí/GO, 11 de agosto de 2023.



MICHELE LIMA SOUZA
OAB/GO nº 47.001

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:37
Número do documento: 23082911334902500000123436889
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334902500000123436889
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:49

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 6FE061C1D9094D5397766075E94D1AE0
Status: Concluído
Assunto: [ASSINATURA] - SUBSTABELECIMENTO_Michele_JEO_RJ Edson Pinto de Mello.pdf
CPR ID:
Pipefy ID:
Siagri ID:
Tipo de Contrato:
Outros
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Assinaturas: 1
Remetente do envelope:
Certificar páginas: 2
Rubrica: 0
Kamilla Espindola Ferreira
Assinatura guiada: Ativado
AV CIDADE JARDIM 803, ANDAR 6 CONJ 62
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
SALA 3B, ITAIM BIBI
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília
SAO PAULO, 01453000
kamilla.ferreira@agrogalaxy.com.br
Endereço IP: 165.1.157.45

Rastreamento de registros

Status: Original
Portador: Kamilla Espindola Ferreira
Local: DocuSign
11/08/2023 17:42:29
kamilla.ferreira@agrogalaxy.com.br

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Michele Lima Souza michele.souza@agrogalaxy.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5 CPF do signatário: 09209270681 Cargo do Signatário: Gerente Jurídica **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através do DocuSign	DocuSigned by: Michele Lima Souza 36B1B921A04743B... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 165.1.157.76	Enviado: 11/08/2023 17:44:05 Visualizado: 11/08/2023 17:59:51 Assinado: 11/08/2023 18:00:35

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	11/08/2023 17:44:05
Entrega certificada	Segurança verificada	11/08/2023 17:59:51
Assinatura concluída	Segurança verificada	11/08/2023 18:00:35
Concluído	Segurança verificada	11/08/2023 18:00:38

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

RURAL BRASIL LTDA.
NIRE 52205302265
CNPJ 14.947.900/0001-55

12ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito,

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01.451-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.240.146/0001-84 e no NIRE 35300489543, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes: Sr. **Fernando Henrique Bordoni Manzeppi**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG nº 1160484-0 SJ/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 809.256.771-91, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, e, Sr. **José Mauricio Mora Puliti**, brasileiro, divorciado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.388.615-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 246.535.668-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010 ("Sócia Única"),

na condição de única sócia da **RURAL BRASIL LTDA**., sociedade limitada, com sede na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rua 114, nº 41, Quadra 5, Lote 30-A, Galpão A, Setor Industrial, CEP 75.802-240, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0001-55 e no Registro de Empresas sob o NIRE 52205302265, sendo a última alteração de Contrato Social registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº 20231425864 em 31 de maio de 2023 ("Sociedade").

RESOLVE promover a presente 12ª Alteração do Contrato Social da Sociedade, conforme cláusulas a seguir ("Alteração"):

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:37
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

1. ADMINISTRAÇÃO

1.1. Eleger, para compor o quadro de administradores da Sociedade, os não sócios: Sr. **Felipe Neufeld**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 34151951-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 328.949.858-19, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, para o cargo de Diretor sem designação específica da Sociedade; e Sr. **Axel Jorge Labourt**, argentino, casado, engenheiro industrial, portador da Cédula de Identidade de estrangeiro ("RNE") nº V511069-3 CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº 232.896.048-02, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, para o cargo de Diretor sem designação específica da Sociedade; ambos para mandatos por prazo indeterminado, até que venham a ser substituídos e/ou destituídos por deliberação da Sócia Única.

1.2. Em decorrência das deliberações acima, a administração da Sociedade passa a ser composta da seguinte forma: **(i)** pelo Sr. **Fernando Henrique Bordoni Manzeppi**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG nº 1160484-0 SJ/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 809.256.771-91, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor Presidente da Sociedade; **(ii)** pelo Sr. **José Mauricio Mora Puliti**, brasileiro, divorciado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.388.615-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 246.535.668-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Sociedade; **(iii)** pela Sra. **Sheilla Maria Pereira Albuquerque**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.244.139-9 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 153.935.658-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretora sem designação específica da Sociedade; **(iv)** pelo Sr. **Felipe Neufeld**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 34151951-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 328.949.858-19, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:37
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor sem designação específica da Sociedade; e **(v)** pelo Sr. **Axel Jorge Labourt**, argentino, casado, engenheiro industrial, portador da Cédula de Identidade de estrangeiro ("RNE") nº V511069-3 CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº 232.896.048-02, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor sem designação específica da Sociedade.

1.3. **Felipe Neufeld** e **Axel Jorge Labourt**, assinam a presente Alteração manifestando concordância com as designações para os cargos e declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos para a investidura na diretoria da Sociedade, não estando impedidos, por lei especial, para o exercício dos cargos para os quais foram eleitos, bem como que não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

2. ABERTURA DE UNIDADE

2.1. Nos termos da Cláusula 2ª do Contrato Social da Sociedade, abrir as seguintes novas unidades:

a) localizada na cidade de Sorriso, Estado do Mato Grosso, na Avenida Perimetral Sudeste, nº 8547, Portal Kaiabi, CEP 78.894-272, onde exercerá as atividades de importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03); e

b) localizada na cidade de Nova Mutum, Estado do Mato Grosso, na Avenida Perimetral das Samambaias, s/n, Quadra M, Lote 14, Caixa Postal 3922S, Loteamento Cidade Bela, CEP 78.450-000, onde exercerá as atividades de importação, exportação e comércio

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:37
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; e serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03).

3. ALTERAÇÃO DE UNIDADE

3.1. Alterar o endereço da unidade inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 17900398013 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0041-42, passando este da cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, na Avenida Santos Dumont, nº 1.490, Setor Central, CEP 77.805-150; para cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, na Avenida Santos Dumont, nº 1.466, Setor Central, CEP 77.805-150.

4. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

4.1. Prorrogar a integralização do capital social remanescente da Sociedade no montante de R$13.571.856,51 (treze milhões, quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos) para 31 de dezembro de 2023.

5. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

5.1. Em virtude das alterações acima, a Sócia Única resolve consolidar o Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

RURAL BRASIL LTDA.
NIRE 52205302265
CNPJ 14.947.900/0001-55

CONTRATO SOCIAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:37
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

(consolidado)

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito,

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01.451-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.240.146/0001-84 e no NIRE 35300489543, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes: Sr. **Fernando Henrique Bordoni Manzeppi**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG nº 1160484-0 SJ/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 809.256.771-91, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, e, Sr. **José Mauricio Mora Puliti**, brasileiro, divorciado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.388.615-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 246.535.668-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010 ("Sócia Única"),

na condição de única sócia da **RURAL BRASIL LTDA**., sociedade limitada, com sede na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rua 114, nº 41, Quadra 5, Lote 30-A, Galpão A, Setor Industrial, CEP 75.802-240, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0001-55 e no Registro de Empresas sob o NIRE 52205302265, sendo a última alteração de Contrato Social registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº 20231425864 em 31 de maio de 2023 ("Sociedade")**.**

RESOLVE promover o presente Contrato Social da Sociedade, conforme cláusulas a seguir:

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO SOCIAL, LEI APLICÁVEL, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 1ª. A Sociedade é uma sociedade empresária limitada denominada **RURAL BRASIL LTDA**. e é regida por este contrato social, pelas disposições da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, em especial pelo Capítulo IV do Subtítulo II do Livro II, "Do Direito de Empresa" e, em suas omissões, pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e alterações posteriores ("Sociedade")**.**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

Cláusula 2ªA Sociedade tem sua sede e foro na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rua 114, nº 41, Quadra 5, Lote 30-A, Galpão A, Setor Industrial, CEP 75.802-240, e pode, por deliberação tomada por sócia ou sócias titulares da maioria do capital social, abrir e fechar filiais e escritórios em qualquer localidade no país ou no exterior.

Parágrafo Único. A Sociedade possui as seguintes filiais:

1. **Filial 1**: localizada na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Avenida Veriano de Oliveira Lima, nº 505, Quadra 9, Lote 34-A, Vila Santa Maria, CEP 75.800-093, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900628432 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0002-36, onde exerce a atividade de importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

2. **Filial 2**: localizada na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás, na Avenida Plinio Gayer, s/n, Quadra 04, Lote 01, Nova Caiapônia, CEP 75.850-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900657068 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0003-17, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

3. **Filial 3**: localizada na cidade de Redenção, Estado do Pará, na Avenida Araguaia nº 316, Bairro Jardim Cumaru, CEP 68.550-205, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 15900425272 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0005-89, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

4. **Filial 4**: localizada na cidade de Mineiros, Estado de Goiás, na Rua 6, nº 127, Setor São Bento, CEP 75.830-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900730547 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0016-31, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

5. **Filial 5**: localizada na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, na Rua Oliveira Cruvinel, nº 30, Quadra 03, Lote 05 e 06, Bairro Primavera, CEP 75.904-438, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900733627 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0007-40, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

(CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

6. **Filial 6**: localizada na cidade de Canarana, Estado do Mato Grosso, na Avenida Rio Grande do Sul, nº 1.784, Lote 01-A, Setor Industrial, CEP 78.640-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428882 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0008-21, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03); o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99);

7. **Filial 7**: localizada na cidade de Gaúcha do Norte, Estado do Mato Grosso, na Rua Goiás, parte da Chácara 53, s/n, Zona Rural, CEP 78.875-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428891 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0009-02, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03); o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99);

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

8. **Filial 8**: localizada na cidade de Água Boa, Estado do Mato Grosso, na Avenida Industrial, nº 3.500, Quadra 5, Lote 1, Setor Industrial III, CEP 78.635-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428904 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0010-46, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03); o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99);

9. **Filial 9**: localizada na cidade de Querência, Estado do Mato Grosso, na Rua Honorato Rocha, s/n, Lotes 44 e 46, Quadra IC, Setor Industrial, CEP 78.643-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428912 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0011-27, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03); o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99);

10. **Filial 10**: localizada na cidade de São Felix do Araguaia, Estado do Mato Grosso, na BR 080, s/n, Lotes 6 e 7, Centro, Distrito de Espigão do Leste, CEP 78.670-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428921 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0012-08, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03); o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99);

11. **Filial 11**: localizada na cidade de Confresa, Estado do Mato Grosso, na Avenida Industrial, s/n, Lote 20, Quadra 9, bairro Residencial Babinski, CEP 78.652-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428939 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0013-99, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03); o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99);

12. **Filial 12**: localizada na cidade de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, na Rua Olivério Porta, nº 2.748, Quadra 97, Lote 04A, Sala B, Cidade Primavera II, CEP 78.850-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900428947 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0014-70, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03); o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99);

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

13. **Filial 13**: localizada na cidade de Jataí, Estado de Goiás, na Rodovia BR 364, saída para Mineiros, s/nº, km 203 a margem esquerda, Zona Rural, CEP 75.809-899, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900742154 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0017-12, onde exerce as atividades de depósito de mercadorias próprias;

14. **Filial 14**: localizada na cidade de Dom Eliseu, Estado do Pará, na Avenida JK, nº 32-A, Centro, CEP 68.633-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 15900453811 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0018-01, onde exerce as atividades: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

15. **Filial 15**: localizada na cidade de Santana do Araguaia, Estado do Pará, na Rodovia BR 158, s/nº, Chácara nº 53, Loteamento Campo Alegre, CEP 68.560-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 15900457701 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0019-84, onde exerce as atividades: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

16. **Filial 16**: localizada na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins, na Avenida Bernardo Sayão, nº 3042, Quadra 01, Lotes 3 e 4, Setor Jardim Brasília, CEP 77.700-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 17900161111 e no CNPJ/MF sob o nº

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

14.947.900/0020-18, onde exerce as atividades: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

17. **Filial 17**: localizada na cidade de Jussara, Estado de Goiás, na Rua dos Flamboyants, s/n, Quadra 10, Lote 27 e 28, Jardim Petrópolis, CEP 76.270-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900942498 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0021-07, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

18. **Filial 18**: localizada na cidade de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás, na Avenida Onias Jose Borges, nº. 1330, Quadra 02, Lote 01, Bairro Parque Industrial Ipeguary, CEP 75.920-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900942480 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0022-80, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03);

comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

19. **Filial 19**: localizada na cidade de Paragominas, Estado de Pará, na Rodovia PA 256, Km 3, Quadra 01, Lote 03, Loteamento Amazônia Park, CEP 68.627-451, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 15900467544 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0025-22, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

20. **Filial 20**: localizada na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, na Avenida Santa Luzia, S/N, Distrito Sede, Setor Sub Centro, Quadra 198, Lote 0380, Unidade 001, CEP 65.930-000, registrado sob o NIRE 21900300881 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0024-41, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de insumos e defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e agropecuárias (CNAE 74.90-1/03);

21. **Filial 21**: localizada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua T-37, esquina com a T-12, nº 35, Lote 17/18, Quadra 123, salas de nº 2301 a 2311 do 23º andar do Condomínio Comercial Connect Park Business, CEP 74.230-025, Setor Bueno, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900955905 e no CNPJ/MF sob o nº

14.947.900/0026-03, onde exerce as atividades de escritório administrativo;

22. **Filial 22**: localizada na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins, na Avenida Bernardo Sayão, s/nº, bairro Setor Milena, Quadra 52, Lote 26, CEP 77.600-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 17900168115 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0027-94, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00), representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

23. **Filial 23**: localizada na cidade de Goiatuba, Estado do Goiás, na Rodovia GO-320, Jardim Santa Paula, s/n, Quadra 31, Lote 01, CEP 75.600-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52900974055 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0028-75, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

24. **Filial 24**: localizada na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins, em parte do Galpão 01, na Chácara Santo Antônio, s/n, BR-153, Km 675, gleba 7, 4ª etapa, Lote 35-C, zona rural, CEP 77.402-970, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 17900175481 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0029-56, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); a representação

comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

25. **Filial 25**: localizada na cidade de Paranatinga, Estado do Mato Grosso, na Rodovia MT – 130, nº 1.283, Lote 07-B-5, Setor Industrial, CEP 78.870-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900491568 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0030-90, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03); o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99);

26. **Filial 26**: localizada na cidade de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso, na Rua Waldir Rabelo, nº 761, Setor Sul II, Quadra 55, Lote 04, Sala 03, CEP 78.600-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51900497124 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0031-70, onde exerce as atividades de serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

27. **Filial 27**: localizada na cidade de Catalão, Estado de Goiás, na Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, nº 2159, Quadra Única, Lote Único, Bairro Ipanema, CEP 75.705-220, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52901015337 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0032-51, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

28. **Filial 28**: localizada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins, na Avenida Tocantins, s/n, Quadra 01, Lotes 06, 07, 24 e 25, Setor Jardim América, CEP 77.500-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 17900177742 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0033-32, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

29. **Filial 29**: localizada na cidade de Rondon do Pará, Estado do Pará, na Rodovia BR 222, s/n, Setor 83, Quadra 25, Lote 25, Km 87, CEP 68.638-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 15902001135 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0034-13, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

30. **Filial 30**: localizada na cidade de Formosa, Estado de Goiás, na Rodovia BR 20, s/n, Quadra 302, Lote 08 e 09, Parque Lago, CEP 73.813-888, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52901040374 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0035-02, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

31. **Filial 31**: localizada na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, s/n, Quadra U-1, Lote 10, 11, 12, 17, 18 e 19, Setor Sul II, CEP 76.400-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52901040366 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0036-85, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias- primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

32. **Filial 32**: localizada na cidade de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás, na Rodovia GO-156, s/n, Km 0.5, Sentido Nazário, Chácara Córrego da Areia, Zona Rural, CEP 76.190-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52901044337 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0038-47, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos

agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

33. **Filial 33**: localizada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Avenida Antônio Thomaz Ferreira de Rezende (Toninho Rezende), nº 1.766, Quadra 06, Lote 02, América I (Loteamento), CEP 38.402-244, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 31920032317 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0037-66, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

34. **Filial 34**: localizada na cidade de Presidente Dutra, Estado do Maranhão, na Rodovia BR-226, s/n, Quadra 57, Lote 122, Vila Militar, CEP 65.760-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 21900592556 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0039-28, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE

46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

35. **Filial 35**: localizada na cidade de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, na Avenida Tupaciguara, nº 173, Quadra 36, Lote 01-03 e 08-10, Cynthia, CEP 38.480-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 31920059975 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0040-61, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

36. **Filial 36**: localizada na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, na Avenida Santos Dumont, nº 1.466, Setor Central, CEP 77.805-150, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 17900398013 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0041-42, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

37. **Filial 37**: localizada na cidade de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins, na Avenida Vitorino Panta, s/n, Quadra 69A, Lote 04, Zona Urbana, CEP 77.493-000, inscrita no

Registro de Empresas sob o NIRE 17900398021 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0042-23, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

38. **Filial 38**: localizada na cidade de Balsas, Estado do Maranhão, na Avenida Governador Luiz Rocha, nº 34, Potosí, CEP 65.800-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 21900601938 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0043-04, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

39. **Filial 39**: localizada na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, na Avenida Governador José de Magalhães Pinto, Lote 01, Quadra 15, Tiradentes, CEP 38.301-135, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 31920088487 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0044-95, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de

produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

40. **Filial 40**: localizada na cidade de Padre Bernardo, Estado de Goiás, na Rodovia BR 080, s/n, Lotes 29 e 30, Setor Sul II, CEP 73.700-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 52901079521 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0045-76, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

41. **Filial 41**: localizada na cidade de Uruçuí, Estado do Piauí, na Rodovia PI 247, nº 932, Loteamento Novo Uruçuí, CEP 64.860-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 22900448413 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0046-57, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

42. **Filial 42**: localizada na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais, na Rua Maria Rezende Santana, nº 1.415, Terra Nova, CEP 38.620-562, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 31920091241 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0047-38, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

43. **Filial 43**: localizada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na Avenida Marcia Helena Moreira Silva, nº 153, Parque das Laranjeiras, CEP 38.046-395, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 31920093472 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0048-19, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

44. **Filial 44**: localizada na cidade de São José do Xingú, Estado do Mato Grosso, na Avenida Mauro Pires Gomes, s/n, Quadra 49, Lote 18, Centro, CEP 78.663-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51920034740 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0049-08, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

45. **Filial 45**: localizada na cidade de Sinop, Estado do Mato Grosso, na Rua Colonizador Ênio Pipino, nº 5.655, Setor Industrial Norte, CEP 78.550-542, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51920040367 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0050-33, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

46. **Filial 46**: localizada na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado do Mato Grosso, na Avenida Amazonas, nº 532-E, Centro, CEP 78.455-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 51920040375 e no CNPJ/MF sob o nº 14.947.900/0051-14, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03);

47. **Filial 47**: localizada na cidade de Sorriso, Estado do Mato Grosso, na Avenida Perimetral Sudeste, nº 8.547, Portal Kaiabi, CEP 78.894-272, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE *em emissão* e no CNPJ/MF sob o nº *em emissão*, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03); e

48. **Filial 48**: localizada na cidade de Nova Mutum, Estado do Mato Grosso, na Avenida Perimetral das Samambaias, s/n, Quadra M, Lote 14, Caixa Postal 3922S, Loteamento Cidade Bela, CEP 78.450-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE *em emissão* e no CNPJ/MF sob o nº *em emissão*, onde exerce as atividades de: importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 46.83-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03).

Cláusula 3ª. A Sociedade tem prazo de duração indeterminado.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

CAPÍTULO II – OBJETO SOCIAL

Cláusula 4ª. A Sociedade tem por objeto social: a importação, exportação e comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (CNAE 4683-4/00); a representação comercial, agenciamento e o comércio de produtos agrícolas e animais vivos (CNAE 46.11-7/00); a representação comercial de insumos e defensivos agrícolas (CNAE 46.12-5/00); o comércio atacadista, importação e exportação de produtos agrícolas (CNAE 46.23-1/08); o agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo (CNAE 52.50-8/03); o comércio atacadista de sementes (CNAE 46.23-1/06); o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (CNAE 46.23-1/99); o comércio atacadista de soja (CNAE 46.22-2/00); o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99); o depósito de mercadorias próprias; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE 74.90-1/03); a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista (CNAE 64.62-0/00); a prestação de serviços de análise de solo (diagnóstico) através de software (CNAE 74.90-1/03); a assinatura de software (mensalidade) para uso (CNAE 62.04-0/00); a locação de espaço publicitário em software ou página de e-commerce (CNAE 63.19-4/00); a intermediação de venda de seguro agrícola (CNAE 74.90-1/04); a intermediação de venda de produtos via market place (e-commerce) (CNAE 74.90-1/04); o comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário (CNAE 46.61-3/00).

CAPÍTULO III – CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª. O capital social, parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$116.498.708,00 (cento e dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e oito reais), dividido em 116.498.708 (cento e dezesseis milhões, quatrocentas e noventa e oito mil, setecentas e oito) quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada, todas de propriedade da Sócia Única **AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A**.

Parágrafo Primeiro. A responsabilidade da Sócia Única é, na forma da lei, restrita ao valor total do capital social.

Parágrafo Segundo. Do capital social da Sociedade, R$102.926.851,49 (cento e dois milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos) está totalmente integralizado e R$13.571.856,51 (treze milhões, quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos) será integralizado pela Sócia Única em moeda corrente nacional e/ou bens até 31 de dezembro de 2023.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

Cláusula 6ª. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade.

Parágrafo Único. As deliberações sociais, sobre as matérias indicadas na lei e neste contrato social como sendo de competência dos sócios, serão tomadas pela Sócia Única.

Cláusula 7ª. A transferência ou a alienação, no todo ou em parte, de quotas do capital social a terceiros, será permitida.

Cláusula 8ª. As quotas do capital social não poderão ser empenhadas ou oneradas sem a prévia e expressa anuência, por escrito, da Sócia Única. Qualquer transação efetuada com violação deste dispositivo será ineficaz perante a Sociedade.

CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 9ª. A Sociedade é administrada por administradores não sócios, quais sejam: **(i)** pelo Sr. **Fernando Henrique Bordoni Manzeppi**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG nº 1160484-0 SJ/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 809.256.771-91, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor Presidente da Sociedade; **(ii)** pelo Sr. **José Mauricio Mora Puliti**, brasileiro, divorciado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.388.615-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 246.535.668-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Sociedade; **(iii)** pela Sra. **Sheilla Maria Pereira Albuquerque**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.244.139-9 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 153.935.658-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretora sem designação específica da Sociedade; **(iv)** pelo Sr. **Felipe Neufeld**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 34151951-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 328.949.858-19, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor sem designação específica da Sociedade; e **(v)** pelo Sr. **Axel Jorge Labourt**, argentino, casado, engenheiro industrial, portador da Cédula de Identidade de estrangeiro ("RNE") nº V511069-3

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº 232.896.048-02, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, no cargo de Diretor sem designação específica da Sociedade.

Parágrafo Primeiro. Os Diretores declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos para a investidura na diretoria da Sociedade, não estando impedidos, por lei especial, para o exercício dos cargos para os quais foram eleitos, bem como que não foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

Parágrafo Segundo. Os Diretores permanecerão em seus cargos por prazo indeterminado, até que venham a ser substituídos e/ou destituídos por deliberação da Sócia Única.

Parágrafo Terceiro. Os Diretores poderão receber uma remuneração a ser fixada por deliberação da Sócia Única.

Cláusula 10ª. Observado o disposto nas Cláusulas 11ª e 12ª deste contrato social, os Diretores terão poderes para validamente representar e obrigar a Sociedade, para todos os fins.

Parágrafo Primeiro. A Sociedade será representada e obrigar-se-á:

(i) isoladamente, por qualquer Diretor ou procurador com poderes específicos, e desde que tais atos não se enquadrem nos itens (ii) a (iv) deste Parágrafo Primeiro da Cláusula 10ª, para agir em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias ou empresas públicas, incluindo, mas sem limitação, a Superintendência do Trabalho, a Caixa Econômica Federal, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, o Serviço de Inspeção Federal - SIF, o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional dos Transportes Terrestres - ANTT, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO, o Instituto Água e Terra – IAT, o Ministério da Defesa, o Exército Brasileiro, o Ministério da Fazenda, a Receita Federal do Brasil, as Secretarias da Agricultura dos Estados e do Distrito Federal, as Secretarias da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, as Secretarias dos Transportes dos Estados e do Distrito

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

Federal, as Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal, os Departamentos de Transito - DETRAN dos Estados e do Distrito Federal, as Prefeituras Municipais, Corpo de Bombeiros e todos os demais órgãos e representações públicos federais, estaduais e municipais;

(ii) Por: (a) 2 (dois) Diretores; (b) ou 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; e (c) ou 2 (dois) procuradores com poderes específicos: (i) nos atos que não criem obrigações financeiras para a Sociedade; e (ii) em todos os atos que criem obrigações para a Sociedade ou desonerem terceiros de obrigações para com a Sociedade, em operações envolvendo o montante individual de até R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

(iii) Por: (a) 2 (dois) Diretores; e (b) ou 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos em todos os atos que criem obrigações para a Sociedade ou desonerem terceiros de obrigações para com a Sociedade, em operações envolvendo o montante individual de R$20.000.000,01 (vinte milhões de reais e um centavo) até R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais); e

(iv) Por 2 (dois) Diretores em todos os atos que criem obrigações para a Sociedade ou desonerem terceiros de obrigações para com a Sociedade, em operações envolvendo o montante individual acima R$30.000.000,01 (trinta milhões de reais e um centavo).

Parágrafo Segundo. A Sociedade deverá outorgar procurações para sua representação mediante a assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto, devem especificar os poderes outorgados e devem ter o prazo de vigência de no máximo 1 (um) ano. Exceção às procurações com cláusula *Ad Judicia*, que poderão ser outorgadas por 1 (um) procurador com poderes específicos e poderão ter o prazo de vigência superior a 1 (um) ano.

Cláusula 11ª. A validade dos atos abaixo mencionados requer a aprovação prévia e expressa, por escrito, da Sócia Única:

(i) qualquer alteração do contrato social;

(ii) eleição e destituição dos membros da Diretoria, bem como definição do número de cargos a serem preenchidos;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

(iii) fixação da remuneração global anual dos membros da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(iv) deliberação, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

(v) aumento ou redução do capital social;

(vi) início de qualquer processo voluntário de liquidação, falência ou recuperação judicial da Sociedade nos termos da Lei nº 11.101/05;

(vii) dissolução da Sociedade, incluindo a escolha e contratação de liquidante, aprovação das contas correspondentes e cessação do estado de liquidação;

(viii) qualquer operação de cisão, incorporação, inclusive incorporação de ações ou fusão envolvendo a Sociedade, bem como a transformação da Sociedade em qualquer outro tipo societário;

(ix) resgate, amortização, desdobramento, grupamento ou bonificação de quotas.

(x) aprovar qualquer operação estranha ao objeto social da Sociedade;

(xi) aprovar a contratação e destituição dos auditores independentes da Sociedade;

(xii) aprovar as atribuições da área de auditoria interna da Sociedade; e

(xiii) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis da Sociedade, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Sociedade opera.

Cláusula 12.ª Quaisquer atos praticados pelos Diretores, procuradores ou empregados envolvendo obrigações relativas a operações e negócios estranhos ao objeto social, tais como a concessão de avais, garantias de terceiros ou qualquer outra forma de garantias em nome de terceiros que não ocorram no curso normal dos negócios, são expressamente proibidos e serão ineficazes perante a sociedade, salvo se expressamente autorizado, por escrito, pela Sócia Única.

CAPÍTULO V - DELIBERAÇÃO DA SÓCIA ÚNICA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

Cláusula 13.ª Qualquer deliberação que demandar a manifestação da Sócia Única poderá ser tida como validamente tomada se expressa mediante instrumento escrito, por ela firmado.

Cláusula 14.ª Os documentos escritos contendo as decisões da Sócia Única em que sejam deliberadas a eleição de administradores, alterações do contrato social e demais matérias destinadas a produzir efeitos perante terceiros deverão ser apresentadas ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento, nos 30 (trinta) dias subsequente subscrição do documento.

CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO

Cláusula 15.ª O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaborados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras previstas em lei, as quais serão submetidas à apreciação da Sócia Única. O lucro então verificado terá a destinação determinada pela Sócia Única, cabendo a si as perdas apuradas.

Parágrafo Primeiro. As Demonstrações Financeiras serão disponibilizadas à Sócia Única dentro de 10 (dez) dias após terem sido concluídas, prazo esse que não excederá a 30 de abril do exercício fiscal seguinte. A aprovação da Sócia Única às Demonstrações Financeiras poderá ser manifestada por instrumento escrito em separado ou pela aposição das suas assinaturas nos livros próprios.

Parágrafo Segundo. Por deliberação da Sócia Única, a Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período neles compreendido, podendo eventual lucro, por deliberação da Sócia Única, ser distribuídos ou capitalizado.

CAPÍTULO VII – CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 16.ª A Sociedade será dissolvida por deliberação da Sócia Única ou pela declaração de falência.

CAPÍTULO VIII – LIQUIDAÇÃO

Cláusula 17.ª No caso de liquidação da Sociedade, o procedimento estabelecido em lei será adotado e observado, com a nomeação, pela Sócia Única, de um ou mais liquidantes para

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

DocuSign Envelope ID: 77DD9C66-0BDA-49C5-A129-97E064BB9B31

operarem a Sociedade durante a liquidação.

CAPÍTULO IX – ALTERAÇÕES

Cláusula 18.ª Este contrato social poderá ser alterado, em qualquer de seus artigos e a qualquer tempo, mediante deliberação da Sócia Única.

Jataí, 15 de junho de 2023.

Sócia Única:

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.

Fernando Henrique Bordoni Manzeppi	**José Maurício Mora Puliti**
Diretor Vice-Presidente de Negócios	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Diretores Eleitos:

Felipe Neufeld	**Axel Jorge Labourt**
Diretor sem designação específica	Diretor sem designação específica

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911334968200000123436890
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911334968200000123436890
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:50

TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, LEONARDO ASSIS FRANÇA, com inscrição ativa no OAB/GO, sob o n° 61228, inscrito no CPF n° 70074284100, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
70074284100	61228	LEONARDO ASSIS FRANCA

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/07/2023 16:11 SOB Nº 20231817711.
PROTOCOLO: 231817711 DE 10/07/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12310301518. CNPJ DA SEDE: 14947900000155.
NIRE: 52205302265. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/06/2023.
RURAL BRASIL LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Bel. Luiz Marcelo Rezende Julião
Titular
Rua Piauí, 399 Loja 11 - Centro
CEP 86010 420 - Fone: (43) 3344-0101
Londrina - Paraná
www.cartoriojuliao.com.br

PROCURAÇÃO QUE FAZ: RURAL BRASIL LTDA A FAVOR DE MARINA GODOY DA CUNHA ALVES, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:-

SAIBAM todos quanto este instrumento público de procuração virem que, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois (25/08/2022), nesta Cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial, na Rua Piauí, 399, loja 11, centro, compareceu como Outorgante:- **RURAL BRASIL LTDA.**, ***e suas filiais constituídas nos termos do seu Contrato Social***, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 114, nº 41, Quadra 5, Lote 30-A, Galpão A, Setor Industrial, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, CEP 75802-2403, inscrita no CNPJ sob o nº 14.947.900/0001-55, neste ato, representada nos termos de seu referido Contrato Social Consolidado, conforme Certidão Simplificada expedida em data de 27/07/2022, pela Junta Comercial do Estado de Goiás, *por seus Diretores*, o Sr. **JOSE MAURÍCIO MORA PULITI**, brasileiro, divorciado, engenheiro, Carteira de identidade RG n.º 19388615 expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 246.535.668-28; e a Sra. **SHEILLA MARIA PEREIRA ALBUQUERQUE**, brasileira, casada, administradora de empresas, Carteira de identidade RG n.º 27.244.139-9 expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 153.935.658-28, ambos com endereço profissional na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010; reconhecida como a própria por mim, Adson Jeovani Freitas Santos, Titular, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E aí, pela Outorgante, foi-me dito que nomeia e constitui como sua procuradora:- **MARINA GODOY DA CUNHA ALVES**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 028.211.276-69 e na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás sob o n.º 38752A, com escritório profissional localizado na Rua Iguatemi, nº 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010; a **quem confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para:** representar a Outorgante perante qualquer terceiros, juízo, órgãos e repartições públicas e privadas, federais, estaduais, municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, incluindo, mas sem limitação, Fóruns e Comarcas, Cortes de Conciliação, Núcleos de Autocomposição, Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC, Tribunais de Justiça da esfera Federal e esfera Estadual, Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Delegacias de Polícia Civil e Federal, Batalhão da Polícia Militar, Juntas Comerciais, Justiça Federal, Receita Federal do Brasil, Secretarias de Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério dos Transportes, Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT, Departamentos de Trânsito – DETRAN, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, Secretarias da Agricultura e Pecuária, Secretarias da

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911335060800000123436891
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911335060800000123436891
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:51

Bel. Luiz Marcelo Rezende Julião
Titular
Rua Piauí, 399 - Loja 11 Centro
CEP 86010-420 - Fone: (43) 3344 0101
Londrina Paraná
www.cartoriojulião.com.br

Fazenda, Prefeituras Municipais, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Sindicatos em geral, Corpo de Bombeiros, Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA – MT), Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), Agências de Correios e Telégrafos, Cartórios Judiciais/Forenses, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Anexos, Cartórios de Tabelionato de Notas e Serviços Notariais, Cartórios de Protestos; tudo requerendo, em todos os Estados da Federação, em todos os graus de jurisdição, promovendo e assinando em defesa dos direitos e interesses da Outorgante e todos os poderes contidos na cláusula **"*ad judicia et extra*"**, nos termos do artigo 105 do Código de Processo Civil brasileiro, e mais os especiais para receber intimações e citações, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar termos de caução, prestar declarações, anuir, retirar e receber alvarás, fazer acordo, receber e dar quitação, contestar, reconvir, confessar, assinar termos, assinar carta de preposto, requerer medidas preventivas, variar de ação, recorrer, substabelecer, emitir notificação judicial e extrajudicial, constituir advogado, assinar e negociar contratos de honorários, outorgar procurações particulares, apresentar defesas, propor ações em geral, inclusive tutela provisória de urgência de natureza cautelar, pedidos liminares, execuções, ações monitórias, mandados de segurança, apresentar e retirar documentos; enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, **podendo substabelecer. A presente procuração ratifica os atos praticados pela outorgada no período de 18 de agosto de 2022 até a presente data.** *O presente instrumento de mandato tem validade de 12 (doze) meses contados da data de sua lavratura*. **Da Disponibilidade de Bens:** Foi realizada a prévia consulta a base de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, em nome da outogante, tendo o resultado **negativo**, conforme Relatório de Consulta de Indisponibilidade, Código HASH: 24fc.86ad.c271.a7a4.bf77 efe3 f658.91f1.d9bd.a2e1, emitido em data de 25/08/2022. Dispensadas as testemunhas instrumentárias a este ato em conformidade com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. Pela Outorgante, foi-me dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. Assim o disse, do que dou fé. A pedido da parte, lavrei a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Eu, (a.), Andrei de Souza Brito, Auxiliar de Cartório, que a escrevi. Eu, Adson Jeovani Freitas Santos, Escrevente, que a fiz digitar, subscrevo, assino e dou fé. Selo Digital nº F694XuYqtyhNLa29RCNyA9HKU. Emolumentos: R$94,62(VRC 384,62), Funrejus: R$23,66, Selo: R$2,04, Outorgante/Outorgado Adicional: Não incide, FUNDEP: R$4,73, ISSQN: R$1,89. Total: R$126,94. Londrina-PR, 25 de agosto de 2022. (aa.) RURAL BRASIL LTDA, SHEILLA MARIA PEREIRA ALBUQUERQUE, diretora sem designação específica da Outorgante. RURAL BRASIL LTDA, JOSÉ MAURÍCIO MORA PULITI, Diretor Administrativo Financeiro da

Continua na Página 3

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911335060800000123436891
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911335060800000123436891
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:51

Bel. Luiz Marcelo Rezende Julião
Titular
Rua Piauí, 399 - Loja 11 - Centro
CEP 86010-420 - Fone: (43) 3344 0101
Londrina Paraná
www.cartoriojuliao.com.br

Outorgante. Adson Jeovani Freitas Santos, Escrevente.Nada mais. **Trasladada em seguida**, era o que continha em referido ato, estando tudo conforme original. Eu, Adson Jeovani Freitas Santos, Escrevente, que a trasladei, conferi, subscrevo, assino e dou fé.

Londrina-PR, 25 de agosto de 2022

Adson Jeovani Freitas Santos
Escrevente

FUNARPEN
SELO DIGITAL
F694X.uYqty.hNTa2
9RKXm.A9HKk...
https://selo.funarpen.com.br

CARTÓRIO JULIÃO
7º Tab. Notas e 2º Reg. Civil
Luiz Marcelo Rezende Julião
Titular
Rua Piauí, 399 - Loja 11
Londrina - Paraná - Tabelião

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911335060800000123436891
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911335060800000123436891
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:51

DocuSign Envelope ID: 50CEB710-2CAE-468E-91DB-0DE9F444D9C4

SUBSTABELECIMENTO

MARINA GODOY DA CUNHA ALVES, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 028.211.276-69 e na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás sob o n.º 38752A, com escritório profissional localizado na Rua T-37, esquina com a T-12, nº 35, 23º andar do condomínio comercial Connect Park Business, Setor Bueno, CEP 74230-025, cidade de Goiânia, Estado de Goiás, substabelece, com reserva de poderes, os poderes que lhes foram conferidos pela **RURAL BRASIL S.A.,** e suas filiais constituídas nos termos do seu Estatuto Social, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º 14.947.900/0001-55, com sede na Avenida Veriano de Oliveira Lima, n.º 505, Setor Santa Maria, CEP 75800-093, cidade de Jataí, Estado de Goiás.

SUBSTABELECIDO: MICHELE LIMA SOUZA, brasileira, casada, advogada, OAB/GO 47.001, com escritório profissional localizado na Rua T-37, esquina com a T-12, nº 35, 23º andar do condomínio comercial Connect Park Business, Setor Bueno, CEP 74230-025, cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

PODERES SUBSTABELECIDOS: representar a Outorgante perante qualquer terceiros, juízo, órgãos e repartições públicas e privadas, federais, estaduais, municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, incluindo, mas sem limitação, Fóruns e Comarcas, Cortes de Conciliação, Núcleos de Autocomposição, Centro Judiciário de Solução de Conflitos — CEJUSC, Tribunais de Justiça da esfera Federal e esfera Estadual, Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Delegacias de Polícia Civil e Federal, Batalhão da Polícia Militar, Juntas Comerciais, Justiça Federal, Receita Federal do Brasil, Secretarias de Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério dos Transportes, Agência Nacional dos Transportes Terrestres — ANTT, Departamentos de Transito — DETRAN, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — CREA, Secretarias da Agricultura e Pecuária, Secretarias da Fazenda, Prefeituras Municipais, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Sindicatos em geral, Corpo de Bombeiros, Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA — M T), Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), Agência de defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), Agências de Correios e Telégrafos, Cartórios Judiciais/Forenses, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Anexos, Cartórios de Tabelionato de Notas e Serviços Notariais, Cartórios de Protestos; tudo requerendo, em todos os Estados da Federação, em todos os graus de jurisdição, promovendo e assinando em defesa dos direitos e interesses da Outorgante e todos os poderes contidos na cláusula "ad judicia et extra", nos termos do artigo 105 do Código de Processo Civil brasileiro, e mais os especiais para receber intimações e citações, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar termos de caução, prestar declarações, anuir, retirar e receber alvarás, fazer acordo, receber e dar quitação, contestar, reconvir, confessar, assinar termos, assinar carta de preposto, requerer medidas preventivas, variar de ação, recorrer, substabelecer, emitir notificação judicial e extrajudicial, constituir advogado, assinar e negociar contratos de honorários, outorgar procurações particulares, apresentar defesas, propor ações em geral, inclusive tutela

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911335127200000123436892
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911335127200000123436892
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:51

DocuSign Envelope ID: 50CEB710-2CAE-468E-91DB-0DE9F444D9C4

provisória de urgência de natureza cautelar, pedidos liminares, execuções, ações monitórias, mandados de segurança, apresentar e retirar documentos; enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, podendo substabelecer.

O presente tem validade por prazo indeterminado, encerrando-se automaticamente tão logo a advogada procuradora deixe de ter vínculo com a Outorgante ou qualquer uma de suas empresas controladas direta ou indiretamente, bem como estiver usufruindo de licença de qualquer natureza.

Goiânia-GO, 03 de maio de 2023



MARINA GODOY DA CUNHA ALVES
OAB/GO nº 38752A

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23082911335127200000123436892
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23082911335127200000123436892
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 29/08/2023 11:33:51

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 50CEB7102CAE468E91DB0DE9F444D9C4
Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: SUBS MICHELE - RURAL BRASIL LTDA.pdf
CPR ID:
Pipefy ID:
Siagri ID:
Tipo de Contrato:
Outros
Envelope fonte:
Documentar páginas: 2
Assinaturas: 1
Certificar páginas: 2
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Isabela Novais Farias de Souza
AV CIDADE JARDIM 803, ANDAR 6 CONJ 62
SALA 3B, ITAIM BIBI
SAO PAULO, 01453000
isabela.souza@agrogalaxy.com.br
Endereço IP: 165.1.157.45

Rastreamento de registros

Status: Original
03/05/2023 11:29:29

Portador: Isabela Novais Farias de Souza
isabela.souza@agrogalaxy.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Marina Godoy da Cunha Alves marina.alves@agrogalaxy.com.br AGROGALAXY PARTICIPACOES S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SOLUTI Multipla v5 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não disponível através da DocuSign	DocuSigned by: Marina Godoy da Cunha Alves 2E8FBDF40297445... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 208.127.24.49	Enviado: 03/05/2023 11:30:09 Visualizado: 05/05/2023 15:39:58 Assinado: 05/05/2023 15:40:30

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Isabela Novais Farias de Souza isabela.souza@agrogalaxy.com.br Estagiária jurídico Rural Brasil Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não disponível através da DocuSign	**Copiado**	Enviado: 03/05/2023 11:30:09 Reenviado: 05/05/2023 15:40:31 Visualizado: 05/05/2023 17:59:33

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	03/05/2023 11:30:09
Entrega certificada	Segurança verificada	05/05/2023 15:39:58
Assinatura concluída	Segurança verificada	05/05/2023 15:40:30
Concluído	Segurança verificada	05/05/2023 15:40:31

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª (QUARTA) VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO

AUTOS DO PROCESSO N.º 1022463-24.2023.8.11.0003
REQUERENTES: SIDNEY PINTO DE MELLO; MARA VIOLIN DE MELLO; EDSON PINTO DE MELO; VERA LUCIA GALLO DE MELLO; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO; MARCO ANTONIO DE MELLO – **GRUPO MELLO**
REQUERIDOS: CREDORES

TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/MT 17899, devidamente inscrito no CPF sob o n.º 928.202.391-53, com endereço eletrônico advogadootaveira@gmail.com e telefone para contato (65) 98413-1059, representante legal da empresa **MT PERÍCIAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 41.190.673/0001-39, com sede na Av. Brasília, nº 1.192, sala 03, bairro Jardim das Américas, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, CEP 78.060-601, telefone (65) 98413-1059, e ainda, com endereço eletrônico mtpericias1@gmail.com, onde poderão ser dirigidas as intimações de estilo, na qualidade de perito técnico nomeado por este juízo em decisão de ID 125663061, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar **LAUDO DE CONSTATAÇÃO PRÉVIA – SEGUNDA ETAPA**, realizado nestes autos que visa a propositura da Ação de Recuperação Judicial do **GRUPO MELLO**, consubstanciado na documentação ofertada nos autos, bem como através da diligência realizada no endereço dos Requerentes, conforme passa a expor:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

1. INTRODUÇÃO – A PERÍCIA PRÉVIA À LUZ DA LEI 11.101/2005 E SUAS ALTERAÇÕES

A Lei 11.101/2005, tem como seu princípio mor, o texto legal regido pelo art. 47, qual seja, viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, preservando a empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Tal regramento sofreu recentes alterações significativas com o advento da Lei 14.112/2020, dentre elas a realização de PERÍCIA PRÉVIA, a critério do juiz, antes do deferimento do processamento da Recuperação Judicial – art. 51-A, senão vejamos:

> Art. 51-A. Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, poderá o juiz, quando reputar necessário, nomear profissional de sua confiança, com capacidade técnica e idoneidade, para promover a constatação exclusivamente das reais condições de funcionamento da requerente e da regularidade e da completude da documentação apresentada com a petição inicial. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Assim, extrai-se do mencionado texto legal, que trata-se o caso de uma faculdade do juízo determinar ou não a constatação prévia ao deferimento do processamento da recuperação judicial, cujo principal objetivo se reside em: (i) constatar as reais condições de funcionamento da empresa requerente e (ii) analisar a regularidade e completude da documentação acostada com a inicial do pedido recuperacional.

Para tanto, necessário se faz a identificação real da condição da empresa em crise, para que o remédio legal buscado, seja dado com a correta aplicação, não sendo este concedido a empresas inviáveis, as quais não se enquadrem no que dispõe o mencionado art. 47.

Consoante a isto, foi que o Conselho nacional de Justiça lançou a Recomendação 103 em 23.08.2021, que assim orientou:

> Art. 1º Recomendar a todos os magistrados e magistradas das varas, especializadas ou não, onde tramitam processos de recuperação judicial que, nos casos em que for

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

> determinada a constatação prévia da regularidade dos documentos que instruem a inicial do pedido de recuperação, determinem ao profissional nomeado que:
> I – informe se a devedora atende aos requisitos do art. 48 da Lei nº 11.101/2005;
> II – informe se a petição inicial foi instruída com os documentos previstos no art. 51 do mesmo diploma legal, bem como com a documentação mencionada no § 3º ou no § 4º do art. 48 do mesmo dispositivo legal na hipótese se recuperação de produtor rural;
> III – apresente formulário conforme anexo I, devendo o formulário ser segregado por devedor na hipótese de consolidação substancial; e
> IV – informe se a relação de credores contém as informações mencionadas no art. 3º desta Recomendação e, na sua ausência, apresentar relação de credores na forma do modelo constante do Anexo II desta Recomendação.

Contudo, conforme determinado pelo MM. Magistrado, este trabalho foi realizado em 02 (duas) etapas, onde a primeira etapa, já apresentada por este Perito em ID 127164482, e a segunda etapa que ora se apresenta:

> ***"SEGUNDA ETAPA – Após ser formulado o pedido de recuperação judicial, antes mesmo dos autos virem à conclusão, no prazo de 05 dias, deverá a Auxiliar do Juízo apresentar laudo final da constatação prévia iniciada, abrangendo a constatação e análise da documentação contábil e a averiguação do preenchimento dos requisitos legais para o deferimento do processamento da recuperação judicial. "***

Nesse sentido, passaremos a apresentar detalhadamente o que se pode levantar na análise documental até então apresentada, somada a constatação *in loco* da produção e atividade dos Requerentes, candidatos à recuperandos.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

2. DO BREVE HISTÓRICO PROCESSUAL APRESENTADO PELOS REQUERENTES.

Trata-se de pedido de Recuperação Judicial formulado pelos Requerentes, grupo este familiar composto pelos seguintes integrantes: SIDNEY PINTO DE MELLO; MARA VIOLIN DE MELLO; EDSON PINTO DE MELO; VERA LUCIA GALLO DE MELLO; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO; MARCO ANTONIO DE MELLO.

Consoante ao que dispõe o inciso I, do art. 51 da Lei 11.101/2005, os Requerentes expuseram na inicial cautelar as causas concretas da situação patrimonial e das razões da crise econômico-financeira vivenciada atualmente, onde os mesmos termos foram confirmados em sede de pedido de recuperação judicial de ID 127253778, nos seguintes termos:

Que tratam-se os Requerentes, de grupo familiar de origem do estado do Paraná, onde desde 1975 os irmãos Sidney e Edson já exerciam a atividade agrícola com o plantio de soja e milho na região de Maringá/PR.

Que foi em Maringá/PR que constituíram suas famílias, onde Sidney Pinto de Mello se casou com Mara Violin de Mello e Edson Pinto de Mello com Vera Lucia Gallo de Mello, aqui também Requerentes. Da relação entre Edson e Vera, vieram os filhos Rafael Rodrigo Gallo de Mello e Marco Antonio de Mello que, se espelharam no pai e já na vida adulta também se enveredaram para o cultivo das commodities.

Que desde sempre, o grupo familiar maneja o plantio dos grãos conjuntamente. Inicialmente, como dito, no estado do Paraná e, com o passar dos anos, alçando voos maiores através de arrendamento, onde em 2014 iniciaram o cultivo também no Estado do Mato Grosso, na cidade de Campinápolis, cerca de 640 hectares.

Que quando chegaram naquela região, identificaram a necessidade de preparar a terra e corrigir o solo, com isso obtendo êxito, conseguiram em 2015 aumentar sua área de cultivo para cerca de 1.000 hectares.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

Que felizmente foi uma época em que o clima era propício, e permitiu que o Grupo Familiar fosse crescendo de maneira organizada, aproveitando para reinvestir os resultados na abertura/arrendamento de novas áreas.

Que com o advento e disseminação da técnica do plantio direto, os Requerentes passaram a ter acesso a máquinas e implementos, que possibilitaram incrementos significativos de produtividade, o que proporcionou um retorno econômico positivo sobre os investimentos e esforços realizados.

Que, contudo, o produtor rural nunca aguarda o caso fortuito/força maior, relacionado diretamente a sua produção, onde sua instabilidade impacta diretamente na produção agrícola de uma maneira geral, positiva ou negativamente, não sendo diferente com os Requerentes, que no decorrer dos anos, principalmente em 2015 sofreram com a seca da região e baixa produtividade daquele ano, entretanto, o novo prejuízo não será suportado nas presentes condições, sem que haja a intervenção legal apta a viabilizar a superação da crise ora instalada.

Que não apenas isso, mas são vários os obstáculos sofridos pelo produtor rural, que a cada fase da produção encontra um empecilho a vencer. No caso dos Requerentes, estes, em 2017 após a colheita de toda sua produção e armazenagem, sofreram com um arresto da safra daquele ano com os grãos ainda dentro do armazém, arresto este que não foi contra os Requerentes, mas sim em face do dono do armazém, onde por um equívoco a soja dos Requerentes que ali estava também foram arrestados, causando enormes prejuízos em sua receita naquele ano, em cerca de 24 mil sacas.

Que com o decorrer dos anos, os Requerentes analisaram aquele solo em que atuavam e concluíram que na safrinha a região pecava numa produtividade satisfatória, sendo necessária a busca de uma área com mais índice pluviométrico.

Que foi então, que em 2020 encontraram uma área de cultivo para arrendamento na região de Santa Cruz do Xingu/MT, próximo a Vila

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

Rica/MT, cuja área de 2.200 hectares necessitou de alto investimento, vez que em sua maioria estava abarrotada de vegetação prejudiciais a semeadura, que necessitavam de remoção para início dos trabalhos.

Que na mesma época, naquela região, o armazém Indiana Agro (Recuperação Judicial – frustrada) também sofreu arresto, ao qual, parte da produção dos Requerentes que ali estava depositada, fora levada conjuntamente, ocasionando em prejuízos demasiados.

Que como dito, entre uma safra e outra, todo e qualquer produtor rural encontra dificuldades que acabam por não produzir a contento, e isso não seria diferente com os Requerentes, que além dos arrestos de terceiros sofridos que acabaram por atingi-los, o fator clima/tempo impacta de uma maneira ou outra na mencionada produção.

Que nessa nova área de plantio, por exemplo, logo no primeiro ano, os Requerentes se depararam com fortes chuvas, o que prejudicou sobremaneira a colheita dos grãos, contudo, em contrapartida, no segundo ano fez-se necessária a abertura do restante da área, aumentando assim o seu cultivo, passando de 1.000 hectares, para 2.000 hectares.

Que no mesmo ano, fora adquirido pelos Requerentes novo arrendamento, desta vez em São Félix do Araguaia/MT, cuja área total era de 1.600 hectares, onde apenas 187 hectares eram de plantio consolidado. Ainda, nesta área fora necessário a época, investir na infraestrutura da fazenda, seja nas casas, cantina, poço artesiano e barracão.

Que mesmo com todo investimento, e abrindo mais 330 hectares de sua capacidade, ainda assim a produção daquele ano não foi satisfatória, posto que o plantio se deu tardiamente, e ainda ocorreu o ataque de pragas, qual seja a mosca branca.

Que somado a isso, nessa mesma área, ainda ocorrera um desafio administrativo, posto que 1.600 hectares possuía um embargo ambiental de 2013, fato que impediu a movimentação do cultivo, já que não se conseguia gerar a

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

inscrição estadual, tampouco se emitir nota fiscal, o que inviabilizou o negócio, sendo necessário a entrega da área para terceiros.

Que em 2022, com o fim do contrato de alguns arrendamentos (parte) em Campinápolis/MT, os proprietários pleitearam a área de volta, não renovando tais instrumentos, e na área ainda atuante, os Requerentes sofreram com as chuvas, perdendo a qualidade do grão produzido, onde a soma desses fatores levaram os Requerentes a atual crise que se enfrenta.

Que o fator clima, ainda afetou os Requerentes em 2023, tendo em vista as chuvas que se deram na região do Xingu, o que ocasionou a perda ao equivalente a 550 hectares de soja. Nesse ínterim, foi arrendado ainda outra área em Vila Rica de 760 hectares de pastagem, conseguindo abrir ainda mais 350 hectares. Que com o plantio tardio devido ao clima, sofreram ainda nesta área com o ataque da mosca branca e muitas chuvas na fase de colheita, o que ocasionou resultados deficitários para os Requerentes.

Devido a seca, tanto em Campinápolis, quanto em Santa Cruz do Xingu, a produção da safrinha não se deu como planejada.

Que tal fato se deu por duas principais e inesperadas razões: a) a quebra da produtividade esperada, ocorrida por força de condições climáticas; b) a queda abrupta dos valores vinculados aos grãos que representa até o momento a cerca de 43% ante ao mesmo período do ano passado.

Que diante desse cenário, buscaram os Requerentes a renegociação de seus contratos, entretanto, esbarraram nas tentativas que restaram infrutíferas ao ponto de, conforme já informado nesta inicial, já haver pedido de arresto deferido em face dos Requerentes, manejado pela credora Rural Brasil Ltda., visando o bloqueio de 160 mil sacas de milho da atual safra de milho.

Que tal fato, o reconhecimento da existência de caso fortuito/força maior, ocorrido nas áreas de cultivos exploradas pelos Requerentes, foi inclusive objeto de reconhecimento pela credora Rural Brasil Ltda, na ação cautelar n.º 5425690-61.2023.8.09.0093, em trâmite na 1ª Vara Cível

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

da Comarca de Jataí/GO, ao destacar que, com o cumprimento do arresto já deferido, a credora não conseguiria arrestar a totalidade dos grãos ante a frustração da safra (ID 124897210).

Que, não obstante, os próprios Requerentes promoveram a confecção de laudo complementar da própria credora, a fim de constatar a frustração da presente safra que assim restou concluído (ID 124898062).

Que não apenas isso, mas nesse ínterim, após a propositura da cautelar antecedente, foi possível constatar a existência de outra Ação de Arresto movida pela mesma credora Rural Brasil Ltda. tombada sob o n.º 5427449-60.2023.8.09.0093 em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, conforme já informado nestes autos em ID 125908891.

Certo é, que atualmente os Requerentes cultivam grãos por cerca de 5.162 hectares (safra soja) nas Comarcas de Campinápolis/MT, Santa Cruz do Xingu/MT, Vila Rica/MT e Maringá/PR. Sendo assim, plenamente viáveis para superação da crise ora vivenciada, conforme ilustração abaixo retificada, e conforme se extrai do laudo da constatação prévia, em sua primeira fase.

Que inicialmente, a quantidade de hectares mencionada para exploração, foi menor do que a realmente apurada, e que equivocadamente constou na inicial da cautelar, requerendo a sua retificação.

Que os Requerentes, em momento algum, pretendem se esquivar de suas obrigações, mas sim, apoiados na Lei vigente, possibilitar que possam negociar de forma justa e conjunta sob o crivo do judiciário e o permissivo dos credores, sem que seja encerrada de forma abrupta as atividades que são desenvolvidas por mais de 40 (quarenta) anos.

Que é inegável a existência de um passivo que demonstra a crise econômico-financeira, que claramente coloca em risco a atividade econômica desenvolvida pelos Requerentes, necessitando se socorrer do Art. 47 da LRF.

Passo seguinte, tem-se que o pedido de Tutela Cautelar Antecedente Preparatória para Recuperação Judicial, foi protocolizado junto a

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

este juízo na data de 01 de agosto de 2023, com inúmeros documentos acostados com a inicial, em ID 124895897 e seguintes.

Ao final, em ID 125663061 este juízo nos intimou para realização de PERÍCIA PRÉVIA, em duas etapas, conforme faculta o art. 51-A, da Lei nº 11.101/2005, a qual a PRIMEIRA ETAPA já fora devidamente apresentada em ID 127164482 e seguintes e que, neste ato, se passa a apresentar a SEGUNDA ETAPA, assim como determinado por Vossa Excelência.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

3. DA COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO PARA PROCESSAR O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DOS REQUERENTES A SER PROPOSTO.

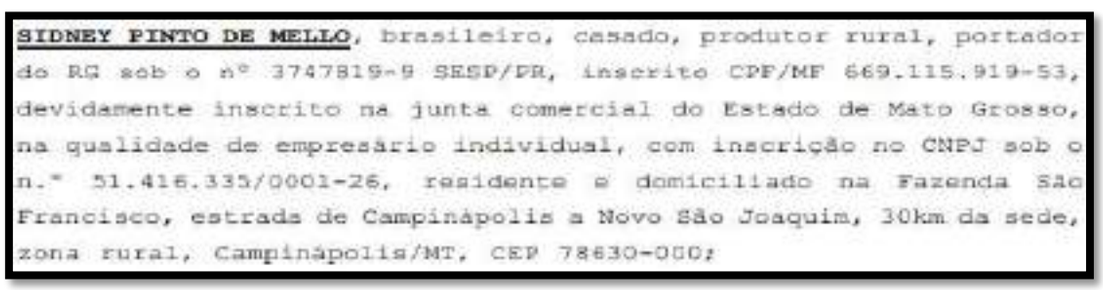
Consoante a lei de regência, a competência para processar e julgar os pedidos de recuperação judicial é o juízo do local do principal estabelecimento do devedor, nos seguintes termos:

> Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

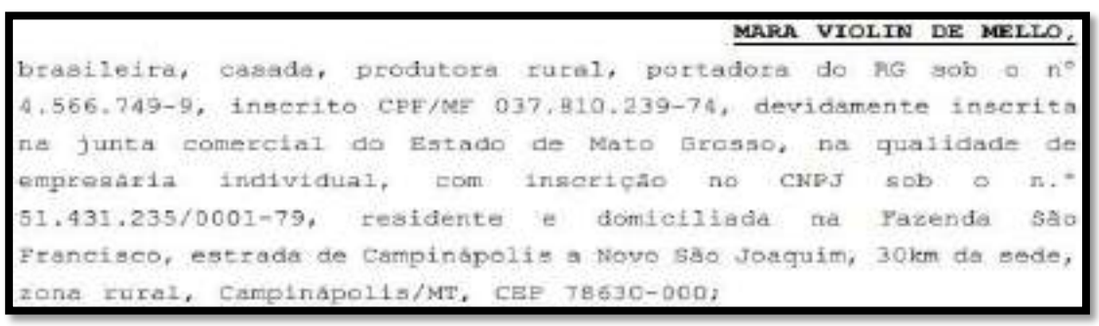
Somado a tal fato que, especialmente para os casos que tramitam no Estado de Mato Grosso, há uma Resolução específica lançada em 2020 que redefiniu sua competência judiciária, regionalizando as Varas competentes para processar e julgar tais demandas, são elas: CUIABÁ, SINOP E RONDONÓPOLIS.

Dito isto, extrai-se da documentação que acompanha a inicial da Cautelar Preparatória, que os Requerentes se encontram estabelecidos:

INICIAL – ID 124895897



SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000;



MARA VIOLIN DE MELLO, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000;

VERA LUCIA GALLO DE MELLO, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000;

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000;

MARCO ANTONIO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 - SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000

Veja que, não apenas a qualificação constante na inicial dos Requerentes, se enquadram na competência do juízo onde se encontra distribuído o pedido cautelar preparatório, mas também todos os cartões CNPJ e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

inscrições estaduais individuais apresentadas condizem com a Comarca indicada como sendo seu principal estabelecimento, qual seja Campinápolis/MT.

Portanto, da documentação apresentada, bem como do histórico apresentado pelos Requerentes, pode-se extrair-se que os mesmos exercem suas atividades nas Comarcas de Campinápolis/MT, Santa Cruz do Xingu/MT, Vila Rica/MT e Maringá/PR, sendo certo que seu principal estabelecimento situa-se em Campinápolis/MT.

Na cidade de Campinápolis – MT, estão reunidos além da sede constante dos registros na Junta Comercial de Mato Grosso; boa parte das propriedades rurais exploradas; a administração financeira, e gestão contábil dos Requerentes, constatando-se como principal estabelecimento do dos devedores.

Partindo desta premissa e, consoante ao que dispõe a RESOLUÇÃOTJ-MT/OE Nº 10 DE 30 DE JULHO DE 2020, é de rigor que a comarca competente para tramitar o pedido de recuperação judicial é a Comarca de Rondonópolis/MT, sendo este juízo o único competente para processar e julgar o presente feito.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

4. DA CONSTATAÇÃO *IN LOCO* E DOCUMENTAL E POSSIBILIDADE DO PEDIDO FEITO PELOS REQUERENTES – PRODUTORES RURAIS ATUANTES E COMPROVADAMENTE VERIFICADA NA PRIMEIRA ETAPA.

Excelência, quanto ao fato dos Requerentes se tratarem de produtores rurais, desnecessário maiores delongas, ante a apresentação do laudo em primeira fase de ID 127164482, onde pode-se demonstrar a qualificação de cada um deles, fazendo correlação com a documentação que acompanhou a inicial da cautelar antecedente.

Logo, constatada a atividade exercida pelos Requerentes, e que os mesmos preenchem o requisito para propositura do processo de Recuperação Judicial (conforme adiante exposto), desnecessário ainda, tecer maiores considerações quanto à verificação *in loco* realizada por este perito nas dependências dos Requerentes, posto que tal narrativa já fora produzida e apresentada nestes autos em **ID. 127164482/127165243.**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

5. DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEI 11.101/2005.

5.1. Dos Requisitos Dispostos no Art. 48 da Lei 11.101/2005

Dispõe o art. 48 da Lei 11.101/2005 a seguinte redação:

> Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:
> I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;
> II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;
> III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
> IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.
> § 1º A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente. (Renumerado pela Lei nº 12.873, de 2013)
> § 2º No caso de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no **caput** deste artigo por meio da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir a ECF, entregue tempestivamente. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> § 3º Para a comprovação do prazo estabelecido no **caput** deste artigo, o cálculo do período de exercício de atividade rural por pessoa física é feito com base no Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), ou por meio de obrigação legal de registros contábeis que venha a substituir o LCDPR, e pela Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e balanço patrimonial, todos entregues tempestivamente. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> § 4º Para efeito do disposto no § 3º deste artigo, no que diz respeito ao período em que não for exigível a entrega do LCDPR, admitir-se-á a entrega do livro-caixa utilizado para a elaboração da DIRPF. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> § 5º Para os fins de atendimento ao disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, as informações contábeis relativas a receitas,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

> a bens, a despesas, a custos e a dívidas deverão estar organizadas de acordo com a legislação e com o padrão contábil da legislação correlata vigente, bem como guardar obediência ao regime de competência e de elaboração de balanço patrimonial por contador habilitado. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Destarte, para cumprimento do exigido por Lei no que tange aos incisos dispostos no art. 48 da LRF, os Requerentes apresentaram Declaração Falimentar e Certidão Falimentar emitida pelos Tribunais de Mato Grosso e Paraná, estados os quais exercem suas atividades, restando assim superada tal questão.

Ainda, quando da propositura do pedido de processamento da ação de recuperação judicial, os Requerentes complementaram a documentação pendentes, quanto aos parágrafos do art. 48 que exigem documentos contábeis relativos à atividade rural, superando a ausência dos documentos em questão, estando todos devidamente apresentados da seguinte forma:

LEI 11.101/2005	LISTA DE DOCUMENTOS	ID
Art. 48 e incisos	DECLARAÇÃO FALIMENTAR	124898060
Art. 48 e incisos	CERTIDÃO FALIMENTAR	124898077
Art. 48, §3º	LIVRO CAIXA	127253784 / 127253785 / 127253786 / 127253787 / 127253788 / 127253790
Art. 48, §3º	IMPOSTO DE RENDA	124898046
Art. 48, §3º	BALANÇO PATRIMONIAL	127255342 / 127255343 / 127255348 / 127255349 / 127255351 / 127255353 / 127255359

Quanto a comprovação de atividade do produtor rural há mais de 02 (dois) anos, esta restou comprovada também pela apresentação de Notas fiscais de cada devedor, retiradas por amostragem, e constatadas pelos anos de 2020 a 2023, senão vejamos por indicação as mais antigas solicitadas e analisadas:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

EDSON PINTO DE MELLO – ID 124897197:





MARA VIOLIN DE MELLO – ID 124897199:



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33



MARCO ANTÔNIO DE MELLO – ID 124897201:





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO – ID 124897202:





SIDNEY PINTO DE MELLO – ID 124897204:



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33


RECEBEMOS DE SIDNEY PINTO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

NF-e
N.º 93
SÉRIE 920

SIDNEY PINTO DE MELLO - FAZENDA GAO FRANCISCO

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 93
SÉRIE 920
FOLHA 1 DE 1

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

VENDA

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL: AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA
CNPJ/CPF: 77.294.254/0018-32
DATA DA EMISSÃO: 19/04/2021

ENDEREÇO: ROD MT 240 SN
BAIRRO/DISTRITO: ZONA RURAL
MUNICÍPIO: AGUA BOA
UF: MT

FAZENDA SAO FRANCISCO; ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78650-000
Fone: (66) 9741-4648

VERA LUCIA GALLO DE MELLO – ID 124897205:


RECEBEMOS DE VERA LUCIA GALLO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

NF-e
N.º 7
SÉRIE 920

VERA LUCIA GALLO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO
ESTRADA QUE LIGA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM A 30KM DA E. 8N
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 7
SÉRIE 920
FOLHA 1 DE 1

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL: AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA
CNPJ/CPF: 77.294.254/0018-32
DATA DA EMISSÃO: 21/02/2020

ENDEREÇO: AV JULIO CAMPOS SN
BAIRRO/DISTRITO: CENTRO
DATA DA SAÍDA/ENTRADA: 21/02/2020

MUNICÍPIO: AGUA BOA
UF: MT


RECEBEMOS DE VERA LUCIA GALLO DE MELLO OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

NF-e
N.º 30
SÉRIE 920

VERA LUCIA GALLO DE MELLO - FAZENDA SAO FRANCISCO
ESTRADA QUE LIGA CAMPINAPOLIS A NOVO SAO JOAQUIM A 30KM DA E. 8N
ZONA RURAL
Campinapolis - MT - CEP: 78630-000

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - Entrada
1 - Saída [1]

Nº 30
SÉRIE 920
FOLHA 1 DE 1

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO: VENDA

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL: AGROINDUSTRIAL CAMPO REAL LTDA
CNPJ/CPF: 11.636.261/0002-09
DATA DA SAÍDA/ENTRADA: 06/05/2021

ENDEREÇO: ESTRADA R-4 LT RURAL 179-A SN
BAIRRO/DISTRITO: ZONA RURAL
MUNICÍPIO: QUERENCIA
UF: MT

Deste modo, o requisito legal disposto para essa exigência restou superado, posto que devidamente constado e comprovado pelos Requerentes.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

5.2. Dos Requisitos Exigidos no Art. 51 da Lei 11.101/2005.

Ainda, dispõe o art. 51 da Lei 11.101/2005, *in verbis*:

> Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:
> I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;
> II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:
> a) balanço patrimonial;
> b) demonstração de resultados acumulados;
> c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
> d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;
> e) descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito; (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> III - a relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos; (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;
> V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;
> VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;
> VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;
> VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;
> IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

demandados; (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
X - o relatório detalhado do passivo fiscal; e (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
XI - a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
(...)
§ 4º Na hipótese de o ajuizamento da recuperação judicial ocorrer antes da data final de entrega do balanço correspondente ao exercício anterior, o devedor apresentará balanço prévio e juntará o balanço definitivo no prazo da lei societária aplicável.

Assim, em cumprimento ao que dispõe referido artigo, os Requerentes apresentaram os seguintes documentos:

LEI 11.101/2005	LISTA DE DOCUMENTOS	ID
ART. 51, INCISO I	EXPOSIÇÃO DA CRISE	PETIÇÃO INICIAL – 124895897 e EMENDA 127253778
ART. 51, INCISO II	DOCUMENTOS CONTÁBEIS	
	BALANÇO E DRE 2020	127255342 / 127255343 / 127255348 / 127255349 / 127255351 / 127255353
	BALANÇO E DRE 2021	127255342 / 127255343 / 127255348 / 127255349 / 127255351 / 127255353
	BALANÇO E DRE 2022	127255342 / 127255343 / 127255348 / 127255349 / 127255351 / 127255353
	DRA 2020, 2021, 2022	127255342 / 127255343 / 127255348 / 127255349 / 127255351 / 127255353
	FLUXO DE CAIXA 2020, 2021, 2022	127255342 / 127255343 / 127255348 / 127255349 / 127255351 / 127255353
	FLUXO DE CAIXA PROJETADO	127255360
	DESCRIÇÃO DA SOCIEDADE	127255370
ART. 51, INCISO III	RELAÇÃO NOMINAL DOS CREDORES	124898065
ART. 51, INCISO IV	RELAÇÃO INTEGRAL DOS EMPREGADOS	127255371 - RETIFICADA
ART. 51, INCISO V	CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO DEVEDOR E ATOS CONSTITUTIVOS	124898068 E 124897192
ART. 51, INCISO VI	RELAÇÃO DE BENS PARRTICULARES DOS SÓCIOS - APRESENTARAM O IMPOSTO DE RENDA DOS SÓCIOS	124898069 - EM SEGREDO DE JUSTIÇA - ENCAMINHADO POR EMAIL AO PERITO
ART. 51, INCISO VII	EXTRATOS ATUALIZADOS DAS CONTAS BANCÁRIAS	124898069 – EM SEGREDO DE JUSTIÇA – ENCAMINHADO POR EMAIL AO PERITO
ART. 51, INCISO VIII	CERTIDÕES DOS CARTÓRIOS DE PROTESTO NO DOMICILIO DO DEVEDOR E FILIAL	124898075

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

LEI 11.101/2005	LISTA DE DOCUMENTOS	ID
ART. 51, INCISO IX	RELAÇÃO SUBSCRITA DE AÇÕES JUDICIAIS E PROCEDIMENTOS ARBITRAIS, INCLUSIVE TRABALHISTA	
	DECLARAÇÃO DE AÇÕES	124898081
	CERTIDÕES FORUNS	124898077
	DECLARAÇÃO NEGATIVA DE PROCEDIMENTO ARBITRAL	124898081
ART. 51, INCISO X	RELATÓRIO DETALHADO DO PASSIVO FISCAL	124898082
ART. 51, INCISO XI	RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	RELAÇÃO DE ATIVOS NÃO CIRCULANTE	124898084
ART. 51, §4º	BALANÇO PRÉVIO 2023	127255359

Em análise superficial, constata-se que os Requerentes apresentaram todos os documentos exigidos por lei, contudo, necessário se faz uma análise mais aprofundada do caso em comento e a completude das condições física e documentais apresentadas.

5.3. Litisconsórcio Ativo - Da Consolidação Processual e Substancial.

Com o advento das alterações trazidas pela Lei 14.112/2020, assim restou disposto o art. 69-G:

> Art. 69-G. Os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum poderão requerer recuperação judicial sob consolidação processual. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> § 1º Cada devedor apresentará individualmente a documentação exigida no art. 51 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> § 2º O juízo do local do principal estabelecimento entre os dos devedores é competente para deferir a recuperação judicial sob consolidação processual, em observância ao disposto no art. 3º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> § 3º Exceto quando disciplinado de forma diversa, as demais disposições desta Lei aplicam-se aos casos de que trata esta Seção. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Deste modo, em análise a toda documentação apresentada, os Requerentes propuseram seu pedido apresentando documentos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

individualizados, com a relação obrigacional de cada um. (Vide lista de credores anexada a inicial).

Assim, s.m.j., os Requerentes fazem jus ao reconhecimento de litisconsórcio ativo, posto que, ao menos de início do que constatado, preencheram os requisitos legais exigidos, tanto por terem apresentado documentação separadamente, quanto por terem seus negócios interligados (correlacionados entre si), conforme dos documentos constam: aval; penhor cruzado; áreas de atividade comuns entre os Requerentes, conforme caso explicitado tanto na inicial da cautelar, quanto no pedido principal.

5.4. Do Método de Suficiência Recuperacional para Aplicação de Constatação Prévia

Como dito alhures, a Constatação Prévia fora introduzida pelas alterações trazidas pela Lei 14.112/2020, facultando ao magistrado a sua aplicação, o que, no caso em comento fora designada por Vossa Excelência que se fizesse uma averiguação da real situação dos Requerentes, seja pela documentação acostada com a Inicial e sua emenda, seja pela constatação *in loco* em suas dependências.

Superada a fase da constatação *in loco*, posto que os Requerentes *a priori*, apresentaram condições suficientes que atendem os requisitos legais exigidos, passamos a análise pormenorizada, utilizando para tanto o Método de Suficiência Recuperacional.

Assim, o estudo realizado será direcionado com base em 3 (três) matrizes, tendo cada uma a base legal dos mencionados artigos, consoante ao posicionamento já firmado pelo Dr. Daniel Carnio Costa, uma vez que este entende que se deve aplicar um modelo para estas perícias/constatações prévias (CONSTATAÇÃO PRÉVIA EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS. O Método de Suficiência Recuperacional (MSR). Ed. Juruá, 2019).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

Referido método, tem por premissas essenciais a análise do que dispõe os arts. 47, 48 e 51 da Lei 11.101/2005, analisando as características próprias da Requerente e seu negócio, vejamos:

a) **PRIMEIRA MATRIZ:** Verificação das condições do que dispõe o art. 47 e a real situação dos Requerentes, cujo resultado da análise resultará no Índice de Suficiência Recuperacional (ISR):

PRIMEIRA MATRIZ – DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO CONTEMPLADAS NO ART. 47 – ISR.

Fundamento Legal	Dimensão	N.º	Item a ser verificado	ANÁLISE	Pontuação atribuída	Justificativa teórica/Racional para a avaliação do item
ART. 47	Manutenção da fonte produtora e condições de superar a crise econômica	1	Existe receita operacional vinculada à atividade empresarial?	DE ACORDO	10	Além dos Relatórios Contábeis, foi apresentado aos autos notas fiscais que comprovam a atividade dos Requerentes.
		2	Globalmente, a estrutura física utilizada pela entidade é suficiente para continuar a produzir?	DE ACORDO	10	A estrutura física administrativa está proporcional à demanda atendida pelos Requerentes.
		3	A entidade dispõe de ativos em quantidade suficiente para continuar a produzir?	DE ACORDO	10	Os Requerentes necessitam de todos os bens e produção disponíveis para geração de receita de sua atividade.
		4	Os ativos destinados à produção/desenvolvimento da atividade principal, estão em estado adequado?	DE ACORDO	10	Há maquinários e arias de arrendamento prontas para cultivo e que estão em pleno gozo das atividades.
	Manutenção do emprego	5	O número atual de funcionários permite que a entidade continue a produzir/vender/prestar serviços ou mercadorias com vistas a retomar a normalidade de suas operações?	DE ACORDO	10	Em que pese haja rotatividade de funcionários, dada a sazonalidade da atividade, atualmente todos os cargos estão ocupados.
		6	O potencial de empregabilidade é significativo?	PARCIAL	5	De acordo com a relação de empregados apresentada na inicial e sua emenda e diante da constatação in loco, os Requerentes proporcionam número de empregos considerável para seu potencial.
		7	A empregabilidade é relevante na região em que atua?	PARCIAL	5	Os Requerentes estão situados em 4 localidades atuantes no agro, caso em que, por si só, justifica a empregabilidade para tal setor ser tão importante para a região.
		8	A empresa gera empregos indiretos?	DE ACORDO	10	Os Requerentes geram empregos indiretos, posto que necessitam de mão de obra de terceiros seja para manutenção de seus maquinários, seja para a efetiva produção agrícola.
	Função social e estímulo à atividade econômica	9	A entidade é um player relevante em seu segmento de atuação?	DE ACORDO	10	A atividade de agronegócio é um meio essencialíssimo para o desenvolvimento das atividades dos Requerente, senão a principal atividade do Estado, tendo os Requerentes logrado êxito em comprovar a larga escala na área de plantio. Superior a 5.000 hectares.
		10	Os produtos/serviços produzidos pela entidade não possuem substitutos no mercado?	NÃO CONCORDO	0	Há grande número de oferta e procura, o que torna o segmento bastante atrativo para a região, havendo muita concorrência.
	Interesse dos credores	11	É possível calcular a moeda de liquidação (Ativo total/Passivo total sujeito e não sujeito à recuperação judicial) na data do pedido? Informar a moeda de liquidação.	DE ACORDO	10	De acordo com a documentação acostada junto a inicial e emenda é possível verificar que a moeda é o Real e que tanto ativo quanto passivo (sujeitos e não sujeitos) estão bem definidos na inicial e seus documentos.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

Fundamento Legal	Dimensão	N.º	Item a ser verificado	ANÁLISE	Pontuação atribuída	Justificativa teórica/Racional para a avaliação do item
		12	É possível aferir a rentabilidade média dos ativos? (Lucro Operacional Ajustado/Ativo total). Informar a rentabilidade média dos ativos.	DE ACORDO	10	Sim. Considerando que foram juntados aos autos demonstrações contábeis, com a rentabilidade de seus ativos, bem como foram apresentados os Balanços Patrimoniais
TOTAL 120					**100**	
INDICE DE SUFICIENCIA RECUPERACIONAL (ISR)					**83,33%**	

b) **SEGUNDA MATRIZ:** verificação objetiva dos requisitos a que dispõe o Art. 48 correlacionando com a realidade fática da Requerente, resultando no Índice de Adequação Documental Essencial (IADe):

SEGUNDA MATRIZ – DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO CONTEMPLADAS NO ART. 48 – IADe.

Fundamento legal	Dimensão	N.º	Item a ser verificado	Justificativa teórica/racional para inclusão do item	ANÁLISE	Pontuação atribuída	Justificativa resumida quando o analista não atribui pontuação máxima
ART. 48	CERTIDÕES E LEGALIDADE DO PEDIDO	1	Comprovante de que desenvolve a atividade regular há mais de 2 (dois) anos	Disposição expressamente contida no art. 48	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Analisando a documentação contábil, registros Secretaria de Fazenda e Notas Fiscais de compra e venda de insumos e grãos.
		2	Comprovante de não ter sido falida e, se o foi, comprovante de que as responsabilidades decorrentes da falência, estejam declaradas extintas por sentença transitado em julgado	Disposição expressamente contida no art. 48	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Com a apresentação das certidões judiciais vinculadas a comprovação.
		3	Comprovante de não ter obtido concessão de recuperação judicial há menos de cinco anos, seja no rito normal, seja no rito especial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	Disposição expressamente contida no art. 48	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Com a apresentação das certidões judiciais vinculadas a comprovação.
		4	Comprovante de que a entidade não foi condenada por nenhum crime previsto na lei 11.101/2005	Disposição expressamente contida no art. 48	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Com a apresentação das certidões judiciais vinculadas a comprovação.
		5	Comprovante de que os administradores não tenham sido condenados por nenhum crime previsto na lei 11.101/2005.	Disposição expressamente contida no art. 48	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Com a apresentação das certidões judiciais vinculadas a comprovação.
TOTAL 50						**50**	
INDICE DE ADEQUAÇÃO DOCUMENTAL ESSENCIAL (IADe)						**100%**	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

c) **TERCEIRA MATRIZ:** verificação objetiva dos requisitos a que dispõe o Art. 48 correlacionando com a realidade fática da Requerente, resultando no Índice de Adequação Documental Útil (IADu):

TERCEIRA MATRIZ – DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO CONTEMPLADAS NO ART. 51 – IADu

FUNDAMENTO LEGAL	N.º	ITENS A SER VERIFICADOS	ANÁLISE	Pontuação atribuída	Justificativa resumida quando o analista não atribui pontuação máxima
ART. 51	1	I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide inicial.
		II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:	Vide quadro acima	Idem	
	2	a) balanço patrimonial;	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	3	b) demonstração de resultados acumulados;	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	4	c) demonstração do resultado desde o último exercício social;	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	5	d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	6	e) descrição das sociedades de grupo societário, de fato ou de direito;	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	7	III - a relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos;	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	8	IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	9	V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	10	VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	11	VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	12	VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	13	IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados;	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	14	X - o relatório detalhado do passivo fiscal; e	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	15	XI - a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei.	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
	16	§ 4º Na hipótese de o ajuizamento da recuperação judicial ocorrer antes da data final de entrega do balanço correspondente ao exercício anterior, o	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

FUNDAMENTO LEGAL	N.º	ITENS A SER VERIFICADOS	ANÁLISE	Pontuação atribuída	Justificativa resumida quando o analista não atribui pontuação máxima
		devedor apresentará balanço prévio e juntará o balanço definitivo no prazo da lei societária aplicável.			
	17	§ 5º O valor da causa corresponderá ao montante total dos créditos sujeitos à recuperação judicial.	DE ACORDO	10	Os Requerentes cumpriram o requisito em sua integralidade. Vide docs. tópico 5.2
TOTAL 170				**170**	
INDICE DE ADEQUAÇÃO DOCUMENTAL ÚTIL (IADu)				**100%**	
Justificativa teórica/racional para inclusão do item - EXIGENCIA DO ART. 51					

Importante salientar que, para o método sugerido pelo Dr. Daniel Carnio Costa, e aqui aplicado, foi considerado as seguintes pontuações:

1. **DE ACORDO**: corresponde 10 (dez) pontos nos casos em que o item avaliado fora satisfeita por completo.
2. **PARCIAL**: correspondendo a 5 (cinco) pontos, quando a Requerente até apresentou ou preencheu aquele determinado requisito, mas não em sua completude.
3. **NÃO CONCORDO**: correspondendo a 0 (zero) pontos, ou seja, quando a Requerente não atendeu ao requisito e/ou não preencheu aquele dispositivo a contento.

Assim, é possível identificar o resultado na própria planilha, posto que devidamente justificada em campo próprio.

Diante disso, as respostas padronizadas inseridas nas análises acima ilustradas geraram pontuações em seus indicadores, quais sejam: ISR, IADe e IADu.

Diante disso, segundo doutrina e sugestão do modelo do Dr. Daniel Carnio Costa, o Índice de Suficiência Recuperacional (ISR) obtido na primeira matriz avaliativa deve ser analisado de forma independente, onde a soma sendo inferior a 40 (quarenta) pontos, o diagnóstico sugerido é o de indeferimento do pedido.

Se tal resultado for igual ou superior a 40 (quarenta) pontos, tal resultado deverá ser considerado em conjunto com os obtidos na Segunda e Terceira Matrizes, interpretando-as conjuntamente.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

No caso em concreto então temos:

1 – Resumo dos resultados relativos ao enquadramento da requerente ao previsto no art. 47 da Lei 11.101/2005:

	CONDIÇÕES	RESULTADOS OBTIDOS	PERCENTUAL OBTIDOS
DIMENSÕES DO ART. 47			
Manutenção da fonte produtora e condições de superar a crise econômica	ISR ≥ 40 PONTOS - DEFERIR	40	40%
Manutenção do emprego		30	30%
Função social e estímulo à atividade econômica	ISR ≤ 40 PONTOS - INDEFERIR	10	10%
Interesse dos credores		20	20%
Índice de Suficiência Recuperacional (ISR)		**100**	**83,33%**

2 – Resumo dos resultados relativos ao enquadramento dos Requerentes ao previsto no art. 48 da Lei 11.101/2005:

	CONDIÇÕES	RESULTADOS OBTIDOS	PERCENTUAL OBTIDOS
DOCUMENTOS REQUISITADOS NO ART. 48			
ART. 48 - Certidões e legalidade do pedido	IADe = 50 pontos: deferimento IADe < 50 pontos: emenda a inicial	50	100%
INDICE DE ADEQUAÇÃO DOCUMENTAL ESSENCIAL (IADe)		50	100%

3 – Resumo dos resultados relativos ao enquadramento dos Requerentes ao previsto no art. 51 da Lei 11.101/2005:

	CONDIÇÕES	RESULTADOS OBTIDOS	PERCENTUAL OBTIDOS
DIMENSÃO DO ART. 51			
ART. 51 - Petição inicial e documentos que a acompanham	IADu = 130 pontos: deferimento IADu < 130 pontos e ≥ 90 pontos: deferimento para complementação ao AJ e nos autos em 30 dias IADu < 90 pontos: emenda da inicial	170	100%
INDICE DE ADEQUAÇÃO DOCUMENTAL ÚTIL (IADu)		170	100%

4 – Resumo dos resultados ao enquadramento global dos Requerentes no MSR – Modelo Suficiência Recuperacional:

DIAGNÓSTICO GLOBAL	Deferimento para complementação ao AJ e nos autos
Diagnóstico do Art. 47 (ISR)	Deferimento
Diagnóstico do Art. 48 (IADe)	Deferimento
Diagnóstico do Art. 51 (IADu)	Deferimento

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

Assim, diante da documentação acostada e da visitação nas dependências das áreas de cultivo dos Requerentes, não restam dúvidas que o pedido comporta deferimento, o que desde já se opina para tal.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

6. DA SITUAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DOS REQUERENTES:

GLOSSÁRIO:

Ativo: São representados por todos os bens e direitos que a empresa possui e que possam ser valorizados em termo monetários.

Ativo circulante: São os bens e direitos que a empresa possui realizáveis em menos de 12 anos.

Ativo não circulante: São os bens e direitos que a empresa possui realizáveis após 12 anos.

Passivo: É representado pelas obrigações contraídas pela empresa mais o patrimônio líquido.

Passivo Circulante: São as obrigações com vencimento para até 12 anos.

Passivo Não Circulante: São as obrigações com vencimento após 12 anos.

Patrimônio Líquido: representa os valores que os sócios ou acionistas têm na empresa em um determinado momento.

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): Evidencia a formação do resultado líquido em um exercício, através do confronto das receitas, custos e resultados, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência.

Liquidez Imediata: Demonstra quanto de recursos de liquidez imediata (caixa, banco, investimentos de curto prazo) para cada R$ 1,00 de dívida em curto prazo.

Liquidez corrente: Demonstra quanto à empresa tem de Ativo Circulante para pagar cada R$ 1,00 de dívida em curto prazo.

Liquidez Seca: Demonstra quanto à empresa tem de Ativo Circulante para pagar cada R$ 1,00 de dívida em curto prazo eliminando os estoques da equação.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

Liquidez Geral: Este índice demonstra se os ativos da empresa são suficientes para saldar os compromissos financeiros na hipótese de liquidação da mesma e retrata a saúde financeira de longo prazo do empreendimento.

Endividamento Geral: Indica quanto à empresa possui de capital de terceiros financiando o seu ativo, de forma que quanto menor, melhor.

AV: Análise Vertical.

AH: Análise Horizontal.

6.1. DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Este Perito realizou a análise do quadro financeiro e dos dados contábeis através da elaboração de planilhas eletrônicas de cálculos, gráficos e tabelas, tomando-se como base as demonstrações contábeis apresentadas pelos Requerentes.

Neste relatório inicial, serão analisadas as informações contábeis e indicadores de gestão dos empresários rurais, para que se possa verificar a real situação econômico-financeira dos Requerentes.

Assim, de acordo com os documentos fornecidos nos autos, foi feita a análise **da contabilidade apresentada pelos Requerentes**, referente aos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 (parcial).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

ANÁLISE REQUERENTES

BALANÇOS PATRIMONIAIS

6.1.1. ATIVO:

Contas/Ano	2020	DV%	DH%	2021	DV%	DH%	2022	DV%
ATIVO	**7.421.989**	**100,00**	**161,84**	**12.011.848**	**100,00**	**151,51**	**18.198.606**	**100,00**
Ativo Circulante	***3.941.618***	**53,11**	**116,03**	***4.573.534***	**38,08**	**198,86**	***9.094.995***	**49,98**
Disponível	555.003	**7,48**	**102,59**	569.382	**4,74**	**608,78**	3.466.276	**19,05**
Clientes		**0,00**		6.511	**0,05**	**100,00**	6.511	**0,04**
Outros Créditos	72.979	**0,98**	**677,26**	494.259	**4,11**	**106,72**	527.459	**2,90**
Estoques	3.313.637	**44,65**	**105,73**	3.503.383	**29,17**	**145,42**	5.094.750	**28,00**
Ativo Não Circulante	***3.480.371***	**46,89**	**213,72**	***7.438.314***	**61,92**	**122,39**	***9.103.611***	**50,02**
Imobilizado	3.480.371	**46,89**	**213,72**	7.438.314	**61,92**	**122,39**	9.103.611	**50,02**

Valores com base nos balanços patrimoniais enviados pelos requerentes referente os anos de 2020 a 2022.

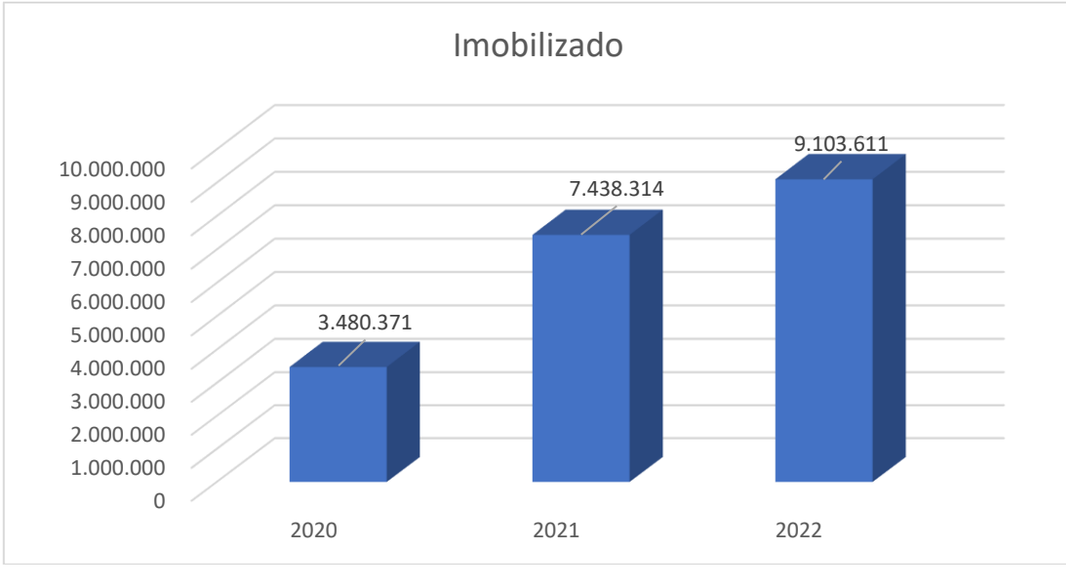
Verifica-se, que entre os anos analisados, o saldo do ativo total teve uma alta de 145,20%, passando de um saldo de R$ 7.421.989,00 em 2020, para R$ 18.198.606,00 em 2022, reflexo principalmente, do aumento de seus estoques de mercadorias e de seu saldo disponível.

O grupo do Disponível, apresentou aumento significativo entre 2020 e 2022, representando em 2022, 19,05% do total do Ativo.

A conta "estoque", teve um considerável aumento durante o período de análise, sendo esta, correspondente a 53,75%, visto que em dezembro de 2020 os Requerentes dispunham de um saldo de R$ 3.313.637,00, e em 2022, o seu valor de estoque é de R$ 5.094.750,00.

Sobre o "Ativo Imobilizado" dos Requerentes, podemos verificar durante o período de análise, houve a aquisição e venda dos bens tangíveis do ativo imobilizado, visto que o seu saldo de R$ 3.480.371,00, foi alterado nos anos de 2020 a 2022, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33



6.1.2. DO PASSIVO

Contas/Ano	2020	DV%	DH%	2021	DV%	DH%	2022	DV%
PASSIVO	**7.421.989**	**100,00**	**161,84**	**12.011.848**	**100,00**	**151,51**	**18.198.606**	**100,00**
Passivo Circulante	***7.924.713***	**106,77**	**166,41**	***13.187.658***	**109,79**	**121,01**	***15.958.036***	**87,69**
Fornecedores	5.294.003	**71,33**	**143,06**	7.573.679	**63,05**	**11,53**	872.950	**4,80**
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		**0,00**		4.998	**0,04**	**115,48**	5.771	**0,03**
Outras Obrigações	2.630.711	**35,44**	**213,21**	5.608.981	**46,70**	**268,84**	15.079.314	**82,86**
Patrimônio Líquido	***-502.724***	**-6,77**	**233,89**	***-1.175.810***	**-9,79**	**-190,56**	***2.240.571***	**12,31**
Reservas de Lucros	-502.724	**-6,77**	**233,89**	-1.175.810	**-9,79**	**-190,56**	2.240.571	**12,31**

Valores com base nos balanços patrimoniais enviados pelos requerentes referente os anos de 2020 a 2022.

Sobre o passivo apresentado pelos Requerentes, se verifica que entre os anos analisados, o saldo do passivo total teve um aumento de 145,20%, passando de um saldo de R$ 7.421.989,00 em 2020, para R$ 18.198.606,00 em 2022, reflexo, principalmente, obrigações onerosas.

O balanço patrimonial dos Requerentes, não demonstra os valores referente a "empréstimos e financiamentos", "fornecedores", "obrigações tributárias e obrigações trabalhistas", sendo estas substituídas por "dívidas da atividade rural", e as classes de credores concursais e não concursais do processo de RJ, detalhados na lista de credores apresentada aos autos.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

As "dividas da atividade rural" foi apresentada referente aos anos de 2020 a 2022, a qual apresentou um saldo no processo de RJ de R$ 50.396.526,43.

Já em 2023, foi apresentado o balanço patrimonial levantando para a RJ, no qual se percebe que os valores até então apresentados como "dívidas da atividade rural", foram detalhados nas classes de credores concursais e não concursais do processo de RJ.

Dívidas Tributárias e Sociais

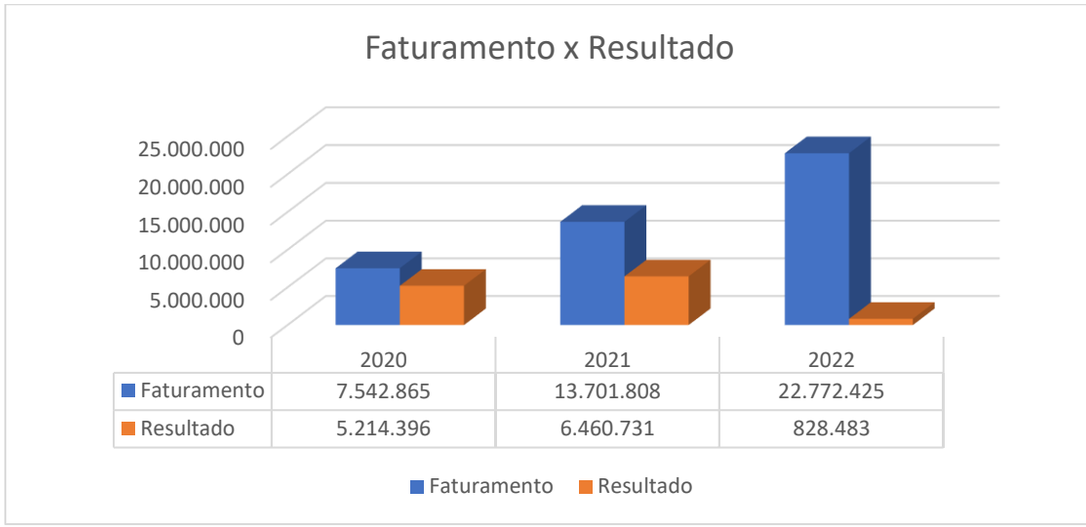
As "Obrigações Tributárias" e as "Obrigações Trabalhistas", não estão detalhadas no balanço patrimonial apresentado pelos Requerentes, a qual apresentaram nos autos, apenas a consulta da situação fiscal dos empresários rurais, perante a Receita Federal e a Procuradoria Geral da República. Dessa forma, não foi possível estimar o seu passivo fiscal total, visto que não se pode apreciar suas dívidas tributárias perante os órgãos estaduais e municipais.

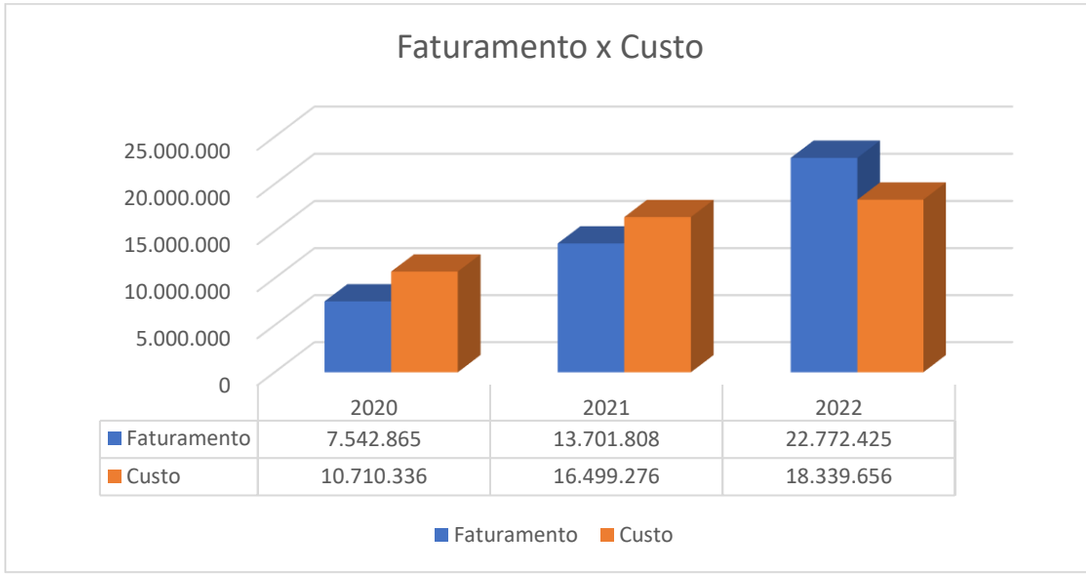
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Contas/Ano	2020	DV%	DH%	2021	DV%	DH%	2022	DV%
Receita Bruta com Vendas	**7.542.865**	**100,24%**	**55,05**	**13.701.808**	**100,31%**	**60,17**	**22.772.425**	**103,26%**
Deduções da Receita	-17.961	**-0,24%**	**42,61**	-42.156	**-0,31%**	**5,86**	-719.790	**-3,26%**
Receita Líquida	**7.524.903**	**100,00%**	**55,09**	**13.659.652**	**100,00%**	**61,94**	**22.052.635**	**100,00%**
Custos Diretos	**-10.710.336**	**-142,33%**	**64,91**	**-16.499.276**	**-120,79%**	**89,97**	**-18.339.656**	**-83,16%**
Resultado Operacional Bruto	**-3.185.432**	**-42,33%**	**112,18**	**-2.839.624**	**-20,79%**	**-76,48**	**3.712.979**	**16,84%**
Despesas Operacionais	**-2.028.964**	**-26,96%**	**56,03**	**-3.621.107**	**-26,51%**	**79,73**	**-4.541.462**	**-20,59%**
Despesas com Vendas	-1.781.499	**-23,67%**	**51,86**	-3.434.956	**-25,15%**	**80,25**	-4.280.346	**-19,41%**
Despesas Administrativas	-310.248	**-4,12%**	**166,67**	-186.150	**-1,36%**	**71,29**	-261.116	**-1,18%**
Outras Receitas	62.784	**0,83%**			**0,00%**			**0,00%**
Resultado Operacional Líquido	**-5.214.396**	**-69,30%**	**80,71**	**-6.460.731**	**-47,30%**	**779,83**	**-828.483**	**-3,76%**
Resultado Não Operacional		**0,00%**			**0,00%**			**0,00%**
Resultado Líquido	**-5.214.396**	**-69,30%**	**-80,71**	**-6.460.731**	**-47,30%**	**779,83**	**-828.483**	**-3,76%**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

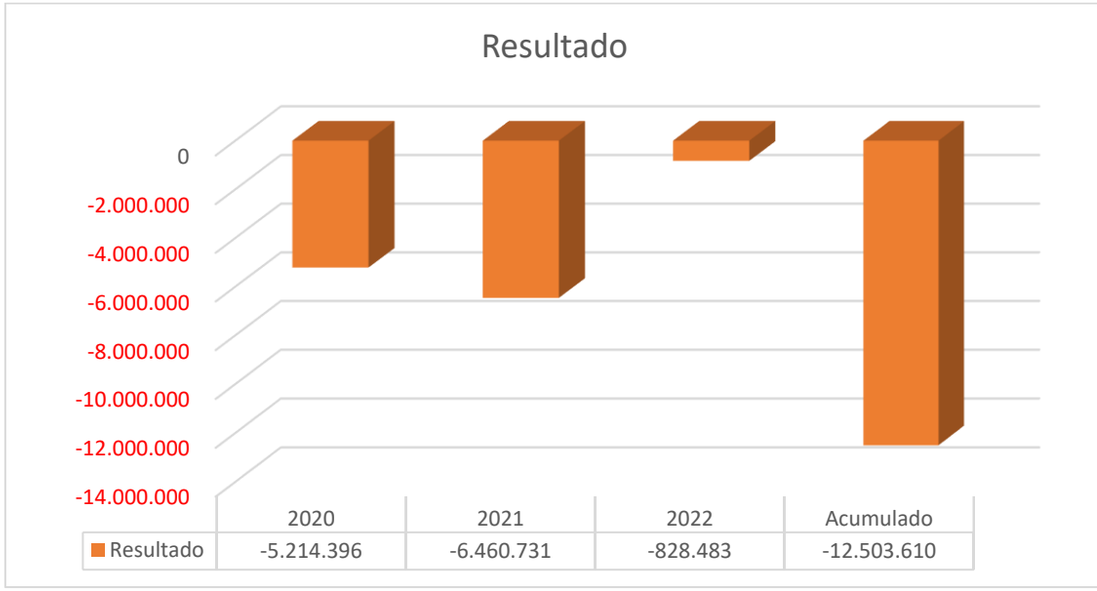
Ao analisar as receitas auferidas pelos Requerentes, constatou-se que sua média de faturamento foi de R$ 44.017.098,00, durante o período analisado, atingindo seu maior volume em 2022, quando faturou a quantia de R$ 22.772.425,00.





Os seus custos operacionais durante o período de análise, foram de R$ 45.549.268,00, correspondendo a 103,48% sobre volume total da sua receita bruta nos anos de 2020 a 2022, sendo que no ano de 2020, os custos foram maiores que as receitas obtidas com a operação própria do negócio.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33



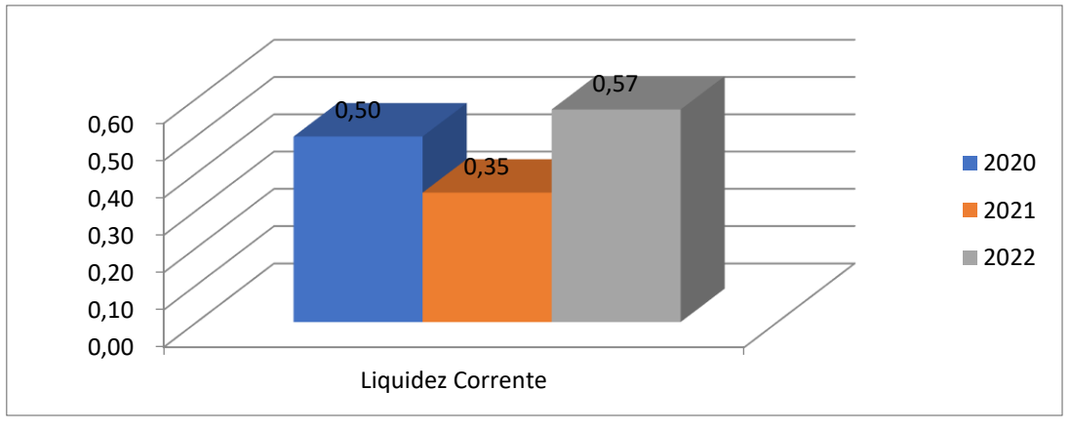
ÍNDICES DE LIQUIDEZ:

Os índices de liquidez, medem a capacidade de solvência ou não da empresa, dessa forma apresenta-se um quadro geral e em seguida cada índice é analisado de forma individual, acompanhado de um gráfico demonstrando a sua evolução. Cita-se:

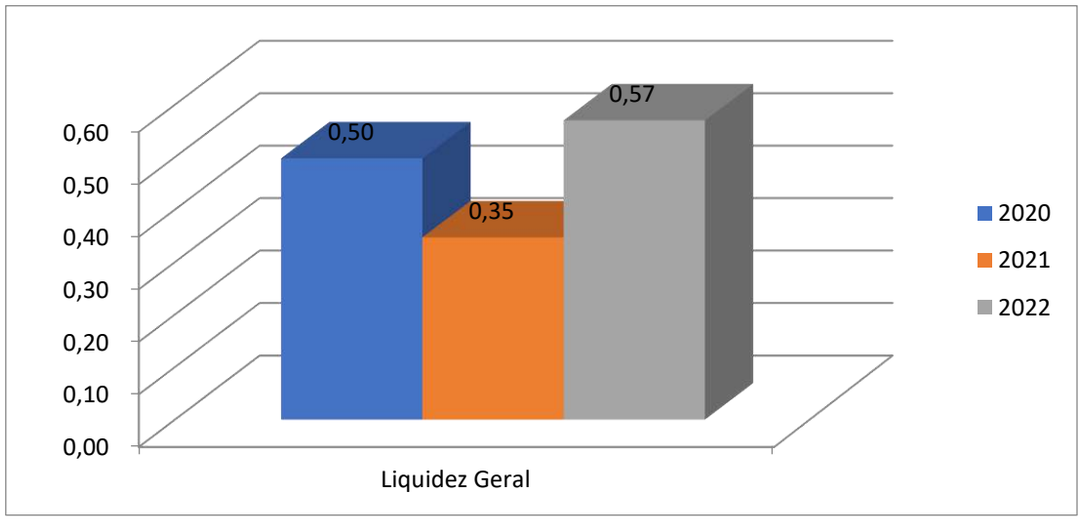
Indicador	2020	2021	2022
Liquidez Corrente	0,50	0,35	0,57
Liquidez Geral	0,50	0,35	0,57

Liquidez Corrente: Neste índice, verificou a falta de capacidade aos Requerente de sanar suas dívidas de curto prazo, na forma originalmente contratada, pois para cada R$ 1,00 de dívida contraída, os devedores dispõem de menos de R$ 0,57 para sana-la em 2022 com os recursos do seu "ativo circulante" (bens e direitos realizáveis de curto prazo).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33



Liquidez Geral: Mesmo considerando todos os bens diretos, os Requerentes não conseguiram atingir o ponto de liquidez durante o período de análise, o qual foi oscilando entre os períodos, chegando a ter R$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada um real de dívida em 2020, frente aos R$ 0,57 (cinquenta e sete centavos) para cada um real de dívida que possuía em 2022.

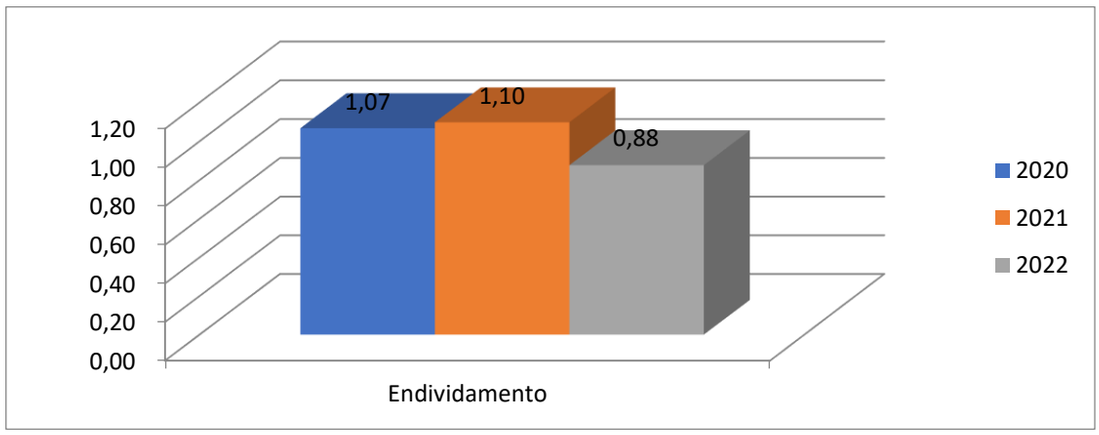


ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Indicador	2020	2021	2022
Endividamento	1,07	1,10	0,88

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

Nota-se, que é alto o percentual de participação do capital de terceiros financiando os seus ativos, chegando em 2021, a corresponder a 110%, visto que "quanto menor melhor".



Foi possível constatar, que a crise financeira se instalou entre o final do ano de 2022 e o início do ano de 2023, já com a safra referente a Soja (22/23), precisamente com a colheita da soja iniciada em meados de fevereiro/março de 2023, conforme se comprovou pelos documentos de confissão de dívida e Notas Promissórias emitidas pelos Requerentes com vencimento futuro, 2023 e 2024.

Verificou-se ainda, que a crise restou majorada por circunstâncias ocorridas na safra de milho/sorgo 2023 – safrinha – quando por frustração na expectativa de colheita dos grãos por fatores adversos ao esperado (vide laudo de frustração – quebra – ID. 127164485/127265243), fizeram com que os Requerentes perdessem a capacidade de pagamento na forma contratada com os credores, o que pode levar as medidas expropriatórias tomada pelos credores conforme noticiadas no presente feito.

Reflexo contábil elencado junto ao pedido e documentos aportados aos autos, formalizado pela lista de credores, assim como pela contabilidade vinculada, onde demonstra a existência de um passivo vultoso acumulado e ocorrido principalmente no ano de 2023, c**uja soma ultrapassa a casa dos R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) até então apurados,**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

conforme lista de credores apresentada nos autos pelos Requerentes, com indicativo individual de cada devedor e credor.

Já quanto ao ativo imobilizado e circulante apurado junto ao ano de 2023, quando contabilizado e exposto quando previamente organizado para fins de cumprimento dos requisitos legais, foi possível constatar a existência de ativos vinculados aos grãos ainda não alienados e objetos de restrições judiciais preliminares (bloqueios administrativos e constrições judiciais), bens móveis e operações.



ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	
CAIXA E BANCOS	-44.274,67
SALDO BLOQUEADO JUDICIAL	1.986.645,99
ESTOQUES - MILHO	2.400.000,00
total do ativo circulante	3.961.371,32
INVESTIMENTOS	
COTA CAPITAL, APLICAÇÕES E CONSÓRCIOS	986.835,93
IMOBILIZADO	
BENS EM OPERAÇÕES - VALOR DE AQUISIÇÃO	19.570.863,39
AJUSTE AO VALOR JUSTO	3,00
total ativo não circulante	20.557.695,80
TOTAL DO ATIVO	24.528.667,12

Da análise quanto a geração de receita projetada, foi possível extrair dos documentos anexados, com a leitura e questionamentos obtidos pela perícia previa junto aos Requerentes, o seguinte demonstrativo:

PREMISSAS DO FLUXO DE CAIXA PROJETADO REQUERENTES
Para geração de receita, foi utilizada média da expectativa de receitas brutas projetadas para o ano seguinte, apurando com base o valor existente nos dias de hoje para fins de conversão em moeda corrente. • **Para Receita de Soja da Safra 2023/2024 foram estimados a seguinte expectativa de receita com a colheita:** ➢ Área localizada em Santa Cruz do Xingu - MT: 3.000 ha X 60 sacas/ha = 180.000 sacas - valor convertido utilizando média MT atual (R$ 118,49) = R$ 21.328.200,00 (fonte site www.imea.com.br consultado em 24.08.23);

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

- Área localizada em Campinápolis-MT: 1.750 ha X 58 sacas/ha = 101.500 - valor convertido utilizando média MT atual (R$ 118,49) = R$ 12.026.735,00 (fonte site www.imea.com.br consultado em 24.08.23);
- Área localizada em Maringá/PR: 310 ha X 60 sacas/ha = 18.600 - valor convertido utilizando média PR atual (R$ 149,09) = R$ 2.273.074,00 (fonte site www.noticiasagricolas.com.br consultado em 24.08.23);

- **Para Receita de Milho da Safra 2024 foram estimados a seguinte expectativa de receita com colheita:**
  - Área localizada em Santa Cruz do Xingu/MT: 1.500 ha X 80 sacas/ha = 120.000 sacas - valor convertido utilizando média MT atual (R$ 34,40) = R$ 4.128.000,00 (fonte site www.imea.com.br consultado em 24.08.23);
  - Área localizada em Campinápolis/MT: 500 ha X 20 sacas = 10.000 (gergilin) - convertido R$ 300,00 a saca média MT em 24.08.2023 = R$ 3.000.000,00;
  - Área localizada em Campinápolis-MT: 200 ha X 40 sacas = 8.000 (sorgo) - convertido R$ 25,00 a saca média MT em 24.08.2023 = R$ 200.000,00;
  - Área localizada em Maringá/PR: 310 ha X 90 sacas = 27.900 - convertido utilizando média PR atual (R$ 45,00) = R$ 1.255.500,00(fonte site www.noticiasagricolas.com.br consultado em 24.08.23);

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

7. DAS MEDIDAS URGENTES REQUERIDAS – PERTINÊNCIA.

Num primeiro olhar na análise realizada por esta perícia, foi possível identificar a necessidade de se fomentar a atividade dos Requerentes com a utilização de tais grãos.

Contudo, para uma análise mais apurada, seja pela questão da submissão ou não do crédito, seja pelo momento processual oportuno, é de rigor que a decisão outrora proferida nestes autos seja mantida, mesmo porque, entende-se este *expert* que os autos neste momento já se encontram em outro momento, qual seja, a análise do deferimento ou não do pedido de processamento da recuperação judicial dos Requerentes.

Diante disso, ante ao fato incontroverso aos olhos da perícia, de que é competência deste juízo que se tome todas as medidas possíveis e cabíveis acerca dos bens que fazem parte do acervo capaz de manter a fonte produtora vigente, neste caso, as atividades dos Requerentes.

Para tanto, é relevante que se observe os seguintes pontos:

- A competência deste juízo para se decidir acerca de todo patrimônio envolto dos Requerentes relacionados a atividade rural desempenhada;
- O pedido de recuperação judicial e o preenchimento de seus requisitos;
- O momento oportuno para se discutir a concursalidade ou não dos créditos elencados no rol de credores;
- A evidente quebra de safra constatada por esta perícia, pelos Requerentes e, principalmente, pela credora em questão.

Em complementação à tais proposições, é importante esclarecer que tal fato deve ser examinado com base nos princípios, constante no art. 47, da Lei nº. 11.101/05, "*in verbis*":

> "A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

> dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua **função social e o estímulo à atividade econômica**".

Assim, de todo o teor dos fundamentos apresentados, salvo melhor juízo, este perito entende, neste momento através da visita técnica realizada e da vasta documentação aportada aos autos, que os Requerentes comprovaram de forma consubstancial a essencialidade de todos os bens relacionados como essenciais na petição inicial e de emenda para a sua atividade empresarial, mais especificamente a todo o milho da safra de 2023, nos termos do artigo 49, §3º da Lei 11.101/05.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

8. CONCLUSÃO

Diante toda a narrativa aqui aduzida, conclui-se que:

a) Primeiramente, que este trabalho se complementa ao laudo desenvolvido e apresentado em ID 127164482 e seguintes.

b) Restou devidamente comprovada a existência de atividade sobre a qual os Requerentes buscam o seu soerguimento, plenamente capaz de ocasionar os benefícios a que se refere o art. 47 da Lei 11.101/2005;

c) Diante do passivo apresentado, a atividade dos Requerentes demandará de enorme esforço para cumprir seus compromissos perante os credores;

d) Há longa experiência no negócio por parte dos devedores, contudo, necessitam neste momento de um fôlego para honrar os compromissos com seus credores;

e) Inconteste que há funcionamento nas fazendas indicadas pelos Requerentes e visitada por este *expert*, e que atenderam a todos os requisitos legais exigidos, com a apresentação da documentação imposta pela lei;

f) Que constatado o enquadramento global dos Requerentes quando utilizado o Modelo Suficiência Recuperacional, tendo como indicativo o deferimento do processamento para o caso concreto, conforme quadro abaixo resumido:

DIAGNÓSTICO GLOBAL	Deferimento para complementação ao AJ e nos autos
Diagnóstico do Art. 47 (ISR)	Deferimento
Diagnóstico do Art. 48 (IADe)	Deferimento
Diagnóstico do Art. 51 (IADu)	Deferimento

g) Opina este perito pelo deferimento do processamento da ação de recuperação judicial distribuída a este juízo, por todas a análise acima detalhada.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

Sem mais, para o momento, são essas as constatações prévias por mim realizadas.

Cuiabá/MT, 30 de agosto de 2023.

TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA
OAB/MT 17.899

MT PERÍCIAS

CNPJ. 41.190.673/0001-39

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23083113463234100000123729391
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083113463234100000123729391
Assinado eletronicamente por: TIAGO DE OLIVEIRA TAVEIRA - 31/08/2023 13:46:33

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

Recuperação Judicial
Processo autuado sob o nº 1022463-24.2023.8.11.0003

INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.167.060/0001-98, sediada na Rodovia Assis Chateaubriand – Km 144,5, Município de Olímpia, Estado de São Paulo (Doc. 01 – Estatuto Social), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus patronos signatários (Doc. 02 – Procuração), requerer a sua habilitação nos autos do processo em epígrafe por meio da juntada do respectivo instrumento particular de mandato.

Por fim, requer-se que todas as intimações judiciais sejam realizadas nas pessoas do Dr. JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA, OAB/SP 27.141, OAB/MT 9.977-A e do Dr. ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI, OAB/SP 198.905, com endereço profissional na Alameda Santos, nº 2.335, 10º andar, Cerqueira Cesar, CEP 01419-101, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (11) 3062-9031, sob pena de nulidade, conforme art. 272, §2º do Código de Processo Civil.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 01 de setembro de 2023.

_____	_____
JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA	ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI
OAB/SP 27.141	OAB/SP 198.905
OAB/MT 9.977-A	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23090116105254100000123907444
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090116105254100000123907444
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 01/09/2023 16:10:53

JUCESP

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT LTDA.

NIRE 35.208.801.226

Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato social, os ao final assinados:

ANTONIO CARLOS DE GISSI JUNIOR, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da lei nº 6515/77, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 13.978.405-6-SSP/SP e inscrito no cadastro de pessoa física do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 075.389.628-16, residente e domiciliado na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, na Avenida Antônio Carlos de Gissi, nº 168, Residencial Tênis Clube, CEP 15400-000;

LUCIANO DE GISSI, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, nascido em 26/02/1971, portador da Carteira de Identidade RG nº 20.298.444-8-SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 093.739.518-82, residente e domiciliado na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, na Alameda Das Sapucaias, nº 75, Residencial Thermas Park, CEP 15400-000;

RAQUEL LOPES BLANCO DE GISSI, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da lei nº 6515/77, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 18.097.891-3-SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 084.036.598-57, residente e domiciliada na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, na Avenida Antônio Carlos de Gissi, nº 168, Residencial Tênis Clube, CEP 15400-000;

RENATO BASSAN PEIXOTO, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 14/01/1975, portador da Carteira de Identidade RG nº 24.137.270-7-SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 136.797.898-07, residente e domiciliado na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, Rodovia Assis Chateaubriand s/nº, Km 144 + 500 metros, Zona Rural, CEP 15400-000.

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada, que gira sob a denominação social de **INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT LTDA**, com sede à Rodovia Assis Chateaubriand, s/nº, Km 144 + 500 metros – Zona Rural, na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, CEP 15400-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.208.801.226, em 10/08/1989, e última alteração contratual sob o nº 306.585/17-0, em 03/08/2017, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.167.060/0001-98, resolvem alterar as disposições contratuais vigentes para fazer constar no contrato social a competência para autorizar a emissão de nota promissória para oferta pública de distribuição, conforme a

AUTENTICAÇÃO AU0664AA0596398 112219

1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE OLÍMPIA
Sel. José Luis Rodrigues Alves Junior
AUTENTICAÇÃO: AUTÊNTICA A PRESENTE CÓPIA XEROGRÁFICA A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL
25 OUT. 2019
EU, Renan Gerardo Barbosa Viana ESCREVENTE AUTORIZADO, DOU FÉ VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
SELOS PAGOS POR VERBAS
FUNDAMENTAÇÃO R$ 3,54

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23090116105333600000123907447
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090116105333600000123907447
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 01/09/2023 16:10:54

seguir exposto:

I – DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA 9ª

A Cláusula 9ª do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA 9ª – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será exercida pelos sócios, ***ANTONIO CARLOS DE GISSI JUNIOR, RAQUEL LOPES BLANCO DE GISSI, LUCIANO DE GISSI*** *e* ***RENATO BASSAN PEIXOTO,*** *qualificados neste instrumento, ficando autorizados ao uso do nome empresarial, dispensando-os de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, os quais farão uso da firma e assinarão sempre em conjunto de dois, independentemente da ordem de nomeação, todos os documentos necessários à administração da sociedade e gestão dos negócios, ressaltando-se, ente outros poderes os indicados para:*

a) *Organizar planos gerais de desenvolvimento da sociedade;*
b) *Convocar reuniões de sócios quando julgar necessário e anualmente para apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras exigidas por lei;*
c) *Representar a sociedade ativa e passivamente perante estabelecimentos de crédito público ou privado, nacionais ou estrangeiros, inclusive Banco do Brasil S.A, Caixa Econômica Federal, Bancos de Desenvolvimento Estaduais, Banco Nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES e outros, quando da realização de crédito de quaisquer espécies, onerando ou não o patrimônio social;*
d) *Assinar quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, tais como escrituras de qualquer natureza, cheques, notas promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento, títulos de dívida em geral, contratos, inclusive os de empréstimo e outros documentos não especificados;*
e) *Emitir e assinar, sempre em conjunto de dois, cheques contra qualquer banco, e assinar pedidos de compras e contratos de aquisição de materiais e serviços;*
f) *Emitir e assinar, sempre em conjunto de dois, notas promissórias comerciais e quaisquer outros valores mobiliários para oferta pública de distribuição, desde que tal operação seja prévia e expressamente aprovada mediante reunião de sócios;*
g) *Firmar documentos públicos ou particulares que importarem em aquisição, alienação, oneração ou venda de bens imóveis; e*
h) *Avalizar títulos de emissão da sociedade, decorrentes de suas atividades sociais.*

Parágrafo primeiro: *É facultado aos sócios administradores a delegação dos poderes a eles conferidos nesta Cláusula. Na hipótese de delegação dos poderes, responderá o delegado pessoal e integralmente pelos atos praticados pelo substituto.*

Parágrafo segundo: *A nomeação e a destituição dos diretores, bem como a definição de suas respectivas remunerações, dependerão de deliberação dos sócios.*

AUTENTICAÇÃO AU00644AA0588399

1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS DE OLÍMPIA
Sel. José Luis Rodrigues Alves Junior
AUTENTICAÇÃO - AUTÊNTICO
RECONHECIMENTO DE FIRMA(S) SOMENTE POR SEMELHANÇA
CONFERE COM O ORIGINAL
25 OUT. 2019
SELOS PAGOS POR VERBAS
EU, Renan Geraldo Barbosa Viana
ESCREVENTE AUTORIZADO, DOU FÉ
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
SELO DE AUTENTICIDADE 115215

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23090116105333600000123907447
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090116105333600000123907447
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 01/09/2023 16:10:54

Parágrafo terceiro: *A sociedade será representada e validamente se obrigará pela assinatura de seus diretores. A sociedade também poderá ser representada por procuradores nomeados, sendo que no referido instrumento de nomeação deverá constar todos os poderes que lhe forem conferidos no respectivo mandato.*

Parágrafo quarto*: Aos administradores compete a prática de todos os atos necessários à consecução do objeto social, ficando investidos de todos os poderes de representação e administração.*

Parágrafo quinto: *Nos atos que envolvam interesses sociais sobre bens imóveis a representação social, será exercida em conjunto por todos os sócios.*

II – DA INCLUSÃO DE CLÁUSULA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

A inclusão de Cláusula que delibera sobre as reuniões de sócios da Sociedade, que irá vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA 10 – REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios são soberanos para decidir sobre quaisquer alterações do contrato social, podendo fazê-las, nos termos da lei, mediante a celebração de alteração de contrato social ou mediante a realização de reunião de sócios.

Parágrafo Primeiro: *As reuniões de sócios serão convocadas pelos administradores ou por qualquer um dos sócios, nos casos previstos na legislação ou neste contrato social, mediante comunicação escrita enviada aos sócios, com aviso de recebimento e antecedência mínima de 8 (oito) dias, indicando o local da reunião, a data e o horário de instalação em primeira e segunda convocação, bem como a pauta de assuntos.*

Parágrafo Segundo: *Dependerá de prévia e expressa aprovação, em reunião de sócios, a emissão e assinatura de notas promissórias comerciais e quaisquer outros valores mobiliários pela sociedade, para oferta pública de distribuição.*

III – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Realizadas as alterações acima descritas, resolvem os sócios alterar as disposições constantes do contrato primitivo, conferindo assim nova redação às cláusulas contratuais, passando o Contrato Social Consolidado e renumerado a vigorar com a seguinte redação:

1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE OLÍMPIA
Bel. José Luis Rodrigues Alves Junior
AUTENTICAÇÃO: AUTÊNTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL
25 OUT. 2019
SELOS PAGOS POR VERBAS
EU, Renata Beris de Barbosa Viana ESCREVENTE AUTORIZADO, DOU FÉ. VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
AUTENTICAÇÃO R$ 3,64
AU06844A05983967 112519 AUTENTICAÇÃO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23090116105333600000123907447
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090116105333600000123907447
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 01/09/2023 16:10:54

INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT LTDA.

NIRE 35.208.801.226

CLÁUSULA 1ª– DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade empresária adota a denominação social de **INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT LTDA.**

CLÁUSULA 2ª – DA SEDE

A sociedade tem sede e domicílio fiscal à Rodovia Assis Chateaubriand, s/nº, Km 144 + 500 metros, Zona Rural, no Município de Olímpia, Estado de São Paulo, CEP 15400-000.

Parágrafo único: É facultado à sociedade a qualquer tempo, ao arbítrio exclusivo de sua administração, abrir, manter ou encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, se necessário, observado as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA 3ª – DAS FILIAIS

A sociedade mantém dois estabelecimentos filiais:

→ Filial I: situada na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, à Avenida Menina Moça, nº 1290 – Vila Hípica, CEP 15400-000, registrada sob o NIRE 35.901.819.475 e inscrita no CNPJ(ME) sob o nº 61.167.060/0002-79;

→ Filial II: situada na Cidade de Nova Mutum, Estado do Mato Grosso, na Rua das Figueiras, nº 152S, quadra E, lote 18, Bairro Comercial J.A.R, CEP 78450-000, registrada sob NIRE provisório 51999035993, sem CNPJ.

CLÁUSULA 4ª – OBJETO SOCIAL

O objetivo da sociedade é a exploração do ramo de:

1	Fabricação e comercialização de fertilizantes fosfatados, nitrogenados, potássios, condicionadores de solo e outros;
2	Fabricação de embalagens de material plástico;
3	Fabricação de defensivos biológicos;
4	Prestação de serviços de industrialização por conta e ordem de terceiros;
5	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias;
6	Exploração das atividades agrícolas e pastoris, em terras próprias ou de terceiros, excetuadas as transformações de seus produtos e subprodutos;
7	Pesquisa e desenvolvimento de produtos agropecuários;

AU0664AA0598400
AUTENTICAÇÃO 112218
25 OUT. 2019
EU, Itanan Geraldo Barbosa Vieira, ESCREVENTE AUTORIZADO, DOU FÉ. VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
SELOS E TAXAS PAGOS POR VERBA
QUALIFICAÇÃO R$ - 3,54

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23090116105333600000123907447
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090116105333600000123907447
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 01/09/2023 16:10:54

8	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo;
9	Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários;
10	Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar com atividade de fracionamento e acondicionamento associada;
11	Deposito Fechado.

Parágrafo primeiro: O objetivo social do estabelecimento filial I será: "Pesquisa e desenvolvimento de produtos agropecuários".

Parágrafo segundo: O objetivo social do estabelecimento filial II será: Depósito fechado.

CLÁUSULA 5ª – PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade tem prazo de duração por tempo indeterminado, extinguindo-se por vontade dos sócios e nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA 6ª - CAPITAL SOCIAL

O capital social está totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, na importância de R$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) quotas de capital social no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, estando assim distribuídas entre os sócios:

ANTONIO CARLOS DE GISSI JUNIOR	**1.395.000**	**QUOTAS**	**R$**	**1.395.000,00**
RAQUEL LOPES BLANCO DE GISSI	**75.000**	**QUOTAS**	**R$**	**75.000,00**
LUCIANO DE GISSI	**15.000**	**QUOTAS**	**R$**	**15.000,00**
RENATO BASSAN PEIXOTO	**15.000**	**QUOTAS**	**R$**	**15.000,00**
T O T A L	**1.500.000**	**QUOTAS**	**R$**	**1.500.000,00**

CLÁUSULA 7ª – RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA 8ª – CESSÃO DE QUOTAS

As quotas da sociedade são indivisíveis. Nenhum dos sócios pode ceder ou transferir quotas a terceiros sem o consentimento, por escrito, do outro sócio, cabendo, em igualdade de condições, preço por preço, o direito de preferência para o sócio que queira adquirir tais quotas.

Parágrafo único: O sócio que desejar retirar-se da Sociedade deverá comunicar ao outro, por intermédio de carta registrada, com antecedência de 90 (noventa) dias, a sua intenção de não mais continuar na Sociedade e seus direitos e haveres serão pagos da seguinte forma: 15% (quinze por cento) em moeda corrente do país até 30 (trinta) dias a contar da data da retirada e o restante em 12 (doze) prestações vencíveis mensalmente, sendo que a primeira deverá ser

AU0664AA0588402
1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE OLÍMPIA
José Luiz Rodrigues Alves Junior
CERTIFICO E DOU FÉ QUE A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA É FIEL AO ORIGINAL
25 OUT. 2019
EU, Renan Gerardo Barbosa Viana
COMPETENTE AUTORIZADO, DOU FÉ
SELOS PAGOS POR VERBAS
AUTENTICAÇÃO 112218 AUTENTICAÇÃO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23090116105333600000123907447
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090116105333600000123907447
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 01/09/2023 16:10:54

paga 60 (sessenta) dias a contar da data da retirada, sendo as prestações corrigidas mensalmente, por índice determinado na época pelas partes.

CLÁUSULA 9ª – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será exercida pelos sócios, **ANTONIO CARLOS DE GISSI JUNIOR, RAQUEL LOPES BLANCO DE GISSI, LUCIANO DE GISSI** e **RENATO BASSAN PEIXOTO**, qualificados neste instrumento, ficando autorizados ao uso do nome empresarial, dispensando-os de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, os quais farão uso da firma e assinarão sempre em conjunto de dois, independentemente da ordem de nomeação, todos os documentos necessários à administração da sociedade e gestão dos negócios, ressaltando-se, ente outros poderes os indicados para:

a) Organizar planos gerais de desenvolvimento da sociedade;
b) Convocar reuniões de sócios quando julgar necessário e anualmente para apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras exigidas por lei;
c) Representar a sociedade ativa e passivamente perante estabelecimentos de crédito público ou privado, nacionais ou estrangeiros, inclusive Banco do Brasil S.A, Caixa Econômica Federal, Bancos de Desenvolvimento Estaduais, Banco Nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES e outros, quando da realização de crédito de quaisquer espécies, onerando ou não o patrimônio social;
d) Assinar quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, tais como escrituras de qualquer natureza, cheques, notas promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento, títulos de dívida em geral, contratos, inclusive os de empréstimo e outros documentos não especificados;
e) Emitir e assinar, sempre em conjunto de dois, cheques contra qualquer banco, e assinar pedidos de compras e contratos de aquisição de materiais e serviços;
f) Emitir e assinar, sempre em conjunto de dois, notas promissórias comerciais e quaisquer outros valores mobiliários para oferta pública de distribuição, desde que tal operação seja prévia e expressamente aprovada mediante reunião de sócios;
g) Firmar documentos públicos ou particulares que importarem em aquisição, alienação, oneração ou venda de bens imóveis; e
h) Avalizar títulos de emissão da sociedade, decorrentes de suas atividades sociais.

Parágrafo primeiro: É facultado aos sócios administradores a delegação dos poderes a eles conferidos nesta Cláusula. Na hipótese de delegação dos poderes, responderá o delegado pessoal e integralmente pelos atos praticados pelo substituto.

Parágrafo segundo: A nomeação e a destituição dos diretores, bem como a definição de suas respectivas remunerações, dependerão de deliberação dos sócios.

Parágrafo terceiro: A sociedade será representada e validamente se obrigará pela assinatura de seus diretores. A sociedade também poderá ser representada por procuradores nomeados,

1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE OLÍMPIA
AUTENTICAÇÃO AUTÊNTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA QUE CONFERE COM O ORIGINAL
25 OUT. 2019
SELO PAGO POR VERBAS
PRENOTAÇÃO 185 - 364
J. Kleber Gerbido Barbosa Viana
ESCREVENTE AUTORIZADO DOU FÉ
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
192219 AUTENTICAÇÃO
AU0684AA0598401

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23090116105333600000123907447
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090116105333600000123907447
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 01/09/2023 16:10:54

sendo que no referido instrumento de nomeação deverá constar todos os poderes que lhe forem conferidos no respectivo mandato.

Parágrafo quarto: Aos administradores compete a prática de todos os atos necessários à consecução do objeto social, ficando investidos de todos os poderes de representação e administração.

Parágrafo quinto: Nos atos que envolvam interesses sociais sobre bens imóveis a representação social, será exercida em conjunto por todos os sócios.

CLÁUSULA 10 – REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios são soberanos para decidir sobre quaisquer alterações do contrato social, podendo fazê-las, nos termos da lei, mediante a celebração de alteração de contrato social ou mediante a realização de reunião de sócios.

Parágrafo Primeiro: As reuniões de sócios serão convocadas pelos administradores ou por qualquer um dos sócios, nos casos previstos na legislação ou neste contrato social, mediante comunicação escrita enviada aos sócios, com aviso de recebimento e antecedência mínima de 8 (oito) dias, indicando o local da reunião, a data e o horário de instalação em primeira e segunda convocação, bem como a pauta de assuntos.

Parágrafo Segundo: Dependerá de prévia e expressa aprovação, em reunião de sócios, a emissão e assinatura de notas promissórias comerciais e quaisquer outros valores mobiliários pela sociedade, para oferta pública de distribuição.

CLÁUSULA 11 - IMPEDIMENTO DE USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

Os administradores são investidos de todos os poderes necessários para prática dos atos de gestão, sendo que os avais, fianças ou outras garantias, de favor, bem como, o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhos aos objetivos sociais, deverá necessariamente conter sempre a assinatura de pelo menos 2 (dois) sócios administradores.

CLÁUSULA 12 – RETIRADAS DE PRÓ - LABORE

Pelo exercício da administração, será facultado aos sócios administradores **ANTONIO CARLOS DE GISSI JUNIOR, RAQUEL LOPES BLANCO DE GISSI, LUCIANO DE GISSI** e **RENATO BASSAN PEIXOTO,** direito a uma retirada mensal a título de **"pró-labore"**, cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios.

CLÁUSULA 13 – RESULTADO E DISTRIBUIÇÃO

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, será levantado um balanço geral de ativo e passivo e uma demonstração de resultado do exercício, de conformidade com a lei vigente, devendo o balanço e a demonstração

RATUAL DE INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT LTDA.

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE OLÍMPIA
Bel. José Luis Rodrigues Alves Junior
AUTENTICADO O PRESENTE CÓPIA FOTOGRÁFICA A QUAL CONFERE COM O ORIGINAL
25 OUT. 2019
SELOS PAGOS POR VERBAS
AUTENTICAÇÃO ES - 3164
112219 AUTENTICAÇÃO AU0664AA0598404
O.J. Ronan Gerardo Barbosa Viana
SUBSTITUTO AUTORIZADO, DOU FÉ
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23090116105333600000123907447
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090116105333600000123907447
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 01/09/2023 16:10:54

JUCESP
29.10.19

ser aprovados pelos sócios administradores.

Parágrafo primeiro: Os lucros ou prejuízos poderão ser distribuídos de forma distinta dos percentuais da participação de cada sócio no capital social, ficando proibida a exclusão de qualquer dos sócios de participar dos lucros e das perdas, sendo que o valor a ser distribuído ou suportado pelos sócios será apurado em levantamento do balanço geral de ativo e passivo e na demonstração de resultado do exercício, a serem aprovados pelos sócios.

Parágrafo segundo: Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, mensal, trimestral ou semestral, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social.

CLÁUSULA 14 - DA INCAPACIDADE E MORTE DOS SÓCIOS

No falecimento ou impedimento legal de qualquer um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, prosseguindo normalmente suas atividades, sem solução de continuidade, com os herdeiros do sócio, que, assim, tornar-se-ão sócios quotistas.

Parágrafo primeiro: As quotas pertencentes ao sócio falecido serão transferidas para os respectivos herdeiros, que continuarão como sócios na sociedade, salvo quando não houver interesse por parte dos mesmos em participar da sociedade, caso em que os sócios remanescentes pagarão os haveres aos herdeiros do falecido, na forma prevista no parágrafo único da Clausula 8ª, com o processamento imediato de levantamento do Balanço Patrimonial, fixativo dos haveres de cada uma das partes, na proporção das quotas sociais.

Parágrafo segundo: O Balanço Patrimonial será levantado com a data do último dia do mês anterior ao evento.

CLÁUSULA 15 - OMISSÕES OU DÚVIDAS

As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato serão supridas ou resolvidas com a regência supletiva pelas normas das sociedades por ações, e outras disposições legais que lhe forem aplicáveis.

CLÁUSULA 16 - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os sócios qualificados neste instrumento declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

AU065AA0598403
...ÃO DE NOTAS E PROTESTO DE
...S E TÍTULOS DE OLÍMPIA
...de Lima Rodrigues Alves Junior
...SELOS PAGOS POR VERBAS
25 OUT. 2019
EL... ...on Gonzalo Barbosa Viana
ESCREVENTE AUTORIZADO. DOU FÉ
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE
AUTENTICIDADE
REAUTENTICAÇÃO RS - 3.64

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23090116105333600000123907447
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090116105333600000123907447
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 01/09/2023 16:10:54

CLÁUSULA 17 – FORO

Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Olímpia, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que seja, ainda que venha ocorrer mudança de domicílio de qualquer dos quotistas.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias impressas de um só lado, da mesma forma e teor para que produzam um só efeito, o que fazem na presença de duas testemunhas que tudo assistiram e também assinam, sendo a primeira via para o devido arquivamento e registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e as demais devolvidas aos contratantes depois de anotadas.

Olímpia/SP, 04 de setembro de 2.019.

ANTONIO CARLOS DE GISSI JUNIOR
RG: 13.978.405-6-SSP/SP
CPF (MF): 075.389.628-16

RAQUEL LOPES BLANCO DE GISSI
RG: 18.097.891-4-SSP/SP
CPF (MF): 084.036.598-55

LUCIANO DE GISSI
RG: 20.298.444-SSP/SP
CPF (MF): 093.739.518-82

RENATO BASSAN PEIXOTO
RG: 24.137.270-7-SSP/SP
CPF (MF): 136.797.898-07

Visto: Luiz Carlos Almado
OAB/SP 202.455

TESTEMUNHAS

MARIA MADALENA LOPES ALMADO
RG: 9.823.112-1-SSP/SP
CPF (MF): 020.387.918-05

MARCOS ANTONIO LOPES
RG: 17.452.588-SSP/SP
CPF (MF): 062.651.818-07

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
DISCIPLINA DESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
408.233/19-9
JUCESP
JUCESP 18 OUT. 2019 ER - BARRETOS

PÁGINA 9 DE 9 – 3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT LTDA.

1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE OLÍMPIA.
Sel. José Luis Rodrigues Alves Junior
AUTENTICAÇÃO: AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA QUE CONFERE COM O ORIGINAL.
25 OUT. 2019
SELOS PAGOS POR VERBAS
113219 AUTENTICAÇÃO AU0664AA0588405
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:38
Número do documento: 23090116105333600000123907447
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090116105333600000123907447
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 01/09/2023 16:10:54

Instrumento Particular de Mandato
"AD JUDICIA ET EXTRA"

Outorgante:
Pelo presente instrumento particular de procuração, **INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.167.060/0001-98, sediada na Rodovia Chateaubriand – Km 144,5, Município de Olímpia, Estado de São Paulo.

Outorgados:
Drs. **JOSÉ ERCILIO DE OLIVEIRA**, advogado inscrito na OAB/SP nº 27.141, OAB/MT Drs. **JOSÉ ERCILIO DE OLIVEIRA**, advogado inscrito na OAB/SP nº 27.141, OAB/MT 99.77-A, OAB/GO 24.058-A, OAB/BA 22.852, OAB/MG 106.189, OAB/PR 59.228, OAB/MS 15.158, OAB/RJ 215.369, OAB/RS 109.862-A e OAB/TO 8.780-A; **ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI**, advogado inscrito na OAB/SP nº 198.905; **CLÁUDIA CRISTINA DE OLIVEIRA**, advogada inscrita na OAB/SP sob nº 200.841; **DÉA JULIANA DE OLIVEIRA**, advogada inscrita na OAB/SP nº 206.930; **PAULO ROBERTO ANDRIOLO**, advogado inscrito na OAB/SP nº 173.475; **JOSÉ MÁRIO DE GRANO ALONSO**, advogado inscrito na OAB/SP nº 389.947; **GIANPIERO SILVA DAVID**, advogado inscrito na OAB/SP nº 167.615; **FELIPE MEIRELES RACHID**, advogado, inscrito na OAB/SP 450.211; **VALESKA FERNANDES LUCHHI**, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 357.495, **ISABELLE FERNANDES DE OLIVEIRA**, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 452.736, **FERNANDA SFAIR RODRIGUES,** advogada**,** inscrita na OAB/SP 491.695, **GABRIELLE BILOTTA MANDRO**, advogada, inscrita na OAB/SP 476.726 e **RAFAELA APARECIDA DIAS DOS SANTOS**, advogada, inscrita na OAB/SP 497.259, todos os membros da **J. ERCILIO DE OLIVEIRA-ADVOGADOS**, sociedade de advogados, inscrita no CNPJ Nº 06.000.800/0001-99, nº de registro 7867, com endereço na Alameda Santos, nº 2.335, 10º andar, Bairro Cerqueira César, CEP 01.419-101, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone de contato (11) 3062-9031 e **TIAGO BUENO DA SILVA**, advogado inscrito na OAB/MT n° 18.226-O, com escritório profissional situado na Avenida Cuiabá, nº 1.900, Bairro Primavera II, CEP 78.850-000, Município de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, telefone de contato (66) 3498-4395.

PODERES:
Pelo presente instrumento particular de procuração, a outorgante nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados indicados acima, com poderes especiais da cláusula ''ad judicia e et extra'' para o foro em geral e os ressalvados pelo artigo 105, do Novo Código de Processo Civil, para em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, representando em todos os órgãos da esfera administrativa, públicos, federais, estaduais e municipais, apontar títulos para protesto nos Cartórios de Protesto em todo território nacional, além de representar perante Cartórios de Notas, Cartórios de Registro Civil, Cartórios de títulos e documentos e quaisquer outros cartório inseridos no território nacional, enviar correspondências e notificações com aviso de recebimento por meio dos Correios através dos sistemas SEDEX, SEDEX 10, SEDEX HOJE, TELEGRAMA, CARTA SIMPLES, CARTA REGISTRADA e qualquer outro produto disponibilizado pelos Correios, bem como, enviar e receber notificações extrajudiciais e contranotificações para purgação de mora, propor contra quem de direito as ações competentes e defender a outorgante nas ações contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais, podendo transigir, firmar compromissos ou acordos, dar e receber quitação, representar e assinar como fiel depositário, receber valores, participar e votar em Assembleias Gerais de Credores, substabelecer com e sem reservas de poderes.

FINALIDADE:
Em especial defender seus interesses na Recuperação Judicial, processo nº **1022463-24.2023.8.11.0003**, em tramite na 4ª Vara Cível da Comarca de Rondonopolis/MT, proposta por **EDSON PINTO DE MELLO** inscrito no CPF sob nº669.115.089-91, **SIDNEY PINTO DE MELLO** inscrito no CPF sob nº 669.115.919-53, **MARA VIOLIN DE MELLO** inscrita no CPF sob nº 037.810.239-74, **VERA LUCIA GALLO DE MELLO** inscrita no CPF sob nº 614.594.029-87 , **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, **MARCO ANTONIO DE MELLO** inscrito CPF sob nº 089.692.479-39 todos do denominado **GRUPO MELLO.**

São Paulo, 31 de agosto de 2023.

INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT LTDA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090116105431700000123907448
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090116105431700000123907448
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 01/09/2023 16:10:55

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS

DECISÃO

Processo: 1022463-24.2023.8.11.0003.

REQUERENTE: SIDNEY PINTO DE MELLO, MARA VIOLIN DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO

REQUERIDO: CREDORES

Vistos e examinados.

SIDNEY PINTO DE MELLO, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual portador do CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26; **MARA VIOLIN DE MELLO**, produtora rural inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual portador do CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79; **EDSON PINTO DE MELO**, produtor rural, inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, portador do CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, produtora rural inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, portadora do CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, portador do CNPJ sob o n.º

51.416.621/0001-91; e **MARCO ANTONIO DE MELLO**, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual portador do CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24 – todos integrantes do **GRUPO MELLO** de Campinápolis/MT, ingressaram com pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** perante esta Vara Regionalizada de Recuperação Judicial e Falência, conforme termos da petição de Id. 127253778.

Nos moldes do disposto no artigo 51, inciso I, da Lei 11.101/2005, os requerentes traçaram o seu histórico e expuseram os motivos de sua atual crise econômico-financeira.

Veja-se o relato constante da exordial:

(...)

Tratam-se os Requerentes de grupo familiar de origem do estado do Paraná, onde desde 1975 os irmãos Sidney e Edson já exerciam a atividade agrícola com o plantio de soja e milho na região de Maringá/PR. 55. Foi em Maringá/PR que constituíram suas famílias, onde Sidney se casou com Mara e Edson com Vera, aqui também Requerentes. Da relação entre Edson e Vera, vieram os filhos Rafael e Marco que, se espelharam no pai e, já na vida adulta, também se enveredaram para o cultivo das commodities.

Desde sempre o grupo familiar maneja o plantio dos grãos conjuntamente, inicialmente, como dito no estado do Paraná e, com o passar dos anos, alçando voos maiores, através de arrendamento, onde em 2014 iniciaram o cultivo também no Estado do Mato Grosso, na cidade de Campinápolis, cerca de 640 hectares.

Quando chegaram naquela região identificaram a necessidade de preparar a terra e corrigir o solo, com isso, obtendo êxito, conseguiram em 2015 aumentar sua área de cultivo para cerca de 1.000 hectares.

Felizmente, foi uma época em que o clima era propício e permitiu que o Grupo Familiar fosse crescendo de maneira organizada, aproveitando para reinvestir os resultados na abertura/arrendamento de novas áreas.

Com o advento e disseminação da técnica do plantio direto, os Requerentes passaram a ter

acesso a máquinas e implementos que possibilitaram incrementos significativos de produtividade, o que proporcionou um retorno econômico positivo sobre os investimentos e esforços realizados.

Contudo, o produtor rural, nunca aguarda o caso fortuito/força maior, relacionado diretamente a sua produção, onde sua instabilidade impacta diretamente na produção agrícola de uma maneira geral, positiva ou negativamente, não sendo diferente com os Requerentes que, no decorrer dos anos, principalmente em 2015 sofreram com a seca da região e baixa produtividade daquele ano, entretanto, o novo prejuízo não será suportado nas presentes condições, sem que haja a intervenção legal apta a viabilizar a superação da crise ora instalada.

Não apenas isso, mas são vários os obstáculos sofridos pelo produtor rural que a cada fase da produção encontra um empecilho a vencer. No caso dos Requerentes, estes, em 2017 após a colheita de toda sua produção e armazenagem, sofreram com um arresto da safra daquele ano com os grãos ainda dentro do armazém, arresto este que não foi contra os Requerentes, mas sim em face do dono do armazém, onde por um equívoco o soja dos Requerentes que ali estavam também foram arrestados, causando enormes prejuízos em sua receita naquela ano em cerca de 24 mil sacas.]

Com o decorrer dos anos, os Requerentes analisaram aquele solo em que atuavam e concluirão que na safrinha a região pecava numa produtividade satisfatória, sendo necessária a busca de uma área com mais índice pluviométrico.

Foi então que em 2020 encontraram uma área de cultivo para arrendamento na região de Santa Cruz do Xingu/MT, próximo a Vila Rica/MT, cuja área de 2.200 hectares necessitou de alto investimento, vez que em sua maioria estava abarrotada de vegetação prejudiciais a semeadura, que necessitavam de remoção para início dos trabalhos.

Na mesma época naquela região o armazém Indiana Agro (Recuperação Judicial – frustrada) também sofreu arresto ao qual parte da produção dos Requerentes, que ali estava depositada fora levada conjuntamente, ocasionando em prejuízos demasiados.

Como dito, entre uma safra e outra, todo e qualquer produtor rural encontra dificuldades que acabam por não produzir a contento, e isso não seria diferente com os Requerentes que, além dos arrestos de terceiros sofridos que acabaram por atingi-los, o fator clima/tempo

impacta de uma maneira ou outra na mencionada produção.

Nessa nova área de plantio, por exemplo, logo no primeiro ano, os Requerentes se depararam com fortes chuvas o que prejudicou sobremaneira a colheita dos grãos, contudo, em contrapartida, no segundo ano fez-se necessária a abertura do restante da área, aumentando assim o seu cultivo, passando de 1.000 hectares, para 2.000 hectares.

No mesmo ano fora adquirido pelos Requerentes novo arrendamento, desta vez em São Félix do Araguaia, cuja área total era de 1600 hectares, onde apenas 187 hectares eram de plantio consolidado. Ainda nesta área fora necessário á época se investir na infraestrutura da fazenda, seja nas casas, cantina, poço artesiano e barracão.

Mesmo com todo investindo e abrindo mais 330 hectares de sua capacidade, ainda assim a produção daquele ano não foi satisfatória, posto que o plantio se deu tardiamente, e ainda ocorreu o ataque de pragas, qual seja a mosca branca.

Somado a isso, nessa mesma área ainda ocorrera um desafio administrativo, posto que 1600 hectares possuía um embargo ambiental de 2013, fato que impediu a movimentação do cultivo, já que não se conseguia gerar a inscrição estadual, tampouco se emitir nota fiscal, o que inviabilizou o negócio, sendo necessário a entrega da área para terceiros.

Em 2022 com o fim do contrato de alguns arrendamentos (parte) em Campinápolis/MT, os proprietários pleitearam a área de volta, não renovando tais instrumentos e, na área ainda atuante, os Requerentes sofreram com as chuvas, perdendo a qualidade do grão produzido, onde a soma desses fatores levaram os requeres a atual crise que se enfrenta.

O fator clima ainda afetou os Requerentes em 2023, tendo em vista as chuvas que se deram na região do Xingu, o que ocasionou a perda ao equivalente a 550 hectares de soja. Nesse ínterim, foi arrendado ainda outra área em Vila Rica de 760 hectares de pastagem, conseguindo abrir ainda mais 350 hectares.

Contudo, com o plantio tardio devido ao clima, sofreram ainda nesta área com o ataque da mosca branca e muitas chuvas na fase de colheita, o que ocasionou resultados deficitários para o grupo. Devido a seca, tanto em Campinápolis, quanto em Santa Cruz do Xingu, a produção da safrinha não se deu como planejada.

Por duas principais e inesperadas razões: a) a quebra da produtividade esperada, ocorrida por força de condições climáticas; b) a queda abrupta dos valores vinculados aos grãos que

representa até o momento a cerca de 43% ante ao mesmo período do ano passado.
Diante desse cenário, buscaram os Requerentes a renegociação de seus contratos, entretanto, esbarraram nas tentativas que restaram infrutíferas.
(...)".

Os requerentes salientaram que pretendem, através do processo de recuperação judicial, negociar o passivo junto a seus credores e reduzir o pagamento de juros abusivos; voltar a crescer, manter os empregos existentes e gerar novas vagas de trabalho.

Garantiram que possuem viabilidade econômica; e que seu poder de reação para recuperar a saúde financeira é inquestionável, sendo capazes de manter empregos e geração de rendas.

Justificaram que buscam, com o processo recuperacional, apenas o fôlego que necessitam para atravessar a situação em que se encontram e voltar a operar regularmente.

Invocaram a legislação concernente, pleiteando o deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial com a juntada de farta documentação.

Postularam pela concessão de medidas urgentes.

Vieram-me os autos conclusos.

DECIDO.

LITISCONSÓRCIO ATIVO.

De proêmio, valioso registrar que a formação de litisconsórcio ativo é permitida nos processos recuperacionais.

É certo que a Lei n° 11.101/2005 não trata acerca da possibilidade do pedido de recuperação

judicial apresentado por mais de um devedor. Entretanto, são inúmeros os casos de litisconsórcio ativo em recuperação judicial.

Ao enfrentar o tema, Ricardo Brito Costa conclui:

"A formação do litisconsórcio ativo na recuperação judicial, a despeito da ausência de previsão na Lei n° 11.101/2005, é possível, em se tratando de empresas que integrem um mesmo grupo econômico (de fato ou de direito). Nesse caso, mesmo havendo empresas do grupo com operações concentradas em foros diversos, o conceito ampliado de 'empresa' (que deve refletir o atual estágio do capitalismo abrangendo o 'grupo econômico'), para os fins da Lei n° 11.101/2005, permite estabelecer a competência do foro do local em que se situa a principal unidade (estabelecimento) do grupo de sociedades. O litisconsórcio ativo, formado pelas empresas que integram o grupo econômico, não viola a sistemática da Lei n° 11.101/2005 e atende ao Princípio basilar da Preservação da Empresa. A estruturação do plano de recuperação, contudo, há de merecer cuidadosa atenção para que não haja violação de direitos dos credores" (COSTA, 2009, P. 182).

No caso dos autos, infiro pelos documentos acostados aos autos e pelas conclusões do Laudo de Constatação Prévia que os requerentes, aparentemente, integram um mesmo grupo econômico (de fato e de direito), desenvolvendo atividades interligadas, sendo justificável a formação do litisconsórcio ativo, diante da notória inexistência de autonomia patrimonial entre os mesmos.

Nessa lógica é a orientação da jurisprudência:

"Agravo de instrumento. ***Recuperação judicial. Litisconsórcio ativo. Possibilidade.*** *Precedentes desta Câmara que reconheceram a possibilidade, em tese, de pedido de recuperação judicial em litisconsórcio ativo, desde que presentes elementos que justifiquem a apresentação de plano único, bem como a posterior aprovação de tal cúmulo subjetivo pelos credores. Pedido formulado por três sociedades empresárias distintas, detidas direta*

ou indiretamente por dois irmãos. Grupo econômico de fato configurado. Estabelecimento de uma das sociedades em cidade e estado diversos. Irrelevância no caso concreto, principalmente em razão desta empresa não possuir empregados. Ausência de credores trabalhistas fora da Comarca de Itatiba. Administrador judicial que demonstra a relação simbiótica das empresas. Pedido de litisconsórcio ativo que atende à finalidade última do instituto da recuperação judicial (superação da crise econômico-financeira das empresas). Decisão reformada. Agravo provido." (TJ-SP - AI: 28118766201182600000 SP 0281187-66.2011.8.26.0000, Relator: Pereira Calças, Data de Julgamento: 26/06/2012, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 28/06/2012).

In casu, é possível perceber a estreita ligação entre os requerentes, que atuam de forma complementar e interagem em busca de interesses comuns de natureza econômica e financeira, cruzando-se em suas relações e negócios jurídicos; restando, outrossim, evidente a existência de grupo econômico, sendo possível a presença de todos no mesmo polo ativo – ficando autorizada, portanto, a consolidação processual.

DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Os pressupostos exigidos para o deferimento do processamento da Recuperação Judicial estão elencados nos artigos 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005; e, segundo consta da conclusão da CONSTATAÇÃO PRÉVIA, restaram satisfatoriamente preenchidos pelos requerentes- Id. 127164482 e 127786385.

Colaciono a conclusão do laudo:

(...)

1. Pela regularidade da documentação até então acostadas aos autos, restando devidamente comprovada a existência de atividade sobre a qual os Requerentes buscam o seguimento,

sendo esta, plenamente capaz de ocasionar os benefícios a que se refere o art. 47 da Lei 11.101/2005, posto que se tratam de produtores rurais atuantes em considerável área de plantio, gerando empregos e produzindo riquezas"

(...)

E mais:

(...)

b) Restou devidamente comprovada a existência de atividade sobre a qual os Requerentes buscam o seu soerguimento, plenamente capaz de ocasionar os benefícios a que se refere o art. 47 da Lei 11.101/2005;

c) Diante do passivo apresentado, a atividade dos Requerentes demandará de enorme esforço para cumprir seus compromissos perante os credores;

d) Há longa experiência no negócio por parte dos devedores, contudo, necessitam neste momento de um fôlego para honrar os compromissos com seus credores;

e) Inconteste que há funcionamento nas fazendas indicadas pelos Requerentes e visitada por este expert, e que atenderam a todos os requisitos legais exigidos, com a apresentação da documentação imposta pela lei;

(...)

Outrossim, segundo o laudo apresentado, foi constatado o requerimento da utilização do instituto por produtores rurais que estão em crise financeira, mas são economicamente viáveis – de modo que emergem fortes indícios acerca do efetivo comprometimento dos requerentes e do interesse dos mesmos na preservação da integridade de seus negócios, tendo em vista a adequada instrução da petição inicial e as conclusões da constatação prévia.

Ressalto, por outro turno, que uma análise mais acurada será desenvolvida pela Administração Judicial que atuará no feito – podendo ser exigida documentação complementar, sempre que se revelar necessário, em qualquer momento processual.

Registro, ainda, que o deferimento do processamento de uma recuperação judicial não é definitivo. O processo só se consolida com a aprovação do plano. O plano tem caráter negocial. Todos os envolvidos são partícipes na construção de uma solução para a crise instalada.

Preenchidos, pois, neste momento, os requisitos legais necessários, estando em termos a documentação exigida nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/2005, **DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL** de **SIDNEY PINTO DE MELLO**, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual portador do CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26; **MARA VIOLIN DE MELLO**, produtora rural inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual portador do CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79; **EDSON PINTO DE MELO**, produtor rural, inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, portador do CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, produtora rural inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, portadora do CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, portador do CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91; e **MARCO ANTONIO DE MELLO**, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual portador do CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24 - e, nos termos do art. 52 da mesma lei, determino as medidas administrativas e judiciais seguintes.

DA NOMEAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL.

Consoante o disposto no inciso I, do artigo 52, da Lei 11.101/2005 e observando o previsto no artigo 22 da mesma lei, nomeio **o DR. ROGÉRIO DE LELLIS PINTO,** devidamente cadastrado junto a este Juízo e no banco de Administradores Judiciais do TJ/MT, para

exercer a administração judicial.

Providencie-se, a Secretaria Judicial, a inclusão no PJe do Administrador Judicial ora nomeado, para efeito de intimação das publicações.

Proceda-se à sua imediata intimação, para formalização do termo de compromisso, no prazo de 48 horas (art. 33).

Nos termos da RECOMENDAÇÃO N. 141, DE 10 DE JULHO DE 2023, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), **DETERMINO** a intimação do Administrador Judicial nomeado para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente orçamento detalhado do trabalho a ser desenvolvido, informando o número de pessoas que serão envolvidas na equipe de trabalho, suas remunerações e a expectativa de volume e de tempo de trabalho a ser desenvolvido no caso concreto.

Apresentado o orçamento detalhado pelo Administrador Judicial, INTIMEM-SE os devedores, os credores e notifique-se o Ministério Público para que, querendo, se manifestem no prazo comum de 5 (cinco) dias.

Notifique-se o Ministério Público, ainda, para que, na oportunidade, se manifeste na forma do previsto no Parágrafo Único do artigo 14 da RECOMENDAÇÃO Nº 102, DE 8 DE AGOSTO DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (eventual necessidade de substituição do Administrador Judicial nomeado).

Sequencialmente, com a apresentação do orçamento e das eventuais impugnações, bem como da manifestação ministerial, tornem os autos conclusos para que sejam arbitrados os honorários.

Desde já, em congruência com os princípios da cooperação, da celeridade e da efetividade processual, registro que, em não havendo dissonância quanto ao valor dos honorários, poderá

ser apresentada petição comum à Administração Judicial e às recuperandas (em substituição às anteriormente mencionadas), tão somente para que os honorários sejam homologados pelo Juízo, após a prévia oitiva do Ministério Público.

Desde já, consigno que, após a fixação dos honorários do Administrador Judicial, deverá a Serventia Judicial dar vistas ao Ministério Público, nos moldes do previsto no artigo 15 da Recomendação supra citada.

Nos termos do artigo 4º da RECOMENDAÇÃO N. 141, DE 10 DE JULHO DE 2023, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), o valor da remuneração deverá ser pago à Administração Judicial em 36 parcelas mensais e sucessivas, até o quinto dia útil de cada mês, a partir da assinatura do termo de compromisso.

Conforme previsão do artigo 7º, as parcelas de pagamento dos honorários poderão ser pagas diretamente pela devedora à Administradora Judicial- ficando a recuperanda intimada a instaurar um incidente processual (para tramitar associado ao processo de recuperação judicial), onde comprove mensalmente o pagamento dos honorários, para controle judicial, garantia de transparência e para evitar burocracia cartorária de emissão de guias de levantamentos judiciais.

A inadimplência com o pagamento da remuneração da Administração Judicial implica na convolação da recuperação judicial em falência.

No mais, registro que o valor dos honorários inicialmente fixados poderão ser reavaliados, em caso de demonstração concreta de que o processo envolveu trabalho extraordinário e/ou duração não previstos no orçamento apresentado pelo Administrador Judicial – sem que seja ultrapassada a limitação de 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial.

Previno à Administração Judicial nomeada que a mesma deverá desempenhar suas

competências, arroladas no art. 22 da Lei 11.101/2005, com presteza e celeridade, atentando-se para o fiel cumprimento de todos os deveres que a lei lhe impõe, principalmente o de fornecer todas as informações pedidas pelos credores interessados, fiscalizar as atividades dos recuperandos e apresentar relatório mensal.

Assento que, nos termos da previsão contida no artigo 14 da RECOMENDAÇÃO Nº 102, DE 8 DE AGOSTO DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, o D. Representante do órgão ministerial avaliará a idoneidade e a eficiência do Administrador Judicial durante todo o processo, na forma do artigo 22 da Lei 11.101/2005.

É dever da Administração Judicial fiscalizar a regularidade do processo e o cumprimento dos prazos pelos recuperandos, além da apresentação dos relatórios determinados pelo Juízo, pela Lei 11.101/2005 e Recomendação nº 72/2020 do CNJ;

Neste teor, deverá a Administração Judicial apresentar os relatórios abaixo mencionados, através da formação de um incidente único, que irá tramitar associado ao processo de recuperação judicial.

Nos termos da Recomendação nº 72/2020 do CNJ, determino que a Administração Judicial adote como padrão de Relatório Mensal de Atividades dos empresários em recuperação judicial, previsto no artigo 22, inciso II, alínea "c" da Lei 11.101/2005, aquele que consta no Anexo II da Recomendação, podendo inserir nele quaisquer outras informações que julgar necessárias.

Determino, ainda, que a Administração Judicial apresente, na periodicidade de 04 meses, Relatório de Andamentos Processuais, contendo as informações enumeradas no §2º do art. 3º da Recomendação nº 72/2020 do CNJ, no padrão do Anexo III.

Deverá a Administração Judicial, também, apresentar, na periodicidade de 04 meses, Relatório dos Incidentes Processuais, contendo as informações básicas sobre cada incidente

ajuizado e a fase processual em que se encontram, com as informações elencadas no §2º do art. 4º da Recomendação nº 72/2020 do CNJ, além de eventual observação específica da Administração Judicial sobre o incidente, no padrão do Anexo IV da dita Recomendação.

Por fim, com vistas a conferir celeridade e transparência ao processo de recuperação judicial; bem como possibilitar que os credores tenham amplo acesso às informações de seu interesse e elementos necessários para decidir acerca de eventual formulação de habilitação ou impugnação, deverá a Administração Judicial, ao final da fase administrativa de verificação dos créditos, apresentar Relatório da Fase Administrativa, contendo resumo das análises feitas para a confecção da sua lista de credores; as informações mencionadas no §2º do artigo 1º da Recomendação nº 72/2020 do CNJ; bem como quaisquer outros dados que entender pertinente.

DA DISPENSA DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS.

Com fulcro no teor do inciso II, do artigo 52, da Lei nº. 11.101/2005 dispenso a apresentação de certidões negativas.

Nesse sentido:

“RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA PARTICIPAÇÃO DA RECUPERANDA EM CERTAME LICITATÓRIO. 1. "Inexistindo autorização legislativa, incabível a automática inabilitação de empresas submetidas à Lei n. 11.101/2005 unicamente pela não apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, principalmente considerando o disposto no art. 52, I, daquele normativo, que prevê a possibilidade de contratação com o poder público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação" (AREsp 309.867/ES, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 26.06.2018, DJe

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090118081870100000123934853
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090118081870100000123934853
Assinado eletronicamente por: RENAN CARLOS LEAO PEREIRA DO NASCIMENTO - 01/09/2023 18:08:19

08.08.2018). 2. Tal exegese encontra amparo no artigo 47 da Lei 11.101/2005, que serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica". 3. Recurso especial provido. (...)" (STJ - REsp: 1621141 BA 2016/0220460-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Publicação: DJ 19/05/2020).

DA SUSPENSÃO DAS AÇÕES.

DETERMINO a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações ou execuções contra os requerentes, na forma do artigo 6º da Lei 11.101/05, devendo os respectivos autos permanecer no juízo onde se processam.

Excetuam-se da aludida suspensão as ações que demandam quantia ilíquida (art. 6º, §1º); as ações de natureza trabalhista (art. 6º, §2º); as execuções de natureza fiscal, ressalvada a concessão de parcelamento tributário (art. 6º, §7º).

Mencione-se que, nos termos do art. 52, § 3º, cabe aos devedores informar a suspensão aos juízos competentes, devendo comprovar ao juiz da recuperação que fez as devidas comunicações *(BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falências: Lei 11.101/2005: comentada artigo por artigo – 9. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 163).*

Enfatizo que é obrigação da Administração Judicial provocar o juízo para a verificação periódica, perante os cartórios de distribuição, das ações que venham a ser propostas contra os devedores (art. 6º, §6º).

De igual forma, as ações eventualmente propostas em face dos requerentes deverão ser comunicadas ao juízo da recuperação judicial por eles próprios, imediatamente após a citação (art. 6º, §6º, II).

Friso que, nos termos do artigo 6º, §4º, a suspensão ora determinada irá vigorar pelo **prazo de 180 (cento e oitenta) dias**.

DA CONTAGEM DO PRAZO.

Nos termos do artigo 189, §1º, inciso I da Lei 11.101/2005, **todos os prazos devem ser contados em dias corridos.**

DA EXCLUSÃO DO SPC E PROTESTOS.

Ordeno, ainda, a suspensão das anotações negativas e protestos realizados nos nomes dos recuperandos, relativas a dívidas inseridas na recuperação judicial, bem como a proibição de novas inscrições, durante o prazo de blindagem.

Registro que a providência é necessária para salvaguardar o princípio maior da recuperação judicial, qual seja preservação da atividade produtiva; na medida em que, indiscutivelmente, a manutenção da negativação lançada sobre o nome do devedor irá causar entraves fortes ao regular desenvolvimento das suas atividades empresariais.

Assim, ao menos durante o prazo de blindagem, cabe ao juízo recuperacional a adoção de todas as medidas que se fizerem necessárias para contribuir com a reestruturação organizacional das finanças do recuperandos, o que certamente não será possível se as negativações forem mantidas.

Nessa vertente é a orientação do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso:

"RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DECISÃO QUE DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RJ DE PRODUTORES RURAIS NA CONDIÇÃO DE LITISCONSORTES – INSCRIÇÃO NA JUNTA COMERCIAL HÁ MENOS DE DOIS ANOS – IRRELEVÂNCIA – DEMONSTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REGULAR POR OUTROS MEIOS DE PROVA – PRECEDENTES DO STJ – REQUERIMENTO DE EXCLUSÃO DE CRÉDITO DOS EFEITOS DA RJ – INOVAÇÃO RECURSAL – TESE NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – CONFIGURAÇÃO – SUSPENSÃO DOS PROTESTOS E ANOTAÇÕES NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – POSSIBILIDADE – RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA, DESPROVIDO. (...) É prudente suspender os apontamentos existentes nos órgãos de proteção ao crédito em nome das empresas e de seus sócios, relativos aos títulos sujeitos a recuperação judicial, pois, o prazo de blindagem tem por finalidade específica permitir a reestruturação da empresa bem como proporcionar o cumprimento do plano de recuperação e dessa forma, a negativação do nome nesse período não atenderia ao princípio elencado pela própria legislação. (...)". (TJ-MT - AI: 10105851920208110000 MT, Relator: DIRCEU DOS SANTOS, Data de Julgamento: 23/09/2020, Terceira Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/09/2020)

DA MANUTENÇÃO DOS RECUPERANDOS NA POSSE DOS BENS ESSENCIAIS AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES:

Pleitearam os recuperandos a concessão de medida urgente para que seja impedida a retirada de bens essenciais ao desenvolvimento das suas atividades empresariais.

Contudo, registro que **a essencialidade dos bens deverá ser apreciada e decidida caso a caso**, após a prévia manifestação do Administrador Judicial, que acompanhará com proximidade o desenvolvimento das atividades dos recuperandos e poderá discorrer, com

precisão, acerca da essencialidade de cada um em específico.

Nesse sentido orienta o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DECISÃO QUE RESTABELECEU A ANTERIOR E DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO DOS AGRAVADOS, BEM COMO PROIBIU A EXPROPRIAÇÃO DE VALORES E BENS, CUJA ESSENCIALIDADE SERÁ ANALISADA CASO A CASO – VERIFICAÇÃO DE ESSENCIALIDADE DE FORMA GENÉRICA – IMPOSSIBILIDADE – FORMA INDIVIDUALIZADA – DECISÃO REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ***A análise da essencialidade não deve ser feita de forma genérica, cabendo ao juízo da recuperação judicial averiguar a essencialidade dos bens de tal essencialidade****. A fundamentação condizente se faz necessária, sob pena de desprestigiar o sistema de garantias e promover-se a insegurança jurídica e a imprevisibilidade nos negócios. (PROCESSO Nº 1017853-56.2022.8.11.0000 - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sob a Presidência Des(a) SEBASTIAO DE MORAES FILHO – 28/04/2023).*

DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DOS ATOS DE CONSTRIÇÃO DEFERIDOS NOS PROCESSOS Nº 5425690- 61.2023.8.09.0093 E 5427449-60.2023.8.09.0093 DA COMARCA DE JATAÍ/GO:

Vindicaram os requerentes que, de forma específica, seja determinada a suspensão dos atos de constrição ocorridos nas ações 5425690- 61.2023.8.09.0093, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, e 5427449-60.2023.8.09.0093 em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO – a fim de que os arrestos deferidos não sejam efetivados ou, se já tenham se efetivado, seja determinada a impossibilidade dos credores disporem dos grãos.

Pleitearam, ainda, que a Administração Judicial seja intimada a atestar a essencialidade dos

grãos que serão produzidos pelos requerentes na safra de milho 2023.

No que tange a este requerimento, vê-se dos autos que este Juízo determinou, na decisão de Id. 125663061, a suspensão da decisão cautelar deferida nos autos do Processo nº 5425690-61.2023.8.09.0093, em trâmite na 1ª vara cível de Jataí/Go – proibindo a expropriação de valores e bens de propriedade dos requerentes, até que fosse deliberado acerca do processamento da recuperação judicial ou proferida outra decisão sobre o ponto.

Contudo, a decisão em questão foi objeto de recurso (RAI 1018995-61.2023.8.11.0000) e a Instância Superior suspendeu os seus efeitos – Id. 126481724.

Valioso ressaltar que, **nos termos da v. decisão proferida pela D. RELATORA DESEMBARGADORA MARILSEN ANDRADE ADDARIO, a mesma já deliberou que os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR representativa de operação de Barter, que são objetos dos Processos nº 5425690- 61.2023.8.09.0093 e 5427449-60.2023.8.09.0093 estão excluídos dos efeitos da recuperação judicial.**

Veja-se o trecho que segue:

(...)
se os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR, representativa de operação de troca de produtos por insumos, denominada Barter, estão excluídos dos efeitos da recuperação judicial por força de lei, bem como por se tratar de créditos extraconcursais, resta maculada por completo a liminar concedida na origem, diante da ausência da probabilidade do direito *(...).*

E também **já deliberou que os grãos em questão não são considerados essenciais; e que os credores podem dar prosseguimento na execução e no arresto de grãos**.

Colaciono:

(...)

Assim sendo, se ***os produtos agrícolas não são classificados como bens de capital essenciais à atividade empresarial****, estes não poderiam ser retidos e muito menos impedir* ***o credor em prosseguir na execução e arresto de bens que garantem seu crédito, ainda que estivéssemos durante o "stay period****", o que também macula a liminar na origem.*

(...)"

Nesse contexto, ainda que este Juízo de Piso não tenha deliberado, até o presente momento, sobre os pontos em voga: concursalidade/extraconcursalidade do crédito e essencialidade dos grãos; o que se tem do panorama processual é que a Instância Superior já enfrentou os dois temas, proferindo decisão sobre os mesmos.

E, desta forma, não cabe mais a este Juízo apreciar a questão - que já está sob a alçada da Instância Superior; devendo, então, os recuperandos, formularem seus requerimentos diretamente para a Exma. Relatora do recurso.

DAS CONTAS MENSAIS.

Determino que os recuperandos apresentem as contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de suportar destituição da administração (art. 52, V).

O primeiro demonstrativo mensal deverá ser protocolado como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverá ser juntado aos autos principais, sendo que os demonstrativos mensais subsequentes deverão ser sempre direcionados ao incidente já instaurado.

DAS INTIMAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.

Ordeno a notificação do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que os devedores tiverem estabelecimentos/fazendas, providenciando os recuperandos o encaminhamento.

Oficie-se à Junta Comercial, para que seja feita a anotação determinada pelo §único do art. 69.

Expeça-se o edital previsto no art. 52, § 1º, incisos I a III da Lei 11.101/05, para conhecimento de todos os interessados, com advertência dos prazos do art. 7º, §1º, e art. 55 da LRF.

Os recuperandos deverão apresentar a minuta, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ser complementada pela Serventia, com os termos desta decisão.

Deverão também, os recuperandos, providenciar a publicação do edital, no prazo de 05 (cinco) dias.

Os credores têm o prazo de quinze (15) dias para apresentarem as suas habilitações diretamente perante a Administração Judicial ou as suas divergências quanto aos créditos relacionados, na forma do art. 7º, § 1º, do diploma legal supracitado; e o prazo de trinta (30) dias para manifestarem objeção ao plano de recuperação dos devedores, a partir da publicação do edital a que alude o art. 7º, § 2º, da LRF, de acordo com o disposto art. 55, § único, do mesmo diploma legal.

Nos termos do disposto no art. 52, §2º, deferido o processamento da recuperação judicial, os credores poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembleia geral para a constituição do Comitê de Credores, observado o disposto no §2º do art. 36 da Lei nº 11.101/05.

Advirto que, deferido o processamento, aos devedores não será permitido desistir do pedido de recuperação judicial, salvo se obtiverem aprovação da desistência na Assembleia Geral de Credores (art. 52, §4º).

DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Consoante o artigo 53 da Lei nº 11.101/2005, deverão os recuperandos apresentar, em 60 (sessenta) dias, o plano de recuperação judicial, sob pena de convolação em falência.

O plano de recuperação judicial deverá conter a discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 da lei citada, e seu resumo; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada (incisos I, II e III do art. 53).

Com a apresentação do plano, expeça-se o edital contendo o aviso do art. 53, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, com prazo de 30 (trinta) dias para as objeções – devendo, os recuperandos, providenciarem, no ato da apresentação do plano, a minuta do edital, inclusive em meio eletrônico.

Caso ainda não tenha sido publicada a lista de credores pela Administração Judicial, a legitimidade para apresentar objeção será daqueles que já constam do edital dos devedores e que tenham postulado a habilitação de crédito.

Publicada a lista de credores apresentada pela Administração Judicial, (art. 7º, §2º), eventuais impugnações (art. 8º) deverão ser protocoladas como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverão ser juntadas aos autos principais (art. 8º, parágrafo único); e as que forem juntadas, deverão ser excluídas pela Serventia, independente de nova ordem

do Juízo.

Nos termos do previsto no artigo 23 da RECOMENDAÇÃO Nº 102, DE 8 DE AGOSTO DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, o Ministério Público manifestar-se-á em impugnações, habilitações e incidentes de verificação judicial de crédito, incluindo os fazendários, após instaurado o contraditório e emitido o parecer do Administrador Judicial.

DERRADEIRAS DETERMINAÇÕES.

Nos termos da decisão de Id. 125663061, já foi autorizado o pagamento das custas processuais de forma parcelada.

Providencie-se, o grupo requerente, a comprovação do pagamento.

Cumpra-se esta decisão, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo, atentando-se para que, de todos os despachos e decisões judiciais, sejam intimadas os recuperandos, o administrador judicial, todos os credores e interessados, e notificado o órgão Ministerial, sempre atentando-se para o disposto no artigo 79 da Lei 11.101/2005.

Juiz(a) de Direito

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

PROCESSO N.º 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS – TODOS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, com supedâneo no art. 1.022 e seguintes, opor tempestivamente os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES** em face da decisão interlocutória de deferimento do processamento da Recuperação Judicial (ID 128001626) para, assim, eliminar omissão contida, consoante as razões abaixo explicitadas.

I – DO CABIMENTO DESTE RECURSO EM FACE DE DECISÃO INTERLECUTÓRIA.

As disposições do NCPC, especialmente na parte que trata da fase recursal, não deixa qualquer dúvida quanto à pertinência da oposição dos Embargos de Declaração em face de qualquer decisão.

Nesse passo, urge evidenciar a regra processual na sua íntegra:

> Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090818435631200000124401603
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435631200000124401603
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

Com efeito, oportunas são as lições de Guilherme Rizzo Amaral, in verbis:

> "Não havia dúvida na sistemática anterior quanto ao cabimento de embargos de declaração contra qualquer decisão judicial, colegiada ou monocrática (decisão interlocutória, sentença, decisão de relator ou membro de órgão fracionário de tribunal, decisão do presidente ou vice-presidente do tribunal etc.), passando a prevê-lo de forma expressa o atual CPC.". (In, Comentários às alterações do novo CPC. São Paulo: Ed. RT, 2006. P. 556).

No mesmo sentido professa Alexandre Freitas Câmara que: "Os embargos de declaração são cabíveis contra qualquer provimento judicial de conteúdo decisório: sentenças, acórdãos e, apesar do silencio da lei, decisões interlocutórias" (In, Lições de Direito Processual Civil. São Paulo: RT, 2015, p. 1038).

Nesse compasso, inexiste dúvida quanto a viabilidade do presente recurso, uma vez que a decisão embargada, data vênia, foi omissa conforme demonstrado adiante.

A respeito do tema, pelo brilhantismo que contém, vale a pena rememorar os ensinamentos do Professor Luiz Orione Neto, para quem:

> "Em relação aos vícios da contradição e da omissão, afigura-se-nos plenamente cabível a natureza infringente dos embargos de declaração, conforme ressaltou julgado do TJRJ, in verbis: 'Quando os embargos de declaração forem acolhidos para corrigir omissão ou suprir contradição, podem ter efeitos modificativos do julgado" (Recursos Cíveis, saraiva: 2009, 3 ed., p. 395).

O Colendo Superior Tribunal de Justiça, guardião máximo da interpretação das normas infraconstitucionais, também compartilha do mesmo entendimento, senão vejamos:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090818435631200000124401603
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435631200000124401603
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

> "Segundo a moldura do cânon inscrito no art. 535, do CPC, os embargos de declaração consubstanciam instrumento processual destinado a expungir do julgamento obscuridades ou contradições, ou ainda para suprir omissão sobre cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, sendo possível a concessão de efeito modificativo quando em decorrência dos citados defeitos". (STJ. EDclResp 240.846/RS, 6.ª Turma, rel. Min. Vicente Leal, j. 23.5.2000, DJ 12.6.2000, p. 148).

Assim inexiste dúvida quanto a viabilidade do presente instrumento processual e esperam os embargantes que esse juízo encontre a relevância da argumentação para fins de sanar as omissões contidas na decisão embargada.

II – DA TEMPESTIVIDADE.

Esclarecido o cabimento deste recurso, convém demonstrar a sua tempestividade. Pois bem, conforme se infere da decisão de ID 128001626, a decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial fora dada ciência pelos embargantes no dia 04.09.2023 (segunda-feira).

Assim, o prazo dos ora embargantes começou a fluir no próximo dia útil subsequente, precisamente no dia 05.09.2023 (terça-feira), e considerando o prazo para oposição dos aclaratórios é de 05 (cinco) dias úteis, tem-se que o prazo fatal para oposição destes Embargos de Declaração se findará no dia 14.09.2023. Portanto, tempestivo o presente recurso.

III – DA OMISSÃO CONTIDA NA DECISÃO EMBARGADA.

Em resumo, estão presentes na decisão embargada, os seguintes vícios de omissão.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090818435631200000124401603
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435631200000124401603
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

III.I – DA OMISSÃO.

A decisão embargada foi omissa ao deixar de analisar o pedido de consolidação substancial feito pelos Embargantes, sendo-lhes deferido apenas e tão somente a consolidação processual.

Na prática, isso quer dizer que, sendo a consolidação processual a regra, e a consolidação substancial sua exceção, esta última deve ser aplicada ao caso concreto, posto que se trata da união, total ou parcial, de ativos das sociedades que pertencem ao grupo econômico para o pagamento de todos os créditos sujeitos à recuperação judicial sem discriminação de qual sociedade do grupo gerou o determinado débito.

O pedido de consolidação substancial se dá pelo fato de que, cumulativamente, há a existência das hipóteses de identidade econômica entre os recuperandos exigidas pelo art. 69-J da Lei 11.101/2005.

Posto isso, vejamos o que dispõe o art. 69-J da Lei 11.101/2005, a saber:

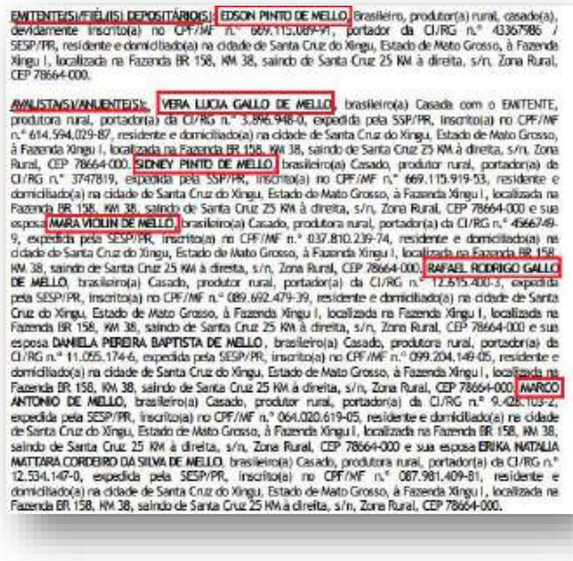
> Art. 69-J. **O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual**, apenas quando **constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses**: (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> I - existência de garantias cruzadas; (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> II - relação de controle ou de dependência; (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> III - identidade total ou parcial do quadro societário; e (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090818435631200000124401603
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435631200000124401603
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

Diante disso, narrou Sergio Campinho em sua obra Falência e Recuperação de Empresa, vejamos:

> "Diante do texto normativo insculpido no art. 69-J, o magistrado está autorizado, agindo de ofício ou mediante provocação dos interessados, a permitir, independentemente de prévia manifestação da assembleia geral de credores, a consolidação substancial, com a apresentação de plano unitário pelas sociedades do grupo econômico."
>
> (CAMPINHO, Sérgio. Curso de Direito Comercial. Falência e Recuperação de Empresa. Pag. 155/156. 12ª Ed. 2022. SaraivaJur)

Para tanto, conforme apontado junto à inicial, bem como dos documentos anexos, os negócios jurídicos firmados pelos Recuperandos/Embargantes, configuram a existência de garantias cruzadas, figurando como tomadores de credores e/ou fiadores uns dos outros, vejamos (ID 124897210):



EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S): EDSON PINTO DE MELLO, Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.089-91, portador da CI/RG n.º 4336798 / SESP/PR, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000.

AVALISTAS/ANUENTE(S): VERA LUCIA GALLO DE MELLO, brasileiro(a) Casada com o EMITENTE, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 3.896.948-0, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 614.594.029-87, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000. SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtor rural, portador(a) de CI/RG n.º 3747819, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.919-53, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000 e sua esposa MARA VIOLIN DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 4566749-9, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 037.810.239-74, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtor rural, portador(a) da CI/RG n.º 12.615.400-3, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 089.692.479-39, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000 e sua esposa DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 11.055.174-6, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 099.204.149-05, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000, MARCO ANTONIO DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtor rural, portador(a) da CI/RG n.º 9.428.103-2, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 064.020.619-05, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000 e sua esposa ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO, brasileiro(a) Casado, produtora rural, portador(a) da CI/RG n.º 12.534.147-0, expedida pela SESP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 087.981.409-81, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita, s/n, Zona Rural, CEP 78664-000.

Não apenas este título, também em outro título de crédito, objeto de execução que recentemente se teve ciência no Estado do Paraná, movida pela credora Ferrari Zagatto, ali restou estabelecido a qualificação de todos os que aqui são Embargantes, eis que uma obrigação interligada **(Doc. 01)**:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090818435631200000124401603
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435631200000124401603
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

DEVEDORES: Edson Pinto de Mello, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI/RG n.º 43367986, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 669.115.089-91, residente(s) e domiciliado(s) na Estrada Lombo Lote 21 A, cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87033-000; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES.**

DEVEDORES: Vera Lucia Gallo, brasileira, casada, agricultora, portador da CI/RG n.º 38969480, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 614.594.029-87, residente(s) e domiciliado(s) na Estrada Lombo Lote 21 A, cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87033-000; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES.**

DEVEDORES: Sidney Pinto de Mello, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI/RG n.º 37478199, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 669.115.919-53, residente(s) e domiciliado(s) na Avenida das Palmeiras, 98, Parque das Palmeiras cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87023-160; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES.**

DEVEDORES: Mara Violin de Mello, brasileira, casada, agricultora, portador da CI/RG n.º 45667499, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 037.810.239-74, residente(s) e domiciliado(s) na Avenida das Palmeiras, 98, Parque das Palmeiras cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87023-160; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES.**

DEVEDORES: Marco Antonio de Mello, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI/RG n.º 94281032, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 064.020.619-05, residente(s) e domiciliado(s) na Rua Pastor Anisio Fra Silva 45, Parque das Palmeiras, cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87000-000; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES.**

DEVEDORES: Erika Natalia Mattara Cordeiro Da Silva De Mello, brasileira, casada, agricultora, portador da CI/RG n.º 125341470, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 087.981.409-81, residente(s) e domiciliado(s) na Rua Pastor Anisio Fra Silva 45, Parque das Palmeiras, cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87000-000; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES.**

DEVEDORES: Rafael Rodrigo Gallo de Mello, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI/RG n.º 126154003, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 089.692.479-39, residente(s) e domiciliado(s) na Est. Lombo Lote 21 A, cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87033-000; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES.**

DEVEDORES: Daniela Pereira Baptista Silva, brasileira, casada, agricultora, portador da CI/RG n.º 110551746, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 099.204.149-05, residente(s) e domiciliado(s) na Est. Lombo Lote 21 A, cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87033-000 doravante denominado simplesmente **DEVEDORES.**

CREDORA: FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ nº 80.798.499/0001-63, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Avenida Marcelo Messias Busíquia, nº 197, neste ato, representada na forma dos seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente **CREDORA;**

Mencionada credora está devidamente arrolada no quadro geral de credores apresentados a estes autos (ID 124898065). Veja que o título envolvido contempla todos os Recuperandos, aqui Embargantes.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090818435631200000124401603
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435631200000124401603
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

Tratando os Embargantes, de um grupo familiar no qual estão sediados nas mesmas propriedades e endereços, atuam no mesmo segmento da atividade rural desempenhada, utilizam a mesma estrutura administrativa, financeira e contábil, possuem funcionários em comum, bem como utilizam da mesma área para plantio e do mesmo maquinário para produção agrícola, detém entre si garantias cruzadas.

Demonstrando assim, o preenchimento não só do requisito quanto a existência de garantias cruzadas, mas também o requisito da atuação conjunta dos postulantes no exercício da atividade rural, desde já preenchem a exigência dos incisos I e IV do art. 69-J da Lei 11.101/2005.

Nesse sentido:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE DEFERIU O PEDIDO DE PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRODUTORES RURAIS. GRUPO ECONÔMICO FAMILIAR. REQUISITOS PARA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL ATENDIDOS. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL ATENDIDOS. LAUDO DE CONSTATAÇÃO PRÉVIA FAVORÁVEL. DECISÃO MANTIDA. LIMINAR CONCEDIDA NESTA INSTÂNCIA REVOGADA. RECURSO DESPROVIDO. 1. No caso dos autos se trata de um grupo familiar no qual os agravados estão sediados na mesma propriedade e endereço, atuam no mesmo segmento empresarial, utilizam a mesma estrutura administrativa, financeira e contábil, possuem funcionários em comum, bem como utilizam da mesma área para plantio e do mesmo maquinário para produção agrícola. Há nítida relação de controle ou de dependência, identidade total ou parcial do quadro societário e atuação conjunta no mercado entre os postulantes. Assim, a consolidação processual e substancial é medida que se impõe. 2. Na hipótese restou comprovado que foram atendidos todos os requisitos para o deferimento do processamento da Recuperação Judicial dos agravados 3. Decisão mantida. 4. Liminar concedida neste recurso revogada. 5. Recurso desprovido.
>
> (N.U 1014147-65.2022.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 29/11/2022, Publicado no DJE 05/12/2022)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090818435631200000124401603
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435631200000124401603
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

> AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – REQUISITOS LEGAIS NECESSÁRIOS À ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO RECUPERACIONAL – PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA – PRÉVIA INSCRIÇÃO NA JUNTA COMERCIAL – NATUREZA CONSTITUTIVA – PROVA DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL REGULAR POR MAIS DE DOIS ANOS – PRESCINDIBILIDADE DE PRAZO MÍNIMO DE REGISTRO MERCANTIL – LITISCONSÓRCIO ATIVO – GRUPO ECONOMICO – CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL – POSSIBILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. 1. A Lei nº 11.101/2005 prevê dois requisitos objetivos à admissão do pedido de recuperação judicial, quais sejam, o postulante deve ser (i) empresário ou sociedade empresária e (ii) exercer regularmente suas atividades há mais de dois anos (arts. 1º e 48). 2. Tendo em vista que o Código Civil prevê que a regularidade da atividade do empresário rural independente de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 971), o registro na Junta Comercial é uma faculdade à categoria, de natureza constitutiva, sujeitando o ruralista ao regime jurídico empresarial a partir da efetivação. 3. Admite-se que o produtor rural pessoa física comprove o exercício de sua atividade de empresa regular por quaisquer meios de prova, tendo em vista que a lei civil não exige a prévia inscrição na Junta Comercia como requisito de regularidade da atividade rural, tampouco há exigência específica na lei de regência da recuperação judicial de um prazo mínimo de tempo de registro na Junta Comercial. 4. É possível a formação de litisconsórcio ativo na recuperação judicial para abranger os integrantes do mesmo grupo econômico. 5. "A admissão do litisconsórcio ativo na recuperação judicial obedece a dois importantes fatores: (i) a interdependência das relações societárias formadas pelos grupos econômicos e a necessidade de superar simultaneamente o quadro de instabilidade econômico-financeiro e (ii) a autorização da legislação processual civil para as partes (...) litigarem em conjunto no mesmo processo (art. 113 do CPC/2015 e 46 do CPC/1973) e a ausência de colisão com os princípios e os fundamentos preconizados pela LRF" (STJ - Terceira Turma - REsp 1665042/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019).
>
> (N.U 1001481-66.2021.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, JOAO FERREIRA FILHO, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/07/2021, Publicado no DJE 26/08/2021)

Não apenas o TJMT, mas o Egrégio TJSP vem proferindo o mesmo entendimento pacificador acerca da consolidação substancial, vejamos:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090818435631200000124401603
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435631200000124401603
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

> Agravo de instrumento – Recuperação judicial – Grupo TNG - Decisão que determinou o processamento da recuperação judicial das empresas que compõem o grupo TNG, em consolidação substancial – Insurgimento – Descabimento – Presença dos pressupostos legais para a consolidação substancial – Demonstração da existência de grupo econômico de fato, de garantias cruzadas, de relação de controle ou de dependência e de identidade total ou parcial do quadro societário, como previsto no art. 69-J, I, II e III, da LRJF – Precedentes – RECURSO IMPROVIDO. Constatação prévia – A constatação prévia a que se refere o art. 51-A da Lei 11.101/2005 poderá prestar-se também à verificação da existência ou não dos pressupostos da consolidação substancial, previstos no art. 69-J da LRJF, em havendo determinação judicial nesse sentido – Inexistência de nulidade da decisão ou do laudo de constatação prévia – RECURSO IMPROVIDO.
>
> (TJ-SP - AI: 21686305320218260000 SP 2168630-53.2021.8.26.0000, Relator: Jorge Tosta, Data de Julgamento: 22/02/2022, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 23/02/2022)

A decisão embargada, em pese tenha reconhecido a consolidação processual, deixou de apreciar o pedido de consolidação substancial.

Isso porque dispõe referidas alíneas que, dentre os negócios efetuados pelos embargantes deve haver a existência de garantias cruzadas, bem como atuação conjunta no mercado entre estes.

No que tange a tais alíneas, comprova-se de maneira fática vez que, ao adquirir crédito no mercado, o Sr. Edson, junto à credora Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S.A., assinou confissão de dívida com os demais embargantes, um assim garantindo o outro. Tanto que, como não foram pagas, todos eles foram acionados por referida empresa em Ação de Execução de n.º 0015161-75.2023.8.16.0017 em trâmite no Estado do Paraná **(Doc. 02)**.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090818435631200000124401603
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435631200000124401603
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57



FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 80.798.455/0001-63, com sede à Avenida Marcelo Mezzaroba Busnello, nº. 197, CEP n. 86730-000, na cidade de Maringá/PR, por seus procuradores infra-assinados, com escritório situado no endereço constante no rodapé, e-mails: flavia@pedroreisadvogados.adv.br e victor@pedroreisadvogados.adv.br, onde recebem avisos e intimações, vem, respeitosamente, ajuizar

AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA

em face de EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, agricultor, portador do documento de identidade RG nº 4356786, inscrito no CPF/MF nº 669.115.089-91; VERA LUCIA GALLO, brasileira, casada, agricultora, portadora do documento de identidade RG nº 3896948, inscrita no CPF/MF nº 674.594.029-87, ambos residentes e domiciliados na Estrada Lombo, Lote 21 A, na Cidade de Maringá/PR, CEP 87055-000; SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, agricultor, portador do documento de identidade RG nº 3747819, inscrito no CPF/MF nº 669.115.019-53; MARA VIOLIN DE MELLO, brasileira, casada, agricultora, portadora do documento de identidade RG nº 4566749, inscrita no CPF/MF nº 037.810.239-74, ambos residentes e domiciliados na Avenida das Palmeiras, nº 98, Pq das Palmeiras, na Cidade de Maringá/PR, CEP 87023-160; MARCO ANTONIO DE MELLO, brasileiro, casado, agricultor, portador do documento de identidade RG nº 9428103X, inscrito no CPF/MF nº 064.000.619-05; ERIKA NATALIA MATTARA CORREIRO DA SILVA DE MELLO, brasileira, casada, agricultora, portadora do documento de identidade RG nº 12931470, inscrita no CPF/MF nº 087.961.409-31, ambos residentes e domiciliados na Rua Pastor Adão Francisco Silva, nº 49, Pq das Palmeiras, na Cidade de Maringá/PR, CEP 87060-000; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro, casado, agricultor, portador do documento de identidade RG nº 12615403, inscrito no CPF/MF nº 080.692.479-58; DANIELA PEREIRA BAPTISTA SILVA, brasileira, casada, agricultora, portadora do documento de identidade RG nº 11855174, inscrita no CPF/MF nº 089.204.149-05, ambos residentes e domiciliados na Estrada Lombo, Lote 21 A, na Cidade de Maringá/PR, CEP 87055-000, conforme a seguir expedito:

O efeito do reconhecimento da consolidação substancial ao presente caso, é a necessidade de apresentação de um único Plano de Recuperação Judicial, considerando a comprovação da interligação existentes entre os Embargantes, nos termos do Art. 69-L da LRF:

> Art. 69-L. Admitida a consolidação substancial, **os devedores apresentarão plano unitário, que discriminará os meios de recuperação a serem empregados e será submetido a uma assembleia-geral de credores para a qual serão convocados os credores dos devedores.** (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Ao contrário a apresentação de planos a serem votados em separado, poderá inviabilizar o sucesso pretendido, diante da inconteste existência de correlação da atividade dos Embargantes.

Consoante a isto:

> RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Consolidação substancial – Desnecessidade de convocação prévia da Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre o assunto – Inteligência do art. 69-J, 'caput', da Lei 11.101/05 – Medida processual de natureza cogente que visa tornar efetiva a finalidade do processo recuperacional e superar situação fática intransponível de entrelaçamento negocial entre empresas que pertencem ao mesmo grupo empresarial – Recurso improvido.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090818435631200000124401603
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435631200000124401603
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

> RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Consolidação substancial – Preenchimento de todos os requisitos legais previstos no art. 69-J da Lei 11.101/05 – Formação de grupo econômico de fato – Interdependência das atividades empresárias - Coincidência parcial do quadro societário e administrativo – Presença de garantias cruzadas - Transações comuns entre estas empresas - Controle único do caixa - Decisões financeiras e administrativas são tomadas, globalmente, na sede da PACKSEVEN – Robusta prova documental e pericial – Parecer favorável do Administrador Judicial e do Ministério Público – Decisão escorreita – Razões recursais que são insuficientes para alterar a decisão – Recurso improvido. RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Consolidação substancial - Em decorrência da consolidação substancial, ativos e passivos de devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor – Apresentação de plano unitário, que será submetido a uma Assembleia Geral de Credores para a qual serão convocados os credores dos devedores de forma global – Inteligência dos arts. 69-K e 69-L, ambos da Lei 11.101/05 – Impossibilidade de listas, planos e deliberações separadas para cada empresa do mesmo grupo em recuperação – Recurso improvido.
>
> (TJ-SP - AI: 22723125820208260000 SP 2272312-58.2020.8.26.0000, Relator: J. B. Franco de Godoi, Data de Julgamento: 19/05/2021, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 19/05/2021)

E assim, nos termos da orientação jurisprudencial do E. Tribuanal de Justiça de Mato Grosso: por se tratar de um grupo familiar no qual os Embargantes estão sediados na mesma propriedade e endereço, atuam no mesmo segmento empresarial, utilizam a mesma estrutura administrativa, financeira e contábil, possuem funcionários em comum, bem como utilizam da mesma área para plantio e do mesmo maquinário para produção agrícola, necessário o reconhecimento da consolidação substancial ao presente caso.

Portanto, apesar do brilhantismo contido em todos os demais trechos da decisão embargada, neste primeiro ponto específico, o édito encontra-se viciado ao não garantir a aplicação escorreita, o que reclama a oposição destes aclaratórios, conforme demonstrado.

IV – DOS PEDIDOS.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090818435631200000124401603
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435631200000124401603
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

Diante o exposto requer, com fulcro no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, sejam recebidos e acolhidos os presentes embargos de declaração, atribuindo-lhe e deferindo-lhe efeitos infringentes, reformando parcialmente a decisão embargada, nos termos ora expostos, para:

Sanar o vício da omissão quanto ao pedido de consolidação substancial dada a interligação e conexão dos embargantes em suas relações comerciais conforme acima demonstrado, atribuindo efeito infringentes para incluir a consolidação substancial ao presente feito e possibilitando a apresentação de plano único, na forma da lei e jurisprudência em comento.

Termos em que, pede deferimento.

Rondonópolis/MT, 08 de setembro de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:39
Número do documento: 23090818435631200000124401603
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435631200000124401603
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Assinado de forma digital por DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Dados: 2022.12.19 09:23:47 -03'00'
EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2022.12.19 09:24:07 -03'00'
SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2022.12.19 09:24:34 -03'00'
MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2022.12.19 09:24:57 -03'00'
AGROGALAXY
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2022.12.19 09:25:51 -03'00'
MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2022.12.19 09:26:21 -03'00'
VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2022.12.19 09:24:43 -03'00'
ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08798140861 Assinado de forma digital por ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08798140861 Dados: 2022.12.19 09:25:11 -03'00'
SERGIO ANTONIO ANDREUSSI:48282669920 Assinado de forma digital por SERGIO ANTONIO ANDREUSSI:48282669920 Dados: 2023.06.02 16:00:33 -03'00'

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO E NOVAÇÃO DE DÍVIDA Nº 017/2022

DEVEDORES: Edson Pinto de Mello, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI/RG n.º 43367986, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 669.115.089-91**,** residente(s) e domiciliado(s) na Estrada Lombo Lote 21 A, cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87033-000; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES**.

DEVEDORES: Vera Lucia Gallo, brasileira, casada, agricultora, portador da CI/RG n.º 38969480, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 614.594.029-87**,** residente(s) e domiciliado(s) na Estrada Lombo Lote 21 A, cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87033-000; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES**.

DEVEDORES: Sidney Pinto de Mello, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI/RG n.º 37478199, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 669.115.919-53**,** residente(s) e domiciliado(s) na Avenida das Palmeiras, 98, Parque das Palmeiras cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87023-160; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES**.

DEVEDORES: Mara Violin de Mello, brasileira, casada, agricultora, portador da CI/RG n.º 45667499, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 037.810.239-74**,** residente(s) e domiciliado(s) na Avenida das Palmeiras, 98, Parque das Palmeiras cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87023-160; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES**.

DEVEDORES: Marco Antonio de Mello, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI/RG n.º 94281032, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 064.020.619-05**,** residente(s) e domiciliado(s) na Rua Pastor Anisio Fra Silva 45, Parque das Palmeiras, cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87000-000; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES**.

DEVEDORES: Erika Natalia Mattara Cordeiro Da Silva De Mello, brasileira, casada, agricultora, portador da CI/RG n.º 125341470, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 087.981.409-81**,** residente(s) e domiciliado(s) na Rua Pastor Anisio Fra Silva 45, Parque das Palmeiras, cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87000-000; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES**.

DEVEDORES: Rafael Rodrigo Gallo de Mello, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI/RG n.º 126154003, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 089.692.479-39**,** residente(s) e domiciliado(s) na Est. Lombo Lote 21 A, cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87033-000; doravante denominado simplesmente **DEVEDORES**.

DEVEDORES: Daniela Pereira Baptista Silva, brasileira, casada, agricultora, portador da CI/RG n.º 110551746, SESP/PR e inscrito no CPF/MF n.º 099.204.149-05**,** residente(s) e domiciliado(s) na Est. Lombo Lote 21 A, cidade de Maringá, estado do Parana, CEP: 87033-000 doravante denominado simplesmente **DEVEDORES**.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJD4C TTDCP 6TCLZ 5EGSU

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23090818435726500000124401604
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435726500000124401604
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

SERGIO ANTONIO ANDREUSSI:82826920 Assinado de forma digital por SERGIO ANTONIO ANDREUSSI:48282669920 Dados: 2023.06.02 16:00:00 -03'00'
AGROGALAXY
ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08798140981
MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
VERA LUCIA GALLO:61459402987

CREDORA: **FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ nº 80.798.499/0001-63, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Avenida Marcelo Messias Busíquia, nº 197, neste ato, representada na forma dos seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente **CREDORA**;

DEVEDOR e **CREDORA**, denominados isoladamente como "Parte" e conjuntamente como "Partes", RESOLVEM, neste ato e na melhor forma de direito, celebrar o presente "*INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO E NOVAÇÃO DE DÍVIDA Nº 017/2022*" ("Contrato"), a ser regido mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERANDO QUE:

a. A **CREDORA** atua na revenda e distribuição de insumos agrícolas ("Insumos"), bem como, no comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados ("Produtos");
b. Os **DEVEDORES** adquiriam Insumos e comercializaram Produtos com a **CREDORA** conforme negócios jurídicos representados pelos títulos listados na cláusula 1.1. ("Títulos"), cujo inadimplemento de suas obrigações gerou prejuízos à **CREDORA**; e
c. Os **DEVEDORES** confessam e reconhecem, pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, que não realizaram o pagamento pela compra dos Insumos, bem como não cumpriram com as obrigações assumidas na comercialização dos Produtos, contudo, possuem interesse de renegociar suas obrigações e quitar as obrigações decorrentes dos Títulos, de acordo com o valor corrigido e demais condições contidas neste Contrato.

1. DA ORIGEM DA DÍVIDA

1.1. Em decorrência da aquisição de Insumos e da comercialização de Produtos com a **CREDORA**, os **DEVEDOR(ES)** tornou(ram)-se devedor(es) da **CREDORA**, da quantia vencida e não paga de R$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais), originário dos seguintes Títulos:
I. Duplicatas nº 3-151420-1, 3-151418-1 vencidos desde 02/05/2022;

2. DA NOVAÇÃO E CONFISSÃO DA DÍVIDA

2.1. As Partes desejam, de comum acordo e nos termos do artigo 360 e seguintes do Código civil, renegociar e novar a dívida indicada na Cláusula acima, razão pela qual, os **DEVEDORES,** reconhece(m) e declara(m), de forma irrevogável e irretratável, se(rem) devedor(es) da **CREDORA**, da quantia líquida, certa e exigível de **R$ 179.282,42 (Cento e setenta e nove mil duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos)** ("Dívida Confessada"), que deverá ser paga pelos **DEVEDORES** até **30/03/2023**, através de transferência bancária identificada, na Conta Corrente n.º 4709-0, Agência 3409-6, junto ao Banco do Brasil de titularidade da **CREDORA**.
2.2. Os **DEVEDORES**, declaram que tiveram acesso aos Títulos pormenorizados na cláusula 1.1, bem como aos cálculos para a formação do valor da ***dívida***

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJD4C TTDCP 6TCLZ 5EGSU

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23090818435726500000124401604
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435726500000124401604
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2022.12.19 09:28:13 -03'00'
SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2022.12.19 09:26:31 -03'00'
DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Assinado de forma digital por DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Dados: 2022.12.19 09:26:48 -03'00'
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2022.12.19 09:29:06 -03'00'
EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2022.12.19 09:26:24 -03'00'
MARA VIOLIN DE MELLO:03878102397 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03878102397 Dados: 2022.12.19 09:26:40 -03'00'
AGROGALAXY
SERGIO ANTONIO ANDREUSSI:48282669920 Assinado de forma digital por SERGIO ANTONIO ANDREUSSI:48282669920 Dados: 2023.06.02 15:59:25 -03'00'
MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2022.12.19 09:30:20 -03'00'

confessada, declarando-se cientes de que foram descontados todos os eventuais pagamentos parciais efetuados ou ressarcimentos relativos a produtos não faturados ou devolvidos pelos **DEVEDORES**, assim como de que houve o acréscimo dos encargos decorrentes do inadimplemento, nada tendo a opor no que concerne ao valor mencionado na cláusula 2.1.

2.3. Na eventualidade de inadimplemento, total ou parcial das parcelas acima elencadas, a ***dívida confessada*** na cláusula 2.1., tornar-se-á integralmente vencida e serão acrescidos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, de **(i)** atualização monetária, a partir da data de assinatura deste Contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC publicado pelo IBGE; **(ii)** multa não compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o saldo das obrigações devidas e não pagas; e **(iii)** juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

2.4. O pagamento dos encargos aqui previstos não exclui o direito da **CREDORA** em relação às perdas e danos que tenham sido causados pela inadimplência dos **DEVEDORES**.

2.5. Confirmado o não pagamento e/ou atraso de qualquer parcela, os **DEVEDORES** declaram estar expressamente cientes de que haverá automática inscrição de seu nome junto aos órgãos de restrição de crédito, sem prejuízo da adoção das demais medidas cabíveis para protesto e cobrança do débito objeto do presente instrumento, não sendo necessário qualquer interpelação e/ou notificação extrajudicial ou judicial.

3. DO VENCIMENTO ANTECIPADO

3.1. A ***dívida confessada*****,** será considerada vencida antecipadamente caso os **DEVEDORES**: i) torne-se insolventes; ii) requeiram o processamento de recuperação judicial; iii) deixem de efetuar o pagamento tempestivo de qualquer das parcelas, no valor total o parcial, nas respectivas datas de vencimento; iv) na eventualidade de os **DEVEDORES**, quando possuírem a obrigação de outorgar garantias e/ou emitir títulos vinculados a este Contrato, não fazê-lo na condição ajustada com a **CREDORA**, bem como, na eventualidade de a garantia não puder ser registrada junto aos órgãos competentes; e v) no caso de ocorrência de qualquer outra causa prevista nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil. Nesta hipótese os **DEVEDORES** obrigam-se a pagar a totalidade do valor indicado na Cláusula 2.1., acima, acrescido de eventuais encargos moratórios, no dia útil subsequente a data do conhecimento do vencimento antecipado pela **CREDORA**.

4. DA COMPENSAÇÃO E IMPUTAÇÃO DE PAGAMENTO

4.1. As Partes concordam que a ***dívida confessada*** neste instrumento, caso não liquidada nos termos aqui previstos, poderá ser compensada com quaisquer créditos dos **DEVEDORES** frente à **CREDORA** ou quaisquer das suas empresas controladas, coligadas ou subsidiárias, bem como com a conversão de qualquer saldo de Produtos eventualmente armazenados em favor dos **DEVEDORES**, de acordo com o valor da cotação comercial da praça do município da unidade de recebimento (ou, na falta de índice para referida localização, o valor da cotação comercial para o local mais próximo disponível), conforme divulgado pelo periódico "Safras e Mercado". Na falta de divulgação do índice acima mencionado, será utilizada outra fonte de

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJD4C TTDCP 6TCLZ 5EGSU

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23090818435726500000124401604
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435726500000124401604
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2022.12.19 09:33:38 -03'00'
ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08758140981 Assinado de forma digital por ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08758140981 Dados: 2022.12.19 09:46:16 -03'00'
DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Assinado de forma digital por DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905 Dados: 2022.12.19 09:31:09 -03'00'
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2022.12.19 09:01:26 -03'00'
EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2022.12.19 09:21:40 -03'00'
MARA VICLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VICLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2022.12.19 09:32:01 -03'00'
SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2022.12.19 09:32:36 -03'00'
AGROGALAXY
SERGIO ANTONIO ANDREUSSI:48282669920 Assinado de forma digital por SERGIO ANTONIO ANDREUSSI:48282669920 Dados: 2023.06.02 15:58:47 -03'00'
VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2022.12.19 09:32:35 -03'00'

preço com circulação regular que a **CREDORA** venha a utilizar para a apuração dos preços dos grãos. A **CREDORA** ficará autorizada, portanto, a efetuar a compensação entre os débitos e créditos dos **DEVEDORES**, sendo dispensada qualquer forma de notificação por parte da **CREDORA**.

4.2. Ajustam as Partes a alteração da regra condida no artigo 352 do Código Civil, de modo que, caso exista, além da dívida representada neste instrumento, outras dívidas dos **DEVEDORES**, vencidas ou vincendas, competirá a **CREDORA** imputar, a seu excluso critério, a ordem de baixa/liquidação decorrente de qualquer pagamento recebido dos **DEVEDORES**.

5. DA RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Nos termos do artigo 474 e 475 do código civil, o presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito pela parte lesada, na hipótese de descumprimento de quaisquer das cláusulas aqui dispostas.

5.2. Consignam as Partes, que considerar-se-á rescindido o presente instrumento, mediante a simples notificação extrajudicial da Parte inadimplente, que automaticamente restará constituída em mora, para os efeitos do artigo 408 do código civil.

5.3. Ajustam as Partes, nos exatos termos do artigo 475 do código civil, que a resolução do presente instrumento, nos termos previstos nas cláusulas acima, é faculdade da parte lesada, caso não opte por exigir-lhes o cumprimento da obrigação principal, de modo que, em qualquer das hipóteses, lhes é cabível a indenização por pernas e danos.

5.4. Estipulam as partes, como cláusula penal de natureza compensatória em favor da parte lesada, caso, opte por não exigir o cumprimento da obrigação principal, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da indenização pelas perdas e danos que exceder o valor estabelecido nesta cláusula.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Este Contrato representa o acordo e entendimento integral entre as Partes a respeito do objeto deste instrumento e substitui qualquer entendimento prévio das Partes signatárias sobre o referido objeto, sendo firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se as Partes por si e por seus herdeiros e sucessores ao seu fiel cumprimento.

6.2. A **CREDORA** poderá exigir dos **DEVEDORES** a outorga de garantia da ***dívida confessada***, que deverão ser formalizadas por meio de instrumentos apartados, compondo este negócio jurídico para todos os fins, cabendo a **CREDORA** optar pela execução deste Contrato ou quaisquer dos demais instrumentos de garantia, na hipótese de inadimplemento por parte dos **DEVEDORES**.

6.3. A presente é ajustada em caráter irrevogável e irretratável e considerada desde já perfeita e acabada nos termos do artigo 482 do Código Civil Brasileiro, correndo por conta dos **DEVEDORES** todos os riscos decorrentes de casos fortuitos

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJD4C TTDCP 6TCLZ 5EGSU

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23090818435726500000124401604
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435726500000124401604
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

VERA LUCIA GALLO:61459402987 SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08996047939 ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08708749981 MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 SERGIO ANTONIO ANDREUSSI:48282669920

AGROGALAXY

e de força maior, na forma do artigo 393 do código civil, até o efetivo cumprimento das obrigações assumidas, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento.

6.4. Fica expressamente convencionado que não constituirá novação a abstenção, por parte da **CREDORA**, do exercício de qualquer direito ou faculdade que lhe é assegurado neste Contrato, nem a concordância com eventual atraso no cumprimento de quaisquer obrigações por parte dos **DEVEDORES**.

6.5. As Partes desde já ficam autorizadas a procederem a quaisquer registros e averbações que se tornem necessários à formalização do presente instrumento.

6.6. As Partes reconhecem que este instrumento constitui um TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL, nos termos do artigo 784, inciso III do Código de Processo Civil, para todos os fins e efeitos de direito.

6.7. Se qualquer disposição deste instrumento for considerada nula, anulável, inválida ou inoperante, nenhuma outra disposição deste instrumento será afetada como consequência disso e, portanto, as disposições restantes deste instrumento permanecerão em pleno vigor e efeito como se tal disposição nula, anulável, inválida ou inoperante não estivesse contida neste instrumento.

6.8. A **CREDORA** poderá, a seu único e exclusivo critério, ceder este instrumento e/ou os direitos, garantias e obrigações nele previstos, no todo ou em parte, mediante envio de comunicação aos **DEVEDORES** informando sobre referida cessão. Os **DEVEDORES** não poderão ceder este instrumento e/ou os direitos e obrigações nele previstos, no todo ou em parte, sem o prévio e expresso consentimento da **CREDORA**.

6.9. Este Instrumento não poderá ser modificado ou alterado exceto se por escrito e assinado por todas as Partes.

6.10. As partes elegem o Foro da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, como o competente para o cumprimento da obrigação e para dirimir todas e quaisquer dúvidas que possam surgir em virtude da execução deste Contrato, com renúncia expressa a todo e qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas presenciais abaixo nomeadas.

Maringá, 12 de dezembro de 2022.

CREDORA: SERGIO ANTONIO ANDREUSSI:48282669920 Assinado de forma digital por SERGIO ANTONIO ANDREUSSI:48282669920 Dados: 2023.06.02 15:57:13 -03'00'

FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS S.A.
CNPJ/MF n.º 80.798.499/0001-63

DEVEDOR(ES):

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2022.12.19 09:35:55 -03'00'

Edson Pinto de Mello
CPF nº 669.115.[illegible]9-91

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJD4C TTDCP 6TCLZ 5EGSU

AGROGALAXY

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2022.12.19 09:35:43 -03'00'

Vera Lucia Gallo
CPF nº 614.594.029-87

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2022.12.19 09:36:28 -03'00'

Sidney Pinto de Mello
CPF nº 669.115.919-53

MARA MOLINARI DE MELLO:00378239974
Assinado de forma digital por MARA MOLINARI DE MELLO:00378239974
Dados: 2022.12.19 09:36:49 -03'00'

Mara Molinari de Mello
CPF nº 003.782.399-74

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2022.12.19 09:37:09 -03'00'

Marco Antonio de Mello
CPF nº 064.020.619-05

ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08798140981
Assinado de forma digital por ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO:08798140981
Dados: 2022.12.19 09:37:27 -03'00'

Erika Natalia Mattara Cordeiro Da Silva De Mello
CPF nº 087.981.409-81

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2022.12.19 09:37:45 -03'00'

Rafael Rodrigo Gallo de Mello
CPF nº 089.692.479-39

DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905
Assinado de forma digital por DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO:09920414905
Dados: 2022.12.19 09:38:05 -03'00'

Daniela Pereira Baptista Silva
CPF nº 099.204.149-05

Testemunhas:

gov.br Documento assinado digitalmente: ANGELICA CRISTINA BACON VICENTINI

Nome:
CPF:

gov.br Documento assinado digitalmente: GABRIEL BELLINI

Nome:
CPF:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJD4C TTDCP 6TCLZ 5EGSU

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23090818435726500000124401604
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435726500000124401604
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:57

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVSR 7L23A 5FWQS F4RA3

Merenciano & Usso
ADVOGADOS

AO JUÍZO DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL DA COMARCA DE **MARINGÁ/PR**

FERRARI ZAGATTO COMERCIO DE INSUMOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 80.798.499/0001-63, com sede à Avenida Marcelo Messias Busiquia, nº. 197, CEP n. 86730-000, na cidade de Maringá/PR, por seus procuradores infra-assinados, com escritório situado no endereço constante no rodapé, e-mails: flavio@merenciano.adv.br e victor@merenciano.adv.br, onde recebem avisos e intimações, vem, respeitosamente, ajuizar

AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA

em face de **EDSON PINTO DE MELLO,** brasileiro, casado, agricultor, portador do documento de identidade RG nº 43367986, inscrito no CPF/MF nº 669.115.089-91; **VERA LUCIA GALLO,** brasileira, casada, agricultora, portadora do documento de identidade RG nº 38969480, inscrita no CPF/MF nº 614.594.029-87, ambos residentes e domiciliados na Estrada Lombo, Lote 21 A, na Cidade de Maringá/PR, CEP 87033-000; **SIDNEY PINTO DE MELLO,** brasileiro, casado, agricultor, portador do documento de identidade RG nº 37478199, inscrito no CPF/MF nº 669.115.919-53; **MARA VIOLIN DE MELLO,** brasileira, casada, agricultora, portadora do documento de identidade RG nº 45667499, inscrita no CPF/MF nº 037.810.239-74, ambos residentes e domiciliados na Avenida das Palmeiras, nº 98, Pq das Palmeiras, na Cidade de Maringá/PR, CEP 87023-160; **MARCO ANTONIO DE MELLO,** brasileiro, casado, agricultor, portador do documento de identidade RG nº 94281032, inscrito no CPF/MF nº 064.020.619-05; **ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO,** brasileira, casada, agricultora, portadora do documento de identidade RG nº 125341470, inscrita no CPF/MF nº 087.981.409-81, ambos residentes e domiciliados na Rua Pastor Anisio Francisco Silva, nº 45, Pq das Palmeiras, na Cidade de Maringá/PR, CEP 87000-000; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO,** brasileiro, casado, agricultor, portador do documento de identidade RG nº 126154003, inscrito no CPF/MF nº 089.692.479-39; **DANIELA PEREIRA BAPTISTA SILVA,** brasileira, casada, agricultora, portadora do documento de identidade RG nº 110551746, inscrita no CPF/MF nº 099.204.149-05, ambos residentes e domiciliados na Estrada Lombo, Lote 21 A, na Cidade de Maringá/PR, CEP 87033-000, conforme a seguir exposto:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23090818435791500000124401605
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435791500000124401605
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:58

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVSR 7L23A 5FWQS F4RA3

Merenciano & Usso
ADVOGADOS

1) DOS FATOS

A Exequente comercializa insumos e defensivos agrícolas, doravante denominados "Produtos", tendo efetuado a venda deles aos executados.

Em decorrência do negócio mercantil existente entre as Partes foi firmado em data de 12/12/2022, Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Novação e Outras Avenças, pelo qual o executados, confessaram dever à exequente o valor de R$ 179.282,42 (cento e setenta e nove mil duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos), se obrigando a quitar o débito da seguinte forma:

PARCELA	VALOR	VENCIMENTO
1	R$ 179.282,42	30/03/2023

Ocorre que os executados não realizaram o pagamento. Pactuaram ainda as partes na Cláusula 4, que o inadimplemento resultaria na incidência de correção monetária pelo índice do INPC, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e clausula penal de 20% (vinte por cento).

Sendo assim, a exequente é legítima credora dos executados no valor de **R$ 218.171,51 (duzentos e dezoito mil, cento e setenta e um reais e cinqüenta e um centavos)**, quantia já atualizada e acrescida dos juros e da cláusula penal, conforme planilha anexa.

Embora a exequente tenha diligenciado diversas vezes no sentido de não fazer uso da via judicial, tentando receber amigavelmente, os executados não realizaram o pagamento como acordado, figurando como inadimplentes.

2) DO DIREITO

Como se vê, a exequente é detentora de Título Executivo Extrajudicial, com alicerce no artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil, o qual, em decorrência do inadimplemento, encontra-se vencido. Desse modo, têm-se que os executados não cumpriram com suas obrigações da maneira avençada, figurando como inadimplentes, justificando, portanto, a presente ação de execução.

Desde já, informa a exequente que **NÃO TEM INTERESSE** na designação de audiência de conciliação ou mediação, prevista no artigo 334 do Código de Processo Civil.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23090818435791500000124401605
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435791500000124401605
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:58

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVSR 7L23A 5FWQS F4RA3

Merenciano & Usso
ADVOGADOS

3) DO PEDIDO

Face o exposto, requer a Vossa Excelência, que se digne determinar:

a) Citação dos Executados, via mandado a ser cumprido por oficial de justiça, para pagarem em 3 (três) dias a importância de **R$ 218.171,51 (duzentos e dezoito mil, cento e setenta e um reais e cinqüenta e um centavos)**, acrescido de juros legais, correção monetária, custas processuais e honorários advocatícios de 10% (dez por cento), nos termos do art. 827 do CPC, cujo valor será reduzido pela metade na hipótese de integral pagamento (art. 827, §1º do CPC);

b) Caso não haja pagamento no prazo legal de 3 (três) dias, requer-se, desde já, o acréscimo aos honorários, que deverão ser de 10% (dez por cento) do valor do débito e em nome da celeridade processual o deferimento imediato da utilização do sistema **SISBAJUD**, a fim de se proceder à penhora em dinheiro na modalidade *on-line* em contas e aplicações financeiras dos Executados, com ordens de bloqueio automáticas ("Teimosinha"), nos termos do art. 835, I e §1º do CPC;

c) Frustrada a penhora em dinheiro, requer-se a consulta de veículos em nome dos Executados pelo sistema **RENAJUD**, e na hipótese de localização de veículos, requer também que seja juntado aos autos o prontuário administrativo dos veículos;

d) Restando infrutífera as medidas acima, requer a pesquisa via sistema **INFOJUD**, para a localização e disponibilização das três últimas Declarações de imposto de renda - IR, e de eventuais Declarações sobre Operações Imobiliárias-DOI, Declaração de Imposto Territorial Rural – ITR, Declaração de Operações com Cartões de Crédito – DECRED, Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias – DIMOB e Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira - DIMOF em nome dos Executados, vista que análise de tais documentos contribuirá para localização de bens para garantir o crédito exequendo.

e) Sem prejuízo dos pedidos acima, requer-se se já estiver em funcionamento, a inclusão do nome do Executado nos **Órgãos de Proteção ao Crédito através do sistema SERASAJUD,** e não estando ainda em funcionamento, a expedição de ofício aos órgãos de proteção ao crédito.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23090818435791500000124401605
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435791500000124401605
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:58

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJVSR 7L23A 5FWQS F4RA3

Merenciano & Usso
ADVOGADOS

f) Para o caso de não haver o pagamento no prazo legal e não serem encontrados/conhecidos bens penhoráveis, requer sejam os executados intimados para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar bens passíveis de penhora, sob pena de ato atentatório à dignidade da justiça e multa de 20% (vinte por cento) do valor da execução, nos termos no art. 774, inciso V e seu parágrafo único do CPC;

g) Nos termos do artigo 319, II do CPC, vem informar o endereço eletrônico do procurador da exequente, qual seja: flavio@merenciano.adv.br e victor@merenciano.adv.br. Ainda, em atenção ao art. 319, §1º do CPC, a exequente informa que diligenciou no sentido de obter o endereço eletrônico da Executada, porém, não obteve êxito;

Dá-se à causa o valor de **R$ 218.171,51 (duzentos e dezoito mil, cento e setenta e um reais e cinqüenta e um centavos).**

Nestes termos, pede deferimento.
Londrina/PR, 12 de julho de 2023.

Flávio Merenciano
OAB/PR 35.121

Victor A. Palma Usso
OAB/PR 72.378

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23090818435791500000124401605
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090818435791500000124401605
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 08/09/2023 18:43:58

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (MT):

Recuperação Judicial

Processo autuado sob n° 1022463-24.2023.8.11.0003

RURAL BRASIL S.A, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos do processo de Recuperação Judicial proposta por **EDSON PINTO DE MELLO** e **OUTROS**, à presença de Vossa Excelência, manifestar-se sobre a destinação do depósito de depósito da quantia R$ 1.556.645,99 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos) realizado pela empresa CARGILL AGRÍCOLA S.A nos autos da presente Recuperação judicial, nos seguintes termos.

1. Conforme se verifica às fls. 48, mais precisamente em tópico “155” do pedido cautelar outrora requerido pelos Recuperandos, estes pleitearam à V.Exª. que a empresa CARGILL AGRÍCOLA realizasse o depósito da quantia R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), em razão da venda da quantidade de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23091314205121900000124775758
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091314205121900000124775758
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 14:20:52

14.300 (quatorze mil e trezentas) sacas[1] de grãos de soja, nos seguintes termos:

> "Isso porque em sua última produção de soja, o Requerente Rafael, integrante do Grupo Mello ora Requerente**, vendeu na data de 03.05.23** à armazenadora de grãos Cargill Agrícola S.A. a quantidade de 14.300 sacas de soja, de 60kg cada (858.000 kg de soja), conforme Contrato de Compra e Venda nº 3470401288.
> (...)
> Ora, se o **VENDEDOR entregou a coisa em sua totalidade**, não há razão ao COMPRADOR deixar de efetuar o pagamento da quantia avençada, que perfaz o montante de R$ 1.644.500,00 (hum [sic] milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais)"

2. Ocorre que o depósito efetivamente realizado pela CARGILL AGRÍCOLA, no valor de R$ 1.556.645,99 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos) deve ser imediatamente liberado à ora peticionária ou caso assim não entenda vossa excelência, mantido em conta judicial até futura decisão sobre a não sujeição dos créditos da Rural Brasil aos efeitos da presente recuperação judicial.

3. Tal conclusão decorre as circunstâncias de fato e de direito a seguir exposta, motivo pelo qual se pede vênia para descrição dos fatos ligados aos deslinde da questão posta à análise desde Douto Juízo.

BREVE HISTÓRICO FÁTICO.

[1] Unidade de medida de peso equivalente a 60 quilogramas utilizada no Brasil para medir grãos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23091314205121900000124775758
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091314205121900000124775758
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 14:20:52

4. A Rural Brasil tem por objeto social o comércio insumos agrícolas e, no desenvolvimento de suas atividades, fornece defensivos agrícolas mediante compromisso do comprador da entrega de produtos rurais como soja e milho de forma física, como meio de pagamento pelos fornecimentos realizados, em operações conhecidas no mercado como "*barter*", anglicismo que denomina a troca de insumos agrícolas por grãos. Na atuação junto às operações *barter*, a Agravante fornece insumos agrícolas a produtores rurais que, por sua vez, possuem a contraprestação de entregar produtos agrícolas para a liquidação dos insumos concedidos.

5. No regular exercício de suas atividades, a Agravante fomentou, dentre outras operações sazonais, a lavoura da safra de soja 2023/2023 dos Agravados através do fornecimento de insumos agrícolas em operação de *barter* que se configurou pela obrigação de entrega pelo Agravado, até o dia 05 de fevereiro do presente ano (2023), o total de 62857 sacas de 60 kg de soja cada, safra 2023/2023, obrigação essa representada pelas Cédulas de Produto Rural 489/2022 Doc. – 01), no volume de 42.735 sacas e 490/2022, no volume de 20.122 sacas (Doc. 02) devidamente registrada perante a B3 – Brasil – Bolsa – Balcão (Docs. 03 e 04), em atendimento a Lei da CPR.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23091314205121900000124775758
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091314205121900000124775758
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 14:20:52

CÉDULA DE PRODUTO RURAL

N.º 489/2022

I. PREÂMBULO

EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S): **SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.919-53, portador da CI/RG n.º 37478199 / SSP/PR, residente e domiciliado(a) na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, à Fazenda São Francisco, Estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000, **EDSON PINTO DE MELLO**, Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.089-91, portador da CI/RG n.º 43367986 / SESP/PR, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita , zona rural, CEP 78664-000, **MARCO ANTONIO DE MELLO**, Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 064.020.619-05, portador da CI/RG n.º / SSP/PR, residente e domiciliado(a) na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, à ESTRADA CAMPINAPOLES A 30 KM DA SEDE, zona rural, CEP 78630-000, **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 089.692.479-39, portador da CI/RG n.º 126154003 / SSP/PR, residente e domiciliado(a) na cidade de Maringá, Estado de Paraná, à ESTRADA LOMBO, LOTE 21-A, ZONA RURAL, CEP 87023-160.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO:

1. **PRODUTO**: Soja em grãos, a granel, tipo exportação, conforme padrão ANEC.

n Envelope ID: EB0A7FDE-7C0F-4C84-B002-582928B5EC7D1

2. **QUANTIDADE**: 2.564.100,00 Kg (dois milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, cem quilogramas).

3. **SACAS**: 42.735,00 (quarenta e duas mil, setecentas e trinta e cinco) sacas de Soja 60 Kg cada.

4. **SAFRAS**: 2022/2023.

5. **QUALIDADE (limites máximos de tolerância)**: a) até 14% de umidade; b) até 1% de Impurezas (matérias estranhas e/ou impurezas); c) até 8% de grãos avariados (grãos brotados, imaturos, chochos, danificados e com máximo de 6% de grãos mofados, 4% de grãos ardidos e queimados, sendo no máximo 1% de grãos queimados); d) até 8% de grãos esverdeados (grãos que apresentam coloração esverdeada na casca e na polpa).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23091314205121900000124775758
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091314205121900000124775758
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 14:20:52

CÉDULA DE PRODUTO RURAL

N.º 490/2022

I. PREÂMBULO

EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S): a) SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.919-53, portador da CI/RG n.º 37478199 / SSP/PR, domiciliado(a) à Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso; b) EDSON PINTO DE MELLO, Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.089-91, portador da CI/RG n.º 43367986 / SESP/PR, domiciliado(a) Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso; c) MARCO ANTONIO DE MELLO, Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 064.020.619-05, portador da CI/RG n.º 9428103-2 / SSP/PR, domiciliado(a) Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso; d) RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 089.692.479-39, portador da CI/RG n.º 12615400-3 /SESP/PR, domiciliado(a) Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO:

1. PRODUTO: Soja em grãos, a granel, tipo exportação, conforme padrão ANEC.

Página 1 de 10

gn Envelope ID: A621B151-BFB1-4418-A185-71542B24FDDA

2. QUANTIDADE: 1.207.320,00 Kg (um milhão, duzentos e sete mil, trezentos e vinte quilogramas).

3. SACAS: 20.122,00 (vinte mil, cento e vinte e duas) sacas de Soja 60 Kg cada.

4. SAFRAS: 2022/2023.

5. QUALIDADE (limites máximos de tolerância): a) até 14% de umidade; b) até 1% de impurezas (matérias estranhas e/ou impurezas); c) até 8% de grãos avariados (grãos brotados, imaturos, chochos, danificados e com máximo de 6% de grãos mofados, 4% de grãos ardidos e queimados, sendo no máximo 1% de grãos queimados); d) até 8% de grãos esverdeados (grãos que apresentam coloração esverdeada na casca e na polpa).

6. As CPR's nºs 489/2022 e 490/2022 foram devidamente registradas perante o Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23091314205121900000124775758
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091314205121900000124775758
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 14:20:52

Documentos de Vila Rica/MT e Campinápolis/MT, respectivamente, conforme se verifica das certidões constantes da parte final de Docs. 01 e 02.

7. É certo que as CPRs acima descritas não foram objeto de novação e continuam em pleno, pois possuem origem em negócios jurídicos distintos dos que originaram as Notas Promissórias juntadas pelo Recuperandos em Doc. 24 da inicial da cautelar antecedentes e configuram-se em obrigações distintas.

8. Logicamente que a discussão e detalhamento de todos os créditos havidos entre a Rural Brasil e os Recuperandos será objeto de futura e oportuna divergência de crédito e, se necessário, impugnação de crédito, âmbito adequado para tal discussão.

9. O que há de concreto nesse momento processual é que se tem configurada a operação de *barter*, já que os Agravados comprometeram-se a entregar determinado volume de sacas de milho, obrigações que estão refletidas nas Cédulas de Produto Rural de soja em contraprestação ao fornecimento de insumos realizado pela Agravante.

10. Conforme se extrai do artigo 11 da Lei das CPRs (Lei 8.929/94), alterado pela Lei nº 14.112/2020, os créditos que têm origem em operação de *barter* estão expressamente excluídos dos efeitos da recuperação judicial, diante da literalidade do referido artigo:

> "Art. 11. **Não se sujeitarão aos efeitos da recuperação judicial os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR com liquidação física**, em caso de antecipação parcial ou integral do preço, ou, ainda, **representativa de operação de troca por insumos (barter)**, subsistindo ao credor o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente da cédula ou de qualquer terceiro, salvo motivo de caso fortuito ou força maior que comprovadamente impeça o

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23091314205121900000124775758
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091314205121900000124775758
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 14:20:52

cumprimento parcial ou total da entrega do produto." (grifo nosso)

11. Não há dúvida que, no presente caso, estamos diante de duas obrigações de CPR's físicas que serviram para lastrear operações de *barter*, conforme descrito no início das presentes razões.

12. Sendo assim, é evidente que o crédito detido pela Agravante em face dos Agravados não se sujeita aos efeitos deste processo de recuperação judicial e, portanto, os valores decorrentes da venda à Cargill da Soja que é objeto das CPRs acima descritas são de titularidade da Rural Brasil e a ela devem ser liberados.

13. Além disso, analisando os dados trazidos pela própria requerente em sua inicial na verifica-se que o negócio jurídico de compra e venda fora firmado e cumprido até o dia 20 de maio de 2023, conforme estipulado no r. contrato em cláusula "III":

PRAZO DE ENTREGA.....!	Inicia-se em 03/05/23, sendo O prazo final para disponibilização no LOCAL DE RETIRADA até 20/05/23. Caso a colheita ocorra antes da DATA DE INICIO, ficará a critério exclusivo da COMPRADORA o recebimento antecipado do Produto, observada a cláusula 3.1.

14. Ocorre que, **no momento** em que fora constituído o negócio jurídico de compra e venda e, por conseguinte, a transmissão da quantidade de 14.300 sacas de grãos de soja, **a Credora Rural Brasil já possuía o direito de preferência e sequela em razão do penhor constituído** em face dos grãos produzidos pelos Recuperandos, conforme se verifica das anexas Cédulas de Produto Rural em anexo (Cédulas de Produto Rural nº 489 e nº 490).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23091314205121900000124775758
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091314205121900000124775758
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 14:20:52

15. Nesse sentido, tem-se que os valores depositados pela CARGILL AGRÍCOLA, em verdade, observando o direito de sequela decorrente da garantia de penhor outrora constituído nas CPRs supramencionadas, devem ser destinados à esta credora.

16. Não menos importante, cumpre destacar que o negócio jurídico e a transmissão foram realizados quando **os Recuperandos já estavam em situação de inadimplência** junto à esta Credora, haja vista que o prazo para o cumprimento das obrigações constituídas nas Cédulas de Produto Rural tinha como prazo final o dia 05 de fevereiro de 2023.

17. Desta forma, tem-se de forma evidente que a Credora já gozava dos direitos e efeitos oriundos da garantia de penhor – esta sendo dada pelos Recuperandos à Credora em caráter de **primeiro grau** e **sem concorrência de terceiros,** não havendo qualquer óbice ao pleito aqui requerido, qual seja, o exercício do seu direito de sequela por intermédio do recebimento da quantia de R$ 1.556.645,99 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos) depositada nos autos pela CARGILL AGRÍCOLA em razão do pagamento do contrato de compra e venda.

18. Outrossim, é mister salientar que, continua em vigor a decisão proferida em Agravo de Instrumento movido pela Credora autuada sob o nº 1018995-61.2023.8.11.0000, a C. Segunda Câmara de Direito Privado do E. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso entendeu que *commodities* **não possuem caráter essencial,** vejamos:

> “Como se denota, o Superior Tribunal de Justiça, considerou que bem de capital essencial é aquele utilizado no processo de produção e que esteja na posse direta da recuperanda a exemplo: imóveis veículos, silos, geradores, prensas,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23091314205121900000124775758
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091314205121900000124775758
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 14:20:52

> colheitadeiras, tratores etc., não se enquadrando neste conceito o produto comercializado pelo empresário.
> Assim sendo, se os produtos agrícolas não são classificados como bens de capital essenciais à atividade empresarial, estes não poderiam ser retidos e muito menos impedir o credor em prosseguir na execução e arresto de bens que garantem seu crédito, ainda que estivéssemos durante o "stay period", o que também macula a liminar na origem."

19. Desta forma, é possível compreender, também, que **os valores oriundos da comercialização dos r. produtos também possuem caráter extraconcursal,** sendo possível, portanto, a realização da transferência do depósito em juízo realizado pela CARGILL AGRÍCOLA valor de R$ 1.556.645,99 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos) à Credora RURAL BRASIL.

20. Outrossim, apenas em observância ao princípio da eventualidade, requer à V.Exª. **que os valores sejam mantidos depositados em juízo** até a análise das divergências e habilitações de crédito e/ou julgamento das impugnações de crédito, momento em que a Credora poderá, sem sombra de dúvidas, convencer este juízo – caso não o faça neste momento – sobre os seus direitos.

Neste termos,

Pede deferimento.

São Paulo, 13 de setembro de 2023.

ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI

OAB/SP 198.905

Alameda Santos, nº 2.335 – 10º Andar – Cerqueira César
CEP: 01419-101 – São Paulo-SP
Telefone: (11) 3062-9031

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23091314205121900000124775758
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091314205121900000124775758
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 14:20:52

JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA

OAB/SP 27.141

OAB/MT 9.977-A

Alameda Santos, nº 2.335 – 10º Andar – Cerqueira César
CEP: 01419-101 – São Paulo-SP
Telefone: (11) 3062-9031

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23091314205121900000124775758
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091314205121900000124775758
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 14:20:52

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (MT):

Recuperação Judicial

Processo autuado sob n° 1022463-24.2023.8.11.0003

RURAL BRASIL S.A, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos do processo de Recuperação Judicial proposta por **EDSON PINTO DE MELLO** e **OUTROS**, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada dos documentos mencionados em manifestação de ID: 128873726, na seguinte ordem:

- Doc. 01 - CPR 489-2022
- Doc. 02 - CPR 490-2022
- Doc. 03 – Registro junto a B3 490-2022 - Água Boa
- Doc. 04 – Registro junto a B3 489-2022 - Água Boa

Neste termos,

Pede deferimento.

São Paulo, 28 de agosto de 2023.

Alameda Santos, nº 2.335 – 10º Andar – Cerqueira César
CEP: 01419-101 – São Paulo-SP
Telefone: (11) 3062-9031

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23091315583836600000124803029
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315583836600000124803029
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:39

ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI

OAB/SP 198.905

JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA

OAB/SP 27.141

OAB/MT 9.977-A

Alameda Santos, nº 2.335 – 10º Andar – Cerqueira César
CEP: 01419-101 – São Paulo-SP
Telefone: (11) 3062-9031

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:40
Número do documento: 23091315583836600000124803029
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315583836600000124803029
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:39

DocuSign Envelope ID: EB0A7FDE-7CDF-4C84-B002-58292B5EC7D1

CÉDULA DE PRODUTO RURAL

N.º 489/2022

I. PREÂMBULO

EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S): SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.919-53, portador da CI/RG n.º 37478199 / SSP/PR, residente e domiciliado(a) na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, à Fazenda São Francisco, Estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000, **EDSON PINTO DE MELLO,** Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.089-91, portador da CI/RG n.º 43367986 / SESP/PR, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita , zona rural, CEP 78664-000, **MARCO ANTONIO DE MELLO,** Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 064.020.619-05, portador da CI/RG n.º / SSP/PR, residente e domiciliado(a) na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, à ESTRADA CAMPINAPOLES A 30 KM DA SEDE, zona rural, CEP 78630-000, **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO,** brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 089.692.479-39, portador da CI/RG n.º 126154003 / SSP/PR, residente e domiciliado(a) na cidade de Maringá, Estado de Paraná, à ESTRADA LOMBO, LOTE 21-A, ZONA RURAL, CEP 87023-160.

AVALISTA(S)/ANUENTE(S): MARA VIOLIN DE MELLO, brasileiro(a), casada com Sidney Pinto de Mello (já qualificado), Produtor Rural, portador(a) da CI/RG n.º 45667499, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 037.810.239-74, residente e domiciliado(a) na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, à Estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, neste ato representado pelo seu procurador Edson Pinto de Mello, já qualificado, nos termos da procuração pública, livro 105-P, fls. 75/76 emitida em 10/06/2014. VERA LUCIA GALLO DE MELLO, brasileiro(a), casada com Edson Pinto de Mello (já qualificado), Produtor Rural, portador(a) da CI/RG n.º 38969480, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 614.594.029-87, residente e domiciliado(a) na cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, à BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita. ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO, brasileiro(a), casada com Marco Antonio de Mello (já qualificado), Produtor Rural, portador(a) da CI/RG n.º 125341470, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 087.981.409-81, residente e domiciliado(a) na cidade de Maringá, Estado de Paraná, à Avenida das Palmeiras, nº 98, neste ato representado pelo bastante procurador Edson Pinto de Melo, já qualificado, nos termos da procuração pública livro 109-P, fls. 175/176 emitida em 09/09/2014. DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO, brasileiro(a), casada com Rafael Rodrigo Gallo de Mello (já Qualificado), Produtor Rural, portador(a) da CI/RG n.º 110551746, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 099.204.149-05, residente e domiciliado(a) na cidade de Maringá, Estado de Paraná, à Estrada Lombo, lote 21-A.

CREDORA: Rural Brasil Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.947.900/0010-46, localizada na Avenida Industrial, n.º 3.500, Quadra 5, Lote 1, Setor Industrial III, CEP 78.635-000, cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO:

1. PRODUTO: Soja em grãos, a granel, tipo exportação, conforme padrão ANEC.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:41
Número do documento: 23091315583944300000124804986
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315583944300000124804986
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:40

DocuSign Envelope ID: EB0A7FDE-7CDF-4C84-B002-58292B5EC7D1

2. QUANTIDADE: 2.564.100,00 Kg (dois milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, cem quilogramas).

3. SACAS: 42.735,00 (quarenta e duas mil, setecentas e trinta e cinco) sacas de Soja 60 Kg cada.

4. SAFRAS: 2022/2023.

5. QUALIDADE (limites máximos de tolerância): a) até 14% de umidade; b) até 1% de Impurezas (matérias estranhas e/ou impurezas); c) até 8% de grãos avariados (grãos brotados, imaturos, chochos, danificados e com máximo de 6% de grãos mofados, 4% de grãos ardidos e queimados, sendo no máximo 1% de grãos queimados); d) até 8% de grãos esverdeados (grãos que apresentam coloração esverdeada na casca e na polpa).

LOCAL DE FORMAÇÃO DA LAVOURA:

a. Fazenda Vale do Piau I, com área de plantio de 362,00 ha, produção estimada em 1.194.600,00 kg (um milhão, cento e noventa e quatro mil, seiscentos quilogramas), de propriedade de CELIA DALVA SOUZA PARREIRA, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 203.172.248-40; MAURÍDES PARREIRA PIMENTA, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 802.519.278-49; localizada na BR 158 KM 650 - Zona Rural, no município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no CRI da Comarca de Campinápolis, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 2963, cedido ao Sr. SIDNEY PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.539.635-2, 13.561.887-8, 13.561.877-0 e 13.561.855-0, conforme Contrato de arrendamento firmado em 30/03/2016;

b. Fazenda Boa Vista, com área de plantio de 415,00 ha, produção estimada em 1.369.500,00 kg (um milhão, trezentos e sessenta e nove mil, quinhentos quilogramas), de propriedade de SILVIO DE MELO SOUZA, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 923.310.768-04; ADRIANA DE PAULA MORAES SOUZA, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 104.966.348-95; localizada na BR 158 KM 650 - Zona Rural, no município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no CRI da Comarca de Campinápolis, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 230, cedido ao Sr. SIDNEY PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.539.635-2, 13.561.887-8, 13.561.877-0 e 13.561.855-0, conforme Contrato de arrendamento firmado em 26/04/2015;

DATA DE ENTREGA: 05/02/2023 até 05/02/2023

LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA: Unidade de Recebimento ("Unidade de Recebimento") da EDIANE DE MIRANDA CASTRO DALCIN, CNPJ / MF 27.885.848/0001-00, Inscrição Estadual n.º 13.689.234-5, localizada à BR 158 KM 650 - Zona Rural, cidade de Nova Xavantina, estado de Mato Grosso, ou em outro armazém e local que a **CREDORA** indicar, por sua conta e risco. As despesas de transporte dos produtos da lavoura até a Unidade de Recebimento indicada, incluído nestas as despesas de braçagem, seguro, descontos por umidade excessiva do produto, recepção, transgenia, etc., e tudo o mais que for cobrado pela Unidade de Recebimento e/ou armazém depositário, serão de responsabilidade do(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**.

GARANTIAS: Conforme descrita(s) e detalhada(s) no item **III. GARANTIAS.**

II. DISPOSIÇÕES GERAIS

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:41
Número do documento: 23091315583944300000124804986
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315583944300000124804986
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:40

DocuSign Envelope ID: EB0A7FDE-7CDF-4C84-B002-58292B5EC7D1

II.1. Pela presente CPR, emitida em conformidade com a Lei nº 8.929/94, com as modificações da Lei nº 10.200/2001 e da Lei 13.896/2020, bem como as demais legislações aplicadas subsidiariamente, o(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** obriga(m)-se a entregar à **CREDORA**, ou à sua ordem, o **PRODUTO** descrito no preâmbulo acima, conforme cláusulas e condições previstas na presente CPR.

II.2. O **PRODUTO** a ser entregue deverá ser classificado, no ato da entrega, de acordo com as técnicas, equipamentos e procedimentos de classificação utilizados pela **CREDORA** ou pela respectiva **Unidade de Recebimento**, devendo atingir os padrões mínimos de **QUALIDADE** indicados no Preâmbulo desta CPR.

II.2.1. Constatados desvios no padrão mínimo de qualidade compromissado, a **CREDORA** fica autorizada a proceder aos respectivos descontos de peso segundo a sua tabela ou, alternativamente e a seu critério exclusivo, recusar a o **PRODUTO**, total ou parcialmente.

II.2.2. O **PRODUTO** deverá ser entregue, em sua totalidade, conforme indicado no **LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA** definido no Preâmbulo desta CPR e nos termos do artigo 4º da Lei 8.929/1994.

II.3. O(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** declara(m) que, em se tratando de grãos geneticamente modificados, tem(têm) conhecimento que será(ão) de sua inteira responsabilidade o recolhimento prévio dos royalties porventura devidos aos detentores dos direitos sobre as sementes, em sua integralidade. Declara(m) ainda que o **PRODUTO** se encontra livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, de modo que o valor em sacas objeto desta CPR não poderá sofrer quaisquer tipos de descontos em virtude de recolhimento de royalties realizado por armazéns e ou *tradings* onde for feita a entrega do **PRODUTO**. Em ocorrendo a hipótese do caso anterior, o(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** se obriga(m) a entregar à **CREDORA** a quantidade de **PRODUTO** equivalente ao desconto realizado, sob pena de ser considerada a sua obrigação como não cumprida, com aplicação das multas previstas nesta CPR, sem prejuízo de apuração das perdas e danos causados.

II.3.1. Havendo necessidade de participação direta da **CREDORA** na colheita do **PRODUTO**, todas as despesas (administrativas, operacionais e financeiras) serão de responsabilidade exclusiva do(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**. Todas as despesas eventualmente pagas pela **CREDORA** serão totalmente reembolsadas pelo(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** imediatamente após a apresentação, pela **CREDORA**, dos respectivos comprovantes de pagamento.

III. GARANTIAS

PENHOR - Em garantia do fiel e integral cumprimento desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** constitui(em), em favor da **CREDORA**, nos termos do artigo 1.438 e seguintes do Código Civil, da Lei nº 8.929/94 e da Lei n° 2.666/55, penhor agrícola em **PRIMEIRO GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, de 2.564.100,00 kg (dois milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, cem quilogramas)de Soja em grãos, a granel, tipo exportação, conforme padrão ANEC (observados os limites máximos de tolerância indicados no preâmbulo), SAFRA 2022/2023 ("Bens Empenhados"), cultivados e, a serem colhidos, nas seguintes áreas:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:41
Número do documento: 23091315583944300000124804986
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315583944300000124804986
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:40

DocuSign Envelope ID: EB0A7FDE-7CDF-4C84-B002-58292B5EC7D1

a. Fazenda Vale do Piau I, com área de plantio de 362,00 ha, produção estimada em 1.194.600,00 kg (um milhão, cento e noventa e quatro mil, seiscentos quilogramas), de propriedade de CELIA DALVA SOUZA PARREIRA, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 203.172.248-40; MAURÍDES PARREIRA PIMENTA, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 802.519.278-49; localizada na BR 158 KM 650 - Zona Rural, no município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no CRI da Comarca de Campinápolis, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 2963, cedido ao Sr. SIDNEY PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.539.635-2, 13.561.887-8, 13.561.877-0 e 13.561.855-0, conforme Contrato de arrendamento firmado em 30/03/2016;

b. Fazenda Boa Vista, com área de plantio de 415,00 ha, produção estimada em 1.369.500,00 kg (um milhão, trezentos e sessenta e nove mil, quinhentos quilogramas), de propriedade de SILVIO DE MELO SOUZA, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 923.310.768-04; ADRIANA DE PAULA MORAES SOUZA, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 104.966.348-95; localizada na BR 158 KM 650 - Zona Rural, no município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no CRI da Comarca de Campinápolis, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 230, cedido ao Sr. SIDNEY PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.539.635-2, 13.561.887-8, 13.561.877-0 e 13.561.855-0, conforme Contrato de arrendamento firmado em 26/04/2015;

I) O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**, neste ato, obriga(m)-se a assegurar à **CREDORA** e/ou aos seus representantes designados, a qualquer tempo, total e irrestrito acesso ao local onde estão cultivados, colhidos e armazenados os Bens Empenhados, com a finalidade de vistoriar e fiscalizar a condução dos Bens Empenhados, bem como verificar sua situação.

II) Fica a cargo da **CREDORA** realizar diretamente a colheita dos Bens Empenhados e/ou busca-lo anteriormente ao vencimento desta CPR, em quantidade necessária à cumprir o volume previsto nesta CPR, em caso descumprimento ou ameaça de descumprimento, pelo(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** das obrigações ora estabelecidas.

III) O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** assume(m) a condição de fiel(éis) depositário(s) dos Bens Empenhados, na forma do disposto nos artigos 627 e seguintes do Código Civil e legislação complementar, respondendo pelos Bens Empenhados e respectivas despesas de conservação, até até a liquidação final, sendo vedada a alienação e ou gravame dos Bens Empenhados a terceiros, sem consentimento prévio e por escrito da **CREDORA**, sob pena de responder pelas cominações impostas ao depositário infiel.

AVAL - Comparecem ainda o(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)**, na presente CPR, acompanhado(s) de seu(s) respectivo(s) cônjuge(s), se for o caso, de forma irrevogável e irretratável, na condição de garantidor(es) solidário(s) e principal(is) pagador(es) de todas as obrigações, principais e acessórias, do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** perante a **CREDORA**, assinando a presente CPR, e declara(m) estar ciente(s) e autoriza(m) a outorga da presente garantia, declarando expressamente estarem de acordo e anuir com todos os termos, condições e responsabilidades que daí advir, sem a existência de qualquer benefício de ordem entre o(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)** e o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**, os quais o(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)** expressamente o renuncia(m).

I) O presente aval vigorará enquanto persistirem quaisquer obrigações ou responsabilidades do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** para com a **CREDORA**, ou quem de direito em decorrência desta CPR, inclusive no que se refere á eventual prorrogação do penhor constituído sobre o **PRODUTO** objeto desta CPR, e só se extinguirá depois do seu integral cumprimento.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:41
Número do documento: 23091315583944300000124804986
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315583944300000124804986
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:40

DocuSign Envelope ID: EB0A7FDE-7CDF-4C84-B002-58292B5EC7D1

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

IV.1. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA(S)/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, afirmam e confirmam o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das garantias constituídas no âmbito desta CPR ou das demais garantias que vierem a sucedê-las e/ou complementá-las, conforme o caso, podendo a **CREDORA**, a seu exclusivo critério, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para os fins de liquidar a integralidade das obrigações ora pactuadas, sendo que, a excussão de uma das garantias não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se excutir as demais, independentemente de qualquer providência preliminar por parte da **CREDORA**, tais como aviso, protesto, notificação ou interpelação, de qualquer natureza.

IV.1.1. No caso de execução das garantias, caso o **PRODUTO** alcançado seja insuficiente à satisfação das obrigações constantes desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA/ANUENTE, GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, continuarão responsáveis pelo respectivo saldo remanescente.

IV.2. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**, e quando aplicável, **AVALISTA/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, reconhecem que a presente CPR constitui, para todos os fins de direito, título executivo extrajudicial.

IV.3. A presente CPR é emitida em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus respectivos sucessores e/ou herdeiros, a qualquer titulo que seja e para todos os fins e efeitos de direito, correndo por conta do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S),** bem como do(s) **AVALISTA/ANUENTE(S)** todos os riscos decorrentes de casos fortuitos e de força maior até a efetiva entrega do **PRODUTO** à **CREDORA**, no prazo e condições avençadas nesta CPR.

IV.4. O **PRODUTO** somente será considerado entregue depois de verificado o seu recebimento pelo armazém indicado pela **CREDORA** e em nome desta, livre e desembaraçado de qualquer ônus, gravames ou constrição legal e conforme qualidade e quantidade estabelecidas nesta CPR.

IV.5. No caso de inadimplência, fica convencionada a incidência dos seguintes encargos: (i) multa não compensatória de 20% (vinte por cento); (ii) juros de mora calculados de acordo com o artigo 406 do Código Civil, nunca inferiores a 1,0% (um por cento) ao mês; ambos a incidirem sobre o saldo devedor da obrigação principal e devido até a efetiva liquidação da CPR; (iii) diferença de preço de fixação e "wash out" para os casos em que tenha havido o Hedge da operação; e (iv) honorários advocatícios desde já fixados em 20% (vinte por cento).

IV.5.1. Ainda, na hipótese de inadimplência por inexistência de **PRODUTOS** suficientes a garantir o cumprimento da obrigação *propter rem* ora pactuada, o saldo devedor que eventualmente persistir terá como garantia o penhor inicialmente instituído e abrangerá as safras imediatamente seguintes, nos termos das demais disposições desta CPR e do art. 1443 do Código Civil, renunciando expressamente o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** ao direito de constituir penhor preferencial com outro credor, prevalecendo a obrigação constituída nesta CPR em relação à qualquer outra em ordem de preferência, valendo a anuência do proprietário do imóvel em que constituído o penhor, como expressa concordância





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:41
Número do documento: 23091315583944300000124804986
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315583944300000124804986
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:40

DocuSign Envelope ID: EB0A7FDE-7CDF-4C84-B002-58292B5EC7D1

com tal ônus.

IV.6. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA/ANUENTE), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, declaram e garantem que: (i) todas as informações por eles prestadas à **CREDORA,** nesta CPR ou em qualquer outra oportunidade, são verídicas, completas, corretas e exatas; (ii) possuem todo o conhecimento, experiência, qualificação, mão de obra, infraestrutura, materiais, ferramentas e insumos necessários para a realização do objeto da presente CPR; (iii) obterão e manterão, às suas próprias custas e responsabilidades, nos prazos legais, todos os registros, licenças, autorizações, aprovações, alvarás, vistorias e outras exigências formuladas pelas autoridades competentes para a regulamentação de sua atividade, tais como entidades fiscalizadoras do exercício das profissões, Ministérios e Secretarias da Saúde, do Trabalho e do Meio Ambiente, Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, agências regulatórias, Banco Central do Brasil, órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, IBAMA, dentre outros; (iv) a atividade desenvolvida não poderá originar produtos de áreas desflorestadas após 07/2006, embargadas e/ou com qualquer tipo de restrição administrativa que recaia sobre a sua atividade e não utilizará como recurso trabalho forçado, análogo ao de escravo, ou mediante a utilização de trabalhadores com idade inferior à mínima legal, ressalvada a condição de aprendiz, ou ainda com violação às normas legais sobre salário mínimo, jornada de trabalho, dentre outras; (v) a emissão desta CPR, bem como o cumprimento das obrigações ora pactuadas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida; (vi) os termos desta CPR não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a capacidade do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** de cumprirem com as obrigações aqui estabelecidas; (vii) cumprem com as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, incluindo (a) a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, conforme alterada; (b) o Decreto nº 8.420/15, de 18 de março de 2015, conforme alterado; (c) a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada; (d) a Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, conforme alterada; (e) o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*; e (f) o *UK Bribery Act* de 2010.

IV.7. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA(S)/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, não poderão ceder quaisquer das obrigações descritas nesta CPR e/ou quaisquer garantias vinculadas a esta CPR e aos direitos creditórios dela decorrentes, sem a prévia e expressa autorização por escrito da **CREDORA.** Os **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e o(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)** autoriza(m), expressamente, a transferência da presente CPR por endosso pela **CREDORA** a terceiros, independentemente de qualquer comunicado, aviso ou notificação prévia, se comprometendo, inclusive, a firmar todo e qualquer documento que para tanto porventura se faça necessário.

IV.8. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente CPR. Dessa forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba à **CREDORA** em razão do inadimplemento do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e/ou **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)**, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

IV.9. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:41
Número do documento: 23091315583944300000124804986
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315583944300000124804986
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:40

DocuSign Envelope ID: EB0A7FDE-7CDF-4C84-B002-58292B5EC7D1

IV.10. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** declara(m), neste ato, que as obrigações representadas pela CPR e pelos instrumentos a ela vinculados são compatíveis com a sua capacidade econômico-financeira, operacional e produtiva, de modo que as cláusulas desta CPR foram livremente ajustadas entre o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e a **CREDORA**, e não afetarão negativamente, ainda que potencialmente, a performance do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** no cumprimento destas disposições, não podendo o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** invocar(em), a qualquer tempo, e em virtude de acontecimentos extraordinários e/ou imprevisíveis, a caracterização de onerosidade excessiva no inadimplemento das prestações ora contratadas, disposta no artigo 478 do Código Civil.

IV.11. **DO VENCIMENTO ANTECIPADO:** A obrigação ora assumida pelo **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** vencer-se-á antecipadamente, tornando-se exigível pela sua totalidade, acrescida dos demais encargos previstos cedularmente, na ocorrência de qualquer uma das seguintes condições: (i) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, relacionada com esta CPR; (ii) protesto de títulos em valor individual ou agregado superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais); (iii) interrupção de suas atividades capaz de interferir na capacidade de cumprir com as obrigações previstas nesta CPR; (iv) se, durante a vigência desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA(S)/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL),** direta ou indiretamente, dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus sobre os bens e direitos objeto das garantias aqui constituídas, além dos previstos nesta CPR; (v) caso seja constatado qualquer vício, invalidade ou ineficácia na constituição de qualquer das garantias, observados eventuais prazos de cura, se houver; (vi) pedido ou decretação de insolvência civil, no caso de pessoas físicas, ou decretação de falência, pedido de autofalência, propositura de recuperação extrajudicial ou ingresso com requerimento de recuperação judicial, no caso de pessoas jurídicas e/ou produtor rural do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**, do(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)** e, quando aplicável, do(s) **GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**; (vii) desvio dos bens objeto das garantias constituídas nesta CPR; (viii) superveniência de fatos que possam alterar o direito da **CREDORA** sob o **PRODUTO**; (ix) violação de qualquer condição desta CPR; (x) falta de pagamento dos impostos que recaiam ou venham a recair sobre os bens objeto das garantias, em seus respectivos vencimentos; (xi) em caso de desapropriação, parcial ou total, por parte dos poderes públicos, dos bens objeto das garantias, desde que não haja substituição ou reforço da garantia, no prazo máximo de 05 (cinco) dias; e (xii) demais condições previstas em lei. Caso seja declarado o vencimento antecipado desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e **AVALISTA(S)** comprometem-se a arcar com todas eventuais despesas devidamente comprovadas para defesa dos interesses da **CREDORA**, incluindo honorários advocatícios desde já fixados em 20% (vinte por cento).

IV.12. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)** outorgam poderes especiais para que, com a apresentação desta CPR, a **CREDORA** ou seu preposto possa obter informações, extratos, junto a qualquer empresa, *trading company*, cooperativas e armazéns gerais, em relação ao cadastro e estoque de entrega de produtos dos **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e/ou **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)**.

IV.13. Todas as despesas incorridas no registro e aperfeiçoamento da CPR serão pagas pelo(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e, se eventualmente suportadas pela **CREDORA**, deverão ser reembolsadas imediatamente após a apresentação, pela **CREDORA**, dos respectivos comprovantes.

IV.14. Em respeito aos termos do inciso II, §5º do artigo 12 da Lei 8929/1994, bem como dos termos do § 1º, §5º e §6º do artigo 2º da Resolução CMN nº 4.870 de 27.11.2020, a presente CPR tem como valor referencial, para efeito de registro, a importância de R$ 6.568.369,50(seis milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos) que é o resultado da multiplicação da quantidade do PRODUTO 42.735,00 sacas) pelo valor da saca (R$ 153,70 (cento e cinquenta e três reais e setenta centavos)), vigente na região do LOCAL DE FORMAÇÃO DA LAVOURA, no dia útil imediatamente anterior à data da emissão, apurado através de consulta realizada no site do





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:41
Número do documento: 23091315583944300000124804986
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315583944300000124804986
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:40

DocuSign Envelope ID: EB0A7FDE-7CDF-4C84-B002-58292B5EC7D1

Agrolink (www.agrolink.com.br).

IV.14.1. Não sendo possível verificar a cotação do preço da saca do PRODUTO de determinada região via site Agrolink, será considerada a cotação da saca de PRODUTO da praça mais próxima do LOCAL DE FORMAÇAO DA LAVOURA.

O(s) **EMITENTE(S)** da CPR declara que concorda com a forma de apuração de preço por meio do site da Agrolink, por atender que se trata de instituição que fornece informação idônea, de credibilidade do mercado, com fácil acesso público e com informações de preço periódico.

Declara também o(s) **EMITENTE(S)** que a **CREDORA** lhe concedeu a oportunidade de escolher outra instituição para apuração de preço. Além disso, o(s) **EMITENTE(S)** informa que a região indicada no site Agrolink (preço de soja da cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso) condiz com a região do local de formação de lavoura.

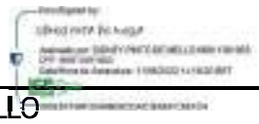
IV.15. O(s) **EMITENTE(S)** por meio desta, em caráter irretratável e irrevogável, se compromete a reembolsar/ressarcir todo e qualquer custo e/ou despesa que a **CREDORA** incorra para fins de registro, averbação, obtenção de certidão, e etc desta CPR, além de seus aditivos, endossos, baixas e etc, junto aos cartórios e demais entidades registradoras competentes, na data da entrega, ficando a critério da **CREDORA** compensar tais despesas com eventual crédito detido em face do(s) **EMITENTE(S)**, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais cabíveis, caso o(s) **EMITENTE(S)** se recuse(m) a proceder(em) o reembolso descrita nessa cláusula. O valor constante dos documentos comprobatórios emitidos pelos cartórios e entidades registradoras serão considerados, na data da entrega do PRODUTO, líquidos, certos e exigíveis.

IV.16. O(s) **EMITENTE(S)** autoriza(m), desde já, que as informações objeto desta CPR sejam disponibilizadas pela entidades registradoras para consultas por terceiros interessados, em atenção a Lei Geral de Proteção de Dados, nos termos do §1º do artigo 2º da Resolução do BCB nº 52 de 16.12.2020.

IV. 17. Fica eleito o foro da Comarca de Jataí, Estado de Goiás, ou o de local de formação da lavoura, a exclusivo critério da **CREDORA**, para dar solução a quaisquer questões decorrentes do cumprimento ou interpretação desta CPR, com renúncia expressa a todo e qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Água Boa - MT, 11 de Agosto de 2022

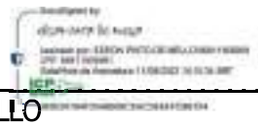
EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S):



SIDNEY PINTO DE MELLO
CPF/CNPJ n.º 669.115.919-53 RG n.º 37478199 - SSP/PR
End: Fazenda São Francisco, Estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, na cidade de Campinápolis, estado de Mato Grosso

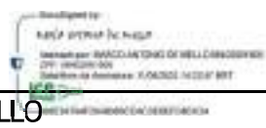
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:41
Número do documento: 23091315583944300000124804986
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315583944300000124804986
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:40

EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S):



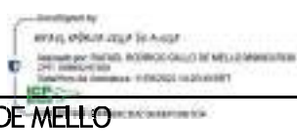
EDSON PINTO DE MELLO
CPF/CNPJ n.º 669.115.089-91 RG n.º 43367986 - SESP/PR
End: Fazenda Xingu I, localizada na Fazenda BR 158, KM 38, saindo de Santa Cruz 25 KM à direita , zona rural, na cidade de Santa Cruz do Xingu, estado de Mato Grosso

EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S):



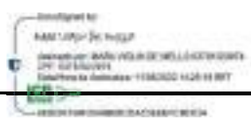
MARCO ANTONIO DE MELLO
CPF/CNPJ n.º 064.020.619-05 RG n.º 11055174-6 - SSP/PR
End: ESTRADA CAMPINAPOLES A 30 KM DA SEDE, zona rural, na cidade de Campinápolis, estado de Mato Grosso

EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S):



RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
CPF/CNPJ n.º 089.692.479-39 RG n.º 126154003 - SSP/PR
End: ESTRADA LOMBO, LOTE 21-A, ZONA RURAL, na cidade de Maringá, estado de Paraná

AVALISTA(S)/ANUENTE(S):



MARA VIOLIN DE MELLO
CPF n.º 037.810.239-74 RG n.º 45667499 - SSP/PR
End: Avenida das Palmeiras, nº 98, na cidade de Maringá, estado de Paraná

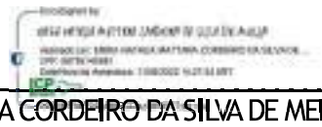
AVALISTA(S)/ANUENTE(S):



VERA LUCIA GALLO DE MELLO
CPF n.º 614.594.029-87 RG n.º 38969480 - SSP/PR
End: Estrada Lombro, lote A, Zona Rural, na cidade de Maringá, estado de Paraná

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:41
Número do documento: 23091315583944300000124804986
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315583944300000124804986
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:40

AVALISTA(S)/ANUENTE(S):



ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO
CPF n.º 087.981.409-81 RG n.º 125341470 - SSP
End: Avenida das Palmeiras, nº 98, na cidade de Maringá, estado de Paraná

AVALISTA(S)/ANUENTE(S):



DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO
CPF n.º 099.204.149-05 RG n.º 11055174-6 - SSP/PR
End: Estrada Lombo, na cidade de Maringá, estado de Paraná

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:41
Número do documento: 23091315583944300000124804986
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315583944300000124804986
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:40

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso
Cartório do 1º Ofício

Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos

Paulo Rogério Soares Valente
Oficial Registrador

Certifico e dou fé, que a CEDULA DE PRODUTO RURAL. nº 489/2022, foi registrada sob o nº 4612, do Livro 03 - Registro Auxiliar, na data de 30/09/2022, por meio eletrônico.

Devedor(a):
SIDNEY PINTO DE MELLO
e Credor(a):
RURAL BRASIL S.A.

Cartório 1º Ofício de Campinápolis
Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos
Av. Nego Carrim, 940, Centro, Campinápolis, MT

Protocolado sob nº 12065 em 07/01/2022, e REGISTRADO sob o nº 4612, do Livro 03 - Registro Auxiliar, em 30/09/2022.

Assinatura Digital



SELO DE CONTROLE DIGITAL
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
ATO DE NOTAS E REGISTROS
Cod. Ato(s): 56, 148, 8, 6
BPY 47621 **R$29,60**
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos
30 de setembro de 2022

DocuSign Envelope ID: A6216151-BFB1-4418-A185-71542B24FDDA

CÉDULA DE PRODUTO RURAL

N.º 490/2022

I. PREÂMBULO

EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S): a) SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.919-53, portador da CI/RG n.º 37478199 / SSP/PR, domiciliado(a) à Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso; b) EDSON PINTO DE MELLO, Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 669.115.089-91, portador da CI/RG n.º 43367986 / SESP/PR, domiciliado(a) Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso; c) MARCO ANTONIO DE MELLO, Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 064.020.619-05, portador da CI/RG n.º 9428103-2 / SSP/PR, domiciliado(a) Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso; d) RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, Brasileiro, produtor(a) rural, casado(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF n.º 089.692.479-39, portador da CI/RG n.º 12615400-3 /SESP/PR, domiciliado(a) Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso.

AVALISTA(S)/ANUENTE(S): a) MARA VIOLIN DE MELLO, brasileiro(a), casada com Sidney Pinto de Mello (já qualificado), Produtor Rural, portador(a) da CI/RG n.º 45667499, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 037.810.239-74, domiciliado(a) Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso; b) VERA LUCIA GALLO DE MELLO, brasileiro(a), casada com Edson Pinto de Mello (já qualificado), Produtor Rural, portador(a) da CI/RG n.º 38969480, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 614.594.029-87, domiciliado(a) Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso; c) ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO, brasileiro(a), casada com Marco Antônio de Mello (já qualificado), Produtor Rural, portador(a) da CI/RG n.º 125341470, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 087.981.409-81, domiciliado(a) Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso; d) DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO , brasileiro(a), casada com Rafael Rodrigo Gallo de Mello (já Qualificado), Produtor Rural, portador(a) da CI/RG n.º 110551746, expedida pela SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF n.º 099.204.149-05, domiciliado(a) Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso.

CREDORA: Rural Brasil Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.947.900/0010-46, localizada na Avenida Industrial, n.° 3.500, Quadra 5, Lote 1, Setor Industrial III, CEP 78.635-000, cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO:

1. PRODUTO: Soja em grãos, a granel, tipo exportação, conforme padrão ANEC.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584115300000124804990
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584115300000124804990
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:42

2. QUANTIDADE: 1.207.320,00 Kg (um milhão, duzentos e sete mil, trezentos e vinte quilogramas).

3. SACAS: 20.122,00 (vinte mil, cento e vinte e duas) sacas de Soja 60 Kg cada.

4. SAFRAS: 2022/2023.

5. QUALIDADE (limites máximos de tolerância): a) até 14% de umidade; b) até 1% de Impurezas (matérias estranhas e/ou impurezas); c) até 8% de grãos avariados (grãos brotados, imaturos, chochos, danificados e com máximo de 6% de grãos mofados, 4% de grãos ardidos e queimados, sendo no máximo 1% de grãos queimados); d) até 8% de grãos esverdeados (grãos que apresentam coloração esverdeada na casca e na polpa).

LOCAL DE FORMAÇÃO DA LAVOURA:

a. Fazenda São Francisco, com área de plantio de 366,00 ha, produção estimada em 1.207.800,00 kg (um milhão, duzentos e sete mil, oitocentos quilogramas), de propriedade de Sergio de Melo e Souza, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 958.465.578-72 e Aline Barbosa Souza, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 074.694.428-47; localizada na Estrada Campinápolis p/ Novo São Joaquim, no município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no CRI da Comarca de Campinápolis, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 2.939, cedido ao Sr. SIDNEY PINTO DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.539.635-2, 13.561.855-0, 13.561.877-0, 13.561.887-8, conforme Sergio Melo e Souza firmado em 15/05/2018;

DATA DE ENTREGA: 01/02/2023 até 05/02/2023

LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA: Unidade de Recebimento ("Unidade de Recebimento") da EDIENE MIRANDA CASTRO DALCIN, CNPJ / MF 27.885.848/0001-00, Inscrição Estadual n.º 136892345, localizada à BR 158, ZONA RURAL, cidade de Nova Xavantina, estado de Mato Grosso, ou em outro armazém e local que a **CREDORA** indicar, por sua conta e risco. As despesas de transporte dos produtos da lavoura até a Unidade de Recebimento indicada, incluído nestas as despesas de braçagem, seguro, descontos por umidade excessiva do produto, recepção, transgenia, etc., e tudo o mais que for cobrado pela Unidade de Recebimento e/ou armazém depositário, serão de responsabilidade do(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**.

GARANTIAS: Conforme descrita(s) e detalhada(s) no item **III. GARANTIAS.**

II. DISPOSIÇÕES GERAIS

II.1. Pela presente CPR, emitida em conformidade com a Lei nº 8.929/94, com as modificações da Lei nº 10.200/2001 e da Lei 13.896/2020, bem como as demais legislações aplicadas subsidiariamente, o(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** obriga(m)-se a entregar à **CREDORA**, ou à sua ordem, o **PRODUTO** descrito no preâmbulo acima, conforme cláusulas e condições previstas na presente CPR.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584115300000124804990
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584115300000124804990
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:42

II.2. O **PRODUTO** a ser entregue deverá ser classificado, no ato da entrega, de acordo com as técnicas, equipamentos e procedimentos de classificação utilizados pela **CREDORA** ou pela respectiva **Unidade de Recebimento**, devendo atingir os padrões mínimos de **QUALIDADE** indicados no Preâmbulo desta CPR.

II.2.1. Constatados desvios no padrão mínimo de qualidade compromissado, a **CREDORA** fica autorizada a proceder aos respectivos descontos de peso segundo a sua tabela ou, alternativamente e a seu critério exclusivo, recusar a o **PRODUTO**, total ou parcialmente.

II.2.2. O **PRODUTO** deverá ser entregue, em sua totalidade, conforme indicado no **LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA** definido no Preâmbulo desta CPR e nos termos do artigo 4º da Lei 8.929/1994.

II.3. O(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** declara(m) que, em se tratando de grãos geneticamente modificados, tem(têm) conhecimento que será(ão) de sua inteira responsabilidade o recolhimento prévio dos royalties porventura devidos aos detentores dos direitos sobre as sementes, em sua integralidade. Declara(m) ainda que o **PRODUTO** se encontra livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, de modo que o valor em sacas objeto desta CPR não poderá sofrer quaisquer tipos de descontos em virtude de recolhimento de royalties realizado por armazéns e ou *tradings* onde for feita a entrega do **PRODUTO**. Em ocorrendo a hipótese do caso anterior, o(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** se obriga(m) a entregar à **CREDORA** a quantidade de **PRODUTO** equivalente ao desconto realizado, sob pena de ser considerada a sua obrigação como não cumprida, com aplicação das multas previstas nesta CPR, sem prejuízo de apuração das perdas e danos causados.

II.3.1. Havendo necessidade de participação direta da **CREDORA** na colheita do **PRODUTO**, todas as despesas (administrativas, operacionais e financeiras) serão de responsabilidade exclusiva do(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**. Todas as despesas eventualmente pagas pela **CREDORA** serão totalmente reembolsadas pelo(s) **EMITENTE(S)/FIÉL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** imediatamente após a apresentação, pela **CREDORA**, dos respectivos comprovantes de pagamento.

III. GARANTIAS

PENHOR - Em garantia do fiel e integral cumprimento desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** constitui(em), em favor da **CREDORA**, nos termos do artigo 1.438 e seguintes do Código Civil, da Lei nº 8.929/94 e da Lei n° 2.666/55, penhor agrícola em: **PRIMEIRO GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, de 665.572,02 kg (seiscentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois quilogramas e zero duas gramas) e em **SEGUNDO GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, de 541.747,98 kg (quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e quarenta e sete quilogramas e noventa e oito gramas), totalizando 1.207.320,00 kg (um milhão, duzentos e sete mil, trezentos e vinte quilogramas)de Soja em grãos, a granel, tipo exportação, conforme padrão ANEC (observados os limites máximos de tolerância indicados no preâmbulo), SAFRA 2022/2023 ("Bens Empenhados"), cultivados e, a serem colhidos, nas seguintes áreas:

a. Fazenda São Francisco, com área de plantio de 366,00 ha, produção estimada em 1.207.800,00 kg

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584115300000124804990
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584115300000124804990
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:42

(um milhão, duzentos e sete mil, oitocentos quilogramas), de propriedade de Sergio de Melo e Souza, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 958.465.578-72 e Aline Barbosa Souza, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 074.694.428-47; localizada na Estrada Campinápolis p/ Novo São Joaquim, no município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no CRI da Comarca de Campinápolis, Estado de MT, sob a(o) Matrícula n° 2.939, cedido ao Sr. SIDNEY PINTO DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.539.635-2, 13.561.855-0, 13.561.877-0, 13.561.887-8, conforme Sergio Melo e Souza firmado em 15/05/2018;

I) O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**, neste ato, obriga(m)-se a assegurar à **CREDORA** e/ou aos seus representantes designados, a qualquer tempo, total e irrestrito acesso ao local onde estão cultivados, colhidos e armazenados os Bens Empenhados, com a finalidade de vistoriar e fiscalizar a condução dos Bens Empenhados, bem como verificar sua situação.

II) Fica a cargo da **CREDORA** realizar diretamente a colheita dos Bens Empenhados e/ou busca-lo anteriormente ao vencimento desta CPR, em quantidade necessária à cumprir o volume previsto nesta CPR, em caso descumprimento ou ameaça de descumprimento, pelo(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** das obrigações ora estabelecidas.

III) O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** assume(m) a condição de fiel(éis) depositário(s) dos Bens Empenhados, na forma do disposto nos artigos 627 e seguintes do Código Civil e legislação complementar, respondendo pelos Bens Empenhados e respectivas despesas de conservação, até até a liquidação final, sendo vedada a alienação e ou gravame dos Bens Empenhados a terceiros, sem consentimento prévio e por escrito da **CREDORA**, sob pena de responder pelas cominações impostas ao depositário infiel.

AVAL - Comparecem ainda o(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)**, na presente CPR, acompanhado(s) de seu(s) respectivo(s) cônjuge(s), se for o caso, de forma irrevogável e irretratável, na condição de garantidor(es) solidário(s) e principal(is) pagador(es) de todas as obrigações, principais e acessórias, do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** perante a **CREDORA**, assinando a presente CPR, e declara(m) estar ciente(s) e autoriza(m) a outorga da presente garantia, declarando expressamente estarem de acordo e anuir com todos os termos, condições e responsabilidades que daí advir, sem a existência de qualquer benefício de ordem entre o(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)** e o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**, os quais o(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)** expressamente o renuncia(m).

I) O presente aval vigorará enquanto persistirem quaisquer obrigações ou responsabilidades do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** para com a **CREDORA**, ou quem de direito em decorrência desta CPR, inclusive no que se refere á eventual prorrogação do penhor constituído sobre o **PRODUTO** objeto desta CPR, e só se extinguirá depois do seu integral cumprimento.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

IV.1. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA(S)/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S), FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, afirmam e confirmam o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das garantias constituídas no âmbito desta CPR ou das demais garantias que vierem a sucedê-las e/ou complementá-las, conforme o caso, podendo a **CREDORA**, a seu exclusivo critério, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para os fins de liquidar a integralidade das obrigações ora pactuadas, sendo que, a excussão de uma das garantias não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se excutir as demais, independentemente de qualquer providência preliminar por parte da **CREDORA**, tais como aviso,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584115300000124804990
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584115300000124804990
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:42

protesto, notificação ou interpelação, de qualquer natureza.

IV.1.1. No caso de execução das garantias, caso o **PRODUTO** alcançado seja insuficiente à satisfação das obrigações constantes desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA/ANUENTE, GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S), FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, continuarão responsáveis pelo respectivo saldo remanescente.

IV.2. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**, e quando aplicável, **AVALISTA/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S), FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, reconhecem que a presente CPR constitui, para todos os fins de direito, título executivo extrajudicial.

IV.3. A presente CPR é emitida em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus respectivos sucessores e/ou herdeiros, a qualquer titulo que seja e para todos os fins e efeitos de direito, correndo por conta do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S),** bem como do(s) **AVALISTA/ANUENTE(S)** todos os riscos decorrentes de casos fortuitos e de força maior até a efetiva entrega do **PRODUTO** à **CREDORA**, no prazo e condições avençadas nesta CPR.

IV.4. O **PRODUTO** somente será considerado entregue depois de verificado o seu recebimento pelo armazém indicado pela **CREDORA** e em nome desta, livre e desembaraçado de qualquer ônus, gravames ou constrição legal e conforme qualidade e quantidade estabelecidas nesta CPR.

IV.5. No caso de inadimplência, fica convencionada a incidência dos seguintes encargos: (i) multa não compensatória de 20% (vinte por cento); (ii) juros de mora calculados de acordo com o artigo 406 do Código Civil, nunca inferiores a 1,0% (um por cento) ao mês; ambos a incidirem sobre o saldo devedor da obrigação principal e devido até a efetiva liquidação da CPR; (iii) diferença de preço de fixação e "wash out" para os casos em que tenha havido o Hedge da operação; e (iv) honorários advocatícios desde já fixados em 20% (vinte por cento).

IV.5.1. Ainda, na hipótese de inadimplência por inexistência de **PRODUTOS** suficientes a garantir o cumprimento da obrigação *propter rem* ora pactuada, o saldo devedor que eventualmente persistir terá como garantia o penhor inicialmente instituído e abrangerá as safras imediatamente seguintes, nos termos das demais disposições desta CPR e do art. 1443 do Código Civil, renunciando expressamente o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** ao direito de constituir penhor preferencial com outro credor, prevalecendo a obrigação constituída nesta CPR em relação à qualquer outra em ordem de preferência, valendo a anuência do proprietário do imóvel em que constituído o penhor, como expressa concordância com tal ônus.

IV.6. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA/ANUENTE), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S), FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, declaram e garantem que: (i) todas as informações por eles prestadas à **CREDORA,** nesta CPR ou em qualquer outra oportunidade, são verídicas, completas, corretas e exatas; (ii) possuem todo o conhecimento, experiência, qualificação, mão de obra, infraestrutura, materiais, ferramentas e insumos necessários para a realização do objeto da presente CPR; (iii) obterão e manterão, às suas próprias custas e responsabilidades, nos prazos legais, todos os registros, licenças, autorizações, aprovações, alvarás, vistorias e outras exigências formuladas pelas autoridades competentes para a regulamentação

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584115300000124804990
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584115300000124804990
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:42

DocuSign Envelope ID: A6216151-BFB1-4418-A185-71542B24FDDA

de sua atividade, tais como entidades fiscalizadoras do exercício das profissões, Ministérios e Secretarias da Saúde, do Trabalho e do Meio Ambiente, Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, agências regulatórias, Banco Central do Brasil, órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, IBAMA, dentre outros; (iv) a atividade desenvolvida não poderá originar produtos de áreas desflorestadas após 07/2006, embargadas e/ou com qualquer tipo de restrição administrativa que recaia sobre a sua atividade e não utilizará como recurso trabalho forçado, análogo ao de escravo, ou mediante a utilização de trabalhadores com idade inferior à mínima legal, ressalvada a condição de aprendiz, ou ainda com violação às normas legais sobre salário mínimo, jornada de trabalho, dentre outras; (v) a emissão desta CPR, bem como o cumprimento das obrigações ora pactuadas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida; (vi) os termos desta CPR não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a capacidade do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** de cumprirem com as obrigações aqui estabelecidas; (vii) cumprem com as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, incluindo (a) a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, conforme alterada; (b) o Decreto nº 8.420/15, de 18 de março de 2015, conforme alterado; (c) a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada; (d) a Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, conforme alterada; (e) o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*; e (f) o *UK Bribery Act* de 2010.

IV.7. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA(S)/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**, não poderão ceder quaisquer das obrigações descritas nesta CPR e/ou quaisquer garantias vinculadas a esta CPR e aos direitos creditórios dela decorrentes, sem a prévia e expressa autorização por escrito da **CREDORA.** Os **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e o(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)** autoriza(m), expressamente, a transferência da presente CPR por endosso pela **CREDORA** a terceiros, independentemente de qualquer comunicado, aviso ou notificação prévia, se comprometendo, inclusive, a firmar todo e qualquer documento que para tanto porventura se faça necessário.

IV.8. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente CPR. Dessa forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba à **CREDORA** em razão do inadimplemento do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e/ou **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)**, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

IV.9. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento.

IV.10. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** declara(m), neste ato, que as obrigações representadas pela CPR e pelos instrumentos a ela vinculados são compatíveis com a sua capacidade econômico-financeira, operacional e produtiva, de modo que as cláusulas desta CPR foram livremente ajustadas entre o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e a **CREDORA**, e não afetarão negativamente, ainda que potencialmente, a performance do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** no cumprimento destas disposições, não podendo o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** invocar(em), a qualquer tempo, e em virtude de acontecimentos extraordinários e/ou imprevisíveis, a caracterização de onerosidade excessiva no inadimplemento das prestações ora contratadas, disposta no artigo 478 do Código Civil.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584115300000124804990
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584115300000124804990
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:42

DocuSign Envelope ID: A6216151-BFB1-4418-A185-71542B24FDDA

IV.11. **DO VENCIMENTO ANTECIPADO:** A obrigação ora assumida pelo **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** vencer-se-á antecipadamente, tornando-se exigível pela sua totalidade, acrescida dos demais encargos previstos cedularmente, na ocorrência de qualquer uma das seguintes condições: (i) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, relacionada com esta CPR; (ii) protesto de títulos em valor individual ou agregado superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais); (iii) interrupção de suas atividades capaz de interferir na capacidade de cumprir com as obrigações previstas nesta CPR; (iv) se, durante a vigência desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e quando aplicável, **AVALISTA(S)/ANUENTE(S), GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL),** direta ou indiretamente, dispuser, transferir, ceder ou alienar (ainda que em caráter fiduciário), empenhar ou constituir qualquer outro ônus sobre os bens e direitos objeto das garantias aqui constituídas, além dos previstos nesta CPR; (v) caso seja constatado qualquer vício, invalidade ou ineficácia na constituição de qualquer das garantias, observados eventuais prazos de cura, se houver; (vi) pedido ou decretação de insolvência civil, no caso de pessoas físicas, ou decretação de falência, pedido de autofalência, propositura de recuperação extrajudicial ou ingresso com requerimento de recuperação judicial, no caso de pessoas jurídicas e/ou produtor rural do(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)**, do(s) **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)** e, quando aplicável, do(s) **GARANTIDOR(ES) HIPOTECÁRIO(S)**, **FIDUCIANTE(S) (BEM IMÓVEL) e FIDUCIANTE(S) (BEM MÓVEL)**; (vii) desvio dos bens objeto das garantias constituídas nesta CPR; (viii) superveniência de fatos que possam alterar o direito da **CREDORA** sob o **PRODUTO**; (ix) violação de qualquer condição desta CPR; (x) falta de pagamento dos impostos que recaiam ou venham a recair sobre os bens objeto das garantias, em seus respectivos vencimentos; (xi) em caso de desapropriação, parcial ou total, por parte dos poderes públicos, dos bens objeto das garantias, desde que não haja substituição ou reforço da garantia, no prazo máximo de 05 (cinco) dias; e (xii) demais condições previstas em lei. Caso seja declarado o vencimento antecipado desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e **AVALISTA(S)** comprometem-se a arcar com todas eventuais despesas devidamente comprovadas para defesa dos interesses da **CREDORA**, incluindo honorários advocatícios desde já fixados em 20% (vinte por cento).

IV.12. O(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)** outorgam poderes especiais para que, com a apresentação desta CPR, a **CREDORA** ou seu preposto possa obter informações, extratos, junto a qualquer empresa, *trading company*, cooperativas e armazéns gerais, em relação ao cadastro e estoque de entrega de produtos dos **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e/ou **AVALISTA(S)/ANUENTE(S)**.

IV.13. Todas as despesas incorridas no registro e aperfeiçoamento da CPR serão pagas pelo(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** e, se eventualmente suportadas pela **CREDORA**, deverão ser reembolsadas imediatamente após a apresentação, pela **CREDORA**, dos respectivos comprovantes.

IV.14. Em respeito aos termos do inciso II, §5º do artigo 12 da Lei 8929/1994, bem como dos termos do § 1º, §5º e §6º do artigo 2º da Resolução CMN nº 4.870 de 27.11.2020, a presente CPR tem como valor referencial, para efeito de registro, a importância de R$ 3.099.794,10(três milhões, noventa e nove mil, setecentos e noventa e quatro reais e dez centavos) que é o resultado da multiplicação da quantidade do PRODUTO 20.122,00 sacas) pelo valor da saca (R$ 154,05 (cento e cinquenta e quatro reais e cinco centavos), vigente na região do LOCAL DE FORMAÇÃO DA LAVOURA, no dia útil imediatamente anterior à data da emissão, apurado através de consulta realizada no site do Agrolink (www.agrolink.com.br).

IV.14.1. Não sendo possível verificar a cotação do preço da saca do PRODUTO de determinada região via site Agrolink, será considerada a cotação da saca de PRODUTO da praça mais próxima do LOCAL DE FORMACAO DA LAVOURA.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584115300000124804990
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584115300000124804990
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:42

DocuSign Envelope ID: A6216151-BFB1-4418-A185-71542B24FDDA

O(s) **EMITENTE(S)** da CPR declara que concorda com a forma de apuração de preço por meio do site da Agrolink, por atender que se trata de instituição que fornece informação idônea, de credibilidade do mercado, com fácil acesso público e com informações de preço periódico.

Declara também o(s) **EMITENTE(S)** que a **CREDORA** lhe concedeu a oportunidade de escolher outra instituição para apuração de preço. Além disso, o(s) **EMITENTE(S)** informa que a região indicada no site Agrolink (preço de soja da cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso) condiz com a região do local de formação de lavoura.

IV.15. O(s) **EMITENTE(S)** por meio desta, em caráter irretratável e irrevogável, se compromete a reembolsar/ressarcir todo e qualquer custo e/ou despesa que a **CREDORA** incorra para fins de registro, averbação, obtenção de certidão, e etc desta CPR, além de seus aditivos, endossos, baixas e etc, junto aos cartórios e demais entidades registradoras competentes, na data da entrega, ficando a critério da **CREDORA** compensar tais despesas com eventual crédito detido em face do(s) **EMITENTE(S)**, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais cabíveis, caso o(s) **EMITENTE(S)** se recuse(m) a proceder(em) o reembolso descrita nessa cláusula. O valor constante dos documentos comprobatórios emitidos pelos cartórios e entidades registradoras serão considerados, na data da entrega do PRODUTO, líquidos, certos e exigíveis.

IV.16. O(s) **EMITENTE(S)** autoriza(m), desde já, que as informações objeto desta CPR sejam disponibilizadas pela entidades registradoras para consultas por terceiros interessados, em atenção a Lei Geral de Proteção de Dados, nos termos do §1º do artigo 2º da Resolução do BCB nº 52 de 16.12.2020.

IV. 17. Fica eleito o foro da Comarca de Jataí, Estado de Goiás, ou o de local de formação da lavoura, a exclusivo critério da **CREDORA**, para dar solução a quaisquer questões decorrentes do cumprimento ou interpretação desta CPR, com renúncia expressa a todo e qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

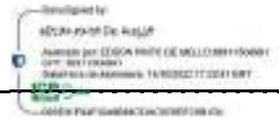
Água Boa - MT, 11 de outubro de 2022

EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S):



SIDNEY PINTO DE MELLO
CPF/CNPJ n.º 669.115.919-53 RG n.º 37478199 - SSP/PR
End: Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584115300000124804990
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584115300000124804990
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:42



EDSON PINTO DE MELLO
CPF/CNPJ n.º 669.115.089-91 RG n.º 43367986 - SESP/PR
End: Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso

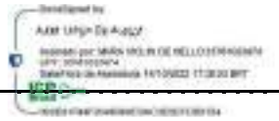


MARCO ANTONIO DE MELLO
CPF/CNPJ n.º 064.020.619-05 RG n.º 9428103-2 - SSP/PR
End: Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso



RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
CPF/CNPJ n.º 089.692.479-39 RG n.º 12615400-3 - SESP/PR
End: Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso

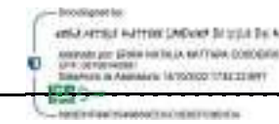
AVALISTA(S)/ANUENTE(S):



MARA VIOLIN DE MELLO
CPF n.º 037.810.239-74 RG n.º 45667499 - SSP/PR
End: Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso



VERA LUCIA GALLO DE MELLO
CPF n.º 614.594.029-87 RG n.º 38969480 - SSP/PR
End: Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso



ERIKA NATALIA MATTARA CORDEIRO DA SILVA DE MELLO
CPF n.º 087.981.409-81 RG n.º 125341470 - SSP/PR
End: Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584115300000124804990
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584115300000124804990
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:42

DocuSign Envelope ID: A6216151-BFB1-4418-A185-71542B24FDDA



DANIELA PEREIRA BAPTISTA DE MELLO
CPF n.º 099.204.149-05 RG n.º 110551746 - SSP/PR
End: Fazenda São Francisco, estrada Campinápolis a Novo São Joaquim 30 Km da Sede, s/n, zona rural, CEP 78630-000 na cidade de Campinápolis, Estado de Mato Grosso

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584115300000124804990
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584115300000124804990
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:42

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso
Cartório do 1º Ofício

Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos

Paulo Rogério Soares Valente
Oficial Registrador

Certifico e dou fé, que o CEDULA DE CREDITO BANCARIO à CEDULA DE CREDITO BANCARIO nº 40/04711-3, foi averbado sob AV.01 do Registro n°4424, do Livro 03 - Registro Auxiliar, na data de 19 de outubro de 2022, por meio eletrônico.

Cartório 1º Ofício de Campinápolis
Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos
Av. Nego Carrim, 940, Centro, Campinápolis, MT

PROTOCOLADO sob nº 12106 em 19/10/2022, e AVERBADO sob AV.01 do Registro n° 4424, do Livro 03 - Registro Auxiliar, em 19/10/2022 .

Assinatura Digital



SELO DE CONTROLE DIGITAL
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
ATO DE NOTAS E REGISTROS
Cod. Ato(s): 56, 148, 8, 6

BPY 47791 **R$ 1.834,70**
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos
18 de maio de 2022

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso
Cartório do 1º Ofício

Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos

Paulo Rogério Soares Valente
Oficial Registrador

Certifico e dou fé, que a PENHOR DE 1° E 2° GRAU, foi AVERBADO sob o n° 4, na matricula n° 2939 do livro 02, em 19 de outubro de 2022, por meio eletrônico.

Cartório 1º Ofício de Campinápolis
Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos
Av. Nego Carrim, 940, Centro, Campinápolis, MT

Protocolado sob nº 12106 em 19/10/2022, e AVERBADO sob o nº 4, na Matricula 2939 do Livro 02, em 19/10/2022.

Assinatura Digital



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Ato de Notas e de Registro
Código do Cartório: 440

SELO DE CONTROLE DIGITAL
Cod. Ato(s): **5 6**
BPY 47791 R$ 1.834,70
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso
Cartório do 1º Ofício

Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos

Paulo Rogério Soares Valente
Oficial Registrador

Certifico e dou fé, que a CEDULA DE CREDITO BANCARIO nº 490/2022, foi registrada sob o nº 4626, do Livro 03 - Registro Auxiliar, na data de 19/10/2022, por meio eletrônico.

Devedor(a):
SIDNEY PINTO DE MELLO
e Credor(a):
RURAL BRASIL S.A.

Cartório 1º Ofício de Campinápolis
Serviço de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos
Av. Nego Carrim, 940, Centro, Campinápolis, MT

Protocolado sob nº 12106 em 07/01/2022, e REGISTRADO sob o nº 4626, do Livro 03 - Registro Auxiliar, em 19/10/2022.

Assinatura Digital

ASSINADOR DIGITAL
ASSINADO DIGITALMENTE POR:
PAULO ROGERIO SOARES VALENTE:19056974653
19056974653
FC357DA1C5EF918C1EE430774108DA755DE0
19/10/2022 15:08

SELO DE CONTROLE DIGITAL
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
ATO DE NOTAS E REGISTROS
Cod. Ato(s): 56, 148, 8, 6
BPY 47791 **R$33,30**
Consulta: www.tjmt.jus.br/selos
19 de outubro de 2022

Pág: 1/3

Documento assinado digitalmente, conforme M.P 2.200/01 e Artigo 11º da Lei Federal 11.419/06.
Certificados Digitais ICP-Brasil Compliance.

À/ao RURAL BRASIL LTDA.

Ref.: Certidão de registro de ativo financeiro.

Em atendimento à solicitação recebida por meio eletrônico, e em conformidade com o disposto na Circular 3.743/15 do Banco Central do Brasil, em especial quanto à atividade de registro de ativo financeiro, a B3 S.A.-BRASIL, BOLSA, BALCÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 09.346.601/0001-25, certifica, por meio do presente instrumento, que no fechamento do dia 20/10/2022, consta registrado em nosso sistema o ativo financeiro descrito abaixo:

Status: Ativa
Código do IF: 22J01025072
Tipo Regime: REGISTRADO
Data de Registro: 19/10/2022
Data Emissão: 11/10/2022
Vencimento: 05/02/2023
Nome do Credor Original: Rural Brasil Ltda.
CPF/CNPJ do Credor Original: 14.947.900/0010-46
Nome do Detentor: RURAL BRASIL LTDA.
CPF/CNPJ do Detentor: 14.947.900/0010-46

Emitente
Nome/Razão Social: SIDNEY PINTO DE MELLO
CPF/CNPJ: 669.115.919-53

Emitente
Nome/Razão Social: EDSON PINTO DE MELLO
CPF/CNPJ: 669.115.089-91

Emitente
Nome/Razão Social: MARCO ANTONIO DE MELLO
CPF/CNPJ: 064.020.619-05

Emitente
Nome/Razão Social: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
CPF/CNPJ: 089.692.479-39

Praça Antonio Prado, 48 - 01010-901 - São Paulo, SP
Tel.: (11)2565-4000 - Fax: (11)2565-7737

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584321200000124804993
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584321200000124804993
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:43

Documento assinado digitalmente, conforme M.P 2.200/01 e Artigo 11º da Lei Federal 11.419/06.
Certificados Digitais ICP-Brasil Compliance.

Praça Antonio Prado, 48 - 01010-901 - São Paulo, SP
Tel.: (11)2565-4000 - Fax: (11)2565-7737

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584321200000124804993
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584321200000124804993
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:43

Algoritmo: SHA-256 with RSA
Hash do documento original:
o3u-ecBXf87cq8LKOsqOE5ODhWqQOWcWsMTm0OsYbMI

Documento assinado digitalmente, conforme M.P 2.200/01 e Artigo 11º da Lei Federal 11.419/06.
Certificados Digitais ICP-Brasil Compliance.

À/ao AGROSECURITY GESTAO DE AGRO ATIVOS LTDA

Ref.: Certidão de registro de ativo financeiro.

Em atendimento à solicitação recebida por meio eletrônico, e em conformidade com o disposto na Circular 3.743/15 do Banco Central do Brasil, em especial quanto à atividade de registro de ativo financeiro, a B3 S.A.-BRASIL, BOLSA, BALCÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 09.346.601/0001-25, certifica, por meio do presente instrumento, que no fechamento do dia 12/08/2022, consta registrado em nosso sistema o ativo financeiro descrito abaixo:

Status: Ativa
Código do IF: 22H00673784
Tipo Regime: REGISTRADO
Data de Registro: 11/08/2022
Data Emissão: 02/08/2022
Vencimento: 05/02/2023
Nome do Credor Original: Rural Brasil Ltda.
CPF/CNPJ do Credor Original: 14.947.900/0010-46
Nome do Detentor: RURAL BRASIL LTDA.
CPF/CNPJ do Detentor: 14.947.900/0010-46

Emitente
Nome/Razão Social: SIDNEY PINTO DE MELLO
CPF/CNPJ: 669.115.919-53

Praça Antonio Prado, 48 - 01010-901 - São Paulo, SP
Tel.: (11)2565-4000 - Fax: (11)2565-7737

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091315584432200000124804996
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091315584432200000124804996
Assinado eletronicamente por: JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA - 13/09/2023 15:58:45

Algoritmo: SHA-256 with RSA
Hash do documento original:
eX0t9QdhOB3nTXQpdfCP_p5faTyJI2itWHae66NZBTo

B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCAO
Assinado com certificado digital ICP-Brasil por: RUBENS CESAR SANTOS CAIO: 11455367869
Data: 8/12/2022 3:31:55 PM +00:00

AO JUÍZO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS / MT

Processo nr.: 1022463-24.2023.8.11.0003

BANCO DO BRASIL S.A., empresa sediada no Setor Bancário Sul, quadra 04, bloco C, lote 32, CEP 70.089-900, Brasília, DF, CNPJ N.º 00.000.000/0001-91, por sua filial, GECOR VAREJO REC JUD, SP, prefixo 4978, por sua Assessoria Jurídica Regional, com endereço situado à Av. Doutor Hélio Ribeiro, 487 – Edifício Concorde – 3º Andar Residencial Paiaguás – CEP 78.048-250 – Cuiabá - MT, Tel (65) 3611-2180, e-mail: ajuremt@bb.com.br, local indicado para receber notificações e intimações de estilo, conforme instrumento procuratório em anexo, vem mui respeitosamente, à douta presença de Vossa Excelência, para requer a habilitação nestes autos, que tem como objeto o pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, ajuizada por SIDNEY PINTO DE MELLO e outros, para devidos fins de direito.

2. Por fim, REQUER sejam as futuras intimações efetuadas exclusivamente em nome da patrona subscritora ou de qualquer um dos advogados constantes no substabelecimento anexo, com a respectiva retificação do sistema PJE, sob pena de nulidade (art. 236, § 1º do CPC).

Nestes termos pede deferimento.

Cuiabá (MT), 14 de setembro de 2023.

[Assinatura Digital]
Thaís Fernanda Ribeiro Dias Neves
OAB/MT 22.056

ANEXO:
Instrumento de procuração e substabelecimento.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091411562989700000124885469
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091411562989700000124885469
Assinado eletronicamente por: THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES - 14/09/2023 11:56:30

QNA 04 - LOTES 32/34 (PRAÇA DO DI) - TAGUATINGA - DF - CEP 72110-090
FONE: (61) 3561-8900 / 3351-8787 - FAX (61) 3351-6992
Site: www.cartoriodenotasdf.com.br - email: cartoriobdf@gmail.com

PROCURAÇÃO bastante que faz(em): **BANCO DO BRASIL S.A.**

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito **(09/01/2018)**, nesta cidade de Taguatinga, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que, comparece(m) como outorgante(s), **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, sediado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre I, 8º andar do Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0001-91, com seus atos constitutivos registrados e arquivados no Departamento Nacional do Registro do Comércio sob o número 53, neste ato representado, na forma prevista no artigo 27 do Estatuto, por sua Diretora Jurídica, **LUCINÉIA POSSAR**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR 19.599 e OAB/DF 40.297, portadora da carteira de identidade nº 3870437O-SSP/PR e do CPF 540.309.199-87, residente nesta Capital e domiciliada na Sede da Empresa, empossada no cargo em 03 de julho de 2017 conforme decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. em reunião de 30 de junho de 2017, arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal, em 28.11.2017, sob o número 20170987825; identificado(a)(s) como o(a)(s) próprio(a)(s) em face dos documentos que me foram exibidos e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ele(a)(s) me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia(m) e constitui(em) seu(ua)(s) procurador(a)(es)(as): I) Consultores Jurídicos: **ALEXANDRE BOCCHETTI NUNES**, inscrito na OAB/RJ 93.294 e CPF 981.753.277-15; **ERIKA CRISTINA FRAGETI SANTORO**, inscrita na OAB/SP 128.776, OAB/DF 25.206 e CPF 147.976.128-19; **MARCO AURÉLIO AGUIAR BARRETO**, inscrito na OAB/BA 8.755, OAB/DF 39.287 e CPF 184.063.861-34; **MARCOS EDMUNDO MAGNO PINHEIRO**, inscrito na OAB/MG 64.233, OAB/RJ 117.698 e CPF 661.124.356-91; **PAULO SÉRGIO GALIZIA BISELLI**, inscrito na OAB/DF 25.219 e CPF 026.993.188-09; **SILVIO OLIVEIRA TORVES**, inscrito na OAB/RS 29.355, OAB/RJ 186.787 e CPF 542.342.200-00; II) Consultores Jurídicos Adjuntos: **ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS**, inscrito na OAB/RJ 104.731 e CPF 002.736.377-47; **AMIR VIEIRA SOBRINHO**, inscrito na OAB/GO 15.235 e CPF 375.372.701-63; **ANDRÉ LUIZ DE MEDEIROS E SILVA**, inscrito na OAB/DF 5.539 e CPF 317.369.801-06; **ANTÔNIO CARLOS ROSA**, inscrito na OAB/MT 4.990-B e CPF 291.233.569-87; **ANTONIO CARLOS DA ROSA PELLEGRIN**, inscrito na OAB/SC 15.672 e CPF 449.776.200-97; **CARLOS GUILHERME ARRUDA SILVA**, inscrito na OAB/MG 68.106 e CPF 626.465.196-72; **CÉSAR JOSÉ DHEIN HOEFLING**, inscrito na OAB/DF 24.758 e CPF 477.105.430-49; **CLAUDIO BISPO DE OLIVEIRA**, inscrito na OAB/PB 16.109-B e CPF 386.515.725-49; **FERNANDO ALVES DE PINHO**, inscrito na OAB/RJ 97.492 e CPF 023.414.437-88; **ÍNDIO BRASIL LEITE**, inscrito na OAB/DF 19.624 e CPF 348.185.611-34; **JORGE ELIAS NEHME**, inscrito na OAB/MT 4.642 e CPF 329.555.291-68; **JOSÉ AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO** inscrito na OAB/SP 138.424 e CPF 093.024.278,54; **JOSÉ ROBERTO CHIEFFO JÚNIOR**, inscrito na OAB/SP 203.922 e CPF 269.266.968-10; **JUNE ELCE MATOSO DE MEDEIROS**, inscrita na OAB/MG 65.701 e CPF 570.443.846-68; **MÁRIO EDUARDO BARBERIS**, inscrito na OAB/SP 148.909 e CPF 096.266.228-30; **MÁRIO RENATO BALARDIM BORGES**, inscrito na OAB/RS 50.627 e CPF 438.648.560-00; **MARISIO ALVES RIBEIRO DOS SANTOS** inscrito na OAB/BA 16.428 e CPF 598.688.745-91; **PAULO SÉRGIO FRANÇA**, inscrito na OAB/SP 115.012 e CPF 086.307.358-13; **PLÍNIO MARCOS DE SOUSA SILVA**, inscrito na OAB/SP 148.171 e CPF 756.790.516-72; **RAQUEL PEREZ ANTUNES CHUST**, inscrita na OAB/SP 129.574 e CPF 149.004.138-95; **SOLON MENDES DA SILVA**, inscrito na OAB/RS 32.356 e CPF 645.945.640-20; **WAGNER MARTINS PRADO DE LACERDA**, inscrito na OAB/SP 111.593 e CPF 067.952.978-02, todos, brasileiros, advogados, domiciliados na Sede do Outorgante, localizada no SAUN – Setor de Autarquias Norte –, Quadra 05, Lote 'B', Torre I, Edifício Banco do Brasil – 8º andar, em Brasília/DF, endereço eletrônico: dijur@bb.com.br e III) Gerentes Jurídicos Regionais: **ALESSANDRA FARIAS DE OLIVEIRA BARBOZA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PA 7.141, OAB/SC 34.663 e CPF 392.978.452-15, domiciliada na Av. Rio Branco, 240, 5º andar, Recife/PE, e endereço eletrônico: ajurepe@bb.com.br; **ALTEMIR BOHRER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 41.844 e CPF 478.700.360-72, domiciliado no SAUN, Quadra 05, Bloco B, Torre III, 5º andar do Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF e endereço eletrônico: ajured@bb.com.br; **ANGELO CESAR LEMOS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MG 64.228 e CPF 718.429.506-49, domiciliado na Rua do Livramento, 120, 8º andar, Centro, Maceió/AL; e endereço eletrônico: age8656@bb.com.br; **ARI ALVES DA ANUNCIAÇÃO FILHO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 34.752 e CPF 505.500.630-72, domiciliado na Rua Desembargador Freitas, 977, 4º andar, Centro, Teresina/PI, e endereço eletrônico: ajure.pi@bb.com.br; **ASTOR BILDHAUER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MS 19.882-B e CPF 462.037.881-04, domiciliado na Rua Direita da Piedade, 25, 1º e 2º andares, Centro, Salvador/BA, e endereço eletrônico: ajurebahia@bb.com.br; **CASSIANO ESKILDSSEN**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR 34.831 e CPF 024.758.029-52, domiciliado na Praça 1817, nº 129, 8º e 9º andares, Centro, João Pessoa/PB, e endereço

SELO NO VERSO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091411563084300000124885470
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091411563084300000124885470
Assinado eletronicamente por: THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES - 14/09/2023 11:56:31



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091411563084300000124885470
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091411563084300000124885470
Assinado eletronicamente por: THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES - 14/09/2023 11:56:31

eletrônico: ajure.pb@bb.com.br; **CELSO YUAMI**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 116.615, OAB/RJ 110.017 e CPF 082.647.638-47, domiciliado na Av. da República do Líbano, 1875, 8º andar do Edifício Vera Lúcia, Setor Oeste, Goiânia/GO, e endereço eletrônico: ajurego@bb.com.br; **CLÁUDIA PORTES CORDEIRO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP 219.265 e CPF 286.434.208-16, domiciliada na Praça Pio XII, 30, 6º andar, Centro, Vitória/ES, e endereço eletrônico: ajurees@bb.com.br; **EDUARDO ALVEZ WEIMER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 75.055 e CPF 988.436.050-20, domiciliado na rua SO-9, Lote 2, 103 Sul, Centro, Palmas/TO e endereço eletrônico: ajureto@bb.com.br ; **EVANDRO LÚCIO PEREIRA DE SOUZA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 133.091 e CPF 078.634.448-16, domiciliado na Rua da Bahia, 2500, 9º andar, Lourdes, Belo Horizonte/MG, e endereço eletrônico: ajureme@bb.com.br; **GERALDO CHAMON JÚNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR 67.956 e CPF 053.879.688-00, domiciliado na Rua Quinze de Novembro, 111, 6º andar, Centro, São Paulo/SP e endereço eletrônico: ajure.tere.sp@bb.com.br; **JOAQUIM PEREIRA DO NASCIMENTO FILHO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 120.219 e CPF 048.458.218-38, domiciliado na Av. Presidente Vargas, 248, 7º andar, Comércio, Belém/PA, e endereço eletrônico: ajurepa@bb.com.br; **JORGE MARCELO CÂMARA ALVES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/BA 13.724 e CPF 326.908.275-49, domiciliado na Praça General Valadão, 377, 5º andar, Centro, Aracaju/SE, e endereço eletrônico: ajurese@bb.com.br; **MARCELO GUIMARÃES MAROTTA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/AM10.856 e CPF 020.763.597-88 domiciliado na Rua Barão Melgaço, 915, 3º andar, Centro Norte, Cuiabá/MT, e endereço eletrônico: ajuremt@bb.com.br; **MARCELO VICENTE DE ALKMIM PIMENTA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MG 62.949 e CPF 750.401.316-15, domiciliado na Rua Quinze de Novembro, 111, 6º, 7º e 8º andares, Centro, São Paulo/SP, e endereço eletrônico: ajure.sp@bb.com.br; **MÁRCIO RIBEIRO PIRES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR 25.849 e CPF 698.723.089-53, domiciliado na Rua Visconde de Nácar, 1440, 28º Andar do Edifício Centro Século XXI, Centro, Curitiba/PR, e endereço eletrônico: ajurepr@bb.com.br; **MARCUS ANTONIO CORDEIRO RIBAS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SC 9.491, OAB/MS 22.473-A e CPF 653.330.519-04, domiciliado na Rua 13 de Maio, 2691, 3º andar, Centro, Campo Grande/MS, e endereço eletrônico: ajurems@bb.com.br; **RENATO CHAGAS MACHADO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 109.072-B e CPF 271.939.558-70, domiciliado na Rua Uruguai, 185, 10º andar, Centro, Porto Alegre/RS, e endereço eletrônico: ajurers@bb.com.br; **RICARDO MATOS E FERREIRA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PE 18.291, OAB/RN 1.082-A e CPF 352.134.504-15, domiciliado na Av. Rio Branco, 510, 5º andar, Cidade Alta, Natal/RN, e endereço eletrônico: ajurern@bb.com.br; **ROMEU DE AQUINO NUNES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MT 3.770 e CPF 274.264.751-15, domiciliado na Rua Lélio Gama, 105, 14º e 15º andares do Edifício Senador Dantas, Centro, Rio de Janeiro/RJ, e endereço eletrônico: ajure.rj@bb.com.br; **SANDRO DOMENICH BARRADAS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 115.559 e CPF 148.778.098-21, domiciliado na Rua Guilherme Moreira, 315, 7º andar, Centro, Manaus/AM, e endereço eletrônico: ajurean@bb.com.br; **SANDRO NUNES DE LIMA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/DF 24.693 e CPF 485.415.320-20, domiciliado na Praça XV de Novembro, 321, 6º e 7º andares, Centro, Florianópolis/SC, e endereço eletrônico: ajure.sc@bb.com.br; **SÉRGIO MURILO DE SOUZA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/DF 24.535 e CPF 499.787.721-20, domiciliado na Rua José de Alencar, 3115, 1º andar, Centro, Porto Velho/RO, e endereço eletrônico: ajurero@bb.com.br; **VICENTE PAULO DA SILVA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/DF 19.578 e CPF 593.677.416-34, domiciliado na Av. Duque de Caxias, 560, 4º andar, Centro, Fortaleza/CE e endereço eletrônico: ajurece@bb.com.br; **VOLNEI ROQUE ZANCHETTA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SC 11.464 e CPF 710.524.109-87, domiciliado na Av. Gomes de Castro, 46, 3º andar, Centro, São Luís/MA, e endereço eletrônico: ajure.ma@bb.com.br; (dados fornecidos por declaração, ficando o Outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), aos quais confere os poderes da **cláusula *ad judicia***, quer para a prática de atos em processos no âmbito judicial, quer para a prática de atos em processos no âmbito administrativo e os poderes especiais de: **receber citação**, reconhecer a procedência do pedido, desistir, dar e receber quitação, firmar compromisso, apresentar reclamação correicional e representação correicional e ingressar em recinto no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que participe, possa participar ou deva comparecer o Outorgante, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos ou administrativos, defender os direitos e interesses do Outorgante, podendo, para tanto, impetrar mandados de segurança, propor ou contestar ações, inclusive ações rescisórias, apresentar incidentes processuais e opor exceção de qualquer natureza, reconvir, nomear e impugnar peritos, solicitar a abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crime, prestar informações e usar de todos os meios de recursos em direito permitidos, em todas as instâncias, turmas recursais ou tribunais, aceitar ou embargar concordatas, requerer falências, declarar, habilitar e impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial e extrajudicial, representar o Outorgante perante quaisquer órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora outorgados, receber intimações para a ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que, por força de lei, devam ser feitas

SELO NO VERSO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091411563084300000124885470
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091411563084300000124885470
Assinado eletronicamente por: THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES - 14/09/2023 11:56:31



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091411563084300000124885470
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091411563084300000124885470
Assinado eletronicamente por: THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES - 14/09/2023 11:56:31

unicamente ao Outorgante. Nas hipóteses em que o Outorgante atue como convenente, conveniado, mandante, mandatário, gestor, mantenedor, os Outorgados ficam investidos de todos os poderes constantes dos respectivos contratos ou instrumentos de mandato que não excedam dos poderes antes descritos. O presente mandato não revoga outros mandatos que anteriormente tenham sido firmados e ratifica todos os atos praticados pelos advogados acima nominados que não extrapolem os poderes ora outorgados. **Os poderes ora conferidos poderão ser exercidos em conjunto ou individualmente e também podem ser substabelecidos, com ou sem reservas de iguais poderes, exceto o de receber citação.** (LAVRADO SOB MINUTA). Esclareço ao(s) outorgante(s) o significado deste ato após o que lhe(s) li em voz alta e pausada o presente instrumento que aceitou(aram) e assinou(aram). DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS DE ACORDO COM A LEI. DOU FÉ. Eu, ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizada, a lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. E eu, Tabelião Substituto, dou fé, assino e subscrevo. **(aa.)MARCELO ROBERTO DE LIRA, Tabelião Substituto, LUCINEIA POSSAR, nada mais.** Trasladada em seguida. E eu, _____, subscrevo, dou fé, e assino em público e raso. Guia de recolhimento nº 00249574, no valor de R$ 260,20, referente aos emolumentos cartorários. Selo Digital nº TJDFT20180100012634QPSS. Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

EM TESTEMUNHO ( ) DA VERDADE.

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
Eliene Gomes Lima Sampaio Silva
Escrevente

SELO NO VERSO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091411563084300000124885470
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091411563084300000124885470
Assinado eletronicamente por: THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES - 14/09/2023 11:56:31



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091411563084300000124885470
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091411563084300000124885470
Assinado eletronicamente por: THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES - 14/09/2023 11:56:31

BANCO DO BRASIL
AJURE MATO GROSSO

SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular, **SUBSTABELEÇO,** com reservas de iguais poderes, aos Drs. **Amanda Carina Uehara Paula de Lara** (OAB/MT 21.387-B – CPF 022.884.031-79), **Bruno Ramos Dombroski** (OAB/RJ 173.725 - CPF 008.480.020-83), **Edlaine Lúcia Soares de Oliveira** (OAB/MT 10.989 - CPF 967.487.611-15), **Deivison Vinicius Kunkel Lopes de Souza** (OAB/MT 14.690 – CPF 007.121.011-36), **Fábio Luis Nascimento dos Santos da Mota** (OAB/BA 19.615 – CPF 806.481.265-87), **Fábio de Oliveira Pereira** (OAB/MT 13.884 – CPF 889.780.521-34), **Hilvete Maria dos Santos** (OAB/DF 23.829 – CPF 333.708.421-49), **Fernando Marsaro** (OAB/MT 12.832 - CPF 703.687.911-49), **Luana de Almeida e Almeida Barros** (OAB/MT 7381 - CPF 815.187.901-78), **Lauren Ellwanger Seferin (**OAB/RS 54.520 - CPF 956.524.500-53), **Mauricio Ferreira de Campos Gonçalves de Paula** (OAB/MT 9.456 - CPF 816.406.411-49) **Nelson Feitosa Junior** (OAB/MT 8.656 - CPF 903.673.671-49), **Rodrigo Luiz da Silva Rosa** (OAB/MT 18.099 - CPF 481.742.384-68), **Ster Paula de Faria** (OAB/TO 5.541 - CPF 012.991.681-16), **Thais Fernanda Ribeiro Dias Neves** (OAB/MT 22.056 - CPF 707.546.401-91) e **William José de Araújo** (OAB/MT 3.928 - CPF 230.134.941-15), todos brasileiros, advogados integrantes da Assessoria Jurídica do Banco do Brasil no Mato Grosso - cujo endereço para fins de intimação forense é na Av. Dr. Hélio Ribeiro, nº 487, Edifício Concorde, 3º andar, Bairro Residencial Paiaguás, Cuiabá MT e CEP 78.048-250, os poderes da cláusula *ad judicia* e os especiais, *exceto receber citações*, que me foram conferidos pelo **BANCO DO BRASIL S.A.**, CNPJ/MF nr. 00.000.000/0001-91, representado pela sua Diretora Jurídica, através do instrumento público de procuração datado de ***05/05/2022 (protocolo 869764, livro 3561, folha 065, Cartório do 5º Ofício de Notas de Taguatinga-DF***), podendo os respectivos advogados agir em conjunto ou separadamente e independente da ordem de nomeação. O presente instrumento não revoga poderes anteriormente outorgados e ratifica atos já praticados.

Cuiabá (MT), 01 de agosto de 2022.

Marcelo Guimarães Marotta
OAB/AM 10.856

Assinado eletronicamente por:
F6768772 - MARCELO GUIMARAES MAROTTA - 03/08/2022 às 13:14
Código Validação: 129602120110684
https://www49.bb.com.br/assinatura-digital/#/17,506276,1,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:42
Número do documento: 23091411563084300000124885470
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091411563084300000124885470
Assinado eletronicamente por: THAIS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES - 14/09/2023 11:56:31

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

PROCESSO Nº 1018995-61.2023.8.11.0000

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) 1018995-61.2023.8.11.0000

EMBARGANTE: SIDNEY PINTO DE MELLO, MARA VIOLIN DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO

EMBARGADO: RURAL BRASIL S.A.

Vistos.

Trata-se de Embargos de Declaração oposto por **SIDNEY PINTO DE MELLO** (Id-179480158), contra decisão proferida pela Relatora em substituição legal, que atribuiu efeito suspensivo ao Recurso de Agravo de Instrumento n. 1018995-61.2023.8.11.0000, no qual o Embargante figura como Agravado.

Aduz, em síntese, que não se analisou corretamente o conjunto probatório, e por isso obrou em erro de fato, máxime quanto ao fato de sequer ter a parte Embargada habilitado aos autos de origem a fim de obter conhecimento das razões iniciais e documentos (dezenas) que levaram a decisão atacada.

Afirma que este E. Tribunal foi induzido a erro ao determinar a

suspensão da decisão proferida pelo Juízo de primeiro grau.

Assevera que não fora levando em consideração que o número de grãos ali garantidos e perseguidos pela Embargada não reflete a realidade da safra de milho deste ano a qual os Embargantes realizaram como resultado da colheita, fato esse que mesmo de ciência pela Embargada, fora omitido perante este E. Tribunal. Outrossim, os mesmos eram sabedores de que a safra da qual advém a garantia outrora ofertada, teve como fator climático adverso, ocasionado a significante quebra de safra.

Assevera que não restaram demonstrado pela Embargada os requisitos necessários para a suspensão da decisão proferida pelo Juízo de primeiro grau.

Afirma que, havendo quebra de safra e, devidamente constatado tal assertiva, o credor deixará de ser extraconcursal, para se submeter aos efeitos da Lei 11.101/2005, ante a parte final disposta no art. 11 da Lei 8929/94. Ainda que assim não fosse, seria prematuro manter a liminar deferida neste recurso, sem antes da análise feita na constatação prévia, seja sobre a essencialidade dos bens, seja sobre a quebra da safra.

Aduz que a manutenção da decisão liminar proferida pela Relatora em substituição legal, esta por evidenciar a irreversibilidade do quadro fático, situação essa que traria em sérios prejuízos a tramitação do processo recuperacional e consequente quebra da atividade desempenhada pela parte Embargante.

Assevera que a manutenção da decisão representa o arresto de quase toda produção da sagra de milho 2023 de todos Embargantes, o que representa no risco do resultado útil do processo recuperacional decorrente da própria necessidade de que haja alguma atividade empresarial a ser resguardada.

Por último afirma que teve o seu processamento recuperacional deferido pelo Juízo singular.

Ao final, pugna pela retificação da decisão recorrida.

A parte Embargada apresentou contrarrazões aos Embargos de Declaração constante do Id-181008186, nas quais, em síntese, pugna pela rejeição dos embargos.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, a decisão exarada no Recurso de Agravo de Instrumento n. 1018995-61.2023.8.11.0000 atribuiu efeito suspensivo ao recurso suspendendo a decisão recorrida.

Alega o Embargante a não apreciação de pontos relevantes trazidos em suas razões recursais, máxime quanto a interpretação das cláusulas contratuais havida no Contrato de Arrendamento Rural havido entre as parte litigantes.

Contudo, os Embargos devem ser rejeitados, senão vejamos:

Da análise dos autos se denota que as demandas propostas pela parte Embargada conta com o título de crédito consistente na CPR N.º 817/2022 e 12/2023, decorrentes da operação Barter, firmada entre os Embargantes/Agravado e o Banco Embargado/Agravante, que por força do art. 11 da Lei 8.929/94, não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, bem como em razão do fato de, conforme destacado pela Relatora em substituição legal as commodities e, no caso em análise, o milho não consiste em bem de capital essencial ao processo produtivo do empresário, conforme entendimento dominante, de modo que é possível verificar a probabilidade do direito da Embargante.

Não se pode deixar de considerar ainda o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo se extrai do fato de que os grãos possuem elevadíssima liquidez no mercado, sendo plausível a manutenção da decisão que determinou o restabelecimento dos efeitos do arresto determinado nos autos n° º 5425690- 61.2023.8.09.0093 e 5427449-60.2023.8.09.0093, ambas em trâmite pelo Juízo da Comarca de Jataí/GO.

Ademais, a alteração da Lei de Recuperação e Falências ocorrida no ano de 2020, em destaque em seu artigo 11 da Lei 8.929/04, passando a prever que os créditos que têm origem em operação de Barter são extraconcursais, estando, portanto, expressamente excluídos dos efeitos da recuperação judicial, *verbis:*

> **“Art. 11. Não se sujeitarão aos efeitos da recuperação judicial os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR com liquidação física, em caso de antecipação parcial ou integral do preço, ou, ainda, representativa de operação de troca por insumos (barter), subsistindo ao credor o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente da cédula ou de qualquer terceiro, salvo motivo de caso fortuito ou força maior que comprovadamente impeça o cumprimento parcial ou total da entrega do produto. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020).**

Dentro dessa interpretação, os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR, representativa de operação de troca de produtos por insumos, denominada Barter, estão excluídos dos efeitos da recuperação judicial por força de lei, bem como por se tratar de créditos extraconcursais.

Outrossim, o chamado *"stay period"* que determina a suspensão das ações e execuções movidas em face da Recuperanda, durante o período de 6 (seis) meses, a fim de permitir a proteção do patrimônio empresarial não se aplica ao caso em tela, posto que o produto agrícola não se enquadra com bem essencial a justificar a reforma da decisão que se recorre, isso porque o Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento de que os produtos agrícolas não poderão ser considerados como bens de capital essenciais à atividade empresarial, devendo ser considerados para tanto apenas aqueles bens de capital que integram a cadeia produtiva da empresa em recuperação, tais como: máquinas, veículos, equipamentos e instalações da sociedade empresária, que não é o caso dos autos.

A par disso, denota-se que tal alegação é muito mais fruto da inconformidade da Embargante pelo fato de a decisão recorrida não ter acolhido o entendimento segundo o ângulo jurídico que mais lhe atina, do que pela existência de qualquer defeito que justifique sua integração por meio do Recurso.

Importante ressaltar que os Embargos Declaratórios são cabíveis quando na decisão embargada houver contradição, obscuridade, omissão e erro material (art. 1.022 do CPC). Em relação a esta última, deve ser considerada quando o Juiz ou Tribunal omite-se em relação a ponto sobre o qual deveria se pronunciar. Isso não significa que o julgador esteja obrigado a responder a todas as alegações e argumentos das partes. Basta que expresse os motivos que reputa suficientes à conclusão. O fundamento em que se baseia para decidir de uma outra forma constitui a motivação, requisito essencial à validade do julgamento.

Aliás, os Embargos Declaratórios não devem ser utilizados para provocar um reforço na fundamentação, ou para correção de má apreciação de prova, ou mesmo, para a veiculação de quaisquer críticas nesse sentido, uma vez que estas são claras matérias de mérito, que, portanto, não se cingem aos estreitos limites dessa espécie recursal.

Dessa feita, analisada a matéria, deve a Embargante deduzir suas irresignações pelos meios recursais próprios e não por meio de Embargos de Declaração, cujas hipóteses de cabimento são estritamente previstas pelo ordenamento processual.

Forte nessas razões **REJEITO** os Embargos de Declaração, a fim de manter incólumes os precisos termos da decisão recorrida.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Cuiabá/MT, datado e assinado digitalmente.

Desa. Maria Helena G. Póvoas,

Relatora.

i

14 de setembro de 2023.

ERICA RONDON CERQUEIRA CALDAS

Diretor de Secretaria

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO

Autos nº: 1022463-24.2023.8.11.0003
Natureza: Recuperação Judicial

ROGÉRIO DE LELLIS PINTO, brasileiro, casado, advogado, inscrito nos quadros da OAB-DF sob o nº 25.248 e OAB-SP sob o nº 315.485, com escritório profissional à SHS Quadra 6, Bloco E, Salas 1312/1313, Complexo Empresarial Brasil XXI, Brasília-DF, vem, respeitosamente, à honrosa presença de Vossa Excelência expor e requerer o que adiante se segue.

Através da decisão de ID 6555885 este i. Juízo deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado por Sydney Pinto de Mello, Mara Violin de Mello, Vera Lúcia Gallo de Mello, Rafael Rodrigo Gallo de Mello, Marco Antônio de Mello e Edson Pinto de Mello, todos integrantes do denominado Grupo Mello.

Ainda por meio da referida decisão Vossa Excelência, entre outros pontos, nomeou este advogado como Administrador Judicial, concedendo-nos prazo para apresentação de proposta de trabalho através de orçamento detalhado do que será necessário para a execução da administração judicial.

Franqueou também a este Administrador nomeado e aos Recuperandos a possibilidade de, em havendo acordo,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23091509524589800000124996362
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091509524589800000124996362
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 15/09/2023 09:52:46

submeter a este i. Magistrado os honorários que serão devidos à Administração Judicial para assim haver a devida homologação.

Sob essa perspectiva, informa a Administração Judicial que houve acordo com os Recuperandos em relação aos honorários devidos e a forma de pagamento, conforme consta do Termo de Acordo que subsidia a presente manifestação.

Importante esclarecer Excelência que os honorários acordados obedecem aos limites estabelecidos pelo § 1º do art. 24 da Lei nº 11.101/05, já que estão fixados em 3% (três por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial.

Por outro turno, é importante informar que o Termo de Compromisso de que fala o art. 33 da Lei nº 11.101/05 nos foi encaminhado pela d. Serventia da Vara e já devolvido no prazo legal com a devida assinatura.

Diante do Exposto, requer a Administração Judicial a Vossa Excelência que, após a manifestação do r. representante do Ministério Público, sejam homologados os honorários de administração fixados no termo de acordo anexo.

Termos em que pede deferimento.

Brasília-DF, 15 de setembro de 2023.

ROGÉRIO DE LELLIS PINTO
OAB-DF 25.248

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23091509524589800000124996362
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23091509524589800000124996362
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 15/09/2023 09:52:46

TERMO DE ACORDO ACERCA DOS HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL NOMEADA NOS AUTOS 1022463-24.2023.8.11.0003 EM TRÂMITE NA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

De um lado, **ROGÉRIO DE LELLIS PINTO**, brasileiro, advogado, casado, portador do CPF nº 796.437.521-00, inscrito na OAB-DF sob o nº 25.248, com endereço profissional na SHS Qd 06, Bloco E, Salas 1312/1313, Complexo Empresarial Brasil XXI, endereço eletrônico: rogerio@rogerioadvocacia.com;

De outro lado, **SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **MARA VIOLIN DE MELLO,** brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **EDSON PINTO DE MELO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; **RAFAEL**

RODRIGO GALLO DE MELLO, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; e **MARCO ANTONIO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000 – **GRUPO MELLO – RECUPERANDOS.**

Considerando que os Recuperandos ajuizaram seu pedido de Recuperação Judicial nº 1022463-24.2023.8.11.0003, em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis/MT, cuja decisão de deferimento se deu no dia 01.09.2023;

Considerando que o Dr. Rogério, acima qualificado, foi nomeado para exercer a função de Administrador Judicial, na forma da decisão de ID 128001626, prolatada nos autos do Processo de Recuperação Judicial em questão;

Considerando que este juízo, dentre outras determinações, possibilitou à Administração Judicial e aos Recuperandos, formalizarem petição em comum acordo quanto ao valor dos honorários a serem pagos à Administração Judicial, devendo, para tanto, ser levada em juízo para homologação nos seguintes termos;

"Desde já, em congruência com os princípios da cooperação, da celeridade e da efetividade processual, registro que, em não havendo dissonância quanto ao valor dos honorários, poderá ser apresentada petição comum à Administração Judicial e às recuperandas (em substituição às anteriormente mencionadas), tão somente para que os honorários sejam homologados pelo Juízo, após a prévia oitiva do Ministério Público."

As Partes têm entre si, por justo e acordado, o presente Termo de Acordo, que desde já requer sua homologação, após cumprimento do regramento contido na decisão de deferimento do processamento, mediante as cláusulas abaixo contratadas.

DA REMUNERAÇÃO: Por meio desta via, as Partes acordam que a remuneração a ser paga à Administração Judicial nomeada perfaz o equivalente a 3% (três por cento) **sobre o total do passivo sujeito/submetido aos autos recuperacionais,** que no presente momento perfaz a quantia de R$ 50.396.526,43 - o que representa em face do acordo ora pactuado, na data de assinatura deste instrumento, o montante de **R$ 1.511.895,79 (hum milhão, quinhentos e onze mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos)**, e considerando o fluxo de caixa dos produtores rurais componentes do Grupo Mello, guardar relação direta com a atividade de produção rural, que comumente se dá após a colheita das safras cultivadas (soja/milho), resta acordado que, o montante ora pactuado, será adimplido da seguinte maneira:

- 8 (oito) parcelas semestrais de **R$ 188.986,97 (cento e oitenta e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos)** cada;
- As parcelas serão pagas nas datas de: **30.03.2024; 30.08.2024; 30.03.2025; 30.08.2025; 30.03.2026; 30.08.2026; 30.03.2027**, consecutivamente.
- Em havendo disponibilidade no caixa, poderá ser objeto de adiantamento a parcela pactuada para o dia 30.03.2024, desde que em comum acordo entre as partes.
- Os pagamentos serão efetuados em conta do escritório do qual o Administrador Judicial nomeado é sócio proprietário a saber: Rogério de Lellis Pinto - Sociedade Individual de Advocacia, CNPJ nº 24.625.680/0001-05, Banco Safra, Ag: 0052, Conta Corrente: 0586769-4.

Não incidirão juros ou correção monetária sobre as parcelas, devendo os Recuperandos procederem com os pagamentos nos exatos termos dos valores constantes acima.

Ainda, se comprometem os Recuperandos, a instaurar um incidente processual (para tramitar associado ao processo de recuperação judicial), onde comprovará

semestralmente o pagamento dos honorários, para controle judicial, garantia de transparência e para evitar burocracia cartorária de emissão de guias de levantamentos judiciais, conforme determinação na decisão de ID 128001626, tão logo seja liquidado o pagamento da 1ª parcela na forma do presente acordo.

Deste modo, estando as partes acima ajustadas, é de rigor que o presente acordo seja homologado pelo juízo recuperacional, após oitiva do Ministério Público, consoante os termos da decisão de ID 128001626.

E, por estarem, desse modo, justos e contratados, firmam o presente instrumento ao qual será levado em juízo para sua homologação.

Rondonópolis/MT, 14 de setembro de 2023.

Rogério de Lellis Pinto
Administrador Judicial

Sidney Pinto de Mello
Recuperando

Edson Pinto de Mello
Recuperando

Marco Antônio de Mello
Recuperando

Rafael Rodrigo Gallo de Mello
Recuperando

Vera Lúcia Gallo de Mello
Recuperanda

Mara Violin de Mello
Recuperanda

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

PEDIDO URGENTE – LEVANTAMENTO DE VALORES – FLUXO DE CAIXA – INÍCIO SAFRA PRÓXIMOS DIAS.

PROCESSO N.º 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS – TODOS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, informar e requerer o que a seguir se expõe:

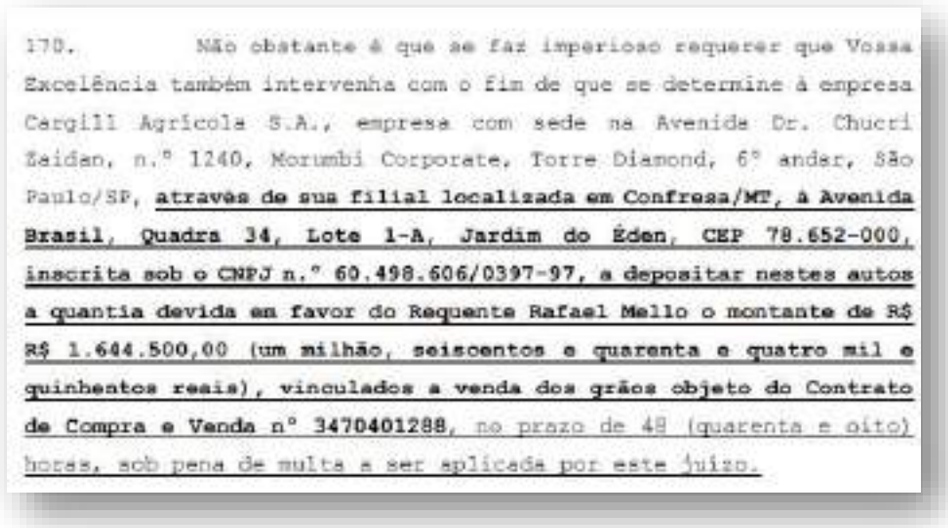
I – DO ANDAMENTO PROCESSUAL.

1. Depreende-se dos autos que em 01.08.2023, o Grupo Recuperando ingressou com seu pedido de Cautelar Preparatória para Propositura de Recuperação Judicial, onde aquela inicial, além de inúmeros pedidos, restou devidamente acompanhada da maioria dos documentos legais exigidos para a propositura do pedido principal, qual seja, o pedido de recuperação judicial.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

2. Os principais pedidos consistiam na suspensão do arresto deferido na Cautelar n.º 5425690-61.2023.8.09.0093 em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, visando o arresto de 160 mil sacas de milho produzidos pelos Requerentes e que foi objeto de garantia na CPR n.º 817/2022 ali ajuizada.

3. Não menos importante, um outro pedido consistia em:



170. Não obstante é que se faz imperioso requerer que Vossa Excelência também intervenha com o fim de que se determine à empresa Cargill Agrícola S.A., empresa com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, n.º 1240, Morumbi Corporate, Torre Diamond, 6º andar, São Paulo/SP, **através de sua filial localizada em Confresa/MT, à Avenida Brasil, Quadra 34, Lote 1-A, Jardim do Éden, CEP 78.652-000, inscrita sob o CNPJ n.º 60.498.606/0397-97, a depositar nestes autos a quantia devida em favor do Requente Rafael Mello o montante de R$ R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), vinculados a venda dos grãos objeto do Contrato de Compra e Venda nº 3470401288**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa a ser aplicada por este Juízo.

4. Isso porque referido pedido fez-se necessário posto que, o Recuperando Rafael, pertencente ao Grupo Mello, em sua última produção de soja, vendeu na data de 03.05.23 à armazenadora de grãos Cargill Agrícola S.A. a quantidade de 14.300 sacas de soja, de 60kg cada (858.000 kg de soja), conforme Contrato de Compra e Venda nº 3470401288, anexado em ID 124898090.

5. Conforme já discorrido na inicial da Cautelar, com a referida venda, o Recuperando Rafael procedeu com a entrega exata do bem, mas contudo até então não havia tido a contrapartida da transação.

6. Tudo porque a Cargill Agrícola se negava a efetuar o pagamento com o argumento de que o Sr. Rafael precisaria apresentar toda documentação exigida para que então aquela empresa pudesse efetuar o pagamento do acordado.

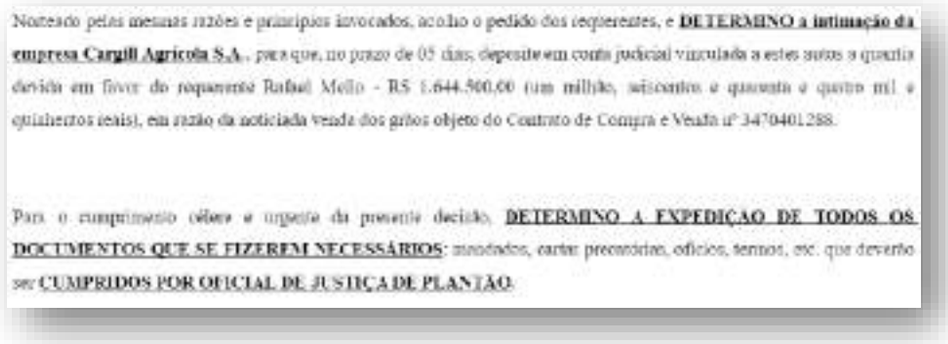
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

7. Importante deixar destacado que a Cargill Agrícola não faz parte do Quadro Geral de Credores apresentado em ID 124898065, caso em que não havia justificativa plausível para sua negativa.

8. Fato é que tal negativa foi justificada pela existência de penhor relacionado a credora Rural Brasil, ao passo que, referido penhor foi novado por força das notas promissórias já apresentadas a estes autos (ID 124898941), bem como à confecção de novas CPR's para Safra de milho/2023 (objeto das ações de arrestos que já foi objeto de discussão nestes autos e que foram cumpridos), conforme afirmação da própria credora a qual veremos adiante.

9. Nesse sentido, se o VENDEDOR entregou a coisa em sua totalidade, não há razão ao COMPRADOR para deixar de efetuar o pagamento da quantia avençada, ainda mais quando ocorrida novação de dívida, oportunidade que deixou de existir o penhor outrora causa de "impedimento".

10. Assim, mencionado pedido, após minuciosa análise, foi deferido por este juízo na decisão proferida em ID 125663061, determinando a expedição de todos os documentos que se fizessem necessários para o cumprimento da medida:



Norteado pelos mesmos razões e princípios invocados, acolho o pedido dos requerentes, e **DETERMINO a intimação da empresa Cargill Agrícola S.A.**, para que, no prazo de 05 dias, deposite em conta judicial vinculada a estes autos a quantia devida em favor do requerente Rafael Mello - R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), em razão da noticiada venda dos grãos objeto do Contrato de Compra e Venda nº 3470401288.

Para o cumprimento célere e urgente da presente decisão, **DETERMINO A EXPEDIÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS**: mandados, cartas precatórias, ofícios, termos, etc. que deverão ser **CUMPRIDOS POR OFICIAL DE JUSTIÇA DE PLANTÃO**.

11. E assim, esta serventia expediu mandado para cumprimento (ID 126171553), restando o mesmo devidamente cumprido em ID 126352967. Recebido a intimação, a empresa Cargill Agrícola S.A., tão logo providenciou o depósito da quantia de R$ 1.556.645,99 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos) nos autos, conforme comprovante em ID 126597564.

12. Na mesma decisão, este juízo determinou que se realizasse a Constatação Prévia em duas etapas, que também já restou superada em ID's 127164482 e 127786385 e, no prazo determinado, o Grupo Mello apresentou seu pedido de Recuperação Judicial (ID 127253778), o qual foi deferido em ID 128001626.

13. O trâmite processual até o momento segue com seu andamento regular, tendo o Grupo recuperando apresentado aclaratórios acerca da tese de Consolidação Substancial apresentada no pedido principal, mas não apreciada, a qual resta pendente de julgamento; já cumpriu com o envio da minuta do edital de deferimento à secretaria, bem como aguarda a intimação para publicação deste e o cadastramento do parcelamento das custas já deferido por este juízo, para que se dê início aos pagamentos.

II – DO PEDIDO DA CREDORA RURAL BRASIL LTDA. EM ID 128873726 – E DO IMEDIATO LEVANTAMENTO PELOS RECUPERANDOS – ESSENCIALIDADE PARA CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES – COMPRA INSUMOS SAFRA 23/24

14. Sem qualquer intimação, espontaneamente, a credora Rural Brasil Ltda, compareceu aos autos em ID 128873726 para colocar em pauta a deliberação da quantia depositada pela Cargill Agrícola no valor de R$ 1.556.645,99 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos).

15. Alegou em suma que tal quantia advém de sua fomentação da lavoura de safra de soja 2023/2023 do Grupo Mello "*através do fornecimento de insumos agrícolas em operação de barter que se configurou pela obrigação de entrega pelo Agravado, até o dia 05 de fevereiro do presente ano (2023), o total de 62857 sacas de 60 kg de soja cada, safra 2023/2023, obrigação essa representada pelas Cédulas de Produto Rural 489/2022 Doc. – 01), no volume de 42.735*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

sacas e 490/2022, no volume de 20.122 sacas (Doc. 02) devidamente registrada perante a B3 – Brasil – Bolsa – Balcão (Docs. 03 e 04), em atendimento a Lei da CPR." (ID 128873726 – Linha 5).

16. Afirmou veementemente que as mencionadas CPR's não foram objetos de novação, possuindo origem em negócios jurídicos distintos dos que originaram as Notas Promissórias apresentadas pelo Grupo recuperando em ID 124898941, caso em que configuraria em obrigações distintas.

17. Destaca que as obrigações entre o grupo recuperando e a credora se configura por operações de *barter* e pugna pelo que preconiza o art. 11 da Lei das CPR's (Lei 8.929/94), alterado pela Lei nº 14.112/2020, frisando que CPR's físicas não se sujeitam aos efeitos da Lei 11.101/2005.

18. Relatou que em análise ao que foi apresentado nos autos pelo Grupo Recuperando, verificou-se que *"no momento em que fora constituído o negócio jurídico de compra e venda e, por conseguinte, a transmissão da quantidade de 14.300 sacas de grãos de soja, a Credora Rural Brasil já possuía o direito de preferência e sequela em razão do penhor constituído em face dos grãos produzidos pelos Recuperandos, conforme se verifica das anexas Cédulas de Produto Rural em anexo (Cédulas de Produto Rural nº 489 e nº 490)."* (ID 128873726 – Linha 14).

19. Que mencionado negócio (recuperandos x Cargill – em 20.05.2023) foi realizado quando o grupo já se encontrava inadimplente com a credora (05.02.2023), caso em que o valor depositado pela Cargill nestes autos deve ser destinado à credora Rural.

20. Frisou ainda que, caso esse não seja o entendimento de Vossa Excelência, que se mantenha depositado tal quantia a estes autos, até sobrevenha decisão/parecer em futura discussão dos créditos em Divergência e/ou Impugnação de Crédito.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

21. **Contudo Excelência, o pedido da referida credora não merece prosperar, ainda que fosse realidade o que fora exposto pela credora, o que não é conforme será demonstrado adiante, caberia ao Juízo da RJ, a deliberação sobre os atos expropriatórios e a SOLIDEZ DO FLUXO DE CAIXA para os recuperandos, conforme recentíssima jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, vejamos:**

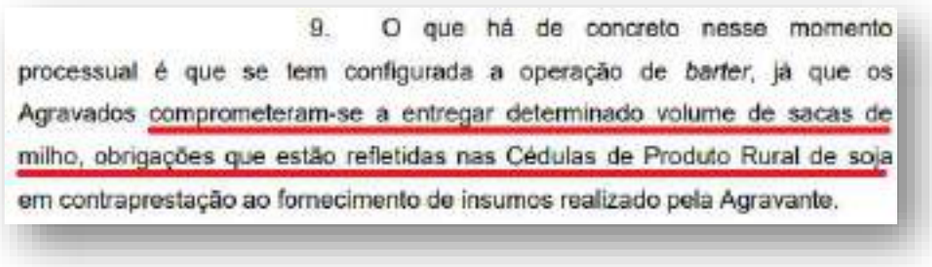
> AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA EXERCER O CONTROLE DOS ATOS DE CONSTRIÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
>
> 1. Cabe ao juízo da recuperação judicial exercer o controle dos atos constritivos incidentes sobre o patrimônio de empresa, aferindo a essencialidade dos bens para seu reerguimento.
>
> 2. Os estreitos limites do conflito de competência não autorizam discutir a natureza do crédito - se concursal ou extraconcursal -, devendo o debate ocorrer nas vias e recursos próprios.
>
> **3. Ainda que se atribua o caráter extraconcursal a crédito, incumbe ao juízo em que se processa a recuperação judicial deliberar sobre os atos expropriatórios e sopesar a essencialidade dos bens de propriedade de empresa passíveis de constrição e a solidez do fluxo de caixa.**
>
> 4. Agravo interno desprovido.
>
> **(AgInt no CC n. 194.397/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Seção, julgado em 28/6/2023, DJe de 3/7/2023.)**

22. **Entretanto não é a realidade que o crédito em que se busca levantar permaneceu vinculado à CPR outrora firmada.** Primeiramente convém salientar que as operações realizadas nas CPR's de ID's 128903525 e 128903529 foram novadas, por força das notas

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

promissórias apresentadas em ID 124898941 e que acompanham a inicial de cautelar, bem como foram reforçadas pelas CPR's de milho da safra de 2023 que foram objeto de arresto trazido em discussão a estes autos.

23. Este último ponto foi confirmado pela credora em seu requerimento, conforme sua afirmação na linha 9, assim disposta:



9. O que há de concreto nesse momento processual é que se tem configurada a operação de *barter*, já que os Agravados comprometeram-se a entregar determinado volume de sacas de milho, obrigações que estão refletidas nas Cédulas de Produto Rural de soja em contraprestação ao fornecimento de insumos realizado pela Agravante.

24. Ora, se a CPR do milho (safra posterior a de soja) se reflete na CPR de soja trazida aos autos pela credora, por obvio que esta última foi objeto de novação.

25. Tanto é verdade que, se assim não fosse, a credora teria buscado seu direito para tais títulos pelas mesmas vias judiciais a que se buscou para as CPR's de milho, procedendo com demanda judicial própria; negativando os devedores; o que não ocorreu.

26. Em análise aos títulos trazidos pela credora aos autos, estes possuem seu foro de eleição a Comarca de Jataí/GO e, necessariamente, suas demandas judiciais, se propostas, deveriam tramitar naquela Comarca.

27. Em pesquisa ao sítio do TJGO não há qualquer demanda distribuída naquela Comarca, cujo objeto trata-se das CPR's 489 e 490 aqui discutidas, ao passo que há tão somente as ações de arrestos aqui já informadas, cujo objeto são as CPR's de milho.

28. Ressalta-se ainda que, não há e NÃO HOUVE qualquer apontamento acerca da inadimplência dos mencionados títulos em desfavor dos recuperandos junto ao SPC - SERASA, não existia

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

qualquer apontamento nas mencionadas empresas de negativação ao tempo do vencimento da CPR, outrora novada, conforme comprovado pelos extratos anexos **(DOC. 01).**

29. **Bem como não houve qualquer ação judicial ou extrajudicial promovida pela credora em questão em face dos créditos cujo objeto são as CPR's 489 e 490, por óbvio, não eram mais exigidas por força da novação.**

30. E não há mesmo porque existir tais demandas e/ou apontamentos, posto que os títulos em questão foram renegociados, ocorrendo assim sua novação.

31. Ora Excelência, a credora em questão quer fazer acreditar, na tentativa de induzir este D. Juízo em erro, no sentido de que permaneceu inerte (com o crédito dos recuperandos em aberto), lançando mão a qualquer meio de cobrança dos valores vencidos pelas CPR (soja) objetos de novação: ***SERASA – PROTESTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO – CAUTELAR - ARRESTO – SEQUESTRO.***

32. **Quer fazer acreditar que a garantia vinculada a safra de soja 22/23 ainda permanece vigente, apesar de vencida há mais de 7 (sete) meses de modo que não tomou nenhuma medida para fazer valer sua garantia. Um verdadeiro contrassenso, vez que após o vencimento da CPR vinculada ao milho, que se deu em 30.06.2023 a credora em questão promoveu ação cautelar de arresto, após passados 6 (SEIS) dias do vencimento! (ID. 124897210)**

33. Clarividente e comprovadamente, que a renegociação se deu em virtude das notas promissórias de ID 124898941 já endossadas e, reforçadas pelas CPR's da safra de milho objeto de arresto cautelar pela credora, conforme afirmação dada por ela mesmo em seu petitório - (ID 128873726 – Linha 9).

34. **Vejamos que enquanto as CPRs apontas pela credora em IDs. (128903515/128903535) foram emitidas em agosto e outubro de 2022, com previsão de cumprimento em Fev/2023 – já as NOTAS PROMISSÓRIAS foram emitidas em Maio/2023 (ID. 124898941), bem como**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

as CPRs vinculadas a safra de milho, das quais somente foram objetos de registro no mês de Fev/2023.

35. Em nenhuma hipótese a credora deixaria valores em abertos, advindos da safra de soja 2022/2023 para a safra de milho 2023, sem que houvesse a novação, ou a expropriação por via judicial.

36. Assim, a venda dos grãos à Cargill, cujo valor fora depositado nestes autos não são de direito da credora Rural como ela fez crer em seu requerimento, caso em que referido valor não deve ser disponibilizado para a credora em questão, conforme requerido por esta, que na tentativa de induzir este D. Juízo em erro, trouxe elementos distorcidos e inverídicos aos autos.

III – DO LEVANTAMENTO DO VALOR DEPOSITADO NESTES AUTOS PELO GRUPO RECUPERANDO - DA NECESSIDADE E COMPROVAÇÃO QUE JUSTIFIQUE O LEVANTAMENTO PELO GRUPO MELLO.

37. Ultrapassado tal ponto, o levantamento dos valores **R$ 1.556.645,99 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos)** – ID. 126597560 em favor dos Recuperandos é medida que se impõe. Importante consignar que o valor a que se pretende levantar, **significa APENAS cerca de 25% da necessidade IMEDIATA para fazer frente as despesas necessárias e vinculadas ao início da safra de soja 23/24 nos PRÓXIMOS DIAS.**

38. Isso porque, tendo em vista a manutenção da fonte geradora de riqueza e preservação da atividade desenvolvida do grupo recuperando, vez que, como documentalmente já comprovado nos autos, o grupo atravessa momentânea crise financeira, onde seu caixa se apresenta insuficiente para a safra futura.

39. Inicialmente mencionamos que, ainda que o grupo recuperando tenha se socorrido da Lei 11.101/2005, a informação de "estar em recuperação judicial", fecha inúmeras portas, onde a

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

aquisição de insumos, por exemplo, só se mostra possível com o seu pagamento à vista.

40. Lado outro, os referidos valores decorrem da relação contratual vinculado ao Contrato de Compra e Venda de Grãos realizado em 03.05.2023 firmado entre o recuperando Rafael e a armazenadora Cargill Agrícola, onde fora vendida sua última produção de soja, cuja quantidade entregue foi de 14.300 sacas de soja, de 60kg cada (858.000 kg de soja), conforme Contrato de Compra e Venda nº 3470401288, anexado em ID 124898090.

41. Conforme amplamente discorrido em tópico anterior, não há qualquer vínculo/impedimento acerca dos valores aqui depositados, posto que a CPR que originou aquela safra fora objeto de novação.

42. Destarte, sendo a atividade dos recuperandos, produtores rurais que são, exclusivamente a de cultivar, plantar, colher e vender *commodities*, gerando receitas em seu favor, não há, portanto, qualquer outra forma de arrecadação de ativo, reiniciando a cada ciclo sua cadeia produtiva, necessitando estes dos valores para a produção do próximo ciclo.

43. Nesta senda, o valor da safra de soja aqui depositados, devem ser levantados pelos recuperandos, posto que essenciais para aquisição de insumos para a safra de soja de 2023/2024, que tem início nos **PRÓXIMOS DIAS.**

44. Cabe ressaltar que o caixa do grupo apresenta-se insuficiente para aquisição do básico para referida safra que se aproxima, já que sofreram com a quebra de safra do milho e, a produção colhida, fora arrestada pela credora Rural Brasil, conforme já discutido nestes autos, não lhe restando saldo suficiente para a sua próxima produção.

45. Assim, com a pecha de recuperação judicial, somado ao arresto sofrido sobre a produção de milho que, já seria baixo o seu resultado ante a quebra de safra ocorrida, imperioso que tais valores estejam disponíveis aos recuperandos o quanto antes para a

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

aquisição dos insumos necessários para aquisição da safra futura que já se aproxima.

46. **Para tanto, traz-se aos autos os orçamentos realizados para a aquisição de fertilizante, semente e químico e despesas extraconcursais iniciais e vinculadas ao presente feito. Vejamos a IMEDIATA E NECESSÁRIA DISPONIBILIDADE DE CAIXA PARA FAZER FRENTE AO INÍCIO DA SAFRA 23/24 NOS PRÓXIMOS DIAS: (Doc. 02):**

PRODUTOR	DESPESA /FORNECEDOR - INSUMO	VALOR NECESSÁRIO	LOCAL DESTINO
TODOS	*PARTE FERTILIZANTES - MOSAIC - COOPERATIVA INTEGRADA AGROINDUSTRIAL*	***R$ 3.850.000,00***	*TODAS AREAS*
RAFAEL	*INSUMOS - SUPREMA AGRO*	***R$ 1.136.191,00***	*STA CRUZ DO XINGU*
MARCO	*INSUMOS - SUPREMA AGRO*	***R$ 1.113.812,50***	*STA CRUZ DO XINGU*
	CUSTAS PROCESSUAIS	***R$ 100.206,66***	*RECUPERAÇÃO JUDICIAL*
	TOTAL	R$ 6.200.210,16	

47. **VEJAMOS QUE O VALOR DE R$ 6.200.210,16 (Seis milhões e duzentos mil, duzentos e dez reais e dezesseis centavos)– REPRESENTA APENAS PARTE DO QUE É NECESSÁRIO, ao Grupo Mello, PARA QUE SE DE INÍCIO AO PLANTIO DA SAFRA DE SOJA 2023/2024**, certo que o custo inicial da produção não é baixo e, qualquer quantia disponível em favor do grupo recuperando QUE ATRAVESSAM CRISE DE LIQUIDEZ por força do que fora exposto no presente caderno, é medida de EXTREMA necessidade para a manutenção de sua atividade.

48. Conforme exposto, o levantamento dos valores depositados nos autos **significa APENAS cerca de 25% da necessidade IMEDIATA para fazer frente as despesas necessárias e vinculadas ao início da safra de soja 23/24 nos PRÓXIMOS DIAS.**

49. E assim, diante do volume acima apresentado e documentalmente comprovado e, não havendo nenhum empecilho que obste o levantamento da quantia depositada pela armazenadora Cargill Agrícola nestes autos, é que se faz necessário a expedição de alvará em favor dos recuperandos para que estes levantem tal valor e o utilizem em seu favor para a produção da próxima safra, caso em que poderá ser acompanhado pela administração judicial nomeada, se assim Vossa Excelência entender necessário.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

50. Vejamos que o levantamento dos valores em que ora se requer, são parte dos valores necessários a continuidade integral da atividade dos recuperandos, sendo que outra parte, advém da necessidade do levantamento e reconhecimento da essencialidade dos grãos da safra de milho 2023, objetos de arresto e que pende de deliberação em segundo grau, conforme já debatido no presente caderno processual.

51. Somente com os esforços ora apresentados, é que será possível dar fiel cumprimento ao objetivo maior da Lei 11.101/2005, estampado no Art. 47, norteado pelo princípio da Preservação Empresarial.

52. Diante do exposto, e considerando que a credora Rural Brasil se manifestou espontaneamente nos autos acerca da quantia depositada e o grupo recuperando já contestado suas alegações neste ato, desnecessária nova intimação à credora, contudo, se fazendo necessária a intimação da Administração Judicial, **QUE PODERÁ ATESTAR O QUE ORA SE EXPÕE E REQUER**, e do Ministério Público para proferirem parecer acerca do presente pedido.

IV – DOS PEDIDOS.

Diante o exposto, requer seja indeferido o pedido da credora Rural Brasil disposto em ID 128873726, posto que os títulos ali apresentados foram novados, conforme amplamente demonstrado acima.

Lado outro, requer o deferimento do presente pedido para que a quantia de R$ 1.556.645,99 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos) depositada nestes autos, conforme comprovante em ID 126597564, seja levantada pelo Grupo Recuperando, diante da comprovação de sua necessidade de fomentar a própria atividade, ante a proximidade da safra de soja **2023/2024, que se dará necessariamente nos próximos dias.**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

Seja atribuída **URGÊNCIA** a questão, considerando a necessidade do levantamento dos valores para início da safra de soja 23/24 nos próximos dias.

Para tanto, caso assim, entenda Vossa Excelência, requer a intimação da Administração Judicial nomeada e do Ministério Público, para que possam emitir parecer sobre o caso.

Termos em que, pede deferimento.

Rondonópolis/MT, 21 de setembro de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115074778500000123214109
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115074778500000123214109
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:07:57

Serasa Score

Score
895
/1000

Este perfil de CPF apresenta **96,3% de chances** de **pagar as suas contas em dia em seis meses.**

...

O resultado acima não é uma opinião ou sugestão da Serasa Experian, representa apenas a prática de mercado a partir de análises estatísticas que consideram informações constantes em sua base de dados. A avaliação e decisão de fazer ou não negócios é responsabilidade exclusiva do cliente.

Detalhes financeiros

Limite de Crédito com dados positivos:

Total de R$ 150.000,00

Dívidas em aberto

0 Dívidas em instituições financeiras - Refin

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Dívidas em outros segmentos - Pefin

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Dívidas em outros segmentos - Convem

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Dívidas no SPC

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

0 Cheques sustados, extraviados, cancelados e/ou roubados

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Cheques sem fundos

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Protestos

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Participação em falências e recuperações judiciais

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Ações judiciais

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Documentos roubados, furtados ou extraviados

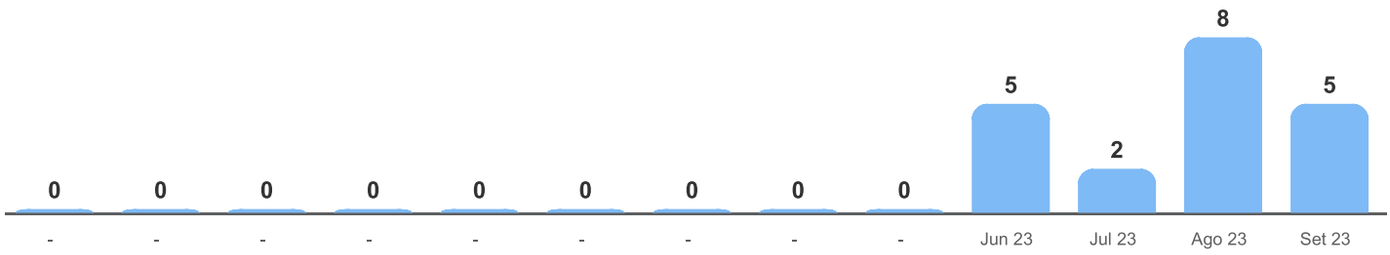
NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

Consultas à Serasa e SPC

Total de consultas nos últimos meses



Detalhes das últimas consultas realizadas

DATA DA CONSULTA	CNPJ DO CONSULTANTE	EMPRESA CONSULTANTE
19/09/2023		ATACADO DURAVEL
19/09/2023		SEGURADORAS
19/09/2023		SEGURADORAS
19/09/2023		SEGURADORAS
19/09/2023		SEGURADORAS

Participação em Empresas

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÕES	SITUAÇÃO DO CNPJ
51.400.888/0001-90	EDSON PINTO DE MELLO EPP	100,0%	SITUACAO DO CNPJ EM 14/07/2023: ATIVA

Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

MARCO ANTONIO DE MELLO
(064.020.619-05)

Serasa Score

Score
322
/1000

Este perfil de CPF apresenta 78,3% de chances de **pagar as suas contas em dia em seis meses.**

...

O resultado acima não é uma opinião ou sugestão da Serasa Experian, representa apenas a prática de mercado a partir de análises estatísticas que consideram informações constantes em sua base de dados. A avaliação e decisão de fazer ou não negócios é responsabilidade exclusiva do cliente.

Detalhes financeiros

Limite de Crédito com dados positivos:

Total de R$ 151.600,00

Dívidas em aberto

0 Dívidas em instituições financeiras - Refin

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Dívidas em outros segmentos - Pefin

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Dívidas em outros segmentos - Convem

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Dívidas no SPC

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

0 Cheques sustados, extraviados, cancelados e/ou roubados

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Cheques sem fundos

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Protestos

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Participação em falências e recuperações judiciais

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Ações judiciais

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Documentos roubados, furtados ou extraviados

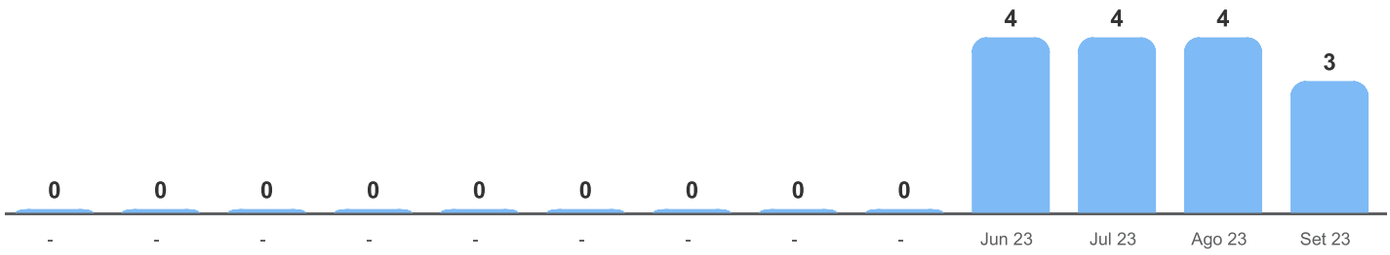
NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

Consultas à Serasa e SPC

Total de consultas nos últimos meses



Detalhes das últimas consultas realizadas

DATA DA CONSULTA	CNPJ DO CONSULTANTE	EMPRESA CONSULTANTE
20/09/2023		SEGURADORAS
01/09/2023		SEGURADORAS
01/09/2023		SEGURADORAS
29/08/2023		SERVICOS DIVERSOS
21/08/2023		SERVICOS DE TELECOM

Participação em Empresas

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

Serasa Score

Score
744
/1000

Este perfil de CPF apresenta **95,1% de chances** de **pagar as suas contas em dia em seis meses.**

...

O resultado acima não é uma opinião ou sugestão da Serasa Experian, representa apenas a prática de mercado a partir de análises estatísticas que consideram informações constantes em sua base de dados. A avaliação e decisão de fazer ou não negócios é responsabilidade exclusiva do cliente.

Detalhes financeiros

Limite de Crédito com dados positivos:

Total de R$ 150.000,00

Dívidas em aberto

0 Dívidas em instituições financeiras - Refin

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Dívidas em outros segmentos - Pefin

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Dívidas em outros segmentos - Convem

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Dívidas no SPC

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

0 Cheques sustados, extraviados, cancelados e/ou roubados

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Cheques sem fundos

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Protestos

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Participação em falências e recuperações judiciais

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Ações judiciais

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Documentos roubados, furtados ou extraviados

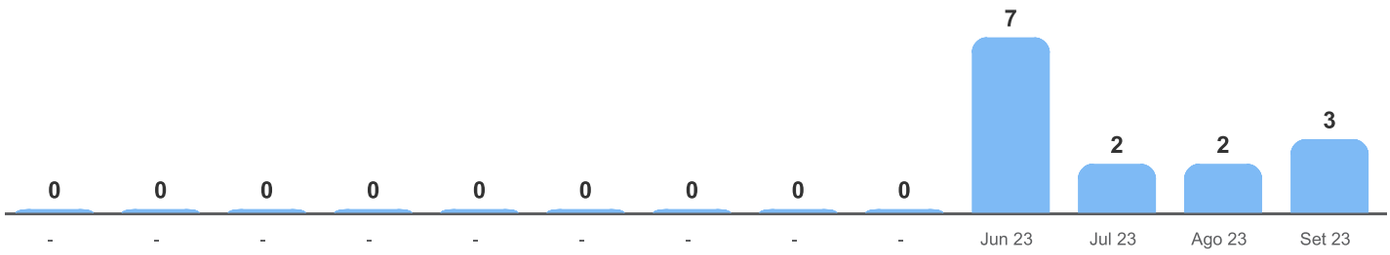
NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

Consultas à Serasa e SPC

Total de consultas nos últimos meses



Detalhes das últimas consultas realizadas

DATA DA CONSULTA	CNPJ DO CONSULTANTE	EMPRESA CONSULTANTE
20/09/2023		ATACADO DURAVEL
15/09/2023		SERVICOS DIVERSOS
02/09/2023		SERVICOS DE TELECOM
10/08/2023		ATACADO DURAVEL
01/08/2023		ATACADO DURAVEL

Participação em Empresas

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

Serasa Score

Score
996
/1000

Este perfil de CPF apresenta **97,6% de chances** de **pagar as suas contas em dia em seis meses.**

...

O resultado acima não é uma opinião ou sugestão da Serasa Experian, representa apenas a prática de mercado a partir de análises estatísticas que consideram informações constantes em sua base de dados. A avaliação e decisão de fazer ou não negócios é responsabilidade exclusiva do cliente.

Detalhes financeiros

Limite de Crédito com dados positivos:

Total de R$ 179.450,00

Dívidas em aberto

0 Dívidas em instituições financeiras - Refin

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Dívidas em outros segmentos - Pefin

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Dívidas em outros segmentos - Convem

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Dívidas no SPC

Total de R$ 0,00

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

0 Cheques sustados, extraviados, cancelados e/ou roubados

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Cheques sem fundos

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Protestos

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Participação em falências e recuperações judiciais

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Ações judiciais

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

0 Documentos roubados, furtados ou extraviados

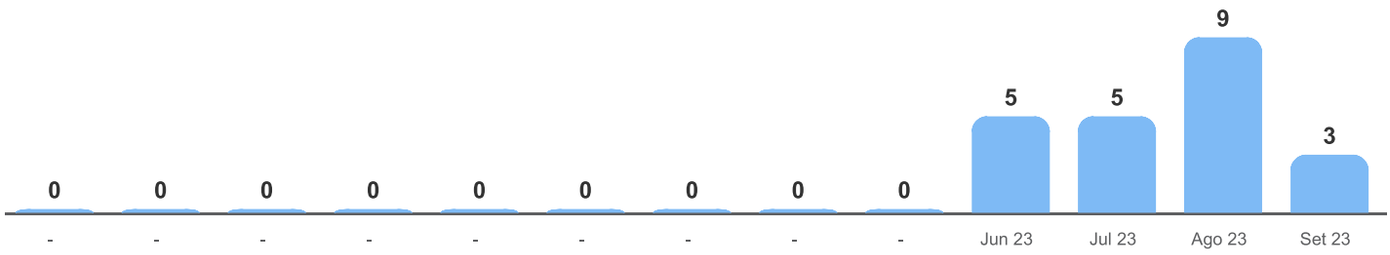
NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

Consultas à Serasa e SPC

Total de consultas nos últimos meses



Detalhes das últimas consultas realizadas

DATA DA CONSULTA	CNPJ DO CONSULTANTE	EMPRESA CONSULTANTE
19/09/2023		ATACADO DURAVEL
18/09/2023		SERVICOS DIVERSOS
11/09/2023		ATACADO DURAVEL
29/08/2023		VAREJO DE AUTO
21/08/2023		SERVICOS DE TELECOM

Participação em Empresas

NADA CONSTA PARA O CPF CONSULTADO

Serasa Experian. Todos os direitos reservados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:43
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

C O N S U L T A D E B A L C A O

SERVICO DE PROTECAO AO CREDITO

Consulta efetuada na:

CDL CAMPINAPOLIS/MT

NOME: EDSON PINTO DE MELLO

DATA NASCIMENTO: 04/05/1966

CPF: 669.115.089-91

RESULTADO

NADA CONSTA - CDL CAMPINAPOLIS/MT*

Obs: *Não constam registros na Entidade consultante.

> Sem ocorrencia(s) de SPC

> Sem ocorrencia(s) de Cheque Lojista

*** Esta consulta apresenta informações de registros efetuados nas bases privadas do SPC Brasil e da Serasa.**
Demais informações, originadas de outros bancos privados ou públicos, devem ser acessadas junto aos órgãos de origem.

Baixe o Aplicativo SPC Consumidor na Loja de aplicativo do seu Smartphone e acompanhe de perto seu documento.

NUM.PROTOCOLO: 014.406.209.607-11

20/09/2023 15:27:48-horario de Brasilia-FIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

C O N S U L T A D E B A L C A O

SERVICO DE PROTECAO AO CREDITO

Consulta efetuada na:

CDL CAMPINAPOLIS/MT

NOME: MARCO ANTONIO DE MELLO

DATA NASCIMENTO: 08/12/1987

CPF: 064.020.619-05

RESULTADO

NADA CONSTA - CDL CAMPINAPOLIS/MT*

Obs: *Não constam registros na Entidade consultante.

> Sem ocorrencia(s) de SPC

> Sem ocorrencia(s) de Cheque Lojista

*** Esta consulta apresenta informações de registros efetuados nas bases privadas do SPC Brasil e da Serasa.**
Demais informações, originadas de outros bancos privados ou públicos, devem ser acessadas junto aos órgãos de origem.

Baixe o Aplicativo SPC Consumidor na Loja de aplicativo do seu Smartphone e acompanhe de perto seu documento.

NUM.PROTOCOLO: 014.406.190.251-11

20/09/2023 15:46:09-horario de Brasilia-FIM

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

```
-----------------------------------------
     C O N S U L T A   D E   B A L C A O
        SERVICO DE PROTECAO AO CREDITO
Consulta efetuada na:
CDL CAMPINAPOLIS/MT
-----------------------------------------
NOME: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
DATA NASCIMENTO: 21/02/1995
CPF: 089.692.479-39
-----------------------------------------
                  RESULTADO
-----------------------------------------
       NADA CONSTA - CDL CAMPINAPOLIS/MT*
Obs: *Não constam registros na Entidade
consultante.
-----------------------------------------
> Sem ocorrencia(s) de SPC
> Sem ocorrencia(s) de Cheque Lojista
-----------------------------------------
* Esta consulta apresenta informações de
registros efetuados nas bases privadas
do SPC Brasil e da Serasa.
Demais informações, originadas de outros
bancos privados ou públicos, devem ser
acessadas junto aos órgãos de origem.
-----------------------------------------
Baixe o Aplicativo SPC Consumidor na Loja
de aplicativo do seu Smartphone e acompanhe
de perto seu documento.
-----------------------------------------
NUM.PROTOCOLO: 014.406.219.837-10
20/09/2023 15:59:05-horario de Brasilia-FIM
-----------------------------------------
```


Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

```
-----------------------------------------
     C O N S U L T A   D E   B A L C A O
        SERVICO DE PROTECAO AO CREDITO
Consulta efetuada na:
CDL CAMPINAPOLIS/MT
-----------------------------------------
NOME: SIDNEY PINTO DE MELLO
DATA NASCIMENTO: 01/04/1964
CPF: 669.115.919-53
-----------------------------------------
                  RESULTADO
-----------------------------------------
       NADA CONSTA - CDL CAMPINAPOLIS/MT*
Obs: *Não constam registros na Entidade
consultante.
-----------------------------------------
> Sem ocorrencia(s) de SPC
> Sem ocorrencia(s) de Cheque Lojista
-----------------------------------------
* Esta consulta apresenta informações de
registros efetuados nas bases privadas
do SPC Brasil e da Serasa.
Demais informações, originadas de outros
bancos privados ou públicos, devem ser
acessadas junto aos órgãos de origem.
-----------------------------------------
Baixe o Aplicativo SPC Consumidor na Loja
de aplicativo do seu Smartphone e acompanhe
de perto seu documento.
-----------------------------------------
NUM.PROTOCOLO: 014.406.149.206-1
20/09/2023 15:45:11-horario de Brasilia-FIM
-----------------------------------------
```


Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23092115075807900000125605102
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115075807900000125605102
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:08

SUPREMA AGRO

CNPJ: 40.962.978/000159 / INSC. EST.: 13.859.588-7

66 3564-1174
Av. Brasil, S/Nº
Centro
CEP 78.652-000
Confresa - MT

CONTRATO Nº 000849

DATA DE EMISSÃO: 21/09/2023

REPRESENTANTE: Eseguiel

DADOS DO CLIENTE

RAZÃO SOCIAL / NOME: Marco Antonio de Mello

CNPJ/CPF: 064.020.619-05 I.E.: _____ CLIENTE NOVO: ☐ SIM ☐ NÃO

E-MAIL: _____ CELULAR: _____

FAZENDA: _____ END. FAZENDA: _____

CIDADE: St Cruz do Xingu UF: MT CEP: _____ TELEFONE: _____

30/04/2024

DADOS DA NEGOCIAÇÃO

- ☒ VENDA A PRAZO
- ☐ PERMUTA GRÃOS
- ☐ TROCA POR PRODUTO
- ☐ BONIFICAÇÃO
- ☐ À VISTA
- ☐ FRETE POR CONTA DO CLIENTE
- ☐ FRETE POR CONTA DA EMPRESA
- ☐ CONTRATO Nº

INDEXADOR

- ☐ MOEDA DÓLAR (US) PTAX NEGOCIADO _____
- ☐ MOEDA REAIS (R$)
- ☐ DINHEIRO (ESPÉCIE)
- ☐ CHEQUE - DATA DA COMPENSAÇÃO/VENCIMENTO _____
- ☐ GRÃOS
- ☐ DEPÓSITO BANCÁRIO
- ☐ BOLETO
- ☐ OUTRAS CONDIÇÕES NEGOCIADAS _____

CULTURA: ☒ SOJA ☐ ALGODÃO ☐ MILHO ☐ FEIJÃO ☐ PASTAGEM ☐ OUTROS

DADOS DO CONTRATO

PRODUTOS	QUANT.	UNID.	EMBALAGEM	PREÇO UNIT.	TOTAL
Caravan	1200	LT			
Trinko Kops	300	LT			
Cristal	3000	LT			
Titanium	900	LT			
Asdam (Spenb)	1500	Kg			
Nipetom	1500	LT			
Bioativador Folha	375	LT			
Manganês	3000	LT			
Mop Purificado	3000	Kg			
Velict Gold	1360	LT			
Potássio Full Agro	2200	LT			
Fhorada	3000	LT			
KWS 8317 ipro	17	beg			
				TOTAL	1.113.812,50

OBSERVAÇÃO: _____

PERMUTA: _____

☐ ENTREGA: PERÍODO DE: ___/___/___ ATÉ: ___/___/___

☐ A RETIRAR: PERÍODO DE: ___/___/___ ATÉ: ___/___/___

TOTAL KG: _____

TOTAL DE SACAS/65KG: _____

LOCAL DE ENTREGA: _____

MUNICÍPIO: _____

CRÉDITO E COBRANÇA

☐ APROVADO ☐ REPROVADO

DATA: ___/___/___

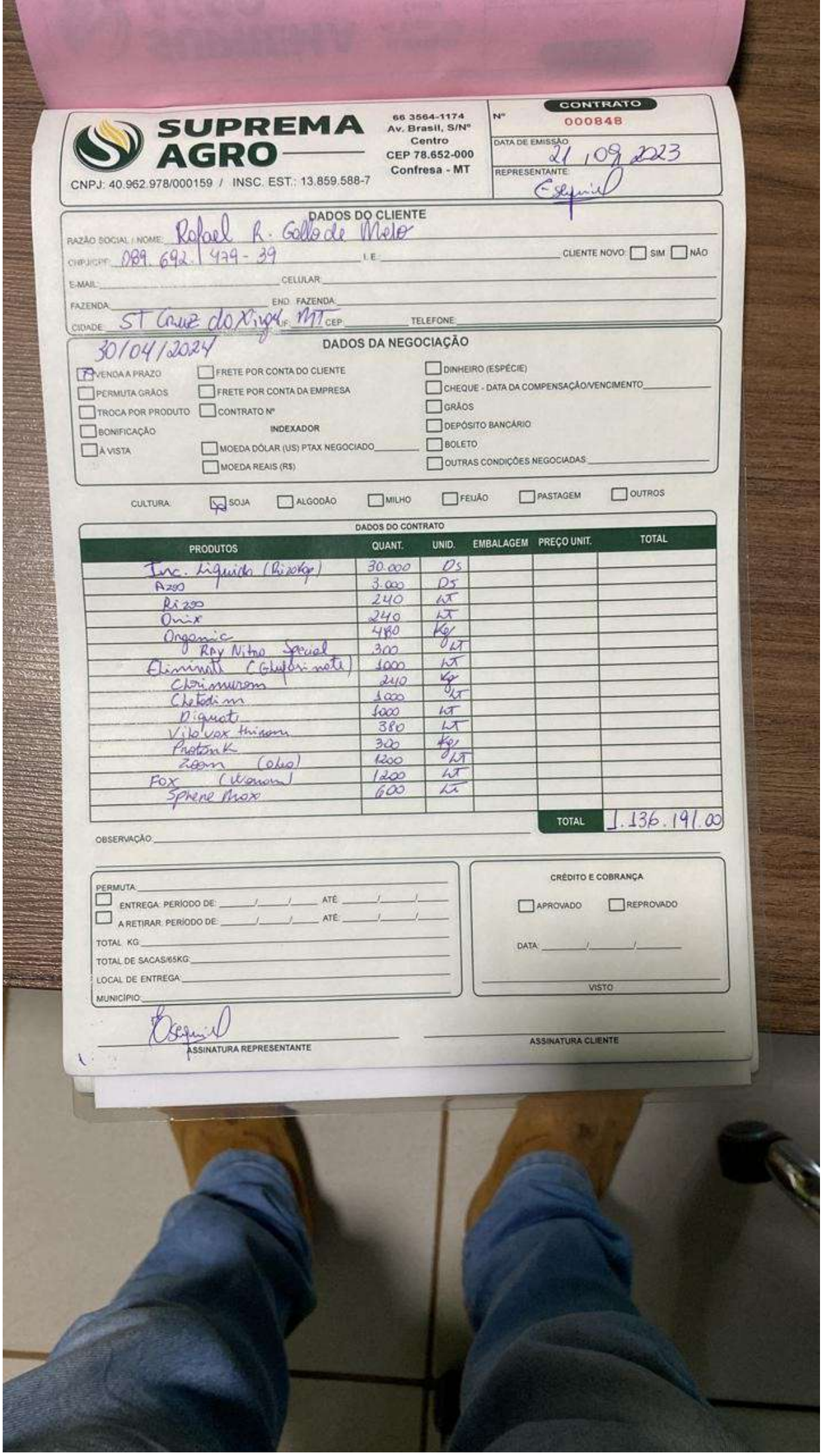
VISTO

Eseguiel

ASSINATURA REPRESENTANTE

ASSINATURA CLIENTE

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23092115080903000000125605103
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115080903000000125605103
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:19



SUPREMA AGRO

CNPJ: 40.962.978/000159 / INSC. EST.: 13.859.588-7

66 3564-1174
Av. Brasil, S/Nº
Centro
CEP 78.652-000
Confresa - MT

CONTRATO Nº 000848

DATA DE EMISSÃO: 21/09/2023

REPRESENTANTE:

DADOS DO CLIENTE

RAZÃO SOCIAL / NOME: Rafael R. Gallo de Melo

CNPJ/CPF: 089.692.|479-39 I.E: CLIENTE NOVO: ☐ SIM ☐ NÃO

E-MAIL: CELULAR:

FAZENDA: END. FAZENDA:

CIDADE: St Cruz do Xingu UF: MT CEP: TELEFONE:

30/04/2024

DADOS DA NEGOCIAÇÃO

- ☒ VENDA A PRAZO
- ☐ PERMUTA GRÃOS
- ☐ TROCA POR PRODUTO
- ☐ BONIFICAÇÃO
- ☐ À VISTA
- ☐ FRETE POR CONTA DO CLIENTE
- ☐ FRETE POR CONTA DA EMPRESA
- ☐ CONTRATO Nº

INDEXADOR

- ☐ MOEDA DÓLAR (US) PTAX NEGOCIADO
- ☐ MOEDA REAIS (R$)

- ☐ DINHEIRO (ESPÉCIE)
- ☐ CHEQUE - DATA DA COMPENSAÇÃO/VENCIMENTO
- ☐ GRÃOS
- ☐ DEPÓSITO BANCÁRIO
- ☐ BOLETO
- ☐ OUTRAS CONDIÇÕES NEGOCIADAS:

CULTURA: ☒ SOJA ☐ ALGODÃO ☐ MILHO ☐ FEIJÃO ☐ PASTAGEM ☐ OUTROS

DADOS DO CONTRATO

PRODUTOS	QUANT.	UNID.	EMBALAGEM	PREÇO UNIT.	TOTAL
Inc. liquido (Rizotop)	30.000	Ds			
A200	3.000	Ds			
Ri 200	240	LT			
Onix	240	LT			
Organic	480	Kg			
Ray Nitro Special	300	LT			
Eliminate (Glufosinato)	1000	LT			
Clorimuron	240	Kg			
Chetodim	1000	LT			
Diquat	1000	LT			
Vibovax trisom	380	LT			
Protork	300	Kg			
Zigon (elio)	1200	LT			
FOX (Wesem)	1200	LT			
Sphere Max	600	Lt			
				TOTAL	1.136.191,00

OBSERVAÇÃO:

PERMUTA:

☐ ENTREGA: PERÍODO DE: __/__/__ ATÉ __/__/__

☐ A RETIRAR: PERÍODO DE: __/__/__ ATÉ __/__/__

TOTAL KG:

TOTAL DE SACAS/65KG:

LOCAL DE ENTREGA:

MUNICÍPIO:

CRÉDITO E COBRANÇA

☐ APROVADO ☐ REPROVADO

DATA: __/__/__

VISTO

ASSINATURA REPRESENTANTE

ASSINATURA CLIENTE

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23092115080903000000125605103
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115080903000000125605103
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:19

Cliente: 8559-SIONEY PINTO DE MELLO

Est	Nr.Pedido	S	Imóvel	Data Implant.	Produto	Tabela Un Preços	Orcto	Ass	Vencto	PEDIDO Quantidade	Emb	Valor Unitário	Valor Total	%Des Tit	Valor Desc.Tit	Valor Unit.Liq	Valor Tot.Liq	ATENDER Quantidade	Valor Unit.Liq	Valor Tot.Liq
068	3.202.578	I	FAZENDA SAO FRANCISC	15/09/23	0012728-FERTILIZANTE MOSAIC 04-24-18 MICROESSENTIALS CST 5	TN PRVISTA	0	Sim	30/04/24	476,0000	BG	3.500,00	1.666.000,00		0,00	3.500,00	1666.000,00	476,0000	3.500,00	1666.000,00
			Total do Cliente:							476,0000		3.500,00	1.666.000,00		0,00	3.500,00	1666.000,00	476,0000	3.500,00	1666.000,00

Cliente: 10703-EDSON PINTO DE MELO

Est	Nr.Pedido	S	Imóvel	Data Implant.	Produto	Tabela Un Preços	Orcto	Ass	Vencto	PEDIDO Quantidade	Emb	Valor Unitário	Valor Total	%Des Tit	Valor Desc.Tit	Valor Unit.Liq	Valor Tot.Liq	ATENDER Quantidade	Valor Unit.Liq	Valor Tot.Liq
068	3.202.562	C	FAZENDA XINGU I	15/09/23	0012728-FERTILIZANTE MOSAIC 04-24-18 MICROESSENTIALS CST 5	TN PRVISTA	0	Sim	30/04/24	550,0000	BG	3.500,00	1.925.000,00		0,00	3.500,00	1925.000,00	452,0000	3.500,00	1582.000,00
			Total do Cliente:							550,0000		3.500,00	1.925.000,00		0,00	3.500,00	1925.000,00	452,0000	3.500,00	1582.000,00
			TOTAL GERAL:							1.026,0000		3.500,00	3.591.000,00		0,00	3.500,00	3591.000,00	928,0000	3.500,00	3248.000,00

**OBS: Desconto para pagamento até o vencimento.

Num. 129737629 - Pág. 3
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23092115080903000000125605103
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115080903000000125605103
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:19

INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL — Clientes e Seus Pedidos — Folha: 1

20/09/2023 - 08:51:30

Cliente: 8559-SIDNEY PINTO DE MELLO

						PEDIDO								ATENDER		
Est	Nr.Pedido	S	Imóvel	Data Implant.	Produto	Tabela Un Preços	Orcto	Ass	Vencto	Quantidade	Emb	Valor Unitário	Valor Total	%Des Tit	Valor Desc.Tit	Valor Unit.Liq	Valor Tot.Liq	Quantidade	Valor Unit.Liq	Valor Tot.Liq
068	3.202.572	C	FAZENDA XINGU I	15/09/23	0012728-FERTILIZANTE MOSAIC 04-24-18 MICROESSENTIALS CST 5	TN PRVISTA	0	Sim	30/04/24	74,0000	BG	3.500,00	259.000,00		0,00	3.500,00	259.000,00	0,0000	0,00	0,00
			Total do Cliente:							74,0000		3.500,00	259.000,00		0,00	3.500,00	259.000,00	0,0000	0,00	0,00
			TOTAL GERAL:							74,0000		3.500,00	259.000,00		0,00	3.500,00	259.000,00	0,0000	0,00	0,00

35: Desconto para pagamento até o vencimento.

Num. 129737629 - Pág. 4

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23092115080903000000125605103
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092115080903000000125605103
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 21/09/2023 15:08:19

parcelamento de custas

Rondonopolis-4 Vara Civel

Qui, 21/09/2023 21:56

Para:Departamento de Controle e Arrecadação <dca@tjmt.jus.br>

1 anexos (84 KB)

1022463-24.2023.8.11.0003-16953332012O2-55065-decisao.pdf;

Prezado(a),

De ordem superior solicito o cadastro do parcelamento das custas processuais complementares, já que o valor da causa foi alterado, devendo as custas serem parceladas em 06 (seis) vezes, nos termos da decisão anexa, a 1ª com vencimento para 30/09/2023.

Att,

Secretaria da 4ª Vara Cível

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23092117572878300000125646413
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092117572878300000125646413
Assinado eletronicamente por: THAIS MUTI DE OLIVEIRA - 21/09/2023 17:57:29

O DE MATO GROSSO
JUDICIÁRIO
ICA DE RONDONÓPOLIS - MT
JA QUARTA VARA CÍVEL
E REGIONALIZADA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

TERMO DE COMPROMISSO

DADOS DO PROCESSO

Processo: 1022463-24.2023.8.11.0003 – PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Valor causa: R$ 50.396.526,43

Espécie: [Recuperação judicial e Falência, Concurso de Credores, Classificação de créditos]

Parte Autora: SIDNEY PINTO DE MELLO - CPF: 669.115.919-53, MARA VIOLIN DE MELLO - CPF: 037.810.239-74, EDSON PINTO DE MELLO - CPF: 669.115.089-91, VERA LUCIA GALLO DE MELLO - CPF: 614.594.029-87, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - CPF: 089.692.479-39, MARCO ANTONIO DE MELLO - CPF: 064.020.619-95,

Parte Ré: CREDORES

ENCARGO: ADMINISTRADOR JUDICIAL

Em conformidade com a decisão proferida no dia 1º/09/2023, ID. 128001626.

COMPROMISSADO: ROGÉRIO DE LELLIS PINTO, Advogado com registro na OAB-DF 25.248 e OAB-SP 315.485, COM ENDEREÇO PROFISSIONAL SGCV, LOTE 24, TORRE A, APTO 702, PARK SUL GUARÁ, DISTRITO FEDERAL-DF, CEP. 71.215-740, TELEFONE (61) 9296-6772, EMAIL mogeriorln@hotmail.com

Pelo MM. Juiz foi deferido à pessoa supra-identificada o compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções do encargo mencionado acima, bem como assumir todas as responsabilidades a ele inerentes, consoante determinação dos artigos 22, I e II e 33 da Lei nº 11.101/2005. Aceito, prometeu exercê-lo na forma da lei, pelo que foi lavrado o presente termo.

Rondonópolis - MT, 1 de setembro de 2023.

ROGÉRIO DE LELLIS PINTO
Compromissado

SEDE DO 4º VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS E INFORMAÇÕES: - TELEFONE: (66)34106100

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23092118050857400000125647713
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23092118050857400000125647713
Assinado eletronicamente por: THAIS MUTI DE OLIVEIRA - 21/09/2023 18:05:09

INTIMAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL PARA, NO PRAZO LEGAL, MANIFESTAR SOBRE O(S) PLEITO(S) CONTIDO(S) NA PETIÇÃO DA PARTE AUTORA JUNTADA NO ID. 127250689.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO

Autos nº: 1022463-24.2023.8.11.0003
Natureza: Recuperação Judicial

ROGÉRIO DE LELLIS PINTO, brasileiro, casado, advogado, inscrito nos quadros da OAB-DF sob o nº 25.248 e OAB-SP sob o nº 315.485, com escritório profissional à SHS Quadra 6, Bloco E, Salas 1312/1313-A, Complexo Empresarial Brasil XXI, Brasília-DF, no exercício da Administração Judicial nomeada e compromissada nos autos em análise, vem, respeitosamente, à honrosa presença de Vossa Excelência e em atenção ao despacho de evento retro, manifestar sobre o quanto contido na petição de ID 127250689.

1 - Fatos:

Por meio da petição acima indicada os Recuperandos solicitam que lhes sejam liberados os valores depositados

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372055500000126531522
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372055500000126531522
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:21

nestes autos pela empresa Cargill Agrícola S.A e decorrentes da venda de 14.300 sacas de soja, que lhe seriam necessários para solidez do seu fluxo de caixa.

Para tanto, argumentaram em suma que o levantamento pretendido é essencial para que se promova a manutenção da fonte pagadora e a preservação das atividades desenvolvidas pelo Grupo, já que não dispõe de caixa suficiente para fazer frente as despesas necessárias para o início do plantio da safra 2023/2024.

Informaram que o valor pretendido representa apenas 25% (vinte e cinco porcento) do montante necessário para o custeio da safra vindoura, cujas despesas imediatas alcançariam o valor de R$ 6.200.210,16 (seis milhões duzentos mil e duzentos e dez reais e dezesseis centavos) conforme planilha e documentos que apresenta.

Disseram também que com o processamento do seu pedido de recuperação judicial tem naturalmente enfrentado mais dificuldades nas compras de insumos, já que seus fornecedores só tem autorizado suas compras mediante pagamento à vista.

Questionaram ainda a petição de ID 128873726 apresentada pela credora Rural Brasil S.A. onde esta também pleiteia a liberação dos mesmos valores solicitados pelos Autores, sob o fundamento de que a soja cujo pagamento foi depositado teria sido objeto das CPRs nº 489/22 e 490/22, em operação de "*barter*".

Aduziram que referidas CPRs teriam sido, na verdade, objeto de novação e assim substituídas pelas notas promissórias lançadas no ID 124898941 e reforçadas pelas CPRs de milho, estas já objeto de arresto, como consta dos autos.

Citam trecho da petição da Rural Brasil onde ela teria reconhecido que as CPRs de milho foram emitidas em substituição as CPRs de soja, e que até este momento, passados 7 (sete)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372055500000126531522
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372055500000126531522
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:21

meses do vencimento das CPRs discutidas, não houve nenhum movimento de cobrança por parte da credora, seja quanto a negativação junto aos órgãos de proteção de crédito, seja mediante propositura de medida judicial, o que a seu ver reforçaria a efetiva novação das CPRs.

Encerraram seu discurso solicitando a manifestação da Administração Judicial para fins de atestar aquilo que expôs e, após a devida oitiva do Ministério Público, pleiteou a liberação dos valores depositados.

Para o relato dos fatos é de igual modo importante registrar a petição da credora Rural Brasil S.A, em que sustenta não ter havido qualquer espécie de novação em face das CPRs 489/22 e 490/22 emitidas em operações de "*barter*", ou seja, em permuta de insumos agrícolas pelos grãos a serem colhidos.

Citou o art. 11 da Lei nº 8.924/94 que, alterado pela Lei nº 14.112/20, excluiu os créditos originados de operações de "*barter*" dos efeitos da recuperação judicial, e lembraram que os Recuperandos negociaram a venda da soja com a empresa Cargill quando já vencidas as CPRs em foco, ou seja, já possuía o direito de preferência sobre a soja negociada.

Lembrou ainda que está vigente a decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 1018995-61.2023.8.11.0000 e encerram com o pedido de levantamento dos valores em seu favor.

Esse é o relato necessário.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372055500000126531522
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372055500000126531522
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:21

2 - Análise da Alegada Essencialidade dos Valores para os Recuperandos. Custeio da Safra. Solidez do Caixa:

Com intuito de apurar as condições de caixa para fins do custeio da safra 2023/2024 e que se inicia por agora, a Administração Judicial solicitou aos Recuperandos, por intermédio de seus advogados, os seus documentos contábeis mais recentes, o fluxo de caixa e os extratos bancários de todos os envolvidos na recuperação judicial, bem como esclarecimentos quanto aos documentos já apresentados nos autos, especialmente quanto a forma de pagamento dos insumos orçados.

Em resposta a essa solicitação, o causídico que representa os Recuperandos nos disponibilizou o fluxo de caixa de agosto e setembro/2023, a planilha de custo da safra de soja 23/24 e orçamentos, extratos bancários, e informou que os documentos contábeis estão em fase de finalização, com perspectivas de serem concluídos e apresentados em 15 (quinze) dias para fins de subsidiar o relatório mensal a ser elaborado por esta administração judicial.

Da análise dos documentos apresentados devemos destacar o resumo dos fluxos de caixa dos Recuperandos, o qual encontra-se condensado nos seguintes quadros extraídos das planilhas que nos foram disponibilizadas[1]:

Sidney



Edson



[1] Os Recuperandos informam que o demonstrativo a partir das informações dos extratos bancários dos respectivos meses e que ainda não se tem uma separação por entidade, comprometendo a precisão dos resultados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372055500000126531522
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372055500000126531522
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:21

Mara

FLUXO DE CAIXA	AGOSTO/2023	SETEMBRO/2023
SALDOS BANCÁRIOS	**-R$ 20.000,00**	**-R$ 21.498,19**
BANCO DO BRASIL	-R$ 20.000,00	-R$ 21.498,19
BANCO SICREDI	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL DE ENTRADAS	**R$ 375,27**	**R$ 371,82**
RECEITAS ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 0,00
DEPOSITO EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 0,00	R$ 0,00
RECEBIMENTO VIA PIX	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO PESSOA FISICA	R$ 0,00	R$ 0,00
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 375,27	R$ 371,82
TOTAL DE SAÍDAS	**R$ 2.044,42**	**R$ 2.278,34**
TARIFA BANCÁRIA	R$ 1.669,15	R$ 1.906,52
SAQUE EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO PESSOA FISICA	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA COM VEICULOS	R$ 375,27	R$ 371,82
DESPESA COM SEGUROS	R$ 0,00	R$ 0,00
SALDO OPERACIONAL	R$ 21.669,15	R$ 23.548,17

Vera

FLUXO DE CAIXA	AGOSTO/2023	SETEMBRO/2023
SALDOS BANCÁRIOS	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00
BANCO SICREDI	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL DE ENTRADAS	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
RECEITAS ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 0,00
DEPOSITO EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 0,00	R$ 0,00
RECEBIMENTO VIA PIX	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO PESSOA FISICA	R$ 0,00	R$ 0,00
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL DE SAÍDAS	**R$ 0,00**	**R$ 421,28**
TARIFA BANCÁRIA	R$ 0,00	R$ 421,28
SAQUE EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO PESSOA FISICA	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA COM VEICULOS	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA COM SEGUROS	R$ 0,00	R$ 0,00
SALDO OPERACIONAL	R$ 0,00	R$ 421,28

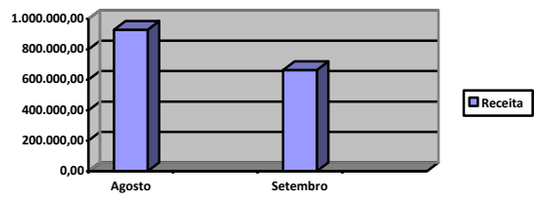
Rafael

FLUXO DE CAIXA	AGOSTO/2023	SETEMBRO/2023
SALDOS BANCÁRIOS	**R$ 5.865,39**	**R$ 295,12**
BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 423,20
BANCO SICREDI	R$ 1.865,39	R$ 718,32
TOTAL DE ENTRADAS	**R$ 26.790,00**	**R$ 10.447,24**
DEPOSITO EM NUMERÁRIO	R$ 1.000,00	R$ 0,00
RECEBIMENTO VIA PIX	R$ 500,00	R$ 1.163,90
EMPRESTIMO PESSOA FÍSICA	R$ 25.000,00	R$ 35.220,00
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 63,34
TOTAL DE SAÍDAS	**R$ 26.847,27**	**R$ 10.732,36**
TARIFA BANCÁRIA	R$ 47,23	R$ 25,32
SAQUE EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 2.080,00
DESPESA ATIVIDADE RURAL	R$ 29.799,04	R$ 34.677,04
SALDO OPERACIONAL	R$ 718,12	R$ 40,16

Marco

FLUXO DE CAIXA	AGOSTO/2023	SETEMBRO/2023
SALDOS BANCÁRIOS	**R$ 23,49**	**-R$ 987,13**
BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00
BANCO SICREDI	R$ 13,26	-R$ 987,13
TOTAL DE ENTRADAS	**R$ 5.122,49**	**R$ 900,00**
DEPOSITO EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 100,00	R$ 900,00
RECEBIMENTO VIA PIX	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO PESSOA FÍSICA	R$ 5.000,00	R$ 0,00
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 22,28	R$ 0,00
TOTAL DE SAÍDAS	**R$ 6.082,89**	**R$ 12,83**
TARIFA BANCÁRIA	R$ 22,28	R$ 4,15
SAQUE EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 100,00	R$ 0,00
DESPESA ATIVIDADE RURAL	R$ 5.920,60	R$ 8,70
SALDO OPERACIONAL	R$ 987,15	R$ 0,00

O detalhamento apresentado pelos Recuperandos indica que eles obtiveram, em conjunto, mas concentrado nas pessoas de Edson e Sidney, receitas na atividade rural de **R$ 1.593.110,95**, sendo **R$ 928.708,33** em agosto e **R$ 664.402,62** em setembro.



Por outro lado, as despesas fecharam os 2 meses considerados perfazendo o total de **R$ 1.298.502,63**, sendo **R$ 677.348,30** em agosto e **R$ 621.154,33** no mês de setembro.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372055500000126531522
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372055500000126531522
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:21

Contudo, o fluxo apresentado demonstra também que o saldo operacional nos meses, na verdade, e embora seja positivo, apresenta [considerando todos os envolvidos] um resultado de **R$ 28.592,56**, observando-se todas as despesas e receitas ali indicadas, sem perder de vista a informação de haver operações de empréstimo.

Esse quadro nos mostra que as despesas apresentadas variaram para baixo algo em torno de 10% entre agosto e setembro, enquanto a receita sofreu um decréscimo de quase 30% no mesmo período, o que já nos sugere possíveis dificuldades na realização de caixa para fazer frente as despesas a partir de agora.

Não podemos deixar de considerar que com a entrada no período de plantio da safra de soja 23/24, os custos da atividade rural sofrerão impacto mais severo ainda, a exigir dos Recuperandos recursos necessários para aplicar no plantio dos mais de 5 mil hectares a serem plantados.

E para espelhar essa realidade os Autores apresentaram a Administração Judicial, além daquilo que já haviam anexado ao pedido dirigido a este Juízo, planilha de gastos e os respectivos orçamentos que atestam despesas nos próximos meses na ordem de **R$ 12.424.982,59**, e que estão assim resumidamente discriminados:

FORNECEDORES	FAZENDA	PRODUTO	PEDIDO/CUSTO	Área	VALOR	PAGAMENTO
Integrada cooperativa	Fazenda s. francisco	Fertilizante	476000 toneladas	1700 hectares	R$ 1.666.000,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITO
Integrada cooperativa	Fazenda Xingu	Fertilizante	624000 toneladas	2300 hectares	R$ 2.184.000,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITO
Pantanal Agrícola	Fazenda s. francisco	Semente e químico	28776 sacas a 105,00	1700 hectares	R$ 3.021.480,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITO
Pantanal Agrícola	Fazenda Xingu	Semente e químico	21060 sacas a 105,00	2300 hectares	R$ 2.211.300,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITO
Suprema Agro	Fazenda Xingu	Químico	41180 unidades	2300 hectares	R$ 1.136.191,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITO
Suprema Agro	Fazenda Xingu	Semente e químico	38336 unidades	2300 hectares	R$ 1.113.812,50	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITO
Integrada cooperativa	Terras Maringá	Fertilizante	54000 Toneladas	300 hectares	R$ 126.728,28	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITO
Integrada cooperativa	Terras Maringá	Químico	226000 unidades	300 hectares	R$ 171.460,81	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITO
Agroessence	Terras Maringá	Semente	15250 quilos	300 hectares	R$ 173.850,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITO
Diesel - Combustivel - MT	áreas MT	X	70.000 LITROS	X	R$ 468.300,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITO
Slários 6 (seis) meses	TODAS	X	X	X	R$ 151.860,00	ID. 124898066 - AUTOS DA RJ
TOTAL					**R$ 12.424.982,59**	

Importante informar que os Recuperandos, indagados pela Administração Judicial, nos esclareceram que todas as despesas indicadas são para pagamento à vista, dada a dificuldade de se comprar a prazo em razão da recuperação judicial a que estão submetidos.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372055500000126531522
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372055500000126531522
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:21

Por fim, os extratos das Contas Bancárias que nos foram disponibilizados (Conta Sicredi de Edson, Sidney, Rafael e Marco e Banco do Brasil de todos), retratam o seguinte cenário:

SICREDI

Nome	Saldo
Edson	R$ 115.566,27
Marco	0
Rafael	R$ 463,50
Sidney	-R$ 19.757,16

Banco do Brasil

Nome	Saldo
Edson	-R$ 61.708,48
Mara	-R$ 23.560,47
Marco	-R$ 423,20
Rafael	-R$ 423,20
Sidney	-R$ 2.733,25
Vera	-R$ 423,20

Diante da análise dos dados abordados por esta Administração Judicial, nota-se que há uma grande pressão sobre o já prejudicado caixa dos Recuperandos que, no momento de início do plantio da safra de soja 23/24 tem custos consideráveis pela frente, com o agravante das óbvias dificuldades de acesso a crédito ou compra a prazo diante do que experimentam.

Em razão de tudo isso, e sem perder de vista o que dispõe o art. 47 da Lei nº 11.101/05, a Administração Judicial **OPINA** por se reconhecer a essencialidade dos valores depositados em Juízo para o Grupo Recuperando, a fim de permitir a solidez necessária do seu caixa, e assegurar o plantio da safra de soja 23/24 na busca pela recuperação da atividade que desenvolve e o cumprimento de todas as suas obrigações.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372055500000126531522
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372055500000126531522
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:21

2 - Alegação de Novação das CPRS. Operação de Barter. Soja Alienada a Empresa Cargill. Depósito do Valor em Juízo:

No que diz respeito à discussão em torno das CPRs apresentadas pela credora Rural Brasil e que teriam sido emitidas em operação de "*barter*", em confronto com a alegação dos Autores de que tais cédulas teriam sido novadas por notas promissórias e reforçadas por CPRs de milho, cujo arresto já foi cumprido, é necessário tecer algumas considerações.

A primeira delas situa-se na necessária constatação de que a discussão proposta, diferente do que ocorreu com as sacas de milho já objeto de arresto, não mais envolve garantir o acesso ao produto agrícola (grãos de soja) em si considerados e que integrariam as CPRs que sustentam a credora Rural Brasil estarem hígidas.

Na verdade, como esses grãos foram alienados à empresa Cargill após os vencimentos das cédulas de penhor e antes mesmo da propositura da recuperação judicial e o produto dessa venda aportado aos autos, é **a discussão em torno de a quem devem ser destinados os valores depositados que opõe a Credora aos Recuperandos**.

Nesse sentido, a credora Rural Brasil defende que a soja vendida à Cargill faria parte daquela que consta das CPRs informadas e emitidas em operação de troca por insumos quando do plantio ("*barter*") e por isso entende que lhe seriam devidos os valores correspondentes.

Não obstante o discurso apresentado pela credora, ao se constatar que não se trata mais de entregar o produto agrícola submetido a garantia e sim em acessar o resultado da venda antes empreendida, a suscitada operação de "*barter*" que estaria refletida nas CPRs discutidas nos parece que resta prejudicada.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372055500000126531522
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372055500000126531522
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:21

Isso porque não se poderá mais falar em entrega dos grãos que teriam sido objeto da operação de troca com os insumos agrícolas fornecidos quando do plantio da safra, já que estes não mais estão à disposição sequer dos próprios emitentes das CPRs, posto que já entregues por força de contrato de compra e venda a terceiro.

Veja Excelência, que a obrigação dos Recuperandos decorrentes das CPRs apresentadas é de entregar coisa certa, consistente na disponibilização, a credora, do montante de grãos de soja ali previstos em razão dos insumos fornecidos no momento da plantação, o que então caracteriza a operação como "*barter*", e não o pagamento do que correspondesse ao valor em dinheiro.

Por essa razão, a inobservância da obrigação prevista na garantia prestada tem a justa consequência de permitir ao seu beneficiário buscar o cumprimento da obrigação assumida que, mais uma vez, na situação em destaque, se perfaz na entrega do produto agrícola tal qual lá previsto, obrigação essa que não se confunde e não se converte de imediato em dinheiro, ainda que resultado da venda de grãos.

Veja Excelência, o que disse recentemente o e. TJMT através do seguinte escólio jurisprudencial:

> *AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE INDEFERIU A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA CÉDULA DE PRODUTO RURAL. CONFISSÃO DE QUE SIMULAÇÃO. VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO. CARACTERIZAÇÃO DE "VENIRE CONTRA FATUM PROPRIUM". OFENSA AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. ALEGAÇÃO DE ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO. TENTATIVA DE PAGAR A OBRIGAÇÃO DE FORMA DIVERSA DA ASSUMIDA. INEXISTÊNCIA DE PROBABILIDADE DO DIREITO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (...)2. No caso concreto,* ***a obrigação assumida na CPR é para entrega de sacas de milho, não sendo possível obrigar ao credor receber pagamento de forma diversa do acordado****, o que afasta a probabilidade do*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372055500000126531522
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372055500000126531522
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:21

> *direito dos recorrentes. 3. Decisão mantida. 4. Recurso desprovido. (N.U 1017691-95.2021.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 22/08/2023, Publicado no DJE 24/08/2023)*

Note Excelência que ainda que o r. TJMT tenha enfrentado o tema a partir da perspectiva dos direitos do credor, a sua análise centra-se no que a cédula prevê, limitando o direito do credor e a obrigação do emitente aquilo que nela esta descrito.

Assim é que na eventual impossibilidade do credor em obter os grãos submetidos a penhor rural, o que se tem, quando muito, é uma situação de inadimplência dos emitentes das CPRs com todas as suas consequências legais, mas que ainda assim deve ser devidamente apurada, especialmente em razão da conversão dos grãos em moeda corrente, ou seja, pela apuração do que realmente seria devido, mas, na hipótese, com o cuidado de se observar o estado de recuperação judicial em que se encontra os emitentes das cédulas.

Sem dúvida que a situação exposta não nos parece que em nada se assemelha com aquela que envolveu o arresto das sacas de milho extraídas destes autos e enfrentada pelo r. TJMT em Agravo de Instrumento, simplesmente porque ali se tratou justamente de buscar o cumprimento da obrigação assumida, ou seja, a entrega dos grãos e não de valores em dinheiro.

Já no que tange a alegada novação das CPRs, que é expressamente rejeitada pela Rural Brasil, não se pode olvidar a insuficiência de elementos para se aferir, com segurança, o que de fato se passou na hipótese.

Com efeito, se por um lado não se possa ignorar a inexistência de um elemento concreto que comprove a suscitada novação, por outro não se pode também deixar de se observar a coerência daquilo que apresenta os Autores em defesa da sua afirmação.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372055500000126531522
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372055500000126531522
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:21

Nesse sentido, as CPRs carreadas aos autos pela Rural Brasil, de fato, informam que a entrega dos grãos de soja deveria ocorrer até o dia **05/02/2023**, tendo sido eleito ainda o Foro da Comarca de Jataí, Estado Goiás, ou do local da lavoura como competente para dirimir questões vinculadas ao seu cumprimento.

Ocorre que, segundo se apura, até o momento e onde se sabe, não houve qualquer medida efetiva por parte da credora, à exceção do movimento feito perante este i. Juízo, quanto a reivindicar o cumprimento das CPRs vencidas.

Tal situação nos leva a considerar como bastante pertinente a correlação que os Recuperandos apresentam quanto ao vencimento das CPRs de milho, e que foram submetidas a medida cautelar de arresto perante a Comarca de Jataí, apenas 6 (seis) dias após o seu prazo fatal.

Com efeito, não se coaduna com esse retrato de responsabilidade e cuidado com seu patrimônio que a Rural Brasil naturalmente tem, quando se observa que passados mais de 7 (sete) meses do vencimento da cédula nenhuma atitude tenha sido intentada (sequer a negativação nos cadastros de proteção) com o intuito de buscar cumprir aquilo que foi acordado e lhe seria garantido.

Isso nos mostra que, a despeito não haver um elemento claro da novação, há alguns indícios de que algo envolve as referidas CPRs que não foram levadas a cumprimento forçado, de modo que, no mínimo, não se deve rejeitar, de pronto, a possibilidade da ocorrência de que tenha havido mesmo um novo acordo.

Contudo, não nos parece ser este o momento adequado para se concluir esse embate, dado até o momento processual em que se encontra a recuperação judicial, o que também não afasta a conclusão a que antes se chegou, no sentido de que a operação de "*barter*" não justifica a destinação ao credor dos valores depositados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372055500000126531522
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372055500000126531522
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:21

3 - Conclusão:

Diante de todo o exposto, a Administração Judicial **OPINA** por reconhecer a essencialidade dos valores depositados e assim autorizar o seu levantamento em favor dos Recuperandos.

E, caso assim também entenda Vossa Excelência, é de se sugerir ainda que seja determinado aos Recuperandos que comprovem, perante a Administração Judicial, a aplicação dos recursos liberados no plantio da safra 2023/2024, nos apresentando os devidos comprovantes de despesa e pagamento em, no máximo, 10 (dez) dias após a sua efetivação.

Era o que tinha a opinar.

Rondonópolis-MT, 02 de outubro de 2023.

ROGÉRIO DE LELLIS PINTO
OAB-DF 25.248

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372055500000126531522
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372055500000126531522
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:21

Gmail

Rogério Pinto <rogerio@rogerioadvocacia.com>

RJ - Grupo Mello - Solicitação de Documentos

2 mensagens

Rogério Pinto <rogerio@rogerioadvocacia.com> 26 de setembro de 2023 às 11:08
Para: pedroreis@pedroreisadvogados.com.br

Prezado Dr. Pedro, boa tarde!

Ao ensejo de lhe cumprimentar e tendo em vista a determinação judicial para que este Administrador se pronuncie sobre o pedido feito pelo Dr. de levantamento de valores depositados em favor dos Recuperandos, peço a gentileza de nos disponibilizar os seguintes documentos, em tempo hábil para atender o prazo concedido (5 dias):
Fluxo de Caixa;
Balancete do mês de Agosto/23 com o resultado do mês (DRE se houver);
Saldos de Extratos bancários e aplicações dos envolvidos com comprovação;
Planilha de gastos projetados com a safra 23/24 nos próximos 30 dias (caso haja algo além da planilha que instruiu o pedido de levantamento).
E outros documentos que entender pertinentes para comprovação da necessidade de acesso aos valores depositados.
Qualquer dúvida estou à disposição.
Att,
Rogério

---

pedroreis@pedroreisadvogados.com.br <pedroreis@pedroreisadvogados.com.br> 28 de setembro de 2023 às 16:18

Para: Rogério Pinto <rogerio@rogerioadvocacia.com>

Boa tarde,

Prezado **Dr. Rogério Lelis,**

Em atendimento ao requerimento, sirvo do presente para encaminhar o que segue anexo, bem como esclarecer os demais pontos.

1) Seguem anexo, planilha de custos detalhada em face da safra soja 2023/2024, acompanhada dos pedidos que envolvem *SUPREMAAGRO* e *COOPERATIVA INTEGRADA*.

a. Esclarecendo que, os valores contidos nos pedidos são valores para pagamento à vista, acaso seja necessário a conversão para pagamento a prazo, será necessário novo cálculo e análise de crédito, devendo nesse caso os devedores ofertarem garantias aos fornecedores. (conforme descrito no pedido SUPREMAAGRO retificado em anexo –)

b. Ausência do pedido do fornecedor Pantanal Agrícola, reside no fato de que até o momento, este somente fornecerá os produtos e insumos, desde que condicionados a prestação de garantias (por ora grãos futuros). O fornecimento do crédito passa no momento por análise de crédito, o que não impediu a apuração dos valores necessários.

c. Custos apurados para os próximos 6 (seis) meses, desconsideradas as despesas extraconcursais: custas / honorários adm jud / honorários contratuais adv RJ, entre outros.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372148000000126531527
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372148000000126531527
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:22

2) seguem os extratos atualizados de todos os devedores, de todas as contas, comprovando a insuficiência dos valores frente aos custos momentâneos com a safra de soja 2023/2024.

3) Fluxos de caixa de todos os devedores – agosto e setembro 2023

Quanto aos documentos balancetes solicitados, a contabilidade não conseguirá atender no prazo assinalado, considerando a necessidade de fechamento do mês de agosto e setembro (ainda não encerrado), oportunidade que serão apresentados na oportunidade do encaminhamento à Administração Judicial da documentação contábil para fins de elaboração do relatório mensal de atividades do Grupo. (previsão 15 dias).

Qualquer dúvida, à disposição.

Att,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Não contém vírus.www.avast.com

4 anexos

- **EXTRATOS SICREDI.zip** 4829K
- **EXXTRATOS BANCO DO BRASIL.zip** 26K
- **FLUXOS DE CAIXA SETEMBRO.zip** 1074K
- **PLANILHA E DOCS PEDIDOS FORNECEDORES.zip** 1419K

FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE RURAL			
EDSON PINTO DE MELLO - CPF 669.115.089-91			
AGOSTO/2023			
HISTORICO	**ENTRADA**	**SAIDA**	**SALDO**
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 53.278,03	-R$ 53.278,03
SALDO INICIAL - BANCO DO SICREDI	R$ 16.116,39	R$ 0,00	-R$ 37.161,64
RECEITAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 37.161,64
DESPESAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 139.517,11	-R$ 176.678,75
DESPESA COM VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 176.678,75
DESPESA COM SEGUROS	R$ 0,00	R$ 63,44	-R$ 176.742,19
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 2.047,84	R$ 200,00	-R$ 174.894,35
TARIFAS E DESPESAS BANCÁRIAS	R$ 0,00	R$ 4.975,01	-R$ 179.869,36
DEPÓSITO/SAQUE EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO	R$ 0,00	R$ 14.305,00	-R$ 194.174,36
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 194.174,36
RECEBIMENTOS VIA PIX OU TRANSFERÊNCIA	R$ 107.411,00	R$ 0,00	-R$ 86.763,36
EMPRESTIMO/TRANSFERÊNCIA ENTRE PESSOAS FÍSICAS	R$ 60.000,00	R$ 19.341,14	-R$ 46.104,50
	R$ 185.575,23	**R$ 231.679,73**	**-R$ 46.104,50**

FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE RURAL			
EDSON PINTO DE MELLO - CPF 669.115.089-91			
SETEMBRO/2023			
HISTORICO	**ENTRADA**	**SAIDA**	**SALDO**
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 55.897,47	-R$ 55.897,47
SALDO INICIAL - BANCO DO SICREDI	R$ 9.792,97	R$ 0,00	-R$ 46.104,50
RECEITAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 646.814,54	R$ 0,00	R$ 600.710,04
DESPESAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 272.093,35	R$ 328.616,69
DESPESA COM VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 328.616,69
DESPESA COM SEGUROS	R$ 0,00	R$ 38,69	R$ 328.578,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 0,00	R$ 200,00	R$ 328.378,00
TARIFAS E DESPESAS BANCÁRIAS	R$ 0,00	R$ 5.604,17	R$ 322.773,83
DEPÓSITO/SAQUE EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO	R$ 0,00	R$ 33.010,00	R$ 289.763,83
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 289.763,83
RECEBIMENTOS VIA PIX OU TRANSFERÊNCIA	R$ 20.000,00	R$ 255.220,00	R$ 54.543,83
EMPRESTIMO/TRANSFERÊNCIA ENTRE PESSOAS FÍSICAS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 54.543,83
	R$ 676.607,51	**R$ 622.063,68**	**R$ 54.543,83**

FLUXO DE CAIXA	AGOSTO/2023	SETEMBRO/2023
SALDOS BANCÁRIOS	**-R$ 37.161,64**	**-R$ 46.104,50**
BANCO DO BRASIL	-R$ 53.278,03	-R$ 55.897,47
BANCO SICREDI	R$ 16.116,39	R$ 9.792,97
TOTAL DE ENTRADAS	**R$ 169.458,84**	**R$ 666.814,54**
RECEITAS ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 646.814,54
DEPÓSITO EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 2.047,84	R$ 0,00
RECEBIMENTO VIA PIX	R$ 107.411,00	R$ 20.000,00
EMPRESTIMO PESSOA FÍSICA	R$ 60.000,00	R$ 0,00
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL DE SAÍDAS	**R$ 178.401,70**	**R$ 566.166,21**
TARIFA BANCÁRIA	R$ 4.975,01	R$ 5.604,17
SAQUE EM NUMERÁRIO	R$ 14.305,00	R$ 33.010,00
EMPRESTIMO PESSOA FÍSICA	R$ 19.341,14	R$ 255.220,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 200,00	R$ 200,00
DESPESA ATIVIDADE RURAL	R$ 139.517,11	R$ 272.093,35
DESPESA COM VEÍCULOS	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA COM SEGUROS	R$ 63,44	R$ 38,69
SALDO OPERACIONAL	**-R$ 46.104,50**	**R$ 54.543,83**

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01

Demonstrativo elaborado de acordo com as informações presentes nos extratos bancários referente aos meses de agosto e setembro de 2023 das instituições Banco do Brasil e Banco Sicredi. Cabe resaltar que ainda não ocorre uma separação de despesas por parte da entidade, fato que compromete a precisão dos resultados.

EDSON PINTO DE MELLO
669.115.089-91

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372217000000126531531
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372217000000126531531
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:23

FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE RURAL			
MARA VIOLIN DE MELLO - CPF 037.810.239-74			
AGOSTO/2023			
HISTORICO	**ENTRADA**	**SAIDA**	**SALDO**
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 20.000,00	-R$ 20.000,00
COBRANÇA DE I.O.F	R$ 0,00	R$ 107,96	-R$ 20.107,96
BB CONSÓRCIO - PRESTAÇÃO	R$ 0,00	R$ 375,27	-R$ 20.483,23
BB ADMIN CONSÓRCIOS AS - ESTORNO DE DÉBITOS	R$ 375,27	R$ 0,00	-R$ 20.107,96
COBRANÇA DE JUROS	R$ 0,00	R$ 1.551,19	-R$ 21.659,15
	R$ 375,27	**R$ 22.034,42**	**-R$ 21.659,15**

FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE RURAL			
MARA VIOLIN DE MELLO - CPF 037.810.239-74			
SETEMBRO/2023			
HISTORICO	**ENTRADA**	**SAIDA**	**SALDO**
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 21.659,15	-R$ 21.659,15
COBRANÇA DE I.O.F	R$ 0,00	R$ 60,21	-R$ 21.719,36
BB CONSÓRCIO - PRESTAÇÃO	R$ 0,00	R$ 371,92	-R$ 22.091,28
BB ADMIN CONSÓRCIOS AS - ESTORNO DE DÉBITOS	R$ 371,92	R$ 0,00	-R$ 21.719,36
COBRANÇA DE JUROS	R$ 0,00	R$ 1.841,11	-R$ 23.560,47
	R$ 371,92	**R$ 23.932,39**	**-R$ 23.560,47**

FLUXO DE CAIXA	AGOSTO/2023	SETEMBRO/2023
SALDOS BANCÁRIOS	**-R$ 20.000,00**	**-R$ 21.659,15**
BANCO DO BRASIL	-R$ 20.000,00	-R$ 21.659,15
BANCO SICREDI	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL DE ENTRADAS	**R$ 375,27**	**R$ 371,92**
RECEITAS ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 0,00
DEPÓSITO EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 0,00	R$ 0,00
RECEBIMENTO VIA PIX	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO PESSOA FÍSICA	R$ 0,00	R$ 0,00
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 375,27	R$ 371,92
TOTAL DE SAÍDAS	**R$ 2.034,42**	**R$ 2.273,24**
TARIFA BANCÁRIA	R$ 1.659,15	R$ 1.901,32
SAQUE EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO PESSOA FÍSICA	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA COM VEÍCULOS	R$ 375,27	R$ 371,92
DESPESA COM SEGUROS	R$ 0,00	R$ 0,00
SALDO OPERACIONAL	-R$ 21.659,15	-R$ 23.560,47

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01

Demonstrativo elaborado de acordo com as informações presentes nos extratos bancários referente aos meses de agosto e setembro de 2023 das instituições Banco do Brasil e Banco Sicredi. Cabe resaltar que ainda não ocorre uma separação de despesas por parte da entidade, fato que compromete a precisão dos resultados.

MARA VIOLIN DE MELLO
037.810.239-74

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:44
Número do documento: 23100214372311900000126533034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372311900000126533034
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:24

FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE RURAL			
MARCO ANTONIO DE MELLO - CPF 064.020.619-05			
AGOSTO/2023			
HISTORICO	**ENTRADA**	**SAIDA**	**SALDO**
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
SALDO INICIAL - BANCO DO SICREDI	R$ 13,26	R$ 0,00	R$ 13,26
TARIFAS E DESPESAS BANCÁRIAS	R$ 22,28	R$ 0,00	R$ 22,28
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 22,28	-R$ 22,28
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 100,00	R$ 100,00	R$ 13,26
DESPESAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 5.920,41	-R$ 5.907,15
DEPÓSITO EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 5.907,15
RECEBIMENTOS VIA PIX OU TRANSFERÊNCIA	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 5.907,15
EMPRESTIMO ENTRE PESSOAS FÍFICAS	R$ 5.000,00	R$ 0,00	-R$ 907,15
	R$ 5.135,54	**R$ 6.042,69**	**-R$ 907,15**

FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE RURAL			
MARCO ANTONIO DE MELLO - CPF 064.020.619-05			
SETEMBRO/2023			
HISTORICO	**ENTRADA**	**SAIDA**	**SALDO**
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
SALDO INICIAL - BANCO DO SICREDI	R$ 0,00	R$ 907,15	-R$ 907,15
TARIFAS E DESPESAS BANCÁRIAS	R$ 0,00	R$ 4,15	-R$ 911,30
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 911,30
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 920,00	R$ 0,00	R$ 8,70
DESPESAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 8,70	R$ 0,00
DEPÓSITO EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
RECEBIMENTOS VIA PIX OU TRANSFERÊNCIA	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO ENTRE PESSOAS FÍFICAS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	R$ 920,00	**R$ 920,00**	**R$ 0,00**

FLUXO DE CAIXA	AGOSTO/2023	SETEMBRO/2023
SALDOS BANCÁRIOS	**R$ 13,26**	**-R$ 907,15**
BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00
BANCO SICREDI	R$ 13,26	-R$ 907,15
TOTAL DE ENTRADAS	**R$ 5.122,28**	**R$ 920,00**
DEPÓSITO EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 100,00	R$ 920,00
RECEBIMENTO VIA PIX	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO PESSOA FÍSICA	R$ 5.000,00	R$ 0,00
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 22,28	R$ 0,00
TOTAL DE SAÍDAS	**R$ 6.042,69**	**R$ 12,85**
TARIFA BANCÁRIA	R$ 22,28	R$ 4,15
SAQUE EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 100,00	R$ 0,00
DESPESA ATIVIDADE RURAL	R$ 5.920,41	R$ 8,70
SALDO OPERACIONAL	-R$ 907,15	R$ 0,00

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01

Demonstrativo elaborado de acordo com as informações presentes nos extratos bancários referente aos meses de agosto e setembro de 2023 das instituições Banco do Brasil e Banco Sicredi. Cabe resaltar que ainda não ocorre uma separação de despesas por parte da entidade, fato que compromete a precisão dos resultados.

MARCO ANTONIO DE MELLO
064.020.619-05

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100214372432400000126533045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372432400000126533045
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:25

FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE RURAL			
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - CPF 089.692.471-39			
AGOSTO/2023			
HISTORICO	**ENTRADA**	**SAIDA**	**SALDO**
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
SALDO INICIAL - BANCO DO SICREDI	R$ 3.865,39	R$ 0,00	R$ 3.865,39
TARIFAS BANCÁRIA	R$ 0,00	R$ 47,99	R$ 3.817,40
DESPESAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 29.799,08	-R$ 25.981,68
DEPÓSITO EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO	R$ 1.200,00	R$ 0,00	-R$ 24.781,68
RECEBIMENTOS VIA PIX	R$ 500,00	R$ 0,00	-R$ 24.281,68
EMPRESTIMO ENTRE PESSOAS FÍFICAS	R$ 25.000,00	R$ 0,00	R$ 718,32
	R$ 30.565,39	**R$ 29.847,07**	**R$ 718,32**

FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE RURAL			
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - CPF 089.692.471-39			
SETEMBRO/2023			
HISTORICO	**ENTRADA**	**SAIDA**	**SALDO**
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
SALDO INICIAL - BANCO DO SICREDI	R$ 718,32	R$ 0,00	R$ 718,32
TARIFAS BANCÁRIA	R$ 0,00	R$ 25,02	R$ 693,30
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 63,34	R$ 0,00	R$ 756,64
DESPESAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 14.677,04	-R$ 13.920,40
DEPÓSITO EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 13.920,40
SAQUE EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO	R$ 0,00	R$ 2.000,00	-R$ 15.920,40
RECEBIMENTOS VIA PIX	R$ 1.163,90	R$ 0,00	-R$ 14.756,50
EMPRESTIMO ENTRE PESSOAS FÍFICAS	R$ 15.220,00	R$ 0,00	R$ 463,50
	R$ 17.165,56	**R$ 16.702,06**	**R$ 463,50**

FLUXO DE CAIXA	AGOSTO/2023	SETEMBRO/2023
SALDOS BANCÁRIOS	**R$ 3.865,39**	**R$ 295,12**
BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	-R$ 423,20
BANCO SICREDI	R$ 3.865,39	R$ 718,32
TOTAL DE ENTRADAS	**R$ 26.700,00**	**R$ 16.447,24**
DEPÓSITO EM NUMERÁRIO	R$ 1.200,00	R$ 0,00
RECEBIMENTO VIA PIX	R$ 500,00	R$ 1.163,90
EMPRESTIMO PESSOA FÍSICA	R$ 25.000,00	R$ 15.220,00
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 63,34
TOTAL DE SAÍDAS	**R$ 29.847,07**	**R$ 16.702,06**
TARIFA BANCÁRIA	R$ 47,99	R$ 25,02
SAQUE EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 2.000,00
DESPESA ATIVIDADE RURAL	R$ 29.799,08	R$ 14.677,04
SALDO OPERACIONAL	R$ 718,32	R$ 40,30

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01

Demonstrativo elaborado de acordo com as informações presentes nos extratos bancários referente aos meses de agosto e setembro de 2023 das instituições Banco do Brasil e Banco Sicredi. Cabe resaltar que ainda não ocorre uma separação de despesas por parte da entidade, fato que compromete a precisão dos resultados.

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
089.692.471-39

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100214372528600000126533051
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372528600000126533051
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:26

FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE RURAL			
SIDNEY PINTO DE MELLO - CPF 669.115.919-53			
AGOSTO/2023			
HISTORICO	**ENTRADA**	**SAIDA**	**SALDO**
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
SALDO INICIAL - BANCO DO SICREDI	R$ 6.894,88	R$ 0,00	R$ 6.894,88
RECEITAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 928.708,33	R$ 0,00	R$ 935.603,21
DESPESAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 502.111,70	R$ 433.491,51
DESPESA COM VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS	R$ 0,00	R$ 18.534,19	R$ 414.957,32
DESPESA COM SEGUROS	R$ 0,00	R$ 1.282,40	R$ 413.674,92
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 3.524,61	R$ 3.623,86	R$ 413.575,67
TARIFAS E DESPESAS BANCÁRIAS	R$ 0,00	R$ 1.369,93	R$ 412.205,74
DEPÓSITO/SAQUE EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO	R$ 0,00	R$ 19.105,00	R$ 393.100,74
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 393.100,74
RECEBIMENTOS VIA PIX OU TRANSFERÊNCIA	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 393.100,74
EMPRESTIMO/TRANSFERÊNCIA ENTRE PESSOAS FÍSICAS	R$ 0,00	R$ 306.400,00	R$ 86.700,74
	R$ 939.127,82	**R$ 852.427,08**	**R$ 86.700,74**

FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE RURAL			
SIDNEY PINTO DE MELLO - CPF 669.115.919-53			
SETEMBRO/2023			
HISTORICO	**ENTRADA**	**SAIDA**	**SALDO**
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
SALDO INICIAL - BANCO DO SICREDI	R$ 86.700,74	R$ 0,00	R$ 86.700,74
RECEITAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 17.588,08	R$ 0,00	R$ 104.288,82
DESPESAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 334.375,24	-R$ 230.086,42
DESPESA COM VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 230.086,42
DESPESA COM SEGUROS	R$ 0,00	R$ 312,91	-R$ 230.399,33
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 230.399,33
TARIFAS E DESPESAS BANCÁRIAS	R$ 0,00	R$ 357,83	-R$ 230.757,16
DEPÓSITO/SAQUE EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO	R$ 0,00	R$ 4.000,00	-R$ 234.757,16
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 234.757,16
RECEBIMENTOS VIA PIX OU TRANSFERÊNCIA	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 234.757,16
EMPRESTIMO/TRANSFERÊNCIA ENTRE PESSOAS FÍSICAS	R$ 235.000,00	R$ 20.000,00	-R$ 19.757,16
	R$ 339.288,82	**R$ 359.045,98**	**-R$ 19.757,16**

FLUXO DE CAIXA	AGOSTO/2023	SETEMBRO/2023
SALDOS BANCÁRIOS	**R$ 6.894,88**	**R$ 86.700,74**
BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00
BANCO SICREDI	R$ 6.894,88	R$ 86.700,74
TOTAL DE ENTRADAS	**R$ 932.232,94**	**R$ 252.588,08**
RECEITAS ATIVIDADE RURAL	R$ 928.708,33	R$ 17.588,08
DEPÓSITO EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 3.524,61	R$ 0,00
RECEBIMENTO VIA PIX	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO PESSOA FÍSICA	R$ 0,00	R$ 235.000,00
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL DE SAÍDAS	**R$ 852.427,08**	**R$ 359.045,98**
TARIFA BANCÁRIA	R$ 1.369,93	R$ 357,83
SAQUE EM NUMERÁRIO	R$ 19.105,00	R$ 4.000,00
EMPRESTIMO PESSOA FÍSICA	R$ 306.400,00	R$ 20.000,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 3.623,86	R$ 0,00
DESPESA ATIVIDADE RURAL	R$ 502.111,70	R$ 334.375,24
DESPESA COM VEÍCULOS	R$ 18.534,19	R$ 0,00
DESPESA COM SEGUROS	R$ 1.282,40	R$ 312,91
SALDO OPERACIONAL	R$ 86.700,74	-R$ 19.757,16

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01

Demonstrativo elaborado de acordo com as informações presentes nos extratos bancários referente aos meses de agosto e setembro de 2023 das instituições Banco do Brasil e Banco Sicredi. Cabe resaltar que ainda não ocorre uma separação de despesas por parte da entidade, fato que compromete a precisão dos resultados.

SIDNEY PINTO DE MELLO
669.115.919-53

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100214372619800000126533058
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372619800000126533058
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:26

FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE RURAL			
VERA LUCIA GALLO DE MELLO - CPF 614.594.029-87			
AGOSTO/2023			
HISTORICO	**ENTRADA**	**SAIDA**	**SALDO**
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
SALDO INICIAL - BANCO DO SICREDI	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
RECEITAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS COM A ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA COM VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA COM SEGUROS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TARIFAS E DESPESAS BANCÁRIAS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DEPÓSITO/SAQUE EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
RECEBIMENTOS VIA PIX OU TRANSFERÊNCIA	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO/TRANSFERÊNCIA ENTRE PESSOAS FÍSICAS	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	0,00	**0,00**	**0,00**

FLUXO DE CAIXA ATIVIDADE RURAL			
VERA LUCIA GALLO DE MELLO - CPF 614.594.029-87			
SETEMBRO/2023			
HISTORICO	**ENTRADA**	**SAIDA**	**SALDO**
SALDO INICIAL - BANCO DO BRASIL	R$ 0,00		R$ 0,00
SALDO INICIAL - BANCO DO SICREDI		R$ 0,00	R$ 0,00
RECEITAS COM A ATIVIDADE RURAL			R$ 0,00
DESPESAS COM A ATIVIDADE RURAL			R$ 0,00
DESPESA COM VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS			R$ 0,00
DESPESA COM SEGUROS			R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS			R$ 0,00
TARIFAS E DESPESAS BANCÁRIAS		R$ 423,20	-R$ 423,20
DEPÓSITO/SAQUE EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO			-R$ 423,20
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO			-R$ 423,20
RECEBIMENTOS VIA PIX OU TRANSFERÊNCIA			-R$ 423,20
EMPRESTIMO/TRANSFERÊNCIA ENTRE PESSOAS FÍSICAS			-R$ 423,20
	R$ 0,00	**R$ 423,20**	**-R$ 423,20**

FLUXO DE CAIXA	AGOSTO/2023	SETEMBRO/2023
SALDOS BANCÁRIOS	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
BANCO DO BRASIL	R$ 0,00	R$ 0,00
BANCO SICREDI	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL DE ENTRADAS	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
RECEITAS ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 0,00
DEPÓSITO EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 0,00	R$ 0,00
RECEBIMENTO VIA PIX	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO PESSOA FÍSICA	R$ 0,00	R$ 0,00
ESTORNO DÉBITO BANCÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL DE SAÍDAS	**R$ 0,00**	**R$ 423,20**
TARIFA BANCÁRIA	R$ 0,00	R$ 423,20
SAQUE EM NUMERÁRIO	R$ 0,00	R$ 0,00
EMPRESTIMO PESSOA FÍSICA	R$ 0,00	R$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA ATIVIDADE RURAL	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA COM VEÍCULOS	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA COM SEGUROS	R$ 0,00	R$ 0,00
SALDO OPERACIONAL	R$ 0,00	-R$ 423,20

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01

Demonstrativo elaborado de acordo com as informações presentes nos extratos bancários referente aos meses de agosto e setembro de 2023 das instituições Banco do Brasil e Banco Sicredi. Cabe resaltar que ainda não ocorre uma separação de despesas por parte da entidade, fato que compromete a precisão dos resultados.

VERA LUCIA GALLO DE MELLO
614.594.029-87

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100214372699700000126533061
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372699700000126533061
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:27

FORNECEDORES	NOME	FAZENDA	LOCAL	PRODUTO	PEDIDO/CUSTO	Área	VALOR	PAGAMENTO
Integrada cooperativa agroindustrial	Sidney	Fazenda são francisco	CAMPINAPOLIS MT	Fertilizante	476000 toneladas	1700 hectares	R$ 1.666.000,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITC
Integrada cooperativa agroindustrial	Edson	Fazenda Xingu	SANTA CRUZ DO XINGU MT	Fertilizante	624000 toneladas	2300 hectares	R$ 2.184.000,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITC
Pantanal Agrícola	Edson	Fazenda são francisco	CAMPINAPOLIS MT	Semente e químico	28776 sacas a 105,00	1700 hectares	R$ 3.021.480,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITC
Pantanal Agrícola	Edson	Fazenda Xingu	SANTA CRUZ DO XINGU MT	Semente e químico	21060 sacas a 105,00	2300 hectares	R$ 2.211.300,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITC
Suprema Agro	Rafael	Fazenda Xingu	SANTA CRUZ DO XINGU MT	Químico	41180 unidades	2300 hectares	R$ 1.136.191,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITC
Suprema Agro	Marco	Fazenda Xingu	SANTA CRUZ DO XINGU MT	Semente e químico	38336 unidades	2300 hectares	R$ 1.113.812,50	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITC
Integrada cooperativa agroindustrial	Edson	Terras Maringá	MARINGÁ PR	Fertilizante	54000 Toneladas	300 hectares	R$ 126.728,28	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITC
Integrada cooperativa agroindustrial	Sidney	Terras Maringá	MARINGÁ PR	Químico	226000 unidades	300 hectares	R$ 171.460,81	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITC
Agroessence	Edson	Terras Maringá	MARINGÁ PR	Semente	15250 quilos	300 hectares	R$ 173.850,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITC
Diesel - Combustivel - MT	Todos	áreas MT	MATO GROSSO	X	70.000 LITROS	X	R$ 468.300,00	VALORES PARA PGTO À VISTA - A PRAZO SUJEITO A MAJORAÇÃO E ANÁLISE DE CRÉDITC
Folha salarial próximos 6 (seis) meses	Todos	TODAS	MT E PR	X	X	X	R$ 151.860,00	ID. 124898066 - AUTOS DA RJ
TOTAL							**R$ 12.424.982,59**	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100214372766600000126533064
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372766600000126533064
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:28

TRANSPORTADORA VALE DA SERRA - INDUSTRIAL

Rua R 10, N° 0, QUADRAIND1/3 LOTE 1 DISTRITO INDUSTRIAL
CEP: 78600-000, Barra do Garças, MT - FONE: 6634013764

Orçamento N°

4614

DADOS DO CLIENTE

8677 - EDSON PINTO DE MELLO - FONE: (66) 3437-1328 - unicampo1@gmail.com
FAZENDA XINGU I, CPF: 669.115.089-91
Endereço de entrega: FAZENDA BR158 KM 38 SAINDO DE SANTA CRUZ, N° S/N, ZONA RURAL, Santa Cruz do

DETALHES DO PEDIDO

Frete: Transporte Próprio por conta do Rem.
Forma de pagamento: 15 DIAS
Status: **Aguardando Aprovação**
Data de emissão: 28/09/2023

Código	Descrição do Produto	Qtde.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1959	OLEO DIESEL B S500 ADITIVADO	70000	L	6,6900	R$ 468.300,00
Valor Total do Orçamento		70000			R$ 468.300,00

Orçamento válido até: **28 de Setembro de 2023**

A forma de pagamento dos valores acima descriminados é: **15 DIAS**

Em caso de dúvida entrar em contato com:

Responsável: FABIO HENRIQUE

Telefone:(66) 99227-3851

E-mail:vendas4@trrvaledaserra.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100214372830300000126533867
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372830300000126533867
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:28

SUPREMA AGRO

CNPJ: 40.962.978/000159 / INSC. EST.: 13.859.588-7

66 3564-1174
Av. Brasil, S/Nº
Centro
CEP 78.652-000
Confresa - MT

CONTRATO Nº 000866

DATA DE EMISSÃO: 21/09/2023

REPRESENTANTE: Ezequiel

DADOS DO CLIENTE

RAZÃO SOCIAL / NOME: Rafael Rodrigo Gallo de Mello

CNPJ/CPF: 089.692.479-39 I.E.: 13.824.608-4 CLIENTE NOVO: ☐ SIM ☒ NÃO

E-MAIL: _____ CELULAR: _____

FAZENDA: Fazenda Xingu I END. FAZENDA: _____

CIDADE: Santa Cruz do Xingu UF: MT CEP: _____ TELEFONE: 78.664-000

DADOS DA NEGOCIAÇÃO

- ☐ VENDA A PRAZO
- ☐ PERMUTA GRÃOS
- ☐ TROCA POR PRODUTO
- ☐ BONIFICAÇÃO
- ☒ À VISTA

- ☐ FRETE POR CONTA DO CLIENTE
- ☒ FRETE POR CONTA DA EMPRESA
- ☐ CONTRATO Nº

INDEXADOR

- ☐ MOEDA DÓLAR (US) PTAX NEGOCIADO _____
- ☐ MOEDA REAIS (R$)

- ☒ DINHEIRO (ESPÉCIE)
- ☐ CHEQUE - DATA DA COMPENSAÇÃO/VENCIMENTO _____
- ☐ GRÃOS
- ☐ DEPÓSITO BANCÁRIO
- ☐ BOLETO
- ☐ OUTRAS CONDIÇÕES NEGOCIADAS _____

CULTURA: ☒ SOJA ☐ ALGODÃO ☐ MILHO ☐ FEIJÃO ☐ PASTAGEM ☐ OUTROS

DADOS DO CONTRATO

PRODUTOS	QUANT.	UNID.	EMBALAGEM	PREÇO UNIT.	TOTAL
Inoculante liquido	30.000				
Agos	3.000				
Rizob	240				
Orbia	240				
Organic	480				
Raufnitro Special	300				
Glifosinato	1000				
Clorimuron	240				
Metadim	1000				
Miquate	1000				
Vitarbo Tiam	380				
Protonik	300				
Zoom 9kg	1200				
Fox	1200				
Sphere Max	600				
				TOTAL	1.136.194,00

OBSERVAÇÃO: Pedido à vista. A prazo altera valor tendo que passar por análise de crédito ou garantia real.

PERMUTA: _____

☐ ENTREGA: PERÍODO DE: __/__/__ ATÉ: __/__/__

☐ A RETIRAR: PERÍODO DE: __/__/__ ATÉ: __/__/__

TOTAL KG: _____

TOTAL DE SACAS/65KG: _____

LOCAL DE ENTREGA: _____

MUNICÍPIO: _____

CRÉDITO E COBRANÇA

☒ APROVADO ☐ REPROVADO

DATA: 05 / 10 / 2023

VISTO

Ezequiel Maggioni
ASSINATURA REPRESENTANTE

ASSINATURA CLIENTE

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100214372899100000126533876
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214372899100000126533876
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:31

SUPREMA AGRO

CNPJ: 40.962.978/000159 / INSC. EST.: 13.859.588-7

66 3564-1174
Av. Brasil, S/Nº
Centro
CEP 78.652-000
Confresa - MT

CONTRATO

Nº 000867

DATA DE EMISSÃO: 21/07/23

REPRESENTANTE: Ezequiel

DADOS DO CLIENTE

RAZÃO SOCIAL / NOME: Marco Antônio de Melo

CNPJ/CPF: 064.020.619-05 I. E.: CLIENTE NOVO: ☐ SIM ☒ NÃO

E-MAIL: CELULAR:

FAZENDA: END. FAZENDA:

CIDADE: Santa Cruz do Xingu UF: MT CEP: 78.664-000 TELEFONE:

DADOS DA NEGOCIAÇÃO

- ☐ VENDA A PRAZO
- ☐ PERMUTA GRÃOS
- ☐ TROCA POR PRODUTO
- ☐ BONIFICAÇÃO
- ☒ À VISTA
- ☐ FRETE POR CONTA DO CLIENTE
- ☒ FRETE POR CONTA DA EMPRESA
- ☐ CONTRATO Nº

INDEXADOR

- ☐ MOEDA DÓLAR (US) PTAX NEGOCIADO
- ☐ MOEDA REAIS (R$)
- ☒ DINHEIRO (ESPÉCIE)
- ☐ CHEQUE - DATA DA COMPENSAÇÃO/VENCIMENTO
- ☐ GRÃOS
- ☐ DEPÓSITO BANCÁRIO
- ☐ BOLETO
- ☐ OUTRAS CONDIÇÕES NEGOCIADAS:

CULTURA: ☒ SOJA ☐ ALGODÃO ☐ MILHO ☐ FEIJÃO ☐ PASTAGEM ☐ OUTROS

DADOS DO CONTRATO

PRODUTOS	QUANT.	UNID.	EMBALAGEM	PREÇO UNIT.	TOTAL
Caravan	1200	L			
Trinka Kopp	300	L			
Cristal	3000	L			
Titanium	900	L			
Sipeto	1500	Kg			
Nichokon	1500	L			
Bioativador Folha	375	L			
Manganês	3000	L			
Map Purificado	3000	Kg			
Ureia	1360	L			
Potássio Full	2200	L			
Florado	9000	L			
K 8317 IPRO	17	Kg			
				TOTAL	1.113.812,50

OBSERVAÇÃO: Pedido à vista. A preço altera valor tendo que passar por análise de crédito ou garantia real.

PERMUTA:

☐ ENTREGA: PERÍODO DE: ___/___/___ ATÉ: ___/___/___

☐ A RETIRAR: PERÍODO DE ___/___/___ ATÉ: ___/___/___

TOTAL KG:

TOTAL DE SACAS/65KG:

LOCAL DE ENTREGA:

MUNICÍPIO:

CRÉDITO E COBRANÇA

☒ APROVADO ☐ REPROVADO

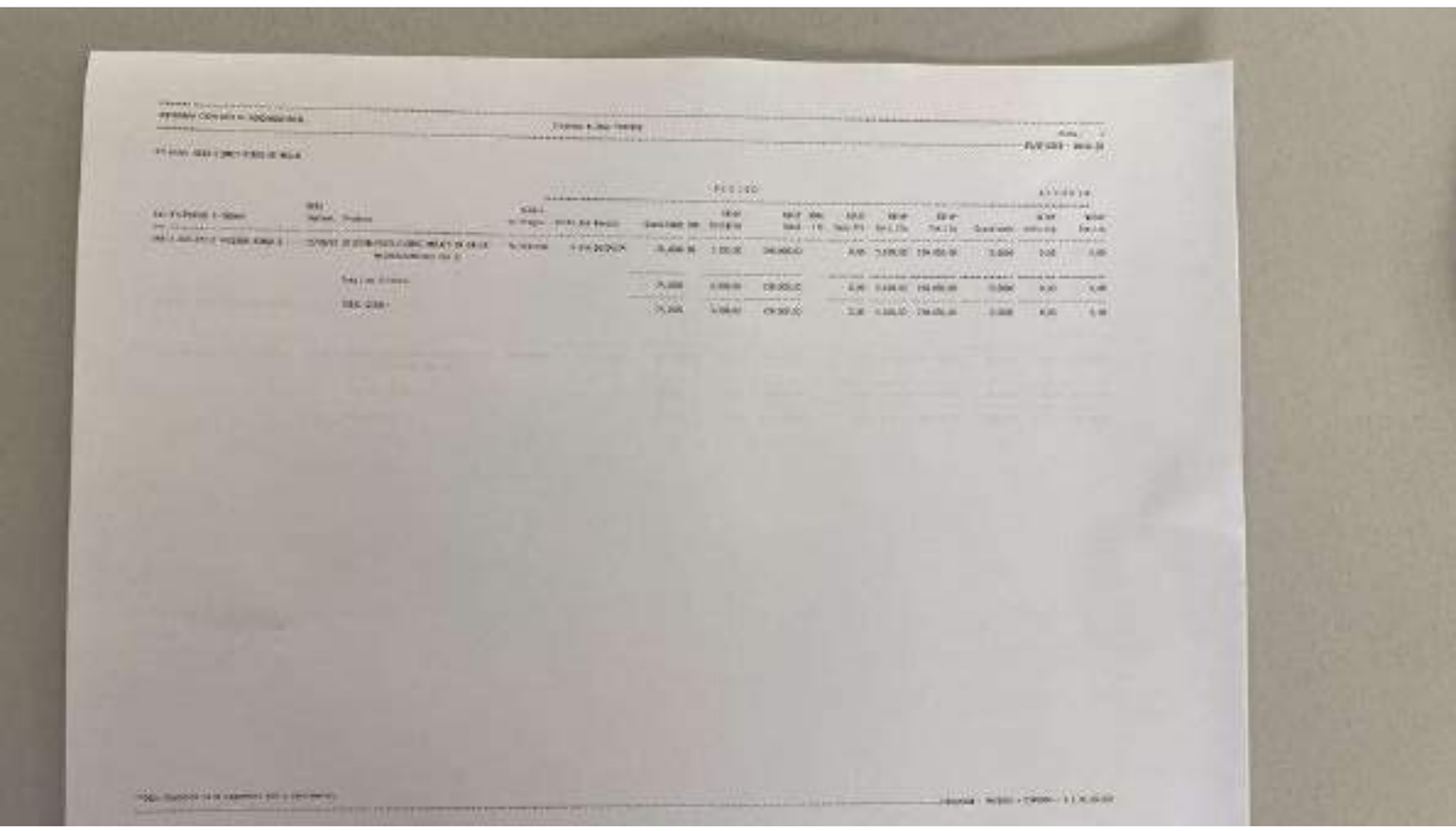
DATA: 05/10/2023

VISTO

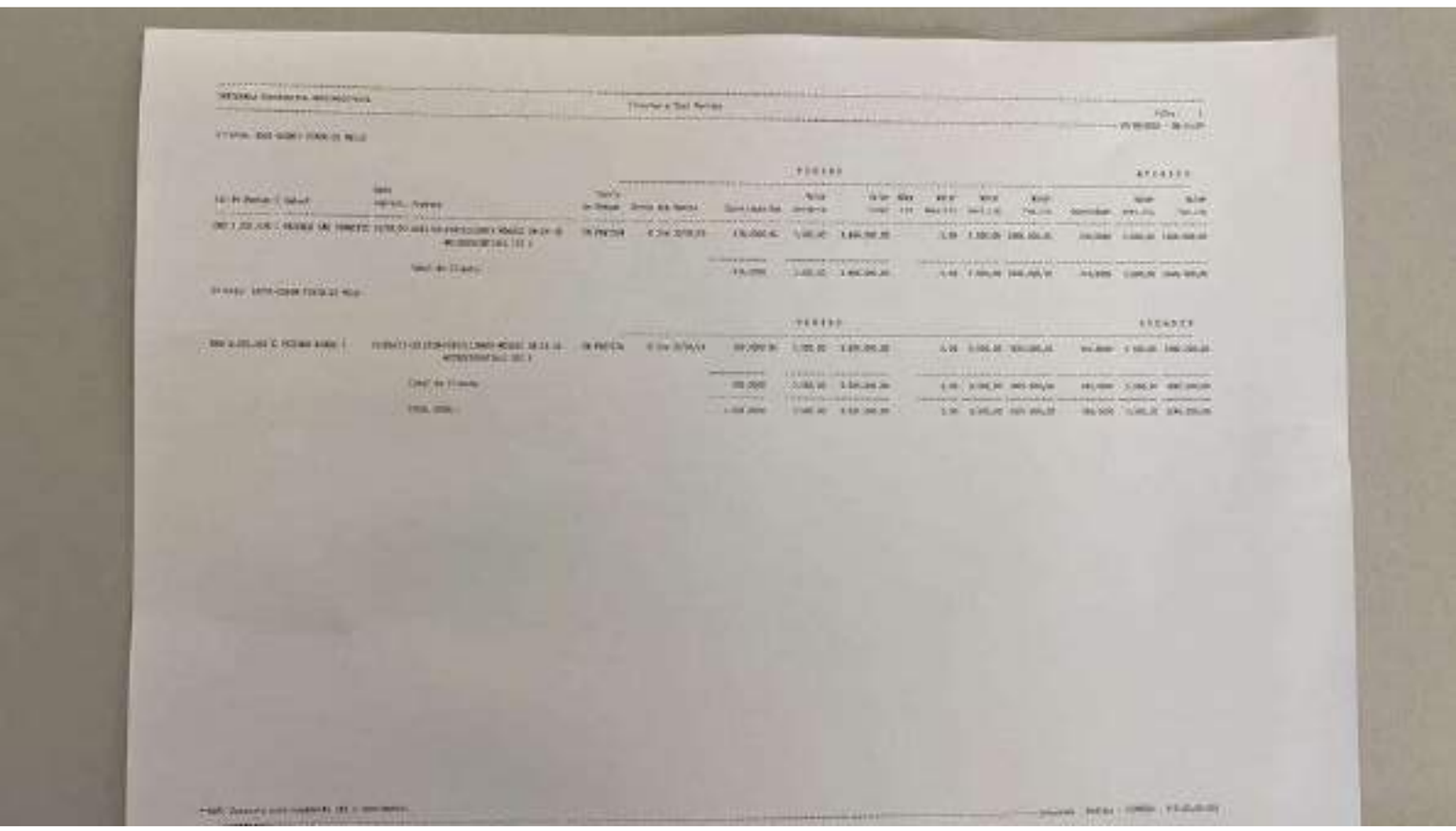
Ezequiel Mogoiorin
ASSINATURA REPRESENTANTE

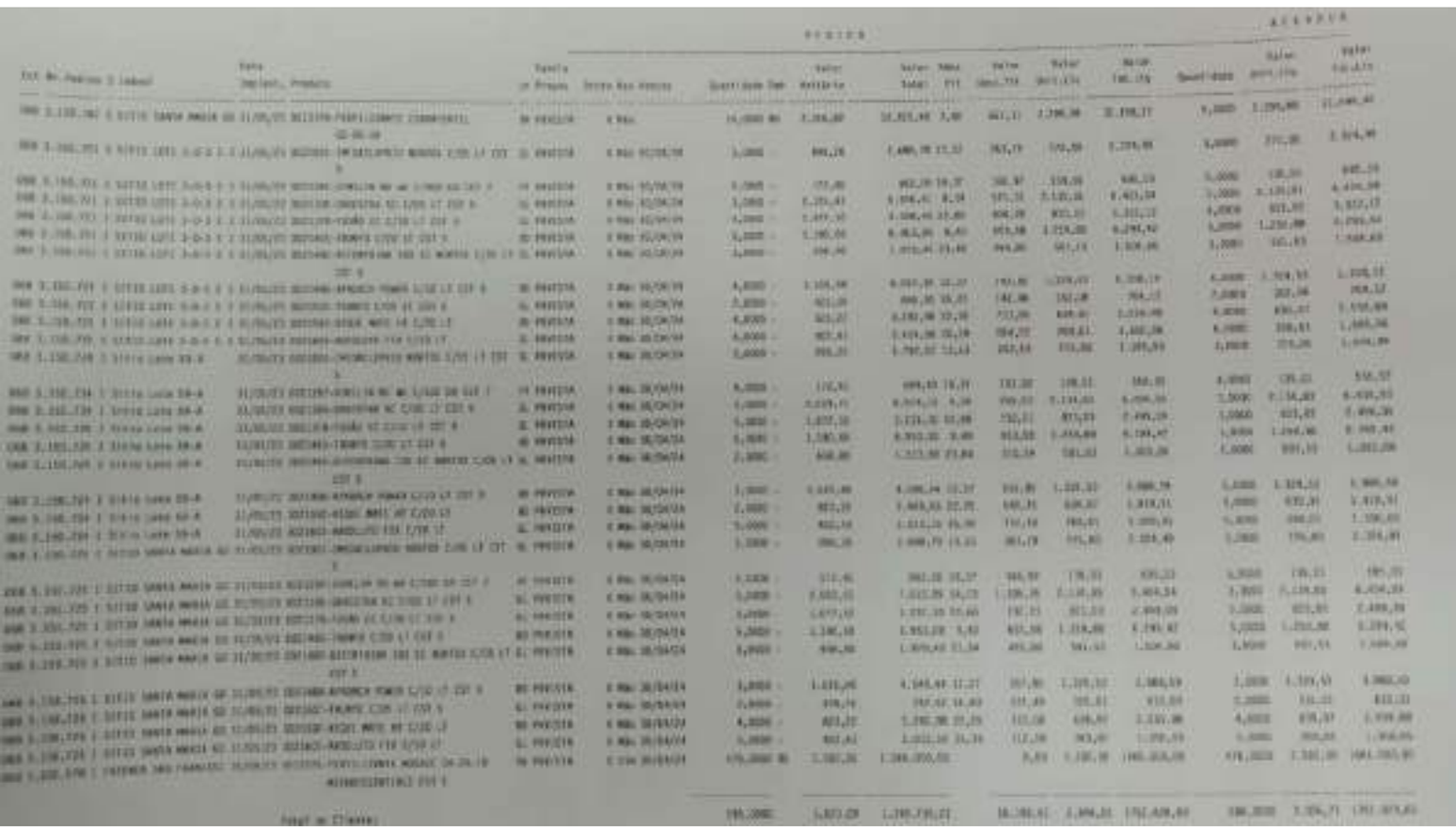
ASSINATURA CLIENTE

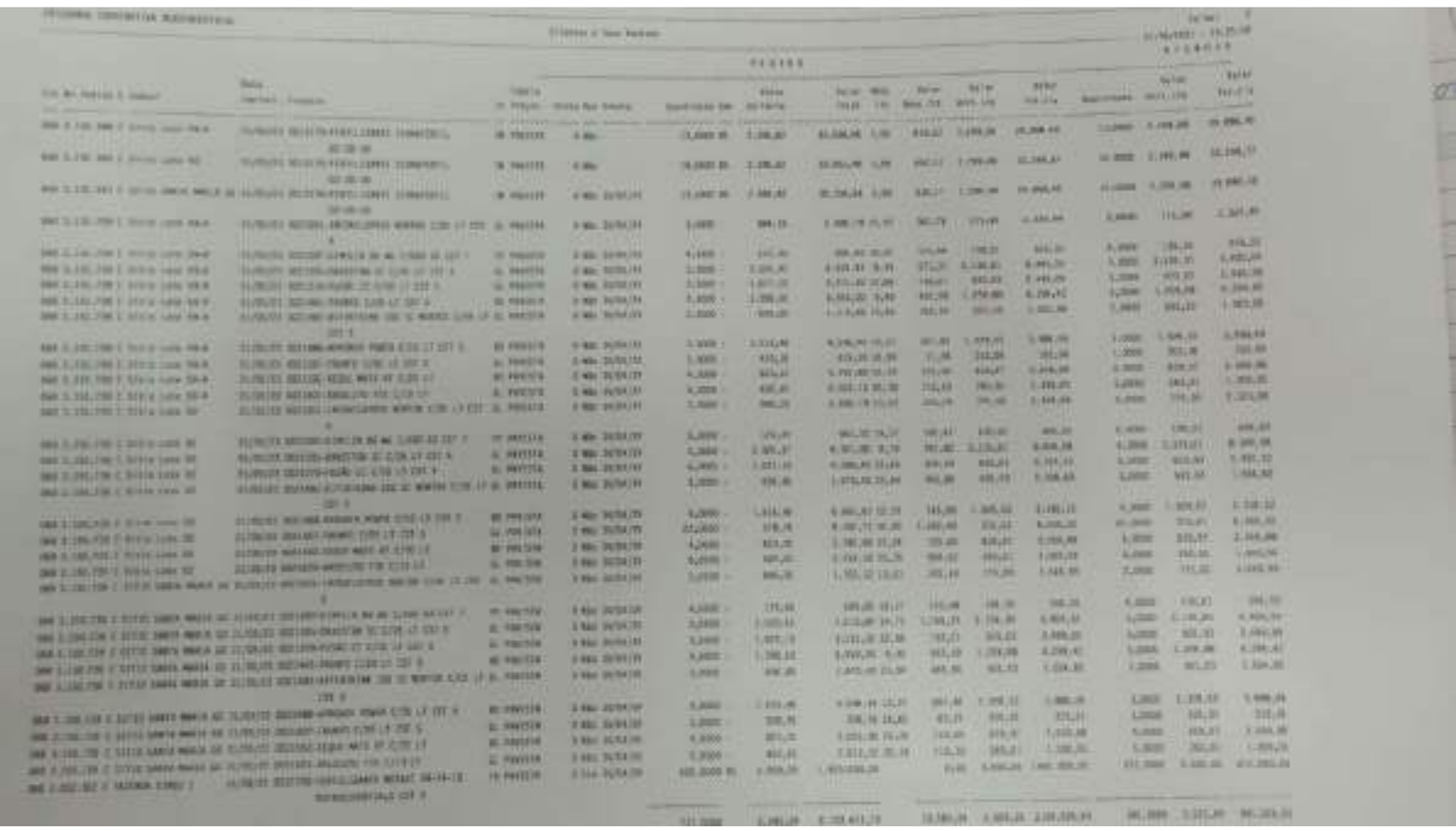
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100214373169000000126534733
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214373169000000126534733
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:33



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100214373348300000126534737
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100214373348300000126534737
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 02/10/2023 14:37:34







Autos nº. 1022463-24.2023.8.11.0003

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Meritíssimo Juiz:

Cuida-se de pedido de recuperação judicial agitado pelos integrantes do GRUPO MELLO, aduzindo, em síntese, que diante do quadro de dificuldade financeira não possuem condições de quitar suas obrigações na forma pactuada, pelo que imprescindível as benesses da Lei 11.101/05.

Durante o curso do vertente expediente, deferiu-se o processamento (ID 128001626).

Na sequência, a parte requerente opôs embargos, pugnando pela consolidação substancial, e não somente a processual (ID 128486123).

Após, a interessada RURAL BRASIL S/A pugnou pelo levantamento do importe de R$ 1.556.645,99, eis que derivado de operação denominada de "Barter" (extraconcursal), ou, alternativamente, que o numerário seja mantido em depósito judicial (ID 128873726).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

Adiante, houve apresentação de termo de transação firmado pela parte requerente e o administrador-judicial relacionado aos honorários do auxiliar do Juízo (ID 129104216).

Empós, a parte requerente pugnou pelo levantamento do numerário depositado em conta judicial, pois, no seu entender, o dinheiro é essencial para continuidade da atividade, pois, sem o mesmo, a safra 2024 está comprometida, lembrando que esta (produção rural) é a atividade dos recuperandos (produtores rurais).

É o breve relato.

Ab initio, consigne-se que o termo de autocomposição de ID 1291044216, firmado pelo i. administrador-judicial e a parte recuperanda, observou o disposto no artigo 24[1], §1º, da Lei 11.101/05, pois, restou consignada em 3% (R$ 1.511.895,79) do valor do passivo indicado na proemial (R$ 50.396.526,43).

De mais a mais, ressalte-se que, se as partes chegaram a um consenso (complexidade exigida x capacidade de pagamento), assim, esta unidade

1 LFRJ: Art. 24. O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes. § 1º Em qualquer hipótese, o total pago ao administrador judicial não excederá 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial ou do valor de venda dos bens na falência. (…) § 5º A remuneração do administrador judicial fica reduzida ao limite de 2% (dois por cento), no caso de microempresas e de empresas de pequeno porte, bem como na hipótese de que trata o art. 70-A desta Lei.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

ministerial não visualiza, *in casu*, razão concreta para afastar a solução consensual[2] a que chegaram.

Lado outro, inexistem nos autos informações quanto a intimação dos credores, consoante ordenado no ID 128001626 – Pág. 10, o que deve ser providenciado pela serventia judicial.

Sob outra ótica, insta ressaltar que tanto a credora RURAL BRASIL S/A, quanto a devedora/recuperanda, objetivam o levantamento do numerário depositado nos autos (ID 126597560), ou seja, R$ 1.556.645,99.

Pois bem. Inicialmente saliente-se que o numerário depositado em Juízo se refere ao pagamento pela CARGILL AGRÍCOLA S/A de soja em grãos entregue pelo recuperando (ID's 124898090 – Pág. 16 e 125663061 - Pág. 15).

No mais, nos termos do artigo 11, da Lei 8.929/94, a cédula de produto rural (CPR), cuja credora é RURAL BRASIL S/A, tem natureza de crédito **extraconcursal** na recuperação judicial, ilustrando, vejamos a jurisprudência:

> *"RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE SAFRA FUTURA A PREÇO CERTO. ENTREGA DE AÇÚCAR. SUJEIÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE. CONTRAPRESTAÇÃO DO*

2 CPC: Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito. (…)
§ 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.
§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

CREDOR OCORRIDA EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONCURSALIDADE DO CRÉDITO. 1. Impugnação de crédito apresentada em 12/5/2020. Recurso Especial interposto em 11/4/2022 e concluso ao Gabinete em 23/1/2023. 2. O propósito recursal consiste em definir se o crédito decorrente do descumprimento do contrato de safra futura, com preço certo e pagamento antecipado, sujeita-se à recuperação judicial. 3. À míngua de qualquer restrição de legal, o crédito sujeito à recuperação pode decorrer de uma obrigação de dar, fazer ou não fazer do devedor. 4. Na execução diferida, como o contrato de safra futura, apesar de o direito de crédito existir desde a celebração do negócio jurídico, a exigibilidade de uma ou de algumas prestações se prolonga no tempo. 5. Para fins de submissão à recuperação judicial dos créditos decorrentes de contratos de safra futura, como concursal ou extraconcursal, faz-se necessária a apuração do momento de cumprimento da obrigação pelo credor, anterior ou posterior ao pedido de recuperação judicial. 6. O credor que tenha adimplido a sua contraprestação antes da distribuição do pedido de recuperação judicial, terá um crédito existente em seu favor - concursal - e que deverá ser submetido à recuperação judicial, nos termos do art. 49 da LREF. 7. Diversamente, se, na data do pedido de recuperação judicial, ainda não houver ocorrido a contraprestação devida pelo credor, não haverá submissão do crédito à recuperação judicial, em respeito ao sinalagma funcional dos contratos, pois, sabido, de antemão, que o devedor não adimplirá a sua obrigação na forma estabelecida no contrato, situação em que os créditos serão considerados extraconcursais. 8. Na hipótese, há um contrato de safra futura, de prestação de entregar açúcar, em que houve o

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

pagamento antecipado pelo credor e o inadimplemento por parte do devedor, em momento anterior ao pedido de recuperação judicial e, portanto, trata-se de crédito concursal. 9. ***Consequência diversa, contudo, seria aplicável caso a contratação levada a efeito entre as partes tivesse sido realizada sob a forma de Cédula de Produto Rural (liquidação física), com antecipação parcial ou integral do preço pelo credor, pois, segundo a norma do art. 11 da Lei nº 8.929/94 - com a redação conferida pela Lei nº 14.112/20 -, os créditos e garantias vinculados à CPR, nessa hipótese, estariam excluídos dos efeitos da recuperação judicial****. 10. Recurso Especial provido. (STJ; REsp 2.037.804; Proc. 2022/0356603-1; SP; Terceira Turma; Relª Min. Nancy Andrighi; Julg. 22/08/2023; DJE 24/08/2023)*

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REJEIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DO CREDOR DE CPR AO ARROLAMENTO DO CRÉDITO DA AGRAVANTE NA RELAÇÃO DEFINITIVA DE CREDORES CONCURSAIS. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. REJEIÇÃO. MÉRITO. NÃO SUJEIÇÃO DOS CRÉDITOS REPRESENTADOS POR CÉDULA DE PRODUTO RURAL COM ANTECIPAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DO PREÇO. ART. 11 DA LEI N. 8.929/94, COM REDAÇÃO DADA PELO ART. 4º DA LEI N. 14.112/2020. NOVA REDAÇÃO DADA POR LEI POSTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. INDEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM RELAÇÃO AOS EMPRESÁRIOS RURAIS (PESSOAS FÍSICAS) ANTES DO ADVENTO DA NOVEL LEX. CARÁTER SUBSTITUTIVO DO ACÓRDÃO QUE JULGA O MÉRITO RECURSAL. ART.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

1.008 DO CPC/15. CRÉDITO CEDULAR A SER EXCLUÍDO DOS EFEITOS DO FEITO RECUPERACIONAL. IMPUGNAÇÃO ACOLHIDA. RECURSO PROVIDO. Consoante orientação do STJ, em razão de não virem assinalados na Lei n. 11.101/2005, os prazos processuais para a interposição de recursos contra decisões judiciais proferidas em autos do processo recuperacional devem ser contados em dias úteis, nos termos do art. 219, caput, do CPC/15. ***Por força da nova redação do art. 11 da Lei n. 8.929/94 (Lei da CPR, dada pelo art. 4º da Lei n. 14.112/2020, os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR nos casos em que há antecipação parcial ou integral do preço não se sujeita aos efeitos da recuperação****. Ainda que o pedido de recuperação judicial do produtor tenha sido proposto em momento anterior ao advento da Lei n. 8.928/94, por força do caráter substitutivo da decisão do juízo ad quem (art. 1.008 do CPC/15), se a decisão de primeiro grau foi parcialmente revogada para indeferir o processamento da recuperação judicial em relação aos postulantes pessoas físicas - dentre eles o emitente da Cédula da qual o agravante é credor - quando já em vigor a Lei citada, deve ser reconhecida a não sujeição desse crédito aos efeitos da recuperação, na forma da nova redação do art. 11 da Lei n. 8.929/94.- (TJMT; AI 1009016-75.2023.8.11.0000; Segunda Câmara de Direito Privado; Relª Desª Marilsen Andrade Addario; Julg 13/09/2023; DJMT 14/09/2023)"*

Ocorre, no entanto, que muito embora o crédito derivado seja extraconcursal (CPR) e de liquidação física (produto rural), o certo é que, *in casu*, o produto fora entregue pela parte devedora/recuperanda à CARGILL AGRÍCOLA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

S/A que, posteriormente, mediante ordem judicial, depositou o respectivo crédito em Juízo, ou seja, houve a conversão do produto em dinheiro.

Pois bem, é trivial que o instituto da recuperação judicial é procedimento fruto do princípio constitucional implícito da função social da empresa, posto à disposição do empresário ou sociedade empresária, incluído o produtor rural, com o objetivo de criar um ambiente de negociação equilibrado com vistas a superação de crise econômico-financeira da atividade, com o fito de manter a fonte produtora e, consequentemente, da renda e dos empregos, sobre o assunto, vejamos a dicção do artigo 47, da Lei 11.101/05:

> "*Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.*" (grifo nosso)

Sobre o assunto, vejamos elucidativa decisão do e. Tribunal de Justiça de Mato Grosso:

> *"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA. PRELIMINARES DE LITISPENDÊNCIA E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADAS. PROIBIÇÃO DO CORTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RECURSO IMPROVIDO.*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

DECISÃO MANTIDA. A litispendência implica a identidade de ações, ou seja, que as demandas tenham as mesmas partes, o mesmo pedido e a mesma causa de pedir. Uma vez desatendidas tais exigências, não há falar em litispendência. ***A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica (art. 47 da Lei nº. 11.101/05)****. Conforme precedentes jurisprudenciais, não é passível de suspensão do fornecimento de energia elétrica a empresa em recuperação judicial. (TJMT; AI 102405/2010; Capital; Quarta Câmara Cível; Rel. Des. Márcio Vidal; Julg. 15/02/2011; DJMT 24/03/2011; Pág. 15)"*

No caso em voga, muito embora o crédito seja extraconcursal, **além do fato de que o produto rural já ter sido convertido em espécie**, o certo é que, consoante assentado pela devedora e pelo administrador-judicial, o numerário **é essencial à atividade**, sendo que, consoante assentado pela devedora, **o valor depositado em Juízo perfaz cerca de 25% do custo do plantio da safra 2024**, assim, o não levantamento do numerário à parte requerente **certamente comprometerá a produção (safra 2024)**, prejudicando, seriamente, a atividade (alvo de proteção).

Ora Excelência, se a atividade das recuperandas é a produção rural, desta feita, inexistindo este (produto rural) no próximo ano, ou sendo esta

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

diminuída drasticamente (com a redução da área de plantio), certamente, *in casu*, estaremos diante de uma iminente (para não se falar certa) decretação de falência, o que torna essencial o produto (dinheiro) depositado nos autos, sobre a temática:

> *"RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (COMPRA E VENDA DE SOJA) MOVIDA CONTRA O RECUPERANDO - ABSTENÇÃO DA PRÁTICA DE ATOS DE CONSTRIÇÃO SOBRE BENS E VALORES DO RECUPERANDO - IMEDIATA DEVOLUÇÃO DA SOJA ARRESTADA AO RECUPERANDO – ALEGAÇÃO DE CRÉDITO EXEQUENDO EXTRACONCURSAL E QUE O PRODUTO ARRESTADO NÃO É ESSENCIAL – DESACOLHIMENTO – CONTRATO EXEQUENDO FIRMADO ANTES DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO – CRÉDITO SUJEITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO - ARTS 49, CAPUT, E 67, CAPUT, AMBOS DA LEI N. 11.101/2005 – IMPOSSIBILIDADE DE TRATAMENTO DESIGUAL COM DEMAIS CREDORES – EXAME DA ESSENCIALIDADE DO PRODUTO QUE COMPETE AO JUÍZO UNIVERSAL – MANIFESTAÇÃO DO ADMINISTRADOR PELO RECONHECIMENTO DA ESSENCIALIDADE – PRODUÇÃO E VENDA DE SOJA QUE A ÚNICA FONTE DE RENDA DO RECUPERANDO – RECURSO DESPROVIDO. Consoante o que dispõem os artigos 49, caput, e 67, caput, ambos da Lei n. 11.101/2005, o marco temporal relevante para a aferição da natureza do crédito exequendo – se concursal ou extraconcursal – será a data da constituição do crédito em si, ainda que o vencimento ocorra após o deferimento do processamento da recuperação. Se o contrato de compra e venda de soja em que se embasa a ação executiva foi firmado antes*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

do deferimento da recuperação judicial do produtor executado, não há, em princípio, como livrá-lo dos efeitos da recuperação judicial, sob pena de se permitir um tratamento diferenciado ao exequente em detrimento dos demais credores. ***Se, de acordo com a manifestação do administrador judicial, a soja cultivada e colhida pelo recuperando agravado é a base de sustentação de sua atividade financeira e a principal moeda de troca capaz de fazer o seu negócio alavancar, evitando que vá à bancarrota, deve ser mantida a ordem de suspensão da execução e desconstituição do arresto do produto na execução de título extrajudicial embasada em contrato firmado antes do deferimento da recuperação judicial*** *do executado.(N.U 1007385-33.2022.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, MARILSEN ANDRADE ADDARIO, Segunda Câmara de Direito Privado, Julgado em 08/06/2022, Publicado no DJE 16/06/2022)*

Para além disso, *in casu*, estamos diante de **numerário** depositado em Juízo, o que, evidentemente, é salutar para o desenvolvimento da atividade (safra 2024), e, consoante administrador-judicial, **essencial ao soerguimento da atividade**, vejamos trecho na manifestação do auxiliar do Juízo:

"...Isso porque não se poderá mais falar em entrega dos grãos que teriam sido objeto da operação de troca com os insumos agrícolas fornecidos quando do plantio da safra, já que estes não mais estão à disposição sequer dos próprios emitentes das CPRs, posto que já entregues por força de contrato de compra e venda a terceiro.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

Veja Excelência, que a obrigação dos Recuperandos decorrentes das CPRs apresentadas é de entregar coisa certa, consistente na disponibilização, a credora, do montante de grãos de soja ali previstos em razão dos insumos fornecidos no momento da plantação, o que então caracteriza a operação como "barter", e não o pagamento do que correspondesse ao valor em dinheiro.

Por essa razão, a inobservância da obrigação prevista na garantia prestada tem a justa consequência de permitir ao seu beneficiário buscar o cumprimento da obrigação assumida que, mais uma vez, na situação em destaque, se perfaz na entrega do produto agrícola tal qual lá previsto, obrigação essa que não se confunde e não se converte de imediato em dinheiro, ainda que resultado da venda de grãos…" (ID 130701917 - Pág. 9)

E arremata:

"…Diante de todo o exposto, a Administração Judicial OPINA por reconhecer a essencialidade dos valores depositados e assim autorizar o seu levantamento em favor dos Recuperandos…" (ID 130701917 - Pág. 12)

Com efeito, sendo o **ativo depositado** em Juízo essencial ao processo de soerguimento, pois, caso contrário, restará seriamente prejudicada a safra 2024 com a drástica diminuição da área plantada (25%), de uma atividade que já está em crise (inclusive em recuperação judicial), somado ao fato de que o produto objeto da cédula de produto rural (de liquidação física) já fora convertido

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

em dinheiro, em sintonia com o parecer do administrador-judicial, imprescindível a liberação dos valores depositados nos autos a devedora, eis que comprovado documentalmente sua essencialidade a continuidade da atividade, novamente:

> *"COMPETÊNCIA RECURSAL INTERNA. Agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória proferida em ação de busca e apreensão movida contra pessoa jurídica de direito privado em recuperação judicial.* ***Cédula de Produto Rural (CPR) tendo por objeto 2.037,22 m³ de etanol hidratado, subproduto da cana-de-açúcar. Negócio jurídico garantido por alienação fiduciária em garantia. Caráter extraconcursal e não sujeito à recuperação judicial (art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005). Orientação do C. STJ, em reiterados precedentes, mesmo depois da vigência da Lei nº 14.112/2020, que verte no sentido de que o juízo universal deve exercer o controle sobre os atos de constrição do patrimônio da recuperanda, conquanto o crédito extraconcursal não se submeta à recuperação judicial. Ideário de aquilatar a essencialidade dos bens de propriedade da empresa em soerguimento, cuja ponderação toca àquele juízo universal, retrato da vis atractiva.*** *Inaplicabilidade da Súmula nº 480 do STJ. Inviabilidade objetiva de exame da tutela recursal antecipada, porquanto há recentíssima decisão interlocutória prolatada no seio da recuperação, em apreciação a pleito de vários credores e da própria agravante, a qual determinara a suspensão de toda e qualquer ordem de arresto até então não efetivada. Temática que não foi submetida a este E. Tribunal, o que importaria em incabível supressão de instância. Incidência do artigo 6º da Resolução nº 623/2013 deste E. Tribunal, o qual atribui às*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

Câmaras Reservadas de Direito Empresarial Recurso não conhecido e determinada a sua redistribuição. (TJSP; AI 2169099-31.2023.8.26.0000; Ac. 16944921; São Paulo; Trigésima Quarta Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Rômolo Russo; Julg. 14/07/2023; DJESP 19/07/2023; Pág. 2320)"

Outrossim, vejamos que a não liberação dos valores para custeio da safra agrícola 2024 seria sinônimo de comprometimento da atividade econômica da recuperanda (produção rural), sendo esse essencial ao soerguimento, conjuntura demonstrada documentalmente evidenciando a imprescindibilidade da liberação dos valores para fins de manutenção da atividade econômica.

De mais a mais, sem prejuízo da discussão acerca da concursalidade ou não em eventual impugnação, o certo é que, *in casu*, o que se discute **é o numerário depositado em Juízo**, e este, como dito e assentado pelo auxiliar do Juízo, é essencial ao desenvolvimento da atividade dos recuperandos, em especial, safra 2024, assim, imprescindível o reconhecimento daquela (essencialidade), liberando o numerário às devedoras, corroborando:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEVEDORA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA. CRÉDITO EXTRACONCURSAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. 1. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que "os atos de constrição do patrimônio afetado à consecução do plano de soerguimento empresarial, mesmo no caso da execução de créditos que não se submetem aos efeitos da recuperação judicial, são submetidos ao crivo do Juízo 'universal'. São distintas a submissão aos efeitos da recuperação judicial e à competência do Juízo que preside o procedimento recuperacional." (EDcl nos EDcl no AgInt no CC n. 165.963/AM, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/9/2021, DJe de 1/10/2021) 2. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão ora agravada e, em novo julgamento, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial. (AgInt no AREsp n. 1.903.461/RJ, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 12/12/2022, DJe de 14/12/2022.)"

Por outro lado, como bem alertado pelo auxiliar do Juízo, todo o dinheiro (eventualmente liberado), deve ser objeto de fiscalização do administrador-judicial, ao fim destinado (safra 2024), devendo as recuperandas prestar contas ao auxiliar do Juízo que, de posse dos documentos, deve apresentar relatório analítico nos autos, em homenagem a transparência à comunidade de credores e demais interessados, vejamos a sugestão:

"...E, caso assim também entenda Vossa Excelência, é de se sugerir ainda que seja determinado aos Recuperandos que comprovem, perante a Administração Judicial, a aplicação dos recursos liberados no plantio da safra 2023/2024,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

nos apresentando os devidos comprovantes de despesa e pagamento em, no máximo, 10 (dez) dias após a sua efetivação...”

Face o exposto, ante a transação relacionada aos honorários do administrador-judicial (ID 1291044216), o Ministério Público **opina**, a um, pelo cumprimento da determinação judicial anterior (intimação credores), a dois, na sequência, inexistindo objeção, se manifesta desde já pela homologação daquela (transação), forte no artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil c. c. artigo 24, *caput* e §1º, da Lei 11.101/05, a três, em sintonia com o auxiliar do Juízo, opina favorável ao levantamento do numerário depositado pela CARGILL AGRÍCOLA S/A (ID 126597560) ao grupo recuperando, devendo este, prestar contas ao administrador-judicial que, na sequência, deve apresentar relatório analítico da utilização do recurso ao fim destinado (safra 2024).

É a promoção.

Rondonópolis, 04 de outubro de 2023.

Wagner Antonio Camilo
Promotor de Justiça em substituição legal

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100416190009200000126777824
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100416190009200000126777824
Assinado eletronicamente por: WAGNER ANTONIO CAMILO - 04/10/2023 16:19:01

José Ercílio de Oliveira
Déa Juliana de Oliveira

J. ERCÍLIO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS
BR LEGAL AGRIBUSINESS

Adauto Kaneyuki
Claudia de Oliveira
José Mário de Grano Alonso

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

Recuperação Judicial
Processo autuado sob o nº 1022463-24.2023.8.11.0003

LOYDER INDUSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.183.308/0001-94, sediada na Rodovia Assis Chateaubriand – Km 144,5, Município de Olímpia, Estado de São Paulo (Doc. 01 – Estatuto Social), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus patronos signatários (Doc. 02 – Procuração), requerer a sua habilitação nos autos do processo em epígrafe por meio da juntada do respectivo instrumento particular de mandato.

Por fim, requer-se que todas as intimações judiciais sejam realizadas nas pessoas do Dr. JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA, OAB/SP 27.141, OAB/MT 9.977-A e do Dr. ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI, OAB/SP 198.905, com endereço profissional na Alameda Santos, nº 2.335, 10º andar, Cerqueira Cesar, CEP 01419-101, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (11) 3062-9031, sob pena de nulidade, conforme art. 272, §2º do Código de Processo Civil.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 9 de outubro de 2023.

_____	_____
JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA	ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI
OAB/SP 27.141	OAB/SP 198.905
OAB/MT 9.977-A	

Alameda Santos, 2.335 - 10º andar
CEP 01419-101 - São Paulo - SP
Tel/Fax.: 55 11 3062-9031

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:45
Número do documento: 23100917320147200000127227175
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100917320147200000127227175
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 09/10/2023 17:32:02

JUCESP PROTOCOLO
0.854.437/23-0

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE [illegible]
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

LOYDER INDÚSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA
NIRE 35.221.185.291

Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato social, os ao final assinados:

INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT LTDA, com sede na Rodovia Assis Chateaubriand, s/nº, Km 144 + 500 metros – Área Rural de Olímpia, na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, CEP: 15.409-899, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.208.801.226, inscrita no CNPJ (ME) sob o nº 61.167.060/0001-98, neste ato sendo representada por todos os sócios administradores **ANTÔNIO CARLOS DE GISSI JÚNIOR**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 13.978.405-6-SSP/SP e inscrito no CPF (ME) sob o nº 075.389.628-16, residente e domiciliado na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, na Avenida Antônio Carlos de Gissi, nº 168, Residencial Tênis Clube, CEP: 15.404-214, **LUCIANO DE GISSI**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 20.298.444-8-SSP/SP e inscrito no CPF (ME) sob o nº 093.739.518-82, residente e domiciliado na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, na Alameda Das Sapucaias, nº 75, Residencial Thermas Park, CEP: 15.405-216, **RAQUEL LOPES BLANCO DE GISSI**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 18.097.891-3-SSP/SP e inscrita no CPF (ME) sob o nº 084.036.598-57, residente e domiciliada na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, na Avenida Antônio Carlos de Gissi, nº 168, Residencial Tênis Clube, CEP: 15.404-214 e **RENATO BASSAN PEIXOTO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 24.137.270-7-SSP/SP e inscrito no CPF(ME) sob o nº 136.797.898-07, residente e domiciliado na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, a Rua Ivo Hilário nº 75 – Casa B15, Damha VI, CEP: 15.063-107.

ANTÔNIO CARLOS DE GISSI JÚNIOR, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 13.978.405-6-SSP/SP e inscrito no CPF (ME) sob o nº 075.389.628-16, residente e domiciliado na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, na Avenida Antônio Carlos de Gissi, nº 168, Residencial Tênis Clube, CEP: 15.404-214;

LUCIANO DE GISSI, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 20.298.444-8-SSP/SP e inscrito no CPF (ME) sob o nº 093.739.518-82, residente e domiciliado na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, na Alameda Das Sapucaias, nº 75, Residencial Thermas Park, CEP: 15.405-216;

RENATO BASSAN PEIXOTO, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 24.137.270-7-SSP/SP e inscrito no CPF(ME) sob o nº 136.797.898-07, residente e domiciliado na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, a Rua Ivo Hilário nº 75 – Casa B15, Damha VI, CEP: 15.063-107.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:46
Número do documento: 23100917320231900000127227178
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100917320231900000127227178
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 09/10/2023 17:32:03
Num. 131426792 - Pág. 1

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada, que gira sob a denominação social de **LOYDER INDÚSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA**, com sede na Rodovia Assis Chateaubriand, s/nº, Km 144,50 + 500 metros, Conjunto 03, Área Rural de Olímpia, no Município de Olímpia, Estado de São Paulo, CEP: 15.409-899, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.221.185.291, inscrita no CNPJ (ME) sob o nº 09.183.308/0001-94, resolvem alterar as disposições contratuais vigentes, conforme a seguir exposto:

I – DA ABERTURA DE FILIAL

Efetua-se nesta data, a abertura do estabelecimento filial, abaixo descrita:

Filial III	Situada na Rodovia BR - 369, nº 357, Sala 01, Bairro Vila Pompeia, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, CEP: 86.360-000, com o objeto social de: Comércio atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo.

II – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Realizada a alteração acima descrita, resolvem os sócios alterar as disposições constantes do contrato primitivo, conferindo assim nova redação às cláusulas contratuais, passando o Contrato Social Consolidado a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA 1ª– DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade empresária gira sob a denominação social de **LOYDER INDÚSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA.**

CLÁUSULA 2ª – DA SEDE

A sociedade tem sede e domicílio fiscal na Rodovia Assis Chateaubriand, s/nº, Km 144,50 + 500 metros, conjunto 03, Área Rural de Olímpia, no Município de Olímpia, Estado de São Paulo, CEP: 15.409-899.

Parágrafo único: É facultado à sociedade a qualquer tempo, ao arbítrio exclusivo de sua administração, abrir, manter ou encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, se necessário, observada as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA 3ª – DAS FILIAIS

A sociedade mantém os estabelecimentos filiais abaixo descritos:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:46
Número do documento: 23100917320231900000127227178
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100917320231900000127227178
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 09/10/2023 17:32:03

Filial I	Situada na Cidade de Olímpia, Estado de São Paulo, na Estrada Vicinal João Custodio Sobrinho, Km 9,9 - s/nº, Área Rural de Olímpia, CEP: 15.409-899, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 35.905.915.207, e inscrita no CNPJ (ME) sob nº 09.183.308/0002-75, com objeto social de: **Fabricação de adubos, fertilizantes organo-minerais e de intermediários de fertilizantes.**
Filial II	Situada na Avenida Aurélio Luis Mistiéri, nº 270, sala I 1, Bairro Centro, na cidade de Fronteira, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.230-000, registrada na Junta Comercial sob n.º 31.920.091.062, e inscrita no CNPJ (ME) sob nº 09.183.308/0003-56, com objeto social de: **Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo.**
Filial III	Situada na Avenida Rodovia BR – 369, nº 357, Sala 01, Bairro Vila Pompeia, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, CEP: 86.360-000, com objeto social de: **Comércio atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo.**

CLÁUSULA 4ª – DO OBJETO SOCIAL

O objeto da sociedade é a exploração do ramo de: Fabricação de adubos, fertilizantes organo-minerais e de intermediários de fertilizantes.

CLÁUSULA 5ª – DO PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 12 de janeiro de 2007 e tem o prazo de duração por tempo indeterminado, extinguindo-se por vontade do sócio e nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA 6ª – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social totalmente subscrito e integralizado em dinheiro moeda corrente nacional, na importância de **R$ 1.154.020,00 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil e vinte reais)**, dividido em **1.154.020 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil e vinte)** quotas de capital social no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, estando assim distribuídas entre os sócios:

ANTÔNIO CARLOS DE GISSI JÚNIOR	**11.540**	**QUOTAS**	**R$**	**11.540,00**
LUCIANO DE GISSI	**11.540**	**QUOTAS**	**R$**	**11.540,00**
RENATO BASSAN PEIXOTO	**11.540**	**QUOTAS**	**R$**	**11.540,00**
INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT LTDA	**1.119.400**	**QUOTAS**	**R$**	**1.119.400,00**
T O T A L	**1.154.020**	**QUOTAS**	**R$**	**1.154.020,00**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:46
Número do documento: 23100917320231900000127227178
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100917320231900000127227178
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 09/10/2023 17:32:03

CLÁUSULA 7ª - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA 8ª – DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas da sociedade são indivisíveis. Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir quotas a terceiros sem o consentimento, por escrito, dos outros sócios, cabendo, em igualdade de condições, preço por preço, o direito de preferência para o sócio que queira adquirir tais quotas concedendo-lhes o prazo de 30 (trinta) dias para manifestar seu interesse na compra.

Parágrafo único: O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar ao outro, por intermédio de carta registrada, com antecedência de 90 (noventa) dias, a sua intenção de não mais continuar na Sociedade e seus direitos e haveres serão pagos da seguinte forma: 15% (quinze por cento) em moeda corrente do país até 30 (trinta) dias a contar da data da retirada e o restante em 12 (doze) prestações vencíveis mensalmente, sendo que a primeira deverá ser paga 60 (sessenta) dias a contar da data da retirada, sendo as prestações corrigidas mensalmente, por índice determinado na época pelas partes.

CLÁUSULA 9ª – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será através de 2 (dois) grupos de administradores, assim constituídos:

> **Grupo A** - formado pelos sócios: **ANTÔNIO CARLOS DE GISSI JÚNIOR, LUCIANO DE GISSI e RENATO BASSAN PEIXOTO** podendo exercer a administração e assinarão sempre em conjunto de dois, independentemente da ordem de nomeação.
>
> **Grupo B** - formado pelos sócios: **ANTÔNIO CARLOS DE GISSI JÚNIOR, LUCIANO DE GISSI, RENATO BASSAN PEIXOTO** e representantes da sócia **INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT (ANTONIO CARLOS DE GISSI JUNIOR, LUCIANO DE GISSI, RENATO BASSAN PEIXOTO e da representante e administradora não sócia RAQUEL LOPES BLANCO DE GISSI)**, podendo exercer a administração e todos assinarão sempre em conjunto.

Parágrafo primeiro: A Administração da Sociedade dirigida ao desenvolvimento da empresa e aos atos e procedimentos autorizados ou determinados pelo presente contrato e pela legislação aplicável, será exercida pelos sócios integrantes do "**Grupo A**" em sua forma de representação, competindo-lhes a representação judicial ou extrajudicial da Sociedade, ficando autorizado o uso do nome empresarial, dispensando-os de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, os quais farão uso da firma e assinarão todos os documentos da empresa, entre outros poderes os indicados para:

a) Organizar planos gerais de desenvolvimento da sociedade;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:46
Número do documento: 23100917320231900000127227178
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100917320231900000127227178
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 09/10/2023 17:32:03

b) Convocar reuniões de sócios quando julgar necessário e anualmente para apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras exigidas por lei;

c) Assinar quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, tais como cheques, notas promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento, títulos de dívida em geral, contratos, inclusive os de empréstimo e outros documentos não especificados;

d) Emitir e assinar, cheques contra qualquer banco, e assinar pedidos de compras e contratos de aquisição de materiais e serviços;

e) Emitir e assinar, notas promissórias comerciais e quaisquer outros valores mobiliários para oferta pública de distribuição, desde que tal operação seja prévia e expressamente aprovada mediante reunião de sócios;

f) Avalizar títulos de emissão da sociedade, decorrentes de suas atividades sociais;

Parágrafo segundo: A administração da Sociedade será exercida pelo **"Grupo B"**, em sua forma de atuação para os atos de:

a) Transferência e/ou alienação ou penhor de quotas do capital social;

b) Representar a sociedade ativa e passivamente perante estabelecimentos de crédito público ou privado, nacionais ou estrangeiros, inclusive Banco do Brasil S.A, Caixa Econômica Federal, Bancos de Desenvolvimento Estaduais, Banco Nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES e outros, quando da realização de crédito de quaisquer espécies, onerando ou não o patrimônio social;

c) Participação da empresa **LOYDER INDÚSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA** em outras empresas, como também elevação e/ou redução do capital social ou alienação da participação no capital social, em participação destas que envolve valores acima de R$1.000.000,00 (um milhão de reais);

d) Iniciar ou extinguir uma cooperação sustentável, de valor superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais);

e) Efetivar investimentos ou aliená-los, quando em valor superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais);

f) Iniciar ou concluir acordos referentes a concessão de licenças e/ou alienação de direitos de propriedade intelectual, superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais);

g) Iniciar ou concluir acordos com acionistas e/ou quotistas, diretores e/ou comissários/prepostos.

h) Outorga de escrituras em geral, sejam elas de garantia, alienação e aquisição;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:46
Número do documento: 23100917320231900000127227178
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100917320231900000127227178
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 09/10/2023 17:32:03

i) Venda e compra de quaisquer imóveis, sejam eles do ativo circulante ou permanente da sociedade;

j) Outorga de procurações com todo e qualquer tipo de poderes.

Parágrafo terceiro: Na eleição de administradores que possuam a condição de sócios, a sua eleição será deliberada por sócios detentores da maioria simples do capital social.

Parágrafo quarto: Na eleição de administradores que não possuam a condição de sócios, a sua eleição será deliberada por sócios detentores de 2/3 (dois terços) do capital social. Caso tal eleição não implique na alteração do contrato social, e por sócios detentores de 3/4 (três quartos) do capital social, caso tal eleição implique na alteração do capital social.

Parágrafo quinto: É facultado aos sócios e aos administradores não sócios, a delegação dos poderes a eles conferidos nesta Cláusula. Na hipótese de delegação dos poderes, responderá o delegante pessoal e integralmente pelos atos praticados pelo substituto.

Parágrafo sexto: Os administradores indicados assinarão o termo próprio aceitando as suas designações e formalizando, assim, a posse dos mesmos na administração da sociedade.

Parágrafo sétimo: Os administradores poderão ser destituídos ou substituídos a qualquer tempo, observadas as mesmas formalidades de sua nomeação.

CLÁUSULA 10 – DO IMPEDIMENTO DE USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

Os administradores são investidos de todos os poderes necessários para a prática dos atos de gestão, sendo que os avais, fianças ou outras garantias, de favor, bem como, o uso ou emprego da denominação social em negócios ou transações estranhas aos objetivos sociais, deverá necessariamente conter sempre a assinatura de pelo menos 2 (dois) sócios administradores.

CLÁUSULA 11 – DAS RETIRADAS DE PRÓ - LABORE

Pelo exercício da administração, será facultado aos sócios administradores **ANTÔNIO CARLOS DE GISSI JÚNIOR, LUCIANO DE GISSI e RENATO BASSAN PEIXOTO,** o direito a uma retirada mensal a título de **"pró-labore"**, cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios.

CLÁUSULA 12 – DO RESULTADO E DISTRIBUIÇÃO

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, será levantado um balanço geral de ativo e passivo e uma demonstração de resultado do exercício, de conformidade com a lei vigente, devendo o balanço e a demonstração serem aprovados por todos sócios, onde haverá a destinação do resultado; sendo lucros distribuídos e se prejuízos suportados de forma distinta dos percentuais da participação de cada sócio no capital social.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:46
Número do documento: 23100917320231900000127227178
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100917320231900000127227178
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 09/10/2023 17:32:03

Parágrafo primeiro: Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, mensal, trimestral ou semestral, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social.

CLÁUSULA 13 - DA INCAPACIDADE E MORTE DOS SÓCIOS

Em caso de falecimento, incapacidade, insolvência, exclusão, dissidência ou impedimento legal de qualquer um dos sócios, não implicará na dissolução da sociedade.

Parágrafo primeiro: As quotas pertencentes ao sócio falecido serão transferidas para os respectivos herdeiros, que continuarão como sócios na sociedade, salvo quando não houver interesse por parte dos mesmos em participar da sociedade, hipótese em que os sócios remanescentes pagarão os haveres aos herdeiros do falecido, na forma prevista no parágrafo abaixo.

Parágrafo segundo: As quotas pertencentes ao sócio incapacitado, insolvente, excluído ou dissidente serão pagas aos seus herdeiros e/ou sucessores, em até sessenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo mesmo índice aplicável aos ativos sociais, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data em que ocorreu qualquer dos eventos descritos acima, segundo o valor patrimonial apurado em balanço especialmente levantado para esse fim.

Parágrafo terceiro: Em caso de exclusão de sócio por qualquer das hipóteses previstas em lei e neste contrato social, proceder-se-á conforme previsto no parágrafo segundo retro.

CLÁUSULA 14 – DAS OMISSÕES OU DÚVIDAS

As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato serão supridas ou resolvidas com a regência supletiva pelas normas das sociedades por ações, e outras disposições legais que lhe forem aplicáveis.

CLÁUSULA 15 - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os sócios e a administradora não sócia declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 16 – DO FORO

Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da Comarca de Olímpia, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que seja, ainda que venha ocorrer mudança de domicílio de qualquer dos quotistas.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:46
Número do documento: 23100917320231900000127227178
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100917320231900000127227178
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 09/10/2023 17:32:03

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias impressas de um só lado, da mesma forma e teor para que produzam um só efeito, o que fazem na presença de duas testemunhas que tudo assistiram e também assinam, sendo a primeira via para o devido arquivamento e registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e as demais devolvidas aos contratantes depois de anotadas.

Olímpia/SP, 03 de maio de 2023.

ANTÔNIO CARLOS DE GISSI JÚNIOR
RG: 13.978.405-6-SSP/SP
CPF (ME): 075.389.628-16
Sócio administrador e representante da Indústria Química Kimberlit

RAQUEL LOPES BLANCO DE GISSI
RG: 18.097.891-3-SSP/SP
CPF (ME): 084.036.598-57
Administradora não sócia e representante da Indústria Química Kimberlit

RENATO BASSAN PEIXOTO
RG: 24.137.270-7-SSP/SP
CPF (ME): 136.797.898-07
Sócio administrador e representante da Indústria Química Kimberlit

LUCIANO DE GISSI
RG: 20.298.444-8-SSP/SP
CPF (ME): 093.739.518-82
Sócio administrador e representante da Indústria Química Kimberlit

Visto: Luiz Carlos Almado
OAB/SP 202.455

JUCESP
16 MAI 2023
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
MARIA CRISTINA PELI
SECRETÁRIA GERAL
193.227/23-0
JUCESP

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:46
Número do documento: 23100917320231900000127227178
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100917320231900000127227178
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 09/10/2023 17:32:03

PROCESSO DE ASSINATURA DE DOCUMENTO

15/05/2023 16:45:11 (BRT/UTC-3)

Documento

CONTRATO 8 ALTERAÇÃO - LOYDER INDUSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA

Arquivo:
Volume_000002\bc8265810eea4757a7ced93646510979.pdf

Data de envio para o processo de assinatura digital:
15/05/2023 10:42:34 (BRT/UTC-3)

Código de verificação:
869D-8F52-0507

Validação e status atual do documento:
https://assinador.vendseg.com.br/app/Documento/Protocolo/869D-8F52-0507

Status

Processo de assinatura do documento finalizado em **15/05/2023 16:00:41 (BRT/UTC-3)**

Sincronizado com a Hora Legal Brasileira - Projeto NTP.br Observatório Nacional e NIC.br

Este processo de assinatura de documento está em consonância com a MP 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, garantindo sua validade jurídica em todo o território brasileiro.

Assinaturas

[744.516.008-63] LUIZ CARLOS ALMADO
recepcao@almadolopes.com.br
Assinou (Digital ICP-Brasil) em: 15/05/2023 10:56:37 (BRT/UTC-3)

[136.797.898-07] RENATO BASSAN PEIXOTO
renato.peixoto@essere.group
Assinou (Digital ICP-Brasil) em: 15/05/2023 15:36:28 (BRT/UTC-3)

[075.389.628-16] ANTONIO CARLOS DE GISSI JUNIOR
gissi@essere.group
Assinou (Digital ICP-Brasil) em: 15/05/2023 15:38:34 (BRT/UTC-3)

[084.036.598-57] RAQUEL LOPES BLANCO DE GISSI
wanlely.haber@essere.group
Assinou (Digital ICP-Brasil) em: 15/05/2023 15:49:02 (BRT/UTC-3)

[093.739.518-82] LUCIANO DE GISSI
luciano.gissi@essere.group
Assinou (Digital ICP-Brasil) em: 15/05/2023 16:00:41 (BRT/UTC-3)

Eventos

15/05/2023 10:42:34 [60.255.965/0001-57] SERCON BARRETOS SERVIÇOS CONTABEIS LTDA **publicou.**

15/05/2023 10:56:37 [744.516.008-63] LUIZ CARLOS ALMADO (IP: 179.108.181.48) **assinou.** Visualizou em 15/05/2023 10:56:32.

15/05/2023 15:36:28 [136.797.898-07] RENATO BASSAN PEIXOTO (IP: 177.21.44.35) **assinou.** Visualizou em 15/05/2023 15:36:10.

15/05/2023 15:38:34 [075.389.628-16] ANTONIO CARLOS DE GISSI JUNIOR (IP: 177.21.44.35) **assinou.** Visualizou em 15/05/2023 15:38:15.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:46
Número do documento: 23100917320231900000127227178
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100917320231900000127227178
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 09/10/2023 17:32:03

15/05/2023 15:49:02 [084.036.598-57] RAQUEL LOPES BLANCO DE GISSI (IP: 177.21.44.35) **assinou.** Visualizou em 15/05/2023 15:48:45.

15/05/2023 16:00:41 [093.739.518-82] LUCIANO DE GISSI (IP: 177.21.44.35) **assinou.** Visualizou em 15/05/2023 15:59:54.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:46
Número do documento: 23100917320231900000127227178
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100917320231900000127227178
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 09/10/2023 17:32:03

Instrumento Particular de Mandato
"AD JUDICIA ET EXTRA"

Outorgante:
Pelo presente instrumento particular de procuração, **LOYDER INDÚSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.183.308/0001-94, sediada na Rodovia Chateaubriand – Km 144,5, Município de Olímpia, Estado de São Paulo.

Outorgados:
Drs. **JOSÉ ERCILIO DE OLIVEIRA**, advogado inscrito na OAB/SP nº 27.141, OAB/MT Drs. **JOSÉ ERCILIO DE OLIVEIRA**, advogado inscrito na OAB/SP nº 27.141, OAB/MT 99.77-A, OAB/GO 24.058-A, OAB/BA 22.852, OAB/MG 106.189, OAB/PR 59.228, OAB/MS 15.158, OAB/RJ 215.369, OAB/RS 109.862-A e OAB/TO 8.780-A; **ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI**, advogado inscrito na OAB/SP nº 198.905; **CLÁUDIA CRISTINA DE OLIVEIRA**, advogada inscrita na OAB/SP sob nº 200.841; **DÉA JULIANA DE OLIVEIRA**, advogada inscrita na OAB/SP nº 206.930; **PAULO ROBERTO ANDRIOLO**, advogado inscrito na OAB/SP nº 173.475; **JOSÉ MÁRIO DE GRANO ALONSO**, advogado inscrito na OAB/SP nº 389.947; **GIANPIERO SILVA DAVID**, advogado inscrito na OAB/SP nº 167.615; **FELIPE MEIRELES RACHID**, advogado, inscrito na OAB/SP 450.211; **VALESKA FERNANDES LUCHHI**, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 357.495, **ISABELLE FERNANDES DE OLIVEIRA**, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 452.736, **FERNANDA SFAIR RODRIGUES,** advogada**,** inscrita na OAB/SP 491.695, **GABRIELLE BILOTTA MANDRO**, advogada, inscrita na OAB/SP 476.726 e **RAFAELA APARECIDA DIAS DOS SANTOS**, advogada, inscrita na OAB/SP 497.259, todos os membros da **J. ERCILIO DE OLIVEIRA-ADVOGADOS**, sociedade de advogados, inscrita no CNPJ Nº 06.000.800/0001-99, nº de registro 7867, com endereço na Alameda Santos, nº 2.335, 10º andar, Bairro Cerqueira César, CEP 01.419-101, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone de contato (11) 3062-9031 e **TIAGO BUENO DA SILVA**, advogado inscrito na OAB/MT n° 18.226-O, com escritório profissional situado na Avenida Cuiabá, nº 1.900, Bairro Primavera II, CEP 78.850-000, Município de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, telefone de contato (66) 3498-4395.

PODERES:
Pelo presente instrumento particular de procuração, a outorgante nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados indicados acima, com poderes especiais da cláusula ''ad judicia e et extra'' para o foro em geral e os ressalvados pelo artigo 105, do Novo Código de Processo Civil, para em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, representando em todos os órgãos da esfera administrativa, públicos, federais, estaduais e municipais, apontar títulos para protesto nos Cartórios de Protesto em todo território nacional, além de representar perante Cartórios de Notas, Cartórios de Registro Civil, Cartórios de títulos e documentos e quaisquer outros cartório inseridos no território nacional, enviar correspondências e notificações com aviso de recebimento por meio dos Correios através dos sistemas SEDEX, SEDEX 10, SEDEX HOJE, TELEGRAMA, CARTA SIMPLES, CARTA REGISTRADA e qualquer outro produto disponibilizado pelos Correios, bem como, enviar e receber notificações extrajudiciais e contranotificações para purgação de mora, propor contra quem de direito as ações competentes e defender a outorgante nas ações contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais, podendo transigir, firmar compromissos ou acordos, dar e receber quitação, representar e assinar como fiel depositário, receber valores, participar e votar em Assembleias Gerais de Credores, substabelecer com e sem reservas de poderes.

FINALIDADE:
Em especial defender seus interesses na Recuperação Judicial, processo nº **1022463-24.2023.8.11.0003**, em tramite na 4ª Vara Cível da Comarca de Rondonopolis/MT, proposta por **EDSON PINTO DE MELLO** inscrito no CPF sob nº669.115.089-91, **SIDNEY PINTO DE MELLO** inscrito no CPF sob nº 669.115.919-53, **MARA VIOLIN DE MELLO** inscrita no CPF sob nº 037.810.239-74, **VERA LUCIA GALLO DE MELLO** inscrita no CPF sob nº 614.594.029-87 , **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, **MARCO ANTONIO DE MELLO** inscrito CPF sob nº 089.692.479-39 todos do denominado **GRUPO MELLO.**

São Paulo, 19 de setembro de 2023.

LOYDER INDÚSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:47
Número do documento: 23100917320359700000127227182
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23100917320359700000127227182
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 09/10/2023 17:32:04

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS

DECISÃO

Processo: 1022463-24.2023.8.11.0003.

REPRESENTANTE: SIDNEY PINTO DE MELLO, MARA VIOLIN DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO
ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ROGERIO DE LELLIS PINTO

REPRESENTANTE: CREDORES

Vistos e examinados.

Colhe-se do caderno processual que, em Id. 126597560, a empresa CARGILL informou o depósito judicial do valor de R$ 1.556.645,99 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos), referente a crédito que o recuperando Rafael Mello tinha para consigo, em razão de contrato de compra e venda de grãos.

O grupo recuperando peticionou pela liberação dos valores depositados (Id. 127250689), asseverando, em apertada síntese, que o montante é essencial para a continuidade das suas

atividades empresariais, sendo destinado à fomentar o desenvolvimento da exploração agrícola, com o início da nova safra.

A credora RURAL BRASIL atravessou a petição de Id. 128873726, requerendo a liberação do valor em seu favor (ou a manutenção do depósito em conta judicial), sob a arguição de que é credora do grupo recuperando com origem em operação de *barter*, que alega não se sujeitar aos efeitos da recuperação judicial.

O Administrador Judicial se manifestou pelo acolhimento do pedido do grupo recuperando (Id. 130701917), atestando que os valores são, de fato, essenciais para que os devedores prossigam com suas atividades empresariais, em especial o plantio da safra 23/24.

O Ministério Público também se manifestou favorável ao acolhimento do pedido do grupo recuperando – destacando a essencialidade dos valores e a imperiosidade da preservação da atividade empresarial desenvolvida (Id. 130958515).

DECIDO.

De proêmio, é preciso consignar que **A NATUREZA DO CRÉDITO DA RURAL BRASIL** (concursal ou extraconcursal) é tema de discussão a ser enfrentado em eventual incidente de impugnação de crédito – não sendo passível de deliberação nem nestes autos e nem neste momento processual.

Ademais, para o enfrentando do pedido de levantamento do numerário, também há que se

registrar **A ORIGEM DOS VALORES DEPOSITADOS NOS AUTOS** pela empresa Cargill Agrícola: o montante depositado se refere ao pagamento, realizado pela empresa Cargill, de crédito de titularidade do recuperando, referente à entrega de soja em grãos – Id. 124898090 e 125663061.

Nestes termos, tem-se que, ainda que o crédito da RURAL BRASIL seja extraconcursal, o fato é que os valores depositados nos autos tem origem em pagamento de crédito pertencente aos recuperandos, em razão de entrega de grãos à empresa pagadora (Cargill Agrícola) – o produto objeto da cédula de produto rural (de liquidação física), portanto, foi convertido em dinheiro, descaracterizando a operação.

Oportuna, no ponto, a transcrição de trecho do r. parecer do Ministério Público:

(...)

Ocorre, no entanto, que muito embora o crédito derivado seja extraconcursal (CPR) e de liquidação física (produto rural), o certo é que, in casu, o produto fora entregue pela parte devedora/recuperanda à CARGILL AGRÍCOLA S/A que, posteriormente, mediante ordem judicial, depositou o respectivo crédito em Juízo, ou seja, houve a conversão do produto em dinheiro .

No mesmo sentido a manifestação do diligente Administrador Judicial:

"...Isso porque não se poderá mais falar em entrega dos grãos que teriam sido objeto da operação de troca com os insumos agrícolas fornecidos quando do plantio da safra, já que estes não mais estão à disposição sequer dos próprios emitentes das CPRs, posto que já

entregues por força de contrato de compra e venda a terceiro.

(...)

Veja Excelência, que a obrigação dos Recuperandos decorrentes das CPRs apresentadas é de entregar coisa certa, consistente na disponibilização, a credora, do montante de grãos de soja ali previstos em razão dos insumos fornecidos no momento da plantação, o que então caracteriza a operação como "barter", e não o pagamento do que correspondesse ao valor em dinheiro.

Outrossim, resta incontestável que os valores depositados nos autos estão desvinculados do título de crédito detido pela empresa RURAL BRASIL – pois derivam, agora, de contrato de compra e venda de grãos, celebrado entre o recuperado e a empresa Cargill Agrícola; e, por isso, o fato do crédito da RURAL BRASIL ser concursal ou não, por si só, não tem o condão de afastar a pretensão de levantamento dos valores pelos recuperandos.

Feitos tais esclarecimentos, para se deliberar acerca do pedido de levantamento de valores pelos recuperandos, cumpre analisar **A ESSENCIALIDADE DO DINHEIRO** depositados nos autos.

A teoria da essencialidade decorre do texto do art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005, que assim dispõe:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

(...)

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:47
Número do documento: 23101112301124000000127204863
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23101112301124000000127204863
Assinado eletronicamente por: RENAN CARLOS LEAO PEREIRA DO NASCIMENTO - 11/10/2023 12:30:11

inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, <u>não se permitindo</u>, contudo, <u>durante o prazo de suspensão</u> a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou <u>a retirada</u> do estabelecimento <u>do devedor</u> <u>dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial</u>.

A aplicação do aludido dispositivo legal corresponde à imposição de limitação temporária ao direito do credor extraconcursal (tese adotada pela credora RURAL BRASIL), de fazer prevalecer seus "direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais" - porque, durante o prazo de blindagem, fica vedada "a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor".

Assim, a teoria da essencialidade se relaciona diretamente com hipóteses de remoção de bens da esfera de usufruto do devedor em recuperação judicial como forma de satisfação de seu crédito inadimplido; e, nos termos da previsão contida na Lei 11.101/2005, a despeito do crédito ser extraconcursal, não se permite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos **bens de capital essenciais a sua atividade empresarial** durante o *stay period* .

Acerca do tema, a jurisprudência é ampla e uníssona:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. 1. A Segunda Seção do STJ já decidiu que, apesar de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis não se submeter aos efeitos da recuperação judicial, o juízo universal é competente para avaliar se o bem é indispensável à atividade produtiva da recuperanda. Nessas hipóteses, **<u>não se permite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial</u>** (art. 49, § 3º, da Lei 11.101/05). 2. Agravo interno não provido. (**<u>STJ</u>** - AgInt no AREsp: 1475536 RS 2019/0085709-9, Relator:*

Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 24/08/2020, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/08/2020).

*AGRAVO DE INSTRUMENTO – BUSCA E APREENSÃO VÉICULOS COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – TUTELA CAUTELAR CONCEDIDA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES CONTRA A RECUPERANDA – APLICAÇÃO DO CAPUT DO ART. 6º E FINAL DO § 3º DO ART. 49, AMBOS DA LEI 11.101/2005 – VIGÊNCIA DO STAY PERIOD - RECURSO PROVIDO. O deferimento do processamento da Recuperação Judicial suspende o curso da prescrição e de todas as Ações e Execuções contra a recuperanda, por força do disposto no art. 6º, § 4º, e art. 49, § 3º, da Lei nº. 11.101/2005, **Ainda que o crédito tenha a natureza daqueles indicados no § 3º, é vedada a venda ou retirada de bens de capital indispensáveis aos negócios da empresa no prazo do stay period**. (**TJ-MT** 10215545920218110000 MT, Relator: GUIOMAR TEODORO BORGES, Data de Julgamento: 23/02/2022, Quarta Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 24/02/2022).*

Inexiste dissonância, portanto, no entendimento de que os bens de capital essenciais ao desenvolvimento das atividades empresariais dos devedores em recuperação judicial devem ser mantidos na posse dos mesmos.

De revés, não se revela unânime a interpretação do texto legal, no momento em que é preciso alcançar a intenção do legislador quando teve o cuidado de criar uma norma protetiva em prol da posse do devedor sobre os “bens de capital essenciais” a sua atividade empresarial – surgindo, então, variados entendimentos, de acordo com a definição que se estabeleça acerca do conceito de ‘bem de capital’.

-

No entendimento deste Juízo, a teoria da essencialidade tem como pivô o estabelecimento do conceito de “bem de capital”.

Sob essa ótica, tem-se o raciocínio lógico que, para se definir se um dado bem é, ou não,

essencial para a recuperação judicial, é imprescindível, portanto, estabelecer o conceito de "bem de capital" e aferir se esse bem pode ser assim considerado – sempre numa correlação direta com a situação concreta de cada processo.

Essa correlação é de suma importância, na medida em que é inegável que cada recuperação judicial tem suas particularidades próprias e deve ser considerada de forma individualizada, sem normas generalistas – isso porque, por exemplo, um bem imóvel será evidentemente essencial para uma devedora que não tenha nenhum outro bem; enquanto que o mesmo bem (imóvel) poderá não ser essencial para outra devedora, que possua uma vasta gama de propriedades imóveis.

Assim, a busca da investigação da essencialidade de bens deve ser feita sempre de forma individualizada, considerando o caso concreto e, como já referido em linhas anteriores, a partir do conceito de "bem de capital".

Dito isso, e em prosseguimento à exposição do nosso entendimento, é preciso considerar que a doutrina é escassa na definição do que sejam os "bens de capital" a que se refere o dispositivo legal que dá origem à teoria da essencialidade.

O doutrinador Renaldo Limiro da Silva, citando Fábio Ulhoa Coelho, assim se refere ao conceito de bem de capital:

"Os bens de capital sobre os quais recai a garantia da alienação fiduciária não podem ser retirados da posse da sociedade em recuperação judicial enquanto não transcorrido o prazo de suspensão das execuções". Assim inicia o mestre Fábio Ulhoa Coelho o seu" Conceito de bem de capital ". Referindo-se a esta expressão, diz o mestre que ***ela tem sido entendida, no Poder Judiciário, de modo restrito****, "como referida apenas aos insumos que não se transferem, na circulação de mercadoria, aos adquirentes ou consumidores dos produtos fornecidos ao mercado pela sociedade empresária. A matéria-prima, assim, embora seja insumo, não tem sido considerada bem de capital (...)"(COELHO, 2011, p. 192).*

E conclui:

"Afinal, se se trata de proteger a posse da sociedade empresária em recuperação sobre bens essenciais ao exercício de sua atividade excluem-se desse universo os insumos incorporados aos produtos fabricados ou comercializados, que a mesma sociedade recoloca na cadeia de circulação de mercadorias"(COELHO, 2011, p. 192). ("A recuperação judicial comentada artigo por artigo [Lei 11.101/05], Del Rey, Belo Horizonte, 2015, p.356).

Destaque-se, de antemão, que a doutrina aponta para a existência de uma "interpretação restritiva" pelo Poder Judiciário.

Sincronicamente, o eminente professor e jurisconsulto Manoel Justino Bezerra Filho, diz que:

"qualquer bem objeto de alienação fiduciária, arrendamento mercantil ou reserva de domínio deve ser entendido como essencial à atividade empresarial, até porque adquirido pela sociedade empresária somente pode ser destinado à atividade exercida pela empresa. ***Este caráter de essencialidade, em caso de empresa em recuperação, deve permitir um entendimento mais abrangente do que aquele normalmente aplicado****. (BEZERRA FILHO, 2002, p. 139)."*

Comungando da mesma concepção, este Juízo também entende que, ao estabelecer a norma protetiva do art. 49, § 3º, o legislador empregou a expressão "bem de capital" da forma mais ampla possível – visando proteger, sem restrições, a posse do devedor sobre qualquer bem que seja necessário para a continuidade da sua atividade empresarial.

Logo, os bens de capital do devedor são aqueles tangíveis de produção (como prédios, máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos); bem como todos os outros bens que são empregados, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva da empresa em recuperação

judicial, embora não sejam diretamente incorporados ao produto final (abarcando os bens intermediários, as matérias primas e o dinheiro).

Considerando o norte maioral que inspira e consagra toda a Lei 11.101/2005 (qual seja, o princípio da preservação da empresa, insculpido no artigo 47) – é premissa lógica que o conceito utilizado no art. 49, § 3º deve ser interpretado da forma mais ampla possível, abarcando como essencial todo e qualquer bem cuja ausência possa prejudicar o esforço recuperatório do devedor.

Até porque, é importante ponderar que a Lei 11.101/2005, no art. 49, § 3º, faz expressa menção a "bem de capital" e não a "bem de produção".

Em conclusão, no nosso entendimento, o conceito de "bem de capital" é passível de flexibilização e, pelo que intencionou o legislador, deve se revelar mais amplo do que a estreita definição de 'bens de produção'.

No que tange ao "dinheiro", propriamente dito, tenho por inegável a sua essencialidade – haja vista que é notório que a pessoa em recuperação judicial necessita do dinheiro para ter seu capital de giro e garantir a própria subsistência de suas atividades: cumprir com suas obrigações de pagamento de trabalhadores, compra de insumos ou mercadorias para a produção, etc.

Sendo incontroverso, portanto, que o engessamento de dinheiro levaria, de maneira inexorável, à inviabilização do desenvolvimento das atividades empresariais da pessoa em recuperação judicial.

Nesse sentido:

"Agravo Interno. Inconformismo contra a decisão liminar que manteve a decisão de primeiro grau. ***Recuperação judicial****. Decisão recorrida que reconheceu a* ***essencialidade***

de recebíveis *cedidos fiduciariamente para o fim de determinar a abstenção de bloqueio por 'travas bancárias' do* ***montante tido como imprescindível para o desenvolvimento das atividades da recuperanda****. Inconformismo. Competência do Juízo da recuperação para constatação da essencialidade do bem. Precedente do C. Superior Tribunal de Justiça. Mérito. Agravante que sustenta que* ***dinheiro*** *não se enquadra na exceção prevista no final do § 3º, do art. 49, da LRJ, tampouco é possível a aplicação analógica do art. 49, § 5º, LRJ, por tratar especificamente de penhor. Irrelevância. Cessão fiduciária que não tem previsão literal expressa no artigo 49, § 3º, LRJ. Criação do instituto meses antes da vigência da Lei n. 11.101/05. Caso o crédito seja considerado concursal, há impossibilidade de excussão dos direitos creditórios de recebíveis cedidos. Se considerado extraconcursal, a cessão fiduciária, ao receber o bônus do art. 49, § 3º, LRJ, também deve se sujeitar aos ônus impostos pela lei.* ***Essencialidade comprovada*** *por demonstração do administrador judicial. Decisão mantida. Recurso improvido." (TJ-SP - AGT: 22369497820188260000 SP 2236949-78.2018.8.26.0000, Relator: Hamid Bdine, Data de Julgamento: 17/12/2018, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 19/12/2018).*

-

No caso específico destes autos, o Administrador Judicial atestou, em sua manifestação, que o dinheiro em questão é essencial para que os recuperandos possam dar início ao plantio da safra vindoura e, assim, continuar desenvolvendo regularmente suas atividades empresariais.

O Ministério Público também sobrelevou o ponto, assim asseverando no seu parecer:

... o numerário é essencial à atividade, sendo que, consoante assentado pela devedora, o valor depositado em Juízo perfaz cerca de 25% do custo do plantio da safra 2024 , assim, o não levantamento do numerário à parte requerente certamente comprometerá a produção (safra 2024), prejudicando, seriamente, a atividade (alvo de proteção).

Ora Excelência, se a atividade das recuperandas é a produção rural, desta feita, inexistindo este (produto rural) no próximo ano, ou sendo esta diminuída drasticamente (com a redução da área de plantio), certamente, in casu, estaremos diante de uma iminente (para não se falar certa) decretação de falência, o que torna essencial o produto (dinheiro) depositado nos autos,

Para além disso, in casu, estamos diante de numerário depositado em Juízo, o que, evidentemente, é salutar para o desenvolvimento da atividade (safra 2024), e, consoante administrador-judicial, essencial ao soerguimento da atividade...

Outrossim, não resta a menor dúvida de que o dinheiro é essencial para a manutenção das atividades empresariais dos recuperandos.

Colaciono recente Julgado:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO E DA EXECUÇÃO FISCAL. ART. 6º, § 7º-B, DA LEI 11.101/2005. ***CONSTRIÇÃO DE TODO E QUALQUER VALOR EM DINHEIRO DO PATRIMÔNIO DA RECUPERANDA. NATUREZA JURÍDICA AMBIVALENTE DO DINHEIRO. POSSIBILIDADE DE COMPOR O ATIVO CIRCULANTE.*** *REFUTAÇÃO NÃO AFASTADA. VIOLAÇÃO À COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. 1. O bloqueio determinado sobre todo e qualquer valor da sociedade em recuperação, pelo Juízo Individual, atinge inevitavelmente bem imprescindível à sociedade empresária, conforme ressalva expressa constante no art. 6º, § 7º-B, da Lei 11.101/2005, violando a competência do Juízo Universal. 2. No caso, o Juízo da Execução afasta absolutamente o dinheiro do rol dos bens imprescindíveis ao processo de soerguimento, no que pressupõe a função exclusiva do dinheiro para servir como*

intermediário de troca; o que não contempla a natureza fiduciária da moeda, tampouco sua expressão contábil. De todo modo, a extensão ilimitada do bloqueio coloca em risco de imediato o plano de soerguimento, evidenciando a usurpação da competência do Juízo Universal. 3. Conflito de competência conhecido para reconhecer a competência do Juízo da 4 ª Vara Empresarial Rio de Janeiro. (CC 184.496/RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 15/03/2022).

In casu, a disponibilidade do dinheiro para os recuperandos é medida essencial, a fim de permitir que os mesmos possam aplicar o numerário na continuidade de suas atividades empresariais, representada pelo plantio da safra futura – sendo certo que eventual manutenção dos valores em conta judicial comprometerá o soerguimento empresarial pretendido, medida que vai de encontro ao norte maioral do instituto da recuperação judicial, qual seja: a preservação da fonte produtora.

Portanto, estando o pedido formulado pelos recuperandos devidamente avalizado pela Administração Judicial e pelo Ministério Público, o seu acolhimento é medida que se faz imperiosa – principalmente porque não encontra óbice na lei de regência.

Mais uma vez relembro que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores; promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Nessa toada, sendo a liberação dos valores uma medida que irá efetivamente contribuir para a primazia do princípio da preservação da empresa, há que ser deferida a pretensão dos recuperandos – que devem desfrutar de maior tranquilidade para o enfrentamento do seu processo de recuperação, alcançando o fôlego necessário para atingir o objetivo de reorganização empresarial.

Por fim, é valioso pontuar que a liberação dos valores, para ser utilizada no regular desenvolvimento das atividades dos produtores rurais, em nada atinge a questão da discussão acerca da concursalidade/extraconcursalidade do crédito da empresa RURAL BRASIL ou de outros credores.

Notoriamente que, com a manutenção regular das atividades dos produtores rurais (acrescida, ainda, da fiscalização do Administrador Judicial), haverá a captação de lucros que, tempestivamente, serão destinados ao pagamento dos credores – sejam eles concursais ou extraconcursais.

Por tais razões, tenho que o engessamento do dinheiro, em prejuízo à continuidade das atividades dos produtores rurais, seria medida inócua, que vai contra todos os princípios e intentos do instituto da recuperação judicial, do qual lançou mão o grupo devedor, em esperança de ter contribuição legal para empreender um processo de soerguimento e reestruturação.

E, nessa toada, cabe a este Juízo permitir que os recuperandos façam uso de todas as ferramentas que a lei prevê, para trilhar o caminho de recuperação da atividade empresarial que está em crise – tudo, por óbvio, sob a contínua e exigente fiscalização da Administração, em observação aos princípios da transparência dos atos processuais.

Pelo exposto, **DEFIRO o pedido formulado e DETERMINO que a Serventia Judicial expeça o alvará requerido pelos recuperandos.**

Deverá o Administrador Judicial, dentro do cumprimento dos devedores que lhe na lei de regência lhe impõe, acompanhar todo o processo de compra e venda/prestação de serviços desenvolvidos pelo grupo recuperando, fiscalizando todos os atos praticados; e de tudo prestando contas ao Juízo e credores, nos seus Relatórios Mensais e em relatórios especiais, quando houver necessidade.

Com relação aos honorários do Administrador Judicial, tem-se dos autos a apresentação de petição comum à Administração Judicial e aos recuperandos, sobre a qual manifestou concordância do Ministério Público – razão pela qual a homologo.

Intimem-se a todos desta decisão.

Notifique-se o Ministério Público.

Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.

Juiz(a) de Direito

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

PROCESSO N.º 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS – TODOS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, informar os dados bancários do patrono dos recuperandos para que seja expedido alvará judicial em seu favor, conforme decisão retro:

Banco Bradesco
Agência: 0252
Conta Corrente: 227555-4
Pedro Vinicius dos Reis
CPF: 030.185.071-26

Outrossim, requer que todas as intimações sejam feitas em nome do Dr. Pedro Vinicius dos Reis, OAB/MT 17.942, sob pena de nulidade.

Termos em que, pede deferimento.

Rondonópolis/MT, 11 de outubro de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:47
Número do documento: 23101113384939200000127415203
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23101113384939200000127415203
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 11/10/2023 13:38:50

PODER JUDICIARIO

T.J. MATO GROSSO - MT

ALVARA ELETRONICO DE PAGAMENTO N 20231011151419013063

Comarca	Vara/Serventia
RONDONOPOLIS	04ª VARA CÍVEL

Numero do Processo

10224632420238110003

Autor	Reu
S P D M	C

Data de Expedicao	Data de Validade
11/10/2023	08/02/2024

TOTAL DE PAGAMENTOS INFORMADOS NO MANDADO: 001

Numero da Solicitacao:	0001	Tipo Valor.....:	Total da conta
Valor.....:	1.573.734,07	Calculado em.....:	11.10.2023
IR.....:	0,00	Tarifa.....:	0,00
Finalidade.....:	Transf. entre Bancos	Tipo Conta.....:	Cta Corrente
Banco.....:	000000237	Nome Banco.....:	BANCO BRADESCO
Agência.....:	252		
Conta/Dv.....:	00.000.227.555-4		
Tipo Pessoa Conta....:	Fisica	CPF Titular Conta:	030.185.071-26
Beneficiario.....:	SIDNEY PINTO DE MELLO		
CPF/CNPJ Beneficiario:	669.115.919-53		
Tipo Beneficiario....:	Fisica		
Conta/Pcl Resgatada..:	1900123445286 0000		

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:47
Número do documento: 23101115150727600000127439814
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23101115150727600000127439814
Assinado eletronicamente por: THAIS MUTI DE OLIVEIRA - 11/10/2023 15:15:07

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

PROCESSO Nº 1024743-74.2023.8.11.0000

ENCAMINHADO A VOSSA EXCELÊNCIA A R. DICISÃO LIMINAR ***DEFIRO*** PROFERIDO NESTES AUTOS:

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE - DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS

GABINETE - DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) 1024743-74.2023.8.11.0000

AGRAVANTE: RURAL BRASIL S.A.

AGRAVADO: SIDNEY PINTO DE MELLO, MARA VIOLIN DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO

Vistos, etc.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por **RURAL BRASIL LTDA. -** Id-186384659 contra decisão proferida pelo MMº. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis/MT, que em sede de **AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** n.º 1022463-24.2023.8.11.0003, proposta por **SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS,** concluiu por determinar a expedição de alvará judicial

Alega que, trata-se de ação de Recuperação Judicial movida pelos Recuperandos, onde, alegam que sofre de problemas financeiros e, em razão disso, requereu que fosse deferido o *stay period* para a suspensão das ações em curso.

Ato contínuo, no dia 01/09/2023, a Agravante foi surpreendida com o conteúdo da decisão onde, ao deferir o processamento do pedido de Recuperação Judicial, suspendeu todas as ações de execução em curso.

Alega que os Agravados pleitearam que a empresa CARGILL AGRÍCOLA realizasse o depósito da quantia R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), em razão da venda da quantidade de 14.300 (quatorze mil e trezentas) sacas1 de grãos de soja.

Ocorre que o valor de no valor de R$ 1.556.645,99 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos) efetivamente depositado pela CARGILL tinha como titular a Agravante, haja vista

que foram obtidos mediante comercialização de grãos dados em penhor via Cédula de Produto Rural.

Explicita que a Agravante Rural Brasil tem por objeto social o comércio de insumos agrícolas e, no desenvolvimento de suas atividades, fornece defensivos agrícolas mediante compromisso do comprador da entrega de produtos rurais como soja e milho de forma física, como meio de pagamento pelos fornecimentos realizados, em operações conhecidas no mercado como ***barte***r, denominação para a prática de troca de insumos agrícolas por grãos. Na atuação junto às operações ***barter***, a Agravante fornece insumos agrícolas a produtores rurais que, por sua vez, possuem a contraprestação de entregar produtos agrícolas para a liquidação dos insumos concedidos.

Equivale dizer: neste tipo de operação, os produtores rurais fixam e recebem antecipadamente o preço da "venda" da produção agropecuária, e isto ocorre sem sequer a lavoura estar plantada, vez que pela natureza da operação (barter), o "pagamento" é efetuado de forma antecipada pela Agravante/Credora, mediante a entrega dos insumos necessários para a produção do produtor, razão pela qual, denomina-se operação de barter/troca.

Assevera a Agravante que fomentou, dentre outras operações sazonais, a lavoura da safra de soja 2022/2023 dos Agravados através do fornecimento de insumos agrícolas, em operação de ***barter***, que se configurou pela obrigação de entrega pelo Agravado, até o dia 05 de fevereiro do presente ano (2023), o total de 62857 sacas de 60 kg de soja cada, safra 2022/2023, obrigação essa representada pelas Cédulas de Produto Rural 489/2022, no volume de 42.735 sacas e 490/2022, no volume de 20.122 sacas, devidamente registradas perante a B3 – Brasil – Bolsa – Balcão, em atendimento a Lei da CPR.

Ao contrário do que fora exposto pelos Agravados em sede exordial em primeira instância, é certo que as CPRs acima descritas não foram objeto de novação e continuam com pleno eficácia, pois possuem origem em negócios jurídicos distintos dos que originaram as Notas Promissórias juntadas pelo Recuperandos em documentação arrojada em sede exordial.

Igualmente, ao contrário do que foi ocultado pelos Agravados, não trata-se de venda de produto que possa ser classificado como bem do ativo circulante, pois este produto foi alienado/trocado pelos Agravados antes mesmo de serem cultivados, já

comprometidos em operação de bater.

Ocorre que, no momento em que fora constituído o negócio jurídico de compra e venda e, por conseguinte, a transmissão da quantidade de 14.300 sacas de grãos de soja, a Credora Rural Brasil já possuía o direito de preferência e sequela em razão do penhor constituído em face dos grãos produzidos pelos Agravados, conforme se verifica das anexas Cédulas de Produto Rural.

Nesse sentido, tem-se que os valores depositados pela CARGILL AGRÍCOLA, em verdade, observando o direito de sequela decorrente da garantia de penhor outrora constituído nas CPRs supramencionadas, devem ser destinados à esta credora.

Ao final, pugna pelo recebimento do recurso com a atribuição do efeito suspensivo da decisão recorrida.

É o relatório.

Passo ao exame da liminar.

Entendo pelo recebimento do Recurso, tendo em vista o cumprimento de seus requisitos intrínsecos (cabimento, legitimidade e interesse e inexistência de fato extintivo de poder recorrer ou de fato impeditivo do julgamento do recurso) e extrínsecos (tempestividade, regularidade formal e preparo), o primeiro referindo-se à própria existência do direito de recorrer e o segundo ao regular exercício desse direito.

Por tempestivo e próprio **recebo** o recurso na forma do art. 1.015, inc. I c/c art. 1.017, ambos do CPC.

Constata-se pela leitura do recurso interposto que a Agravante busca o recebimento do recurso com a atribuição do efeito suspensivo para o fim de suspender a decisão proferida pelo Juízo *a quo*, consequentemente determinando a devolução em conta judicial dos valores eventualmente levantados pelos Agravados.

A medida postulada exige, para a sua concessão, a demonstração do risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação e da probabilidade de provimento do recurso, consoante preconiza o parágrafo único do art. 995 do CPC, *in verbis*:

> ***Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.***

Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

Na espécie dos autos, atento ao expedido na exordial, ao exame da documentação acostada em juízo provisório e nos estritos limites da cognição sumária permitida a esta fase processual, verifico que, por ora, resta configurado os pressupostos autorizativos para o deferimento em parte da tutela recursal.

Como cediço, para o deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, a parte deve demonstrar, com clareza, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme preconiza o artigo 300 do CPC.

Não é de se olvidar que a operação de ***Barter*** consiste em uma negociação realizada entre produtores rurais e empresas de insumo, ou cooperativas de crédito rural. O que se faz, comumente, é o pagamento dos insumos com o produto a ser futuramente colhido pela propriedade rural.

Via de regra, não há intermediação monetária e o acordo é realizado no momento em que o produtor recebe o insumo, mas pode se dar até antes da colheita, contudo, para o credor se resguardar, será emitida pelo devedor Cédula de Produto Rural (CPR) visando garantir toda a operação.

Ocorre que, com a recente reforma da Lei de Recuperação e Falências ocorrida em 2020, destacou-se a alteração do artigo 11 da Lei 8.929/04.

Referido artigo passou a prever que os créditos que têm origem em operação de ***Barter*** são extraconcursais, estando, portanto, expressamente excluídos dos efeitos da recuperação judicial. Confira:

"Art. 11. Nao se sujeitarao aos efeitos da recuperação judicial os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR com liquidação física, em caso de antecipação parcial ou integral do preço, ou, ainda, representativa de operação de troca por insumos (barter), subsistindo ao credor o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente da cédula ou de qualquer terceiro, salvo motivo de caso fortuito ou força maior que

comprovadamente impeça o cumprimento parcial ou total da entrega do produto." (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020). Grifei.

Vale lembrar que a de Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/05) prevê dois tipos de créditos quando da decretação da recuperação judicial de uma empresa: ***(i) extraconcursais e (ii) concursais.*** Os primeiros estão excluídos dos efeitos da recuperação judicial, ou seja, os detentores de créditos extraconcursais não participam do concurso de credores e podem seguir com suas execuções e atos expropriatórios em face do devedor. Em outras palavras: o crédito oriundo de CPR passou a gozar de privilégios, assim como créditos oriundos de alienação fiduciária, facilitando a recuperação desse crédito por quem o detém.

Portanto, se os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR, representativa de operação de troca de produtos por insumos, denominada ***Barter***, estão excluídos dos efeitos da recuperação judicial por força de lei, bem como por se tratar de créditos extraconcursais, resta maculada por completo a liminar concedida na origem, diante da ausência da probabilidade do direito.

Todavia, vale salientar ainda que Lei nº 11.101/05, também prevê o chamado "***stay period***", quando há a suspensão das ações e execuções movidas contra a empresa que tem seu pedido de recuperação judicial aceito, o que permite a proteção do patrimônio empresarial e a reorganização das finanças e dos negócios.

Contudo, mesmo nesse período do "***stay period***", é importante verificar se o produto agrícola se enquadrada como bem de capital essencial a justificar a liminar concedida.

Muito embora a Lei de Falências e Recuperação de Empresas privilegie os devedores em recuperação judicial no sentido de manterem em suas posses os denominados "**bens de capital**" (parte final do § 3º do art.49 da Lei nº 11.101/2005), não permitindo durante o prazo do ***stay period*** (§ 4º do art.6º), venda e retirada se considerados essenciais, certo é que o Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento de que os produtos agrícolas não poderão ser considerados como bens de capital essenciais à atividade empresarial.

Aliás, em voto paradigma do STJ, consideram-se bens de capital aqueles que integram a cadeia produtiva da empresa em recuperação, tais como: máquinas, veículos, equipamentos e instalações da sociedade empresária, que não é o caso dos autos.

Confira:

> *"RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRODUTORES RURAIS. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/15. SÚMULA 284/STF. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. BEM DE CAPITAL. CLASSIFICAÇÃO QUE NÃO ABRANGE O PRODUTO FINAL DA ATIVIDADE EMPRESÁRIA. RESTRIÇÃO DA PARTE FINAL DO ART. 49, § 3º, DA LEI 11.101/05. INAPLICABILIDADE À HIPÓTESE DOS AUTOS.*
>
> *1. Ação ajuizada em 17/2/2020. Recurso especial interposto em 18/12/2020. Autos conclusos ao Gabinete em 26/1/2022.*
>
> *2. O propósito recursal consiste em definir se produtos agrícolas (soja e milho) podem ser classificados como bens de capital essenciais à atividade empresarial - circunstância apta a atrair a aplicação da norma contida na parte final do § 3º do art. 49 da Lei 11.101/05 - e se é possível ao juízo da recuperação judicial autorizar o descumprimento de contratos firmados pelos devedores.*
>
> *3. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso quanto ao ponto. Incidência da Súmula 284/STF.*
>
> *4. Cumpre registrar, outrossim, que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.*
>
> *5. Não houve manifestação, no acórdão recorrido, acerca da alegada autorização para descumprimento dos contratos celebrados entre o recorrente e os recorridos. A ausência de prequestionamento impede o exame da insurgência.*
>
> *6. Mesmo que se pudesse ultrapassar referido óbice, a questão a ser analisada exigiria que esta Corte se debruçasse sobre fatos, provas e cláusulas contratuais, circunstância vedada em sede de recurso especial. Incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.*
>
> *7. Bem de capital é aquele utilizado no processo de produção*

(veículos, silos, geradores, prensas, colheitadeiras, tratores etc.), não se enquadrando em seu conceito o objeto comercializado pelo empresário. Doutrina.

8. Se determinado bem não puder ser classificado como bem de capital, ao juízo da recuperação não é dado fazer nenhuma inferência quanto à sua essencialidade para fins de aplicação da ressalva contida na parte final do § 3º do art. 49 da Lei 11.101/05. Precedente. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO." (STJ, REsp n. 1.991.989/MA, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/5/2022, DJe de 5/5/2022).

Como se denota, o Superior Tribunal de Justiça, considerou que bem de capital essencial é aquele utilizado no processo de produção e que esteja na posse direta da recuperanda a exemplo: imóveis veículos, silos, geradores, prensas, colheitadeiras, tratores etc., não se enquadrando neste conceito o produto comercializado pelo empresário

Assim sendo, se os produtos agrícolas não são classificados como bens de capital essenciais à atividade empresarial, estes não poderiam ser retidos e muito menos impedir o credor em prosseguir na execução e arresto de bens que garantem seu crédito, ainda que estivéssemos durante o "***stay period***", o que também macula a liminar na origem.

Diante do exposto e da análise perfunctória dos fundamentos trazidos ao recurso, **DEFIRO** o pedido de liminar postulado pelas Agravantes, para atribuir efeito suspensivo ao recurso proposto, até ulterior julgamento do presente recurso.

Deve o numerário permanecer depositados em juízo até ulterior julgamento meritório do presente recurso ao qual tem sua tramitação célere.

Intime-se a parte Agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, onde poderá juntar a documentação que entender conveniente, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC.

Colha-se o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, datado e assinado digitalmente.

Desa. Maria Helena G. Póvoas,

Relatora.

19 de outubro de 2023.

JOADIR GERSON DE CAMPOS

Diretor de Secretaria

José Ercílio de Oliveira
Déa Juliana de Oliveira

J. ERCÍLIO DE OLIVEIRA ADVOGADOS
BR LEGAL AGRIBUSINESS

Adauto Kaneyuki
Claudia de Oliveira
José Mário de Grano Alonso

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (MT):

Recuperação Judicial

Processo autuado sob n° 1022463-24.2023.8.11.0003

RURAL BRASIL S.A, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos do processo de Recuperação Judicial proposta por **EDSON PINTO DE MELLO** e **OUTROS,** vem respeitosamente perante Vossa Excelência, informar acerca da decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento nº 1024743-74.2023.8.11.0000.

01. Em 11 de outubro de 2023, este juízo proferiu decisão (ID: 131402335) acolhendo o pedido feito pelo Recuperando em relação à **liberação** dos valores depositados pela empresa CARGILL nos autos, referente à soja que havia sido dada em penhor pelos Recuperandos em face desta Credora:

> "E, nessa toada, cabe a este Juízo permitir que os recuperandos façam uso de todas as ferramentas que a lei prevê, para trilhar o caminho de recuperação da atividade empresarial que está em crise – tudo, por óbvio, sob a contínua e exigente fiscalização da Administração, em observação aos princípios da transparência dos atos processuais.
> Pelo exposto, **DEFIRO o pedido formulado e DETERMINO** que a Serventia Judicial expeça o **alvará** requerido pelos recuperandos."

✉ Alameda Santos, nº 2.335 – 10º Andar – Cerqueira César
CEP: 01419-101 – São Paulo-SP
☏ Telefone: (11) 3062-9031

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:47
Número do documento: 23101910324065100000127963021
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23101910324065100000127963021
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 19/10/2023 10:32:41

02. É mister destacar que, conforme amplamente exposto em sede cognitiva e, posteriormente, reprisado junto às razões recursais, o valor de R$ 1.556.645,99 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos) efetivamente depositado pela CARGILL tinha como titular a Credora Rural Brasil, haja vista que foram obtidos mediante **comercialização de grãos dados em penhor via Cédula de Produto Rural**.

03. Ante a necessária reforma da decisão, esta Credora interpôs recurso de Agravo de Instrumento, cujo foco das teses versou sobre o deferimento do pedido de levantamento dos valores obtidos por meio da venda dos grãos dados em penhor à esta Credora, autuado sob o nº 1024743-74.2023.8.11.0000, onde requereu, em caráter liminar, a **imediata devolução dos valores levantados pelos Recuprandos,** da seguinte forma:

> "Assim, é essencial a **concessão de efeito suspensivo ao presente recurso**, com a finalidade de suspensão dos efeitos da decisão recorrida, principalmente no ponto em que determinou a liberação dos valores aos recuperandos, **determinando-se a imediata devolução dos valores levantados pelos recuperandos que deverão permanecer em depósito judicial** até o final da discussão sobre extraconcursalidade em sede de divergência e impugnação, bem como sobre a essencialidade ora travada em sede recursal."

04. Nesse sentido, de maneira acertada, o E. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, em 18 de setembro de 2023, **deferiu** o pleito liminar requerido, determinando a **deferindo o que fora requerido pela Agravante,** ora Credora**:**

> "Contudo, mesmo nesse período do "stay period", é importante verificar se o produto agrícola se enquadrada como bem de capital essencial a justificar a liminar concedida.
> Muito embora a Lei de Falências e Recuperação de Empresas privilegie os devedores em recuperação judicial no sentido de manterem em suas posses os denominados "bens de capital" (parte final do § 3º do art.49 da Lei nº 11.101/2005), não permitindo durante

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:47
Número do documento: 23101910324065100000127963021
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23101910324065100000127963021
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 19/10/2023 10:32:41

> o prazo do stay period (§ 4º do art.6º), venda e retirada se considerados essenciais, certo é que **o Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento de que os produtos agrícolas não poderão ser considerados como bens de capital essenciais** à atividade empresarial..
>
> (...)
>
> Como se denota, o Superior Tribunal de Justiça, **considerou que bem de capital essencial é aquele utilizado no processo de produção** e que esteja na posse direta da recuperanda a exemplo: imóveis veículos, silos, geradores, prensas, colheitadeiras, tratores etc., não se enquadrando neste conceito o produto comercializado pelo empresário
>
> (...)
>
> **Assim sendo, se os produtos agrícolas não são classificados como bens de capital essenciais à atividade empresarial**, estes não poderiam ser retidos e muito menos impedir o credor em prosseguir na execução e arresto de bens que garantem seu crédito, ainda que estivéssemos durante o "stay period", o que também macula a liminar na origem.
>
> Diante do exposto e da análise perfunctória dos fundamentos trazidos ao recurso, **DEFIRO o pedido de liminar postulado pelas Agravantes, para atribuir efeito suspensivo ao recurso proposto, até ulterior julgamento do presente recurso**.
>
> **Deve o numerário permanecer depositados em juízo até ulterior julgamento meritório do presente recurso ao qual tem sua tramitação célere.**"

05. Diante do exposto, vem a Credora, por meio desta, requerer o **cumprimento** da decisão proferida por instância superior, devendo os Recuperandos serem **intimados** a realizar restituição das quantias eventualmente levantadas, através de depósito judicial nos autos.

06. Por fim, requer-se que todas as intimações judiciais sejam realizadas, sob pena de nulidade, nas pessoas dos Dr. JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA, OAB/SP 27.141 e Dr. ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI, OAB/SP 198.905, ambos com endereço profissional na Alameda Santos, n° 2.335, 10º andar,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:47
Número do documento: 23101910324065100000127963021
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23101910324065100000127963021
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 19/10/2023 10:32:41

CEP 01419-101, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone de contato (11) 3062-9031.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 19 de outubro de 2023.

_____	_____
JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA	ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI
OAB/SP 27.141	OAB/SP 198.905
OAB/MG 106.189	

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:47
Número do documento: 23101910324065100000127963021
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23101910324065100000127963021
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 19/10/2023 10:32:41

19/10/2023

Número: **1024743-74.2023.8.11.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**
Órgão julgador colegiado: **Segunda Câmara de Direito Privado**
Órgão julgador: **GABINETE - DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS**
Última distribuição : **16/10/2023**
Valor da causa: **R$ 50.396.526,43**
Processo referência: **1022463-24.2023.8.11.0003**
Assuntos: **Concurso de Credores**
Objeto do processo: **RAI - Tutela Cautelar Preparatória ao Pedido de Recuperação Judicial n. 1022463-24.2023.8.11.0003 - 4ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis - Objeto: Recuperação Judicial - Agrava da decisão que determinou que a serventia judicial expeça o alvará requerido pelos recuperandos.**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
RURAL BRASIL S.A. (AGRAVANTE)	
	JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) **ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI (ADVOGADO)**
MARCO ANTONIO DE MELLO (AGRAVADO)	
	ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO) **MURILO CASTRO DE MELO (ADVOGADO)** **PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO)**
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO (AGRAVADO)	
	ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO) **MURILO CASTRO DE MELO (ADVOGADO)** **PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO)**
VERA LUCIA GALLO DE MELLO (AGRAVADO)	

	ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO) **MURILO CASTRO DE MELO (ADVOGADO)** **PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO)**
EDSON PINTO DE MELLO (AGRAVADO)	
	ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO) **MURILO CASTRO DE MELO (ADVOGADO)** **PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO)**
MARA VIOLIN DE MELLO (AGRAVADO)	
	ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO) **MURILO CASTRO DE MELO (ADVOGADO)** **PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO)**
SIDNEY PINTO DE MELLO (AGRAVADO)	
	ROSANE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO) **MURILO CASTRO DE MELO (ADVOGADO)** **PEDRO VINICIUS DOS REIS (ADVOGADO)**

Outros participantes	
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)	
ROGERIO DE LELLIS PINTO (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos				
Id.	**Data da Assinatura**	**Movimento**	**Documento**	**Tipo**
186677188	18/10/2023 17:47	Concedida a Medida Liminar	Decisão	Decisão

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE - DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS

GABINETE - DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) 1024743-74.2023.8.11.0000

AGRAVANTE: RURAL BRASIL S.A.

AGRAVADO: SIDNEY PINTO DE MELLO, MARA VIOLIN DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO

Vistos, etc.

Este documento foi gerado pelo usuário 252.***.***-98 em 09/10/2023 07:34:26
Número do documento: 23101910370869000001874962028
https://pje2jtmj.tjmt.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23101910370869000001874962028
Assinado eletronicamente por: MARIA HELENA GARGAGLIONE POVOAS - 19/10/2023 07:37:09

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por **RURAL BRASIL LTDA. -** Id-186384659 contra decisão proferida pelo MMº. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis/MT, que em sede de **AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** n.º 1022463-24.2023.8.11.0003, proposta por **SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS,** concluiu por determinar a expedição de alvará judicial

Alega que, trata-se de ação de Recuperação Judicial movida pelos Recuperandos, onde, alegam que sofre de problemas financeiros e, em razão disso, requereu que fosse deferido o *stay period* para a suspensão das ações em curso.

Ato contínuo, no dia 01/09/2023, a Agravante foi surpreendida com o conteúdo da decisão onde, ao deferir o processamento do pedido de Recuperação Judicial, suspendeu todas as ações de execução em curso.

Alega que os Agravados pleitearam que a empresa CARGILL AGRÍCOLA realizasse o depósito da quantia R$ 1.644.500,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), em razão da venda da quantidade de 14.300 (quatorze mil e trezentas) sacas1 de grãos de soja.

Ocorre que o valor de no valor de R$ 1.556.645,99 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos) efetivamente depositado pela CARGILL tinha como titular a Agravante, haja vista que foram obtidos mediante comercialização de grãos dados em penhor via Cédula de Produto Rural.

Explicita que a Agravante Rural Brasil tem por objeto social o comércio de insumos agrícolas e, no desenvolvimento de suas atividades, fornece defensivos agrícolas mediante compromisso do comprador da entrega de produtos rurais como soja e milho de forma física, como meio de pagamento pelos fornecimentos realizados, em operações conhecidas no mercado como ***barte***r, denominação para a prática de troca de insumos agrícolas por grãos. Na atuação junto às operações ***barter***, a Agravante fornece insumos agrícolas a produtores rurais que, por sua vez, possuem a contraprestação de entregar produtos agrícolas para a liquidação dos insumos concedidos.

Equivale dizer: neste tipo de operação, os produtores rurais fixam e recebem antecipadamente o preço da “venda” da produção agropecuária, e isto ocorre sem

sequer a lavoura estar plantada, vez que pela natureza da operação (barter), o “pagamento” é efetuado de forma antecipada pela Agravante/Credora, mediante a entrega dos insumos necessários para a produção do produtor, razão pela qual, denomina-se operação de barter/troca.

Assevera a Agravante que fomentou, dentre outras operações sazonais, a lavoura da safra de soja 2022/2023 dos Agravados através do fornecimento de insumos agrícolas, em operação de ***barter***, que se configurou pela obrigação de entrega pelo Agravado, até o dia 05 de fevereiro do presente ano (2023), o total de 62857 sacas de 60 kg de soja cada, safra 2022/2023, obrigação essa representada pelas Cédulas de Produto Rural 489/2022, no volume de 42.735 sacas e 490/2022, no volume de 20.122 sacas, devidamente registradas perante a B3 – Brasil – Bolsa – Balcão, em atendimento a Lei da CPR.

Ao contrário do que fora exposto pelos Agravados em sede exordial em primeira instância, é certo que as CPRs acima descritas não foram objeto de novação e continuam com pleno eficácia, pois possuem origem em negócios jurídicos distintos dos que originaram as Notas Promissórias juntadas pelo Recuperandos em documentação arrojada em sede exordial.

Igualmente, ao contrário do que foi ocultado pelos Agravados, não trata-se de venda de produto que possa ser classificado como bem do ativo circulante, pois este produto foi alienado/trocado pelos Agravados antes mesmo de serem cultivados, já comprometidos em operação de bater.

Ocorre que, no momento em que fora constituído o negócio jurídico de compra e venda e, por conseguinte, a transmissão da quantidade de 14.300 sacas de grãos de soja, a Credora Rural Brasil já possuía o direito de preferência e sequela em razão do penhor constituído em face dos grãos produzidos pelos Agravados, conforme se verifica das anexas Cédulas de Produto Rural.

Nesse sentido, tem-se que os valores depositados pela CARGILL AGRÍCOLA, em verdade, observando o direito de sequela decorrente da garantia de penhor outrora constituído nas CPRs supramencionadas, devem ser destinados à esta credora.

Ao final, pugna pelo recebimento do recurso com a atribuição do efeito suspensivo da decisão recorrida.

É o relatório.

Passo ao exame da liminar.

Entendo pelo recebimento do Recurso, tendo em vista o cumprimento de seus requisitos intrínsecos (cabimento, legitimidade e interesse e inexistência de fato extintivo de poder recorrer ou de fato impeditivo do julgamento do recurso) e extrínsecos (tempestividade, regularidade formal e preparo), o primeiro referindo-se à própria existência do direito de recorrer e o segundo ao regular exercício desse direito.

Por tempestivo e próprio **recebo** o recurso na forma do art. 1.015, inc. I c/c art. 1.017, ambos do CPC.

Constata-se pela leitura do recurso interposto que a Agravante busca o recebimento do recurso com a atribuição do efeito suspensivo para o fim de suspender a decisão proferida pelo Juízo *a quo*, consequentemente determinando a devolução em conta judicial dos valores eventualmente levantados pelos Agravados.

A medida postulada exige, para a sua concessão, a demonstração do risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação e da probabilidade de provimento do recurso, consoante preconiza o parágrafo único do art. 995 do CPC, *in verbis*:

> ***Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.***
>
> ***Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.***

Na espécie dos autos, atento ao expedido na exordial, ao exame da documentação acostada em juízo provisório e nos estritos limites da cognição sumária permitida a esta fase processual, verifico que, por ora, resta configurado os pressupostos autorizativos para o deferimento em parte da tutela recursal.

Como cediço, para o deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, a parte deve demonstrar, com clareza, a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme preconiza o artigo 300 do CPC.

Não é de se olvidar que a operação de ***Barter*** consiste em uma

negociação realizada entre produtores rurais e empresas de insumo, ou cooperativas de crédito rural. O que se faz, comumente, é o pagamento dos insumos com o produto a ser futuramente colhido pela propriedade rural.

Via de regra, não há intermediação monetária e o acordo é realizado no momento em que o produtor recebe o insumo, mas pode se dar até antes da colheita, contudo, para o credor se resguardar, será emitida pelo devedor Cédula de Produto Rural (CPR) visando garantir toda a operação.

Ocorre que, com a recente reforma da Lei de Recuperação e Falências ocorrida em 2020, destacou-se a alteração do artigo 11 da Lei 8.929/04.

Referido artigo passou a prever que os créditos que têm origem em operação de ***Barter*** são extraconcursais, estando, portanto, expressamente excluídos dos efeitos da recuperação judicial. Confira:

> ***"Art. 11. Nao se sujeitarao aos efeitos da recuperação judicial os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR com liquidação física, em caso de antecipação parcial ou integral do preço, ou, ainda, representativa de operação de troca por insumos (barter), subsistindo ao credor o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente da cédula ou de qualquer terceiro, salvo motivo de caso fortuito ou força maior que comprovadamente impeça o cumprimento parcial ou total da entrega do produto***." (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020). Grifei.

Vale lembrar que a de Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/05) prevê dois tipos de créditos quando da decretação da recuperação judicial de uma empresa: ***(i) extraconcursais e (ii) concursais.*** Os primeiros estão excluídos dos efeitos da recuperação judicial, ou seja, os detentores de créditos extraconcursais não participam do concurso de credores e podem seguir com suas execuções e atos expropriatórios em face do devedor. Em outras palavras: o crédito oriundo de CPR passou a gozar de privilégios, assim como créditos oriundos de alienação fiduciária, facilitando a recuperação desse crédito por quem o detém.

Portanto, se os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR, representativa de operação de troca de produtos por insumos, denominada ***Barter***, estão excluídos dos efeitos da recuperação judicial por força de lei, bem como por se tratar de créditos extraconcursais, resta maculada por completo a liminar concedida na origem, diante

Este documento foi gerado pelo usuário 252.***.***-98 em 09/10/2023 07:34:26
Número do documento: 23101910720869000001874962028
https://pje2jrmjus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23101910720869000001874962028
Assinado eletronicamente por: MARIA HELENA SARMENTO BARBOSA DE OLIVEIRA - 19/10/2023 07:34:37

da ausência da probabilidade do direito.

Todavia, vale salientar ainda que Lei nº 11.101/05, também prevê o chamado "***stay period***", quando há a suspensão das ações e execuções movidas contra a empresa que tem seu pedido de recuperação judicial aceito, o que permite a proteção do patrimônio empresarial e a reorganização das finanças e dos negócios.

Contudo, mesmo nesse período do "***stay period***", é importante verificar se o produto agrícola se enquadrada como bem de capital essencial a justificar a liminar concedida.

Muito embora a Lei de Falências e Recuperação de Empresas privilegie os devedores em recuperação judicial no sentido de manterem em suas posses os denominados "**bens de capital**" (parte final do § 3º do art.49 da Lei nº 11.101/2005), não permitindo durante o prazo do ***stay period*** (§ 4º do art.6º), venda e retirada se considerados essenciais, certo é que o Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento de que os produtos agrícolas não poderão ser considerados como bens de capital essenciais à atividade empresarial.

Aliás, em voto paradigma do STJ, consideram-se bens de capital aqueles que integram a cadeia produtiva da empresa em recuperação, tais como: máquinas, veículos, equipamentos e instalações da sociedade empresária, que não é o caso dos autos. Confira:

> *"RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRODUTORES RURAIS. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/15. SÚMULA 284/STF. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. BEM DE CAPITAL. CLASSIFICAÇÃO QUE NÃO ABRANGE O PRODUTO FINAL DA ATIVIDADE EMPRESÁRIA. RESTRIÇÃO DA PARTE FINAL DO ART. 49, § 3º, DA LEI 11.101/05. INAPLICABILIDADE À HIPÓTESE DOS AUTOS.*
>
> *1. Ação ajuizada em 17/2/2020. Recurso especial interposto em 18/12/2020. Autos conclusos ao Gabinete em 26/1/2022.*
>
> *2. O propósito recursal consiste em definir se produtos agrícolas (soja e milho) podem ser classificados como bens de capital essenciais à atividade empresarial - circunstância apta a atrair a aplicação da norma contida na parte*

final do § 3º do art. 49 da Lei 11.101/05 - e se é possível ao juízo da recuperação judicial autorizar o descumprimento de contratos firmados pelos devedores.

3. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso quanto ao ponto. Incidência da Súmula 284/STF.

4. Cumpre registrar, outrossim, que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

5. Não houve manifestação, no acórdão recorrido, acerca da alegada autorização para descumprimento dos contratos celebrados entre o recorrente e os recorridos. A ausência de prequestionamento impede o exame da insurgência.

6. Mesmo que se pudesse ultrapassar referido óbice, a questão a ser analisada exigiria que esta Corte se debruçasse sobre fatos, provas e cláusulas contratuais, circunstância vedada em sede de recurso especial. Incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.

7. Bem de capital é aquele utilizado no processo de produção (veículos, silos, geradores, prensas, colheitadeiras, tratores etc.), não se enquadrando em seu conceito o objeto comercializado pelo empresário. Doutrina.

8. Se determinado bem não puder ser classificado como bem de capital, ao juízo da recuperação não é dado fazer nenhuma inferência quanto à sua essencialidade para fins de aplicação da ressalva contida na parte final do § 3º do art. 49 da Lei 11.101/05. Precedente. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO." (STJ, REsp n. 1.991.989/MA, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/5/2022, DJe de 5/5/2022).

Como se denota, o Superior Tribunal de Justiça, considerou que bem de capital essencial é aquele utilizado no processo de produção e que esteja na posse direta da recuperanda a exemplo: imóveis veículos, silos, geradores, prensas, colheitadeiras, tratores etc., não se enquadrando neste conceito o produto comercializado pelo empresário

Assim sendo, se os produtos agrícolas não são classificados como bens de capital essenciais à atividade empresarial, estes não poderiam ser retidos e muito menos impedir o credor em prosseguir na execução e arresto de bens que garantem seu crédito, ainda que estivéssemos durante o "***stay period***", o que também macula a liminar na origem.

Diante do exposto e da análise perfunctória dos fundamentos trazidos ao recurso, **DEFIRO** o pedido de liminar postulado pelas Agravantes, para atribuir efeito suspensivo ao recurso proposto, até ulterior julgamento do presente recurso.

Deve o numerário permanecer depositados em juízo até ulterior julgamento meritório do presente recurso ao qual tem sua tramitação célere.

Intime-se a parte Agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, onde poderá juntar a documentação que entender conveniente, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC.

Colha-se o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Cuiabá-MT, datado e assinado digitalmente.

Desa. Maria Helena G. Póvoas,

Relatora.

I

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS

DESPACHO

Processo: 1022463-24.2023.8.11.0003.

REPRESENTANTE: SIDNEY PINTO DE MELLO, MARA VIOLIN DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, VERA LUCIA GALLO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO
ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ROGERIO DE LELLIS PINTO

REPRESENTANTE: CREDORES

Vistos e examinados.

Face o teor da v. decisão que aportou em Id. 132180601, DEFIRO o pedido de Id. 132193612, e DETERMINO A IMEDIATA INTIMAÇÃO DO GRUPO RECUPERANDO para que, em cumprimento à v. ordem proferida no RAI 1024743-74.2023.8.11.0000, restitua a quantia levantada, mediante depósito judicial nos autos.

Cumpra-se, com urgência.

Juiz(a) de Direito

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

PROCESSO N.º 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, informar e requerer o que a seguir se expõe:

Depreende-se dos autos que, este juízo, ao deferir o processamento da ação de recuperação judicial ao grupo requerente, determinou naquele ato que se expedisse o Edital previsto no §1º do art. 52 da Lei 11.101/2005 nos seguintes termos:

> "Expeça-se o edital previsto no art. 52, § 1º, incisos I a III da Lei 11.101/05, para conhecimento de todos os interessados, com advertência dos prazos do art. 7º, §1º, e art. 55 da LRF."

Assim, em detida análise ao quadro geral de credores apresentado em ID 124898065, o grupo recuperando identificou a nomenclatura de um de seus credores e, consequentemente, seu endereço e CNPJ descritos de maneira equivocada, caso em que necessita ser retificado antes

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411093724600000128362548
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411093724600000128362548
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:09:38

mesmo da publicação do referido edital, evitando assim qualquer prejudicialidade a qualquer das partes.

Trata-se da credora Cooperativa Sicredi, onde no quadro geral de credores inicial apresentado restou fixado "*SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL/COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGU - SICREDI ARAXINGU-FILIAL – Av. Júlio Campos - Centro, Água Boa - MT - CEP: 78635-000 - CNPJ 33.021.064/0015-23*."

Para tal credor ocorreu 5 lançamentos de créditos em seu favor, cujos valores permanecem inalterados.

Contudo, a nomenclatura, endereço e CNPJ, por estarem lançados de maneira equivocada, precisam ser retificados antes mesmo da publicação do edital previsto no §1º do art. 52 da LRF, ante a prejudicialidade que poderá ocorrer para ambos os lados, acaso não seja o credor correto a ser intimado.

Para tanto, requer a retificação do NOME/ENDEREÇO/CNPJ dada à Cooperativa Sicredi, cujos dados também foram retificados na minuta do edital já enviado e que se pede a substituição para que se proceda com a publicação correta, vez que esta ainda não ocorreu nos autos, passando a contar:

COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO PARANÁ/SÃO PAULO - SICREDI UNIÃO PR/SP (Ag: 0718)/ Rua Santos Dumont, 2720 - Sobreloja, Maringá-PR - CEP: 87013-050/CNPJ 79.342.069/0001-53.

O presente pedido é plenamente cabível, posto que não houve alteração nos valores devidos ao referido credor, caso em que ensejaria alteração no valor da causa, o que não é o caso, bem como não houve ainda a publicação do edital previsto no §1º do art. 52 da LRF, onde acaso tivesse ocorrido, o pedido seria feito através de divergência.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411093724600000128362548
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411093724600000128362548
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:09:38

Cabe ainda destacar que os devedores não possuem conta junto à Cooperativa no estado de Mato Grosso, mas tão somente em Maringá/PR, conforme extratos bancários inicialmente juntados (ID 124898069).

Neste caso, se autorizado por este juízo, o grupo recuperando disponibilizará o edital retificado que a esta peça sege anexado, à secretaria em mídia Word para que se proceda com a publicação do edital de processamento, tal como determinado.

Outrossim, requer que todas as intimações sejam feitas em nome do Dr. Pedro Vinicius dos Reis, OAB/MT 17.942, sob pena de nulidade.

Termos em que, pede deferimento.

Rondonópolis/MT, 24 de outubro de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411093724600000128362548
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411093724600000128362548
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:09:38

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE ESSENCIALIDADE DE BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE RURAL DO GRUPO RECUPERANDO.

PROCESSO N.º 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS – TODOS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, informar e requerer o que a seguir se expõe:

I – DA DECISÃO DE DEFERIMENTO DESTES AUTOS E O QUE RESTOU DEFINIDO ACERCA DA DECLARAÇÃO DE ESSENCIALIDADE DOS BENS:

Após constatação prévia designada, este juízo acertadamente deferiu o processamento da ação de recuperação judicial da Requerente, sem contudo declarar os bens essenciais às suas atividades, por esta motivação:

> "Contudo, registro que **a essencialidade dos bens deverá ser apreciada e decidida caso a caso**, após a prévia manifestação do Administrador Judicial, que acompanhará com proximidade o

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

> desenvolvimento das atividades da recuperanda e poderá discorrer, com precisão, acerca da essencialidade de cada um em específico."

Contudo, com a distribuição dos autos principais, qual seja a ação de recuperação judicial e a ciência por credores concursais e extraconcursais, iniciou-se uma busca incessante pela apreensão dos bens alienados fiduciariamente que, no caso do grupo recuperando, são imprescindíveis para suas atividades.

Isso porque, este juízo, frente à alguns acórdãos proferidos pelo TJMT, viu a necessidade de, antes mesmo de declarar a essencialidade de qualquer bem, se comprovar que referido bem garantido em um contrato fiduciário é ou não essencial para as atividades da empresa em recuperação judicial.

Assim, e por se tratar o grupo recuperando de empresários rurais idôneo e que não estão se utilizando do instituto da Lei 11.101/2005 por má-fé, **TENDO URGENTISSIMA NECESSIDADE DE QUE ESTE JUÍZO RECONHEÇA TAIS BENS COMO ESSENCIAIS**, passa-se a apresentar nos tópicos seguintes a razão correspondente de utilização dos veículos pelo grupo em suas atividades.

De início, resta deixar claro que **o STJ jamais deixou de suspender uma ação expropriatória, cujo objeto garantido fosse essencial às atividades da empresa em recuperação judicial.**

Tanto é verdade que **NÃO HÁ** qualquer passagem jurisprudencial advinda daquela Corte nesse sentido.

Lado outro, os bens essenciais à atividade rural, ainda que garantidores de créditos fiduciários, serão submetidos ao processo de recuperação judicial.

Tal sujeição (dos bens, e não do crédito) corriqueiramente vem sendo definida no STJ, vejamos:

> *AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. EXCEPCIONAL SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

> *bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3°),* ***ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade recuperanda.*** *Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AgInt no AgInt no CC 149.561/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/08/2018, DJe 24/08/2018)*

Excelência, não há como o grupo recuperando cumprir sua função social, se não tiver posse dos bens gravados por garantia de alienação fiduciária!

Ainda, é cediço que o princípio basilar da Lei 11.101/05 é o da preservação da empresa, ainda que referida lei tenha outros princípios, a saber:

> *Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.*

Isso porque a preservação da empresa busca atender sua função social, ou seja, beneficiar toda a coletividade.

Consoante a isto é que se previu a necessidade de se suspender todas as demandas expropriatórias face a empresa em recuperação judicial, a saber:

> Art. 6° A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:
>
> (...)
>
> III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.
>
> (...)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

> § 4° Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do **caput** deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.

Ainda, em se tratando de credor fiduciário a lei de regência assim definiu em seu §3° do art. 49, vejamos:

> Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
>
> (...)
>
> § 3° Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, **não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4° do art. 6° desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial**.

Nesta toada, cabe impor sacrifício ao credor fiduciário sempre que a recuperação judicial da empresa for viável, como é caso do grupo recuperando, e que somente poderá ser avaliada, pelo douto Juízo que a preside, lembrando, neste ponto, as considerações da eminente Min. NANCY ANDRIGHI no julgamento do CC 110.250/DF, *in verbis*:

> *"A função social da empresa exige sua preservação, mas não a todo custo. A sociedade empresária deve demonstrar ter meios de cumprir eficazmente tal função, gerando empregos, honrando seus compromissos e colaborando com o desenvolvimento da economia, tudo nos termos do art. 47 da Lei 11.101/05. Nesse contexto, a suspensão, por prazo indeterminado, de ações e execuções contra a empresa, antes de colaborar com a função social da empresa,*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

> *significa manter trabalhadores e demais credores sem ação, o que, na maioria das vezes, terá efeito inverso, contribuindo apenas para o aumento do passivo que originou o pedido de recuperação."*

Veja que, em decisão proferida pela 2ª Câmara do TJMT, em recurso de relatoria da Dra. Des. Clarice Claudino, autos do Recurso de Agravo de Instrumento n.º **1019099-24.2021.8.11.0000 (publicada em 24.08.2022)**, em análise de embargos de declaração, aquela Câmara foi singela, porém cristalina ao assim assentir:

> "**(...)** No que tange à essencialidade do bem, o acervo probatório demonstra, **indene de dúvidas**, **que o veículo é essencial à funcionalidade da empresa, eis que a Embargada atua no ramo de transportadora e o caminhão apreendido é utilizado diretamente por ela no exercício de sua atividade produtiva."**

Ainda, em análise de concessão de efeito suspensivo ao Recurso de Agravo de Instrumento também de Relatoria da Dra. Des. Clarice Claudino, nos autos n.º 1019529-39.2022.8.11.0000 ao qual tramitou na 2ª Câmara do TJMT, reconheceu a essencialidade daqueles bens ao indeferir o pedido liminar, vejamos:

> "(...)Na hipótese, **observa-se que a atividade empresarial da Agravada é do ramo de transportes de cargas, de sorte que os caminhões, carretas, reboques e semirreboques se constituem, ao menos em tese, essenciais para o funcionamento da pessoa jurídica**.
>
> Dessume-se, portanto, que se tais veículos automotores forem retirados de sua posse, o soerguimento da empresa certamente será afetado, ainda que o plano de recuperação judicial aprovado tenha sido homologado, pois a captação de lucros indubitavelmente será comprometida.
>
> Diante dos fatos e circunstâncias do caso concreto, considerando o teor da legislação de regência e a essencialidade dos bens, justifica-se, por ora, a manutenção da recuperanda na posse dos veículos (caminhões, carretas, reboques, semirreboques e outros), eis que, até prova contrária, destinam-se ao desenvolvimento da continuidade das suas atividades empresariais."

No mesmo sentido, tem decidido outros Tribunais, a saber:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. Decisão que determina imediata suspensão das ações e execuções e obsta que bens essenciais em nome e na posse das recuperandas não sejam apreendidos por credores fiduciários. Credor, agravante, que se insurge contra o edital publicado nos termos do art. 52, § 1°, da Lei de Recuperação Judicial. Impossibilidade. Necessidade de observância do procedimento legal, consistente na impugnação perante o administrador judicial (Art. 7, § 1°, LRF), a fim de ver a classificação do seu crédito alterada. Essencialidade dos bens dados em garantia perante credor fiduciário. Art. 6°, § 4°, e art. 49, § 3°, da Lei. n. 11.101/05. **Mesmo que se admita a extraconcursalidade do crédito do agravante, o bem em poder da recuperanda é essencial para o desenvolvimento das atividades. Exame a partir do objeto social das recuperandas. Ausência de prova em sentido contrário pelo credor. Objeto de social da empresa – transportadora – que autoriza concluir pela necessidade dos caminhões.** Decisão mantida. Recurso não conhecido em parte e na parte conhecida improvido.
>
> (TJ-SP 20984683820188260000 SP 2098468-38.2018.8.26.0000, Relator: Hamid Bdine, Data de Julgamento: 20/07/2018, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 20/07/2018)

Mencionada tese foi devidamente reconhecida pelo TJMT, onde os bens essenciais foram mantidos na posse do recuperando, mesmo após o fim do stay e homologação do PRJ, cujo entendimento foi dado pelo Des. Rel. Carlos Alberto Alves da Rocha, nos autos do Recurso de Agravo de Instrumento n.° 1011639-49.2022.8.11.0000, em trâmite da 4ª Câmara de Direito Privado do TJMT, vejamos:

> RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PRODUTOR RURAL – HOMOLOGAÇÃO DO PLANO – PEDIDO DE MANUTENÇÃO DOS BENS ESSENCIAIS NA POSSE DO RECUPERANDO – INDEFERIDO – **ESSENCIALIDADE DOS BENS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DEVIDAMENTE COMPROVADA – TÉRMINO DO STAY PERIOD – PERMANÊNCIA DOS BENS NA POSSE DO RECUPERANDO – POSSIBILIDADE – PRECEDENTES DO STJ** – DECISÃO REFORMADA EM PARTE – RECURSO PROVIDO. O princípio da preservação da empresa, insculpido no art. 47, da Lei de Recuperação e Falências, preconiza: "A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

> crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica." É cediço que quando do deferimento do pedido de recuperação judicial, as ações e execuções movidas contra as devedoras ficam suspensas, na forma do art. 6°, da Lei n. 11.101/2005, estabelecendo a própria lei o prazo de 180 (cento e oitenta), **contudo, também se deve abrir os olhos para o entendimento firmado pelo STJ, no sentido de que os credores que não se submetem aos efeitos do plano de recuperação, como é o caso dos bens garantidos por alienação fiduciária, não podem expropriar os bens essenciais à atividade empresarial, sendo necessário respeitar o princípio da preservação da empresa**. "O mero decurso do prazo de 180 dias previsto no art. 6°, § 4°, da LFRE não é bastante para, isoladamente, autorizar a retomada das demandas movidas contra o devedor, uma vez que a suspensão também encontra fundamento nos arts. 47 e 49 daquele diploma legal, cujo objetivo é garantir a preservação da empresa e a manutenção dos bens de capital essenciais à atividade na posse da recuperanda." (REsp n. 1.660.893/MG, 3ª Turma, Rela. Min. Nancy Andrighi, j. 08.08.2017)
>
> (N.U 1011639-49.2022.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 14/09/2022, Publicado no DJE 14/09/2022)

Isso porque é este o entendimento já consolidado do STJ que, recentemente reconheceu que os atos expropriatórios em face da empresa em recuperação judicial são de competência exclusiva do juízo universal, vejamos:

> PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO DE CRÉDITO EXTRACONCURSAL. INEXISTÊNCIA DE DECISÕES CONFLITANTES DOS JUÍZOS SUSCITADOS. ALEGADA INVASÃO DE COMPETÊNCIA CIRCUNSCRITA AO PLANO DA POSSIBILIDADE FUTURA. MANTIDA A DECISÃO AGRAVADA QUE NÃO CONHECEU DO CONFLITO. AGRAVO NÃO PROVIDO.
>
> 1. A existência do conflito de competência pressupõe controvérsia sobre a extensão da jurisdição em determinado caso,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

> o que não ocorre quando cada juízo está atuando em sua própria esfera de competência.
>
> 2. Na hipótese dos autos os juízos suscitados informaram que, diante do processo de recuperação judicial, os atos de expropriação de bens da empresa recuperanda serão dirigidos ao juízo do soerguimento.
>
> 3. Não ficou configurado o conflito diante da atuação dos juízos suscitados em sua própria esfera de competência, uma vez que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reformou a decisão do Juízo de Direito da 11ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP para determinar que os atos de constrição dos ativos da sociedade recuperanda devem ser submetidos ao crivo do juízo universal.
>
> 4. O acórdão do Tribunal paulista está de acordo com a jurisprudência da Segunda Seção de que **o crédito extraconcursal não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial, mas o juízo universal deverá exercer controle sobre os atos de constrição do patrimônio, que analisará a essencialidade do bem para o soerguimento da empresa.**
>
> 5. Não existe a figura da instauração de conflito de competência preventivo, com o propósito de evitar futuras discussões jurídicas. 6. Agravo interno não provido.
>
> (STJ - AgInt no CC: 183978 RJ 2021/0351262-2, Relator: MOURA RIBEIRO, Data de Julgamento: 08/03/2023, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe **11/05/2023**)

Veja Excelência que tal reconhecimento se dá, independentemente se a recuperanda goza do stay period ou não, a saber:

> AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AUTORA. 1. Consoante a jurisprudência desta Corte, a legislação vigente (art. 932 do CPC/15 c/c Súmula 568 do STJ) permite ao relator julgar monocraticamente recurso inadmissível ou, ainda, aplicar a jurisprudência consolidada deste Tribunal. Ademais, a possibilidade de interposição de recurso ao órgão colegiado afasta qualquer alegação de ofensa ao princípio da colegialidade. Precedentes. **2. Nos termos da**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

> **orientação jurisprudencial firmada nesta corte, ainda que superado o prazo de suspensão previsto no art. 6° da Lei 11.101/05, compete ao juízo da recuperação a prática de atos expropriatórios deduzidos em detrimento da empresa em recuperação judicial, assim como aquilatar sua essencialidade para o sucesso do plano de soerguimento.** 3. Agravo interno desprovido.
>
> (STJ - AgInt no REsp: 1833845 RS 2019/0251745-8, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 11/11/2019, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/11/2019)

Assim, não há como desvincular a essencialidade dos referidos bens à recuperação judicial do grupo recuperando e sua atividade, posto que os bens objetos de discussão compõem a frota capaz de gerar o fluxo de caixa necessário para o soerguimento do grupo recuperando.

Ademais, este juízo é o único capaz de reconhecer a essencialidade dos veículos para as atividades do grupo recuperando, não podendo nenhum outro dizer o contrário, visto a competência que detém o juízo recuperacional.

Nesse sentido:

> RECURSO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA – VEÍCULOS AUTOMOTORES (CAMINHÕES) – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIÁRIA DA DEVEDORA PENDENTE DE HOMOLOGAÇÃO – Em ação de busca e apreensão de caminhões objetos de garantia fiduciária a credora pretende aprender os bens por superação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias de suspensão decorrente da propositura de ação de recuperação judicial pela devedora. Recuperação judicial, contudo, que se encontra em fase homologação de plano. **Apreensão dos bens objeto da garantia fiduciária que poderia colocar em risco a própria recuperação, haja vista se tratarem de bens (caminhões) essenciais à atividade empresária (transportadora). Competência para deliberar sobre a possibilidade da apreensão dos bens, por falta de essencialidade, do juízo da recuperação. Precedentes do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.** Decisão mantida. Recurso de agravo de instrumento não provido.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

(TJ-SP - AI: 21377738720228260000 SP 2137773-87.2022.8.26.0000, Relator: Marcondes D'Angelo, Data de Julgamento: 17/08/2022, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/08/2022)

Assim, diante o exposto, pugna o grupo recuperando pela declaração de essencialidade dos bens abaixo indicados, eis que imprescindíveis às atividades do grupo e que já correm sério risco de expropriação pelos credores extraconcursais.

II – DA RELAÇÃO DE BENS/VEÍCULOS IMPRESCINDÍVEIS ÀS ATIVIDADES DO GRUPO RECUPERANDO – IMAGENS DOS BENS EM PLENA ATIVIDADE.

Lado outro, passaremos a relatar os bens essenciais ao grupo recuperando, dos quais são imprescindíveis à atividade exclusivamente rural.

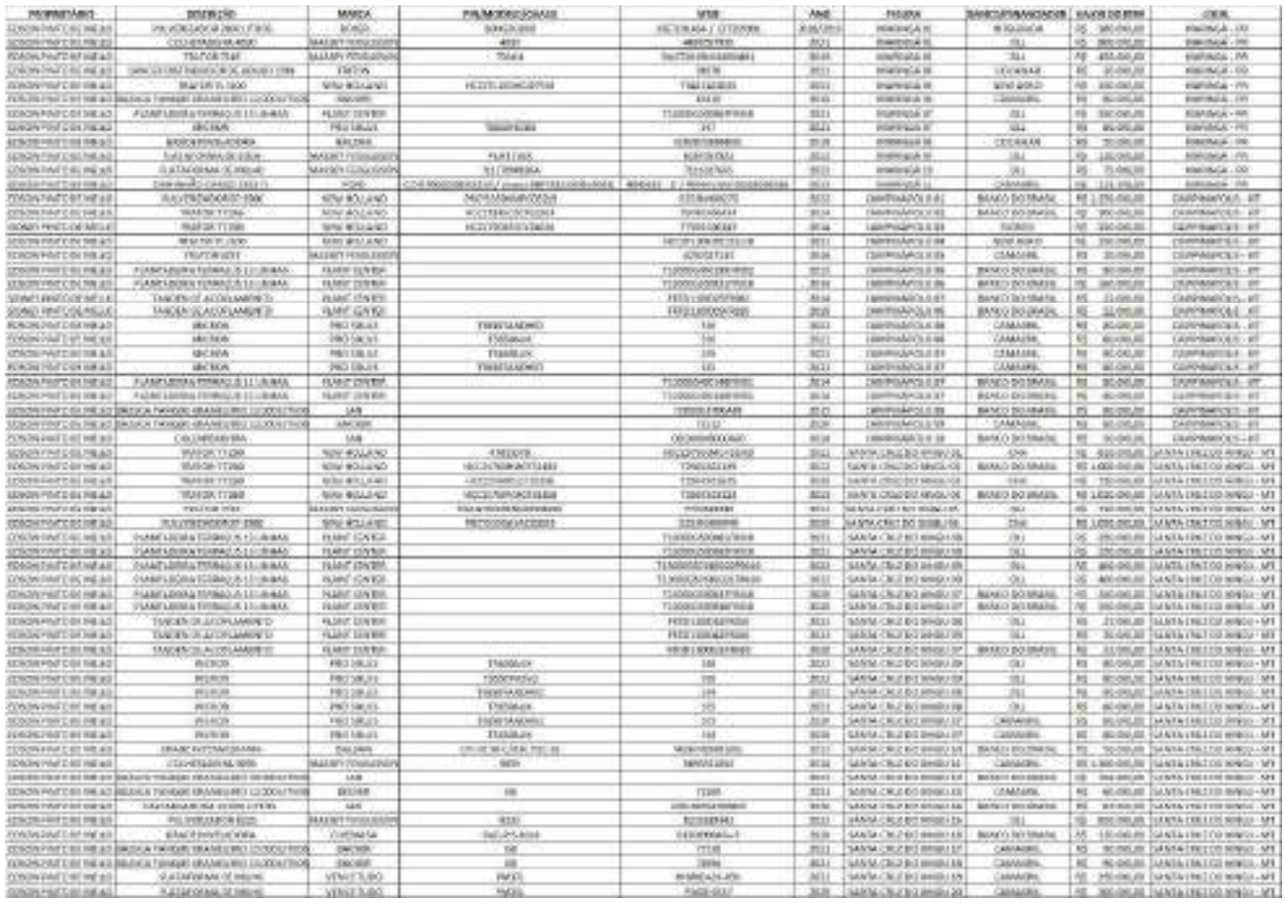
Inicialmente, imperioso informar dentre os inúmeros bens e o tempo exíguo em que se encontram, havendo a ausência de qualquer bem abaixo destacado, tão logo o grupo recuperando trará ao conhecimento deste juízo e o requerimento de extensão dos efeitos da possível decisão que ora se almeja aos outros bens a serem reconhecidos como essenciais por este juízo, onde oportunamente será apresentado nestes autos para apreciação, com sua respectiva documentação comprobatória.

Isso porque como se tratam de vários bens e estando estes espalhados nas diversas áreas de cultivo do grupo recuperando, levará um pouco mais de tempo para sua conclusão.

Contudo, estando os bens a seguir destacado, com mais chances de serem expropriados, antes as cobranças e notificações que antecedem o processo de busca e apreensão e reintegração de posse e, não havendo tempo hábil para conclusão de um único pedido, o grupo recuperando se antecipa para requerer o reconhecimento da essencialidade destes nestes momento.

Trata-se das seguintes bens:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31



PLACA	RENAVAM	MODELO	ANO	BANCO	LOCAL
RHI6F72	/01272044604	S-10 LT DD4A	2021	SICREDI	MARINGÁ PR
AWT8C02	/01302938672	S-10 LT DD4A	2022	BRADESCO	SANTA CRUZ DO XINGU MT
AWT1J58	/01299871523	S-10 LTZ DD4A	2022	ITAU	VILA RICA PR
AWT1J27	/01219988771	S-10 LTZ DD4A	2020	BRASIL	CAMPINAPOLIS MT

Conforme será demonstrado adiante, todos os bens destacados são veículos/maquinários que possuem sua imprescindibilidade ao grupo recuperando, posto que estes é que dão suporte em toda extensão das arias cultiváveis pelos recuperandos, bem como auxiliam diretamente no plantio de cada safra a ser prodizida, prestando atendimento nas lavouras, dando suporte com o transito de mecânicos, de funcionários, carregamento de implementos necessários seja para o plantio, seja para a colheita.

Estando as áreas de plantio localizadas em distancia significativas uma das outras, é necessário um deslocamento eficaz, que seja capaz aguentar os intempéries da região, mas precisamente diante das

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

estradas sem qualquer asfalta que dificultando o acesso com veículos mais fracos, os chamados utilitários.

Deste modo, a manutenção destes bens na posse do grupo recuperando se torna imprescindível, caso em que, diante das imagens abaixo, requer a este juízo a declaração da essencialidade dos mencionados bens, posto que essenciais a atividade rural do grupo.

Sendo eles:

- **RHI OF72**



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31



- **AWT 8C02**







Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31



- **AWT 3J38**





- **AWT 1J27**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31





Não apenas por isso, mas todo maquinário disponível das áreas de plantio do grupo recuperando devem permanecer na sua posse ante sua imprescindibilidade, a saber:

CAMPINÁPOLIS/MT

CAMPINÁPOLIS 01 - PULVERIZADOR SP 3500 NEW HOLLAND



CAMPINÁPOLIS 02 - TRATOR T7 245



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

CAMPINÁPOLIS 03 - TRATOR T7 205



CAMPINÁPOLIS 04 - TRATOR TL 5100



CAMPINÁPOLIS 05 - TRATOR 4297



CAMPINÁPOLIS 06

2 PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS

1 TANDEM DE ACOPLAMENTO

2 MICRON



Rua Treze de Maio, 950 - Centro
Telefone: (66) 3421-6739
Rondonópolis - MT

Rua Francisco Deslandes, 971, Sala 311, Anchieta
Telefone: (31) 3284-0948
Belo Horizonte - MG

www.pedroreisadvogados.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

CAMPINÁPOLIS 07

2 PLANTADEIRA TERRAÇUS 11 LINHAS

1 TANDEN DE ACOPLAMENTO

2 MICRON



CAMPINÁPOLIS 08 -

BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 12.000 LITROS JAN



CAMPINÁPOLIS 09

BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 12.000 LITROS BACKER



CAMPINÁPOLIS 10 - CALCARIADEIRA JAN



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

MARINGÁ/PR

IMAGEM MARINGÁ 01 - PULVERIZADOR 2000 LITROS BOXER



IMAGEM MARINGÁ 02

COLHETADEIRA 4690 MASSEY FERGUSSON



IMAGEM MARINGÁ 03 - TRATOR 7316 MASSEY FERGUSSON



IMAGEM MARINGÁ 04

LANCER DISTRIBUIDOR DE ADUBO 1500 TRITON



IMAGEM MARINGÁ 05 - TRATOR TL 5100



IMAGEM MARINGÁ 06

BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 12.000 LITROS BECKER



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

IMAGEM MARINGÁ 07

PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS

MICRON



IMAGEM MARINGÁ 08 - GRADE NIVELADORA



IMAGEM MARINGÁ 09 - PLATAFORMA DE SOJA MASSEY FERGUSON



IMAGEM MARINGÁ 10

PLATAFORMA DE MILHO MASSEY FERGUSON



IMAGEM MARINGÁ 11 – CAMINHÃO FORD 1933



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

SANTA CRUZ DO XINGU

SANTA CRUZ DO XINGU 01 - TRATOR T7 260



SANTA CRUZ DO XINGU 02 - TRATOR T7 260



SANTA CRUZ DO XINGU 03 - TRATOR T7 260



SANTA CRUZ DO XINGU 04 -TRATOR T7 260



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

SANTA CRUZ DO XINGU 05 - TRATOR 7722



SANTA CRUZ DO XINGU 06 - PULVERIZADOR SP 3500



SANTA CRUZ DO XINGU 07 - 2 PLANTADEIRAS TERRAÇUS 13 LINHAS

1 TADEN DE ACOPLAMENTO - 2 MICRON



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

SANTA CRUZ DO XINGU 08 - 2 PLANTADEIRAS TERRAÇUS 13 LINHAS

1 TADEN DE ACOPLAMENTO

2 MICRON



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

SANTA CRUZ DO XINGU 09 - 2 PLANTADEIRAS TERRAÇUS 13 LINHAS

1 TADEN DE ACOPLAMENTO

2 MICRON



SANTA CRUZ DO XINGU 10 - GRADE INTERMEDIARIA



SANTA CRUZ DO XINGU 11 - COLHETADEIRA 9695



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

SANTA CRUZ DO XINGU 12 - BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 20.000 LITROS



STA Cruz Xingu 13 - BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 12.000



SANTA CRUZ DO XINGU 14 - CALCAREADEIRA 10.000 LITROS



SANTA CRUZ DO XINGU 15 - PULVERIZADOR 8225



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

SANTA CRUZ DO XINGU 16 - GRADE NIVELADORA GRANELEIRO 15.000l



SANTA CRUZ DO XINGU 17 - BAZUCA TANQUE



SANTA CRUZ DO XINGU 18 - BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 15.000l



SANTA CRUZ DO XINGU 19 - PLATAFORMA DE MILHO



SANTA CRUZ DO XINGU 20 – PLATAFORMA DE MILHO



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

Assim, no caso em apreço, permitir a expropriação destes maquinários/veículos, não os reconhecendo como essenciais, eis que não há outra forma de demonstrar a sua essencialidade senão esta, poderá comprometer de modo decisivo a viabilidade da presente recuperação.

III – DOS REQUERIMENTOS.

Diante o exposto requer:

Seja declarada a essencialidade dos maquinários/veículos acima identificados, vez que imprescindíveis às atividades do grupo em recuperação judicial, conforme amplamente comprovado neste ato através das imagens ilustrativas.

Ante a essencialidade declarada, seja determinada a suspensão de toda e qualquer ação expropriatória que contenham os veículos aqui descritos como objeto, sob pena das cominações legais aplicáveis a cada caso.

Ainda, acaso seja do entendimento de Vossa Excelência, requer a intimação da Administração Judicial nomeada para que profira parecer acerca do presente pedido, assim como mencionado no deferimento da RJ.

Outrossim, requer que todas as intimações sejam feitas em nome do Dr. Pedro Vinicius dos Reis, OAB/MT 17.942, sob pena de nulidade.

Termos em que, pede deferimento.

Rondonópolis/MT, 24 de outubro de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213100000000128362567
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213100000000128362567
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:31

PROPRIETÁRIO	DESCRIÇÃO	MARCA	PIN/MODELO/CHASSI	SERIE	ANO	FIGURA	BANCO/FINANCIADOR	VALOR DO BEM	LOCAL
EDSON PINTO DE MELLO	PULVERIZADOR 2000 LITROS	BOXER	BOXER 2000	19E7101434 / EIT205901	2018/2019	MARINGÁ 01	INTEGRADA	R$ 360.000,00	MARINGÁ - PR
EDSON PINTO DE MELLO	COLHETADEIRA 4690	MASSEY FERGUSSON	4690	4690597920	2021	MARINGÁ 02	DLL	R$ 800.000,00	MARINGÁ - PR
EDSON PINTO DE MELLO	TRATOR 7316	MASSEY FERGUSSON	7316 4	9AGT2019LMM004491	2019	MARINGÁ 03	DLL	R$ 450.000,00	MARINGÁ - PR
EDSON PINTO DE MELLO	LANCER DISTRIBUIDOR DE ADUBO 1500	TRITON		96076	2021	MARINGÁ 04	COCAMAR	R$ 30.000,00	MARINGÁ - PR
EDSON PINTO DE MELLO	TRATOR TL 5100	NEW HOLLAND	HCCZTL10EMCJ27536	T541C402025	2021	MARINGÁ 05	NEW AGRO	R$ 250.000,00	MARINGÁ - PR
EDSON PINTO DE MELLO	BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 12.000 LITROS	BACKER		63610	2018	MARINGÁ 06	CAMAGRIL	R$ 80.000,00	MARINGÁ - PR
EDSON PINTO DE MELLO	PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS	PLANT CENTER		T13000G500067FR010	2021	MARINGÁ 07	DLL	R$ 350.000,00	MARINGÁ - PR
EDSON PINTO DE MELLO	MICRON	PRO SOLUS	TS650HID8A	597	2021	MARINGÁ 07	DLL	R$ 80.000,00	MARINGÁ - PR
EDSON PINTO DE MELLO	GRADE NIVELADORA	BALDAN		61039723004001	2019	MARINGÁ 08	COCAMAR	R$ 50.000,00	MARINGÁ - PR
EDSON PINTO DE MELLO	PLATAFORMA DE SOJA	MASSEY FERGUSSON	PLAT FLEX	610F597921	2022	MARINGÁ 09	DLL	R$ 120.000,00	MARINGÁ - PR
EDSON PINTO DE MELLO	PLATAFORMA DE MILHO	MASSEY FERGUSSON	711L70M010A	711L627665	2021	MARINGÁ 10	DLL	R$ 75.000,00	MARINGÁ - PR
EDSON PINTO DE MELLO	CAMINHÃO CARGO 1933 TL	FORD	CC457000000EA5ZJM / chassi 9BFYEB5JXDBL40631	H040631 - D / RENAVAM 00550396586	2013	MARINGÁ 11	CAMAGRIL	R$ 115.599,00	MARINGÁ - PR
EDSON PINTO DE MELLO	PULVERIZADOR SP 3500	NEW HOLLAND	PRCYS350HMPC05219	S353NH00273	2022	CAMPINÁPOLIS 01	BANCO DO BRASIL	R$ 1.250.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	TRATOR T7 245	NEW HOLLAND	HCCZ7245CDCP11024	TB76C400434	2014	CAMPINÁPOLIS 02	BANCO DO BRASIL	R$ 300.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
SIDNEY PINTO DE MELLO	TRATOR T7 205	NEW HOLLAND	HCCZ7205EECV24526	T720SC00347	2014	CAMPINÁPOLIS 03	SICREDI	R$ 250.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	TRATOR TL 5100	NEW HOLLAND		HCC2TL10HMCJ25118	2021	CAMPINÁPOLIS 04	NEW AGRO	R$ 250.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	TRATOR 4297	MASSEY FERGUSSON		4297427133	2016	CAMPINÁPOLIS 05	CAMAGRIL	R$ 20.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS	PLANT CENTER		T13000G400195FR002	2015	CAMPINÁPOLIS 06	BANCO DO BRASIL	R$ 80.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS	PLANT CENTER		T13000G500021FR010	2018	CAMPINÁPOLIS 06	BANCO DO BRASIL	R$ 160.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
SIDNEY PINTO DE MELLO	TANDEN DE ACOPLAMENTO	PLANT CENTER		FRTD1100025FR002	2014	CAMPINÁPOLIS 07	BANCO DO BRASIL	R$ 22.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
SIDNEY PINTO DE MELLO	TANDEN DE ACOPLAMENTO	PLANT CENTER		FRTD1300009FR010	2018	CAMPINÁPOLIS 06	BANCO DO BRASIL	R$ 22.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	MICRON	PRO SOLUS	TS650TANDHID	336	2021	CAMPINÁPOLIS 06	CAMAGRIL	R$ 80.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	MICRON	PRO SOLUS	TS650AUX	336	2021	CAMPINÁPOLIS 06	CAMAGRIL	R$ 80.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	MICRON	PRO SOLUS	TS650AUX	339	2021	CAMPINÁPOLIS 07	CAMAGRIL	R$ 80.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	MICRON	PRO SOLUS	TS650TANDHID	355	2021	CAMPINÁPOLIS 07	CAMAGRIL	R$ 80.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PLANTADEIRA TERRAÇUS 11 LINHAS	PLANT CENTER		T11000G400148FR001	2014	CAMPINÁPOLIS 07	BANCO DO BRASIL	R$ 80.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PLANTADEIRA TERRAÇUS 11 LINHAS	PLANT CENTER		T11000G400150FR001	2014	CAMPINÁPOLIS 07	BANCO DO BRASIL	R$ 80.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 12.000 LITROS	JAN		TZI00018700A00	2015	CAMPINÁPOLIS 08	BANCO DO BRASIL	R$ 80.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 12.000 LITROS	BACKER		71912	2020	CAMPINÁPOLIS 09	CAMAGRIL	R$ 80.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	CALCAREADEIRA	JAN		ODZ00048000A00	2014	CAMPINÁPOLIS 10	BANCO DO BRASIL	R$ 50.000,00	CAMPINAPOLIS - MT
EDSON PINTO DE MELLO	TRATOR T7 260	NEW HOLLAND	47859576	HCCZ3760LMCF26369	2021	SANTA CRUZ DO XINGU 01	CNH	R$ 820.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	TRATOR T7 260	NEW HOLLAND	HCCZ3760HMCF31433	T230C402139	2022	SANTA CRUZ DO XINGU 02	BANCO DO BRASIL	R$ 1.000.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	TRATOR T7 260	NEW HOLLAND	HCCZ3760CLCF10198	T230C401675	2020	SANTA CRUZ DO XINGU 03	CNH	R$ 720.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	TRATOR T7 260	NEW HOLLAND	HCC23760VMCF31458	T230C403224	2022	SANTA CRUZ DO XINGU 04	BANCO DO BRASIL	R$ 1.020.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	TRATOR 7722	MASSEY FERGUSSON	X9AGT0030KNM000433X	7722639290	2022	SANTA CRUZ DO XINGU 05	DLL	R$ 730.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PULVERIZADOR SP 3500	NEW HOLLAND	PRCYS350AKAC03559	S352NH00049	2020	SANTA CRUZ DO XINGU 06	CNH	R$ 1.050.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS	PLANT CENTER		T13000G500061FR010	2021	SANTA CRUZ DO XINGU 08	DLL	R$ 350.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS	PLANT CENTER		T13000G500062FR010	2021	SANTA CRUZ DO XINGU 08	DLL	R$ 350.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS	PLANT CENTER		T13000G5PG00322FR010	2022	SANTA CRUZ DO XINGU 09	DLL	R$ 400.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS	PLANT CENTER		T13000G5PG00321FR010	2022	SANTA CRUZ DO XINGU 09	DLL	R$ 400.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS	PLANT CENTER		T13000G500037FR010	2020	SANTA CRUZ DO XINGU 07	BANCO DO BRASIL	R$ 350.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS	PLANT CENTER		T13000G500036FR010	2020	SANTA CRUZ DO XINGU 07	BANCO DO BRASIL	R$ 350.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	TANDEN DE ACOPLAMENTO	PLANT CENTER		FRTD1300032FR010	2021	SANTA CRUZ DO XINGU 08	DLL	R$ 27.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	TANDEN DE ACOPLAMENTO	PLANT CENTER		FRTD1300042FR010	2022	SANTA CRUZ DO XINGU 09	DLL	R$ 30.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	TANDEN DE ACOPLAMENTO	PLANT CENTER		FRDD1300021FR010	2020	SANTA CRUZ DO XINGU 07	BANCO DO BRASIL	R$ 22.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	MICRON	PRO SOLUS	TS650AUX	398	2022	SANTA CRUZ DO XINGU 09	DLL	R$ 80.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	MICRON	PRO SOLUS	TS650THOV2	398	2022	SANTA CRUZ DO XINGU 09	DLL	R$ 80.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	MICRON	PRO SOLUS	TS650TANDHID	334	2021	SANTA CRUZ DO XINGU 08	DLL	R$ 80.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	MICRON	PRO SOLUS	TS650AUX	355	2021	SANTA CRUZ DO XINGU 08	DLL	R$ 80.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	MICRON	PRO SOLUS	TS650TANDHID	339	2020	SANTA CRUZ DO XINGU 07	CAMAGRIL	R$ 80.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	MICRON	PRO SOLUS	TS650AUX	334	2020	SANTA CRUZ DO XINGU 07	CAMAGRIL	R$ 80.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	GRADE INTERMEDIARIA	BALDAN	CRI DE 36 C/DSC REC 28	60287483001001	2013	SANTA CRUZ DO XINGU 10	BANCO DO BRASIL	R$ 56.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	COLHETADEIRA 9695	MASSEY FERGUSSON	9695	9695521052	2018	SANTA CRUZ DO XINGU 11	CAMAGRIL	R$ 1.300.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 20.000 LITROS	JAN			2021	SANTA CRUZ DO XINGU 12	BANCO DO BRASIL	R$ 158.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 12.000 LITROS	BECKER	GB	72889	2021	SANTA CRUZ DO XINGU 13	CAMAGRIL	R$ 60.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	CALCAREADEIRA 10.000 LITROS	JAN		LDPL00094700B00	2020	SANTA CRUZ DO XINGU 14	BANCO DO BRASIL	R$ 87.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PULVERIZADOR 8225	MASSEY FERGUSSON	8225	8225619342	2022	SANTA CRUZ DO XINGU 15	DLL	R$ 850.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	GRADE NIVELADORA	CIVEMASA	SNC-P S-1014	0120090040--9	2020	SANTA CRUZ DO XINGU 16	BANCO DO BRASIL	R$ 120.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 15.000 LITROS	BACKER	GB	77536	2021	SANTA CRUZ DO XINGU 17	CAMAGRIL	R$ 90.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 15.000 LITROS	BACKER	GB	78094	2021	SANTA CRUZ DO XINGU 18	CAMAGRIL	R$ 90.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PLATAFORMA DE MILHO	VENCE TUDO	PM17L	HIBRIDA01-091	2021	SANTA CRUZ DO XINGU 19	CAMAGRIL	R$ 290.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT
EDSON PINTO DE MELLO	PLATAFORMA DE MILHO	VENCE TUDO	PM20L	PM08-0557	2020	SANTA CRUZ DO XINGU 20	CAMAGRIL	R$ 300.000,00	SANTA CRUZ DO XINGU - MT

PROPRIETÁRIO	PLACA	RENAVAM	MODELO	ANO	BANCO	LOCAL
MARCO ANTÔNIO DE MELLO	RHI0F72	.01272044804	S-10 LT DD4A	2021	SICREDI	MARINGÁ PR
SIDNEY PINTO DE MELLO	AWT8C02	.01302936872	S-10 LT DD4A	2022	BRADESCO	SANTA CRUZ DO XINGU MT
EDSON PINTO DE MELLO	AWT3J38	.01299871523	S-10 LTZ DD4A	2022	ITAU	VILA RICA PR
EDSON PINTO DE MELLO	AWT1J27	.01219988771	S-10 LTZ DD4A	2020	BRASIL	CAMPINAPOLIS MT

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:48
Número do documento: 23102411213247300000128362569
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213247300000128362569
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:32

CAMPINÁPOLIS - MT

CAMPINÁPOLIS 01 - PULVERIZADOR SP 3500 NEW HOLLAND



CAMPINÁPOLIS 02 - TRATOR T7 245



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102411213293800000128362570
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213293800000128362570
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:33

CAMPINÁPOLIS 03 - TRATOR T7 205



CAMPINÁPOLIS 04 - TRATOR TL 5100



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102411213293800000128362570
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213293800000128362570
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:33

CAMPINÁPOLIS 05 - TRATOR 4297



CAMPINÁPOLIS 06
2 PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS
1 TANDEM DE ACOPLAMENTO
2 MICRON



CAMPINÁPOLIS 07 - 2 PLANTADEIRA TERRAÇUS 11 LINHAS
1 TANDEN DE ACOPLAMENTO
2 MICRON



CAMPINÁPOLIS 08 - BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 12.000 LITROS JAN



CAMPINÁPOLIS 09 - BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 12.000 LITROS BACKER



CAMPINÁPOLIS 10 - CALCARIADEIRA JAN



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102411213293800000128362570
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213293800000128362570
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:33

IMAGEM MARINGÁ 01 - PULVERIZADOR 2000 LITROS BOXER



IMAGEM MARINGÁ 02 - COLHETADEIRA 4690 MASSEY FERGUSSON



IMAGEM MARINGÁ 03 - TRATOR 7316 MASSEY FERGUSSON



IMAGEM MARINGÁ 04 - LANCER DISTRIBUIDOR DE ADUBO 1500 TRITON



IMAGEM MARINGÁ 05 - TRATOR TL 5100



IMAGEM MARINGÁ 06 - BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 12.000 LITROS BECKER



IMAGEM MARINGÁ 07 - PLANTADEIRA TERRAÇUS 13 LINHAS MICRON



IMAGEM MARINGÁ 08 - GRADE NIVELADORA



IMAGEM MARINGÁ 09 - PLATAFORMA DE SOJA MASSEY FERGUSON



IMAGEM MARINGÁ 10 -PLATAFORMA DE MILHO MASSEY FERGUSON



IMAGEM MARINGÁ 11 – CAMINHÃO FORD 1933



SANTA CRUZ DO XINGU – MT

SANTA CRUZ DO XINGU 01 - TRATOR T7 260



SANTA CRUZ DO XINGU 02 - TRATOR T7 260



SANTA CRUZ DO XINGU 03 - TRATOR T7 260



SANTA CRUZ DO XINGU 04 -TRATOR T7 260



SANTA CRUZ DO XINGU 05 - TRATOR 7722



SANTA CRUZ DO XINGU 06 - PULVERIZADOR SP 3500



SANTA CRUZ DO XINGU 07 - 2 PLANTADEIRAS TERRAÇUS 13 LINHAS
1 TADEN DE ACOPLAMENTO
2 MICRON



SANTA CRUZ DO XINGU 08 - 2 PLANTADEIRAS TERRAÇUS 13 LINHAS
1 TADEN DE ACOPLAMENTO
2 MICRON



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102411213293800000128362570
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213293800000128362570
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:33

SANTA CRUZ DO XINGU 09 - 2 PLANTADEIRAS TERRAÇUS 13 LINHAS
1 TADEN DE ACOPLAMENTO
2 MICRON



SANTA CRUZ DO XINGU 10 - GRADE INTERMEDIARIA



SANTA CRUZ DO XINGU 11 - COLHETADEIRA 9695



SANTA CRUZ DO XINGU 12 - BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 20.000 LITROS



SANTA CRUZ DO XINGU 13 - BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 12.000 LITROS



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102411213293800000128362570
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213293800000128362570
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:33

SANTA CRUZ DO XINGU 14 - CALCAREADEIRA 10.000 LITROS



SANTA CRUZ DO XINGU 15 - PULVERIZADOR 8225



SANTA CRUZ DO XINGU 16 - GRADE NIVELADORA



SANTA CRUZ DO XINGU 17 - BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 15.000 LITROS



SANTA CRUZ DO XINGU 18 - BAZUCA TANQUE GRANELEIRO 15.000 LITROS



SANTA CRUZ DO XINGU 19 - PLATAFORMA DE MILHO



SANTA CRUZ DO XINGU 20 – PLATAFORMA DE MILHO



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102411213293800000128362570
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102411213293800000128362570
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 24/10/2023 11:21:33

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

Processo n.º 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS – TODOS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, devidamente qualificados nos autos em epígrafe, por seus procuradores judiciais que a esta subscrevem, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, nos termos do artigo 53 da Lei 11.101/2005, dentro do prazo legal de 60 (sessenta) dias contados da decisão que deferiu o processamento da recuperação, apresentar aos credores e demais interessados o presente **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, juntamente com Laudo Econômico-Financeiro, Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira, bem como por Laudo de Avaliação de Ativos.

Outrossim, requer que todas as intimações sejam feitas em nome do Dr. Pedro Vinicius dos Reis, OAB/MT 17.942, sob pena de nulidade.

Termos em que, pede deferimento.

Rondonópolis/MT, 28 de outubro de 2023.

PEDRO VINÍCIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592432300000128815033
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592432300000128815033
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

ILUSTRÍSSIMOS SENHORES TRABALHADORES, FORNECEDORES E CREDORES.

ILUSTRÍSSIMOS SENHORES DOUTORES REPRESENTANTES DAS FAZENDAS PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR ADMINISTRADOR JUDICIAL.

PROCESSO N.º 1022463-24.2023.8.11.0003

1

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS – TODOS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, devidamente qualificados nos autos em epígrafe, por seus procuradores judiciais que a esta subscrevem, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, nos termos do artigo 53 da Lei 11.101/2005, dentro do prazo legal de 60 (sessenta) dias contados da decisão que deferiu o processamento da recuperação, apresentar aos credores e demais interessados o presente **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL,** juntamente com Laudo Econômico-Financeiro, Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira, bem como por Laudo de Avaliação de Ativos.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

SUMÁRIO

Sumário.....02
Tempestividade.....03
Histórico/razão da crise.....03
Consideração e visão geral do Plano.....10
Definições e disposições gerais.....13
Premissa I.....13
Premissa II.....14
Premissa III.....16
Classificação dos credores.....16
Meios de Recuperação.....20
Pagamento credores Trabalhistas.....21
Pagamento credores Garantia Real.....24
Pagamento credores Quirografários.....26
Pagamento credores ME e EPP.....29
Alienação de Ativos UPI’s.....32
Premissa IV.....32
Providencias necessárias.....33
Premissa V.....33
Providencias Especiais.....36
Discussões e Novas Propostas.....36
Conclusão e disposições finais.....36

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

DA TEMPESTIVIDADE

Excelência, em conformidade com o Art. 53 da Lei 11.101/2005, o mesmo dispõe que o plano de recuperação deve ser apresentado no prazo improrrogável de 60 dias a contar da publicação da decisão que deferir o processamento da Recuperação Judicial.

Assim, os recuperandos tomaram ciência em 01.09.2023 da decisão que deferiu o processamento da Ação de Recuperação em comento e, o prazo fatal para apresentação do PRJ findará dia **31.10.2023**, portanto demonstrada a tempestividade.

HISTÓRICO DAS RAZÕES QUE LEVARAM OS DEVEDORES A APRESENTAREM O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

São diversos os motivos que levaram os Recuperandos ao grau de endividamento e dificuldade econômico-financeira em que se encontram, podendo citar resumidamente alguns fatores ilustrados abaixo.

3

Em resumo ao que já descrito nos termos da petição inicial, onde foi requerido o deferimento do processamento da presente, assim fez constar, vejamos:

Tratam-se os Requerentes de grupo familiar de origem do estado do Paraná, onde desde 1975 os irmãos Sidney e Edson já exerciam a atividade agrícola com o plantio de soja e milho na região de Maringá/PR.

Foi em Maringá/PR que constituíram suas famílias, onde Sidney se casou com Mara e Edson com Vera, aqui também Requerentes. Da relação entre Edson e Vera, vieram os filhos Rafael e Marco que, se espelharam no pai e, já na vida adulta, também se enveredaram para o cultivo das commodities.

Desde sempre o grupo familiar maneja o plantio dos grãos conjuntamente, inicialmente, como dito no estado do Paraná e, com o passar dos anos, alçando voos maiores, através de arrendamento, onde ***em 2014 iniciaram o cultivo também no Estado do Mato Grosso, na cidade de Campinápolis, cerca de 640 hectares.***

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Quando chegaram naquela região identificaram a necessidade de preparar a terra e corrigir o solo, com isso, obtendo êxito, conseguiram em 2015 aumentar sua área de cultivo para cerca de 1.000 hectares.

Felizmente, foi uma época em que o clima era propício e permitiu que o Grupo Familiar fosse crescendo de maneira organizada, aproveitando para reinvestir os resultados na abertura/arrendamento de novas áreas.

Com o advento e disseminação da técnica do plantio direto, os Requerentes passaram a ter acesso a máquinas e implementos que possibilitaram incrementos significativos de produtividade, o que proporcionou um retorno econômico positivo sobre os investimentos e esforços realizados.









4



Contudo, o produtor rural, nunca aguarda o caso fortuito/força maior, relacionado diretamente a sua produção, onde sua instabilidade impacta diretamente na produção agrícola de uma maneira geral, positiva ou negativamente, não sendo diferente com os Requerentes que, no decorrer dos anos, principalmente em 2015 sofreram com a seca da região e baixa produtividade daquele ano, entretanto, o novo prejuízo não será suportado nas presentes condições, sem que haja a intervenção legal apta a viabilizar a superação da crise ora instalada.

5

Não apenas isso, mas são vários os obstáculos sofridos pelo produtor rural que a cada fase da produção encontra um empecilho a vencer. No caso dos Requerentes, estes, em 2017 após a colheita de toda sua produção e armazenagem, sofreram com um arresto da safra daquele ano com os grãos ainda dentro do armazém, arresto este que não foi contra os Requerentes, mas sim em face do dono do armazém, onde por um equívoco o soja dos Requerentes que ali estavam também foram arrestados, causando enormes prejuízos em sua receita naquela ano em cerca de 24 mil sacas.

Com o decorrer dos anos, os Requerentes analisaram aquele solo em que atuavam e concluirão que na safrinha a região pecava numa produtividade satisfatória, sendo necessária a busca de uma área com mais índice pluviométrico.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Foi então que em 2020 encontraram uma área de cultivo para arrendamento na região de Santa Cruz do Xingu/MT, próximo a Vila Rica/MT, cuja área de 2.200 hectares necessitou de alto investimento, vez que em sua maioria estava abarrotada de vegetação prejudiciais a semeadura, que necessitavam de remoção para início dos trabalhos.

Na mesma época naquela região o armazém Indiana Agro (Recuperação Judicial – frustrada) também sofreu arresto ao qual parte da produção dos Requerentes, que ali estava depositada fora levada conjuntamente, ocasionando em prejuízos demasiados.

Como dito, entre uma safra e outra, todo e qualquer produtor rural encontra dificuldades que acabam por não produzir a contento, e isso não seria diferente com os Requerentes que, além dos arrestos de terceiros sofridos que acabaram por atingi-los, o fator clima/tempo impacta de uma maneira ou outra na mencionada produção.

Nessa nova área de plantio, por exemplo, logo no primeiro ano, os Requerentes se depararam com fortes chuvas o que prejudicou sobremaneira a colheita dos grãos, contudo, em contrapartida, no segundo ano fez-se necessária a abertura do restante da área, aumentando assim o seu cultivo, passando de 1.000 hectares, para 2.000 hectares.

6

No mesmo ano fora adquirido pelos Requerentes novo arrendamento, desta vez em São Félix do Araguaia, cuja área total era de 1600 hectares, onde apenas 187 hectares eram de plantio consolidado. Ainda nesta área fora necessário á época se investir na infraestrutura da fazenda, seja nas casas, cantina, poço artesiano e barracão.

Mesmo com todo investindo e abrindo mais 330 hectares de sua capacidade, ainda assim a produção daquele ano não foi satisfatória, posto que o plantio se deu tardiamente, e ainda ocorreu o ataque de pragas, qual seja a mosca branca.

Somado a isso, nessa mesma área ainda ocorrera um desafio administrativo, posto que 1600 hectares possuía um embargo ambiental de 2013, fato que impediu a movimentação do cultivo, já que não se conseguia gerar a inscrição estadual, tampouco se emitir nota fiscal,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

o que inviabilizou o negócio, sendo necessário a entrega da área para terceiros.

Em 2022 com o fim do contrato de alguns arrendamentos (parte) em Campinápolis/MT, os proprietários pleitearam a área de volta, não renovando tais instrumentos e, na área ainda atuante, os Requerentes sofreram com as chuvas, perdendo a qualidade do grão produzido, onde a soma desses fatores levaram os requeres a atual crise que se enfrenta.

O fator clima ainda afetou os Requerentes em 2023, tendo em vista as chuvas que se deram na região do Xingu, o que ocasionou a perda ao equivalente a 550 hectares de soja. Nesse ínterim, foi arrendado ainda outra área em Vila Rica de 760 hectares de pastagem, conseguindo abrir ainda mais 350 hectares.

Contudo, com o plantio tardio devido ao clima, sofreram ainda nesta área com o ataque da mosca branca e muitas chuvas na fase de colheita, o que ocasionou resultados deficitários para o grupo. Devido a seca, tanto em Campinápolis, quanto em Santa Cruz do Xingu, a produção da safrinha não se deu como planejada.

7

Por duas principais e inesperadas razões: a) a quebra da produtividade esperada, ocorrida por força de condições climáticas; b) a queda abrupta dos valores vinculados aos grãos que representa até o momento a cerca de 43% ante ao mesmo período do ano passado.


AGRONOTÍCIAS

Preço do milho em Mato Grosso acumula queda de 43% no semestre, constata instituto

31/07/2023 17:48

**https://www.sonoticias.com.br/agronoticias/preco-do-milho-em-mato-grosso-acumula-queda-de-43-no-semestre-constata-instituto/*

Diante desse cenário, buscaram os Requerentes a renegociação de seus contratos, entretanto, esbarraram nas tentativas que restaram infrutíferas ao ponto de, conforme já informado nesta inicial, já haver pedido de arresto deferido em face do grupo familiar manejado pela credora Rural Brasil Ltda., visando o bloqueio de 160 mil sacas de milho da atual safra de milho.

Tal fato, o reconhecimento da existência de caso fortuito/força maior, ocorrido nas áreas de cultivos do Grupo Requerente, foi inclusive objeto de reconhecimento pela credora Rural Brasil Ltda, *na ação cautelar n.º 5425690-61.2023.8.09.0093, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, ao destacar que, com o cumprimento do arresto já deferido, a credora não conseguiria arrestar a totalidade dos grãos ante a frustração da safra* ***(ID 124897210)****:*

> Ademais, conforme laudo de monitoramento formalizado por prepostos da requerente, a produção de milho na lavoura será bem menor do que aquela prevista na CPR, de modo que, ainda que os requeridos colham toda a produção e a entreguem em favor da requerente, esta não irá receber aquilo que lhe é devido.

8

Não obstante, os próprios Requerentes promoveram a confecção de laudo complementar a da própria credora, a fim de constatar a frustração da presente safra que assim restou concluído (ID 124898062):

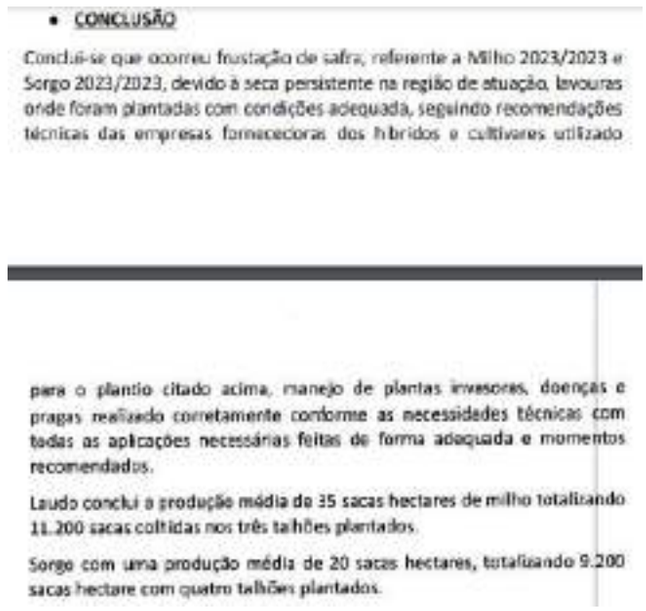
Município – Santa Cruz Xingu/MT

- **CONCLUSÃO**

Conclui-se que ocorreu frustação de safra, referente a Milho 2023/2023, devido à seca persistente na região de atuação, lavouras onde foram plantadas com condições adequada, seguindo recomendações técnicas das empresas fornecedoras dos híbridos utilizado para o plantio citado acima, manejo de plantas invasoras, doenças e pragas realizado corretamente conforme as necessidades técnicas com todas as aplicações necessárias feitas de forma adequada e momentos recomendados.

Laudo conclui a produção média de 40 sacas hectares totalizando 50.380,8 sacas totais.

Município – Campinápolis/MT



- **CONCLUSÃO**

Conclui-se que ocorreu frustação de safra, referente a Milho 2023/2023 e Sorgo 2023/2023, devido à seca persistente na região de atuação, lavouras onde foram plantadas com condições adequada, seguindo recomendações técnicas das empresas fornecedoras dos híbridos e cultivares utilizado

para o plantio citado acima, manejo de plantas invesoras, doenças e pragas realizado corretamente conforme as necessidades técnicas com todas as aplicações necessárias feitas de forma adequada e momentos recomendados.

Laudo conclui a produção média de 35 sacas hectares de milho totalizando 11.200 sacas colhidas nos três talhões plantados.

Sorgo com uma produção média de 20 sacas hectares, totalizando 9.200 sacas hectare com quatro talhões plantados.

Não apenas isso, mas nesse ínterim, após a propositura da cautelar antecedente, foi possível constatar a existência de outra Ação de Arresto movida pela mesma credora Rural Brasil Ltda. tombada sob o n.º 5427449-60.2023.8.09.0093 em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Jataí/GO, conforme já informado nestes autos em ***ID 125908891****.*

9

Certo é que atualmente os Requerentes cultivam grãos por cerca de ***5.162 hectares (safra soja)*** *nas Comarcas de Campinápolis/MT, Santa Cruz do Xingu/MT, Vila Rica/MT e Maringá/PR, sendo assim plenamente viáveis para superação da crise ora vivenciada, conforme ilustração abaixo retificada, conforme se extrai do laudo da constatação prévia, em sua primeira fase.*

Importante destacar que inicialmente a quantidade de hectares mencionada para exploração foi menor do que a realmente foi apurada e que equivocadamente constou na inicial da cautelar, o que desde já se retifica, com a seguinte ilustração:

RELAÇÃO DAS ÁREAS DE CULTIVO				
FAZENDAS	COMARCA	MATRÍCULAS	HECTARE	AREA DE CULTIVO
Fazenda Xingu I, II, III, IV	Santa Cruz do Xingu/MT	6341	4.997,59	2.200
Fazenda Glorificada	Santa Cruz do Xingu/MT	8916/7636	351,03	210
Fazenda São Francisco	Campinápolis/MT	3	2539,3	825
Fazenda Vale do Piau	Campinápolis/MT	554	2612,1	282
Fazenda Boa Vista	Campinápolis/MT	230	2.757,30	415
Lotes Rurais 33, 34 e 32 A	Santa Cruz do Xingu/MT	8.062/8.063/8.917	255,02	88,6
Fazenda Atlanta	Vila Rica/MT	6385/6386	1.916,09	350
Fazenda Santiago	Santa Cruz do Xingu/MT	5484/5485	1.792,44	397,85
Sitio Pitanga	Maringá/PR	1615	24,2	24,2
Fazenda Santa Maria Goretti	Maringá/PR	1454	140,7	109
Gleba Ribeirão Maringá	Maringá/PR	6998	12,19	12,19
Gleba Ribeirão Maringá	Maringá/PR	8704/322/24475/347/399	199,11	169,4
Sitio Centenário	Maringá/PR	135/140	72,6	53,4
Sitio 08 Irmãos	Maringá/PR	66	26,1	25,41
		TOTAL	17.695,77	5.162

Importante registrar, que os Requerentes em momento algum pretendem se esquivar de suas obrigações, mas sim, apoiados na Lei vigente, possibilitar que possam negociar de forma justa e conjunta sob o crivo do judiciário e o permissivo dos credores, ***sem que seja encerrada de forma abrupta as atividades que são desenvolvidas por mais de 40 (quarenta) anos.***

Assim inegável a existência de um passivo que demonstra a crise econômico-financeira, que claramente coloca em risco a atividade econômica desenvolvida pelos Requerentes, necessitando se socorrer do Art. 47 da LRF.

10

CONSIDERAÇÃO E VISÃO GERAL DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Considerando que os devedores vêm passando por situação de crise econômica e financeira que comprometeram o cumprimento de suas obrigações;

Considerando que as partes acima nominadas ajuizaram o pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido por meio de decisão judicial.

Considerando que o Plano cumpre os requisitos contidos no artigo 53 da LFRJ, uma vez que é demonstrada a viabilidade econômica dos Recuperandos e são discrinados, de maneira pormenorizada, os meios de recuperação a serem empregados;

Considerando que, por meio do presente Plano, os devedores, componentes dos devedores, buscam:

a. **Reestruturarem** as suas operações, de modo a permitir a sua preservação como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos;

b. **Preservarem** o efetivo crescimento do seu valor econômico, bem como de seus ativos tangíveis e intangíveis;

c. **Pagarem** os seus credores, nos termos e condições ora apresentados;

Os devedores **componentes da Família Mello**, submetem o seu plano à aprovação de todos os seus credores, nos termos abaixo a seguir.

As principais medidas que já foram ou estão sendo adotadas no Plano de Negócios estão basicamente subdivididas em Medidas Administrativas e Financeiras e Medidas de Mercado.

Dentre as principais medidas, podemos inicialmente citar as seguintes:

11 **1. Administrativas Financeiras e de Mercado**

- Redução de Custos;
- Otimização de rotinas administrativas internas da função empresarial rural;
- Gerenciamento das margens operacionais;
- Novas rotinas no gerenciamento de custos, desde a semeadura até a colheita;
- Controle efetivo de despesas através da implantação de centro de custos por área;
- Medidas visando o aumento da produtividade de grãos na (s) área (s) de cultivo;
- Restabelecimento e análise de parte contábil com fito de apurar a real situação econômico-financeira destes;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

- Contratação de profissionais aptos ao trabalho de soerguimento empresarial;

- Elaboração e efetivação de política organizacional no ambiente empresarial rural;

- Acompanhamento jurídico e contábil com alta frequência;

- Fortalecimento, preparação e estruturação de cargos e salários, a fim de estimular a maior produção no objeto de prestação de serviços no campo;

- Utilização dos valores advindos a partir das safras de soja 2023 para pagamento das despesas atuais dos devedores, as quais foram vendidas e depositadas nos autos recuperacionais pela empresa Cargill Agrícola, sendo esta livre e desembaraçada de qualquer ônus; bem como da safra de milho de 2023 a qual foi arrestada pela credora Rural Brasil S.A. e que se aguarda decisão final com a consequente devolução dos grãos, ou o valor de sua venda, na posse dos recuperandos conforme amplamente debatido nestes autos e nos recursos de mesma matéria, caso em que tais frutos (do arresto em questão) serão utilizados exclusivamente para desenvolvimento das atividades desempenhadas e ao pagamento futuro dos credores;

O presente Plano foi embasado nos resultados consolidados – passados e projetados – dos devedores, tendo por objetivo a reestruturação dos devedores de modo a superarem as suas dificuldades econômico-financeiras e darem continuidade aos seus negócios como empresários importantes no estado do Mato Grosso e Paraná, onde há anos mantém atividade empresarial e são reconhecidos por todos, pelo bom papel desempenhado perante a sociedade local.

O presente Plano procura minimizar as perdas e, principalmente, projetar que os devedores, ora Recuperandos, possam obter uma geração operacional de caixa (EBTIDA) adequada e sustentável ao longo dos próximos anos.

Desta forma, a viabilidade futura dos Recuperandos, dependem não só de solução da atual situação de endividamento, mas também, e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

fundamentalmente, da melhoria do desempenho operacional. Sendo assim, as medidas identificadas no Plano de Reestruturação Operacional estão incorporadas a um planejamento estratégico dos empresários.

Para elaboração do presente Plano foram analisadas, dentre outras, as seguintes áreas: Estrutura Organizacional e Administrativa, Planejamento de serviços e vendas, Área Operacional, Custos, Compras de insumos, logística, venda dos objetos de cultivo junto ao mercado e cenário do agronegócio nacional, valores e estimativas de composição do ativo material e imaterial, a análise destas áreas, em conjunto com a avaliação do desempenho financeiro dos devedores, foi a base para nortear as ações a serem tomadas visando recuperar os recuperandos.

As projeções financeiras foram desenvolvidas assumindo-se o crescimento do mercado, baseado em premissas razoáveis e conservadoras.

DEFINIÇÕES E DISPOSIÇÕES GERAIS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

13

PREMISSA NÚMERO I

1.1 Conflitos entre Cláusulas/Premissas: Na hipótese de haver conflito entre Cláusulas do Plano, a Cláusula que contiver disposição específica prevalecerá sobre a que contiver disposição genérica.

1.2 Conflitos com Contratos Existentes: na hipótese de haver conflito entre qualquer disposição do Plano e as disposições que estabeleçam obrigações para os Recuperandos e que constem de contratos celebrados com Credores Sujeitos ao Plano antes da Data do Pedido, o disposto no Plano prevalecerá.

1.3 Início do cumprimento: Sempre que o plano prever data início de seu cumprimento, refere-se a data de publicação da decisão que homologar o plano ora apresentado, sendo a mencionada data o marco inicial para contagem de carência ou prazo de pagamento.

1.4 Vinculação: O Plano, uma vez aprovado e homologado, obriga os Recuperandos e todos os seus Credores, bem como os seus respectivos sucessores a qualquer título.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

1.5 Validade: Todos os atos mencionados no Plano que, para a sua validade ou eficácia, por determinação legal, requeiram autorização ou homologação judicial, somente serão tidos como aperfeiçoados após a obtenção da referida autorização ou homologação.

PREMISSA NÚMERO II

2. Reestruturação do crédito: O Plano, observado o disposto no artigo 59 da Lei de Falências e Recuperação Judicial, nova todos os Créditos Sujeitos ao Plano, que serão pagos pelos Recuperandos nos prazos e formas estabelecidos no Plano, para cada classe de Credores Sujeitos ao Plano, ainda que os contratos que deram origem aos Créditos Sujeitos ao Plano disponham de maneira diferente. Com a referida novação, todas as obrigações, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como quaisquer outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições deste Plano deixam de ser aplicáveis, a não ser que de outra forma disposto neste Plano. Ademais, a novação ora prevista ocorrerá nos termos previstos no art. 59 da Lei 11.101/05, observando, ainda, os demais dispositivos previstos na Lei especial mencionada.

2.1 – O presente Plano não considera acréscimos aos créditos em razão da aplicação de juros de natureza moratória ou compensatória. Apenas considerando a correção monetária e juros propostos e aplicados após o início do pagamento, desconsiderando-se a carência caso houver.

2.2 – Os valores relativos aos créditos ora apresentados tomaram por base a lista inicialmente apresentada pelos devedores na oportunidade da apresentação da ação de recuperação judicial nos moldes do art. 51 da LRF, sendo posteriormente modificada pela lista da administração judicial nos moldes do art. 7º da LRF, e por fim sendo substituído por eventuais julgamentos de impugnações quando da formação do Quadro Geral de Credores.

2.3 – Credores Parceiros/Estratégicos: O credor que é e que continua sendo, após a Data do Pedido, fornecedor de insumos ou prestador de serviços, essencial e estratégico para os Recuperandos, poderá ter tratamento mais benéfico com relação à parte de seus Créditos Concursais, de forma que os Recuperandos e o respectivo credor deverão

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

negociar de boa-fé um recebimento preferencial ao seu crédito pagamento do seu crédito concursal. De modo a dar transparência e permitir a identificação daqueles enquadrados como credores estratégicos, os novos acordos deverão ser informados à Administração Judicial no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da celebração do contrato.

Poderá ser enquadrado como credor parceiro aquele que, ostentando garantia real sobre o crédito a libere em favor dos devedores; que disponibilize crédito novo apto a fomentar a atividade dos devedores.

2.4 – Forma de pagamento: após aprovado o plano, o pagamento se dará por meio de transferências eletrônicas diretas (TED) ou por meio de Documento de ordem de Crédito (DOC) direcionada a conta bancária do credor, ou por qualquer outra forma acordada pelos devedores junto ao credor. Para tanto o credor deverá informar aos devedores sua respectiva conta bancária para finalidade de cadastramento e atualização de dados, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial. A ausência de pagamento dos credores que não informarem os dados bancários, não será considerada como descumprimento do Plano, não havendo a incidência de juros ou encargos moratórios, devendo o mesmo proceder com o informativo aguardando o prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento e regularização do débito descrito no Plano.

2.5 – Data do Pagamento: na hipótese do pagamento contados na forma da premissa 1.3 recair sobre dia não útil, o pagamento será automaticamente prorrogado para o próximo dia útil.

2.6 – Antecipação do pagamento: Os recuperandos poderão antecipar o pagamento de quaisquer credores sujeitos ao Plano de recuperação, desde que façam de forma proporcional e uniforme aos credores de uma determinada classe ou subclasse.

2.7 – Quitação: Os pagamentos em moeda corrente ou outras formas de pagamento previstas no Plano acarretarão a Quitação. Com a ocorrência da Quitação, os Credores Sujeitos ao Plano serão considerados como tendo quitados, liberados e renunciados todos e quaisquer Créditos não Sujeitos ao Plano, e não mais poderão reclamá-los, contra os

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Recuperandos, suas controladoras, controladas, subsidiárias, afiliadas e coligadas e outras sociedades sob controle comum, e seus diretores, conselheiros, acionistas, sócios, coobrigados, avalistas, fiadores, agentes, funcionários, representantes, sucessores e cessionários.

2.8 – Créditos Não Sujeitos ao Plano: Os titulares de Créditos Não Sujeitos ao Plano poderão optar por receber seus Créditos Não Sujeitos ao Plano na forma estabelecida para pagamento dos Credores Quirografários.

PREMISSA NÚMERO III

3. Novos recursos e destinação: os Recuperandos poderão obter por qualquer meio que julgar necessário, novos recursos, tendo como exemplo a locação de ativos, contratação de mútuos, alienação de ativo através de UPI's a serem descritos em premissa própria doravante, demais instrumentos financeiros em geral. Podendo os Recuperandos, para recomposição de capital de giro, pagamento de despesas gerais, pagamento e cumprimento ao Plano de Recuperação, antecipação de pagamento aos credores, entre outras formas vinculadas ao restabelecimento e soerguimento previsto no presente.

3.1 – Garantia a futuros recursos: com a homologação do Plano de Recuperação, poderão os recuperandos oferecerem bens e ativos em garantia ao levantamento de novos recursos, observando as disposições contidas no presente Plano de Recuperação Judicial.

V – CLASSIFICAÇÃO DOS CREDORES

Nos termos da legislação vigente, a divisão das classes de credores é feita simplesmente em credores trabalhistas, credores com garantia real, credores quirografários e credores enquadrados como ME e EPP.

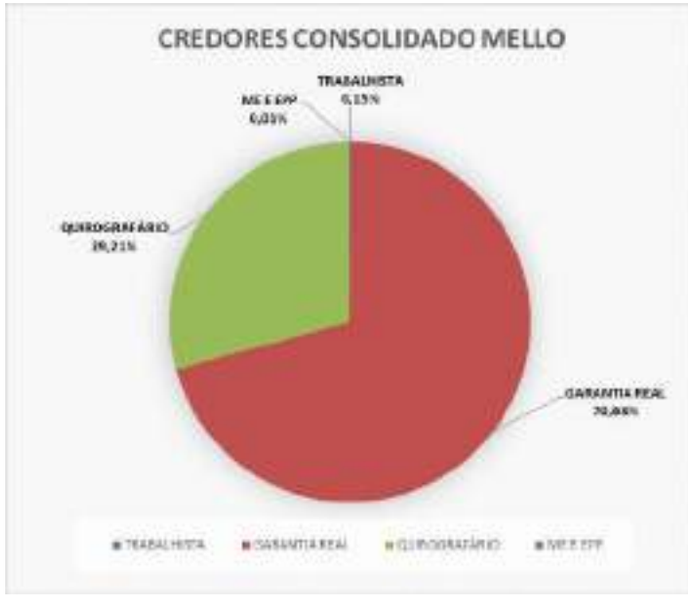
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Logo, atendendo às peculiaridades de cada credor, a divisão dos credores está demonstrada no QUADRO 01 abaixo, o qual foi elaborado com base na LISTA DE CREDORES, a qual esta detalhada no Anexo (Doc. 01) deste Plano de Recuperação Judicial:

QUADRO GERAL DOS CREDORES DE FORMA CONSOLIDADA

CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	VALOR DA DÍVIDA
TRABALHISTA	R$ 75.473,00
GARANTIA REAL	R$ 35.595.345,40
QUIROGRAFÁRIO	R$ 14.721.108,03
ME E EPP	R$ 4.600,00
TOTAL	**R$ 50.396.526,43**

PERCENTUAL DA DÍVIDA POR TIPO DE CREDORES



17

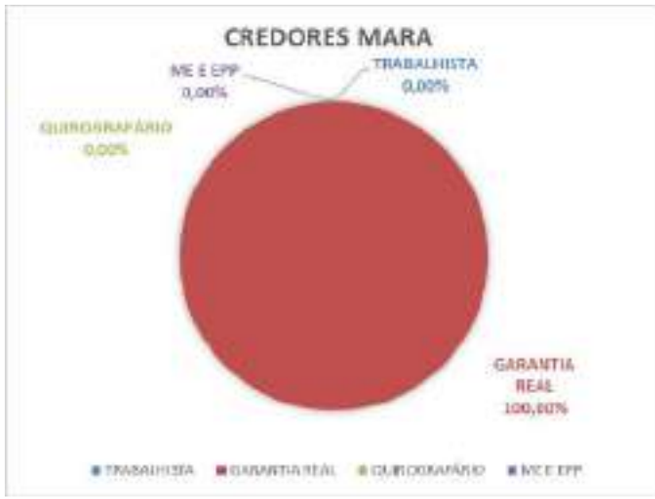
QUADRO GERAL DE CREDORES POR DEVEDOR

SIDNEY PINTO DE MELLO

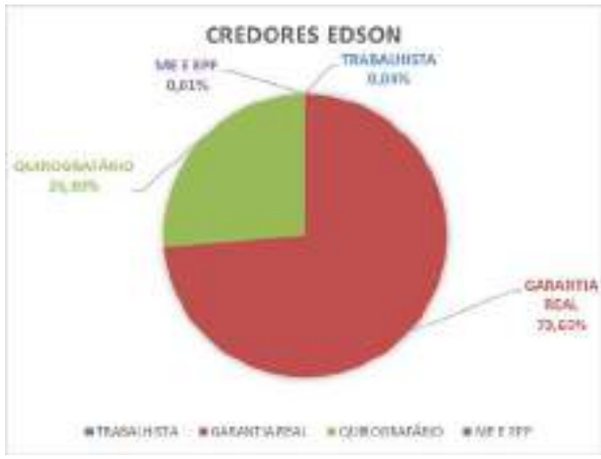
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25



MARA VIOLIN DE MELLO

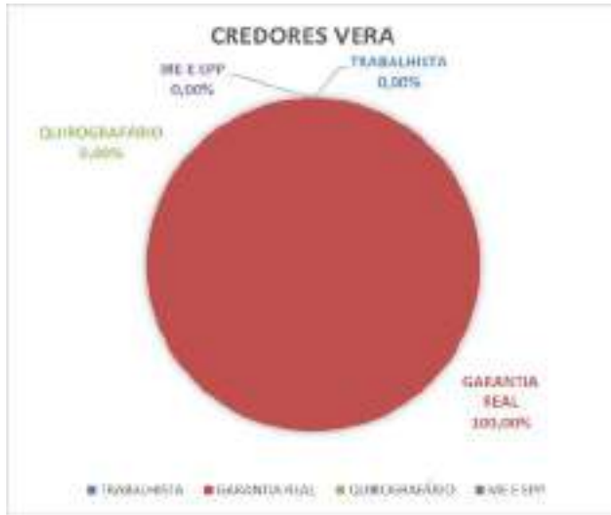


EDSON PINTO DE MELLO

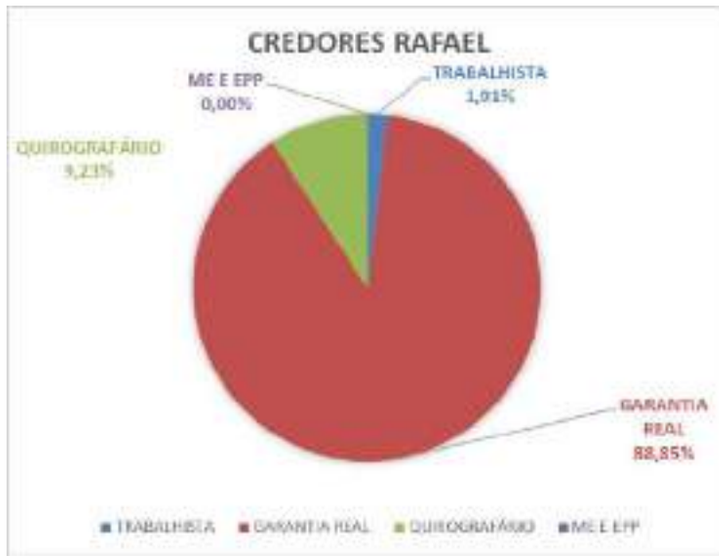


VERA LÚCIA GALLO DE MELLO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

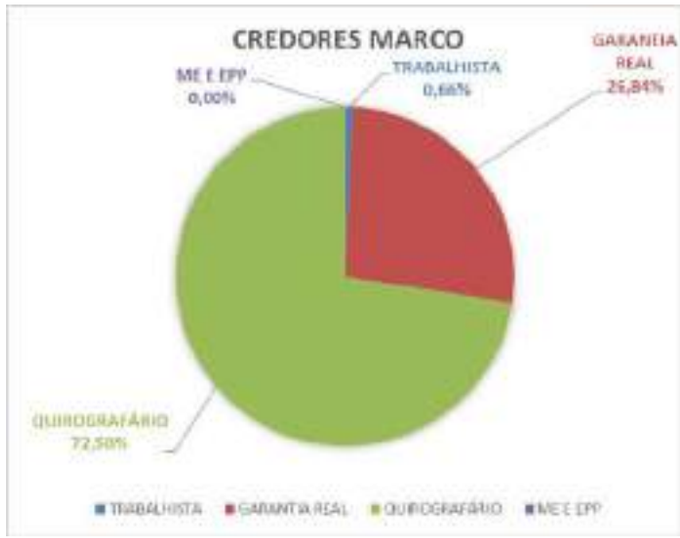


RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO



19

MARCO ANTÔNIO DE MELLO



VI – MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O artigo 50 da Lei de Recuperação Judicial preceitua os meios de recuperação que podem ser utilizados, devendo é claro ser adaptado os incisos a cada caso. No plano em tela, para fins de continuar a atividade empresarial, bem como honrar as obrigações vencidas e vincendas, os recuperandos, oferecem os seguintes meios todos abrangidos pelo art. 50 da Nova Lei de Recuperação Judicial, entre outros descritos no corpo do presente Plano de Recuperação Judicial:

20

1. Diante da absoluta falta de capital para disponibilização imediata para pagamento dos créditos, utilizam-se da concessão de prazos das obrigações devidas, com redução negocial dos valores devidos, **conforme previsto no srt. 50, inciso I, da Lei 11.101/05;**

2. Modificação do setor administrativo, com corte nas despesas com pessoal, visando agilidade na tomada de decisões, **conforme art. 50, inciso IV, da Lei n. 11.101/05**; Redução de pessoal, sempre com acordos coletivos com seus trabalhadores e o Sindicato de Classe, **conforme art. 50, inciso VIII, da Lei n. 11.101/05;**

3. Equalização de encargos financeiros relativos a financiamentos, **transação desses valores, até mesmo dação em pagamento, e venda parcial de bens conforme se vê no art. 50, incisos IX, XI e XII, da Lei n. 11.101/05;**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

4. Manutenção normal das atividades, sujeito a limitações previstas em lei, os recuperandos manterão normalmente suas atividades podendo para tanto realizarem revisão de seus negócios, bem como, encerrarem filiais, ou outro estabelecimento que esteja trazendo prejuízo.

5. Constituição de UPI's, para realização de eventual ativo necessário ao cumprimento do presente Plano de Recuperação, com procedimento a ser descrito em premissa própria doravante.

6. Cessão de recebíveis e créditos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE FORMA DE PAGAMENTO DOS CREDORES TRABALHISTAS – CLASSE I.

Por tratar-se de verba de extrema importância, durante toda sua vida mantiveram-se no mercado, sempre utilizando mão-de-obra qualificada e dando retorno para os seus clientes e para a sociedade em geral.

21

Considerando a importância dos empregados para o bom funcionamento da atividade dos Recuperandos, entende-se que é possível exigir o mínimo dos colaboradores.

Conforme apresentado aqui, será adimplido o crédito desta classe **TRABALHISTA**, sem deságio, sem carência após a homologação do plano, com pagamento em até 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da decisão de homologação do plano, com taxa de juros de 0,5% ao ano, corrigidos pelo INPC, para a continuidade da atividade sem maiores prejuízos aos trabalhadores, a fim de assegurar sua natureza alimentar.

Abaixo o quadro ilustrativo que demonstra o saldo a pagar para toda a classe trabalhista.

QUADRO CREDORES TRABALHISTAS CONSOLIDADOS

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25



FORMA DE PAGAMENTO PARA A CLASSE I – POR DEVEDOR:

Devedor: SIDNEY PINTO DE MELLO - R$ 14.138,00

Para os credores **TRABALHISTAS** o devedor está propondo: pagamento Sem desconto (deságio); Sem carência após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Pagamento em até 12 meses após a homologação; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

22

Devedor: MARA VIOLIN DE MELLO

Para os credores **TRABALHISTAS** o devedor está propondo: pagamento Sem desconto (deságio); Sem carência após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Pagamento em até 12 meses após a homologação; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: EDSON PINTO DE MELO - R$ 14.138,00

Para os credores **TRABALHISTAS** o devedor está propondo: pagamento Sem desconto (deságio); Sem carência após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Pagamento em até 12 meses após a homologação; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela

INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Para os credores **TRABALHISTAS** o devedor está propondo: pagamento Sem desconto (deságio); Sem carência após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Pagamento em até 12 meses após a homologação; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - R$ 22.598,00

Para os credores **TRABALHISTAS** o devedor está propondo: pagamento Sem desconto (deságio); Sem carência após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Pagamento em até 12 meses após a homologação; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela
23 INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: MARCO ANTONIO DE MELLO - R$ 22.813,00

Para os credores **TRABALHISTAS** o devedor está propondo: pagamento Sem desconto (deságio); Sem carência após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Pagamento em até 12 meses após a homologação; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Os Créditos Trabalhistas Retardatários serão pagos na forma descrita na acima, contando-se o prazo para pagamento a partir do trânsito em julgado da decisão que determinar a inclusão do referido Crédito Verba Trabalhista Retardatária na Lista de Credores.

Os créditos pagos dentro da classe trabalhista, com as condições aqui

descritas limitam-se a quantia de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos vigentes na data do pagamento, sendo o valor excedente atribuído à **Classe III de Credores Quirografários**, devendo o saldo remanescente serem pagos nas condições previstas na Classe III, ou seja, o que exceder 150 (cento e cinquenta) salários mínimos serão enquadrados como crédito quirografário, devendo ser pago na forma e condição da Classe III – Credores Quirografários, cuja forma de pagamento será detalhada no tópico abaixo delineado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE FORMA DE PAGAMENTO DOS CREDORES COM GARANTIA REAL – CLASSE II.

Sobre o valor líquido dos créditos arrolados no presente processo recuperacional na classe denominada GARANTIA REAL, a fim de que seja possível formar capital de giro e ainda o dimensionamento em fluxo de caixa exequível, propõe-se deságio de 80% (oitenta por cento) sobre o valor do crédito, acompanhado de carência de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação, sendo que após o prazo de carência, o pagamento se dará em 10 (dez) parcelas anuais (dada a sazonalidade da dívida), mediante a remuneração de capital de 0,5% (meio por cento) ao ano de juros corrigidos pelo INPC após o início da primeira parcela, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo administrador judicial.

FORMA DE PAGAMENTO PARA A CLASSE II – POR DEVEDOR:

Devedor: SIDNEY PINTO DE MELLO - R$ 3.057.295,85

Para os credores **GARANTIA REAL** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Devedor: MARA VIOLIN DE MELLO - R$ 3.000.000,00

Para os credores **GARANTIA REAL** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: EDSON PINTO DE MELO - R$ 23.651.371,55

Para os credores **GARANTIA REAL** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

25

Devedor: VERA LUCIA GALLO DE MELLO - R$ 3.000.000,00

Para os credores **GARANTIA REAL** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - R$ 1.048.724,00

Para os credores **GARANTIA REAL** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de

Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: MARCO ANTONIO DE MELLO - R$ 925.354,00

Para os credores **GARANTIA REAL** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Os Créditos Garantia Real Retardatários serão pagos na forma descrita na acima, contando-se a carência e prazo para pagamento a partir do trânsito em julgado da decisão que determinar a inclusão do referido Crédito Garantia Real Retardatário na Lista de Credores.

26



CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMA DE PAGAMENTO DOS CREDORES QUIROGRAFÁRIOS – CLASSE III.

Para todos os credores quirografários, propõe-se o pagamento sobre o valor líquido dos créditos arrolados no processo recuperacional na classe denominada QUIROGRAFÁRIA, a fim de que seja possível formar

capital de giro e ainda o dimensionamento em fluxo de caixa exequível, propõe-se deságio de 80% (oitenta por cento) para toda classe, sobre o valor do crédito, sendo aplicado de igual forma carência de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da publicação da decisão de homologação do plano para início do pagamento, que será efetivado em 10 (dez) parcelas anuais (outubro de cada ano). Mediante remuneração do capital em 0,5 (meio por cento) ao ano de juros corrigidos pelo INPC, após o início da primeira parcela, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo administrador judicial.

FORMA DE PAGAMENTO PARA A CLASSE III – POR DEVEDOR:

Devedor: SIDNEY PINTO DE MELLO - R$ 3.668.419,16

Para os credores **QUIROGRAFÁRIOS** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

27

Devedor: MARA VIOLIN DE MELLO

Para os credores **QUIROGRAFÁRIOS** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: EDSON PINTO DE MELO - R$ 8.443.688,87

Para os credores **QUIROGRAFÁRIOS** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência;

Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Para os credores **QUIROGRAFÁRIOS** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - R$ 109.000,00

Para os credores **QUIROGRAFÁRIOS** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da
28 decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

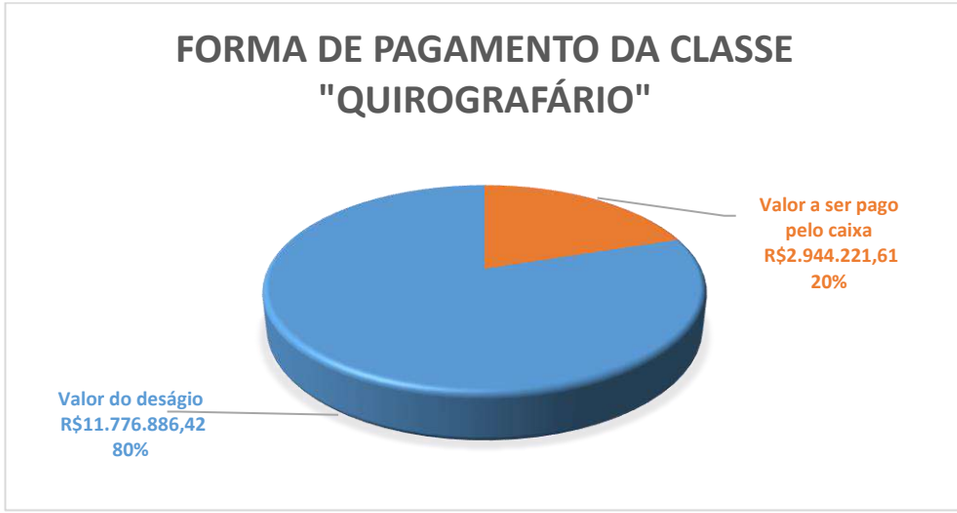
Devedor: MARCO ANTONIO DE MELLO - R$ 2.500.000,00

Para os credores **QUIROGRAFÁRIOS** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Os Créditos Quirografários Retardatários serão pagos na forma descrita na acima, contando-se a carência e prazo para pagamento a partir do

trânsito em julgado da decisão que determinar a inclusão do referido Crédito Quirografário Retardatário na Lista de Credores.

QUADRO CREDORES QUIROGRAFÁRIOS



CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMA DE PAGAMENTO DOS CREDORES ME E EPP – CLASSE IV.

29

Sobre o valor líquido dos créditos arrolados no presente processo recuperacional na classe denominada ME E EPP, Classe IV, a fim de que seja possível formar capital de giro e ainda o dimensionamento em fluxo de caixa exequível, propõe-se deságio de 50% (cinquenta por cento para toda classe, sobre o valor do crédito, sendo aplicado de igual forma carência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da publicação da decisão de homologação do plano para início do pagamento, do qual será efetivado em 8 (oito) parcelas anuais. Mediante remuneração do capital em 0,5 (meio por cento) ao ano de juros corrigidos pelo INPC após o início da primeira parcela, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo administrador judicial.

FORMA DE PAGAMENTO PARA A CLASSE IV – POR DEVEDOR:

Devedor: SIDNEY PINTO DE MELLO - R$ R$ 2.600,00

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Para os credores **ME E EPP** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 50%; Carência de 24 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 8 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: MARA VIOLIN DE MELLO

Para os credores **ME E EPP** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 50%; Carência de 24 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 8 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

30

Devedor: EDSON PINTO DE MELO - R$ 2.000,00

Para os credores **ME E EPP** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 50%; Carência de 24 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 8 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Para os credores **ME E EPP** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 50%; Carência de 24 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 8 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo

Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

Para os credores **ME E EPP** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 50%; Carência de 24 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 8 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: MARCO ANTONIO DE MELLO

Para os credores **ME E EPP** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 50%; Carência de 24 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 8 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5%
31 ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Os Créditos ME/EPP Retardatários serão pagos na forma descrita acima, contando-se a carência e prazo para pagamento a partir do trânsito em julgado da decisão que determinar a inclusão do referido Crédito ME/EPP Retardatário na Lista de Credores.

QUADRO CREDORES ME E EPP



ALIENAÇÃO DE ATIVOS – UPI's

PREMISSA NÚMERO IV

4.1 – Alienação de ativos e de UPIs: A alienação de ativos e de UPI's dos Recuperandos será regida por este Capítulo, sem prejuízo de outras alienações de bens aprovadas ou submetidas à aprovação do Juízo da Recuperação, que serão regidas pelas respectivas decisões judiciais.

32

4.2 – Alienação de ativos: Os Recuperandos poderão, a partir da Homologação Judicial do Plano gravarem, substituírem ou alienarem os seguintes bens do seu ativo permanente ou não-circulante, a partir de ordem judicial, nos termos do art. 60 da Lei n.º 11.101/05, sem a Assembleia Geral de Credores, não havendo prejuízo das demais alienações de bens ou outras transações previstas pelo Plano, respeitando-se os direitos contratuais, gravames e restrições aplicáveis a tais ativos:

(i) Bens gravados com Garantia Real ou com garantia fiduciária;

(ii) Bens a serem oferecidos em garantia para captação de Novos recursos, desde que livres de qualquer ônus;

(iii) Bens que tenham sofrido o desgaste natural decorrente da sua atividade regular ou que, por qualquer outro motivo, tenham se tornado inservíveis para o uso a que se destinam;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

(iv) Bens que tenham se tornado obsoletos ou desnecessários;

(v) Bens produtivos, propriedades rurais de propriedade ou posse dos devedores.

(vi) Bens que não sejam essenciais para a realização do núcleo das atividades dos Recuperandos.

4.3 – Alienação de UPIs: Os Recuperandos poderão criar e alienar quaisquer UPI’s.

4.4 – Procedimento de alienação de UPI: Quaisquer alienações de UPI’s, inclusive do controle das respectivas SPE’s, serão realizadas e informadas nos autos da recuperação judicial para conhecimento e homologação do juízo, sem prejuízo, da possibilidade de atendimento ao que dispõe os artigos 60 e 142 da LRF.

4.5 – Processo Competitivo: O processo competitivo para alienação das UPIs deverá ser conduzido preferencialmente por meio de propostas fechadas, cujos termos e condições constarão de edital. A definição da modalidade seguirá o previsto no art. 142 da LRF.

4.6 – Mecanismos de atratividade: Com o objetivo de estimular o oferecimento de propostas no âmbito do processo competitivo, o interessado na aquisição da UPI que, além de outras contrapartidas que vierem a ser exigidas pelos Recuperandos. Recursos: os recursos oriundos da alienação das UPI’s serão utilizados para caixa dos devedores, ou a seu exclusivo critério, podendo ser realizado para a antecipação de pagamento de Credores, caso entendam os Recuperandos necessário.

DAS PROVIDENCIAS NECESSÁRIAS

PREMISSA NÚMERO V

5. Extinção de processos judiciais ou arbitrais: Exceto se previsto de forma diversa no Plano, os Credores sujeitos ao Plano não mais poderão, a partir da Homologação Judicial do Plano, (i) ajuizar ou prosseguir qualquer ação judicial ou processo de qualquer tipo

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

relacionado a qualquer Crédito sujeito ao Plano contra os Recuperandos, seus controladores, suas controladas (caso venha a existir), coligadas, afiliadas e outras garantidoras; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral sociedades outras sociedades sob controle comum (caso venha a existir), seus fiadores, avalistas e contra os Recuperandos, seus controladores, suas controladas (caso venha a existir), coligadas, afiliadas e outras sociedades sob controle comum (caso venha a existir), seus coobrigados, fiadores, avalistas e garantidores, relacionada a qualquer Crédito Sujeito ao Plano; (iii) penhorar quaisquer bens dos fiadores, avalistas e garantidores, para satisfazer seus Créditos Sujeitos ao Plano; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer Garantia Real sobre bens e direitos dos Recuperandos, dos seus controladores, suas controladas (caso venha a existir), coligadas, afiliada e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo societário ou econômico (caso venha a existir), seus fiadores, avalistas e garantidores, para assegurar o pagamento de seus créditos sujeitos ao plano; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido pelos Recuperandos, aos seus controladores, suas controladas (caso venha a existir), coligadas, afiliadas e outras sociedades sob controle comum, seus coobrigados, fiadores, avalistas e garantidores, com seus Créditos Sujeitos ao Plano; e (vi) buscar a satisfação de seus Créditos sujeitos ao plano por quaisquer outros meios. Todas as execuções judiciais em curso contra os Recuperandos, seus controladores, suas controladas (caso venha a existir), coligadas, afiliadas e outras sociedades sob controle comum, coobrigados, fiadores, avalistas e garantidores, relativas aos Créditos Sujeitos ao Plano serão extintas, e as penhoras e constrições existentes serão liberadas.

34

5.1 – Aprovado o Plano de Recuperação, serão suprimidas todas as garantias reais e outras eventuais existentes em favor de qualquer credor, de tal sorte que os Recuperandos possam dar o destino previsto no Plano de Recuperação, seja pela alienação ou aluguéis/arrendamento de bens, destinações a novos projetos, inclusive ofertando em novas operações de crédito se necessário.

5.2 – A homologação do plano acarretará a automática liberação de

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

todas as garantias pessoais, inclusive avais de qualquer modalidade, garantias acessórias, que tenham sido prestadas por administradores ou sócios e demais pessoas físicas relacionadas aos créditos submetidos aos efeitos da presente Recuperação Judicial, a fim de satisfazer quaisquer obrigações assumidas pelos recuperandos até o ajuizamento do pedido de recuperação.

5.3 – Continuidade de ações envolvendo quantia ilíquida: Os processos de conhecimento ajuizados por Credores Sujeitos ao Plano que tiverem por objeto a condenação em quantia ilíquida, ou a liquidação de condenação já proferida, poderão prosseguir em seus respectivos juízos, até que haja a fixação do valor do Crédito Sujeito ao Plano, ocasião em que o Credor Sujeito ao Plano deverá providenciar a habilitação da referida quantia na Lista de Credores, para recebimento nos termos do Plano. Em hipótese alguma haverá pagamento de credores sujeitos ao plano de forma diversa da estabelecida no plano, inclusive em ações judiciais ajuizadas que estiverem em curso quando da Homologação Judicial do plano ou que forem ajudadas após a homologação judicial do plano.

35

5.4 – Modificação do Plano na Assembleia Geral de Credores: Aditamentos, alterações ou modificações ao Plano podem ser propostos pelos Recuperanods a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano, vinculando aos recuperando e todos os credores sujeitos ao plano, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aprovados pelos Recuperandos e sejam submetidos à votação na Assembleia Geral de Credores, e que seja atingido o quórum requerido pelo art. 45 e 58, caput ou §1º, da Lei de Recuperação e Falências.

5.5 – Cessões de Crédito: Os credores sujeitos ao plano poderão ceder seus créditos sujeitos ao plano, antes ou depois da data do pedido, a outros credores ou a terceiros, e a respectiva cessão produzirá efeitos a partir da notificação dos recuperandos nos termos do Código Civil. O cessionário que receber o crédito sujeito ao plano cedido será considerado, para todos os fins e efeitos, credor sujeito ao plano e impreterivelmente votará e receberá como credor quirografário.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

PROVIDÊNCIAS ESPECIAIS.

Os recuperandos já tomaram e estão tomando as medidas para se reestruturarem organizacional e administrativamente, de modo a obterem maiores e melhores resultados. Isto pressupõe, inclusive, a redução dos custos estruturais e com pessoal conforme já descrito alhures.

De modo a avaliar a viabilidade econômico-financeira dos recuperandos, após a implementação do plano, estimou-se a operação dos empresários para o futuro, considerando-se premissas conservadoras e factíveis.

Os resultados obtidos encontram-se pormenorizados junto ao Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira elaborado por profissional competente, que acompanha o presente plano, conforme Anexo.

Considerando a realização dos pressupostos e das proposições deste plano, o Fluxo de Caixa Geral, apresentado no laudo acima, demonstra de forma inequívoca a viabilidade financeira dos Recuperandos, demonstrando, consequentemente, a capacidade de pagamento aos seus credores.

DA DISCUSSÃO E NOVAS PROPOSTAS

Importante pontuar que os credores possuem a liberalidade de procurar os advogados atuantes na presente Recuperação judicial para expor suas dúvidas e até mesmo fazer novas propostas (endereço e e-mail pedroreis@pedroreisadvogados.com.br) tão logo seja dada publicidade ao presente PRJ na forma da Lei de regência, o que acarretará um melhor desenvolvimento na Assembleia, caso não ocorra a aprovação imediata, propostas estas que serão devidamente analisadas com os recuperandos, bem como, com a equipe especializada na matéria, para que havendo consenso possibilite eventual alteração do PRJ após tratativas negociais junto aos credores.

CONCLUSÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS

O plano de recuperação judicial ora proposto atende cabalmente aos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

princípios da Lei 11.101/2005, no sentido da tomada de medidas aptas à recuperação financeira, econômica e comercial dos recuperandos.

Atende também a todos os requisitos contidos no artigo 53 da LRF, vez que são discriminados de maneira pormenorizada os meios de recuperação a serem empregados; demonstram a viabilidade econômica dos recuperandos, sendo juntados ao presente plano o Laudo Econômico-financeiro, Laudo de Viabilidade Econômico-financeira (análise do futuro), avaliação dos bens ativos, elaborada por profissional competente. **(Doc. 01)**

As diversas medidas de recuperação explicitadas acima deverão viabilizar economicamente aos Recuperandos.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Rondonópolis/MT, 27 de outubro de 2023.

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953
Dados: 2023.10.28 08:51:25 -03'00'

Sidney Pinto de Mello

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939
Dados: 2023.10.28 08:52:22 -03'00'

Rafael Rodrigo Gallo de Mello

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991
Dados: 2023.10.28 08:50:59 -03'00'

Edson Pinto de Mello

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974
Dados: 2023.10.28 08:51:53 -03'00'

Mara Violin de Mello

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905
Dados: 2023.10.28 08:52:43 -03'00'

Marco Antônio de Mello

VERA LUCIA GALLO:61459402987
Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987
Dados: 2023.10.28 08:53:43 -03'00'

Vera Lúcia Gallo de Mello

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592538100000128815034
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592538100000128815034
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

ERNANI PLUMER
CRC/MT 016496/O-7

LAUDO DE DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE ECONÔMICA

DEVEDORES

MELLO

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:49
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

AVALIADOR RESPONSÁVEL

Ernani Plumer Santos Pinto

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso- Campus Rondonópolis

MBA em Finanças e Controladoria pela UFMT

Contador/Analista Financeiro Certificado pelo Conselho Regional de Contabilidade – Mato Grosso – Sob Registro de nº 016496/O-7

Auditor Independente Certificado pelo Conselho Federal de Contabilidade e Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI – Sob Registro de nº 4492

ernani@plumercontabilidade.com.br

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 4

2. ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA 5

2.1. GRAU DE ENDIVIDAMENTO ATUAL.....5

2.2. MEDIDAS ADOTADAS PARA A REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA.....10

2.3 PROPOSTA DE NEGOCIAÇÃO AOS CREDORES.....10

2.4 DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE ECONÔMICA 18

3. PARECER CONTÁBIL 22

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado para o grupo familiar de produtores rurais: O Sr. **SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; A Sra. **MARA VIOLIN DE MELLO**, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; O Sr. **EDSON PINTO DE MELO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; A Sra. **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; O Sr. **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; e O Sr. **MARCO ANTONIO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco,

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; cujo grupo empresarial em recuperação judicial – também chamado neste, como **DEVEDORES** - tem por finalidade o cumprimento do dispositivo no art. 53 da Lei 11.101/2005 (a "Lei de Falências"), de acordo com os requisitos contidos no referido dispositivo.

O objetivo das análises realizadas nesse Laudo é detalhar e embasar as premissas e resultados apresentados no Plano de Recuperação Judicial.

ANÁLISES REALIZADAS:

1) **ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA** => Analisa as medidas de reestruturação propostas pela entidade, combinadas com a projeção de caixa, a partir das perspectivas de pagamentos x recebimento, a fim de emitir um parecer sobre sua viabilidade econômica.

Esclarecemos, que os documentos recebidos para a realização desse trabalho não foram auditados, portanto, sua veracidade é presumida.

ESTE LAUDO CONTÁBIL FOI ELABORADO EXCLUSIVAMENTE PARA SER ENCAMINHADO AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONFORME ESTABELECIDO NA LEI Nº 11.101/05, ART. 53, NÃO PODENDO SER UTLIZADO PARA OUTRO FIM.

2. ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA

Com objetivo de manutenção e reestruturação de seus negócios, os **DEVEDORES**, buscam por meio da recuperação judicial condições para sua recuperação de modo a preservar a função social da empresa e o estímulo a atividade econômica.

A análise de sua viabilidade econômica, visa demonstrar suas reais condições de pagamento, obedecendo o princípio da transparência aos credores.

As premissas utilizadas para a elaboração da presente análise são:

2.1. GRAU DE ENDIVIDAMENTO ATUAL

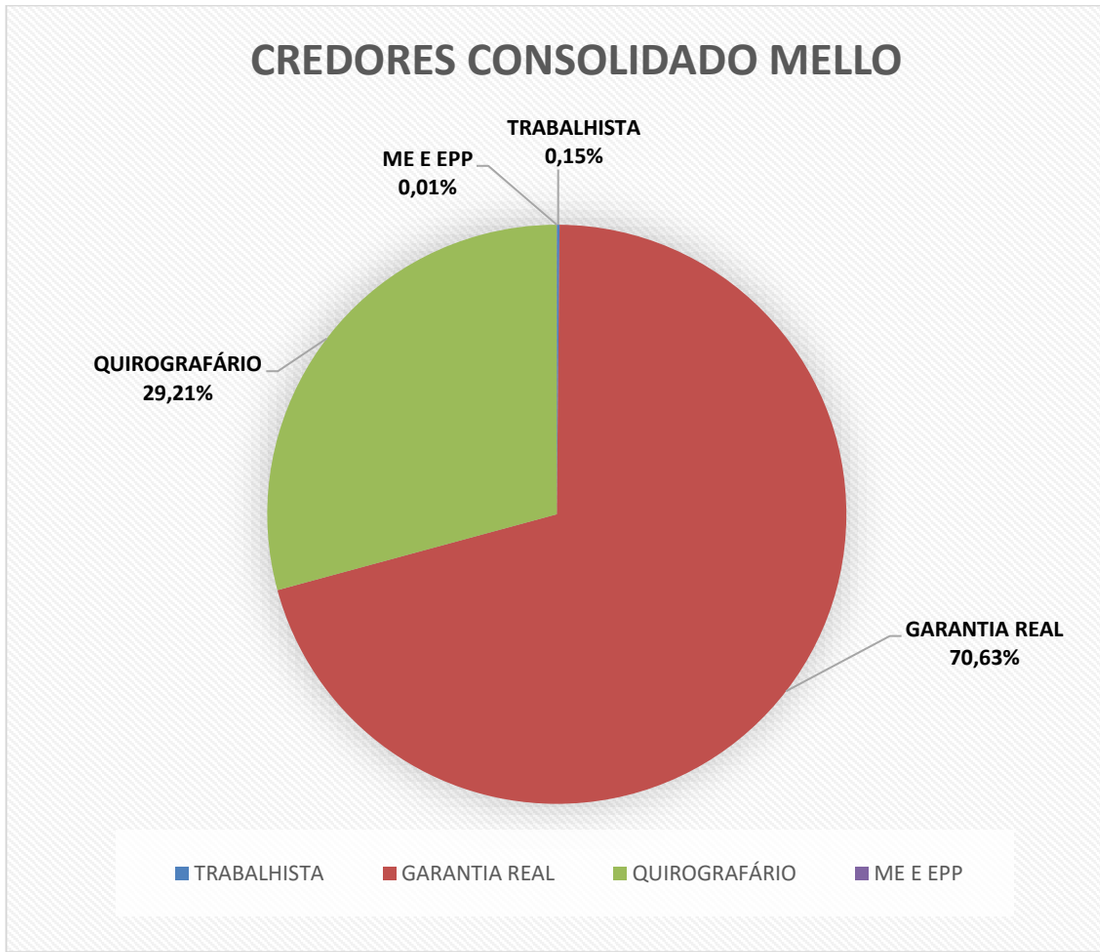
Segue abaixo a relação de todos os credores de forma consolidada:

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	VALOR DA DÍVIDA
TRABALHISTA	R$ 75.473,00
GARANTIA REAL	R$ 35.595.345,40
QUIROGRAFÁRIO	R$ 14.721.108,03
ME E EPP	R$ 4.600,00
TOTAL	**R$ 50.396.526,43**

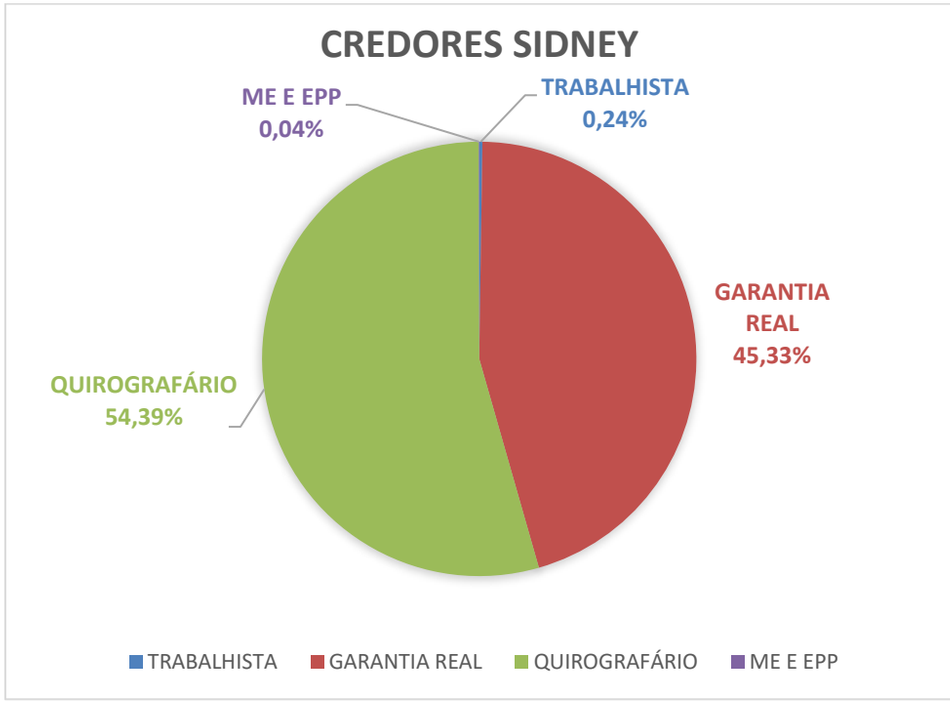
PERCENTUAL DA DÍVIDA POR TIPO DE CREDORES



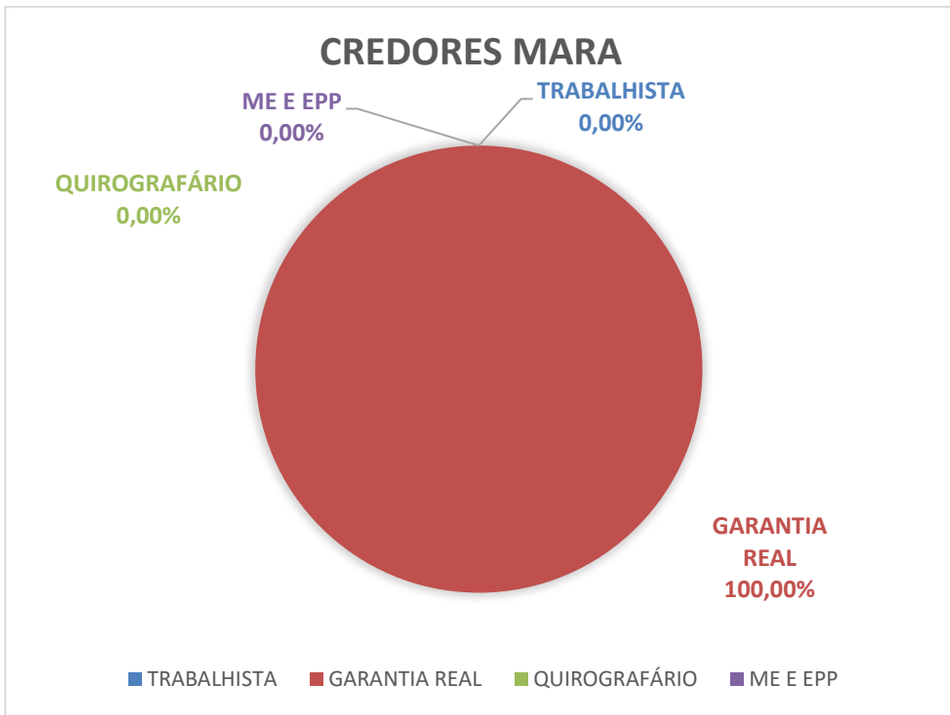
Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Devedor: SIDNEY PINTO DE MELLO



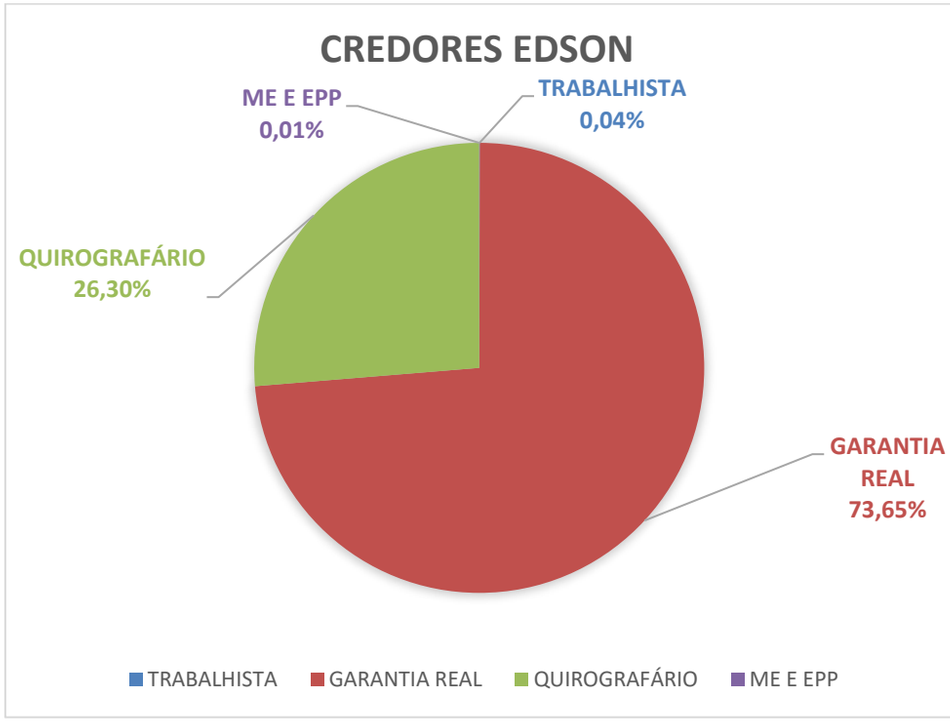
Devedor: MARA VIOLIN DE MELLO



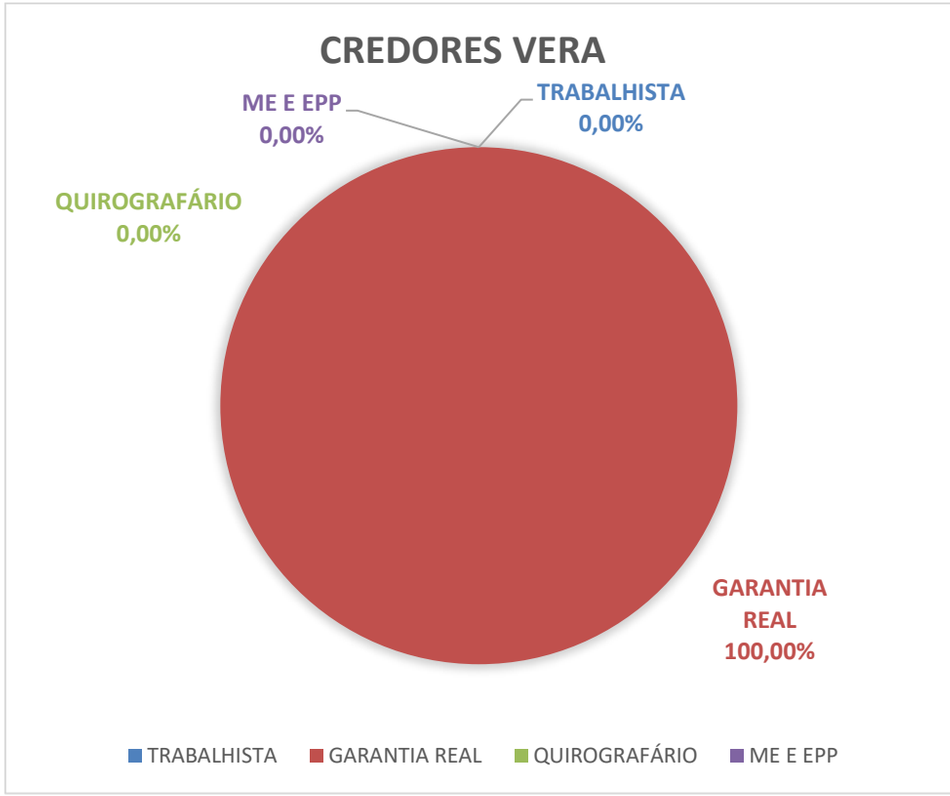
Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Devedor: EDSON PINTO DE MELO



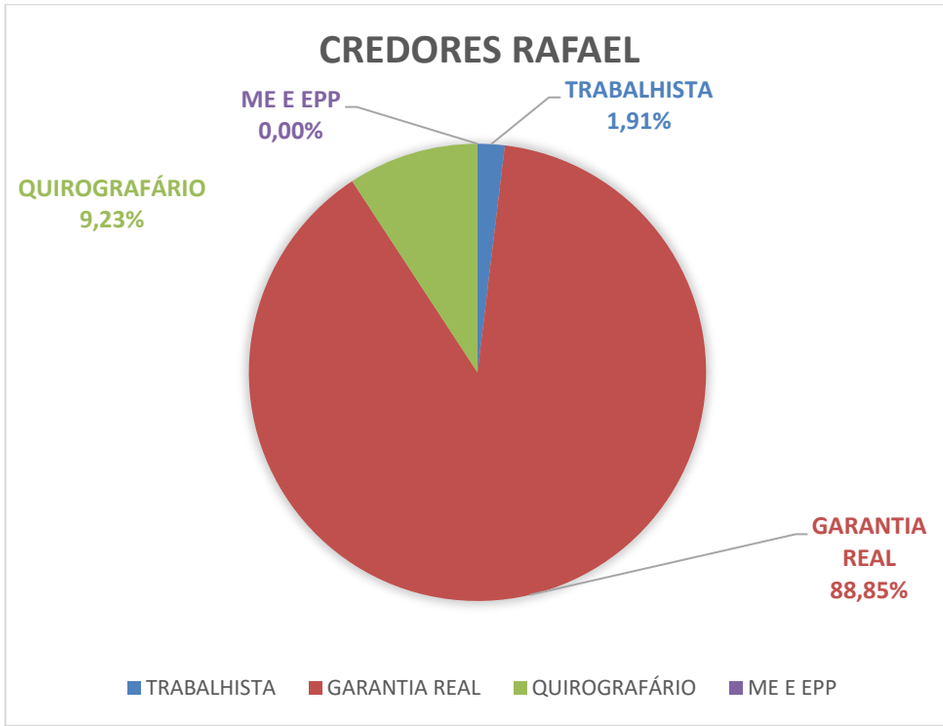
Devedor: VERA LUCIA GALLO DE MELLO



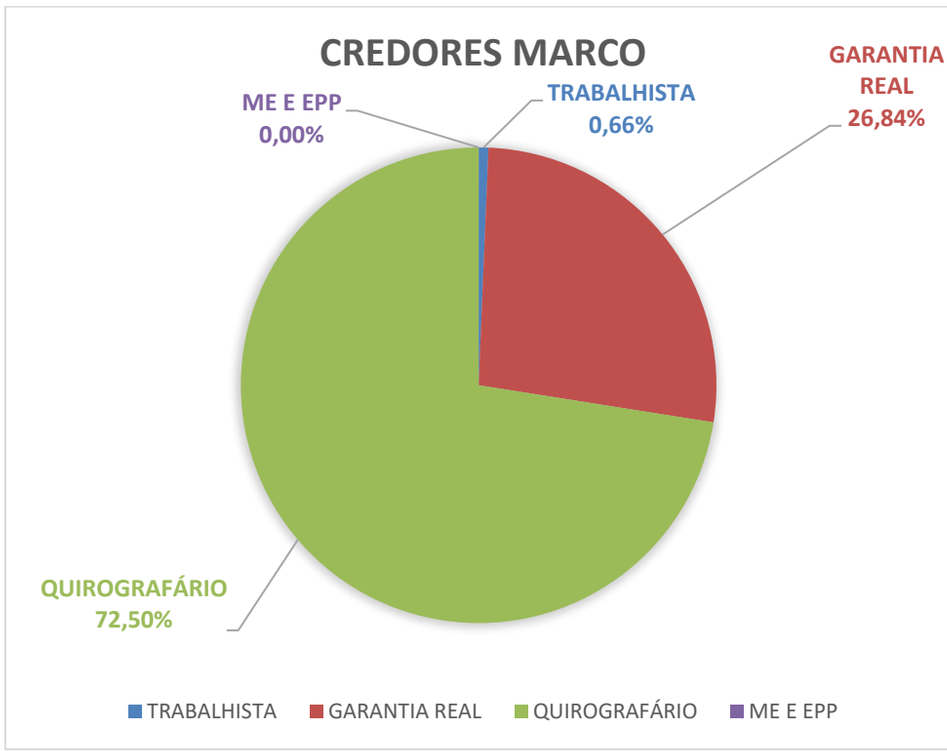
Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Devedor: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO



Devedor: MARCO ANTONIO DE MELLO



Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

2.2. MEDIDAS ADOTADAS PARA A REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA

A fim de manter-se no mercado, os **DEVEDORES** desenvolveram um plano de reestruturação econômico-financeira.

Com o pedido de recuperação judicial, visto que o valor da dívida no curto prazo corresponde a praticamente 100% de seu endividamento, elaborou uma proposta estruturada com desconto, carência nos primeiros anos e parcelamento a longo prazo.

Essa reorganização por si só, já estabelece as perspectivas de geração de caixa livre, para garantir a continuidade do negócio, pagamento aos credores e manutenção de empregados.

Em consequência dessa reorganização a entidade conseguirá suportar de forma responsável os custos e despesas operacionais, equacionando as suas dívidas tributárias, mediante a pagamento, compensação, recuperação de créditos ou parcelamentos.

Além disso, poderá: Liquidar os créditos não sujeitos a recuperação judicial; estabelecer premissas Macroeconômicas, Premissas Setoriais e de Mercado, manter em dia seus impostos e o mais importante, manter-se como fonte de emprego e renda.

2.3 PROPOSTA DE NEGOCIAÇÃO AOS CREDORES

Para extinção das obrigações, alguns parâmetros devem ser aplicados a todo passivo. A data base para início da implantação do Plano de Recuperação Judicial em tela são 30 (dias) subsequentes à homologação do plano, com aprovação definitiva pelo Juízo de Direito da Recuperação Judicial. Acompanha em anexo ao presente plano a listagem dos credores com seus respectivos planos de pagamento.

a) <u>CRÉDITOS TRABALHISTAS: R$ 75.473,00</u>

Devedor: SIDNEY PINTO DE MELLO - R$ 14.138,00

Para os credores **TRABALHISTAS** o devedor está propondo: pagamento Sem desconto (deságio); Sem carência após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Pagamento em até 12 meses após a homologação; Juros de 0,5% ao ano,

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: MARA VIOLIN DE MELLO

Para os credores **TRABALHISTAS** o devedor está propondo: pagamento Sem desconto (deságio); Sem carência após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Pagamento em até 12 meses após a homologação; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: EDSON PINTO DE MELO - R$ 14.138,00

Para os credores **TRABALHISTAS** o devedor está propondo: pagamento Sem desconto (deságio); Sem carência após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Pagamento em até 12 meses após a homologação; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Para os credores **TRABALHISTAS** o devedor está propondo: pagamento Sem desconto (deságio); Sem carência após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Pagamento em até 12 meses após a homologação; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - R$ 22.598,00

Para os credores **TRABALHISTAS** o devedor está propondo: pagamento Sem desconto (deságio); Sem carência após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Pagamento em até 12 meses após a homologação; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: MARCO ANTONIO DE MELLO - R$ 22.813,00

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Para os credores **TRABALHISTAS** o devedor está propondo: pagamento Sem desconto (deságio); Sem carência após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Pagamento em até 12 meses após a homologação; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.



Os créditos pagos dentro da classe trabalhista, com as condições aqui descritas limitam-se a quantia de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos vigentes na data do pagamento, sendo o valor excedente atribuído à Classe III de Credores Quirografários, devendo o saldo remanescente serem pagos nas condições previstas na Classe III, ou seja, o que exceder 150 (cento e cinquenta) salários mínimos serão enquadrados como crédito quirografário, devendo ser pago na forma e condição da Classe III – Credores Quirografários, cuja forma de pagamento será detalhada no tópico abaixo delineado.

b) <u>CRÉDITOS GARANTIA REAL R$ R$ 35.595.345,40</u>

Devedor: SIDNEY PINTO DE MELLO - R$ 3.057.295,85

Para os credores **GARANTIA REAL** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Devedor: MARA VIOLIN DE MELLO - R$ 3.000.000,00

Para os credores **GARANTIA REAL** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: EDSON PINTO DE MELO - R$ 23.651.371,55

Para os credores **GARANTIA REAL** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: VERA LUCIA GALLO DE MELLO - R$ 3.000.000,00

Para os credores **GARANTIA REAL** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - R$ 1.048.724,00

Para os credores **GARANTIA REAL** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: MARCO ANTONIO DE MELLO - R$ 925.354,00

Para os credores **GARANTIA REAL** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.



c) <u>CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS: R$ 14.721.108,03</u>

Devedor: SIDNEY PINTO DE MELLO - R$ 3.668.419,16

Para os credores **QUIROGRAFÁRIOS** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: MARA VIOLIN DE MELLO

Para os credores **QUIROGRAFÁRIOS** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: EDSON PINTO DE MELO - R$ 8.443.688,87

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Para os credores **QUIROGRAFÁRIOS** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Para os credores **QUIROGRAFÁRIOS** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO - R$ 109.000,00

Para os credores **QUIROGRAFÁRIOS** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: MARCO ANTONIO DE MELLO - R$ 2.500.000,00

Para os credores **QUIROGRAFÁRIOS** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 80%; Carência de 36 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 10 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25



d) <u>CRÉDITOS ME E EPP: R$ 4.600,00</u>

Devedor: SIDNEY PINTO DE MELLO - R$ R$ 2.600,00

Para os credores **ME E EPP** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 50%; Carência de 24 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 8 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: MARA VIOLIN DE MELLO

Para os credores **ME E EPP** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 50%; Carência de 24 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 8 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: EDSON PINTO DE MELO - R$ 2.000,00

Para os credores **ME E EPP** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 50%; Carência de 24 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 8 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Devedor: VERA LUCIA GALLO DE MELLO

Para os credores **ME E EPP** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 50%; Carência de 24 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 8 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO

Para os credores **ME E EPP** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 50%; Carência de 24 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 8 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.

Devedor: MARCO ANTONIO DE MELLO

Para os credores **ME E EPP** o devedor está propondo: Desconto (deságio) de 50%; Carência de 24 meses após a data da publicação da decisão de homologação do plano de recuperação judicial; Parcelamento em 8 anos, com prestações anuais e início após o prazo da carência; Juros de 0,5% ao ano, correção anual pela INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, considerando-se como passivo o montante encontrado pelo Administrador Judicial, ou ainda a ser definido em eventual impugnação.



Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

2.4 DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE ECONÔMICA

Demonstração de Viabilidade Econômica através do Fluxo de Caixa Projetado é uma estimativa de datas e quantidade de dinheiro que você espera que passe pela sua empresa, incluindo todas as receitas e despesas. Neste contexto, o fluxo auxilia na projeção de pagamento dos credores e demonstra a capacidade da empresa de se recuperar e cumprir as exigências para o plano de recuperação judicial.

Pois bem, as projeções de pagamento foram elaboradas pelos **DEVEDORES** tendo como base a lista de credores constante no Plano de Recuperação Judicial. Já as projeções de faturamento e despesa levaram em consideração as perspectivas de mercado que a entidade visa alcançar:

- Para Receita de Soja da Safra 2023/2024 foram estimados a seguinte expectativa de colheita:
  - Áreas localizadas em Santa Cruz do Xingu - MT: 3.000 ha / 60sc ha = 180.000 sacas: valor convertido utilizando média MT atual (R$ 118,49) = R$ 21.328.200,00 (fonte site www.imea.com.br consultado em 24.08.23);
  - Áreas localizadas em Campinápolis-MT: 1750 ha / 58sc = 101.500 valor convertido utilizando média MT atual (R$ 118,49) = R$ 12.026.735,00 (fonte site www.imea.com.br consultado em 24.08.23);
  - Áreas localizadas em Maringá-PR: 310ha / 60 sc = 18.600 convertido utilizando média PR atual (R$ 149,09) = R$ 2.273.074,00 (fonte site www.noticiasagricolas.com.br consultado em 24.08.23);
- Para Receita de Milho da Safra 2024 foram estimados a seguinte expectativa de colheita:
  - Áreas localizadas em Santa Cruz do Xingu-MT: 1.500 ha / 80sc ha = 120.000 scas valor convertido utilizando média MT atual (R$ 34,40) = R$ 4.128.000,00 (fonte site www.imea.com.br consultado em 24.08.23);
  - Áreas localizadas em Campinápolis-MT: 500 ha / 20sc = 10.000 (gergilin) - convertido 300,00 a saca média MT em 24.08.2023 = R$ 3.000.000,00;
  - Áreas localizadas em Campinápolis-MT: 200 ha / 40scaa = 8.000 (sorgo) convertido 25,00 a saca média MT em 24.08.2023 = R$ 200.000,00;
  - Áreas localizadas em Maringá-PR: 310ha / 90 sc = 27.900 convertido utilizando média PR atual (R$ 45,00) = R$ 1.255.500,00(fonte site www.noticiasagricolas.com.br consultado em 24.08.23);
- Para o Custeio de Soja da Safra 2023/2024 foram estimados a seguinte expectativa de gastos:
  - Áreas localizadas em Santa Cruz do Xingu - MT: 3.000 ha / 45sc ha = 135.000 sacas;
  - Áreas localizadas em Campinápolis-MT -: 1750 ha / 43sc = 75.250 sacas;
  - Áreas localizadas em Maringá-PR: 310ha / 45 sc = 13.950 sacas;
- Para o Custeio de Milho da Safra 2024 foram estimados a seguinte expectativa de gastos:
  - Áreas localizadas em Santa Cruz do Xingu- 1.500 ha / 50sc ha = 75.000 scas;

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

- Áreas localizadas em Campinápolis-MT: 500 ha / 10sc = 5.000 sacas (gergilin);
- Áreas localizadas em Campinápolis-MT: 200 ha / 30sc = 6.000 sacas (sorgo);
- Áreas localizadas em Maringá-PR - : 310ha / 60 sc = 18.600 sacas;

*Todas as informações de expectativa de colheitas e custeio foram fornecidas pelo Grupo Mello.

O caixa foi projetado em 13 anos com a data base de 2023. Frisa-se que não houve distribuição de lucros. Segue abaixo as estimas das projeções de caixa para os próximos 13 anos:

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

ERNANI PLUMER
CRC/MT 016496/O-7

Fluxo de Caixa Consolidado Projetado

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL - PROJEÇÃO PARA O PERÍODO DE 2023 A 2035														
PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL														
ELABORADO EM ATENDIMENTO À LEI N. 11.101 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2005 - ARTIGO 51, ITEM II D														
HISTÓRICO	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	**2034**	**2035**	**TOTAL**
SALDO INICIAL DE CAIXA	**0**	**-221.058**	**-296.531**	**1.578.628**	**513.348**	**1.546.530**	**683.096**	**1.928.216**	**287.317**	**1.766.098**	**370.544**	**2.107.231**	**982.462**	**0**
RECEITA NÃO OPERACIONAL - ATIVOS RECBÍVEIS - CRÉDITOS A RECEBER	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
ENTRADAS OPERACIONAIS	**44.211.509**	**44.653.624**	**46.886.305**	**49.230.621**	**51.692.152**	**54.276.759**	**56.990.597**	**59.840.127**	**62.832.133**	**65.973.740**	**69.272.427**	**72.736.048**	**76.372.851**	**754.968.893**
TOTAL DE RECEITAS	44.211.509	44.653.624	46.886.305	49.230.621	51.692.152	54.276.759	56.990.597	59.840.127	62.832.133	65.973.740	69.272.427	72.736.048	76.372.851	754.968.893
SAÍDAS OPERACIONAIS	**-44.432.567**	**-44.653.624**	**-45.010.853**	**-47.261.396**	**-49.624.466**	**-52.105.689**	**-54.710.973**	**-57.446.522**	**-60.318.848**	**-63.334.790**	**-66.501.530**	**-69.826.606**	**-73.317.937**	**-728.545.800**
IMPOSTOS SOBRE VENDAS	-6.852.784	-6.698.044	-7.032.946	-7.384.593	-7.753.823	-8.141.514	-8.548.590	-8.976.019	-9.424.820	-9.896.061	-10.390.864	-10.910.407	-11.455.928	-113.466.392
DESPESAS - CUSTEIOS	-33.158.632	-33.490.218	-33.758.140	-35.446.047	-37.218.349	-39.079.267	-41.033.230	-43.084.891	-45.239.136	-47.501.093	-49.876.147	-52.369.955	-54.988.453	-546.243.557
DESPESAS OPERACIONAIS	-4.421.151	-4.465.362	-4.219.767	-4.430.756	-4.652.294	-4.884.908	-5.129.154	-5.385.611	-5.654.892	-5.937.637	-6.234.518	-6.546.244	-6.873.557	-68.835.852
GERAÇÃO DE CAIXA DA OPERAÇÃO	**-221.058**	**0**	**1.875.452**	**1.969.225**	**2.067.686**	**2.171.070**	**2.279.624**	**2.393.605**	**2.513.285**	**2.638.950**	**2.770.897**	**2.909.442**	**3.054.914**	**26.423.093**
INVESTIMENTO EM IMOBILIZADO				**-2.000.000**		**-2.000.000**		**-3.000.000**		**-3.000.000**		**-3.000.000**		**-13.000.000**
GERAÇÃO DE CAIXA	**-221.058**	**0**	**1.875.452**	**-30.775**	**2.067.686**	**171.070**	**2.279.624**	**-606.395**	**2.513.285**	**-361.050**	**2.770.897**	**-90.558**	**3.054.914**	**13.423.093**
PAGTOS DA LISTA DE CREDORES		**-75.473**	**-294**	**-1.034.504**	**-1.034.504**	**-1.034.504**	**-1.034.504**	**-1.034.504**	**-1.034.504**	**-1.034.504**	**-1.034.210**	**-1.034.210**	**-1.034.210**	**-10.419.927**
TRABALHISTA		-75.473												-75.473
GARANTIA REAL				-731.631	-731.631	-731.631	-731.631	-731.631	-731.631	-731.631	-731.631	-731.631	-731.631	-7.316.308
QUIROGRAFARIO				-302.579	-302.579	-302.579	-302.579	-302.579	-302.579	-302.579	-302.579	-302.579	-302.579	-3.025.793
ME E EPP			-294	-294	-294	-294	-294	-294	-294	-294				-2.352
VARIAÇÃO RECEBTOS X PAGTOS	**-221.058**	**-75.473**	**1.875.158**	**-1.065.279**	**1.033.182**	**-863.434**	**1.245.120**	**-1.640.899**	**1.478.781**	**-1.395.555**	**1.736.687**	**-1.124.768**	**2.020.704**	**3.003.166**
SALDO FINAL DO CAIXA	**-221.058**	**-296.531**	**1.578.628**	**513.348**	**1.546.530**	**683.096**	**1.928.216**	**287.317**	**1.766.098**	**370.544**	**2.107.231**	**982.462**	**3.003.166**	**2.782.109**

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

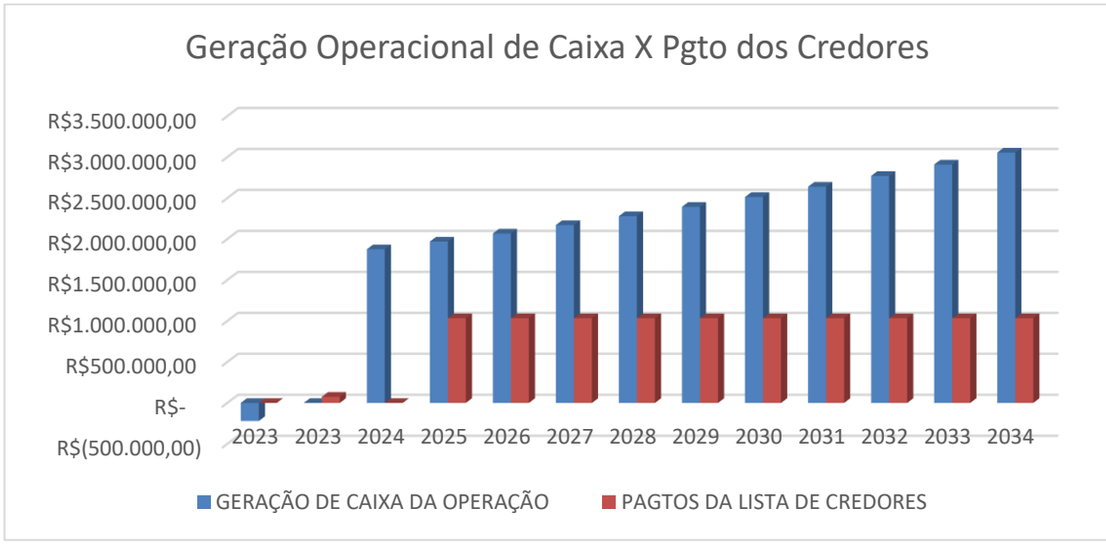
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

Entradas e Saídas Operacionais



Comparativo entre as Entradas e Saídas Operacionais: Demonstram liquidez a capacidade de pagamento.

Demonstração Livre de Geração de Caixa



Comparativo entre as Geração Operacional de Caixa e Pagamento dos Credores: Demonstram margem positiva e capacidade de pagamento.

Após as projeções financeiras, observamos que os resultados obtidos apontam margem suficiente para quitação das dívidas junto aos credores. Além disso, garantem a saúde financeira da empresa como um todo.

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

3. PARECER CONTÁBIL

Após a realização da análise do **PASSADO**, através do laudo econômico-financeiro, foi possível constatar que os **DEVEDORES** possuem um cenário de grave crise econômico-financeira. A empresa possui um passivo de mais de R$ 50,3 milhões de reais, comprometendo 100% do seu giro de caixa.

A análise dos **ATIVOS** dos recuperandos, através do laudo de avaliação do ativo imobilizado demonstram um patrimônio superior à de R$ 62,7 milhões de reais.

Por fim, a análise da **VIABILIDADE ECONÔMICA** levou em consideração o endividamento, as medidas de reestruturação adotadas pela empresa, a proposta de pagamentos realizada aos credores, a relação total do patrimônio e também as perspectivas de receita x despesas na projeção de caixa para os próximos 13 anos.

Entendemos, que o Plano proposto atende aos princípios da Lei de Recuperação Judicial, garantindo os meios necessários para a sua recuperação econômico-financeira e pagamento de credores.

Portanto, com as projeções para os próximos anos, combinados ao conjunto de medidas propostas no Plano de Recuperação Judicial, fica demonstrada a efetiva possibilidade da continuidade dos negócios com a manutenção de seu faturamento e empregos.

Nosso laudo de viabilidade econômica conclui que esse plano de recuperação é viável e garante a manutenção do negócio.

Rondonópolis-MT, 25 de outubro de 2023

_____

ERNANI PLUMER SANTOS PINTO
CONTADOR
CRC/MT 016496/O-7

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592567700000128815035
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592567700000128815035
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:25

ERNANI PLUMER
CRC/MT 016496/O-7

LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DEVEDORES

MELLO

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592591500000128815036
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592591500000128815036
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

AVALIADOR RESPONSÁVEL

Ernani Plumer Santos Pinto

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso- Campus Rondonópolis

MBA em Finanças e Controladoria pela UFMT

Contador/Analista Financeiro Certificado pelo Conselho Regional de Contabilidade – Mato Grosso – Sob Registro de nº 016496/O-7

Auditor Independente Certificado pelo Conselho Federal de Contabilidade e Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI – Sob Registro de nº 4492

ernani@plumercontabilidade.com.br

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592591500000128815036
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592591500000128815036
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 4

2. HISTÓRICO DA EMPRESA.....5

3. ANÁLISE DO PASSADO 7

3.1. INDICADORES DE LIQUIDEZ 8

3.2. INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO.....10

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592591500000128815036
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592591500000128815036
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado para o grupo familiar de produtores rurais: O Sr. **SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; A Sra. **MARA VIOLIN DE MELLO**, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; O Sr. **EDSON PINTO DE MELO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; A Sra. **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; O Sr. **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; e O Sr. **MARCO ANTONIO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592591500000128815036
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592591500000128815036
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; cujo grupo empresarial em recuperação judicial – também chamado neste, como **DEVEDORES** - tem por finalidade o cumprimento do dispositivo no art. 53 da Lei 11.101/2005 (a "Lei de Falências"), de acordo com os requisitos contidos no referido dispositivo.

O objetivo das análises realizadas nesse Laudo é detalhar e embasar as premissas e resultados apresentados no Plano de Recuperação Judicial.

ANÁLISES REALIZADAS:

1) **ANÁLISE DO PASSADO** => Realizada através dos documentos contábeis entregues pelos recuperandos que visam demonstrar o cenário de crise.

Esclarecemos, que os documentos recebidos para a realização desse trabalho não foram auditados, portanto, sua veracidade é presumida.

ESTE LAUDO CONTÁBIL FOI ELABORADO EXCLUSIVAMENTE PARA SER ENCAMINHADO AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONFORME ESTABELECIDO NA LEI Nº 11.101/05, ART. 53, NÃO PODENDO SER UTLIZADO PARA OUTRO FIM.

2. HISTÓRICO DA EMPRESA

Os **DEVEDORES** de origem do estado do Paraná, onde desde 1975 os irmãos Sidney e Edson já exerciam a atividade agrícola com o plantio de soja e milho na região de Maringá/PR.

Desde sempre o grupo familiar maneja o plantio dos grãos conjuntamente, inicialmente, como dito no estado do Paraná e, com o passar dos anos, alçando voos maiores, através de arrendamento, em 2014 iniciaram o cultivo também no Estado do Mato Grosso, na cidade de Campinápolis, cerca de 640 hectares.

Quando chegaram naquela região identificaram a necessidade de preparar a terra e corrigir o solo, com isso, obtendo êxito, conseguiram em 2015 aumentar sua área de cultivo para cerca de 1.000 hectares.

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592591500000128815036
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592591500000128815036
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

Felizmente, foi uma época em que o clima era propício e permitiu que o Grupo Familiar fosse crescendo de maneira organizada, aproveitando para reinvestir os resultados na abertura/arrendamento de novas áreas.

Com o decorrer dos anos, o Grupo Familiar analisou aquele solo em que atuavam e concluirão que na safrinha a região pecava numa produtividade satisfatória, sendo necessária a busca de uma área com mais índice pluviométrico.

Foi então que em 2020 encontraram uma área de cultivo para arrendamento na região de Santa Cruz do Xingu/MT, próximo a Vila Rica/MT, cuja área de 2.200 hectares necessitou de alto investimento, vez que em sua maioria estava abarrotada de vegetação prejudiciais a semeadura, que necessitavam de remoção para início dos trabalhos.

Em 2022 com o fim do contrato de alguns arrendamentos (parte) em Campinápolis/MT, os proprietários pleitearam a área de volta, não renovando tais instrumentos e, na área ainda atuante, os Requerentes sofreram com as chuvas, perdendo a qualidade do grão produzido, onde a soma desses fatores levaram os requeres a atual crise que se enfrenta.

O fator clima ainda afetou os Requerentes em 2023, tendo em vista as chuvas que se deram na região do Xingu, o que ocasionou a perda ao equivalente a 550 hectares de soja. Nesse ínterim, foi arrendado ainda outra área em Vila Rica de 760 hectares de pastagem, conseguindo abrir ainda mais 350 hectares.

Contudo, com o plantio tardio devido ao clima, sofreram ainda nesta área com o ataque da mosca branca e muitas chuvas na fase de colheita, o que ocasionou resultados deficitários para o grupo. Devido a seca, tanto em Campinápolis, quanto em Santa Cruz do Xingu, a produção da safrinha não se deu como planejada. Ocorreu naquele ano a escassez de semicondutores e outros insumos (peças, chips) para fabricação de veículos novos, fato jamais enfrentado pelo segmento.

Por duas principais e inesperadas razões: a) a quebra da produtividade esperada, ocorrida por força de condições climáticas; b) a queda abrupta dos valores vinculados aos grãos que representa até o momento a cerca de 43% ante ao mesmo período do ano passado.

Tais circunstâncias somadas, levaram o Grupo Mello a acumular o passivo ora exposto, sem que o fluxo de caixa permita o adimplemento das obrigações na forma originalmente contratada.

Com tudo isso descrito acima, os DEVEDORES não conseguiram honrar com os empréstimos e financiamentos que subsidiavam o fluxo de caixa e os compromissos com boa

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592591500000128815036
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592591500000128815036
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

parte de seus fornecedores. Possuindo um passivo de R$ 50.396.526,43, buscaram a via judicial com o pedido de recuperação judicial na tentativa de reestruturação de seu negócio.

3. ANÁLISE DO PASSADO

O objetivo desta análise é diagnosticar a real situação econômico-financeira dos anos passados 2020, 2021 e 2022 dos **DEVEDORES** evidenciados através de seus documentos contábeis.

As análises foram realizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Abaixo as demonstrações dos últimos 3 anos: balanço patrimonial e DRE:

Balanços Patrimoniais- DEVEDORES MELLO			
Contas/Ano	2020	2021	2022
ATIVO	**7.421.989**	**12.011.848**	**18.198.606**
Ativo Circulante	***3.941.618***	***4.573.534***	***9.094.995***
Disponível	555.003	569.382	3.466.276
Clientes		6.511	6.511
Outros Créditos	72.979	494.259	527.459
Estoques	3.313.637	3.503.383	5.094.750
Ativo Não Circulante	***3.480.371***	***7.438.314***	***9.103.611***
Imobilizado	3.480.371	7.438.314	9.103.611

PASSIVO	**7.421.989**	**12.011.848**	**18.198.606**
Passivo Circulante	***7.924.713***	***13.187.658***	***15.958.036***
Fornecedores	5.294.003	7.573.679	872.950
Obrigações Trabalhistas e Previd.		4.998	5.771
Outras Obrigações	2.630.711	5.608.981	15.079.314
Passivo Não Circulante			
Patrimônio Líquido	***-502.724***	***-1.175.810***	***2.240.571***
Capital Social			
Reservas de Lucros	-502.724	-1.175.810	2.240.571

Demonstrações de Resultados dos Exercícios - DEVEDORES MELLO

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592591500000128815036
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592591500000128815036
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

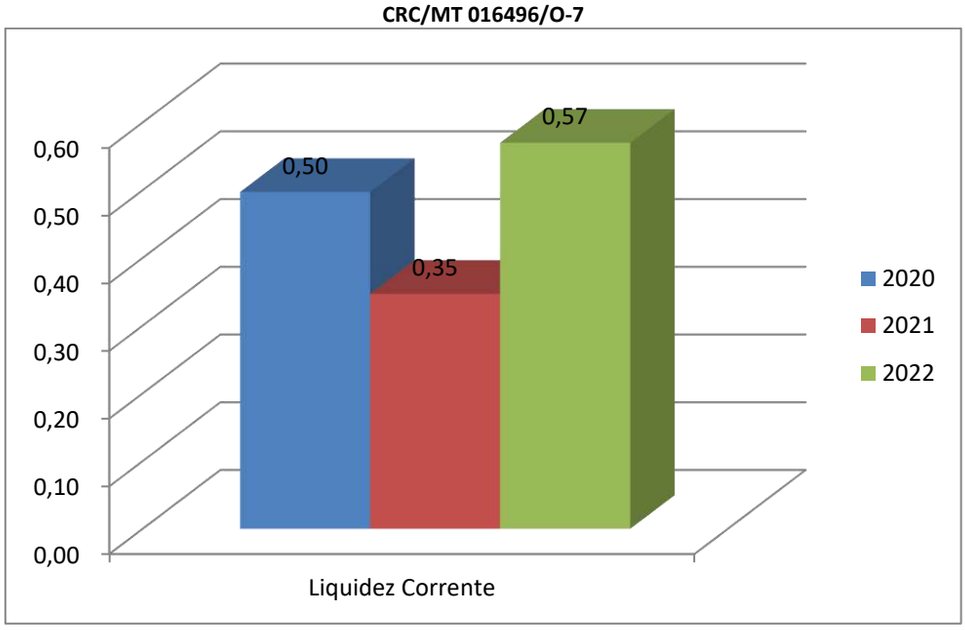
Contas/Ano	2020	2021	2022
Receita Bruta com Vendas	**7.542.865**	**13.701.808**	**22.772.425**
Produtos	**7.542.865**	**13.701.808**	**22.772.425**
Deduções da Receita	-17.961	-42.156	-719.790
Receita Líquida	**7.524.903**	**13.659.652**	**22.052.635**
Custos Diretos	**-10.710.336**	**-16.499.276**	**-18.339.656**
Produtos	-10.710.336	-16.499.276	-18.339.656
Resultado Operacional Bruto	**-3.185.432**	**-2.839.624**	**3.712.979**
Despesas Operacionais	**-2.028.964**	**-3.621.107**	**-4.541.462**
Despesas com Vendas	-1.781.499	-3.434.956	-4.280.346
Despesas Administrativas	-310.248	-186.150	-261.116
Outras Receitas	62.784		
Resultado Operacional Líquido	**-5.214.396**	**-6.460.731**	**-828.483**
Resultado não Operacional			
Resultado Antes do IR e CSLL	**-5.214.396**	**-6.460.731**	**-828.483**
IR e CSLL			
Resultado Líquido	**-5.214.396**	**-6.460.731**	**-828.483**

3.1. INDICADORES DE LIQUIDEZ

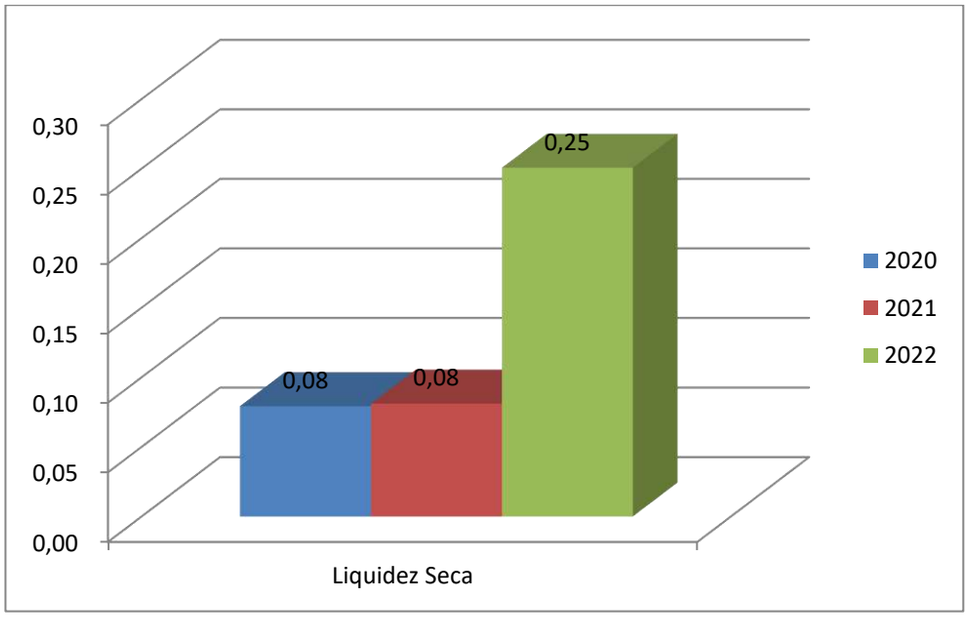
Os indicadores atuais de **liquidez corrente** demonstram falta de condições para liquidação das obrigações a curto prazo. Os **DEVEDORES** possuíam para cada 1,00 (um real) de dívida em média, em 2020: 0,50 (cinquenta centavos), em 2021: 0,35 (trinta e cinco centavos), em 2022: 0,57 (cinquenta e sete centavos) para pagar.

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592591500000128815036
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592591500000128815036
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26



Os índices de **liquidez seca** descrevem que os **DEVEDORES** possuíam para cada 1,00 (um real) de dívida em média, em 2020: 0,08 (oito centavos), em 2021: 0,08 (oito centavos), em 2022: 0,25 (vinte e cinco centavos) para pagar.



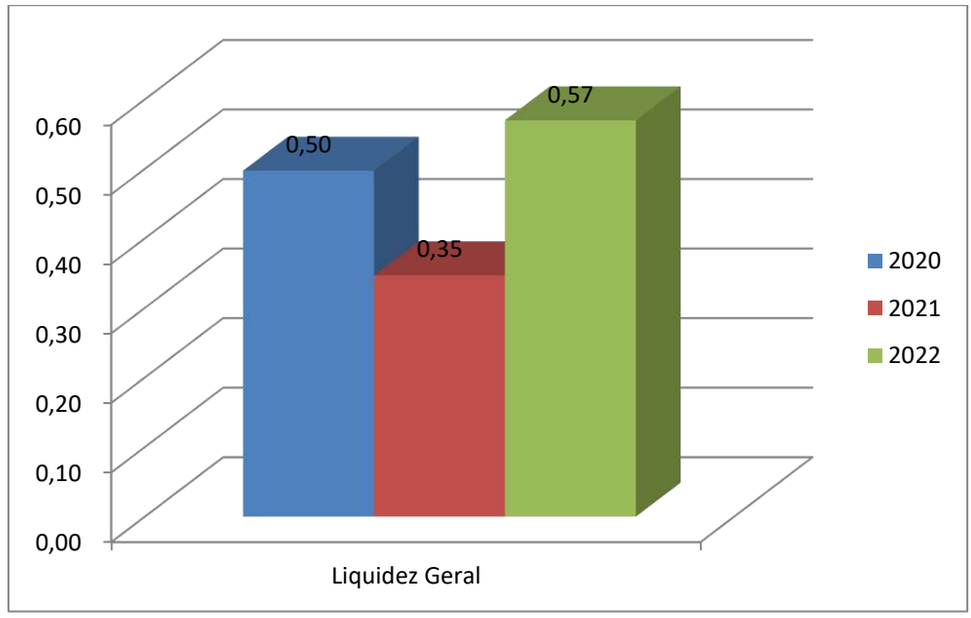
Ou seja, a empresa não possui nenhum valor para pagamento de suas dívidas.

O índice de **liquidez geral** busca dar uma visão da solvência de uma empresa no longo prazo. Por esse motivo, além dos itens considerados na liquidez corrente e na liquidez seca, o

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592591500000128815036
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592591500000128815036
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

índice de liquidez geral adiciona os direitos e as obrigações da empresa para um prazo mais alargado, ou seja, seu Realizável a Longo Prazo e seu Exigível a Longo Prazo.



Portanto, podemos observar que o índice de liquidez geral novamente se repete aos índices anteriores que estão baixos. E isso quer dizer que a empresa não possui margem suficiente para quitação de suas dívidas a longo prazo.

3.2. INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

O índice de endividamento geral ajuda a informar se uma empresa está utilizando mais recursos de terceiros ou próprios, mostrando assim a sua capacidade de arcar com juros, mobilizar ativos, entre outros.

Os indicadores de endividamento dos **DEVEDORES** demonstram alto índice de endividamento e dependência de capital de terceiros.

Além disso, ela não possui disponibilidades em caixa ou aplicações financeiras suficientes para honrar o pagamento de suas dívidas a curto prazo.

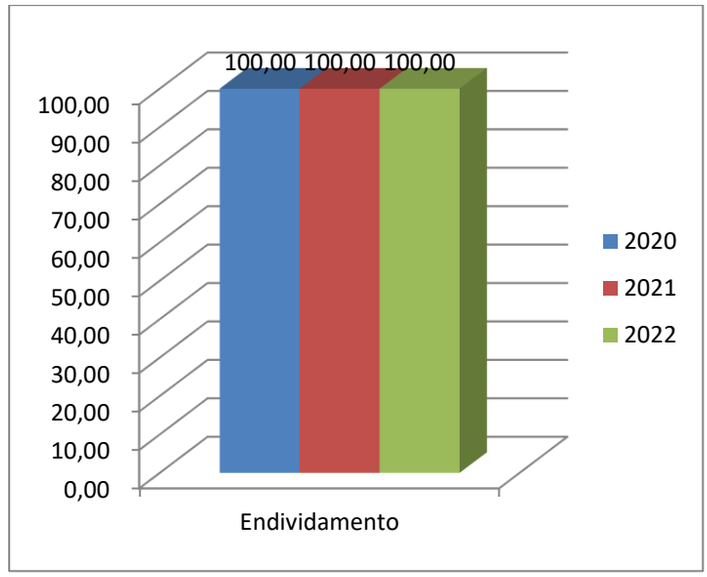
A concentração de seu endividamento comparado com suas obrigações totais estão 100% distribuídas entre curto e longo prazo, conforme demonstrado abaixo.

Contas/Ano	2020	2021	2022
Composição do Endividamento	100%	100%	100%
Passivo Circulante	7.924.713	13.187.658	15.958.036

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592591500000128815036
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592591500000128815036
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

Passivo Não Circulante			
Passivo Total (Capital de Terceiros)	**7.924.713**	**13.187.658**	**15.958.036**



Após as análises contábeis/financeiras do passado e atual, conclui-se que os **DEVEDORES** possuem grande índice de endividamento, justificando, a busca por meio do processo de recuperação judicial para a sua manutenção no mercado como fonte produtiva.

Rondonópolis-MT, 25 de outubro de 2023

_____

ERNANI PLUMER SANTOS PINTO
CONTADOR
CRC/MT 016496/O-7

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592591500000128815036
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592591500000128815036
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

ERNANI PLUMER
CRC/MT 016496/O-7

LAUDO DE AVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

DEVEDORES

MELLO

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

AVALIADOR RESPONSÁVEL

Ernani Plumer Santos Pinto

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso- Campus Rondonópolis

MBA em Finanças e Controladoria pela UFMT

Contador/Analista Financeiro Certificado pelo Conselho Regional de Contabilidade – Mato Grosso – Sob Registro de nº 016496/O-7

Auditor Independente Certificado pelo Conselho Federal de Contabilidade e Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI – Sob Registro de nº 4492

ernani@plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 4

2. LAUDO DE AVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO 5

2.1. BENS OBJETOS DE AVALIAÇÃO AO SEU VALOR JUSTO DE MERCADO 6

2.2. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO 6

2.3. PROCEDIMENTOS ADOTADOS NAS AVALIAÇÕES DO IMOBILIZADO 7

2.4. VISTORIA FÍSICA DOS BENS 7

2.5. PESQUISA DE MERCADO 8

2.6. VALOR JUSTO DE MERCADO 8

2.7. TAXA DE DESCONTO 8

2.8. VALOR DE LIQUIDAÇÃO 8

2.9. VALOR DE LIQUIDAÇÃO FORÇADA 9

2.10. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 10

2.11. SIGLAS ADOTADAS 10

3. PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE BENS E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO) 10

4. PARECER CONTÁBIL 30

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado para o grupo familiar de produtores rurais: O Sr. **SIDNEY PINTO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 3747819-9 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.919-53, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; A Sra. **MARA VIOLIN DE MELLO**, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 4.566.749-9, inscrito CPF/MF 037.810.239-74, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; O Sr. **EDSON PINTO DE MELO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 4336798-6 SESP/PR, inscrito CPF/MF 669.115.089-91, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; A Sra. **VERA LUCIA GALLO DE MELLO**, brasileira, casada, produtora rural, portadora do RG sob o nº 3.896.948-0, inscrito CPF/MF 614.594.029-87, devidamente inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23, residente e domiciliada na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; O Sr. **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 12615400-3 SESP-PR, inscrito CPF/MF 089.692.479-39, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91, residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; e O Sr. **MARCO ANTONIO DE MELLO**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG sob o nº 9428103-2 – SESP-PR, inscrito CPF/MF 064.020.619-05, devidamente inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, com inscrição no CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24, ambos residentes e domiciliados na Fazenda São Francisco, estrada de Campinápolis a Novo São Joaquim, 30km da sede, zona rural, Campinápolis/MT, CEP 78630-000; cujo grupo empresarial em recuperação judicial – também chamado neste, como

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

DEVEDORES – tem por finalidade o cumprimento do dispositivo no art. 53 da Lei 11.101/2005 (a "Lei de Falências"), de acordo com os requisitos contidos no referido dispositivo.

O presente Laudo de Avaliação do Ativo Imobilizado tem por objetivo explicar e validar os bens imobilizados mencionados no Plano de Recuperação Judicial dos **DEVEDORES**, a ser apresentado ao Juízo da Recuperação.

Este laudo é considerado pelo Responsável Técnico de acordo com as análises realizadas como documento integro, ressaltando-se que não deve ser utilizado para outra finalidade que não seja o encaminhamento ao Juízo da Recuperação Judicial, seu objetivo explicar e validar os valores dos bens imobilizados mencionados no Plano de Recuperação Judicial.

Esclarecemos, que os documentos recebidos para a realização desse trabalho não foram auditados, portanto, sua veracidade é presumida.

ESTE LAUDO DE AVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO FOI ELABORADO EXCLUSIVAMENTE PARA SER ENCAMINHADO AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONFORME ESTABELECIDO NA LEI Nº 11.101/05, ART. 53, NÃO PODENDO SER UTLIZADO PARA OUTRO FIM.

2. LAUDO DE AVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

Objetivando facilitar a compreensão do presente trabalho, esclarecemos a seguir alguns conceitos e definições pertinentes à técnica de avaliar.

Nosso trabalho consistiu no levantamento específico do Imobilizado do GRUPO SCHMITT.

As informações foram fornecidas pelos **DEVEDORES** e utilizadas as informações constantes na de declaração de IRPF que, por premissa, são consideradas boas e válidas, não tendo sido efetuadas análises de auditorias para a validação destas informações.

Os critérios aqui utilizados basearam-se na necessidade e no segmento das atividades dos **DEVEDORES**, utilizando-se o "Valor de Liquidação Forçada" adotado para a avaliação dos bens. Tendo por finalidade ajustar as existências físicas com o registro contábil do grupo referido.

Reafirmamos que a avaliação foi realizada em consonância com as determinações do artigo 183 da lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e demais alterações introduzidas pelas Leis: 8.021/1990; 9.457/2001; 10.194/2001; 10.303/2001; 11.638/2007; 11.941/2009; 12.341/2011; 12.810/2013; 13.129/2015; 13.818/2019; 13.874/2019; 14.030/2020; 14.195/2021; bem como o que estabelece a legislação fiscal em vigor.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

2.1. BENS OBJETOS DE AVALIAÇÃO AO SEU VALOR JUSTO DE MERCADO

Os bens objetos da avaliação que ora se procede, compreende todos os bens do Ativo Imobilizado, composto de:

- Imóveis
- Implementos
- Máquinas
- Veículos

Conforme relação de Bens Móveis e Imóveis avaliados e relacionados na PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE BENS E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO), do presente Laudo, cujo valor de liquidação forçada, nesta data, soma a importância de R$ 62.777.105,36 (Sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e sete mil, e cento e cinco reais, e trinta e seis centavos), composto da seguinte forma:

VALOR LIQUIDAÇÃO FORÇADA										
DEVEDOR/DESCRIÇÃO	IMÓVEIS		IMPLEMENTOS		MÁQUINAS		VEÍCULOS		TOTAL	
EDSON PINTO DE MELO	R$	15.109.626,22	R$	1.588.733,82	R$	14.659.717,57	R$	2.155.941,13	R$	33.514.018,74
MARA VIOLIN DE MELLO	R$	-	R$	453.451,51	R$	4.129.287,34	R$	325.073,22	R$	4.907.812,07
MARCO ANTONIO DE MELLO	R$	420.000,00	R$	904.693,41	R$	3.004.836,46	R$	457.796,48	R$	4.787.326,35
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	R$	-	R$	782.236,98	R$	2.524.907,85	R$	322.810,81	R$	3.629.955,64
SIDNEY PINTO DE MELLO	R$	7.051.880,00	R$	520.178,51	R$	4.481.905,20	R$	229.216,07	R$	12.283.179,78
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	R$	-	R$	469.237,22	R$	3.022.645,20	R$	162.930,36	R$	3.654.812,78
TOTAL	**R$**	**22.581.506,22**	**R$**	**4.718.531,45**	**R$**	**31.823.299,62**	**R$**	**3.653.768,07**	**R$**	**62.777.105,36**

2.2. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Os critérios aqui utilizados basearam-se na necessidade e no segmento das atividades dos **DEVEDORES**, utilizando-se o "Valor de Liquidação Forçada" para atender ao processo de recuperação judicial, e determinação do valor dos bens do Ativo Imobilizado aqui descritos:

- Entende-se por *"Valor de Liquidação Forçada"* quantia auferível pelo bem na hipótese de uma venda compulsória ou em prazo menor que o médio de absorção pelo mercado;
- Entende-se por *"Valor de Liquidação"* é o valor de um ativo para venda num prazo menor do que o prazo médio de absorção pelo mercado;
- Entende-se por *"Valor Residual"* é o termo usado para definir o valor de um ativo que sofre depreciação, ao final de sua vida útil;
- Entende-se por *"Valor Justo de Mercado"* como a quantia em dinheiro que se pode obter por um bem, que colocado à venda, num mercado livre e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

competitivo, num período razoável de tempo, pressupondo-se que o comprador e vendedor conheçam suas características e possibilidades de aproveitamento e estejam isentos da influência de quaisquer fatores coercitivos.

- As avaliações dos imóveis e edificações dos **DEVEDORES** foram feitas a partir das avaliações de corretores credenciados ao CRECI – Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - e o valor considerado foi o referendado nas avaliações:

DEVEDOR/DESCRIÇÃO	IMÓVEIS	
EDSON PINTO DE MELO	R$	15.109.626,22
MARA VIOLIN DE MELLO	R$	-
MARCO ANTONIO DE MELLO	R$	420.000,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	R$	-
SIDNEY PINTO DE MELLO	R$	7.051.880,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	R$	-
TOTAL	**R$**	**22.581.506,22**

conforme avaliações que acompanham este laudo.

Como subsídio para o desenvolvimento do presente trabalho foi fornecido pelo Departamento de Contabilidade dos **DEVEDORES**, listagem dos equipamentos, consultas aos nossos arquivos e as diversas fontes cadastrais e cotações de preços de equipamentos.

Deixamos claro e estabelecido, que todas as informações recebidas durante nossas pesquisas realizadas, serão consideradas como absolutamente confidenciais, e somente utilizadas na elaboração do presente Relatório.

2.3. PROCEDIMENTOS ADOTADOS NAS AVALIAÇÕES DO IMOBILIZADO

Os trabalhos estão legalmente e tecnicamente, pautados na Lei das Sociedades por Ações (lei nº 6.404/76, e suas alterações), no Pronunciamento Técnico CPC 27 de 2009 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que dispõe sobre ativo imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583/2009 e resolução 2017/NBCTG27(R4) do Conselho Federal de Contabilidade, na norma técnica NBR 14653 (parte 1, 2, 4 e 5), da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e nos princípios contábeis aceitos no Brasil.

2.4. VISTORIA FÍSICA DOS BENS

Para o processo não foi realizado a Vistoria Física dos Bens, ficando definido para os **DEVEDORES**, que para a avaliação dos bens descritos neste Relatório, todas as informações e

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

características seriam utilizadas da base contábil fornecida pelo Departamento de Contabilidade dos **DEVEDORES**.

A informação prestada em relação aos dados cadastrais dos bens é de inteira responsabilidade dos **DEVEDORES**.

2.5. PESQUISA DE MERCADO

As pesquisas consideram as principais características do ativo e suas formas de comercialização. Utilizou-se a referência de preços médios no mercado nacional.

Para obtenção dos valores pretendidos, foram adotados os seguintes procedimentos, abordados nos tópicos abaixo.

2.6. VALOR JUSTO DE MERCADO

O Valor Justo de Mercado dos bens, foi estabelecido e determinado considerando o uso contínuo, presumindo-se que o mesmo continuará sendo usado no mesmo local para a mesma finalidade, como parte de uma empresa em pleno funcionamento.

O valor final exarado aos bens objeto deste trabalho, foi estabelecida em comparação aos bens disponíveis no mercado de usados, cujos preços são de conhecimento do mercado deste segmento.

2.7. TAXA DE DESCONTO

O desconto necessário para antecipar a venda dos bens do ativo imobilizado é equivalente a um investimento financeiro para um determinado prazo, desta forma a taxa de desconto deve ser suficientemente atraente.

Para determinar o "Valor de Liquidação Forçada", consiste em pesquisar o prazo médio de venda de ativos semelhantes no mercado e descapitalizar o Justo Valor, através de uma taxa de juros atraente ao investidor, para um prazo menor do que o pesquisado no mercado, possui um enfoque financeiro que define como um investimento atraente do ponto de vista de taxa de retorno e período do investimento.

2.8. VALOR DE LIQUIDAÇÃO

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

O prazo para venda com valor de liquidação foi fixado na metade do prazo médio de absorção pelo mercado. Nossas pesquisas definiram os seguintes valores para os bens do ativo imobilizado em estudo:

- Prazo médio de absorção pelo mercado (05 anos);
- Prazo para venda com valor de liquidação (50% do prazo de absorção);
- Taxa básica semelhante ao investimento financeiro (5 anos);
- Taxa de atratividade.

Para calcular o "Valor de Liquidação", adotamos o PMC - Prazo médio para Comercialização dos bens do ativo imobilizado, que foi reduzido em cinquenta por cento e consequentemente o Justo Valor deve ser reduzido por uma taxa atraente.

É calculado pela seguinte fórmula:

- Prazo médio de absorção - prazo desejado para venda:

  5 – 2,5 = 2,5

- Desconto: taxa básica (Selic) + taxa de atratividade

  12,75% + 2,25% = 15%

2.9. VALOR DE LIQUIDAÇÃO FORÇADA

O prazo médio de absorção pelo mercado para qualquer ativo é definido através de pesquisa de mercado. O prazo de venda num determinado momento é fixado como prazo “zero", ou seja, venda imediata. O desconto necessário para antecipar a venda do ativo é equivalente a um investimento financeiro, cujo comprador considere atraente. A taxa básica deste investimento é semelhante às taxas pagas para aplicações financeiras semelhantes em valor e prazo. A taxa de atratividade varia de acordo com o contexto do mercado.

Nossas pesquisas definiram os seguintes valores para o ativo em estudo:

- Prazo médio de absorção pelo mercado (05 anos);
- Prazo "zero" (100% do prazo de absorção);
- Taxa básica semelhante ao investimento financeiro;
- Taxa de atratividade.

É calculado pela seguinte fórmula:

- Prazo médio de absorção: 05;
- Desconto: taxa básica (Selic) + taxa de atratividade: 12,75% + 12,25%= 25%

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

2.10. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Lei das Sociedades por Ações (lei nº 6.404/76, e suas alterações);
- Pronunciamento Técnico CPC 27 de 2009 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- Deliberação CVM nº 583/2009;
- Resolução 2017/NBCTG27(R4) do Conselho Federal de Contabilidade;
- Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (aplicável às demais sociedades);
- Norma Técnica NBR 14653 (parte 1, 2, 4 e 5), da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

2.11. SIGLAS ADOTADAS

V. R. – Valor Residual (R$)

V.J. M. - Valor Justo de Mercado (R$)

V.L. – Valor de Liquidação

V.L.F. - Valor de Liquidação Forçada (R$)

3. PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE BENS E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO)

Para construção da Planilha de Levantamento de Bens e Processo de Avaliação do Ativo Não Circulante (Imobilizado), utilizou-se o “Valor de Liquidação Forçada” para determinação dos valores dos bens do Ativo Imobilizado, ou seja, a quantia auferível pelo bem na hipótese de uma venda compulsória ou em prazo menor que o médio de absorção pelo mercado.

Pois bem, abaixo demonstra-se a Planilha de Levantamento de Bens e Processo de Avaliação do Ativo Não Circulante (Imobilizado) dos **DEVEDORES**, conforme as premissas adotadas e explicadas nos tópicos anteriores deste Relatório:

RELAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIZADOS							
DEVEDOR	DESCRIÇÃO DO BEM	TIPO	MARCA/MODELO	ANO	VALOR J.M.	VALOR L .	VALOR L. F.
EDSON PINTO DE MELO	14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/26 LINHAS	IMPLEMENTOS			R$ 101.375,38	R$ 86.169,07	R$ 81.100,30

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

EDSON PINTO DE MELO	14,28% ARADO RECERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50 MM	IMPLEMENTOS	MARCA TUTU MARCHESAN		R$ 20.000,00	R$ 17.000,00	R$ 16.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% BOMBA HIDRO LINDE HPV-75 02 MF32	IMPLEMENTOS			R$ 4.393,81	R$ 3.734,74	R$ 3.515,05
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER		R$ 71.750,00	R$ 60.987,50	R$ 57.400,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER		R$ 93.750,00	R$ 79.687,50	R$ 75.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CABECALHO PATA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER		R$ 6.517,85	R$ 5.540,17	R$ 5.214,28
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CAMINHÃO	VEÍCULOS	FORD CARGO 1933		R$ 20.357,14	R$ 17.303,57	R$ 16.285,71
EDSON PINTO DE MELO	CAMINHÃO	VEÍCULOS	MERCEDES 1113		R$ 125.000,00	R$ 106.250,00	R$ 100.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S10 LT		R$ 22.500,00	R$ 19.125,00	R$ 18.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CAMIONETE	VEÍCULOS	ESP/ABER/C DUP, DIESEL		R$ 26.071,43	R$ 22.160,71	R$ 20.857,14
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S10 LT		R$ 22.500,00	R$ 19.125,00	R$ 18.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S10 LT		R$ 38.482,14	R$ 32.709,82	R$ 30.785,71
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CARRETA AG MT	VEÍCULOS			R$ 13.005,00	R$ 11.054,25	R$ 10.404,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CARRETA AGRICOLA GRANELEIRA	VEÍCULOS	MARCA BECKER		R$ 85.000,00	R$ 72.250,00	R$ 68.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CARRETA AGRICOLA GRANELEIRA	VEÍCULOS	MARCA BECKER		R$ 151.875,00	R$ 129.093,75	R$ 121.500,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CARRETA GRANELEIRA 15000	VEÍCULOS	MARCA BECKER		R$ 151.875,00	R$ 129.093,75	R$ 121.500,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CARRETA GRANELEIRA 15000	VEÍCULOS	MARCA BECKER		R$ 144.510,71	R$ 122.834,11	R$ 115.608,57
EDSON PINTO DE MELO	14,28% COLHEITADEIRA MF 4690 G EXTRA T3 MOD MF 4690	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON		R$ 754.375,00	R$ 641.218,75	R$ 603.500,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER 3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529 + PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES SERIE 9695521052	MÁQUINAS	MASSEY FERGUSON		R$ 184.285,71	R$ 156.642,86	R$ 147.428,57
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS			R$ 4.319,94	R$ 3.671,95	R$ 3.455,95
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS			R$ 4.319,94	R$ 3.671,95	R$ 3.455,95
EDSON PINTO DE MELO	14,28% DE UMA BAMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF 32	IMPLEMENTOS			R$ 4.393,81	R$ 3.734,74	R$ 3.515,05
EDSON PINTO DE MELO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	IMPLEMENTOS	FORN		R$ 20.258,93	R$ 17.220,09	R$ 16.207,14
EDSON PINTO DE MELO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	IMPLEMENTOS	FORN		R$ 20.258,93	R$ 17.220,09	R$ 16.207,14

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

EDSON PINTO DE MELO	14,28% DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	IMPLEMENTOS	MARCA JAN		R$ 25.000,00	R$ 21.250,00	R$ 20.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% KIT TANDEM P/ 22 LINHAS + KIT TANDEM P / 26 LINHAS	IMPLEMENTOS			R$ 22.375,00	R$ 19.018,75	R$ 17.900,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS + KIT P /26 LINHAS	IMPLEMENTOS			R$ 21.428,58	R$ 18.214,29	R$ 17.142,86
EDSON PINTO DE MELO	14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/26 LINHAS	IMPLEMENTOS			R$ 90.000,00	R$ 76.500,00	R$ 72.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PA CARREGADEIRA W20E CAB DIESEL	MÁQUINAS			R$ 206.250,00	R$ 175.312,50	R$ 165.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA PLT 2300 DE 2,3 MTS + 14,28% PLAINA CARREGADORA AGRICOLA PCS 1100, ADPTADOR VALTRA BH 140 A 180 4X4 S-701, BOMBA TRATOR, SUPORTE AGRIC. P/ BIG BAG COMPLETO	IMPLEMENTOS	MARCA TUTU MARCHESAN		R$ 7.642,86	R$ 6.496,43	R$ 6.114,29
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 532.500,00	R$ 452.625,00	R$ 426.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 573.750,00	R$ 487.687,50	R$ 459.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 453.750,00	R$ 385.687,50	R$ 363.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS	MÁQUINAS	MODELO TERRACUS 1300		R$ 40.669,64	R$ 34.569,19	R$ 32.535,71
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	MÁQUINAS	MODELO TERRACUS 1300		R$ 40.669,64	R$ 34.569,19	R$ 32.535,71
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 532.500,00	R$ 452.625,00	R$ 426.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS			R$ 532.500,00	R$ 452.625,00	R$ 426.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS			R$ 532.500,00	R$ 452.625,00	R$ 426.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES CARACOL	IMPLEMENTOS	MARCA MASSEY FERGUSON		R$ 133.125,00	R$ 113.156,25	R$ 106.500,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATAFORMA CORTE MILHO	IMPLEMENTOS	MARCA VENCE TUDO SERIE 01091		R$ 257.125,00	R$ 218.556,25	R$ 205.700,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATAFORMA DE CORTE MILHO 20 LINHAS	IMPLEMENTOS	MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS, MARCA VENCE TUDO		R$ 30.357,14	R$ 25.803,57	R$ 24.285,71
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATAFORMA MILHO MF 3011 L	IMPLEMENTOS	MARCA MASSEY FERGUSON		R$ 171.881,25	R$ 146.099,06	R$ 137.505,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500L	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON		R$ 1.437.500,00	R$ 1.221.875,00	R$ 1.150.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 2.333.750,00	R$ 1.983.687,50	R$ 1.867.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA	MÁQUINAS	MOD TL 5.000, MARCA NEW HOLLAND		R$ 350.000,00	R$ 297.500,00	R$ 280.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 1.292.500,00	R$ 1.098.625,00	R$ 1.034.000,00

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA MF 7316K	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON		R$ 571.250,00	R$ 485.562,50	R$ 457.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA MF7722	MÁQUINAS	MASSEY FERGUSON		R$ 910.000,00	R$ 773.500,00	R$ 728.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% UM DISTRIB. SPANDER 8.0	MÁQUINAS	HIDRA EXATA		R$ 112.500,00	R$ 95.625,00	R$ 90.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14.28% PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 169.642,85	R$ 144.196,42	R$ 135.714,28
EDSON PINTO DE MELO	50% DE UM TRATOR	MÁQUINAS	NEW HOLLAND 7630		R$ 105.000,00	R$ 89.250,00	R$ 84.000,00
EDSON PINTO DE MELO	50% LAMINA DIANTEIRA COMPLETA LDA 2400 S/SAPATA	IMPLEMENTOS	TUTU MARCHESAN		R$ 1.875,00	R$ 1.593,75	R$ 1.500,00
EDSON PINTO DE MELO	50% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	MÁQUINAS	MOD, FORN	TERRACUS,	R$ 84.075,00	R$ 71.463,75	R$ 67.260,00
EDSON PINTO DE MELO	50% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	MÁQUINAS	MOD, FORN	TERRACUS,	R$ 84.075,00	R$ 71.463,75	R$ 67.260,00
EDSON PINTO DE MELO	50% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA 13 LINHAS	MÁQUINAS	MOD TERRACUS		R$ 100.000,00	R$ 85.000,00	R$ 80.000,00
EDSON PINTO DE MELO	50% TANQUE COMBUSTÍVEL 10.000 LITROS	IMPLEMENTOS	NF 761 FORN		R$ 4.812,50	R$ 4.090,63	R$ 3.850,00
EDSON PINTO DE MELO	50% TRATOR	MÁQUINAS	MASSEY FERGUSON,		R$ 100.000,00	R$ 85.000,00	R$ 80.000,00
EDSON PINTO DE MELO	50% UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO DE MAQUINAS	IMPLEMENTOS	MOD TANDEM		R$ 14.375,00	R$ 12.218,75	R$ 11.500,00
EDSON PINTO DE MELO	50% UM LANCER MAGNO 10.000	IMPLEMENTOS	FORN		R$ 27.375,00	R$ 23.268,75	R$ 21.900,00
EDSON PINTO DE MELO	50% UM LANCER ORGANICO 12.000	IMPLEMENTOS	FORN		R$ 27.375,00	R$ 23.268,75	R$ 21.900,00
EDSON PINTO DE MELO	50% UM MTSB 1060 03 CX 2L 1P MONOF	IMPLEMENTOS	FORN		R$ 3.812,50	R$ 3.240,63	R$ 3.050,00
EDSON PINTO DE MELO	50% PULVERIZADOR SPRAYER	MÁQUINAS	NEW HOLLAND DIESEL		R$ 156.250,00	R$ 132.812,50	R$ 125.000,00
EDSON PINTO DE MELO	50% UM TRATOR AGRICOLA NETRATOR	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 93.750,00	R$ 79.687,50	R$ 75.000,00
EDSON PINTO DE MELO	50% UMA BAMBA CENTR. AUTOESCORVANTE GASOLINA5.5 + BAMBA ELÉTRICA 230VP DIESEL MEDIDO 4M MANG + TORNO BANCADA LINHA NOBRE PROFISSIONAL 8 CFE NF 35066 FORN.	IMPLEMENTOS	SOLDAMEX COM. MAQUINAS E EQUIP. LTDA		R$ 2.158,75	R$ 1.834,94	R$ 1.727,00
EDSON PINTO DE MELO	GRADE ARADORA INTERMEDIARIA	IMPLEMENTOS	MARCA TATU CHASSI 0791/14201		R$ 87.500,00	R$ 74.375,00	R$ 70.000,00
EDSON PINTO DE MELO	TRATOR	MÁQUINAS	MOD 6610		R$ 102.500,00	R$ 87.125,00	R$ 82.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA	MÁQUINAS	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND		R$ 350.000,00	R$ 297.500,00	R$ 280.000,00

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
EDSON PINTO DE MELO	14,28% BAZUCA 12000 LITROS	IMPLEMENTOS	JAN		R$ 150.000,00	R$ 127.500,00	R$ 120.000,00
EDSON PINTO DE MELO	14,28% BAZUCA 20000 LITROS	IMPLEMENTOS	JAN		R$ 150.000,00	R$ 127.500,00	R$ 120.000,00
EDSON PINTO DE MELO	TRATOR 7630	MÁQUINAS	NEW HOLLANDO		R$ 312.500,00	R$ 265.625,00	R$ 250.000,00
EDSON PINTO DE MELO	TANQUE DE ÁGUA 10 MIL LITROS	IMPLEMENTOS			R$ 6.250,00	R$ 5.312,50	R$ 5.000,00
EDSON PINTO DE MELO	CARRO FIAT STRADA 1.4	VEÍCULOS			R$ 93.750,00	R$ 79.687,50	R$ 75.000,00
EDSON PINTO DE MELO	GRADE NIVELADORA	IMPLEMENTOS			R$ 87.500,00	R$ 74.375,00	R$ 70.000,00
EDSON PINTO DE MELO	PÁ CARREGADEIRA FIETALES 12B	MÁQUINAS			R$ 137.500,00	R$ 116.875,00	R$ 110.000,00
EDSON PINTO DE MELO	TRATOR FORD 6630	MÁQUINAS	FORD CARGO		R$ 187.500,00	R$ 159.375,00	R$ 150.000,00
EDSON PINTO DE MELO	TRATOR VALTRA BH 185	MÁQUINAS			R$ 343.750,00	R$ 292.187,50	R$ 275.000,00
EDSON PINTO DE MELO	GRADE INTERMEDIÁRIA	IMPLEMENTOS			R$ 52.500,00	R$ 44.625,00	R$ 42.000,00
EDSON PINTO DE MELO	PLAINA NIVELADORA	IMPLEMENTOS			R$ 93.750,00	R$ 79.687,50	R$ 75.000,00
EDSON PINTO DE MELO	CAMINHÃO SCANIA 360 TANQUE	VEÍCULOS			R$ 475.000,00	R$ 403.750,00	R$ 380.000,00
EDSON PINTO DE MELO	COLHEITADEIRA VALTRA BC8800	MÁQUINAS			R$ 2.875.000,00	R$ 2.443.750,00	R$ 2.300.000,00
EDSON PINTO DE MELO	CAMIONETE S10 COLINA	VEÍCULOS	2006		R$ 100.000,00	R$ 85.000,00	R$ 80.000,00
EDSON PINTO DE MELO	CARRO FIAT STRADA 1.4	VEÍCULOS			R$ 937.500,00	R$ 796.875,00	R$ 750.000,00
EDSON PINTO DE MELO	CAMINHÃO CAÇAMBA MERCEDES 2013	VEÍCULOS			R$ 287.500,00	R$ 244.375,00	R$ 230.000,00
EDSON PINTO DE MELO	TRATOR BH 180 VALTRA	MÁQUINAS			R$ 462.500,00	R$ 393.125,00	R$ 370.000,00
EDSON PINTO DE MELO	TRATOR 650 MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS			R$ 900.000,00	R$ 765.000,00	R$ 720.000,00
EDSON PINTO DE MELO	GRADE INTERMEDIÁRIA	IMPLEMENTOS			R$ 52.500,00	R$ 44.625,00	R$ 42.000,00
EDSON PINTO DE MELO	PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200	IMPLEMENTOS			R$ 57.500,00	R$ 48.875,00	R$ 46.000,00
EDSON PINTO DE MELO	EMBUTIDORA SILO BOLSA	IMPLEMENTOS			R$ 32.500,00	R$ 27.625,00	R$ 26.000,00

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

EDSON PINTO DE MELO	DESIMBUTIDORA SILO BOLSA	IMPLEMENTOS			R$ 32.500,00	R$ 27.625,00	R$ 26.000,00
EDSON PINTO DE MELO	Casa - Rua Rodolpho Maibon Moreira, 432 A, Jd. Diamante, Maringa-PR	IMÓVEIS					R$ 350.000,00
EDSON PINTO DE MELO	Sobrados - Avenida Alcebíades de Paula Neto, 874, Jd. Oriental, Maringa-PR	IMÓVEIS					R$ 900.000,00
EDSON PINTO DE MELO	Sobrado - Av. das Palmeiras, 98, Pq. das Palmeiras, Maringa-PR	IMÓVEIS					R$ 1.500.000,00
EDSON PINTO DE MELO	Casa - Rua Cerejeira, 132, Pq. Das Palmeiras, Maringa-PR	IMÓVEIS					R$ 360.000,00
EDSON PINTO DE MELO	Fazenda São Rafael - Nova Xavantina-MT	IMÓVEIS					R$ 8.029.946,22
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28 % CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S/10	2021/2022	R$ 269.375,00	R$ 228.968,75	R$ 215.500,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28 CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS			R$ 4.191,08	R$ 3.562,41	R$ 3.352,86
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28 PULVERIZADOR	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 169.642,85	R$ 144.196,42	R$ 135.714,28
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS	IMPLEMENTOS	MARCA TUTU MARCHESAN		R$ 3.553,58	R$ 3.020,54	R$ 2.842,86
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% BOMBA HIDRO LINDE HPV-75 02 MF32	IMPLEMENTOS		2020	R$ 4.393,81	R$ 3.734,74	R$ 3.515,05
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	IMPLEMENTOS	MARCA PLATICENTER		R$ 6.517,85	R$ 5.540,17	R$ 5.214,28
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	IMPLEMENTOS	MARCA PLATICENTER		R$ 10.250,00	R$ 8.712,50	R$ 8.200,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	IMPLEMENTOS	MARCA PLATICENTER		R$ 13.392,86	R$ 11.383,93	R$ 10.714,29
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CAMINHÃO	VEÍCULOS	FORD CARGO	2021/2022	R$ 20.357,14	R$ 17.303,57	R$ 16.285,71
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S/10	2019/2020	R$ 22.500,00	R$ 19.125,00	R$ 18.000,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CARRETA AG MT	VEÍCULOS			R$ 17.929,29	R$ 15.239,89	R$ 14.343,43
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CARRETA AGRIC. GRANELEIRA	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2020	R$ 12.142,86	R$ 10.321,43	R$ 9.714,29
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CARRETA AGRIC. GRANELEIRA	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2021	R$ 21.696,43	R$ 18.441,96	R$ 17.357,14
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CARRETA GRANELEIRA 15000	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2021	R$ 21.696,43	R$ 18.441,96	R$ 17.357,14
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CARRETA GRANELEIRA 15000	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2021	R$ 20.644,39	R$ 17.547,73	R$ 16.515,51
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION	IMPLEMENTOS			R$ 3.732,14	R$ 3.172,32	R$ 2.985,71
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% COLHEITADEIRA	MÁQUINAS	MASSEY FERGUSON	2021	R$ 107.767,86	R$ 91.602,68	R$ 86.214,29
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% COLHEITADEIRA + PLATAFORMA DE CORTE DRAPER	MÁQUINAS	MASSEY FERGUSON		R$ 184.285,71	R$ 156.642,86	R$ 147.428,57

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS			R$ 4.319,94	R$ 3.671,95	R$ 3.455,95
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	IMPLEMENTOS	MARCA JAN	2021	R$ 3.571,43	R$ 3.035,71	R$ 2.857,14
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% DISTRIBUIDOR SPANDER 8.0 HIDRA EXATA	IMPLEMENTOS			R$ 16.071,43	R$ 13.660,71	R$ 12.857,14
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% KIT TANDEM P/ 22 LINHAS	IMPLEMENTOS			R$ 22.375,00	R$ 19.018,75	R$ 17.900,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P 26 LINHAS	IMPLEMENTOS			R$ 21.428,58	R$ 18.214,29	R$ 17.142,86
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS	IMPLEMENTOS			R$ 12.857,14	R$ 10.928,57	R$ 10.285,71
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS	IMPLEMENTOS			R$ 14.482,20	R$ 12.309,87	R$ 11.585,76
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PA CARREGADEIRA W20E CAB DIESEL	MÁQUINAS			R$ 29.464,29	R$ 25.044,64	R$ 23.571,43
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA	IMPLEMENTOS	MARCA TUTU MARCHESAN		R$ 7.642,86	R$ 6.496,43	R$ 6.114,29
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA	MÁQUINAS	MODELO TERRACUS		R$ 40.669,64	R$ 34.569,19	R$ 32.535,71
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO	MÁQUINAS	TERRACUS	2021	R$ 76.178,58	R$ 64.751,79	R$ 60.942,86
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLATICENTER	2021	R$ 64.821,43	R$ 55.098,21	R$ 51.857,14
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATADEIRA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLATICENTER		R$ 81.964,29	R$ 69.669,64	R$ 65.571,43
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 532.500,00	R$ 452.625,00	R$ 426.000,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 573.750,00	R$ 487.687,50	R$ 459.000,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 453.750,00	R$ 385.687,50	R$ 363.000,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS	MÁQUINAS	MODELO TERRACUS 1300		R$ 40.669,64	R$ 34.569,19	R$ 32.535,71
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	MÁQUINAS	MODELO TERRACUS 1300	2020	R$ 40.669,64	R$ 34.569,19	R$ 32.535,71
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 532.500,00	R$ 452.625,00	R$ 426.000,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS			R$ 532.500,00	R$ 452.625,00	R$ 426.000,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES	IMPLEMENTOS	MARCA MASSEY FERGUSSON		R$ 19.017,86	R$ 16.165,18	R$ 15.214,29
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATAFORMA CORTE MILHO	IMPLEMENTOS	MARCA VENCE TUDO	2021	R$ 36.732,14	R$ 31.222,32	R$ 29.385,71
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATAFORMA DE CORTE MILHO	IMPLEMENTOS	MARCA VENCE TUDO		R$ 30.357,14	R$ 25.803,57	R$ 24.285,71

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATAFORMA MILHO MF	IMPLEMENTOS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021	R$ 24.554,46	R$ 20.871,29	R$ 19.643,57
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500L	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021	R$ 205.357,14	R$ 174.553,57	R$ 164.285,71
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2022	R$ 333.392,86	R$ 283.383,93	R$ 266.714,29
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS	IMPLEMENTOS			R$ 20.258,93	R$ 17.220,09	R$ 16.207,14
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRA AGRICOLA	MÁQUINAS	MF 7316K MASSEY FERGUSON		R$ 77.857,14	R$ 66.178,57	R$ 62.285,71
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2020	R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA MF7722	MÁQUINAS	MASSEY FERGUSON	2022	R$ 130.000,00	R$ 110.500,00	R$ 104.000,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA MOD TL 5000	MÁQUINAS	MARCA NEW HOLLAND		R$ 50.000,00	R$ 42.500,00	R$ 40.000,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA PNEUS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2022	R$ 184.642,86	R$ 156.946,43	R$ 147.714,29
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA	MÁQUINAS	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND		R$ 350.000,00	R$ 297.500,00	R$ 280.000,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% BAZUCA 12000 LITROS	IMPLEMENTOS	JAN		R$ 81.250,00	R$ 69.062,50	R$ 65.000,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% BAZUCA 20000 LITROS	IMPLEMENTOS	JAN		R$ 81.250,00	R$ 69.062,50	R$ 65.000,00
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	IMPLEMENTOS	FORN	2014	R$ 133.125,00	R$ 113.156,25	R$ 106.500,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS		2020	R$ 38.482,14	R$ 32.709,82	R$ 30.785,71
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS	MARCA TATUL MARCHESAN	2021	R$ 4.319,94	R$ 3.671,95	R$ 3.455,95
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50MM	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER	2020/2020	R$ 77.857,14	R$ 66.178,57	R$ 62.285,71
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINA TANDEM 13.000	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 81.964,29	R$ 69.669,64	R$ 65.571,43
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	IMPLEMENTOS	FORD CARGO	2020	R$ 40.669,64	R$ 34.569,19	R$ 32.535,71
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM CAMINHAO	VEÍCULOS		2013	R$ 51.250,00	R$ 43.562,50	R$ 41.000,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIB. SPANDER 8.0 HIDRA EXATA	IMPLEMENTOS	MARCA JAN		R$ 17.929,29	R$ 15.239,89	R$ 14.343,43
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIBUIDOR DUPLO	IMPLEMENTOS		2021/2021	R$ 3.553,58	R$ 3.020,54	R$ 2.842,86

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

	DISCO MASTER LANCER 1500						
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TANDEM P/ 22 LINHAS,+ UM KIT TANDEM P/ 26 LINHAS	IMPLEMENTOS			R$ 12.857,14	R$ 10.928,57	R$ 10.285,71
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS, + UM KIT TS 650 TANDEM P/ 26 LINHAS,	IMPLEMENTOS			R$ 22.375,00	R$ 19.018,75	R$ 17.900,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS	IMPLEMENTOS			R$ 205.357,14	R$ 174.553,57	R$ 164.285,71
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS	IMPLEMENTOS	MARCA MASSEY FERGUSON		R$ 16.071,43	R$ 13.660,71	R$ 12.857,14
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500C	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2021/2021	R$ 3.571,43	R$ 3.035,71	R$ 2.857,14
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPE IDO	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2022	R$ 14.482,20	R$ 12.309,87	R$ 11.585,76
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO N3500, SERIE S352NH00049,	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOL DE PNEUS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7	2022	R$ 333.392,86	R$ 283.383,93	R$ 266.714,29
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE RODAS 260, SERIE T230C401675	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2020	R$ 20.258,93	R$ 17.220,09	R$ 16.207,14
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF 7316K	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 7.642,86	R$ 6.496,43	R$ 6.114,29
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF7722	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2022	R$ 20.644,39	R$ 17.547,73	R$ 16.515,51
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MOD TL 5.000	MÁQUINAS			R$ 21.428,58	R$ 18.214,29	R$ 17.142,86
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA BOMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF32	IMPLEMENTOS		2020	R$ 6.517,85	R$ 5.540,17	R$ 5.214,28
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AG M	VEÍCULOS	MARCA BECKER		R$ 29.464,29	R$ 25.044,64	R$ 23.571,43
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-12000),MARCA BECKER, SERIE 72889, KIT MULTIPLO MULTIUSO, TUBO INOX, EMBREAGEM C/ CONTROLE REMOTO,KIT LONA FACIL (GRANELEIRO + TUBO) CFE NF 163841	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2020	R$ 4.191,08	R$ 3.562,41	R$ 3.352,86
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-15000),MULTIUSO, TUBO INOX, EMBREAGEM C/ CONTROLE REMOTO,KIT LONA FACIL (GRANELEIRO + TUBO)	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2021/2021	R$ 12.142,86	R$ 10.321,43	R$ 9.714,29
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELARA 15000	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2021/2021	R$ 184.642,86	R$ 156.946,43	R$ 147.714,29
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	VEÍCULOS		2021	R$ 21.696,43	R$ 18.441,96	R$ 17.357,14
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION	IMPLEMENTOS	MARCA MASSEY FERGUSON		R$ 64.821,43	R$ 55.098,21	R$ 51.857,14
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 4690 G EXTRA T31 MOD. MF 4690	MÁQUINAS	MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 36.732,14	R$ 31.222,32	R$ 29.385,71

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529, E UM PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES, SERIE 969552105	MÁQUINAS	W20E CAB, DIESEL, CASE MOTOR 36489778	2018/2018	R$ 22.500,00	R$ 19.125,00	R$ 18.000,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PA CARREGADEIRA	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 50.000,00	R$ 42.500,00	R$ 40.000,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEi DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 24.554,46	R$ 20.871,29	R$ 19.643,57
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 76.178,58	R$ 64.751,79	R$ 60.942,86
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER,	2021/2021	R$ 3.732,14	R$ 3.172,32	R$ 2.985,71
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO D RETO DE GRAOS ARTICULADA	MÁQUINAS	MARCA PLATICENTER	2020	R$ 30.357,14	R$ 25.803,57	R$ 24.285,71
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLATADEIRA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 81.964,29	R$ 69.669,64	R$ 65.571,43
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 532.500,00	R$ 452.625,00	R$ 426.000,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 573.750,00	R$ 487.687,50	R$ 459.000,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MODELO TERRACUS 1300		R$ 453.750,00	R$ 385.687,50	R$ 363.000,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS	MÁQUINAS	MODELO TERRACUS 1300		R$ 40.669,64	R$ 34.569,19	R$ 32.535,71
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2020	R$ 40.669,64	R$ 34.569,19	R$ 32.535,71
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 532.500,00	R$ 452.625,00	R$ 426.000,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES, CORTE CARACOL	IMPLEMENTOS	MARCA VENCE TUDO	2021/2021	R$ 21.696,43	R$ 18.441,96	R$ 17.357,14
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE MILHO	IMPLEMENTOS	MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS, MARCA VENCE TUDO, SERIE	2021	R$ 19.017,86	R$ 16.165,18	R$ 15.214,29
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA DE CORTE MILHOàO HAS,	IMPLEMENTOS	MASSEY FERGUSON	2020/2020	R$ 184.285,71	R$ 156.642,86	R$ 147.428,57
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA MILHO	IMPLEMENTOS		2021/2021	R$ 107.767,86	R$ 91.602,68	R$ 86.214,29
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS	IMPLEMENTOS	TATU MARCHESAN	2020	R$ 20.357,14	R$ 17.303,57	R$ 16.285,71
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA PTL 2300bE h,3MTS, MARCA + 142,8% PLAINA CARREGADEIRA AGRICOLA pcs 1100 VALTRA BH 140 A 180 4X4 S- 701 , BOMBA TRATOR, SUPORTE AGRIC. P/ BIG-BAG COMPLETO,	IMPLEMENTOS	CHEVROLET S/10		R$ 13.392,86	R$ 11.383,93	R$ 10.714,29
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S/10	2019/2020	R$ 26.071,43	R$ 22.160,71	R$ 20.857,14

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S/10	2021/2022	R$ 4.393,81	R$ 3.734,74	R$ 3.515,05
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE/ABER/C. DUP, PRATA, PLACA BDU-7G25	VEÍCULOS	TOYOTA/ETIOS/HB	2019/2020	R$ 169.642,85	R$ 144.196,42	R$ 135.714,28
MARCO ANTONIO DE MELLO	UM AUTOMOVEL TOYOTA/ETIOS/HB	VEÍCULOS	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND	2015/2016	R$ 68.750,00	R$ 58.437,50	R$ 55.000,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 350.000,00	R$ 297.500,00	R$ 280.000,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	JAN		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% BAZUCA 12000 LITROS	MÁQUINAS	JAN		R$ 81.250,00	R$ 69.062,50	R$ 65.000,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% BAZUCA 20000 LITROS	IMPLEMENTOS	FORN		R$ 81.250,00	R$ 69.062,50	R$ 65.000,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	IMPLEMENTOS		2014	R$ 133.125,00	R$ 113.156,25	R$ 106.500,00
EDSON PINTO DE MELO	Fazenda Santa Maria Goretti - Maringa-PR	IMÓVEIS					R$ 3.969.680,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS		2020	R$ 38.482,14	R$ 32.709,82	R$ 30.785,71
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS		2021	R$ 4.319,94	R$ 3.671,95	R$ 3.455,95
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50MM	IMPLEMENTOS	MARCA TATUL MARCHESAN	2020/2020	R$ 7.642,86	R$ 6.496,43	R$ 6.114,29
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER		R$ 3.732,14	R$ 3.172,32	R$ 2.985,71
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER		R$ 10.250,00	R$ 8.712,50	R$ 8.200,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER		R$ 40.669,64	R$ 34.569,19	R$ 32.535,71
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CAMINHAO, FORD/CARGO 1933	VEÍCULOS	FORD CARGO 1933	2013	R$ 125.000,00	R$ 106.250,00	R$ 100.000,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIB. SPANDER 8.0 HIDRA EXATA,	IMPLEMENTOS			R$ 17.929,29	R$ 15.239,89	R$ 14.343,43
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	IMPLEMENTOS	MARCA JAN	2021/2021	R$ 3.553,58	R$ 3.020,54	R$ 2.842,86
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TANDEM P/ 22 LINHAS, KIT TANDEM P/ 26 LINHAS,	IMPLEMENTOS			R$ 12.857,14	R$ 10.928,57	R$ 10.285,71
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHASv + UM KIT TS 650 TANDEM P/ 26 LINH	IMPLEMENTOS			R$ 22.375,00	R$ 19.018,75	R$ 17.900,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHA	IMPLEMENTOS			R$ 333.392,86	R$ 283.383,93	R$ 266.714,29

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS,	IMPLEMENTOS			R$ 3.571,43	R$ 3.035,71	R$ 2.857,14
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500L	MÁQUINAS	MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 77.857,14	R$ 66.178,57	R$ 62.285,71
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUT PÃOPELIDO	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2022	R$ 184.642,86	R$ 156.946,43	R$ 147.714,29
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 20.258,93	R$ 17.220,09	R$ 16.207,14
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2022	R$ 21.428,58	R$ 18.214,29	R$ 17.142,86
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2020	R$ 184.285,71	R$ 156.642,86	R$ 147.428,57
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF 7316K	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 81.964,29	R$ 69.669,64	R$ 65.571,43
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF7722	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2022	R$ 20.644,39	R$ 17.547,73	R$ 16.515,51
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MOD TL 5.000,	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 205.357,14	R$ 174.553,57	R$ 164.285,71
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA BOMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF32	IMPLEMENTOS		2020/2020	R$ 6.517,85	R$ 5.540,17	R$ 5.214,28
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AG MT,	VEÍCULOS			R$ 29.464,29	R$ 25.044,64	R$ 23.571,43
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-12000)	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2020/2020	R$ 4.191,08	R$ 3.562,41	R$ 3.352,86
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-15000)	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2021	R$ 12.142,86	R$ 10.321,43	R$ 9.714,29
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2021	R$ 14.482,20	R$ 12.309,87	R$ 11.585,76
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2021	R$ 21.696,43	R$ 18.441,96	R$ 17.357,14
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION	IMPLEMENTOS			R$ 24.554,46	R$ 20.871,29	R$ 19.643,57
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 4690 G EXTRA T3, MOD. MF 4690	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 21.696,43	R$ 18.441,96	R$ 17.357,14
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529, E UMA PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES, SERIE 9695521052	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2018/2018	R$ 22.500,00	R$ 19.125,00	R$ 18.000,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PA CARREGADEIRA W20E CAB, DIESEL	MÁQUINAS			R$ 50.000,00	R$ 42.500,00	R$ 40.000,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEI DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 64.821,43	R$ 55.098,21	R$ 51.857,14
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 107.767,86	R$ 91.602,68	R$ 86.214,29
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 76.178,58	R$ 64.751,79	R$ 60.942,86

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTO IRETO DE GRAOS ARTICULADA	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 30.357,14	R$ 25.803,57	R$ 24.285,71
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEi DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 24.554,46	R$ 20.871,29	R$ 19.643,57
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 76.178,58	R$ 64.751,79	R$ 60.942,86
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 3.732,14	R$ 3.172,32	R$ 2.985,71
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO D RETO DE GRAOS ARTICULADA	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER,	2020	R$ 30.357,14	R$ 25.803,57	R$ 24.285,71
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% PLATADEIRA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLATICENTER		R$ 81.964,29	R$ 69.669,64	R$ 65.571,43
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 532.500,00	R$ 452.625,00	R$ 426.000,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 573.750,00	R$ 487.687,50	R$ 459.000,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES, CORT CARACOL	IMPLEMENTOS	MARCA MASSEY FERGUSON		R$ 16.071,43	R$ 13.660,71	R$ 12.857,14
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE MILHO	IMPLEMENTOS	MARCA VENCE TUDO	2021/2021	R$ 19.017,86	R$ 16.165,18	R$ 15.214,29
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA DE CORTE MILHO 20 LiNHAS, MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS	IMPLEMENTOS	MARCA VENCE TUDO		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA MILHO MÊ 38111	IMPLEMENTOS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 36.732,14	R$ 31.222,32	R$ 29.385,71
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS	IMPLEMENTOS		2020	R$ 20.357,14	R$ 17.303,57	R$ 16.285,71
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA PTL 2300 DE 2,3MTS, MARCA TATU MARCHESAN, SERIE 0106060057-OQI 37, ANO 2020, SEM RODA, CFE NF 165964 FORN. CAMAGRIL , EM 15/06/2021 , POR R$ 3.900,00 - UTILIZADAS COMO DESPESA + 14,28% PLAINA CARREGADEIRA AGRICOLA PCS 1 100, MARCA TATU MARCHESAN, SERIE OI 06110410-19, ANO 2021 , ADAPTADOR VALTRA BH 140 A 180 4X4 S-701, BOMBA TRATOR, SUPORTE AGRIC. P/ BIG-BAG COMPLET	IMPLEMENTOS			R$ 13.392,86	R$ 11.383,93	R$ 10.714,29
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S/10	2019/2020	R$ 169.642,85	R$ 144.196,42	R$ 135.714,28
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	VEÍCULOS	DUP DIESEL	2019/2020	R$ 22.500,00	R$ 19.125,00	R$ 18.000,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S/10	2021/2022	R$ 4.393,81	R$ 3.734,74	R$ 3.515,05
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA	MÁQUINAS	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND		R$ 350.000,00	R$ 297.500,00	R$ 280.000,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% BAZUCA 12000 LITROS	IMPLEMENTOS	JAN		R$ 81.250,00	R$ 69.062,50	R$ 65.000,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% BAZUCA 20000 LITROS	IMPLEMENTOS	JAN		R$ 81.250,00	R$ 69.062,50	R$ 65.000,00
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	IMPLEMENTOS	FORN	2014	R$ 132.500,00	R$ 112.625,00	R$ 106.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS		2020	R$ 4.319,94	R$ 3.671,95	R$ 3.455,95
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS		2021	R$ 4.191,08	R$ 3.562,41	R$ 3.352,86
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50MM	IMPLEMENTOS	MARCA TATUL MARCHESAN	2020/2020	R$ 3.553,58	R$ 3.020,54	R$ 2.842,86
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENfrOMAQUINAS TANDEM 13.000	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 10.250,00	R$ 8.712,50	R$ 8.200,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 13.392,86	R$ 11.383,93	R$ 10.714,29
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER	2020/2020	R$ 6.517,85	R$ 5.540,17	R$ 5.214,28
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM CAMINHAO	VEÍCULOS	FORD CARGO 1933	2013	R$ 20.357,14	R$ 17.303,57	R$ 16.285,71
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIB. SPANDER 8.0 HIDRA EXATA	IMPLEMENTOS			R$ 16.071,43	R$ 13.660,71	R$ 12.857,14
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	IMPLEMENTOS	MARCA JAN	2021/2021	R$ 3.571,43	R$ 3.035,71	R$ 2.857,14
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TANDEM P/ 22 LINHAS, POR R$ 62.263,38 + U KIT TANDEM P/ 26 LINHAS,	IMPLEMENTOS			R$ 22.375,00	R$ 19.018,75	R$ 17.900,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS, UM KIT TS 650 TANDEM P/ 26 LINHA	IMPLEMENTOS			R$ 21.428,58	R$ 18.214,29	R$ 17.142,86
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS	IMPLEMENTOS			R$ 14.482,20	R$ 12.309,87	R$ 11.585,76
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS,	IMPLEMENTOS			R$ 12.857,14	R$ 10.928,57	R$ 10.285,71
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500C	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 205.357,14	R$ 174.553,57	R$ 164.285,71
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 169.642,85	R$ 144.196,42	R$ 135.714,28
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2022	R$ 333.392,86	R$ 283.383,93	R$ 266.714,29
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2022	R$ 184.642,86	R$ 156.946,43	R$ 147.714,29
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2020	R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF 7316K,	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 77.857,14	R$ 66.178,57	R$ 62.285,71
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF7722	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2022	R$ 130.000,00	R$ 110.500,00	R$ 104.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLAMOD TL 5.000 HOLLAND,	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 50.000,00	R$ 42.500,00	R$ 40.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA BOMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF32	IMPLEMENTOS		2020/2020	R$ 4.393,81	R$ 3.734,74	R$ 3.515,05
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AG M	VEÍCULOS			R$ 17.929,29	R$ 15.239,89	R$ 14.343,43
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2021/2021	R$ 21.696,43	R$ 18.441,96	R$ 17.357,14
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-12000)	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2020/2020	R$ 12.142,86	R$ 10.321,43	R$ 9.714,29
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2021	R$ 21.696,43	R$ 18.441,96	R$ 17.357,14
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2021	R$ 20.644,39	R$ 17.547,73	R$ 16.515,51
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION	IMPLEMENTOS			R$ 3.732,14	R$ 3.172,32	R$ 2.985,71
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529, E UMA PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES, SERIE 9695521052	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2018/2018	R$ 184.285,71	R$ 156.642,86	R$ 147.428,57
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PA CARRÉGAbEIAA W20E CAB, DIESEL, CASE MOTOR 3648977	MÁQUINAS			R$ 29.464,29	R$ 25.044,64	R$ 23.571,43
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 76.178,58	R$ 64.751,79	R$ 60.942,86
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 64.821,43	R$ 55.098,21	R$ 51.857,14
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 81.964,29	R$ 69.669,64	R$ 65.571,43
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO DE GRAOS ARTICULADA, MODELO TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2020/2020	R$ 40.669,64	R$ 34.569,19	R$ 32.535,71
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEi DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 24.554,46	R$ 20.871,29	R$ 19.643,57
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 76.178,58	R$ 64.751,79	R$ 60.942,86
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 3.732,14	R$ 3.172,32	R$ 2.985,71
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO D RETO DE GRAOS ARTICULADA	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER,	2020	R$ 30.357,14	R$ 25.803,57	R$ 24.285,71
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% PLATADEIRA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLATICENTER		R$ 81.964,29	R$ 69.669,64	R$ 65.571,43

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 532.500,00	R$ 452.625,00	R$ 426.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 573.750,00	R$ 487.687,50	R$ 459.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE MF 20 PES, CORTE CARACOL	IMPLEMENTOS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 19.017,86	R$ 16.165,18	R$ 15.214,29
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTEMILHO, MARCA VENCE TUDO	IMPLEMENTOS			R$ 36.732,14	R$ 31.222,32	R$ 29.385,71
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA DE CORTE MILHO 20 LINHAS,MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS	IMPLEMENTOS	MARCA VENCE TUDO		R$ 30.357,14	R$ 25.803,57	R$ 24.285,71
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA MILHO MF 301 IL	IMPLEMENTOS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 24.554,46	R$ 20.871,29	R$ 19.643,57
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS	IMPLEMENTOS		2020	R$ 20.258,93	R$ 17.220,09	R$ 16.207,14
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% PLAINA TRASERA LARGA PTL 2300 DE 2,3MTS, + 14,28% PLANA CARREGADEIRA AGRICOLA PCS 1 100,	IMPLEMENTOS	MARCA TUTU MARCHESAN		R$ 7.642,86	R$ 6.496,43	R$ 6.114,29
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S10 LT	2019/2020	R$ 22.500,00	R$ 19.125,00	R$ 18.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S10 LT	2022	R$ 22.500,00	R$ 19.125,00	R$ 18.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S10 LT	2021/2022	R$ 38.482,14	R$ 32.709,82	R$ 30.785,71
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE ESP/ABER/C. DUP, DIESE	VEÍCULOS		2022	R$ 26.071,43	R$ 22.160,71	R$ 20.857,14
SIDNEY PINTO DE MELLO	4,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 4690 G EXTRA T3	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 107.767,86	R$ 91.602,68	R$ 86.214,29
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% DE UM TRATOR	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 52.500,00	R$ 44.625,00	R$ 42.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRAOS ARTICULADA	MÁQUINAS	MOD TERRACUS 13 LINHAS, C/ CX UNICA SEMENTE/PIPOQUEIRA		R$ 100.000,00	R$ 85.000,00	R$ 80.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% TRATOR	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON		R$ 100.000,00	R$ 85.000,00	R$ 80.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO DE MAQUINAS MOD TANDEM,	IMPLEMENTOS			R$ 14.375,00	R$ 12.218,75	R$ 11.500,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UM LANCER ORGANICO 12.000	IMPLEMENTOS			R$ 27.375,00	R$ 23.268,75	R$ 21.900,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UM MTSB 1060 03 CX 2L IP MONOÈSERIE 10969	IMPLEMENTOS			R$ 3.812,50	R$ 3.240,63	R$ 3.050,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UM TANQUE COMBUSTIVEL 10.000 LITROS	IMPLEMENTOS			R$ 4.812,50	R$ 4.090,63	R$ 3.850,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UM TRATOR AGRICOLA NETRATOR AGRICOLA	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 93.750,00	R$ 79.687,50	R$ 75.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UMA BOMBA CENTR. AUTOESCORVANTE GASOLINA 5.5 CVZB502 + BOMBA ELETRICA 230 V P/ DIESEL C/ MEDIDOR 4M MANG + TORNO BANCADA LINHA NOBRE PROFISSIONAL 8	IMPLEMENTOS			R$ 2.158,75	R$ 1.834,94	R$ 1.727,00

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UMA LAMINA DIANTEIRA COMPLETA LDA 2400 SISAPATA PCA 800/1100	IMPLEMENTOS	MARCA TATU MARCHESAN, MOD GEN	2014	R$ 1.875,00	R$ 1.593,75	R$ 1.500,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRAOS ARTICULADA, MOD TERRACUS	MÁQUINAS			R$ 84.075,00	R$ 71.463,75	R$ 67.260,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UMA PULVERIZADCR SPRAYER NEW HOLLAND IESEL, AZUL	MÁQUINAS			R$ 156.250,00	R$ 132.812,50	R$ 125.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	ADQ. EM 09/09/2011 50 % DE UMA COLHEITADEIRA AGRICOLA M LO MF 5650 GKC GT, ANO 2011 + PLATAFORMA DE CORTE MASSEY FERGUSON SERIE 550F325347	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2011	R$ 750.000,00	R$ 637.500,00	R$ 600.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	ADQ. EM 27/09/2011 50% UMA PLANTADEIRA AGRICOLA, MOD MF 509 M 459, 9 LAMINAS RODADA	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2010	R$ 175.000,00	R$ 148.750,00	R$ 140.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	M CAMINHAO 1113, ANO 76, PLACAS AIU-9020, ADQ EM 08/99, MINHA PARTE 50%.	VEÍCULOS			R$ 62.500,00	R$ 53.125,00	R$ 50.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	UM GUINCHO AGRICOLA TRASEIRO GIRATORIO, MATAO, GATER	IMPLEMENTOS	RL 2000 C/ VALVULA E GANCHO, ANO 2007, SERIE: 00221	2007	R$ 2.250,00	R$ 1.912,50	R$ 1.800,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	UM TRATOR AGRICOLA	MÁQUINAS	NEW HOLLAND, MOD. 7630 T.R.D., ANO 02, ADO. EM 02		R$ 312.500,00	R$ 265.625,00	R$ 250.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA	MÁQUINAS	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND		R$ 350.000,00	R$ 297.500,00	R$ 280.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% BAZUCA 12000 LITROS	IMPLEMENTOS	JAN		R$ 81.250,00	R$ 69.062,50	R$ 65.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% BAZUCA 20000 LITROS	IMPLEMENTOS	JAN		R$ 81.250,00	R$ 69.062,50	R$ 65.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	IMPLEMENTOS	FORN	2014	R$ 132.500,00	R$ 112.625,00	R$ 106.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UM LANCER MAGNO 10.000	IMPLEMENTOS	FORN		R$ 27.375,00	R$ 23.268,75	R$ 21.900,00
MARCO ANTONIO DE MELLO	Casa - Rua Cora Coralina, Poetisa, 320, Jd. Tóquio, Maringa-PR	IMÓVEIS					R$ 420.000,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	Fazenda Santa Maria Goretti - Maringa-PR	IMÓVEIS					R$ 3.639.680,00
SIDNEY PINTO DE MELLO	LOTE N°. 3-D-3 e 3-D-4 - Maringa-PR	IMÓVEIS					R$ 3.412.200,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS		2021	R$ 4.191,08	R$ 3.562,41	R$ 3.352,86
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	MÁQUINAS		2020	R$ 4.319,94	R$ 3.671,95	R$ 3.455,95
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50MM	IMPLEMENTOS	TUTU MARCHESAN	2020/2020	R$ 3.553,58	R$ 3.020,54	R$ 2.842,86

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINA TANDEM 13.000	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER		R$ 13.392,86	R$ 11.383,93	R$ 10.714,29
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER		R$ 10.250,00	R$ 8.712,50	R$ 8.200,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO PAR AC LAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	IMPLEMENTOS	MARCA PLANTICENTER		R$ 6.517,85	R$ 5.540,17	R$ 5.214,28
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CAMINHAO	IMPLEMENTOS	FORD CARGO 1933	2013	R$ 20.357,14	R$ 17.303,57	R$ 16.285,71
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIB. SPANDER 8.0 HIDRA EXATA	IMPLEMENTOS			R$ 16.071,43	R$ 13.660,71	R$ 12.857,14
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	IMPLEMENTOS	MARCA JAN		R$ 3.571,43	R$ 3.035,71	R$ 2.857,14
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TANDEM P/ 22 LINHAS, POR R$ 62.263,38 + UM KIT TANDEM P/ 26 LINHAS,	IMPLEMENTOS			R$ 22.375,00	R$ 19.018,75	R$ 17.900,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS,+ UM KIT TS 650 TANDEM P/ 26 LINHA	IMPLEMENTOS			R$ 21.428,58	R$ 18.214,29	R$ 17.142,86
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS	IMPLEMENTOS			R$ 14.482,20	R$ 12.309,87	R$ 11.585,76
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS,	IMPLEMENTOS			R$ 12.857,14	R$ 10.928,57	R$ 10.285,71
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500C	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON		R$ 205.357,14	R$ 174.553,57	R$ 164.285,71
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 169.642,85	R$ 144.196,42	R$ 135.714,28
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADORAU ROPELIDO	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2022	R$ 333.392,86	R$ 283.383,93	R$ 266.714,29
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2022	R$ 184.642,86	R$ 156.946,43	R$ 147.714,29
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE RODAS NEW HOLLAND T7	MÁQUINAS	NEW HOLLAND	2020	R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF 7316K857, ANO 2021/202	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 77.857,14	R$ 66.178,57	R$ 62.285,71
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF7722	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2022	R$ 130.000,00	R$ 110.500,00	R$ 104.000,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MOD TL 5.000	MÁQUINAS	NEW HOLLAND		R$ 50.000,00	R$ 42.500,00	R$ 40.000,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA BOMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF32	IMPLEMENTOS		2020/2020	R$ 4.393,81	R$ 3.734,74	R$ 3.515,05
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AG MT	VEÍCULOS			R$ 17.929,29	R$ 15.239,89	R$ 14.343,43
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-12000)	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2020/2020	R$ 12.142,86	R$ 10.321,43	R$ 9.714,29
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-15000)	VEÍCULOS	MARCA BECKER	2021/2021	R$ 21.696,43	R$ 18.441,96	R$ 17.357,14
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	VEÍCULOS	MARCA BECKER		R$ 21.696,43	R$ 18.441,96	R$ 17.357,14

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	VEÍCULOS	MARCA BECKER		R$ 20.644,39	R$ 17.547,73	R$ 16.515,51
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION,	IMPLEMENTOS			R$ 3.732,14	R$ 3.172,32	R$ 2.985,71
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 4690 G E T MOD. MF4690	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON		R$ 107.767,86	R$ 91.602,68	R$ 86.214,29
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529, POR R$ 825.600,00 (TOTAL) E UMA PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES, SERIE 9695521052, POR R$ 206.400,00 (TOTAL)	MÁQUINAS	MARCA MASSEY FERGUSON	2018/2018	R$ 184.285,71	R$ 156.642,86	R$ 147.428,57
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PA CARREGADEIRA W20E CAB, DIESEL	MÁQUINAS			R$ 29.464,29	R$ 25.044,64	R$ 23.571,43
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 76.178,58	R$ 64.751,79	R$ 60.942,86
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 64.821,43	R$ 55.098,21	R$ 51.857,14
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 81.964,29	R$ 69.669,64	R$ 65.571,43
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO DE GRA ARTICULADA, MODELO TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 40.669,64	R$ 34.569,19	R$ 32.535,71
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEi DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 24.554,46	R$ 20.871,29	R$ 19.643,57
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 76.178,58	R$ 64.751,79	R$ 60.942,86
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER	2021/2021	R$ 3.732,14	R$ 3.172,32	R$ 2.985,71
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO D RETO DE GRAOS ARTICULADA	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER,	2020	R$ 30.357,14	R$ 25.803,57	R$ 24.285,71
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% PLATADEIRA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLATICENTER		R$ 81.964,29	R$ 69.669,64	R$ 65.571,43
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 532.500,00	R$ 452.625,00	R$ 426.000,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	MÁQUINAS	MARCA PLANTICENTER		R$ 573.750,00	R$ 487.687,50	R$ 459.000,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES, CORTE CARACOL	IMPLEMENTOS	MARCA MASSEY FERGUSON		R$ 19.017,86	R$ 16.165,18	R$ 15.214,29
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE MILHO	IMPLEMENTOS		2021/2021	R$ 36.732,14	R$ 31.222,32	R$ 29.385,71
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA DE CORTE MILHO 20 LINHAS, MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS	IMPLEMENTOS	MARCA VENCE TUDO		R$ 30.357,14	R$ 25.803,57	R$ 24.285,71
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA MILHÕ MF 301 IL	IMPLEMENTOS	MARCA MASSEY FERGUSON	2021/2021	R$ 24.554,46	R$ 20.871,29	R$ 19.643,57

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS	IMPLEMENTOS		2020	R$ 20.258,93	R$ 17.220,09	R$ 16.207,14
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA PTL 2300bE h,3MTS,	IMPLEMENTOS	TUTU MARCHESAN		R$ 7.642,86	R$ 6.496,43	R$ 6.114,29
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S10 LT	2022/2022	R$ 38.482,14	R$ 32.709,82	R$ 30.785,71
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	VEÍCULOS	DUP DIESEL	2019/2020	R$ 26.071,43	R$ 22.160,71	R$ 20.857,14
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S/10	2019/2020	R$ 22.500,00	R$ 19.125,00	R$ 18.000,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	VEÍCULOS	CHEVROLET S10 LT	2019/2020	R$ 22.500,00	R$ 19.125,00	R$ 18.000,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA	MÁQUINAS	MOD TL 5.100,		R$ 350.000,00	R$ 297.500,00	R$ 280.000,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	MÁQUINAS	NEW HOLLAND T7 260		R$ 90.178,56	R$ 76.651,78	R$ 72.142,85
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% BAZUCA 12000 LITROS	IMPLEMENTOS	JAN		R$ 81.250,00	R$ 69.062,50	R$ 65.000,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% BAZUCA 20000 LITROS	IMPLEMENTOS	JAN		R$ 81.250,00	R$ 69.062,50	R$ 65.000,00
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	IMPLEMENTOS	FORN	2014	R$ 132.500,00	R$ 112.625,00	R$ 106.000,00
TOTAL					**R$ 50.244.498,93**	**R$ 42.707.824,09**	**R$ 62.777.105,36**

VALOR LIQUIDAÇÃO FORÇADA										
DEVEDOR/DESCRIÇÃO	**IMÓVEIS**		**IMPLEMENTOS**		**MÁQUINAS**		**VEÍCULOS**		**TOTAL**	
EDSON PINTO DE MELO	R$	15.109.626,22	R$	1.588.733,82	R$	14.659.717,57	R$	2.155.941,13	R$	33.514.018,74
MARA VIOLIN DE MELLO	R$	-	R$	453.451,51	R$	4.129.287,34	R$	325.073,22	R$	4.907.812,07
MARCO ANTONIO DE MELLO	R$	420.000,00	R$	904.693,41	R$	3.004.836,46	R$	457.796,48	R$	4.787.326,35
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	R$	-	R$	782.236,98	R$	2.524.907,85	R$	322.810,81	R$	3.629.955,64
SIDNEY PINTO DE MELLO	R$	7.051.880,00	R$	520.178,51	R$	4.481.905,20	R$	229.216,07	R$	12.283.179,78
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	R$	-	R$	469.237,22	R$	3.022.645,20	R$	162.930,36	R$	3.654.812,78
TOTAL	**R$**	**22.581.506,22**	**R$**	**4.718.531,45**	**R$**	**31.823.299,62**	**R$**	**3.653.768,07**	**R$**	**62.777.105,36**

Conforme relação de Bens Móveis e Imóveis avaliados e relacionados na PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE BENS E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO). O Ativo Imobilizado dos **DEVEDORES**, em virtude liquidação forçada, nesta data, soma a importância de R$ 62.777.105,36 (Sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e sete mil, e cento e cinco reais, e trinta e seis centavos).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

4. PARECER CONTÁBIL

Após a realização da análise do Ativo Imobilizado, através dos documentos contábeis, e critérios utilizados baseados na necessidade e no segmento das atividades dos **DEVEDORES**, utilizando-se o "Valor de Liquidação Forçada" adotado para a avaliação dos bens. Tendo por finalidade ajustar as existências físicas com o registro contábil do grupo referido.

Nosso laudo de avaliação do Ativo Imobilizado conclui que O Ativo Imobilizado dos **DEVEDORES**, em virtude liquidação forçada, nesta data, soma a importância de R$ 62.777.105,36 (Sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e sete mil, e cento e cinco reais, e trinta e seis centavos).

Rondonópolis-MT, 25 de outubro de 2023

_____

ERNANI PLUMER SANTOS PINTO
CONTADOR
CRC/MT 016496/O-7

Rua Januária - 579, Jardim Rondônia – Rondonópolis - MT
CEP: 78730 - 514
Telefone: (66) 9 9902 3802
ernani@plumercontabilidade.com.br
www.plumercontabilidade.com.br

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592612700000128815037
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592612700000128815037
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

Nº	DEVEDOR	CREDOR	VALOR DO CRÉDITO	CLASSIFICAÇÃO (CLASSE DE CREDOR)	% DESÁGIO	VALOR DO DESÁGIO	VALOR PRESENTE DA DÍVIDA A SER PAGO PELO CAIXA	MESES DE CARÊNCIA	QUANTIDADES DE PARCELAS ANUAIS/MENSAIS - TAXA DE 0,5% AO ANO + CORREÇÃO INPC	VALOR DE CADA PARCELA ANUAL/MENSAL	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	TOTAL	MONTANTE DA DÍVIDA	SALDO RESIDUAL PENDENTE
					E	F = (C * E)	G = (C - F)	H	I		CARÊNCIA, EXCETO TRABALISTA			CUMPRIMENTO												
1	EDSON	JULIA BARROS CASTRO	R$ 5.302,00	TRABALHISTA	0%	R$ -	R$ 5.302,00	0	12	R$ 456,32	R$ -	R$ 5.302,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 5.302,00	R$ 5.302,00	R$ -
2	EDSON	GLENIO JUNIOR VIEIRA MARQUES	R$ 8.836,00	TRABALHISTA	0%	R$ -	R$ 8.836,00	0	12	R$ 760,48	R$ -	R$ 8.836,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 8.836,00	R$ 8.836,00	R$ -
3	EDSON	RURAL BRASIL LTDA	R$ 7.665.114,34	GARANTIA REAL	80%	R$ 6.132.091,47	R$ 1.533.022,87	36	10	R$ 157.549,64	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 157.549,64	R$ 157.549,64	R$ 157.549,64	R$ 157.549,64	R$ 157.549,64	R$ 157.549,64	R$ 157.549,64	R$ 157.549,64	R$ 157.549,64	R$ 157.549,64	R$ 1.575.496,38	R$ 1.575.496,38	R$ -
4	EDSON	RURAL BRASIL LTDA	R$ 41.190,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 32.952,00	R$ 8.238,00	36	10	R$ 846,62	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 846,62	R$ 846,62	R$ 846,62	R$ 846,62	R$ 846,62	R$ 846,62	R$ 846,62	R$ 846,62	R$ 846,62	R$ 846,62	R$ 8.466,24	R$ 8.466,24	R$ -
5	EDSON	BANCO DO BRASIL S/A	R$ 5.000.000,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 4.000.000,00	R$ 1.000.000,00	36	10	R$ 102.770,57	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 102.770,57	R$ 102.770,57	R$ 102.770,57	R$ 102.770,57	R$ 102.770,57	R$ 102.770,57	R$ 102.770,57	R$ 102.770,57	R$ 102.770,57	R$ 102.770,57	R$ 1.027.705,73	R$ 1.027.705,73	R$ -
6	EDSON	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R$ 4.227.662,50	GARANTIA REAL	80%	R$ 3.382.130,00	R$ 845.532,50	36	10	R$ 86.895,86	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 86.895,86	R$ 86.895,86	R$ 86.895,86	R$ 86.895,86	R$ 86.895,86	R$ 86.895,86	R$ 86.895,86	R$ 86.895,86	R$ 86.895,86	R$ 86.895,86	R$ 868.958,59	R$ 868.958,59	R$ -
7	EDSON	COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGU	R$ 173.500,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 138.800,00	R$ 34.700,00	36	10	R$ 3.566,14	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 3.566,14	R$ 3.566,14	R$ 3.566,14	R$ 3.566,14	R$ 3.566,14	R$ 3.566,14	R$ 3.566,14	R$ 3.566,14	R$ 3.566,14	R$ 3.566,14	R$ 35.661,39	R$ 35.661,39	R$ -
8	EDSON	BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A. - MATRIZ	R$ 4.909.815,07	GARANTIA REAL	80%	R$ 3.927.852,06	R$ 981.963,01	36	10	R$ 100.916,90	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 100.916,90	R$ 100.916,90	R$ 100.916,90	R$ 100.916,90	R$ 100.916,90	R$ 100.916,90	R$ 100.916,90	R$ 100.916,90	R$ 100.916,90	R$ 100.916,90	R$ 1.009.169,01	R$ 1.009.169,01	R$ -
9	EDSON	BANCO CNH - INDUSTRIAL CAPITAL S/A	R$ 1.634.089,64	GARANTIA REAL	80%	R$ 1.307.271,71	R$ 326.817,93	36	10	R$ 33.587,27	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 33.587,27	R$ 33.587,27	R$ 33.587,27	R$ 33.587,27	R$ 33.587,27	R$ 33.587,27	R$ 33.587,27	R$ 33.587,27	R$ 33.587,27	R$ 33.587,27	R$ 335.872,66	R$ 335.872,66	R$ -
10	EDSON	FERRARI ZAGATTO COM. DE INSUMOS S/A	R$ 240.016,53	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 192.013,22	R$ 48.003,31	36	10	R$ 4.933,33	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 4.933,33	R$ 4.933,33	R$ 4.933,33	R$ 4.933,33	R$ 4.933,33	R$ 4.933,33	R$ 4.933,33	R$ 4.933,33	R$ 4.933,33	R$ 4.933,33	R$ 49.333,27	R$ 49.333,27	R$ -
11	EDSON	LAVORO AGRO HOLDING S.A.	R$ 1.027.783,71	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 822.226,97	R$ 205.556,74	36	10	R$ 21.125,18	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 21.125,18	R$ 21.125,18	R$ 21.125,18	R$ 21.125,18	R$ 21.125,18	R$ 21.125,18	R$ 21.125,18	R$ 21.125,18	R$ 21.125,18	R$ 21.125,18	R$ 211.251,84	R$ 211.251,84	R$ -
12	EDSON	AGROAMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS/A	R$ 2.000.090,00	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 1.600.072,00	R$ 400.018,00	36	10	R$ 41.110,08	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 41.110,08	R$ 41.110,08	R$ 41.110,08	R$ 41.110,08	R$ 41.110,08	R$ 41.110,08	R$ 41.110,08	R$ 41.110,08	R$ 41.110,08	R$ 41.110,08	R$ 411.100,79	R$ 411.100,79	R$ -
13	EDSON	INDUSTRIA QUIMICA KIMBERLIT LTDA- MATRIZ	R$ 115.795,50	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 92.588,40	R$ 23.147,10	36	10	R$ 2.378,84	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 2.378,84	R$ 2.378,84	R$ 2.378,84	R$ 2.378,84	R$ 2.378,84	R$ 2.378,84	R$ 2.378,84	R$ 2.378,84	R$ 2.378,84	R$ 2.378,84	R$ 23.788,41	R$ 23.788,41	R$ -
14	EDSON	LOYDER INDUSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA-MATRIZ	R$ 74.750,00	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 59.800,00	R$ 14.950,00	36	10	R$ 1.536,42	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 1.536,42	R$ 1.536,42	R$ 1.536,42	R$ 1.536,42	R$ 1.536,42	R$ 1.536,42	R$ 1.536,42	R$ 1.536,42	R$ 1.536,42	R$ 1.536,42	R$ 15.364,20	R$ 15.364,20	R$ -
15	EDSON	CAMAGRIL LTDA	R$ 768.898,15	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 615.118,52	R$ 153.779,63	36	10	R$ 15.804,02	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 15.804,02	R$ 15.804,02	R$ 15.804,02	R$ 15.804,02	R$ 15.804,02	R$ 15.804,02	R$ 15.804,02	R$ 15.804,02	R$ 15.804,02	R$ 15.804,02	R$ 158.040,21	R$ 158.040,21	R$ -
16	EDSON	CAMAGRIL II	R$ 33.757,27	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 27.005,82	R$ 6.751,45	36	10	R$ 693,85	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 693,85	R$ 693,85	R$ 693,85	R$ 693,85	R$ 693,85	R$ 693,85	R$ 693,85	R$ 693,85	R$ 693,85	R$ 693,85	R$ 6.938,51	R$ 6.938,51	R$ -
17	EDSON	XINGU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	R$ 124.067,12	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 99.253,70	R$ 24.813,42	36	10	R$ 2.550,09	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 2.550,09	R$ 2.550,09	R$ 2.550,09	R$ 2.550,09	R$ 2.550,09	R$ 2.550,09	R$ 2.550,09	R$ 2.550,09	R$ 2.550,09	R$ 2.550,09	R$ 25.500,90	R$ 25.500,90	R$ -
18	EDSON	RURAL BRASIL LTDA. - ENDOSSADA A INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA (FIAGRO - I	R$ 2.500.000,00	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 2.000.000,00	R$ 500.000,00	36	10	R$ 51.385,29	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 513.852,86	R$ 513.852,86	R$ -
19	EDSON	NEW AGRO - MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	R$ 442.800,00	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 354.240,00	R$ 88.560,00	36	10	R$ 9.101,36	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 9.101,36	R$ 9.101,36	R$ 9.101,36	R$ 9.101,36	R$ 9.101,36	R$ 9.101,36	R$ 9.101,36	R$ 9.101,36	R$ 9.101,36	R$ 9.101,36	R$ 91.013,62	R$ 91.013,62	R$ -
20	EDSON	COOCAMAR - COOPERATIVA DE CAFEICULTORES E AGROPECUARISTAS DE MARINGÁ	R$ 1.115.790,59	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 892.632,47	R$ 223.158,12	36	10	R$ 22.934,09	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 22.934,09	R$ 22.934,09	R$ 22.934,09	R$ 22.934,09	R$ 22.934,09	R$ 22.934,09	R$ 22.934,09	R$ 22.934,09	R$ 22.934,09	R$ 22.934,09	R$ 229.340,88	R$ 229.340,88	R$ -
21	EDSON	GRAVENE E PEREIRA LTDA -ME	R$ 2.000,00	ME E EPP	50%	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	24	8	R$ 127,83	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 127,83	R$ 127,83	R$ 127,83	R$ 127,83	R$ 127,83	R$ 127,83	R$ 127,83	R$ 127,83	R$ 127,83	R$ -	R$ 1.022,63	R$ 1.022,63	R$ -
22	MARA	BANCO DO BRASIL S/A	R$ 3.000.000,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 2.400.000,00	R$ 600.000,00	36	10	R$ 61.662,34	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 616.623,44	R$ 616.623,44	R$ -
23	MARCO	ALBEINRI ALVES DE ALMEIDA	R$ 8.306,00	TRABALHISTA	0%	R$ -	R$ 8.306,00	0	12	R$ 714,87	R$ -	R$ 8.306,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 8.306,00	R$ 8.306,00	R$ -
24	MARCO	SAMUEL CAETANO ROSA DE OLIVERA	R$ 7.587,00	TRABALHISTA	0%	R$ -	R$ 7.587,00	0	12	R$ 652,99	R$ -	R$ 7.587,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 7.587,00	R$ 7.587,00	R$ -
25	MARCO	CARLOS HENRIQUE CARVALHO LIMA	R$ 6.920,00	TRABALHISTA	0%	R$ -	R$ 6.920,00	0	12	R$ 595,58	R$ -	R$ 6.920,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 6.920,00	R$ 6.920,00	R$ -
26	MARCO	RURAL BRASIL LTDA - FILIAL	R$ 39.006,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 31.204,80	R$ 7.801,20	36	10	R$ 801,73	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 801,73	R$ 801,73	R$ 801,73	R$ 801,73	R$ 801,73	R$ 801,73	R$ 801,73	R$ 801,73	R$ 801,73	R$ 801,73	R$ 8.017,34	R$ 8.017,34	R$ -
27	MARCO	BANCO DO BRASIL S/A	R$ 510.000,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 408.000,00	R$ 102.000,00	36	10	R$ 10.482,60	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 10.482,60	R$ 10.482,60	R$ 10.482,60	R$ 10.482,60	R$ 10.482,60	R$ 10.482,60	R$ 10.482,60	R$ 10.482,60	R$ 10.482,60	R$ 10.482,60	R$ 104.825,98	R$ 104.825,98	R$ -
28	MARCO	SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL	R$ 376.348,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 301.078,40	R$ 75.269,60	36	10	R$ 7.735,50	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 7.735,50	R$ 7.735,50	R$ 7.735,50	R$ 7.735,50	R$ 7.735,50	R$ 7.735,50	R$ 7.735,50	R$ 7.735,50	R$ 7.735,50	R$ 7.735,50	R$ 77.355,00	R$ 77.355,00	R$ -
29	MARCO	RURAL BRASIL LTDA. - ENDOSSADA A INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA (FIAGRO -	R$ 2.500.000,00	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 2.000.000,00	R$ 500.000,00	36	10	R$ 51.385,29	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 513.852,86	R$ 513.852,86	R$ -
30	PAULO	BANCO DO BRASIL S/A	R$ 555.000,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 444.000,00	R$ 111.000,00	36	10	R$ 11.407,53	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 11.407,53	R$ 11.407,53	R$ 11.407,53	R$ 11.407,53	R$ 11.407,53	R$ 11.407,53	R$ 11.407,53	R$ 11.407,53	R$ 11.407,53	R$ 11.407,53	R$ 114.075,34	R$ 114.075,34	R$ -
31	PAULO	SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL	R$ 357.600,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 286.080,00	R$ 71.520,00	36	10	R$ 7.350,15	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 7.350,15	R$ 7.350,15	R$ 7.350,15	R$ 7.350,15	R$ 7.350,15	R$ 7.350,15	R$ 7.350,15	R$ 7.350,15	R$ 7.350,15	R$ 7.350,15	R$ 73.501,51	R$ 73.501,51	R$ -
32	RAFAEL	ANA ALICE GOMES DA SILVA	R$ 4.055,00	TRABALHISTA	0%	R$ -	R$ 4.055,00	0	12	R$ 349,00	R$ -	R$ 4.055,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 4.055,00	R$ 4.055,00	R$ -
33	RAFAEL	RONALDO DA SILVA ALMEIDA	R$ 7.387,00	TRABALHISTA	0%	R$ -	R$ 7.387,00	0	12	R$ 635,77	R$ -	R$ 7.387,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 7.387,00	R$ 7.387,00	R$ -
34	RAFAEL	CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA ALVES	R$ 6.720,00	TRABALHISTA	0%	R$ -	R$ 6.720,00	0	12	R$ 578,37	R$ -	R$ 6.720,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 6.720,00	R$ 6.720,00	R$ -
35	RAFAEL	SAMYLLA MARTINS DEMELLAS	R$ 4.436,00	TRABALHISTA	0%	R$ -	R$ 4.436,00	0	12	R$ 381,79	R$ -	R$ 4.436,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 4.436,00	R$ 4.436,00	R$ -
36	RAFAEL	RURAL BRASIL LTDA-FILIAL	R$ 36.800,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 29.440,00	R$ 7.360,00	36	10	R$ 756,39	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 756,39	R$ 756,39	R$ 756,39	R$ 756,39	R$ 756,39	R$ 756,39	R$ 756,39	R$ 756,39	R$ 756,39	R$ 756,39	R$ 7.563,91	R$ 7.563,91	R$ -
37	RAFAEL	BANCO DO BRASIL S/A	R$ 430.000,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 344.000,00	R$ 86.000,00	36	10	R$ 8.838,27	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 8.838,27	R$ 8.838,27	R$ 8.838,27	R$ 8.838,27	R$ 8.838,27	R$ 8.838,27	R$ 8.838,27	R$ 8.838,27	R$ 8.838,27	R$ 8.838,27	R$ 88.382,69	R$ 88.382,69	R$ -
38	RAFAEL	SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL	R$ 581.924,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 465.539,20	R$ 116.384,80	36	10	R$ 11.960,93	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 11.960,93	R$ 11.960,93	R$ 11.960,93	R$ 11.960,93	R$ 11.960,93	R$ 11.960,93	R$ 11.960,93	R$ 11.960,93	R$ 11.960,93	R$ 11.960,93	R$ 119.609,33	R$ 119.609,33	R$ -
39	RAFAEL	AGRO OESTE COMERCIAL LTDA	R$ 42.000,00	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 33.600,00	R$ 8.400,00	36	10	R$ 863,27	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 863,27	R$ 863,27	R$ 863,27	R$ 863,27	R$ 863,27	R$ 863,27	R$ 863,27	R$ 863,27	R$ 863,27	R$ 863,27	R$ 8.632,73	R$ 8.632,73	R$ -
40	RAFAEL	CB AGRICOLA - CONFRESA - CADORE BIODIA & CIA LTDA	R$ 7.000,00	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 5.600,00	R$ 1.400,00	36	10	R$ 143,88	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 143,88	R$ 143,88	R$ 143,88	R$ 143,88	R$ 143,88	R$ 143,88	R$ 143,88	R$ 143,88	R$ 143,88	R$ 143,88	R$ 1.438,79	R$ 1.438,79	R$ -
41	RAFAEL	INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS VALENÇA LTDA	R$ 60.000,00	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 48.000,00	R$ 12.000,00	36	10	R$ 1.233,25	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 1.233,25	R$ 1.233,25	R$ 1.233,25	R$ 1.233,25	R$ 1.233,25	R$ 1.233,25	R$ 1.233,25	R$ 1.233,25	R$ 1.233,25	R$ 1.233,25	R$ 12.332,47	R$ 12.332,47	R$ -
42	SIDNEY	DIOGO MOREIRA SOUZ	R$ 8.311,00	TRABALHISTA	0%	R$ -	R$ 8.311,00	0	12	R$ 715,30	R$ -	R$ 8.311,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 8.311,00	R$ 8.311,00	R$ -
43	SIDNEY	DAVI PRUDENTE MOREIRA	R$ 7.613,00	TRABALHISTA	0%	R$ -	R$ 7.613,00	0	12	R$ 655,22	R$ -	R$ 7.613,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 7.613,00	R$ 7.613,00	R$ -
44	SIDNEY	RURAL BRASIL LTDA-FILIAL	R$ 1.321.427,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 1.057.141,60	R$ 264.285,40	36	10	R$ 27.160,76	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 27.160,76	R$ 27.160,76	R$ 27.160,76	R$ 27.160,76	R$ 27.160,76	R$ 27.160,76	R$ 27.160,76	R$ 27.160,76	R$ 27.160,76	R$ 27.160,76	R$ 271.607,62	R$ 271.607,62	R$ -
45	SIDNEY	BANCO DO BRASIL S/A	R$ 620.000,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 496.000,00	R$ 124.000,00	36	10	R$ 12.743,55	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 12.743,55	R$ 12.743,55	R$ 12.743,55	R$ 12.743,55	R$ 12.743,55	R$ 12.743,55	R$ 12.743,55	R$ 12.743,55	R$ 12.743,55	R$ 12.743,55	R$ 127.435,51	R$ 127.435,51	R$ -
46	SIDNEY	SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL	R$ 379.800,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 303.840,00	R$ 75.960,00	36	10	R$ 7.806,45	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 7.806,45	R$ 7.806,45	R$ 7.806,45	R$ 7.806,45	R$ 7.806,45	R$ 7.806,45	R$ 7.806,45	R$ 7.806,45	R$ 7.806,45	R$ 7.806,45	R$ 78.064,53	R$ 78.064,53	R$ -
47	SIDNEY	BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A. - MATRIZ	R$ 736.068,85	GARANTIA REAL	80%	R$ 588.855,08	R$ 147.213,77	36	10	R$ 15.129,24	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 15.129,24	R$ 15.129,24	R$ 15.129,24	R$ 15.129,24	R$ 15.129,24	R$ 15.129,24	R$ 15.129,24	R$ 15.129,24	R$ 15.129,24	R$ 15.129,24	R$ 151.292,43	R$ 151.292,43	R$ -
48	SIDNEY	AGROAMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS/A	R$ 210.577,00	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 168.461,60	R$ 42.115,40	36	10	R$ 4.328,22	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 4.328,22	R$ 4.328,22	R$ 4.328,22	R$ 4.328,22	R$ 4.328,22	R$ 4.328,22	R$ 4.328,22	R$ 4.328,22	R$ 4.328,22	R$ 4.328,22	R$ 43.282,24	R$ 43.282,24	R$ -
49	SIDNEY	INDUSTRIA QUIMICA KIMBERLIT LTDA - MATRIZ	R$ 233.411,25	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 186.729,00	R$ 46.682,25	36	10	R$ 4.797,56	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 4.797,56	R$ 4.797,56	R$ 4.797,56	R$ 4.797,56	R$ 4.797,56	R$ 4.797,56	R$ 4.797,56	R$ 4.797,56	R$ 4.797,56	R$ 4.797,56	R$ 47.975,62	R$ 47.975,62	R$ -
50	SIDNEY	LOYDER INDUSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA -MATRIZ	R$ 133.900,00	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 107.120,00	R$ 26.780,00	36	10	R$ 2.752,20	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 2.752,20	R$ 2.752,20	R$ 2.752,20	R$ 2.752,20	R$ 2.752,20	R$ 2.752,20	R$ 2.752,20	R$ 2.752,20	R$ 2.752,20	R$ 2.752,20	R$ 27.521,96	R$ 27.521,96	R$ -
51	SIDNEY	CAMAGRIL LTDA	R$ 124.327,24	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 99.461,79	R$ 24.865,45	36	10	R$ 2.555,44	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 2.555,44	R$ 2.555,44	R$ 2.555,44	R$ 2.555,44	R$ 2.555,44	R$ 2.555,44	R$ 2.555,44	R$ 2.555,44	R$ 2.555,44	R$ 2.555,44	R$ 25.554,36	R$ 25.554,36	R$ -
52	SIDNEY	RURAL BRASIL LTDA. - ENDOSSADA A INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA (FIAGRO - I	R$ 2.500.000,00	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 2.000.000,00	R$ 500.000,00	36	10	R$ 51.385,29	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 51.385,29	R$ 513.852,86	R$ 513.852,86	R$ -
53	SIDNEY	COOCAMAR - COOPERATIVA DE CAFEICULTORES E AGROPECUARISTAS DEMARINGÁ	R$ 466.203,67	QUIROGRAFÁRIO	80%	R$ 372.962,94	R$ 93.240,73	36	10	R$ 9.582,40	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 9.582,40	R$ 9.582,40	R$ 9.582,40	R$ 9.582,40	R$ 9.582,40	R$ 9.582,40	R$ 9.582,40	R$ 9.582,40	R$ 9.582,40	R$ 9.582,40	R$ 95.824,04	R$ 95.824,04	R$ -
54	SIDNEY	AUTO CENTER SILVA LTDA -ME	R$ 2.000,00	ME E EPP	50%	R$ 600,00	R$ 600,00	24	8	R$ 76,70	R$ -	R$ 76,70	R$ -	R$ 76,70	R$ 76,70	R$ 76,70	R$ 76,70	R$ 76,70	R$ 76,70	R$ 76,70	R$ 76,70	R$ 76,70	R$ -	R$ 613,58	R$ 613,58	R$ -
55	SIDNEY	AUTO ELETRICA SOUZA -ME	R$ 1.400,00	ME E EPP	50%	R$ 700,00	R$ 700,00	24	8	R$ 89,48	R$ -	R$ 89,48	R$ -	R$ 89,48	R$ 89,48	R$ 89,48	R$ 89,48	R$ 89,48	R$ 89,48	R$ 89,48	R$ 89,48	R$ 89,48	R$ -	R$ 715,84	R$ 715,84	R$ -
56	VERA	BANCO DO BRASIL S/A	R$ 3.000.000,00	GARANTIA REAL	80%	R$ 2.400.000,00	R$ 600.000,00	36	10	R$ 61.662,34	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 61.662,34	R$ 616.623,44	R$ 616.623,44	R$ -
			R$ 50.396.526,43			**R$ 40.255.462,74**	**R$ 10.141.063,69**			**R$ 1.040.999,85**	**R$ -**	**R$ 75.473,00**	**R$ 294,01**	**R$ 1.034.504,15**	**R$ 1.034.504,15**	**R$ 1.034.504,15**	**R$ 1.034.504,15**	**R$ 1.034.504,15**	**R$ 1.034.504,15**	**R$ 1.034.504,15**	**R$ 1.034.504,15**	**R$ 1.034.504,15**	**R$ 1.034.504,15**	**R$ 10.419.926,53**	**R$ 10.419.926,53**	**R$ -**

CLASSIFICAÇÃO (CLASSE DE CREDOR	VALOR	VALOR PRESENTE DA DÍVIDA A SER PAGO PELO CAIXA POR CADA PARCELA	VALOR DO DESÁGIO	VALOR TOTAL ATUALIZADO
QUIROGRAFÁRIO	R$ 14.721.108,03	R$ 2.944.221,61	R$ 11.776.886,42	R$ 3.025.793,41
GARANTIA REAL	R$ 35.590.345,40	R$ 7.119.069,08	R$ 28.476.276,32	R$ 7.116.308,07
TRABALHISTA	R$ 75.473,00	R$ 75.473,00	R$ -	R$ 75.473,00
ME E EPP	R$ 4.600,00	R$ 2.300,00	R$ 2.300,00	R$ 2.352,05
TOTAL	**R$ 50.396.526,43**	**R$ 10.141.063,69**	**R$ 40.255.462,74**	**R$ 10.419.926,53**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592635800000128815038
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592635800000128815038
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

RELAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIZADOS

DEVEDOR	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR	MARCA	TIPO
EDSON PINTO DE MELO	14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/26 LINHAS	R$ 81.100,30		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% ARADO RECERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50 MM	R$ 16.000,00	MARCA TUTU MARCHESAN	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% BOMBA HIDRO LINDE HPV-75 02 MF32	R$ 3.515,05		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	R$ 57.400,00	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	R$ 75.000,00	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CABECALHO PATA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	R$ 5.214,28	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CAMINHÃO	R$ 16.285,71	FORD CARGO 1933	VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	CAMINHÃO	R$ 100.000,00	MERCEDES 1113	VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CAMIONETE	R$ 18.000,00	CHEVROLET S10 LT	VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CAMIONETE	R$ 20.857,14	ESP/ABER/C DUP, DIESEL	VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CAMIONETE	R$ 18.000,00	CHEVROLET S10 LT	VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CAMIONETE	R$ 30.785,71	CHEVROLET S10 LT	VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CARRETA AG MT	R$ 10.404,00		VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CARRETA AGRICOLA GRANELEIRA	R$ 68.000,00	MARCA BECKER	VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CARRETA AGRICOLA GRANELEIRA	R$ 121.500,00	MARCA BECKER	VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CARRETA GRANELEIRA 15000	R$ 121.500,00	MARCA BECKER	VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CARRETA GRANELEIRA 15000	R$ 115.608,57	MARCA BECKER	VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% COLHEITADEIRA MF 4690 G EXTRA T3 MOD MF 4690	R$ 603.500,00	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER 3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529 + PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES SERIE 9695521052	R$ 147.428,57	MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	R$ 3.455,95		MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	R$ 3.455,95		MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% DE UMA BAMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF 32	R$ 3.515,05		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	R$ 16.207,14	FORN	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	R$ 16.207,14	FORN	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	R$ 20.000,00	MARCA JAN	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% KIT TANDEM P/ 22 LINHAS + KIT TANDEM P / 26 LINHAS	R$ 17.900,00		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS + KIT P /26 LINHAS	R$ 17.142,86		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/26 LINHAS	R$ 72.000,00		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PA CARREGADEIRA W20E CAB DIESEL	R$ 165.000,00		MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA PLT 2300 DE 2,5 MTS + 14,28% PLAINA CARREGADORA AGRICOLA PCS 1100, ADPTADOR VALTRA BH 140 A 180 4X4 S-701, BOMBA TRATOR, SUPORTE AGRIC. P/ BIG	R$ 6.114,29	MARCA TUTU MARCHESAN	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	R$ 426.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	R$ 459.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	R$ 363.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS	R$ 32.535,71	MODELO TERRACUS 1300	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	R$ 32.535,71	MODELO TERRACUS 1300	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	R$ 426.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	R$ 426.000,00		MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	R$ 426.000,00		MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES CARACOL	R$ 106.500,00	MARCA MASSEY FERGUSON	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATAFORMA CORTE MILHO	R$ 205.700,00	MARCA VENCE TUDO SERIE 01091	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATAFORMA DE CORTE MILHO 20 LINHAS	R$ 24.285,71	MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS, MARCA VENCE TUDO	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PLATAFORMA MILHO MF 3011 L	R$ 137.505,00	MARCA MASSEY FERGUSON	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500L	R$ 1.150.000,00	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	R$ 1.867.000,00	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA	R$ 280.000,00	MOD TL 5.000, MARCA NEW HOLLAND	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	R$ 1.034.000,00	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$ 72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA MF 7316K	R$ 457.000,00	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA MF7722	R$ 728.000,00	MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% UM DISTRIB. SPANDER 8.0	R$ 90.000,00	HIDRA EXATA	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14.28% PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	R$ 135.714,28	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	50% DE UM TRATOR	R$ 84.000,00	NEW HOLLAND 7630	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	50% LAMINA DIANTEIRA COMPLETA LDA 2400 S/SAPATA	R$ 1.500,00	TUTU MARCHESAN	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	50% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	R$ 67.260,00	MOD, FORN	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	50% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	R$ 67.260,00	MOD, FORN	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	50% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA 13 LINHAS	R$ 80.000,00	MOD TERRACUS	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	50% TANQUE COMBUSTÍVEL 10.000 LITROS	R$ 3.850,00	NF 761 FORN	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	50% TRATOR	R$ 80.000,00	MASSEY FERGUSON,	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	50% UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO DE MAQUINAS	R$ 11.500,00	MOD TANDEM	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	50% UM LANCER MAGNO 10.000	R$ 21.900,00	FORN	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	50% UM LANCER ORGANICO 12.000	R$ 21.900,00	FORN	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	50% UM MTSB 1060 03 CX 2L 1P MONOF	R$ 3.050,00	FORN	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	50% PULVERIZADOR SPRAYER	R$ 125.000,00	NEW HOLLAND DIESEL	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	50% UM TRATOR AGRICOLA NETRATOR	R$ 75.000,00	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	50% UMA BAMBA CENTR. AUTOESCORVANTE GASOLINA5.5 + BAMBA ELÉTRICA 230VP DIESEL MEDIDO 4M MANG + TORNO BANCADA LINHA NOBRE PROFISSIONAL 8 CFE NF 35066 FORN.	R$ 1.727,00	SOLDAMEX COM. MAQUINAS E EQUIP. LTDA	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	GRADE ARADORA INTERMEDIARIA	R$ 70.000,00	MARCA TATU CHASSI 0791/14201	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	TRATOR	R$ 82.000,00	MOD 6610	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA	R$ 280.000,00	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$ 72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$ 72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$ 72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% BAZUCA 12000 LITROS	R$ 120.000,00	JAN	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	14,28% BAZUCA 20000 LITROS	R$ 120.000,00	JAN	IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	TRATOR 7630	R$ 250.000,00	NEW HOLLANDO	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	TANQUE DE ÁGUA 10 MIL LITROS	R$ 5.000,00		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	CARRO FIAT STRADA 1.4	R$ 75.000,00		VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	GRADE NIVELADORA	R$ 70.000,00		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	PÁ CARREGADEIRA FIETALES 12B	R$ 110.000,00		MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	TRATOR FORD 6630	R$ 150.000,00	FORD CARGO	MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	TRATOR VALTRA BH 185	R$ 275.000,00		MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	GRADE INTERMEDIÁRIA	R$ 42.000,00		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	PLAINA NIVELADORA	R$ 75.000,00		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	CAMINHÃO SCANIA 360 TANQUE	R$ 380.000,00		VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	COLHEITADEIRA VALTRA BC8800	R$ 2.300.000,00		MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	CAMIONETE S10 COLINA	R$ 80.000,00	2006	VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	CARRO FIAT STRADA 1.4	R$ 750.000,00		VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	CAMINHÃO CAÇAMBA MERCEDES 2013	R$ 230.000,00		VEÍCULOS
EDSON PINTO DE MELO	TRATOR BH 180 VALTRA	R$ 370.000,00		MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	TRATOR 650 MASSEY FERGUSSON	R$ 720.000,00		MÁQUINAS
EDSON PINTO DE MELO	GRADE INTERMEDIARIA	R$ 42.000,00		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200	R$ 46.000,00		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	EMBUTIDORA SILO BOLSA	R$ 26.000,00		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	DESIMBUTIDORA SILO BOLSA	R$ 26.000,00		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	Casa - Rua Rodolpho Maibon Moreira, 432 A, Jd. Diamante, Maringa-PR	R$ 350.000,00		IMÓVEIS
EDSON PINTO DE MELO	Sobrados - Avenida Alcebíades de Paula Neto, 874, Jd. Oriental, Maringa-PR	R$ 900.000,00		IMÓVEIS
EDSON PINTO DE MELO	Sobrado - Av. das Palmeiras, 98, Pq. das Palmeiras, Maringa-PR	R$ 1.500.000,00		IMÓVEIS
EDSON PINTO DE MELO	Casa - Rua Cerejeira, 132, Pq. Das Palmeiras, Maringa-PR	R$ 360.000,00		IMÓVEIS
EDSON PINTO DE MELO	Fazenda São Rafael - Nova Xavantina-MT	R$ 8.029.946,22		IMÓVEIS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28 % CAMIONETE	R$ 215.500,00	CHEVROLET S/10	VEÍCULOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28 CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	R$ 3.352,86		MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28 PULVERIZADOR	R$ 135.714,28	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS	R$ 2.842,86	MARCA TUTU MARCHESAN	IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% BOMBA HIDRO LINDE HPV-75 02 MF32	R$ 3.515,05		IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	R$ 5.214,28	MARCA PLATICENTER	IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	R$ 8.200,00	MARCA PLATICENTER	IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	R$ 10.714,29	MARCA PLATICENTER	IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CAMINHÃO	R$ 16.285,71	FORD CARGO	VEÍCULOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CAMIONETE	R$ 18.000,00	CHEVROLET S/10	VEÍCULOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CARRETA AG MT	R$ 14.343,43		VEÍCULOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CARRETA AGRIC. GRANELEIRA	R$ 9.714,29	MARCA BECKER	VEÍCULOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CARRETA AGRIC. GRANELEIRA	R$ 17.357,14	MARCA BECKER	VEÍCULOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CARRETA GRANELEIRA 15000	R$ 17.357,14	MARCA BECKER	VEÍCULOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CARRETA GRANELEIRA 15000	R$ 16.515,51	MARCA BECKER	VEÍCULOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION	R$ 2.985,71		IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% COLHEITADEIRA	R$ 86.214,29	MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% COLHEITADEIRA + PLATAFORMA DE CORTE DRAPER	R$ 147.428,57	MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	R$ 3.455,95		MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER 1500	R$ 2.857,14	MARCA JAN	IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% DISTRIBUIDOR SPANDER 8.0 HIDRA EXATA	R$ 12.857,14		IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% KIT TANDEM P/ 22 LINHAS	R$ 17.900,00		IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P 26 LINHAS	R$ 17.142,86		IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS	R$ 10.285,71		IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS	R$ 11.585,76		IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PA CARREGADEIRA W20E CAB DIESEL	R$ 23.571,43		MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA	R$ 6.114,29	MARCA TUTU MARCHESAN	IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA	R$ 32.535,71	MODELO TERRACUS	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO	R$ 60.942,86	TERRACUS	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA TERRACUS	R$ 51.857,14	MARCA PLATICENTER	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATADEIRA TERRACUS	R$ 65.571,43	MARCA PLATICENTER	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADATERRACUS	R$ 426.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADATERRACUS 13000	R$ 459.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS13000	R$ 363.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:50
Número do documento: 23102808592658200000128815039
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592658200000128815039
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:26

MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS	R$	32.535,71	MODELO TERRACUS 1300	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	R$	32.535,71	MODELO TERRACUS 1300	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS13000	R$	426.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	R$	426.000,00		MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES	R$	15.214,29	MARCA MASSEY FERGUSSON	IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATAFORMA CORTE MILHO	R$	29.385,71	MARCA VENCE TUDO	IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATAFORMA DE CORTE MILHO	R$	24.285,71	MARCA VENCE TUDO	IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PLATAFORMA MILHO MF	R$	19.643,57	MARCA MASSEY FERGUSON	IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ 2500L	R$	164.285,71	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	R$	266.714,29	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS	R$	16.207,14		IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRA AGRICOLA	R$	62.285,71	MF 7316K MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR	R$	72.142,85	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA MF7722	R$	104.000,00	MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA MOD TL 5000	R$	40.000,00	MARCA NEW HOLLAND	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA PNEUS	R$	147.714,29	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA	R$	280.000,00	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% BAZUCA 12000 LITROS	R$	65.000,00	JAN	IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% BAZUCA 20000 LITROS	R$	65.000,00	JAN	IMPLEMENTOS
MARA VIOLIN DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	R$	106.500,00	FORN	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	R$	30.785,71		MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	R$	3.455,95	MARCA TATUL MARCHESAN	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50MM	R$	62.285,71	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINA TANDEM 13.000	R$	65.571,43	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINASTANDEN	R$	32.535,71	FORD CARGO	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM CAMINHAO	R$	41.000,00		VEÍCULOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIB. SPANDER 8.0 HIDRA EXATA	R$	14.343,43	MARCA JAN	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER1500	R$	2.842,86		IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TANDEM P/ 22 LINHAS,+ UM KIT TANDEM P/ 26 LINHAS	R$	10.285,71		IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS, + UM KIT TS 650 TANDEM P/ 26 LINHAS,	R$	17.900,00		IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS	R$	164.285,71		IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS	R$	12.857,14	MARCA MASSEY FERGUSON	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ2500C	R$	2.857,14	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPE IDO	R$	11.585,76	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO N3500, SERIE S352NH00049,	R$	72.142,85	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOL DE PNEUS	R$	266.714,29	NEW HOLLAND T7	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE RODAS 260, SERIE T230C401675	R$	16.207,14	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF 7316K	R$	6.114,29	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF7722	R$	16.515,51	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MOD TL 5.000	R$	17.142,86		MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA BOMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF32	R$	5.214,28		IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AG M	R$	23.571,43	MARCA BECKER	VEÍCULOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-12000),MARCA BECKER, SERIE 72889, KIT MULTIPLO MULTIUSO, TUBO INOX, EMBREAGEM C/ CONTROLE REMOTO,KIT LONA FACIL (GRANELEIRO + TUBO) CFE NF 163841	R$	3.352,86	MARCA BECKER	VEÍCULOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-15000),MULTIUSO, TUBO INOX, EMBREAGEM C/ CONTROLE REMOTO,KIT LONA FACIL (GRANELEIRO + TUBO)	R$	9.714,29	MARCA BECKER	VEÍCULOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELARA 15000	R$	147.714,29	MARCA BECKER	VEÍCULOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	R$	17.357,14		VEÍCULOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION	R$	51.857,14	MARCA MASSEY FERGUSON	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 4690 G EXTRA T31 MOD. MF4690	R$	29.385,71	MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529, E UM PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES, SERIE 969552105	R$	18.000,00	W20E CAB, DIESEL, CASE MOTOR36489778	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PA CARREGADEIRA	R$	40.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEI DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADATERRACUS	R$	19.643,57	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	R$	60.942,86	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	R$	2.985,71	MARCA PLANTICENTER,	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO D RETO DE GRAOS ARTICULADA	R$	24.285,71	MARCA PLATICENTER	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLATADEIRA TERRACUS	R$	65.571,43	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADATERRACUS	R$	426.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADATERRACUS 13000	R$	459.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS13000	R$	363.000,00	MODELO TERRACUS 1300	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS	R$	32.535,71	MODELO TERRACUS 1300	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA PLATIO DIRETO DE GRÃOS ARTICULADA	R$	32.535,71	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLATADEIRA PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS13000	R$	426.000,00	MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES, CORTE CARACOL	R$	17.357,14	MARCA VENCE TUDO	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE MILHO	R$	15.214,29	MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS, MARCA VENCE TUDO, SERIE	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA DE CORTE MILHOàO HAS,	R$	147.428,57	MASSEY FERGUSON	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA MILHO	R$	86.214,29		IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS	R$	16.285,71	TATU MARCHESAN	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA PTL 2300bÉ h,3MTS, MARCA + 142,8% PLAINA CARREGADEIRA AGRICOLA pcs 1100 VALTRA BH 140 A 180 4X4 S- 701 , BOMBA TRATOR, SUPORTE AGRIC. P/ BIG-BAG COMPLETO,	R$	10.714,29	CHEVROLET S/10	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	R$	20.857,14	CHEVROLET S/10	VEÍCULOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	R$	3.515,05	CHEVROLET S/10	VEÍCULOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE/ABER/C. DUP, PRATA, PLACA BDU-7G25	R$	135.714,28	TOYOTA/ÉTIOS/HB	VEÍCULOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	UM AUTOMOVEL TOYOTA/ETIOS/HB	R$	55.000,00	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND	VEÍCULOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA	R$	280.000,00	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	JAN	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% BAZUCA 12000 LITROS	R$	65.000,00	JAN	MÁQUINAS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% BAZUCA 20000 LITROS	R$	65.000,00	FORN	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAISDOBRAVEIS	R$	106.500,00		IMPLEMENTOS
EDSON PINTO DE MELO	Fazenda Santa Maria Goretti - Maringa-PR	R$	3.969.680,00		IMÓVEIS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	R$	30.785,71		MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	R$	3.455,95		MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50MM	R$	6.114,29	MARCA TATUL MARCHESAN	IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINASTANDEM 13.000	R$	2.985,71	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINASTANDEM 13.000	R$	8.200,00	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINASTANDEN	R$	32.535,71	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CAMINHAO, FORD/CARGO 1933	R$	100.000,00	FORD CARGO 1933	VEÍCULOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIB. SPANDER 8.0 HIDRA EXATA,	R$	14.343,43		IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER1500	R$	2.842,86	MARCA JAN	IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TANDEM P/ 22 LINHAS, KIT TANDEM P/ 26LINHAS,	R$	10.285,71		IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHASv + UM KIT TS 650 TANDEM P/ 26 LINH	R$	17.900,00		IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHA	R$	266.714,29		IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS,	R$	2.857,14		IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ2500L	R$	62.285,71	MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUT PÃOPELIDO	R$	147.714,29	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	R$	16.207,14	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	R$	17.142,86	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	147.428,57	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF 7316K	R$	65.571,43	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF7722	R$	16.515,51	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MOD TL 5.000,	R$	164.285,71	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA BOMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF32	R$	5.214,28		IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AG MT,	R$	23.571,43		VEÍCULOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-12000)	R$	3.352,86	MARCA BECKER	VEÍCULOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-15000)	R$	9.714,29	MARCA BECKER	VEÍCULOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	R$	11.585,76	MARCA BECKER	VEÍCULOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	R$	17.357,14	MARCA BECKER	VEÍCULOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION	R$	19.643,57		IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 4690 G EXTRA T3, MOD. MF4690	R$	17.357,14	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529, E UMA PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES, SERIE 9695521052	R$	18.000,00	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PA CARREGADEIRA W20E CAB, DIESEL	R$	40.000,00		MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEI DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADATERRACUS 13000	R$	51.857,14	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOSARTICULADA TERRACUS	R$	86.214,29	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	R$	60.942,86	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTO IRETO DE GRAOS ARTICULADA	R$	24.285,71	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEI DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	R$	19.643,57	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	R$	60.942,86	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	R$	2.985,71	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO D RETO DE GRAOS ARTICULADA	R$	24.285,71	MARCA PLANTICENTER,	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% PLATADEIRA TERRACUS	R$	65.571,43	MARCA PLATICENTER	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	R$	426.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS 13000	R$	459.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES, CORT CARACOL	R$	12.857,14	MARCA MASSEY FERGUSON	IMPLEMENTOS

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE MILHO	R$	15.214,29	MARCA VENCE TUDO	IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA DE CORTE MILHO 20 LINHAS, MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS	R$	72.142,85	MARCA VENCE TUDO	IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA MILHO MÊ 38111	R$	29.385,71	MARCA MASSEY FERGUSON	IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAISDOBRAVEIS	R$	16.285,71		IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA PTL 2300 DE 2,3MTS, MARCA TATU MARCHESAN, SERIE 0106060057-OQI 37, ANO 2020, SEM RODA, CFE NF 165964 FORN. CAMAGRIL , EM 15/06/2021 , POR R$ 3.900,00 - UTILIZADAS COMO DESPESA + 14,28% PLAINA CARREGADEIRA AGRICOLA PCS 1 100, MARCA TATU MARCHESAN, SERIE OI 06110410-19, ANO 2021 , ADAPTADOR VALTRA BH 140 A 180 4X4 S-701, BOMBA TRATOR, SUPORTE AGRIC. P/ BIG-BAG COMPLET	R$	10.714,29		IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	R$	135.714,28	CHEVROLET S/10	VEÍCULOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	R$	18.000,00	DUP DIESEL	VEÍCULOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	R$	3.515,05	CHEVROLET S/10	VEÍCULOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA	R$	280.000,00	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% BAZUCA 12000 LITROS	R$	65.000,00	JAN	IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% BAZUCA 20000 LITROS	R$	65.000,00	JAN	IMPLEMENTOS
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	R$	106.000,00	FORN	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	R$	3.455,95		MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	R$	3.352,86		MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50MM	R$	2.842,86	MARCA TATUL MARCHESAN	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENFrÔMAQUINAS TANDEM 13.000	R$	8.200,00	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	R$	10.714,29	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO PARA ACOPLAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	R$	5.214,28	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM CAMINHAO	R$	16.285,71	FORD CARGO 1933	VEÍCULOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIB. SPANDER 8.0 HIDRA EXATA	R$	12.857,14		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER1500	R$	2.857,14	MARCA JAN	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TANDEM P/ 22 LINHAS, POR R$ 62.263,38 + U KIT TANDEM P/ 26 LINHAS,	R$	17.900,00		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS, UM KIT TS 650 TANDEM P/ 26 LINHA	R$	17.142,86		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS	R$	11.585,76		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS,	R$	10.285,71		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ2500C	R$	164.285,71	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	R$	135.714,28	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	R$	266.714,29	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	R$	147.714,29	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF 7316K,	R$	62.285,71	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF7722	R$	104.000,00	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLAMOD TL 5.000HOLLAND,	R$	40.000,00	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA BOMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF32	R$	3.515,05		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AG M	R$	14.343,43		VEÍCULOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA	R$	17.357,14	MARCA BECKER	VEÍCULOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-12000)	R$	9.714,29	MARCA BECKER	VEÍCULOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	R$	17.357,14	MARCA BECKER	VEÍCULOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	R$	16.515,51	MARCA BECKER	VEÍCULOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION	R$	2.985,71		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER3, SERIE 9695521052, MOTOR DS5529, E UMA PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES, SERIE 9695521052	R$	147.428,57	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PA CARRÉGAbÉIAA W20E CAB, DIESEL, CASE MOTOR3648977	R$	23.571,43		MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	R$	60.942,86	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	R$	51.857,14	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	R$	65.571,43	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO DE GRAOS ARTICULADA, MODELO TERRACUS 13000	R$	32.535,71	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEi DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADATERRACUS	R$	19.643,57	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOSARTICULADA TERRACUS	R$	60.942,86	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	R$	2.985,71	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO D RETO DE GRAOS ARTICULADA	R$	24.285,71	MARCA PLANTICENTER,	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% PLATADEIRA TERRACUS	R$	65.571,43	MARCA PLATICENTER	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADATERRACUS	R$	426.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADATERRACUS 13000	R$	459.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE MF 20 PES, CORTE CARACOL	R$	15.214,29	MARCA MASSEY FERGUSON	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTEMILHO, MARCA VENCETUDO	R$	29.385,71		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA DE CORTE MILHO 20 LINHAS,MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS	R$	24.285,71	MARCA VENCE TUDO	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA MILHO MF 301 IL	R$	19.643,57	MARCA MASSEY FERGUSON	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS	R$	16.207,14		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% PLAINA TRASERA LARGA PTL 2300 DE 2,3MTS, + 14,28% PLANA CARREGADEIRA AGRICOLA PCS 1 100,	R$	6.114,29	MARCA TUTU MARCHESAN	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	R$	18.000,00	CHEVROLET S10 LT	VEÍCULOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	R$	18.000,00	CHEVROLET S10 LT	VEÍCULOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	R$	30.785,71	CHEVROLET S10 LT	VEÍCULOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE ESP/ABER/C. DUP, DIESE	R$	20.857,14		VEÍCULOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	4,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 4690 G EXTRA T3	R$	86.214,29	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% DE UM TRATOR	R$	42.000,00	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRAOSARTICULADA	R$	80.000,00	MOD TERRACUS 13 LINHAS, C/ CX UNICA SEMENTE/PIPOQUEIRA	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% TRATOR	R$	80.000,00	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO DE MAQUINAS MOD TANDEM,	R$	11.500,00		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UM LANCER ORGANICO 12.000	R$	21.900,00		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UM MTSB 1060 03 CX 2L IP MONOÊSERIE 10969	R$	3.050,00		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UM TANQUE COMBUSTIVEL 10.000 LITROS	R$	3.850,00		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UM TRATOR AGRICOLA NETRATOR AGRICOLA	R$	75.000,00	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UMA BOMBA CENTR. AUTOESCORVANTE GASOLINA 5.5 CVZBS02 + BOMBA ELETRICA 230 V P/ DIESEL C/ MEDIDOR 4M MANG + TORNO BANCADA LINHA NOBRE PROFISSIONAL 8	R$	1.727,00		IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UMA LAMINA DIANTEIRA COMPLETA LDA 2400 SISAPATA PCA 800/1100	R$	1.500,00	MARCA TATU MARCHESAN, MOD GEN	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO DE GRAOS ARTICULADA, MOD TERRACUS	R$	67.260,00		MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UMA PULVERIZADCR SPRAYER NEW HOLLAND IESEL, AZUL	R$	125.000,00		MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	ADQ. EM 09/09/2011 50 % DE UMA COLHEITADEIRA AGRICOLA M LO MF 5650 GKC GT, ANO 2011 + PLATAFORMA DE CORTE MASSEY FERGUSON SERIE 550F325347	R$	600.000,00	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	ADQ. EM 27/09/2011 50% UMA PLANTADEIRA AGRICOLA, MOD MF 509 M 459, 9 LAMINAS RODADA	R$	140.000,00	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	M CAMINHAO 1113, ANO 76, PLACAS AIU-9020, ADQ EM 08/99, MINHA PARTE 50%.	R$	50.000,00		VEÍCULOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	UM GUINCHO AGRICOLA TRASEIRO GIRATORIO, MATAO, GATER	R$	1.800,00	RL 2000 C/ VALVULA E GANCHO, ANO 2007, SERIE: 00221	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	UM TRATOR AGRICOLA	R$	250.000,00	NEW HOLLAND, MOD. 7630 T.R.D., ANO 02, ADO. EM 02	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA	R$	280.000,00	MOD TL 5.100, MARCA NEW HOLLAND	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% BAZUCA 12000 LITROS	R$	65.000,00	JAN	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% BAZUCA 20000 LITROS	R$	65.000,00	JAN	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	R$	106.000,00	FORN	IMPLEMENTOS
SIDNEY PINTO DE MELLO	50% UM LANCER MAGNO 10.000	R$	21.900,00	FORN	IMPLEMENTOS
MARCO ANTONIO DE MELLO	Casa - Rua Cora Coralina, Poetisa, 320, Jd. Tóquio, Maringa-PR	R$	420.000,00		IMÓVEIS
SIDNEY PINTO DE MELLO	Fazenda Santa Maria Goretti - Maringa-PR	R$	3.639.680,00		IMÓVEIS
SIDNEY PINTO DE MELLO	LOTE N°. 3-D-3 e 3-D-4 - Maringa-PR	R$	3.412.200,00		IMÓVEIS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	R$	3.352,86		MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% CONSORCIO MASSEY FERGUSSON	R$	3.455,95		MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM ARADO REVERSIVEL 4 DISCOS 30 X 7,50MM	R$	2.842,86	TUTU MARCHESAN	IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINA TANDEM 13.000	R$	10.714,29	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO P/ ACOPLAMENTO MAQUINAS TANDEM 13.000	R$	8.200,00	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CABECALHO PAR AC LAMENTO DE MAQUINAS TANDEN	R$	5.214,28	MARCA PLANTICENTER	IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM CAMINHAO	R$	16.285,71	FORD CARGO 1933	IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIB. SPANDER 8.0 HIDRA EXATA	R$	12.857,14		IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM DISTRIBUIDOR DUPLO DISCO MASTER LANCER1500	R$	2.857,14	MARCA JAN	IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TANDEM P/ 22 LINHAS, POR R$ 62.263,38 + UM KIT TANDEM P/ 26 LINHAS,	R$	17.900,00		IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS 650 TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS,+ UM KIT TS 650 TANDEM P/ 26 LINHA	R$	17.142,86		IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS	R$	11.585,76		IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM KIT TS TANDEM + MONITOR P/ 26 LINHAS,	R$	10.285,71		IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AGRICOLA MF 8225 AUTOMOTRIZ2500C	R$	164.285,71	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADOR AUTO PROPELIDO	R$	135.714,28	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM PULVERIZADORAU ROPELIDO	R$	266.714,29	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE PNEUS	R$	147.714,29	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA DE RODAS NEW HOLLAND T7	R$	72.142,85	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF 7316K857, ANO 2021/202	R$	62.285,71	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MF7722	R$	104.000,00	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS

VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UM TRATOR AGRICOLA MOD TL 5.000	R$	40.000,00	NEW HOLLAND	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA BOMBA HIDRO LINDE HPV 75-02 MF32	R$	3.515,05		IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AG MT	R$	14.343,43		VEÍCULOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-12000)	R$	9.714,29	MARCA BECKER	VEÍCULOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA AGRIC. GRANELEIRA (GB-15000)	R$	17.357,14	MARCA BECKER	VEÍCULOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	R$	17.357,14	MARCA BECKER	VEÍCULOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CARRETA GRANELEIRA 15000	R$	16.515,51	MARCA BECKER	VEÍCULOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA CJ MONITOR TERMINAL INFOVISION,	R$	2.985,71		IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 4690 G E T MOD. MF4690	R$	86.214,29	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA COLHEITADEIRA MF 9695 AXIAL TIER3, SERIE 9695521052, MOTOR D55529, POR R$ 825.600,00 (TOTAL) E UMA PLATAFORMA DE CORTE DRAPER 30 PES, SERIE 9695521052, POR R$ 206.400,00 (TOTAL)	R$	147.428,57	MARCA MASSEY FERGUSON	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PA CARREGADEIRA W20E CAB, DIESEL	R$	23.571,43		MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	R$	60.942,86	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	R$	51.857,14	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	R$	65.571,43	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO DE GRA ARTICULADA, MODELO TERRACUS 13000	R$	32.535,71	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEI DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS	R$	19.643,57	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOSARTICULADA TERRACUS	R$	60.942,86	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRAOS ARTICULADA TERRACUS 13000	R$	2.985,71	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLANTADEIRA PLANTIO D RETO DE GRAOSARTICULADA	R$	24.285,71	MARCA PLANTICENTER,	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% PLATADEIRA TERRACUS	R$	65.571,43	MARCA PLATICENTER	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO GRÃOS ARTICULADA TERRACUS	R$	426.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% PLANTADEIRA DE PLATIO DIRETO GRÃOS ARTICULADATERRACUS 13000	R$	459.000,00	MARCA PLANTICENTER	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE FLEX MF 20 PES, CORTECARACOL	R$	15.214,29	MARCA MASSEY FERGUSON	IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA CORTE MILHO	R$	29.385,71		IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA DE CORTE MILHO 20 LINHAS, MOD. BOCUDA, COM 20 LINHAS	R$	24.285,71	MARCA VENCE TUDO	IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA PLATAFORMA MILHÕ MF 301 IL	R$	19.643,57	MARCA MASSEY FERGUSON	IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/ LATERAIS DOBRAVEIS	R$	16.207,14		IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% PLAINA TRASEIRA LARGA PTL 2300bê h,3MTS,	R$	6.114,29	TUTU MARCHESAN	IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	R$	30.785,71	CHEVROLET S10 LT	VEÍCULOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	R$	20.857,14	DUP DIESEL	VEÍCULOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	R$	18.000,00	CHEVROLET S/10	VEÍCULOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% UMA CAMIONETE	R$	18.000,00	CHEVROLET S10 LT	VEÍCULOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA	R$	280.000,00	MOD TL 5.100,	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% TRATOR AGRICOLA DE RODAS	R$	72.142,85	NEW HOLLAND T7 260	MÁQUINAS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% BAZUCA 12000 LITROS	R$	65.000,00	JAN	IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% BAZUCA 20000 LITROS	R$	65.000,00	JAN	IMPLEMENTOS
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	14,28% DE UMA SUPER GRADE DESTORROADORA C/LATERAIS DOBRAVEIS	R$	106.000,00	FORN	IMPLEMENTOS
TOTAL		**R$**	**62.777.105,36**		

DEVEDOR/DESCRIÇÃO	IMÓVEIS	IMPLEMENTOS	MÁQUINAS	VEÍCULOS	TOTAL
EDSON PINTO DE MELO	R$ 15.109.626,22	R$ 1.588.733,82	R$ 14.659.717,57	R$ 2.155.941,13	R$ 33.514.018,74
MARA VIOLIN DE MELLO	R$ -	R$ 453.451,51	R$ 4.129.287,34	R$ 325.073,22	R$ 4.907.812,07
MARCO ANTONIO DE MELLO	R$ 420.000,00	R$ 904.693,41	R$ 3.004.836,46	R$ 457.796,48	R$ 4.787.326,35
RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	R$ -	R$ 782.236,98	R$ 2.524.907,85	R$ 322.810,81	R$ 3.629.955,64
SIDNEY PINTO DE MELLO	R$ 7.051.880,00	R$ 520.178,51	R$ 4.481.905,20	R$ 229.216,07	R$ 12.283.179,78
VERA LUCIA GALLO DE MELLO	R$ -	R$ 469.237,22	R$ 3.022.645,20	R$ 162.930,36	R$ 3.654.812,78
TOTAL	**R$ 22.581.506,22**	**R$ 4.718.531,45**	**R$ 31.823.299,62**	**R$ 3.653.768,07**	**R$ 62.777.105,36**

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Assinado de forma digital por EDSON PINTO DE MELLO:66911508991 Dados: 2023.10.28 08:49:52 -03'00'

EDSON PINTO DE MELLO:66911508991

EDSON PINTO DE MELLO
PRODUTOR RURAL

MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Assinado de forma digital por MARA VIOLIN DE MELLO:03781023974 Dados: 2023.10.28 08:47:20 -03'00'

MARA VIOLIN DE MELLO
PRODUTORA RURAL

MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO DE MELLO:06402061905 Dados: 2023.10.28 08:45:52 -03'00'

MARCO ANTONIO DE MELLO
PRODUTOR RURAL

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Assinado de forma digital por RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO:08969247939 Dados: 2023.10.28 08:47:53 -03'00'

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
PRODUTOR RURAL

SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Assinado de forma digital por SIDNEY PINTO DE MELLO:66911591953 Dados: 2023.10.28 08:46:50 -03'00'

SIDNEY PINTO DE MELLO
PRODUTOR RURAL

VERA LUCIA GALLO:61459402987 Assinado de forma digital por VERA LUCIA GALLO:61459402987 Dados: 2023.10.28 08:48:25 -03'00'

VERA LUCIA GALLO DE MELLO
PRODUTORA RURAL



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:51
Número do documento: 23102808592683200000128815040
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592683200000128815040
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:27

1 INTRODUÇÃO

Este Parecer trata-se de um documento Opinativo de Comercialização imobiliária e está amparado pelo disposto no Art. 3º da Lei 6.530, de 12 de maio de 1978 (D.O.U. de 15/05/1978), a saber:

"Art 3º Compete ao Corretor de Imóveis exercer a intermediação na compra, venda, permuta e locação de imóveis, podendo, ainda, **opinar quanto à comercialização imobiliária**".

2 IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, profissão Agricultor, RG nº 4336798-6 SSP/PR e CPF nº 669.115.089-91; residente e domiciliado à Estrada Romeira, Lote D-3, Maringá/PR.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, profissão Agricultor, RG nº 4336798-6 SSP/PR e CPF nº 669.115.089-91; residente e domiciliado à Estrada Romeira, Lote D-3, Maringá/PR.

3 OBJETIVO

Informar valor de mercado atualizado do imóvel objeto deste Parecer, em consonância com os parâmetros de comercialização vigente no mercado imobiliário da cidade de Maringá, corrigindo e anulando, assim, eventuais distorções no preço.

4 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO BEM

4.1 Objeto

Data de terras sob nº 18, da quadra nº 09, Zona 16, contendo uma edificação em alvenaria (Casa Geminada), de alvenaria e laje, cobertura de telha de cimento, janelas modelos blindex, 100,00m² de área construída, 150m² de terreno; edificação composta de: 03 quartos (01 suíte), sala, cozinha com pia e armário, bwc social, garagem, área de serviço, quintal com jardim (frente para rua) e quintal sem jardim (fundos) com churrasqueira; localizada à Rua Rodolpho Maibon Moreira, 432 A, Jd. Diamante, Maringá-PR, CEP 87024-050; , com cadastro imobiliário sob o nº 16066200.

4.2 Contextualização do Imóvel Na Vizinhança e Infra-Estrutura Disponível

Segundo constatado no local, o terreno possui as seguintes benfeitorias:
Uma casa de alvenaria e laje com 100m²;
A rua onde se localiza o imóvel é bem pavimentada e servida de toda infraestrutura urbana (Rede de esgoto, iluminação pública, arborização em frente a quase todas as casas);

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:51
Número do documento: 23102808592683200000128815040
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592683200000128815040
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:27

A região possui – num raio de 500 metros da casa – Mercado de médio porte, posto de combustíveis moderno, Pet Shop, loja de materiais de construção, diversas lanchonetes e bares, além de outros comércios e serviços.

4.3 Topografia e Características do Solo

O relevo do terreno é plano e bem compactado, conforme exigência da legislação municipal;
A forma geométrica do terreno é retangular, tendo uma frente/testada com 6 metros.

5 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO (MÉTODO EVOLUTIVO)

A presente avaliação está fundamentada na soma do preço do terreno com o total da área construída, observando-se a excelente conservação do imóvel, no que diz respeito à estrutura, sem sinais aparentes de fissuras/rachaduras, pintura interna e externa novas e piso cerâmica bem conservado, apenas um pouco desgastado pelo uso natural.

6 CONCLUSÃO

Em função dos atributos que a lei outorga ao profissional Corretor de Imóveis deste Parecer, devidamente habilitado e registrado em competente Conselho de Classe regulador e fiscalizador, assino a presente Avaliação em duas vias de igual teor, e declaro, ainda, que o valor de mercado fixado por mim referente ao imóvel avaliado é:

AVALIAÇÃO DO TERRENO "LIMPO": R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)
AVALIAÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA: R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)
VALOR DO IMÓVEL: R$ 350.000,00
(TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)

7 CURRÍCULO DO CORRETOR RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO

Francis Eduardo Canova

FRANCIS EDUARDO CANOVA (Corretor de Imóveis desde JANEIRO/2000)
Gestor de Negócios Imobiliários (UNICESUMAR)
CPF nº 004.563.979-57
CRECI nº F12689
Maringá 23/10/2023

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:51
Número do documento: 23102808592683200000128815040
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592683200000128815040
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:27

8 ANEXOS

8.1 PÁG. 4: SITUAÇÃO CADASTRAL (PREFEITURA DE MARINGÁ)

8.2 PÁG. 5 E 6: FICHA TÉCNICA DO IMÓVEL (GEOPROCESSAMENTO)

8.3 PÁG 7: FOTO FACHADA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:51
Número do documento: 23102808592683200000128815040
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592683200000128815040
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:27

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARINGA
Estado do Paraná
Exercício: 2023

Situação Cadastral

Imovel **Normal**

Cadastro: 16066200

Nome: EDSON PINTO DE MELLO

Endereço: R. RODOLPHO MAIBON MOREIRA, 423 -

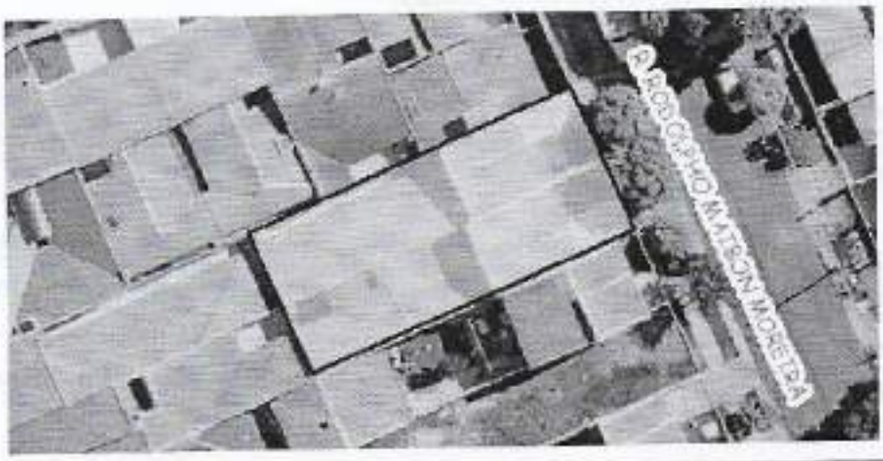
Bairro: JARDIM DIAMANTE

Cidade: MARINGÁ - PR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:51
Número do documento: 23102808592683200000128815040
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592683200000128815040
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:27

Prefeitura do Município de Maringá
Sistema de Geoprocessamento
Relatório de Ficha Técnica

Localização do Lote



Características de Uso e Ocupação do Solo Conforme Lei Complementar 888/2011 e Alterações

Zoneamento a que pertence: ZR2 - Zona Residencial 2
Eixo de Comércio e Serviço: O eixo não é comercial

ANEXO I - REQUISIÇÕES QUANTO AO USO DO SOLO

Zona/Eixo	Uso Permitido	Uso Proibido
ZR2	USO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR E BIFAMILIAR. (ATIVIDADES REGULAMENTADAS ATRAVÉS DE DECRETO). (6)	TODOS OS DEMAIS USOS.

ANEXO II - PARÂMETROS DA OCUPAÇÃO DO SOLO

ZONA / EIXO	DIMENSÃO MÍNIMA DE LOTES MEIO DE QUADRA / ESQUINA TESTADA (m) / ÁREA (m²)	ALTURA MÁXIMA DE EDIFIC.	COEFIC. MÁXIMO DE APROV. (an.)	TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO DO LOTE (%) (1)	AFASTAMENTO MÍNIMO DAS DIVISAS (m)						
					FRONTAL R=RESID C=COMER	LATERAIS				FUNDO	
						< 02 PAV SEM ABERT COM ABERT	< 08 PAV	< 15 PAV	< 49 PAV	> 20 PAV	< 02 PAV SEM ABERT COM ABERT	> 02 PAV
ZR2	L2 / 300 L5 / 360	TÉRR. + 1	1,4	TÉRR. E 2º MOD 70	5	SEM=DISP COM=1,5	-	-	-	-	SEM=DISP COM=1,5	-

(1) O subsolo poderá ocupar até 90% da superfície do lote em zona onde a área permeável mínima for de 10% e até 80% onde esta for de 20%.

(6) Conforme art.19 da LC888/2011 §2º na ZR2, a construção de 2 residências (geminada ou não), a fração do lote na qual será edificada cada residência obedecerá as condições das alíneas "a" e "b" conforme segue: alínea "a": para lotes existentes em parcelamento de solo até 31/12/2008 devem apresentar as frações conforme segue: em meio de quadra ter testada e largura média mínimas de 6,00m e área mínima de 150,00m², em esquina ter testada e largura média mínimas de 9,00m e área mínima de 210,00m². alínea "b": para lotes existentes em parcelamento de solo após 01/01/2010 devem apresentar as frações conforme segue: em meio de quadra ter testada e largura média mínimas de 8,00m e área mínima de 200,00m², em esquina ter testada e largura média mínimas de 11,00m e área mínima de 275,00m².

(7) Obedecer a altura máxima de edificação permitida pelo Plano Diretor do Aeroporto Silvio Name Jr. Conforme determina art. 7º da LC 916/2012. Aplica-se unicamente aos seguintes trechos de via: A) Avenida Colombo - Entre a rua Arlindo Planas e o limite urbano para a saída de Paranavaí; (trecho alterada pela LC 933/2012). B) PR-317 - Entre a Avenida Colombo e o limite urbano para a saída de Campo Mourão (trecho original da LC 916/2012).

Informações complementares LC888/2011 disponível em http://www.maringa.pr.gov.br/ artigos relevantes: 4º (definições), 7º (descritivo do zoneamento do uso e ocupação do solo), 8º (loteamentos fechados), 12º (eixos residenciais), 13º. (eixos de comércio e serviços), 14º, 18, 21º.

O texto (ATIVIDADES REGULAMENTADAS ATRAVÉS DE DECRETO) existente no ANEXO I – REQUISITOS QUANTO AO USO DO SOLO referem-se a atividades autorizadas pela LC 951/2013 e regulamentadas através do decreto Nº 921/2021.

Informações do Lote

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:51
Número do documento: 23102808592683200000128815040
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592683200000128815040
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:27

Cadastro: 16066200
Zona 16
Quadra Fiscal: 009
Lote: 018
Bairro: JARDIM DIAMANTE
Condomínio: SEGALLA I,CONDOMÍNIO RESIDENCIAL
Complemento: RESIDÊNCIA "A"
Área: 162 m²
Proprietário: EDSON PINTO DE MELLO
Testada de 6 m para RUA RODOLPHO MAIBON MOREIRA

Observação:

Os comércios e serviços centrais, setoriais e vicinais, bem como as indústrias incômodas e nocivas compreendem todas as atividades regulamentadas através do decreto 921/2021, que regulamenta os usos permissíveis, conforme autorizado pela lei complementar nº 951, de 18 de julho de 2013. Quando se tratar de lote rural, a base do geoprocessamento está conforme mapa da companhia de melhoramentos norte do paraná, portanto, em caso de lotes subdivididos, poderá não condizer com a realidade. Esta consulta é apenas para nortear o munícipe das características de uso e ocupação do solo que incidem sobre o lote original.

Nota:

Este documento é apenas um objeto que norteia o profissional, não o exime de consultar a legislação vigente, ou seja: I. para aprovação de projeto deve-se consultar a LC 1045/2016, LC 888/2011 e seus anexos, bem como o decreto 1387/2011 que contém o descrito dos eixos de comércio e serviços; II. para abertura de empresas deve-se consultar a LC 855/2011 e seus anexos, bem como o decreto 921/2021 (regulamenta os usos permissíveis, conforme autorizado pela Lei Complementar nº 951, de 18 de julho de 2013).

Relatório de Ficha Tecnica
Data: 23/10/2023 - Hora: 22:42

Fonte das informações: IPPLAM, SEURBH, SEFAZ, Geoprocessamento

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:51
Número do documento: 23102808592683200000128815040
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592683200000128815040
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:27





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:52
Número do documento: 23102808592770600000128815041
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592770600000128815041
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:28

1 INTRODUÇÃO

Este Parecer trata-se de um documento Opinativo de Comercialização imobiliária e está amparado pelo disposto no Art. 3º da Lei 6.530, de 12 de maio de 1978 (D.O.U. de 15/05/1978), a saber:

"Art 3º Compete ao Corretor de Imóveis exercer a intermediação na compra, venda, permuta e locação de imóveis, podendo, ainda, **opinar quanto à comercialização imobiliária**"

2 IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, profissão Agricultor, RG nº 4336798-6 SSP/PR e CPF nº 669.115.089-91; residente e domiciliado à Estrada Romeira, Lote D-3, Maringá/PR.

3 OBJETIVO

Informar valor de mercado atualizado do imóvel objeto deste Parecer, em consonância com os parâmetros de comercialização vigente no mercado imobiliário da cidade de Maringá, corrigindo e anulando, assim, eventuais distorções no preço.

4 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO BEM

4.1 Objeto

Terreno comercial com 400m², contendo 2 sobrados geminados inacabados; localizado à Avenida Alcebíades de Paula Neto, 874, Jd Oriental, Maringá/PR.

4.2 Contextualização do Imóvel Na Vizinhança e Infra-Estrutura Disponível

Segundo constatado no local, o terreno possui as seguintes benfeitorias:

Dois sobrados geminados – inacabados – contendo cada um: sala comercial térrea e sobreloja com 3 quartos (1 suíte), sala, cozinha, 1 bwc social, garagem ampla e área gourmet;

A região onde se encontra o imóvel é bem servida de infra-estrutura urbana (Rede de esgoto, asfalto em excelente estado de conservação, arborização, iluminação pública.

4.3 Topografia e Caracteristicas do Solo

O relevo do terreno é plano e bem compactado, revestido por piso permeável, conforme exigência da legislação municipal;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:52
Número do documento: 23102808592770600000128815041
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592770600000128815041
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:28

5 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO (MÉTODO EVOLUTIVO)

A presente avaliação está fundamentada na soma do preço do terreno com o total da área construída, observando-se a excelente conservação do imóvel, no que diz respeito à estrutura, sem sinais aparentes de fissuras/rachaduras, pintura interna e externa novas e piso cerâmica bem conservado, apenas um pouco desgastado pelo uso natural.

6 CONCLUSÃO

Em função dos atributos que a lei outorga ao profissional Corretor de Imóveis deste Parecer, devidamente habilitado e registrado em competente Conselho de Classe regulador e fiscalizador, assino a presente Avaliação em duas vias de igual teor, e declaro, ainda, que o valor de mercado fixado por mim referente ao imóvel avaliado é:

AVALIAÇÃO DO TERRENO "LIMPO": R$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS)
AVALIAÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA: R$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS)
VALOR DO IMÓVEL (CONJUNTO DE DOIS SOBRADOS GEMINADOS): R$ 900.000,00 (NOVECENTOS MIL REAIS)

7 CURRÍCULO DO CORRETOR RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO

Francis Eduardo Canova

FRANCIS EDUARDO CANOVA (Corretor de Imóveis desde JANEIRO/2000)
Gestor de Negócios Imobiliários (UNICESUMAR)
CPF nº 004.563.979-57
CRECI nº F12689
Maringá 23/10/2023

8 ANEXOS

8.1 PÁG 3: FOTO DA FACHADA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:52
Número do documento: 23102808592770600000128815041
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592770600000128815041
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:28


BAGAM



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592831500000128815042
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592831500000128815042
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:28

1 INTRODUÇÃO

Este Parecer trata-se de um documento Opinativo de Comercialização imobiliária e está amparado pelo disposto no Art. 3º da Lei 6.530, de 12 de maio de 1978 (D.O.U. de 15/05/1978), a saber:

"Art 3º Compete ao Corretor de Imóveis exercer a intermediação na compra, venda, permuta e locação de imóveis, podendo, ainda, **opinar quanto à comercialização imobiliária**".

2 IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, profissão Agricultor, RG nº 4336798-6 SSP/PR e CPF nº 669.115.089-91; residente e domiciliado à Estrada Romeira, Lote D-3, Maringá/PR.

3 OBJETIVO

Informar valor de mercado atualizado do imóvel objeto deste Parecer, em consonância com os parâmetros de comercialização vigente no mercado imobiliário da cidade de Maringá, corrigindo e anulando, assim, eventuais distorções no preço.

4 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO BEM

4.1 Objeto

Data de terras sob nº 14, da quadra nº 194, Zona 31, contendo uma edificação em alvenaria (Casa geminada) de 100,00m² com as seguintes divisões: 3 quartos (1 suíte), sala, cozinha, 1 bwc social, área de serviço e garagem; localizada à Rua Poetisa Cora Coralina, 320, Jd Tóquio, Maringá/PR; com cadastro imobiliário sob o nº 31282430.

4.2 Contextualização do Imóvel Na Vizinhança e Infra-Estrutura Disponível

Segundo constatado no local, o terreno possui as seguintes benfeitorias:
Casa em alvenaria e laje com 100m²;
A região onde se encontra o imóvel é bem servida de infra-estrutura urbana (Rede de esgoto, asfalto em excelente estado de conservação, arborização, iluminação pública).
O bairro possui edificações de excelente padrão construtivo.

4.3 Topografia e Características do Solo

O relevo do terreno é plano e bem compactado, revestido por piso permeável, conforme exigência da legislação municipal;

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592831500000128815042
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592831500000128815042
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:28

5 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO (MÉTODO EVOLUTIVO)

A presente avaliação está fundamentada na soma do preço do terreno com o total da área construída, observando-se a excelente conservação do imóvel, no que diz respeito à estrutura, sem sinais aparentes de fissuras/rachaduras, piso cerâmica bem conservado, apenas um pouco desgastado pelo uso natural.

6 CONCLUSÃO

Em função dos atributos que a lei outorga ao profissional Corretor de Imóveis deste Parecer, devidamente habilitado e registrado em competente Conselho de Classe regulador e fiscalizador, assino a presente Avaliação em duas vias de igual teor, e declaro, ainda, que o valor de mercado fixado por mim referente ao imóvel avaliado é:

AVALIAÇÃO DO TERRENO "LIMPO": R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)

AVALIAÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA: R$ 220.000,00 (DUZENTOS E VINTE MIL REAIS)

VALOR DO IMÓVEL: R$ 420.000,00

(QUATROCENTOS E VINTE MIL REAIS)

7 CURRÍCULO DO CORRETOR RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO

Francis Eduardo Canova

FRANCIS EDUARDO CANOVA (Corretor de Imóveis desde JANEIRO/2000)
Gestor de Negócios Imobiliários (UNICESUMAR)
CPF nº 004.563.979-57
CRECI nº F12689
Maringá 23/10/2023

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592831500000128815042
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592831500000128815042
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:28

8 ANEXOS

8.1 PÁG 4: CADASTRO IMOBILIÁRIO

8.2 PÁG. 5 E 6: FICHA TÉCNICA DO IMÓVEL (GEOPROCESSAMENTO)

8.3 PÁG 7: FOTO DA FACHADA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592831500000128815042
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592831500000128815042
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:28

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARINGA
Estado do Paraná
Exercício: 2023

Situação Cadastral

Imovel **Normal**

Cadastro: 31282430

Nome: MARCO ANTONIO DE MELLO

Endereço: R. CORA CORALINA,POETISA, 320 -

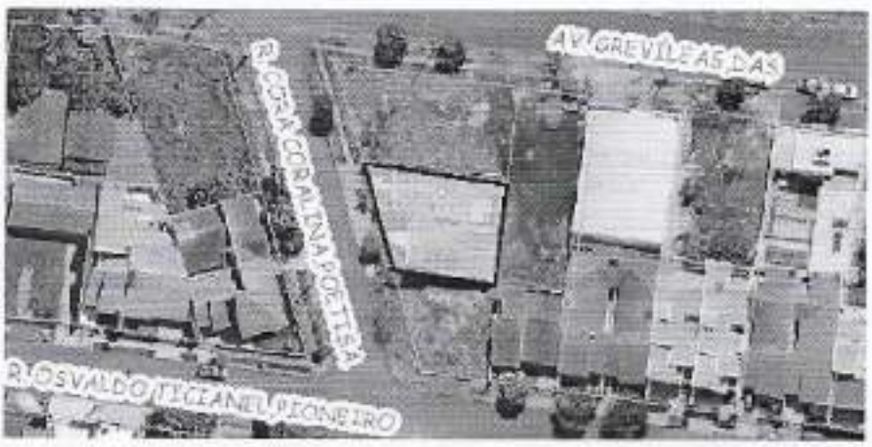
Bairro: JARDIM TÓQUIO

Cidade: MARINGÁ - PR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592831500000128815042
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592831500000128815042
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:28

Prefeitura do Município de Maringá
Sistema de Geoprocessamento
Relatório de Ficha Técnica

Localização do Lote



Características de Uso e Ocupação do Solo Conforme Lei Complementar 888/2011 e Alterações

Zoneamento a que pertence: ZR2 - Zona Residencial 2
Eixo de Comércio e Serviço: O eixo não é comercial

ANEXO I - REQUISIÇÕES QUANTO AO USO DO SOLO

Zona/Eixo	Uso Permitido	Uso Proibido
ZR2	USO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR E BIFAMILIAR. (ATIVIDADES REGULAMENTADAS ATRAVÉS DE DECRETO). (6)	TODOS OS DEMAIS USOS.

ANEXO II - PARÂMETROS DA OCUPAÇÃO DO SOLO

ZONA / EIXO	DIMENSÃO MÍNIMA DE LOTES MEIO DE QUADRA / ESQUINA TESTADA (m) / ÁREA (m²)	ALTURA MÁXIMA DE EDIFIC.	COEFIC MÁXIMO DE APROV. (un.)	TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO DO LOTE (%) (1)	AFASTAMENTO MÍNIMO DAS DIVISAS (m)							
					FRONTAL R=RECUO C=COMERC	LATERAIS					FUNDO	
						< 02 PAV SEM ABERT COM ABERT	< 08 PAV	< 15 PAV	< 28 PAV	> 28 PAV	< 02 PAV SEM ABERT COM ABERT	> 02 PAV
ZR2	12 / 300 15 / 360	TÉRR. + 1	1,4	TÉRR. E 2º PAV. 70	3	SEM=DISP COM=1,5	-	-	-	-	SEM=DISP COM=1,5	-

(1) O subsolo poderá ocupar até 90% da superfície do lote em zona onde a área permeável mínima for de 10% e até 80% onde esta for de 20%.

(6) Conforme art.19 da LC888/2011 §2º na ZR2, a construção de 2 residências (geminada ou não), a fração do lote na qual será edificada cada residência obedecerá as condições das alíneas "a" e "b" conforme segue: alínea "a": para lotes existentes em parcelamento de solo até 31/12/2009 devem apresentar as frações conforme segue: em meio de quadra ter testada e largura média mínimas de 6,00m e área mínima de 150,00m²; em esquina ter testada e largura média mínimas de 9,00m e área mínima de 210,00m². alínea "b": para lotes existentes em parcelamento de solo após 01/01/2010 devem apresentar as frações conforme segue: em meio de quadra ter testada e largura média mínimas de 8,00m e área mínima de 200,00m²; em esquina ter testada e largura média mínimas de 11,00m e área mínima de 275,00m².

(7) Obedecer a altura máxima de edificação permitida pelo Plano Diretor do Aeroporto Silvio Name Jr. Conforme determina art. 7º da LC 916/2012. Aplica-se unicamente aos seguintes trechos de via: A) Avenida Colombo - Entre a rua Arlindo Planas e o limite urbano para a saída de Paranavaí; (trecho alterada pela LC 933/2012). B) PR-317 - Entre a Avenida Colombo e o limite urbano para a saída de Campo Mourão (trecho original da LC 916/2012).

Informações complementares LC888/2011 disponível em http://www.maringa.pr.gov.br/ artigos relevantes: 4º (definições), 7º (descritivo do zoneamento de uso e ocupação do solo), 8º (loteamentos fechados), 12º (eixos residenciais), 13º. (eixos de comércio e serviços), 14º, 18, 21º.

O texto (ATIVIDADES REGULAMENTADAS ATRAVÉS DE DECRETO) existente no ANEXO I – REQUISITOS QUANTO AO USO DO SOLO referem-se a atividades autorizadas pela LC 961/2013 e regulamentadas através do decreto Nº 921/2021.

Informações do Lote

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592831500000128815042
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592831500000128815042
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:28

Relatório de Ficha Técnica

Cadastro: 31282430
Zona 31
Quadra Fiscal: 194
Lote: 014
Bairro: JARDIM TÓQUIO
Condomínio: C. P. CORALINA, CONDOMÍNIO RESIDENCIAL
Complemento: RESIDÊNCIA "B"
Área: 150,53 m²
Proprietário: MARCO ANTONIO DE MELLO
Testada de 9,19 m para RUA CORA CORALINA,POETISA

Observação:

Os comercios e serviços centrais, setoriais e vicinais, bem como as indústrias incômodas e nocivas compreendem todas as atividades regulamentadas através do decreto 921/2021, que regulamenta os usos permissíveis, conforme autorizado pela lei complementar nº 951, de 16 de julho de 2013. Quando se tratar de lote rural, a base do geoprocessamento está conforme mapa de comparti de melhoramentos norte do paraná, portanto, em caso de lotes subdivididos, poderá não condizer com a realidade. Este consulta é apenas para nortear o munícipe das características de uso e ocupação do solo que incidem sobre o lote original.

Nota:

Este documento é apenas um objeto que norteia o profissional, não o exime de consultar a legislação vigente, ou seja: I. para aprovação de projeto deve-se consultar a LC 1045/2016, LC 888/2011 e seus anexos, bem como o decreto 1387/2011 que contém o descrito dos eixos de comércio e serviços; II. para abertura de empresas deve-se consultar a LC 888/2011 e seus anexos, bem como o decreto 921/2021 (regulamenta os usos permissíveis, conforme autorizado pela Lei Complementar nº 951, de 16 de julho de 2013).

Relatório de Ficha Técnica
Data: 24/10/2023 - Hora: 09:32

Fonte das informações: IPPLAM, SEURBH, SEFAZ, Geoprocessamento

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592831500000128815042
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592831500000128815042
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:28





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592903600000128815043
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592903600000128815043
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:29

1 INTRODUÇÃO

Este Parecer trata-se de um documento Opinativo de Comercialização imobiliária e está amparado pelo disposto no Art. 3º da Lei 6.530, de 12 de maio de 1978 (D.O.U. de 15/05/1978), a saber:

"Art 3º Compete ao Corretor de Imóveis exercer a intermediação na compra, venda, permuta e locação de imóveis, podendo, ainda, **opinar quanto à comercialização imobiliária**".

2 IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, profissão Agricultor, RG nº 4336798-6 SSP/PR e CPF nº 669.115.089-91; residente e domiciliado à Estrada Romeira, Lote D-3, Maringá/PR.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

SIDNEY PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, Agricultor, inscrito no RG sob o nº 3.747.819-9 SSP/PR e CPF/MF nº 669.115.919-53; residente e domiciliado à Estrada Romeira, Lote D-3, Maringá/PR.

3 OBJETIVO

Informar valor de mercado atualizado do imóvel objeto deste Parecer, em consonância com os parâmetros de comercialização vigente no mercado imobiliário da cidade de Maringá, corrigindo e anulando, assim, eventuais distorções no preço.

4 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO BEM

4.1 Objeto

Data de terras sob nº 06, da quadra nº 44, Zona 30, com área de 300,00 metros quadrados, contendo uma edificação em alvenaria (Sobrado), localizada à Av das Palmeiras, 98, Pq das Palmeiras, Maringá/PR, CEP 87023-160, com cadastro imobiliário sob o nº 30095700.

4.2 Contextualização do Imóvel Na Vizinhança e Infra-Estrutura Disponível

Segundo constatado no local, o terreno possui as seguintes benfeitorias:

Um salão comercial térreo com aproximadamente 120m²;

3 vagas cobertas de garagem nos fundos com uma churrasqueira anexa;

E, no primeiro – e único – andar, dois apartamentos residenciais, sendo:

O primeiro, voltado para a rua, contendo 3 quartos (1 suíte), sala, cozinha, bwc social, área de serviço e sacada;

O segundo, voltado para os fundos e no mesmo pavimento, contendo 2 quartos (1 suíte), sala, cozinha, bwc social e área de serviço;

F.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592903600000128815043
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592903600000128815043
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:29

Área total construída: 425 metros quadrados

A região no entorno do imóvel é bem servida de infra-estrutura urbana (Rede de esgoto, avenida – com duas pistas – asfaltada e arborizada, iluminação pública, lojas comerciais, postos de gasolina e dois bancos cooperativos – SICOOB e SICREDI – localizados a menos de 300 metros do imóvel objeto desta avaliação.

4.3 Topografia e Características do Solo

O relevo do terreno é plano e bem compactado, com uma grande área permeável na parte dos fundos, revestido por piso permeável, conforme exigência da legislação municipal;

A forma geométrica do terreno é retangular, tendo uma frente/testada com 12 metros, fundos com 12 metros e laterais com 25 metros.

5 Número Da Matrícula No Registro de Imóveis

Matrícula nº 33.090 – Cartório Terceiro Ofício Maringá.

6 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO (MÉTODO EVOLUTIVO)

A presente avaliação está fundamentada na soma do preço do terreno com o total da área construída, observando-se a excelente conservação do imóvel, no que diz respeito à estrutura, sem sinais aparentes de fissuras/rachaduras, pintura interna e externa antigas e piso cerâmica bem conservado, apenas um pouco desgastado pelo uso natural.

7 CONCLUSÃO

Em função dos atributos que a lei outorga ao profissional Corretor de Imóveis deste Parecer, devidamente habilitado e registrado em competente Conselho de Classe regulador e fiscalizador, assino a presente Avaliação em duas vias de igual teor, e declaro, ainda, que o valor de mercado fixado por mim referente ao imóvel avaliado é:

AVALIAÇÃO DO TERRENO "LIMPO": R$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS)

AVALIAÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA: R$ 900.000,00 (NOVECENTOS MIL REAIS)

VALOR DO IMÓVEL: R$ 1.500.000,00

(UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL REAIS)

8 CURRÍCULO DO CORRETOR RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO

Francis Eduardo Canova

FRANCIS EDUARDO CANOVA (Corretor de Imóveis desde JANEIRO/2000)

Gestor de Negócios Imobiliários (UNICESUMAR)

CPF nº 004.563.979-57

CRECI nº F12689

Maringá 23/10/2023

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592903600000128815043
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592903600000128815043
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:29

9 ANEXOS

9.1 PÁG. 4: SITUAÇÃO CADASTRAL (PREFEITURA DE MARINGÁ)

9.2 PÁG. 5 E 6. FICHA TÉCNICA DO IMÓVEL (GEOPROCESSAMENTO)

9.3 PÁG 7: FOTO DA FACHADA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592903600000128815043
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592903600000128815043
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:29

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARINGA
Estado do Paraná
Exercício: 2021

Situação Cadastral

Imovel **Normal**

Cadastro: 30095700

Nome: SIDNEY PINTO DE MELLO

Endereço: AV. PALMEIRAS,DAS, 98 -

Bairro: PARQUE DAS PALMEIRAS

Cidade: MARINGÁ - PR

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592903600000128815043
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592903600000128815043
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:29

Prefeitura do Município de Maringá

Sistema de Geoprocessamento

Relatório de Uso de Solo

INFORMAÇÕES DO LOTE

Proprietário: SIDNEY PINTO DE MELLO

Zona: 30 **Quadra Fiscal:** 044 **Lote:** 006 **Área do terreno:** 300m2

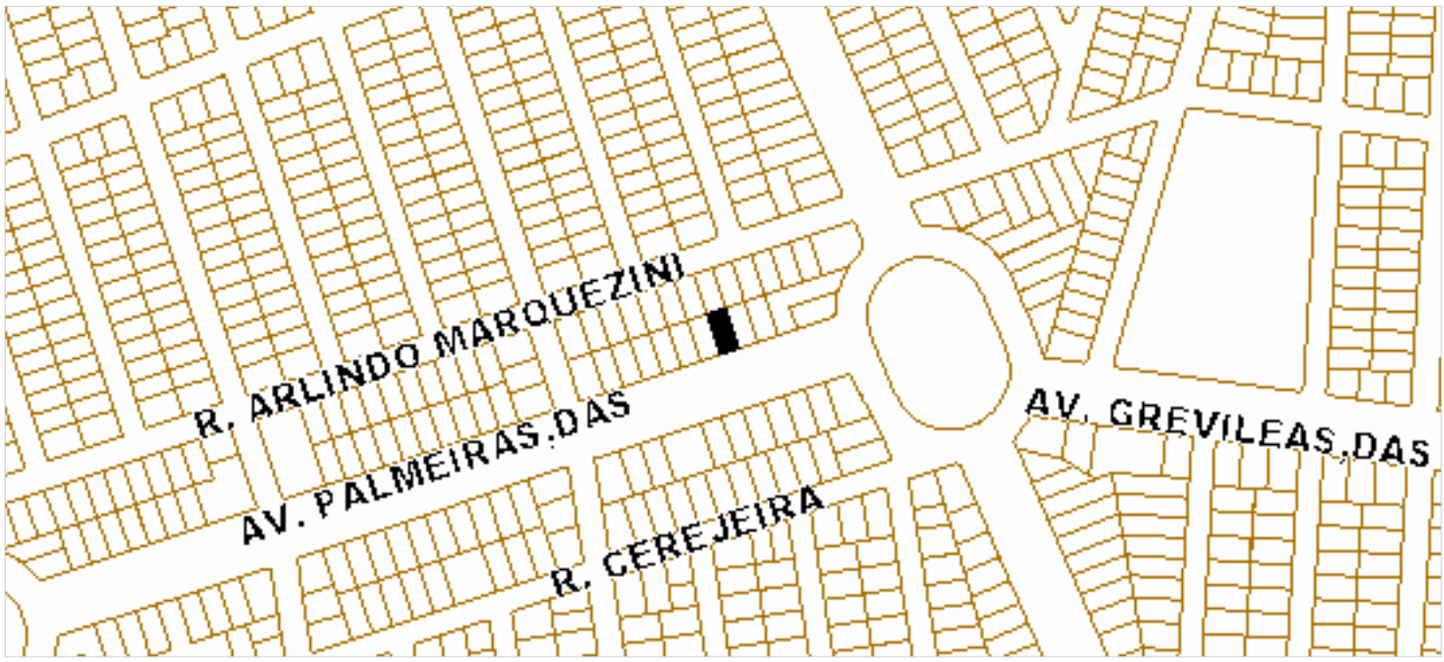
Bairro: PARQUE DAS PALMEIRAS **Condomínio:**

Complemento:

O imóvel possui o seguinte número predial:

nº 98 para AVENIDA PALMEIRAS,DAS e área de terreno 300m² com testada de 12m

LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:53
Número do documento: 23102808592903600000128815043
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592903600000128815043
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:29

CARACTERÍSTICAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO CONFORME LEI COMPLEMENTAR 888/2011 E ALTERAÇÕES

ANEXOS III,IV,VI,VII(ZONEAMENTO E EIXO CONFORME O MAPA)

Zoneamento a que pertence : **ZR2 - ZONA RESIDENCIAL DOIS**

Eixo de Comércio e Serviço : **ERB para a AVENIDA PALMEIRAS,DAS**
ECSB para a AVENIDA PALMEIRAS,DAS

ANEXO I - REQUISIÇÕES QUANTO AO USO DO SOLO

ZONEAMENTO

ZONA	USO PERMITIDO	USO PROIBIDO
ZR2	USO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR E BIFAMILIAR. (ATIVIDADES REGULAMENTADAS ATRAVÉS DE DECRETO). (6)	TODOS OS DEMAIS USOS.

EIXO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

ZONA	USO PERMITIDO	USO PROIBIDO
ERB	USO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR, BIFAMILIAR. USO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR MEDIANTE OUTORGA ONEROSA.	TODOS OS DEMAIS USOS.
ECSB	COMÉRCIO E SERVIÇOS CENTRAIS E VICINAIS (ATIVIDADES REGULAMENTADAS ATRAVÉS DE DECRETO). USOS PERMITIDOS NA ZONA A QUE PERTENCE O LOTE.	USOS PROIBIDOS NA ZONA QUE PERTENCE E TODOS OS DEMAIS USOS.

ANEXO II - PARÂMETROS DA OCUPAÇÃO DO SOLO

ZONEAMENTO

ZONAS	DIMENS. MÍNIMA DE LOTES MEIO DE QUADRA / ESQUINA TESTADA (m) / ÁREA (m²)	ALTURA MÁXIMA DE EDIFIC. (m)	COEFIC MÁXIMO DE APROV. (un.)	TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO DO LOTE (1) (%)	AFASTAMENTO MÍNIMO DAS DIVISAS (m)							
					FRONTAL R=RES C=COM.	LATERAIS					FUNDOS	
						ATÉ 02 PAV. S/ ABERT C/ ABERT.	ATÉ 08 PAV	ATÉ 15 PAV	ATÉ 20 PAV	+ 20 PAV	ATÉ 02 PAV. S/ ABERT. C/ ABERT.	+ 2 PAV.
ZR2	12 / 300 15 / 360	TÉRR. + 1	1,4	TÉRR. E 2º PAV. 70	3	SEM=DISP COM=1,5.	-				SEM=DISP COM=1,5.	-

EIXO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

ZONAS	DIMENS. MÍNIMA DE LOTES MEIO DE QUADRA / ESQUINA TESTADA (m) / ÁREA (m²)	ALTURA MÁXIMA DE EDIFIC. (m)	COEFIC MÁXIMO DE APROV. (un.)	TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO DO LOTE (1) (%)	AFASTAMENTO MÍNIMO DAS DIVISAS (m)							
					FRONTAL R=RES C=COM.	LATERAIS					FUNDOS	
						ATÉ 02 PAV. S/ ABERT C/ ABERT.	ATÉ 08 PAV	ATÉ 15 PAV	ATÉ 20 PAV	+ 20 PAV	ATÉ 02 PAV. S/ ABERT. C/ ABERT.	+ 2 PAV.
ERB	12 / 300 15 / 360	VARIÁVEL, C/ OUT. COTA 650	VAR. C/ OUT. 3,5	TÉRR. E DEMAIS 50	5	SEM=DISP COM=1,5.	2,5	4,5	6	7	SEM = DISP. COM = 1,5.	5
ECSB	REQUISITOS DA ZONA A QUE PERTENCE			TÉRR. E 2º PAV. 90	R=3 C=DISP.	REQUISITOS DA ZONA A QUE PERTENCE						

ESSA CONSULTA NÃO É VÁLIDA PARA CASAS GEMINADAS. SOLICITAR CERTIDÃO DE VIABILIDADE PARA CASAS GEMINADAS.

(1) O SUBSOLO PODERÁ OCUPAR ATÉ 90% DA SUPERFÍCIE DO LOTE EM ZONA ONDE A ÁREA PERMEÁVEL MÍNIMA É DE 10%, E ATÉ 80% ONDE ESSA ÁREA É DE 20%
(2) NA ZE16 E NA ZE18 A ÁREA PERMEÁVEL SERÁ DE, NO MÍNIMO, 20% (VINTE POR CENTO) E NAS DEMAIS ZONAS E EIXOS DE 10% DA ÁREA TOTAL DO LOTE.
(3) OBEDECER A ALTURA MÁXIMA DE EDIFICAÇÃO PERMITIDA PELO PLANO DIRETOR DO AEROPORTO SÍLVIO NAME JR. CONFORME DETERMINA ART. 7º DA LC 916/2012. APLICA-SE UNICAMENTE AOS SEGUINTES TRECHOS DE VIAS: A) AVENIDA COLOMBO - ENTRE A RUA VEREADOR ARLINDO PLANAS E O LIMITE DO PERÍMETRO URBANO NA SAÍDA PARA PARANAVAÍ;(TRECHO ALTERADO PELA LC933/2012). B) PR-317 - ENTRE A AVENIDA COLOMBO E O LIMITE DO PERÍMETRO URBANO NA SAÍDA PARA CAMPO MOURÃO(TRECHO ORIGINAL DA LC916/2012).
(4) AS ZEIS CUJA IMPLANTAÇÃO FOI FEITA ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC APRESENTAM A OCUPAÇÃO UNIFAMILIAR. ESTA LEI NÃO FOI REVOGADA PELA 888/2011 POIS TRATA-SE DE UM LOTEAMENTO FINANCIADO PELO PAC
(5) CONFORME ART 2º DA LC 916/2012 A ALÍNEA B.2 REFERENTE ALTURA MÁXIMA DE EDIFICAÇÃO PARA O SER (SETOR DE EIXOS RODOVIÁRIOS) MEDIANTE OUTORGA A ALTURA PODERÁ CHEGAR ATÉ OS LIMITES ESTABELECIDOS NO PLANO DIRETOR DO AEROPORTO SÍLVIO NAME JÚNIOR
(6) CONFORME ALÍNEA "B" §2º DO ART.19 DA LC888/2011, NA ZR2, A CONSTRUÇÃO DE 2 RESIDÊNCIAS (GEMINADA OU NÃO), PARA LOTES EXISTENTES EM PARCELAMENTO DE SOLO APÓS 01/01/2010 DEVEM APRESENTAR AS FRAÇÕES CONFORME SEGUE: EM MEIO DE QUADRA TER TESTADA e LARGURA MÉDIA MÍNIMAS DE 8,00M E ÁREA MÍNIMA DE 200,00M²; EM ESQUINA TER TESTADA E LARGURA MÉDIA MÍNIMAS DE 11,00M E ÁREA MÍNIMA DE 275,00M².INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES LC888/2011 DISPONÍVEL EM HTTP://WWW.MARINGA.PR.GOV.BR/ ARTIGOS RELEVANTES: 4º (DEFINIÇÕES), 7º (DESCRITIVO DO ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO), 8º (LOTEAMENTOS FECHADOS), 12º (EIXOS RESIDENCIAIS), 13º. (EIXOS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS), 14º, 18, 21º.

NOTA:
ESTE DOCUMENTO É APENAS UM OBJETO QUE NORTEIA O PROFISSIONAL, NÃO O EXIME DE CONSULTAR A LEGISLAÇÃO VIGENTE, OU SEJA:
I. PARA APROVAÇÃO DE PROJETO DEVE-SE CONSULTAR A LC 910/2011, LC 888/2011 E SEUS ANEXOS, BEM COMO O DECRETO 1387/2011 QUE CONTÊM O DESCRITO DOS EIXOS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS;
II. PARA ABERTURA DE EMPRESAS DEVE-SE CONSULTAR A LC 888/2011 E SEUS ANEXOS, BEM COMO O DECRETO 834/2018 (REGULAMENTA OS USOS PERMISSÍVEIS, CONFORME AUTORIZADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 951, DE 18 DE JULHO DE 2013).

ESTA CONSULTA PODERÁ SOFRER ALTERAÇÃO DEVIDO A MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:54
Número do documento: 23102808592903600000128815043
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592903600000128815043
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:29


Moura Arguiile
TABACARIA E CONVENIÊNCIA
LOUNGE



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:54
Número do documento: 23102808592966500000128815044
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592966500000128815044
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

1 INTRODUÇÃO

Este Parecer trata-se de um documento Opinativo de Comercialização imobiliária e está amparado pelo disposto no Art. 3º da Lei 6.530, de 12 de maio de 1978 (D.O.U. de 15/05/1978), a saber:

"Art.3º Compete ao Corretor de Imóveis exercer a intermediação na compra, venda, permuta e locação de imóveis, podendo, ainda, **opinar quanto à comercialização imobiliária**".

2 IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, profissão Agricultor, RG nº 4336798-6 SSP/PR e CPF nº 669.115.089-91; residente e domiciliado à Estrada Romeira, Lote D-3, Maringá/PR.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

EDSON PINTO DE MELLO, brasileiro, casado, profissão Agricultor, RG nº 4336798-6 SSP/PR e CPF nº 669.115.089-91; residente e domiciliado à Estrada Romeira, Lote D-3, Maringá/PR.

3 OBJETIVO

Informar valor de mercado atualizado do imóvel objeto deste Parecer, em consonância com os parâmetros de comercialização vigente no mercado imobiliário da cidade de Maringá, corrigindo e anulando, assim, eventuais distorções no preço.

4 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO BEM

4.1 Objeto

Data de terras sob nº 18, da quadra nº 45, Zona 30, com área de 180,06 metros quadrados, contendo uma edificação em alvenaria (Casa geminada) de 99,99m² com as seguintes divisões: 3 quartos (1 suite), sala, cozinha, 1 bwc social, área de serviço e garagem; localizada à Rua Cerejeira, 132, Pq das Palmeiras, Maringá/PR, CEP 87023-570, com cadastro imobiliário sob o nº 30099750.

4.2 Contextualização do Imóvel Na Vizinhança e Infra-Estrutura Disponivel

Segundo constatado no local, o terreno possui as seguintes benfeitorias:
Casa em alvenaria e laje com 100m²;
A região onde se encontra o imóvel é bem servida de infra-estrutura urbana (Rede de esgoto, asfalto em excelente estado de conservação, arborização, iluminação pública), além de existir nas proximidades – num raio que não ultrapassa 300 metros – diversas lojas comerciais e prestadores de serviços (Açougues, padarias, postos de gasolina e dois bancos cooperativos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:54
Número do documento: 23102808592966500000128815044
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592966500000128815044
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

– SICOOB e SICREDI –, Pet Shop, casa agropecuária, Igrejas, lotérica, depósitos de materiais de construção, oficinas mecânicas, bares, lanchonetes, restaurantes e sorveterias.

4.3 Topografia e Características do Solo

O relevo do terreno é plano e bem compactado, revestido por piso permeável, conforme exigência da legislação municipal;

A forma geométrica do terreno é retangular, tendo uma frente/testada com 6,42 metros e laterais com 25 metros.

5 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO (MÉTODO EVOLUTIVO)

A presente avaliação está fundamentada na soma do preço do terreno com o total da área construída, observando-se a excelente conservação do imóvel, no que diz respeito à estrutura, sem sinais aparentes de fissuras/rachaduras, pintura interna e externa novas e piso cerâmica bem conservado, apenas um pouco desgastado pelo uso natural.

6 CONCLUSÃO

Em função dos atributos que a lei outorga ao profissional Corretor de Imóveis deste Parecer, devidamente habilitado e registrado em competente Conselho de Classe regulador e fiscalizador, assino a presente Avaliação em duas vias de igual teor, e declaro, ainda, que o valor de mercado fixado por mim referente ao imóvel avaliado é:

AVALIAÇÃO DO TERRENO "LIMPO": R$ 160.000,00 (CENTO E SESSENTA MIL REAIS)

AVALIAÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA: R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)

VALOR DO IMÓVEL: R$ 360.000,00

(TREZENTOS E SESSENTA MIL REAIS)

7 CURRÍCULO DO CORRETOR RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO

Francis Eduardo Canova

FRANCIS EDUARDO CANOVA (Corretor de Imóveis desde JANEIRO/2000)

Gestor de Negócios Imobiliários (UNICESUMAR)

CPF nº 004.563.979-57

CRECI nº F12689

Maringá 23/10/2023

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:54
Número do documento: 23102808592966500000128815044
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592966500000128815044
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

8 ANEXOS

8.1 PÁG. 4 E 5: FICHA TÉCNICA DO IMÓVEL (GEOPROCESSAMENTO)

8.2 PÁG 6: FOTO DA FACHADA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:54
Número do documento: 23102808592966500000128815044
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592966500000128815044
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

Prefeitura do Município de Maringá
Sistema de Geoprocessamento
Relatório de Ficha Técnica

Localização do Lote



Características de Uso e Ocupação do Solo Conforme Lei Complementar 888/2011 e Alterações

Zoneamento a que pertence: ZR2 - Zona Residencial 2
Eixo de Comércio e Serviço: O eixo não é comercial

ANEXO I - REQUISIÇÕES QUANTO AO USO DO SOLO

Zona/Eixo	Uso Permitido	Uso Proibido
ZR2	USO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR E BIFAMILIAR. (ATIVIDADES REGULAMENTADAS ATRAVÉS DE DECRETO). (6)	TODOS OS DEMAIS USOS.

ANEXO II - PARÂMETROS DA OCUPAÇÃO DO SOLO

ZONA / EIXO	DIMENSÃO MÍNIMA DE LOTES MEIO DE QUADRA / ESQUINA TESTADA (m) / ÁREA (m²)	ALTURA MÁXIMA DE EDIFIC.	COEFIC. MÁXIMO DE APROV. (m²)	TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO DO LOTE (%) (1)	AFASTAMENTO MÍNIMO DAS DIVISAS (m)						
					FRONTAL R=RECUO C=CORRER.	LATERAIS				FUNDO	
						< 02 PAV SEM ABERT COM ABERT	< 08 PAV	< 15 PAV	< 20 PAV	> 20 PAV	< 02 PAV SEM ABERT COM ABERT	>02 PAV
ZR2	12 / 300 15 / 360	TERR. + 1	1,4	TERR. E 2º PAV. 30	5	SEM=DISP COM=1,5	-	-	-	-	SEM=DISP COM=1,5	-

(1) O subsolo poderá ocupar até 90% da superfície do lote em zona onde a área permeável mínima for de 10% e até 80% onde esta for de 20%.

(6) Conforme art.19 da LC888/2011 §2º na ZR2, a construção de 2 residências (geminada ou não), a fração do lote na qual será edificada cada residência obedecerá as condições das alíneas "a" e "b" conforme segue: alínea "a": para lotes existentes em parcelamento de solo até 31/12/2009 devem apresentar as frações conforme segue: em meio de quadra ter testada e largura média mínimas de 8,00m e área mínima de 160,00m²; em esquina ter testada e largura média mínimas de 9,00m e área mínima de 210,00m². alínea "b": para lotes existentes em parcelamento de solo após 01/01/2010 devem apresentar as frações conforme segue: em meio de quadra ter testada e largura média mínimas de 8,00m e área mínima de 200,00m²; em esquina ter testada e largura média mínimas de 11,00m e área mínima de 275,00m².

(7) Obedecer a altura máxima de edificação permitida pelo Plano Diretor do Aeroporto Silvio Name Jr. Conforme determina art. 7º da LC 916/2012. Aplica-se unicamente aos seguintes trechos de via: A) Avenida Colombo - Entre a rua Adirdo Plarsis e o limite urbano para a saída de Paranavaí; (trecho alterada pela LC 933/2012). B) PR-317 - Entre a Avenida Colombo e o limite urbano para a saída de Campo Mourão (trecho original da LC 916/2012).

Informações complementares LC888/2011 disponível em http://www.maringa.pr.gov.br/ artigos relevantes: 4º (definições), 7º (descritivo do zoneamento de uso e ocupação do solo), 8º (loteamentos fechados), 12º (eixos residenciais), 13º. (eixos de comércio e serviços), 14º, 16, 21º.

O texto (ATIVIDADES REGULAMENTADAS ATRAVÉS DE DECRETO) existente no ANEXO I – REQUISITOS QUANTO AO USO DO SOLO referem-se a atividades autorizadas pela LC 951/2013 e regulamentadas através do decreto Nº 921/2021.

Informações do Lote

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:54
Número do documento: 23102808592966500000128815044
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592966500000128815044
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

Cadastro: 30099750
Zona 30
Quadra Fiscal: 045
Lote: 018
Bairro: PARQUE DAS PALMEIRAS
Condomínio: CANOVA,COND.RES.
Complemento: RESIDENCIA "B"
Área: 180,6 m²
Proprietário: JORGE ROBERTO CANOVA
Testada de 6,42 m para RUA CEREJEIRA

Observação:

Os comércios e serviços centrais, setoriais e vicinais, bem como as indústrias incômodas e nocivas compreendem todas as atividades regulamentadas através do decreto 921/2021, que regulamenta os usos permissíveis, conforme autorizado pela lei complementar nº 951, de 18 de julho de 2013. Quando se tratar de lote rural, a base do geoprocessamento está conforme mapa da companhia de melhoramentos norte do parana, portanto, em caso de lotes subdivididos, poderá não condizer com a realidade. Esta consulta é apenas para nortear o munícipe das características de uso e ocupação do solo que incidem sobre o lote original.

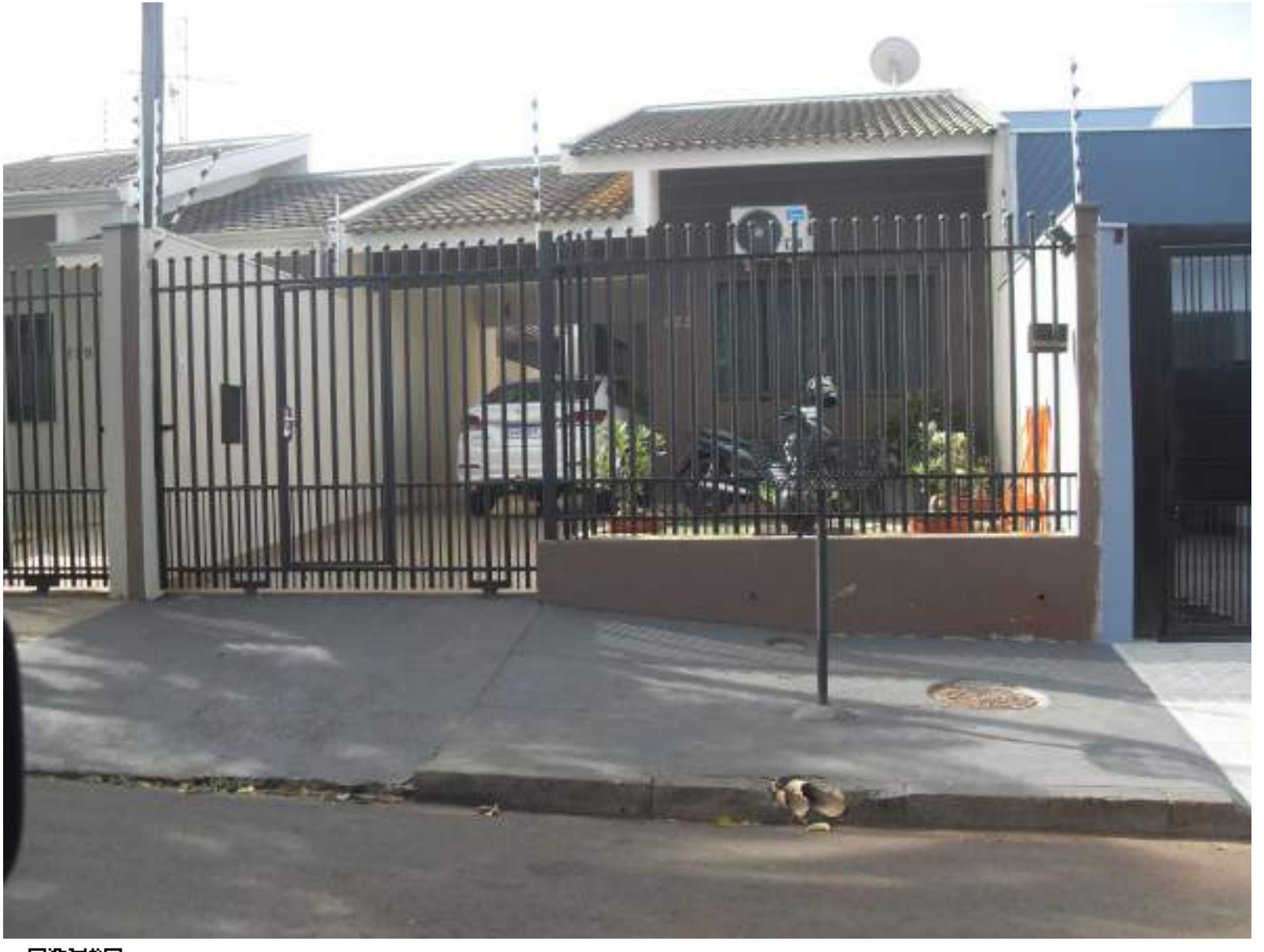
Nota:

Este documento é apenas um objeto que norteia o profissional, não o exime de consultar a legislação vigente, ou seja: I. para aprovação de projeto deve-se consultar a LC 1045/2016, LC 888/2011 e seus anexos, bem como o decreto 1387/2011 que contém o descrito dos eixos de comércio e serviços; II. para abertura de empresas deve-se consultar a LC 888/2011 e seus anexos, bem como o decreto 921/2021 (regulamenta os usos permissíveis, conforme autorizado pela Lei Complementar nº 951, de 18 de julho de 2013).

Relatório de Ficha Técnica
Data: 23/10/2023 - Hora: 16:59

Fonte das informações: IPPLAM, SEURBH, SEFAZ, Geoprocessamento

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:54
Número do documento: 23102808592966500000128815044
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808592966500000128815044
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30



AGROGEO
JOAO PAULO S. DONATO

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS

AVALIAÇÃO DE IMOVEL RURAL Nº: 008/2023

1. INTERESSADO (S)

   EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DO CLIENTE, O ENG. AGRÔNOMO JOÃO PAULO SPURI DONATO, CREA-MT MT030159, PROCEDEU AVALIAÇÃO DO IMÓVEL RURAL LOCALIZADO NA ZONA RURAL DE NOVA XAVANTINA-MT

2. DADOS DO PROPONENTE
   - 2.1. Nome: EDSON PINTO DE MELLO
   - 2.2. CPF: 669.115.089-91
   - 2.3. Endereço: FAZENDA SÃO RAFAEL
   - 2.4. Município: NOVA XAVANTINA-MT
   - 2.5. Telefone: 44 9.9851-6443
   - 2.6. E-mail: pbmdaniela@gmail.com
   - 2.7. Nacionalidade: BRASILEIRO
   - 2.8. Estado civil: CASADO

3. RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DO LAUDO
   - 3.1. Nome: JOÃO PAULO SPURI DONATO
   - 3.2. CPF: 387.130.018-76
   - 3.3. Profissão: ENG. AGRÔNOMO
   - 3.4. Conselho/UF: CREA-MT
   - 3.5. Nº do Registro: MT030159
   - 3.6. Telefone: 66 9.9981-2605
   - 3.7. E-mail: joaopaulosdonato@gmail.com
   - 3.8. ART: **1220230177124**

4. OBJETIVO

APRESENTAR O VALOR DE MERCADO DO IMOVEL RURAL, PARA GARANTIA/HIPOTECARIA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

5. VISTORIA

5.1. Data

26/09/2023

5.2. Identificação do Imóvel

FAZENDA SÃO RAFAEL

5.2.1. Proprietário

EDSON PINTO DE MELLO

5.2.2. Caracterização do Imóvel

Propriedade devidamente matriculada no Cartório do 1° Oficio de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Xavantina MT sob a Matricula N° 21.711 com área de 207,7595 ha, com georreferenciamento averbado.

CRI: PRIMEIRO OFICIO DE NOVA XAVANTINA-MT

Título de Domínio: Matricula 21.711

Dimensão: 207,7595 HECTARES

Coordenadas Geodésicas: LAT: 14°36'50.34"S, LONG: 52°35'16.18"O

Altitude Média: 380 metros

Temperatura Média: 24ºC

Precipitação Pluviométrica: 1.750mm

5.2.3. Acesso ao Imóvel

5.2.4. SAINDO DE NOVA XAVANTINA SENTIDO ÁGUA BOA PELA BR-158 POR 4,2 KM, VIRAR A ESQUERDA NA MT-251 SENTIDO CAMPINÁPOLIS POR 26,3 KM ATÉ A COORDENADA 14°36'46.91"S / 52°33'55.96"O , VIRAR A ESQUERDA EM ESTRADA VICINAL, PERCORRER MAIS 1,2 KM ATE A COORDENADA 14°36'46.24"S / 52°34'32.63"O ENTRADA DA PROPRIEDADE. A SEDE SE ENCONTRA A 1,4 KM NA COORDENADA 14°36'57.24"S / 52°35'12.46"O.

5.2.5. Topografia

PROPRIEDADE PLANA / LEVEMENTE ONDULADA

5.2.6. Cobertura Vegetal

AREA COM COBERTURA DE PASTAGENS DE BRACHIARIA E ANDROPHOGON EM 71% DA PROPRIEDADE, A PROPRIEDADE CONTEM AREA DE VEGETAÇÃO NATIVA E APP EM 29% DA PROPRIEDADE.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

5.2.7. Clima

TROPICAL QUENTE E SUB-ÚMIDO, COM 4 MESES DE SECA, DE MAIO A SETEMBRO. PRECIPITAÇÃO ANUAL DE 1.750MM, COM INTENSIDADE MÁXIMA EM DEZEMBRO, JANEIRO E FEVEREIRO.

5.2.8. Recursos Naturais

5.2.8.1. Florestais

3,9400 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA

5.2.8.2. Hídricos

A PROPRIEDADE CONTA COM 1 POÇO SEMI ARTESIANO DE 60 METROS DE PROFUNDIDADE E UMA VAZAO DE 5.000 L/HORA, UMA CAIXA D'ÁGUA DE 10 MIL LITROS E 2 BEBEDOUROS D'AGUA.

5.2.8.3. Minerais

Não exploração de recursos minerais, porem a mineração Caraíba fez um estudo geológico na região e tem possibilidade da existência de minério na propriedade.

5.2.9. Capacidade de uso das terras

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (HA)
Integração Lavoura Pecuária(ILP)	0
Pastagem	147,9500
Reserva Legal	59,8094
Hídricos	POÇO SEMIARTESIANO
Benfeitorias	CASA, CURRAL, CERCA E POÇO
Outros (Especificar)	0
TOTAL	207,7595 HECTARES

5.2.10. Terras Nuas

NÃO POSSUI TERRA NUA.

5.2.11. Frutos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

O PRODUTOR É AGROPECUARISTA, NA SAFRA 2023/24 A PROPRIEDADE SERÁ CONVERTIDA PARA EXPLORAÇÃO AGRICOLA, ONDE SERÁ EMPREGADO O PLANTIO DA SOJA E MILHO / MILHETO SAFRINHA.

5.2.12. Outros usos

NÃO HÁ.

5.2.13. Benfeitorias

A PROPRIEADE TEM PASTAGENS DE MEDIA QUALIDADE (ANEXO), 6 DIVISÕES DE PASTO COM CERCA DE ARAME LISO DE 5 FIOS, COM POSTE DE 5 EM 5 METROS DE BOA QUALIDADE (ANEXO). UM CURRAL COM UM BEBEDOR, E UM BEBEDOR DE 3.000 LITROS NA PASTAGEM.

5.2.14. Direitos

A PROPRIEDADE ESTÁ EM DOMINIO DO PROPRIETARIO.

5.2.15. Documentação Apresentada

- MATRICULA

6. ANEXOS

Anexos obrigatórios:

- Mapa de Localização com o roteiro de acesso;

- Fotos do imóvel;

- Fotos das benfeitorias listadas no item 5.2.13;

7. LAUDO

7.1. Método Avaliatório

Conforme pesquisa realizada na região do imóvel avaliado, para apuração de valor venal de mercado de IMOVEL RURAL. Verificamos ser possível a utilização neste trabalho do Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, que deve ter a preferência, sempre que possível, de acordo com a recomenda, ao constante da NBR 14.653-1, em seu item 7.5: *Para a identificação do valor de mercado do bem, sempre que possível preferir o método Comparativo Direto de Dados de Mercado.*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

Para a avaliação do imóvel, foi utilizado o método comparativo direto com homogeneização de fatores, conforme descrito na Norma Brasileira NBR 14653. Por esse método, o imóvel é avaliado por comparação com imóveis de características semelhantes, cujos respectivos valores unitários (hectares) são ajustados com fatores que tornam a amostra homogênea.

O saneamento dos valores amostrais foi feito utilizando-se o Critério Excludente de Chauvenet e o tratamento estatístico fundamentou se na Teoria Estatística das Pequenas Amostras (n<30) com a distribuição 't' de *Student* com confiança de 80%, consoante com a Norma Brasileira.

A amostra desta avaliação foi tratada com os seguintes fatores:

F1: BENFEITORIAS
F2: LOCALIZAÇÃO
F3: OFERTAS
F4: REDE DE ENERGIA
F5: PASTAGENS DE QUALIDADE

IMOVEIS AMOSTRADOS PARA COMPARAÇÃO

IMOVEL 01: CHÁCARA NOSSA SENHORA APARECIDA

AREA :	207,7595 HECTARES
VALOR :	R$ 8.029.946,227
VALOR POR HECTARE	R$ 38.650,20
FATOR DE HOMOGENIZAÇAO BENFEITORIAS	1,50
FATOR DE HOMOGENIZAÇAO LOCALIDADE	1,00
FATOR DE HOMOGENIZAÇAO OFERTAS	1,50
FATOR DE HOMOGENIZAÇAO REDE ENERGIA	1,50
FATOR DE HOMOGENIZAÇAO PAST. DE QUALIDADE	1,20

TABELA DE HOMOGENIZAÇÃO

IMOVEL	R$/ HECTARE	F1	F2	F3	F4	F5	R$/ HECTARE /HOMOG.
1	38.070,447	1,00	1,50	1,50	1,00	1,50	38.650,20

Valores homogeneizados (Xi), em R$/ HECTARE:

Média: $X = \sum(Xi)/n$

$X = 38.650,20$

Desvio padrão: $S = \sqrt{(\sum(X - Xi)^2)/(n-1)}$

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

S =579,75

Verificação dos valores pelo Critério Excludente de Chauvenet:

O quociente entre o desvio (d) de cada amostra e o desvio padrão deve ser menor que o valor crítico (VC), fornecido pela tabela de Chauvenet.

Ou seja: d = |Xi - X|/S < VC

Valor crítico para 3 amostras, pela Tabela de Chauvenet: VC = 2,69

Amostra 1: d = |38.070,447 – 38.650,20| / 579,75 = -1 < 2,69
Amostra 2: d = |36.070,447 – 36.650,20| / 579,75 = -1 < 2,69
Amostra 3: d = |39.070,447 – 39.650,20| / 579,75 = -1 < 2,69

7.2. Absorção de Mercado:

Liquidez: *(alta, média ou baixa) ALTA*

Desempenho de Mercado: *(normal, anormal) NORMAL*

Número de Ofertas: *(alto, médio ou baixo) ALTO*

Absorção pelo Mercado: *(alto, médio ou baixo) ALTO*

Público alvo para absorção do bem: *(ex: pecuaristas, agricultores e empresários) PECUARISTAS, AGRICULTORES E INVESTIDORES.*

Facilitadores para negociação: PROPRIEDADE DE SOLO FERTIL E DE BOA APTIDÃO AGRICOLA, LOCALIZADA A 1,20 KM DA MT-251 QUE É UMA VIA PAVIMENTADA A APROXIMADAMENTE 35 KM DE NOVA XAVANTINA E 37 DE CAMPINÁPOLIS, SENDO AREA TODA PLANA / LEVEMENTE ONDULADA, SE TORNANDO UMA PROPRIEDADE AGRICULTAVEL, SUA LOCALIZAÇÃO FACILITA O MANEJO DA PROPRIEDADE, ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO, A COMPRA DE INSUMOS, E INVESTIMENTO PARA AGROINDUSTRIA DEVIDO A LOCALIZAÇÃO MUITO BOA DO IMÓVEL.

7.3. Especificação da Avaliação

Cálculo da amplitude do intervalo de confiança:

Os limites do intervalo de confiança (Li e Ls) são os extremos dentro dos quais, teoricamente, um valor tem 80% de chance de se encontrar.

Eles são determinados pelas fórmulas: Li = X - tc * S/√(n-1) e Ls = X + tc * S/√(n-1),

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

onde tc é o valor da Tabela de Percentis da Distribuição t de Student, para 80% de confiança e 2 (n-1) graus de liberdade.

Limite inferior do intervalo de confiança (Li):

Li = 38.650,20– 2,69 * 579,75 /√(3 - 1) = 37.547,44

Limite superior do intervalo de confiança (Ls):

Ls = 38.650,20 + 2,69 * 579,75 /√(3 - 1) = 39.752,95

Cálculo do campo de arbítrio:

Considerando-se a pequena dilatação do intervalo de confiança, o campo de arbítrio é idêntico ao intervalo de confiança.

Campo de arbítrio: de R$ 37.547,44 a R$ 39.752,95

Tomada de decisão sobre o valor unitário do imóvel avaliando:

O avaliador tem liberdade para determinar o valor unitário dentro do campo de arbítrio. Utilizarei a média das amostra 1 e 2 como valor unitário para cada hectare.

Valor unitário do imóvel avaliado: R$ 38.650,20 cada hectare.

Resultado final:

Valor final = Valor unitário * área

Valor final = R$ 38.650,20 * 207,7595 HECTARE = R$ 8.029.946,22

Valor do imóvel avaliado: R$ 8.029.946,22

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

7.4. Resultado da Avaliação

De acordo com a análise do diagnóstico de mercado apurado e levantamentos realizados com base na identificação da realidade mercadológica da região onde se encontra situado o imóvel, os valores mínima, médio e máximo que espelham o valor venal de mercado foram discriminados de acordo com a estimativa.

Descrever o preço médio por hectare e o somatório final do imóvel, bem como o valor de venda forçada.

Preço mínimo: R$ 34.785,18/HECTARE Preço mínimo total : R$ 7.226.951,60
Preço máximo: R$ 42.515,22/HECTARE Preço máximo total: R$ 8.832.940,85
Preço médio: R$ 38.650,20/HECTARE Preço médio total : R$ 8.029.946,22
Venda forçada: R$ 27.055,14/HECTARE Venda forçada total: R$ 5.620.962,35

7.5. CONCLUSÃO

De acordo com a análise técnica realizada informamos que o valor mais representativo para o imóvel em questão é de **R$ 8.029.946,22 (Oito milhões, vinte e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte dois centavos).**

NOVA XAVANTINA-MT,26/09/2023

JOÃO PAULO SPURI DONATO
CREA – MT030159
ART - **1220230177124**

EDSON PINTO DE MELLO
CPF: 669.115.089-91

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

ANEXOS

ANEXO 01 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO COM ROTEIRO DE ACESSO

ANEXO 02 – FOTOS DO IMÓVEL E BENFENTORIAS

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

ANEXO 01.



Figura 1. Croqui de acesso

Rua Salvador, N° 486, SALA A LOTE 15 QUADRA 15 SETOR NOVA BRASILIA - Nova Xavantina - MT
joaopaulosdonato@gmail.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

ANEXO 02.



Figura 2. Entrada da propriedade, chegada pela MT-251 (com mata-burro).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30



Figura 3. Saida da propriedade, com mata-burro.

Rua Salvador, N° 486, SALA A LOTE 15 QUADRA 15 SETOR NOVA BRASILIA - Nova Xavantina - MT
joaopaulosdonato@gmail.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30



Figura 4. Frente da sede do imóvel.

Rua Salvador, N° 486, SALA A LOTE 15 QUADRA 15 SETOR NOVA BRASILIA - Nova Xavantina - MT
joaopaulosdonato@gmail.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30



Figura 5. Lateral da sede do imóvel.

Rua Salvador, N° 486, SALA A LOTE 15 QUADRA 15 SETOR NOVA BRASILIA - Nova Xavantina - MT
joaopaulosdonato@gmail.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30



Figura 6. Cerca do corredor que corta o imóvel.

Rua Salvador, N° 486, SALA A LOTE 15 QUADRA 15 SETOR NOVA BRASILIA - Nova Xavantina - MT
joaopaulosdonato@gmail.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30



Figura 7. Caixa d'água de 10 mil litros.

Rua Salvador, N° 486, SALA A LOTE 15 QUADRA 15 SETOR NOVA BRASILIA - Nova Xavantina - MT
joaopaulosdonato@gmail.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30



Figura 8. Poço semi artesiano.

Rua Salvador, N° 486, SALA A LOTE 15 QUADRA 15 SETOR NOVA BRASILIA - Nova Xavantina - MT
joaopaulosdonato@gmail.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30



Figura 9. Bebedouro de 3.000 litros para o gado.

Rua Salvador, N° 486, SALA A LOTE 15 QUADRA 15 SETOR NOVA BRASILIA - Nova Xavantina - MT
joaopaulosdonato@gmail.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30



Figura 10. Capim Braquiária e solo vermelho.

Rua Salvador, N° 486, SALA A LOTE 15 QUADRA 15 SETOR NOVA BRASILIA - Nova Xavantina - MT
joaopaulosdonato@gmail.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30



Figura 11. Capim andropogon.

Rua Salvador, N° 486, SALA A LOTE 15 QUADRA 15 SETOR NOVA BRASILIA - Nova Xavantina - MT
joaopaulosdonato@gmail.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593036300000128815045
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593036300000128815045
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:30

LAUDO DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL FAZENDA SANTA MARIA GORETTI

FINALIDADE: AVALIAÇÃO DO IMÓVEL.



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

NOME	SIDNEY PINTO DE MELLO
CPF	669.115.919-53
RG	3.747.819-9 SESP/PR
ENDERÊÇO	Av. das Palmeiras, n°. 98, Parque das Palmeiras
CIDADE	Maringá
ESTADO	Paraná
CEP	87023-160
TELEFONE	044 9 9872-0457

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TECNICO

NOME	**Joao Dias Ramão Batista**
CREA	201185/D
ENDERÊÇO	Rua Zircônia, 74 – Fundos, Jardim Real
CEP	87.083-025
FONE	044 3246-1931 / 99181-0307
E-mail	Joao@alvotopografia.com.br
CIDADE	Maringá
ESTADO	Paraná.

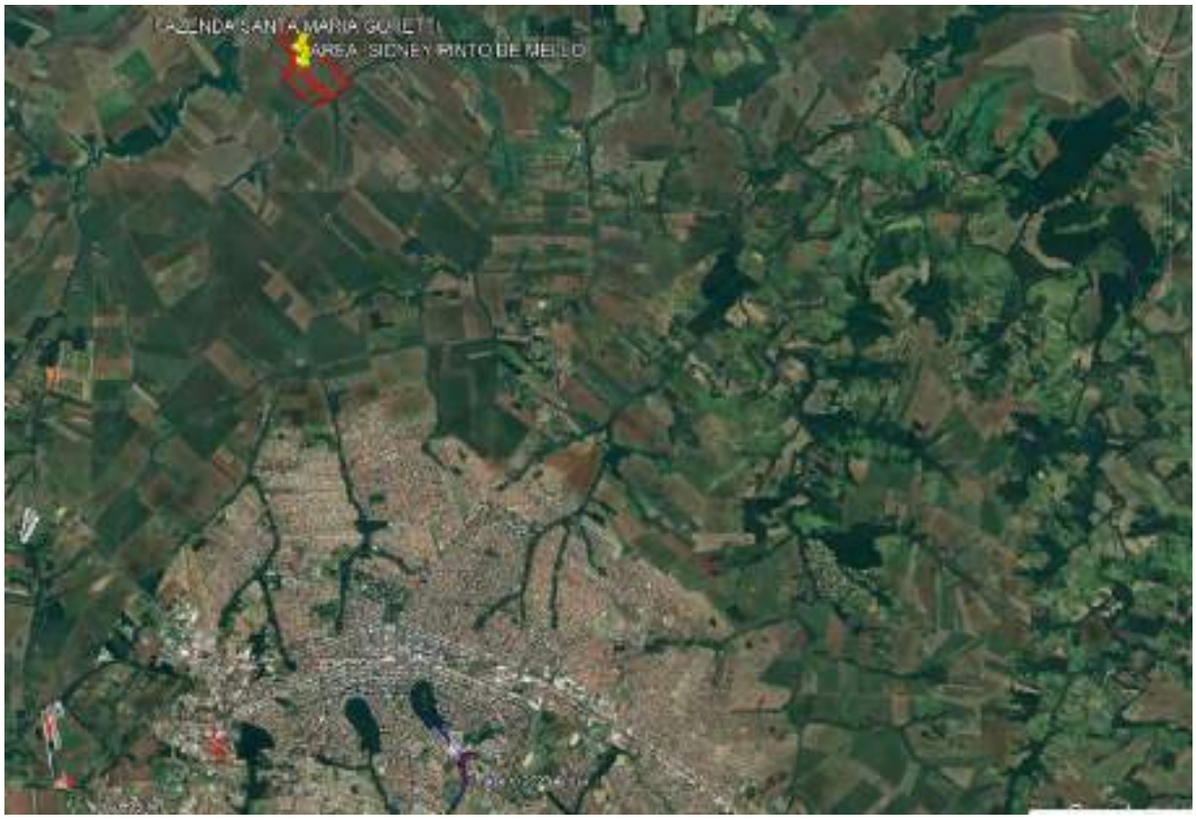
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

DENOMINAÇÃO	LOTE N°. 18, 18-A e 19, 20, 21, 21-A, 21-B, 21-C
MATRICULA	1.454, 3.965, 463, 464, 02, 465, 1.638
MUNICÍPIO	Maringa
COMARCA	Maringá
ESTADO	Paraná
ÁREA REGISTRADA	140,8440 ha

TOTAL DE: 140,8440 Hectares.
58,2000 Alqueires Paulistas.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

4. ROTEIRO DE ACESSO



5 – INTRODUÇÃO

A Pesquisa de Preços de TERRAS AGRÍCOLAS é realizada para avaliar os imóveis, tendo por objetivo:

a) Acompanhar a evolução do Preço da Terra Agrícola na região da cidade de Maringá - PR;

b) Preparar informações diversas relacionadas ao conhecimento dos interessados;

c) Disponibilizar para aos interessados um referencial de preços amplo;

Os preços médios pesquisados poderão servir como um referencial por fazenda, não como valor mínimo ou máximo, tendo em vista que cada propriedade rural tem suas características próprias quanto ao tamanho, localização, vias de acesso, topografia, hidrografia, tipo de solo, capacidade de uso, grau de mecanização entre outros fatores.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

6 – METODOLOGIA

6.1 – Separação em Classes:

Para o levantamento são utilizadas as oito classes de capacidade de uso, conforme o "Manual para levantamento utilitário e classificação de terras no sistema de capacidade de uso", publicado pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS), amplamente difundido no Brasil desde sua primeira publicação em 1983. Apenas o preço da classe V, atualmente de uso bastante restrito pela legislação não é pesquisado em nenhuma localidade. Anexo1.

Grupo A – Classe I: terras cultiváveis, aparentemente sem problemas especiais de conservação. Ocupação mais comum no Paraná: Grãos, com altas produtividades.

Grupo A – Classe II: terras cultiváveis com problemas simples de conservação. Ocupação mais comum no Paraná: Grãos, com produtividades ainda acima da média.

Grupo A – Classe III: terras cultiváveis com problemas complexos de conservação. Ocupação mais comum no Paraná: Grãos, com produtividades médias.

Grupo A – Classe IV: terras cultiváveis apenas ocasionalmente ou em extensão limitada, com sérios problemas de conservação. Ocupação mais comum no Paraná: Grãos, com produtividades médias e pastagens para a criação de gado de leite.

Grupo B – Classe V: terras adaptadas em geral para pastagens e/ou reflorestamento sem necessidade de prática especial de conservação, cultiváveis apenas em casos muito especiais. Ocupação mais comum no Paraná: Áreas alagáveis não sistematizadas.

Grupo B – Classe VI: terras adaptadas em geral para pastagens e/ou reflorestamento com problemas simples de conservação, cultiváveis apenas em casos especiais de algumas culturas permanentes protetoras do solo. Ocupação mais comum: Pastagens para bovino de corte, especialmente em áreas planas a suave onduladas, porém frágeis devido à textura arenosa ou a baixa fertilidade.

Grupo B – Classe VII: terras adaptadas em geral somente para pastagens ou reflorestamento, com problemas complexos de conservação: Ocupação mais comum no Paraná: Pastagens degradadas, Pastagens em áreas declivosas e reflorestamentos.

Grupo C – Classe VIII: terras impróprias para cultura, pastagem ou reflorestamento, podendo servir apenas como abrigo e proteção da fauna e flora silvestre, como ambiente para recreação, ou para fins de armazenamento de água. Ocupação mais comum no Paraná: Vegetação natural.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

Apesar de não ser possível uma análise precisa de quanto cada classe representa no estado do Paraná, a avaliação busca atender os critérios estabelecidos no Anexo 2.

6.2 – Coleta das Informações

a) Características das informações: os dados são coletados em outubro de 2023 e subdivididos pelas classes da pesquisa, conforme ocupação mais comum na região onde estão sendo pesquisadas, desconsiderando as utilizações acima ou abaixo da capacidade de uso.

b) Procedência das informações: utilizam-se valores informados por pessoas e empresas ligadas ao Setor Agropecuário, tais como: Imobiliárias, Corretores de Imóveis Autônomos, Cooperativas, Empresas de Planejamento, Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas, Topógrafos, Técnicos da EMATER – PR, Técnicos da Secretaria de Agricultura dos Municípios, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, Associações de Produtores Rurais, Cartório de Registro de Imóveis e outros ligados ao setor. Dos valores médios finais para cada classe e tipo de terras, são deduzidos os valores das benfeitorias reprodutivas (culturas comerciais de ciclo vegetativo, superior a um ano, nem sempre negociáveis separadamente do solo, tais como lavouras permanentes, pastagens e reflorestamento) e não reprodutivas (São aquelas que por se acharem aderidas ao solo, de remoção inviável por algum motivo, não são negociáveis separadamente das terras. Alguns exemplos são casas, galpões, cercas, pocilgas e instalações para abastecimento de água), bem como os investimentos necessários para implantação destas.

Fica registrado que foram contatados vendedores com área a venda na região.

7. SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL

Imovel rural denominado **FAZENDA SANTA MARIA GORETTI**, com a área total de 140,8440 hectares ou seja 58,2000 Alqueires Paulistas, situado na Gleba Atlantique, Município de Maringá e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, matriculado sob nºs. 1.454, 3.965, 463, 464, 465, 02, 1.638 do Serviço Registral de Imóveis.

8. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

Avaliar a **FAZENDA SANTA MARIA GORETTI** relativo ao ano de 2023, em atendimento a necessidade de avaliação do imóvel pelos interessados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

9. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL AVALIADO

O imóvel **FAZENDA SANTA MARIA GORETTI** apresenta-se com a seguinte composição:

- Área total da Fazenda 140,8440 hectares
- Área de Vegetação 4,4540 hectares
- Área mecanizada 135,0300 hectares
- Area Benfeitoria 1,3600 hectares

10. HIDROGRAFIA

A propriedade está inserida na Bacia Hidrográfica do Pirapó e apresenta-se bem suprida de águas, além de apresentar rio em seu interior. Anexo 3.

11. SOLOS PREDOMINANTES

- Latossolo Vermelho-Escuro e Solos Litólicos, ‘A’ moderado, em relevo ondulado, e
- Neossolo Litólico.

Com declividade de 0 a 11%. Anexo 4.

12. USO DO SOLO:

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA – HA
- AGRICULTURA	135,0300
- VEGETAÇÃO	4,4540
- BENFEITORIA	1,3600
TOTAL	**140,8440**

13. FORMAÇÃO FLORESTAL

13.1. Reserva Legal

A área de Vegetação da propriedade esta inserida no bioma mata atlântica e é formada por várias porções, num total de 4.4540 hectares. Anexo 5.

São constituídos da seguinte forma:

- Vegetação	-	4,4540 hectares
T O T A L	-	**4,4540 hectares**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

14. MÉTODO UTILIZADO COM JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

Esta propriedade encontra-se numa região de relevo ondulado, justificando o percentual de áreas destinadas à Reserva Florestal Legal. Para a avaliação deste imóvel atribuímos os valores, considerando que a área no geral tem a sua topografia com terrenos ondulados, cuja declividade média situa-se em 5%.

15.VALORES ATRIBUÍDOS – 2023

15-1. Pesquisa Imobiliária:

15.1.1 - Fichas da Pesquisa Imobiliária:

Na coleta de dados indicativos de valores de mercado, buscamos colher os valores sugeridos na cotação de mercado de elementos diretamente ligados à atividade agropecuária e na intermediação de negócios realizados no mercado imobiliário.

Aos pesquisados, foi solicitada uma ficha com a indicação dos dados do imóvel indicando o tamanho, percentual de área explorada e reservas florestais, distância, acesso e outras, para melhor condição de pesquisa sobre o imóvel para obtenção do valor da terra por hectare.

15.1.2 - Planilha dos Valores da Pesquisa de Mercado

Entrevistado (valores em R$/ha)

Item	Descrição	Valor (ha)	Valor (Alq.)
1	Picoli Imóveis, imobiliária, Telefone (44) 9 9961-2870	R$ 185.950,41	R$ 450.000,00
2	Arivonil Gomes dos Santos, profissional credenciado no CRECI N° 38.651, contato telefônico é (44) 9 9828-0008.	R$ 188.016,53	R$ 455.000,00
3	Milton Luiz Campana, Telefone (44) 9 9994-9242	R$ 190.082,64	R$ 460.000,00
4	Moacyr Jose de Oliveira, CRECI Nº. 24390-PR, Telefone: (44) 9 9978-5394	R$ 192.148,76	R$ 465.000,00

15.1.2.1 – Valor do Deral

Município	**A- I**	**A- II**	**A- III**	**A- IV**	**B- VI**	**B- VII**	**C- VIII**
Maringá	185.100	150.700	120.200	101.400	74.600	53.200	20.100

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

15.2 Homogeneizações dos Valores Apontados pela Pesquisa de Mercado

15.2.1 Estatística para os Valores Sugeridos para Terra

15.2.1.1 Média aritmétrica simples das amostras coletadas

MA = R$ 188.259,67

Desvio Padrão das amostras

DP = R$ 2.907,90

Limite Superior

LS= R$ 191.167,57

Limite Inferior

LI= R$ 185.351,77

Amostras Descartadas:

Amostra 2	R$ 188.016,53
Deral	R$ 185.100,00

Estatística das amostras saneadas

1	R$ 185.950,41
3	R$ 190.082,64
4	R$ 192.148,76

15.2.2 – Conclusão dos Valores Levantamentos

Após dados finalizados a propriedade será avaliada no valor de R$ **188.000,00 (Cento e oitenta e oito mil reais)** o hectare, ou seja, R$ **454.960,00** (Quatrocentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e sessenta reais) o Alqueire Paulista multiplicando pela fração da área dos proprietários **SIDNEY PINTO DE MELLO E ANA DE MEDEIROS MELLO** uma área de 19,3600 ha, ou seja, 8,0000 Alqueires Paulista totalizando **R$ 3.639.680,00** (Três milhões e seiscentos e trinta e nove mil e seiscentos e oitenta reais).

16. DATA DA VISTORIA

O imóvel foi vistoriado na data de 20 de outubro de 2023, onde verificamos em toda a propriedade a exploração de atividades agrícola.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

Maringá, 23 de outubro de 2023.

_____

JOÃO DIAS RAMÃO BATISTA
Engenheiro Agrônomo – CREA n°. 201185/D
CPF N°. 03337492940

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

FOTOS





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

ANEXO 1 – Definições anteriores de classes

CONCEITO DAS CLASSES DE TERRAS AGRÍCOLAS

1 – MECANIZADA

São áreas destocadas, sem restrições para o preparo do solo e plantio, cuja declividade (topografia) permite operações com máquinas e implementos agrícolas motorizados, podendo estar sendo cultivada ou em pousio, independente da cultura existente, incluindo várzea sistematizada.

2 – MECANIZÁVEL

São áreas cuja declividade do solo (topografia) permite operações com máquinas e implementos agrícolas motorizados, porém, ainda não há mecanização, devido à presença de vegetação adensada (mata ou capoeira), resto de desmatamento (tocos, troncos e galhos) e várzea não sistematizada (úmida).

3 – NÃO MECANIZÁVEL

São áreas cujo relevo e/ou profundidade do solo são desfavoráveis à execução de operações ou práticas agrícolas com máquinas e implementos motorizados, permitindo, porém, o plantio manual ou a tração animal. São consideradas também áreas não mecanizáveis, as reservas legais, tendo em vista que as mesmas só poderão sofrer algum tipo de desmatamento e/ou corte, mediante um plano de manejo sustentável, com projeto devidamente aprovado pelo IAP e/ou IBAMA.

4 – INAPROVEITÁVEIS

São áreas totalmente inaproveitáveis para atividades agropecuárias, constituídas de solos pedregosos, muito rasos ou inundáveis periodicamente, despenhadeiro, pirambeira, penhascos, etc., com relevo íngreme ou reserva de preservação permanente, podendo servir apenas como abrigo e proteção de fauna e flora silvestre, como ambiente para recreação ou para fins de armazenamento de água.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

ANEXO 2 – Tabela de aproximações de classes em outros sistemas de classificação.

Sistema de Capacidade e Uso do solo	Metodologia anterior	SIPT
Classe I	Mecanizada/Mecanizável (roxa)	I – lavoura – aptidão boa
Classe II	Mecanizada/Mecanizável (roxa/ mista)	I – lavoura – aptidão boa
Classe III	Mecanizada/Mecanizável (roxa/mista/ arenosa)	II – lavoura – aptidão regular
Classe IV	Mecanizada/Mecanizável (roxa/mista/ arenosa)	III – lavoura – aptidão restrita
Classe V	Mecanizada/Mecanizável (roxa/mista/ arenosa)	IV – pastagem plantada
Classe VI	Não-mecanizável (roxa/mista/ arenosa)	IV – pastagem plantada
Classe VII	Não-mecanizável(roxa/mista/ arenosa)	V – silvicultura ou pastagem natural
Classe VIII	Inaproveitável (roxa/mista/ arenosa)	VI – preservação da fauna ou flora

OBS: as relações são aproximações, podendo haver interpretações diferentes, sendo estas aqui apresentadas baseadas essencialmente no Anexo 2, principalmente nos critérios de textura e de declividade.

ANEXO 3 – SEMA – Bacias Hidrográficas do Paraná.

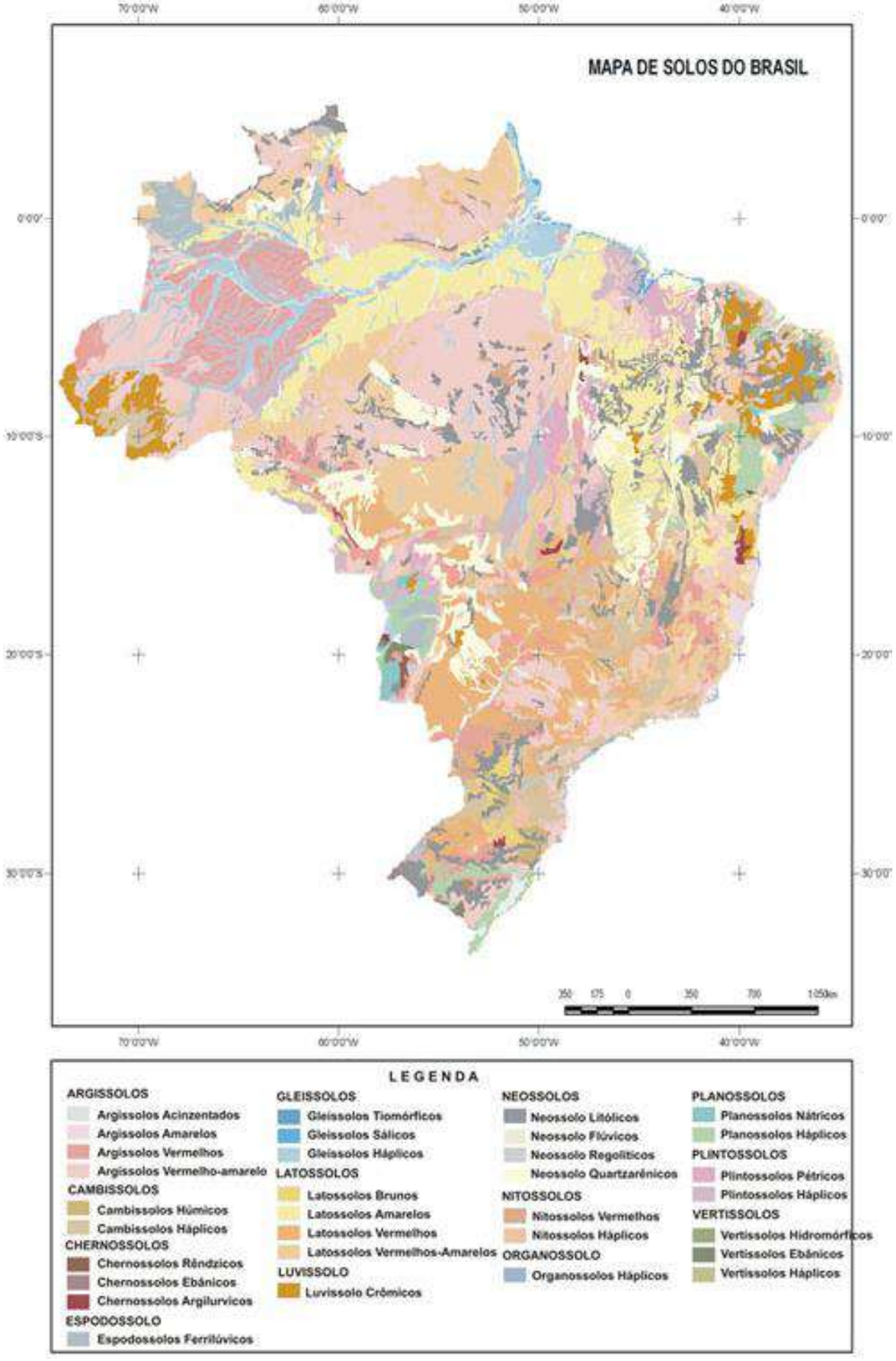


Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

ANEXO 4 – Segundo Agência Embrapa de Informação Tecnologica – EMBRAPA.



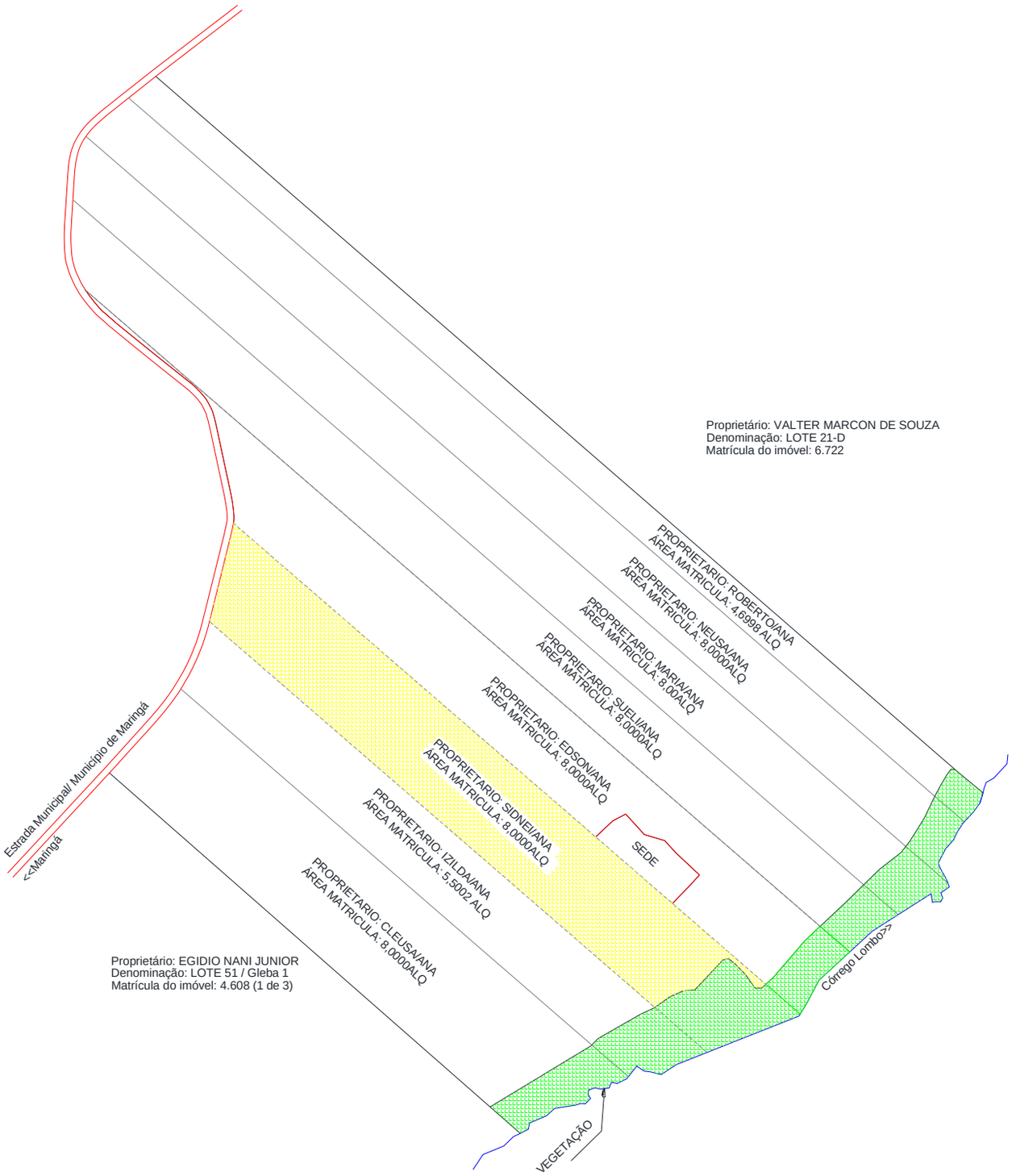
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

ANEXO 5 – IBGE - Biomas do Brasil.



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

ANEXO 6 – Mapa de Uso



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:55
Número do documento: 23102808593074600000128815046
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593074600000128815046
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

LAUDO DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL FAZENDA SANTA MARIA GORETTI

FINALIDADE: AVALIAÇÃO DO IMÓVEL.



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

NOME	**EDSON PINTO DE MELLO**
CPF	669.115.089-91
RG	4.336.798-6 SESP/PR
ENDERÊÇO	Estrada Lombo, Lote 21, Fazenda Santa Maria Goreti
CIDADE	Maringá
ESTADO	Paraná
CEP	87100-000
TELEFONE	044 9 9851-6443

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TECNICO

NOME	**Joao Dias Ramão Batista**
CREA	201185/D
ENDERÊÇO	Rua Zircônia, 74 – Fundos, Jardim Real
CEP	87.083-025
FONE	044 3246-1931 / 99181-0307
E-mail	Joao@alvotopografia.com.br
CIDADE	Maringá
ESTADO	Paraná.

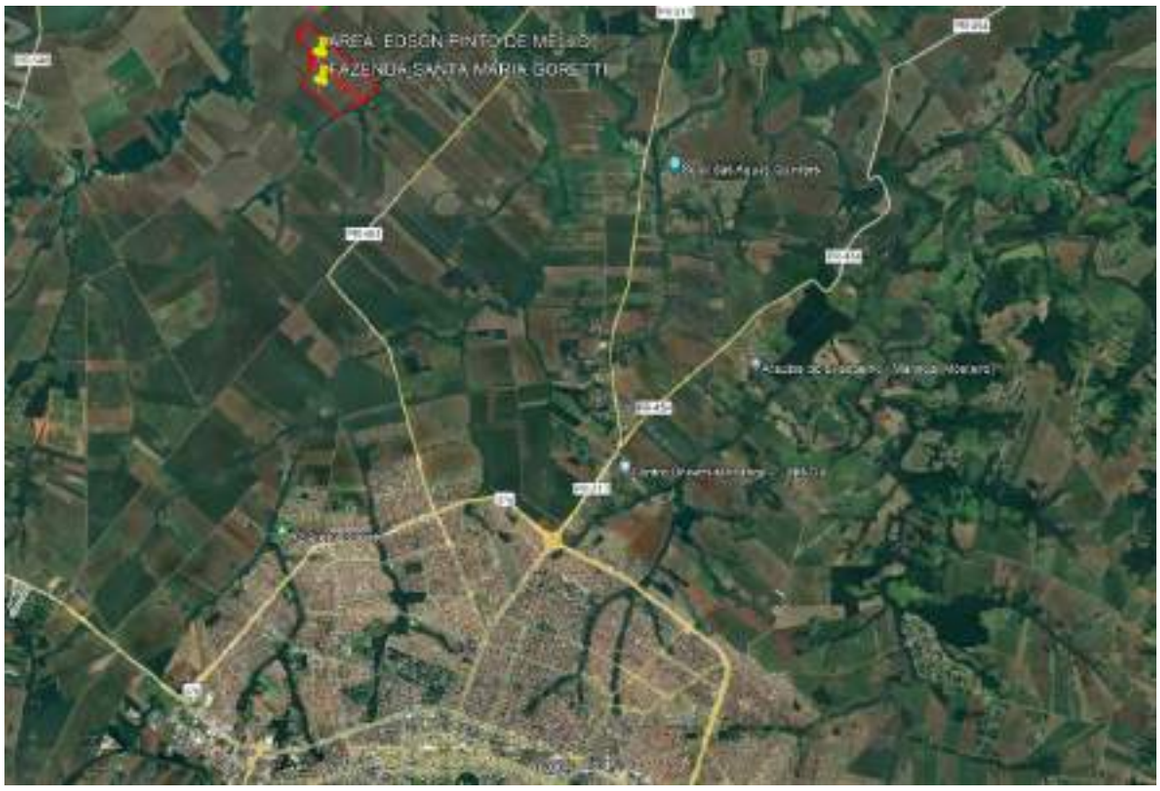
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

DENOMINAÇÃO	LOTE N°. 18, 18-A e 19, 20, 21, 21-A, 21-B, 21-C
MATRICULA	1.454, 3.965, 463, 464, 02, 465, 1.638
MUNICÍPIO	Maringa
COMARCA	Maringá
ESTADO	Paraná
ÁREA REGISTRADA	140,8440 ha

TOTAL DE: 140,8440 Hectares.
58,2000 Alqueires Paulistas.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

4. ROTEIRO DE ACESSO



5 – INTRODUÇÃO

A Pesquisa de Preços de TERRAS AGRÍCOLAS é realizada para avaliar os imóveis, tendo por objetivo:

a) Acompanhar a evolução do Preço da Terra Agrícola na região da cidade de Maringá - PR;

b) Preparar informações diversas relacionadas ao conhecimento dos interessados;

c) Disponibilizar para aos interessados um referencial de preços amplo;

Os preços médios pesquisados poderão servir como um referencial por fazenda, não como valor mínimo ou máximo, tendo em vista que cada propriedade rural tem suas características próprias quanto ao tamanho, localização, vias de acesso, topografia, hidrografia, tipo de solo, capacidade de uso, grau de mecanização entre outros fatores.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

6 – METODOLOGIA

6.1 – Separação em Classes:

Para o levantamento são utilizadas as oito classes de capacidade de uso, conforme o "Manual para levantamento utilitário e classificação de terras no sistema de capacidade de uso", publicado pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS), amplamente difundido no Brasil desde sua primeira publicação em 1983. Apenas o preço da classe V, atualmente de uso bastante restrito pela legislação não é pesquisado em nenhuma localidade. Anexo1.

Grupo A – Classe I: terras cultiváveis, aparentemente sem problemas especiais de conservação. Ocupação mais comum no Paraná: Grãos, com altas produtividades.

Grupo A – Classe II: terras cultiváveis com problemas simples de conservação. Ocupação mais comum no Paraná: Grãos, com produtividades ainda acima da média.

Grupo A – Classe III: terras cultiváveis com problemas complexos de conservação. Ocupação mais comum no Paraná: Grãos, com produtividades médias.

Grupo A – Classe IV: terras cultiváveis apenas ocasionalmente ou em extensão limitada, com sérios problemas de conservação. Ocupação mais comum no Paraná: Grãos, com produtividades médias e pastagens para a criação de gado de leite.

Grupo B – Classe V: terras adaptadas em geral para pastagens e/ou reflorestamento sem necessidade de prática especial de conservação, cultiváveis apenas em casos muito especiais. Ocupação mais comum no Paraná: Áreas alagáveis não sistematizadas.

Grupo B – Classe VI: terras adaptadas em geral para pastagens e/ou reflorestamento com problemas simples de conservação, cultiváveis apenas em casos especiais de algumas culturas permanentes protetoras do solo. Ocupação mais comum: Pastagens para bovino de corte, especialmente em áreas planas a suave onduladas, porém frágeis devido à textura arenosa ou a baixa fertilidade.

Grupo B – Classe VII: terras adaptadas em geral somente para pastagens ou reflorestamento, com problemas complexos de conservação: Ocupação mais comum no Paraná: Pastagens degradadas, Pastagens em áreas declivosas e reflorestamentos.

Grupo C – Classe VIII: terras impróprias para cultura, pastagem ou reflorestamento, podendo servir apenas como abrigo e proteção da fauna e flora silvestre, como ambiente para recreação, ou para fins de armazenamento de água. Ocupação mais comum no Paraná: Vegetação natural.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

Apesar de não ser possível uma análise precisa de quanto cada classe representa no estado do Paraná, a avaliação busca atender os critérios estabelecidos no Anexo 2.

6.2 – Coleta das Informações

a) Características das informações: os dados são coletados em outubro de 2023 e subdivididos pelas classes da pesquisa, conforme ocupação mais comum na região onde estão sendo pesquisadas, desconsiderando as utilizações acima ou abaixo da capacidade de uso.

b) Procedência das informações: utilizam-se valores informados por pessoas e empresas ligadas ao Setor Agropecuário, tais como: Imobiliárias, Corretores de Imóveis Autônomos, Cooperativas, Empresas de Planejamento, Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas, Topógrafos, Técnicos da EMATER – PR, Técnicos da Secretaria de Agricultura dos Municípios, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, Associações de Produtores Rurais, Cartório de Registro de Imóveis e outros ligados ao setor. Dos valores médios finais para cada classe e tipo de terras, são deduzidos os valores das benfeitorias reprodutivas (culturas comerciais de ciclo vegetativo, superior a um ano, nem sempre negociáveis separadamente do solo, tais como lavouras permanentes, pastagens e reflorestamento) e não reprodutivas (São aquelas que por se acharem aderidas ao solo, de remoção inviável por algum motivo, não são negociáveis separadamente das terras. Alguns exemplos são casas, galpões, cercas, pocilgas e instalações para abastecimento de água), bem como os investimentos necessários para implantação destas.

Fica registrado que foram contatados vendedores com área a venda na região.

7. SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL

Imovel rural denominado **FAZENDA SANTA MARIA GORETTI**, com a área total de 140,8440 hectares ou seja 58,2000 Alqueires Paulistas, situado na Gleba Atlantique, Município de Maringá e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, matriculado sob nºs. 1.454, 3.965, 463, 464, 02, 465, 1.638 do Serviço Registral de Imóveis.

8. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

Avaliar a **FAZENDA SANTA MARIA GORETTI** relativo ao ano de 2023, em atendimento a necessidade de avaliação do imóvel pelos interessados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

9. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL AVALIADO

O imóvel **FAZENDA SANTA MARIA GORETTI** apresenta-se com a seguinte composição:

- Área total da Fazenda 140,8440 hectares
- Área de Vegetalção 4,4540 hectares
- Área mecanizada 135,0300 hectares
- Area Benfeitoria 1,3600 hectares

10. HIDROGRAFIA

A propriedade está inserida na Bacia Hidrográfica do Pirapó e apresenta-se bem suprida de águas, além de apresentar rio em seu interior. Anexo 3.

11. SOLOS PREDOMINANTES

- Latossolo Vermelho-Escuro e Solos Litólicos, ‘A’ moderado, em relevo ondulado, e
- Neossolo Litólico.
  Com declividade de 0 a 11%. Anexo 4.

12. USO DO SOLO:

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA – HA
- AGRICULTURA	135,0300
- VEGETAÇÃO	4,4540
- BENFEITORIA	1,3600
TOTAL	**140,8440**

13. FORMAÇÃO FLORESTAL

13.1. Vegetação

A área de Vegetação da propriedade esta inserida no bioma mata atlântica e é formada por várias porções, num total de 4.4540 hectares. Anexo 5.

São constituídos da seguinte forma:

- Vegetação	-	4,4540 hectares
T O T A L	-	**4,4540 hectares**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

14. MÉTODO UTILIZADO COM JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

Esta propriedade encontra-se numa região de relevo ondulado, justificando o percentual de áreas destinadas à Reserva Florestal Legal. Para a avaliação deste imóvel atribuímos os valores, considerando que a área no geral tem a sua topografia com terrenos ondulados, cuja declividade média situa-se em 5%.

15.VALORES ATRIBUÍDOS – 2023

15-1. Pesquisa Imobiliária:

15.1.1 - Fichas da Pesquisa Imobiliária:

Na coleta de dados indicativos de valores de mercado, buscamos colher os valores sugeridos na cotação de mercado de elementos diretamente ligados à atividade agropecuária e na intermediação de negócios realizados no mercado imobiliário.

Aos pesquisados, foi solicitada uma ficha com a indicação dos dados do imóvel indicando o tamanho, percentual de área explorada e reservas florestais, distância, acesso e outras, para melhor condição de pesquisa sobre o imóvel para obtenção do valor da terra por hectare.

15.1.2 - Planilha dos Valores da Pesquisa de Mercado

Entrevistado (valores em R$/ha)

Item	Descrição	Valor (ha)	Valor (Alq.)
1	Picoli Imóveis, imobiliária, Telefone (44) 9 9961-2870	R$ 185.950,41	R$ 450.000,00
2	Arivonil Gomes dos Santos, profissional credenciado no CRECI N° 38.651, contato telefônico é (44) 9 9828-0008.	R$ 188.016,53	R$ 455.000,00
3	Milton Luiz Campana, Telefone (44) 9 9994-9242	R$ 190.082,64	R$ 460.000,00
4	Moacyr Jose de Oliveira, CRECI Nº. 24390-PR, Telefone: (44) 9 9978-5394	R$ 192.148,76	R$ 465.000,00

15.1.2.1 – Valor do Deral

Município	**A- I**	**A- II**	**A- III**	**A- IV**	**B- VI**	**B- VII**	**C- VIII**
Maringá	185.100	150.700	120.200	101.400	74.600	53.200	20.100

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

15.2 Homogeneizações dos Valores Apontados pela Pesquisa de Mercado

15.2.1 Estatística para os Valores Sugeridos para Terra

15.2.1.1 Média aritmétrica simples das amostras coletadas

MA = R$ 188.259,67

Desvio Padrão das amostras

DP = R$ 2.907,90

Limite Superior

LS= R$ 191.167,57

Limite Inferior

LI= R$ 185.351,77

Amostras Descartadas:

Amostra 2	R$ 188.016,53
Deral	R$ 185.100,00

Estatística das amostras saneadas

1	R$ 185.950,41
3	R$ 190.082,64
4	R$ 192.148,76

15.2.2 – Conclusão dos Valores Levantamentos

Após dados finalizados a propriedade será avaliada no valor de R$ **188.000,00 (Cento e oitenta e oito mil reais)** o hectare, ou seja, R$ **454.960,00** (Quatrocentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e sessenta reais) o Alqueire Paulista multiplicando pela fração da área dos proprietários **EDSON PINTO DE MELLO E ANA DE MEDEIROS MELLO,** uma área de 19,3600 ha, ou seja, 8,0000 Alqueires Paulista totalizando **R$ 3.639.680,00** (Três milhões e seiscentos e trinta e nove mil e seiscentos e oitenta reais).

Área de benfeitoria de duas casas totalizando 270,00 m2 valor avaliado de R$ 280.000,00, uma garagem de 70,00 m2 valor avaliado de R$ 30.000,00 e um barracão de implementos de 200,00 m2 e casa de madeira valor avaliado de R$ 20.000,00, totalizando uma valor de benfeitoria de **R$ 330.000,00** (Trezentos e trinta mil reais).

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

Valor total de avaliação do imóvel **R$ 3.969.680,00** (Três milhões e novecentos e sessenta nove mil e seiscentos e oitenta reais)

16. DATA DA VISTORIA

O imóvel foi vistoriado na data de 20 de outubro de 2023, onde verificamos em toda a propriedade a exploração de atividades agrícola.

Maringá, 23 de outubro de 2023.

_____

JOÃO DIAS RAMÃO BATISTA
Engenheiro Agrônomo – CREA n°. 201185/D
CPF N°. 03337492940

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

FOTOS





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

ANEXO 1 – Definições anteriores de classes

CONCEITO DAS CLASSES DE TERRAS AGRÍCOLAS

1 – MECANIZADA

São áreas destocadas, sem restrições para o preparo do solo e plantio, cuja declividade (topografia) permite operações com máquinas e implementos agrícolas motorizados, podendo estar sendo cultivada ou em pousio, independente da cultura existente, incluindo várzea sistematizada.

2 – MECANIZÁVEL

São áreas cuja declividade do solo (topografia) permite operações com máquinas e implementos agrícolas motorizados, porém, ainda não há mecanização, devido à presença de vegetação adensada (mata ou capoeira), resto de desmatamento (tocos, troncos e galhos) e várzea não sistematizada (úmida).

3 – NÃO MECANIZÁVEL

São áreas cujo relevo e/ou profundidade do solo são desfavoráveis à execução de operações ou práticas agrícolas com máquinas e implementos motorizados, permitindo, porém, o plantio manual ou a tração animal. São consideradas também áreas não mecanizáveis, as reservas legais, tendo em vista que as mesmas só poderão sofrer algum tipo de desmatamento e/ou corte, mediante um plano de manejo sustentável, com projeto devidamente aprovado pelo IAP e/ou IBAMA.

4 – INAPROVEITÁVEIS

São áreas totalmente inaproveitáveis para atividades agropecuárias, constituídas de solos pedregosos, muito rasos ou inundáveis periodicamente, despenhadeiro, pirambeira, penhascos, etc., com relevo íngreme ou reserva de preservação permanente, podendo servir apenas como abrigo e proteção de fauna e flora silvestre, como ambiente para recreação ou para fins de armazenamento de água.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

ANEXO 2 – Tabela de aproximações de classes em outros sistemas de classificação.

Sistema de Capacidade e Uso do solo	Metodologia anterior	SIPT
Classe I	Mecanizada/Mecanizável (roxa)	I – lavoura – aptidão boa
Classe II	Mecanizada/Mecanizável (roxa/ mista)	I – lavoura – aptidão boa
Classe III	Mecanizada/Mecanizável (roxa/mista/ arenosa)	II – lavoura – aptidão regular
Classe IV	Mecanizada/Mecanizável (roxa/mista/ arenosa)	III – lavoura – aptidão restrita
Classe V	Mecanizada/Mecanizável (roxa/mista/ arenosa)	IV – pastagem plantada
Classe VI	Não-mecanizável (roxa/mista/ arenosa)	IV – pastagem plantada
Classe VII	Não-mecanizável(roxa/mista/ arenosa)	V – silvicultura ou pastagem natural
Classe VIII	Inaproveitável (roxa/mista/ arenosa)	VI – preservação da fauna ou flora

OBS: as relações são aproximações, podendo haver interpretações diferentes, sendo estas aqui apresentadas baseadas essencialmente no Anexo 2, principalmente nos critérios de textura e de declividade.

ANEXO 3 – SEMA – Bacias Hidrográficas do Paraná.

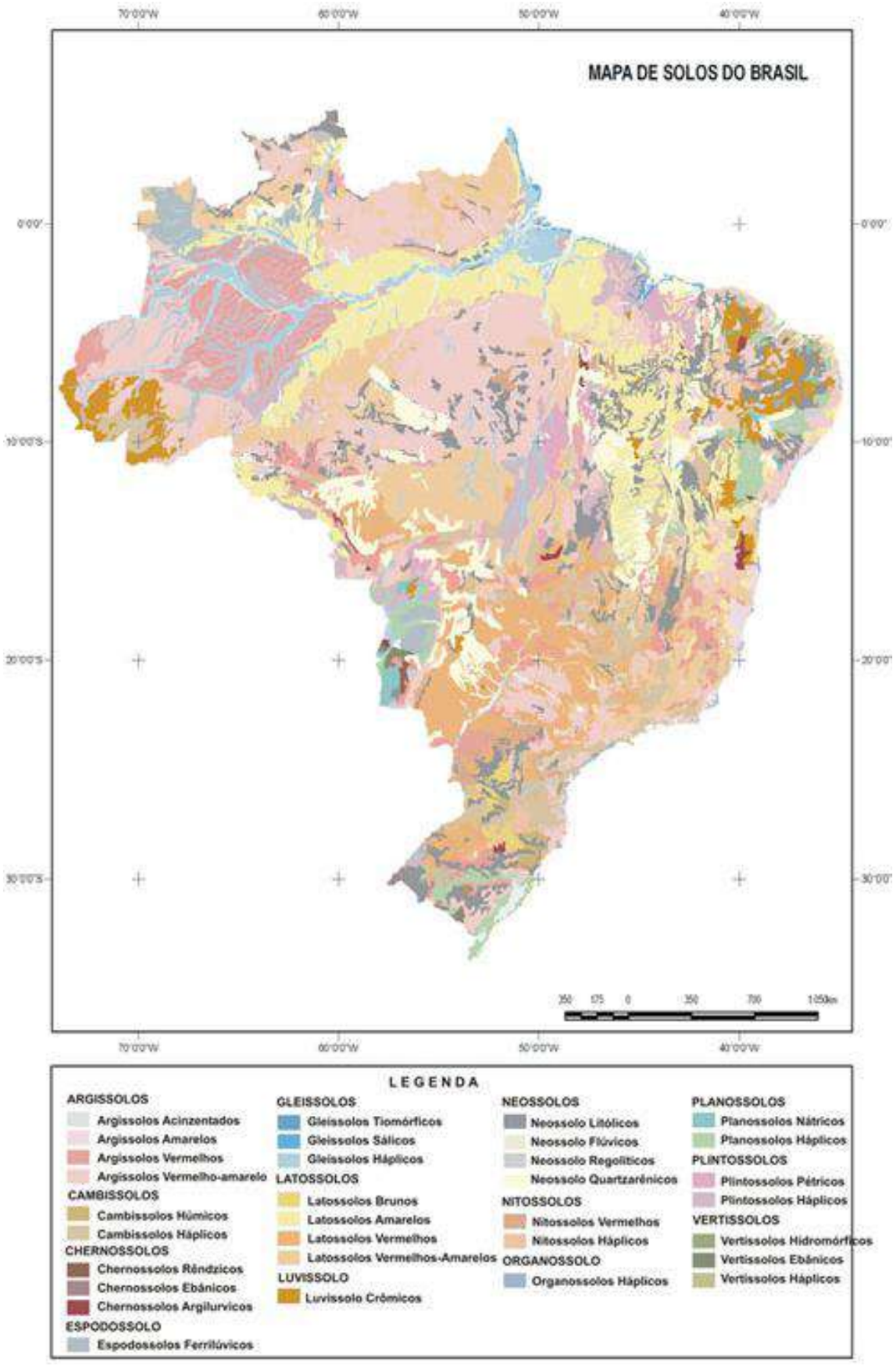


Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31



ANEXO 4 – Segundo Agência Embrapa de Informação Tecnologica – EMBRAPA.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31



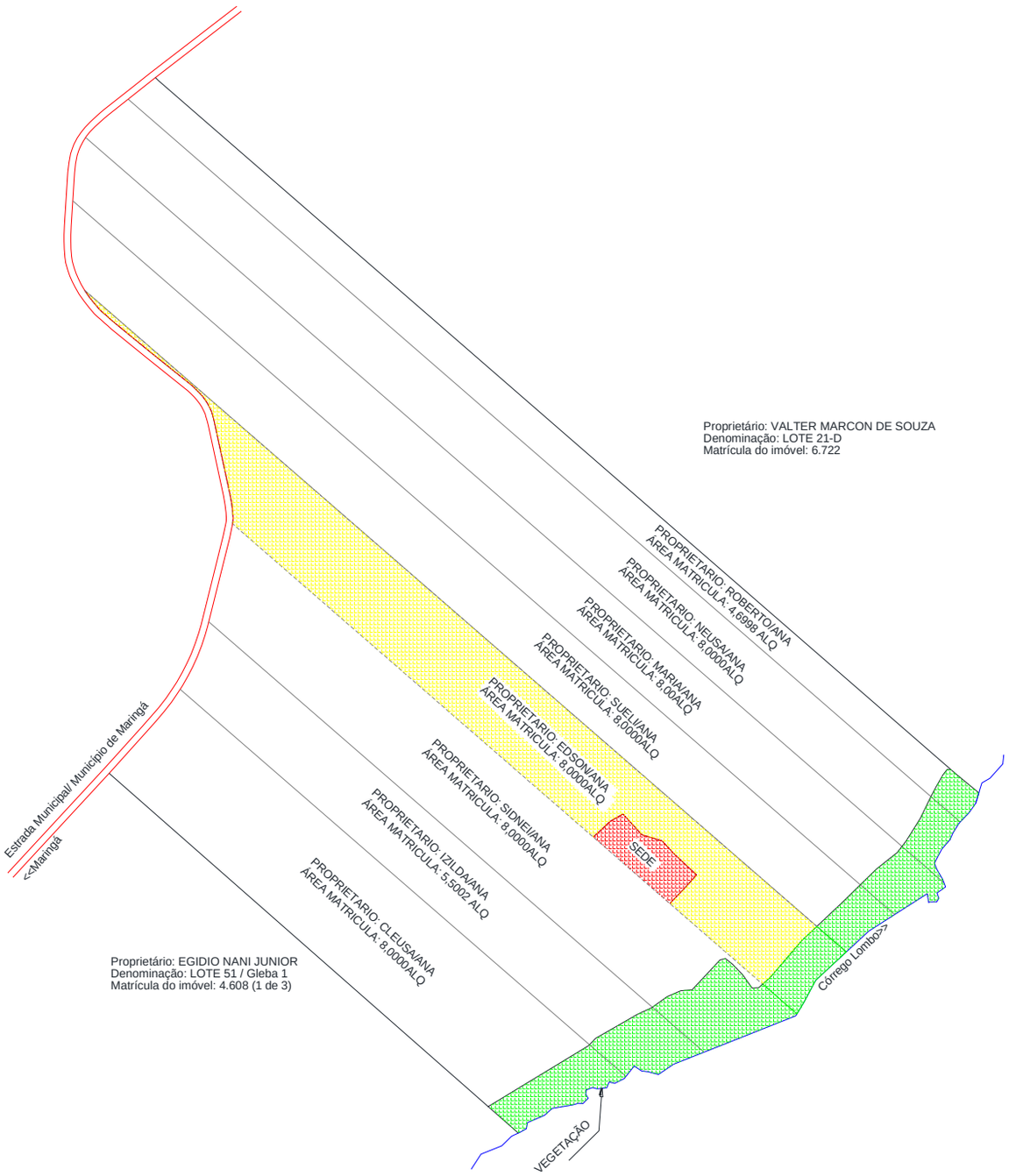
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

ANEXO 5 – IBGE - Biomas do Brasil.



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

ANEXO 6 – Mapa de Uso



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:56
Número do documento: 23102808593145000000128815047
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593145000000128815047
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:31

LAUDO DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL LOTE N°. 3-D-3 e 3-D-4

FINALIDADE: AVALIAÇÃO DO IMÓVEL.



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

NOME	SIDNEY PINTO DE MELLO
CPF	669.115.919-53
RG	3.747.819-9 SESP/PR
ENDERÊÇO	Av. das Palmeiras, n°. 98, Parque das Palmeiras
CIDADE	Maringá
ESTADO	Paraná
CEP	87023-160
TELEFONE	044 9 9872-0457

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TECNICO

NOME	**Joao Dias Ramão Batista**
CREA	201185/D
ENDERÊÇO	Rua Zircônia, 74 – Fundos, Jardim Real
CEP	87.083-025
FONE	044 3246-1931 / 99181-0307
E-mail	Joao@alvotopografia.com.br
CIDADE	Maringá
ESTADO	Paraná.

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

DENOMINAÇÃO	LOTE N°. 3-D-3 e 3-D-4
MATRICULA	952 e 3.944
MUNICÍPIO	Maringa
COMARCA	Maringá
ESTADO	Paraná
ÁREA REGISTRADA	24,2000 ha

TOTAL DE: 24,2000 Hectares.
10,0000 Alqueires Paulistas.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

4. ROTEIRO DE ACESSO



5 – INTRODUÇÃO

A Pesquisa de Preços de TERRAS AGRÍCOLAS é realizada para avaliar os imóveis, tendo por objetivo:

a) Acompanhar a evolução do Preço da Terra Agrícola na região da cidade de Maringá - PR;

b) Preparar informações diversas relacionadas ao conhecimento dos interessados;

c) Disponibilizar para aos interessados um referencial de preços amplo;

Os preços médios pesquisados poderão servir como um referencial por fazenda, não como valor mínimo ou máximo, tendo em vista que cada propriedade rural tem suas características próprias quanto ao tamanho, localização, vias de acesso, topografia, hidrografia, tipo de solo, capacidade de uso, grau de mecanização entre outros fatores.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

6 – METODOLOGIA

6.1 – Separação em Classes:

Para o levantamento são utilizadas as oito classes de capacidade de uso, conforme o "Manual para levantamento utilitário e classificação de terras no sistema de capacidade de uso", publicado pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS), amplamente difundido no Brasil desde sua primeira publicação em 1983. Apenas o preço da classe V, atualmente de uso bastante restrito pela legislação não é pesquisado em nenhuma localidade. Anexo1.

Grupo A – Classe I: terras cultiváveis, aparentemente sem problemas especiais de conservação. Ocupação mais comum no Paraná: Grãos, com altas produtividades.

Grupo A – Classe II: terras cultiváveis com problemas simples de conservação. Ocupação mais comum no Paraná: Grãos, com produtividades ainda acima da média.

Grupo A – Classe III: terras cultiváveis com problemas complexos de conservação. Ocupação mais comum no Paraná: Grãos, com produtividades médias.

Grupo A – Classe IV: terras cultiváveis apenas ocasionalmente ou em extensão limitada, com sérios problemas de conservação. Ocupação mais comum no Paraná: Grãos, com produtividades médias e pastagens para a criação de gado de leite.

Grupo B – Classe V: terras adaptadas em geral para pastagens e/ou reflorestamento sem necessidade de prática especial de conservação, cultiváveis apenas em casos muito especiais. Ocupação mais comum no Paraná: Áreas alagáveis não sistematizadas.

Grupo B – Classe VI: terras adaptadas em geral para pastagens e/ou reflorestamento com problemas simples de conservação, cultiváveis apenas em casos especiais de algumas culturas permanentes protetoras do solo. Ocupação mais comum: Pastagens para bovino de corte, especialmente em áreas planas a suave onduladas, porém frágeis devido à textura arenosa ou a baixa fertilidade.

Grupo B – Classe VII: terras adaptadas em geral somente para pastagens ou reflorestamento, com problemas complexos de conservação: Ocupação mais comum no Paraná: Pastagens degradadas, Pastagens em áreas declivosas e reflorestamentos.

Grupo C – Classe VIII: terras impróprias para cultura, pastagem ou reflorestamento, podendo servir apenas como abrigo e proteção da fauna e flora silvestre, como ambiente para recreação, ou para fins de armazenamento de água. Ocupação mais comum no Paraná: Vegetação natural.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

Apesar de não ser possível uma análise precisa de quanto cada classe representa no estado do Paraná, a avaliação busca atender os critérios estabelecidos no Anexo 2.

6.2 – Coleta das Informações

a) Características das informações: os dados são coletados em outubro de 2023 e subdivididos pelas classes da pesquisa, conforme ocupação mais comum na região onde estão sendo pesquisadas, desconsiderando as utilizações acima ou abaixo da capacidade de uso.

b) Procedência das informações: utilizam-se valores informados por pessoas e empresas ligadas ao Setor Agropecuário, tais como: Imobiliárias, Corretores de Imóveis Autônomos, Cooperativas, Empresas de Planejamento, Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas, Topógrafos, Técnicos da EMATER – PR, Técnicos da Secretaria de Agricultura dos Municípios, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, Associações de Produtores Rurais, Cartório de Registro de Imóveis e outros ligados ao setor. Dos valores médios finais para cada classe e tipo de terras, são deduzidos os valores das benfeitorias reprodutivas (culturas comerciais de ciclo vegetativo, superior a um ano, nem sempre negociáveis separadamente do solo, tais como lavouras permanentes, pastagens e reflorestamento) e não reprodutivas (São aquelas que por se acharem aderidas ao solo, de remoção inviável por algum motivo, não são negociáveis separadamente das terras. Alguns exemplos são casas, galpões, cercas, pocilgas e instalações para abastecimento de água), bem como os investimentos necessários para implantação destas.

Fica registrado que foram contatados vendedores com área a venda na região.

7. SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL

Imovel rural denominado **LOTE Nº. 3-D-3 e 3-D-4**, com a área total de 24,2000 hectares ou seja 10,0000 Alqueires Paulistas, situado na Gleba do Ribeirão Atlantique, Município de Maringá e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, matriculado sob nºs. 952 e 3.944 do Serviço Registral de Imóveis.

8. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

Avaliar o **LOTE Nº. 3-D-3 e 3-D-4** relativo ao ano de 2023, em atendimento a necessidade de avaliação do imóvel pelos interessados.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

9. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL AVALIADO

O imóvel **LOTE Nº. 3-D-3 e 3-D-4** apresenta-se com a seguinte composição:

- Área total da Fazenda 24,2000 hectares
- Área de Vegetação 0,4700 hectares
- Área mecanizada 23,7300 hectares

10. HIDROGRAFIA

A propriedade está inserida na Bacia Hidrográfica do Pirapó e apresenta-se bem suprida de águas, além de apresentar rio em seu interior. Anexo 3.

11. SOLOS PREDOMINANTES

- Latossolo Vermelho-Escuro e Solos Litólicos, ‘A’ moderado, em relevo ondulado, e
- Neossolo Litólico.
  Com declividade de 0 a 11%. Anexo 4.

12. USO DO SOLO:

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA – HA
- AGRICULTURA	23,7300
- VEGETAÇÃO	0,4700
TOTAL	**24,2000**

13. FORMAÇÃO FLORESTAL

13.1. Vegetação

A área de Vegetação da propriedade esta inserida no bioma mata atlântica e é formada por várias porções, num total de 0.4700 hectares. Anexo 5.
São constituídos da seguinte forma:

- Vegetação	-	0,4700 hectares
T O T A L	-	0**,4700 hectares**

14. MÉTODO UTILIZADO COM JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

Esta propriedade encontra-se numa região de relevo ondulado, justificando o percentual de áreas destinadas à Reserva Florestal Legal. Para a avaliação deste imóvel

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

atribuímos os valores, considerando que a área no geral tem a sua topografia com terrenos ondulados, cuja declividade média situa-se em 5%.

15.VALORES ATRIBUÍDOS – 2023

15-1. Pesquisa Imobiliária:

15.1.1 - Fichas da Pesquisa Imobiliária:

Na coleta de dados indicativos de valores de mercado, buscamos colher os valores sugeridos na cotação de mercado de elementos diretamente ligados à atividade agropecuária e na intermediação de negócios realizados no mercado imobiliário.

Aos pesquisados, foi solicitada uma ficha com a indicação dos dados do imóvel indicando o tamanho, percentual de área explorada e reservas florestais, distância, acesso e outras, para melhor condição de pesquisa sobre o imóvel para obtenção do valor da terra por hectare.

15.1.2 - Planilha dos Valores da Pesquisa de Mercado

Entrevistado (valores em R$/ha)

Item	Descrição	Valor (ha)	Valor (Alq.)
1	Picoli Imóveis, imobiliária, Telefone (44) 9 9961-2870	R$ 185.950,41	R$ 450.000,00
2	Arivonil Gomes dos Santos, profissional credenciado no CRECI N° 38.651, contato telefônico é (44) 9 9828-0008.	R$ 188.016,53	R$ 455.000,00
3	Milton Luiz Campana, Telefone (44) 9 9994-9242	R$ 190.082,64	R$ 460.000,00
4	Moacyr Jose de Oliveira, CRECI Nº. 24390-PR, Telefone: (44) 9 9978-5394	R$ 192.148,76	R$ 465.000,00

15.1.2.1 – Valor do Deral

Município	**A- I**	**A- II**	**A- III**	**A- IV**	**B- VI**	**B- VII**	**C- VIII**
Maringá	185.100	150.700	120.200	101.400	74.600	53.200	20.100

15.2 Homogeneizações dos Valores Apontados pela Pesquisa de Mercado

15.2.1 Estatística para os Valores Sugeridos para Terra

15.2.1.1 Média aritmétrica simples das amostras coletadas

MA = R$ 188.259,67

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

Desvio Padrão das amostras

DP = R$ 2.907,90

Limite Superior

LS= R$ 191.167,57

Limite Inferior

LI= R$ 185.351,77

Amostras Descartadas:

Amostra 2	R$ 188.016,53
Deral	R$ 185.100,00

Estatística das amostras saneadas

1	R$ 185.950,41
3	R$ 190.082,64
4	R$ 192.148,76

15.2.2 – Conclusão dos Valores Levantamentos

Após dados finalizados a propriedade será avaliada no valor de R$ **188.000,00 (Cento e oitenta e oito mil reais)** o hectare, ou seja, R$ **454.960,00** (Quatrocentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e sessenta reais) o Alqueire Paulista multiplicando pela fração da área do proprietário **SIDNEY PINTO DE MELLO** uma área de 18,1500 ha, ou seja, 7,5000 Alqueires Paulista totalizando **R$ 3.412.200,00** (Três milhões e quatrocentos e doze mil e duzentos reais).

16. DATA DA VISTORIA

O imóvel foi vistoriado na data de 20 de outubro de 2023, onde verificamos em toda a propriedade a exploração de atividades agrícola.

Maringá, 23 de outubro de 2023.

JOÃO DIAS RAMÃO BATISTA
Engenheiro Agrônomo – CREA n°. 201185/D
CPF N°. 03337492940

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

FOTOS





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

ANEXO 1 – Definições anteriores de classes

CONCEITO DAS CLASSES DE TERRAS AGRÍCOLAS

1 – MECANIZADA

São áreas destocadas, sem restrições para o preparo do solo e plantio, cuja declividade (topografia) permite operações com máquinas e implementos agrícolas motorizados, podendo estar sendo cultivada ou em pousio, independente da cultura existente, incluindo várzea sistematizada.

2 – MECANIZÁVEL

São áreas cuja declividade do solo (topografia) permite operações com máquinas e implementos agrícolas motorizados, porém, ainda não há mecanização, devido à presença de vegetação adensada (mata ou capoeira), resto de desmatamento (tocos, troncos e galhos) e várzea não sistematizada (úmida).

3 – NÃO MECANIZÁVEL

São áreas cujo relevo e/ou profundidade do solo são desfavoráveis à execução de operações ou práticas agrícolas com máquinas e implementos motorizados, permitindo, porém, o plantio manual ou a tração animal. São consideradas também áreas não mecanizáveis, as reservas legais, tendo em vista que as mesmas só poderão sofrer algum tipo de desmatamento e/ou corte, mediante um plano de manejo sustentável, com projeto devidamente aprovado pelo IAP e/ou IBAMA.

4 – INAPROVEITÁVEIS

São áreas totalmente inaproveitáveis para atividades agropecuárias, constituídas de solos pedregosos, muito rasos ou inundáveis periodicamente, despenhadeiro, pirambeira, penhascos, etc., com relevo íngreme ou reserva de preservação permanente, podendo servir apenas como abrigo e proteção de fauna e flora silvestre, como ambiente para recreação ou para fins de armazenamento de água.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

ANEXO 2 – Tabela de aproximações de classes em outros sistemas de classificação.

Sistema de Capacidade e Uso do solo	Metodologia anterior	SIPT
Classe I	Mecanizada/Mecanizável (roxa)	I – lavoura – aptidão boa
Classe II	Mecanizada/Mecanizável (roxa/ mista)	I – lavoura – aptidão boa
Classe III	Mecanizada/Mecanizável (roxa/mista/ arenosa)	II – lavoura – aptidão regular
Classe IV	Mecanizada/Mecanizável (roxa/mista/ arenosa)	III – lavoura – aptidão restrita
Classe V	Mecanizada/Mecanizável (roxa/mista/ arenosa)	IV – pastagem plantada
Classe VI	Não-mecanizável (roxa/mista/ arenosa)	IV – pastagem plantada
Classe VII	Não-mecanizável(roxa/mista/ arenosa)	V – silvicultura ou pastagem natural
Classe VIII	Inaproveitável (roxa/mista/ arenosa)	VI – preservação da fauna ou flora

OBS: as relações são aproximações, podendo haver interpretações diferentes, sendo estas aqui apresentadas baseadas essencialmente no Anexo 2, principalmente nos critérios de textura e de declividade.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

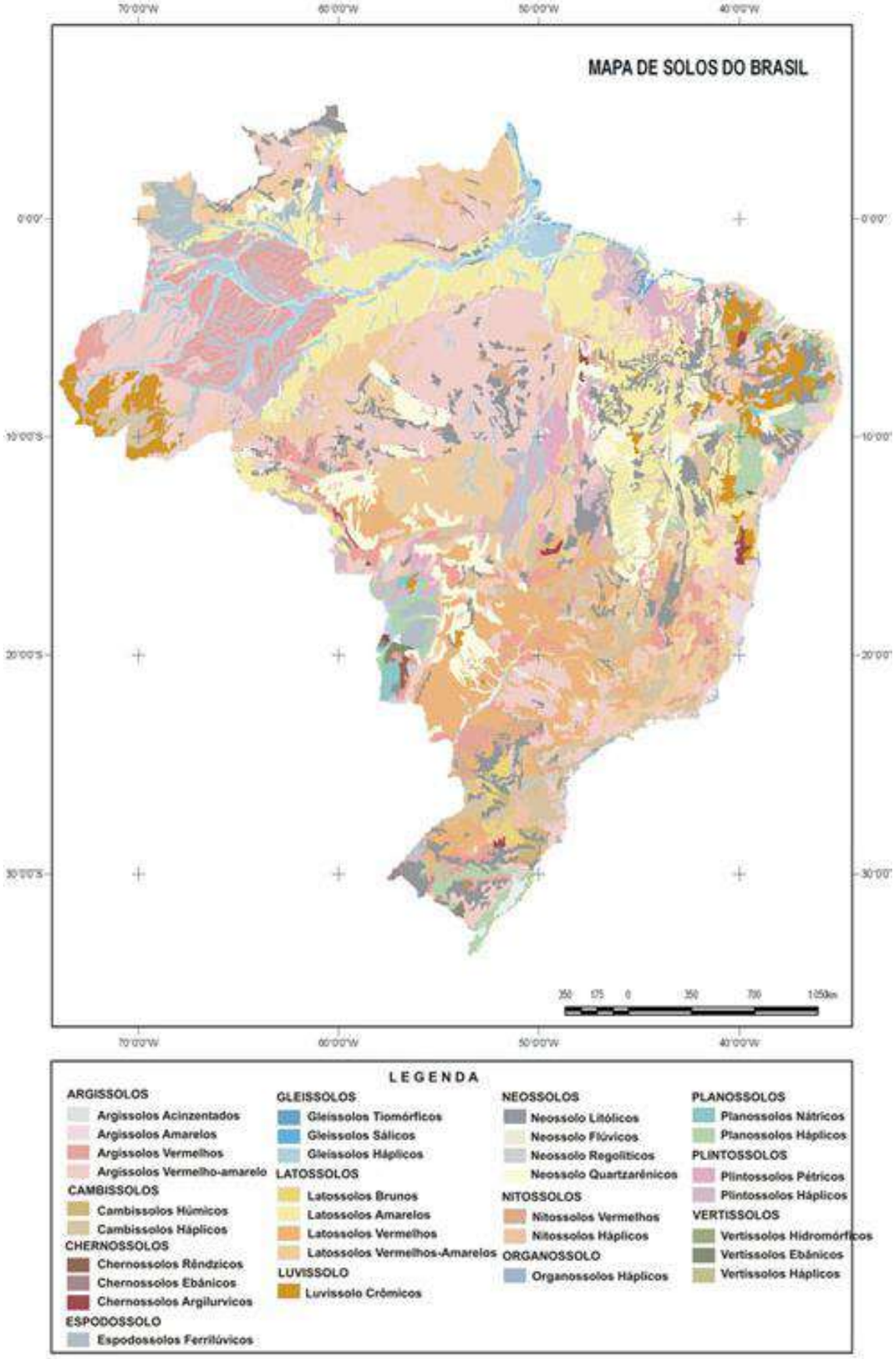
ANEXO 3 – SEMA – Bacias Hidrográficas do Paraná.





Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

ANEXO 4 – Segundo Agência Embrapa de Informação Tecnologica – EMBRAPA.



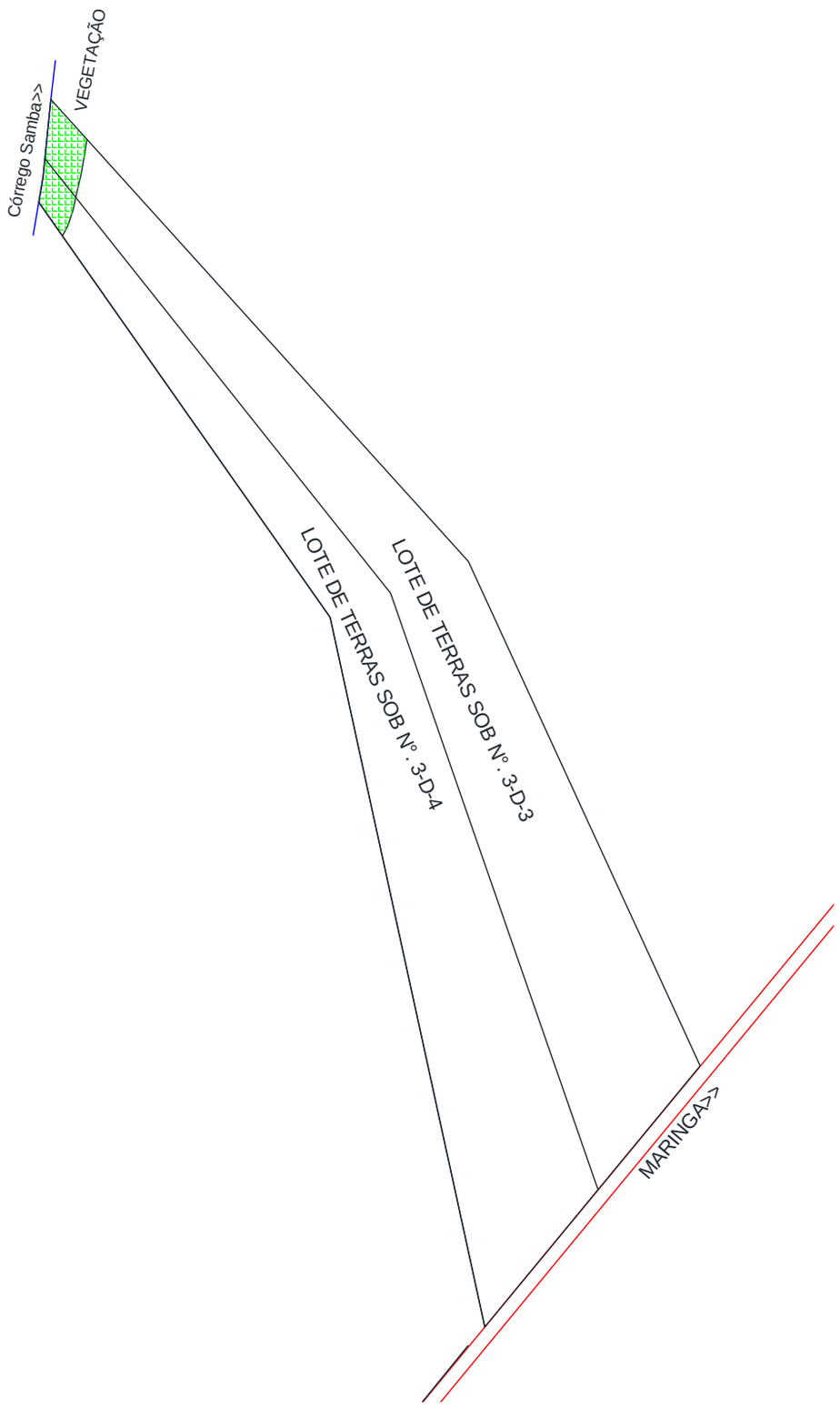
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

ANEXO 5 – IBGE - Biomas do Brasil.



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

ANEXO 6 – Mapa de Uso



Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23102808593207400000128815048
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23102808593207400000128815048
Assinado eletronicamente por: ROSANE SANTOS DA SILVA - 28/10/2023 08:59:32

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT

PROCESSO N.º: 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, em cumprimento ao despacho de ID. 132234014, expor e requerer o quanto segue.

I - DO DESPACHO DE ID. 132234014

Excelência, cumpre informar que em face da decisão liminar proferida nos autos do RAI nº 1024743-74.2023.8.11.0000, foram opostos pelos recuperandos recurso de Embargos de Declaração com efeitos infringentes, do qual a parte adversa já foi intimada a apresentar contrarrazões.

Entretanto em reforço ao que já foi exposto e debatido, bem como decidido no presente feito, necessário complementar no presente momento, **com FATOS NOVOS** e que ratificam as manifestações anteriores dos recuperandos, **para além da novação e essencialidade já reconhecida**, agora através dos novos documentos aportados ao conhecimento, no sentido de comprovar que os grãos objetos de venda pelo recuperando RAFAEL MELLO com a compradora CARGILL não são de qualquer forma relacionados a garantias outrora concedida para credora RURAL, pois advindo de área sem qualquer ônus e diversa da constante na CPR apresentada nos autos.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23103016585910000000128923708
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016585910000000128923708
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:00

II – DA ÁREA DE CULTIVO DA SOJA – FAZENDA ATLANTA – proveniente dos grãos objeto de venda com a compradora CARGILL AGRÍCOLA.

Como bem informado anteriormente, para além da questão atinente a novação dos créditos junto a credora RURAL BRASIL, demonstrando que não havia crédito vencido junto a safra de soja 23/23 - e ainda da essencialidade reconhecida no presente caderno processual, os devedores, demonstram e comprovam através de documentos, o fato de que os grãos de soja colhidos provenientes da área denominada Fazenda Atlanta, e posteriormente alienados junto a CARGILL AGRÍCOLA, nunca foram objetos de garantia ofertadas a credora RURAL BRASIL.

Prefacialmente, em análise complementar e contextual, a petição acostada no ID 128873726 e na Cédula de Produto Rural arrolada no ID 128903525 e ID 128903529, vem a Credora informar que possui cédula de produto rural física supostamente oriunda de operação Barter e, portanto, não estaria sujeito a Recuperação Judicial, sendo extraconcursal seu crédito.

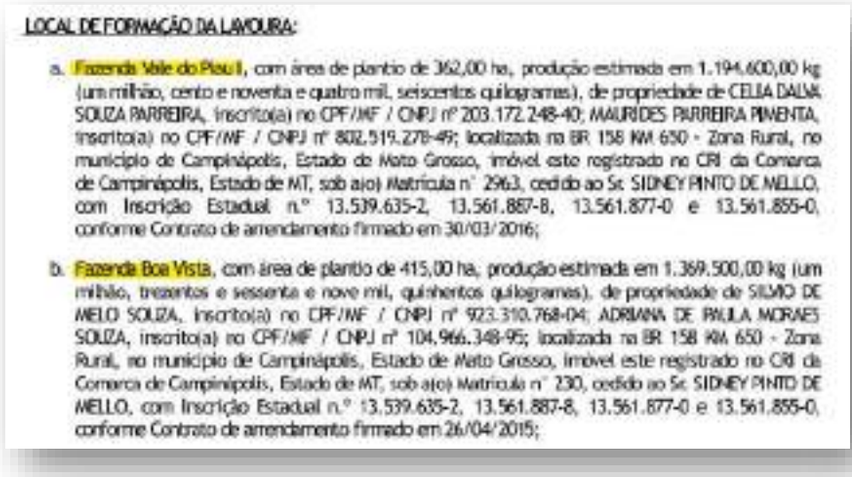
Ocorre que, além da CPR apresentada ser física e sem quaisquer indícios de operação Barter, estamos diante de grãos cultivados em áreas distintas, sendo completamente inverossímil que a Credora Rural Brasil LTDA venha aos autos requerer o valor em dinheiro referente ao título que possui, que resta qualificado como liquidação física.

Importante ressaltar, que os recuperandos exploram a atividade rural nas comarcas de VILA RICA - CAMPINÁPOLIS e SANTA CRUZ DO XINGU – todas no MT, bem como em MARINGÁ – PR.

Informação relevante para o que se expõe no presente, é de que no município de VILA RICA – MT, os devedores, e principalmente RAFAEL MELLO, exploram as áreas rurais denominadas Fazendas Atlanta – por força do contrato de parceria agrícola anexo. Não existindo outra fazenda com o mesmo nome em outra comarca que não seja a de VILA RICA – MT. **(DOC 01)**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23103016585910000000128923708
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016585910000000128923708
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:00

Corroborando com isso, temos também os indicativos do penhor rural de primeiro grau ofertado a Credora Rural Brasil LTDA, que recai sobre as seguintes áreas:



LOCAL DE FORMAÇÃO DA LAVOURA:

a. Fazenda Vale do Piau I, com área de plantio de 362,00 ha, produção estimada em 1.194.600,00 kg (um milhão, cento e noventa e quatro mil, seiscentos quilogramas), de propriedade de CELIA DALVA SOUZA PARREIRA, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 203.172.248-40; MAURIDES PARREIRA PIMENTA, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 802.519.276-49; localizada na BR 158 KM 650 - Zona Rural, no município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no CRI da Comarca de Campinápolis, Estado de MT, sob a(o) Matrícula nº 2963, cedido ao Sr. SIDNEY PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.539.635-2, 13.561.887-8, 13.561.877-0 e 13.561.855-0, conforme Contrato de arrendamento firmado em 30/03/2016;

b. Fazenda Boa Vista, com área de plantio de 415,00 ha, produção estimada em 1.369.500,00 kg (um milhão, trezentos e sessenta e nove mil, quinhentos quilogramas), de propriedade de SILVIO DE MELO SOUZA, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 923.310.768-04; ADRIANA DE PAULA MORAES SOUZA, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 104.966.348-95; localizada na BR 158 KM 650 - Zona Rural, no município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no CRI da Comarca de Campinápolis, Estado de MT, sob a(o) Matrícula nº 230, cedido ao Sr. SIDNEY PINTO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.539.635-2, 13.561.887-8, 13.561.877-0 e 13.561.855-0, conforme Contrato de arrendamento firmado em 26/04/2015;

Verifica-se que a soja entregue a Cargill Agrícola S.A, por força do contrato de nº 347040288, **(DOC. 02)** que originou a monta de R$ 1.627.223,17 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e três reais e dezessete centavos) – valor bruto ante descontos impostos e royalties – **são provenientes da área referente a Fazenda Atlanta localizada em Vila Rica -MT, de onde foram retirados, e que por força do ato de cadastro junto a CARGILL foi vinculado erroneamente em inscrição estadual de Campinápolis-MT, entretanto, tal questão é esclarecida e comprovada a seguir, vejamos:**



DocuSign Envelope ID: E3886C5F-46C4-4DE4-A161-88AE6CA8DC88

Cargill | CONTRATO DE COMPRA E VENDA | CONTRATO n.º 347040288 | DATA 03/05/23 | FILIAL DE COMPRA CONFRESA - FBZ | PÁGINA 1

COMPRADORA: CARGILL AGRICOLA S.A.
ENDEREÇO..: AV BRASIL QD 34 LT 1A NRR - JARDIM DO EDEN MUNICÍPIO: CONFRESA
ESTADO....: MT CNPJ Nº: 60498706039797 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 134814436
E-MAIL....: caigue_pinheiro@cargill.com

VENDEDORA.: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELO
ENDEREÇO..: FAZ ESTR CAMPINAPOLIS A NOVO S NRR - ZONA RURAL TELEFONE: 44 996266443
MUNICIPIO.: CAMPINAPOLIS UF: MT CEP: 78630000
CNPJ/CPF...: 03969247939 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 139618678
E-MAIL....: pbsdaniela@gmail.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23103016585910000000128923708
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016585910000000128923708
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:00

PRAZO DE ENTREGA.....:	Inicia-se em 03/05/23, sendo O prazo final para disponibilização no LOCAL DE RETIRADA até 20/05/23. Caso a colheita ocorra antes da DATA DE INICIO, ficará a critério exclusivo da COMPRADORA o recebimento antecipado do Produto, observada a cláusula 3.1.
LOCAL DE RETIRADA.....:	Armazém de VOLMIR VANCIN, situado na FAZENDA TRES IRMAOS, município de VILA RICA, Estado: MT.

Vejamos que os grãos comercializados com CARGILL, foram retirados do Armazém de Volmir Mancini – Faz. 3 irmãos localizados na comarca de VILA RICA-MT, onde foram depositados e armazenados pelo recuperando RAFAEL MELLO, advindo da colheita da Faz. ATLANTA também localizada em VILA RICA - MT, conforme extrato de entrada e saída dos grãos junto ao armazém em questão, acompanhado dos canhotos ticket entrada, onde todos os grãos ali depositados advindos da Faz. Atlanta – foram remetidos para cumprimento do contrato com CARGILL, conforme extrato de entrada e saída do armazém VOLMIR,. **(DOC. 03)**

Connectere

PRODUTOR: VOLMIR VANCIN / FAZENDA: FAZENDA TRÊS IRMÃOS

MOVIMENTAÇÕES DE PRODUTOS

FILTRADO POR:

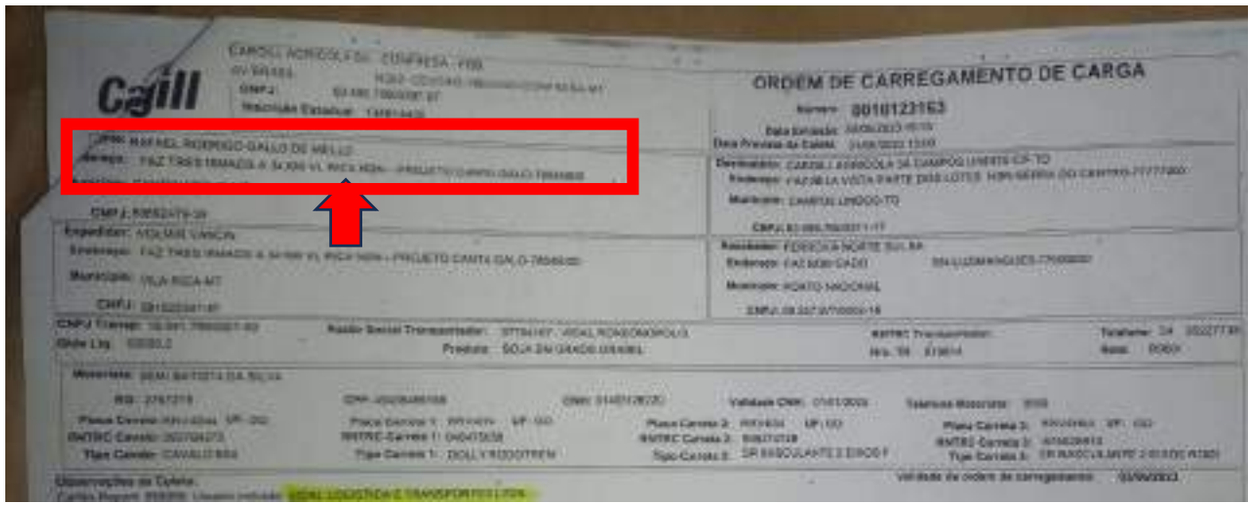
Local de Armazenamento: GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL Localização: FAZ. ATLANTA Produto: Soja de Terceiros

Data	Local de armazenamento	Produto	Anterior	Operação	Quantidade	Atual	Valor Unitário	Valor Total
30/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	203.233,0917KG	Saída	203.233,0917KG	0,0000KG	R$ 1,845862	R$ 375.140,24
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	252.263,0917KG	Saída	49.030,0000KG	203.233,0917KG	R$ 1,845862	R$ 90.502,61
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	284.033,0917KG	Saída	31.770,0000KG	252.263,0917KG	R$ 1,845862	R$ 58.643,04
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	333.343,0917KG	Saída	49.310,0000KG	284.033,0917KG	R$ 1,845862	R$ 91.019,46
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	383.123,0917KG	Saída	49.780,0000KG	333.343,0917KG	R$ 1,845862	R$ 91.887,01
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	433.553,0917KG	Saída	50.430,0000KG	383.123,0917KG	R$ 1,845862	R$ 93.086,82
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	479.743,0917KG	Saída	46.190,0000KG	433.553,0917KG	R$ 1,845862	R$ 85.260,37
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	528.503,0917KG	Saída	48.760,0000KG	479.743,0917KG	R$ 1,845862	R$ 90.004,23

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23103016585910000000128923708
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016585910000000128923708
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:00

Como destacado acima, toda operação de entrega de soja a Cargill Agrícola S.A, vem dos grãos cultivados e colhidos na fazenda Atlanta, área completamente diversa daquela indicada na CPR apresentada pela Credora RURAL, fazendo com que os grãos entregues e cultivados não correspondam a área inerente a seu penhor rural de primeiro grau.

Vejamos que conforme consta do documento nominado ***ORDEM DE CARREGAMENTO DE CARGA***, emitido pela CARGILL, esta se encarregou de retirar os grãos junto ao armazém VOLMIR, conforme consta do contrato de compra e venda (local de retirada DOC. 02), e ainda mais, conforme constam dos documentos comprobatórios anexos **(DOC 04),** o endereço constante como sendo do recuperando RAFAEL MELLO, é o Armazém Volmir localizado na Faz. Três Irmãos, Vila Rica, de onde os grãos foram retirados, conforme consta do documento abaixo, vejamos:


Cargill

ORDEM DE CARREGAMENTO DE CARGA

Ora Excelência, vejamos que o ciclo se fecha com a demonstração e comprovação de que os grãos comercializados com CARGILL pelo recuperando RAFAEL, são objetos da colheita nas áreas das Faz. Atlanta.

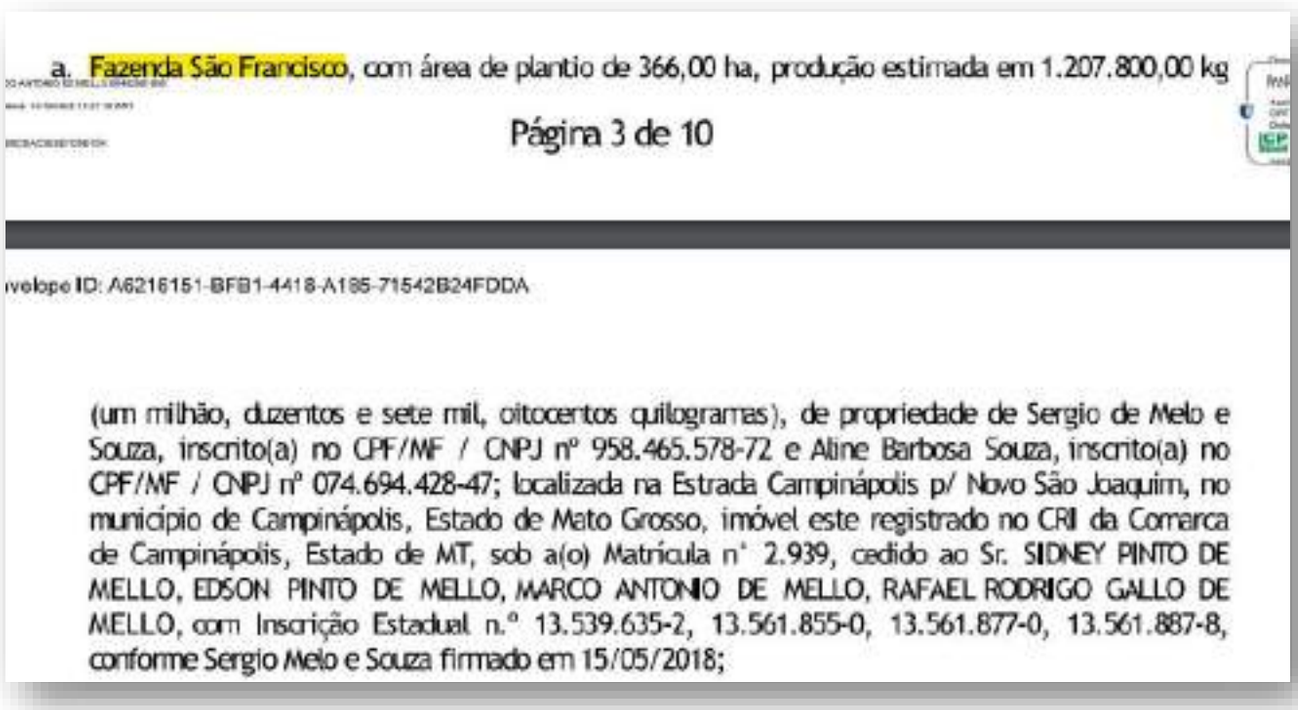
Ademais, nem ao menos a garantia expressa na CPR possui ligação com a Fazenda Atlanta, demonstrando que os grãos lá cultivados estão livres de qualquer penhor junto a Credora Rural Brasil S.A

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23103016585910000000128923708
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016585910000000128923708
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:00



III. GARANTIAS

PENHOR - Em garantia do fiel e integral cumprimento desta CPR, o(s) **EMITENTE(S)/FIEL(IS) DEPOSITÁRIO(S)** constitui(em), em favor da **CREDORA**, nos termos do artigo 1.438 e seguintes do Código Civil, da Lei nº 8.929/94 e da Lei nº 2.666/55, penhor agrícola em: **PRIMEIRO GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, de 665.572,02 kg (seiscentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois quilogramas e zero duas gramas) e em **SEGUNDO GRAU E SEM CONCORRÊNCIA DE TERCEIROS**, de 541.747,98 kg (quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e quarenta e sete quilogramas e noventa e oito gramas), totalizando 1.207.320,00 kg (um milhão, duzentos e sete mil, trezentos e vinte quilogramas)de Soja em grãos, a granel, tipo exportação, conforme padrão ANEC (observados os limites máximos de tolerância indicados no preâmbulo), SAFRA 2022/2023 ("Bens Empenhados"), cultivados e, a serem colhidos, nas seguintes áreas:



a. Fazenda São Francisco, com área de plantio de 366,00 ha, produção estimada em 1.207.800,00 kg

Página 3 de 10

velope ID: A6216151-BFB1-4418-A185-71542B24FDDA

(um milhão, duzentos e sete mil, oitocentos quilogramas), de propriedade de Sergio de Melo e Souza, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 958.465.578-72 e Aline Barbosa Souza, inscrito(a) no CPF/MF / CNPJ nº 074.694.428-47; localizada na Estrada Campinápolis p/ Novo São Joaquim, no município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, imóvel este registrado no CRI da Comarca de Campinápolis, Estado de MT, sob a(o) Matrícula nº 2.939, cedido ao Sr. SIDNEY PINTO DE MELLO, EDSON PINTO DE MELLO, MARCO ANTONIO DE MELLO, RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, com Inscrição Estadual n.º 13.539.635-2, 13.561.855-0, 13.561.877-0, 13.561.887-8, conforme Sergio Melo e Souza firmado em 15/05/2018;

Conforme se comprova através da certidão negativa de penhor da comarca de Vila Rica (onde estão localizadas as áreas da Faz. Atlanta), ao tempo da venda do produto realizado junto a compradora CARGILL, inexistia qualquer garantia vinculada por parte do recuperando RAFAEL MELLO, seja a credora RURAL ou a qualquer outro credor. (DOC 05) Vejamos:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23103016585910000000128923708
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016585910000000128923708
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:00

Registro de Imóveis, Títulos e Documentos
Rua Alvarenga Peixoto n. 111 - Bairro Inconfidentes - CEP 78.645-000 - Fone (66) 3554-2669
Estado de Mato Grosso - Comarca de Vila Rica
Renato Cunha Donato - Oficial

C E R T I D Ã O * N E G A T I V A

C E R T I F I C O, para os devidos fins que, revendo os livros deste Cartório de Registros de Imóveis no Livro 03 - Auxiliar, deste 17.03.2004 data de instalação deste Ofício de Registros Públicos, até a presente data verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro de PENHOR de Safra como Garantia, em nome de:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	**Cultura:**
CPF/CNPJ: 089.692.479-39	**Safras:** a

Dada e passada nesta cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

1º OFÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS TÍTULOS E DOCUMENTOS
COMARCA VILA RICA - MT
CAIXA POSTAL Nº 51 - FONE (66) 3554-2669
Renato Cunha Donato - Oficial

Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s): 8, 176
BXG 12214 Valor Selo R$54,40
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

O referido é verdade e dou fé.

Vila Rica - MT, 20 julho de 2023.



Vejamos que os grãos objetos de colheita na Faz. Atlanta, pelo recuperando Rafael foram objeto de venda com a CARGILL AGRÍCOLA na cidade de CONFRESA-MT, em uma distância de cerca de 80 km (distancia entre VILA RICA e CONFRESA) . Por outro lado, **seria ilógico e inviável a logística de acreditar que o recuperando RAFAEL MELLO colheu os grãos na cidade de CAMPINÁPOLIS – MT e os remeteu a cidade de CONFRESA-MT, cidade distante 600km, o que resta descaracterizado e afastado diante do farto conjunto fático e comprobatório ora anexado.**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23103016585910000000128923708
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016585910000000128923708
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:00

Assim, toda soja objeto do contrato de compra e venda realizado entre os Recuperandos e a Cargill Agrícola S.A vem de área sem qualquer comprometimento, inclusive junto a Credora Rural Brasil S.A, portanto, não possui qualquer propriedade dos grãos entregues ou de valores decorrentes deles, afastando-se assim a alegação de que os grãos são provenientes de CPR, barter e afins.

DO PEDIDO

Desta forma, requer em complemento ao que já fora exposto nos autos, para além da novação e essencialidade, e diante do fato novo ora apresentado, a manifestação deste D. Juízo para que se reconheça também a inexistência de correlação entre os grãos objetos de venda com CARGILL pelo recuperando RAFAEL, com a garantia (CPR) apresentada por RURAL BRASIL nestes autos (área diversa), por força do que ora se comprovou com o afastamento de qualquer garantia existente nas áreas das quais provenientes os grãos objetos outrora de comercialização, mantendo ou determinando o levantamento em favor dos recuperando, ou como melhor entender este juízo.

Requer seja intimada a credora RURAL BRASIL, para que se manifeste sobre o presente complemento de informações ao fato apresentado, em seguida seja intimada a Administração Judicial e Ministério Público, a fim de que se manifestem sobre.

Rondonópolis/MT, 27 de outubro de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:57
Número do documento: 23103016585910000000128923708
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016585910000000128923708
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:00

CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA

PARCEIRA OUTORGANTE: **GIZELDA JUNQUEIRA GOUVEIA**, brasileira, viúva, pecuarista, portadora da cédula de identidade R.G. nº 1061928 SSP/MG e CPF nº 433.109.821-49 e CNH 00546515675 DETRAN/MT, filha de Anizio Vilela Junqueira e Hilda Vilela Cunha, residente e domiciliada à Rua T-49, nº 925, Ed. Alamandas, apto. 1004, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP 74210-200, neste ato representada por seu procurador legal: **EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA,** brasileiro, agropecuarista, casado, portador da cédula de identidade R.G. nº 1.585.818 SSP/GO e CPF nº 439.930.951-20, filho de Eduardo Assunção Gouveia e Gizelda Junqueira Gouveia, residente e domiciliado à Rua C-238, nº 195, Qd.554, Lt.2 a 5, Celebrate Vaca Brava, Apto. 2502, Jardim América, Goiânia-GO, CEP 74.290-150, celular: (62) 9 99760933, usuário do e-mail: eduardojg21@hotmail.com, vide escritura pública de procuração lavrada em 08/08/2019 perante o 1º Tabelionato de notas denominado de Cartório João Teixeira, às fls. 0156 do Livro 1733.

PARCEIROS OUTORGADOS: **SIDNEY PINTO DE MELO**, brasileiro, estado civil casado, profissional liberal, portador do RG sob nº 3747819-9, órgão expedidor SESP/PR, inscrito no CPF nº 669.115.919-53, residente e domiciliado na Rua Joaquim Pereira de Castro, nº 450, Bairro Vila Santo Antônio, Maringá-PR, CEP: 87030-170, celular: (44) 9 9872-0457, usuário do e-mail: pbmdaniela@gmail.com; **EDSON PINTO DE MELO**, brasileiro, estado civil casado, profissional liberal, portador do RG sob nº 43336798-6, órgão expedidor SESP/PR, inscrito no CPF nº 669.115.089-91, residente e domiciliado na Rua Joaquim Pereira de Castro, nº 450, Bairro Vila Santo Antônio, Maringá-PR, CEP: 87030-170, celular: (44) 9 9851-6443, usuário do e-mail: pbmdaniela@gmail.com; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELO**, brasileiro, estado civil casado, profissional liberal, portador do RG sob nº 12615400-3, órgão expedidor SESP/PR, inscrito no CPF nº 089.692.479-39, residente e domiciliado na Rua Joaquim Pereira de Castro, nº 450, Bairro Vila Santo Antônio, Maringá-PR, CEP: 87030-170, celular: (44) 9 9859-5501, usuário do e-mail: pbmdaniela@gmail.com; e **MARCO ANTÔNIO DE MELO**, brasileiro, estado civil casado, profissional liberal, portador do RG sob nº 9428103-2, órgão expedidor SESP/PR, inscrito no CPF nº 064.020.619-05, residente e domiciliado na Av. Das Palmeiras, nº 98, Parque das Palmeiras, Maringá-PR, CEP: 87023-160, celular: (44) 9 9810-2721, usuário do e-mail: pbmdaniela@gmail.com;

Neste diapasão, os contratantes, sob assistência jurídica consensual, firmam o presente CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA, onde têm justo e reciprocamente aceito e fixado as cláusulas e condições a seguir delineadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: A PARCEIRA OUTORGANTE é legítima proprietária e possuidora das propriedades rurais abaixo discriminadas:

- FAZENDA ATLANTA III com área total de 552,1921 hectares, situada no Município e Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, devidamente matriculada sob nº 6.385, perante o Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica-MT, com os seguintes limites e confrontações: seguintes limites e confrontações: "Partindo do vértice BM6-M-0191, de coordenadas N 8.880.789,780 e E 530.088,149, segue numa distância de 4.159,05m, no azimute de 90°08'56"S, confrontando com a Fazenda Rancho Imperial, até o vértice BM6-M-0188, de coordenadas N 8.880.778,977 e E 534.247,184, deste segue numa distância de 1.326,66m, no azimute de 179°54'06", confrontando com a Fazenda Floresta, até o vértice BM6-M- 0262, de coordenadas N 8.879.455,319 e E 534.249,457, deste segue numa distância de 4.137,116m, no azimute de 269°56'24", confrontando com a Area Remanescente da Fazenda Querença, até o vértice BM6-M-2026, de coordenadas N 8.879.451,015 e E 530.112,343, deste segue numa distância de 1.345,20m, no azimute de 358°57'53", confrontando com a Fazenda Jussara, até o vértice BM6-M-0191, ponto inicial desta descrição", código do imóvel rural nº 950.041.156.167-0, NIRF nº 6.898.963-6, cadastrada no INCRA conforme Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR nº 46162392220.

- FAZENDA ATLANTA (atualmente em nome de seu falecido esposo Eduardo Assunção Gouveia), com área total de 1.363,9047 hectares, situada no Município e Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, devidamente matriculada sob nº 6.386, perante o Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica-MT, com os seguintes limites e confrontações: seguintes limites e confrontações: "Partindo do vértice BM6-M-2026, de coordenadas N 8.879.451,015 e E 530.112,343, segue numa distância de 4.137,116m, no azimute de 89°56'24"S, confrontando com a Área desmembrada Fazenda Querência, até o vértice BM6-M-0262, de coordenadas N 8.879.455,319 e E 534.249,457, segue numa distância de 99,93m, no azimute de 179°55'32", confrontando com a Fazenda Floresta, até o vértice BM6-M- 0261, de coordenadas N 8.879.355,393 e E 534.249,587, segue numa distância de 3.186,06m, no azimute de 179°54'42", confrontando com a Fazenda

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Floresta, até o vértice BM6M-0187, de coordenadas N 8.876.169,339 e E 534.254,496, segue numa distância de 4.082,20m, no azimute de 269°01'30", confrontando com a Fazenda Chaparral, até o vértice BM6-M-0002, de coordenadas N 8.876.099.876 e E 530.172.891, segue numa distância de 3.345,48m, confrontando com a Fazenda Jussara até o vértice BM6-M-2026, ponto inicial desta descrição", código do imóvel rural nº 950.041.156.167-0, NIRF nº 6.898.963-6, cadastrada no INCRA conforme Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR nº 42330083215.

1.1 : Constitui objeto do Contrato a utilização das Áreas discriminadas no caput desta cláusula, pelos Parceiros Outorgados em regime de parceria agrícola, para que nela cultivem exclusivamente culturas, comprometendo-se a utilizar as áreas objeto do presente contrato para o fim exclusivo de exploração de lavoura temporária, respeitando sempre as melhores práticas agrícolas, ficando sob suas responsabilidades todos os trabalhos necessários ao plantio e conservação do solo, e sua restituição ao término deste contrato de parceria em perfeitas condições de estrutura, qualidade do solo, da terra e de todos os itens que forem cedidos pela Parceira Outorgante aos Parceiros Outorgados em decorrência do presente contrato.

1.2 : Fica expresso que as exigências previstas pelo Código Florestal e demais normas de caráter ambiental, em especial à cobertura vegetal dos imóveis, solos, faixas de mananciais, deverão ser criteriosamente observadas pelos Parceiros Outorgados, ficando expresso que sua não observância e mantença, constituirá causa de rescisão do presente instrumento, bem como que eventuais multas ou quaisquer problemas/danos causados serão de responsabilidade única e exclusiva dos Parceiros Outorgados, inclusive no que se refere a reparação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, DESPESAS E TRIBUTOS: O pagamento da parceria será realizado anualmente, após o vencimento do ano agrícola, com o plantio e colheita da soja por hectares, cujo pagamento corresponderá ao equivalente, em reais, porém serão entregues em sacas de soja com 60 kg cada, limpas e secas, por hectare plantado, com data limite para o pagamento até o dia 15 (quinze) do mês de abril de cada ano, respectivamente. Os frutos serão pagos e reajustados na seguinte proporção e evolução:

No primeiro ano agrícola – carência;
07 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do segundo ano agrícola;
09 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do terceiro ano agrícola;
12 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do quarto ano agrícola;
13 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do quinto ano agrícola;
13 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do sexto ano agrícola;
14 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do sétimo ano agrícola;
14 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do oitavo ano agrícola;
14 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do nono ano agrícola;
14 sacas de soja por hectares, com 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem pagas após o término do décimo ano agrícola.

2.1 : A primeira soja colhida de cada ano agrícola será destinada para a renda das propriedades rurais, para fins de pagamento da parceria agrícola, as quais serão entregues na proporção devida e diretamente em nome da Parceira Outorgante.

2.2 : O primeiro pagamento em soja ocorrerá após o término do segundo ano agrícola, ou seja, após colheita da soja que for plantada no ano de 2023.

2.3 : O pagamento será realizado por meio de sacas de soja de 60 kg cada, todas elas limpas e secas, a serem entregues a Parceira Outorgante ou a terceiros devidamente autorizados por esta.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

2.4 : Os Parceiros Outorgados serão responsáveis por todos os custos com as sacas colhidas até a entrega dos grãos em sua totalidade para a Parceira Outorgante como pagamento pela parceria proveniente deste contrato, devendo ser custeado inclusive, todo e qualquer gasto referente as despesas com transporte desde a lavoura até o Armazém respectivo indicado pela Parceira Outorgante, bem como a classificação dos grãos. Os royalties devem ser repassados a Parceira Outorgante na mesma quantidade dos grãos que serão entregues como forma de pagamento, tendo em vista que a sua cobrança ocorreu no ato da compra da semente certificada em momento anterior.

2.5 : A Parceira Outorgante deverá realizar o pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) do referido imóvel, durante todo o período deste contrato, inclusive os demais impostos e taxas incidentes no imóvel rural.

2.6 : Correrá por conta exclusiva dos Parceiros Outorgados, todos os materiais, sementes, insumos e tudo o mais que for necessário para o cultivo ou exploração das áreas rurais, sendo que os mesmos inclusive assumem o compromisso de repassar a Parceira Outorgante os royalties na exata quantidade dos grãos que serão utilizados para pagamento.

2.7 : A administração dos serviços e serem executados nos imóveis objeto deste contrato será de inteira responsabilidade dos Parceiros Outorgados, assim como a contratação de pessoal para auxiliá-los na execução do trabalho, assumindo, isoladamente, com exclusão expressa da responsabilidade solidária ou subsidiária da Parceira Outorgante, as responsabilidades de natureza ambiental, civil, trabalhista, criminal, previdenciária e tributária decorrentes da contratação de pessoal para realização dos trabalhos de qualquer natureza nos imóveis objeto deste contrato, cabendo aos Parceiros Outorgados pagarem os salários e demais encargos trabalhistas devidos aos empregados, dispensá-los, indenizá-los, etc., bem como o ressarcimento dos danos materiais ou morais que venham a ser causados pela ação ou omissão desse pessoal, durante a realização de qualquer trabalho nas áreas objeto deste contrato.

2.8 : As partes declaram que inexiste vínculo laboral e ou empresarial entre si, bem como os Parceiros Outorgados declaram que são responsáveis, única e exclusivamente, por todos os seus colaboradores, prepostos e prestadores de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DO CONTRATO: O prazo do presente contrato é de 10 (dez) anos, contados a partir da data da assinatura deste contrato, encerrando-se no último dia do mês em que restar concluída a colheita da safra correspondente ao ano de 2033.

3.1 : Caso os Parceiros Outorgados queiram iniciar qualquer cultura no intervalo do último ano agrícola, cujos frutos não possam ser recolhidos antes de terminado o prazo da presente parceria, deverão ajustar, previamente com a Parceira Outorgante seu interesse ou não, bem como a forma de pagamento proporcional ao uso da terra por esse prazo excedente.

CLÁUSULA QUARTA - DA MEDIÇÃO DA ÁREA PLANTADA: Fica acordado que para apuração do total da aréa plantada, no final do ano de 2023, as partes, em conjunto entrarão em acordo para a medição, de uma forma que favoreça ambas as partes.

4.1 : Na exploração da área objeto deste contrato devem ser obedecidas as normas técnicas com vistas à conservação do solo, aplicação de fertilizantes e de adubos, plantio em rotação de cultura, dentro das normas que impeçam o esgotamento do solo.

4.2 : Obrigam-se os Parceiros Outorgados a observarem as normas ambientais, preservando os recursos naturais das propriedades objeto deste contrato, as áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, vedada a utilização destas últimas mesmo mediante manejo sustentado.

4.3 : Os Parceiros Outorgados se responsabilizam em zelar pela limpeza e conservação das áreas objeto deste contrato, vedadas quaisquer alterações nos imóveis sem a prévia e expressa autorização da Parceira Outorgante.

4.4 : Os Parceiros Outorgados obrigam-se por si e sua família, a respeitar toda legislação, normas e regulamentos municipais, estaduais e federais, principalmente a legislação ambiental em geral, ficando responsáveis por eventuais danos materiais, morais ou extrapatrimoniais a que derem causa.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

4.5 : Os materiais utilizados para plantação, manutenção e colheita correrão por conta e risco dos Parceiros Outorgados, os quais possuem total liberdade para utilizar os maquinários e demais métodos que lhe forem pertinentes para abertura e preparação das áreas objeto desta parceria. O objetivo maior, portanto, é a utilização máxima do solo, visando, contudo, a sua conservação em respeito as regras do Estatuto da Terra, bem como as normas protetivas que dele promanam;

4.6 : É de responsabilidade exclusiva dos Parceiros Outorgados, a contratação, se necessária, de pessoas para exercer as atividades agrícolas, devendo seguir rigorosamente as normas e leis trabalhistas, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido para o encerramento deste contrato.

4.7 : Os Parceiros Outorgados responsabilizam-se integralmente pelas obrigações cíveis e trabalhistas de funcionários e prestadores de serviços que contratarem para a exploração deste plantio, bem como se responsabilizam integralmente pelo pagamento de qualquer encargo que dispender na exploração do imóvel, ou em desfavor de terceiros, isentando totalmente a Parceira Outorgante de qualquer ônus.

4.8 : Os Parceiros Outorgados serão responsáveis por qualquer prejuízo resultante do uso predatório, culposo ou doloso, quer em relação à área cultivada, quer em relação às benfeitorias, equipamentos, máquinas, instrumentos de trabalho e quaisquer outros bens a ele cedidos pela Parceira Outorgante.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS OUTORGADOS:

Salvo expressamente acordado em sentido contrário neste Contrato, os Parceiros Outorgados serão responsáveis por todas as atividades relacionadas ao preparo, adequação, cultivo e colheita das Culturas nas Áreas e arcarão com todos os custos e despesas relacionadas com essas atividades, as quais incluem, mas não se limitam a:

(i) aquisição, manutenção e reparo de máquinas agrícolas;
(ii) identificação das variedades, as épocas e as condições mercadológicas apropriadas para a implantação das Culturas.
(iii) aquisição e transporte de todos os insumos necessários, inclusive fertilizantes, sementes, combustíveis, defensivos;
(iv) aplicação de corretivos agrícolas, tais como calcário agrícola, adubos químicos e adubos orgânicos, necessários para a conveniente correção de acidez e fertilidade do solo das Áreas, toda vez que as análises de terra assim indicarem;
(v) aquisição e transporte dos corretivos agrícolas mencionados no item (iv) acima até o local da lavoura;
(vi) demais serviços (inclusive de frete e limpeza) necessários à condução do preparo, cultivo e colheita das Culturas cultivadas nas Áreas;
(vii) administração integral do programa de ocupação agrícola das Áreas;
(viii) realização de análises de solo das Áreas em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato e em seguida anualmente, sempre após o término de cada colheita;
(ix) remessa das amostras e exames laboratoriais relacionados com às análises de solo realizadas nos termos do item (viii) acima;
(x) contratação, manutenção, remuneração e dispensa de todo e qualquer tipo de mão de obra (empregada ou terceirizada), incluindo acessórias técnicas e agronômicas, responsabilizando-se por todas elas, com isenção total da Parceira Outorgante;
(xi) recolhimento de todos os encargos trabalhistas e previdenciários referentes as pessoas físicas e/ou jurídicas contratadas nos termos do item (x) acima, inclusive as despesas de rescisão e indenizações; (xii) contratação do responsável técnico e da correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica perante o CREA-MT sempre que legalmente exigível para o preparo, cultivo e/ou colheita da Culturas cultivadas nas Áreas;
(xiii) contratação e manutenção de vigilância sobre as Áreas, zelando por ela como se suas fossem e impedindo que pessoas estranhas venham a entrar e circular em seu interior e/ou nela praticar tipo de caça ou de pesca;
(xiv) imediata comunicação às autoridades competentes sobre qualquer invasão ou transgressão de terceiros nas Áreas;
(xv) conservação das cercas de arame que delimitem e projetam as Áreas;
(xvi) observância, quando aplicável, das práticas agrícolas admitidas para os vários tipos de exportação intensiva e extensiva para as diversas zonas típicas do país; e

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

(xvii) administração de todos os procedimentos utilizados no preparo, cultivo e colheita das Culturas cultivadas na Área para que estes promovam resultados produtivos.

5.1-Obrigações relacionadas a órgãos governamentais. Se obrigam a registrarem junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (ou a qualquer outro órgão por ele indicado ou que venha a substitui-lo em suas atividades) todos os insumos, fertilizantes e defensivos que utilizar nas Áreas. Deverão também apresentar cópias dessas notas fiscais sempre que solicitados pela Parceiro Outorgante para fins de fiscalizações e cumprimento de exigências de órgãos governamentais.

5.2-Obrigações quanto ao uso específico das Áreas. Deverão utilizar as Áreas exclusivamente para o cultivo das Culturas, devendo tal utilização ser realizadas de acordo com a melhor técnica disponível e as normas aplicáveis e cultivos desta natureza. Para tanto, deverão obrigatoriamente realizar as Medidas de Adequação necessárias e indispensáveis.

5.3-Obrigações quanto á preservação das Áreas. Se comprometem a utilizar as Áreas em rigorosa conformidade com a legislação ambiental vigente, conservando os recursos naturais nela existente.

5.4- Se comprometem a conservar intacta e sem intervenção mecânica, manual ou química as áreas definidas e delimitas nos termos da legislação ambiental aplicável como Área de Reserva Legal, Área de Preservação e área de proteção de entorno das nascentes dos rios e córregos existentes nas Áreas.

5.5-Deverão preparar, cultivar e conservar adequadamente as Áreas, utilizando para tanto o manejo e as operações moto-mecânicas que mantenham as condições físicas estruturais das Áreas e que implementem sua capacidade produtiva.

5.6-Na utilização das Áreas, deverão evitar ao máximo a compactação e erosão e visar a limpeza, uniformização e nivelamento do solo.

5.7-Deverão construir e manter todas as obras de proteção contra erosão necessárias e conservação no solo. As obras mencionadas deverão ser realizadas e mantidas de acordo com o projeto técnico elaborado por engenheiro qualificado contratado pelos Parceiros Outorgados, que também será responsável por todos os custos e despesas relacionados com esta contratação.

5.8-Objetivando a utilização racional das Áreas e a manutenção da sua produtividade, se comprometem a não utilizar nas Áreas nenhuma prática cultural predatória e/ou substância poluentes que degredem a natureza.

5.9-Obrigações especificas quanto á mão de Obra utilizada nas Áreas. Deverão comunicar a toda mão de obra por contratada (empregada ou terceirizada, incluindo acessórias técnicas e agronômicas) os termos e condições deste Contrato que sejam aplicáveis e/ou que impactem as atividades por realizadas por tal mão de obra.

5.10-Responderão por toda e qualquer perda ou dano sofrido pela Parceiro Outorgante em decorrência de suas ações ou omissões, ou de terceiros por eles contratados, em especial, mas não limitados, aos terceiros que não foram informados pelos Parceiros Outorgados dos termos desse Contrato.

5.11-Os Parceiros Outorgados, neste ato, isentam e exoneraram a Parceira Outorgante de qualquer responsabilidade relacionada a cobranças ou demandas de natureza ambiental, trabalhista, previdenciária, tributária, cível, criminal e/ou administrativas feita por empregados, e/ou Terceirizados ou qualquer outro terceiro a qualquer título contratado pelos Parceiros Outorgados, concordando e se obrigando a indenizar a Parceira Outorgante por qualquer perda ou dano por eles sofrido em decorrência de tais cobranças ou demandas.

5.12-Obrigações quanto a entrega de comunicações recebidas. Deverão entregar imediatamente a Parceira Outorgante quaisquer citações, multas ou notificações relacionadas aos Imóveis ou Áreas pelas autoridades Públicas.

5.13-Vedação a cessão e sub-parceria sem autorização prévia. Sem autorização prévia por escrito da Parceira Outorgante ao Parceiros Outorgados, estes não poderão transferir ou ceder total ou parcialmente este Contrato nem subparceirar, ceder ou emprestar as Áreas a qualquer título.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

5.14-Responsabilidade por descumprimento contatual. Os Parceiros Outorgados serão responsáveis pelas perdas e danos de qualquer natureza porventura causados a Parceira Outorgante ou a terceiros em decorrência de suas ações e/ou omissões em descumprimento as obrigações assumidas neste Contrato, devendo indenizar a Parceiro Outorgante por quaisquer perdas e danos por ela sofrido em decorrência de tais ações e/ou omissões.

5.15- A responsabilidade dos Parceiros Outorgados é sem prejuízo das responsabilidades civis, ambientais, penais ou administrativas previstas em lei e inclui, mas não se limita a acidentes, infrações, multas, penalidades, danos ambientais, danos materiais, danos morais, danos diretos, danos indiretos, lucros cessantes, perdas e danos de qualquer outra natureza.

5.16- Servir-se do imóvel para os usos convencionados ou presumidos, conforme as suas naturezas e circunstâncias, bem como tratá-lo com o mesmo cuidado como se seu fossem;

5.17- Pagar pontualmente o preço da parceria pelo modo, prazos e locais ajustados;

5.18- Levar ao conhecimento imediato da Parceira Outorgante, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, eventual turbação de terceiros e todas as intimações ou avisos de autoridades públicas recebidas nas áreas objeto deste contrato;

5.19- Restituir os imóveis, ao final do contrato, no estado em que o recebeu, com exceção das áreas que foram abertas para o plantio, somente não respondendo por deteriorações ou prejuízos a que não deram causa;

5.20- Ao final do contrato, devolver todos os bens que guarnecem as propriedades rurais objeto deste contrato de parceria, todos em perfeito estado de conservação, inclusive com pinturas novas, comprometendo-se a promover a manutenção de todos os bens, zelando como se seus fossem;

5.21- Realizar a imediata reparação dos danos verificados ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, familiares, visitantes ou prepostos;

5.22- Fazer nos imóveis, durante a vigência do contrato, as benfeitorias úteis e necessárias, inclusive para a preservação dos recursos naturais dos imóveis objeto deste contrato;

5.23- Não renunciar aos direitos ou vantagens previstos no Estatuto da Terra e seu Regulamento.

5.24- Zelar e cuidar das terras, sobretudo com a aplicação de fertilizantes e utilização de técnicas modernas de cultivo e investimento em calcário, adubo e demais nutrientes, evitando o esgotamento do solo;

5.25- Tomar as providências cabíveis junto às concessionárias de serviços públicos, dentro de 30 dias contados da assinatura do presente contrato, a fim de transferir para o seu nome as contas de consumo de água, luz e internet;

5.26- Usar a terra em conformidade com as normas técnicas, de modo a impedir a erosão do solo, curva de nível, empregando materiais e insumos que não degradem sua qualidade, observando as normas de segurança estabelecidas para o uso de agrotóxicos, o que não poderá deixar na lavoura, ou em qualquer parte das Fazendas, frascos ou resíduos de defensivos, e aquelas destinadas ao controle de pragas, arcando com as penalidades impostas pelas autoridades competentes por descumprimento de tais normas;

5.27- Promover a limpeza das áreas, arrancar tocos, controle de erosão, preparo do solo, plantio, manejo com defensivos, transporte da safra, etc;

5.28- Os Parceiros Outorgados deverão ainda respeitar e cumprir integralmente as leis, normas e portarias do Ministério do Trabalho e todas as suas normativas, comprometendo-se a fornecer aos seus colaboradores os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), isentando a Parceira Outorgante e suas propriedades ora entregues em parceria de quaisquer responsabilidades ou ônus oriundo do não cumprimento exposto nesta

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

cláusula, bem como em relação a qualquer dano ou processo administrativo ou judicial relacionado as áreas objeto deste contrato;

5.29- Os Parceiros Outorgados estão expressamente proibidos de cultivar qualquer espécie considerada ilícita no Brasil, como também, estão proibidos de utilizar qualquer produto químico não autorizado nas lavouras brasileiras;

5.30- É expressamente proibido aos Parceiros Outorgados, ou qualquer colaborador deles, a caça, pesca e garimpo dentro da propriedade, além, da proibição do acesso de pessoas sem autorização;

5.31- Deverão manter os lixos em locais seguros conforme normas da propriedade, não podendo deixar exposto, devendo manter sempre depositado no local estipulado pela Parceria Outorgante;

5.32- Fica expressamente proibido o manejo de semoventes nos imóveis objeto deste contrato, salvo caso haja expresso e formal termo aditivo a ser celebrado e assinado entre as partes;

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARCEIRA OUTORGANTE:

6.1- Entregar aos Parceiros Outorgados os imóveis rurais objeto da parceria, com suas pertenças, em estado de servir ao uso a que se destina;

6.2- Garantir aos Parceiros Outorgados, durante o tempo do contrato, o uso e gozo pacífico do imóvel;

6.3- Responder pelos seus vícios, ou defeitos, anteriores ao contrato de parceria;

6.4- É vedado a Parceira Outorgante exigir dos Parceiros Outorgados:

I - A prestação de serviço gratuito;
II - A exclusividade da venda da colheita, com exceção da primeira colheita que serão destinadas a Parceira Outorgante na quantidade devida;
III - A obrigatoriedade do beneficiamento da produção em seu estabelecimento;
IV - A obrigatoriedade da aquisição de gêneros e utilidades em seus armazéns ou barracões;
V - A aceitação de pagamento em "ordens", "vales", ou outras formas regionais substitutivas da moeda.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS BENFEITORIAS: Os Parceiros Outorgados poderão edificar no imóvel as benfeitorias úteis e necessárias, dependendo as voluptuárias de expresso consentimento por escrito da Parceira Outorgante.

7.1 : As benfeitorias que forem realizadas no imóvel rural objeto deste contrato, podem ser voluptuárias úteis e necessárias, assim conceituadas:

I - voluptuárias, as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do imóvel rural, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor;
II - úteis, as que aumentam ou facilitam o uso do imóvel rural;
III - necessárias, as que tem por fim conservar o imóvel rural ou evitar que se deteriore e as que decorram do cumprimento das normas estabelecidas neste Regulamento para a conservação de recursos naturais.

7.2 : Todas as benfeitorias que forem realizadas nos imóveis se incorporarão imediatamente aos imóveis, não podendo os Parceiros Outorgados pleitearem qualquer indenização, salvo caso a Parceira Outorgante expresse formalmente seu desinteresse nas eventuais benfeitorias realizadas, oportunidade em que somente assim, os Parceiros Outorgados poderão fazer a retirada de tais benfeitorias.

CLÁUSULA OITAVA – DO DIREITO DE RENOVAÇÃO: Os Parceiros Outorgados, em igualdade de condições com estranhos, terão preferência à renovação da parceria caso estejam adimplentes com o presente contrato, devendo a Parceira Outorgante, comunicar eventual interesse de outros parceiros até o vencimento deste contrato, por meio de e-mail ou carta informando das propostas existentes.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

CLÁUSULA NONA – DO DIREITO DE PREEMPÇÃO/PREFERÊNCIA: No caso de venda dos imóveis objeto desta parceria, caso estejam adimplentes com o presente contrato, os Parceiros Outorgados estes terão preferência para adquiri-lo em igualdade de condições com terceiros, devendo a Parceira Outorgante dar conhecimento da venda aos Parceiros Outorgados, por meio do envio de notificação por e-mail ou correios (nos endereços descritos no preâmbulo deste contrato) a fim de que estes possam exercitar o direito de preferência, devendo os Parceiros Outorgados responder a notificação no prazo comum de até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento.

9.1 : Em caso de inércia ou ausência de resposta por parte de qualquer dos Parceiros Outorgados, será considerado como desinteresse destes na compra dos imóveis, desobrigando a Parceira Outorgante de qualquer incumbência referente ao direito de preferência ventilado nesta cláusula.

9.2 : Se os imóveis rurais em venda estiverem sendo explorados por mais de um Parceiro Outorgando, o direito de preferência só poderá ser exercido para a aquisição total da área constante das matrículas dos imóveis.

9.3 : Verificada a venda do imóvel a terceiros, tal situação não implicará na rescisão do presente contrato, o qual prevalecerá até a data ajustada para o seu término, o mesmo ocorrendo no caso de extinção ou dissolução de qualquer das partes contratantes, hipótese está em que o contrato persistirá entre seus sucessores.

9.4 : O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade, não se limitando, mas incluindo, venda por decisão judicial; quaisquer formas de realização de garantia, inclusive mediante leilão extrajudicial; permuta; doações; integralização de capital; cisão; fusão; incorporação.

9.5 : A venda do imóvel ou a imposição de ônus real, não interrompe a vigência dos contratos de parceria ficando o adquirente sub-rogado nos direitos e obrigações do vendedor, ou seja, o novo comprador é obrigado a respeitar este contrato de parceria rural até o seu término.

9.6 : Se a Parceira Outorgante reintegrar a posse do imóvel antes do final da colheita, os Parceiros Outorgados devem ser indenizados na exata proporção das perdas e danos a serem calculados na data dos fatos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ATRASO NO PAGAMENTO EM GRÃOS: Caso ocorra atraso injustificado no pagamento da parceria, os Parceiros Outorgados incorrerão em juros de mora de 1% (um por cento) ao mês de atraso, bem como a incidência de multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do pagamento pendente, além de juros legais e atualização calculada pela média verificada entre o IGP-M e o INPC sobre o valor devido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL: Em não ocorrendo o pagamento dos grãos no prazo e nem tampouco nas condições exigidas, nos termos em que foram combinados anteriormente, a Parceira Outorgante promoverá, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, aviso ou notificação, a rescisão deste instrumento, cumulado com o direito de pleitear indenização por perdas e danos, lucros cessantes e demais prejuízos, devendo os Parceiros Outorgados promover a imediata desocupação dos imóveis objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO: O inadimplemento das obrigações assumidas pelos Parceiros Outorgados dará a Parceira Outorgante o direito de rescindir imediatamente este Contrato, assim como o inadimplemento das obrigações assumidas pela Parceira Outorgante dará aos Parceiros Outorgados o direito de rescindir imediatamente este Contrato.

12.1- Adicionalmente , este Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

(I) pelo término do prazo estabelecido neste contrato;

(II) pela aquisição da área pelos Parceiros Outorgados;

(III) pelo distrato;

(IV) pela resolução ou extinção do direito da Parceira Outorgante sobre a área;

(V) por sentença judicial irrecorrível;

(VI) pela perda do imóvel ou da área;

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

(VII) pela desapropriação, parcial ou total, dos Imóveis ou das Áreas; ou (VIII) pelo descumprimento contratual por qualquer das partes;

(IX) por qualquer outra causa prevista em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUCESSÃO: O contrato é celebrado consensualmente em caráter irretratável e irrevogável, renunciando os contratantes, expressamente, à faculdade de arrependimento, obrigando as partes por si, seus herdeiros e sucessores, nada mais podendo postular após o devido pagamento, seja no presente ou futuramente, em juízo ou fora dele, com fulcro contratual ou extracontratual, relativamente a diferenças, direitos, obrigações, despesas, danos materiais, danos corporais, morais ou psicológicos, lucros cessantes, multa e honorários advocatícios, inclusive sucumbenciais, renunciando expressamente a qualquer pretensão em relação a um dos contratantes, dando a mais ampla quitação com relação aos grãos supracitados, após o pagamento e cumprimento de todas as cláusulas elencadas.

13.1 : O presente contrato vigorará mesmo que ocorra a morte/extinção ou interdição de qualquer das partes, devendo ser cumprido e respeitado por seus herdeiros ou sucessores a qualquer título, até o efetivo término contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS: Pelo presente instrumento, a Parceira Outorgante autoriza os Parceiros Outorgados, a darem em penhor agrícola ou outro que julgar conveniente, perante entidades financeiras, as lavouras efetuadas sobre os imóveis objeto desta parceria e, tão somente a elas, podendo essas entidades fazerem, livremente, as vistorias e levantamentos que julgarem necessárias.

14.1 : A Parceira Outorgante, para fins de financiamento agrícola a ser solicitado pelos Parceiros Outorgados junto as instituições financeiras ou a qualquer outro estabelecimento oficial de crédito, comprometem-se a assinar, em favor dos Parceiros Outorgados, a indispensável Carta de Anuência, ficando expressamente convencionado que tais entidades creditícias terão, sobre a safra produzida, que respeitar prioritariamente o pagamento da presente parceria.

14.2 : No caso de desapropriação parcial do imóvel rural, fica assegurado aos Parceiros Outorgados o direito à redução proporcional da renda ou o de rescindir o contrato.

14.3 : A Parceira Outorgante permite, expressamente, que os Parceiros Outorgados tenham livre acesso aos imóveis objeto deste contrato, durante a vigência do contrato, com máquinas, tratores, equipamentos rurais, materiais e pessoal técnico para a lavoura, assim como é facultado a Parceira Outorgante vistoriar os imóveis objeto deste contrato, sempre que julgarem necessário ou conveniente, por si ou por pessoas por elas indicadas.

14.4 : É permitido aos Parceiros Outorgados a colocação de placas, bandeiras, cartazes, painéis, antenas, ou quaisquer outras, nas áreas objeto deste contrato, sem a prévia e expressa autorização da Parceira Outorgante, desde que não prejudique a qualidade dos imóveis.

14.5 : Quando da desocupação e entrega das glebas, os Parceiros Outorgados liquidarão a parceria e deverão apresentar os comprovantes de que estão completamente quitadas todas as despesas que deram causa.

14.6 : Ao final do contrato, os atuais Parceiros Outorgados deverão permitir ao futuro parceiro, o qual ingressará no imóvel após a sua desocupação, que pratique todos os atos necessários à realização dos trabalhos preparatórios para o ano seguinte.

14.7 : Da mesma forma, o novo parceiro deverá permitir que os antigos parceiros outorgados, o qual está deixando a posse, realize todos os meios indispensáveis à finalização e retirada da sua colheita.

14.8 : Ambas as partes se responsabilizam, após a assinatura deste instrumento, pela comunicação recíproca sobre eventuais mudanças de endereço, e-mail ou contato telefônico, mantendo a boa-fé contratual, a fim de esclarecer todo e qualquer questionamento relacionado ao objeto deste contrato, sem nenhum empecilho, e sem faltar com a verdade.

14.9 : Os Parceiros Outorgados declaram que se responsabilizam pelo cumprimento de todas as leis, regulamentos e atos normativos pertinentes à proteção ambiental, inclusive às áreas destinadas as licenças necessárias para o pleno desenvolvimento de suas atividades bem como se obrigam a adotarem todas as medidas agrícolas, sem qualquer agressão, perigo ou risco ao meio-ambiente, assumindo expressamente todos os ônus ou sanções que decorram de eventuais infrações dessa natureza.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

14.10 : Qualquer acordo realizado entre as partes quanto ao cumprimento, omissão ou alteração de qualquer cláusula do presente contrato, deve ser realizado mediante termo aditivo e por escrito na presença de duas testemunhas, o qual constituirá mera tolerância e não importará em alteração ou modificação das cláusulas contratuais.

14.11 : Este contrato se reveste da condição de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil, inclusive, a parte causadora responderá por perdas e danos, devendo custear honorários advocatícios e custas processuais, caso seja necessária qualquer interposição judicial para resolver o conflito criado após o descumprimento.

14.12 : Os Parceiros Outorgados se comprometem a firmar apólice de seguro, ANUALMENTE, para garantir o pagamento da parceria a Parceira Outorgante, sendo que o referido seguro deverá compreender valor suficiente para pagamento da parceria, bem como cobrir também caso de problemas com a safra, seja no plantio, seja na colheita, decorrente de causas naturais ou não, decorrente de caso fortuito ou não, devendo os Parceiros Outorgados comprovarem a contratação apresentando cópia da apólice de seguro e respectivos comprovantes de pagamento a serem enviados para o endereço de e-mail (eduardojg21@hotmail.com);

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca de Vila Rica- MT, para dirimir eventuais divergências deste instrumento, sem privilégio a qualquer outro, seja qual for o motivo.

E por assim estarem justas e contratadas, declaram-se cientes e esclarecidas quanto ao teor das cláusulas deste instrumento, firmando-o em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produzam os devidos e legais efeitos.

Vila Rica-MT, 12 de julho de 2022.

GIZELDA JUNQUEIRA GOUVEIA
Parceira Outorgante
p.p Eduardo Junqueira Gouveia

SIDNEY PINTO DE MELO
Parceiro Outorgado

EDSON PINTO DE MELO
Parceiro Outorgado

MARCO ANTÔNIO DE MELO
Parceiro Outorgado

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELO
Parceiro Outorgado

Testemunhas:

1ª _____

Nome:
CPF:

2ª _____

Nome:
CPF:

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

Este documento foi assinado digitalmente por EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0364-D6BE-466F-E4F2.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0364-D6BE-466F-E4F2 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0364-D6BE-466F-E4F2

Hash do Documento

6D5147C181510E06A71CEE107E7C294112D173C5EFC105749EDEE1BDD3B3E21F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/07/2022 é(são) :

- EDUARDO JUNQUEIRA GOUVEIA - 439.930.951-20 em 13/07/2022 17:10 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

DocuSign Envelope ID: E3898C5F-68C4-4DE4-A1B1-6BAE9C88DC68

CONTRATO DE COMPRA E VENDA	CONTRATO n.º 3470401288	DATA 03/05/23	FILIAL DE COMPRA CONFRESA - FBZ	PÁGINA 1

COMPRADORA: CARGILL AGRICOLA S.A.
ENDEREÇO..: AV BRASIL QD 34 LT 1A NSN - JARDIM DO EDEN MUNICÍPIO: CONFRESA
ESTADO....: MT CNPJ Nº: 60498706039797 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 134814436
E-MAIL....: caique_pinheiro@cargill.com

VENDEDORA.: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
ENDEREÇO..: FAZ ESTR CAMPINAPOLIS A NOVO S NSN - ZONA RURAL TELEFONE: 44 996266443
MUNICIPIO.: CAMPINAPOLIS UF: MT CEP: 78630000
CNPJ/CPF..: 08969247939 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 135618878
E-MAIL....: pbmdaniela@gmail.com

I - OBJETO:

MERCADORIA/PRODUTO..: SOJA EM GRÃOS A GRANEL TIPO DE CONTRATO: PREÇO FIXO
QUANTIDADE EM KGS...: 858.000 Kg. SAFRA.....: 2022/2023
QUANTIDADE EM
SACAS DE 60 KG, CADA: 14.300,00 Sacas.

II - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

PREÇO POR SACA DE 60 Kg: R$ 115,00 COM ICMS DIFERIDO
DATA/FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Cláusula IV e V

III - OUTROS DADOS DA MERCADORIA

QUALIDADE PADRÃO.....: Umidade até 14%, 1% de impurezas, 8% de avariados totais, 8% de grãos verdes e 30% de grãos quebrados. A classificação será efetuada a cada carga recebida.

PRAZO DE ENTREGA.....: Inicia-se em 03/05/23, sendo O prazo final para disponibilização no LOCAL DE RETIRADA até 20/05/23. Caso a colheita ocorra antes da DATA DE INICIO, ficará a critério exclusivo da COMPRADORA o recebimento antecipado do Produto, observada a cláusula 3.1.

LOCAL DE RETIRADA.....: Armazém de VOLMIR VANCIN, situado na FAZENDA TRES IRMAOS, município de VILA RICA, Estado: MT.

ACONDICIONAMENTO.....: A GRANEL.

MODALIDADE DE ENTREGA.....: SOBRE O VEÍCULO DO TRANSPORTADOR

FRETE A PARTIR DO LOCAL
DE RETIRADA POR CONTA DA.....: COMPRADORA

LOCAL CONFERÊNCIA PESO/QUALIDADE.: Origem/Origem

LOCAL DE FORMAÇÃO DA LAVOURA.....: QUAISQUER ÁREAS DE CULTIVO DA VENDEDORA

DESPESAS DO CARREGAMENTO.....: POR CONTA DA VENDEDORA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:58
Número do documento: 23103016590122500000128926972
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590122500000128926972
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:02

EMITIR NOTA FISCAL PARA.....: CARGILL AGRÍCOLA S/A
Endereço: AV BRASIL QD 34 LT 1A NSN - JARDIM DO EDEN
Município: CONFRESA - UF: MT
CNPJ/MF: 60498706039797
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 134814436

3.1 DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA DA MERCADORIA

a) A mercadoria objeto deste contrato deverá ser disponibilizado pela VENDEDORA para retirada pela COMPRADORA na localidade mencionada no campo "LOCAL DE RETIRADA" até a data limite constante do "PRAZO DE ENTREGA" acima especificado, ficando certo e ajustado que a COMPRADORA poderá proceder à retirada a partir das primeiras cargas de PRODUTO depositadas no "LOCAL DE RETIRADA", a partir do início da colheita. A inobservância desta obrigação implicará no vencimento antecipado deste Contrato, ficando a VENDEDORA sujeita a medidas de constrição caso fique constatado que a colheita teve início e não foram destinadas as primeiras cargas à COMPRADORA.

i. Para fins de constatação do início da colheita, as partes concordam que o simples registro de atos de colheita através de fotografias datadas e com coordenadas geográficas compatíveis com quaisquer áreas de plantio da VENDEDORA serão suficientes para determinar o marco de início da exigibilidade da obrigação de entrega dos grãos, sendo certo que a inadimplência desta obrigação ensejará o vencimento antecipado do contrato independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial por parte da COMPRADORA. Caso ocorra a hipótese tratada nesta cláusula, a VENDENDORA estará sujeita a medidas de constrição para cumprimento forçado da obrigação assumida por força deste Contrato.

b) TRANSPORTE: O preço indicado na Cláusula II acima (ou aquele que vier a ser fixado pelas partes) compreende o valor total, fixo eirreajustável pela compra da totalidade de mercadoria objeto deste contrato e a COMPRADORA será integralmente responsável pelos riscos, custos e execução, por conta própria ou terceiro por si contratado, do transporte da mercadoria desde a sua origem até o "destino final" indicado acima, sendo vedada a cobrança de custos adicionais à COMPRADORA.
c) DA EFETIVA ENTREGA DO BEM: A tradição (entrega) da mercadoria, para os fins e efeitos deste contrato, bem como para delimitar e apurar responsabilidade das partes envolvidas, somente será considerada perfeita e acabada com a efetiva retirada, pela COMPRADORA, da totalidade do volume adquirido dentro do prazo ora estipulado e devidamente classificada, assim entendido como o momento em que todo o volume da mercadoria objeto deste contrato estiver disponível no armazém indicado na Cláusula III e dentro do padrão de qualidade mencionado no mesmo dispositivo contratual.

i. Fica certo e ajustado que a efetiva entrega do bem mencionada acima será automaticamente revogada na hipótese de, por qualquer motivo e em qualquer momento, a COMPRADORA sofrer constrição e/ou for compelida a abdicar de qualquer volume que tenha recebido da VENDEDORA, seja em caráter definitivo ou provisório.

ii. Ocorrendo a hipótese do item "c) i." acima, a COMPRADORA se tornará credora da VENDEDORA pelo volume total de produto efetivamente constrito, ficando a VENDEDORA obrigada a repor imediatamente (em até 05 dias úteis a contar da data da realização do ato de constrição) o referido volume, sem qualquer custo adicional à COMPRADORA.

iii. Caso a VENDEDORA descumpra a obrigação de repor o volume de produto constrito, caberá à COMPRADORA o direito de buscar tutela judicial específica para entrega do volume de produto objeto deste Contrato suficiente para o total adimplemento deste pacto, cabendo-lhe ainda a possibilidade de requerer tal tutela em caráter de urgência ou de evidência.

iv. Na hipótese de descumprimento da obrigação de reposição mencionada no item "c) ii." supra e/ou de não haver produto livre e desonerado para cumprimento da obrigação de entrega, quer este fato seja constatado antes ou depois de ajuizada medida judicial pela COMPRADORA, a VENDEDORA será considerado inadimplente independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação (judicial ou extrajudicial) e estará sujeito ao pagamento das penalidades, indenizações e sanções estipuladas neste instrumento, bem como a devolução de eventuais valores recebidos da COMPRADORA, devidamente corrigidos.

d) DA RECUSA NA ENTREGA DO BEM: A recusa da VENDEDORA em disponibilizar o volume de produto na forma ora estabelecida implicará a sua inadimplência e ocasionará o vencimento antecipado deste instrumento, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação (judicial ou extrajudicial), sujeitando a VENDEDORA a todas as penas e sanções previstas neste instrumento para a hipótese de inadimplência, conferindo à COMPRADORA o direito de tomar todas as medidas que entender cabíveis para o pleno cumprimento do previsto neste instrumento.

i. Para fins de enquadramento no conceito de "RECUSA NA ENTREGA DO BEM", considerar-se-á, dentre outras hipóteses, a simples falta de entrega das primeiras cargas de produto no "LOCAL DE RETIRADA", observado o que dispõe o item "a) i" supra, sendo desnecessário qualquer prévio aviso, notificação ou interpelação (judicial ou extrajudicial) por parte da COMPRADORA para o vencimento antecipado e exigibilidade do cumprimento deste Contrato.

e) A COMPRADORA comprovará a exportação do produto objeto deste Contrato nos termos previstos pela legislação vigente e desde que este Contrato tenha finalidade específica de exportação.

IV - CONDIÇOES DO PREÇO

4.1 O preço ajustado entre as partes é fixo, irretratável e irreajustável e não está sujeito a qualquer tipo de revisão, a teor do que dispõe a cláusula 4.3 e seguintes.

4.2 - A contribuição previdenciária devida será descontada do preço pela COMPRADORA e por ela recolhida, usando o mesmo tratamento para eventuais outros tributos que atribuam à COMPRADORA, a figura de substituta tributária, ou a sua responsabilidade pelo recolhimento, exceto o ICMS.
Será descontado também do preço a ser pago pela COMPRADORA o valor de eventual tributo, fundo ou qualquer outra cobrança exigida pelo Estado que onere as operações de mercado interno ou destinadas para o exterior realizadas pela COMPRADORA.

4.3 Dada a modalidade de preço fixo, irretratável e irreajustável deste instrumento, as partes estabelecem que nenhuma revisão no preço será feita, seja para mais ou para menos, reconhecendo e declarando expressamente que as obrigações assumidas por força deste Contrato estão em perfeito equilíbrio econômico e foram contraídas após mútua negociação e conforme os valores vigentes a epoca do fechamento do negocio, representando beneficios para ambas.

4.3.1 - Em função do previsto neste instrumento, as partes ao concretizarem a presente negociação reconhecem que, dentre outros fatores, a desvalorização da moeda nacional ou estrangeira, a majoração ou criação de novos tributos (com exceção dos tributos, fundos ou demais cobranças exigidas pelo poder público que onerem a operação da COMPRADORA, conforme já citado em CONDIÇÕES DO PREÇO neste Contrato), oscilação nas bolsas nacionais e internacionais de mercadorias, intempéries climáticas, pragas, não constituem fatores caracterizadores de acontecimentos extraordinários, imprevisíveis, caso fortuito e/ou de força maior capazes de ensejar qualquer revisão das condições aqui contratadas, assumindo as partes que quaisquer modificações de vantagens e/ou desvantagens decorrentes de tais fatores fazem parte da natureza da operação e do risco do negócio.

4.4 - A VENDEDORA declara, outrossim, ter conhecimento de que a COMPRADORA é uma

empresa esmagadora e comercializadora de grãos e que a mercadoria objeto deste contrato faz parte de uma programação de volumes que já possui destino comprometido, de modo que a sua inadimplência (seja total ou parcial) representará prejuízos e descumprimentos, por parte da COMPRADORA, de compromissos assumidos com terceiros.

V - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O valor total deste Contrato será obtido através da multiplicação do valor fixado na Clausula II pelo volume de produto efetivamente entregue nos moldes e condições aqui estipulados. O valor devido à VENDEDORA será pago em até 03 (três) dias úteis após a entrega total da mercadoria, ficando certo que os valores aqui estipulados são brutos e sobre eles serão feitas deduções de descontos de qualidade, bem como dos tributos e contribuições legais incidentes, caso a responsabilidade pelos recolhimentos de tais verbas sejam da COMPRADORA.

5.1.1 Fica certo e ajustado que caso ocorra a entrega ou disponibilização da totalidade de volume de produto de forma antecipada, isto é, antes do previsto no PRAZO DE ENTREGA, o prazo de pagamento de 03 (três) dias úteis estipulado na cláusula 5.1. será contado a partir da DATA DE INÍCIO do PRAZO DE ENTREGA.

5.1.2 O pagamento das quantias acima mencionadas será efetuado através de crédito direto na conta corrente bancária de titularidade da VENDEDORA, a ser por ela indicada em momento oportuno. Havendo penhor de safra vinculado à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA efetivamente registrado no cartório competente, o pagamento será feito em conta corrente vinculada àquela instituição, servindo o comprovante de depósito como recibo suficiente para a quitação da quantia paga.

i. A VENDEDORA está ciente de que a COMPRADORA necessita realizar cadastro dos seus dados para a realização do pagamento dentro do prazo estipulado, razão pela qual fica certo e ajustado que a ausência de informações ou documentos solicitados para a realização de tal cadastro, inclusive obrigações fiscais da operação, automaticamente prorrogarão o prazo para pagamento. Qualquer atraso no pagamento pela não apresentação dos documentos mencionados neste dispositivo não será imputável à COMPRADORA.

5.1.3 Caso haja credor(es) preferencial(is), assim entendidos como aqueles que possuam direito real de garantia (penhor, alienação fiduciária) sobre o bem móvel entregue à COMPRADORA sob a égide deste Contrato, nenhum pagamento será feito à VENDEDORA até que seja apresentada: (i) a respectiva carta de baixa de garantia protocolada em cartório competente; ou (ii) a carta de quitação assinada pelo credor, com firma reconhecida e/ou autenticação eletrônica e acompanhada da procuração do(s) signatário(s); ou (iii) a certidão de cartório atualizada constando a baixa da respectiva garantia. Qualquer atraso no pagamento pela não apresentação dos documentos mencionados neste dispositivo não será imputável à COMPRADORA. O prazo de pagamento da cláusula 5.1 somente se iniciará mediante a entrega dos documentos mencionados nesta cláusula.

5.2 Caso a COMPRADORA, sem justo motivo, deixe de efetuar o pagamento na forma ajustada entre as partes após a entrega efetiva da mercadoria (nos moldes do item “c” da Cláusula 3.1), o valor principal deverá ser acrescido de juros moratórios de 1% (hum por cento) ao mês, até a data em que o pagamento for realizado. Os juros não incidirão se as partes acordarem pela prorrogação da data de pagamento.

5.3 Pago o valor previsto neste instrumento, em tempo e forma pactuados, a VENDEDORA confere à COMPRADORA, de forma automática e independentemente de qualquer outra formalidade, a mais plena, geral e irrevogável quitação por todas as obrigações assumidas quanto ao pagamento do preço, para nada mais reclamar, a qualquer título que seja, servindo o comprovante de depósito bancário como prova suficiente de quitação.

VI - QUALIDADE DA MERCADORIA

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:58
Número do documento: 23103016590122500000128926972
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590122500000128926972
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:02

6.1 A totalidade de mercadoria entregue deverá obedecer aos critérios e conceitos definidos pelas Instruções Normativas MAPA nº 11 de 15/05/2007 (D.O.U. 16/05/2007) e nº 37 de 27/07/2007 (D.O.U. 30/07/2007) no tocante à sua qualidade.

6.2 Caso a mercadoria não apresente a qualidade no padrão previsto neste instrumento e na legislação específica aplicável, a COMPRADORA poderá, a seu exclusivo critério: (i) recusar o recebimento, hipótese em que a VENDEDORA ficará obrigada a substituir integralmente o volume por outro que atenda os critérios aqui estabelecidos; ou (ii) aceitar o volume entregue, procedendo os descontos conforme a tabela de descontos acordada entre as partes cujos termos serão afixados no local de entrega do produto.

6.3 Não será aceita pela COMPRADORA a mercadoria que contenha qualquer um dos seguintes contaminantes, em qualquer nível de contaminação:
a) mistura com grãos tratados quimicamente (sementes), de qualquer espécie vegetal;
b) mamona (Ricinus communis);
c) sorgo halepense (Sorghum halepense);
d) outras sementes com efeito tóxico;
e) algodão;
f) resíduos de agrotóxicos de qualquer tipo, inclusive resíduo de paraquat, tudo conforme a legislação;
g) insetos vivos de armazenagem;
h) mofo ou qualquer outra característica (odor, aspecto visual) que torne a mercadoria inapta à sua finalidade.

6.4 A VENDEDORA declara que possui conhecimento técnico suficiente para a atividade agrícola e obriga-se a usar, no cultivo da soja objeto desse Contrato, somente os insumos e defensivos agrícolas que forem aprovados pelo Ministério da Agricultura e demais órgãos competentes, na forma, dosagem e tempo de carência recomendados por referidos órgãos.

6.5 A VENDEDORA declara-se ciente que a COMPRADORA é uma empresa que zela pelo cumprimento das normas de segurança alimentar dos seus produtos e em razão disso, reconhece a sua exclusiva responsabilidade pelo cultivo da mercadoria para que atinja os padrões de qualidades estipulados neste Contrato e na legislação aplicável, isentando a COMPRADORA de qualquer responsabilidade solidária e obrigando-se a reparar qualquer dano (material, moral, ambiental ou de outra natureza) eventualmente causado à COMPRADORA ou terceiros em virtude do não atendimento das obrigações deste instrumento e/ou da legislação vigente.

VII - VENDA DE SOJA COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS (OGM)

7.1 Caso sejam constatadas soja contendo organismos geneticamente modificados (OGM) de eventos transgênicos na mercadoria entregue, a COMPRADORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitá-los desde que tais eventos transgênicos estejam aprovados na forma da lei para uso agrícola no Brasil e nos mercados consumidores no exterior.

7.2 Na hipótese de ser identificado organismo geneticamente modificado, a VENDEDORA declara-se ciente de sua obrigação de pagar o valor devido pelo uso de tal tecnologia, de acordo com as regras previstas nas políticas estabelecidas pelas empresas detentoras do direito de propriedade intelectual.

VIII - INADIMPLÊNCIA DA VENDEDORA

8.1 - Na falta de entrega, parcial ou total, da mercadoria objeto deste Contrato dentro das bases e condições aqui ajustadas, bem como nas hipóteses de vencimento antecipado e descumprimentos específicos de outras obrigações aqui firmadas, ficará determinado o inadimplemento e evidenciada

de pleno direito a mora por parte da VENDEDORA, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação (judicial ou extrajudicial), ensejando à COMPRADORA o direito e integrais prerrogativas de adotar imediatamente e a seu critério todas as medidas judiciais cabíveis para o recebimento da quantidade e volume de produto não entregue pela VENDEDORA.

8.1.1 - A inadimplência (total ou parcial) da VENDEDORA que ensejar a propositura de medidas judiciais ou extrajudiciais para forçar o cumprimento deste Contrato, seja com relação à obrigação de entrega de produto, seja com relação à obrigação de pagar indenizações e penalidades contratuais, deverá ser calculada acrescendo-se juros moratórios "pro-rata tempore" à taxa de 1% (um por cento) ao mês, que serão acrescidos à quantidade de produto não entregue pela VENDEDORA ou ao montante total devido a título de indenização e penalidades. A VENDEDORA desde já renuncia a qualquer revisão ou questionamento deste critério de cálculo, admitindo-os como de sua plena conveniência e adequação.

8.2 - Fica certo e ajustado que a COMPRADORA possui interesse primordial no cumprimento da obrigação de entrega do produto objeto deste Contrato, a teor do disposto na 4.4, porém caso não seja possível o seu cumprimento, o que não se admitirá de plano nas hipótese listadas na Cláusula 4.3.1, a VENDEDORA estará sujeita ainda ao pagamento de indenizações e penalidades a seguir descritos:

a) Diferencial de Mercado: verba de cunho indenizatório, que visa recompor as perdas e danos incorridas em razão da inadimplência, cujo cálculo para apuração é: a diferença apurada entre (i) o preço do volume total de produto não entregue adotando-se por base o preço da Cláusula II, e (ii) o preço atual do volume total de produto não entregue.

a)1. Para apuração do preço atual do volume não entregue, conforme item “a) (ii)” acima, adotar-se-á o valor de saca de soja disponível, vigente e praticado na praça da cidade do Local de Entrega ou da região mais próxima na ausência do primeiro (“Índice de Preço”) divulgado pelo Agrolink (https://www.agrolink.com.br/cotacoes/) ou outro canal de consulta pública, no primeiro dia útil posterior ao término do PRAZO DE ENTREGA ou da antecipação do vencimento ou no primeiro dia útil posterior em que tal Índice de Preço estiver disponível.

b) Multa penal: multa não compensatória, no percentual de 20% (vinte por cento) do valor total deste Contrato, que será devida em qualquer hipótese de inadimplemento pela VENDEDORA. Considerando o caráter não compensatório, a multa penal será devida cumulativamente ao diferencial de mercado, caso não seja entregue o volume total de produto conforme este Contrato.

c) Em caso de inadimplência da VENDEDORA que decorra especificamente do descumprimento de obrigações socioambientais e/ou trabalhistas, ela (VENDEDORA) estará sujeita à multa penal cumulativa e não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, a qual será devida de imediato,facultado à COMPRADORA o direito de considerar este instrumento rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação (judicial ou extrajudicial).

8.3 - Declaram neste ato as partes a sua plena ciência e inequívoca concordância, de que as obrigações, penalidades e sanções ora capituladas não descaracterizam e tampouco afastam o caráter de absoluta irrevogabilidade e irretratabilidade deste Contrato.

8.4 - Na hipótese de inadimplência (total ou parcial) por parte da VENDEDORA e houver ocorrido antecipação de pagamento deste Contrato pela COMPRADORA, seja via adiantamento financeiro ou mediante entrega de insumos agrícolas (como por exemplo em operações de “barter”), além do pagamento das penalidades e indenizações incidentes, a VENDEDORA deverá restituir as quantias recebidas antecipadamente corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 1% (hum por cento) ao mês, juros estes que deverão ser contabilizados desde a data do desembolso ou do faturamento dos insumos agrícolas e até a sua efetiva restituição à COMPRADORA.

8.4.1 - Quando o adiantamento tiver sido efetuado mediante entrega de insumos, o valor a ser restituído será calculado de acordo com o preço atual do mesmo insumo em questão ao tempo da inadimplência, praticado pela fabricante na praça do local em que foi entregue/retirado, incluindoos custos de frete (se houver) e juros de 1% (hum por cento) ao mês, contabilizados desde a data da entrega dos insumos agrícolase até o efetivo pagamento à COMPRADORA.

IX - MORATÓRIA DA SOJA – APLICÁVEL SOMENTE AOS PRODUTORES NO BIOMA AMAZÔNIA

9.1 - A VENDEDORA declara ter conhecimento da Declaração de Moratória da Soja feita pelas Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE e Associação Nacional dos Exportadores de Cereais - ANEC.

9.2 - Tendo em vista que a COMPRADORA integra o quadro associativo da ABIOVE e da ANEC e, portanto, também aderiu à Moratória da Soja, a VENDEDORA declara para todos os fins de direito que a soja a ser cultivada para o cumprimento deste contrato não será plantada em áreas que foram desflorestadas dentro do Bioma Amazônia a partir de 22 de julho de 2008, assumindo toda a responsabilidade por acompanhar a lavoura e certificar a origem regular da mercadoria.

9.3 - Em caso de descumprimento do previsto nesta cláusula, a COMPRADORA não receberá ou devolverá a mercadoria, arcando a VENDEDORA com as despesas de transporte e remoção respectivas, bem como a COMPRADORA considerará a VENDEDORA inadimplente em relação à sua obrigação de entrega da mercadoria, aplicando as sanções previstas neste instrumento.

X - CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

10.1 - A VENDEDORA declara que está dando integral cumprimento à legislação ambiental aplicável à sua atividade, bem como declara estar em situação regular e de conformidade perante os órgãos ambientais, possuindo as licenças e demais atos autorizativos aplicáveis à sua atividade vigentes, concedendo desde logo à COMPRADORA o direito de vistoriar a qualquer tempo, durante a vigência deste Contrato, o imóvel de situação da produção contratada, mediante combinação prévia de dia e hora.

10.1.1 - Sem prejuízo da obrigação da VENDEDORA de manter suas atividades em conformidade com a legislação ambiental durante toda a vigência do presente Contrato, em atenção à Cláusula acima a VENDEDORA disponibilizará à COMPRADORA no ato de assinatura deste Contrato cópia do comprovante de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural ou Planta Cadastral do imóvel gerada pelo SIGEF/INCRA. Na impossibilidade justificada de entregar os referidos documentos, compromete-se a VENDEDORA a apresentar as coordenadas geográficas do local de produção.

10.2 - A VENDEDORA declara para todos os fins e efeitos de direito que sua lavoura não foi produzida em área de Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, Unidades de Conservação ou suas zonas de amortecimento, reservas indígenas, assentamentos ou áreas que tenham qualquer tipo de proteção especial ou restrição pela legislação ambiental em vigor.

10.3 - A VENDEDORA também declara que a lavoura não foi produzida em áreas desmatadas irregularmente, considerando-se irregular toda e qualquer supressão ou conversão que não tenha sido expressamente autorizada pelo órgão ambiental, bem como declara que a lavoura não foi produzida em áreas embargadas por ordem administrativa ou judicial, e que adota medidas e procedimentos cabíveis a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente. A VENDEDORA se compromete a apresentar as autorizações de supressão vegetal, ou qualquer outro documento referente à regularidade do imóvel ou produção dos grãos solicitado pela COMPRADORA.

10.3.1 - Na hipótese de a VENDEDORA não ser o responsável pelo plantio, desenvolvimento e colheita da lavoura, tais como Comerciantes, Revendas e Cooperativas, ela (VENDEDORA) se responsabiliza pela rastreabilidade e monitoramento de seus fornecedores, garantindo o cumprimento das obrigações de cunho ambiental e social assumidas no presente instrumento.

10.4 - Caso, a qualquer tempo, sejam identificadas irregularidades, embargos ou quaisquer outras restrições ambientais na lavoura da VENDEDORA, a COMPRADORA, a seu exclusivo critério, tem o direito de não receber ou devolver a mercadoria, arcando a VENDEDORA com as respectivas despesas de transporte e remoção, bem como a COMPRADORA considerará a VENDEDORA inadimplente em relação à sua obrigação de entrega da mercadoria, aplicando as sanções previstas neste instrumento.

10.5 - O dispositivo acima aplica-se a todas as lavouras de titularidade da VENDEDORA, de seu cônjuge, de ascendentes ou descendentes com parentesco até 5º grau ou de empresas e parceiros que possam desenvolver negócios com a VENDEDORA.

10.6 - A VENDEDORA compromete-se a informar a COMPRADORA, em até 2 (dois) dias úteis a contar de sua ciência, caso venha a ter conhecimento de qualquer irregularidade, embargo ou restrição em lavoura de sua titularidade, de ascendentes ou descendentes com parentesco até 5º grau ou de empresas e parceiros que possam desenvolver negócios com a VENDEDORA, apresentando de imediato os documentos correlatos ao fato informado.

10.7 - Na hipótese do embargo identificado ser parcial, afetando apenas parte do imóvel da VENDEDORA, de seu cônjuge, de ascendentes ou descendentes com parentesco até 5º grau ou de parceiros de negócios que possam abrigar a formação da lavoura a VENDEDORA deverá disponibilizar à COMPRADORA documento oficial emitido pelo órgão ambiental ou laudo técnico assinado por profissional habilitado contendo a delimitação precisa do polígono da área embargada, comprometendo-se a cessar de imediato eventual produção já existente na área embargada, não realizando novos plantios, bem como a, em nenhuma hipótese, misturar a produção proveniente das áreas não comprometidas pelo embargo, produzindo evidências documentais acerca do cumprimento do embargo.

10.7.1 - A COMPRADORA, a seu exclusivo critério, tendo em vista o permissivo contido no art. 15-A do Decreto Federal nº 6.514/2008, poderá realizar o monitoramento da colheita e da área de produção, cabendo à VENDEDORA franquear todas as informações necessárias para essa diligência, notadamente no que se refere ao período previsto para a colheita, bem como conceder o livre acesso da VENDEDORA e/ou seus prepostos devidamente identificados ao imóvel e eventuais instalações acessórias (armazéns, e etc.) para a realização do monitoramento.

10.7.2 - Como alternativa ao monitoramento descrito na Cláusula acima, a VENDEDORA poderá obter certidão junto ao órgão ambiental federal, estadual ou municipal atestando que o embargo está sendo respeitado e que a produção de grãos ocorre fora da área embargada. Para fins do presente Contrato, a referida certidão deverá ser renovada a cada 90 (noventa) dias.

10.7.3 - Havendo justo receio quanto à origem dos grãos, a COMPRADORA, a seu exclusivo critério, tem o direito de devolver a mercadoria, arcando a VENDEDORA com as respectivas despesas de transporte e remoção, bem como a COMPRADORA considerará a VENDEDORA inadimplente em relação à sua obrigação de entrega da mercadoria, aplicando as sanções previstas neste instrumento.

10.8 - Na eventualidade de ocorrer invasão de terceiros no imóvel rural, a VENDEDORA se compromete a informar de imediato o fato à COMPRADORA, sem prejuízo da obrigatória comunicação aos órgãos ambientais, bem como se compromete a não utilizar a terra invadida ou queimada para o plantio do produto objeto deste Contrato, devendo apresentar à COMPRADORA evidências da ocorrência da invasão, da delimitação da área impactada e das medidas adotadas para

solucioná-la.

10.9 - Quaisquer danos ambientais, inclusive os decorrentes de caso fortuito e força maior, relacionados direta ou indiretamente às atividades e operações da VENDEDORA, são de responsabilidade exclusiva da VENDEDORA, a qual se obriga a manter a COMPRADORA isenta de qualquer responsabilidade, devendo indenizá-la por todo e qualquer custo, despesa, multa, indenização e/ou prejuízo decorrentes dos referidos danos ambientais, sem prejuízo do exercício do direito de regresso da COMPRADORA para reaver eventual importância despendida ou paga no cumprimento de obrigação de responsabilidade da VENDEDORA.

10.10 - A VENDEDORA se compromete a, sempre que solicitado pela COMPRADORA, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação, apresentar informações fidedignas sobre a área de cultivo dos grãos objeto deste Contrato, incluindo (mas não se limitando a) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), número no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e/ou coordenadas geográficas.

XI - PROTOCOLO VERDE DOS GRÃOS DO PARÁ - APLICÁVEL SOMENTE AOS PRODUTORES NO PARÁ

11.1 A VENDEDORA declara ter conhecimento do Protocolo Verde dos Grãos do Pará, compromisso assinado pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais ABIOVE, pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais ANEC e outras entidades representativas do setor produtivo com o Governo do Estado do Pará, Ministério do Meio Ambiente e o Ministério Público Federal.

11.2 Tendo em vista que a COMPRADORA integra o quadro associativo da ABIOVE e da ANEC, e portanto, também aderiu ao Protocolo Verde dos Grãos, a VENDEDORA declara para todos os fins de direito que cumpre os seguintes critérios socioambientais descritos nas diretrizes do compromisso:

a. estar inscrito no Cadastro Ambiental Rural (SiCAR);
b. emitir Nota Fiscal para seus produtos;
c. não figurar nas listas de áreas embargadas divulgadas pelo IBAMA e pela SEMAS/PA (LDI - Lista do Desmatamento Ilegal do Estado do Pará);
d. não figurar na lista de trabalho degradante ou análogo a escravo da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia;
e. não ter realizado abertura de área detectada pelos dados oficiais do sistema PRODES/INPE em seus imóveis a partir de 22.07.2008, exceto quando autorizada pelo órgão ambiental competente

11.3 A VENDEDORA também declara que o imóvel rural de procedência da produção objeto deste Contrato não é objeto de Ação Civil Pública envolvendo a reparação/indenização por dano ambiental movida pelo Ministério Público Federal e/ou demais órgãos legitimados.

11.4 - Caso seja identificada no monitoramento realizado no âmbito do Programa de Cálculo do Desflorestamento na Amazônia Brasileira (PRODES/INPE) a abertura de área no imóvel da VENDEDORA ou de quaisquer das pessoas listadas na Cláusula 10.5, caberá à VENDEDORA comprovar à COMPRADORA a regularidade ambiental da área de produção, no prazo de 10 (dez) dias contados da comunicação do fato por qualquer das partes, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. cópia da autorização para supressão de vegetação (ASV) emitida pelo órgão ambiental competente para o desmatamento detectado via PRODES/INPE; ou
b. cópia de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado e comprovante de recolhimento (DAE) da indenização por dano ambiental (relativo ao desmatamento verificado pelo PRODES/INPE); ou
c. cópia da decisão favorável, nos casos de contestação deferida no antigo sistema SIGAM (relativo ao desmatamento verificado pelo PRODES/INPE); ou
d. comprovar que o imóvel já está em processo de regularização perante o Portal de Adequação Ambiental da SEMAS/PA (relativo ao desmatamento verificado pelo PRODES/INPE).

11.5 - A não comprovação ou a comprovação insuficiente da regularidade ambiental do desmatamento eventualmente detectado via monitoramento PRODES/INPE autoriza a COMPRADORA a considerar a VENDEDORA inadimplente em relação à sua obrigação de entrega da mercadoria, aplicando-se as sanções previstas neste instrumento, especialmente no tocante à Cláusula VIII.

XII - DOS COMPROMISSOS ÉTICOS

12.1 - A VENDEDORA se compromete a não utilizar, em qualquer das atividades relacionadas à execução deste Contrato, mão-de-obra infantil, ou em condição análoga à escrava bem como a não adotar práticas que configurem trabalho degradante, devendo continuamente observar a legislação e as normas de segurança aplicáveis às referidas atividades, bem como se compromete a adotar e exigir postura semelhante em todos os acordos ou contratos firmados com seus fornecedores e prestadores de serviços.

12.2 - A VENDEDORA se compromete a prover condições de trabalho seguras, tratar seus trabalhadores com dignidade e respeito, agir de forma íntegra e ética, conduzindo suas atividades de modo a respeitar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente, conforme estabelecido na Carta Internacional dos Direitos Humanos, na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, e no Decreto nº 9.571/2018 e demais legislações aplicáveis.

12.3 - A VENDEDORA deve respeitar a Constituição Federal e toda a legislação trabalhista, inclusive os direitos de seus colaboradores de se associarem livremente, afiliar-se a sindicatos de trabalhadores, e associações, de envolverem-se em negociações coletivas, receberem todos os benefícios previstos em lei e instrumentos coletivos, inclusive descanso intra e interjornada e o descanso semanal e não exceder a jornada de trabalho legal, comprometendo-se a não praticar atos quaisquer atos de violência que visem ao impedimento de tais direitos.

12.4 - A VENDEDORA se compromete, ainda, a respeitar direitos de crianças e adolescentes, exigindo dos seus fornecedores e parceiros comerciais ações preventivas e reparatórias para evitar riscos, impactos e violações a direitos de crianças e adolescentes, e combatendo, em todas as suas atividades, operações e relações comerciais a prática do trabalho infantil e análogo à escravidão e não mantendo relações comerciais (seja de subcontratação ou aquisição de bens e serviços) com empresas e pessoas listadas nos cadastro de responsabilidade socioambiental, como, por exemplo, o "Cadastro de Empregadores que tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas à de Escravo".

12.5 - A VENDEDORA declara e se compromete a garantir que a produção de grãos objeto do presente contrato será proveniente de área que se encontra regular do ponto de vista fundiário, sobre a qual o produtor tenha legítimo domínio e posse plena, mansa e pacífica, com os respectivos direitos reais reconhecidos e consolidados na forma da legislação vigente, não sendo a posse da área objeto de litígio em curso na esfera administrativa ou judicial ou fruto de esbulho, invasão ou qualquer outro tipo de ato de violência ou de lesão a direitos de terceiros sobre o imóvel.

12.6 - A não observância dos compromissos assumidos nas Cláusulas acima poderá ensejar a rescisão imediata do presente instrumento, além da aplicação das penalidades aqui previstas, sem prejuízo da indenização por eventuais perdas e danos patrimoniais e extrapatrimoniais a que tiver dado causa à Compradora em virtude das referidas condutas impróprias.

XIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL: As partes reconhecem, de modo irrevogável e

irretratável, a plena certeza, liquidez e exigibilidade deste instrumento a teor do que dispõe o Art. 784, inciso III do Código de Processo Civil, tanto quanto à obrigação principal quanto às obrigações acessórias de caráter penal, sancionatório e indenizatório estipuladas neste instrumento.

13.2 - A VENDEDORA declara-se legítima proprietária e possuidora da mercadoria objeto deste Contrato, bem como apta a aliená-la na forma deste pacto. Todavia, caso seja constatado em momento posterior à assinatura deste instrumento que a mercadoria objeto deste Contrato foi onerada ou garantida para terceiros de modo a inviabilizar o cumprimento das obrigações aqui assumidas, este Contrato poderá ser antecipadamente vencido e ainda que a mercadoria seja entregue, os pagamentos devidos pela COMPRADORA somente serão efetuados na forma da Cláusula V.

13.2.1 - A previsão acima se aplica também caso a mercadoria adquirida pela COMPRADORA seja entregue a terceiros, tais como, mas não limitado, a cooperativas, cerealistas ou semelhantes.

13.3 - Caso a VENDEDORA tenha mais de um contrato de compra e venda de soja em grãos com a COMPRADORA da mesma safra, tendo em vista que a compra e venda de grãos faz parte de uma programação de volume de grãos da COMPRADORA, a teor do disposto na Cláusula 4.4, e que todas as contratações atendem completamente os anseios comerciais de ambas as partes, a COMPRADORA fica autorizada a alocar as entregas de volumes em quaisquer dos contratos vigentes.

13.4 - Uma vez cumpridas integralmente as obrigações assumidas pela VENDEDORA, obriga-se a COMPRADORA a promover a liberação das garantias eventualmente prestadas pela VENDEDORA e/ou seus garantidores, restituindo-lhes os títulos entregues.

13.5 - O presente contrato é irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

13.6 - COMPENSAÇÃO: Caso a VENDEDORA possua débitos com a COMPRADORA oriundo deste Contrato ou de outras relações, fica expressamente autorizada a compensação de referidos débitos com os créditos que forem gerados por força deste Contrato ou de outros.

13.7 - Fica permitido o acesso da COMPRADORA, por conta própria ou através de terceiros, às lavouras de posse e/ou propriedade da VENDEDORA, com o objetivo de inspecioná-las e fiscalizá-las, podendo inclusive tirar fotografias e/ou firmar laudos e caso seja solicitada a assinatura da VENDEDORA, este desde já se compromete a fornecê-la. A constatação de qualquer desfalque, total ou parcial, sujeita a VENDEDORA ao disposto neste instrumento quanto a inadimplência, conferindo à COMPRADORA o direito de vencer antecipadamente o Contrato e tomar todas as medidas que entender cabíveis para o cumprimento forçado do previsto neste instrumento, independentemente de qualquer aviso, interpelação (judicial ou extrajudicial) e/ou notificação.
Fica a COMPRADORA também irrecusavelmente autorizada pela VENDEDORA, a tratar os dados pessoais da VENDEDORA, incluindo seu compartilhamento com os terceiros usados pela COMPRADORA para fazer as inspeções, fiscalizações e/ou monitoramentos mencionados neste Contrato, com a finalidade de conferir o cumprimento do Contrato pela VENDEDORA, ficando entendido que o tratamento de tais dados pessoais pela COMPRADORA e/ou pelos terceiros usados pela COMPRADORA deve ser realizado em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (doravante, "Lei de Proteção de Dados") e o Aviso de Informações Comerciais dos fornecedores e/ou clientes da COMPRADORA, que pode ser consultado no seguinte link: https://www.cargill.com/page/business-notice-pt-br.

13.7.1 - PROVAS PARA EMBASAMENTO DE MEDIDAS DE URGÊNCIA: Conservando a boa-fé e lealdade negocial mútuas, além do respeito pela distribuição do ônus da prova nos termos da legislação processual civil vigente, as partes acordam que na hipótese de qualquer dos contratantes oferecer resistência em produzir (ou permitir a produção) de prova material para embasar medidas de urgência (tal como mas não limitada à hipótese da Cláusula 3.1, item "a" e subitem

"i") especialmente com a finalidade de alienação do bem objeto deste Contrato a terceiros ("desvio de safra"), as partes declaram e aceitam que o simples registro fotográfico ou através de vídeos, preferencialmente datados e com coordenadas geográficas compatíveis com quaisquer áreas de plantio da VENDEDORA, tirados ainda que extra-porteiras (do lado de fora das fazendas) servirão como prova suficiente de desvio de safra e intenção de inadimplência, apto a ensejar o vencimento antecipado deste Contrato e a exigibilidade das obrigações assumidas.

13.8 - A VENDEDORA se obriga a reembolsar completamente a COMPRADORA por todas as multas, juros, cláusula penal e eventuais indenizações de qualquer natureza, decorrentes do inadimplemento ou vencimento antecipado do presente Contrato, bem como todas as custas e despesas judiciais e extrajudiciais em que a COMPRADORA incorra para a cobrança/execução do presente Contrato, incluindo honorários advocatícios contratuais, sucumbenciais e honorários periciais.

13.9 - A VENDEDORA obriga-se a não ceder, sob qualquer forma, os direitos do presente contrato, em especial os creditórios, sem anuência prévia e escrita da COMPRADORA, exceto se o cessionário for empresa pertencente ao grupo econômico da COMPRADORA.

13.10 - A VENDEDORA declara conhecer o Código de Conduta do Fornecedor da CARGILL, disponível no link www.cargill.com/supplier-code, e se obriga a cumpri-lo integralmente.

13.11 - Se a VENDEDORA tiver acesso a quaisquer Dados Pessoais, ela terá as obrigações estabelecidas nesta Cláusula com relação aos Dados Pessoais, além das obrigações estabelecidas na cláusula de confidencialidade aqui prevista. Na medida em que as obrigações nesta Cláusula entrem em conflito com aquelas estabelecidas na cláusula de confidencialidade deste Contrato, as obrigações estabelecidas nesta Cláusula prevalecerão.

13.12 - OBRIGAÇÕES GERAIS DE PRIVACIDADE: Na medida em que for aplicável, a VENDEDORA deverá sempre cumprir com todas as obrigações que lhe são aplicáveis de acordo com toda a legislação de proteção de dados aplicável em relação a todos os dados pessoais que são processados por ela, aos quais tem acesso no curso de cumprir suas obrigações sob este Contrato, inclusive (i) mantendo um registro ou notificação válida e atualizada nos termos da legislação de proteção de dados, (ii) cumprindo toda a legislação de proteção de dados aplicável aos fluxos de dados transfronteiriços de dados pessoais e medidas de segurança exigidas para dados pessoais, e (iii) manter medidas técnicas, organizacionais, administrativas, físicas e de segurança adequadas para proteger a confidencialidade dos dados pessoais. A VENDEDORA não deve usar dados pessoais para qualquer outra finalidade que não seja o cumprimento das obrigações da VENDEDORA nos termos deste Contrato.
A VENDEDORA e o pessoal da VENDEDORA não devem processar, transferir, divulgar, transmitir ou disseminar dados pessoais, sem a aprovação prévia e por escrito da COMPRADORA. A VENDEDORA deve tomar as medidas apropriadas para fazer com que seu Pessoal que tenha acesso aos dados pessoais seja avisado dos termos desta Cláusula e treinado em relação ao manuseio desses dados pessoais. A VENDEDORA será responsável por qualquer falha de seu Pessoal em cumprir as obrigações da VENDEDORA, conforme estabelecido nesta Cláusula.

A VENDEDORA irá proporcionar plena cooperação e assistência à COMPRADORA quando solicitado para que a COMPRADORA possa cumprir suas obrigações decorrentes da Lei de Proteção de Dados, inclusive em relação a registros e arquivamentos, segurança dos dados, notificações de incidentes de dados, relatórios de impacto de proteção de dados, consulta prévia a autoridades de proteção de dados, qualquer requerimento, notificação ou investigação recebida de uma autoridade de proteção de dados, além do atendimento aos direitos dos titulares de dados e quaisquer outras cláusulas ou acordos requeridos pela COMPRADORA diante desse Contrato.
Sem custo adicional, a VENDEDORA disponibilizará à COMPRADORA todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei de Proteção de Dados e

permitir e contribuir com auditorias, incluindo inspeções físicas nos estabelecimentos da VENDEDORA, realizadas pela COMPRADORA ou seus representantes.

13.13 - Dados europeus: Salvo acordo em contrário, a VENDEDORA processará e armazenará todos os dados pessoais no (i) Brasil, (ii) na jurisdição em que o titular dos dados reside (ou, no caso de um titular de dados que resida na Àrea Económica Europeia, no Área Económica Europeia) ou (iii) as jurisdições estabelecidas na Declaração de Trabalho aplicável e não devem transferir, processar ou manter dados pessoais em qualquer outra jurisdição, sem o consentimento prévio da COMPRADORA. A VENDEDORA não deve transferir dados pessoais de um país do Espaço Econômico Europeu para países considerados pela União Europeia como não tendo proteção adequada, sem primeiro garantir que as cláusulas contratuais padrão aprovadas pela Comissão Europeia, como cláusulas contratuais padrão para a transferência de dados pessoais para processadores em países terceiros, nos termos da Diretiva, existe entre o Afiliado da COMPRADORA que é o exportador e o importador de dados (conforme esses termos são definidos pela Diretiva). Se solicitado pela COMPRADORA, a VENDEDORA celebrará um contrato de proteção de dados com a COMPRADORA, de forma aceitável pela COMPRADORA, e alterará o Contrato conforme necessário para cumprir com as novas leis. As Partes reconhecem que, para os fins da Diretiva, a VENDEDORA atuará como um processador de dados em relação a todos os dados pessoais que acessa sob este Contrato, que a COMPRADORA é o controlador de dados em relação a esses dados pessoais e que a VENDEDORA agirá de acordo com as instruções da COMPRADORA em relação a esses dados pessoais.
A VENDEDORA deverá notificar prontamente a COMPRADORA caso acredite que qualquer uso de Dados Pessoais contemplado neste Contrato possa caracterizar sua atuação como "controlador". Se a VENDEDORA considerar que é necessário tratar os Dados Pessoais de forma diferente da especificada acima em decorrência de lei ou regulamento brasileiro aplicável, a VENDEDORA notificará a COMPRADORA por escrito antes de qualquer tratamento, a menos que a lei proíba tal notificação por motivos de interesse público. A VENDEDORA não executará suas obrigações sob este Contrato de forma que a COMPRADORA viole suas obrigações sob a Lei Geral de Proteção de Dados.

13.14 - Informações de saúde protegidas: Se a VENDEDORA ou o Pessoal da VENDEDORA tiver acesso a "informações de saúde protegidas", a VENDEDORA assinará um Contrato de Parceiro de Negócios de uma forma aceitável pela COMPRADORA. A VENDEDORA deve cumprir os termos desse Contrato de Parceiro de Negócios na execução dos Serviços aplicáveis.

13.15 - Divulgação ou acesso não autorizado: Se a VENDEDORA tiver conhecimento de qualquer divulgação não autorizada ou acesso a dados pessoais, a VENDEDORA deverá: (i) relatar rapidamente (e em qualquer caso dentro de 24 horas) tal divulgação não autorizada ou acesso à COMPRADORA; (ii) mitigar, na medida do possível, quaisquer efeitos nocivos de tal divulgação ou acesso; e (iii) cooperar com a COMPRADORA no fornecimento de quaisquer avisos que julgar apropriados. Se qualquer divulgação ou acesso não autorizado a dados pessoais for atribuível a uma violação da VENDEDORA ou de seu pessoal das obrigações da VENDEDORA nos termos deste Contrato, a VENDEDORA arcará (A) com os custos incorridos pela VENDEDORA no cumprimento de suas obrigações legais relacionadas a essa violação, e (B) além de quaisquer outros danos pelos quais a VENDEDORA possa ser responsabilizada nos termos deste Contrato, os seguintes custos incorridos pela COMPRADORA em resposta a essa violação, na medida do aplicável: (1) o custo de notificação às pessoas afetadas (2) o custo de fornecer aviso a agências governamentais, agências de crédito e / ou outras entidades necessárias, (3) o custo de fornecer às pessoas afetadas serviços de monitoramento de crédito por um período especifico que não exceda doze (12) meses, na medida em que o incidente pode levar a um comprometimento do crédito ou da capacidade creditícia do titular dos dados, (4) suporte de call center para esses indivíduos afetados por um período específico que não exceda trinta (30) dias e (5) o custo de quaisquer medidas exigidas pela lei aplicável.

13.16 - FORO DE ELEIÇÃO: Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo/SP (Fórum Central) para dirimir quaisquer dúvidas eventualmente oriundas deste Contrato.

13.17 - CONSENTIMENTO E EFEITO LEGAL DA ASSINATURA ELETRÔNICA: As Partes acordam expressamente que poderão optar por assinar este Contrato, através de seus representantes legais e na presença de 2 (duas) testemunhas, por meio de assinatura eletrônica em qualquer dispositivo eletrônico (portátil ou outro) e reconhecem que ele deve ser legalmente vinculadoàs Partes como uma assinatura manuscrita. A versão eletrônica do Contrato assinado eletronicamente, caso seja essa a opção das Partes, será considerada o Contrato original firmado. Todas as cópias impressas dessa versão eletrônica serão consideradas "originais duplicados" do Contrato firmado.

13.18 - Todos os avisos, reclamações, notificações ou quaisquer comunicações que se façam necessários entre as partes em decorrência deste instrumento contratual, inclusive citação e intimação judicial, poderão ser efetivados por meio de (a) correspondência entregue pessoalmente ou postada com aviso de recebimento (para os endereços constantes do preâmbulo deste instrumento); ou (b) correio eletrônico para os destinatários abaixo indicados:

COMPRADORA: Cargill Agrícola S/A E-mail: caique_pinheiro@cargill.com	VENDEDORA: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO E-mail: pbmdaniela@gmail.com

13.18.1 - Fica expressamente autorizado pelas partes o envio de documentos para os endereços eletrônicos (e-mail) acima indicados com a finalidade de formalizar comunicações, tratativas, declarações e outros ajustes sob a égide da relação contratual aqui estabelecida.

13.18.2 - Fica certo e ajustado que os endereços eletrônicos acima declarados são verdadeiros e de titularidade de cada declarante, ficando cada parte integralmente responsável, sob as pena da lei, pelas manifestações de vontade que partirem de tais endereços eletrônicos.

E, por estarem assim firmes e contratados, as partes assinam o presente instrumento eletronicamente na folha de assinaturas, ou em via expressa impressa em 2 (duas) vias, conforme for vontade das partes, na presença de 2 (duas) testemunhas, para que opere todos os efeitos legais.

CONFRESA - MT, 4 de Maio de 2023.

CARGILL AGRICOLA S/A
COMPRADORA

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
VENDEDOR

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF/MF:

Nome:
CPF/MF:

MOVIMENTAÇÕES DE PRODUTOS

FILTRADO POR:

Local de Armazenamento: GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL **Localização:** FAZ. ATLANTA **Produto:** Soja de Terceiros

Data	Local de armazenamento	Produto	Anterior	Operação	Quantidade	Atual	Valor Unitário	Valor Total
30/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	203.233,0917KG	Saida	203.233,0917KG	0,0000KG	R$ 1,845862	R$ 375.140,24
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	252.263,0917KG	Saida	49.030,0000KG	203.233,0917KG	R$ 1,845862	R$ 90.502,61
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	284.033,0917KG	Saida	31.770,0000KG	252.263,0917KG	R$ 1,845862	R$ 58.643,04
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	333.343,0917KG	Saida	49.310,0000KG	284.033,0917KG	R$ 1,845862	R$ 91.019,46
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	383.123,0917KG	Saida	49.780,0000KG	333.343,0917KG	R$ 1,845862	R$ 91.887,01
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	433.553,0917KG	Saida	50.430,0000KG	383.123,0917KG	R$ 1,845862	R$ 93.086,82
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	479.743,0917KG	Saida	46.190,0000KG	433.553,0917KG	R$ 1,845862	R$ 85.260,37
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	528.503,0917KG	Saida	48.760,0000KG	479.743,0917KG	R$ 1,845862	R$ 90.004,23
29/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	579.203,0917KG	Saida	50.700,0000KG	528.503,0917KG	R$ 1,845862	R$ 93.585,20
24/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	626.093,0917KG	Saida	46.890,0000KG	579.203,0917KG	R$ 1,845862	R$ 86.552,47
24/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	657.933,0917KG	Saida	31.840,0000KG	626.093,0917KG	R$ 1,845862	R$ 58.772,25
23/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	706.973,0917KG	Saida	49.040,0000KG	657.933,0917KG	R$ 1,845862	R$ 90.521,07
23/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	758.133,0917KG	Saida	51.160,0000KG	706.973,0917KG	R$ 1,845862	R$ 94.434,30
23/05/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	761.024,9866KG	Saida	2.891,8949KG	758.133,0917KG	R$ 1,845862	R$ 5.338,04
24/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	735.579,8690KG	Entrada	25.445,1176KG	761.024,9866KG	R$ 1,887620	R$ 48.030,71
24/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	702.914,6049KG	Entrada	32.665,2641KG	735.579,8690KG	R$ 1,887620	R$ 61.659,61
22/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	794.114,6049KG	Saida	91.200,0000KG	702.914,6049KG	R$ 1,845999	R$ 168.355,11
22/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	754.943,9679KG	Entrada	39.170,6370KG	794.114,6049KG	R$ 1,920600	R$ 75.231,13
20/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	721.472,5465KG	Entrada	33.471,4214KG	754.943,9679KG	R$ 1,922540	R$ 64.350,15
20/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	681.433,7401KG	Entrada	40.038,8064KG	721.472,5465KG	R$ 1,924480	R$ 77.053,88
20/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	647.049,1122KG	Entrada	34.384,6279KG	681.433,7401KG	R$ 1,922540	R$ 66.105,82
18/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	606.118,2356KG	Entrada	40.930,8766KG	647.049,1122KG	R$ 1,922540	R$ 78.691,25
17/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	564.495,5356KG	Entrada	41.622,7000KG	606.118,2356KG	R$ 1,940000	R$ 80.748,04
17/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	529.527,0356KG	Entrada	34.968,5000KG	564.495,5356KG	R$ 1,940000	R$ 67.838,89
17/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	494.838,2836KG	Entrada	34.688,7520KG	529.527,0356KG	R$ 1,924480	R$ 66.757,81
16/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	468.172,6538KG	Entrada	26.665,6298KG	494.838,2836KG	R$ 1,922540	R$ 51.265,74
16/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	432.627,5082KG	Entrada	35.545,1456KG	468.172,6538KG	R$ 1,924480	R$ 68.405,92
12/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	394.594,9722KG	Entrada	38.032,5360KG	432.627,5082KG	R$ 1,789766	R$ 68.069,34
12/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	360.847,1406KG	Entrada	33.747,8316KG	394.594,9722KG	R$ 1,777137	R$ 59.974,52
11/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	320.564,3522KG	Entrada	40.282,7884KG	360.847,1406KG	R$ 1,787962	R$ 72.024,09
11/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	287.830,7440KG	Entrada	32.733,6082KG	320.564,3522KG	R$ 1,718751	R$ 56.260,92
05/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	262.250,4073KG	Entrada	25.580,3367KG	287.830,7440KG	R$ 1,818723	R$ 46.523,55
04/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	222.372,7590KG	Entrada	39.877,6483KG	262.250,4073KG	R$ 1,828411	R$ 72.912,73
04/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	187.239,9846KG	Entrada	35.132,7744KG	222.372,7590KG	R$ 1,661517	R$ 58.373,70
04/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	153.019,6991KG	Entrada	34.220,2855KG	187.239,9846KG	R$ 1,872519	R$ 64.078,13
03/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	116.137,1144KG	Entrada	36.882,5847KG	153.019,6991KG	R$ 1,623353	R$ 59.873,45
03/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	83.601,4130KG	Entrada	32.535,7014KG	116.137,1144KG	R$ 1,808041	R$ 58.825,88
02/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	52.105,3127KG	Entrada	31.496,1003KG	83.601,4130KG	R$ 1,545063	R$ 48.663,46
02/04/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	23.750,7996KG	Entrada	28.354,5131KG	52.105,3127KG	R$ 1,627699	R$ 46.152,61
31/03/2023	GRÃO DE TERCEIRO RAFAEL (FAZ. ATLANTA)	Soja De Terceiros	0,0000KG	Entrada	23.750,7996KG	23.750,7996KG	R$ 1,557940	R$ 37.002,32

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:58
Número do documento: 23103016590278300000128926974
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590278300000128926974
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:03

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:58
Número do documento: 23103016590278300000128926974
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590278300000128926974
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:03

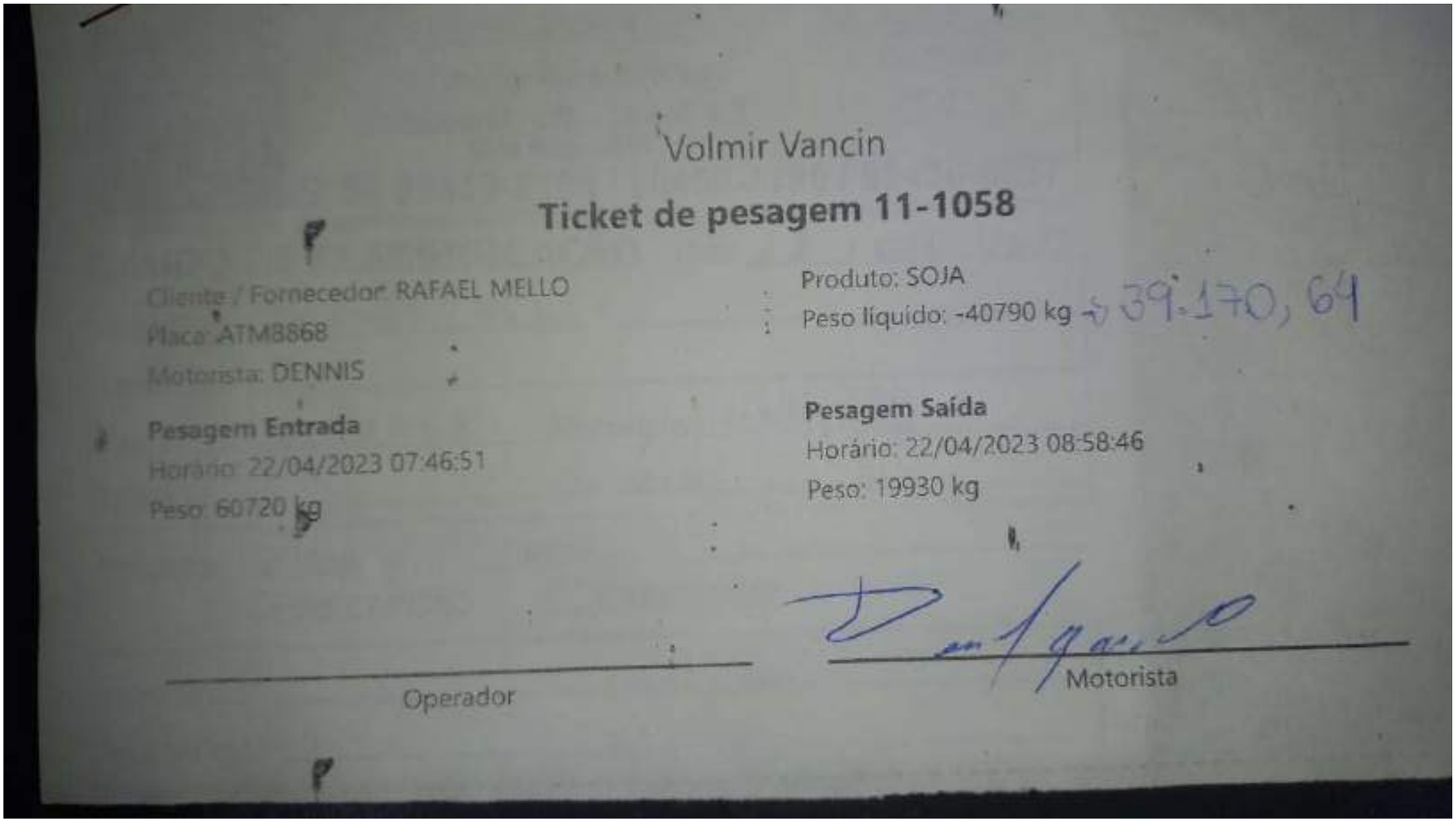
DADOS PRINCIPAIS

Placa:
Motorista: CLEMILSON
Produto: SOJA
Pesagem: RAFAEL MELO
Peso: 41.000 kg
Entrada: Quinta, 20 de Abril de 2023, 17h36min
Peso: 20.000 kg
Saída: Quinta, 20 de Abril de 2023, 17h37min
Peso Tara: 15.980,00 kg
Peso Líquido:

Balança Vancin
Fazenda Três Irmãos
CPF: 581.502.341-87
(66) 98459-6165

OK

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590352900000128926975
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590352900000128926975
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



Volmir Vancin

Ticket de pesagem 11-1058

Cliente / Fornecedor: RAFAEL MELLO
Placa: ATM8868
Motorista: DENNIS

Pesagem Entrada
Horário: 22/04/2023 07:46:51
Peso: 60720 kg

Produto: SOJA
Peso líquido: -40790 kg ÷ 39.170,64

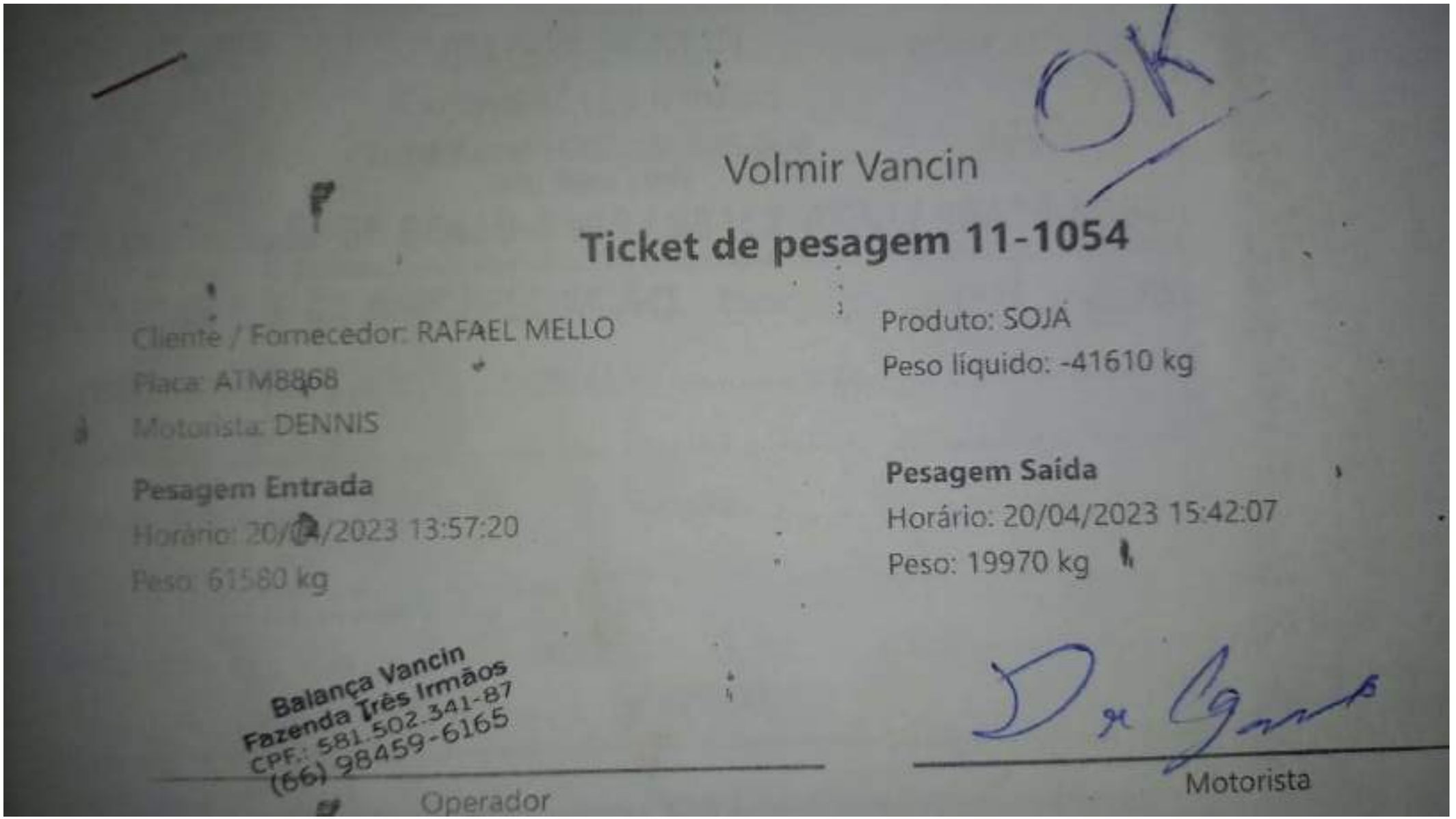
Pesagem Saída
Horário: 22/04/2023 08:58:46
Peso: 19930 kg

Operador

Motorista

Num. 133194020 - Pág. 2

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590352900000128926975
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590352900000128926975
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



Volmir Vancin

OK

Ticket de pesagem 11-1054

Cliente / Fornecedor: RAFAEL MELLO
Placa: ATM8868
Motorista: DENNIS

Pesagem Entrada
Horário: 20/04/2023 13:57:20
Peso: 61580 kg

Produto: SOJA
Peso líquido: -41610 kg

Pesagem Saída
Horário: 20/04/2023 15:42:07
Peso: 19970 kg

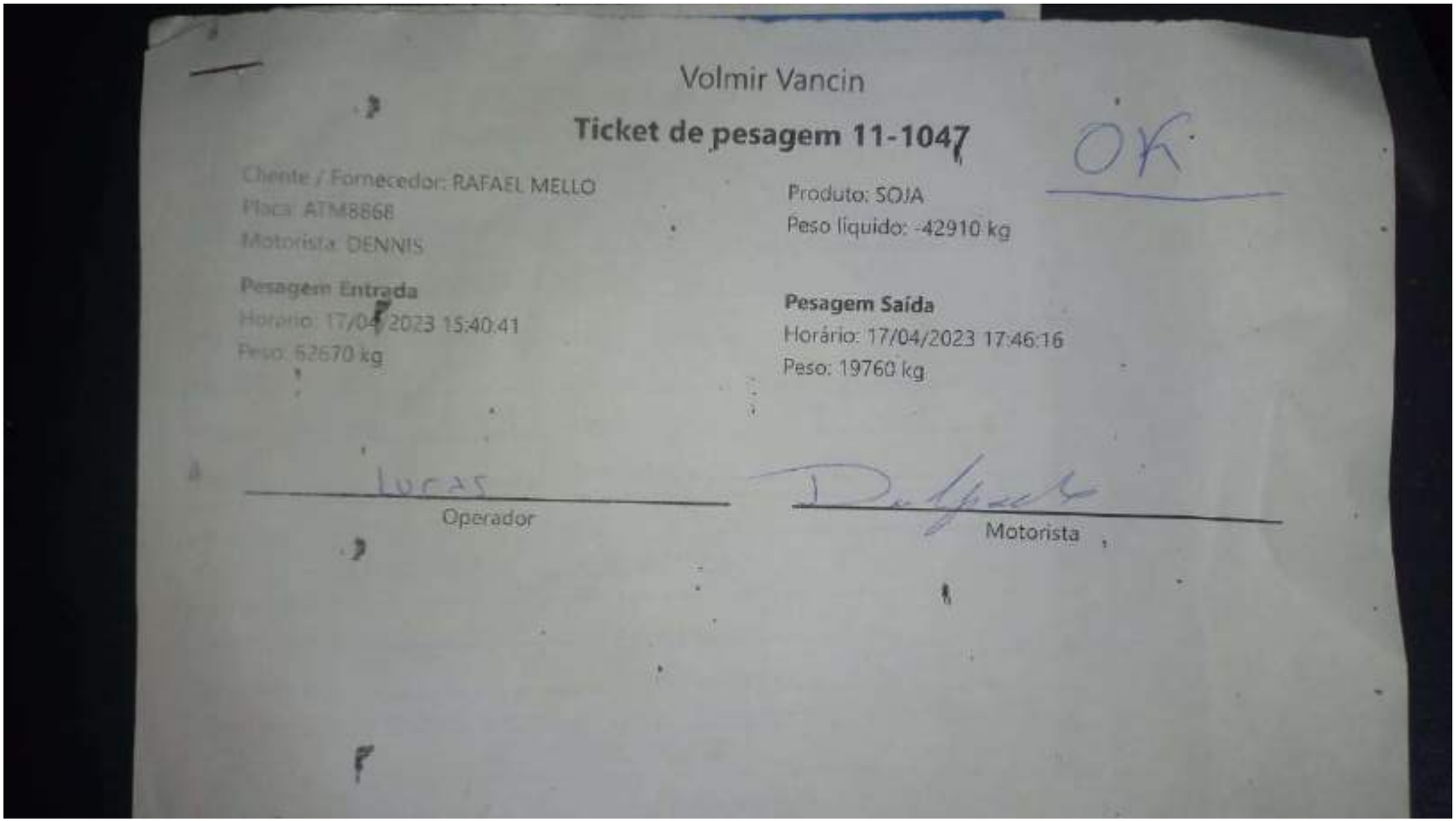
Balança Vancin
Fazenda Três Irmãos
CPF.: 581.502.341-87
(66) 98459-6165

Operador

Motorista

Num. 133194020 - Pág. 3

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590352900000128926975
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590352900000128926975
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



Volmir Vancin

Ticket de pesagem 11-1047

OK

Cliente / Fornecedor: RAFAEL MELLO
Placa: ATM8868
Motorista: DENNIS

Pesagem Entrada
Horário: 17/04/2023 15:40:41
Peso: 62670 kg

Produto: SOJA
Peso liquido: -42910 kg

Pesagem Saída
Horário: 17/04/2023 17:46:16
Peso: 19760 kg

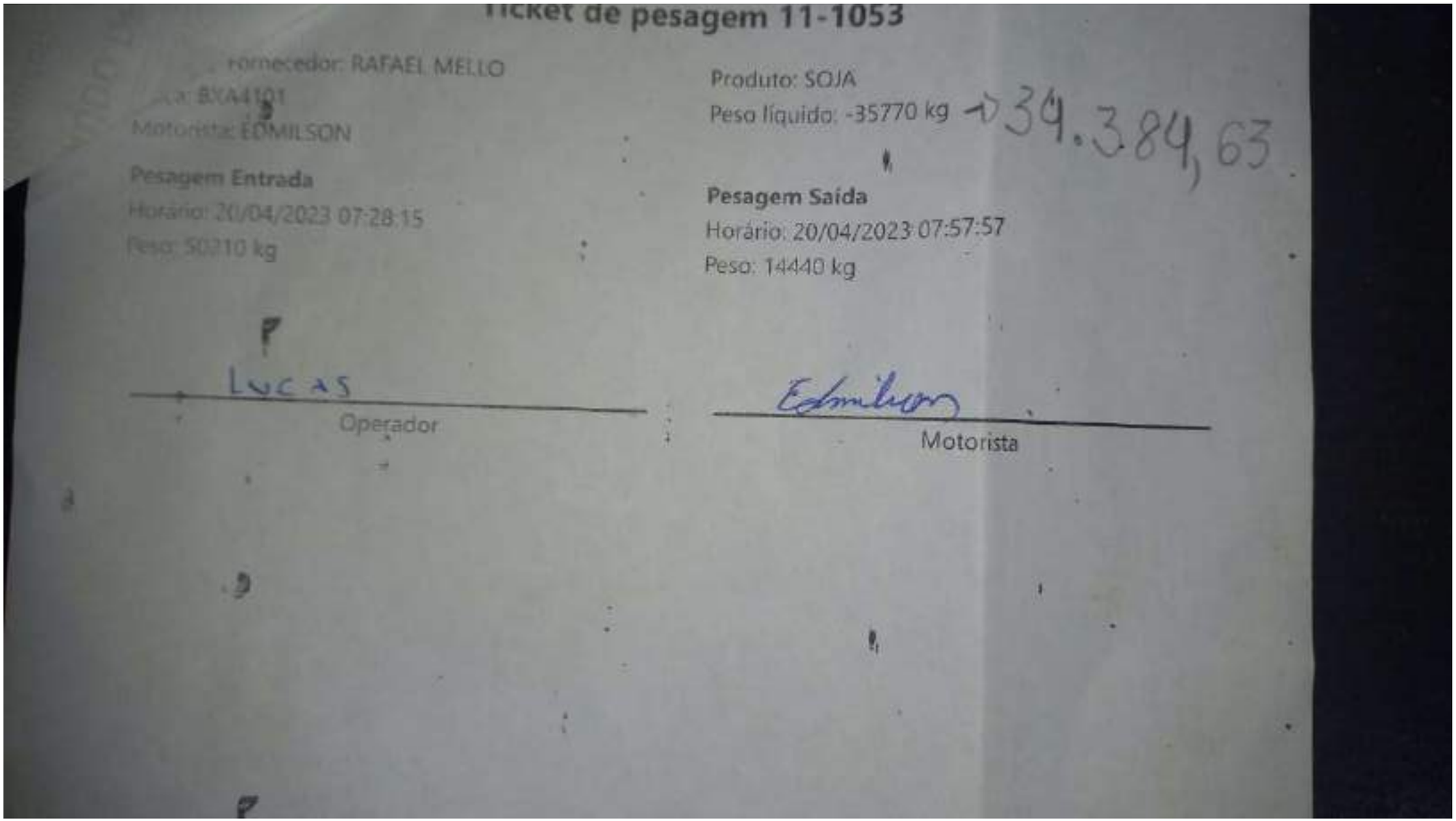
Lucas
Operador

Motorista

Num. 133194020 - Pág. 4

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590352900000128926975
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590352900000128926975
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590352900000128926975
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590352900000128926975
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



Ticket de pesagem 11-1053

Fornecedor: RAFAEL MELLO

Placa: BXA4101

Motorista: EDMILSON

Pesagem Entrada

Horário: 20/04/2023 07:28:15

Peso: 50210 kg

Produto: SOJA

Peso líquido: -35770 kg → 34.384,63

Pesagem Saída

Horário: 20/04/2023 07:57:57

Peso: 14440 kg

Lucas

Operador

Edmilson

Motorista

Num. 133194020 - Pág. 6

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590352900000128926975
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590352900000128926975
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04

PRODUTOR: FAZENDA

TICKETS PESAGENS / VISUALIZAR

DADOS PRINCIPAIS

Placa:

Motorista: DENIS

Produto: SOJA

Peitor: RAFAEL MELO

Peso Entrada: Terça, 18 de Abril de 2023, 08h22min

Peso Saída: Terça, 18 de Abril de 2023, 09h31min

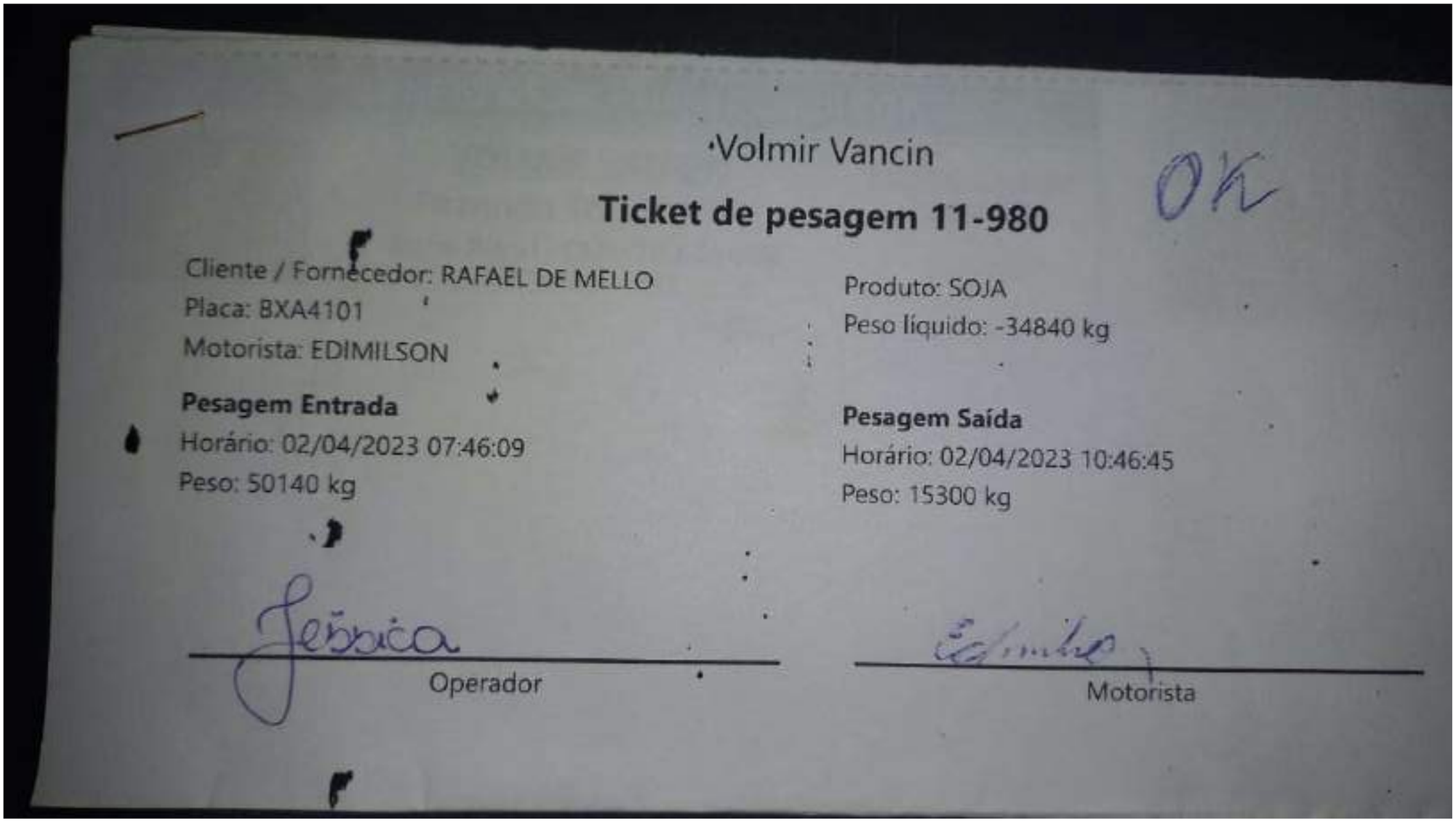
Peso Tara:

Peso Líquido:

JO 21

Denis Gomes

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590352900000128926975
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590352900000128926975
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



Volmir Vancin

OK

Ticket de pesagem 11-980

Cliente / Fornecedor: RAFAEL DE MELLO
Placa: 8XA4101
Motorista: EDIMILSON

Pesagem Entrada
Horário: 02/04/2023 07:46:09
Peso: 50140 kg

Produto: SOJA
Peso líquido: -34840 kg

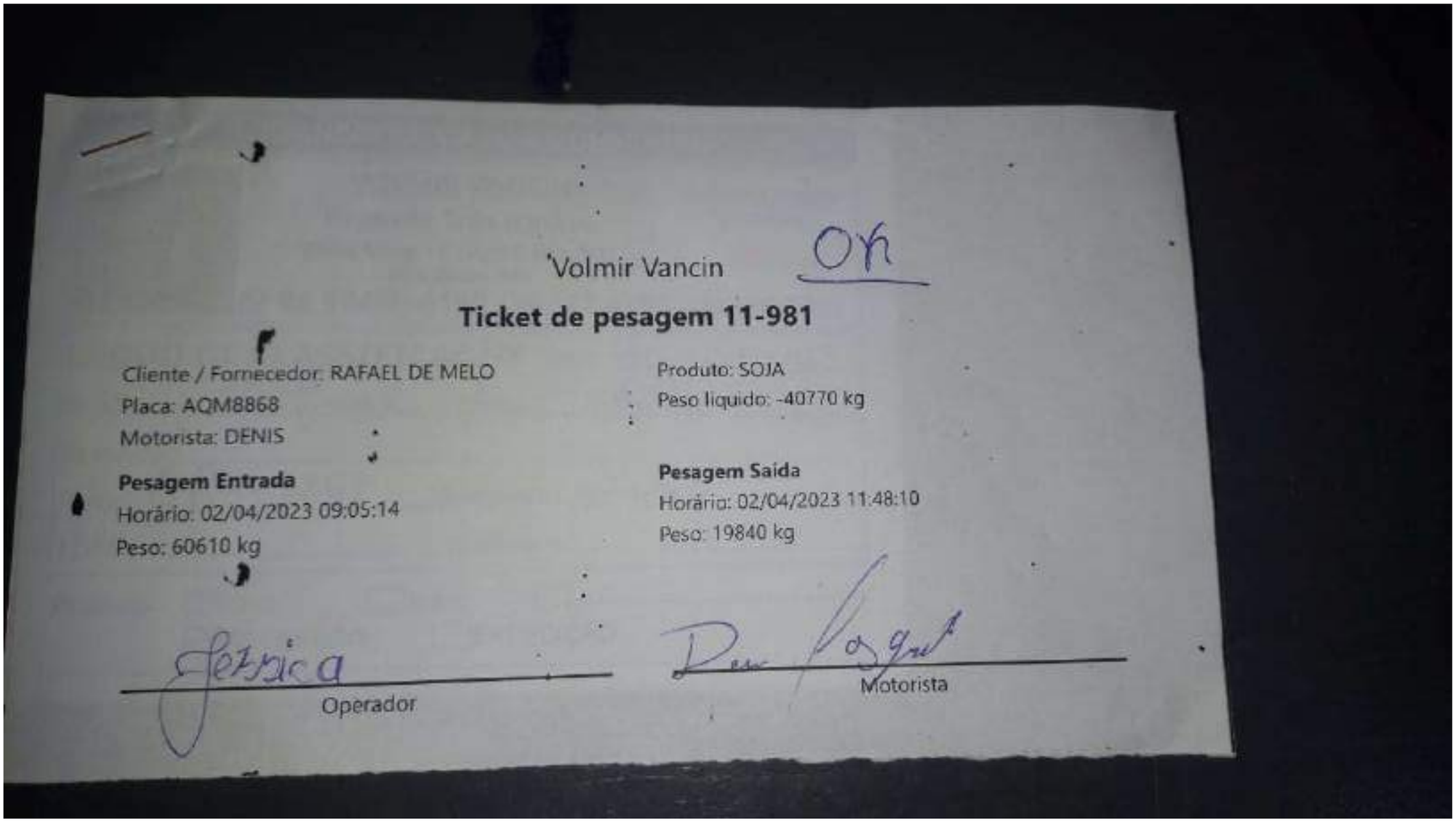
Pesagem Saída
Horário: 02/04/2023 10:46:45
Peso: 15300 kg

Jessica
Operador

Motorista

Num. 133194020 - Pág. 8

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590352900000128926975
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590352900000128926975
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



Volmir Vancin OK

Ticket de pesagem 11-981

Cliente / Fornecedor: RAFAEL DE MELO
Placa: AQM8868
Motorista: DENIS

Pesagem Entrada
Horário: 02/04/2023 09:05:14
Peso: 60610 kg

Produto: SOJA
Peso liquido: -40770 kg

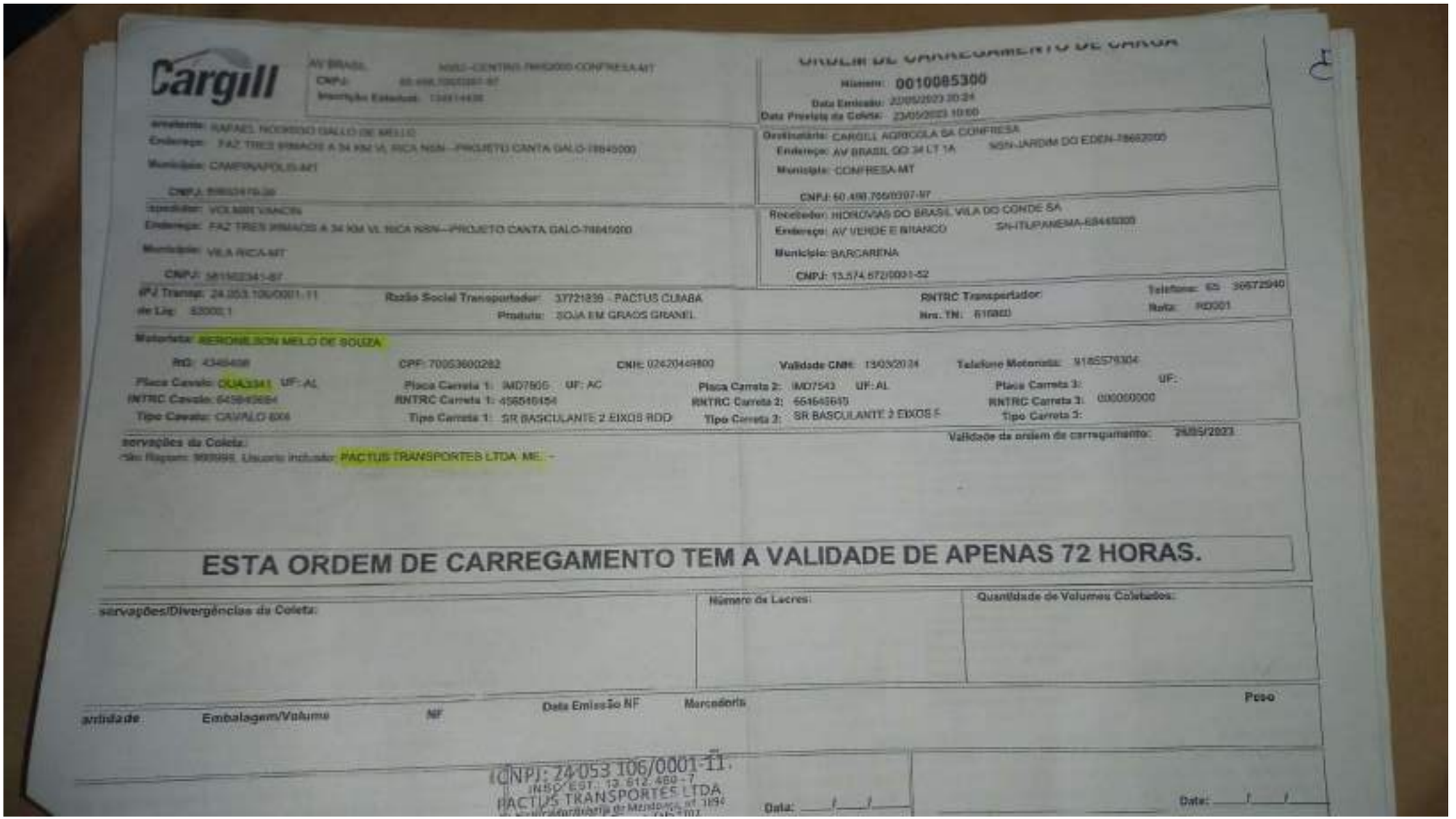
Pesagem Saida
Horário: 02/04/2023 11:48:10
Peso: 19840 kg

Jessica
Operador

Motorista

Num. 133194020 - Pág. 9

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590352900000128926975
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590352900000128926975
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



Cargill

AV BRASIL NSSO-CENTRO (NH)2000-CONFRESA-MT
CNPJ: 60.498.706/0307-97
Inscrição Estadual: 13681443-8

ORDEM DE CARREGAMENTO DE CARGA
Número: 0010085300
Data Emissão: 22/05/2023 20:24
Data Prevista da Coleta: 23/05/2023 10:00

Remetente: RAFAEL NOGUEIRO GALLO DE MELLO
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN---PROJETO CANTA GALO-78845000
Município: CAMPINAPOLIS-MT
CNPJ/I: 51853478-39

Destinatário: CARGILL AGRICOLA SA CONFRESA
Endereço: AV BRASIL QD 34 LT 1A NSN-JARDIM DO EDEN-78652000
Município: CONFRESA-MT
CNPJ: 60.498.706/0307-97

Expedidor: VOLMIR VIANCIN
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN---PROJETO CANTA GALO-78845000
Município: VILA RICA-MT
CNPJ: 58150234-87

Recebedor: HIDROVIAS DO BRASIL VILA DO CONDE SA
Endereço: AV VERDE E BRANCO SN-ITUPANEMA-68445000
Município: BARCARENA
CNPJ: 13.574.672/0001-52

CNPJ Transp: 24.053.106/0001-11 Razão Social Transportador: 37721839 - PACTUS CUIABA RNTRC Transportador: Telefone: 65 36572940
de Lig: 53000,1 Produto: SOJA EM GRAOS GRANEL Nro. TN: 615860 Rota: RD001

Motorista: JERONILSON MELO DE SOUZA
RG: 4348408 CPF: 70053600282 CNH: 02420449800 Validade CNH: 13/03/2024 Telefone Motorista: 91855793041
Placa Cavalo: OUA3341 UF: AL Placa Carreta 1: IMD7805 UF: AC Placa Carreta 2: IMD7543 UF: AL Placa Carreta 3: UF:
RNTRC Cavalo: 64589368-4 RNTRC Carreta 1: 456546454 RNTRC Carreta 2: 564643643 RNTRC Carreta 3: 000000000
Tipo Cavalo: CAVALO 6X4 Tipo Carreta 1: SR BASCULANTE 2 EIXOS RDO Tipo Carreta 2: SR BASCULANTE 3 EIXOS E Tipo Carreta 3:

servações da Coleta:
*Sis Registr: 993998, Usuario incluidor: PACTUS TRANSPORTES LTDA ME. -

Validade da ordem de carregamento: 24/05/2023

ESTA ORDEM DE CARREGAMENTO TEM A VALIDADE DE APENAS 72 HORAS.

servações/Divergências da Coleta:

Número de Lacres:

Quantidade de Volumes Coletados:

antidade	Embalagem/Volume	NF	Data Emissão NF	Marcadoria	Peso

(CNPJ: 24.053.106/0001-11
INSC EST.: 13.612.480-7
PACTUS TRANSPORTES LTDA

Data: ___/___/___

Date: ___/___/___

Num. 133194021 - Pág. 1

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590417900000128926976
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590417900000128926976
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



CARGILL AGRICOLA SA - CONFRESA - FOB
AV BRASIL NSN2 - CENTRO-78652000-CONFRESA-MT
CNPJ 60.498.706/0317-97
Inscrição Estadual: 13481443

ORDEM DE CARREGAMENTO DE CARGA

Número: **0010118023**
Data Emissão: 29/05/2023 19:31
Data Prevista de Coleta: 30/05/2023 07:00

Remetente: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN---PROJETO CANTA GALO-78645000
Município: CAMPINAPOLIS-MT
CNPJ: 69552478-39

Expedidor: VOLMIR VANCIN
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN---PROJETO CANTA GALO-78645000
Município: VILA RICA-MT
CNPJ: 68150234167

Destinatário: CARGILL AGRICOLA SA CAMPOS LINDOS CIF TO
Endereço: FAZ BELA VISTA PARTE DOS LOTES NSN-SERRA DO CENTRO-77770000
Município: CAMPOS LINDOS-TO
CNPJ: 60.498.706/0311-17

Recebedor: FERROVIA NORTE SUL SA
Endereço: FAZ BOM SUCO SN-LUDMANGUES-77500000
Município: PORTO NACIONAL
CNPJ: 05.257.877/0002-58

CNPJ Transp: 12.765.131/0001-49 Razão Social Transportador: 37660431 - RODOVIVA TRANSPORTES Produto: SOJA EM GRAOS GRANEL SINTRO Transportador: Nro. TR: 616614 Telefone: 65 99944214 Rota: R0001

Motorista: FERNANDO CAMBUI PEREIRA
RG: 1334078100 CPF: 03027955567 CNH: 04488750323 Validade CNH: 16/12/2032 Telefone Motorista: 77009449252
Placa Cavalo: NYR0F20 UF: GO Placa Carreta 1: MTG3H62 UF: GO Placa Carreta 2: MTG3F12 UF: GO Placa Carreta 3: UF:
RNTRC Cavalo: 000000000 RNTRC Carreta 1: 000000000 RNTRC Carreta 2: 000000000 RNTRC Carreta 3: 000000000
Tipo Cavalo: CAVALO 6X4 Tipo Carreta 1: SR GRANELEIRO 3 EIXOS RODO Tipo Carreta 2: SR GRANELEIRO 3 EIXOS R Tipo Carreta 3:

Observações da Coleta:
Cartão Repom: 999999 Usuario inclusão: RODOVIVA TRANSPORTES -
Validade da ordem de carregamento: 02/06/2023

ESTA ORDEM DE CARREGAMENTO TEM A VALIDADE DE APENAS 72 HORAS.

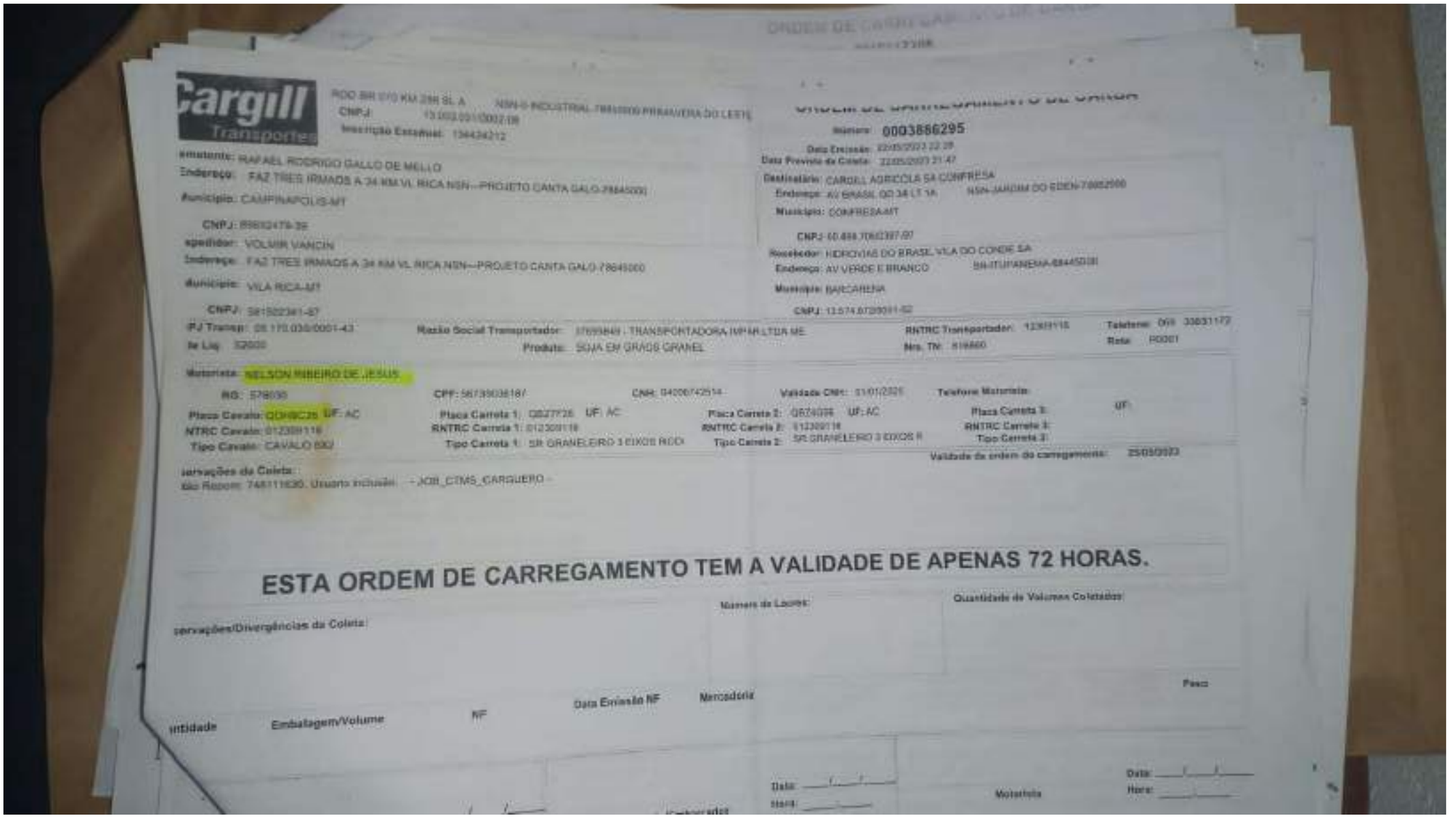
Observações/Divergências da Coleta: Número de Lacres: Quantidade de Volumes Coletados:

Quantidade	Embalagem/Volume	NF	Data Emissão NF	Mercadoria	Peso

12.765.131/0001-49
RODOVIVA TRANSPORTES LTDA

Data: / / Hora: :
Conferente Embarcador

Data: / / Hora: :
Motorista



Cargill Transportes

Número: 0003886295

Remetente: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN---PROJETO CANTA GALO-78645000
Município: CAMPINAPOLIS-MT
CNPJ: 89692479-39
Expedidor: VOLMIR VANCIN
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN---PROJETO CANTA GALO-78645000
Município: VILA RICA-MT
CNPJ: 58150234/1-67
PJ Transp: 05.170.035/0001-43
Nr Liq: 52000

Data Emissão: 22/05/2023 22:28
Data Prevista da Coleta: 22/05/2023 21:47
Destinatário: CARGILL AGRICOLA SA CONFRESA
Endereço: AV BRASIL QD 34 LT 1A NSN-JARDIM DO EDEN-78652000
Município: CONFRESA-MT
CNPJ: 60.498.706/0397-97
Recebedor: HIDROVIAS DO BRASIL VILA DO CONDE SA
Endereço: AV VERDE E BRANCO S/N-ITUPANEMA-68445000
Município: BARCARENA
CNPJ: 13.574.672/0001-62

Razão Social Transportador: 37695849 - TRANSPONTADORA IMPAR LTDA ME
Produto: SOJA EM GRAOS GRANEL
RNTRC Transportador: 12301115
Nrs. TN: 519660
Telefone: (0XX 33831172
Rota: R0001

Motorista: NELSON RIBEIRO DE JESUS
RG: 578030
CPF: 56739036187
CNH: 04006742514
Validade CNH: 01/01/2025
Telefone Motorista:
Placa Cavalo: QDH9C26 UF: AC
NTRC Cavalo: 012309116
Tipo Cavalo: CAVALO 6X2
Placa Carreta 1: QBZ7726 UF: AC
RNTRC Carreta 1: 012309116
Tipo Carreta 1: SR GRANELEIRO 3 EIXOS ROD
Placa Carreta 2: QBZ4096 UF: AC
RNTRC Carreta 2: 012309116
Tipo Carreta 2: SR GRANELEIRO 3 EIXOS R
Placa Carreta 3:
RNTRC Carreta 3:
Tipo Carreta 3:
UF:
Validade da ordem de carregamento: 25/05/2023

servações da Coleta:
Eio Reform: 74811E80. Usuario inclusão: - JOB_CIMS_CARGUERO -

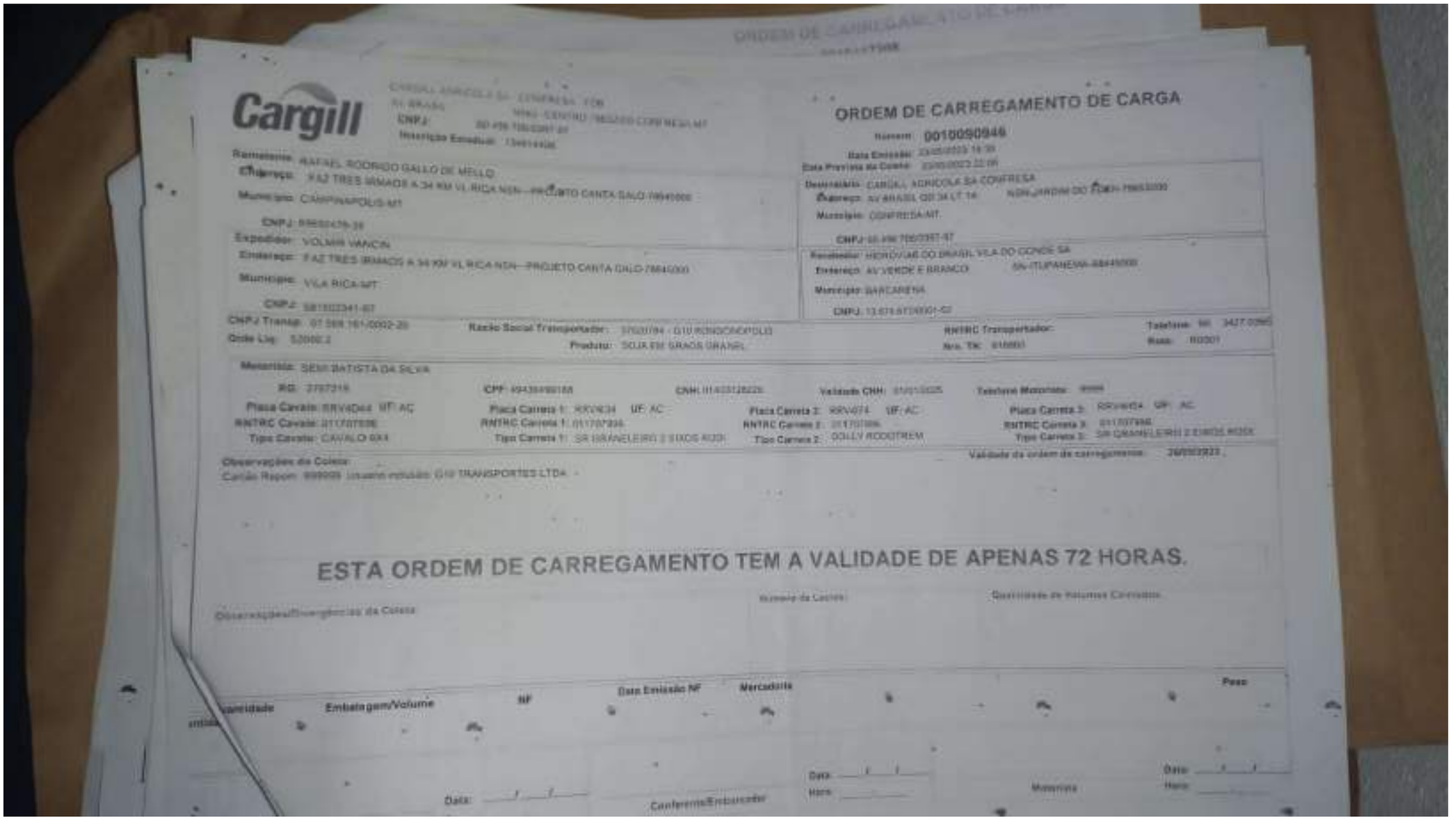
ESTA ORDEM DE CARREGAMENTO TEM A VALIDADE DE APENAS 72 HORAS.

Numero da Lacres:
Quantidade de Volumes Coletados:
servações/Divergências da Coleta:

ntidade | Embalagem/Volume | NF | Data Emissão NF | Mercadoria | Peso

Data: ___/___/___
Hora: ___/___
Motorista
Data: ___/___/___
Hora: ___/___

Num. 133194021 - Pág. 3
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590417900000128926976
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590417900000128926976
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



Cargill

ORDEM DE CARREGAMENTO DE CARGA

Número: 9010090946

Remetente: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VILHENA NSN---PROJETO CANTA GALO-76940000
Município: CAMPINAPOLIS-MT
CNPJ: 89653479-39
Expedidor: VOLMIR VANCIN
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VILHENA NSN---PROJETO CANTA GALO-76940000
Município: VILA RICA-MT
CNPJ: 58150234 1-87

Destinatário: CARGILL AGRICOLA SA CONFRESA
Endereço: AV BRASIL QD 34 LT 16 NSN-JARDIM DO [illegible]
Município: CONFRESA-MT
CNPJ: 60.498.706/0387-87

Recebedor: HIDROVIAS DO BRASIL VILA DO CONDE SA
Endereço: AV VERDE E BRANCO SN-ITUPANEMA-68448000
Município: BARCARENA
CNPJ: 13.674.673/0001-02

CNPJ Transp: 07.589.161/0002-20 Razão Social Transportador: 37020194 - G10 RONDONOPOLIS RNTRC Transportador: Telefone: 66 3427-0360
Onde Liq: 52000.2 Produto: SOJA EM GRAOS GRANEL Nro. TIC: 618693 Rota: R0001

Motorista: SEBASTIAO BATISTA DA SILVA
RG: 2787316 CPF: 49439490168 CNH: 01403128220 Validade CNH: 07/01/2025 Telefone Motorista: 9999
Placa Cavalo: RRV4D44 UF: AC Placa Carreta 1: RRV4C34 UF: AC Placa Carreta 2: RRV4074 UF: AC Placa Carreta 3: RRV4H24 UF: AC
RNTRC Cavalo: 011707936 RNTRC Carreta 1: 011707936 RNTRC Carreta 2: 011707936 RNTRC Carreta 3: 011707936
Tipo Cavalo: CAVALO 6X4 Tipo Carreta 1: SR GRANELEIRO 2 EIXOS 6000 Tipo Carreta 2: DOLLY RODOTREM Tipo Carreta 3: SR GRANELEIRO 2 EIXOS 6000

Observações da Coleta:
Cartão Report: 999999 Usuario inclusão: G10 TRANSPORTES LTDA -

Validade da ordem de carregamento: 26/03/2023

ESTA ORDEM DE CARREGAMENTO TEM A VALIDADE DE APENAS 72 HORAS.

Observações/Divergências da Coleta

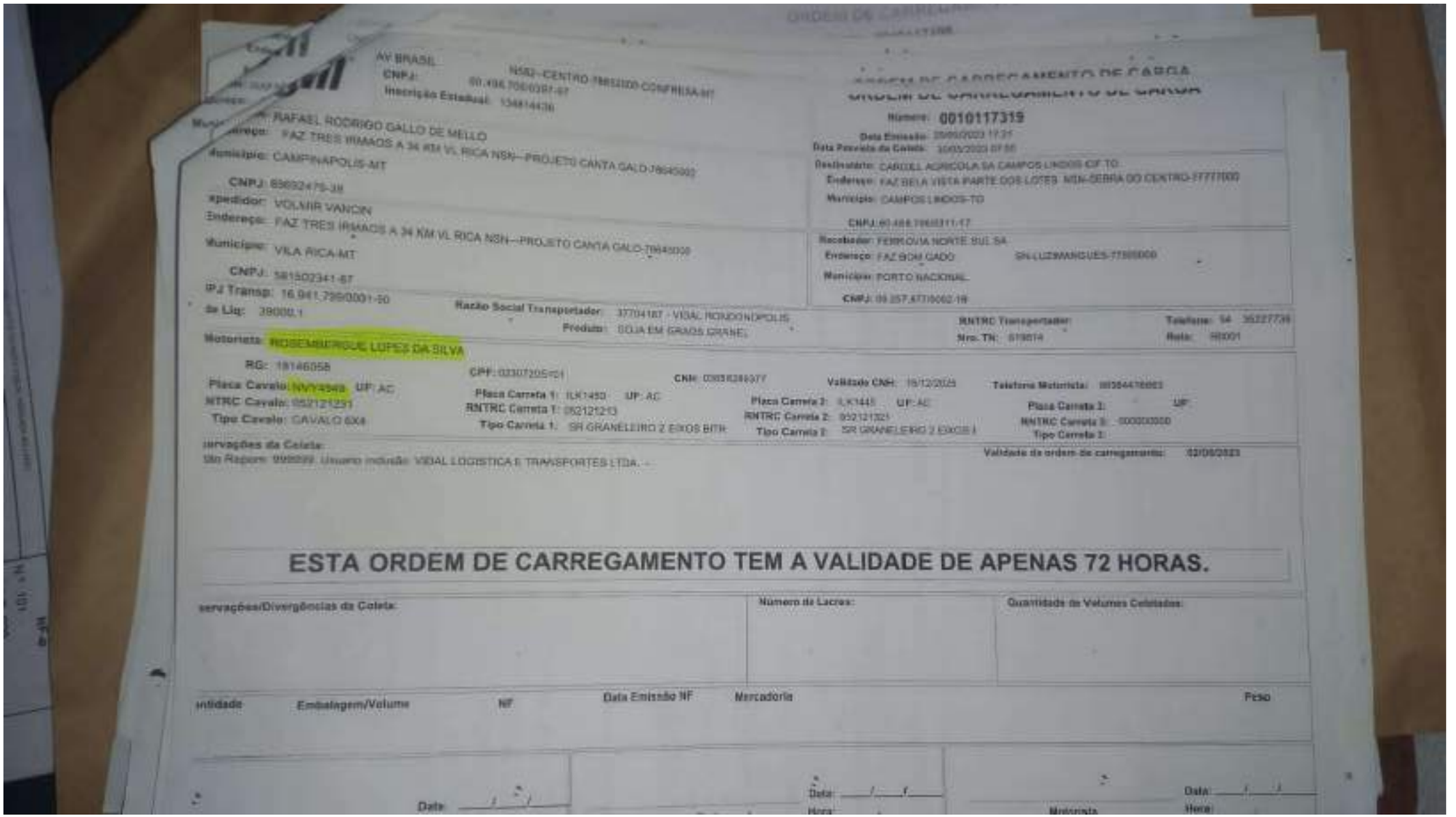
Numero da Cacha

Quantidade de Volumes Carregados

Quantidade	Embalagem/Volume	NF	Data Emissão NF	Mercadoria	Peso

Data: / /
Conferente/Embarcador
Data: / /
Hora:
Motorista
Data: / /
Hora:

Num. 133194021 - Pág. 4
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590417900000128926976
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590417900000128926976
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



ORDEM DE CARREGAMENTO DE CARGA

Número: 0010117319

Data Emissão: 25/05/2023 17:21

Data Previsão da Coleta: 30/05/2023 07:00

AV BRASIL
CNPJ: 60.498.706/0287-67
Inscrição Estadual: 134814436
N582 - CENTRO 78852000 CONFRESA-MT

Motorista: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN--PROJETO CANTA GALO 78845000
Município: CAMPINAPOLIS-MT
CNPJ: 836524 79-38
Expedidor: VOLMIR VANCIN
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN--PROJETO CANTA GALO-78845000
Município: VILA RICA-MT
CNPJ: 581502341-87
IPJ Transp: 16.941.799/0001-50
Ie Liq: 39000.1

Destinatário: CARGILL AGRICOLA SA CAMPOS LINDOS (CF TO
Endereço: FAZ BELA VISTA PARTE DOS LOTES MSN-SERRA DO CENTRO-77777000
Município: CAMPOS LINDOS-TO
CNPJ: 60.498.706/0311-17

Recebedor: FERROVIA NORTE SUL SA
Endereço: FAZ BOM GADO SN-LUZIMANGUES-77500000
Município: PORTO NACIONAL
CNPJ: 09.357.477/0062-19

Razão Social Transportador: 37704187 - VIDAL RONDONOPOLIS
Produto: SOJA EM GRAOS GRANEL
RNTRC Transportador:
Nro. TN: 519514
Telefone: 54 35227739
Rota: R0001

Motorista: ROSEMBERGUE LOPES DA SILVA
RG: 19146058
CPF: 03307205701
CNH: 03816286377
Validade CNH: 19/12/2025
Telefone Motorista: 68354478883

Placa Cavalo: NVY4548 UF: AC
NTRC Cavalo: 052121231
Tipo Cavalo: CAVALO 6X4
Placa Carreta 1: ILK1450 UF: AC
RNTRC Carreta 1: 052121213
Tipo Carreta 1: SR GRANELEIRO 2 EIXOS BITR
Placa Carreta 2: ILK1445 UF: AC
RNTRC Carreta 2: 052121321
Tipo Carreta 2: SR GRANELEIRO 2 EIXOS B
Placa Carreta 3: UF:
RNTRC Carreta 3: 00000000
Tipo Carreta 3:

servações da Coleta:
Sln Repom: 999999 Usuario inclusão: VIDAL LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA. -

Validade da ordem de carregamento: 02/06/2023

ESTA ORDEM DE CARREGAMENTO TEM A VALIDADE DE APENAS 72 HORAS.

servações/Divergências da Coleta:

Número de Lacres:

Quantidade de Volumes Coletados:

ntidade	Embalagem/Volume	NF	Data Emissão NF	Mercadoria	Peso

Data: / /

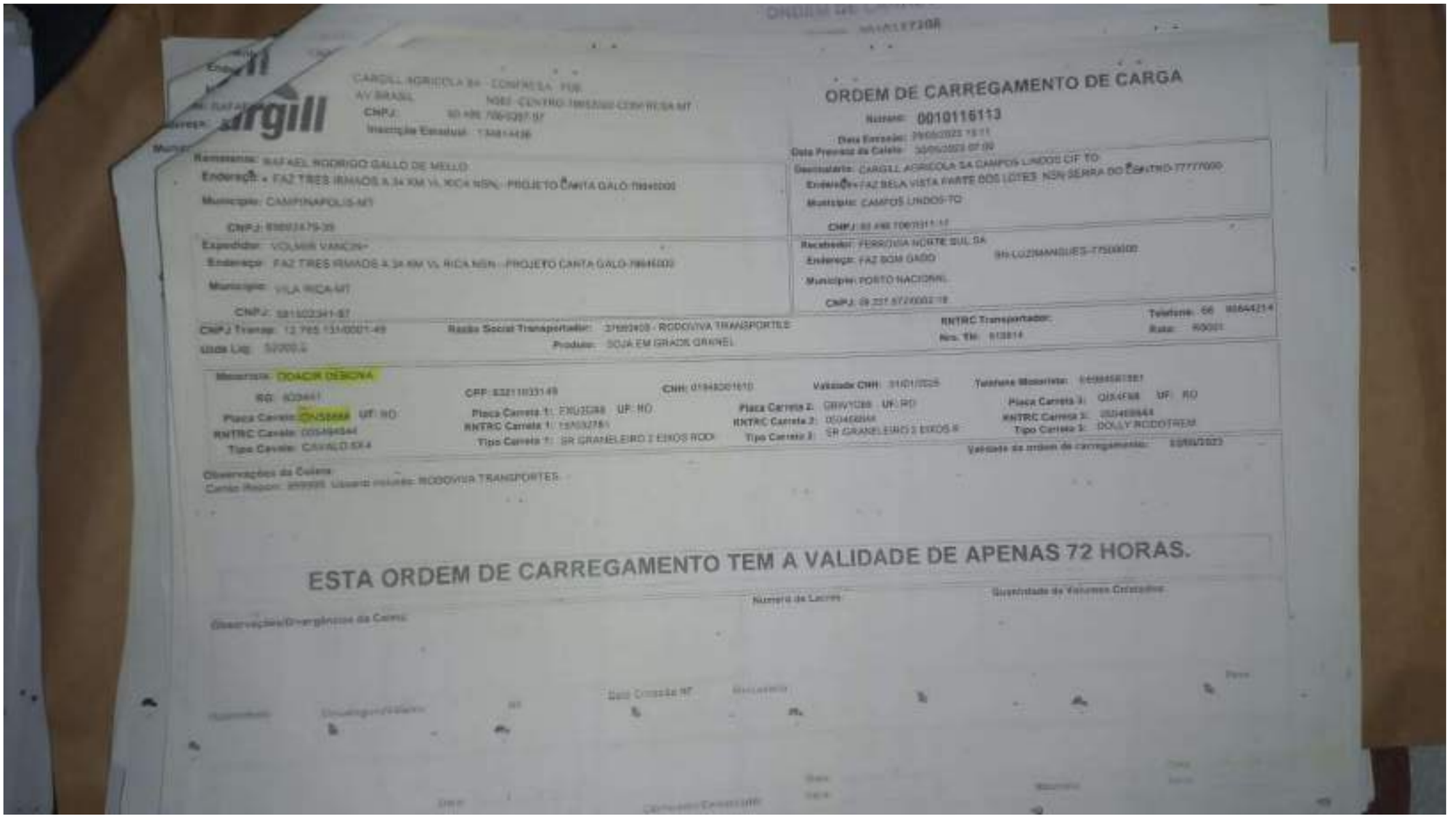
Data: / /

Motorista

Data: / /
Hora:

Num. 133194021 - Pág. 5

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590417900000128926976
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590417900000128926976
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



CARGILL AGRICOLA SA - CONFRESA - PDE
AV BRASIL NOEI - CENTRO 78650000 CONFRESA MT
CNPJ: 00.xxx.706/0287-97
Inscrição Estadual: 13481443

ORDEM DE CARREGAMENTO DE CARGA

Número: 0010116113
Data Emissão: 29/05/2023 13:11
Data Previsão da Coleta: 30/05/2023 07:00

Remetente: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN - PROJETO CANTA GALO 78840000
Município: CAMPINAPOLIS-MT
CNPJ: 83803479-39

Expedidor: VOLMIR VANCIN
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN - PROJETO CANTA GALO 78840000
Município: VILA RICA-MT
CNPJ: 92102341-87

Destinatário: CARGILL AGRICOLA SA CAMPOS LINDOS CF TO
Endereço: FAZ BELA VISTA PARTE DOS LOTES NSN SERRA DO CENTRO 77777000
Município: CAMPOS LINDOS-TO
CNPJ: 03.xxx.706/0311-17

Recebedor: FERROVIA NORTE SUL SA
Endereço: FAZ BOM GADO S/N LUZIMANGUES-77500000
Município: PORTO NACIONAL
CNPJ: 09.237.672/0002-19

CNPJ Transp: 12.765.131/0001-49 Razão Social Transportador: 37660408 - RODOVIVA TRANSPORTES RNTRC Transportador: Telefone: 66 99644214
Usina Liq: 5/2000,0 Produto: SOJA EM GRAOS GRANEL Rota: 60001

Motorista: DOACIR DESCHA
RG: 620441 CPF: 83211033149 CNH: 01948301610 Validade CNH: 31/01/2025 Telefone Motorista: 66999587387
Placa Carreta: QNS5668 UF: RO Placa Carreta 1: FXU2G88 UF: RO Placa Carreta 2: GBW1C89 UF: RO Placa Carreta 3: QSX4F68 UF: RO
RNTRC Cavalo: 00548494 RNTRC Carreta 1: 15703781 RNTRC Carreta 2: 05046884 RNTRC Carreta 3: 05046844
Tipo Cavalo: CAVALO 6X4 Tipo Carreta 1: SR GRANELEIRO 2 EIXOS RODO Tipo Carreta 2: SR GRANELEIRO 3 EIXOS R Tipo Carreta 3: DOLLY RODOTREM
Validade da ordem de carregamento: 02/06/2023

Observações da Coleta:
Centro Report: 999999 Usuario Interno: RODOVIVA TRANSPORTES

ESTA ORDEM DE CARREGAMENTO TEM A VALIDADE DE APENAS 72 HORAS.

Observações/Divergências da Coleta:

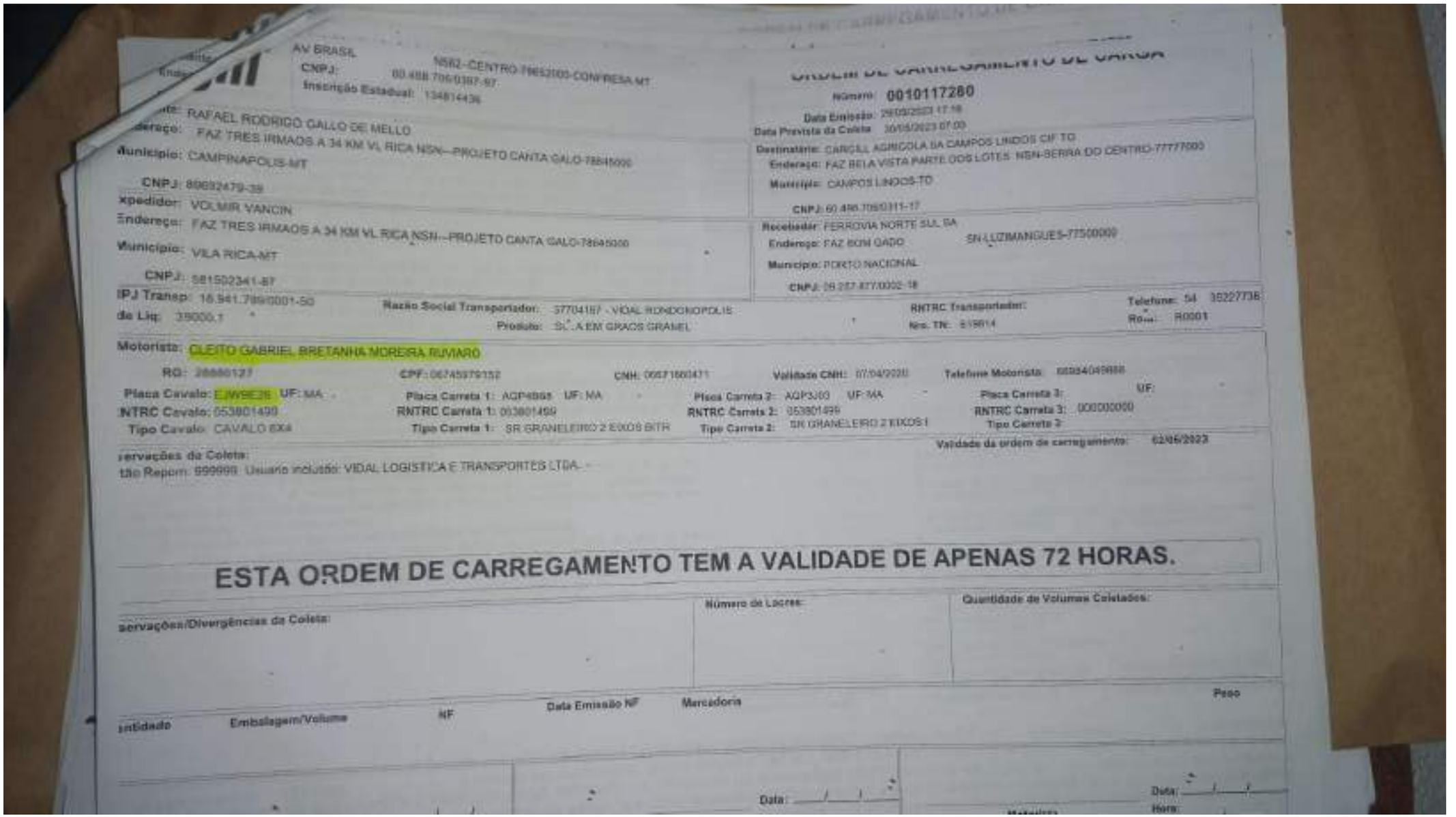
Número da Lacres:

Quantidade de Volumes Coletados:

Data Coleta MT

Num. 133194021 - Pág. 6

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590417900000128926976
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590417900000128926976
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



AV BRASIL
CNPJ: 60.498.706/0367-97
Inscrição Estadual: 134814436
NSR2-CENTRO 78652000-CONFRESA MT

ORDEM DE CARREGAMENTO DE CARGA

Número: 0010117280
Data Emissão: 28/03/2023 17:18
Data Prevista da Coleta: 30/05/2023 07:00

Destinatário: CARGILL AGRICOLA SA CAMPOS LINDOS CIF TO
Endereço: FAZ BELA VISTA PARTE DOS LOTES NSN-SERRA DO CENTRO-77777000
Município: CAMPOS LINDOS-TO
CNPJ: 60.498.706/0311-17

Recebedor: FERROVIA NORTE SUL SA
Endereço: FAZ BOM GADO SN-LUZIMANGUES-77500000
Município: PORTO NACIONAL
CNPJ: 06.257.877/0002-18

Remetente: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN---PROJETO CANTA GALO-78845000
Município: CAMPINAPOLIS-MT
CNPJ: 89932479-39
Expedidor: VOLMIR VANCIN
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN---PROJETO CANTA GALO-78845000
Município: VILA RICA-MT
CNPJ: 581502341-87

IPJ Transp: 16.941.789/0001-50
de Liq: 39000,1
Razão Social Transportador: 37704187 - VIDAL RONDONOPOLIS
Produto: SOJA EM GRAOS GRANEL
RNTRC Transportador:
Nro. TN: 615814
Telefone: 54 35227736
Row: R0001

Motorista: CLEITO GABRIEL BRETANHA MOREIRA RUIVARO
RG: 28660127 CPF: 06745979152 CNH: 06571660471 Validade CNH: 07/04/2030 Telefone Motorista: 66984049888

Placa Cavalo: EJW9E26 UF: MA
NTRC Cavalo: 053801499
Tipo Cavalo: CAVALO 6X4

Placa Carreta 1: AQP4965 UF: MA
RNTRC Carreta 1: 053801499
Tipo Carreta 1: SR GRANELEIRO 2 EIXOS BITR

Placa Carreta 2: AQP3J00 UF: MA
RNTRC Carreta 2: 053801499
Tipo Carreta 2: SR GRANELEIRO 2 EIXOS I

Placa Carreta 3: UF:
RNTRC Carreta 3: 000000000
Tipo Carreta 3:

Validade da ordem de carregamento: 02/06/2023

ervações da Coleta:
tão Reprom: 999999 Usuario inclusão: VIDAL LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA -

ESTA ORDEM DE CARREGAMENTO TEM A VALIDADE DE APENAS 72 HORAS.

servações/Divergências da Coleta:

Número de Lacres:

Quantidade de Volumes Coletados:

ntidade	Embalagem/Volume	NF	Data Emissão NF	Mercadoria	Peso

Data: / /

Data: / /
Hora:

Num. 133194021 - Pág. 7

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590417900000128926976
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590417900000128926976
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



ORDEM DE CARREGAMENTO DE GRÃOS

Nº 0010117208

Razão Social Transportador: 3784167 - VIDAL RONDONOPOLIS

Produto: SOJA EM GRAOS GRANEL

RNTRC Transportador:

Motorista: FABIANO ALAN ROYER

RG: 3088077080 CPF: 3088077080

Placa Cavalo: UF: AC

RNTRC Cavalo: 092122513

Tipo Cavalo: CAVALO 6X4

Placa Carreta 1: UF: AC

RNTRC Carreta 1: 092121231

Tipo Carreta 1: SR BASCULANTE 2 EIXOS ROD

Placa Carreta 2: UF: AC

RNTRC Carreta 2: 092121231

Tipo Carreta 2: DOLLY RODOTREM

Placa Carreta 3: UF: AC

RNTRC Carreta 3: 092121123

Tipo Carreta 3: SR BASCULANTE 3 EIXOS RODO

Observações da Coleta:

Validade da ordem de carregamento: 02/06/2023

ESTA ORDEM DE CARREGAMENTO TEM A VALIDADE DE APENAS 72 HORAS.

Observações/Divergências da Coleta:

Número de Lacres:

Quantidade de Volumes Coletados:

Quantidade	Embalagem/Volume	NF	Data Emissão NF	Mercadoria	Peso

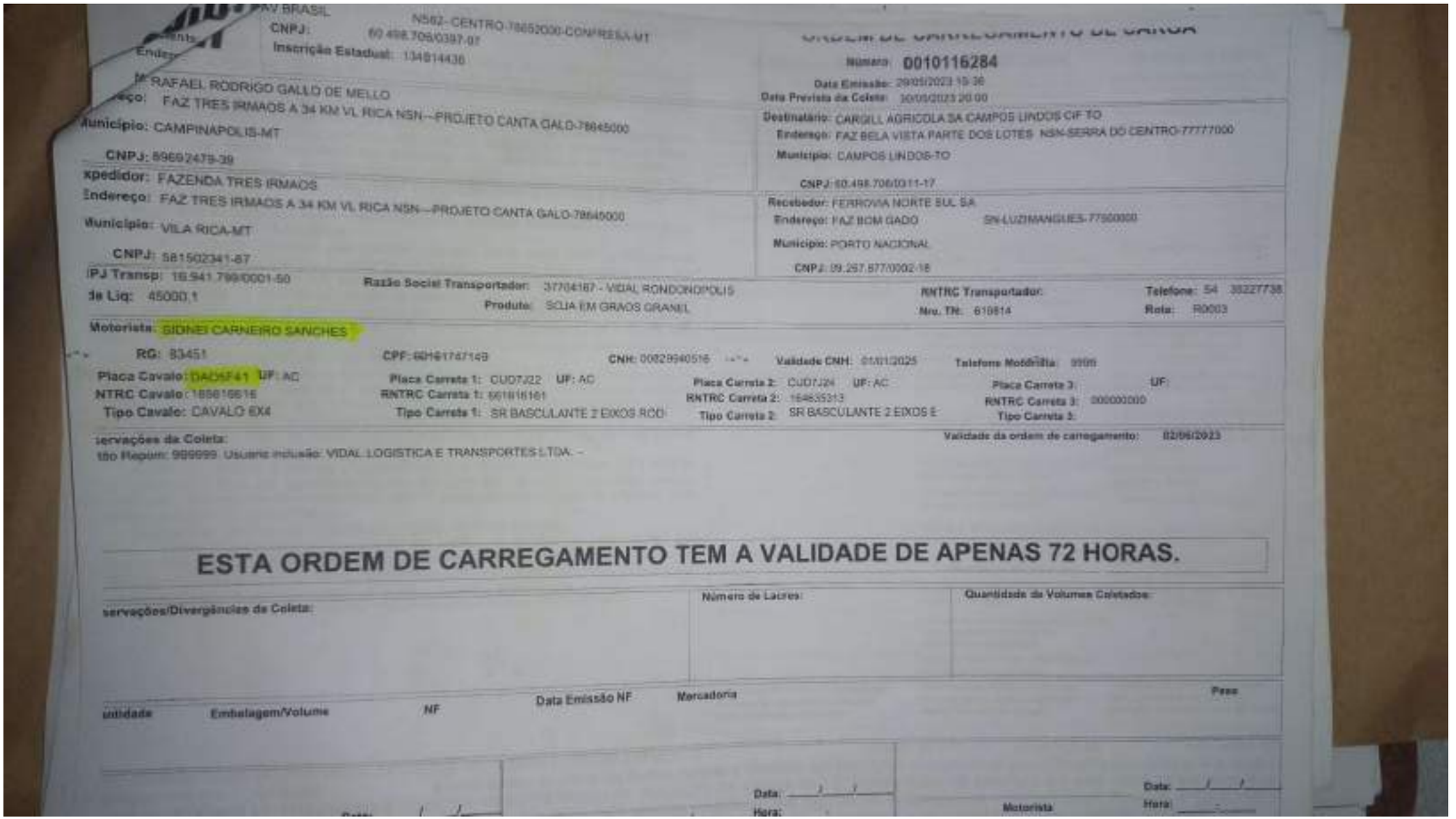
16.941.799/0001-50
VIDAL LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA

Programador

Motorista

Num. 133194021 - Pág. 8

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590417900000128926976
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590417900000128926976
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



AV BRASIL N562 - CENTRO-78652000-CONFRESA-MT
CNPJ: 60.498.706/0397-07
Inscrição Estadual: 134814436

Endereço: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN---PROJETO CANTA GALO-78645000
Município: CAMPINAPOLIS-MT
CNPJ: 89692479-39
Expedidor: FAZENDA TRES IRMAOS
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN---PROJETO CANTA GALO-78645000
Município: VILA RICA-MT
CNPJ: 581502341-87
PJ Transp: 16.941.799/0001-50
Razão Social Transportador: 37704187 - VIDAL RONDONOPOLIS
Produto: SOJA EM GRAOS GRANEL
Motorista: SIDNEI CARNEIRO SANCHES
RG: 83451
CPF: 6DH61747149
CNH: 00829940516
Validade CNH: 01/01/2025
Telefone Motorista: 9999
Placa Cavalo: DAD5F41 UF: AC
NTRC Cavalo: 165615616
Tipo Cavalo: CAVALO EX4
Placa Carreta 1: CUD7J22 UF: AC
RNTRC Carreta 1: 661616161
Tipo Carreta 1: SR BASCULANTE 2 EIXOS ROD
Placa Carreta 2: CUD7J24 UF: AC
RNTRC Carreta 2: 164635313
Tipo Carreta 2: SR BASCULANTE 2 EIXOS E
Placa Carreta 3: UF:
RNTRC Carreta 3: 000000000
Tipo Carreta 3:
Observações da Coleta:
Obs Reqsm: 999999 Usuario inclusão: VIDAL LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA. -
Validade da ordem de carregamento: 02/06/2023

ORDEM DE CARREGAMENTO DE CARGA
Número: 0010116284
Data Emissão: 29/05/2023 19:36
Data Prevista da Coleta: 30/05/2023 20:00
Destinatário: CARGILL AGRICOLA SA CAMPOS LINDOS CIF TO
Endereço: FAZ BELA VISTA PARTE DOS LOTES NSN-SERRA DO CENTRO-77777000
Município: CAMPOS LINDOS-TO
CNPJ: 60.498.706/0311-17
Recebedor: FERROVIA NORTE SUL SA
Endereço: FAZ BOM GADO SN-LUZIMANGUES-77500000
Município: PORTO NACIONAL
CNPJ: 09.257.877/0002-16
RNTRC Transportador:
Nro. TN: 619814
Telefone: 54 35227738
Rota: R0003

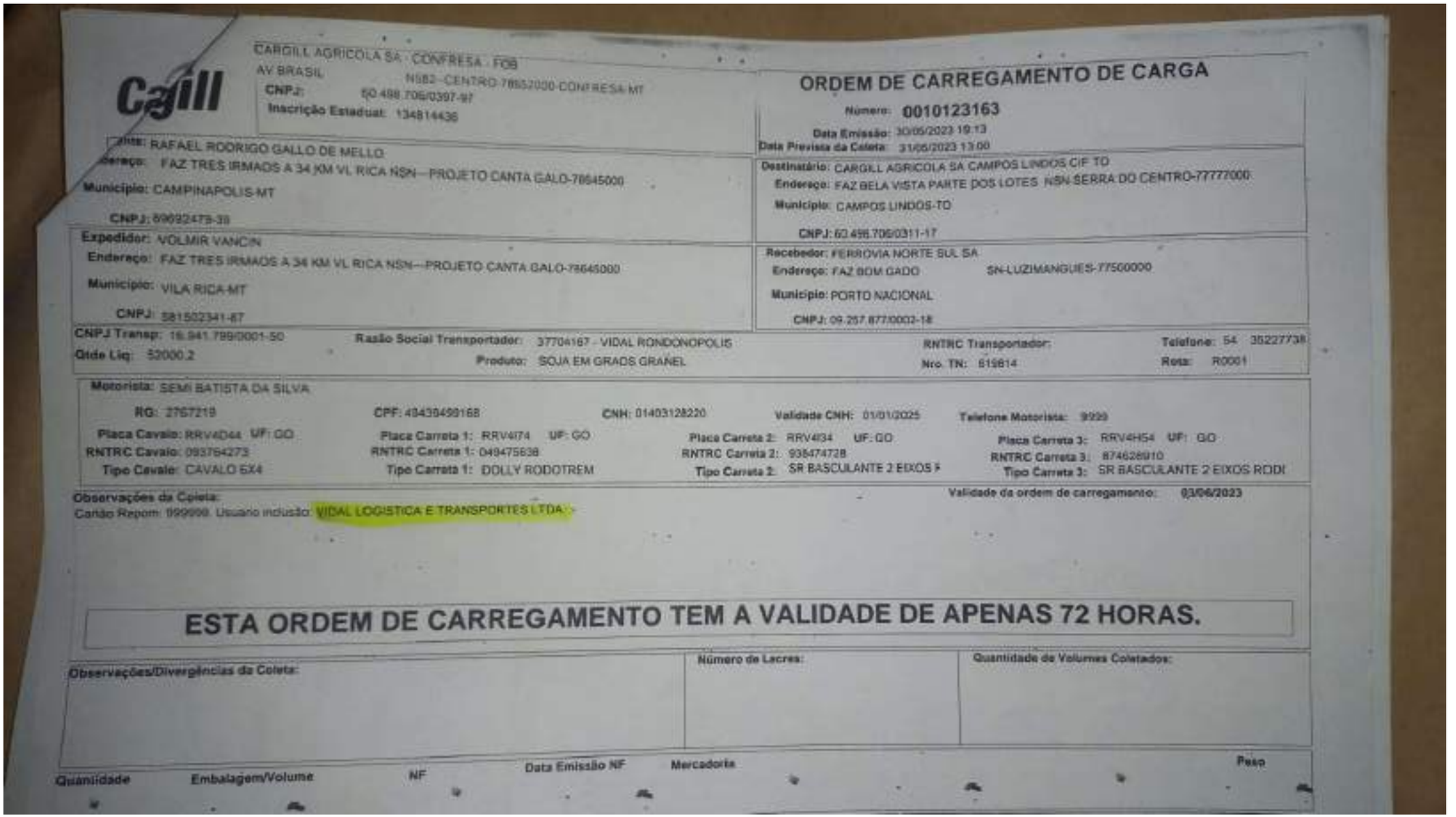
ESTA ORDEM DE CARREGAMENTO TEM A VALIDADE DE APENAS 72 HORAS.

Observações/Divergências da Coleta:
Número de Lacres:
Quantidade de Volumes Coletados:

Unidade | Embalagem/Volume | NF | Data Emissão NF | Mercadoria | Peso

Data: / /
Hora:
Motorista
Data: / /
Hora:

Num. 133194021 - Pág. 9
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590417900000128926976
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590417900000128926976
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



Cargill

CARGILL AGRICOLA SA - CONFRESA - FOB
AV BRASIL N582 - CENTRO 78652000-CONFRESA-MT
CNPJ: 60.498.706/0397-97
Inscrição Estadual: 134814436

ORDEM DE CARREGAMENTO DE CARGA

Número: 0010123163
Data Emissão: 30/05/2023 19:13
Data Prevista da Coleta: 31/05/2023 13:00

Emitente: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN--PROJETO CANTA GALO-78645000
Município: CAMPINAPOLIS-MT
CNPJ: 89092479-39

Destinatário: CARGILL AGRICOLA SA CAMPOS LINDOS CIF TO
Endereço: FAZ BELA VISTA PARTE DOS LOTES NSN SERRA DO CENTRO-77777000
Município: CAMPOS LINDOS-TO
CNPJ: 60.498.706/0311-17

Expedidor: VOLMIR VANCIN
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN--PROJETO CANTA GALO-78645000
Município: VILA RICA-MT
CNPJ: 581502341-87

Recebedor: FERROVIA NORTE SUL SA
Endereço: FAZ BOM GADO SN-LUZIMANGUES-77500000
Município: PORTO NACIONAL
CNPJ: 09.257.877/0002-18

CNPJ Transp: 16.941.799/0001-50 Razão Social Transportador: 37704167 - VIDAL RONDONOPOLIS RNTRC Transportador: Telefone: 54 35227738
Qtde Liq: 53000.2 Produto: SOJA EM GRAOS GRANEL Nro. TN: 619614 Rota: R0001

Motorista: SEMI BATISTA DA SILVA
RG: 2767219 CPF: 43439499168 CNH: 01403128220 Validade CNH: 01/01/2025 Telefone Motorista: 9999
Placa Cavalo: RRV4D44 UF: GO Placa Carreta 1: RRV4I74 UF: GO Placa Carreta 2: RRV4I34 UF: GO Placa Carreta 3: RRV4H54 UF: GO
RNTRC Cavalo: 093764273 RNTRC Carreta 1: 049475838 RNTRC Carreta 2: 938474728 RNTRC Carreta 3: 874626910
Tipo Cavalo: CAVALO 6X4 Tipo Carreta 1: DOLLY RODOTREM Tipo Carreta 2: SR BASCULANTE 2 EIXOS F Tipo Carreta 3: SR BASCULANTE 2 EIXOS RODI

Observações da Coleta:
Cartão Repom: 999999. Usuario inclusão: VIDAL LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA -

Validade da ordem de carregamento: 03/06/2023

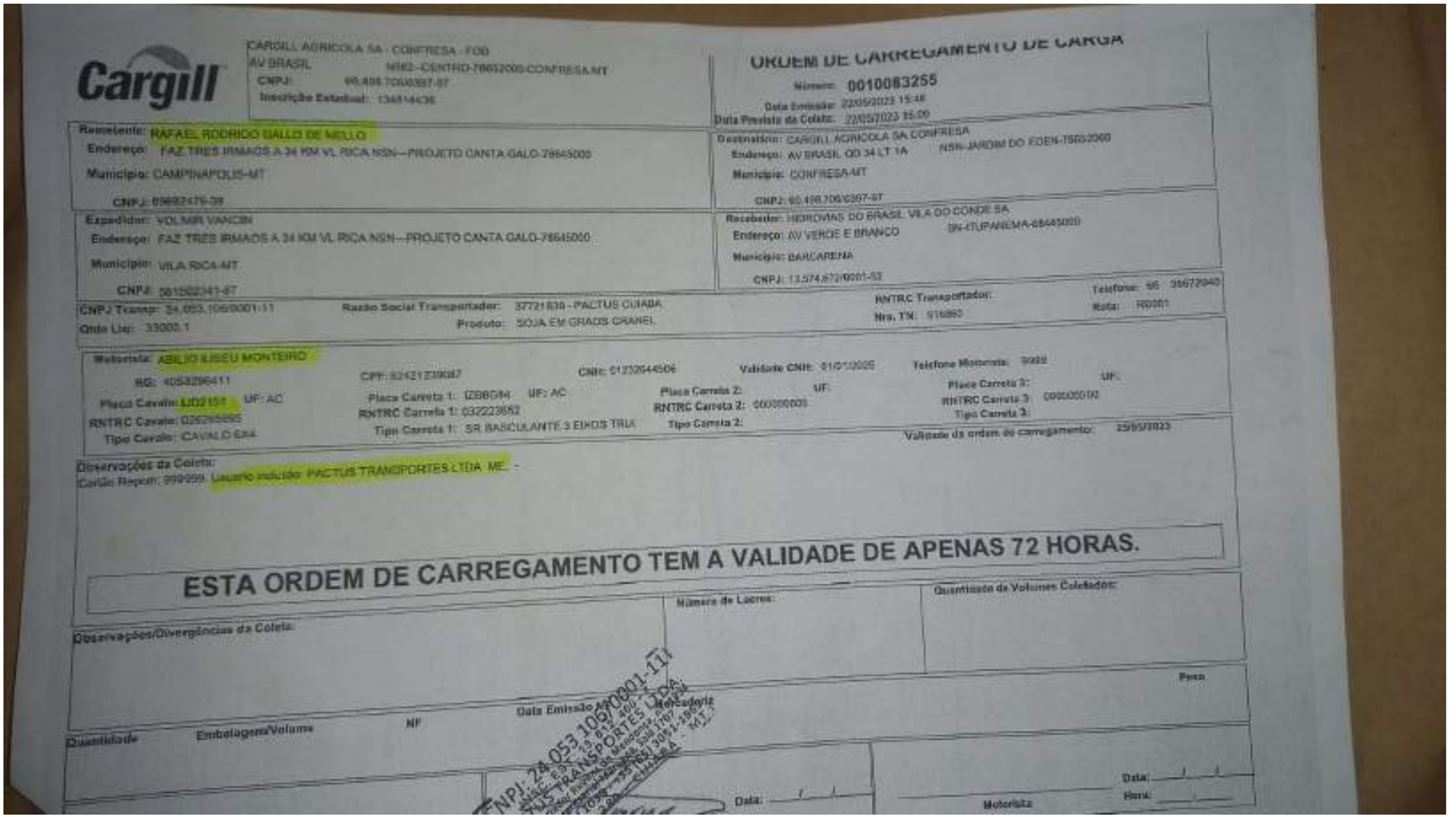
ESTA ORDEM DE CARREGAMENTO TEM A VALIDADE DE APENAS 72 HORAS.

Observações/Divergências da Coleta:	Número de Lacres:	Quantidade de Volumes Coletados:

Quantidade	Embalagem/Volume	NF	Data Emissão NF	Mercadoria	Peso

Num. 133194021 - Pág. 10

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590417900000128926976
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590417900000128926976
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04



Cargill

CARGILL AGRICOLA SA - CONFRESA - FOD
AV BRASIL N163 - CENTRO - 78652000 - CONFRESA - MT
CNPJ: 60.498.706/0397-97
Inscrição Estadual: 134814436

ORDEM DE CARREGAMENTO DE CARGA

Número: 0010083255
Data Emissão: 22/05/2023 15:48
Data Prevista da Coleta: 22/05/2023 15:00

Remetente: RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN - - PROJETO CANTA GALO - 78645000
Município: CAMPINAPOLIS - MT
CNPJ: 03692476-39

Destinatário: CARGILL AGRICOLA SA CONFRESA
Endereço: AV BRASIL QD 34 LT 1A NSN - JARDIM DO EDEN - 78652000
Município: CONFRESA - MT
CNPJ: 60.498.706/0397-97

Expedidor: VOLMIR VANCIN
Endereço: FAZ TRES IRMAOS A 34 KM VL RICA NSN - - PROJETO CANTA GALO - 78645000
Município: VILA RICA - MT
CNPJ: 08152023/41-67

Recebedor: HIDROVIAS DO BRASIL VILA DO CONDE SA
Endereço: AV VERDE E BRANCO SN - ITUPANEMA - 68445000
Município: BARCARENA
CNPJ: 13.574.672/0001-53

CNPJ Transp: 24.053.106/0001-11 Razão Social Transportador: 32721639 - PACTUS CUIABA RNTRC Transportador: Telefone: 65 36672940
Qtde Liq: 33000.1 Produto: SOJA EM GRAOS GRANEL Nro. TN: 016860 Rota: R0001

Motorista: ABILIO ILISEU MONTEIRO
RG: 4053296411 CPF: 52421239087 CNH: 01232644506 Validade CNH: 01/01/2025 Telefone Motorista: 9999
Placa Cavalo: UJD2151 UF: AC Placa Carreta 1: IZB6G84 UF: AC Placa Carreta 2: UF: Placa Carreta 3: UF:
RNTRC Cavalo: 026285695 RNTRC Carreta 1: 032223652 RNTRC Carreta 2: 00000000 RNTRC Carreta 3: 00000000
Tipo Cavalo: CAVALO 6X4 Tipo Carreta 1: SR BASCULANTE 3 EIXOS TRA Tipo Carreta 2: Tipo Carreta 3:
Validade da ordem de carregamento: 25/05/2023

Observações da Coleta:
Cod.Gc Repom: 999999 Usuario inclusão: PACTUS TRANSPORTES LTDA ME -

ESTA ORDEM DE CARREGAMENTO TEM A VALIDADE DE APENAS 72 HORAS.

Observações/Divergências da Coleta:
Número de Lacres:
Quantidade de Volumes Coletados:

Quantidade	Embalagens/Volume	NF	Data Emissão	Mercadoria	Peso

CNPJ: 24.053.106/0001-11 PACTUS TRANSPORTES LTDA

Data: / /
Data: / /
Motorista
Hora:

Num. 133194021 - Pág. 11
Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103016590417900000128926976
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103016590417900000128926976
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 30/10/2023 16:59:04

Registro de Imóveis, Títulos e Documentos

Rua Alvarenga Peixoto n. 111 - Bairro Inconfidentes - CEP 78.645-000 - Fone (66) 3554-2669

Estado de Mato Grosso - Comarca de Vila Rica

Renato Cunha Donato - Oficial

C E R T I D Ã O * N E G A T I V A

C E R T I F I C O, para os devidos fins que, revendo os livros deste Cartório de Registros de Imóveis no Livro 03 - Auxiliar, deste 17.03.2004 data de instalação deste Ofício de Registros Públicos, até a presente data verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro de PENHOR de Safra como Garantia, em nome de:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	**Cultura:**
CPF/CNPJ: 089.692.479-39	**Safras:** **a**

Dada e passada nesta cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

1º OFICIO REGISTRO DE IMÓVEIS TITULOS E DOCUMENTOS
COMARCA VILA RICA - MT
CAIXA POSTAL Nº 51 - FONE (66) 3554-2669
Renato Cunha Donato - Oficial

Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s): 8, 176
BXG 12214 Valor Selo R$54,40
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

O referido é verdade e dou fé.

Vila Rica - MT, 20 julho de 2023.

-



Registro de Imóveis, Títulos e Documentos

Rua Alvarenga Peixoto n. 111 - Bairro Inconfidentes - CEP 78.645-000 - Fone (66) 3554-2669

Estado de Mato Grosso - Comarca de Vila Rica

Renato Cunha Donato - Oficial

C E R T I D Ã O * N E G A T I V A

C E R T I F I C O, para os devidos fins que, revendo os livros deste Cartório de Registros de Imóveis no Livro 03 - Auxiliar, deste 17.03.2004 data de instalação deste Ofício de Registros Públicos, até a presente data verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro de PENHOR de Safra como Garantia, em nome de:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	**Cultura: Todas**
CPF/CNPJ: 089.692.479-39	**Safras: a**

Dada e passada nesta cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

1º OFICIO REGISTRO DE IMÓVEIS TITULOS E DOCUMENTOS
COMARCA VILA RICA - MT
CAIXA POSTAL Nº 51 - FONE (66) 3554-2669
Renato Cunha Donato - Oficial

Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s): 8, 176
BYF 74040 Valor Selo R$54,40
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

O referido é verdade e dou fé.

Vila Rica - MT, 14 agosto de 2023.



Registro de Imóveis, Títulos e Documentos

Rua Alvarenga Peixoto n. 111 - Bairro Inconfidentes - CEP 78.645-000 - Fone (66) 3554-2669

Estado de Mato Grosso - Comarca de Vila Rica

Renato Cunha Donato - Oficial

C E R T I D Ã O * N E G A T I V A

C E R T I F I C O, para os devidos fins que, revendo os livros deste Cartório de Registros de Imóveis no Livro 03 - Auxiliar, deste 17.03.2004 data de instalação deste Ofício de Registros Públicos, até a presente data verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro de Alienação Fiduciária de Safra como Garantia, em nome de:

RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO	**Cultura: Soja**
CPF/CNPJ: 089.692.479-39	**Safras: 2022 a 2023**

Dada e passada nesta cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

1º OFICIO REGISTRO DE IMÓVEIS TITULOS E DOCUMENTOS
COMARCA VILA RICA - MT
CAIXA POSTAL Nº 51 - FONE (66) 3554-2669
Renato Cunha Donato - Oficial

Selo de Controle Digital
Cod. Ato(s): 8, 176
BYF 76031 Valor Selo R$54,40
Consulta: http://www.tjmt.jus.br/selos

O referido é verdade e dou fé.

Vila Rica - MT, 22 setembro de 2023.



-

José Ercílio de Oliveira
Déa Juliana de Oliveira

J. ERCÍLIO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS
BR LEGAL AGRIBUSINESS®

Adauto Kaneyuki
Claudia de Oliveira
José Mário de Grano Alonso

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (MT):

Recuperação Judicial

Processo autuado sob n° 1022463-24.2023.8.11.0003

RURAL BRASIL S.A, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos do processo de Recuperação Judicial proposta por **EDSON PINTO DE MELLO** e **OUTROS,** vem respeitosamente perante Vossa Excelência, manifestar-se nos termos que seguem.

01. Em ID. nº: 132193612, protocolada em 19 de outubro de 2023, esta Credora protocolou nos autos uma manifestação informando a decisão proferida pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, nos seguintes termos:

> "E, nessa toada, cabe a este Juízo permitir que os recuperandos façam uso de todas as ferramentas que a lei prevê, para trilhar o caminho de recuperação da atividade empresarial que está em crise – tudo, por óbvio, sob a contínua e exigente fiscalização da Administração, em observação aos princípios da transparência dos atos processuais. Pelo exposto, DEFIRO o pedido formulado e DETERMINO que a Serventia Judicial expeça o alvará requerido pelos recuperandos."

✉ Alameda Santos, nº 2.335 – 10º Andar – Cerqueira César
CEP: 01419-101 – São Paulo-SP
☏ Telefone: (11) 3062-9031

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103113565999200000129017121
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103113565999200000129017121
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 31/10/2023 13:57:00

02. Ato contínuo, de forma acertada, V.Exª., em despacho de ID. Nº: 132234014, manifestou-se intimando os Recuperandos a restituição da quantia outrora levantada, por meio de depósito judicial:

> "Face o teor da v. decisão que aportou em Id. 132180601, DEFIRO o pedido de Id. 132193612, e DETERMINO A IMEDIATA INTIMAÇÃO DO GRUPO RECUPERANDO para que, em cumprimento à v. ordem proferida no RAI 1024743-74.2023.8.11.0000, restitua a quantia levantada, mediante depósito judicial nos autos."

03. Ocorre que, em que pese os Recuperandos tenham inequívoca ciência acerca do conteúdo supramencionado, haja vista que, posteriormente à decisão, se manifestaram nos autos em três oportunidades (IDs. nº: 132606617, 132606636 e 133078041), **estão, de forma deliberada, desrespeitando a ordem judicial emanada pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso.**

04. Por conta do ocorrido, vem a Credora, por meio desta, requerer o **cumprimento forçado** da ordem judicial, usando do poder geral de cautela inscrito no artigo 300 do Código de Processo Civil, haja vista que **evidente** o direito da Credora e o perigo de dano ao resultado útil do processo, ambos reconhecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso que prolatou a decisão em sede de Agravo de Instrumento.

05. Entretanto, para que não reste dúvida, o direito da credora se monstra evidente ao restar devidamente comprovado que os grãos comercializados – diga-se de passagem, em momento em que os Recuperandos já estavam inadimplentes com as obrigações contraídas em face desta Credora - **foram dados em penhor em primeiro grau, e sem concorrência de terceiros,** por meio da Cédula de Produto Rural 489/2022 e 490/2022, à Credora pelos Recuperandos.

06. Desta forma, tem-se a possibilidade de exercício de direito de sequela que cabe à Credora.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103113565999200000129017121
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103113565999200000129017121
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 31/10/2023 13:57:00

07. Em relação ao perigo de dano ao resultado útil do processo, este é evidente, **uma vez que o valor que fora outrora levantado deve ser mantido em depósito judicial até o fim da discussão,** momento em que será sedimentado, de forma definitiva, o direito que assiste à esta Credora.

08. No mais, tendo em vista que o valor levantado pelos Recuperandos ultrapassa a quantia de 40 (quarenta) salários mínimos e, conforme se verifica nos autos, os Recuperandos se encontram inadimplentes para com suas obrigações, vem a Credora, por meio desta, com fulcro no artigo 94, I da Lei de Recuperação Judicial e Falência, evidente a necessidade de que seja **convolada** a presente recuperação judicial para falência em caso de não pagamento do valor pelos Recuperandos

09. Diante do exposto, requer seja determinado o bloqueio de contas dos recuperandos para retenção e transferência dos valores para conta judicial vinculada à Recuperação Judicial bem como convolação da recuperação judicial em falência, caso não seja encontrados valores ou ocorra a persistência dos recuperandos em não restituir os valores lavantados..

10. Por fim, requer-se que todas as intimações judiciais sejam realizadas, sob pena de nulidade, nas pessoas dos Dr. JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA, OAB/SP 27.141 e Dr. ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI, OAB/SP 198.905, ambos com endereço profissional na Alameda Santos, n° 2.335, 10º andar, CEP 01419-101, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone de contato (11) 3062-9031.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 31 de outubro de 2023.

_____	_____
JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA	ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI
OAB/SP 27.141	OAB/SP 198.905

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103113565999200000129017121
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103113565999200000129017121
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 31/10/2023 13:57:00

José Ercílio de Oliveira
Déa Juliana de Oliveira

J. ERCÍLIO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS
BR LEGAL AGRIBUSINESS®

Adauto Kaneyuki
Claudia de Oliveira
José Mário de Grano Alonso

OAB/MG 106.189

✉ Alameda Santos, nº 2.335 – 10º Andar – Cerqueira César
CEP: 01419-101 – São Paulo-SP
☏ Telefone: (11) 3062-9031

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:34:59
Número do documento: 23103113565999200000129017121
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23103113565999200000129017121
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 31/10/2023 13:57:00

MM, Juiz,

A Administração Judicial informa estar ciente quanto ao teor das decisões de ID 131402335 e 132234014, não tendo nada a manifestar no momento.

Rogério de Lellis Pinto

Administrador Judicial.

EDITAL DE DEFERIMENTO DE PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

AUTOS N. 1022463-24.2023.8.11.0003.

ESPÉCIE: RECUPERAÇÃO JUDICIAL
PARTE: SIDNEY PINTO DE MELLO - CPF 669.115.919-53 E CNPJ 51.416.335/0001-26; **MARA VIOLIN DE MELLO** - CPF 037.810.239-74 E CNPJ 51.431.235/0001-79; **EDSON PINTO DE MELO** - CPF 669.115.089-91 E CNPJ n.º 51.400.888/0001-90; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO** - CPF 614.594.029-87 E CNPJ n.º 51.420.202/0001-23**; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO** - CPF 089.692.479-39 E CNPJ n.º 51.416.621/0001-91; **MARCO ANTONIO DE MELLO** - CPF 064.020.619-05 E CNPJ n.º 51.416.751/0001-24 – GRUPO MELLO

ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE: PEDRO VINICIUS DOS REIS, OAB/MT 17.942.

ROGÉRIO DE LELLIS PINTO, Advogado com registro na OAB-DF 25.248 e OAB-SP 315.485, COM ENDEREÇO PROFISSIONAL SGCV. LOTE 24, TORRE A, APTO 702, PARK SUL GUARÁ, DISTRITO FEDERAL-DF, CEP. 71.215-740, TELEFONE (61) 9296-6772, EMAIL rogeriorlp@hotmail.com

VALOR DA CAUSA: R$ 50.396.526,43

FINALIDADE: FAZER SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam neste Juízo e Secretaria da 4ª Vara Cível de Rondonópolis/MT, os autos acima identificados, cujo teor da petição inicial segue resumido: Tratam-se os Requerentes de grupo familiar de origem do estado do Paraná, onde desde 1975 os irmãos Sidney e Edson já exerciam a atividade agrícola com o plantio de soja e milho na região de Maringá/PR. 55. Foi em Maringá/PR que constituíram suas famílias, onde Sidney se casou com Mara e Edson com Vera, aqui também Requerentes. Da relação entre Edson e Vera, vieram os filhos Rafael e Marco que, se espelharam no pai e, já na vida adulta, também se enveredaram para o cultivo das commodities. Desde sempre o grupo familiar maneja o plantio dos grãos conjuntamente, inicialmente, como dito no estado do Paraná e, com o passar dos anos, alçando voos maiores, através de arrendamento, onde em 2014 iniciaram o cultivo também no Estado do Mato Grosso, na cidade de Campinápolis, cerca de 640 hectares. Quando chegaram naquela região identificaram a necessidade de preparar a terra e corrigir o solo, com isso, obtendo êxito, conseguiram em 2015 aumentar sua área de cultivo para cerca de 1.000 hectares. Felizmente, foi uma época em que o clima era propício e permitiu que o Grupo Familiar fosse crescendo de maneira organizada, aproveitando para reinvestir os resultados na abertura/arrendamento de novas áreas. Com o advento e disseminação da técnica do plantio direto, os Requerentes passaram a ter acesso a máquinas e implementos que possibilitaram incrementos significativos de produtividade, o que proporcionou um retorno econômico positivo sobre os investimentos e esforços realizados. Contudo, o produtor rural, nunca aguarda o caso fortuito/força maior, relacionado diretamente a sua produção, onde sua instabilidade impacta diretamente na produção agrícola de uma maneira geral, positiva ou negativamente, não sendo diferente com os Requerentes que, no decorrer dos anos, principalmente em 2015 sofreram com a seca da região e baixa produtividade daquele ano, entretanto, o novo prejuízo não será suportado nas presentes condições, sem que haja a intervenção legal apta a viabilizar a superação da crise ora instalada. [...] O fator clima ainda afetou os Requerentes em 2023, tendo em vista as chuvas que se deram na região do Xingu, o que ocasionou a perda ao equivalente a 550 hectares de soja. Nesse ínterim, foi arrendado ainda outra área em Vila Rica de 760 hectares de pastagem, conseguindo abrir ainda mais 350 hectares. Contudo, com o plantio tardio devido ao clima, sofreram ainda nesta área com o ataque da mosca branca e muitas chuvas na fase de colheita, o que ocasionou resultados deficitários para o grupo. Devido a seca, tanto em Campinápolis, quanto em Santa Cruz do Xingu, a produção da safrinha não se deu como planejada. Por duas principais e inesperadas razões: a) a quebra da produtividade esperada, ocorrida por força de condições climáticas; b) a queda abrupta dos valores vinculados aos grãos que

representa até o momento a cerca de 43% ante ao mesmo período do ano passado. Diante desse cenário, buscaram os Requerentes a renegociação de seus contratos, entretanto, esbarraram nas tentativas que restaram infrutíferas. (...)" Postularam pela concessão de medidas urgentes. Vieram-me os autos conclusos. **RESUMO DA DECISÃO:** DECIDO. LITISCONSÓRCIO ATIVO. De proêmio, valioso registrar que a formação de litisconsórcio ativo é permitida nos processos recuperacionais. [..] In casu, é possível perceber a estreita ligação entre os requerentes, que atuam de forma complementar e interagem em busca de interesses comuns de natureza econômica e financeira, cruzando-se em suas relações e negócios jurídicos; restando, outrossim, evidente a existência de grupo econômico, sendo possível a presença de todos no mesmo polo ativo – ficando autorizada, portanto, a consolidação processual. **DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**. Os pressupostos exigidos para o deferimento do processamento da Recuperação Judicial estão elencados nos artigos 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005; e, segundo consta da conclusão da CONSTATAÇÃO PRÉVIA, restaram satisfatoriamente preenchidos pelos requerentes- Id. 127164482 e 127786385. Colaciono a conclusão do laudo: (...) 1. Pela regularidade da documentação até então acostadas aos autos, restando devidamente comprovada a existência de atividade sobre a qual os Requerentes buscam o seguimento, sendo esta, plenamente capaz de ocasionar os benefícios a que se refere o art. 47 da Lei 11.101/2005, posto que se tratam de produtores rurais atuantes em considerável área de plantio, gerando empregos e produzindo riquezas" (...)E mais: (...) b) Restou devidamente comprovada a existência de atividade sobre a qual os Requerentes buscam o seu soerguimento, plenamente capaz de ocasionar os benefícios a que se refere o art. 47 da Lei 11.101/2005; c) Diante do passivo apresentado, a atividade dos Requerentes demandará de enorme esforço para cumprir seus compromissos perante os credores; d) Há longa experiência no negócio por parte dos devedores, contudo, necessitam neste momento de um fôlego para honrar os compromissos com seus credores; e) Inconteste que há funcionamento nas fazendas indicadas pelos Requerentes e visitada por este expert, e que atenderam a todos os requisitos legais exigidos, com a apresentação da documentação imposta pela lei; (...) Outrossim, segundo o laudo apresentado, foi constatado o requerimento da utilização do instituto por produtores rurais que estão em crise financeira, mas são economicamente viáveis – de modo que emergem fortes indícios acerca do efetivo comprometimento dos requerentes e do interesse dos mesmos na preservação da integridade de seus negócios, tendo em vista a adequada instrução da petição inicial e as conclusões da constatação prévia. Ressalto, por outro turno, que uma análise mais acurada será desenvolvida pela Administração Judicial que atuará no feito – podendo ser exigida documentação complementar, sempre que se revelar necessário, em qualquer momento processual. Registro, ainda, que o deferimento do processamento de uma recuperação judicial não é definitivo. O processo só se consolida com a aprovação do plano. O plano tem caráter negocial. Todos os envolvidos são partícipes na construção de uma solução para a crise instalada. Preenchidos, pois, neste momento, os requisitos legais necessários, estando em termos a documentação exigida nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/2005, **DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL** de SIDNEY PINTO DE MELLO, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual portador do CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26; MARA VIOLIN DE MELLO, produtora rural inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual portador do CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79; EDSON PINTO DE MELO, produtor rural, inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, portador do CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90; VERA LUCIA GALLO DE MELLO, produtora rural inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, portadora do CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, portador do CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91; e MARCO ANTONIO DE MELLO, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual portador do CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24 - e, nos termos do art. 52 da mesma lei, determino as medidas administrativas e judiciais seguintes. **DA NOMEAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL**. Consoante o disposto no inciso I, do artigo 52, da Lei 11.101/2005 e observando o previsto no artigo 22 da mesma lei, nomeio o DR. ROGÉRIO DE LELLIS PINTO, devidamente cadastrado junto a este Juízo e no banco de Administradores Judiciais do TJ/MT, para exercer a administração judicial. Providencie-se, a Secretaria Judicial, a inclusão no PJe do Administrador Judicial ora nomeado, para efeito de intimação das publicações. Proceda-se à sua imediata intimação, para formalização do termo de compromisso, no prazo de 48 horas (art. 33).. **DA DISPENSA DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES**

NEGATIVAS. Com fulcro no teor do inciso II, do artigo 52, da Lei nº. 11.101/2005 dispenso a apresentação de certidões negativas. Nesse sentido(...). **DA SUSPENSÃO DAS AÇÕES**. DETERMINO a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações ou execuções contra os requerentes, na forma do artigo 6º da Lei 11.101/05, devendo os respectivos autos permanecer no juízo onde se processam. Excetuam-se da aludida suspensão as ações que demandam quantia ilíquida (art. 6º, §1º); as ações de natureza trabalhista (art. 6º, §2º); as execuções de natureza fiscal, ressalvada a concessão de parcelamento tributário (art. 6º, §7º). Friso que, nos termos do artigo 6º, §4º, a suspensão ora determinada irá vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. **DA CONTAGEM DO PRAZO**. Nos termos do artigo 189, §1º, inciso I da Lei 11.101/2005, todos os prazos devem ser contados em dias corridos. **DA EXCLUSÃO DO SPC E PROTESTOS**. Ordeno, ainda, a suspensão das anotações negativas e protestos realizados nos nomes dos recuperandos, relativas a dívidas inseridas na recuperação judicial, bem como a proibição de novas inscrições, durante o prazo de blindagem. (...) **DA MANUTENÇÃO DOS RECUPERANDOS NA POSSE DOS BENS ESSENCIAIS AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES:** Pleitearam os recuperandos a concessão de medida urgente para que seja impedida a retirada de bens essenciais ao desenvolvimento das suas atividades empresariais. Contudo, registro que a essencialidade dos bens deverá ser apreciada e decidida caso a caso, após a prévia manifestação do Administrador Judicial, que acompanhará com proximidade o desenvolvimento das atividades dos recuperandos e poderá discorrer, com precisão, acerca da essencialidade de cada um em específico. (...). **DAS CONTAS MENSAIS**. Determino que os recuperandos apresentem as contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de suportar destituição da administração (art. 52, V). O primeiro demonstrativo mensal deverá ser protocolado como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverá ser juntado aos autos principais, sendo que os demonstrativos mensais subsequentes deverão ser sempre direcionados ao incidente já instaurado. **DAS INTIMAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**. Ordeno a notificação do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que os devedores tiverem estabelecimentos/fazendas, providenciando os recuperandos o encaminhamento. Oficie-se à Junta Comercial, para que seja feita a anotação determinada pelo §único do art. 69. Expeça-se o edital previsto no art. 52, § 1º, incisos I a III da Lei 11.101/05, para conhecimento de todos os interessados, com advertência dos prazos do art. 7º, §1º, e art. 55 da LRF. Os recuperandos deverão apresentar a minuta, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ser complementada pela Serventia, com os termos desta decisão. Deverão também, os recuperandos, providenciar a publicação do edital, no prazo de 05 (cinco) dias. Os credores têm o prazo de quinze (15) dias para apresentarem as suas habilitações diretamente perante a Administração Judicial ou as suas divergências quanto aos créditos relacionados, na forma do art. 7º, § 1º, do diploma legal supracitado; e o prazo de trinta (30) dias para manifestarem objeção ao plano de recuperação dos devedores, a partir da publicação do edital a que alude o art. 7º, § 2º, da LRF, de acordo com o disposto art. 55, § único, do mesmo diploma legal. Nos termos do disposto no art. 52, §2º, deferido o processamento da recuperação judicial, os credores poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembleia geral para a constituição do Comitê de Credores, observado o disposto no §2º do art. 36 da Lei nº 11.101/05. Advirto que, deferido o processamento, aos devedores não será permitido desistir do pedido de recuperação judicial, salvo se obtiverem aprovação da desistência na Assembleia Geral de Credores (art. 52, §4º). **DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**. Consoante o artigo 53 da Lei nº 11.101/2005, deverão os recuperandos apresentar, em 60 (sessenta) dias, o plano de recuperação judicial, sob pena de convolação em falência. O plano de recuperação judicial deverá conter a discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 da lei citada, e seu resumo; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada (incisos I, II e III do art. 53). Com a apresentação do plano, expeça-se o edital contendo o aviso do art. 53, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, com prazo de 30 (trinta) dias para as objeções – devendo, os recuperandos, providenciarem, no ato da apresentação do plano, a minuta do edital, inclusive em meio eletrônico. Caso ainda não tenha sido publicada a lista de credores pela Administração Judicial, a legitimidade para apresentar objeção será daqueles que já constam do edital dos devedores e que tenham postulado a habilitação de crédito. Publicada a lista de credores apresentada pela Administração Judicial, (art. 7º, §2º), eventuais impugnações (art. 8º) deverão ser protocoladas como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverão ser juntadas aos autos principais (art. 8º, parágrafo único); e as que forem juntadas, deverão ser excluídas pela Serventia, independente de nova ordem do Juízo.

Nos termos do previsto no artigo 23 da RECOMENDAÇÃO Nº 102, DE 8 DE AGOSTO DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, o Ministério Público manifestar-se-á em impugnações, habilitações e incidentes de verificação judicial de crédito, incluindo os fazendários, após instaurado o contraditório e emitido o parecer do Administrador Judicial. **DERRADEIRAS DETERMINAÇÕES.** Nos termos da decisão de Id. 125663061, já foi autorizado o pagamento das custas processuais de forma parcelada. Providencie-se, o grupo requerente, a comprovação do pagamento. Cumpra-se esta decisão, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo, atentando-se para que, de todos os despachos e decisões judiciais, sejam intimadas os recuperandos, o administrador judicial, todos os credores e interessados, e notificado o órgão Ministerial, sempre atentando-se para o disposto no artigo 79 da Lei 11.101/2005.

RELAÇÃO DE CREDORES - TRABALHISTA: ALBENIRI ALVES DE ALMEIDA R$ 8 .306,00 MENSAL; SAMUEL CAETANO ROSA DE OLIVERA R$ 7 .587,00; CARLOS HENRIQUE CARVALHO LIMA R$ 6 .920,00; JULIA BARROS CASTRO R$ 5 .302,00; GLENIO JUNIOR VIEIRA MARQUES R$ 8 .836,00; ANA ALICE GOMES DA SILVA R$ 4 .055,00; RONALDO DA SILVA ALMEIDA R$ 7 .387,00; CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA ALVES R$ 6 .720,00; SAMYLLA MARTINS DEMELLAS R$ 4 .436,00; DIOGO MOREIRA SOUZA R$ 8 .311,00; DAVI PRUDENTE MOREIRA R$ 7 .613,00; **QUIROGRAFÁRIA:** LAVORO AGRO HOLDING S.A. R$ 1.027.783,71; AGROAMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S/A R$ 2.000.090,00; AGROAMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S/A R$ 210.577,00; INDUSTRIA QUIMICA KIMBERLIT LTDA MATRIZ R$ 115.735,50; INDUSTRIA QUIMICA KIMBERLIT LTDA – MATRIZ R$ 233.411,25; LOYDER INDUSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA-MATRIZ R$ 74.750,00; LOYDER INDUSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA -MATRIZ R$ 133.900,00; CAMAGRIL LTDA R$ 768.898,15; CAMAGRIL LTDA R$ 124.327,24; CAMAGRIL II R$ 33.757,27; XINGU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA; FERRARI ZAGATTO COM. DE INSUMOS S/A R$ 240.016,53; RURAL BRASIL LTDA - ENDOSSADA A INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA (FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS)- NP - 495/2023 R$ 2.500.000,00; RURAL BRASIL LTDA - ENDOSSADA A INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA (FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS)- NP - 552/2023 R$ 2.500.000,00; RURAL BRASIL LTDA - ENDOSSADA A INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA (FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS)- NP - 554/2023 R$ 2.500.000,00; AGRO OESTE COMERCIAL LTDA R$ 42.000,00; NEW AGRO - MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA R$ 442.800,00 ; COOCAMAR - COOPERATIVA DE CAFEICULTORES E AGROPECUARISTAS DE MARINGA - LTDA. R$ 1.115.790,59; COOCAMAR - COOPERATIVA DECAFEICULTORES E AGROPECUARISTAS DE MARINGA - LTDA. R$ 4 66.203,67; CB AGRÍCOLA - CONFRESA – CADORE BIDOIA & CIA LTDA R$ 7 .000,00; INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS VALENÇA LTDA R$ 60.000,00; **ME EPP:** GRAVENE E PEREIRA LTDA -ME R$ 2 .000,00; AUTO CENTER SILVA LTDA -ME R$ 1 .200,00; AUTO ELETRICA SOUZA -ME R$ 1 .400,00 **GARANTIA REAL:** RURAL BRASIL LTDA R$ 7.665.114,34; RURAL BRASIL LTDA R$ 41.190,00; RURAL BRASIL LTDA -FILIAL R$ 39.006,00; RURAL BRASIL LTDA-FILIAL R$ 36.800,00; RURAL BRASIL LTDA-FILIAL R$ 1.321.427,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 5.000.000,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 620.000,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 3.000.000,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 3.000.000,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 510.000,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 430.000,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 555.000,00; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL R$ 4.227.662,50; COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGU - SICREDI ARAXINGU-FILIAL R$ 173.500,00; SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL R$ 379.800,00; SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL R$ 581.924,00; SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL R$ 376.348,00; SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL R$ 357.600,00; BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.- MATRIZ R$ 736.068,85; BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.- MATRIZ R$ 4.909.815,07 BANCO CNH - INDUSTRIAL CAPITAL S/A R$ 1.634.089,64; **TOTAL: R$ 50.396.526,43**

ADVERTÊNCIAS: FICAM INTIMADOS OS CREDORES E TERCEIROS DOS PRAZOS PREVISTOS NO ARTIGO 7º, § 1º, DA LEI Nº 11.101/05 (15 DIAS), PARA APRESENTAÇÃO DE HABILITAÇÕES DE CRÉDITO E DIVERGÊNCIAS A SEREM ENTREGUES/PROTOCOLADAS AO

ADMINISTRADOR JUDICIAL **ROGÉRIO DE LELLIS PINTO, Advogado com registro na OAB-DF 25.248 e OAB-SP 315.485, COM ENDEREÇO PROFISSIONAL SGCV. LOTE 24, TORRE A, APTO 702, PARK SUL GUARÁ, DISTRITO FEDERAL-DF, CEP. 71.215-740, TELEFONE (61) 9296-6772, EMAIL rogeriorlp@hotmail.com**

BEM COMO O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA PROPOREM OBJEÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL PREVISTO NO ARTIGO 55 E PARÁGRAFO ÚNICO DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei.

RONDONÓPOLIS – MT, 09 de novembro de 2023

Thais Muti

Gestor (a) Judiciário (a)

INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA RECUPERANDA, PARA NO PRAZO DE 05 DIAS, PUBLICAR O EDITAL DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONFORME DECISÃO JUDICIAL.

INTIMAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL, PARA NO PRAZO DE 05 DIAS, PUBLICAR O EDITAL DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 191 DA LEI 11.101/2005.

INTIMAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL PARA, NO PRAZO LEGAL, MANIFESTAR ACERCA DA PETIÇÃO E DOCUMENTOS ANEXADOS NO ID. 133190849 E SEGUINTE PELA PARTE AUTORA.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS-MT

Autos nº:_____1022463-24.2023.8.11.003
Natureza:_____Recuperação Judicial

ROGÉRIO DE LELLIS PINTO, já devidamente qualificado nos autos da Recuperação Judicial acima transcrita, no exercício da Administração Judicial nomeada e compromissada, vem, respeitosamente, à honrosa presença de Vossa Excelência em atenção as intimações registradas através dos IDs 134045594 e 134077832, apresentar sua manifestação o que faz nos termos adiante aduzidos:

I – Intimação ID 134045594 – Publicação do Edital de Processamento

Em atenção a ordem advinda de Vossa Excelência, sem perder de vista as determinações da Lei nº 11.101/05 a Administração Judicial informa que o Edital de Processamento da Recuperação Judicial, assim como as peças mais importantes do caderno processual já se encontram publicadas e disponibilizadas (conforme doc. Anexo) no sítio eletrônico advocacialellis.adv.br, na aba publicações, onde também poderão os credores realizarem as habilitações e impugnações de crédito.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:00
Número do documento: 23111607282634300000130200886
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23111607282634300000130200886
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 16/11/2023 07:28:27

Para acesso aos documentos ali expostos, necessário apenas que o interessado clique no documento e solicite autorização de acesso, o que se dá apenas para fins de controle, e qualquer outro esclarecimento ou dado poderá ser solicitado pelos interessados a partir dos canais lá informados, ou pelo seguinte e-mail alternativo: rogerio@rogerioadvocacia.com.

I – Intimação ID 134077832 – Manifestação Relacionada a Alegação de Foto Novo

Através da petição de ID os Autores sustentam, em apartada síntese, que as sacas soja objeto da operação levada a efeito com a empresa Cargill S.A, e cujos valores aportaram nestes autos, não teria sido originada das terras cultivadas com os insumos cedidos pela credora Rural Brasil, trazendo documentos para comprovar o que informam.

Aduzem então que, diante desses fatos novos, não teria a soja em foco qualquer relação com a pretensa operação de "*barter*" ensejadora da garantia prestada através das CPRs apresentadas pela Rural Brasil, razão pela qual requer que se mantenha a autorização de levantamento dos valores depositados ou seja novamente assim autorizado.

Excelência, não obstante a intimação para manifestação sobre a petição indicada ter sido inicialmente direcionada para esta Administração Judicial, é imperioso reconhecer que a questão posta envolve diretamente os direitos que alega ter a credora Rural Brasil sobre o produto da soja depositada e depois alienada para a empresa Cargill que, aliás, é objeto de discussão perante o e. TJ-MT.

De se observar ainda que, a despeito do inequívoco interesse da mencionada credora, não foi ela instada a se pronunciar sobre a petição e o pedido apresentado pelos Autores que,

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:00
Número do documento: 23111607282634300000130200886
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23111607282634300000130200886
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 16/11/2023 07:28:27

aliás, também traz requerimento para a sua devida intimação e pronunciamento, caso assim queira.

Desse modo, e no intuito de resguardar o constitucional direito ao contraditório e a ampla defesa da credora Rural Brasil, sugere a Administração Judicial que antes de seu pronunciamento, seja a referida credora intimada através de seus d. patronos já habilitados nos autos a, caso queiram, apresentar, no prazo legal, a resposta que tiverem sobre o pedido dos Autores.

E, sendo também esse o entendimento de Vossa Excelência, requer ainda que após o prazo concedido a referida credora, este Administrador Judicial seja intimado novamente para trazer aos autos sua resposta ao que apurou sobre os fatos narrados pelos Recuperandos.

Contudo, não tendo este i. Juízo o mesmo entendimento acima esposado, requer alternativamente nova oportunidade para que a Administração Judicial traga ao caderno procedimental seu devido pronunciamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Rondonópolis-MT, 14 de novembro de 2023.

Rogério de Lellis Pinto
Administrador Judicial

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:00
Número do documento: 23111607282634300000130200886
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23111607282634300000130200886
Assinado eletronicamente por: ROGERIO DE LELLIS PINTO - 16/11/2023 07:28:27


Publicações
Recuperação Judicial Grupo Mello
PedidoTutela Antecipada GrupoMello
DecisaoDeferido Tutela AntecipadaGrupoMello
PedidoRJ GrupoMello
Decisao DeferidoRJ GrupoMello
Edital
Fique por dentro das novidades!

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

PROCESSO N.º 1022463-24.2023.8.11.0003

SIDNEY PINTO DE MELLO E OUTROS – TODOS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, em cumprimento à intimação retro, requerer a juntada da publicação do edital de deferimento no Diário Oficial.

Outrossim, requer que todas as intimações sejam feitas em nome do Dr. Pedro Vinicius dos Reis, OAB/MT 17.942, sob pena de nulidade.

Termos em que, pede deferimento.

Rondonópolis/MT, 17 de novembro de 2023.

PEDRO VINICIUS DOS REIS
OAB/MT 17.942

ROSANE SANTOS DA SILVA
OAB/MT 17.087

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:00
Número do documento: 23111708303266300000130334900
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23111708303266300000130334900
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 17/11/2023 08:30:33

TERCEIROS

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO-UNEMAT**, CNPJ 01.367.770/0001-30 torna público que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT) a **OUTORGA DE DIREITO DE USO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA**, de um poço localizado na Rua dos Aviadores, CIDADE UNIVERSITÁRIA; Bairro Santos Dumont, CEP 78211352, Cáceres-MT, denominado PT01, coordenadas 16°4'34.83"S e 57°39'5.22"O.

Protocolo 1511253

GINCO ZETA INCORPORAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ: 21.854.976/0001-00, com sede na Av. Miguel Sutil, nº 8.061, Bairro Duque de Caxias II, Cuiabá-MT, torna público que requereu à **Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT**, as Licenças Ambientais - Modalidade: LP-Licença Prévia e LI-Licença de Instalação para a atividade de Condomínio Horizontal Residencial Multifamiliar, localizado na Avenida Planejada do CT - Centro de Treinamento, s/n, Bairro Petrópolis, Várzea Grande - MT. Coordenadas Geográficas: 15º35'6.91"S 56º09'23.27"O.

Protocolo 1511840

EDITAL DE DEFERIMENTO DE PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

AUTOS N. 1022463-24.2023.8.11.0003.
ESPÉCIE: RECUPERAÇÃO JUDICIAL
PARTE: SIDNEY PINTO DE MELLO - CPF 669.115.919-53 E CNPJ 51.416.335/0001-26; **MARA VIOLIN DE MELLO** - CPF 037.810.239-74 E CNPJ 51.431.235/0001-79; **EDSON PINTO DE MELO** - CPF 669.115.089-91 E CNPJ n.º 51.400.888/0001-90; **VERA LUCIA GALLO DE MELLO** - CPF 614.594.029-87 E CNPJ n.º 51.420.202/0001-23; **RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO** - CPF 089.692.479-39 E CNPJ n.º 51.416.621/0001-91; **MARCO ANTONIO DE MELLO** - CPF 064.020.619-05 E CNPJ n.º 51.416.751/0001-24 - GRUPO MELLO

ADVOGADO DA PARTE REQUERENTE: PEDRO VINICIUS DOS REIS, OAB/MT 17.942.

ROGÉRIO DE LELLIS PINTO, **Advogado com registro na OAB-DF 25.248 e OAB-SP 315.485**, **COM ENDEREÇO PROFISSIONAL SGCV. LOTE 24, TORRE A, APTO 702, PARK SUL GUARÁ, DISTRITO FEDERAL-DF, CEP. 71.215-740, TELEFONE (61) 9296-6772, EMAIL rogeriorlp@hotmail.com**

VALOR DA CAUSA: R$ 50.396.526,43
FINALIDADE: FAZER SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam neste Juízo e Secretaria da 4ª Vara Cível de Rondonópolis/MT, os autos acima identificados, cujo teor da petição inicial segue resumido: Tratam-se os Requerentes de grupo familiar de origem do estado do Paraná, onde desde 1975 os irmãos Sidney e Edson já exerciam a atividade agrícola com o plantio de soja e milho na região de Maringá/PR. 55. Foi em Maringá/PR que constituíram suas famílias, onde Sidney se casou com Mara e Edson com Vera, aqui também Requerentes. Da relação entre Edson e Vera, vieram os filhos Rafael e Marco que, se espelharam no pai e, já na vida adulta, também se enveredaram para o cultivo das commodities. Desde sempre o grupo familiar maneja o plantio dos grãos conjuntamente, inicialmente, como dito no estado do Paraná e, com o passar dos anos, alçando voos maiores, através de arrendamento, onde em 2014 iniciaram o cultivo também no Estado do Mato Grosso, na cidade de Campinápolis, cerca de 640 hectares. Quando chegaram naquela região identificaram a necessidade de preparar a terra e corrigir o solo, com isso, obtendo êxito, conseguiram em 2015 aumentar sua área de cultivo para cerca de 1.000 hectares. Felizmente, foi uma época em que o clima era propício e permitiu que o Grupo Familiar fosse crescendo de maneira organizada, aproveitando para reinvestir os resultados na abertura/arrendamento de novas áreas. Com o advento e disseminação da técnica do plantio direto, os Requerentes passaram a ter acesso a máquinas e implementos que possibilitaram incrementos significativos de produtividade, o que proporcionou um retorno econômico positivo sobre os investimentos e esforços realizados. Contudo, o produtor rural, nunca aguarda o caso fortuito/força maior, relacionado diretamente a sua produção, onde sua instabilidade impacta diretamente na produção agrícola de uma maneira geral, positiva ou negativamente, não sendo diferente com os Requerentes que, no decorrer dos anos, principalmente em 2015 sofreram com a seca da região e baixa produtividade daquele ano, entretanto, o novo prejuízo não será suportado nas presentes condições, sem que haja a intervenção legal apta a viabilizar a superação da crise ora instalada. [...] O fator clima ainda afetou os Requerentes em 2023, tendo em vista as chuvas que se deram na região do Xingu, o que ocasionou a perda ao equivalente a 550 hectares de soja. Nesse ínterim, foi arrendado ainda outra área em Vila Rica de 760 hectares de pastagem, conseguindo abrir ainda mais 350 hectares. Contudo, com o plantio tardio devido ao clima, sofreram ainda nesta área com o ataque da mosca branca e muitas chuvas na fase de colheita, o que ocasionou resultados deficitários para o grupo. Devido a seca, tanto em Campinápolis, quanto em Santa Cruz do Xingu, a produção da safrinha não se deu como planejada. Por duas principais e inesperadas razões: a) a quebra da produtividade esperada, ocorrida por força de condições climáticas; b) a queda abrupta dos valores vinculados aos grãos que representa até o momento a cerca de 43% ante ao mesmo período do ano passado. Diante desse cenário, buscaram os Requerentes a renegociação de seus contratos, entretanto, esbarraram nas tentativas que restaram infrutíferas. (...)" Postularam pela concessão de medidas urgentes. Vieram-me os autos conclusos. **RESUMO DA DECISÃO:** DECIDO. LITISCONSÓRCIO ATIVO. De proêmio, valioso registrar que a formação de litisconsórcio ativo é permitida nos processos recuperacionais. [..] In casu, é possível perceber a estreita ligação entre os requerentes, que atuam de forma complementar e interagem em busca de interesses comuns de natureza econômica e financeira, cruzando-se em suas relações e negócios jurídicos; restando, outrossim, evidente a existência de grupo econômico, sendo possível a presença de todos no mesmo polo ativo - ficando autorizada, portanto, a consolidação processual. **DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**. Os pressupostos exigidos para o deferimento do processamento da Recuperação Judicial estão elencados nos artigos 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005; e, segundo consta da conclusão da CONSTATAÇÃO PRÉVIA, restaram satisfatoriamente preenchidos pelos requerentes- Id. 127164482 e 127786385. Colaciono a conclusão do laudo: (...) 1. Pela regularidade da documentação até então acostadas aos autos, restando devidamente comprovada a existência de atividade sobre a qual os Requerentes buscam o seguimento, sendo esta, plenamente capaz de ocasionar os benefícios a que se refere o art. 47 da Lei 11.101/2005, posto que se tratam de produtores rurais atuantes em considerável área de plantio, gerando empregos e produzindo riquezas" (...)E mais: (...) b) Restou devidamente comprovada a existência de atividade sobre a qual os Requerentes buscam o seu soerguimento, plenamente capaz de ocasionar os benefícios a que se refere o art. 47 da Lei 11.101/2005; c) Diante do passivo apresentado, a atividade dos Requerentes demandará de enorme esforço para cumprir seus compromissos perante os credores; d) Há longa experiência no negócio por parte dos devedores, contudo, necessitam neste momento de um fôlego para honrar os compromissos com seus credores; e) Inconteste que há funcionamento nas fazendas indicadas pelos Requerentes e visitada por este expert, e que atenderam a todos os requisitos legais exigidos, com a apresentação da documentação imposta pela lei; (...) Outrossim, segundo o laudo apresentado, foi constatado o requerimento da utilização do instituto por produtores rurais que estão em crise financeira, mas são economicamente viáveis - de modo que emergem fortes indícios acerca do efetivo comprometimento dos requerentes e do interesse dos mesmos na preservação da integridade de seus negócios, tendo em vista a adequada instrução da petição inicial e as conclusões da constatação prévia. Ressalto, por outro turno, que uma análise mais acurada será desenvolvida pela Administração Judicial que atuará no feito - podendo ser exigida documentação complementar, sempre que se revelar necessário, em qualquer momento processual. Registro, ainda, que o deferimento do processamento de uma recuperação judicial não é definitivo. O processo só se consolida com a aprovação do plano. O plano tem caráter negocial. Todos os envolvidos são partícipes na construção de uma solução para a crise instalada. Preenchidos, pois, neste momento, os requisitos legais necessários, estando em termos a documentação exigida nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/2005, **DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL** de SIDNEY PINTO DE MELLO, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual portador do CNPJ sob o n.º 51.416.335/0001-26; MARA VIOLIN DE MELLO, produtora rural inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual portador do CNPJ sob o n.º 51.431.235/0001-79; EDSON PINTO DE MELO, produtor rural, inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, portador do CNPJ sob o n.º 51.400.888/0001-90; VERA LUCIA GALLO DE MELLO, produtora rural inscrita na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresária individual, portadora do CNPJ sob o n.º 51.420.202/0001-23; RAFAEL RODRIGO GALLO DE MELLO, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual, portador do CNPJ sob o n.º 51.416.621/0001-91; e MARCO ANTONIO DE MELLO, produtor rural inscrito na junta comercial do Estado de Mato Grosso, na qualidade de empresário individual portador do CNPJ sob o n.º 51.416.751/0001-24 - e, nos termos do art. 52 da mesma lei, determino as medidas administrativas e judiciais seguintes. **DA NOMEAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL**. Consoante o disposto no inciso I, do artigo 52, da Lei 11.101/2005 e observando o previsto no artigo 22 da mesma lei, nomeio o DR. ROGÉRIO DE LELLIS PINTO, devidamente cadastrado junto a este Juízo e no banco

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:00
Número do documento: 23111708303357400000130334901
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23111708303357400000130334901
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 17/11/2023 08:30:34

de Administradores Judiciais do TJ/MT, para exercer a administração judicial. Providencie-se, a Secretaria Judicial, a inclusão no PJe do Administrador Judicial ora nomeado, para efeito de intimação das publicações. Proceda-se à sua imediata intimação, para formalização do termo de compromisso, no prazo de 48 horas (art. 33).. **DA DISPENSA DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS**. Com fulcro no teor do inciso II, do artigo 52, da Lei nº. 11.101/2005 dispenso a apresentação de certidões negativas. Nesse sentido(...). **DA SUSPENSÃO DAS AÇÕES**. DETERMINO a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações ou execuções contra os requerentes, na forma do artigo 6º da Lei 11.101/05, devendo os respectivos autos permanecer no juízo onde se processam. Excetuam-se da aludida suspensão as ações que demandam quantia ilíquida (art. 6º, §1º); as ações de natureza trabalhista (art. 6º, §2º); as execuções de natureza fiscal, ressalvada a concessão de parcelamento tributário (art. 6º, §7º). Friso que, nos termos do artigo 6º, §4º, a suspensão ora determinada irá vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. **DA CONTAGEM DO PRAZO**. Nos termos do artigo 189, §1º, inciso I da Lei 11.101/2005, todos os prazos devem ser contados em dias corridos. **DA EXCLUSÃO DO SPC E PROTESTOS**. Ordeno, ainda, a suspensão das anotações negativas e protestos realizados nos nomes dos recuperandos, relativas a dívidas inseridas na recuperação judicial, bem como a proibição de novas inscrições, durante o prazo de blindagem. (...) **DA MANUTENÇÃO DOS RECUPERANDOS NA POSSE DOS BENS ESSENCIAIS AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES:** Pleitearam os recuperandos a concessão de medida urgente para que seja impedida a retirada de bens essenciais ao desenvolvimento das suas atividades empresariais. Contudo, registro que a essencialidade dos bens deverá ser apreciada e decidida caso a caso, após a prévia manifestação do Administrador Judicial, que acompanhará com proximidade o desenvolvimento das atividades dos recuperandos e poderá discorrer, com precisão, acerca da essencialidade de cada um em específico. (...). **DAS CONTAS MENSAIS**. Determino que os recuperandos apresentem as contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de suportar destituição da administração (art. 52, V). O primeiro demonstrativo mensal deverá ser protocolado como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverá ser juntado aos autos principais, sendo que os demonstrativos mensais subsequentes deverão ser sempre direcionados ao incidente já instaurado. **DAS INTIMAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**. Ordeno a notificação do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que os devedores tiverem estabelecimentos/fazendas, providenciando os recuperandos o encaminhamento. Oficie-se à Junta Comercial, para que seja feita a anotação determinada pelo §único do art. 69. Expeça-se o edital previsto no art. 52, § 1º, incisos I a III da Lei 11.101/05, para conhecimento de todos os interessados, com advertência dos prazos do art. 7º, §1º, e art. 55 da LRF. Os recuperandos deverão apresentar a minuta, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ser complementada pela Serventia, com os termos desta decisão. Deverão também, os recuperandos, providenciar a publicação do edital, no prazo de 05 (cinco) dias. Os credores têm o prazo de quinze (15) dias para apresentarem as suas habilitações diretamente perante a Administração Judicial ou as suas divergências quanto aos créditos relacionados, na forma do art. 7º, § 1º, do diploma legal supracitado; e o prazo de trinta (30) dias para manifestarem objeção ao plano de recuperação dos devedores, a partir da publicação do edital a que alude o art. 7º, § 2º, da LRF, de acordo com o disposto art. 55, § único, do mesmo diploma legal. Nos termos do disposto no art. 52, §2º, deferido o processamento da recuperação judicial, os credores poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembleia geral para a constituição do Comitê de Credores, observado o disposto no §2º do art. 36 da Lei nº 11.101/05. Advirto que, deferido o processamento, aos devedores não será permitido desistir do pedido de recuperação judicial, salvo se obtiverem aprovação da desistência na Assembleia Geral de Credores (art. 52, §4º). **DA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**. Consoante o artigo 53 da Lei nº 11.101/2005, deverão os recuperandos apresentar, em 60 (sessenta) dias, o plano de recuperação judicial, sob pena de convolação em falência. O plano de recuperação judicial deverá conter a discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 da lei citada, e seu resumo; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada (incisos I, II e III do art. 53). Com a apresentação do plano, expeça-se o edital contendo o aviso do art. 53, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, com prazo de 30 (trinta) dias para as objeções - devendo, os recuperandos, providenciarem, no ato da apresentação do plano, a minuta do edital, inclusive em meio eletrônico. Caso ainda não tenha sido publicada a lista de credores pela Administração Judicial, a legitimidade para apresentar objeção será daqueles que já constam do edital dos devedores e que tenham postulado a habilitação de crédito. Publicada a lista de credores apresentada pela Administração Judicial, (art. 7º, §2º), eventuais impugnações (art. 8º) deverão ser protocoladas como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverão ser juntadas aos autos principais (art. 8º, parágrafo único); e as que forem juntadas, deverão ser excluídas pela Serventia, independente de nova ordem do Juízo.

Nos termos do previsto no artigo 23 da RECOMENDAÇÃO Nº 102, DE 8 DE AGOSTO DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, o Ministério Público manifestar-se-á em impugnações, habilitações e incidentes de verificação judicial de crédito, incluindo os fazendários, após instaurado o contraditório e emitido o parecer do Administrador Judicial. **DERRADEIRAS DETERMINAÇÕES.** Nos termos da decisão de Id. 125663061, já foi autorizado o pagamento das custas processuais de forma parcelada. Providencie-se, o grupo requerente, a comprovação do pagamento. Cumpra-se esta decisão, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo, atentando-se para que, de todos os despachos e decisões judiciais, sejam intimadas os recuperandos, o administrador judicial, todos os credores e interessados, e notificado o órgão Ministerial, sempre atentando-se para o disposto no artigo 79 da Lei 11.101/2005.

RELAÇÃO DE CREDORES - TRABALHISTA: ALBENIRI ALVES DE ALMEIDA R$ 8 .306,00 MENSAL; SAMUEL CAETANO ROSA DE OLIVERA R$ 7 .587,00; CARLOS HENRIQUE CARVALHO LIMA R$ 6 .920,00; JULIA BARROS CASTRO R$ 5 .302,00; GLENIO JUNIOR VIEIRA MARQUES R$ 8 .836,00; ANA ALICE GOMES DA SILVA R$ 4 .055,00; RONALDO DA SILVA ALMEIDA R$ 7 .387,00; CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA ALVES R$ 6 .720,00; SAMYLLA MARTINS DEMELLAS R$ 4 .436,00; DIOGO MOREIRA SOUZA R$ 8 .311,00; DAVI PRUDENTE MOREIRA R$ 7 .613,00; **QUIROGRAFÁRIA:** LAVORO AGRO HOLDING S.A. R$ 1.027.783,71; AGROAMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S/A R$ 2.000.090,00; AGROAMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S/A R$ 210.577,00; INDUSTRIA QUIMICA KIMBERLIT LTDA MATRIZ R$ 115.735,50; INDUSTRIA QUIMICA KIMBERLIT LTDA - MATRIZ R$ 233.411,25; LOYDER INDUSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA-MATRIZ R$ 74.750,00; LOYDER INDUSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA -MATRIZ R$ 133.900,00; CAMAGRIL LTDA R$ 768.898,15; CAMAGRIL LTDA R$ 124.327,24; CAMAGRIL II R$ 33.757,27; XINGU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA; FERRARI ZAGATTO COM. DE INSUMOS S/A R$ 240.016,53; RURAL BRASIL LTDA - ENDOSSADA A INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA (FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS)- NP - 495/2023 R$ 2.500.000,00; RURAL BRASIL LTDA - ENDOSSADA A INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA (FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS)- NP - 552/2023 R$ 2.500.000,00; RURAL BRASIL LTDA - ENDOSSADA A INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA (FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS)- NP - 554/2023 R$ 2.500.000,00; AGRO OESTE COMERCIAL LTDA R$ 42.000,00; NEW AGRO - MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA R$ 442.800,00 ; COOCAMAR - COOPERATIVA DE CAFEICULTORES E AGROPECUARISTAS DE MARINGA - LTDA. R$ 1.115.790,59; COOCAMAR - COOPERATIVA DECAFEICULTORES E AGROPECUARISTAS DE MARINGA - LTDA. R$ 4 66.203,67; CB AGRÍCOLA - CONFRESA - CADORE BIDOIA & CIA LTDA R$ 7 .000,00; INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS VALENÇA LTDA R$ 60.000,00; **ME EPP:** GRAVENE E PEREIRA LTDA -ME R$ 2 .000,00; AUTO CENTER SILVA LTDA -ME R$ 1 .200,00; AUTO ELETRICA SOUZA -ME R$ 1 .400,00 **GARANTIA REAL:** RURAL BRASIL LTDA R$ 7.665.114,34; RURAL BRASIL LTDA R$ 41.190,00; RURAL BRASIL LTDA -FILIAL R$ 39.006,00; RURAL BRASIL LTDA-FILIAL R$ 36.800,00; RURAL BRASIL LTDA-FILIAL R$ 1.321.427,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 5.000.000,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 620.000,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 3.000.000,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 3.000.000,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 510.000,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 430.000,00; BANCO DO BRASIL S/A R$ 555.000,00; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL R$ 4.227.662,50; COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO DO ARAGUAIA E XINGU - SICREDI ARAXINGU-FILIAL R$ 173.500,00; SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL R$ 379.800,00; SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL R$ 581.924,00; SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL R$ 376.348,00; SICREDI - SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO-FILIAL R$ 357.600,00; BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.- MATRIZ R$ 736.068,85; BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.- MATRIZ R$ 4.909.815,07 BANCO CNH - INDUSTRIAL CAPITAL S/A R$ 1.634.089,64; **TOTAL: R$ 50.396.526,43**

ADVERTÊNCIAS: FICAM INTIMADOS OS CREDORES E TERCEIROS DOS PRAZOS PREVISTOS NO ARTIGO 7º, § 1º, DA LEI Nº 11.101/05 (15 DIAS), PARA APRESENTAÇÃO DE HABILITAÇÕES DE CRÉDITO E DIVERGÊNCIAS A SEREM ENTREGUES/PROTOCOLADAS AO ADMINISTRADOR JUDICIAL **ROGÉRIO DE LELLIS PINTO**, **Advogado com registro na OAB-DF 25.248 e OAB-SP 315.485**, **COM ENDEREÇO PROFISSIONAL SGCV. LOTE 24, TORRE A, APTO 702, PARK SUL GUARÁ, DISTRITO FEDERAL-DF, CEP. 71.215-740, TELEFONE (61) 9296-6772, EMAIL rogeriorlp@hotmail.com**

BEM COMO O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA PROPOREM OBJEÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL PREVISTO NO ARTIGO 55 E PARÁGRAFO ÚNICO DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei.

RONDONÓPOLIS - MT, 09 de novembro de 2023

Thais Muti
Gestor (a) Judiciário (a)

Protocolo 1515129

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:00
Número do documento: 23111708303357400000130334901
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23111708303357400000130334901
Assinado eletronicamente por: PEDRO VINICIUS DOS REIS - 17/11/2023 08:30:34

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 04ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS -MT

AUTOS Nº. 1022463-24.2023.8.11.0003

AGRO AMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.563.680/0001-01, com sede na cidade Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Rua Tenente Coronel Duarte, nº. 1777, CEP: 78015-501 (documento 01), com endereço eletrônico: borges@borgesepires.com.br e pires@borgesepires.com.br, telefone: (11) 3060-2121, por seus advogados (documento 02 e 03), nos autos do processo de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, ajuizado por **EDSON PINTO DE MELLO** e **OUTROS**, cujos seus créditos foram arrolados na lista de Credores, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, requerer a juntada dos documentos de representação e mandato em nome daquela, protestando pela habilitação nos autos.

Por fim, requer que todas as intimações e/ou publicações relativas ao presente feito sejam realizadas, **exclusivamente**, em nome dos advogados **ANDRÉ FARHAT PIRES, OAB/SP nº. 164.817**, e **RAFAEL VILELA BORGES, OAB/SP nº. 153.893**, sob pena de nulidade do ato processual praticado.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460235000000131193422
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460235000000131193422
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:03

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 28 de novembro de 2023.

ANDRÉ FARHAT PIRES

OAB/SP Nº. 164.817

RAFAEL VILELA BORGES

OAB/SP Nº. 153.893

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460235000000131193422
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460235000000131193422
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:03

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
51300013428	2054	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A.

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MTE2300184442

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		019	1	ESTATUTO SOCIAL

CUIABA
Local

2 Outubro 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/158.563-2	MTE2300184442	29/09/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
067.684.718-80	ROBERTO MOTTA	02/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

AGRO AMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S/A
NIRE 51300013428
CNPJ nº 13.563.680/0001-01
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2023

DIA, HORA E LOCAL: Em 28 de agosto de 2023, às 10:00 horas na sede social da empresa, localizada na Avenida Tenente Coronel Duarte, nº 1.777, bairro Porto, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, CEP 78015-501.

PRESENÇAS: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presenças.

MESA: Presidente: Yuji Watanabe; Secretário: Manabu Asakawa.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404 de 15.12.1976. Sendo assim, o Sr. Presidente declarou cumpridas todas as exigências legais para a realização da Assembleia.

ORDEM DO DIA: deliberar sobre **(i)** a alteração ao número de componentes do órgão executivo da administração da Companhia ("Diretoria"), assim como a alteração da nomenclatura e designação dos cargos ocupados por cada um dos Diretores eleitos para exercício de mandato executivo na Companhia; **(ii)** a alteração e redução do percentual mínimo obrigatório de distribuição de dividendos da Companhia aos seus acionistas; e **(iii)** a Consolidação do Estatuto Social.

Deliberações tomadas por unanimidade: Após exame e discussões das matérias constantes da Ordem do Dia, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes matérias, iniciando-se pela decisão de lavrar a presente Ata na forma sumária, conforme facultado pelo disposto no artigo 130, Parágrafo 1º, da Lei n. 6.404/76:

1. A alteração do número de componentes da Diretoria da Companhia para que referido órgão executivo passe a ser composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) Diretores, sendo um deles, obrigatoriamente, o Presidente e Diretor Presidente (CEO) e sendo os demais, independentemente de ordem de nomeação, os Diretores Vice-Presidentes. Quando da nomeação/eleição de um novo Diretor Vice-Presidente, caberá ao Conselho de Administração, ainda, atribuir a tal indivíduo função específica, conforme compatibilidade de sua experiência profissional e área de formação, para que lidere, dentro de suas competências, área pré-determinada como, incluindo, mas não se limitando a: (i) finanças e tesouraria; (ii) marketing, publicidade e propagada; (iii) comercial e novos negócios; (iv) operacional e estratégico; (v) tecnologia da informação e proteção de dados; entre outros que não definidos aqui, mas que serão devida e oportunamente definidos pelo Conselho de Administração quando da aprovação da eleição de determinado indivíduo para o cargo de Diretor Vice-Presidente.

1.1. Em razão da deliberação a que se refere o Item 1, acima, os Acionistas decidiram por alterar o texto da Cláusula Décima Quarta do Estatuto Social, para que passe a vigorar com a seguinte nova redação:

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

"***CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA:*** *A Companhia terá uma Diretoria composta por no mínimo 03 (três) e no máximo 5 (cinco) Diretores, sendo um deles, obrigatoriamente, o Presidente e Diretor Presidente (CEO) e sendo os demais, independentemente de ordem de nomeação, os Diretores Vice-Presidentes. Os Diretores poderão ser acionistas ou não, mas todos serão residentes no País e eleitos pelo Conselho de Administração.*

Parágrafo Primeiro*: Aos Diretores Vice-Presidentes, quando nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia, será atribuída função específica, conforme compatibilidade de sua experiência profissional e área de formação, para que lidere, dentro de suas competências, área pré-determinada como, incluindo, mas não se limitando a: (i) finanças e tesouraria; (ii) marketing, publicidade e propagada; (iii) comercial e novos negócios; (iv) operacional e estratégico; (v) tecnologia da informação e proteção de dados; entre outros que não definidos aqui, mas que serão devida e oportunamente definidos pelo Conselho de Administração quando da aprovação da eleição de determinado indivíduo para o cargo de Diretor Vice-Presidente*".

2. A redução do percentual obrigatório de distribuição de dividendos anuais da Companhia aos Acionistas que, até a data de realização da presente Assembleia Geral Extraordinária e em conformidade com o § Primeiro da Cláusula Vigésima Sexta do Estatuto Social da Companhia, era de 25% (vinte e cinco por cento), para 1% (um por cento).

2.1. Em razão da deliberação a que se refere o Item 2, acima, os Acionistas resolveram, ainda, alterar o texto da Cláusula Vigésima Sexta do Estatuto Social, para que passe a vigorar com a seguinte nova redação:

"***Cláusula Vigésima-Sexta****: O lucro líquido apurado em cada exercício, após deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento.*

§ Primeiro: *Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei 6404/76.*

§ Segundo*: A Companhia poderá elaborar balanços semestrais ou em menor período a fim de determinar ou alocar os resultados encontrados em tais períodos, e qualquer lucro poderá ser distribuído aos acionistas, após deliberação de acionistas representando a maioria do capital social*".

3. A consolidação do Estatuto Social, com nova redação que incorpora as alterações feitas às suas Cláusulas Décima Quarta e Vigésima Sexta na forma das deliberações (i) e (ii) imediatamente anteriores, e que segue anexo à presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária da forma de seu Anexo I.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL
pág. 4/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelo Presidente da mesa e Secretário.

Cuiabá/MT, 28 de agosto de 2023.

A presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.

Mesa:

Yuji Watanabe **Presidente**	**Manabu Asakawa** **Secretário**

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/158.563-2	MTE2300184442	29/09/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
900.940.118-93	MANABU ASAKAWA	03/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		
901.622.888-83	YUJI WATANABE	03/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

ANEXO I

Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
realizada em 28 de agosto de 2023

ESTATUTO SOCIAL
DA
AGRO AMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S.A.

NIRE 51300013428
CNPJ/MF nº 13.563.680/0001-01

CAPÍTULO I. DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FILIAIS, OBJETO E DURAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A. é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA: A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Tenente Coronel Duarte n° 1.777, Bairro Porto – Município de Cuiabá/MT CEP 78015-500, podendo manter, instalar ou extinguir filiais onde for conveniente aos interesses sociais, mediante resolução da Diretoria.

Parágrafo Primeiro:

A Companhia possui as seguintes filiais todas com o mesmo objeto social da matriz e destaque de capital de R$ 1.000,00 (mil reais):

a) Filial de Sorriso – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Perimetral Sudeste, nº 8925 Quadra 28, Lote 02/03 – Jardim Tropical Sorriso – MT, CEP 78.890-000
CNPJ 13.563.680/0020-66
Insc. Estadual 13.131.839-0
NIRE: 51900345341

b) Filial de Primavera do Leste – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rua São Paulo, 490 (lote 26 – Quadra 01) – Parque Industrial
Primavera do Leste – MT, CEP 78.850-000
CNPJ 13.563.680/0002-84
Insc. Estadual 13.054.997-5
NIRE: 51900345359

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

c) Filial de Rondonópolis – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Ítrio Correa da Costa, 1.647 – Cidade Salmen
Rondonópolis – MT, CEP 78.745-160
CNPJ 13.563.680/0003-65
Insc. Estadual 13.061.427-0
NIRE: 51900345367

d) Filial de Campo Verde – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Nelson Camilo Fernandes, S/N, quadra 01, lote 04 – Distrito Industrial II
Campo Verde – MT, CEP 78.840-000
CNPJ 13.563.680/0004-46
Insc. Estadual 13.131.815-2
NIRE: 51900345375

e) Filial de Tangará da Serra – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Av. Lions Internacional, 805-W, sala 01 e 02, Gleba Juntinho, Zona Urbana
Tangará da Serra – MT, CEP 78.300-000
CNPJ 13.563.680/0005-27
Insc. Estadual 13.137.863-5
NIRE: 51900345383

f) Filial de Campo Novo do Parecis – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Olacyr Francisco de Moraes, 1925, Lote 02, Quadra 02 – Setor Comercial
Campo Novo do Parecis – MT, CEP 78.360-000
CNPJ 13.563.680/0006-08
Insc. Estadual 13.164.120-4
NIRE: 51900345391

g) Filial de Sapezal – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Eng. José da Silva Tiago, S/N, quadra 303A, Lote 07– Lot. Água Clara
Sapezal – MT, CEP 78.365-000
CNPJ 13.563.680/0007-99
Insc. Estadual 13.164.268-5
NIRE: 51900345405

h) Filial de Lucas do Rio Verde – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Avenida Amazonas, 1899-S – Menino Deus
Lucas do Rio Verde – MT, CEP 78.455-000
CNPJ 13.563.680/0008-70
Insc. Estadual 13.171.710-3
NIRE: 51900345413

i) Filial de Diamantino – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rodovia MT 121, Quadra 01, Lote 08, salas - 01 à 05 – Novo Diamantino
Diamantino – MT, CEP 78.400-000
CNPJ 13.563.680/0009-50
Insc. Estadual 13.178.489-7
NIRE: 51900345421

j) Filial de Alta Floresta – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rod. MT 208, Lote 32, Setor LE - Centro
Alta Floresta – MT, CEP 78.580-000
CNPJ 13.563.680/0010-94
Insc. Estadual 13.179.074-9
NIRE: 51900345430

k) Filial de Canarana – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Rio Grande do Sul, 1904, Lote 20, Secção I – Projeto Canarana I
Canarana – MT, CEP 78.640-000
CNPJ 13.563.680/0011-75
Insc. Estadual 13.181.450-8
NIRE: 51900345448

l) Filial de Sinop – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rua Colonizador Enio Pipino, 6791, R-14/R-14G, quadra 14, lote 999
Setor Industrial Norte
Sinop – MT, CEP 78.550-556
CNPJ 13.563.680/0012-56
Insc. Estadual 13.203.558-8
NIRE: 51900345456

m) Filial de Mirassol D'Oeste – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rua Presidente Tancredo Neves, 5327, Qd.002 Lt. 2 bairro Chacará
Mirassol D'Oeste – MT, CEP 78.280-000

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL
pág. 9/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

CNPJ 13.563.680/0013-37
Insc. Estadual 13.206.134-1
NIRE: 51900345464

n) Filial de Juína – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida JK, 2789-N, Lote ADB-A, Quadra AV01 – Expansão Comercial AR-1
Juína – MT, CEP 78.320-000
CNPJ 13.563.680/0014-18
Insc. Estadual 13.233.590-5
NIRE: 51900345472

o) Filial de Goiânia – GO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Castelo Branco, nº 2316, Quadra 128A, Lotes 03, 04, 05 e 13 – Setor Campinas
Goiânia – GO, CEP 74.513-050
CNPJ 13.563.680/0021-47
Insc. Estadual 10.536.033-3
NIRE: 52900626723

p) Filial de Barra do Garças - MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Av. Senador Valdon Varjão nº 3796 Quadra Área, Lote Área – Bairro: BR 070
Barra do Garças – MT, CEP 78.600-000
CNPJ 13.563.680/0015-07
Insc. Estadual 13.330.570-8
NIRE: 51900345481

q) Filial de Nova Mutum – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rua Mary Loize, 522 S – bairro Lot. Coml. José Aparecido Ribeiro
Nova Mutum – MT, CEP 78.450-000
CNPJ 13.563.680/0016-80
Insc. Estadual 13.164.122-0
NIRE: 51900345499

r) Filial de Querência – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Sul, Quadra 07, Lote 05, Setor Industrial II
Querência – MT, CEP 78.643-000
CNPJ: 13.563.680/0017-60
Insc. Estadual 13.426.532-7
NIRE: 51900345502

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 10/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

s) Filial de Juara – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Ayrton Senna, n° 1108-S, Lotes 04, 05, 06 e 07, Quadra 002, Bairro Portal dos Buritis Juara – MT, CEP 78.575-000
CNPJ: 13.563.680/0022-28
Insc. Estadual: 13.466.584-8
NIRE: 51900364809

t) Filial de Vila Rica - MT,
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rua Amazonas, nº 174, Bairro Inconfidentes
Vila Rica - MT, CEP 78645-000
CNPJ: 13.563.680/0024-90
Insc. Estadual: 13.571.361-7
NIRE: 51900406731

u) Filial de Novo Progresso - PA
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Dr. Isaias Pinheiro, nº 1942, Bairro Santa Luzia
Novo Progresso - PA, CEP 68.193-000
CNPJ: 13.563.680/0025-70
Insc. Estadual: 15.478.098-7
NIRE: 15900424543

v) Filial de Ariquemes - RO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Capitão Silvio, nº 1481, Quadra BLA, Lote 15, Setor Áreas Especiais, Bairro Apoio Rodoviário Sul
Ariquemes - RO, CEP 76.876-728
CNPJ: 13.563.680/0028-13
Insc. Estadual: 00000004619439
NIRE: 11900187050

w) Filial de Vilhena - RO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Av. Celso Mazuti, nº 7363, Bairro Centro
Vilhena - RO, CEP 76.980-000
CNPJ: 13.563.680/0026-51
Insc. Estadual: 00000004619463
NIRE: 11900187041

x) Filial de Gurupi - TO

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 11/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rua Francisco Orellana, nº 668, Quadra 05, Lote 01 e 02, Bairro Loteamento Jardim das Bandeiras
Gurupi - TO, CEP 77.420-210
CNPJ: 13.563.680/0027-32
Insc. Estadual: 29475348-6
NIRE: 17900157059

y) Filial de Nova Maringa – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Av. Amos Bernardino Zanchet, s/n., quadra 002, lote 0008, Bairro São Pedro,
Nova Maringá – MT, CEP 78.440-000
CNPJ: 13.563.680/0029-02
Insc. Estadual: 13650264-4
NIRE: 5190043095-0

z) Filial de Guarantã do Norte – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Av. Pioneiro José Nelson Coutinho, nº 460, lote 828, bairro Jardim Aeroporto/MT
Guarantã do Norte – MT, CEP 78.520-000
CNPJ: 13.563.680/0030-38
Insc. Estadual: 13698653-6
NIRE: 5190044881-6

aa) Filial de Chapadão do Sul - MS
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Dois, nº 1499, Lote 04, Quadra 008-C, Bairro Centro
Chapadão do Sul – MS, CEP 79.560-000
CNPJ: 13.563.680/0032-08
Insc. Estadual: 28.433.306-9
NIRE: 54900370411

ab) Filial de Pontes e Lacerda - MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rodovia BR-174, Cerâmica do Manso, nº 2683, Lote REMB, Quadra 001, Bairro Chacara 72 Pontes e Lacerda – MT, CEP 78.250-000
CNPJ: 13.563.680/0031-19
Insc. Estadual: 13.735.338-3
NIRE: 51900469007

ac) Filial de Água Boa – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Industrial, nº 668, quadra 7, Lote 01 – Bairro Industrial I
Água Boa – MT, CEP 78.635-000

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 12/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

CNPJ 13.563.680/0023-09
Insc. Estadual: 13.780.294-3
NIRE: 51900403995

ad) Filial de Santarém-PA
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rodovia BR 163 KM 21, SN, Lote 01 Bairro: Distrito São José
Santarém – PA, CEP 68.030-991
CNPJ 13.563.680/0034-61
Insc. Estadual: 15.674.307-8
NIRE: 15902003375

ae) Filial de Redenção-PA
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Araguaia, S/N, quadra 10, lote 06, Ademar Guimarães
Redenção – PA, CEP 68.552-412
CNPJ 13.563.680/0035-42
Insc. Estadual: 15.678.740-7
NIRE: 15902004045

af) Filial de Jussara-GO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rua Rio Claro, S/N, quadra 21, lotes 06,07 e 08, Bairro Setor Alto da Boa Vista,
Jussara – GO, CEP 76.270-000
CNPJ 13.563.680/0036-23
Insc. Estadual: 10.798.631-0
NIRE: 52901605878

ag) Filial de Chapadão do Céu-GO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rua Inga Oeste, nº 837, lote 02, 03, 04 e 34, quadra 09, Bairro Nova Esperança,
Chapadão do Céu-GO CEP 75.828-000
CNPJ 13.563.680/0037-04
Insc. Estadual: 10.803.648-0
NIRE: 52901607714

ah) Filial de Balsas-MA
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Governador Luiz Rocha, nº 1001, lote 02, quadra 116, setor 003, Bairro São Felix
Balsas – MA, CEP 65.800-000
CNPJ 13.563.680/0039-76
Insc. Estadual: 12.669.673-0
NIRE: 2190058726-9

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 13/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

ai) Filial de Buritis-RO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rua Helenite Ferreira de Souza, nº 1575, lote 003, quadra 011, Bairro Setor 01
Buritis – RO, CEP 76.880-000
CNPJ 13.563.680/0038-95
Insc. Estadual: 00.584.377-4
NIRE: 1190029345-3

aj) Filial de Palmas-TO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Teotonio Segurado, S/N, quadra ACSU SO 110, lote 05, Conj. 01, Bairro Plano Diretor Sul
Palmas – TO, CEP 77018-392
CNPJ 13.563.680/0040-00
Insc. Estadual: 29.507.879-0
NIRE: 1790038921-9

al) Filial de Confresa-MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rua BR 158, S/N, quadra 78, lote 01AT, Bairro Genoveva
Confresa - MT, CEP 78.652-000
CNPJ 13.563.680/0043-52
Insc. Estadual: 13.849.811-3
NIRE: 5190052166-1

am) Filial de São Gabriel do Oeste-MS
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rua Elvino Ramos Nogueira, nº 2449 quadra 169, lote 08, Setor 2, Bairro Amabile Maffissoni
São Gabriel do Oeste - MS, CEP 79.490-000
CNPJ 13.563.680/0042-71
Insc. Estadual: 28.456.575-0
NIRE: 5492004968-5

an) Filial de Campo Grande -MS
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Consul Assaf Trad, nº 7327, Bairro Nova Lima
Campo Grande - MS, CEP 79.017-135
CNPJ 13.563.680/0041-90
Insc. Estadual: 28.461.097-6
NIRE: 5492004967-7

ao) Filial de Campo Grande -MS
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 14/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Avenida Costa e Silva, nº 440, Sala 01, Bairro Vila Progresso
Campo Grande - MS, CEP 79.018-000
CNPJ 13.563.680/0044-33
Insc. Estadual: 28.455.622-0
NIRE: 5492004969-3

ap) Filial de Araguaína -TO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Bernardo Sayao, s/n, lote 01, quadra 09, setor 0044, Bairro Jardim California
Araguaína – TO, CEP 77816-192
CNPJ 13.563.680/0050-81
Insc. Estadual: 29.518.144-3
NIRE: 1790039440-9

aq) Filial de Rio Branco – AC
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Via Chico Mendes, S/N, Bairro Vila do DNER
Rio Branco - AC, CEP 69906-134
CNPJ 13.563.680/0049-48
Insc. Estadual: 01.076.318.001-43
NIRE: 1292000268-4

ar) Filial de Paranatinga – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Avenida XV de Novembro, 1277, lote 07B4, quadra CH, Bairro Jardim Vista Alegre
Paranatinga - MT, CEP 78870-000
CNPJ 13.563.680/0045-14
Insc. Estadual: 13.907.409-0
NIRE: 5190053812-2

as) Filial de Rio Verde – GO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Avenida Presidente Vargas, 3403, quadra 0040, Bairro Vila Maria
Rio Verde - GO, CEP 75905-310
CNPJ 13.563.680/0048-67
Insc. Estadual: 10.906.866-1
NIRE: 5290162851-7

at) Filial de em Maracaju – MS
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Rodovia Rod. Mini Anel, 1047, Bairro Anel Viário
Maracaju -MS, CEP 79150-000
CNPJ 13.563.680/0046-03

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 15/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Insc. Estadual: Insc. Estadual: 28.470.674-4
NIRE: 5492005861-7

au) Filial de Sidrolândia – MS
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Avenida Dorvalino dos Santos, 0000, Bairro Zona Comercial 1, lote R1A2, quadra 00ZC1
Sidrolândia - MS, CEP 79170-000
CNPJ 13.563.680/0047-86
Insc. Estadual: 28.468.877-0
NIRE: 54920058625

av) Filial de Cerejeiras – RO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Avenida Das Nações, 2645, lote 1/1, quadra A16, setor 07, Bairro Maranata
Cerejeiras - RO, CEP 76.997-000
CNPJ 13.563.680/0051-62
Insc. Estadual: 00.638.769-1
NIRE: 11900250371

ax) Filial de Dourados – MS
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Rua Buale Mustafa Rateib, 10495, lote 02, quadra 04, Bairro Chácara Castelo II,
Dourados - MS, CEP 79.835-000
CNPJ 13.563.680/0052-43
NIRE: 54920069058

aw) Filial de Altamira – PA
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Avenida Bonanza, 1001, lote 02, quadra 10, Bairro Alberto Soares
Altamira – PA, CEP 68.376-137
CNPJ 13.563.680/0053-24
Insc. Estadual: 15.871.603-5
NIRE: 1590203720-2

ay) Filial de Goiatuba – GO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Rodovia GO 320, 315, lote 05, quadra 30, Bairro, Jardim Santa Paula
Goiatuba - GO, CEP 75.600-000
CNPJ 13.563.680/0055-96
Insc. Estadual:10.994.143-8
NIRE: 5290164526-8

az) Filial de Guaraí – TO

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 16/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Avenida Bernardo Sayao, 2994, lote 09, quadra 02, Bairro Sul Mapa 2-A
Guaraí – TO, CEP 77.700-000
CNPJ 13.563.680/0056-77
Insc. Estadual:29.528.574-5
NIRE: 1790040081-6

ba) Filial de Jatai – GO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Avenida Goiás, S/N, lote 04, quadra Q, Bairro Vila Jardim Rio Claro
Jatai – GO, CEP 75802-110
CNPJ 13.563.680/000054-05
Insc. Estadual:10.994.240-0
NIRE: 5290164525-0; e

bb) Filial de Feliz Natal - MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Avenida Perimetral Norte, 182, lote 0003, quadra 0016, Bairro Setor Industrial II,
Feliz Natal – MT, CEP 78885-000
CNPJ: 13.563.680/0057-58
Insc. Estadual: 13.985.753-2
NIRE: 5190057037-9

bc) Filial de Porto Velho - RO
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Avenida Nações Unidas, 1180-A, Bairro Mato Grosso,
Porto Velho – RO, CEP 76804-436

bd) Filial de Xinguara - PA
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Rodovia Amazonas, 132, Quadra 02, Lote 08 e 09, Bairro Centro
Xinguara – PA, CEP 68555-175

be) Filial de Ponta Porã - MS
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Rodovia BR 463, S/N, Quadra FCH 44, Lote F, Bairro Zona de São Tomaz
Ponta Porã – MS, CEP 79906-666

bf) Filial de Jardim - MS
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A
Avenida Onze de Dezembro, 1.960, Quadra CH 04, Lote 04 C, Bairro Cachoeirinha
Jardim – MS, CEP 79240-000

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 17/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Parágrafo Segundo:

A Companhia possui as seguintes filiais, com capital de R$ 1.000,00 (mil reais) cada, destacados do capital social da matriz, com atividade de escritório administrativo, a saber.

Escritórios:

a) Escritório de Boa Esperança Sorriso – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Rua das Camélias, nº 447, Centro, Distrito de Boa Esperança
Sorriso – MT, CEP 78.896-000
CNPJ 13.563.680/0018-41
NIRE: 51900345511

b) Escritório de Tapurah – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida das Flores, nº 893, Centro
Tapurah – MT, CEP 78.573-000
CNPJ 13.563.680/0019-22
NIRE: 51900345529

c) Escritório de Cuiabá – MT
Agro Amazônia Produtos Agropecuários S.A.
Avenida Senador Metello, 556, – Centro Sul
Cuiabá – MT, CEP 78.020-600
CNPJ 13.563.680/0033-80
NIRE: 51900494931

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da Companhia será por tempo indeterminado, e o início de suas atividades dar-se-á na data de registro deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA: A Companhia tem por objeto social:

a) Comércio (distribuição e revenda) de produtos agropecuários;
b) Comércio (distribuição e revenda) e representação comercial de sementes, mudas, corretivos, fertilizantes, inoculantes, biofertilizantes, soja, sal mineral e outros alimentos para animais, máquinas e equipamentos agrícolas, defensivos agrícolas, defensivo aplicado produtos veterinários, inclusive vacinas imunológicas para uso na pecuária, grãos em estado primário, semi-elaborado ou industrializado e cereais;
c) Prestação de serviços fitossanitários;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 18/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

d) Prestação de serviços de pré limpeza, secagem, expurgo e armazenamento de cereais ensacados e a granel.
e) Importação e exportação de sementes, mudas, corretivos, fertilizantes, inoculantes, biofertilizantes, defensivos agrícolas, produtos veterinários, inclusive vacinas imunológicas para uso na pecuária, grãos em estado primário, semi-elaborado ou
industrializado e cereais, diretamente ou por intermédio de empresa comercial exportadora (Trading);
f) Produção e reembalagens de sementes.
g) Prestação de serviços de preparo de solo, plantio e colheita.
h) Prestação de Serviços de Agronomia e de Consultoria às Atividades Agrícolas e Pecuárias, Inclusive de Mapeamento de Fertilidade de Solo, Mapeamento de Presença e Identificação de Nematóides, Mapeamento de Compactação de Solo, Assessoria em Fertilidade de Solo, Imageamento por avião ou drone, Coleta de Análise Foliar, análise de laboratorial de solo, entre outros.

Parágrafo Único
A atividade de Representação Comercial da Companhia será exercida única e exclusivamente pela filial de Tangará da Serra, cujo capital social devidamente destacado do da matriz é de R$ 1.000,00 (mil reais), conforme disposto no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Segunda.

CAPÍTULO II. DO CAPITAL

Cláusula Quinta: O capital social da empresa subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 374.321.315,84 (trezentos e setenta e quatro milhões, trezentos e vinte e um mil, trezentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos), representado por 362.215.916 (trezentos e sessenta e dois milhões, duzentos e quinze mil e novecentos e dezesseis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal
§ Primeira: Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações

§ Segunda: Todas as despesas com desdobramento ou substituição de títulos representativos de ações correrão por conta do acionista.

§ Terceira: A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais.

CAPÍTULO III. DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

CLÁUSULA SEXTA: A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do ano social, e, extraordinariamente sempre que houver necessidade. As matérias abaixo exigirão sua aprovação em assembleia geral da Companhia:

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 19/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

(a) qualquer alteração ao Estatuto Social;

(b) o envolvimento da Companhia em quaisquer negócios ou atividades fora do escopo de seu objeto social;

(c) a eleição, suspensão ou destituição dos membros do Conselho de Administração;

(d) a aprovação do valor global a ser pago a título de remuneração anual aos membros da Diretoria, bem como aos membros dos órgãos societários das Subsidiárias;

(e) a redução de capital, resgate, recompra ou amortização de Ações;

(f) o aumento do capital ou qualquer emissão de Ações;

(g) a criação de qualquer classe nova de Ações ou a alteração dos direitos, preferências, vantagens ou condições (inclusive resgate e amortização) das Ações existentes;

(h) a incorporação, fusão, incorporação de ações, cisão, alteração do tipo societário da Companhia ou qualquer outra reorganização societária ou combinação comercial da ou envolvendo a Companhia;

(i) o encerramento, dissolução, liquidação (inclusive a nomeação do liquidante e a aprovação de suas contas), a cessação do estado de liquidação, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência;

(j) a declaração de dividendos ou de juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento ou distribuição, em qualquer formato, dos lucros pela Companhia aos seus acionistas;

(k) o registro da Companhia como companhia aberta ou para a negociação de seus instrumentos de dívida ou participações societárias em qualquer bolsa de valores, o registro ou realização de qualquer oferta pública inicial (initial public offering – IPO) ou de qualquer outra oferta pública de instrumentos de dívida ou participações societárias;

(l) qualquer emissão, restituição ou recompra dos valores mobiliários da Companhia, títulos de crédito conversíveis em ações ou estabelecendo qualquer direito de compra de ações;

(m) qualquer redução de capital, resgate, recompra ou amortização das ações, excetuando-se a redução do capital integralizado em dinheiro;

(n) aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia e das contas da administração de cada Exercício Social;

(o) a criação de qualquer reserva legal, exceção feita àquelas obrigatórias de acordo com a Lei aplicável;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 20/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

(p) qualquer alteração na estrutura administrativa da Companhia, incluindo a composição do Conselho de Administração e da Diretoria e excluindo o Cargo de Administração Sênior, e suas respectivas funções e competências;

(q) qualquer questão a ser aprovada por qualquer uma das subsidiárias da Companhia, em relação aos assuntos listados nos subitens (a) a (p) acima.

Parágrafo Único
Caso a aprovação de qualquer das matérias ou assuntos descritos na Cláusula Sexta pela assembleia geral da Companhia torne-se necessária, tais matérias ou assuntos deverão primeiramente ser aprovados pelo Conselho de Administração antes da sua submissão à assembleia geral para aprovação.

CLÁUSULA SÉTIMA: REVOGADA

CLÁUSULA OITAVA: As assembleias gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo seu substituto, ou na ausência de ambos, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da assembleia cabe a escolha do Secretário.

CAPÍTULO IV. DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA NONA: A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

CLÁUSULA DÉCIMA: O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Dentre os eleitos, a mesma assembleia geral designará aquele que ocupará a função de Presidente.

§ Primeiro: Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração", devendo permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores.

§ Segundo: Os membros do Conselho de Administração não receberão remuneração pelos serviços prestados à Companhia.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: Em caso de vaga de qualquer cargo do Conselho de Administração, os demais membros deverão nomear dentre eles um substituto para assumir suas funções.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 21/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

§ Primeiro: Dentro de 30 (trinta) dias após a vacância será convocada assembleia geral dos acionistas para preenchimento do cargo em caráter definitivo.

§ Segundo: No caso de ausência ou impedimento temporário, o Conselheiro ausente ou impedido temporariamente indicará, dentre os membros do Conselho de Administração aquele que o representará.

§ Terceiro: Nas hipóteses previstas neste Artigo, de vaga, ausência ou impedimento temporário, o substituto ou representante agirá, inclusive para o efeito de votação em reunião do Conselho, por si e pelo substituído ou representado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada Exercício Social, e, extraordinariamente, sempre que necessário, na sede da Companhia ou em qualquer outra localidade escolhida, mediante convocação do seu Presidente ou de quaisquer dois Conselheiros. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

§ Primeiro: As reuniões ordinárias serão convocadas pelo Presidente do Conselho, mediante comunicação, por escrito, expedida com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, devendo dela constar o local, dia e hora da reunião, bem como a ordem do dia e cópias da documentação comprobatória a ser discutida na reunião, salvo se de outra forma acordada por todos os Conselheiros titulares.

§ Segundo: O Presidente do Conselho de Administração (ou qualquer Conselheiro, caso não convocada pelo Presidente no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua solicitação) poderá convocar uma reunião extraordinária do Conselho, a qualquer momento, através do envio do aviso de convocação aos demais Conselheiros com, no mínimo, 7 (sete) dias úteis de antecedência, estabelecendo a data, horário e ordem do dia da referida reunião extraordinária, com aviso de recebimento, exceto se de outra forma acordado por todos os Conselheiros titulares.

§ Terceiro: As convocações previstas nos parágrafos anteriores serão dispensadas sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração, ou desde que os mesmos manifestem sua concordância à dispensa daquelas formalidades.

§ Quarto: Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente aquele que estiver, na ocasião, representado por seu substituto ou pessoa legalmente nomeada, ou que tiver enviado seu voto por escrito. Se uma reunião do Conselho não for instalada em primeira convocação em virtude de ausência de quórum, a reunião em segunda convocação será realizada no 3º (terceiro) dia útil seguinte, com aviso escrito de sua convocação enviado a todos os Conselheiros, com confirmação de recebimento, reestabelecendo a data, horário e ordem do dia da referida reunião em segunda convocação. Na reunião em segunda convocação, se o quórum especial aplicável não estiver presente e/ou não proferir seu voto, a reunião poderá ser instalada com qualquer

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 22/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

número de Conselheiros, estando apta a deliberar qualquer matéria pela maioria simples dos Conselheiros presentes e que proferirem seus votos.

§ Quinto: As resoluções do Conselho de Administração serão sempre tomadas por maioria de votos dos membros presentes às reuniões. O Presidente do Conselho de Administração não terá voto de desempate.

§ Sexto: Os membros do Conselho de Administração poderão validamente participar – e serão considerados presentes – de qualquer reunião do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por quaisquer outros meios que permitam uma comunicação instantânea de dados, e poderão enviar seus votos por fax ou por e-mail ao Presidente do Conselho, com aviso de recebimento, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da reunião em questão.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: O Conselho de Administração tem a função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, verificar e acompanhar sua execução:

(a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(b) eleger, suspender ou destituir os membros da Diretoria, inclusive o Diretor Presidente;

(c) outorgar garantias em nome da Companhia ou criar qualquer gravame sobre quaisquer ativos da Companhia em benefício de terceiros (incluindo obrigações financeiras);

(d) nomear ou destituir auditores da Companhia;

(e) aprovação do orçamento anual da Companhia (plano anual para dispêndio de capital, limite de estoque e plano de contratação de empréstimos a serem incluídos), bem como quaisquer revisões e alterações aos mesmos;

(f) alienação e cessão, gratuita ou onerosa, de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a US$ 100.000,00 (cem mil dólares); constituição de garantia (ou qualquer outra forma de oneração) sobre qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a US$ 100.000,00 (cem mil dólares) pela Companhia e suas subsidiárias;

(g) atividades fora do curso normal dos negócios da Companhia;

(h) vendas a crédito superiores a um valor em reais equivalente a US$ 10.000.000,00 (dez milhões de Dólares Norte-Americanos) por cliente e aprovação de contrato de compra exigindo que a Companhia efetue adiantamentos superiores a um valor em reais equivalente a US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Dólares Norte-Americanos) por fornecedor;

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 23/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

(i) deliberar sobre a constituição e extinção de sociedades controladas; a participação, direta ou indireta, em consórcios e joint ventures; investimentos e desinvestimentos, bem como a aquisição ou alienação de participações ou direitos de participação em outras sociedades pela Companhia e pelas suas subsidiárias;

(j) compra, venda ou arrendamento de ativos fixos, e dispêndio ou investimento de capital superiores a um valor em reais equivalente a US$ 100.000,00 (cem mil Dólares Norte-Americanos) por operação ou série de operações relacionadas, exceto se aprovado no último orçamento anual, aplicando-se os limites então aprovados;

(k) compra, venda, arrendamento ou cessão de qualquer propriedade intelectual da Companhia;

(l) implementação de quaisquer operações com derivativos, incluindo operações de futuros, operações a termo, operações de futuros sobre índices, opções, swaps, transações de metais preciosos ou quaisquer outras operações superiores a um valor em reais equivalente a US$ 100.000,00 (cem mil Dólares Norte-Americanos) que façam com que a Companhia assuma uma posição vendida ou comprada sem a necessária proteção (hedge) para tais operações, exceto em estrita conformidade com a política de derivativos da Companhia;

(m) celebração, alteração relevante e/ou rescisão de contratos contendo cláusulas de não concorrência ou não aliciamento;

(n) celebração, alteração relevante e/ou rescisão de contratos de distribuição com fornecedores que incluam qualquer tipo de obrigação financeira/econômica incondicional da Companhia (como, por exemplo, nos casos de obrigação de compras mínimas);

(o) adoção, revogação ou alterações das políticas gerais da Companhia;

(p) celebração, qualquer aditamento relevante ou rescisão de qualquer contrato ou outra operação, acordo, acerto, endividamento ou garantia entre a Companhia e quaisquer partes relacionadas;

(q) qualquer doação ou contribuição, seja em espécie ou bens, a quaisquer partidos políticos, associações políticas ou políticos em geral ou a qualquer entidade sem fins lucrativos;

(r) criação, adoção ou alteração relevante de qualquer plano de incentivo de longo prazo concedido à administração e/ou aos empregados da Companhia ou suas subsidiárias;

(s) aprovar qualquer matéria relativa a qualquer da(s) Subsidiária(s) da Companhia, quando forem relacionadas aos subitens (a) a (r) acima.

§ Único: Revogado

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 24/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: A Companhia terá uma Diretoria composta por no mínimo 03 (três) e no máximo 5 (cinco) Diretores, sendo um deles, obrigatoriamente, o Presidente e Diretor Presidente (CEO) e sendo os demais, independentemente de ordem de nomeação, os Diretores Vice-Presidentes. Os Diretores poderão ser acionistas ou não, mas todos serão residentes no País e eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro: Aos Diretores Vice-Presidentes, quando nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia, será atribuída função específica, conforme compatibilidade de sua experiência profissional e área de formação, para que lidere, dentro de suas competências, área pré-determinada como, incluindo, mas não se limitando a: (i) finanças e tesouraria; (ii) marketing, publicidade e propagada; (iii) comercial e novos negócios; (iv) operacional e estratégico; (v) tecnologia da informação e proteção de dados; entre outros que não definidos aqui, mas que serão devida e oportunamente definidos pelo Conselho de Administração quando da aprovação da eleição de determinado indivíduo para o cargo de Diretor Vice-Presidente.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: Os Diretores terão prazo de mandato de 3 (três) anos. Todos os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos.

§ Único: A remuneração dos diretores será estabelecida e distribuída entre os mesmos de acordo com o que for determinado pelo Conselho de Administração que os elegeu.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, de qualquer cargo de Diretoria, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração, em reunião a se realizar no prazo de 5 (cinco) dias depois da ocorrência da vaga.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por ano. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido.

§ Primeiro: As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente, ou por quaisquer dois diretores em conjunto. Para que possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois, se só houver dois diretores em exercício.

§ Segundo: As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: REVOGADA

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 25/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à assembleia geral ou ao Conselho de Administração. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para:

(a) zelar pela observância da lei e deste Estatuto;

(b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;

(c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; e

(d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários.

§ Primeiro: A representação da Companhia, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete ao Diretor Presidente.

§ Segundo: A Diretoria poderá, em reunião, indicar qualquer diretor ou autorizar a outorga de mandato a terceiros para, isoladamente, praticar atos de atribuição da Diretoria ou de qualquer diretor, sem prejuízo de poderes ou atribuições idênticos conferidos por este Estatuto ou pela Diretoria, a ela própria ou a qualquer diretor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: As escrituras e contratos de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: (a) por 2 (dois) diretores em conjunto; (b) por qualquer diretor em
conjunto com um procurador; ou (c) por 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes.

§ Único: Obedecido o disposto no Artigo 19, § 2º, deste Estatuto, a Companhia poderá ser representada por um único diretor ou procurador, agindo isoladamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA: As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de um ano.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador, ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Conselho de Administração, em reunião.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 26/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

CAPÍTULO V. DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: O Conselho Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

CAPÍTULO VI. DO EXERCÍCIO SOCIAL, DO BALANÇO E DO LUCRO

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA: O exercício social terá início em 1 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

§ Único: O primeiro exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA: Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes.

Cláusula Vigésima-Sexta: O lucro líquido apurado em cada exercício, após deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento.

§ Primeiro: Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei 6404/76.

§ Segundo: A Companhia poderá elaborar balanços semestrais ou em menor período a fim de determinar ou alocar os resultados encontrados em tais períodos, e qualquer lucro poderá ser distribuído aos acionistas, após deliberação de acionistas representando a maioria do capital social.

CAPÍTULO VII. DA TRANSFORMAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA: A Companhia poderá ser transformada de um tipo em outro, conforme o disposto no Artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações por meio de uma Assembléia Geral de Acionistas.

CAPÍTULO VIII.DA LIQUIDAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA:A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, em conformidade com o previsto na Cláusula Sexta deste Estatuto Social.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 27/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

CAPÍTULO IX. DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA-NONA: Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes.

Cuiabá/MT, 28 de agosto de 2023.

Mesa:

Yuji Watanabe	**Manabu Asakawa**
Presidente	**Secretário**

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL pág. 28/31

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/158.563-2	MTE2300184442	29/09/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
900.940.118-93	MANABU ASAKAWA	03/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		
901.622.888-83	YUJI WATANABE	03/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., de CNPJ 13.563.680/0001-01 e protocolado sob o número 23/158.563-2 em 29/09/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 2868368, em 03/10/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Evanete Ribeiro De Magalhaes Figueiredo.

Certifica o registro, o Secretário Geral, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
067.684.718-80	ROBERTO MOTTA	02/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
901.622.888-83	YUJI WATANABE	03/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		
900.940.118-93	MANABU ASAKAWA	03/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
901.622.888-83	YUJI WATANABE	03/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		
900.940.118-93	MANABU ASAKAWA	03/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 03/10/2023

Documento assinado eletronicamente por Evanete Ribeiro De Magalhaes Figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 03/10/2023, às 09:46.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 23/158.563-2.

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Cuiabá. terça-feira, 03 de outubro de 2023

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 2868368 em 03/10/2023 da Empresa AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A., CNPJ 13563680000101 e protocolo 231585632 - 29/09/2023. Autenticação: A2726E339579616DC9D463FEC1C3E842D7DA4F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/158.563-2 e o código de segurança SBDH
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/10/2023 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.
JULIO FREDERICO MULLER NETO SECRETÁRIO GERAL

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460326100000131193426
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460326100000131193426
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A.

Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANONIMA FECHADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5130001342-8	13.563.680/0001-01	20/04/2011	20/04/2011

Endereço Completo:

AVENIDA TENENTE-CORONEL DUARTE 1777 - BAIRRO PORTO CEP 78015-500 - CUIABA/MT

Objeto Social:

A)COMERCIO (DISTRIBUICAO E REVENDA) DE PRODUTOS AGROPECUARIOS. B)COMERCIO (DISTRIBUICAO E REVENDA) E REPRESENTACAO COMERCIAL DE SEMENTES, MUDAS, CORRETIVOS, FERTILIZANTES, INOCULANTES, BIOFERTILIZANTES, SOJA, SAL MINERAL E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS, DEFENSIVOS AGRICOLAS, DEFENSIVO APLICADO PRODUTOS VETERINARIOS, INCLUSIVE VACINAS IMUNOLOGICAS PARA USO NA PECUARIA, GRAOS EM ESTADO PRIMARIO, SEMI-ELABORADO OU INDUSTRIALIZADO E CEREAIS. C) PRESTACAO DE SERVICOS FITOSSANITARIOS. D) PRESTACAO DE SERVICOS DE PRE LIMPEZA, SECAGEM, EXPURGO E ARMAZENAMENTO DE CEREAIS ENSACADOS E A GRANEL. E) IMPORTACAO E EXPORTACAO DE SEMENTES, MUDAS, CORRETIVOS, FERTILIZANTES, INOCULANTES, BIOFERTILIZANTES, DEFENSIVOS AGRICOLAS, PRODUTOS VETERINARIOS, INCLUSIVE VACINAS IMUNOLOGICAS PARA USO NA PECUARIA, GRAOS EM ESTADO PRIMARIO, SEMI-ELABORADO OU INDUSTRIALIZADO E CEREAIS, DIRETAMENTE OU POR INTERMEDIO DE EMPRESA COMERCIAL EXPORTADORA (TRADING). F) PRODUCAO E REEMBALAGENS DE SEMENTES. G) PRESTACAO DE SERVICOS DE PREPARO DE SOLO, PLANTIO E COLHEITA. H) PRESTACAO DE SERVICOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA AS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS, INCLUSIVE DE MAPEAMENTO DE FERTILIDADE DE SOLO, MAPEAMENTO DE PRESENCA E IDENTIFICACAO DE NEMATOIDES, MAPEAMENTO DE COMPACTACAO DE SOLO, ASSESSORIA EM FERTILIDADE DE SOLO, IMAGEAMENTO POR AVIAO OU DRONE, COLETA DE ANALISE FOLIAR, ANALISE DE LABORATORIAL DE SOLO, ENTRE OUTROS.

Capital: R$ 374.321.315,84

TREZENTOS E SETENTA E QUATRO MILHÕES E TREZENTOS E VINTE E UM MIL E TREZENTOS E QUINZE REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS

Capital Integralizado: R$ 374.321.315,84

TREZENTOS E SETENTA E QUATRO MILHÕES E TREZENTOS E VINTE E UM MIL E TREZENTOS E QUINZE REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS

Prazo de Duração

INDETERMINADO

Diretoria

CPF/NIRE	Nome	Térm. Mandato	Cargo
164.209.618-07	EBENILSON DOS SANTOS	23/11/2023	VICE-PRESIDENTE E DIRETOR DE FINANCAS E MARKETING
067.684.718-80	ROBERTO MOTTA	08/08/2026	DIRETOR PRESIDENTE(CEO)
235.675.078-93	SHINYA KOBAYASHI	23/11/2023	VICE-PRESIDENTE

Status: XXXXXXXX Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 03/10/2023 Número: 2868368

Ato 007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

Evento(s) 019 - ESTATUTO SOCIAL

Empresa(s) Antecessora(s)

Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	5120124263-1	51300013428	xx	TRANSFORMACAO
AGRO AMAZONIA INSUMOS AGROPECUARIOS LTDA	5120124263-1	20110809394	xx	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (http://www.jucemat.mt.gov.br/) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000887743 e visualize a certidão)

23/167.304-3

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460431200000131193428
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460431200000131193428
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A.
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE ANONIMA FECHADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
5190040399-5	13.563.680/0023-09	AVENIDA INDUSTRIAL, 668, LOTE 1 QUADRA7, BAIRRO INDUSTRIAL I, 78635-000, AGUA BOA/MT
5190034543-0	13.563.680/0010-94	RODOVIA MT 208, SN, LOTE 32 SETOR LE, BAIRRO CENTRO, 78580-000, ALTA FLORESTA/MT
1590203720-2	13.563.680/0053-24	AVENIDA BONANZA, 1001, LOTE 02 QUADRA10, BAIRRO ALBERTO SOARES, 68376-137, ALTAMIRA/PA
1790039440-9	13.563.680/0050-81	AVENIDA BERNARDO SAYAO, S/N, LOTE 01 QUADRA09 SETOR 0044, BAIRRO JARDIM CALIFORNIA, 77816-192, ARAGUAINA/TO
1190018705-0	13.563.680/0028-13	AVENIDA CAPITAO SILVIO, 1481, QUADRA "BLA" LOTE 15 SETOR AREAS ESPECIAIS, BAIRRO APOIO RODOVIARIO SUL, 78931-000, ARIQUEMES/RO
2190058726-9	13.563.680/0039-76	AVENIDA GOVERNADOR LUIZ ROCHA, 1001, LOTE 02 QUADRA116 SETOR 003, BAIRRO SAO FELIX, 65800-000, BALSAS/MA
5190034548-1	13.563.680/0015-07	AVENIDA SENADOR VALDON VARJAO, 3796, QUADRA AREA LOTE AREA (FILIAL BARRA DO GARCAS), BAIRRO BR 070, 78600-000, BARRA DO GARCAS/MT
1190029345-3	13.563.680/0038-95	RUA HELENITE FERREIRA DE SOUZA, 1575, LOTE 003 QUADRA011, BAIRRO SETOR 01, 76880-000, BURITIS/RO
5492004967-7	13.563.680/0041-90	AVENIDA CONSUL ASSAF TRAD, 7327, BAIRRO NOVA LIMA, 79017-135, CAMPO GRANDE/MS
5492004969-3	13.563.680/0044-33	AVENIDA COSTA E SILVA, 440, SALA 01, BAIRRO VILA PROGRESSO, 79080-000, CAMPO GRANDE/MS
5190034539-1	13.563.680/0006-08	AVENIDA OLACYR FRANCISCO DE MORAES, 1925, LOTE 02 QUADRA 02 (FILIAL CAMPO NOVO DO PARECIS), BAIRRO SETOR COMERCIAL, 78360-000, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT
5190034537-5	13.563.680/0004-46	AVENIDA NELSON CAMILO FERNANDES, S/N, QUADRA01 LOTE 04, BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL II, 78840-000, CAMPO VERDE/MT
5190034544-8	13.563.680/0011-75	AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, 1904, LOTE 20 SECCAO I (FILIAL CANARANA), BAIRRO PROJETO CANARANA I, 78640-000, CANARANA/MT
1190025037-1	13.563.680/0051-62	AVENIDA DAS NACOES, 2645, LOTE 1/1 QUADRAA16 SETOR 07, BAIRRO MARANATA, 76997-000, CEREJEIRAS/RO
5290160771-4	13.563.680/0037-04	RUA INGA OESTE, 837, QUADRA09 LOTE 02 03 04 E 34, BAIRRO NOVA ESPERANCA, 75828-000, CHAPADAO DO CEU/GO
5490037041-1	13.563.680/0032-08	AVENIDA DOIS, 1499, LOTE: 04; QUADRA: 008-C, BAIRRO CENTRO, 79560-000, CHAPADAO DO SUL/MS
5190052166-1	13.563.680/0043-52	RUA BR 158, 0, LOTE 01AT QUADRA78, BAIRRO GENOVEVA, 78652-000, CONFRESA/MT
5190049493-1	13.563.680/0033-80	AVENIDA SENADOR METELLO, 556, BAIRRO CENTRO-SUL, 78020-600, CUIABA/MT
5190034542-1	13.563.680/0009-50	RODOVIA MT 121, SN, QUADRA 01 LOTE 08 SALAS 01/05 (FILIAL DIAMANTINO), BAIRRO NOVO DIAMANTINO, 78400-000, DIAMANTINO/MT
5492006905-8	13.563.680/0052-43	RUA BUALE MUSTAFA RATEIB, 10495, LOTE 02 QUADRA04, BAIRRO CHACARA CASTELO II, 79835-000, DOURADOS/MS
5190057037-9	13.563.680/0057-58	AVENIDA PERIMETRAL NORTE, 182, QUADRA0016 LOTE 0003, BAIRRO SETOR INDUSTRIAL II, 78885-000, FELIZ NATAL/MT
5290062672-3	13.563.680/0021-47	AVENIDA CASTELO BRANCO, 2316, QUADRA 128A, LOTES 03,04,05 E 13, BAIRRO SETOR CAMPINAS, 74513-050, GOIANIA/GO

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (http://www.jucemat.mt.gov.br/) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000887743 e visualize a certidão)

23/167.304-3

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460431200000131193428
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460431200000131193428
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A.
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE ANONIMA FECHADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
5290164526-8	13.563.680/0055-96	RODOVIA GO 320, 315, LOTE 05 QUADRA30, BAIRRO JARDIM SANTA PAULA, 75600-000, GOIATUBA/GO
1790040081-6	13.563.680/0056-77	AVENIDA BERNARDO SAYAO, 2994, LOTE 09 QUADRA02, BAIRRO SUL MAPA 2-A, 77700-000, GUARAI/TO
5190044881-6	13.563.680/0030-38	AVENIDA PIONEIRO JOSE NELSON COUTINHO, 460, LOTE 828, BAIRRO JARDIM AEROPORTO, 78520-000, GUARANTA DO NORTE/MT
1790015705-9	13.563.680/0027-32	RUA FRANCISCO ORELLANA, 668, QUADRA 05 LOTES 01 E 02 (FILIAL GURUPI), BAIRRO LOTEAMENTO JARDIM DAS BANDEIRA, 77410-010, GURUPI/TO
5492007785-9	13.563.680/0058-39	AVENIDA ONZE DE DEZEMBRO, 1960, QUADRACH04 - LOTE 04-C, BAIRRO CACHOEIRINHA, 79240-000, JARDIM/MS
5290164525-0	13.563.680/0054-05	AVENIDA GOIAS, S/N, LOTE 04 QUADRAQ, BAIRRO VILA JARDIM RIO CLARO, 75802-110, JATAI/GO
5190036480-9	13.563.680/0022-28	AVENIDA AYRTON SENNA, 1108 S, QUADRA002 LOTE 04 05 06 E 07, BAIRRO PORTAL DOS BURITIS, 78575-000, JUARA/MT
5190034547-2	13.563.680/0014-18	AVENIDA JK, 2789N, : FILIAL JUINA; LOTE: ADB-A; QUADRA: AV01;, BAIRRO EXPANSAO COMERCIAL AR-1, 78320-000, JUINA/MT
5290160587-8	13.563.680/0036-23	RUA RUA RIO CLARO, S/N, QUADRA21 LOTE 06 07 08, BAIRRO SETOR AUTO DA BOA VISTA, 76270-000, JUSSARA/GO
5190034541-3	13.563.680/0008-70	AVENIDA AMAZONAS, 1899-S, (FILIAL LUCAS DO RIO VERDE), BAIRRO MENINO DEUS, 78455-000, LUCAS DO RIO VERDE/MT
5492005861-7	13.563.680/0046-03	RODOVIA ROD. MINI ANEL, 1047, BAIRRO ANEL VIARIO, 79150-000, MARACAJU/MS
5190034546-4	13.563.680/0013-37	RUA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 5327, QUADRA 002 LOTE 2 (FILIAL MIRASSOL D'OESTE), BAIRRO CHACARA, 78280-000, MIRASSOL D'OESTE/MT
5190043095-0	13.563.680/0029-02	AVENIDA AMOS BERNARDINO ZANCHET, S/N, QUADRA002 LOTE 0008, BAIRRO SAO PEDRO, 78440-000, NOVA MARINGA/MT
5190034549-9	13.563.680/0016-80	RUA MARY LOIZE, 522-S, (FILIAL NOVA MUTUM), BAIRRO LOTEAM. JOSE APARECIDO RIBEIRO, 78450-000, NOVA MUTUM/MT
1590042454-3	13.563.680/0025-70	AVENIDA DOUTOR ISAIAS PINHEIRO, 1942, (FILIAL NOVO PROGRESSO-PA), BAIRRO SANTA LUZIA, 68193-000, NOVO PROGRESSO/PA
1790038921-9	13.563.680/0040-00	AVENIDA TEOTONIO SEGURADO, S/N, QUADRAACSU SO 110 LOTE 05 CONJ 01, BAIRRO PLANO DIRETOR SUL, 77018-392, PALMAS/TO
5190053812-2	13.563.680/0045-14	AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 1277, LOTE 07B4 QUADRACH SETOR 14, BAIRRO JARDIM VISTA ALEGRE, 78870-000, PARANATINGA/MT
5492007786-7	13.563.680/0061-34	RODOVIA BR-463, S/N, QUADRAFCH 44 LOTE- F, BAIRRO ZONA DE SAO TOMAZ, 79906-666, PONTA PORA/MS
5190046900-7	13.563.680/0031-19	RODOVIA RODOVIA BR-174, CERAMICA DO MANSO, 2683, QUADRA001 LOTE REMB, BAIRRO CHACARA 72, 78250-000, PONTES E LACERDA/MT
1190025489-0	13.563.680/0060-53	AVENIDA NACOES UNIDAS, 1180-A, BAIRRO MATO GROSSO, 76804-436, PORTO VELHO/RO
5190034535-9	13.563.680/0002-84	RUA SAO PAULO, 490, LOTE 26 QUADRA 01 (FILIAL PRIMAVERA DO LESTE), BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL, 78850-000, PRIMAVERA DO LESTE/MT
5190034550-2	13.563.680/0017-60	AVENIDA SUL, SN, QUADRA 07 LOTE 05 (FILIAL QUERENCIA), BAIRRO SETOR INDUSTRIAL II, 78643-000, QUERENCIA/MT

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (http://www.jucemat.mt.gov.br/) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000887743 e visualize a certidão)

23/167.304-3

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460431200000131193428
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460431200000131193428
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	AGRO AMAZONIA PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A.
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE ANONIMA FECHADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
1590200404-5	13.563.680/0035-42	AVENIDA ARAGUAIA, S/N, QUADRA10 LOTE 06, BAIRRO ADEMAR GUIMARAES, 68552-412, REDENCAO/PA
1292000268-4	13.563.680/0049-48	VIA CHICO MENDES, S/N, BAIRRO VILA DO DNER, 69906-134, RIO BRANCO/AC
5290162851-7	13.563.680/0048-67	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3403, QUADRA0040, BAIRRO VILA MARIA, 75905-310, RIO VERDE/GO
5190034536-7	13.563.680/0003-65	AVENIDA ITRIO CORREA DA COSTA, 1647, (FILIAL RONDONOPOLIS), BAIRRO CIDADE SALMEM, 78745-160, RONDONOPOLIS/MT
1590200337-5	13.563.680/0034-61	RODOVIA BR 163 KM 21, S/N, LOTE 01, BAIRRO DISTRITO SAO JOSE, 68030-991, SANTAREM/PA
5492004968-5	13.563.680/0042-71	RUA ELVINO RAMOS NOGUEIRA, 2449, SETOR 2 QUADRA169 LOTE 8, BAIRRO AMABILE MAFFISSONI, 79490-000, SAO GABRIEL DO OESTE/MS
5190034540-5	13.563.680/0007-99	AVENIDA ENG. JOSE DA SILVA TIAGO, S/N, LOTE 07 QUADRA303A, BAIRRO LOT. AGUA CLARA, 78365-000, SAPEZAL/MT
5492005862-5	13.563.680/0047-86	AVENIDA DORVALINO DOS SANTOS, 2728, LOTE R1A2 QUADRA00ZC1, BAIRRO ZONA COMERCIAL 1, 79170-000, SIDROLANDIA/MS
5190034545-6	13.563.680/0012-56	RUA COLONIZADOR ENIO PIPINO, 6791, R-14/R-14G QUADRA14 LOTE 999, BAIRRO SETOR INDUSTRIAL NORTE, 78550-556, SINOP/MT
5190034534-1	13.563.680/0020-66	AVENIDA PERIMETRAL SUDESTE, 8925, QUADRA 28 LOTE 02/03 (FILIAL SORRISO, BAIRRO JARDIM TROPICAL, 78890-000, SORRISO/MT
5190034551-1	13.563.680/0018-41	RUA DAS CAMELIAS, 447, (ESCRITORIO DE BOA ESPERANCA), BAIRRO CENTRO, 78896-000, SORRISO/MT
5190034538-3	13.563.680/0005-27	AVENIDA LIONS INTERNACIONAL, 805-W, SALAS 01/02 GLEBA JUNTINHO(FILIAL TANGARA DA SERRA, BAIRRO ZONA URBANA, 78300-000, TANGARA DA SERRA/MT
5190034552-9	13.563.680/0019-22	AVENIDA DAS FLORES, 893, (ESCRITORIO DE TAPURAH), BAIRRO CENTRO, 78573-000, TAPURAH/MT
5190040673-1	13.563.680/0024-90	RUA AMAZONAS, 174, BAIRRO INCONFIDENTES, 78645-000, VILA RICA/MT
1190018704-1	13.563.680/0026-51	AVENIDA CELSO MAZUTI, 7363, (FILIAL VILHENA), BAIRRO CENTRO, 76980-971, VILHENA/RO
1590204503-5	13.563.680/0059-10	RODOVIA AMAZONAS, 132, QUADRA: 002; LOTE: 08 ; 09, BAIRRO CENTRO, 68555-175, XINGUARA/PA

NADA MAIS#

Cuiabá, 18 de Outubro de 2023 08:28

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (http://www.jucemat.mt.gov.br/) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000887743 e visualize a certidão)

23/167.304-3

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:01
Número do documento: 23112815460431200000131193428
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460431200000131193428
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:04

ESTADO DE MATO GROSSO - COMARCA DE CUIABÁ
6º Serviço Notarial e Registro de Imóveis
Joani Maria de Assis Asckar
Tabeliã de Notas, Oficial Privativa do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição
José Pires Miranda de Assis
Tabelião Substituto
Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabaneda
1ª Substituta
Av. Tancredo Neves, 250 - Bairro Jardim Kennedy
Fone: (65) 3051-5300 - Fax: 3051-5333
www.6oficio.com.br - E-mail: atendimento@6oficio.com.br

Livro 004

Folhas 062

Protocolo 205687

PROCURAÇÃO

Procuração bastante que faz e assina na forma abaixo declarada.

SAIBAM quantos este Público Instrumento virem que no ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, dois mil e vinte e três **(2023)** aos **vinte e quatro (24)** dias do mês de **maio (05),** nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, perante mim Tabeliã compareceu como:>>>

OUTORGANTE: AGRO AMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S.A, com sede na avenida Tenente Coronel Duarte, nº 1.777, bairro Porto, nesta cidade de Cuiabá-MT, inscrita no CNPJ sob nº 13.563.680/0001-01 e JUCEMAT nº 51 3 0001342-8, e suas filiais, neste ato representado pelos diretores: **ROBERTO MOTTA, brasileiro, declara ser divorciado e que não convive em união estável, capaz, engenheiro agrônomo, portador da C.I/RG nº 13.897.718-5-SSP/SP 2ª via e CPF nº 067.684.718-80, filho de Rubems Motta e Romilda da Silva Motta, residente e domiciliado na rua Almirante Henrique Pinheiro Guedes, nº 160, apartamento 162, Edifício Helbor Privilege Goiabeiras, bairro Duque de Caxias, nesta cidade de Cuiabá-MT**; e **EBENILSON DOS SANTOS, brasileiro, declarou ser casado, capaz, contador, portador da Carteira Nacional de Habilitação de registro sob nº 00637624781 expedida pelo DETRAN de Cuiabá-MT em 04/11/2019, na qual consta a C.I/RG nº 27400661-SSP/SP e CPF nº 164.209.618-07, filho de José dos Santos e Wandra Dilcea Meyer dos Santos, com endereço comercial na avenida Senador Metello, nº 556, Centro Sul, nesta cidade de Cuiabá-MT,** reconhecida como a própria mediante apresentação dos documentos, do que dou fé, e por eles diretores me foi dito que, por este Público Instrumento nomeiam e constituem seu bastante:>>>>>

PROCURADOR: VILMAR DA SILVA, brasileiro, casado, contador, portador da C.I/RG nº 429234SSP/RO e CPF nº 485.780.882-04, residente e domiciliado na rua P 16, casa 21, quadra 33, Jardim Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade de Cuiabá-MT, dados fornecidos por declaração.>>

DOS PODERES: Pela outorgante me foi dito que por este instrumento nomeiam e constituem seu procurador com os poderes para, **agindo sempre em conjunto com qualquer diretor da empresa outorgante**, praticar os seguintes atos: (a) representar a empresa outorgante perante quaisquer instituições financeiras, no Brasil ou no exterior, estando autorizado a: (i) assinar contratos de empréstimos e contratos de derivativos, abrir, encerrar e movimentar contas correntes da outorgante; (ii) autorizar investimentos e aplicações financeiras; (iii) emitir, assinar e endossar cheques para depósito em conta da outorgante; (iv) solicitar saldos, extratos de contas e talões de cheque; (v) autorizar débitos, transferências e pagamentos por meio escrito; (vi) assinar toda a correspondência da outorgante com referidas instituições financeiras; (vii) assinar propostas, borderôs e endossar títulos de créditos (notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas e demais títulos de crédito) para caução, desconto e cobrança, devendo o produto da operação ser creditado em conta da outorgante; (viii) cadastrar, alterar, bloquear e desbloquear senhas de movimentação de contas correntes, contas de poupança e quaisquer outras senhas de

Esse documento foi assinado por Ebenilson dos Santos, ROBERTO MOTTA e SONIA MARIA DE QUEIROZ.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código G93U4-ZLG44-RWQQU-GRGW7

uso da outorgante, inclusive para acesso e movimentação das referidas contas, via meio eletrônico/internet; e (ix) assinar contratos de câmbio; (x) firmar, prorrogar ou rescindir contratos em geral, inclusive, mas não se limitando aos de prestação de serviços, na qualidade de prestadora e/ou contratante; (b) representá-la perante Instituições Privadas podendo para tanto assinar, aceitar e avalizar duplicatas e títulos de crédito; em geral, praticar todos os demais atos e assinar quaisquer documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do presente instrumento, a outorgante por meio deste instrumento desde já aprovando e ratificando tudo que o outorgado tenha feito ou possa vir a fazer em conformidade com os poderes acima conferidos; (i) contratar e destituir advogados, e pagar seus honorários, para representar os interesses da outorgante no Foro em geral e em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, por mais especial que seja, inclusive Justiça e Varas do Trabalho, podendo acordar, discordar, discutir, deliberar, transigir, confessar, exigir e/ou desistir, firmar compromissos ou acordos, receber, efetuar levantamentos e depósitos judiciais, dar quitação, receber citações e intimações judiciais ou extrajudiciais, prestar primeiras e últimas declarações, bem como representá-la perante quaisquer pessoas, incluindo pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, requisitar certidões e pleitear parcelamentos de dívidas; (ii) representar a outorgante perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, entidades autárquicas e paraestatais, Ministérios e seus órgãos tais como, exemplificativamente e sem exclusão de outros, a Receita Federal do Brasil, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), bem como perante Secretarias de Estado e seus órgãos, Prefeituras, empresas públicas, sociedades de economia mista, podendo, junto a esses órgãos e no trato de assuntos de interesse da outorgante, praticar os seguintes atos, sem prejuízo de outros não especificados: (iii) requerer, assinar e retirar todos e quaisquer documentos que se fizerem necessários ou forem exigidos; (iv) assinar contratos e/ou distratos em geral; (v) pagar taxas, tributos, multas, impostos, emolumentos e quaisquer outros valores devidos; (vi) solicitar certidões em geral, inclusive negativas de débitos; (vii) participar de licitações, concorrências e demais correlatos; (viii) preencher e assinar livros, folhas, cadastros, formulários, propostas e demais documentos pertinentes; (ix) apresentar, juntar e desentranhar documentos; (x) apresentar e assinar balanços; (xi) acordar, discutir, deliberar, firmar compromissos ou acordos; (xii) prestar primeiras e últimas declarações; (xiii) pedir vistas de processos; (xiv) estipular, discutir e concordar com valores, cláusulas, condições e restrições; (xv) pagar e receber quaisquer valores que lhe sejam devidos; e (xvi) dar e receber recibos e quitações; (xvii) receber intimações, citações ou notificações em processos administrativos; (c) em geral, praticar todos os demais atos e assinar quaisquer documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do presente instrumento, a outorgante por meio deste instrumento desde já aprovando e ratificando tudo que a outorgada tenha feito ou possa vir a fazer em conformidade com os poderes acima conferidos; (i) representar a outorgante perante quaisquer instituições financeiras, no Brasil ou no exterior, estando autorizado a: (ii) autorizar investimentos e aplicações financeiras; (iii) emitir, assinar e endossar cheques para depósito em conta da outorgante; (iv) solicitar saldos, extratos de contas e talões de cheque; (v) autorizar débitos, transferências e pagamentos por meio escrito; (d) comprar e vender mercadorias de seu ramo de negócio, se for o caso, pagar e estipular valores, prazos, condições, cláusulas, multas e o que mais for necessário, assinar propostas, orçamentos, notas fiscais, recibos e demais documentos regulamentares; (e) representar a outorgante perante a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, retirar vales postais com ou sem valores, encomendas, cartas, reembolsos postais, collis-posteaux e demais atos pertinentes; (f) quitação

Esse documento foi assinado por Eberrison dos Santos, ROBERTO MOTTA e SONIA MARIA DE QUEIROZ.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código G93U4-ZLG44-RWQQU-GRGW7

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:02
Número do documento: 23112815460504000000131193432
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460504000000131193432
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:05

de baixa e endosso de cédula de produtor rural CPR e também em termos de endosso de duplicatas e para registro do Penhor; (g) em geral, praticar todos os demais atos e assinar quaisquer documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do presente instrumento, a outorgante por meio deste instrumento desde já aprovando e ratificando tudo que o outorgado tenha feito ou possa vir a fazer em conformidade com os poderes acima conferidos, e não podendo substabelecer. **Ficando claro que os poderes acima descritos serão utilizados estritamente em operações do interesse da sociedade e não estranhas ao objetivo social da empresa. A presente procuração terá validade de um (01) ano a contar desta data.** Emolumentos R$ 82,16 – Tribunal de Justiça (FUNAJURIS), R$ 20,54 - Associação Registro Civil, R$ 7,50. Assim o disseram do que dou fé, e me pediram este instrumento que lhes li, aceitam e assinam. Selo Digital BWV-88932. E eu, SÔNIA MARIA DE QUEIROZ, Notaria do Sexto Serviço Notarial e Registro de Imóveis, que a fiz digitar, subscrevo e assino.

Assinado digitalmente por:
ROBERTO MOTTA
CPF: 067.684.718-80
Certificado emitido por 6º Serviço Notarial e Registro de Imóveis - CUIABÁ/MT
Data: 24/05/2023 14:20:25 -04:00

ROBERTO MOTTA

Assinado digitalmente por:
Ebenilson dos Santos
CPF: 164.209.618-07
Certificado emitido por 6º Serviço Notarial e Registro de Imóveis - CUIABÁ/MT
Data: 24/05/2023 14:03:29 -04:00

EBENILSON DOS SANTOS

Assinado digitalmente por:
SONIA MARIA DE QUEIROZ
CPF: 383.637.201-00
Certificado emitido por AC VALID RFB v5
Data: 24/05/2023 14:44:11 -04:00

SÔNIA MARIA DE QUEIROZ
Escrevente Juramentada
Assinado eletronicamente

Em testemunho da verdade.	**Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso** **ATO DE NOTAS E REGISTROS** **Selo Digital: BWV-88932** Valor: R$ 110,20 Consulta Selo: www.tjmt.jus.br/selos	

Esse documento foi assinado por Ebenilson dos Santos , ROBERTO MOTTA e SONIA MARIA DE QUEIROZ.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código G93U4-ZLG44-RWQQU-GRGW7

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: G93U4-ZLG44-RWQQU-GRGW7

Matrícula Notarial Eletrônica: 063784.2023.05.24.00002274-16

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- Ebenilson dos Santos (CPF 164.209.618-07) em 24/05/2023 15:03
- ROBERTO MOTTA (CPF 067.684.718-80) em 24/05/2023 15:20
- SONIA MARIA DE QUEIROZ (CPF 383.637.201-00) em 24/05/2023 15:44

Para verificar as assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/G93U4-ZLG44-RWQQU-GRGW7

DocuSign Envelope ID: 62F00E12-BBC0-4228-989B-5EDC66390E53

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: AGRO AMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.563.680/0001-01, com sede na cidade Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Rua Tenente Coronel Duarte, nº. 1777, CEP: 78015-500.

OUTORGADA: **BORGES E PIRES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade de advogados devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 06.352.584/0001-40, com sede na Rua Haddock Lobo, 1.327, 10º andar, CEP n.º 01414-003, registrada na OAB/SP sob o n.º 8.209, devidamente representada pelos seguintes profissionais:

RAFAEL VILELA BORGES, sócio administrador, inscrito na OAB/SP sob n.º 153.893, **ANDRÉ FARHAT PIRES**, sócio administrador, inscrito na OAB/SP sob n.º 164.817, **RENATA DA SILVA VALONGO**, inscrita na OAB/SP sob o n.º 305.624, **LAIS GOMES MORELLI,** inscrita na OAB/SP sob o nº. 346.323.

OBJETO: Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito a Outorgante nomeia e constitui seus patronos, os sócios administradores da sociedade de advogados Outorgada e os advogados que prestam serviços à referida sociedade, conferindo-lhes procuração com a cláusula *"AD-JUDICIA ET EXTRA"* para, solitariamente ou em conjunto e independentemente da ordem de nomeação, representá-lo perante qualquer órgão da administração, Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes, e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando para tanto de todos os recursos legais e processuais, acompanhando-os até final instância, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir, renunciar ao direito em que se funda a ação, transigir, substabelecer, firmar acordos e compromissos, receber e dar quitação, com direito de voz e voto em assembleia geral de credores, praticando, enfim, todo e qualquer ato necessário ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, especialmente para representá-la nos autos da Recuperação Judicial proposta por Edson Pinto Mello e outros, autos nº. 1022463-24.2023.8.11.0003, em trâmite perante a 4ª Vara Cível do Foro da Comarca de Rondonópolis - MT

VIGÊNCIA: O presente instrumento vigorará por prazo indeterminado, vigorando em relação aos advogados não administradores apenas enquanto prestarem serviços à sociedade de advogados Outorgada.

PODERES PARA RENUNCIAR: Reserva-se, exclusivamente, aos sócios administradores, a prerrogativa de exercer direito de renúncia ao mandato, podendo agir isoladamente ou em conjunto. A renúncia manifestada pelos sócios administradores considera-se estendida aos demais profissionais nomeados no presente instrumento.

São Paulo, 23 de novembro de 2023.



AGRO AMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S.A
POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:02
Número do documento: 23112815460574000000131194639
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112815460574000000131194639
Assinado eletronicamente por: RAFAEL VILELA BORGES - 28/11/2023 15:46:06

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS/MT.

PROCESSO nº: 1022463-24.2023.8.11.0003

CARGILL AGRÍCOLA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 60.498.706/0001-57, com sede na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº. 1.240, Torre Diamond, 6º ao 9º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e filial localizada na cidade de Confresa, Estado do Mato Grosso, doravante denominada "Cargill", vem, respeitosamente, neste ato representada por seu procurador abaixo assinado, manifestar o que segue:

Consoante consta nos autos do processo em epígrafe (ID 126597560), em 21.08.2023, a Cargill e realizou depósito judicial no valor de R$ 1.556.645,99 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos), correspondente ao crédito que o Requerente possuía perante a Cargill, objeto do Contrato de Compra e venda n° 3470401288 ("CONTRATO").

Ocorre que, a referida operação gerou saldos de royalties para o Requerente. Deste modo, considerando a situação do produtor, que se encontra em Recuperação Judicial, e em consonância ao princípio da boa-fé e da cooperação processual, visando resguardar direitos e evitar qualquer prejuízo aos Recuperandos, aos credores e demais interessados nesta Recuperação Judicial, a Cargill **requer a juntada do comprovante de recolhimento da guia de Depósito Judicial, referente ao saldo de royalties gerado ao produtor, referente ao Contrato de Compra e venda n° 3470401288.**

Sendo o que nos cumpria para o momento, renovamos nossos protestos de estima e elevada consideração e subscrevemo-nos.

São Paulo/ SP, 29 de novembro de 2023.

Atenciosamente,

CARGILL AGRÍCOLA S.A.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:02
Número do documento: 23112912191793100000131274922
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112912191793100000131274922
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 29/11/2023 12:19:18

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: SIDNEY PINTO DE MELLO

Réu: CREDORES

1º Grau Comarca De Rondonópoli - Comarca De Rondonópolis -

Processo: 10224632420238110003 - ID 081240000015101668

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciario>Guia Dep. Judicial

Texto de Responsabilidade do Depositante: DEPÓSITO JUDICIAL - 3470401288A

Recibo do Pagador

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585014 15964.532178 4 95760000004466**

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
CARGILL AGRICOLA S A CNPJ: 60.498.706/0001-57
TRIBUNAL DE JUSTICA. MT - PROCESSO: 10224632420238110003 - 03535606000110, 1º Grau Comarca De Rondonópoli - Comarca De Rondonópolis -

Beneficiário Final
TRIBUNAL DE JUSTICA. MT - 03535606000110

Nosso-Número	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(=) Valor Pago
28365850115964532	81240000015101668	26/12/2023	44,66	44,66

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço
BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585014 15964.532178 4 95760000004466**

Local de Pagamento
PAGAR PREFERENCIALMENTE NOS CANAIS DE AUTOATENDIMENTO DO BANCO DO BRASIL

Data de Vencimento
26/12/2023

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ
BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Data do Documento	Nr. Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento	Nosso-Número
23/11/2023	81240000015101668	ND	N	23/11/2023	28365850115964532

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	(x)Valor	(=) Valor do Documento
81240000015101668	17	R$			44,66

Informações de Responsabilidade do Beneficiário
GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081240000015101668 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br, opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(=) Valor Cobrado
44,66

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
CARGILL AGRICOLA S A CNPJ: 60.498.706/0001-57
TRIBUNAL DE JUSTICA. MT - PROCESSO: 10224632420238110003 - 03535606000110, 1º Grau Comarca De Rondonópoli - Comarca De Rondonópolis -

Beneficiário Final
TRIBUNAL DE JUSTICA. MT - 03535606000110

Código de Baixa
Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:02
Número do documento: 23112912191847400000131274925
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112912191847400000131274925
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 29/11/2023 12:19:18

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: SIDNEY PINTO DE MELLO

Réu: CREDORES

1º Grau Comarca De Rondonópoli - Comarca De Rondonópolis -

Processo: 10224632420238110003 - ID 081240000015096567

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciario>Guia Dep. Judicial

Texto de Responsabilidade do Depositante: DEPÓSITO JUDICIAL -3470401288

Recibo do Pagador

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585014 15939.923171 1 95720002745216**

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
CARGILL AGRICOLA S A CNPJ: 60.498.706/0001-57
TRIBUNAL DE JUSTICA. MT - PROCESSO: 10224632420238110003 - 03535606000110, 1º Grau Comarca De Rondonópoli - Comarca De Rondonópolis -

Beneficiário Final
TRIBUNAL DE JUSTICA. MT - 03535606000110

Nosso-Número	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(=) Valor Pago
28365850115939923	81240000015096567	22/12/2023	27.452,16	27.452,16

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço
BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585014 15939.923171 1 95720002745216**

Local de Pagamento
PAGAR PREFERENCIALMENTE NOS CANAIS DE AUTOATENDIMENTO DO BANCO DO BRASIL

Data de Vencimento
22/12/2023

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ
BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Data do Documento	Nr. Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento	Nosso-Número
22/11/2023	81240000015096567	ND	N	22/11/2023	28365850115939923

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	(x)Valor	(=) Valor do Documento
81240000015096567	17	R$			27.452,16

Informações de Responsabilidade do Beneficiário
GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081240000015096567 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br, opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(=) Valor Cobrado
27.452,16

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
CARGILL AGRICOLA S A CNPJ: 60.498.706/0001-57
TRIBUNAL DE JUSTICA. MT - PROCESSO: 10224632420238110003 - 03535606000110, 1º Grau Comarca De Rondonópoli - Comarca De Rondonópolis -

Beneficiário Final
TRIBUNAL DE JUSTICA. MT - 03535606000110

Código de Baixa
Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

J.P.Morgan

Pagamentos e Transferências

Comprovante

Data de Emissão: 28/11/2023 15:02:23 **De:** 28/11/2023 **a** 28/11/2023

Empresa: CARGILL AGRICO 1004

TERCEIROS - BOLETO

Instituição Recebedora	Banco J.P. Morgan S/A
Instituição Emissora	BANCO DO BRASIL S.A.
Conta - Convênio	Conta Corrente 01.1.03809-8 - Conv 7790 - CARGILL AGRICO 1004
Forma de Pagamento	Boleto
Linha Digitável	00190.00009.02836.585014.15964.532178.4.95760000004466
Nº Documento	0007980800000012

Beneficiário Original

Nome/Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A. . SETOR PUBLICO RJ
CNPJ / CPF	490695

Sacador Avalista

Nome/Razão Social	TRIBUNAL DE JUSTICA. MT
CNPJ / CPF	3535606000110

Pagador

Nome	CARGILL CASA
CNPJ / CPF	60.498.706/0001-57

Pagador Efetivo

CNPJ / CPF	60.498.706/0001-57
Data de Vencimento	26/12/2023
Valor do Título	R$ 44,66
Juros	R$ 0,00
Multa	R$ 0,00
Desconto	R$ 0,00
Abatimento	R$ 0,00

Valor do Pagamento	**R$ 44,66**
Status	Liquidado
Data/Hora de Pagamento	28/11/2023 14:37
Pagamento Realizado em Espécie	Não
Autenticação Bancária	17796657

Em caso de dúvidas, entre em contato com nossa equipe de atendimento através do telefone +55 (11) 4950-3304
Ouvidoria J.P. Morgan: 0800-7700847 / ouvidoria.jp.morgan@jpmorgan.com

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:02
Número do documento: 23112912191922300000131274927
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23112912191922300000131274927
Assinado eletronicamente por: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS - 29/11/2023 12:19:19

Empresa: CARGILL AGRICO 1004

TERCEIROS - BOLETO

Instituição Recebedora	Banco J.P. Morgan S/A
Instituição Emissora	BANCO DO BRASIL S.A.
Conta - Convênio	Conta Corrente 01.1.03809-8 - Conv 7790 - CARGILL AGRICO 1004
Forma de Pagamento	Boleto
Linha Digitável	00190.00009.02836.585014.15939.923171.1.95720002745216
Nº Documento	0007980800000011

Beneficiário Original

Nome/Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A. . SETOR PUBLICO RJ
CNPJ / CPF	490695

Sacador Avalista

Nome/Razão Social	TRIBUNAL DE JUSTICA. MT
CNPJ / CPF	3535606000110

Pagador

Nome	CARGILL CASA
CNPJ / CPF	60.498.706/0001-57

Pagador Efetivo

CNPJ / CPF	60.498.706/0001-57
Data de Vencimento	22/12/2023
Valor do Título	R$ 27.452,16
Juros	R$ 0,00
Multa	R$ 0,00
Desconto	R$ 0,00
Abatimento	R$ 0,00

Valor do Pagamento	**R$ 27.452,16**

Status	Liquidado
Data/Hora de Pagamento	28/11/2023 14:37
Pagamento Realizado em Espécie	Não
Autenticação Bancária	17796668

Intimação da credora para que manifeste-se a respeito do pedido da recuperanda id. 133190849.

Objeção anexa.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (MT):

Recuperação Judicial
Processo autuado sob n° 1022463-24.2023.8.11.0003

RURAL BRASIL S.A., devidamente qualificada nos autos da recuperação judicial proposta por **EDSON PINTO DE MELLO** e **OUTROS**, vem, por seu advogado, à presença de Vossa Excelência, manifestar sua objeção ao plano de Recuperação Judicial apresentando, com fulcro no art. 55 da LFRE, pelas razões abaixo.

1. Depreende-se do instituto Recuperacional que o Plano de Recuperação Judicial deverá ser pautado pela boa-fé e a probidade, refletindo imediatamente no comprometimento e na seriedade do empresário que, na medida em que impõem sacrifícios a si, demonstra o interesse na eficácia do pedido de recuperação e, consequentemente, no interesse dos seus credores, justificando a utilização do instituto.

2. Desta forma, o Plano de Recuperação Judicial deve ser considerado a peça mais importante do processo de recuperação judicial, uma vez que é por meio deste instrumento que os Recuperandos irão apontar as formas, bem como as condições a serem utilizados para se soerguer diante de uma crise.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

3. Ademais, o processo de recuperação judicial não é de interesse exclusivo dos Recuperandos, pois é inegável que a manutenção da atividade empresarial é do interesse de toda uma coletividade, sendo a função social o princípio basilar da Lei 11.101/05, aperfeiçoado através da aprovação do plano de recuperação, que poderá ser de modo automático, se não houver objeções a ele, ou em decisão assemblear, caso os credores o objetem.

4. Destarte, os Recuperandos, EDSON PINTO DE MELLO e OUTROS, apresentaram seu plano de recuperação judicial para submeter ao juízo de valor dos credores a ele sujeitos. Não obstante aos apontamentos realizados acima, em análise das propostas elencadas no plano, verifica-se que há diversas previsões abusivas e ilegais, que, afrontosas aos direitos dos credores, não poderão permanecer, conforme abaixo:

DO DESÁGIO DE 80%

5. O plano de recuperação prevê que o pagamento aos credores será realizado com deságio de 80% sobre o valor dos créditos habilitados sob o fundamento de que é a forma necessária para assegurar a continuidade de suas atividades.

6. Certo é que, desta forma, com a imposição do pagamento com deságio de 80% para viabilizar seu processo recuperacional, os Recuperandos estão tentando obter vantagem sobre os seus credores, sendo este fato inadmissível, pois representaria um “perdão” de dívida e afrontaria princípios constitucionais e gerais do direito. Vejamos a jurisprudência:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

Agravo. Recuperação Judicial. Plano aprovado pela assembleia-geral de credores. Plano que prevê o pagamento do passivo em 18 anos, calculando-se os pagamentos em percentuais (2,3%, 2,5% e 3%) incidentes sobre a receita líquida da empresa, iniciando-se os pagamentos a partir do 3º ano contado da aprovação. Previsão de pagamento por cabeça até o 6º ano, acarretando pagamento antecipado dos menores credores, instituindo conflitos de interesses entre os credores da mesma classe. Pagamentos sem incidência de juros. Previsão de remissão ou anistia dos saldos devedores caso, após os pagamentos do 18º ano, não haja recebimento integral. Proposta que viola os princípios gerais do direito, os princípios constitucionais da isonomia, da legalidade, da propriedade, da proporcionalidade e da razoabilidade, em especial o princípio da "pars conditio creditorum" e normas de ordem pública. ***Previsão que permite a manipulação do resultado das deliberações assembleares. Falta de discriminação dos valores de cada parcela a ser paga que impede a aferição do cumprimento do plano e sua execução específica, haja vista a falta de liquidez e certeza do "quantum" a ser pago***. ***Ilegalidade da cláusula que estabelece o pagamento dos credores quirografários e com garantia real após o decurso do prazo bienal da supervisão judicial*** *(art. 61, 'caput', da Lei nº 11.101/2005). Invalidade (nulidade) da deliberação da assembleia-geral de credores declarada de ofício, com* ***determinação de apresentação de outro plano, no prazo de 30 dias, a ser elaborado em consonância com a Constituição Federal e Lei nº 11.101/2005, a ser submetido à assembleia-geral de credores em 60 dias, sob pena de decreto de falência.***

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

> (TJ-SP - AI: 1363622920118260000 SP 0136362-29.2011.8.26.0000, Relator: Pereira Calças, Data de Julgamento: 28/02/2012, Câmara Reservada à Falência e Recuperação, Data de Publicação: 28/02/2012)

7. Assim, o deságio da forma como está elencado não atende quaisquer interesses dos credores dos Recuperandos. Nitidamente, deve-se refutar toda e qualquer cláusula neste sentido, vez que os Recuperandos estão agindo no intuito de corromper o sistema econômico e, se for permitido, pode gerar, inclusive, um efeito cascata do âmbito econômico empresarial, levando a crise financeira dos seus credores que jamais poderiam imaginar ter que suportar um prejuízo tão absurdo. Colaciona-se trecho do julgado acima sobre tal assunto:

> *"Obviamente, se a empresa devedora pede um prazo muito longo para iniciar os pagamentos das parcelas propostas, e se o percentual a ser pago mostra-se vil ou iníquo, tal situação evidencia que a empresa não pode ser considerada recuperável por suas próprias forças, mas sim, pelo sacrifício excessivo imposto de forma injusta àqueles que lhe deram crédito, por acreditar que ela cumpriria a palavra empenhada."*

DO PRAZO DE PAGAMENTO DO CRÉDITO

8. Não contentes em sujeitar os credores a um desconto extraordinário, outra proposta que se revela abusiva é a previsão do pagamento em 10 (dez) anos, que para o início do cumprimento, terá um período de carência de 36 (trinta e seis) meses, ou seja, qualquer um dos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

credores receberá 80% do valor de seu crédito em aproximadamente 13 anos, mais de uma década.

9. Destarte, o prazo de carência e para pagamento são extremamente extensos e desvantajosos a todos os credores, levando a crer que os Recuperandos buscam se soerguer às custas do sacrifício dos credores, de maneira totalmente injusta.

10. Importante ressaltar que não se mostra razoável o período de carência de 36 (trinta e seis) meses para início do pagamento serve para que os Recuperandos se esquivem do período bienal de supervisão judicial (art. 61, *caput*, da LFRE), vez que após o decurso do prazo, se houver descumprimento das obrigações assumidas, o judiciário estará impedido de convolar a recuperação judicial em falência.

> *AGRAVO DE INSTRUMENTO - Recuperação Judicial - Controle de Legalidade - Possibilidade - **Plano que prevê carência de 24 meses após a homologação para início dos pagamentos - Descabimento - Violação do art. 61 da LRF - Não se considera razoável, a previsão de início de pagamento dos créditos após o biênio, pois não há como o juízo acompanhar se haverá cumprimento inicial do plano** - Cláusula afastada - Agravo provido neste ponto. - Recuperação Judicial - Controle de legalidade - Possibilidade - Correção monetária - Cláusula que veda sua incidência até a homologação do plano - Descabimento - A incidência de correção monetária a partir da homologação judicial do plano, conforme previsto, de fato, mostra-se teratológico - Em que pese tratar-se apenas de recomposição do valor da moeda, tem-se que a não incidência até a*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

> *homologação do plano representa deságio disfarçado - Cláusula afastada - Agravo provido neste ponto. - Recuperação Judicial - Controle de legalidade - Deságio de 80% para pagamento à vista - Impossibilidade - Afronta ao equilíbrio entre parceiros negociais* ***Demasiado sacrifício imposto aos credores - Inconformismo fundado neste tocante Proposta que revela situação de insolvência Agravo provido.*** *Dispositivo: deram provimento ao recurso, por maioria de votos.*
>
> (TJ-SP - AI: 00550835020138260000 SP 0055083-50.2013.8.26.0000, Relator: Ricardo Negrão, Data de Julgamento: 25/07/2014, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 08/08/2014)

11. Demonstram, assim, que não são capazes de se recuperar através de seus esforços próprios, aplicando-se novamente a jurisprudência sobredita para aclarar que a empresa não pode ser considerada viável. Devendo, ao menos, ser considerado o início do prazo de supervisão judicial como o término do prazo de carência.

DA CLÁUSULA CONTRÁRIA À LEI 11.101/05

12. Ainda, com a possibilidade de aprovação do plano de recuperação judicial, há previsão da novação das dívidas que acarretará a liberação de todas as garantias reais, fiduciárias e/ou fidejussórias prestadas pelos Recuperandos e/ou terceiros com relação aos créditos, consequentemente, a extinção das demandas em curso e o impedimento do ajuizamento de futuras, vejamos:

13. Na contramão do pretendido pelos Recuperandos, há de ser refutada esta previsão do plano de recuperação

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

judicial, vez que o texto da lei 11.101/05 é expresso com relação ao tema, além da jurisprudência solidificada, de modo que os direitos dos credores em face de coobrigados da empresa em recuperação permanecem incólumes.

14. Neste sentido, vejamos os arts. 6º e 49º da Lei 11.101/05:

> *Art. 6° A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial* ***suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário****.*
> *(...)*
> *Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.*
> *§ 1°* ***Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.***

15. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça consolidou recentemente a Súmula 581, que versa sobre o tema:

> *"A recuperação judicial do devedor principal* ***não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral****, por garantia cambial, real ou fidejussória."*

16. Algumas jurisprudências sobre o tema:

> *RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

STJ N. 8/2008. DIREITO EMPRESARIAL E CIVIL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO E CONCESSÃO. GARANTIAS PRESTADAS POR TERCEIROS. MANUTENÇÃO. SUSPENSÃO OU EXTINÇÃO DE AÇÕES AJUIZADAS CONTRA DEVEDORES SOLIDÁRIOS E COOBRIGADOS EM GERAL. IMPOSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 6º, CAPUT, 49, § 1º, 52, INCISO III, E 59, CAPUT, DA LEI N. 11.101/2005.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: "A recuperação judicial do devedor principal ***não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória****, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005".*

2. Recurso especial não provido.

(STJ - Resp 1.333.349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014)

APELAÇÃO CÍVEL. ***EXECUÇÃO AJUIZADA CONTRA TERCEIROS GARANTIDORES DE PESSOA JURÍDICA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO OU EXTINÇÃO DA AÇÃO. INVIABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AOS FIADORES*** *AVALISTAS OU COOBRIGADOS EM GERAL. ARTIGOS 49, § 1º E 59, CAPUT, DA LEI N. 11.101/2005. "[. . .] muito embora o plano de recuperação judicial opere novação das dívidas a ele submetidas, as garantias reais ou fidejussórias, de*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

regra, ***são preservadas, circunstância que possibilita ao credor exercer seus direitos contra terceiros garantidores e impõe a manutenção das ações e execuções aforadas em face de fiadores, avalistas ou coobrigados em geral" (STJ, REsp. n. 1.326.888/RS, Quarta Turma, rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 5-5-2014).***

(TJ-SC - AC: 20140199410 SC 2014.019941-0 (Acórdão), Relator: Janice Goulart Garcia Ubialli, Data de Julgamento: 19/11/2014, Primeira Câmara de Direito Comercial Julgado) (g.n.)

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Recuperação Judicial Suspensão Avalista Prosseguimento da ação ***A suspensão temporária da execução em face da empresa que se encontra em recuperação judicial não se estende aos avalistas e coobrigados, devendo a ação prosseguir contra eles Inteligência do artigo 49, § 1º da Lei 11.101/05*** *- Recurso provido.**

(TJ-SP - AI: 22235147620148260000 SP 2223514-76.2014.8.26.0000, Relator: Jacob Valente, Data de Julgamento: 19/03/2015, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/03/2015)(g.n)

AGRAVO DE INSTRUMENTO ? Execução de título extrajudicial ? Deferimento do processamento da recuperação judicial postulada pela devedora principal ? ***Circunstância que não impede o normal prosseguimento da execução contra os coobrigados avalistas ? Disposição contida no artigo 49, § 1º, da Lei nº 11.101/2005*** *? Decisão mantida. Recurso improvido.*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

(TJ-SP - AI: 00898736020138260000 SP 0089873-60.2013.8.26.0000, Relator: Luís Fernando Lodi, Data de Julgamento: 25/02/2014, 16ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/03/2014) (g.n)

17. Com relação à supressão das garantias, é necessário que se reconheça a ilegalidade da cláusula que prevê a supressão das garantias prestadas pelos Recuperandos e terceiros, pois contraria totalmente a Lei 11.101/05, especificamente o art. 59, *caput,* além do entendimento jurisprudencial.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO DO PLANO. ***NOVAÇÃO SUI GENERIS****. EFEITOS SOBRE TERCEIROS COOBRIGADOS.* ***EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. DESCABIMENTO. MANUTENÇÃO DAS GARANTIAS.*** *ARTS. 49, § 1º E 59, CAPUT, DA LEI N. 11.101/2005. 1. A novação prevista na lei civil é bem diversa daquela disciplinada na Lei n. 11.101/2005. Se a novação civil faz, como regra, extinguir as garantias da dívida, inclusive as reais prestadas por terceiros estranhos ao pacto (art. 364 do Código Civil),* ***a novação decorrente do plano de recuperação traz como regra, ao reverso, a manutenção das garantias (art. 59, caput, da Lei n. 11.101/2005)****, sobretudo as reais, as quais só serão suprimidas ou substituídas "mediante aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia", por ocasião da alienação do bem gravado (art. 50, § 1º). Assim, o plano de recuperação judicial opera uma novação sui generis e sempre sujeita a uma condição resolutiva, que é o eventual descumprimento do que ficou acertado no plano (art. 61, § 2º, da Lei n. 11.101/2005). 2.*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

> *Portanto, muito* ***<u>embora o plano de recuperação judicial opere novação das dívidas a ele submetidas, as garantias reais ou fidejussórias, de regra, são preservadas, circunstância que possibilita ao credor exercer seus direitos contra terceiros garantidores e impõe a manutenção das ações e execuções aforadas em face de fiadores, avalistas ou coobrigados em geral.</u>*** *3. Deveras, não haveria lógica no sistema se a conservação dos direitos e privilégios dos credores contra coobrigados, fiadores e obrigados de regresso (art. 49, § 1º, da Lei n. 11.101/2005) dissesse respeito apenas ao interregno temporal que medeia o deferimento da recuperação e a aprovação do plano, cessando tais direitos após a concessão definitiva com a homologação judicial. 4. Recurso especial não provido.*
> (REsp 1326888/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 05/05/2014)

18. Excelência veja que se esta previsão for mantida nos planos de recuperação judicial, claramente irá gerar insegurança jurídica sobre o tema, deixando a todos temerosos e, consequentemente, poderá gerar um abalo no sistema financeiro em geral.

19. Diante disso, considerando os argumentos e a legislação vigente, devem ser retiradas do plano as cláusulas que preveem a extinção das garantias, para que a extensão dos efeitos da novação aos garantidores não acarrete em novos prejuízos aos credores.

DA IMPOSSÍVEL ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

20. O Plano também dispõe que a aprovação terá o efeito de autorizar alienar unidades produtivas e ativos sem prévia autorização judicial ou da Assembleia Geral de Credores.

21. Com efeito, em sentido diametralmente oposto, a LRE preconiza que o devedor não poderá alienar ou onerar bens/direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo Juiz, conforme o artigo 66 e, se autorizada alienação do ativo, deverá ser cumprido o procedimento do artigo 142, ambos do referido diploma legal.

22. Desta forma, não há dúvidas quanto à ilegalidade da cláusula genérica de alienação de ativos em prévia autorização da Assembleia Geral de Credores, a qual merece exclusão do Plano apresentados pelos Devedores.

ABUSIVIDADE DO JUROS DE 0,5% AO ANO

23. Também passível de controle por esse juízo está a disposição do Plano de Recuperação que prevê a aplicação taxa de juros de 0,5% ao ano, a partir do mês seguinte da aprovação do plano de recuperação.

24. Os juros de 0,5% (meio por cento!) ao ano, configuram em verdadeiro esvaziamento do valor real do crédito submetido ao plano de recuperação, já que praticamente anula a remuneração dos credores pelo capital empregado, ainda mais no caso em estudo, em que a previsão para pagamento aos credores quirografários supera o prazo de 10 anos!.

25. Logo, tal disposição deve ser afastada pelo necessário controle judicial ao Plano de Recuperação, com a inserção de disposição que preveja a aplicação de juros de 12% ao ano.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

DA NECESSIDADE DE CONTROLE PRÉVIO

26. Além disso, requer-se que Vossa Excelência reconheça a possibilidade de realização do controle de legalidade sobre o plano antes da realização para AGC, para que os Recuperandos ganhem tempo para realizar os ajustes necessários em seu plano e desta forma garantirá mais segurança aos credores que votarão sobre a proposta na Assembleia a ser deliberada, conforme a ideia do critério “tetrafásico” do Ilustre Professor e Juiz, Daniel Carnio Costa:

> *O controle de legalidade do plano de recuperação judicial deve ser feito em quatrofases. A **primeira fase**, e mais evidente delas, é aquela em que se realiza o controle das cláusulas do plano de recuperação judicial. [...] Feita a verificação da compatibilidade das cláusulas do plano com as normas de ordem pública, passa se à segunda fase do controle de legalidade. [...] Nessa **segunda fase**, o juiz deve controlar a higidez da formação das maiorias de aprovação do plano de recuperação judicial, certificando-se de que os credores estavam devidamente informados sobre o conteúdo do plano; se não foram coagidos, enganados ou votaram com a vontade viciada pelo estado de perigo. Da mesma forma, deverá o juiz verificar se não ocorreram simulações entre grupos de credores e a devedora, a fim de garantir a aprovação do plano, ou mesmo a realização de condutas fraudulentas para garantia de aprovação do plano, em prejuízo da maioria dos credores. [...] A **terceira fase** de controle judicial do plano consiste na verificação da legalidade da extensão da decisão da maioria dos credores aos demais credores dissidentes. [...] Por fim, a **quarta fase** de*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

controle de legalidade do plano diz respeito à análise da abusividade do voto do credor.

27. Sobre o controle de legalidade, também há o enunciado 44 do Conselho da Justiça Federal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

> ***Enunciado 44 do CJF:*** *A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle judicial de legalidade.*
>
> *DIREITO EMPRESARIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA. CONTROLE DE LEGALIDADE. VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. CONTROLE JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Cumpridas as exigências legais, o juiz deve conceder a recuperação judicial do devedor cujo plano tenha sido aprovado em assembleia (art.58, caput, da Lei n. 11.101/2005), não lhe sendo dado se imiscuir no aspecto da viabilidade econômica da empresa, uma vez que tal questão é de exclusiva apreciação assemblear. 2.* ***O magistrado deve exercer o controle de legalidade do plano de recuperação - no que se insere o repúdio à fraude e ao abuso de direito*** *-, mas não o controle de sua viabilidade econômica. Nesse sentido, Enunciados n. 44 e 46 da I Jornada de Direito Comercial CJF/STJ. 3. Recurso especial não provido.*
> (REsp 1359311/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 30/09/2014)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

CONCLUSÃO

28. Ante todo o exposto, a Credora requer:

a) Seja realizado o controle de legalidade prévio do plano de recuperação, para garantir mais segurança aos credores no momento da deliberação, bem como por economia processual, para que as modificações necessárias sejam realizadas antes da assembleia geral de credores;

b) Seja recebida a presente objeção para que haja convocação da Assembleia Geral de Credores, conforme art. 56 da LFRE, para que os credores possam deliberar sobre o plano de recuperação.

Nestes termos,
Pede deferimento.
São Paulo, 30 de novembro de 2023.

JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA
OAB/SP 27.141
OAB/MT 9.777-A

ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI
OAB/SP 198.905

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016352667700000131458063
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016352667700000131458063
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:35:27

Objeção.

Objeção anexa.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (MT):

Recuperação Judicial
Processo autuado sob n° 1022463-24.2023.8.11.0003

LOYDER INDÚSTRIA DE ADITIVOS E FERTILIZANTES LTDA., devidamente qualificada nos autos da recuperação judicial proposta por **EDSON PINTO DE MELLO** e **OUTROS**, vem, por seu advogado, à presença de Vossa Excelência, manifestar sua objeção ao plano de Recuperação Judicial apresentando, com fulcro no art. 55 da LFRE, pelas razões abaixo.

1. Depreende-se do instituto Recuperacional que o Plano de Recuperação Judicial deverá ser pautado pela boa-fé e a probidade, refletindo imediatamente no comprometimento e na seriedade do empresário que, na medida em que impõem sacrifícios a si, demonstra o interesse na eficácia do pedido de recuperação e, consequentemente, no interesse dos seus credores, justificando a utilização do instituto.

2. Desta forma, o Plano de Recuperação Judicial deve ser considerado a peça mais importante do processo de recuperação judicial, uma vez que é por meio deste instrumento que os Recuperandos irão apontar as formas, bem como as condições a serem utilizados para se soerguer diante de uma crise.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

3. Ademais, o processo de recuperação judicial não é de interesse exclusivo dos Recuperandos, pois é inegável que a manutenção da atividade empresarial é do interesse de toda uma coletividade, sendo a função social o princípio basilar da Lei 11.101/05, aperfeiçoado através da aprovação do plano de recuperação, que poderá ser de modo automático, se não houver objeções a ele, ou em decisão assemblear, caso os credores o objetem.

4. Destarte, os Recuperandos, EDSON PINTO DE MELLO e OUTROS, apresentaram seu plano de recuperação judicial para submeter ao juízo de valor dos credores a ele sujeitos. Não obstante aos apontamentos realizados acima, em análise das propostas elencadas no plano, verifica-se que há diversas previsões abusivas e ilegais, que, afrontosas aos direitos dos credores, não poderão permanecer, conforme abaixo:

DO DESÁGIO DE 80%

5. O plano de recuperação prevê que o pagamento aos credores será realizado com deságio de 80% sobre o valor dos créditos habilitados sob o fundamento de que é a forma necessária para assegurar a continuidade de suas atividades.

6. Certo é que, desta forma, com a imposição do pagamento com deságio de 80% para viabilizar seu processo recuperacional, os Recuperandos estão tentando obter vantagem sobre os seus credores, sendo este fato inadmissível, pois representaria um “perdão” de dívida e afrontaria princípios constitucionais e gerais do direito. Vejamos a jurisprudência:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

Agravo. Recuperação Judicial. Plano aprovado pela assembleia-geral de credores. Plano que prevê o pagamento do passivo em 18 anos, calculando-se os pagamentos em percentuais (2,3%, 2,5% e 3%) incidentes sobre a receita líquida da empresa, iniciando-se os pagamentos a partir do 3º ano contado da aprovação. Previsão de pagamento por cabeça até o 6º ano, acarretando pagamento antecipado dos menores credores, instituindo conflitos de interesses entre os credores da mesma classe. Pagamentos sem incidência de juros. Previsão de remissão ou anistia dos saldos devedores caso, após os pagamentos do 18º ano, não haja recebimento integral. Proposta que viola os princípios gerais do direito, os princípios constitucionais da isonomia, da legalidade, da propriedade, da proporcionalidade e da razoabilidade, em especial o princípio da "pars conditio creditorum" e normas de ordem pública. ***Previsão que permite a manipulação do resultado das deliberações assembleares. Falta de discriminação dos valores de cada parcela a ser paga que impede a aferição do cumprimento do plano e sua execução específica, haja vista a falta de liquidez e certeza do "quantum" a ser pago***. ***Ilegalidade da cláusula que estabelece o pagamento dos credores quirografários e com garantia real após o decurso do prazo bienal da supervisão judicial*** *(art. 61, 'caput', da Lei nº 11.101/2005). Invalidade (nulidade) da deliberação da assembleia-geral de credores declarada de ofício, com* ***determinação de apresentação de outro plano, no prazo de 30 dias, a ser elaborado em consonância com a Constituição Federal e Lei nº 11.101/2005, a ser submetido à assembleia-geral de credores em 60 dias, sob pena de decreto de falência.***

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

(TJ-SP - AI: 1363622920118260000 SP 0136362-29.2011.8.26.0000, Relator: Pereira Calças, Data de Julgamento: 28/02/2012, Câmara Reservada à Falência e Recuperação, Data de Publicação: 28/02/2012)

7. Assim, o deságio da forma como está elencado não atende quaisquer interesses dos credores dos Recuperandos. Nitidamente, deve-se refutar toda e qualquer cláusula neste sentido, vez que os Recuperandos estão agindo no intuito de corromper o sistema econômico e, se for permitido, pode gerar, inclusive, um efeito cascata do âmbito econômico empresarial, levando a crise financeira dos seus credores que jamais poderiam imaginar ter que suportar um prejuízo tão absurdo. Colaciona-se trecho do julgado acima sobre tal assunto:

> *"Obviamente, se a empresa devedora pede um prazo muito longo para iniciar os pagamentos das parcelas propostas, e se o percentual a ser pago mostra-se vil ou iníquo, tal situação evidencia que a empresa não pode ser considerada recuperável por suas próprias forças, mas sim, pelo sacrifício excessivo imposto de forma injusta àqueles que lhe deram crédito, por acreditar que ela cumpriria a palavra empenhada."*

DO PRAZO DE PAGAMENTO DO CRÉDITO

8. Não contentes em sujeitar os credores a um desconto extraordinário, outra proposta que se revela abusiva é a previsão do pagamento em 10 (dez) anos, que para o início do cumprimento, terá um período de carência de 36 (trinta e seis) meses, ou seja, qualquer um dos

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

credores receberá 80% do valor de seu crédito em aproximadamente 13 anos, mais de uma década.

9. Destarte, o prazo de carência e para pagamento são extremamente extensos e desvantajosos a todos os credores, levando a crer que os Recuperandos buscam se soerguer às custas do sacrifício dos credores, de maneira totalmente injusta.

10. Importante ressaltar que não se mostra razoável o período de carência de 36 (trinta e seis) meses para início do pagamento serve para que os Recuperandos se esquivem do período bienal de supervisão judicial (art. 61, *caput*, da LFRE), vez que após o decurso do prazo, se houver descumprimento das obrigações assumidas, o judiciário estará impedido de convolar a recuperação judicial em falência.

> *AGRAVO DE INSTRUMENTO - Recuperação Judicial - Controle de Legalidade - Possibilidade - **Plano que prevê carência de 24 meses após a homologação para início dos pagamentos - Descabimento - Violação do art. 61 da LRF - Não se considera razoável, a previsão de início de pagamento dos créditos após o biênio, pois não há como o juízo acompanhar se haverá cumprimento inicial do plano** - Cláusula afastada - Agravo provido neste ponto. - Recuperação Judicial - Controle de legalidade - Possibilidade - Correção monetária - Cláusula que veda sua incidência até a homologação do plano - Descabimento - A incidência de correção monetária a partir da homologação judicial do plano, conforme previsto, de fato, mostra-se teratológico - Em que pese tratar-se apenas de recomposição do valor da moeda, tem-se que a não incidência até a*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

homologação do plano representa deságio disfarçado - Cláusula afastada - Agravo provido neste ponto. - Recuperação Judicial - Controle de legalidade - Deságio de 80% para pagamento à vista - Impossibilidade - Afronta ao equilíbrio entre parceiros negociais ***Demasiado sacrifício imposto aos credores - Inconformismo fundado neste tocante Proposta que revela situação de insolvência Agravo provido.*** *Dispositivo: deram provimento ao recurso, por maioria de votos.*

(TJ-SP - AI: 00550835020138260000 SP 0055083-50.2013.8.26.0000, Relator: Ricardo Negrão, Data de Julgamento: 25/07/2014, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 08/08/2014)

11. Demonstram, assim, que não são capazes de se recuperar através de seus esforços próprios, aplicando-se novamente a jurisprudência sobredita para aclarar que a empresa não pode ser considerada viável. Devendo, ao menos, ser considerado o início do prazo de supervisão judicial como o término do prazo de carência.

DA CLÁUSULA CONTRÁRIA À LEI 11.101/05

12. Ainda, com a possibilidade de aprovação do plano de recuperação judicial, há previsão da novação das dívidas que acarretará a liberação de todas as garantias reais, fiduciárias e/ou fidejussórias prestadas pelos Recuperandos e/ou terceiros com relação aos créditos, consequentemente, a extinção das demandas em curso e o impedimento do ajuizamento de futuras, vejamos:

13. Na contramão do pretendido pelos Recuperandos, há de ser refutada esta previsão do plano de recuperação

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

judicial, vez que o texto da lei 11.101/05 é expresso com relação ao tema, além da jurisprudência solidificada, de modo que os direitos dos credores em face de coobrigados da empresa em recuperação permanecem incólumes.

14. Neste sentido, vejamos os arts. 6º e 49º da Lei 11.101/05:

> *Art. 6° A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial* ***suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário****.*
> *(...)*
> *Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.*
> *§ 1°* ***Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.***

15. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça consolidou recentemente a Súmula 581, que versa sobre o tema:

> *"A recuperação judicial do devedor principal* ***não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral****, por garantia cambial, real ou fidejussória."*

16. Algumas jurisprudências sobre o tema:

> *RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

STJ N. 8/2008. DIREITO EMPRESARIAL E CIVIL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO E CONCESSÃO. GARANTIAS PRESTADAS POR TERCEIROS. MANUTENÇÃO. SUSPENSÃO OU EXTINÇÃO DE AÇÕES AJUIZADAS CONTRA DEVEDORES SOLIDÁRIOS E COOBRIGADOS EM GERAL. IMPOSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 6º, CAPUT, 49, § 1º, 52, INCISO III, E 59, CAPUT, DA LEI N. 11.101/2005.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: "A recuperação judicial do devedor principal ***não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória****, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005".*

2. Recurso especial não provido.

(STJ - Resp 1.333.349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014)

APELAÇÃO CÍVEL. ***EXECUÇÃO AJUIZADA CONTRA TERCEIROS GARANTIDORES DE PESSOA JURÍDICA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO OU EXTINÇÃO DA AÇÃO. INVIABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AOS FIADORES*** *AVALISTAS OU COOBRIGADOS EM GERAL. ARTIGOS 49, § 1º E 59, CAPUT, DA LEI N. 11.101/2005. "[. . .] muito embora o plano de recuperação judicial opere novação das dívidas a ele submetidas, as garantias reais ou fidejussórias, de*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

regra, ***são preservadas, circunstância que possibilita ao credor exercer seus direitos contra terceiros garantidores e impõe a manutenção das ações e execuções aforadas em face de fiadores, avalistas ou coobrigados em geral" (STJ, REsp. n. 1.326.888/RS, Quarta Turma, rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 5-5-2014).***

(TJ-SC - AC: 20140199410 SC 2014.019941-0 (Acórdão), Relator: Janice Goulart Garcia Ubialli, Data de Julgamento: 19/11/2014, Primeira Câmara de Direito Comercial Julgado) (g.n.)

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Recuperação Judicial Suspensão Avalista Prosseguimento da ação ***A suspensão temporária da execução em face da empresa que se encontra em recuperação judicial não se estende aos avalistas e coobrigados, devendo a ação prosseguir contra eles Inteligência do artigo 49, § 1º da Lei 11.101/05*** *- Recurso provido.**

(TJ-SP - AI: 22235147620148260000 SP 2223514-76.2014.8.26.0000, Relator: Jacob Valente, Data de Julgamento: 19/03/2015, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/03/2015)(g.n)

AGRAVO DE INSTRUMENTO ? Execução de título extrajudicial ? Deferimento do processamento da recuperação judicial postulada pela devedora principal ? ***Circunstância que não impede o normal prosseguimento da execução contra os coobrigados avalistas ? Disposição contida no artigo 49, § 1º, da Lei nº 11.101/2005*** *? Decisão mantida. Recurso improvido.*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

(TJ-SP - AI: 00898736020138260000 SP 0089873-60.2013.8.26.0000, Relator: Luís Fernando Lodi, Data de Julgamento: 25/02/2014, 16ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/03/2014) (g.n)

17. Com relação à supressão das garantias, é necessário que se reconheça a ilegalidade da cláusula que prevê a supressão das garantias prestadas pelos Recuperandos e terceiros, pois contraria totalmente a Lei 11.101/05, especificamente o art. 59, *caput,* além do entendimento jurisprudencial.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO DO PLANO. ***NOVAÇÃO SUI GENERIS****. EFEITOS SOBRE TERCEIROS COOBRIGADOS.* ***EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. DESCABIMENTO. MANUTENÇÃO DAS GARANTIAS.*** *ARTS. 49, § 1º E 59, CAPUT, DA LEI N. 11.101/2005. 1. A novação prevista na lei civil é bem diversa daquela disciplinada na Lei n. 11.101/2005. Se a novação civil faz, como regra, extinguir as garantias da dívida, inclusive as reais prestadas por terceiros estranhos ao pacto (art. 364 do Código Civil),* ***a novação decorrente do plano de recuperação traz como regra, ao reverso, a manutenção das garantias (art. 59, caput, da Lei n. 11.101/2005)****, sobretudo as reais, as quais só serão suprimidas ou substituídas "mediante aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia", por ocasião da alienação do bem gravado (art. 50, § 1º). Assim, o plano de recuperação judicial opera uma novação sui generis e sempre sujeita a uma condição resolutiva, que é o eventual descumprimento do que ficou acertado no plano (art. 61, § 2º, da Lei n. 11.101/2005). 2.*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

> *Portanto, muito* ***<u>embora o plano de recuperação judicial opere novação das dívidas a ele submetidas, as garantias reais ou fidejussórias, de regra, são preservadas, circunstância que possibilita ao credor exercer seus direitos contra terceiros garantidores e impõe a manutenção das ações e execuções aforadas em face de fiadores, avalistas ou coobrigados em geral.</u>*** *3. Deveras, não haveria lógica no sistema se a conservação dos direitos e privilégios dos credores contra coobrigados, fiadores e obrigados de regresso (art. 49, § 1º, da Lei n. 11.101/2005) dissesse respeito apenas ao interregno temporal que medeia o deferimento da recuperação e a aprovação do plano, cessando tais direitos após a concessão definitiva com a homologação judicial. 4. Recurso especial não provido.*
> (REsp 1326888/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 05/05/2014)

18. Excelência veja que se esta previsão for mantida nos planos de recuperação judicial, claramente irá gerar insegurança jurídica sobre o tema, deixando a todos temerosos e, consequentemente, poderá gerar um abalo no sistema financeiro em geral.

19. Diante disso, considerando os argumentos e a legislação vigente, devem ser retiradas do plano as cláusulas que preveem a extinção das garantias, para que a extensão dos efeitos da novação aos garantidores não acarrete em novos prejuízos aos credores.

DA IMPOSSÍVEL ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

20. O Plano também dispõe que a aprovação terá o efeito de autorizar alienar unidades produtivas e ativos sem prévia autorização judicial ou da Assembleia Geral de Credores.

21. Com efeito, em sentido diametralmente oposto, a LRE preconiza que o devedor não poderá alienar ou onerar bens/direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo Juiz, conforme o artigo 66 e, se autorizada alienação do ativo, deverá ser cumprido o procedimento do artigo 142, ambos do referido diploma legal.

22. Desta forma, não há dúvidas quanto à ilegalidade da cláusula genérica de alienação de ativos em prévia autorização da Assembleia Geral de Credores, a qual merece exclusão do Plano apresentados pelos Devedores.

ABUSIVIDADE DO JUROS DE 0,5% AO ANO

23. Também passível de controle por esse juízo está a disposição do Plano de Recuperação que prevê a aplicação taxa de juros de 0,5% ao ano, a partir do mês seguinte da aprovação do plano de recuperação.

24. Os juros de 0,5% (meio por cento!) ao ano, configuram em verdadeiro esvaziamento do valor real do crédito submetido ao plano de recuperação, já que praticamente anula a remuneração dos credores pelo capital empregado, ainda mais no caso em estudo, em que a previsão para pagamento aos credores quirografários supera o prazo de 10 anos!.

25. Logo, tal disposição deve ser afastada pelo necessário controle judicial ao Plano de Recuperação, com a inserção de disposição que preveja a aplicação de juros de 12% ao ano.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

DA NECESSIDADE DE CONTROLE PRÉVIO

26. Além disso, requer-se que Vossa Excelência reconheça a possibilidade de realização do controle de legalidade sobre o plano antes da realização para AGC, para que os Recuperandos ganhem tempo para realizar os ajustes necessários em seu plano e desta forma garantirá mais segurança aos credores que votarão sobre a proposta na Assembleia a ser deliberada, conforme a ideia do critério “tetrafásico” do Ilustre Professor e Juiz, Daniel Carnio Costa:

> *O controle de legalidade do plano de recuperação judicial deve ser feito em quatrofases. A **primeira fase**, e mais evidente delas, é aquela em que se realiza o controle das cláusulas do plano de recuperação judicial. [...] Feita a verificação da compatibilidade das cláusulas do plano com as normas de ordem pública, passa se à segunda fase do controle de legalidade. [...] Nessa **segunda fase**, o juiz deve controlar a higidez da formação das maiorias de aprovação do plano de recuperação judicial, certificando-se de que os credores estavam devidamente informados sobre o conteúdo do plano; se não foram coagidos, enganados ou votaram com a vontade viciada pelo estado de perigo. Da mesma forma, deverá o juiz verificar se não ocorreram simulações entre grupos de credores e a devedora, a fim de garantir a aprovação do plano, ou mesmo a realização de condutas fraudulentas para garantia de aprovação do plano, em prejuízo da maioria dos credores. [...] A **terceira fase** de controle judicial do plano consiste na verificação da legalidade da extensão da decisão da maioria dos credores aos demais credores dissidentes. [...] Por fim, a **quarta fase** de*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

controle de legalidade do plano diz respeito à análise da abusividade do voto do credor.

27. Sobre o controle de legalidade, também há o enunciado 44 do Conselho da Justiça Federal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

> ***Enunciado 44 do CJF:*** *A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle judicial de legalidade.*
>
> *DIREITO EMPRESARIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA. CONTROLE DE LEGALIDADE. VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. CONTROLE JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Cumpridas as exigências legais, o juiz deve conceder a recuperação judicial do devedor cujo plano tenha sido aprovado em assembleia (art.58, caput, da Lei n. 11.101/2005), não lhe sendo dado se imiscuir no aspecto da viabilidade econômica da empresa, uma vez que tal questão é de exclusiva apreciação assemblear. 2.* ***O magistrado deve exercer o controle de legalidade do plano de recuperação - no que se insere o repúdio à fraude e ao abuso de direito*** *-, mas não o controle de sua viabilidade econômica. Nesse sentido, Enunciados n. 44 e 46 da I Jornada de Direito Comercial CJF/STJ. 3. Recurso especial não provido.*
> (REsp 1359311/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 30/09/2014)

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

CONCLUSÃO

28. Ante todo o exposto, a Credora requer:

a) Seja realizado o controle de legalidade prévio do plano de recuperação, para garantir mais segurança aos credores no momento da deliberação, bem como por economia processual, para que as modificações necessárias sejam realizadas antes da assembleia geral de credores;

b) Seja recebida a presente objeção para que haja convocação da Assembleia Geral de Credores, conforme art. 56 da LFRE, para que os credores possam deliberar sobre o plano de recuperação.

Nestes termos,
Pede deferimento.
São Paulo, 30 de novembro de 2023.

JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA
OAB/SP 27.141
OAB/MT 9.777-A

ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI
OAB/SP 198.905

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016405142000000131460489
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016405142000000131460489
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:40:51

Objeção anexa.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS (MT):

Recuperação Judicial
Processo autuado sob n° 0000200-52.2019.8.16.0185

INDÚSTRIA QUÍMICA KIMBERLIT LTDA, devidamente qualificada nos autos da recuperação judicial proposta por **EDSON PINTO DE MELLO** e **OUTROS**, vem, por seu advogado, à presença de Vossa Excelência, manifestar sua objeção ao plano de Recuperação Judicial apresentando, com fulcro no art. 55 da LFRE, pelas razões abaixo.

1. Depreende-se do instituto Recuperacional que o Plano de Recuperação Judicial deverá ser pautado pela boa-fé e a probidade, refletindo imediatamente no comprometimento e na seriedade do empresário que, na medida em que impõem sacrifícios a si, demonstra o interesse na eficácia do pedido de recuperação e, consequentemente, no interesse dos seus credores, justificando a utilização do instituto.

2. Desta forma, o Plano de Recuperação Judicial deve ser considerado a peça mais importante do processo de recuperação judicial, uma vez que é por meio deste instrumento que os Recuperandos irão apontar as formas, bem como as condições a serem utilizados para se soerguer diante de uma crise.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

3. Ademais, o processo de recuperação judicial não é de interesse exclusivo dos Recuperandos, pois é inegável que a manutenção da atividade empresarial é do interesse de toda uma coletividade, sendo a função social o princípio basilar da Lei 11.101/05, aperfeiçoado através da aprovação do plano de recuperação, que poderá ser de modo automático, se não houver objeções a ele, ou em decisão assemblear, caso os credores o objetem.

4. Destarte, os Recuperandos, EDSON PINTO DE MELLO e OUTROS, apresentaram seu plano de recuperação judicial às fls. ID. Nº 133078042, para submeter ao juízo de valor dos credores a ele sujeitos. Não obstante aos apontamentos realizados acima, em análise das propostas elencadas no plano, verifica-se que há diversas previsões abusivas e ilegais, que, afrontosas aos direitos dos credores, não poderão permanecer, conforme abaixo:

DO DESÁGIO DE 80%

5. O plano de recuperação prevê que o pagamento aos credores será realizado com deságio de 80% sobre o valor dos créditos habilitados sob o fundamento de que é a forma necessária para assegurar a continuidade de suas atividades.

6. Certo é que, desta forma, com a imposição do pagamento com deságio de 80% para viabilizar seu processo recuperacional, os Recuperandos estão tentando obter vantagem sobre os seus credores, sendo este fato inadmissível, pois representaria um “perdão” de dívida e afrontaria princípios constitucionais e gerais do direito. Vejamos a jurisprudência:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

Agravo. Recuperação Judicial. Plano aprovado pela assembleia-geral de credores. Plano que prevê o pagamento do passivo em 18 anos, calculando-se os pagamentos em percentuais (2,3%, 2,5% e 3%) incidentes sobre a receita líquida da empresa, iniciando-se os pagamentos a partir do 3º ano contado da aprovação. Previsão de pagamento por cabeça até o 6º ano, acarretando pagamento antecipado dos menores credores, instituindo conflitos de interesses entre os credores da mesma classe. Pagamentos sem incidência de juros. Previsão de remissão ou anistia dos saldos devedores caso, após os pagamentos do 18º ano, não haja recebimento integral. Proposta que viola os princípios gerais do direito, os princípios constitucionais da isonomia, da legalidade, da propriedade, da proporcionalidade e da razoabilidade, em especial o princípio da "pars conditio creditorum" e normas de ordem pública. ***Previsão que permite a manipulação do resultado das deliberações assembleares. Falta de discriminação dos valores de cada parcela a ser paga que impede a aferição do cumprimento do plano e sua execução específica, haja vista a falta de liquidez e certeza do "quantum" a ser pago***. ***Ilegalidade da cláusula que estabelece o pagamento dos credores quirografários e com garantia real após o decurso do prazo bienal da supervisão judicial*** *(art. 61, 'caput', da Lei nº 11.101/2005). Invalidade (nulidade) da deliberação da assembleia-geral de credores declarada de ofício, com* ***determinação de apresentação de outro plano, no prazo de 30 dias, a ser elaborado em consonância com a Constituição Federal e Lei nº 11.101/2005, a ser***

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

> ***submetido à assembleia-geral de credores em 60 dias, sob pena de decreto de falência.***
> (TJ-SP - AI: 13636229201182600000 SP 0136362-29.2011.8.26.0000, Relator: Pereira Calças, Data de Julgamento: 28/02/2012, Câmara Reservada à Falência e Recuperação, Data de Publicação: 28/02/2012)

7. Assim, o deságio da forma como está elencado não atende quaisquer interesses dos credores dos Recuperandos. Nitidamente, deve-se refutar toda e qualquer cláusula neste sentido, vez que os Recuperandos estão agindo no intuito de corromper o sistema econômico e, se for permitido, pode gerar, inclusive, um efeito cascata do âmbito econômico empresarial, levando a crise financeira dos seus credores que jamais poderiam imaginar ter que suportar um prejuízo tão absurdo. Colaciona-se trecho do julgado acima sobre tal assunto:

> *"Obviamente, se a empresa devedora pede um prazo muito longo para iniciar os pagamentos das parcelas propostas, e se o percentual a ser pago mostra-se vil ou iníquo, tal situação evidencia que a empresa não pode ser considerada recuperável por suas próprias forças, mas sim, pelo sacrifício excessivo imposto de forma injusta àqueles que lhe deram crédito, por acreditar que ela cumpriria a palavra empenhada."*

DO PRAZO DE PAGAMENTO DO CRÉDITO

8. Não contentes em sujeitar os credores a um desconto extraordinário, outra proposta que se revela abusiva é a previsão do pagamento em 10 (dez) anos, que para o início do cumprimento, terá um

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

período de carência de 36 (trinta e seis) meses, ou seja, qualquer um dos credores receberá 80% do valor de seu crédito em aproximadamente 13 anos, mais de uma década.

9. Destarte, o prazo de carência e para pagamento são extremamente extensos e desvantajosos a todos os credores, levando a crer que os Recuperandos buscam se soerguer às custas do sacrifício dos credores, de maneira totalmente injusta.

10. Importante ressaltar que não se mostra razoável o período de carência de 36 (trinta e seis) meses para início do pagamento serve para que os Recuperandos se esquivem do período bienal de supervisão judicial (art. 61, *caput*, da LFRE), vez que após o decurso do prazo, se houver descumprimento das obrigações assumidas, o judiciário estará impedido de convolar a recuperação judicial em falência.

> *AGRAVO DE INSTRUMENTO - Recuperação Judicial - Controle de Legalidade - Possibilidade - **Plano que prevê carência de 24 meses após a homologação para início dos pagamentos - Descabimento - Violação do art. 61 da LRF - Não se considera razoável, a previsão de início de pagamento dos créditos após o biênio, pois não há como o juízo acompanhar se haverá cumprimento inicial do plano** - Cláusula afastada - Agravo provido neste ponto. - Recuperação Judicial - Controle de legalidade - Possibilidade - Correção monetária - Cláusula que veda sua incidência até a homologação do plano - Descabimento - A incidência de correção monetária a partir da homologação judicial do plano, conforme previsto, de fato, mostra-se teratológico - Em que pese tratar-se apenas de recomposição do valor*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

> *da moeda, tem-se que a não incidência até a homologação do plano representa deságio disfarçado - Cláusula afastada - Agravo provido neste ponto. - Recuperação Judicial - Controle de legalidade - Deságio de 80% para pagamento à vista - Impossibilidade - Afronta ao equilíbrio entre parceiros negociais* ***Demasiado sacrifício imposto aos credores - Inconformismo fundado neste tocante Proposta que revela situação de insolvência Agravo provido.*** *Dispositivo: deram provimento ao recurso, por maioria de votos.*
>
> (TJ-SP - AI: 00550835020138260000 SP 0055083-50.2013.8.26.0000, Relator: Ricardo Negrão, Data de Julgamento: 25/07/2014, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 08/08/2014)

11. Demonstram, assim, que não são capazes de se recuperar através de seus esforços próprios, aplicando-se novamente a jurisprudência sobredita para aclarar que a empresa não pode ser considerada viável. Devendo, ao menos, ser considerado o início do prazo de supervisão judicial como o término do prazo de carência.

DA CLÁUSULA CONTRÁRIA À LEI 11.101/05

12. Ainda, com a possibilidade de aprovação do plano de recuperação judicial, há previsão da novação das dívidas que acarretará a liberação de todas as garantias reais, fiduciárias e/ou fidejussórias prestadas pelos Recuperandos e/ou terceiros com relação aos créditos, consequentemente, a extinção das demandas em curso e o impedimento do ajuizamento de futuras, vejamos:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

13. Na contramão do pretendido pelos Recuperandos, há de ser refutada esta previsão do plano de recuperação judicial, vez que o texto da lei 11.101/05 é expresso com relação ao tema, além da jurisprudência solidificada, de modo que os direitos dos credores em face de coobrigados da empresa em recuperação permanecem incólumes.

14. Neste sentido, vejamos os arts. 6º e 49º da Lei 11.101/05:

> *Art. 6° A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial* ***suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário****.*
> *(...)*
> *Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.*
> *§ 1°* ***Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.***

15. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça consolidou recentemente a Súmula 581, que versa sobre o tema:

> *"A recuperação judicial do devedor principal* ***não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral****, por garantia cambial, real ou fidejussória."*

16. Algumas jurisprudências sobre o tema:

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N. 8/2008. DIREITO EMPRESARIAL E CIVIL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO E CONCESSÃO. GARANTIAS PRESTADAS POR TERCEIROS. MANUTENÇÃO. SUSPENSÃO OU EXTINÇÃO DE AÇÕES AJUIZADAS CONTRA DEVEDORES SOLIDÁRIOS E COOBRIGADOS EM GERAL. IMPOSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 6º, CAPUT, 49, § 1º, 52, INCISO III, E 59, CAPUT, DA LEI N. 11.101/2005.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: "A recuperação judicial do devedor principal ***não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória****, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005".*

2. Recurso especial não provido.

(STJ - Resp 1.333.349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014)

APELAÇÃO CÍVEL. ***EXECUÇÃO AJUIZADA CONTRA TERCEIROS GARANTIDORES DE PESSOA JURÍDICA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO OU EXTINÇÃO DA AÇÃO. INVIABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AOS FIADORES*** *AVALISTAS OU COOBRIGADOS EM GERAL. ARTIGOS 49, § 1º E 59, CAPUT, DA LEI N. 11.101/2005. "[. . .] muito embora o*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

plano de recuperação judicial opere novação das dívidas a ele submetidas, as garantias reais ou fidejussórias, de regra, ***são preservadas, circunstância que possibilita ao credor exercer seus direitos contra terceiros garantidores e impõe a manutenção das ações e execuções aforadas em face de fiadores, avalistas ou coobrigados em geral" (STJ, REsp. n. 1.326.888/RS, Quarta Turma, rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 5-5-2014).***

(TJ-SC - AC: 20140199410 SC 2014.019941-0 (Acórdão), Relator: Janice Goulart Garcia Ubialli, Data de Julgamento: 19/11/2014, Primeira Câmara de Direito Comercial Julgado) (g.n.)

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Recuperação Judicial Suspensão Avalista Prosseguimento da ação ***A suspensão temporária da execução em face da empresa que se encontra em recuperação judicial não se estende aos avalistas e coobrigados, devendo a ação prosseguir contra eles Inteligência do artigo 49, § 1º da Lei 11.101/05*** *- Recurso provido.**

(TJ-SP - AI: 22235147620148260000 SP 2223514-76.2014.8.26.0000, Relator: Jacob Valente, Data de Julgamento: 19/03/2015, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/03/2015)(g.n)

AGRAVO DE INSTRUMENTO ? Execução de título extrajudicial ? Deferimento do processamento da recuperação judicial postulada pela devedora principal ? ***Circunstância que não impede o normal prosseguimento da execução contra os coobrigados avalistas ? Disposição contida no artigo 49, § 1º, da***

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

> ***Lei nº 11.101/2005*** *? Decisão mantida. Recurso improvido.*
> (TJ-SP - AI: 00898736020138260000 SP 0089873-60.2013.8.26.0000, Relator: Luís Fernando Lodi, Data de Julgamento: 25/02/2014, 16ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/03/2014) (g.n)

17. Com relação à supressão das garantias, é necessário que se reconheça a ilegalidade da cláusula que prevê a supressão das garantias prestadas pelos Recuperandos e terceiros, pois contraria totalmente a Lei 11.101/05, especificamente o art. 59, *caput,* além do entendimento jurisprudencial.

> *DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO DO PLANO.* ***NOVAÇÃO SUI GENERIS****. EFEITOS SOBRE TERCEIROS COOBRIGADOS.* ***EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. DESCABIMENTO. MANUTENÇÃO DAS GARANTIAS.*** *ARTS. 49, § 1º E 59, CAPUT, DA LEI N. 11.101/2005. 1. A novação prevista na lei civil é bem diversa daquela disciplinada na Lei n. 11.101/2005. Se a novação civil faz, como regra, extinguir as garantias da dívida, inclusive as reais prestadas por terceiros estranhos ao pacto (art. 364 do Código Civil),* ***a novação decorrente do plano de recuperação traz como regra, ao reverso, a manutenção das garantias (art. 59, caput, da Lei n. 11.101/2005)****, sobretudo as reais, as quais só serão suprimidas ou substituídas "mediante aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia", por ocasião da alienação do bem gravado (art. 50, § 1º). Assim, o plano de recuperação judicial opera uma novação sui generis e sempre sujeita a uma condição*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

> *resolutiva, que é o eventual descumprimento do que ficou acertado no plano (art. 61, § 2º, da Lei n. 11.101/2005). 2. Portanto, muito* ***embora o plano de recuperação judicial opere novação das dívidas a ele submetidas, as garantias reais ou fidejussórias, de regra, são preservadas, circunstância que possibilita ao credor exercer seus direitos contra terceiros garantidores e impõe a manutenção das ações e execuções aforadas em face de fiadores, avalistas ou coobrigados em geral.*** *3. Deveras, não haveria lógica no sistema se a conservação dos direitos e privilégios dos credores contra coobrigados, fiadores e obrigados de regresso (art. 49, § 1º, da Lei n. 11.101/2005) dissesse respeito apenas ao interregno temporal que medeia o deferimento da recuperação e a aprovação do plano, cessando tais direitos após a concessão definitiva com a homologação judicial. 4. Recurso especial não provido.*
>
> (REsp 1326888/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 05/05/2014)

18. Excelência veja que se esta previsão for mantida nos planos de recuperação judicial, claramente irá gerar insegurança jurídica sobre o tema, deixando a todos temerosos e, consequentemente, poderá gerar um abalo no sistema financeiro em geral.

19. Diante disso, considerando os argumentos e a legislação vigente, devem ser retiradas do plano as cláusulas que preveem a extinção das garantias, para que a extensão dos efeitos da novação aos garantidores não acarrete em novos prejuízos aos credores.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

DA IMPOSSÍVEL ALIENAÇÃO DE ATIVOS

20. O Plano também dispõe que a aprovação terá o efeito de autorizar alienar unidades produtivas e ativos sem prévia autorização judicial ou da Assembleia Geral de Credores.

21. Com efeito, em sentido diametralmente oposto, a LRE preconiza que o devedor não poderá alienar ou onerar bens/direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo Juiz, conforme o artigo 66 e, se autorizada alienação do ativo, deverá ser cumprido o procedimento do artigo 142, ambos do referido diploma legal.

22. Desta forma, não há dúvidas quanto à ilegalidade da cláusula genérica de alienação de ativos em prévia autorização da Assembleia Geral de Credores, a qual merece exclusão do Plano apresentados pelos Devedores.

ABUSIVIDADE DO JUROS DE 0,5% AO ANO

23. Também passível de controle por esse juízo está a disposição do Plano de Recuperação que prevê a aplicação taxa de juros de 0,5% ao ano, a partir do mês seguinte da aprovação do plano de recuperação.

24. Os juros de 0,5% (meio por cento!) ao ano, configuram em verdadeiro esvaziamento do valor real do crédito submetido ao plano de recuperação, já que praticamente anula a remuneração dos credores pelo capital empregado, ainda mais no caso em estudo, em que a previsão para pagamento aos credores quirografários supera o prazo de 10 anos!.

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

25. Logo, tal disposição deve ser afastada pelo necessário controle judicial ao Plano de Recuperação, com a inserção de disposição que preveja a aplicação de juros de 12% ao ano.

DA NECESSIDADE DE CONTROLE PRÉVIO

26. Além disso, requer-se que Vossa Excelência reconheça a possibilidade de realização do controle de legalidade sobre o plano antes da realização para AGC, para que os Recuperandos ganhem tempo para realizar os ajustes necessários em seu plano e desta forma garantirá mais segurança aos credores que votarão sobre a proposta na Assembleia a ser deliberada, conforme a ideia do critério “tetrafásico” do Ilustre Professor e Juiz, Daniel Carnio Costa:

> *O controle de legalidade do plano de recuperação judicial deve ser feito em quatrofases. A **primeira fase**, e mais evidente delas, é aquela em que se realiza o controle das cláusulas do plano de recuperação judicial. [...] Feita a verificação da compatibilidade das cláusulas do plano com as normas de ordem pública, passa se à segunda fase do controle de legalidade. [...] Nessa **segunda fase**, o juiz deve controlar a higidez da formação das maiorias de aprovação do plano de recuperação judicial, certificando-se de que os credores estavam devidamente informados sobre o conteúdo do plano; se não foram coagidos, enganados ou votaram com a vontade viciada pelo estado de perigo. Da mesma forma, deverá o juiz verificar se não ocorreram simulações entre grupos de credores e a devedora, a fim de garantir a aprovação do plano, ou mesmo a realização de condutas fraudulentas para garantia de aprovação do plano, em prejuízo da*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

> *maioria dos credores. [...] A **terceira fase** de controle judicial do plano consiste na verificação da legalidade da extensão da decisão da maioria dos credores aos demais credores dissidentes. [...] Por fim, a **quarta fase** de controle de legalidade do plano diz respeito à análise da abusividade do voto do credor.*

27. Sobre o controle de legalidade, também há o enunciado 44 do Conselho da Justiça Federal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

> ***Enunciado 44 do CJF:** A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle judicial de legalidade.*

> *DIREITO EMPRESARIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA. CONTROLE DE LEGALIDADE. VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. CONTROLE JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Cumpridas as exigências legais, o juiz deve conceder a recuperação judicial do devedor cujo plano tenha sido aprovado em assembleia (art.58, caput, da Lei n. 11.101/2005), não lhe sendo dado se imiscuir no aspecto da viabilidade econômica da empresa, uma vez que tal questão é de exclusiva apreciação assemblear. 2. **O magistrado deve exercer o controle de legalidade do plano de recuperação - no que se insere o repúdio à fraude e ao abuso de direito** -, mas não o controle de sua viabilidade econômica. Nesse sentido, Enunciados n. 44 e 46 da I Jornada de Direito Comercial CJF/STJ. 3. Recurso especial não provido.*

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13

(REsp 1359311/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 30/09/2014)

CONCLUSÃO

28. Ante todo o exposto, a Credora requer:

a) Seja realizado o controle de legalidade prévio do plano de recuperação, para garantir mais segurança aos credores no momento da deliberação, bem como por economia processual, para que as modificações necessárias sejam realizadas antes da assembleia geral de credores;

b) Seja recebida a presente objeção para que haja convocação da Assembleia Geral de Credores, conforme art. 56 da LFRE, para que os credores possam deliberar sobre o plano de recuperação.

Nestes termos,
Pede deferimento.
São Paulo, 30 de novembro de 2023.

JOSÉ ERCÍLIO DE OLIVEIRA
OAB/SP 27.141
OAB/MT 9.777-A

ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI
OAB/SP 198.905

Alameda Santos nº 2.335 – 10º Andar – Cerqueira César
CEP: 01419-101 – São Paulo-SP
Telefone: (11) 3062-9031

Este documento foi gerado pelo usuário 469.***.***-48 em 08/12/2023 11:35:03
Número do documento: 23113016431257100000131460505
https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23113016431257100000131460505
Assinado eletronicamente por: ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI - 30/11/2023 16:43:13